V enanparq

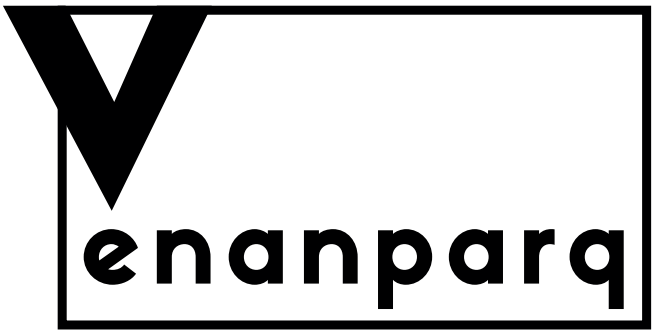
SALVADOR-BA

Eixo 1

IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

1. IDEÁRIO, PROJETO E PRÁTICA

Concepções teóricas emergentes; experimentações projetuais; projeto como instrumento de mediação e resistência para conquistas coletivas; urbanismo corporativo, globalização e direito à cidade; corporeidades e cidade; gênero, classe e raça na cidade; produção do comum e resistência; avanços e limites da autogestão; cartografias afetivas, performance e cidade; ecologia de saberes; utopias experimentais; novos processos e técnicas de ensino-aprendizagem; interação graduação/pós-graduação e universidade/sociedade; metodologias para além da sala de aula; desafio na ampliação do campo profissional.



SALVADOR-BA

COORDENAÇÃO
Angela Maria Gordilho Souza (UFBA) - Coordenação Geral
Nivaldo Vieira de Andrade Junior (UFBA) - Vice-Coordenação
Rodrigo Espinha Baeta (UFBA) - Vice-Coordenação

DIRETORIA ANPARQ
Carlos Eduardo Comas (UFRGS) - Presidente
Cláudia Piantá Costa Cabral (UFRGS) - Secretária Executiva
Marta Peixoto (UNIRITTER) - Tesoureira

DIRETORES
Rachel Coutinho Marques da Silva (UFRJ)
Angela Maria Gordilho Souza (UFBA)
Eduardo Pierrotti Rossetti (UNB)
Suplente: Maria Angela Dias (UFRJ)

CONSELHO FISCAL
Angélica T. Benatti Alvim (Mackenzie)
Maria de Lourdes Zuquim (USP)
Francisco Costa (UFPB)
Suplente: Renato Luiz Sobral Anelli (USP)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor
Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-Reitor
Prof. Dr. Paulo César Miguez de Oliveira

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUFBA)
Profa. Dra. Naia Alban Suarez (Diretora)

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU)
Prof. Dr. Rodrigo Espinha Baeta (Coordenador)

Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (MP-CECRE)
Profa. Dra. Juliana Cardoso Nery (Coordenadora)

Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade (Residência AU+E/UFBA)
Profa. Dra. Angela Maria Gordilho Souza (Coordenadora)

PROGRAMAÇÃO VISUAL DO SITE E MARCAS

Organização do site
Angela Maria Gordilho Souza
Bianca Cristina Alves Albino
Débora Marques da Silva Araújo

Criação do site e identidade visual
Bianca Cristina Alves Albino

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
EDUFBA

enanparq

SALVADOR-BA

13 a 19 de outubro, 2018/FAUFBA

V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação
em Arquitetura e Urbanismo

Arquitetura e Urbanismo no Brasil atual: crises, impasses e desafios

VOLUME 1

Angela Maria Gordilho Souza
Rodrigo Espinha Baeta
Nivaldo Vieira de Andrade Junior
Organizadores

APOIO NA SISTEMATIZAÇÃO DOS ANAIS

Carolina Correia Queiroz

Jadi Tosta Iglesias Ventin

Débora Marques da Silva Araújo

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (4. : 2018 : Salvador, Ba).

Programação do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 13 a 19 de outubro. – Salvador: FAUFBA, 2018.

12203 p.

ISSN 2358-6214

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. 3. Arquitetura e Urbanismo – Congressos. I. Título. II. Faculdade de Arquitetura. III. Universidade Federal da Bahia.

CDD 720

NOTA INTRODUTÓRIA

Apresentamos aqui os *Anais do V ENANPARQ – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Arquitetura e Urbanismo no Brasil atual: crises, impasses e desafios.*

Os Anais, desenvolvidos em formato de arquivo digital (PDF), estão divididos em oito volumes coincidentes com os Eixos Temáticos que nortearam o V ENANPARQ, para além de um volume introdutório, de número "00", com o Índice Geral que abarca todos os outros volumes:

00. Índice Geral
01. Ideários, Projeto e Prática
02. História e Teoria da Arquitetura, da Cidade e do Urbanismo
03. Patrimônio, Cultura e Identidade
04. Ambiente, Preservação e Sustentabilidade
05. Produção do Espaço, Ocupação, Gestão e Cidadania
06. Infraestrutura e Mobilidade
07. Instrumentos da Legislação e Normativas
08. Inovação, Tecnologias e Sociedade

Cada volume é dividido em capítulos coincidentes com os produtos científicos (artigos, simpósios, oficinas) submetidos ao evento e aprovados pela comissão científica:

01. Mesa Temática com Apresentação Oral
02. Mesa Temática sem Apresentação Oral
03. Simpósios Temáticos
04. Artigos Completos de Simpósios Temáticos
05. Oficinas
06. Outros

Dentro de cada capítulo, os trabalhos estão organizados em ordem alfabética pelo título.

A inserção dos textos nos volumes dos eixos não segue necessariamente a inclusão dos trabalhos sugerida na programação do evento, mas a indicação inicial dos autores – no ato da submissão dos artigos, simpósios, oficinas.

Finalmente, é preciso dizer que o conteúdo dos trabalhos expostos nos Anais do V ENANPARQ é de inteira responsabilidade dos autores – revisão de texto, uso de imagens, formatação.

APRESENTAÇÃO

ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA
E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
SALVADOR - 13 A 19 DE OUTUBRO

Arquitetura e Urbanismo no Brasil atual
crises, impasses e desafios

A temática proposta para o V ENANPARQ busca discutir de modo transversal, interdisciplinar e inovador o contexto atual relacionado a esse campo de atuação, promovendo o debate sobre a produção científica recente nas universidades brasileiras, em diálogo com as práticas e com a produção internacional, fomentando assim a reflexão crítica sobre as permanências e perspectivas num contexto de crises, impasses e desafios.

O evento traz para o debate no tema proposto os resultados recentes das atividades da pós-graduação na área, no âmbito do Ensino, Pesquisa, Extensão, da Prática Profissional e do Comum, com reflexões sobre a formação, produção e lacunas, fundadas no compromisso social da Área de Arquitetura e Urbanismo.

Considera-se o panorama mundial altamente globalizado e interconectado sob a égide da financeirização, do neoliberalismo e das tecnologias digitais, em que as crises se manifestam em ciclos crescentemente frequentes e duradouros, com impactos sociais e ambientais profundos e diferenciados a cada contexto e sociedade.

No Brasil, a atual crise instaurada nas suas dimensões política, econômica e social, afeta diretamente a qualidade de vida das pessoas, do ambiente, bem como as relações institucionais e produtivas. Traz impasses para todas as áreas profissionais, com fortes impactos para Arquitetura e Urbanismo nas suas múltiplas formas de ação.

Esse campo de atuação está sendo fortemente afetado, não apenas pela escassez de investimentos, vulnerabilidades e enfraquecimento de ações contínuas na construção, preservação e produção do espaço, mas, sobretudo, pelas inflexões nas políticas públicas de interesse social e coletivo. Para além da prática profissional, são questões que se expressam nos graves problemas urbanos, nas dinâmicas territoriais dispersas, nas

estruturas ociosas e obsoletas, nas objetivações e subjetivações excludentes e no cotidiano de violências e incertezas no que há de vir.

Os avanços conquistados nos pactos constitucionais democráticos pelos direitos socioespaciais, regulamentados no Estatuto da Cidade e no Estatuto da Terra, depois de quase duas décadas de vigência nas legislações, se efetivam fragilmente na prática, diante das necessidades de atendimento às demandas da sociedade brasileira.

Nesse contexto, são complexos os desafios colocados para reflexão e ações da pós-graduação no campo da Arquitetura e Urbanismo, considerando as suas relações entre teoria, prática, assimilação, experimentação, diálogo na sociedade e incorporação de saberes. Enfim, no processo contínuo do conhecimento, vislumbram-se caminhos de conexão ao passado, permanências, emergências, resistências, mediações e superação de impasses, que potencializam ganhos coletivos, proposições inovadoras e participativas, na conquista de cidades melhores, mais justas e ambientes adequados para a vida.

COMISSÕES

COMISSÃO ORGANIZADORA

Angela Maria Gordilho Souza (UFBA) – Coordenação Geral

Nivaldo Vieira Andrade Junior (UFBA) – Vice-Coordenação

Rodrigo Espinha Baeta (UFBA) – Vice-Coordenação

Aline de Carvalho Luther (UFBA)

Aline de Figueirôa Silva (UFBA)

Ana Gabriela Wanderley Soriano (UFBA)

Andréa Borde (UFRJ)

Angélica T. Benatti Alvim (MACKENZIE)

Cláudia Piantá Costa Cabral (UFRGS)

Daniel Mellado Paz (UFBA)

Fábio Velame (UFBA)

Francisco Costa (UFBA)

Gleice Azambuja Elali (UFRN)

Heliana Faria Mettig Rocha (UFBA)

José Carlos Huapaya Espinoza (UFBA)

Juliana Cardoso Nery (UFBA)

Lídia Viana Quiéto (UFBA)

Liza Maria Souza de Andrade (UNB/UFBA)

Luís Antônio Fernandes Cardoso (UFBA)

Luís Antônio de Souza (UNEB/UFBA)

Marcia Sant'Anna (UFBA)

Mariely Cabral de Santana (UFBA)

Naia Alban Suarez (UFBA)

Raquel Neimann da Cunha Freire (UFBA/UNIME)

SECRETARIA EXECUTIVA

Débora Marques da Silva Araújo (LabHabitar/PPGAU/UFBA) – Coordenação

Jadi Tosta Iglesias Ventin (LabHabitar/Politécnica/UFBA)

Carolina Correia Queiroz (LabHabitar)

Beatrice Santiago (FAUFBA/UFBA)

Elisete Cristina Vidotti da Rocha (Residência AU+E/UFBA)

Gisele Paiva Leite (Residência AU+E/UFBA)

Lucas Vinícius Oliveira Bispo (Técnico - UFBA)

Luis Emanuel Moitinho Acácio (UFBA)

Rafael Santos Câmara (PPGAV/UFBA)

Thiscianne Moraes Pessoa (PPGAU/UFBA)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Rodrigo Espinha Baeta (UFBA) – Coordenador

Aluísio Braz de Melo (UFPB – PPGAU)

Ana Carolina Santos Pellegrini (UFRGS – PROPAR)

Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão (UFPA – PPGAU)

Ana Luiza Nobre (PUC RIO – PPGArq)

André Guilherme Dornelles Dangelo (UFMG – NPGAU)

Andrea Queiroz Rego (UFRJ – PROARQ)

Anna Paula Moura Canez (UniRitter – PPGAU)

Antonio Heliodorio Lima Sampaio (UFBA – PPGAU)

Aparecida Netto Teixeira (UCSAL, UFBA – PPGAU)

Bruno Massara Rocha (UFES – PPGAU)

Carlos A. Ferreira Martins (IAU USP – PPGAU)

Celina Maria Britto Correa (UFPEL – PROGRAU)

Clara Luiza Miranda (UFES – PPGAU)

Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas (UFC – PPGAUD)

Clovis Ramiro Jucá Neto (UFC – PPGAUD)

Cristovão Fernandes Duarte (UFRJ – PROURB)

Eduardo Grala da Cunha (UFPEL – PROGRAU)

Eduardo Pierrotti Rossetti (UnB – PPGFAU)

Eugenio Fernandes Queiroga (USP – PPGAU-FAU)

Fabio Ferreira de Lima (UFG – PPG PROJETO E CIDADE)

Fernanda da Cruz Moscarelli (IMED – PASSO FUNDO, IPA – METODISTA)

Fernando Diniz Moreira (UFPE – MDU)

Fernando Luiz Camargos Lara (UFMG – NPGAU)

Flávio de Lemos Carsalade (UFMG – NPGAU – PACPS)

Gilberto Sarkis Yunes (UFSC – POSARQ)
Gislaine Beloto (UEM – PPU)
Gustavo Rocha-Peixoto ((UFRJ – PROARQ)
José Almir Farias Filho (UFC – PPGAUD)
José Ripper Kós (UFSC – POSARQ, UFRJ - PROURB)
José Simões de Belmont Pessoa (UFF – PPGAU)
Juliano Pamplona Ximenes Ponte (UFPA – PPGAU)
Laila Nasen Mourad (UCSal – UFBA)
Leonardo Bittencourt (UFAL – DINÂMICA DO ESPAÇO HABITADO)
Luis Octavio Pereira Lopes de Faria e Silva (USJT – PPGAU))
Luiz Guilherme Rivera de Castro (UPM – PPGAU)
Luiz Manuel do Eirado Amorim (UFPE – MDU, UFPB – PPGAU)
Maisa Fernandes Dutra Veloso (UFRN – PPGAU)
Marcio Cotrim (UFPB – PPGAU)
Marcos Olender (UFJF – PROAC)
Marcos Thadeu Magalhães (UnB – PPGFAU)
Marcos Tognon (UNICAMP – PPGH)
Maria Angela Dias (UFRJ – PROARQ)
Maria Augusta Justi Pisani (UPM – PPGAU)
Maria Beatriz Camargo Cappello (UFU – PPGAU)
Maria de Lourdes Zuquim (USP – PPGAU-FAU)
Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha (UFRN – PPGAU – PPEUR)
Maria Lucia Bressan Pinheiro (USP – PPGAU-FAU)
Maria Solange Gurgel de Castro Fontes (UNESP – PPGARQ)
Mário Mendonça de Oliveira (UFBA – PPGAU – MP-CECRE)
Marta Romero (UnB – PPGFAU)
Marta Silveira Peixoto (UFRGS – PROPAR)
Martha Machado Campos (UFES – PPGAU)
Mônica Santos Salgado (UFRJ – PROARQ)
Natália Miranda Vieira (UFPE – MDU, UFRN – PPGAU)
Paulo Afonso Rheingantz (UFPEL – PROGRAU, UFRJ – PROARQ)
Pedro Britto (UFG – PPG PROJETO E CIDADE)
Rachel Coutinho Marques da Silva (UFRJ – PROURB, PUC RIO – PPGArq)
Regina Andrade Tirello (UNICAMP – ARQUITETURA, TECNOLOGIA E CIDADE)
Renata Cardoso Magagnin (UNESP – PPGARQ)
Renato Anelli (IAU USP – PPGAU)
Rita Velloso (UFMG – NPGAU)

Rodrigo Cury Paraizo (UFRJ – PROURB)
Rosina Trevisan Martins Ribeiro (UFRJ – PROARQ – PROJETO E PATRIMÔNIO)
Ruth Verde Zein (UPM – PPGAU)
Sarah Feldman (IAU USP – PPGAU)
Silvio Belmonte de Abreu Filho (UFRGS – PROPAR)
Thais Alessandra Bastos Caminha Sanjad (UFPA – PPGAU)
Thereza Christina Couto Carvalho (UFF – PPGAU)
Túlio Márcio de Salles Tibúrcio (UFV – PPGAU)
Wilson Ribeiro dos Santos Junior (PUC-Campinas – POSURB)

COMISSÃO DE OFICINAS E PRÁTICAS URBANAS
Liza Maria Souza de Andrade (UNB/UFBA) – Coordenadora
Akemi Ino (USP São Carlos)
Amadja Borges (UFRN)
Ariadne Moraes Silva (Residência AU+E/UFBA)
Caio Santo Amore de Carvalho (FAU/USP)
Elisamara de Oliveira Emiliano (Residência AU+E/UFBA)
Elizabeta Romano (UFPB/UFBA)
Gabriela Leandro Pereira (Residência AU+E/UFBA)
Glória Cecília Figueiredo (FAUFBA)
João Marcos de Almeida Lopes (USP São Carlos)
João Maurício Santana Ramos (Residência AU+E/UFBA)
Júnia Ferrari (UFMG)
Laura Bueno (PUC/Campinas)
Luciana da Silva Andrade (PROURB/UFRJ)
Luciana Travassos (UFABC)
Marcela Silviano Brandão Lopes (UFMG)
Marcio C. Campos (FAUFBA)
Margarete Maria de Araújo Silva (PUC/Minas)
Maria Inês Sugai (POSARC/UFSC)
Maria Teresa do Espírito Santo (Residência AU+E/UFBA)
Nirce Saffer Medvedovski (UFPelotas/UFBA)
Paulo Dimas Rocha de Menezes (UFSB)
Renato Pequeno (UFC)
Ricardo Moretti (UFABC)
Thais Troncon Rosa (Residência AU+E/UFBA)
Vania Raquel Teles Loureiro (UnB)
Viviane Zelotini (PUC/Minas)

Sumário

EIXO 1
IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

1 – MESA TEMÁTICA COM APRESENTAÇÃO ORAL

[DES]DOBRA: INSTRUMENTO PROJETUAL .166

RESENDE, Lorena Maia
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo PROGRAU/UFPel

ROCHA, Eduardo
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor PROGRAU/UFPel

CEZAR, Laura Lopes
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora PROGRAU/UFPel

A CIDADE: RESISTÊNCIA ÀS DIFERENÇAS .180

PIRES, Nayara
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), São Paulo

CALDANA, Valter
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), São Paulo

A EMERGÊNCIA DO DISCURSO AMBIENTAL NO MEIO ARQUITETÔNICO (ANOS 1960 E 1970): UMA CONTRACULTURA ENTRE CONVERGÊNCIAS E REAÇÕES À MODERNIDADE .199

FERNANDES, Gabriel de Andrade
Mestre em arquitetura e urbanismo; Especialista em laboratório no Centro de Preservação Cultural da USP

SANDEVILLE JR, Euler
Professor associado da Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Coordenador do Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP) FAU USP (hRp://nep.arq.br), Vice-Coordenador da Área de Concentração Paisagem e Ambiente, Arquiteto, Arte educador, Mestre e Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Especialização em Ecologia, Livre Docente em Arquitetura e Urbanismo.

A EXPERIÊNCIA URBANA NEGRA: APONTAMENTOS DA NECROPOLÍTICA RACIAL NO ESPAÇO URBANO .219

CONCEIÇÃO, Santa Cruz Késsia
Mestranda em Ciências Sociais PPGCS-UFRB. Graduada em Ciências Econômicas, UEFS.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES NA FAVELA: METODOLOGIA DE TRABALHO EM EQUIPAMENTOS SOCIAIS DE HELIÓPOLIS .229

BATISTA, Nathália Conte Mendes
Graduada em Arquitetura e Urbanismo na FAU UPM; Integrante do grupo de extensão Mosaico EMAU

CASTRO, Gustavo Henrique P.
Graduando de Arquitetura e Urbanismo na FAU UPM; Integrante do grupo de extensão Mosaico EMAU

DIAS, Gabriella Bispo
Graduanda de Arquitetura e Urbanismo na FAU UPM; Integrante do grupo de extensão Mosaico EMAU

RETAMERO, Heloisa Bergamin
Graduanda de Arquitetura e Urbanismo na FAU UPM; Integrante do grupo de extensão Mosaico EMAU

TERADA, Luana Lye H.
Graduanda de Arquitetura e Urbanismo na FAU UPM; Integrante do grupo de extensão Mosaico EMAU

YOSHIDA, Juliana Shizue
Graduanda de Arquitetura e Urbanismo na FAU UPM; Integrante do grupo de extensão Mosaico EMAU

A FORMAÇÃO DOCENTE EM PROJETO DE ARQUITETURA NA PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU .247

OLIVEIRA, Lanna
Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo NPGAU UFMG

MALARD, Maria Lucia
Phd em Arquitetura, Universidade de Sheffield-UK; Professora no NPGAU UFMG

A IMPORTÂNCIA DAS TDICs NA INSERÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO ENSINO FUNDAMENTAL .263

MELO, Jordana Chaves de
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo - UNILESTE

ÁVILA, Vinícius Martins
Especialista em Construção Civil; Professor do CAU UNILESTE

TIBÚRCIO, Túlio Márcio de Salles
PhD em Edifícios Inteligentes e Sustentáveis; Professor do DAU UFV e do PPG.au UFV

A INFÂNCIA NA COMUNIDADE DO MOINHO .281

GETLINGER, Daniela
Mestre em arquitetura e Urbanismo; Doutoranda pela FAU-UPM; Professora da FAU-UPM

LOEB, Rodrigo Mindlin,
Arquiteto e Urbanista; Mestrando pela FAU-UPM; Professor da FAU-UPM

A OBRA DE LELÉ E O ENSINO DE CONSTRUÇÃO NA FAUFBA .298

SANTOS NETO, Edson Fernandes D'Oliveira
Doutorando em Arquitetura e Urbanismo PPGAU/UFBA; Professor Adjunto FAUFBA

A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA EM PORTUGAL – REFLEXÕES SOBRE O DIREITO À CIDADE .308

CAETANO, Lucinda Oliveira
Doutoranda FCT e Investigador-colaborador CIAUD, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Portugal

CRESPO, José Luís
Professor Doutor, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Portugal

PARAÍZO, Rodrigo Cury
Professor Doutor, PROURB, FAU, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

A REVISÃO DA REVISÃO: ENSINO E PESQUISA SOBRE O PROJETO DE ARQUITETURA NO SUL DO BRASIL PARA O SÉCULO XXI .326

MARQUES, Sergio Moacir
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da FAU UFRGS e do PROPAR UFRGS

ADOÇÃO DE MÉTODOS DE APRENDIZAGEM ATIVA NO PROJETO "MAQUETE CAMPI UFBA" .347

CHECCUCCI, Érica de Sousa
Doutora em Construção e Difusão do Conhecimento; Professora da FAUFBA

REGINA, Maria Emília Rodrigues
Mestre em Conservação e Restauro; Professora da EBA/ UFBA

ALBAN, Naia Suarez
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAUFBA

ANÁLISE DA FORMA DA CIDADE ATRAVÉS DOS CORREDORES E SUBÁREAS .361

MACEDO, Adilson Costa
Arquiteto. Doutor estruturas ambientais urbanas FAUUSP. Professor USJT

ANÁLISE DOS PROJETOS RESIDENCIAIS DO ARQUITETO SYLVIO E. DE PODESTÁ. IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA .387

PRADO, Marcos O.
Mestrando no Programa de Pós-Graduação Arquitetura, Tecnologia e Cidade FEC Unicamp. Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP, 2014).

TAGLIARI, Ana.
Doutora em Arquitetura (FAUUSP, 2012); Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo e Programa de Pós-Graduação "Arquitetura, Tecnologia e Cidade" da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

ARQUITETURA COM-SENTIDA: ATRAVESSAMENTOS CONTEMPORÂNEOS ENTRE CIDADE, DESIGN E ARTE, NO LIMIAR DA CULTURA .404

CARDOSO, André Luiz Carvalho Cardoso
Doutor em Arquitetura; Professor do DAU/ESDI UERJ e do PPDESDI UERJ

ARQUITETURA DA EXPERIÊNCIA: O PAVILHÃO BRASILEIRO NA EXPO 2015 .412

ROCHA, Carmela Medero
Mestranda em Projeto de Arquitetura na FAU USP;

ARQUITETURA DA SEGREGAÇÃO- MÉTODO E INSTRUMENTAIS DE ANÁLISE ESPACIAL .442

STÉDILE, Janaina Almeida
Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Presbiteriana Mackenzie

ARQUITETURA E NÃO-ARQUITETURA: SÉRGIO CAMARGO NO PALÁCIO ITAMARATY .473

LEÃO, Leandro
Mestrando em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo; FAU USP

ARQUITETURA ESCOLAR INFANTIL: INTERAÇÃO PESQUISA E ENSINO .490

DEMBINSKI, Fernanda Maria Dors
Arquiteta e Urbanista

MODLER, Nébora Lazzarotto
Arquiteta, Mestre, Professora da UFFS e Doutoranda [DINTER] Programa de Pós-graduação em Arquitetura/UFRJ

RHEINGANTZ, Paulo Afonso
Arquiteto, Doutor, Professor do Programa de Pós-graduação em Arquitetura/UFRJ e Professor Visitante do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPel

ARQUITETURA PORTUGUESA: DA ESCOLA DO PORTO À ESCOLA DO SIZA? .512

DUARTE, Yuri de Souza
Mestrando em Estudos Urbanos e Regionais - UFRN

CARVALHO, Lorena Petrovich Pereira de
Mestranda em Arquitetura e urbanismo - UFRN

ARQUITETURA, CORPO E CIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIAS EM UM ATELIÊ DE PROJETO ARQUITETÔNICO .532

SANTOS, Rodrigo Gonçalves
Arquiteto e urbanista, Doutor em Educação; Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo na UFSC e do PósARQ/UFSC

RAMOS, Flávia Martini
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Santa Catarina, PósARQ/UFSC

NASCIMENTO, Elaine Cristina Maia
Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Santa Catarina, PósARQ/UFSC

AS ESTRATÉGIAS DE CITY MARKETING BASEADAS NA ECONOMIA DO CONHECIMENTO, CIDADE CRIATIVA E MOVIMENTO MAKER .551

SIMAS, Tarciso Binoti
Doutorando em Urbanismo pelo PROURB/FAU/UFRJ; Professor assistente da UNISUAM

OLIVEIRA, Sônia Le Cocq de
Doutora em Sociologia e Antropologia; Professora da FAU/UFRJ

CARTOGRAFIA COMO PROCESSO NA ARQUITETURA E NO URBANISMO: ENSAIOS, EXPERIÊNCIAS 1 E INTERPRETAÇÕES .568

ARAÚJO, Ana Clara Oliveira de
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo; FAUFBA e do CURIAR – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo/UFBA;

PARDO, Mariana Ribeiro
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo; FAUFBA e do CURIAR – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo/UFBA;

CARTOGRAFIAS AFETIVAS DE JARDINS POSSÍVEIS .586

BRAGANÇA, Luciana
Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Professora da Escola de Arquitetura e Design UFMG, Coordenadora da pesquisa Jardins Possíveis e do programa Natureza Urbana – Indisciplinar UFMG

REZENDE, Gabriela
Bolsista da pesquisa "Jardins Possíveis" financiada pela PRPQ; aluna da Escola de Arquitetura e Design UFMG

SOUZA, Lorena
Bolsista da pesquisa "Jardins Possíveis" financiada pela PRPQ; aluna da Escola de Arquitetura e Design UFMG

CIUDAD ABIERTA: UMA PAISAGEM VIVENCIADA .609

MEURER, Clara Machado.
Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo FAU USP. Pesquisadora Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP) FAU USP. Mestre em Arquitetura Paisagística PROURB UFRJ. Arquiteta e paisagista.

SANDEVILLE JR, Euler
Professor associado da Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Coordenador do Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP) FAU USP (http://nep.arq.br), Vice-Coordenador da Área de Concentração Paisagem e Ambiente, Arquiteto, Arte educador, Mestre e Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Especialização em Ecologia, Livre Docente em Arquitetura e Urbanismo.

CONSTRUINDO O CHÃO: O PAPEL DAS ESTRUTURAS DE TRANSIÇÃO NA OBRA DE ANGELO BUCCI .628

BAHIMA, Carlos Fernando Silva
Doutor em Arquitetura; Professor da FAU UFRGS

MASUERO, João Ricardo
Doutor em Engenharia; Professor da Escola de Engenharia da UFRGS

DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO EM ARQUITETURA: O CAMPO PROFISSIONAL PELA PERSPECTIVA DA MULHER ARQUITETA .642

CASER, Karla do Carmo
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora do DAU - UFES

ENSAIOS SOBRE PROJETO E CANTEIRO - LIMITES E POTENCIAIS DE UMA EXPERIÊNCIA CONSTRUTIVA NA OCUPAÇÃO DO GLÓRIA, UBERLÂNDIA .666

VERA, João Paulo
Arquiteto e Urbanista formado pela FAUeD-UFU

MERLI, Giovanna
Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Professora FAUeD-UFU

ENSINO DE PROJETO E APRENDIZAGEM POR SOLUÇÃO DE PROBLEMAS .682

CAMPOMORI, Mauricio José Laguardia
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da EAUFMG e do NPGAU-EAUFMG

EXPERIÊNCIA METODOLÓGICA NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE PROJETO: OLHAR ARTÍSTICO E DERIVA NA CRIAÇÃO SOBRE O URBANO .698

CRUZ, Aline A. A.
Doutoranda em Urbanismo pelo PROURB/UFRJ; Bolsista/Pesquisadora Capes PROURB/UFRJ; Mestre em Urbanismo pelo PROURB/UFRJ; Professora Adjunta do Curso de Arquitetura e Urbanismo, CES/JF.

SILVA, Letícia A.
Arquiteta e Urbanista pelo CES/JF

EXPERIMENTAÇÕES ARQUITETÔNICAS COMO PROCESSO PROJETUAL E DE APRENDIZAGEM .715

OBATA, SasquiaHizuru
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAU Mackenzie

MACIEL, Carolina de Rezende
Doutora em Física Ambiental; Professora da FAU Mackenzie

GRANADO JÚNIOR, Milton Vilhena
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da FAU Mackenzie

EXPLORAÇÃO PROJETUAL E OS MODELOS FÍSICOS .742

ARAUJO, Renata de Oliveira
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN.

FABULAÇÃO COMO PROJETO .762

KONRATH, Germana
Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR – UFRGS

REYES, Paulo Edison Belo
Doutor em Ciências da Comunicação; Professor da Faculdade de Arquitetura da UFRGS no departamento de Urbanismo

FLUXO E PERMANÊNCIA: INFRAESTRUTURAS DE MOBILIDADE COMO PROJETO METROPOLITANO .780

MORAES, Pedro de
Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Professor da PUC Rio

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL: PANORAMA GERAL DA ARQUITETURA E DO DESIGN NO NORDESTE BRASILEIRO .794

SILVA, Heitor de Andrade
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da UFRN

MONTE, Andrea Carolino do
Mestre em Design UFCG

LEITE, Izabel Farias Batista
Mestre em Design UFCG

FOTOGRAFIA, COTIDIANO E CIDADE: OLHARES SOBRE O RIO DE JANEIRO A PARTIR DA FAVELA NOVA HOLANDA .809

PEREIRA, Luiza Xavier
Mestre em Arquitetura do DAU-PUC-Rio; Doutoranda em Urbanismo do PROURB-UFRJ

LEME, Fernando B. P.
Doutor em Design pelo DAD-PUC-Rio; Professor do DAU-PUC-Rio

HABITAÇÃO COLETIVA E ESPAÇO URBANO: REURBANIZAÇÃO DA FAVELA DO SAPÉ .830

COELHO, Thais Junqueira
Estudante de graduação em Arquitetura e Urbanismo; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

HABITAR O CENTRO DE FORTALEZA: VAZIOS URBANOS, HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DIREITO À CIDADE .865

COSTA, Ana Lívia
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela UFC; Pesquisadora no Laboratório de Estudos da Habitação LEHAB-UFC

CARVALHO, Pedro
Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFCG; Mestrando pelo PPGAU+D UFC; Pesquisador no Laboratório de Estudos da Habitação LEHAB-UFC

PEQUENO, Renato
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor do DAU UFC e do PPGAU+D UFC; Coordenador do Laboratório de Estudos da Habitação LEHAB-UFC

INTERFACES, ENTRELAÇAMENTOS E EFEITOS DAS POLÍTICAS ONTOLÓGICAS NAS RELAÇÕES ARQUITETOS-ACTANTES .878

RHEINGANTZ, Paulo Afonso
Doutor em engenharia de Produção; Professor do PROARQ/FAU-UFRJ e do PROGRAU/FAUbb-UFPel

ANGOTTI, Fabíola Belinger
Doutoranda em Arquitetura – PROARQ/FAU-UFRJ

CUNHA, Eduardo Grala da
Doutora em Arquitetura; Professor do PROGRAU e da FAUrb/UFPEL

MAQUETES QUE SÃO DIAGRAMAS, QUE SÃO PROCEDIMENTOS: O ENSINO DE TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA MEDIADO PELA INVESTIGAÇÃO DIAGRAMÁTICA DOS PROCEDIMENTOS DE PROJETO .893

IZAR, Gabriela
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora do CAU UniCeub

MÉTODOS DE PLANEJAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO: ANÁLISE DE GUIAS PARA CIDADES COM INCLUSÃO DE GÊNERO .915

MERLI, Giovanna
Mestra em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAUeD UFU

GUERRA, Maria Eliza Alves
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAUeD e do PPGAU UFU

MORFOLOGIAS DA CONGESTÃO: APRECIAÇÕES SOBRE PARIS E NOVA YORK .938

GOMES DE SOUSA, Nilberto
Doutorando em Arquitetura e Urbanismo do PPGAU UFRN

MUITO POUCO ENSINO DE TEORIA E POUCA ARQUITETURA, OS MALES DO BRASIL SÃO .959

PUPPI, Marcelo
Doutor em História da Arte; Professor na Universidade Estadual de Londrina

O ENSINO DE CONSTRUÇÃO COMO ENSINO DE PROJETO NO TERCEIRO ANO DO CURSO DE ARQUITETURA DA FAUP .970

SANTOS NETO, Edson Fernandes D'Oliveira
Doutorando em Arquitetura e Urbanismo; Professor Adjunto da FAUFBA

LACERDA LOPES, Carlos Nuno
Doutor em Arquitetura, Professor Agregado da FAUP

O MASP DE LINA BO BARDI: RECONSTRUÇÃO DO CONCRETO, RESTAURAÇÃO DO PROJETO .985

PELLEGRINI, Ana Carolina
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da UFRGS e do PROPAR-UFRGS

PEIXOTO, Marta
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da UFRGS e do PROPAR-UFRGS

O PROCESSO DE INSERÇÃO DAS ATIVIDADES EXPERIMENTAIS EM ESCOLAS BRASILEIRAS DE ARQUITETURA .996

LAVERDE, Albenise
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAUeD UFU

OLIVEIRA, Cláudia de Andrade
Doutora em Engenharia Civil; Professora da FAUUSP

OCUPANDO O CAMPUS: INTERDISCIPLINARIDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ESPAÇO DA CIDADE .1016

TEIXEIRA, Renata Bacelar
Mestre em Engenharia de Estruturas; Arquiteta e Urbanista; Professora do Centro Universitário UNA

SOARES, Ednei
Doutorando em Psicologia; Mestre em Psicologia; Professor do Centro Universitário UNA

QUEIROGA, Talita
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo; Centro Universitário UNA

OS ARQUITETOS DE RECIFE NA VIRADA DO SÉCULO XXI: EDIFÍCIO, CIDADE E FAVELA .1033

LAPROVITERA DA MOTTA, Enio
Doutor em "Estudos Urbanos" pela EHESS(Paris); Professor da UFPE

PEDAGOGIAS URBANAS COMO PRÁTICA DO DIREITO À CIDADE .1047

BOMTEMPO, Mariana Roberti
Arquiteta e Urbanista; Mestre em Design and Urban Ecologies pela Parsons – The New School;

PERCORRENDO O CENTRO CULTURAL SÃO PAULO .1072

ANSELONI, Caroline Cepeda
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo; PPGAU UPM

POR UMA AUTONOMIA CONCRETIZÁVEL: PROPOSIÇÃO DE TÉCNICAS DE ARQUITETURA E INFRAESTRUTURA DE PEQUENO E MÉDIO PORTE PARA COMUNIDADES EM REGIÕES DE FRAGILIDADE SOCIOESPACIAL E AMBIENTAL .1082

LUZ, Vera Santana
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAU PUC de Campinas e do PPGAU da PUCCamp

POSITIVISMO E ANTIPOSITIVISMO: DUAS FILOSOFIAS PARA A COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO ARQUITETÔNICA .1105

CARVALHO, Giuliano Orsi Marques de
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor do CAU UFT

ELALI, Gleice Azambuja
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora do CAU e PPGAU UFRN

PRÁTICAS DE ARQUITETURA PARA DEMANDAS POPULARES DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO AÇO .1118

SA, Lorrainy Cristina Lage
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo - UNILESTE

ÁVILA, Vinícius Martins
Especialista em Construção Civil; Professor do CAU UNILESTE

PREVENÇÃO DO CRIME ATRAVÉS DO DESING AMBIENTAL (CPTED) - INTERVENÇÕES DE DESENHO URBANO E A SEGURANÇA DAS CIDADES: COLÔMBIA, CHILE E BRASIL .1143

PESSOTTI, Luciene
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

PROJETAR PARA A AUTONOMIA OU PARA O ASSUJEITAMENTO? O REASSENTAMENTO COLETIVO PARA OS ATINGIDOS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO/MARIANA-MG .1171

TOMAZELLI, Raone C.
Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Ouro Preto.

NOGUEIRA, Sandra M. Antunes
Graduada em Arquitetura e Urbanismo, mestre e doutora em Tratamento da Informação Espacial – Planejamento Urbano e Regional. Professora adjunta do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto.

MARQUES, Monique Sanches
Graduada em Arquitetura e Urbanismo, mestre em Teoria e Prática do Projeto de Arquitetura e Urbanismo, Doutora em Urbanismo. Professora adjunta do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto.

QUALIDADE FUNCIONAL DOS ESPAÇOS HABITACIONAIS: UMA DEFINIÇÃO DO CONCEITO A PARTIR DE MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE HABITACIONAL .1195

MACEDO, PRISCILA FERREIRA DE
Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU/UFRN.

ATAÍDE, RUTH MARIA DA COSTA
Doutora em Pensamiento Geografico y Organización del Territorio. Professora do Departamento de Arquitetura (DARQ/UFRN) e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFRN)

SILVA, HEITOR DE ANDRADE
Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Professor do Departamento de Arquitetura (DARQ/UFRN), do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFRN) e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente (PPAPMA/UFRN)

QUILOMBO MESQUITA EM GOIÁS: UMA EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA TÉCNICA CONJUNTA DO GRUPO PERIFÉRICO FAU/UNB E NUCLEAÇÃO DA RESIDÊNCIA AU+E/ UFBA .1210

LOPES, Amanda Alves Sicca
Residente em Arquitetura e Urbanismo + Engenharia da UFBA

ANDRADE, Liza Maria Souza
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora do PPG-FAU/UnB

SILVA, CyntiaTemoteo da Costa
Residente em Arquitetura e Urbanismo + Engenharia da UFBA

PAULINO, Mariane da Silva
Arquiteta Urbanista do Grupo Periférico da FAU/UnB

REFLEXÕES SOBRE A "MANUFATURIZAÇÃO" DO ESTÁGIO EM ARQUITETURA E URBANISMO .1237

TONSIG, Lara Melotti
Formada em Arquitetura e Urbanismo; Pesquisadora de Mestrado do PPGIAU USP

LOPES, João Marcos de Almeida
Doutor em Filosofia e Metodologia das Ciências; Professor do IAU USP e do PPGIAU USP

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE CONSTRUÇÃO NA FACULDADE DE ARQUITETURA DA UFBA .1257

SANTOS NETO, Edson Fernandes D'Oliveira
Doutorando em Arquitetura e Urbanismo; Professor Adjunto da FAUFBA

REPENSANDO O ESPAÇO CONSTRUÍDO DA EDIFICAÇÃO ESCOLAR COM AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS .1275

SQUAIELLA, Roberta B. F.
Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo da FAU Universidade Presbiteriana Mackenzie

RIGHI, Roberto
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor Titular da FAU Universidade Presbiteriana Mackenzie

RESISTÊNCIA E IDENTIDADE NA CONFIGURAÇÃO METROPOLITANA: UM OLHAR APROXIMADO EM TRECHOS DOS SUBÚRBIOS CARIOCAS .1297

ALBERNAZ, Maria Paula
Doutor em Geografia; Professor da FAU UFRJ e do PROURB FAU UFRJ

BERTAME, Rodrigo
Mestre em Urbanismo; PROURB FAU UFRJ

MATTOSO, Rafael
Doutorando em Urbanismo; PROURB FAU UFRJ

RETRATOS URBANOS – INTERLOCUÇÕES DOS ARTISTAS VISUAIS DE RUA SOBRE OS JARDINS DO SETOR SUL, GOIÂNIA-GO .1319

PIRES, P. C. N.
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo; aluna pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU e pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design na Universidade Federal de Uberlândia - FAUeD.

LAURENTIZ, Luiz Carlos de
Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea; professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia e do Programa de Pós-Graduação da mesma Faculdade.

SIZA E WRIGHT: DOIS MUSEUS E O VISITANTE .1339

KOHLMANN, Andrya
Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Doutoranda PROPAR/UFRGS

AGUIAR, Douglas
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da UFRGS

TECTÔNICA BAMBU – RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA .1362

BARBOSA, Normando Perazzo
Doutor em Mecânica Aplicada às Estruturas; Professor Titular UFPB

ROCHA, Germana Costa
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora do CAU UFPB

VASCONCELOS, Giulan Antônio Rodrigues
Graduando do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPB

UM PROGRAMA EM FORMAÇÃO: LEARNING CENTER - EPFL - LAUSANNE – SANAA .1381

PIETRAOIA, Valério Marcos Nogueira
Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Doutorando da FAU USP

UMA REFLEXÃO SOBRE A POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM SALVADOR: EXISTEM OUTRAS POSSIBILIDADES? .1417

QUEIROZ, Carolina Correia
Graduada em Arquitetura e Urbanismo, aluna ouvinte no PPGAU UFBA

URBANISMO CORPORATIVO COM CERTIFICAÇÃO INTERNACIONAL: USO E CONTRADIÇÃO DO LEED© ND NO PARQUE DA CIDADE .1444

GRAZZIANO, Raphael
Doutorando em Arquitetura e Urbanismo; FAU USP

2 – MESA TEMÁTICA SEM APRESENTAÇÃO ORAL

(RE) PENSANDO O NÃO-LUGAR: ESTUDO DO ESPAÇO RESIDUAL DA PONTE DA PASSAGEM, EM VITÓRIA (ES) .1462

DIAS, Maiara Dos Santos
Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFES); Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU/ UFES

CASER, Karla do Carmo
Doutora em Arquitetura da Paisagem/ Sustentabilidade de Comunidades (University Of Guelph); Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFES

A PAISAGEM COMO PLATAFORMA PARA O PROJETO TERRITORIAL: DESVELANDO O PODER DAS INFRAESTRUTURAS NA TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM DE MANAUS, AMAZONAS .1493

PONTES, Taís Furtado
Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, PPG-FAU/UnB; Professor da UFAM

A TRANSFORMAÇÃO DE BAKU: MAPEAMENTO DE SETORES E ARCOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO .1519

PAULA, Danilo Firbida de
Mestrando em Arquitetura e Urbanismo na Universidade São Judas Tadeu

IMBRONITO, Maria Isabel
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professor na Graduação e Mestrado na Universidade São Judas Tadeu

MACEDO, Adilson Costa
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor na Graduação e Mestrado na Universidade São Judas Tadeu

CARTOGRAFANDO O PRESENTE: ESCRITAS URBANAS E PRODUÇÃO DE MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA .1536

HYPOLITO, Bárbara
Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR

CARTOGRAFIA DA HOSPITALIDADE .1551

PAESE, Celma
Pós-Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo do PNPD CAPES no PPGAU Mestrado associado Uniritter/ Mackenzie

MARIANO, Gabriela
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo do PPGAU UniRitter/Mackenzie

MOREIRA, Lizandra
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo do PPGAU UniRitter/Mackenzie

COMPOSIÇÃO ARQUITETÔNICA: UM EXPERIMENTO DOS CINCO PONTOS DE LE CORBUSIER .1564

MALICHESKI, Isadora Finoketti
Mestranda em Arquitetura do PROPAR - UFRGS; Professora de Arquitetura do IFRS

CONTRIBUIÇÕES DOS ANAIS PARA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM ARQUITETURA E URBANISMO .1574

SOUZA, Sofia Pessoa Lira
Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo; Professora do CECA UFAL

ALBUQUERQUE, A. A.
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da FAU UFAL e do PPGAU DEHA

ÉTICA E ARQUITETURA: O ENSINO NO RURAL STUDIO E A CRÍTICA DE SÉRGIO FERRO .1587

AMARAL, Cláudio Silveira
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor do PPGAU da FAAC UNESP

FONTÃO, Márcio Barbosa
Mestrando em Arquitetura e Urbanismo do PPGAU da FAAC UNESP

IDEOLOGIA E PROJETO: O PATRIARCADO NA CIDADE .1603

MERLI, Giovanna
Mestra em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAUeD UFU

GUERRA, Maria Eliza Alves
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAUeD e do PPGAU UFU

INTEGRAÇÃO DE CONTEÚDOS EM PROCESSOS DE ENSINO- APRENDIZAGEM NO ATELIÊ DE PROJETO: UM ESTUDO DE CASO .1611

MEDEIROS, Renato
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da UNIFACEX.

LIMA, Hicaro C. Aquino
Estudante de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UNIFACEX.

BATISTA, Fernanda Duarte
Estudante de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UNIFACEX.

NA CIDADE MERCADORIA DO CAPITAL: PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO PARA UM NOVO FAZER URBANO .1629

SANTOS, Samira Alves dos
Mestranda em Sistemas de Gestão; Universidade Federal Fluminense

ANDRADE, Emmanuel Paiva de
Doutor em Engenharia de Produção; Professor Titular da Universidade Federal Fluminense

FLORES, Carina Zamberlan
Mestre em Engenharia Civil; Universidade Tecnológica Federal do Paraná

NOVOS CONCEITOS X ANTIGOS PROBLEMAS: AS CIDADES INTELIGENTES E A INFORMALIDADE URBANA .1649

CARVALHO, G.
Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Professor da UNIVALI

SIMAO, R. S.
Arquiteto e Urbanista

ROSSETTO, A. M.
Doutora em Engenharia de Produção; Professora da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC

O CONHECIMENTO PEDAGÓGICO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: TEORIA E PRÁTICA NOS PROGRAMAS DE ESTÁGIO DOCENTE .1665

SILVA, Bianca Jo
Doutoranda no PPG em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Presbiteriana Mackenzie, biancasilvajo@gmail.com

PINA, Silvia a. Mikami Gonçalves
Livre Docente no PPG em Arquitetura, Tecnologia e Cidade na Universidade Estadual de Campinas

OS CAMINHOS DO URBANISTA - O papel do urbanismo na formação de espaços de medo e espaços de paz .1675

COSTA, Ana Karoline Gonçalves
Graduada em Arquitetura e Urbanismo da UEMA;

PEREIRA, Ivamberto da Conceição Lima
Pós-graduando em Assessoria Técnica no Habitat Urbano e Rural da UEMA; Graduado em Arquitetura e Urbanismo da UEMA

VENANCIO, Marluce Wall de Carvalho
Doutorado em PROURB na FAU-UFRJ; Mestrado em Desenvolvimento Urbano na UFPE; Professora adjunto III da UEMA

PANORAMA DO ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL: DESAFIOS SOB UMA PERSPECTIVA SISTÊMICA .1695

GONÇALVES, Vanessa Vidal Magalhães
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU/UFU

DAMIS VITAL, Giovanna Teixeira
Doutora pela FAUUSP; Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo e do PPGAU/ UFU

PERCURSOS ERRANTES: APREENSÃO DO ESPAÇO DA CIDADE A PARTIR DA DERIVA .1709

AMARAL, Marina
Graduada em Arquitetura e Urbanismo FAU UFRJ

ZONNO, Fabiola do Valle
Doutora em História Social da Cultura; Professora PROARQ FAU UFRJ

PROJETO DO FÓRUM ELEITORAL DE AFUÁ, O LUGAR SOB O PONTO DE VISTA DOS USUÁRIOS .1736

PASSOS NETO, Angelo Pio
Mestre em Arquitetura e Urbanismo PPGAU/UFPA

PERDIGÃO, Ana Kláudia de Almeida Viana
Profa. Dra. PPGAU/UFPA

RACIOCÍNIO CONSTRUTIVO E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZADO EM ARQUITETURA E URBANISMO .1753

GUIMARÃES, Ramon Paes
Doutorando em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU/UFMG; Professor do IFMG - Santa Luzia

UMA PROPOSIÇÃO DE MÉTODO PARA ESTUDO DA OBRA DE ROGELIO SALMONA: O ARQUITETO COLOMBIANO ALÉM DA SUPERFÍCIE DE TIJOLOS .1772

OSSANI, Taís de Carvalho
Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Pesquisadora FAU Mackenzie

VIVA CAMPUS: UMA EXPERÊNCIA DE PROJETO PAISAGISTICO COLETIVO .1808

SILVA, Flávio Silvério da
Mestrando em Artes Urbanidades e Sustentabilidade pela UFSJ

MUCHINELLI, Lívia R. A.
Doutora em Ciências; Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSJ

3 – SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

AMPLIAÇÃO DO CAMPO PROFISSIONAL EM ARQUITETURA E URBANISMO SOCIAL: HÁ PERSPECTIVAS? .1828

Coordenador(a): BUENO. Laura Machado de Mello
Doutora em Estruturas Ambientais urbanas pela FAUUSP; Professora da FAU e do POSURB-ARQ da PUC Campinas;

A PRODUÇÃO DO RECÉM-INAUGURADO LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE RAÇA E ESPAÇO URBANO (LABRAÇA) DA FAUUSP .1849

Coordenador(a): BARONE, Ana Cláudia Castilho
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAUUSP;

APRENDENDO COM O ORDINÁRIO .1863

Coordenador(a): LASSANCE, Guilherme
Doutor em Ciências e Arquitetura; Professor do DPA FAU UFRJ e do PROURB UFRJ;

ARQUITETOS NO TEATRO: A ARQUITETURA TEATRAL E A CENOGRAFIA COMO MOMENTOS DE REFLEXÃO SOBRE ESPAÇO E COMUNIDADE .1882

Coordenador(a): DRAGO, Niuxa Dias
Doutora em Artes Cênicas; Professora do DHT/ FAU UFRJ;

ARTE E ARQUITETURA: PROVOCAÇÕES .1898

Coordenador(a): FARIAS, Agnaldo
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da FAU USP e do PPGAU FAUUSP; agnaldoacfarias@gmail.com

Coordenador(a): VÁZQUEZ RAMOS, Fernando Guillermo
Doutor em Arquitetura; Professor da USJT e do PGAUR USJT;

AUTONOMIA, PROJETO E HABITAÇÃO POPULAR: PERSPECTIVAS CRÍTICAS E OPÇÕES DECOLONIAIS .1919

Coordenador(a): NAME, Leo
Doutor em Geografia (UFRJ); Professor do CAU UNILA e do PPGLC-UNILA;

CONCEBER E CONSTRUIR _ Estruturas Leves e Pré-fabricação .1938

Coordenador(a): AMORIM, Anália MMC
Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela FAU USP _ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; Livre Docente e Professora da FAU USP e Professora Associada da Escola da Cidade;

DISTANCIAMENTO COMO FORMA DE APROXIMAÇÃO: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS MULTIDISCIPLINARES NA TEORIA E NA PRÁTICA DA ARQUITETURA E DO URBANISMO .1956

Coordenador(a): COSTA, Prof. Dr. Francisco de Assis da [Xico Costa]
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor permanente do PPGAU - UFPB; Professor Colaborador do PPGAU-UFBA; Professor Associado do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPB;

EXPERIÊNCIAS DE RESIDÊNCIA PROFISSIONAL NA PÓS-GRADUAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ARQUITETURA E URBANISMO (I): UFBA/UFPB/UFPEL .1975

Coordenador(a): GORDILHO-SOUZA, Angela
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora do PPGAU/UFBA e Coordenadora da Residência AU+E/UFBA;

EXPERIÊNCIAS DE RESIDÊNCIA PROFISSIONAL NA PÓS-GRADUAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ARQUITETURA E URBANISMO (II): UFBA/UNB/UFC .1990

Coordenador(a): GORDILHO-SOUZA, Angela
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora do PPGAU/UFBA e Coordenadora da Residência AU+E/UFBA;

INTERFACES ENTRE MORFOLOGIA URBANA, PLANEJAMENTO E PRÁTICA: CAUSAS E EFEITOS .2003

Coordenador(a): CARVALHO, Thereza Christina Couto
PhD em Desenho Urbano, Professora da EAU/UFF e do PPGAU/UFF, Coordenadora do grupo de pesquisa RCORTE:

PRÁTICAS, REFLEXÕES E DESAFIOS DA ABORDAGEM DE GÊNERO NO CAMPO DA ARQUITETURA E URBANISMO .2028

Coordenador(a): TAVARES, Rossana
Doutora em Urbanismo; Professora da EAU UFF e da Unigranrio;

Coordenador(a): HELENE, Diana
Doutora em Planejamento Urbano e Regional; Professora da Unigranrio;

TEORIA E PRÁTICA NO ENSINO DE TECNOLOGIA DA ARQUITETURA E DO URBANISMO .2047

Coordenador(a): LOPES, João Marcos de Almeida
Doutor em Filosofia e Metodologia das Ciências; Professor Livre Docente do IAU USP e do PPGAU IAUUSP;

Coordenador(a): CARNEIRO, Daniel Marostegan e
Mestre em Metodologia de Ensino; Professor da Faculdade de Arquitetura da UFBA;

TERRA COMUM: AMPLIANDO O IMAGINÁRIO DO VALOR DE USO .2063

Coordenador(a): BALTAZAR, Ana Paula
Arquiteta, Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da EA e do NPGAU da UFMG;

Coordenador(a): GANZ, Louise
Arquiteta, Artista, Mestre e Doutora em Artes Visuais; Professora da Escola Guignard e da Pós graduação em Artes Plásticas da UEMG;

4 – ARTIGOS COMPLETOS DE SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

A PRODUÇÃO DO RECÉM-INAUGURADO LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE RAÇA E ESPAÇO URBANO (LABRAÇA) DA FAUUSP

A FORMAÇÃO DO PARQUE PERUCHE COMO TERRITÓRIO NEGRO .2084

SANTOS, Maria Gabriela Feitosa dos
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP

LARGO DA BANANA: A QUESTÃO RACIAL NO URBANISMO PAULISTANO .2096

SIQUEIRA, Renata Monteiro
Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Doutoranda da FAUUSP

NEGROS EM SÃO PAULO - UM MAPEAMENTO CRÍTICO .2108

BARONE, Ana Cláudia Castilho
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAU USP e do PPGAU USP

O PREFEITO ANTÔNIO PRADO E A POPULAÇÃO NEGRA DA CIDADE DE SÃO PAULO (1899-1911) .2118

BARONE, Ana Cláudia Castilho
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAU USP.

NASCIMENTO, Débora Fernandes
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela FAU USP.

SOBRE A HISTÓRIA DA ARQUITETURA EM DIÁSPORA .2135

FREIRE, Karen Pessoa
Historiadora, Arquiteta e Urbanista; Mestranda da FAU USP

ARQUITETOS NO TEATRO: A ARQUITETURA TEATRAL E A CENOGRAFIA COMO MOMENTOS DE REFLEXÃO SOBRE ESPAÇO E COMUNIDADE

A CENOGRAFIA COMO CAMPO DE EXPERIMENTAÇÃO ARQUITETÔNICO: AS OBRAS DE HERZOG&DEMEURON E JEAN NOUVEL .2144

DRAGO, Niuxa Dias
Doutora em Artes Cênicas; Professora do DHT – FAU/UFRJ

ALGUNS DESENHOS DE CENA DE LINA BO BARDI - ENTRE A VANGUARDA E A ARTE POPULAR .2159

LIMA, Evelyn Furquim Werneck
Doutor em História Social; Professor titular do CLA/Unirio e do PPGAC/Unirio

ARTE E ARQUITETURA: PROVOCAÇÕES

ARTE E ARQUITETURA: UMA HISTÓRIA COMPLICADA .2176

VÁZQUEZ RAMOS, Fernando Guillermo
Doutor em Arquitetura; Professor da USJT e do PGAUR USJT

MATTOS, Paula De Vincenzo Fidelis Belfort
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da USJT e do PGAUR USJT

LIMITES DO MONUMENTO EM CAMPO AMPLIADO: A PRODUÇÃO DE LUGARES OUTROS DE MEMÓRIA NA CONTEMPORANEIDADE .2190

ZONNO, Fabiola do Valle
Doutora em História Social da Cultura; Professor da FAU UFRJ e do PROARQ UFRJ

O PÚBLICO E O PRIVADO EM CURTO-CIRCUITO: ATRAVESSAMENTOS ENTRE ARTE E ARQUITETURA NO BRASIL NO FINAL DOS ANOS 1960 .2209

WISNIK, Guilherme
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da FAU USP

POR UMA EXPERIÊNCIA DA PAISAGEM: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO MODERNO VIA ROBERTO BURLE MARX .2223

POLIZZO, Ana Paula
Doutora em História; Professora da FAU UFRJ

AUTONOMIA, PROJETO E HABITAÇÃO POPULAR: PERSPECTIVAS CRÍTICAS E OPÇÕES DECOLONIAIS

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: ESTADO, MERCADO, PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO .2246

CUNHA, Gabriel Rodrigues da
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA

CONCEBER E CONSTRUIR - ESTRUTURAS LEVES E PRÉ-FABRICAÇÃO

ESTRATÉGIAS DE FORM-FINDING DE SUPERFÍCIES ESTRUTURAIS RÍGIDAS DE DUPLA CURVATURA .2268

MELACHOS, Felipe Corres
Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Professor da Escola da Cidade

O DESENHO E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DA ARQUITETURA – A SEDE DO TCU EM SALVADOR, PROJETO DE JOÃO FILGUEIRA LIMA (LELÉ) .2282

MOSANER, Fábio Ferreira Lins
Doutorando em Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP); Professor do DAU-UFSC

AMORIM, Anália Maria Marinho de Carvalho,
Doutora em Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP); Professora Livre Docente da FAU-USP e Escola da Cidade

INTERFACES ENTRE MORFOLOGIA URBANA, PLANEJAMENTO E PRÁTICA: CAUSAS E EFEITOS

ESTRADAS, LARGOS E ATMOSFERAS DE PREFERÊNCIA – A REDE DE ESPAÇOS LIVRES NO CATETE, RIO DE JANEIRO-RJ .2302

LAMOUNIER, Alex Assunção
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da FAU-UFRJ

CARVALHO, Thereza Christina Couto
Doutora em Desenho Urbano; Professora da FAU-UFF e do PPGAU-UFF

PRÁTICAS, REFLEXÕES E DESAFIOS DA ABORDAGEM DE GÊNERO NO CAMPO DA ARQUITETURA E URBANISMO

MULHERES E DIREITO À CIDADE A PARTIR DA LUTA DOS MOVIMENTOS DE MORADIA .2324

HELENE, Diana
Doutora em Planejamento Urbano e Regional; Professora da Unigranrio;

TERRA COMUM: AMPLIANDO O IMAGINÁRIO DO VALOR DE USO

PROJEÇÕES: 100KM2 DE TERRA NA CAATINGA .2348

GANZ, Louise
Arquiteta e Doutora em Artes Visuais; Professora da Escola Guignard e da Pós-graduação em Artes Plásticas da UEMG

LINKE, Ines
Doutora em Artes Visuais; Professora da EBA e do PPGAV da UFBA

5 – OFICINAS

CARTOGRAFIA DA HOSPITALIDADE .2366

PAESE, Celma
Pós-Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo do PNPD CAPES no PPGAU Mestrado associado Uniritter/ Mackenzie

COPETTI, Dandara
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo do PPGAU UniRitter/Mackenzie

MARIANO, Gabriela
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo do PPGAU UniRitter/Mackenzie

MOREIRA, Lizandra
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo do PPGAU UniRitter/Mackenzie

VOLPATTO, Carlla
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo do PPGAU UniRitter/Mackenzie

VARGAS, Cassya
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo do PPGAU UniRitter/Mackenzie

HABITAR FOGO: O CORPO E OS AFETOS COMO DISPOSITIVO DE PROJETO .2373

GUIZZO, Iazana (Autor Principal)
Doutora em Urbanismo; Professora do CAU USU - RJ;

CO-AUTOR 01: POZZANA, Laura
Pós-doutoranda do PPG de Psicologia UFRJ; Instrutora do *Rio Abierto* e psicóloga clínica;

IMAGINÁRIOS PARA A TERRA COMUM .2378

GANZ, Louise (Autor Principal)
Arquiteta, Artista, Mestre e Doutora em Artes Visuais; Professora da Escola Guignard e da Pós graduação em Artes Plásticas da UEMG;

CO—AUTOR 01: BALTAZAR, Ana Paula
Arquiteta, Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da Escola de Arquitetura e do NPGAU da UFMG;

CO—AUTOR 02: LINKE, Ines
Artista, Cenógrafa, Mestre e Doutora em Artes Visuais; Professora da Escola de Belas Artes da UFBA;

JOGO "AGENTES URBANOS E A CIDADE PARTICIPATIVA" .2382

BUZZAR, Miguel Antonio (Autor Principal)
Diretor e professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos da Universidade de São Paulo (IAU-USP);

CO-AUTOR 01: NEDEL, Miranda Zamberlan
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo; IAU-USP;

CO-AUTOR 02: BRAGA, Juliana Martes Martins
Pós-Graduanda em Arquitetura e Urbanismo; Escola da Cidade;

CO-AUTOR 03: TROMBETA, Gabriele de Campos
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo; IAU-USP;

CO-AUTOR 04: VAZ, Matheus Motta
Graduando em Arquitetura e Urbanismo; IAU-USP;

CO-AUTOR 05: BERGANTIN, Rachel
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo; IAU-USP;

PEDAGOGIAS URBANAS COMO PRÁTICA DO DIREITO À CIDADE .2388

BOMTEMPO, Mariana
Arquiteta e Urbanista; Mestre em *Design and Urban Ecologies*;

1 – MESA TEMÁTICA COM APRESENTAÇÃO ORAL

[DES]DOBRA: INSTRUMENTO PROJETUAL

UNFOLD: PROJECT INSTRUMENT

DESPLIEGUE: INSTRUMENTO PROYECTOR

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIO, PROJETO E PRÁTICA

RESENDE, Lorena Maia
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo PROGRAU/UFPel
lorenamilitao@gmail.com

ROCHA, Eduardo
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor PROGRAU/UFPel
amigodudu@yahoo.com.br

CEZAR, Laura Lopes
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora PROGRAU/UFPel
arqcezar.14@gmail.com

[DES]DOBRA: INSTRUMENTO PROJETUAL

UNFOLD: PROJECT INSTRUMENT

DESPLIEGUE: INSTRUMENTO PROYECTOR

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIO, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
A partir das frestas de um desenho ou paisagem sugere-se a continuidade através de croquis. Ao oferecer o gatilho se observa a multiplicidade dos [des]dobramentos de cada envolvido, tanto pela técnica, processo e produto. O objetivo é aprimorar a criatividade de pesquisadores na área da Arquitetura e Urbanismo por meio da expressão gráfica. A análise dos resultados é obtida por um agenciamento entre o conceito de dobra do filósofo Deleuze e os estudos sobre *collage* do arquiteto e urbanista Fernando Fuão. As decisões de seguir ou não o mesmo traçado ou a mesma dobra revelam pistas sobre a criação.
PALAVRAS-CHAVE: processo criativo; expressão gráfica; subjetividade; arquitetura e urbanismo.

ABSTRACT:
From the cracks of a drawing or landscape it is suggested the continuity through sketches. By offering the trigger you can see the multiplicity of the unfold of each involved, both by technique, process and product. The objective is to improve the creativity of researchers in the area of Architecture and Urbanism through graphic expression. The analysis of the results is obtained by an agency between the concept of the folding of the philosopher Deleuze and the studies on collage of the architect and urbanist Fernando Fuão. The decisions to follow or not the same stroke or the same fold give clues about the creation.
KEYWORDS: *creative process; graphic expression; subjectivity; architecture and urbanism.*

RESUMEN:
A partir de las grietas de un dibujo o paisaje se sugiere la continuidad a través de croquis. Al ofrecer el gatillo se observa la multiplicidad de los despliegue de cada envuelto, tanto por la técnica, proceso y producto. El objetivo es mejorar la creatividad de investigadores en el área de Arquitectura y Urbanismo por medio de la expresión gráfica. El análisis de los resultados es obtenido por un agenciamiento entre el concepto de doble del filósofo Deleuze y los estudios sobre collage del arquitecto y urbanista Fernando Fuão. Las decisiones de seguir o no el mismo trazado o la misma dobla dan pistas sobre la creación.
PALABRAS-CLAVE*: proceso creativo; expresión gráfica; subjetividad; arquitectura y urbanismo.*

CRIAÇÃO: O PROCESSO

A disciplina Processos Projetuais da Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, ministrada pela professora Laura Lopes Cezar[1], levantou alguns questionamentos sobre o processo criativo dos arquitetos e urbanistas contemporâneos; além da proposição de alguns exercícios projetuais que experimentem novas alternativas para aguçar a criatividade e inovação.

Criação é um conceito delicado e de opiniões diversas. A primeira definição encontrada no dicionário Aurélio refere-se ao "ato ou efeito de criar, de tirar do nada", associado também as palavras formar, inventar, produzir. Mas, acreditar que a criação nasce do nada seria negar toda bagagem de experiências vividas, das sensações e desejos humanos envolvidos.

A psicologia cognitiva é uma das áreas que se dedica a desvendar os mistérios por traz da criação e, consequentemente, do pensamento. O arquiteto Bryan Lawson em sua obra *"Como arquitetos e designers pensam"* relata os diferentes posicionamentos dos psicólogos quanto o ato de pensar. Primeiramente, os behavioristas tratavam o pensamento como algo mecânico, explicado pela relação do estímulo e reação, assim como processos de tentativa e erro, pouco admitiam a diferença essencial entre a inteligência humana comparada a outros seres vivos. Em um segundo momento, as teorias da escola Gestalt trabalharam na compreensão de como o ser humano resolvia e organizava os problemas, desconsiderando o pensamento mecanicista dos behavioristas. Da mesma maneira como em um jogo de xadrez, ao comparar um jogador experiente/profissional com um iniciante/amador. A diferença está que o jogador experiente lê o jogo, enxerga várias opções de escolha e a consequência delas, pois recorre a memória e as diversas experiências anteriores tendo mais domínio do jogo; ao passo que o amador raciocina cada jogada não observando os impactos futuros. E, mais recentemente, a ciência cognitiva entende o ser humano com muitas potencialidades, dotado de inteligência e verdadeiros processadores de informação. As várias investidas em inteligência artificial avançam, mas ainda estão longe do brilhantismo da mente humana que é impactada por vários fatores, seja do contexto a que está submetido, das experiências vividas, e até mesmo dos estímulos para resolver determinados problemas (LAWSON, 2011).

Em uma análise filosófica a criação pode ser compreendida como um rompimento, uma fratura do que já é conhecido, e nesse desligamento nasce o novo, um acontecimento que enaltece a diferença. Sendo que qualquer pessoa tem a capacidade criativa, modificando somente o nível de saber almejado. No texto "O ato da criação", transcrição de uma conferência feita por Deleuze em 1987, o autor postula que criar é ter uma ideia e que todas as formas de saber, filosóficas ou não, são formas de pensamento. Por exemplo, a arte cria pensamento, mas gera uma consistência – pinturas, desenhos, expressões – proporcionando sensações e percepções. Assim como o cineasta que cria pensamentos mediante a formação de imagens em movimento. Ou seja, todas formas de saber geram pensamento, e por sua vez, o filósofo gera pensamento criando conceitos que não são dados, descobertos, mas sim inventados, criados (DELEUZE, 1999). Dessa forma, pode-se entender que toda criação é um acontecimento potente que resiste ao gerar alguma consistência, seja no campo material, conceitual ou abstrato.

"Criar é um exercício eminentemente político, po(é)tico e artístico, que, em última análise, está a serviço da resistência" (ROSA, 2010, p. 1). Este autor aborda de forma interessante o viés criativo que está submetido a um desejo, a uma vontade, ou a uma "curiosidade que nos põe pacientemente impacientes diante do

[1] Professora doutora Adjunta, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos" como enfatiza Paulo Freire (1996, p. 20). A característica política do ato de criar traça linhas de fuga, deslocamentos, rompimento com o que é imposto pelas legislações, uma sensibilidade crítica que desterritorializa e cria novos questionamentos. Ao mesmo tempo a criação é um movimento ligado a poesia, a paixão pela vida e pelas diversas formas de experienciar os acontecimentos. E, nessa explosão de sentimentos, criar ainda é um ato artístico pois consegue expressar toda essa ebulição dos *afectos* e *perceptos*[2] (ROSA, 2010).

O campo da arquitetura e urbanismo comumente é visto como uma área criativa de produção, comparada as artes, música, dança, dentre outras. No entanto, o produto da criação arquitetônica possui relevante impacto para as cidades e para as pessoas, o arquiteto oferece materialidade em várias escalas, desde o planejamento urbano de uma cidade até o desenho de um mobiliário. Além disso, o arquiteto está sempre disposto a organizar, a solucionar problemas e atender aos muitos critérios (normas técnicas, segurança, acessibilidade, sustentabilidade, conforto, estética) de forma criativa e que atenda a satisfação dos usuários. No entanto, outras áreas das ciências humanas produzem sem tanto comprometimento com o julgamento alheio. Por exemplo, as artes e a dança podem impactar de maneira positiva, no intuito de ser uma atração prazerosa, ou negativa, no sentido de atingir, incomodar, fazer refletir e gerar certo mal-estar. A arquitetura, por mais que inove e descontrua muitos paradigmas, ainda está presa a uma série de regulamentações e exigências. Dessa forma, o processo criativo da arquitetura é um estudo ainda mais delicado, por mais que se tenha a liberdade subjetiva e imaginária no ato criativo muitas vezes são ideias podadas que ficam somente como um conceito abstrato, ou uma simples menção.

A célebre frase do arquiteto norte-americano Louis Suvillivan "a forma segue a função" foi um marco na arquitetura inaugurando a nova fase modernista, aliado às ideias racionalistas da escola Bauhaus. Reflexos do modernismo que até hoje estão presentes em várias soluções atuais, mas também que são muito questionados sobre essa rigorosidade funcional e enquadramento criativo. Porque não pensar na função seguir a forma, ou ser só forma, ou só função? A arquitetura e o urbanismo são atravessados pela multiplicidade e complexidade - e talvez isso seja um dos maiores desafios criativos - pois a arte de projetar sempre envolve um objeto (objetivo) para um sujeito (subjetivo). Lidando com a materialidade mergulhado em inúmeras relações sociais, econômicas, culturais, éticas e políticas.

Não é possível criar um passo a passo fechado, ou uma "receita de bolo" muito específica para o desenvolvimento de um projeto, porque tal fato pode resultar em produtos muito semelhantes e com pouca inovação. Produzindo sempre mais do mesmo. Cada processo criativo é uma singularidade e envolve tanto questões intuitivas (nos instantes de "*Heureca!*") como questões técnicas de seguir normas. Além disso, cada arquiteto ou urbanista possui habilidades, gostos, maneiras diferentes de pensar. Se alguém consegue ter

[2] Os *perceptos* e *afectos* são sensações, são seres, que valem por si mesmos e excedem qualquer vivido. Os *perceptos* e *afectos* existem na ausência do homem. O *afecto* não é a passagem ou transformação de um estado vivido a um outro, mas o devir não humano do homem, uma sensação, algo que passa de um ao outro. O *afecto* não ultrapassa menos as afecções que o *percepto* as percepções. Os *perceptos* podem ser telescópios ou microscópios, dão aos personagens e as paisagens dimensões de gigantes, como se estivessem repletos de uma vida à qual nenhuma percepção vivida pode atingir. Os *perceptos* são seres de sensação que conservam em si a hora de um dia, o grau de calor de um momento. Os *afectos* são devires não humanos da do homem. Os *perceptos* são as paisagens não humanas da natureza. O *percepto* não é percepção, pois ele é independente do estado daqueles que os experimentam; o *afecto* não é sentimento ou afecção, ele transborda a força daqueles que são atravessados por ele. Ver mais em: Boutang, P. A. (Diretor). *O abcdário Gilles Deleuze* [Filme Cinematográfico]. Paris, 2004.

um melhor rendimento ouvindo música, outro prefere o silêncio e assim em diversas situações. Entretanto, segundo Doris Kowaltowski (2011) existem alguns métodos e procedimentos que ajudam a estimular a criatividade. Em uma extensa pesquisa a autora identificou aproximadamente 250 métodos diferentes de algumas áreas do conhecimento que podem ser aplicados em lançamentos de projetos de arquitetura. Dóris destaca 21 desses métodos que são mundialmente mais utilizados. E, o que chamou atenção, é que dentro desse grupo dos mais citados não aparece nenhum correlacionado a arte gráfica, as técnicas de desenho como um impulso criativo. A maioria está relacionada a questões teóricas, conceituais, associado a linguística como a análise SWOT[3] (pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças); Diagrama de causa e efeito[4] (diagramas de espinha de peixe com as causas do problema) e Palavras Relativas[5] (*checklist* de palavras verbos como multiplicar, dividir, separar, unir ou de preposições como entre, para, com), muito embora dentro dos outros métodos gerais encontra-se o de Desenho[6], Rabiscando[7] que incluem a expressão gráfica (KOWALTOWSKI, 2011).

Portanto, esse artigo se dedica na apresentação de um novo exercício projetual gráfico que auxilia no estimulo criativo, principalmente no processo inicial de entendimento do problema e das diversas opções de escolha. Ao dizer estimulo criativo fica subentendido que a criatividade pode ser impulsionada e que não é uma característica humana exclusivamente congênita. Estudos científicos selecionados por Bryan Lawson (2011) como os de Anne Roe (1952)[8] observou que pessoas criativas são inteligentes, mas também são esforçadas e empenhadas. Na experiência de Donald Mackinnon (1962)[9], somente com arquitetos, notou que o grupo mais criativo eram pessoas mais confiantes, no entanto, menos sociáveis, ao passo que as menos criativas eram mais responsáveis e solidárias. Na experiência de Liam Hudson (1996)[10] realizada com crianças, o autor percebeu uma diferença entre as respostas mais inteligentes e as mais criativas. As respostas do grupo mais inteligente objetavam ao padrão de pensamento convergente, ou seja, em um dado problema é respondido uma única solução certeira. Enquanto que as respostas do grupo mais criativo aproximavam do padrão de pensamento divergente, quando estabelecido o problema a reposta é dada em uma rede de soluções distintas. Tal experimento ainda correlacionou que a maior parte do grupo convergente demonstrou preferência pelas áreas exatas e das ciências, e no caso do grupo divergente a atração se deu por áreas humanas, artísticas. No entanto, o próprio autor não adota esses resultados como regra geral, pois há muita coisa que escapa do processo, mas é uma pista para a compreensão da criatividade humana (LAWSON, 2011). No livro "*Adoção de partido na arquitetura*" do arquiteto Laert Neves (1989) fica claro que a criatividade tem correlação tanto com a personalidade como na prática e acumulo de experiências:

> "É importante ressaltar que projetar um edifício é, na essência, o ato de criação que nasce na mente do projetista. É fruto **da imaginação criadora, da sensibilidade do autor, de sua percepção e intuição próprias**. É resultado do trabalho do pensamento. Sendo assim, constitui-se em algo de difícil controle, interferência e ordenamento. Entretanto, projetar em arquitetura é, sem dúvida, **ato criativo de síntese, resultado do processo de**

[3] SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats). MYCOTED, Creativiy and innovation, 2006.
[4] Cause-Effect Diagram. MOTTA, P. R. Transformação Organizacional: a teoria e a prática, 1997.
[5] Relational Words. HIGGINS, J. M. 101 Creative Problem solving Techniques: the handbook of new ideas fro business, 1994. MYCOTED, Creativiy and innovation, 2006.
[6] Drawing. MYCOTED, Creativiy and innovation, 2006.
[7] Doodling. STRAKER, D. Tools for creating ideas, 2002.
[8] Anne Roe, 1952. Study of the Most Eminent US-Born Scientists
[9] Mackinnon, Donald. W. (1962). The nature and nurture of creative talent. *American Psychologist, 17*(7), 484-495
[10] Hudson, Liam. (1996). Contrary Imaginations: A Psychological Study of the English Schoolboy. Londres, Methuen.

> **mentalização no qual se conjugam variáveis previamente estudadas** para obter-se o resultado final: o projeto. Partindo-se desse raciocínio, admite-se que é perfeitamente possível estabelecer uma ordem de procedimentos capaz de alimentar a mente do projetista de estímulos para a realização do trabalho criativo" (NEVES, 1989, p.11. Grifo da autora).

É importante salientar que a atividade sugerida não constitui um método definido que acompanha todo o processo do pensamento até a fase conclusiva. Inclusive, dentro desse universo de métodos, Doris Kowaltowski (2011) observou uma classificação quanto ao objetivo a se alcançar. Existem os métodos para definição do problema; de geração de ideia; de seleção de ideia e de verificação de ideias. A atividade indicada pode se encaixar tanto para a definição do problema como na geração de ideia. A proposta é um exercício para instigar e levantar questionamentos como um primeiro impulso criativo, para se abrir a subjetividade, capturar os atravessamentos e desenvolver novos agenciamentos.

[DES]DOBRA: O INSTRUMENTO

A proposta da [des]Dobra não é um método, uma vez que não estabelece metas *(-metas)* para chegar em um determinado caminho *(-hódos).* Na verdade, as metas surgem no decorrer do processo. Logo, assemelha a ideia de instrumento, como uma ferramenta para dar abertura ao pensamento para a multiplicidade e heterogeneidade. Assim como um violão, um instrumento musical que sozinho não produz efeito algum, mas quando alguém o utiliza emite sons agradáveis. Um instrumento que transporta para outro lugar que estava adormecido ou ainda não existia.

A palavra dobra remete ao conceito filosófico de Deleuze quando aproxima dos estudos de Foucault. Com a dobradura de um papel se estabelece um dentro, um fora e a dobra que é a ligação entre esses dois planos, a zona do meio, a marcação de uma indeterminação, uma inflexão na travessia. A dobra está ligada a um **saber** que opera significando um **poder** e que ativa o campo da **subjetividade**, esses três pontos constituem a **experiência**. O saber é o conhecimento adquirido por nossos corpos individuais e também sociais, frequentemente somos atravessados por sensações, assim constituímos um modo de ver e dizer – comunicação. O saber se apropria das relações de poder que existem na sociedade, são forças, palavras que não são dizíveis, mas que o saber reconhece ao significar e dar nome. Entretanto, existe um momento que o ser vai lidar com forças que vem de fora e que não passaram pelo regime do saber, ou seja, estão além das relações de poder conhecidas, repetidas. E, é nesse momento, em que falha a palavra para significar um acontecimento que constitui o processo de subjetivação da dobra. Simplificando, a dobra é uma região que produz sentido para aquilo que vem de fora e não consegue ser explicado pelo saber e poder. O fato de conseguir expressar relações que fogem da estrutura do poder configura o novo, a criação (DELEUZE, 1991). Por exemplo, um artista quando cria uma obra, uma nova pintura em um quadro, realiza a ação não somente pelo ato de pintar, mas porque seu corpo entrou em relação com forças que até então não conhecia, e a partir desse instante iniciou a criação. O resultado, o produto é a expressão do modo de vida com os territórios que habita. O artista tornou visível aquilo que estava em um campo subjetivo (invisível), e que agora pode ser sentido, afectado.

Sendo assim, a atividade sugerida [des]dobra quer proporcionar aos arquitetos e urbanistas essa nova visão, de conseguir se dobrar, desdobrar, redobrar e reconhecer as nuances dos territórios analisados e, principalmente, se conhecer como um profissional que tem grande responsabilidade ao intervir na cidade,

no espaço público ou mesmo dentro de um lar. Muitas vezes as relações de poder sufocam, cegam o processo criativo, impedindo de ver a essência das relações cotidianas.

A atividade foi realizada no período da aula na disciplina de Processos Projetuais de forma coletiva. A turma era formada por 12 alunos, sendo a grande maioria pós-graduandos do curso de Arquitetura e Urbanismo e alguns alunos da pós-graduação da Engenharia Civil e um único aluno das Artes visuais. Cada aluno iniciava o processo e repassava para o colega dar sequência. É interessante perceber além da atividade em si, as conversas, olhares e trocas pessoais envolvidas, que revelam outras pistas do momento criativo. Divide-se em três fases: a *collage* da renúncia; o croqui do acolhimento e a resposta do vazio, que serão descritas separadamente a seguir.

A *collage* da renúncia

A primeira etapa consiste em uma *collage* do recorte. O aluno escolhe uma imagem, seja uma fotografia, montagem, desenho, jornal, revista de qualquer paisagem que chamar mais atenção, natural, urbano, arquitetônico, figura humana e, depois, faz uma cópia da imagem escolhida para então poder suprimir algumas partes. O aluno é livre para recortar como achar mais conveniente, tirar exatamente a metade, recortar em três fragmentos sequenciais, deixar somente a parte superior ou inferior, enfim, tem total liberdade para escolher que fragmento permanece e o que é excluído (Figura 1). Realizado o recorte o resultado é uma *collage* da renúncia, uma figura incompleta que, em um primeiro momento, não faz sentido para quem não conhece a original. A partir de então cada aluno troca sua collage da renúncia com o outro para iniciar a próxima etapa. Essa troca é fundamental, pois recebe-se uma *collage* que realmente é desconhecida, sem domínio do que foi retirado e por isso mesmo rompe com conceitos pré-estabelecidos e abre-se para novas possibilidades.

Figura 1 – Processo da *Collage* da renúncia. Esquerda: escolha do desenho completo. Direita: o recorte e a escolha do que permaneceu. Fonte: seleção da autora, 2018

Collin Rowe e Fred Koetter (1981) foram um dos primeiros arquitetos a utilizarem da *collage* como novo meio de pensar as cidades. Iniciaram com a ideia do *bricoleur*[11] e inauguraram os estudos com as imagens figura-

[11] O *Bricoleur* (francês) ou a bricolagem (português) refere-se a fazer pequenos trabalhos como um amador e sem ferramentas profissionais, pode fazer uso de objetos que foram descartados, e deles criar novos usos. Reinventar.

fundo[12]. A *collage* para eles se apresentava como um jogo, observar as cidades de outro ângulo, cortar, recortar, colar, testar possibilidades. Alertavam que uma visão planificada se torna perigosa, na medida em que não atribui a diversidade e a mutação dos processos cotidianos.

De forma análoga, Fernando Fuão (2011), entende a collage como uma criação, produção do novo a partir de uma composição de outros elementos existentes, já conhecidos. É a forma de expressão e concretude de um tipo de linguagem, diferente da conhecida "colagem" que se resume a recortar e colar figuras preocupado com o resultado material e não na transformação de significados. O processo é constituído de ferramentas (fotografias, figuras, suporte, tesoura e cola) e acontece por etapas: o recorte, o fragmento ou figura, os encontros e a cola. Etapas que se segundo o autor aproximam de uma aventura amorosa, no processo da captura de olhares, realização de vários encontros e a construção de uma identidade fixa, limitante. Uma das intenções da collage consiste em quebrar a representação clássica formal propondo uma nova linguagem gráfica visual. Criar um discurso mais profundo das questões urbanas e arquitetônicas contemporâneas.

A collage da renúncia pode ser entendida como uma (re)interpretação da collage anunciada por Fuão (2011). Na verdade, o processo da escolha da imagem, do recorte dos fragmentos é semelhante. No entanto, não há sobreposição de outros fragmentos que não sejam pertencentes a mesma imagem; a 'dança' dos elementos na superfície também inexiste; e a etapa da cola é utilizada, mas de uma maneira mais simplificada.

O primeiro desafio: escolher uma imagem, ou ser escolhido por uma imagem, que contribua para a reflexão da atividade. Alguns alunos optaram por fotos de desenho arquitetônico (croqui); outros optaram por fotos de desenhos usando hidrocor (como na Figura 1); alguns selecionaram fotos de arquitetura conhecida, como a Igreja Sagrada Família de Gaudí; escolheram também imagens de revista que mesclavam o rosto humano com uma paisagem natural. Cada imagem foi selecionada por algum motivo, na maioria das vezes pessoal, íntimo, da relação entre o olhar e a captura. Talvez não ficasse nítido porque aquela foto em específico chamou a atenção, mas certamente há um movimento subjetivo que ancorou a decisão.

O segundo desafio: definir quais fragmentos serão recortados (mantidos) e quais serão suprimidos. Ao escolher uma imagem entende-se que o conjunto chamou atenção, mas nesse momento é preciso marcar que elementos dentro dessa imagem são importantes para continuarem visíveis. Aquele fragmento recortado será colado em outra folha (suporte) para usar na troca coletiva, o fragmento que ficou será escondido e mostrado somente no final do exercício. Ou seja, não há perdas somente renúncias temporárias para dar lugar ao novo, inesperado. Os recortes servirão de base para a construção de uma outra forma. Alguns alunos deixaram poucos resquícios da imagem original, outros deixaram a imagem quase inteira, escondendo uma pequena lacuna, entretanto ambos demonstraram resultados surpreendentes.

O croqui do acolhimento

A etapa do croqui do acolhimento refere-se ao compartilhamento da *collage* da renúncia. Mas, não somente se acolhe o recorte do outro, também se inscreve, intervém, deixa sua marca. Como em um ato de roubo, apropria-se de uma das *collages* na expectativa de preencher os espaços vazios e dar sentido a imagem incompleta. A primeira fase consiste em escolher um dos trabalhos para se aproximar, todos foram lançados

[12] Desenho que mostra a relação entre espaço construído e não construído. Normalmente as quadras e lotes são preenchidos por cor preta e as ruas, calçadas e cruzamentos ficam em branco. Dessa forma é possível ter um visual nítido da conformação do traçado urbano em determinada cidade.

na mesa e escolhidos de forma atrativa e consensual. Alguns preferiram os desenhos de croquis pelo apreço ao tipo de traçado, outros se aventuraram em imagens totalmente confusas, e, ainda, outros preferiram aquelas imagens mais facilmente reconhecíveis.

Para Fernando Fuão (2011), o ser humano tem mais afinidade com o que conhece, logo, o fragmento ao apresentar somente uma parte estimula a criatividade na idealização da completude, acrescenta:

> "Peças quebradas, obras inacabadas, partes destruídas, ruínas, enfim todos os destroços – de um modo ou de outro – necessitam serem reconstruídos, completados pela imaginação, quer seja em sua forma ou acontecimento. O mesmo se dá com uma fotografia da qual participamos: ao vê-la, temos a necessidade de recompor, de reconstituir, através da memória, o acontecimento por ela registrado" (FUÃO, 2011, p. 14).

Inicia-se o processo do desenho, de estar aberto a todas sensações e emoções para preencher o vazio e correlacionar os dois mundos – a collage do colega e o processo interno de subjetivação. A intenção de desenhar está justamente em aguçar a criatividade e romper com qualquer outra forma já conhecida. Cada aluno tem uma forma particular de segurar o lápis, de posicioná-lo no papel, de colocar mais ou menos pressão na ponta, o tipo de traçado, além de inúmeros detalhes singulares. Assim como uma assinatura que associa a pessoa ao desenho do nome, por refletir a identidade, ou melhor dizendo, refletir a diferença em si mesma – como pontua Deleuze. Por isso que se opta pelo desenho, que é uma ferramenta única de reconhecimento do autor e obra, cada linha traçada tem um significado ímpar.

Os primeiros traços, ainda tímidos, com receio de estar invadindo o trabalho do outro acompanhavam a mesma lógica dos fragmentos. No primeiro instinto buscava-se chegar em uma imagem próxima do original, mesmo que fosse impossível adivinhar o que aqueles pedaços poderiam gerar, existia um desejo pelo acerto, como em um jogo obcecado pela vitória – embora, soubessem que a atividade não possuía perdedores ou vencedores. No entanto, com o passar do tempo, seja pelas conversas durante o processo, pelas trocas de olhares e risadas, ou por adentrar a subjetividade e ganhar intimidade com a collage, o desenho tomava outros rumos. O fragmento inicial se transformou em um coadjuvante no meio de tantas outras linhas, ponto, rabiscos, cores que preenchiam os espaços vazios. A porta de um castelo tornou-se um fogão à lenha (Figura 2); o rosto de um homem configurado por uma paisagem natural se converteu em uma janela de uma sala de estar (Figura 3); uma pequena ponta da sagrada família fez-se um barco (Figura 4), dentre outros trabalhos.

Surpreendente observar que entre o grupo a preocupação não era por uma beleza estética do desenho, nem uma competição de trabalhos artísticos. Os alunos estavam interessados em comparar o desenho final com a imagem original. Além de estarem atentos a apropriação dos outros em suas *collages* da renúncia, como observadores atentos já sabiam qual caminho a imagem que outrora recortara tinha se transformado. Mas todos mantiveram o silêncio sobre isso, ou somente algumas provocações como: "você ficará chocado com a imagem original". Aguçando ainda mais a curiosidade.

Figura 2 - O croqui do acolhimento. A porta - fogão à lenha.
Fonte: *Collage*: Lorena Resende, 2018. Desenho:Tanara Costa, 2018

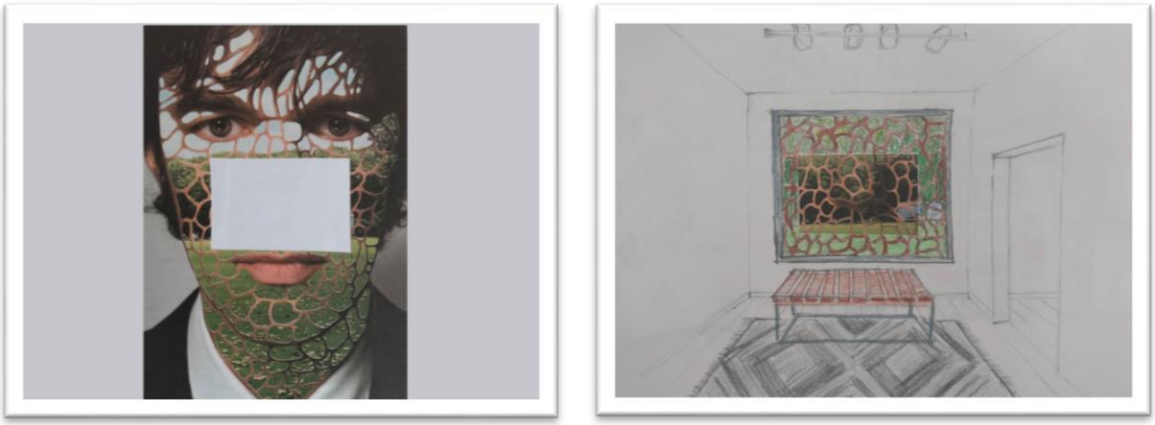


Figura 3 - O croqui do acolhimento. O homem à janela.
Fonte: *Collage*: Laura Cezar. Desenho: Lorena Resende, 2018

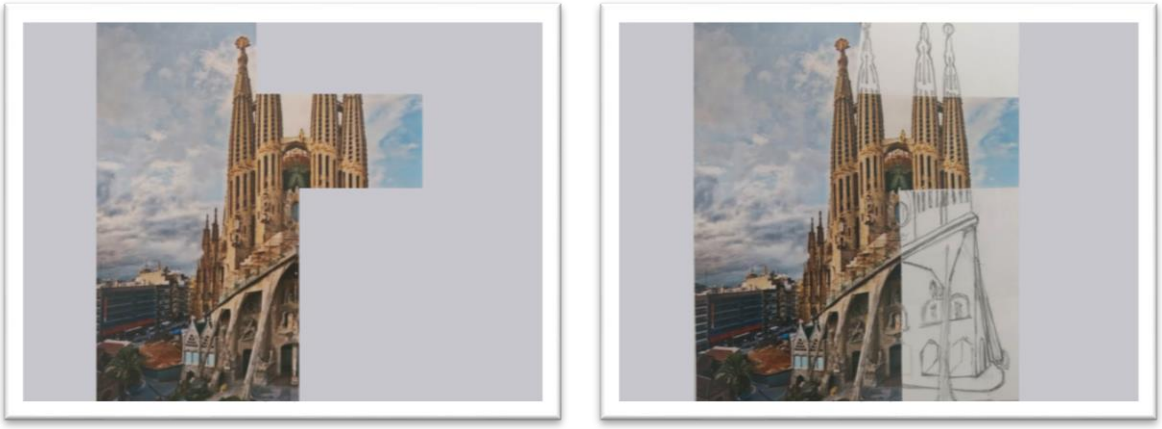


Figura 4 - O croqui do acolhimento. A Sagrada Família ao barco.
Fonte: *Collage*: Adriana Braga. Desenho: Valmir Canhada, 2018

A resposta do vazio

Finalmente a última etapa responde aos anseios quanto a comparação da intervenção com a figura primária. Essa fase, denominada a resposta do vazio, ganhou um grande apreço e atenção, mesmo não sendo considerada a etapa principal do objetivo de estimular a criatividade. A resposta do vazio é somente uma resposta, um feedback, um retorno da essência do fragmento que agora tomou outro corpo e lugar. O primeiro contato da imagem original com o novo formato desenhado gerou um impacto, diversas reações explosivas. Alguns deram risada e ficaram espantados com a diferença; outros, mais sérios, tentaram entender como chegaram em um algo tão distante do original; houve aqueles que fizeram a comparação, mas se decepcionaram com o original e preferiram seu desenho.

E, dentro dessa descoberta das origens do fragmento aconteceu uma aproximação entre colegas muito íntima, que em momentos anteriores em aulas teóricas não foi proporcionado. Os autores das *collages* da renúncia também ficaram curiosos para descobrir o que sua escolha tinha se transformado, e, nessa busca, permitiu a conversa descontraída do que passou pela imaginação no momento do desenho. Troca de experiências, reconhecimento de subjetividades.

No entanto, em um segundo momento, estando esclarecido o que cada fragmento representava e como se modificou no processo do croqui do acolhimento, a maioria dos alunos conseguiu entender e se reconhecer dentro da atividade. Aquela que desenhou o fogão à lenha contou histórias sobre sua infância; a outra que desenhou uma sala de estar no lugar de um rosto humano compartilhou os momentos de família em casa; o aluno que desenhou um barco na ponta da sagrada família revelou que só conseguia visualizar um barco e relatou do seu gosto de ir pescar. Visivelmente cada um enxergava um pouquinho de si naquele percurso que inicialmente parecia não fazer sentido algum.

A resposta do vazio, na verdade, foi uma etapa que trouxe luz e entendimento da potencialidade que guardamos internamente. A criatividade está presente, às vezes, o que falta em momentos de desespero é apagar algumas lacunas, distanciar da realidade para ver de um outro ângulo, mais sensível.

CRIAÇÃO: A ANÁLISE

O instrumento [des]dobra ao agenciar com o conceito de dobra de Deleuze e com a *collage* de Fuão, pretendeu estimular a criatividade de arquitetos e urbanistas que sempre estão sendo cobrados por soluções inusitadas e criativas. No entanto, o instrumento além de aguçar a criatividade, proporcionou algumas pistas sobre as atitudes desses profissionais frente a situações diversas.

A atividade em sala de aula despertou o interesse dos alunos e muitos trabalhos interessantes foram gerados, demonstrando que o instrumento conseguiu despertar a capacidade inventiva. No entanto, foi uma experiência única sem ter um problema específico para resolver, mas os resultados foram positivos ao proporcionarem sensações incomuns de autoconhecimento. Talvez, aplicado em outros eventos mais direcionados, pode se ter respostas conclusivas visando determinada finalidade.

Pós atividade e início de uma análise mais centrada percebeu-se algumas pistas no percurso da [des]dobra: (a) a análise comparativa ainda é algo muito forte para os arquitetos, provavelmente isso se justifica pela constante busca de referenciais na área; (b) a autoria também é um fator muito consciente, o cuidado ao intervir na obra do outro sem que “apague” a relevância do autor; (c) as ideias criativas, na maioria das vezes,

tem forte relação com fatos anteriores já vividos em outras experiências; (d) o desenho é um instrumento muito potente para coordenação dos pensamentos; (e) a atividade realizada no coletivo, mesmo que o desenho seja individual, mas o fato de estar reunido com mais pessoas com a mesma finalidade, permite melhor interação e desinibição criativa; (f) o resultado gráfico do desenho não é tão importante quanto a reflexão feita no decorrer do processo.

Todo ser tem a capacidade criativa independente da área de trabalho, do desejo, ou da materialidade. Algumas pessoas se consideram menos criativas que outras quando comparam produtos finais. No entanto, a criatividade está ligada ao próprio reconhecimento da capacidade inventiva e aos estímulos a que se submete para aprimoramento. A inspiração, o acesso a subjetividade, as diversas dobras e [des]dobras do pensamento – ou melhor, do ato de pensar como se refere Deleuze - podem ser mais ou menos acessadas, depende da potencialidade das experiências e trocas vividas. De acordo com os estudos do filósofo-psicanalista Félix Guatarri e da psicanalista Suely Rolnik (1996), a subjetividade pode ser entendida como uma matéria-prima dinâmica no qual se torna possível experienciar novas e distintas maneiras de perceber e intervir no mundo. Subjetividade é produção, processualidade mediante aos encontros com o outro, seja esse outro social, político, natural, acontecimento, qualquer outra forma de encontro que possibilite efeitos, *afectos* nos corpos e comportamentos.

Dentro desse universo há múltiplos modos de subjetivação com diversas configurações, Foucault dedicou a acompanhar na história as mudanças desses processos, desde o "cuidar de si" dos gregos até o controle da biopolítica moderna (MANSANO, 2009). Assim, em uma perspectiva contemporânea, pode-se perceber que:

> "O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de **expressão e de criação,** na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização" (GUATARRI e ROLNIK, 1996, p.33. Grifo da autora).

Quando a subjetividade, imersa no campo social, é disciplinada, fixada em determinada direção, as forças são controladas e impedem a criação e a conexão com a diferença, ligando os sujeitos a uma mesma **essência identitária**, totalizadora. A fuga, resistência dessa dominação acontece na ruptura, na dobra proporcionando a criação. Na obra *Diferença e repetição* (1988), Deleuze contrapõe a ideia do espaço da imagem do pensamento (espaço da representação) ao espaço do pensamento sem imagem (espaço da diferença). Ou seja, a imagem do pensamento já pressupõe uma verdade dada, apoiada pela moral que postula o que deve se conhecer ou não, ligada ao dogmatismo e a racionalidade, buscam um realismo extremo em uma sempre incompleta representação. Ao passo que um pensamento sem imagem é um ato de pensar, uma ação intempestiva de multiplicidades e singularidades que está próxima da ética e rompe com todo tipo de senso comum e representação.

> "O ato de pensar não decorre de uma simples possibilidade natural, é, ao contrário, a única criação verdadeira. **A criação é a gênese do ato de pensar no próprio pensamento**. Ora, essa gênese implica alguma coisa que **violente o pensamento**, que o tira de seu natural estupor, de suas possibilidades apenas abstratas" (DELEUZE, 2006, p. 91. Grifo da autora).

A atividade da [des]dobra pode ser entendida como uma ação que estimula o desequilíbrio e permite acessar tanto a experiência do estranhamento como a experiência familiar. O estranhamento acontece ao se deparar

com imagens incompletas, confusas, que não possuem uma significação, seria uma subjetividade da *afecção*. Ao mesmo tempo existe uma experiência familiar, em que o sujeito está em um ambiente conhecido, em relações comuns, uma subjetividade da percepção. Mas, ao se deparar com essa situação simultânea do estranho-familiar, o sujeito ativa um desejo de criar algo que ainda não existe (novo) e que possa explicar aquela perturbação inicial. Percebe-se que parte das inquietações já estão dentro de nós, basta retirar as vendas que a sociedade do capital e o poder nos oferecem, para então perceber o outro mundo criativo que carregamos. De acordo com o prestigiado pintor espanhol Pablo Picasso "o maior inimigo da criatividade é o bom senso", sabiamente percebia que para ser criativo é preciso se desprender do comodismo e das imposições. Principalmente no campo da arquitetura e urbanismo é necessário questionar, se conhecer, experienciar e compartilhar ideias para visualizar o inédito e inusitado.

REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles. **A *Dobra*; *Leibniz e o Barroco***. Tradução Luiz B.L Orlandi. Campinas, São Paulo: Papirus, 1991.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Tradução: Luiz Orlandi, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles. **O ato de criação**. Tradução: José Marcos Macedo. In: Folha de São Paulo, 27/06/1999. Transcrição de conferência realizada em 1987.

DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

KOWALTOWSKI, Doris C. C. K. **A criatividade no processo de projeto**. In: O processo de projeto em arquitetura. KOWALTOWSKI, Doris C. C; MOREIRA, Daniel de Carvalho; PETRECHE, João R. D. e FABRICIO, Márcio M. (org.). São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LAWSON, Bryan. ***Como* arquitetos e designers pensam**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

MANSANO, Sonia Reina Vagas. **Subject, subjectivity and modes of subjectivity in contemporar y world**. Revista de Psicologia da UNESP, 8(2), 110-117. 2009.

NEVES, Laert Pedreira. **Adoção do partido na arquitetura**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

ROSA, Rogério Machado. Corporeidades masculinas nômades: o espaço da docência como heterotopia. In: **Reunião anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação – Anped,** 32., 2010, Caxambu. Anais. ANPEd, 2010. p. 1-12. Disponível em: http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Traba- lhos%20em%20PDF/GT23-6642--Int.pdf Acesso em: 25 de março 2018.

ROWE, Colin; KOETTER, Fred. **Collage city**. Cambridge, Mass. The MIT Press, 1981. Trad. esp. Ciudad collage. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1981.

V enanparq
Salvador - 2018

A CIDADE: RESISTÊNCIA ÀS DIFERENÇAS

THE CITY: RESISTANCE TO DIFFERENCES

LA CIUDAD: RESISTENCIA A LAS DIFERENCIAS

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

PIRES, Nayara
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), São Paulo
nayarapiresarquitetura@hotmail.com

CALDANA, Valter
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), São Paulo
valter.caldana@mackenzie.br

A CIDADE: RESISTÊNCIA ÀS DIFERENÇAS

THE CITY: RESISTANCE TO DIFFERENCES

LA CIUDAD: RESISTENCIA A LAS DIFERENCIAS

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
É assumida a cidade como um lugar que concentra tensões contemporâneas que as análises aqui presentes se sustentam. Este artigo investigativo buscou explicitar como a cidade, entendida como um campo de práticas do cotidiano estabelece com a paisagem uma relação de resistência, experiência, integração e reflexão à dinâmica que penetra nos lugares. O objeto de estudo em questão é a cidade de São Paulo, capital. O estudo se debruçou sobre elementos que fazem parte da paisagem urbana que são percebidas na grande metrópole paulistana, relacionando apontamentos teóricos e conteúdos práticos obtidos por meio de visitas em campo. Neste percurso procurou trabalhar com o recorte de três áreas principais localizadas na capital, sendo o Parque Ibirapuera, Largo do Arouche e a Vila Butantã, conhecida pelas atuais construções de contêineres. A análise, portanto, permeia também sobre o significado real da cidade, trazendo à tona discussões acerca dos espaços da cidade que geram resistência às diferenças e traz o seguinte questionamento: Qual é o real significado da cidade já que os espaços públicos e privados são tão resistentes às diferenças? Essas resistências absorvem as tensões da cidade pelos indivíduos e pelos grupos organizados, que fundam-se territorialidades no espaço urbano.
PALAVRAS-CHAVE: resistências; cidade; São Paulo; espaço urbano; tensões.

ABSTRACT:
The city is assumed to be a place that concentrates contemporary tensions that the present analyzes support. This research article sought to explain how the city, understood as a field of daily practices, establishes with the landscape a relationship of resistance, experience, integration and reflection to the dynamic that penetrates the places. The object of study in question is the city of São Paulo, capital. The study focused on elements that are part of the urban landscape that are perceived in the great metropolis of São Paulo, relating theoretical notes and practical contents obtained through field visits. In this course, he sought to work with three main areas located in the capital, Ibirapuera Park, Largo do Arouche and Vila Butantã, known for the current container buildings. The analysis, therefore, also permeates the real meaning of the city, bringing to the fore discussions about the spaces of the city that generate resistance to differences and brings the following question: What is the real meaning of the city since the public and private spaces are so resistant to differences? These resistances absorb the tensions of the city by the individuals and by the organized groups, that are based territorialities in the urban space.
KEY WORDS: *resistances; City; Sao Paulo; urban space; tensions.*

RESUMEN:
Es asumida la ciudad como un lugar que concentra tensiones contemporáneas que los análisis aquí presentes se sostienen. Este artículo investigativo buscó explicitar cómo la ciudad, entendida como un campo de prácticas de lo cotidiano, establece con el paisaje una relación de resistencia, experiencia, integración y reflexión a la dinámica que penetra en los lugares. El objeto de estudio en cuestión es la ciudad de São Paulo, capital. El estudio se centró en elementos que forman parte del paisaje urbano que se percibe en la gran metrópoli paulistana, relacionando apuntes

teóricos y contenidos prácticos obtenidos por medio de visitas en campo. En este recorrido buscó trabajar con el recorte de tres áreas principales ubicadas en la capital, siendo el Parque Ibirapuera, Largo do Arouche y la Vila Butantã, conocida por las actuales construcciones de contenedores. El análisis, por lo tanto, permea también sobre el significado real de la ciudad, trayendo a la luz discusiones sobre los espacios de la ciudad que generan resistencia a las diferencias y trae el siguiente cuestionamiento: ¿Cuál es el real significado de la ciudad ya que los espacios públicos y privados son tan resistentes a las diferencias? Estas resistencias absorben las tensiones de la ciudad por los individuos y los grupos organizados, que se fundan territorialidades en el espacio urbano.
PALABRAS CLAVE: *resistencias; ciudad; San Pablo; espacio urbano; voltajes.*

INTRODUÇÃO

A cidade revela as adversidades do nosso cotidiano e vive a tensão contemporânea manifestada nos conflitos do espaço urbano. Este trabalho se sustenta na compreensão de que a cidade é o campo desses conflitos, que se foi feita para todos, não está cumprindo o seu papel. Nessa medida, além de enfrentar conflitos em espaços públicos e privados, sofre também a resistência através de elementos arquitetônicos presentes no espaço, usados de forma a coibir os lugares que deveriam ser para todos. Esta investigação propõe a discussão do significado real da cidade e como seus espaços são realmente usufruídos, no contexto das resistências territoriais.

Neste texto, a cidade é visitada com a intenção de compreender sua evolução histórica; o significado da cidade através de alguns autores; verificar em que momento da história começou a segregação territorial e estimulou a grande resistência às diferenças nos espaços urbanos; exemplos de elementos ou espaços que excluem ou aproximam indivíduos; e por fim o pensamento dos indivíduos sobre a cidade. É válido ressaltar aqui que a ideia-chave é compreender a cidade e para quem ela foi projetada, já que as resistências às diferenças estão presentes nos locais menos proáveis.

A cidade é tratada como uma das formas características pelas quais os indivíduos são os primeiros agentes a sofrerem ás resistências causadas pelo espaço e pelas próprias pessoas presentes no espaço. O objeto de estudo em questão é a cidade de São Paulo, capital.

Os dados aqui apresentados são frutos de pesquisas bibliográficas e pesquisas de campo. Apresenta uma reflexão teórica que se apoia nos resultados obtidos mediante a aproximação investigativa nos espaços públicos da cidade de São Paulo com foco principal em três áreas metropolitanas, o Parque do Ibirapuera, Largo do Arouche e Vila Butantã. Mesmo compreendendo que esses dados sejam expressivos diante da falta de dados oficiais, destaca-se que é preciso que seja considerado a relação com a atual realidade contemporânea.

O interesse, portanto, em relação a este conjunto formado por espaços que excluem ou acolhem os indivíduos com suas diferenças, articula-se devido a elementos da própria arquitetura presente na cidade.

A cidade, como um local que gera experiências e reflexões, torna-se um lugar único para a própria existência não apenas por ser um campo de sociabilidade e resistências, mas, acima de tudo, por trazer o espírito contemporâneo e hoje permitir discussões que abrangem um longo período da história.

Em São Paulo, ponto de tensão entre os espaços urbanos e os indivíduos, se expressa na vida cotidiana juntamente com os elementos presentes no próprio espaço. Os grupos organizados ou solitários utilizam-se dos espaços públicos ou privados como locais articulados que estimulam o convívio social.

Nos modos característicos de convivência nas cidades, os quais se modificam constantemente, estão presentes e fragmentados não só em espaços como praças, parques ou que possuem grandes aglomerações, mas também nas ruas, que de tão discretos são ignorados e destroem-se identidades na mesma proporção em que se constituem.

Buscando evidenciar esses traços da cidade contemporânea, o texto se organiza, a priori, situando-a em seu contexto urbano, sua constituição e seu significado diante alguns autores. Posteriormente, retratam-se os dados obtidos empiricamente de forma a contribuir com o trabalho. Nas etapas finais do texto, busca-se comentar e esclarecer algumas reflexões a partir das discussões acerca da cidade e de suas resistências.

O artigo insere-se nas pesquisas em desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e tem apoio do Fundo MACKPESQUISA.

A CIDADE E SEU SIGNIFICADO MULTIDIMENSIONAL

O leitor desatento não notou que o conceito de "cidade" é muito mais amplo do que aquele contido no dicionário Aurélio. De acordo com o dicionário, o conceito de cidade é extremamente simples ante seu complexo e abrangente significado.

Lá, cidade significa uma "povoação que corresponde a uma categoria administrativa, geralmente caracterizada por um número elevado de habitantes, por elevada densidade populacional e por determinadas infraestruturas, cuja maioria da população trabalha na indústria ou nos outros serviços". Sob a ótica da população contemporânea, cidade talvez represente um espaço econômico, parte de um mundo capitalista, compreendida por uma resistência às diversidades.

Mas, será que uma palavra tão complexa e cheia de subjeções, teria somente essas definições?

Para o autor Williams, R (2007, pág. 76), cidade é conceituada da seguinte forma:

> City existe no inglês desde o século 13, mas seu uso moderno característico para referir-se a uma cidade grande ou muito grande, e seu uso correspondente para distinguir as áreas urbanas das áreas rurais ou do campo, datam a importância crescente da vida urbana do século 16 em diante, mas até o século 19 seu uso ficou reservado, sobretudo à cidade capital, Londres. O uso mais geral corresponde ao rápido desenvolvimento da vida urbana durante a revolução industrial, o que, por volta de meados do século 19, fez com que a Inglaterra se tornasse a primeira sociedade da história mundial na qual a maioria da população vivia em cidade [...].

Com o surgimento das primeiras cidades, nos vales dos rios (Nilo, no Egito e Tigre e Eufrates, na Mesopotâmia, por volta de 3500 e 3000 a. C, posteriormente no vale do rio Indo, na Índia, mais ou menos em 2500 a.C., e na China, por volta de 1500 a.C., no oriente próximo as planícies dos grandes rios) tinham como fator econômico decisivo, a agricultura, na fundação das primeiras cidades. Posteriormente, com o principal progresso tecnológico, ou seja, a descoberta do bronze substituiu definitivamente a pedra na manufatura de todas as variedades de ferramentas (COULON; OLGA; PEDRO, 2006). Segundo o mesmo autor, as enchentes eram frequentes e favoreciam a produtividade da terra, pois fertilizavam o solo. Porém precisavam ser controladas, necessitando da contribuição de todo o coletivo, pois com as diversas atividades movimentavam as divisões de tarefas das diferentes aldeias e civilizações. A partir dessa organização, surge a necessidade de um centro administrativo, uma espécie de comunidade capaz de colaborar com as diferentes tarefas para supervisão de colheitas, armazenamento de grãos, dedicação à administração, artesanato e comércio, entre outras atividades que com a aglomeração de gêneros, divisões de funções, necessidade administrativas, fez surgir às aldeias, as cidades.

A necessidade e o avanço das técnicas acabaram por gerar então o comércio; o que no início se procedia por simples troca, mais tarde, com o surgimento de mercadorias mais complexas, transforma-se em profissão.

> [...] nas cidades, os cidadãos passaram a ser classificados de acordo com a sua função, incluindo os sacerdotes, os escribas, os mercadores, os artesãos, os soldados, os camponeses, os escravos domésticos, os estrangeiros. A divisão do trabalho e as desigualdades de riquezas entre os cidadãos criaram a necessidade de leis e de forças capazes de fazer cumprir as leis. A liderança natural do grupo, que nas aldeias era exercida

O artigo insere-se nas pesquisas em desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e tem apoio do Fundo MACKPESQUISA.

> pelos mais velhos e sábios, cedeu lugar ao governo de um só homem, geralmente o principal administrador do templo ou um grande chefe guerreiro, surgindo assim a cidade-Estado. (COULON; OLGA; PEDRO, 2006).

De forma independente, com suas próprias leis e regimes políticos, surgiram as cidades-estados, como Tróia, Atenas e Esparta, as mais notáveis na Grécia Antiga. De acordo com o Cacciari (2010, pg.10) a Grécia e Roma são as precursoras, porém com dois modelos contraditórios de cidade: as civitas romanas, onde se reuniam várias pessoas sob as mesmas leis, e a pólis grega, lugar que servia de sede a determinadas pessoas.

Para sintetizar, o filósofo Massimo Cacciari partiu da percepção de dois vernáculos comentados em seu livro "A Cidade", sendo um ligado ao grego e outro ao romano, a qual estabelece uma diferença entre a cidade tipicamente formada pela matriz de pensamento da pólis grega e a cidade formada pela matriz de pensamento das cívitas romanas, revelando que na pólis o espaço se forma mediante uma comprovação de identidade entre os semelhantes, ou seja, reúnem-se grupos que identificam semelhanças entre si, formando-se, então, um território. O território surge após uma identidade comprovada por laços hereditários. Ao contrário das civitas romanas, que é a matriz de pensamento romano de cidade, as pessoas são inseridas ao local, independente de comprovação de seus laços hereditários, pois são regidas por um movimento orgânico que as trouxe até essa circunstância, obrigadas a se conduzirem a um marco regulatório que organize e modere as diferenças.

> [...] city deriva da p.i. cité, do francês antigo, e da p.r. latina civitas. Mas civitas não era cidade no sentido moderno; para isso havia a palavra latina urbs. Civitas era o substantivo geral derivado do latim civis – cidadão, que se aproxima do nosso sentido moderno de nativo. Civitas era, portanto, antes o conjunto de cidadãos do que um assentamento ou um tipo de assentamento específico. [...] Em um longo e complicado desenvolvimento, civitas e seus derivados especializaram-se para designar a principal cidade de um Estado e, no uso eclesiástico, a cidade sede de uma catedral. (WILLIAMS, R, 2007, p. 76).

Portanto, através das duas matrizes de pensamento expostas pelo autor Cacciari (2010), é possível refletir e compreender o início da resistência ás diferenças na cidade. Na pólis grega, pelo fato do espaço se formar mediante as semelhanças dos indivíduos, a aceitação de povos com características distintas se torna um grande problema, pois é mais fácil um indivíduo aceitar as diferenças de um grupo, do que vice-e-versa. Traduzindo esse evento para a contemporaneidade, é de praxe notar que um território não possui povos com perfis homogêneos, portanto a matriz de pensamento que é relacionada com os dias atuais é a ideologia das civitas romanas, que independente de seus laços hereditários, características, raça e gênero são inseridos no espaço e assim obrigados a se organizar e socializar.

Segundo Cacciari (2010), é a partir desses conceitos que surge a herança da civilização ocidental a qual se refere à história do direito romano, questionando nesse momento como de fato o espaço urbano lida com as diferenças e para quem a cidade foi projetada.

O espaço urbano depende de uma surpreendente transformação para que as diferenças possam coexistir, mas, para isso que as questões sócio-políticas venham à tona, bem como o

O artigo insere-se nas pesquisas em desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e tem apoio do Fundo MACKPESQUISA.

transformismo espacial e a exclusão de classes consideradas muitas vezes esdrúxulas. Cacciari (2010) comenta ainda sobre as civitas romana e denomina outro conceito definido como história da Lira, sendo esta, uma cavidade na terra que separa os territórios, as diferenças.

Com base no conceito dado pelo autor, a discussão das diferenças pode ser nitidamente percebida na cidade de São Paulo, talvez a história da lira é realmente o gesto de resistência frequentemente deparado na metrópole.

CIDADE E AS RESISTÊNCIAS ÀS DIFERENÇAS

É necessário entender o espaço público inserido em uma metrópole, porque é sempre um campo de reflexões que expõe questões simbólicas, tensões e interesses divergentes, que acaba gerando atribulações públicas, cujo setor governamental deveria se inserir nessa dinâmica de interesses, ao invés de atuar como força moderadora, que em geral atua de mãos dadas com alguns interesses muito próprios.

Desde o princípio, a cidade sempre foi um espaço composto por diversos grupos que a compõe e com isso a história da lira se fortifica. O gesto de resistência às diferenças é dado justamente pelas diversas culturas, modos de vida, raízes familiares, educação e a própria arquitetura que modifica o espaço, às vezes positivamente e às vezes negativamente, tornando-os completamente desconfortáveis ou desmotivadores tendo em vista que a cidade deveria ser utilizada da mesma forma por todos. A resistência exclui o direito à cidade, pois os espaços criados para serem frequentados por todos tornam-se uma cavidade na terra.

A arquitetura é de fato uma causa complexa e agravante que permeia as questões de resistência, pois sua condição ocupa a cidade e interfere nas relações sociais.

Um projeto arquitetônico, seja de um espaço público ou privado, pode, através de seus elementos, desenhos, materiais e local de inserção, selecionar grupos de permanência e, com isso, mesmo sendo público, pode não ser considerado a continuação da cidade.

> [...] a arquitetura ou o edifício é capaz de alterar nossa percepção, ter um efeito positivo, negativo, neutro, agradável, desagradável, belo, feio, estranho e assim por diante. Esses efeitos são na verdade evocados na nossa prática – e consistem de efeitos psicológicos sobre o humano. A arquitetura afeta o sujeito, afeta sua leitura do ambiente, gera ambientes com 'ruído' menor ou maior. Vários termos e conceitos foram produzidos para endereçar esses efeitos e, portanto, esse papel da arquitetura: harmonia, composição, equilíbrio, ordem, desequilíbrio; mesmo conceitos peculiares como o de 'sublime', o aterrador, o caótico etc. (Netto, V, 2006)

Segundo o mesmo autor, Netto, V (2006), a arquitetura pode ter inúmeros efeitos, e alguns poderiam argumentar que a arquitetura tem função de acolher diferentes atividades, atender as necessidades humanas, atuando bem ou mal, funcionando ou não, porém a questão é mais ampla, a questão colocada é "quem de fato interage com o espaço?", também se essa mescla popular é capaz de permanecer no ambiente urbano.

O artigo insere-se nas pesquisas em desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e tem apoio do Fundo MACKPESQUISA.

Um exemplo que foge do recorte espacial proposto nesse artigo, porém que é capaz de trazer reflexões de grande relevância para o texto, é a cidade de Brasília, a capital do Brasil, pensada como padrão de distribuição de funções e distinções entre zonas funcionais, foi projetada com base na Carta de Atenas, documento regido por Le Corbusier em 1933, a qual define diretrizes para um urbanismo moderno, que considera a cidade um organismo funcional, onde todas as atividades deveriam estar claramente setorizadas e organizadas.

Segundo o Patrimônio Carta de Atenas (2012).

> [...] Foi esse Movimento Moderno, ocorrido no período entre as duas Guerras Mundiais, que potencializou o determinismo e confiança dos arquitetos da época, fazendo com que estes buscassem e procurassem novas tecnologias além de confrontar as necessidades da população em geral. [...] A Carta de 1933 resume a visão do "Urbanismo Racionalista", tendo como principais aspectos debatidos a necessidade de planejamento regional e infra-urbano, a implantação do zoneamento, através da separação de usos em zonas distintas, de modo a evitar o conflito de usos incompatíveis, a submissão da propriedade privada do solo urbano aos interesses coletivos, a verticalização dos edifícios situados em amplas áreas verdes, a industrialização dos componentes e a padronização das construções.

Brasília, assim como as orientações contidas na Carta de Atenas, preconiza a separação de funções, dividida em áreas residenciais, de lazer, administrativas, entre outros setores que vai, segundo Netto, V (2006), além das geometrias cartesianas dos paralelismos e ortogonalismos racionalistas.

Esse exemplo, Brasília, como forma de eficiência anula o conceito de sociabilidade. Assim, surge um questionamento: tem como existir uma cidade com vitalidade social e urbana, sem resistência às diferenças, abarcar pessoas cujas distâncias a serem percorridas são enormes? Segundo Netto, V (2006), não geram densidade, volume e variedade, colocando as pessoas e a cidade a todo tempo contra e não a favor de suas rotinas e do campo da sociabilidade, reduzindo a densidade dos quarteirões, o número de portas voltadas para o espaço público, enfraquecendo a relação *fachada-rua* que é tão presente nas demais metrópoles, como São Paulo. Com o aumento de distancias, setorização de atividades e gêneros, as diferenças entre as pessoas se tornam um problema ainda maior para a cidade e seus espaços de permanência.

Em São Paulo, quando se trata de lugar com campo de sociabilidade, existe de forma muito clara e estável, a relação *fachada-rua* que faz com que as atividades rotineiras das pessoas que usam o espaço, se tornem frequentes, além de criar laços de convívio com quem ali trabalha. Já os espaços públicos que podem gerar permanência, não sendo local apenas de passagem, podem apresentar resistência para as relações sociais e o convívio com as diferenças.

Outra questão relevante são os edifícios residenciais espalhados por toda a cidade paulistana, cercados por guaritas, grades, muros imensos que separam o espaço exterior e interior. Essa característica é um elemento inserido pela questão da segurança, porém seu impacto no espaço urbano se manifesta de forma muito mais degenerativa do que o contrário. Os grandes muros espalhados por toda capital paulista

O artigo insere-se nas pesquisas em desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e tem apoio do Fundo MACKPESQUISA.

em prol da falsa ideia da segurança poderia ser tratado de outra forma, pois dessa maneira, além de nem sempre ser tão seguro, limita o convívio social, coíbe a cidade e acentua a segregação das diferenças.

Segundo Netto, V (2006), a questão da arquitetura é uma tensão sócio espacial frágil e sutil, onde os tipos arquitetônicos geram intenso uso das ruas pelos pedestres que precisam transitar.

Propõe sugestões agradáveis que poderiam contribuir de fato com a segurança dos espaços, sem que seja necessário o uso dos elementos que isola o exterior do interior. Sugere, então, o uso de meios para tornar o espaço de livre acesso para todos através de fachadas animadas e térreos de uso público, com intenção de aumentar a possibilidade de interação, comunicativa ou perceptiva, além de contribuir com a densidade de pessoas usando o mesmo espaço. O autor comenta que ruas movimentadas são as melhores defesas contra o crime e complementa dizendo que os crimes tendem a ocorrer longe dos olhos das pessoas.

Um exemplo muito claro de construção que exclui o uso de elementos como os grandes muros, é o projeto do arquiteto Vilanova Artigas, que pensando no social construiu o edifício Louveira em 1946, localizado em Higienópolis, um dos bairros mais nobres da cidade de São Paulo. Segundo Puntoni, A (2013), o arquiteto sempre teve sua forma e estilo muito bem definidos, fazia arquitetura sob o ponto de vista da época e preocupava-se com o indivíduo, local de inserção do edifício, com um olhar totalmente focado no ser humano. Pregava que se a cidade era criada para todos, ao se projetar, o arquiteto deveria pensar que todos tinham o mesmo direito. Artigas pensava que o espaço público deveria ser privado, e vice e versa.

Segundo Puntoni, A (2013), todas as suas obras têm esse aspecto e o Edifício Louveira é marcado por esse pensamento, o qual se destaca e mostra o domínio de Artigas sobre a linguagem racionalista. Esse edifício ensina que há setenta anos pode-se fazer um edifício privado e não colocar nenhum fechamento, não definir nenhum limite e ainda assim ser totalmente seguro. Uma notável reflexão feita em prol desse edifício é a valorização do interior e exterior, pois está diante de uma praça. No entanto, nenhum apartamento abre diretamente para a praça, sendo todas as principais aberturas, dos trinta apartamentos, voltadas para a face norte, privilegiando todas as habitações.

O artigo insere-se nas pesquisas em desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e tem apoio do Fundo MACKPESQUISA.

Figura 1: Edifício Louveira.
Fonte: Audrey Migliani (2014)

O edifício Louveira, projetado por Vilanova Artigas, como pode ser visto na figura 1, é um exemplo de arquitetura que faz parte da extensão e significado real da cidade, com liberdade na utilização dos térreos, espaços públicos e privados, quebrando a resistência, aceitando as diferenças.

Em São Paulo, referência de metrópole, é nitidamente percebido áreas que possuem interatividade entre todos e áreas que segregam perfis de pessoas, por classificação econômica, gênero, raça, entre outros. Isso, muitas vezes acontece por conta da própria arquitetura, ou até mesmo atividades efêmeras que se inserem no espaço ocasionalmente.

Como reflexão em curso na contemporaneidade e estudo de caso, foram investigados de forma mais profunda três espaços inseridos na capital paulista, o Parque do Ibirapuera, o Largo do Arouche e a Vila Butantã.

O primeiro local a ser investigado foi o Parque do Ibirapuera, inaugurado em 1954, localizado na zona sul de São Paulo, considerado uma das mais importantes áreas de lazer e cultura da cidade, é referência de espaço acolhedor de diferentes gêneros, raças e culturas, que se reúnem para conversar, caminhar, praticar esportes e até mesmo expor sua arte. Lá, existe um campo da sociabilidade, sinais, rastros e indícios que sinalizam a relação de integração com o espaço público, fazendo deste a real extensão da cidade mesmo estando inserido na zona nobre de São Paulo.

O artigo insere-se nas pesquisas em desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e tem apoio do Fundo MACKPESQUISA.

Figura 2: Parque Ibirapuera.
Fonte: Caio Pimenta (2017)

Figura 3: Roda da Integração no Parque Ibirapuera.
Fonte: Morungaba (2017)

Costuma-se pensar que um espaço que acolhe diversos gêneros, normalmente está localizado em áreas mais afastadas, onde a mescla burguesa só tem acesso quando há interesse de socializar, porém dentre os três locais analisados neste artigo, a ideia se contrapõe. O Parque Ibirapuera, localizado em bairro nobre é considerado, embora rodeado de estabelecimentos de alto padrão (como pode ser visto na figura 2 e 3), um parque que não resiste às diferenças. Moradores de outras zonas da cidade migram frequentemente ao parque e se apropriam do espaço público, utilizando o sentido real da cidade. Esse espaço torna-se interessante justamente pela diversidade permanente, sem tornar qualquer pessoa mal vista.

O Parque do Ibirapuera mesmo que inserido em bairro de alto padrão, apresenta características que focam na diversidade, e sem que ele se transforme fisicamente, cria a relação entre os

O artigo insere-se nas pesquisas em desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e tem apoio do Fundo MACKPESQUISA.

espaços e as pessoas, humanizando e atraindo o interesse ao local justamente pelo convívio e de diferentes culturas e estilos.

O segundo espaço a ser analisado é o Largo do Arouche (mostrado abaixo nas figuras 4 e 5), um espaço que antes era frequentado por todos, e conhecido como uma local de sociabilidade desde a década de 1950 (PERLONGHER, 2008). Localiza-se no Centro de São Paulo, e estabelece relação muito importante com o espaço público.

Desde antigamente, os maiores frequentadores eram as pessoas que habitavam há muito tempo nas proximidades, porém sempre durante o dia, já que até pouco tempo as atividades noturnas não atendiam faixas etárias mais avançadas. Hoje, o comércio ambulante e as intervenções efêmeras estão se instalando e fazendo do espaço um local de lazer.

Figura 4: Praça Largo do Arouche.
Fonte: André Pomba (2017)

O artigo insere-se nas pesquisas em desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e tem apoio do Fundo MACKPESQUISA.

Figura 5: Vista Praça Largo do Arouche.
Fonte: Baixa Cultura (2017)

Em qualquer hora do dia, mas principalmente no período noturno o Largo do Arouche é muito frequentado pelo público LGBT, cuja intenção é apenas de usufruir o espaço público, mas atualmente com o grande desafio de ali permanecer.

Com a vinda de atividades efêmeras como o comércio e a gastronomia ambulante, começou a criar outros grupos de permanência, justamente por serem atividades que passaram a atender o público mais velho que reside nas proximidades da região, os quais antes não participavam das atividades noturnas.

Com a chegada dos moradores tradicionalistas da região e com a continuidade da presença do público LGBT, que já frequentavam o local nos períodos noturnos, o espaço se tornou completamente resistente às diferenças, pois o público LGBT começou a não ser bem vistos pelos "novos" frequentadores, criando um enorme problema para a convivência de dois grupos com interesses divergentes.

O espaço, quando expressa algum interesse de ocupação, onde a cultura é devoradora do lugar, inevitavelmente a economia também se torna exploradora, instalando meios de consumo que atraem novas pessoas, geralmente novas no espaço, o que torna os frequentadores usuais mal vistos.

O terceiro espaço ocupa uma posição um tanto quanto delicada no espaço urbano, e traz para a discussão a apropriação do espaço, desapropriando pessoas. Qual seria o sentido disso?

O exemplo apresentado de forma crítica é a Vila Butantã (demonstrada na figura 6 e 7), conhecida a pouco tempo por Vila dos Contêineres, localizada, como o próprio nome já diz, no bairro Butantã. O espaço foi criado para revitalizar o bairro, pois segundo os moradores era mal frequentado, onde a prostituição era intensa, além de ruas escuras e sem policiamento.

O artigo insere-se nas pesquisas em desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e tem apoio do Fundo MACKPESQUISA.

A intenção de revitalizar a área que antes era abandonada e apresentava riscos aos moradores do local, surgiu para trazer a segurança e afastar a prostituição, com isso foi planejado uma espécie de vila que traria vida e movimento para o local, porém com o propósito de ser um espaço onde todos os gêneros e perfis pudessem contemplar e fazer de lá o seu espaço.

A vila é formada por módulos de contêineres marítimos reciclados, que formam um mini complexo de serviços, com diversas tipologias gastronômicas, comércio, além de espaço para oficinas, feiras, shows e exposições.

Figura 6: Vila Butantã – Visão Panorâmica.
Fonte: Vila Butantã (2017)

Figura 7: Vila Butantã.
Fonte: Vila Butantã (2017)

O artigo insere-se nas pesquisas em desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e tem apoio do Fundo MACKPESQUISA.

Olhando para suas características, parece até ser uma iniciativa de integração e apropriação do espaço e de gêneros, porém não é o que acontece. O local surge, segundo o próprio site do empreendimento, com o conceito de "O Novo Pensamento Urbano: O Reexperimentar da Cidade", com os seguintes dizeres "[...] reexperimentar a cidade e vivenciá-la de outra forma", além de referenciar o local como a "Vila de todas as tribos" (VILA BUTATÃ, 2017).

A pequena narrativa sinaliza o oposto da relação afetuosa com o local e com as pessoas que ali frequentam, ou melhor, frequentavam. Se a Vila surgiu para que na área não predominasse mais a prostituição, surge a seguinte questão: como eles podem acolher diversos estilos, culturas, gêneros, perfis, interesses, se a prostituição e consequentemente o púbico LGBT foi simplesmente retirado do local?

Não que a prostituição seja algo positivo para o ambiente, porém esse público apenas migrou para outro espaço dentro da mesma cidade, ou seja, o problema não foi resolvido e consequentemente a Vila Butantã de fato já excluiu pessoas que possuem interesses distintos.

Neste estabelecimento, utilizam como frase para atrair suas "várias tribos", a Vila como um local que possui "novo pensamento urbano".

De acordo com essa frase usada e citada no próprio site do estabelecimento, surge, então, um novo questionamento: o que seria o novo pensamento urbano?

Seria talvez um tanto quanto controverso essa substituição de valores, pois uma área que exclui, consequentemente não acolhe, e utilizar de um conceito para atrair o consumo, pode gerar altas críticas para o espaço que o propôs.

Cacciari (2010, p. 35) comenta em sua obra a respeito da contemporaneidade, cuja densidade urbana é crescente, agravando, sobretudo as áreas periféricas. Questiona sobre a configuração das cidades e as vastíssimas áreas indiferenciadas do ponto de vista arquitetônico, não havendo dúvida de que todas as formas tradicionais da vida comunitária enfrenta um desafio radical diariamente.

O novo pensamento urbano é uma narrativa criada pelo atual modismo como forma de atrair cada vez mais o consumo para determinada área. Cada vez mais, estabelecimentos se utilizam do conceito de "espaço acolhedor de todas as culturas", porém isso não é real. Desde a antiguidade, os grupos eram formados por aldeias, tornando-se comunidades e, posteriormente, cidades. Nelas haviam agrupamento de todos os gêneros, os quais se uniam para administrar um local que dependia do trabalho de todos. Essa atividade até hoje não se perdeu, pois a cidade necessita da força comunitária, onde cada um realize a sua função, porém o que infelizmente a cidade se transformou foi em uma sociedade setorizada, com investimento pesado em zonas que possam trazer retorno público, esquecendo-se das áreas periféricas.

O novo pensamento urbano não existe como forma de reexperimentar a cidade, pois a mesma já foi criada para a utilização plena. O conceito adquirido pela Vila Butantã na verdade foi por "água abaixo". Quem antes frequentava o bairro, se hoje voltar a frequentar, talvez não será bem visto, pois o local, desde o princípio, foi criado justamente para revitalizar as áreas e excluir as pessoas que, aos olhos da sociedade, não são bem vistas, ou seja, o ambiente que usa o tal "novo pensamento urbano", na verdade usufrui de um pensamento que não pode ser considerado real. O objetivo da cidade é apresentar

O artigo insere-se nas pesquisas em desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e tem apoio do Fundo MACKPESQUISA.

contribuições afetivas para a formação do espaço público na cidade contemporânea, porém os projetos não são pensados para incentivar os grupos sociais à aceitabilidade das diferenças.

> [...] ora bem, será possível viver sem um lugar? Será possível habitar onde não existem lugares? O habitar não tem lugar á onde se dorme e, por vezes, se come, onde se vê televisão e se diverte como computador de casa; o lugar do habitar não é o mero alojamento. Só uma cidade por ser habitada; mas não é possível habitar a cidade se ela não dispuser a ser habitada, ou seja, não se der lugares. O lugar é o sítio onde paramos; é pausa – é análogo ao silêncio de uma partitura. Não há música sem silêncio. O território pós-metropolitano ignora o silencio numa partitura; não nos permite parar, recolher-nos no habitar (CACCIARI, 2010, pág. 35).

Um olhar sensível para as práticas do cotidiano pode desenvolver uma potência ainda não considerada; a potência da transformação pela vida cotidiana, pelas pequenas narrativas, a relação com o dia a dia. O lugar gera experiência, percepção de percurso que só existe se aliado à experiência humana construída no tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo propõe a revisão dos inúmeros significados de “cidade” e a reflexão sobre como a sociedade lida com as diferenças da mescla metropolitana. O ponto crucial é o questionamento inquietante de “para quem a cidade foi projetada”, pois se vive num local em que nem ao menos se pode se considerar próprio.

A mescla burguesa se apropria do espaço, desapropriando pessoas e foi a partir daí, que o artigo tomou forma. A cidade deveria ser pra todos, um lugar onde a inserção de quaisquer tipologias e gêneros pudesse ter o direito de ir e vir, porém isso não acontece, aqueles que frequentavam um local, quando revitalizado de forma despreocupada, começam a não ser mais bem vistos pelos novos frequentadores, e como de praxe, perde seu lugar no espaço.

Os próprios elementos da arquitetura são fatores agravantes que promovem resistência às diferenças, e contribuem ou diminuem a violência. Portanto deve ser muito bem pensada antes mesmo de ser construída. O arquiteto deve ser responsável tanto pelo projeto arquitetônico quanto pela transformação que pode acarretar na cidade, pois uma construção pode alterar fortemente os costumes e rotinas dos indivíduos.

O tal “novo pensamento urbano” deveria ser trocado pelo o uso de outra expressão, uma a qual demonstre o equilíbrio nas definições de zonas, e construções conjuntas de áreas que não faltem integração harmoniosa e aceitabilidade de interesses diversos.

A crítica ao “novo pensamento urbano e o reexperimentar a cidade” surge a partir de vivência espacial nos três locais analisados para a escrita deste artigo, e o que se torna evidente é o modismo que circunda a palavra, mais uma vez como forma de atrair o consumo para um determinado local, em questão, a Vila Butantã. O conceito adotado pela Vila Butantã, “novo pensamento urbano”, nunca foi novo e o “reexperimentar a cidade” só terá efetividade quando quaisquer estabelecimentos, sendo eles públicos ou

O artigo insere-se nas pesquisas em desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e tem apoio do Fundo MACKPESQUISA.

privados, tornar, aos olhos da sociedade, todos bem vistos. Se a cidade é para todos, deve ser usada como uma extensão de suas próprias casas.

REFERÊNCIAS:

AURÉLIO, **Dicionário Aurélio**. Disponível em: http://www. dicionariodoaurelio.com. Acesso em 05 de maio de 2017.

BAIXA CULTURA, Autor anônimo, 2017. Disponível em: http://baixacultura.org/piquenique-do-compartilhamento-no-baixocentro/. Acessado em: 23 de maio de 2017.

BARBOSA DA SILVA, José Fábio. **Aspectos sociológicos do homossexualismo em São Paulo. In: Sociologia** , Vol. XXI, São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1959.

BRAH, Avtar. **Diferenças, diversidade e diferenciação**. In: Cadernos Pagu, n. 26, Campinas, SP, 2006, p. 329-376.

BRAZ, Camilo Albuquerque de. **À meia-luz: uma etnografia imprópria em clubes de sexo masculinos**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

CACCIARI, Massimo. **A Cidade. Espanhã**. GG BR - Gustavo Gili. 2010.

COULON; OLGA; PEDRO, 2006. **O Surgimento das Cidade**s. Disponível em: https://www.algosobre.com.br/historia/surgimento-das-cidades-o.html. Acessado em: 16 de abril de 2017.

COSTA, Antonio Maurício**. Lazer e sociabilidade: usos e sentidos**. Belém: Açaí, 2009.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. 1ª ed. 2ª reimp. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2012.

DECANDIA, Lidia. **O tempo e o invisível: da cidade moderna à cidade contemporânea**. Disponível em: http://www.pucsp.br/margem/pdf/m17ld.pdf. Acessado em: 16 de abril de 2017.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão: política e violências nas periferias de São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp: CEM: Cebrap, 2011.

FRANÇA, Isadora Lins. **Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

GREEN, James N. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora da UNIFESP, 2000.

GREEN, James N.; TRINDADE, Ronaldo (Orgs.); **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2005.

GUIMARÃES, Carmem Dora. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

KOBAYASHI, Maíra. **Do lado de lá: um estudo etnográfico sobre as homossociabilidades que se constituem nas periferias da cidade de São Paulo**. In: Primeiros Estudos, São Paulo, n. 4, 2013, p. 112-122.

O artigo insere-se nas pesquisas em desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e tem apoio do Fundo MACKPESQUISA.

LACOMBE, Andrea. Ler [se] nas entrelinhas. **Sociabilidades e subjetividades entendidas, lésbicas e afins.** Tese de Doutorado: Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 2010.

MIGLIANI, A. 2014. **Clássicos da arquitetura moderna: edifício Louveira**. Disponível em: http://www.archdaily.com.br/br/625199/classicos-da-arquitetura-edificio-louveira-joao-batista-vilanova-artigas-e-carlos-cascaldi. Acessado em: 24 de maio de 2017.

MORUNGABA, 2017. Disponível em: http://morungaba.com.br/centro-de-convivencia-e-cooperativa-do-parque-ibirapuera/ Acessado em: 17 de abril de 2017.

NETTO, Vinícius, 2006. **O Efeito da Arquitetura**. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.079/290. Acessado em: 25 de maio de 2017.

PATRIMONIO CARTA DE ATENAS, 2012. Disponível em: http://patrimoniocartasdeatenas.blogspot.com.br/2012/09/cartas-de-atena-resumo.html. Acessado em: 15 de maio de 2017.

PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2a Ed., 2008.

PIMENTA, Caio. 2017. Disponível em: http://turismoetc.com.br/sao-paulo-possui-o-melhor-parque-urbano-do-planeta/. Acessado em: 17 de abril de 2017.

POMBA, André, 2017. Disponível em: http://www.andrepomba.com.br/2013/11/13/primeira-etapa-de-requalificacao-do-largo-do-arouche-e-entregue-amanha/. Acessado em: 17 de abril de 2017.

PUNTONI, A. **VILANOVA ARTIGAS - O PROFESSOR DA ARQUITETURA SOCIAL**. Abcd em Revista: Vilanova Artigas, 2013. Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4YRaVzFBiuU. Acessado em: 24 de maio de 2017.

SIMÕES, Júlio Assis; FRANÇA, Isadora Lins. Do "gueto" ao mercado. In: GREEN, James N.; TRINDADE, Ronaldo (Orgs.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 309-336.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

TRINDADE, Ronaldo. **De dores e de amores: Transformações da homossexualidade**

paulistana na virada do século XX. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 2004.

VILA BUTANTÃ. Disponível em: http://vilabutantan.com.br/sobre. Acesso em: 27 de abril de 2017.

VILA BUTANTÃ, 2017. Disponível em: http://vilabutantan.com.br/galerias#prettyPhoto/2/. Acessado em 17 de abril de 2017.

VILA BUTANTÃ, 2017. Disponível em: http://www.saopaulo.com.br/11322-2/. Acessado em: 17 de abril de 2017.

WILLIMS RAYMOND. **Palavras-chave: Um Vocabulário de Cultura e Sociedade**. Tradução de Sandra |guardini Vasconcelos. São Paulo, 2007.

O artigo insere-se nas pesquisas em desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e tem apoio do Fundo MACKPESQUISA.

O artigo insere-se nas pesquisas em desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e tem apoio do Fundo MACKPESQUISA.

Salvador - 2018

A EMERGÊNCIA DO DISCURSO AMBIENTAL NO MEIO ARQUITETÔNICO (ANOS 1960 E 1970): UMA CONTRACULTURA ENTRE CONVERGÊNCIAS E REAÇÕES À MODERNIDADE

THE ENVIRONMENTAL DISCOURSE EMERGENCE INSIDE THE ARCHITECTURAL FIELD AND COUNTERCULTURE (1960–1970 YEARS): A COUNTERCULTURE BETWEEN REACTIONS AND CONVERGENCES TO MODERNITY

LA EMERGÊNCIA DEL DISCURSO AMBIENTAL EN EL MEDIO ARQUITETÔNICO (AÑOS 1960 E 1970): UNA CONTRACULTURA ENTRE CONVERGENCIAS E REACCIONES A LA MODERNIDAD

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

FERNANDES, Gabriel de Andrade
Mestre em arquitetura e urbanismo; Especialista em laboratório no Centro de Preservação Cultural da USP
gaf.arq@usp.br

SANDEVILLE JR, Euler
Professor associado da Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Coordenador do Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP) FAU USP (http://nep.arq.br), Vice-Coordenador da Área de Concentração Paisagem e Ambiente, Arquiteto, Arte educador, Mestre e Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Especialização em Ecologia, Livre Docente em Arquitetura e Urbanismo.
euler@usp.br

A EMERGÊNCIA DO DISCURSO AMBIENTAL NO MEIO ARQUITETÔNICO: UMA CONTRACULTURA ENTRE O PRIMITIVISMO TECNOLÓGICO E O DETERMINISMO TECNOCIENTÍFICO (ANOS 1960 E 1970)

THE ENVIRONMENTAL DISCOURSE EMERGENCE INSIDE THE ARCHITECTURAL FIELD: A COUNTERCULTURE BETWEEN TECHNOLOGICAL PRIMITIVISM AND TECHNO-SCIENTIFIC DETERMINISM (1960–1970 YEARS)

LA EMERGÊNCIA DEL DISCURSO AMBIENTAL EN EL MEDIO ARQUITETÔNICO (AÑOS 1960 E 1970): UNA CONTRACULTURA ENTRE CONVERGENCIAS E REACCIONES A LA MODERNIDAD

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:

A emergência de um discurso de fundo ambientalista nas últimas quatro décadas é muitas vezes associada a um anseio de se não contrapor-se, ao menos corrigir supostos efeitos deletérios promovidos pela modernidade na constituição de uma relação aparentemente desequilibrada entre o ser humano e o meio ambiente natural. A presente comunicação apresenta argumentos que indicam não uma ruptura mas uma convergência entre a proposta ambientalista de matriz estadunidense e a concepção de natureza da modernidade. O método utilizado é a leitura e problematização de elementos discursivos de alguns autores-chave na definição desta matriz discursiva, cujas obras reverberaram e continuam a reverberar quando da evocação de uma arquitetura, um paisagismo e um urbanismo "verde" ou "sustentável". Neste sentido, o artigo explora ainda a construção de um discurso contestatório da modernidade na forma como tal matriz se disseminou na definição de uma experiência e de uma imagem arquitetônica contracultural nos anos 1960 e 1970. Os resultados apontam para a reafirmação de uma natureza marcadamente moderna, determinista e caracterizada pela despolitização de um discurso surgido como pauta política.

PALAVRAS-CHAVE: contracultura, ambientalismo, "whole design", natureza, arquitetura verde.

ABSTRACT:

The emergence of an environmentally based discourse in the last four decades is often associated with a desire to, if not to oppose, at least to fix the supposed deleterious effects of modernity in the constitution of an apparently unbalanced relationship between human being and the natural environment. The present paper aims present evidences that indicate not a break but a convergence between the environmentalist approach of American background and the modern conception of nature. The applied method involves the problematization of some discursive elements from some key authors associated with the diffusion of this discursive matrix, whose works reverberated and continue to reverberate on "green" or "sustainable" architecture, landscape architecture and urban planning. In this sense, this paper also explores the building of a modernity-contesting discourse by the way this matrix disseminated on an countercultural architectural experience and image in 1960s and 1970s. Results point to the reaffirmation of a remarkably modern, deterministic nature, characterized by unpolicization of a discourse that was born as a political reclaim.

KEYWORDS: *counterculture, environmentalism, whole design, nature, green architecture.*

RESUMEN:

La emergencia de un discurso de fondo ambientalista en las últimas cuatro décadas es a menudo asociada a una voluntad en no contraponerse, por lo menos corregir supuestos efectos deletéreos promovidos por la modernidad en la constitución de una relación aparentemente desequilibrada entre el ser humano y el medio ambiente natural. La presente comunicación presenta argumentos que indican no una ruptura pero una convergencia entre la propuesta ambientalista de matriz estadunidense y la concepción de naturaleza de la modernidad. El método utilizado es la lectura y cuestionamiento de elementos discursivos de algunos autores-clave en la definición de esta matriz discursiva, cuyas obras reverberaran y siguen a reverberar cuando de la evocación de una arquitectura, un paisajismo e un urbanismo "verde" o "sostenible". En este sentido, este artigo aun explora la construcción de un discurso contestatario de la modernidad en la forma como tal matriz se diseminó en la definición de una experiencia y de un imagen arquitectónico contracultural en los años 1960 e 1970. Los resultados apuntan para la reafirmación de una naturaleza marcadamente moderna, determinista y caracterizada por la despolitización de un discurso surgido como pauta política.

PALABRAS-CLAVE*: contracultura, ecologismo, "whole design", naturaleza, arquitectura verde.*

INTRODUÇÃO

Ainda que parte considerável do que se costuma chamar hoje de “arquitetura verde” ou “sustentável” se associe a um imaginário de desenvolvimento tecnológico razoavelmente avançado e em soluções técnicas sofisticadas, voltadas a um aproveitamento otimizado de recursos energéticos, ainda são comuns as associações, muitas vezes caricatas, a um retorno a um passado considerado vernacular, ou à mobilização de recursos tecnológicos *low tech* ou *lo-fi* ou mesmo a uma “arquitetura de pés descalços”. De fato, expressões como “sustentabilidade”, “permacultura”, “ambientalismo”, “eficiência energética”, “bioconstrução”, entre outras — ainda que repletas de camadas de significado próprias e muitas vezes oriundas de contextos conceituais e metodológicos que as colocam não necessariamente em harmonia umas com as outras — são por vezes reunidas em um mesmo universo de representações que as fazem assumir aparente posição contra-hegemônica em relação ao status dominante, tornando tal “arquitetura verde” uma espécie de esforço militante em um mundo cada vez mais ameaçado, seja pelo esgotamento de recursos naturais, seja pelos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

Lidamos aqui com um duplo preconceito. De um lado, mesmo as evidências empíricas mais superficiais apontam não para uma oposição entre o discurso da sustentabilidade ou da arquitetura verde e o desenvolvimento capitalista mas, ao contrário, para uma sofisticada convergência, que opera tanto do ponto de vista produtivo quanto do ideológico, como mostram por exemplo as estratégias discursivas de grandes empresas da construção civil em torno da ideia de “responsabilidade ambiental” — mesmo que muitas dessas estratégias se limitem ao que os entusiastas do ambientalismo chamam de *greenwashing* (a incorporação do discurso ambiental como tática de marketing). Uma vasta literatura crítica consolidada sobre a temática do ambientalismo reitera essa convergência, seja nos escritos de Thimoty Luke — para quem (2006) a ideia de sustentabilidade, fornece valioso recurso de legitimação de uma “degradação sustentável” do meio ambiente mediada pelo sistema capitalista — ou nos vários autores que orbitam em torno da pauta do ecossocialismo, ainda que pouco tenha sido explorado no campo específico da arquitetura.

Verifica-se similar preconceito com a associação direta dessa arquitetura com a estética e o imaginário *low tech*. Uma das matrizes para esta associação parece-nos identificada nas práticas e discursos semeados pela contracultura arquitetônica dos anos 1960 e 1970 e, em particular, na do sudoeste estadunidense deste mesmo período. De fato, experiências pioneiras ligadas à “arquitetura verde” foram promovidas justamente neste contexto histórico e geográfico, como aquelas que mobilizaram reutilização e reciclagem de materiais de construção, recuperação de técnicas vernaculares como a construção com terra, a mobilização de um vocabulário que anos mais tarde redundaria em movimentos como o da permacultura, das ecovilas e da bioconstrução, bem como o recurso a técnicas como o dos banheiros secos, aquecimento solar, entre outros.

Ao longo desta comunicação procuraremos apresentar resultados de uma pesquisa recente em que algumas dessas associações diretas (entre contracultura e primitivismo tecnológico, entre ambientalismo e antimodernidade, entre outras) são pensadas a partir da construção dos discursos veiculados em textos e outros materiais que permitiram a difusão desse ideário e a construção desse imaginário ambientalista. Como procuraremos demonstrar, uma tensão permanente se verificará entre tais práticas e ideias, igualmente sujeitos já a uma série de preconceitos consolidados pelo pouco destaque dado a tais episódios, manifestos e discursos pelos veículos da historiografia consolidada. Em particular, exploraremos a forma como a relação entre cultura hegemônica e contracultura se estabelece de forma entrelaçada e não apenas

por meio de uma “cooptação” ou captura de narrativas no estabelecimento das bases dessa arquitetura verde.

Também é nossa intenção explorar a maneira como ora se mobiliza uma associação entre desenvolvimento tecnológico e harmonização do ambiente construído com o natural e ora se procura construir uma relação harmônica entre os dois pólos baseada no distanciamento de tecnologias contemporâneas, explorando as sutilezas de cada construção ideológica. Finalmente, os impasses entre um certo determinismo naturalista na definição de uma relação ideal ou ótima entre o ser humano e o meio ambiente natural e construído (amparado ou não por inovações tecnológicas ou por abordagens “primitivistas”) serão explorados abordando especificamente a maneira como se mobiliza a ideia de “natureza” nas práticas e discursos destacados ao longo do texto. Procuraremos demonstrar como, afinal, não se trata de uma concepção de natureza particularmente distinta da consolidada e aparentemente inviolável concepção moderna e ocidental de que falam autores como Bruno Latour (1997, 2013) quando comentam a respeito da sedimentação ao longo de séculos de uma separação instituída em nossa “Constituição moderna” entre natureza e cultura/sociedade como pólos dicotômicos opostos e inconciliáveis.

Como um primeiro parêntesis, cabe ressaltar que tomamos por “primitivismo” um conjunto difuso de valores e ideais que viriam a ser alvo de intensa crítica na obra do autor ambientalista anarquista Murray Bookchin, ainda que adotemos a expressão de forma mais aberta e livre. O uso da expressão por Bookchin (1995) é fortemente jocoso e depreciativo e se destina especificamente às formulações “anarco-primitivistas” (ou de um “anarquismo de estilo de vida”). Contudo nós a adotamos pois ela resume de forma razoavelmente abrangente uma miríade de posições mais ou menos ambientalistas que, de um modo geral, convergiam no contexto estadunidense que apresentaremos na crítica tanto à sociedade urbana (ou, mais precisamente, suburbana) do consumo quanto aos supostos excessos da modernidade na relação com uma certa ideia de natureza. Neste sentido, mostraremos como abordagens que eventualmente viriam a inspirar parcialmente movimentos como o da permacultura e das ecovilas lançavam mão de artifícios retóricos voltados a um retorno a técnicas construtivas tradicionais e dotadas e pouca tecnologia agregada.

Para além do melhor entendimento de aspectos por vezes tomados de forma superficial na leitura do desenvolvimento disso que poderíamos chamar de uma “arquitetura verde”, acreditamos ainda que o retorno a este período específico da história recente nos permita refletir de forma mais bem fundamentada sobre os múltiplos problemas ambientais que afligem a produção de conhecimento contemporâneo sobre arquitetura, paisagem e cidade — sem no entanto cair em quaisquer tipo de armadilhas anacrônicas ou de abordagens programáticas e utilitaristas da história na medida em que uma leitura atenta e disciplinada das fontes primárias será apresentada sempre de forma adequadamente contextualizada e circunscrita. Como procuramos demonstrar ao longo da pesquisa e reiteramos ao longo desta e de outras comunicações, muitas das aparentes contradições dos discursos que aqui apresentamos estão diretamente relacionadas às dificuldades que (ainda) temos em lidar com a (ainda) mal resolvida divisão moderna entre cultura e natureza. Ou, como fica explícito na já célebre formulação de Isabelle Stengers (2015), de como reagir à “intrusão de Gaia” especialmente em um meio tão frequentado pela pauta ambiental e sustentabilista — bem como tão sujeito às suas armadilhas — como o da reflexão sobre arquitetura e cidade. Ainda neste sentido, acreditamos que esta reflexão possa colaborar ou convergir com esforços teóricos contemporâneos que rompem com tal divisão, como as abordagens perspectivistas ou que questionem o estatuto de sujeito ou objeto dos “híbridos” (segundo a expressão adotada por Latour) ou seres não-humanos.

"ESPAÇONAVE TERRA": CONSTRUINDO EM HARMONIA COM A TERRA, INTEGRALMENTE

Prolífico autor de manifestos, patentes, projetos e ideias, Buckminster Fuller revelou-se nos anos 1960 e 70 um "improvável guru da contracultura"[1] (MARTIN, 2010). Trata-se, afinal, de uma espécie de *self-made man* quintessencial, perfeita expressão da figura do abnegado empreendedor que é supostamente fruto do sonho americano: inventor autodidata, Fuller não apenas foi o autor de uma série de patentes industriais incorporadas pelo "complexo industrial-militar" estadunidense como colaborara decisivamente com o desenvolvimento do poderio militar dos EUA ao elaborar projetos para equipamentos encomendados pelo Pentágono. Foram, afinal, justamente as célebres cúpulas patenteadas por Fuller, baseadas na geometria do domo geodésico, a base para projetos de abrigos militares a serem utilizados em situações militares extremas.

Um personagem em princípio tão envolto em tal sobriedade conservadora dificilmente pareceria adequado a frequentar círculos contraculturais e contestatórios do *american way of life.* No entanto, ideias fullerianas como a da "sinergética" — pela qual o autor pregaria uma tendência natural dos sistemas, tanto físicos quanto biológicos e sociais, de operar suas transformações internas de forma a que o resultado do todo seja diverso do que a mera soma das operações das partes, buscando uma otimizada e idealizada situação de equilíbrio interno — pareciam convergir plenamente com os desejos de uma ampla juventude contracultural que pela via das "forças cósmicas"[2] entendia o cosmos conspirando a seu favor e se organizava em comunidades à margem da organização social tradicional, pretendendo-se como um conjunto de alternativas às expectativas do sonho americano. Ainda que se trate de um fenômeno heterogêneo, com efeito, será a estética do domo geodésico aquela mais diretamente associada ao fenômeno do assim chamado "novo comunalismo" estadunidense — que, entre outras pautas, apesar de sua enorme heterogeneidade, ressignificava as tradicionais narrativas em torno da conquista de fronteiras nos EUA por meio agora do desejo de uma relação mais orgânica com o meio ambiente natural que os cercavam. Se a paisagem foi também apropriada por discursos hegemônicos como elemento de propaganda do poderio militar, expansionista e dominador da nação americana, os jovens construtores de domos geodésicos no deserto pareciam querer inverter a construção dessa imagem, ao subvertê-la, construindo comunidades que espelhavam contraculturalmente os subúrbios de classe média de onde eles vinham.

Esse "novo comunalismo", eventualmente chamado também de "movimento *back to the land*" e muitas vezes evocado (MATTHEWS, 2010; TURNER, 2006, 2015) como herdeiro direto tanto do transcendentalismo quanto da tradição de construção de comunidades utópicas — ora de tipo religioso, ora de tipo socialista — que se verificou nos EUA em sua história, como já frisado, dificilmente poderia ser reduzido a uma representação monolítica ou homogênea — assim como a própria contracultura, de um modo geral. No entanto, em função de alguns veículos de difusão de ideias e imagens contraculturais sobre os quais falaremos a seguir e sobretudo pela mitificação criada em torno daquela que é considerada a primeira (e

[1] Há que se admitir, contudo, o pioneirismo de Fuller na questão ambiental num momento em que outros personagens que alertavam para os riscos da poluição, como Rachel Carson, eram publicamente execradas pelas grandes empresas e veículos de mídia. Devemos a observação à lembrança da professora Edite Carranza, em nossa banca de exame de mestrado, de que Fuller dizia que deveríamos no futuro renomear o planeta para "Polluto", alertando não só para os perigos da poluição como tornando-se de fato um guru "provável" da contracultura.

[2] Expressão adotada especialmente pelos protagonistas do episódio conhecido como "Drop City", sobre o qual falaremos a seguir, a mais célebre comunidade contracultural do sudoeste norteamericano nos anos 1960 e 1970 e a primeira a adotar os domos geodésicos segundo as diretrizes traçadas por Fuller.

mais celebrizada) comunidade contracultural — *Drop City,* estabelecida em 1965 e localizada no estado do Novo México —, verificou-se uma curiosa e prolífica relação entre algumas das ideias fullerianas sobre o meio ambiente e a prática e o ideário desse comunalismo. De fato, os jovens fundadores de *Drop City* foram eles próprios diretamente influenciados por uma palestra de Fuller, a quem não só solicitaram desenhos e projetos para auxílio na construção de domos, como até mesmo recursos financeiros[3]. Nos anos seguintes, domos geodésicos similares proliferaram em comunidades como Libre, Red Rockers, Fundação Lama, entre outras, muitas delas espalhadas pela região do Vale do Rio Huerfano.

Figura 1. Domos geodésicos na comunidade contracultural de *Drop City* (fotografada por Clark Richert, um de seus fundadores, 1965–1972).

Fonte: RICHERT, s/d.

Seja pelo caráter do discurso fulleriano que soava ao mesmo tempo esotérico e tecnológico, místico e matemático, seja pelo pragmatismo de suas propostas construtivas, plenamente adequadas à cultura do tipo "do-it-yourself" dessas comunidades, seja pela influência das imagens veiculadas em revistas como a *Time* dos primeiros domos geodésicos construídos em comunidades como *Drop City* a partir de 1965, uma certa estética arquitetônica passou a definir a imagem caricata da contracultura norte-americana: domos coloridos autoconstruídos a partir de material reciclado, espaços fortemente performativos, agrupamentos de construções que indicavam formas de organização horizontal e (aparentemente) desierarquizada. Tal imagem ver-se-ia oportunamente legitimada por discursos como a da sinergética fulleriana, da apropriação do vocabulário próprio da teoria dos sistemas e talvez especialmente da analogia criada por Fuller em torno da "espaçonave Terra".

Afinal, conforme o esoterismo tecnocientífico de Buckminster Fuller (1969), "a vida é sinergética", "o universo é sinergético". Segundo esta perspectiva todos os problemas de ordem social, econômica e política que se verificavam nos anos 1960 (como o racismo, a miséria, a poluição, entre outros) seriam no futuro resolvidos "naturalmente", desde que a humanidade compreendesse os mecanismos e engrenagens de sua "espaçonave Terra" e modelasse seu ambiente de forma a otimizar seus recursos. Segundo o autor (1969):

> É […] paradoxal mas estrategicamente compreensível que até o momento estivemos maltratando, abusando e poluindo este extraordinário sistema químico intercambiável para regenerar com sucesso toda a vida a bordo de nossa espaçonave planetária.
>
> Para mim, uma das coisas mais interessantes sobre nossa espaçonave é o fato dela ser um veículo mecânico, assim como um automóvel. Se você possui um automóvel, vocês sabe que é necessário introduzir nele gasolina, óleo, água para o radiador, assim como tomar

[3] Conforme Matthews (2010), um anedótico episódio envolvendo o desejo de Fuller colaborar financeiramente com os esforços dos "droppers" envolveu a criação, por parte do arquiteto, da primeira e única edição do "Prêmio Dymaxion", destinado à comunidade de *Drop City.* O grupo de moradores de *Drop City* havia solicitado ajuda financeira a muitos conhecidos e para que o valor doado por Fuller pudesse ser deduzido do seu imposto de renda, foi criada a premiação.

> conta dele como um todo. […] Não temos olhado para nossa Espaçonave Terra como uma máquina projetada como um todo, cujo sucesso persistente demanda total manutenção e compreensão.
>
> Nesse sentido. existe um fato extraordinariamente importante no que se refere à Espaçonave Terra: ela não vem acompanhada de qualquer manual de instruções. Acredito que se trate de algo bastante significativo que não exista qualquer manual de como operá-la. Em face da infinita atenção dada a todos os outros detalhes apresentados em nossa nave, é preciso tomar como deliberado e intencional que um manual fora omitido.

Os parágrafos reproduzidos acima estão entre as passagens mais citadas de Fuller. Em que pese, contudo, uma certa simplificação exagerada da caracterização do planeta como um grande sistema unificado e a dimensão um tanto quanto teleológica do discurso, a passagem sintetiza bem o fascínio que as ideias de Fuller exerciam entre aqueles que construíam domos no deserto e difundiam um discurso cada vez mais associado a uma preocupação com a preservação do meio-ambiente natural. Sintetiza também o fascínio exercido pela convergência entre um certo misticismo holístico do entendimento do mundo como um sistema complexo unificado e a aplicação do vocabulário técnico da teoria dos sistemas, repleto que é de cientificidade, objetividade e precisão matemática.

Em adição a autores como Norbert Wiener e sua cibernética, a própria teoria dos sistemas de Bertalanffy (ainda que difundida da forma simplificada com que Fuller a mobiliza) ou as extensões do homem de McLuhan, constituía-se um caldo repertorial de referências conceituais, filosóficas e científicas que amparava o entendimento do meio-ambiente natural como uma plataforma para a ação criadora e transformadora humana, desde que suas regras e engrenagens fossem devidamente compreendidas e otimizadas — tal qual a analogia de Fuller com o automóvel. Fuller chega a falar na necessidade de se estudar e cultivar o que chama de "ciência do projeto" *(design science),* pela qual as leis naturais regendo a vida seriam efetivamente integradas à agência humana sobre o ambiente, rumo ao que ele eventualmente chamaria de um "socialismo tecnocrático".

De algum modo, o que este conjunto de ideias sugere é uma espécie de tecnificação da vida social e da presença do ser humano no planeta: ao tomar a superfície terrestre como uma plataforma a ser devidamente modelada, segundo as engrenagens dessas leis naturais estudadas pela "ciência do projeto", passa-se a entender os problemas sociais e políticos como um dos muitos elementos físicos e naturais de uma equação complexa através da qual um cenário otimizado de exploração de recursos energéticos é buscado. Enfim: trata-se de buscar a forma mais eficiente de operar o tal "extraordinário sistema químico intercambiável" de que se trata a "Espaçonave Terra", uma entidade aparentemente sem história, sem classe, sem raça, sem gênero. O planeta inteiro se transforma em problema total de projeto (1996, p. 365): "Gravitei em escala de projetos locais a regiões metropolitanas, a bacias hidrográficas e, finalmente, a todo o continente, mas agora ficava claro para mim que eu devia começar a abarcar o ambiente da Terra." De algum modo, esta abordagem essencialmente tecnocrática e totalizante do problema ambiental caracterizará um processo que começa essencialmente político e ao cabo se revelará desprovido de politização.

Tal retórica será portanto certamente bastante oportuna na legitimação da proposta arquitetônica fulleriana baseada na já mística geometria dos domos geodésicos: da mesma forma que em uma colmeia a forma hexagonal parece bastante adequada à melhor otimização possível dos recursos disponíveis pelas abelhas interagindo com seu meio, geometrias como as do domo geodésico serão consideradas as ideais na

interação dos ser humano com seu ambiente natural. Arquitetura, paisagismo e urbanismo encontram, enfim, uma expressão devidamente dotada da tão desejada (e, mais uma vez, ideologicamente oportuna) cientificidade evocada por Fuller. O discurso tecnocientífico moderno aqui assume a condição de diretriz legitimadora de projeto. Tal geometria e estética, por sua vez, serão adotadas e profundamente difundidas pela via contracultural. Os meios pelos quais tal difusão acontece e a maneira como os discursos são adaptados serão objeto de comentário na seção seguinte.

Antes de prosseguir, cabe uma observação sobre a cronologia do discurso ambientalista. Esta proliferação de comunidades contraculturais dispostas a propor uma nova modelagem para o meio-ambiente, sugerindo uma relação mais harmônica e orgânica entre o ser humano e o mundo natural evidentemente se insere em um movimento mais amplo relacionado à própria construção do discurso em torno do ambientalismo. Enquanto movimento, aliás, é usual a constituição de uma narrativa — quase uma espécie de "história oficial", tal a recorrência na bibliografia hegemônica que se dedica ao tema[4] — a respeito da gênese do ambientalismo que posiciona nos EUA não só um palco principal para os acontecimentos como representa a América como agente privilegiado e protagonista na sua difusão internacional, ainda que uma série de outros episódios e personagens sejam marginalizados. Tal protagonismo se apropria não só do desenvolvimento institucional do discurso ambientalista no estado e no setor privado (por exemplo, pela criação da agência de proteção do ambiente nos anos 1970 e da crescente incorporação primeiro da ideia de responsabilidade ambiental e a partir dos anos 80 da ideia de sustentabilidade pelas grandes corporações do capitalismo americano, bem como da forma como o tema foi difundido em órgãos multilaterais internacionais) mas também da própria maneira como a questão foi tratada pelos movimentos contraculturais nos anos 1960 e 70, por mais contestatórios que eles fossem.

Recordando brevemente uma cronologia de fatos sempre evocada quando da reconstituição da trajetória do movimento ambientalista, cabe aqui destacar alguns dos elementos tradicionalmente apontados, se não como "mitos fundadores", ao menos como referências recorrentes na definição de uma espécie de "história oficial" do ambientalismo[5]. Tal narrativa iniciaria, entre outros marcos anteriores (como o movimento pela conservação da vida selvagem ou o desenvolvimento de políticas de demarcação de parques nacionais), em 1962 com a publicação de *Silent Spring,* de Rachel Carson e encontraria seu ápice uma década mais tarde na realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente Humano em 1972 em Estocolmo, passando pela institucionalização nos EUA — em uma iniciativa bipartidária que apontava para a efetiva incorporação de tal discurso pela política hegemônica — do Dia da Terra, em 22 de abril de 1970, data comemorativa que permanece até os dias atuais inserida no calendário de tanto de empresas, organizações não-governamentais, entidades públicas e movimentos sociais. Ao longo dessa trajetória, primeiro a presença marcante e, mais tarde, a relativa ausência de comunidades contraculturais associadas ao "novo comunalismo" e ao movimento *back to the land* será usualmente apresentada como uma evidência de uma espécie de causa que se revela acima de quaisquer contendas políticas, já que, surgindo em meios contra-hegemônicos, ela rapidamente é incorporada pelos meios dominantes.

O envolvimento do arquiteto paisagista Ian McHarg no primeiro Dia da Terra (1970), na Filadélfia, por exemplo, é um curioso indicativo deste processo. Professor da Universidade da Pensilvânia — na qual seu curso "O homem e o ambiente" fora responsável pela formação de quadros importantes e pela difusão de um ideário ambientalista fortemente articulado à prática profissional e à sua incorporação no discurso de

[4] Sobre as diversas formulações ideológicas e discursivas em torno da construção da história do ambientalismo, destaque-se o trabalho de Marcos Virgílio da Silva (2013).

[5] Conferir, por exemplo, Steiguer (2006).

empresas e escritórios de planejamento —, McHarg já era um intelectual razoavelmente reconhecido, tendo mesmo sido responsável por um programa de televisão[6] no qual apresentava o ambiente e a paisagem como resultado de interações naturais e culturais. Tomando a frente da organização dos eventos do Dia da Terra na cidade, McHarg reuniu em um mesmo palanque ícones da contracultura como Allen Ginsberg, representantes da política institucionalizada e cientistas como René Dubos (conhecido pelo famoso emblema "Pense globalmente e haja localmente") e Paul Erlich, talvez o mais célebre entre os ambientalistas alarmistas associados a posições neomaltusianas. McHarg, em seu discurso durante o evento (1996, p. 210), apela mesmo ao argumento da "bomba populacional" e sugere a necessidade de uma adaptação das atividades humanas aos limites ambientais, numa perspectiva que prenunciaria a estratégia adotada pelo sistema capitalista a partir dos anos 1980 em torno da ideia de "sustentabilidade"[7].

TURN ON, TUNE IN, DROP OUT[8]*:* AMBIENTALISMO E A ARQUITETURA CONTRACULTURAL DO MOVIMENTO COMUNALISTA

> A maior inspiração de nossas vidas, é claro, veio em 1969, quando vimos pela primeira vez a Terra a partir da Lua. Lewis Thomas falou em nome de todos nós: "A Terra está viva. Ela está viva." (MCHARG, 1996, p. 201)

O excerto acima, reproduzido da autobiografia do arquiteto paisagista Ian McHarg, sintetiza bem parte do imaginário mobilizado no emergente discurso ambiental do período aqui abordado, bem como permite costurar uma relação com o campo contracultural: não por acaso, a imagem integral da Terra (*whole earth*), pela primeira vez disponibilizada publicamente na forma de espetáculo de massas por meio das fotografias de satélite produzidas pela agência espacial norte-americana (Nasa), se transformaria não só em peça de propaganda para o esforço militar-industrial estadunidense como também em símbolo contracultural ressignificado como emblema pela paz e pela explicitação da artificialidade de fronteiras. Se, por um lado, conforme Maher (2004), tais imagens pudessem ser lidas como uma espécie de grau máximo da tradição expansionista e belicosa da nação americana, por outro, elas também puderam ser subvertidas na forma de denúncia dos esforços de guerra e destruição, apelando para um "meio-ambiente" global comum. Tratava-se, enfim, da mais direta ilustração da "espaçonave Terra" de Fuller.

A seguir, esboçaremos a partir de três personagens (Stewart Brand, Steve Baer e Lloyd Kahn) comentários a respeito da relação entre arquitetura, contracultura e ambientalismo, explorando suas relações com abordagens ora mais tecnológicas (e tecnocráticas), ora mais primitivistas. Não é nossa intenção explorar em detalhes as trajetórias e inserções sociais de cada um deles, mas apontar como os discursos que mobilizaram e episódios em que se envolveram atuaram na definição de uma determinada atmosfera cultural, colaborando na difusão de ideias, práticas e projetos.

---

[6] Intitulado "The House We Live In" ("A casa em que vivemos"), o programa recebia convidados de diferentes perfis acadêmicos (da biologia à antropologia) e apresentava ao público estadunidense uma pauta afinada com a emergência do discurso ambientalista.

[7] O "desenvolvimento sustentável" configura um conjunto de discursos promovidos a partir de 1987 após a edição do chamado Relatório Brundtland pelas Nações Unidas. Como já citamos, Luke (2006) associa o crescimento do discurso como uma nova estratégia capitalista de promoção de lucros, tornando as negociações em torno da preservação/destruição do ambiente como uma nova fronteira do capital.

[8] "Ligue, sintonize, fuja", lema contracultural associado à figura de Timothy Leary.

O primeiro desses personagens é Stewart Brand e seu *Whole Earth Catalog,* o mítico catálogo de venda de produtos "contraculturais", chegando em suas edições finais à casa dos milhões de exemplares em circulação, atuara decisivamente na difusão do ideário contracultural e ambientalista. Em grande medida, a incorporação da imagem da Terra vista do espaço pelo discurso da contracultura e pelo movimento ambientalista seria fortemente influenciada pela maneira como ela foi apropriada e utilizada por este agitador cultural e empresário que foi Stewart Brand, um dos mais conhecidos gurus da contracultura do sudoeste dos EUA. Conforme relembra Turner (2006), Brand teria enxergado nas imagens da Terra fotografadas a partir do espaço o mote perfeito para fazer as pessoas pensarem em como os recursos naturais seriam limitados. O próprio Brand foi responsável, a partir de 1966, por uma exitosa campanha pela disponibilização dessas imagens: em 1968 a primeira delas, conhecida por ATS-3 (em função do nome do satélite que a produziu), foi tornada pública. Imediatamente Brand utilizou-se dela para construir a identidade visual de seu *Whole Earth Catalog* (WEC): seguindo (e subvertendo) a tradição dos catálogos de vendas e almanaques norte-americanos, Brand imaginara uma publicação que pudesse permitir a qualquer indivíduo, autonomamente, transformar seu meio-ambiente, por meio do *acesso às ferramentas* adequadas à constituição de um "estilo de vida alternativo": o catálogo colocava potencialmente em contato compradores e vendedores dos materiais ali anunciados. De fato, "acesso às ferramentas" seria o lema do periódico, que iniciara sua circulação de forma independente e em suas últimas edições já chegava às salas de estar das famílias de classe média, incorporando-se plenamente à paisagem cultural estadunidense do período.

Logo em sua primeira edição e em sua primeira página de produtos disponíveis para venda o WEC destacava a igualmente independente e contracultural publicação *Dome Cookbook,* de Steve Baer (publicada também em 1968 e sobre a qual falaremos a seguir), que, por sua vez, destacava experimentos com domos geodésicos realizados na já citada comunidade contracultural de *Drop City.* Nas páginas seguintes encontravam-se à venda os livros de Buckminster Fuller, Norbert Wiener e outros autores que compunham o repertório conceitual desta contracultura tão tecnófila.

Maniaque-Benton (2006) talvez tenha sido a pesquisadora que mais profundamente tenha se debruçado a respeito do papel desempenhado pelo *Whole Earth Catalog* no cultivo e difusão de um imaginário arquitetônico especificamente caracterizado como contracultural. Em seu trabalho, ela destaca como algumas das seções da publicação interessavam especialmente à cada vez mais intensa juventude que clamava por repetir os feitos dos primeiros *droppers* e *drop-outs* e construir suas próprias comunidades domos geodésicos. Em tais seções (com títulos sugestivos como "Compreendendo sistemas integrais", "Abrigo e uso do solo", "Comunidade" e "Nomadismo") cada um dos produtos ofertados era acompanhado de breves comentários do próprio Brand e sua equipe, o que potencializava a difusão do ideário e imaginário contracultural que já descrevemos. Turner (2006, p. 83) igualmente argumenta que "o leitor de Brand goza do poder de um deus para mapear a totalidade da terra sob ele. […] A própria tecnologia da Guerra Fria concedia a seus oponentes o poder para ver o mundo como uma totalidade única."

Scott (2007) e Sadler (2006, 2008) também se debruçam em profundidade sobre as peculiaridades desta produção arquitetônica diretamente influenciada pelo WEC — de um modo geral esquecida pelos grandes manuais de arquitetura do século XX. Sadler (2006), em particular, atenta para o caráter contestatório presente nas iniciativas ligadas ao novo comunalismo que, apesar da crítica ao trabalho como esperado pela sociedade do consumo, revela-se fundamentalmente distinto e até diametralmente oposta das formulações de origem marxista, não operando numa chave essencialmente revolucionária, nem podendo ser reduzida a um mero reformismo.

A abordagem de Stewart Brand entendia os recursos tecnológicos, fossem eles primitivos ou modernos, vernaculares ou resultado de pesquisa científica de ponta, como um conjunto de ferramentas alargado pelo qual o ser humano não só teria autonomia para modelar livremente seu meio-ambiente de vida como um repertório de conhecimentos que deveriam ser dominados a fim de construir uma relação mais orgânica, otimizada e eficiente com este ambiente. É nesse sentido que Sadler (2008) o caracteriza como um "arquiteto" central na produção do período. Em certo sentido, o próprio meio-ambiente modelável nas páginas do *Whole Earth Catalog* se revelava ele próprio uma espécie de ferramenta, a ser integrada da forma mais otimizada possível às demais. A tecnologia é aqui entendida em sentido amplo: as ferramentas manuais são tecnológicas tanto quanto a geometria e a matemática ou o território, o ambiente e a paisagem. A sinergia com o discurso igualmente tecnocrático de Marshall McLuhan é inevitável: as ferramentas são a extensão das possibilidades de ação do ser humano.

A arquitetura, neste caso, constitui-se igualmente de tecnologia a ser orgânica e "naturalmente" integrada a seu meio. Daí, o fascínio com a estética geometricamente precisa e matematicamente elegante do domo geodésico fica bastante claro, tanto quanto o igual fascínio por técnicas tradicionais de tratamento dos sítios e com as culturas construtivas vernaculares. Se Buckminster Fuller estava na primeira página da primeira edição do *Whole Earth Catalog,* também se verificaria no miolo da publicação ferramentas para construção de terrários, composteiras, hortas verticais, etc. Aliás, é em função deste turbilhão de referências que, curiosamente, a "ciência do projeto" fulleriana se transformaria numa espécie de *bricolagem* algo anárquica inserida na melhor tradição *do-it-yourself* — a tal ponto que Brand consideraria a atual geração *maker* como herdeira direta de seus contemporâneos construtores de domos geodésicos.

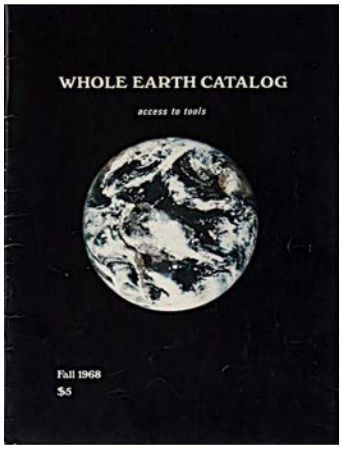


Figura 3. Página da primeira edição do *Whole Earth Catalog* (1968).

Figura 4. Página do miolo da primeira edição do Whole Earth Catalog destacando livros de Buckminster Fuller (1968).

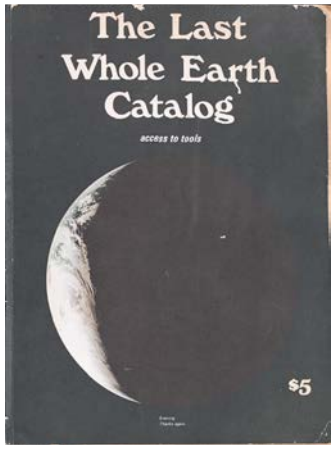


Figura 5. Capa do *Last Whole Earth Catalog,* (1972).

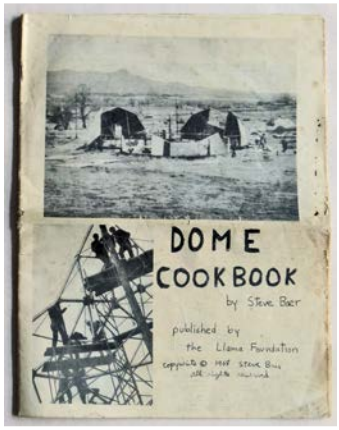


Figura 6. Capa do *Dome Cookbook* (BAER, 1968).

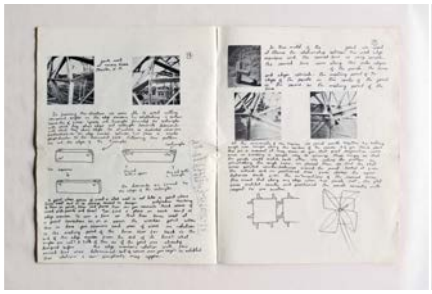


Figura 7. Miolo do *Dome Cookbook* (BAER, 1968)

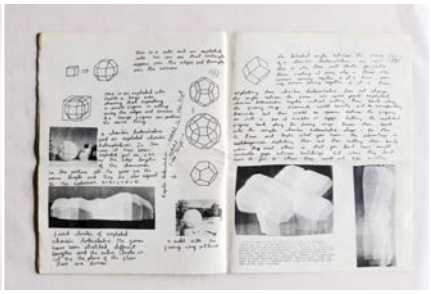


Figura 8. Miolo do *Dome Cookbook* (BAER, 1968)

Figura 9. Capa do *Domebook One* (KAHN, 1970).

Figura 10. Capa do *Domebook 2* (KAHN, 1971)

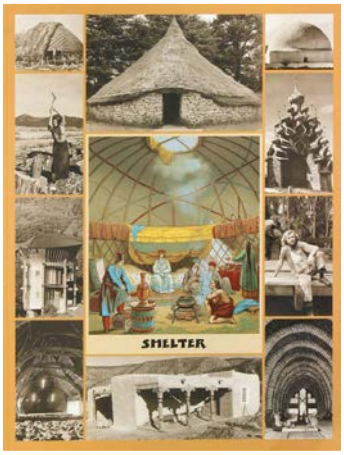


Figura 11. Capa de *Shelter* (KAHN, 1973).

Seja pelo papel de protagonismo exercido pelo *Whole Earth Catalog,* seja pela discurso holístico estimulado por essa cultura arquitetônica, Sadler (2008) caracteriza então essa produção como uma espécie de "arquitetura do todo" (ou *whole design*). Conforme o autor (2008, 111–112):

> Manejando seu pensamento sistêmico, o "whole design" ameaçava suplantar o movimento moderno, considerando o modernismo isolado de sistemas culturais e naturais mais amplos. O "whole design" substituiu as homenagens modernistas aos ofícios e à indústria com métodos retirados *diretamente* dos ofícios e da indústria, bem como pela capacidade de deles fornecer informações transferidas de forma intacta para o "whole designer". De todo modo, o "whole design" estava de alguma formo sintonizado com o modernismo. Em 1968, o *Whole Earth Catalog* assumia um patrocínio de uma totalidade ambiental que escorregava da tutela do modernismo. […]
>
> Como o modernismo, o "whole design" se desenvolvia rumo a uma unidade cada vez mais completa. Era estimulado, no entanto, não pela teleologia hegeliana do modernismo, mas por vetores darwinianos e cibernéticos. […] O "whole design" buscava não a totalidade

> como um objetivo filosófico futuro a ser abordado por meio de lógica racional mas como uma condição ambiental já presente com a qual se aliar por meio da prática.

Num primeiro momento, portanto, ainda que o novo comunalismo buscasse se colocar como uma opção ou reação aos excessos e defeitos da modernidade — e particularmente do capitalismo (sub)urbano de classe média do *american way of life* —, na prática se tratava de uma proposta espacial e arquitetônica essencialmente reprodutora do modernismo, talvez até mesmo aprofundando-o em seu discurso essencialmente tecnocientífico e determinista, ainda que um tanto quanto esotérico e plenamente alinhado às necessidades da Era de Aquário que se aproximava… Ao fim e ao cabo, o desejado empoderamento individual para que cada sujeito modelasse diretamente seu próprio meio-ambiente se anulava pelo mesmo discurso que privilegiava uma visão sistêmica, totalizante, tecnodeterminística.

Este cenário também pode ser ilustrado a partir da produção de nosso segundo personagem, Steve Baer — um "doido por sistemas geométricos, obcecado pela ideia de que arquitetos deviam romper com seus limites ortogonais", segundo Scott (2007, p. 161). A empresa fundada por Baer e mantida até hoje, Zomeworks, foi pioneira no desenvolvimento e oferta de soluções construtivas e arquitetônicas para problemas de eficiência energética, precedendo em quase duas décadas a abertura desta nova frente de mercado arquitetônico.

Trata-se de um ex-professor de matemática para arquitetos, igualmente fascinado pela geometria do domo geodésico mas crítico da maneira como Fuller o implantava, que considerava limitadora. Baer soube dos experimentos dos fundadores de *Drop City* ainda em 1965 e se ofereceu para ajudar a construir novos domos, segundo suas próprias formulações e pesquisas (e particularmente do tipo específico de construção geodésica que ele chamava de *zomo*). O episódio foi registrado e se transformou em 1968 no *Dome Cookbook,* provavelmente a primeira de uma sequência de publicações independentes de autores distintos que proliferaria nos anos seguintes entre as comunidades do tipo *back to the land*. A publicação de Baer era marcadamente contracultural em sua estética mais imediata: completamente datilografada, complementada por trechos cursivos e produzida de forma um tanto quanto artesanal, caracterizava-se de fato como um "livro de receitas" para a construção de domos.

Mais uma vez, a arquitetura era aqui entendida como uma tecnologia a ser organicamente integrada a uma plataforma tecnológica mais ampla identificada com o meio-ambiente e a natureza. Segundo Kirk (2016, p. 317–318):

> Em suas ideias de como trabalhar com o mundo material "com as mãos" e levando seu treinamento científico para o campo, os *bricoleurs* contraculturais como […] Baer abordaram a complexidade da relação homem/natureza de um modo que o movimento conservacionista da vida selvagem frequentemente obscurecia. Os bricoleurs, por necessidade, olhavam para a terra e para os recursos ao redor deles em busca de soluções para problemas e então construíam edifícios e objetos que eram do local e provenientes do local. Logicamente haveria um lugar para o animal humano nesse esquema. […] Em resumo, para os ecopragmáticos contraculturais como Baer […] a invenção de edifícios, objetos e tecnologias ecologicamente sensíveis ou benéficas a serviço de uma vida sustentável se tornaria parte de um desejo mais amplo por proteger e amparar a natureza em todo lugar.

Um terceiro personagem relevante na difusão desse emergente ideário ambientalista é encontrado na figura do marceneiro e arquiteto autodidata Lloyd Kahn, responsável por uma série de publicações a respeito da produção arquitetônica contracultural. *Domebook 1* e *Domebook 2* foram duas de suas publicações independentes que, junto do *Whole Earth Catalog,* exerceram papel fundamental na difusão da estética do domo geodésico como uma espécie de ícone do movimento comunalista, bem como do ideário fulleriano de um modo geral ou de outras vertentes como a de Steve Baer.

As publicações de Khan, caracterizadas por projetos gráficos joviais e irreverentes, fartamente ilustradas e densas de informações a respeito do cenário comunalista dos anos 1960 e 1970, atuaram efetivamente como uma espécie de inventário público de experiências arquitetônicas contraculturais — Sadler (2008) lembra que suas tiragens eram superiores mesmo a *best-sellers* arquitetônicos do período, como o célebre *Aprendendo com Las Vegas* (de Denise Scott Brown e Robert Venturi, publicado em 1972). Seus *Domebooks,* a contragosto do próprio autor (que lamentava a vulgarização da construção de domos geodésicos em situações de autoconstrução precária) acabaram atuando no sentido de construir uma imagem caricatural da contracultura. Como destaca Scott (2007, p. 170), os *Domebooks* teriam contribuído para "uma espécie de repetição estática, uma codificação e uma institucionalização da construção de domos como uma catequese ou ideologia", o que acabaria por tornar a estética geodésica "um fim em si mesmo", desvinculado de seus referenciais ambientais, sociais e políticos.

Seja pela caricaturização, seja pelas dificuldades práticas enfrentadas na vida comunal sob domos geodésicos (que iam de problemas como a difícil organização interna dos espaços domésticos comunais à má adaptação às intempéries, à estanqueidade e à proteção das estruturas), seja por um entendimento renovado dos problemas ambientais que crescentemente se contrapunha ao desenvolvimento tecnológico, Kahn em pouco tempo distanciou-se dos domos e focou em arquiteturas alternativas à modernidade de um modo geral, reunindo experiências ligadas à construção vernacular e a métodos alternativos em sua publicação *Shelter,* de 1973. Conforme destaca Azzarito (2011, p. 104), Kahn dedica aos domos geodésicos uma breve passagem no interior de *Shelter,* intitulando-a "Domebook 3":

> […] o tom da seção é em grande medida desanimador para qualquer potencial construtor de domos. […] Enquanto no passado Kahn assumira esta tecnologia como uma solução para todos os problemas, ele agora começava a desenvolver uma desconfiança da tecnologia em geral, e parte disto foi resultante das dificuldades práticas na vida em domos.

A trajetória editorial das publicações de Kahn ajuda a ilustrar um movimento vivido por parte do discurso ambientalista que, surgindo em meio à tecnofilia contracultural dos anos 1960 caminhou lentamente rumo a uma desconfiança dos avanços tecnológicos e a uma aposta em abordagens "primitivistas" como reação aos abusos ambientais da modernidade. Da natureza tecnificada que era imaginada pelos construtores de domos, que imaginavam seus objetos arquitetônicos como peças de uma colmeia mais ampla, às operações com técnicas vernaculares que igualmente entendiam a natureza como uma totalidade a ser também organicamente integrada pela atividade construtiva, trata-se de todo modo de uma mesma natureza totalizante, racional e, em certo sentido, mecânica, ainda que pontuada por pequenas doses de misticismo holístico.

CONCLUSÃO: UMA NATUREZA REITERADAMENTE MODERNA

As tensões, contradições e complexidades das práticas e discursos explorados até aqui talvez revelem, em última instância, formas particulares de lidar com as contradições inerentes à grande cisão ocidental entre sociedade e natureza. Conforme a célebre formulação de Bruno Latour (1997, 2013), é característica do projeto moderno no Ocidente uma "Constituição" caracterizada por tal polarização e uma dupla oposição: de um lado, uma natureza transcendente, ainda que produzida pelo homem, de outro, uma sociedade imanente, ainda que transformada em entidade igualmente abstrata, autônoma e transcendente.

A reconstituição de uma narrativa do desenvolvimento do ambientalismo contracultural arquitetônico, exposta nas páginas anteriores, evidenciou algumas características e estratégias no desenvolvimento dos discursos e retórica ambientais. Destaque-se, sobretudo, a recorrente tensão entre um ecologismo como uma espécie de causa ou manifesto político — segundo o qual está em jogo, ora a própria sobrevivência da humanidade, ora a necessidade de uma relação mais otimizada entre o ser humano e seu meio-ambiente de vida — e um meio-ambiente ou uma natureza que se revelam como uma espécie de fonte de argumentações de autoridade que transcendem qualquer discussão de ordem política ou cultural: tratar-se-iam, afinal, de questões de ordem técnica e científica que estariam acima de qualquer suspeita ideológica. O efetivo "meio-ambiente" final obtido e construído a partir desse conjunto de discursos se revela uma entidade despolitizada, abstrata, etérea — tanto quanto a própria natureza ocidental e moderna que é resultado da já citada grande divisão ocorrida na gênese da modernidade.

Talvez não haja melhor ilustração para a aparentemente evidente contradição entre uma causa política ambiental e um ambiente despolitizado e neutralizador de discursos e conflitos do que o próprio método de planejamento ambiental e paisagístico desenvolvido teórica e metodologicamente por McHarg a partir de sua atuação acadêmica e profissional. Por meio dele, tanto as características físicas, geológicas, climáticas, biológicas, entre outras, presentes num dado território quanto os fluxos sociais, as atividades humanas e os conflitos sociais são considerados igualmente como camadas acumuladas num mesmo problema de projeto e planejamento. Pesos e medidas são distribuídos para cada um desses elementos, metrificando e quantificando prioridades e tornando em valores problemas sociais, ainda que reconhecendo campos de subjetividades nessas análises.

Em artigo de 1967 com o sugestivo título de "Ecologial Determinism" (e, portanto, escrito pouco antes da publicação de seu seminal *Design with Nature)*, por exemplo, McHarg (2006, p. 34) alega que:

> […] processos naturais são deterministas, eles respondem a leis; eles então dão forma a adaptações humanas que elas próprias contém conteúdos simbólicos.
>
> Cabanas em colmeia[9], iglus, casas em palafitas são morfologicamente determinadas. Precisamos hoje de um entendimento dos processos naturais e de sua expressão, e ainda mais um entendimento da relação homem–natureza, que, menos determinista, ainda apresenta sua própria morfologia, a expressão da relação homem–natureza como um processo. O século dezoito desenvolveu uma morfologia para a paisagem pastoral na Inglaterra. Quais são os pré-requisitos para discernir as morfologias apropriadas ao nosso tempo?

[9] "Beehive huts" no original.

No mesmo texto o autor reconhece que os “defensores” da natureza devam se posicionar politicamente frente as demais forças sociais e políticas, no entanto, toma como um imperativo a adequação (e, em certo sentido, mesmo uma submissão) do ser humano às determinações ecológicas.

Afinal, ao tomar o “habitat” humano como um sistema, reduzindo-o a um conjunto de mecanismos manejáveis e planejáveis, operando fatores sociais, econômicos e políticos em uma mesma chave que os “naturais”, parece em princípio que se está superando a divisão natureza–cultura. Ao contrário, contudo, a divisão apenas se amplia, pois o equilíbrio da polaridade distorce-se no sentido de elevar o peso do lado natural, na prática anulando o social e político. A natureza — operacionalizada pela noção de “meio-ambiente” — é de tal forma totalizante nas abordagens aqui expostas que consegue abarcar e determinar os discursos em torno do social.

Neste sentido, talvez o recuo “primitivista” da contracultura em relação à tecnologia contemporânea, exemplificada pela crescente desconfiança de um Lloyd Kahn com a estética do domo geodésico — que primeiro havia causado fascínio, dada a sua aparente integração orgânica ao meio-ambiente, eficiência energética, etc. — e sua aproximação cada vez mais intensa com as culturas construtivas vernaculares constitua uma tentativa de reagir justamente ao caráter totalizante da modernidade com o qual, no entanto, não se consegue romper totalmente pela insistência na mesma noção moderna de natureza. Mesmo um anarquista profundamente crítico da abordagem primitivista como Murray Bookchin não deseja, ou não contempla, promover essa ruptura (1982, p. 23–24), recorrendo igualmente ao argumento tecnocientífico para legitimar organizações sociais específicas:

> Expressões como integridade, totalidade ou mesmo comunidade apresentam nuances perigosas para uma geração que conheceu o fascismo e outras ideologias totalitárias. […]
>
> De fato, tal conceito totalitário de “totalidade” se revela em profunda contradição com o que os ecólogos denotam pelo termo. Em adição à compreensão de sua consciência ampliada da forma e da estrutura, chegamos hoje a um princípio bastante importante da ecologia: a totalidade ecológica não é uma homogeneidade imutável, mas ao contrário, seu exato oposto — uma unidade dinâmica na diversidade. Na natureza, o equilíbrio e a harmonia são atingidos por uma diferenciação e uma constante mudança. Estabilidade ecológica, de fato, é uma função não da simplicidade e da homogeneidade, mas da complexidade e da variedade. A capacidade de um ecossistema em manter sua integridade depende não da uniformidade do ambiente mas da sua diversidade.

Concluindo, retomemos o episódio em que Ian McHarg atua na linha de frente da organização do primeiro Dia da Terra na Filadélfia, em 1970. Em seu discurso, McHarg (1996, p. 211) teria argumentado que na modernidade a relação entre o homem e o mundo natural teria sido ordenada sobretudo pelo império da razão, tornando-a insustentável ante o desejo de progresso e conquista. Frente a esta concepção moderna, McHarg sugere uma nova concepção — agora “ecológica” — da relação homem-natureza, por ele entendida como mais humilde. Em tese, trata-se de uma reação aos efeitos deletérios da modernidade e do modernismo. Na prática, como procuramos reiterar ao longo de toda a comunicação, trata-se efetivamente da reafirmação da modernidade pelo estabelecimento de uma entidade abstrata e despolitizada que é a natureza.

Procuramos, portanto, com esta breve comunicação alertar para aquele que talvez seja o elemento mais criticado nos vários discursos ambientalistas: a “naturalização” da natureza como uma entidade apolítica,

não histórica e posicionada além dos limites da discussão da sociedade, atingida não pela cultura ou pelas humanidades mas pela pureza da ciência. A literatura contemporânea[10] sobre o assunto vem apontando uma miríade de posicionamentos dissonantes desta naturalização, pelos quais não se verifica qualquer ingênua ou perigosa atitude de negacionismo ou desprezo de prognósticos ambientais preocupantes, mas também sem recair nas já apontadas armadilhas da divisão moderna entre natureza e sociedade. Com a exposição crítica dos discursos ambientais, da forma como eles foram mobilizados pela contracultura arquitetônica apresentada nas páginas anteriores, tentamos discutir a questão explorando as várias contradições da maneira como temos respondido em nossa era à "reação de Gaia".

REFERÊNCIAS

AZZARITO, Amy. "Libre, Colorado, and the Hand-Built Home." In: AUTHER, Elissa; LERNER, Adam (org.). **West of Center.** Art and the Counterculture Experiment in America, 1965–1977. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.

BAER, Steve. **Dome Cookbook.** Taos: Lama Foundation, 1968.

BOOKCHIN, Murray. **The Ecology of Freedom.** The Emergence and Dissolution of Hierarchy. Palo Alto: Cheshire Books: 1982.

_____. **Social Anarchism or Lifestyle Anarchism.** An Unbridgeable Chasm. 1995. Disponível em <http://www.lelibertaire.xyz/Bookchin-social-anarchism-or-lifestyle-anarchism-an-unbridgeable-chasm.pdf>, acesso em junho de 2018.

FULLER, Buckminster. **Operating Manual for Spaceship Earth.** Carbondale: South Illinois University Press, 1969.

KIRK, Andrew. "Alloyed: Countercultural Bricoleurs and the Design Science Revival." In: KAISER, David; MCCRAY, Patrick. **Groovy Science.** Knowledge, Innovation & American Counterculture. Chicago: University of Chicago Press, 2016.

LATOUR, Bruno. **A vida de laboratório:** a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

_____. **Jamais fomos modernos.** São Paulo: Editora 34, 2013.

LUKE, Timothy. "The System of Sustainable Degradation." **Capitalism, Nature, Socialism,** v. 17, n. 1, 2006, pp. 99–112.

MAHER, Bill. "Shooting the Moon: How Nasa Earth Photographs Changed the World." **Environmental History,** v. 9, n. 3, 2004, pp. 526–531.

MANIAQUE-BENTON, Caroline (org.). **Whole Earth Field Guide.** Cambridge: MIT Press, 2016.

MCHARG, Ian. **A Quest for Life.** An Autobiography. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1996.

_____. "Ecological Determinism." In: STEINER, Frederick (org.). **The Essential Ian McHarg.** Writings on Design and Nature. Washington: Island Press, 2006.

MATTHEWS, Mark. **Droppers.** America's First Hippie Commune, Drop City. Norman: University of Oklahoma Press, 2010.

[10] Ainda que não seja o objetivo desta comunicação, cabe citar as contribuições de autores como Donna Haraway, Tim Ingold, Bruno Latour, Isabelle Stengers, Eduardo Viveiros de Castro, entre outros.

MARTIN, Reinhold. **Utopia's Ghost.** Architecture and Postmodernism, again. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

RICHERT, Clark. **Drop City.** S/d. Disponível em <http://archive.is/FSNy0>, acesso em junho de 2018.

SADLER, Simon. "Drop City Revisited." **Journal of Architectural Education,** v. 59, n. 3, pp. 5–14, fev. 2006.
_____. "An Architecture of the Whole." **Journal of Architectural Education,** v. 61, n. 4, pp. 108–129, 2008.

SCOTT, Felicity. **Architecture or Techno-Utopia.** Politics After Modernism. Cambridge: MIT Press, 2007.

SILVA, Marcos Virgílio da. **Naturalismo e biologização das cidades na constituição da ideia de meio ambiente urbano.** São Paulo: Alameda Editorial, 2013.

STEIGUER, J. E. de. **The Origins of Modern Environmental Thought.** Tucson: University of Arizona Press, 2006.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes.** São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TURNER, Fred. **From counterculture to cyberculture.** Stewart Brand, the Whole Earth Network and the Rise of Digital Utopianism. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

A EXPERIÊNCIA URBANA NEGRA: APONTAMENTOS DA NECROPOLÍTICA RACIAL NO ESPAÇO URBANO.

THE BLACK URBAN EXPERIENCE: RACIAL NECROPOLITICAL POINTS IN URBAN SPACE.

LA EXPERIENCIA URBANA NEGRA: APUNTES DE LA NECROPOLÍTICA RACIAL EN EL ESPACIO URBANO.

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

CONCEIÇÃO, Santa Cruz Késsia
Mestranda em Ciências Sociais PPGCS-UFRB. Graduada em Ciências Econômicas, UEFS.
kessia.scruz@gmail.com

A EXPERIÊNCIA URBANA NEGRA: APONTAMENTOS DA NECROPOLÍTICA RACIAL NO ESPAÇO URBANO.

THE BLACK URBAN EXPERIENCE: RACIAL NECROPOLITICAL POINTS IN URBAN SPACE.

LA EXPERIENCIA URBANA NEGRA: APUNTES DE LA NECROPOLÍTICA RACIAL EN EL ESPACIO URBANO.

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
As configurações espaciais onde se localizam populações majoritariamente negras são cenários sociais que demarcam a hierarquização das cidades, além de, indicar porções territoriais direcionados a ocupação e lugar de moradia de corpos específicos. Sendo assim, a produção e gestão desses espaços podem ser orientadas pela lógica conceitual da *necropolítica*, que irá se formular em *padrões mórbidos de governança espacial*. Busca-se com esse arcabouço teórico-metodológico trazer reflexões desses conceitos na lógica do espaço urbano, fundamentando que estes fatores elaboram condições precárias de existência urbanas. Esta pesquisa indica que, tais condições ocorrem no sentido de eliminar, quando não, neutralizar a reprodução social e econômica de vidas específicas, formulando experiências mórbidas do fenômeno que é a cidade e o urbano, através das relações de poder alicerçadas sobretudo pelo *racismo antinegro*.
PALAVRAS-CHAVE: Experiência Urbana, Necropolítica, Racismo antinegro.

ABSTRACT:
The spatial configurations where the predominantly black populations are located are social scenarios that demarcate the hierarchy of the cities, besides indicating territorial portions directed to the occupation and place of dwelling of specific bodies. Thus, the management of these spaces can be guided by the conceptual logic of necropoly, which will be formulated in morbid patterns of spatial governance. This theoretical-methodological framework seeks to bring reflections of these concepts into the logic of urban space, grounding that these factors elaborate precarious conditions of urban existence. This research indicates that such conditions occur in the sense of eliminating, if not neutralizing, the social and economic reproduction of specific lives, formulating morbid experiences of the phenomenon that is the city and the urban, through the relations of power based mainly on anti-Black racism.
KEYWORDS: Urban Experience, Necropolitics, Anti-Black Racism.

RESUMEN:
Las configuraciones espaciales donde se localizan poblaciones mayoritariamente negras son escenarios sociales que demarcan la jerarquización de las ciudades, además de indicar porciones territoriales dirigidas a la ocupación y lugar de vivienda de cuerpos específicos. En neste sentido, las gestiones de esos espacios pueden ser orientadas por la lógica conceptual de la necropolítica, que se formulará en patrones mórbidos de gobernanza espacial. Se busca con ese marco teórico-metodológico traer reflexiones de esos conceptos en la lógica del espacio urbano, fundamentando que estos factores elaboran condiciones precarias de existencia urbanas. Esta investigación indica que, tales condiciones ocurren en el sentido de eliminar, cuando no, neutralizar la reproducción social y económica de vidas específicas, formulando experiencias mórbidas del fenómeno que es la ciudad y el urbano, a través de las relaciones de poder basadas sobre todo por el racismo antinegro.
PALABRAS CLAVE: Experiencia Urbana, Necropolítica, Racismo antinegro.

INTRODUÇÃO

Conforme Campos (2010), a população negra no Brasil quando liberta no contexto urbano se traduziu numa espécie de "escravidão urbana" que na cidade constituiu lugares específicos e bem demarcados no espaço urbano. Dito isso, a cidade enquanto uma formulação, foi inscrita, pensando a luz dos processos históricos, para excluir sobretudo os negros do espaço urbano. Ainda como aponta o autor, as fases do urbanismo brasileiro, principalmente a pré-modernista em meados da década de 20, foram amparadas por códigos de conduta e posturas instituídos legalmente nos aparatos da justiça brasileira no pós período escravista. Nota-se dessa maneira que tais medidas vieram acompanhadas das teses racialistas pautadas num ideário econômico que colocavam o fator racial como inibidor do progresso. Dessa maneira ao longo da trajetória do processo de urbanização do Estado-Nação brasileiro, os conflitos raciais referentes ao espaço se davam em essência na recusa da presença dos corpos negros ao espaço urbano. Através desse aparato científico/ideológico as cidades são configuradas tendo num primeiro momento, o higienismo e sanitarismo como padrões essenciais da lógica de exclusão de populações pobres, sobretudo negras.

Aponta-se assim, uma urbanização racialmente localizada imposta através de relações de poder definidos pelo racismo antinegro. Racismo esse, posto em ação há alguns séculos na sociedade brasileira. Para João Vargas (2010), Racismo numa perspectiva ampliada, implica etnia. Ou seja, vários grupos podem ser vítimas de racismo, mas a geografia de morte se dá por cor e padrões fenotípicos que estão relacionados com a maior presença de pigmentação. Sendo assim, as linhas de diferenciação de raça e classe que se reverberam no configuração sócio-espacial das favelas e sua consolidação como espaços de maioria negra, elucidam uma estrutura social orientadas pela lógica conceitual de Mbembe (2003), a necropolítica, que como aponta Alves (2012), irá se formular em padrões mórbidos de governança espacial. Diante disso, espacialidades negras criadas pelas hierarquias raciais são direcionadas sobretudo em função dos corpos[1] que ocupam determinados territórios. É nessa ótica que podemos refletir que, um bairro de maioria negra por exemplo, enquanto lugar social dentro do contexto urbano, geram sociabilidades e experiências distintas do urbano.

Dessa forma, se existe um padrão racial antinegro, isso diz respeito também a localização urbana desses indivíduos e, essa demarcação resulta em um diferencial de acesso, forma de viver e sobreviver nas cidades, a uso dos equipamentos e serviços urbanos, as noção de segurança e liberdade, a consumo, que impõe sobre alguns lugares e indivíduos sociabilidades restritas. De modo que, quanto mais afrodescendente for um território, com maior violência e desumanização serão alocados os mecanismos operacionais de poder e controle espacial. Nessa perspectiva dentro do espaço urbano através do padrão mórbido de governança a noção de vida pode ser entendido como os mecanismo e fatores necessários para sobrevivência, e da morte não somente como ação direta interrupção da vida, mas, como orientação da prática política dentro das ofertas dos serviços vitais urbanos e aparatos estatais, sobretudo de segurança, que não rompe com os ciclos de vulnerabilidade. Uma complexidade de elementos entrelaçados, que atuam como forma de racismo mascarado e, por vezes, potencialmente genocidas[2]

[1] Como aponta Jaime Amparo Alves, no Brasil, os corpos negros estão em constante alinhamento com a concepção do Homo Sacer elaborado por Giogio Agamben, ou seja, corpos dotados de vida nua, sem valor e desprovida de direitos. Dessa forma, são corpos que vivem potencialmente em estado de ameaça de sua vida, seja pela insegurança ou pela negação de cidadania. Assim o homo sacer – "aquele que por sua situação permanente de exclusão, tanto do mundo da cidadania quanto da esfera do humano, pode ser morto, mas não sacrificado" (Agamben 1995, p. 83 apud Alves, 2011).

[2] O termo genocídio, é apresentada na expressão política trazida por Abdias Nascimento, no livro: O Genocídio do Negro Brasileiro: um Processo de Racismo Mascarado. O genocídio traduz o processo direcionado aos negros de maneira estrutural, configurando um

1. APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA NECROPOLÍTICA RACIAL NO ESPAÇO URBANO

A literatura[3] tem a apontado que a população negra vive no exercício do compor a cidade em situação de desigualdade, nesse sentido se falta para negro(as) a noção de democracia urbana, são portanto cidadãos em condição de exceção. O que aparenta ser esse grupo especifico sujeitos que a lógica da ordem do espaço urbano aloca como sujeitos constante desprovidos de direitos da noção de cidadania. Assim, "se a cidadania supõe o exercício de direitos tanto econômicos como políticos e civis, cada vez mais parece ser possível falar num conjunto de prerrogativas que dizem respeito aos benefícios propriamente urbanos (Kowarick 1979, p.74)". Esse estado da forma de gerir o espaço urbano, tem sido o padrão brasileiro desde o fim incubado da escravidão, elegendo a comunidade negra e as populações das favelas como vidas sem garantia, territórios racializados precisam está fazendo de seus territórios constante lócus de situação de conflito e auto-defesa da tática operacional da governança mórbida do poder público.

Segundo Vargas (2010) existe uma multiplicidade de processos genocidas antinegro na Diáspora Negra, inerente ao sistema capitalista em sua fase contemporânea e ao Estado-nação imperial. Isso implica que, a produção de espaços urbanos segregados se mantem orientados por mecanismos de manutenção de poder, que nas cidades articula espaços territoriais de maioria negra como locais prioritários da reprodução do racismo antinegro. É notável que no espaço urbano, existe um modelo impositivo de sua organização e reprodução, pautado em relações de poder e hierarquias que gera segregação dos espaços, na medida em que direciona sobretudo o padrão de sobrevivência da população negra, dentro de uma lógica por vezes genocida[4].

MOORE (2007) argumenta que o racismo se consolidou na dominação e apropriação dos recursos necessários à vida em sociedade, por isso, ele tem uma base histórico-social, mas também econômica. Isso implica um legado de negação de direitos a população negra que tem desvantagens em diversos segmentos de sua vida social. É a partir dessa dominação que se orienta a marginalização, sendo o racismo a mola propulsora que

racismo mascarado. A institucionalização sistemática, morte física, material e simbólica da vida do povo negro no Brasil criaram um padrão de sociedade hierarquizada por critérios raciais em forma de extermínio e que atua de maneira eficaz. Com esse termo ele não somente sinaliza privilégios de raça, mas, a falta de humanidade que ainda tem se feito presente no tratamento dado ao povo negro. O genocídio vem como denuncia dos efeitos do racismo na sua forma mais degradante, como um projeto atuante (e em curso) de organização social que aniquila negros e negras.

[3] ROLNIK, Raquel. *Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (Etnicidade e Cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro)* in: Estudos Afro-Asiáticos. Cadernos Cândido Mendes n 7. Rio de Janeiro. 1989. SANTOS, Renato Emerson Nascimento. *Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano.* In: Renato Emerson dos Santos. (Org.). *Questões urbanas e racismo*. 1ed.Petrópolis: DP et Alii, 2012, v. 1, p. 36-66. GARCIA, Antônia dos Santos. *Desigualdades raciais e segregação urbana em capitais antigas: Salvador, cidade D´Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum*. 324 p Tese Doutorado UFRJ, 2006. SILVA, Maria Nilza da . *O lugar da população negra numa cidade brasileira: Londrina, espaço de segregação e resistência.* In: VI Congresso Português de Sociologia: - Mundos sociais: saberes e práticas, 2008, Lisboa. Texto integral no site do Congresso - www.aps.pt. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, p. 1-14. 2008.

[4] O termo genocídio, é apresentada na expressão política trazida por Abdias Nascimento, no livro: O Genocídio do Negro Brasileiro: um Processo de Racismo Mascarado. O genocídio traduz o processo direcionado aos negros de maneira estrutural, configurando um racismo mascarado. A institucionalização sistemática, morte física, material e simbólica da vida do povo negro no Brasil criaram um padrão de sociedade hierarquizada por critérios raciais em forma de extermínio e que atua de maneira eficaz. Com esse termo ele não somente sinaliza privilégios de raça, mas, a falta de humanidade que ainda tem se feito presente no tratamento dado ao povo negro. O genocídio vem como denuncia dos efeitos do racismo na sua forma mais degradante, como um projeto atuante (e em curso) de organização social que aniquila negros e negras.

gera uma visão totalizante que garante a gestão concentrada dos recursos. Percebe-se todavia, que raça não é um elemento estático, sobretudo atrelada aos processos urbanos ela atua de maneira potencializada. Assim o espaço urbano traz o envolvimento de relações complexas, entra estas, as diversas problemáticas que as dinâmicas urbanas impuseram e impõem a população negra.

Autores como Garcia (2006) e Campos (2010), orientam abordagens ressaltando a falta do elemento racial nas interpretações do cenário urbano. Ambos indicam que esse fator opera também enquanto negação da raça, além disso atua como formas de camuflar o racismo, a exemplo dos processos de favelização. Por esse motivo, a leitura de espaços de maioria negra incorporam as questões raciais de modo que a interpretação se estendam àqueles que dentro do espaço urbano atuam a desmistificar a ideia de que a cidade trata e engloba a todos indistintamente. Nesse sentido, a vida e morte, como orienta a noção do *biopoder*[5] não se dão de maneira similar nos espaços ocupados por corpos onde suas existências não valorativas, maximizadas e humanizadas: corpos negros, constituindo-se em *necropoder*. Segundo Hilário, partindo ainda da formulação de Mbembe:

> Em termos de política, isso se traduz na passagem da biopolítica para uma necropolítica (MBEMBE, 2006). Não mais, então, uma política voltada para a produção da vida – ainda que adequada à forma social, é verdade – e sim uma política cujo objetivo é a aniquilação em larga escala. Aqui a tendência para o "trabalho morto" na produção de valor encontra o "trabalho de morte" da política. Os indivíduos começam a sobrar diante da forma social atual, pois já não são mais rentáveis, não são mais requisitados a dispenderem sua força de trabalho no interior de um processo produtivo amplo. Muito pelo contrário, são expulsos e jogados no mercado informal e precário, nas margens da cidade etc (HILÁRIO, 2016, p. 203).

2. A FORMULAÇÃO DE CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA PRECARIA EM TERRITÓRIOS DE MAIORIA NEGRA.

Kowarick já em 1979 nos aponta que a marginalidade urbana direcionada a determinados grupos atua como "lógica de desordem" e, portanto, é preciso entender o sistema produtivo do espaço urbano em seu viés mais amplo. Mais que isso, no caso das peculiaridades brasileira o urbano se solidifica uma *espoliação urbana*[6]*,* que se dá de maneira estrutural:

> Chamo a atenção para esta noção porque ela pode ter desdobramentos fecundos. Por trás dela está a verificação de que a forma atual da expansão capitalista sob o impulso das grandes empresas concentradas do ponto de vista do investimento e concentradores de

[5] O conceito de governamentalidade [governmentality], tal qual originalmente elaborado por Michel Foucault (1991), diz respeito a uma "nova arte de governar"- baseada na tríade: soberania, disciplina e governo. Foucault identifica, a partir do século XVIII, uma mudança paradigmática no exercício do poder soberano. Se antes a autoridade do soberano (o rei) era exercida por meio da punição exemplar, o espetáculo público da morte, a partir de então se inaugurou um novo regime de poder que tomou a vida, e não a morte, como seu fim último. A habilidade dos aparatos de poder de promover a vida, ainda que por meio da imposição calculada da morte a certos grupos, é o que o autor chama de biopoder. Desde então, o foco do exercício do poder moderno se deslocou da morte para a administração calculada e otimizada da vida (ALVES, 2011, *apud* FOUCAULT ,1990, p. 136).

[6] Para Kowarick, A espoliação urbana é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho.

> rendas e de populações reordena as relações sociais de exploração e faz do controle da terra urbana e dos recursos de infra-estrutura das cidades poderosos instrumentos para espoliação social (Kowarick, 1979, p. 10).

Nesse sentido, a experiência urbana negra que localiza suas vidas sobretudo em bairros de maioria negra, se encontram ancoradas no *mito da sociedade amorfa*, trazido por Kowarick (1979), como um discurso social que prega que populações em situação de vulnerabilidade são passivas em relação a luta dos seus direitos, e como isso se reverbera na fragilidade com a qual a conquista pelos serviços urbanos básicos são alocados, transferindo a responsabilidade do estado para uma situação de auto-defesa constante desse segmento, aos de governamentalidade mórbida. Ou seja, se populações vulneráveis são amorfas, "cabe ao estado suprir essa deficiência" o que "funciona como um ingrediente ideológico bastante utilizado para justificar o controle intenso do estado" (1979, p. 22).

Dessa maneira esse controle funciona não somente como contenção de conflitos, mas, principalmente como mecanismo da deterioração dos níveis de vida[7] urbana, assim como dos padrões de consumo vitais. Cria-se dessa forma um quadro complexo de neutralidade reivindicatória, que recai sob o conforto ou assistência de seus territórios, por isso que, apesar desse fatores se espalharem ao nível do espaço, não atinge a cidade de forma linear e em níveis de similaridade para todas as populações, ou melhor, não atinge diretamente as vidas pelas quais o biopoder está em constante garantia. Nessa perspectiva dentro do espaço urbano através do padrão mórbido de governamentalidade a noção de vida pode ser entendido como os mecanismo e fatores necessários para sobrevivência, e o da morte não somente como ação direta interrupção da vida, mas, como prática política dentro das ofertas dos serviços vitais urbanos e aparatos estatais sobretudo de segurança que não rompe com os ciclos de vulnerabilidade. Por isto a cidade exaspera o viver urbano do morador sobretudo das favelas:

> A condição de favelado representa uma vulnerabilidade que não o atinge apenas enquanto morador: atinge-o também no cerne dos direitos civis, pois mais fácil e frequentemente pode ser confundido com "malandros" ou "maloqueiros" que constituem o objeto especial da ação policial e muitos são confundidos, o que faz com que, mesmo aqueles que não tenham passado pela experiência, interiorizem a iminência do perigo. Foco de batidas policiais, a favela é também estigmatizada pelos habitantes "bem comportados" como antro de desordem que destoa da paisagem dos bairros melhor providos, precisando ser removida para a que a tranquilidade volte a reinar no quotidiano das famílias que se sentem contaminadas pelo perigo da proximidade dos barracos (Kowarick 1979, p. 92).

A espacialização da necropolítica revela um modo de viver o urbano fragmentado por um estado de exceção para população das favelas, notadamente negras. Para Ianni (2005), o racismo tem papel decisivo na trama das relações sociais, e as desigualdades de base racial como um dos produtos de sua elaboração, seria uma das tecnologias de poder, que garantiriam as condições para exploração capitalista em uma estrutura social determinada por um histórico de diferenciação/estigmatização racial. Nessa circunstância, as raças seriam "indícios" de questões mais profundas que operariam em um nível real e concreto das relações sociais. Dessa maneira, as raças (e os sistemas de relações raciais) estariam em dinâmica interação com a estrutura social,

[7] Para Kowarick, "as condições de vida dependem de uma série de fatores da qual a dinâmica das relações de trabalho é o ponto primordial. Não obstante tal fato, é possível fazer uma leitura destas condições através da análise da expansão urbana, com seus serviços, infra-estrurua, espaço, relações sociais e níveis de consumo, aspectos diretamente ligados ao processo de acumulação do capital (1979, p.29).

e com a organização social de produção, não por acaso, a produção do espaço urbano para população negra se ampara também nesses mecanismos. Assim se os gestores que administram a ordem do espaço e serviços urbanos não geram os recursos coletivos de consumo: educação, saúde, transporte, emprego, necessários para reprodução da vida urbana sobretudo, para populações vulneráveis que vivem dentro das cidades, que por vezes só possuem sua força física para oferta há de se auferir que o Estado caminha no sentido de eliminar essas vidas.

Diante disso, Gracia (2006) aponta que outra falha de não pensar por um viés racial é atrelar a leitura de espaços periféricos apenas aos "bolsões de pobreza". No entanto, apesar dessa perspectiva, torna-se crucial entender que raça, quando operada no espaço urbano sobretudo em contextos de países de capitalismo periféricos, como no caso do Brasil, que a interpretação de lugares majoritariamente habitados pela população negra, situa-se como espaços de resistência no interior da sociedade, mas, além disso como espaços de controlados pela ordem do racismo. Existe uma lógica da desordem do espaço urbano onde as condições da expansão urbana dados por (serviços, infra-estrutura, espaços, relações sociais e níveis de consumo), não necessariamente irá implicar em "qualidade de vida da população" de uma maneira coletiva, ou seja, essa expansão e fatores de desenvolvimento criam processos de aparência, no entanto, uma aparência que na verdade é desordenada. A reprodução da vida negra no espaço urbano dessa maneira, existe numa tendência potencial de vulnerabilidade, marcada pelo atraso da sociedade racista pós-escravidão.

Percebendo que o espaço urbano se configura como um organismo complexo, que traça limites, histórias, vivências, cotidianos, disputas e conflitos, por entre seus muros invisíveis, com funcionalidades de controle social operando uma espécie de "imperialismo urbano" em propriedade de grupos dominantes brancos. Essa dualidade de construção dos espaços urbanos dentro da cidade estabelece lugares e caminhos para cada indivíduo que irá por ela transitar, viver e sobreviver guiadas por critérios raciais, por isso a marginalização de alguns locais são um dos produtos dessas hierarquias. Nesse sentido, é possível notar que os mecanismos de poder urbanos e atos de *governamentalidade racial* operacionalizados através dos atores que gerenciam sua produção, não necessariamente se dão correspondendo a um estado de exclusão, mas, que segrega indivíduos a possibilidades "periféricas" ou a "margem" de apropriação também dos bens e recursos urbanos. Assim, a articulação entre poder e estigma no espaço social são fatores importantes na obtenção ou não de recursos e na reprodução da desigualdade". Segundo Alves (2010), de acordo com Nagengast (1994), os índices de desigualdades e vulnerabilidades raciais, se estimulado ou legitimados pelo Estado garantem a eficácia da necropolítica, além disso, mesmo que não como agente primário, o mesmo atua como catalisador do padrão mórbido.

A espacialização da necropolítica no espaço urbano, se referem a fatores dinâmicos pautados no racismo antinegro que além de acentuarem a pobreza, potencializam os estigmas e vulnerabilidades sociais. Além disso, como aponta ANDREA; ALMEIRA; LUCCA (2008), a posição hierarquicamente inferior na ocupação do solo da cidade, se liga diretamente as distâncias das centralidades da produção e reprodução de bens materiais e simbólicos com maior valor social. O "caos urbano" que se encontra muitas cidades, como vem apontando a literatura, podem ser um parâmetro de modo a pensar a aplicação desse conceito teoricamente nas dinâmicas da lógica de funcionamento da cidade, em consonância com a realidade empírica entendo seus processos sociais de extorsão, coerção e espoliação de grupos específico, mecanismos sobre os quais o uso das tecnologias de poder de gerencia do Estado sobre o espaço urbano se fará centralizador.

Mais que isso, se o racismo como tecnologia biopolítica atua na lógica da maximização do valor a vida de determinados grupos em detrimento de outros, indivíduos em situação de precarização, confinadas em espaços urbanos segregados, transferem também para seus territórios cotidianos pouca valorização, sendo assim ocorre a minimização desses "lugares" como sendo socialmente significativos para seus moradores, ou ainda, esses elementos torna também esses lugares fator de potencialização da violência direcionadas a seus corpos, e portanto, instaura um " caos urbano" mútuo entre o morar e sobreviver. Conflitos que inclusive, aparecem estruturando as afetividades espaciais como produto de padrão mórbido de experiência do urbano.

Segundo Rolnik (1989), dentro das relações raciais do espaço urbano existem ainda as "fronteiras invisíveis", dadas pelo ordenamento territorial das relações raciais capaz de ocultar ambiguidades. De outro modo, são também artefatos da *necropolítica*, como suporte para manutenção e demarcação dos limites entre os grupos raciais, e sobretudo, como ambiente de segurança dentro do espaço urbano da vida de grupos hegemônicos, ou seja é a lógica de segurança a partir do lugar de origem, já que indivíduos de áreas periféricas geralmente são tidas como "ameaça a ordem", "perigosos" corriqueiramente oposto ao outro grupo, se amparando nos estigmas.

Dessa maneira territórios de maioria negra tomados como território da necropolítica, são locais de atuação do poder, com função de demarcar fronteiras diferenciadoras hierarquias de poder dadas pelas diferenças de raças, "são formas de hierarquia de reprodução de vida", sendo assim a produção dos espaços urbanos, também são sistematizadas por elas, por vezes numa lógica genocida. Portanto a importância é tratar do espaço urbano como uma dimensão que também compõe uma urbanização informal, àquela sem projeto, equipamentos, precariedade de acesso e serviços urbanos, forjadas em estruturas racistas.

CONCLUSÕES

O uso desse arcabouço teórico buscou explorar a espacialização do racismo na gestão do espaço urbano amparados nos mecanismos da necropolítica. Percebe que produção urbana de espaços de maioria negra estão atreladas a mecanismos que atuam como uma forma de controle social e, sobretudo, incidem sobre alguns lugares e indivíduos sociabilidades de uma maneira desumanizada de viver o urbano. Assim, a articulação desses fatores são cruciais na obtenção ou não de recursos e na reprodução de vulnerabilidades, desigualdades e pobreza.

Na noção do biopoder e do racismo hierarquizar indivíduos e territórios funciona como instrumentos ideológicos de dominação pois garante controle de determinadas populações, o que pode-se ser rebatido por exemplo, em análises de bairros de maioria negra e maioria branca, como espaços antagônicos. Ou ainda, como espaços que se classificam pelas hierarquias sociais, privilégios de moradia e acesso aos serviços urbanos, em contraposição aqueles que vivem estado de terror eminente atrelados ao descaso do poder público. Diante disso, esse, parece ser um interessante arcabouço para compreender as noções de poder e sua operacionalização nas cidades bem como suas funções, mas, sobretudo na análise empírica desses padrões em territórios majoritariamente negro e como funciona esse modus operante de gestão do espaço urbano.

A lógica de governamentalidade anti-democrática para territórios racializados, partem sobretudo do lugar, e da criminalização de indivíduos específicos, providos de uma vida com pouca importância, que perpassa também pela atribuição de um baixo valor moral ao seu lugar de moradia, geralmente oposto a outro grupo (dominante). Grupo esse que detém e monopolizam grande parte dos recursos gerados e serviços vitais de consumo e estrutura urbanas, dentro desse espaço geográfico que compõe a cidade.

É dessa maneira que instaura-se a gestão urbana da precariedade, processando a vida da comunidade negra no espaço urbano com um adicional do estigma, indissociável de consequências práticas, concretas. Torna-se necessário entender que a cidade não é somente uma denominação, mas, uma organização do espaço geográfico e social. Quando se refere as especificidades da população negra, particularmente em territórios de maioria negra, é preciso observar como estes expressam suas vivências dentro da urbanidade, e o que são eles no conjunto da cidade dentro das estrutura que os forjam em processos amparados no genocídio, no sentido de observar que as ações e dinâmicas do espaço urbano não são neutras de sentido social, político, econômico e racial.

REFERÊNCIAS:

ALVES, Jaime Amparo, "**A Sombra da Morte: Violência policial em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador**". In: Brasil Análise & Dados. *ISSN:* 0103-8117 *v.*20, *fasc.*04, p.563 - 578, 2010.

ALVES, Jaime Amparo, "**Necropolítica Racial: a produção espacial da morte em São Paulo**". In: Brasil Revista Da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. *ISSN:* 2177-2770, *v.*2 *fasc.*3 p.31 – 45, 2011.

ALVES, Jaime Amparo. **Topografias da Violência: Necropoder e Governamentalidade Espacial em São Paulo.** Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, v. 22, p. 108-134, nov. 2011. ISSN 2236-2878.

CAMPOS, A. **Do Quilombo a Favela: A Produção do "Espaço Criminalizado" no Rio de Janeiro**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil 2010. V. 500: mapasp.

GARCIA, Antônia dos Santos. **Desigualdades raciais e segregação urbana em capitais antigas: Salvador, cidade D´Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum**. 324 p Tese Doutorado UFRJ, 2006.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. **Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo**. Revista Sapere Aude, Belo Horizonte, 2016.

IANNI, Octavio; SILVA, Benedita da; SANTOS, Gevanilda Gomes; SANTOS, Luiz Alberto. **O negro e o socialismo**. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo, 2005.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação Urbana**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1978, 204p.

MBEMBE, Achille. **Necropolitics.** Public Culture, 15, 2003, p. 11-40.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Ed. Mazza, 2007.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro. Um Processo de Racismo Mascarado**. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1978.

ROLNIK, Raquel. **Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (Etnicidade e Cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro)** in: Estudos Afro-Asiáticos. Cadernos Cândido Mendes n 7. Rio de Janeiro. 1989.

VARGAS, João H. Costa. **A diáspora negra como genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas.** Revista da ABPN, v.q, n. 2 – jul-out, pp. 31-65, 2010.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES NA FAVELA: METODOLOGIA DE TRABALHO EM EQUIPAMENTOS SOCIAIS DE HELIÓPOLIS

THE UNIVERSITY EXTENSION AND THE RESIDENT'S ASSOCIATION IN SLUM: METHODOLOGY OF WORK IN SOCIAL EQUIPMENTS OF HELIÓPOLIS

LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA Y LAS ASOCIACIONES DE MORADORES EN FAVELA: METODOLOGÍA DE TRABAJO EN EQUIPOS SOCIALES DE HELIÓPOLIS

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

BATISTA, Nathália Conte Mendes
Graduada em Arquitetura e Urbanismo na FAU UPM; Integrante do grupo de extensão Mosaico EMAU
conte.nah@gmail.com

CASTRO, Gustavo Henrique P.
Graduando de Arquitetura e Urbanismo na FAU UPM; Integrante do grupo de extensão Mosaico EMAU
gu-1997@outlook.com

DIAS, Gabriella Bispo
Graduanda de Arquitetura e Urbanismo na FAU UPM; Integrante do grupo de extensão Mosaico EMAU
gabibdias.2.6@gmail.com

RETAMERO, Heloisa Bergamin
Graduanda de Arquitetura e Urbanismo na FAU UPM; Integrante do grupo de extensão Mosaico EMAU
heloisa.bergamin@gmail.com

TERADA, Luana Lye H.
Graduanda de Arquitetura e Urbanismo na FAU UPM; Integrante do grupo de extensão Mosaico EMAU
lulyete@hotmail.com

YOSHIDA, Juliana Shizue
Graduanda de Arquitetura e Urbanismo na FAU UPM; Integrante do grupo de extensão Mosaico EMAU
julianayoshida@outlook.com

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES NA FAVELA: METODOLOGIA DE TRABALHO EM EQUIPAMENTOS SOCIAIS DE HELIÓPOLIS

THE UNIVERSITY EXTENSION AND THE RESIDENT'S ASSOCIATION IN SLUM: METHODOLOGY OF WORK IN SOCIAL EQUIPMENTS OF HELIÓPOLIS

LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA Y LAS ASOCIACIONES DE MORADORES EN FAVELA: METODOLOGÍA DE TRABAJO EN EQUIPOS SOCIALES DE HELIÓPOLIS

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
O seguinte trabalho apresenta os métodos aplicados pelo Mosaico EMAU - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo - na parceria com a União dos Núcleos Associados de Heliópolis e Região, UNAS. O Mosaico é um projeto de extensão universitária que prevê a troca de conhecimentos entre academia e organizações sociais com atuação no território. O artigo aborda uma prática conjunta com os Centros da Criança e do Adolescente (CCAs), um projeto que desenvolve levantamentos técnicos dos espaços físicos dos Centros e propõe intervenções físicas. Trabalha-se ainda no diálogo sobre os conhecimentos de crianças, funcionários e estudantes de arquitetura em relação à dinâmica e funcionalidade dos espaços. Dessa forma, busca-se expor os tempos da atividade projetual e da dinâmica de desenvolvimento espacial do território através do estudo de caso do CCA Parceiros, um processo de projeto aplicado desde o levantamento físico e programático até a discussão da proposta final apresentada para um dos equipamentos socioeducacionais gerenciado pela UNAS na favela de Heliópolis.
PALAVRAS-CHAVE: extensão universitária; associação de moradores; projeto participativo; favela; Heliópolis.

ABSTRACT:
The following article presents the methods used by Mosaico EMAU – Model Office of Architecture and Urbanism – in association with the Union of Associated Cores of Heliópolis and Surrounding Area, UNAS. Mosaico is an extensional university program that foresees the knowledge exchange between Academia and social organizations that act on territory. This article discusses the development of a cooperative practice with the Centers of the Child and the Adolescent (CCAs), in a project that intends to make a technical survey of the physical spaces of the Centers and propose with them an intervention that can be applied to each one. In addition, the project also aims at allowing the dialog of knowledge among children, employees and architecture students about the dynamic and functionality of spaces. In this way, it is intended to expose the times of the project and the spatial development dynamics of the territory through CCA Parceiros case study, an applied project process from the physical and programmatic survey to the discussion of the final proposal presented for one of the social-educational team, CCA Parceiros, managed by UNAS in the Heliópolis slum.
KEYWORDS: *university extension; association of residentes; participative project; slum; Heliópolis.*

RESUMEN:
El siguiente trabajo presenta los métodos aplicados por Mosaico EMAU - Escritorio Modelo de Arquitectura y Urbanismo - en conjunto con la Unión de los Núcleos Asociados de Heliópolis y Región, UNAS. Mosaico es un proyecto de extensión universitaria que prevé el cambio de conocimientos entre la academia y organizaciones sociales que actúan en territorio. Este trabajo discute el desarrollo de un proyecto participativo com los Centros de Niños y Adolescentes (CCAs), que visa

a realizar un levante técnico de los espacios físicos de los Centros y proponer a estos intervenciones que puedan ser hechas a cada uno. Así como permitir el diálogo de conocimientos entre los niños, funcionarios y estudiantes de arquitectura sobre la dinámica y funcionalidad de los espacios. Así, este trabajo busca exponer los tiempos del proyecto y las dinámicas de desarrollo espacial del territorio, utilizándose del estudio del caso del CCA Parceiros, un proceso aplicado desde levante físico y programático hacia la discusión de propuesta final presentada a uno de los equipos socio educacionales administrado por UNAS, en la favela de Heliópolis.
PALABRAS-CLAVE: *extensión universitaria; asociaciones de moradores; proyecto participativo; favela; Heliópolis.*

INTRODUÇÃO

O artigo trabalha com as possibilidades de troca de conhecimento que a universidade pode construir com a sociedade civil, partindo da metodologia desenvolvida durante o processo de leitura do território e sobre as propostas de projetos de reforma para um equipamento socioeducacional; uma experiência de vínculo de saberes e dinâmicas entre a extensão acadêmica universitária, Mosaico EMAU, e a entidade local UNAS, presente na favela de Heliópolis.

Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) é um projeto desenvolvido pela Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA) dentro das universidades e tem como principal objetivo trabalhar em parceria com a sociedade civil, assessorando demandas sociais, arquitetônicas e urbanísticas de comunidades organizadas, por meio de métodos e ferramentas que se assemelham a prática das assessorias técnicas. Sendo assim um instrumento relevante para a formação acadêmica, profissional e social dos envolvidos (FENEA, 2006). Dessa forma, em 2005, surgiu dentro da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie o Mosaico, o qual vem desenvolvendo desde 2016 um trabalho em parceria com a União dos Núcleos Associados de Heliópolis e Região, UNAS.

A UNAS é uma associação criada em 1990, sucedendo a comissão de moradores de Heliópolis, de 1978, com a proposta de ampliar sua visibilidade frente ao poder público. Definida pelo seu estatuto como uma entidade sem fins lucrativos, a qual representa a luta social do bairro, a UNAS apoia o engajamento da população e realiza gestão de diversos equipamentos locais, contribuindo para o desenvolvimento do território e tendo como princípios: autonomia, responsabilidade e solidariedade, e a educação como principal agente promotor da mudança (UNAS, 2018).

O trabalho da entidade, representado por moradores de todos os núcleos da favela na luta por moradia, resulta em diversas atividades de diferentes frentes, incluindo: educação, assistência social, cultura, esporte, saúde, moradia, juventude, empreendedorismo e movimentos de base (UNAS, 2018). Neste contexto, o estudo de caso abordado neste trabalho é direcionado aos Centros da Criança e do Adolescente (CCAs), equipamentos de assistência social e educacional presentes em Heliópolis.

O contato com a academia não é uma novidade em Heliópolis. Diversos trabalhos têm sido feitos em parcerias entre grupos de moradores e universidade. Busca-se nesta experiência uma aproximação com as demandas reais da cidade, superando limites da matriz curricular básica, que muitas vezes ignora assuntos como assentamentos informais, ocupações irregulares, favelas, cortiços e habitação de interesse social. Atua-se aqui na dimensão da produção de conhecimentos verbais e culturais, de forma a dar sentido ao papel da extensão universitária (DOTAVIANO; ROVATI, 2017).

Cabe assim aos estudantes, junto a professores militantes, cientes dessas deficiências de conteúdo, suprir as demandas atuais por meio de trabalhos acadêmicos, grupos de pesquisa, de extensão e de laboratórios, aproximando assim o real do ideal para fazer a ponte entre a universidade e a sociedade. Desse anseio surgem trabalhos como o do Mosaico e do LabLaje, coletivo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

> O LabLaje é um coletivo multidisciplinar composto por arquitetos, advogados e geógrafos que têm estudado e militado no tema da urbanização de favelas em suas pesquisas acadêmicas e também na prática profissional. O coletivo tem atuado no

> campo da formação e reflexão acadêmicas buscando a desalienação da agenda sobre favelas. Fazem parte do coletivo Felipe Moreira, Henrique Frota, Lara Ferreira, Paula Oliveira, Rodrigo Faria, Victor Iacovini e Vitor Nisida. (LABLAJE, 2018)

Composto por estudantes de várias áreas do conhecimento da pós-graduação sob o interesse de trazer a favela para dentro da universidade, todos eles de alguma forma a discutiram nos seus trabalhos de pesquisa cabendo assim a favela de Heliópolis. Diante disso o grupo desenvolve ações múltiplas que aproximam territórios em duas vias, levando o debate sobre as favelas para a faculdade e levando os estudos universitários para as favelas, no sentido de realizar um trabalho de trocas de aprendizagens diante de uma necessidade. Isso se dá através de oficinas de capacitação, também em parcerias com a UNAS, nas quais a organização levanta temas relevantes para a comunidade como regularização fundiária e habitação de interesse social.

Dentro dessa iniciativa o Mosaico foi convidado pelo LabLaje para atuar frente a uma demanda de projeto que surgiu na UNAS para um de seus equipamentos, o CCA Parceiros, desencadeando uma nova proposta de atuação que possibilita o intercâmbio de saberes de modo horizontal e multidisciplinar.

PANORAMA DAS CONSTRUÇÕES DOS EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS NA FAVELA

Analisando as favelas na macroescala, uma das principais observações nos espaços, que resultam desta produção doméstica, está na ampliação ou intervenções imediatas para suprir uma necessidade dada a dinâmica cotidiana do local. Assim, devido às dimensões restritas dos lotes, a principal forma de intervenção construtiva para o adensamento é através da verticalização. Isso resulta em unidades com cômodos sem aberturas para iluminação e ventilação, o que pode gerar situações de insalubridade (COELHO, 2017). Além disso, essa verticalização pode levantar dúvidas sobre as condições estruturais do projeto, principalmente das fundações (NAKAMURA, 2004).

Contudo, poucos são os projetos, no Estado de São Paulo, que consideram em suas propostas de urbanização de favelas as melhorias habitacionais. Estas são intervenções pontuais, caso a caso, realizadas em conjunto com um projeto de infraestrutura urbana, visando as condicionantes de um ambiente salubre de acordo com a pré-existência.

> As melhorias, mesmo em urbanizações que implicam em altos percentuais de remoção, podem estar entre as maiores necessidades dos moradores, mas são obras e intervenções deixadas para o último plano. Este é o campo que permite o contato mais direto entre o arquiteto e o morador, que permite reconhecer as necessidades diretas e específicas, permite que se conheçam as pessoas pelo nome. (AMORE, 2016)

Pode-se dizer que os projetos de urbanização de favelas, nem sempre consideram o critério de acesso solar em seu desenvolvimento, mesmo este sendo um fator qualitativo considerável quando se trata de conforto térmico e salubridade (SAMORA, 2009).

“A insolação, assim como a ventilação, está fortemente ligada à saúde, apresentando importante efeito bactericida e representando uma sensação de contato direto com o mundo exterior, que tem implicações psicológicas importantes para os moradores. ” (COELHO, 2017, p. 83)

Além das questões relacionadas à saúde, todos esses fatores também estão relacionados à diminuição do rendimento escolar. Segundo Paula Hernandez Heredia (2016), as precariedades habitacionais são fatores que aumentam as probabilidades de atraso e evasão escolar, afetando principalmente as crianças mais pequenas. A pesquisa ainda mostra que alunos que frequentam a rede pública tem quase três vezes mais chances de estar em situação de atraso do que aqueles que frequentam escola privada, já que nesta as instalações tendem a ser menos precárias.

Portanto, para que as crianças possam ter um bom aproveitamento da escola e um bom desenvolvimento, é preciso que as escolas atendam aos requisitos mínimos de infraestrutura e conforto. Porém, segundo o Ministério da Educação (MEC), isso ainda está distante da realidade de muitas escolas pelo país.

> No Brasil, grande número de ambientes destinados à educação de crianças com menos de 6 anos funciona em condições precárias. Serviços básicos como água, esgoto sanitário e energia elétrica não estão disponíveis para muitas creches e pré-escolas. Além da precariedade ou mesmo da ausência de serviços básicos, outros elementos referentes à infraestrutura atingem tanto a saúde física quanto o desenvolvimento integral das crianças. Entre eles está a inexistência de áreas externas ou espaços alternativos que propiciem às crianças a possibilidade de estar ao ar livre, em atividade de movimentação ampla, tendo seu espaço de convivência, de brincadeira e de exploração do ambiente enriquecido. (MEC, 2006, p.10)

Dessa maneira, a qualidade dos ambientes educacionais afeta diretamente a vida tanto das crianças quanto dos profissionais, influenciando o projeto político pedagógico e o processo educacional que é desenvolvido (MEC, 2006). Neste contexto, as definições estabelecidas legalmente em 2010 por meio do Decreto de n° 7.341, o qual dispõe sobre a regularização fundiária das áreas urbanas:

> Consideram-se equipamentos públicos comunitários as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer, segurança pública, abastecimento, serviços funerários e congêneres. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010)

Tendo em vista tal definição, os equipamentos públicos, comunitários ou não, são inevitáveis para um bom funcionamento das atividades urbanas. Frente a isso, a UNAS gerencia grande parte dos equipamentos públicos comunitários do território de Heliópolis (UNAS, 2018).

Assim, compondo o escopo de serviços da UNAS estão os Centros da Criança e Adolescentes (CCA), os quais são equipamentos socioeducacionais que tem como objetivo complementar as atividades escolares, garantindo às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade acesso à educação, alimentação e cultura em período integral, contribuindo para o desenvolvimento e conquista da autonomia e cidadania, fortalecendo também os vínculos com a família e com a comunidade (SÃO PAULO, 2013).

Os CCAs desenvolvem atividades com crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, tendo como foco a formação, a partir das demandas do espaço de convivência, bem como dos interesses e potencialidades dessa faixa etária. Dessa maneira, as intervenções são pautadas em experiências culturais, esportivas e lúdicas, trabalhando-se as formas de expressão, interação e sociabilidade, aprendizagem e proteção social (SÃO PAULO, 2013).

Outra característica dos serviços prestados pelos CCAs é o atendimento de crianças e adolescentes com deficiência, submetidas ao trabalho infantil e a outras violações de direitos. A partir disso, os Centros realizam atividades que contribuam para a reinserção dos alunos em contraposição às vivências de isolamento, estimulando o desenvolvimento de sociabilidades e ao mesmo tempo prevenindo situações de risco social (SÃO PAULO, 2013).

EXPERIÊNCIA COM CCA PARCEIROS

A proposta de reforma do CCA Parceiros chegou ao Mosaico através do coletivo LabLaje, o qual realiza um trabalho em parceria com a UNAS. Dessa maneira, o projeto foi desenvolvido pensando na troca de conhecimentos entre estudantes e sociedade e na parceria entre o escritório e a associação de moradores.

O trabalho com o CCA Parceiros consistia em melhorar os ambientes de sala de aula através da ampliação dos espaços e das condições de iluminação e ventilação, pensando na salubridade e habitabilidade para as crianças e funcionários. A princípio, as demandas foram de criação de espaços para a administração, coordenação e diretor e ampliação da cozinha além da criação de espaços de lazer e brincadeira para as crianças. Contudo, após a atividade de leitura do espaço, nota-se que as demandas iam além das solicitações imediatas apontadas pela coordenação.

Metodologia de desenvolvimento

Nesse contexto, a primeira etapa foi levantar o que estava construído pois o mesmo diferia das bases originais de projeto do local onde o Centro se encontra. Sem conseguir contatar o arquiteto responsável pelo primeiro projeto, deu-se início a fase de estudos sobre a situação de iluminação e ventilação do prédio e posteriormente sobre as possíveis propostas de intervenção que poderiam se desenvolver, baseadas na NBR 5413/92 de Iluminação de Interiores, para que o espaço atendesse de forma mais salubre e agradável às crianças, adolescentes e funcionários do CCA.

Para o desenvolvimento dos levantamentos, foram realizadas algumas visitas de campo, as quais serviram para identificar as características da edificação como: estrutura, pontos elétricos principais e dimensionamento das aberturas. Este último foi um dado crucial para o desenvolvimento do projeto uma vez que os principais problemas encontrados no CCA eram referentes ao conforto arquitetônico, mais especificamente à ventilação e iluminação. Como método de estudo e demonstração para os coordenadores do centro foi desenvolvido um modelo físico (figura1) no qual a luz foi simulada com uma lanterna.

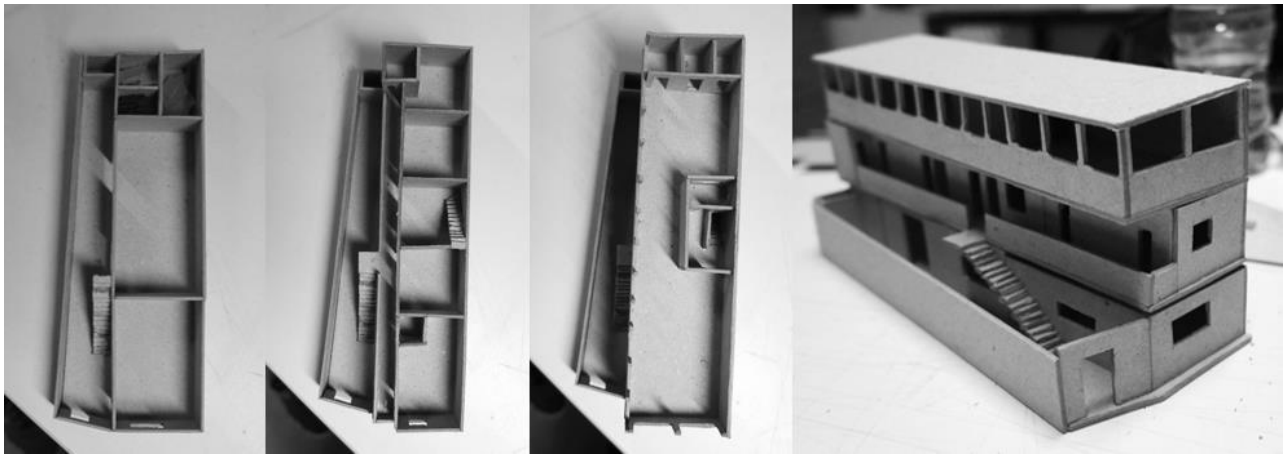


Figura 1: Fotos da maquete desenvolvida para estudo de aberturas
Fonte: Mosaico, 2016

Através desse mecanismo a compreensão do edifício como um organismo único e interdependente é mais simples, dessa maneira, fica claro a importância das aberturas na iluminação natural dos cômodos e consequentemente na ventilação natural.

Além disso, como método de levantamento das demandas do espaço, foi realizada uma reunião com a coordenadora do CCA na qual se desenvolveu, através do estudo das condicionantes, deficiências e potencialidades (figura2), um mapeamento dos pontos positivos e negativos das diversas áreas que compunham o programa do Centro.

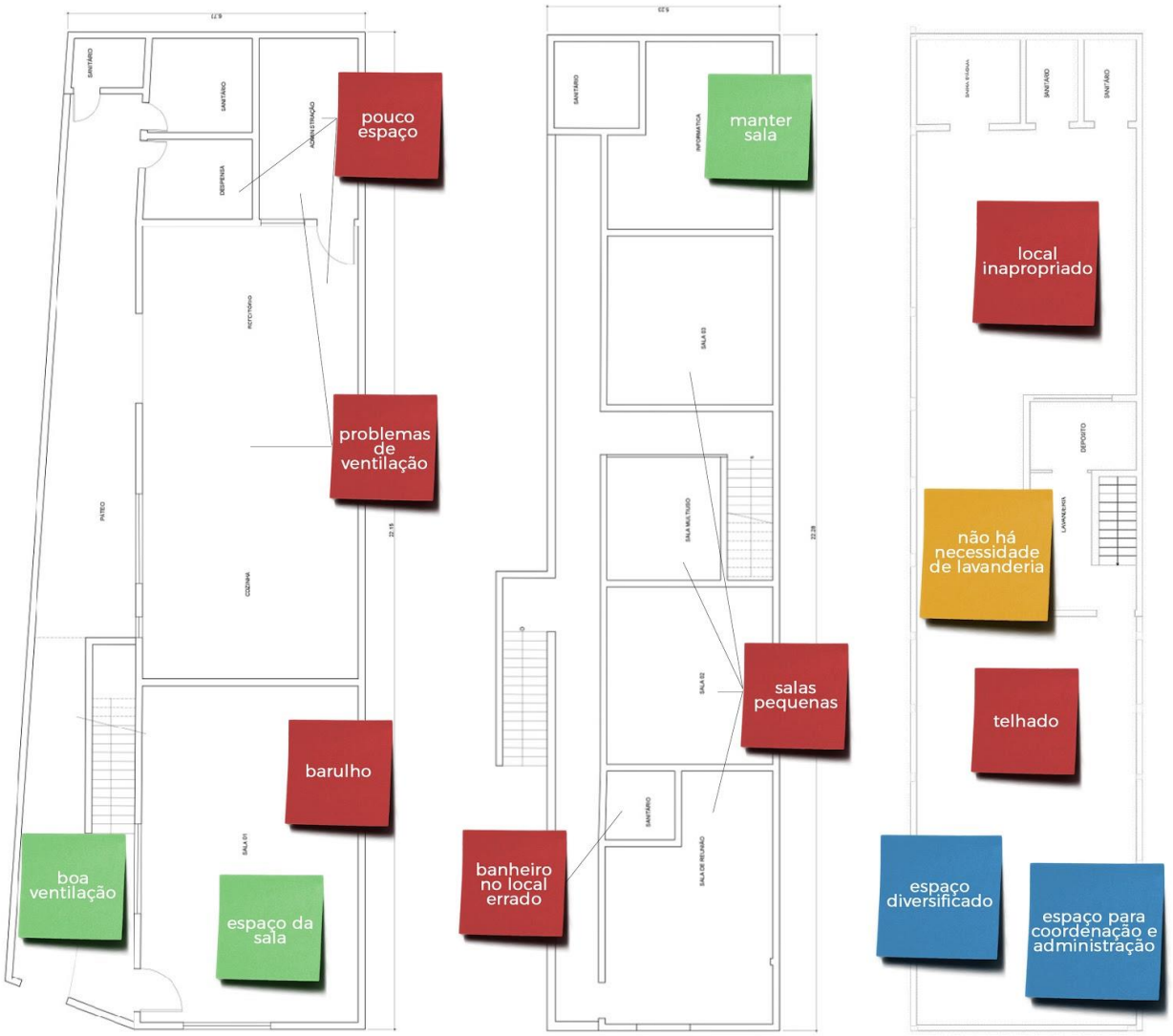


Figura 2: Montagem da dinâmica realizada sobre as plantas do CCA
Fonte: Mosaico, 2018

Geralmente aplicada como ferramenta de auxílio ao planejamento urbano, a metodologia de Condicionantes, Deficiências e Potencialidade (CDP) é um sistema de avaliação de macroescala (AMADEI; PEREIRA; SOUZA, 2009). Tendo em vista esse conceito, o método foi adaptado para a microescala de forma que, através da visualização das plantas do edifício, se pudesse realizar o mapeamento dos ambientes e levantar, com uso de cores, as demandas e qualidade de cada espaço de acordo com o olhar do usuário.

A metodologia utilizada parte da seguinte lógica para qualificar a edificação, em uma atividade com funcionários que utilizam o próprio espaço, estes apontaram: o que precisam de mudar urgentemente (vermelho), o que não precisa de mudanças urgentes (laranja), o que está bom e não precisa de alterações (verde) e os desejos para além do espaço (azul).

Proposta de intervenção para o espaço e viabilidade de execução

A partir do levantamento apresentado, começou-se a desenvolver propostas de intervenção que se adequam a vida das crianças e dos trabalhadores do CCA, tendo em vista que as condições de conforto são importantes para o desempenho escolar dos alunos e o sentimento de bem-estar e pertencimento de todos com o espaço.

Outro aspecto que entrou em questão para o desenvolvimento do projeto foi sua viabilidade construtiva, ou seja, o custo da obra. Esta condicionante se estabeleceu como ponto norteador da proposta de maneira que fossem elaboradas duas ideias de projeto, ambas que atendessem as demandas levantadas ao edifício e fossem passíveis de execução, as quais foram chamadas de 'projeto conservador' e 'projeto despojado'.

A primeira proposta (figura 3) teve como intenção realizar o menor número de intervenções possíveis pensando principalmente na questão de limitações de orçamento do CCA. O principal partido desse projeto foi a ideia de se manter as escadas existentes, evitando a alteração dos eixos de circulação vertical do prédio. Junto disso, buscamos ampliar o refeitório no andar térreo, uma das principais demandas do CCA visto o presente aumento do número de crianças utilizando o Centro. Ainda no térreo propomos a utilização fixa da única sala de aula acessível do prédio, uma vez que esta era um espaço amplo e pouco utilizado.

No primeiro pavimento as salas de aula foram aumentadas através da diminuição da circulação horizontal, junto disso, a administração, antes localizada em um ambiente insalubre no térreo foi alocada para uma das salas no andar superior, dando espaço à uma dispensa maior para a cozinha, a qual também era uma demanda do CCA.

Pensando-se na maior economia possível para a viabilização da obra, evitou-se mexer ao máximo na estrutura do prédio bem como nas paredes que dividiam as salas. A partir disso, o terraço, um grande espaço coberto que formava o segundo pavimento do CCA não sofreu intervenções a não ser a proposta de reparos no telhado e transformação do espaço em uma grande área para brincadeiras.

Figura 3: Projeto Conservador (da esquerda para a direita: térreo, 1º pavimento e terraço)
Fonte: Mosaico, 2016

A segunda proposta (figura 4) de projeto teve como intenção espaços diferenciados, os quais se adequavam de forma diferente às demandas do CCA, e adotava como partido salas mais ventiladas e iluminadas, espaços multifuncionais e uma área de brincadeira mais lúdica para as crianças. A principal alteração realizada foi do eixo de circulação vertical do prédio, que foi alocado a um só lugar, em uma estrutura pré-moldada que se acoplava ao edifício, não ocupando área útil das salas do CCA. O térreo teve sua dinâmica de usos invertida, trazendo-se o refeitório e a cozinha para perto da rua, alocando a sala acessível em um espaço mais silencioso e protegido da chuva no fundo do terreno.

No primeiro pavimento um banheiro foi adicionado devido ao número de crianças que o Centro atendia. As salas foram reorganizadas e a ausência da escada possibilitou uma melhoria da área utilizável dos espaços. Junto disso, as aberturas foram repensadas e propôs-se a utilização de grandes janelas que permitissem maior iluminação e ventilação naturais.

No terraço, a lavanderia inutilizada foi removida junto com a antiga escada, dessa forma foi criado um vão livre multiuso, que poderia ser usado para grandes atividades do CCA bem como um pátio para brincadeiras. Ainda neste pavimento, a administração foi alocada para a frente do prédio, possibilitando grandes aberturas para a melhoria da salubridade do espaço e da qualidade de vida dos funcionários, além de proporcionar fácil supervisão das crianças e adolescentes durante os intervalos e atividades conjuntas.

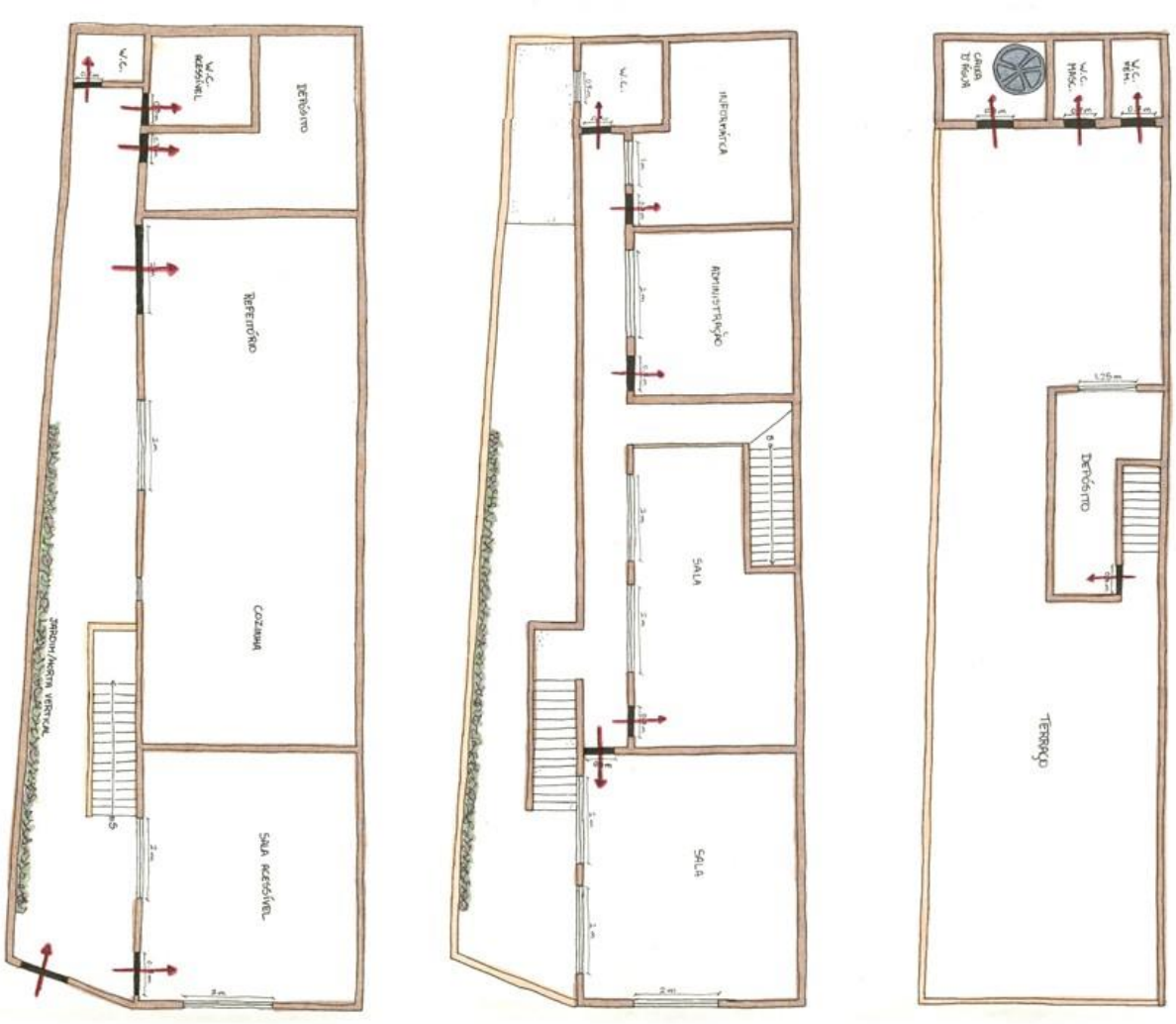


Figura 4: Projeto Despojado (da esquerda para a direita: térreo, 1º pavimento e terraço)
Fonte: Mosaico, 2016

Como resultado das duas propostas, obtivemos projetos que, por princípios, ampliaram os espaços das salas de aula e do refeitório além de reestruturar os espaços de convívio múltiplo como a sala acessível e a cobertura, visto que através destes teríamos mais iluminação e ventilação naturais e consequentemente a melhora das condições de estudo das crianças e adolescentes no local, bem como um ambiente mais adequado para os funcionários.

Tempos de produção, o desafio da comunicação

O processo de análise e da proposta de trabalho e o desenvolvimento do projeto conjunto com o CCA Parceiros se construiu em dois tempos. De um lado, o Mosaico tinha como intenção realizar projetos que pudessem vir a ser utilizados pelos Centros mais a longo prazo; do outro, o CCA Parceiros tinha uma demanda de tempo imediata que exigia que as obras de reparo e reforma fossem realizadas no final do semestre, coincidindo com o período de férias dos alunos.

Porém, essa diferença de tempos só pode ser entendida após o início dos levantamentos, período no qual o CCA recebeu a verba que financiaria a reforma e realizou a contratação de um pedreiro, estabelecendo assim um prazo de entrega para o projeto.

Sendo a reforma algo pontual na dinâmica do Centro, o papel do Escritório Modelo se resumiu em pequenas assessorias, sem previsão de entrega do projeto, uma vez que o desenvolvimento do projeto apenas como produto final não se encaixava nas dinâmicas do trabalho do EMAU, as quais compreendem o processo como protagonista.

A partir desse entendimento, o Mosaico continuou desenvolvendo o projeto para ser entregue sob a perspectiva de uso futuro. Após a execução da obra, o grupo de trabalho fez um último reconhecimento do espaço (figura 5), entendendo as alterações feitas e como havia se dado a relação entre tempo, demanda e projeto, sendo este último desenvolvido pelo próprio pedreiro que executou a obra sob suas experiências.

Figura 5: Fotos antes e depois da reforma
Fonte: Mosaico, 2017

A principal alteração foi no eixo de circulação e na expansão da laje. A escada já existente que ocupava o interior do edifício foi compreendida como eixo principal de circulação vertical. A laje do primeiro pavimento foi estendida até o muro vizinho, aumentando a área do piso para que ali fosse alocado a administração e coordenação do CCA, permitindo que o refeitório no térreo fosse ampliado (figura 6).

Figura 6: Levantamento As Built realizado pela Lift Arquitetura
Fonte: Mosaico, 2017

Tais intervenções se distanciaram da proposta que vinha sendo desenvolvida pelo Escritório Modelo uma vez que a obra aconteceu de maneira mais rápida que o projeto. Assim, o espaço de lazer para as crianças, por exemplo, o qual tinha como proposta de projeto ser ampliado não pôde ser executado durante a obra de reforma.

Dessa forma, entende-se então que antes de se propor alguma dinâmica de projeto é preciso o entendimento claro acerca das demandas, prazos e do território no qual se está inserido. No caso do CCA, por mais que as demandas sobre o espaço tenham sido atendidas após a obra, a qualidade e salubridade destes poderiam ter tido melhores resultados se trabalhadas sob o contexto de um projeto que não apenas suprisse demandas, mas, também, melhorasse as condições de ventilação e iluminação natural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do desenvolvimento do trabalho do Mosaico conjuntamente com o CCA, os alunos puderam levar grande conhecimento com o processo. Os problemas com os prazos de entrega do projeto e de recebimento de verbas para a execução do projeto se fizeram diferentes. Dessa maneira, algumas demandas foram levantadas pelo Grupo de Trabalho em relação à comunicação com os futuros CCAs, bem como com a coordenação da UNAS.

A troca de saberes se fez então, mais efetiva em algumas reuniões onde pequenas assessorias eram feitas com os coordenadores sem um estudo de projeto efetivo. Diante disso, o Mosaico como representante da academia, pôde aprender com as experiências de se trabalhar com um parceiro que possuía prazos e verba para a execução da obra, bem como teve a oportunidade de estreitar os laços com a associação e compreender de maneira mais próxima como se dão as dinâmicas de autoconstrução na favela.

Entendendo a parceria como uma troca conjunta, o CCA não recebeu efetivamente um projeto que pudesse ter orientado a obra, porém, as dificuldades e problemas de comunicações serviram como pontos estruturadores para que o trabalho continuasse sendo desenvolvido em parceria com a UNAS e os Centros da Criança e do Adolescente de Heliópolis. Assim, a intenção do trabalho do Mosaico foi ressaltada à coordenação da associação, bem como alguns ajustes no escopo da parceria foram feitos, de forma que a proposição de atividades educacionais com temáticas da arquitetura e do urbanismo fossem acrescentadas na proposta de desenvolvimento do trabalho.

Nesse contexto de aproximação, o Escritório Modelo conseguiu concretizar um contato estreito com a UNAS, que ressalta o papel do EMAU como parceiro de grandes agentes estruturadores dos territórios da cidade, de forma que a troca de conhecimentos e aprendizados possa ter continuidade para além do trabalho desenvolvido com os CCAs, contribuindo para a formação de futuros integrantes do Escritório Modelo bem como para o apoio às Instituições que lutam pelas injustiças sociais e territoriais presentes na cidade.

Levando em conta que os propósitos essenciais de uma faculdade são três: alcançar os objetivos básicos de uma formação profissional; criação de novos conhecimentos; e disseminação desses conhecimentos. Seu planejamento se apoia sobre o tripé: ensino, pesquisa e extensão, sendo estes dependentes uns dos outros para acontecer. Nesse contexto, a extensão tem como função criar a ponte entre o mundo acadêmico e as reais demandas da cidade, possibilitando o diálogo, articulação e ingressão da universidade na dinâmica da sociedade. Assim, o que diferencia um projeto de extensão universitária é o fato de que neste existe uma troca de experiências e saberes, e não há a sobreposição ou rejeição de argumentos da sociedade como durante o processo, tornando-o participativo.

Pode-se tomar como exemplo didático do processo de trabalho da extensão universitária a elaboração de uma escada, a qual já possui um senso comum de execução que foi desenvolvido por meio de experiências empíricas. Enquanto a academia oferece à sociedade mecanismos científicos que podem ser úteis na elaboração da escada, a sociedade retribui apresentando aos profissionais e pesquisadores um pensamento prático da execução, o qual pode contribuir para o desenvolvimento do conhecimento acadêmico.

Um trabalho de extensão tem sempre como principal objetivo a transformação dos envolvidos. Assim a finalidade essencial de um grupo de trabalho ao desenvolver um projeto com a comunidade é buscar a troca

de informações e ferramentas necessárias para que o processo venha a se concretizar e o conhecimento adquirido possa ser replicado em outros momentos.

Dentro da graduação, a extensão exerce um papel essencial na formação do futuro profissional, uma vez que possibilita aos estudantes a vivência e atuação num contexto existente, lidando com parceiros que expressam suas vontades e opiniões sobre o projeto. Além disso, também é trabalhada a interdisciplinaridade das questões do mundo real, uma vez que em um projeto arquitetônico não se pode ignorar as questões econômicas ou sociais ligadas à proposta.

Com isso em vista, podemos dizer que a extensão contribui para a formação do aluno ao discutir questões dadas dentro da sala de aula em seus projetos, e trazer questões do mundo externo para dentro da universidade. Além disso, fornece à academia um conhecimento resultante da interação entre teoria e prática, favorecendo a democratização do conhecimento em virtude do contato direto entre a faculdade e a sociedade.

Ao criar essa relação mais próxima, a extensão, consequentemente, colabora para o reconhecimento da importância do saber oriundo do senso comum, ou seja, um saber empírico que construiu e constrói grande parte das cidades. Por fim podemos também citar a satisfação que domina os envolvidos na conclusão de um projeto, principalmente quando este tem ligação com algum tipo de injustiça social, pois mostra, minimamente, a possibilidade de mudança.

REFERÊNCIAS

AMADEI, Daysa Ione Braga; PEREIRA, Juliana Alves; SOUZA, Rafael Alves de. **ESTUDO DE CASO DA CONURBAÇÃO URBANA MARINGÁ-SARANDIPAIÇANDU.** In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA URBANA, 2., 2009, Maringá. Anal. Maringá: Simpósio de Pós-graduação em Engenharia Urbana, 2009. p. 1 - 11. Disponível em: <http://www.dec.uem.br/eventos/ii_simpgeu/arquivos/Trabalhos/90.pdf>. Acesso em: 03 maio 2018.

AMORE, Caio Santo. **ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:** ARQUITETURA E COMUNIDADE NA POLÍTICA PÚBLICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL. In: SEMINÁRIO URBFAVELAS, 2., 2016, Rio de Janeiro. **Artigo.** Rio de Janeiro: Urbfavelas, 2016. p. 1 - 20. Disponível em: <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2016/ARQUIVOS/GT4-207-216-20160815014417.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5413**: Iluminação de Interiores. Rio de Janeiro: Abnt, 1992. 13 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação básica. **Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil.** Encarte 1, 2006.

COELHO, Cláudia Bastos. **Melhorias habitacionais em favelas urbanizadas: impasses e perspectivas**. 2017. 230 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de SÃo Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-08062017-103739/pt-br.php>. Acesso em: 6 jun. 2018.

D'OTAVIANO, Camila; ROVATI, João (Org.). **Para além da sala de aula:** Extensão universitária e planejamento urbano e regional. São Paulo: Fauusp, 2017. 146 p.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO. (2006). **POEMA:** Programa de Orientação de Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo. Goiânia, Brasil.

HEREDIA, Paula Hernandez. **Carências habitacionais e rendimento escolar na região metropolitana do Rio de Janeiro.** Revista E-metropolis: revista eletrônica de estudos urbanos e regionais, Rio de Janeiro, p.36-48, mar. 2016. Trimestral. Disponível em: <http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/016/original/emetropolis_n16.pdf?1447896360>. Acesso em: 6 jun. 2018

LABLAJE (São Paulo). Coletivo. **Quem somos.** Disponível em: <https://www.lablaje.org/quem-somos>. Acesso em: 06 jun. 2018.

NAKAMURA, M. S. **O CONTROLE URBANO NAS FAVELAS URBANIZADAS:** o caso da região do ABC. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território) - Programa em Pós Graduação em Planejamento e Gestão do território, Universidade Federal do Abc, Santo André, 2014.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Constituição (2010). Decreto nº 7341, de 22 de outubro de 2010. **Decreto Nº 7.341, de 22 de Outubro de 2010.** Brasília, DF, 22 out. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7341.htm>. Acesso em: 03 maio 2018.

SAMORA, Patrícia Rodrigues. **Projeto de habitação em favelas:** especificidades e parâmetros de qualidade. 2009. 337 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-27042010-151732/pt-br.php>. Acesso em: 6 jun. 2018.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. Secretaria de Assistência Social. **Centro para Crianças e Adolescentes (CCA).** 2013. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/protecao_social_basica/>. Acesso em: 27 abr. 2018.

TURNER, John F.c.. **Housing by People:** Towards Autonomy in Building Environments. New York: Marion Boyars Publishers, 1976. 162 p.

UNAS (São Paulo). União dos Núcleos Associados de Heliópolis e Região. **Sobre Nós.** Disponível em: <https://www.unas.org.br/sobre-nos>. Acesso em: 27 abr. 2018.

UNAS (São Paulo). União dos Núcleos Associados de Heliópolis e Região. **Nossos Projetos.** Disponível em: <https://www.unas.org.br/projetos>. Acesso em: 03 maio 2018.

Salvador - 2018

A FORMAÇÃO DOCENTE EM PROJETO DE ARQUITETURA NA PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

THE TRAINING PROCESS OF AN ARCHITECTURAL DESIGN TEACHER IN THE STRICTO SENSU POST GRADUATION

FORMACIÓN DOCENTE EN PROYECTO DE ARQUITECTURA EN POSGRADO STRICTU SENSU

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

OLIVEIRA, Lanna
Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo NPGAU UFMG
lanna_rego@hotmail.com

MALARD, Maria Lucia
Phd em Arquitetura, Universidade de Sheffield-UK; Professora no NPGAU UFMG
mlmalard@gmail.com

A FORMAÇÃO DOCENTE EM PROJETO DE ARQUITETURA NA PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

THE TRAINING PROCESS OF AN ARCHITECTURAL DESIGN TEACHER IN THE STRICTO SENSU POST GRADUATION

FORMACIÓN DOCENTE EN PROYECTO DE ARQUITECTURA EN POSGRADO STRICTU SENSU

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Partindo do entendimento que o principal papel do professor de projeto é o de colocar desafios projetuais e analisar criticamente o processo que os estudantes desenvolvem para enfrentá-los, argumentamos que o melhor caminho para a formação de professores seria o desenvolvimento de sua capacidade analítica e crítica, não a sua proficiência como projetista. Ou seja, os arquitetos – com ou sem prática profissional – encontrariam, na pós-graduação stricto sensu, a oportunidade de desenvolver sua competência analítica e crítica por meio de investigações sobre processos de projeto e os diversos fatores neles intervenientes, habilitando-se para lecionar disciplinas de projeto. Com o propósito de contribuir nessa direção, formulamos um trabalho de dissertação no NPGAU/UFMG, cujo objetivo seria formar o futuro docente no próprio processo de docência, somando a prática reflexiva à reflexão crítica. Assim, procurou-se avançar na questão da formação de um professor de projeto de arquitetura, centrada na investigação de exercícios projetuais associados a práticas didáticas que pudessem intensificar o potencial criativo dos estudantes ou de, pelo menos, garantir que esse potencial não fosse interditado.
PALAVRAS-CHAVE: pós-graduação *scritu sensu*; projeto de arquitetura; formação docente; análise e crítica.

ABSTRACT:
Considering that the main role of the design teacher is to place project challenges and, accordingly, critically analyze the students developments to handle them, we argue that the best way to train (prepare) those teachers would be develop their analytical and critical capacity, not his proficiency as a designer. In other words, architects - with or without professional practice - would find, in the stricto sensu postgraduate course, the opportunity to develop their analytical and critical competence through the investigation of the design processes and the various factors involved in them. We argue that this entire process enable the architect to teach design disciplines. In this sense, with the purpose of contributing in this direction, we formulated a dissertation work at NPGAU / UFMG, whose main objective is the development of the future teacher in the teaching process itself, gathering the reflexive practice to the critical reflection. Thus, we seek to advance the question of the training architectural design teachers, focusing on the investigation of design exercises associated with didactic practices that could intensify the creative potential of the students or, at least, ensure that this potential was not interdicted.
KEYWORDS: *post-graduation scritu sensu; architectural design; teacher development; analysis and criticism.*

RESUMEN:
Partiendo del entendimiento de que el principal papel del profesor de proyecto es el colocar desafíos proyectuales y analizar críticamente el proceso que los estudiantes desarrollan para enfrentarlos, argumentamos que el mejor camino para la formación de profesores sería el desarrollo de su capacidad analítica y crítica, no su eficiencia como proyectista. Es decir, los arquitectos (con o sin práctica profesional) encontrarían, en el posgrado stricto sensu, la oportunidad de desarrollar su competencia analítica o crítica por medio de investigaciones sobre procesos de proyecto y los diversos

factores que en ellos intervienen, facultándolos para enseñar disciplinas de proyecto. Con el propósito de contribuir en ese sentido, formulamos un trabajo de tesis en NPGAU/UFMG, cuyo objetivo está enfocado en la formación del futuro docente a través del propio proceso de docencia, sumando la práctica reflexiva a la reflexión crítica . De este modo, se buscó avanzar en la interrogación de la formación de un profesor de proyecto de arquitectura, centrado en la investigación de ejercicios proyectuales asociados a prácticas didácticas que puedan intensificar el potencial creativo de los estudiantes o por lo menos garantizar que este potencial no sea restringido.
PALABRAS-CLAVE: posgrado *strictu sensu*; proyecto de arquitectura; formación docente; análisis y crítica.

APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

A Lei No 12.863 de setembro de 2013, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, estabelece que o doutorado é requisito mínimo para ingresso na carreira e que os títulos de mestre e especialista só poderão ser aceitos em casos excepcionais, quando não houver quantidade suficiente de doutores, para ocupar a vaga. Esse dispositivo legal acirrou o debate que já ocorria nos cursos de Arquitetura e Urbanismo das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES – sobre a relevância da experiência profissional para o ensino de projeto. É importante frisar que não se registra esse debate nos Estados Unidos e na Europa, onde não se coloca a exigência de que um professor de projeto seja mestre ou doutor, nem que professores do curso de Arquitetura sejam arquitetos.[1] Entretanto, a experiência da prática profissional é sempre um requisito importante no recrutamento de professores de projeto mundo a fora.

No Brasil, a despeito da exigência de titulação para ingresso nas IFES, as áreas de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas contemplando a problemática do projeto nos programas de pós-graduação *stricto sensu* ainda são minoritárias.[2] A consequência direta disso é um número inexpressivo de pesquisas voltadas para esse campo e a incipiente formação de professores de projeto no âmbito acadêmico. Carvalho e Rheingantz (2003), fazem a seguinte reflexão:

> Podemos considerar que estamos então diante de um círculo vicioso: há falhas no ensino de P.A. porque o professor não foi suficientemente preparado para ensinar; mas o professor não é suficientemente capacitado na pós-graduação para trabalhar com projeto porque se considera que isto deve ser função da graduação. Ora, se existe a necessidade de preparar o aluno da graduação para trabalhar criticamente no desenvolvimento de projetos, existe também a necessidade da qualificação de docentes para exercer tal função. (CARVALHO E RHEINGANTZ, 2003, p. 6)

O argumento de que o professor deve trabalhar com projeto para se qualificar parece inconsistente com a crítica de que não se prepara o professor de projeto para ensinar. Ora, ensinar a projetar realmente é papel da graduação. A pós-graduação *stricto sensu* é para formar professores e pesquisadores, ou complementar a formação profissional, como no caso dos mestrados e doutorados profissionais. O foco do debate, a nosso ver, não deve ser o incremento da proficiência do professor de projeto em projetação, pois ele não irá exercer o ofício de projetista junto aos alunos. Além disso, o processo de projeto não é um conjunto de técnicas que se aprendem e se transmitem, mas uma produção intelectual, seja individual ou coletiva. Por isso só se aprende a projetar projetando. As disciplinas que informam e viabilizam o processo de projeto não fazem parte do chamado ensino de projeto: representação, informática aplicada, técnicas construtivas, estruturas, conforto ambiental, teoria da arquitetura, instalações prediais etc. O quê, então, as disciplinas de projeto ensinam? A resposta que nos parece mais adequada é: nada, porque o professor não ensina o aluno a

[1] A Resolução N°51, de 12 de julho de 2013 do CAU, que define as áreas de atuação privativas dos arquitetos e urbanistas estabelece que o ensino de teoria e história da arquitetura e urbanismo é privativo dos arquitetos e urbanistas, o que é um contrassenso. Definir que os *"arquitetos e urbanistas constituem categoria uniprofissional, de formação generalista"* já é uma ação meramente corporativa, de reserva de mercado, que não tem nenhuma relação com o interesse social. Querer tornar privativa de arquitetos e urbanistas recortes da história e do conhecimento humano transcende o corporativismo: é prejudicial ao desenvolvimento do conhecimento.

[2] São 15 programas que abordam o tema do projeto em suas áreas de concentração, sendo que 07 deles inter-relacionam com tecnologia ou novas tecnologias; 27 que possuem uma ou mais linha de pesquisa com alguma relação com o projeto, sendo que 19 indicam aspectos que envolvem tecnologia e / ou novas metodologias tecnológicas em interface com o projeto. (ALVIM, 2015, p. 9)

projetar. Ele apenas coloca-lhe desafios projetuais e analisa criticamente os resultados que se vão alcançando.

Trazer para a academia a atividade de prática profissional seria a consolidação do perfil de professores de projeto que se está criticando: o de arquitetos que dão aulas. Se os contratadores de projeto e empreendedores do setor imobiliário são os mesmos, não há razões objetivas para se supor que os trabalhos profissionais contratados com a academia seriam diferentes daqueles do mercado e suscitariam investigações teóricas ou metodológicas inovadoras. Num contexto capitalista, o mercado certamente não estaria disposto a contratar projetos "diferentes" para colaborar com o treinamento dos professores. Não é esse seu perfil.

O nosso pressuposto, como dito anteriormente, é que o principal papel do professor de projeto é colocar desafios projetuais e analisar criticamente o processo que os estudantes desenvolvem para enfrentá-los. Então, o melhor caminho para a formação de professores seria o desenvolvimento de sua capacidade analítica e crítica, não a sua proficiência como projetista. Ou seja, os arquitetos – com ou sem prática profissional – encontrariam, na pós-graduação *stricto sensu*, a oportunidade de desenvolver sua competência analítica e crítica por meio de investigações sobre processos de projeto e os diversos fatores neles intervenientes, habilitando-se para lecionar disciplinas de projeto. Minar a possibilidade de recém-formados desenvolverem sua pós-graduação, para se tornarem professores de projeto, sem que tenham passado pela experiência do exercício profissional, parece um equívoco tão grande quanto o de se exigir que os professores sejam arquitetos experientes que dão aulas. Tanto o recém-formado inexperiente, quanto o arquiteto experiente estariam habilitados a dar aulas se desenvolvessem sua capacidade analítica e crítica na pós-graduação. Essa posição parece coerente com o entendimento de que não se ensina a projetar, porque o projeto é uma produção intelectual. Se essa produção se dá por meio de uma prática reflexiva, como preconiza Schön, ou se existe um “desingnerly way of knowing”, como argumenta Cross, são discussões importantes, que podem iluminar um pouco mais o campo do ensino de projeto, mas que não se respaldam na prática projetual (é bom lembrar que Schön e Cross nem são arquitetos!).

Dentre os principais pontos na relação pós-graduação x formação docente em projeto já discutidos em outros trabalhos no Brasil, podemos destacar:

- As dificuldades de inserção do projeto de arquitetura como campo de pesquisa específico e sua pouca tradição em pesquisa, e a consequente utilização de suportes teórico-metodológicos de disciplinas acessórias afim de uma busca da legitimação social e acadêmica (ELALI e VELOSO, 2002/2003; CAMPOMORI, 2015);

- Questionamentos acerca das condições e instrumentos dos programas de pós-graduação como forma de capacitação para o ensino e a pesquisa na área de projeto, o perfil dos pós-graduandos ingressantes e de professores de projeto (CARVALHO e RHEINGANTZ, 2003);

- Sistematização de práticas consideradas inovadoras e positivas para o ensino de projeto através do levantamento do panorama dos Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo considerados inovadores. (ALVIM, 2015)[3]

A lacuna reside no processo de formação para a docência em disciplinas de projeto, uma vez que o paradigma mestre/aprendiz não atende à formação profissional na atualidade. Nem recém formados, nem profissionais já atuantes estão sendo suficientemente qualificados a trabalhar criticamente, não só no desenvolvimento de projetos mas, também, no desenvolvimento de metodologias de ensino/aprendizagem que avancem - ou mesmo superem - o ensino de graduação que receberam. Deslocar a discussão para a questão emergente de se qualificar previamente, tanto aspirantes como veteranos, antes de se tornarem docentes em projeto, faz das pós-graduações *stricto sensu* ótimos espaços para atender a essa demanda, o que pode levar à definitiva superação do paradigma mestre/aprendiz.

Após quase cinco décadas desde que a educação arquitetônica foi teorizada por Schön (1987) notam-se muitas repercussões da teoria do fazer reflexivo na formação profissional de diversas áreas. Na área do ensino de projeto a popularidade dessa teoria acabou por referendar o paradigma mestre/aprendiz como a melhor estratégia didático-pedagógica para essa disciplina, legitimando o arquiteto professor nas instituições privadas e demonizando, nas IFES, o doutor sem prática profissional. Porém, sobre que tipo de ensino de projeto têm se refletido?

Em sua crítica à teoria de Schön e aderindo à noção da *habitus* estabelecida por Bourdieu, Webster (2008) chama atenção para a descrição de um caso de prática reflexiva no ateliê de projeto (SCHÖN, 1985, pp. 32-52), que revela uma operação exemplar de um "ensino transmissivo", no qual o aluno aprende a desenhar escutando, observando e imitando o tutor.

Estaremos, então, agindo sob/sobre práticas reflexivas situadas no paradigma de aquisição e acúmulo de repertório projetual ou chegamos ao ponto de refletir no ensino arquitetônico acerca da produção de conhecimento projetual (desenvolvimento e incremento de estratégias, metodologias de projetação)?

Entendemos que há uma diferença entre prática reflexiva (aprender fazendo) e reflexão crítica (refletir criticamente sobre o que se faz). Entretanto, uma complementa a outra, no fazer arquitetônico. Com o propósito de contribuir nessa direção, formulou-se um trabalho de dissertação no NPGAU/UFMG, cujo objetivo seria formar o futuro docente no próprio processo de docência, somando a prática reflexiva à reflexão crítica. Assim, procurou-se avançar na questão da formação de um professor de projeto de arquitetura, centrada na investigação de exercícios projetuais associados a práticas didáticas que pudessem intensificar o potencial criativo dos estudantes ou de, pelo menos, garantir que esse potencial não fosse interditado. Para tanto a mestranda deveria formular um desafio projetual que tivesse elevado potencial de desenvolvimento de criatividade, conforme argumentam Malard e Monteiro (2016); em seguida, deveria aplicar o exercício a uma turma de 15 alunos, os quais submeteriam seus resultados parciais e finais à avaliação crítica da mestranda/docente; nessa estratégia, o que tradicionalmente se conhece por "orientação" (nas disciplinas de projeto) seria substituído por uma sessão de análise crítica, na qual o aluno

[3] A "inovação" foi empregada pela autora como sendo não só *geração e desenvolvimento*, como também *aplicação* vinculada diretamente aos estudos sobre a *produção e a disseminação do conhecimento*, buscando verificar quais programas de pós-graduação nacionais que enfocam o projeto e a relação com a inovação.

expõe suas ideias projetuais, que são criticadas pelos demais colegas e pelo professor, no caso a mestranda/docente.

DESCRIÇÃO DO EXPERIMENTO

O experimento desenvolvido por Lanna Oliveira na sua dissertação de mestrado obedece ao seguinte roteiro:

Primeira fase: Fundamentação do problema, justificativa e critérios da proposta.

Em sua formação, a pesquisadora cursou disciplinas de projeto arquitetônico orientadas segundo uma demanda pré-determinada do problema de projeto com suas variáveis fixadas por um programa de necessidades, como ocorre na maioria dos cursos de Arquitetura e Urbanismo brasileiros, ainda que salvaguardadas algumas variações. Observou que tais estratégias mostravam-se excessivamente diretivas, inibindo a expressão de ideias próprias dos estudantes, o que deu origem à hipótese de que a formação de um professor de projeto deve ser fundamentada na investigação de diretrizes de exercícios projetuais associados a práticas didáticas que possam intensificar o potencial criativo dos estudantes ou de, pelo menos, garantir que esse potencial não seja interditado. A partir da revisão bibliográfica empreendida, essa hipótese principal desdobrou-se em duas outras: (a) os exercícios de projeto mais prescritivos tolhem a criatividade do estudante; (b) os exercícios menos prescritivos estimulam o potencial criativo.

Para investigá-las, decidiu-se formular e aplicar um exercício de projeto que estimulasse o desenvolvimento do potencial criativo discente. As etapas do pré-experimento deram-se na seguinte sequência:

- Exame da literatura sobre o desenvolvimento da criatividade e dos processos criativos à luz das ciências cognitivas, em complementação às reflexões enquanto mestranda e em confrontação com o senso comum. Sintetizamos alguns dos principais pontos discutidos, onde identificamos os atributos fundamentais que propiciam o estímulo criativo nos grupos humanos a partir da literatura analisada, resumidos em:

(i) é a criatividade e não a imitação que nos faz evoluir enquanto sociedade (GABORA, 2000); (ii) a atividade criativa por sua vez, é possível em maior medida quando indivíduos interagem entre si (GABORA, 2000); (iii) a motivação no envolvimento com problemas reais estimulam o engajamento (TREFFINGER,1980; DAVIS, 1991); (iv) a habilidade de identificar e analisar problemas reais combinadas à liberdade propositiva de ideias possibilitam em maior medida o desenvolvimento da habilidade criativa na combinação simultânea do pensamento convergente e divergente (ALENCAR e FLEITH, 2010; GABORA, 2010; MALARD e MONTEIRO, 2016); (v) o exercício de projeto de arquitetura no ambiente de ensino tem potencial de servir como ferramenta de estímulo à criatividade. (MALARD e MONTEIRO, 2016)

Em um segundo momento, a análise dos pontos críticos do ensino de projeto revelou que o item (v) é posto em risco frente à rigidez gerada por prescrições de tarefas, bem como à avaliação resultada de pressupostos limitadores de soluções. Isso porque a prescrição excessiva carrega em si a consequência de “transformar” os problemas de arquitetura, naturalmente abrangentes em sua natureza resolutiva, em problemas de soluções restritas e muito pouco capilarizadas em diversidade criativa. Assim, aceitamos o argumento de que limitações podem servir de estímulo criativo aos alunos (GOLDENBERG, et al, 1999; KOWALTOWSKI et al, 2007), desde que não se confunda "limitação" com "prescrição". A primeira se coloca como um desafio, um obstáculo a ser superado; a outra se coloca como uma receita a ser seguida, como sugerem Malard e

Monteiro (2016). Esses autores defendem que há dois tipos de problemas; no primeiro tipo, já há uma solução conhecida disponível, sendo necessário apenas a arregimentação dos conhecimentos preexistentes para resolvê-lo. No segundo tipo de problema, ainda não se tem uma solução conhecida, sendo necessário desenvolver o caminho para esclarecê-lo. Os do segundo tipo, portanto, demandariam um maior esforço criativo. Assim, o ponto-chave de um exercício de projeto reside em como estruturar suas delimitações, para que se apresentem como desafios, sejam estes "teórico/conceituais, tecnológicos, econômicos, culturais, etc., além de estimular o trabalho coletivo e a avaliação crítica". (MALARD E MONTEIRO, 2016, p. 11)

Todas as análises de literatura e seus rebatimentos teóricos-conceituais no processo de pesquisa, por sua vez, eram discutidas em reuniões quinzenais coletivas com pós-graduandos da mesma linha de pesquisa, que contribuíram com suas experiências anteriores como docentes em projeto arquitetônico, oportunizando uma discussão das vivências particulares e contribuições variadas, além de realizarem apreciações e questões pertinentes sobre a estrutura do problema de projeto que estava sendo desenvolvido e da condução didático-pedagógica dessa proposição prática.

Segunda fase: observação da prática didática e pedagógica.

A sequência lógica dada à esta fase, portanto, seria uma aproximação com essa vivência docente, agora não mais como mera receptora de impressões de outrem, mas em caráter de acompanhamento como participante ouvinte, uma disciplina de projeto arquitetônico, a fim de gerar impressões próprias acerca das ocorrências didático-pedagógicas e de metodologia da proposta disciplinar, bem como de sua condução de forma direta, o que configurou-se na fase descrita a seguir.

- Observação, analítica e crítica do desenvolvimento de uma disciplina de projeto na Escola de Arquitetura da UFMG (EA-UFMG), ministrada num contexto curricular e didático-pedagógico supostamente diferente do contexto tradicional do ensino de projeto; o de Projetos Flexibilizados-PFlex:

Selecionou-se, para acompanhamento analítico e crítico na EA-UFMG, a disciplina ministrada pelo professor Carlos Alberto Maciel, doutor em Arquitetura e Urbanismo, que se dedica simultaneamente à prática arquitetônica no escritório Arquitetos Associados em Belo Horizonte e à pesquisa em teoria de projeto, sedimentando um currículo profissional com produção científica e literária sobre a prática de projeto. Isso o classifica como portador do que seria o "perfil ideal" do professor de projeto contemporâneo, na opinião de alguns autores.

Ao todo, 12 grupos trabalharam na produção de edifícios multifamiliares de pequena escala segundo uma lógica muito bem definida de procedimentos projetuais: início pela definição dos elementos mais permanentes (estruturas e infraestruturas para definição dos eixos de circulação verticais e horizontais, prezando pela minimização dessas e das demais áreas comuns condominiais), para os menos permanentes (compartimentações, vedações e demais acabamentos externos), tratando o projeto do artefato arquitetônico não como um objeto, mas como um sistema, com uma lógica construtiva ordenadora. [4]

[4] É importante ressaltar que a proposta disciplinar analisada guarda uma fundamentação teórica consistente, empreendida pelo professor em sua tese *Arquitetura como Infraestrutura*, reforçando o que denomina de *raciocínio infraestrutural* como a delineação de um processo de concepção de artefatos arquitetônicos que parte da definição de elementos mais permanentes, estáveis e

O acompanhamento do módulo de PFlex constituiu-se como um importante laboratório, onde foi possível extrair da disciplina e da postura do docente aspectos importantes como ritmo de trabalho, formato das orientações (sempre coletivas e que delimitavam de forma clara as demandas para aula seguinte), organização do tempo em função do cumprimento do conteúdo programático, além de possibilitar a identificação das questões didáticas que poderiam ser adaptadas para um tipo de exercício menos determinístico, que discutimos anteriormente.

Terceira fase: aplicação a uma situação curricular.

Os aportes teóricos e conceituais obtidos nas fases anteriores, fundamentaram a construção do Plano de Curso de um exercício de projeto no mesmo contexto de PFlex, o qual foi concebido a partir dos seguintes critérios:

(I) Motivação por autonomia (compreensão e problematização mais independentes):

- Envolvimento com um problema real [5];
- O problema a ser resolvido não é previamente imposto. É identificado pelo grupo, a partir de sessões críticas de análise;
- Não há um produto final pré-definido; a identificação e análise do problema definem a solução a ser desenvolvida.

(II) Conexão de ideias para alteração do problema inicial: geração de propostas de intervenção (melhoramento):

- Estímulo ao compartilhamento de ideias e informações entre grupos;
- Apropriação de ideias vindas de um contexto anterior para um novo: Ideias não são propriedades intelectuais, são fontes de informação coletivas. Serão compartilhadas, discutidas e apropriadas por outros a qualquer tempo.

(III) Solução do problema que respeite a variedade de proposições (ampliação):

- Tema de projeto que permita a problematização de mais de uma situação-problema, ampliando o conjunto de soluções possível, a partir de demandas sugeridas pelos próprios estudantes;
- Auto avaliação como parte do processo de aprendizagem: incluir a auto avaliação no calendário de atividades da disciplina, reservando uma aula para essa sessão de discussão avaliativa.

A fim de aplicar empiricamente as diretrizes teóricas e conceituais do Plano de Curso, foi ofertada a disciplina Arquiteturas Transitórias, que propôs a elaboração de um objeto arquitetônico único e reproduzível,

perenes, definindo uma hierarquia de prioridades que evita que elementos circunstanciais e efêmeros condicionem os primeiros (MACIEL, 2015).

[5] Consideramos o "problema real" como todo e qualquer problema que seja identificado e problematizado pelo discente como pertinente à uma intervenção arquitetônica e que, portanto, não seja alheio ao seu entendimento crítico.

montável e desmontável, em uma situação-problema real e definida pelos próprios estudantes, que ensejasse uma intervenção efêmera.

- Conteúdo programático e a metodologia adotada:

Foram enunciadas as seguintes etapas de trabalho: (i) definição e justificativa da situação problema, (ii) definição das propostas de projeto, (iii) trabalho em atelier e elaboração de relatório de processo de projeto, (iv) revisão das propostas em sessões de discussão em sala, (v) auto avaliação do processo. Estas, por sua vez, contemplaram 3 tipos de aula: expositivas (teóricas), sessões de análise crítica coletivas e seminários, atelier de projeto (trabalho em sala), que aconteceram de forma combinada ao longo de cada encontro.

No segundo tipo de aula citado, em caráter de orientação coletiva, todos os grupos apresentavam seu material em formato digital e projetável para discussão. Fossem esses desenhos técnicos, croquis manuais, vídeos ou mesmo textos.

O conteúdo programático, foi pensado a partir de uma questão fundamental: garantir a simultaneidade da atividade imaginativa e objetiva de projeto. Relacionando-a mais diretamente às formulações teóricas iniciais aqui discutidas: garantir no processo de trabalho a coexistência do pensamento convergente e divergente, isto é, a atividade criativa. Em vista disso, foram incluídos os seguintes tópicos:

(i) Estudo de situações-problema de projeto que sugiram intervenções efêmeras;

(ii) Estudo da racionalidade construtiva em projetos de caráter temporário (particularidades espaciais e funcionais, sistemas construtivos, infraestruturas...);

(iii) Estudo da flexibilidade e possibilidades de reuso permitidas nesses contextos.

Os itens (i) e (iii), apesar de a priori lidarem com substâncias objetivas de projeto, suscitam em certa medida o desenvolvimento do pensamento divergente, uma vez que o envolvimento em problemas de projeto reais demandados pelos próprios estudantes no (i) já sugerem um posicionamento inicial, que, apesar de analítico em um primeiro momento, incita o processo especulativo e imaginativo de escolha, uma vez que o problema é o ponto de partida para definição do objeto arquitetônico.

Enquanto que pensar o “pós-objeto” ou mesmo um “outro-objeto” incitado pelo (iii), exercitaria a capacidade de concepção dos alunos para outros contextos que não os inicialmente pensados no processo de projeto; extrapolando a capacidade imaginativa desses estudantes em relação ao uso funcional (aspecto este frequentemente privilegiado em disciplinas excessivamente prescritivas em projetos de arquitetura permanente).

O desenvolvimento do raciocínio construtivo, previsto no tópico (ii), por sua vez, garante a abordagem simultânea e predominante do pensamento convergente, que é complementar ao divergente na atividade criativa; suportando, desafiando e reformulando as ideias e especulações geradas no plano prático e técnico.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As ocorrências didático-pedagógicas registradas, serviram como base de dados para a análise dos resultados da proposição.

Esses registros, por sua vez, constituem-se em observações próprias, gravações em áudio dos encontros da disciplina, incluindo o último encontro em caráter de autoavaliação, além da documentação processual feita pelos próprios estudantes em forma de "diários de projeto", aonde foram orientados a catalogar e justificar as tomadas de decisão correspondentes a cada etapa de trabalho, além de incluírem apreciações acerca das sessões de análise crítica dos projetos ao longo dos encontros.

Para a análise dos insumos do exercício, segundo os objetivos do seu conteúdo programático, estabeleceram-se critérios que podem ser resumidos nos seguintes aspectos:

- Capacidade de formulação e problematização de uma situação-problema de projeto efêmero e coerência entre problema e objetos propostos:

Ao conferir maior autonomia de escolha da situação de projeto, os estudantes destacaram uma maior liberdade na definição do próprio artefato, sobretudo no que se refere à abertura de possibilidades que o processo de problematização dá às intervenções e discussões críticas entre os diferentes grupos, suscitando o confrontamento de opiniões, além de possibilitar a aproximação entre teoria e prática (que apontaram como uma questão frequentemente particionada e/ou suprimida nas disciplinas de projeto que já haviam cursado anteriormente).

- Desenvolvimento do raciocínio construtivo subordinado às características principais da arquitetura de natureza efêmera: temporalidade de permanência, desmonte, mobilidade e flexibilidade:

Este critério recai sobre a etapa factual de desenvolvimento de projeto; nele é considerada a capacidade dos estudantes em conjecturar e relacionar os elementos-chave de projeto (problema, objeto, sistemas construtivos e infraestruturas) de forma sistêmica.

Neste ponto, destaca-se o incremento substancial do aprendizado acerca dos conhecimentos técnicos sobre o funcionamento e comportamento infraestrutural dos artefatos efêmeros. Entretanto, o raciocínio construtivo envolve mais do que os aspectos técnicos, pois muito embora invariavelmente inclua o domínio sobre as tecnologias construtivas, caracteriza-se na capacidade de formulação de conjecturas acerca dos principais aspectos do problema de projeto, conformando as tecnologias construtivas como apenas um de seus aspectos constituintes.

Os objetos produzidos, ainda que projetados sob demandas de problemas específicos, têm potencial de sofrer mudanças em função de outras possíveis necessidades de uso.

Romper com a lógica funcional, entretanto, demandou bastante provocação crítica e incentivo à exploração dessa virtude de projeto que os próprios grupos foram capazes de conceber, mas que não exploraram a contento.

- Proposições de soluções e estratégias de projeto onde predominaram as próprias ideias dos alunos, advindas de discussão e crítica e cooperação de ideias entre os pares e/ou de outros contextos.

Paz (2008) caracteriza o "desaparecimento" como um ponto fundamental no gênero de construção transitória. Afirma que este tipo de arquitetura não se cumpre enquanto não for comprovadamente passível de ser desmontada e remontada posteriormente.

Portanto, ao longo da disciplina, os alunos tiveram de aplicar essa premissa às tecnologias construtivas de mercado disponíveis que, como se sabe, são majoritariamente voltadas à eficiência da arquitetura perene.

Usando dos encaixes e variando estratégias de acoplamentos de estruturas mínimas para uma estrutura máxima única ou mesmo de compactação de elementos mistos pré-fabricados, a fim de poupar o desperdício de material e tempo *in situ*, os estudantes conseguiram racionalizar qualitativamente e quantitativamente as soluções propostas, promovendo proposições não usuais entre aplicação e adaptação de componentes comuns de mercado a fim de empregá-los em contextos temporais provisórios, garantindo estratégias que combatem a perecividade acelerada dessas peças mínimas, a fim de que a estabilidade e travamento fossem mantidos íntegros no objeto a cada processo de remontagem.

Os três critérios anteriormente discutidos, por sua vez, evidenciam importantes nuances didático-pedagógicas do experimento conduzido pela mestranda.

É notável, por exemplo, que as sessões coletivas obrigatórias funcionaram como artifícios ao estímulo de contribuição crítica entre os diferentes grupos, ainda que as intervenções na fase de discussão teórica, tenham se mostrado significativamente mais intensas comparadas às etapas de desenvolvimento de projeto.

Os próprios estudantes atribuem a contribuição crítica sobre aspectos de projeto entre grupos de trabalho como sendo algo que “não é da cultura” de seu processo de aprendizado na escola de arquitetura, onde se sentem pouco impelidos a intervir no processo de trabalho de outrem, seja pelo caráter “competitivo” que a abordagem de algumas disciplinas incita entre as equipes, seja pela insegurança de opinar ou questionar as decisões dos colegas ou mesmo do professor.

Outro aspecto que vale ser destacado, é a considerável motivação por envolvimento da maioria dos alunos em relação aos produtos desenvolvidos, que ficou evidente na conformação do material de trabalho voluntário produzido (maquetes físicas, animações com procedimentos de montagem das peças, “manuais de instrução” além de portfólios descritivos e gráficos de montagem impressos, submissão de projeto para concurso etc.), que demonstram não só o domínio sobre o objeto que produziram, bem como seu grau de comprometimento com o trabalho, tal como ensejado pelo plano de curso, uma vez que foram solicitados a trabalhar com demandas próprias, analisadas criticamente como relevantes.

Um ponto que a proposta não conseguiu contornar completamente foi a insistência da arquitetura funcionalista subordinada a um programa de necessidades como ponto de partida para o projeto. Apesar de os objetos produzidos essencialmente guardarem espaços de indeterminação, alguns dos grupos nas fases iniciais insistiam em apresentar seus projetos tal como: *para cada espaço uma função*, em algumas das etapas de trabalho; mesmo que o resultado de projeto acusasse outras possibilidades.

De modo geral os grupos exploraram apenas na fase final do exercício outras conformações espaciais que a flexibilidade dos objetos permitia. Ainda que tenham sido sistematicamente solicitados a executar esse artifício nas orientações, percebeu-se a grande dificuldade dos alunos em entender o projeto segundo a potencialização de usos que não os previamente programados arquitetonicamente.

Avaliamos que as orientações resultaram muito direcionadas a este aspecto convergente do raciocínio projetual, carecendo de inserções teóricas simultâneas a essas etapas, que suportassem os procedimentos

objetivos de projeto e dessem vazão à capacidade imaginativa dos alunos para além de aspectos técnicos em momentos que estes já estavam razoavelmente desenvolvidos.

Quanto à condução da disciplina, no que diz respeito à sua estrutura, cronograma e lógica de demandas a cada aula ter sido integralmente cumprida segundo sua proposta inicial, certamente deve-se ao fato do compartilhamento prévio nas fases anteriores à aplicação da proposta com pares experientes na prática acadêmica, docente e/ou profissional.

No decorrer da situação curricular, essa postura continuou sendo cumprida, agora já inserida diretamente em sala de aula, através da adoção de uma banca intermediária e banca final, com a participação de dois perfis distintos de profissionais em projeto arquitetônico.

No primeiro caso, na condição de avaliadora convidada, a professora doutora Maria Lucia Malard contribuiu com sua experiência didática na condução de orientações em disciplinas de projeto de arquitetura, levantando questões ainda não pensadas pelos grupos e que precisariam ser desenvolvidas até o final do módulo.

Já na banca final, o arquiteto convidado Edgardo Moreira, que é mestre pela Escola de Arquitetura da UFMG e arquiteto do campus da mesma instituição, igualmente somou aspectos avaliativos bastante diversos de apreciação dos trabalhos, contribuindo para o enriquecimento crítico dos resultados obtidos pelos alunos.

Os momentos de contribuição de avaliadores externos de perfis heterogêneos, figuram como importantes marcadores não apenas na recondução e reconsideração dos resultados discentes, como também ao processo de reflexão crítica da mestranda acerca da condução didático-pedagógica da disciplina.

Ainda a respeito da condução das sessões de análise crítica, curiosamente houve relatos minoritários de alunos que não se adaptaram às abordagens menos “coercitivas” de orientação, afirmando que teriam trabalhado em um ritmo mais intenso caso a postura docente assumida fosse mais incisiva com os aspectos de projeto deficitários.

O que, por sua vez, evidencia uma contradição: o discurso expresso por muitos dos alunos de terem se identificado com a proposta do módulo por esta dar oportunidade à sua autonomia de criação, uma vez que não pré-determinava o objeto final e a aparente dependência de alguns dos estudantes de um exercício mais diretivo em alguns momentos, expressando o desejo por uma cobrança de trabalho mais enérgica.

Apesar de pontuais, essas afirmações pois podem evidenciar uma postura diretiva persistente nos ambientes de atelier de projetos e da reprodução das práticas ao estilo mestre/aprendiz já incorporadas por alguns estudantes.

Por outro lado, um aspecto interessante e que corrobora com a intencionalidade da disciplina de expandir o universo de variedade de soluções propostas, fica evidente em um trecho do diário de projeto de um dos grupos, no qual afirmam: “*inicialmente buscamos fenômenos próximos à nossa realidade que se caracterizam como temporários, independente das possibilidades de solução*”.

Essa assertiva é bastante objetiva ao notabilizar que o exercício pressupõe uma discussão crítica que em certa medida dilui a lógica finalística da arquitetura, caracterizando-a, antes de tudo, como um meio de

buscar perguntas pertinentes a um problema, sem necessariamente antever ou, no que diz respeito à nossa prática docente, prescrever as respostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A pós-graduação *scritu sensu* pode se constituir numa oportunidade para se qualificar professores de projeto fora do paradigma mestre/aprendiz, se a ênfase da formação for no desenvolvimento da capacidade analítica e crítica do pós-graduando e no seu treinamento em situação real de trabalho docente.

Podemos então, fazer ponderações acerca das duas vias possíveis para a formação de docentes na área de projeto de arquitetura e urbanismo:

(a) Formação docente via prática profissional.

Nesse tipo de formação (que tem sido o predominante) aprende-se fazendo, mas não necessariamente se reflete criticamente sobre este fazer. As possíveis consequências são:

- A reprodução de posturas projetuais e experiências de prática profissionais próprias, limitando a diversidade propositiva do método de ensino;

- Planos de ensino reprodutivistas, sem reflexão crítica, que trazem o risco de perpetuarem soluções corriqueiras do mercado imobiliário, formando arquitetos para reproduzi-las.

(b) Formação docente via pós-graduação (que pode ser independente ou complementar à prática profissional). Os possíveis benefícios são:

- Reavaliação do processo de ensino-aprendizagem recebido na graduação, ou da experiência prática profissional. O que muda? Quais os paradigmas atuais em relação à experiência anterior?

- Embasamento metodológico através do estudo teórico-conceitual: disciplinas da pós-graduação correlatas sobretudo à pesquisa em projeto arquitetônico podem ajudar a oferecer bases para fundamentação de estratégias (por ex.: tipos de problema de projeto que se coloquem como desafios ao estudante), além da possibilidade de acompanhamento de disciplinas de projeto já instauradas na IES, em caráter que estágio em docência, que viabilize a análise crítica dessas proposições já em curso, que por sua vez, são diversas tanto ao seu universo de estudo analisado teoricamente, quanto ao seu senso comum advindo da sua experiência enquanto discente;

- Vivenciar um ambiente que permite discussão multíplice e constante com pares (colegas pós-graduandos veteranos na docência ou não, professores e mesmo com alunos de graduação) que estimulem a revisão e reflexão crítica durante todo o processo de pesquisa.

Erigir propostas de ensino em projeto arquitetônico fundamentadas, que redirecionem a atual proliferação de práticas no mínimo irrefletidas, seria desejável para que nos aproximemos do avanço na produção do conhecimento sobre nossas práticas de ensino. A pós-graduação, como defendemos, figura como o espaço possível e eminentemente indicado para que isso aconteça. Esperamos que os resultados obtidos a partir dessa experiência evidenciem essa questão.

REFERÊNCIAS:

ALENCAR, Eunice; FLEITH, Denise. Criatividade na educação superior: fatores inibidores. **Avaliação Psicológica**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 2, p. 201-206, jul. 2010.

ALVIM, Angélica. Projeto, Pesquisa e Inovação em Arquitetura e Urbanismo: contexto e desafios para a Pós-Graduação. In: Anais do VII Seminário Sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura. **Anais ...** Natal, setembro de 2015.

BRASIL. **Lei N° 12.863**, de 24 de setembro de 2013.

CAMPOMORI, Mauricio. Racionalidade técnico-científica versus criatividade, ou algumas chaves para enfrentar o desconforto da arquitetura dentro da universidade contemporânea. In: IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. **Anais ...** Porto Alegre: UFRGS, 2016.

CARVALHO, Ramon; RHEINGANTZ, Paulo Afonso. Contribuições da pós-graduação para o ensino de projeto de arquitetura. In: Anais do I Seminário Sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura. **Anais ...** Natal, outubro de 2003.

CROSS, Nigel. **Designerly Ways of Knowing. Design Studies**, Elsevier, Vol. 3, N. 4, pp.221-227, 1982.

DAVIS, Gary. Teaching creativity thinking. In: COLANGELO, N.; DAVIS, G. A. (Ed.). **Handbook of gifted education**. Boston: Allyn & Bacon, p. 236–244, 1991.

GABORA, Liane. The Beer Can Theory of Creativity. In: BENTLEY, P.; CORNE, D. (Ed.). **Creative Evolutionary Systems**. San Francisco: Morgan Kauffman, p. 147–161, 2000.

GABORA, Liane. Revenge of the "Neurds": Characterizing Creative Thought in terms of the Structure and Dynamics of Memory. **Creativity Research Journal**. Vol. 22, N. 1, pp. 1–13, 2010.

GOLDENBERG, Josep; MAZURSKY, David; SOLOMON, Sorin. Creative Sparks. **Science and Society**, Vol. 285, N. 5433, pp. 1495-1496, 1999.

KOWALTOWSKI, Doris *et al*. The creative design process supported by the restrictions imposed by bioclimatic and school architecture: a teaching experience. In: PALENC, 2., 2007, Creta, Grécia. **Proceeding …** Creta, Grécia: 2007.

MACIEL, Carlos Alberto. **Arquitetura como Infraestrutura.** Tese (Doutorado em Arquitetura) — NPGAU/Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

MALARD, Maria Lucia; MONTEIRO, Gabriel. O desenvolvimento da criatividade no ensino de projeto: qualquer exercício serve? In: IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. **Anais ...** Porto Alegre: UFRGS, 2016.

PAZ, Daniel. "Arquitetura efêmera ou transitória: esboços de uma caracterização". **Arquitextos**, v. 9, n. 102.06, novembro de 1997.

PANET, Amélia. **Permanências e perspectivas no ensino de projeto de arquitetura no Brasil:** uma análise a partir da produção científica dos Seminários UFRGS (1985) e Projetar (2003-2011). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

SCHÖN, Donald. **The design studio:** An exploration of its traditions and potential. London: Royal Institute of British Architects, 1985.

SCHÖN, Donald. **Educating the reflective practitioner:** Toward a new design for teaching and learning in the professions. San Francisco: Jossey-Bass, 1987.

TREFFINGER, Donald. **Encouraging creative learning for the gifted and talented**. Ventura, CA: Ventura County Schools/LTI, 1980.

VELOSO, Maisa; ELALI, Gleice. "Há lugar para o projeto de arquitetura nos estudos de pós-graduação?." **Arquitextos**, São Paulo, ano 02, n. 020.07, Vitruvius, janeiro de 2002.

VELOSO, Maisa; ELALI, Gleice. Por uma Formação mais Qualificada do Professor de Projeto de Arquitetura no Brasil. In: Anais do I Seminário Sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura. **Anais...** Natal, outubro de 2003.

WEBSTER, Helena. "Architectural Education after Schön: Cracks, Blurs, Boundaries and Beyond". **Journal for Education in the Built Environment**, Vol. 3, N. 2, pp. 63-74, 2008.

A IMPORTÂNCIA DAS TDICs NA INSERÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

THE IMPORTANCE OF TDICs IN THE INSERTION OF AUTISTIC CHILDREN IN FUNDAMENTAL EDUCATION

LA IMPORTANCIA DE LAS TDICs EN LA INSERCIÓN DE NIÑOS AUTISTAS EN LA ENSEÑANZA FUNDAMENTAL

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

MELO, Jordana Chaves de
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo - UNILESTE
jordanamelo.c@gmail.com

ÁVILA, Vinícius Martins
Especialista em Construção Civil; Professor do CAU UNILESTE
vnc.avila@gmail.com

TIBÚRCIO, Túlio Márcio de Salles
PhD em Edifícios Inteligentes e Sustentáveis; Professor do DAU UFV e do PPG.au UFV
tmst83@hotmail.com

A IMPORTÂNCIA DAS TDICs NA INSERÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

THE IMPORTANCE OF TDICs IN THE INSERTION OF AUTISTIC CHILDREN IN FUNDAMENTAL EDUCATION

LA IMPORTANCIA DE LAS TDICs EN LA INSERCIÓN DE NIÑOS AUTISTAS EN LA ENSEÑANZA FUNDAMENTAL

EIXO TEMÁTICO: INOVAÇÃO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE

RESUMO:
Este artigo relata a análise da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino fundamental, utilizando estudos de casos elaborados em duas instituições situadas em Minas Gerais, para o trabalho de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE). Tem como objetivo analisar a influência das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs) como ferramenta educacional para crianças autistas. O trabalho enfatiza a avaliação dos resultados encontrados a partir dos estudos de casos realizados, através de entrevistas com profissionais e análises comportamentais, para entender as estratégias que são utilizadas e que colaboram com a inclusão das crianças autistas no ensino regular. Verificou-se que a relação entre educação, tecnologia e espaço pode auxiliar na inclusão das crianças com Transtorno do Espectro Autista, devendo ser considerada por profissionais de arquitetura e urbanismo na produção de espaços de ensino.
PALAVRAS-CHAVE: Transtorno do Espectro Autista; Tecnologia; Educação; Arquitetura; Inclusão.

ABSTRACT:
This article reports the analysis of the inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in elementary education, using case studies developed in two institutions located in Minas Gerais, for the work of completing a course in Architecture and Urbanism at Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE). It aims to analyze the influence of digital information and communication technologies (DICTs) as an educational tool for autistic children. The study emphasizes the evaluation of case studies conducted through interviews with professionals, and behavioral analysis to understand the strategies that are used to collaborate with the inclusion of autistic children in regular education. It was verified that the relationship between education, technology and space can help in the inclusion of children with Autism Spectrum Disorder, and should be considered by architecture and urban planning professionals in the production of educational spaces.
KEY WORDS: *Autism Spectrum Disorder; Technology; Education; Architecture; Inclusion.*

RESUMEN:
Este artículo relata el análisis de la inclusión de niños con trastorno del espectro autista (TEA) en la enseñanza fundamental, utilizando estudios de casos elaborados en dos instituciones situadas en Minas Gerais, para el trabajo de conclusión de curso en Arquitectura y Urbanismo del Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE). Tiene como objetivo analizar la influencia de las tecnologías digitales de la información y comunicación (TDICs) como herramienta educativa para niños autistas. El trabajo enfatiza la evaluación de los resultados encontrados a partir de los estudios de casos realizados, a través de entrevistas con profesionales y análisis comportamentales, para entender las estrategias que se utilizan y que colaboran con la inclusión de los niños autistas en la enseñanza regular. Se verificó

que la relación entre educación, tecnología y espacio puede auxiliar en la inclusión de los niños con Trastorno del Espectro Autista, debiendo ser considerada por profesionales de arquitectura y urbanismo en la producción de espacios de enseñanza.
PALABRAS-CLAVE: *Trastorno del Espectro Autista; Tecnología; Educación; Arquitectura; Inclusión*.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um assunto presente na sociedade e que tem ganhado força nos últimos anos. No atual cenário brasileiro, o número de crianças com este transtorno tem sido crescente e atinge cerca de 2 milhões somente no Brasil (APAE BRASIL,2017), e cerca de 70 milhões no mundo, segundo dados fornecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015). São crianças que necessitam de tratamento especial que poder ser oferecido através da educação. A relação entre aluno e escola contribui para que essas crianças possam tornar-se inclusas na sociedade e estimuladas a aprender. As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação- TDICs, presentes na vida cotidiana, oferecem bons recursos que podem estar atrelados à educação para abordagem de conteúdos educacionais inseridos no currículo escolar.

As possibilidades de integração das TDICs com o currículo escolar proporcionam mudanças no aprendizado, na relação entre professor e aluno e nos novos conhecimentos da educação e da tecnologia para ambos consigam criar novas transformações no currículo escolar, (ALMEIDA, SILVA, 2011, p.10) para que ambos consigam criar novas transformações no currículo escolar. O presente artigo tem o objetivo de analisar a influência das tecnologias digitais como ferramenta educacional, associadas ao espaço de ensino, para a inclusão de crianças autistas no ensino fundamental.

O autismo

O Autismo é um transtorno que demonstra os seus sinais logo no início da infância da criança. Porém, em muitos casos, os pais e familiares não conseguem de fato identificar os sintomas, o que deve ser analisado por especialistas, conforme define Silva, Gaiato e Reveles (2012). Desde 1980 o autismo vem sendo discutido, mas somente no DSM-5 (Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais) e com a alteração da Lei 13.257/2016 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) que o assunto tomou maior proporção e se tornou crescente e presente na sociedade contemporânea. Quando se trata de crianças portadoras do espectro autista, logo se pensa em um tratamento diferenciado devido algumas limitações presentes no cotiado de uma e aos diferentes graus que direcionam a determinados tipos de tratamento.

As crianças que possuem o Transtorno do Espectro Autista são metódicas e interpretam os ambientes em que estão ou serão inseridos de várias formas. Elas não possuem o hábito de se envolverem em atividades e brincadeiras com outras crianças, não procuram por um contato direto com as pessoas e se envolvem com um objeto ou ação por muito tempo. Porém, são crianças que possuem grande potencial de aprendizado e que precisam ser estimuladas para despertar novos interesses para que consigam ser inseridas na sociedade e no ensino regular, porque, como afirma Silva et al. (2012, p. 03-07), “[...] assim como um diamante precisa ser lapidado, uma pessoa com autismo merece e deve ser acolhida, cuidada e estimulada a se desenvolver”.

Sendo assim, o trabalho realizado com as crianças autistas deve acontecer através de cores, diferentes objetos e atividades recreativas que envolvam os diferentes ambientes onde elas se encontram. Ele pode se tornar ainda mais real com a ajuda da arquitetura escolar no que diz respeito à sua construção, as divisões espaciais, mudanças físicas e dimensões como um questionamento que vai contribuir com a melhoria dos ambientes escolares para o processo de aprendizagem. (MELO, 2012, p.10). A tecnologia também pode ser usada como uma ferramenta que consiga atrair a atenção da criança e impulsionar e estimular novas descobertas que estejam atreladas à sua inserção na educação, pensando sempre em como ela vai se comportar e reagir com essas mudanças. Dessa forma:

> Uma pessoa com autismo sente, olha e percebe o mundo de maneira muito diferente da nossa. Pais, professores, profissionais e a sociedade como um todo precisam mergulhar em seu universo particular e perceber o mundo da mesma forma que ela vê. Imbuídos desse espírito, os resultados dessa empreitada são surpreendentes e transformadores. (SILVA et al, 2012, p. 07)

Dessa maneira, a tecnologia atrelada às atividades didáticas, contribui de forma positiva no aprendizado dessas crianças permitindo com que elas se tornem inclusas e criem vínculos com quem está ao seu redor.

A educação como ferramenta de inclusão

Como afirma a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV, 2013), o ensino é uma das melhores ferramentas para transmitir o conhecimento para as crianças, principalmente na fase inicial da vida, onde elas estão abertas a todos os tipos de informações que vão ser de extrema importância. Como base no processo de ensino aprendizagem, a educação possui um grande poder que está diretamente ligado ao desenvolvimento da criança no que diz respeito à alfabetização, à cultura, ao lazer, como ferramentas importantes que estimulam o conhecimento e as mudanças positivas ao longo dos anos.

Um outro fator importante e de destaque da educação é a sua capacidade de inclusão social e, principalmente, educacional que compreende a educação especial na escola regular proporcionando a inserção de todas as crianças no contexto escolar. Dentre essas crianças, existe um grupo que também precisa ser inserido no ensino, mas, devido suas limitações, elas ficam deslocadas e precisam de uma atenção maior. Essas são as crianças portadoras do espectro autista que, por direito, devem ser orientadas ao desenvolvimento e ao seu fortalecimento na sociedade como definido no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015). Nesse sentido, pode-se afirmar que:

> Qualquer escola pode matricular um aluno especial, mas nem toda têm condições para mantê-los neste espaço escolar ou não estão preparados para desenvolver as habilidades destes alunos, por isso é necessário refletir que a inclusão perpassa a ideia de uma simples matrícula, é necessário a permanência deste aluno especial e que ele consiga se desenvolver, aprender e conquistar seu espaço e respeito não só no ambiente escolar como também na sociedade. (PRAÇA et al, 2011, p. 114)

A necessidade de inclusão de crianças autistas no ensino regular permite com que todas as crianças possam ser educadas em um mesmo contexto, fazendo com que determinadas dificuldades não sejam interpretadas como problemas, mas sim como uma diversidade que é a realidade atual e que precisa ampliar as oportunidades de inserção das crianças com o transtorno no ensino, na sociedade. A oportunidade de aprender permite com que elas possam alçar “voos” mais altos que permitam com que a relação entre aluno e escola esteja presente no seu dia a dia.

Uma outra oportunidade da inclusão através da educação é a aproximação da criança com o ambiente escolar, a sua relação com a sala de aula que permite com que ela se sinta ainda mais inserida. Sendo assim:

> Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos – inclusive às pessoas em

> situação de deficiência e aos de altas habilidade/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. (CARVALHO, 2005, p. 30)

Por essa razão, a arquitetura escolar pode se destacar novamente como uma estratégia que permite aproximar o relacionamento das crianças autistas com as salas de aulas e demais ambientes escolares que possa "[...] buscar compreender de que maneira o espaço físico escolar interfere no cotidiano da escola". (MELO, 2012, p. 10).

A psicologia ambiental no contexto educacional

O objetivo principal da psicologia ambiental é o estudo de pessoas em seu contexto, ou seja, a sua inter-relação com o meio onde ela vive ou é inserido. Por isso, pode-se afirmar que "[...] a especificidade da Psicologia Ambiental é a de analisar como o indivíduo avalia e percebe o ambiente e, ao mesmo tempo, como ele está sendo influenciado por esse mesmo ambiente". (MOSER, 1998, s/p).

Essa percepção do ambiente está relacionada com o corpo e espaço na arquitetura, enquanto lugar, para entender o tipo de relação que o indivíduo terá nesse ambiente e como ele vai usufruir dele. Na arquitetura a organização espacial, traduzida pelo layout, trabalha com o arranjo espacial de uma sala ou de qualquer outro ambiente considerando os móveis e materiais disponíveis, pensando nos usuários e na maneira como eles vão usá-lo.

Carvalho (2017) considera o arranjo espacial como um elemento integrante da organização do espaço que engloba em sua composição outros elementos, como a segurança, conforto, privacidade, entre outros. Das suas diversas funcionalidades, o arranjo espacial funciona como um potencializador do ambiente, utilizando recursos que vão colaborar com todo o aproveitamento espacial da arquitetura. Importante destacar a importância do arranjo espacial e a sua relevância no contexto educacional.

Ligado ao ensino, esse arranjo espacial tem a capacidade de envolver à criança com o seu espaço educacional, favorecendo a sua relação com o seu educador e a relação entre as crianças que estão na mesma sala, principalmente, por serem locais de educação coletiva que permitem com que o aprendizado da criança, focando nas que são autistas que precisam de integração, seja alcançado de forma rápida. Se principal foco é trabalhar como suporte para atender às necessidades de determinados ambientes e de potencializar a relação entre aluno e escola.

Os potenciais da tecnologia

Segundo Kenski (2008), o atual cenário da sociedade contemporânea mostra que o fácil acesso à tecnologia tem contribuído cada vez mais com o seu crescimento. As TDICs têm tomado uma proporção cada vez maior por ser uma ferramenta muito utilizada no cotidiano de todos. O mesmo autor afirma que:

> Estamos vivendo um novo momento tecnológico. A ampliação das possibilidades de comunicação e de informação, por meio de equipamentos como telefone, televisão e o computador, altera a nossa forma de viver e de aprender na atualidade. (KENSKI, 2003, p. 02)

O rápido contato com qualquer tipo de aparelho tem instigado o seu uso e inovação devido recursos que proporcionam conhecimento, entretenimento, por possuírem uma gama de aplicativos que exercem diversas funções por ter um fácil manuseio. As TDICs são um recurso que trazem conhecimento para a rotina de seus usuários, algo que pode ser ainda mais habilidoso desde que seu uso correto traga benefícios.

É uma ótima oportunidade para se explorar de tais recursos nas grades curriculares de instituições, sejam ela públicas ou privadas, como um incentivo para estimular o aprendizado das crianças, inclusive às portadoras do espectro autista, por estarem em um momento de grandes transformações, pois elas precisam também estar adaptadas aos ambientes escolares no que diz respeito à sua utilização para promover boa qualidade de ensino. Tais mudanças ficam a cargo da arquitetura escolar, pois "[...] o espaço físico no processo de aprendizagem nos ajudará a pensar em alternativas para que as escolas se tornem ambientes agradáveis para seus alunos, professores e funcionários". (MELO, 2012, p. 12).

Mesmo com todo o seu poder de informação e comunicação, a tecnologia precisa ser entendida como algo que vai além do seu manuseio, ela precisa ser uma tecnologia que vai trazer conhecimento a partir de sua habilidade, do potencial que ela tem como ferramenta de inclusão. Para que sua inserção no ensino regular aconteça da maneira correta, uma das melhoras formas é a capacitação dos profissionais, professores, para que consigam suprir às necessidades de sua utilização como um instrumento de ensino que consiga usufruir e transformar toda a sua funcionalidade em conteúdos educacionais que vão auxiliar no aprendizado das crianças e potencializar a inclusão da criança autista no ensino. Por essa razão, "[...] tecnologias têm suas especificidades. É preciso saber aliar os objetivos de ensino com os suportes tecnológicos que melhor atendam a esses objetivos". (KENSKI, 2003, p. 05).

Por esse motivo, o correto manuseio das TDICs propões um ganho positivo no ensino aprendizagem de todas as gerações para que elas utilizem dessas ferramentas em sala de aula com seus educadores como conteúdo educativo. Deve-se utilizar dessas tecnologias digitais disponíveis para agregar mais valor e qualidade de vida para se vencer os desafios do mundo, e"[...] Esse é também o duplo desafio da educação: adaptar-se aos avanços das tecnologias e orientar o caminho de todos para o domínio e apropriação crítica desses novos meios". (KENSKI, 2008, p. 18).

As tecnologias assistivas no processo de ensino aprendizagem de crianças autistas

A tecnologia é um dos instrumentos de comunicação e informação de maior relevância no cotidiano de adultos, adolescentes e crianças. Por ser uma ferramenta muito utilizada, ela tem se desenvolvido cada vez mais e criado novas formas de adaptação e inserção na vida das pessoas e no ensino de diversas instituições.

As tecnologias assistivas, definidas por Bersch (2009), tem como objetivo propor recursos e serviços, na área tecnológica, que vão contribuir com as habilidades de pessoas que possuem determinadas limitações para promover uma vida de independência e inclusão, como no caso de crianças com transtornos autistas em atividades desejadas.

Segundo BERCH (2009), a tecnologia assistiva, quando vinculada à inclusão escolar, precisa contar com o apoio dos educadores e demais profissionais da área para que o projeto de inclusão dessas crianças com determinadas limitações consiga ter êxito e ajudem a identificar algum problema que possa existir para que intervenções sejam propostas no intuito de promover a superação de barreiras, melhorando às condições de aprendizado de cada uma. O mesmo autor ainda afirma que:

> No contexto educacional inclusivo, a tecnologia assistiva caracteriza-se como um conjunto de recursos que promovem o acesso e a participação dos alunos com deficiência na aprendizagem, com o apoio de serviços que têm por objetivo identificar os problemas enfrentados por seus alunos e propor intervenções interdisciplinares que envolvem design, a reabilitação e a educação. (BERSCH, 2009, p. 15)

Sendo assim, a luta pelo sistema inclusivo pode ganhar ainda mais força com o apoio de todas às tecnologias para que o aprendizado consiga chegar às crianças, em especial às portadoras do espectro autista, como uma forma de agregar valor cultural, social e educacional para que elas consigam ser inclusas em instituições públicas e privadas em favor de uma educação de qualidades para todos. Por isso, a autora ainda enfatiza "[...] que o direito à educação dos alunos com deficiência se realize de fato com o atendimento de suas necessidades específicas, garantindo-lhes igualdade de oportunidades e possibilidades de aprendizado, é que se fazem necessários na escola o conhecimento e a prática da tecnologia assistiva". (BERSCH, 2009, p. 21).

ESTUDOS DE CASO

Foram realizados estudos de casos em duas instituições, denominadas no presente artigo como A e B, avaliando o Ensino Fundamental com abordagens específicas que contribuíram com informações que foram relevantes para a pesquisa. Na instituição A, o objetivo principal era analisar a crianças X, que é portadora do espectro autista, em todo o ambiente deixando claro a sua relação com a escola enquanto proposta de inclusão. Na instituição B, o objetivo era fazer uma análise espacial da inserção das crianças que são autistas no ambiente escolar e como elas se comportam com as atividades propostas e se relacionam com os demais alunos. Essas informações contribuíram com as estratégias propostas pela pesquisa realizada juntamente com as entrevistas feitas com profissionais específicos (Pedagogos, Terapeuta Ocupacional, Professor de Educação Física) com o propósito de colher informações que serão enriquecedoras e sustentarão a pesquisa.

Instituição A

Para melhor entendimento sobre as crianças portadoras do espectro autista e a sua relação com o ambiente escolar e tecnológico, o estudo de caso realizado na Instituição A, plantas esquemáticas (Figura 1 e 2), da rede pública de ensino, teve o propósito de identificar especificidades da criança X, de 8 anos, para que novas estratégias de inclusão possam ser estabelecidas a partir de sua relação aluno e escola.

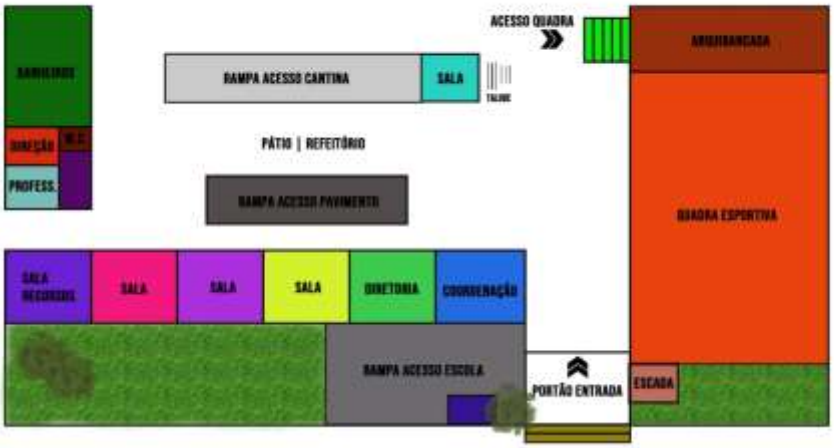


Figura 1: Planta esquemática Térreo Instituição A
Fonte: Acervo pessoal, 2018

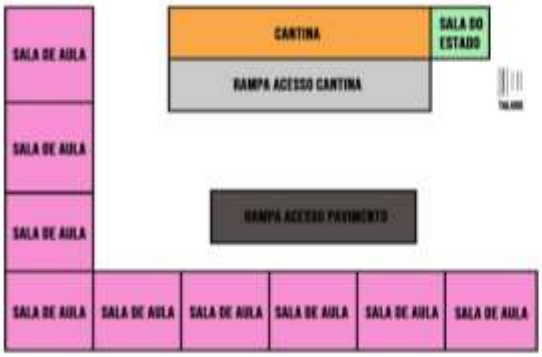


Figura 2: Planta esquemática 1º pavimento Instituição A
Fonte: Acervo pessoal, 2018

O estudo de caso proposto foi dividido em duas etapas. Na primeira foi realizada uma entrevista com os profissionais da instituição, professores, orientadores pedagógicos e demais funcionários, com o objetivo de entender qual era a relação dessa criança X no ambiente escolar. A perguntas realizadas dizem respeito ao seu comportamento com as demais crianças, como foi o seu desenvolvimento desde que entrou na instituição, qual a sua relação com a equipe de profissionais da escola, como que é trabalhado todo o conteúdo educacional, qual a reação e ação da criança quando são propostas diferentes dinâmicas, qual a sua principal dificuldade/limitação, se ela teve uma rápida adaptação, quais os artifícios que poderiam ser incorporados no ambiente escolar para atender mais essas crianças e como é o uso da tecnologia como ferramenta de inclusão no método de ensino utilizado. Todas essas informações contribuíram para o entendimento e análise da relação da criança X com o seu ambiente educacional.

O trabalho realizado com a criança X na instituição fica sob cuidados da professora especialista em alfabetização e letramento e pós em inclusão. O seu principal foco é utilizar do artesanato, feito com material reciclado, como uma maneira de estimular seus sentidos para que ele consiga absorver novas informações e de promover sua socialização com as demais crianças. Uma outra proposta utilizada em sala é trabalhar a

alfabetização com alfabeto móvel, livros com figuras educativas e fotos dos familiares como uma proposta de estimular sua relação pessoal com eles. Todo esse trabalho é realizado com a criança X sentada em sala de aula com as demais crianças, após meses até sua adaptação (Figura 3).

Figura 3: Atividade com alfabeto realizada em sala de aula
Fonte: Acervo pessoal, 2018

Uma outra proposta que também é trabalhada com a criança X que potencializa o seu relacionamento com os funcionários, professores e as demais crianças são as atividades educativas/recreativas elaboradas na quadra de esportes da instituição A. Essa proposta tem contribuído com a inclusão da criança no ambiente escolar e proporcionando a sua interação em diversas atividades acadêmicas propostas.

Figura 4: Aula de educação física
Fonte: Acervo pessoal, 2018

Como apresentado na (Figura 4), o incentivo em estimular o relacionamento da criança X com as demais em diferentes ambientes faz com que as propostas feitas com a crianças X no seu contexto educacional proporcione bons resultados. Mas em uma situação específica, coletada ao longo da entrevista, deixa claro que o uso inadequado da tecnologia pode influenciar no aprendizado da criança. Além dos trabalhos práticos realizados em sala de aula, uma outra dinâmica realizada com a criança X no ambiente escolar é a utilização da sala de recursos (informática) como proposta de inserção da criança através da tecnologia no ensino.

Porém, esse método não tem alcançado a eficácia desejada devido à dificuldade do profissional responsável em manter a criança X interessada nas atividades que são propostas. Para a professora responsável pela criança X, a utilização dessa tecnologia disponibilizada pela instituição A seria de extrema importância para que ela pudesse absorver novos conteúdos que pudessem ser trabalhados na sua grade curricular.

Análise comportamental

Na segunda etapa do estudo de caso, foi colocado em prática na instituição A uma análise comportamental da criança X, a partir das informações coletadas pela entrevista, auxiliou na coleta de dados sobre a estrutura da escola, incluindo sala de aula, pátio, refeitórios, as condicionantes ambientais da Instituição A, ventilação, iluminação, dimensões, e o layout dos ambientes como na tabela (Figura 5).

ANÁLISE COMPORTAMENTAL | INSTITUÇÃO A

AMBIENTE	ESTRUTURA|LAYOUT	CONDICIONANTES	OBSERVAÇÕES
Salas de Aula	Sala ampla, Mesas em fileira, bem estruturada, piso regular	Boa ventilação, bem iluminada naturalmente e artificialmente	Possui cartazes afixados, sala colorida e muitos materiais para atividades
Pátio	Bem amplo, piso regular, boas condições para uso	Boa ventilação (venta bastante), boa iluminação	O pátio também é usado como refeitório no intervalo.
Sala de Recursos	Layout tradicional, pouco utilizada, tem boa estrutura	Tem boa ventilação e iluminação, mas pode melhorar	A sala é mantida fechada e aberta quando for usada pelo professor responsável
Quadra Esportes	Muito ampla, é nova (reforma), conservada, boas condições para uso	Bem insolarada, boa ventilação e iluminação artificial eficiente	Muito utilizada como atividade da grade de aula e nos intervalos
Demais salas	Boa estrutura, algumas com muitos objetos, boas condições	Também possuem boa ventilação e iluminação	São mais utilizadas pelos funcionários da escola

Figura 5: Tabela base para análise comportamental
Fonte: Acervo pessoal, 2018

Todas as informações colhidas deixaram claro que a vivência da criança X com o ambiente escolar fortaleceu a sua inclusão no contexto educacional (Figura 6). A instituição possui boa estrutura que atende às necessidades da criança X. Ela é grande, os espaços de aulas são bem definidos, seu pátio recreativo é amplo (onde são servidas as refeições) e possui uma boa quadra de esportes. Suas salas são amplas, ventiladas, bem iluminadas, possuem figuras didáticas e coloridas nas paredes e utilizam do sistema tradicional de ensino, o que influenciou na disposição do layout das salas onde as cadeiras são distribuídas em fileiras e o quadro fica na parte central da sala. Todas as salas ficam abertas, com exceção da sala de recursos (informática) que só é aberta quando utilizada.

Figura 6: Atividade em sala de aula
Fonte: Acervo pessoal, 2018

A análise feita a partir dos resultados encontrados na entrevista realizada com os profissionais e pela análise comportamental, deixa claro que a instituição A, como um todo, possui estrutura adequada para receber e atender às necessidades da criança X. A sua relação com os ambientes amplos, iluminados, a forma como a criança se comporta e a maneira como ela de adaptou às regras demonstra que a arquitetura da escola conseguiu pontuar características importantes na busca pela adaptação da criança na instituição.

Porém, uma lacuna que precisa ser preenchida, que influencia no comportamento da criança X, é o seu contato e as atividades propostas que são realizadas na sala de recursos (informática) da instituição. A maneira como a criança absorve o conteúdo proposto atinge diretamente à sua relação espacial com a sala, o que deixa claro que esmo com todo conteúdo tecnológico fornecido nesse ambiente pela instituição não atende às necessidades da criança X portadora do espectro autista.

Instituição B

O estudo de caso realizado na Instituição B, instituição beneficente privada com interesses públicos, teve o objetivo de avaliar de maneira geral a relação das crianças portadoras do transtorno nos ambientes, planta esquemática (Figura 7), a relação deles com os funcionários, equipes pedagógicas e com os demais alunos, a maneira como o conteúdo é passado e seus comportamentos.

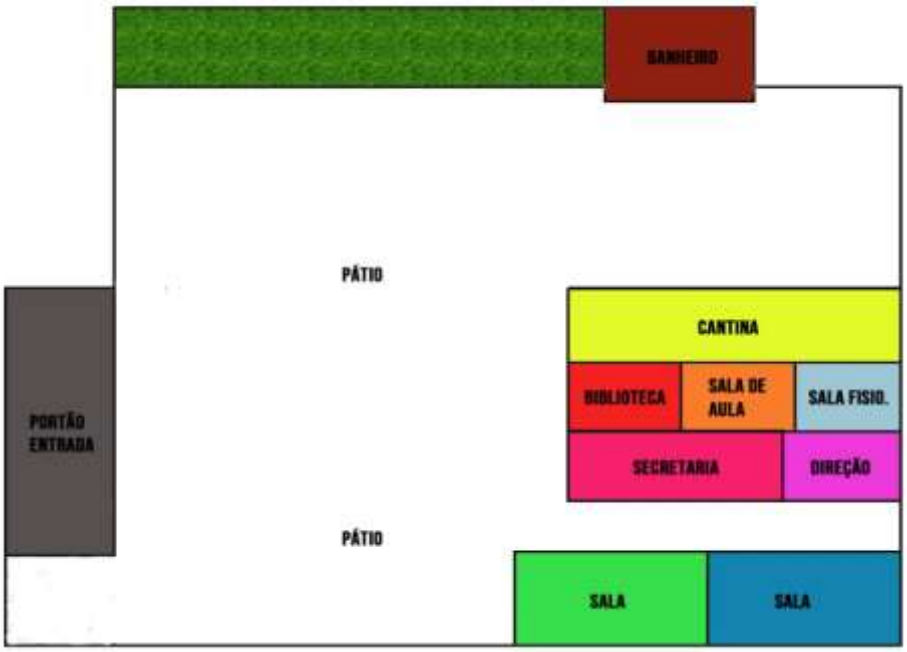


Figura 7: Planta esquemática Instituição B
Fonte: Acervo pessoal, 2018

A proposta foi dividida em duas etapas. A primeira contou com uma entrevista realizada com os profissionais que atuam na instituição com o intuito de colher informações que fossem relevantes para a pesquisa. Foram elaboradas uma série de perguntas, dentre elas se destaca a maneira como essas crianças se comportam com as atividades realizadas, a forma como o conteúdo é passado, qual a relação deles com os profissionais e com a instituição, quais as limitações/dificuldade encontradas por elas e quais tipos de tecnologia eles utilizam no contexto educacional, para que um panorama completo fosse feito sobre essa relação entre os alunos e a escola.

Todo conteúdo determinado na grade curricular da Instituição B é feito pelo pedagogo responsável que, por sua vez, também utiliza de materiais reciclados para artesanato, figuras, pinturas e objetos como uma maneira de estimular o aprendizado da criança e aguçar seus sentidos, como por exemplo a fala. Todas as atividades são realizadas com as crianças em sala de aula (Figura 8 e 9).

Figura 8: Criança em sala de aula fazendo artesanato
Fonte: Acervo pessoal, 2018

Figura 9: Criança fazendo atividade em sala de aula
Fonte: Acervo pessoal, 2018

Um dos problemas citados ao longo da entrevista pelos profissionais da instituição B é não realização de atividades físicas com as crianças em horários de intervalo e como potencializador do ensino devido à falta de uma quadra de esportes na instituição. Eles julgam de extrema importância a existência do equipamento que poderá funcionar como uma ferramenta importante de socialização entre as crianças e de estímulos sensoriais que acarretarão em melhoras na fala e no aprendizado de cada uma.

Análise comportamental

Na segunda etapa, foi realizada uma análise comportamental na instituição B das crianças autistas, auxiliada pelas informações cedidas pelos funcionários e pela tabela (Figura 10), que também iria avaliar a estrutura da instituição, incluindo as salas de aula, refeitório, as condicionantes ambientes, ventilação e iluminação, e a disposição dos materiais e móveis de acordo com o layout determinado pela instituição.

ANÁLISE COMPORTAMENTAL | INSTITUÇÃO B			
AMBIENTE	ESTRUTURA|LAYOUT	CONDICIONANTES	OBSERVAÇÕES
Salas de Aula	Sala relativamente ampla, Mesas em fileira, bem estruturada	Boa ventilação, boa iluminação	Possui poucos cartazes afixados, contém materiais reciclados para atividades
Pátio	Bem amplo, piso regular, boas condições para uso	Boa ventilação , boa iluminação	O pátio é usado como refeitório devido sua ausência.
Sala de Fisioterapia	Sala estruturada porém sem uso	Tem boa ventilação e iluminação, mas pode melhorar	A sala é mantida fechada e aberta quando for usada
Quadra Esportes	NÃO POSSUI	NÃO POSSUI	Precisa urgente para estimular os alunos com atividades físicas e diferenciadas
Demais salas	Boa estrutura, boas condições de uso	Também possuem boa ventilação e iluminação	São mais utilizadas pelos funcionários da escola

Figura 10: Tabela para análise comportamental Instituição B
Fonte: Acervo pessoal, 2018

As informações coletadas puderam esclarecer a vivência das crianças na Instituição B que consequentemente reflete no seu aprendizado. A instituição possui boa estrutura para as salas de aula, porém a falta de um pátio recreativo e de um refeitório deixa as crianças muito limitas nos intervalos de aula. Outro fator importante, um dos principais apontados pela equipe pedagógica, é a estrutura da biblioteca da instituição, onde eles alegam ser de pequeno porte e com um acervo limitado, o que de certa forma acaba dificultando a possibilidade de trazer novos e importantes conteúdos que auxiliariam ainda mais na inclusão dessas crianças autistas no ensino. A instituição como um todo apresenta-se bem ventilada e bem iluminadas, porém com poucas ilustrações e figuras didáticas que poderiam auxiliar e incentivar a socialização entre as crianças e a sua relação com o ambiente escolar. As salas também são todas definidas pelo layout tradicional devido a utilização do ensino tradicional de aprendizado. O uso da tecnologia como ferramenta de inclusão na instituição B pode ser considerado nulo devido falta de recursos.

Entrevistas com demais profissionais:

As entrevistas, que foram realizadas com os profissionais de Pedagogia, Terapia Ocupacional e da Educação Física puderam fortalecer ainda mais a necessidade de inclusão das crianças autistas no ensino fundamental.

As perguntas feitas para os especialistas buscavam extrair informações que pudessem contribuir e justificar quais as melhores formas de se trabalhar com as crianças autistas para que elas consigam desenvolver as habilidades que possuem e descobrir outras ao longo da vida educacional que poderão refletir em ganhos positivos no tratamento.

Eles afirmam que as principais limitações das crianças com este tipo transtorno estão relacionadas à coordenação motora e ao desenvolvimento verbal, ou seja, a fala. Outros fatores que existem e afetam diretamente no ensino e no convívio dessas crianças é a dificuldade de socializar com adultos e até mesmo com outras crianças, por isso o melhor a se fazer é tentar entrar nesse mundo deles para conquistar a atenção

desejada. De acordo com o grau das crianças autistas que esses profissionais criam um plano de propostas que vai auxiliar no tratamento e no desenvolvimento para sempre conseguir novas e melhores resposta.

Uma das estratégias de trabalho citada por esses profissionais, que faz parte do conceito proposto e defendido pela arquitetura escolar, é a utilização do espaço como ferramenta de comunicação atrelado a objetos pedagógicos com cores e formas e ao entendimento espacial para que a criança consiga se interpretar dentro dele e sentir-se adaptada. Por essa razão:

> A arquitetura escolar produz dispositivos associados ao tipo de aluno/a que a escola irá atender, à disciplina que quer manter com seus/suas alunos/as e ao currículo da escola. Uma escola não é construída sem antes se pensar sobre a clientela que ela irá atender, sobre a quantidade de alunos/as que ela comportará, sobre onde ficarão dispostas as salas de aula, a sala dos professore, a sala da direção, o pátio, os banheiros, enfim, todas as dependências que se fazem necessárias para o funcionamento de uma escola. (MELO, 2012, p.18)

Outro instrumento também citado por eles é o trabalho com a tecnologia como uma maneira de despertar a atenção e novos interesses na criança portadora do espectro autista. Os sons, os movimentos e cores que são proporcionadas por esses aparelhos apreendem a atenção da criança no seu dia a dia, por isso eles afirmam que elas são de grande ganho desde que utilizado da maneira correta e em momentos corretos.

Todos os profissionais deixam claro que a principal proposta de interação entre eles para que essas crianças tenham seus interesses despertados é sempre trabalhar o contato visual, verbal e físico para que elas consigam evoluir todos os dias ao longo de todo tratamento. Ambos aconselham que esse tratamento tenha sempre um correto acompanhamento para que a criança consiga sempre se sobressair, o que evita que ela caia na rotina de exercer as mesmas atividades. E algo primordial é que essas crianças estejam inclusas no ensino de maneira regular para que ela consiga potencializar ainda mais tudo o que ela aprende todos os dias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises feitas ao longo da pesquisa, também sustentada pelas informações coletadas nos estudos de casos, mostram que algumas lacunas precisam ser preenchidas para que todas às crianças com transtorno consigam ser inseridas no ensino através da relação entre arquitetura, enquanto estratégia espacial, com às Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs).

Quando se discute a arquitetura no contexto educacional, fica a pergunta sobre como ela pode contribuir com tal circunstância. A sua capacidade de planejar ambientes funcionais de acordo com as necessidades proporciona aos seus usuários experiências únicas que denotam que o projeto para determinado local foi pensado para que uma pessoa, uma família e até mesmo uma turma pudesse usufrui da maneira mais adequada.

Todas as fragilidades encontradas nas instituições devem ser interpretadas como problemas, mas sim como um desafio projetual que não conseguiu atingir seu ponto máximo, e por isso precisa-se pensar novas estratégias que possam atingir esse objetivo. E o mesmo deve acontecer com a inclusão de crianças com o Transtorno do Espectro Autista na educação. As atuais estratégias não estão alcançando os resultados esperados devido as peculiaridades nas soluções que vão englobar essas crianças. Peculiaridades essas que

são marcadas pela não eficiência dos conceitos propostos no ensino e na atual sociedade para tornar essas crianças inclusas

O mesmo acontece com as TDICs e as tecnologias assistivas, que tem se desenvolvido cada vez mais na vida das pessoas. Elas possuem grandes potencialidades que ainda não foram descobertas no que diz respeito ao crescimento do aprendizado e do desenvolvimento da população como um todo. É justamente quando se chega a esse ponto da discussão que novas estratégias precisam ser criadas. É preciso usar não só da funcionalidade dos aparelhos digitais, mas também da sua capacidade de transformação e evolução.

Todas essas mudanças precisam refletir na vida e nos ambientes vividos pelas crianças autistas, precisa-se aplicar estas novas estratégias espaciais, tecnológicas e educacionais na sala de aula para que a criança possa sentir-se acolhida, inclusa. Nesse quesito, pode-se destacar a arquitetura escolar e sensorial como soluções desses problemas. Quando se trata de espaço, seja mesmo o da sala de aula, as propostas de buscar a relação entre aluno e escola deve estar presente nos materiais utilizados em sala de aula, nos móveis que vão compor essas salas e, principalmente, no cotidiano de cada aluno, porque, além de aprender, eles têm muito o que ensinar. Por isso a arquitetura deve se aliar à educação como uma proposta de colocar em prática conceitos que estão ao alcance. Uma potencializadora de tudo isso é a tecnologia. Um mundo virtual que pode nos surpreender ainda mais e continuar progredindo ao lado da educação, enquanto conteúdo, e da arquitetura enquanto prática.

Dessa forma, pode-se afirmar que as possibilidades de incluir crianças portadoras do espectro autista na educação existem e precisam ser utilizadas com urgência. Elas podem estar no ensino de instituições públicas e privadas, compondo o currículo escolar de maneira a fortalecer o ensino aprendizagem de cada aluno. Sendo assim, as TDICs atreladas às tecnologias assistivas e à arquitetura possuem um grande potencial transformador na educação e nos espaços não só das crianças autistas, mas da sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Maria; MOREIRA DA SILVA, Maria. **Currículo, tecnologia e cultura digital:** espaços e tempos de web currículo. Revista e-curriculum, v. 7, n.1.

APAE BRASIL. **Número de pessoas com autismo aumenta em todo Brasil**. 2017. Disponível em: <https://apaebrasil.org.br/noticia/numro-de-pessoas-com-autismo-aumenta-em-todo-o-brasil>. Acesso em: 04 jun. 2018.

BERSCH, Rita. **Design de um serviço de tecnologia assistiva em escolas públicas**. 2009. 231 f. Dissertação (Mestrado em Design). Programa de Pós-Graduação em Design - Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

BRASIL, LEI Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 04 jun. 2018.

_____, LEI, Nº. 13.257, de 8 de março de 2016. **Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei**, n. 8.069. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm>. Acesso em: 04 jun. 2018.

CARVALHO, Rosita. **Diversidade como Paradigmas de ação Pedagógica na educação infantil e séries iniciais**. SUMÁRIOOUTUBRO2005, p.29,2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/inclusao.pdf. Acesso em: 21 maio 2018.

CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice. **Temas básicos em psicologia ambiental**. Editora Vozes Limitada, 2017.

KENSKI, Vani. Aprendizagem mediada pela tecnologia. **Revista diálogo educacional**, v. 4, n. 10, 2003

_____. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 285-290, jan./jun. 2012

MELO, Larissa. **Arquitetura Escolar e suas relações com a aprendizagem**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. 2012.

ONU. Organização das nações unidas. **Número de pessoas com autismo aumenta em todo Brasil**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/especialistas-em-direitos-humanos-da-onu-pedem-fim-da-discriminação-contra-pessoas-com-autismo/>. Acesso em: 04 jun. 2018.

PRAÇA, Elida et al. **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular**. 2011

SILVA, Ana; GAIATO, Mayra; REVELES, Leandro. Mundo singular. **Entenda o Autismo.** Rio de Janeiro: Editora Fontana, 2012.

MOSER, Gabriel. Psicologia Ambiental. **Estudos de psicologia (Natal)**, Natal, v. 3, n. 1, p. 121-130, jun. 1998.

Salvador - 2018

A INFÂNCIA NA COMUNIDADE DO MOINHO

CHILDHOOD IN THE MOINHO COMMUNITY

LA INFANCIA EN LA COMUNIDADE DEL MOINHO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

GETLINGER, Daniela
Mestre em arquitetura e Urbanismo; Doutoranda pela FAU-UPM; Professora da FAU-UPM
daniela.getlinger@mackenzie.br

LOEB, Rodrigo Mindlin,
Arquiteto e Urbanista; Mestrando pela FAU-UPM; Professor da FAU-UPM
rodrigo.loeb@mackenzie.br

A INFÂNCIA NA COMUNIDADE DO MOINHO

CHILDHOOD IN THE MOINHO COMMUNITY

LA INFANCIA EN LA COMUNIDAD DEL MOLINO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Este artigo discorre sobre a infância em áreas de vulnerabilidade social e a necessidade de intervenção nesses territórios, visando obter melhorias efetivas das condições de desenvolvimento da primeira infância. Para tanto, em primeiro lugar, discorre-se sobre o número de crianças afetadas pela precariedade de ambientes urbanos no Brasil. Em seguida, são apresentados dados relevantes sobre a necessidade de investimentos para a faixa etária de 0 a 6 anos. O recorte territorial é a favela do Moinho, que ocupa uma faixa de terra confinada entre duas linhas férreas, no centro de São Paulo, com uma única conexão de acesso, a um só tempo frágil e perigosa. O isolamento criado pelas barreiras existentes e a dificuldade de acesso à comunidade configuram uma área onde a criança pode apropriar-se do espaço público, como hoje já não se observa na cidade formal. No entanto, em função da vulnerabilidade social da área, os jovens são expostos a fatores de risco, violência e violação de direitos. Argumenta-se que, para desenvolver um trabalho permanente de "empoderamento", a participação da comunidade e a transferência de ferramentas de aprimoramento e conhecimento são fatores essenciais. Conclui-se que a urgência de transformações efetivas em áreas de grande vulnerabilidade social traduz-se na necessidade de incluir na formação e capacitação de profissionais arquitetos e urbanistas as competências e habilidades multi e transdisciplinares para atuar em territórios com as características acima, conhecimentos aprofundados na cultura, nas questões de gênero e na primeira infância, além de sólida formação humanística, técnica e teórica do campo específico da profissão.
PALAVRAS-CHAVE: território informal; primeira infância; requalificação urbana; impacto social.

ABSTRACT:
This article discusses childhood in areas of social vulnerability and the need for intervention in these territories, in order to obtain effective improvements in the conditions of early childhood development. Firstly, the number of children affected by the precariousness of urban environments in Brazil is analysed. Next, relevant data are presented on the need for investments in the 0 – 6 age group. The territorial focal point is the Moinho Community, a slum that occupies a strip of land confined between two railway lines, in the central area of São Paulo, with a single, fragile, and dangerous access connection. The isolation created by the existing barriers and the difficulty of access to the community constitute an area where children are allowed to use public space in such a way no longer observed in the formal city. However, due to the social vulnerability of the area, young people are exposed to risk factors, violence and violation of rights. It is argued that to develop a permanent "empowerment" work, community participation and the transfer of tools for improvement and knowledge are essential factors. The conclusion highlighting the urgency of effective transformations in areas of great social vulnerability translates into the need to include, in the training and qualification of architects and urban professionals, multi and transdisciplinary skills to work in territories with the above characteristics, deep knowledge in culture, gender and early childhood issues, as well as solid humanistic, technical and theoretical training in the specific field of the profession.
***KEYWORDS**: informal territory; early childhood; urban requalification; social impact.*

RESUMEN:
Este artículo discurre sobre la infancia en áreas de vulnerabilidad social y la necesidad de intervención en esos territorios, buscando alcanzar mejoras efectivas de las condiciones de desarrollo de la primera infancia. Para ello, en primer lugar, se discurre sobre el número de niños afectados por la precariedad de ambientes urbanos en Brasil. A continuación, se presentan datos relevantes sobre la necesidad de inversiones en el grupo de edad de 0 a 6 años. El recorte territorial es la favela del Molino, que ocupa una franja de tierra confinada entre dos líneas férreas, en el centro de São Paulo, con una única conexión de acceso, frágil y peligrosa. El aislamiento creado por las barreras existentes y la dificultad de acceso a la comunidad configuran un área donde el niño puede apropriarse del espacio público, como hoy ya no se observa en la ciudad formal. Sin embargo, en función de la vulnerabilidad social del área, los jóvenes están expuestos a factores de riesgo, violencia y violación de derechos. Se argumenta que, para desarrollar un trabajo permanente de "empoderamiento", la participación de la comunidad y la transferencia de herramientas de perfeccionamiento y conocimiento son factores esenciales. Se concluye que la urgencia de transformaciones efectivas en áreas de gran vulnerabilidad social se traduce en la necesidad de incluir, en la formación y capacitación de profesionales arquitectos y urbanistas, las competencias y habilidades multi y transdisciplinares para actuar en territorios con las características señaladas arriba, conocimientos profundizados en la cultura, en las cuestiones de género y en la primera infancia, además de sólida formación humanística, técnica y teórica del campo específico de la profesión.
PALABRAS-CLAVE*: territorio informal; primera infancia; recalificación urbana; impacto social.*

INTRODUÇÃO

Infelizmente naturalizamos em nossa vida cotidiana a existência do imenso contingente de pessoas, entre as quais crianças e adolescentes que, ainda em 2018, vive em condições precárias, e não só no nosso país. Segundo o artigo 227 da Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

Em um contexto global de processo contínuo de migração para as cidades, a população urbana mundial ultrapassou a população rural pela primeira vez na história da humanidade em 2008. Na América Latina mais de 80% da população vivem em áreas urbanas. Estima-se que até 2050, no mundo todo, serão mais de 70% vivendo nas cidades.

Dados do relatório *Slum Almanac* 2015/2016, publicado pela United Nations | Habitat, mostram que uma a cada oito pessoas do mundo vive em favelas. No total, cerca de um bilhão de pessoas vive, atualmente, em condições precárias e os números absolutos continuam a crescer, a despeito de um pequeno sinal de progresso no sentido de melhorar as condições das favelas e evitar sua expansão – índice que resultou na redução de 39% para 30% da população vivendo em favelas, entre os anos de 2000 e 2014. O desafio nesses assentamentos informais segue como um fator crítico para a continuidade da pobreza mundial, excluindo essas populações do acesso aos benefícios da urbanização e de oportunidades igualitárias de desenvolvimento pessoal individual, coletivo e de prosperidade.

No Brasil, a população de 0 a 14 anos em condições de vulnerabilidade chega a 14 milhões de pessoas. Aproximadamente, um milhão de crianças de 0 a 6 anos de idade encontra-se em situação de tremenda desigualdade, em função do território em que habitam no município de São Paulo. Além desses dados alarmantes, afirma-se que a precariedade de ambientes domésticos e urbanos, e a violência afetam diretamente mais de 100.000 crianças de 0 a 6 anos que vivem em áreas de extrema vulnerabilidade em São Paulo. (Mapa da Desigualdade Primeira Infância, 2017 e Política Municipal para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância na Cidade de São Paulo, 2013).

As dificuldades enfrentadas são de múltiplas dimensões e vão desde a falta de acesso a serviços públicos, ausência de espaço público para interação, poucas oportunidades de estímulo e aprendizado até altos índices de estresse tóxico e sistemática violação de direitos humanos fundamentais, com índices alarmantes de gravidez na adolescência e, em menor intensidade, na infância. De acordo com Bonilha et al. (2015) essas jovens mães integram o contingente de mulheres atuando como as principais cuidadoras e provedoras das crianças, frequentemente vítimas de violência e abuso sexual.

Para romper o ciclo da desigualdade e das condições de vulnerabilidade, o investimento na primeira infância é ferramenta essencial e prioritária, pois é, justamente, nos primeiros anos de vida que o ser humano se constitui física, psíquica e neurologicamente, estruturando, ou não, uma capacidade de desenvolvimento afetivo, cognitivo, de linguagem, de habilidades e autoestima, que terá influência significativa para o resto de sua vida.

Avanços científicos recentes na área da neurociência (SHONKOFF, 2011) vêm confirmar o que os campos da educação e da psicanálise defendem há mais de cem anos. Mesmo que a neurociência ainda esteja no início de uma fase de grandes descobertas, algumas evidências importantes sobre a arquitetura cerebral foram encontradas. As relações de afeto e cuidado com adultos atentos à interação e as experiências positivas nos primeiros anos da vida constroem uma arquitetura cerebral sólida. Nesse período, a plasticidade cerebral é muito alta, com consequente facilidade de responder a estímulos positivos de afeto e aprendizado, bem como desafios e riscos. Saúde física e emocional, habilidade social e capacidades cognitivas e linguísticas que emergem desses primeiros anos são importantes para um pleno aproveitamento do período escolar, do futuro trabalho e das relações comunitárias.

Ao mesmo tempo, é importante compreender o impacto do estresse tóxico, ou seja, um estímulo negativo maior do que a capacidade de suporte e resposta. Segundo o neurocientista Charles A. Nelson, a ativação prolongada e excessiva dos sistemas de resposta ao estresse no corpo e no cérebro cria circuitos negativos permanentes e causa danos aos processos de aprendizado, de desenvolvimento de habilidades sociais e de saúde (NELSON et al., 2006). Entre os fatores de risco ao desenvolvimento da primeira infância, podem ser apontados como os mais recorrentes: pobreza, doença mental do cuidador, maus tratos, baixa escolaridade dos pais, abuso de substâncias tóxicas pelos progenitores e violência na comunidade (BERLINSKI e SCHADY, 2016). Ao experimentar de seis a sete desses fatores de risco durante a primeira infância, as chances de perda e atraso no desenvolvimento são de 90 a 100%. As experiências vividas nesses primeiros estágios da vida de uma criança, portanto, têm efeito duradouro, ao longo da vida toda, na capacidade de aprendizado, na saúde e no desenvolvimento de habilidades sociais.

De acordo com a Fundação Bernard van Leer[1] e com os estudos científicos mais recentes relacionados ao desenvolvimento da primeira infância (SHONKOFF , 2011; NELSON e BICK, 2015; BERLINSKI e SCHADY, 2016) há fortes evidências de que um ambiente seguro durante os seis primeiros anos de vida da criança pode traduzir-se em melhores resultados de saúde, maior capacidade de aprender e trabalhar com outros e maior rendimento ao longo da vida.

Acertar as coisas logo no início é mais fácil e mais efetivo do que tentar reparar mais tarde, portanto, os investimentos na primeira infância são fundamentais para a sociedade como um todo, como afirmam pesquisas do mundo todo, em especial de estudiosos do "*Center on the Developing Child*" da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos.

[1] A Fundação Bernard van Leer, fundação privada com sede em Haia, na Holanda, tem representações em vários países, inclusive no Brasil. Desde sua criação em1949, já atuou em mais de 50 países investindo na melhoria da qualidade de vida da sociedade através de uma ampla gama de atividades filantrópicas. Ao longo do último meio século, trabalhou em estreita colaboração com inúmeros inovadores e investigadores para encontrar melhores formas de satisfazer às necessidades das crianças e apoiou governos na construção de sistemas nacionais de prestação de serviços que continuam a afetar a vida de milhões de crianças e suas famílias. Nos últimas vinte anos, a missão da Fundação tem sido melhorar as condições de vida de crianças que nascem e crescem em circunstâncias de desvantagem social e econômica.

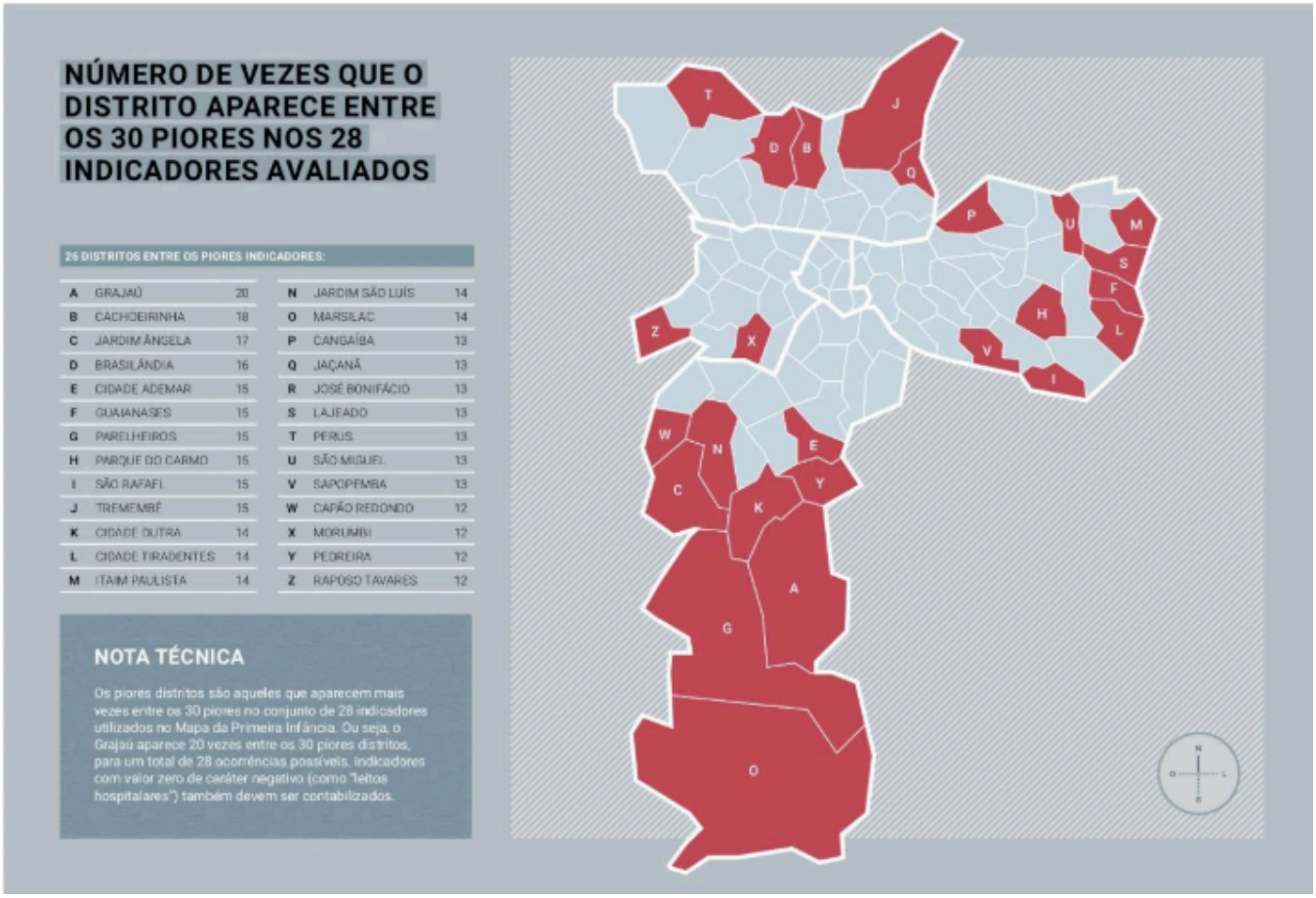


Figura1: Mapa da Desigualdade da Primeira Infância, 2017: os 30 piores distritos de São Paulo.
Fonte: Rede Nossa São Paulo.

A área abordada neste artigo – a favela do Moinho – não se localiza em um dos trinta piores distritos de São Paulo para a primeira infância, segundo a definição do Mapa da Desigualdade da Primeira Infância (Figura 1). No entanto, caracteriza-se como território de exceção, de alta vulnerabilidade e que precisa ser abordado na escala microterritorial.

Diretrizes de intervenção em uma comunidade vulnerável como a do Moinho, com foco em ações voltadas à melhoria da condição de vida das crianças, podem trazer resultados positivos para os cidadãos daqui a vinte ou trinta anos e um impacto positivo exponencial para a sociedade. A complexidade do desafio de combater a desigualdade e transformar as condições precárias, às quais milhões de pessoas são submetidas nos territórios urbanos, requer uma visão multi e transdisciplinar, com a experiência de contato e aprendizado nos territórios.

A COMUNIDADE DO MOINHO

O objeto de estudo deste artigo, a comunidade do Moinho, está localizada na área central da cidade de São Paulo, entre os bairros Santa Cecília, Barra Funda e Santa Ifigênia. De formato oblongo e aproximadamente

20.000 metros quadrados, a área, onde hoje está situada a favela, é resultado da implantação das linhas férreas da Sorocabana (1875) e da São Paulo Railway (1867) e da instalação na região do maior complexo fabril do país no início do século 20 - as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM).

A partir da segunda metade do século 20, o declínio das atividades do complexo fabril acompanhou a desaceleração da indústria na cidade de São Paulo até que, em meados da década de 1980, com o colapso do grupo Matarazzo, o Moinho Central finalmente cessou suas atividades, passando para o controle da Rede Ferroviária Federal, que manteve a área inativa por décadas (PEIXOTO, 2012). A região circunscrita pela estrada de ferro, incrustada em meio a bairros centrais, fragmentada pela desconexão entre a linha de trem e a trama rodoviária (Figura 2), manteve uma distância absoluta do entorno imediato. Ali, onde a cidade industrial manifesta-se na forma de edifícios em ruínas, por anos, reinou a mais completa imobilidade, apesar da passagem do trem. Essa antiga área industrial da cidade permanecia à espera de novamente vir a ser, enquanto a metrópole sistematicamente continuava expulsando seus habitantes para as periferias distantes, desprovidas de infraestrutura e empregos.

Nenhum traço restou das atividades ali desenvolvidas, apenas destroços. Até a década de 1990, o estado de ruína das construções retratava a ocupação miserável recente que ocasionalmente habitava o lugar (PEIXOTO, 2012). Entretanto, no final dos anos 1990, a área foi desvelada para a cidade. Para a edição de 1997, o Grupo Arte/Cidade[2], trabalhando o tema "A cidade e suas histórias", escolheu um trecho ferroviário que atravessa os locais significativos do período fabril da cidade de São Paulo: os silos do antigo Moinho Central, os galpões e chaminés que restaram das Indústrias Matarazzo. Durante o terceiro Arte/Cidade, então, o público percorreu essa área de trem, em uma composição especialmente configurada para o projeto. As intervenções voltaram-se para a grande escala desse recorte, com suas áreas inacessíveis à observação visual e desconectadas da organização urbana da metrópole atual.

O território ilhado, isolado da vida urbana, tão próximo e, ao mesmo tempo, tão distante da realidade da cidade, passou então a ser invadido por uma população pobre que viu ali a possibilidade de se estabelecer numa região central da cidade, rica em infraestrutura e oferta de emprego. A grande ocupação da área ocorreu efetivamente entre 2000-2002, mas a chegada de novos habitantes foi constante ao longo das últimas décadas, principalmente com a crescente expulsão de moradores de rua da região conhecida como *Cracolândia*[3] que vem ocorrendo desde 2005. Hoje, calcula-se que a área ocupada irregularmente abrigue uma população moradora de cerca de 1.000 famílias, com uma densidade populacional estimada em 3.500 habitantes por quilômetro quadrado.

[2] Arte/Cidade é um projeto de intervenções urbanas realizado em São Paulo desde 1994. Busca destacar áreas críticas da cidade diretamente relacionadas com processos de reestruturação e projetos de intervenção, visando identificar seus agentes e linhas de força e, assim, ativar sua dinâmica e diversidade. (<http://www.artecidade.org.br/indexp.htm>)

[3] Área localizada no centro da cidade de São Paulo, no bairro de Santa Ifigênia, onde historicamente se desenvolveu um intenso tráfico de drogas e ações de meretrício. Desde 2005, com o projeto Nova Luz da gestão José Serra – Gilberto Kassab, a prefeitura intervém na área com a realização de uma operação consorciada de desenvolvimento imobiliário.

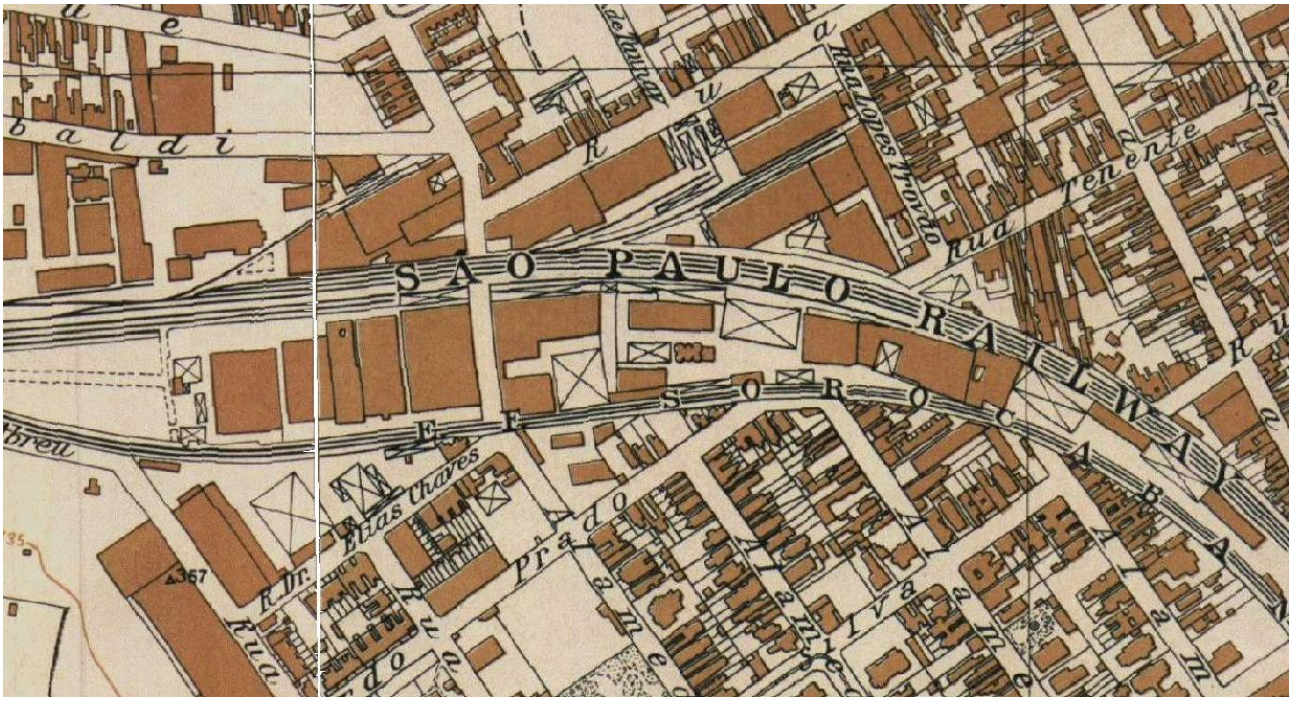


Figura 2: Implantação dos edifícios da fábrica no terreno onde hoje está a comunidade do Moinho. Mapeamento SARA Brasil, 1930. Fonte: GEOSAMPA

Gradualmente, a população desfavorecida foi ocupando o edifício do Moinho Central, as ruínas dos silos e os espaços vazios existentes ao redor, e a comunidade foi se desenvolvendo sem traçado planejado, num emaranhado de vielas estreitas, becos sem saída e ruas de terra batida. Apresenta, portanto, um tecido urbano característico de favelas, já que nasceu sem a regulamentação formal do resto da cidade "oficial". (PASTERNAK, 2016)

Como em outras favelas paulistanas mais recentes, alguns barracos de madeira e muitas construções inacabadas de alvenaria e laje, todas muito próximas umas das outras, sem insolação, ventilação ou isolamento adequados (PASTERNAK, 2006), ocupam todo o espaço disponível entre as ruínas da antiga fábrica. Em todo o território predomina a aparência de um eterno canteiro de obras, ruas estreitas, desordenadas, lixo, entulho, ausência de vegetação. (JACQUES et. al., 2002)

Nas visitas de campo foram identificadas áreas mais consolidadas, de construções em alvenaria de bloco cerâmico e concreto armado. Desde a entrada na favela até os silos, a via é densamente ocupada, de ambos os lados; depois dos silos, do lado da rua que configura uma faixa mais estreita, abre-se uma área desocupada, entre a via principal e o muro da ferrovia. Ali, o limite do muro-divisa com os trilhos se revela; a passagem do trem metropolitano é visível por cima deste e o ruído, com intervalo máximo de 10 minutos, invade a favela.

Figura 3: Ao fundo, o edifício do Moinho Central, os silos e, em primeiro plano, as habitações autoconstruídas da comunidade.
Fonte: www.saopauloantiga.com.br (2009)

Do outro lado da rua principal, em uma faixa mais larga, cada espaço da ocupação é disputado pelos barracos construídos sobre as ruínas da fábrica, gerando vielas sinuosas e estreitas, com pouca ventilação e iluminação natural, e sem nenhuma iluminação noturna.

A norte e a sul, as linhas férreas muradas da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) são barreiras físicas e sociais; a leste, onde localizava-se a ruína do moinho, e a oeste, próximo ao viaduto da Av. Rudge, tapumes de concreto instalados pela prefeitura delimitam a área, impedindo a expansão da comunidade. Uma única conexão frágil e perigosa faz a ligação com a cidade formal. Por esse acesso exclusivo, situado no final de uma rua da Barra Funda, onde a Av. Rudge passa acima da linha férrea, circulam automóveis, motocicletas, bicicletas e pedestres. Durante o dia, funcionários da CPTM ficam no local garantindo que as cancelas de ambos os lados dos trilhos sejam respeitadas quando da passagem dos trens, no entanto, à noite, a área não é supervisionada.

Muradas de ambos os lados, as linhas da CPTM são obstáculos incrustados que se configuram como quebras lineares de continuidade da malha urbana, caracterizam sua paisagem e garantem o total isolamento da cidade formal daquele território informal. No entanto, se por um lado, a presença dos limites intransponíveis que segregam o território informal dificulta a integração da comunidade à cidade,

por outro, ao garantirem o isolamento da área, criam uma ilha de segurança para moradores, os quais circulam livremente pelo território, desde a primeira infância. Com exceção da rua principal, linear e com largura de cinco metros, por onde circulam alguns automóveis, o território labiríntico, os becos e as ruínas dos silos apresentam-se como espaços para serem explorados desde o começo da vida. (Figuras 4 e 5)

Figura 4 : Rua principal, pavimentada, com os silos ao fundo.
Fonte: autores (2017).
Figura 5: Vielas e becos sem saída, com barracos de madeira de ambos os lados, configuram grande parte do território.
Fonte: autores (2017).

A maioria das habitações precárias dispõe de um único cômodo para todas as atividades e muitas não têm instalações sanitárias. As crianças da favela vivem em casas apertadas, compartilhadas, muitas vezes, com um grande número de pessoas. Muitas dividem não só o quarto, mas também a cama, com pais e irmãos.

As brincadeiras não têm espaço para acontecer em casa, sob a supervisão dos pais, ocorrendo, predominantemente, do lado de fora, muitas vezes, sem qualquer vigilância de adultos (Figura 6). Assim, parecem muito mais livres para explorar o ambiente físico, interagir com crianças de diferentes idades e escolher com quem brincar, do que crianças de classes mais abastadas, que brincam predominantemente em suas casas, clubes ou condomínios fechados. (LYNCH, 1977; DRISKEL, 2001; CHAWLA, 2002)

Por outro lado, embora sejam crianças menos supervisionadas que se apropriam mais livremente do espaço público, elas precisam amadurecer cedo para sobreviver em um ambiente bastante inóspito, em muitos aspectos, onde são expostas à violência e à violação de direitos, gerando consequências no desenvolvimento infantil, mais ainda nas meninas entrando na puberdade.

Figura 6 : Nas vielas, em alguns trechos, crianças procuram alguma oportunidade de brincar, sozinhos ou supervisionados pela mãe ou irmãos mais velhos. Em muitos casos, ficam dentro dos barracos diante da televisão.
Fonte: autores (2017)

AS ATIVIDADES DO GRUPO DE PESQUISA NO MOINHO

Em outubro de 2017, o núcleo de pesquisa e projeto "Cultura, Cidade, Gênero e Primeira Infância"[4] escolheu, como uma das áreas de pesquisa, a comunidade do Moinho. Algumas características particulares motivaram a escolha: localização na cidade de São Paulo, isolamento territorial e presença de um equipamento voltado à primeira infância - o Oratório São Domingos, presente na comunidade desde 2005. No território controlado pelo tráfico de drogas, o Oratório São Domingos se destaca pelo seu investimento na infância. Ligado ao Movimento Eclesial Aliança de Misericórdia, com uma creche e um centro de educação complementar para crianças de 6 a 14 anos, funciona no contrafluxo da escola (contraturno), com capacidade para atender, aproximadamente, 120 das mais de 500 pessoas da comunidade com idades entre 5 e 14 anos. Em paralelo aos trabalhos de evangelização, o Oratório oferece alimentação, cuidados de saúde e higiene, atividades recreativas e promove, gratuitamente, a educação infantil para crianças que vivem em situação de grande vulnerabilidade social e, muitas vezes, de grande desestruturação familiar.

[4] O núcleo de pesquisa e projeto "Cultura, Cidade, Gênero e Primeira Infância" está abrigado no "Grupo de Pesquisa Arquitetura: Projeto & Pesquisa & Ensino" do programa de pós-graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie, através de termo de cooperação técnica estabelecido com o Instituto Brasiliana, em projeto apoiado pela Fundação Bernard Van Leer, no âmbito do programa "Urban 95 Challenge".

Embora o trabalho desenvolvido seja exemplar e, certamente, tenha um impacto bastante positivo nas crianças e seus familiares, a agitação e a agressividade do grupo infantil que frequenta o centro evidenciam que ainda há muito a ser feito pelas crianças da comunidade, na construção de conhecimentos, na conquista de autonomia e de sua socialização.

A atividade desenvolvida no território por um grupo de alunos do curso de arquitetura e urbanismo, em parceria articulada entre a Universidade Presbiteriana Mackenzie, o Instituto Brasiliana, a *International Play Association* do Brasil (IPA Brasil) e o Oratório São Domingos, possibilitou algumas constatações e apontou possíveis linhas de intervenção em prol da melhoria da qualidade de vida das crianças e de seus cuidadores. Explorou a cartografia como método de pesquisa – intervenção e prática comuns de pesquisa qualitativa no campo das ciências sociais (PASSOS e BARROS, in PASSOS et. al., 2015), incluindo observação, elaboração de caderno de campo, dinâmica com as crianças, produção de imagens e visualização de dados.

Figuras 7 e 8: Crianças desenhando sobre as fotografias; intervenção proposta por uma dupla de crianças.
Fonte: autores (2017)

Para o desenvolvimento das atividades na Favela do Moinho foram formados três grupos, separados por faixas etárias, conforme a divisão utilizada pelos grupos do Oratório. Com as crianças mais novas (de seis a oito anos de idade) desenvolveu-se uma atividade em sala de aula, baseada na seguinte pergunta: ”Como você gostaria que fosse a sua comunidade?” A partir de fotografias impressas do território, as crianças desenharam intervenções em diferentes áreas, representando as transformações que gostariam de ver implementadas. Trabalharam em duplas, trios e grupos de quatro crianças, enquanto eram observadas e interagiam com os alunos da faculdade de arquitetura que acompanhavam o processo de criação de outras

realidades possíveis naquele território (Figuras 7 e 8). Posteriormente, foram convidadas a expor suas ideias e explicar o desenho que fizeram.

Com o grupo composto por crianças um pouco mais velhas, de 9 a 11 anos, optou-se por uma ida a campo, ou seja, caminhar por um território desconhecido por nós, guiados pelas crianças moradoras, para estar junto, observar de perto e participar do cotidiano daquela comunidade, em suma, "para conhecer com a cognição ampliada, isto é, aberta ao plano dos afetos" (BARROS e KASTRUP in PASSOS et. al, 2015, p. 61). Para tal atividade foram confeccionados binóculos de papelão e papel celofane para observação do território (Figura 9), buscando-se, através dessa experiência, incentivar o exercício do olhar, de "olhar bem", com a intenção de investigar e compreender (CARDOSO, in NOVAES et. al, 1988). Caminhando pela comunidade, sem objetivos previamente estabelecidos ou sem pretender alcançar metas prefixadas, o grupo percorreu caminhos e passagens daquela área, buscando recortes de olhar, através dos binóculos, e identificando naquele contexto urbano os lugares que eram apropriados pelas crianças em suas brincadeiras (Figuras 10 e 11).

Figura 9: Criança olha o território através dos binóculos e, enquanto brinca, mostra seus lugares favoritos.
Fonte: Diego Guido (2017).

Com o terceiro grupo, jovens de 12 a 15 anos, duas atividades foram desenvolvidas: uma roda de conversa sobre a vida na comunidade e um pedido para que desenhassem as transformações desejadas. Algumas colocações de componentes desse grupo chamaram a atenção em relação à distinção de gênero, à dificuldade de expressão através de desenhos e, principalmente, através de texto escrito, além de uma evidente e contínua sensação de conformismo e falta de perspectiva com a realidade.

De forma quase unânime, os meninos desejavam espaços para jogar bola; já as meninas falavam em espaços para levar o cachorro passear, um gramado por toda a favela, flores, parquinho infantil, biblioteca, sorveteria, uma lanchonete "McDonald's". Quando incentivados a desenhar, alguns diziam que não sabiam ou não tinham qualquer ideia referente a melhorias para a comunidade. Todos os adolescentes, embora matriculados em escolas públicas da região, apresentavam dificuldades na produção de texto. Frases como "eu sonhava em ser atriz, mas já sei que não vou ser nada na vida" ou "não tem nada para propor na favela, vai ficar mesmo do jeito que está" demonstram a apatia e a resignação desse grupo etário diante da realidade.

Figura 10: Alunos da Faculdade de arquitetura Mackenzie brincam com as crianças da comunidade.
Fonte: autores (2017)
Figura 11: Crianças mostram sua comunidade para nossos alunos.
Fonte: Hovnanian (2017).

Quanto aos alunos do Mackenzie, constatou-se que a maioria nunca havia estado em um território vulnerável e nunca havia feito pesquisa com crianças e adolescentes. Precisaram ser inventivos para poder se relacionar com as crianças, trocar experiências e tocá-las de algum modo. Com a experiência, tiveram o primeiro contato com uma realidade que, embora tão próxima do cotidiano de quem vive em São Paulo, pode ser tão distante e, até mesmo, invisível. A partir das atividades com as crianças do Oratório São Domingos, o grupo de universitários iniciou um processo de compreensão da real dimensão da problemática inerente aos territórios informais, um dos maiores desafios das cidades do século 21.

REPENSANDO O TERRITÓRIO VULNERÁVEL: A FORMAÇÃO DE ARQUITETOS E URBANISTAS

Neste artigo, através da discussão sobre a favelização da população e o número de crianças vivendo em condições precárias nas cidades brasileiras, buscou-se defender a necessidade urgente de intervenção, com ênfase na primeira infância, em territórios onde as dificuldades enfrentadas são multidimensionais. Como debatido ao longo do texto, para que seja possível romper o ciclo da desigualdade e das condições de vulnerabilidade, o investimento na primeira infância é ferramenta essencial e prioritária, uma vez que os primeiros anos de vida representam o período em que o ser humano se constitui física, psíquica e neurologicamente, estruturando, ou não, uma capacidade de desenvolvimento afetivo, cognitivo, de linguagem, de habilidades e autoestima, que terá influência significativa para o resto da vida.

Por mais que sejam reunidos dados e reflexões, estudos técnicos e teóricos, mapeamentos, estatísticas e indicadores disponíveis, não é possível avançar na compreensão da realidade e dos desafios impostos, bem como elaborar um diagnóstico das áreas precárias, sem uma efetiva experiência no território e na comunidade. É, portanto, a partir da vivência no território e na comunidade, ainda que apenas parte de sua complexidade seja apreendida, que a leitura de uma espacialidade se efetiva, possibilitando a pesquisadores e demais "estrangeiros", a identificação de estratégias e caminhos de transformação, a partir de um diagnóstico que inclua um processo participativo.

Para desenvolver um trabalho permanente e com capacidade de "empoderamento", ou seja, de libertação do potencial criativo e comunitário, da capacidade de invenção e inovação de cada um e de todos os membros de uma comunidade vulnerável, são condicionantes fundamentais a integração dos agentes externos, a participação de membros da comunidade e a transferência de ferramentas de aprimoramento e conhecimento. O desenvolvimento de um trabalho consistente e comprometido, em áreas de grande vulnerabilidade social, deve ser contínuo e pode levar anos para dar início a um processo de transformação por capilaridade, que tenha potencial para reverter o processo de exclusão social.

A urgência de transformações efetivas nessas áreas torna imperativo incluir, na formação e capacitação de arquitetos e urbanistas, as competências e habilidades multi e transdisciplinares para atuação em territórios precários da cidade. Da mesma forma, exige conhecimentos aprofundados sobre a cultura, questões de gênero e da primeira infância, além de sólida formação técnica e teórica no campo específico da profissão já praticada.

A vivência nos territórios e a experiência sensorial, insubstituíveis no processo de aprendizado e entendimento das realidades e seus desafios, constituem componentes integrados à ideia de uma formação para impacto social. A experiência do workshop desenvolvido com as crianças do Oratório São Domingos possibilitou que os alunos da Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie iniciassem o processo de aproximação e compreensão da real dimensão da problemática inerente desses territórios informais, temática que precisa ser incorporada à grade curricular dos cursos de arquitetura e urbanismo.

REFERÊNCIAS

BERLINSKI, S.; SCHADY, N. (ed.). **Os primeiros anos:** o bem-estar infantil e o papel das políticas públicas. Nova Iorque: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2016.

BERNARD VAN LEER FOUNDATION. ***A good start for all children***, annual report, 2017. Disponível em <https://bernardvanleer.org/app/uploads/2017/04/BvLF-AnnualReport16-LowRes-SinglePages.pdf> Acessado em 10 dez 2017.

BERNARD VAN LEER FOUNDATION. ***Early Childhood Matters. Living Conditions****: The Influence on Young Children's Health.* June 2012 / 118.Disponível em <http://www.earlychildhoodmagazine.org>. Acessado em 01 dez. 2017.

BICK, J.; NELSON, C.A.; SCOTT, R.D. **Experiências adversas precoces**: O que as últimas pesquisas sobre o cérebro nos dizem? In *Early Childhood Matters*, Fundação Bernard Van Leer, Holanda, 2015.

BONILHA, E.A.; BARBUSCIA, D.M.; VICO, E.S.R.; FREITAS, M.; ALBUQUERQUE, S.M.S.R. **As consequências sociais da *gestação.*** Boletim Eletrônico CEInfo. São Paulo: Prefeitura Municipal, ano 6, n.2, março 2015. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/boletimeletronico/Ano6_n02_Gestacao_Adolescencia.pdf>. Acessado em 5 dez. 2017.

CENTER ON THE DEVELOPING CHILD at Harvard University (2016**). *From Best Practices to Breakthrough Impacts****: A Science-Based Approach to Building a More Promising Future for Young Children and Families*. May 2016. Disponível em <http://www.developingchild.harvard.edu>. Acessado em 05 dez. 2017 e 18 maio 2018.

CHAWLA, L (edição). ***Growing up in an Urbanizing World****.* Paris/ Londres: UNESCO/ Earthescan, 2002

DRISKEL, D. ***Creating Better Cities with Children and Youth****.* Paris/ Londres: UNESCO/ Earthescan, 2001

JACQUES, P; BERAZZO, I; VARELLA, D. **Maré: Vida na Favela**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

LYNCH, K. ***Growing up in Cities:*** *Studies of the Spatial Environment of Adolescence in Cracow, Melborurn, Mexico City, Salta, Toluca and Warsaw*. Cambridge: MIT Press, 1977.

NELSON, C.A.; THOMAS, K.M.; DE HAAN, M. ***Neuroscience of Cognitive Development: The Role of Experience and the Developing Brain***. New Jersey: John Wiley & Sons, 2006.

NOVAES, A (organização). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PASTERNAK, S. **Favelas: fatos e boatos in Pluralidade urbana em São Paulo***: vulnerabilidade, marginalidade, ativismo social*. São Paulo: Editora 34/ FAPESP, 2016, p. 83–110.

PASTERNAK, S. **São Paulo e suas favelas**. Revista do programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da FAUUSP. N. 19, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43470/47092>. Acessado em 1/12/2017.

PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia**. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PEIXOTO, N. (org.). **Intervenções Urbanas: Arte/Cidade***.* 2 ed. São Paulo: Senac SP/SESC SP, 2012.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Observatório e Mapa da Desigualdade da Primeira Infância**. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/tags/mapa-da-desigualdade-da-primeira-infancia>. Acessado em 5/12/2017.

SHONKOFF, Jack P. ***Protecting Brains, Not Simply Stimulating Minds.*** (Proteger os Cérebros, Não Apenas Estimular as Mentes). Tradutor: Leonardo Abramowicz. Science, vol. 333, 19 ago.2011. Nova Iorque: American Academy of Arts & Sciences, 2011.

SLUM ALMANAC 2015/2016. ***Tracking Improvement in the Lives of Slum Dwellers***. UN HABITAT. Disponível em: https://unhabitat.org/slum-almanac-2015-2016. Acessado em 01 dez.2017.

Sites consultados:

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/12/incendio-em-favela-em-sp-deixa-380-familias-desabrigadas.html>

>http://www.artecidade.org.br/indexp.htm>

<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43470/47092>

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/12.142/4334>

<https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.0014.TO?end=2016&locations=BR&start=1960&view=chart>

<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/suppme/analiseresultados2.shtm>

<http://www.observaprimeirainfancia.org.br/>

<http://www.ibeac.org.br/centro-de-excelencia-em-primeira-infancia-em-sao-paulo/>

V enanparq
Salvador - 2018

A OBRA DE LELÉ E O ENSINO DE CONSTRUÇÃO NA FAUFBA

THE WORK OF LELE AND THE TEACHING OF CONSTRUCTION AT FAUFBA

LA OBRA DE LELÉ Y LA ENSEÑANZA DE LA COSNTRUCCIÓN EN FAUFBA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

SANTOS NETO, Edson Fernandes D'Oliveira
Doutorando em Arquitetura e Urbanismo PPGAU/UFBA; Professor Adjunto FAUFBA
edsonn@ufba.br

A OBRA DE LELÉ E O ENSINO DE CONSTRUÇÃO NA FAUFBA

THE WORK OF LELE AND THE TEACHING OF CONSTRUCTION AT FAUFBA

LA OBRA DE LELÉ Y LA ENSEÑANZA DE LA COSNTRUCCIÓN EN FAUFBA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Somente por questões operacionais, as disciplinas de Tecnologia da Construção e Projeto de Arquitetura ocorrem em espaços e tempos distintos. Se o aluno, quando nas atividades de Projeto, é instado a integrar todos os aspectos disciplinares da Arquitetura no desenho de suas propostas e soluções, quando este está desenvolvendo as atividades das disciplinas de Tecnologia da Construção não deve fazê-lo de modo desarticulado da Arquitetura e de seu projeto. Para garantir uma aprendizagem adequada do emprego dos materiais e das técnicas de construção é necessário que tenhamos bons exemplos a serem estudados. Nesse sentido, os projetos e a Arquitetura de Lelé são uma oportunidade de aperfeiçoar a aprendizagem nestas disciplinas através de seu estudo aprofundado. As obras de Lelé representam um trabalho de pesquisa constante sobre o projetado e são importantes para o aprendizado da Arquitetura enquanto Construção.
PALAVRAS-CHAVE: ensino; construção; projeto; Lelé.

ABSTRACT:
Sheerly for operational reasons, the disciplines of Construction and Architecture Project are taught in distinct spaces and times. If, when working on a Project, students are called upon to integrate all the disciplines of architecture, when they are undertaking activities within the disciplines of Construction Materials, Construction Techniques and Structural Systems, they must not do so in a way that is dissociated from architecture and their project. In order to guarantee an adequate understanding of the use of materials and construction techniques, one must have good examples to study. In this sense, Lelé's projects and architecture provide an opportunity to perfect the learning of these disciplines through thorough study. The work of Lelé represents a work of constant research on that which is projected, and constitutes an important object for the learning of architecture as construction.
KEYWORDS: *Lelé; Teaching of Architecture; Teaching of Construction, Construction Technics.*

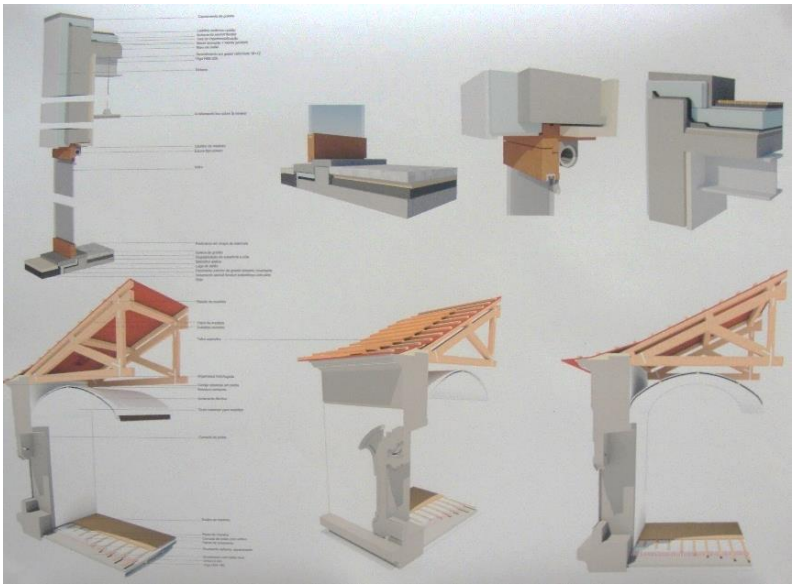
RESUMEN:
Puramente por cuestiones operativas, las disciplinas de la Tecnología de la Construcción y Proyecto de Arquitectura ocurren en espacios y tiempos distintos. Si, al trabajar en un Proyecto, los estudiantes son llamados a integrar todas las disciplinas de la arquitectura, cuando están llevando a cabo actividades dentro de las disciplinas de Tecnología de la Construcción, no deben hacerlo de una manera que se disocie del proyecto. Para garantizar una comprensión adecuada del empleo de los materiales y de las técnicas de construcción, es necesario que tengamos buenos ejemplos para estudiar. En este sentido, los proyectos y la arquitectura de Lelé brindan la oportunidad de perfeccionar el aprendizaje de estas disciplinas mediante un estudio minucioso. El trabajo de Lelé, en el que la construcción es fundamental para el proyecto, representa un trabajo de investigación constante sobre lo que se proyecta, y constituye un objeto importante para el aprendizaje de la arquitectura como construcción.
PALABRAS-CLAVE*: Lelé; Enseñanza de la arquitectura; Enseñanza de la construcción, técnicas de construcción.*

INTRODUÇÃO

Pensar o ensino de Arquitetura a partir da materialidade do Projeto - tendo em vista que Arquitetura é obra construída e que o Projeto de Arquitetura é central na formação do arquiteto significa entender que em nossas escolas, somente por questões operacionais, as disciplinas de Construção (ou Técnicas Construtivas) e Projeto de Arquitetura ocorrem em espaços e tempos distintos, mas isso não impede, ou não deveria impedir que, mesmo em tempos distintos, estejamos a integrá-las continuamente, tendo em vista que na prática profissional do arquiteto são disciplinas interligadas, chegando a ser consideradas por arquitetos importantes no cenário internacional, como é o caso do português Álvaro Siza, como sendo "a mesma coisa" (LIMA, 2012, p.112).

Obras referenciais, assim chamadas por que foram resultado de bons e bem detalhados projetos e executadas com qualidade, servem de exemplo e se prestam a ensinar o ofício de arquiteto em muitas escolas de arquitetura. Para isso, é fundamental que os estudantes tenham acesso aos elementos gráficos que orientaram a construção e ideal que conheçam o edifício construído; isso será melhor se for possível acompanharem a construção e puderem ouvir o arquiteto responsável pelo projeto.

Pesquisas acadêmicas orientadas pelos projetos ajudam o estudante, ainda inexperiente, a compreender a matéria de que se constitui a arquitetura: a reprodução de desenhos de detalhes construtivos em duas dimensões e sua interpretação em modelos digitais e, principalmente, a construção de modelos físicos com materiais iguais ou similares aos utilizados na própria construção são exercícios de grande significado neste sentido.



Figuras 1 e 2 – Modelo e desenhos produzidos a partir de modelo digital pelos alunos de Construção 2 da FAUP. Projeto: Museu Internacional de Escultura, de autoria de Álvaro Siza e Eduardo Souto Moura. Fonte: Fotografia do Autor, 2017.

Como forma de apoiar a pesquisa, na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, por exemplo, há um banco de dados, administrado pelo professor de Construção, de obras referenciais com desenhos completos de projetos - das plantas gerais aos detalhes em escala 1:1. São projetos de arquitetos portugueses, preferencialmente, e de diversos países europeus.

Sistematicamente, os alunos da disciplina Construção 2 pesquisam materiais e obras e elaboram modelos digitais de várias partes dos edifícios a partir de detalhes em escala natural e modelos físicos em escala 1:2 ou 1:5 de trechos selecionados com todas as camadas de materiais, incluindo isolamentos, materiais de vedação, sistemas de impermeabilização, materiais de cobertura, revestimentos, pisos, etc. Num contexto de restrições cada vez maiores ao acesso dos estudantes aos canteiros de obras por questões de segurança e do número elevado de alunos, é nestas atividades que os estudantes fazem o primeiro contato com materiais de construção, pois muitos dos modelos são produzidos em escala natural.

Em outro exemplo pesquisado, no Instituto de Tecnologia de Eindhoven (TU/e), disciplinas de construção do curso de Arquitetura realizam atividades semelhantes e com grande ênfase no modelo físico devido ao sistema letivo e ao reduzido número de alunos nas turmas. Na disciplina Building Thecnology, os alunos estudam obras escolhidas e realizam um modelo de parte do edifício em escala natural com os mesmos materiais que foram utilizados na obra. Durante o estudo, visitam a obra e conversam com o arquiteto, buscando identificar eventuais alterações entre o detalhe desenhado e o efetivamente construído. Para o professor Jan Schevers (Entrevista, 2017), o livro Constructing Architecture (Deplazes, 2005) é a principal referência bibliográfica da disciplina, trazendo exemplos detalhados de projetos construídos na Suíça e em países da Europa.[1]

Figuras 3 e 4 – Modelo com materiais usados na construção feito pelos alunos da disciplina Building Thecnology do TU/e. Fonte: Fotografias do autor, 2017.

São atividades que, de fato, aproximam o estudante do material da arquitetura. Manusear e produzir os materiais dá consciência de propriedades físicas, como dimensões, textura, cor, massa, moldabilidade, dificuldade e tempo de trabalho, conhecimento de componentes industrializados, etc. Na TU/e, os alunos

[1] Em Constructing Architecture – que também está na Bibliografia das disciplinas de construção da FAUP - o autor também defende a ideia de que projetar e construir formam uma unidade e atribui ao arquiteto a competência de fazer as conexões entre o projeto e a obra; entre "o conteúdo e o objeto" (p.19). Para além de se constituir em um manual de construção – do material à arquitetura - com conteúdo sistematizado e desenhos de detalhes diversos em escala 1:20 e de obras construídas, o livro conta com artigos introdutórios a cada capítulo que contribuem para demonstrar até que ponto a expressão da arquitetura depende de sua concepção construtiva.

têm à disposição, ainda, uma grande biblioteca de materiais e de componentes dos sistemas construtivos para consulta a qualquer momento – com amostras e dados catalogados sobre as propriedades dos materiais.

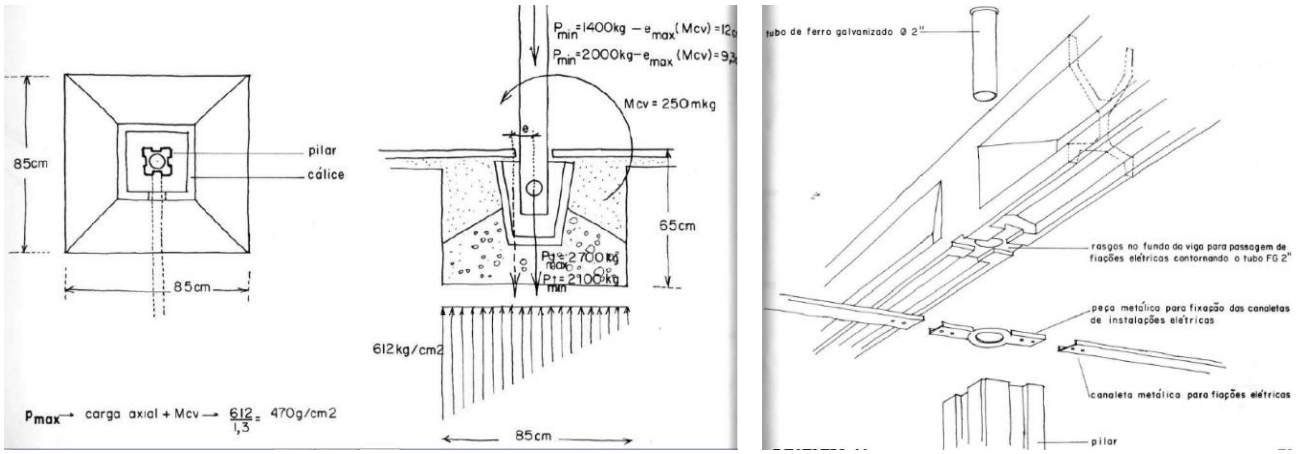
Nesse sentido, nos últimos anos a ideia de integração entre Projeto de Arquitetura e Construção tem influenciado as disciplinas do curso noturno de Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA que, embora seja estruturado sob um currículo tradicional que separa a informação sobre os materiais das técnicas construtivas e sua aplicação do ensino de projeto, do ponto de vista da distribuição docente, criou condições que torna compulsório o ensino de projeto e de disciplinas teóricas pelo mesmo profissional. Essa exigência, portanto, conduz a uma desejada integração dos conteúdos, mas, mais do que isso, é necessária a integração didática a fim de fazer o estudante compreender a forte interligação entre estas disciplinas.

EXPERIÊNCIAS COM A OBRA DE LELÉ NA FAUFBA

Construção através da Escola Transitória

Além de serem uma atividade didática lúdica, a construção de modelos físicos auxilia na compreensão da materialidade e do faseamento da construção. Por exemplo, a Escola Transitória em argamassa armada, cuja publicação é bastante detalhada (LIMA, 1984), permite compreender as características do processo de produção com elementos pré-moldados, colocando o aluno por dentro da lógica de produção do material e do sistema construtivo como um todo, chamando a atenção para os aspectos da pré-produção (produção das formas), da produção, armazenamento e montagem dos componentes construtivos.

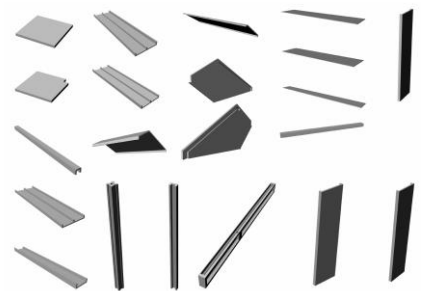
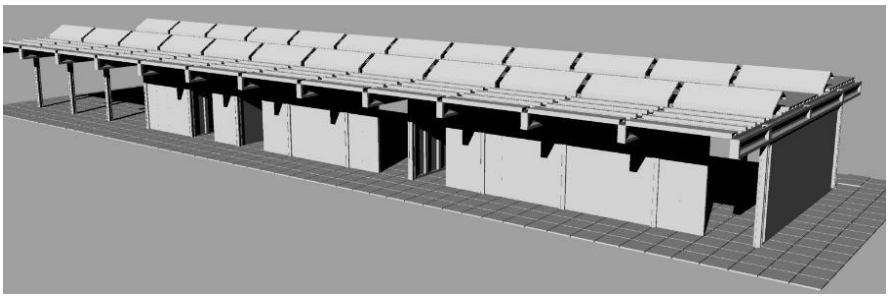
A escola transitória construída em Abadiânia, estado de Goiás, foi uma das primeiras experiências de pré-fabricação de edifícios escolares produzida por Lelé e foi o embrião de uma produção que passou por grande aperfeiçoamento durante a sua carreira.



Figuras 5 e 6. Desenhos 17 e 29 do projeto Escola Transitória. Fonte: LIMA, 1984, p. 48 e 71.

A atividade realizada com o projeto da referida escola no âmbito da disciplina Construção 1 do curso de Arquitetura e Urbanismo – noturno da FAUFBA, no ano de 2016, buscou na interpretação, modelagem, produção e formas e produção das peças pelos alunos e monitores da disciplina explorar esse potencial.

Inicialmente, os alunos estudaram a publicação e produziram uma planta de locação do edifício para um terreno determinado; em seguida, a partir dos desenhos bidimensionais e perspectivas, produziram desenhos das peças e tentaram reproduzir o que seriam as suas formas com o objetivo de produzir um modelo em escala 1:10 da escola para 50 alunos.

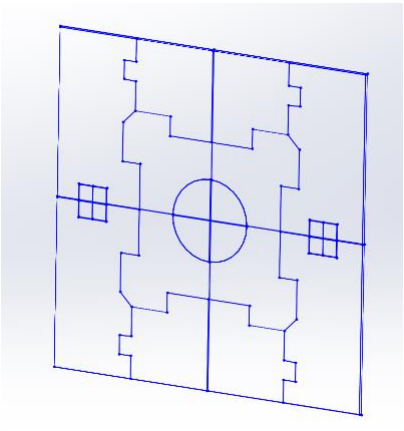
Figuras 7 e 8. Modelo digital em Sketchup realizado pelos estudantes. Peças isoladas e edifício montado peça a peça. Fonte: Autor, 2015.

Para a produção das primeiras peças foram experimentados dois tipos de molde: o primeiro, a partir da impressão 3D de um pilar modelado pelos estudantes em SketchUp foi produzido em borracha de silicone com auxílio do professor Paulo Guinho, da Escola de Belas Artes da UFBA. Este molde tinha o objetivo de servir à produção seriada dos pilares feitos com gesso – aglomerante à base água, com características que permitem simular em sala de aula a produção de peças em argamassa. O processo de moldagem consistiu na mistura proporcionada; lançamento do material fresco no molde e desforma da peça sólida.

Figuras 9, 10 e 11: Pilar impresso digitalmente; molde de silicone e pilar reproduzido em gesso pelos alunos de Construção 1. Fonte: Fotografias do autor, 2015.

O segundo molde foi diretamente impresso em 3D e serviu à mesma finalidade, mas necessita ser aperfeiçoado. Por ser mais detalhado e permitir a execução do pilar com furo central – o que torna o modelo mais realista – enfrenta a dificuldade da desforma da peça. Este processo, ao contrário do primeiro, possibilitou também a produção da forma de viga – elemento de geometria complexa, que não foi possível

experimentar no tempo da disciplina, devido às dificuldades encontradas na pesquisa para a sua produção, em um momento em que a fabricação digital ainda não havia sido experimentada na FAUFBA.



(a)

(b)

Figuras 12 e 13: Impressão digital de forma do pilar: (a) seção transversal e (b) peças em escala 1:10. Fonte: Autor, 2016.

De forma mais simples por conta de sua geometria, as fôrmas das sapatas e das placas do piso foram produzidas com material plástico cortado manualmente e o terreno foi produzido, também pelos alunos, em MDF cortado na marcenaria da FAUFBA. Nesta primeira experiência foram moldadas sapatas, placas e pilares em gesso.

Figuras 14,15 e 16: Peças produzidas em gesso na escala 1:10: sapatas e cálices, pilares e placas de piso. Fonte: Fotografias do autor, 2016.

Materiais de Construção e a expressão da arquitetura: apresentações de projetos e visitas às obras

No âmbito das aulas teóricas de Materiais de Construção I, busca-se, além da sistematização de conteúdos, a análise do emprego dos materiais de construção nas obras de arquitetura e a relação entre os materiais, sistemas construtivos e a expressão da arquitetura. Nesse sentido, os edifícios de Lelé são aulas de arquitetura e de construção.

Nos estudos sobre o aço como material de construção, é realizada uma exposição feita por parte de especialistas ligados à indústria siderúrgica, seguida de uma exposição de um projeto referencial produzido com os materiais estudados naquele período. Por termos o privilégio de contar com profissionais que trabalharam diretamente com Lelé e a facilidade de ter várias de suas obras na própria cidade de Salvador,

escolhemos algumas obras que podem ser apresentadas por seus colaboradores e, quando possível, visitadas. É o caso do projeto para o Tribunal Regional do Trabalho (TRT-5) e montagem da estrutura do de um de seus edifícios e da obra do edifício Anexo ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TER-BA).

O arquiteto e Professor Titular da FAUFBA, Chango Cordiviola, que acompanhou de perto o primeiro projeto, fez uma exposição em que mostrou a lógica de implantação do edifício e imagens dos desenhos e das obras de contenção das garagens subterrâneas, além de imagens dos projetos de arquitetura e estrutura metálica, explicando muitos de seus inúmeros detalhes e questões construtivas. É um projeto que conta com mais de três mil desenhos do conjunto de seis edifícios, que possuem esquema estrutural e construtivo peculiares.

Os edifícios dispostos de forma a agredir o mínimo possível a vegetação e o terreno sobre o qual pousam possuem uma coluna central de apoio com diâmetro que varia em função da dimensão do edifício de planta circular e que abriga as circulações verticais e infraestruturas. Os edifícios possuem seis ou oito pavimentos mais um pavimento de acesso pelo qual todos os edifícios são conectados através de passarelas suspensas sobre a vegetação. Este pavimento de acesso é intermediário entre os pavimentos mais baixos - que transferem a carga ao núcleo central por mãos-francesas e os pavimentos mais elevados – que são atirantados ao topo do núcleo central.

A visita ao canteiro de obras, guiada pelo professor Cordiviola, mostrou, pela primeira vez aos alunos do curso, o processo de montagem das peças da estrutura metálica, transportadas por guindastes até o local onde são locadas e soldadas. Esta experiência também proporcionou uma noção da duração da montagem da obra. No mesmo dia, foram visitadas as obras em estágio avançado de montagem da estrutura em aço patinável do TRE-BA, uma lâmina de 200m de extensão apoiada em pilares centrais respeitando a topografia do local.

Figuras 17, 18 e 19: Visita dos alunos de Materiais de Construção I à obra do edifício de Arquivo do TRT-5. Fonte: Autor, 2011.

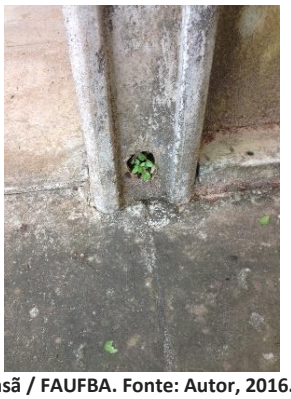
Figuras 20, 21 e 22: Visita dos alunos de Materiais de Construção I à obra do edifício anexo ao TER-BA. Fonte: Autor, 2011.

Ação de Extensão - recuperação do pavilhão Germano Tabacof – EBA e Atividade Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS)

O Pavilhão Germano Tabacof é um dos três edifícios projetados por Lelé para a UFBA. Anexo à Escola de Belas Artes e construído nos anos 80 com a finalidade de abrigar parte das instalações daquela unidade universitária encontra-se interditado, necessitando de manutenção e readequação de suas instalações. A ação de extensão proposta pela Prof. Ceila Cardoso, que visa a sua recuperação, é composta por uma comissão de professores.

Paralelamente, foram realizadas atividades curriculares - coordenadas pelos professores Ceila Cardoso e José Fernando Minho e com participação de outros professores - com os alunos do curso de arquitetura para que eles aprendam e colaborem com a Ação de Extensão.

Dentro dessas atividades, no segundo semestre de 2016 um grupo de 15 alunos estudou, fez levantamento das peças e patologias e modelou as peças com a finalidade de mapear as patologias e de contribuir para o projeto sua recuperação. Nesse processo, os edifícios de Lelé se constituem em uma verdadeira aula sobre construção e pré-fabricação, uma vez que surgem dúvidas sobre o desenho de cada peça que remonta aos processos de fabricação e montagem, como as linhas inclinadas para facilitar a desforma e os furos para permitir o transporte, etc.



Figuras 23, 24 e 25: Preleção com os alunos da ACCS e estado de conservação de algumas peças do Pavilhão Yansã / FAUFBA. Fonte: Autor, 2016.

Tópicos Especiais em Arquitetura – Arquitetura do Tribunal Regional Eleitoral (TRE)

Nesta disciplina, ministrada pelo Prof. José Fernando Minho, os alunos são conduzidos pelos projetos de arquitetura de Lelé, a exemplo do TRE-BA - da adoção do partido arquitetônico à construção, passando pelos detalhes construtivos. Aqui, os projetos de Lelé são um roteiro para tratar de diversos assuntos pertinentes à arquitetura e ao exercício profissional, como as razões estratégicas da industrialização na construção; a coordenação modular; a recorrência das soluções técnicas; o trabalho integrado entre os projetos complementares ao de arquitetura; a integração da equipe de trabalho; as fases da construção etc., desde a escolha do terreno e implantação do edifício ao detalhamento – dos mapas aos desenhos em escala 1:1.

Inicialmente, o projeto é apresentado aos alunos, que depois se debruçam em uma leitura mais aprofundada das plantas e essa leitura será complementada por uma visita guiada ao edifício. Ao final do semestre, os alunos apresentam um relatório sobre toda a experiência. Por se tratar de uma disciplina optativa que congrega alunos do primeiro ao último ano, é uma atividade bastante abrangente e o seu resultado depende do momento de cada aluno. Para os alunos mais adiantados, sedimenta conceitos e amplia a visão sobre o modo de fazer arquitetura; para os mais novos, coloca-os em contato com a obra do arquiteto e com a complexidade do mundo da arquitetura e da construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o aluno, quando nas atividades de Projeto, é instado a integrar todos os aspectos disciplinares da Arquitetura no desenho de suas propostas e soluções, quando este está desenvolvendo as atividades das disciplinas de Materiais de Construção, Técnicas Construtivas e Sistemas Estruturais, por exemplo, não deve fazê-lo de modo desarticulado da Arquitetura e de seu projeto. Mesmo no tempo em que o aluno está obtendo informação sistematizada – cada vez mais acessível fora da sala de aula – esta deve ter como pano de fundo o edifício - a Arquitetura.

Para garantir uma aprendizagem adequada do emprego dos materiais e das técnicas de construção é necessário que tenhamos bons exemplos para serem estudados, como é o caso dos exemplos referidos na primeira parte deste artigo.

Nesse sentido, os projetos e a Arquitetura de Lelé - por sua qualidade arquitetônica e construtiva e por serem visitáveis em Salvador - são uma oportunidade de aperfeiçoar a aprendizagem nestas disciplinas através de seu estudo aprofundado, interpretando e fazendo modelos para um maior entendimento do desenho que se traduz em construção.

A obra de Lelé - em que a construção é fundamental no projeto - representa um trabalho de pesquisa constante sobre o projetado e são um importante objeto para o aprendizado da arquitetura enquanto construção.

REFERÊNCIAS

DEPLAZES, Andrea. **Constructing Architecture**: Materials, Process, Strucutres. Zurich: ETh, 2005.

Entrevista com SCHEVERS, Jan. Entrevista 2.1 mai. 2017. Entrevistador: Edson Fernandes D'Oliveira Santos Neto. Eindhoven, 2017. 2 arquivos m4a (28 min.)

LIMA, João F. **Escola Transitória**. Brasília: MEC/CEDATE, 1984.

LIMA, Rita de A. C. M. **O Ensino da Construção na FAUP.** Dissertação de Mestrado em Arquitetura - FAUP. Porto: 2012.

A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA EM PORTUGAL – REFLEXÕES SOBRE O DIREITO À CIDADE

THE PUBLIC PARTICIPATION IN PORTUGAL - REFLECTIONS ON THE RIGHT TO THE CITY

PARTICIPACIÓN PÚBLICA EN PORTUGAL - REFLEXIONES SOBRE EL DERECHO A LA CIUDAD

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

CAETANO, Lucinda Oliveira
Doutoranda FCT e Investigador-colaborador CIAUD, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Portugal
lucinda.caetano63@gmail.com
CRESPO, José Luís
Professor Doutor, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Portugal
jcrespo@fa.ulisboa.pt
PARAÍZO, Rodrigo Cury
Professor Doutor, PROURB, FAU, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
rparaizo@gmail.com

A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA EM PORTUGAL – REFLEXÕES SOBRE O DIREITO À CIDADE

THE PUBLIC PARTICIPATION IN PORTUGAL - REFLECTIONS ON THE RIGHT TO THE CITY

PARTICIPACIÓN PÚBLICA EN PORTUGAL - REFLEXIONES SOBRE EL DERECHO A LA CIUDAD

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Num contexto de crise económica e ambiental a nível global a sustentabilidade urbana está na ordem do dia, mantendo-se a premissa do direito de todos à cidade. Trata o presente artigo da disseminação dos resultados de subinvestigações referentes à participação pública, nos canais da democracia representativa, incluindo alguns mecanismos participativos, usando como casos de estudo determinadas cidades, ou toda a região do Algarve, consoante o tema em presença. Os métodos utilizados foram o tratamento de dados obtidos nos sites das organizações, ou fornecidos pelos serviços técnicos, bem como, em entrevistas semi-estruturadas e inquéritos a atores chave. Os resultados apontam para uma baixa participação pública em Portugal e revelam a importância de reforçar a cidadania, provavelmente através de agentes intermédios de governança, tais como, universidades e associações da sociedade civil.
PALAVRAS-CHAVE: direito à cidade; democracia representativa; participação pública; Algarve; Portugal.

ABSTRACT:
In a context of economic and environmental crisis at a global level, urban sustainability is the order of the day, maintaining the premise of everyone's right to the city. This article deals with the dissemination of the results of public participation research, in the channels of representative democracy, including some participatory mechanisms, using as case studies certain cities, or the entire Algarve region, depending on the theme in question. The methods used were the treatment of data obtained from organizations' websites, or provided by technical services, as well as semi-structured interviews and surveys of key actors. The results point to a very low public participation in Portugal and reveal the importance of strengthening citizenship, probably through intermediary agents of governance, such as universities and civil society associations.
***KEYWORDS**: the right to the city; the representative democracy; the public participation; Algarve; Portugal.*

RESUMEN:
En un contexto de crisis económica y ambiental global, la sustentabilidad urbana está en la agenda, manteniendo la premisa del derecho de todos a la ciudad. Este artículo trata de la divulgación de los resultados de sub-investigaciones referentes a la participación pública, en los canales de democracia representativa, incluyendo algunos mecanismos participativos, utilizando como estudios de caso algunas ciudades, a toda la región del Algarve, de acuerdo con el tema en cuestión. Los métodos utilizados fueron el tratamiento de los datos obtenidos en los sitios de las organizaciones, proporcionados por los servicios técnicos, así como en entrevistas semiestructuradas y cuestionarios a actores clave. Los resultados apuntan a una participación pública muy baja en Portugal y ponen de relieve la importancia de fortalecer la ciudadanía através de agentes intermediarios no gubernamentales, tales como universidades y asociaciones de la sociedad civil.
***PALABRAS-CLAVE**: derecho a la ciudad; democracia representativa; participación pública; Algarve; Portugal.*

INTRODUÇÃO

Podemos observar que as premissas/ manifesto do direito à habitação e ao usufruto da cidade de Lefebvre (publicado em 1968) referentes à cidade industrializada mantêm-se e agravam-se na cidade do conhecimento, como demonstrado por David Harvey (2008), quando afirma que "Lefebvre estava certo ao insistir em que a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo do termo; caso contrário, não será nada" (T.A.) (p. 40) e que "tem de ser uma luta global, predominantemente contra o capital financeiro, pois essa é a escala em que ocorrem atualmente os processos de urbanização" (T.A.) (p.39) e continuam a ser a uma aspiração de futuro conforme expresso na Agenda Mundial 2030.

Neste contexto global onde a Nova agenda urbana da Conferência das Nações Unidas refere especificamente que as "cidades e assentamentos humanos" devem por um lado cumprir "a sua função social, incluindo a função social e ecológica da terra" e por outro

> Incentivar a participação, promover a colaboração cívica, gerar um sentimento de pertença e propriedade entre todos os seus habitantes, dar prioridade a criação de instalações públicas seguras, inclusivas, acessíveis, verdes e de qualidade, que criem as condições adequadas para as famílias, contribuam para melhorar a interação social e intergeracional, as expressões culturais e a participação política, conforme apropriado, e fomentar a coesão social , inclusão e segurança em sociedades pacíficas e pluralistas. (HABITAT III, 2016, p.5) (T.A.)

Nessa ótica o uso de abordagens participativas na qualificação de territórios complexos tende a ser cada vez mais recorrente. Contudo e apesar das alterações legislativas mais atuais exigirem uma participação pública mais ativa na matéria urbanística, em Portugal continua-se a ter resultados residuais e sem um verdadeiro impacto na conceção das políticas públicas territoriais e na elaboração dos instrumentos de gestão territorial.

No entanto, como refere Ferrer (2012), os direitos dos cidadãos em matéria urbanística que deveriam estar vinculados ao próprio conceito de cidadão (independentes do título da propriedade), fundamentam-se na transparência na atuação administrativa, na informação e participação dos cidadãos (referendo nacional ou a nível local) e na publicitação ativa da Administração Pública.

Essa situação foi corroborada através de sub-investigações sobre participação pública nos vários canais democráticos formais e informais, tanto da democracia representativa quanto da democracia participativa, tais como, Reuniões de Câmara, Sessões de Assembleia Municipal, Participação no âmbito dos Instrumentos de Gestão Territorial e processos de Orçamento Participativo, em especial no território algarvio, conforme abaixo referenciado.

DEFINIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

De acordo com a literatura sobre o tema existem diferentes tipos e definições sobre participação ativa e passiva. Conforme refere a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) a participação é considerada ativa quando os

> cidadãos se envolvem ativamente na tomada de decisão e na formulação de políticas. Participação ativa significa que os próprios cidadãos assumem um papel na formulação de

> políticas como, por exemplo, quando propõem opções políticas. Ao mesmo tempo, a responsabilidade pela formulação de políticas e a decisão final, recaem sobre o governo. Envolver os cidadãos na formulação de políticas é uma relação bidirecional avançada entre o governo e os cidadãos, baseada no princípio de parceria. (OCDE, 2002, p. 22).

No entanto, de acordo com outros autores a verdadeira participação ativa implica o empoderamento da sociedade civil, ou seja,

> supõe uma interação dinâmica entre todos os participantes externos e internos, ou técnicos e comunidade, em todas as fases do processo, desde as primeiras fases de definição das estratégias até a tomada de decisões. Neste tipo de participação, promove-se a comunicação e o diálogo entre os envolvidos, sob a forma de conversas, reuniões de grupos abertos ou pequenos, bem como, sessões coletivas de trabalho, facilitando um resultado mais conforme com os objetivos locais e com o empoderamento das comunidades. (VASCONCELOS, 2007, apud RAPOSO et al., 2017, p.11).

Neste âmbito o que a OCDE denomina "participação ativa" julga-se mais adequado defini-la como "participação semi-ativa", ou seja, reporta-se aos processos de participação onde a opinião publica poderá vir a ser adotada, se for considerado pertinente pela Administração Pública, aquando da ponderação. Por outro lado, será passiva se estiver

> associada a ações como a informação e consulta às populações, e geralmente corresponde à fase final dos processos, após as decisões determinantes terem sido tomadas por técnicos e políticos. Os casos em questão são audiências públicas onde os presentes podem ser ouvidos, podem obter informações e dúvidas claras sobre o processo em discussão, mas não tomam parte em decisões. (RAPOSO et al., 2017, pp 10-11) (T.A.).

METODOLOGIA

A metodologia de investigação utilizou a análise comparativa quantitativa e qualitativa das participações cívicas nos vários canais de participação, com recurso a dados obtidos nos sites das organizações, nos dados fornecidos pelos serviços técnicos (quando solicitados), em entrevistas semi-estruturadas e inquéritos a atores chave. Nos itens abaixo serão elencados os vários temas em análise e consequentes resultados.

FÓRUNS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA A NÍVEL LOCAL NA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

Eleições Autárquicas (Caso de Estudo: Algarve – 1979 a 2017)

Como se pode verificar no Gráfico abaixo (Figura 1), no Algarve desde 1976 ocorreram quatro momentos diferenciadores nas eleições autárquicas. Em 1989 quando ocorreu uma grande mudança de cor política em oito Câmaras, ficando o Partido Socialista (PS) a governar praticamente todas as Autarquias Algarvias.

Importa relembrar que de todos os governos pós-25 de Abril, apenas cinco cumpriram o tempo normal de uma legislatura de quatro anos. O primeiro foi o XI Governo Constitucional, liderado por Cavaco Silva, quando conseguiu a primeira maioria absoluta de um só partido (1987-1991), após o anterior ter sido derrubado pelo Partido Renovador Democrático, liderado por Ramalho Eanes, através de uma moção de

censura[1]. No entanto, dois anos volvidos, em 1989, o vencedor das eleições foi o Partido Socialista que, conquistou trinta e sete (37) câmaras municipais em relação a 1985, ficando com cento e dezasseis (116) câmaras municipais, tornando-se o maior partido autárquico.

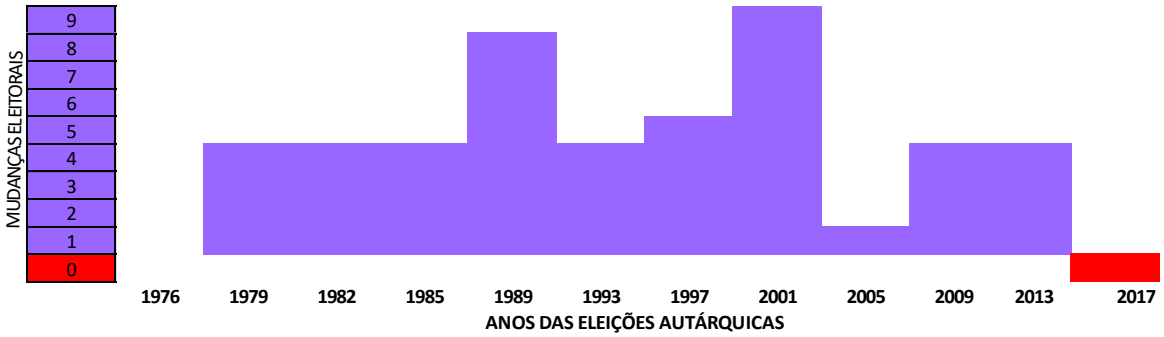


Figura 1: Mudanças partidárias nas Autarquias algarvias.

Fonte: Elaborado pelos autores

O segundo momento de mudança foi em 2001, quando o descontentamento geral da população com o Partido Socialista é evidente. No Algarve nas eleições autárquicas dos dezasseis (16) Câmaras Municipais, nove (9) mudaram a cor política para o Partido Social Democrata (PSD). A maior intensidade de alternância desde sempre.

Nas eleições de 2005, o país atravessava um período de algum equilíbrio económico, "tendo a inflação diminuído devido à estagnação económica em si mesmo, à compressão das margens de lucro de uma parte das empresas e à descida dos preços internacionais, com excepção do petróleo,"[2] e no Algarve temos um momento político sui generis com a manutenção geral da cor política, havendo apenas uma única mudança, no Município com maior rotatividade política – Faro.

A questão que aqui se coloca reporta-se ao comportamento dos eleitores algarvios nas eleições de 2013, quando o país vivia o auge da crise política, com as mudanças de governo recentes, o Programa de Estabilidade e Crescimento, os cortes salariais, a TROIKA, as suspeitas de corrupção e a falência dos Municípios. Quando analisamos o perfil das mudanças (Figura 1) verificamos que as cinco mudanças que ocorreram estão dentro da média algarvia

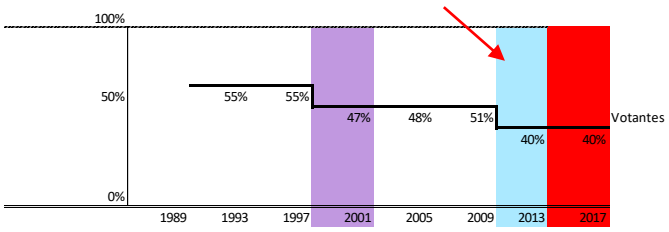


Figura 1: Percentagem de votantes no Algarve

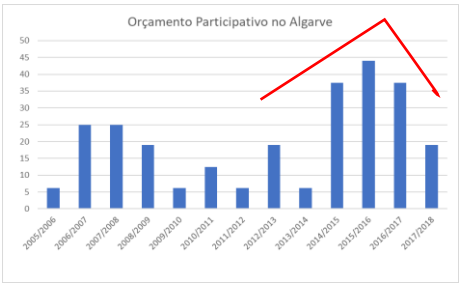


Figura 2: Incidência e intensidade de OP's por ano, no Algarve

[1] https://www.rtp.pt/noticias/politica/governos-de-portugal_i852231 Consultado em 10 de junho de 2018

[2] http://www.cgtp.pt/cgtp-in/444 Consultado em 10 de junho de 2018.

Fonte: elaborado pelos autores

Fonte: elaborado pelos autores

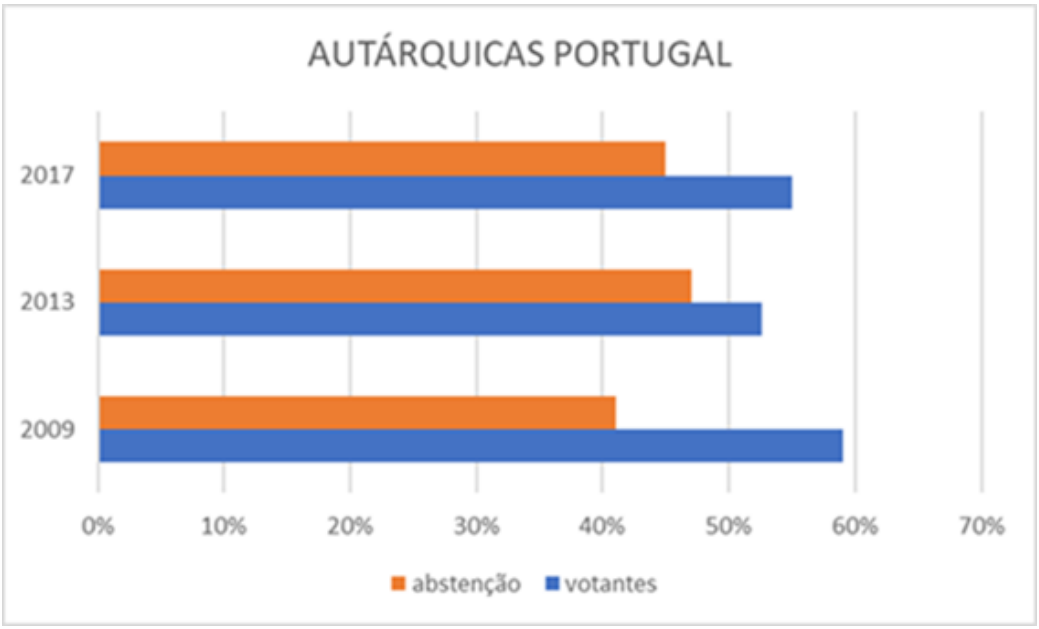


Figura 3: Comportamento dos eleitores portugueses nas eleições autárquicas, nos três últimos sufrágios eleitorais

Fonte: elaborado pelos autores

No entanto, há aqui um dado novo – uma abstenção de quase 60 % - (Figura 2) o que parece revelar uma desconfiança geral com a classe política, razão que poderá explicar o surto de Orçamentos Participativos (OP's) no Algarve, no ciclo governativo 2013 – 2017 (Figura 3). Em 2017, apesar da abstenção em Portugal ter reduzido ligeiramente, mantendo-se nos 50% (Figura 4), no Algarve verifica-se que não há qualquer alternância partidária, mantendo-se todos os municípios com o mesmo partido político (Figura 1).

Reuniões de Câmara (Casos de Estudo: Portimão e Loulé – 2017)

No que concerne à participação ativa nas reuniões de Câmara durante o ano de 2017 (nos dois mandatos 2013-2017 e 2017-2021, uma vez que não houve alternância partidária) usaram-se vários critérios de análise de índole quantitativa e qualitativa, ou seja, a participação da oposição, a participação do cidadão comum e a tipologia de participação – genérico (opiniões diversas, aleatórias); interesse pessoal (direto, como por exemplo um processo de obras particulares ou um contador de água); assunto nacional (normalmente relativo a moções apresentadas pela oposição referente a temas de âmbito nacional); assunto regional (normalmente relativo a moções apresentadas pela oposição referente a temas de âmbito regional - Algarve); participação pública/ cidadania (assunto de interesse comum, do bem geral local); reclamação sobre um assunto de um grupo (vendedores ambulantes, associação ou problemas de uma determinada zona da cidade) e assunto genérico da comunidade (relativo a interesse pessoal indireto, como por exemplo, «lixo na minha rua» ou «um buraco na estrada próxima do meu local de trabalho»).

Das informações recolhidas nos sites dos Municípios em estudo verificou-se que no caso de Portimão (Figura 5) de cento e sete (107) participantes que falaram nas vinte e uma (21) reuniões ocorridas em 2017, reporta-se a uma média de cinco (5) pessoas por reunião e o número de representantes políticos é quase similar ao de cidadãos. Noutras palavras, estamos face a cerca de dois e meio (2,5) cidadãos por reunião.

Por sua vez, no caso de Loulé (Figura 6) dos sessenta (60) participantes que falaram nas vinte e três (23) reuniões ocorridas em 2017, reporta-se a uma média de dois vírgula seis (2,6) pessoas por reunião, sendo raras as manifestações dos políticos da oposição. Estes resultados apontam para uma participação popular muito baixa e simultaneamente bastante similar em termos quantitativos nos dois casos de estudo. Contudo, a observação direta revelou uma diferença substancial quanto ao formato, muito mais formal e distante em Portimão e mais informal e próximo do cidadão no caso de Loulé.

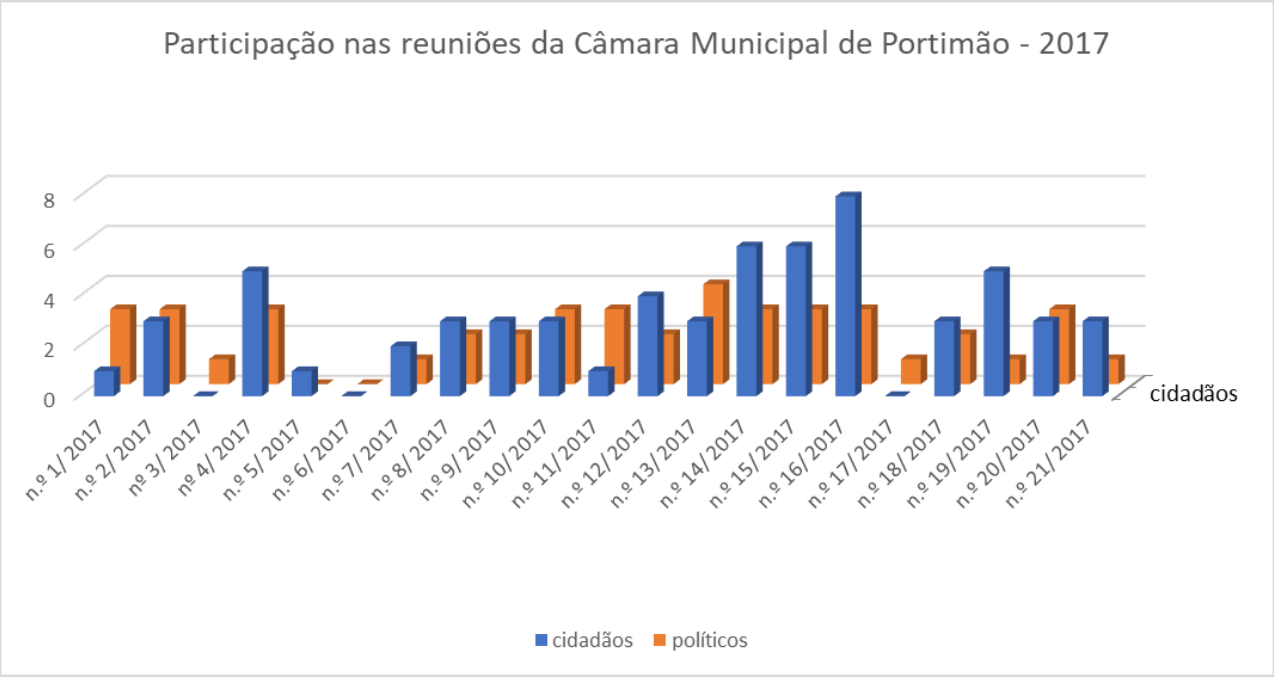


Figura 4: Gráfico quantitativo das participações em Portimão, distribuídas por cidadão ou representante político

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados recolhidos nos *sites* das Autraquias

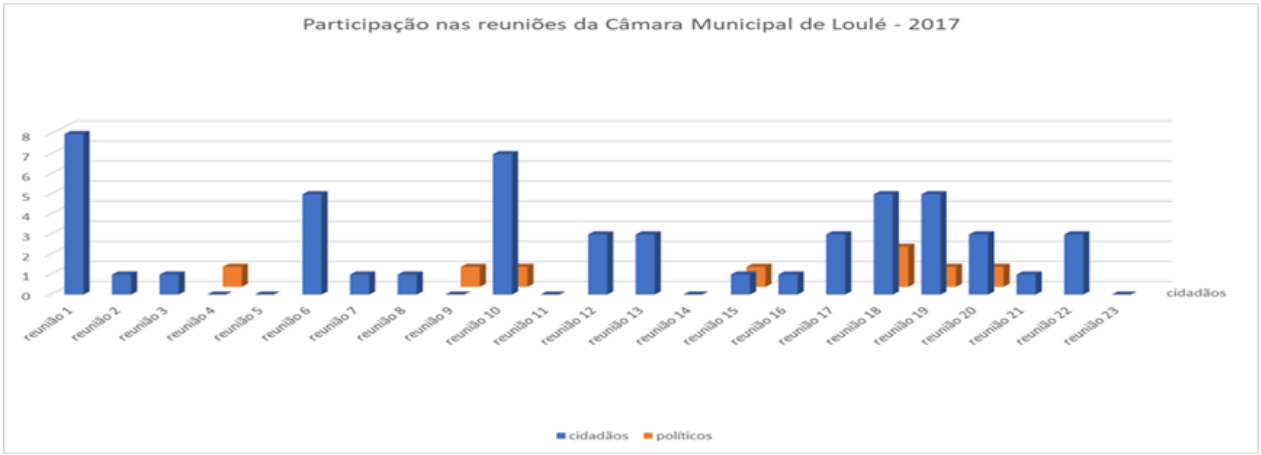


Figura 5: Gráfico quantitativo das participações em Loulé, distribuídas por cidadão ou representante político

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados recolhidos nos *sites* das Autraquias

Relativamente aos resultados apresentados nos gráficos abaixo (Figura 7) verifica-se que em ambos os casos predominam os assuntos de interesse pessoal indiretos (assuntos genéricos da comunidade), mas em Portimão a cidadania tem algum peso, enquanto em Loulé não aparece sequer como tema nas reuniões. Esta situação foi corroborada nos primeiros Workshops realizados nos casos de estudo onde foram elencados dois problemas, dois recursos e duas ideias/ soluções para a regeneração dos centros antigos, onde a cidadania não apareceu como problema nas mesas de discussão em Loulé (CAETANO et al., NO PRELO). Por sua vez as reclamações inerentes a assuntos de um grupo são mais frequentes em Loulé o que parece indiciar uma maior capacidade de associação civil para a resolução de problemas.

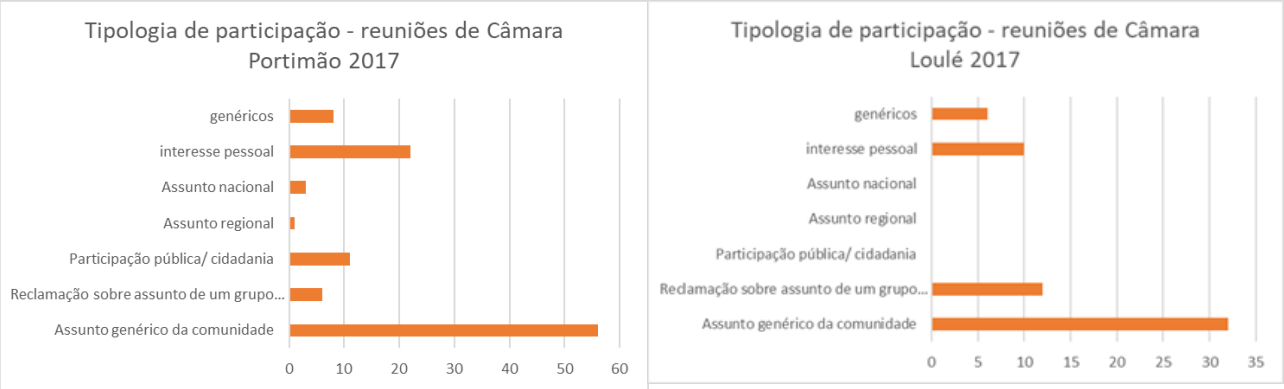


Figura 6: Tipologia de participação nas reuniões de Câmara em 2017, em Portimão e Loulé

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados recolhidos nos *sites* das Autraquias

Sessões da Assembleia Pública (Casos de Estudo: Portimão e Loulé – 2017)

Inicialmente julga-se pertinente salientar que tendo a Câmara Municipal competências executivas e as Assembleias legislativa e de fiscalização, por princípio as questões da participação terão conteúdo diferenciado, ou seja, as questões a levar para discussão em Assembleia serão decorrentes de queixas sobre a atuação da Câmara (uma vez que compete à Assembleia Municipal fiscalizar a Câmara Municipal) ou relativas a queixas inerentes a propostas de Planos Urbanísticos ou Regulamentos municipais, já que a competência para aprovação pertence à Assembleia "sob proposta da Câmara Municipal", o que por si só implica algum conhecimento técnico e político e algum grau de capacidade associativa.

No que concerne às participações ativas nas sessões da Assembleia Municipal durante o ano de 2017 (nos dois mandatos 2013-2017 e 2017-2021, uma vez que não houve alternância partidária) verificamos que em Portimão foram realizadas cinco (5) sessões ordinárias, que tiveram a participação ativa de cinco (5) cidadãos, perfazendo a média de uma pessoa por sessão. Por sua vez em Loulé nas seis (6) sessões realizadas, participaram vinte e um (21) cidadãos, cerca de três pessoas e meia (3,5) por sessão, percebendo-se, portanto, um acréscimo de participação considerável em Loulé relativamente a Portimão, ainda que em termos quantitativos genéricos sejam ambas bastante residuais.

As tipologias de participação em análise foram similares às das reuniões de Câmara – genérico, interesse pessoal, assunto nacional, assunto regional, participação pública/ cidadania, reclamação sobre assunto de um grupo e assunto genérico da comunidade. No caso das Assembleias Municipais em Portimão o formato das Sessões é ainda mais formal do que as reuniões de Câmara. Entretanto, em Loulé as Sessões são

transmitidas pela Internet. Cabe aqui uma ressalva informativa relativa à aprovação no mandato anterior de Portimão onde foi aprovado no plenário da Assembleia Municipal a transmissão das Sessões pela Internet, assim que a Autarquia tivesse condições financeiras. Contudo, no presente mandato tal deliberação foi revogada.

Relativamente à tipologia de participação, como se observa nos gráficos abaixo (Figura 8), há uma inversão relativamente a questões referentes à cidadania, que se torna inexistente em Portimão e surge em Loulé. Outra questão que nos parece relevante é que em Portimão todos os participantes são homens, enquanto em Loulé estão distribuídos pelos dois gêneros.

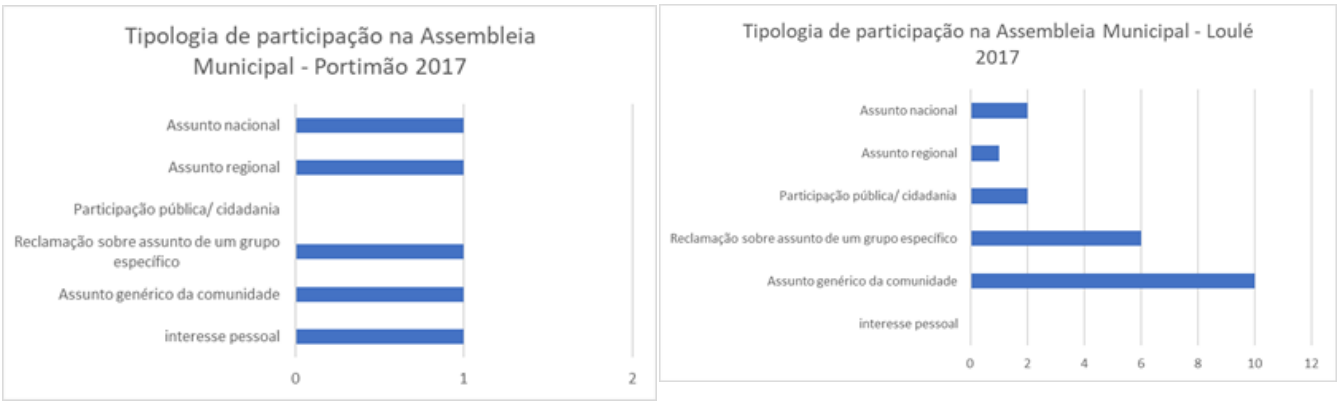


Figura 7: Tipologias de participação nas assembleias Municipais em 2017, em Portimão e Loulé

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados recolhidos nos sites das Autraquias

Participação preventiva e Discussão Pública no âmbito dos IGT´s (Casos de Estudo: Portimão, Loulé e Faro – 2017)

A metodologia baseou-se na análise quantitativa e qualitativa das participações, no âmbito da discussão pública em curso, inerente aos seguintes Instrumentos de Gestão Territorial (IGT's): revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) e da audiência pública relativa à definição de Operações de Reabilitação Urbana (ORU's), no âmbito da delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU's).

Numa primeira fase foi feito um levantamento numérico aos três estudos de caso (recolhidos através de contato pessoal com os responsáveis técnicos) e posteriormente análise documental e sistematização do conteúdo das participações entradas numa das Autarquias em estudo (através da posse física dos documentos em causa), entrecruzando com o montante populacional em presença.

Os casos de estudo são três municípios algarvios – Portimão, Loulé e Faro – cobrindo praticamente todo o território, um no Barlavento, outro no Sotavento e um na zona central (Figura 9), estando todos em processo de revisão do PDM, bem como Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nas suas zonas urbanas antigas. Em termos populacionais e de superfície tratam-se de cidades médias na escala portuguesa, variando o montante populacional dos Municípios entre cinquenta e cinco (55) a setenta (70) mil pessoas.

A seleção dos casos de estudo teve por base vários critérios, mas procurou-se acima de tudo a diversidade. No que se relaciona com o tema aqui tratado – participação pública – identificam-se os seguintes:

- A situação política é distinta. Faro – capital do Distrito – é o Município mais cosmopolita e tem promovido a alternância política com bastante incidência – mudou oito (8) vezes nos doze (12) ciclos eleitorais desde a queda da ditadura; ao passo que Portimão tem mantido o mesmo partido político desde o início do processo democrático. Por sua vez Loulé apresenta um comportamento eleitoral bastante equilibrado, com cinco (5) mudanças assinaladas, mas em regra mantém três (3) ciclos governativos antes de promover a mudança.
- Outro critério em apreço foi a existência de orçamento participativo (OP). Loulé está entrando no quarto ano sequencial de OP, Portimão teve um processo de OP em 2012 que deveria ter produzido efeitos no Orçamento Municipal em 2013, mas tal não aconteceu porque a Autarquia entrou em colapso financeiro e Faro não tem, nem nunca teve, qualquer processo de OP.
- A localização geográfica também foi um fator relevante não apenas pela localização Este/ Oeste, mas acima de tudo porque os núcleos antigos se situam de maneira distinta - no interior ou no litoral. No caso de Faro e Portimão encontram-se no litoral com muita pressão turística, enquanto Loulé mais interior, situa-se mais próximo do barrocal.

Figura 8: Localização geográfica dos casos de estudo

Fonte: elaborado pelos autores

Os resultados reportam-se ao início de 2017 (Tabela 1), tendo demonstrado a baixa ou quase inexistente participação em termos quantitativos, onde o valor mais elevado reporta-se a Loulé, na audiência pública do PDM, com uma percentagem de cerca de 1,4 % da população do Município e a taxa mais baixa surge em Faro, no âmbito da Operação de Reabilitação Urbana da zona intramuralhas, onde não houve qualquer participação.

Tabela 1: Participação Púbica, no âmbito da audiência prévia dos IGT's

Município	População Município (Censos 2011)	PDM (Participantes) N.º	%	População Freguesia (Censos 2011)		ORU/ ARU (Participantes) N.º	%
PORTIMÃO	55.614 hab.	245	0,4	Portimão	45.431 hab.	3	0,007
LOULÉ	70.622 hab.	1.002	**1,42**	S. Sebastião	17.358 hab.	2	0,012
FARO	64.500 hab.	3	0,005	Sé	29.542 hab.	0	**0**

Fonte: Dados cedidos pelos serviços técnicos (Loulé e Portimão) e retirado do site do Município de Faro

Relativamente às participações nas ARU's, por serem tão reduzidas, não nos parecem dignas de nota. No entanto, aquelas que se referem ao PDM, apesar de serem reduzidas em termos de montante percentual, variando de 0,005% a 1,4%, tem um número suficiente para elaborar-se um estudo em termos estatísticos.

Aquando das entrevistas para obtenção destes dados, foi-nos referido pelos técnicos que a esmagadora maioria das participações dizia respeito a interesses próprios dos indivíduos, pois reportavam-se ao pedido de esclarecimento ou à sugestão para que o seu terreno, usualmente em espaço rural, fosse requalificado para espaço urbanizável.

Cabe aqui uma ressalva relativamente às alterações legislativas introduzidas na nova lei dos solos (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio) que deixa de fazer a distinção entre solo rural e solo urbano e passa a referir a "aquisição das faculdades urbanísticas que integram o conteúdo do aproveitamento do solo urbano é efetuada de forma sucessiva e gradual e está sujeita ao cumprimento dos ónus e deveres urbanísticos estabelecidos na lei e nos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipais aplicáveis", nomeadamente planos de pormenor com execução programada, desconhecida ainda da larga maioria da população, incluindo técnicos que trabalham fora do âmbito da Administração Pública.

Apesar de não questionarmos a veracidade das informações prestadas pelos entrevistados foi-nos permitido aceder aos documentos entregues pela população. Por economia de tempo (e sem prejuízo de ainda vir a ser feito nos outros municípios, caso se justifique) detivemo-nos no estudo das participações do Município de Portimão.

Relativamente ao conteúdo de duzentas e quarenta e cinco (245) participações promoveu-se uma análise crítica e a sua sistematização, com base em dois (2) critérios, abaixo relacionados:

- qualidade do participante – cidadão (em nome individual ou em conjunto com outros), promotor, associação da sociedade civil ou instituição pública;
- conteúdo da participação - reclassificação para solo urbano, projeto específico, solicitação de informações ou contributo para o bem público.

Conforme se verifica (Tabela 2) apenas duas (2) participações, das duzentas e quarenta e cinco (245), são verdadeiramente contributos para a construção coletiva da estratégia territorial, ou seja 0,8% das participações realizadas nos termos da lei.

A análise dos resultados quantitativos levou à necessidade de procurar compreender as razões que justificassem esses resultados. Para tal procedeu-se a entrevistas semiestruturadas a dirigentes políticos e técnicos, a técnicos da Administração Pública e a elementos da sociedade civil mais esclarecidos, residentes nos Municípios em estudo.

Tabela 2: Conteúdo da Participação Pública no PDM Portimão - 2017

Requalificação para solo urbano	Projeto Específico	Solicitação de Esclarecimentos	Contributos
166	37	5	1
24	11	0	1
190	48	5	2
245			
Cidadão	**Promotor**	**associação da sociedade civil**	**instituição pública**
178	64	2	1
245			

Fonte: Retirado de Caetano (2017, p. 63)

FÓRUNS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA A NÍVEL LOCAL INERENTES À DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Orçamento Participativo (Casos de Estudo: Algarve – 2005 a 2018)

O orçamento participativo, mecanismo da democracia participativa, surge pela primeira vez no Município de Porto Alegre/ Brasil em 1989, na sequência da redemocratização da Constituição Brasileira de 1988.
A transladação deste mecanismo para a Europa ocorre em 2001, vinculada a aspetos estruturais ou macrosociais que conduzem a Europa a mudanças (SINTOMER e GANUZA, 2011) mais especificamente, modernização administrativa, afirmação de lógicas neoliberais, crise da legitimidade do sistema político e reforma dos governos locais.

No caso português aparece pela primeira vez em Palmela em 2002 e a partir daí vão surgindo focos por todo o país. No Algarve surge em 2005 no Município de Vila Real de Santo António e a "contaminação" dá-se de maneira tímida até ao último ciclo eleitoral (Figura 10), provavelmente fruto da crise da legitimidade política. Relembre-se que o índice de abstenção nas eleições autárquicas de 2013 no Algarve foi o mais elevado de sempre, perfazendo praticamente 60% da população (Tabela 3). Neste momento dos dezasseis (16) Municípios algarvios, apenas dois (2) - Monchique e Castro Marim - nunca experimentaram estes processos.

Em termos de caracterização dos Orçamentos Participativos (OP's) na Europa, Sintomer e Ganuza (2011) definem seis (6) tipologias de modelos de procedimento na Europa - Porto Alegre adaptado na Europa, Participação de proximidade (mais usual em Portugal), Consulta sobre as finanças públicas, Mesa de negociação público-privada, Desenvolvimento comunitário à escala local e municipal e Participação de interesses organizados - através dos critérios de origem; organização das reuniões; deliberação; sociedade civil e lugar.

Tabela 3: Incidência do Orçamento Participativo por ano e por Município Algarvio

Municípios do Algarve	Ciclo Governativo														N.º de incidências por Município
	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	
Vila do Bispo															4
Aljezur															2
Lagos															4
Monchique															0
Portimão															1
Lagoa															5
Silves															2
Albufeira															5
Loulé															4
Faro															1
São Brás de Alportel															10
S. Brás de Alp. Jovem															3
Olhão															1
Tavira															1
Tavira Jovem															1
Alcoutim															1
Vila Real Sto António															4
Castro Marim															0
	1	4	4	3	1	2	1	3	1	6	7	6	7	4	
%	6%	25%	25%	19%	6%	13%	6%	19%	6%	38%	44%	38%	44%	19%	

Fonte: elaborado pelos autores

A tipologia mais utilizada em Portugal - Participação de proximidade - apresenta as características elencadas abaixo (Tabela 4).

Tabela 4: Caraterísticas da tipologia Participação de proximidade de Orçamento Participativo

Origem	Organização das reuniões	Deliberação	Sociedade civil	Lugar
Conselhos de bairros, fundos de bairros, gestão de proximidade, extensão à escala do município	Reuniões abertas à escala de bairro e do município	Discussão centrada nos investimentos públicos micro-locais ou nas grandes linhas do município	Sobretudo os cidadãos ativos (ou organizados)	Principal influência em França (Bobigny, Saint-Denis, em parte Pontde-Claix), em Portugal (Palmela), em Bélgica (Mons). Influência em Itália (Veneza, Roma)
Procedimento pouco estandardizado	Ciclo participativo	Sem hierarquização dos investimentos ou das ações; regras informais	Pouca autonomia de procedimento da sociedade civil	
		Qualidade deliberativa modesta ou média	Papel consultivo	

Fonte: Adaptação do Quadro de Sintomer e Ganuza (2011, pp. 50-51)

Analisando o ciclo dos OP's no Algarve (Figura 3) com base na incidência, ausência e permanência tem-se um espectro que nos permite verificar que existem três (3) picos, um primeiro com algum vigor em 2006/ 2007 (propagação das experiências testadas em Portugal), um mais pontual em 2010 (véspera de eleições autárquicas) e um mais acentuado em 2015.

Outra característica interessante é que nos anos eleitorais 2009 e 2013 houve apenas um (1) processo de OP no Algarve. A novidade ocorre em 2017, pois apesar de ser ano eleitoral está a ser continuado em alguns municípios algarvios.

Apesar das ausências em 2009 e 2013 percebe-se que a Câmara Municipal de São Brás de Alportel é a única que manteve o ciclo de OP até 2017, tarefa talvez propiciada pela manutenção do mesmo partido político desde que se iniciou o processo de OP.

Outra nota que nos parece positiva é o facto de que dos dezasseis (16) Municípios algarvios somente quatro (4) iniciaram este processo em ano próximo de eleições (Portimão e Tavira em 2012), em 2016 Olhão e em 2017 Aljezur. As Câmaras de Portimão, Tavira, Olhão e Aljezur não voltaram a utilizar este instrumento.

No ciclo de governação (2013-2017) verifica-se (Tabela 3) alguma permanência processual (para além de São Brás de Alportel), mais especificamente Albufeira, Loulé, Lagos e Lagoa.

No que concerne ao formato/ conteúdo todos os processos se inserem na tipologia de participação de proximidade, havendo apenas duas nuances (excetuando São Brás de Alportel que põe em discussão cerca de 5% da componente de Investimento do Orçamento da Câmara) alguns OP's privilegiam a captação de ideias/ expetativas de projetos por parte da população, outros deixam à votação projetos previamente selecionados pela Câmara.

Da consulta realizada através dos *sites* das Autarquias ou dos *Sites* próprios dos dez (10) processos de OP em 2016, verificamos que apenas quatro (4) não disponibilizam documentos de enquadramento/ funcionamento que os definam como procedimentos formalizados, mas todos têm como lugar de discussão dos projetos reuniões públicas à escala da freguesia ou do Município, com a participação de técnicos municipais e eventualmente membros do Executivo.

Relativamente à verba disponibilizada para os OP's geralmente tende a ser residual, representando cerca de 0,5% a 1% do Orçamento dos Municípios.

No que concerne à participação pública (Tabela 5) dos Municípios que têm mantido um percurso contínuo no período de governação 2013-2017 e que publicitam quantitativamente o número de votos demonstraram alguma coerência no aumento ou diminuição no percentual de votos, que normalmente está associado ao cumprimento dos compromissos assumidos, que via de regra é a cabimentação no orçamento do ano seguinte dos projetos escolhidos pela população e consequente execução.

Tabela 5: Evolução da participação pública nos ciclos de Orçamento Participativo

MUNICÍPIO	CICLO DO OP	% DE VOTANTES
Lagos	2015/ 2016	3 %
	2016/ 2017	1,6 %
Lagoa		-
Albufeira	2014/ 2015	5,6 %
	2015/ 2016	2,53 %
	2016/ 2017	-
Loulé	2014/ 2015	0,66 %
	2015/ 2016	7 %
	2016/ 2017	**8,5 %**
S. Brás de Alportel		-

Fonte: Elaboração dos autores, com dados recolhidos os *sites* dos Municípios em 2017

Relativamente a esta questão julga-se pertinente referir que são raros os *sites* de OP que prestam contas relativamente aos resultados - passos sequenciais, nível de concretização - após a aprovação dos projetos por parte da população.

Saliente-se que Loulé - um dos casos de estudo na avaliação da participação pública nos IGT's - que apresentava uma participação de 1,42 % na audiência prévia para a revisão do PDM, no caso do OP iniciou a participação no 1.º ano com 0,66 % de participação e no 3.º ano já perfazia 8,5 % da população concelhia, ao contrário dos outros processos que têm vindo a perder votantes, em cerca de 50 % de ano para ano (Tabela 5).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos determinaram a necessidade de se procurar compreender as razões que justificassem esses resultados. Para tal procedeu-se a entrevistas semiestruturadas a dirigentes políticos e técnicos, a técnicos da Administração Pública e a elementos da sociedade civil mais esclarecidos, residentes nos Municípios em estudo.

O conteúdo das entrevistas variou consoante o grupo social a que pertenciam, mas em linhas gerais os dirigentes políticos e técnicos justificaram a pouca participação devido à falta de tradição e ao individualismo preponderante nas nossas sociedades atuais, enquanto as camadas mais "comuns" do espectro social – técnicos da Administração Pública e integrantes da sociedade civil – consideram que as razões devem-se à sensação de que a opinião do cidadão não é tida em conta, ao medo de retaliação por parte dos dirigentes políticos e técnicos (saliente-se que os nossos casos de estudos são cidades médias na escala portuguesa, ou seja, os Municípios são o maior empregador, o que acaba por interferir com a cidadania ativa), à linguagem técnica hermética para os não-técnicos ou até para técnicos que não trabalhem diretamente com planeamento urbanístico e também à desconfiança relativamente aos representantes políticos, o que determina um afastamento cada vez maior dos cidadãos. Em síntese, as razões apontadas foram basicamente os seguintes:

- falta de tradição participativa;
- individualismo, ou seja, falta de responsabilização com os destinos políticos do território;
- sensação de que a opinião do cidadão não é tida em conta;
- medo de retaliação por parte dos dirigentes políticos e técnicos;
- linguagem técnica e hermética;
- desconfiança relativamente aos representantes políticos.

Para corroborar e/ ou refutar essas hipóteses levantadas nas entrevistas semiestruturadas no âmbito das ações realizadas no território de Portimão e Loulé, em parceria com Associações da sociedade civil (CAETANO et al., NO PRELO), realizaram-se questionários onde essas hipóteses eram colocadas.

Os resultados obtidos, conforme gráficos abaixo, revelaram que tanto em Portimão (quarenta e um inquéritos) quanto em Loulé (treze inquéritos) a maioria considera a A FALTA DE TRADIÇÃO PARTICIPATIVA como a razão para a baixa participação cívica (Figura 10).

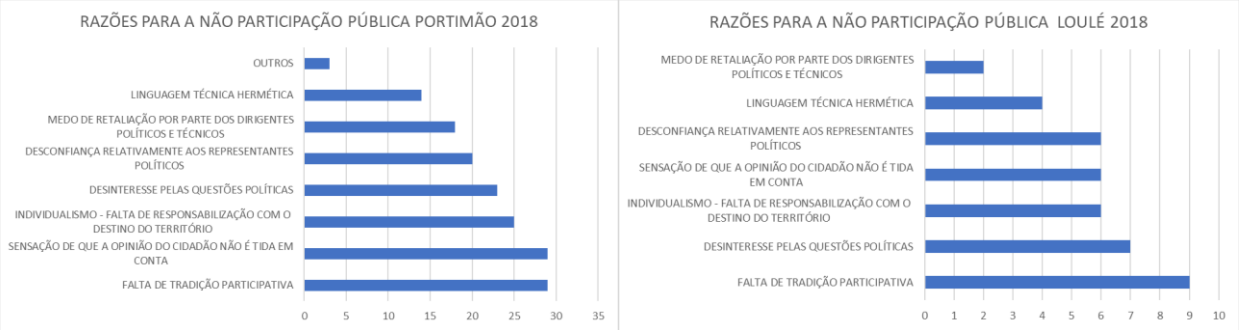


Figura 9: Gráficos representativos das razões apontadas por grupos selecionados das comunidades de Portimão e Loulé para a pouca participação cívica

Fonte: elaborado pelos autores

CONCLUSÕES

À guisa de conclusões recorremos por um lado a Boaventura Sousa Santos (2008) quando afirma que as democracias liberais capitalistas sofrem de duas patologias - de representação e de participação – e que a saída para este impasse, reduzindo a abstenção, passa pela junção da democracia representativa com a democracia participativa.

Por outro, a Nadia Urbinati (2006) ao analisar a evolução histórica do sistema representativo, desde o surgimento do processo eleitoral na Inglaterra do século XVIII até aos nossos dias, demonstra-nos que o processo foi atravessando várias fases – começando pela perspectiva jurídica (onde as pessoas alienam-se de cidadania ao delegar a incumbência de governar aos representantes eleitos), passando pela perspectiva institucional (onde a identidade jurídica do eleitor é vazia, ao nomear políticos profissionais aos quais se submetem voluntariamente), até chegar à representação política, que se consubstancia como uma ruptura com os sistemas anteriores sendo uma forma de existência política criada pelos próprios atores (o eleitorado e os representantes), ou como refere a autora, “requer robustas autonomia local e liberdade de expressão e associação, bem como certa igualdade básica de condições materiais”. (URBINATI, 2006, p. 224).

Na nossa ótica, a “referida falta de tradição participativa” estará vinculada ao “congelamento” evolutivo do sistema democrático representativo, ou seja, Portugal ainda está na fase da delegação de funções a políticos profisssionais, faltando-nos dar o passo seguinte – a cocriação das políticas urbanas – o que a nosso ver só acontecerá com ajuda de entidades intermediárias de governança, nomeadamente, as universidades e as associaçõe da sociedade civil.

Em suma, para termos uma verdadeira revolução urbana (HARVEY, 2008) que promova o direito à cidade, enquanto habitantes mas também como cocriadores do "artefato urbano", como aspirava Lefebvre (2008), será primordial que a participação ativa se transforme numa realidade. Uma participação ativa que promova os discensos, na ótica da discussão alargada, e que responsabilize todos os parceiros sociais na cocriação das políticas urbanas.

Nessa cocriação/ participação ativa será potenciada a identidade urbana e interpessoal que gera o sentimento de pertença das comunidades e garante a apropriação da cidade por todos e para todos, tornando-a mais humana e inclusiva, como preconiza a Agenda Mundial 2030.

AGRADECIMENTOS

Os autores gostariam de agradecer ao CIAUD, à FA da ULisboa e ao PROURB da UFRJ o apoio na investigação; e à FCT o financiamento dos trabalhos conducentes ao Doutoramento.

REFERÊNCIAS:

CAETANO, Lucinda Oliveira. "Public Participation in Territorial Management. A Construction of Citizenship." In **Proceedings of the Incubators conference at the KU Leuven – Urban Living Labs for Public Space. A New Generation of Planning?** Brussels: Faculty of Architecture KU Leuven, 2017. E-BOOK | ISBN 9789082510898. https://arch.kuleuven.be/english/research/publications/publications

CAETANO, Lucinda Oliveira, CRESPO, José Luís e PARAíZO; Rodrigo Cury. "Pensar coletivamente a regeneração dos centros urbanos antigos. Casos de Estudo: Portimão e Loulé – Portugal". NO PRELO

FERRER, Marta Llorens. **Los derechos de información y de participación ciudadanas em matéria urbanística**. Tese de Doutoramento, Universidad de Girona, Girona, 2012

HABITAT III. **Nueva Agenda Urbana** – Español. Secretaría de Habitat III de las Naciones Unidas , 2017. ISBN: 978-92-1-132736-6

HARVEY, David (2008), "The Right to the City", **New Left Review 53**, 2008, pp. 23 – 40

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**, Tradução Rubens Eduardo Frias, São Paulo: Centauro Editora, 2008.

OCDE. **O Cidadão como Parceiro**, Manual da OCDE sobre Informação, Consulta e Participação na formulação de políticas públicas. Brasília: MP SEGES, 2002. 124 p. CDU 332.145+316.43

RAPOSO, Isabel, CRESPO, José Luís e LAGE, Joana Pestana. "Participatory approaches in the qualification of semi-urbanised peri-urban areas: The case of the Odivelas Vertente Sul Area". In Mendes, M. et al. (Eds.) **Architecture and he Social Sciences. Inter-and Multidisciplinary Approaches between Society and Space**. Springer, 2017. pp. 151-176.

SANTOS, Boaventura Sousa. "Síntese Final" in Dias, N. (org) **Actas do 1.º Encontro Nacional sobre Orçamento Participativo**. São Brás de Alportel: Associação In Loco e Câmara Municipal de São Brás de Alportel, 2008.

SINTOMER, Yves e GANUZA, Ernesto. **Democracia Particiativa y Modernización de los Servicios Públicos: Investigación sobre las Experiencias de Presupuesto Participativo en Europa** (ebook). Transnational Institute, 2011. ISBN: 978-90-70563-11-0.

Salvador - 2018

A REVISÃO DA REVISÃO: ENSINO E PESQUISA SOBRE O PROJETO DE ARQUITETURA NO SUL DO BRASIL PARA O SÉCULO XXI

THE REVISION ABOUT THE REVISION: TEACHING AND RESEARCH ON THE ARCHITECTURAL PROJECT IN SOUTH BRAZIL FOR THE 21ST CENTURY

LA REVISIÓN DE LA REVISIÓN: ENSEÑANZA Y INVESTIGACIÓN SOBRE EL PROYECTO DE ARQUITECTURA EN EL SUR DEL BRASIL PARA EL SIGLO XXI

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

MARQUES, Sergio Moacir
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da FAU UFRGS e do PROPAR UFRGS
sergio.marques@ufrgs.br

A REVISÃO DA REVISÃO: ENSINO E PESQUISA SOBRE O PROJETO DE ARQUITETURA NO SUL DO BRASIL PARA O SÉCULO XXI

THE REVISION ABOUT THE REVISION: TEACHING AND RESEARCH ON THE ARCHITECTURAL PROJECT IN SOUTH BRAZIL FOR THE 21ST CENTURY

LA REVISIÓN DE LA REVISIÓN: ENSEÑANZA Y INVESTIGACIÓN SOBRE EL PROYECTO DE ARQUITECTURA EN EL SUR DEL BRASIL PARA EL SIGLO XXI

RESUMO:
Este artigo, propõe-se a examinar alguns fundamentos de certa arquitetura regional, a partir dos processos históricos que constituíram o ensino e posteriormente a pesquisa no campo da arquitetura no sul do país, em particular no momento de surgimento, afirmação e disseminação do Movimento Moderno no Estado, que coincide com a própria afirmação da profissão, e o período posterior, onde estes fundamentos entram em crise e passam por profunda revisão. A razão desta reflexão é alimentar o debate contemporâneo à respeito dos valores e princípios da arquitetura e urbanismo que norteiam o ensino e a pesquisa em arquitetura, objetivando, se possível, atenuar determinadas simplificações que inexoravelmente permeam a evolução dos movimentos culturais contemporâneos.
PALAVRAS-CHAVE: arquitetura moderna, arquitetura contemporânea, ensino, pesquisa.

ABSTRACT:
This article proposes to examine some foundations of a certain regional architecture, from the historical processes that constituted the teaching and later the research in the field of architecture in the south of the country, in particular at the moment of appearance, affirmation and dissemination of the Modern Movement in the State, which coincides with the very affirmation of the profession, and the later period, where these fundamentals enter into crisis and undergo a thorough revision. The reason for this reflection is to feed the contemporary debate about the values and principles of architecture and urbanism that guide teaching and research in architecture, aiming, if possible, to attenuate certain simplifications that inexorably permeate the evolution of contemporary cultural movements.
KEYWORDS: *modern architecture, contemporary architecture, teaching, research.*

RESUMEN:
Este artículo, se propone examinar algunos fundamentos de cierta arquitectura regional, a partir de los procesos históricos que constituyeron la enseñanza y posteriormente la investigación en el campo de la arquitectura en el sur del país, en particular en el momento de surgimiento, afirmación y diseminación del Movimiento Moderno en el Estado, que coincide con la propia afirmación de la profesión, y el período posterior, donde estos fundamentos entran en crisis y pasan por una profunda revisión. La razón de esta reflexión es alimentar el debate contemporáneo con respecto a los valores y principios de la arquitectura y urbanismo que orientan la enseñanza y la investigación en arquitectura, objetivando, si es posible, atenuar determinadas simplificaciones que inexorablemente permean la evolución de los movimientos culturales contemporáneos.
PALABRAS-CLAVE*: arquitectura moderna, arquitectura contemporánea, enseñanza, investigación.*

INTRODUÇÃO

Em que pesem idiossincrasias culturais e cronológicas, a produção arquitetônica no Rio Grande do Sul, principalmente no período 1950-1960, é significativa, com muitas obras que compõem o cenário do patrimônio brasileiro moderno, em edificações e, notadamente, em urbanismo. Por outro lado, a Arquitetura Moderna Brasileira no Sul constituiu-se em processos e atributos menos exuberantes formalmente, menos pretensiosos simbolicamente, de menor grandiloquência estrutural e mais modestos economicamente que seus parentes cariocas e paulistas, cuja comparação convém que se faça designando diferenças culturais, econômicas, tecnológicas e mesológicas[1]. Desde este ponto de vista, o estudo da Arquitetura Moderna Brasileira abrangente, produzida em outras regiões do Brasil, além dos centros irradiadores e pioneiros, oferece igualmente, à investigação, relações de disseminação, propagação, paralelismo, simultaneidade, apropriação, transformação, aportação e outros processos do Movimento Moderno como fenômeno cultural, que transcendem a visão reducionista de centro e periferia como um caminho linear de mão única, revelando outras colorações, valores, experiências, potencialidades e fragilidades à análise, que como a própria Arquitetura Moderna Brasileira em relação ao campo arquitetônico internacional, constituem corpo conceitual e arquitetônico mais rico e plural que o da mera análise unívoca.

Este artigo, propõe-se a examinar certos fundamentos desta arquitetura regional, a partir dos processos históricos que constituíram o ensino e posteriormente a pesquisa no campo da arquitetura no sul do país, em particular no momento de surgimento, afirmação e disseminação do Movimento Moderno no Estado, que coincide com a própria afirmação da profissão, e o período posterior, onde estes fundamentos entram em crise e passam por profunda revisão. A razão desta reflexão é alimentar o debate contemporâneo à respeito dos valores e princípios da arquitetura e urbanismo que norteiam o ensino e a pesquisa em arquitetura, objetivando, se possível, atenuar determinadas simplificações que inexoravelmente permeam a evolução dos movimentos culturais contemporâneos.

ARQUITEURA MODERNA E O ENSINO DA ARQUITETURA NO SUL

Em 1939, foi criado no Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul - IBA-RS, curso Técnico de Arquitetura, com duração de três anos, cursado, entre outros, por Iberê Camargo, que serviu de base para a proposta de estruturação do Curso Superior de Arquitetura, proposto em 1942 e efetivado com a primeira turma de ingressos em 1945. A equipe de professores era constituída por José Lutzemberger, Ernani Correa e Fernando Corona, do Curso de Artes, arquitetos Demétrio Ribeiro, Jorge Machado Moreira (que não chegou a lecionar, fez apenas algumas palestras), Engenheiros Danilo Smith, Frederico Werner Hugo Grunding, Fernando de Azevedo e Moura, Urbanistas Luiz Arthur Ubatuba de Faria, Edvaldo Pereira Paiva e

[1] Guerra aborda a construção da identidade da arquitetura moderna brasileira liderada por Lucio Costa e fortalecida pela ideia da contextualização das vanguardas construtivas em ambiente tropical, onde o Rio de Janeiro goza de especial representatividade. Assinala, no entanto, a discussão a respeito do pioneirismo de Warchavchik e as buscas teóricas sobre a brasilidade do paulista Mario de Andrade em termos de iniciais relações da nova arquitetura com a paisagem, âmbito no qual posteriormente Burle Marx, em sua investigação sobre espécimes vegetais locais, alinhou-se à ideia de uma paisagem definida por elementos autócnes e sensível a condicionantes mesológicas. Em paralelo com a ideia de conformação de uma cultura moderna brasileira iniciada pelos paulistas e aprofundada pelos cariocas, prolifera a ideia de regionalismo e de sincretismo da cultura universal com particularidades locais, principalmente nos discursos teóricos de Lucio Costa e nas experiências de Burle Marx. Ver GUERRA, Abílio. **Lucio Costa, Gregori Warchavchik e Roberto Burle Marx:** síntese entre arquitetura e natureza tropical. **Arquitextos**: Vitruvius, São Paulo, 029.05 ano 03, out 2002. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/revistas/ read/arquitextos/ 03.029/740>. Acesso em: 20 set 2006.

Advogado Max Valdemar Lubke. Em 1948, foi convidado Edgar Albuquerque Graeff, gaúcho formado na FNA-RJ, um ano antes[2]. Neste mesmo ano foi realizado o II Congresso Brasileiro de Arquitetos em Porto Alegre. A realização do evento no sul estava associada aos esforços de estruturação do ensino, da profissão e da própria arquitetura no Estado, coincidente com a afirmação do Movimento Moderno, do qual também é ato contínuo a criação do Departamento do Rio Grande do Sul, do Instituto de Arquitetos do Brasil[3] e a própria Faculdade de Arquitetura. O evento serviu também para a criação da revista Ante -Projeto, logo a seguir rebatizada com o nome de Espaço dirigida por Jorge Sirito, Glênio Bianchetti, Nélson de Souza Carlos M. Fayet, Enilda Ribeiro e Luís Fernando Corona [4]. No mesmo ano ainda a presença marcante de Maurício Cravotto, professor da Faculdade de Arquitetura da *Universidad de La República* de Montevidéu em Porto Alegre, para ministrar um curso no IBA contratado conjuntamente com o Prof. Arquiteto Idelfonso Aroztegui [5] (Figura 1). A presença dos uruguaios neste momento inaugural do ensino de arquitetura em Porto Alegre é, de certa maneira, representativo do marco cultural gaúcho nesta época e suas conexões com a região do prata, que teria significativa influência na formação das primeiras gerações de profissionais, em especial no campo do urbanismo. O Curso de Urbanismo do IBA proposto em 1945 e criado em 1947 (primeiro curso de urbanismo do Brasil), inicialmente com os professores Luiz Ubatuba de Farias e Edvaldo Pereira Paiva, teve como paraninfo da primeira turma de formandos, Oscar Niemeyer (Figura 2)[6]

[2] A primeira turma se formou em 1949, com Emil Achutti Bered, Mauro Guedes de Oliveira, Roberto Félix Veronezze, Salomão Sibemberg Kruchin, entre outros, e nas turmas seguintes, até 1951, Charles Renné Hugaud, Nélson Souza, Emilio Mabilde Rippol, Enilda Ribeiro, Jaime Luna dos Santos, Vera Carvalho Fabrício e Luís Fernando Corona.

[3] Em sequência da reunião para a realização do II CBA, com a presença de Ernani Dias Correa, Eugênio Steinhof, Edgar Albuquerque Graeff, Edvaldo Ruy Pereira Paiva, Egon Weindorfer, Carlos Alberto de Holanda Mendonça, Carlos Bube dos Santos, Romeu Amaral e Max Hermann Schlüpmann, foi realizada, em março de 1948, nova reunião para a criação do Departamento Estadual do Instituto de Arquitetos do Brasil, sendo eleito como presidente o Prof. Ernani Dias Correa. *Ibid*

[4] A Revista Espaço foi sequência da publicação denominada Ante-projeto, a exemplo da revista homônima criada por Edgar Albuquerque Graeff e Marcos Jaimovish na Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro. Em Porto Alegre, o primeiro número dedicado ao próprio II CBA foi dirigido por Edgar Albuquerque Graeff, Marcos Jaimovish, Francisco Riopardense Macedo, Jorge Sirito, Luis Fernando Corona e Nélson Souza. Ver: IBA. **Ante-Projeto.** Arquitetura, Urbanismo, Arte – Edição dedicada ao II Congresso Brasileiro de Arquitetos. Porto Alegre: IBA-RS, n. 1, ago. 1948.

[5] O curso de Cravotto no IBA foi realizado em 1948 e acompanhado pelos professores Demétrio Ribeiro, Edgar Graeff, Luiz Ubatuba de Farias, Edvaldo Paiva, Ney Crisostomo da Costa, Eugênio Steinhoff, e pelos estudantes Enilda Ribeiro, Jaime Luna dos Santos, Charles Renne Hugaud, Emil Achutti Bered, Samuel Sibemberg Kruchin, Roberto Félix Veronese, entre outros. O Prof. Arquiteto Idelfonso Aroztegui (1916 - 1998), formado na *Facultad de Arquitectura de la Universidad de la Republica* (1941) e com o titulo *Master of Science* pela *Illinois University* em Chicago, obteve o primeiro prêmio do concurso *Ab Elementary School of Tomorow,* promovido pela revista norte-americana *Architectural Record.* Foi presidente da *Sociedadde Arquitectos de Uruguay* (1961-1963).

[6] Oscar Niemeyer veio pela segunda vez ao Estado. A primeira viagem foi realizada em 1945, vinculada ao projeto realizado para o Instituto de Previdência do Estado, em terreno localizado na esquina da Avenida Borges de Medeiros com Andrade Neves, posteriormente ocupado pelo "Mata-Borrão" de Marcus Heckman. Nesta segunda viagem, igualmente realizada de táxi, como a primeira, veio acompanhado de Eduardo Corona. Conjuntamente com a turma de formandos composta dos Engenheiros Nelly Peixoto Martins, Sérgio Correa e Francisco Riopardense de Macedo, o meio acadêmico do IBA mobilizou-se para prestigiar a presença do arquiteto carioca, que por sua vez, além do discurso de formatura, realizou duas palestras no IBA e uma mesa redonda na casa de Fernando Corona, além de duas entrevistas concedidas ao Correio do Povo e à revista o Globo. Ver: NIEMEYER, Oscar. O povo gosta da nova arquitetura. **Correio do Povo,** Porto Alegre, ano 54, n. 165, 15 abr. 1949. p. 16. OSCAR Niemeyer em Porto Alegre. **Revista do Globo,** Porto Alegre, ano 20, fascículo 482, 15 mai.1949. p. 43-45 e 72 .

Figura 1: Curso de Urbanismo de Cravotto e Aroztegui no IBA. No centro da foto, à esquerda, Enilda Ribeiro, no meio, Charles Renné Hugaud, à direita, Maurício Cravotto., 1948.

A vinda de Oscar Niemeyer a Porto Alegre coincide também com o arrefecimento de outro significativo capítulo da afirmação da arquitetura no Estado: o movimento para a criação de uma faculdade de arquitetura autônoma, ao qual Niemeyer emprestou seu apoio. O curso de Arquitetura do IBA, desde sua criação em 1945, detinha, além de natural proximidade com as artes, filiação institucional com a outrora Escola Nacional de Belas Artes – ENBA, posteriormente Faculdade Nacional do Rio de Janeiro – FNA, com adoção formal do currículo da mesma em 1946[7]. Essa natural relação referencial com o contexto cultural da

[7] A FNA de certa maneira é espinha dorsal do ensino de arquitetura no Brasil, oriunda da Academia de Artes e Ofícios, criada em 1808 com a chegada da família real no Brasil, posteriormente transformada em Academia Imperial, com a arquitetura como um dos cursos da Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, coordenado por Grandjean de Montigny, integrante da missão francesa. No início do século XX, já na República, a Escola Nacional de Belas Artes passou a ocupar o edifício historicista e monumental, projetado por Morales de los Rios, na atual Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro. Em 1931, com a reforma de ensino, filiada ao Movimento Moderno e aos modelos de ensino contemporâneos, com a criação, entre outros conteúdos, da disciplina de urbanismo, proposta pelo diretor Lúcio Costa (de 1930 a 1931), iniciou processo de inovação – repleto de polêmicas com o segmento conservador ligado à tradição acadêmica e recheado de episódios como realização do Salão Revolucionário, em 1931, com artistas como Guinard, Cândido Portinari, Di Cavalcanti, Anita Mafalti e Tarsila do Amaral. A exoneração de Lúcio da direção da Escola, logo a seguir, e a passeata de protesto de estudantes acompanhada de Frank Lloyd Wright culminaram com a criação da FNA, em 1945, separada da ENBA, mesmo ano de criação do Curso de Arquitetura do IBA. Ver: SIMON, Círio. Origem do Instituto de Artes da UFRGS. [Tese de doutorado]. Porto Alegre: PUC-RS, 2002

Figura 2: Visita de Oscar Niemeyer à casa de Fernando Corona (abaixo, à esquerda, agachado). No centro em pé, Oscar Niemeyer e Eduardo Corona à esquerda. Estão na imagem Edvaldo Pereira Paiva, Ernani Correa, Tasso Correa, Moacir Zanin, Ari Mazzini Canarim, Carlos M. Fayet, Julio N. B. de Curtis, Charles Renné Hugaud, Luiz Ubatuba de Farias, Enilda Ribeiro, entre outros, 1949.

capital federal, no meio acadêmico, acentuava-se igualmente face à produção arquitetônica nativa, dominada por engenheiros, projetistas e alguns poucos arquitetos formados no Brasil, com predominância de estrangeiros de formação acadêmica e produção historicista, contrastando com os episódicos projetos cariocas modernos realizados para Porto Alegre, que pressupostamente despertavam o interesse da crítica e dos jovens estudantes gaúchos (Fig. 3)[8]. O Curso de Arquitetura da Faculdade de Engenharia – FE, criado em 1945, no mesmo ano que o do IBA, como reação à criação deste, seguia uma orientação relativamente distinta, de um modo geral, mas não desinteressante, e muito menos antagônica aos fundamentos

[8] Dentre outros, os projetos de Jorge Machado Moreira para o Centro Cívico de Porto Alegre, no final dos anos 1930, o seu projeto para o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, em 1942, o concurso para Administração Central da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, vencido por Affonso Eduardo Reidy e Jorge Machado Moreira, em 1944, e o projeto de Oscar Niemeyr e Saturnino de Brito para o Instituto de Previdência do Estado – IPE, em 1945. Posteriormente, em 1948, o IBA perderia seu professor de grandes composições, Jorge Machado Moreira, cedido ao Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, por solicitação do Ministério de Educação e Saúde, para a realização do projeto da Cidade Universitária e da sede da FNA, desde 1961 até hoje, projeto premiado na Bienal de 1957. A arquitetura carioca ainda marcaria presença no contexto gaúcho com a vinda e produção arquitetônica local do alagoano Carlos Alberto de Holanda Mendonça (1920-1956), em 1947, e do gaúcho Edgar Graeff, em 1948, ambos formados na FNA. Ver: CALOVI PEREIRA, Cláudio. Primórdios da arquitetura moderna em Porto Alegre: a presença dos arquitetos do Rio de Janeiro. **Cadernos de Arquitetura Ritter dos Reis**, Porto Alegre, v. 2, out. 2000. p. 47-71.

Figura 3: Da esquerda para a direita: Ateliê de Projeto do III ano, Curso de Arquitetura do IBA. Enilda Ribeiro, Luís Fernando Corona, Carlos M. Fayet. Fayet tem nas mãos maquete do projeto "Restaurante Rodoviário", 1950.
Fonte: Acervo Família Fayet, Foto Irineu Breitman

modernos do IBA e, por consequência, da FNA, cujo entendimento de certa maneira se disseminou [9]. O curso de arquitetura da FE naturalmente se afinava com a Politécnica de São Paulo[10] e, paradoxalmente,

[9] Os antagonismos, porventura, estavam mais no campo ideológico do que na relação de sobreposição ou oposição de conteúdos disciplinares, ou ao menos de orientação técnica do Curso de Arquitetura de ambas as instituições. O Curso de Engenharia, coordenado por engenheiros que dominavam o mercado de trabalho, de fato detinha um perfil mais liberal, desde o ponto de vista econômico e significativamente mais conservador, sob o ponto de vista estético, apesar da presença de Eugênio Steinhof. Enquanto que o IBA, recheado de arquitetos e urbanistas filiados a correntes progressistas, com grande afinidade a personagens como Oscar Niemeyer, inicialmente, e Vilanova Artigas, a seguir, reconhecidos por suas posições progressistas, aderiu ao Movimento Moderno

tendia a uma visão acadêmica e conservadora da arquitetura, graças à forte conexão com o mercado, a produção local e uma sociedade em parte provinciana e conservadora, formada por significativa presença alemã positivista no meio cultural, marcada pela arquitetura eclética e consequente influência de outras vertentes da arquitetura moderna europeia dentre elas o expressionismo. No entanto, com a criação do curso de arquitetura, em 1945, e a contratação do arquiteto austríaco Eugenio Steinhhof para coordenar o curso, o ensino da FE aproximou-se do praticado na Bauhaus, mesmo sem resultados expressivos de qualidade no produto de seus estudantes.

Portanto, com resistências e reações, de maior ou menor escala, a fusão entre os dois cursos era uma tendência, e após mobilização importante do meio acadêmico do IBA, foi criada, em 1952, a Faculdade de Arquitetura[11]. Logo se estabeleceu outro movimento, entre professores e estudantes, pela obtenção de prédio próprio, já que o curso, funcionando no "castelinho" (onde hoje se encontra o Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação – NORIE, no Campus Central), alimentava a ideia de dependência da engenharia. O projeto construído, após algumas versões projetadas por professores e estudantes, foi realizado dentro do Departamento Administrativo do Serviço Público – D.A.S.P. do Rio de Janeiro, cuja autoria é desconhecida, por encomenda do reitor Eliseu Paglioli, com grande rejeição por parte do meio acadêmico da arquitetura, com o compromisso de ser demolido na oportunidade de implantação da Avenida Primeira Perimetral, cujo traçado posteriormente mudou diversas vezes, em parte para preservar os edifícios da universidade.

Neste período primordial, em que a criação da faculdade de arquitetura e IAB-RS, e logo seguir, a criação da carreira de arquiteto e urbanista no poder público, principalmente na Seção de Urbanismo da Secretaria de Obras de Porto Alegre, a profissão de arquiteto aflorou no sul e com ela certa maneira de fazer cidade e projetos. Da mesma maneira, que nos polos irradiadores brasileiros, formaram-se escritórios de arquitetura que marcaram época por suas produções e atuações profissionais, além de exercerem importante influência sobre as gerações seguintes, entre estudantes e colaboradores. Ocorreu no Rio Grande do Sul o que, de certa forma, se processou no centro do País: a conflagração de posturas, ideias, conceitos e, com menos intensidade visível que nas escolas consagradas, sistemas formais e estilos arquitetônicos comuns em arquitetos que se reuniam ao redor de lideranças arquitetônicas e ideológicas. Produção consistente,

tanto pela via de suas tendências formais quanto por seu emblematismo ideológico. Estabeleceu-se, portanto, um emblemático embate de correntes filosóficas acentuadas pelo panorama internacional do pós-guerra, início da Guerra Fria, estalinismo por um lado, macarthismo por outro e, no contexto nacional, o fim do Estado Novo e o início de uma breve abertura política interrompida abruptamente em 1964. Nesse sentido, a liderança de Steinhof, naturalizado norte-americano, na EA, e Demétrio Ribeiro, Edgar Graeff e Edvaldo Paiva, referendados por Oscar Niemeyer pelo IBA, só faziam acentuar o processo de polarização radical, não tão incomum, em geral, no sul e frequente no campo ideológico.

[10] A Politécnica da Universidade de São Paulo – USP foi criada em 1893, face às demandas de industrialização, iminentes no panorama internacional do final do século XIX, e à necessidade de engenheiros, inicialmente com os cursos de Astrofísica, Arquitetura, Belas Artes, Física, Química e Zootecnia, que posteriormente se transformaram em faculdades autônomas, com professores importantes, tais como Adolfo Lutz, Vital Telêmaco, Van Langendock, entre outros. Em 1934, a Escola Politécnica incorporou-se à Universidade de São Paulo e, em 1960, instalou-se na Cidade Universitária.

[11] O movimento pela criação de uma faculdade de arquitetura independente e não parte integrante do Instituto de Engenharia, como pretendido em determinado momento pela Reitoria, com anuência do Curso de Arquitetura da FE, ganhou força em 1950 a partir da campanha "Por uma Faculdade de Arquitetura" – PUFA, coordenada pela comissão integrada pelos estudantes do IBA, Ari Mazzini Canarim, Vera Fabrício, Enilda Ribeiro, Carlos Maximiliano Fayet, Paulo Vallandro, Luiz Radomski, Gerson Hoyer, Adrovando Guerra, Zeno Maraninchi, Afrânio Sanches Loureiro, Zeno Maraninchi, conjuntamente com os professores Tasso Bolívar Dias Correa, Ernani Dias Correa, Fernando Corona e outros. O movimento ganhou páginas no jornal e envolveu mobilização pública. Ver: Lançam-se os estudantes do Instituto de Belas Artes na campanha "Por uma Faculdade de Arquitetura". **Correio do Povo**, Porto Alegre, Cia. Jornalística Caldas Júnior, 26 mar. 1950. p. 32.

em especial no exercício do oficio, rigor construtivo e coerência de pensamento ao longo de suas trajetórias, marcaram uma época de espírito "heroico", porém ainda relativamente anônima, a pesar dos esforços recentes na área da pesquisa sobre a arquitetura moderna no sul. Os anos seguintes trariam novos ingredientes à cena e outros personagens atuariam no enredo.

A REVISÃO DA ARQUITEURA MODERNA E O ENSINO E PESQUISA DA ARQUITETURA NO SUL

Os anos 1970 trouxeram ao Brasil o impacto da crise econômica mundial, bem como o agravamento da crise no cenário político do País[12]. No panorama cultural, em especial a revisão do Movimento Moderno no cenário internacional, desde os anos 1950, colocou em crise diversos valores que formavam a base da Arquitetura Moderna Brasileira, ocasionando, principalmente no meio acadêmico, debates sobre valores e rumos da arquitetura nacional no ambiente eclético do pós-modernismo. Mesmo com uma baixa prodigiosa da produção arquitetônica, face à crise econômica, a desaparição de encargos públicos, a transformação cultural da sociedade sob ditadura militar e a crescente influência consumista norte-americana, a partir dos anos 1970 e ao longo dos 1980, proliferaram arquiteturas e pluralidade de valores, ou ausência deles, que demarcaram explicitamente a condição de crise. A transição entre o período de apogeu da arquitetura brasileira, dos anos 1930/60, a massificação e esvaziamento de conteúdos dos 1970 e a revisão dos 1980 delinearam o processo de transformações interpretado por parte da crítica como perda da "tradição" moderna da arquitetura brasileira; desvalorização de seus princípios e paradigmas; deterioração conceitual e estética. Fenômeno acusado principalmente à década de 1980, chamada de "década perdida" e parte dos 1990, marcadas, segundo seus detratores, pelo ecletismo arquitetônico, com distinções regionais ou por diferentes grupos que se aglutinaram em tendências muitas vezes volúveis, engajadas superficialmente no formalismo de correntes estéticas e muitos "ismos", com pontuais episódios de investigação consistente. Considerando que esse panorama geral se repetiu no Rio Grande do Sul, com esparsas manifestações arquitetônicas de qualidade, em segmentos bastante específicos de uma produção arquitetônica escassa dentre um ambiente de arquitetura imobiliária, destituída de qualquer erudição, que cresceu vertiginosamente, é voz corrente a superficialidade formal da arquitetura dominante nessas décadas de revisão, em particular das manifestações classificadas como pós-modernistas.

Por outro lado, a reação ao intuísmo, empirismo e a baixa fundamentação teórica que acompanhou a evolução da Arquitetura Moderna Brasileira, principalmente nos anos 1970[13], amparada em amplos movimentos internacionais de reavaliação da arquitetura moderna e revalidação da disciplina, motivaram o recrudescimento da análise e estudos acadêmicos sistemáticos sobre arquitetura moderna. Nos últimos trinta anos, o reconhecimento da arquitetura como corpo disciplinar próprio, em termos brasileiros, propiciou exame e depuração das diversas manifestações da arquitetura moderna em bases que recompõem o entendimento dos fundamentos e processos históricos que a motivaram. A partir do final da década de 1970, a consolidação da pós-graduação, o fortalecimento da pesquisa, o incremento de eventos, publicações e instituições dedicadas ao fomento intelectual do conhecimento em arquitetura no meio acadêmico do Rio Grande do Sul, em prol da geração de uma cultura acadêmica que a Arquitetura Moderna

[12] Crise internacional de energia e do petróleo advinda da crise no Oriente Médio, o insucesso, ao longo da década, da política do "Milagre brasileiro", e gradativo esgotamento dos governos militares na América do Sul, combalidos por inflações monetárias exorbitantes, corrupção e sectarismo.

[13] Marcada pela contaminação ideológica provocada pela reação à ditadura militar advinda da revolução de 1964 e pela crescente presença da dominação cultural norte- americana, a desaparição das publicações de arquitetura, da crítica e a exclusão persecutória de intelectuais cassados, expurgos e exilamentos.

Figura 4: Três publicações oriundas do meio acadêmico, representativas da "revisão do Movimento Moderno" no ensino, no processo de projeto e na arquitetura brasileira no sul: COMAS, Carlos E.D. (Org.), Projeto arquitetônico - disciplina em crise, disciplina em renovação, São Paulo: CNPq - Projeto, 1986. MAHFUZ. Edson da Cunha. Ensaio sobre a razão compositiva. Belo Horizonte: UFV/AP , 1995. MARQUES. Sergio Moacir. A Revisão do Movimento Moderno? Arquitetura no Rio Grande do Sul dos anos 1980. Porto Alegre: Ritter dos Reis, 2002.
Fonte: Acervo Pessoal.

pressupostamente não valorizava, forjaram paradoxalmente, o ambiente de revalidação de fundamentos da Arquitetura Moderna Brasileira em paradigmas contemporâneos (Figura 4). A revalorização da história, o esgotamento do pensamento unívoco e laudatório de uma única "idade de ouro", a queda e enfraquecimento crescente de modelos arquitetônicos simplificadores praticados *ad referendum*, principalmente os estereótipos mal interpretados e engendrados copiados do brutalismo paulista e da arquitetura pós-Brasília, contribuíram para a retomada de estudos que reconduziram ao pensamento de intelectuais modernos pioneiros, como Le Corbusier e Lúcio Costa. A análise da forma arquitetônica, o pensamento tipológico, a revalorização do patrimônio cultural e ambiental, do contexto e da paisagem, emergentes nos 1980, em termos brasileiros, revalorizaram o fazer arquitetônico consequente a um *corpus* conceitual e disciplinar, validando o projeto como ferramenta de investigação e ação de importante carga intelectual. É dentro dessa visão que uma nova fase da Arquitetura Moderna Brasileira consolida-se, centrada na produção recente, principalmente de arquitetos paulistas, cariocas, mineiros e gaúchos acompanhados de estudos das diversas manifestações da Arquitetura Moderna Brasileira que ganham fôlego, nos programas de pós-graduação e ambientes intelectuais privilegiados. Distinto, em parte conceitualmente, mas principalmente histórica e cronologicamente da crítica emergente ao Movimento Moderno, originada dentro dos próprios CIAMs a partir de grupos como o Team X e do realismo dos anos 1950, a revisão do Movimento Moderno em solo brasileiro, se por um lado gerou uma arquitetura menos engajada e mais formalista, por outro, pavimentou a revalorização da disciplina, do projeto, da cidade, da história e consequentemente da própria Arquitetura Moderna como movimento cultural de excelência da arquitetura brasileira. O meio acadêmico gaúcho e a evolução de uma crítica de arquitetura amparada nele, emergente, não por mera coincidência, a partir do final da década de 1970, ocupando posição expressiva no panorama brasileiro, e por vezes internacional, advém substancialmente da efervescência do período, motivada pelos antagonismos arquitetônicos, sem deixar de ressentir-se, em determinados momentos, dos mesmos reducionismos críticos e conceituais, frutos da generalização.

Em especial a FAUFRGS, incorporando certa liderança na crítica questionadora aos postulados do Movimento Moderno, acabou por também fomentar condições para que exames aprofundados recolocassem valores da Arquitetura Moderna Brasileira em outro patamar, o que era inevitável. Mahfuz em seu emblemático texto "Quem tem medo do pós modernismo"[14], de certa maneira insinuava relações de continuidade teóricas que colocavam o chamado pós-modernismo em condição distinta da oposição sistemática ao Movimento Moderno, como o debate dava a entender. Mais que isto, colocava-o como um movimento que, ao debruçar-se criticamente, partia deste e não de sua negação para o desenvolvimento de determinadas análises e pensamentos. Críticas e episódios deveras sectários em relação à Arquitetura Moderna existiram de fato, com frequência e intensidade significativas, mas também o reexame da Arquitetura Moderna Brasileira ofereceu, em níveis mais profundos, a compreensão de conceitos, particularmente no pensamento e obra de Lúcio Costa, que não significaram antagonismo, mas continuidade histórica[15].

O debate crítico a respeito da arquitetura moderna no Rio Grande do Sul, de maneira mais sistemática e que introduz um certo efeito propagador, inicia-se em ambientes e condições bastante delimitadas do meio acadêmico, no final da década de 1970. A retomada de uma abordagem crítica e uma discussão de conteúdos disciplinares da arquitetura coincide, em um primeiro momento, com as críticas ao Movimento Moderno, na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Primeiramente, a partir de 1978, nas disciplinas da graduação, Prática de Projetos V, e a seguir Prática de Projetos II e IV, do Departamento de Arquitetura[16] e a seguir com a criação da pós-graduação[17]. O ateliê de Prática de Projetos V abordava a temática da habitação tecendo uma crítica substancial ao paradigma de Brasília, aos conjuntos habitacionais promovidos pela política habitacional do BNH, aos arranjos e soluções de compartimentação e implantação dos projetos modernistas, colocando a questão do desenho da cidade sob o ponto de vista morfológico na pauta dos trabalhos acadêmicos. Buscando recolocar o problema da habitação de massas como um problema legitimamente arquitetônico, desenvolviam-se, no contexto

[14]"Quem tem medo do Pós Modernismo? Nota sobre a base teórica da arquitetura dos anos 1980", de Mahfuz, texto referencial da década de 1980, publicado pela revista Projeto e republicado nos anos 2000. Ver MAHFUZ, Edson. O Clássico, o Poético e o Erótico e outros ensaios. Porto Alegre: Editora Ritter dos Reis, 2002, p.77-89.

[15] Como sistematicamente Carlos E. D. Comas tem demonstrado em seus ensaios sobre Lucio Costa e a formação de uma arquitetura brasileira, repleta de conexões com o contexto e com a tradição, assim como de uma cultura de sólida base intelectual, contraditória à frequente interpretação das motivações intuitivas do universo formal da arquitetura brasileira. Ver COMAS, Carlos Eduardo Dias. Precisões Brasileiras: Sobre um passado da Arquitetura e Urbanismos Modernos a partir dos projetos e obras de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, MMM Roberto, Affonso Reidy, Jorge Moreira & Cia., 1936-45. Universidade de Paris VIII: Vincennes: Saint Denis, 2002.

[16] Ministradas pelos professores Carlos Eduardo Dias Comas (1943), Rogério de Castro Oliveira (1952), Ligia Maria Bergamaschi Botta, José Artur D'Aló Frota (1951) e Cláudia Obino Correa (1950), acompanhados depois por um círculo mais amplo de novos professores, como Rufino Becker (1952), Paulo Leônidas de Barros, Eduardo Lisboa Galvão (1954), Edson da Cunha Mahfuz (1953), Silvio Belmonte de Abreu Filho (1952), Paulo Roberto de Almeida (1948) e Eliane Sommer de Almeida (1952).

[17] Com o reingresso do Arq. Carlos Eduardo Dias Comas na FAUFRGS em 1977 e a criação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - PROPAR, em 1978, o debate começou a ganhar corpo, influenciar o meio e a deflagrar mudanças no contexto acadêmico. Comas realizou curso de Mestrado em Arquitetura e Desenho Urbano na Universidade da Pensilvânia. Segundo ele, esta experiência oportunizou contato com Francis Bacon e com a obra de Colin Rowe, que "significou uma virada em termos de argumentação sobre a cidade e sobre Le Corbusier". Afirma ainda, que importante passagem em sua formação profissional foi trabalhar com o Arq. Cláudio Luiz Gomes de Araújo, em uma relação "tipo mestre-aprendiz" com quem realizou vários projetos, como o do Ed. Presidente (1970) (em equipe com Newton Silveira Obino); a CEASA (1970) (em equipe com Carlos Maximilano Fayet); o concurso para o Parque Marinha do Brasil (1974) (em equipe com José Artur D'Aló Frota e a Cláudia Obino Correa) e várias arquiteturas de interiores. Também uma passagem pela empresa Domus, posterior Maguefa, trouxe uma visão bastante crítica às mazelas do mercado imobiliário gaúcho. COMAS, Carlos Eduardo Dias. Entrevista gravada em fita cassete, Porto Alegre, abr. 1998.

didático, projetos que buscavam uma renovação tipológica associada à busca de estratégias compositivas adequadas ao reposicionamento da habitação coletiva no contexto do quarteirão e, por extensão, do bairro[18].

Na disciplina de Prática de Projeto Arquitetônico IV, a partir de 1982 o tema trazia a ideia de desenhar um bocado do tecido da cidade, na forma de um quarteirão, onde espaço edificado e espaço aberto, espaço público e espaço privado e seus intermédios criavam uma relação morfológica de continuidade, dentro de uma visão de formação da cidade a partir do projeto de arquitetura[19]. Esse período, com o produto dos trabalhos acadêmicos dos ateliês, dentro de um marco referencial distinto da tradição modernista sinalizou o início de um debate acadêmico e de uma certa partição da comunidade de arquitetos, cujo *status quo* até então gravitava em torno de princípios fundamentais regidos pela pensamento e obra modernos e um pensamento político-social de forte tendência progressista[20].

A partir desse momento estabeleceu-se uma crescente polarização entre professores, estudantes e arquitetos em função de questões que traziam em seu bojo um confrontamento de ideias relativas aos paradigmas do pensamento da época, à tradição da arquitetura moderna local, ao estado em que a arquitetura e o ensino se encontravam naquele momento, e a chegada das críticas ao Movimento Moderno com um novo repertório de conceitos, formas e referências arquitetônicas difusas, chamado de pós-modernismo. Afora embates, a efervescência do momento estabeleceu uma nova ordem de relações, cujo engajamento cresceu tremendamente. O ensino da arquitetura ressentia-se de vida acadêmica nas suas especificidades, por parte de professores e principalmente de alunos, e a produção arquitetônica, por sua vez, vinha gradativamente perdendo qualidade, sob o ponto de vista de consistência teórica. Surgiu um debate aquecido que serviu para trazer à tona a arquitetura como plano maior dos posicionamentos ideológicos. MAHFUZ considera que esse contexto da escola de arquitetura vinha de um grande distanciamento entre a arquitetura brasileira e a cultura arquitetônica internacional, em parte por arquitetos brasileiros não valorizarem a intelectualidade na arquitetura, somente na política, e por outro, em função de haver naquele momento um certo sentimento de auto-suficiência arquitetônica remanescente ainda do período heroico, em que os arquitetos brasileiros adquiriram maioridade.

Na Universidade, esse debate tomou forma em diversos episódios que serviram de palco e reflexão para as questões ora em discussão e que passaram a ser o fórum das mudanças, como a abertura de alguns canais

[18] OLIVEIRA, Rogério de Castro. Entrevista por escrito, Porto Alegre, 1998.

[19] Ministrada pelos Profs. Paulo Leônidas, Rogério de Castro Oliveira e José Artur D'Aló Frota. "A crítica aos modelos vigentes, aos quais ainda era dada a chancela do modernismo 'ortodoxo' (em parte na vertente das urbanizações de Hilberseimer, em parte na da Carta de Atenas), bem como a incorporação, por parte dos estudantes, de um repertório que surgia como novidade nas revistas internacionais de arquitetura, embora não necessariamente endossado pelos professores envolvidos (ou parte deles), provocou reações inusitadas tanto de docentes da Faculdade, como de grupos externos, ligados a outras instituições de ensino (Faculdades Canoenses, UNISINOS,...) e, notadamente ao Instituto de Arquitetos do Brasil. Id.

[20] No Rio Grande do Sul, o Partido Comunista Brasileiro, o chamado "Partidão", tinha grande penetração entre as lideranças dos arquitetos e nos órgãos de classe. Nesse momento, intensificou-se no meio acadêmico a ideia de uma discussão centrada nas questões espaciais. Para COMAS, a discussão que se estava colocando não era uma discussão estilística, mas era uma discussão tipológica: "A pecha pós-moderna foi dada pelos outros. De certa forma no padrão de economia correto, determinado pelo contexto, 4 andares sem elevador, janelas buraco simples, ritmos elementares, acabava conduzindo a uma arquitetura a *la Rossi,* porque é resposta lógica sob o ponto de vista de ter um mínimo de presença estética". COMAS aceita a condição pós-moderna na medida do momento em que algumas certezas e mitos do moderno foram derrubados. "Mas é diferente em relação ao que aparecia nas revistas como estilo pós-moderno. Há uma história de fundo e há uma história que rapidamente se esgota, a preocupação excessiva com o ornamento, mesmo dentro da desvalorização que o mercado traz a qualquer arquitetura como houve com o "modernoso" . COMAS, Carlos Eduardo Dias. Entrevista gravada em fita cassete. Porto Alegre, abr. 1998.

de viabilização na Universidade, fundamentalmente através do Programa de Pós-graduação em Arquitetura[21], a instauração de uma série de intercâmbios com outras instituições e escolas de arquitetura, através dos quais realizaram-se eventos e promoveu-se a vinda de professores e arquitetos estrangeiros[22]. CASTRO OLIVEIRA expõe que "é pertinente citar, ainda, o estreito contato que se estabeleceu nos anos 1980 com a *Architectural Association School of Architecture,* através de estágios dos quais participaram vários professores da faculdade, e que indiretamente influenciaram o exercício da docência"[23].

Entre os estudantes, uma outra condicionante agia sobre seus questionamentos arquitetônicos. O apelo das ideias aportadas naquele momento, através das publicações, produzia grande efeito propagador[24]. Mesmo que a natural sedução que um movimento de vanguarda imbuído de rupturas com a verdade instaurada e de renovação com as gerações anteriores não bastasse, a natureza licenciosa, pueril, virtuosa de um movimento que se esquivou da severidade, da sisudez, do patrulhamento ideológico do Movimento Moderno foi o agente decididamente cativante. O pós-modernismo, entre os estudantes, trouxe em parte o sentimento de redenção de uma cartilha, carregada do peso da dívida social do País e da dureza da verdade na arquitetura em uma realidade complexa como a nossa para uma possibilidade de deleite com os elementos sintáticos e semânticos da arquitetura, universais e livres de pobres e sofridas realidades locais. Tal júbilo estava expresso na concorrida festa realizada no saguão da FAUFRGS em 1982, organizada pela Chapa-Sã, onde foi realizado um enterro simbólico de Le Corbusier, com caixão feito em escala 1:1 apoiado sobre pilotis e laterais arranjadas como se fossem fachadas com *breze-soleil*[25]. O defunto feito de pano, com óculos redondo de aro grosso ainda ficou um bom tempo circulando pelos corredores e festas dos estudantes. O ambiente fervia.

[21] O PROPAR foi criado em 1978, na gestão de Newton Silveira Obino na Direção da Escola, junto com uma comissão formada por Frederico Mentz e Elvan Silva. Obino permaneceu como Coordenador do PROPAR até a abertura do mestrado dentro do programa em 1990. A partir de 1979, Comas assumiu a coordenação de ensino e em 1990 a coordenação geral no lugar de Obino, em que ficou até 1993 quando foi substituído por Edson da Cunha Mahfuz. Em 1980, foi realizado o primeiro curso de especialização em arquitetura habitacional, conjugando a área de arquitetura industrializada, desenvolvida anteriormente. Foram diretores da FAUFRGS: João Batista Pianca, 1952-53, 1958-65; Ney Chrysóstemo da Costa, 1954-57; Werner Gründing, 1965-68; Júlio Ribeiro de Castilhos, 1969-73; Flávio Figueira Soares, 1974-77; Maria Helena Bered, 1982-85; Newton Silveira Obino, 1978-81; José Albano Volkmer, 1986-88; Edmundo Füller, maio a dezembro de 1988; Roberto Py, 1988-91; Saint Clair Nickelle, 1992-96; Elvan Silva, 1997 até hoje.

[22] Especificamente os Encontros sobre o ensino do projeto arquitetônico, realizados em 1985, 1986 e 1987, na FAUFRGS obtiveram repercussão nacional e abriram a Escola para o cenário latino-americano. Arquitetos estrangeiros passaram a visitar a Faculdade de Arquitetura com regularidade, estabelecendo vínculos, principalmente com contextos acadêmicos da Argentina e do Chile. Em momentos diversos dos encontros estiveram na FAUFRGS, Alfonso Corona Martinez, Miguel Angel Rocca, Marcelo Trabucco, Fernando Diéz, Jorge Liernur e outros da Argentina, Rodrigo Perez de Arce, Enrique Browne, Cristian Boza e Fernando Perez Oyarzun e outros do Chile. Destaca-se Alfonso Corona Martinez, Catedrático da Universidad de Belgrano, pelas estreitas relações que se estabeleceram com o PROPAR.

[23] Alguns professores da FAUFRGS, como Carlos Eduardo Dias Comas, em 1983; Paulo Leônidas e Carlos Azevedo Moura, em 1984; Gilberto Cabral, em 1985; Rogério de Castro Oliveira, em 1986; Silvio Belmonte de Abreu Filho, em 1987; passaram lá uma temporada de três meses, integrados às atividades *da Architectural Association School of Architecture,* através de convênio firmado pelo CNPq.

[24] Várias publicações manuseadas pelos estudantes e alguns professores no meio acadêmico foram protagonistas das mudanças de referências: textos de Robert Venturi, Cristian Norberg Schulz, Aldo Rossi, Miguel Angel Rocca, Colin Rowe, Paolo Porthoguesi., Charles Moore, Rob Krier; revistas como Architectural Design, Architecture d'Aujourd'hui, Casabella e outras também o foram. Autores e arquitetos do cenário internacional, da revisão crítica ao modernismo e do pós-modernismo entravam em conexão com os trabalhos acadêmicos.

[25] Ver SILVA, Elvan. Pompas fúnebres para Le Corbusier. Jornal do Instituto de Arquitetos do Brasil, Porto Alegre, n.15, p. 3, out. 1982.

Dessa forma, na FAUFRGS, no final da década de 1970 e na primeira metade da década de 1980, com a abertura da pós-graduação em arquitetura, o ingresso de novos professores, as mudanças na chefia de departamento e mais a adesão e o interesse de boa parte dos estudantes ao processo que se desenvolvia, as discussões passaram a ocorrer de forma sistemática. Houve uma re-estruturação da sequencia de projeto com alterações temáticas e de enfoque dos ateliês, surgindo disciplinas de análise de arquitetura. Nesse período, começaram mudanças substanciais, não só nos temas, como nos procedimentos dos ateliês, com a adoção mais frequente de debates analíticos da produção discente na forma de painéis e discussões, em que a crítica ao projeto era feita em evento público. Também a realização de aulas teóricas e expositivas dentro dos ateliês, normalmente debruçadas sobre exemplos notáveis da arquitetura contemporânea ou da história da arquitetura, em gradativa substituição ao modelo assessoramento individual e entregas dos projetos acadêmicos para avaliação dos trabalhos pela equipe de professores isoladamente[26]. O debate reinaugurou um período de grande atividade no meio acadêmico e, portanto, de produção substancial. Por um lado, os ateliês, imbuídos da renovação, pautavam-se pelas ideias essenciais do pós-modernismo, dando ênfase à inserção arquitetônica do objeto no contexto da cidade e especulações sobre questões compositivas e formais, impregnadas de historicismo em um primeiro momento, ao passo que os outros ateliês, mais próximos da tradição moderna, combatiam a abstração formal e o diletantismo intelectual com uma ênfase maior nas questões tectônicas e nos problemas de construção dos projetos propostos .

A partir da Universidade, o debate sobre as novas tendências e seus desdobramentos no ensino propagou-se para outros contextos da arquitetura no Rio Grande do Sul. Entre as escolas de arquitetura privadas, destacava-se a FAU Ritter dos Reis; única escola de arquitetura particular em Porto Alegre na época. Por sua proximidade geográfica com a FAUFRGS era natural participante dos acontecimentos, principalmente através do corpo discente e dos jovens professores, alguns recém egressos da universidade. Por outro lado, boa parte do *staff* de professores da Ritter dos Reis integrava tradicionalmente as diretorias do IAB - RS e vinha acompanhando os debates da FAUFRGS através dos eventos. Na FAU Ritter dos Reis, uma dinâmica maior para mudanças, em um contexto de escola privada, ocasionou uma revisão mais ampla da estrutura curricular do curso de arquitetura e urbanismo, envolvendo todos os departamentos e áreas da escola e de forma mais rápida que em outras, mesmo a FAUFRGS, em determinadas sequencias, como História da Arquitetura, Urbanismo, Desenho e Materiais e Técnicas da Construção.

Realizados os 1° e 2° SEMINÁRIO DE ENSINO da FAU Ritter dos Reis, entre 1984 e 1986, com o apoio de todos os segmentos da escola no segundo, as divergências e polêmicas se encaminharam para o terreno das vertentes arquitetônicas e, a partir desse evento, algumas ideias, que vinham sendo sopradas com os novos ventos das discussões, incorporaram-se significativamente aos princípios estruturadores do curso[27]:

[26] "A consequência mais duradoura das discussões então travadas, foi uma renovação dos ateliês de projeto da escola, que, a partir daí sofreram mudanças muito significativas nos procedimentos adotados, especialmente o deslocamento do sistema de consultas individuais em favor do assessoramento coletivo dos estudantes, através de painéis. Esta mudança de ênfase refletiu, na verdade, a tomada de consciência de que o ensino de projeto refere-se à um conhecimento teórico-prático, não podendo ser redutoramente encarado como simples simulação da "prática profissional do arquiteto". OLIVEIRA, Rogério de Castro. Entrevista por escrito, Porto Alegre, 1998.

[27] Com o apoio da direção, começaram mudanças que modificaram afinidades e os valores que estabeleciam a cultura dentro do contexto acadêmico. Uma comissão tripartite, representante dos segmentos da escola, foi criada em 1988, constituída originalmente pelos prof. Cairo Albuquerque da Silva (1945), Júlio Ramos Collares (1953) e Sérgio Moacir Marques (1962), para coordenar o Curso de Arquitetura e Urbanismo e elaborar o currículo pleno da escola.

Figura 5: Conferência de Eládio Dieste, na FAU Ritter dos Reis, Porto Alegre, 1990. Da esquerda para a direita, Cairo A. da Silva, Carlos E. D. Comas, Sergio M. Marques, Flávio D´Almeida Reis, Eládio Dieste, Julio R. Collares e Cláudio Araújo.
Fonte: Acervo Pessoal.

- o estabelecimento da cidade como denominador comum dos diversos níveis e temas abordados nos ateliês de projeto e urbanismo e conexão principal do aumento de complexidade gradativa dos ateliês;

- uma franca tendência à contextualização e o crescimento de importância das questões de linguagem e trato do objeto arquitetônico como elemento formal nas abordagens de projeto desde o início do curso;

O currículo do curso estruturou-se pela ótica de quem projeta, quem estuda e quem constrói arquitetura, com ênfase nos temas da cidade, partindo do concreto para o abstrato, do empírico para o cientifico, do lúdico para o sistemático, do geral para o particular[28]. Em relação à estruturação curricular anterior, armada sobre um ciclo básico e outro profissional, seguindo essencialmente o currículo da FAUFRGS da década de 1970 - que tinha, por sua vez, uma certa orientação *Bauhaus* - a nova proposta se dava de outra forma. Antes, com uma tendência de abordagens globalizantes sobre os temas, as questões especificas do projeto de arquitetura ficavam adiadas. Agora, a especificidade do projeto passou a ser colocada como visão abrangente e introdutória do universo da arquitetura. Em cada sequencia da área de projeto, teoria e história e tecnologia, os conteúdos foram reformulados de acordo com os novos princípios estruturadores. A sequencia de desenho passou a enfocar preferencialmente o croquis de projeto e o desenho de criação,

[28] A estruturação do currículo pleno da escola começou a ser ordenada dentro de princípios didáticos fundamentados principalmente em formulações teóricas trazidas por Cairo Albquerque da Silva. Ver FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO RITTER DOS REIS. Princípios estruturadores do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU Ritter dos Reis. Porto Alegre, 1987.

ao invés da ênfase no desenho de observação; a sequencia de história e teoria concentrou-se na história da arquitetura e no estudo do pensamento arquitetônico dentro da história geral e das artes; a sequencia de urbanismo acresceu o desenho urbano ao planejamento territorial; as disciplinas de tecnologia aprofundaram o enfoque de quem projeta e constrói ao invés da ênfase no cálculo.

A nova configuração do currículo, a criação da Comissão de Coordenação Acadêmica do Curso, o engajamento da Direção da Escola e o ingresso de novos professores[29] abriu espaço para a renovação, dentro de um novo contexto, em que o debate acadêmico e conteúdos disciplinares da arquitetura se introduziram em articulação com os existentes, ao mesmo tempo em que aspectos mais relacionados à prática profissional permaneceram (Figura 5). Em outras escolas de arquitetura do Estado gradativamente, e também de forma localizada, algumas experiências passaram a incorporar os elementos de revisão crítica aos modelos de ensino e à arquitetura moderna, como referência predominante. Na FAU - Unisinos, a partir de 1982 na restruturação da sequencia de Urbanismo[30], na FAU da Universidade Federal de Pelotas,[31] em 1985, na sequencia de Teoria e História da Arquitetura e assim por diante.

Se a primeira metade da década de 1980 foi marcada por uma mais acentuada discussão e reflexão, a segunda metade ingressou na experimentação e demonstração de algumas obras. Essa fase é inaugurada por uma pequena exposição, intitulada JOVENS ARQUITETOS, realizada em 1985, no saguão da Faculdade de Arquitetura da UFRGS[32] (Figura 5), que despertou a atenção de arquitetos de várias gerações em relação às novas experiências arquitetônicas que já apareciam na produção profissional dos jovens arquitetos[33].

[29]A partir da segunda metade da década de 1980 começou uma progressiva renovação do corpo docente, com o ingresso de novos professores, que incorporavam os debates e algumas novas experiências. Maria Luiza Adams Sanvitto (1952), Luiz Felipe de Lima Helfer (1963), Marco Aurélio Ciongoli Peres (1963), na sequencias de Introdução à Arquitetura (em um trabalho coordenado por Júlio Ramos Collares) e Desenho. Cláudio Calovi Pereira (1961), Renato Fiori (1963), na nova sequencia de História da Arquitetura, Maria Isabel Marocco Milanez de Balestra (coordenadora da sequencia) (1951), Selene San Martin (1964) Andréa Soler Machado Mahfuz (1962) na sequencia de Urbanismo, entre outros.

[30]Com a Coordenação de Maria Isabel Marocco Milanez de Balestra e a participação de Rômulo Krafta, Luiz Volcato Custódio (1953), João Carlos Rosito, Décio Rigathi , Salma Cafrune e outros. BALESTRA, cita que uma importante referência teórica para esta reformulação foi o texto *Notes sur l' Estructure de l' Espace Urbane* Jean Castex e Phillippe Panerai publicado na *Architecture Ajourdoui* de 1972. BALESTRA, Maria Isabel Milanez. Entrevista gravada em fita cassete, Porto Alegre, 1998.

[31]Com o ingresso de Fernando Delfino de Freitas Fuão (1956) e a ação de Ester Gutierrez e Rogério Gutierrez na coordenação do curso. FUÃO expõe que, em Pelotas, a discussão crítica ao modernismo antecedeu significativamente as primeiras experiências de projeto. No contexto acadêmico, introduziu-se na graduação através das disciplinas de Teoria e História da Arquitetura, a partir de contato com "relatos, aulas sobre as posturas da nova crítica, em Porto Alegre, uma cidade tão distante das capitais, mas mesmo assim, a primeira, com certeza a reflexionar e tratar de transmitir o que estava acontecendo por lá, do outro lado do oceano", ainda que tenhamos "uma diferença de fuso horário que não é de quatro horas em média, mas sim de no mínimo, dez anos. [...] as notícias continuam vindo por mensagens dentro de garrafas" e "acabam molhadas e borradas". FUÃO, Fernando Delfino de Freitas. Entrevista por escrito, Porto Alegre, 1998.

[32] A Exposição foi organizada pelos arquitetos Edson da Cunha Mahfuz, Luiz Antônio Carvalho da Rocha e Luís Henrique Haas Luccas (1960) Participaram obras como a Casa Furlan (1980), de Sílvio Belmonte Abreu Filho; o projeto da Casa Pereira de Souza (1984) em São Gabriel, de Edson da Cunha Mahfuz; o projeto do Ed. Amélia Telles, de Luiz Antônio Carvalho da Rocha e Sérgio Moacir Marques; o projeto para o concurso para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (1984), de Luiz Antônio Carvalho da Rocha; o projeto da Casa de Garopaba (1984) e a Residência Eduardo Ramos Collares (1984) em Imbituba, de Júlio Ramos Collares; o Orfanato Maisonave (1984), de Eduardo Lisboa Galvão e a Casa em Santa Catarina e o projeto de edifício em Espumoso (1984) de Luís Henrique Haas Luccas. Ver MARQUES, Sérgio Moacir. O avesso do avesso - com a palavra o protagonista. **Projeto**, São Paulo, n. 143, p. 57-58, jul. 1991.

[33] Em relação a esse evento, COLLARES manifesta: "A exposição foi algo improvisado. Teve valor no entanto, pelo simples fato de, já há muitos anos não haver mostras de projetos, reacender a discussão da matéria principal da arquitetura. Como significado para a minha carreira, talvez possa identificar ali um ponto de inflexão para uma produção mais autoral, embora considere que a carreira de um arquiteto não se faz necessariamente de modo linear e ascendente. Caracteriza-se muito pela irregularidade e nem tudo que se produz ou faz profissionalmente tem maior significado.". Ver COLLARES, Júlio Ramos. **Entrevista por escrito**. Porto Alegre, 1997.

Figura 6: Cartaz da Exposição Jovens Arquitetos, FA/UFRGS, Porto Alegre, design gráfico arq. Nico Rocha, 1985. Casa de Garopaba, arq, Julio R. Collares, 1984. Projeto premiado na Primeira Bienal de Arquitetura do Rio Grande do Sul, 1991.
Fonte: Acervo Pessoal.

Perpassa as obras apresentadas, além do denominador da experimentação das novas vertentes ora discutidas, o uso de algumas referências conceituais e formais celebrizadas no momento. Na casa Furlan, em pelo menos uma de suas fachadas, a aplicação da simetria e elementos icônicos à *Venturi*.; na Casa Pereira de Souza, os jogos abstratos de geometria da arquitetura conceitual de Jonh Hedjuck; no Edifício Amélia Telles, as alegorias à *Graves*, *Moore* ou *Stern*; na Casa de Garopaba (Figura 5), o regionalismo crítico de Frampton com o classicismo de Rossi. A inauguração da exposição, finalmente, tinha algo de uma certa catarse, como se coisas relativamente secretas teimassem por aparecer. O clima era de expectativa e curiosidade, apesar de uma certa tensão.

O lugar cheirava a vinho barato.

CONCLUSÃO

Contrária, portanto, à visão de descontinuidade entre movimentos culturais ou ao truncamento de relações por obstruções circunstanciais e adepta à valorização da compreensão dos caminhos trilhados pela cultura através das particularidades e processos históricos regionais, a reflexão conduzida por este artigo sugere que parte da crítica emergente desde o final dos anos 1970, alimentada pela reação ao Movimento Moderno, no Brasil, a partir do meio acadêmico, acabou por oportunizar o resgate de princípios da Arquitetura Moderna para o debate da arquitetura contemporânea.

O debate, desde então, transcendeu a questão do internacionalismo cultural ou do regionalismo crítico, da profusão de ícones da sociedade de consumo ou a volta da essencialidade, de uma possível identidade latino-americana, da revisão crítica da Arquitetura Moderna sob uma ótica histórica e examina os rumos da Arquitetura em um mundo de novas tecnologias e mudanças importantes no panorama político, globalizado, mas repleto de fronteiras. A retomada de fôlego do Movimento Moderno e o redobrado interesse pelas suas manifestações particulares, na última década do século XX e princípios deste, deve-se, desde o ponto de vista do entendimento aqui desenvolvido, aos seguintes aspectos:

- Conforme explicitado anteriormente, mais ao sentido culturalista e evocativo da história, a análise pós-moderna dos anos 1950-1980, do que ao rápido esvaziamento de certa arquitetura de natureza coloquial, produzida por esse movimento, ao se opor aos intuísmos e empirismos artísticos do Movimento Moderno e defender uma apropriação erudita do conhecimento, o estudo historiográfico da arquitetura, reencontrou a Arquitetura Moderna, justamente a que aparentemente se desviava da história;

- A globalização de valores e economias, no panorama contemporâneo, recolocou os temas de escala internacional, de índole moderna, abstratos à particularidades, como valores transregionais, disseminados em uma cultura de rápida circulação de informações. A nova revolução tecnológica, a era digital, a rápida industrialização e urbanização de países emergentes, revalida determinados pressupostos de contemporaneidade e universalidade do Movimento Moderno, metabolizados em bases regionais;

- Dentro de um panorama que busca o equilíbrio entre o processo avassalador da globalização (unificação de mercados de consumo, blocos econômicos, unificação de moedas, emergência de novas culturas no contexto internacional, troca de informações instantâneas) e a necessidade de afirmação de identidades regionais, como moeda cultural a ser oferecida, a arquitetura brasileira, como apropriação singular do Movimento Moderno, reemerge no cenário internacional;

- Reconhecimento crescente do valor substantivo da produção arquitetônica realizada por arquitetos adeptos, porém idiossincráticos, da Arquitetura Moderna Brasileira, a partir dos anos 1950, cujo patrimônio edificado é expressivo mas consideravelmente anônimo em termos nacionais e internacionais;

- Aumento de consciência de que a arquitetura moderna realizada no Brasil, principalmente dos anos 1930-1960, além das obras referenciais produzidas, disseminou-se, de maneira regionalizada, em especial na parte meridional latino-americana, através de uma arquitetura média e urbanismo consequente, de certa qualidade em seu conjunto, expressivos, principalmente nos anos 1950-1960, até pouco tempo desprezados como patrimônio urbano apreciável, O reconhecimento do valor de certa arquitetura moderna recorrente na região meridional sul-americana, entre os paralelos 30 e 35, onde estão localizadas as cidades de Santiago do Chile; Buenos Aires, Córdoba, Rosário, Mendoza e Santa Fé, na Argentina; Montevidéu e Punta del Este, no Uruguai e Porto Alegre, no Brasil, que gozam, além de afinidade climática, geográfica e cultural, de certa unidade arquitetônica, fruto de suas características de discrição, abstração e universalismo. Tratam-se de arquiteturas que até recentemente pouco frequentes no quadro de obras representativas da arquitetura moderna.

O fenômeno que faz jus ao recobrado interesse pela prolífera arquitetura moderna produzida no continente sul-americano, pela crítica internacional atual reside, em parte, na intrigante e inédita experiência de construção de uma identidade e cultura nacional fundamentada na Arquitetura Moderna, particularizada e metabolizada pelas vanguardas brasileiras, que se disseminou por todo o território, em manifestações generalizadas nas cidades brasileiras, e com grande qualidade média, como no sul, principalmente nos anos 1950.

Na região meridional latino americana, em especial Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina, esta arquitetura moderna, menos filiada à escolas estilísticas, e mais universais, porém adequadas ao contexto, paisagem e lugar, "arquiteturas de tecido", parecem dar lições de perenidade do Movimento Moderno na cena contemporânea (Figura 6).

Figura 7 - Edifício FAM, Fayet, Araújo & Moojen, 1964, Porto Alegre-RS.
Fontes: Foto João Alberto da Fonseca, 1969, Acervo FAM. Foto Leopoldo Plentz, 2002, Acervo FAM

REFERÊNCIAS

BALESTRA, Maria Isabel Milanez. **Entrevista gravada em fita cassete**, Porto Alegre, 1998.

CALOVI PEREIRA, Cláudio. Primórdios da arquitetura moderna em Porto Alegre: a presença dos arquitetos do Rio de Janeiro. **Cadernos de Arquitetura Ritter dos Reis**, Porto Alegre, v. 2, out. 2000. p. 47-71.

COLLARES, Júlio Ramos. **Entrevista por escrito**. Porto Alegre, 1997.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. **Entrevista gravada em fita cassete**, Porto Alegre, abr. 1998.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. **Precisões Brasileiras:** Sobre um passado da Arquitetura e Urbanismos Modernos a partir dos projetos e obras de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, MMM Roberto, Affonso Reidy, Jorge Moreira & Cia., 1936-45. Universidade de Paris VIII: Vincennes: Saint Denis, 2002.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. Ideologia modernista e ensino de arquitetura: duas proposições em conflito. In: _____. **Projeto arquitetônico - disciplina em crise, disciplina em renovação**. São Paulo: CNPq - Projeto, 1986. p. 42.

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO RITTER DOS REIS. **Princípios estruturadores do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU Ritter dos Reis**. Porto Alegre, 1987.

FUÃO, Fernando Delfino de Freitas. **Entrevista por escrito**, Porto Alegre, 1998.

GUERRA, Abílio. **Lucio Costa, Gregori Warchavchik e Roberto Burle Marx:** síntese entre arquitetura e natureza tropical. **Arquitextos**: Vitruvius, São Paulo, 029.05 ano 03, out 2002. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/revistas/ read/arquitextos/ 03.029/740>. Acesso em: 20 set 2006.

IBA. **Ante-Projeto.** Arquitetura, Urbanismo, Arte – Edição dedicada ao II Congresso Brasileiro de Arquitetos. Porto Alegre: IBA-RS, n. 1, ago. 1948.

KREBS, Carlos Galvão. II Congresso Brasileiro de Arquitetura. **Revista do Globo**, Porto Alegre, n. 478, 5 mar. 1949. p. 46-49.

LUCCAS, Luís Henrique Haas. **Arquitetura moderna brasileira em Porto Alegre:** sob o mito do "gênio artístico nacional". [Tese de doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura]. OLIVEIRA, Rogério da Castro (Orient.). Porto Alegre: FA-UFRGS, 2004.

MAHFUZ, Andréa Soler Machado. **Entrevista por escrito**, Porto Alegre, 1998.

MAHFUZ, Edson da Cunha. **Entrevista gravada em fita cassete**. Porto Alegre, abr. 1998.

MAHFUZ. Edson da Cunha. **Ensaio sobre a razão compositiva.** Belo Horizonte: UFV/AP , 1995.

MAHFUZ, Edson. **O Clássico, o Poético e o Erótico e outros ensaios**. Porto Alegre: Editora Ritter dos Reis, 2002, p.77-89.

MARQUES, Moacyr Moojen. **Depoimento ao autor**. Gravação digital. Edifício FAM, jun. 2008.

MARQUES. Sergio Moacir**. A Revisão do Movimento Moderno? Arquitetura no Rio Grande do Sul dos anos 1980.** Porto Alegre: Ritter dos Reis, 2002.

MARQUES, Sergio Moacir. FAYET ENTREVISTA_OBRA. Entrevista, DVD, Cópia Digitada, Porto Alegre, 2005

MARQUES, Sergio Moacir. **Fayet, Araújo & Moojen -** Arquitetura Moderna Brasileira nos Sul: 1950-1970. [Tese de doutorado- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura]. COMAS, Carlos Eduardo Dias (Orient.). PIÑON, Helio Pallares (Co-Orient.). Porto Alegre: FA-UFRGS, 2012.

NIEMEYER, Oscar. O povo gosta da nova arquitetura. **Correio do Povo,** Porto Alegre, ano 54, n. 165, 15 abr. 1949. p. 16.

OLIVEIRA, Rogério de Castro. **Entrevista por escrito**, Porto Alegre, 1998.

OSCAR Niemeyer em Porto Alegre. **Revista do Globo,** Porto Alegre, ano 20, fascículo 482, 15 mai.1949. p. 43-45 e 72.

"Por uma Faculdade de Arquitetura". **Correio do Povo**, Porto Alegre, Cia. Jornalística Caldas Júnior, 26 mar. 1950. p. 32.

SILVA, Elvan. Pompas fúnebres para Le Corbusier. **Jornal do Instituto de Arquitetos do Brasil**, Porto Alegre, n.15, p. 3, out. 1982.

SIMON, Círio. Origem do Instituto de Artes da UFRGS. [Tese de doutorado]. Porto Alegre: PUC-RS, 2002

V enanparq
Salvador - 2018

ADOÇÃO DE MÉTODOS DE APRENDIZAGEM ATIVA NO PROJETO "MAQUETE CAMPI UFBA"

ADOPTION OF THE ACTIVE LEARNING METHODS IN THE " MAQUETE CAMPI UFBA" PROJECT

ADOPCIÓN DE MÉTODOS DE APRENDIZAJE ACTIVO EN EL PROYECTO"MAQUETE CAMPI UFBA"

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

CHECCUCCI, Érica de Sousa
Doutora em Construção e Difusão do Conhecimento; Professora da FAUFBA
erica.checcucci@ufba.br

REGINA, Maria Emília Rodrigues
Mestre em Conservação e Restauro; Professora da EBA/ UFBA
arqmilaregina@gmail.com

ALBAN, Naia Suarez
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAUFBA
naialban@gmail.com

ADOÇÃO DE MÉTODOS DE APRENDIZAGEM ATIVA NO PROJETO "MAQUETE CAMPI UFBA"

ADOPTION OF THE ACTIVE LEARNING METHODS IN THE PROJECT "UFBA CAMPI MAQUETE"

ADOPCIÓN DE MÉTODOS DE APRENDIZAJE ACTIVO EN EL PROYECTO"MAQUETE CAMPI UFBA"

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Este artigo apresenta e discute alguns métodos e técnicas de aprendizagem ativa adotados no projeto Maquete Campi UFBA pela equipe responsável por fabricar a maquete física dos campi da Universidade. Este projeto teve início em 2016 e objetivou construir a maquete utilizando processos de fabricação digital que ainda eram pouco conhecidos pelos professores e alunos das instituições participantes: a Faculdade de Arquitetura (FAUFBA) e a Escola de Belas Artes (EBA). Nos seus dois anos de funcionamento, o projeto demandou a aquisição e sistematização de conhecimentos novos, o desenvolvimento de métodos e rotinas de trabalho, a coordenação de uma equipe multi-institucional com rotatividade de estagiários, dentre outros desafios. Utilizando um método de pesquisa qualitativo, de natureza fenomenológica, onde a imersão no contexto estudado leva a uma melhor compreensão do mesmo, a análise da experiência vivenciada permite concluir que: (a) os métodos de aprendizagem ativa foram fundamentais para obtenção dos resultados no prazo proposto; (b) estes métodos são importantes instrumentos para o desenvolvimento de competências necessárias aos estudantes; (c) o professor assumindo papel de mediador e os estudantes de protagonistas da construção do conhecimento tornam o processo de aprendizagem mais significativo e efetivo; (d) projetos extraclasse permitem a adoção de diferentes e variadas técnicas de ensino, estimulando e ampliando a formação dos alunos.
PALAVRAS-CHAVE: métodos de aprendizagem ativa; desenvolvimento de competências; mediação; fabricação digital; maquete.

ABSTRACT:
This article presents and discusses some methods and techniques of active learning adopted in the "Maquete Campi UFBA" project by the executive team for manufacturing the physical model of the University campuses. This project started in 2016 and aimed to build the model using digital manufacturing processes that were still unknown by the professors and students of the participating institutions: the Faculty of Architecture (FAUFBA) and the School of Fine Arts (EBA). During its two years of operation, the project required the acquisition and systematization of knowledge, the development of methods and work routines, the coordination of a multi-institutional team with trainee rotation, among other challenges. Using a qualitative research method, of phenomenological nature, where immersion in the studied context leads to a better understanding of it, the analysis of lived experience allows to conclude that: (a) the active learning methods were fundamental to obtain the results within the proposed period; (b) these methods are important tools for the development of skills needed by students; (c) the teacher assuming the role of mediator and the students of protagonists of the knowledge construction make the learning process more meaningful and effective; (d) extra-class projects allow the adoption of different and varied teaching techniques, stimulating and expanding the student´s training.
KEYWORDS*: active learning methods; skills development; mediation; digital manufacturing; modeling.*

RESUMEN:
Este artículo presenta y discute algunos métodos y técnicas de aprendizaje activo adoptados en el proyecto "Maquete Campi UFBA" por el equipo ejecutivo por fabricar la maqueta física de los campi de la Universidad. Este proyecto tuvo inicio en 2016 y objetivó construir la maqueta utilizando procesos de fabricación digital que aún eran poco conocidos por los profesores y alumnos de las instituciones participantes: la Facultad de Arquitectura (FAUFBA) y la Escuela de Bellas Artes (EBA). En sus dos años de funcionamiento, el proyecto demandó la adquisición y sistematización de nuevos conocimientos, el desarrollo de métodos y rutinas de trabajo, la coordinación de un equipo multi-institucional com rotatividad de becários, entre otros desafíos. El análisis de la experiencia vivida permite concluir que: (a) los métodos de aprendizaje activo fueron fundamentales para la obtención de los resultados, en el plazo propuesto; (b) estos métodos son importantes instrumentos para el desarrollo de las competencias necesarias para los estudiantes; (c) el profesor asumiendo papel de mediador y los estudiantes de protagonistas de la construcción del conocimiento hacen el proceso de aprendizaje más significativo y efectivo; (d) proyectos extraclase permiten la adopción de diferentes y variadas técnicas de enseñanza, estimulando y ampliando la formación de los alumnos.
PALABRAS-CLAVE: métodos de aprendizaje activo; desarrollo de competencias; mediación; fabricación digital; modelo.

INTRODUÇÃO

Há 10 anos, Celani e Pupo (2008) já identificavam a prototipagem como uma tendência mundial. A necessidade de modelagem e materialização atende a uma demanda crescente da arquitetura e do design, onde o processo de modelagem ganha apoio de métodos de produção automatizada de peças modeladas digitalmente (PUPO, 2008). Uma parte da produção arquitetônica contemporânea utiliza-se de formas geradas por meio de processos numéricos (computacionais) e que precisam ser validadas e testadas no mundo real.

A prototipagem digital (PD) e a fabricação digital (FD) fazem parte da vida acadêmica de muitos alunos na América do Norte e na Europa. Segundo Celani e Pupo (2008), desde meados dos anos 90, os centros de estudos desses países equipam laboratórios para atender a demanda crescente do uso dessas tecnologias como instrumentos de concepção e criação da forma e de artefatos. No âmbito da FAUFBA e EBA / UFBA, em 2016 começa a produção e geração de conhecimento teórico e prático acerca deste tema, por meio do projeto institucional “Maquete Campi UFBA”, cujo propósito era confeccionar a maquete física da UFBA, a partir da FD.

O projeto iniciou suas atividades em abril de 2016 e sua finalização está prevista para julho de 2018. Durante esse período de pesquisa e produção, trabalharam no projeto 27 alunos e 5 professores, em uma rotatividade da equipe que variou aproximadamente a cada 6 meses, com entrada e saída de alguns de seus membros. Exceção foi feita para 2 docentes que estiveram à frente do projeto todo o período e um grupo pequeno de alunos que estagiaram pelo período máximo permitido de 2 anos.

Teoria e prática sobre PD e FD ainda não estão amplamente desenvolvidas nas unidades participantes e quando o projeto iniciou, o tema era bastante desconhecido do corpo discente e docente. Na FAUFBA não havia trabalho sendo desenvolvido na área e a EBA enfrentava problemas com uma cortadora a laser quebrada e subutilização de máquinas.

No início do projeto, os seguintes desafios deveriam ser superados: (a) aquisição de conhecimento teórico e prático sobre o tema; (b) a coordenação de uma equipe com rotatividade e trabalhando em unidades distantes; (c) desenvolvimento de métodos e técnicas para trabalhar com os equipamentos; (d) montagem de laboratório de FD na FAUFBA (aquisição de equipamentos como cortadora a lâmina, impressoras 3D, materiais de consumo, computadores, etc.); (e) reativação do laboratório na EBA, com conserto da cortadora e aquisição de máquinas e equipamentos; (f) desenvolvimento do método de pesquisa e trabalho coletivo, discussão de procedimentos e normas para o trabalho colaborativo; (g) coleta de dados e análise da informação para confecção da maquete; (h) confecção da maquete do campus de Ondina, com tamanho 3,90 x 1,56 m, para apresentação no Congresso da UFBA em julho de 2016, 3 meses após o projeto iniciar (Figura 1).

É importante ressaltar que no Congresso foi representada toda a área do campus de Ondina, mas ainda demandando diversos ajustes, como completar áreas com árvores, imprimir edifícios da UFBA e do seu entorno, etc.

Figura 1: Maquete do Campus de Ondina, confeccionada em 3 meses
Fonte: Acervo Projeto Maquete (2016)

Após dois anos de funcionamento, o projeto gerou como produtos: (a) maquetes dos campi da UFBA - Ondina, Canela, Vitória da Conquista e unidades dispersas na cidade de Salvador; (b) documentos sistematizando o conhecimento construído sobre parâmetros de uso e fabricação das máquinas; (c) 3 minicursos de extensão, participação em 2 mesas redondas sobre o tema da FD, 7 apresentações de trabalho nos seminários de ensino e pesquisa da UFBA em 2016 e 1017 e 3 artigos científicos publicados em evento; (d) formação direta dos alunos que estagiaram no projeto.

A partir da imersão nesta experiência, utilizando um método qualitativo e fenomenológico de pesquisa, os autores fizeram uma análise do processo de aprendizagem proposto e desenvolvido no projeto buscando identificar e avaliar pontos positivos e ganhos da aprendizagem ativa na formação dos estudantes.

Segundo Moreira (2002) o método fenomenológico é apropriado quando existe uma necessidade de clarificar ou aprofundar o fenômeno estudado e quando a experiência vivida compartilhada é a melhor fonte de dados para o fenômeno de interesse. Este método pressupõe uma redução fenomenológica das partes essenciais do objeto estudado (MACEDO, 2009; GARNICA, 1997), quando o pesquisador evidencia o que julga importante no fenômeno estudado, como forma de construir novos conhecimentos.

O método foi adotado para analisar especificamente as contribuições da aprendizagem ativa na formação significativa do estudante, que permitiu cumprir os objetivos do projeto no prazo proposto.

Este artigo está organizado da seguinte forma: após esta introdução, é feita uma breve revisão bibliográfica sobre o tema da fabricação digital e apresentado o processo de confecção das maquetes dos campi; em seguida são discutidas algumas questões sobre a construção do conhecimento e métodos de ensino-aprendizagem ativos; são explicitados os métodos e técnicas adotados no Projeto Maquete e analisadas suas vantagens e dificuldades para, então, apresentar as conclusões obtidas. O trabalho se encerra com os agradecimentos e referências utilizadas.

Fabricação Digital e o Projeto Maquete

A construção de modelos físicos a partir de sua representação digital pode ter diferentes finalidades, seja para estudo e avaliação ou para produção final (como por exemplo, fabricação de elementos construtivos para a obra). “Em geral, os primeiros são conhecidos como métodos de prototipagem (*prototyping*), enquanto os últimos são referidos como sistemas de fabricação (*fabrication*) ou de manufatura (*manufacturing*)” (PUPO, 2009, p. 4).

A prototipagem (*prototyping*) é utilizada para estudos iniciais, para avaliações de projeto ou para apresentações finais (CELANI; PUPO, 2008, p. 32). Eles fazem parte do sistema de FD que adota métodos de produção automatizados de peças modeladas digitalmente (PUPO, 2008, p. 32).

A FD faz parte de um processo de concepção e produção digital. Segundo Kolaveric (2003, p.3, tradução nossa), “Um novo *continuum* digital, um link direto do projeto para a construção é estabelecido através das tecnologias digitais”. As tecnologias de FD permitem avançar na complexidade da geometria da forma, através de modeladores geométricos que conseguem desenvolver e solucionar geometrias que vão além da malha cartesiana e da geometria Euclidiana.

Para além da complexidade da forma, a FD agiliza o processo de análise e avaliação, tão necessário ao seu processo de criação, concepção e desenvolvimento. É possível inclusive que o projetista crie sua peça final sem passar por nenhum outro profissional / fornecedor utilizando apenas algumas das tecnologias disponíveis da FD, confirmando o *continuum* (Kolaveric, 2003) apresentado acima.

Essa nova forma de pensar, projetar e produzir proporciona agilidade, velocidade de pensamento e soluções personalizadas, onde no próprio local de desenvolvimento dessas peças são resolvidos seus problemas formais e técnicos. O emprego destes dispositivos pode não apenas transformar a forma como os objetos são criados, mas também a maneira que são produzidos e consumidos (CHICCA JUNIOR; CASTILHO, 2014).

De acordo com Pupo (2008), a FD (também chamada de manufatura digital por outros autores) é um método de produção automatizado de peças modeladas digitalmente. A FD produz modelos em escala reduzida, escala 1:1 e ampliada, a partir de modelos geométricos digitais em 2D ou 3D.

Na FD os métodos de produção podem ser classificados segundo sua finalidade, o número de eixos com que trabalham ou de acordo com a maneira como produzem os objetos, sendo esta última categoria dividida nos métodos: subtrativos, formativos ou aditivos (CELANI; PUPO, 2008).

Os métodos subtrativos são os processos nos quais a fabricação é feita através da retirada de material ou desbaste. Nos sistemas subtrativos, os objetos são produzidos através de fresas controladas por comando numérico computadorizado, CNC (*Computer Numeric Control*), ou sistemas de corte que fazem movimentos bidimensionais do eixo de corte do material a ser cortado (PUPO, 2008).

As máquinas subtrativas podem ser agrupadas nas cortadoras 2D, que podem ser à lâmina, a laser, a jato d´água e a plasma-arc; e nas fresadoras (muito conhecidas como CNC, apenas) com variação na quantidade de eixos, que podem ser de 2D ½ e 3D.

Os métodos formativos são aqueles que utilizam como base a força mecânica (AZEVEDO, 2013) para moldar ou conformar a peça, assemelhando-se "... a um molde versátil, com a capacidade de se adaptar a diferentes formas" (CELANI; PUPO, 2008, p. 33). Como exemplo, podemos citar um braço mecânico que deforma uma chapa metálica.

Os métodos aditivos são aqueles que adicionam matéria para formar um objeto, através de deposição ou aglutinação de material, ou seja, a forma surge à medida que as camadas vão se mostrando (BERCHON; LUYT, 2016, p. 4). Segundo Berchon e Luyt (2016), no método aditivo existem diferentes técnicas com diferentes equipamentos e que produzem resultados distintos. Contudo, podem-se classificar três grandes famílias de técnica de produção aditiva, que são: (1) a fotopolimerização (material líquido que solidifica com a luz); (2) os que consistem em aglomeração de pó (um aglomerante cola as partículas de pó); e (3) os que consistem no depósito progressivo de material.

Materiais e métodos de fabricação digital no Projeto Maquete

No projeto Maquete foram utilizados dois métodos de fabricação: (1) aditiva, por depósito progressivo de material, utilizando a técnica de Impressão por fusão e deposição de filamento (*Fusion Deposition Modeling*, FDM) e, (2) a fabricação subtrativa 2D, utilizando cortadoras à laser e à lâmina.

A impressão aditiva foi utilizada para a confecção das edificações da UFBA e do seu entorno imediato. A impressora adquirida para o projeto foi a Cliever CL1 que possui um bico extrusor, área de impressão aberta de 180 mm x 180 mm x 100 mm, mesa aquecida e suporte para o filamento. O filamento utilizado para impressão foi o PLA, de 1.75mm de diâmetro, filamento biodegradável de ácido polilático. Para a representação das edificações UFBA foi escolhido a cor branca, e para a representação das edificações do entorno a cor marrom. A diferenciação das cores entre as edificações, internas e externas aos campi, visava dar maior destaque e rápida identificação às edificações da universidade.

Para confeccionar a topografia da maquete, foi utilizada a máquina CNC de corte à laser Glorystar GLC1080 e o material para representá-la foi o papel couro nº 50. A Glorystar possui área de corte de 100 cm X 80 cm, podendo variar a espessura máxima de corte dependendo da dureza do material. Porém a máquina corta até 10 mm de altura. Para a confecção das vias, campos, estacionamento, dentre outros, foi utilizada a cortadora à lâmina Silhouette Cameo e o material para representá-los foi o papel Color Plus Sahara 180g/m² (para as vias da universidade dentre outros) e Reciclatto 120g/m² (para as vias urbanas). A Silhouette Cameo possui área de corte máximo com largura de 30,5 cm por extensão de 300 cm e 2 mm de espessura.

Para a geração dos modelos geométricos 3D foram utilizados os softwares SketchUP Make e Autodesk Autocad. As edificações UFBA foram modeladas pelo software SketchUP Make, e as edificações de entorno

com o software Autodesk Autocad. Foram também utilizados os softwares Cliever Studio e o Autodesk Netfabb para impressão e para verificações e correções do modelo geométrico 3D, respectivamente. Para os arquivos a serem cortados, foram utilizados os softwares Autodesk Autocad e o Adobe Illustrator para a cortadora à laser e o Silhouette Studio para a cortadora à Lâmina.

O uso dos softwares SketchUP Make e Autodesk Autocad, são de domínio dos alunos da FAUFBA, mas não dos alunos da EBA. Contudo, os alunos da EBA são mais familiarizados com o Adobe Ilustrado do que os alunos da FAUFBA, o que proporcionou uma troca de conhecimento produtiva entre eles.

Critérios de fabricação e modelagem

As edificações UFBA seriam modeladas segundo suas características arquitetônicas e implantadas adequadamente no terreno. Só seriam modeladas e impressas as edificações que estivessem sido construídas. Projetos futuros de unidades da UFBA, até mesmo os que já se encontravam aprovados para construção, não foram modelados nem impressos. A maquete visava retratar a Universidade por meio do seu patrimônio edificado em 2016.

As edificações de entorno teriam um grau de simplificação maior do modelo, apenas sua configuração e extrusão de altura, visto que o objetivo de sua modelagem era apenas a representação de cheios e vazios, verticalidade e adensamento.

Algumas questões precisavam ser solucionadas relativas à FD: (a) a modelagem das edificações, (b) a definição dos parâmetros para impressão 3D e para o corte e marcação da topografia do campus.

Para o estabelecimento do grau de simplificação dos modelos geométricos da UFBA e do entorno, foi levado em conta a escala de representação da maquete (1:500) e as restrições imposta pelas máquinas. Na medida em que os modelos foram sendo desenvolvidos e impressos, foram sendo ajustados os parâmetros para a representação formal dos elementos arquitetônicos, ou seja, seus requisitos mínimos para representação geométrica e sua capacidade de ser impressa pelo método estabelecido (Figura 2).

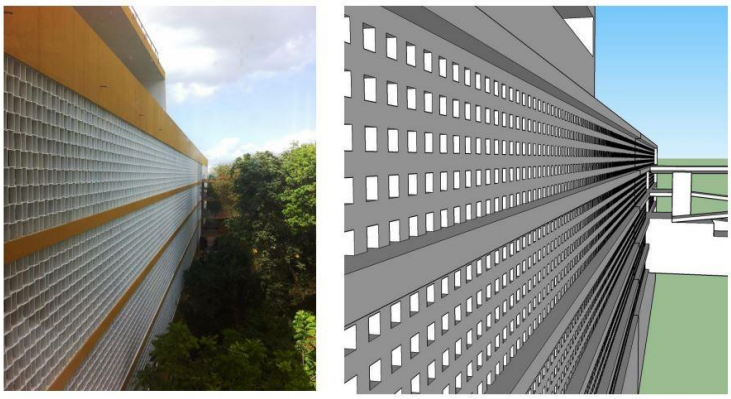


Figura 2 Detalhe da fachada da Politécnica da UFBA e seu modelo geométrico para ser impresso a 1:500 pela impressora FDM
Fonte: Acervo Projeto Maquete (2018)

Para os modelos UFBA foram desenvolvidos parâmetros específicos, pois era necessária a realização da síntese arquitetônica adequada ao volume das edificações. Deste modo, foi necessário estabelecer medidas mínimas para a escala estipulada da maquete, como por exemplo: a espessura mínima de pilares (de 1m a 1,5m), recuos e saliências (30 cm) e o estabelecimento de uma unidade mínima de representação que foi de 30 cm na escala 1:500 (0,06 mm em escala natural), como pode ser verificado nas Figuras 2, 3 e 4.

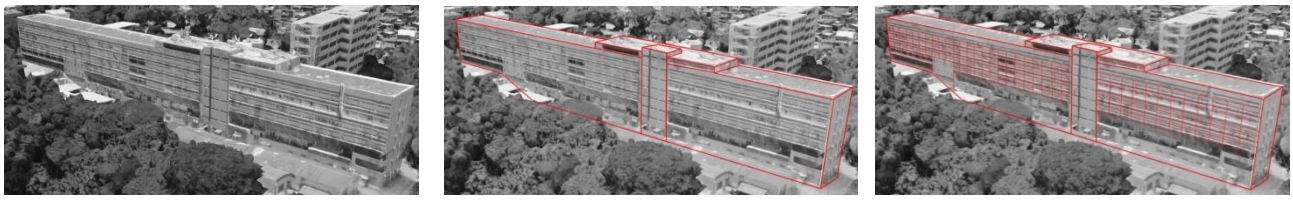


Figura 3: Processo de síntese arquitetônica da escola Politécnica utilizando os parâmetros de modelagem para impressão FDM na escala 1:500
Fonte: Acervo Projeto Maquete (2018)

O estabelecimento dos parâmetros de modelagem eram realizados em paralelo aos estabelecimentos do parâmetros de impressão para a máquina Cliever CL1 FDM, tais como: a altura das camadas de impressão; espessuras da base e do topo do objeto; densidade do preenchimento interno dos objetos; definição do ângulo a partir do qual há a necessidade de criação de um suporte; espaçamento entre as linhas de suporte; temperatura do bico extrusor; temperatura da mesa de impressão (na camada inicial e nas subsequentes); espessura das paredes do objeto; e, área máxima de impressão (Figura 4).

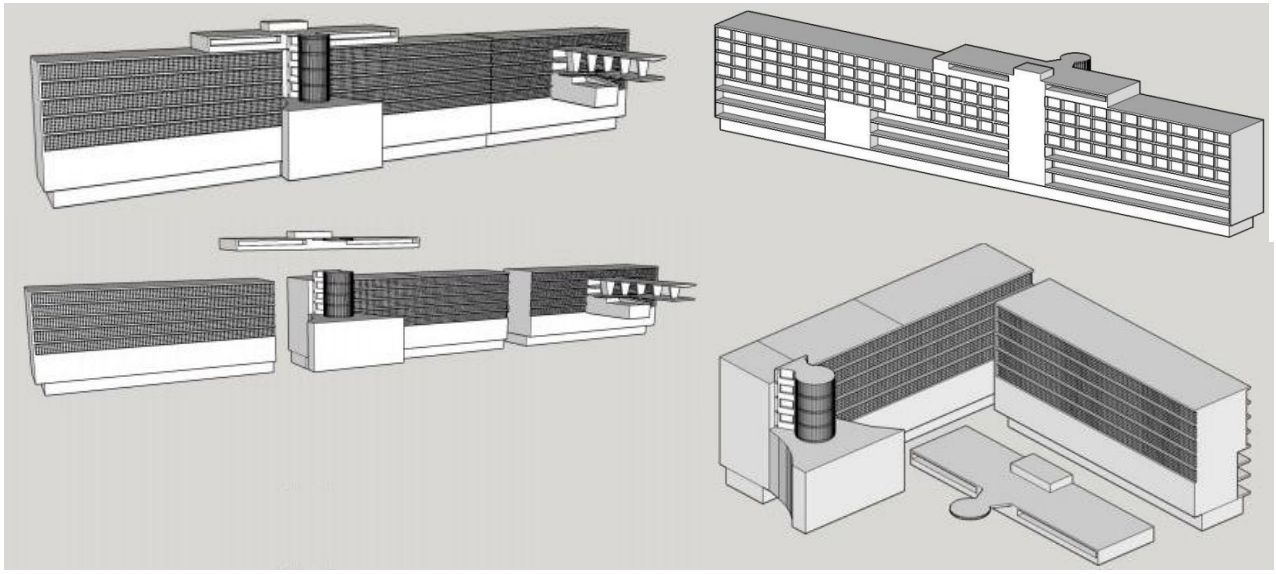


Figura 4: Modelo geométrico da Politécnica da UFBA utilizando os parâmetros de modelagem para impressão FDM na escala 1:500
Fonte: Acervo Projeto Maquete (2018)

Vale a pena ressaltar que na definição dos parâmetros de impressão o tempo de entrega do projeto sempre foi uma questão inerente às tomadas de decisões quanto a qualidade final de impressão 3D. Tal observação é feita devido ao tempo destinado à impressão dos modelos, pois os métodos de impressão FDM ganham em qualidade da modelagem e na precisão das mesmas, mas perdem em tempo de execução. Sendo assim,

quanto maior a qualidade final do modelo mais tempo para a impressão seria necessário. Diante disto, foram estabelecidos parâmetros em função de uma qualidade relativamente boa para um tempo de impressão necessário para o cumprimento do prazo do projeto (Figura 5).

Figura 5: Qualidade do modelo impresso final na técnica FDM para o Projeto Maquete Campi UFBA.
Fonte: Acervo Projeto Maquete (2016)

O estabelecimento dos parâmetros para as cortadoras também foram se definindo partir das necessidades de velocidade e tempo para a confecção das bases topográficas e das vias, tais como (a) área máxima de corte; (b) aproveitamento máximo das folhas de papel; (c) parâmetros de potência e velocidade; (d) marcação e corte; (e) identificação das bases topográficas.

A área máxima de corte da cortadora a laser determinou o tamanho máximo de cada módulo da Maquete, 78 cm x 78 cm. O campus de Ondina precisou de seis módulos inteiros e quatro menores para ser representado em sua totalidade. O campus do Canela precisou de quatro módulos inteiros e o campus de Vitória da Conquista precisou de um módulo. Nas unidades dispersas da UFBA foram utilizadas medidas diferentes em seus módulos por serem menores, tendo sido estabelecido como critério para definir o tamanho destas unidades, a relação entre a edificação UFBA e seu entorno urbano, natural e imediato relevante.

Os arquivos desenvolvidos para corte e marcação aproveitavam toda a área máxima de corte das cortadoras, buscando otimizar os cortes e o material. Como as unidades de ensino estavam distantes uma da outra, a impressão 3D e corte à lâmina eram realizadas na FAUFBA e impressão 3D e corte à laser na EBA, a identificação do material era muito importante para as etapas de colagem e montagem, pois eram produzidas muitas peças, grandes e pequenas, nas duas unidades.

Para as cortadoras, nos arquivos para corte era necessário trabalhar com duas camadas ou cores distintas, uma para indicar o que se corta e outra para o que se marca. Com isso para cada cor, ou camada, havia uma determinada potência e velocidade que variavam com a ação desejada.

Diante da complexidade dos desafios apresentados e do prazo para apresentação de resultados efetivos, ficou claro que os estagiários do projeto deveriam ter um papel ativo e responsável na produção da maquete. Os professores assumiram o papel de mediador da produção do conhecimento, deixando o protagonismo da confecção da maquete para os estudantes. Este processo será detalhado na sessão a seguir.

MÉTODOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM ATIVA

As diversas teorias históricas que explicam a construção do conhecimento podem ser agrupadas em três diferentes blocos (DÍAZ, 2011): (a) a inatista, que defende que o aprendizado é regido por uma base biológica individual e subvaloriza a influência do ambiente no processo; (b) a ambientalista, que é representada pelo comportamentalismo e defende que o meio determina a aprendizagem; e, (c) a interacionalista, ligada às teorias de Vigotski e Piaget, que integra o inato à contribuição social no processo de construção do conhecimento. Pertencente a este terceiro grupo, Díaz (2011) defende que a teoria mais aceita para explicar a aprendizagem é a proposta cognitivista de Ausubel e colaboradores, que definem a aprendizagem significativa.

A aprendizagem significativa é aquela que possui sentido e capacidade de transformação e caracteriza-se pela relação cognitiva entre um conhecimento novo com o conhecimento prévio. Como afirma Moreira (2010), sabe-se que o conhecimento prévio é a variável que mais influencia a aprendizagem, ou seja, aprende-se a partir do já se conhece. Ela necessariamente implica em uma intencionalidade da parte do aprendiz e depende, em grande medida, da relevância que o aprendiz atribui ao novo conhecimento e ao seu desejo de adquirir novos conhecimentos.

Cosenza e Guerra (2011) relacionam alguns aspectos importantes para favorecer a aprendizagem, como utilizar canais diferentes para acessar o cérebro, além do verbal e observar a relação entre processos cognitivos e emocionais, que evidenciam que as emoções são importantes para o aprendizado.

Partindo desce arcabouço teórico, no Projeto Maquete a seleção de estagiários buscou estudantes que tivesse algum conhecimento prévio na área de tecnologia, mesmo que básico; que fossem proativos e demostrassem interesse pelo tema da FD. Ainda, foram criados nos laboratórios ambientes que buscaram contribuir para estimular emoções positivas como entusiasmo, curiosidade, desafio e envolvimento.

Outro aspecto importante para favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento do trabalho foi estabelecer, desde o princípio, que os alunos seriam responsáveis pela construção da maquete, devendo buscar resolver os problemas que iam surgindo, procurando subsídios teóricos e realizando experimentações para aprender e consolidar o conhecimento construído. Em resumo, o processo de aprendizagem utilizaria métodos ativos, com protagonismo por parte dos alunos e mediação por partes dos professores.

Foram adotadas algumas estratégias facilitadoras da aprendizagem significativa, como organizadores prévios (materiais que explicitavam relações entre o conhecimento prévio e o novo conhecimento); mapas conceituais (diagramas relacionando conceitos); e outros diagramas, como mapas temáticos da área a ser trabalhada, planilhas e tabelas.

Os docentes que participaram do projeto realizavam a mediação, tão necessária no processo de aprendizagem ativa. Eles organizavam os grupos de trabalho, distribuíam tarefas, coordenavam as comunicações, sistematizavam o conhecimento construído, promoviam minicursos e reuniões para

nivelamento e aprendizagem coletiva e, em última instância, quando os estudantes não conseguiam resolver alguma questão, ajudavam nos problemas técnicos que iam surgindo.

Díaz-Rodrigues e Begrow (2009, p. 319) explicam que a mediação é um dos elementos sociais que mais influenciam no desenvolvimento humano e caracteriza-se pela oportunidade de "... orientação certeira e oportuna de outra pessoa, constituída numa ajuda eficiente e norteadora que não oferece a solução e sim o caminho solucionador e abrevia e estimula o processo de aprendizado...".

A mediação pode também ser entendida como um intercâmbio solidário entre alunos e professores. No caso do Projeto Maquete, estimulou-se desde o início que a mediação acontecesse entre toda a equipe, demandando que os estudantes também fossem responsáveis pela difusão do conhecimento, orientando-os na sistematização da sua aprendizagem, criação de textos e apresentações nas quais eles assumiam protagonismo.

Díaz-Rodrigues e Begrow (2009) explicam, ainda, que a mediação pode ser involuntária e não organizada, eventualmente realizada de forma inconsciente mas que, na maior parte das vezes ela é feita de forma consciente, intencionalmente organizada a partir de um objetivo claro de ensino.

No Projeto Maquete optou-se por adotar técnicas de ensino de grupo, enfatizando a interação dos alunos entre si, principalmente a partir de dinâmicas de grupos. Dentre as técnicas adotadas, podem ser citadas: (a) painel (definição de pontos de acordo e desacordo sobre um tema, seguido de debate e consenso ou votação sobre caminho a ser seguido); (b) discussão dirigida (solução conjunta de problemas com a participação de todos ou da maioria do grupo); (c) *brainstorming* (enfocando a criatividade e o aparecimento de soluções inovadoras) e, (d) discussão em pequenos grupos.

Também foram utilizadas técnicas sócio individualizadas, nas quais cada membro assume um papel ou função no grupo, como aprendizagem baseada em projetos ou em problemas (APB) ou PBL (*Project-problem based learning)*.

Embasando a aprendizagem ativa, adotou-se como princípio basilar do Projeto Maquete a colaboração, entendida como uma prática de duas ou mais pessoas trabalhando juntas e uma estrutura para produzir, compartilhar e contestar conhecimento (MARTIN et al., 2007).

Uma ferramenta importante para estimular e coordenar a aprendizagem foi o aplicativo WhatsApp. Foi criado um grupo e solicitado que todas as dúvidas fossem colocadas lá, para discussão coletiva e mapeamento das dificuldades pelos professores. Também foi demandado que os estudantes fossem fotografando e postando o trabalho à medida que ia sendo realizado, para registro e compartilhamento do conhecimento.

Durante o Projeto, cada estudante bolsista trabalhava 20 horas por semana na maquete e os voluntários tinham uma carga horária que variava entre 12 e 20 horas semanais. Já os docentes, como possuíam outras atividades administrativas, de pesquisa e de ensino, conseguiam dedicar uma média de 6 horas semanais para o projeto. Por esta razão, o acompanhamento pelo aplicativo, à distância, foi fundamental para o desenvolvimento do trabalho. Reuniões semanais ou quinzenais (a depender da necessidade) eram agendadas e quando surgia algum problema que precisasse de urgência na resolução, os docentes marcavam com o grupo para discussão e avaliação das questões.

Para minimizar o problema da rotatividade da equipe, com a saída e entrada de estagiários, era solicitado que todo o conhecimento produzido fosse sendo sistematizado e aprimorado, de forma a poder haver uma tranquila troca de aprendizagens entre membros novos e antigos. Ainda, sempre que um novo estudante ingressava no projeto, eram designados alguns colegas para orientá-los quanto às rotinas e procedimentos estabelecidos. Desta forma, os próprios estudantes também foram responsáveis pela difusão do conhecimento ao longo dos dois anos, sendo acompanhados de perto pelos orientadores.

Por fim, é importante ressaltar que o Projeto Maquete permitiu que os estudantes desenvolvessem competências necessárias a todo profissional que está se formando atualmente. Soares e Andrade (2005, 485), citando Resende (2000), definem competência como a "... transformação de conhecimentos, aptidões, habilidades, interesse e vontade, em resultados reais, práticos, pois quando um indivíduo tem conhecimento e experiência e não sabe aplica-los em favor de um objetivo, de uma necessidade ou de um compromisso, significa que este indivíduo não é realmente competente".

O Projeto Maquete permitiu a construção de conhecimento sobre a FD e o desenvolvimento de diferentes habilidade e atitudes como: desenvolvimento da expressão e comunicação oral, escrita e gráfica; capacidade de trabalhar em grupo; pro atividade; pensamento crítico; desenvolvimento de estratégias para resolver problemas; desenvolvimento de soluções criativas e inovadoras e, colaboração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após dois anos à frente do Projeto Maquete, os autores debruçaram-se sobre a experiência vivenciada utilizando um método fenomenológico de pesquisa em busca de evidências que a adoção de métodos ativos de aprendizagem favoreceram o desenvolvimento do projeto e o desenvolvimento de competências necessárias pelos estudantes.

O trabalho mostra que foram utilizadas diferentes técnicas de ensino e aprendizagem que promoveram a construção do conhecimento de forma individual e coletiva. Evidencia a importância de colocar o estudante como protagonista de seu aprendizado, enquanto o professor deve assumir o papel de mediador. Este papel de mediador tem grande importância nos métodos de aprendizagem ativa, pois a partir da mediação, caminhos, e propostas de soluções irão guiar os estudantes no seu caminho pessoal.

É importante ressaltar que o sucesso da experiência deveu-se em grande parte pela responsabilidade assumida pelos estudantes e a adoção de uma prática de colaboração de forma bem ampla.

Por fim, ressalta-se a necessidade de haver na universidade espaços de aprendizagem extraclasse, nos quais os estudantes possam experimentar métodos diferenciados de aprendizagem, aprender com seus pares, em equipes de alunos que fazem diferentes graduações e que estão em diferentes momentos de sua formação. Desta forma, criam-se ricos locais para formação e desenvolvimento de competências tão necessárias aos novos profissionais.

AGRADECIMENTOS

À Reitoria e a Pró-Reitoria de Planejamento e à Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura da UFBA pelo apoio na confecção do projeto; à Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação, pelo apoio através do Projeto Jovens Doutores; e a toda equipe do Projeto Maquete.

REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, J. V**. P. (RE) Pensar o uso do Tijolo em Arquitetura através de Fabricação Digital. Dissertação** (Mestrado em Arquitetura). Universidade do Porto: Porto, Portugal, 2013.

CELANI, G.; PUPO, R. T. Prototipagem rápida e fabricação digital para arquitetura e construção: definições e estado da arte no brasil. Cadernos De Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2008. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/dhtm/seer/index.php/cpgau/article/download/244/103>. Acesso em: 14 jun. 2015.
CHICCA JUNIOR, N. A.; CASTILLO, L. G. **Impressão 3D na cultura do Design Contemporâneo**. Gramado, 2014. Congresso brasileiro de pesquisa e desenvolvimento em design. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ped2014/trabalhos/trabalhos/523_arq2.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2017.

DÍAZ, F. **O processo de aprendizagem e seus transtornos.** Salvador: EDUFBA, 2011. 396 p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5190/1/O%20processo%20de%20aprendizagem-repositorio2.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2012.

DÍAZ-RODRIGUEZ, F.; BEGROW, D. A importância da mediação na aprendizagem numa visão vigotskiana. In: TENÓRIO, R.; LORDÊLO, J. A. C. (Org.) **Educação básica**: contribuições da pós-graduação e da pesquisa. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 317-346.

GARNICA, A. V. M. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 1, n. 1, p. 109–122, ago. 1997.

KOLAVERIC, B. **Architecture in the digital age**. Design andmanufacturing. Londres: Sponpress, 2003.

MACEDO, R. S. Outras Luzes: um rigor intercrítico para uma etnopesquisa política. In: MACEDO, R. S.; GALEFFI, D. A; PIMENTEL, A. **Um rigor outro**. Sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 75-126.

MARTIN, W. M.; FRUCHTER, R.; CAVALLIN, H.; HEYLIGHEN, A. Different by design. **AI EDAM**. Cambridge Journals, v. 21, n. 3, p. 219-225, ago. 2007. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/abstract_S0890060407000248>. Acesso em: 12 abr. 2013.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
MOREIRA, M. A. **Aprendizagem significativa crítica**. 2010. Disponível em: <https://www.if.ufrgs.br/~moreira/apsigcritport.pdf>. Acesso em: 22 maio 2018.

PUPO, R. T. Ensino da prototipagem rápida e fabricação digital para arquitetura e construção no Brasil: definições e estado da arte. **PARC Pesquisa em arquitetura e construção**. Campinas, v. 1, n. 3, 2008. Disponível em: <http://www.fec.unicamp.br/~parc/vol1/n3/vol1-n3-pupo.pdf>. Acesso em: 4 maio 2017

PUPO, R. T. **Inserção da prototipagem e fabricação digitais no processo de projeto: um novo desafio para o ensino de arquitetura**. Tese (doutorado em Engenharia Civil, na área de concentração de Arquitetura e Construção). Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Campinas, 2009.
SOARES, A. V.; ANDRADE, G. A. R. **Gestão por Competências – uma Questão de Sobrevivência em um Ambiente Empresarial Incerto**. In: SIMPÓSIO DE EXELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2. 2005. Resende, Rio de janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: AEDB, 2005. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos05/251_Gestao%20por%20Competencias.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

Salvador - 2018

ANÁLISE DA FORMA DA CIDADE ATRAVÉS DOS CORREDORES E SUBÁREAS

CITY FORM ANALYSIS THROUGH CORRIDORS AND SUBAREAS

ANÁLISIS DE LA FORMA DE LA CIUDAD A TRAVÉS DE LOS CORREDORES Y SUBÁREAS

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

MACEDO, Adilson Costa

Arquiteto. Doutor estruturas ambientais urbanas FAUUSP. Professor USJT

ac.macedo@terra.com.br

ANÁLISE DA FORMA DA CIDADE ATRAVÉS DOS CORREDORES E SUBÁREAS

CITY FORM ANALYSIS THROUGH CORRIDORS AND SUBAREAS

ANÁLISIS DE LA FORMA DE LA CIUDAD A TRAVÉS DE LOS CORREDORES Y SUBÁREAS

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO

Análise da forma da cidade através de setores delimitados por *corredores* formados por vias cujos lotes fronteiriços tem uso e ocupação do solo diferenciados daqueles das *subáreas* como espaço remanescente entre os corredores que ao se interceptarem formam o tecido da cidade tradicional. Mostra-se este procedimento de análise e as vantagens de sua aplicação em projetos urbanos.

PALAVRAS CHAVE: forma urbana, arquitetura da cidade, projeto urbano.

ABSTRACT

City form analysis through sectors delimited by corridors formed by roads whose border lots have use and occupation of the land differentiated from those of the subareas as remaining space between the corridors, that when intercepted form the fabric of the traditional city. This analysis procedure and the advantages of its application in urban projects are shown.

KEYWORDS: *urban form, city architecture, urban form*

RESUMEN

Análisis de la forma de la ciudad a través de sectores delimitados por corredores formados por vías cuyos lotes fronterizos tienen uso y ocupación del suelo diferenciados de aquellos de las subáreas como espacio remanente entre los corredores que al interceptarse forman el tejido de la ciudad tradicional. Se muestra este procedimiento de análisis y las ventajas de su aplicación en proyectos urbanos.

PALABRAS CLAVE: *forma urbana, arquitectura de la ciudad, proyecto urbano.*

PRELIMINARES

Esta é uma maneira de estudar a forma da cidade tendo por base conhecimentos teóricos e a experiência de observar o espaço dos elementos urbanos, via, quadra, lote, edifício, VQLE, como lugares onde as pessoas vivem e convivem. Observar andando pelo local de interesse além dos demais recursos existentes de análise no escritório. Aos elementos típicos de estudo de morfologia urbana se acrescentam dois outros, o *corredor* (C) e a *subárea* (S), cuja configuração física resulta dos clássicos VQLE. Como conceitos C e S ampliam o estudo da forma urbana como construto humano para seis elementos, ao menos para o âmbito desta investigação empírica.

Interessa o espaço desde a região até o setor urbano onde se aplica a ideia de corredor e subárea considerando sempre existir uma estrutura maior integradora dos seis elementos urbanos. Os conceitos C e S estão relacionados a esta estrutura que cresce de modo orgânico e se subdivide em partes, seja por ações imediatas ou por transformações ao longo do tempo. Para explicar a ideia do todo e da formação das partes se adotou o formato descritivo, quase didático, capaz de servir de subsídio para pesquisas quantitativas, de ser utilizado em aulas de projeto urbano na universidade ou em trabalhos profissionais.

A investigação se desenvolve no município de São Paulo, SP, Brasil, população 12.106.920, área 1.521,11 km², densidade demográfica 7.959,27hab/km², onde foram utilizados conceitos e critérios relativos ao conhecimento do espaço físico por partes (MACEDO, 2002, p.23)

Foram selecionados trechos do tecido urbano de interesse para análise e aplicados procedimentos do estudo da arquitetura da cidade segundo o arquiteto, ou seja, procurar base conceitual que permita com segurança se dar o passo além quanto a invenção de novos tipos e diretrizes urbanísticas (ROSSI,1977).

Influem nesta maneira de estudar a cidade os conceitos sobre imaginabilidade e legibilidade dos espaços, de autoria do arquiteto-teorista Kevin Lynch (LYNCH, 1960, p.11)) as críticas ao movimento de revisão do Urbanismo e Arquitetura Moderna, expressas de modo inconteste pela jornalista-socióloga Jane Jacobs (JACOBS, 1961, p.428)) e a formulação da linguagem de padrões introduzida pelo matemático-arquiteto Christopher Alexander (ALEXANDER, 1977).

São também utilizados no estudo dos corredores e subáreas, conceitos da morfologia urbana clássica, do geografo- pesquisador alemão Michael Robert. G. Conzen , pioneiro da escola inglesa, que trabalha os aspectos morfológicos considerando o solo existente como o elemento primário do suporte físico (CONZEN, 1969), dos arquitetos-professores, o italiano Salvatore Muratori, pioneiro da escola italiana (SCHEER, 2016) e o francês Phillipe Panerai que trabalham com o quarteto VQLE refletindo a experiência com o projeto de

edificações oriunda de suas profissões e do contexto urbano europeu (PANERAI, 1989)). Sobre morfologia urbana, tem interesse atual os trabalhos dos pesquisadores da Universidade do Porto, Portugal, responsável pelo PNUM, Portuguese Network on Urban Morphology, associado a congênere inglesa ISUF, *International Seminar on Urban Form*, (OLIVEIRA, 2016)). Destaca-se o grupo de pesquisa Forma Urbis Lab liderado pelo professor Carlos Dias Coelho da Universidade Técnica de Lisboa, cujo acervo de experiência se difunde pela publicação de livros. Em particular, o livro *Os elementos urbanos*, coordenado pelo professor Coelho que reúne capítulos escritos por especialistas, tem sido referência para os trabalhos do grupo de pesquisa do qual participa o autor deste manuscrito (COELHO, 2014).

A repercussão dos trabalhos dos autores citados e seus livros, são divulgados tanto na universidade como no ambiente profissional do arquiteto-urbanista. Por isto julgou-se desnecessário pautar cada trecho escrito sobre os corredores e subáreas por justificativas procurando imbricar o resultado das investigações de campo, donde realmente tem emergido a pesquisa, com citações de autores conhecidos. Isto se faz quando a aproximação com determinado autor é indispensável para reforçar o conceito que se procura fixar.

A cidade de São Paulo, doze milhões de habitantes em uma área metropolitana de vinte e dois milhões evoca estudos de planejamento urbano e regional para determinar padrões de infraestrutura e de desenvolvimento socioeconômico na escala regional. No extremo oposto o planejamento referenciado a pequena escala leva a um urbanismo que trata de aspectos locais, tendendo para o social e político, mas, gerador de subsídios importantes para a análise do contexto físico local. Isto acontece através da captura das particularidades que ocorrem na escala pequena que podem ser agrupados na escala de um determinado setor e organizados para alimentar programas de intervenção e projetos urbanos. O conhecimento dos aspectos locais “andando a pé, olhando e escutando”, fornece material para a escala local do planejamento e para as escalas maiores sendo indispensáveis para alimentar os programas de projeto dos setores da cidade. Pode-se somar a isto formas alternativas de urbanismo como o movimento Everyday *Urbanism*, o *Tactical Urbanism* ou Coletivos Urbanos como formas de contribuir com o planejamento do o uso de espaços públicos através de programas nascidos da comunidade. O projeto urbano resulta da decisão de planejamento, seja na dimensão grande ou micro. Deve ser desenvolvido por procedimentos que levam à transformação do espaço físico com base em programa aprovado pela sociedade. Pode concluir-se que a investigação do espaço urbano como forma construída serve para fundamentar o programa e o projeto.

CONCEITOS BÁSICOS

Seja na linguagem técnica ou coloquial é comum se falar região do país, região metropolitana ou região norte, sul, leste e oeste de um país, município ou cidade. Na escala da cidade utiliza-se o nome setor para designar suas partes, definidas conforme o objetivo do planejamento: setor censitário, educacional e outros. São objetivos decorrentes do interesse específico de buscar informações que subsidiem trabalhos de planejamento. Para a análise da forma da cidade e programa do projeto urbano, considera-se o setor segundo um critério apropriado ao tipo de investigação. A cidade é um setor urbano do município, dividida em bairros pelos moradores e em distritos pela Prefeitura.

Para os procedimentos de estudo de corredores e subáreas a subdivisão de uma cidade é feita pelos elementos físicos de permanência no tempo, difíceis de serem removidos: as vias de transporte de pessoas e cargas, o caminho dos fluídos e da energia e os acidentes geográficos, um morro ou o mar. Analisar o tecido urbano de traçado tradicional como na cidade de São Paulo, tendo foco nos tipos de corredores e subáreas, é facilitado pela subdivisão do espaço usando o sistema de vias principais. Deste modo são definidos setores da trama urbana que devem estar articulados permitindo o melhor conhecimento do todo.

Algumas das vias principais de hoje tempos atrás foram ligações construídas pelas pessoas e assentes no território segundo a lógica do possível: pelo espigão, meia encosta ou várzea de um curso de água. Ligavam cidades e passavam pelo centro, onde estavam o mercado, a praça, os prédios públicos e as pessoas. Com o tempo as cidades e áreas rurais se institucionalizaram como municípios. Parte dos caminhos tornaram-se vias interurbanas ligando cidades próximas e em alguns casos formando uma região metropolitana. Isto parece elementar, mas, é apenas para recordar a maneira de formação das cidades no Brasil; para introduzir a ideia de corredores e subáreas, e o emprego de diagramas para ilustrar o texto. A figura 1 mostra três fases da ocupação de um território. Em 1A, a centralidade (cidade) que se forma no cruzamento de dois caminhos ou vias. Em 1B, o início de uma rede de conexões e a figura 1C representa a região metropolitana.

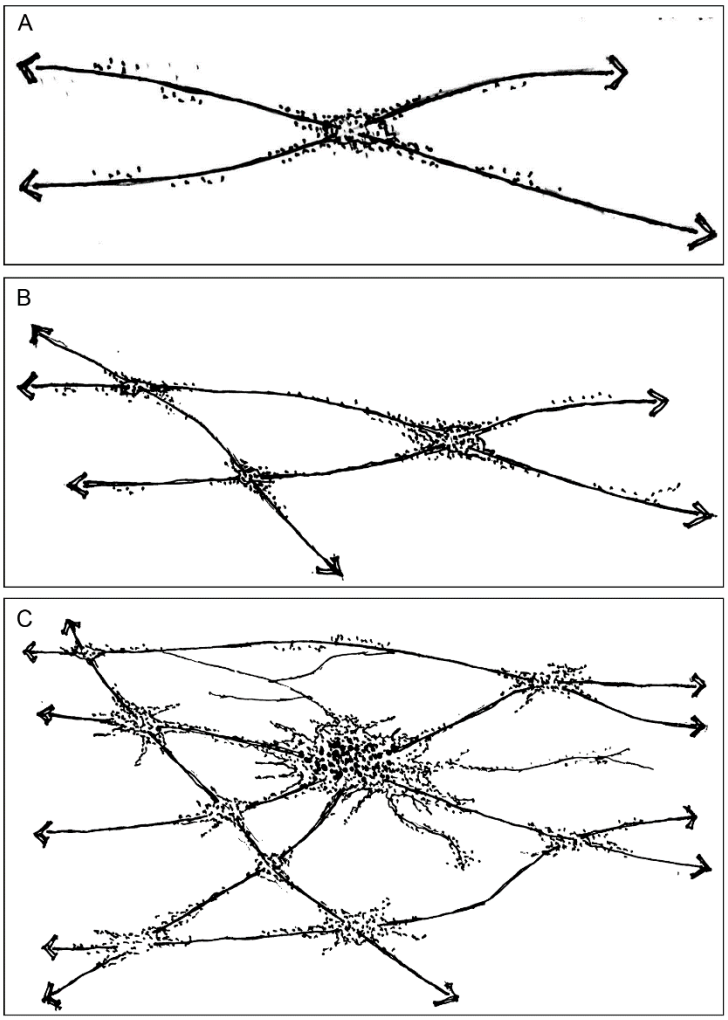


Figura 1: cidade, município, região metropolitana.
Fonte: desenho do autor, 2014

O traçado viário, a implantação dos espaços públicos e edificações que moldam a forma urbana atual acompanham a história das cidades, são concebidas como resposta a necessidades e boa parte foi construída com arte. No texto Condições Históricas do Urbanismo G. C. Argan, afirma “será preciso considerar o conjunto das exigências práticas como matéria realista que se constitui e organiza na forma artística e representa a condição da sua existência”, exaltando construir com arte desde que se domine o programa de necessidades descrito para um projeto urbano (ARGAN, 1994). Mas, nem todo tecido urbano é concebido com arte e ser antigo não é garantia de qualidade. Há o exemplo nada satisfatório do bairro Paraisópolis em

São Paulo, onde foi assente um traçado reticular ortogonal sobre terreno acidentado, que gerou e causa problemas até hoje devido a declividade das vias em relação a configuração das quadras, lotes e infraestrutura. Nesta cidade a pressa do crescimento fez com que tecidos urbanos antigos fossem cortados por vias destinadas para a circulação pesada resultando um traçado em *patchwork* mal alinhavado.

São Paulo, como outras cidades brasileiras cresceram a partir do centro por um sistema de vias radiais aproveitando caminhos de cotas favoráveis, por cumeadas ou fundo de vales, em reticula ortogonal ou deformada para acompanhar a declividade, em geral sem deixar pontos convenientes para suas vias principais se conectarem a loteamentos novos. O cruzamento das circulações principais mostra-se como local das edificações de interesse geral. É representado pela praça, nó de articulação de veículos, espaço de passagem, de permanência individual ou de encontro. Nas cidades que se formaram desde o centro tradicional e de outro no entorno da estação ferroviária, se estabelecem duas centralidades marcantes pelo tipo de uso do solo e a diferenciação de renda dos moradores. Que, naturalmente vão servir a novos loteamentos e com o tempo se articular com os centros de novos bairros. Nas cidades maiores os bairros, praças ou simplesmente largos de articulação do trânsito definem centralidades. Matéria desenvolvida e bem documentada por historiadores com interesse na formação do espaço físico das cidades brasileiras e que do ponto de vista da forma urbana, apresenta particular interesse o trabalho de Manuel C. Teixeira: livro, A forma da cidade de origem portuguesa (TEIXEIRA, 2012).

A figura 2 mostra como cresceram e ainda crescem nossas cidades. Em 2A, o diagrama ilustra o caso da cidade que se inicia pela praça. 2B, mostra seu crescimento por quadras em reticula, 2C, o caso de duas centralidades marcantes, em torno da igreja da matriz e junto a estação ferroviária, com loteamentos novos que vão se agregando (típico do interior do estado de São Paulo).

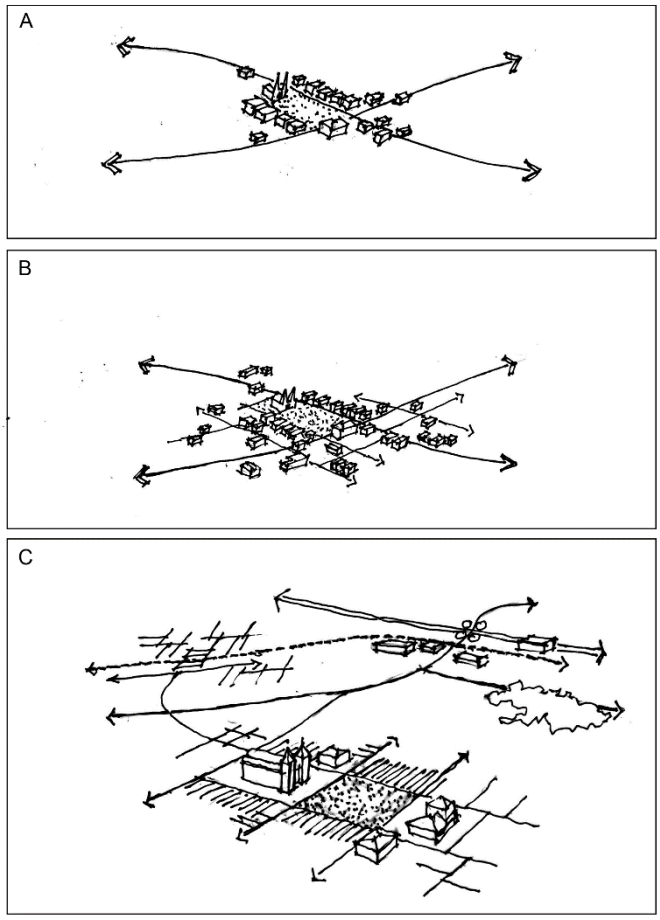


Figura 2: Forma de crescimento de cidades brasileiras
Fonte: desenho do autor

As cidades construídas por pequenos incrementos ou mesmo adições maiores, assentam-se no terreno formando setores passíveis de subdivisão em partes até um mínimo onde não haja mais interesse em repartir. As parcelas loteadas originalmente são indicadores fortes para a seleção de setores, mas, nem sempre precisam coincidir com a subdivisão em corredores e subáreas.

São Paulo cresceu de forma concêntrica e por vias radiais partindo do centro e cortando anéis, desenhados em diferentes tempos na expectativa que delimitassem área de maior concentração urbana. A superfície de cada um dos anéis, é dividida por setores demarcados pelas radiais com início no Centro Histórico (anel central). Hoje o sistema chegou até o Rodoanel que define um setor metropolitano, figura 3. Nesta figura a linha fina pontilhada representa o limite do município, em destaque aparece o corredor associado ao anel viário. São informações de referência: Região Metropolitana: 7.946,84 km². População: 21.242.939.

Densidade demográfica hab/km²: 2.673,13. O Município de São Paulo: 1.521,10 km². População: 12.038.175. Densidade demográfica hab/km²: 7914,12 – IBGE.

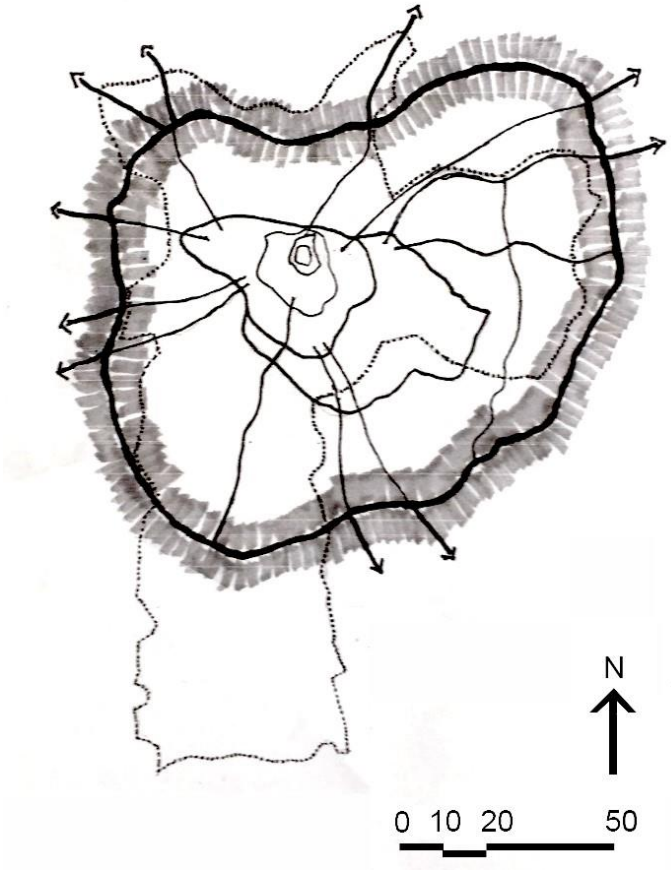


Figura 3: Rodoanel metropolitano
Fonte: desenho do autor

A via como um elemento de morfologia urbana faz parte do quarteto clássico VQLE: via, quadra, lote edifício, que caracteriza o tecido urbano de uma cidade, definido por Carlos Dias Coelho como:

> O conceito de tecido urbano exprime a realidade da cidade construída, matéria com existência real e temporal, que inclui indissociavelmente o espaço e o edificado, o público e o privado, isto é, as ruas, as parcelas, os edifícios, as infraestruturas, etc., isto é, toda a cidade física (COELHO, 2013, p.15).

Coelho diz serem indissociáveis os elementos que compõem o tecido conforme o tempo, a cultura, e a forma de ocupação, como processo evolutivo próprio de cada território. Para o autor as limitações de se estudar o tecido urbano desmembrando-o para analisar é justificado apenas para facilitar a leitura e reconstituir uma interpretação.

O tecido urbano diferencia-se pelos corredores de tráfego, situação devida aos níveis diferenciados de importância: via expressa, avenida e rua principal de um bairro. São os eixos por onde fluem os veículos, tendo papéis diferenciados conforme sua inserção na trama urbana. Destaca-se o tipo de elemento urbano que relaciona o espaço da via e as faixas lindeiras de lotes incluindo suas edificações, quadra a quadra, para formar um sistema linear chamado *corredor*. A via de suporte do corredor pode estar associada a outro elemento urbano também linear, por exemplo um canal ou uma linha de alta tensão. Os corredores possuem níveis diferenciados de relacionamento com o tecido urbano, desde aqueles que interligam setores e atravessam a cidade, até o corredor de uma pequena área vizinhança. Sua caracterização e importância é acentuada devido à variedade do uso do solo atraída por ele, pelo fato dos corredores acompanharem os eixos principais de movimento na cidade. A largura do elemento de infraestrutura somado ao das vias define a dimensão satisfatória para um corredor caso haja facilidade para serem implantadas transposições próximas umas das outras. A figura ilustra os tipos de corredor. Em 4A o caso mais simples, do corredor formado por uma via e faixas lindeiras de lotes. Em 4B, se acrescentou um componente central, canal ou linha de alta tensão. Estas situações ocorrem com frequência no traçado de uma cidade.

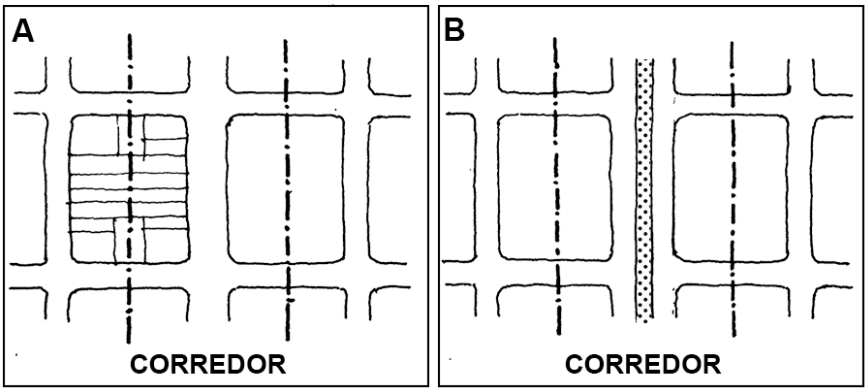


Figura 4: tipos de corredor
Fonte: desenho do autor

A demanda de fluxo no sistema viário às vezes impõe a utilização de duas vias aproximadamente paralelas formando um sistema duplo de corredores ou com vias de mão única em sentidos opostos. Observe-se na figura 5 as variações dos tipos básicos. Em 5A, as vias estão separadas apenas por uma quadra e quando tem mão única formam um binário, situação que acontece com frequência. Nesta situação o corredor passa a conter os lotes fronteiros das vias laterais mais a faixa de quadras centrais onde os lotes ficam justapostos pelas divisas de fundo. Em 5B, aparece o caso de uma via expressa com pistas marginais paralelas ao canal de um rio, onde elas formam um conjunto de grande largura em que a transposição dependerá de obras especiais. Neste caso o conjunto de pistas expressas, fora as pistas laterais, deve ser considerado como elemento independente. Os setores ficam separados por um elemento urbano especial, a *barreira*, dando origem a corredores diferentes. A via marginal delimita corredores em cada lado da barreira e separa faixas lindeiras de lotes em cada lateral, figura 5B. Além de via expressa, a barreira poderá ser determinada por um morro, rio, ferrovia, área rural ou o mar.

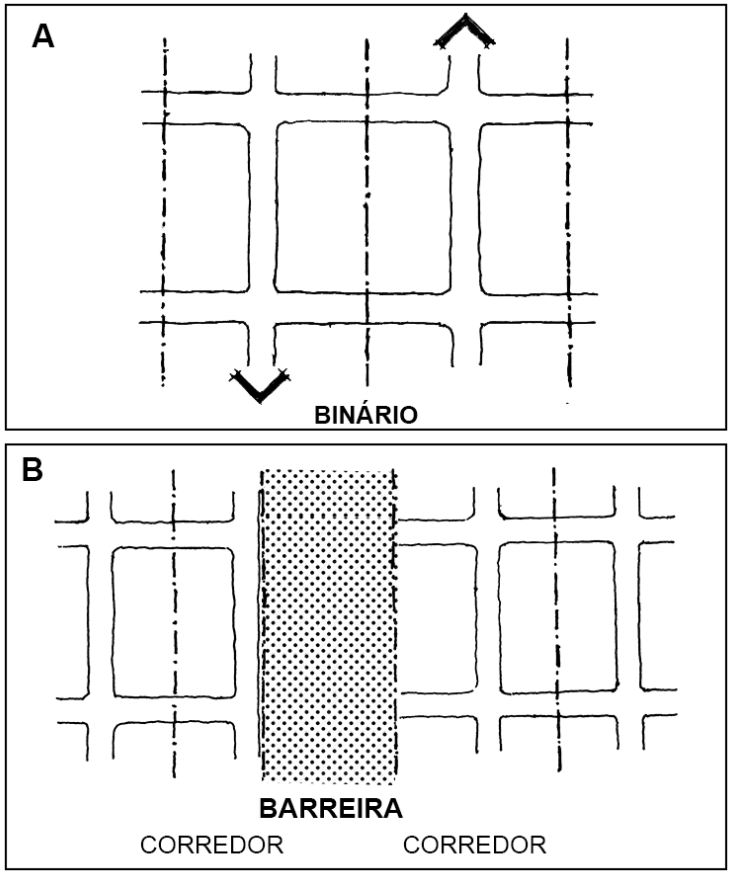


Figura 5: Corredores compostos

Fonte: desenho do autor

Na cidade tradicional os corredores se entrelaçam de maneira orgânica resultando atrás deles uma superfície poligonal cujo contorno é o fundo dos lotes. Esta superfície se chama *subárea*. A subárea poderá ser grande ou pequena dependendo da distância relativa dos corredores, determinada pelo critério de subdivisão do tecido urbano em setores. Isto dependerá da abrangência do estudo desejado pois um setor grande poderá incluir vias que atravessam e um setor pequeno resultante de subdivisão de outro possuindo apenas vias de distribuição poderá ser por elas subdividido mais uma vez (MACEDO, 2012). A figura 6 ilustra este critério de subdividir por setores. 6A, representa o diagrama ilustrativo de uma subárea grande, configurada por corredores que atravessam a cidade. 6B, mostra que a subárea pode ser subdividida em três outras pelos corredores associados às duas vias de distribuição existentes. 6C, demonstra que a subárea que contém os cursos de água pode ser subdividida em três outras, chegando ao ponto de não interessar subdivisões menores para estudo.

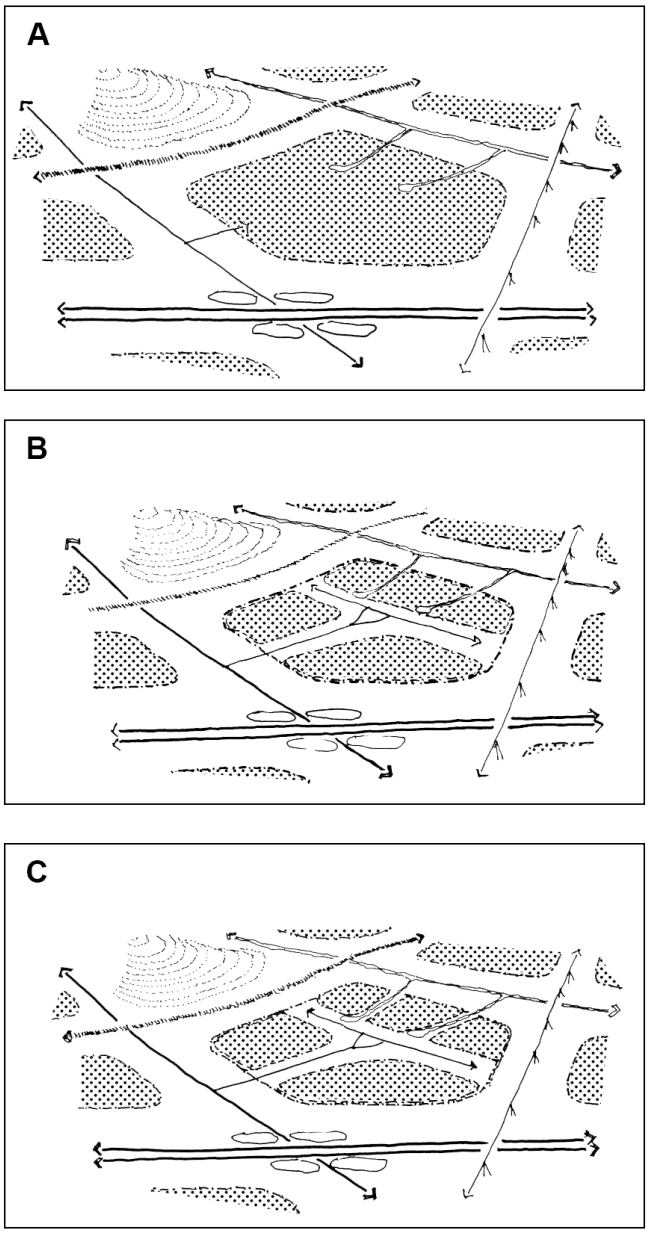


Figura 6: a subárea
Fonte: desenho do autor

Os lotes situados nos corredores possuem, em regra geral, imóveis ocupados por atividades de uso misto com predominância no térreo do uso comercial e serviços, intercalados por residências, instituições, indústrias, praças e parques. Há corredores de caráter residencial nos bairros e total predominância do tipo misto nas áreas centrais de cidades. Possui caráter único o corredor caracterizado por um tipo comercial: rua

dos eletrônicos, das confecções..., rua das noivas. Nos corredores longos a predominância de uso acontece por trechos, como se observa nas vias de grande extensão da cidade de São Paulo.

A quadra que acompanha a via responsável pelo corredor, tem a faixa de lotes voltados para a via oposta em condição diferenciada daquela do corredor. No caso de ser quadra da área central de uma cidade grande, o uso do solo na via de fundo se assemelha ao do corredor em decorrência da pujança das atividades de comércio e serviços. No bairro em transformação de industrial para residencial, comercial e serviços, as plantas industrias maiores cedem lugar para grandes condomínios residenciais ou mistos, mas, ficam trechos onde os lotes são de dimensão que não chega a atrair os empreendedores imobiliários resultando uma complexa e interessante mistura de tipos edificados, A figura 7 apresenta áreas de transição e centralidades de uso e ocupação do solo em São Paulo. Em 7A, aparece o trecho de um bairro onde a densidade de ocupação dos lotes aumenta na medida da aproximação com a área central e acompanhando este processo segue a transformações do uso do solo.

Figura 7: Bairro com o centro da cidade ao fundo e rua chegando ao centro de um bairro
Fonte: fotos autor, acervo 2017

Em 7B, a frente dos lotes voltados para a via corredor tem no pavimento térreo uso misto de predominância comercial e serviços. Ela segue até encontrar o centro do bairro onde o volume dos edifícios é maior.

Em setores afastados da rede viária principal, pode haver vias eleitas como de distribuição onde a predominância de uso seja residencial. Há situações onde a mudança de uso misto do corredor para as vias internas da subárea é abrupta destacando-se a situação da “rua sem saída” ou vila, de acesso direto por uma via-corredor, onde uma parte das casas passa a ser utilizada para atividades de serviços. Em outras situações

as casas da vila passam a ser comerciais. Em São Paulo, nos corredores de bairros é significativa a presença de oficinas e pequenas indústrias misturadas ao comércio, residências, instituições públicas e privadas.

A figura8, mostra a mudança de uso que frequentemente acontece nos corredores de bairros. Em 8A mostra-se um trecho de corredor de origem industrial onde um condomínio de grande porte se assentou no terreno onde existia uma indústria, os lotes de frente estreita e pouca profundidade devido a existência de uma rua sem saída paralela ao corredor, passaram a ter uso comercial e de serviços (foto, à direita). 8B mostra uma via-corredor com acentuado contraste do volume e uso dos espaços. 8C representa a rua-corredor onde as casas, em lotes de frente estreita e pouca profundidade são mantidas, com a mudança de uso, hoje constituindo exemplo de corredor que atravessa compatível com a escala de uma vizinhança. A figura 8D representa uma vila em local de considerável movimento, onde todas as casas se transformaram em lojas.

Figura 8: Mudanças de uso nos corredores de bairros
Fonte: fotos autor, acervo 2017

CORREDORES E SUBÁREAS COMO PROCEDIMENTO DE ESTUDO

Através da observação sobre diversas áreas da cidade de São Paulo - trabalho de campo, análise de tipos e projetos – organizou-se um processo para estudar os elementos urbanos, decorrente dos conceitos de

corredor e subárea. Este *método dos corredores e subáreas* como apelidaram os colegas e estudantes, mas, que é apenas um procedimento de análise, se baseia em princípios desenvolvidos para São Paulo que com adaptações poderá ser aplicado em outras cidades. O objetivo pode ser comum para diferentes grupos de trabalho, como organizar o demonstrativo da situação, analisar a forma urbana existente, gerar subsídios para pesquisa, planejamento e projeto urbano.

As vias da cidade da São Paulo foram implantadas em função dos aspectos naturais de relevo e hidrografia e de acordo com a superfície da área a parcelar, o loteador ficando dependente da finalidade do parcelamento: da gleba industrial até o lote da vila operária. Com o passar do tempo aconteceram alterações do traçado original da cidade, pela implantação das grandes avenidas, alargamento de vias, canalização de cursos de água, um esforço para responder a necessidade de espaços para o transporte público e o individual. O tempo trouxe o conhecimento das questões técnicas relativas as vias da cidade gerando uma classificação rigorosa de tipos que foram incluídos na legislação urbanística do município desde 1950. O automóvel – simbolizando a modernidade – sacrificou os espaços para pedestres, principalmente as calçadas dando lugar a ampliação das faixas de rolamento. Calçadas que nunca foram de largura generosa na cidade de São Paulo, ficaram ainda mais estreitas. Muitos dos poucos parques existentes foram retalhados por força de obras viárias ou dada sua "disponibilidade" para a urgente implantação de edifícios públicos.

São Paulo acompanha a atual valorização internacional de se circular em espaços abertos, representada pela "caminhabilidade" ou capacidade para caminhar que é um neologismo, tradução de *walkability.* e pelo incentivo da bicicleta como meio de transporte. Isto repercutiu no Plano Diretor Estratégico – 1914 – deste município, através de diretrizes para diminuir o uso dos automóveis com a finalidade de reconquistar espaços a ele cedidos, apesar do transporte de massa também ocupar espaços grandes (SPECK, 2012, GEHL, 2013).

Torna-se necessário abrir espaços para o transporte de alta capacidade e isto vem sendo feito gradativamente apesar da estrutura viária desta cidade não facilitar. A urgência para acompanhar o padrão internacional está centrada no criar espaços para as pessoas – pedestres e bicicletas - ainda que não possam ser contemplados os que fazem uso de motocicleta para trabalhar (não há espaço, é impossível agora, dizem os técnicos), apesar de os motociclistas serem hoje os responsáveis pelo maior número de acidentes fatais em São Paulo. Estes objetivos redundam em propósitos de projeto reprimidos quanto as possibilidades para transformar os espaços da cidade, pois demandam em grandes e dispendiosas desapropriações. Existe farta literatura disponível sobre o assunto, que melhor se situa no campo do planejamento e políticas públicas

Para o embasamento da análise da forma urbana, os setores da cidade são identificados por três tipos:

• **Vias que atravessam**, são as que passam tangenciando o setor e o definem. Elas fazem a ligação com outros pontos da cidade ou, são as vias que cortam o setor dependendo abrangência da análise. Como a cidade por definição é um setor do município, nesta escala destacam-se as vias que atravessam. Na dimensão do bairro, o setor pequeno se identifica por possuir limites determinados pelas vias que o atravessam tangenciando, são vias que distribuem se consideradas na escala da cidade

• **Vias que distribuem**, são vias que fazem conexão com a principal e tem a finalidade de distribuir o tráfego para as vias locais. Quando a via que atravessa for uma rodovia ou via arterial importante em geral há uma via paralela para participar do conjunto como via de distribuição e dela o tráfego se espraia para outras vias de distribuição ou diretamente para as locais. Quando se tratar de uma via que atravessa de porte menor as vias de distribuição saem delas diretamente, e fazem a ligação com as vias locais. Uma situação que favorece as subáreas formadas por quadras de lotes pequenos e que tem resistido a investidas de empreendedores especializados na construção de condomínios de porte grande aparece quando há uma via de distribuição interna que acompanhe o corredor em um segmento extenso de determinado setor.

• **Vias locais**, são as vias que formam a trama local articulada com as vias de distribuição. Elas se localizam entre duas vias de distribuição, podem ser do tipo *loop* saindo e voltando da mesma via, ou tipo *cul-de-sac* entrando e saindo pelo mesmo acesso da via de distribuição.

Ao aplicar o procedimento de trabalho resultante destes conceitos é indispensável ter presente a relatividade da classificação das vias. Considerar que um logradouro indicado como via que atravessa um setor, no contexto maior poderá ser considerado uma via de distribuição, fato corrente quando se reparte o espaço da cidade em corredores e subáreas

Destacam-se no tecido urbano dos bairros de origem industrial de São Paulo partes constituídas por glebas destinadas a plantas industriais de grande porte, onde são frequentes traçados que contrastam com vizinhos apresentando quadras com lotes pequenos (3,50 por 20,00m, o que é comum ocorrer) ocupados por casas em fileira, até lotes de 10,00 por 25,00m para casa de padrão superior, podendo haver lotes ainda maiores dedicados a habitação coletiva e equipamentos institucionais. Existem lotes de esquina com área maior ocupados por edificações para uso misto incluindo comércio e serviços no térreo e habitação ou escritórios,

em um ou dois pavimentos acima. As quadras que atendem a estes traçados, segundo casos observados, pertencem a um único loteamento, destinado a prover áreas residenciais junto as indústrias.

Hoje estas áreas de vizinhança intercaladas com as indústrias são protegidas como tipo decorrente do parcelamento em lotes pequenos, mantidos fora do foco de interesse dos investidores ávidos por terrenos grandes. Elas poderiam ser objeto de política pública que valorizasse suas características de VQLE em uma subárea, o seu caráter como tipo urbano e a relação de vizinhança que se estabelece entre os moradores. Com isto se estaria estimulando a diversidade sociocultural, o patrimônio urbanístico e o aumento de pontos de interesse na cidade, figura 9.

Figura 9: vizinhança protegida
Fonte: Google Earth acesso 20.02.2018

CONCEITOS DE CORREDOR E SUBÁREA APLICADOS A ANÁLISE DA FORMA URBANA, DISTRITO DA MOOCA, SÃO PAULO

A área escolhida para testar o procedimento de análise decorrente dos conceitos de corredor e subárea é o distrito da Mooca na cidade de São Paulo. Distrito como denominação utilizada pelo poder público para efeito de planejamento e administração municipal.

O distrito da Mooca é delimitado por vias principais, tem superfície de 7,70km², população 75.724 (PMSP 2010) e densidade demográfica de 9.834 habitantes por quilometro quadrado. A superfície deste distrito corresponde a 0,005% da área do município, que é de 1521km². O perímetro oficial definido pelo sistema

viário corresponde ao interesse desta investigação quanto a subdividir o espaço em setores, tendo apoio nas vias que atravessam e que distribuem. Dentre os noventa e seis distritos em que se subdivide o município de São Paulo a Mooca ocupa posição a Leste da área central, sendo classificado entre os distritos de menor superfície, figura 10A. Entre os cidadãos da Mooca se reconhece a superfície toda da Mooca (7,7km²) como o bairro da Mooca, ao mesmo tempo que as pessoas mencionam três partes, usando igualmente a palavra bairro: Hipódromo, Alto da Mooca e Parque da Mooca. Nomenclatura esta que as aproxima melhor do seu local de moradia (classe média) e as afasta das quadras industriais e de moradia de origem operária, hoje em transformação. Para efeito desta pesquisa, relacionada ao espaço físico, e por observação de nomenclatura popular foi organizado um diagrama da divisão da Mooca em oito partes, cinco além das três já citadas, figura 10B. Hoje o diagrama é usado na pesquisa apenas para identificar localizações aproximadas e dar cunho de lugar ao espaço físico, com base em denominações populares de bairro usadas pela população. As oito partes são: 1- Ana Neri; 2- Hipódromo; 3- Cassandoca; 4- Alberto Lyon; 5- Mooca; 6- Alto da Mooca; 7- Henry Ford; 8- Parque da Mooca, figura 10B.

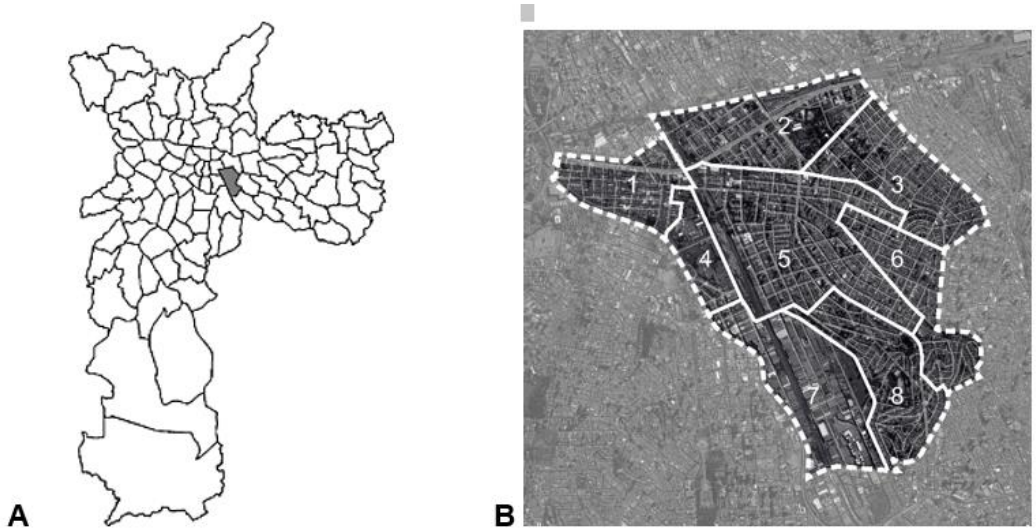


Figura 10: O Município e o Distrito da Mooca
Fonte: PMSP, *site* oficial.

Finalmente pela aplicação do procedimento dos corredores e subáreas o distrito foi subdividido em quinze setores para efeito da análise morfológica, sem preocupação de coincidência com as divisões anteriores. Pelo critério de identificar as vias que atravessam eles foram numerados para facilitar a organização dos dados.

No diagrama, aparece com traço de maior espessura as vias que atravessam, com traço mais fino as que distribuem e em pontilhado as ferrovias, figura 11.

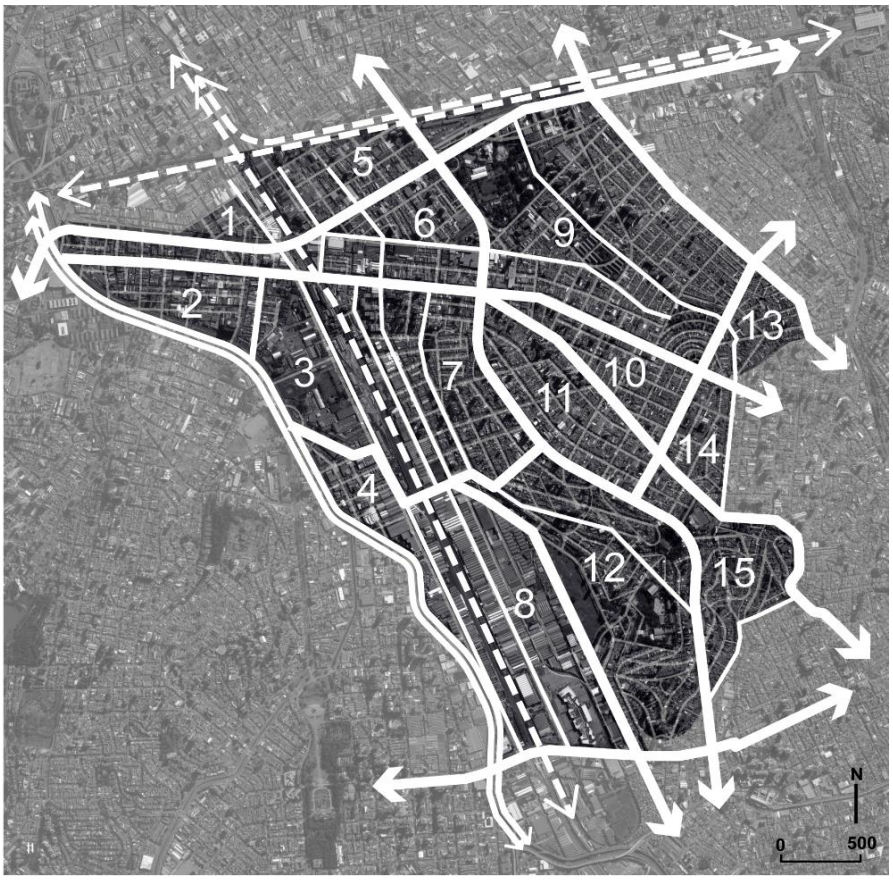


Figura 11: Distrito da Mooca, subdivisão em setores
Fonte: ilustração do autor

A subdivisão em setores é produto do conhecimento da área que o pesquisador consegue no universo do distrito. Estes setores são passíveis de subdivisão em dimensões menores. Para aprofundar o estudo dos elementos urbanos selecionou-se o Setor 7, onde vai se demonstrar os procedimentos além da simples setorização dos espaços, ou seja, trabalhar com os corredores resultantes das vias que atravessam e das distribuidoras e disto resultar subáreas de dimensão pequena.

Pelo conhecimento do fluxo de veículos no Setor 7 e certa homogeneidade do tecido urbano de suas partes (VQLE), se identificam dez subsetores (7a até 7j) utilizando-se também as vias de distribuição para delimitar as porções de espaço. Em consequência definem-se os corredores a elas associados e as subáreas. Pode-se

observar no Setor 7 subdivido em dez partes, as quadras, os lotes e a uniformidade ou não do tamanho e disposição das edificações, figura 12.

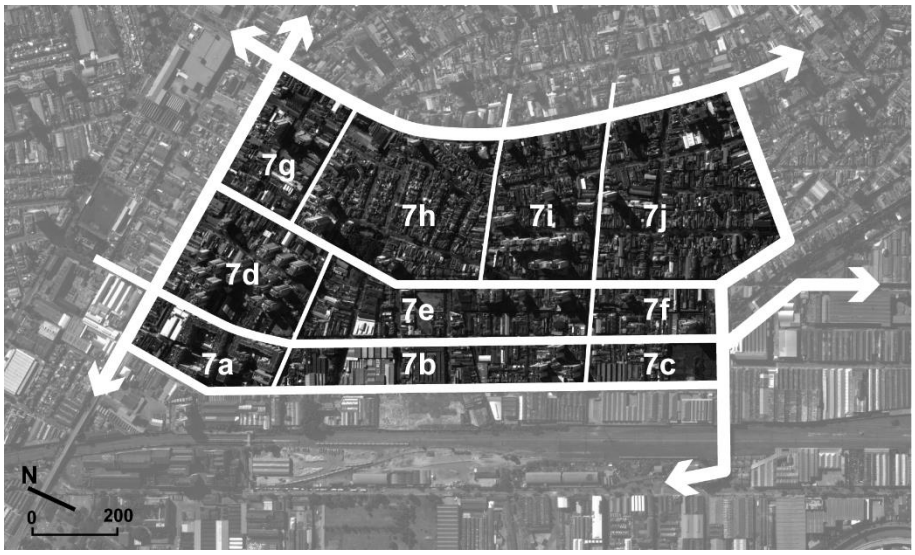


Figura 12: estudo do setor 7
Fonte: ilustração do autor

Por este critério de subdividir chega-se aos detalhes e será possível estudar os lotes, suas relações com as edificações e relações de uma edificação com a outra. É possível entender como o espaço se transforma e mapear, verificando no local, o que aconteceu e está acontecendo caso a caso. Depois, retornar a visão do conjunto.

Este procedimento aplicado aos corredores e a subárea permitirá identificar os tipos de espaços associados às vias e quadras, aos lotes e as edificações, completando o quarteto VQLE. Sobre este aspecto devem ser estudados os lotes e as edificações do corredor, suas frentes para as vias laterais e dos fundos. Acontece uma situação favorável quando a via de fundo paralela a via do corredor se estende por toda ou boa parte da subárea. Nesta situação, na vizinhança onde predominam residências, pode acontecer que diversos lotes voltados para a via de fundo tenham uso comercial/serviços/residencial, como apoio ao comércio maior do corredor. Pode acontecer um lote com duas frentes ficando a via detrás para acesso dos veículos de abastecimento. A apresentação em forma de diagrama serve para ressaltar os corredores que atravessam e os que distribuem, figura 13.

Figura 13: estudo do setor 7h
Fonte: ilustração do autor

Os espaços associados aos corredores são demonstrados na figura 14 graficamente. Em 14A, aparece o mapa básico do setor 7h. Em 14B, são destacados os corredores que atravessam e os que distribuem. Usando-se diagramas do tipo *figure ground* destacam-se na figura 14C os espaços associados aos corredores que atravessam e na figura 14D estão incluídos os corredores que distribuem. Deles pode se observar a superfície comprometida com os corredores e as subáreas que caracterizam os espaços para os estudos quantitativos relacionados a VQLE. Visualmente percebe-se que o espaço físico comprometido com os corredores é grande, mesmo tratando-se de um bairro.

Figura 14: Espaços associados aos corredores
Fonte: desenho autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disposição para analisar o tecido da cidade expressa por este manuscrito vem tanto pelo viés teórico como da prática. Nesta o resultado positivo do projeto da forma urbana depende do programa de necessidades, de sua boa interpretação somada ao talento e suor da equipe interdisciplinar. Dela participa o arquiteto desenhador, que pode nem sempre ser o mesmo no percurso de todo o desenvolvimento do projeto. O arquiteto desenhador trabalha para buscar resultados satisfatórios quanto aos tipos e a forma da cidade, seu perfil é de clínico geral e inventor de espaços novos ou transformados. Liga-se a história do ambiente físico e a morfologia urbana na fase de análise de tipos que alimenta o programa de necessidades, depois às

proposições conceituais e interage com a interdisciplinaridade do projeto de Arquitetura da Cidade até sua implantação.

Ligam-se ao trabalho do arquiteto desenhador os comprometimentos externos à sua especificidade: o contexto "inter" e "trans" disciplinar inerentes ao desenvolvimento de um projeto, mas, é sua responsabilidade o que traduz simplificadamente o responsável pelo escritório americano Urban Design Associates, UDA, arquiteto Ray Gindroz dizendo sobre o objetivo último do trabalho de um *urban designer*: "criar ruas bonitas e agradáveis, parques e praças nos quais o caráter dos edifícios individuais fique em harmonia com os outros edifícios, com o tratamento à nível do chão e com a escala do espaço por inteiro" (GINDROZ, 2003, p.7).

No contexto "inter" e "trans" disciplinar do qual deve resultar o projeto urbano existem diretrizes urbanísticas a serem implantadas aos poucos e outras de efeito imediato com a finalidade de cobrir necessidades ou para incrementar um setor pequeno da cidade, que possa se tornar um precedente significativo, embrião de outras intervenções como "acupuntura urbana" nos moldes do plano para a cidade de Curitiba (LERNER, 2013, p.11). São estratégias de planejamento onde o espaço é para ser tratado como entidade física, onde interessa a geometria de suas formas, sua adequada inserção urbana e viabilidade financeira.

O estudo da forma da cidade através dos corredores e subáreas além do viés acadêmico fornece suporte para as decisões preliminares do que fazer e para as etapas subsequentes de um projeto urbano. É ferramenta indispensável do arquiteto desenhador, para a equipe de projeto urbano, serve para fundamentar decisões dos agentes públicos e dos empreendedores privados. O que se deve fazer, compreende o programa de necessidades para o desenvolvimento do projeto, adequado ao sítio e aos propósitos dos empreendedores.

Neste manuscrito foram analisados os elementos urbanos corredores e subárea como substrato de trabalho acadêmico e base para o programa de um projeto urbano. Analise que está sendo complementada pelas observações sobre padrões de espaços que dão origem a forma das vias, quadras, lotes e edificações, um estudo de tipos, que será publicado tão logo se complete.

REFERÊNCIAIS

ALEXANDER, Christopher. ISHIGAWA, S. SILVERSTEIN, M. (1977) Uma linguagem de padrões. Porto Alegre. Bookman, 2013.

ARGAN, Giulio C. História da arte como história da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Ed. original 1984, Editori Riuniti.

COELHO, Carlos D. (coordenação) Elementos urbanos. Cadernos MUrb, Morfologia Urbana n°1, Lisboa: Argumentum, 2014.

CONZEN, M.R.G.: ALNWICK, Northumberland: a study in town-plan analysis. Transactions and Papers, Institute of British Geographers, 1960, Publication No. 27.

GEHL, J. Cidades para pessoas (2010), São Paulo: Perspectiva, 2013.

GINDROZ, Ray. The Urban Design Handbook: Techniques and Working Methods. Pittsburgh: W. W. Norton, 2003.

JACOBS, J. The death and life of great American cities. New York: Vintage Books. 1961.

LERNER, J. Acupuntura Urbana, Curitiba: Ed. Record, 2003.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade (1960) São Paulo, Martins Fontes, 1997.

MACEDO, Adilson C., O espaço urbano por partes. São Paulo: Revista Sinopses n°38, Editora FAUUSP, 2002.

PANERAI, Philippe, CASTEX, Jean, DEPAULE, Jean-Charles (1989) Formas urbanas, a dissolução das quadras. Porto Alegre. Bookman. 2013.

OLIVEIRA, Vitor. Urban morphology, an introduction to the study of the physical form of cities. Porto, Portugal; Springer, 2016.

ROSSI, Aldo. Arquitectura da cidade. Lisboa Edições Cosmos, 1977.

SCHEER, Brenda C. The evolution of urban form, typology for planners and architects. New York, Routledge, 2016.

SPECK, J. Walkable city: how downtown can save America, one step at a time. New York: North Point Press, 2012.

TEIXEIRA, Manoel C. A forma da cidade de origem portuguesa. São Paulo: Imprensa Oficial, 2012.

Salvador - 2018

ANÁLISE DOS PROJETOS RESIDENCIAIS DO ARQUITETO SYLVIO E. DE PODESTÁ. IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA.

ANALYSIS OF RESIDENTIAL PROJECTS OF ARCHITECT SYLVIO E. DE PODESTÁ. IDEAS, DESIGN AND PRACTICE.

ANÁLISIS DE LOS PROYECTOS RESIDENCIAL DEL ARQUITECTO SYLVIO E. DE PODESTÁ. IDEAS, PROYECTO Y PRÁCTICA.

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS PROJETO E PRÁTICA

PRADO, Marcos O.
Mestrando no Programa de Pós-Graduação Arquitetura, Tecnologia e Cidade FEC Unicamp. Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP, 2014).
marcospradoarquitetura@gmail.com

TAGLIARI, Ana.
Doutora em Arquitetura (FAUUSP, 2012); Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo e Programa de Pós-Graduação "Arquitetura, Tecnologia e Cidade" da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
anatagliari@fec.unicamp.br

ANÁLISE DOS PROJETOS RESIDENCIAIS DO ARQUITETO SYLVIO E. DE PODESTÁ. IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA.

ANALYSIS OF RESIDENTIAL PROJECTS OF ARCHITECT SYLVIO E. DE PODESTÁ. IDEAS, DESIGN AND PRACTICE.

ANÁLISIS DE LOS PROYECTOS RESIDENCIAL DEL ARQUITECTO SYLVIO E. DE PODESTÁ. IDEAS, PROYECTO Y PRÁCTICA.

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:

Na década de 1980, manifestações que visavam uma reavaliação do conceito de brasilidade, adentrou o campo do debate arquitetônico. Sob influências da crítica internacional pós-modernista à Arquitetura Moderna, estas manifestações resgataram e revalorizaram elementos da tradição arquitetônica brasileira, assim como a relação entre o edifício e o contexto, usuário, memória. Em Minas Gerais, o arquiteto Sylvio Emrich de Podestá associou-se a Éolo Maia e Josefina Vasconcellos no grupo mineiro *03 Arquitetos*, ficando reconhecidos como "arquitetos pós-modernos mineiros". A arquitetura desenvolvida por Sylvio de Podestá neste período, desencadeou questionamentos ao demonstrar uma grande habilidade no domínio da prática projetual. O presente artigo, analisa o projeto de duas residências; Residência Hélio/Joana (1981/1982) e Residência Rosinha (1980); contribuindo para a compreensão mais aprofundada de sua obra. Para tanto, seguiu-se três etapas: redesenho, modelagem, análise gráfica. Os resultados obtidos permitem estabelecer uma correspondência entre as questões levantadas no período pós-moderno e a obra do arquiteto, levantando discussões sobre sua prática projetual, dentro do contexto desta manifestação na arquitetura brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: análise de projeto; arquitetura residencial; Sylvio Emrich de Podestá; Arquitetura Pós-moderna.

ABSTRACT:

In the 1980s, manifestations aimed at a reappraisal of the concept of Brazilianness, entered the field of architectural debate. Under the influence of postmodernist international criticism of Modern Architecture, these manifestations rescued and revalued elements of the Brazilian architectural tradition, as well as the relationship between building and context, user, memory. In Minas Gerais, the architect Sylvio Emrich de Podestá was associated with Éolo Maia and Josefina Vasconcellos in the mining group 03 Architects, becoming recognized as "postmodern mining architects". The architecture developed by Sylvio de Podestá in this period unleashed questions by demonstrating great skill in the field of design practice. This article analyzes the design of two residences; Residence Hélio / Joana (1981/1982) and Residence Rosinha (1980); contributing to a deeper understanding of his work. For that, three steps were followed: redesign, modeling, graphical analysis. The results obtained allow us to establish a correspondence between the issues raised in the postmodern period and the architect's work, raising discussions about his design practice within the context of this manifestation in Brazilian architecture.

KEYWORDS: *project analysis; residential architecture; Sylvio Emrich de Podestá; Postmodern architecture.*

RESUMEN:

En la década de 1980, manifestaciones que pretendían una revalorización del concepto de brasilidad, adentró el campo del debate arquitectónico. Bajo las influencias de la crítica internacional posmodernista a la arquitectura moderna, estas manifestaciones rescataron y revalorizaron elementos de la tradición arquitectónica brasileña, así como la relación entre el edificio y el contexto, usuario, memoria. En Minas Gerais, el arquitecto Sylvio Emrich de Podestá se asoció a Éolo Maia y Josefina Vasconcellos en el grupo minero 03 Arquitectos, quedando reconocidos como "arquitectos posmodernos mineros". La arquitectura desarrollada por Sylvio de Podestá en este período, desencadenó cuestionamientos al demostrar una gran habilidad en el dominio de la práctica proyectual. El presente artículo, analiza el proyecto de dos residencias; Residencia Helio / Joana (1981/1982) y Residencia Rosinha (1980); contribuyendo a la comprensión más profunda de su obra. Para ello, se siguieron tres etapas: rediseño, modelado, análisis gráfico. Los resultados obtenidos permiten establecer una correspondencia entre las cuestiones planteadas en el período posmoderno y la obra del arquitecto, levantando discusiones sobre su práctica proyectual, dentro del contexto de esta manifestación en la arquitectura brasileña.

PALABRAS CLAVE: análisis de proyecto; arquitectura residencial; Sylvio Emrich de Podestá; Arquitectura post-moderna.

INTRODUÇÃO

O presente artigo integra parte da pesquisa de Mestrado *Investigação e Análise da Arquitetura Residencial do Arquiteto Sylvio Emrich de Podestá*, em andamento no Programa de Pós-Graduação Arquitetura, Tecnologia e Cidade (PPGATC/UNICAMP), cujo objetivo principal é analisar os projetos residenciais elaborados pelo arquiteto Sylvio Emrich de Podestá, com o propósito de compreender as estratégias projetuais e compositivas utilizadas por este importante arquiteto. Os projetos analisados neste artigo faz parte de um conjunto de seis residências projetadas na década de 1980, configurando o recorte temporal da pesquisa em andamento.

Na década de 1980, Sylvio E. de Podestá esteve associado a Éolo Maia e Josefina Vasconcellos compondo o grupo mineiro *Três Arquitetos.* Neste período os arquitetos desenvolveram uma série de projetos, individualmente ou em conjunto, buscando estabelecer um diálogo com o contexto, o usuário, a história e a memória, se aproximando das manifestações pós-modernas que vinham ocorrendo no cenário internacional.

A partir da observação das características formais e projetuais dos trabalhos publicados nos livros *03 Arquitetos* (1982) e *03 Arquitetos 1980-1985* (1985) indagou-se: quais foram as estratégias adotadas pelo arquiteto na elaboração destes projetos?

Neste artigo, apresentamos parte da pesquisa que vem sendo fundamentada a partir de revisão bibliográfica referente à temática da pesquisa e análise de projetos residenciais. Serão apresentados dois estudos de exemplares já realizados; a residência Hélio e Joana, elaborada em parceria com o arquiteto Éolo Maia, na cidade de Ipatinga (MG) em 1985, e a residência Rosinha, projeto desenvolvido em 1980, na cidade de Nova Lima (MG). Por fim, são apresentados os resultados preliminares obtidos.

Este artigo enfatiza o exercício da análise projetual, investigando as principais estratégias que compõem os projetos analisados. Os procedimentos metodológicos envolvem o uso de redesenho e construção de modelos tridimensionais, amparados por tecnologia digital. Ao final, foram produzidos diagramas axonométricos e textos analíticos que permitem compreender e caracterizar a obra do arquiteto. Pesquisar, levantar, redesenhar e investigar, valoriza os ensinamentos relacionados ao projeto, construção e sua história.

Assim, espera-se desta pesquisa, preencher uma lacuna verificada nas pesquisas acadêmicas a respeito do estudo da obra arquitetônica de Sylvio Emrich de Podestá, cuja análise e documentação são de grande importância no ensino e prática da arquitetura no Brasil, oferecendo categoriais de leitura, análise e interpretação.

Este artigo estrutura-se em quatro partes: após esta introdução, apresentamos uma breve contextualização da atuação do arquiteto. Em seguida, expomos as considerações sobre os procedimentos de análise. Por fim, os resultados já obtidos, discussão e considerações finais.

APRESENTAÇÃO DO ARQUITETO SYLVIO EMRICH DE PODESTÁ

Inserido em um contexto de questionamentos e proposições, típico da época de sua formação, Sylvio Emrich de Podestá nasceu na cidade de Rio Verde, Goiás, em Janeiro de 1952. Filho de bancário, morou em diversos lugares até fixar residência em Anápolis (GO), perto da recém inaugurada capital Goiânia. Iniciou seus estudos na Universidade de Brasília, porém, na década de 1970, transferiu-os para a Universidade Federal de Minas Gerais em Belo Horizonte (MG), se graduando Engenheiro Arquiteto em 1982.

Sua trajetória profissional é marcada por diversas parcerias profissionais. Uma delas, foi a que estabeleceu com os arquitetos Éolo Maia e Maria Josefina Vasconcellos, no começo da década de 1980 até 1988. Parceria muito profícua, alcançou grande projeção no cenário da arquitetura nacional, ficando reconhecidos como *Três Arquitetos* (Figura 01). O trio desenvolveu uma série de projetos que buscavam demonstrar a complexidade da disciplina arquitetônica, através de uma atitude questionadora e irreverente que lhes renderam o rótulo de "Pós-modernos mineiros".

Figura 01 - Grupo Três Arquitetos. (Da esquerda para a direita: Éolo Maia, Josefina Vasconcellos, Sylvio de Podestá).
Fonte: MAIA; PODESTÁ; VASCONCELOS, 1988, p.02

Segundo Hugo Segawa (1999, p.195), o grupo mineiro desenvolveu uma obra consistente, marcada pelo uso de formas arrojadas e livres, próximas das experiências realizadas no contexto internacional. Aliada aos elementos da tradição e da cultura mineira, questionaram a produção arquitetônica vigente, inspirada nas célebres obras dos grandes mestres da arquitetura brasileira, como Oscar Niemeyer e Vilanova Artigas.

Para o arquiteto, crítico e historiador Roberto Segre (2002), a atuação do *Três Arquitetos* foi de grande importância na proposição de uma linguagem arquitetônica que se desvencilhou dos cânones modernos estabelecidos após a inauguração de Brasília. Para o autor:

> A reação de Sylvio, Éolo, Jô e a turma dos "gambás" (Veveco, Penna, Almada, Diniz, Araújo Teixeira) contra o autoritarismo não foi só contra a repressão política e intelectual da ditadura militar, mas também contra a repressão "estilística" surgida em Pampulha e Brasília, que impôs a idéia de "brasilidade" nas formas curvas e livres produzidas por Niemeyer. E também contra a tese que a antropofagia tinha acabado nos anos trinta, e que desde o início do modernismo local não era mais necessário olhar para o exterior. Nestas duas décadas recentes, como evidencia o monte de obras e projetos publicados nos livros

> de Sylvio, a equipe mineira tentou encontrar seu caminho próprio liberando-se do peso e responsabilidade que significava ser Belo Horizonte e Pampulha as fontes principais da arquitetura moderna brasileira. Para isso, olharam para a tradição, o barroco mineiro, a história, a racionalidade "contiana" do plano de Aarão Reis para a cidade, e também para as tendências da vanguarda internacional: o posmodernismo, a high tech, o minimalismo, o deconstrutivismo e as manifestações do supermodernismo. (SEGRE, 2002)

Segundo Colin (2004, p.137), o trio apresentou nos anos 1980, uma coleção de projetos e obras edificadas, pioneira do Pós-Modernismo no Brasil. O amplo trabalho por eles desenvolvidos é inclusivo, se apropriando desde referências arquitetônicas modernistas como planos de vidro e formas puras geométricas, até elementos provenientes de arquiteturas coloniais e ecléticas. Mesmo com esta pluralidade, é possível observar algumas estratégias projetuais constantes em seus trabalhos, como: composição com aparente simetria; espaços condicionados pela forma; uso de figuras geométricas elementares na composição.

Figura 02 - Centro de Apoio Turístico Tancredo Neves (1985-1986)
Fonte: PODESTÁ, 2001, p.35

Paradigmático no contexto destas manifestações, o Centro de Apoio Turístico Tancredo Neves (1985-1986) (Figura 02), ficou reconhecido popularmente como "Rainha da Sucata". Localizado na Praça da Liberdade da cidade Belo Horizonte (MG), o edifício construído para a Secretaria de Esportes e Lazer do Estado de Minas Gerais, possuía inicialmente um programa relativamente simples, composto por sanitários para a população que frequentava a praça em momentos de lazer. Os arquitetos por sua vez, propuseram construir um anfiteatro, hall com informações turísticas e exposições artísticas, e uma administração. A valorização do entorno pré-existente se refletiu em uma relação de escala com os edifícios históricos presentes nesta praça. Além disto, foram utilizados materiais pouco convencionais para a época, como o revestimento externo de chapa metálica na cor prata e acabamento fosco, que segundo os arquitetos, "[...]insinuavam o entorno com reflexos diluídos nas construções vizinhas" (MAIA; PODESTÁ; VASCONCELLOS, 1985, p. 151).

Outro aspecto interessante na carreira do arquiteto, é o seu esforço em divulgar a arquitetura e o urbanismo de boa qualidade. No final da década de 1970 e início da década de 1980, ajudou a fundar e editar duas importante revistas de arquitetura: a revista *Vão Livre* e a revista *Pampulha*. Segundo Santa Cecília (2006, p. 82), a primeira nascida como um suplemento mensal da então revista *Informador da Construção*, teve como

pretensão estabelecer reflexões sobre a arquitetura produzida no contexto mineiro, informando a respeito do desenho do espaço e seus assentamentos, não somente ao público dos arquitetos, mas também todos àqueles preocupados com as questões referentes ao contexto urbano.

Já a revista *Pampulha* segundo Segawa (1999, p. 194), publicou artigos sobre arquitetura, artes e temas afins em plena ditadura militar, com uma linguagem descompromissada, porém com muita seriedade. Em sua primeira edição, contou com um depoimento do arquiteto Oscar Niemeyer e uma entrevista com Lúcio Costa, tratando sobre Brasília. Porém, apesar da admiração e homenagem aos antigos mestres, a vontade de superação fica evidente com a publicação de diversos projetos, desenvolvidos por jovens arquitetos mineiros como: Cid Horta; Álvaro Hardy (Veveco); Flávio Almada; Joel Campolina; Gustavo Araújo Penna; Sylvio Emrich de Podestá e Éolo Maia, dentre outros tantos.

Além destas experiências editoriais, Sylvio publicou em parceria com Éolo Maia e Josefina Vasconcellos, livros *03 Arquitetos* (1982) e *03 Arquitetos 1980-1985* (1985), apresentando diversos trabalhos individuais ou em equipe. Além destes, editaram o jornal informativo *3Arquitetos,* com informações sobre as atividades do escritório de arquitetura.

Em 1991, criou com Gaby de Aragão a editora *AP Cultural*, publicando a importante *Revista AP*, que mesclava assuntos variados dentro da temática da arquitetura, design e meio ambiente, além de importantes livros a respeito de teoria e prática da arquitetura. Sylvio E. de Podestá publicou três livros autorais, em que documenta sua teoria e prática em arquitetura, seus projetos, textos e entrevistas concedidas. São eles: *Casas* (2000), *Projetos Institucionais* (2001) e *Projetos Recentes* (2008).

Por fim Segre (2002), reconhece na obra de Sylvio de Podestá três períodos com influências distintas no conjunto de sua obra, sempre acompanhando as rápidas transformações pela qual a arquitetura foi passando, enquanto linguagem, nas últimas décadas. Nos anos 1970, início de sua atuação, prevaleceram as formas *coboursianas*[1], com influências regionais, em projetos de pequenas residências unifamiliares. Na década de 1980, já em parceria com Éolo Maia e Josefina Vasconcellos, indo desde as experimentações da linguagem pós-modernista às composições volumétricas rigorosas de Louis Kahn, Aldo Rossi e Mario Botta. Finalmente, na década de 1990, se destacam projetos com uma linguagem construtivista, geometrias dinâmicas utilizando-se de curvas e tangentes, formas articuláveis, demonstrando ao mesmo tempo uma grande liberdade e domínio do processo criativo.

ANÁLISE DA ARQUITETURA RESIDENCIAL DE SYLVIO E. DE PODESTÁ

A investigação sobre a arquitetura de Sylvio de Podestá, construída ou não, mas já definida em projeto, está sendo realizada pelos métodos e técnicas do **redesenho**, **modelagem tridimensional** e **análise gráfica**. Foram selecionados seis projetos para análise, em um total de vinte e duas residências elaboradas e publicadas na década de 1980. No presente artigo, apresentamos os estudos de dois exemplares: a residência Hélio e Joana, elaborada em parceria com o arquiteto Éolo Maia, e a residência Rosinha.

[1] Referência ao arquiteto e urbanista Charles-Edouard Jeanneret-Gris, mais conhecido pelo pseudônimo de Le Corbusier.

Com relação aos projetos realizados pelos arquitetos de Sylvio Emrich de Podestá e dos demais integrantes do grupo *Três Arquitetos*, observamos o uso corrente da perspectiva axonométrica, tanto nos estudos e croquis, quanto nos desenhos de apresentação.

A metodologia de análise dos projetos está sendo desenvolvida, baseada em desenhos e modelos virtuais tridimensionais. Para fundamentar esta metodologia, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os principais autores e pesquisadores na área de análise por desenhos, para assim adotar os procedimentos mais adequados para o que a pesquisa se propõe. Os autores Roger Clark e Michael Pause (1997), Francis Ching (2012), Geoffrey Baker (1998), Simon Unwin (2013) e Tagliari [(2008) e (2012)] são referências neste trabalho.

Levantamento bibliográfico e revisão da literatura

A pesquisa bibliográfica e a revisão da literatura, visam obter subsídios teóricos a respeito da produção arquitetônica na segunda metade do século XX, com enfoque na arquitetura praticada por arquitetos que contribuíram para a caracterização da arquitetura pós-moderna mundial e brasileira.

Pesquisa documental e levantamento de fontes primárias

Para análise dos projetos selecionados, o material gráfico utilizado nesta pesquisa, é composto pelos elementos gráficos presentes nos livros *3 arquitetos* (1982), *3 arquitetos 1980-1985* (1985) e *Casas* (2000), sendo constituídos por:

- Projeções ortogonais, plantas, cortes e elevações;
- Croquis do processo projetual;
- Fotografia da obra edificada ou perspectivas de apresentação dos projetos, onde é possível compreender o projeto em sua composição;
- Textos escritos por Sylvio de Podestá sobre os projetos.

Análise dos projetos

Para análise dos projetos, estão sendo elaborados diagramas que visam verificar as estratégias projetuais e compositivas das residências analisadas, a partir do redesenho e modelagem tridimensional dos projetos, no objetivo de se compreender o partido arquitetônico. A escolha de diagramas como ferramenta de análise e apresentação, se justifica pelos atributos inerentes a este tipo de representação: poder de síntese visual, abstração formal e clareza no tratamento da informação.

Utilizando-se de perspectivas axonométricas como linguagem gráfica para representação, foram selecionados itens de análises, extraídos do estudo dos autores mencionados anteriormente. São eles: **implantação, perímetro, composição formal, acesso, circulação e setorização**. Abaixo (Quadro 01) são especificadas as características observadas em cada item.

PARÂMETRO	CARACTERÍSTICAS
Implantação e Perímetro	A análise da implantação e do perímetro tem por objetivo verificar como se comporta o edifício em relação ao terreno, rua e divisas do lote.
Composição formal	Através da redução da forma à sua essência, verifica os elementos que regem a composição do edifício.
Acesso	Identifica os acessos principais à edificação, sua relação com a rua e a importância conferida como articulador do espaço.
Circulação	A circulação evidencia o modo pelo qual os espaços foram organizados com relação a sua hierarquia, clareza e apreensão do espaço.
Setorização	Identifica a organização dos setores social, íntimo e de serviço, e a compreensão do partido arquitetônico adotado na concepção do edifício.

Quadro 01- Itens para análise dos projetos
Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

Residência Hélio e Joana

Projetada em parceria com o arquiteto Éolo Maia para um jovem casal e seus dois filhos, entre 1981 e 1982, na cidade de Ipatinga, região do Vale do Aço em Minas Gerais. A residência Hélio e Joana (Figura 03) foi implantada no lote retangular plano, com dimensões de 24m X 30m.

O programa da residência é composto por três setores, que abrigam os seguintes ambientes: suíte mais dois dormitórios, escritório, sala de jantar, sala de estar, cozinha, área de serviços, dormitório de empregadas com banheiro, e um lavabo. A distribuição acontece em um único pavimento, em torno de um grande eixo de circulação que se inicia na entrada e termina no setor íntimo da edificação. É sobre este eixo que o programa se distribui, conformando duas áreas externas, uma dedicada à área de lazer, com piscina e churrasqueira, e outra ao pomar e jardim.

Além do acesso principal, localizado na parte frontal sobre o eixo de simetria da fachada, a residência apresenta outros três acessos: garagem, escritório e área de serviços. Os dois últimos localizam-se perto das extremidades da edificação, em níveis inferiores ao nível da entrada principal.

Com relação às técnicas construtivas, são empregados métodos tradicionais do local da construção, como no setor íntimo, onde cúpulas de tijolos cerâmicos, material com alta inércia térmica, garantem o conforto necessário as altas temperaturas da região. No setor social, estruturas de madeira com altos pés-direitos, garantem a ventilação necessária a estes ambientes.

No texto de apresentação do projeto, Podestá (2000, p.60) aponta que o projeto da residência Hélio e Joana foi contrário à imposição de uma tipologia ou forma pré-determinada. Atentos aos desejos e anseios do cliente e futuro usuários da edificação, que a princípio lhes pediram uma casa em “estilo colonial”, os arquitetos propuseram construir um grande arco abatido na elevação frontal, aos moldes dos arcos presentes nas portas e janelas de nossa arquitetura tradicional.

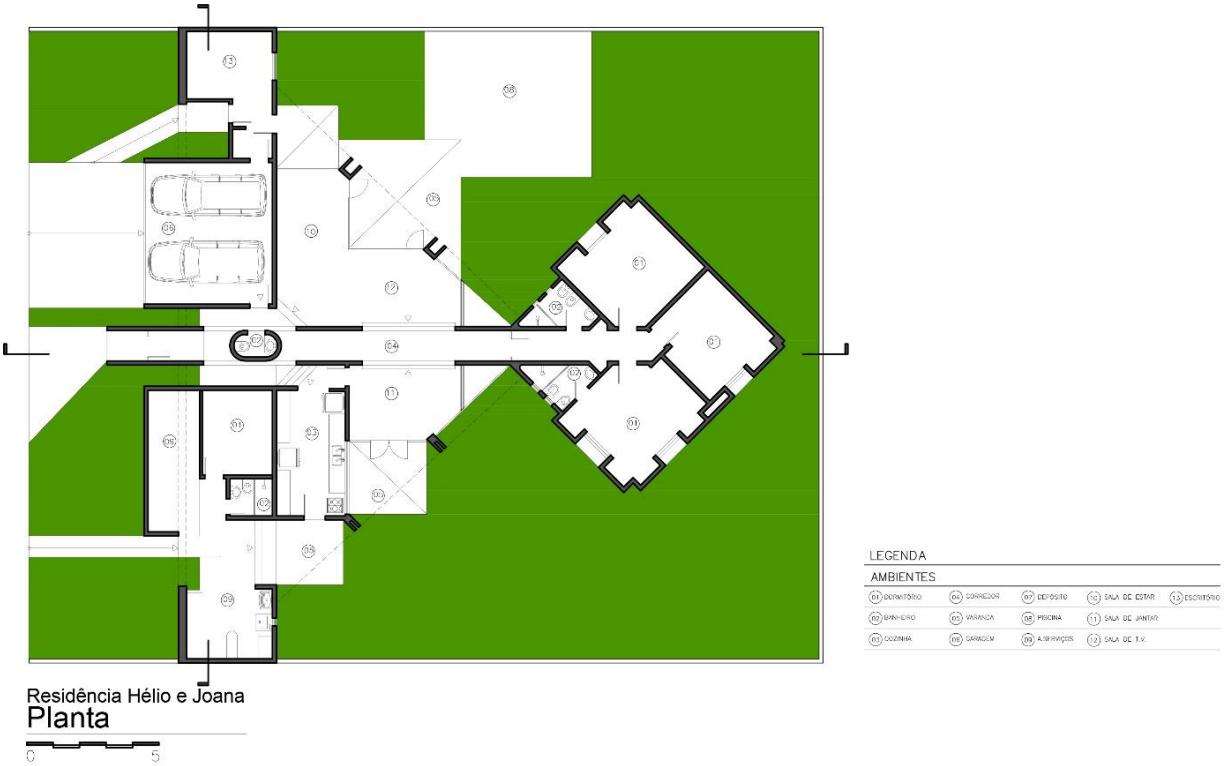


Figura 03 – Desenhos técnicos Residência Hélio e Joana
Fonte: Redesenho dos autores, 2017.

Outro aspecto importante mencionado Podestá (2000, p.60), são os motivos que os levaram os a adotar um partido arquitetônico onde a circulação possuía grande importância como estruturadora do espaço. O discurso modernista vigente na época, associado a uma prática imobiliária que reduzia ao mínimo a circulação dos quartos, chegando mesmo a relacionar a qualidade do projeto à pequena circulação, foi a razão principal os levaram a proporem um grande eixo central, sob o qual os espaços se distribuem, e que de tão importante, projeta-se da elevação frontal.

Por fim, exposta na Bienal de São Paulo de 1984, a Residência Hélio e Joana possui grande importância na trajetória profissional tanto do arquiteto Sylvio de Podestá quanto de Éolo Maia, contribuindo para a experimentação e proposição de uma nova linguagem arquitetônica na carreira dos arquitetos, que fizesse frente a hegemonia das formas modernas.

> Com esta casa a quatro mãos, refizemos nossa leitura sobre casa, reestudamos a questão das platibandas, rediscutimos a circulação como elementos importante na arquitetura, incorporamos antigas tecnologias de construção, de tijolo trabalhando somente sobre compressão; trouxemos de volta o uso das cores fortes em contrapartida às cores pastéis do modernismo e redesenhamos a caixa d´água, que agora não necessariamente era o volume vertical compondo com o grande corpo horizontal, mas um aplique formal no caso sobre o pórtico/arco principal, como um brasão. (PODESTÁ, 2000, P.60)

Em seguida, apresentamos as análises realizadas no projeto da residência Hélio e Joana, com a adoção do método de análise de projetos por redesenho, modelagem e diagramas analíticos (Figura 04).

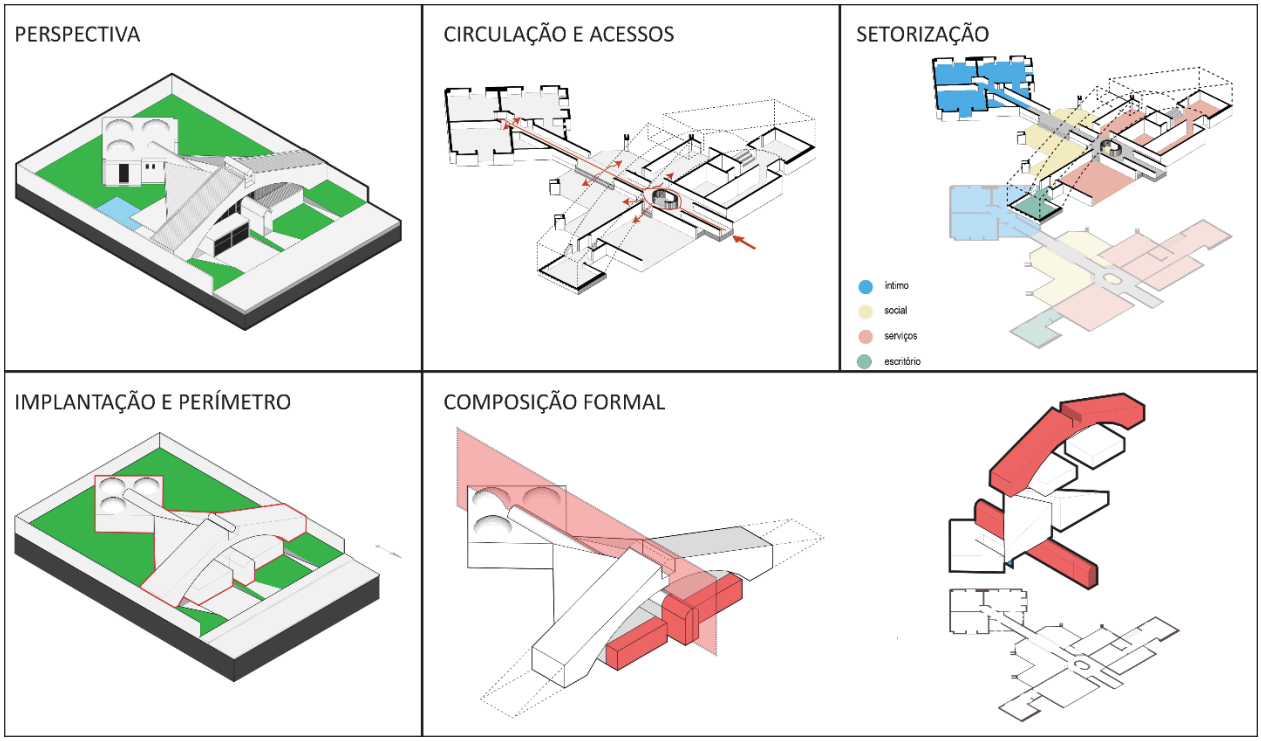


Figura 04 - Diagramas analíticos da residência Hélio e Joana
Fonte: Elaborado pelos autores, 2017

Residência Rosinha

Projetada em 1980, em lote urbano retangular com dimensões convencionais de 12m de frete por 30m de fundos, 360m² de área útil e vista para a Reserva da Mara do Jambeiro na cidade de Nova Lima, Minas Gerais.

Em um terreno com pequeno desnível no sentido frete-fundos, a edificação projetada pelo arquiteto possui um programa que se desenvolve em três pavimentos, intercalado por meios níveis. O primeiro pavimento, um pouco abaixo do nível da rua, é composto por uma garagem para dois carros, dois dormitórios, depósito, pequeno banheiro e uma grande sala de estar com lareira. Na parte posterior do lote se encontra a área de lazer, com jardim e piscina.

O segundo pavimento abriga uma cozinha com despensa e uma sala de jantar. Através de uma escada se acessa o setor íntimo da residência, composto por: dois quartos, banheiro e suíte com closet para o casal. Neste pavimento se encontra a sala de TV, com passarela que dá acesso a uma varanda com vistas para a parte posterior do lote. O terceiro e último pavimento possui um dormitório/sótão, acessado por uma escala helicoidal.

A edificação é acessada, tanto por veículos quanto por pedestres, apenas pelo pavimento térreo. O acesso conduz o visitante até a parte posterior do lote, onde se encontra a ampla sala de estar com pé-direito triplo. É através do primeiro pavimento que se acessa a área de lazer da residência, localizada na parte posterior do lote.

As fachadas da edificação possuem diferenças e peculiaridades. Enquanto a elevação frontal possui pequenas aberturas, distribuídas pontualmente, prevalecendo a massa da edificação, a elevação posterior possui grandes aberturas com caixilharia metálica com desenhos próprios, que permitem uma grande entrada de luz no interior da edificação.

Sobre a Residência Rosinha, Podestá (2000, p.52) volta a reafirmar a importância dos clientes e futuros moradores como agentes fundamentais para o êxito de um bom projeto. Neste caso, os desejos e anseios, expressos através de uma carta enviada pelos proprietários ao arquiteto, demonstra o cuidado em atender as demandas programáticas da edificação, e conceber um espaço para que os sonhos sejam realizados.

> Este projeto tem grande importância na minha vida profissional e particular. Percebi o quanto é importante para as pessoas a conquista do seu espaço, do seu canto. O que quase sempre procuro fazer é que elas se expressem além da questão física da casa que pretendem construir; ir mais longe do sala/copa cozinha/banheiro pois, como já disse, programas mudam pouco de uma situação para outra: o que muda é o que cada um quer desse espaço, desse lugar. (PODESTÁ, 2000, P.52)

Também é importante mencionar a referência que Sylvio de Podestá faz a Aldo Rossi, importante arquiteto italiano no contexto italiano, que se destacou na década de 1970, com seus projetos onde utilizava-se de diversos elementos e formas definidas, presentes nas cidades históricas italianas. “No mais, este produto chamado na época de aldorossiano, faz parte da minha procura em desenhar as casas para seus proprietários mas, sempre incorporando aos seus sonhos, outros caminhos.” (PODESTÁ, 2000, p.52)

Em seguida, são apresentadas as projeções ortogonais (Figura 05), modelo tridimensional e os diagramas analíticos (Figura 06).

Figura 05 – Desenhos técnicos Residência Rosinha
Fonte: Redesenho dos autores, 2018.

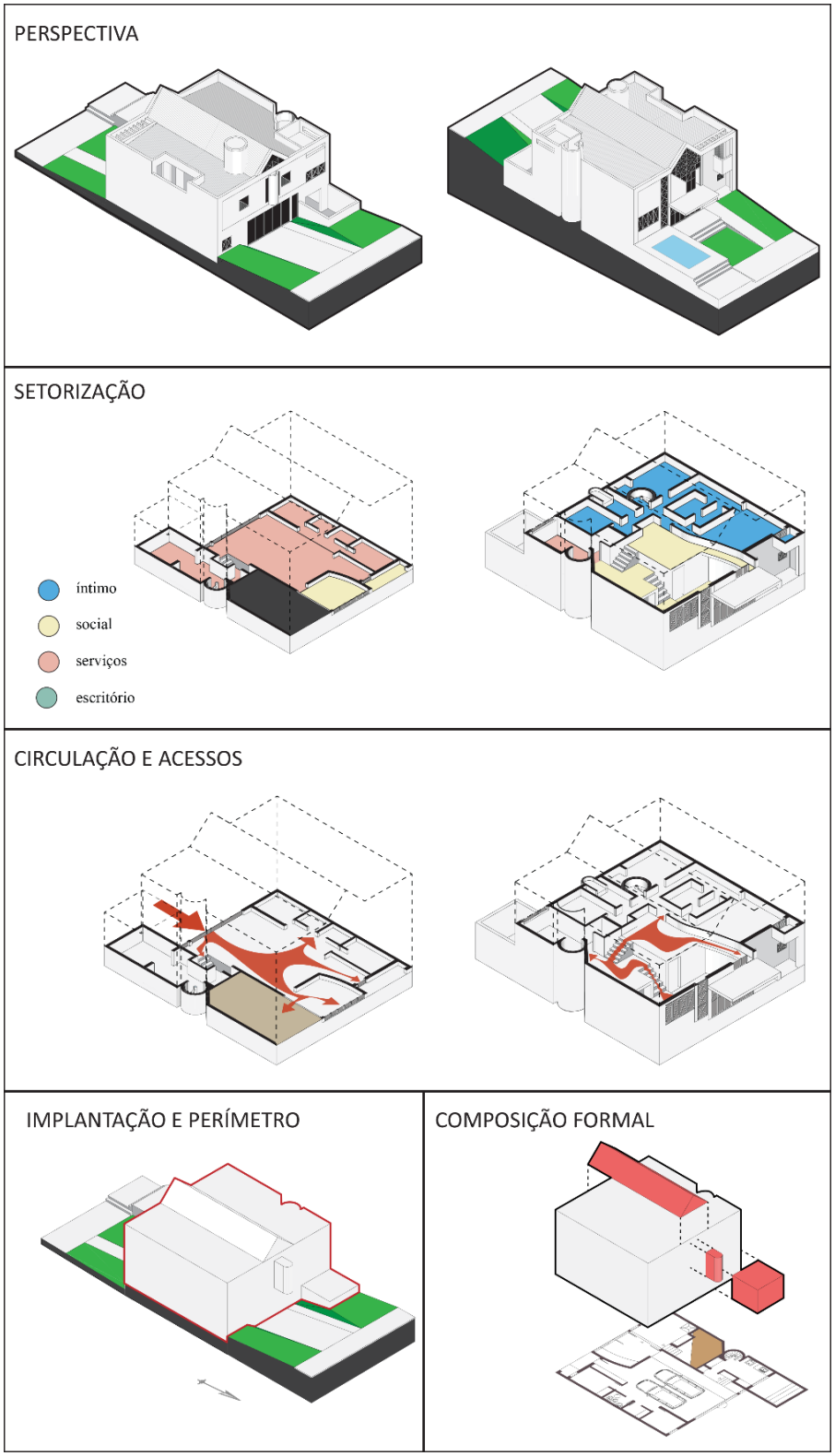


Figura 06 - Diagramas analíticos da residência Rosinha
Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

RESULTADOS PRELIMINARES E DISCUSSÃO

A partir estudos realizados, podemos fazer considerações importantes e fundamentais sobre a metodologia de análise. Inicialmente, o potencial do redesenho como um primeiro contato mais aprofundado com o objeto de estudo. Algumas estratégias como: circulação, proporção, simetria, setorização, ou seja, itens que comumente são utilizados em análises de projetos, foram evidenciando-se à medida que o processo de redesenho foi sendo realizado. O que se pode constatar é que esta prática permite uma análise mais acurada das possíveis estratégias projetuais adotadas naquele objeto de investigação.

O segundo ponto foi que a elaboração dos diagramas sintéticos a partir do material do redesenho, trouxeram resultados mais imediatos com relação as estratégias projetuais (circulação, setorização, estrutura, perímetro, insolação...) e compositivas (proporção, simetria, equilíbrio), do que apenas a observação e descrição destas mesmas estratégias nestes projetos.

A partir da análise das residências Hélio / Joana e Rosinha, algumas possíveis discussões podem ser apontadas para as questões colocadas como pressuposto inicial deste trabalho, envolvendo a análise compositiva à partir de ensinamentos da arquitetura pós-moderna. Podemos estabelecer algumas relações com questionamentos que adentraram o campo do projeto de arquitetura no Brasil em meados da década de 1980.

A primeira relação diz respeito ao eixo de simetria das fachadas que não possui correspondência em planta, ou seja, o arquiteto se apropriou de um princípio compositivo “clássico” de uma maneira “não clássica”. Esta estratégia está presente nas fachadas frontais de ambas as edificações. No caso da Residência Hélio e Joana, o eixo de simetria atravessa o acesso principal da edificação, culminando no cilindro do reservatório. Na Residência Rosinha, o eixo de simetria se relaciona com o corpo da edificação, coroada por um elemento formal triangular. Porém, há de se notar um evidente desequilíbrio visual, ocasionado pelo modo como as aberturas foram dispostas em ambas as elevações, frontal e posterior.

Outra relação que observamos, se refere a sugestão a elementos arquetípicos da história da arquitetura, como arcos e frontões. Na Residência Hélio e Joana, o prisma triangular da elevação frontal gera uma evidente associação com os frontões presentes na Arquitetura Clássica. Já o grande arco abatido, Podestá (2000, p. 60) aponta a referência às residências do período colonial, onde estes elementos de madeira ou pedra, marcavam as portas e janelas das edificações. Na Residência Rosinha, este mesmo elemento triangular volta a aparecer, porém em menor escala e estabelecendo outro tipo de relação com a composição.

A recorrência com que as formas elementares básicas (triângulo, círculos, arco, quadrado, cilindro) são empregadas nestes projetos, pressupõe que o arquiteto Sylvio de E. de Podestá, assim como outros arquitetos com linguagem pós-moderna como Aldo Rossi e Mario Botta, utiliza destes elementos e figuras geométricas como *tipos clássicos* que estabelecem uma livre associação com formas elementares presentes tanto na Arquitetura Clássica, quanto na arquitetura de outros períodos, como a Arquitetura Colonial e Eclética presentes nas cidades históricas de mineiras, como Mariana, Ouro Preto e Sabará.

Finalmente, deve-se ressaltar a importância da elevação frontal nos projetos analisados. Ao mesmo tempo que funcionam como um elemento simbólico, como imagem de proteção e significados, se contrapõe aos conceitos de negação da fachada, e aos grandes planos envidraçadas da presentes na Arquitetura Moderna. Tanto na Residência Hélio e Joana quanto na Residência Rosinha, as elevações frontais possuem grande

importância atuando em alguns momentos como uma espécie de “muralha”, que resguarda o interior, e como um elemento portador de signos e significados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos permitem estabelecer uma correspondência entre as questões levantadas no período pós-moderno e a obra do arquiteto, levantando discussões sobre sua prática projetual, dentro do contexto desta manifestação na arquitetura brasileira.

É importante ressaltar que esta análise de dois exemplares aqui apresentados é interpretativa, o que não nos permite caracterizar o conjunto da obra residencial de Sylvio de Podestá, tampouco que as estratégias observadas são uma constante em todos os seus trabalhos.

Porém, aponta caminhos e direções que permitem conduzir esta pesquisa, envolvendo ideários, projetos e práticas de um importante arquiteto brasileiro.

REFERÊNCIAS

BAKER, Geoffrey. H. **Le Corbusier:** Análisis de la forma. Barcelona: Gustavo Gili, 2000.

CHING, Francis. D. K. **Arquitetura:** Forma, Espaço e Ordem. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

CLARK, Roger. H.; PAUSE, Michael. **Arquitectura:** temas de composición. Barcelona: Gustavo Gili, 1997.

COLIN, S. **Pós-modernismo:** repensando a arquitetura. Rio de Janeiro: UAPÊ, 2004.

FLORIO, Ana. M. T. **Os princípios orgânicos na obra de Frank Lloud Wright:** uma abordagem gráfica dos exemplares residenciais. Dissertação (Mestrado)—Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

_____.**Os projetos residenciais não-construídos de Vilanova Artigas em São Paulo**. Tese(Doutorado)—Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

MAIA, Éolo; PODESTÁ, Sylvio E; VASCONCELLOS, Maria. J. **03 Arquitetos**. Belo Horizonte: Pampulha, 1982.

_____. **03 Arquitetos (1980-1985)**. Belo Horizonte: Cultura, 1985.

_____. O trabalho dos "3 Arquitetos". **Jornal 3Arquitetos**, Belo Horizonte, Maio/Junho de 1988.

PODESTÁ, Sylvio. E. de. **Casas**. Belo Horizonte: AP Cultural, 2000.

_____. **Projetos Institucionais**. Belo Horizonte: AP Cultural, 2001.

_____. **Projetos Recentes**. Belo Horizonte: AP Cultural, 2008.

SANTA CECILIA, Bruno. L. C. **Éolo Maia:** Complexidade E Contradição Na Arquitetura Brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SEGAWA, Hugo. M. **Arquiteturas no Brasil:** 1900-1990. São Paulo: EDUSP, 1999.

SEGRE, Roberto. **Arquitetura em Belo Horizonte:** Sylvio Emrich de Podestá, o "gambá" bem humorado. Arquitextos, São Paulo, ano 02, n. 020.00, Vitruvius, jan. 2002 Disponível em: <http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.020/810>. Acesso em: 16 jan. 2018.

UNWIN, S. **A análise da arquitetura**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

Salvador - 2018

ARQUITETURA *COM-SENTIDA*: ATRAVESSAMENTOS CONTEMPORÂNEOS ENTRE CIDADE, DESIGN E ARTE, NO LIMIAR DA CULTURA.

ARCHITECTURE WITH-FELT: CONTEMPORARY CROSSINGS BETWEEN CITY, DESIGN AND ART, ON THE THRESHOLD OF CULTURE.

ARQUITECTURA CON-SENTIDA: ATRAVESAMIENTOS CONTEMPORÁNEOS ENTRE CIUDAD, DISEÑO Y ARTE, EN EL UMBRAL DE LA CULTURA.

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

CARDOSO, André Luiz Carvalho Cardoso
Doutor em Arquitetura; Professor do DAU/ESDI UERJ e do PPDESDI UERJ
alcarvalho@esdi.uerj.br

ARQUITETURA *COM-SENTIDA*: ATRAVESSAMENTOS CONTEMPORÂNEOS ENTRE CIDADE, DESIGN E ARTE, NO LIMIAR DA CULTURA.

ARCHITECTURE WITH-FELT: CONTEMPORARY CROSSINGS BETWEEN CITY, DESIGN AND ART, ON THE THRESHOLD OF CULTURE.

ARQUITECTURA CON-SENTIDA: ATRAVESAMIENTOS CONTEMPORÁNEOS ENTRE CIUDAD, DISEÑO Y ARTE, EN EL UMBRAL DE LA CULTURA.

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
A pesquisa, aqui apresentada, tem como objetivo geral situar a ideia de arquitetura no debate contemporâneo das emergências sociais e de suas relações com design, arte e cultura, a partir de reflexões sobre participação, coautoria, lugar, práticas populares, alteridade, entre outras. A hipótese central da investigação consiste em compreender que a condição da arquitetura contemporânea e das emergências sociais desafia os profissionais na criação de projetos que produzam deslocamentos de suas próprias "identidades fixas" na construção de uma "desidentificação aditiva", onde as intervenções e a cultura material possam estar atravessadas por múltiplas facetas, por exemplo, entre arquitetura, design, arte e cultura, expandindo fronteiras de construções socialmente justificáveis.
PALAVRAS-CHAVE: arquitetura; com-sentimento; alteridade; dês-subjetivação; cultura.

ABSTRACT:
The research, presented here, aims to place the idea of architecture in the contemporary debate of social emergencies and their relations with design, art and culture, based on reflections on participation, coautorship, place, popular practices, otherness, among others . The central hypothesis of the research is to understand that the condition of contemporary architecture and social emergencies challenges professionals in the creation of projects that produce displacements of their own "fixed identities" in the construction of an "additive disidentification", where interventions and culture multiple facets, for example, between architecture, design, art and culture, expanding boundaries of socially justifiable constructions.
KEYWORDS: *architecture; with-feeling; otherness; des-subjectivation; culture.*

RESUMEN:
La investigación, aquí presentada, tiene como objetivo general situar la idea de arquitectura en el debate contemporáneo de las emergencias sociales y de sus relaciones con el diseño, el arte y la cultura, a partir de reflexiones sobre participación, coautoria, lugar, prácticas populares, alteridad, entre otras . La hipótesis central de la investigación consiste en comprender que la condición de la arquitectura contemporánea y de las emergencias sociales desafía a los profesionales en la creación de proyectos que produzcan desplazamientos de sus propias "identidades fijas" en la construcción de una "desidentificación aditiva", donde las intervenciones y la cultura los materiales pueden estar atravesados por múltiples facetas, por ejemplo, entre arquitectura, diseño, arte y cultura, expandiendo fronteras de construcciones socialmente justificables.
PALABRAS-CLAVE: *arquitectura; con-sentimiento; otredad; des-subjetividad; cultura.*

ARQUITETURA COM-SENTIDA

A pesquisa, aqui apresentada, tem como objetivo geral é situar a ideia de arquitetura no debate contemporâneo das emergências sociais e de suas relações com design, arte e cultura, a partir de reflexões sobre participação, coautoria, lugar, práticas populares, alteridade, entre outras. Para isso, torna-se necessário um mergulho na seleção e análise de projetos e conceitos, brasileiros e estrangeiros, que se desenvolvem coadunados com tais reflexões.

A hipótese central da investigação consiste em compreender que a condição da arquitetura contemporânea e das emergências sociais desafia os profissionais na criação de projetos que produzam deslocamentos de suas próprias "identidades fixas" na construção de uma "desidentificação aditiva", onde as intervenções e a cultura material possam estar atravessadas por múltiplas facetas, por exemplo, entre arquitetura, design, arte e cultura, expandindo fronteiras de construções socialmente justificáveis.

Ao tratarmos de "identidades fixas" e "desidentificação aditiva", referimo-nos ao texto *"meio arte, meio não, meio talvez"* de Luiz Camillo Osorio (2016) sobre o estúdio de designers de arquitetura *Assemble*, coletivo formado por jovens arquitetos ingleses que ganhou em 2015 com o projeto de Granby Four Streets, o premio de arte Turner Prize. O projeto de Granby Four Streets destacava-se pelo trabalho engajado deste grupo de arquitetos em parceria com a comunidade local, buscando resgatar a valorização e o desenvolvimento de uma comunidade que há anos lutava para salvar o bairro da má fama, em Liverpool. Diante da polêmica premiação, onde um dos mais importantes prêmios de arte do mundo foi destinado não a artistas visuais, mas ao estúdio de designers de arquitetura, Osorio nos coloca diante da reflexão sobre as quebras de fronteiras e aberturas contemporâneas que possibilitam esses atravessamentos, que aqui buscamos compreender. Nas palavras de Luiz Camillo Osorio: *"nessa indecisão acabam produzindo o deslocamento de uma identidade fixa (ou arte, ou arquitetura) para uma desidentificação aditiva, em que suas intervenções e produtos podem ser arte e design e arquitetura e projeto social – sem necessidade de fixação excludente."* (Osorio: 2016, s/p).

Busca-se aqui, a partir do exemplo citado, uma percepção expandida das noções de arquitetura e contemporaneidade. Arquitetura compreendida de forma ampla e abarcando as relações entre as construções, os espaços urbanos e a paisagem. A contemporaneidade, entendida nos termos de Giorgio Agamben, configura-se como uma possibilidade de "contemplar as próprias pegadas". Ou seja, o "contemporâneo é sempre um retorno, mas um retorno que é adiantamento, retenção... é um caminhar, mas não é um simples marchar pra frente, é um passo suspenso". (2009, p.19)

As relações da Arquitetura com as questões culturais, sociais e da arte geralmente caracterizam-se por uma dimensão temporal, onde as dinâmicas da vida em comunhão com a materialidade de objetos, muitas vezes banais, transfiguram-se em arquitetura e design. Configura-se, desta forma, uma possibilidade de a arquitetura residir numa espécie de entre-lugar, que se dá a partir de *superfícies de contato* vivenciadas numa *relação de amizade e com-sentimento,* sendo estimulada pela ação e pela efemeridade. Tal afirmação, a priori, possui um caráter abrangente, se pensarmos que toda arquitetura guarda a temporalidade e o evento como características na interação entre a construção e seus usuários. Mas, aqui reside um grande desafio para projetos contemporâneos de arquitetura, a saber, o fato de se distanciar da condição formal, para transformar-se em potencialidades de construções coletivas com valorizações das relações sociais, na quebra da idéia de arquitetura como um "produto fechado".

A história ocidental da arquitetura, desde o tratado Vitruviano, já nos apontava, a partir de sua celebre tríade: firmeza, comodidade e prazer estético, categorias de distinção entre obras que poderiam ganhar o status de arquitetura. Marca-se, historicamente, a compreensão de que tudo é construção, mas, nem todas as construções são arquiteturas. Entretanto, a contemporaneidade produziu sincretismos culturais e novos sentidos. Os discursos pós-estruturalistas nos lançam novas visões sobre as primazias da forma, na arte e na sociedade, que muito servira para repensarmos a arquitetura, o urbanismo e o design. Dentre as modificações pós-estruturalistas, temos a participação do espectador, a desconstrução hierárquica entre sujeito e objeto, a expansão e diálogo com o espaço. Tais apreciações, hoje, se tornaram legados. Esses conceitos foram apontados por diversos autores, tais como Adorno (2002), Deleuze (1997), Agamben (1998). Colocou-se em questão a noção de arte, como um duplo "negativo", uma "intempestividade", uma "dobra". Assim, buscamos compreender, neste projeto, essas supostas "dobras" na arquitetura, urbanismo e design, a partir de suas inter-relações com a cultura. Torna-se central, nesta pesquisa, a compreensão dessas dobras que distinguem meras coisas de arquitetura e design, cada vez mais contaminadas.

Alem destas considerações, reafirmamos as urgências de uma sociabilidade classista, hordas de populações em deslocamentos constantes, em busca de refúgios, o processo cada vez mais ampliado de expansão das cidades, baseados na desigualdade social, a autoconstrução ou as "arquiteturas possíveis", nos termos de Ermínia Maricato (1982), e os "contra-usos" da cidade formal, nos termos de Rogério Proença Leite (2004). Busca-se compreender, na contemporaneidade, como a cultura pode transfigurar o banal, nos termos de Arthur Danto (2005), transformando meras coisas em potentes obras de arquitetura, urbanismo, arte e design. Compreender como essas obras podem ser resignificadas em sua dinâmica vivencial é refletir sobre a ideia de que qualquer elemento, formal, informal, efêmero, pode vibrar junto à sociedade, marcando aquilo que proponho nominar, a partir dos termos de Giogio Agamben (2009), de "arquitetura com-sentida".

A idéia sobre uma arquitetura com-sentida se define no texto de Agamben sobre a amizade. O filosofo vai nos apresentar a noção de amizade como estreitamente ligada à própria definição de filosofia. Em uma citação de Aristóteles, Agamben nos apresenta as pistas deste Com-sentir: "Com-sentindo (synaisthanomenoi) provam doçura pelo bem em si, o prova também em relação ao amigo: o amigo é de fato, um outro si mesmo (heteros autos)". (ARISTÓTELES apud AGAMBEN, 2009, p.87). Para Agamben "a amizade é a instância desse com-sentimento da existência do amigo no sentimento de existência própria" (2009, p.92). A partir desse entendimento que segundo Agamben cria para a amizade uma condição ontológica e, ao mesmo tempo, política, o autor vai apontar para uma com-divisão, uma política da amizade como uma relação de partilha existencial. Assim, para Agamben "o amigo não é o outro eu, mas uma alteridade imanente na "mesmidade", um tornar-se o outro do mesmo. A amizade é essa dês-subjetivação no coração mesmo da sensação mais intima de si" (2009, pag.90).

A contemporaneidade traz para arquitetura o desafio de encontrar esta com-divisão, do reconhecimento de pares, amigos, e a observação sobre problemas mais gerais, para além de necessidades individuais, seja do arquiteto, do cliente, da comunidade ou de propostas levantadas e pós-produzidas para uma "arquitetura sem cliente", onde um grupo detecta problemas e busca soluções, inclusive, de viabilização de reformas. Hoje, a solução de problemas envolve muitas questões, distantes da forma, mas incluídas na sociedade, nas relações ambientais, na consciência de populações marginalizadas, expatriadas, marcadas pela desigualdade social.

ARQUITETURA, COPARTICIPAÇÃO, ALTERIDADE E ETNOGRAFIA

Um dos grandes paradigmas contemporâneos que se apresenta com marcante destaque na arquitetura, está na ideia de participação, na com-divisão descrita por Agamben. Coletivos de arquitetos, as coautorias, a coarquitetura, o codesign são discursos que despontam no pensamento contemporâneo mundial. Cria-se uma fruição na condição de autoria e, sobretudo, ampliam-se as fronteiras com atravessamentos múltiplos que desestabilizam as certezas modernas da autoria.

Temos no Brasil importantes referências que nos serviram como bases para essas transformações que substituíram a soberania da forma pela valorização das complexidades sociais, com a construção de poéticas com-dividias. No campo da arte, design e da arquitetura, podemos citar algumas emblemáticas referências como, Flavio de Carvalho, Lina Bo Bardi, Lygia Pape, Helio Oiticica. Carlos Nelson Ferreira dos Santos, talvez um dos mais emblemáticos arquitetos no campo da valorização da participação na arquitetura de interesse social, destaca a construção de uma arquitetura da alteridade, sendo um dos primeiros arquitetos na valorização e defesa das favelas cariocas contra o processo histórico de remoção dos discursos hegemônicos das políticas higienistas. Ao tratar das favelas, Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981) nos deixa como legado o apontamento da etnografia como um importante instrumento de emancipação social do fazer arquitetônico. Em seu texto “Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?” (1980), Santos nos traz várias e importantes relações sobre a ideia de um arquiteto como etnógrafo. Nesse texto, Santos relata sua trajetória, suas experiências profissionais e conclui que as mesmas acabaram por torná-lo, como ele mesmo se descreve, um “antropoteto”.

Muitas relações poderiam ser tratadas se considerássemos, comparativamente, o ofício do arquiteto e o do etnógrafo. Tais fatos servem-nos como paradigmas para entendermos os problemas enfrentados nos projetos sociais. Na crença de que uma reforma deve estetizar um lugar, a arquitetura, muitas vezes, atribui à forma um papel regulador. Porém, ao tratarmos de sociedades, culturas, estamos diante de complexidades vividas no dia a dia. O trabalho de campo, tão buscado e reelaborado pela etnografia, se tornou ferramenta fundamental para a arquitetura e para construção social de muitos arquitetos na contemporaneidade.

Passamos a pensar na condição de o arquiteto adquirir compreensões e observações sobre a sociedade, tal qual o etnógrafo. Etnografia que, segundo Laplantine, “é precisamente a elaboração e a transformação (do visível) pela escrita desta experiência” (2004, p. 29).

Assim, Laplantine (2004, p. 49) traz, como fonte de pesquisa, alguns ensinamentos sobre o ofício do etnógrafo, afirmando que “são homens e mulheres para os quais o mundo existe”. Esta afirmação poderia ser encarada como um primeiro paradigma, se tomarmos como contraponto a acusação, cada vez mais frequente, sobre a ideia de que “a realidade parece ter escapado à arquitetura, e à arquitetura, desertado a realidade” (FREITAG, 2004, p. 12). Laplantine (2004, p. 50), para nos mostrar “a especificidade da descrição etnográfica”, se apoia em Malinowski, para quem o objetivo é aprender o ponto de vista do outro e compreender sua visão de mundo. Assim, para o autor, “a descrição etnográfica trata dos fenômenos sociais”.

Ainda em Laplantine, poderíamos encontrar mais outros paradigmas importantes para refletirmos sobre a condição de um arquiteto como etnógrafo. Um deles estaria no entendimento do que caracteriza o “olhar etnográfico”. Diante da constatação de que “localizados, de fato, em uma só cultura, não apenas nos

mantemos cegos diante da cultura dos outros, mas como míopes quando se trata da nossa" (2004, p. 50). Laplantine comenta que é a "experiência da alteridade" que nos possibilita novos olhares sobre aquilo que nos é habitual, pois, caso contrário, acabamos por considerar que "isso é assim mesmo". O autor afirma que "todos somos, de fato, tributários das convenções da nossa época, de nossa cultura e de nosso meio social que, sem que percebamos, nos designa: 1º o que é preciso olhar, 2º como é preciso olhar" (2004, p. 14). Assim, para o autor, o etnógrafo deve observar além do que é visível. A partir dessas relações, chegamos a mais um paradigma, guiados por Laplantine, ao entendimento de que a descrição etnográfica é uma decorrência, ou melhor, uma elaboração linguística dessa experiência vivenciada, "a descrição etnográfica inscreve o olhar num contexto e numa história" (2004, 50).

Compreende-se, portanto, que os etnógrafos são agentes implicados em suas próprias pesquisas: "Nós nunca somos testemunhas objetivas, observando objetos, mas sujeitos observantes de outros sujeitos no seio de uma experiência na qual o observador é ele mesmo observado" (LAPLANTINE, 1996, p. 24). A aceitação deste envolvimento ou desta contaminação é, como nos destaca James Clifford sobre Leenhardt, a possibilidade de tentar "comunicar uma experiência vernácula" (2002, p.228).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os múltiplos conceitos levantados nos servem como base para buscamos, em pesquisas futuras, os caminhos para compreender "nas sombras do presente" os paradigmas que se colocam como questionamentos para condição contemporânea da arquitetura. Os atravessamentos entre arquitetura, cidade, design, arte e cultura com suas permanentes construções fronteiriças nos servem como laboratório para análises e reflexões dos caminhos para construção dos objetos dessa pesquisa.

A crítica pós-moderna nos apontava para a falência de uma ideia de soberania da forma que marcou, e ainda hoje reverbera, na formação e produção da arquitetura e urbanismo no Brasil. Hoje, podemos perceber e observar que arquitetura é muito mais que uma forma. Até me arrisco a dizer que a arquitetura só se completa quando é animada pela vida humana. Afinal, não é para isso que é feito um projeto arquitetônico?

O fato é que para entender e se hibridizar com tantas correntes de cultura, a arquitetura, inevitavelmente, será desafiada na sua perenidade, no desenho que sai das criações de gabinete, nas linhas dos programas de computador para a mobilidade da "vida nua", nos termos de Agamben (1998). Para o filósofo, o poder soberano do Estado sempre mantém uma crise com o as práticas na *polis*, lançando a pergunta: "De que modo a vida nua habita a *polis*?" (AGAMBEN, 1998, p.17). Aqui, podemos nos questionar, acrescido a esta observação: de que modo a arquitetura se relaciona com esta "vida nua", que se processa com problemas renovados no dia a dia, na prática cotidiana, e não no desenho de uma forma duradoura, pretendendo a eternidade.

Outro dado de destaque neste debate é a circulação. A agilidade do mundo, o nomadismo cada vez maior do sentido territorial. Analisada por Marc Augé, esta mobilidade coloca para a arquitetura uma das crises empreendidas pela modernidade que se torna muito explícita ao analisarmos a efemeridade do evento:

> A urbanização do mundo é um fenômeno que um demógrafo pôde comparar à passagem para a agricultura, ou seja, à passagem do nomadismo caçador ao sedentarismo. No

> entanto, seu paradoxo é que é um fenômeno que não corresponde a um novo sedentarismo, mas antes, a novas formas de mobilidade. (AUGÉ, 2010, p. 29)

Portanto, como será constituída a observação deste arquiteto do mundo da mobilidade? Um "antropoteto"? Um amigo? Procurei perceber e adensar discussões que me levaram a aproximar arquitetura e etnografia, e amizade, e intersubjetividade, justamente, para perceber este mundo em movimento. Movimento que desestabiliza as zonas de conforto criando na alteridade um constante processo de construções de identidades atravessadas. Uma arquitetura onde o com-sentimento constrói a ampliação de reconhecimento de arquitetos contemporâneos que são: *"meio arquitetos, meio não, meio talvez"*

REFERÊNCIAS:

A ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. **O poder soberano e a vida nua**. Lisboa: Editora Presença, 1998.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009.

AUGÉ, M. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: EDUFAL – UNESP, 2010.

CARDOSO, André L. C. **Arquitetura nas feiras ao ar livre: Paradigmas para construções de mercados populares contemporâneos**. 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CLIFFORD, James. **A Experiência Etnográfica**: Antropologia e Literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

DANTO, Arthur C. **A transfiguração do lugar-comum**: uma filosofia da arte. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 1 e 5**. São Paulo: Ed. 34, 1997.

FREITAG, Michel. **Arquitectura e Sociedade**. Lisboa: Dom Quixote, 2004.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

LAPLANTINE, François. **A descrição Etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. São Paulo: Editora Unicamp, 2004.

MARICATO, E., ***Autoconstrução, a arquitetura possível***. In A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. 2ª edição. Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1982.

OSORIO, Luiz Camilo. **"Meio arte, meio não, meio talvez".** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://www.premiopipa.com/2016/04/meio-arte-meio-nao-meio-talvez-por-luiz-camillo-osorio/.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. **Como e quando pode um Arquiteto Virar Antropólogo**. In VELHO, Gilberto. O desafio da Cidade. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1980. pp. 37-57.

SANTOS, Carlos Nelson. **Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1981.

V enanparq
Salvador - 2018

ARQUITETURA DA EXPERIÊNCIA: O PAVILHÃO BRASILEIRO NA EXPO 2015

EXPERIENCE ARCHITECTURE: BRAZIL PAVILION AT EXPO 2015

ARQUITECTURA DE LA EXPERIENCIA: PABELLÓN DE BRASIL EN LA EXPO 2015

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

ROCHA, Carmela Medero
Mestranda em Projeto de Arquitetura na FAU USP;
carmela_rocha@usp.br

ARQUITETURA DA EXPERIÊNCIA: O PAVILHÃO BRASILEIRO NA EXPO 2015

EXPERIENCE ARCHITECTURE: BRAZIL PAVILION AT EXPO 2015

ARQUITECTURA DE LA EXPERIENCIA: PABELLÓN DE BRASIL EN LA EXPO 2015

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Esse artigo analisa o pavilhão do Brasil na Exposição Mundial de 2015, ocorrida em Milão (Itália), lançando mão de possíveis relações com a produção arquitetônica e artística, visando refletir sobre a possibilidade de experimentação no âmbito da arquitetura nesse contexto. Seu ponto de partida é a busca de possíveis relações com outros pavilhões brasileiros de Exposições anteriores no que concerne à criação de uma certa identidade brasileira na arquitetura. Da mesma forma, aborda o pavilhão de 2015 a partir da lógica comercial das Exposições, relacionando-o com a ideia de uma *arquitetura da experiência*.
PALAVRAS-CHAVE: Exposições Mundiais; pavilhões; Expo 2015; pavilhão do Brasil; arquitetura.

ABSTRACT:
This article analyses Brazil pavilion at 2015 Milan World Fair, proposing relations with architectural and artistic production, stretching the possibilities of an experimental architecture within this context. Its starting point is the identification of possible relations with past Brazilian pavilions at previous fairs, searching for the recognition of a certain Brazilian identity in arts and architecture. At the same time, looks at the pavilion regarding the commercial logic of these events, relating it with the idea of an experience architecture.
KEYWORDS: *World Fairs; pavilions; Expo 2015; Brazil pavilion; architecture.*

RESUMEN:
Este articulo investiga el pabellón de Brasil en la Exposición Mundial de 2015 que ocurrió en Milán (Italia) planteando posibles relaciones con la producción arquitectónica y artistica con el fin de tensionar la posibilidad de experimentación en el ámbito de la arquitectura en ese contexto. Busca reconocer en pabellones brasileños de exposiciones anteriores, posibles relaciones arquitectónicas en lo que concierne a la creación de una identidad brasileña en el arte y la arquitectura. De la misma forma, busca comprender el pabellón a partir de la lógica comercial de las exposiciones, confrontándola con la idea de una arquitectura de la experiencia.
PALABRAS-CLAVE*: Exposiciones Universales; pabellones; Expo 2015; Pabellón de Brasil; arquitectura.*

INTRODUÇÃO: ANTECEDENTES

Historicamente, as Exposições Mundiais tornaram-se espaço privilegiado para a investigação no âmbito da arquitetura por meio de pavilhões que configuraram sínteses e representações da produção de cada época. Essas arquiteturas ajudaram a construir um determinado imaginário arquitetônico supostamente utópico, devido à possibilidade de experimentação proveniente da arquitetura pavilhonar, pela sua carga simbólica e pelo contexto insular desses eventos.

Desde o Palácio de Cristal, construído para a primeira Exposição Mundial em Londres, em 1851, a ideia de demonstrar os avanços tecnológicos perpassava a arquitetura das Exposições em uma busca pelo novo. Conforme Julius Lessing afirma, "Construir um palácio de vidro e ferro pareceu então ao mundo uma espécie de inspiração fantástica para uma obra de ocasião. Reconhecemos agora que foi o primeiro grande avanço em direção a uma revolução total das formas…" (LESSING 1900, p. 11 apud BENJAMIN, 2007, p. 219). Muitos outros pavilhões flertaram com perspectivas futuras, explorando possibilidades arquitetônicas inéditas. Foi assim com o pavilhão alemão para Exposição de 1929 em Barcelona, projeto de Mies Van der Rohe; ou com as megaestruturas construídas para Expo Montreal em 1967, como o Habitat 67 de Moshe Safdie, a cúpula geodésica de Buckminster Fuller ou a tensoestrutura do pavilhão alemão projetado por Frei Otto; ou mesmo com as megaestruturas do metabolismo japonês que dominavam a paisagem da Expo Osaka de 1970.

No decorrer da história das Exposições Mundiais, o Brasil, muitas vezes, participou com pavilhões arquitetonicamente representativos perante a produção arquitetônica nacional e internacional, ajudando a divulgar e a criar uma identidade arquitetônica reconhecida como brasileira. São os exemplos mais consagrados pela crítica o pavilhão de 1939 para a Exposição de Nova Iorque, projeto de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer (Figura 1); o pavilhão de 1958 para Expo Bruxelas projetado por Sérgio Bernardes (Figura 2); e o pavilhão projetado por Paulo Mendes da Rocha em 1970 para Expo Osaka (Figura 3)[1]. Esses pavilhões, de alguma forma, tornaram-se marcos na historiografia e figuram no imaginário da arquitetura brasileira.

De fato, o pavilhão de 1939, fruto de um concurso de projeto, foi o primeiro exemplo divulgado internacionalmente de uma arquitetura considerada representante de uma linguagem arquitetônica nacional e em diálogo com as vanguardas internacionais:

> (…) projetado por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, com paisagismo de Thomas Price e interiores de Paul Lester Wiener – foi largamente festejado na historiografia da arquitetura brasileira, quer seja pelo caráter de marco atribuído à obra, quer seja por seu aspecto formal ao qual se confere tanto pontos de aproximação como de saudável distanciamento ou originalidade em relação às correntes modernistas internacionais, especialmente àquelas ligadas à figura de Le Corbusier (ASSAL, 2014, p. 15).

A seu turno, a escolha de Bernardes para projetar o pavilhão de 1958, por parte do governo brasileiro, reflete um momento de evidência da arquitetura carioca perante a produção nacional.

> Comparado aos pavilhões brasileiros de Nova York, Osaka e Sevilha, o Pavilhão do Brasil em Bruxelas foi o único que não chegou a ser objeto de concurso. E não é de admirar que ele tenha sido entregue ao arquiteto Sérgio Bernardes: a arquitetura carioca mostrava-se tão

[1] Diversos autores referem-se a importância do pavilhão de 1939 dentro da historiografia da arquitetura brasileira. Ver: BRUAND, 2002, p. 105; COMAS, 2010, p. 56; MACEDO, 2012, p. 70; DANTAS, 2010, p. 195; MACADAR, 2005, p. 31.

> consagrada, naquele momento, que dificilmente a escolha seria contestada, e além disso Bernardes vinha se destacando justamente por seu interesse pela estrutura metálica (...) (NOBRE, 2010, p. 100).

O pavilhão consistia em uma grande cobertura com vão livre apoiado em quatro pilares metálicos e uma circulação interna organizada por rampas. No conjunto, destacava-se o balão vermelho que se elevava a partir da cobertura, com a função de controlar a ventilação e a iluminação do vão central, demarcando o pavilhão, como uma bandeira, e dando um aspecto lúdico à edificação.

A exemplo do pavilhão de 1939, para a Expo Osaka em 1970 foi realizado concurso público para a escolha do projeto que representaria o país:

> O presidente do IAB na época, o paulista Eduardo Kneese de Mello, se recusa a nomear um profissional em particular, argumentando que uma tal solicitação levantava um conflito ético profissional, e propõe em vez disso organizar um concurso nacional de arquitetura aberto a todos os profissionais interessados. (ZEIN; AMARAL, 2010, p. 109)

Quanto ao projeto vencedor, de autoria de Paulo Mendes da Rocha e equipe: "a escolha do grupo foi unânime pelo júri, que reconheceu no projeto uma 'poética inconfundível, muito ligada às tradições brasileiras'" (ZEIN; AMARAL, 2010, p. 109). Diferentemente do projeto de Bernardes, o pavilhão retoma a tradição brasileira do uso do concreto armado, fortalecendo a imagem da arquitetura que vinha sendo feita no país, "sem se arriscar a recorrer a outras tecnologias sobre as quais os arquitetos e industriais do país não detinham um profundo conhecimento da linguagem" (ZEIN; AMARAL, 2000, p. 110). Porém, havia uma forte semelhança em relação ao pavilhão de Bernardes, um grande vão livre coberto.

Em novembro de 1990, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) lança concurso público para o pavilhão da Expo 1992, a se realizar em Sevilha, primeira organizada após um hiato de 22 anos sem Exposições Mundiais. Conforme afirma Anelli, o concurso contou com a participação massiva de arquitetos:

> A participação de 256 equipes no concurso de projetos lançado pelo IAB em novembro de 1990 demonstra o interesse que a iniciativa despertou entre os arquitetos brasileiros. (…) Afinal, o último pavilhão de representação brasileira de relevância arquitetônica tinha sido o de Osaka de Paulo Mendes da Rocha e equipe, e mesmo sob o regime militar havia tido grande repercussão no Brasil e no exterior. Qual seria a arquitetura que representaria o país naquele momento de redemocratização? (ANELLI, 2010, p. 139)

O projeto vencedor foi de autoria de Angelo Bucci, Álvaro Puntoni e José e Oswaldo Vilela (Figura 04), porém acabou por não ser construído em função do curto prazo entre o lançamento do concurso e a efetivação da feira, agravado pelo cenário de grande crise econômica no país. O anúncio do resultado foi muito comentado na época. Conforme ANELLI (2010, p. 141),

> Se tivesse sido construído, o pavilhão brasileiro contrastaria com a arquitetura da Expo 92, tanto com o pós-moderno historicista ou *high-tech* dos principais pavilhões temáticos, quanto com as diferentes estratégias comunicacionais adotadas nos pavilhões nacionais. No entanto, não seria dissonante com o Museu da Escultura, obra de Paulo Mendes da Rocha ainda em construção naquele ano, que comandaria o reconhecimento desse arquiteto ao longo da década de 1990.

Figura 1: Pavilhão do Brasil na Expo 1939, em Nova Iorque
Fonte: COMAS (2010, p. 56)

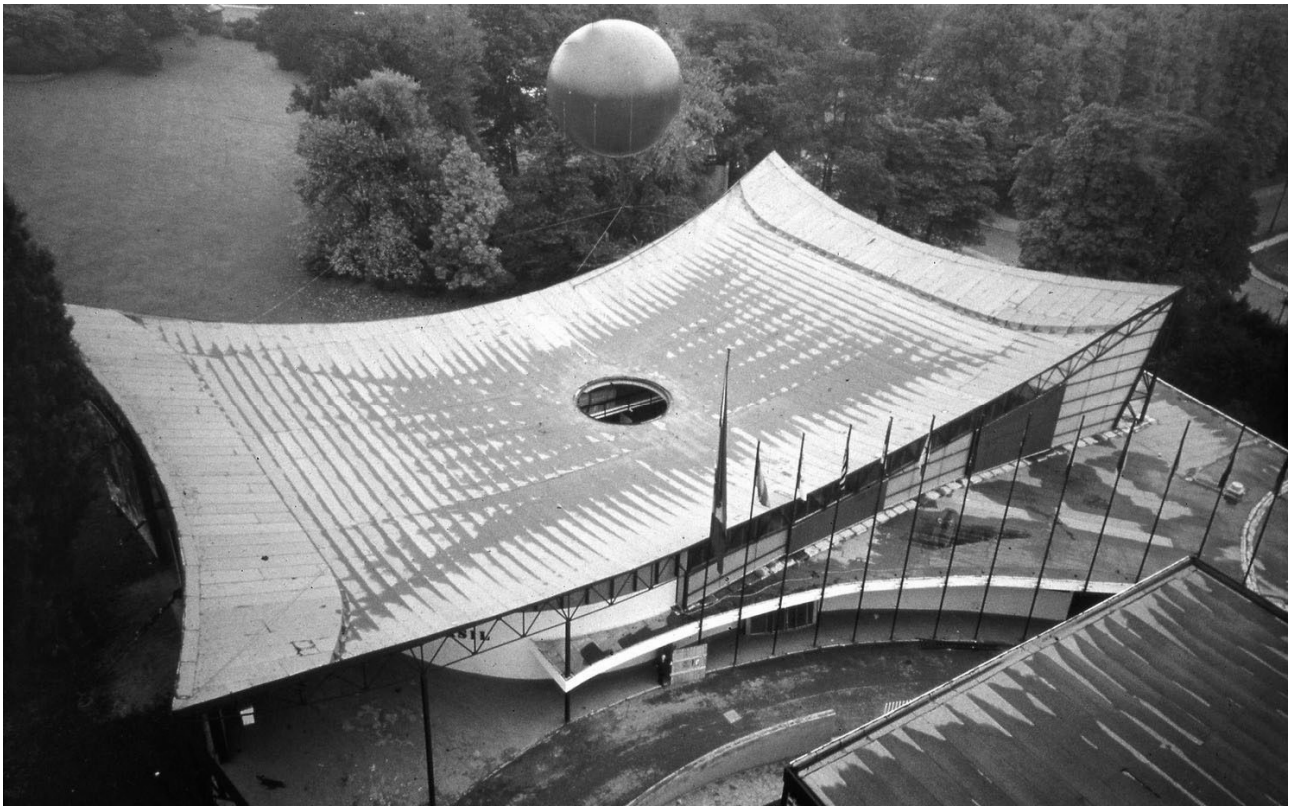


Figura 2: Pavilhão do Brasil na Expo 1958, em Bruxelas
Fonte: NOBRE (2010, p.102)

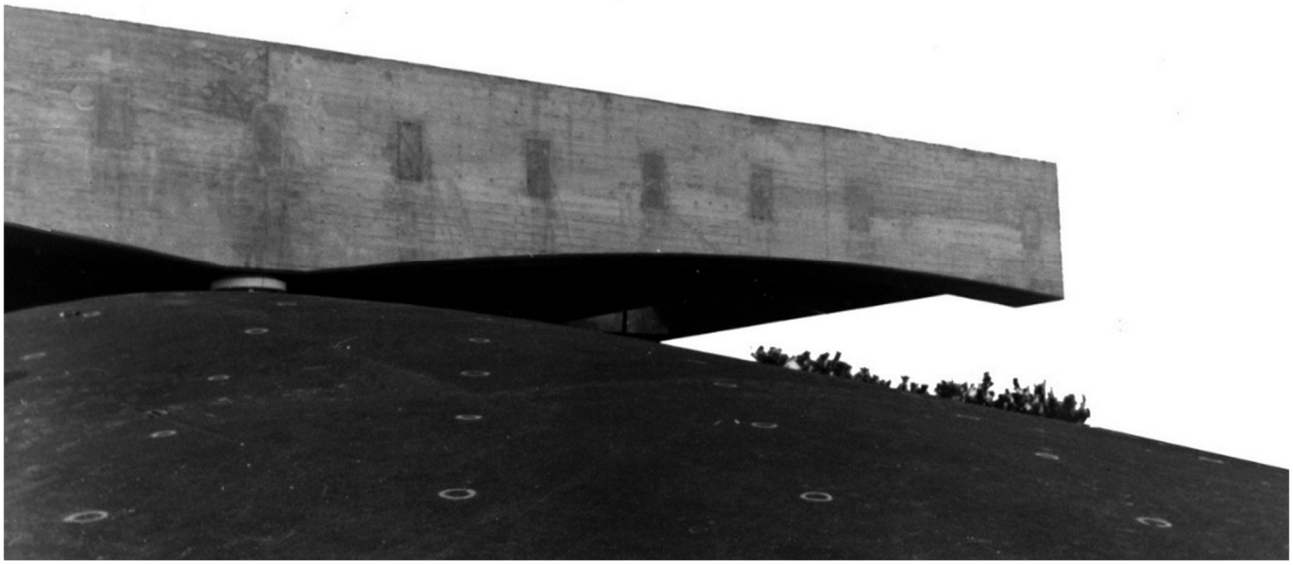


Figura 3: Pavilhão do Brasil na Expo 1970, em Osaka
Fonte: ZEIN (2010, p.108)

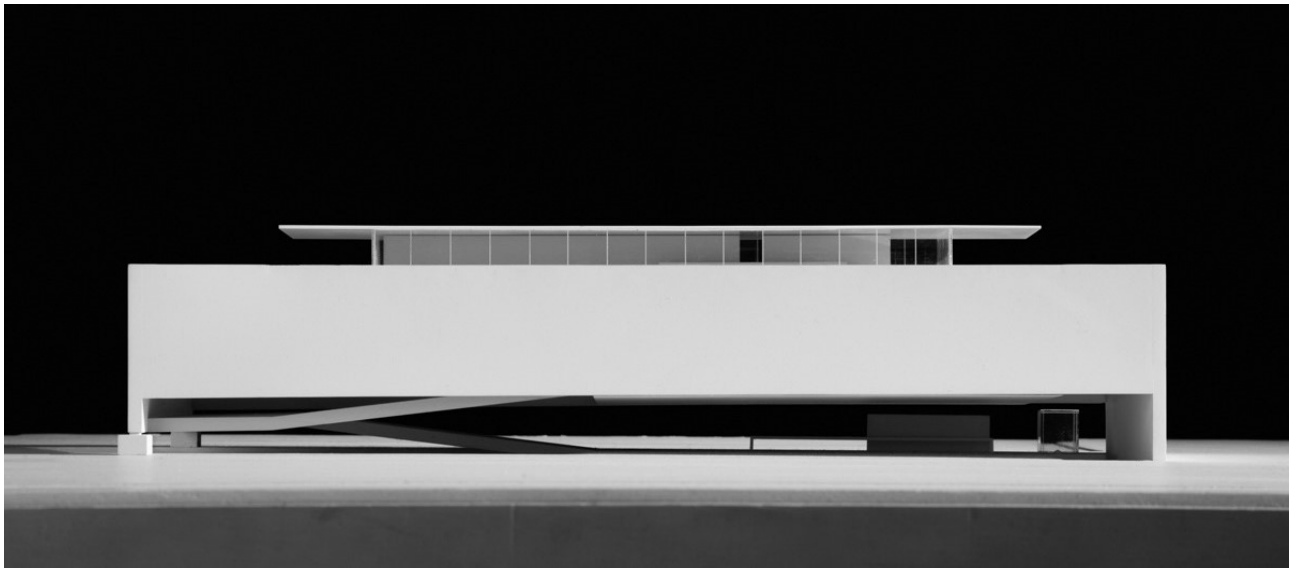


Figura 4: Projeto para Pavilhão do Brasil na Expo 1992
Fonte: ANELLI (2010, p.128)

Os quatro pavilhões acima elencados demonstram a importância das Exposições Mundiais como espaços de investigação arquitetônica e de divulgação de parte da arquitetura produzida no país. Após a Expo de 1992, o Brasil participou das Exposições de 2000 em Hannover e de 2010 em Xangai com exposições montadas no interior de pavilhões pré-construídos pela organização do evento. Para Expo 2015, ocorrida em Milão, a exemplo da Expo de 1939 e 1970, o pavilhão brasileiro foi escolhido através de concurso público de arquitetura.

O PAVILHÃO BRASILEIRO NA EXPO 2015

O concurso

O projeto do pavilhão brasileiro para a Expo 2015 em Milão foi resultado de um concurso aberto, organizado pelo IAB do Distrito Federal (DF), com edital lançado em dezembro de 2013, sob a coordenação da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e das Relações Exteriores (MRE). A comissão julgadora era formada pela curadora Júlia Maria Rebouças e pela arquiteta Jurema de Sousa Machado, indicadas pela Apex Brasil, e pelos arquitetos Agnaldo Aricê Caldas Farias, Glauco de Oliveira Campello e Ruben Otero Márquez, indicados pelo IAB-DF.

O edital do concurso determinou que as equipes concorrentes deveriam ser compostas por três grupos profissionais: um escritório de arquitetura oficialmente cadastrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU); um cenógrafo, museólogo ou curador, brasileiro; e um profissional legalmente habilitado na Itália para a execução do projeto no local. As diretrizes para o desenvolvimento do conceito do pavilhão brasileiro no edital indicavam que a mensagem temática deveria contemplar a "diversidade, tecnologia e a jovialidade" do país, sendo o tema oficial do pavilhão: "Brasil: alimentando o mundo com soluções"[2]. A representação brasileira deveria evidenciar a capacidade tecnológica na produção de alimentos, ressaltando a importância de sua riqueza biológica, social e cultural. Foram entregues 43 trabalhos, dos quais três foram desclassificados por não atenderem a itens do edital. Dentre os 40 restantes, sete projetos foram selecionados, resultando em quatro menções honrosas e três projetos premiados.

O terceiro lugar foi concedido ao projeto do Studio MK27 de São Paulo, com projeto arquitetônico de Marcio Kogan, projeto expográfico de Gabriel Kogan e co-autora, em Milão, Manuela Verga. A proposta tinha como título "Um jardim agrícola" e consistia em um pórtico de madeira com volumes flutuantes na nave principal, com um volume à parte, no lado menor do L do terreno, onde se localizava um auditório (Figura 05). O júri considerou seus principais pontos de destaque "a clareza e a elegância formais conseguidas por meio do uso equilibrado de volumes e a estruturação da planta baixa a partir de uma setorização funcional bem definida, simples e clara". Porém, questionou as soluções técnicas de contraventamento que após o detalhamento técnico poderia "vir a comprometer a leveza visual da proposta" e a proposta expográfica, que, "além de apresentar limitações para contemplar a abrangência do tema, possui manutenção onerosa e difícil compatibilização com o grande fluxo esperado de visitantes" (FARIAS *et al*., 2014).

[2] O tema geral proposto pela organização da Expo 2015 foi "Nutrir o Planeta, energia para vida".

Figura 5: Terceiro lugar no concurso de projeto para Pavilhão do Brasil na Expo 2015
Fonte: concursosdeprojeto.org

O segundo lugar foi concedido à equipe do escritório Atria Arquitetos, sediado em Brasília (DF). Gustavo Abrahão Costa foi autor do projeto de arquitetura e Danilo Gomes e Fontes autor do projeto expográfico. Consistia em três blocos interligados, cuja uniformidade era dada por meio de vedações feitas em tecido, sob o conceito de um pavilhão cinético que mudaria sua forma conforme o vento e o movimento dos panos de vedação (Figura 06). De acordo com a comissão julgadora, o Estudo Preliminar "possui racionalidade construtiva com elementos estruturais de fácil montagem e desmontagem. Complementarmente, possui identidade forte e marcante, obtida por meio da utilização dos velames transluzidos em *nylon* trançado reciclável ('véus') como vedações laterais. (…)". A comissão questionou, no entanto, a funcionalidade dos fluxos e acessos, assim como o projeto expográfico que considerou, em algumas áreas, com "pouca relevância ao tema proposto, isto é, a alimentação" (FARIAS *et al.*, 2014).

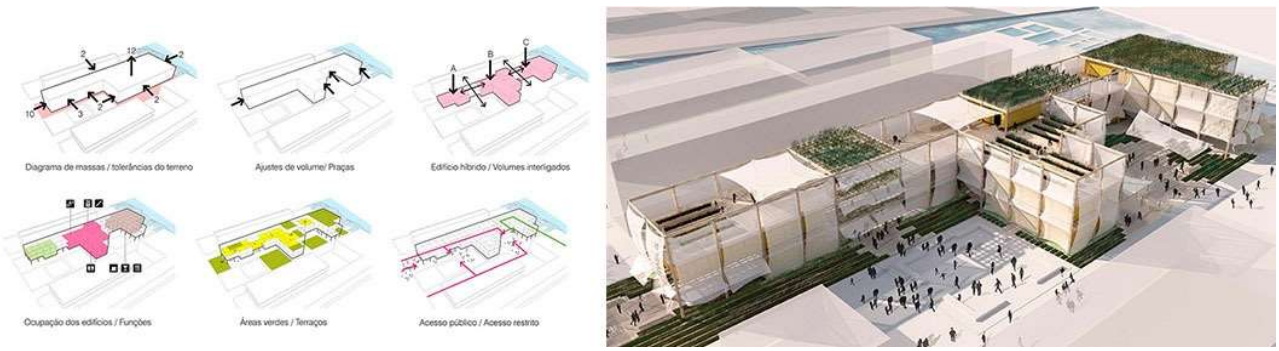


Figura 6: Segundo lugar no concurso de projeto para Pavilhão do Brasil na Expo 2015
Fonte: concursosdeprojeto.org

O primeiro lugar foi concedido à equipe do Studio Arthur Casas, autor do projeto de arquitetura; e ao Atelier Marko Brajovic, autor do projeto de expografia, ambos sediados em São Paulo. Completava a equipe, o escritório Mosae de Milão, responsável técnico na Itália. O projeto consistia em dois volumes distintos: uma galeria aberta e outro volume menor fechado, unificados por uma grande rede ocupando o espaço aéreo da galeria, um dos possíveis acessos aos diferentes níveis do interior do pavilhão (Figura 07). Segundo a ata final do juri,

> Este Estudo Preliminar destacou-se especialmente por apresentar originalidade e coerência entre os projetos de arquitetura e expografia, concebidos como um todo coeso e indissociável e segundo um conceito denso e original. Trata-se de um pavilhão adequado às

Exposições Universais por ser marcante, convidativo e enfrentar o tema sob um ângulo inovador.

Possui, ainda, plantas e fluxos bem resolvidos em torno a dois eixos expositivos bem definidos e complementares, quais sejam: “imersão” e “conteúdo”. O elementos de destaque da composição, o invólucro vazado em grelha metálica, que define o percurso imersão, cumpre a dupla função de caracterizar o pavilhão e recepcionar o visitante que transita ao longo do Decumanus.

O projeto expográfico traz solução inovadora em relação à desejada interatividade indicada no Termo de Referência, ao propor modos de sociabilidade incomuns no âmbito da arquitetura, pautado em referências à produção artística contemporânea.

A Comissão Julgadora registra ainda que uma eventual necessidade de compatibilização do invólucro vazado em grelha metálica - percurso de imersão - com os critérios para o cálculo da taxa de ocupação poderá ser absorvida sem prejuízo à integridade expressa no Estudo Preliminar (FARIAS *et al*., 2014).

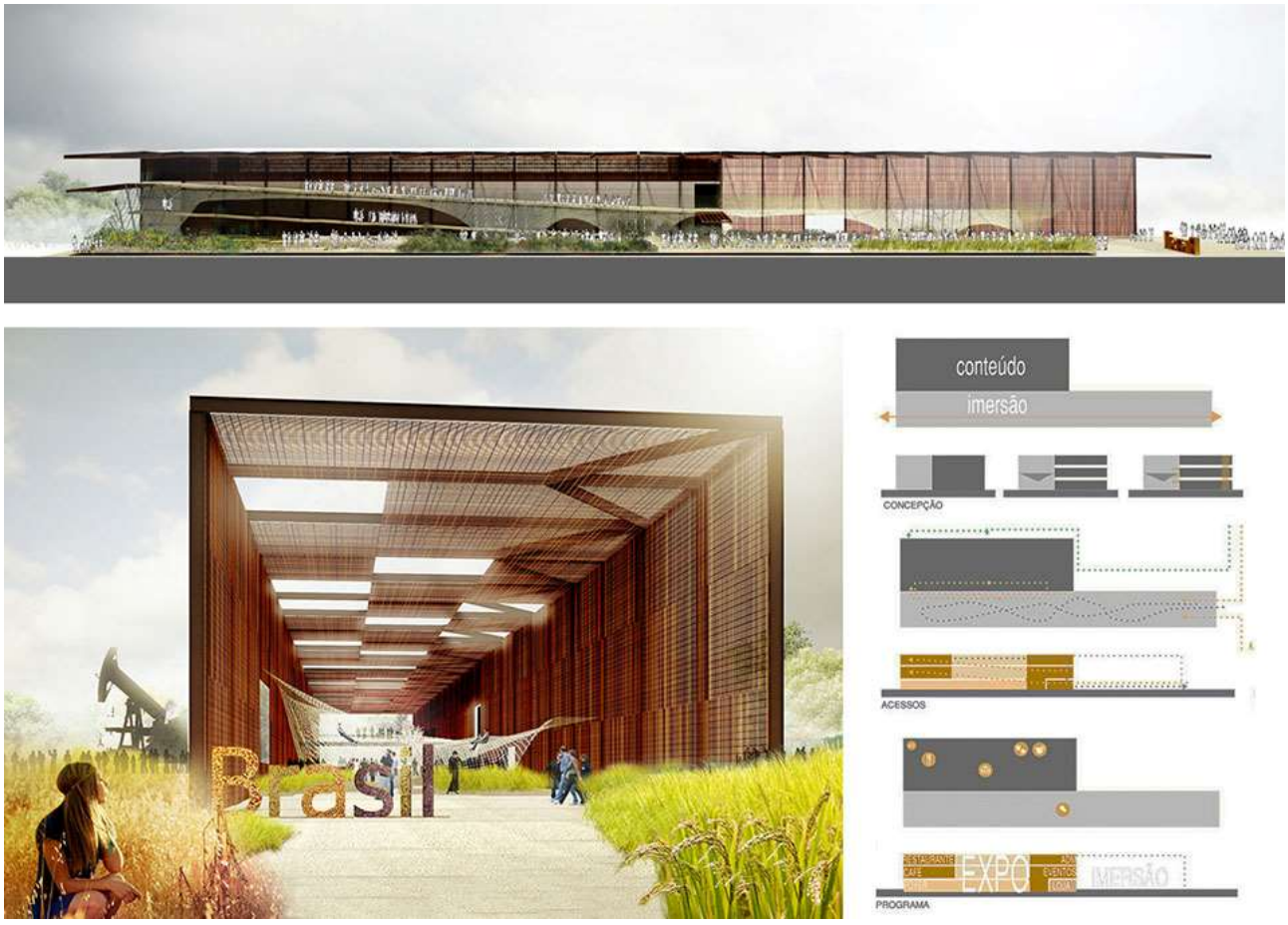


Figura 7: Primeiro lugar no concurso de projeto para Pavilhão do Brasil na Expo 2015
Fonte: concursosdeprojeto.org

O projeto selecionado

O projeto vencedor em 2015 tinha como discurso temático apresentar o país sob a metáfora de uma grande rede flexível e descentralizada que conecta a diversidade brasileira. A concepção do pavilhão visava a integração entre arquitetura e expografia de forma a tornarem-se interdependentes. A partir da metáfora da rede, foi proposta sua materialização no espaço aéreo da galeria de entrada do pavilhão como uma grande instalação interativa de uso coletivo. Esse conceito tornou-se o ponto de partida para o desenvolvimento do projeto e a organização espacial: a grande rede física integrava visualmente, como forma de acesso e como conteúdo simbólico, as diferentes áreas do pavilhão. Segundo texto publicado pelos autores:

> Mais que um edifício temporário, a imersão sensorial integra momentos lúdicos, informações científicas de ponta, interação e aprendizado. (...) Em meio a construções de mais de 130 países, nosso pavilhão propõe um respiro, a intenção de uma praça que convida ao encontro e à descoberta (CASAS *et al*., 2015).

O terreno de implantação do pavilhão possuía formato em "L" e área total de 4.133 m², e estava localizado a oeste da avenida denominada *World Avenue* (conhecida como *Decumanus*). A volumetria do pavilhão seguiu os 12 m de altura indicados pela norma urbanística da feira, organizados em dois volumes ocupando o "L" do terreno (Figura 8).

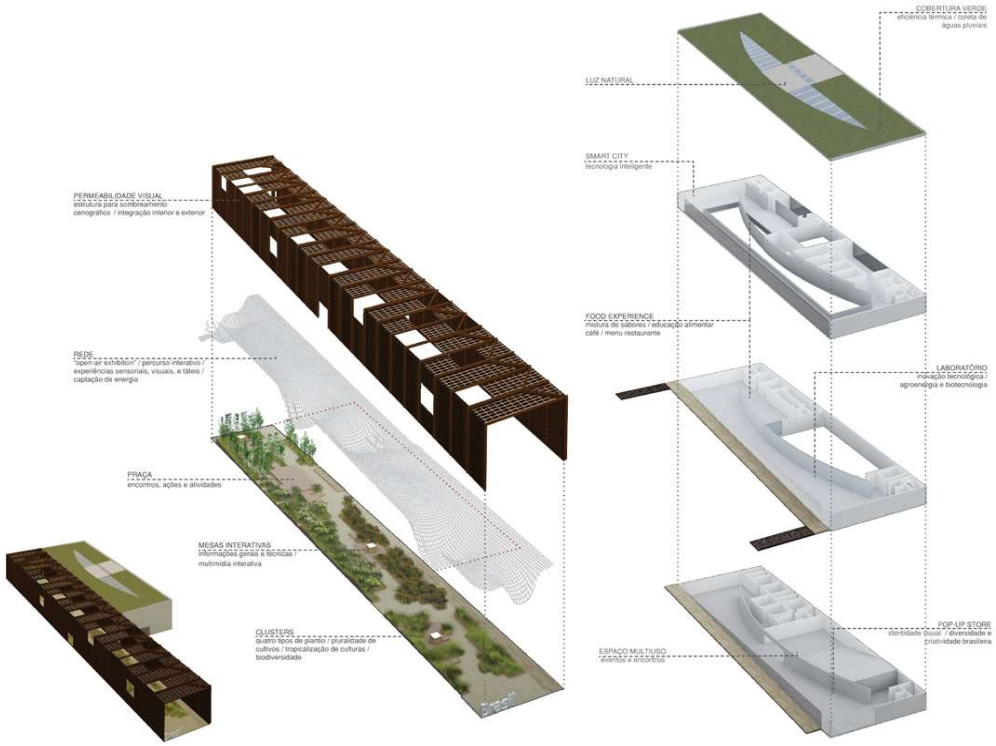


Figura 8: Diagrama explicativo pavilhão do Brasil Expo 2015
Fonte: Cedido pelo Ateleir Marko Brajovic

O primeiro, denominado pelos autores como área de “imersão” (Figuras 09 e 10), apresentava-se como uma segunda rua, uma galeria permeável composta de pórticos metálicos vedados, com grelhas vazadas nas paredes laterais e na cobertura, configurando o ritmo do espaço como um grande vagão com altura de 12 m, largura de 15 m e comprimento de 127 m.

A rede, uma superfície caminhável feita de cordas, se estendia pelo volume da galeria, partindo do nível térreo na entrada frontal do pavilhão e subindo, pouco a pouco, até o nível correspondente ao terceiro pavimento do volume menor. Por baixo dela, um jardim que simulava uma plantação tornava-se fundo, ocupando o térreo com um deque contínuo de madeira que ora funcionava como jardineira, ora como circulação ou ainda como banco ou mesa, com topografia modular variada. A hierarquia do espaço estava demarcada pela forma da rede superior que, tensionada para baixo em cinco pontos, organizava cinco núcleos de permanência onde localizavam-se mesas interativas iniciando a apresentação dos conteúdos. O ambiente configurava-se como uma praça de circulação livre que recebia os visitantes pela frente e fundos do lote.

Em oposição e complemento ao espaço fluido da galeria, o segundo volume, denominado “conteúdos”, apresentava-se fechado, posicionado ao fundo do lote. Internamente, esse volume era “cortado” longitudinalmente (em planta baixa) por uma curva organizando o espaço e o programa, delimitando as áreas de acesso público e privado do pavilhão. O jogo com as alturas internas do volume gerava uma diversidade de modos de percepção do espaço: no térreo, a horizontalidade salientada pela curva opaca e pelo pé-direito baixo (3 m); nos dois pavimentos seguintes, a integração dos espaços se dava verticalmente através de um átrio iluminado pela zenital superior atrás da parede curva e translúcida. Nesse átrio, estava localizado o restante da exposição com conteúdos audiovisuais e obras de arte (Figura 11).

No encontro entre os dois volumes, localizavam-se rampas possibilitando o acesso direto a cada um dos pavimentos do volume menor a partir do térreo.

Figura 9: Térreo da galeria de imersão do pavilhão do Brasil na Expo 2015
Fonte: Foto da autora

Figura 10: Em cima da rede do pavilhão do Brasil na Expo 2015
Fonte: Foto da autora

Figura 11: Interior do volume "Conteúdos" do pavilhão do Brasil na Expo 2015 - obra Casa Mata e conteúdos audiovisuais
Fonte: Foto de Rodrigo Mathias

Programa

A organização do edifício em dois volumes permite uma exploração programática diversa no volume da galeria, uma vez que o programa institucional se resolve no volume fechado. É demarcada por uma gradação que vai do público (acesso livre aos visitantes do evento) para o privado (restrito a convidados ou funcionários), o que ocorre em função dos acessos, das visualidades e de acordo com a organização dos usos propostos em cada espaço, que se tornavam mais definidos conforme se penetrava no pavilhão.

Na galeria aberta, os usos apresentam maior flexibilidade, não estando as atividades claramente definidas ou predeterminadas para o lugar. A rede aérea é uma circulação, porém sua função não se resume a isso, podendo ser também utilizada como brinquedo ou área de estar. Por baixo da rede, o térreo do pavilhão torna-se uma segunda rua com múltiplos usos sobrepostos e não determinados, pelo desenho do deque. A arquitetura torna-se conteúdo expositivo, metaforicamente pela rede, pelo jardim, ou pela forma de encarar o espaço, que tensiona a funcionalidade da arquitetura nesse ambiente, podendo-se compreender a área da galeria como uma instalação artística.

Em oposição ao esvaziamento de funções pré-estabelecidas presente na galeria da rede, no volume menor fechado, o programa torna-se mais definido, em função do caráter institucional deste tipo de edificação. Nesse volume, os espaços de acesso público (galeria expositiva no segundo e terceiro andares e *foyer*, café e loja no térreo), ocupam a grande área em frente à parede curva que corta o espaço. Atrás dela, localiza-se o programa público, todavia com controle de acessos (restaurante, auditório e área de eventos), e a área privada do pavilhão (escritórios e áreas técnicas).

O desenho do jardim, segundo memorial de projeto, partiu de uma vista superior de um trecho do Rio Amazonas, que foi transposta para o papel como base para criação das áreas de circulação dos visitantes. O processo de projeto passou por "escalar" um trecho do rio, posicionando-o na área destinada à galeria. Sob essa imagem, foi traçada uma modulação de 1,25 m x 1,25 m, onde foram sendo delimitadas as áreas de circulação (em cima do curso do rio), áreas de estar (palco elevado, mesas e bancos), áreas de exposição (telas interativas) e áreas de plantação (floreiras). Esse *grid* foi transformado no deque gerando variações de alturas e usos.

O rigor modular do jardim contrasta com a organicidade visual da vegetação e foge do conhecido traçado sinuoso dos jardins de Burle Marx, referenciados ainda hoje. A natureza modificada e controlada pelo homem é evocada através do desenho ortogonal em diálogo com os desenhos comuns das plantações no país, com seus recortes retangulares. Conforme descreve Drago (2016, p. 51):

> A leitura contemporânea do jardim que sempre acompanha a representação do Brasil não é mais "cenograficamente selvagem" nem planejada como uma pintura viva de Burle Marx. É, de acordo com o tema, um jardim orgânico e comestível, compatível com a identidade do Brasil nesse contexto.

A escolha das espécies vegetais teve relação direta com o tema da Expo 2015. A variedade de vegetação buscava pincelar a diversidade produtiva do país, mas, diferentemente do que aponta Drago, além de apresentar a pequena produção orgânica e comestível, sobrevalorizava a produção agroindustrial, muitas vezes vinculada a monoculturas como, por exemplo, a produção de etanol ou algodão, remetendo à alta tecnologia e mostrando o país como "celeiro tecnológico do mundo". O jardim, nesse contexto, torna-se

importante conteúdo expositivo, tendo sido criado juntamente à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Cenários de uso

O esvaziamento de funções preestabelecidas, característico de edifícios como os pavilhões, no caso brasileiro amplifica-se inserindo uma segunda variável essencial para fruição do espaço proposto pela instalação da rede: coloca o corpo como foco, convidando à experimentação de novas formas de fruição do espaço pelo movimento e pelo jogo (Figuras 12 e 13). Essa característica, por outro lado, pode ser considerada como a função levada ao extremo, um novo sentido "dramático" atribuído aos atos simples do cotidiano como o caminhar.

Leupen (2015, p. 95), ao analisar o uso nos edifícios contemporâneos, identifica uma vertente presente na arquitetura por ele denominada de "cenários de uso", exemplificando-a através da obra de Bernard Tschumi e Rem Koolhaas, arquitetos que, segundo o referido autor, "se ocupam principalmente de questionar a aceitação cega de uma função dada". A ideia de programa ampliaria-se, quando se sobrepõem funções, e atividades, explodindo a ideia de um funcionalismo programático.

Nesse sentido, uma analogia do espaço da galeria (no pavimento térreo, mas principalmente na rede) com essa vertente levantada por Leupen (2015) se faz possível: a flexibilidade de usos acaba por levar a "ação dramática" do corpo no espaço ao extremo, questionando, dessa forma, a predefinição não só das funções, mas também dos movimentos do corpo. A rede inauguraria, assim, uma pausa no espaço-tempo ao elevar o ato de caminhar a um deslocamento da atenção para o movimento e para o equilíbrio, valorizando o momento presente do ato. O caminhar é transformado em jogo, e o caráter lúdico instaurado no percurso torna-se o principal discurso do pavilhão.

Qual a função dessa rede? É uma circulação ou uma área de estar e/ou de jogo e brincadeira? Ela é uma forma de acesso e de circulação pelo pavilhão, mas é também uma forma de entreter e gerar uma experiência incomum para os visitantes através do deslocamento do sentido.

Figura 12: Uso da rede do pavilhão do Brasil na Expo 2015
Fonte: Foto de Rodrigo Mathias

Figura 13: Uso da rede do pavilhão do Brasil na Expo 2015
Fonte: Foto da autora

Expografia

A expografia do pavilhão mistura-se com a arquitetura: na galeria aberta, os conteúdos são apresentados de forma lúdica e sensorial, através da vivência em meio à vegetação, ao som, e através do corpo que brinca na rede, tornando o pavilhão o próprio conteúdo. Internamente ao volume menor, os conteúdos são apresentados tendo a arquitetura como fundo: no segundo e terceiro pavimentos, integrados por um pé-direito duplo, localiza-se uma grande projeção de 54 m, e pequenas animações e gráficos apresentando temas pertinentes à produção agropecuária e cultural brasileira. A exposição na galeria é complementada com obras de dois artistas que preenchem o átrio da área expositiva.

Sob uma bancada, expostas juntamente e em diálogo com animações exibidas em pequenas telas, 25 obras desenvolvidas especialmente para a Expo 2015 foram feitas pelo artista brasileiro Nazareno. Conforme a curadoria,

> Familiarizado com as cinco regiões do Brasil, o artista explora a diversidade da riqueza cultural brasileira fazendo uso de diferentes materiais e ideias. A simbologia nacional – em eterna construção e lapidação – compõe o imaginário coletivo pelas vias da difusão de influências que vêm de todos os lados, absorvidas constantemente por um país que se reinventa com leveza e humor (CASAS *et. al.*, 2015).[3]

A seu turno, a obra Casamata, do artista Laerte Ramos, preenche o vazio do pé direito duplo, unificando os dois andares (Figura 11) e, conforme texto de apresentação do conceito museográfico, faz uma homenagem à arquitetura moderna brasileira:

[3] Texto de apresentação da expografia, destinada à assessoria de imprensa do pavilhão, para uso interno. Cedido pelos autores.

> De formas geométricas simples, aos nossos olhos, a obra faz referência à estética modernista e orgânica do arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer. A ideia desses "habitáculos" nos traz um pouco da nossa urbanidade, porém de forma poética e lúdica, combinando o mundo rural com nossas referências estéticas arquitetônicas em uma homenagem à identidade brasileira (CASAS *et. al*, 2015).

Mostrar a produção brasileira através de diferentes aspectos, para além do tema "alimentação", foi uma das chaves de criação da arquitetura, da expografia e dos espaços interiores: tecnologia, arte, arquitetura e design complementavam a narrativa também pelo mobiliário utilizado no pavilhão. Para o restaurante, foram selecionadas 43 cadeiras de diferentes designers brasileiros contemporâneos. Para o *foyer*, foram especialmente desenhados um banco pelos Irmãos Campana e duas cadeiras denominadas Lampião e Maria Bonita pelo Studio Arthur Casas.

Promenade architecturale

A organização do programa e da expografia no edifício está diretamente ligada com os fluxos do pavilhão. Uma das preocupações do Partido do projeto era ter os acessos irrestritos e a circulação não linear, evitando uma experiência "controlada". Entretanto, com a dinâmica e quantidade de visitantes na Expo 2015, optou-se por organizar um fluxo linear em determinadas áreas do pavilhão. O edifício continuou com livre circulação tanto no jardim quanto no interior da edificação no pavimento térreo, na área do bar e da loja. A circulação na rede e nos outros pavimentos dentro do pavilhão passou a ser direcionada.

A circulação pelo pavilhão ocorria de modo diversificado: ou pela rede; ou pelas rampas no volume externo; ou pelas escadas e elevadores localizados nas duas extremidades do volume menor. A fluidez de circulação nas rampas e na rede e a proposta de uma *promenade* relembram dois pavilhões históricos mencionados no início deste artigo: Nova Iorque, 1939, "que engloba a multiplicação exuberante de volumes e *promenades architecturales* que enfatizam as qualidades pictóricas de forma aberta do Pavilhão" (COMAS, 2010, p. 84); e Bruxelas, 1958, onde "o elemento central na proposta de Bernardes foi a rampa, começando logo na entrada, no ponto mais alto, descendo num passeio de uma volta e meia ao redor do jardim interno" (MEURS, 2000). No pavilhão de 2015, a rede e as rampas iniciam o percurso, dando uma visão panorâmica do espaço para, a seguir, completar a visita internamente no espaço expositivo.

A liberação do terreno e a criação de uma topografia variada, foram também pontos de partida para o projeto do pavilhão de Osaka, em 1970. Conforme salienta Zein e Amaral (2010, p. 110), "a escolha do grupo (equipe de projeto) foi unânime pelo júri, que reconheceu no projeto uma 'poética inconfundível, muito ligada às tradições brasileiras', concretizada por uma 'abordagem nitidamente brasileira' baseada na 'liberação do terreno'". Diferencia-se em 2015 o desenho ortogonal em oposição às sinuosidades da topografia do pavilhão de 1970.

Materialidade

O controle da modulação do jardim no pavilhão do Brasil de 2015 está em diálogo direto com o racionalismo construtivo do edifício. Uma das premissas do projeto era a rapidez de montagem e desmontagem, assim como a possibilidade de reaproveitamento ou reconstrução do pavilhão *a posteriori*. Nesse sentido, assim como a maioria dos pavilhões presentes no evento, a construção foi feita de forma modular com materiais pré-fabricados.

A galeria externa é composta de 24 pórticos em aço corten, com pilares e vigas perfil I (29 x 30 cm) modulados a cada 5 m. A vedação é feita com grelhas metálicas de barras chatas (100 cm x 234 cm) soldadas umas nas outras internamente ao pórtico. O volume fechado também foi construído com estrutura metálica seguindo a mesma modulação da galeria externa e adaptando-se conforme o programa e a parede curva interna.

Na estrutura de pórticos da galeria, pela parte externa aos pilares, está fixada a rede por cabos de aço em catenária. A rede, por sua vez, é feita de cordas de aço envoltas com um trançado de *nylon* tramado com diâmetro aproximado de 1,5 cm e vãos de 10 cm x 10 cm. O desenho da rede, gerado pelos *softwares Rhinoceros3D* e *Grasshoper*, através do parâmetro de tensão em 5 pontos, utilizou-se do processo de *form-finding*[4] para otimizar sua forma em função dos esforços. Configura-se como uma estrutura topológica feita de superfícies *nurbs*[5] composta de nós que distribuem sua carga através de tração. Uma membrana caminhável feita de cabos (Figura 14).

O escritório *Officium*, contratado para calcular e desenvolver o projeto executivo da rede, está localizado na cidade de Stuttgart, na Alemanha, onde o arquiteto Frei Otto fundou o Instituto de Estruturas Leves na Universidade de Stuttgart (ILEK) no ano de 1964, sendo que alguns dos engenheiros do escritório *Officium* já trabalharam em parceria com o arquiteto. A empresa Corocord, responsável pela execução e instalação da rede, é a principal fornecedora de redes de *playgrounds* infantis da Europa. Trata-se também de uma empresa alemã, cujo fundador é Conrad Roland, arquiteto que desenvolve estruturas espaciais com corda desde a década de 1970. Atualmente, a Corocord fundiu-se com a empresa Kompan e sua sede está localizada em Copenhague. Conrad Roland escreveu o primeiro livro sobre a obra do arquiteto Frei Otto, *Frei Otto-Spannweiten. Ideen und Versuche zum Leichtbau. Ein Werkstattbericht*, publicado em 1965.

A rede do pavilhão do Brasil reencontra essa tradição das *estruturas topográficas caminháveis feitas de cabos*. É uma membrana que remete às já famosas coberturas projetadas por Frei Otto na década de 1960, que ganharam visibilidade com o pavilhão da Alemanha na Expo 1967 em Montreal, a maior tensoestrutura construída pelo arquiteto até então.

Cabe salientar que, 50 anos depois, apesar de o processo de projeto da rede do pavilhão brasileiro ter sido feito digitalmente, sua produção e montagem foram realizadas. Imagina-se, então, que o processo de produção atual aproxima-se dos primeiros *playgrounds* de Conrad Roland ou das primeiras tensoestruturas de Frei Otto.

Apesar da tradição brasileira no uso do concreto armado na construção civil e mesmo em exposições temporárias, a exemplo dos pavilhões de 1939 e 1970, o uso de materiais pré-fabricados e estrutura metálica encontra par no pavilhão de Sérgio Bernardes na Expo Bruxelas de 1958. Na ocasião, a cobertura, foi produzida em estrutura metálica e, apesar de possuir uma camada de concreto de 4 cm em sua parte superior, pode ser considerada uma tensoestrutura feita de cabos de aço (MACADAR, 2005, p. 75). Segundo Macadar (2005, p. 77), o próprio Frei Otto mencionou o pavilhão de Bernardes como um dos exemplos

[4] *Form-finding* – processo de otimização estrutural que busca, a partir das condições de esforços previstas, a definição computacional da morfologia da estrutura com menores tensões internas (MOTTA, 2014, p. 255).

[5] "NURBS ou *Non Uniform Rational Basis Spline* – Modelo matemático de representação de curvas e superfícies usadas em computação gráfica baseado em *splines*." que por sua vez consiste em "curva definida matematicamente por uma função polinomial" (MOTTA, 2014, p. 256).

brasileiros de arquitetura de tensoestruturas no *Brazilian Symposium on tension-structures*, ocorrido na Poli USP em 2002. A maleabilidade dos cabos e a rigidez da estrutura metálica reaparecem em 2015.

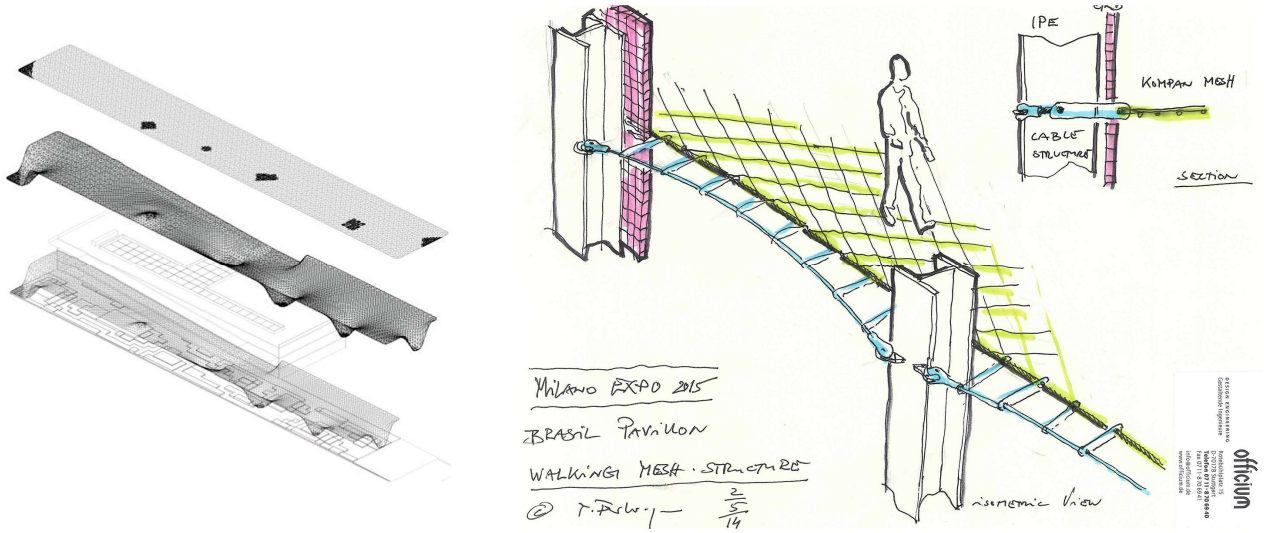


Figura 14: modelo gerado por *form-finding* e detalhamento da fixação em catenária da rede do pavilhão do Brasil na Expo 2015
Fonte: Cedido pelos autores do projeto

TENSIONANDO A REDE BRASILEIRA

Ícone do pavilhão, a rede é o que diferencia o pavilhão brasileiro dos demais participantes da Expo 2015, uma vez que, conforme Zein e Amaral (2010, p. 124): "No caso da arquitetura de exposições universais, não é o significado de um conjunto uniforme, mas a individualidade de cada pavilhão que importa. Então, é através dessa individualidade natural entre os edifícios de uma Exposição Mundial que passa o tema da identidade nacional". Sua carga simbólica a torna o elemento de principal atenção na análise do edifício.

Se o pavilhão tem por objetivo representar a nação, cabe perguntar qual é a identidade nacional pretendida, uma vez que ela será uma construção interessada em um determinado projeto de país. Rute Zein, em artigo analisando o pavilhão brasileiro na Expo 1970, em Osaka, traz à tona a discussão da identidade nacional e identifica no pavilhão de Paulo Mendes da Rocha um representante da construção dessa identidade brasileira.

> Como se sabe, as "tradições" (neste caso, as "brasileiras") não são fatos telúricos ou imanentes, mas construções interessadas, que reivindicam e "tradicionalizam" os aspectos que desejam enfatizar, em operações mais ou menos conscientes de criação/recriação e legitimação de "identidades" – embora sempre aleguem estar apenas retomando tais ou quais valores "genuinamente" tradicionais; os quais variarão conforme cada nova geração assuma o palco. (ZEIN, 2010, p. 117)

No caso do pavilhão de 2015, a identidade estava relacionada menos a uma "escola" de arquitetura, tal como o pavilhão de 1939 ou de 1970, e mais à apresentação de uma ideia geral da cultura e dos costumes brasileiros para, através da metáfora da rede, criar um discurso de unificação da diversidade brasileira. A noção de identidade cultural brasileira normalmente é construída com base em estereótipos – carnaval, futebol, cultura litorânea, caráter festivo e amistoso da população. A rede concentra em si algo desse imaginário, através da premissa de uma coletividade constituída a partir da ludicidade, do movimento do corpo marcado pelo gingado. No memorial de apresentação do projeto, nas pranchas do concurso, os autores reiteram a iconografia da rede para o imaginário brasileiro:

> O Brasil já se distribui em REDE. Não é à toa que nossa REDE hidrográfica é a maior do mundo. Seja nas ousadas Cosmococas de Hélio Oiticica, nas delirantes instalações de Ernesto Neto ou no balanço marítimo de Dorival Caymmi, a REDE marca forte presença na iconografia cultural brasileira (CASAS *et al.*, 2014).

Na descrição feita do pavilhão pelos pesquisadores Comşa e Mihăilă (2016, p. 911), essa identidade nacional, estereotipada ou não, transborda no projeto do pavilhão de 2015:

> A variação e riqueza da geografia bem como das culturas produtivas e étnicas são tópicos interessantes a serem expressos na adaptação necessária para a visitação das superfícies e inclinações da rede do pavilhão - faz os visitantes se comunicarem com a arquitetura, com o conteúdo, mas também colaborarem e apoiarem uns aos outros quando necessário. Talvez, por esse aspecto, seja o pavilhão mais ilustrativo em expressar a cultura local (COMŞA1; MIHĂILĂ, 2016, p. 911, tradução nossa).

Mas se a rede cita características que podem ser consideradas estereotipadas, suas referências também se encontram na história recente da arte brasileira.

A citação à rede tradicional de deitar, novamente presente no pavilhão de 2015, já havia sido apresentada em outro pavilhão brasileiro, na Trienal de Milão em 1964: a exposição *Riposatevi*, com projeto de Lúcio Costa (Figura 15). A proposta consistia em um lugar de descanso, com redes dispostas, convidando o visitante a relaxar. Conforme descrevem Suzuki e Pessoa (2014, p. 4) referindo-se à exposição:

> Uma seção expositiva que propunha um lugar de repouso mas que, ao mesmo tempo, era uma síntese de um projeto de país. Redes, violões, jangadas, praia e Brasília eram as diversas faces deste projeto, de um país que vinha construindo de modo inédito a própria modernidade.

Figura 15: Exposição Riposatevi
Fonte: SUZUKI; PESSOA (2014, p. 08)

É possível identificar uma aproximação desse imaginário que transparece nos dois projetos de 1964 e 2015. Outro ponto em comum entre as duas representações brasileiras é a ideia de performatividade: os espaços são construídos, transformados e fruídos pelo corpo do visitante, pelo contato físico direto. No caso do pavilhão de 2015, essa interação faz-se sentir diretamente pela arquitetura:

> Como numa grande performance coletiva – talvez o novo sentido das exposições – a montanha de cordas que o visitante é levado a escalar é ao mesmo tempo um mirante para a paisagem da feira, uma visita para a exposição de vegetais no piso do pavilhão, uma brincadeira e um convite ao descanso. Ao pisá-la o visitante instaura uma relação física e imediata com a arquitetura, que reverbera seu movimento, e com os demais visitantes (DRAGO, 2016, p. 49).

No caso da exposição de Lúcio Costa,

> Mais ainda, ele faz o que é tão almejado pelos organizadores e especialistas em expografia nas mostras contemporâneas: a sua instalação já era totalmente interativa, pode-se ocupar as redes, pode-se tocar os violões, o pavilhão fica com som ambiente imprevisível e aleatório. Com as pessoas balançando nas redes, suas cores vibrantes se movem e

> perpassam umas pelas outras, como na Arte Cinética, e, no dizer de Lauro Cavalcanti, '(...) antecipa e dialoga com outro notável trabalho, a Cosmococa de Hélio Oiticica, realizada na década posterior' (CAVALCANTI, 2012, p. 17) (SUZUKI; PESSOA, 2014, p. 4).

Se ambos podem ser consideradas instalações interativas, representando uma certa identidade brasileira, sua materialização ocorre por modos radicalmente distintos. A exposição *Riposatevi* apresentava várias redes tradicionais de deitar, violões para que o público tocasse e a Modernidade como discurso: na instalação, foi apresentada uma exposição de fotografias de Brasília, recém-inaugurada na ocasião. Estava em plena sintonia com a arte de vanguarda na época, a exemplo da obra de Hélio Oiticica do mesmo período – em especial com os Penetráveis e as Cosmococas que viriam a ser feitas na década seguinte, como identifica Cavalcanti. O pavilhão da Expo 2015, por outro lado, é uma translação do conceito da rede de deitar: o projeto foi concebido com *softwares* paramétricos, dialogando também com uma arquitetura global, "digital". Em adição, a interatividade com o som do pavilhão se fazia por meio de interfaces digitais – conforme o movimento do público, alterava-se o som do pavilhão através do mapeamento digital de seus corpos.

A interatividade e a superestimulação dos sentidos presentes na rede do pavilhão brasileiro de 2015 permitem traçar um paralelo entre a rede do pavilhão brasileiro e a produção artística atual, com relação ao apelo à experiência momentânea e tátil.

A partir de meados do século XX, inicia-se um processo de espacialização das artes plásticas - em especial a pintura e a escultura que começam a debater o espaço tridimensional, e as obras a dialogar com ele e construí-lo, deixando o espaço de ser fundo, para se tornar parte da obra. Nesse processo de espacialização, os campos da arte e arquitetura passam a colaborar e competir por esse novo lugar, ao partilhar de condicionantes e interesses próximos. Parte da produção arquitetônica toma a arte como referência. Hal Foster (2015, p. 8) argumenta que: "Ainda há pouco tempo, um quase pré-requisito para uma arquitetura de vanguarda era seu compromisso com a teoria; mais recentemente passou a ser a relação com a arte".[6]

Nesse sentido, tomado no geral, o edifício "pavilhão" torna-se um ponto de encontro entre os dois campos, um sintoma dessa ampliação ou esfumaçamento dos limites entre arquitetura e arte. Artistas começam a projetar pavilhões, ocupar a cidade e criar lugares. Por outro lado, arquitetos dedicam-se à criação de instalações artísticas ou de edifícios onde a importância dada ao fator escultórico é quase maior que os aspectos funcionais[7]. A forma pavilhão, por sua característica temporária, representativa, e por seu esvaziamento de um programa específico, permite uma aproximação entre os dois campos.

Tonetti (2013, p. 25) argumenta que:

> Arte e arquitetura apresentam-se cada vez mais conectadas pela ideia de pavilhão, que, realizado por arquitetos e por artistas, ou por colaboração entre ambos, fundem contentor espacial e conteúdo, e a produção híbrida coloca o pavilhão numa condição de reprodução da negatividade detectada por (Rosalinda) Krauss na produção tridimensional das décadas de 1960 e 70, ao expressar com maior veemência aquilo que não é.

[6] Ver FOSTER, 2015; KRAUSS, 1979.; VIDLER, 2005.

[7] Ver: VIDLER, 2005 In: SYKES, 2013, p. 244.

No Brasil, o processo de espacialização das obras de arte toma forma com o movimento Neoconcreto que, conforme argumenta Gullar (1960), borra os limites entre as linguagens artísticas vindo a dialogar diretamente com o espaço. O referido autor, com sua teoria do não-objeto, afirma que a obra "nasce diretamente no e do espaço" e "permite-nos dizer que ele (o não-objeto) transcende o espaço, sendo a transformação espacial a própria condição do nascimento do não-objeto" (GULLAR, 1960, p. 92). Ferreira Gullar afirma ainda que, obras que rompem com a moldura, com classificações e com a representação, eram exceções na produção artística e refere-se aos contra-relevos de Tatlin, às *arquiteturas* suprematistas de Malevich, como exemplos de obras que estão fora das definições do que seja pintura, escultura, arquitetura, e que o mesmo ocorre com os trabalhos do grupo Neoconcreto (GULLAR, 1960, p. 93).

Essa quebra inicia-se, em especial, com Hélio Oiticica, que inaugura a inquirição com seus *Relevos Espaciais* e *Núcleos,* radicalizando, a posteriori, a espacialização e a relação entre o corpo e a arquitetura com os Parangolés, os Penetráveis e sua produção decorrente. No livro *A estética da Ginga*, Jacques (2011, p. 72) afirma que o artista "vai se interessar pelo espaço, e, consequentemente, pela arquitetura".

> Como está tudo claro agora: que a pintura teria de sair do espaço, ser completa, não em superfície, em aparência, mas na sua integridade profunda. [...] Evidentemente esta solução está em pé de igualdade com a arquitetura, pois 'funda o espaço' (Gullar). A arquitetura é o sentimento sublime de todas as épocas, é a visão de um estilo, é a síntese de todas as aspirações individuais e a sua justificação mais alta" (OITICICA apud JACQUES, 2011, p. 72).

Ao ler a descrição de Hélio Oiticica de algumas de suas obras, pode-se considerar que, mesmo que em um contexto muito diverso, a rede do pavilhão brasileiro de 2015 pretende responder a questões muito próximas às que o artista se colocava ao descrever sua "antiarte" já na década de 1960. Oiticica cria termos como "*suprassensorial*" e "*crelazer*" que ajudam a compreender possíveis referências projetuais presentes na rede brasileira.

Conforme afirma Jacques (2011, p. 116), o artista

> (...) propõe novas formas de comportamento ligadas ao cotidiano para liberar os indivíduos do que reprime suas possibilidades (...) e procurava conduzir o espectador, por sua participação à pura disponibilidade criadora, ao lazer, ao prazer, ao mito de viver, onde o que é agora secreto possa se revelar em sua própria existência, no dia a dia.

A referência brasileira para esse processo de espacialização da arte através de Hélio Oiticica segundo Jacques (2011) aponta para duas leituras sobre o pavilhão brasileiro de 2015: a primeira, pela aproximação da proposta do pavilhão a instalações artísticas contemporâneas, em que a experiência e interação do usuário configura a essência da obra. A segunda, por uma alusão ao gingado brasileiro, título do livro, que reaparece no corpo que brinca na rede.

Na obra de Oiticica, a "estética da favela", reinterpretada e transladada, ajudou a construir muito do imaginário brasileiro dentro e fora das artes, apresentando-se como crítica à institucionalização da arte. No caso do pavilhão brasileiro, ao contrário, como apropriação institucionalizada com objetivo comercial, referenciada na "estética da ginga" e em parte da produção artística contemporânea. Assim, o *crealazer* e o *suprassensorial* do artista tornam-se uma constante na produção cultural, muitas vezes esvaziada de seu sentido crítico e significados políticos.

Outrossim, é possível fazer aproximações entre a instalação da rede do pavilhão de 2015 e outras instalações artísticas contemporâneas. Obras que também exploram a multissensorialidade do espaço e a relação do corpo, além de trabalharem com materialidades similares. As obras do coletivo *Numen* são, muitas vezes, instalações em escala arquitetônica e urbana, com redes, películas e elásticos, por onde o público pode circular e alocar-se. Essas obras evocam a criação de uma experiência diversa no espaço, através do deslocamento e do movimento do corpo, mudança da percepção e ressignificação de espaços públicos e privados (Figura 16).

Também como exemplo, Tomás Saraceno, em 2013, mesmo ano do lançamento do concurso do pavilhão brasileiro, inaugurou sua obra *In Orbit.* Consistindo em uma rede que ocupava o espaço aéreo da galeria *Kunstsammlung Nordrhein-Westfalen, K21 Ständehaus*, em Dusseldorf, na Alemanha, que convidava os visitantes ao ócio e à reinvenção do movimento do corpo (Figura 17).

Essa aproximação com a obra desses dois artistas/designers comprova um limiar entre a intenção artística da criação de uma experiência significativa do público e sua transformação em simples usuário. Reflexo do contexto atual, quando parte da arquitetura e da arte está pensada para a criação de um acúmulo de vivências de rápida absorção. Um exemplo desse sintoma é a obra "Chão", do artista José Bento, na 32a Bienal de Arte de São Paulo em 2016, em que um piso de tacos de madeira tinha, em seu centro, áreas com molas, deixando-o instável (Figura 18). A escultura (ou instalação) transformou-se emancipatória um grande pula-pula para o público (mas que, ao fazê-lo, era impedido de pular pelos seguranças da Bienal).

Nesse sentido, a apropriação dessas instalações por parte do público estritamente como jogo e brincadeira, o pavilhão brasileiro de 2015 incluso, aproxima-as dos brinquedos infantis, a exemplo das estruturas espaciais de corda da *Corocord.* Esses casos emblemáticos tensionam o limite entre uma experiência artística e o puro entretenimento. Quer seja em um museu, na rua ou em uma Bienal, o diálogo entre arte e arquitetura e a atual comercialização desse universo encontra, no pavilhão brasileiro, na Expo 2015, um sintoma de uma lógica predominante na produção cultural (Figura 19).

Figura 16: Instalação de Tomás Saraceno, 2013
Fonte: Foto de Studio Tomás Saraceno. Disponível em: <http://tomassaraceno.com/projects/in-orbit/> Acesso em 15 maio 2018

Figura 17: Instalação *Net Hasselt* do coletivo Numen, 2011
Fonte: Foto de Coletivo Numen. Disponível em: <http://www.numen.eu/installations/net/hasselt/> Acesso em 15 maio 2018

Figura 18: Obra Chão. Foto do Artista José Bento em sua obra. Bienal de Arte de São Paulo de 2016
Fonte: Foto de Pedro Ivo Trasferetti/Fundação Bienal de São Paulo/Divulgação

Figura 19: Brincando na rede do pavilhão brasileiro na Expo 2015
Fonte: Foto de Philippo Poli

Conforme argumenta Arantes (2012, p. 68), parte da arquitetura atual pretende "obter respostas emocionais de seus usuários, procura surpreendê-los, excitá-los", tornando-se uma "experiência degradada na forma de mera 'vivência', numa sociedade de massas". A afirmação pode ser estendida, também, a parte da produção artística a exemplo de algumas instalações contemporâneas.

Esse encontro da arte e da arquitetura e essa *arquitetura da experiência*, tem, atualmente, um potencial a ser explorado pelo mercado a serviço de uma "economia da experiência" (FOSTER, 2015, p. 9). Dessa ótica, os pavilhões das Exposições Mundiais seriam a materialização desse diagnóstico em função do seu caráter comercial predominante, ao mesmo tempo em que permitem um grau de experimentação arquitetônica típica dos grandes eventos.

O caráter lúdico, associado ao ócio e a experiências multissensoriais, mostra-se atualmente como uma das principais estratégias projetuais dos pavilhões nas Exposições Mundiais. Por um lado, vinculado à ideia de acúmulo de experiência de rápida absorção, sintoma dessa nova sensibilidade, quando o "apelo à experiência, algo tão duvidoso e pouco confiável (...) recupera agora uma certa autoridade" (JAMESON, 1991, p. 17). Por outro lado, amplificado pela dissipação da tecnologia digital associada à arquitetura e aos meios de comunicação, que permitem, com maior facilidade, a criação e execução de instalações interativas, realidades virtuais, jogos, grandes projeções e assim por diante.

As Exposições Mundiais tornam-se *locus* para a exploração dos sentidos, das emoções e do prazer em suas arquiteturas. O que ocorre em função tanto do caráter comercial e simbólico desse tipo de edificação como do esvaziamento de usos definidos no programa e em função do isolamento em relação a um contexto urbano construído, mas inserido em um contexto temporário como uma "ilha da fantasia", ou mesmo como um parque de diversões.

A ludicidade e a sensorialidade na arquitetura são características existentes em pavilhões desde os primórdios das Exposições Mundiais. Os parques de diversão tiveram sua origem nas grandes exposições: A *Columbian Ehxibition*, em Chicago, em 1893, inaugura a maior roda-gigante construída até então; em 1900, na Exposição de Paris, o pavilhão *Mareorama* convidava os visitantes a adentrar em uma simulação de vigem de navio pelo mundo; na Expo Bruxelas, em 1958, o pavilhão Phillips, projetado por Le Corbuisier, Edgar Varèse e Iannis Xenakis, cria uma das primeiras *caves* imersivas, mesmo sem a tecnologia digital; ou o pavilhão *Kaleidoskope*, projeto de Morley Markson *and Associates*, com música composta por Murray Schafer e projeto arquitetônico de Irving Grossman, explorava as emoções, os sentidos e a psicologia dos visitantes através de projeções, do jogo de espelhos, do movimento (o pavilhão estava em constante rotação) e do deslocamento do equilíbrio.

A *arquiteturas da experiência*, a exemplo do pavilhão brasileiro, predominam atualmente nas Exposições Mundiais e, para além dos pavilhões expositivos, ocupam o imaginário geral da arquitetura, tornando-se estratégias projetuais também fora das Exposições. Conforme argumenta Arantes (2012, p. 67), atualmente, "os edifícios passam a ser projetados para atender antes a estímulos elementares de prazer que a aspectos funcionais, técnicos e urbanos". O autor relaciona essas arquiteturas com instalações artísticas e com parques de diversão, chaves de leitura para o pavilhão brasileiro e sua instalação sensorial da rede: "(…) a chamada arquitetura da experiência se aproxima das instalações de arte contemporânea ou dos parques temáticos, mobilizando múltiplas referências de um repertório visual estereotipado como uma verdadeira fábrica dos sentidos" (ARANTES, 2012, p. 68).

> Ao contrário de um alargamento da experiencia humana, podemos estar presenciando seu estreitamento e confinamento a dimensões quase exclusivamente sensoriais e sobretudo táteis, que revelam, inclusive, a cegueira histórica do processo em curso (ARANTES, 2012, p. 68).

Se, por um lado, a arquitetura do pavilhão dialoga com a Arquitetura Moderna Brasileira referenciando-se nas rampas e no grande átrio interno do pavilhão de Niemeyer e Lúcio Costa para a Expo de 1939, na espacialidade e amplitude do pavilhão de Paulo Mendes da Rocha em Osaka ou na exposição *Riposatevi* também de Lúcio Costa, onde o convite à construção do espaço pelo corpo se mostrava o *motif* da exposição, por outro, a escolha projetual de um volume de imersão sensorial como primeiro ponto de contato com o pavilhão carrega consigo a intensão de uma aproximação ao campo da arte e a criação de uma "experiência" diversa aos usuários.

Seja pela sobrevalorização da ludicidade e das experiências sensoriais, tratando o corpo como protagonista, seja pelo flerte com o universo da arte, ou pelo diálogo com processos de projeto que evocam as arquiteturas *Nurbs,* tão presentes em edifícios monumentais e icônicos nos grande eventos e nas grandes cidades, o pavilhão de 2015 olha para o passado da arquitetura e da arte brasileiras e dialoga com a produção cultural hegemônica contemporânea. Ao mesmo tempo, que aproxima os limites entre os campos da arquitetura e da arte, o que poderia resultar na criação de novas espacialidades e de um deslocamento crítico de

percepção, percebe-se que, em um ambiente como a Expo 2015, o acúmulo de informações e sobreposição dessas arquiteturas sensoriais e monumentais banaliza essa possível fruição.

Nesse sentido, o pavilhão brasileiro mostra-se como um dos principais exemplos da *arquitetura da experiência,* nos termos de Hal Foster e Pedro Arantes, transformando a própria arquitetura no conteúdo expositivo, através do conceito e da materialização da rede como principal elemento gerador do espaço e da forma. Na rede está materializado o discurso pretendido pelo país. Porém, extrapolando a metáfora pretendida pelos autores, a instalação acaba por tornar-se um grande brinquedo dentre tantos presentes na Expo 2015 e leva a refletir sobre a relação do evento e seus pavilhões com com os parques de diversão.

Levantar essas questões, tensionando as potencialidades contidas no pavilhão, permite explorar as contradições presentes na arquitetura atualmente, as quais em um contexto como a Expo 2015, tornam-se explícitas. A representação de uma identidade nacional pela aproximação a referências locais, em adição a outras referências globais levantadas neste artigo, busca tensionar as possibilidades projetuais dentro de uma exposição comercial como a Expo 2015. Por um lado, arquitetos sendo chamados a representar o país e, conforme visto historicamente, muitas vezes marcando positivamente a história da arquitetura brasileira; por outro, compreendendo a lógica de funcionamento das Exposições na atualidade que, refletindo parte da produção fora daquele contexto, aposta na valorização de uma *arquitetura da experiência* que nem sempre propicia uma oportunidade emancipatória ou de conhecimento ao usuário.

REFERÊNCIAS:

ANELLI, Renato. A Expo 92 de Sevilha: o concurso para o Pavilhão Brasileiro. **Arquitexto.** Porto Alegre: PROPAR, UFRGS, Vol.16, 2010, p. 128-151.

ASSAL, Marianna Al R. B. **Arenas nem tão pacíficas: arquitetura e projetos políticos em Exposições Universais de finais da década de 1930**. Tese de doutorado. FAUUSP. São Paulo, 2014.

ARANTES, Otilia B. F. **O lugar da arquitetura depois dos Modernos**. 3a Edição. São Paulo: EDUSP, 2015.

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura na era digital-financeira:** desenho, canteiro e renda da forma. São Paulo: editora 34, 2012.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Organização Willi Bolle. Tradução do alemão: Irene Aron e tradução do francês: Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

COMAS, Eduardo. Editorial. **Arquitexto**. Porto Alegre: PROPAR, UFRGS, 2010, Vol. 16, p. 4-5. Disponível em: https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs_revista_16/00_SUMARIO.pdf> Acesso em 09 jul. 2015.

COMŞA, Daniel; MIHĂILĂ, Marina. **Food vs. architecture**. From the architectural form expressively to the spatial interpretation of a concept: 2015 Milan Universal Exposition. EURAU 2016. In: Between Spaces. Bucharest, September 2016.

DRAGO, Niuxa D. Arquitetura e cenografia na representação do Brasil: Pavilhões brasileiros de Londres a Milão. **O Percevejo online**. Periódico do programa de pós-graduação em Artes Cênicas PPGAC/UNIRIO. Rio de Janeiro, Vol. 08, 2016. ISSN 2176 - 7017.

FARIAS, Agnaldo; CAMPELO, Glauco; REBOUÇAS, Julia, MACHADO, Jurema; MARQUEZ, Ruben; RODRIGUES, Luiz, ANDRADE, Thiago. **Ata dos trabalhos da comissão julgadora do concurso público nacional de arquitetura e expografia para o pavilhão do Brasil na Expo Milão 2015.** Publicado no site do IAB-DF em 27 jan. 2014.

FOSTER, Hal. **O complexo arte-arquitetura**. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.

GULLAR, Ferreira. Teoria do não-objeto. 1960. In: [AMARAL, Aaracy]. Projeto construtivo brasileiro na arte. Rio de Janeiro, MAMRJ, 1977. pp 80 - 94.

JAQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo, Ática, 1996.

KRAUSS, Rosalind. **Caminhos da escultura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEUPEN, Bernard. **Proyecto y análisis: evolución de los principios en arquitectura**. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.

MACADAR, Andréa Moron. **Uma trajetória brasileira na arquitetura das exposições universais – dos anos 1939-1992.** Dissertação de mestrado - FAUFRGS. Porto Alegre, 2006.

MEURS, Paul. O pavilhão brasileiro na Expo de Bruxelas, 1958, Arquiteto Sérgio Bernardes. **Revista digital Arqtexto**. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.007/947 Acesso em 05.junho.2015

MOTTA, Silvio Romero Fonsea. **Simulação Estrutural e modelagem de formas arquitetônicas complexas:** A interação entre forma e estrutura através de ferramentas digitais. Dissertação de Mestrado - PPG FAU UFMG. Belo horizonte, 2014.

NOBRE, Ana Luiza. A Feira Mundial de Bruxelas de 1958: o Pavilhão Brasileiro. **Arquitexto**. Porto Alegre: PROPAR, UFRGS, Vo. 16, 2010, p. 98 - 107.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: Hucitec Editora, 1997.

PHILIPS Andrea, Pavilion Politics. **LOG 20.** New York: Anyone Corporation, Fall 2010.

Premiados – Pavilhão do Brasil – Expo Milão 2015. **Concursos de arquitetura e urbanismo**. Publicação eletrônica. 27 de janeiro 2014. Disponível em: <https://concursosdeprojeto.org/2014/01/27/premiados-pavilhao-do-brasil-expo-milao-2015/>. Acesso em: 22 jun 2017.

SUZUKI, Marcelo; PESSOA, José. **Riposatevi: um projeto de Brasil na XIII Trienal de Milão**. III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2014.

TONETTI, Ana Carolina. **Interseções entre arte e arquitetura. O caso dos pavilhões**. Dissertação de Mestrado. - FAU USP. São Paulo, 2013.

VIDLER, Anthony. O campo ampliado da arquitetura, 2005. In: [SYKES, A. Krista (org.)] **O campo ampliado da arquitetura: antologia teórica 1993-2009**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo, Cosac Naify, 2013. pp. 242 - 251.

ZEIN, Ruth Verde. Arquitetura em exposição: Sevilha 92. **Revista Projeto**, São Paulo, n 138, p. 19.

ZEIN, Ruth Verde; AMARAL, Izabel. A Feira Mundial de Osaka de 1970: o Pavilhão Brasileiro. **Arquitexto**. Porto Alegre: PROPAR, UFRGS, Vol. 16, 2010, p. 108 - 127.

EXPO MILÃO 2015: PAVILHÃO DO BRASIL / STUDIO ARTHUR CASAS + ATELIER MARKO BRAJOVIC. **Portal Archdaily**, maio 2015. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/766586/pavilhao-do-brasil-expo-milao-2015-studio-arthur-casas-plus-atelier-marko-brajovic> Acesso em 05 maio 2017.

Documentos técnicos

DOCUMENTO ANEXO AO CONCURSO DO PAVILHÃO BRASILEIRO. CEM-anexo 01-Participacao do Brasil na EXPO MILAO 2015 (síntese das informacões do lote)

DOCUMENTO ANEXO AO CONCURSO DO PAVILHÃO BRASILEIRO. CEM-anexo 04-MSP_Public

Venanparq
Salvador - 2018

ARQUITETURA DA SEGREGAÇÃO- MÉTODO E INSTRUMENTAIS DE ANÁLISE ESPACIAL.

SEGREGATION ARCHITECTURE- METHOD AND INSTRUMENTS OF SPACE ANALYSIS.

ARQUITECTURA DE LA SEGREGACIÓN-MÉTODO E INSTRUMENTALES DE ANÁLISIS ESPACIAL.

IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

STÉDILE, Janaina Almeida

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Presbiteriana Mackenzie

jastedile@gmail.com

ARQUITETURA DA SEGREGAÇÃO- MÉTODO E INSTRUMENTAIS DE ANÁLISE ESPACIAL

SEGREGATION ARCHITECTURE- METHOD AND INSTRUMENTS OF SPACE ANALYSIS.

ARQUITECTURA DE LA SEGREGACIÓN-MÉTODO E INSTRUMENTALES DE ANÁLISIS ESPACIAL.

IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:

O presente artigo é parte da pesquisa de doutorado, Arquitetura da Segregação, que objetiva estudar a segregação espacial na cidade São Paulo, através da teoria crítica e análise espacial, nos primeiros anos do século XXI. Aqui, apresenta-se a construção dos instrumentais de análise espacial, a partir da revisão e da crítica de métodos notórios, para em seguida demonstrar os instrumentais propostos, e posteriormente exemplos de sua aplicação em um recorte na cidade de São Paulo- o distrito da Vila Leopoldina. Nota-se a transformação da cidade que cada vez mais adota o isolamento, não mais dado pela relação centro-periferia, mas através do enclausuramento e consumo. Espacialmente, esta condição se desenvolve através da busca de espaços privados, construídos, não naturais, e monofuncionais em detrimentos aqueles de uso comum, abertos, naturais, e polifuncionais. Assim, a segregação se dá no desequilíbrio e anomalia de escalas dos espaços. Do contrário, uma cidade não segregada é aquela que o espaço de uso comum se configura como esqueleto articulador das tipologias construídas. O sistema espacial de bem comum é aquele em os espaços estão em relações de solidariedade, equilíbrio, e gradação de responsabilidades.

PALAVRAS-CHAVE: segregação espacial; Vila Leopoldina; espaço-público; tipologias.

ABSTRACT:

This paper is part of the PhD research, Architecture of Segregation, which aims to study the spatial segregation in the city of São Paulo, through critical theory and spatial analysis, in the first years of the 21st century. It presents the construction of the instruments of spatial analysis, based on a review and criticism of notorious methods, then demonstrates the proposed instruments, and later examples of their application in a clipping in the city of São Paulo - at the district of Vila Leopoldina. One can note the transformation of the city that increasingly adopts isolation, no longer given by the center-periphery relationship, but through enclosure and consumption. Spatially, this condition develops through the increase of private, constructed, unnatural, and monofunctional spaces in detriments those of common, open, natural, and polyfunctional ones. Thus, segregation occurs in the imbalance and anomaly of spaces scales. Otherwise, an unsegregated city is one that the space of common use is configured as an articulating skeleton of the typologies constructed. The space system of common good is that in the spaces are in relations of solidarity, balance, and gradation of responsibilities.

KEYWORDS: *special segregation; Vila Leopoldina; public space; tipologies.*

RESUMEN:

La presente ponencia es parte de la investigación de doctorado, Arquitectura de la Segregación, que pretende estudiar la segregación espacial en la ciudad São Paulo en los primeros años del siglo XXI, a través de la teoría crítica y el análisis espacial. Aquí se presenta la construcción de los instrumentales de análisis espacial, a partir de la revisión y de la crítica de método notorios, para luego demostrar los instrumentos propuestos, y posteriormente ejemplos de su aplicación en un recorte en la ciudad de São Paulo- el distrito de la ciudad, Vila Leopoldina. Se nota la transformación de la ciudad que cada vez más adopta el aislamiento, no más dado por la relación centro-periferia, sino a través del encerramiento y el consumo. Espacialmente esta condición se desarrolla a través de la búsqueda de espacios privados, construidos, no naturales, y monofuncionales en detrimento de los de uso común, abiertos, naturales, y polifuncionales. Así, la segregación se da en el desequilibrio y anomalía de escalas de los espacios. De lo contrario, una ciudad no segregada es aquella que el espacio de uso común se configura como esqueleto articulador de las tipologías construidas. El sistema espacial de bien común es aquel en los espacios están en relaciones de solidaridad, equilibrio, y gradación de responsabilidades.

PALABRAS-CLAVE*: segregación espacial, Vila Leopoldina, espacio público, tipología*

INTRODUÇÃO

O presente estudo faz parte da pesquisa de doutorado Arquitetura da Segregação que busca investigar a cultural espacial segregadora da cidade de São Paulo, seu aspecto material bem como os valores no qual essas formas se geram e se reproduzem. Assim, a pesquisa se estrutura a partir de dois corpos: o primeiro procura responder o aspecto imaterial através da teoria crítica e o outro que procura entender sua materialidade através da análise espacial. Aqui, apresenta-se a construção de instrumentais de análise espacial, de formar a entender a cidade contemporânea, e apontar para além do muro, a estrutura espacial do isolamento e fragmentação.

De que forma a arquitetura, entendida como um sistema de relações entre objetos e vazios que estruturam um espaço (Montaner, 2008; Unwin 1997) colabora e estrutura a segregação espacial na cidade de São Paulo?

Villaça (2009), bem como Rolnik (1997) descrevem o processo de segregação espacial através das dinâmicas econômicas e sociais no solo urbano, que expulsa e acolhe, determinadas pessoas criando sítios sociais muito particulares (VILLAÇA, 2009), estes recebem montantes distintos de investimento público, o que Rolnik (1997) refere-se como geografia social. Porém, a partir do estudo de Caldeira (2000), Cidades de Muros, a autora demonstra que a partir da década de 80 já não é mais possível utilizar o modelo centro-periferia para descrever o padrão de segregação, isto é, a segregação não é mais delimitada pelo bairro, mas passa acontecer na escala do lote urbano através de mecanismos sofisticados de controle.

Ainda segundo Caldeira (2000) as narrativas daqueles que procuram enclausuramento das moradias é uma resposta ao medo do crime e violência, porém por trás deste discurso existem motivações de discriminação social e símbolos de status; como forma de resposta a reestruutração econômica e de democratização pelo qual o país passou nos fins do século passado. A pesquisa mais recente de Dunker (2015) propõe uma leitura psicanalítica do problema que pode ser associada a análise das dinâmicas internacionais feitas por Zizek (2003). Os autores falam dos muros como sintomas da dificuldade de lidar com que Lacan chama de Coisa Real, isto é, a própria experiência da vida que inclui a relação com o Outro.

Logo, se a segregação é colocada como uma questão do binômio status e discriminação social, e uma dificuldade em lidar com a instância que inclui o Outro. Assim, aquilo que é possível ser acessado por todos, o espaço de esfera pública, é também simbolicamente e materialmente um espaço de demérito, isto é, significa uma condição espacial- social inferior, e não desejada.

A segregação espacial da cidade de São Paulo se dá na passagem da vida pública para o consumo. O espaço da vida urbana, pública e privada, construída através de mecanismos de consumo individual é o eixo articulador espacial da segregação urbana no século XXI; que gera a negação do espaço de esfera pública, concomitante a privatização de espaços de usufruto comum.

Pode-se traçar a partir de um largo arcabouço de estudos recentes entender como são gerados e transmitidos os valores da segregação. Quer sejam brasileiros como Villaça (2009), Rolnik (1997), Caldeira(2000), Arantes (2000) e Dunker (2015); bem como internacionais, como as análises Koolhaas (2017), Zizek (2003) e Zukin (2000); ou mesmo aqueles não tão recentes, publicados já nas décadas de 60 e 70, como Argan (1958-64), Habermas (1961-64) Sennet (1974-76) que apontam, de maneira mais amplas as

relações entre o desenvolvimento da sociedade no modo capitalista ocidental e as mudanças das relações sociais dadas no espaço.

O presente artigo faz uso das referencias acimas citadas que expressam o valor da coisa (Dingwert), e que sem elas não poderia encontrar ou entender seu aspecto material (Wertding- a coisa em si)1. Porém aqui, se propõe sumariamente expor os instrumentais de análise espacial, que se propõe a verificar a materialidade.

Em um primeiro momento expõem-se contribuições e problemáticas teóricas dos métodos revistos para a construção dos instrumentais de análise. Na segunda parte, apresenta-se a descrição dos instrumentais conjuntamente com exemplos de sua aplicação em um recorte da cidade de São Paulo- o distrito da Vila Leopoldina.

[1] Conceitos de Scheler em Argan (1995, p. 13)

[2] O ano de 1955 é a data do primeiro registro de loteamento na região encontrado nos arquivos da Prefeitura de São Paulo- SEHAB-DEINFO. A pesquisa descarta do estudo o tecido loteamento da Bela Aliança de 1921, como se justificará mais adiante.

[3] A Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo –Ceagesp-surgiu em maio de 1969, da fusão de duas empresas

CONSTRUÇÃO DO MÉTODO

A construção dos instrumentais se forma a partir da relação entre teoria crítica e campo que se retro-ajustam. A proposta da construção de instrumentais de análises como parte da pesquisa surge de três dificuldade iniciais: primeiro uma dificuldade inerente dos papéis e responsabilidades das escalas projeto de urbanismo, desenho urbano e arquitetura; da dificuldade em transpor diretamente métodos internacionais notáveis de análise espacial oriundos de países europeus ou estadunidenses para a realidade brasileira; e por fim de ter instrumentais adequados que possam verificar segregação espacial.

A inocuidade dos três níveis de projeto espacial -urbanismo, desenho urbano, e arquitetura- em lidar com o problema, é uma questão que se coloca no contemporâneo de maneira generalizada. No Brasil pode-se resumir a situação como um urbanismo que se transforma em planejamento urbano, na maioria das vezes visando a construção de marcos regulatórios, baseados em dados estatísticos e em mapas de grandes escalas que generalizam elementos, ou ignoram diferenças que não possam ser representadas.

Como aponta Koolhaas (2017), há uma dificuldade em entender a complexidade da cidade e sua característica não-estática, apresentando a falência do urbanismo como uma condição internacional. No texto, *O que aconteceu com o urbanismo?* de 1994, expõe o contrassenso de entender a cidade a partir da idealização do controle matemático da fórmula: "A promessa alquímica do modernismo- transforma quantidade em qualidade por meio da abstração e da repetição- foi um fracasso, um embuste: a mágica que não deu certo. (...)" (KOOLHAAS, 2017, p. 3).

Já o desenho urbano aparece no Brasil, de maneira inócua e tímida. Como matéria de estudo, o desenho urbano não está incorporado no corpo de disciplinas da graduação e aparece como objetos de estudo em poucos centros de pesquisa, como é o caso UFRJ e da UFMG. Em se tratando da prática, quando existente, se dedica apenas a reformar espaços públicos: em geral ruas comerciais, como o caso da rua Oscar freire; ou reformar praças existentes. Além disso, dificilmente encontra-se projetos de criação de quarteirões, novas praças, ou projetos de parques que se reporte diretamente ao seu entorno.

Por fim, a disciplina da Arquitetura se encontra segregada per si, nos lotes, em geral, assunto de consumo da última moda. Quando produzidas em grande escala são feitas por formulas matemáticas onde resultado dever ser o lucro que reverbera na formula da lei de coeficientes de aproveitamento. São casos esparsos aquelas produzidas com algum pensamento crítico. A leitura da arquitetura como objeto isolado, e não como estrutura espacial, é a força motriz da própria segregação; a este se soma a ideia de um produto a ser consumido produzido por uma formula.

> A elegância da arquitetura é sua sedução; ela define, exclui, limita, separado do "resto", mas também consome. Ela explora e exaure os potenciais que podem ser gerados somente pelo urbanismo e que somente a imaginação específica do urbanismo pode inventar e renovar. (KOOLHAAS, 2017, p. 4)

Logo, propõe-se o entendimento da arquitetura como estruturação de espaço, identificação de lugar e articulação de ethos comum ((Uniwin, 1997; Harries, 1997); ou seja, a pesquisa tratará do espaço como uma forma constitutiva de olhar o mundo.

A escolas Inglesas e italiana de morfologia urbana, mas conhecidas no Brasil pela recente publicação de Alvarenga (2015), apesar de apresentar algum diferenças de critérios e aplicação entre elas, são métodos que têm como eixo estruturador das analises periodização histórica euro-centrada. A transposição direta sempre se configurará como uma adaptação forçada, porque como defende Waisman (2013): não só a periodização da América Latina é distinta, bem como e se coloca em lugar distinto (de colônia). Mesmo em se tratando de estilos arquitetônicos presentes em ambos os continentes, estes chegam ao Novo Mundo com atraso de anos e se miscigenam com uma cultura que possui outras referencias culturais: como as dos povos originais e dos africanos. Ainda há questões da ordem: de materiais construtivos locais, diferença de clima; e por fim, o inevitável encontro de diferentes referencias da arquitetura europeia no mesmo espaço de tempo. Entretanto, sem objetivar importar os instrumentais podemos recuperar a ideia da evolução histórica de ocupação do território propondo uma periodização à brasileira.

A imagem da cidade de Kevin Lynch publicado em 1960, objetiva entender a legibilidade da cidade em constante mudança. Propõe instrumentais que pudesse resguardar a leitura urbana, através dos elementos que forneçam identidade, estrutura e significado; que conferiria a cidade uma imagem pública. A estrutura da análise de Lynch (2011) contribui para formação crítica dos instrumentais, na medida em que se percebe que a estrutura das cidades vem se tornando cada vez mais difusa, iguais e com significados menos públicos e cada vez mais privados.

Entretanto, a pesquisa de Lynch (2011) busca o recorte através de uma homogeneidade de tecido, uma delimitação do distrito. No caso de São Paulo, quando se prova recortar a partir de similaridades, encontramos um grosso problema: a ausência da figura de quadra que permitisse delimitar tecidos. Com exceção dos loteamentos da companhia City, loteamento quadras projetado por inteiro e que ainda se mantem como uma composição homogênea; o restante da cidade é construída a partir do edifício-lote-rua, ou lote-edifico-rua. A quadra aparece não por uma intenção de uma unidade formativa do tecido de bairro, mas o resíduo da relação entre privado-público. Assim, sempre há a sensação de que exclui-se uma quadra similar adiante ou que se assume uma exótica.

Solà-Morales Rúbió (1997) estrutura sua análise a partir da unidade de forma expressos pela infraestrutura, traçado, parcelamentos e edificação. Ideia que inicialmente toma-se como guia, no sentido de descobrir as unidades constituintes da forma urbana e entender a que conceito e projetos em determinado períodos estas respondem. Porém, Solà-Morales organizam seu trabalho a partir da experiência europeia, propondo a relação-ordem: parcelamento, urbanização e edificação. Além desta sequencia não ser verdadeira em todos os casos da cidade de São Paulo, Solà-Morales sempre parte e relaciona o todo com a figura da quadra (parcelamento), o que verifica-se nas inserções de campo como figura gramatical ausente na cidade de São Paulo.

Koolhaas (2008, 2013, 2017), desenvolve a ideia espaços ambíguos e de dinâmicas que não são possíveis se enquadrar em leituras rígidas de cidades; a falência da arquitetura em responder a estas novas condições urbanas, os espaços periféricos em expansão e espaços residuais produtos de uma cidade feita a partir de infraestrutura. No aspecto da crítica propõe um olhar sobre os elementos espaciais constitutivos, para onde apontam as forças que contribuem para a definição do espaço.

Outra contribuição de Koolhaas na confecção dos instrumentais diz respeitos a dissecação dos elementos dos sistema afim de identificar as unidades constituintes. Como por exemplo, quando curador da Bienal de Arquitetura de Veneza de 2014 propunha olhar para os elementos constitutivos do espaço arquitetônico

que permanecem imanentes (teto, parede, piso, janela, etc); ou ainda a publicação Mutações (2000), que apresenta um conjunto de pesquisas elaboradas em colaboração com o Laboratório sobre a cidade da Harvard Design School. A partir de dois trabalhos presentes nesta publicação encontra-se o binômio conceitual da cidade pública e cidade privada. Em Roman System, propõe uma releitura do sistema romano através do seus elementos espacial constituintes e reflete a respeito da cidade construída a partir dos espaços de vida pública.; em Shopping aborda-se a questão dos edifícios, independente do uso, cada vez mais são projetados para existir a possibilidade de consumo, mais ainda, são projetados com os mecanismos e espaços oriundos dos shopping centers.

INSTRUMENTAIS

Correspondendo a ideia do binômio público-privado, entende-se a forma material da segregação está na fronteira entre espaço comum e espaço privado, ou seja, como é dada a relação entre duas esferas. Porém, essa configuração não é um retrato instantâneo do tempo, advém de um processo continuou da construção da cidade como também da sua ideia. O estudo da evolução da forma urbana pretende demonstrar gênesis formais e associação com elementos da cultura social.

Assim inicia-se com o estudo da evolução da forma urbana para em seguida estabelecer uma lista de categorias de duas ordens: a primeira chamada de tipologias-usos que correspondem ao edificado (público e privado); e a segunda espaços abertos, que concernem apenas aos espaços públicos, na medida em que, os espaços abertos privados são considerados n formação das tipologias-uso.

Após a identificação e qualificação destes espaços se propõe categorias de análises que possa interpreta-los de maneira conjunta; e assim se propõe face pública, relação de vizinhança, e junkspace.

Evolução da forma urbana

A evolução da forma urbana é um estudo do espaço no tempo. O espaços colocado em relação a outros fatores de ordem da construção social e cultural mais amplos no qual o território, ou tecido que se inserem. Suas idades devem ser consideradas em relação ao todo da cidade e aos tipos de relações encontradas à época. Assim, adota-se três instrumentos possíveis para esta leitura:

- Linha do tempo: mapa conceitual onde fatores de relevância possam ser cruzados, como por exemplo: mudanças da estrutura política do país e da cidade, marcos regulatórios, periodização de autores, etc.
- Mapas e foto áreas históricas: base para análise da evolução da forma, permite visualizar as mudanças e entender processos formativos.
- Fotografias, desenhos, reportagens de jornais, etc: este contribuem para a formação de um quadro mais detalhado das idades do espaço, como também retratam outras narrativas.

Espaços construídos-Tipologia-uso

Esta categoria pretende relacionar o uso com os tipos edificados presentes em terminado tecido e assim propor uma qualificação da informação que usualmente é tomada quantitativamente e, exclusivamente, a partir do uso, ou do tipo independente do tecido urbano em que este está inserido. Quando objeto de

estudo tipológico, se atende apenas aquilo já reconhecidamente portador de valor histórico e ou arquitetônico: como as igrejas coloniais, vilas operárias, etc. Se faz necessário analisar o tipo com uma abordagem mais ampla, associando este ao conjunto em que se insere, entendendo que a forma urbana é, simultaneamente, produto e produtora da tipologia arquitetônica edificada. (CARVALHO, 2008, p. 14)

Diferentes configuração tipológicas para o mesmo uso tem influência e significados no entorno absolutamente distintos: um comércio de rua instalado em um antigo sobrado não estabelece a mesma relação espacial que uma concessionária de carros; da mesma maneira, um edifico residencial do tipo lâmina com a maior parte de sua fachada voltada para rua , demarcado com grades e áreas ajardinadas, casas operárias, ou ainda os enclaves fortificados impactam de maneiras bem distintas no tecido urbano. Se entende, que simplesmente identificar ou estabelecer o uso e determinar coeficientes de potencial construtivo não são suficientes para criar espaços qualitativos.

Nesta categoria insere-se também os edifícios públicos, bem como os espaços abertos que fazem parte da unidade do lote privado ou público. Entendendo que os edifícios públicos como edificação, e as partes abertas dentro do lote como constituintes das tipologias.

Espaços abertos públicos

Se por um lado tem-se o edificado configurado nas tipologias-uso de outro lado temos os espaços abertos públicos como estrutura da cidade, quais sejam: a rua, a praça, e o parque.

As ruas e as praças são os espaços *entre* o espaço da casa, e portanto do surgimento do espaço que permite o diálogo entre as unidades de familiaridade e o Outro. Portanto, um de espaço de troca de experiência e excedentes da unidade familiar, e ao mesmo tempo que, subsidiado pela esfera privada. Esta por sua vez fornece as condições materiais para a vida, produz o excedente para a troca, bem com a necessidade daquilo que o outro produz. (Arendt, 1999; Sennet, 2014).

Se um primeiro momento o encontro se dá por motivações comercias: a troca de excedentes, a necessidade de permanecer neste espaço advém das inúmeras possibilidades de outras trocas da esfera da vida: dos modos de viver e das abordagens metafisicas. Este espaço de diálogo produz a política e a filosofia em primeira instância chegando ao tempo presente com alta complexidade de vida social.

A primeira ação foi listar atividades de *estar* no e *lugar de* no espaço público (figura 1). Das 21 possibilidades de ser-estar listadas, inclui-se uma miríade de sub-atividades, por exemplo, atividades esportivas podem ser subdivididas em futebol, skate, corrida; e assim por diante.

Observou-se que tanto a rua e como a praça, como condições espaciais originais da cidade, absorvem todas as atividades listadas ou seja, são possíveis de ocorrer tanto nas ruas e como nas praças. distinguindo a rua por sua forma retilínea que propicia mais intensamente acessos e circulação, já as praças pela proporção entre largura X comprimento menos extremas, propiciam um espaço com mais conforto e flexibilidade para o desenvolvimento de quaisquer atividades.

A lista diferencia a atividade circulação-mobilidade em relação passeio. Entende-se a circulação como uma forma de chegar de um determinado ponto ao outro, e se caracteriza pela passagem; já o passeio é a atividade de circular sem propósito da chegada, permitindo permanências eventuais ao longo do trajeto. A circulação, pode ser de várias ordens como caminhar, ciclismo, transporte individual motorizado, etc. Portanto, circular-mobilidade também é uma ser-estar da praça, mas não do parque.

Outra condição listada é a moradia. Apesar de ser uma condição anômala e não desejada para um espaço aberto público não pode deixar de considerar existente. Por outro lado também carrega a ideia de que se a situação de miséria e impossibilidade material de prover um lugar particular, mesmo que muito precário como um barraco de madeira, por exemplo, o espaço público passa a ser o único lugar possível da existência.

Já o parque aparece no século XVIII justamente para controlar as atividades e o comportamento do espaços abertos públicos:

> Pela metade do século XVIII, andar pelas ruas, enquanto uma atividade social, adquirira uma importância que jamais tinha existido, em Paris ou em Londres. (...). Esse sentido da cidade monumental, traduzido para a vida de Londres ou de Paris um século mais tarde, tornara-se menos uma questão de se ver panoramas, e mais uma questão de se ver gente. Fazer contato com outras pessoas nas ruas não era, entretanto, uma atividade simples. As

> ruas de Paris e de Londres ainda eram em grande parte um emaranhado de vias pequenas e muito sujas, distantes dos melhoramentos municipais feitos em Roma no século XVII. Eram raras as calçadas, e habitualmente feitas de pranchas de madeira malfixadas, de modo que sobreviviam a apenas poucos anos de uso. Era necessária uma nova instituição na cidade. Tratava-se do parque público, desenhado para permitir passeios de carruagens e jornadas a pé com facilidade. . (SENNETT, 2014, p. 71-72)

Os parques são de importantes, porque em geral são áreas livres maiores, costumam responder por grande parte das áreas arborizadas de um cidade, ou mesmo apresentam fragmentos importantes de ecossistemas. Porém, a apresentam 5 possibilidades de atividades a menos que nas ruas e praças.

A coleta de lixo é uma atividade que feitas nas ruas e praças, nos parques há coleta do resíduo gerado pelo parque e não um local de coleta das edificações lindeiras. Como colocado acima a circulação entendida como meio não é contabilizada no parque, bem como acessos aos transportes públicos (pontos de ônibus por exemplo). O acesso ao parque tem restrições de horário, normativa de conduta (lugares que não aceitam cachorros ou ciclistas, por exemplo) e uma administração. A ideia de que o parque seja uma opção final para moradia dos miseráveis também e descartada. E por fim as manifestações políticas que por objetivo de visualização de suas questões para o maior número de pessoas são feitas em ruas e praças.

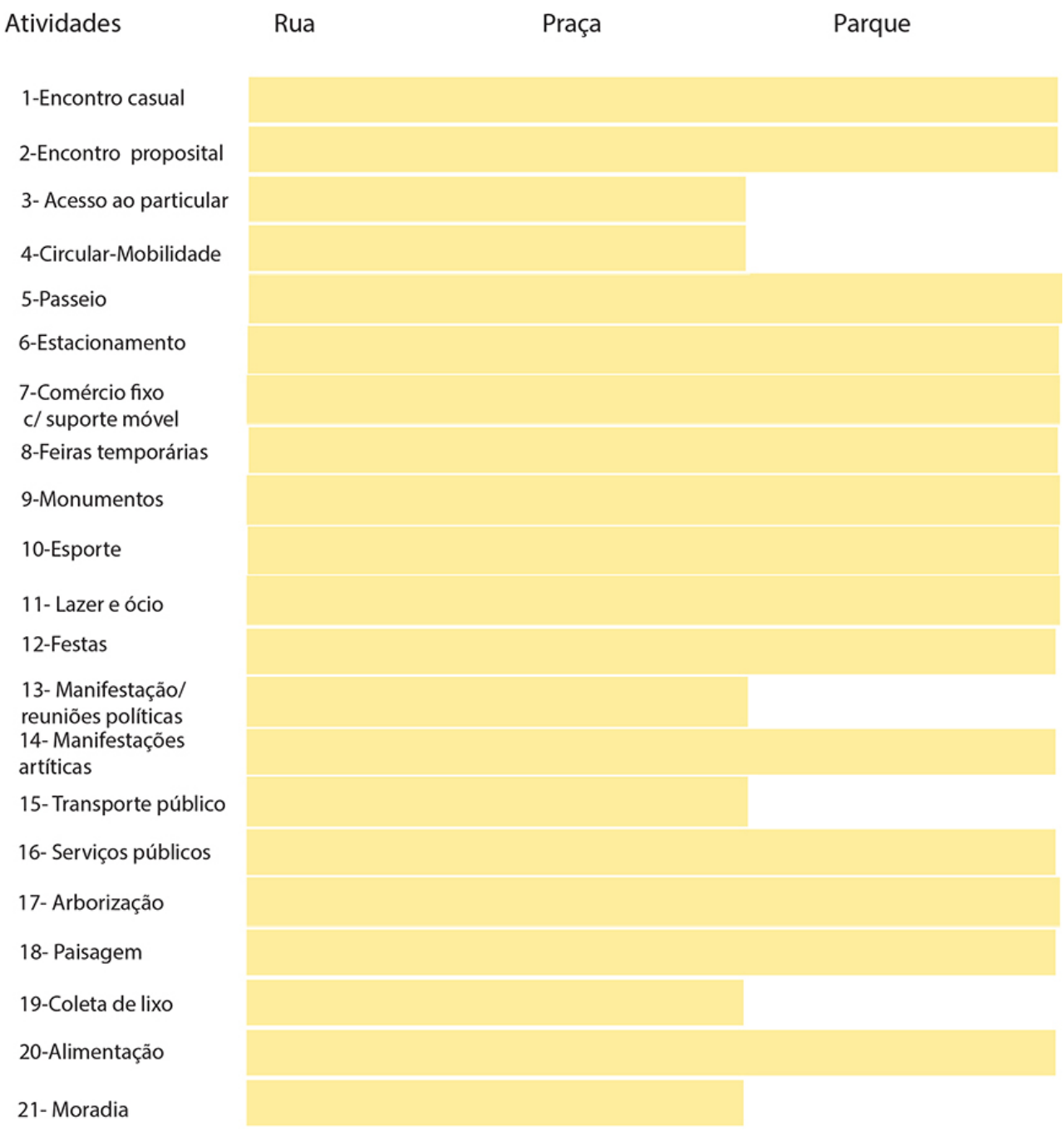


Figura 1. Lista de atividades que podem correr nos espaços públicos. Fonte: Própria autora, 2018

Instrumentais críticos: face pública, relação de vizinhança, e junk space.

Os instrumentais de análises espaciais críticos servem para relacionar os dois eixos: tipologias uso e espaço abertos públicos. Foram construídos procurando olhar primeiro para a demarcação entre eles- face pública-

a relação entre eles- relação de vizinhança, lugares de encontros de qualidades- territórios híbridos, e espaços residuais- junk space.

1- Face Pública

A Face Pública é uma terminologia retirada de uma palestra do arquiteto uruguaio Héctor Vigliecca, proferida na Universidade Mackenzie, durante a XII Semana Viver Metrópole, em 2015. Naquela ocasião, o arquiteto notório por seus projetos em assentamentos precários, afirmava que o problema desses lugares não estava necessariamente na condição precária da moradia, mas na ausência de Face Pública, ou seja, habitações em vielas desconexas onde não há infraestrutura urbana de serviços públicos (água, esgoto, correios etc.).

Considerando está ideia, podemos dizer que a face pública, é mais do que a fachada do imóvel, é a relação entre o público e o privado, ou seja como o particular se apresenta ao público, e vice-versa. É uma relação de diálogo ou de renúncia?

Considera-se dialogo quando aberturas, acessos, passagens, e visibilidade permitem: interação, cooperação, mutualismo e solidariedade com o espaço público.

2- Relação de vizinhança.

Esta categoria pretende verificar a relação da tipologia-uso com o entorno direto, através da leitura espacial da quadra em que está inserida. Se a tipologia-uso estabelece uma relação de conjunto com os vizinhos, se há uma relação de alinhamento, idade, altura, etc.

4-Junkspace

Junkspace é um termo retirado do texto homônimo de Koolhaas (2013), onde defende que o grande produto da modernização não é a arquitetura moderna, mas o espaço desqualificado e residuais que as infraestruturas deixaram de rastro. O junkspace “é um dublê de corpo do espaço, um território de parca ambição, expectativa e escassa dedicação. (KOOLHAAS, 2013)

Na cidade de São Paulo estes são facilmente encontrados; áreas embaixo de viadutos, rotatórias, ilhas de tráfico, canteiros de avenidas, etc. Em geral, nos mapeamentos e diagnósticos urbanos são considerados praças, ou simplesmente não são considerados. Longe de possuírem a complexidade social da praça, e em geral de difícil acesso porque se encontram ligados aos complexos viários; por lado são disseminados pela cidades, o que dá a possibilidade de criação de efetivos espaços públicos.

RESULTADOS

Os resultados serão apresentados sumariamente, indicando o cruzamento entre as categorias e suas conclusões criticas. O ponto de partida é a cidade de São Paulo, especificamente o distrito da Vila Leopoldina.

Estrutura-se por três avenidas que correm paralelas: Avenida Diógenes Ribeiro de Lima (antiga estrada quinhentista das Boiadas); Avenida Imperatriz, com uma escala de bairro e Avenida Gastão Vidigal, da

década de 70, de caráter rodoviário com canteiro central e seis pistas. Detém-se ao norte, uma vez pela linha do trem instalada em 1867 e uma segunda vez pelo rio Tietê; ao sul, pela Avenida Queiroz Filho, antiga delimitação no século XVIII, entre os sítios Lapa e o Boaçava e, a oeste, pelo Rio Pinheiros.

Apesar da História da ocupação da Vila Leopoldina ter sido concomitante à fundação de São Paulo, com a edificação de um forte de defesa na confluência dos rios Pinheiros e Tietê, ela apenas aparecerá demarcada como tal, no Mapa da cidade de São Paulo de 1924. Registros anteriores a 1924, indicam uma Sesmaria, subdivida em sítios após a Lei de terras de 1875, e em 1894 sofre um processo de loteamento proto-urbano, que compunha-se de lotes rurais e lotes urbanos. No começo a metade do século XX sua ocupação é majoritariamente de caráter residencial rural, com exceção do loteamento City (Bela Aliança 1921). A partir de 1955[2], configura-se um novo momento com a instalação de indústrias e centros de logísticas empresariais e, em 1969, a instalação da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - Ceagesp[3] . No século XXI, desperta interesse do mercado imobiliário devido a seu estoque de terras dentro do centro expandido e seu caráter de bairro formado pelo tecido residencial mais antigo.

O tecido urbano da Vila Leopoldina embora com singularidades, repete a história da formação dos outros tecidos da cidade fora da influência do raio central. O parcelamento de grandes fazendas em chácaras e, posteriormente, em loteamentos populares suburbanos, instalação de áreas industriais e infraestruturas urbanas de grande porte (trem e grandes avenidas), junto chegam as favelas e casas operárias, seguidos por edifícios públicos e habitações sociais, no novo milênio recebem enclaves. Este processo pode ser também observados no Brás, Mooca, Bom Retiro ou Lapa, Barra Funda, por exemplo.

Evolução da forma urbana- São Paulo| Vila Leopoldina

Elaborou-se uma linha do tempo (figura 3) comparativa entre os autores tomados como referência —Reis (2004,2010,2014), Rolnik (1997), Somekh e Malta (2002) e Caldeira(2000); somados a periodização proposta para a Vila Leopoldina e um sumário das cartografias base utilizadas nas análises. O objetivo da linha do tempo foi relacionar os períodos da História da cidade de São Paulo, estruturados por Nestor Goulart Reis, feitos a partir da história do núcleo central da cidade; com a contribuição de Caldeira sobre as fases da segregação espacial; Rolnik, Somekh e Campos ajudam a construir o quadro de instrumentos legais.

[2] O ano de 1955 é a data do primeiro registro de loteamento na região encontrado nos arquivos da Prefeitura de São Paulo- SEHAB-DEINFO. A pesquisa descarta do estudo o tecido loteamento da Bela Aliança de 1921, como se justificará mais adiante.

[3] A Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo –Ceagesp-surgiu em maio de 1969, da fusão de duas empresas mantidas pelo governo do Estado de São Paulo: o Centro Estadual de Abastecimento (Ceasa) e a Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (Cagesp). (Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, 2017.

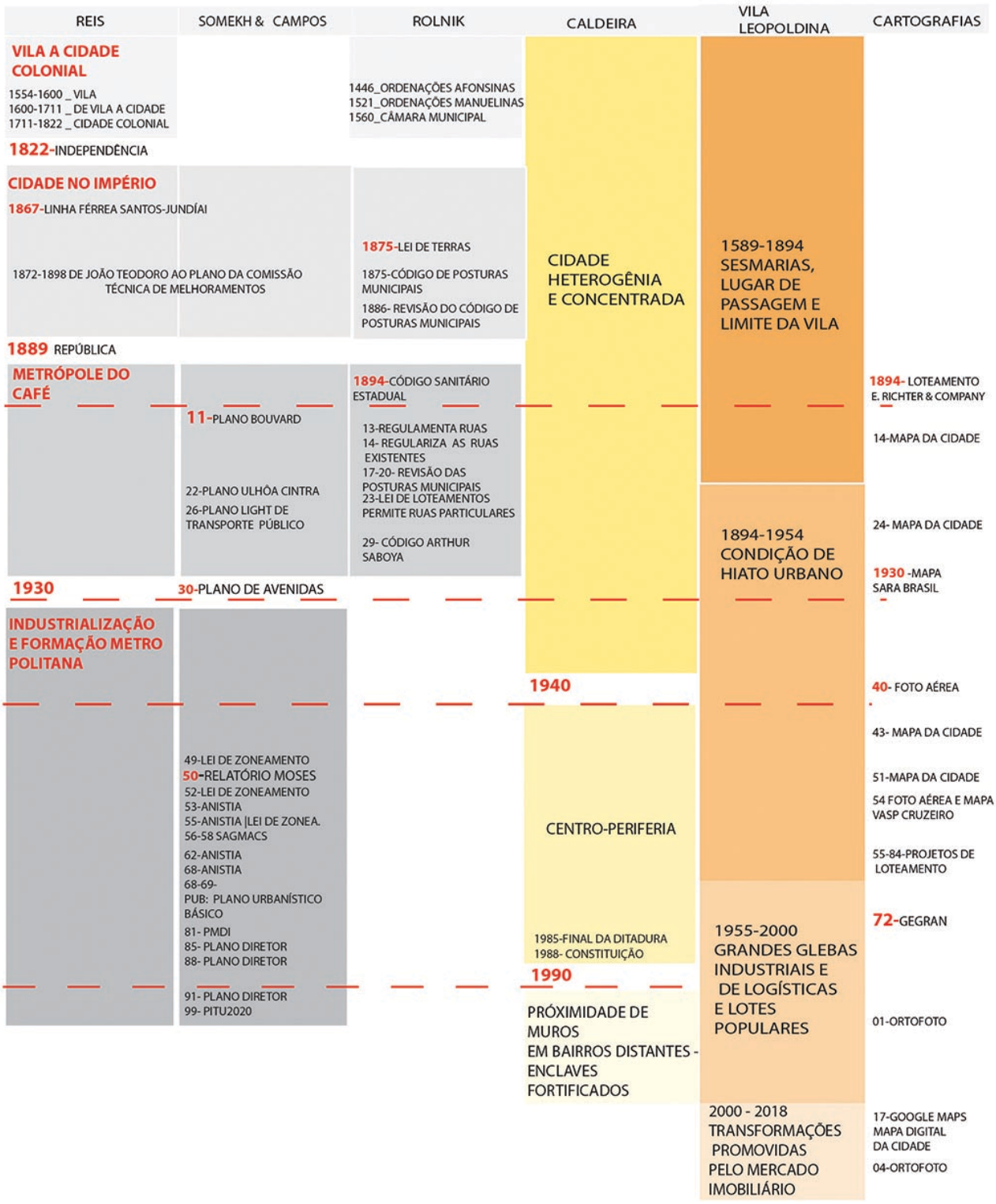


Figura 2. Linha do Tempo Cidade de São Paulo X Vila Leopoldina. Fonte: Própria autora, 2018.

Reis (2004,2010,2014) aponta 4 grandes períodos da cidade de São Paulo, e os relacionam com importantes marcos da história política do Brasil. Identifica o período da fundação cidade (1554) até a independência (1822), como um largo período de poucas transformações, se configurando com uma vila simples de casas de taipa concentrada.

Para Rolnik (1997) não é o marco da independência mas uma de sua consequência legais, a Lei de terras de 1875 que muda caráter da cidade. Antes as terras eram concedidas pela coroa em função do uso, após a lei, a terra passa ter o caráter de mercadoria, e passa a ser um bem que pode ser comercializado.

Apesar de distinguir a fase seguintes em duas, cidade imperial e metrópole do café, ambas apresentam modificação no modo de vida aportando uma cultura vida urbana e investimentos em espaços e equipamentos públicos Em 1867, ainda sob o período imperial, a cidade recebe a ferrovia Santos-Jundiaí, configurando a cidade como um centro de negócios, data deste período também a criação dos primeiros parques. Na metrópole do café, a cidade maiores investimentos por parte do poder públicos: houve renovação das ferrovias; obras de saneamento e energia; edifícios de saúde pública, educação, cultura, lazer e de gestão pública; e melhoria considerável do sistema de transporte público (Reis, 2004,2010,2014). Apesar da câmara municipal de São Paulo regular a cidade desde 1560, são neste dois períodos que aparecem conjuntos de leis urbanas através de códigos de posturas e leis de saneamento. (Rolnik 1997).

Rolnik (1997), Reis (2010), e Caldeira (2000) marcam a década de 1940 como o ponto de virada de uma cidade heterogênea e concentrada para a nova relação centro-periferia. Da década de 40 a 90, a cidade passa a ser planejada para ser uma cidade industrialé um período marcado por obras públicas de grande escalas, elas são na sua maior parte de caráter infra estrutural, focado principalmente no sistema de transporte rodoviário. Houve uma expansão dos equipamento públicos da década de 80-2010 porém a ideia de conjunto se perde.

Vale notar, em Somekh e Campos (2002) que a cidade possui no século XX um vasto arcabouço de leis, planos e diretrizes urbanas, ao contrário do que reza o senso comum de São Paulo não ser planejada. Chama-se atenção para o relatório Mose de 1950 produzido pelo IBEC – International Basic Economy Corporation, entidade presidida por Nelson Rockfeller e sediada em Nova York , pragmático e genérico, que reforça o conceito expansionista através do rodoviarismo e do subúrbio, e se opõe a ideias do Plano de Avenidas de Prestes Maia, que apesar de desenvolvimentista ainda via a cidade com um conjunto. (SOMEKH e CAMPOS, 2002, p. 55-65)

Pode-se dizer que na última década do século XX e primeiras deste século outras forças passam a conduzir o desenho da cidade. Começam a surgir o que Caldeira (2000) cunha como enclaves fortificados, ou Dunker (2015) chama da lógica de condomínio. A cidade expande-se para suas áreas metropolitanas, e posteriormente há um fortalecimento de núcleos centrais. Ambos os espaços de diversidade social, porém altamente segregados. No caso brasileiro, ambos os autores justificam a reação da classe média e alta ao período de democratização e conquistas sociais. Ao mesmo tempo, pode-se fazer um paralelo com casos internacionais onde existe uma um processo de individualismo e privatização (Zizeg, 2003; Zukin, 2000, Koolhaas et al, 2000).

Assim, pode-se marcar a história de São Paulo do período de sua fundação até 1940 como uma cidade marcada pelo mutualismo e a cooperação entre habitar-comércio e vida pública e depois como uma cidade da industrialização, separada pelo zoneamento e obras de grande infraestrutura, e por fim no anos 2000

uma cidade do isolamento individual, onde todos os espaços são projetados com os mecanismos e espaços de um shopping, ou seja de uma ideia de consumo.

Assim como aconteceu em boa parte da cidade, a área da várzea na Vila Leopoldina, originariamente era uma sesmaria que foi repartida em fazendas no século XVIII; posteriormente, loteada em chácaras e lotes populares no final do século XIX, permanecendo nessa condição até 1969, no momento de implantação do Ceagesp e, com ele, a instalação de indústrias e de centros de logística. E, finalmente, nos inícios do século XXI vem se constituindo como um território de dinâmicas de desenvolvimento imobiliário de alto padrão, com condomínios fechados que ocupam glebas originalmente destinadas a centros de distribuição ou remembramento de lotes residenciais.

Dessa forma pode-se dividir a história da ocupação da região em quatro momentos distintos: de 1589-1894 Sesmaria, lugar de passagem e limite da vila de São Paulo; 1894-1954 Condição de Hiato urbano; 1955-2000 Grandes glebas industriais e de centros de logísticas e lotes populares; 2000-2016 Transformações promovidas pelo mercado imobiliário.

Adota-se o primeiro período, a partir da primeira menção da região nas Atas de São Paulo, em 1589, ocasião em que foi solicitada a construção de um forte na região do Emboaçava, até 1894, data do primeiro loteamento proto-urbano na região.

Mesmo com ações de caráter urbano, como a implantação da linha de trem, em 1867, e o parcelamento da área em porções menores, em 1894, as características rurais são mantidas: lotes com casa de padrão popular, com grande quintal ao fundo; chácaras com lavouras, tanques de água próximo ao rio, caminhos cortados pelos lotes vazios e alguns poucos galpões.

De 1894 a 1954, a Vila Leopoldina lentamente incrementa seu núcleo original, aumentando o número de casas de lote retangular, com a face menor para a rua. A foto aérea de 1954 mostra as ruas ainda sem pavimentação, áreas com cultivos e parte da várzea ainda desocupada.

O projeto de loteamento e arruamento de uma gleba, apresentado à Prefeitura de São Paulo, em 1955, constitui o marco do terceiro período do tecido da Vila Leopoldina, que se estende até o ano 2000. Este período se caracteriza pela a ocupação efetiva da várzea, em um primeiro momento impulsionada pela instalação do Ceagesp, implantação de infraestrutura urbana (pontes e avenidas) e aumento numérico e consolidação dos lotes populares. Em um segundo momento, que se pode datar como o final da década de 70, vão sendo instalados equipamentos públicos ou institucionais que necessitam de grandes glebas.

Nos anos 2000, percebe-se uma dinamização econômica estimulada pelo mercado imobiliário, ocupando os territórios das várzeas dos rios Pinheiros e Tietê, com valorização das terras próximas a Santo Amaro, Pinheiros, Barra Funda e promovendo a ideia de vida urbana do núcleo central expandido para a área entre o centro e a periferia.

A figura 3 mostra mosaico de cartografia em que Vila Leopoldina é registrada. O primeiro registro encontrado é o mapa de loteamento da 1894 da empresa E. Richter & Company , entretanto por ocasião do IV centenário o Engenheiro Gastão César Bierrembach de Lima produziu um mapa que recompõe a divisão fundiária da cidade no século XVIII; fora estes dois registro a Vila Leopoldina aparece registrada no

mapeamento oficial da cidade a partir de 1924, porém é apenas no mapa de 1930 executado pela empresa Sara Brasil que fornecerá informações mais substanciais a respeito das características da região.

Na figura 4, demonstra-se os registros fotográficos da região feitos pela Cia City, a partir de 1929; os da prefeitura municipal de São Paulo, feitos na década de 70 pelo fotógrafo Ivo Justino e cenas do filme. Eles não usam black-tie, de 1981.

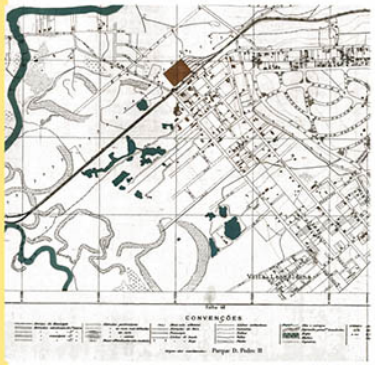
A cheia dos rios Pinheiros e Tietê de 1929, é que estabeleceu área de várzea na cota 724, período também que a Cia City começa adquirir vastas áreas da cidade, torna-se a maior empresa imobiliária e urbanística da época. O que se pode notar, é que até a década de 50 muitas áreas, principalmente na área de várzea eram utilizadas para uso comum: pastoreio, futebol, lazer. Com a retificação dos rio Tietê e Pinheiros e sequentemente a construção de grandes obras viárias (as marginais, a av. Dr. Gastão Vidigal, viaduto que transpõe do trem, para citar alguns) essas áreas passam a ter interesse da indústria em especial centros de distribuição e espaços que antes eram de uso comum, se tornam de produção e circulação.

Outro registro interessante é o filme Eles não usam Black-Tie de Leon Hirszman, filmado em 1981 na Vila Leopoldina, apresenta o bairro ainda com aspecto operário com a vida social desenvolvida na fábrica, igreja, bar, campo de várzea e casa.

MAPA DE SÍTIOS E CHÁCARAS DA CIDADE DE SÃO PAULO até 1881.
Acervo Aguirra. Museu Paulista.
Fonte: Pacheco, 1992

1894-MAPA LOTEAMENTO E. RICHTER & COMPANY.
FONTE::RODRIGUES,2013

1930-MAPA SARA BRASIL
FONTE::MAPA DIGITAL
DA CIDADE, 2017.



1940-FOTO AÉREA
FONTE::MAPA DIGITAL
DA CIDADE, 2017

1954-MAPA VASP CRUZEIRO
FONTE::MAPA DIGITAL
DA CIDADE, 2017

1972-GEGRAN.
FONTE: EMPLASA, 2017

2001-ORTOFOTO
FONTE::MAPA DIGITAL
DA CIDADE, 2017

2017-GOOGLE MAPS.

Figura 3. Cartografia analisadas. Fonte: Mapa digital da cidade, 2017; Google Maps 2017.

Esquina da rua Passo da Pátria com no ano de 81, registro do filme eles não usam Black tie, eo mesmo local em 2018.

Figura 4. Registro fotográfico da Vila Leopoldina. Fonte: Acervo Cia City,2017; Acervo municipal de cultura, 2017; Youtube, 2018.

Tipologias-usos X Face pública X Relação de vizinhança e Junkspace.

Apesar de correntemente se falar da Vila Leopoldina como uma área industrial que no começo deste século recebe novos empreendimentos residenciais de alto padrão, o distrito apresenta apresenta um conjunto diverso e complexo de ocupação: casas operárias, indústrias, centros de logística, loteamento Companhia City-Bela Aliança, duas favelas, um conjunto habitacional, novos empreendimentos residenciais de padrão médio e alto, novos empreendimentos de escritórios, centros educacionais (Sesi, Senai, Escola Vera Cruz, Universidade Mogi das Cruzes), e equipamentos públicos como o Parque municipal Leopoldina - Orlando Villas-Bôas e o centro de distribuição dos Correios, Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - Ceagesp, duas estações de trem, um presídio e, finalmente, a segunda área de usuários de crack da cidade.

Optou-se por estudar o núcleo original e centro do Bairro por apresentar quadras com heterogeneidade de ocupação e uso e, por essa razão, um amostra mais típicas do bairro. O núcleo original do bairro, se configura como o espaço de transição entre os espaços altos tradicionalmente ocupados pela elite (Loteamento Bela Aliança) e as áreas de várzea, tradicionalmente ocupadas por atividades produtivas. Recortou-se 23 quadras do núcleo original do bairro, que fazem parte do loteamento E. Richter & Company, que se encontram abaixo da cota 724, área da várzea do rio Pinheiros. A figura 6 mostra o recorte de estudo

Apresenta-se um resumo dos resultados. Das 23 quadras estudadas encontram-se 25 tipologias- uso. Correlacionando com instrumentais qualitativos de face-pública e relação de vizinhança pode-se chegar dois grandes grupos: o da lógica do mutualismo, e da lógica do condomínio.

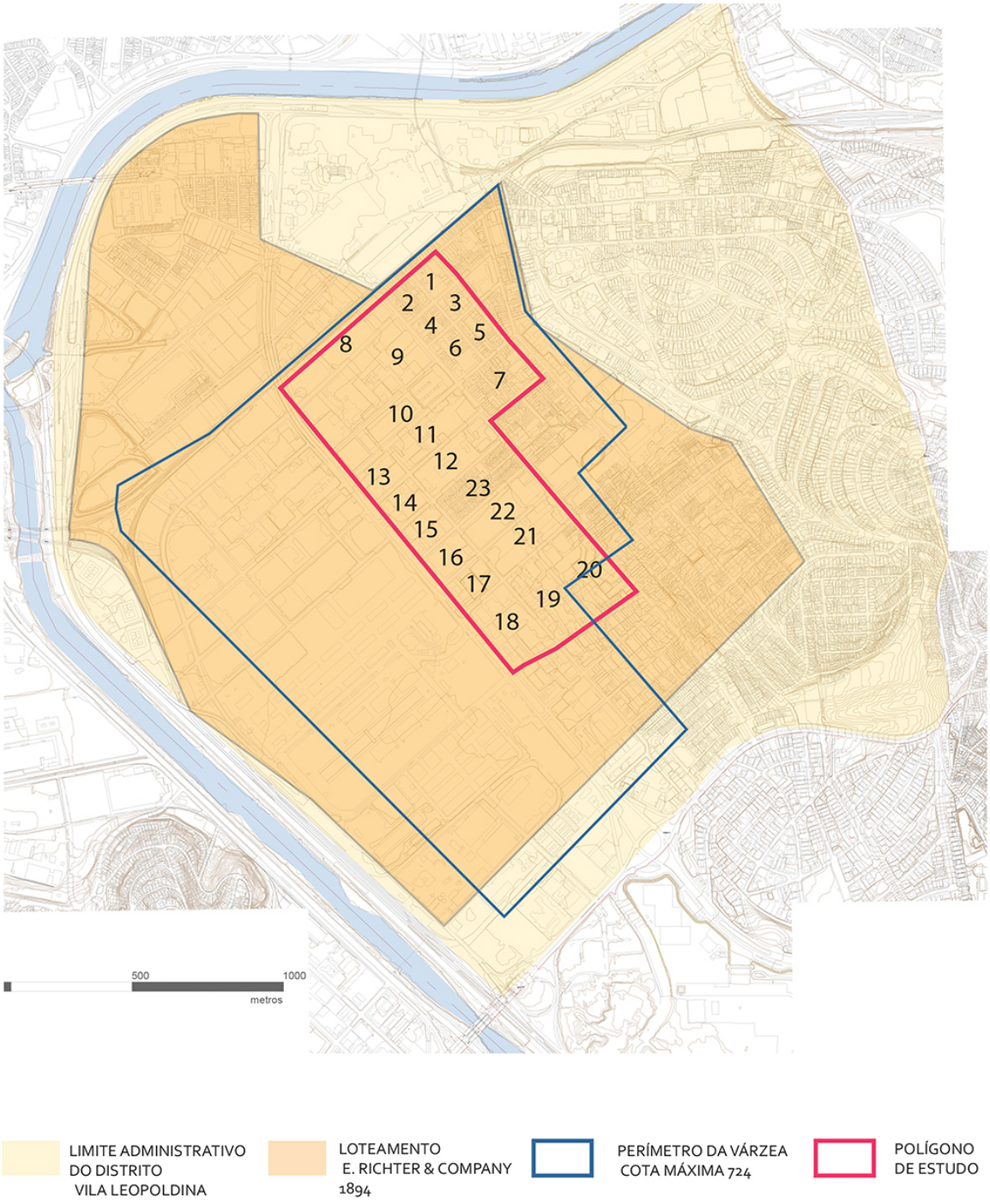


Figura 6: Perímetro estudado. Fonte: Própria autora, mapa base Mapa digital da cidade, 2017.

Lógica da cidade de mutualismo

Mutualismo é um terma da biologia, bem como do direto usado para descrever uma relação que envolve uma associação em que ambos são beneficiados. Neste grupo de tipologias-uso se enquadram as construções que estabelecem algum tipo de diálogo direto e solidário com a rua, e que estabelece uma relação de solidariedade com o entorno, ou seja, um espaço reforça o outro.

- Casas térreas e sobrados

A tipologia de casas e sobrados possui diferentes usos, eles podem manter o uso inicial residencial ou serem reformadas para comércio de varejo e de atacado, toda sorte de serviço, escolas, consultórios, etc.; e ainda o uso misto de residência e comércio. Esta ação é vista em todo o núcleo original da Vila Leopoldina, como uma forma de adaptar os antigos imóveis, majoritariamente residenciais, para as novas funções.

As casas térreas e sobrados residenciais são em sua maior parte, executadas entre a década de 30 e 60, do século XX. Raramente elas possuem seu tamanho original, sendo posteriormente executado coberturas e ampliações. Ainda assim, é uma forma de moradia recorrente no perímetro de estudo. Pode-se encontrar conjuntos de casas residenciais inteiros como é o caso da Quadra 23.

Além de apresentarem grande resiliência as dinâmicas urbanas, as casas e sobrados com os mais diferentes usos são aquelas que estabelecem uma relação direta com a rua, e que reforçam o uso da rua, bem com a caracterizam. Quando em conjunto, mesmo que oriundas de épocas diferentes, tendem a formar conjuntos.

- Edifícios verticais- Mistos

Os edifícios verticais aparecem na década de 40, e até os anos 70 ainda são muito pontuais. Esta primeira fase da verticalização apresenta construções até 4 pavimentos, sendo todos de uso misto: térreo comercial e pavimentos residenciais.

A construção de edifícios só se intensifica na década de 90, alguns são monofuncionais, na sua maior parte de escritórios ou moradia. Os edifícios da década de 90 se configuram de maneira diferente daqueles produzidos a partir dos anos 2000. A segunda fase de verticalização inclui remembramento de lotes residenciais, se localizam mais próximo do núcleo original da Vila (Avenida Imperatriz Leopoldina, Rua Carlos Weber e Guaipá), e mesmo que murados ou com gabarito muito superior aos seus vizinhos, são projetados com referências espaciais da cidade existente. Em geral, sua fachada principal alinha-se com a frente do lote, reforçando a direção de implantação em relação à rua, portanto ainda que menor, ainda estabelecem um diálogo com a rua. Porém, por vezes, devido à sua largura causam estrangulamentos de casas térreas vizinhas, como é o caso visto na rua Carneiro da Silva na quadra 03 (Figura 7). Esta desproporção em relação às casas térreas existentes é resultado do não desenho da quadra como um todo, o que poderia prever relações entre o existente e o desejado.

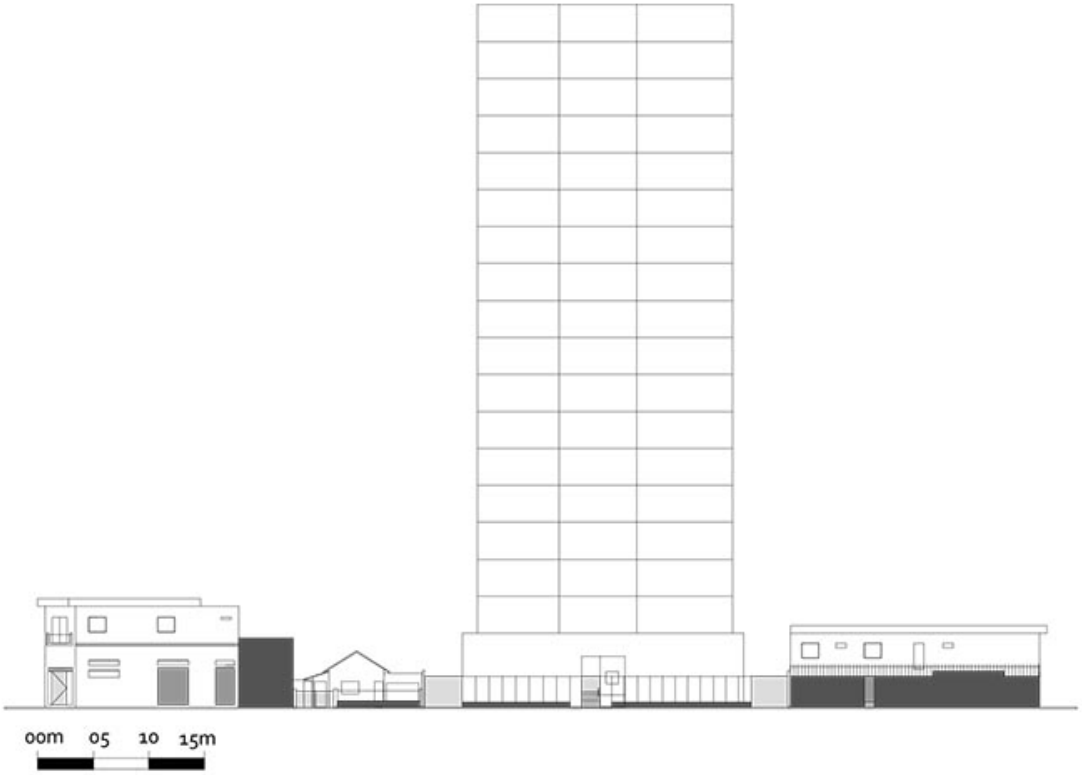


Figura 7: Tipologia edifico vertical da década de 90 em relação ao entorno. Fonte: Própria autora, 2017

- Centro educacionais e edifícios públicos

Os três principais centros educacionais do bairro: a escola técnica SENAI, a Universidade Mogi das Cruzes e a escola Vera Cruz. Além dos três, encontra-se no perímetro de estudo mais duas escolas particulares de educação infantil, instaladas em edifícios originariamente residenciais. Os edifico público é a sede regional e centro de logística dos Correios, e a estação de trem.

O SENAI ocupa ¼ da quadra 10, faceado à Avenida Leopoldina e Avenida Dr. Gastão Vidigal, longitudinalmente com as ruas Jaguaré Mirim e rua Mergenthaler. Com exceção da fachada para Avenida Leopoldina, que é composta por um muro baixo com gradil, as fachadas que dão para as ruas laterais são as do próprio edifício, com suas janelas ao longo de toda sua fachada, permitindo permeabilidade visual.

A sede dos Correios é um harmonioso conjunto de três blocos da arquitetura paulista brutalista, dos arquitetos Euclides de Oliveira e Sérgio Pilleggi. Apesar de sua grande extensão e de uma parte que está murada, apresenta diversidade de tratamento do térreo (planos abertos e planos fechados) e vários acessos. Assim, na vista do pedestre existe permeabilidade visual e leitura do conjunto.

A escola Vera Cruz contribui para a cidade segregada com 130 metros de fachada murada para rua Mergenthaler e uma pequena entrada localizada à rua Baumann, estabelecendo a mesma relação espacial de isolamento do tipo enclave.

O edifício da Universidade Mogi das Cruzes — Campus Villa Lobos é composto por três blocos que alinham suas fachadas às três ruas de divisa, deixando o miolo para circulação entre os prédios. Tem acesso pelas três ruas, um destes acessando diretamente o teatro da instituição e marca a entrada principal para avenida de maior circulação. Este é o edifício que estabelece maior relação de vizinhança. Um projeto bem implantado reforçando as fachadas das ruas com as quais faz divisa, seu gabarito também está em harmonia com o local, sendo térreo mais quatro pavimentos, favorecendo que a partir da visão do pedestre seja possível apreender o conjunto como um todo. Além disso, o prédio aumenta a área de calçada e instala bancos criando um lugar de permanência no espaço público.

A estação de trem deveria se configurar como um marco de referência na paisagem e local de encontro. Ao contrário desta ideia, a Estação de trem Imperatriz Leopoldina parece pousada em cima da rua que se interrompe em seus muros. O que poderia ser uma praça, demarcando o coração do bairro é uma rua sem saída com carros estacionados. Isso revela que não houve preocupações de nenhuma ordem em relação à qualidade espacial do lugar, e que os desenhos, mesmo os de equipamentos públicos, se restringem ao a sua função prática, não expandindo reflexões ao espaço tangencial, produzindo espaços residuais.

- Galpões industriais e de logística de empresas

Os galpões industriais e de logística são encontrados por todo território com diversos tamanhos, ocupando pequenos lotes, remembrando lotes, ou em grandes glebas. Alguns deles encontram-se desocupados e em péssimo estado de conservação. No núcleo estudado não se encontram indústrias de grande porte em atividade. Apesar de apresentar uma volumetria ligada a produção, os galpões industrias encontrados na Vila Leopoldina estabelecem relações com a rua, em geral, o limite entre a propriedade e a rua é a própria construção, que apresenta janela e acessos diretamente ligados ao espaço público. O gabarito de altura não ultrapassa 3 pavimentos. Ainda que, alguns galpões apresentam grandes fachadas muradas e apenas um acesso.

Enclaves- Lógico do Condomínio-aos modos do shopping.

O enclave é uma tipologia de uso que ocorre em grandes glebas, formado essencialmente pelos elementos de muros, torres altas (mais de 20 andares), e portarias. Funcionam através de sofisticado controle: entrada e saída, comportamental e ambiental (espaços sem vistas para fora e com ar-condicionado).

O enclaves dos anos 2000, apesar de estruturalmente iguais a definição de Caldeira (2000), demonstram uma sofisticação da organização espacial do isolamento. Se os prédios estudados por Caldeira apresentavam como mote comercial, uma miríade de estilos arquitetônicos, e portanto diversas composições de fachadas, plantas e programas residencial. Os enclaves do anos 2000 são a repetição de soluções de fachadas beges, distribuição do programa na planta similares, organizados pela varanda gourment, sala e cozinha como elementos nucleares. Os chamados diferenciais publicitados são exatamente os mesmos: uma enorme lista de áreas de lazer que cobre todo a sorte de atividades que costumava-se fazer em locais públicos: como ir ao clube, salão de festas, parque, ou parque infantil;

Esta não é apenas uma característica dos enclaves residenciais, os enclaves escritórios possuem cada vez mais serviços internos que poupe a saída do empregado do local. Nos enclaves de escritórios o funcionário pode ir academia, salão de beleza, ou até fazer uma consulta médica.

Os enclaves flutuam, o nível térreo indicado nos elevadores é na realidade o primeiro pavimento onde se encontram as áreas comuns. O térreo verdadeiro é composto por majoritariamente de linhas paralelas de muros com vazio entre eles; no máximo duas entradas: uma destinada aos moradores que chegam de carro e aos visitantes que passam por sistema de engaiolamento (dois portões acionados em tempos diferentes), e o estacionamento.

O sua relação com entorno é a da paisagem. As ilustrações publicitárias mostra edifícios altos implantados em lugares genéricos; os equipamentos são ilustrações descontextualizadas. O importante é a paisagem, a vista distante; é a separação do solo, onde a realidade acontece.

Estes empreendimentos não se utilizam de nenhuma referência da cidade constituída para o seu projeto. São encontrados em glebas, apresentando no geral as ruas como as quatro divisas do terreno. Assim os vizinhos e a própria rua não são um parâmetro. As torres que, por sua localização isolada no meio da gleba, também não se relacionam com o entorno. O corte (figura 8) em escala a seguir, mostra a desproporção das torres em relação ao restante das tipologias.

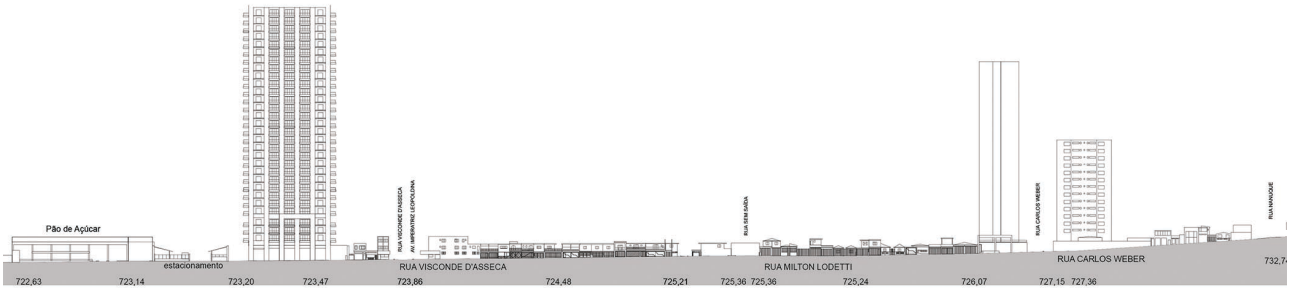


Figura 8: Os enclaves em relação ao entorno direto. Fonte: Própria autora, 2017

Se o alto sistema de segurança dos enclaves permite que seus moradores se sintam seguros, para a cidade o efeito é exatamente o contrário. Quem gostaria de passar durante a noite, ou mesmo de dia, em uma rua extensa com apenas muros altos?

O que chama a atenção é que a publicidade para a venda desses imóveis transmite a ideia de vida no bairro, o mesmo bairro que eles destroem, na medida que deixam as ruas vazias e inóspitas. Como podemos ver no editorial do folheto publicitário:

> De uma lado o parque Villa-Lobos e Cândido Portinari. De outro, fácil acesso às marginais e a rodovia que ligam a cidade de São Paulo a outros municípios. E no coração do bairro, ruas de comércios tradicionais, bares e restaurantes, além de inúmeras opções de lazer e serviço. Assim é a Vila Leopoldina, um dos bairros mais valorizados da cidade de São Paulo pelas facilidades e qualidade de vida que oferece.

Os enclaves escritórios são na sua forma e estruturação espacial bastante similares aqueles dedicados a residência. Já os enclaves comerciais são os negócios que incorporaram a linguagem direta do shopping center. Na sua maioria ocupam de ¼ a ½ frente de quadra. São negócios ligados a empresas maiores, como por exemplo, as concessionárias, supermercados, petshops, lojas de jardinagem, e suprimento de escritório. Suas fachadas no geral são cegas: uma caixa que promete que o melhor está lá dentro. As entrada para pedestre são precária, a relação com a rua é definida pela entrada do estacionamento que

mesmo quando implantado no recuo do imóvel junto a calçada, geram problemas de fluxo com os pedestres que passam.

Além dos enclaves residenciais e de escritório, e comerciais, pode-se listar outras três tipologias-uso que estabelecem uma relação de negação com a rua, através da ausência de uma face pública: a quadras desportivas privadas, as escolas privadas, e os estacionamentos.

Elementos estruturadores- Rua, Praça e Parque

Podemos apresentar as ruas da Vila Leopoldina dividindo-as pela classificação dos últimos plano diretores, que as entendem como sistema viário organizado por escalas de capacidade de fluxo: estrutural, coletora e local. Ou olhar a rua como um espaço existente, que mesmo nas condições atuais de orientação para a circulação motorizada, ainda assim permite o acontecimento de inúmeras atividades. Neste sentido, por mais que as ações listadas não fossem vistas nas ruas da Vila Leopoldina na sua integridade, as ruas, em geral largas, também não deixam de permitir que elas aconteçam. A rua viva será aquela que as edificações estabeleçam alguma relação direta com ela, mas que o espaço demarcado fisicamente permita a diminuição dos espaços para passagem de carros.

Em uma análise mais detalhada de projetos de loteamento apresentados a prefeitura na década de 50 vemos que todos apresentam praças, obrigatórias em lei, e que não são executadas. Ainda notamos que a maior parte deles em geral são subdivisões de lotes sem critérios de formação de conjunto, acesso ou centralidade. As praças que constam em projeto, se tornaram lotes que foram comercializados, e ainda há o caso de uma rua que foi integralmente incorporada a gleba da loja Cobasi, virando estacionamento privado da loja. A privatização do espaço urbano não é apenas metafórica.

O que são apontados como praça, tanto no Mapa digital da cidade como pelo Google maps, na sua maior parte rotatórias, canteiros de avenida, ilhas de tráfego; ou seja, não se faz espaços públicos, e aqueles que existem são os junkspaces. Apesar disso, estes espaços contem o potencial de serem utilizados de maneira qualificada, com valor de lugar. O importante é mapea-los distintamente e propor conexões e usos em referência ao tecido do entorno.

A MODO DE CONCLUSÃO

A arquitetura, como disciplina que reflete e produz um conjunto material que impacta a vida cotidiana das pessoas, deveria ter um sentido ético, e articular o ethos, o que equivale a dizer intencionar e reforçar o bem-comum; assim como a cidade, lugar do encontro; deveria promover espaços cooperativos e solidários, isto é, aqueles que são resilientes as dinâmicas urbana, que colaboram com a uso e a função dos demais no entorno. Estas ideias se contrapõe a cidade segregada dos enclaves que gera espaços repetitivos, residuais, e de negação de uma vida urbana pública, e principalmente pouco resilientes as mudanças.

Percebe-se uma supervalorização, exigência e busca de espaços privados, construídos e não naturais, e monofuncionais em detrimentos aqueles de uso comum, abertos e naturais, e polifuncionais. Assim, o que se propõe como hipótese é que antítese do sentido de bem comum está no desequilíbrio e anomalia de escalas das qualidades espaciais primárias, aquelas que sempre através delas pôde-se explicar o espaço, quais sejam: espaço natural e humanizado; aberto e fechado, de esfera pública-privada.

Do contrário, uma cidade não segregada seria aquela em que o espaço de uso comum se configura como esqueleto articulador da cidade de maneira estes se dispõe e articula as tipologias construídas. É assim dizer que o sistema espacial que de bem comum é aquele em que estas virtudes estão em uma relação de solidariedade (no sentido de reforço mútuo), equilíbrio, e gradação de responsabilidades, e que reflete um conjunto social que se entende como pertencente de uma sociedade, ou comunidade.

A pesquisa mostra que a rua pode ter o caráter monofuncional-rodoviário, mas é sempre um espaço resiliente que comporta todos os tipos de atividades. A rua está disponível e é um lugar de possibilidades, precisaria apenas mudar a abordagem para uma que correspondesse a sua natureza polifuncional. Já as praças precisam ser pedidas e criadas com escalas diferentes de maneira a criar laços de sociabilidade de quadra, bairro e cidade. Isso nos leva a outra problema escala: a falta do desenho intermediário de quadra.

As casas, ou a menor unidade de edílica se mostram as mais adaptáveis as mudanças, além de representar forte relação de dialogo com a rua e o entorno. A casa não necessariamente representa a residência unifamiliar, mas pode ser um módulo (dimensões e configurações) importante para a cidade contemporânea.

Pode-se notar uma graduação na transformação da cidade, que cada vez mais adota o isolamento, individualismo e clausura, não mais dada pela relação centro-periferia (a cidade ricos e as cidades dos pobres), mas no isolamento e possibilidades de consumo. Adotar essa perspectiva como imutável fere o sentido da cidade e da arquitetura, desde de sua criação até o tempo presente.

REFERÊNCIAS:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SMDU. **Mapa digital da Cidade**. Geosampa, 2016. Disponivel em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Acesso em: 2016.

ARANTES, A. Apresentação. In: ARANTES, A. **O espaços da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1999.

ARGAN, G. C. **História da Arte como a História da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ARGAN, G. C. **Projeto e Destino**. São Paulo: Ática, 2001.

ATTALI, J. Roman System, o lo genérico en todos los tiempos. In: EM KOOLHAAS, S. B. S. K. N. T. H. U. O. **Mutaciones**. Barcelona: Editorial Alcar, 2000.

CALDEIRA, T. P. **Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2000.

CARVALHO, J. P. D. **A tipologia dos edifícios de apartamentos e sua relação com o tecido urbano da cidade – um estudo de suas transformações nos últimos 40 anos**. São Paulo: Dissertação de mestrado- Fau- USP, 2008.

COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO. Histórico. **CEAGESP**. Disponivel em: <http://www.ceagesp.gov.br/a-ceagesp/institucional/historico/>. Acesso em: 2017.

DUNKER, C. I. L. **Mal estar, sofrimento e sintoma. Uma psicopatologia do Brasil entre muros.** São Paulo: Boitempo, 2015.

GESTÃO.URBANA. Plano diretor Estratégico. **Prefeitura de São Paulo**, 2014. Disponivel em: <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/entenda-a-lei/>. Acesso em: 09 abr. 2017.

GIESBRECHT, R. M. IMPERATRIZ LEOPOLDINA -antigo ARMAZÉM REGULADOR e KM 11. **Estações Ferroviárias**, 2017. Disponivel em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/i/impleopold.htm>. Acesso em: 2017.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural na Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

HABERMAS, J.; LENNOX, S.; LENNOX, F. The Public Sphere: An Encyclopedia Article, n. 3, 1974. 49-55.

HARRIES, K. **The Ethical Function of Architecthure**. Cambridge: The MIT press, 1997.

KOOLHAAS, R. Para além do delírio. In: NESBITT, K. **Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia Teórica 1965-1995**. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p. 362-367.

KOOLHAAS, R. Por uma cidade Contemporânea. In: NESBITT, K. **Uma nova agenda para a Arquitetura-Antologia Teórica 1965-1995**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

KOOLHAAS, R. Junkspace. In: SYRKS, A. K. **O campo ampliado da arquitetura- Antologia teórica 1993-2009**. São Paulo: Cosac Naif, 2013.

KOOLHAAS, R. O que aconteceu com o urbanismo. **Prumo**, Rio de Janeiro, 1, n. 1, Janeiro 2017. 3. http://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaprumo/article/view/145.

LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MONTANER, J. M. **Sistemas arquitectônicos contemporâneos**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2008.

REIS, N. G. **São Paulo. Vila, Cidade, Metrópole**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2004.

REIS, N. G. **Dois Séculos de Projetos no Estado de São Paulo. Grandes Obras e Urbanização**. São Paulo: Edusp, v. III, 2010.

REIS, N. G. **Dois Séculos de Projetos no Estado de São Paulo. Grandes Obras e Urbanização**. São Paulo: Edusp, v. II, 2010.

RODRIGUES, L. R. **Territórios invisíveis da Vila Leopoldina:** permanência, ruptura e resistência na cidade. São Paulo: [s.n.], 2013.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei:** legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

RUBIÓ, M. D. S.-M. I. **Las formas de cresciemento urbano**. Barcelona: Edicions UPC, 1997.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SOMEKH, N.; CAMPOS, C. M. **A cidade que não pode parar. Planos urbanísticos de São Paulo no século XX**. São Paulo: Mackenzie, 2002.

STAEL DE ALVARENGA PEREIRA COSTA, M. M. G. N. **Fundamentos de Morfologia Urbana**. Belo Horizonte: C/arte, 2015.

TAE-WOOK CHA, C. J. C. J. G. D. H. Shopping. In: REM KOOLHAAS, S. B. S. K. N. T. H. U. O. **Mutaciones**. Barcelona: Editorial Actar, 2000.

UNWIN, S. **Analysing Architecture**. London: Routledge, 1997.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, Sao Paulo, n. 25, 2001.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo : Studio Nobel , 2009.

WAISMAN, M. **O Interior da História. Historiografia arquitetônica para uso de latinos-americanos**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ZIZEK, S. **Bem-vindo ao deserto do Real.** São Paulo: Boitempo, 2003.

ZUKIN, S. Paisagens do século XXI: Notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, A. **Oespaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

ZUKIN, S. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, A. **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

Salvador - 2018

ARQUITETURA E NÃO-ARQUITETURA: SÉRGIO CAMARGO NO PALÁCIO ITAMARATY

ARCHITECTURE AND NON-ARCHITECTURE: SERGIO CAMARGO AT THE ITAMARATY PALACE

ARQUITECTURA Y NO ARQUITECTURA: SERGIO CAMARGO EN PALACIO ITAMARATY

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

LEÃO, Leandro
Mestrando em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo; FAU USP
leandroleaoalves@gmail.com / leandro.alves@usp.br

ARQUITETURA E NÃO-ARQUITETURA: SÉRGIO CAMARGO NO PALÁCIO ITAMARATY

ARCHITECTURE AND NON-ARCHITECTURE: SERGIO CAMARGO AT THE ITAMARATY PALACE

ARQUITECTURA Y NO ARQUITECTURA: SERGIO CAMARGO EN PALACIO ITAMARATY

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
As obras de integração arquitetônica no Palácio Itamaraty em Brasília representam um conjunto interessante e singular. Projeto de Oscar Niemeyer e inaugurado em 1970 na nova capital, há nele obras de arte comissionadas para o edifício em um intervalo de anos praticamente idêntico (1965-1969), e que provêm de artistas de diferentes gerações e relacionados a grupos distintos, por exemplo: Bruno Giorgi, Mary Vieira, Franz Weissmann, Roberto Burle Marx, Alfredo Volpi, Athos Bulcão e Sérgio Camargo.
Dentro desse grupo de artistas, a obra Mural Escultural de Sérgio Camargo nos permite ampliar a ideia de obra integrada à arquitetura, tensionando sua relação (e autonomia) com o desenho espacial. Para esse estudo, será essencial relacionar à obra com as categorias analíticas de Rosalind Krauss sobre a escultura como insumo para a análise.
PALAVRAS-CHAVE: Sérgio Camargo; Palácio Itamaraty; Brasília; escultura.

ABSTRACT:
The architectural art at the Itamaraty Palace in Brasilia is an interesting and unique collection. Designed by Oscar Niemeyer and opened in 1970 in the new capital, there are in it works of art commissioned to the building in a practically identical period of years (1965-1969), and that come from artists of different generations and related to distinct groups, for example: Bruno Giorgi, Mary Vieira, Franz Weissmann, Roberto Burle Marx, Alfredo Volpi, Athos Bulcão and Sérgio Camargo.
Within this group of artists, the Sculptural Mural *by Sérgio Camargo allows us to expand the idea of art integrated with architecture, stressing its relation (and autonomy) to the spatial. For this study, it will be essential to relate the work to Rosalind Krauss' analytical categories on sculpture as an input for analysis*
KEYWORDS: *Sérgio Camargo; Itamaraty Palace; Brasilia; sculpture.*

RESUMEN:
Las obras de integración arquitectónica en el Palacio Itamaraty en Brasilia representan un conjunto interesante y singular. El proyecto de Oscar Niemeyer e inaugurado en 1970 en la nueva capital, hay en él obras de arte comisionadas para el edificio en un intervalo de años prácticamente idéntico (1965-1969), y que provienen de artistas de diferentes generaciones y relacionados a grupos distintos, por ejemplo : Bruno Giorgi, Mary Vieira, Franz Weissmann, Roberto Burle Marx, Alfredo Volpi, Athos Bulcão y Sérgio Camargo.
Dentro de ese grupo de artistas, la obra Mural Escultural de Sérgio Camargo nos permite ampliar la idea de obra integrada a la arquitectura, tensando su relación (y autonomía) con el diseño espacial. Para este estudio, será esencial relacionar a la obra con las categorías analíticas de Rosalind Krauss sobre la escultura como insumo para el análisis.
PALABRAS-CLAVE*: Sérgio Camargo; Palacio Itamaraty; Brasilia; escultura.*

ITAMARATY E A SÍNTESES DAS ARTES EM BRASÍLIA

O Palácio Itamaraty[1], em Brasília, é um dos lugares mais férteis no debate da relação entre a arte e a arquitetura modernas brasileiras, a chamada síntese das artes[2]. Isso porque reúne um conjunto numeroso e diversificado – tanto por autoria quanto por tipo de suporte – de obras de arte integradas à arquitetura, capaz de colocar expor uma diversidade do moderno brasileiro.

A intensa presença de obras de arte integradas em Brasília[3] pode ser notada pelas 261[4] obras de arte de Athos Bulcão presentes em seus mais diversos edifícios, de institucionais a residenciais e equipamentos urbanos. Este dado revela indícios de que a relação dos edifícios com as obras de arte seja uma tônica fundamental para a constituição do espaço e da imagem da cidade. Nesse sentido, são símbolos da cidade, por exemplo, o mural externo do Teatro Nacional Claudio Santoro, os azulejos da Igreja Nossa Senhora de Fátima, ambos de Bulcão, além do vitral de Marianne Perretti, na cobertura da Catedral, e a escultura conhecida como *Dois candangos*, de Bruno Giorgi, na Praça dos Três Poderes.

No entanto, levando-se em consideração que a atuação de um artista como Bulcão é única e particular, e que, além dele, diante de um panorama amplo das artes plásticas no período, será muito restrito o circuito de artistas que irão colaborar para a nova capital, pode-se entender que há uma ideia de integração entre arte e arquitetura a partir de uma raiz homogênea, relacionada principalmente aos circuitos dos arquitetos vinculados à cena carioca de arquitetura moderna.

Fugindo a essa relativa homogeneidade presente nos edifícios representativos de Brasília, em sua maioria erigidos sobre o lastro dessa relação, temos o Ministério das Relações Exteriores, o Palácio Itamaraty.

---

[1] São consideradas aqui as obras de arte relacionadas à arquitetura, isto é, concebidas especificamente para o local, conforme mapeamento de Andréa Braga (BRAGA, Andréa da Costa et all, 1997). O Palácio Itamaraty possui uma vasta coleção de obras de arte, entre pinturas, esculturas e tapeçarias. Ver mais detalhes em: <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/patrimonios-do-brasil/palacio-itamaraty>. Acessado em 12 de julho de 2017. A instituição tem como prática em toda a sua história a compra e o mecenato de artistas, através de exposições e prêmios. Essas são uma das formas em que algumas obras foram sendo incorporadas ao seu acervo ao longo dos anos, mesmo após a inauguração de seu edifício em Brasília. Este artigo abarca as orbas queforam comissionadas exclusivamente para a construção e integradas ao Palácio em Brasília.

[2] A relação entre a arte e a arquitetura através de painéis, murais e pinturas não é uma característica exclusiva das vanguardas modernas, mas está presente em diversos momentos históricos, até mesmo nas longínquas arquiteturas egípcias, gregas e bizantinas. No Brasil, vale destacar que há outros grupos que debatem e atuam sobre a relação entre o binômio arte-arquitetura e a representação nacional, como o então edifício do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro, do arquiteto Luís Eduardo Frias de Moura, com os escultores Hildegardo Leão Velloso e Humberto Cozzo, além do muralista Paulo Werneck e do serralheiro artístico Oreste Fabbri, em um projeto neoclássico eclético inaugurado em 1943.

[3] Sobre esse tema, ver:
SEGRE, Roberto [et all]. Arquitetura+Arte+cidade: um debate internacional. Rio de Janeiro: Prourb, Docomomo-Rio, Viana & Mosley, 2010.
ANAIS DO 8o SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL: CIDADE MODERNA E CONTEMPORÂNEA - SÍNTESE E PARADOXO DAS ARTES. Rio de Janeiro: Docomomo, 2009. (CD-Rom).

[4] INVENTÁRIO DO CONJUNTO DA OBRA DE ATHOS BULCÃO EM BRASÍLIA: 1957-2008. Inventário de Bens Móveis e Integrados (INBMI). Arquivo da Superintendência do Iphan do Distrito Federal, 2009. Ver também: DISTRITO FEDERAL. Lei no. 31.067, de 23 de novembro de 2009. Dispõe sobre o tombamento da Obra de Athos Bulcão e dá outras providências. Diário Oficial [do Distrito Federal], Brasília, DF, n.226, 24 novembros 2009. Seção 1, pp. 19-25.

Inaugurado em 1970, o prédio, no segundo momento de projetos de Oscar Niemeyer para prédios oficiais de Brasília[5], apresenta um dos maiores conjuntos de obras de arte da capital, reunindo em seu edifício, um grupo diverso de artistas para a integação arquitetônica. São eles: Bruno Giorgi (1905-1993), Mary Vieira (1927-2001), Franz Weissmann (1911-2005), Pedro Correia de Araújo (1930-?), Roberto Burle Marx (1909-1994), Maria Martins (1894-1973), Alfredo Volpi (1896-1988), Rubem Valentim (1922-1991), Emanoel Araújo (1940-), Victor Brecheret (1894-1955), Alfredo Ceschiatti (1918-1989), Athos Bulcão (1918-2008), Paulo Werneck (1907-1987) e Sérgio Camargo (1930-1990).

Essa diversidade de artistas, poéticas e escolas integrados às obras de arte do Itamaraty confere a esse conjunto específico uma ideia, ainda que incipiente, de coleção ou museu, representativo da cultura sobre o nacional moderno da época. É dizer: um museu ou monumento ao moderno, mas baseado na diversidade, na pluralidade moderna.

Essa extrapolação, plenamente possível de ser levantada, ganha relevo quando se lembra que a questão do museu e do monumento da modernidade é uma tônica fudamental, de forma diferente, em Brasília como um todo. Em outras palavras, a cidade sempre foi apontada em si como obra de arte. Este ideal está presente na própria legitimação da nova capital, em seus projetos artisticos, arquitetônicos e urbanístico, como destaca Adrián Gorelik:

> Pois bem, Brasília, pelo contrário, nasceu reinvidicando-se tanto como obra de arte quanto obra de urbanismo e, em função disso, como monumento da modernidade, o que supunha em seus criadores – e em seus usuários – uma atitude distanciada com respeito ao "moderno", uma reutilização consciente, e portanto potenciada, de alguns dos valores do "moderno" convertidos em motores da comunicação e em objetos de veneração museográfica. (GORELIK, 2005, p.100)

A passagem da ideia da obra de arte total, integrada ou à arquitetura ou à cidade, para a atuação e formação dos espaços museográficos pelos artistas esteve também na pauta das vanguardas dos campos da arte brasileira, conforme aponta Maria Cecília França Lourenço:

> Desde os anos 30, a arte moderna brasileira inicia uma ampliação de seus objetivos estéticos, procurando uma função social que a aproxime de platéias singulares, assim estendendo o projeto moderno para amplos os segmentos [...] as estratégias incluem a arte total e integrada, por sua capacidade de fisgar o transeunte, gerando obras em diferentes modalidades, como painéis, ilustrações, murais, desenho industrial, projeto gráfico, além de arquitetura, pintura, desenho, gravura, e escultura. Contudo, entre as mais peculiares atuações está a criação de museus, finalidade maior a ser conquistada [...] (LOURENÇO, 1999, p. 266)

[5] "O edifício do Ministério das Relações Exteriores, conhecido como Palácio dos Arcos, faz parte da segunda leva de projetos feitos por Oscar Niemeyer para os prédios oficiais de Brasília, tendo sido inaugurado apenas em 1970. Diferentemente dos primeiros palácios (da Alvorada, do Planalto e o Superior Tribunal Federal), que se caracterizaram tanto pelo dinamismo recortado de seus apoios quanto pela combinação luminosa entre o mármore branco e os vidros esverdeados, a sede do Itamaraty foi pensada segundo uma configuração mais austera : um rigoroso conjunto de pórticos de concreto aparente em arcadas simétricas, sutilmente coloridos de ocre e marcados por finas faixas horizontais decalcadas das fôrmas de madeira, encerrando uma caixa cristalina de vidro escuro." WISNIK, 2013, p. 37.

Em âmbito internacional, vale lembrar que esteve presente na agenda das vanguardas europeias do início do século XX a relação entre as diversas artes. Para Naïma Jornod, será o movimento De Stijl (1917) que irá empreender uma das primeiras tentativas de síntese das artes no período moderno, seguida também pela Bauhaus (1919) dirigida por Walter Gropius, com destaque também para Wassily Kandinsky e seus textos sobre o tema em questão, com destaque também para a cena francesa do pós-guerra. Sobre a síntese das artes e suas diferentes faces nas vanguardas europeias, Guilherme Wisnik aponta:

> [...] é preciso compreender a profunda diferença que há entre a synthèse des arts francesa e o conceito alemão de gesamtkunstwerk, a obra de arte total. De raiz romântica, com origem na ópera de Wagner, a gesamtkunstwerk é proposta pela Bauhaus como uma cooperação entre as artes realizada a partir do canteiro de obras 'onde arquitetos, escultores e pintores trabalhariam em uníssono com marceneiros, pedreiros, carpinteiros para a criação de uma obra coletiva, que toma como modelo a catedral'. Esta, segundo Fernanda Fernandes, 'aparece carregada de simbolismo, enfatizando a sua proposta transformadora e política e colocando-se como a imagem renovada de catedral do futuro, a catedral do socialismo, e assim estabelecendo a pretendida união entre arte e política'. (WISNIK, 2012, p. 24)

O Itamaraty nos apresenta uma complexidade e uma convergência sobre as práticas de síntese das artes – materializada em painés, murais esculturas e jardins – e a consequente alçada da arquitetura à condição de museu ou momumento. No entanto, e nisso é especial, o faz de maneira oposta às práticas estabelecidas do campo da arquitetura moderna. Se em outros edifícios de Oscar Niemeyer, atuam predominantemente artistas de um circuito definido pelo campo da arquitetura, no Itamaraty a articulação entre obras de arte e arquitetura apresenta-se diversa. Opera-se não no alinhamento entre os campos da arte e da arquitetura de forma una, mas na diversidade das imagens e das ideias sobre o moderno brasileiro.

É por essa razão que o Itamaraty merece destaque, pela possibilidade de investigar e revelar as razões e as motivações desta especificidade. Dentre elas, vale apontar desde já a atuação do diplomata Wladimir Murtinho (1930-2002), outro personagem, que não artista nem arquiteto, que irá atuar na escolha das obras do Itamaraty.

Murtinho[6] foi um dos principais responsáveis pela transferência da chancelaria do Rio de Janeiro para Brasília, maestro não apenas das ações políticas, mas também do diálogo com os profissionais e da escolha das obras de arte que permitem caracterizar o edifício como um *palácio-museu*[7]. A atuação dele pode ser considerada prenúncio à atividade de um curador, figura que na época "ainda se esboça, por vezes parecendo um título honorífico, dada a inexistência da formação e de produção alentada"[8].

Concebido e construído entre os anos de 1959 e 1970, entre o fim dos anos do mandato de Juscelino Kubitscheck e a Ditadura Militar, o Palácio é resultado de versões ao longo do período. Com efeito, os estudos

[6] A compreensão do papel de Murtinho na escolha e construção do conjunto de obras que integram o patrimônio artístico do Palácio Itamaraty é essencial para avançar-se na reflexão sobre síntese das artes e curadoria, e no triângulo de forças entre museus-arquitetura- arte, assim como nas complexas fronteiras das noções de acervo e coleção.

[7] RAMOS, 2017, p. 100.

[8] LOURENÇO, 1999, op. cit., p. 31

de Eduardo Rossetti apontam três versões do projeto do Itamaraty: a primeira em 1959, a segunda em 1960 e a terceira em 1963. Sobre essa última, Rossetti analisa:

> Impressiona constatar que tais desenhos já definem o partido de organização da planta em três partes, com um grande átrio sinuoso e escala helicoidal monumental na parte central; resolvem o sistema de modulação estrutural das colunas, apresentam a predefinição da modulação de toda a planta em 6x6m – denominada "matriz", que inclui as caixas de circulação vertical. As plantas revelam um tratamento diferenciado, há indicação de vidro com lápis azul no corte, há predefinição do jardim no "terraço" do último pavimento, cujo arranjo de salões em L está prefixado. (ROSSETTI, 2017, p. 27.)

Conforme defende Rossetti, a autoria do projeto é de Oscar Niemeyer, mas é preciso dar luz e crédito aos vários outros profissionais, envolvidos tanto do desenvolvimento do projeto do edifício em suas diversas áreas (edificação e interiores) quanto na viabilização política e financeira para a transferência do órgão do Rio de Janeiro para Brasília.[9] Sobre os profissionais envolvidos:

> É inegável que autoria do projeto arquitetônico é de Oscar Niemeyer. No entanto, a contribuição de Wladimir Murtinho se estende além de sua função oficial designada pelo Itamaraty, empenhando-se pessoalmente para transferir a Casa do Rio Branco para o Planalto Central. Ele formou uma tríade com Luiz Brun de Almeida Souza e Rubens Antonio Barboza para atuarem junto às autoridades locais, fazendárias e do Executivo (22). Os três diplomatas trabalhavam inicialmente nas salas do Ministério da Saúde, ou seja, ao lado das obras, acompanhando diretamente a rotina do canteiro. Será amparado por tais colaborações nos âmbitos burocráticos e jurídicos, que Niemeyer poderá efetivamente projetar o seu Palácio do Arcos.
>
> Simultaneamente, havia uma equipe de arquitetos, engenheiros, calculistas e artistas plásticos trabalhando no projeto do novo palácio. Na condução dos desenhos, o arquiteto Olavo Redig de Campos — integrante dos quadros do Itamaraty— se reportava à Murtinho, mas ao mesmo tempo coordenava as ações de Jayme Zettel e Roberto Scorzelly, que pertenciam à equipe do Ministério. Já o arquiteto Milton Ramos, além de estar vinculado à Construtora Pederneiras que construiria o palácio, também representava o próprio Niemeyer na obra de Brasília, atuando com desenvoltura e empenho para corresponder ao cargo que lhe fora investido. A presença de Milton Ramos é tão fundamental, que Murtinho ratifica: "Milton Ramos, fez um trabalho admirável (...) ele dedicou corpo e alma à execução do prédio, à construção. Não há um detalhe que não tenha sido desenhado, pensado e feito.
>
> Se a autoria é inquestionavelmente de Niemeyer, os dividendos do grande feito em que o Palácio se consubstancia paulatinamente, precisam ser diplomaticamente repartidos, de acordo com as especificidades de cada um dos colaboradores, desde os arquitetos, até os artistas plásticos, Burle Marx, desenhistas e os engenheiros. (ROSSETTI, 2009, sem página)

Esse trecho de Rossetti expõe a complexidade do projeto, da construção, das decisões administrativas e políticas e das ações de ínumeros atores, como Milton Ramos e Olavo Redig de Campos, que, na diversidade de profissionais e agentes envolvidos, tem Murtinho como maestro.

[9] Destacam-se do corpo diplomático, além de Murtinho, Luiz Brun de Almeida e Rubens Antonio Barbosa

Este edifício é símbolo do que se pretende como imagem de nação para projeção internacional, dada sua função de Minstério das Relações Exteriores, e um dos palácios mais simbólicos da capital[10], conforme descreve o próprio Murtinho: "[...] vejam que a posição do Ministério das Relações Exteriores é toda peculiar, ela está justo na entrada da Praça dos Três Poderes, ou seja, é quase uma portaria. É uma portaria internacional, se assim podemos dizer, da Praça dos Três Poderes [...]" (MURTINHO, 1990, p. 2)

O Palácio é o lugar em que a obra de arte integrada ao espaço arquitetônico atuou na capital federal – e inclusive em um panorama nacional da arquitetura – em sua forma mais ampla, tornado-o assim um dos objetos mais complexos para se entender os seus enfrentamentos, distanciando-o e diferenciando-o da ideia de uma leitura e sentido único do moderno nacional.

Também conhecido como Palácio dos Arcos, o Itamaraty nos apresenta um dos maiores conjuntos de obras de arte da capital, reunindo um grupo diverso de artistas para a integração arquitetônica, a saber: Bruno Giorgi (1905-1993), Mary Vieira (1927-2001), Franz Weissmann (1911-2005), Pedro Correia de Araújo (1930-?), Roberto Burle Marx (1909-1994), Maria Martins (1894-1973), Alfredo Volpi (1896-1988), Rubem Valentim (1922-1991), Emanoel Araújo (1940-), Victor Brecheret (1894-1955), Alfredo Ceschiatti (1918-1989), Athos Bulcão (1918-2008), Paulo Werneck (1907-1987) e Sérgio Camargo (1930-1990)[11].

O conjunto de obras integradas ao Itamaraty nos permite verificar a complexidade do tema da síntese das artes nesse edifício, a partir da variedade de artistas, de gerações distintas e vinculados ou associados a grupos artísticos diversos e não exclusivamente ao grupo moderno carioca de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, como Sérgio Camargo (próximo ao Grupo Neoconcreto), Marly Vieira (relacionada à escultura cinética), Maria Martins (ligada às vanguardas surrealistas e dadaístas européias) e Alfredo Volpi (Grupo Santa Helena).

Dentro desse conjunto de artistas nos chama a atenção a obra *Muro Estrutural* do escultor Sérgio Camargo, primeira obra do artista em logradouros públicos[12] e única presença em um projeto de Niemeyer. Localizada no subsolo do edifício, mais precisamente no auditório, há nessa obra uma tensão entre a autonomia da escultura, a integração arquitetônica e o desenho do espaço. A fim de aprofundar o estudo dessa obra de Camargo no contexto do Itamaraty, se faz profícuo recorrer às categorias de análise de Rosalind Krauss, por relacionar o campo da escultura, sua autonomia e sua relação com a arquitetura e o espaço. Este artigo, portanto, irá analisar a obra de Camargo e apontar relações à luz das seminais chaves analíticas de Krauss.

O CAMPO AMPLIADO DE KRAUSS

[10] "No entanto, os edifícios mais importantes em meio às funções ministeriais, o Ministério da Justiça e o Ministérios das Relações Exteriores, retomam o tema do clássico dos palácios – o que dignifica suas funções e faz com que sobressaiam na hierarquia de formas de Brasília." UNDERWOOD, p. 92.

[11] Seleção de obras também retiradas de: BRAGA, Andréa da Costa; FALCÃO, Fernando A. R. "Palácio Itamaraty". *Guia de urbanismo, arquitetura e arte de Brasília*. Brasília: Fundação Athos Bulcão, 1997. p. s/n. Esta publicação não inclui o painel de Paulo Werneck, cujo projeto de mural para o Itamaraty (Anexo 1) data de 1960, segundo catálogo de MARTINS, 2008, op. cit, p. 93.

[12] BRITO, Ronaldo. *Sérgio Camargo*. Palácio Itamaraty: Brasília, 1999, p. 84.

A revista *October*, em 1979, publicou o que seria um dos principais artigos de Rosalind Krauss: "*Sculpture in the expanded field*" (A escultura no campo ampliado). Nesse texto, Krauss debate as tendências da escultura contemporânea; partindo dos anos 1960:

> Nos últimos 10 anos coisas realmente surpreendentes têm recebido a denominação de escultura: corredores estreitos com monitores de TV ao fundo; grandes fotografias documentando caminhadas campestres; espelhos dispostos em ângulos inusitados em quartos comuns; linhas provisórias traçadas no deserto. Parece que nenhuma dessas tentativas, bastante heterogêneas, poderia reivindicar o direito de explicar a categoria escultura. **Isto é, a não ser que o conceito dessa categoria possa se tornar infinitamente maleável.** (KRAUSS, Rosalind, 1984, p. 130. Grifo meu)

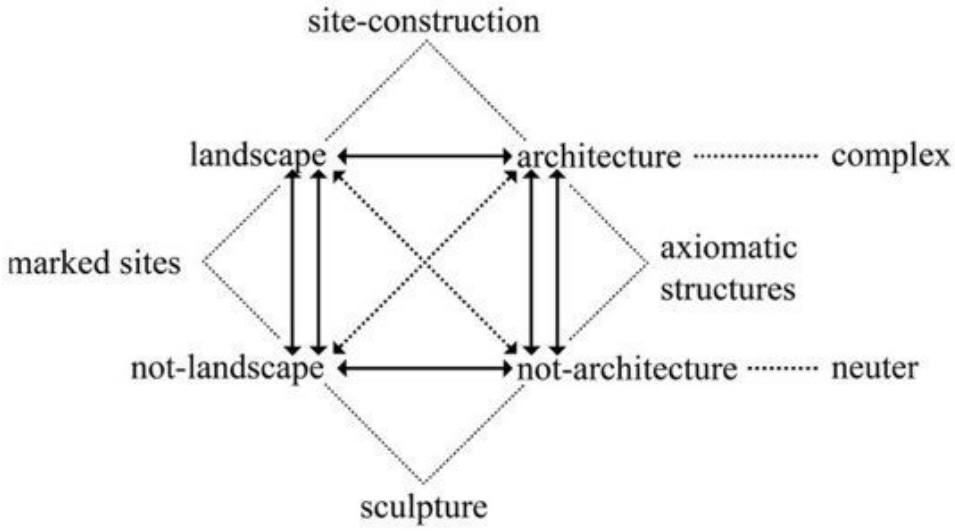
Ao iniciar sua hipótese a autora nos lembra sobre a definição tradicional de escultura como um elemento ligado diretamente à monumentalidade e à representação, citando como exemplos a estátua equestre de Marco Aurélio no Campidoglio, em Roma, e a Convenção de Constantino, no Vaticano.

Será no final do século XIX, segundo Krauss, que "*presenciaremos o desvanecimento da lógica do monumento*"[13]. Ela aponta como casos dessa transitoriedade as obras Portas do Inferno e a estátua de Balzac, ambas de Rodin, encomendadas em 1880. Em função da sua independência com o espaço arquitetônico e com a paisagem, Krauss analisa:

> Neste sentido, a escultura [moderna] assumiu sua total condição de lógica inversa para se tornar pura negatividade, ou seja, a combinação de exclusões. Poderia-se dizer que a escultura [moderna] deixou de ser algo positivo para se transformar na categoria resultante da soma da não- paisagem com a não-arquitetura.
>
> [...]
>
> O fato de ter a escultura se tornado uma espécie de ausência ontológica, a combinação de exclusões, a soma do nem/nenhum, não significa que os termos que a construíram — não-paisagem e não-arquitetura — deixassem de possuir certo interesse. Isto ocorre em função de esses termos expressarem uma oposição rigorosa entre o construído e o não construído, o cultural e o natural, entre os quais a produção escultórica parecia estar suspensa. A partir do final dos anos 60 a produção dos escultores começou, gradativamente, a focalizar sua atenção nos limites externos desses termos de exclusão. Ora, se esses termos são a expressão de uma oposição lógica colocada como um par de negativos, podem ser transformados, através de uma simples inversão, nos mesmos polos antagônicos expressos de forma positiva. Ou seja, de acordo com a lógica de um certo tipo de expansão, a não-arquitetura é simplesmente uma outra maneira de expressar o termo paisagem, e não-paisagem é simplesmente arquitetura. (KRAUSS, 1984, p.135)

Ao avançar em sua análise, Krauss, a partir de diagramas matemáticos, propõe um esquema de categorias para mapear o que denomina de campo ampliado da escultura no após 1960:

[13] KRAUSS, op. cit., p. 131.



Como exemplo, cita os trabalhos de Spiral Jetty (1970), de Robert Smithson, e Double Negative (1969), de Michael Heizer, além dos trabalhos de Serra, Morris, Carl Andre, Denis Oppenheim, Nancy Holt, George Trakis, todos esses dentro da categoria *paisagem* e *não-paisagem*.

Para as estruturas axiomáticas (*arquitetura e não-paisagem*) menciona como pioneiros os artistas Robert Irwin, Sol LeWitt, Bruce Nauman, Richard Serra e Christo. "Em todas essas estruturas axiomáticas existe uma espécie de intervenção no espaço real da arquitetura, às vezes através do desenho ou, como nos trabalhos recentes de Morris, através do uso do espelho." (KRAUSS, op. cit, p. 136.)

Krauss, salienta, por fim, como que essa ampliação do campo possui dois aspectos: a prática dos próprios artistas, que não é mais ligada à uma única categoria de expressão, ocupando assim sucessivamente diferentes lugares desse campo ampliado; e a questão do meio de expressão, "no qual espaço da práxis pós-modernista já não é organizada em torno da definição de um determinado meio de expressão, tomando-se por base o material ou a percepção deste material, mas sim através do universo de termos sentidos como estando em oposição no âmbito cultural."[14]

Este artigo de Rosalind Krauss é referencial para entender as direções da escultura e será base, inclusive, para análises de outras áreas, como o texto de Anthony Vidler, "*Architecture's expanded field*" (O campo ampliado da arquitetura) que partindo das categorias de Krauss propõe chaves de análise para a arquitetura contemporânea.

ARQUITETURA E *NÃO-ARQUITETURA,* AO MESMO TEMPO

[14] Id. Ibdem.

O período analisado por Rosalind Krauss é contemporâneo ao processo de projeto do Palácio Itamaraty e suas obras de arte de integradas. Dentre elas, citadas acima, o mural escultórico de Sérgio Camargo merece um olhar mais detido, por suas particularidades e possibilidades de análise.

Camargo é um dos escultores brasileiros de grande renome internacional. Nascido no Rio de Janeiro em 1930 estudou em 1946 na Academia de Altamira, em Buenos Aires, com Emílio Pettoruti e Lucio Fontana. Em 1948, passa a residir em Paris, onde frequentou as aulas de filosofia na Sorbonne com Gaston Bachelard e o contato com Constantin Brancusi[15], artista que será uma de suas principais referências, junto com Georges Vantongerloo, Hans Arp e Henri Laurens.

De volta ao Brasil, a partir dos anos 1960 seu trabalho ganha visibilidade com os seus primeiros relevos em madeira, pintados ou não, onde é possível ver o embrião de seus futuros trabalhos em mármore e granito. Nesse período participou das III e IV Bienais de São Paulo, recebendo o prêmio de melhor escultor na VIII edição, em 1965. Entre 1961 e 1974 retorna a Paris, frequentando o curso de Sociologia da Arte com Pierre Francastel, na École Pratique des Hautes Études e em 1963 recebe o Prêmio Internacional de Escultura na Bienal de Paris.[16] O percurso de seu trabalho é marcado pelo contínuo exercício da geometria e da forma. Ronaldo Brito, um dos seus maiores estudiosos, discorre:

> Resultados de uma voraz combinatória geométrica, as esculturas de Camargo anunciam sempre novas possibilidades de transformação, a sugerir que logo virão a ser outras. Naturalmente a sugestão só nos impressiona tanto porque cada uma dessas peças não nos parece menos que perfeita, a rigor, irretocável. Não obstante, saem fluentemente umas das outras, em séries formais coerentes, na estrita obediência a um racionalismo estrutural. Quando se trata de geometria, como poderia ser diferente? O surpreendente é que se imponham na qualidade de variações imaginativas singulares, **nunca se multipliquem apenas como membros previsíveis de uma matemática.**[17]

Será nesse período dos anos 1960, acima citado, que ele realizará a obra para o auditório do Itamaraty em Brasília. Datado entre 1965 e 1966 e realizado a partir de paralelepípedos truncados e concretados e com aplicação de tinta vinílica branca[18], a obra *Muro Estrutural* de Camargo possui a impactante dimensão de 4,45 de altura por 26 metros e 86 centímetros de espessura, sendo ela em si uma das faces laterais do espaço do auditório. Ela está em uma fase de amadurecimento da trajetória e de alinhamento com os pensamentos correntes na década de 1960. Assim, avança para suas próprias pesquisas, não mais tão diretamente ligadas à linguagem de seus mestres – Brancusi, Arp e Laurens – mas sim "se orientava pela associação dos conceitos

[15] Segundo Guy Brett será o interesse por Brancusi e pela sintaxe do volume que o diferenciará nos anos 1950 de dos outros artistas cariocas, como Lygia Clark, Hélio Oiticica, Amílcar de Castro, e Willys de Castro, esses mais interessados no plano e em artistas como Max Bill e Joseph Albers.

[16] BRITO, Ronaldo. *Sérgio Camargo*. Palácio Itamarati: Brasília, 1999, pp. 66-69

[17] BRITO, Ronaldo, op. cit, p. 20. Grifo meu.

[18] RAMOS, Graça, op. cit., p. 156.

de não-composição (all-over), monogromatismo, celularidade, serialidade, repetição, permutação e aleatoriedade." (BRETT, 1994, p. s/n).

A sintaxe de Sergio Camargo "não é dos racionalistas, defensores de uma arte geométrica, de formas puras. Nos seus trabalhos, há o sistema e o excesso, há a ordem e a loucura da ordem. (BRITO, Ronaldo, 2005, p. 311.). Brito nos deixa claro a complexidade desses elementos como próprios da composição do artista, que somados ao artifício da luz como definidora da matéria – ora o branco do mármore ora da madeira ou do concreto pintados de branco e até mesmo o granito preto belga – serão o vocabulário que Camargo de *contrariar a lógica construtiva*[19] que irá trabalhar nas diferentes obras a partir dos anos 1960. Sobre a composição da obra no Itamaraty, Paulo Sérgio Duarte analisa:

> No relevo de Camargo, os elementos organizam-se para logo se desorganizarem, o movimento interno é tenso e os elementos estão em contato uns com os outros, é um sistema no limite de sua ruptura, para ao mesmo tempo, realizar movimento inverso e se alimentar da tensão e do conflito que mantém o conjunto coeso. Conflito e tensão transformados em forças poéticas não apontam para nenhuma solução: são o problema. (DUARTE, 2009, p. 17-18).

No auditório do Palácio, a presença dessa obra, pelo ponto de vista técnico, possui uma função essencial: ser um elemento que na sua textura favorece a acústica. O uso de murais artísticos em auditórios é uma solução que Oscar Niemeyer utiliza em outros edifícios e que contou com a parceria de artistas para fazer do elemento acústico uma expressão plástica para os interiores de programas desse tipo, como o teto metálico de Athos Bulcão na cúpula do Congresso Nacional (1978) e nas laterais do Cine Brasília (1978), ambas na nova capital. A parceria de Bulcão com o arquiteto João Filgueiras Lima, o Lelé, terá nos diversos hospitais da Rede Sarah obras de integração arquitetônica, que estão presentem em diversas partes do edifício, inclusive nos auditórios. Vale destacar também o teto com elementos flutuantes coloridos de Alexander Calder para a Aula Magna (1954), auditório da Universidade de Caracas do arquiteto venezuelano Carlos Raúl Villanueva.[20]

Para além das questões técnicas, a obra de Camargo no Itamaraty, no entanto, nos apresenta aspectos singulares em relação a obras de arte de integradas à arquitura: (1) a sua implantação ortogonal não é simétrica ao desenho do auditório com uma planta em leque, apresentando assim um deslocamento na percepção do espaço em que está inserido[21]; (2) mesmo com sua função espacial e acústica, a obra não toca o teto e em sua base a instalação se faz a partir de um rebaixo expressivo do chão, onde está instalado parte de sua iluminação, provocando novamente uma percepção que rompe com o espaço do auditório em si; (3) mesmo com sua grande dimensão a obra não tem como suporte uma parede – diferentemente do também extenso painel de mármore de Athos Bulcão no mesmo edifício, por exemplo – sendo a obra de Camargo em

[19] DUARTE, 2016, p. 18

[20] DAMAZ, Paul. *Art in Latin America Architecture*. New York: Reinhold Publishing, 1963, p. 142.

[21] A pesquisa documental nos desenhos de projeto do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores ratifica como a obra pretende em sua concepção ser integrada ao espaço, fazendo parte inclusive das diferentes fases dos desenhos técnicos de arquitetura. Eles nos apontam também como a sua implantação em um desenho tipo de auditório em formato leque foi, provavelmente, uma questão: em algumas fases do projeto o mural de Camargo acompanhava o mesmo ângulo que a sua parede oposta, de forma diferente do desenho construído, conforme mencionado. Ver figuras 1 e 2

si não é apenas uma divisória ou apenas um relevo, ela é também uma grande escultura; ela transita entre essas duas definições, em suas plasticidades e suas funções.

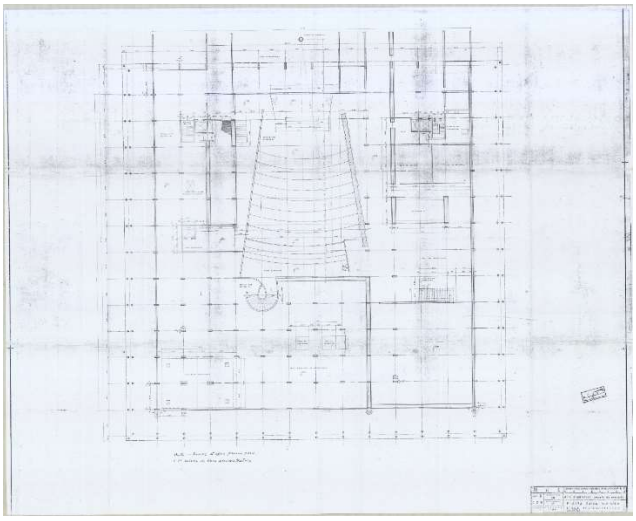


Figura 1: Palácio Itamaraty, subsolo - planta de 1963 com o painel de Sérgio Camargo
Fonte: Arquivo Ministério das Relações Exteriores (MRE), 1963.

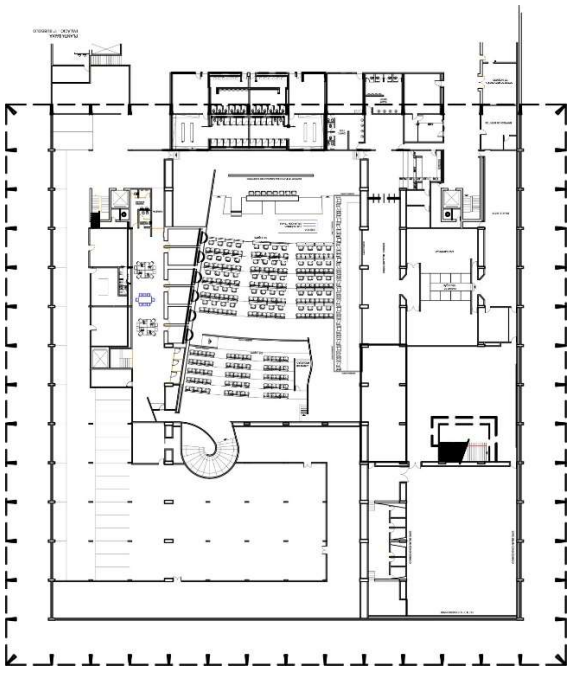
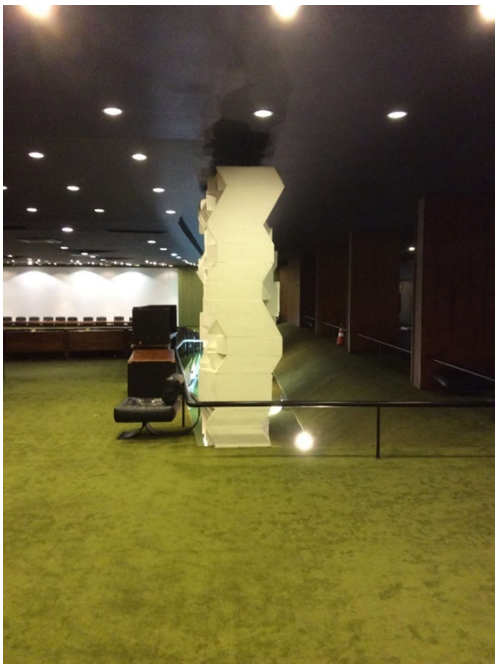


Figura 2: Palácio Itamaraty, subsolo - Desenho *as built*
Fonte: Serviço de Arquitetura do Ministério das Relações Exteriores (MRE), sem data.

Figuras 3 e 4 : Palácio Itamaraty, Auditório Wladimir Murtinho – obra *Mural Escultural* de Sérgio Camargo, interior.
Fonte: Autor, 2015.



Figuras 3 e 4 : Palácio Itamaraty, Auditório Wladimir Murtinho – obra *Mural Escultural* de Sérgio Camargo, lateral de acesso. Fonte: Autor, 2015.

Vale destacar ainda a possibilidade de apreensão da obra através de um percurso em seu entorno, que em um vocabulário da arquitetura moderna seria como uma *promenade architectural* corbusiana, criando dessa forma diferentes imagens e perspectivas do que poderiam ser. Em sentido próximo, Cauê Alves nos chama atenção para a noção de *corpo* presente no trabalho de Camargo, da presença ativa do expectador para a construção das imagens:

> O corpo que surge em suas peças – não apenas aquele corpo figurado nos primeiros trabalhos, mas também o que dará lugar ao cilindro, ao cubo, à simplificação questionadora dos limites da forma – é um corpo que proporciona a reversibilidade entre vidente e visível. Imerso no mundo da visibilidade, é como se as obras, tal como o nosso corpo, também nos lançassem um olhar, uma vez que agem sobre nós. Como em Willys de Castro, os relevos de Sergio Camargo são objetos ativos. Em vez de serem completamente dominados pelos sujeitos, eles nos atingem e comovem. Sem ter de escolher entre materialismo e essencialismo, as peças são construções vivas em que formas mínimas alcançam o máximo de expressividade. (ALVES, 2016, p. 23.)

Essa relação do espaço com a obra se mostra complexa aqui. À luz das categorias estabelecidas por Krauss, em geral ao se pensar obras de arte integrada de forma intrínseca em um espaço arquitetônico, como os exemplos no início do texto (obras de Bulcão e os demais painéis em auditórios), classificamos como obras relacionadas diretamente à arquitetura.

No caso de Camargo no Itamaraty, no entanto, há uma tensão. Analisando a obra a partir da autora, pode-se pensar que o *Muro Estrutural*, mesmo sendo integrado à arquitetura, há em sua natureza elementos que permitem propor uma possível autonomia, como se a obra estivesse em uma tensão entre o *arquitetônico* e o *não-arquitetônico,* característico das categorias de *estruturas axiométricas*, como os trabalhos de Richard Serra e Christo como exemplos utilizados pela própria Krauss.

Segundo a autora esse tipo de obra se caracteriza por “uma espécie de intervenção no espaço real da arquitetura, às vezes através do desenho” (KRAUSS, 1984., p. 136). Vale lembrar que a obra de Camargo, por outro lado, não se configura como uma intervenção, mas algo que está intrinsecamente ligado ao espaço, algo que foi comissionado para o projeto, conforme é possível atestar no histórico de desenhos e na documentação do Ministério das Relações Exteriores.

Vale, lembrar que ao final de seu texto, sobre as categorias que formulou, Krauss também reitera que “qualquer artista pode ocupar, sucessivamente, qualquer uma das posições” e que “na posição limitada da própria escultura, a organização e o conteúdo de um trabalho marcante irão refletir a condição do espaço lógico” (KRAUSS, 1984, p. 136); com isso ela deixa claro como essas categorias não são estritas, tanto para os artistas quanto para a análise de seus trabalhos. Para exemplificar essa última condição, ela cita o trabalho de Joel Shapiro, que mesmo estando na categoria *neutra* – ou seja, não é arquitetura e não é paisagem – “está envolvido no estabelecimento de imagens de arquitetura dentro de campos (paisagens) relativamente vastos de espaço.” (KRAUSS, 1984, p. 136)

A obra de Camargo está em uma relação similar à que Krauss descreve a obra de Shapiro. Além de transitar entre a *arquitetura* e a *não-arquitetura*, há nela uma dimensão de *campo* e *paisagem* em função não apenas de seu grande formato, mas também pelo seu protagonismo no espaço imediato, marcado pelos tons escuros da cor verde e da madeira, criando assim uma atmosfera que associada pela iluminação baixa e indireta sobre a obra, faz a luz refletida e a matéria da obra o elemento de força principal desse pequeno universo.

BIBLIOGRAFIA

ANAIS DO 8o SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL: CIDADE MODERNA E CONTEMPORÂNEA - SÍNTESE E PARADOXO DAS ARTES. Rio de Janeiro: Docomomo, 2009. (CD-Rom).

ANELLI, Renato. "Nova monumentalidade e integração das artes no Brasil – Do Ministério a Brasília". In: XAVIER, Alberto; KATINSKY, Julio. **Brasília:** antologia crítica. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte Moderna**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRAGA, Andréa da Costa; FALCÃO, Fernando A. R. "Palácio Itamaraty". **Guia de urbanismo, arquitetura e arte de Brasília**. Brasília: Fundação Athos Bulcão, 1997.

BRITO, Ronaldo. **Sérgio Camargo**. Palácio Itamaraty: Brasília, 1999.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

CABRAL, Valéria Maria Lopes (Coord.). **Athos Bulcão**. Brasília: Fundação Athos Bulcão, 2009.

CAVALCANTI, Lauro Pereira. **Moderno e brasileiro**: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

DAMAZ, Paul. **Art in european European architecture**: synthése des arts. New York: Reinhold Publishing Corporation, 1956.

DAMAZ, Paul. **Art in Latin American Architecture**. New York: Reinhold Publishing, 1963, p. 50. Grifo nosso.

FARIAS, Agnaldo. "Athos Bulcão – o inventor discreto". In: PENSAR ATHOS: OLHARES CRUZADOS – VI FÓRUM BRASÍLIA DE ARTES VI FÓRUM BRASÍLIA DE ARTES VISUAIS. Brasília: Fundação Athos Bulcão, 2010.

FARIAS, Agnaldo; FERNANDES, Fernanda (org.). **VII Fórum Brasília de Artes Visuais – Arte e Arquitetura**: balanços e novas direções. Brasília: Fundação Athos Bulcão / Editora Universidade de Brasília, 2010.

FERNANDES, Fernanda. "Arquitetura e Concretismo". In: **Desígnio**: revista de história da arquitetura e do urbanismo (publicação semestral). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, no. 01, São Paulo: Annablume, 2004.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GORELIK, Adrián. **Das vanguarda a Brasília**: cultura urbana e arquitetura na América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

KRAUSS, Rosalind. "A escultura no campo ampliado". **Gávea** (revista do Curso de Especialização em História da Arte e Arquitetura no Brasil). PUC-Rio: Rio de Janeiro, 1984, pp. 129-137.

LOURENÇO, Maria Cecília França. **Museus acolhem o Moderno**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

LOURENÇO, Maria Cecília França. **Operários da modernidade**. São Paulo, HUCITEC/ EDUSP, 1995.

MURTINHO, Waldimir do Amaral. **Depoimento:** programa de história oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990.

OCKMAN, Joan. "A plastic epic: the synthesis of the art discourse in the France in the midtwentieth century". In: PELKONEN, Eeva-Liisa e LAAKSONEN, Esa (org.). **Architecture + Art**: new visions, news strategies. Helsink: Alvar Aalto Academy, 2007.

WISNIK, Guilherme. "Itamaraty". **Arquitetura e Urbanismo**, ano 8, no. 226, janeiro 2013, p. 37.

WISNIK, Guilherme. **Dentro do nevoeiro**: diálogos cruzados entre arte e arquitetura contemporânea. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2012.

BRETT, Guy. "Sérgio Camargo, um mestre da escultura". **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 de novembro de 1994.

BRITO, Ronaldo. "A ordem e a loucura da ordem". In: LIMA, Sueli de (org.). **Experiência crítica**. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 311

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. "Palácio do Itamaraty: questões de história, projeto e documentação (1959-70)". Disponível em: < http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.106/65.> Acessado em 20 de junho 2017

DUARTE, Paulo Sergio – "Sentido e Urbanidade". In CABRAL, Valéria Maria Lopez (org.). **Athos Bulcão**. Brasília: Fundação Athos Bulcão, 2009, p. 17-18.

DUARTE, Paulo Sergio. **Sergio Camargo**: luz e matéria/ Paulo Sergio Duarte. - Porto Alegre: Fundação Iberê Camargo, 2016.

Alves, Cauê. "Luz é matéria". In: DUARTE, Paulo Sergio. **Sergio Camargo**: luz e matéria/ Paulo Sergio Duarte. - Porto Alegre: Fundação Iberê Camargo, 2016, p. 21-26

SEGRE, Roberto [et all]. **Arquitetura+Arte+cidade**: um debate internacional. Rio de Janeiro: Prourb, Docomomo-Rio, Viana & Mosley, 2010.

Salvador - 2018

ARQUITETURA ESCOLAR INFANTIL: INTERAÇÃO PESQUISA E ENSINO

CHILDHOOD SCHOOL ARCHITECTURE: INTERACTION RESEARCH AND TEACHING

ARQUITECTURA ESCOLAR INFANTIL: INTERACCIÓN INVESTIGACIÓN Y ENSEÑANZA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

DEMBINSKI, Fernanda Maria Dors
Arquiteta e Urbanista
fernanda.dors@gmail.com

MODLER, Nébora Lazzarotto
Arquiteta, Mestre, Professora da UFFS e Doutoranda [DINTER] Programa de Pós-graduação em Arquitetura/UFRJ
nebora.modler@uffs.edu.br

RHEINGANTZ, Paulo Afonso
Arquiteto, Doutor, Professor do Programa de Pós-graduação em Arquitetura/UFRJ e Professor Visitante do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPel
parheingantz@gmail.com

ARQUITETURA ESCOLAR INFANTIL: INTERAÇÃO PESQUISA E ENSINO

CHILDHOOD SCHOOL ARCHITECTURE: INTERACTION RESEARCH AND TEACHING

ARQUITECTURA ESCOLAR INFANTIL: INTERACCIÓN INVESTIGACIÓN Y ENSEÑANZA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados de um trabalho final de graduação em arquitetura e urbanismo (TFG) que integrou ensino e pesquisa no desenvolvimento de um projeto com o tema da Arquitetura para a Educação Infantil. Sob a orientação de sua professora e doutoranda em arquitetura, a aluna de TFG participou dos estudos de campo, leituras e discussões coletivas da equipe de pesquisa de doutorado de sua professora e aplicou os conhecimentos que ajudou a produzir como base para o desenvolvimento de seu trabalho de TFG. Apesar do reconhecimento dos educadores e arquitetos, é possível considerar que a concepção dos edifícios e espaços para a Educação Infantil segue desvinculada do processo educativo e das práticas pedagógicas na grande maioria das escolas municipais de educação infantil (EMEIs). Como resultado a arquitetura das EMEIs segue priorizando um conjunto abstrato de aspectos técnico-funcionais, em detrimento das demandas das crianças pequenas e do ambiente relacional. Os resultados obtidos pela integração resultante da imersão na temática associada às reflexões coletivas e vivências de campo compartilhadas possibilitaram traduzir e espacializar as descobertas e experiências em um projeto de arquitetura da EMEI objeto de TFG.
PALAVRAS-CHAVE: projeto arquitetônico; arquitetura escolar; educação infantil; pesquisa; ensino; integração.

ABSTRACT: This paper presents the results of a undergraduate work in architecture and urbanism (TFG) that integrated teaching and research in the development of a project with the theme of Architecture for Early Childhood Education. Under the guidance of her teacher and doctoral student in architecture, the TFG student participated in the field studies, readings and collective discussions of the doctoral research team of her teacher and applied the knowledge she helped to produce as a basis for the development of her work of TFG. Despite the recognition of educators and architects, it is possible to consider that the conception of buildings and spaces for Early Childhood Education remains unrelated to the educational process and pedagogical practices in the majority of municipal schools of Early Childhood Education (EMEIs). As a result, the EMEI architecture continues to prioritize an abstract set of technical-functional aspects, to the detriment of the demands of small children and the relational environment. The results obtained by the integration resulting from the immersion in the theme associated to the collective reflections and shared field experiences allowed translating and spatialize the findings and experiences in an architecture project of the EMEI object of TFG.
KEYWORDS: architectural design; school architecture; early childhood education; research; teaching; integration.

RESUMEN:Este artículo presenta los resultados de un trabajo final de graduación en arquitectura y urbanismo (TFG) que integró enseñanza e investigación en el desarrollo de un proyecto con el tema de la Arquitectura para la Educación Infantil. Bajo la orientación de su profesora y doctoranda en arquitectura, la alumna de TFG participó en los estudios de campo, lecturas y discusiones colectivas del equipo de investigación de doctorado de su profesora y aplicó los conocimientos que ayudó a producir como base para el desarrollo de su trabajo de TFG. A pesar del reconocimiento de los educadores y arquitectos, es posible considerar que la concepción de los edificios y espacios para la Educación Infantil sigue desvinculada del proceso educativo y de las prácticas pedagógicas en la gran mayoría de las escuelas municipales de Educación Infantil (EMEIs). Como resultado la arquitectura de las EMEIs sigue priorizando un conjunto abstracto de aspectos técnico-funcionales, en detrimento de las demandas de los niños pequeños y del ambiente relacional. Los resultados obtenidos por la integración resultante de la inmersión en la temática asociada a las reflexiones colectivas y vivencias de campo compartidas permitieron traducir y espacializar los descubrimientos y experiencias en un proyecto de arquitectura de la EMEI objeto de TFG.
PALABRAS-CLAVE: *diseño de arquitectura, arquitectura escolar, educación infantil, investigación; enseñanza; integración*

INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos os resultados de um Trabalho Final de Graduação (TFG) desenvolvido na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) integrando ensino e pesquisa na resolução de um problema de projeto de Arquitetura e Urbanismo com a temática da arquitetura escolar para a educação infantil. Mais especificamente, vincula os resultados, ainda parciais, de uma pesquisa de doutorado que busca construir um conjunto de recomendações para projetos de arquitetura escolar para a Educação Infantil na Região Norte do Rio Grande do Sul (Zona Bioclimática 2 - ZB2) com a atividade de ensino no desenvolvimento de um Trabalho Final de Graduação (TFG) envolvendo o projeto de arquitetura para a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Monteiro Lobato para o município de Paulo Bento/RS. A proposta arquitetônica do TFG consistiu em um projeto novo, contudo optou-se por conservar e readequar uma parte da edificação pré-existente que atende atualmente as instalações da EMEI.

Partimos do contexto em que, apesar de reconhecida a complexidade interdisciplinar que envolve a área de arquitetura escolar para a Educação Infantil (uma vez que o espaço-ambiente infantil tem papel fundamental no processo educativo) tal temática continua sendo negligenciada por professores de ateliê de projeto, arquitetos e gestores públicos responsáveis pela produção arquitetônica e concretização de tais instituições. Em relação a essa problemática, nos alinhamos a Faria (2012) que identifica a atual *desconexão* entre a produção concreta de arquitetura e os estudos que abordam a temática da arquitetura para a Educação Infantil. Dessa forma, buscamos uma experiência de integração entre pesquisa e ensino a fim de verificarmos qual o alcance da contribuição que a pesquisa, através da vivência de campo no *chão da escola*, poderia oferecer ao aluno em seu processo de desenvolvimento de TFG.

Organizamos a integração da seguinte forma: a aluna de TFG participou da equipe de estudos da docente-orientadora (que realizou estudos de campo, leituras e discussões coletivas) e, concomitantemente, desenvolveu os estudos da proposta de seu TFG. A integração mostrou-se satisfatória, pois através das reflexões e vivências da equipe, foi possível traduzir e espacializar tais experiências na proposta arquitetônica da EMEI.

PROBLEMATIZAÇÃO: A CONCEPÇÃO DE PROJETO DESCONECTADA DOS ESTUDOS DE REFERÊNCIA

Os estudos acadêmicos das últimas duas décadas[1], da Arquitetura e da Pedagogia, confirmam que o espaço-ambiente[2] das instituições de Educação Infantil tem papel determinante no processo educativo, sendo assumido propriamente como um *elemento curricular* (FORNEIRO 1998), em função de seu papel estruturante nas relações criança-crianças, criança-educadores e criança-ambiente.

[1] Dentre os autores e pesquisadores pode-se mencionar CARVALHO & RUBIANO, 1994; ZABALZA, 1998; ELALI, 2002; FARIA, 2003; CABANELLAS et al, 2005; HORN, 2004; MACHADO, 2008; SOUZA, 2009; FLORES & ALBUQUERQUE, 2015.

[2] Ao adotar a designação composta nos alinhamos com Rheingantz et al. (2009), Horn (2007) e Hoyuelos (2005). Quando utilizadas em separado, **espaço** se restringe às qualidades físicas ou dimensionais, enquanto **ambiente** abrange os aspectos psicológicos e culturais atrelados à vivência das pessoas ocupantes do espaço (RHEINGANTZ et al. 2009).

Zabalza (1998, p. 49), ao discutir os dez[3] "aspectos-chave" de uma Educação Infantil de qualidade, enfatiza a importância da "organização dos espaços", uma vez que quase todos os demais aspectos têm no espaço-ambiente sua condição básica para se efetivarem com qualidade.

Contudo, os frutos colhidos nas atividades de pesquisas e extensão universitárias que envolvem avaliação de desempenho de ambientes escolares[4], bem como nas reflexões de pensadores da Educação pouco estão servindo para retroalimentar a produção concreta dos projetos arquitetônicos, tanto no que se refere aos exercícios projetuais dos ateliês de arquitetura (ensino de graduação), quanto às edificações construídas, que efetivamente criam o *chão da escola*.

No ateliê de projeto, é comum os alunos partirem de um programa arquitetônico de escola previamente estipulado (inspirado no modelo do FDE[5], na maioria das vezes), o qual se baseia apenas nas funções técnicas, sem preocupação com as especificidades dos principais ocupantes dos ambientes – no caso das EMEIs, *as crianças pequenas* – ou com suas relações e implicações com as práticas pedagógicas pensadas pelos professores. Dessa forma, a maioria das propostas projetuais seguem modelos semelhantes aos das escolas do século XIX, centrados na disciplina e no controle, os quais reproduzem concepções típicas de uma visão adultocêntrica (KOWALTOWSKI, 2011; FARIA, 2012; RHEINGANTZ, 2013) a qual vai de encontro às ideias atuais dos principais pensadores da Educação Infantil.

Também os órgãos públicos responsáveis por pensar a educação e o provimento desta (secretarias de obras, planejamento e educação) pouco se comunicam entre si, pois os projetos arquitetônicos que concretizam as escolas, muitas vezes, não atendem sequer as normativas de qualidade do MEC[6]. Conforme Faria (2012), tal situação também ocorre no âmbito federal:

> Aquilo que se debate na Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC) sobre a função da escola, os métodos de ensino, a gestão e a avaliação escolares não entra nos gabinetes técnicos do setor de gerenciamento de projetos e construções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Lá, os arquitetos e engenheiros estão alheios ao que se discute sobre a qualidade da educação pública dos brasileiros e brasileiras (FARIA 2012, p. 101).

[3] Os dez aspectos-chave apontados por Zabalza (1998: 49) são: 1- Organização dos espaços; 2- Equilíbrio entre iniciativa infantil e trabalho dirigido no momento de planejar e desenvolver as atividades; 3- Atenção privilegiada aos aspectos emocionais; 4- Utilização de uma linguagem enriquecida; 5- Diferenciação de atividades para abordar todas as dimensões do desenvolvimento e todas as capacidades; 6-Rotinas estáveis; 7- Materiais diversificados e polivalentes; 8- Atenção individualizada a cada criança; 9- Sistemas de avaliação, anotações, etc. que permitam o acompanhamento global do grupo e de cada uma das crianças; 10- Trabalho com os pais e as mães e como o meio ambiente (escola aberta).

[4] No âmbito da temática da arquitetura escolar, o Grupo Ambiente-Educação (GAE/PROARQ - UFRJ) tem contribuído com pesquisas de avaliação de desempenho ambiental que buscam relacionar o desenvolvimento da criança com o ambiente físico escolar, bem como analisar o caráter pedagógico do ambiente construído. Disponível em:http://www.gae.fau.ufrj.br/Acesso em 1jun2018.

[5] Fundação para o Desenvolvimento da Educação do governo do estado de São Paulo.

[6] Dentre estes documentos de qualidade ressaltamos: (a) o documento preliminar Padrões de Infra-estrutura para o Espaço Físico destinado à Educação infantil (BRASIL, 2004); (b) Parâmetros Nacionais de Infra-Estrutura Para as Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006), ambos elaborados com base nos estudos do Grupo Ambiente-Educação (GAE) e publicado pela Coordenação Geral de Educação Infantil (COEDI/MEC); (c) Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 1998); (d) Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças (BRASIL, 2009).

O resultado são escolas (creches e pré-escolas) que buscam, simplesmente, atender a demanda estruturada pela secretaria de educação, em detrimento do ambiente relacional e da proposta pedagógica da escola. Esta questão é identificada por Faria (2012) como uma desconexão que precisa ser superada, a fim de que os resultados dos estudos acadêmicos efetivamente sirvam de referência e alimentem a produção arquitetônica escolar.

No caso do Programa Proinfância[7], uma auditoria operacional realizada em 2012 nas EMEIs com projetos padrão Tipo B e Tipo C pelo Tribunal de Contas da União (TCU), revelou que as secretarias municipais de educação pesquisadas apontaram "diversas inadequações do projeto às necessidades regionais, principalmente, em relação ao clima e ao aproveitamento de espaços"[8] (BRASIL 2012: 11), o que, segundo o TCU, é consequência da inexistência de diagnóstico prévio para embasar a concepção dos projetos padrão.

Modler *et al* (2018) também ressaltam que um amplo estudo sobre os condicionantes físico-ambientais e socioculturais das diversas regiões brasileiras deveria anteceder a elaboração dos projetos padrão do Proinfância, de modo a evitar problemas de desconforto ambiental e de habitabilidade. Tal apontamento é fruto dos resultados de uma pesquisa de avaliação de desempenho com enfoque nas condições de conforto ambiental realizada em projeto padrão Proinfância Tipo B, localizado em município na ZB2, na qual os autores constataram: (a) insatisfação dos usuários da edificação com relação ao desconforto por frio ocasionado pelo piso em granitina; (b) circulações externas desprotegidas da umidade e do frio; (c) desconforto acústico ocasionado por ruído advindo do pátio coberto; (d) localização inadequada do refeitório, o qual é integrada ao pátio; (e) salas de atividades subdimensionadas e inexistência de banheiros próximos a algumas salas.

Os resultados do estudo de campo de Modler *et al* (2018) também demonstram a importância de se utilizar instrumentos de Avaliação Pós-ocupação (APO) diversificados para ser possível compreender, a partir do olhar técnico do arquiteto e da vivência do usuário, a diversidade de usos e de significados que o ambiente escolar infantil possui e que o projeto arquitetônico, portanto, deverá atender.

Nesse contexto, importa entendermos melhor de que espaço-ambiente para a Educação Infantil falam os pensadores da Pedagogia e qual a perspectiva da normativa atual brasileira.

FUNDAMENTAÇÃO: ESPAÇO-AMBIENTE PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

No que tange às normativas pertinentes ao tema, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (BRASIL 2009) constituem, segundo Flores e Albuquerque (2015, p.17), um grande avanço na história da Educação Infantil no Brasil. Dentre as conquistas: a criança é assumida como *sujeito* de seu

[7] O Proinfância (Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil) foi lançado em 2007 pelo governo federal com o objetivo de prestar assistência aos municípios e Distrito Federal para a construção e aquisição de equipamentos e mobiliário para as creches e pré-escolas públicas (BRASIL 2016; COELHO, 2015). Dentre as funções do Proinfância está a disponibilização de projetos arquitetônicos padrão, cuja elaboração ocorre a cargo do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE).

[8] Conforme relatório do TCU, "os principais relatos dizem respeito ao refeitório das crianças desprotegido do frio e da chuva (9); ao anfiteatro descoberto (5); à ausência de acesso coberto entre diversos espaços – refeitório, cozinha e banheiros (4); e à inadequação do espaço, por falta de local específico para guarda dos materiais pedagógicos, tamanho inadequado dos espaços (ex. sala de reuniões) e ausência de espaço para determinadas funções (ex. refeitório dos funcionários)" (BRASIL 2012: 11).

processo educativo, a qual constrói sua identidade a partir das interações, relações e práticas cotidianas que vivencia; e os eixos estruturantes das práticas pedagógicas passam a ser as *interações* e a *brincadeira* (Brasil 2009).

Conforme Wajskjop (2012), a brincadeira pressupõe interação, pois ao brincar a criança interage com seus pares, adultos e com o meio que a cerca. A brincadeira está imersa na cultura infantil, visto que o processo de transmissão das brincadeiras ocorre através da forma que a criança vê a cultura do adulto. Assim, a partir de uma perspectiva vygotskyana[9] a brincadeira,

> é uma situação privilegiada de aprendizagem infantil onde o desenvolvimento pode alcançar níveis mais complexos, exatamente pela possibilidade de interação entre os pares em uma situação imaginária e pela negociação de regras de convivência e de conteúdos temáticos Wajskjop (2012, p. 41),

A brincadeira é também uma forma de linguagem da criança, assim como a fantasia, o afeto, o movimento, dentre outras, a partir das quais a criança passa a conhecer o mundo, e construir sua identidade (KUHLMANN JR. 1999, p. 65), sendo que, nesse contexto, espaço-ambiente assume papel central. Conforme Mayumi Lima:

> é no brincar das crianças que o espaço adquire uma dimensão essencial: não há possibilidade alguma de brincar sem que haja disponibilidade de um espaço e um tempo adequados, ambos, ao tipo de movimento e atividade que uma determinada brincadeira exige (LIMA, 1995, p. 187).

Assim, o espaço-ambiente da Educação Infantil deve ser concebido a partir de uma cuidadosa reflexão, visto que deverá ser indutor de experiências e percepções (dotado de texturas, cores, luzes, sombras, materiais, etc.) capazes de auxiliar os pequenos nos processos imaginativos de suas brincadeiras e interações.

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A experiência relatada neste artigo foi desenvolvida no âmbito do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFFS/Campus Erechim. Em termos metodológicos, ao longo do ano letivo de 2017 a organização das atividades deu-se da seguinte forma: a aluna de TFG participou da equipe de estudos da docente-orientadora concomitantemente ao período em que desenvolveu os estudos da proposta de seu TFG. Assim, a docente aliou as atividades de *docência-pesquisa* a de *docência-ensino,* uma vez que o tema do TFG se insere na sua temática de pesquisa de doutorado[10] - projeto arquitetônico de escolas de Educação Infantil.

[9] Referente a teoria de Lev Vygotsky (1896- 1934), considerado um dos principais teóricos de referência na Psicologia e na Educação. Vygotsky defende que o desenvolvimento ontogenético humano ocorre através da interação com outros sujeitos sociais em um dado meio contextualizado na história e na cultura, sendo que a brincadeira infantil desempenha papel fundamental no desenvolvimento da criança. Para um maior aprofundamento nas ideias de Vygotsky sobre o desenvolvimento humano indicamos as seguintes obras: VYGOTKY, L. (2007); VASCONCELLOS e SANTANA (2012).

[10] Projeto de pesquisa (Ambientes para a educação infantil: a arquitetura de espaços relacionais) registro nº. 23205.004347/2016 na UFFS/Campus Erechim/RS relativo à pesquisa da profa. Nébora Lazzarotto Modler, do doutorado DINTER em Arquitetura envolvendo o Programa de Pós-graduação em Arquitetura da UFRJ e o Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFFS.

A equipe de estudos da docente era composta, além da aluna de TFG, por mais cinco alunos do Curso de Arquitetura. Nos encontros quinzenais da equipe eram realizadas leituras e discussões acerca das relações entre pedagogia e arquitetura escolar a partir de um viés transdisciplinar. Também se realizou o estudo das estratégias multimétodos de Avaliação Pós-ocupação (APO), segundo a perspectiva da *Abordagem Experiencial* e *Observação Incorporada*[11] (RHEINGANTZ et al 2009).

As atividades da equipe de estudos também incluíram pesquisas de campo – três estudos de caso em escolas de Educação Infantil da região norte do Rio Grande do Sul[12], sendo duas escolas públicas com projeto padrão Proinfância e uma particular – envolvendo os procedimentos *Percurso à Deriva*[13] e *Análise Walkthrough*[14]. Para a realização do Percurso à Deriva, todos os alunos acompanhados da docente visitaram todas as escolas, a fim de ampliar suas experiências em edificações escolares. Já para a realização da Análise Walkthrough, optou-se por reduzir o número dos pesquisadores a fim de não causar estranhamento nas crianças. Assim, a equipe foi dividida em três duplas, sendo que cada dupla realizou a visita em uma escola, acompanhados da docente.

Na sequência, as experiências dos estudos de campo foram apresentadas e discutidas nos encontros da equipe e os resultados das discussões foram reunidas em um conjunto de descobertas e percepções consideradas positivas e negativas de cada unidade observada.

Em paralelo às atividades da equipe de pesquisa, a aluna de TFG seguia com o desenvolvimento e estudo da proposta arquitetônica para a EMEI Monteiro Lobato, e, tendo em vista a existência atual da referida instituição (com área edificada de 350m²) no mesmo terreno objeto de estudo de TFG, optou por conservar e readequar uma parte da edificação pré-existente. Localizada na área central da cidade de Paulo Bento, em 2017, a EMEI Monteiro Lobato contava com 70 crianças na faixa etária de 4 a 6 anos, 5 educadoras e 2 auxiliares de educação infantil.

A partir de sua experiência nos estudos de campo da equipe de pesquisa, a aluna desenvolveu uma Análise Walkthrough na EMEI Monteiro Lobato, a fim de se aproximar dos usuários e vivenciar os espaços-ambientes da instituição.

[11] Os estudos sobre a Abordagem Experiencial e os procedimentos da Observação Incorporada foram realizados a partir de RHEINGANTZ *et al* (2009). Também foram analisados os relatórios de estudos de caso do Grupo Ambiente Educação (GAE) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ/FAU/UFRJ).

[12] Os autores optam por manter o anonimato da instituição escolar. Salienta-se que este trabalho está aprovado na Plataforma Brasil e Comitê de Ética em Pesquisa, sob o CAAE 46952015.1.0000.5257, nº de parecer 1.173.490.

[13] O Percurso á Deriva consiste no primeiro contato dos pesquisadores com o local de desenvolvimento da avaliação, tendo como objetivo fornecer as primeiras impressões sobre a edificação e, se possível, não partir de pressupostos. Sugere-se que a visita seja feita conforme o desejo dos pesquisadores, sem prévia organização de percurso ou mesmo de olhares. (GOULART *et al* 2011).

[14] Concebida por Kevin Lynch (1960) a Análise Walkthrough é, basicamente, um percurso realizado pelo(s)_observador(as) acompanhados por pessoas que conhecee e vivenciam a edificação a ser analisada. Se possível, deve ser complementada por entrevistas não estruturadas com os acompanhantes, com o objetivo de registrar a percepção dos ocupantes sobre as condições de uso e, qualidades e problemas de cada ambiente. Associada com os resultados e descobertas das entrevistas e dos registros (fotográficos, desenhos e gravações de áudio, a Análise Walkthrough possibilita a identificação das características positivas e negativas dos ambientes bem como os modos de sua apropriação pelos usuários (RHEINGANTZ *et al* 2009).

A observação foi bem acolhida pelas crianças e professoras, que relatavam suas vivências na escola. Para registro das observações foram utilizadas fichas pré-elaboradas e fotografias (sem expor as imagens dos ocupantes). Conforme solicitado pela direção da EMEI, não foram utilizados recursos de gravação e de áudio e filmagem. Os resultados possibilitaram uma melhor compreensão sobre a operação da EMEI, seus pontos fortes e as dificuldades, bem como ocorre a relação entre os elementos do programa arquitetônico, os fluxos de acesso e circulação, os dimensionamentos dos ambientes internos e áreas externas, condições de conforto ambiental e especificidade dos mobiliários em relação à escala da criança.

DIRETRIZES PROJETUAIS ARQUITETÔNICAS DO TFG

A partir das experiências na equipe de pesquisa e das descobertas da Análise Walkthrough desenvolvida na EMEI Monteiro Lobato, a aluna estabeleceu as diretrizes projetuais para a proposta de TFG, quais sejam:

Os espaços-ambientes da EMEI deverão: (a) favorecer as interações da criança com seus pares, com os educadores e desta com o próprio ambiente interno e externo; (b) oportunizar brincadeiras, experiências e descobertas, promovendo o aprendizado através da autonomia da criança; (c) ser seguros, acolhedores e acessíveis a criança; (d) ser dotados de qualidade ambiental, no sentido de proporcionar conforto (bem-estar) para a criança em atividade escolar, bem como contribui para o seu desenvolvimento cognitivo, motor, psicológico e sociocultural.

Com base em tais diretrizes elencadas, nos condicionantes físico-ambientais e socioculturais do sítio de implantação, bem como na demanda de crianças atendidas pela atual EMEI Monteiro Lobato, a aluna definiu o programa e o zoneamento arquitetônico da proposta, os quais são apresentados no Quadro 1 e Figura 2, respectivamente.

OS RESULTADOS DO PROJETO ARQUITETÔNICO

O terreno considerado neste estudo, como já mencionado, é o mesmo no qual está localizada a atual edificação da EMEI Monteiro Lobato, conforme indica a Figura 1.

Figura 1: Terreno de projeto com edificação existente
Fonte: DEMBINSKI (2017, p. 54)

Na definição do programa arquitetônico buscou-se atender as necessidades funcionais da EMEI, sem deixar de priorizar a flexibilidade no uso dos ambientes de apropriação das crianças.

Dessa forma, acolhimento, qualidade ambiental e a expressão de uma pedagogia que estimulasse a autonomia e apropriação da criança foram as principais características pretendidas no projeto, a fim de exprimir as necessidades de movimento das crianças, de expressão, de privacidade e de sociabilidade, por meio de ambientação física concebida como lugar funcional e aconchegante.

O projeto foi organizado a partir de alguns aspectos, como (a) conservação de parte da edificação da EMEI pré-existente; (b) possibilidade de a criança percorrer os espaços externos e internos; (c) possibilidade de a criança ter domínio visual ao longo de toda edificação; (d) configuração volumétrica fluída, com pátios e conexões entre interior/exterior; (e) ambientes coletivos de interação e brincadeiras (Figura 2 e Figura 3).

Quadro 1: Ambientes do Programa Arquitetônico proposto na EMEI e áreas equivalentes

Ambiente		Área (m²)		Ambiente	Área (m²)
1	Acesso Coberto	120	23	Deck Externo	55
2	Área de Recepção e Espera	35	24	Sala de Leitura	65
3	Área de Recreação Interna	55	25	Conexão	35
4	Secretaria	18	26	Sala e Referência Pré I	83
5	Almoxarifado	12	27	Sanitário / Banho Coletivo Salas Pré	15
6	Sanitários Acessíveis	9	28	Sala de Referência Pré II	82
7	Sala de Reuniões	15	29	Sala de Referência Maternal A	65
8	Coord. E Direção	19	30	Sanitário / Banho Coletivo Maternal	18
9	Sala de Professores	18	31	Sala de Referência Maternal B	66
10	Sala de Planejamento	21	32	Solário Compartilhado Maternal	60
11	Sanit. e Vestiários Func	24	33	Sala de Referência Berçário I	50
12	Lavanderia e DML	18	34	Berçários I e II	15 cada
13	Depósito Geral	17	35	Fraldário I e II	8
14	Dep. de Mobiliário e Manutenção	25	36	Sala de Referência Berçário II	55
15	Despensa de Alimentos	14	37	Sala de Referência Berçário III	55
16	Lavanderia da Cozinha e Triagem	12	38	Berçário III	12
17	Cozinha	35	39	Fraldário III	4
18	Cozinha Experimental Infantil	16	40	Aleitamento Materno	16
19	Área para refeições	40	41	Lactário	7
20	Área de Higienização	10	42	Banho Acessível PNE	10
21	Depósito da Horta	9	43	Ateliê Infantil	45
22	Circuito Interativo	150	44	Casa de Brincar	75

Fonte: DEMBINSKI (2017, p. 5)

Figura 2: Zoneamento e esquema de condicionantes ambientais
Fonte: DEMBINSKI (2017, p. 04)

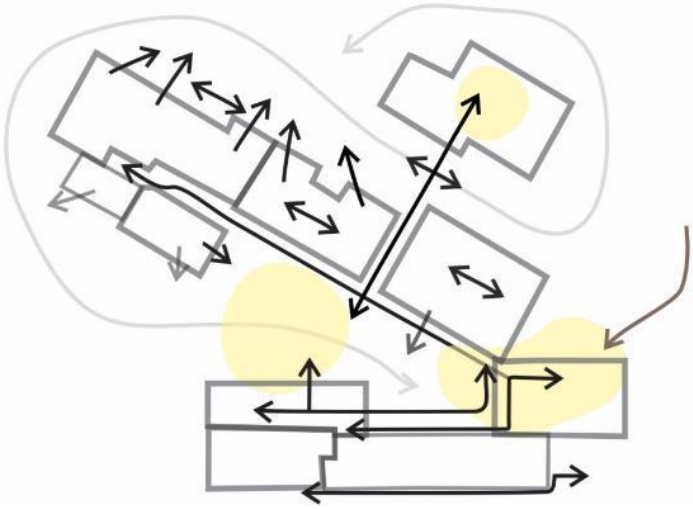


Figura 3: Esquema de circulação, espaços coletivos
Fonte: DEMBINSKI (2017, p. 04)

A distribuição do bloco de salas de atividades foi conformada em sentido diagonal ao terreno, por duas razões: (a) para melhor adequar-se as curvas de nível do terreno, visando eliminar desníveis no interior da edificação; (b) para orientar as salas para o norte, a fim de alcançar condições satisfatórias de conforto

ambiental ao longo do ano. A Figura 5 apresenta a planta da EMEI, bem como as Figuras 6, 7 e 8 evidenciam os cortes.

Em todos os espaços de maior permanência das crianças, foi adotada a ventilação cruzada a fim de promover a ventilação higiênica e a retirada do ar quente no verão. Bem como, através dos fechamentos transparentes destas aberturas, ocorre incidência solar direta no inverno (Figura 4).

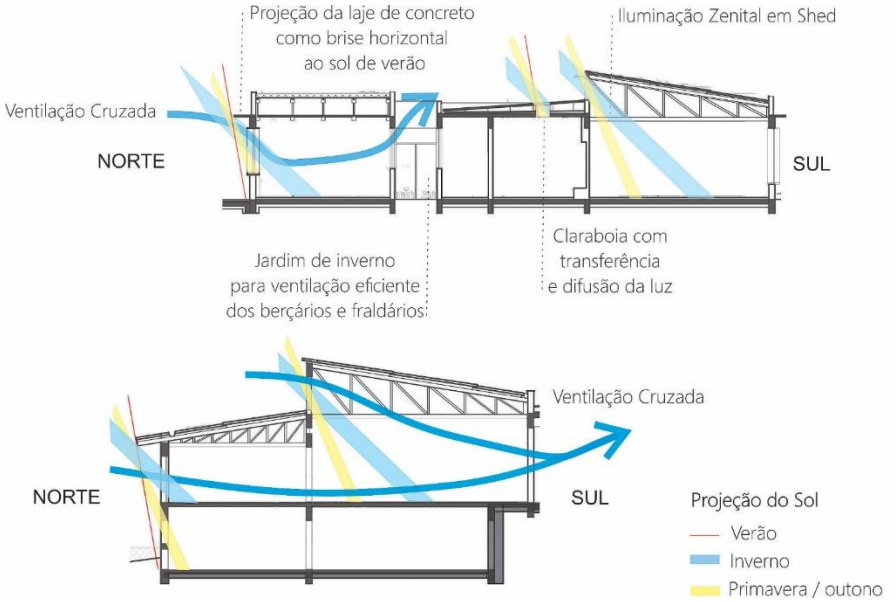


Figura 4: Corte esquemático demonstrando iluminação e ventilação
Fonte: DEMBINSKI (2017, p. 04)

Os esquemas apresentados na Figura 4 demonstram como a iluminação natural se comporta na edificação - o primeiro corte evidencia o Berçário, o Jardim, o Fraldário e a Sala de Leitura; o segundo demonstra a Casa de Brincar. Os solários são orientados para o norte, assim como a Casa de Brincar. As esquadrias voltadas para leste e oeste contam com brises verticais móveis a fim de conferir proteção da insolação direta no verão.

1. Acesso Coberto
2. Recepção e Espera
3. Área de Recreação Interna e Circ.
4. Secretaria
5. Almoxarifado
6. Sanitários Acessíveis
7. Sala de Reuniões
8. Coordenação e Direção
9. Sala de Planejamento Pedagógico
10. Sala de Professores
11. Circulação Administrativa
12. Sanitários e Vestiários Func.
13. Lavanderia e DML
14. Depósito de Mobiliários e Geral
15. Despensa e Apoio a cozinha
16. Cozinha
17. Cozinha Experimental Infantil
18. Área de Refeições com espaço de higiene
19. Playground
20. Área de Mesas com Seixos
21. Horta, Depósito e Área de Varais
22. Pátio 03 - das Experiências Sensoriais
23. Deck externo
24. Circuito Interativo
25. Sala de Leitura
26. Lactário e Banho Acessível
27. Aleitamento Materno
28. Berçário e Fraldário
29. Sala de Referência Berçário III
30. Sala de Referência Berçário II
31. Solário Compartilhado
32. Sala de Referência Berçário I
33 Sala de Referência Maternal A
34. Sanitários Coletivos Infantis
35. Sala de Referência Maternal B
36. Sala de Referência Pré I
37. Sala de Referência Pré II
38. Espaço de Conexão
39. Ateliê
40. Casa de Brincar
41. Pátio 02 - da Brincadeira
42. Pátio 01 - dos Sons

Figura 5: Planta da EMEI
Fonte: DEMBINSKI (2017, p. 05)

A escola convida a criança à descoberta dos espaços-ambientes, pois estabelece relações visuais e sensoriais importantes desde o acesso até o percorrer completo do circuito interativo, o qual culmina com a chegada da criança na Casa de Brincar. Esta é composta por um espaço de ateliê e praça de

brincadeiras/interações. Em todos os ambientes projetados buscou-se manter uma unidade entre o interior e exterior do edifício.

Figura 6: Corte Transversal AA'
Fonte: DEMBINSKI (2017, p. 06)

Figura 7: Corte Transversal BB'
Fonte: Autora (2017, p. 09)

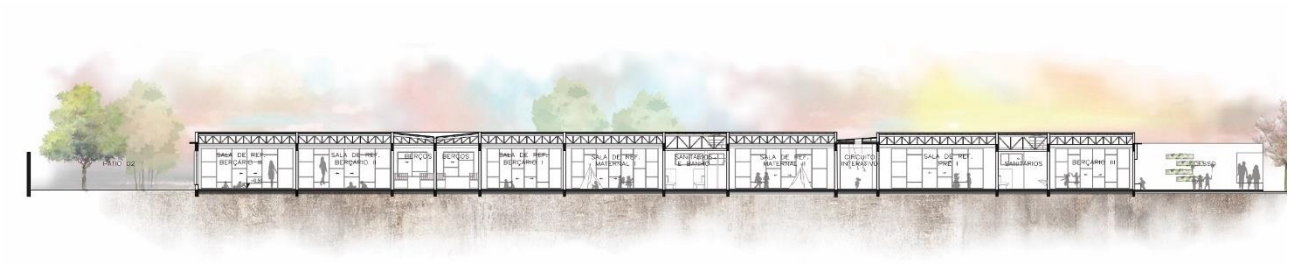


Figura 8: Corte Longitudinal CC'
Fonte: DEMBINSKI (2017, p. 08)

Os sistemas estruturais adotados são compostos por treliças de madeira, as quais estão dispostas aparentes na maior parte dos ambientes, garantindo, assim, ritmo. Para vedação, optou-se por alvenaria de tijolos rebocados em grande parte da edificação (por se tratar de uma técnica construtiva disseminada na região), marcando os ambientes com o uso da cor como fator de localização e compreensão do espaço para a criança. O uso de piso linóleo foi escolhido por ser composto por matérias-primas naturais, renováveis e de conteúdo reciclável e biodegradável. O linóleo não foi utilizado nas áreas externas e na parte do edifício pré-existente, no qual manteve-se piso em tacos de madeira. O intuito foi trabalhar com cores leves e marcação nos pisos de acordo com o uso e faixa etária das crianças.

O acesso à escola se dá por um espaço coberto que possibilita a chegada dos transportes escolares e também o acolhimento aos usuários da EMEI, conforme evidencia a Figura 9.

Figura 9: Perspectiva do Acesso a EMEI[15]
Fonte: DEMBINSKI (2017, p. 05)

A Figura 10 representa a área de recepção da EMEI e o acesso à área de recreação interna.

Figura 10: Perspectiva da transição entre a recepção e a área de recreação interna
Fonte: DEMBINSKI (2017, p. 06)

As salas de atividades contam com nichos a fim de dinamizar e enriquecer a experiência do ambiente. Como exemplo, nas salas do Pré o acesso acontece por um espaço de acolhimento com armários (1) e um espaço com brinquedos e outros elementos que estimulam a brincadeira (2); contando ainda com um mezanino (3) que volta-se para a sala e possibilita inúmeras apropriações; uma área de bancadas (4) que

[15] Fontes das imagens humanas – Links de acesso: **Figura 9** - <http://skalgubbar.se/2017/10/18/339-p-and-kids-on-the-way-from-the-train-station-in-frauental/>; <http://cutoutlife.tumblr.com/page/4>; <http://78.media.tumblr.com/dc0553b78318b20cea393038070353a6/tumblr_o0gikfkL2n1u1wfhxo1_r1_540.png>; **Figura 10** - <http://40.media.tumblr.com/2b298d4f40c1020ff97919f9bc94c9fe/tumblr_nywvit4SEE1u1wfhxo1_540.png>; <http://skalgubbar.se/2017/08/06/335-c-graduated-from-university/>; <https://www.pinterest.fr/pin/354728908143396800/>, acesso em 20 de nov de 2017.

conta com espaços para armazenar materiais, e lousa digital; e por fim, a área de atividades e descanso coletiva (5), conforme evidencia a Figura 11.

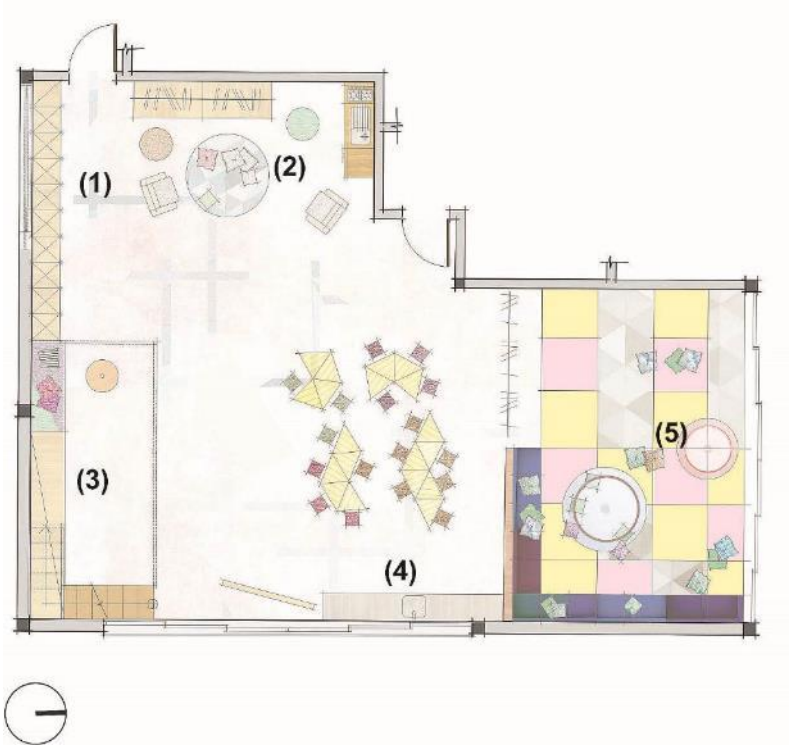


Figura 11: Ampliação de uma das salas da Pré-escola
Fonte: DEMBINSKI (2017, p. 08)

A Figura 12 ilustra as propostas para os espaços-ambientes da Sala do Pré e do refeitório/cozinha experimental.

Figura 12: Perspectiva da Sala de Pré a esquerda, e Cozinha experimental e refeitório à direita
Fonte: DEMBINSKI (2017, p. 09)[16]

[16] Fontes das imagens humanas – Links de acesso: **Figura 12** - <www.mrcutout.com/child-girl-standing-0008-small>; <https://www.ideastore.com.br/produtos/47- 809/tenda+teepee+cabaninha+azul+infantil+de+indio+para+menino>;

Buscou-se na proposta promover a ludicidade, para tanto foram previstos elementos como móbiles, espelhos, painéis de registro, atuando como estímulo visual, além de trazer movimento e personalidade à sala de atividades, ao circuito interativo e outros espaços-ambientes, conforme evidenciam as Figura 13, 14 e 15.

Figura 13: Perspectiva do Solário a esquerda e da Sala do Berçário à direita
Fonte: DEMBINSKI (2017, p. 09)

Figura 14: Perspectiva do Circuito interativo a esquerda e da Sala de leitura à direita
Fonte: DEMBINSKI (2017, p. 09)

<http://englistimeadeje.com/category/ health/> ; <https://static.wixstatic.com/media/fc2483_52ce85cad91e4b28a075817feb>; <https://i.pinimg.com/736x/63/0f/b6/630fb6be500e692c9e79cd8d63863be4--cloud-mobile-cottage-bedrooms.jpg>; **Figura 13** - <https://bombrinquedo.com/wpcontent/uploads/2018/05/sobre-crianca-brincando.png>; <www.mrcutout.com/child-group-0047-small>; Figura 19 - <www.mrcutout.com/girl-group-standing-0003-small>; <www.mrcutout.com/child-playing-0010-small>; acesso em 18 de nov de 2017. www.mrcutout.com/child-girl-standing-0008-small>; <https://br.pinterest.com/ikohlloeffel/people/>; **Figura 14** - <https://www.pinterest.com/pin/339529225939183972 9/>;<https://www.pinterest.co.uk/pin/750201250397614099/ >; acesso em 22 de nov de 2017.

Figura 15: Perspectiva da conexão à esquerda e do circuito interativo à direita
Fonte: DEMBINSKI (2017, p. 09)[17]

No espaço de conexão, com a finalidade de criar permeabilidade entre os pátios optou-se pelo uso de esquadrias com ampla possibilidade de abertura do vão. O percurso é marcado por estampas no piso para facilitar a localização da criança utilizando diferentes cores e linguagens para cada espaço da escola. As Figuras 16 e 17 evidenciam algumas visuais das áreas de brincadeiras externas da EMEI.

Figura 16: Perspectiva do Pátio 03
Fonte: DEMBINSKI (2017, p. 09)

[17] Fontes das imagens humanas – Links de acesso: **Figura 15 -** <https://www.pinterest.com/pin/339529259391839729/>; <https://static.wixstatic.com/media/feae72_8449b84c01244a9e9b70ea9ea6ef86ad~mv2.pngv1/fill/w_552,h_549,al_c,lg_1.png>; <http://www.pinsdaddy.com/preschoolsanta-monica_ZDoHUTNkPvV3TcgxQFXUGA6AB*buVT8WZMi3sQj11NY/>; **Figura 16 -** <http://dspsico.blogspot.com/2014/06/desarrollo-psicosocial-y-gateo.html>; <https://www.freeiconspng.com/uploads/kids-playing-balloons-png-2.png>; <https://br.pinterest.com/pin/363243526187892521/>; acesso em 18 de nov de 2017.

Figura 17: Perspectivas de parte do Pátio 02 a esquerda e do Pátio 03 à direita
Fonte: DEMBINSKI (2017, p. 09)[18]

A proposta prevê três pátios que diferenciam-se por seu caráter e materialidade, os quais são distribuídos em três níveis topográficos diferentes. Para as crianças mais novas de Berçário e Maternal, o acesso ao Pátio 2 se dá por meio dos solários das salas, este pátio conta com uma trilha sensorial, caixa de areia, "campinho", muro de escalada e elementos de livre apropriação e descoberta para os bebês. Já as crianças da Pré-escola possuem acesso direto ao Pátio 3, que localiza-se em nível mais elevado. O Pátio 3 conta com decks de madeira intercalados com gramado, equipamentos para brincadeiras, parede de pintura, casa na árvore, muro interativo, além da horta e área de mesas para refeições ao ar livre.

É importante ressaltar, que todos os pátios possuem livre acesso para que as crianças possam aventurar-se percorrendo todo o terreno, além dos espaços abertos de circulação ou atalhos entre os pátios que permitem que as crianças deixem facilmente seu próprio pátio e explorem esses espaços menos familiares.

Figura 18: Perspectiva da Casa de Brincar
Fonte: DEMBINSKI (2017, p. 09)

[18] Fontes das imagens humanas – Links de acesso: **Figura 17 -** <http://www.bluemaize.net/boys-clothing/toddler-clothes>; <http://www.ideiacriativa.org/2014/11/sugestoes-de-atividades-diversas-com.html>; <https://rbcant.us/kid-png.html>; <https://www.tui-reisecenter.sk/mauritius/emeraude-beach-attitude>; **Figura 18 -** <http://skalgubbar.se/2011/06/22/49-childhood-flashback/>; <http://skalgubbar.se/tag/costume/>; <http://skalgubbar.se/tag/costume/>; <www.mrcutout.com/child-playing-0010-small>;

A Casa de Brincar assume importante papel na proposta. Trata-se de um ambiente que visa explorar a ludicidade, proporcionando às crianças um ambiente "privado", de livre apropriação e domínio de contexto.

Por ser edificada em madeira, diferencia-se dos demais volumes da EMEI. Dentre os elementos internos, conta com nichos de apropriação, revestimento estofado, suportes para a fixação de tecidos que proporcionam à criança a percepção de movimento, podendo ela balançar-se, dançar, brincar, divertir-se e experimentar o inusitado. As aberturas zenitais deste espaço buscam para além do conforto lumínico, desempenhar um papel de atratividade e descoberta. A Figura 19 apresenta a Casa de Brincar inserida no conjunto da EMEI.

Figura 19: Perspectiva externa da edificação vista da Rua do Comércio
Fonte: DEMBINSKI (2017, p. 09) [19]

A volumetria proposta para a EMEI busca referência conceitual na casa (lar), a fim de favorecer a identificação da criança, e, por conseguinte, promover sua segurança e autonomia, os quais são considerados aspectos fundamentais para desenvolvimento cognitivo e emocional na infância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo apresentar os resultados de um Trabalho Final de Graduação (TFG) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), desenvolvido a partir de uma integração entre pesquisa (doutorado) e ensino em Arquitetura e Urbanismo, sob a temática da arquitetura escolar para a Educação Infantil.

A contextualização abordou a importância de superar o atual estado de desconexão que existe entre a produção concreta da arquitetura escolar pública no Brasil e a pesquisa, o ensino e a extensão universitária, bem como a carência de retroalimentação sobre a arquitetura escolar entre os campos de pesquisa, ensino e extensão dentro do próprio âmbito universitário (FARIA 2012).

Também destacamos que o tema da arquitetura escolar para a Educação Infantil vem sendo objeto de estudo, nas últimas duas décadas, de inúmeras pesquisas do cenário nacional e internacional. E, como

[19] **Figura 19 -** <www.mrcutout.com/girl-group-standing-0003-small>; <www.mrcutout.com/child-playing-0010-small>; acesso em 18 de nov de 2017.

resultado destas, surgem ponderações acerca de como o espaço-ambiente arquitetônico pode contribuir com a proposta pedagógica das instituições de Educação infantil a fim de favorecer o desenvolvimento dos aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais da criança.

Consideramos que os resultados obtidos pela integração entre o TFG e a pesquisa de pós-graduação foram satisfatórios, uma vez que através da imersão na temática da arquitetura escolar para a Educação Infantil (possibilitada pela participação da aluna na equipe de estudos de sua orientadora), foi possível traduzir e espacializar tais experiências na proposta arquitetônica da EMEI objeto de seu TFG.

Nestas experiências reunimos diferentes impressões e percepções as quais acresceram significativamente o conhecimento acerca do ambiente escolar e de seus usuários. Ao interagir com espaços-ambientes já consolidados, sob um cotidiano característico nas diferentes EMEIs e compreender particularidades do universo infantil, a aluna dedicou sua atenção e tornou-se mais sensível a alguns princípios, tais como, a importância de prezar pela escala da criança, de explorar o uso da luz natural, e de proporcionar espaços-ambientes salubres e com qualidade.

E, igualmente, esta integração despertou o olhar da aluna para a necessidade de interação em espaços-ambientes habitualmente monótonos (como as circulações e espaços de espera), além da importância de áreas externas agradáveis e flexíveis, reconhecendo nos elementos humanizados de projeto um fator essencial capaz de conferir ao espaço-ambiente infantil estímulos constantes, despertando a criatividade e autonomia da criança, por exemplo.

Por fim, esta experiência também expressa o papel da universidade em contribuir com a sociedade, através da formação de egressos comprometidos com as reais necessidades dos usuários das edificações que idealizam e constroem.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao CNPq e à CAPES, pelo apoio recebido, bem como aos alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Fronteira Sul/ Campus Erechim/RS: Ingrid Rodrigues de Oliveira, Andressa Lima Torres de Araújo, Gabriela Belló Artuso, Stefani Daiprai Cerutti, e Yuri Potrich Zanatta pela participação nas atividades da equipe de estudos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Reestruturação e **Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância)**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/S1fGzQ>. Acesso em 8 mai. 2018.

____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Câmara de Educação Básica. Resolução nº5, de 17 de dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**, 2009. Disponível em: <http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf>. Acesso em 04 jun. 2018.

____.. Tribunal de Contas da União. **TC 011.441/2012-7: relatório de auditoria**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/gaZWFW>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BRUNER, Jerome. Pré-Escola: algumas especificidades para o espaço. CEPPI, G.; ZINI, M. **Crianças, espaços, relações – como projetar ambientes para a educação infantil.** Porto Alegre: Penso, 2013.

CABANELLAS, I.; E., Clara (Orgs.); FORNASA, W.; HOYUELOS, A.; POLONIO, R.; TEJADA, M. **Territorios de la infância. Diálogos entre arquitectura y pedagogía.** Barcelona: Editorial Graó, 2005. 250 páginas.

CARVALHO, M. I. C.; RUBIANO, M. R. B. Organização do espaço em instituições pré-escolares. In: MORAIS OLIVEIRA, Z. (Org.) **Educação infantil muitos olhares**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 116-142.

CHAMBOREDON, Jean-Claude; PRÉVOT, Jean. **O ofício de criança: definição social da primeira infância e funções diferenciadas da escola maternal**. In: Cadernos de Pesquisa, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 59, 1986.

COELHO. R. C. F. Prefácio. In: FLORES, M. L. R.; ALBUQUERQUE, S. S.(Orgs) **Implementação do PROINFÂNCIA no Rio Grande do Sul: perspectivas políticas e pedagógicas.** PortoAlegre: EDIPUCRS, 2015.

DEMBINSKI, Fernanda Maria Dors. **Vem brincar! Arquitetura Escolar: uma proposta para a Educação Infantil**. 9f. Trabalho Final de Graduação – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim, Erechim, Rio Grande do Sul, 2017.

ELALI, G. A. **Ambientes para educação infantil: um quebra-cabeça?** Contribuição metodológica na Avaliação Pós-Ocupação de edificações e na elaboração de diretrizes para projetos arquitetônicos na área. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FARIA, A. L. G. O espaço físico como um dos elementos fundamentais para uma pedagogia infantil. In: FARIA, A. L. G.; PALHARES, M. (Orgs) **Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios.** 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2003. p. 67-100.

FARIA, Ana Beatriz Goulart. Por outras referências no diálogo arquitetura e educação: na pesquisa, no ensino e na produção de espaços educativos escolares e urbanos. Em Aberto, Brasília, v.25, n. 88, p. 99-111. 2012

FLORES, M. L. R.; ALBUQUERQUE, S. S.(Orgs.) **Implementação do PROINFÂNCIA no Rio Grande do Sul: perspectivas políticas e pedagógicas**. PortoAlegre: EDIPUCRS, 2015. Livro Eletrônico disponível em <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0663-1.pdf>. Acesso em 13 agosto 2016.

FORNEIRO, Lina Iglesias. A organização dos espaços a Educação Infantil. ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em Educação Infantil**, Porto Alegre: Artmed, 1998. 288 p.

GOULART, Beatriz; ARANTES, Fernanda; ISIDORO, Inês; FERREIRA, Maria das Graças; Fontenelle, Marília; BIANCHI, Siva. **Estudo de Caso Escola Municipal Tiradentes**. Relatório final da disciplina Avaliação de Desempenho do Ambiente Construído. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/UFRJ, 2010.

HORN, M. G. S. **Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HOYUELOS, Alfredo. Territorios posibles en la escuela infantil – La escuela, âmbito estético educativo. CABANELLAS, I.; E., Clara (Orgs.); FORNASA, W.; HOYUELOS, A.; POLONIO, R.; TEJADA, M. **Territorios de la infância. Diálogos entre arquitectura y pedagogía.** Barcelona: Editorial Graó, 2005. 250 páginas.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K. **Arquitetura e escolar o projeto do ambiente de ensino**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LIMA, Mayumi W.de S. **Arquitetura e Educação**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

MACHADO, T. G. **Ambiente escolar infantil**. 2008. 221 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MODLER, Nébora Lazzarotto; BERLEZE, Angélica Saccol; TSUTSUMI, Edison Kiyoshi; LINCZUK, Vinícius Cesar Cadena .; AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen. **Avaliação de desempenho de um projeto padrão do programa Proinfância: escola de educação infantil no sul do Brasil.** Gestão e Tecnologia de Projetos, São Carlos, v. 13, n. 2, p. 95-118, 2018. http://dx.doi.org/10.11606/gtp.v13i2.126495

PETRILLO, Antonio. O projeto dos sonhos. In: CEPPI, G.; ZINI, M. **Crianças, espaços, relações – como projetar ambientes para a educação infantil**. Porto Alegre: Penso, 2013.

RHEINGANTZ, P. A. et al. **Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/GQyEb1>. Acesso em: 10 jun. 2013.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso. **Arquitetura escolar para a educação infantil: abordagem transdisciplinar para a avaliação e a concepção de creches para a Prefeitura Municipal de Pelotas e Região Sul do Rio Grande do Sul.** Projeto de pesquisa vinculado ao Proc. Capes 23038009722201321. 2013.

RINALDI, Carla. O ambiente da infância. In: CEPPI, G.; ZINI, M. **Crianças, espaços, relações – como projetar ambientes para a educação infantil**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SOUZA, F. S. **Premissas projetuais para ambientes da educação infantil**: recomendações com base na observação de três UMEIs de Belo Horizonte, MG. 2009. 356 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de.; SANTANA, Cláudia da Costa Guimarães. **Lev Vygotsky, sua vida e a obra: um Psicólogo na Educação**. In: Fichtner, B.; Foerste, E.; Foerste, G.; Lima, M. Cultura, Dialética e Hegemonia: Pesquisas em Educação.1 ed.Vitória : EDUFES, 2012, v.1, p. 205-228.

VYGOTKY, L. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 168 p. 7ª ed.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na Pré - Escola**. 6ª ed. - São Paulo: Cortez, 2005.

ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em Educação Infantil**, Porto Alegre: Artmed, 1998. 288 p.

Venanparq
Salvador - 2018

ARQUITETURA PORTUGUESA: DA ESCOLA DO PORTO À ESCOLA DO SIZA?

PORTUGUESE ARCHITECTURE: FROM PORTO'S SCHOOL TO SIZA'S SCHOOL?

ARQUITECTURA PORTUGUESA: ¿DA ESCUELA DEL PUERTO PARA UNA ESCUELA DEL SIZA?

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

DUARTE, Yuri de Souza
Mestrando em Estudos Urbanos e Regionais - UFRN
yurisd25@gmail.com

CARVALHO, Lorena Petrovich Pereira de
Mestranda em Arquitetura e urbanismo - UFRN
petrovichlorena@gmail.com

ARQUITETURA PORTUGUESA: DA ESCOLA DO PORTO À ESCOLA DO SIZA?

PORTUGUESE ARCHITECTURE: FROM PORTO'S SCHOOL TO SIZA'S SCHOOL?

ARQUITECTURA PORTUGUESA: ¿DA ESCUELA DEL PUERTO PARA UNA ESCUELA DEL SIZA?

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
A produção do movimento modernista em Portugal ocorreu de maneira singular, a partir de uma postura de resistência a modelos pré-concebidos. Denominada Escola do Porto, e reconhecida a partir da década de 1950, foi um movimento que produziu ecos identificáveis nas produções arquitetônicas até a contemporaneidade portuguesa. Dentre outras características, apresenta como condicionantes de projeto a harmonia entre a inserção do edifício e o ambiente pré-existente, proporcionando melhor qualidade de uso, de conforto e beleza estética do espaço da cidade. Com foco na arquitetura portuguesa, o estudo possui como ponto de partida a contribuição dos principais expoentes do movimento: Fernando Távora, Álvaro Siza Vieira e Eduardo Souto de Moura, os quais, em sua obra, aliam as inovações do movimento modernista com a necessidade de respeito às tradições da localidade, sua materialidade e o contexto das novas edificações em relação ao tecido urbano pré-existente.
PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura portuguesa; Escola do Porto; Arquitetura Contemporânea; Espaço público.

ABSTRACT:
The production of the modernist movement in Portugal took place in singular path of a resistance posture to models pre-conceived. Well-know Porto's School and recognized from the decade of 1950, was a movement that produced echoes identified on the architectural productions up to the Portuguese until the present time. Among other characteristics, it shows harmony as a requeriment of project between the plot of the building and the surrounding pré-existent, providing better quality of use, comfort and esthetic beauty of the space in the city. Focused in the Portuguese architecture, the study starts from the contribution of the main exponents of the movement: Fernando Távora, Álvaro Siza Vieira and Eduardo Souto de Moura, which, in his work, ally the innovations of the modernist movement with the respected necessity to the traditions of the town, his materiality and the context of the new constructions regarding the urbane city pré-existent.
KEYWORDS: *Portuguese architecture; Porto's School; Contemporary Architecture; Public space.*

RESUMEN:
La producción del movimiento modernista en Portugal se llevó a cabo de una manera única, desde una postura de resistencia a las plantillas pre-diseñadas. Llama Escuela de Oporto y reconocido desde la década de 1950, fue un movimiento que produce ecos identificables las producciones arquitectónicas a lo contemporáneo portugués. Entre otras características, presenta como condicionantes de diseño la armonía entre la inserción del edificio y el ambiente preexistente, proporcionando mejor calidad de uso, de confort y belleza estética del espacio de la ciudad. Centrándose en la arquitectura portuguesa, el estudio tiene como punto de partida la contribución de los principales exponentes del movimiento: Fernando Távora, Álvaro Siza y Eduardo Souto de Moura, que, en su trabajo, se combinan las innovaciones del movimiento modernista con la necesidad de respeto a las tradiciones de la localidad, su materialidad y el contexto de las nuevas edificaciones en relación al tejido urbano preexistente.
PALABRAS-CLAVE*: arquitectura portuguesa; Escuela del Porto; Arquitectura Contemporánea; Espacio público.*

INTRODUÇÃO

O processo de consolidação da denominada Escola do Porto, ou Arquitetura do Porto, ocorreu de maneira gradual em Portugal, principalmente na cidade do Porto, a partir da década de 1930. Este artigo apresenta, a partir dos marcos temporais e principais atores envolvidos ao longo da história, as mudanças ocorridas no campo do ensino e da teoria crítica em arquitetura, que influenciaram a formação de arquitetos e urbanistas importantes na história da arquitetura portuguesa, como Fernando Távora, Álvaro Siza Vieira, Nuno Portas, Gonçalo Byrne, João Carrilho da Graça e, mais contemporaneamente, Eduardo Souto de Moura, Manuel e Francisco Aires Mateus, Nuno e José Mateus, Nuno Brandão Costa, entre outros.

Para tanto, serão apresentados quatro tópicos, a fim de abordar diferentes aspectos (históricos e teóricos) fundamentais na construção da arquitetura portuguesa. Primeiramente, as duas reformas no sistema de ensino da Escola de Belas Artes em Portugal, conhecidas como Reforma de 31 e Reforma de 50-57, referentes às alterações da matriz curricular das escolas; a primeira, voltada para o ensino *Beaux-Arts*, e a segunda, voltada para o ensino Moderno. No segundo tópico, será apresentada a crítica portuguesa frente ao *International style* modernista, protagonizada pelos arquitetos portugueses Fernando Távora e Nuno Portas.

O terceiro tópico, se refere a contribuição teórica internacional de Kenneth Frampton, que, ao reconhecer a contribuição projetual da arquitetura portuguesa, em especial, a produção do arquiteto Álvaro Siza Vieira, a classificou dentro do seu conceito de "Regionalismo crítico", na década de 1980. Por fim, o quarto tópico apresentará a trajetória da internacionalização da arquitetura portuguesa a partir do final da década de 1970, período temporal estabelecido por Tostões (2013) e Silva (2016), que ao realizar uma análise a partir de dados primários (utilizando revistas e periódicos), estabelecem o ano de 1976 como ponto de partida para a ampliação da divulgação internacional da arquitetura do país, até os dias atuais.

DO ENSINO DE BELAS ARTES AO ENSINO MODERNO – BREVE HISTÓRICO

A trajetória das mudanças ocorridas dentro das Escolas de Belas Artes em Portugal acompanha as mudanças políticas do país, principalmente devido à vigência do Estado Novo, regime político totalitário em vigor entre os anos de 1933 e 1974. As reformas nas instituições propostas pelo governo ao longo do tempo não foram plenamente aceitas e a sua implantação se deu, em parte, devido à postura de protesto e resistência de alunos e professores.

É importante ressaltar o caráter tardio da implantação dos sistemas de ensino *Beaux-Arts* (no ano de 1931), período em que o estilo internacional modernista já possuía representatividade em outros países por meio do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) e da escola Bauhaus, em particular com o arquiteto e professor Walter Gropius, na Alemanha. Mais tarde, em 1957, período em que já havia posições críticas ao modelo modernista, houve a regulamentação do ensino Moderno em Portugal. No contexto internacional, após a dissolução do CIAM, o *Team X* foi constituído como uma reunião de profissionais de arquitetura, com intuito de rever os preceitos do modernismo debatidos até o CIAM IX (MONIZ, 2011b, p.261).

No contexto local, pode-se destacar o trabalho *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*, atividade de catalogação por meio de fotografias e levantamento da arquitetura vernacular portuguesa, no período entre os anos de 1955 e 1960. Apoiado pelo *Sindicato Nacional dos Arquitectos*, teve a participação na idealização e execução dos arquitetos Fernando Távora e Keil do Amaral. A atividade objetivava realizar um levantamento da arquitetura popular e traçar um perfil das diversidades regionais, possibilitando o diálogo entre a arquitetura moderna e a arquitetura vernacular, particularmente na Escola do Porto e na produção de Fernando Távora (LEAL, 2008, p.8).

Desta forma, ainda que não oficialmente, os estilos de ambas as escolas, Belas Artes e Ensino Moderno, coexistiram até o ano de 1957 (Reforma de 50-57), quando institucionalmente seguia-se o sistema de ensino *Beaux-Arts* e, na prática, haviam professores também comprometidos em passar os ensinamentos modernos do novo sistema de produção arquitetônica internacional. O choque da metodologia positivista e mais tecnocrática do modernismo conflitava com a abordagem acadêmica do sistema Belas Artes, de forma que o convívio das duas correntes nem sempre foi pacífico e compreendido por todos os alunos e professores. Assim, até a regulamentação da reforma de 50-57, o modo de ensino de arquitetura em Portugal se firmou sobre um contexto político instável e sob uma cultura institucional frágil, nem totalmente adepto ao *Beaux-Arts* e nem ao sistema Moderno, mas sim um misto de ambos (MONIZ, 2011a, p.22 e 23).

Para Manuel Mendes (1983 *apud* MONIZ, 2011a, p.58), a identidade da Escola do Porto pode ser definida em dois períodos principais: de 1910 até 1974, a partir da influência e contribuição dos diretores da Escola de Belas Artes do Porto (ESBAP), Marques da Silva (1931-1939), Carlos Ramos (1952-1967), e Fernando Távora, nos aspectos pedagógicos da Escola; e no período entre o ano de 1974 a 1983, ano da publicação do trabalho de Mendes, no qual destaca a contribuição do já premiado arquiteto Álvaro Siza Vieira e o papel deste como consolidador dos ensinamentos da escola.

No início do século XX, o sistema de ensino de arquitetura em Portugal foi ligado diretamente à *École Nationale Supérieure des Beaux-Arts* (École)*,* modelo francês exportado para Portugal, assim como a outros países, e implantado em Lisboa e no Porto em 1836, com foco na formação artística e cultural. Era caracterizado principalmente pelo método pedagógico objetivo e rígido, porém, com um programa de estudos flexível, o que possibilitava a sua adaptação a diferentes países (MONIZ, 2011a, p. 81).

No ano de 1931, o governo de Domingos Oliveira realizou a reforma do ensino artístico no sistema *Beaux-Arts* em Portugal (por meio do decreto n.º 19.760 de 20 de Maio de 1931), ocorrida próxima (e pelos mesmos atores políticos) à aprovação da Constituição de Abril de 1933, início do Estado Novo. Moniz (2011a, p.543) ressalta que a adoção desta política favoreceu a construção de uma arquitetura característica do Estado Novo, apesar de não ser possível afirmar que a reforma do ensino tivesse o objetivo de orientar este tipo de produção.

Juntamente com esta mudança, conhecida como Reforma de 31, foram nomeados os diretores José Marques da Silva na ESBAP e Luís Cristino da Silva na Escola de Belas Artes de Lisboa (ESBAL), com o objetivo de implementar o currículo de ensino *Beaux-Arts* e dar continuidade à tradição de produção acadêmica do século XIX. De acordo com Carvalho (1986 *apud* Moniz, 2011a, p.102), nos primeiros anos do Estado Novo, pretendia-se reorganizar e uniformizar os critérios de ensino técnico e profissional, com objetivo de

reconstrução financeira do país, o que, na prática, foi uma reforma completa da proposta pedagógica e programas de ensino das instituições. Ainda segundo Moniz (2011a, p.103 e 543), o sistema de ensino *Beaux-Arts* é caracterizado principalmente pelo estímulo à formação artística do arquiteto, do pintor e do escultor, representado pela adoção do "princípio da emulação" (onde elementos arquitetônicos são replicados nos diversos tipos de projeto), domínio dos diversos estilos arquitetônicos pelo projetista, racionalidade do programa e culto à composição estética da edificação. Além disso, eram realizados concursos nos quais os alunos deveriam seguir as regras rígidas de desenho e apresentar um projeto executivo.

Para Octávio Filgueiras Lixa (*apud* MONIZ, 2011a, p.48), o ponto de início da crítica a este sistema da *Ècole* foi a entrada de Carlos Ramos como professor e Fernando Távora como aluno no ano de 1940 na ESBAP, momento em que, segundo Moniz (2011a, p.545), Carlos Ramos abre caminho para um debate a respeito da rigidez disciplinar do sistema *Beaux-Arts* e Fernando Távora, ainda como aluno, escreve o manifesto *O problema da Casa Portuguesa,* em 1945 (e o republica em 1947).O texto de Fernando Távora realiza uma crítica à forma de "pensar a arquitetura" ensinada pelas Escolas de Belas Artes e anuncia a necessidade de uma nova abordagem na produção de obras, não por questões estéticas, mas sim para atender a questões temáticas de interesse da sociedade. Em seu texto, ele apresenta três premissas principais: aprender com o passado; pensar o presente; e projetar o futuro, conciliando as necessidades de cada terreno e seu contexto, com as lições da modernidade. Para Távora, um dos maiores problemas da arquitetura era a negligência dos condicionantes de projeto, e a repetição estética de formas (CLEMENTINO, 2013, p.35 e 36).

Este debate ganhou ainda mais destaque após o 1º Congresso Nacional de Arquitetura, em 1948, realizado em Lisboa e promovido pelo Sindicato de Arquitetos de Portugal (MONIZ, 2011a, p.179). Para Calvacanti (2014, p.95), o fruto deste congresso foi o aprofundamento da consciência na temática das fragilidades e problemas enfrentados pela profissão em Portugal, onde era necessária uma reforma no sistema de ensino das Belas Artes para incorporar os novos deveres da arquitetura, como a sua função social e a responsabilidade pública, a partir de uma abordagem mais técnica da construção. Segundo Gonçalves (2007, p.52), a indecisão entre o conservador e o moderno foi alterada após o congresso, onde mesmo de maneira parcial ou pontual, os planejadores e empreendedores imobiliários passariam a adotar o modelo de "*cité-radieuse*" de Le Corbusier nas décadas posteriores. Segundo Moniz (2011a, p.179), mesmo não participando ativamente na apresentação dos temas durante o congresso, os professores elaboraram um relatório em 1949, que viria a se tornar a proposta de um novo currículo de ensino moderno à Ècole, no ano seguinte, com característica positivista e finalidade de fornecer instrumentos metodológicos voltados à arquitetura moderna.

No ano de 1952, Carlos Ramos foi nomeado diretor da ESBAP, cargo no qual permanece até o ano de 1967 (COUTINHO, 2004). Como a proposta para mudança de currículo só viria a ser regulamentada em 1957, Carlos Ramos realizou mudanças nos métodos pedagógicos da escola, principalmente nas práticas culturais e de exposições, (MONIZ, 2011a, p. 545). Assim, ele implantou aspectos do ensino moderno dentro do modelo de ensino Belas Artes ainda vigente, porém, dentro de uma metodologia ligada à responsabilidade pública e social do arquiteto, como um ator ativo e consciente da necessidade de ação para organizar o espaço (CALVACANTI, 2014, p.92 e 93).

O diretor entendia a *Ècole* como um coletivo de cursos, onde a colaboração entre as artes deveria relacionar alunos e professores, um espaço de liberdade (no contexto do regime militar governante) em troca do comprometimento coletivo com a escola. Alexandre Costa (1987, *apud* MONIZ, 2011a, p.313) afirma que o objetivo de Carlos Ramos em criar uma arquitetura coletiva e moderna foi atingida, e que a Escola do Porto ultrapassou a inércia acadêmica da Belas Artes, antes mesmo da reforma de 1957. O autor salienta que a implementação do sistema Moderno sobre o currículo da reforma de 1931 permitiu assentar o caráter democrático e humanista no ensino, porém a existência do sistema antigo bloqueou o desenvolvimento do corpo teórico para dar suporte aos métodos científicos de projeto, de maneira que a matriz mais culturalista da *Ècole* permaneceu como um dos aspectos da Escola do Porto.

Cavalcanti (2014, p. 95) coloca que a reforma de 1957 (quando implementada pelo decreto-lei n.º 41.363) foi fortemente criticada devido à abordagem com maior enfoque científico, pois transformaria o arquiteto em um técnico sem a abordagem social já amplamente difundida na escola. Uma vez que o novo currículo foi proposto a partir do congresso de 1948, a reforma recém implantada já sofria com a inadequação ao seu tempo, uma vez que, devido a este lapso temporal entre proposta e implantação, foram elaborados novos debates críticos dentro da escola, entre o então sistema *Beaux-Arts* e a nova proposta moderna. (MONIZ, 2011a, p.545).

A crítica à reforma tomou o viés político ao contestar o Estado Novo (principalmente após o endurecimento do regime em 1958) ao longo da década de 1960, período em que a ESBAP e a ESBAL enfrentaram momentos de instabilidade. Quando professores e estudantes adotaram uma postura de luta e reivindicação pela democratização e independência do sistema de ensino (MONIZ, 2011a, p. 473), criaram a Assembleia Geral de Alunos (AEESBAP), no ano de 1964, e passaram a participar ativamente das atividades da escola.

A postura política dos estudantes trouxe a exigência do debate nas disciplinas do curso para a melhor compreensão dos problemas reais da cidade contemporânea, e ampliou o interesse por trabalhos acadêmicos que envolvessem demandas de maior interesse da população. A situação de crise na ESBAP se agravaria a partir de 1967, devido à saída de diversos docentes do quadro permanente (incluindo Carlos Ramos, jubilado ao atingir o limite de idade). Este cenário levou o curso à quase paralisação. Para contornar a situação, foi realizada a “auto-gestão” da ESBAP por uma Comissão Coordenadora, composta por alunos e professores (dentre eles, Filgueiras Lixa, Fernando Távora e Jorge Gigante) com a mesma representação, em períodos sucessivos e espaçados, entre 1969 até 1974 (ano em que o regime do Estado Novo acabaria). O período ficou conhecido como “Regime experimental” (CALVACANTI, 2014, p.97 e 98).

Moniz (2011a, p. 461) coloca que, apesar da sua regulamentação ter ocorrido sob críticas, a reforma de 1957 representou avanços significativos para a consolidação das particularidades no ensino da ESBAP, uma vez que a sua natureza era conciliadora entre os modelos “opostos”, *Beaux-Arts* e Ensino Moderno. A reforma criou um currículo aberto a contribuições, possibilitando que novos docentes levassem debates críticos oriundos de outros sistemas de ensino, além de realizar a revisão do próprio ensino moderno, como veio a acontecer ao longo da década de 1960.

Segundo Gonçalves (2007, p. 87), a leitura particular da modernidade desenvolvida pela ESBAP é caracterizada pelo peso da tradição, da cultura do espaço, pela disponibilidade de materiais e uso da

tecnologia disponível. Fernando Távora, já como professor, traz as questões ensaiadas em "*O problema da Casa Portuguesa"* que deveriam ser tratadas como condicionantes de projeto e a necessidade de integração do indivíduo em suas raízes culturais, e em sua relação com a arquitetura da cidade.

Na década de 1970, Fernando Távora e o arquiteto Álvaro Siza Vieira permaneceram como professores na ESBAP e participaram do processo de uma nova revisão do ensino, sob o slogan "recusa do desenho", a fim de atender às mudanças: do caráter prático moderno para o caráter teórico e crítico na formação; recusa do arquiteto técnico para dar lugar à função social do profissional. De maneira geral, houve um certo grau de regresso ao academicismo da *Ècole*, porém, agora sob um currículo de base modernas revistas, incorporando aspectos como a abordagem humanista e democrática. Dessa forma, as ideias-chave propostas por Fernando Távora, juntamente com a comissão coordenadora, revisita o ensino moderno: a coordenação, a experimentação, a liberdade e a tradição, o que para Moniz (2011a, p. 550 a 552) se estabelece como um novo paradigma que vem orientar o ensino de arquitetura até hoje.

CRÍTICA AO MODERNISMO EM PORTUGAL

Tostões (2013, p. 27) ressalta a importância da participação dos arquitetos portugueses nos eventos de discussão internacional para o estabelecimento de um consenso, a fim de propor uma "saída" da crise do movimento moderno, por meio da construção de uma abordagem teórico projetual que aceitasse as novas tecnologias e modelos contemporâneos. Além disso, essa abordagem precisaria atender às necessidades e tradições locais, onde elas fossem reconhecidas e preservadas, porém, sem estabelecer paradigmas de modelos com repetições de elementos "antigos" simplesmente pelo valor estético pitoresco. Assim, serão aqui destacados os principais atores portugueses para a crítica ao modernismo no país, cujas contribuições, como veremos, ajudaram na construção de uma abordagem alternativa a modelos projetuais pré-concebidos.

O papel de Carlos Ramos como professor e diretor da ESBAP foi fundamental para promover maior abertura da escola a convidados estrangeiros e estimular o intercâmbio internacional de estudantes e professores. Exemplos disso foram as suas próprias participações no IV Congresso da UIA (União Internacional dos Arquitetos), na Holanda, em 1955, nas reuniões da Itália e Berlim (1956), e na V Assembleia-Geral em Paris (1957), onde chegou a ocupar o cargo de vice-presidente nos anos de 1959 e 1963. Como um dos frutos, levou até a ESBAP um curso de verão da UIA com o tema "Construções escolares" (TOSTÕES, 2013, p.25 e 26).

Também deve-se destacar a trajetória de Fernando Távora que, além de suas atividades como professor da ESBAP (e futuramente diretor), participou de eventos internacionais importantes para o debate da arquitetura internacional, como o CIAM 8 (1951), o Curso de Verão do CIAM (1953), o CIAM 9 (1953), e teve papel ativo na formação do CIAM 10, grupo do Porto (1956), e nos encontros do TEAM X (1959 e 1962), grupo que desenvolveu uma visão crítica do modelo de arquitetura moderna. Além disso, realizou viagens como bolsista da recém-fundada Fundação Calouste Gulbenkian e do Instituto para a Cultura, em 1960, aos Estados Unidos e Japão (MONIZ, 2011b, p. 255 a 266 do volume anexo; SILVA 2016, p.46).

O produto de sua viagem é um relatório chamado "*Da Organização do Espaço*", publicado em 1962, em que Fernando Távora, a partir de encontros com Louis Kahn em seu estúdio na Filadélfia, nos EUA, realizou uma reflexão a respeito da abordagem do seu ateliê, que possuía matriz do Sistema *Beaux-Arts,* associando às disciplinas técnicas modernas, artísticas e culturais que envolvem o projeto. Neste relatório, ele realiza uma leitura do planejamento urbano americano e dos cursos de planejamento urbano que visitou; diante disso, faz um conjunto de recomendações e reflexões para as escolas portuguesas (MONIZ, 2011a, p.428 e 429).

Dentro das propostas de Távora, é possível perceber que, de uma forma geral, sugerem uma maior abertura e integração da arquitetura nacional portuguesa com a internacional, e a coloca alinhada com a necessidade de revisão do Modernismo funcionalista (TOSTÕES, 2013, p. 35). Destacamos as sugestões: "chamar professores estrangeiros a Portugal", "mandar gente para fora" e "comparar a nossa reforma (1957) com o ensino americano", além da necessidade de aprofundar os estudos relacionados às variáveis de construção (espaço, materiais, técnicas etc.), Moniz (2011a, p.429).

As reflexões propostas por Távora seriam resgatadas posteriormente por Kenneth Frampton, na década de 1980, como uma das origens do conceito de Regionalismo crítico, uma vez que Távora tentava aliar o modelo modernista com o modo de produção português. As colocações de Távora, em "*Da organização do espaço*" (1962), já haviam sido ensaiadas por ele mesmo anteriormente, em tom de manifesto, no texto "*O problema da casa portuguesa*" (1945), e amplamente investigado durante o processo de "*Inquirérito da Casa Portugesa*" (1955 – 1960).

A posição crítica de Fernando Távora também é direcionada ao movimento Casa Portuguesa, o qual exerceu influência no período entre final do século XIX, até as décadas de 1940 e 1950, tendo como maior expoente o arquiteto Raul Lino. Dentre as características do movimento, destacamos as duas ideias principais: a existência de uma tipologia específica de casa popular em Portugal (denominada "Casa portuguesa"); e, baseada neste tipo de habitação, a defesa de um programa arquitetônico padrão adequado à vida moderna. (LEAL, 2008, p.5 e 6). Assim, Távora trouxe reflexões que iam além de propor um modelo rígido de programa para habitação e a reprodução de elementos classificados como tradicionais.

Nesta discussão, inseriu aspectos como: a necessidade de integração do indivíduo com as raízes culturais e com a arquitetura da cidade; utilização dos materiais e tecnologias disponíveis; necessidade de aprender com o passado; conciliar a necessidades do terreno em cada terreno; entre outros (GONÇALVES, 2007, p.87; CLEMENTINO, 2013, p.35 e 36). A partir destes pontos, é possível elaborar uma intervenção mais adequada aos interesses da sociedade, sem repetição estética de formas e elementos. Já em 1962, em "*Da organização do espaço*", Fernando Távora desenvolve temas essenciais dentro de sua crítica ao modernismo.

Ao discorrer sobre o "espaço", o autor apresenta duas características: "continuidade" e "irreversibilidade". A primeira relacionada com a impossibilidade de organizar o espaço por meio de uma visão parcial ou limitada, uma vez que sempre existe uma estreita ligação entre o próprio espaço e a forma que o ocupa (contexto urbano e edifício). Sendo ela harmônica ou desarmônica, na organização do espaço, tudo tem importância. Como exemplo, Távora utiliza o projeto de uma estrada, em que a preocupação do projetista se dá com o longo perfil longitudinal e com os vários perfis curtos transversais, não levando em consideração outros aspectos como: as relações paisagísticas; urbanísticas; e econômicas. Esta é uma limitação cômoda,

pois facilita o trabalho do projetista, mas de efeito grave, devido ao desligamento do projeto com os fatores ao redor. (TÁVORA, 2008, p. 17 e 18)

A segunda característica, a "irreversibilidade" do espaço, é o aspecto de que, uma vez organizado, se torna impossível retornar o espaço ao estado inicial, devido ao efeito do fluxo contínuo do tempo. Da mesma maneira, o espaço está em frequente transformação, pois os eventos ao longo do tempo, de ordem natural ou social, influenciam em sua organização constantemente. Assim, ao entendermos a "continuidade" e "irreversibilidade", respectivamente como o aspecto físico e temporal da organização do espaço, podemos pressupor que ele é o resultado das atividades e participação de todos os indivíduos de uma sociedade, em diferentes níveis de intensidade. Assim, para a construção de um espaço harmônico, é necessária a participação de toda a sociedade, e por diferentes gerações.

O autor coloca que os condicionantes do espaço, definido por ele como circunstâncias, são infinitamente variáveis, de forma que é difícil distinguir a importância de um sobre o outro. Porém, para ele, o edifício (a forma) será tão perfeito quanto mais ele se transforme em vivência. Para o observador, a obra mais compreensível é aquela que ele mais se identifique por "existência de uma natureza comum", por conhecimento de vivência (não intelectual). Para Távora, não é possível avaliar uma forma simplesmente pela sua descrição técnica; é necessário vivenciá-la, da mesma forma que, analogamente, não é possível apreciar um vinho a partir da sua fórmula química (TÁVORA, 2008, p. 18 a 23).

Sobre o tema da organização da cidade contemporânea (de 1962), o autor coloca que, ao seu ver, a descontinuidade observada nas cidades é resultado de hipóteses e pensamentos aceitos anteriormente. Esse seria o efeito da junção de várias abordagens parciais sobre os fenômenos sociais ligado ao pensamento moderno tecnicista. Como exemplo, ele cita alguns pensamentos que provocaram dissociações na história moderna: Leonardo da Vinci e a separação da arte escultura (hoje artesanato) e da pintura, definindo-as de maneiras diferentes; e Le Corbusier com o "*animal géométrique",* que tentou conceber um indivíduo utópico e desenraizado. Sobre este último, o modelo de planejamento urbano do *International style* o colocou como centro da razão, porém, ao considerar as características humanas parcialmente, supôs erroneamente que ele serviria a qualquer sociedade indiferentemente. (TÁVORA, 2008, p. 35 e 41).

Ao realizar uma descrição sobre a cidade contemporânea[1], o autor coloca cidades como Tóquio e Nova York (que já passavam de oito milhões de habitantes) como resultado de um crescimento rápido e de escala visual dominadora. Esta cidade domina e absorve outros espaços através da sua expansão por todo o território, seja ela horizontal ou vertical. Isto ocorre devido ao "*laissez faire"* do mercado, impulsionando a cidade a ocupar as áreas dos seus vizinhos com uma desarmonia monótona. Seus efeitos podem ser observados desde a criação de subúrbios "incolores" (genéricos) até escalas menores, como o surgimento de doenças devido à dinâmica excessiva, afetando a saúde física e espiritual das pessoas. (TÁVORA, 2008, p. 35 e 36).

Távora aponta o planejamento físico do território (urbanismo) como alternativa a este modelo de cidade, uma vez que as ações tecnocratas não oferecem soluções totalmente satisfatórias (TÁVORA, 2008, p. 38).

[1] Posteriormente, Távora reconhece que houve exagero em sua descrição.

Assim, entendemos que, para produzir vivência na cidade, é necessário integrar (ou reintegrar) o entendimento das necessidades humanas em seus hábitos de vida. Ainda, são necessários tomar consciência das condicionantes do espaço (sociais, culturais, econômicas, pré-existências etc.) e propor intervenções baseadas nas relações contexto urbano e edifício (espaço e forma) de maneira harmônica. A partir deste ponto, o autor conclui que, no meio de todo o caos de formas, existe uma esperança de equilíbrio que se deve encontrar:

> A obtenção da harmonia do espaço organizado, resultante afinal da harmonia do homem consigo próprio, com o seu semelhante e com a natureza, será longa e difícil, mas porque a consciência da sua necessidade deverá sobrepor-se a todos os obstáculos, ela deverá constituir um dos mais destacados objetivos do homem contemporâneo. (TÁVORA, 2008, p. 46)

A contestação ao movimento moderno também recebeu considerável contribuição teórica do arquiteto português Nuno Portas, ao questionar os princípios do CIAM e o modelo de produção de cidade moderna. Ele traz uma reflexão mais direcionada com o problema do urbanismo moderno e o sistema de ensino empregado pelas instituições em que o arquiteto é formado. Destaca o tecnicismo “impaciente”, em relação à desordem da cidade (mesmo que seja uma ordem “desordenada”, é tomada como desordem), onde os arquitetos tendem a provocar uma cisão (ou ruptura) com a cidade existente (PORTAS, 2007).

Ainda segundo Portas (2007), a alternativa ao tecnicismo moderno nas cidades é o estabelecimento de uma metodologia multidisciplinar, que, apesar de morosa e mais trabalhosa, consegue produzir intervenções mais operacionais. Ele sugere uma fissão no processo tradicional de projeto, técnico, no qual o arquiteto detém todas as informações (desde a elaboração do programa de necessidades como as decisões finais), para um modelo multidisciplinar que leve em conta as informações de outros atores (profissionais, instituições, associações etc.) e possua como condicionante, dentre outros aspectos, a continuidade do campo (da cidade) com a nova intervenção. A respeito do problema do sistema de ensino moderno, Portas (2007) critica a prática docente que trabalha com exercícios simulados, em que o aluno não consegue estabelecer uma conexão com os problemas do local. Coloca que seria mais produtiva uma ligação entre a escola e o território, pois o aluno conseguiria identificar muito mais demandas do que foi originalmente proposto, e precisaria achar uma solução na própria matriz da cidade existente. Dessa forma, a concepção de construção e intervenção das cidades deixaria de enxergar os problemas isoladamente e passaria a ter uma abordagem mais global, mais próxima da dinâmica da sociedade e da cultura urbana existente.

As considerações apresentadas por Fenando Távora (2008) e Nuno Portas (2007), a respeito dos fatores que influenciam o planejamento urbano, abrangem desde o conceito de espaço e forma, até o sistema de ensino nas instituições. A partir delas, é possível perceber que os autores reconhecem a importância de aspectos da cidade que vão além do modelo implícito no ensino moderno. Em suas proposições, há a presença constante de ideias integradoras, entre o novo e o existente, onde as novas técnicas são utilizadas para atender necessidades do local e estabelecer uma continuidade do espaço. Estas ideias podem ser encontradas no conceito de Regionalismo crítico de Kenneth Frampton, teórico crítico da arquitetura, que na década de 1980 deu projeção internacional à produção portuguesa, com enfoque no trabalho do arquiteto Álvaro Siza Vieira.

O *REGIONALISMO* DE KENNETH FRAMPTON

No volume 9 da revista *Controspazio* (1972), Vittorio Gregotti e Nuno Portas publicam artigos a respeito do trabalho de Álvaro Siza Vieira. A edição também contou com a participação de Kenneth Frampton, que coloca o interesse pelo trabalho de Siza Vieira em foco nas suas pesquisas a respeito do Regionalismo Crítico, o que ajudou na divulgação da obra de Siza Vieira nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha (TOSTÕES, 2013, p. 38 e 39). Para Frampton (1982, *apud* SEABRA, 2015, p. 24), o trabalho de Siza Vieira demonstra uma capacidade simultânea de prezar pela memória do local e promover a "domesticação" de modelos, conciliando a continuidade do espaço local com uma clareza de tipologia, na qual a volumetria é trabalhada como síntese; ou seja, é simples e possui coerência formal, sem realizar grandes rupturas com o local pré-existente.

A temática abordada por Frampton (1982) é produto de um debate ocorrido ao longo do século XX. Segundo Duarte (2010), o termo Regionalismo crítico foi cunhado pelos autores Alexander Tzonis e Liane Lefaivre, e discutido posteriormente por Paul Ricouer, em 1961. Seabra (2015, p. 69 e 70) coloca que o debate a respeito do tema da Universalização moderna, ou *International Style*, e da busca de um Regionalismo possui a contribuição do autor Lewis Munford (1941), a partir do texto "*Excerpts from the South in Architecture"*, texto precursor de uma série de outros do mesmo autor, que alargou as reflexões teóricas em arquitetura.

Paul Ricouer (1961, *apud* Frampton, 2000, p. 381) coloca que a universalização é ao mesmo tempo, um processo de destruição sutil das culturas tradicionais e do que ele denomina de núcleo criativo das grandes civilizações, onde é possível encontrar os mesmos produtos (filmes e máquinas) ao redor do mundo, como se a humanidade se aproximasse de uma cultura de massa de consumo comum. Dessa forma, ele apresenta o seguinte questionamento: "Será que para entrar na rota da modernização é necessário descartar o antigo passado cultural que constitui a *raison d'etre* de uma nação?" Não há como a resposta ser simples e direta, pois, por um lado, a nação precisa de um espírito nacional e raízes culturais, por outro, é necessário integrar-se às novas técnicas científicas.

No ensaio "*Isms of Contemporary Architecture",* de 1982, *(apud* SEABRA, 2015, p.118 e 119), Frampton adverte para a ingenuidade de tentar classificar a produção de arquitetura contemporânea da época em termos de "*-ismos",* porém, ele reconhece que a maior parte da produção arquitetônica pode ser agrupada em quatro grandes grupos: o produtivismo; o racionalismo; o populismo; e o estruturalismo. O autor insere uma quinta categoria denominada Regionalismo crítico, a qual consegue classificar um conjunto de obras produzidas a partir de modelos com abordagens diferentes, mas produzidas em condições "marginais", ou seja, obras que não incorporaram plenamente os valores de modelos específicos do *International style* em sua concepção projetual.

Deste modo, o Regionalismo se apresenta na direção de expressar uma continuidade entre a produção do arquiteto e a sociedade em que a obra está inserida: um conjunto de práticas adotadas pelo profissional direcionadas à uma produção Universal crítica, para o particular. O autor chama a atenção para a possibilidade desta categoria ser desacreditada, devido a se tratar de mais um "*-ismo"*. No entanto, ela não se refere a questões ideológicas ou passadas, e sim a "escolas regionais" particulares em diferentes regiões. Frampton (1983, p.20) distingue o sentido de Regionalismo crítico dos sentidos mais "simplórios", que evocam reviver sentimentos, sem uma percepção crítica da realidade contemporânea.

Assim, ele apresenta seis pontos para uma "Arquitetura de resistência", características comuns presentes dentro dos diversos "regionalismos": Cultura e Civilização; A Ascensão e queda do *Avant-Garde;* Regionalismo crítico e Cultura mundial; A resistência do Espaço-forma; Cultura *versus* Natureza: Topografia, contexto, clima, luz e topografia; O Visual *versus* o Tático. Em cada tópico, o autor desenvolve um raciocínio teórico para uma postura de resistência da arquitetura local, frente ao estilo universal, e constrói uma proposta de síntese híbrida entre os modelos de produção que estão "à margem" das correntes formais. Posteriormente, o autor introduz um sétimo ponto, a respeito dos locais em que o Regionalismo crítico tende a surgir.

Segundo Seabra (2015, p.144), as discussões realizadas por Frampton frequentemente utilizam termos de sentido aparentemente antagônicos como: Cultura-Civilização; Lugar-Espaço; Natureza-Artificial; Arquitetônico-cenográfico; Mito-realidade entre outros. Porém, o autor chama a atenção para que o entendimento destas "tensões" seja no sentido de complementariedade mútua, não no sentido de polos antagônicos. Dentro da discussão do regionalismo crítico, os aspectos de cada dicotomia são fundamentais para a construção autêntica de cada região.

No primeiro ponto, *Cultura e Civilização*, Frampton (1983, p.17) afirma que o modelo do edifício moderno está tão universalizado por tecnologias otimizadas, que as possiblidades de construção de um significado urbano se tornaram extremamente limitadas. Ao fazer uma relação com interação entre a cultura e a civilização dos 20 anos anteriores com a da década de 1980, o autor coloca que as transformações ocorridas nas cidades representam a vitória do universal sobre a civilização local, principalmente devido as abordagens apoiadas sob o modelo de produção funcional, materiais produzidos em escala industrial (pré-moldados, revestimentos que imitam materiais naturais, ou "projetos" de construção pré-concebidos), ou a falta de significado das fachadas dos edifícios.

No segundo ponto, *Ascensão e queda do Avant-Garde*, Frampton (1983, p.18-20) fala sobre o papel libertador das vanguardas (*avant-garde)* nos processos de transformação da sociedade ao longo da história moderna. Segundo ele, as vanguardas mantiveram uma postura de incentivar o progresso desde o século XVIII, posteriormente com a chegada da indústria no século XIX, até o período de crise e expansão da cultura universal, na década de 1930. Pela primeira vez, o interesse do monopólio e do Estado se divorciaram dos caminhos da modernização pelo caminho da livre cultura, dando espaço a uma nova indústria, focada na comodidade e na cenografia. Assim, ao longo do tempo, o vanguardismo deu lugar à pura técnica e cenografia o que, em último caso, foi definido como arquitetura pós-moderna por Charles Jencks em 1977.

No terceiro ponto, *Regionalismo crítico e Cultura mundial*, Frampton (1983, p. 20 e 21) inicia o debate sobre a necessidade de uma nova abordagem na produção da arquitetura, a qual só pode ser sustentada por uma prática de Retaguarda (*arrière-garde)*, porém, sem o impulso de voltar a formas arquitetônicas pré-industriais e regressar para um historicismo nostálgico, ou o contrário, apostar no avanço da tecnologia como solução. É necessário descontruir o nosso conhecimento universal e se voltar para o conhecimento herdado pelas civilizações (conhecimento específicos de cada região), onde a Cultura mundial chegará até determinada região por meio do veículo do Regionalismo crítico.

No quarto ponto, *A resistência do Espaço-forma*, o autor realiza uma crítica a respeito da forma urbana da Megalópole, uma cidade tão extensa que não seríamos mais capazes de mantê-la dentro de um desenho definido. Aqui, o discurso de planejamento urbano possui pouca relação com a cidade real existente. Como contrapartida, o autor utiliza a reflexão de Heidegger a respeito da dependência na relação espaço/lugar com uma fronteira (limite) definida claramente. Heidegger afirma que o entendimento desta fronteira é o mesmo dos gregos, um limite em que a presença de algo se inicia. Assim, Frampton (1983) propõe uma arquitetura de resistência e vai de encontro à "tranquilidade onipresente" da teoria moderna, ao trazer a pré-condição da fronteira para parar o crescimento da Megalópole.

No quinto ponto, *Cultura versus Natureza: Topografia, contexto, clima, luz e forma tectônica*, Frampton (1983, p. 26 a 28) discorre sobre a ideia de que a relação entre cultura e natureza é fundamental para o Regionalismo crítico. Ele coloca que a *tábula rasa* do modernismo produz edifícios com menor nível de significância para a região em que estão inseridos, pois a planificação do terreno gera uma condição absoluta de "não lugar" (*placelessness).* Assim, ele traz o método de "construir o lugar", atribuído ao arquiteto suíço Mario Botta, em que é possível discutir as especificidades da cultura de uma determinada região e construir uma edificação com camadas de significados, seja na sua forma, na pré-existência do local ou no passado arqueológico, porém, sem cair no sentimentalismo de repetir formas passadas. Ao tratar sobre o controle do clima, o autor afirma que instalar uma janela adequada à região para a entrada de luz solar e ventilação natural pode ser interpretada como uma postura de antagonismo, ou resistência, ao universal ar-condicionado.

No sexto ponto, *O Visual versus o Tátil*, Frampton (1983, p.28 e 29) discute sobre a resistência tátil do espaço-forma, a capacidade de interpretar as potencialidades do local como estratégia para resistir à dominação da cultura universal. Como exemplo, ele traz uma obra do arquiteto Alvar Alto, Saynatsalo Town Hall (Câmara do Conselho,1952), onde a partir da utilização de materiais e técnicas modernas, elabora uma obra com acesso principal disposto tanto em termos visuais, quanto táteis. Ele descreve a trajetória do indivíduo ao entrar na edificação e destaca alguns aspectos, como a escada principal, o guarda-corpo e os espelhos dos degraus. Construídos em tijolos, provocam uma mudança de sensação a partir dos diferentes atritos dos materiais, assim, permite ao indivíduo uma leitura tátil ao chegar no local. Ainda cita outros efeitos dentro do edifício, como o som, o cheiro e a textura. Para ele, este é um claro exemplo da importância da liberdade do tátil (e do espaço-forma), que se traduz na experiência em si e não pode ser reduzida a um mero simulacro de representação cenográfica.

No sétimo ponto, Frampton (2000, p. 397) coloca que o Regionalismo crítico surge em regiões capazes de fugir da influência "otimizadora" da civilização universal, e que se desenvolvem com uma prática marginal, onde, apesar de criticar a modernização, não abandona os seus aspectos progressistas. Adotam uma postura de oposição à simulação de vernáculos locais, utilizando elementos conhecidos, mas reinterpretados. Assim, ao tentar cultivar uma cultura contemporânea voltada para a região, a sua forma pode parecer inadequada, se comparada às regiões que possuem o universalismo mais presentes dentro em suas produções.

Assim, ao entendermos o espaço-forma como ponto fundamental dentro do conceito de Regionalismo crítico, Seabra (2015, p.256 e 257) o compreende como um processo de justaposição de modelos ou o embate entre o particular e o universal. Ou seja, a experiência humana da sociedade local (particular; região)

em discussão com os demais modelos universais contemporâneos (estrangeiros; “de fora”), por adotar uma posição de resistência (ou resiliência) e reflexiva, faz com que a forma do lugar seja variável e mutável ao produzir um novo modelo híbrido, constituído nas “fronteiras” dos modelos vigentes. E devido a esta natureza flexível da forma do lugar, é possível encontrar diferentes correntes de Regionalismo crítico.

Frampton (2000, p. 382 e 397) ainda descreve o Regionalismo crítico, não como uma categoria ou estilo voltado para características comuns, e sim como uma série de atitudes em relação à arquitetura. Desta maneira, é necessária a compreensão da cultura regional, não como algo imutável, e sim como um elemento cultivado ao longo do tempo, de forma consciente. Paradoxalmente, todas as culturas, antigas e modernas, foram desenvolvidas a partir de uma “fertilização cruzada” com outras culturas, ou seja, para o autor, as culturas regionais e nacionais precisam ser construídas, em última instância, como manifestações locais moldadas a partir da cultura universal.

Ao entendermos o processo de mudança gradual dos programas de ensino da arquitetura em Portugal, o seu viés político, e a postura crítica ao movimento moderno, aqui apresentada por Fernando Távora e Nuno Portas, é possível reconhecer diversos pontos do Regionalismo crítico dentro da trajetória portuguesa. As ideias conciliadoras entre diferentes modelos são apresentadas por estes autores, sejam essas fruto da postura de resistência às reformas do sistema de ensino (reforma de 1931 e 1957) implementadas pelo governo ditatorial vigente do Estado Novo, ou seja, devido a coexistência de diferentes currículos (parte *beaux-art* e parte ensino moderno) durante o período. Desta maneira, retomando Gonçalves (2007, p. 87), este afirma que a leitura particular do modernismo elaborada pela Escola de Belas Artes do Porto pode ser caracterizada pela tradição, cultura do espaço, uso de materiais e tecnologias de acordo com a sua disponibilidade na região.

Sendo estes aspectos chave dentro dos pontos para o regionalismo de Frampton, é possível observá-los com maior clareza na obra do arquiteto Álvaro Siza Vieira. Frampton (2000, p. 385) cita o trabalho do arquiteto que, ao tomar Alvar Aalto como ponto de partida, elabora uma obra sedimentada na topografia específica do local e na textura da malha existente, onde são elaborados volumes e “fragmentos” ajustados à paisagem urbana, além da utilização de materiais locais e artesanato, sem excluir a forma moderna e racional em prol do sentimentalismo. Para o autor, assim como a Câmara Municipal de Saynatsalo de Aalto, todas as obras de Siza Vieira são acomodadas à topografia do seu lugar.

DO REGIONALISMO CRÍTICO À ARQUITETURA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA

A partir da construção do pensamento projetual apresentado anteriormente, e sistematizado dentro de uma teoria “internacional” apenas na década de 1980, pode-se identificar uma linha de continuidade entre os processos de constituição do sistema de ensino da ESBAP até o início do processo pleno de internacionalização da arquitetura portuguesa, em 1976, com a participação de seus expoentes simultaneamente em publicações e eventos na Espanha, Itália, França e Alemanha (SILVA, 2016, p. 480). Posteriormente, a consagração de carreira dos arquitetos portugueses foi reforçada pela atribuição de

prêmios internacionais, como: o Mies van der Rohe, atribuído a Siza Vieira em 1988[2]; e o prêmio Pritzker, entregue à Siza Vieira em 1992[3], e a Eduardo Souto de Moura, em 2011.

Desta forma, para entendermos a relevância do tema da internacionalização da arquitetura portuguesa, utilizaremos as conclusões de Silva (2016, p.480). A autora ressalta a posição da arquitetura portuguesa como "epicentro de abordagens teóricas" em que as respostas ao movimento moderno foram elaboradas. Segundo ela, esta é uma abordagem diferente da disseminada frequentemente, na qual a arquitetura portuguesa teria uma posição periférica, caso em que o reconhecimento internacional seria apenas consequência das alterações do cenário internacional, em que os modelos passaram universais seriam menos hegemônicos.

Logo após a Revolução dos Cravos, o então ministro de habitação do governo provisório, Nuno Portas, promoveu o programa Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), para atender às demandas urgentes por moradia, de populações que viviam em situações precárias, através de assistência técnica e apoio financeiro (CALVACANTI, 2014, p.23). O programa durou o período de dois anos (1974-1976) e assumiu premissas básicas na sua operação: o interesse de permanência dos habitantes nos locais de moradia; a melhoria das condições de habitação das populações carentes atendidas; o fazer uso de estruturas pré-existentes para construir moradias e novas infraestruturas, o mais próximo possível do local de habitação original.

Fernandes (2010, *apud* CAVALCANTI, 2014, p. 31) afirma ser a primeira experiência em que a Escola de Belas Artes do Porto desenvolve um trabalho coletivo com o envolvimento de professores e alunos, marcando uma identidade de Escola. O interesse internacional pela experiência do SAAL pode ser encontrado em publicações como as edições 8, 9 e 10 da *Lotus International* (com publicação individual do trabalho de Siza Vieira), e no número 13, no qual a equipe coordenada por Siza Vieira (denominada São Victor) também é destaque (SILVA, 2016, p.146).

No período pós-1976, o tema da arquitetura portuguesa passou a aparecer com maior frequência nas revistas *Casabella, Lotus International, L'Architecture d'Aujourd'hui, Architecture, Mouvement, Continuité, Arquitecturas Bis.* A edição nº 185 da *L'Architecture d'Aujourd'hui,* de 1976, intitulada "Portugal", foi marcante por ter sido totalmente dedicada ao país. O editorial intitulado "*Portugal An II",* escrito pelo então diretor Bernard Huet, personagem que contribuiu para o debate em arquitetura na França, se refere ao surgimento de Portugal em nível internacional, após a Revolução de 1974. Na opinião de Huet, até aquele momento, o país havia sido invisível (SILVA, 2016, p.130 e 131).

No mesmo ano, podemos destacar a participação de Siza Vieira em um evento realizado em Berlim, Alemanha, denominado "*Stadtstruktur-Stadtgestalt*" no Internationales Design Zentrum (IDZ), processo relevante para o convite de sua primeira obra internacional conhecida por "*Bonjour Tristesse",* na área de Kreuzberg. Um dos idealizadores do evento, Fraçois Burkhardt, descreveu Siza Vieira, em artigo no final da década de 1970, como integrante da Escola do Porto identificado pela "verdadeira identidade regional", pela

[2] Prêmio concedido a obras específicas construídas no espaço da União Europeia, o prêmio de Álvaro Siza é referente ao Banco Borges & Irmão, localizado em Vila do Conde, Portugal.

[3] Prêmio americano concedido pelo reconhecimento de carreira profissional.

oposição ao Kitsch turístico de outras regiões, pela oposição ao estilo do regime de Salazar e pela oposição à modernidade a serviço da especulação financeira. A referida Escola do Porto buscava a identidade local e as materializava a partir da utilização de novos valores arquitetônicos, colocando-os a serviço da população (SILVA, 2016, p.141).

A autora ainda destaca a participação de Siza Vieira em uma edição monográfica da revista *L'Architecture d'Aujourd'hui* 191*,* dedicada ao arquiteto Alvar Aalto, em 1976 (após sua morte), ao lado de arquitetos importantes como Venturi, Boffill, dentre outros. Em outras publicações, o tema da arquitetura portuguesa dialogava com o trabalho de Siza Vieira, como exemplo: a edição 44 de 1978 da revista francesa *Architecture, Mouvement*, com o trabalho de Álvaro Siza Vieira em destaque na capa; uma edição monográfica sobre o trabalho de Siza Vieira da revista japonesa *a+u,* em 1979; e uma exposição monográfica no Pavilhão de Arte Moderna de Milão, dedicada a Siza Vieira, em 1979.

Na década de 1980, encontramos publicações importantes, como o volume monográfico dedicado à Siza Vieira, na edição 211 de *L'Architecture d'Aujourd'hui,* em 1980; entrevista para a edição 14 da revista da Ordem dos Arquitetos do Quebec, Canadá, em 1983; número 9/83 da revista holandesa *Wonen-Tabk,* em 1983, o qual faz referência à Escola do Porto na capa; as edições 13, 14 e 15 (1987 a 1989) da revista *Obradoiro*; além da presença constante em outros periódicos, como a revista britânica *9H, Casabella* (1984 a 1988), principalmente sob a direção de Gregotti; entre outras publicações (SILVA, 2016, p.175, 180, 187, 204, 214 e 333).

Ainda segundo Silva (2016), o tema do regionalismo crítico de Kenneth Frampton foi influenciado pela arquitetura portuguesa dentro dos debates pós-modernistas, visível em algumas publicações destacadas, como a edição de 1982 da revista britânica *Architectural Design.* Frampton escreve sobre a obra de Siza Vieira pela primeira vez. A edição de 1983 da revista *Perspecta (*da Universidade de Yale, EUA) atribuiu o termo regionalismo crítico ao trabalho de Siza Vieira. O regionalismo crítico também foi atribuído ao arquiteto no livro *Modern Architecture, a Critical History,* de 1985, em que, na quarta edição, em 2007, Frampton inseriu referência individual ao arquiteto Eduardo Souto de Moura.

Sobre o tema Escola do Porto, é relevante ressaltar a confusão, por vezes cometida, a respeito do êxito internacional de Álvaro Siza Vieira, em que as características de sua produção foram utilizadas como aspectos da Escola do Porto em si (LUIZ CUNHA, 2013, *apud* SEABRA, 2015, p.336). Porém, importa perceber a consistência da linearidade entre os arquitetos oriundos do mesmo grupo, como os já citados, Carlos Ramos, Nuno Portas, Fernando Távora, Álvaro Siza Vieira e Eduardo Souto de Moura, os três últimos com relação direta de tutoria aluno/professor. Távora teve participação ativa fundamental no diálogo entre abordagens projetuais e sistema de ensino; e, como já citado anteriormente, Siza e Souto de Moura foram agraciados com o prêmio Pritzker nas edições de 1992 e 2011, respectivamente.

Em 1986, Portugal adere à Comunidade Econômica Europeia (CEE), marco importante no processo de abertura cultural e econômica do país, após 41 anos de vigência do Estado Novo. Segundo Grande (2013, p. 58), os governos seguintes promoveram a liberalização econômica, por meio da privatização de setores estratégicos do Estado e, a partir do acesso aos recursos de fundos europeus, promoveram investimentos em infraestruturas no país. Aliado a isso, o campo do ensino superior foi fortalecido com a abertura de novos

polos universitários, nas cidades de Aveiro, Beira Interior, Évora, Algarve, Açores e Minho, além da ampliação dos já existentes nas cidades de Lisboa, Porto e Coimbra.

Ao longo da década de 1990, marcada pelo recente fim da União Soviética e queda do Muro de Berlim, houveram mudanças políticas e econômicas significativas no modelo de planejamento das cidades da Europa, a partir deste momento, elas participariam individualmente nas disputas por investimentos externos, assumindo, em parte, o papel dos países como nação. Assim, o setor turístico tornou-se um dos protagonistas neste processo, fazendo uso de programas urbanos de grande escala, construção e requalificação de setores da cidade, também atraindo grandes eventos, como: olimpíadas; exposições internacionais; festivais culturais; museus etc. Para tanto, o papel da arquitetura na construção e requalificação destes espaços se mostrou fundamental no (res)estabelecimento de uma identidade urbana (GRANDE, 2013, p. 61 e 62).

Processo similar pôde ser observado em Portugal, onde as mudanças das políticas externas, a abertura da cultura, as novas práticas de planejamento voltadas para o turismo e as contribuições da arquitetura portuguesa foram fundamentais para a projeção internacional do país nas décadas seguintes à sua entrada na CEE. Podemos destacar os projetos de maior impacto urbano nas cidades, como: a inauguração do Centro Cultura de Belém, em 1992; Lisboa Capital Europeia da Cultura, em 1994; Exposição Internacional de Lisboa, em 1998 (Expo 98); e, Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura (GRANDE, 2013, p. 62-64). Dessa forma, além da requalificação e renovação do seu patrimônio histórico, em especial o Museu do Chiado em Lisboa, as cidades construíram novos equipamentos dotados de áreas públicas que, em geral, permaneceram em funcionamento após o término do evento.

Esta dinâmica de produção contou com a participação tanto de arquitetos já consagrados, como de profissionais que se projetaram a partir destes eventos. Por exemplo, a Expo 98 contou com os trabalhos de Álvaro Siza Vieira, Eduardo Souto de Moura, Gonçalo Byrne, Manuel Salgado, o americano Peter Chermayeff e Santiago Calatrava. Aliado a isso, podemos destacar as produções de João Carrilho da Graça, José Mateus e Nuno Mateus (escritório ARX), e Manuel Aires Mateus e Francisco Aires Mateus (escritório Aires Mateus). No que diz respeito a outras intervenções mais recentes, encontramos as produções de arquitetos renomados internacionalmente, como: Rem Koolhaas, com a Casa da Música (2005); Paulo Mendes da Rocha, com Museu dos Coches (2015); e, Amanda Levete, com o Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia (2016). Os dois primeiros são vencedores do prêmio Pritkzer e a última colaborou com a arquiteta Zaha Hadid, também vencedora do prêmio.

Desta forma, Grande (2013, p. 64) assinala que, a partir do final da década de 1980, as tendências de grupos locais que marcaram os debates sobre o pós-moderno se desfaziam, em detrimento da valorização "tutelar do 'autor', ou do arquiteto estrela", sendo a reunião desses profissionais de produção individual conhecido como *"Star system"*, grupo restrito em que Álvaro Siza Vieira se firmaria ao longo da década de 1990, dando maior projeção à arquitetura contemporânea portuguesa. Isso esteve também associado à figura do seu discípulo direto, Eduardo Souto de Moura, e ao tema da Escola do Porto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao referir-se à caminhada que os profissionais de arquitetura trilharam desde o congresso de 1948, ao trabalho sobre o "Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa", ao trabalho teórico crítico de Nuno Portas, e ao reconhecimento internacional dos arquitetos Siza Vieira e Souto de Moura, Barranha (2013, p. 9) afirma que a arquitetura portuguesa ganhou "maioridade social", onde o arquiteto passou a ser reconhecido como interveniente necessário na formação da identidade da cidade contemporânea, como um "bem exportável, sólido, com provas dadas".

Ainda podemos complementar a afirmação de Barranha (2013) com o que foi apresentado ao longo deste artigo: as contribuições anteriores e posteriores ao Congresso de 1948, dos atores Marques da Silva, Carlos Ramos e Fernando Távora, dentro da instituição da Escola das Belas Artes do Porto. Acrescentem-se a postura política e de resistência de alunos e professores às reformas impostas pelo Estado Novo, as iniciativas SAAL no período pós-revolução de 1974, o processo de internacionalização da produção portuguesa, inicialmente capitaneada por Siza Vieira, além da contribuição teórica com o conceito de Regionalismo crítico de Kenneth Frampton. Com base no apresentado, não foi possível identificar um momento claro de ruptura entre o campo da arquitetura local com o estilo internacional. De maneira que os processos de mudança ocorreram de maneira gradual, a partir da contribuição de diversos atores, no contexto de mudanças políticas e sociais ao longo do século XX.

Porém, é possível perceber a relação da postura crítica desta arquitetura com o conceito de Regionalismo crítico, em que modelos de produção de arquitetura e planejamento urbano, internacionais e locais, são debatidos a fim de propor um modelo híbrido, voltado às necessidades do local, método possível independentemente do seu tempo (FRAMPTON, 2000, p. 397). Retomando a colocação de Manuel Mendes (1983 *apud* MONIZ, 2011a, p. 58), a Escola do Porto pode ser compreendida por meio de dois aspectos principais: primeiramente, o programa pedagógico dentro da instituição Escola de Belas Artes do Porto, influenciado pelos atores principais Marques da Silva, Carlos Ramos e Fernando Távora, e perpetuados pela geração de professores seguintes, como Alexandre Alves Costa através do seu método de ensino (MONIZ, 2018, em conversa informal ao autor); em segundo lugar, por meio do papel profissional de Álvaro Siza Vieira, pela consolidação dos ensinamentos da escola e como maior expoente de sua internacionalização.

Ao entendemos que estes aspectos possuem natureza complementar, podemos sugerir que, apesar das práticas pedagógicas da Escola do Porto terem ganhado maior notoriedade no trabalho de Siza Vieira, é possível reconhecer a mesma "postura de resistência" e Continuidade do espaço na produção de outros arquitetos. Porém, após a entrada de Portugal no circuito internacional de globalização, a ampliação das influências externas, arquitetônicas e culturais, além do aumento do número de universidades no país (GRANDE, 2013), a identificação destes aspectos por meio de uma corrente local, na relação arquiteto-instituição, foi substituída pela identificação da produção individual do profissional, na relação arquiteto-tutor.

REFERÊNCIAS

BARRANHA, Helena. Da identidade da arquitetura portuguesa. **Camões: Revista de Letras e Culturas Lusofônicas**: Da identidade da arquitetura portuguesa. Lisboa: Camões, vol. 22, N. 1, pp.8-9. 2013.

CAVALCANTI, Rafaela Campos. **A ARQUITETURA DOS CRAVOS**: Da experiência do serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) no Porto. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

CLEMENTINO, Luísa Lopes Ribeiro Ramos. **FERNANDO TÁVORA:** De O Problema da Casa Portuguesa ao Da Organização do Espaço. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2013.

COUTINHO, Bárbara. **Carlos Ramos.** Instituo Camões da Cooperação e da Língua. Lisboa: Centro Virtual Camões - Camões IP. 2004.

DUARTE, Rovenir Bertola. Caminhos, reflexões e o tempo da arquitetura contemporânea. **Arquitextos**. São Paulo: N. 124.08, 2010.

FRAMPTON, Kenneth. Regionalismo crítico: arquitetura moderna e identidade cultural. In: **História crítica da arquitetura moderna.** São Paulo: Martins, 2000. pp. 381-397.

FRAMPTON, Kenneth. Toward a critical regionalism. Six points for an architecture of resistance. In: FOSTER, Hal. (ed.). **The anti-aesthetic:** Essays on postmodern culture. Washington: Bay Press, 1983. pp. 16-30.

GONÇALVES, José Fernando. **Edifícios modernos de habitação colectiva – 1948/61**: Desenho e Standard na Arquitectura Portuguesa. Tese (Doutorado) - Universitat Politècnica de Catalunya. Barcelona, 2007.

GRANDE, Nuno. Arquitetura portuguesa em fim-de-século: entre o pós- -ideológico e o pós-moderno.**Camões: Revista de Letras e Culturas Lusofônicas**: Da identidade da arquitetura portuguesa. Lisboa: Camões, vol. 22, N. 5, pp.55-66, 2013.

LEAL, João. **Arquitectos, engenheiros, antropólogos:** Estudos sobre arquitectura popular no século XX português. Porto: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva, 2008.

MONIZ, Gonçalo Esteves de Oliveira do Canto.**O ensino moderno da arquitectura:** A Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69). Volume I. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2011a.

MONIZ, Gonçalo Esteves de Oliveira do Canto.**O ensino moderno da arquitectura:** A Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69). Volume II. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2011b.

PORTAS, Nuno. **Cidade como Arquitectura:** apontamentos de método e crítica. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

SEABRA, Nuno Miguel Pereira Coelho da Silva. **Narrativas de *Regionalidade*:** Itinerários de um pensamento projectual em Arquitectura na contemporaneidade portuguesa. Tese (Doutorado) - Universidade de Lisboa. Lisboa, 2015.

SILVA, Cristina Emília Ramos e. **A Divulgação Internacional da Arquitectura Portuguesa 1976-1988**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto, 2016.

TÁVORA, Fernando. **Da Organização do Espaço.** Porto: Faup Publicações, 2008.

TOSTÕES, ANA. A diáspora ou arte de ser português. **Camões: Revista de Letras e Culturas Lusofônicas**: Da identidade da arquitetura portuguesa. Lisboa: Camões, vol. 22, N. 5, pp.23-40, 2013.

ARQUITETURA, CORPO E CIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIAS EM UM ATELIÊ DE PROJETO ARQUITETÔNICO

ARCHITECTURE, BODY AND CITY: REPORT OF EXPERIENCES IN AN ARCHITECTURAL DESIGN STUDIO

ARQUITECTURA, CUERPO Y CIUDAD: INFORME DE EXPERIENCIAS EN UN TALLER DE PROYECTOS ARQUITECTÓNICOS

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

SANTOS, Rodrigo Gonçalves
Arquiteto e urbanista, Doutor em Educação; Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo na UFSC e do PósARQ/UFSC
rodgonca@gmail.com

RAMOS, Flávia Martini
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Santa Catarina, PósARQ/UFSC
flaviamartiniramos@gmail.com

NASCIMENTO, Elaine Cristina Maia
Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Santa Catarina, PósARQ/UFSC
elanascimentoarq@gmail.com

ARQUITETURA, CORPO E CIDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIAS EM UM ATELIÊ DE PROJETO ARQUITETÔNICO

ARCHITECTURE, BODY AND CITY: REPORT OF EXPERIENCES IN AN ARCHITECTURAL DESIGN STUDIO

ARQUITECTURA, CUERPO Y CIUDAD: INFORME DE EXPERIENCIAS EN UN TALLER DE PROYECTOS ARQUITECTÓNICOS

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
A partir da noção de que arquitetura, corpo e cidade coexistem e relacionam-se cotidianamente, surge a possibilidade de identificar e trabalhar com práticas urbanas sob a perspectiva de experiências corporais da cidade. A oportunidade de investigar como a arquitetura pode aproximar-se do reconhecimento dessas práticas e catalisar a experiência do corpo (seja do arquiteto ou dos demais praticantes) na cidade fomentou a criação de um ateliê de projeto arquitetônico no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Baseado em um discurso contra hegemônico que trata da cidade vivida e não espetacularizada que sobrevive no corpo de seus praticantes, o ateliê explorou metodologias alternativas em todas as suas etapas, propondo derivas urbanas, experiências lúdicas e propostas de projeto baseadas na vivência de cada acadêmico. A partir desta abordagem foi possível discutir questões referentes ao papel do arquiteto contemporâneo, ao padrão de formação comumente explorado nas instituições de ensino de arquitetura e à importância de se considerar o corpo na produção e na experiência da cidade.
PALAVRAS-CHAVE: corpografia urbana; ensino de arquitetura; experiência urbana; ateliê de projeto.

ABSTRACT:
From the idea that architecture, body and city are concepts that co-exist and relate to each other, comes the possibility of identify and work with urban practices under perspectives of bodily experiences. The opportunity of approaching these practices and supporting (both architects and other citizens) bodily experiences through architecture, led to the creation of an architectural design studio in the faculty of Architecture and Urbanization at the Federal University of Santa Catarina. Supported by an non-hegemonic posture that understands the city as a system to be lived instead of consumed and that survives on the body of its citizens, the studio used alternative methodologies, as "urban drift", ludic practices and personalized exercises in order to explore individual perceptions. The development of the studio helped promote discussions about the role of the contemporary architect, the traditional patterns of teaching architecture and urban design and the importance of considering the body in the city.
KEYWORDS: *urban bodygraphy; architecture teaching; urban experience; design studio.*

RESUMEN:
A partir de la noción de que arquitectura, cuerpo y ciudad son conceptos que coexisten y están interrelacionados surge la posibilidad de identificar y trabajar con prácticas urbanas desde la perspectiva de experiencias corporales en la ciudad. La oportunidad de investigar como la arquitectura puede aproximarse, reconocer estas prácticas, y catalizar la experiencia del cuerpo (sea de los arquitectos o de los demás ciudadanos) en la ciudad, estimuló la creación de un taller de proyectos arquitectónicos en el curso de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal de Santa Catarina. Basado en un discurso contra hegemónico sobre la ciudad vivida y no espectacularizada que sobrevive en el cuerpo de sus practicantes, el taller utilizó metodologías alternativas, como derivas urbanas, actividades lúdicas y

propuestas de proyectos basadas en la vivencia de cada alumno. Desde este enfoque, fue posible fomentar el debate sobre cuestiones como el papel del arquitecto contemporáneo, los métodos tradicionales de enseñanza de arquitectura y la importancia del cuerpo en la producción y experiencia de la ciudad.
***PALABRAS-CLAVE**: cuerpografía urbana; enseñanza de arquitectura; experiencia urbana; taller de proyecto.*

INTRODUÇÃO

A arquitetura tem se revelado um campo em constante transformação no qual a transdisciplinaridade e a necessidade de adaptação aos fenômenos sociais parecem emergir com força considerável no contexto atual. Percebe-se uma abertura que sugere possibilidades de pensamento e produção ainda não normalizadas, expandindo a arquitetura para a observação dos fenômenos e abordando sua complexidade enquanto ação que envolve não apenas aspectos físicos, mas de construção de subjetividades. Ressalta-se, aqui, o entendimento de que as subjetividades são *construídas* através das relações, ou seja, do desenvolvimento de redes nas quais os sujeitos são perpassados pelo afeto, afetando e deixando-se afetar. Entende-se que essas redes podem ser constituídas tanto através do ato de se relacionar com outros indivíduos, como através do agenciamento entre sujeitos e espaços, quando estes assumem a potência de produtores de afetos ou, conforme sugerido por Izana Guizzo (2012), de "produtores parciais de subjetividades".

Considerando tais fatores, percebe-se a possibilidade de conceber o espaço não como algo dado e encerrado em sua concretude material, mas como uma virtualidade em constante processo de construção, dependente das relações e redes nele tecidas e capaz de influenciar a construção de subjetividades através de sua experiência (GUIZZO, 2010). Diante disso acredita-se que pensar a arquitetura contemporânea enquanto prática transdisciplinar que se envolve de modo direto com as questões sociais pode se traduzir no transporte da atenção ao objeto arquitetônico em si para a valorização das relações operadas com ele, endossando uma postura na qual os sujeitos – arquitetos ou não – "deixam de ver a arquitetura como a edificação pura e simples (o objeto em sua materialidade) e passam a abordá-la como o conjunto de interações que acontece entre os habitantes, mediados pela edificação" (FILHO, 2007, p.2). Assim, entende-se que as relações não são dadas *a priori*, não estão postas, e nem são formadas por elementos predeterminados uma vez que "são os elementos que são constituídos a partir delas." (GUIZZO, 2010, p.2). Esta noção justifica o pensamento do espaço enquanto processo e permite abordá-lo a partir de sua capacidade de construir relações ao mesmo tempo em que é constituído por elas, em uma perspectiva que

> (...) não considera a existência de um sujeito e de um espaço prontos, individualmente distintos, que, possuem uma essência; ou seja, uma verdadeira forma, primeira e, portanto imutável como colocado no pensamento binário e racionalista. Ambos são entendidos como composições de forças dadas a partir de práticas sociais que produzem suas formas. (GUIZZO, 2010, p.2)

Essa seria uma abordagem possível da arquitetura enquanto elemento que constrói subjetividades ao mesmo tempo em que é construída por elas através da experiência dos sujeitos no espaço.

Assim, entre as variações vislumbradas na contemporaneidade, identificam-se duas correntes antagônicas que tensionam o papel do arquiteto: uma que corresponde à exacerbação das investigações formais em objetos espetaculares, mercantilizando a produção que se converte em um instrumento mercadológico e outra que acolhe as demandas sociais em uma postura mediadora entre espaço e políticas urbanas. Acredita-se que a pluralidade da profissão permite a convivência democrática das diversas abordagens, e todas as posturas são aqui respeitadas, entretanto, julga-se necessário estimular o exercício crítico da arquitetura, atentando-se para o meio social, econômico e político no qual ela se insere como potente influenciadora. Sua capacidade de criação de relações, suas preexistências e sua potência na constituição

do ser e na mediação entre corpo e espaço parecem, portanto, centrais na proposição de um fazer alternativo capaz de auxiliar na ampliação do campo da arquitetura.

Preocupações a este respeito considerando o caminho da ciência, as relações que compõem a sociedade atual e, consequentemente, a arquitetura, são constantes nos escritos atuais. Milton Santos atentou para a ênfase exagerada na técnica como uma problemática fortemente relacionada às dinâmicas da vida contemporânea, ao afirmar que

> "O mundo de hoje parece existir sob o signo da velocidade. O triunfo da técnica, a onipresença da competitividade, o deslumbramento da instantaneidade na transmissão e recepção de palavras, sons e imagens e a própria esperança de atingir outros mundos contribuem, juntos, para que a idéia de velocidade esteja presente em todos os espíritos e a sua utilização constitua uma espécie de tentação permanente". (SANTOS, 2001)

Segundo o autor, tal velocidade exacerbada é própria de uma minoria e induz a uma competitividade desmedida que relega os princípios sociais e morais aos interesses econômicos das forças que atuam sobre a sociedade e configuram o espaço urbano.

Apesar da supremacia da velocidade e da técnica, Milton Santos atenta para o fato de que "a técnica nunca foi um absoluto" (SANTOS, 2001) e afirma que "não é certo que haja um imperativo técnico, o imperativo é político" (SANTOS, 2001). O autor enfatiza que a sociedade atual vive um processo baseado em valores problemáticos e em dicotomias extremistas e excludentes, afirmando que "o progresso técnico não constituía obstáculo ao progresso moral, quando havia, paralelamente, progressos políticos. Assim, o problema fundamental é o de retomar o curso dessa história, recolocando o homem em seu lugar central" (SANTOS, 2001). A partir disso entende-se que a resistência à espetacularização urbana teorizada por Guy Debord e resgatada por Paola Jacques em função do atual contexto das cidades encontra, no discurso de Milton Santos, uma saída possível: a valorização do ser humano na construção social do espaço.

Acredita-se que uma maneira de direcionar o fazer arquitetônico para esta valorização em detrimento do emprego exclusivo da técnica é atentar para os corpos que transitam, se relacionam, compõem e são compostos na cidade. Paola Jacques e Fabiana Britto (2008) entendem que a relação entre corpo e ambiente se dá de forma coadaptativa, ou seja, a partir de uma codefinição, sendo praticamente impossível dissociar espaço e corpo ou dinâmicas urbanas e sociedade. A partir desta teoria as autoras esboçam o conceito de corpografia que, referenciando a cartografia social teorizada por Derrida e Guatarri, relaciona-se às cartografias da vida urbana inscritas nos corpos que experienciam a cidade, revelando o que o projeto urbano formal por vezes exclui: as micro práticas cotidianas do espaço vivido (BRITTO; JACQUES, 2008). As autoras acreditam que as corpografias podem ser desvendadas a partir dos padrões corporais de ação, revelando as experiências urbanas que estão em sua gênese.

Entende-se que cabe ao arquiteto, então, reconhecer e incorporar tais experiências em suas intervenções caso sua postura seja a de resistir à mercantilização da cidade que serve às minorias que a controlam. Considera-se, também, que a esta mudança de atitude corresponde uma necessidade de evolução no exercício e no ensino da arquitetura no sentido de munir seus praticantes com experiências capazes de facilitar o acesso às subjetividades, em uma prática focada mais nos corpos e nos processos urbanos do que em objetos espetaculares. É neste contexto que a disciplina de Projeto Arquitetônico aqui referenciada se desenvolveu e que se reitera a importância de revisar criticamente os padrões acadêmicos tradicionais dos

ateliês de projeto, os quais, estruturados segundo os princípios do tecnicismo moderno, por vezes escapam à complexidade das emergências contemporâneas. No intuito de discutir formas de exercitar esta abordagem na formação de arquitetos, este artigo tem o objetivo de compartilhar a experimentação de instrumentos ligados aos conceitos de cartografia social e corpografias urbanas utilizados durante a disciplina de Projeto Arquitetônico VII, ministrada no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina no segundo semestre de 2017.

DAS CORPOGRAFIAS URBANAS AO PROJETO ARQUITETÔNICO: APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Sob o marco teórico da resistência à espetacularização urbana, a disciplina aqui tratada estruturou-se com base nas discussões sobre a potência do corpo na formação e na compreensão da cidade, baseando-se na ideia de que arquitetura, corpo e cidade coexistem e relacionam-se cotidianamente. Paola Jacques e Fabiana Dultra Britto (BRITTO; JACQUES, 2008) colocam que "no momento em que a cidade – o corpo urbano – é experimentada, esta também se inscreve como ação perceptiva e, dessa forma, sobrevive no corpo de quem a pratica". Entende-se, a partir desta afirmação, que a cidade vivida, não espetacularizada e resistente a um processo de dominação, revela-se e sobrevive no corpo de quem a experimenta, tornando-se um laboratório vivo para experimentos arquitetônicos e urbanos. Neste laboratório surgem as corpografias urbanas, inscrições do espaço nos corpos e destes na cidade, seja em desenhos visíveis ou em subjetividades invisíveis – mas não menos presentes.

Constroi-se, assim, um discurso contra hegemônico que é base para este artigo, para o ateliê do qual ele trata e, acredita-se, para um fazer arquitetônico crítico e consciente de um contexto de intervenção que não é só físico. Revela-se a possibilidade de encarar a cidade como extensão do corpo de quem a habita, entendendo processos urbanos contemporâneos que olham com mais profundidade a apropriação do espaço urbano que não foi planejada tecnicamente por arquitetos e urbanistas. Este pensamento, entretanto, exige uma postura que boa parte dos métodos tradicionais de ensino e prática da arquitetura não respalda, fazendo com que novos desafios acabem emergindo. Dentre eles destacam-se alguns que se revelaram objetivos do ateliê: compreender espaços urbanos através de configurações corporais, entender os modos de subjetivação do indivíduo contemporâneo na cidade e exercitar a composição arquitetônica tendo em vista referencias culturais, sociais e sígnicas, explorando vivências e memórias dos diversos sujeitos envolvidos no processo projetual da arquitetura.

Para alcançá-los, a disciplina foi estruturada em três blocos: o primeiro foi denominado "Pensar a cidade", e teve um caráter introdutório para as novas discussões e práticas pretendidas. Ele foi composto por três estratégias básicas: discussões de textos (complementadas por exposições audiovisuais, como filmes e documentários), laboratórios experimentais – comentados em breve – e análise crítica de projetos já propostos para a área estudada. O segundo bloco, por sua vez, caracterizou-se como "Sentir a cidade" e foi composto por uma experiência de deriva urbana complementada por estudos e discussões de textos, além de análise das corpografias cartografadas ao longo da deriva. O último bloco foi chamado "Agir na cidade" e consistiu na fase propositiva do ateliê, condensando a teoria e as vivências até então experenciadas valendo-se também de estudos de textos e dinâmicas de análises coletivas. A separação em blocos foi uma estratégia utilizada para demarcar simbolicamente três enfoques diferenciados, no sentido de tornar mais didática a experiência da disciplina. Entretanto, os exercícios realizados em cada etapa dialogavam diretamente com as outras, estabelecendo relações não-lineares ao longo do processo.

Além disso, alguns dispositivos foram utilizados na articulação do ateliê ao longo do semestre, como os diários e os cartões postais, a fim de lembrar a necessidade de se registrar as impressões ao longo de todo o trajeto da disciplina e de se afirmar a diversidade existente no âmbito do ateliê como metáfora às subjetividades que compõem a cidade. Os diários – que deveriam ser preenchidos com constância – foram explorados em duas categorias: foram desenvolvidos diários individuais (como cadernos nos quais os acadêmicos registravam suas anotações, dúvidas, questionamentos e/ou esboços de forma livre) e o diário coletivo. Em cada encontro um acadêmico ficava responsável por deixar algum registro no diário coletivo, exaltando a construção grupal da disciplina, das impressões sobre a área e da dinâmica da cidade em si. O diário coletivo configurou-se, portanto, como uma grande cartografia das experiências do ateliê, gerando o compartilhamento do processo criativo entre seus envolvidos. No final da disciplina foi interessante manusear o diário como uma narrativa não-linear e diversa do processo e foi possível verificar, em sua construção, diversas estratégias e inquietações exaltadas pelos acadêmicos.

Os cartões, por sua vez, faziam alusão à cidade mercantilizada, que vende seus "cartões postais" – paisagens naturais ou construídas que são espetacularizadas – no intuito de atrair turistas e investimentos. Os cartões envolvidos na disciplina foram propostos enquanto forma de resistência a esta visão homogeneizante e hegemônica, abrindo a possibilidade de se acessar as micro práticas cotidianas desenvolvidas na cidade como elementos de grande valor no reconhecimento desta. Assim, os cartões postais também foram estratégias utilizadas no sentido de registrar sensações e impressões sobre o ateliê, a cidade, a área de intervenção, a arquitetura, enfim, sobre o que tocasse os acadêmicos. Distribuídos em branco no início da disciplina (e totalizando cinco por aluno), os cartões foram entregues ao professor no último dia do ateliê, quando foi possível observar o envolvimento sensível dos acadêmicos com a área de intervenção e com a prática humanizada da arquitetura.

Cabe destacar que a área estudada pela disciplina foi estrategicamente selecionada para provocar o pensamento e a ação críticos. A área de intervenção escolhida (Figura 1) localiza-se na área central da cidade de Florianópolis, e limita-se entre a cabeceira insular da ponte Hercílio Luz e o Hospital de Caridade. Entende-se que a área é bastante diversa, possuindo um contexto urbano rico em potências de corpografias e tecidos sócio-temporais expressivos sem, entretanto, deixar de ser alvo de uma série de transformações urbanas espetacularizadoras da cidade, contribuindo para uma gentrificação do seu centro histórico. O espaço constitui-se, então, como uma zona de tensão urbana, na qual diversos interesses, usos e apropriações tem lugar, incluindo práticas insurgentes que fogem aos desenhos impostos, configurando resistências no espaço e facilitando o reconhecimento das subjetividades que o compõem. Também em função deste entendimento e da maturidade da turma, uma vez que a disciplina é a última da grade de projetos do curso, não se estabeleceu um programa específico ou uma escala de intervenção. A proposta do ateliê consistiu em exercitar a autonomia e o senso crítico dos acadêmicos, permitindo a livre eleição de locais potentes/problemáticos e equipamentos/intervenções/gestos cabíveis.

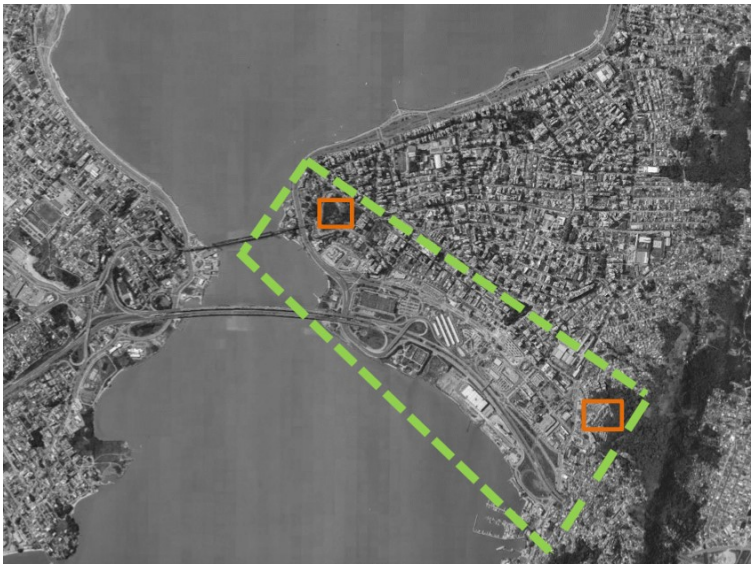


Figura 1: Delimitação da área de intervenção
Fonte: Acervo dos autores

Nos subitens expostos a seguir são apresentadas as propostas e os resultados dos laboratórios experimentais que compuseram os blocos da disciplina.

Primeiro Bloco: Pensar a Cidade

O primeiro laboratório experimental da disciplina, proposto no intuito de endossar as discussões introdutórias realizadas denominou-se "Cartografia de um corpo-cidade". Visando explorar as relações entre corpo e cidade e exercitar a visão de um corpo humano aderido ao corpo urbano, pediu-se para que cada acadêmico levasse para a aula um mapa da cidade de Florianópolis e uma foto sua de corpo inteiro impressos em A3. A comparação entre as imagens iniciou o cruzamento entre o mapa da cidade e o corpo dos acadêmicos, iniciando a reflexão a respeito de onde estariam as tatuagens, as cicatrizes, os medos, as zonas de tensão, os espaços públicos do corpo urbano e como eles dialogam, segundo a interpretação de cada um, com o corpo humano. Com base nisso, foi proposto um exercício de recortes e colagens identificando aproximações entre os usos, as características e os sentimentos inspirados pela cidade no corpo, configurando um novo mapa. Assim, relacionando áreas da cidade com partes do corpo, foi possível iniciar uma discussão sobre o contexto de intervenção da disciplina, entendido não só como meio físico, mas também como social, afetivo e humano.

As relações apresentadas demonstraram-se bastante potentes, evidenciando a reflexão crítica dos alunos ao comparar a imagem da cidade com uma das imagens mais íntimas dos seres humanos: seu próprio corpo. Neste sentido, diversas analogias surgiram, apresentando-se, por exemplo, a locação da Universidade no Norte do mapa, como referência ao seu papel enquanto organizadora da vida dos estudantes. Foi bastante recorrente, também, a identificação das pernas e dos pés com as áreas de deslocamento – onde se concentram os terminais urbanos mais utilizados pelos acadêmicos, por exemplo – e a relação da cabeça com as áreas onde se concentram instituições de trabalho e ensino. As mãos e o peito, por sua vez, foram constantemente relacionados a áreas afetivas, referenciando "o primeiro contato", ou seja, as áreas de origem enquanto as costas referenciaram, na maioria das vezes, locais

esquecidos, com dificuldades de acesso, pouco vistos, conhecidos ou explorados. Neste caso destaca-se a atitude de uma acadêmica que colou uma parte por ela desconhecida da cidade no verso da folha onde configurava o seu mapa.

Com esta estratégia foi possível explorar a ideia do "diagnóstico"[1] da área, uma vez que ela passou a ser entendida como um corpo pulsante e em constante transformação. Em tal levantamento, foi possível identificar e discutir, através de uma nova abordagem, algumas problemáticas e potencialidades da cidade como um todo, revelando a incorporação de uma dimensão afetiva em sua análise. A referência ao poder de organização da Universidade, por exemplo, levantou debates sobre a vida acadêmica; a menção às pernas como referência a deslocamento e lazer introduziu a discussão sobre a mobilidade urbana e as áreas de estar, contemplação e prática esportiva; as mãos e o peito introduziram o valor afetivo no estudo, permitindo que cada acadêmico compartilhasse suas memórias, lembranças, formação, dificuldades, enfim, aumentando a interação entre a turma; e as costas, por sua vez, permitiram que se discutisse com maior clareza os problemas da cidade, suas áreas marginalizadas e a negligência seletiva a determinados corpos que a compõem. Pode-se dizer que o exercício (Figura 2) foi uma crítica sutil às formas de análise da cidade e um recurso didático potente na ativação do diálogo entre os corpos urbano e humano, bem como na introdução à análise subjetiva da cidade.

Figura 2: "Cartografia de um corpo-cidade": primeiro laboratório experimental da disciplina
Fonte: Acervo dos autores

Outro laboratório realizado no primeiro bloco da disciplina foi chamado de "Encontros". Referenciando a relação da cidade com o mar, uma vez que Florianópolis é uma ilha, e problematizando as áreas de encontro entre eles – como os aterros, as áreas de preservação ambiental, as regiões supervalorizadas, a relação entre paisagem natural e construída, etc – foi proposta uma atividade com aquarela, utilizando-se os pigmentos amarelo e azul (Figura 3). Com o papel molhado, sugeriu-se que os acadêmicos fizessem duas aguadas, uma de cada cor, iniciando nas extremidades da folha e deixando que o encontro entre elas acontecesse de forma natural, sem invadir com o pincel o espaço do outro pigmento. Ao permitir a

[1] A palavra "diagnóstico" é destacada aqui por remeter criticamente à ideia higienista disseminada no período moderno, sugerindo uma noção da cidade como um corpo que precisa ser curado. Aqui, ao invés de "curá-lo", busca-se entender sua pulsação, seus fluxos, suas potencialidades, seus afetos. Acredita-se que, a partir do momento em que se assume este corpo metafísico e que se busca entender seus processos, emerge a possibilidade de se realizar intervenções capazes de incorporar as potencialidades das pré-existências, ao invés de tratá-las como males a serem erradicados a partir de "higienizações".

atualização da pintura pelo próprio pigmento, os acadêmicos se viram atuando sem total controle sobre seu trabalho, a exemplo do que acontece com o espaço urbano, o que estabelece uma das semelhanças do exercício com o processo de projeto. Além disso, o encontro entre os pigmentos estabelece uma zona de tensão, potente metáfora às áreas de encontro da cidade com o mar. Após consolidado o encontro, foi proposto que os acadêmicos intervissem na aquarela com giz pastel, consolidando o que o desenho então formado lhes sugeria. Na Figura 4 evidencia-se o processo, que culminou no desenho de um pássaro e na transformação do mar em um céu. O desenho tangencia questões como a liberdade no espaço público e a diversidade que lhe é inerente, expressa pelas linhas orgânicas de um lado e geométricas do outro. Além de ativar a memória-água da cidade, este exercício permitiu a discussão sobre o papel mediador do arquiteto contemporâneo capaz de sensibilizar-se com as tensões urbanas.

Figura 3: Formação dos encontros entre os pigmentos
Fonte: Acervo dos autores

Figura 4: Exemplo de manipulação de encontro entre os pigmentos
Fonte: Acervo dos autores

O terceiro laboratório proposto neste bloco foi o "Varal de Memórias" (Figura 5). A partir dos objetos de afeto – dentre os quais encontravam-se canecas, chaveiros, ímãs, terço, sapatilha e boneca – trazidos pelos acadêmicos, montou-se um varal expositivo na sala de aula, sem que nenhuma explanação sobre a escolha dos itens expostos fosse realizada. Foi proposto, então, que a partir da leitura que cada acadêmico fizesse dos objetos – deixou-se livre para eleger um objeto, um grupo ou todos eles –, fossem criadas maquetes formais individuais. Questões sobre identidade e sobre a dimensão humana e afetiva traduziram-se, então, em formas, abstraindo sentimentos e narrativas em conceitos como evolução (Figuras 6 e 7), memória, troca, enlace, comunhão e caos. Após a apresentação das maquetes individuais, a turma foi dividida em dois grupos, aos quais foi proposto que se conformasse uma nova maquete, desta vez coletiva. Enquanto um dos grupos optou por reunir todas as outras maquetes, envolvendo-as em uma envoltória transparente como alusão à reunião da diversidade por adição, o outro grupo desconstruiu as maquetes individuais e utilizou seus materiais para reconstruir uma nova maquete a partir de um consenso sobre um novo conceito (Figura 8). Acredita-se que tal exercício tenha sido relevante para ativar a intersubjetividade e as discussões a respeito da autoria na arquitetura, uma vez que, entendendo a criação/intervenção como um processo coletivo, a figura do arquiteto-autor se dilui.

Figura 5: Varal de Memórias
Fonte: Acervo dos autores

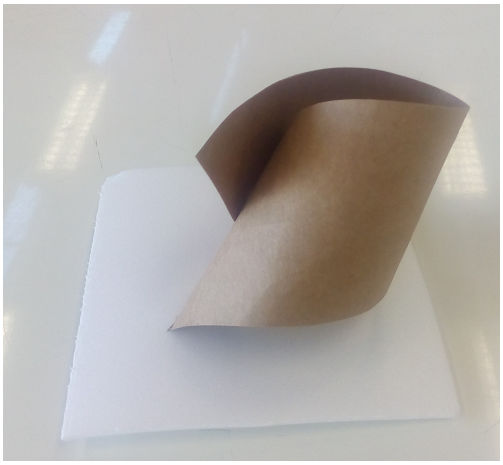


Figura 6: Maquete formal elaborada no terceiro laboratório experimental, expressando o conceito de evolução
Fonte: Acervo dos autores

Figura 7: Maquete formal elaborada no terceiro laboratório experimental, expressando o conceito de evolução
Fonte: Acervo dos autores

Figura 8: Maquete coletiva desenvolvida a partir da fusão entre maquetes individuais
Fonte: Acervo dos autores

Neste momento, o *feedback* dado pela turma foi que a abordagem, a discussão e a temática do último exercício foram interessantes, entretanto, surgia certa ansiedade pelo que se chamou de atividade "prática", em detrimento de atividades ditas "lúdicas". Tais afirmações levantam a reflexão sobre como os processos que envolvem o entendimento de subjetividades poderiam ser melhor explorado ao longo de toda a formação dos arquitetos, destacando a arquitetura em seu caráter relacional, ao invés de restringi-la a sua potencialidade material. Assim, a fim de retomar as discussões sobre o contexto de intervenção da disciplina para a qual os acadêmicos teriam que desenvolver uma proposta de intervenção (ou não-intervenção justificada) no final do semestre, foi proposto o quarto laboratório experimental, chamado "Arquitetura, corpo e cidade: o que há além de mim". Para realização deste exercício, foram levadas fotos antigas de Florianópolis, e pediu-se para que os acadêmicos as atualizassem (Figura 9). Esta atualização, entretanto, não consistia em uma ação literal, mas em uma intervenção capaz de exaltar as relações atuais de cada espaço, sua memória, os corpos que lhe constituem e/ou os sentimentos por ele inspirados. Os acadêmicos realizaram, então, intervenções com desenho, recortes e colagens sobre as imagens, cujas estratégias de atualização foram expostas durante o ateliê. Após as discussões que tais gestos geraram, foi

proposto que a turma criasse em conjunto um mapa da cidade com as fotos. A estratégia utilizada pelos acadêmicos foi de identificar a antiga linha d'água da cidade (hoje modificada em função dos aterros) que guiou a conformação do mapa, sendo desenhada por cima das imagens. A discussão gerada por este exercício permitiu identificar as relações entre os espaços da cidade, sua memória, seus atuais usos e relações na montagem de uma narrativa composta por inúmeras sobreposições, a exemplo das fotos que se sobrepuseram para compor o novo mapa (Figura 10).

Figura 9: Fotos antigas em processo de atualização
Fonte: Acervo dos autores

Figura 10: Mapa criado a partir das atualizações das fotos antigas
Fonte: Acervo dos autores

Após a realização dos quatro laboratórios experimentais aqui expostos, encerrou-se o primeiro bloco da disciplina com o estudo de projetos já realizados para a área de intervenção. Solicitou-se aos acadêmicos que as análises fossem feitas não no sentido de apresentar o projeto, mas de identificar em cada proposta os corpos, as subjetividades, as memórias, as identidades, os sentimentos, as tentativas de suprir as problemáticas existentes e as estratégias de exploração das potencialidades da área. As análises, portanto, foram realizadas identificando quais corpos cada proposta acolhia ou negligenciava, apontando traços espetaculares ou subjetivadores dos desenhos estudados. Acredita-se que esta etapa tenha sido fundamental na transição dos conceitos abstratos para a materialização da arquitetura, assim como no exercício de uma visão crítica sobre as diversas práticas realizadas na área de estudo.

Segundo Bloco: Sentir a Cidade

Após a análise subjetiva do espaço e do estudo das propostas já realizadas na área de intervenção, realizou-se uma deriva urbana no recorte estudado, inaugurando o segundo bloco da disciplina, dedicado a "sentir a cidade". Após reunir a turma em determinado ponto de encontro, foi proposto que, dali a duas horas, todos se encontrassem no outro extremo da área de intervenção. O percurso até lá, entretanto, era livre, podendo ser percorrido em grupos ou individualmente. Para dinamizar a experiência foi criado um grupo

no aplicativo Whatsapp e, em determinados intervalos de tempo, algumas palavras eram enviadas pelo professor como disparadoras de situações. A ideia destas palavras era fazer com que a deriva fosse realizada de corpo presente, prestando atenção ao próprio caminhar pela cidade. As palavras eram norteadoras para um registro fotográfico e/ou videográfico individual acerca dos afetos que a própria palavra ativava em quem estava caminhando. Cada palavra evocava alguma narrativa do local, relacionando pessoas, lugares, práticas, monumentos, entre outros. As palavras disparadoras foram: “bom parto”, “agulha para desentupir”, “fogão a gás”, “brincadeira de criança”, “secos e molhados”, “fora...”, “memória-água”, “namoros e casórios”, “jogatina”, “devoção e cura” e “eu vejo”. As palavras foram enviadas aproximadamente em grupos de quatro, em intervalos variáveis de tempo, e os registros realizados pelos acadêmicos em resposta a elas eram compartilhados instantaneamente no grupo do Whatsapp. Ressalta-se a diversidade de registros relacionadas a um mesmo tema, identificando a pluralidade de visões que o pequeno grupo de pessoas de formação acadêmica semelhante que vivenciava uma determinada região da cidade no mesmo período de tempo apresentou. Este fato parece ressaltar a alteridade do espaço urbano, e reiterar a importância de se acessar suas inúmeras subjetividades.

Além disso, em discussão posterior realizada no ateliê, foi possível identificar a importância do uso de disparadores durante a deriva. Alguns alunos narraram certa estranheza ao se deparar com algumas palavras, a exemplo de “secos e molhados”, que não compunha o repertório de alguns acadêmicos, ou de “fogão a gás”, que à primeira vista parecia ter pouca relação com a área vivenciada. O direcionamento do olhar para estes temas, entretanto, parece ter despertado uma conexão maior com os usos cotidianos da área, incentivando a conexão com as práticas urbanas e os diferentes corpos ali presentes. Destaca-se que também foi possível, com a atividade, transferir a capacidade de subjetivação à cidade e relacionar diretamente conceitos abstratos com preexistências físicas e sociais. A partir disso e das discussões geradas pela experiência, ressalta-se esta prática como importante estratégia de afetação, mediando e facilitando a inscrição tanto da cidade no corpo dos acadêmicos, como de seus corpos na cidade.

Após a experiência da deriva, foi proposto que cada acadêmico escrevesse uma carta, de formato livre, a um colega da turma, relatando impressões, sentimentos, inquietações e/ou vontades que a experiência lhe causou. As cartas foram trocadas entre os acadêmicos e, após a leitura individual, foi proposta a confecção de uma carta coletiva. A partir de recortes das cartas originais (Figura 11), a turma criou uma carta coletiva, sintetizando as impressões provocadas pela experiência da deriva (Figura 12), destacando a mudança de velocidade que a vivência do espaço fora das atividades cotidianas nele desempenhadas pelos acadêmicos desencadeou. A palavra central da carta representa a essência da análise e da deriva, ressaltando a intersubjetividade urbana: coexistência.

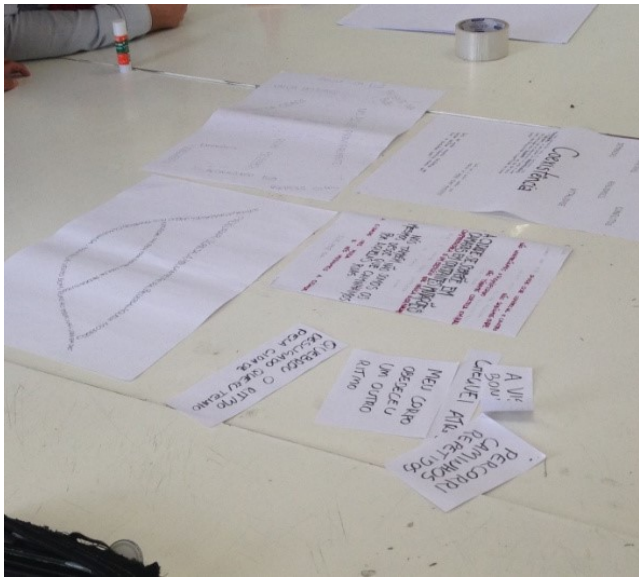


Figura 11: Fragmentos de cartas geradas a partir da deriva urbana
Fonte: Acervo dos autores

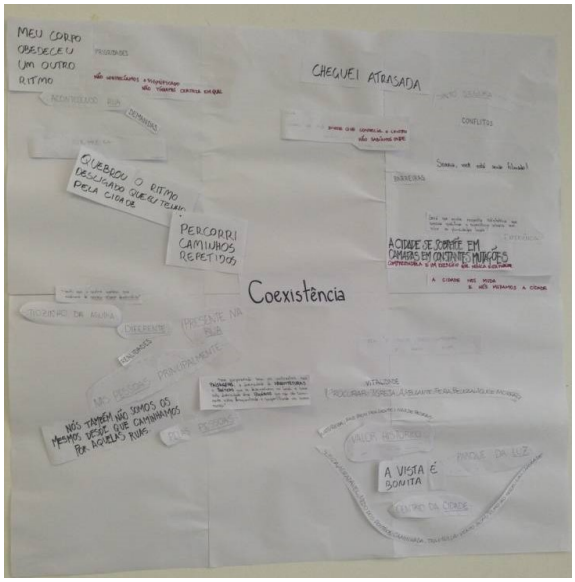


Figura 12: Carta coletiva gerada a partir da deriva urbana
Fonte: Acervo dos autores

A turma dividiu-se, então, em grupos para realização de um segundo exercício baseado nas cartas trocadas: a partir das impressões que mais lhes tocaram, foi proposto que cada grupo elaborasse um gesto corporal, que seria apresentado – sem valer-se de nenhum comentário – ao restante da turma. Esta atividade desenvolveu-se em três momentos distintos: o gesto original de cada grupo, a réplica dos grupos levando em conta a interação com os outros (com ações de complementação e/ou aceitação e/ou mudança e/ou ruptura), e a tréplica, iniciando a construção de uma narrativa gestual. Após a experimentação das partituras corporais, o exercício foi discutido na turma, que revelou a dificuldade em dar resposta aos gestos que, por vezes, não se compreende. Entretanto, a própria turma observou que, por vezes, interpretar o espaço preexistente é interagir com o estranhamento, reconhecendo a importância de se exercitar tal postura. Outras reflexões surgidas diziam respeito a como tornar público (ou transformar em intervenção) um gesto que é tão pessoal, abarcando questões de identidade e reconhecimento da alteridade. Ressaltou-se, ainda, a necessidade de abertura a outros sentidos que não só a visão na percepção do espaço urbano, envolvendo todo o corpo na sua cartografia. Percebe-se, então, que o exercício revelou-se um dispositivo capaz de ativar questões inerentes à complexidade espacial das cidades, e de despertar a atenção ao fato de que o estudo da morfologia urbana não parece suficiente para desvendar todas as suas dimensões, abrindo espaço para a compreensão da necessidade de complementação dos processos de avaliação e intervenção atuais.

Terceiro Bloco: Agir na Cidade

A partir das ações até então desenvolvidas, foi possível construir um entendimento a respeito da existência de dissensos no espaço público e de uma abordagem não pacificadora, mas explicitadora destas tensões. Com base nisso iniciou-se o terceiro bloco da disciplina, introduzindo as possibilidades de intervenção no espaço estudado. As discussões de texto e as interações com documentários que exploram os espaços negligenciados das cidades, exaltando os corpos marginalizados que eles abrigam, fomentaram a reflexão a respeito da possibilidade de explicitar os dissensos no espaço urbano, reconhecendo a arte como potência neste sentido. Assim, o "agir na cidade" foi iniciado com propostas de intervenções artísticas na área,

elaborando-se maquetes esquemáticas de obras ativadoras dos dissensos urbanos (Figura 13). Para sua construção, os acadêmicos refletiram sobre as principais problemáticas que gostariam de abordar e os espaços que lhes parecia necessário potencializar. A confecção e apresentação das maquetes iniciou a última etapa do processo de projeto para a área, uma vez que a partir delas a maioria dos acadêmicos selecionou sua temática de ação. Destaca-se também neste exercício o entendimento de que, quanto maiores e mais espetaculares fossem as intervenções, menos perto do corpo elas estariam. Assim, verificou-se a proposição de obras intensamente relacionais, resultado de sensibilidades afloradas e consciência crítica sobre a sua atividade.

Figura 13: Maquetes das propostas de intervenções artísticas na área de estudo
Fonte: Acervo dos autores

Após este processo, iniciou-se a produção dos trabalhos intermediários: intervenções pontuais no espaço capazes de tensionar as questões levantadas até então. Surgiram, neste momento, desde intervenções artísticas em casarões abandonados ocupados por moradores de rua, com a instalação de espelhos nas portas como forma de refletir no abandono a vitalidade urbana e as necessidades de seu entorno, até equipamentos de estar, em um dos casos construído com os resíduos das construções do entorno. Foram desenvolvidas, ainda, propostas de mobiliários de suporte para comerciantes locais, criticando a higienização ocorrida no mercado público da cidade e ensaios fotográficos sobre os usos marginais da área de intervenção. A partir de então desenvolveram-se os projetos finais, que foram evoluções destas propostas intermediárias: às intervenções artísticas nas fachadas dos casarões abandonados seguiu-se a proposta de reforma de uma casa para abrigar moradores de rua (Figura 14); como evolução dos dispositivos de estar foram desenvolvidos planos de revitalização de áreas pouco arborizadas com mobiliário flexível e dinamização de atividades, a fim de criar um revezamento de usos em diferentes horários e aumentar a sensação de segurança de determinados locais (Figura 15); seguindo a proposta de suporte para os comerciantes foi configurada uma praça coberta para feiras em local próximo à maior concentração de ambulantes e ao ensaio fotográfico dos usos marginais seguiu-se uma intervenção efêmera com coberturas tensionadas em uma rua da área, por exemplo. Além disso, foram propostos mirantes (Figura 16), centros culturais (Figura 17), entre outros.

Figura 14: Projeto final de um acadêmico
Fonte: Produção de acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC

Figura 15: Projeto final de um acadêmico
Fonte: Produção de acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC

Figura 16: Projeto final de um acadêmico
Fonte: Produção de acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC

Figura 17: Projeto final de um acadêmico
Fonte: Produção de acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC

No encerramento da disciplina, além da apresentação dos projetos finais, tão diversos em suas propostas como os usos, os corpos e a cidade em si pode ser, foram entregues os cartões postais (Figuras 18, 19 e 20). Configurados a partir de registros fotográficos, de aquarelas, de fotomontagens, de desenhos a mão livre, de textos, frases e de colagens, sua exposição denotou o processo de sensibilização à cidade e à área de estudo, a importância da construção da autonomia nos acadêmicos e a necessidade de dinamização das práticas de ensino (ou experimentação da arquitetura) para que outras subjetividades possam ser alcançadas em seu exercício.

Figura 18: Cartões postais entregues no final da disciplina
Fonte: Acervo dos autores

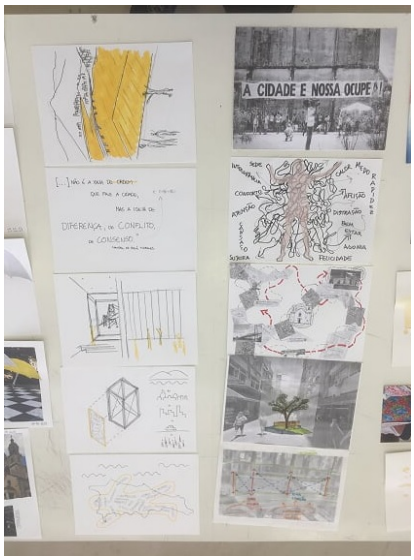


Figura 19: Cartões postais entregues no final da disciplina
Fonte: Acervo dos autores

Figura 20: Cartões postais entregues no final da disciplina
Fonte: Acervo dos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da disciplina, na discussão de encerramento, inúmeros *feedbacks* foram dados e sua relevância é grande no sentido de contribuir para a evolução de metodologias alternativas de ensino e para o aperfeiçoamento do ateliê proposto. Além de citarem a importância da nova experimentação explorada como forma de refletir criticamente sobre o exercício da arquitetura e de elencarem algumas dificuldades enfrentadas ao longo do semestre em função do padrão de formação que não prepara os jovens arquitetos para dialogar com questões de complexidade social, os acadêmicos colocaram a impaciência provocada pelo estender das fases de discussão e reflexão, que poderiam ter sido desenvolvidas com uma relação mais direta com intervenções físicas. Neste sentido, foi ainda colocada a possibilidade de se relegar um tempo maior para a concepção do trabalho final, que acabou se desenvolvendo mais rápido do que os acadêmicos esperavam. Em contrapartida, os estudos de texto foram referenciados como importante estratégia pouco utilizada nas disciplinas de projeto, enfatizando a relevância de se contar com uma base teórica no momento de projetar e compreender a área de intervenção, e criticou-se, no mesmo sentido, o fato de as avaliações convencionais atentarem-se mais ao produto plástico (e, por vezes, à representação) do que à reflexão crítica motivada pelo trabalho e às relações exploradas, mantidas, potencializadas e/ou descartadas no projeto.

Apesar das inúmeras considerações relevantes na discussão sobre a disciplina e sua metodologia, a pressa em se trabalhar com a materialidade foi frequente e levanta alguns questionamentos nesta análise posterior. Sabe-se que a metodologia tradicional pressupõe produtos formais nas disciplinas de projeto, o que pauta a experiência dos estudantes, gerando certa ansiedade em processos que tentam evocar outras formas de produção de arquitetura. Os benefícios trazidos pelas etapas de reflexão teórica e experienciação ou vivência da área de intervenção levantam o questionamento a respeito da real necessidade de se trabalhar com produtos físicos em todos os ateliês de projeto. Embora entenda-se que uma das vertentes da profissão do arquiteto demanda a concepção de objetos físicos – sejam edifícios ou

equipamentos urbanos –, ressalta-se a necessidade igualmente importante de se preparar os profissionais para o reconhecimento das dinâmicas humanas que influenciam diretamente seus contextos de intervenção. Questiona-se, portanto, a possibilidade de concepção de disciplinas de projeto que não tenham a materialidade e as discussões técnicas como principal objetivo, mas que visem especialmente o desenvolvimento do pensamento crítico e da percepção de subjetividades. Acredita-se que o caráter relacional da arquitetura contemporânea e os bons resultados apontados na breve experiência aqui descrita podem motivar a discussão a respeito do projeto enquanto prática relacional e crítica, expandindo os exercícios para além de atividades de desenho e proposição de objetos, abrangendo a compreensão das subjetividades inerentes à cidade.

É neste sentido que se ressalta a importância das disciplinas de cunho teórico na formação de arquitetos e urbanistas: acredita-se que elas auxiliam no pensamento crítico e na compreensão da dimensão humana presente na arquitetura. Desta forma, vislumbra-se a possibilidade de incorporar novas discussões na prática projetual abordando-a em toda a sua complexidade, ou seja, encarando o projeto não apenas em seu estágio de materialização, quando ideia e experiência viram desenho, mas especialmente em suas fases anteriores, que remetem à formação de um devir arquiteto urbanista, ou seja, do entendimento da prática arquitetônica na formação do próprio individuo enquanto arquiteto, assim como de seu posicionamento frente à questões relacionadas à percepção de práticas sociais.

O compartilhamento desta experiência teve, portanto, o intuito de endossar a discussão sobre o papel do arquiteto contemporâneo e apresentar alternativas – mesmo que em processo constante de aperfeiçoamento – de exercícios que podem ser realizados em ateliê para ajudar a aflorar a sensibilidade às subjetividades urbanas. Acredita-se que elas sejam importantes na resistência à pasteurização da arquitetura e à produção de equipamentos espetaculares que, por vezes, desencadeiam processos de gentrificação em suas áreas de implantação e descartam as preexistências humanas que podem ser encaradas enquanto essência de uma arquitetura de forte cunho transformador.

REFERÊNCIAS:

BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein. “Cenografias e corpografias urbanas: um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade”. **Cadernos PPGAU/UFBA.** Salvador: PPGAU/UFBA, Ano 6, número especial, pp. 79-86, 2008.

FILHO, José Cabral dos Santos. Arquitetura irreversível: o corpo, o espaço e a flecha do tempo. In: **Revista Arqtextos**, ano 08, 2007. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.089/202>. Acesso em: 30 de abril de 2018.

GUIZZO, Iazana. A urgência ética e política de incorporar às práticas urbanísticas a idade expressiva. 2012. Disponível em: <http://www.3margem.com.br/conteudo/2017/2/14/a-urgncia-tica-e-poltica-de-incorporar-s-prticas-urbansticas-a-cidade-expressiva>. Acesso em: 09 de junho de 2018.

JACQUES, Paola Berenstein. “Zonas de tensão: em busca de micro-resistências.” In: [JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra (Org.)]. **Corpocidade**: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010.

SANTOS, Milton. Elogio da Lentidão. **Folha de São Paulo.** São Paulo. 11 mar. 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1103200109.htm>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

JACQUES, Paola Berenstein. **Corpografias Urbanas.** 2008. Ano 08. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 54, n. 2, out/dez, 2002. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000200020>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

Salvador - 2018

AS ESTRATÉGIAS DE CITY MARKETING BASEADAS NA ECONOMIA DO CONHECIMENTO, CIDADE CRIATIVA E MOVIMENTO MAKER

CITY MARKETING ESTRATEGIES BASED ON KNOWLEDGE ECONOMY, CREATIVE CITY AND MAKER CULTURE

LAS ESTRATEGIAS DE MARKETING URBANO BASADAS EN LA ECONOMÍA DEL CONOCIMIENTO, CIUDAD CREATIVA Y MOVIMIENTO MAKER

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

SIMAS, Tarciso Binoti
Doutorando em Urbanismo pelo PROURB/FAU/UFRJ; Professor assistente da UNISUAM
tarcisobinoti@gmail.com

OLIVEIRA, Sônia Le Cocq de
Doutora em Sociologia e Antropologia; Professora da FAU/UFRJ
sonialecocq@gmail.com

AS ESTRATÉGIAS DE CITY MARKETING BASEADAS NA ECONOMIA DO CONHECIMENTO, CIDADE CRIATIVA E MOVIMENTO MAKER

CITY MARKETING ESTRATEGIES BASED ON KNOWLEDGE ECONOMY, CREATIVE CITY AND MAKER CULTURE

LAS ESTRATEGIAS DE MARKETING URBANO BASADAS EN LA ECONOMÍA DEL CONOCIMIENTO, CIUDAD CREATIVA Y MOVIMIENTO MAKER

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Desde o final do século XX, a gentrificação se generalizou como uma estratégia de venda da própria cidade como uma mercadoria e muitas administrações municipais vêm diversificando suas estratégias de city marketing. Atualmente, é possível observar a instrumentalização de conceitos em moda no debate sobre inovação tecnológica que neste artigo é apresentado através de revisão da literatura em três fases. A primeira fase explana o encontro entre o debate sobre economia do conhecimento e revitalização urbana. A segunda fase trata do modismo da cidade criativa. E a terceira fase, mais recente, explana os desdobramentos do movimento maker. O objetivo é destacar que essa instrumentalização pode impulsionar negócios e promover uma cortina de fumaça sobre problemas sociais e processos de gentrificação.
PALAVRAS-CHAVE: city marketing; gentrificação; sociedade do conhecimento; cidade criativa; movimento maker.

ABSTRACT:
Since the late twentieth century, gentrification has been generalized as a strategy to sell the own city as a merchandise and many municipal administrations have been diversifying their city marketing strategies. Nowadays, it is possible to observe the instrumentalization of fashion concepts in technological innovation debate that in this article is presented through literature review in three phases. The first phase explores the meeting between the knowledge economy debate and urban revitalization. The second phase deals with the fad of the creative city. And the third, more recent phase, explains the unfolding of maker culture. The purpose is to highlight that this instrumentalization could boost business and promote a smokescreen over social problems and gentrification process.
KEYWORDS: *city marketing; gentrification; knowledge economy; creative city; maker culture.*

RESUMEN:
Desde el final del siglo XX, la gentrifación se generalizó como una estrategia de venta de la propia ciudad como una mercancía y muchas administraciones municipales vienen diversificando sus estrategias de marketing urbano. Actualmente, es posible observar la instrumentalización de conceptos en moda en el debate sobre innovación tecnológica que en este artículo se presenta a través de la revisión de la literatura en tres fases. La primera fase explora el encuentro entre el debate sobre economía del conocimiento y revitalización urbana. La segunda fase trata del modismo de la ciudad creativa. Y la tercera fase, más reciente, explora los desdoblamientos del movimiento maker. El objetivo es destacar que esta instrumentalización puede impulsar negocios y promover una cortina de humo sobre problemas sociales y procesos de gentrificación.
PALABRAS-CLAVE*: marketing urbano; gentrificación; sociedad del conocimiento; ciudad creativa; movimiento maker.*

INTRODUÇÃO

Com a transformação da cadeia produtiva em escala global e a ampliação de uma agenda neoliberal[1], muitas cidades passaram a disputar pela atração de capital transnacional e de turistas, criando incentivos e oportunidades para grandes negócios imobiliários, turísticos e de entretenimento. Com isso, a cidade é convertida em uma mercadoria, ou nas palavras de Carlos Vainer (2013, p. 83), em "uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, *visitantes* e *usuários solváveis*". Essa postura municipal ficou amplamente conhecida como city marketing ou marketing urbano, que pode ser definido como "*una estrategia de promoción y venta cuyo objeto no es otro que la propia ciudad, mercancía que requiere una adecuada combinación de teorización de las apariencias y de un vocabulario debidamente trufado de invocaciones a los valores abstractos del pensamiento políticamente correcto"* (DELGADO, 2010, p. 40).

Neste tratamento da cidade como um negócio, o fenômeno de gentrificação[2] tornou-se cada vez mais observado e desejado por muitos governos municipais. Segundo o geógrafo Neil Smith (2015, p. 261-4), que se dedicou à pesquisa deste fenômeno, desde as décadas de 1950 e 1960, quando escrito por Ruth Glass, a gentrificação passou de um fenômeno local do mercado de moradia para sua generalização nos anos 1990 como uma estratégia urbana neoliberal pelos circuitos globais de capital e circulação cultural. Smith também faz uma interessante analogia para investigação deste fenômeno, comparando-o ao avanço na fronteira de colonização do homem branco sobre o indígena no oeste estadunidense nos séculos XVIII e XIX. Entretanto, o "avanço na fronteira de gentrificação" não é mais um avanço geográfico absolutamente, mas sim um avanço econômico de bancos, promotores imobiliários, cadeias de distribuição, Estado etc. E essa "recolonização" é feita, em geral, pela classe média de cor branca sobre minorias sociais (SMITH, 2012, p. 20-52).

Com isso, as táticas de city marketing urbano passaram a se diversificar, disputando uma certa originalidade, através da incorporação de modismo aos seus discursos cada vez mais sofisticados para ganho de capital simbólico na venda da cidade e avanço na fronteira da gentrificação. Atualmente, é possível observar uma linha de instrumentalização de conceitos em moda no debate sobre inovação tecnológica que neste artigo é apresentado através de revisão da literatura em três fases. A primeira fase explana o encontro do debate sobre **economia do conhecimento** e de políticas de revitalização urbana desde os anos 1990 em propostas de novos parques tecnológicos em áreas deprimidas de investimento. A segunda fase explana o conceito de **cidade criativa** desde o início do século XXI. E a terceira fase, mais recente, explana os desdobramentos das ideias oriundas do **movimento maker**. O objetivo é ressaltar que esta instrumentalização pode, ao contrário

[1] David Harvey (2013, p. 274) entende que o neoliberalismo, ampliado nos últimos 40 anos, defende mais do que a visão do livre mercado e pressiona pela redução ao máximo de políticas de bem-estar social; movimentos sociais e trabalhistas e de salários; acumulação por desapossamento; terceirização; novas tecnologias que geram maior lucro e liberem mão-de-obra; e táticas que centralizam o poder capitalista.

[2] A construção do conceito de gentrificação foi feita pela geógrafa inglesa Ruth Glass em 1964 ao descrever no livro *London: Aspects of Change* um fenômeno de renovação de moradias no bairro de Londres de Islington com o êxodo dos habitantes de classe trabalhadora (OBSERVATORIO METROPOLITANO DE MADRID, 2015, p. 19-20). Na interpretação de Jorge Sequera (2015, p. 2), gentrificação é um fenômeno de renovação de uma área deprimida de investimentos e opção de trabalho e moradia para minorias sociais em um novo bairro de classe média com uso residencial e/ou comercial que pode gerar negócios muito lucrativos, manipulação de sua identidade e/ou segregação socioespacial para a população de baixa renda.

de seu discurso politicamente correto, manter um certo modismo em negócios e uma cortina de fumaça para os problemas sociais e o avanço na fronteira da gentrificação.

ECONOMIA DO CONHECIMENTO

A partir da década de 1970, as diversas transformações na cadeia produtiva contribuíram para difusão de ideias sobre a evolução de uma sociedade industrial para uma *economia do conhecimento*. Para Lastres e Cassiolato (2003, p. 3-13), isso é justificado que em um mundo tão globalizado o processo de criação e de destruição de conhecimentos aumentou a necessidade de renovar suas competências e de um processo dinâmico de aprendizado na geração de novos conhecimentos, diferenciação e competitividade. Por outro lado, tratava-se de uma estratégia principalmente de países centrais na geração de renda e de empregos após a fragmentação e dispersão da cadeia produtiva. Assim, entre as décadas de 1970 e 1980, a inovação foi um dos fatores que explicam o mantenimento da produção concentrada geograficamente em algumas experiências de países centrais, tais como na Terceira Itália[3], Baden-Württemberg na Alemanha, Vale do Silício nos Estados Unidos da América (EUA), *Cambridge Area* na Inglaterra, entre outros. Nesses casos, a produção com rápidas inovações tecnológicas, especialização flexível, ganho de capital simbólico e com rendas de monopólio ainda ganhava competitividade frente à produção de baixo custo em países semiperiféricos.

A partir dessas experiências, ampliou-se o debate sobre economia de aglomeração como estratégia de aumento de competitividade e de desenvolvimento inovativo. Isso despertou tanto o resgate de antigas referências, como o conceito *distrito industrial*[4] do economista Alfred Marshall elaborado no final do século XIX, quanto a multiplicação de novos conceitos e políticas voltadas para a inovação e a concentração geográfica a partir da década de 1990. Um dos conceitos que mais se popularizou internacionamente e que se tornou quase um sinônimo de economia de algomeração foi o *cluster*[5], construído pelo estadunidense Michael Porter, um dos maiores especialistas em estratégia competitiva, cuja empresa *Monitor Company Group* pediu falência em 2012.

Desde então, surgiram também diversas experiências de políticas urbanas associadas a políticas produtivo-inovativas. O parque tecnológico 22@Barcelona foi construído, de acordo com um de seus idealizadores, o economista Joan Trullén (2014, p. 19), a partir dos conceitos de cidade do conhecimento[6] e de distrito

[3] Entre os anos 1970 e 1980, as regiões central e nordeste da Itália, tradicionalmente pouco desenvolvidas e ligadas a atividades agrícolas, demonstraram um crescente desenvolvimento industrial e tornaram-se conhecidas como *La Terza Italia (*a Terceira Itália). Essa denominação se referencia a uma divisão anterior entre Primeira Itália, na região noroeste, tradicionalmente mais rica e composta por grandes indústrias e empresas multinacionais de produção em massa; e a Segunda Itália, economicamente subdesenvolvida, ao sul na região de *mezzogiorno* (BISCEGLIA, 2014; CARMONA, 2006; MUCELLI *et al*, 2015).

[4] Essa teoria *Marshalliana* foi construída a partir da observação do padrão de organização de pequenas empresas de manufatura de produtos específicos, concentradas geograficamente na periferia dos centros produtores na Inglaterra, que potencializava uma *atmosfera industrial* e gerava algumas externalidades para os atores econômicos (BISCEGLIA, 2014, p. 2; CARMONA, 2006, p. 14-15; LASTRES e CASSIOLATO, 2003, p. 13).

[5] Segundo Porter (1999), cluster é uma concentração geográfica de empresas, distribuidores, fornecedores, instituições e associações dentro de uma mesma cadeia produtiva que, por meio de relacionamentos de forma cooperativa e competitiva, alcançam vantagens econômicas.

[6] Cidade do conhecimento defende a construção de infraestruturas e eventos para atração de investidores (melhoria de infraestrutura de transporte e de comunicação, a realização de congressos e conferências, a oferta cultural e hoteleira etc.)

industrial italiano[7]. No parque tecnológico Porto Digital em Recife, sua referência intelectual foi o conceito *Triple Helix*[8], construído pelos sociólogos Henry Etzkowitz e Loet Leydesdorff e difundido no Brasil pelo *Triple Helix Research Group Brazil*, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense. Vale ressaltar que, em 2008, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior classificou a experiência recifense Porto Digital como um *Arranjo Produtivo Local*[9] (APL).

Além disso, é possível citar outras experiências de parques tecnológicos associados a revitalização urbana, tais como: o *Programa Bicocca*, um parque científico e tecnológico com moradia e comércio em vazios urbanos da cidade de Milão; *Mission Bay*, um cluster de biotecnologia em antiga zona portuária e industrial na cidade de São Francisco; *Greater Philadelphia Innovation Cluster* (GPIChub), um parque tecnológico "verde" em uma base naval desativada na Filadélfia; *Cité Multimédia*, um cluster de TIC em antigo pátio ferroviário em Montreal; *Clenatech Innovation Park,* um parque de tecnologias sustentáveis em uma base aérea desativada em Zurique; *Ruta N,* um cluster de energia, saúde e TIC na parte norte da cidade de Medelín; *INO Tomsk-2020*, um cluster com foco em TI e eletrônica, medicina e biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais na cidade de Tomsk na Rússia; dentre tantas outras experiências.

No debate acadêmico, não existe um consenso sobre as vantagens econômicas e de inovação no processo de construção de uma economia de aglomeração. De um lado, estão aqueles que rejeitam totalmente suas propostas; e de outro, os que defendem com maior cautela e os que prestam consultoria como, por exemplo, Porter e atualmente alguns dos idealizadores do Porto Digital e do 22@Barcelona, por exemplo. Ricardo Moreira (2014, p.101) reconhece que essa popularização se deve a um certo modismo do *rótulo* ou de uma *marca cluster*. Com isso, desde a década de 1990, este conceito ganhou a adesão de diversas economias e de órgãos, tais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial, a Comissão Europeia, o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT), o grupo C40, o *European Institute for Comparative Urban Research* etc.

Em relação à ênfase de políticas locais, o economista Wilson Cano (2012, 25-6) critica que o poder municipal não pode "substituir o Estado na formulação de políticas de desenvolvimento que transcendam esse espaço restrito e que tenham nexos com os objetivos nacionais de uma política de desenvolvimento". Esta ênfase na "teoria do poder local" é uma estratégia do neoliberalismo que tem atacado profundamente o papel do Estado Nacional e ignorado suas políticas de desenvolvimento e econômica (comando sobre a taxa de juros, câmbio, crédito e fiscalidade necessária). Assim, as prefeituras passaram a ofertar mais infraestruturas e incentivos para atração de empresas, deixando de lado o atendimento das demandas sociais mais urgentes.

acrescentando a estratégia de concentrar e produzir recursos humanos qualificados como eixo principal de seu projeto econômico (BORJA, 2009, p. 22-4).

[7] Para Becattini (1989 *apud* BISCEGLIA, 2014, p. 2), distrito industrial italiano é uma entidade socioterritorial caracterizada pela ação coexistente da comunidade de pessoas e de empresas industriais, em uma área limitada definida geograficamente e historicamente, que compartilham conduta de valores, expectativas e linguagens comuns.

[8] *Triple Helix* é um conceito que se baseia "na perspectiva da Universidade como indutora das relações com as Empresas (setor produtivo de bens e serviços) e o Governo (setor regulador e fomentador da atividade econômica), visando à produção de novos conhecimentos, a inovação tecnológica e ao desenvolvimento econômico" (TRIPLE HELIX RESEARCH GROUP BRAZIL, 2016).

[9] Arranjo Produtivo Local (APL) é um conceito construído pela Rede de pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist) do Instituto de Econômica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) no final dos anos 1990 e se trata de uma aglomeração territorial "de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes" (LASTRES e CASSIOLATO, 2003, p. 3-4).

Para o economista Carlos Brandão (2012, p. 35-9), trata-se de um novo imperialismo da "partilha dos lugares eleitos" que "necessita" atender as "exigências" da globalização de forma indiscriminada e mecânica. Cria-se um consenso que não há intermediação entre o local e o global, gerando um "pensamento único localista" sem discussão sobre as verdadeiras questões de desenvolvimento. Nesta literatura localista, vai se propagandeando que "tudo passa a ser uma questão de empreendedorismos e de vontades. Aos trabalhadores, restaria tornar-se patrões, 'donos de seu próprio negócio', ou buscar qualificação para melhorar sua empregabilidade" (ibidem, p. 46). E assim se intensifica uma luta de quem vende melhor a cidade tornando-a mais receptiva e atraente aos agentes econômicos mais poderosos, com novos investimentos e incentivos que estão comprometendo as finanças locais.

> Muitas das diversas abordagens de *clusters*, sistemas locais de inovação, incubadoras, distritos industriais etc. possuem tal viés. A banalização de definições como "capital social", redes, "economia solidária e popular"; o abuso na detecção de toda sorte de "empreendedorismos", voluntariados, talentos pessoais e coletivos, microiniciativas, "comunidades solidárias"; a crença em que os formatos institucionais ideais para a promoção do desenvolvimento necessariamente passam por parcerias "público-privadas", baseadas no poder de "governança" das cooperativas, agências, consórcios, comitês etc. criam uma cortina de fumaça nas abordagens do tema. Essa "endogenia exagerada" das localidades crê piamente na capacidade das vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem controle sobre seu destino e procura promover sua *governança* virtuosa lugareira. Classes sociais, oligopólios, hegemonia etc. seriam componentes, forças e características de um passado totalmente superado, ou a ser superado. (BRANDÃO, 2012, p. 38)

Seguir este modismo aumenta o quociente de capital simbólico e de traços distintivos que, segundo David Harvey (2014a, p. 193), fundamentam melhor as reivindicações de uma singularidade, autenticidade, particularidade e especificidade, promovem a "marca" da cidade e se traduzem em rendas de monopólio. Estas políticas neoliberais canalizam os recursos para "os polos de crescimento 'empresarial' mais dinâmicos. Uma versão espacial do efeito de transbordamento se encarregaria então, no proverbial longo prazo (o que nunca aconteceu), de resolver todas essas desagradáveis desigualdades regionais, espaciais e urbanas" (ibidem, p. 70-1). E como explica Ermínia Maricato (2013, p. 171-2), este modismo está ligado à expansão do mercado de consultoria internacional. Assim, não faltam planos que incorporam conceitos em moda para suprir a lacuna do planejamento modernista, tais como distritos, desenvolvimento endógeno, redes, polos, nós etc.

> São propostas que visam, sobretudo, atrair mais investimentos, por meio de movimentos de indução, diante da crise fiscal. Ganha-se mais importância a subjetividade – os cenários, plenos de significados, que visam criar um sentimento genérico positivo, com efeito sinergético. (...) Aliás, uma das características desse tipo de planejamento é o otimismo: não mencionar os problemas e, se for impossível ignorá-los, destacar o lado positivo, já que constituem sempre oportunidades de mudar o jogo. Insistir nos "problemas" ou em suas causas é uma atitude "catastrófica", adjetivo frequentemente usado pelo urbanista, ex-prefeito de Curitiba e governador do Paraná, Jaime Lerner. (MARICATO, 2013, p. 172)

Vale destacar que nos anos 1990, em um momento em que muitas cidades já tinham gentrificado suas áreas centrais e portuárias (waterfront), este novo modelo de parque tecnológico permite avançar a fronteira da gentrificação sobre tecidos urbanos com tradição industrial: as zonas industriais obsoletas pelo processo de *desindustrialização*. Tal como no caso 22@Barcelona, onde suas promessas vendiam o parque tecnológico

como uma âncora na promoção de uma cidade mais compacta, gerando maior diversidade, vitalidade, desenvolvimento tecnológico e dinamismo econômico. Na prática, a operação urbana 22@Barcelona proporcionou grandes negócios imobiliários, considerando ainda o metro quadrado de escritórios mais valorizado que o residencial; e o apagamento de grande parte da memória e identidade industrial, anarquista e sindicalista do bairro Poblenou. A demolição em série levou ao êxodo de antigos residentes (muitos imigrantes) e de trabalhadores tradicionais. O city marketing do parque tecnológico conferiu maior capital simbólico à identidade ao bairro, que se tornou mais atraente a empresas de outras partes da cidade[10]. Com a transferência de empresas de outras partes da cidade, mais um objetivo da gentrificação foi alcançado: a transferência de riquezas. Assim, o ingresso da classe média aconteceu primeiramente através da classe business e de trabalhadores com alta qualificação.

CIDADE CRIATIVA

Desde a década de 1990, a humanidade vem passando por intensas transformações. O mundo virtual (internet, smartphone, redes sociais) está modificando as formas de relacionamento e diminuindo a necessidade da proximidade geográfica. As crises econômicas como a quebra da bolsa Nasdaq e a recessão mundial de 2008 ressaltam a insustentabilidade do mercado financeiro. As economias centrais e periféricas estão assumindo novos papéis, como o exemplo da produção industrial asiática que se tornou mais competitiva pelas manobras cambiais, grande mercado interno e baixo custo de mão de obra e de recursos. E, conforme Montaner e Muxí (2014, p. 79-82), no século 21, o Planeta Terra se tornou uma *fábrica planetária*, onde um produto pode ser projetado em cidades globais, nos *focos de decisão*, e produzido a baixo custo e em tempo real, principalmente no oriente, nos *focos de produção*.

Com isso, até mesmo as experiências dos anos 1970 e 1980 de produção industrial concentradas de países centrais não resistiram aos avanços tecnológicos e à competição com países asiáticos, sobretudo a China, a partir dos anos 1990. O professor grego Hadjimichalis (2006) exemplifica o caso dos distritos industriais da Terceira Itália que, apesar de sua tradição, qualidade e design, perdeu competitividade em relação ao custo da mão de obra[11]. Assim, concentra-se na Itália a parte de criação e de negócios, enquanto grande parte da produção é subcontratada em países periféricos[12]. O Vale do Silício é outro exemplo de economia de aglomeração que perdeu parte de sua função industrial, mas manteve a parte mais lucrativa do processo produtivo: a criação. Ali, concentram-se inúmeras empresas especializadas na economia criativa como softwares e redes como Apple, eBay, Facebook, Google etc. E, segundo Paul Krugman e Robin Wells (2015), se tornou também sede de investidores especializados no financiamento de empresas com alta tecnologia. A produção de iPhone exemplifica esta realidade, onde o processo de inovação e marketing é realizado na

[10] Em seu relatório de 15 anos, 41% das empresas do 22@Barcelona vieram de fora de Poblenou, sendo que 65% de outro bairro de Barcelona e 24% da Área Metropolitana de Barcelona (AJUNTAMENT DE BARCELONA, 2015, p. 57).

[11] Na comparação entre custo da mão de obra, um trabalhador italiano custava $17.8/hora, enquanto na Eslovênia, $6,7/hora; Romênia, $4,3; e China, menos de $1/hora (La Reppublica 12 September 2004 *apud* HADJIMICHALIS, 2006).

[12] Silva e Cocco (2006, p. 9) apontam que houve fragmentação de certos elos da cadeia produtiva através da migração ou contratação da produção em países do Leste Europeu (Hungria, Romênia, ex-Iugoslávia), da América Latina e a China.

Califórnia, enquanto sua manufatura é feita na China, onde já dispõe de uma base de fornecedores e de subcontratação[13].

Nesse contexto, Claudia Seldin (2015, p. 22) chama atenção em como "a ideia de inovação (...) passou a ser glorificada na entrada do século XXI, mais especificamente sob o mantra da 'criatividade' – que, além de acelerar o processo do capital, desperta também novos desejos e necessidades de consumo". E o "lema da criatividade" junto ao campo da economia é apresentado como um potencial de criação de riqueza e emprego voltados para classe criativa[14], assim como do desejo pelo status de "cidade criativa" para "criação de imagens urbanas indicativas de poder" (ibidem, p. 22-3).

O urbanista Richard Florida (2010, p. 48) apresenta este conceito de cidade criativa no início dos anos 2000 como um ambiente urbano que, além de aproveitar da mistura e adensamento de atividades, demonstra respeito à diversidade de gênero, cor e nacionalidade, e promove a inovação tecnológica, uma rica vida cultural e sobretudo a atração de pessoas talentosas. Atualmente, são muitos os adeptos desse modelo de cidade criativa. A Organização das Nações Unidades para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) inclusive criou em 2004 a Rede de Cidades Criativas (*Creative Cities Network*), atualmente composta por 180 cidades em 72 países.

Entretanto, é preciso ressaltar as desigualdades que esse modelo pode proporcionar tanto em nível global quanto local. De um modo geral, Florida (2010) enaltece, com muito "otimismo", a criatividade para a salvação de quase todos os problemas. Desde o crescimento econômico até a diminuição na desigualdade de renda pela criação de "bons empregos" para a classe criativa (ibidem, p. 123); aumento de salário e inovação de atividades não-criativas (alimentação, auxiliares de enfermagem, zeladores etc.) (ibidem, p. 128); e geração de "felicidade e bem-estar dos habitantes" (ibidem, p. 130). Ao mesmo tempo, ele faz um discurso extremamente competitivo em que a economia criativa poderia conduzir os países, principalmente os EUA, a voltarem a ser "vencedores" após a crise de 2007, através do mérito de atrair novos talentos, apossar-se de novas tecnologias e manter-se assim soberano perante o restante do mundo. Enquanto isso, outras regiões declinariam pela sua própria culpa, pois elas manteriam "comportamentos e sistemas sociais antigos, tecnologias velhas e, mais importante ainda, instituições, organizações e práticas empresariais ultrapassadas e resistentes à mudança" (ibidem, p. 20-1). Ignora-se assim todo histórico de imperialismo, exploração e dependência em relação aos países periféricos e semiperiféricos.

Ele também desconsidera a insustentabilidade do capitalismo financeiro e naturaliza as frequentes crises capitalistas como oportunidades para "boom" inovativo e para o êxodo em nível global de pessoas talentosas. Em suas palavras, "a melhor maneira de ajudar aos mais duramente atingidos pela crise é (...) investir em sua educação e em suas competências e incentivá-los, quando necessário, a se mudar de locais em decadência para outros que lhe ofereçam mais oportunidades" (FLORIDA, 2010. p. 88-9). E apesar da mobilidade de pessoas ser um dos efeitos inevitáveis da globalização, esse discurso reduz o ser humano a apenas uma mão de obra à disposição para migrar entre regiões de interesse do sistema econômico,

[13] David Harvey (2013, p. 220-1; 2014, p. 151) destaca que uma das marcas do capitalismo neoliberal nos últimos quarenta anos é a ampliação do sistema de produção por grandes organizações comerciais, tais como Benetton, Walmart, Ikea, Nike etc., que subcontratam empresas clandestinas e sistemas familiares e evitam conflitos com movimentos sindicais.

[14] Florida (2010) define "classe criativa" como engenheiros de software ou de alta tecnologia, pesquisadores médicos, artistas, inventores, empresários, acadêmicos, gestores, médicos, designers gráficos, advogados especializados na área de entretenimento etc.

desvalorizando seus interesses pessoais, laços familiares e comunitários. Ademais, incentiva-se um cenário global insustentável que visa o crescimento ilimitado. Pois, na medida em que se diminuem as possibilidades de reprodução do capital pelo limite da expansão de bolhas de ativos (capital fictício[15]) ou de boom imobiliário, os investidores podem se dispersar para localidades com maior competitividade sem olhar para as desigualdades acirradas deixadas para trás. Seria o que David Harvey (2013, p. 197-8) chama de "*après moi le déluge!*" (depois de mim o dilúvio), onde cada capitalista trabalha "por seus próprios interesses de curto prazo e impelidos pelas leis coercitivas da concorrência[16]", sem se importar com a superexploração de recursos naturais e pessoas.

O geógrafo Jamie Peck (2015, p. 54) faz uma extensa crítica a Richard Florida que seria reconhecido por uns como um "guru das cidades-de-moda" e, por outros, desqualificado como um "charlatão da nova economia". Ele critica que as cidades interessadas em um diagnóstico pormenorizado de sua "saúde criativa" precisam solicitar a *Catalytix* (organização de Richard Florida) por apenas 495 dólares. O passo seguinte seria trazer Richard Florida à cidade desejada por honorários de mais de 5 dígitos. Essa empresa e outras semelhantes oferecem também análise, assessoramento particular e colaboração na definição de estratégias locais (ibidem, p. 66-7). E existe também "*mediciones comparativas* [*de ciudades creativas que*] *van acompañadas de procesos simultáneos de revalorización simbólica (y financiera) de los activos relativos al 'clima personal' y creativos ya existentes*" (ibidem, p. 69). E neste mundo dos negócios, muitas empresas consultoras também fazem o ranking de cidades criativas reposicionando suas cidades clientes.

Ademais, para Peck (2015, p. 63), o conceito de cidade criativa direciona esforços para manter, atrair ou "mimar" o consumista "*homo creativus"*, uma evolução do artista boêmio para um mais refinado que "seria um sujeito atomizado, inclinado a relações intensas, mas superficiais e sem compromisso, mantendo um padrão de consumo e maior utilização da rua". E se a criatividade salva a tudo e a todos nesse "*Edén Creativo*", Peck questiona ironicamente "*¿quién va a lavar las camisas en este paraíso creativo*?" (ibidem, p. 83-4). Pois, são ignorados os bastidores dessa cidade criativa compostos pela classe não criativa, com baixos qualificação e salários, realizada em grande número por mulheres que chefiam suas famílias[17] e em países centrais por imigrantes em situação irregular[18]. São pessoas "invisíveis" no discurso da cidade criativa e se possível devem ser cada vez mais segregadas para não prejudicar a imagem da cidade global.

Nesta cidade criativa, a implantação de instituições de ensino e de pesquisa podem ser utilizadas na criação de uma nova identidade, com maior valor simbólico e valorização imobiliária. O próprio Florida (2010, p. 93-

[15] "Com o desenvolvimento do capital portador de juros e do sistema de crédito, todo capital parece duplicar e, em alguns pontos, triplicar pelas diferentes maneiras pelas quais o mesmo capital, ou a mesma reivindicação de dívida, aparece em várias mãos e em diversas formas. A maior parte desse 'capital monetário' é puramente fictícia" (MARX, 2016 [1894], p. 601 *apud* HARVEY, 2014b, p. 236).

[16] Na interpretação de David Harvey (2013, p. 146) sobre O Capital de Marx, as leis coercitivas da concorrência expressam que "os capitalistas, tendo coração ou não, são forçados pela concorrência a promover as mesmas práticas laborais de seus concorrentes. Se os concorrentes abreviam a vida de seus trabalhadores, você também tem de abreviá-la".

[17] Na América Latina como um todo, com os Planos de Ajuste Estrutural propostos pelo FMI, cortes de gastos em serviços públicos e na renda masculina, e a desindustrialização e dizimação de empregos masculinos formais (com aumento de emigração dos homes), as mulheres passaram a ter maior responsabilidade no orçamento familiar e a enfrentar maior concorrência entre si, colocando-as em grande parte no mercado informal e em jornadas de trabalho tanto fora quanto dentro de casa (DAVIS, 2011, p. 161-2).

[18] Lembrando que imigrantes "*son necessários para la lógica productiva tardocapitalista. La bipolaridade socioeconómica que caracteriza a la ciudad dual encuentra así uma evidente correspondência com la cuestión racial*" (VÁZQUEZ, 2004, p. 76).

4) mede o sucesso em diversidade urbana, de inovação (pela concentração de empresas de TIC e biotecnologia) e de alta competitividade da cidade de Toronto graças ao seu alto valor de imóveis, mesmo no período de recessão econômica 2007-2008. A moda do "Vale do Silício", por exemplo, se tornou uma referência de alta rentabilidade para o mercado imobiliário (ou seja, de gentrificação). A Revista Forbes (2016) não fala somente do sucesso inovativo do Vale do Silício, mas também do sucesso imobiliário em Los Altos na Califórnia, onde o preço médio de venda de moradia é de 2,3 milhões de dólares, enquanto o aluguel de apartamento de um quarto ultrapassa 2 mil dólares por mês. Com isso, a Revista aponta os centros tecnológicos emergentes como novas oportunidades de boom imobiliário pela alta concentração de renda.

Para o geógrafo Tom Slater (2015, p. 109), essa febre de cidade criativa de Richard Florida tornou a gentrificação em um sinal economicamente saudável através de sua imagem ligada à última moda, boemia, cool, com grupos de artistas que ocupam cafés e galerias em bairros abandonados, mas "carentes de criatividade". Pau Rausell (2009, p. 82-3) reforça que cidade criativa é mais um slogan de *city marketing* do que maior transformação real na cidade; que se limita a repetir que Londres, Nova York e Berlin concentram muitas pessoas criativas; e que na discussão acadêmica os espaços mais criativos seriam aqueles sem políticas públicas. Jan Fransen (2012, p. 77-9) alerta que as políticas de cluster em países periféricos, e no caso da "Cidade do Cabo Criativa", tendem a fortalecer as assimetrias pelas condições desiguais de renda, escolaridade e de negócios internacionais. Isso pode repercutir em uma transformação "limitada a espaços isolados e para poucos privilegiados" e cidades cada vez mais fragmentadas, pois o ideal seria "políticas específicas para o padrão de desenvolvimento econômico das cidades, a fim de criar a transformação inclusiva" (ibidem, p. 106).

Assim, a discussão de economia criativa não só foi incorporada às estratégias de city marketing, assim como alimenta um lucrativo mercado de consultoria internacional e de ranking de cidades criativas que refina ainda mais o discurso para o avanço da fronteira da gentrificação. São muitas cidades que utilizam como referência esse modelo de cidade criativa e prometem um novo "Vale do Silício". O avanço da fronteira da gentrificação nestes moldes não é necessariamente pela nova classe média residente, mas pela classe criativa que exigem serviços mais refinados e podem vir a ser residentes destes territórios.

MOVIMENTO MAKER

Com as recentes evoluções da web 2.0[19], de softwares sociais (redes sociais, wikis e blogs), de plataformas transmídia[20] etc., emergiu-se um sistema onde as pessoas conectadas passam a compartilhar informações e suas experiências (RAFAEL, 2017, p. 40-5). Estes princípios da era digital de colaboração e compartilhamento avançaram para práticas alternativas de produção: os Fab Labs[21] (*Fabrication Laboratory*; laboratório de fabricação digital); que estão se popularizando e já se encontram disponíveis na escala do usuário

[19] A web 1.0 é definida pela internet com acesso a informações e fins comerciais de consumo de massa dos anos 1990. No século XXI, emerge-se a web 2.0 com "ambientes mais interativos e colaborativos para a troca, a criação, a geração e o armazenamento de informações" (SANTOS e ALVES, 2009, p. 2 *apud* RAFAEL, 2017, p. 41).

[20] Segundo o estadunidense Henry Jenkins (2006, p. 141 *apud* RAFAEL, 2017, p. 31-2), estudioso de meios de comunicação, transmídia é a narrativa transmitida por meio de múltiplas plataformas da mídia que permite interação e complemento entre diversas mídias (cinema, rádio, TV, redes sociais digitais etc.).

[21] O Fab Lab surgiu no Massachusetts Institute of Technology (MIT), no laboratório interdisciplinar *Center for Bits and Atoms*, fundado em 2001 pela National Science Foundation (NEVES, 2014, p. 133).

doméstico[22]. Com o carro-chefe da impressora 3D, propagandeia-se um novo sistema produtivo horizontal, colaborativo, distributivo, personalizado, com participação coletiva em espaços de domínio público e acesso ao livre conhecimento disponibilizado nas redes globais (NEVES, 2014, p. 39-41).

Esta nova realidade com maior acesso e liberdade de conhecimento, de criação e de produção está sendo intitulada movimento *maker* (fazedores) ou *Do-It-Yourself* (DOY; faça-você-mesmo). Trata-se de uma nova onda de ideias de maior colaboração entre pessoas, indicação social de favoritos (restaurantes, hotéis, empresas etc.), resolução de problemas sociais e educacionais, construção coletiva e de empreendedorismo. Alguns teóricos (ou futurólogos) anunciam o movimento maker como uma nova revolução industrial, onde comunidades e pessoas comuns poderão criar e produzir seus próprios bens. Mas essa revolução por enquanto ainda não aconteceu, pois mantem-se majoritariamente o modelo de produção tradicional. Embora seja legítimo seus avanços em pesquisa científica e tecnológica, é importante ressaltar sua apropriação em alguns discursos "otimistas", como se não houvesse informação restrita e privilegiada nem leis coercitivas de concorrência. Pois repete-se muito que, nesse sistema meritocrático, todos se colaborariam mutuamente, com oportunidades iguais, sem desigualdades sociais estruturantes e para se desenvolver basta simplesmente ser criativo e "fazer".

Nos campos da arquitetura e do urbanismo, este movimento *maker* tem alguns rebatimentos. O urbanista Mike Lydon e sua equipe estão divulgando, em uma série de publicações (atualmente são 05), conceitos sobre *tactical urbanism* (urbanismo tático) e outros semelhantes, tais como *guerilla urbanism* (urbanismo de guerrilha), *pop-up urbanism* (urbanismo pop-up), *city repair* (reparação da cidade) ou *D.I.Y. urbanism* (urbanismo *DIY*), que estão sendo apropriados por "uma nova geração de *citymakers*" (LYDON *et al*, 2012, p. V, 1).

> O urbanismo tático é uma abordagem voluntária de construção de cidade que apresenta as seguintes cinco características, algumas delas sobrepostas: uma abordagem voluntária e gradual para instigar a mudança; um processo de criação de ideias para os desafios do planeamento à escala local; um compromisso de curto prazo e de expetativas realistas; uma atividade de baixo risco com a possibilidade gerar recompensas elevadas; e o desenvolvimento de capital social entre cidadãos e a construção de capacidade institucional entre as organizações públicas, privadas, não lucrativas e ONG's e os seus membros. (LYDON *et al*, 2012, p. 1-2)

Este termo tático surgiu da pedestrianização da Times Square em Nova York, quando o departamento de transportes da cidade o citou para referenciar uma intervenção de baixo custo e não totalmente formalizada. Com isso, esta ideia de intervenção tática também foi apropriada pelos *citymakers* para promover soluções criativas, sobretudo mobiliários efêmeros em espaços públicos. Sua metodologia propõe a construção de soluções de forma coletiva, informal, de baixo custo e sem a participação do poder público. Após um período de testes, com a aprovação e apropriação da população, o poder municipal poderia formalizá-las com maiores recursos e qualidade (LYDON *et al*, 2012, p. 1-2). Atualmente, essas ideias estão correndo o mundo através de diversos eventos e oficinas com esta abordagem tecnológica, colaborativa e participativa para criação de protótipos principalmente de mobiliário urbano para "ressignificação e reativação de espaços urbanos de uso público e coletivo", tais como o *Living Innovation Zones*, *Nation of Makers*, *National Week of*

[22] O movimento maker vem crescendo com a ampliação exponencial de plataformas compartilhadas para fabricação digital, "conformando um movimento de conexão em rede entre makers e máquinas". Os Fab Labs já se expandiram das indústrias pesadas, universidades e instituições de ensino para a escala do usuário doméstico (SPERLING *et al*, 2016, p. 119-20).

Making, *White House Maker Faire*, *Maker Cities*, *Urban Prototyping Festival*[23] etc. (PIRES e ERLICH, 2015, p. 5-9).

Por um lado, são divulgados exemplos que de certa forma reivindicam o direito à cidade como a criação de ciclovias, hortas, ruas de lazer, bicicletários e no exemplo de "intervenção de guerrilha" em Baltimore com a pintura não oficial de uma faixa de pedestre que posteriormente foi reconhecida pela administração pública (LYDON *et al*, 2012, p. 1-2). Por outro lado, este mesmo discurso apoia propostas que estão diretamente ligadas ao avanço na fronteira de gentrificação. Neste caso, são incentivados através dos *citymakers* que conferem um charme artístico de criatividade, espontaneidade, intuição e risco. Tratam-se de propostas de "ativar espaços subutilizados" por parques de *food truck* (ibidem, p. 26); "ativar temporariamente áreas de promoção imobiliária futura" denominado por "pré-vitalização de espaços" com usos de mercados, exposições de arte, festivais etc. (ibidem, p. 27); e a reinvenção de "vendedores de rua", não aos moldes de "camelôs" e ambulantes imigrantes, mas sim em bicicletas customizadas para pessoas que necessitam de uma segunda fonte de rendimento nos segmentos de comida, arte, fotografia e moda (ibidem, p. 38). Em outras palavras, tudo tem que ser sofisticado, "gourmetizado" e "divino", pois simplicidade não combina com classe criativa.

Além disso, para Nogueira e Portinari (2016, p. 179-84), o urbanismo tático esbarra em outros pontos que requer maior cautela. Incentiva-se muito projetos elaborados na hora e no local, sem partida de "uma prancheta de urbanista". Seus usos são destinados em geral ao lazer e à sociabilidade com construção de mobiliário e ambientação de espaço público realizados pela classe criativa; o que se diferencia de mutirões em áreas negligenciadas pelo Estado, como favelas. A proposta de trabalho coletivo não significa que seja para todos, mas muito provavelmente para a classe criativa que dispõe de tempo para isso. E ao pregar a independência e autônoma ao Estado, diminuiu o engajamento reivindicativo de cobrar melhorias e soluções para os problemas da cidade; o que é muito conveniente ao neoliberalismo.

> Neste caso a patente falência do Estado se torna extremamente oportuna a ele, uma vez que produz um terreno fértil para que ações como esta se desenvolvam e ele se desresponsabilize. Em um momento de estágio avançado do neoliberalismo, em que os governos procuram se eximir ao máximo de suas funções, é bastante conveniente que a sociedade civil cubra suas lacunas. O problema é que a celebração destas iniciativas, purificadas sob a chancela política, obscurece o papel do Estado, tornando-o, por vezes, desnecessário. (NOGUEIRA e PORTINARI, 2016, p. 184)

Entretanto, justamente estas ideias "voluntárias" de construção coletiva e de espontaneidade estão sendo apropriadas pelo poder público e/ou iniciativa privada convertendo-as oportunidades de negócios que não necessariamente estão promovendo melhor eficiência da cidade ou maior qualidade de espaço público. A febre de parques de *food trucks* estão "ativando" áreas de estacionamento ou terrenos baldios, mas com uma lógica introspectiva tal como em um shopping center: cercados, com controle de acesso e dentro de um

[23] *Urban Prototyping Festival* é uma competição de protótipos de mobiliários urbanos, criada em 2012 em São Francisco com o lema "fazendo cidades melhores, mais rápido". Foram utilizadas ferramentas de fabricação digital, tecnologias de alta complexidade como das áreas de mecatrônica e robótica e conexão com os interesses socioculturais da geração web. 05 protótipos foram eleitos para testes durantes 2 meses e posterior produção industrial com a participação da prefeitura. Posteriormente, multiplicaram-se em diversas cidades os eventos Market Street Prototyping Festival, Makeweekend e outros temáticos "como o desenvolvimento de artefatos para o empoderamento das mulheres nas cidades, para uma terceira idade mais ativa, ou para geração de energia limpa e redução do impacto ambiental" (PIRES e ERLICH, 2015, p. 5-9).

cenário voltado para o consumo com preços elevados. Assim, instrumentaliza-se uma roupagem coletiva para tais empreendimentos na moda, mas que de fato não é para todos.

Os Fab Labs também estão sendo apropriados em discursos de algumas cidades. Barcelona, através do Conselho da Cidade e de seu *Institut d'Arquitectura Avançada de Catalunya*, junto do *Center for Bits and Atoms* do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e do *Fab Foundation*, criaram em 2011 o projeto Fab City[24]; uma rede que conta atualmente 18 cidades (FAB CITY, 2018, p. 4). Neste contexto de competição pela inovação, essa rede de colaboração e investigação tecnológica também lhes confere um certo status. Mas desta vez, estas instituições estão saindo na frente para conceder um possível título de Fab City; em vez da Comissão Europeia no caso da "cidade da cultura" ou da UNESCO na Rede de Cidade Criativas.

Neste sentido, Barcelona avança seu processo de gentrificação em uma de suas áreas mais estratégicas, entre a cidade "consolidada" e sua praia, o bairro de Poblenou. Esse bairro apresenta muitos terrenos em retenção especulativa e vem recebendo diversos equipamentos e programas inspirados no movimento maker, como por exemplos o Fab Lab Barcelona e o *Poblenou Maker District*[25]. Apesar de seus discursos sedutores, o avanço da gentrificação acontece com ações menos incisivas, através da instrumentalização da cultura e da inovação tecnológica para construção de uma nova identidade e valorização do solo. De um bairro obreiro e de imigrantes, aos poucos, Poblenou está sendo transformado em um novo bairro de classe média aberto à cultura e de inovações tecnológicas. O outro lado desta moeda é a diminuição de sua população imigrante que vivia em sua maioria em antigas naves industriais e atualmente sobrevive em menor número em poucas *chabolas* (barracos) remanescentes que mesclam uso de moradia e de ferro-velho, conforme Figuras 1 e 2.

Figura 1: *Chabola* na Carrer del dos de Maig
Fonte própria.

Figura 2 – Chabola na Carrer de Bolívia
Fonte própria.

Um exemplo desta instrumentalização da inovação no Brasil acontece na cidade de Recife. Conforme Figuras 3 e 4, o novo *makerspace* inaugurado no Bairro do Recife pelo Porto Digital em 2016 ocupa o edifício do antigo Cortiço "Convento", que nos anos 1980 abrigava "moradores e usuários do Bairro, muitos deles aposentados da 'batalha' da vida naquele sítio histórico" (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1989, p. 23).

[24] Fab City se inspira na conectividade, cultura e criatividade dos Fab Labs, adaptando à escala urbana. "*It is a new urban model of transforming and shaping cities that shifts how they source and use materials from 'Products In Trash Out' (PITO) to 'Data In Data Out' (DIDO). This means that more production occurs inside the city, along with recycling materials and meeting local needs through local inventiveness"* (FAB CITY, 2018, p. 5).

[25] *Poblenou Maker District* é um projeto piloto, dentro do programa *Barcelona Ciudad digital*, que tem por objetivo promover uma cidade mais produtiva e colaborativa, seguindo a moda de inovação social digital, Fab Labs, makerspaces etc.

Atualmente, cortiços e prostíbulos já não fazem mais parte da realidade do bairro graças a um processo de gentrificação na forma mais silenciosa. Aos poucos, a valorização do solo levou ao êxodo de minorias sociais. E com uma nova identidade associada à inovação tecnológica, houve ingresso de classe média, agora na figura da classe criativa ou dos *citymakers*. Assim, os novos equipamentos de ponta dão oportunidades à esta classe privilegiada, e também são utilizados como cortina de fumo para esconder as desigualdades de Recife, a capital mais desigual do Brasil[26], e o constante processo de gentrificação de sua área central.

Figura 3: Pensão Convento nos anos 1980
Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife (1989, p. 22).

Figura 4 – Edifício Apolo 235 inaugurado em 2017
Fonte: Porto Digital (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o final do século XX, a gentrificação se generalizou como uma estratégia de muitas administrações municipais para venda da cidade como uma "mercadoria de luxo". Para se destacar e ganhar rendas de monopólio, as estratégias de city marketing passam por intensa renovação incorporando novos conceitos em moda que, neste artigo, focou no debate sobre inovação tecnológica.

Ainda nos anos 1990, algumas propostas de revitalização de áreas desvalorizadas incorporaram conceitos do então intenso debate sobre economia do conhecimento e de aglomeração como uma estratégia de city marketing para ganho de capital simbólico. Isso resultou em propostas de um novo "modelo" de desenvolvimento urbano através de parque tecnológico; ou seja, uma proposta de gentrificação voltada para a classe business através de territórios produtivos, com maior valor imobiliário do que no setor residencial. A concentração de empresas, antes dispersas na cidade, significa a transferência de riquezas e consequentemente valorização do solo, objetivos principais de políticas de gentrificação. Isso significa também a formação de zonas de uso predominantemente produtivo, ou seja, um retrocesso à diversidade de atividades e a uma cidade mais compacta.

No século XXI, novas estratégias baseadas em cidade criativa e movimento maker foram incorporadas ao city marketing. Com discursos cada vez mais sofisticados e sedutores, cultura, criatividade e inovação estão sendo instrumentalizadas para aumentar capital simbólico, valor de troca e fortalecer uma identidade gentrificada. Para os criativos, são oferecidos Fab Labs e seu fascínio de autoprodução. Para as minorias sociais

[26] Recife é a capital mais desigual do Brasil com crescentes índices de Gini de renda domiciliar per capita: 0,6739 em 1991; 0,6789 em 2000; e 0,6894 em 2010 (IDB, 2017).

(imigrantes, favelados, moradores de propstíbulos e cortiços etc.), não são respeitados os direitos humanos mais básicos como a moradia. Aos poucos, esses são expulsos pela pressão do mercado imobiliário e "apagados" da memória de seus antigos bairros. Assim, ao contrário de muitos discursos, as fronteiras da gentrificação estão avançando, acirrando ainda mais as desigualdades em muitas cidades.

REFERÊNCIAS:

AJUNTAMENT DE BARCELONA. **Àmbit Pilot de Superilles. Districte de Sant Martí. Barri del Poblenou - Informe Diagnòstic.** Barcelona: s/e., 2015.

BISCEGLIA, R. Local Economies in times of crisis: Italian Industrial Districts experience. In: **International Link and Services for Local Economic Development Agencies ILS LEDA**. paper n° 22, p. 1-28, 2014.

BORJA, J. El urbanismo de las ciudades creativas: entre el azar y la necesidad. In: MANITO, F. (Org.). **Ciudades Creativas. Volumen 1 – Cultura, territorio, economía y ciudad.** Barcelona: Kreanta, 2009, p. 19-24.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global.** Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CANO, W. Prefácio. In: BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global.** Campinas: Editora da Unicamp, 2012, p. 23-28.

CARMONA, R. Dinâmicas territoriais, políticas públicas e novos sistemas de governança nos Distritos Industriais Italianos (DIIs). In: Silva, G.; Cocco, G. (orgs.). **Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local.** Rio de Janeiro, DP&A; Brasília, Sebrae, 2006, p. 11-45.

DAVIS, M. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2011.

DELGADO, M. **La ciudad mentirosa: Fraude y miseria del 'Modelo Barcelona'.** S.l., Ed. Catarata, 2010.

FAB CITY. Disponível em <http://fab.city/whitepaper.pdf>. Acesso em 04 de março de 2018, às 12 horas.

FLORIDA, R. L. **O grande recomeço: as mudanças no estilo de vida e de trabalho que podem levar à prosperidade pós-crise.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FORBES (2016). Disponível em <https://www.forbes.com/sites/navathwal/2015/02/12/5-markets-poised-to-be-the-next-silicon-valley-for-real-estate/#7caba005703e>. Acesso em 04 de março de 2017, às 12 horas.

FRANSEN, J. Transições urbanas de desequilíbrio. De artesanatos a objetos de decoração na Cidade do Cabo. In: CAVALLAZZI, R. L.; PARAIZO, R. C. (Org.) **Patrimônio, ambiente e sociedade – novos desafios espaciais.** Rio de Janeiro: PROURB, 2012, p. 77-115.

HADJIMICHALIS, C. **The End of Third Italy As We Knew It?.** Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

HARVEY, D. **Para entender O capital.** São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.

_____. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014a.

_____. **Para entender O Capital: livros II e III.** São Paulo: Boitempo, 2014b.

IDB (Indicadores e Dados Básicos de Saúde). Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2011/b09capc.htm>. Acesso em 12 de dezembro de 2017, às 11 horas.

KRUGMAN, P. WELLS, R. **Introdução à economia.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

LASTRES, H. M. M., CASSIOLATO, J. E. **Arranjos produtivos locais: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE. Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais.** Rio de Janeiro: SEBRAE, 2003.

LYDON, M.; BARTMAN, D.; GARCIA, T.; PRESTON, R.; WOUDSTRA, R. **Tactical Urbanism vol. 2: Short-term Action for Long-term Change.** Washington: Island Press, 2012.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2013, p. 121-192.

MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. **Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos.** São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MOREIRA, R. A. **Política de clusters – o conceito de cluster enquanto catalisador do desenvolvimento territorial – as EEC do QREN.** 2014. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, Lisboa.

MUCELLI, A.; MICOZZI, A.; RUBENS, A.; JACKSON, G. A case study of Italy's Marche Region Industrial Districts: A model of transformation and change. **Journal of Business Cases and Applications.** Volume 13, p. 1-23, 2015.

NEVES, H. *Maker innovation.* **Do open design e fab labs... às estratégias inspiradas no movimento maker.** 2014. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

NOGUEIRA, P. C. E.; PORTINARI, D. B. Urbanismo tático e a cidade neoliberal. **Revista Arcos Design.** v. 9, p. 177-188, 2016.

OBSERVATORIO METROPOLITANO DE MADRID. **El Mercado contra la ciudad: Sobre globalización, gentrificación y políticas urbanas.** Madrid: Ed. Traficantes de sueños, 2015.

PECK, J. A vueltas con la clase creativa. In: OBSERVATORIO METROPOLITANO DE MADRID (Org.). **El Mercado contra la ciudad: Sobre globalización, gentrificación y políticas urbanas.** Madrid: Ed. Traficantes de sueños, 2015, p. 53-106.

PIRES, C. L. L.; ERLICH, M. B. Prototipagem Urbana: reativando espaços públicos através de maratonas colaborativas de fabricação digital. In: **1º Congresso Internacional Espaços Públicos**. 2015, Porto Alegre-RS. Anais do 1º Congresso Internacional Espaços Públicos. Porto Alegre-RS: EDIPUCRS, 2015.

PORTER, M. E. **Competição = On competition: estratégias competitivas essenciais.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **Relatório de Atividades – Memória em Movimento.** Recife: Serviço de Pesquisa e Documentação no Bairro do Recife, 1989.

RAFAEL, C. D. **A vida exposta nas mídias: um estudo sobre a campanha "A vida de Robson" com identificação na sociedade do espetáculo. 2017.** Monografia (Bacharel em Publicidade e Propaganda) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro.

RAUSELL, P. Las ciudades creativas: hurgando en el slogan. In*:* MANITO, F. (Org.) **Ciudades Creativas. Volumen 1 – Cultura, territorio, economía y ciudad.** Barcelona: Kreanta, 2009, p. 77-88.

SELDIN, C. **Da capital de cultura à cidade criativa: resistências a paradigmas urbanos sob a inspiração de Berlim.** 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SEQUERA, J. A 50 años del nacimiento del concepto 'gentrificación'. La mirada anglosajona. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales.** Barcelona, Vol. XX, núm. 1.127, p. 1-23. 25, 2015.

SILVA, G.; COCCO, G. **Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local.** Rio de Janeiro: DP&A; Brasília: Sebrae, 2006.

SLATER, T. La expulsión de las perspectivas críticas en la investigación sobre gentrificación. In: OBSERVATORIO METROPOLITANO DE MADRID (Org.). **El Mercado contra la ciudad: Sobre globalización, gentrificación y políticas urbanas.** Madrid: Ed. Traficantes de sueños, 2015, p. 107-144.

SMITH, N. **La nueva frontera urbana: Ciudad revanchista y gentrificación.** Madrid: Ed. Traficantes de Sueños, 2012.

_____. Nuevo Globalismo y nuevo urbanismo. La gentrificación como estratégia urbana local. *In:* OBSERVATORIO METROPOLITANO DE MADRID (Org.). **El Mercado contra la ciudad: Sobre globalización, gentrificación y políticas urbanas.** Madrid: Ed. Traficantes de sueños, 2015, p. 245-273.

SPERLING, D. M.; HERRERA, P. C.; CELANI, M. G. C.; SCHEEREN, R. Fabricação digital na América do Sul: um mapeamento de linhas de ação a partir da arquitetura e urbanismo. In: **XIX Congresso da Sociedade Ibero-americana de Gráfica Digital.** *2015*, Florianópolis. Project Information for Interaction. Florianópolis, p. 119-125, 2016.

THERG-BRAZIL (TRIPLE HELIX RESEARCH GROUP BRAZIL), 2016. Disponível em <http://www.triple-helix.uff.br/sobre.html>. Acesso em 16 de Dezembro de 2016, às 22 horas.

TRULLÉN, J. The 'Barcelona, City of Knowledge' project and 22@ Barcelona. **Revista Económica de Catalunya.** nº 64, p. 18-26, 2014.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2013, p. 75-104.

VÁZQUEZ, C. G. **Ciudad hojaldre: Visiones urbanas del siglo XXI.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 2004.

Salvador - 2018

CARTOGRAFIA COMO PROCESSO NA ARQUITETURA E NO URBANISMO: ENSAIOS, EXPERIÊNCIAS[1] E INTERPRETAÇÕES

CARTOGRAPHY AS A PROCESS IN ARCHITECTURE AND URBANISM: ESSAYS, EXPERIENCES AND INTERPRETATIONS

CARTOGRAFÍA COMO PROCESO EN LA ARQUITECTURA Y EN EL URBANISMO: ENSAYOS, EXPERIENCIAS Y INTERPRETACIONES

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

ARAÚJO, Ana Clara Oliveira de
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo; FAUFBA e do CURIAR – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo/UFBA;
clara.oliveirdearaujo@gmail.com

PARDO, Mariana Ribeiro
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo; FAUFBA e do CURIAR – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo/UFBA;
ribeiropardo.mariana@gmail.com

[1] As experiências aqui compartilhadas foram desenvolvidas em consonância com outros estudantes. No projeto Conexões Afetivas, com Jones Nascimento, Ludmilla Lomba e Marina Factum. No Cartografamos, no AUÊ e na primeira experiência de mesa cartográfica com Jones Nascimento, Letícia Grappi, Marina Factum e Taís Evangelista.

CARTOGRAFIA COMO PROCESSO NA ARQUITETURA E NO URBANISMO: ENSAIOS, EXPERIÊNCIAS E INTERPRETAÇÕES

CARTOGRAPHY AS A PROCESS IN ARCHITECTURE AND URBANISM: ESSAYS, EXPERIENCES AND INTERPRETATIONS

CARTOGRAFÍA COMO PROCESO EN LA ARQUITECTURA Y EN EL URBANISMO: ENSAYOS, EXPERIENCIAS Y INTERPRETACIONES

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Este texto pretende abordar a temática da cartografia enquanto componente processual nos estudos e nas práticas da Arquitetura e do Urbanismo. Para tanto, parte da ideia do recurso cartográfico enquanto elemento geográfico, e assume novas interpretações, derivadas do encontro desta ferramenta com disciplinas diversas: sociologia, psicologia, arte. No transcurso do fazer arquitetura e do fazer cidade, a cartografia foi utilizada como uma ferramenta metodológica, em congruência com outros métodos, permitindo interpretações diversas sobre o território, tornando-se um instrumento em si de proposição urbana. Neste contexto, são abordadas três experiências cartográficas: Conexões Afetivas, Cartografamos e as oficinas de cartografias participativas do Projeto Articulações Urbanas em Escada. Essas proposições possibilitam a reflexão e novas interpretações sobre a cartografia enquanto processo no campo da Arquitetura e do Urbanismo.
PALAVRAS-CHAVE: cartografia; processo; experiências; interpretações; urbanismo.

ABSTRACT:
This text intents an approach with the thematic of cartography as a procedural component in the studies and practices of Architecture and Urbanism. Therefore, part of the idea of the cartographic resource as a geographic element, and presents news interpretations, from the combination with different disciplines: sociology, psychology and art. In the course of do architecture and build the city, the cartography was use as a methodological tool, in association with others methods, allowing various interpretations about the territory, becoming an instrument of urban proposition itself. In this context, are addressed three cartographic experiences: Affective Connections, Cartografamos and the participative cartography workshops of the Project Urban Articulation in Escada. Those propositions make possible the reflexion and new interpretations about the cartography as a process in the field of Architecture and Urbanism.
KEYWORDS: *cartography; process; experiences; interpretations; urbanism.*

RESUMEN:
Este texto pretende abordar la temática de la cartografía como un componente procesual en los estudios y las prácticas de la Arquitectura y del Urbanismo. Por lo tanto, parte de la idea del recurso cartográfico como un elemento geográfico, e asume nuevas interpretaciones, derivadas del encuentro de esa herramienta con disciplinas diversas: sociología, psicología, arte. En el curso del hacer arquitectura y del hacer ciudad, la cartografía fue utilizada como una herramienta metodológica, en congruencia con otros métodos, permitiendo interpretaciones diversas sobre el territorio, tornando-lo un instrumento en si de proposición urbana. En ese contexto, son abordadas tres experiencias cartográficas: Conexiones Afectivas, Cartografamos y los talleres de cartografías participativas del Proyecto Articulaciones Urbanas en Escada. Esas proposiciones hacen posibles la reflexión y nuevas interpretaciones acerca de la cartografía mientras un proceso en el campo de la Arquitectura y del Urbanismo.
PALABRAS-CLAVE*: cartografías; procesos; experiencias; interpretaciones; urbanismo.*

PEQUENO ENSAIO SOBRE CARTOGRAFIA

Não haveria dúvida sobre o que é cartografia. Como ciência da representação gráfica, a cartografia exige precisão, clareza e técnica. Como elemento de reprodução da realidade, contudo, revela-se comprometida com o modelo de produção capitalista, "torna-se um poderoso instrumento de intervenção no território em poder de algumas nações" (MATIAS, 1996, p.43). Como parte da geografia, e agora contemporânea, está dividida em diferentes linhas de pensamento, proposições e metodologias. Aqui interessa considerar a vertente social da cartografia, com possibilidades de atuação interdisciplinar com as ciências humanas e sociais, posicionando-se à favor da mesma como ferramenta de transformação da realidade social (MATIAS, 1996).

Segundo Seemann, é no período dos anos 1980, que há uma abertura da geografia para uma postura mais crítica no que diz respeito aos mapas, compreendendo que há neles interferências pessoais daqueles que os produzem, ou os encomendam. Não se trata de ignorar a relevância dos mapas, mas sim de assumir uma posição mais sensível acerca do que se representa. “É preciso adotar uma ótica mais humanista para “relativizar” a forma e os conteúdos dos mapas para mostrar como o espaço é percebido, concebido, compreendido e representado por pessoas e sociedades, diferentes em contextos, tempos e espaços diferentes” (SEEMANN, 2012, p.97). Os mapas são responsáveis também pela formação de visões de mundo, portanto, é necessária uma interpretação cuidadosa das informações que eles contêm.

Milton Santos fala sobre uma vertente mais social da geografia, através de uma geografia cidadã ou engajada, atentando para a indispensabilidade da tarefa da análise, vezes desordenada pela crítica. A geografia do cidadão passaria por uma recusa da servidão técnica submetida à economia global, transpondo interpretações acerca do espaço, do cotidiano e das relações humanas. Importa compreender as interseções entre essas duas primeiras dimensões, e como elas influem na sociabilidade e na espontaneidade. Trabalhar com a questão do espaço e a questão do cotidiano implica na descoberta de um intervalo na vida urbana chamado espaço banal, que é transformado pelo cotidiano em espaço contínuo (SANTOS, 1996).

> É no espaço contínuo, onde todos os tipos de homens, todos os tipos de empresas, todos os tipos de instituições trabalham juntos, funcionam juntos e juntos estruturam a vida da comunidade e o espaço ao mesmo tempo. É o que estou chamando de horizontalidade e se completa com as verticalidades formadas por pontos discretos povoados por agentes hegemônicos desinteressados da vizinhança, despreocupados da co-presença (SANTOS, 1996, p.11).

Tal qual a Geografia, a Arquitetura e o Urbanismo mantêm relações com os espaços, atuando sobre eles e, portanto, sobre as pessoas que os habitam. Esse contato íntimo com a esfera da espacialidade, considerando as complexas dinâmicas sociais que convergem sobre um território, denota a importância de pensar novamente essas disciplinas como das ciências humanas. De acordo com Biase, é preciso destituir-se da ideia da arquitetura unicamente associada com o objeto, mas entender a influência de diferentes fatores e atores na constituição de um campo que não se diz mais estático, e sim em movimento. Para tanto, é preciso dialogar com os processos, implicar os sujeitos, pensar de maneira sensível, interagir com outras ciências (BIASE, 2011).

> A busca por interlocutores de outras disciplinas para reunir todas as competências necessárias para elaborar melhores projetos se torna um fato real. [...] o projeto, em

> qualquer escala, da arquitetônica à urbanística, é proposto como um processo onde o habitante como todos os outros atores implicados, inclusive o arquiteto urbanista, trabalham juntos (BIASE, 2011, p.106).

A aproximação com a sensibilidade, na Arquitetura e no Urbanismo, traz a necessidade de confluir para outras áreas do conhecimento, buscando novas experiências processuais para pensar e construir os espaços. Através da geografia, a cartografia tornou-se um elemento de estudo e prática dos edifícios, das cidades, das relações urbanas e da afetividade. Nesse sentido, o material exposto neste trabalho tem a intenção de apresentar referências, compartilhar experiências e refletir sobre possibilidades transdisciplinares na prática e no projeto da Arquitetura e Urbanismo.

MAPEANDO QUEM MAPEIA

Quando propõe-se um exercício de apreender a cidade e seus sujeitos por meio de uma atividade cartográfica, coloca-se em questão uma inquietude em relação ao superficial, ao passageiro e ao mecanizado. Faz-se um convite a sair da tela do computador e vivenciar a cidade. No estudo do urbano, há o hábito da intervenção sem a reflexão. Já não cabia, já não cabe. Como defende Jacques,

> Os urbanistas teriam esquecido, diante de tantas preocupações funcionais e formais, deste enorme potencial poético do urbano e, principalmente, da relação inevitável entre o corpo físico e o corpo da cidade que se dá através do andar, através da própria experiência física – corporal, sensorial – do espaço urbano, algo tão simples, porém imprescindível, para todos os amantes de cidades e, principalmente, para os arquitetos-urbanistas (JACQUES, 2005, p.24).

Esse hábito de viver a cidade, neste caso através da cartografia, tornou-se uma inquietação dentro do estudo e da prática da Arquitetura e do Urbanismo. Para não repetir o velho erro da não-reflexão, foi orientada também uma vivência da teoria. Nesse sentido, despontou a necessária aproximação com outros campos do conhecimento. Em primeiro momento, a geografia, a sociologia, a psicologia e a antropologia. Posteriormente também a arte e a comunicação. A partir do mapeamento de metodologias e projetos na área da cartografia, as experiências trazidas para este material são especialmente influenciadas por três trabalhos: a Cartografia da Ação; o Projeto Wikimapas; e o Projeto Recartógrafos.

Cartografia da Ação

A Cartografia da Ação é uma proposta metodológica, desenvolvida pela socióloga Ana Clara Torres Ribeiro, no âmbito do Laboratório de Conjuntura Social, Tecnologia e Território (LASTRO/UFRJ), que busca o diálogo entre a Sociologia e outros campos do conhecimento, como o Urbanismo e o Planejamento urbano e regional. Propõe-se então à cartografar lutas, resistências, ações e ativismos, que estão territorializados no espaço que Milton Santos chamou de banal (1996). O mapa aparece como elemento analítico, como uma ferramenta capaz de reunir conjunturas normalmente invisibilizadas pelas normas, propondo uma cartografia que não termina em si, mas é construída processualmente (RIBEIRO et al., 2012).

> A cartografia aqui sugerida é a da denúncia e também aquela que orienta a ação social, desvendando contextos e antecipando atos. Significa, portanto, tanto a contextualização veloz da ação hegemônica, cada vez mais estrategicamente localista, quanto a valorização

> imaginativa dos lugares vividos, onde a vida escorre ou ganha força reflexiva e transformadora (RIBEIRO et al, 2012, p.23).

Segundo Ribeiro, a ação social representa processos autônomos dos sujeitos: são atos, intervenções ou condutas contra-hegemônicas; geralmente combinadas entre ações espontâneas e ações organizadas. "Escapam da repressão justamente por serem imprevisíveis para a ordem dominante, inesperados e surpreendentes. Esta é uma cartografia construída pelo conhecimento vivido da cidade, por saberes populares, por praticantes dos lugares e pela solidariedade" (RIBEIRO, 2009, p.154). A Cartografia da Ação Social revela urbanidades alternativas, que estão na base da sociedade, e são, muitas vezes, vinculadas ao improviso, às carências desses espaços, e à redes de relações de coletividade e afetividade que se estabelecem.

As pesquisas e o mapeamento das ações sociais foram reunidos pelo LASTRO no Banco de Dados de Ações e Processos Sociais (BAPS), organizado desde os anos 1990, e que reúne estudos das ações populares através de notícias veiculados em jornais de grande circulação. Essa base de informações orienta as reflexões acerca do espaço, da conjuntura social, da sociabilidade. "Assim, o BAPS favorece a pesquisa de interseções entre o fugaz e o permanente, a ação espontânea e a ação organizada, a aceitação da incerteza e a centralidade do vivido, tudo isso voltado para o desenvolvimento da análise transdisciplinar das relações sociedade-espaço" (RIBEIRO et al., 2012, p.26).

A reunião dessas ações sociais no BAPS possibilitou que o Laboratório elaborasse outras práticas sobre a apropriação do espaço urbano, como o desenvolvimento de pesquisa-ação com diálogo entre Sociologia, Educação, Geografia e também com a sociedade em si (RIBEIRO et al., 2012). A Cartografia da Ação Social apresenta uma proposta metodológica que se coloca como uma perspectiva para o estudo, a discussão e o trabalho nas entrelinhas da sociedade capitalista, onde convivem diferentes composições sociais. Nesse sentido, manifesta-se como uma ferramenta para a visibilidade de sujeitos e realidades urbanas que, muitas vezes, são comprimidos pela ideologia dominante.

Projeto Wikimapa

O Wikimapa, do Programa Rede Jovem, é um projeto de mapeamento colaborativo de comunidades do Rio de Janeiro, expandindo-se posteriormente para a Baixada Fluminense e a cidade de São Paulo. A iniciativa fundamenta-se na ausência de alguns espaços periféricos em mapas oficiais, que acabam sendo representados como grandes manchas verdes no território. A metodologia utilizada por este projeto, foi a criação de um aplicativo virtual que reunisse as informações coletadas pelos wiki repórteres, como foram chamados os jovens que participaram desse processo. A utilização do termo wiki está associada à ideia de que o Wikimapa pudesse ser atualizado pelos moradores das comunidades de forma aberta e independente, complementando dados livremente (TODO Mapa Tem Um Discurso, 2014).

A presença de vazios cartográficos, correspondentes às favelas do Rio de Janeiro, nos mapas oficiais é, segundo Ferraz, uma tradição que remete aos mosaicos aerofotográficos elaborados na década de 1920. "[...] representa um mecanismo de exclusão simbólica das favelas e cria documentos oficiais que ratificam a visão de marginalização desses territórios e de seus moradores como invasores – lugar comum no discurso da imprensa e das classes mais abastadas à época" (FERRAZ, 2016, p.7). Essa isenção reflete-se ainda na contemporaneidade, Seemann aborda a questão da exclusão das favelas dos mapas turísticos. Ainda que a

representação da realidade não seja o objetivo principal, essas cartas são veiculados mundialmente, sendo responsáveis também pela "formação de visões do mundo" (SEEMANN, 2012, p.99).

O projeto Wikimapa promove um processo de autoidentificação e reconhecimento, propondo que os moradores desses locais passem a estar representados nos mapas, de acordo com suas vivências nas próprias comunidades. A cartografia de um lugar corresponde à uma espécie de biografia da população que nele habita. "[...] o mapa se revela como uma parte integrante da sua vida, porque na leitura de um mapa, você não apenas "localiza" lugares ou "se orienta", mas também chega a reconhecer localidades, percursos, lembranças e outras referências à sua vida. Você mesmo está dentro do mapa!" (SEEMANN, 2012, p.102).

Nesse sentido, foi elaborado em 2013 (e lançado em 2014), o documentário Todo Mapa Tem Um Discurso, com o objetivo de relatar a experiência do Projeto Wikimapa, e refletir sobre os processos de exclusão das favelas dos mapas e da estrutura urbana tradicional. Esse material configura-se como um manifesto, construindo, a partir da sociedade civil, o questionamento acerca da omissão do Estado quanto à esses assentamentos. O cientista político Eduardo Alves, que faz parte da equipe do Observatório de Favelas, identifica este documentário como um elemento de disputa para o reconhecimento desses espaços e para a atuação efetiva do Estado.

> [...] disputa sobre o que o Estado vai fazer na sociedade civil. Esse é o nosso ponto de apoio. O ponto de apoio construindo na sociedade civil uma base para que o Estado incorpore isso como política pública, mesmo sabendo que, ao incorporar, as pressões que existem na sociedade pode fazer com que esse projeto perca a força utópica, que esse projeto seja desconstruído, que esse projeto seja alterado (Eduardo Alves, TODO Mapa Tem Um Discurso, 2014).

Projeto Recartógrafos

O Projeto Recartógrafos, desenvolvido pelo Coletivo E/Ou, trata-se da realização de processos cartográficos vinculados à arte e à sociedade, conectados à ideia de colocar no mapa espaços invisibilizados pela sociedade. O E/Ou é um coletivo de artistas de Curitiba, criado em 2005, que se aproxima de temas relacionados à cartografias, territorialidades e identidade, e busca dialogar com outros campos do conhecimento e com a população dos espaços que intervêm. De um modo geral, as proposições do grupo abordam a perspectiva da apropriação coletiva sobre os espaços da cidade, associando nesse processo a Geografia Humana e a Cartografia Social (WASHINGTON et al., 2010).

O processo de interação mais ativa com a cidade, e sua população, ocorreu a partir de 2008, quando o Coletivo participou do projeto Galerias Subterrâneas, intervindo na passagem subterrânea do terminal Pinheirinho, na região sul de Curitiba, com uma cartografia interativa denominada Descartógrafos. Neste projeto, o público foi convidado a interferir nos mapas, propondo novos desenhos e complementado as informações. "Fazer outros mapas do território, demarcar outras experiências de vida e formas de uso do espaço, questionar e recodificar cartografias oficiais, tudo isso foi nos levando a resgatar e dar continuidade àquela verve conceitual que havíamos denominado como Descartógrafos" (WASHINGTON et al., 2012).

A experiência das "descartografias" contaram com uma participação notável do público, trazendo para o mapa memórias, diálogos, trajetórias e contextos urbanos até então desconhecidos pelo Coletivo. Nesse

sentido, houve o interesse de dar continuidade às informações coletadas a partir do projeto, desdobrando-se na proposta Recartógrafos, deslocando os artistas para outros territórios da cidade de Curitiba. A partir desses (re)encontros - e por vezes, desencontros - com os vazios cartográficos da cidade, apresentados nos mapas por seus habitantes, os artistas do Coletivo visitaram alguns dos espaços apontados, produzindo novas cartografias como resultado dessas interações (WASHINGTON et al., 2010).

> As realizações do Coletivo E/Ou [...] têm gerado reflexões sobre a ocupação dos espaços. Por se tratar de uma arte comprometida diretamente com a vida, os códigos de linguagem artística estão presentes em uma intersecção com os códigos espaciais da vida cotidiana. Ambos, arte e cotidiano, quase sempre reproduzem limites do sistema econômico; nesse entrecruzamento talvez possa surgir uma fissura na continuidade homogeneizante (WASHINGTON et al., 2010, p.25).

Experimentações cartográficas, de caráter participativo, trazem novas dimensões de conhecimento para o campo da cidade, interagindo as diferentes ciências acadêmicas com a ciência do campo de estudo, composto por sujeitos, estórias e vivências plurais. Trata-se, mais uma vez, da tarefa de lidar com afetividades, imaginários e poéticas urbanas, a partir da presença de um corpo não apenas físico, mas também processual. O processo, neste sentido, deve ser entendido como uma sequência de ações que, muitas vezes, traz mais aprendizado para o corpo, do que as conclusões que possam surgir destas experiências.

CARTOGRAFAR TAMBÉM AS PRÓPRIAS EXPERIÊNCIAS

Este texto não deixa de vir, então, de um processo cartográfico. Retomar as experiências relacionadas ao tema foi, antes de tudo, construir um mapa mental (Imagem 1): relembrar os processos, costurar as memórias, estabelecer as conexões - e as divergências -, formar um discurso. É também redescobri-las enquanto linguagem e material comunicativo, acumulando significados e estratégias de diálogo através da cartografia, afirmando-a como uma importante ferramenta de investigação, compreensão e aproximação com o objeto e com os sujeitos.

> O cartógrafo é um verdadeiro antropófago: vive de expropriar, se apropriar, devorar e desovar, transvalorado. Está sempre buscando elementos/alimentos para compor suas cartografias. Este é o critério de suas escolhas: descobrir que matérias de expressão, misturadas a quais outras, que composições de linguagem favorecem a passagem das intensidades que percorrem seu corpo no encontro com os corpos que pretende entender (ROLNIK, 1989, p.2).

Segundo Rolnik, é preciso um desprendimento da ideia da cartografia como um objeto estático, dedicada exclusivamente à representação da paisagem. Há, sobretudo, outras mensagens sobre o território que apenas se tornam visíveis com um exercício cuidadoso de viver a cidade, e pensando, fazê-la. A cartografia, tal qual seu formato geográfico, enfrenta um desafio constante de representação de uma realidade tridimensional em um plano bidimensional, por isso devemos desdobrá-la, redescobri-la. "Sendo tarefa do cartógrafo dar língua para afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades do seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias [...]" (ROLNIK, 1989, p.1).

Seemann, por sua vez, também corrobora com o pensamento acerca de uma cartografia em movimento, entendendo que "[...] mapas não devem ser pontos finais, mas pontos de partida para pensar, representar e discutir o espaço" (SEEMANN, 2012, p.101). De tal forma, ao incorporar o exercício cartográfico à Arquitetura e ao Urbanismo, é importante que haja uma sensibilidade quanto ao processo, quanto aos sujeitos e também o espaço. A espacialidade é um imensa estrutura de ações, contradições, histórias e aprendizados, sendo necessário um olhar para as particularidades que ela contém, como aspectos a serem considerados na proposição coletiva.

No transcurso do fazer arquitetura e do fazer cidade, a cartografia foi utilizada como uma ferramenta metodológica - passível de congruência com outros métodos -, que permitiu interpretações diversas sobre o território, tornando-se um instrumento em si de proposição urbana. Nesse sentido, interessa abordar três experiências de conciliação entre Arquitetura e Urbanismo e a Cartografia (Figura 1). A primeira delas, como um ensaio de estudo em campo no bairro do Comércio, Salvador/BA, a qual foi denominada Conexões Afetivas. A segunda e a terceira no território do Subúrbio Ferroviário de Salvador, possibilitando aproximações, trocas e proposições; são elas a plataforma Cartografamos e cartografias participativas do projeto de extensão Articulações Urbanas em Escada (AUÊ).

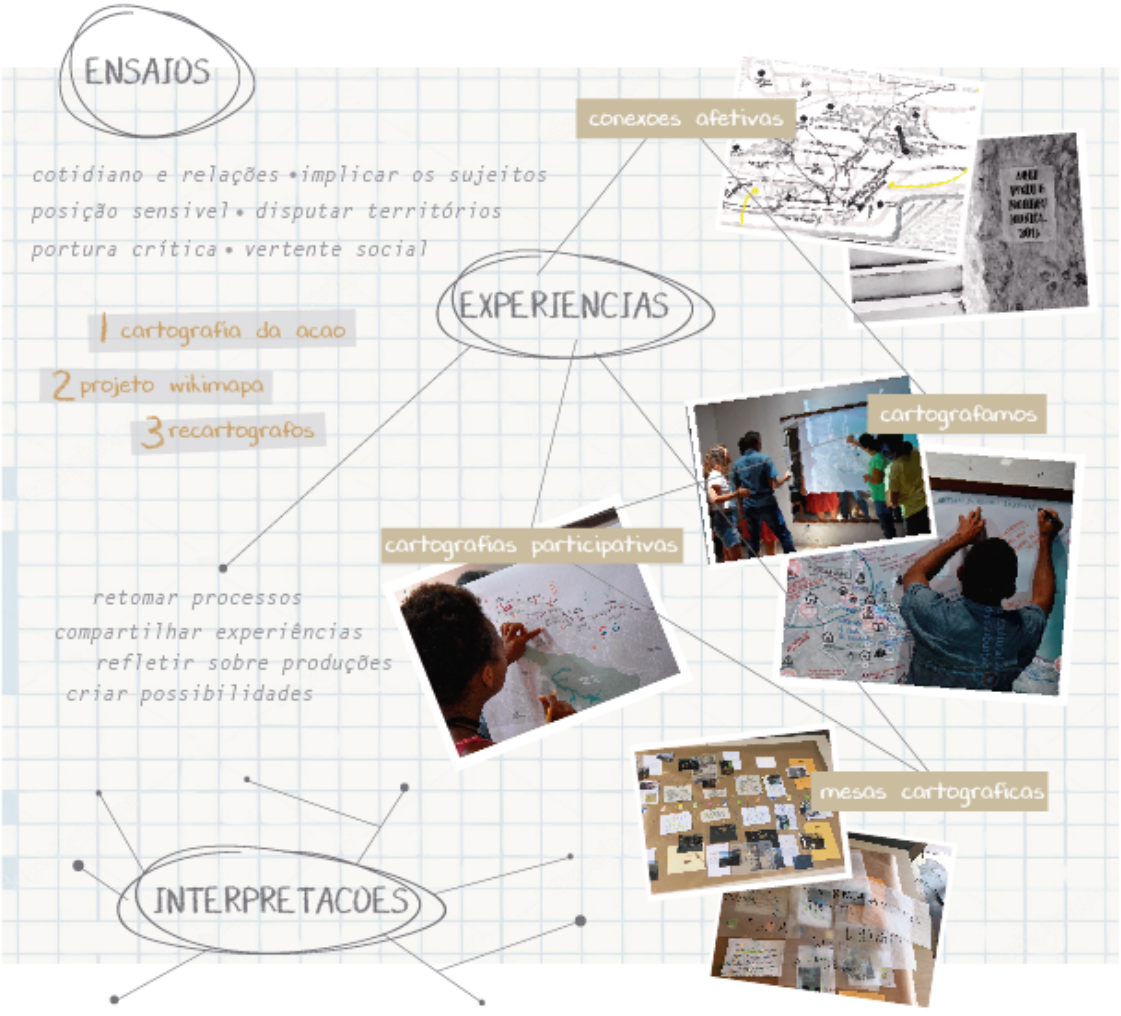


Figura 1: Mapa mental de retomada e conexão das experiências cartográficas
Fonte: Autoria Própria/2018

Conexões Afetivas: narrativas sobre o bairro do Comércio, Salvador/Bahia

O projeto Conexões Afetivas, desenvolvido durante a disciplina Atelier III, da Faculdade de Arquitetura da UFBA, no ano letivo de 2016, pretendia entender e dialogar com o tecido urbano e social do bairro do Comércio, em Salvador, por meio de um processo de cartografia do campo de estudo. Nesse sentido, um grupo de cinco estudantes iniciou um processo de aproximação e apreensão do território através da interlocução com pessoas que nele habitavam e/ou transitavam diariamente. Tal interação levou ao entendimento desses agentes sociais como personagens urbanos, que vivenciavam e criavam memórias afetivas sobre o lugar, construindo coletivamente uma narrativa territorial.

As memórias - individuais e coletivas -, foram reunidas em pequenas estórias, que tinham como cenário o próprio bairro do Comércio. As narrativas foram inseridas em um mapa, localizando os espaços e os sujeitos que elas reuniam, percebendo com esse mapeamento, o entrecruzamento de histórias e indivíduos. Esta atividade resultou na vontade de conectar e levar esses textos de volta ao bairro possibilitando novas interações com seus habitantes, através da estratégia de transformar cada estória em um lambe-lambe, que pudesse ser colocado no campo (Figura 2). O lambe-lambe é uma ferramenta com forte linguagem visual, e que já é muito presente no território, por isso a decisão de apropriar-se dela para produzir uma comunicação direta com as pessoas e o lugar.

Figura 2: Os lambe-lambes inseridos nos espaços do Comércio
Fonte: Acervo Pessoal/2016

> Os cartazes lambe-lambe constituem um importante canal, por meio do qual se expressam as impressões individuais ou de um determinado grupo que não representa o discurso dominante sobre o mundo. Assim, os lambe-lambes contribuem para remodelar a cidade e dar a ela um caráter de comunicação compartilhada, de recepção de novos significados, tensões e mudanças. (SILVA, 2017, p 23).

A ação de distribuir os lambes pelo bairro do Comércio, nos locais onde as estórias aconteceram, transformou-se em um outro processo de articulação das narrativas no próprio território, criando um grande mapa presencial, formado pelas redes e conexões invisíveis que eles criavam. É interesse apontar a

nova dinâmica apresentada no processo de colagem dos lambes algumas das estórias tinham caráter marcadamente coletivo, revelado pelas interações das pessoas com o material, que narravam episódios que muitas delas vivenciaram. Assim, enquanto os papéis eram colados sobre os postes e paredes, pessoas ao redor apontavam e lembravam alguns daqueles momentos.

Esse processo precisou ser traduzido e comunicado de volta para o espaço da sala de aula, tendo como estratégia o registro em fotos dos lambe-lambes no espaço onde foram colados, transformando-os depois em cartões postais, que no fundo traziam a estória contada por cada interlocutor. Os cartões postais foram anexados ao mapa inicialmente produzido, onde estavam traçadas as trajetórias de cada estória (Figura 3). Apreender e criar conexões com o território a partir de experiências como essa, nas quais os sujeitos que vivenciam cotidianamente esse espaço são diretamente implicados, permite estabelecer uma forte relação de compreensão e debate sobre o espaço, o que posteriormente reflete em produções e planejamentos sobre o território mais coesos e justos com a realidade socioespacial em que se inserem.

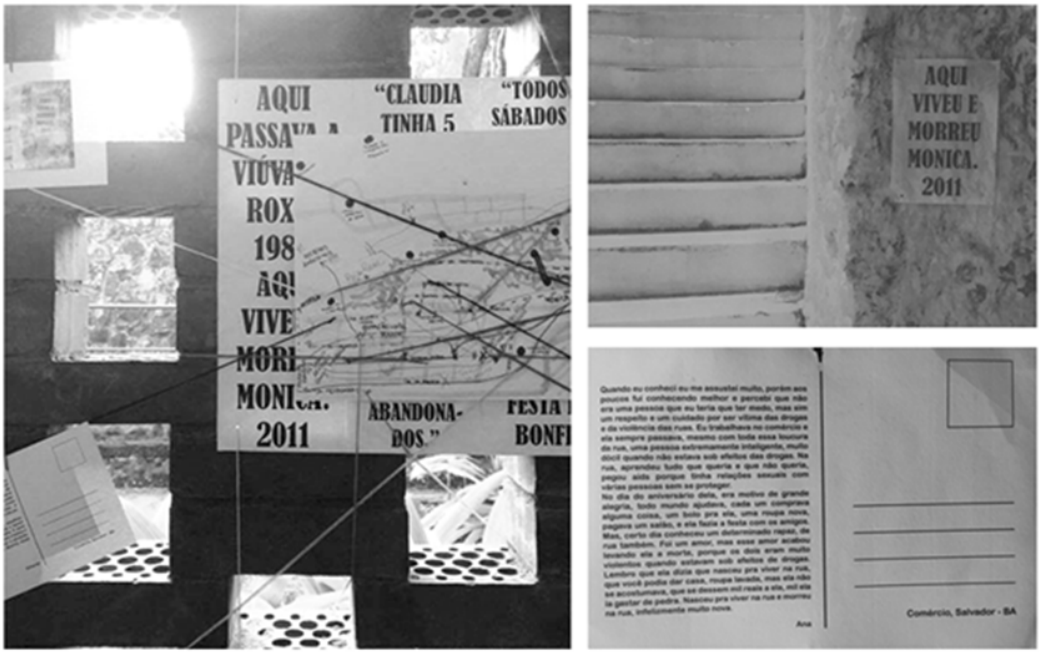


Figura 3: Instalação da cartografia no espaço da faculdade
Fonte: Acervo Pessoal/2016

Cartografamos: uma experiência de cartografia coletiva no Subúrbio Ferroviário de Salvador

Cartografamos é uma plataforma que foi elaborada a partir de um projeto de cartografia coletiva, realizado em parceria entre um grupo de estudantes da Faculdade de Arquitetura da UFBA e agentes sociais presentes na localidade de Escada, no Subúrbio Ferroviário de Salvador; são eles a Escola Comunitária Nossa Senhora de Escada, o grupo Jovens em Rede e o Movimento Trem de Ferro. A proposta de elaboração desta cartografia está vinculada à uma das turmas de Atelier V, que trata do estudo e da prática do planejamento urbano e regional, sendo uma atividade integrante de uma disciplina processual que se propôs a estudar sensivelmente a cidade e suas relações, históricas e cotidianas. O projeto dialoga

diretamente com os relatos, denúncias e memórias que surgiram durante o processo de aproximação e interlocução com esses agentes sociais, experimentando a cartografia como ferramenta para entender e explicitar as dinâmicas que estão presentes no território.

> De posse dessas informações, podemos tentar definir melhor a prática do cartógrafo. Afirmamos que ela diz respeito, fundamentalmente, às estratégias das formações do desejo no campo social. Agora, podemos dizer que ela é, em si mesma, um espaço de exercício ativo de tais estratégias. [...] A prática do cartógrafo é, aqui, imediatamente política (ROLNIK, 1989, p.4).

Assim, foi realizada uma oficina cartográfica (Figura 4) junto aos agentes supracitados, no espaço da Escola Comunitária de Escada. Sobre um papel em branco, na parede da sala, foi projetada uma imagem aérea do Subúrbio Ferroviário e, com o auxílio de ícones e canetas de diferentes cores, iniciou-se um processo de debate e ação sobre o mapa. O ponto de partida foi o local onde o encontro estava acontecendo, seguido das casas e trajetos de cada participante até aquele espaço, sendo possível um reconhecimento inicial e leitura visual do material. O processo, para além da produção cartográfica, constituiu-se , como também um exercício de (in)formação.

Figura 4: Oficina de cartografia coletiva na Escola Comunitária de Escada
Fonte: Acervo Pessoal/2017

Na dinâmica, cada participante tinha uma caneta vermelha e outra azul para marcar, apontar escrever e desenhar sobre o material, a partir das temáticas que estavam sendo discutidas (Figura 5). De azul: as manifestações coletivas; as tradições e potencialidades; as iniciativas populares, ações e articulações da população no território. De vermelho: os conflitos; as denúncias; as ações externas que fragilizam o território; as grandes obras de infraestrutura que não analisam os impactos sociais; os descasos e as iniciativas do poder público que vão contra as demandas da população.

Figura 5: Material produzido na Oficina de cartografia coletiva
Fonte: Acervo Pessoal/2017

Ao final do processo, os materiais foram reunidos em uma plataforma digital – cartografamos.wix.com – onde é possível de maneira dinâmica e interativa acompanhar todos os registros realizados, assim como ver a cartografia final produzida, e ser redirecionado para as páginas virtuais das instituições e iniciativas que foram mapeadas. O resultado expõe as conexões entre esses agentes, sociais e culturais, pelo Subúrbio Ferroviário e também em Salvador, através de ações e manifestações coletivas que movimentam e dão suporte ao cotidiano do espaço. Em contrapartida, também se revelaram muitos conflitos, denúncias e descasos que tencionam e fragilizam o território. Essa cartografia foi o ponto de partida para pensar um planejamento urbano colaborativo, mais sensível e coerente às demandas da população.

Articulações Urbanas em Escada: cartografias participativas

Articulações Urbanas em Escada (AUÊ) é um projeto de extensão universitária da Faculdade de Arquitetura da UFBA, desenvolvido a partir de uma das propostas finais disciplina Atelier V – Planejamento Urbano e Regional, apresentada por um grupo de seis estudantes. O projeto propõe um planejamento colaborativo, construído em parceria entre a FAUFBA, a Escola Comunitária de Escada, o grupo Jovens em Rede e o CURIAR – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, através de um processo de formação e mobilização de crianças e jovens que frequentam essa Escola e a região. O processo configura-se como um plano de ações, que busca discutir o tema Educação e Cidade a partir de cinco eixos: Meio Ambiente, Cultura, Saúde, Mobilidade Urbana, e Criança e cidade; propondo, em cada um deles, uma atividade de (in)formação sobre a temática, produzindo, como material para embasar as demais proposições, cartografias colaborativas sobre o território.

O projeto, ainda em desenvolvimento, produziu, até então, cartografias relativas a dois eixos: cultura e saúde. O processo cartográfico (Figura 6), metodologicamente organizado em formato de oficina, contou

com um momento de discussão e apresentação de outras experiências relacionadas ao tema, que possuíam fácil comunicação e linguagem aproximada do público infanto-juvenil. A estratégia utilizada foi a impressão de um mapa dinâmico com alguns pontos conhecidos pelos estudantes já mapeados, facilitando o processo de reconhecimento territorial. Assim, o mapa foi gradualmente sendo preenchido pelos participantes com desenhos, palavras e trajetos que representassem suas relações espaciais com os temas em questão.

Figura 6: Oficina de cartografia participativa com crianças e adolescentes na Escola Comunitária de Escada
Fonte: Acervo Pessoal/2018

> É preciso levar em conta que mapas e imagens auxiliam na construção da percepção do espaço, na aquisição do conhecimento e na síntese da informação geográfica. A comunicação de relação não se realiza apenas através de palavras e números, mas também mediante a representação visual de informações como desenhos, colagens, gráficos, diagramas e mapas (SEEMANN, 2012, p.89).

Cartografar com jovens e crianças mostrou-se um desafio, mas ao mesmo tempo uma potência. Através das diferentes linguagens trazidas pela infância e adolescência, foi possível desenvolver novas interpretações sobre os temas de cultura e saúde que, muitas vezes, apoiam-se na criatividade e inovação que apresentam. A relação desses agentes com a cidade é complexa e, às vezes, contraditória, enquanto a infância é marcada pela liberdade e invenção, as cidades atuais são marcadas pela criminalidade e pela violência, que se intensificam com o neoliberalismo e seus muros. Produzir uma cartografia com os estudantes, permitiu descobrir novos processos e dinâmicas no território, novos arranjos espaciais e novas interpretações sobre a casa, a rua e o bairro.

ADENDO: MESAS CARTOGRÁFICAS

Entre experiências e ações que envolvem cartografias, na disciplina de Atelier V - Planejamento Urbano e Regional, apresentou-se um novo processo metodológico: as mesas cartográficas (ou montagens urbanas). Este é um processo que possibilita organizar e articular diferentes sentidos e interpretações sobre um campo de estudo, conectando táticas de aproximação com o território da cidade. Segundo Jacques, a técnica da montagem urbana contribui à matéria do urbanismo, dispondo outras alternativas para a pesquisa relativa à cidade (JACQUES, 2015).

> [...] podemos, a partir da ideia de montagem, pensar outras formas de narração da experiência urbana, incluindo as narrativas de experiências de alteridade, de subjetividade e, também, de memória, em particular, da rica discussão sobre a memória involuntária – que também funciona por montagens heterogêneas e complexas, como os sonhos (JACQUES, 2015, p.75).

Nessa experimentação, dois processos distintos articulam-se entre si, expondo a conexão entre processos cartográficos e a organização do pensamento. O primeiro, realizado dentro da disciplina citada anteriormente, com o objetivo retomar os processos anteriores de estudo e levantar atravessamentos, linhas e nós. O segundo, apresentado em uma disciplina de Introdução ao Trabalho Final de Graduação, como resultado de movimentos internos, e depois coletivo, de refazer um caminho acadêmico, pontuando questionamentos, referências e afetos.

A mesa cartográfica, decorrente do processo de aproximação, de um grupo de seis estudantes, com a localidade de Escada, no Subúrbio Ferroviário de Salvador, foi construída e entendida enquanto um processo de retomar e reunir as informações acumuladas sobre o local até o momento, estabelecendo relações e levantando questões importantes sobre o espaço. Com relação a esse movimento de conciliação com o território na Arquitetura e no Urbanismo, Biase argumenta a favor de "[...] um certo tipo de olhar que não se restringe aos limites disciplinares e que se constrói a partir de uma abordagem sensível da cidade" (BIASE, 2012, p.191). A proposta de organização da mesa parte de elementos vinculados à afetividade, das pessoas com quem se havia dialogado, estando elas alinhadas no centro da diagramação (Figura 7).

Figura 7: Mesa cartográfica do processo de aproximação com o território de Escada
Fonte: Acervo Pessoal/2017

Das conversas, entrevistas e aproximações com esses indivíduos, despontam temáticas, denúncias, ações, histórias e lugares simbólicos da localidade em questão. Essas informações, que partem dos sujeitos implicados neste processo, foram colocadas sobre a mesa através de fotos, cartas relatadas pelas próprias pessoas, objetos coletados no local e reportagens encontradas sobre a região. Para representar a conexão entre as pessoas e as informações foram usados fios, que teciam essas relações e deixavam aparecer as densidades e porosidades da mesa, que ao final, levantou oito questões: tradição; invisibilidade; deslocamentos; trajetórias; concentração fundiária; direito à moradia; infraestrutura; e os vínculos entre os bairros vizinhos.

> O processo de montagem seria assim uma forma de utilização daquilo que sobrou, que já parece obsoleto, uma forma de usar os restos, farrapos e resíduos da história, através de uma remontagem de antigos fragmentos. Seria, assim, um processo de mistura temporal, mas também de narrativas e narradores, de tempos e narrações heterogêneas, um processo de montagem que formaria também uma série de anacronias e de polifonias (JACQUES, 2015, p.57).

A segunda experiência (Figura 8), de composição de uma mesa cartográfica, apresentada durante a disciplina Introdução ao Trabalho Final de Graduação, tinha como objetivo relacionar temas, referências, debates e ações que apareceram no decorrer da relação com Arquitetura e Urbanismo, cartografando esse caminho, não necessariamente geograficamente territorializado. Essa atividade revelou diferentes sentidos - temporal, espacial e afetivos - que implicaram o transcurso estudado. A ação de colocar sobre a mesa todos esses elementos e tentar cartografar um caminho acadêmico, fez emergir desejos, intenções e novas possibilidades para se pensar qual área de atuação os trabalhos finais iriam contemplar.

Figura 8: Mesa cartográfica da composição de processos de estudo na relação com Arquitetura e Urbanismo
Fonte: Acervo Pessoal/2018

A partir desta atividade, organizada por meio da mesa cartográfica, surgiram chaves fundamentais: a importância da extensão universitária; o papel social da universidade; experiências de assessoria técnica; processos participativos; produção de conhecimentos coletivos; ações em campo; atividades de mutirão; entre outros. A intersecção entre essas temáticas contribuiu para o delineamento de uma proposta coletiva desse trabalho final, auxiliando na construção de argumentos e justificativas para a elaboração de pesquisas-ação.

ALGUMAS INTERPRETAÇÕES

A cartografia enquanto processo e ferramenta de (investig)ação, dentro do campo de estudo da Arquitetura e do Urbanismo, permite pensar, articular e criar novas possibilidades de intervenção e atuação no território. O processo de cartografar possibilita a inserção dos sujeitos que estão cotidianamente presentes nesse espaço, relacionando-se com elementos como memórias, histórias, ações, coletividades. Nesse sentido, o corpo se apresenta como um dos principais instrumentos dos processos cartográficos sociais – é ele que possibilita os sentidos, os afetos e os encontros. Trata-se de uma tarefa de entender de cima para baixo, mas produzir de baixo para cima. É saber que qualquer escolha sobre o que se apresenta em um mapa é uma estratégia, que pode potencializar ou fragilizar processos.

> A distância, ou descolamento, entre sujeito e objeto, entre prática professional e vivência-experiência física da cidade, se mostra desastrosa ao se eliminar o que o espaço urbano possui de mais urbano, que seria precisamente seu caráter humano, ou pior, ao se eliminar o que de mais humano tem o homem: seu próprio corpo. Nosso corpo físico e o corpo da cidade, e as suas respectivas carnes, se encontram, se tateiam e se atritam nos espaços públicos urbanos (JACQUES, 2005, p.24).

As formas de registro de experiências urbanas individuais são variadas e condicionadas a fatores como espaços de estudo, interlocutores, dinâmicas vividas e tensionamentos ocasionados. Desenhos, mapas, escritos e fotografias são alguns dos exemplos de materiais que são produzidos a partir das experiências sensoriais dos espaços, que podem ser entendidos como cartografias urbanas. Segundo Rolnik, a tarefa do cartógrafo é uma espécie de antropofagia – "comer" as linguagens necessárias da cidade. Ele deve estar atento as relações e fenômenos dos grupos que observa, e ter sensibilidade para a desorientação e reorientação das paisagens cuja formação acompanha (ROLNIK, 1989).

As experiências apontadas neste material respondem à esse pedido de voltar à cidade e incorporar-se às dinâmicas urbanas, captando os sons, as vozes, os cheiros, as cores. Na proposição afetiva sobre o bairro do Comércio, puderam ser observadas as dinâmicas e especialidades do local, assim como dialogar com moradores e comerciantes da área, identificando a partir dessas interlocuções, diferentes formas de ocupação e utilização do bairro. "A incorporação desses atores e de suas práticas permitiria introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, para além do olhar "competente" que decide o que é certo e o que é errado e para além da perspectiva e do interesse do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo" (MAGNANI, 2002, p. 15).

Nas incursões na região do Subúrbio Ferroviário de Salvador, por sua vez, através de ensaios e afetações – que resultaram na plataforma Cartografamos, e depois no projeto Articulações Urbanas em Escada (AUÊ) –, mais uma vez foi necessário utilizar o corpo físico para vivenciar e captar práticas e hábitos do território. A articulação com agentes sociais e culturais da localidade de Escada, em primeiro momento, possibilitou o estabelecimento de relações e associações essenciais para a continuidade do trabalho neste local. Posteriormente, na interação com as crianças e os adolescentes, foi preciso traduzir a linguagem dos mapas, permitindo a inclusão desses jovens no processo de cartografar. Nesse sentido, Seeman defende a necessidade de incorporar as linguagens da infância nestas experiências, afirmando que

> [...] mapas precisam ser compreendidos como mapeamentos conceituais, isto é, menos como um modelo linear e sequencial de como organizamos os nossos conhecimentos no

> nosso cérebro e mais como um processo espacial multidimensional e uma ferramenta instrutiva para a criança organizar o seu pensamento (p.90).

Compreende-se então a cartografia, enquanto processo e ação, como uma vertente social, e como um importante instrumento de apreensão e percepção do território e de seu tecido social, revelando uma pluralidade de informações, densidades e questionamentos. Na cidade, o indivíduo estabelece relações de afeto, por meio das interações com outros indivíduos, com os espaços que percorre e pela ação do acaso. O acaso permite a espontaneidade das situações, a exploração do indivíduo sobre o campo espacial e a observação de elementos que ficam esquecidos nos percursos rotineiros. É a atuação da imprevisibilidade que estabelece os vínculos entre as pessoas e o corpo físico da cidade, favorecendo a contraposição aos modelos urbanos contemporâneos.

REFERÊNCIAS

BIASE, A. Por uma postura antropológica de apreensão da cidade contemporânea: de uma antropologia do espaço à uma antropologia da transformação da cidade. **Revista Redobra**. Salvador: FAUFBA, n.10, 2012, pp.190-206.

FERRAZ, Nicoli Santos. Mapeamento das favelas cariocas: do vazio cartográfico ao espetáculo da integração. In: IV ENANPUR, n.4, 2016, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: UFRGS, 2016. Disponível em: <https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2043/S43-04-FERRAZ,%20N.pdf>. Acesso em: jun. 2018.

JACQUES, Paola Berenstein. Errâncias Urbanas: a arte de andar pela cidade. **Arqtexto**. Porto Alegre: UFRGS, n.7, pp.16-25, 2005.

_____. Montagem Urbana: uma forma de conhecimento das cidades e do urbanismo. In: JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra; DRUMMOND, Washington (org). **Experiências metodológicas para a compreensão da complexidade da cidade contemporânea**: Memória, Narração e História. 4v. Salvador: EDUFBA, 2015. pp.47-94.

MATIAS, Lindon Fonseca. Geografia e cartografia. In: MATIAS, Lindon Fonseca. **Por uma cartografia geográfica**: uma análise da representação gráfica na geografia. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996, pp.31-75.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** nº 49, 2002, pp. 12-29.

RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. Pensamento vivo de Ana Clara Torres Ribeiro: compreendendo contextos, abordagens, conceitos e proposta metodológica da Cartografia da Ação Social. **Revista Redobra**. Salvador: FAUFBA, n.9, 2012, pp.22-29.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Cartografia da ação social, região latino-americana e novo desenvolvimento urbana. In: EGLER, Tamara Tania Cohen; POGGLIESE, Héctor (Org). **Otro desarrollo urbano**: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática. Buenos Aires: CLACSO, 2009. pp. 147-156.

ROLNIK, Suely. **Cartografia ou de como pensar o corpo vibrátil**. Núcleo de Estudos da Subjetividade. São Paulo: PUC-SP, 1987. 4p. Disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/pensarvibratil.pdf>. Acesso em: jun. 2018.

SANTOS, Milton. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Porto Alegre, n.21, 1996, pp.7-14.

SEEMAN, Jörn. **Carto-Crônicas**: uma viagem pelo mundo da geografia. 1ed. Gurupi: Veloso, 2012, pp.83-112.

SILVA, Hertha Tatiely. Cartazes lambe-lambe: apropriação e significação do/no espaço urbano. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, n.27, 2017, Campinas. **Anais...** Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2017. pp.4175-4184.

TODO Mapa Tem Um Discurso. Produção de Christiane Marques e Thaís Inácio. Rio de Janeiro: Programa Rede Jovem, 2014. 61 min. Disponível em: <https://vimeo.com/93081871>. Acesso em: jun. 2018.

WASHINGTON, Cláudia; ARAÚJO, Lúcio de; GOTO, Newton. **E/Ou**: Recartógrafos. Curitiba: Edição do autor, 2010. 60 p.

WASHINGTON, Cláudia; ARAÚJO, Lúcio de; GOTO, Newton. **Sobre descartografia**: entrevista com E/Ou. [março 2012]. Entrevista concedida a André Mesquita. Disponível em: <http://www.ct-escoladacidade.org/contracondutas/editorias/mapas-imagens-e-intervencoes-praticas-de-oposicao/sobre-descartografia-entrevista-com-eou/>. Acesso em: mai. 2018.

V enanparq
Salvador - 2018

CARTOGRAFIAS AFETIVAS DE JARDINS POSSÍVEIS

AFFECTIVE CARTOGRAPHIES OF POSSIBLE GARDENS

CARTOGRAFÍAS AFECTIVAS DE JARDINES POSIBLES

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

BRAGANÇA, Luciana
Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Professora da Escola de Arquitetura e Design UFMG, Coordenadora da pesquisa Jardins Possíveis e do programa Natureza Urbana – Indisciplinar UFMG
lubraganaca@gmail.com

REZENDE, Gabriela
Bolsista da pesquisa "Jardins Possíveis" financiada pela PRPQ; aluna da Escola de Arquitetura e Design UFMG
gabrielarezendef@gmail.com

SOUZA, Lorena
Bolsista da pesquisa "Jardins Possíveis" financiada pela PRPQ; aluna da Escola de Arquitetura e Design UFMG
lorena.souzarocha@gmail.com

CARTOGRAFIAS AFETIVAS DE JARDINS POSSÍVEIS

AFFECTIVE CARTOGRAPHIES OF POSSIBLE GARDENS

CARTOGRAFÍAS AFECTIVAS DE JARDINES POSIBLES

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
O presente artigo tem o objetivo de apresentar as cartografias dos jardins realizadas no bairro São Geraldo em Belo Horizonte. Partindo do entendimento de que as narrativas hegemônicas da produção capitalista do espaço dominam as narrativas cartográficas, pretende-se infiltrar a narrativa dos jardins como uma cartografia de resistência e de afetos no contexto das cidades. Essa cartografia é realizada a partir do reconhecimento desses jardins como elementos naturais culturais presentes no território de forte conexão entre humanos e não-humanos – terminologia baseada em Latour (1994). Numa concepção clássica, os jardins representam um microcosmo do infinito. Segundo Mongin (2013), no contexto da cidade fluxo, o mundo não é dado antecipadamente e é preciso sim, reinventá-lo. Assim, o jardim não seria só a expressão de um mundo preexistente, mas a manifestação de um mundo singular. Nesse sentido, a cartografia se torna um instrumento de recriação do mundo urbano via narrativa dos jardins.
PALAVRAS-CHAVE: cartografia; jardim; cidade; natureza urbana.

ABSTRACT:
The present article aims to present the cartographies of the gardens realized in the neighbourhood São Geraldo in Belo Horizonte. From the understanding that hegemonic narratives of capitalist production of space dominates cartographic narratives, it is intended to infiltrate the narrative of gardens as a cartography of resistance and affections in cities context. This cartography is realized through the recognition of those gardens as natural cultural elements present in the territory of strong connection between humans and non-humans - terminology based on Latour (1994). In a classic conception, gardens represent a microcosm of the infinite. According to Mongin (2013), in the new context of the city-flow, the world is not former present, and is yes needed to reinvent it. This way that would not be only the expression of pre-existing world, but the manifestation of a singular world. In that direction, the cartography becomes an instrument of recreation of the urban world through the narrative of gardens.
KEYWORDS: *cartography; garden; city; urban nature.*

RESUMEN:
El presente artículo tiene el objetivo de presentar las cartografías de los jardines realizadas en el barrio São Geraldo en Belo Horizonte. Partiendo de la comprensión de que las narrativas hegemónicas de la producción capitalista del espacio común dominan las narrativas cartográficas, se pretende infiltrar la narrativa de los jardines como una cartografía de resistencia y de afectos en el contexto de las ciudades. Esta cartografía es realizada a partir del reconocimiento de estos jardines como elementos naturales culturales presentes en el territorio de fuerte conexión entre humanos y no-humanos - terminología basada en Latour (1994). En una concepción clásica, los jardines representan un microcosmo del infinito. Segundo Mongin (2013), en el contexto de la ciudad flujo el mundo no es dado anticipadamente y es necesario si, reinventarlo. Así, el jardín no sería solamente la expresión de un mundo preexistente, pero la manifestación de un mundo singular. En este sentido, la cartografía se convierte en un instrumento de recreación del mundo urbano por medio de la narrativa de los jardines.
PALABRAS-CLAVE*: cartografía, jardín, ciudad, naturaleza urbana.*

INTRODUÇÃO

A cartografia aqui apresentada é um fragmento da pesquisa "Jardins Possíveis" que tem o objetivo geral de compreender a relação pessoas natureza[1] a partir da perspectiva dos jardins no sentido de aproximá-los nas propostas de planejamento urbano. [2] Serão desenvolvidos no artigo: o contexto teórico no qual a pesquisa se insere, os pressupostos metodológicos da cartografia apresentada, a cartografia realizada na Rua Souza Aguiar no bairro São Geraldo e os apontamentos da pesquisa nesse momento a guisa de conclusão. Esse é um trabalho ainda em construção e as conclusões são entendidas mais com aberturas para a discussão.

CONTEXTO DA PESQUISA

A sociedade contemporânea vive uma série de problemas diretamente ligados a seu modo de se relacionar com a natureza. Se no principio da humanidade havia uma unicidade orgânica, hoje a interação pessoas natureza, que são entendidos como elementos separados, é definida pelas relações de produção vigentes. Portanto, a complexidade da destruição da natureza e da urbanização que a subjuga não pode estar afastada da produção capitalista onde não é o valor de uso que está em questão, mas sim o valor de troca e a natureza transformada em bens naturais com possibilidade de ser mercadoria e meio de produção. Incorporar pessoas e natureza ao círculo produtivo é a base para que o capital se expanda. Tal situação rompe com o vínculo inicial incorporado e com uma gratuidade da natureza, pois esta deixa de ser um meio de subsistência humana e uma unicidade da qual o homem faz parte para ser um dos meios do qual o capital se beneficia.

Para Gonçalves (1998), o conceito de Natureza não é natural, e sim uma construção social, pois toda sociedade, toda cultura cria e institui uma determinada ideia de Natureza que se define como aquilo que se opõe à cultura. Esta seria então em vários casos algo superior que domina a natureza. Tal domínio tem origem com a agricultura. O processo de sedimentação da ideia de uma natureza objetiva e exterior ao humano e a ideia de homem não-natural e fora da natureza ocorreu e se aprofundou principalmente com a industrialização.

Latour (1994) defende, por outro lado, a não existência de culturas puras, visto que a ideia de cultura, para ele, representa um artefato criado por nosso afastamento da natureza e defende que existem naturezas-culturas. Para o autor, a Modernidade se caracteriza pelo humanismo, que ao nascer faz nascer conjuntamente a não–humanidade das coisas ou a não-naturalidade dos humanos e de um deus fora do jogo. A divisão entre natureza e cultura traz a separação entre ciência e política, quando a ciência parte para o estudo da natureza independente da ação humana e a política se ocupa da coletividade humana idealizada. Foram desenvolvidos para o autor três contextos distintos para falar do nosso mundo: a naturalização, a socialização e a desconstrução. Entretanto, não há um só elemento que não seja ao mesmo tempo real, social e narrado.

[1] Embora a maioria dos autores sobre o assunto use o termo "homem natureza" para tratar dessa relação, iremos usar o termo pessoas natureza por considerá-lo mais abrangente.

[2] Mais elementos da pesquisa podem ser encontrados em: https://jardinspossiveis.wordpress.com/.

Essa situação se não cria, intensifica o afastamento cotidiano do meio natural fomentando uma relação de estranhamento e aversão às águas, à flora e à fauna urbanas. Esses elementos devem ser dominados, controlados e erradicados do convívio nas cidades e são, muitas vezes, reconhecidos como inimigos.

O paradigma dualista que está na base da modernidade é, entretanto, questionado por Latour (1994). Isso acontece numa revisão da noção de natureza como algo objetificado e sujeito às leis imutáveis que podem ser descritas cientificamente reforçando a separação entre seres naturais e objetos culturais e mascarando a existência de "híbridos natural-culturais" que subvertem fronteiras e funcionam em ambos os domínios. A palavra "híbrido" é utilizada para desmontar o que é uma ilusão moderna: isolar o domínio da natureza e das coisas inatas do domínio da política e da ação humana.

Na teoria ator-rede, Latour (2012) nos guia para seguir as redes, que são ao mesmo tempo reais como a natureza, narradas como o discurso e coletivas como a sociedade. Com isso, coloca que natureza e sociedade não estão separadas por uma diferença radical ou ontológica. O desafio proposto não é estabelecer um espaço onde a natureza selvagem encontra a natureza do homem, mas sim redefinir as funções das ciências e da política.

Em torno das disciplinas modernas existem as grandes narrativas e as unidades conceituais. Em oposição a elas, o autor propõe retomar as expressões sociais e as explicações sociais como objetos de incertezas apresentando uma concepção de *socius* – em associações – que estarão sempre em movimento e estabelecendo conexões. Para seguir estes movimentos, Latour (2012) sustenta que é preciso seguir os atores em seu curso de associações, e não explicar o social como um conjunto de conceitos interligados. Dessa forma, o mundo social é um mundo com objetos e coisas e não é um mundo livre das coisas relegadas aos cientistas da natureza.

Nesta separação entre sociedade e natureza, as unidades explicativas em ambos os lados tendem a se esterilizar. O que a teoria proposta apresenta é um uso do social no sentido daquele que se associa, que segue alguém e sua rede de relações. A proposta é trazer para o primeiro plano o próprio ato de compor relatos. Para essa tarefa devem se apresentar todas as entidades mobilizadas na rede, sejam elas humanas ou não humanas. O texto funciona como o laboratório do cientista social, exige perícia e habilidade na escrita para descrever com objetividade as conexões em seus experimentos e estudos.

Ao recolocar o lugar da natureza e das coisas, assim como dos humanos e seus artefatos, se desfaz a divisão moderna entre natureza e cultura ou ainda entre sujeito e objeto. O autor reafirma que, em algum momento todas as entidades se associam delimitando formas vivas e prontas a se conectarem em novas associações compostas heterogeneamente. Para a pesquisa sócio-espacial essa teoria abre a possibilidade de se considerar o espaço e as coisas, animais, plantas, terra além dos homens com agentes na rede. Cartografar essa rede de relações é, pois, o objetivo da pesquisa.

Outra questão que se abre como possibilidade é o entendimento de que as epistemologias não são únicas. O conhecimento é uma forma de se aproximar do mundo. Esse conhecimento é mais emancipador quando é passível de apropriação e de consequente transformação e é um fator de opressão quando é imposto e não há como transformá-lo. Santos (2006) contrapõe o conhecimento de regulação reforçado pelo capitalismo e o de emancipação. A separação radical sujeito natureza tende a invalidar outras epistemologias apagando híbridos e a reforçar o conhecimento de regularização que se presta ao controle.

Para o autor é fundamental reconhecer que há outras formas de conhecimento para além da ciência institucionalizada.

A essa situação, Santos (2006) propõe o desafio de descolonizar os saberes apoiado em um "Pensamento alternativo de alternativas" num reconhecimento de que é preciso legitimar a sociologia das ausências. O que o faz apontar para as epistemologias do Sul como um conhecimento nascido da resistência, seja essa entendida como forma de se colocar contra ou como permanência de formas de se apropriar do mundo ausente no arcabouço do conhecimento ocidental. São essas formas de permanência e resistência traduzidas em jardins que se pretende cartografar.

As cidades se enquadram a partir de uma visão hegemônica cartografada oficialmente, na perspectiva moderna[3], pois são fonte dos maiores impactos causados ao ecossistema. Entretanto, como são ao mesmo tempo lugares onde vivem a maioria das pessoas, têm potencial para reaproximação e diálogo e apresentam híbridos naturais culturais a serem cartografados e entendidos no território.

Dessa forma, a oposição entre natureza e cultura não é universal porque carece de sentido para aqueles que não são modernos e também porque as relações que os humanos mantêm entre si e com os não-humanos não pode apoiar-se em uma única cosmologia e ontologia.

PORQUE JARDINS

O planejamento urbano vem tentando relacionar-se com a natureza de várias maneiras. Se a princípio temos estruturas de projeto e planejamento que fatiam a abordagem das cidades em assuntos que se distanciam de uma abordagem integrativa, por outro lado surgem propostas mais abrangentes tanto no campo da política pública e do direito urbano quanto no planejamento das cidades.

Segundo Herzog (2013), percorreu-se um longo caminho nas cidades no qual a crença na tecnologia reinou como forma de planejar, acreditando-se poder controlar a natureza através da especialização do conhecimento. A essa situação ela propõe uma cidade regenerativa integrativa onde seria primordial construir cidades como parte dos ciclos naturais numa ação integrada de vários campos.

No campo do direito, com repercussões no campo urbanístico é exemplar citar o caso da constituição do Equador, que reconheceu a natureza (Pachamama) como um sujeito dotado de direitos, estendendo a abrangência da constituição a entes não-humanos que ganham personalidade jurídica. Embora críticas apontem para a dificuldade de aplicação e para a ausência de precisão técnica para conceituar o que se entende por natureza, há avanços reais na superação da dicotomia pessoas natureza que passa a ser reconhecida como sujeito e não mais como objeto de utilização exclusivo do ser humano principalmente no contexto operado pelo sistema capitalista para o qual a objetificação e consequente transformação em meio de produção é relevante.

No campo do planejamento urbano podemos citar a Ecologia das Paisagens, desenvolvida inicialmente por Richard Forman, a Ecologia Urbana, o Urbanismo Ecológico, o Novo Urbanismo, a metodologia de infraestrutura verde e a trama Verde e Azul. Essas propostas têm repercussões em escalas diferentes e, de

3 O termo moderno é entendido a partir do conceito desenvolvido por Latour (1994).

alguma maneira, relacionam pessoas natureza e sociedade natureza em graus diferentes. Muitas delas ainda entendem a natureza como mercadoria se afastando de uma possibilidade para além do domínio e da predação. Muitas vezes essas propostas podem também ser artifícios para atração de investimentos sob o selo de ecologicamente correto (HERZOG, 2013).

O limite que se coloca às propostas de planejamento urbano é: em que medida elas representam uma cidade para todos - humanos e não humanos - e em que medida elas aumentam a alienação pessoas natureza. Não há dúvida de que são necessárias vastas medidas sistêmicas e de uma cooperação tanto internacional quanto íntima e cotidiana.

Então como reaprender a conviver com a natureza se entendendo parte dela, reconhecendo e inventando novas formas de coexistência no nosso mundo urbano? Nessa busca a hipótese geral de trabalho é: entender os Jardins contribui para pensar a cidade integradamente, pois os jardins são elementos de conexão pessoas natureza e constroem uma relação para além das trocas capitalistas no cotidiano. Uma cartografia que consiga, portanto representar essas redes de relações e trazer a luz esses elementos singulares híbridos de cultura e natureza contribui no entendimento das relações sustentáveis nas cidades e seu planejamento.

Numa concepção clássica de jardim ele é considerado um microcosmo do infinito, a representação de um mundo, de uma cosmologia. Historicamente podemos destacar algumas dessas representações: os jardins como o microcosmo religioso, o jardim como a representação do poder e mais recentemente o jardim particular como uma projeção individual de ascensão social. A que cosmovisões eles nos remetem hoje?

Para o paisagista Frances Gilles Clément, o conceito de Jardim é uma área, pública ou privada, onde a arte da jardinagem - para o sustento, prazer, parques ou outros programas de acompanhamento, urbano ou rural - é praticada em harmonia com a natureza e o homem, livre da dominação de mercado. Eles são lugares de resistência. Diversidade, tanto biológica e cultural, bem como a preservação da água, do solo e do ar é incentivada para o bem comum.

Clément, ao construir o conceito de “Jardins planetários”, recorre à utopia buscando representar uma história da coexistência que por vezes é amigável ou hostil entre natureza e cultura. Tal construção tem origem nos primórdios dessa relação e passa por todos os continentes construindo uma história de pessoas e plantas pelo planeta. Os limites do jardim planetário são os biomas numa ideia de um continente único. Os residentes deste continente único seriam cidadãos-jardineiros, agindo com as melhores intenções em relação ao planeta e participando dos paradigmas do ecologismo que é o único projeto verdadeiro para o século XXI.

O jardim, segundo ele, superam as circunstâncias e a época. São ligados às constantes universais da vida e seus materiais estão ligados à função biológica participando de um movimento de energias. Dessa relação entre humanos e não humanos surge o conceito de “jardim em movimento” no qual as pessoas são responsáveis por uma pequena ajuda à natureza. O seu jardim é o resultado do comportamento das espécies plantadas, com seus florescimentos, frutificações, brotações ou mortes sucessivas seguindo os processos naturais sem predeterminá-los ou privá-los da sua natureza dinâmica.

O paisagista brasileiro Burle Marx é reconhecido por sua tendência de agrupar a flora em imensos borrões monocromáticos, apresentando plantas como o pigmento de uma pintura de grande porte. Se numa

aproximação inicial os jardins do paisagista são caracterizados pelo controle da natureza diferentemente de Clément, seu profundo estudo sobre os contextos naturais brasileiros e as incongruências entre suas aquarelas e seus jardins resultantes apontam em outra direção. O trabalho de Burle Marx sempre foi pautado no entendimento e respeito com a natureza incorporando a flora brasileira e, consequentemente, a fauna em seus jardins. Burle Marx dizia que apenas iniciava o trabalho dos jardins, pois o tempo e o corpo completam a ideia.

De Burle Marx a Gilles Clément, os jardins são mutáveis e incorporam homem e natureza segundo suas características não só humanas ou só naturais, mas um híbrido das duas possibilidades. Jardins são microecologias sujeitas ao tempo, um híbrido natural-cultural presente no território.

O conceito de heterotopia desenvolvido por Foucault (1984) também aponta para os jardins como elementos de conexão pessoas natureza. As heterotopias "são espécies de utopias realizadas nas quais todos os sítios reais dessa dada cultura podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e invertidos". (FOUCAULT, 1984, p. 4) A heterotopia, lugar outro, contrapõe-se assim ao lugar-comum. É, portanto, o lugar da diferenciação, do que não se submete à identidade niveladora: o lugar do outro no qual o comum se reconhece. É o estranho onde é possível reconhecer o familiar.

Os grupos sociais constroem uma identidade entre seus membros bem como sua cidade e seu espaço. Numa situação onde os espaços são criados por grupos hegemônicos, a cidade tende a se tornar o mesmo espaço. Todavia, cria-se também um lugar de diferenciação, o que quer dizer que a cidade não é feita apenas de lugares dominantes, mas também de lugares outros e dos outros. A cidade é, portanto, lugar de humanos e espaços hegemônicos bem como de híbridos naturais-culturais criados pela diferenciação.

Para Foucault (1984), os jardins são heterotopias capazes de justapor em um único lugar real vários espaços que, por suas especificidades, seriam incompatíveis. Os jardins seriam, para o autor, o exemplo mais antigo de heterotopia e são esses outros espaços diferentes que funcionam como a contestação dos espaços onde vivemos. A cidade representaria a saída do homem da natureza, e o jardim seria o espaço outro da natureza e da pessoa-natureza na cidade.

Segundo Mongin (2013), no contexto da cidade fluxo, o mundo não é dado antecipadamente e é preciso sim reinventá-lo. Não há mais totalidades a serem representadas. Assim, o jardim não seria só a expressão de um mundo preexistente, mas a manifestação de um mundo singular onde não se formam mais mundos. Seria uma raridade num planeta urbano que falsifica as paisagens, capaz de se abrir como possibilidade. O jardim surge então como uma alternativa de recriação do mundo e sua invenção favorece outra relação. Partindo para a análise de Haesbaert (2009) sobre as novas territorialidades, os jardins podem ser um dos elementos capazes de estabelecer uma relação territorial pessoas natureza e, principalmente, um meio experimentado por aqueles que o constroem e compartilham.

Os jardins, realizam no presente o que se quer ter no futuro. Embora não sejam confrontacionais, procuram se desconectar dos fluxos de mercado através da reciprocidade e construir uma relação pessoas natureza para além das trocas capitalistas. Mesmo que tenham um alcance limitado, os jardins podem ser exemplarmente pedagógicos. Se configuram como uma resistência espacial no território.

CARTOGRAFIA COMO FERRAMENTA

“Os mapas podem ser belos ou estéticos, mas nunca deixam de ter suas intenções definidas. Eles são políticos e poéticos”. (GEIGER, 2007, p. 18) A representação cartográfica envolve uma relação de poder e política na medida em que ao cartografar se escolhe quais elementos devem estar representados, deslocam-se e criam-se signos, permite-se omitir detalhes, criam-se convenções próprias, reorganizam-se espaços. Portanto os mapas são ferramentas representativas que colocam narrativas em evidência sejam elas hegemônicas, marginais, resistentes ou inventadas.

Há sempre algo que escapa aos dispositivos de poder e controle. Seria esse, pois o modo como operam as práticas cotidianas em sua capacidade de subverter. Essa característica se torna possível na medida em que essas práticas acontecem silenciosamente nas brechas do sistema hegemônico. Nesse ponto de vista, Deleuze (2006) amplia o entendimento e afirma que as resistências podem ser engendradas em outro eixo, fora do jogo entre o poder-saber. Esse jogo funcionaria simultaneamente ao das relações hegemônicas, mas tal movimento não anularia necessariamente o outro, impedindo que haja um impasse.

Cotidianamente, as pessoas produzem seu espaço mobilizando saberes importantes. Assim também o fazem os não-humanos, seguindo leis e direcionamentos próprios. Ambos se relacionam nessa construção como nos jardins. Essas potentes interações se transformam em espaço a despeito de estarem presentes nas narrativas oficiais ou de serem propósitos de projeto ou plano urbano. Assim é possível destacar, cartografar e reconhecer essas narrativas por mais invisibilizadas que elas estejam.

Ao entendermos que não há ação que não seja simultânea, o conceito de ator-rede é o que norteia a cartografia proposta (LATOUR, 2012). O ator está submetido a forças de poder presentes na rede, e também interfere e age nela. Assim, é possível cartografar espaços outros, heterotópicos e relacionais no sentido de incorporar continuamente os processos de subjetivação na construção do conhecimento sobre a cidade e seu espaço.

Ao admitir o valor e a potência das contra condutas engendradas nas práticas cotidianas contra as hegemônicas de produção do espaço, “o desafio para os pesquisadores e intelectuais passa a ser o de construir meios e instrumentos que não reproduzam a lógica de saber-poder, na qual o saber está localizado e restrito ao ambiente acadêmico”. A cartografia como metodologia assume a pesquisa como dispositivo de intervenção, produtora de acontecimentos abertos à imprevisibilidade da ação. “Sendo assim, o encontro entre pesquisador e pesquisado, necessariamente, vai provocar desestabilizações, desencadeando a produção de novos conhecimentos e novas subjetivações”. O movimento observador-pesquisador é alternado: ora em direção ao processo que pretende analisar, ora se afastando dele. Tal procedimento desestabiliza a separação entre sujeito e objeto. “Dessa forma todos os envolvidos nos processos se transformam em sujeitos políticos, tudo e todos, com vozes e saberes a serem compartilhados, e, por isso, passíveis de transformação”. (BRAGANÇA, BRANDÃO, RENA, 2018, p. 8) Essa disponibilidade para o desconhecido, para a admissão de saberes não acadêmicos como potência conduz a um processo de desterritorialização constante.

Partindo do entendimento de que as narrativas hegemônicas da produção capitalista do espaço dominam as narrativas cartográficas, mas que são válidas e existem outras narrativas, pretende-se infiltrar a narrativa dos jardins como uma cartografia de resistência e de afetos no contexto das cidades. Deixar emergir na trama urbana esses elementos naturais-culturais e as relações entre humanos e não-humanos torna-se

assim ferramenta sensível de recriação do mundo urbano. Afinal, o jardim não seria só a expressão de um mundo preexistente, mas a manifestação de um mundo singular. Seria uma raridade, capaz de se abrir como possibilidade de recriação que escapa do esforço de homogeneização e regularização dominantes (MONJAN, 2013).

Seriam, pois os mapas instrumentos possíveis para recriação?

Idealmente os mapas são construídos a partir de um olhar de fora, estrategicamente posicionado numa posição panóptica. Mas pensado simultaneamente como instrumento de leitura e escritura da Terra, pode-se perceber no mapa "a tensão entre espaço inventário e espaço inventado, tal como enunciou Georges Perec: por um lado, a operação cartográfica coleta, acumula e classifica cada lugar e cada forma existente num panorama desabitado; por outro, técnicas e poéticas de representação se ocupam em criar mundos". (MARQUEZ, 2014, p. 4)

É questionável também a construção da equivalência entre espaço e representação. Não há como se desconectar de escolhas e narrativas ideológicas contidas nos mapas que são uma representação fragmentada do espaço. Mapear pode ser ainda colonizar na medida em que não figuram nas cartografias objetos e seres do cotidiano e sim narrativas de dominação. Para Marquez (2014), o problema da equivalência entre espaço e representação não está na aplicação do mapa em si, mas na negação da sua amplitude de mapa-como-relato ou na sua convenção hegemônica de mapa-de-um-relato-só.

> "Mas se mapear é instrumentalizar o mundo, os caminhos traçados nessa ação são frequentemente desobedecidos. A margem da desobediência cartográfica é o estrato heterotópico que ainda constitui um desafio à representação de todo mapa. As heterotopias angustiam o exercício cartográfico e minam a estabilidade esquemática do mapa inventário". (MARQUEZ, 2014, p. 6)

Tais possibilidades cartográficas sensíveis podem ser propostas estando o cartógrafo consciente do poder dessa narrativa. Todo mapa reflete o seu ponto de vista cultural, traça o mundo a partir das relações do lugar de onde é visto e por quem é visto. As classes, gêneros, mitos e rituais cartográficos precisam ser praticados como discursos e sistemas culturais possíveis. Para Rolnik, (1989) "a prática de um cartógrafo diz respeito, fundamentalmente, às estratégias das formações do desejo no campo social", desse modo, o fazer cartográfico proporciona novos encontros e possibilidades. O que ocorre, então é "a incubação de novas sensibilidades e de novas línguas". (ROLNIK, 1989, p. 65)

No caso da pesquisa Jardins Possíveis a cartografia ajuda a construir um entendimento de como a natureza, incluindo nela mesma os humanos e não-humanos, reitera sua existência na assepsia cartográfica e na cidade das narrativas hegemônicas. Para tal, a cartografia e o mapa se transformam em coisa-em-ação. Para além da sua função instrumental de ser legível, o mapa se presta a ser tanto um instrumento de leitura do possível entendido enquanto uma manifestação do real, quanto um instrumento de recriação do real.

> "Aí, a sua propriedade comunicacional desdobra-se de leitura cartográfica para uma densidade perceptiva ou uma prática espacial. (...) E ao invés de territorializar, o mapa agora se desterritorializa, pois o modo de povoar que ele propõe é transferido para outros lugares possíveis, desdobráveis daquele que representa (pois o mapa é apenas um lugar-matriz do pensamento espacial) ". (MARQUEZ, 2014, p. 6)

GLOSSÁRIO

Partindo do entendimento de que uma cartografia dos jardins e das relações que eles constroem no território seria uma opção metodológica, produziu-se um glossário dos conceitos para a pesquisa. Essa preocupação em definir os conceitos e as abordagens fundamentou todo o trabalho de campo. Alguns desses conceitos, entretanto ainda estão em construção, pois sofrem influência direta de algumas situações encontradas em campo. Os conceitos palavras-chave que norteiam a análise teórica e cartográfica da pesquisa estudados inicialmente foram: jardim, paisagem, território, desterritorialização e territorialidade.

O conceito de Jardim já foi inicialmente definido acima, mas será aqui resumido. Comumente conceitua-se jardim por uma composição paisagística de plantas e flores de um projeto arquitetônico ou urbanístico, destinada ao lazer ou ao estudo. No espaço das grandes cidades, pautada pela predação da natureza, as relações orgânicas de autorregulação do ambiente natural se enfraquecem e o ser humano assume, portanto, a função de catalisador da existência de jardins. O jardim urbano surge como ferramenta de reaproximação entre pessoas e natureza ou natureza sociedade, associando à resiliência das plantas, agentes que legitimam outra visão de mundo e novas perspectivas de apropriação da cidade.

A geografia conceitua paisagem como o espaço abarcado pela observação do pesquisador, um processo seletivo de apreensão, que depende do alcance da visão e de elementos da percepção: como sentimos, como ouvimos, de onde estamos (SOUZA, 2013). Santos (1994) fala da paisagem enquanto forma, aparência e essência e sua percepção está sujeita à experiência espacial particular do observador. Souza (2013), por sua vez, reconhece a paisagem como integradora das relações sociedade-natureza e como uma condicionadora da nossa sociabilidade. Para o autor, a paisagem é uma forma, uma aparência — lugar de relações econômicas, sociais, naturais e culturais. A partir dessa perspectiva vale levantar duas questões: como a paisagem condiciona a nossa sensibilidade e o modo como somos socializados? Como o fato de estar em contato com a primeira paisagem (de natureza) e a segunda paisagem (de intervenção antrópica) modifica nossa visão de mundo?

O conceito de território é frequentemente utilizado como um sinônimo de espaço geográfico. De acordo com Souza (2013), esse tipo de abordagem, é na verdade resultado de um filtro ideológico, que coisifica o território excluindo seu caráter de instrumento de exercício de poder. Ele deveria ser tido, portanto, como um espaço político definido e delimitado por e a partir de relações de poder, que opera sobre um substrato referencial, e que não se limita a ele. Dessa maneira, é condicionado pela conexão do homem com o espaço, que devido às características do substrato espacial-material e/ou por suas imagens de lugar, projeta suas relações sociais nele. Entretanto, ao condicionar a existência dos territórios à durabilidade das relações sociais das quais eles são projeções, o autor desconsidera a atuação de outros fatores capazes de estabelecer relações de poder com o espaço, como a natureza. Sendo assim, seria relevante a compreensão de um processo de hibridização dos fatores naturais e culturais como capazes de estabelecer um território.

Tal conceito permite o entendimento de outro, o de territorialização. Se território é um espaço político, pois que territorialização é o processo que visa organizar as relações de poder em um espaço, de tal maneira que se estabeleça um território, a desterritorialização seria, dessa forma, o processo contrário de territorialização. Se este visa à estruturação de um território, aquele por sua vez, tem o objetivo de desestruturá-lo. Por isso, esse processo é geralmente forçado e realoca populações (antrópicas, animais ou vegetais) de um território, a ponto de prejudicar ou extinguir as relações de poder antes existentes.

CAMPO

Esclarecidos os conceitos, passou-se então à preparação para visita a campo e coleta de dados. Metodologicamente, a área de estudo estaria localizada ao longo do Rio Arrudas, o curso d'água mais importante de Belo Horizonte, em três pontos: a montante no bairro Barreiro, o meio nos bairros Centro e Lagoinha e a jusante o bairro São Geraldo. Serão apresentadas aqui algumas cartografias produzidas no bairro São Geraldo, com detalhamento da Rua Souza Aguiar.

Inicialmente foram feitas algumas visitas de aproximação para reconhecimento do território. Num segundo momento foram aplicados questionários quantitativos. Com esses pretendeu-se fazer um levantamento objetivo e mais rápido da área, focado na identificação de jardins e jardineiros, sua proporção no território, seu tamanho em relação à casa e o território gerando dados estatísticos. À medida que esse levantamento acontecia, foram identificados exemplos significativos para aplicação de um questionário qualitativo, já que o primeiro não seria o suficiente para captar a narrativa por trás daqueles jardins. O questionário qualitativo vem permitindo um entendimento melhor da situação, e também um envolvimento por parte das pesquisadoras no movimento que os jardins produzem. Essa etapa ainda está em desenvolvimento.

A etapa primária do processo de identificação dos jardins valeu-se inicialmente de dados disponíveis através da análise de mapas aéreos. Em campo e pelos mapas aéreos foram definidas caracterizações dos jardins que seriam mapeadas pelos questionários. Essas caracterizações foram resultado de uma soma de discussões através do cruzamento teórico e os apontamentos percebidos em campo com as visitas de reconhecimento.

Estabeleceu-se que seriam levantados: o lugar (que se refere à tipologia construtiva e ao uso do espaço onde se encontra o jardim); a sua origem; o uso dos jardins; sua mobilidade; seu estado; a influência antrópica; as relações que eles proporcionam; se há permeabilidade; o acesso das pessoas (público e ou privado); se há geração de renda ou escambo; as espécies cultivadas e o porquê delas; a origem dos jardineiros; a relação das plantas cultivadas com o campo energético-espiritual. Futuramente, o cruzamento de dados permitirá concluir o nível de abstração presente em cada questionário e nas diferentes escalas de aproximação adotadas.

Como ferramenta cartográfica inicial utilizou-se a plataforma "Google MyMaps", que permite a criação de mapas georreferenciados, disponíveis para acesso online. O recorte foi definido com base no curso do Ribeirão Arrudas, que corre paralelo à Avenida dos Andradas. Essa é a principal avenida de conexão do bairro São Geraldo com o Centro, em um dos poucos pontos da cidade onde o curso d'água segue destamponado, ainda que canalizado (Figura 1a). Considerou-se um raio de aproximadamente 300m a partir do curso, o equivalente à soma das larguras da Avenida dos Andradas e de dois quarteirões dentro do bairro. Para abarcar jardins pontuais de interesse, ou seja, pontos onde a visão aérea apontava concentração considerável de mancha verde, o recorte adquiriu traçado mais orgânico, totalizando uma área de estudo de 53,8 ha (Figura 1b).

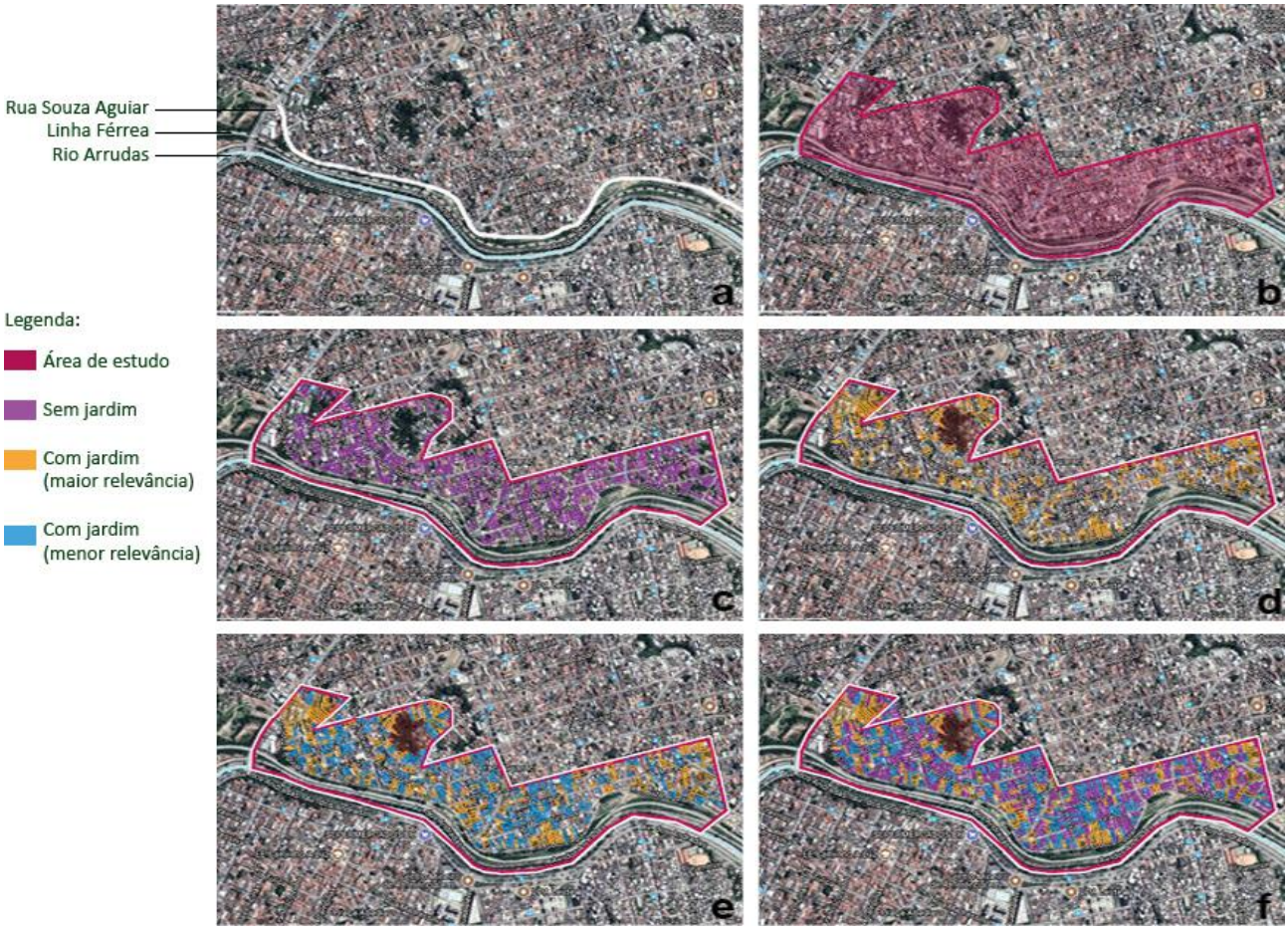


Figura 1: Mapas aéreos
Fonte: Google MyMaps modificado pelo autor, 2018

Em seguida, o mapeamento aconteceu em paralelo às visitas de campo e análises aéreas do território, a fim de que os dados conclusivos pudessem ser obtidos através da sobreposição de informações. Por meio de camadas foram traçados polígonos que identificam a presença ou a ausência de jardins, bem como seus valores de área. Optou-se por seguir a demarcação do parcelamento urbano, adotando como contorno a divisão aparente dos lotes, em razão da identificação das cuidadoras e cuidadores desses jardins, a ser desenvolvida na etapa seguinte.

No mapa as camadas se organizam de tal forma: sem jardim (Figura 1c), com jardim para aplicação do qualitativo - locais considerados de maior relevância (Figura 1d) e com jardim para dados estatísticos - locais onde as manchas verdes aparecem em menor proporção (Figura 1e). O mapa síntese (Figura 1f) apresenta as camadas em sobreposição: curso d'água e território em azul e rosa, respectivamente; ausência de jardins (em roxo), jardins para qualitativo (em laranja) e jardins para dados estatísticos (em azul).

É importante destacar que o desenvolvimento metodológico em relação à otimização da aplicabilidade dos dois tipos de questionário foi processual, sendo o método uma construção a partir dos aperfeiçoamentos metodológicos construídos em campo. Nesse levantamento, alcançou-se um total de 787 áreas, sendo que

aproximadamente metade delas possui jardim e a outra metade não possui. De todo esse mapeamento que vem sendo elaborado será apresentado o recorte da Rua Souza Aguiar.

NO SÃO GERALDO: DE GERALDO A GERALDO

A Rua Souza Aguiar se localiza no limite do bairro com a linha férrea e possui a norte moradias e comércios e a sul uma área remanescente da alteração dos trilhos do trem. Essa configuração permitiu a análise das relações pessoas natureza tanto na esfera privada da casa quanto na pública, nos espaços remanescentes. A cartografia nos revelou um requinte poético construído pelas coincidências da vida: o primeiro jardineiro bem como o último da rua são Geraldos.

A primeira jardineira que conhecemos no São Geraldo foi Cida. Em realidade foi Dona Benedita, dona de um bar ao lado de sua casa, na Esquina da Rua Souza Aguiar com Rua Mogoari, onde sempre tem água gelada que ela armazena e congela em garrafas pet, tem marmita até às duas da tarde e onde também se compram fios de cobre. Perguntamos a ela sobre o jardim bem cuidado que se estende do começo da rua até a porta do bar, ao que ela respondeu: “Ah, isso aí é da Cida, ela é quem cuida”.[4] Essa fala se repete à medida que conversamos com outros moradores, nesse mesmo dia e nas tantas outras visitas seguintes.

Figura 2: Jardim de Cida
Fonte: Elaborada pelo autor, 2017

Cida não mora no São Geraldo, alguns contam que ela mora no Horto, outros no Sagrada Família, mas todos relatam que ela sempre vem cuidar do jardim. Próximo à entrada do bairro, onde anteriormente funcionava um campo de futebol, há um bota fora onde é possível encontrar lixos eletrônicos, restos de materiais de construção e também árvores e mudas descartadas. Em 2016 Cida começou a resgatar essas plantas e plantá-las no canteiro da Rua Souza Aguiar, junto a árvores já existentes. Os espaços à sombra dessas árvores configuravam então locais de permanência, onde moradoras e moradores colocavam sofás e cadeiras e se sentavam para conversar e descansar.

4 As entrevistas estão disponíveis no site da pesquisa.

Cida constrói uma narrativa à medida em que planta onde já se estabelecia uma relação pessoas-natureza, fortalecendo as concepções preexistentes e reinventando os espaços de natureza a partir da oportunidade que oferece o vazio. Na sua ausência, quem cuida do jardim é Dona Benedita, que junto a outras moradoras e moradores, rega, arranca as folhas secas e vez ou outra, planta uma muda.

Um pouco mais adiante na mesma rua, está o jardim de Dona Manuelina, que há mais de 10 anos começou a plantar na calçada em frente à sua casa. A divisão espacial, ela conta, é do toco de madeira branco pra cá. O jardim começou com a ajuda do sobrinho, que solicitou à prefeitura o plantio de dois Ipês. Seu desejo era um espaço agradável, com sombra, onde as pessoas pudessem simplesmente ficar, como "uma praça mesmo". A falta de espaço para o plantio em casa também contribuiu para que o jardim em frente se convertesse em uma extensão da casa da Dona Manuelina, que todos os dias às 9h da manhã varre a calçada junto ao jardim.

Figura 3: Dona Manuelina mostra as plantas em sua varanda
Fonte: Elaborada pelo autor, 2017

Nascida em Itambaruci, no interior de Minas Gerais, Dona Manuelina, hoje aposentada brinca: "Parei de trabalhar pro Estado e fui trabalhar pra prefeitura. E sem ganhar nada". O jardim foi crescendo, ganhando novas plantas e incorporando-se cada vez mais à vida cotidiana e até a varanda de casa ganhou algumas plantinhas: samambaias, um pé de boldo e outras mudas para transplantar para o jardim de fora, as quais ela rega com um sistema simples que a neta ajudou a desenvolver: "como eu já estou mais idosa, não dá pra ficar pegando escada pra regar, aí eu uso isso aqui"- aponta para a garrafa pet com água e um pequeno furo na tampa, que utiliza como regador.

Além das plantas, ela cuida dos animais deixando comida para os micos e cuidando para que sempre haja flores para os beija-flores e pássaros que com frequência visitam o jardim. No dia da visita ela nos mostrou a Paineira, que havia acabado de florir. Completa dizendo que há grande variedade de insetos: joaninha, abelha, borboleta, libélula, besouro… só os gatos e cachorros, "que tem na rua né?" é que vêm, cheiram, mas não entram, aprenderam a respeitar.

Dona Rosa e Dona Teresinha moram em casas grandes, uma murada e a outra com um grande portão. Da rua era possível ver uma parreira que desafiava os limites do muro e, através de uma pequena abertura no portão, algumas samambaias. A palavra jardim foi, para as duas, motivo de estranhamento inicial, "jardim eu não tenho não, tenho umas plantas que planto aqui" e abriam as portas de suas casas, convidando-nos a entrar.

Figura 4: Plantas de Dona Rosa na porta de sua casa
Fonte: Elaborada pelo autor, 2017

Figura 5: Dona Teresinha mostra seu jardim
Fonte: Elaborada pelo autor, 2017

As duas construções seguem um estilo parecido: externamente uma vedação em relação à rua, internamente uma casa recuada, criando o espaço para uma pequena varanda onde as plantas já começam a aparecer. Margeando a casa está o quintal lateral e de fundos, grande, onde a sensação é de se estar no interior, em casa de vó, tamanha a variedade de espécies, cores e combinações plantadas em vaso, canteiro e terra. Árvores frutíferas, suculentas, plantas ornamentais, hortas e ervas; cada categoria organizada em espaços específicos, apresentados um a um à medida em que percorríamos seu território. Entremeados ao jardim, varais estendem a roupa molhada, uma tábua de cozinha seca ao sol, regadores, potes vazios. Aposentadas, as senhoras dividem a vida entre cuidar da casa, dos filhos e netos e do jardim.

A relação pessoas-natureza, nesses casos, acontece da porta para dentro, em jardins que são tanto parte da casa quanto da rotina. Dona Rosa é costureira, originária de Manhuaçu e conta que seu jardim tem 48 anos, o mesmo tempo que leva morando no São Geraldo. Logo na varanda notamos um pequeno altar, com uma Comigo-Ninguém-Pode, alguns objetos de porcelana que ela conta ter ganhado de presente, algumas pedras, um cristal e um vaso com pimenteiras de plástico. "Meu neto estava brincando esses dias e não pode comer né, aí eu coloquei essas daí". Perguntamos se havia algum motivo especial para as pimenteiras estarem ali, na porta de casa, ao que ela respondeu que não. Ainda assim, escolheu deixá-las ali, disse que tem gente que conta que espanta o mau olhado, sendo assim, melhor deixar.

Dona Teresinha mora com o marido, que possui e trabalha em uma oficina de marcenaria integrada à casa. É de Capelinha, planta por prazer e para consumo próprio. Quando a produção é volumosa não descarta as trocas, se deu muita alface e a vizinha muita couve, trocam entre si. Junto ao marido e no mesmo espaço do quintal, cria galinhas para consumo próprio e venda, como um complemento das rendas. Além das galinhas, há um cachorro, um papagaio e rolinhas em seu jardim, animais que ela cuida e conserva como companhias. Ao perguntarmos se existe uma planta preferida Dona Rosa é generosa, "gosto de todas". Já Dona Teresinha é mais específica: prefere a Jabuticabeira, ao pé da qual costuma se assentar para rezar e também passar o tempo.

A porta da oficina de Seu Carlindo está sempre aberta. Estreito e comprido o espaço da garagem ao lado de sua casa funciona como oficina mecânica. Ao fundo, um pequeno canteiro com uma goiabeira, algumas hortaliças, uma pequena muda de parreira e um pé de maracujá. Carregado, o pé estava formando o maior maracujá que já vimos! Ainda verde, seu tamanho era ao menos três vezes maior do que um maracujá tradicional. Ficamos um bom tempo conversando: "Seu Carlindo, será que isso é maracujá mesmo? Tá muito grande!" Ele respondia que sim, "você vai ver quando ele terminar de madurar." Nas visitas seguintes quando passávamos na porta da oficina ele já vinha nos chamar, "vem aqui pra você ver o tamanho do maracujá!" Criamos uma cumplicidade de acompanhar a fruta crescer e ficou combinado, quando maduro ele irá nos convidar para tomar o suco!

Figura 6: Seu Carlindo próximo ao pé de maracujá
Fonte: Elaborada pelo autor, 2018

Chegamos ao Tata através de seu amigo Daniel, que estava sentado à sombra de uma árvore, na beirinha da calçada, onde gosta de passar o tempo. Daniel também mora no bairro, "mais pra cima, perto da praça", e costuma, como outros moradores, descansar por ali na Souza Aguiar. Enquanto conversávamos, as vizinhas de Tata, que disseram não ter espaço em casa para plantar, disputavam a saltos e tom de brincadeira quem conseguia pegar a única goiaba madura da goiabeira plantada na área remanescente. Foi o amigo quem nos mostrou o Jardim do Tata, que segue a narrativa dos jardins da Rua Souza Aguiar.

À frente, Espadas de São Jorge, árvores nativas e plantadas, bananeiras e um balanço para adultos e crianças. Atrás, uma horta recém iniciada. Daniel conta que a Prefeitura fala que vai plantar ali e nunca planta, "aí o Tata resolveu plantar ele mesmo". São dois canteiros marcados e cercados com barbante e o plantio é agroflorestal com tubérculos, hortaliças e árvores frutíferas. Do outro lado da via, um cavalo-de-pau que descartaram na rua o Tata instalou na calçada em frente à sua casa. Tata é uma figura de referência no bairro, quando nos apresentamos como pesquisadoras de jardins o apontamento é certeiro: "Vocês tem que conversar com o Tata, ele é que é o ambientalista por aqui." Ao lado de sua casa, está o "Bar do Tata" que também é ponto de referência e encontro de moradoras e moradores do São Geraldo. Decidimos então marcar um encontro no bar para conhecer o Tata, que trabalha fora durante o dia e à noite abre as portas do bar, onde vende cerveja e espetinhos, pendura notícias e cartazes de resistência política e se senta à mesa com os amigos. Os casos foram inúmeros e será preciso muitos outros para conhecer as histórias de alguém que há 40 anos está no bairro, habitando e interagindo em seu espaço cotidiano com uma postura de respeito e valorização da natureza.

Tata compartilha lembranças do rio, onde se brincava, pescava e nadava: "voltavam os menino tudo marrom de lama, e no dia seguinte tava lá, tudo dentro do rio de novo". Segundo ele, o Arrudas já era poluído nessa época, ainda que em menor proporção às vezes passavam manchas de esgoto e desviar o corpo delas fazia parte da diversão. Uma moto passa ruidosa e em alta velocidade, desviando nossa atenção da conversa, ao que Tata pontua: "essa rua deveria ter um quebra-molas". Relata ainda que um dia

fez um: pegou uns sacos de linhagem, encheu de terra e colocou atravessando a rua, para ver se as pessoas reduziam ao passar por ali. Funcionou, mas o feito recebeu o apelido de 'quebra-molas do Tata' e ele resolveu tirar. "Quebra-molas do Tata. Se fosse quebra-molas de todo mundo tudo bem, mas quebra-molas do Tata não dá não, né? Aí eu resolvi tirar." Pontuou que sabe que é conhecido na região, e às vezes é preciso recuar em algumas lutas para alcançar outras.

Figura 7: Balanço no jardim de Tata
Fonte: Elaborada pelo autor, 2017

O caso mais emblemático foi o dia em que disseram que iriam cortar os abacateiros próximos a sua casa. O que chegou primeiro foi o rumor, "disseram que iam cortar e arrancar tudo fora". Depois, Tata começou a observar um homem que sempre vinha, acompanhado de um cachorro, caminhar pelas redondezas. Disse que estranhou por não reconhecê-lo. O São Geraldo conserva fortes relações de vizinhança e as pessoas costumam conhecer umas às outras, mesmo que de vista. Passado algum tempo, o vizinho, a quem chamam de "Capitão", alertou que iriam, no dia seguinte cortar as árvores. "Fizemos uma arapuca." Haviam cortado umas mangueiras anteriormente e os trocos ainda não tinham sido recolhidos. Tata e alguns amigos posicionaram os troncos no meio da via de forma a bloquear a passagem dos caminhões que viriam fazer a supressão. Estes estacionaram, e os técnicos então caminharam com uma motosserra, dispostos a fazer o serviço. Chegando aos abacateiros os moradores protestaram e na insuficiência dos pedidos pela permanência dos abacateiros, à época carregados de frutos, a estratégia foi requisitar os pedidos de licença. "Você tem licença para realizar essa poda?", retornaram aos carros e voltaram com a licença. "E a licença da motosserra, vocês tem?" Os responsáveis voltaram aos carros, fizeram ligações e de fato, encontraram a licença: estava em Sete Lagoas, município da região metropolitana de Belo Horizonte, e a essa altura, devido aos atrasos da barricada e da negociação, tornava-se inviável o deslocamento para a obtenção da licença e a execução das operações de corte. Finaliza sorridente: "Taí ó, tudo de pé" e conta que quando é época de abacate distribui aos vizinhos, do tanto de fruta que dá!

A Rua Souza Aguiar se inicia à esquina da Avenida Itaituba, onde está a entrada da Escola Municipal Padre Francisco de Carvalho. O mapeamento apontou presença de área verde e, portanto fomos visitá-la. "Só tem isso aqui", disse o porteiro apontando para os canteiros com palmeiras, algumas plantas floridas e uma única árvore junto ao estacionamento. Continuamos conversando, adentrando o portão em direção à

secretaria onde nos disseram que quem sabia de plantas ali era Seu Geraldo. Esperamos um pouco e logo ele aparece, vestindo uma jaqueta jeans e prontamente desculpando-se pelo atraso.

Passamos o portão e o primeiro que vimos foi uma passarela inteiramente plantada. Ele conta que a passarela estava desativada e, portanto resolveu plantar. Com 20 cm de terra, a passarela demanda uma rega diária. Continuamos a caminhada pela lateral da escola, margeando o pátio central. Seu Geraldo tirou do bolso um bolo de chaves "tem que deixar trancado se não os meninos mexem" e entramos em uma salinha que funciona como depósito e área de descanso dos funcionários. Do outro lado da sala há uma saída para uma grande horta em formato retangular que ele mesmo construiu e hoje cuida. Alguns estão cercados com garrafas pet "pra chuva não arriá a terra do canteiro", trazidas pelas próprias crianças da escola. Seu cargo na escola é de monitor de oficina infantil e em suas atividades faz questão de envolver os alunos com a natureza: "os menino tão tomando uma autoestima com o meio ambiente porque eu explico eles, sabe? Eu falo, se não cês (sic) não vão saber ensinar seus neto o que que é planta". E eles gostam? - perguntamos e o senhor confirma que sim, as crianças de todas as idades ajudam e brincam na horta e de vez em quando perguntam orgulhosas ao notar uma muda que cresceu: "é aquilo que nós ajudamos a plantar, Seu Geraldo?".

Figura 8: Seu Geraldo e o jardim
Fonte: elaborada pelo autor, 2018

Essa relação pessoas-natureza se estende aos pais dos alunos, funcionários e professores da escola, à vizinhança que entram para conhecer e passear pelo jardim. Também vêm pedir conselhos ao Seu Geraldo sobre suas próprias plantas e assim ele já fez muitos amigos: "eu gosto de explicar comé que faz, comé que não faz". Fala ainda dos jardins da Souza Aguiar, "eles tão enchendo de planta ali na beirada da rua. Eu acho isso legal, mostra que tem quem cuida".

Era tamanha a infinidade de plantas e saberes que era difícil falar de uma só e propusemos então que nos assentássemos para conversar e anotar algumas coisas. Ficamos surpresas com a sugestão de São Geraldo de sentar mais adiante que, saindo pelo fundo da horta nos apresentou mais um espaço. O barranco ao lado da construção estava todo plantado, com pés de chuchu, quiabo, carambola. Foi ali que aprendemos a

diferenciar a taioba do inhame, "a taioba não fecha o inhame é fechado e mais redondo". Entre a quadra e a continuidade sem fim de um jardim que toma forma em toda a área permeável do terreno da escola nos sentamos para conversar. Seu Geraldo acendeu um cigarro e contou estar adorando nosso momento juntos. "A mamãe falava comigo que eu comi bosta de papagaio quando eu era pequeno. Nunca vi falador". E a prosa seguiu calma e risonha.

"É porque desde menino, né? Eu via mamãe mexendo com aquilo. Eu era a companhia dela e quando eu via o que plantava crescer aquilo me dava uma alegria no coração. E isso aqui é uma terapia que eu faço também." Com 71 anos, Geraldo nasceu na Rua Potomaio no Bairro São Geraldo, mas nem sempre morou ali, viajou muito pelo interior de Minas e do Brasil e morou um tempo no Ceará, onde estudou durante um ano na escola de agronomia. Hoje, mora na mesma casa onde nasceu e não moraria em outro lugar. Perguntamos como era o espaço antes e ele logo responde, era "só mato, só capim". Aos poucos, foi limpando o terreno, "eu meti a enxada, a terra". Reforça que a capina deve ser feita com frequência e é ele mesmo quem faz, amarra uma corda na cintura e a outra ponta no alto da grade de ferro que cerca e vai andando "que aí se escorregar não tem perigo". Relata que um dia, em que estava de licença por conta de uma sinusite, a prefeitura foi fazer a manutenção do espaço e cortou uma quantidade enorme de pés de manga. "Eu falei, cês podeixar que eu mesmo limpo com a enxada". É quando conta da maior dificuldade que o ato de cultivar se mostra modo de vida: "olha, a maior dificuldade é que cê não pode bubiá. Tem que rancá capim todo dia. Hoje mesmo eu já capinei. A menina outro dia falou pra mim: cê tem mão boa. Num tem esse negócio de mão boa não, tem que plantar e cuidar."

O jardineiro deixa dicas: "Eu molho por gravidade [de cima para baixo, regando as folhas] porque se molhar direto ela [a terra] tá toda compacta, empoça." Também faz compostagem, separa a comida e coloca apenas cascas de legumes e restos de folha, serragem e terra e "vai molhando e ribulhando igual massa de pedreiro". Para aplicar o biofertilizante conta que é preciso esperar 4 meses, "tem que deixar curtir, senão ela queima a planta." Sobre as mudas, "um bocado vem da prefeitura, um bocado eu mesmo faço. O Nilson também compra muda perto do instituto agronômico. Às vezes ele paga do dinheiro dele." O Nilson é o diretor da Escola e amigo querido de Seu Geraldo, e é quem cuida dos jardins na instância burocrática, junto à prefeitura, é ele quem "vai no computador comunica com o rapaz." Essa amizade também garante que ele leve para casa, onde mora com o filho, verduras e hortaliças para suas refeições. "Verdura de comer eu levo daqui. Boto dentro da sacola, é só eu e meu menino. Sabendo que não tem veneno e é de graça dá até mais gosto de comer verdura. Levo mais taioba, que os menino não come. Pra não atrapalhar a merenda deles".

O trabalho na escola é de segunda a sexta, mas Seu Geraldo conta que também aos sábados costuma ir ao local, para cuidar do jardim, "pra não deixar elas pedecê, eu venho quebrar o galho delas. O dia de domingo que eu não venho cá eu sinto falta daqui, de ficar andando aqui no meio." A relação com o jardim se estende também para além das plantas. Enquanto caminhávamos ele assobiava e dizia "se você visse a quantidade de passarinho que tem aí. Eu gasto do meu bolso, é dois quilos de canjiquinha por semana." Conta outro caso, "outro dia o macaco roubou meu boné! Subiu, levou lá pro outro lado. A moça comentou: Ô Seu Geraldo, o senhor deixou o macaco te assaltar? sorri e falei: Mas macaco é assim mesmo, cê já viu, né?"

Ao nos despedirmos, agradecemos o encontro agradável e as tantas histórias e saberes compartilhados. Humilde, Seu Geraldo agradece: "A única coisa que eu não aprendi foi escrever direito. Mas tem uma coisa, ano passado eu formei no fundamental aqui. Sorridente fala que um dia lhe perguntaram "Por que cê não

estuda? Aí eu falei, então vamo!" Por fim, diz gostar de todas as plantas mas conserva um carinho especial pelas "frutesas" porque elas rendem muito. "Às vezes eu pego um balde cheio e levo pra fazer suco pra criançada."

Ao fim da Souza Aguiar um viaduto sobre a linha férrea marca os limites entre os bairros São Geraldo e Caetano Furquim. A via constitui uma barreira geográfica que sintomaticamente interrompe a narrativa dos jardins, estipulando para bairro limítrofe uma distinta configuração espacial. Nesse ponto, a relação de pertencimento dos moradores também é outra.

Seu Geraldo mora justamente nessa transição e embora se reconheça morador do bairro vizinho sua história carrega a herança de uma subjetividade que ainda resiste às alterações físico-espaciais do desenvolvimento urbano. Sua casa está nos fundos de um estabelecimento que funciona como bar e armazém. Ali, Seu Geraldo mora sozinho entre lembranças, quadros com retratos de familiares estampam as paredes que parecem contar de uma história que já não é mais. Nossa conversa a todo tempo escapou aos jardins, num alento nos tornamos ouvido para alguém que ansiava por compartilhar a luta diária de viver a vida.

Figura 9: Seu Geraldo na calçada em frente à sua casa
Fonte: Elaborada pelo autor, 2018

Aposentado, o senhor de 80 anos nos conta de quando sua esposa e filhos partiram em regresso ao interior, do acúmulo de louças na pia e a falta de gosto pra lavar e das dificuldades em elucidar um aviso de recálculo em seu benefício de aposentadoria. Conta, que sua vida de idoso agora é isso, e assim vai levando, cuida da casa, do bar e da pracinha. Na calçada em frente, o espaço residual da transposição do trem era menor e foi preciso alargar o passeio para criar uma pequena praça onde as pessoas costumam parar para conversar e descansar. A experiência é convidativa, pois o espaço conta com grandes árvores, estando quatro delas protegidas por um canteiro de tijolos e pedra que preservam e formam bancos. O lugar é um ponto de referência para quem mora por ali e para Seu Geraldo seu significado é ainda maior: foi seu pai quem plantou aquelas árvores quando ainda era vivo, "uma árvore para cada filho".

DO MUNDO DOS JARDINS

As conclusões aqui apresentadas não são entendidas como finais e sim como apontamentos e aberturas de horizontes de discussão para o trabalho em curso.

O Mapeamento Afetivo que está sendo realizado lança um outro olhar para a cidade e para os jardins como elementos produtores de territorialidades potentes, possibilidades para a cidade que está fora das cartografias hegemônicas. Ao invés de enxergar a estrutura ou a dinâmica viária, buscou-se descobrir quem são os atores da rede dos Jardins, quais são as suas relações e as potências daquele espaço produzido.

A paisagem de fronteira da Rua Souza Aguiar favorece as ações e as territorialidades construídas no espaço dos jardins públicos, comuns. Mesmo que não haja uma articulação de construção conjunta do espaço, o mesmo se constrói como território comum cuidado hora por indivíduos, ora por um pequeno grupo, mas principalmente, usado por todos. A conservação e o uso desse espaço nos apontam que quando a iniciativa de cultivar um jardim na cidade parte de um indivíduo ou grupo, surge uma relação de vigilância e responsabilidade que dispensa qualquer regulamentação pública. Os cultivos domésticos produzem uma relação forte hora íntima, hora pública.

Nessas novas territorialidades os jardins se apresentam como elementos capazes de estabelecer uma relação territorial pessoas natureza e principalmente, um meio experimentado por aqueles que o constroem e compartilham. Foram descobertos nos jardins urbanos uma das possíveis estratégias de fortalecimento da relação pessoas natureza, da organização popular, da produção autônoma do espaço. Muitas ações representam uma ação política no espaço construída a partir da articulação entre ações cotidianas e também como resistência.

O mundo dos jardins até agora mapeado no bairro São Geraldo nos fala de uma construção cotidiana da cidade que se desenvolve entre humanos e não-humanos a despeito do poder público e de interesses econômicos hegemônicos e de uma separação ontológica. Eles são lugares de resistência onde é o afeto, junto com as relações cotidianas, que sustentam a territorialidade criada e une humanos e não-humanos.

REFERÊNCIAS:

CLÉMENT, Gilles. **Gardens of Resistance**. Disponível em: <http://www.gillesclement.com/fichiers/_jardinresistance_68614_Gardens-of-Resistance-English-version>. Acesso em: jan. 2018.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. Posfácio de Daniel Defert. [tradução Salma Tannus Muchail]. São Paulo: n-1 Edições, 2013a.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1998.

GEIGER, Anna Bella. **Anna Bella Geiger – Territórios, Passagens, Situações**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HARLEY, John Brian. **Deconstructing the map**. In: BARNES, Trevor; DUNCAN, James S. (Orgs.). **Writing worlds:** Discourse, text and metaphor in the representation of landscape. New York: Routledge, 1992, p. 231-247.

HERZOG, Cecília Palacow. **Cidade para todos: reaprendendo a conviver com a natureza**. Rio de Janeiro: Mauad X: Inverde, 2013.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**. Bauru, SP: EDUSC/ Salvador, BA: EDUFBA, 2012.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**, Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013

MARQUEZ, Renata Moreira. **Geografias portáteis: arte e conhecimento espacial**. 2009. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências, UFMG. Belo Horizonte.

MONGIN, Olivier. **Les jardins front la ville**. Rio de Janeiro: Fundação Total, 2013.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental, Transformações contemporâneas do desejo**, Editora Estação Liberdade, São Paulo, 1989.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Gramática do Tempo**. Para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

V enanparq
Salvador - 2018

CIUDAD ABIERTA: UMA PAISAGEM VIVENCIADA

CIUDAD ABIERTA: AN EXPERIENCED LANDSCAPE

CIUDAD ABIERTA: UN PAISAJE VIVENCIADO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

MEURER, Clara Machado.
Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo FAU USP. Pesquisadora Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP) FAU USP. Mestre em Arquitetura Paisagística PROURB UFRJ. Arquiteta e paisagista. clarameurer@usp.br

SANDEVILLE JR, Euler
Professor associado da Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Coordenador do Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP) FAU USP (http://nep.arq.br), Vice-Coordenador da Área de Concentração Paisagem e Ambiente, Arquiteto, Arte educador, Mestre e Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Especialização em Ecologia, Livre Docente em Arquitetura e Urbanismo. euler@usp.br

CIUDAD ABIERTA: UMA PAISAGEM VIVENCIADA

CIUDAD ABIERTA: AN EXPERIENCED LANDSCAPE

CIUDAD ABIERTA: UN PAISAJE VIVENCIADO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
O artigo apresenta uma discussão sobre a experiência de ensino da Escola de Arquitetura e Design da *Pontificia Universidad Catolica de Valparaíso* (PUCV, Valparaíso, Chile) tendo como foco principal seu campus experimental *Ciudad Abierta*, que foi criado a partir da proposta de unir ensino, trabalho e vida, e mantém-se ativo de 1970 até a atualidade. Propõe-se uma ampla análise dos aspectos que compõem a experiência, através de suas territorialidades, temporalidades e múltiplas dinâmicas presentes em sua vivência, visando estabelecer um diálogo com a conceituação de paisagem na atualidade.
PALAVRAS-CHAVE: *Paisagem; Experiência; Ensino de Arquitetura.*

ABSTRACT:
The article presents a discussion about the teaching experience of Escola de Arquitetura e Design da *Pontificia Universidad Catolica de Valparaíso* (PUCV, Valparaíso, Chile), focusing mainly in its experimental campus *Ciudad Abierta*, created with the purpose to unite teaching, living and working in a single place, and active from 1970 to nowadays. It's proposed a broad analysis of the aspects that compose the experience, by its territorialities, temporalities and multiples dynamics, aiming to establish a dialogue with the current conceptualization of landscape.
KEYWORDS: *Landscape, Experience; Architectural Teaching.*

RESUMEN:
El articulo presenta una discusión sobre la experiencia de enseñanza de la Escuela de Arquitectura y Diseño de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso (PUCV, Valparaíso, Chile), manteniendo como foco principal su campus experimental *Ciudad Abierta*, que fue creado a partir de la propuesta de unir enseñanza, trabajo y vida y se mantiene activo desde 1970 hasta la actualidad. Se propone una amplia análisis de los aspectos que componen la experiencia, a través de sus territorialidades, temporalidades y de las múltiples dinámicas presentes en su vivencia, visando establecer un diálogo con la conceptualización de paisaje en la actualidad.
PALABRAS-CLAVE*: Paisaje; Experiencia; Enseñanza de Arquitetura.*

APRESENTAÇÃO

A Escola de Arquitetura e Design da *Pontificia Universidad Catolica de Valparaíso* (PUCV, Valparaíso, Chile) em suas relações profundas do ensino com a Paisagem e com a sensibilidade artística na formação dos arquitetos configura uma manifestação de grande singularidade no contexto latino-americano a par de uma ousadia experimental, conceitual, poética no processo de formação que também é crítica e criativa em relação a esse contexto em que se propõe. A partir das temáticas relativas aos métodos de ensino e aos processos de criação dentro do ambiente das Escolas de Arquitetura, convida-se a uma reflexão sobre como vem se concebendo o papel das disciplinas artísticas nos currículos atuais – e mais ainda, das relações do campo artístico com o próprio campo de formação do arquiteto.

As discussões apresentadas também apresentam temas de inserção no universo de investigações do Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP)[1], do qual os autores fazem parte, no que concerne as discussões sobre o conceito de paisagem por um lado como um fato cultural e social, mas também em suas dimensões poéticas e existenciais, da memória e do vivido. O NEP se estrutura em duas linhas de pesquisa que se relacionam, uma de *Processos Colaborativos e Ações Educativas na Paisagem* e uma de estudos em *História da Cultura e da Paisagem: Representações e Poéticas,* à qual esta pesquisa mais diretamente se vincula.

Com relação às informações específicas ao estudo de caso levantado, o trabalho apresenta considerações parciais da pesquisa intitulada *Palavra Vivenciada, Palavra Construída. Poética e criação em Arquitetura a partir de uma experiência latino-americana*, que se encontra em desenvolvimento por Clara Meurer no Programa de Doutorado em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo FAU USP, sob orientação do prof. Dr. Euler Sandeville Jr.

Ao longo do artigo, desejou-se discutir a representatividade do objeto de análise ao ser inserido na classificação apresentada - paisagem vivenciada, a partir de uma análise da trajetória de formação e dos elementos que compõem a experiência analisada. O trabalho apresenta como ponto de partida a descrição das territorialidades e temporalidades que compõem a experiência acadêmica para, em seguida, voltar um olhar atento aos elementos que compõem a *Ciudad Abierta* – campus de experimentação em Arquitetura e Design utilizado pela Escola de Arquitetura e Design da *Pontificia Universidad Catolica de Valparaíso* – e inter-relações expressas em sua paisagem.

[1] O NEP (Núcleo de Estudos da Paisagem) foi criado em 2003 pelo Professor Dr. Euler Sandeville Jr. a partir dos princípios da Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento (2002) e da proposição de compreensão da paisagem não apenas como visualidade, mas construção social e partilha de experiências. Tem como objeto fundamental estudos da cidade, da natureza e da cultura. É pensado na perspectiva de um esforço colaborativo e interdisciplinar de trabalho (pesquisa, ação, reflexão, aprendizagem). Atualmente atua segundo duas linhas principais de trabalho: *História da Cultura e da Paisagem: Representações e Poéticas;* e *Processos Colaborativos e Ações Educativas.* São realizados encontros quinzenais no edifício sede da FAU USP. Informações sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo, assim como o cronograma das reuniões do Grupo de Estudos, podem ser encontrados no site **http://nep.arq.br**.

TERRITORIALIDADES E TEMPORALIDADES

Como sistematizar enquanto objeto de análise uma experiência vivenciada? Devido à complexidade do tema tratado, a compreensão dos processos e das variáveis que interagem na experiência de ensino, assim como das relações dinâmicas e dos percursos estabelecidos, é considerada um empenho em constante (re)construção. O que impõe inevitáveis recortes e seleções. Assim, foram analisadas as territorialidades e temporalidades que caracterizam a experiência para, em seguida, propor um diálogo entre o conceito de paisagem vivenciada e os diferentes elementos, atores e relações que compõem a *Ciudad Abierta.*

Dentre os métodos de aproximação à experiência acadêmica, foram consultados pesquisadores internos (CÁRAVES SILVA, 2007; JOLLY MONGE, 2011; ESPOSITO G., 2011; REYES GIL, 2017) e externos à Escola (PENDLETTON-JULLIAN, 1996; COLOMINA ET AL, 2012; AMORIM, 2013; DEL RIO, 2015; DESSA, 2012; JEGUNDO, 2014 e SOBREIRA, 2016), além de um estudo das publicações que compõem a Bibliografia Fundamental da Escola e discutem os temas tratados em sua filosofia aplicada. Também foram realizadas visitas aos campi de atuação da Escola e períodos de acompanhamento de parte das atividades que compõem o currículo acadêmico. Diante dessas primeiras aproximações, foi possível construir uma imagem que reúne características não apenas de uma experiência de ensino, mas também de comunidade, que será analisada ao longo deste artigo.

A escola de Arquitetura e Design da *Pontificia Universidad Catolica de Valparaíso* (PUCV, Valparaíso, Chile) está sediada na região central do país (Figura 01), na cidade costeira de Valparaíso, no Chile, situada a 127 km de distância da capital Santiago do Chile. A comuna de Valparaíso conserva, na atualidade, caraterísticas de sua origem portuária assim como o traçado urbanístico original de sua área central, além de ser reconhecida como um dos polos culturais e turísticos do país.

A província de Valparaíso tem 729.371 habitantes (Censo 2012) e é composta por sete comunas: Casablanca, Concón, Juan Fernández, Puchuncaví, Quintero, Viña del Mar e Valparaíso, que assume função administrativa de capital. A seguir, é possível visualizar sua inserção na Região de Valparaíso (Figura 2), que abarca as províncias de La Ligua, San Felipe, Los Andes, Quillota, San Antonio e Valparaíso.

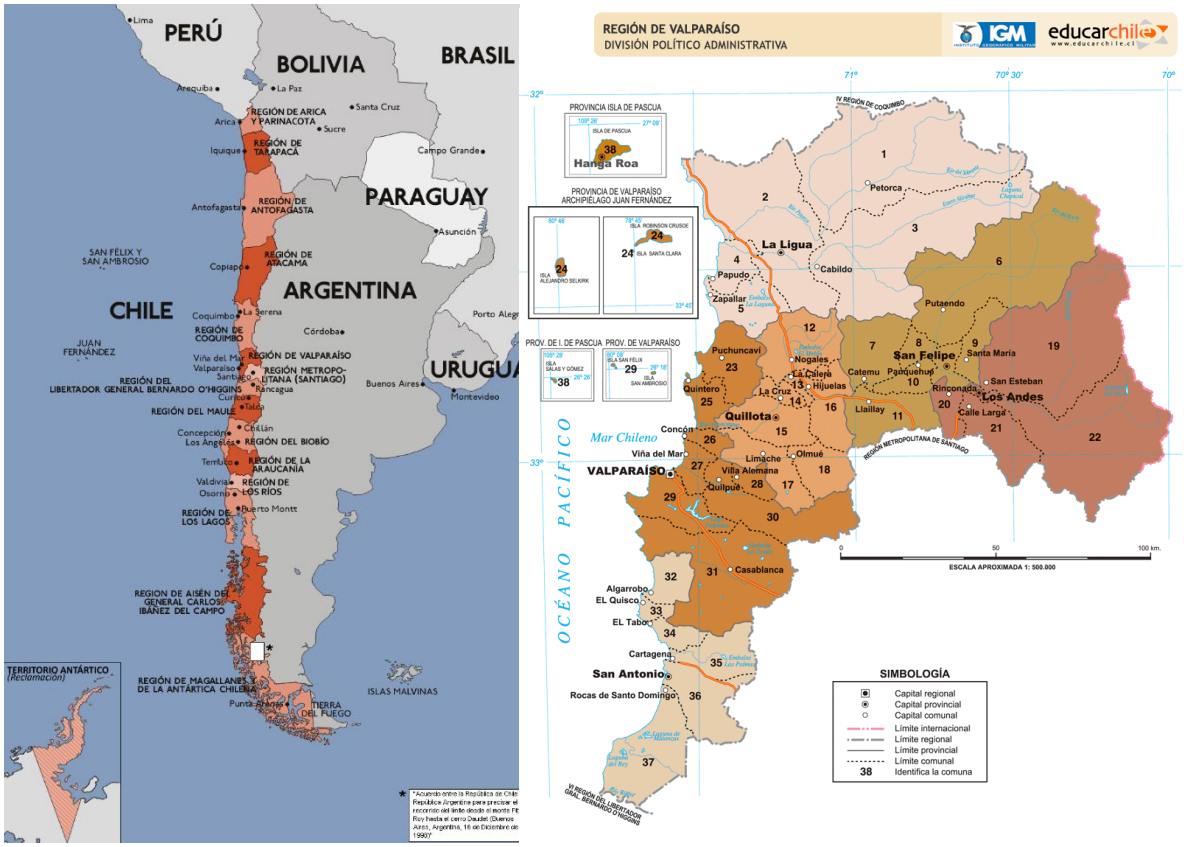


Figura 01 Mapa administrativo de Chile com a Região de Valparaíso destacada.
Fonte: www.jornaldasavesepeixes.net. Acesso realizado em 12/12/2017.
Figura 02 Mapa da Região de Valparaíso, apresentando a numeração dos estados.
Fonte: http://ww2.educarchile.cl/Userfiles/P0001/Image/CR_Imagen/Mapas%20IGM/5ta_region/5_division_politico_administr.gif Acesso realizado em 12/12/2017.

Atualmente a província apresenta alta concentração de serviços voltados para o turismo e lazer, atraídos pela zona de preservação patrimonial da comuna de Valparaíso e por outras atividades, como o Cassino em *Viña del Mar* e as regiões costeiras em *Concón*. Destaca-se, ainda, a alta concentração de instituições de ensino na comuna de Valparaíso, que atraem uma grande quantidade de estudantes provenientes de diferentes regiões chilenas e contribuem para que a cidade apresente características próprias das cidades universitárias em sua dinâmica urbana.

A sede da Escola de Arquitetura e Design da *Pontificia Universidad Catolica de Valparaíso* está localizada na comuna da *Viña del Mar* e ocupa um edifício independente dos demais cursos da universidade. No entanto, as práticas de ensino da Escola não ocorrem apenas neste edifício, mas distribuídas entre dois campi distintos. A compreensão desta dinâmica de distribuição das atividades acadêmicas é de grande importância no contexto da experiência analisada.

Na Figura 03 é possível visualizar uma imagem de satélite da região costeira de Valparaíso, na qual foram assinaladas as duas áreas de atuação da Escola: a *Ciudad Abierta*, localizada na região de *Ritoque*, e o edifício-sede da Escola, localizado em *Viña del Mar.* A título de referência, foi também marcada a região do plano de Valparaíso, que compõe a região tombada como Patrimônio da Humanidade da Unesco, desde 2003.

Figura 03 Província de Valparaíso, com pontos de interesse sinalizados.
Fonte: Imagem de Google Earth modificado pela autora.

Os dois campi estão localizados a uma distância de 25 km entre eles e estão inseridos em contextos urbanos com características extremamente distintas. A maior parte das atividades acadêmicas e institucionais ocorre no edifício que pertence à *Pontificia Universidad Catolica de Valparaíso,* localizado em *Viña del Mar.* O edifício-sede da Escola encontra-se em uma zona urbana de fácil acesso e abriga a maior parte das atividades acadêmicas, além da divisão administrativa da Escola. O local possui salas de aula e auditórios, cafeteria, pátios, salas de reuniões e a biblioteca, estrutura que permite que sejam realizadas disciplinas teóricas, seminários, oficinas de projeto e laboratórios, além de oferecer toda a infraestrutura de apoio acadêmico necessária.

Já o campus externo, a *Ciudad Abierta,* está localizado nos limites da área urbana (comuna de *Quintero*) e circundado por loteamentos rurais, residências de veraneio (próximas às praias da comuna de Concón) e atividades de lazer, como haras e clubes. O acesso ao local é realizado por ônibus e veículos particulares através da rodovia principal existente. Exceto durante festas e celebrações, a entrada no campus tem acesso restrito aos moradores, alunos e professores, além de eventuais convidados.

O campus experimental abriga parte das disciplinas cujo foco principal está relacionado ao debate e compreensão da filosofia da Escola, assim como atividades práticas em que o aprendizado ocorre através da construção de projetos coletivamente. Este campus aberto vem sendo utilizado desde 1970, data de sua aquisição, como laboratório pelos professores e alunos para construção e experimentação em Arquitetura e Design. Para estudantes e professores da Escola, o local atua como uma extensão física do ambiente estudantil, no qual são realizados exercícios de projeto e construção e disciplinas em que são discutidas as bases da teoria aplicada na Escola. Nesse sentido, *a Ciudad Abierta* figura como uma extensão das salas de aula em que o exercício de inserção da poética como instrumento no processo de criação é trabalhada ao ar livre e em comunhão com a paisagem do local.

As atividades acadêmicas se distribuem entre as duas localidades durante a maior parte do ano letivo, exceto no período de travessias[2] - viagens de estudo realizadas anualmente pela comunidade acadêmica. A *Ciudad Abierta*, no entanto, abriga um conjunto de atividades que ultrapassam a atuação como campus acadêmico e espaço de experimentação em Arte e Arquitetura. A evolução deste espaço desde sua fundação até a atualidade percorreu uma trajetória de sobreposição entre diferentes atividades e demandas, que passaram a incluir um conjunto de obras de Arquitetura; uma comunidade de artistas, arquitetos e familiares que as habitam e, progressivamente, uma dinâmica de atividades independentes que ampliaram sua atuação. Atualmente, além das atividades da comunidade de professores e alunos regulares a *Ciudad Abierta* recebe pesquisadores de diversos países do mundo em períodos de estudo, em busca de contato com a metodologia e, inclusive, propondo novos projetos.

A fundação da instituição *Pontificia Universidad Catolica de Valparaíso* ocorreu em 1928, passando naquele momento a ocupar o posto de quarta universidade a ser criada no país (e a primeira na região de Valparaíso). No momento de sua fundação a universidade oferecia duas carreiras de formação principais: Ciências Aplicadas e Matemáticas, e Ciências Econômicas e Comercio. A instituição passa por um processo de expansão curricular em suas primeiras décadas de atuação, que inclui novos cursos. Dentre estes novos cursos oferecidos é fundada a Escola de Arquitetura, em 1937. Durante esta primeira fase de atuação a Escola de Valparaíso segue o modelo predominante à época, que mantinha uma proximidade com a Engenharia Civil (compartilhando alguns cursos) e utilizava da abordagem de ensino segundo modelo *Beaux-Arts.*

Durante as primeiras décadas do século XX os alunos das universidades chilenas começam a ter contato com as discussões sobre Arquitetura Moderna na Europa e iniciam movimentos para promover reformas curriculares no ensino do país. As reformas desejavam introduzir disciplinas de teoria e uma maior presença da abstração no ensino de Arquitetura, motivadas principalmente pelas ideias artísticas e pelas personalidades que integravam o Movimento Moderno. São realizadas tentativas de reforma nos anos de 1929, 1933 e 1934.

Em 1944 é conquistada a separação da Faculdade de Arquitetura da Faculdade de Ciências Físicas e Matemáticas na Universidade Chile. Em 1952 são concretizadas as primeiras reformas na *Pontificia Universidad Catolica de Valparaiso*, a partir da proposta dos reitores Padre Jorge González Förster y Padre Hernán Larraín Acuña de promover uma reestruturação curricular da Escola de Arquitetura preexistente. Para promover a reestruturação prevista, Jorge Förster irá convidar para assumir a coordenação da Escola de Arquitetura um professor que havia alcançado reconhecimento em Santiago pela utilização de metodologias inovadoras de ensino: o arquiteto e então professor da Universidade Católica de Chile, Alberto Cruz Covarrubias.

[2] As travessias são viagens realizadas anualmente na primavera com grupos de professores e alunos, em sua maioria percorrendo o território da América do Sul. As travessias possuem um destino final, porém valorizam as experiências vivenciadas no caminho, e representam um elemento de grande importância na proposta acadêmica desta escola chilena. Os locais de destino final das travessias geralmente recebem um regalo (presente) para a comunidade (em alguns casos, uma obra construída ou outro tipo de manifestação de gratidão pela hospitalidade recebida). Elas têm como objeto compartilhar das vivências e ampliar o conhecimento do que é “ser americano”.

É possível afirmar que a experiência de ensino estudada teve início a partir da chegada do arquiteto chileno Alberto Cruz Covarrubias (1917-2013) na *Pontificia Universidad Catolica de Valparaiso*. Logo após ter-se graduado, em 1939, pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Católica do Chile (em Santiago), Cruz é convidado a trabalhar como professor ajudante da Oficina de Composição Decorativa da mesma universidade. Nesta primeira experiência, o arquiteto começa a desenvolver o esboço do que seria o seu método, a partir da elaboração de exercícios relacionados ao estudo da forma. [3]

Alberto Cruz permaneceu trabalhando na Universidade Católica do Chile em Santiago, expandindo o âmbito de sua atuação e progressivamente ganhando certo reconhecimento. Ao final desta primeira década de atuação, Cruz reunia em torno de si um grupo de profissionais (arquitetos, artistas e ex-alunos) que tinham interesse em compartilhar um ambiente ativo de discussões sobre os conceitos e paradigmas que norteavam a arquitetura. Alguns dos profissionais que faziam parte desse grupo eram Francisco Méndez, Miguel Eyquem, Jaime Bellalta, Fábio Cruz Prieto, José Vial Armstrong e Arturo Baeza.

Em 1950, Alberto Cruz irá conhecer o poeta argentino Godofredo Iommi, a partir de uma colaboração de trabalho. O diálogo iniciado entre os dois profissionais daria origem à proposta de conjugar as linguagens da arquitetura e poesia na criação e no ensino, que seria desenvolvida ao longo da atuação acadêmica conjunta, nos anos posteriores.

> Alberto Cruz desenvolveu um interesse na possível relação das duas disciplinas (arquitetura e poesia), pois a poesia seria capaz de explorar o campo intuitivo e imaginativo do indivíduo e possivelmente, atingir uma compreensão da essência da Arquitetura. (AMORIM, 2013, p. 31).

Godofredo Iommi Marini (1917-2011) se transfere da Argentina para o Chile após ter iniciado uma trajetória dedicada ao fazer poético. Em 1938, havia fundado uma aliança poética que recebe o nome de *La Santa Hermandad de la Orquídea*, junto a um grupo de artistas (Gerardo Mello Mourão, Abdias do Nascimento, Efrain Bo, Raul Young e Napoleón Lopez[4]). Em 1941, o grupo realizou uma viagem para o Amazonas que, à época, apresentou inúmeras dificuldades durante sua realização. No entanto, a realização desta primeira viagem de reconhecimento da América do Sul e as viagens que viriam em seguida, já como integrante do grupo chileno de Alberto Cruz, sinalizam o início de uma prática que se tornaria um dos elementos de grande singularidade na metodologia da Escola: as travessias.

Dessa forma, quando o arquiteto Alberto Cruz é convidado em 1952 para assumir a coordenação de uma nova proposta para Escola de Arquitetura da *Pontificia Universidad Catolica de Valparaiso*, aceitou a posição mediante a contratação de todo o grupo de profissionais com quem esteve trabalhando na capital chilena, estando entre eles o poeta Godofredo Iommi. A partir de 1952 o grupo se instalou em Valparaíso e iniciou os trabalhos na nova Escola, criando o que foi chamado de Instituto de Arquitetura: um núcleo de discussões

[3] A informações sobre a atuação do arquiteto do início de sua carreira foram levantadas no documentário "Maestros de la forma y del Espacio", de 2015. O documentário encontra-se disponível online no endereço https://www.youtube.com/watch?v=atC1sn6jAP8. Consulta realizada em 22/05/2018.

[4] O brasileiro Gerardo Majella Mello Mourão (1917 —2007) foi um poeta, ficcionista, jornalista, tradutor, ensaísta e biógrafo brasileiro. O brasileiro Abdias do Nascimento (1914 —2011) foi um poeta, ator, escritor, dramaturgo, artista plástico, professor universitário, político e ativista dos direitos civis e humanos das populações negras. Godofredo Iommi e o escultor Claudio Girola publicam, 1981, *o Tratado de la Santa Hermandad de la Orquídea*, desenvolvido em linguagem poética. Disponível para consulta em http://www.ead.pucv.cl/index.pdp/tratado_de_la_santa_hermandad_orquidea. Acesso em 12/01/2018.

sobre o caráter da profissão, sobre a figura do arquiteto e sobre o fazer arquitetônico latino-americanos. A partir deste ano o Instituto começa a desenvolver as bases de uma nova metodologia de ensino que viria a ser aplicada na Escola, cujo elo de ligação entre as diferentes frentes de atuação seria a poética.

A transformação dos exercícios utilizados a partir de 1952 para as práticas observadas na atualidade ocorreu progressivamente, a partir da incorporação de novas ideias e da ampliação dos grupos de professores e alunos que se interessavam pela abordagem da Escola. Ao final da década de 1960 o grupo havia se expandido de nove para trinta participantes. Segundo Amorim (2013), Alberto Cruz buscava como contribuição principal para a renovação do ensino de Arquitetura o desenvolvimento de métodos que explorassem a intuição dos alunos no desenho de projeto. Nesse sentido os alunos ingressantes no primeiro ano eram estimulados a descobrir uma relação mais íntima com os fenômenos, conforme afirma Pendletton-Jullian (1996, p.33):

> Para essa descoberta era necessário ir à cidade, viajar através dela, lê-la, ver como o espaço compreende e abarca estes atos de vida, como ele os acomoda, acumula e articula estes gestos. [...] A observação é realizada através do desenho. Croquis rápidos que ultrapassam a análise intelectual ou o gosto, que permitem o olho enxergar através do gesto da recordação, eram e são fundamentais. Eles são uma ferramenta de análise intuitiva e uma forma de descobrir o sujeito assim como o objeto.

Durante os primeiros anos de atuação na Escola em Valparaíso, a Escola não possuía salas ou estúdios formais. Todo o trabalho era desenvolvido fora das instalações da Escola e os professores realizavam encontros semanais com os alunos. Em um dos exercícios propostos, na primeira semana de aulas os alunos recebiam uma fotografia de um edifício existente na cidade de Valparaíso, que deveria ser encontrado. Cada aluno recebia um edifício diferente e deveria registrar, durante o semestre, os acontecimentos e percursos realizados durante a busca do conteúdo da fotografia. Segundo Pendletton-Jullian (1996, p.36):

> A busca na cidade a partir de um viés fenomenológico e poético proporcionava um ponto de início para cada estudante. [...] Ao final do primeiro semestre alguns alunos optariam por continuar cursando Arquitetura enquanto outros, devido às suas experiências, se tornariam poetas, músicos, escultores ou matemáticos.

Estes exercícios funcionavam como propostas iniciais de aproximação dos alunos à paisagem urbana de Valparaíso e a transposição de suas experiências para a linguagem gráfica. Neste primeiro momento os alunos eram incentivados a utilizar de técnicas de desenhos de observação associadas a anotações, e realizar seus registros em cadernos de campo, que recebiam o nome de *bitácoras*. Estas anotações já sinalizavam a inserção da palavra poética na construção metodológica da Escola que, posteriormente, passaria a ser complementada pelos atos poéticos.

Os atos poéticos trabalhados na Escola tinham como inspiração os atos realizados pelos artistas surrealistas, e tinham como objetivo propiciar interpretações intuitivas dos espaços e das experiências. Em alguns casos, os alunos eram incentivados a recitar seus próprios poemas nas ruas e atuar no cotidiano da cidade como promotores da poesia. Rapidamente estes exercícios da Escola de Arquitetura ganharam novas proporções e passaram a conformar pequenos recitais, performances, leituras de poesia em grupos e até torneios entre os estudantes.

Enquanto Alberto Cruz desenvolvia a metodologia aplicada nas salas de aula, Iommi atuava em outras frentes de importância na composição desta experiência acadêmica. De 1965 a 1979, pequenos grupos formados pelos professores da Escola realizariam sete viagens através do continente americano, que foram reconhecidas posteriormente como *proto-travessias*. Estas proto-travessias apresentaram como destinos de viagens o estado do Amazonas (BR), em 1941; Santa Cruz de la Sierra (BO) em 1968; Vancouver (CAN) em 1969; Argentina em 1977; Grécia em 1978; e o Deserto de Atacama (CL) em 1979; além da Travessia de Amereida, de 1965, que cruza 47 localidades da América do Sul.

Essas viagens podem ser vistas como as primeiras experiências de reconhecimento da paisagem americana através da poesia, através das quais o grupo do Instituto de Arquitetura pôde estudar a prática e sua possível inclusão como metodologia da Escola. Dentre as *proto-travessias* realizadas tem destaque reconhecido a Travessia de Amereida, realizada em 1965.

> entre simulacros y fantasmas las gentes de américa sólo imitamos
> ¿no es preferible –un momento– resistir con el instinto a la nostalgia?
> (IOMMI ET AL, 1967, p.11)

> los actuales soñamos en un largo idioma luso-castellano en países que no alcanzan a ser naciones en razas múltiples aún tanteándose y nos decimos americanos la presencia y el nombre – esta nuestra presencia y nuestro nombre– se desprenden de europa
> (IOMMI ET AL, 1967, p.13)[5]

A Travessia de Amereida é a primeira realizada após a instalação do grupo em Valparaíso e apresenta forte caráter simbólico quanto a definição da filosofia da Escola. Para Pendletton-Jullian (1996), este período caracteriza uma fase-manifesto na atuação do grupo. Segundo Iommi (1982), a proposta pela realização da primeira saída em travessia pela América do Sul se relacionava a uma necessidade inegável do homem americano de conhecer suas origens. Esse processo de reconhecimento era proposto através da poesia, que seria capaz de revelar características que a linguagem cotidiana, o olhar ou o sentir não seriam capazes de expressar.

O grupo toma como ponto de partida a compreensão de que o processo de fundação da América, a partir da colonização, havia ocorrido sem reconhecer o verdadeiro potencial de seu território – visto que tinham como objetivo inicial traçar novas rotas para as Índias. Segundo a filosofia de Amereida este engano inicial nunca teria sido ultrapassado e teria influenciado a forma como foram estabelecidas as relações de exploração, por parte dos colonizadores, sobre a cultura dos povos originários e dos territórios costeiros. Para o grupo, todo o território interior da América do Sul mantinha pendente sua descoberta – que representaria reconhecer a verdade contida nestas paisagens. Este território interior do continente é simbolizado como uma presença tanto geográfica quanto conceitual, e passa a ser chamado pelo grupo de "mar interior de Amereida". Segundo Pendletton-Jullian (1996, p. 47), o conceito do mar interior:

> Possui uma existência dual no poema[6], tanto como uma metáfora para a condição latino-americana não considerada, quanto como o conceito de um espaço físico no continente.

[5] As citações de trechos do poema Amereida foram realizadas conforme o texto original, sendo mantidas as palavras América e Europa com as iniciais em minúsculas.
[6] Nessa passagem de Pendletton-Jullian (1996) o termo *poema* se refere a publicação de 1967 que possui o registro da Travessia de Amereida, escrito e publicado em linguagem poética.

> Abarca tanto um lugar físico quanto um lugar mental, ambos possíveis de serem explorados e atravessados.

A travessia de Amereida foi realizada por um grupo de dez artistas: os poetas Jonathan Bouting, Michel Deguy, Godofedo Iommi e Edison Simons, os arquitetos Alberto Cruz e Fábio Cruz, os escultores Claudio Girola e Henry Tronquoy, o filósofo François Fédier e o pintor Jorge Pérez Román. Orientados pelo Cruzeiro do Sul[7], a viagem teve como ponto de partida a Terra do Fogo, no Chile, e tinha como destino final a cidade de Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia. A definição deste destino final ocorreu a partir da constatação de que a projeção do Cruzeiro do Sul sobre o mapa da América do Sul posicionava a cidade de Santa Cruz no ponto de cruzamento entre os eixos (Fig. 04). A cidade passa então a ser reconhecida como o ponto central do mar interior de Amereida, a ser explorado. O grupo percorreu 47 localidades, realizando ao longo desta viagem uma série de atos poéticos e construções de pequenas obras e intervenções nas paisagens encontradas.

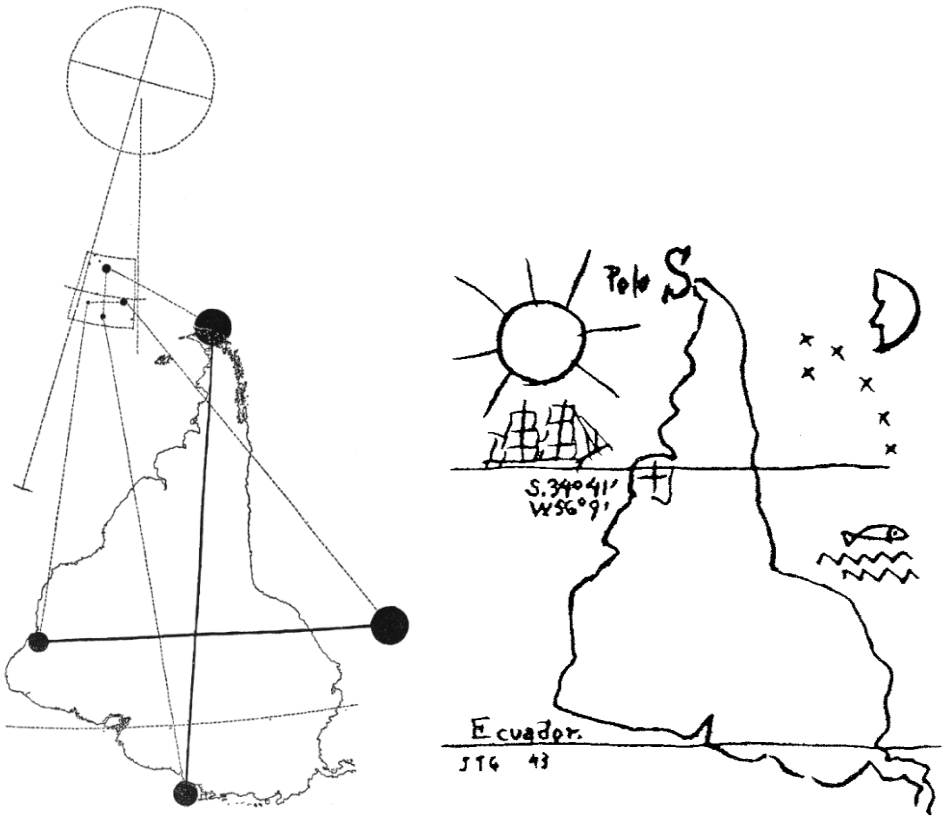


Figura 04 A América do Sul orientada segundo o Cruzeiro do Sul, 1967.
Fonte: IOMMI ET AL, 1967.
Figura 05 Mapa Invertido, Joaquin Torres-garcia, 1943.
Fonte: www.brunogarcia.com. Acesso realizado em 17/02/2018.

A viagem de Amereida dá origem a uma série de registros (desenhos, croquis, anotações), poemas e atos poéticos, que são compilados no poema Amereida, publicado em 1967. Nos mapas e ilustrações do poema Amereida (Figura 04), é possível observar uma referência às reinvindicações do artista uruguaio Joaquin

[7] A utilização da orientação pelas constelações faz referência às formas de navegação nos territórios marítimos.

Torres-Garcia (1874-1949) em favor da valorização da expressão artística do Sul, representada pela inversão da orientação norte e sul no mapa de América. O conceito do mapa invertido (Figura 05) foi apresentado pela primeira vez na conferência "Escuela del Sur", realizada por Torres Garcia em fevereiro de 1935, e corresponde a um forte símbolo de afirmação da identidade cultural da América do Sul, a partir de uma visão unificadora. Segundo Torres (1997), o mapa desenvolvido pelo artista após o reconhecimento das carências presentes no ambiente artístico uruguaio (e por extensão, sul americano) apresenta forte simbolismo, o que justifica sua adoção ou reprodução por vários artistas da época.

> He dicho Escuela del Sur; porque en realidad nuestro norte es el sur. No debe de haber norte para nosotros, sino por oposición a nuestro sur. Por eso ahora ponemos el mapa al revés y entonces ya tenemos la justa idea de nuestra posición. (TORRES-GARCIA, 1944).

O destino dessa travessia de 1967 (Santa Cruz de la Sierra) nunca chega a ser alcançado, visto que as autoridades bolivianas desconfiam que os artistas pudessem estar associados aos aliados da Guerrilha de Che Guevara! A cidade volta a figurar como destino de travessias posteriores, realizadas com grupos de alunos da Escola.

Após a realização da travessia de *Amereida* e do reconhecimento do potencial das travessias como elemento de expansão da teoria da Escola para uma compreensão mais ampla da experiência do homem – e por extensão, do arquiteto – latino-americano, Godofredo Iommi se instala em definitivo em Valparaíso. A ampliação do número de alunos da Escola, aliada ao desejo de possuir um espaço que garantisse a liberdade de experimentação da comunidade acadêmica leva a aquisição, em 1970, dos terrenos que dariam origem a *Ciudad Abierta*.

A partir da realização dos primeiros atos de reconhecimento e da construção das primeiras estruturas, a *Ciudad Abierta* começa a apresentar um protagonismo maior dentre as atividades da Escola. A construção das primeiras *hospederías* (edificações) é realizada a partir de longos processos de colaboração que, progressivamente, permitiriam que algumas das famílias dos professores e ex-alunos se instalassem no local. Nesse momento registra-se o início de uma paisagem em transformação através da experiência poética, de aprendizagem e convívio em curso.

Por fim, em 1984, a Escola passa por um novo processo de revisão do currículo acadêmico, que permite incorporar as travessias como prática regular, inserida na grade curricular. A partir deste ano passam a ser realizadas travessias anualmente, a partir da associação entre professores dos cursos de Arquitetura e Design e suas turmas de alunos. As travessias passam a ocorrer a partir de contatos prévios realizados com indivíduos, grupos ou instituições que vivem nas localidades de destino que oferecem a hospitalidade de receber os grupos de viajantes chilenos. Ao final das travessias é oferecida a construção de uma obra como *regalo* para a localidade, em retribuição pela hospitalidade local.

CIUDAD ABIERTA: UMA PAISAGEM VIVENCIADA

A partir das informações levantadas sobre a trajetória da experiência foi possível compreender os processos envolvidos em sua construção. Seria possível traçar o histórico da experiência até a atualidade – o que revelaria novas gerações de professores e novas demandas relacionadas à gestão e à conservação da experiência. Optou-se, neste momento, por assinalar os principais momentos que deram origem às esferas de atuação que compõem a experiência acadêmica. Ainda hoje se encontram ativas as práticas de inserção

da poética no ensino da Arquitetura e do Design, assim como a realização anual das travessias. Uma análise retrospectiva das etapas mais recentes de atuação da Escola poderá ser objeto de trabalhos posteriores.

Dentre a amplitude territorial alcançada pela experiência de ensino através de seu conjunto de práticas, a *Ciudad Abierta* é capaz de reunir em seus limites os principais aspectos que caracterizam a singularidade da experiência. Esse é, sem dúvida, um dos motivos pelos quais o *campus de experimentação*[8] da Escola chilena tem sido tomado como objeto de estudo em diversas dissertações e teses (COLOMINA ET AL, 2012; AMORIM, 2013; DEL RIO, 2015; DESSA, 2012; JEGUNDO, 2014 e SOBREIRA, 2016). Nestes casos, a *Ciudad Abierta* é tomada como objeto central de análise por ser considerado uma experiência única em relação às características da prática acadêmica, à presença da expressão poética, à coletividade e a uma grande abertura para as comunidades estrangeiras, entre outros aspectos. Serão discutidos a seguir os elementos que compõem essa paisagem única e repleta de processos em constante construção e renovação.

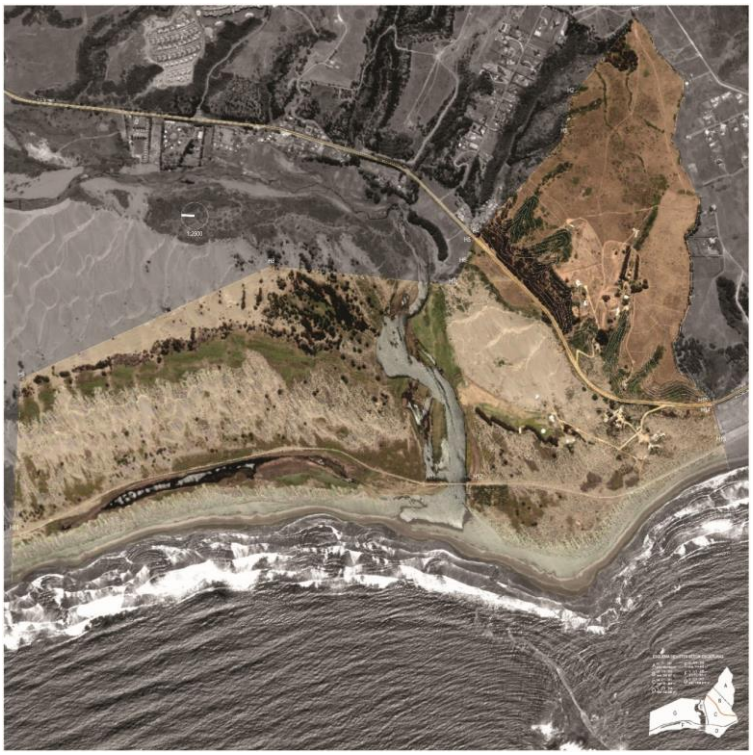


Figura 06: Foto aérea dos terrenos que compõem a *Ciudad Abierta*, na qual é possível observar as diferentes coberturas naturais do solo e as áreas que concentram a maior parte das construções. Fonte: *Corporación Cultural Amereida*

> O local é espaçoso e diverso, dividido pela estrada em duas partes: as dunas costais e o platô superior gramado. À distância, entre a névoa do mar, as dunas são cruzadas por um trem que transporta minério de cobre até a costa e traz lingotes na volta. (...) O local é todo (repleto de) movimentos, ritmos e sons do mar, da areia, do vento, da luz do ar, do trânsito e do trem. (PENDLETTON-JULLIAN, 1996, p. 2).

[8] Ao longo do trabalho optou-se por referir à Ciudad Abierta como campus de experimentação em Arquitetura e Design – um termo reconhecido nas principais dissertações e teses sobre o assunto. Esta não deve ser tomada como uma classificação oficial e não é um termo utilizado pelos pesquisadores e professores que compõem colegiado da escola chilena.

Em primeiro lugar, a *Ciudad Abierta* (Figura 06) se apresenta como um grande parque ao ar livre, de 270 hectares de extensão e acesso restrito. Grande parte da paisagem natural encontra-se preservada, da qual se destacam as superfícies dunares, grandes áreas livres de cobertura vegetal espontânea, áreas pantanosas e uma faixa de orla oceânica de 3 km de extensão, que acompanha longitudinalmente o terreno. As formações dunares são classificadas como campos de dunas, que variam entre áreas de solo consolidado e áreas de cobertura solta do solo - areias móveis, parcialmente fixadas pela vegetação. Faz parte deste conjunto o *Humedal Montágua,* que abriga flora e fauna autóctones com cerca de 80 espécies de aves (residentes ou migratórias) e 130 espécies vegetais. É possível destacá-lo como um conjunto paisagístico de considerável concentração de biodiversidade e importância para preservação das espécies na região de Ritoque e Grande Valparaíso.

Devido à grande extensão dos terrenos, por muitos anos os usos e atividades nesta paisagem estiveram limitados às regiões próximas às vias de acesso e entradas principais. Ao longo dos anos a *abertura dos terrenos* foi revelando novos elementos que compunham a extensão da *Ciudad Abierta* e que, através de obras coletivas, foram modificados a partir da realização de obras gerais de infraestrutura e da criação de espaços públicos de reunião, como as ágoras.

Neste momento de fundação as primeiras obras já eram criadas segundo a maneira de trabalhar que seria adotada em todos as construções propostas: os atos poéticos ou *rondas*: "*Este modo colectivo de estudiar y trabajar en obra, es llamado "ronda"; puesto que quienes participan, bien saben que la obra, los sobrepasa y, afirman que el arquitecto se conforma entre varios*." (CARÁVES, 2007, p. 8). O ato poético é uma prática que faz parte da formação dos alunos na *Ciudad Abierta* e permite a aproximação entre a palavra fundadora da Escola e o cotidiano dos professores e alunos. A concepção do projeto deverá ocorrer a partir de um processo de reconhecimento de como a obra parte do local em que se encontra, a partir de sua expressão e da percepção do artista. Os sons, os traços, formas e movimento do lugar irão participar na concepção de uma proposição. À esta paisagem original foram adicionados, ao longo dos anos, um pequeno número de edificações, construídas coletivamente. Estas edificações abrigam residências, salas de celebrações, laboratórios de trabalho e espaços comuns de reunião. Como apresenta Pendletton-Jullian (1996, p. 5):

> O edifício não ocorre em resposta a certas características naturais mas permite às qualidades dos elementos da natureza e seus fenômenos gerar o impulso para construir e, informalmente, servem como componentes para uma base temática ilusiva que irá estruturar o desenvolvimento do trabalho.

De maneira geral, a dinâmica na *Ciudad Abierta* é caracterizada por grande oferta de espaços livres, isolamento em relação à dinâmica urbana e grande liberdade de atuação. Não há registros da existência de nenhum plano desenvolvido para definir ou direcionar os eixos de ocupação desta *cidade*, que permanece aberta e livre à criação. As obras de arquitetura e escultura existentes no local não criaram grandes superfícies de impermeabilização do solo nem representam grandes extensões construídas diante da área total do parque natural. É possível dizer, portanto, que grande parte dos recursos naturais originais se encontram preservados e que a Arquitetura proposta foi construída mantendo um diálogo com o desenho desta paisagem.

É possível afirmar que a paisagem da *Ciudad Abierta* não é estática, mas mutável**.** Devido à natureza dos elementos que a compõem, trata-se de uma paisagem em constante mudança e reconstrução, motivada

tanto pelas demandas de experimentação da prática arquitetônica, quanto pela dinâmica natural destes elementos. Alguns destes elementos merecem destaque como atuantes na reformulação constante dessa paisagem, como *as areias, o vento e o mar.* A presença destes elementos na paisagem pode ser vista como uma conexão direta entre o lugar físico e a dimensão conceitual expressa nessa paisagem, além de influenciar diretamente a vivência e o trabalho no local.

Segundo Pendletton-Jullian (1996, p. 6), a aquisição dos terrenos costeiros já sinalizava o reconhecimento da importância do mar na composição desta paisagem. Essa importância pode ser vista tanto como um reflexo da forte relação cultural chilena com o mar – justificada pela grande extensão costeira no país e consequente familiaridade com as práticas de exploração marítima – quanto uma escolha por habitar um espaço *delimitado* pela amplitude do horizonte.

> Extraída sua neblina emocional, o mar é visto como um guardião, provedor e contador de histórias – e aí por diante – é reconectado ao indivíduo, mentalmente, através da imaginação. Porque o mar é uma presença e não uma mercadoria, não há edifícios construídos na borda costeira da praia. (PENDLETTON-JULLIAN, 1996, p. 6)

A presença do mar, que à primeira vista pode não assumir uma posição de centralidade na narrativa desta paisagem, se torna um elemento-chave para a experiência de liberdade oferecida pela *Ciudad Abierta.* Segundo Corbin (1989, p. 108) já na origem do uso das praias como espaços recreativos se revelava seu potencial como espaço de deambulação e de conversação, já que "o mar propicia um processo de refinamento da escuta de si próprio". Afirma ainda que:

> Junto à beira-mar o indivíduo moderno vem descobrir-se, fazer a experiência de seus limites, face a vacuidade do oceano e a disponibilidade das praias. Nesse lugar sublime, o eu vibra ao confrontar-se com a onda e o sopro salgado do mar, ao contemplar o espetáculo solitário da tempestade. (CORBIN, 1989, p. 108)

Já as areias e o vento representam uma dinâmica de movimento constante, que altera as superfícies e dificulta a fixação das construções. Essa condição pode ser vista como um complicador para uma prática de construção que almeje o concreto e imutável, caros ao universo da Arquitetura. O terreno arenoso e em constante mudança devido a ação das correntes de vento costeiras requer que todas as obras sejam pensadas prevendo uma adaptabilidade necessária a mudanças imprevisíveis e imensuráveis[9].

Ao invés de ser interpretada como um obstáculo, essa condição foi apropriada no interior da metodologia da Escola, através do conceito de *volver a no saber* (voltar a não saber): a areia é vista como *canvas*, uma grande superfície aberta à possibilidade da criação e às novas oportunidades. A areia também apaga as pegadas, os caminhos e as direções, oferecendo sempre uma nova superfície sobre a qual andar ou escrever. Ao ser adotada pelos professores da Escola, a postura do *volver a no saber* aplicado ao ensino de Arquitetura e Design representa um grande campo de possibilidades para o aprendizado e para a aceitação dos processos de construção do conhecimento. Segundo Pendletton-Jullian (1996), é estabelecido um compromisso com a invenção e reinvenção, que contribui para que os alunos compreendam a importância de não se aterem a uma ideia inicial e sempre buscarem a ampliação dos campos de conhecimento, contribuindo para a riqueza dos projetos desenvolvidos.

[9] Além das variáveis já citadas, o Chile se encontra em território sísmico, no qual a ocorrência de tremores e terremotos é frequente.

Entre os elementos e variáveis que atuam nesta paisagem, representa uma dimensão de grande importância a comunidade formada por professores, alunos, colaboradores e moradores da *Ciudad Abierta*. Conforme afirma Sandeville Jr. (2005, p. 5), "a paisagem, mais do que o espaço observado, trata-se do espaço vivenciado, da sensibilidade das pessoas com o seu entorno", e a compreensão da vivência do parque não poderia ser ignorada. Ainda que a introdução das obras de Arquitetura nesta paisagem tenha representado um marco para fixação inicial da comunidade, deve-se notar que a idealização desta paisagem como um projeto já contava, em sua origem, com o desejo de explorar as possibilidades da vida em comunidade. A construção de obras de Arquitetura, povoando a nova cidade, uniu a necessidade de experimentação acadêmica com a vontade de fixação da comunidade de professores e alunos – em formação – em uma paisagem que correspondesse aos princípios almejados para a vivência.

Assim, a comunidade fixa é composta por professores e familiares, artistas, alunos[10], colaboradores e simpatizantes que escolheram viver na *Ciudad Abierta.* Estes moradores, além dos cuidados de manutenção das obras em que vivem e da gestão compartilhada do parque, são responsáveis por manter vivo o projeto de *habitar a partir da hospitalidade* (CÁRAVES SILVA, 2007). Segundo esse princípio, as atividades cotidianas destes moradores ocorrem em conjunto com as demais demandas diárias de colaboração com as práticas de ensino e conservação da proposta de vivência regida pela hospitalidade. Ao habitar a *Ciudad Abierta,* portanto, os moradores atuam como os portadores da palavra, responsáveis por transmitir no contato com o outro a maneira como a poética se mantém inserida das dinâmicas cotidianas, seja através de poemas, atos poéticos, refeições e celebrações coletivas, na inserção poética nos atos de criação e construção de novas obras ou, ainda, como mediadora nas decisões cotidianas da comunidade.

Os habitantes da *Ciudad Abierta* compartilham essa paisagem com a comunidade acadêmica, composta por alunos que frequentam seus terrenos semanalmente para participar de disciplinas, da prática de esportes e de projetos de pesquisa e extensão. A vivência dos alunos é, portanto, parcial, estando limitada aos ambientes nos quais são desempenhadas as atividades e ao tempo de estadia limitada. Também compõem essa comunidade flutuante alunos intercambistas e demais pesquisadores externos que realizam períodos de vivência na *Ciudad Abierta.* A comunidade ainda vivencia momentos de expansão nos momentos de celebração, em que são convidados familiares e amigos para participar de visitas e festividades. Tratam-se de momentos de suspensão do cotidiano, nos quais são realizados apresentações de dança e grandes banquetes coletivos.

O grande número de atores, elementos, variáveis e dinâmicas apresentadas, em conjunto com as relações estabelecidas entre elas, traduzem a estrutura que compõe essa experiência acadêmica. Na *Ciudad Abierta* a poética assume a função deste fio condutor que estabelece as relações entre as diferentes dinâmicas. A poética – presente no momento de fundação e explorada a partir do desejo de renovação - parece ter construído um caminho para se fazer presente em todas as esferas de vivência da *Ciudad Abierta* e apresenta uma inegável centralidade como responsável pela conservação dessa paisagem.

> Numa paisagem, a unidade das partes, a sua forma, vale menos que o seu extravasamento; não existem contornos francos, cada superfície treme e organiza-se de tal maneira que abre essencialmente para o exterior. As "coisas" da paisagem têm uma presença para além da

[10] A Hospedería Las Celdas possui um número pequeno de habitações para estudantes, que compõem a comunidade fixa. Não é oferecida moradia para todos os alunos da Escola.

> sua superfície e essa emanação particular opõe-se a todas as verdadeiras discriminações. [...] A paisagem abre a cada olhar a sua componente intersticial e exibe novas configurações. (CORAJOUD, 2013, p. 216-217).

Por fim, considera-se que a compreensão da dimensão da experiência acadêmica começa a se mostrar insuficiente para um estudo da paisagem da *Ciudad Abierta*. Essa paisagem analisada não está, portanto, limitada às suas relações com a Escola[11] ou com o campo da Arquitetura, assim como não se limita ao cronograma escolar ou às relações de vida e trabalho do ambiente acadêmico. Conforme afirma Sandeville Jr. (2005), uma paisagem apresenta *um permanente vir a ser e permanência em transformação,* em que sua conservação ao longo dos anos perpassa vários desdobramentos, através dos planos de vida de seus habitantes, da reorganização das relações e das modificações dos elementos que a compõe. No caso da *Ciudad Abierta*, a vivência da comunidade amplia o universo contido nessa paisagem para além de seus limites territoriais, sobrepondo à trajetória histórica da Escola de Arquitetura e Design novas histórias de vida e novos processos em construção, constantes possibilidades de vivência, criação e partilha, que abrem não só a escola para a *Ciudad Abierta* mas para outras paisagens latino-americanas de diálogo e indagação.

[11] A *Corporação Cultural Amereida* – associação criada para gerenciar a *Ciudad Abierta,* composta por professores da Escola e colaboradores externos – possui total independência administrativa em relação à Escola de Arquitetura e Design da Pontificia Universidad Catolica de Valparaíso. Entre as duas instituições existe um acordo de colaboração.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Sara Maria Dias. **Da intuição à obra.** Considerações sobre o método da Escola de Arquitectura e Desenho de Valparaíso. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade do Porto. Porto, 2013.

BROWNE, Enrique. **Otra Arquitectura En América Latina, Arquitectura Latinoamericana**. Mexico: G. Gili, 1988.

CÁRAVES SILVA, Patrício. **La Ciudad Abierta de Amereida: Arquitectura desde la Hospitalidad**. Tese (Doutorado). Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona, Universidad Politécnica de Cataluña, Barcelona, 2007.

CARERI, Francesco. **WALKSCAPES, o caminhar como prática estética.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2013.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2007

COLOMINA, Beatriz. CHOI, Esther. GALAN, Ignacio Gonzalez, MEISTER, Anna-Maria. **Experiments in Architectural Education.** Radical Pedagogies. Architectural Review. 232, 1388, 78-79, 2012.

CORAJOUD, Michel. A paisagem é o lugar onde o céu e a terra se tocam. In: SERRÃO, Adriana. (Coord.) **Filosofia da Paisagem**. Uma Antologia. 2ª Ed. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2013. (Original publicado em francês em 1982). pp. 215-225.

CORBIN, Alain. **Território do Vazio: A praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DEL RIO, Javiera Rojas. **A emergência dialógica de regras mesoanalíticas baseadas nos princípios de hospitalidade e hostilidade numa comunidade urbana: o caso da Cidade Aberta, Valparaíso, Chile.** Dissertação (Mestrado) - Escola de Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

DESSA, Rodrigo Ribeiro de Oliveira. **A FUNÇÃO E O JOGO NO AMBIENTE URBANO.** CIDADE LATINO-AMERICANA, CORPORAÇÃO AMEREIDA, VALPARAÍSO. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto, 2012.

ESPOSITO G., Fernando Mauricio. **EL AFECTO EN LA ARQUITECTURA.** LA RELACIÓN ARQUITECTO-LUGAR-HABITANTE A TRAVÉS DE LA EXPERIENCIA DEL PROYECTO. Casos-experiencias de estudio: Las Calzadas de las aguas de Ciudad Abierta y dos Travesías de Amereida. Tese (Doutorado). Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona, 2011.

IOMMI, Godofredo; Varios autores. **Amereida,** Escuela de Arquitectura Pucv, Valparaíso, 1967. Publicado en Internet: http://www.amereida.ucv.cl

IOMMI, Godofredo. **Eneida, Amereida,** Taller de Investigaciones Gráficas, Escuela de Arquitectura Pucv, 1982. Publicado en Internet: http://www.amereida.ucv.cl

IOMMI, Godofredo; Varios autores. **Introducción al Primer Poema de Amereida,** Escuela de Arquitectura Pucv, Valparaíso, 1982. Publicado en Internet: http://www.amereida.ucv.cl

IOMMI, Godofredo; Varios autores.- **Amereida: Bitácora de la Travesía,** Escuela de Arquitectura Pucv, Valparaíso, 1986. Publicado en Internet: http://www.amereida.ucv.cl

IOMMI, Godofredo; Varios autores.- **Amereida Volumen II**, Escuela de Arquitectura Pucv, Valparaíso, 1982. Publicado en Internet: http://www.amereida.ucv.cl

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes**. Salvador: EDUFBA, 2012.

JEGUNDO, Carolina Teixeira. **Obra Aberta Ciudad Abierta.** Experimentação no projeto pedagógico da escola de Valparaíso. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade do Porto. Porto, 2014.

JOLLY MONGE, David Alfredo. **La Capital Poética de América**. Relación poesía-arquitectura. Tese (Doutorado). Universidad Politécnica de Cataluña, Barcelona, 2011.

LUIJK, Adrian. "What is landscape?". In: **Regarding Landscapes**. 2014. Link para consulta http://regarding-landscapes.blogspot.com.br/ Consulta realizada em 19/08/2016.

MARTIGNONI, Jimena. **Latinscapes: landscape as raw material/ El paisaje como materia prima.** Land&Scape Series. Editorial Gustavo Gili, Barcelona, 2008.

ONFRAY, Michel. **Teoría del viaje: poética de la geografía**. Traducción de Juan Ramón Azaola. Barcelona: Taurus, 2016.

PENDLETON-JULLIAN, Ann. **The Road That Is Not a Road and The Open City.** Ritoque, Chile. Cambridge: The MIT Press, 1996.

REYES GIL. Jaime. **Metáforas poéticas para la construcción de los oficios**. La voz del poeta Godofredo Iommi M. en la Escuela de Arquitectura y Diseño de Valparaíso y en la Ciudad Abierta. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2017.

SANDEVILLE JR, Euler. **Paisagem**. São Paulo: Paisagem e Ambiente n. 20, 2005, pg. 47-59.

SANDEVILLE JR., Euler. **Paisagens vivenciadas, educação-pesquisa-aprendizado em ação.** In: ENEPEA - 10º Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo, Porto Alegre, 2010.

SANDEVILLE JR., Euler. **Visões artísticas da cidade e a gênese da paisagem contemporânea**. Encontro Nacional de Antropologia e Performance/USP, 2011, São Paulo. Anais do Encontro Nacional de Antropologia e Performance. São Paulo: Napedra/FFLCH/USP, 2012

SEGRE, Roberto. **Amereida em Valparaíso: um sonho utópico do século XX**. In: PragMATIZES. Revista Latino Americana de Estudos em Cultura. Ano I nº 1, (JULHO 2011). – Niterói, RJ: [s. N.], 2011.

SOBREIRA, Patrícia S. **A Viagem Poética como Pedagogia.** Travesías da Escola de Arquitectura e Desenho de Valparaíso. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura. Departamento de Arquitectura. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade de Coimbra. Coimbra, 2016

TORRES-GARCIA, Joaquim. **Universalismo Constructivo**. Alianza Editorial, Madrid. 1944.

TORRES, Cecilia de. **La Escuela del Sur**. Artigo publicado online. 1997. Disponível em www.artemercosur.org.uy/artistas/torres/sur.html Consulta realizada em 22/01/2018.

V enanparq
Salvador - 2018

CONSTRUINDO O CHÃO: O PAPEL DAS ESTRUTURAS DE TRANSIÇÃO NA OBRA DE ANGELO BUCCI

BUILDING THE GROUND FLOOR: THE ROLE OF TRANSITION STRUCTURES IN THE WORK OF ANGELO BUCCI

CONSTRUYENDO EL SUELO: EL PAPEL DE LAS ESTRUCTURAS DE TRANSICIÓN EN LA OBRA DE ANGELO BUCCI

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

BAHIMA, Carlos Fernando Silva

Doutor em Arquitetura; Professor da FAU UFRGS

cfbahima@hotmail.com

MASUERO, João Ricardo

Doutor em Engenharia; Professor da Escola de Engenharia da UFRGS

jrmasuero@gmail.com

CONSTRUINDO O CHÃO: O PAPEL DAS ESTRUTURAS DE TRANSIÇÃO NA OBRA DE ANGELO BUCCI

BUILDING THE GROUND FLOOR: THE ROLE OF TRANSITION STRUCTURES IN THE WORK OF ANGELO BUCCI

CONSTRUYENDO EL SUELO: EL PAPEL DE LAS ESTRUCTURAS DE TRANSICIÓN EN LA OBRA DE ANGELO BUCCI

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:

Edifícios baixos com estruturas de transição não representam novidade na arquitetura brasileira. O artifício tem sido empregado desde o projeto de casas na Villa Monlevade (1934) de Lucio Costa, em que paredes estruturais de barro se transmitem a delgados pilares de concreto armado em mínima incidência na encosta de morro, entremeado pelo Pavilhão da Indústria (1951) de Oscar Niemeyer no Parque Ibirapuera, em que grandes balanços liberam um longo espaço coberto livre de apoios, até a casa de Ribeirão Preto (2000) de Angelo Bucci, em que finos tirantes penduram o pavimento principal a vigas de cobertura. Precisamente a partir dessa obra, inaugura-se uma maneira *sistêmica* de atuação da estrutura de transição na obra de Angelo Bucci (spbr arquitetos), como agente fundamental daquilo que se permite chamar de *construção do chão* - um modo deliberado de mediação entre edifício e território, arquitetura e lugar.

Um olhar panorâmico na obra de Angelo Bucci, no âmbito do escritório spbr, torna evidente, como traço característico, a combinação de estratégias herdadas de outros arquitetos brasileiros com uma necessária atualização desses processos iniciados por Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Reidy, Vilanova Artigas e Paulo Mendes. A continuidade dessa herança híbrida resulta em uma arquitetura que se renova constantemente pelo uso mestiço do esqueleto independente com outros dois sistemas ou mesmo com seus próprios componentes transformados. O tom contemporâneo reside no uso combinado com as estruturas de transição como jeito de *construir* o chão, que se inaugura em Monlevade e se atualiza na casa em Ribeirão Preto.

Este artigo busca entender o papel das estruturas de transição na obra do arquiteto Angelo Bucci. De um lado, o artifício faz sutil mediação entre o artificial e o natural - a relação com a preservação das características naturais do solo, reduzindo ao máximo os pontos de contato do edifício e em consequência a mínima modificação do chão agreste. Em polo oposto, quando o chão vira construção, a sutileza do artifício opera em favor da leveza e transparência do rés do chão, dessa vez pavimentado, artificial e urbano. Sob tal artifício, parece se revisitar o longo percurso entre a Villa Monlevade e o Pavilhão do Parque Ibirapuera. Partindo da Villa, faz-se mediação sutil entre mínimos pontos de apoio com o solo e o primitivismo do teto com vigas aparentes; arquitetura como construção qualificada, mas que se realiza também com estruturas mais pragmáticas. Nessa mesma esteira, o artifício se inverte sem ocultar tais vigas. Estas são agora também visíveis na cobertura do edifício e se transformam em estruturas de piso para a praça e belvedere de contemplação da paisagem. Por fim se alcança o parque urbano com pavilhão, palácio, ou casa, onde o espaço sob o edifício tem programa: o espaço estratificado da planta livre, aberto e flexível, que permite a caminhada pavimentada. Para isso, a arquitetura se qualifica via esquema estrutural, afinal, o próprio Lucio Costa define arquitetura como construção com intenção plástica. Nessas ocasiões, é perfeitamente cabível que a estrutura mais sofisticada oculte seus mistérios.

PALAVRAS-CHAVE: estruturas de transição; Angelo Bucci; spbr arquitetos; arquitetura brasileira contemporânea.

ABSTRACT:

Low-rise buildings with transition structures are not new to Brazilian architecture. This artifice has been used since the design of houses in Villa Monlevade (1934) by Lucio Costa, in which clay filled structural walls are transmitted to thin columns of reinforced concrete with minimal points of contact on the hillside, interspersed by the Industrial Pavilion (1951) of Oscar Niemeyer in the Ibirapuera Park, in which large cantilevers open to a long covered space free of supports, until the house of Ribeirão Preto (2000) of Angelo Bucci, in which the main floor is suspended from the beams of the roof by fine braces. This work, especially started the use of a systemic way as a mode of the transition structure in the work of Angelo Bucci (spbr architects), like a fundamental agent of what is called ground floor construction - a deliberate way of mediating between building and territory, architecture and place.

An overview of Angelo Bucci's work within the spbr office reveals, as a characteristic trait, the combination of strategies inherited from other Brazilian architects with a necessary updating of these processes initiated by Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Reidy, Vilanova Artigas and Paulo Mendes. The continuity of this hybrid inheritance results in architecture that is constantly renewed by the blended use of the independent skeleton with two other systems or even with its own transformed components. The contemporary tone lies in the combined use of the transition structures as a way to build the ground floor, which started in Monlevade and was updated in the house of Ribeirão Preto.

This article seeks to understand the role of transition structures in the work of the architect Angelo Bucci. On the one hand, the artifice makes a subtle mediation between the artificial and the natural - the relationship with the preservation of the natural characteristics of the soil, reducing the points of contact of the building and consequently a minimum modification of the rough ground. On the other hand, when the ground turns into a construction, the subtlety of this artifice operates in favour of the lightness and transparency of the ground floor, this time paved, artificial and urban. Under such artifice, it seems to revisit the long route between Villa Monlevade and the Ibirapuera Park Pavilion. Starting from the Villa, it makes a subtle mediation between minimum points of support with the ground, accepting the same primitivism of the ceiling with visible beams; architecture as a qualified construction and that also builds with pragmatic structures. In this way, the artifice is inverted without hiding such beams.These are now also visible on the roof of the building and are transformed into floor structures for the square and observation deck with a view of the landscape. Finally, the artifice one reaches the urban park with pavilion, palace, or house, where the space under the building has a specific use: the stratified space of the free plan, open and flexible that allows the paved walking. For this reason, the architecture qualifies through a structural scheme, after all, Lucio Costa himself defines architecture as construction with plastic intention. At such times, it is perfectly fitting that the more sophisticated structure conceals its mysteries.

KEYWORDS: *transition structures; Angelo Bucci; spbr architects; contemporary Brazilian architecture.*

RESUMEN:

Los edificios bajos con estructuras de transición no representan novedad en la arquitectura brasileña. El dispositivo ha sido utilizado desde el complejo de viviendas en Villa Monlevade (1934) Lucio Costa, en el caso de las paredes estructurales de barro se transmiten a delgados pilares de hormigón armado en mínima incidencia en la ladera de morro, entremezclado por el Pabellón de la Industria (1951) de Oscar Niemeyer en el Parque Ibirapuera, en que grandes voladizos liberan un largo espacio cubierto libre de apoyos, hasta la casa de Ribeirão Preto (2000) de Angelo Bucci, en que finos tirantes cuelgan el pavimento principal a vigas de cobertura. Precisamente a partir de esa obra, se inaugura una manera sistémica de actuación de la estructura de transición en la obra de Angelo Bucci (spbr arquitectos), como agente fundamental de aquello que se permite llamar de construcción del suelo - un modo deliberado de mediación entre edificio y territorio, arquitectura y lugar.

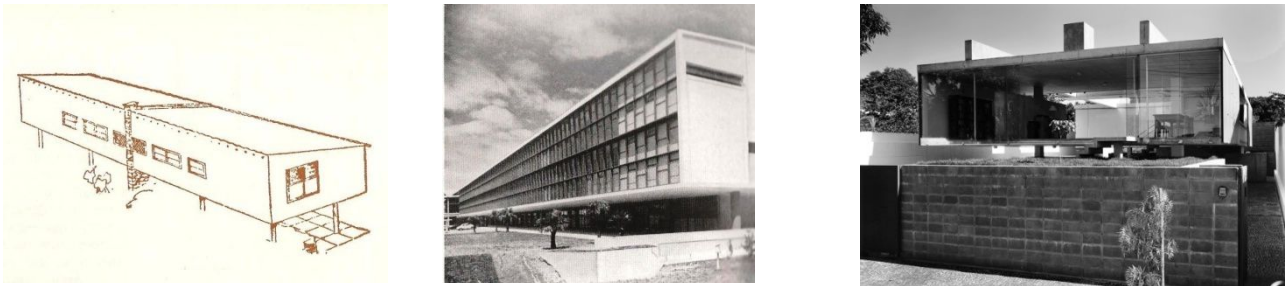
Una mirada panorámica en la obra de Angelo Bucci, en el ámbito de la oficina spbr, hace evidente, como rasgo característico, la combinación de estrategias heredadas de otros arquitectos brasileños con una necesaria actualización de esos procesos iniciados por Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Reidy, Vilanova Artigas y Paulo Mendes. La continuidad de esta herencia híbrida resulta en una arquitectura que se renueva constantemente por el uso mestizo del esqueleto independiente con otros dos sistemas o incluso con sus propios componentes transformados. El tono contemporáneo reside en el uso combinado con las estructuras de transición como forma de construir el suelo, que se inaugura en Monlevade y se actualiza en la casa en Ribeirão Preto.

Este artículo busca entender el papel de las estructuras de transición en la obra del arquitecto Angelo Bucci. Por un lado, el artificio hace sutil mediación entre lo artificial y lo natural - la relación con la preservación de las características naturales del suelo, reduciendo al máximo los puntos de contacto del edificio y en consecuencia la mínima modificación del suelo agreste. En polo opuesto, cuando el suelo se convierte en construcción, la sutileza del artificio opera en favor de la ligereza y transparencia de la planta baja, esta vez pavimentado, artificial y urbano. Bajo tal artificio, parece revisarse el largo recorrido entre la Villa Monlevade y el Pabellón del Parque Ibirapuera. Partiendo de la Villa, se hace mediación sutil entre mínimos puntos de apoyo con el suelo y el primitivismo del techo con vigas aparentes; arquitectura como construcción cualificada, pero que se realiza también con estructuras más pragmáticas. En esta misma estera, el artificio se invierte sin ocultar tales vigas. Estas son ahora también visibles en la cubierta del edificio y se transforman en estructuras de piso para la plaza y cenador de contemplación del paisaje. Por fin se alcanza el parque urbano con pabellón, palacio, o casa, donde el espacio bajo el edificio tiene programa: el espacio estratificado de la planta libre, abierta y flexible, que permite la caminada pavimentada. Para ello, la arquitectura se califica vía esquema estructural, después de todo, el propio Lucio Costa define arquitectura como construcción con intención plástica. En esas ocasiones, es perfectamente adecuado que la estructura más sofisticada oculte sus misterios.

***PALABRAS-CLAVE**: estructuras de transición; Angelo Bucci; arquitecto; arquitectura contemporánea brasileña.*

INTRODUÇÃO

Edifícios baixos com estruturas de transição não representam novidade na arquitetura brasileira. O artifício tem sido empregado desde o projeto de casas na Villa Monlevade (1934) de Lucio Costa, em que paredes estruturais de barro se transmitem a delgados pilares de concreto armado em mínima incidência na encosta de morro, entremeado pelo Pavilhão da Indústria (1951) de Oscar Niemeyer no Parque Ibirapuera, em que grandes balanços liberam um longo espaço coberto livre de apoios, até a casa em Ribeirão Preto (2000) de Angelo Bucci, em que finos tirantes penduram o pavimento principal a vigas de cobertura (Figuras 1, 2 e 3). Quando o encargo é corriqueiro, permite ao edifício se alçar sobre o passeio público ou sobre recuos de jardim; quando excepcional, a busca pela redução do número de pontos de contato com o solo. É edifício ordinário no quarteirão; é pavilhão excepcional na paisagem. Entretanto, a partir da casa de Ribeirão Preto, inaugura-se uma maneira *sistêmica* de atuação da estrutura de transição na obra de Angelo Bucci (spbr arquitetos), como agente fundamental daquilo que se permite chamar de *construção do chão* - um modo deliberado de mediação entre edifício e território, arquitetura e lugar.



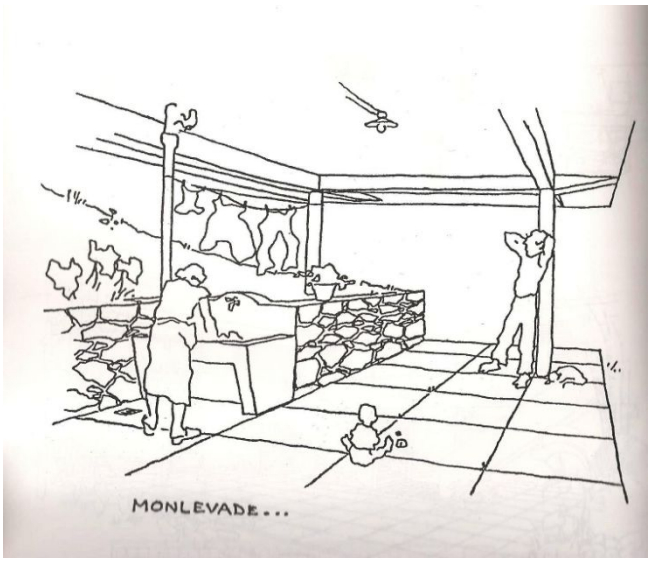
Figuras 1, 2 e 3: Projeto das casas da Villa de Monlevade (esquerda), Palácio da Indústria no Parque Ibirapuera (centro) e casa em Ribeirão Preto (direita)

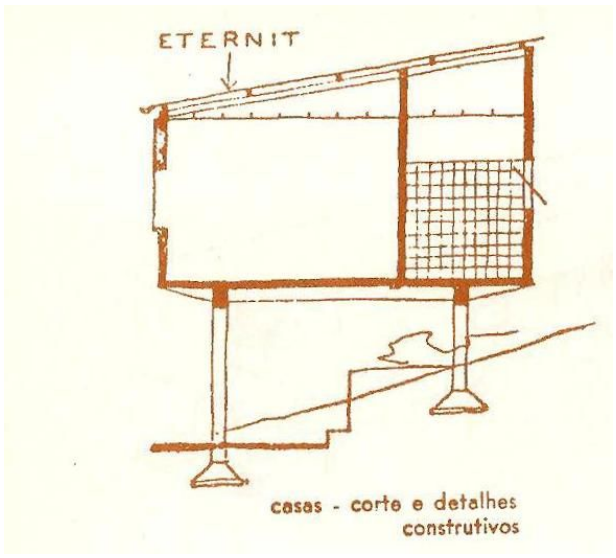
Fontes: Costa (2007, p. 45), Mindlin (1999, p. 209) e www.spbr.arq.br

Uma rede suspensa por pilotis

Ao referenciar o emprego da estrutura da Maison Dom-ino de Le Corbusier para todas as edificações do projeto de Lucio Costa para a Villa Monlevade, Abílio Guerra sublinha que "a pouca movimentação do terreno natural e, principalmente nas habitações, o uso de *pilotis* no nível do solo possibilitaria a soltura da edificação e um chão mais agreste, com a manutenção das inclinações do solo natural" (GUERRA NETO, 2002, p. 20). Abílio Guerra destaca a preocupação de Lucio Costa em preservar a beleza da paisagem: os pilotis não estão ligados apenas a um sistema construtivo atrelado a certos princípios urbanísticos como propõe Le Corbusier, mas, sobretudo, a um jeito diferente de ver a acomodação do homem no território (Figuras 4 e 5).

A visão de Lucio Costa sobre a tecnologia e natureza, ou simplesmente sobre arquitetura no território é essencial para a compreensão do papel das *estruturas de transição*[1] na obra do arquiteto Angelo Bucci. De um lado, o artifício faz sutil mediação entre o artificial e o natural - a relação com a preservação das características naturais do solo, reduzindo ao máximo os pontos de contato do edifício e em consequência a mínima modificação do "chão agreste", como tão bem salienta Abílio Guerra. Em polo oposto, quando o chão vira construção, a sutileza do artifício opera em favor da leveza e transparência do rés do chão, dessa vez pavimentado, artificial e urbano.





Figuras 4 e 5: Projeto das casas da Villa de Monlevade, vista do rés do chão (esquerda) e corte típico (direita)

Fontes: Costa (1995, p. 90) e Costa (2007, p. 90)

ESQUEMA DE ESTRUTURA, FUNDAMENTO DA ARQUITETURA MODERNA BRASILEIRA

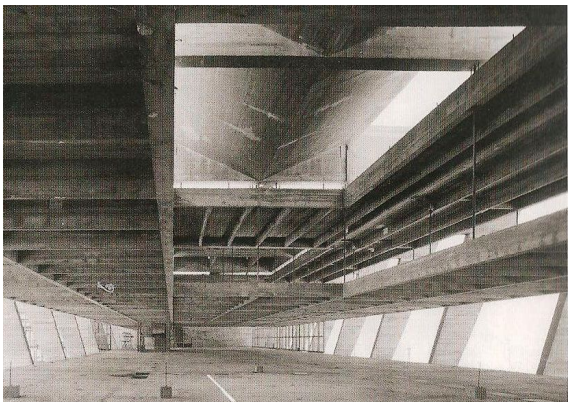
Em *Razões da nova arquitetura* (1936) Lucio Costa argumenta que "o segredo da nova arquitetura" está na ossatura independente, a estrutura característica e preferencial da nova arquitetura (COSTA, 1995, p. 112). Como tão bem observou Carlos Eduardo Comas em *Arquitetura Moderna, Estilo Corbu, Pavilhão Brasileiro* (COMAS, 1989, p.94), o esquema de estrutura independente tipo Dom-ino - é fundamento explícito da arquitetura moderna brasileira de base carioca entre 1936 e 1945. Em seguida, em *Universidade do Brasil* (1937), Lucio Costa amplia sua visão de nova arquitetura, admitindo combinações, sem fusões de cunho eclético, entre o esqueleto independente e outros tipos estruturais. A tripla articulação do esqueleto no sistema inclui estruturas especiais, referenciadas à arquitetura gótica (COMAS, 2015, p.42), e muros estruturais de referencial clássico para alternativas híbridas com a ossatura.

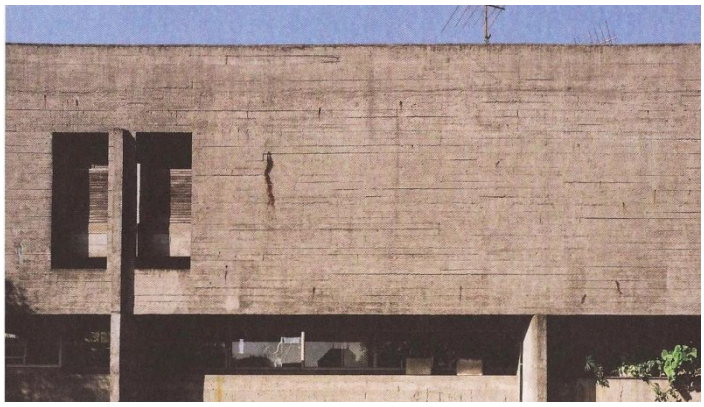
[1] Trata-se de uma estrutura excepcional que recebe e transfere cargas provenientes de pavimentos superpostos levadas vertical e indiretamente por tirantes ou pilares para a porção superior ou inferior da edificação, respectivamente, em que vigas-mestras conduzem a outros pontos de transmissão vertical às fundações.

ESQUEMA DE ESTRUTURA HÍBRIDO: DO PALÁCIO À CASA

Essa noção de combinação híbrida, inerente ao esquema estrutural, é precisamente a chave para o entendimento dos processos contínuos de transformação formal que acompanham o desenvolvimento da arquitetura moderna brasileira desde sua assimilação e emergência (1930-40) até a sua consolidação e hegemonia (1940-1960). Entretanto, a partir da década de 1950, em paralelo a essa hegemonia, a crescente banalização formal produz um fenômeno de busca pelo *fazer diferente*, ainda sob o mesmo esquema estrutural. Ao invés da simples articulação da ossatura independente com outros dois sistemas, as combinações híbridas ocorrem pela mudança na forma dos elementos da própria estrutura: transformações no esquema de placa e grelha (BAHIMA, 2015). Essas modificações se iniciam na grelha de apoios e posteriormente atingem as placas, culminando com a inclusão da parede no corpo principal como componente estrutural.

A década de 1950 é período notadamente reconhecido por novas experiências na forma dos elementos verticais suportantes da estrutura independente, que passa a associar aos apoios pontuais e lineares novos suportes contínuos ou não lineares. São verdadeiros refrões da arquitetura de Oscar Niemeyer e da arquitetura brasileira na década de 1950 encargos que se compõem desde palácios no Parque Ibirapuera e em Brasília até diversos edifícios com pilotis modificados em suas bases. Nestas, os pilares em "V" e "W" atuam como estruturas de transição. Affonso Reidy tem papel crucial nesse tipo de estrutura, ao pendurar em pórticos um pavimento sobre o grande espaço de exposições no bloco principal do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro - MAM-RJ (1953). O artifício da estrutura de transição por suspensão se inaugura em solo brasileiro (Figura 6).





Figuras 6 e 7: Projeto do MAM-RJ, vista do interior do bloco principal (esquerda) e fachada lateral da casa Martirani (direita)

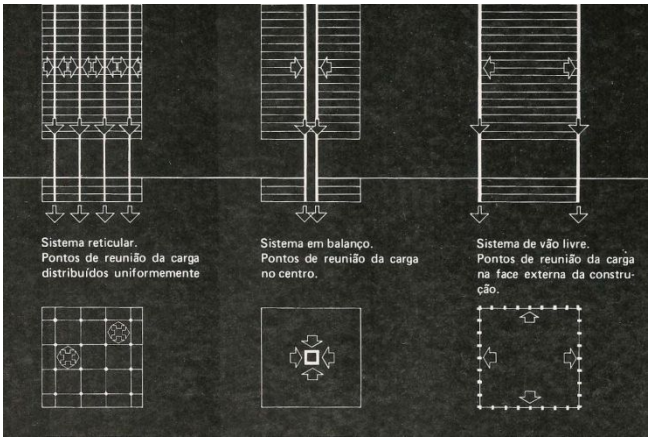
Fontes: Museu de Arte Moderna (2010, p. 87) e Artigas (2015, p. 117)

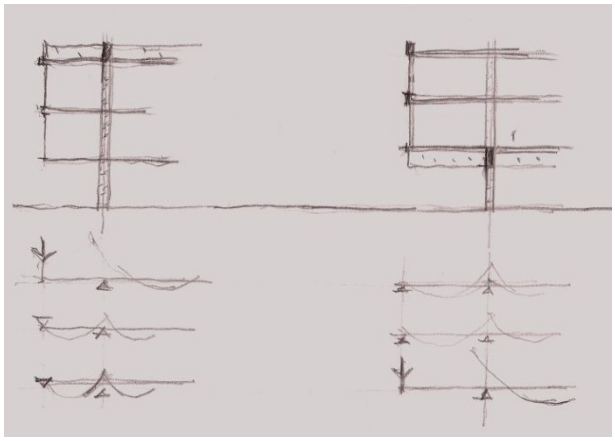
Distante do pioneirismo de Monlevade, São Paulo, a partir do final dos anos 1950, é palco de um tipo de transformação que equipara a importância o muro estrutural à coluna. Da escala doméstica à monumental, a prática corrente do período passa a admitir apoios pontuais, pilares e/ou apoios contínuos, paredes como elementos sustentantes evidentes (BAHIMA, 2015, p.36). A casa Martirani (1969) e a FAUUSP (1961), ambos de João Vilanova Artigas, a casa Masetti (1967) e o MAC/USP (1975), ambos de Paulo Mendes da Rocha, são alguns exemplos significativos que atestam a importância dessas combinações híbridas no contexto da arquitetura brasileira (Figura 7).

Com efeito, a inclusão de apoios contínuos no corpo principal dos edifícios é mutação que afeta o princípio de independência entre estrutura e vedação, e desautoriza a associação categórica do apoio isolado a elemento estrutural, e da parede a elemento sustentado, de vedação. Torna-se assim problemática a subordinação da parede portante no sistema de tripla articulação equacionado por Lucio Costa entre 1936 a 1945, podendo-se ver em curso uma *mutação sistêmica* (BAHIMA, 2018, p.268). Monlevade se revisita: o barro vira concreto armado.

CONSTRUINDO O CHÃO: DOIS SISTEMAS DE TRANSMISSÃO INDIRETA DA CARGA VERTICAL

O esqueleto independente tipo Dom-ino se caracteriza por um sistema estrutural vertical do tipo reticular (BAHIMA, 2015, p. 62), ou seja, as cargas de cada pavimento são reunidas por unidade de área - a grelha, e são transmitidas à base, individualmente em pontos uniformes de reunião de carga - os suportes. Cada placa é independente na absorção horizontal das cargas atuantes (Figura 8).





Figuras 8 e 9: Três tipos de sistemas estruturais verticais (esquerda) e croquis dos dois sistemas de transmissão indireta de cargas (direita)

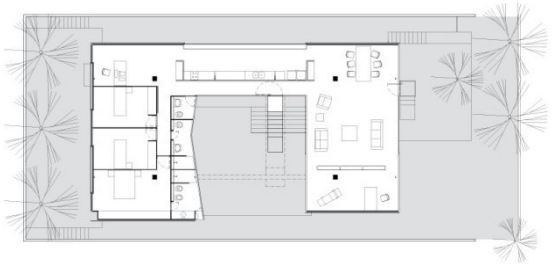
Fontes: Engel (1981, p. 242) e Croquis do autor

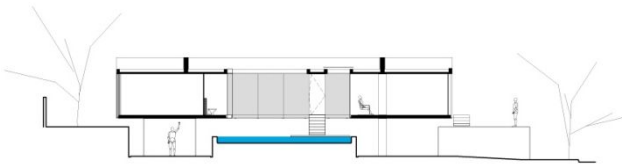
No entanto, se a viga-parede somente considera a transmissão *associada* entre pavimentos, através de uma verdadeira acoplagem ou fusão (BAHIMA, 2015, p. 184), dois sistemas estruturais combinam tanto a transmissão direta e individual que é inerente ao esquema de placa e grelha como também a transmissão *indireta* e associada de cargas: sistema de *suspensão* de pavimentos agrupados e sistema de *apoio* de agrupamento de pavimentos (ENGEL, 1981, p.244). Ora suspendidos, ora apoiados por vigas-mestras superiores ou inferiores, respectivamente, a estratégia de mediação com o solo parece definir qual estrutura de transição deve ser empregada (Figura 9).

Construindo o chão por suspensão de vigas-mestras na cobertura

O mecanismo de suspensão, iniciado na casa em Ribeirão Preto (2000), cumpre inicialmente o propósito de reduzir ao máximo a distância vertical do pavimento principal que se eleva do solo por meio de quatro pilares. A movimentação de terra mal-lograda obriga a construir o chão em topografia artificial, através de três patamares elevados: o frontal faz eco à casa Butantã (1964) de Paulo Mendes e possibilita uma privacidade ao centro do lote em relação à rua (Figuras 10 e 11). O partido subtrativo expõe radical planeza do espaço sob o volume elevado, devido à ocultação do par de vigas-mestras invertidas que compõe o

mecanismo de transferência das cargas verticais. Oportunamente Otavio Leonídio vincula o artifício da suspensão verificado posteriormente na casa de Carapicuíba (2003) de Angelo Bucci e Álvaro Puntoni com o MAM-RJ (LEONÍDIO, 2011). De fato, no projeto de Reidy, a suspensão de um pavimento agrava os esforços de flexão na viga do grande vão, ainda que os pontos de posicionamento dos tirantes se distribuam em sete linhas longitudinais ao longo das vigas transversais de cobertura. O hábil recurso encontrado é o uso de pórticos rígidos, que se justificam como solução na redução da altura da viga, devido ao consórcio entre viga e pilar na absorção do esforço de flexão.

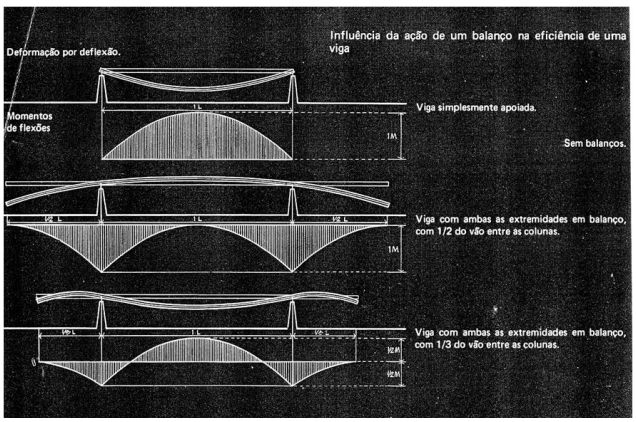


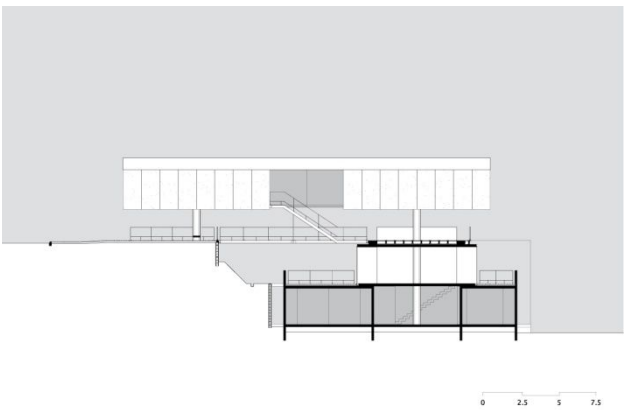


Figuras 10 e 11: Casa em Ribeirão Preto, planta baixa do pavimento principal elevado (esquerda) e corte longitudinal (direita)

Fonte: www.spbr.arq.br

Iniciado na Casa em Ribeirão Preto e empregado como regra, o mecanismo adotado por Bucci na Casa de Carapicuíba para as vigas-mestras do sistema de transição é a adoção do esquema de balanços proporcionais ao vão central que cumprem papel equivalente ao mecanismo de pórtico rígido (ENGEL, 1981, p. 122). Típico do esquema de placa e grelha, esta disposição é empregada para os pontos de suspensão e apoio das vigas-mestras de cobertura, reduzindo os esforços de flexão, sabidamente responsáveis pelo aumento ou diminuição dessas estruturas que compõe a placa (Figura 12).

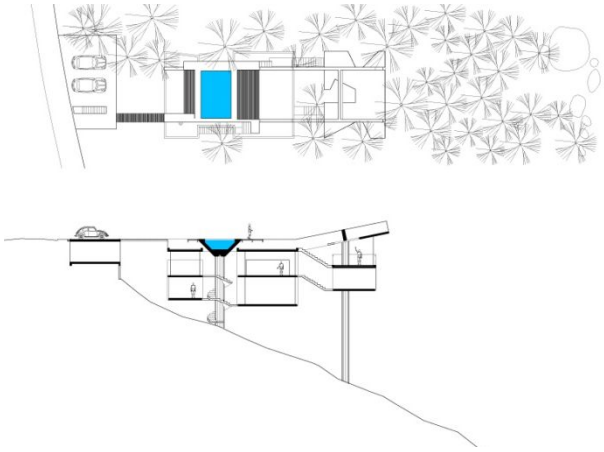




Figuras 12 e 13: diagrama demonstrativo da influência dos balanços proporcionais na eficiência da viga (esquerda) e corte transversal ao volume principal da casa de Carapicuíba (direita)

Fontes: Engel (1981, p. 117) e www.spbr.arq.br

A casa é implantada em declive de terreno, com partido aditivo em dois volumes. Grande parte do programa se distribui no volume abaixo da cota de acesso, o pavimento térreo. O volume aditivo é elevado em relação à praça de acesso. Pendurado por tirantes a duas vigas invertidas na cobertura que transmitem as cargas a dois pilares, repete-se, em versão alongada e estreita, a solução de Ribeirão Preto (Figura 13). O volume principal, pavimento de praça, tem suspensão parcial até o módulo transversal de escada; o restante é totalmente apoiado no terreno através de paredes portantes. O artifício da suspensão não elimina pontos de contato do edifício com o solo como Lucio Costa em Monlevade, mas cria uma radical permeabilidade visual que transforma o chão artificial em belvedere de observação da mata nativa ao fundo do lote (Figura 13).



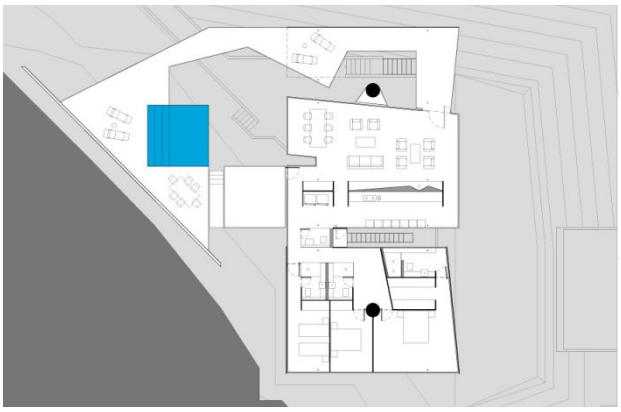
Figuras 14 e 15: Casa em Ubatuba I, vista externa (esquerda) e planta de cobertura e acesso, corte longitudinal (direita)

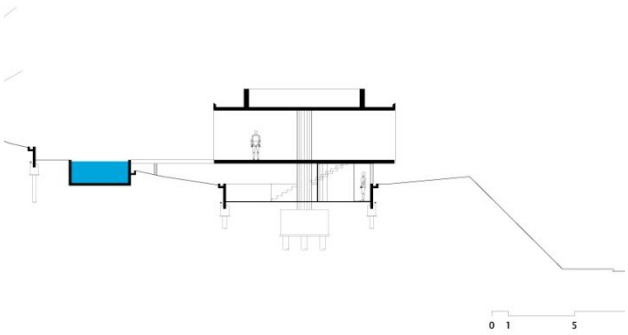
Fonte: www.spbr.arq.br

Por seu turno, na primeira casa em Ubatuba (2005) o artifício da suspensão ganha versão de máxima radicalidade em relação à construção do chão nativo, intocado e agreste: três pilares apenas tocam o solo. O acesso repete a praça de Carapicuíba, dessa vez sem volume elevado, mas com o mesmo propósito de oferecer uma plataforma artificial de contemplação da paisagem (Figuras 14 e 15).

Na casa em Cotia (2008), terreno em forte declive sugere um partido de bloco principal elevado por apenas dois pilares e suspenso por tirantes a um conjunto de quatro vigas invertidas na cobertura. A estratégia combina mínimos pontos de contato com o solo e pavimento semi-escavado de base que também atua como adaptação entre o programa de apoio e a encosta de morro. A base com teto plano extrapola a projeção do prisma suspenso e articula o tipo casa-apartamento com a área da piscina. Combinam-se duas maneiras mediação entre arquitetura e lugar.

As duas escadas de circulação vertical entre base semi-escavada e prisma elevado se viabilizam por significativas subtrações assimétricas em seu contorno. É aceitável um ligeiro aumento do vão central em relação à dimensão dos balanços, afinal nesse caso o sistema de vigas invertidas necessita receber uma camada adicional de vigas de transição que se justifica tanto pela posição em linha central dos dois pilares, pelas subtrações profundas que rompem a continuidade longitudinal das duas placas (piso e cobertura), e da geometria pouco alongada do prisma. De fato, a base retangular de proporção discreta 2:1 entre lados com apenas dois pontos de apoio exige duas vigas-mestras adicionais no sentido transversal que recebem das vigas secundárias longitudinais as cargas captadas pelos tirantes.





Figuras 16 e 17: Casa em Cotia, planta baixa do pavimento principal elevado (esquerda) e corte transversal (direita)

Fonte: www.spbr.arq.br

Construindo o chão por apoios de vigas-mestras junto aos pilotis na base

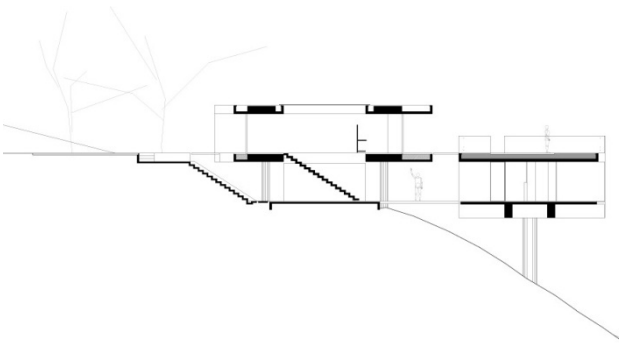
A solução de dispor pilares em linha única como modificação dos pilotis de base parece estar ligada a ocasiões em que o solo é tratado como pavimentado, ainda que parcialmente entremeado por jardins. Em situações de térreo com programa na base do edifício, o mecanismo de transferência das cargas de outros pavimentos se oculta no interior da placa, com o intuito de criar o espaço de planta livre estratificado horizontalmente com teto plano.

Figuras 18 e 19: projeto da Casa do Estudante em Paris vista externa (esquerda) e projeto do Colégio Marista na Barra da Tijuca, maquete eletrônica (direita)

Fonte: www.spbr.arq.br

Nos exemplos, tanto do recente projeto do concurso para a Casa de Estudantes (2015) em Paris, como do projeto do Colégio Marista (2005) na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, a solução adotada é o uso da transição apoiada em vigas-mestras não aparentes. No primeiro, a solução de transição é provável homenagem ao Pavilhão Suíço (1930) de Le Corbusier, em que a clássica solução do pilar-parede revisita a modificação dos pilotis de base (Figura 18); no segundo, pilares robustos de fuste cilíndrico, dispostos em linha central ao

longo do bloco linear, cumprem o mesmo objetivo de Niemeyer na década de 1950: produzir grandes balanços que liberam um longo espaço coberto livre de apoios; eliminar pontos de contato da estrutura com o solo, aumentando a transparência do rés do chão (Figura 19).



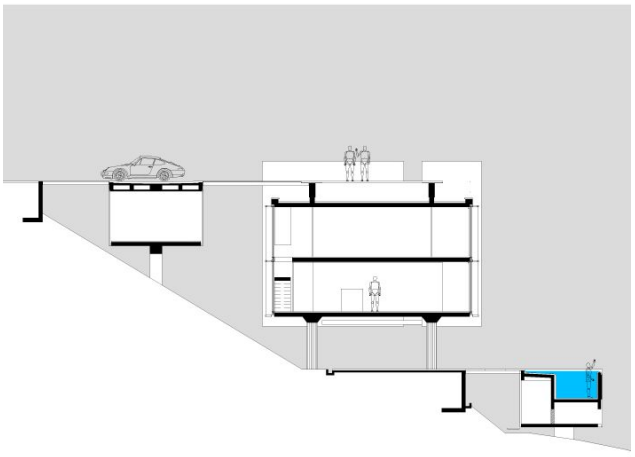
Figuras 20 e 21: Casa em Itaipava, vista externa (esquerda) corte longitudinal ao bloco social e íntimo (direita)

Fonte: www.spbr.arq.br

A mesma estratégia permite uma variante mais complexa, quando ao invés de pilares provenientes de outros pavimentos, estes são trocados por vigas-parede nas extremidades do volume. Estas descarregam em estruturas de transição que por seu turno cumprem a transferência da direção vertical a pilares recuados junto à base do edifício. O bloco do setor íntimo da casa em Itaipava (2011) e o corpo principal da casa Ubatuba II (2012) retomam a mutação sistêmica da viga-parede, tão adotada por Artigas e Paulo Mendes, porém em associação com uma estrutura de transição.

É típica dessa solução de transição, verificada no bloco íntimo da casa em Itaipava, a exibição das vigas de transição junto ao terreno agreste sem pavimentação: a ausência de programa na base sem o percurso humano, sob o espaço entre chão e edifício não reclama a solução estrutural mais qualificada da placa; a estrutura se desnuda em vigas de transição aparentes. O artifício de mediação expõe o caráter primitivo do território, tanto quanto da arquitetura que nele se assenta (Figura 20).

Entretanto, sob o bloco do setor social, a solução tem importante diferença que se estabelece pelo percurso humano pavimentado sob espaço da estrutura de transição: as vigas-mestras de transferência aos pilares se ocultam no interior da placa de teto. No bloco principal da casa de Ubatuba II, estas vigas quase se fundem à placa; atuam mais como discretas dobras em perfil “V” do que como vigas aparentes. O teto mantém a planeza e horizontalidade do espaço, tampouco a solução parece primitiva e rude (Figuras 22 e 23).



Figuras 22 e 23: Casa em Ubatuba II, vista externa (esquerda) e corte longitudinal (direita)

Fonte: www.spbr.arq.br

CONSTRUINDO O CHÃO: DUAS ESTRATÉGIAS DE MEDIAÇÃO ENTRE O EDIFÍCIO E O SOLO

O olhar panorâmico na obra de Angelo Bucci no âmbito do escritório spbr torna evidente, como traço característico, a combinação de estratégias herdadas de outros arquitetos brasileiros com uma necessária atualização desses processos iniciados por Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Reidy, Vilanova Artigas e Paulo Mendes. A continuidade dessa herança híbrida resulta em uma arquitetura que se renova constantemente pelo uso mestiço do esqueleto independente com outros dois sistemas ou mesmo com seus próprios componentes transformados. O tom contemporâneo reside no uso combinado com as estruturas de transição como jeito de *construir* o chão, que se inaugura em Monlevade e se atualiza na casa em Ribeirão Preto.

As estruturas de transição na obra de Angelo Bucci se revelam deliberadas estratégias de projeto: parecem escapar tanto do uso corriqueiro e pragmático do edifício que se alça sobre os recuos urbanísticos, quanto do extraordinário e especulativo que a natureza do encargo excepcional reclama; é pensamento sistêmico, prática que se generaliza com propósito, intenção de mediar, é mecanismo consciente entre arquitetura e território. Sob tal artifício, parece se revisitar o longo percurso entre a Villa Monlevade e o Pavilhão do Parque Ibirapuera. Partindo da Villa, faz-se mediação sutil entre mínimos pontos de apoio com o solo e o primitivismo do teto com vigas aparentes; arquitetura como construção qualificada, mas que se realiza também com estruturas mais pragmáticas. Nessa mesma esteira, o artifício se inverte sem ocultar tais vigas. Estas são agora também visíveis na cobertura do edifício e se transformam em estruturas de piso para a praça e belvedere de contemplação da paisagem. Por fim se alcança o parque urbano com pavilhão, palácio, ou casa, onde o espaço sob o edifício tem programa: o espaço estratificado da planta livre, aberto e flexível, que permite a caminhada pavimentada. Para isso, a arquitetura se qualifica via esquema estrutural, afinal, o próprio Lucio Costa define arquitetura como construção com intenção plástica. Nessas ocasiões, é perfeitamente cabível que a estrutura mais sofisticada oculte seus mistérios.

REFERÊNCIAS:

ARTIGAS, Rosa. **Vilanova Artigas.** São Paulo: Terceiro Nome, 2015.

BAHIMA, Carlos Fernando Silva. **De placa e grelha: transformações dominoicas em terra brasileira**. Tese de Doutorado - PROPAR/UFRGS, Porto Alegre, 2015.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. "**Arquitetura moderna estilo Corbu, Pavilhão brasileiro". Arquitetura e Urbanismo.** São Paulo: Editora Pini nº 26, pp. 92-101.

_____. The Poetics of Development: Notes on Two Brazilian Schools. In**:** [BERGDOLL, Barry; COMAS, Carlos Eduardo; LIERNUR, Jorge Francisco. REAL, Patricio del]. **Latin America in construction: architecture 1955 - 1980**. New York: The Museum of Modern Art, 2015, pp. 40-66.

COSTA, Lucio. **Lucio Costa: Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

_____. **Lúcio Costa: sôbre arquitetura.** Porto Alegre: UniRitter Ed., 2007.

ENGEL, Heino. **Sistemas de Estruturas**. São Paulo: Hemus, 1981.

GUERRA NETO, Abílio da Silva. **Lúcio Costa: modernidade e tradição – Montagem discursiva da arquitetura moderna brasileira.** Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2002.

LEONÍDIO, Otavio. "**Espaço de risco". Monolito.** São Paulo: Editora Monolito nº 1, pp. 30-35.

MINDLIN, Henrique Ephim. **Arquitetura Moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999.

Museu de Arte Moderna: arquitetura e construção / organização Frederico Coelho. Rio de Janeiro: Cobogó, 2010.

Spbr arquitetos. Disponível em <http:// www.spbr.arq.br>.

Salvador - 2018

DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO EM ARQUITETURA: O CAMPO PROFISSIONAL PELA PERSPECTIVA DA MULHER ARQUITETA

GENDER DISCRIMINATION IN ARCHITECTURE: THE PROFESSIONAL FIELD BY THE WOMEN´S PERSPECTIVE

DISCRIMINACIÓN DE GÉNERO EN ARQUITECTURA: EL CAMPO PROFESIONAL EM LA PERSPECTIVA DE LA MUJER ARQUITECTA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

CASER, Karla do Carmo
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora do DAU - UFES
karlacaser@gmail.com

DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO EM ARQUITETURA: O CAMPO PROFISSIONAL PELA PERSPECTIVA DA MULHER ARQUITETA

GENDER DISCRIMINATION IN ARCHITECTURE: THE PROFESSIONAL FIELD BY THE WOMEN´S PERSPECTIVE

DISCRIMINACIÓN DE GÉNERO EN ARQUITECTURA: EL CAMPO PROFESIONAL EM LA PERSPECTIVA DE LA MUJER ARQUITECTA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Em Arquitetura, as pesquisas feministas tem início nos anos 70, período de mudanças paradigmáticas que se iniciam nos anos 60; surgem também as primeiras pesquisas que buscavam mapear e questionar a baixa representatividade das mulheres nas diversas profissões. Estudos recentes focam em problemas enfrentados pela mulher arquiteta e desafios a serem enfrentados para melhoria da qualidade do campo profissional. Diversos são os fatores que justificam um estudo sobre as relações de gênero em Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Primordialmente, um melhor entendimento dos mecanismos de ação desvantajosos, e muitas vezes sutis, para o gênero feminino em disciplina que historicamente e mundialmente favorece o gênero masculino e por si só relevante para melhorar as condições de bem-estar das mulheres arquitetas e levar a profissão a apoiar a diversidade. O objetivo deste artigo é apresentar discussão sobre discriminação de gênero enfrentada pelas mulheres arquitetas em sua prática profissional no estado de Espírito Santo e identificar quais os tipos de discriminação presentes na nossa realidade. Primeiramente faz-se um breve sumário das pesquisas feministas em Arquitetura *vis a vis* pesquisas feministas e do campo profissional nas Ciências Sociais. Em seguida é apresentada análise quali-quantitativa de 50 questionários online conduzidos junto a arquitet@s do CAU/ES. Primeiramente apresenta-se análise das perguntas gerais sobre discriminação. A seguir, por uma questão de clareza e organização do artigo, o detalhamento das diferentes situações de discriminação são tratadas em seções separadas: Honorários; Invisibilidade; Cultura machista da profissão; e Estereótipos/marginalização. Os resultados indicam pontos onde ainda se precisa avançar – invisibilidade, estereótipos e cultura machista - para que o campo profissional da Arquitetura se torne mais equânime.
PALAVRAS-CHAVE: discriminação; gênero; mulher; arquitetura; prática profissional.

ABSTRACT:
In Architecture, feminist research began in the 1970s, a period of paradigmatic changes that began the 1960s; also emerge the first researches that sought to map and question the low representativeness of women in the different professions. Recent studies focus on problems faced by the female architect and the challenges to be tackled in order to to improve the quality of the professional field. Several factors justify studies on gender relations in Architecture and Urbanism in Brazil. Primarily, a better understanding of the disadvantageous, and often subtle, mechanisms of action for the female gender in a discipline that historically and worldwide favors the masculine gender is in itself relevant to improving the conditions of female architects, leading the profession to support diversity.
The objective of this paper is to present an analysis on gender discrimination faced by female architects in their professional practice in the state of Espírito Santo and to identify the types of discrimination present in our reality. First, a brief summary of feminist research in Architecture vis a vis feminist research and of the professional field in the Social Sciences is presented. Next, it is described a qualitative-quantitative analysis of 50 online questionnaires

conducted with the CAU / ES architects. First, an analysis of the general questions on discrimination is presented. Next, for the sake of clarity and organization of the article, the details of the different situations of discrimination are dealt with in separate sections: Fees; Invisibility; Sexist culture; and Stereotypes / marginalization. The results indicate points where there is still a need to advance - invisibility, stereotypes and macho culture - so that the professional field of Architecture becomes more equitable.
KEY WORDS: *discrimination; gender; woman; architecture; practice.*

RESUMEN:
En Arquitectura, las investigaciones feministas comienzan en los años 70, período de cambios paradigmáticos que se inician en los años 60; surgen también las primeras investigaciones que buscaban mapear y cuestionar la baja representatividad de las mujeres en las diversas profesiones. Estudios recientes se centran en los problemas que enfrenta la mujer arquitecta y los desafíos a ser enfrentados para mejorar la calidad del campo profesional. Diversos son los factores que justifican un estudio sobre las relaciones de género en Arquitectura y Urbanismo en Brasil. Primordialmente, un mejor entendimiento de los mecanismos de acción desventajosos, y muchas veces sutiles, para el género femenino en disciplina que históricamente y mundialmente favorece el género masculino y por sí solo relevante para mejorar las condiciones de bienestar de las mujeres arquitectas y llevar la profesión a apoyar la diversidad. El objetivo de este artículo es presentar discusión sobre discriminación de género enfrentada por las mujeres arquitectas en su práctica profesional en el estado de Espírito Santo e identificar cuáles son los tipos de discriminación presentes en nuestra realidad. Primero se hace un breve resumen de las investigaciones feministas en Arquitectura vis a vis las investigaciones feministas y del campo profesional en las Ciencias Sociales. A continuación se presenta un análisis cualitativo-cuantitativo de 50 cuestionarios en línea conducidos junto a las arquitectas del CAU / ES. En primer lugar se presenta un análisis de las preguntas generales sobre la discriminación. A continuación, por una cuestión de claridad y organización del artículo, el detalle de las diferentes situaciones de discriminación son tratadas en secciones separadas: Honorarios; Invisibilidad; Cultura machista de la profesión; y Estereotipos / marginación. Los resultados indican puntos donde aún hay que avanzar - invisibilidad, estereotipos y cultura machista - para que el campo profesional de la Arquitectura se vuelva más ecuánime.
PALABRAS- CLAVE: *discriminación; género; mujer; arquitectura; práctica profesional.*

INTRODUÇÃO

Diversos sãos os fatores que justificam um estudo sobre as relações de gênero em Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Primordialmente, um melhor entendimento dos mecanismos de ação desvantajosos, e muitas vezes sutis, para o gênero feminino em disciplina que historicamente e mundialmente favorece o gênero masculino, é por si só relevante para melhorar as condições de bem-estar das mulheres arquitetas e levar a profissão a apoiar a diversidade.

A busca por igualdade das mulheres começa no séc. XIX e continua até os dias de hoje. Esse movimento costuma ser dividido em três fases, que apesar de receber nomes distintos de acordo com diferentes autores[1], tem em comum o objetivo principal em cada destas fases:

1. Fase universalista ou igualitarista (séc. XIX e início do XX): busca pelos diretos civis e de igualdade de direitos;
2. Fase diferencialista ou essencialista (2ª metade do séc. XX): busca pela afirmação e diferenciação da mulher e de outros grupos;
3. Fase pós-moderna (séc. XXI): busca pela afirmação dos sujeitos/identidades múltiplas.

Um marco da primeira fase foi a garantia do direito ao voto feminino, que ocorreu primeiramente em 1893 na Nova Zelândia, em 1919 nos EUA e em 1932 no Brasil. A segunda fase conta com as leis que impedem a discriminação por sexo, raça e deficiência. Como resume Graft-Johnson et al (2003, pg.10): "*Ultimately legislation focused on the move from a voluntary approach to removing impediments to the participation of women to a stage where it became illegal to discriminate on the grounds of sex (1975), race (1976) and eventually disability (1995*)".

Alguns autores como Scavone (2008) consideram o ano de 1949, quando foi lançado o livro *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, como início da segunda fase. Sua frase icônica, encontrada em algum momento em quase todos os textos feministas, "Ninguém nasce mulher, torna-se", já aponta para a importância do aspecto social na construção da identidade. Entretanto, considera-se que foi o artigo de 1986 da historiadora Joan Scott, *Gênero como uma categoria de análise*[2], que introduziu o conceito de gênero[3] nas Ciências Sociais. Assim, a segunda fase tende a ser vista como dividida em dois momentos, com o conceito de gênero funcionado como um divisor de águas: antes, prevalecem os estudos que se alicerçam no binário masculino/feminino; depois, entram "no jogo"/passam a ser consideradas a interseção de diversos fatores como classe, raça e religião.

Em Arquitetura, as pesquisas feministas tem início nos anos 70, período de mudanças paradigmáticas que se iniciam nos anos 60; movimentos de contestação tomaram as ruas e posteriormente também a academia. Surgem a principais críticas ao movimento moderno, a contestação da impessoalidade e do não atendimento às necessidades dos usuários, bem como o início da interdisciplinaridade. Surgem também as

[1] Scavone (2008) trata destas três fases, mas também indica classificação similar feita por Julia Kristeva.

[2] Apesar de estudo precursor de Rubin ainda nos anos 70, é consenso que a introdução do conceito de gênero nas Ciências Sociais se deu com o artigo da historiadora Joan Scott em 1986, Gênero como uma categoria de análise, traduzido para o português no ano seguinte (GROSSI, 1998; SAFFIOTTI, 2001; SCAVONE, 2008).

[3] "Gender reflects how social expectations and beliefs treat the biological characteristics of sex to form a system of domination and subordination, privilege and restraints" (AHRENTZEN e ANTHONY 1993, p.11).

primeiras pesquisas que buscavam mapear e questionar a baixa representatividade das mulheres nas diversas profissões.

No Brasil, esse é um período de crescimento econômico e as mulheres passam a ter maior facilidade de acesso ao ensino superior, devido ao aumento do número de faculdades, e também se abre o mercado de trabalho (BRUSCHINI e LOMBARDI, 1999; BONELLI, 1996; SAFFIOTTI, 1999 e 2001). Grossi (1998) identifica que os estudos feministas desta segunda fase no Brasil podem ser divididos em 3 momentos:
- anos 70: "condição da mulher" oprimida pelo patriarcado;
- anos 80: "estudos sobre as mulheres" (grifo meu), mas ainda considerada a unidade biológica da identidade feminina;
- anos 90: estudos de gênero, com ênfase na origem social das identidades.

Também no campo da arquitetura, esse segundo momento do feminismo costuma ser dividido em 3 fases:

> Em ambos **os esquemas de organização de projetos feministas em arquitetura** (Rendell et al, 2000 e Rothschild e Rosner, 1999), nós vemos o crescimento intelectual de um campo de questionamento binário para um mais multifacetado e com mais nuances, e certamente com interpretações e análises mais complexas, similar ao desenvolvimento ocorrido na pesquisa feminista em geral (AHRENTZEN, 2003, p. 184; negrito nosso).

O primeiro desses esquemas foi apresentado por Ahrentzen (1996) em seu artigo *The F word in architetcure* e apresenta uma categorização das diferentes pesquisas/autoras feministas em arquitetura:

- liberal ou *equal rights architecture,* que busca direitos iguais na profissão e na relação com espaço construído. Traduz-se por pesquisas que buscam resgatar a história e contribuição de arquitetas invisibilizadas pela historiografia patriarcal (TORRE, 1977) e por pesquisas que buscam analisar a situação da mulher na profissão (ANTHONY, 2001) e em relação ao ambiente construído (HAYDEN, 1987);
- cultural, que busca identificar as qualidades femininas objetivando transformar a profissão[4] (FRANK, 2000; GROAT e AHRENTZEN, 1996 e 1997);
- contextual, que insere o contexto social na construção das identidades e é dividida em:
    a. textual: embalados por teorias pós-estruturalistas, adota contribuições da psicanálise (COLOMINA, 1996; HUGHES, 1996; AGREST, 1996);
    b. transformativa (CAVEN 2006[5])

Como destaca a própria Ahrentzen (1996), essas pesquisas ocorrem simultaneamente nos USA. De maneira análoga, Machado Zanotta (apud SCAVONE,2008) identifica que os três momentos do feminismo ocorrem simultâneos no Brasil. Bassnett (2002), ao analisar a arquitetura feminista canadense, aponta ainda outra possibilidade, que é a mistura de duas abordagens, dependendo do período do início das pesquisas e do contexto sócio-econômico do país[6]. Nas palavras de Scavone: "...essas fases não são fixas, elas dependem da situação social, econômica, cultural e política de cada sociedade " (2008,p. 177).

[4] Cabe destacar que nas pesquisas sobre a profissão, é importante a contribuição da teoria feminista de bell hooks (1984, from margin to center): a posição marginal da mulher permitirá que ela expanda o escopo da arquitetura (ver MATTHEWSON, 2012; AHRENTZEN, 1996, p.86).

[5] Segundo Caven (2004;2006), as mulheres ao optarem por carreiras que fogem do padrão (emprego em escritórios de arquitetura) estão encontrando maiores níveis de satisfação e, como aponta Burns (2012a), provavelmente ajudando a reinventar a profissão.

[6] Bassnett (2002), ao analisar a produção feminista em arquitetura no Canadá, que teve início nos anos 80, mostra distinções epistemológicas: já não se buscam fazer biografias de arquitetas através de seus projetos, mas sim inseri-las dentro do contexto

No Brasil, estudos das profissões começam nos anos 60 e 70 na área de Sociologia do Trabalho (Bonelli, 1996, p. 290). Bonelli e também Bruschini e Lombardi (1999), que estudam as profissões da elite - medicina, direito e arquitetura -, citam Durand (2009 [1989]) como referência importante para o estudo sociológico da profissão de Arquitetura: ele utiliza a estrutura teórica da sociologia Pierre Bourdieu para analisar o campo da arquitetura. Em Arquitetura, até os anos 2000[7] poucas eram as pesquisas sobre o assunto, podendo-se citar Sá (2000), que desenvolve dissertação sobre arquitetas em São Paulo e Medvedowski (1994), que trata da situação da mulher arquiteta.

Na última década, estudos sobre a mulher e a profissão de Arquitetura têm abordado os mesmos temas, já que os desafios permanecem (FOWLER e WILSON 2004; BURNS 2012 e 2012a[8]). Como observa Matthewson (2012), 30 anos depois dos primeiros estudos, as mulheres arquitetas permanecem invisíveis:

> Nearly thirty years ago others I, along with others, asked "where are women in architecture?" Apart from in the schools of architecture, women were invisible – both in the profession and the library collection. Given the massive societal and economic changes since then, and our increasing numbers and research, I didn't think it would be either necessary or indeed possible to be able to ask the question again so many years later. I thought (and hoped) it was past history and had simply been left behind.

Altas taxas de evasão de mulheres, discrepâncias entre os números de alunas e profissionais fizeram soar alarmes no Reino Unido. Pesquisa desenvolvida por Graft-Johnson et al (2003; 2005), a pedido do RIBA (*The Royal Institute of British Architects*) foi realizada com arquitetas que abandonaram a profissão e/ou em vias de abandonar, para entender as razões das baixas taxas de mulheres arquitetas atuantes no Reino Unido, cerca de 3 vezes menor do que seus números na graduação.

Graft-Johnson et al (2003) indica 15 problemas enfrentados pela mulher arquiteta, relacionados a salários baixos e/ou injustos, cultura machista com atitudes sexistas e de marginalização, longas horas de trabalho não regulares e sem flexibilização; práticas de contratação não regulamentada (incluindo licença maternidade), altos custos (seguro). Nenhum deles foi considerado preponderante para a decisão de abandonar a profissão, mas sim o conjunto deles. Burns (2012) indica que 10 destes problemas são relacionados a gênero: 7 relacionados a discriminação de gênero que limitam a experiência e progressão na carreira e outros 3 relacionados ao balanço trabalho/família.

Bohnenberger (2005), baseado em diversos autores que abordam discriminação no mercado de trabalho, define Discriminação como o fato de receber salários ou tratamento diferenciado por pertencer a grupos específicos, mesmo tendo a mesma formação, habilidades e produtividade. Discriminação ou sexismo, para os estudos feministas, é o tratamento e/ou salários diferenciados devido a pertencer ao gênero feminino.

---

profissional de sua época. Da mesma forma, o estudo da mulher e sua relação com o espaço, que nos USA enfoca o espaço doméstico unifamiliar, representado pela pesquisa de Dolores Hayden durante o período de suburbanização americano, é no Canadá conduzido em relação ao espaço coletivo de habitações de interesse social, ou como a organização do espaço constitui sujeitos de gênero (BASSNETT, 2002, p.239).

[7] Mais recentemente, pode-se citar pesquisa de Rubino (2010) sobre a arquiteta Lina bob Bardi e Gabriela Lima (2014 e 2004), que faz resgate histórico da contribuição das arquitetas brasileiras.

[8] Matthewson (2012) e Burns (2012; 2012a) tratam da situação da arquiteta na Austrália e Nova Zelândia.

Estudos comprovam que mulheres arquitetas possuem níveis menores de saúde ocupacional e bem-estar, associados a menor satisfação com a profissão e maiores níveis de insônia e depressão, que seus pares do gênero masculino (SANG et al 2007). Esta baixa qualidade de vida das arquitetas tem sido apontado como uma das razões para o seu número decrescente em alguns países. Na Inglaterra, o número de mulheres atuantes na profissão caiu de 28% para 21% desde 2009, apesar do número de estudantes mulheres se manter por volta de 50%. Longas horas de formação e trabalho e ênfase na competição em vez de na cooperação são listadas como causas desses números (ROSE 2012). Este percentual diminui ainda mais nos EUA: perfazendo 50% dos alunos, as mulheres licenciadas somam somente 15% dos arquitetos atuantes (WIA apud JORDANA 2010).

Segundo Valian (apud BURNS 2012a), para haver um ambiente mais igualitário e confortável é importante ter mais de 25% de mulheres e minorias, o que ela denomina de *mass factor*[9]. Levando-se em conta esse mass factor, a situação da mulher arquiteta no Brasil deveria ser diferente da relatada internacionalmente. O Brasil tem altos índices de mulheres na graduação, mas também atuando. O CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) disponibilizou o primeiro Censo da categoria em 2013. São 128 mil arquitetos registrados no Brasil, sendo que 60,65% são mulheres (RODRIGUES 2012). O Censo também apurou que a expansão do número de mulheres na profissão se torna mais forte a partir de 2001, e tende a crescer, bastando comparar os dados que relacionam faixa etária e gênero: os homens são maioria na faixa etária acima de 60 anos sendo que entre 20 e 25 anos as mulheres são quase 80% do total de registrados no CAU/BR (MELENDEZ 2013). Os cursos de graduação também são mais condensados, com 5 anos de duração e não é necessário exame de qualificação para atura como arquiteto. De que maneira essas diferenças podem trazer um cenário diferente tornou-se um questionamento que motivou essa pesquisa, que teve início em 2013. Em 2014 foi iniciada uma fase que consistiu de questionários e entrevistas com profissionais vinculados ao CAU.

Este artigo apresenta parte dos resultados da análise dos questionários. O objetivo é apresentar discussão sobre **discriminação de gênero** enfrentada pelas mulheres arquitetas em sua **prática profissional** no estado de Espírito Santo e identificar **quais os tipos** de discriminação presentes na nossa realidade.

Após breve descrição da metodologia adotada, apresenta-se uma contextualização da profissão no Brasil e no estado do ES. Na sequência, a seção de Resultados contém a análise quanti-qualitativa das respostas dos questionários; usa-se gráficos e citação literal dos comentários dos respondentes. Primeiramente apresenta-se uma contextualização dos respondentes e a análise das perguntas gerais sobre discriminação. A seguir, por uma questão de clareza e organização do artigo, o detalhamento das diferentes situações de discriminação são tratadas em seções separadas: Honorários; Invisibilidade; Cultura machista da profissão; e Estereótipos/marginalização.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa consistiu de extensa revisão de bibliografia e aplicação de questionário online enviado para profissionais ativos. A revisão de literatura permitiu incorporar no questionário questões presentes nas diversas pesquisas, principalmente Caven (2004), Sang et al (2009), Graft-Johnson et al

[9] Groat e Ahrentzen (1996) reiteraram a importância de um "mass fator"/ Critical mass and the comfort fator (p.177). Nas faculdades de arquitetura onde as respostas foram mais positivas havia ao menos 25% de mulheres nos cursos, entre alunas e professores.

(2005), Bruschini e Lombardi (1999), Anthony (2001), Groat e Ahrentzen (1996 e 1997) e CAU (2013). O questionário aborda temas como ambiente de graduação e trabalho, satisfação financeira e pessoal, discriminação e assédio.

O questionário foi enviado em 2014 através de banco de dados do CAU-ES a todos os arquitetos do CAU/ES, pois considerou-se importante analisar também a visão masculina sobre a situação da mulher. Foi também utilizada a técnica de bola de neve: enviou-se um lembrete/convite para participação na pesquisa diretamente a arquitetos da lista de contatos da pesquisadora, que foram solicitados a compartilhar esta pesquisa.

Foi utilizada plataforma digital googledocs para os questionários, que automaticamente calcula percentuais e gera gráficos de pizza para as respostas quantificáveis, auxiliando na análise dos dados. Os questionários foram analisados quantitativamente e qualitativamente, e as frases dos respondentes utilizadas para ilustrar a análise. Cabe ressaltar que o objetivo dessa pesquisa não é apresentar resultado com representatividade estatística e sim entender qual a situação da mulher arquiteta no ES.

O questionário foi elaborado com total de 74 perguntas, divididas em 6 seções: 1.Dados pessoais, 2. Formação/curso, 3.Inserção no mercado de trabalho, 4. Atuação em a) Docência, e b) Projetos de Arquitetura, 5. Honorários e 6. Balanço geral/Perspectivas futuras. Temas específicos (ex. nomes de referência, preferência por gênero nas relações, vivências diárias) foram abordados nas diferentes seções, permitindo efetuar comparação entre os 2 momentos de formação (graduação e atuação profissional) e inserção profissional (docência e prática profissional projetual).

A parte referente a assédio e discriminação foi baseado no questionário proposto por Anthony (2001), que por sua vez se baseou em outros estudos sobre assédio sexual*. Adotou-se este modelo por ser detalhado e para permitir comparação dos dados internacionais com os obtidos nessa pesquisa. A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa e todos os respondentes deram aceite no Termo de consentimento livre e esclarecido disponibilizado no início do questionário.

ARQUITETURA NO BRASIL

Arquitetura no Brasil passou de profissão da elite para ser da classe média (DURAND, 1989). O que permitiu que isso ocorresse na década de 70, como explica Bruschini e Lombardi (1999), foi o surgimento de novas faculdades de arquitetura, o período de crescimento econômico, o incentivo governamental à construção de moradia de habitação popular e o movimento feminista em geral. Os resultados obtidos com os questionários aplicados nesta pesquisa evidenciam essa tendência. As profissões predominantes dos pais são as liberais, com 18 indicações (médico, engenheiro, dentista, advogado e economista), sendo a de engenheiro a mais recorrente. Em seguida tem-se a de funcionário público (10) seguido pela de professor/educador (9). Também foram encontradas profissões características de classe média baixa, como alfaiate, lavrador/agricultor, pedreiro, marceneiro, soldador e costureira (8), indicando um perfil menos elitista das famílias.

Em 2012 as mulheres representam 60,59% do total de arquitetos ativos (CAU 2013). Como pode ser observado na Figura 1, esse percentual é maior nas faixas etárias mais jovens, podendo chegar a 78% na

faixa entre 20 e 25 anos, e descresse até elas se tornarem minoria na faixa acima de 60 anos[10] (CAU 2012 e TAMAKI 2013).

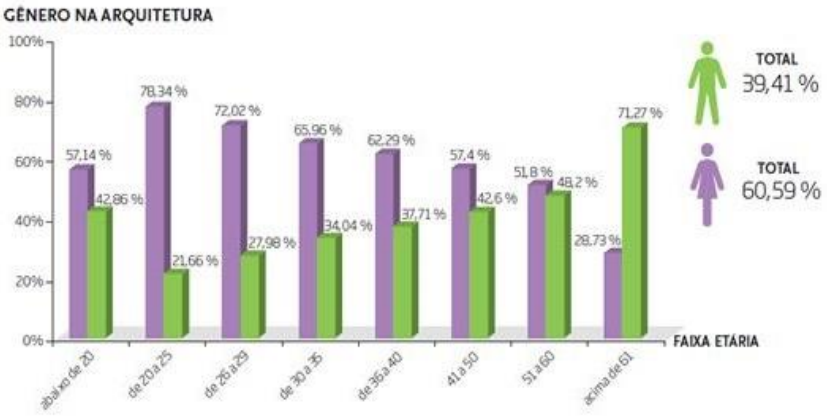


Figura 1- Censo CAU BR: Percentual de mulheres arquitetas e faixa etária
Fonte: Tamaki (2013)

Dados de 2018 mostram que este percentual aumentou: as mulheres já são 62,6% do total de profissionais (CAU 2018[11]). No estado de Espírito Santo (ES), os percentuais são ainda mais significativos. Em 2012 as mulheres correspondiam a 68% dos arquitetos ativos (CAU 2013) e em 2017 já são 72% (CAU 2018).

Na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES - as mulheres também são maioria (UFES 2018), tanto entre alunos (de 20.982, 11.344 são mulheres) quanto servidores (docentes e técnicos administrativos - 4.040 no total, sendo 2.044 mulheres). Mas elas ainda são minoria entre docentes: do total de 1922 docentes, 1033 são professores contra 889 professoras. Elas também ocupam mais cargos de chefia: 132 x 129. Mas entre docentes, os homens são maioria nos cargos de chefia (146 homens e 111 mulheres). Ou seja, em postos de maior status e salário, elas são minoria. Dos 61 programas de pós-graduação, somente 21 possuem coordenadoras.

Arquitetura e Urbanismo foi o primeiro curso no estado do ES, criado em 1978. Entre os anos de 2009 e 2014, tem-se um percentual de 26,09% de homens e 73, 06% de mulheres. Essa proporção se mantém praticamente a mesma para o número de formados, ligeiramente menor para mulheres (70,59% e 29,42%), muito próximo dos números do censo do CAU (2012).

QUESTIONÁRIOS

Contextualização dos respondentes

Foram obtidas 50 respostas, 42 do gênero feminino (84%) e 8 do masculino (16%), em sua maioria residentes na Grande Vitória (37). Deste total somente 1 respondente dedica-se somente ao ensino,

[10] Esses números são bem diferentes do cenário internacional. Na Espanha eles totalizam 0.106% da população; na França e UK são 0.05% da população. O percentual de mulheres arquitetas é também muito maior que nestes três países (29%, 21% e19%), mas em comum há o fato das arquitetas serem jovens e em maior número na faixa de 25-35 anos (Caven et al, 2012).

[11] CAU BR 28/02/2018 - Especial Especial Dia da Mulher: Brasil tem 97.093 arquitetas e urbanistas.

enquanto 15 atuam em ambas as áreas, ensino e projeto. Acredita-se que a extensão e o tempo demandado para seu preenchimento tenham sido responsáveis pelo baixo número de respondentes - pouco mais de 3%, considerando-se o total de 1457 profissionais ativos (CAU 2012).

Com relação à faixa etária (Gráfico 1), os respondentes se encaixam no padrão do CAU/BR: a faixa mais numerosa se encontra entre 30 e 40 anos (17 respondentes); são 14 com até 30 anos e 13 entre 40 e 50 anos; acima de 50 anos são 5 respondentes.

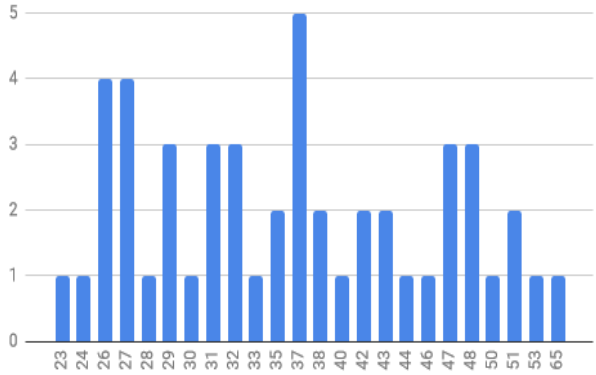


Gráfico 1 - Idade dos Respondentes

Quase a metade dos respondentes tem até 10 anos de formado (24-49%), e somente 1 (2%) tem mais de 30 anos de formada. Esse mesmo percentual de 49% está na fase intermediária da carreira, sendo 13 respondentes (26,5%) com 10-20 anos e 11 (22,5%) com 20-30 anos de formado. Esse maior percentual de respondentes com menor tempo de formado foi também obtido por Anthony (2001).

O percentual de casados (23 - 46%) é pouco maior do que o de solteiros (21 - 42%), sendo o menor percentual o de separados/divorciados (6 – 12%). Em sua maioria residem na Grande Vitória (42 – 84%), com iguais percentuais para residentes do interior do estado e de outros estados (cada um com 4 respondentes – 8%). Dentre as faculdades do ES, a UFES está em 1º lugar (34 - 68%) e 3 faculdades particulares somam 12% (6 respondentes); 16% (8) indicaram que fizeram faculdade fora do estado. Destes 8, 2 são os respondentes mais velhos, com 53 e 65 anos e 4 estão na faixa entre 40 e 49 anos, enquanto 2 estão acima de 30 anos. Diante da realidade do ES, essas respostas se justificam. Afinal o primeiro curso de Arquitetura do estado foi a o UFES, que teve início em 1978 e permaneceu como única opção até fim dos anos 90. A partir dos anos 2000 foram sendo abertos novos cursos e em 2015 o estado conta com oito cursos de Arquitetura em faculdades particulares.

DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO/SEXISMO

> Sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas (BOURDIEU, 2004, p.12)

O sexismo envolve invisibilidade, salários mais baixos, estereótipos de gênero e mesmo falta de respeito por parte de colegas. As discussões e questionamentos, a mobilização de mulheres em diversos setores

tem dado visibilidade a este problema. Para algumas mulheres, isso tem feito com que o sexismo tenha diminuído nos últimos anos, como se pode observar no comentário de uma respondente:

> Anos atrás (menos de 10 anos) cheguei a ouvir de um colega homem "Arquitetura é coisa de homem"[...]e perguntava em sala de aula ou em reunião de departamento "quantas mulheres de sucesso você pode citar?" Ele não fala mais isso, não há espaço mais...

Dentre os 49 respondentes que atuam no mercado profissional, quando perguntados sobre Discriminação (Gráfico 2), 18 respondentes indicaram que sofreram (36,7% do total), sendo 17 mulheres (41,5% do total de 41 mulheres). Esse percentual predominante de mulheres não é uma surpresa: apesar da discriminação de gênero também afetar os homens, são as meninas e mulheres as que mais enfrentam esse tipo de desafio. Com relação a Sair do emprego por tratamento injusto, somente mulheres vivenciaram essa situação, apesar de ser em menor número (4 respondentes; 8,2% do total).

Como na literatura internacional, o percentual de quem VIU ou OUVIU é maior do que quem vivenciou (ANTHONY, 2001), o que se observa nos dados. Com relação a discriminação de gênero, 3 outros respondentes masculinos indicaram ter ouvido, além das 17 mulheres que além de terem ouvido também vivenciaram. Na situação de sair do emprego, os homens são 1/5 dos respondentes que indicaram ter visto/ouvido (8 mulheres e 10 respondentes no total).

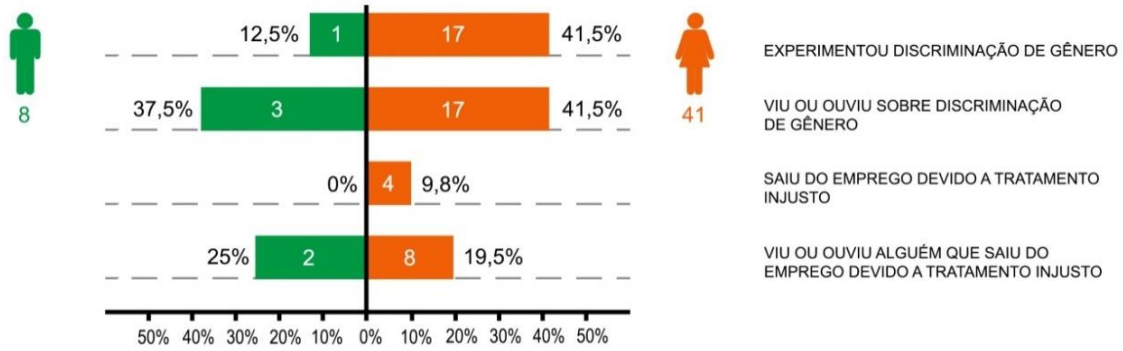


Gráfico 2 - Discriminação de Gênero

Analisando a Tabela 1 abaixo, cabe destacar que os percentuais de sofrer discriminação de gênero são menores no Brasil, mas eles estão relativamente próximos dos americanos. Considerando que o percentual de arquitetas no Brasil (65%) é quase 4 vezes maior que nos USA, pode-se identificar que o *mass factor*/percentual alto de mulheres não parece ter impactado em similar proporção a discriminação.

Perguntas	USA[12]	Brasil
Sofreu discriminação gênero	44%	36,7%
Viu ou ouviu sobre alguém que sofreu discriminação	68%	40,8%
Abandonou emprego	27%	8,2%
Viu ou ouviu sobre alguém que abandonou emprego	36%	20,4%

Tabela 1 –Discriminação de Gênero nos USA e Brasil

[12] (Anthony, 2001, p.134-135). Participaram da pesquisa 409 respondentes, sendo 62% de mulheres.

Honorários

Nas pesquisas internacionais as principais reclamações são Salários baixos ou injustos e longas horas, que ocorrem independente do gênero (ANTHONY, 2001; GRAFT-JOHNSON, 2005). Mas independente da profissão de arquitetura ter salários menores que o de outras profissões liberais como medicina ou direito, na Inglaterra, pesquisas apontam que as arquitetas recebem menos que os seus colegas do gênero masculino (*Architecture Today*, 1993 apud FOWLER e WILSON, 2004, p.102).

No Brasil, a má remuneração aparece em segundo lugar (com 34,50%) dentre os fatores considerados obstáculos para o exercício da profissão, com a falta de valorização da profissão pela sociedade em primeiro (CAU 2013). Quando se cruzam os dados de gênero e salário, as mulheres são maioria entre os menores salários e minoria entre os maiores (TAMAKI 2013; Figura 2).

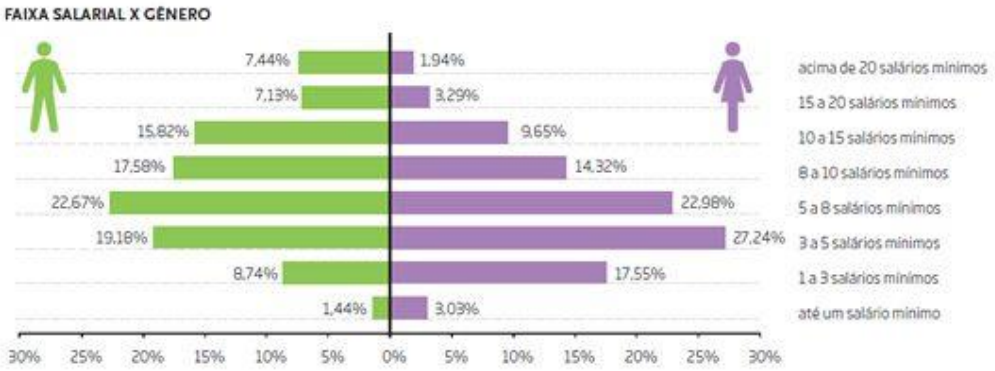


Figura 2 – Censo do CAU/BR: Faixa salarial X Gênero
Fonte: Tamaki (2013)

Entretanto, de acordo com as respostas ao questionário (50), observa-se que não há diferença de satisfação relacionada a gênero com relação ao aspecto financeiro, como se pode ver nos gráficos comparativos abaixo (Gráfico 3). Inclusive observa-se que os respondentes que declararam satisfação ALTA e MUITO ALTA são somente mulheres.

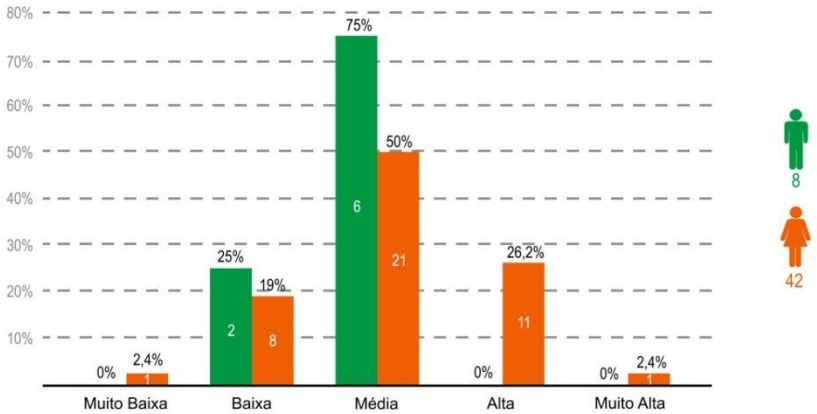


Gráfico 3 – Satisfação Financeira

Invisibilidade

A invisibilidade (MATTHEWSON, 2012) se relaciona ao fato de poucas mulheres terem destaque e reconhecimento dos seus pares no exercício profissional ou mesmo nos trabalhos da graduação. Um problema advindo deste fato é o efeito cíclico: faltam "modelos" femininos para as alunas e novas arquitetas. Essa invisibilidade não deixa de ser parte da cultura machista da sociedade e da profissão.

Um exemplo dessa invisibilidade foi observado na análise dos resultados de concursos de arquitetura do site concursosdeprojeto.com para os anos de 2009 a 2012, como pode ser observado na Figura 3 abaixo:

Internacional (1° lugar)	2012	2011	2010	2009
Masculino	7	5	4	10
Feminino	2	1	2	2
Total	9	6	6	12

Nacional (1° lugar)	2012	2011	2010	2009
Masculino	11	18	14	12
Feminino	2	7	5	4
Total	13	25	19	16

Figura 3 – Análise por gênero das Premiações no site concursosdeprojeto.com nos anos de 2009 a 2012

Observa-se que para o cenário internacional os vencedores de concurso do gênero feminino perfazem 20% para os anos de 2009 e 2011; 50% em 2010 e 22% em 2012. Considerando-se que o percentual de mulheres atuando no cenário internacional - Austrália possui 20% de mulheres arquitetas (Matthewson, 2012); Reino Unido 13% e Estados Unidos 17% (Burns, 2012; Fowler e Wilson, 2004) -, pode-se observar que a situação de invisibilidade é maior no cenário brasileiro. Isso porque temos um percentual de 65% de arquitetas atuantes, enquanto os percentuais de premiação feminina nos concursos não são proporcionais: em 2009 e 2010 ficam em 25%, chegando a um máximo 28% em 2011 e um mínimo de 15% em 2012. Percebe-se que no estado algumas arquitetas confundem número de alunas com **visibilidade** profissional:

> Me arrisco (sic) a dizer que as mulheres tendem a dominar a profissão pois basta olhar a proporção de homens e mulheres nas salas de aula.

Mas essa invisibilidade feminina no Brasil foi abordada por respondentes ao comentar sobre a situação da profissão no Brasil:

> Aparentemente parece uma profissão quase feminina, os cursos estão lotados de mulher – 80/90% dos alunos. Mas o mercado de trabalho ainda confia mais em homens. E não temos muitas mulheres que fizeram sucesso, nomes dos quais lembremos com facilidade.
>
> Apesar de termos menos arquitetos que arquitetas, o mercado é deles. Sobretudo na obra ou com fornecedores.
>
> Os que se destacam como profissionais de obras arquitetônicas são, infelizmente, homens em sua grande maioria. Essa constatação é local, nacional e a nível internacional.
>
> É notório que as mulheres historicamente vêm encontrando dificuldades para obter sucesso na arquitetura.

Uma respondente indicou uma justificativa para explicar a invisibilidade das mulheres em premiações:

> Não é muito comum mulheres optarem por construções de grandes edifícios, geralmente optam por projetos de interiores. Sendo assim sua figura é menos notável.

Essa é uma situação que também ocorre no exterior. Jeanne Gang, por exemplo, foi a primeira arquiteta a projetar um arranha-céu, mais de 100 anos depois que eles surgiram em Chicago (Lima 2013). Para **sanar este problema** e trazer mais visibilidade às mulheres, algumas arquitetas defendem que os concursos e premiações deveriam ser mais amplos, e não contemplar somente grandes projetos, como defende a arquiteta norte-americana Dolores Hayden. Outra solução encontrada foi criar premiações para mulheres.

Uma forma adotada por esta pesquisa para identificar modelos e a (in) e visibilidade de gênero foi através de perguntas que pediam aos respondentes para indicar pessoas de referência/influência na graduação (pergunta 9 - p9), colegas de destaque (p10), nomes de 3 profissionais (p24) e nomes de arquitetas (p69). O que se observou foi que houve uma predominância da figura masculina (Tabela 2). Com relação a colegas na graduação, as citações de arquitetas ficam em somente 40%, o que contrasta com o alto percentual de alunas, que em 2010 era de 73% na UFES. Esse percentual diminui ainda mais quando se pergunta por profissionais, o que parece corroborar fala da arquiteta Zaha Hadid: “durante sua carreira como professora, as mulheres eram sem sombra de dúvida suas melhores alunas, mas concluída a graduação, a maioria delas simplesmente “desviava” da profissão” (Zaha Hadid apud BARATTO, 2013).

	Mulher		Homem	
Pessoas de influência durante graduação	30	49,18%	31	50,82%
Colegas de destaque na graduação	26	40%	39	60%
Profissionais de destaque	29	29,30%	70	70,70%

Tabela 2 – Número de citações de arquitetas x arquitetos de influência ou destaque

Na pergunta 69, para nomear arquitetas de destaque, 31 respondentes nomearam 3 arquitetas, e em 14 destas respostas encontra-se o nome das arquitetas Lina bo Bardi e Zaha Hadid (sendo que em 9 delas ambas são citadas), o que evidencia a falta de diversidade entre modelos femininos de sucesso. Inclusive, 2 respondentes que indicaram somente um nome, citaram exatamente Lina bo Bardi e Zaha Hadid. Sete (7) respondentes nomearam somente 2 arquitetas, sendo que em todas as 7 uma destas duas arquitetas foi citada; em uma das respostas somente as duas foram citadas, acrescidas do comentário: “nem consigo citar uma terceira!”. Somente 2 respondentes nomearam 4 arquitetas. Destaca-se que uma das respostas contém o nome de 4 arquitetas que atuam majoritariamente com arquitetura de interiores; a outra resposta cita 2 arquitetas paulistas (dentre elas Lina bo Bardi), uma arquiteta capixaba e uma professora da UFES.

Ambiente com cultura machista

> Women in architecture may wish to be seen first and foremost as architects (not as women architects) but they cannot control the ´gendering gaze´ of society (Burns apud STRATIGAKOS, 2012).

A cultura machista na profissão passa muitas vezes despercebida, por tratar-se de um reflexo de uma sociedade patriarcal[13]. Entretanto, causam desconforto e se constituem exemplos do que o sociólogo Pierre Bourdieu chama de "violência simbólica"[14].

Reflexos dessa cultura machista podem ser observados na rotina diária de comentários, atitudes de respeito/desrespeito por parte de colegas, abuso verbal ou diminuição das qualificações. Várias inciativas surgiram nos últimos tempos para divulgar comentários e iniciativas machistas como forma de denúncia e incentivo para que se busquem formas de minimizar esse problema. Um exemplo é o *The Everyday Sexism Project*, um site onde mulheres podem publicar as situações enfrentadas em sua rotina diária e assim contribuir para expor o problema. Outro exemplo é a intervenção feita por alunas da Faculdade de Arquitetura do Mackenzie, que espalharam cartazes com as frases machistas de professores ouvidas por alunas[15] (O Globo 2016). De maneia contraditória, quando perguntados sobre o assunto, somente 30% indicaram que ainda existe uma cultura machista em arquitetura (Gráfico 4).

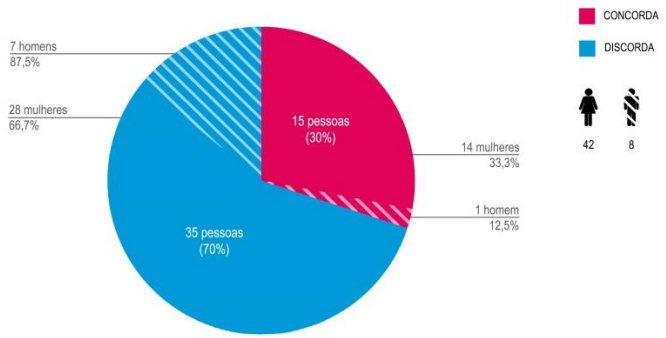


Gráfico 4 – Existe uma cultura machista em Arquitetura

As respondentes indicam que buscam se aprimorar e apresentar postura profissional e resultados de qualidade. Uma respondente inclusive indicou que na empresa onde trabalha o trabalho das engenheiras é valorizado e elas são consideradas "mais caprichosas", e assim gênero "ajuda". Algumas chegam a dizer que em Vitória e no estado do ES a situação é diferente:

> Não vejo uma cultura machista, pelo menos não em Vitória. As mulheres a meu ver são até mais bem-sucedidas que os homens nesta área.
>
> Acredito que no nosso estado a diferença está no caráter, no conhecimento e na postura da profissional.

Novamente aparecem comentários que utilizam o alto percentual de arquitetas (*mass fator*) como indicação de ausência de cultura machista:

[13] Essa ordem patriarcal e seus efeitos na sociedade são abordados pelo sociólogo Pierre Bourdieu no livro "A dominação masculina" (2004).

[14] "Sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas" (BOURDIEU, 2004, p.12).

[15] Exemplo de algumas frases impressas nos cartazes: *" Você cortou o cabelo? Seu namorado deixa?"; " Seu trabalho está ruim, você podia ao menos ter vindo com uma saia mais curta".*

> Nos tempos de hoje não é assim! [...] na minha realidade acho que existem mais arquitetas, vide pela composição das turmas da faculdade.

Entretanto, a resposta à outra pergunta, inserida na última parte do questionário, parece trazer um retrato mais acurado da realidade da profissão. Quando apresentados à fala da arquiteta Zaha Hadid afirmando que Arquitetura é uma "indústria dura, dominada por homens" (Gráfico 5), o percentual se inverteu: 70% dos respondentes concordaram com a afirmação.

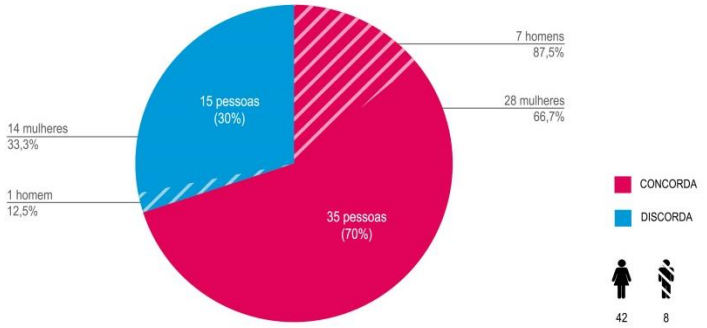


Gráfico 5 – Afirmação de Zaha Hadid sobre Arquitetura ser dominada por homens

A grande maioria acredita que, **comparando com colegas do sexo oposto (p72),** suas oportunidades são as mesmas: de ascensão/promoção (76%); participação em decisões de projeto (78%); participação em projetos de sua escolha (86%).

Com relação a respeito (Gráfico 6), mais de 80% das mulheres considera que tem o mesmo respeito que seus colegas do sexo oposto: por parte de subordinados (85%), superiores (81%), clientes (81%), estagiários e colegas (95%).

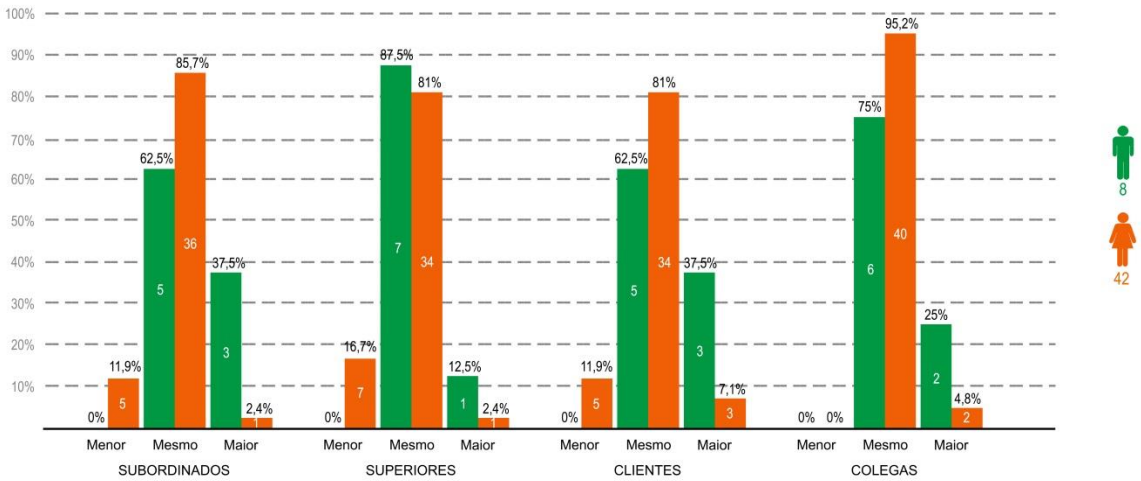


Gráfico 6 – Respeito recebido em comparação com colegas do sexo oposto, por parte de ...

As situações onde a diferença de gênero é percebida relacionam-se ao respeito por parte de construtores e consultores. Em torno de 40% das arquitetas consideram que possuem menos respeito por serem do gênero feminino, como pode-se observar também nas falas:

> Essa indústria dominada por homens, tem relação com canteiro de obras, construção da edificação, essa parte realmente é dominada por homens.

Esse problema na relação com construtores também foi identificado por Anthony (2001:175). Pode-se observar pela análise do Gráfico 7 que os respondentes que indicaram que o respeito é menor foram todas mulheres. Ainda assim, 57% das respondentes acredita que o respeito seria o mesmo dos colegas por parte de construtores e consultores.

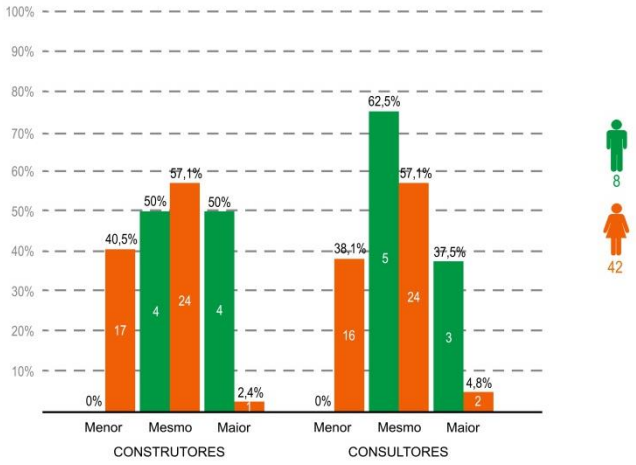


Gráfico 7 – Respeito recebido por construtores e consultores

Quando perguntados sobre *bullying*, 18 respondentes (37%) indicaram que sofreram, sendo que 17 eram mulheres (Gráfico 8).

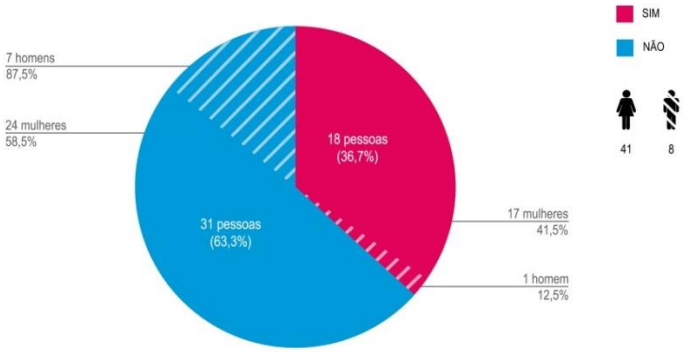


Gráfico 8 – Sofreu bullying ou desconforto

Problemas no ambiente da obra foi o ponto mais comum mencionado. A situação de rebaixar, ser condescendente por gênero e abuso verbal foram citados:

> ...gritava apenas comigo, com meu colega homem não.
>
> ...quando chegava na obra era caracterizada como a 'decoradora'.

Estereótipos de gênero

Estereótipos de gênero, ou "habitus de gênero"[16] são concepções sobre o que constitui o feminino ou masculino. Eles podem assumir diferentes formas: desde considerar que fazem parte das características femininas o cuidado com aparência, o uso de certos tipos de roupa e, no caso da arquitetura, a maior competência da mulher para projetos residenciais e de interiores. Essa visão é encontrada mesmo entre os arquitetos, como indica pesquisa norte-americana:

> As a case in point, a 1989 poll of architects conducted by Progressive Architecture magazine found that almost 40 per cent of female and 40 per cent of male architects believed that there was a difference between architectural design done by women and men. They believed that women are better at design related to "caring" housing." (GROAT e AHRENTZEN, 1997, p. 18).

A "preferência" por projetos de menor porte e de se preocupar e conhecer a funcionalidade de edifícios presentes em sua rotina diária já foi defendida como uma característica feminina positiva inclusive pelas teóricas feministas (período do feminismo cultural). Essa naturalização do estereótipo de gênero é exemplificada nas falas de algumas respondentes:

> Pensamento prático das funções do dia a dia de uma casa e empresa; Coisa que mulher tira de letra!
>
> A decoração é mais associada ao universo feminino que ao masculino pela sociedade[...]porém como são as mulheres que geralmente decidem sobre a decoração de suas casas, acredito que se faça alguma associação.
>
> Acho que mulheres tem uma tendência maior a gostar de interiores e paisagismo e homens sentem mais afinidade por obras e grandes construções.

Nas falas dos respondentes observa-se tanto uma **valorização das qualidades femininas (**período de valorização da identidade feminina) quanto alguns indícios da consciência da **construção dos papéis de gênero.** Enquanto uma respondente fala de "diferenças naturais entre gêneros", ("*As diferenças naturais entre os gêneros é que levam as mulheres a trabalhar com design de interiores"),* outra respondente questiona esse estereótipo: *"Já ouvi muitas vezes que mulher entende melhor de como projetar uma casa (não sei se é preconceito ou elogio)".*

Essa última fala indica exatamente o problema que advém da aceitação dos estereótipos de gênero: enquanto preconceitos eles não são necessariamente positivos. Estereótipos de gênero podem tornar-se preconceitos para quem não se "encaixa" ou se vê forçado pela sociedade a agir de determinada maneira ou atuar em áreas específicas, além de poder trazer conotações negativas e depreciativas.

[16] O conceito de "habitus de gênero", baseado no Conceito bourdieuano do habitus, foi desenvolvido por McNay (2004) e utilizado em estudos feministas para explicar a construção das preferências de gênero.

Essa naturalização do "gosto feminino"/habitus de gênero e "pressão da sociedade"/violência simbólica é encontrada na fala de uma respondente:

> Das minhas amigas de turma, poucas foram trabalhar em construtoras e a maioria foi abrir escritório de decoração **por livre e espontânea vontade**. Porque aqui o mercado também direciona elas para isso...(negrito nosso)

Algumas estão conscientes da cobrança da sociedade por papéis:

> Em situações em que coloquei a carreira à frente, por julgar necessário, senti-me interpretada como egoísta, desnaturada, pouco feminina. Tenho consciência de que esse comportamento é socialmente aceitável se vier de um homem – aquele que deve ser o provedor.
>
> Entendo que meu relacionamento conjugal impactou minha carreira, pois limitou minha disponibilidade para assumir compromissos profissionais.

A vestimenta é um bom exemplo dessa naturalização do habitus de gênero e da dominação masculina:

> Já ouvi comentários absurdos de chefes (sexo masculino) sobre roupas e sapatos que uma mulher deve usar para trabalhar (saia...salto alto...acessórios dourados...). Só faltava dizer que a mulher precisa se vestir de forma adequada ao **estereótipo** feminino (negrito nosso).

Devido aos efeitos negativos/restritivos embutidos na "valorização das qualidades femininas", a partir dos anos 90 a perspectiva da "construção do gênero" (feminismo contextual) passou a informar os estudos de arquitetura visando descontruir os estereótipos de gênero. Como explica Bourdieu,

> Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim serem vistas como naturais. O que pode levar a uma espécie de autodepreciação ou até de autodesprezo sistemáticos... (BOURDIEU, 2004, p.56).

Uma única respondente parece estar consciente desses processos: ela questiona a naturalização das diferenças de gênero/estereótipos ("formação é a mesma"), identifica claramente a tendência das próprias mulheres em se autodepreciar e mostra como se dá a construção do gênero "desde a infância":

> Nossa formação é a mesma dos homens. Falta a nós mulheres um pouco mais de autoconfiança profissional. Coisa que é **ensinada aos homens desde a infância** (negrito nosso).

Um exemplo de conotações negativas e depreciativas relacionadas ao gênero feminino é o de "temperamento difícil". Confrontados com uma fala da arquiteta Zaha Hadid, que indica que ela é considerada difícil por ser pessoa de opinião, 20 respondentes (40%) concordaram, indicando haver esse preconceito com relação às mulheres (Gráfico 9). Cabe destacar que destes 20, 4 são homens, o que mostra o reconhecimento desse preconceito pelos "dominadores".

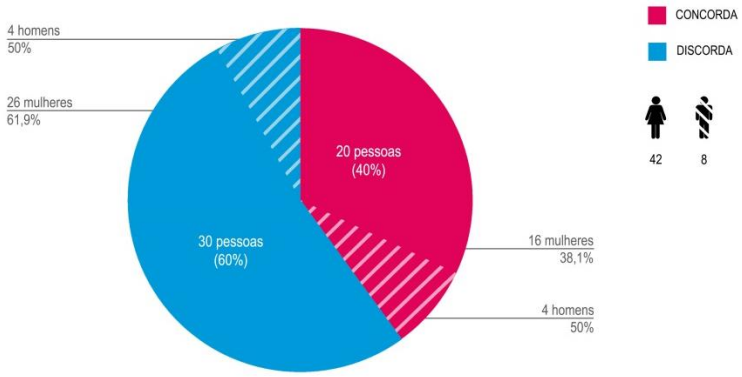


Gráfico 9 – Temperamento Difícil (Zaha Hadid)

Os comentários exemplificam as situações vivenciadas pelas mulheres:

> Mulher com opinião ou tá de tpm ou é chata, mal-amada, segundo o senso comum...
>
> Eu me sinto dessa maneira, tão discriminada por ser mulher. [..] uma mulher de opinião é, via de regra, tachada de difícil e outros adjetivos que já vi por aí (às vezes ditos por outras mulheres até), tais como 'mal amada', 'machona' etc.
>
> Como sempre mostro minha opinião, levo fama de estressada.
>
> Até para expor opiniões somos consideradas histéricas ou encrenqueiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discriminação/sexismo mostrou-se presente no dia-a-dia das arquitetas no Espírito santo, mesmo sendo um estado com uma dos mais altos percentuais de arquitetas atuantes (72%). Com relação a Honorários, a alta satisfação financeira das arquitetas parecem contradizer dados quantitativos do CAU referentes a salários. Caberia um estudo mais aprofundado para entender as razões desta diferença, que poderiam ser devido a uma realidade diferenciada no estado do ES. Outra hipótese seria que a satisfação financeira não seja somete dependente do valor recebido, mas que possa ser "contaminada" pela satisfação pessoal. Isso porque, num balanço geral, a profissão de arquitetura é vista como boa para as mulheres (90%) e 72% escolheriam Arquitetura novamente. A profissão de arquitetura é vista como possuindo diversos aspectos positivos, como criatividade e interdisciplinaridade, e por contribuir para o desenvolvimento pessoal: "Minha profissão me melhorou como pessoa".

Invisibilidade também ocorre em maior percentagem no Brasil, se considerarmos o maior percentual de mulheres no Brasil. Com relação à Cultura machista, canteiro de obras ainda é o local mais problemático, com casos de abuso verbal e rebaixamento das qualidades profissionais. Com relação a estereótipos, destacou-se nos comentários a escolha da área de atuação influenciada por gênero, sendo as mulheres mais propensas a atuarem em áreas relacionadas a interiores. Pressão e vigilância relacionada à vestimenta e "fama de temperamento difícil" são descritas como formas de discriminação que impactam na qualidade de vida.

Com índices de discriminação próximos dos americanos e considerando que o percentual de arquitetas é quase cinco vezes maior que nos USA, pode-se identificar que o *mass factor*/percentual alto de mulheres não parece ter impactado em similar proporção a discriminação. Fala de profissional resume bem a situação da mulher arquiteta bem sucedida, consciente dos desafios que enfrentamos:

> ...tenho plena consciência de que precisei de muito mais esforço e sacrifício do que se fosse homem, a começar pela divisão do trabalho/família. Eu sei que teria mais tempo, tranquilidade, menos incumbências e menos pessoas dependendo de mim[...] Apesar de todas as dificuldades que enfrentamos, acho que estamos mostrando que é possível, que respeito é bom e exigimos.

REFERÊNCIAS

AHRENTZEN, S. The F-word in architecture: feminist analysis in/of/for architecture. In: DUTTON, T.; MANN, L. (eds) **Reconstructing her practice**: critical discourses and social practices. London: University of Minessota Press, 1996. pp. 71-118.

_____. "The Space between the Studs: Feminism and Architecture". **Signs**. Chicago: The University of Chicago Press, 2003, Vol. 29, N. 1, pp. 179-206.

AHRENTZEN, Sherry; ANTHONY, K. "Sex, Stars, and Studios: A Look at Gendered Educational Practices in Architecture". **Journal of Architectural Education**. Philadelphia, PA: Taylor & Francis, Ltd., 1993, Vol. 47, N. 1, pp. 11-29.

ANTHONY, K. **Designing for Diversity**: Gender, Race, and Ethnicity in the Architectural Profession. Urbana: University of Illinois Press, 2001.

_____. "Designing for Diversity: Implications for Architectural Education in the Twenty-First Century". **Journal of Architectural Education.** Philadelphia, PA: Taylor & Francis, Ltd. , 2002, Vol.55, N. 4, pp. 257-267.

BASSNETT, Sarah. Measuring Milestones: Feminist Histories of Architecture in Canada and United States. **Resources for Feminist Research – Documentation sur la recherché Féministe** (**RFR/DRF)**. Toronto: O.I.S.E.,2002, Vol.29, N. ¾, pp. 233-243.

BOHNENBERGER, Roger. **Uma análise regional da discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro-1992 a 2001**. Dissertação (Mestrado em Economia do Trabalho) – Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2005.

BONELLI, Maria da Glória. "Estudos sobre profissões no Brasil". In: Sergio Miceli (org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. SP: ANPOCS/Sumaré, 1999. Vol.2 – Sociologia, pp. 287-330.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2004 [1998].

BRUSCHINI, Maria Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. "Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras, profissionais de prestígio". **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina, 1999, Vol.7, N. 1/2, pp. 9-24.

BRUSCHINI, Maria Cristina. "Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos". **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2007, Vol.37, N. 132, pp. 537-572.

BURNS, Karen. "Women in architecture". **Parlour:** Women, equity, architecture, 10 de março, 2012. Disponível em: http://archiparlour.org/women-and-architecture/. Acesso: maio 2017.

BURNS, Karen. "The Woman/Architect Distinction". **Architectural Theory Review**. Philadelphia, PA: Taylor & Francis, Ltd., 2012a, Vol.17, N.2-3, pp. 234-244.

CAVEN, Valerie. "Constructing a career: women architects at work". **Career Development International**. Bingley, UK: Emerald Publishing, 2004, Vol.9, N. 5, pp. 518-531.

_____. "Career building: women and non-standard employment in architecture". **Construction Management and Economics**. Philadelphia, PA: Taylor & Francis, Ltd., 2006, N.24, pp. 457–464.

CAVEN, Valerie; NAVARRO-ASTOR, Elena; DIOP, Marie. "A Cross-National Study of Accommodating and "Usurpatory" Practices by Women Architects in the UK, Spain and France". **Architectural Theory Review**. Philadelphia, PA: Taylor & Francis, Ltd., 2012, Vol. 17 n.2-3, pp. 365-377.

CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo. 2012 - Censo dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/censo/>. Acesso: nov. 2016.

_____. Censo 2018. <http://www.caubr.gov.br/censo/>. Acesso: março 2018.

DURAND, José Carlos. **Arte, Privilégio e Distinção**: artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil 1855/1985. São Paulo: Perspectiva, 2009 [1989].

FOWLER, Bridget; WILSON, Fiona. "Women Architects and Their Discontent". **Sociology**. Londres: Sage, 2004, Vol.38, N.1, pp. 101-119.

FRANK, Karen. A feminist approach to architecture acknowledging women´s way of knowing. In: RENDELL, PENNER, BORDEN (ed) **Gender Space Architecture: An interdisciplinary introduction**. Londres: Routledge, 2000, pp.295-305.

GRAFT-JOHNSON, A.; MANLEY, S.; GREED, C. **Why Do Women Leave Architecture?.** Londres: Royal Institute of British Architects, 2003. Disponível em: <http://www.riba.org/fileLibrary/pdf/WWLAFinalreportJune03.pdf>. Acesso: outubro 2016.

_____. "Diversity or the lack of it in the architectural profession". **Construction Management and Economics**. Philadelphia, PA: Taylor & Francis, Ltd., 2005, Vol.23, pp. 1035–1043.

GROAT, Linda; AHRENTZEN, Sherry. "Reconceptualizing Architectural Education for a More Diverse Future: Perceptions and Visions of Architectural Students". **Journal of Architectural Education**. Philadelphia, PA: Taylor & Francis, Ltd. , 1996, Vol.49, N.3, pp. 166-183.

_____. "Voices for Change in Architectural Education: Seven Facets of Transformation from the Perspectives of Faculty Women". **Journal of Architectural Education**. Philadelphia, PA: Taylor & Francis, Ltd. ,1997, Vol.50, N.4, pp. 271-285.

GROSSI, Miriam Pillar. "Identidade de Gênero e Sexualidade". **Antropologia em Primeira Mão**. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1998 (revisado em 2010), N. 24, p.1-14.

JORDANA, Sebastian. "To Become an Architect (a guide, mostly for women)". **ArchDaily,** 31 de marcço de 2010. Disponível em: <http://www.archdaily.com/54818>. Acesso: 14 nov. 2017.

LIMA, Ana Gabriela G. **Arquitetas e Arquiteturas na América Latina do Século XX**. São Paulo: Altamira Editorial, 2014.

_____. "Revendo a História da Arquitetura: Uma Perspectiva Feminista". São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004, pp.1479-1489.

MATTHEWSON, Gill. "Nothing Else Will Do: The Call for Gender Equality in Architecture in Britain". **Architectural Theory Review**. Philadelphia, PA: Taylor & Francis, Ltd., 2012a, Vol.17:2-3, pp.245-259

_____. "Take it to the limit: women as architectural breach". **Parlour:** Women, equity, architecture, 23 de abril, 2012. Disponível em: http://archiparlour.org/take-it-to-the-limit-women-as-architectural-breach/. Acesso: jan. 2018

MCNAY, Lois. "Gender, Habitus and the Field: Pierre Bourdieu and the Limits of Reflexivity". **Theory, Culture and Society**. Londres: Sage., 1999, Vol.16(1), pp. 95-117.

MEDVEDOVSKI, N. S. "Arquitetura e gênero: as mulheres no espaço / o espaço das mulheres". In: 1° ENCONTRO REGIONAL DE MULHERES DE NEGÓCIOS E PROFISSIONAIS. Painel - Mulheres que Fazem. **Anais**...Pelotas, 20 de outubro, 1994.

MELENDEZ, Adilson. "Raio X do arquiteto". **PROJETODESIGN**, edição 399, maio de 2013. Disponível em: <http://www.arcoweb.com.br/artigos/censo-arquitetos-2013-realizado-pelo-cau-br-06-05-2013.html>. Acesso: maio 2017.

RODRIGUES, Lucas. "Exercício profissional - Mulheres na arquitetura: quais seus desafios". **Revista AU – Arquitetura e Urbanismo**. Ano 27, N. 221, agosto 2012, pp. 86-87.

ROSE, Steve. "Constructive criticism: the week in architecture". **The Guardian,** 30/03/2012. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/artanddesign/2012/mar/30/constructive-criticism-women-inarchitecture?>. Acesso: março 2016.

RUBINO, Silvana. 2010. "Corpos, cadeiras, colares: Charlotte Perriand e Lina Bo Bardi". **Cadernos Pagu**. Campinas: Núcleo de estudos de Gênero – PAGU, 2010, N.34, janeiro-junho de 2010, pp. 331-362.

SÁ, Flávia C. **Profissão Arquiteta**: Formação profissional, mercado de trabalho e projeto arquitetônico nas perspectivas das relações de gênero. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU/USP. São Paulo, 2010.

SCOTT, Joan. "Gender: A Useful Category of Historical Analysis". **American Historical Review**. Oxford, UK: Oxford Academic, 1986, Vol.91, N.5, pp. 1053-1075.

SAFIOTTI, Heleieth I.B. "Primórdios do conceito de gênero". **Cadernos Pagu.** Campinas: Núcleo de estudos de Gênero – PAGU, 1999, pp. 157-163.

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu.** Campinas: Núcleo de estudos de Gênero – PAGU, 2001, N.16, pp.115-136.

SANG, Katherine J. C.; DAINTY, Andrew R. J.; ISON, Stephen G. 2007. "Gender: a risk factor for occupational stress in the architectural profession?" **Construction Management and Economics**. Philadelphia, PA: Taylor & Francis, Ltd., 2007, Vol.25, N.12, pp.1305-1317.

SCAVONE, Lucila. “Estudos de gênero: uma sociologia feminista?” **Estudos Feministas**. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina 2008, Vol.16, N.1, pp. 173-186.

STRATIGAKOS, Despina. “Why Architects Need Feminism”. **Places**. San Francisco, CA: Places, 2012 (set. 2012). Disponível em: https://placesjournal.org/article/why-architects-need-feminism/. Acesso: jan. 2018.

TAMAKI, Luciana. “Censo CAU: quem são, quantos são, quanto ganham os arquitetos brasileiros”. **Revista AU**. Edição 230 - Maio/2013.

TORRE, S.(ed). **Women in American Architecture**. New York: Watson-Guptill Publications, 1977.

Salvador - 2018

ENSAIOS SOBRE PROJETO E CANTEIRO - LIMITES E POTENCIAIS DE UMA EXPERIÊNCIA CONSTRUTIVA NA OCUPAÇÃO DO GLÓRIA, UBERLÂNDIA

ESSAY ABOUT PROJECT AND CONSTRUCTION SITE - LIMITS AND POTENTIALS OF CONSTRUCTIVE EXPERIENCE IN THE OCCUPATION OF GLÓRIA, UBERLÂNDIA

ENSAYO SOBRE EL PROYECTO Y EL SITIO DE LA CONSTRUCCIÓN - LÍMITES Y POTENCIALES DE LA EXPERIENCIA CONSTRUCTIVA EN LA OCUPACIÓN DE GLÓRIA, UBERLÂNDIA

IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

VERA, João Paulo
Arquiteto e Urbanista formado pela FAUeD-UFU
joaopaulovera@gmail.com

MERLI, Giovanna
Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Professora FAUeD-UFU
Giovanna.merli@ufu.br

ENSAIOS SOBRE PROJETO E CANTEIRO - LIMITES E POTENCIAIS DE EXPERIÊNCIA CONSTRUTIVA NA OCUPAÇÃO DO GLÓRIA, UBERLÂNDIA

ESSAY ABOUT PROJECT AND CONSTRUCTION SITE - LIMITS AND POTENTIALS OF CONSTRUCTIVE EXPERIENCE IN THE OCCUPATION OF GLÓRIA, UBERLÂNDIA

ENSAYO SOBRE EL PROYECTO Y EL SITIO DE LA CONSTRUCCIÓN - LÍMITES Y POTENCIALES DE LA EXPERIENCIA CONSTRUCTIVA EN LA OCUPACIÓN DE GLÓRIA, UBERLÂNDIA

IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
O artigo se apresenta como um ensaio que discute a relação do projeto e da prática do canteiro. No contexto de uma ocupação urbana na periferia da cidade de Uberlândia, em construção feita, parcialmente, no regime de mutirão. Busca, assim, descrever uma experiência construtiva desenvolvida previamente pelos autores no coletivo de arquitetos, Chão - Permanência e Arquitetura, onde uma assessoria técnica primeiramente desenvolvida tomou forma no canteiro construtivo. Explicita-se as dificuldades em alcançar a racionalização do processo e a minimização dos custos sem comprometer o resultado. Discutindo as decisões tomadas de forma crítica frente as limitações financeiros e técnicos, além de elencar as possibilidades e potencialidades de projeto e processos construtivos que busquem atender, com qualidade e dignidade, as demandas das populações de baixa renda.
PALAVRAS-CHAVE: Projeto e canteiro; processo construtivo; habitação social; experimentação.

ABSTRACT:
The paper presents as an essay that discusses the relation of the project and the practice of the construction site. In the context of an urban occupation on the outskirts of the city of Uberlândia, under construction, partially, in the mutirão regime. It seeks, therefore, to describe a constructive experience previously developed by the authors in the collective of architects, Chão – Permanência e Arquitetura, where a technical assistance first developed took shape in the construction site. The difficulties in achieving the rationalization of the process and the minimization of costs without undermining the outcome are explained. Discussing the decisions taken critically against financial and technical constraints, as well as listing the possibilities and potential of project and construction processes that seek to meet, with quality and dignity, the demands of low-income populations.
KEYWORDS: *Project and construction site; constructive process; social habitation; experimentation.*

RESUMEN:
El artículo se presenta como un ensayo que discute la relación del proyecto y de la práctica del cantero. En el contexto de una ocupación urbana en la periferia de la ciudad de Uberlândia, en construcción hecha parcialmente en el régimen de mutirão. Por lo tanto, se busca describir una experiencia constructiva desarrollada previamente por los autores en el colectivo de arquitectos, Chão - Permanencia e Arquitetura, donde una asesoría técnica primero desarrollada tomó forma en el cantero constructivo. Se explicita las dificultades en alcanzar la racionalización del proceso y la minimización de los costos sin comprometer el resultado. Discutando las decisiones tomadas de forma crítica frente a las limitaciones financieras y técnicas, además de enumerar las posibilidades y potencialidades de proyecto y procesos constructivos que busquen atender, con calidad y dignidad, las demandas de las poblaciones de bajos ingresos.
PALABRAS-CLAVE*: Proyecto y cantero; proceso constructivo; vivienda social; experimentación.*

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca descrever uma experiência construtiva desenvolvida previamente pelos autores em um coletivo de arquitetos, Chão - Permanência e Arquitetura, onde uma assessoria técnica previamente desenvolvida tomou forma no canteiro construtivo. A ideia do projeto participativo, a racionalização do canteiro construtivo, a redução dos custos e a utilização de materiais locais permearam este trabalho de forma intensa, em alguns pontos obtendo maior sucesso e em outros algumas limitações. A construção tomou lugar na cidade de Uberlândia, em Minas Gerais, numa ocupação conhecida popularmente como Glória e que atualmente encontra-se em processo de regularização.

Dona Rosa, uma das moradoras locais, foi parte importante de um trabalho de conclusão de curso do autor deste artigo - que buscava compreender as diversas etapas construtivas da ocupação bem como a função do arquiteto diante de tal realidade. A moradora habitava um barraco feito de madeirite com um caráter emergencial e temporário, e o projeto da nova casa cumpriria com a próxima etapa construtiva da ocupação - o momento em que a mesma se encontra mais consolidada e o morador passa a investir em um cômodo mais rígido para ter maior segurança.

O resultado do trabalho foi um projeto participativo com a moradora e consequentemente com o final da graduação o desenho se desenvolveu em canteiro e a casa da Rosa foi concretizada. Serão descritas aqui as etapas que levaram à concretização desta casa, bem como suas limitações físicas, financeiras e sociais, e o mais importante, o desenho sendo moldado em função das circunstâncias do canteiro.

Foi previsto um projeto que se desenvolveria em etapas - onde inicialmente seria edificado um quarto amplo que abrigasse a moradora e suas duas crianças, uma cozinha e um banheiro; e posteriormente seria desenvolvido mais um quarto e uma sala. As necessidades de Rosa foram desafiadoras já que a mesma apresenta problemas de mobilidade e habitava um barraco de madeirite em umas das ruas mais afastadas na ocupação, distante do asfalto e em uma região mais baixa da região - uma combinação de baixa acessibilidade que limitava sua locomoção mesmo dentro do próprio lar. A solução foi propor uma moradia com espaços mais generosos, já que não seria possível que a moradora se deslocasse para outro terreno.

Outro fato importante que moldou a configuração do projeto foi a necessidade da moradora ter uma relação visual com a rua e com os espaços externos, logo a cozinha e o quarto tiveram papéis centrais através da proximidade e aberturas direcionadas para a rua - tal fator aproximou o cômodo da rua e deixou um grande espaço livre no fundo do lote para futuras expansões e para o barraco poder coexistir com a obra (imagem 1).

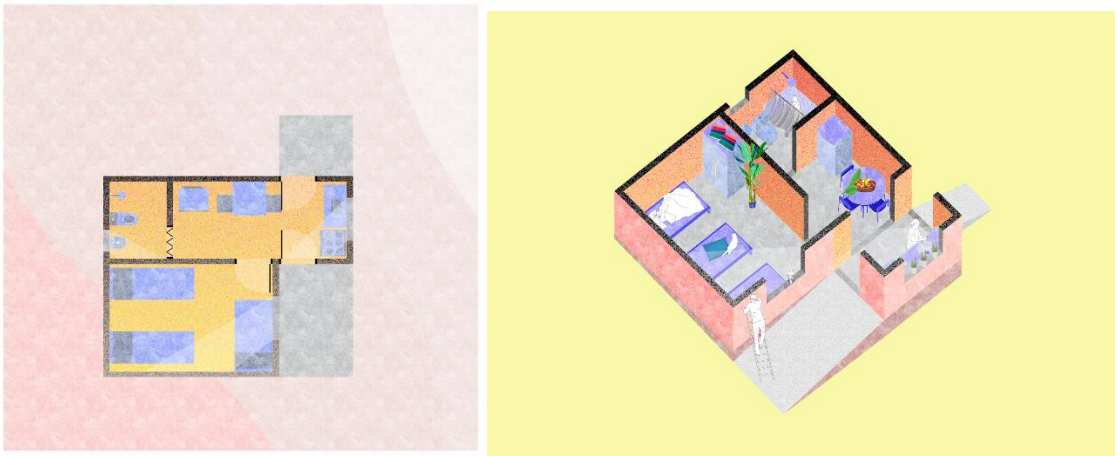


Imagem 1: Planta inicial da casa.
Fonte: João Paulo Vera, 2018.

A construção foi viabilizada devido às doações em redes sociais e o auxílio de parceiros que doaram materiais e disponibilizaram o tempo com a ajuda para mão de obra. A princípio a ideia era realizar a construção através de um mutirão com construtores, moradores locais e o engajamento de estudantes de arquitetura ou interessados, entretanto o trabalho se desenvolveu de forma mista - havendo a necessidade de pagar um pedreiro e um servente de obras fixos para trabalhar duas vezes por semana e assim complementar com a mão de obra dos integrantes do grupo Chão.

ENSAIO CONSTRUTIVO

Preparo do terreno

O primeiro tópico importante a ser introduzido neste texto é a preparação do canteiro previamente ao início da construção da casa - o grande amparo da construção foi o barraco preexistente e a moradora presente no local, fato que garantiu espaços sombreados nos momentos de descanso, café, água e em alguns momentos refeições; os materiais também eram armazenados no espaço, tais como ferramentas valiosas, sacos de cimento e cal. A logística de distribuição no canteiro também é um elemento importante, mas que foi limitado de certa forma pois tudo foi se desenvolvendo espontaneamente e decidido no canteiro - areia, betoneira, cimento - muitas vezes estavam em locais pouco estratégicos e pouco protegidos, acarretando assim no transporte manual de materiais pesados e o desperdício de alguns deles devido às intempéries das chuvas.

A presença do barraco concomitante com a construção trouxe algumas facilidades para o canteiro, entretanto não foi suficiente por já ser um espaço limitado para os próprios moradores; o ideal seria ter um espaço próprio na obra para a estocagem dos materiais em locais distantes da umidade e próximos à manipulação. A estocagem da brita e da areia poderiam ter tido barreiras de contenção com materiais próprios da obra, evitando assim o desperdício dos mesmos. Por fim poderia ter sido pensado um espaço temporário e transportável para proteger os construtores do sol intenso do verão no canteiro - um dos fatores que precariza bastante o trabalho na construção.

O segundo momento foi a marcação da obra no canteiro - os sarrafos e as estacas de madeira foram comprados numa madeireira local à um preço acessível e todo o trabalho foi realizado num dia de sábado com o pedreiro Zenadio. O terreno começa num nível mais alto e gradualmente cai para os fundos, logo o gabarito da casa teve início acima do nível da rua para não haver problemas com a drenagem - a ideia foi aproveitar a inclinação natural do terreno, evitando assim o aterramento total e tirando vantagem de um solo mais estável para a execução das brocas de fundação.

Fato importante a ser destacado é que quando os níveis do terreno foram retirados a partir do gabarito, o grupo teve a noção mais precisa do quanto os cômodos deveriam ser aterrados internamente, bem como a profundidade das fundações e dos arrimos. Este foi o primeiro momento em que o projeto teve que ser modificado no canteiro, o espaço da cozinha que deveria ser implantado na parte mais baixa do lote teve que ser reduzido para diminuir os custos com fundação e mão de obra, já que geraria como resultado um muro de arrimo aproximadamente 1,5 metros de altura.

Com o gabarito marcado, os participantes da construção e os próprios moradores começaram a ter uma melhor noção da planta da casa impressa ali mesmo no terreno, dando início à uma experimentação espacial da casa e seus cômodos. A marcação da planta foi melhor apresentada para a moradora naquela ocasião, criando assim um entendimento muito mais prático daquilo que antes estava no papel.

Fundação ou Alicerce

A fundação para as brocas foi feita baseada nos parâmetros de profundidade locais dos vizinhos - aproximadamente 2 metros de profundidade para o solo no local, com a vantagem de que o terreno não foi aterrado, o que garantiria uma estabilidade maior se comparado com terrenos aterrados. O trabalho da escavação das brocas de fundação foi bastante árduo devido à resistência do solo - executada a partir do conhecimento do pedreiro, e com o auxílio de uma cavadeira foram executadas 11 brocas que seguiram um espaçamento de até 3 metros entre elas (Imagem 2).

Após a escavação das brocas ou estacas foram perfuradas as valas das vigas baldrames diretamente no solo sem a necessidade de executar fôrmas de madeira - uma das soluções que facilitou o trabalho da abertura das valas foi a aplicação de água para amolecer o solo seco e resistente do local. Ferramentas automatizadas seriam bastante úteis para a racionalização desta função, entretanto as limitações técnicas e financeiras não permitiram tal mecanização. No princípio foi alugada uma betoneira para facilitar o trabalho do servente ao fazer a massa, entretanto a energia no local era muito fraca e a mesma teve que ser devolvida - o que precarizou muito as outras etapas da obra.

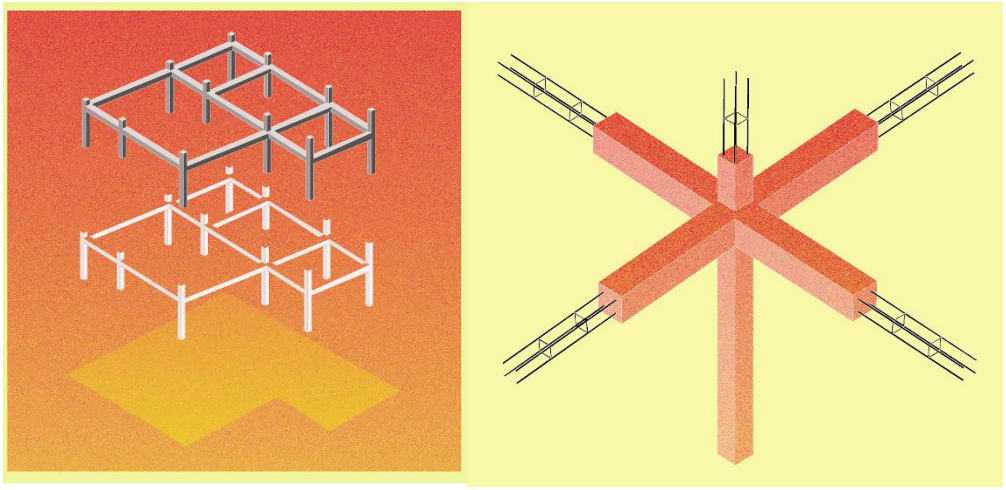


Imagem 2: Brocas e baldrame.
Fonte: João Paulo Vera, 2018.

Em sequência foram amarradas as ferragens para dar início ao processo de concretagem - as barras de ferro foram cortadas in loco com utensílios trazidos pelo pedreiro e que estavam com uso limitado devido à instabilidade da energia. Devido aos problemas da betoneira, o servente produziu manualmente toda a massa pesada de concreto para o preenchimento das valas. A betoneira a diesel (mais cara) poderia ter sido uma ótima solução para o problema da energia, entretanto foi utilizada apenas no final na execução do reboco.

Um outro processo que deveria ser melhor aprimorado na obra foi a execução dos arrimos dos cômodos logo acima da viga baldrame de base - foram empilhados tijolos deitados e nivelados até que se atingisse o nível desejado da casa (Imagem 3), entretanto até se atingir esse processo muitos tijolos tiveram que ser quebrados e houve muito desperdício, além da dificuldade do trabalho exigida ao pedreiro.

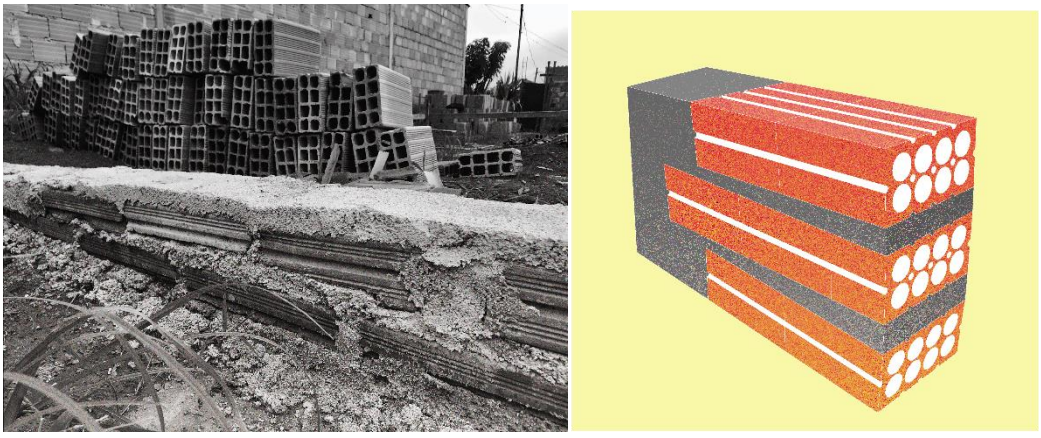


Imagem 3: Tijolo deitado no arrimo.
Fonte: João Paulo Vera, 2018.

Com a finalização dos arrimos em tijolo deitado, foi feita uma baldrame de coroamento para amarrar toda a fundação, e neste caso foi utilizada a canaleta de concreto de 14 cm de largura; esta solução foi considerada acertada no canteiro pois dispensou o uso de fôrmas e as peças foram bastante fáceis de serem manipuladas

e encaixadas (Imagem 4). No final as canaletas foram amarradas com treliças de ferro (Imagem 4, à direita), concretadas e toda essa fundação com os arrimos foi rebocada e impermeabilizada com uma tinta impermeabilizante para evitar futuros problemas de infiltração, e assim seguiu o processo do aterro.

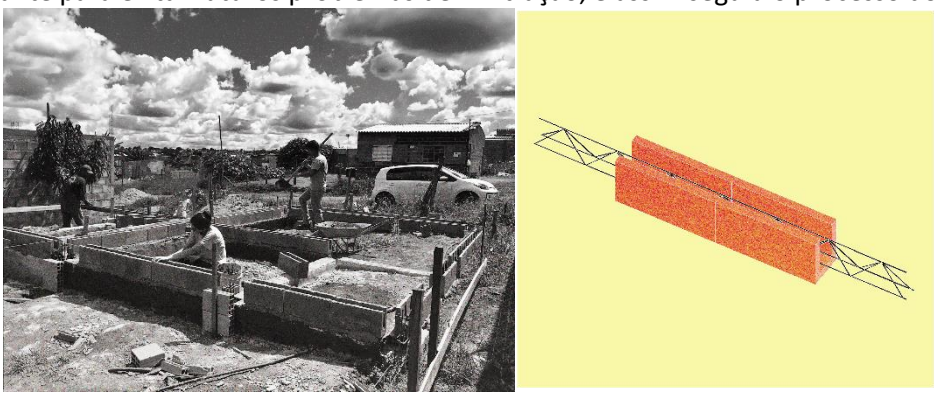


Imagem 4: Canaleta de concreto e treliça.
Fonte: João Paulo Vera, 2018.

O processo de aterramento demandou dois caminhões de terra, quantidade suficiente para aterrar os três cômodos e garantir uma acessibilidade entre a casa e o restante do terreno com sua declividade natural - rampas de acesso e alguns taludes. O caminhão não conseguiu se aproximar de todos os cômodos para a distribuição da terra, logo grande parte do trabalho foi manual e bastante exaustivo; nesta etapa a mão de obra se dividiu, enquanto uns distribuíam a terra entre os cômodos, o pedreiro já começava a erguer as paredes de alvenaria com bastante agilidade.

Sobre a fundação - uma das etapas mais importantes e que demandou bastante tempo e recursos na obra - é importante lembrar que seu caráter é extremamente manufatureiro e precário, logo seria bastante desafiador torna-lo mais racional. Vários questionamentos foram feitos entre os participantes ao longo do processo, soluções alternativas como a utilização de um sistema de fôrmas mais fácil de ser manipulado, ou a utilização de pré-fabricados, e até mesmo a construção de uma laje ao invés dos arrimos e aterramento dos cômodos - qual seria o custo benefício de sistemas como estes? As técnicas, mão de obra e materiais locais se adaptariam à estas modificações?

Vedação em Alvenaria

Dando continuidade para a vedação em alvenaria, o material utilizado foi escolhido pois veio de uma doação de apoiadores do projeto, que ofereceram um milheiro de tijolos baianos (8 furos); em contraponto sendo uma alvenaria não estrutural, esta deveria ser complementada com algum tipo de estrutura, função que um tijolo de concreto cumpriria de uma única vez, entretanto é preciso lembrar que não é um material muito utilizado nas construções locais, e seu custo é mais alto se calculado a curto prazo. Este momento foi o de escolher entre a execução de pilares em concreto e consequentemente gastar mais recursos ou optar pela técnica local do tijolo em canto virado - sistema bastante utilizado na ocupação onde a amarração do tijolo comum cumpriria um papel estrutural nas quinas da casa e nos encontros de parede. (Imagem 5).

Imagem 5: Disposição do tijolo em canto virado.
Fonte: João Paulo Vera, 2018.

Zenadio, o pedreiro quem executou a obra, também habita uma casa construída neste mesmo esquema estrutural e garante que não há necessidade de pilares caso a cobertura da casa seja leve e não se execute uma laje futuramente. Outros técnicos e engenheiros que dominam o assunto também reafirmam a segurança do canto virado caso sejam seguidas as condições corretas, entretanto sentiu-se falta de uma bibliografia mais aprofundada abordando a técnica - alternativa importante e que se executada com maior suporte técnico evitaria maiores gastos e riscos; Enfim, a decisão pelo canto virado ao invés dos pilares foi feita no canteiro em conjunto com os construtores.

Foram amarrados os tijolos em todos os cantos da casa e encontros de paredes, o que garantiria também a estabilidade dos vãos com amarrações a cada 3 metros - espaçamento geralmente utilizado em muros laterais e frontais contínuos de lotes. Com muita agilidade, Zenadio executou as paredes, onde cerca de 3 diárias foram necessárias. Houve grande dificuldade em manter um servente fixo na obra devido à falta de recursos para pagamento da mão de obra e à ausência de uma betoneira que facilitasse o serviço; neste momento os outros participantes foram encarregados de fazer a massa com o intuito de reduzir os custos.

As aberturas foram deixadas com tamanhos preestabelecidos, já que as dimensões das esquadrias que seriam doadas a partir de um ferro velho local ainda não eram sabidas e seriam instaladas posteriormente com as adaptações necessárias. Um fato importante nesta etapa foi a resolução de algumas questões projetuais ao longo da experimentação do canteiro, quando a janela do quarto teve sua posição modificada devido à experimentação real dos ventos, da vista e da insolação no local; destaca-se também que com as alvenarias levantadas foi a primeira sensação mais próxima de como seria a incidência solar na casa, suas sombras, e até mesmo a espacialidade de cada cômodo.

Outra questão que também foi decidida em canteiro foi a abertura superior existente no cômodo da copa/cozinha, que iria apresentar uma falta de iluminação e ventilação devido à impossibilidade da criação de aberturas baixas. Logo optou-se por três aberturas superiores que trariam iluminação e a própria moradora poderia controlar a entrada da ventilação no cômodo através das pequenas esquadrias doadas (Imagem 6).

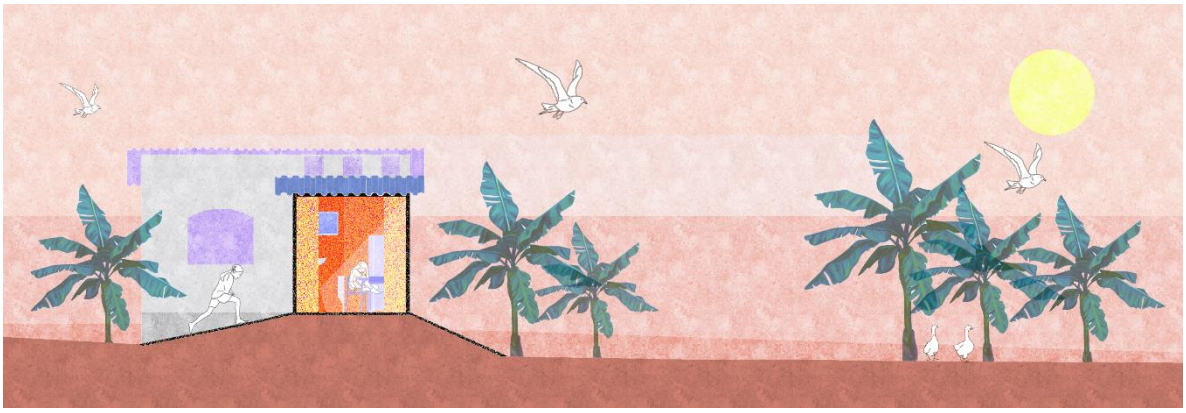


Imagem 6: Corte da Cozinha/Copa e as aberturas superiores.
Fonte: João Paulo Vera, 2018.

Ainda sobre a vedação, além dos tijolos de oito furos também foram doados tijolos maciços nesta etapa já consolidada da obra, logo os participantes em conjunto com o pedreiro e servente decidiram por fazer o anexo onde ficaria a cozinha com este material (Imagem 7), distinguindo a materialidade com o restante do cômodo principal da casa - fato que criou um efeito estético interessante e que trouxe um destaque para esta área anexa da casa. Porém, é importante observar que a mão de obra para a execução do tijolinho aparente - tão cobiçado pelos arquitetos - é extremamente trabalhoso pois leva muito mais tempo do que o tijolo de maiores dimensões e também agrava a precariedade do trabalho por manter o construtor durante muito tempo em posição desconfortável.

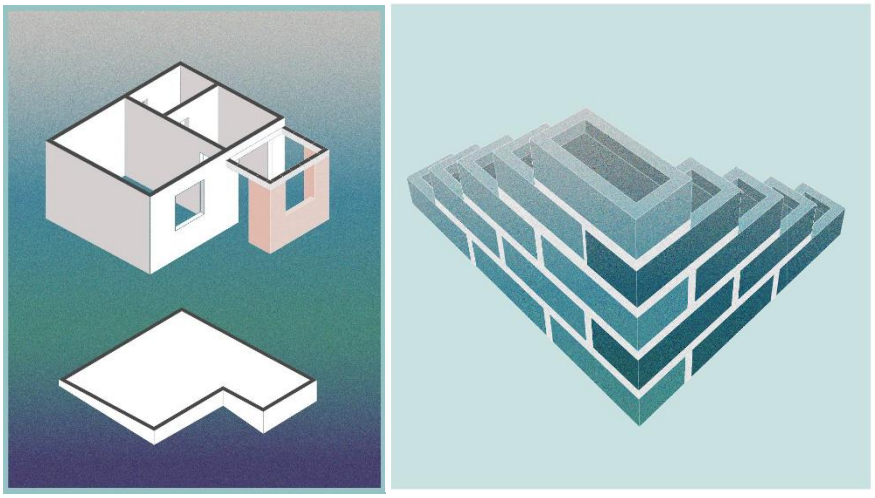


Imagem 7: Anexo de tijolos maciços em destaque.
Fonte: João Paulo Vera, 2018.

Com o final da execução das alvenarias e suas aberturas, foi feito um coroamento final acima de todo o perímetro da parede da casa com canaletas de largura menor, e novamente este coroamento foi concretado com a adição de ferragem menos espessa - tal fato garantiu um travamento das paredes e um reforço estrutural para a construção. Feito isso, o preparo para a cobertura já poderia ser executado bem como suas inclinações trabalhadas na alvenaria acima do coroamento.

Cobertura da casa

Outro ponto decidido no canteiro foi a inclinação dos telhado pois havia ali uma certa complexidade devido a presença de um cômodo principal e um anexo, e também a necessidade das aberturas superiores em um dos espaços – fato que demandou duas quedas; sendo assim foi decidido que a inclinação das quedas seriam em sentidos opostos, facilitando a criação do vão para as aberturas superiores no cômodo principal. A cobertura utilizada foi a telha de fibrocimento, obtida através de doação, e o madeiramento para estruturar a mesma (Imagem 8); Este tipo de telha não exige um madeiramento muito complexo, logo foram utilizadas poucas terças de madeira seguindo somente um vão comum de apoio.

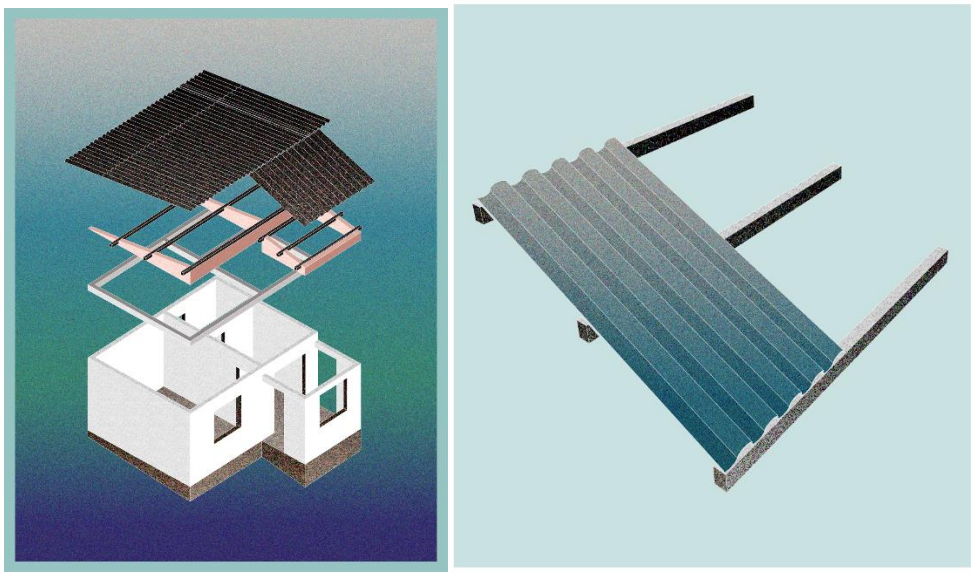


Imagem 8: Detalhes do madeiramento e das telhas.
Fonte: João Paulo Vera, 2018

Foram utilizadas longas telhas de fibrocimento de 3,66 m, fato que dificultou a suspensão das mesmas, exigindo a ajuda de todos os participantes no dia da execução da cobertura; as terças de madeira foram utilizadas nos vãos dos cômodos e apoiadas diretamente na alvenaria de inclinação da cobertura - fato que poderia gerar algumas rachaduras ao longo do tempo - entretanto o coroamento impediria as rachaduras de afetar as paredes da casa. As extremidades das paredes serviram de apoio direto para as telhas, entretanto percebeu-se que tal escolha apesar de econômica não seria suficiente para garantir boas distâncias de beirais e também para suportar o grande vão entre o cômodo principal e o anexo; logo, foram acrescentadas mais duas terças próximas às extremidades para minimizar tal problema. Por fim as telhas foram fixadas com o uso de grampos e roscas.

A finalização da cobertura na obra trouxe outros questionamentos para o grupo pois naquele momento surgiu uma sensação de um abrigo e local protegido das intempéries como sol e chuva, e inclusive foi um momento marcante quando Rosa disse que já iria se mudar para a casa pois já estava em condições melhores que seu barraco. Uma outra reflexão a ser feita naquele contexto seria a hipótese de se construir a cobertura como um dos elementos iniciais da obra (como já ocorre em alguns galpões comerciais feitos com elementos pré-fabricados) devido à segurança e sensação de abrigo que a cobertura permite; entretanto as limitações

materiais e técnicas não permitiram tal desdobramento, o que não descarta o questionamento e novas possibilidades para este fator importante.

Esquadrias e acabamentos básicos

As doações das esquadrias aconteceram neste momento da obra, e logo foram implantadas com bastante rapidez nas aberturas preestabelecidas - houve a necessidade de quebrar algumas delas para o encaixe das janelas e portas, entretanto não houveram grandes complicações. As condições de algumas portas não eram ideias, pois apresentavam problemas de fechaduras e falta de vidros, entretanto tal problema poderia ser resolvido pela moradora a curto prazo.

Ainda sobre doações de materiais, houve uma grande ajuda nesta etapa da obra - uma grande construtora da cidade que executa empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida - tem um depósito na cidade com muitos materiais residuais de obras e que se encontram em perfeito estado de uso e no momento estariam ali sem destino. Por fim, grande parte dos conectores hidráulicos, louças, materiais elétricos, portas para os quartos, cerâmicas e tintas foram doados para a finalização da casa; esta parceria trouxe algumas ideias para o grupo enquanto suporte à uma arquitetura voltada para famílias de baixa renda, e que poderia ser replicada em outras ações como esta.

Instalações Hidráulicas e Elétricas

A instalação elétrica da casa foi previamente projetada por membros do grupo e o servente executou o preparo prévio através de quebras da parede e instalação das mangueiras, deixando espaço para os interruptores. O trabalho já estava pronto para que o eletricista executasse a parte elétrica, mão de obra que também foi conseguida através de uma diária doada pelo profissional - em um sábado, o eletricista em conjunto com seus filhos conseguiu finalizar toda a parte elétrica da casa.

A instalação hidráulica foi mais complexa, demandando sempre novos conectores e tubos que não tinham sido previstos; esta etapa foi executada principalmente pelo pedreiro que já tinha bastante experiência na área. Um dos grandes problemas naquele momento foi a implantação da caixa d'água, o grande questionamento era se deveria ser feita uma estrutura independente ou se a caixa seria instalada logo acima do banheiro. A segunda opção foi escolhida devido às limitações financeiras de se construir uma estrutura própria e devido às opiniões de alguns técnicos de que a estrutura seria suficiente para suportar a caixa. O esgoto do banheiro foi conectado diretamente à fossa já existente nos fundos do terreno, enquanto que a cozinha foi conectada previamente à uma caixa de gordura e logo depois para a fossa.

Sobre os acabamentos finais, foi realizado um reboco interno, o que exigiu bastante da mão de obra e foi o momento que novamente a betoneira a diesel foi alugada para agilizar o trabalho e diminuir o desgaste da mão de obra do pedreiro e servente. As paredes foram pintadas pelos participantes sem a necessidade de pagamentos de diária, o piso foi revestido com uma nata simples e que se assemelhou à um cimento queimado mais rústico - após a execução do contrapiso. E por fim foram utilizadas algumas cerâmicas na área do chuveiro para conter possíveis infiltrações e trazer uma condição estética mais interessante.

EMBASAMENTO TEÓRICO

A construção durou cerca de 6 meses e teve um gasto de aproximadamente 20.000 reais, os quais foram indiretamente subsidiados pelas doações de materiais e pelas parcerias de mão de obra gratuita. Os materiais comprados foram todos feitos através de uma loja de materiais de construção local no Glória, onde foram oferecidos bons descontos, facilidades no pagamento e disponibilidade de ajuda. A casa com seus três cômodos ficou com uma área aproximada de 22 m², podendo ser expandida em direção aos fundos do terreno, segundo a imagem 9.

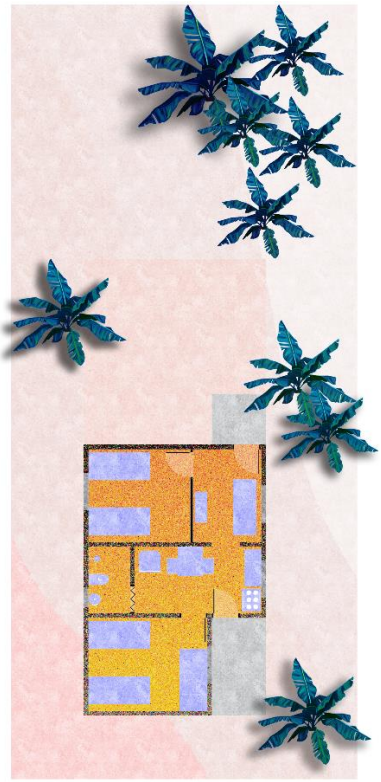


Imagem 9: Projeto de expansão.
Fonte: João Paulo Vera, 2018.

Dona Rosa atualmente se apropriou do espaço e segue investindo seus limitados recursos na casa, valorizando assim seu futuro patrimônio e de seus filhos - hortas, flores, áreas cimentadas, bancos, fogão a lenha externo, enfim, esses e muitos outros elementos que demonstram a vontade de permanecer e consolidar o lar (Imagem 10). O trabalho realizado pelo grupo Chão foi basicamente uma simulação de uma assessoria técnica organizada de forma voluntária sem apoio do poder público, e que buscou aliar as técnicas construtivas e materiais disponíveis no local com o suporte técnico da arquitetura.

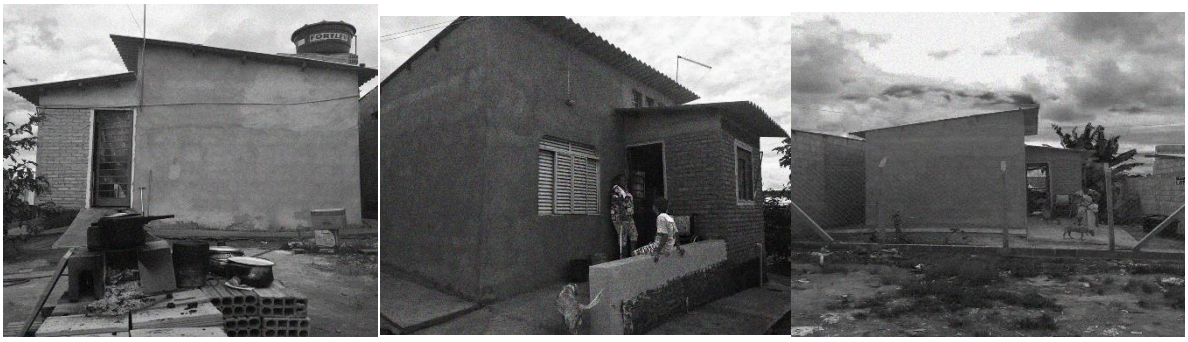


Imagem 10: Casa pronta e os moradores.
Fonte: Giovanna Merli, 2018.

A necessidade de um aprofundamento maior do processo construtivo no canteiro surgiu a partir do momento em que o grupo se perguntou sobre as reais possibilidades da arquitetura poder fazer parte da vida de pessoas de baixa renda no Brasil – observados dois limitantes bastante graves: o poder público tem negligenciado cada vez mais o acesso público à arquitetura e o mercado não tem englobado um entendimento maior do contexto econômico e social dessas parcelas da população.

O ensaio descrito acima trouxe diversos questionamentos sobre questões técnicas que a arquitetura precisa se atentar para se tornar um serviço mais acessível à população em geral, e que tangencie dois temas de extrema importância para sua democratização: a racionalização do canteiro e o segundo tema é a aproximação entre arquiteto, o usuário e os construtores locais, tornando a relação de produção espacial mais horizontal e complementar – destaca-se ainda o entendimento de uma autonomia construtiva nessas comunidades, termo importante para o trabalho e muito utilizada por Ana Paula Baltazar e o Grupo Morar de outras maneiras da UFMG.

A abordagem do ensaio tangencia referências como aquelas abordadas pela USINA e suas experiências construtivas, Sérgio Ferro e os arquitetos da chamada Arquitetura Nova, o arquiteto Joan Villá e a racionalização de materiais cerâmicos locais, dentre outros repertórios arquitetônicos que se colocam à disposição da importância do canteiro.

A importância da Usina neste estudo se deve ao fato de que o grupo parte da ideia de uma arquitetura que se envolva decisivamente com a política - através da assessoria técnica de canteiros de obra em projetos de autoconstrução coletiva, ou seja, o grupo busca trazer um suporte para movimentos e grupos organizados de luta por moradia. A compreensão da trajetória do grupo e seus projetos de mutirões autogeridos trazem respostas práticas para os problemas que se enfrenta hoje diante do tema moradia, seja pelo questionamento da precarização do trabalho no canteiro ou pelas inovações técnicas propostas em seus trabalhos.

Ainda sobre as inovações técnicas no canteiro de obras, o arquiteto Joan Villá traz um enorme repertório que poderia responder grande parte dos questionamentos feitos ao longo do ensaio sobre as melhores soluções a serem utilizadas na construção da casa, bem como seu custo-benefício. O tijolo cerâmico é o material mais utilizado neste tipo de ocupação, e o mesmo é manipulado de forma bruta e sem muita racionalização; este seria o caso em que o desenvolvimento de pré-fabricados baseados em materiais abundantes no local seria extremamente pertinente ao trabalho, assim como o foi em muitos conjuntos habitacionais desenvolvidos

pelo grupo USINA. Uma fábrica de pré-fabricados de tijolo cerâmico in loco talvez seria uma importante alternativa para a escala e contexto de construção da casa de Dona Rosa, o que conciliaria materiais locais e racionalização.

Apesar das construções em regime de mutirão autogerido serem mais longas que outros processos construtivos realizados por grandes construtoras, a qualidade das moradias é inquestionável – apresentam plantas maiores, mais adaptadas à realidade dos moradores, existe maior vinculo e identidade dos usuários com a moradia e com o entorno; A forma de organização dos mutirões é baseada em comissões - segurança, creche para as crianças, construção, cozinha, dentre outras, que facilitam muito o processo. Enfim, os processos realizados em mutirão buscam conciliar a autonomia construtiva e todas as demandas técnicas exigidas num processo formal; os projetos participativos desenvolvidos pelo USINA em seus mutirões autogeridos serviram de base e metodologia para este trabalho, onde Flávio Higuchi Hirao, em um texto sobre as metodologias da assessoria Usina, aborda os métodos participativos de várias obras realizadas pelo grupo - as reuniões, a abordagem com os moradores, o desenvolvimento das plantas a partir do layout dos mobiliários; em conjunto com o texto de Ana Paula Baltazar sobre assessoria técnica com interfaces, que aborda as interfaces em várias escalas de projetos participativos, desde planos menores como reforma de casas em uma ocupação da cidade, até uma escala macro sobre planejamento urbano envolvendo a comunidade.

Sérgio Ferro não poderia deixar de ser citado neste texto, devido à forte relevância que o arquiteto traz para o canteiro e a questão construtiva, enquanto desenvolvimento teórico. É importante aqui a crítica que o arquiteto faz sobre a separação da arquitetura do canteiro, fato que inicia e se aprofunda a partir do renascimento, quando o arquiteto se torna o maestro que domina o projeto através de um novo repertório estético para substituir as técnicas do saber-fazer; técnicas empíricas que os artesãos dominavam, mas que começaram a perder sua autonomia devido à normatização da arquitetura, e logo se tornam operários e simples reprodutores das vontades do arquiteto. É importante fazer um paralelo aqui, segundo Silke Kapp, pois aquele momento quando o projeto técnico começa a ganhar força, ainda se realizava massivamente uma arquitetura autônoma para espaços ordinários como moradias, comércios, trabalhos ou qualquer outro espaço cotidiano; onde o projeto tinha relevância para espaços monumentais e excepcionais. Com o processo de industrialização da sociedade, os espaços comuns começam a demandar também esta mesma tecnização, fato que inicia um processo de marginalização da produção informal.

Outra questão importante abordada pelo arquiteto em suas teorias com tendência marxista, é sobre a baixa aplicação de tecnologias nos canteiros e a precarização do trabalho; visto que a manufatura na construção civil é a atividade que mais traz lucros para o sistema capitalista - ele dá o exemplo da construção de Brasília e os programas habitacionais desenvolvidos no país, que trouxeram rendimentos enormes. Enquanto a ideia de modernidade e bem estar social era idealizada em Brasília, milhares de trabalhadores viviam em condições miseráveis nos canteiros – o autor associa o canteiro à campos de concentração. Uma concretização dessa condição precária de trabalho nos canteiros hoje, é a construção de Dubai, que mesmo com todas as tecnologias presentes atualmente, o seu canteiro mantém a miséria e precariedade nas relações de trabalho entre os operários imigrantes; A partir dessa contradição entre as belas curvas da arquitetura de Oscar Niemeyer e as atrocidades contra os operários no canteiro de Brasília, Sérgio Ferro produz sua obra o canteiro e o desenho; que destaca a separação radical entre o canteiro e o desenho ou projeto de arquitetura.

Logo, o problema que Sergio Ferro busca trazer uma solução – reaproximar a arquitetura do canteiro; é bastante pertinente para a realidade do trabalho e seu ensaio, e passa pelo processo de modernização do

canteiro, onde o arquiteto deve buscar compreender melhor esta realidade, e buscar trazer soluções mais simples de serem executadas, como a criação de estruturas modulares, padronizações, materiais de dimensões constantes. Enfim, o arquiteto passaria a integrar todas as etapas da construção, e por outro lado o operário deveria também contribuir desde a concepção do projeto até a execução da obra – fato observado no ensaio acima onde o pedreiro e o servente participaram em vários momentos das decisões projetuais no canteiro.

Por fim, o ensaio buscou ilustrar uma experiência prática apesar de muitas limitações em um canteiro de obras de escala pequena; e que em alguns pontos buscou trazer as reflexões teóricas e metodológicas citadas neste texto. Ainda muitas questões técnicas e sociais pairam nas entrelinhas do ensaio, entretanto o que se tem claro é que se a arquitetura almeja romper e contribuir para amenizar parte da desigualdade social do país, ela deve romper os muros dos escritórios e universidades, agregar seu conhecimento técnico em conjunto com a sociedade e mãos à obra.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Pedro Fiori. Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.

BALTAZAR, Ana Paula - Por uma Arquitetura não Planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços (2006).

FERRO, Sérgio. "O canteiro e o desenho", em Arquitetura e trabalho livre. São Paulo: Cosac & Naify, 2006. Texto publicado originalmente em duas partes (1976 e 1979).

HIRAO, Flávio Higuchi - Metodologia de projeto arquitetônico participativo em empreendimentos habitacionais autogeridos em São Paulo: A experiência recente da assessoria técnica Usina junto aos movimentos populares de sem-teto (UMM) e sem-terra (MST)

VILAÇA, Ícaro; CONSTANTE, Paula. **Usina: entre o projeto e o canteiro.** São Paulo: Aurora, 2016.

VILLÁ, Joan. **Construções.** São Paulo: Belas Artes, 2005.

V enanparq
Salvador - 2018

ENSINO DE PROJETO E APRENDIZAGEM POR SOLUÇÃO DE PROBLEMAS

THE TEACHING OF ARCHITECTURAL DESIGN AND PROBLEM-BASED LEARNING

ENSEÑANZA DE PROYECTO Y APRENDIZAJE POR SOLUCCIÓN DE PROBLEMAS

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROEJTO E PRÁTICA

CAMPOMORI, Mauricio José Laguardia
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da EAUFMG e do NPGAU-EAUFMG
mcampomori@ufmg.br

ENSINO DE PROJETO E APRENDIZAGEM POR SOLUÇÃO DE PROBLEMAS

ARCHITECTURAL DESIGN TEACHING OF AND PROBLEM-BASED LEARNING

ENSEÑANZA DE PROYECTO Y APRENDIZAJE POR SOLUCCIÓN DE PROBLEMAS

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROEJTO E PRÁTICA

RESUMO:
Este trabalho se propõe a testar duas hipóteses sobre a prática de ensino de projeto de arquitetura: a primeira é de que a prática profissional condiciona a forma de ensinar dos professores de projeto, que em sua maioria não possuem formação didática; a segunda é que o ensino de projeto é principalmente feito através de processos que se aproximam da ideia de aprendizagem baseada em solução de problemas ou PBL (Problem Based Learning). Para tanto, foi elaborado um questionário e este foi submetido a professores de faculdades e escolas de arquitetura nacionais e estrangeiras, em busca de aferir se as hipóteses teriam validade e, caso afirmativo, se haveria variações significativas relacionadas à localização das instituições. Os resultados indicam que se pode afirmar que as hipóteses procedem e que podemos dizer que a prática das escolas de arquitetura, a despeito de sua aparente desvinculação do modelo cientificista que domina a Universidade contemporânea, pode apontar novos caminhos para toda a Universidade.
PALAVRAS-CHAVE: ensino de arquitetura, ensino de projeto, interdisciplinaridade, PBL (Problem Based Learning)

ABSTRACT:
This paper aims to test two hypotheses about the teaching of architectural design: the first is that professional practice shapes the way of teaching of design studio teachers, who mostly do not have didactic training; the second is that most of studio teaching is based in processes that resemble the problem-based learning (PBL) approach. A survey was submitted to professors of Brazilian and foreign architecture schools, in order to verify if the hypotheses were valid and if there would be significant variations related to the location of the institutions. The results indicate that the hypotheses can be confirmed, and that we can say that the practice of the schools of architecture, despite its apparent dissociation from the scientific model that dominates the contemporary university, can point out new paths for the University.
KEYWORDS: *architectural design teaching, interdisciplinarity, problem-based learning*

RESUMEN:
Este trabajo tiene como propuesta probar dos hipótesis sobre la práctica de enseñanza de proyecto de arquitectura: la primera es que la práctica profesional condiciona la forma de enseñar de los profesores de proyecto, que en su mayoría no poseen formación didáctica; la segunda es que la enseñanza de proyecto se realiza principalmente por procesos que se aproximan a la idea de aprendizaje basada en la solución de problemas o PBL (Problem Based Learning). Con este intento, se elaboró un cuestionario y éste fue sometido a profesores de facultades y escuelas de arquitectura nacionales y extranjeras, en busca de evaluar si las hipótesis tendrían validez y si habría variaciones significativas relacionadas con la ubicación de las instituciones. Los resultados no sólo indican que se puede afirmar que las hipótesis proceden y que podemos decir que la práctica de las escuelas de arquitectura, a pesar de su aparente desvinculación del modelo científico que domina la Universidad contemporánea, puede indicar nuevos caminos para toda la Universidad.
PALABRAS-CLAVE: *enseñanza de arquitectura, enseñanza de proyecto, interdisciplinariedad, PBL (Problem Based Learning)*

INTRODUÇÃO

Consideramos, como ponto de partida e premissa conceitual básica para a elaboração deste trabalho, a ideia de que o ensino de projeto de arquitetura e urbanismo se faz baseado na articulação e na estruturação de informações e saberes oriundos de vários outros campos disciplinares constituindo, portanto, uma prática interdisciplinar. Consideramos, também que o ensino de projeto é historicamente desenvolvido sobre a tradição dos modelos da prática profissional e desde o passado já se baseava em princípios que atualmente são explorados por teorias de aprendizagem, sem necessariamente conhecê-las. Sobre o tema, apresentamos duas hipóteses principais, que são:

a) Os professores de projeto de arquitetura não têm, em sua maioria formação didática e atuam orientados pelos métodos e cânones que referenciam a prática profissional;

b) O ensino de projeto de arquitetura é, hoje, fundamentalmente feito através de processos que se aproximam muito da ideia de aprendizagem baseada em solução de problemas (PBL-Problem-Based Learning);

Se confirmadas essas nossas premissas e hipóteses, poderíamos dizer que apesar de não ser uma prática que confirma a quase hegemônica tendência de se estabelecer o cientificismo como única possibilidade legítima para a academia, o ensino de projeto de arquitetura e urbanismo continua a se desenvolver e se consolida dentro das vanguardas das tendências didáticas contemporâneas, a despeito de não ter sua prática de ensino modelada pelas teorias pedagógicas.

Para testar nossas hipóteses, decidimo-nos por elaborar um questionário que seria submetido a aproximadamente 50 (cinquenta) professores de projeto de arquitetura de diferentes instituições, nacionais e estrangeiras.

Alguns esclarecimentos se fazem necessários com relação a essa definição e ao recorte do objeto de pesquisa: Como o objetivo foi trabalhar de maneira relativamente aprofundada os procedimentos didáticos, métodos e teorias implícitos nas práticas de ensino de projeto de arquitetura, não faria sentido envolver agentes que tivessem uma visão apenas parcial do objeto de estudo - como alunos e funcionários das instituições. Uma segunda questão, de ordem prática, diz respeito à amostragem. O número de professores que responderiam o questionário foi definido como de aproximadamente 30% a 40% (trinta a quarenta por cento) do número total de docentes de projeto em atividade em cada instituição. Guardadas as variações de porte e tamanho de cada escola / faculdade / instituição, teríamos um número médio esperado de respondentes de cerca de 10 professores por instituição. Considerando que disponibilizaríamos o questionário para docentes de 5 (cinco) instituições, chegamos à previsão de que cerca de 50 respondentes seria o número adequado para permitir uma análise consistente dos dados obtidos.

Assim, foram disponibilizados questionários para docentes de três instituições de ensino superior nacionais e duas estrangeiras, quais sejam:

a) Universidade Federal de Minas Gerais;

b) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais;

c) USP - São Carlos;

d) University of Sheffield - UK;

e) University of Pennsylvania - USA.

Uma decisão que tomamos inicialmente foi a de que os questionários não seriam identificados, nem por nome do respondente nem por instituição, ficando a possibilidade de se fazer a diferenciação apenas entre os questionários disponibilizados para as instituições nacionais, em português, e as estrangeiras, em inglês.

A plataforma escolhida para permitir a disponibilização dos questionários na Internet foi o Google Docs / Google Drive. Lá foram armazenados os dois questionários, em português e inglês, no formato de documentos abertos à recepção de respostas. Passo seguinte, foram enviados os e-mails aos professores das instituições, com a explicação sobre os objetivos da pesquisa e a solicitação para que os professores participassem respondendo ao questionário. Seguia o link para o endereço eletrônico onde o questionário poderia ser respondido. Cada uma das respostas era armazenada na base de dados com o registro da data e horário em que as respostas foram postadas, sendo esse o único elemento de diferenciação e de identificação disponível.

A ESTRUTURAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

Para tentar comprovar nossas hipóteses teríamos que verificar sua validade. Para isso queríamos, primeiramente, confirmar se elas não eram limitadas em termos de faixas etárias, gênero, formação acadêmica e localização geográfica. Seria importante, também, verificar se o ensino de projeto de arquitetura e urbanismo é de fato uma prática e não apenas um discurso estabelecido sobre a ideia interdisciplinar. Além disso, interessava-nos também:

a) Verificar qual porcentagem dos docentes tem treinamento ou formação pedagógica;

b) Verificar se e como os docentes transpõem práticas profissionais para sala de aula;

c) Verificar se os docentes são familiarizados com os conceitos de PBL;

d) Verificar se os docentes aplicam PBL como estratégia didática;

Esses foram os eixos temáticos da pesquisa efetuada. Assim, foi elaborado um questionário contendo 16 (dezesseis) perguntas e que foi submetido, via Internet, aos professores de projeto.

As perguntas de 1 a 3 tratavam de identificar o perfil do respondente em termos de faixa etária, gênero e tempo de docência no ensino superior. As perguntas de 4 a 6 buscavam caracterizar a formação acadêmica do respondente em termos de área / campo do conhecimento, maior nível de formação e local de formação, o que poderia revelar também se é significativo ou não algum traço de endogenia na formação de pós-graduação dos respondentes. As perguntas 7 e 8 buscavam caracterizar a existência ou não de interesse e de formação didática formal dos respondentes.

Em seguida, as perguntas 9 e 10 tentavam verificar se e como os respondentes exercitavam uma prática interdisciplinar em sala de aula de projetos. As perguntas 11 a 14 buscavam informações sobre a semelhança

entre a atividade profissional do arquiteto e a atividade dele em sala de aula, sobre a necessidade de complementação da formação acadêmica em estágios de formação profissional e a influência das estruturas formais do curso (currículo etc.) sobre o perfil de formação dos alunos. Finalmente, as perguntas 15 e 16 tentavam verificar o conhecimento dos docentes sobre a abordagem PBL e sobre sua utilização em sala de aula.

QUESTIONÁRIOS E RESULTADOS

Obtivemos 51 (cinquenta e uma) respostas aos questionários disponibilizados aos professores de projeto na Internet, o que atende completamente ao nosso objetivo inicial, que era de receber 50 respostas. Das 51 respostas recebidas, 30 (trinta) são de professores que atuam em instituições brasileiras e 21 (vinte e uma) de professores de projeto do exterior. Como dito anteriormente, não há identificação da instituição de origem do respondente, apenas se é do Brasil ou do exterior. As respostas obtidas são apresentadas nas tabelas a seguir em números totais e em porcentagens em relação ao total de respondentes nacional e estrangeiro.

	USA+UK (21)		BRASIL (30)	
Menos de 30 anos	0	0 %	1	3 %
Entre 30 e 44 anos	12	57 %	11	37 %
Entre 45 e 59 anos	5	24 %	13	43 %
Mais de 60 anos	4	19 %	5	17 %

Tabela 1 – Idade

	USA+UK (21)		BRASIL (30)	
Feminino	4	19 %	12	40 %
Masculino	17	81 %	18	60 %

Tabela 2 – Gênero

	USA+UK (21)		BRASIL (30)	
Menos de 5 anos	3	14 %	4	13 %
Entre 5 e 15 anos	10	48 %	9	30 %
Entre 15 e 25 anos	3	14 %	10	34 %
Mais de 25 anos	5	24 %	7	23 %

Tabela 3 - Tempo de docência (no ensino superior)

	USA+UK (21)		BRASIL (30)	
Arquitetura e Urbanismo	20	95 %	29	97 %
Outra	1	5 %	1	3 %

Tabela 4 - Formação profissional original

	USA+UK (21)		BRASIL (30)	
Na mesma instituição que leciono hoje	4	19 %	20	67 %
Em outra instituição nacional	9	43 %	6	20 %
Em outra instituição estrangeira	8	38 %	4	13 %

Tabela 5 - Instituição em que obteve o maior nível de escolaridade

	USA+UK (21)		BRASIL (30)	
Arquitetura e Urbanismo	20	95 %	21	70 %
Outra	1	5 %	9	30 %

Tabela 6 - Área de conhecimento em que obteve o maior nível de escolaridade

	USA+UK (21)		BRASIL (30)	
Não	11	52%	6	20 %
Sim	10	48 %	24	80 %

Tabela 7 - Estudo, leitura regular ou interesse por livros, textos ou artigos acadêmicos sobre didática, pedagogia ou prática de ensino de nível superior

	USA+UK (21)		BRASIL (30)	
Sim e contribuiu muito para minha atuação como professor	5	24 %	9	30 %
Sim e contribuiu pouco para minha atuação como professor	3	14 %	5	17 %
Sim, mas não contribuiu para minha atuação como professor	1	5 %	0	0 %
Nunca participei de nenhuma atividade desse tipo	12	57 %	16	53 %

Tabela 8 - Participação em curso, disciplina universitária ou treinamento formal na área de didática, pedagogia ou prática de ensino de nível superior

	USA+UK (21)		BRASIL (30)	
Sempre	14	67 %	18	60 %
Frequentemente	6	28 %	8	27 %
Raramente	1	5 %	4	13 %
Nunca	0	0 %	0	0 %

Tabela 9 - Temas que mais exigem exposições teóricas em aulas de projeto?
9.A - Conceituação e metodologia de projetos

	USA+UK (21)		BRASIL (30)	
Sempre	5	24 %	13	43 %
Frequentemente	7	33 %	11	37 %
Raramente	9	43 %	6	20 %
Nunca	0	0 %	0	0 %

Tabela 9 - Temas que mais exigem exposições teóricas em aulas de projeto?
9.B - Desenho técnico e representação gráfica

	USA+UK (21)		BRASIL (30)	
Sempre	5	24 %	9	30 %
Frequentemente	9	43 %	14	47 %
Raramente	6	28 %	7	23 %
Nunca	1	5 %	0	0 %

Tabela 9 - Temas que mais exigem exposições teóricas em aulas de projeto?
9.C - Estruturas e instalações complementares

	USA+UK (21)		BRASIL (30)	
Sempre	5	24 %	7	23 %
Frequentemente	7	33 %	15	50 %
Raramente	7	33 %	8	27 %
Nunca	2	10 %	0	0 %

Tabela 9 - Temas que mais exigem exposições teóricas em aulas de projeto?
9.D - História e teoria da Arquitetura

	USA+UK (21)		BRASIL (30)	
Sempre	5	24 %	9	30 %
Frequentemente	13	62 %	10	33 %
Raramente	3	14 %	7	23 %
Nunca	0	0 %	4	14 %

9.E - Plástica, estética e composição

	USA+UK (21)		BRASIL (30)	
Sempre	1	5 %	11	36 %
Frequentemente	14	67 %	13	43 %
Raramente	6	28 %	4	14 %
Nunca	0	0 %	2	7 %

9.F - Sustentabilidade e meio ambiente

	USA+UK (21)		BRASIL (30)	
Sempre	1	4 %	3	10 %
Frequentemente	10	48 %	9	30 %
Raramente	10	48 %	17	57 %
Nunca	0	0 %	1	3 %

Tabela 10 - Frequência com que professores ou profissionais de outras áreas participam em aulas de projeto

	USA+UK (21)		BRASIL (30)	
Os alunos que fazem estágios têm melhor rendimento.	7	33 %	13	43 %
Não percebo diferença significativa	7	33 %	10	33 %
Os alunos que não fazem estágios têm melhor rendimento.	3	15 %	0	0 %
Não é possível avaliar.	4	19 %	7	24 %

Tabela11 - Avaliação do desempenho acadêmico dos alunos que fazem estágios comparados com os demais

	USA+UK (21)		BRASIL (30)	
Tem grande influência. Estruturas e currículos diferentes produzem profissionais muito diferentes	16	76 %	14	47 %
Tem pouca influência. Estruturas e currículos diferentes produzem profissionais semelhantes	5	24 %	8	27 %
Não tem influência sobre a formação dos alunos.	0	0 %	1	3 %
Não é possível avaliar.	0	0 %	7	23 %

Tabela 12 - Avaliação da influência das estruturas formais do curso (regulamentação / estrutura curricular) sobre a formação dos alunos

	USA+UK (21)		BRASIL (30)	
Sempre	9	43 %	9	30 %
Frequentemente	10	47 %	17	57 %
Raramente	1	5 %	4	13 %
Nunca	1	5 %	0	0 %

Tabela 13 - Utilização em sala de aula, de práticas, estratégias e metodologias adquiridas e utilizadas em atividades profissionais como arquiteto

	USA+UK (21)		BRASIL (30)	
Muito semelhantes	4	19 %	4	13 %
Razoavelmente semelhantes	15	71 %	18	60 %
Pouco semelhantes	2	10 %	8	27 %
Nenhuma semelhança	0	0 %	0	0 %

Tabela 14 - Avaliação da semelhança entre a atividade profissional de um arquiteto e as atividades desenvolvidas por alunos em disciplinas de projeto

	USA+UK (21)		BRASIL (30)	
Conheço e utilizo muito em meus cursos de projetos	7	33 %	13	44 %
Conheço e utilizo pouco em meus cursos de projeto	5	24 %	7	23 %
Conheço e não utilizo em meus cursos de projeto	0	0 %	6	20 %
Não conheço	9	43 %	4	13 %

Tabela 15 - Conhecimento do conceito de aprendizagem baseada em solução de problemas

	USA+UK (21)		BRASIL (30)	
Sempre	2	9 %	5	17 %
Frequentemente	10	48 %	10	33 %
Raramente	7	34 %	11	37 %
Nunca	2	9 %	4	13 %

Tabela 16 - Frequência de utilização de estratégias didáticas em aulas de projeto
16.A - Trabalhos que envolvam demandas reais do mercado.

	USA+UK (21)		BRASIL (30)	
Sempre	14	67 %	21	70 %
Frequentemente	7	33 %	9	30 %
Raramente	0	0 %	0	0 %
Nunca	0	0 %	0	0 %

Tabela 16 - Frequência de utilização de estratégias didáticas em aulas de projeto
16.B - Trabalhos que envolvam situações abertas, exigindo dos alunos a busca por respostas próprias.

	USA+UK (21)		BRASIL (30)	
Sempre	1	5 %	1	3 %
Frequentemente	6	29 %	2	7 %
Raramente	7	33 %	5	17 %
Nunca	7	33 %	22	73 %

Tabela 16 - Frequência de utilização de estratégias didáticas em aulas de projeto
16.C - Trabalhos que envolvam repetição de situações conhecidas, visando a criar automatismo.

	USA+UK (21)		BRASIL (30)	
Sempre	0	0 %	3	10 %
Frequentemente	6	28 %	7	24 %
Raramente	10	48 %	10	33 %
Nunca	5	24 %	10	33 %

Tabela 16 - Frequência de utilização de estratégias didáticas em aulas de projeto
16.D - Trabalhos que envolvam situações totalmente desvinculadas das demandas do mercado.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Do conjunto de 51 respostas oferecidas ao questionário, 30 delas de professores brasileiros e 21 de docentes que atuam em instituições estrangeiras, destacam-se alguns elementos sobre o perfil dos respondentes: a idade média dos respondentes no exterior é inferior à dos respondentes brasileiros, sendo que a maioria daqueles (57%) se situam na faixa entre 30 e 44 anos de idade. No Brasil, a faixa de idade com o maior número de respondentes se situa entre os 45 e 59 anos. Em ambos os casos, é insignificante ou quase inexistente o perfil de idade inferior a 30 anos. Pouco menos de 1/5 ou 20% dos respondentes tem mais de 60 anos de idade.

No que diz respeito ao gênero dos docentes, há significativo predomínio numérico dos docentes do sexo masculino. Três em cada cinco respondentes que atuam no Brasil são do sexo masculino, enquanto essa proporção é ainda maior, de quatro em cada cinco ou 80% no exterior.

Quanto ao tempo de docência no ensino superior, no exterior quase metade dos respondentes (48%) tem entre 5 e 15 anos de atuação, enquanto no Brasil pouco menos de um terço dos docentes (30%) se enquadram nessa faixa e cerca de um terço (34%) tem entre 15 e 25 de atuação na profissão. O que se verifica aqui, combinado com o perfil de faixas etárias, avaliado na questão número 1, é uma tendência das instituições estrangeiras em contar com um corpo docente bastante jovem na área de ensino de projetos.

No que concerne à formação acadêmica dos professores de projeto que ofereceram respostas à nossa pesquisa, verifica-se que quase a totalidade (95% no exterior e 97% no Brasil) são arquitetos ou arquitetos e urbanistas. Também no que diz respeito aos estudos de pós-graduação desses docentes, 95% deles obtiveram seu maior nível de formação e escolaridade na área de arquitetura e urbanismo, enquanto no Brasil esse número é da ordem de 70%. Isso talvez possa ser explicado pelo fato de que os programas de pós-graduação *stricto sensu* em arquitetura e urbanismo no território nacional sejam ainda relativamente poucos e vários deles muito jovens. Nesse contexto, 3 em cada 10 docentes de projeto brasileiros são pós-graduados em outras áreas ou campos do conhecimento. Ainda nesse assunto, 2/3 ou 67% dos respondentes brasileiros são pós-graduados na mesma instituição em que lecionam, o que pode revelar um traço de endogenia, bem ao contrário do que revela o perfil dos docentes estrangeiros, onde aproximadamente 8 em cada 10 respondentes fizeram seus estudos de pós-graduação em instituições diferentes daquelas em que lecionam hoje. Outra alternativa de análise dessa questão é a possibilidade de se considerar que as instituições brasileiras têm por hábito recrutar e contratar seus docentes entre seus ex-alunos - o que revelaria um outro lado da mesma moeda, a endogenia.

Concluído o trecho do questionário que tinha por meta caracterizar minimamente o perfil dos docentes que ofereceram respostas à nossa pesquisa, passamos à análise das questões que abordam mais diretamente as questões centrais de nosso trabalho. Nesse particular, verificamos que os respondentes brasileiros demonstram muito mais interesse por assuntos de didática, pedagogia ou prática de ensino de nível superior que seus colegas estrangeiros. Pelo menos é o que revela a resposta de 80% dos brasileiros que declaram ler regularmente ou se interessar por livros, textos ou artigos acadêmicos nessas áreas. Um pouco menos de metade dos respondentes estrangeiros responderam de modo semelhante, enquanto 52% deles afirmaram não ter maior interesse nesses assuntos e nem mesmo efetuar leituras nesses tópicos de modo regular.

No entanto, a despeito das diferenças de interesse pelo assunto, quando a questão é relativa a ter participado de curso, disciplina universitária ou treinamento formal nessas mesmas áreas de didática, pedagogia ou

prática de ensino de nível superior, os quantitativos derivados das respostas dos docentes brasileiros e estrangeiros são curiosamente semelhantes. Pouco mais de metade de cada grupo (57% dos estrangeiros e 53% dos brasileiros) declaram nunca ter participado de nenhuma atividade nessa área. Um dado intrigante é que cerca de um quinto dos respondentes (19% dos estrangeiros e 17% dos brasileiros) afirmam já ter participado de atividades formais de capacitação nessas áreas, mas que isso contribuiu pouco ou nada para suas atuações como professores.

Passando às questões que buscavam informações sobre a prática interdisciplinar dentro das salas de aula de projeto, e onde as respostas eram classificadas em gradações de frequência, verifica-se que, de modo geral, as aulas de projeto são espaços de exposição e discussão de uma série de conhecimentos oriundos de diversos outros campos disciplinares. Essa constatação emana das respostas à interrogação sobre a necessidade de dedicar atenção à abordagem de assuntos relativos a outras disciplinas dentro do tempo e do espaço da aula de projetos. Nesse quesito, 95% dos estrangeiros e 87% dos brasileiros dedicam, sempre ou frequentemente, tempo de suas aulas a questões relativas a metodologia; sempre ou frequentemente também foi a resposta de 57% dos estrangeiros e 80% dos brasileiros quando o assunto era desenho técnico e representação gráfica; 67% dos estrangeiros e 77% dos docentes brasileiros também responderam que sempre ou frequentemente dedicam tempo de suas aulas a questões de estruturas e instalações complementares; 57% dos estrangeiros e 73% dos brasileiros assinalaram sempre ou frequentemente como resposta à necessidade de abordar questões de história e teoria da arquitetura em suas aulas de projeto; 86% dos estrangeiros e 66% dos brasileiros responderam sempre ou frequentemente para a abordagem de questões relativas a plástica, estética e composições e, finalmente, 72% dos docentes estrangeiros e 79% dos brasileiros afirmam que sempre ou frequentemente dedicam tempo de suas aulas a questões de sustentabilidade e meio ambiente.

Perguntados sobre qual a frequência com que contam com a participação de professores ou profissionais de outras áreas de conhecimento em suas aulas de projeto, entre os estrangeiros 52% responderam sempre ou frequentemente, enquanto os demais 48% assinalaram raramente. Entre os docentes brasileiros, 10% foi a proporção que respondeu sempre, 30% assinalaram frequentemente e 57% afirmaram raramente contar com essa participação de terceiros. Entre os brasileiros, 3% ainda responderam nunca interagir em sala de aula com profissionais oriundos de outras áreas. Essa questão, associada à anterior, revela a compreensão da necessidade de se transitar em diversas outros campos do saber dentro de uma aula de projetos. Verifica-se, também, que no exterior essa interlocução é feita de forma mais equilibrada em termos de frequência, sendo às vezes pelo próprio professor de projetos, às vezes pela colaboração de um especialista da outra área. Enquanto isso, no Brasil, ainda é majoritária a situação na qual o próprio professor de projetos é quem se encarrega de conduzir seus alunos quando necessita transitar pelos caminhos de outros campos disciplinares.

Aproximadamente três quartos (76%) dos docentes estrangeiros afirmam que há uma grande influência das estruturas formais do curso, tais como regulamentação e estrutura curricular, sobre a formação dos alunos. No Brasil, apenas 47% tem opinião semelhante, enquanto cerca de 1/3 dos docentes (30%) afirmam que esses itens têm pouca ou nenhuma influência na formação dos futuros arquitetos. Além disso, 23%, ou seja, quase 1/4 do total dos entrevistados brasileiros afirmaram não ser possível avaliar se esses elementos têm ou não influência na formação dos discentes. Os números oferecidos pelos respondentes brasileiros parecem revelar um tipo de descrédito de parte dos docentes com relação a essas questões formais e institucionais.

Perguntados sobre o desempenho acadêmico dos alunos que fazem estágios profissionais, quando comparados com os demais, que se dedicam apenas à escola, os números não são suficientemente elucidativos: um terço dos estrangeiros acreditam que os que fazem estágio tem melhor desempenho; outro terço não percebe diferença significativa; 15% são de opinião que os alunos que se dedicam exclusivamente à escola têm desempenhos superiores e os demais 19% afirmam que não é possível avaliar essa diferença. Entre os brasileiros, são 24% os que consideram essa avaliação impossível; nenhum respondeu que os alunos que se dedicam apenas à escola têm desempenho superior, enquanto 33% não percebem diferença significativa e os demais 43% afirmam que os alunos que fazem estágio têm melhor rendimento.

Passando à parte final do questionário, verificamos que a esmagadora maioria dos respondentes (90% no exterior e 87% no Brasil de respostas sempre ou frequentemente) fazem uso em sala de aula, de práticas, estratégias e metodologias adquiridas e utilizadas nas suas atividades profissionais como arquiteto. Associando-se as respostas desta questão àquela onde 57% dos estrangeiros e 53% dos brasileiros declararam nunca ter participado de nenhuma atividade de formação na área de didática ou pedagogia, confirmamos nossa percepção inicial de que a prática profissional tem importante papel no sentido de condicionar a forma de ensinar dos professores de projeto de arquitetura.

A questão seguinte, onde os docentes avaliaram o grau de semelhança entre a atividade profissional de um arquiteto e as atividades desenvolvidas pelos alunos em disciplinas de projeto de arquitetura também confirma nossas percepções iniciais: 90% dos docentes estrangeiros classificam como muito ou razoavelmente semelhantes essas atividades, enquanto 73% dos brasileiros afirmam o mesmo, o que inequivocamente reafirma a proximidade da relação entre a prática profissional e a atividade dentro da sala de aula de projetos.

Em seguida, quando questionados sobre seu conhecimento sobre o conceito de aprendizagem baseada em solução de problemas, 87% dos brasileiros declaram conhecer, enquanto esse número é de apenas 57% entre os estrangeiros. Dentre os 87% dos brasileiros que conhecem o conceito, cerca de metade (44%) fazem uso dele com frequência em seus cursos de projeto. No exterior, mais de metade dos docentes que se declararam familiarizados com o conceito (33% dos 57%) se utilizam com frequência dessa abordagem em seus cursos ou aulas.

A última pergunta do questionário visava verificar quais os tipos de estratégias didáticas são utilizadas em sala de aula de projetos, e com qual frequência. As respostas oferecidas trazem revelações importantes: cerca de metade dos dois grupos pesquisados (57% dos docentes estrangeiros e 50% dos brasileiros) sempre ou frequentemente propõem a seus alunos a realização de trabalhos acadêmicos onde o enfrentamento de demandas reais de mercado é a tônica; 9% entre os estrangeiros e 13% entre os brasileiros nunca o fazem.

Quando perguntados se propõem a seus alunos trabalhos que envolvam situações abertas, exigindo dos alunos a busca por respostas próprias, os números são impressionantes: 100% dos dois grupos, estrangeiros e brasileiros, afirmam utilizar-se dessa estratégia sempre ou frequentemente, sendo que a opção sempre é assinalada por 67% dos estrangeiros e por 70% dos brasileiros. Essa é, de forma geral, a definição do tipo de trabalho preconizado pela abordagem da PBL, a aprendizagem por solução de problemas. Confrontando esse resultado com os resultados da questão 13, que inquiria sobre o conhecimento do conceito de PBL, confirmamos, também, que alguns dos docentes a utilizam por condicionamento da prática e não por suas formações na área de didática. Assim é que apenas 67% dos brasileiros afirmam conhecer o PBL mas 100% se utilizam sempre ou frequentemente de estratégias típicas dessa abordagem. Os números dessa

comparação entre os docentes estrangeiros são semelhantes: apenas 57% conhecem o PBL mas, novamente, 100% se utilizam de estratégias típicas do método sempre ou frequentemente. Ora, se o fazem, ainda que desconhecendo sua fundamentação teórica, é porque a prática profissional do arquiteto, essencialmente baseada em solução de problemas, condiciona a atuação do docente.

A próxima resposta, relativa a um tipo de estratégia que é basicamente o oposto da PBL - trabalhos que envolvam repetição de situações conhecidas, visando a criar automatismo - tem as seguintes respostas: 66% dos estrangeiros raramente ou nunca se utilizam dessa estratégia, enquanto 90% dos brasileiros (e destes 73% responderam nunca) raramente ou nunca se utilizam dela.

Finalmente, ao responder sobre a estratégia de propor trabalhos que envolvam situações totalmente desvinculadas das demandas de mercado, os números são menos exuberantes mas ainda assim esclarecedores: entre os estrangeiros apenas 28% fazem uso frequente dela e 72% raramente ou nunca a utilizam. Entre os brasileiros, 34% a utilizam com frequência e 66% responderam raramente ou nunca.

5 CONCLUSÕES

Após a análise das respostas oferecidas pelos 51 (cinquenta e um) professores de projeto que responderam à nossa pesquisa empírica via Internet, acreditamos estar em condições de iniciar a tentativa de extrair do trabalho um conjunto de conclusões.

Partimos da ideia de que parece possível dizer que o arquiteto tem por objeto e trabalha fundamentalmente com a transformação de realidades não determinadas em determinadas. Considerando que o processo de criação e produção da arquitetura é, por definição marcado pela possibilidade de escolhas em todas as suas etapas, não seria razoável que se esperasse jamais um conjunto único de respostas corretas. Acreditamos que se pode, também, afirmar que as aulas de projetos, nas escolas de arquitetura, geralmente são organizadas em torno de práticas gerenciáveis de projeto ou de *design* e consolidaram um tipo de processo educacional baseado na lógica de aprender através do fazer. Assim, o processo de projeto, em sentido mais amplo, envolveria sempre complexidade e síntese. Ao contrário dos que atuam apenas como analistas ou críticos de arquitetura, o arquiteto-projetista tende a fazer emergir uma série de coisas a partir da junção de uma série de outras coisas. Lida todo o tempo com uma enorme quantidade de variáveis e limites, parte delas conhecidas e dominadas desde o início do processo, enquanto outra parte somente será descoberta ou revelada durante o próprio processo. Não raro, as ações habituais dos projetistas de arquitetura terão mais consequências sobre a realidade do que o próprio projetista teria capacidade de imaginar, ou seja, ele trabalha com o que, na maioria das vezes é desconhecido antes de ser feito ou, em outras palavras, dele se espera mais que apenas a capacidade de articulação, mas a criação de novas realidades.

Além disso, podemos afirmar com razoável certeza que o trabalho de pesquisa desenvolvido nos indica que:

1) Os professores que atuam na área de ensino de projetos são, quase na sua totalidade, arquitetos ou arquitetos e urbanistas e a despeito de um manifesto interesse pelas questões de ensino, a maioria desses professores não tem formação em didática;

2) As aulas de projetos são espaços onde se dá a busca pela prática da interdisciplinaridade e essa prática tem que ser efetivada, na maior parte das vezes, pelo próprio professor de projetos, não havendo o hábito consolidado da participação de outros profissionais na aula de projetos;

3) A prática de sala de aula de projetos é fortemente condicionada pela prática profissional;

4) O ensino por solução de problemas é, hoje, a estratégia mais utilizada dentro da sala de aula de projetos, a despeito do fato de que os docentes não possuem formação específica em didática;

No âmbito de nossas buscas atuais, uma primeira e importante consequência do trabalho, a nosso ver, é constatarmos que o ensino / aprendizagem por solução de problemas (PBL) é a prática mais comum e frequente dentro das salas de aula de projeto. A partir daí, nos vemos frente a frente com a conclusão de que o ensino de projeto continua a se desenvolver, a partir de suas estreitas relações com a prática profissional - e condicionado por ela - em perfeito alinhamento com as vanguardas das tendências didáticas contemporâneas. Isso nos permite reafirmar nossas percepções iniciais de que o ensino de projeto já se baseava em princípios que atualmente são fartamente explorados por teorias de aprendizagem e que hoje o justificam, apesar de não ter sua prática de ensino modelada pelas teorias pedagógicas, por desconhecê-las.

Uma outra conclusão que também nos parece significativa é a constatação de que os professores de projeto realmente efetivam uma prática interdisciplinar em seus ateliês ou salas de aula. E nessa prática se revela uma dupla dimensão do projeto: ele estrutura as informações de diversos outros campos ao mesmo tempo que traz à tona a dimensão intuitiva e emocional do fazer.

A forma como isso se dá, entretanto, revela que a academia em geral - e principalmente a universidade brasileira - ainda tem maior capacidade de sediar o discurso interdisciplinar do que de criar condições efetivas para que a sua prática se instaure no cotidiano da instituição como um todo. Seja pela falta de tradição ou de hábito, seja pelos impedimentos dos mais variados tipos, inclusive aqueles oriundos da formatação institucional muito mais voltada para a especialização e para a compartimentação que para a integração, o que vemos é uma tentativa de diálogo ainda carente de resposta, que encontra grande dificuldade para fazer com que profissionais de outros campos de conhecimento frequentem e participem das atividades da sua especialidade. Esse é, certamente, um desafio a ser enfrentado.

Uma última conclusão geral diz respeito à possibilidade de se compreender o ateliê ou a sala de aula de projetos de arquitetura como um espaço de prática acadêmica onde efetivamente há produção de conhecimento novo e original. Ainda que saibamos que as escolas e faculdades de arquitetura vem, historicamente sendo colocadas à margem do "*mainstream*" do status e do prestígio acadêmico pelo caráter aparentemente menos científico – muitas vezes chamado de “subjetivo” – do que nelas se produz. Mesmo que tenhamos compreendido que essa questão também se encontra ligada à lógica da divisão do trabalho, onde os saberes de cunho mais manual, operativo ou prático desfrutam de menos status acadêmico, e aqueles outros de caráter mais teórico desfrutam de mais prestígio e reconhecimento. A despeito de que saibamos que a manutenção das hierarquias no interior do mundo escolar aponta também para uma estratégia de conservação e de conservadorismo social e que isso revela uma questão de toda a sociedade e não apenas da escola, mais que isso, podemos também verificar que nas escolas de arquitetura se produz, de forma constante e regular, conhecimento novo e, mais que isso, inovador. Cada trabalho de projeto é não apenas potencialmente novo, mas verdadeiramente criação e inovação. Essas duas palavras, tradicionalmente consagradas à utilização nos domínios das ditas "ciências duras" e das tecnologias, é que credenciam as escolas de arquitetura e, em especial, os ateliês ou salas de aula de projeto a se colocarem como alternativa ao laboratório, até então representante único da tão difundida noção de que somente a racionalidade técnica pode se constituir no método e instrumento legítimo de produção e difusão do conhecimento acadêmico.

6 REFERÊNCIAS

ALBANESE Mark..; MITCHELL, Susan. "Problem-based learning: a review of literature on its outcomes and implementation issues." **Academic Medicine**, v. 68, n. 1, p.52-81, 1983

BARRETT, Terry. Philosophical principles for problem-based learning: Freire's concepts of personal development and social empowerment. In: LITTLE, P.; KANDLBINDER, P. (eds.). **The power of problem-based learning: experience, empowerment, evidence.** Newcastle: Problarc, 2001. p.9-18

BERNSTEIN, Basil. On the classification and framing of educational knowledge. In: YOUNG, Michael. (Org.). **Knowledge and control: new directions for the sociology of education.** London: Collier-Macmillan, 1972. 289p.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento:** metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

DOCHY, Filip et al. "Effects of problem-based learning: a meta-analysis". **Learning and Instruction**, v. 3, p. 533-566, 2003.

ESLAND, Geoff. Teaching and learning as the organization of knowledge, In: YOUNG, Michael (Org.), **Knowledge and control: new directions for the sociology of education**. London: Collier-Macmillan, 1972.

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.** Campinas: Papirus, 1994. 143p.

GIJSELAERS, Wim. Connecting problem-based practices with educational theory. In: WILKERSON, L.; GIJSELAERS, W. H. (eds.). **Bringing problem-based learning to higher education: theory and practice.** San Francisco: Jossey-Bass, 1996. p.13-21

MALARD, Maria Lucia. Alguns problemas de projeto ou de ensino de arquitetura. In: MALARD, Maria Lucia. (Org.) **Cinco textos sobre arquitetura**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p.79-114.

SCHÖN, Donald. **Educando o Profissional Reflexivo;** um novo design para o ensino e a aprendizagem. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre, Artmed Editora, 2000. 256p.

SOMMERMAN, Américo. **Inter ou transdisciplinaridade?** São Paulo: Paulus, 2006. 75p.

SPRECHMANN, Thomas. **En la Enseñanza de la Arquitectura**. Porto Alegre: Ed. Ritter do Reis. 2003.

VEIGA-NETO, Alfredo. "De geometrias, currículo e diferenças". **Educação & Sociedade**, Campinas, Agosto/2002, ano XXIII, no 79, p.163-186.

enanparq
Salvador - 2018

EXPERIÊNCIA METODOLÓGICA NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE PROJETO: OLHAR ARTÍSTICO E DERIVA NA CRIAÇÃO SOBRE O URBANO

METHODOLOGICAL EXPERIENCE IN TEACHING AND LEARNING URBAN DESIGN: ARTISTIC INSIGHT AND DERIVATIVE APPROACH TO THE URBAN CREATIVE PROCESS

EXPERIENCIA METODOLÓGICA EN LA ENSEÑANZA Y APRENDIZAJE DE PROYECTO: MIRAR ARTÍSTICO Y DERIVA EN LA CREACIÓN SOBRE EL URBANO

EIXO TEMÁTICO:IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

CRUZ, Aline A. A.
Doutoranda em Urbanismo pelo PROURB/UFRJ; Bolsista/Pesquisadora Capes PROURB/UFRJ; Mestre em Urbanismo pelo PROURB/UFRJ; Professora Adjunta do Curso de Arquitetura e Urbanismo, CES/JF.
alinecruz@cesjf.br

SILVA, Letícia A.
Arquiteta e Urbanista pelo CES/JF
leticia.as94@gmail.com

EXPERIÊNCIA METODOLÓGICA NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE PROJETO: OLHAR ARTÍSTICO E DERIVA NA CRIAÇÃO SOBRE O URBANO

METHODOLOGICAL EXPERIENCE IN TEACHING AND LEARNING URBAN DESIGN: ARTISTIC INSIGHT ZAND DERIVATIVE APPROACH TO THE URBAN CREATIVE PROCESS

EXPERIENCIA METODOLÓGICA EN LA ENSEÑANZA Y APRENDIZAJE DE PROYECTO: MIRAR ARTÍSTICO Y DERIVA EN LA CREACIÓN SOBRE EL URBANO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Este artigo retrata uma experiência de ensino e aprendizagem no Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, relatando a aplicação de uma abordagem experimental de concepção em projeto urbano na oportunidade do trabalho final de graduação. A partir da aplicação metodológica da Deriva e da experiência fenomenológica de apreensão da paisagem, buscamos contribuir para o campo da educação e formação do Arquiteto e Urbanista, refletindo sobre sua atuação na cidade e reforçando as interfaces com campos sensíveis à apropriação estética dos espaços públicos, entendendo-a como um meio para a aproximação entre homem e mundo.

PALAVRAS-CHAVE: projeto urbano; ensino de projeto; metodologias experimentais; fenomenologia.

ABSTRACT:
This paper relates to a pedagogical experience of teaching and learning procedures at the Architecture and Urban Course, at Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, describing an experimental approach to urban design`s process at the Final Semester of Graduation. From the methodological appropriation of the Deriva concept and from the phenomenological apprehension of the urban landscape, we aimed to contribute to the educational field of the architectural agenda, reflecting on how architecture and urban studies could relate and benefit from esthetic interchanges in public spaces, wich we believe is a way of connecting man with the spaces he inhabits.
KEYWORDS: *urban design; design teaching; experimental methods; phenomenology.*

RESUMEN:
Este artículo retrata una experiencia de enseñanza y aprendizaje en el Curso de Arquitectura y Urbanismo del Centro de Enseñanza Superior de Juiz de Fora, relatando la aplicación de un enfoque experimental de concepción en proyecto urbano en la oportunidad del trabajo final de graduación. A partir de la aplicación metodológica de la Deriva y de la experiencia fenomenológica de aprehensión del paisaje, buscamos contribuir al campo de la educación y formación del Arquitecto y Urbanista, reflexionando sobre su actuación en la ciudad y reforzando las interfaces con campos sensibles a la apropiación estética de los espacios públicos, entendiéndola como un medio para la aproximación entre hombre y mundo.
PALABRAS-CLAVE*: proyecto urbano; enseñanza de proyectos; metodologías experimentales; fenomenología.*

INTRODUÇÃO

Este artigo retrata uma experiência de ensino e aprendizagem no Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, relatando a aplicação de uma abordagem experimental de concepção em projeto urbano na oportunidade do trabalho final de graduação. Partimos do entendimento de um sentimento de crise na formação do arquiteto por, entre outros motivos, uma ausência de reflexão crítica sobre os objetivos e as expectativas por trás das disciplinas práticas de projeto, onde se dá a reunião e materialização dos diversos saberes envolvidos na formação em Arquitetura e Urbanismo.

Entendemos que o papel do arquiteto na sociedade se modifica no tempo e no espaço e que há um descompasso entre as habilidades fundamentais ao profissional na contemporaneidade e o perfil técnico priorizado nos cursos de graduação em geral, e no Brasil em particular (SALAMA, 2009; TAVARES; PEREIRA, 2015). Os problemas urbanos da cidade contemporânea, ainda que não sejam necessariamente novos, demandam novas abordagens, atualizando a importância de arquitetos e urbanistas comprometidos ética, política e socialmente com os mecanismos de mudança cultural, social e econômica.

Este sentimento de crise na formação do arquiteto e urbanista não é exclusivo na nossa área (RHEINGANTZ, 2005). É compartilhado por outras disciplinas e questiona, de uma forma geral, o papel da própria Universidade na contemporaneidade, numa análise que envolve os objetivos do ensino, relações entre teoria e prática e a reflexão sobre a construção social do conhecimento. (MIRANDA, 2005; RHEINGANTZ; SANTOS, 1997).

A revolução científica, tecnológica e comunicacional por qual passou o século XX trouxe progressos importantes, alguns retrocessos históricos, mas, acima de tudo, trouxe a consciência da necessidade de uma formação mais humana, voltada ao desenvolvimento de habilidades não apenas técnicas, mas de cunho emocional-intuitivo, capazes de articular relações de diversidade cultural, de imprevisibilidade política, de vulnerabilidade social, dentre outros temas caros à contemporaneidade (MORIN, 1990; 2011).

Tal contexto tem sido tema de diversos estudos que apontam a necessária revisão dos objetivos e processos didáticos empregados na formação do arquiteto, tendo em vista a relativa inércia na atualização dos currículos e projetos pedagógicos das instituições de ensino em todo o mundo (CAMPELLO; OLIVEIRA; DUQUE, 2015). Debate que resultou, entre outras consequências, na revisão de diretrizes gerais para a formação profissional do arquiteto por parte de organizações transnacionais como a Carta da UNESCO-UIA (2011), o documento europeu baseado no Tratado de Bolonha, o ENHSA (2007), o documento do sistema ARCUSUR (2008), e a revisão feita pela ABEA, da resolução federal no. 2, de 17 de junho de 2010, do Conselho Nacional de Educação, feita em 2013 (TAVARES, 2015).

Essas iniciativas significam um avanço do plano teórico dos debates para o plano aplicado das ações por se tratarem de documentos que estabelecem reformulações gerais para o ensino superior e sua contribuição vai na direção de afirmar a tendência à uma formação mais holística, menos especializada e mais consciente dos problemas globais, fortalecendo o necessário esclarecimento de agendas e eixos temáticos para o ensino de arquitetura e urbanismo (LASSANCE; ENGEL, 2016; TAVARES, 2015).

Entretanto, por se tratarem de diretrizes gerais, não aprofundam nas aplicações diretas e não garantem impactos objetivos na condução dos cursos e disciplinas. E é neste sentido que a experiência abordada neste artigo pretende contribuir ao se propor explorar, na cooperação característica do trabalho final de graduação

e no projeto urbano como objeto, processos de ensino e aprendizagem que objetivem a reflexão sobre a dimensão teórica do projeto e a crítica sobre o conhecimento procedimental e atitudinal do aluno, para além da capacidade técnico-científica, como parte da reflexão do papel do arquiteto no século XXI (DUARTE JR., 1985; MORIN, 2011).

Se a busca por ambientes urbanos melhores e mais significativos depende, em parte, da atuação do arquiteto e urbanista; e sabendo que sua formação consiste na experimentação prática dos conhecimentos através da investigação projetual, é no contexto do processo de projeto que se necessita ponderar os valores passados e as formas de procedimentais empreendidas. Ratifica-se, portanto, a importância da reflexão sobre ideologias e metodologias de projeto urbano e sua influência nas habilidades priorizadas na formação do arquiteto.

Neste sentido, este artigo traz como contribuição o campo da pedagogia e da arte como plataformas dialógicas ao projeto urbano, uma vez que entendemos serem estas visões ampliadoras do universo de interesse do arquiteto em processo, observando e interpretando a cidade a partir de lentes poetizadoras a fim de materializar apreensões em intervenções físicas no espaço urbano. Acreditamos que neste universo ampliado estão experiências de ensino, aprendizagem e colaboração entre professor e aluno que somam à renovação necessária da reflexão sobre a atuação do arquiteto na cidade contemporânea e, consequentemente, sobre a sua formação acadêmica.

Decorrente do processo de orientação e projetação pertinente ao trabalho final de graduação aqui exemplificado, escolhemos trabalhar dentro da visão da Arte-Educação (Duarte Jr., 1985) como campo experimental de nossa experiência projetual; e com experiência da Deriva enquanto metodologia de abordagem do urbano como objeto, na etapa primeira do processo de concepção em projeto urbano e na sua posterior materialização. Assumimos as possibilidades imprevisíveis de uma intervenção que se deseja artística, na medida em que absorve o urbano como poética e o projeto como experiência estética reveladora e qualificadora do lugar de intervenção.

Abordamos ainda as relações pertinentes e ampliadoras entre paisagem e projeto - entendendo a paisagem como substrato poético a ser revelado e absorvido pelo projeto - e a relevância da arte na concepção de espaços sensíveis e, mais ainda, na construção de conhecimento em projeto urbano em suas instâncias mais sensíveis e humanizadoras, coerente com a priorização das habilidades do arquiteto que aqui desejamos ratificar.

O OLHAR NA CIDADE: RELAÇÕES ENTRE PAISAGEM E PROJETO

O homem habita os lugares e os percursos da cidade. Mais do que a cidade construída, concretizada, uma cidade imaginada habita no homem, provoca seu estar urbano. Nesta provocação são os fatos visuais, como apontamos anteriormente, que trabalham mais precisamente a imaginação humana. Sobretudo, na medida em que as cidades construídas vão se assemelhando, tendendo a tornarem-se indiscerníveis entre si (SOLÁ-MORALLES, 1998), os aspectos excepcionais de sua paisagem e de sua ambiência ganham ainda mais importância para sua significação.

Argan (1993) adverte sobre a perda de referências do homem na medida em que o espaço concreto foi sendo substituído por uma ultra realidade que não pode mais ser compreendida. Assim, os urbanistas afastam-se

do plano terrestre para projetar cidades verticais, flutuantes, fazendo desaparecer a escala humana tão fundamental para o entendimento e assimilação do homem em seu ambiente. E lembra ainda que a perda de um plano é a perda de um horizonte que o qualifica. Isso significa dizer que a cidade hoje não pode ser considerada como um espaço delimitado, mensurável. Ela não se diferencia uma da outra porque estão todas dentro de um "sistema de serviços", no qual se transformou o espaço urbano.

A tecnologia, por sua vez, acentuou a efemeridade da realidade visível, aquela que realmente vivemos e percebemos no nosso dia-a-dia, e que se forma na microescala, entendendo a microescala como uma escala não humana, não perceptível, que foge ao nosso alcance. E este superdimensionamento que envolveu a cidade fez com que os detalhes que constroem o cotidiano, até os mais pequenos e aparentemente superficiais, reivindicassem para si a função de componentes urbanos responsáveis por nossa identificação com o ambiente, por nosso reconhecimento enquanto homens que existem e, portanto, desejam, buscam.

Dito isso, gostaríamos de frisar a relevância dos esforços que se voltam para uma valorização dos aspectos visualmente excepcionais da cidade. Nosso inconsciente trabalha sempre a favor dos nossos desejos e assim construímos, sem perceber, nossos percursos visuais pela cidade. São os fatos visuais que estimulam e são estimulados por nossa imaginação que vão compor o quadro real de nossa experiência urbana.

Nesbitt (1996) reúne um grupo de arquitetos que, segundo ela, se enquadram no paradigma do fenomenológico do pensamento pós-moderno. Dentre os vários temas que este paradigma suporta, as questões sobre o lugar e o *genius loci*; a relação entre homem, arquitetura e natureza; e o habitar poético foram aprofundados na teoria desses arquitetos, revelando uma proximidade e uma pertinência com a abordagem que queríamos construir no trabalho acadêmico. Entre eles destacamos: Tadao Ando e Juhani Pallasmaa (NESBITT, 1996).

Encontramos no desenho sutil e preciso do arquiteto Tadao Ando reflexos da discussão aqui proposta e caminhos para o objeto que pretendemos formalizar adiante. Nas palavras de Nesbitt (1996, p. 455): "Assim como seus projetos, seus escritos teóricos alcançam um nível poético".De acordo com Ando, a filosofia oriental de interação com a natureza difere da ocidental na medida em que não estabelece propriamente uma separação - "a boundary" -, mas foca-se no limiar - "a threshold" - e nas trocas entre o ambiente construído e o ambiente natural (ANDO, 1991 In NESBITT, 1996, p. 454).

O trabalho de Ando nos é exemplar pela forma sensível e indissociável com que conjuga lugar e paisagem. Seus projetos inspiram um horizonte de ampliação na medida em que dissolve a oposição interior-exterior, optando por atuar na direção de uma aproximação, de uma reunião das matérias sensíveis que poetizam a experiência humana do habitar. A quadratura heideggeriana parece se formalizar na sua arquitetura, que nunca é um objeto isolado, mas parte constituinte da paisagem que a conforma. Sua atitude fenomenológica encontra respaldo nas teorias de Norberg-Schulz uma vez que o próprio afirma que todos os seus projetos "... resultam do esforço de criar uma nova paisagem, pelo ato de trazer à tona o caráter do lugar" (ANDO, 1991 In NESBITT, 1996, p. 457).

Assim como a arquitetura, os espaços públicos urbanos podem e devem ressaltar o *genius loci* do lugar ou da cidade em que se encontram. Partindo da mesma premissa, ou seja, da reunião com a paisagem, (HALPRIN, 1979, p. 4) pondera a favor do valor poético que diferencia algumas cidades e suas paisagens:

> Algumas cidades desenvolvem profundas relações com as pessoas que nela vivem. Sua paisagem nativa, sua locação, seu habitat natural, a coreografia de seus espaços exteriores internos, as qualidades orgânicas de seu crescimento e mudança na paisagem, suas imagens de longe – vistas através das planícies ou do ar que tremula nos desertos; o urbano vive nestas cidades com uma riqueza de criatividade, e nós experimentamos um sentido de permanência íntima, uma fantasia de identificação própria. Essas cidades se tornam retratos de nós mesmos.

Para Halprin as boas cidades, as belas cidades, se desenvolvem naturalmente a partir das características de sua paisagem. São essas características naturais, mais que a cidade construída, que vai marcar os cidadãos; elas constituem o habitat de sua própria existência. As imagens largas que buscam o longínquo, como um olhar que sobrevoa (ASHIHARA, 1979), que se deixa atrair pelo horizonte fascinador e provocador de novos horizontes, compõe os fatos visuais que poetizam o habitar na cidade. Nas palavras de Argan, "Todas as pesquisas visuais deveriam ser organizadas como pesquisa urbanística. [...] faz urbanismo quem quer que realize alguma coisa que, colocando-se como valor, entre, ainda que nas escalas dimensionais mínimas, no sistema de valores" (1993, p. 224). Da paisagem longínqua ao lugar de intervenção: o olhar percorre as sutilezas levado que é pela imaginação e pela vontade de habitar esses espaços.

Estimulados por um desenho que busca provocar imagens poéticas a partir de um diálogo com a paisagem, nos surpreendemos, nos deixamos levar pela imaginação poetizadora que ascende em nós uma admiração instantânea, uma surpresa que contribui para a nossa apreciação estética desse lugar. É no inesperado que reside a apreciação do belo, “[...] é a antítese do gosto desenvolvido por certas paisagens ou o sentimento afetivo por lugares que se conhece bem” (TUAN, 1980, p. 108). Ou seja, quando o desenho, a intervenção urbana leva em consideração os aspectos excepcionais referentes à visualização da paisagem, esta pode ser experienciada em sua plenitude, repercutindo no observador os valores e qualidades que a singularizam. Acreditando que “só olhamos com uma paixão estética as paisagens que vimos antes em sonho” (BACHELARD, 1942, p. 5), compreendemos que é preciso transcender ao meramente edificado, ao funcionalmente adequado, se quisermos construir um vínculo afetivo entre o homem e o lugar habitado; só uma intimidade nascente pode instaurar um desejo de olhar e de criar sobre a paisagem, aproximando-se dela, encantando-se, sentindo-se em casa.

Essa transcendência ao objetivismo exacerbado da arquitetura foi abordada pelo arquiteto e teórico Juhani Pallasmaa em seu artigo "The Geometry of Feeling: A look at the phenomenology of architecture" (1986, In NESBITT, 1996). Sua abordagem passa pelo consentimento do conteúdo artístico no fazer arquitetônico e urbano e, por essa razão, questiona o método elementarista como a arquitetura é feita e ensinada a partir do Modernismo. Baseando seu argumento na crença de que o projeto limitou-se a um "jogo de composição formal" em detrimento da valorização da experiência proporcionada pela vivência de um objeto arquitetônico, Pallasmaa clama pelo retorno de uma arquitetura criada como um trabalho artístico, ou seja, como o próprio autor diz:

> Certamente os significados que emergem de um trabalho de arte nascem de sua apreensão como um todo, como a visão de algo que reúne e integra as partes; e que de forma alguma se aproxima da mera soma de seus elementos. (1986, In NESBITT, 1996, p. 449)

Nisto consiste sua crítica à arquitetura pós-moderna, que recorre a uma exacerbação dos elementos formais na composição do objeto arquitetônico, uma vez que essa atitude demonstra a falta de compreensão existente sobre a essência da arte, ou seja, seu valor está na "vitalidade das imagens que provoca" e não em questões figurativas da forma.

Fiel às teorias de Husserl e Heidegger, Pallasmaa cita Bachelard e sua "Poética do Espaço" como referência sobre a contribuição ao olhar fenomenológico do espaço em face de outras formas de arte, além da arquitetura e do urbanismo. Assim como a literatura, outras expressões artísticas constantemente apontam para união primordial entre homem, lugar e paisagem, como por exemplo, a fotografia, a pintura, a arte pública, entre outras. Em suas palavras:

> A apresentação da Arquitetura através de outras artes constitui "o olhar puro" de uma criança em face de sua experimentação com as coisas, uma vez que está isenta das regras da disciplina arquitetônica que regulam essa experiência e a forma como é apresentada. (PALLASMAA, 1986, In NESBITt, 1996, p. 451)

É neste sentido que entendemos ser de interesse para nossa aventura metodológica lançar um breve olhar sobre a arte e sua relação com o espaço, entendendo-a como um meio para a aproximação entre homem e mundo.

O fazer artístico ao qual vamos nos referir insere-se num período denominado por muitos como Pós-moderno, apesar dessa denominação ter diferentes significados em diferentes contextos. Nos serviremos da estrutura oferecida por Kate Nesbitt (1996) em sua elaboração do conceito de Pós-modernismo, justamente por sua opção pela não precisão do termo e pelo estabelecimento de critérios e contextos para seu entendimento, como por exemplo, a definição de três linhas de abordagem: o pós-modernismo como um período histórico; como um conjunto de paradigmas teóricos; e como um grupo de grandes temas (NESBITT, 19960

ARTE, PÓS-MODERNISMO E VISÃO FENOMENOLÓGICA DE MUNDO

Com relação ao período histórico, Nesbitt localiza o Pós-Modernismo a partir da década de 60, inaugurando um momento de oposição direta ao Movimento Moderno que prevaleceu nas décadas anteriores e mobilizou o pensamento em vários campos do conhecimento como arte, arquitetura, literatura, pintura, etc. Entre os termos que caracterizam o período estão pós-industrialização, capitalismo tardio e sociedade do consumo (NESBITT, 1996). Para a autora, é mais simples estabelecer o início dessa nova realidade do que seu fim, que, em sua opinião,ainda não aconteceu.

Dessa forma a autora consegue problematizar o conceito de Pós-Modernismo dentro da sua complexidade e esclarece as linhas de abordagem aqui enunciadas. A partir desta estruturação, posicionamos nosso olhar

dentro de uma perspectiva fenomenológica de pensar os espaços e na temática da construção do Lugar para a aproximação entre homem e mundo. A Arquitetura e a Arte às quais nos referimos seguem essas premissas.

A complexidade dos temas revela a conturbação característica deste período e as inúmeras produções teóricas que, ao mesmo tempo, foram lançadas ao público, resultado das reflexões dos pensadores a respeito de sua nova e mutante realidade. Chega-se a se falar numa verdadeira "crise" da sociedade contemporânea e que, para Heidegger (1971), era uma crise existencial, estava ligada a um distanciamento do homem de sua realidade imediata, em toda sua materialidade. Um homem alienado não se comunica com o mundo. E essa alienação vem da distância entre homem e coisas do mundo, uma distância imposta por excesso de abstrações comuns ao pensamento científico moderno. Em suas palavras: “O conhecimento científico, que se move dentro de sua própria esfera, a esfera dos objetos, já aniquilou as coisas como coisas muito antes da explosão da bomba atômica.” (HEIDEGGER, 1971, p. 170 In MACEDO, 2002)

O significado de coisa para Heidegger envolve o verbo reunir, ou seja, uma coisa reúne em si um mundo. Como verbo "ela fixa terra e céu, divindades e mortais. Permanecendo, a coisa traz os quatro, em sua longinquidade, próximos um do outro" (HEIDEGGER, 1971, p. 177 In MACEDO, 2002). A coisa, portanto, é, por exemplo, como a ponte: reúne a quadratura que dá sentido ao habitar do homem.

Como o próprio Heidegger afirmou, a redução das distâncias trazidas pelo período pós-industrial não implicou em aumento de proximidade. Pelo contrário, distanciou o homem de sua realidade concreta a partir das abstrações da tecnologia e da virtualidade. De acordo com Macedo (2002) a tarefa da arte é justamente agregar sentido à existência do homem e conferir proximidade entre ele e seu mundo através da interação entre objeto artístico e espectador. Portanto, segundo o arquiteto, "uma importante linha de trabalho artístico está exatamente em recuperar a importância da materialidade das coisas, no sentido heideggeriano, para a existência do homem". Ou seja, a criação de coisas que se destacam das outras pela sua qualidade reunidora e capacidade de lançar luz sobre as demais.

Segundo Solomon (In BATTCOCK, 1986, p. 228), a nova arte que se desenvolveu durante o período pós-moderno trouxe consigo uma nova estética, uma estética, em suas palavras, "mais visceral que intelectual", onde não há, ou não importa, a filosofia que suporta a concepção do objeto, na medida em que o impacto emocional que este objeto causa no espectador e a experiência estética que este realiza com o objeto artístico constituem a busca do artista.

O que queremos sublinhar sobre o conceito é que ele se encaixa na tendência pós-moderna de provocar diretamente a participação do observador na realização da experiência estética com a obra de arte, como que em busca de uma redução das distâncias entre homem e objeto artístico. Isso levou os artistas a voltar a intenção criativa para as coisas do mundo, articulando linguagens como a dança, a fotografia, o vídeo, o desenho, a pintura, etc, aproximando o homem da sensibilidade criativa através da interação direta com o ambiente, seja ele natural ou construído.

Anos antes, Argan (1993) já apontava a importância do fazer artístico para a construção da cidade. Para o arquiteto a disciplina do urbanismo envolve componentes das esferas política, científica, sociológica, histórica e estética. Entretanto, de acordo com Argan, a sociedade moderna é traçada pelo fio condutor do discurso ideológico do progresso tecnológico. O grande dilema da sociedade de consumo é que ela não sabe o que deseja consumir, apenas consome, mecanicamente, sem distinguir a vontade da imposição ideológica. E para que a vontade volte a ser preponderante na escolha de um modo de vida é preciso que o ambiente

seja entendido de uma forma mais flexível, que o "sistema de funções" possa ser interpretado pelo indivíduo e não apenas assimilado por ele. Ou seja, ver o mundo por sua imagem e não por sua substantivação, trazendo um pouco de poesia para o ambiente urbano através de uma visão artística.

Esses exemplos nos servem na medida em que desejamos tratar o mundo urbano com a pincelada de cor comum ao fazer artístico, entendendo que as possibilidades de ação são extremamente abertas e, por isso mesmo, amplamente poéticas, criativas e originais. Ressaltar as nuances encantadoras de determinadas paisagens é lançar um olhar artístico sobre a realidade urbana a fim de uma experiência de ser e estar no mundo mais próxima daquilo que ela realmente é: pura criação e poesia íntima.

PEDAGOGIAS E ABORDAGENS EXPERIMENTAIS: ARTE-EDUCAÇÃO E APOLOGIA DA DERIVA

Algumas teorias gerais do conhecimento reforçam a pertinência do tema e ratificam o interesse por compreender como o campo pedagógico pode oferecer suporte à experiências didáticas em projeto urbano, coerentes com uma agenda contemporânea de ensino. Entende-se que dentro da visão construtivista sobre o conhecimento há contribuições importantes e coincidentes com o foco que se deseja investigar. Dentre elas, destacamos para este artigo a Arte-Educação (Duarte Jr., 1985) e as bibliografias Apologia da Deriva (PAOLA BERENSTEIN, 2003) e Estética da Ginga (PAOLA BERENSTEIN,2001).

O pensamento por trás do conceito de Arte-Educação (1985) valoriza a experiência pessoal no processo de aprendizagem. Duarte Jr. propõe uma reflexão sobre o ato do conhecimento e o papel da sensibilidade como dimensão fundamental e primeira neste processo, anterior à própria racionalização. A capacidade humana de gerar significado decorre de sua dimensão simbólica e a experiência com as coisas do mundo precede sua simbolização. Portanto, anterior ao ato de pensar sobre algo está o ato de experienciá-lo, o que vai além da consciência simbólica, envolvendo aspectos perceptivos e sentimentos anteriores aos saberes cognitivos.

Para Duarte Jr., emoção e razão atuam juntas no processo de conhecimento. A arte é uma forma de conhecimento humano e interessa ao autor explorar a dimensão estética da educação, de forma a contribuir para aprimorar os processos de ensino/aprendizagem dentro de um universo pouco explorado no ensino tradicional: o universo afetivo, emocional, subjetivo, artístico. É o processo de apreensão e apropriação da informação estética e suas repercussões sensíveis que se deseja ampliar, a fim de apontar seus efeitos educativos, partindo da premissa que aprender é um ato criativo e que depende da interação entre sujeito e o ambiente cultural em que está inserido.

A Apologia da Deriva (PAOLA BERENSTEIN, 2003) nos serviu, nesse sentido, como embasamento metodológico para apreender este urbano poeticamente expressado em seus fragmentos materializados na paisagem da cidade. A deriva se apresenta como uma técnica de passagem rápida por ambiência variadas, entre outras causas situacionistas. O conceito da deriva está ligado ao reconhecimento dos efeitos da natureza psicogeográfica e à afirmação de um comportamento lúdico-construtivo, o que o torna absolutamente opostos as tradicionais noções de apreensão da paisagem. (PAOLA BERENSTEIN, 2003).

É interessante compreender a inquietação de Paola pelo contraste entre a cidade tradicional e a cidade espontânea demonstrado em Estética da Ginga (2001), vivenciado diariamente por ela na cidade Rio de Janeiro:

> A favela, ao lado, era extremamente ao contrário de tudo que aprendíamos na Escola, o simples fato de passar por ela constituía um conforto cotidiano entre a racionalidade rígida da arquitetura erudita aprendida na Faculdade, e a espontaneidade original da autoconstrução popular. (PAOLA BERENSTEIN, 2001, p. 13).

Ainda assim, o encantamento pelo questionamento crítico sobre a complexidade da favela, desse espaço "outro" construído e habitado pelo não arquiteto, alia-se a descoberta da autora pela obra do artista brasileiro Hélio Oiticica, identificada não como uma representação de um lugar, mas como resultado da experiência do artista nas favelas do Rio de Janeiro:

Eu me sentia repentinamente muito mais próxima das favelas; como carioca, identificava-me com a sua cultura; por outro lado, essa cultura estava diretamente ligada ao espaço das favelas, à estética desse espaço "outro" que sempre me parecera tão distante no tempo em que eu ainda era estudante de arquitetura. (PAOLA BERENSTEIN, 2001, p. 14).

Sobretudo, ao atribuir status estético as favelas e considerar a sua espacialidade própria "[...] pode também contribuir para pôr em xeque alguns antigos (pre)conceitos da própria arquitetura erudita como disciplina e prática profissional. (PAOLA BERENSTEIN, 2001, p. 16) identificamos a fundamental importância de permite-se ao exercício da deriva simultaneamente produzido com a construção do diário onírico recolhendo informações através de fotografias, poesias, croquis, e percepções sensoriais com o objetivo de transcrever e reinterpretar a experiência de ser e estar em um "outro" espaço. Caminhando no sentido contrário dos formalistas em busca de conceitos abstratos para aplica-los formalmente, o ponto de partida são sempre percepções da realidade a que chegamos por meio de entrevistas, fotografias e, sobretudo da própria experiência das favelas" (PAOLA BERENSTEIN, 2001, p. 19).

PROJETO, POÉTICA E PRÁTICA

Este artigo propõe o estudo e análise de experimentações projetuais aplicadas em metodologias para além da sala de aula em busca de novos processos e técnicas de ensino-aprendizagem, se apresenta como resultado do processo do Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (02/2017), entendido pela criação de um objeto urbano, produto de uma investigação poética e prática, que nasce particularmente da identificação com o lugar e a vontade de explorar aspectos pouco vivenciados na Academia. Nesse sentido, passaremos por momentos distintos e complementares - Experimentações, Conceitos e Espaços- em busca por ferramentas de auxílio não convencionais, encontradas principalmente em eixos teóricos que nos levam a vivência da cidade, até a aplicação de conceitos extraídos do devaneio sugerido pelas leituras.

Experimentações

Abordamos esta experiência a partir de algumas dimensões por nós determinadas: a primeira, denominada Experimentação, é caracterizada pelo encontro com as bibliografias da arquiteta e urbanista Paola Berenstein Jacques, sobretudo pela leitura e compreensão do livro Estética da Ginga: A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica (2001), fundamental durante todo o processo de construção do projeto por, sobretudo, atribuir valor a uma experiência pessoal, como a trajetória de um pensamento.

A experiência projetual se deu numa região rizomática (GILLES DELEUZE, 1976) agregada ao desenvolvimento da cidade formal, precisamente o bairro Dom Bosco, localizado na cidade Juiz de Fora/Minas Gerais . Entendemos a urbanização irregular como um direito indiscutível, que atualmente, é entendido além de questões político-sociais, atinge uma dimensão cultural e estética (PAOLA BERENSTEIN, 2001). Buscando referência no processo de formação de ocupações irregulares, as favelas, investigando a complexidade e riqueza morfológica desses espaços com identidade espacial própria (PAOLA BERENSTEIN, 2001), nos lançamos a explorar o lugar de interesse, intrinsecamente ligado à construção de um diário onírico (MURAD, 1999), no qual o entendimento do urbanismo situacionista atua como método de construção e compactação de experiências.

> O interesse dos situacionistas pelas questões urbanas foi uma consequência dada por estes ao meio urbano como terreno da ação, da produção de novas formas de intervenção e de luta contra a monotonia, ou ausência de paixão, da vida cotidiana moderna. A crítica urbana situacionista permanece assim, em sua essência, presente. (PAOLA BERENSTEIN, 2003, p. 13).

Conceitos

Uma vez que os interesses se voltam para percepção do espaço através das experiências, "[...] a alteridade desses espaços ditos "informais" ou "selvagens" não era considerada pela maioria de arquitetos e urbanistas, nem mesmo pelas faculdades de Arquitetura e Urbanismo" (PAOLA BERENSTEIN, 200, p. 18) entende-se as figuras conceituais - Fragmento, Labirinto e Rizoma- maneiras extremamente oportunas para substanciar as informações recolhidas e absorvidas, acima do próprio espaço, nessa etapa Conceitos.

A partir desse momento, após a Experimentação, essa marcada pelo entendimento da análise do livro Estética da Ginga (PAOLA BERENSTEIN,2001) e pela deriva situacionista (PAOLA BERENSTEIN, 2003) impulsiona o processo de projeto, enquanto surge a curiosidade sobre a exploração fenomenológica do espaço e aplicação de experiências em outras formas de representação. Entendemos a maneira que Paola atribui escalas as figuras conceituais, independentes e complementares, como um avanço em extrapolar as experiências vivenciadas no bairro Dom Bosco, permitindo transcrever essas sensações em três figuras conceituais vindas do próprio processo de vivência no Bairro. "[...] Avançaremos através de mudanças de escalas: passamos do corpo (físico) à arquitetura, no Fragmento; da arquitetura ao urbano, no Labirinto, e do urbano ao território, no Rizoma. (PAOLA BERENSTEIN, 2001, p. 20). Nesse sentido, traduziremos no devaneio de ser e estar no espaço, valores referenciados em escalas de percepção entre o indivíduo e o

espaço: a individualidade com o lugar, no Pouso, as eminências coletivas, no Contato, e o reconhecimento da paisagem, no Cenário.

Avançamos a absorver despretensiosamente, através da observação, essas captações obtidas são reconhecidas como uma experiência fenomenológica que não precisa esperar que os fenômenos da imaginação se constituam ou se estabilizem em imagens completas para conhecer o fluxo de produção de imagens que nesse momento se conduz a busca pela heterotopia – utopia de um cotidiano possível - em busca de um desvio que faz o deslocamento de um objeto cotidiano a uma dimensão artística.

> O espelho é, acima de tudo, uma utopia, uma vez que é um lugar sem lugar. No espelho eu vejo a mim mesmo lá onde eu não estou, em um espaço irreal, que se abre virtualmente atrás da superfície, eu estou lá, lá onde eu não estou, uma espécie de sombra que dá a minha própria visibilidade para mim mesmo, que me torna capaz de me ver a mim mesmo, lá, onde eu estou ausente - tal é a utopia do espelho. Mas é também uma heterotopia, uma vez que o espelho existe realmente, e onde ele tem sobre o espaço que eu ocupo uma espécie de efeito contrário; é a partir do espelho que eu me ausento do lugar onde eu estou, uma vez que eu vejo a mim mesmo lá. A partir desta visão que é dirigida para mim, do fundo deste espaço virtual, que é o outro lado do vidro, eu volto em direção a mim mesmo e eu começo novamente a dirigir os meus olhos para mim mesmo e a reconstituir a mim mesmo lá onde eu estou; o espelho funciona como uma heterotopia neste sentido: ele faz este lugar que eu ocupo no momento que eu olho para mim mesmo no vidro ao mesmo tempo real, conectado com todo o espaço que o rodeia e completamente irreal, uma vez que para ser percebido é preciso passar através desse ponto virtual que está lá longe. (MICHEL FOUCAULT,1993, p. 317).

A vontade aguçada e destemida de procurar o que não se vê, alia-se a imaginação, de reproduzir sensações que capturam uma qualidade sensível. A qualidade é aquilo que conhecemos de uma substância, o que faz reconhecer. “[...]No caminho do devaneio da imensidão, o verdadeiro produto é a consciência dessa ampliação. Sentimos promovidos à dignidade do que se admira.” (GASTON BACHELARD, 1989, p. 317). O resultado das experiências obtidas no Bairro Dom Bosco, assume não só percepções que atingem escalas diferentes entre o indivíduo e o espaço (Pouso, Contato e Cenário) como também a designa a vulnerabilidade da matéria que compõe o espaços, como explora aspectos importantes identificados durante o caminho da Deriva, tais como: a topografia que acomoda, a água tubular, a aridez, o verde como limite, os abrigos, as ruas. A construção topográfica, a exploração da água e do verde (em movimento), a terra e o aço (em movimento) e a implantação dos elementos – instalações – (em movimento) promovem o indivíduo a buscar vivências e explorar o espaço, esse atuando como um espaço em movimento que existe e coexiste através dessas experiências “dentro”, instigando a presença da deriva e da busca inconstante por um espaço novo.

Espaços

A última etapa, onde de fato existe a materialização da experiência em um objeto urbano, é entendida por Espaços. Intitulado como Espaço Dentro – A experiência sensorial fenomenológica, o projeto atua como uma forma de experimentação urbanística em benefício ao entorno e a cidade, além de desenvolver a busca do

espaço lúdico, na construção através da vivência. A produção dessa extrapolação experimental se faz independente, podendo ser uma instalação urbanística e arquitetônica produzida em qualquer espaço, porém visto como uma oportunidade muito próxima dessa transmissão procurada, o projeto se desenvolve na Curva do Lacet - popularmente conhecida, que atualmente representa uma grande área pública com funções predominantes de passagem, e esporádicos usos como área de lazer ou de permanência prolongada.

> Sem dúvida, o devaneio alimenta-se de espetáculos variados; mas por uma espécie de inclinação inerente, ele contempla a grandeza. E a contemplação da grandeza, determina uma atitude tão especial, um estado de alma tão particular que o devaneio coloca o sonhador fora do mundo próximo, diante de um mundo que traz o signo do infinito". (GASTON BACHELARD,1993, p. 316).

Portanto, a simbiose entre a experiência do lugar "outro" e as potencialidades de extrapolá-la em um objeto urbano, fez a instalação preconizar o valor do reconhecimento de uma natureza, a natureza do bairro Dom Bosco. A ideia do espaço-movimento "[...]A arquitetura seria o que em um edifício não se refere ao construído, o faz a construção escapar ao espaço puramente utilitário, o que, na construção, pertence a ordem estética." (apud PAOLA BERENSTEIN, 2001, p. 16) busca constantemente a estética que qualifica o espaço.

> Sem dúvida, o devaneio alimenta-se de espetáculos variados; mas por uma espécie de inclinação inerente, ele contempla a grandeza. E a contemplação da grandeza, determina uma atitude tão especial, um estado de alma tão particular que o devaneio coloca o sonhador fora do mundo próximo, diante de um mundo que traz o signo do infinito". (GASTON BACHELARD,1993, p. 316).

APONTAMENTOS FINAIS

Compreendemos a necessária revisão pela qual deve passar a formação em Arquitetura e Urbanismo como resposta às constantes alterações pelas quais passa a sociedade e, consequentemente, o espaço urbano em que ele habita. Nos posicionamos criticamente contra o direcionamento a um ensino técnico, compartimentado e centrado na solução de problemas previamente definidos. Entendemos ser fundamental uma reflexão sobre a dimensão existencial da formação, a qual envolve o desenvolvimento humano em toda a sua complexidade, a qual precisa ser apreendida por instâncias que extrapolam os processos tradicionais em busca de conexões mais concretas e sensíveis com a realidade urbana e seus conflitos.

Por isso acreditamos nos esforços pedagógicos que vão em busca de metodologias para além da sala de aula, que rompem com a tradicional relação hierárquica professor-aluno e que experimentam interações sensíveis com outras disciplinas capazes de complementar o conhecimento em urbano, para além do projeto, mas através dele.

Buscamos, pela apreensão poética da paisagem, pela postura sensível diante do urbano, pela busca dos fenômenos do espaço a partir da deriva urbana, exercitar uma atitude metodológica mais livre e ainda mais conectada com as poetizações presentes nos diversos extratos de urbanidade da cidade. Através do processo projetual, buscamos revelar esses valores em uma intervenção em área pública, materializando um desejo e uma necessidade.

Esperamos contribuir, portanto, para o campo do projeto urbano - e seu ensino - enquanto processo de reflexão, apropriação e experimentação sobre a cidade.

REFERÊNCIAS:

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ARMAJANI, Siah. **Arte Pública - Definição**. Atualizado em 28/11/2005. Disponível em: http://www.itaucultural.org.br. Acesso em: 29 nov. 2005

ASHIHARA, Yoshinobu. **The Aesthetic Towscape**. Cambridge: MIT, 1983.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BATTCOCK, Gregory. **A Nova Arte**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

BERENSTEIN JACQUES, Paola. **Apologia da deriva:** Escritos situacionista sobre a cidade/ Internacional Situacionista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BERENSTEIN JACQUES, Paola. **Estética da Ginga:** A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011. (2001)

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BUTTNER, Claudia."Projetos artísticos nos espaços não-institucionais de hoje." In: PALLAMIN, Vera M. (org.); LUDEMANN, Marina (coord.). **Cidade e Cultura: esfera pública e transformação urbana**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CAMPELLO, Mauro S.; OLIVEIRA, Gabriel M. F.; DUQUE, Raiane R. "Metodologias de ensino de arquitetura e urbanismo no brasil: o ensino tradicional é capaz de responder às demandas atuais?" In **XXXIV ENSEA – Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo**; XVIII CONABEA – Congresso Nacional da ABEA, págs. 477-489, 2015.

DUARTE JR., João Francisco. **Por que Arte-Educação?** Campinas: Papirus, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HALPRIN, Lawrence. "The collective perception of cities. We reflect our urban landscapes". In: TAYLOR, Lisa (edit.). **Urban Open Spaces**. London: Academy Editions, p. 4 a 6, 1979.

HARRISON, Charles, WOOD, Paul. (edit.). **Art in Theory**: 1900-1990. An Anthology of Changing Ideas. Oxford: Blackwell Publishers, 1992

HEIDEGGER, Martin. **Poetry, language, thought**. New York: Harper to Row, 1971.

JENCKS, Charles. **Movimentos Modernos em Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1973.

LASSANCE, Guilherme; ENGEL, Pedro. "Da composição de agendas no ensino de projeto." In IV ENANPARQ, **Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Porto Alegre, 2016.

LAMAS, José Maria R. G. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

MACEDO, Danilo Matoso. **Espaços da arte e da arquitetura. Reflexão acerca de sua relação**. Texto especial 142, Agosto de 2002. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br. Acesso em: 29 nov. 2005

_____. **Paisagem Ambiente**. São Paulo : FAU, nº 12, 1997.

MACEDO, Sílvio**. Paisagem Ambiente**. São Paulo: FAU, nº 11, 1997.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

MURAD, Carlos. "A imaginação criadora e o gesto projetual." In: **Estudos em Design**, volume 7, número 3, pág. 11-23, Rio de Janeiro: FINEP, 1999.

NESBITT, Kate. **Theorizing a New Agenda for Architecture. An Anthology of Architectural Theory 1965-1995**. New York: Princeton Architectural Press, 1996.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci: towards a phenomenology of architecture**. New York: Rizzoli, 1979.

_____. **Habiter-Vers une architecture figurative.** Milano: Electa Editrice France, 1985.

SOLÀ-MORALES, Ignasi. Diferencias. **Topografia de la arquitectura contemporânea**. Barcelona: Gustavo Gili, 1998.

TAVARES, Maria Cecília Pereira; PEREIRA, Márcio da Costa. "Uma agenda de eixos temáticos arquitetônicos e urbanísticos no século XXI: a consciência social"**.** In **Cadernos de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**. FAU-Mackenzie, 2015.2 92.

TAVARES, Maria Cecília Pereira. **Formação em Arquitetura e Urbanismo para o século XXI: uma revisão necessária**. Tese de Doutorado. FAU/USP, São Carlos: 2015.

RHEINGANTZ, P.A. "Por uma arquitetura da autonomia: Bases para renovar a pedagogia do Atelier de Projeto de Arquitetura". **ARQTEXTO**/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Ano IV, n.1 (2005) – Porto Alegre: Departamento de Arquitetura: PROPAR 2005, p. 42-67.

SALAMA, Ashraf M. **Transformative Pedagogy in Architecture and Urbanism**. UMBAU-VERLAG, 2009.

SCHÖN, Donald (1988). "Formar Professores como Profissionais Reflexivos." In NÓVOA, Antônio (coord.). **Os Professores e a sua Formação**. 3ª Edição. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

V enanparq
Salvador - 2018

EXPERIMENTAÇÕES ARQUITETÔNICAS COMO PROCESSO PROJETUAL E DE APRENDIZAGEM

ARCHITECTURAL EXPERIMENTS AS A PROJECT AND LEARNING PROCESS

EXPERIMENTOS ARQUITECTÓNICOS COMO PROCEDIMIENTO PROYECTO Y APRENDIZAJE

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

OBATA, Sasquia Hizuru
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAU Mackenzie
sasquia.obata@mackenzie.br

MACIEL, Carolina de Rezende
Doutora em Física Ambiental; Professora da FAU Mackenzie
carolina.maciel@mackenzie.br

GRANADO JÚNIOR, Milton Vilhena
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da FAU Mackenzie
milton.granado@mackenzie.br

EXPERIMENTAÇÕES ARQUITETÔNICAS COMO PROCESSO PROJETUAL E DE APRENDIZAGEM

ARCHITECTURAL EXPERIMENTS AS A PROJECT AND LEARNING PROCESS

EXPERIMENTOS ARQUITECTÓNICOS COMO PROCEDIMIENTO PROYECTO Y APRENDIZAJE

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
O presente artigo tem por objetivo apresentar e descrever o método de experimentação visando a concepção arquitetônica como etapa para a evolução do processo projetivo e baseado em dados obtidos de maneira empírica. Foram apresentados 4 diferentes estudos de caso de experimentos desenvolvidos por alunos do 9° e 10° do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, abrangendo os temas: Sistemas estruturais, Acústica e Estudos de insolação. Por fim, a prática da experimentação destaca ainda a possibilidade de desenvolver os trabalhos de graduação com a inter-relação com outras faculdades da universidade, de forma a que instituições distintas possam contribuir para o mesmo objetivo: o aprimoramento do conhecimento e sua disseminação, ou seja, o conceito de UNIVERSIDADE.
PALAVRAS-CHAVE: Experimentação; processo criativo; processo projetual; arquitetura.

ABSTRACT:
The purpose of this paper is to present and describe the method of architectural experimentation as stage for the evolution of the design process and based on data obtained in an empirical way. Four different case studies of experiments developed by students of the 9th and 10th semesters of the Architecture and Urbanism undergraduate program at the Universidade Presbiteriana Mackenzie, covering the themes: Structural systems, Acoustics and Shading & Insolation Studies were presented. Finally, the practice of experimentation also highlights the possibility of developing undergraduate studies with the interrelation with other faculties of the university, so that different institutions can contribute to the same goal: the improvement of knowledge and its dissemination, or the concept of UNIVERSITY.
KEYWORDS: *Experimentation; creative process; design process; architecture.*

RESUMEN:
El propósito de este artículo es presentar y describir el método de experimentación para la concepción arquitectónica como etapa para la evolución del proceso proyectivo y basado en datos obtenidos de manera empírica. Se presentaron 4 diferentes estudios de casos de experimentos desarrollados por alumnos del 9 ° y 10 ° períodos del curso de graduación en Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Presbiteriana Mackenzie, abarcando los temas: Sistemas estructurales, Acústica e Estudios de insolación. Por último, la práctica de la experimentación destaca también la posibilidad de desarrollar los trabajos de graduación con la interrelación con otras facultades de la universidad, de forma que instituciones distintas puedan contribuir al mismo objetivo: el perfeccionamiento del conocimiento y su diseminación, o es decir, el concepto de UNIVERSIDAD.
PALABRAS-CLAVE*: experimentación; proceso creativo; proceso proyectual; arquitectura.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar e descrever o método de experimentação visando a concepção arquitetônica como etapa para a evolução do processo projetivo e baseado em dados obtidos de maneira empírica.

Como abordagem para este artigo adotou-se o contexto do processo projetivo realizado durante o trabalho dos dois últimos semestres, 9º e 10º, da graduação no curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e as estratégias didático-pedagógicas desenvolvidas nas disciplinas denominadas "Experimentações". No desenvolvimento do referido componente curricular, os alunos são instigados a adotarem uma abordagem transdisciplinar, de modo a questionar conhecimentos apresentados ao longo do curso, enriquecendo o debate e a construção do processo projetual.

Diz-se estratégias didático-pedagógicas como sendo a busca de maior aderência e constantes rebatimentos que são tomados da prática de experimentação como processo projetual e apresentados aos formandos pelos recursos publicados e dinâmicos dos sites de arquitetos e escritórios que utilizam experimentação como etapa de desenvolvimento, para os quais se tomam como exemplos Antoni Gaudí, Norman Foster, Decker Yeadon, Studio Gang, Doris Kim Sung, Bjarke Ingels Group e também as publicações de Frei Otto.

Portanto, se coloca como conjuntura aos formandos a necessidade de investigar e se tomar o processo de projeto como uma evolução que tem como estratégia os tensionamentos e busca por novas formas de desenvolvimento, bem como, como etapa que tem como princípio o desejo e necessidade pela formação de novos métodos que conduzam a novas tecnologias, maiores eficiências e inovações.

O exercício de experimentações exige habilidades no uso de conceitos integrativos diversos como: exercício mão na massa, soluções de problemas, solução por aprendizado invertido, do caos a forma, entre outros que visam fornecer melhores desenvolvimentos, caracterizações do resultados e argumentos, além das entregas de soluções, produtos e processos do projeto, ou seja, o arcabouço que delimita a tecnologia em experimentações.

EXPERIMENTAÇÃO COMO PROCESSO DE PROJETOS

Tomando-se que a tecnologia é a ciência da técnica e de modo evolutivo que gera as novas tecnologias, toma-se neste artigo que o fazer das ações didático-pedagógicas é uma prática contínua da ciência da técnica.

Segundo Coronel e Silva (2010, p. 182) as tecnologias, assim como, as novas, partem de instrumentos lógicos e materiais indispensáveis de uma nova realização e para o desenvolvimento científico, tratando-se de um fazer intrincado da superação de obstáculos e busca de inovações e como se apresenta nas disciplinas base deste artigo.

As tecnologias em experimentações são de longa data aderentes ao projetar e aos produtos da construção e urbanismo, como históricos relatos apresentados por Addis (2009) e nos quadros que descreve a cronologia de alguns dos métodos de projeto extrai-se alguns dados desta evolução:

- A partir de 450 ac vários procedimentos numéricos para armamentos e edificações.
- Década de 1390 maquetes em tijolo e argamassa em escala 1:8 para projeto de San Petronio, Bolonha – Itália.
- Cerca de 1500 Leonardo da Vinci usa maquetes com água para o projeto de canais e rios.
- 1586 Fontana usa maquetes para planejar a remoção do Obelisco do Vaticano.

- 1500 maquetes executadas em madeira para as catedrais.
- Década de 1650 apresentados os primeiros testes com a resistência de vigas por Mariotte e Hooke.
- Década de 1670 realizada maquete de catenária para a cúpula da Saint Paul's Cathedral, Londres, Inglaterra por Wren e Hooke.
- Década de 1730 estudos de colapso de arcos de alvenaria feitos com maquetes por Augustin Danyzy.
- Cerca de 1740 maquetes com catenária e aduelas de alvenaria feita para a cúpula da Basílica de São Pedro em Roma, Itália.
- Década de 1750 Smeaton usa maquete para testar moinhos de água e de vento.
- A partir da década de 1820 modelos matemáticos do comportamento elástico das estruturas, esforços e deformações são apresentados por Navier e outros.
- Década de 1830 estudos com maquetes são feitos por Fairbairn e Hodgkinson para desenvolver a viga de perfil I mais efetiva a partir de ferro fundido.
- Década de 1840 estudos com maquetes feitos por Stephenson, Fairbairn e Hodgkinson para a ponte Britannia, Menais Strait no País de Gales.
- 1871 maquetes e parâmetros não dimensionais para prijeto de cascos de navio elaborados por William Froude.
- 1871 O primeiro túnel de vento aerodinâmico é projetado por Frank Wenham.
- 1877 – 80 medições de cargas de terremotos por John Milne.
- Final da década de 1880 estudos de maquetes feitos para cascas discretizadas na forma de abóbada de berço por August Föppi.
- Década de 1890 definição da forma de estruturas de alvenaria do uso de maquetes com catenárias por Antoni Gaudi.
- 1904-08 a camada limite é descoberta e o primeiro túnel aerodinâmico de circuito fechado é desenvolvido por Ludwig Prandtl.
- 1912 maquetes em escala usadas para testar a acústica de recintos, fotografia de ondas sonoras, por Wallace Sabine.
- Década de 1920 testes com maquete usados por Dischinger para o projeto de casas
- 1927 tunéis aerodinâmicos com camada limite são usados para provas de cargas de vento em edificações.
- Década de 1930 testes com maquete para grandes estruturas de cobertura feitos por Eduardo Torroja e Pier Luigi Nervi.
- 1930 testes em túneis aerodinâmicos de uma maquete do Empire State Building.
- 1930 testes com maquete e cargas em uma centrífuga conduzidos por Karl Terzhagi
- Década de 1930 testes com maquete em escala para a acústica de interiores usando microfones.
- Década de 1930 desenvolvimento do extensômetro resistivo e do extensômetro de fio vibratório
- 1930 – 31 testes com maquete das respostas dinâmicas das edificações a terremotos.
- 1931 o heliodon é criado para demonstrar os efeitos da luz do sol.
- Década de 1950 análise de tensões fotoelásticas com maquetes
- Meados da década de 1950 maquetes em escala usadas para acústica de interiores.
- 1960 aos dias atuais as mudanças dos processos de análise físicas são suportadas, auxiliadas ou mesmo desenvolvidas pelas constantes revoluções com bases computacionais e também para a sustentabilidade com a integração e interações de sistemas.

De Addis (2009, p.610) e tendo a cronologia apresentada anteriormente, pode-se classificar os métodos e regras projetuais, em que a experimentações e experiências partem do empirismo puro, situações mistas, até a busca do desconhecido e sem parâmetros basilares, mas sob uma metodologia de pesquisa como a regra para o desvendar.

> As **regras de projetos empíricas**, baseadas na experiência prática, contém a experiência coletiva, permitindo aos usuários interpolar dentro de diferentes experiências e, até certo ponto, extrapolá-las. Regras empíricas não se baseiam em conhecimentos científicos ou na explanação de fenômenos, mas funcionam.
>
> As **regras de projetos consolidadas** também se baseiam na experiência, mas incorporam alguns entendimentos e explanações científicas. Elas incluem constantes empíricas sempre que necessário. Tais regras geram o que os engenheiros do século XIX chamavam de propriedades ou valores relativos.
>
> As **regras de projeto científicas** baseiam em uma incorporação e explanação totalmente científica dos fenômenos relevantes. Em geral, não exigem o uso de constantes empíricas para lidar com fenômenos não-explicados. Os engenheiros do século XX se referiam o resultado de tais regras como propriedades ou valores absolutos. A maior parte das regras de projetos modernas é deste tipo. (ADDIS, 2009, p.610)

As regras de projetos a cada nova exigência passam por estágios que aumentam as regras de projetos ditas por Addis (2009) como a especificação do desempenho técnico em termos quantitativos, a compreensão do efeito da escala nas maquetes físicas e as relações de não linearidades e o usos de fatores de segurança.

De certo há que se ver que experimentações e processos de projetos empíricos – **enquanto prática**, possuem simplificações e com certeza sempre estarão envoltos com outras constantes empíricas que estão atreladas aos próprios passos de desenvolvimentos de produtos que clientes os queiram ou produtos como processos que os permitam serem mais eficientes, mais sustentáveis, mais flexíveis ou mesmo como um projeto inteligente.

De certo a evolução das experimentações poderia ser dita como antes e depois do computador e as bases da materialização das experimentações também as são e passam por crescentes evoluções que em entregas de produtos são chamadas como produção em 4.0 – cunhada dos meios produtivos automatizados e autônomos – CNC, *computer numerical control*.

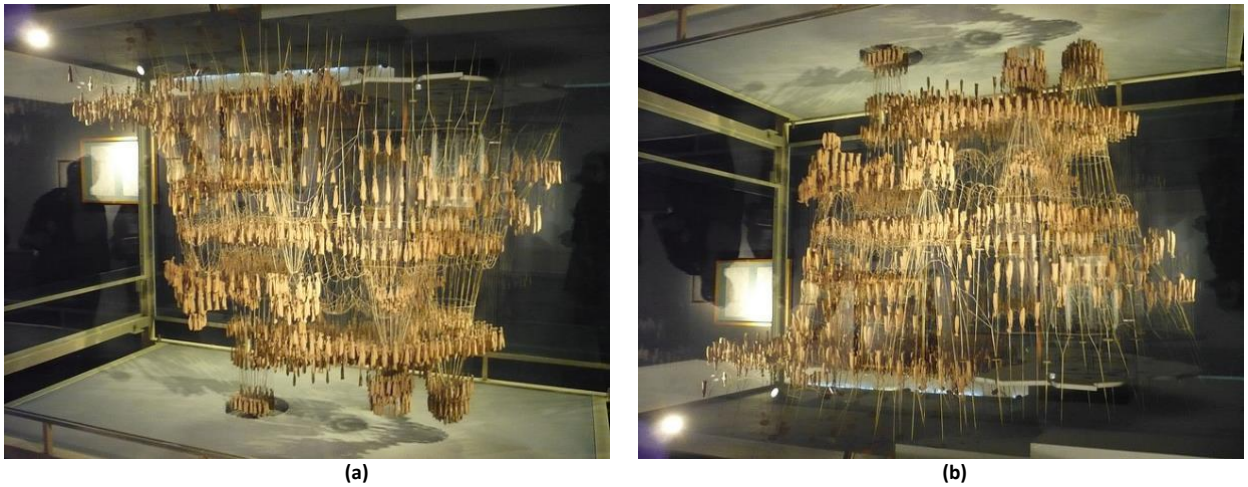
As tecnologias de materializações computacionais nas etapas projetuais são cada vez mais reconhecidas e como de maior valor segundo Burry e Burry (2017 p. 18) por emular qualidades finais, desempenho através de medições e análises quantitativas desde as condições estruturais às características térmicas, acústicas, relações lumínicas, e de fato se ter uma materialidade para se questionar seus propósitos e prover um *background* robusto enquanto se é um protótipo.

A cronologia apresentada, portanto, demonstra o papel da experimentação na busca e no aprimoramento das soluções projetuais. Iniciada desde tempos longínquos. Esta prática desenvolveu-se primeiramente por meio do uso de maquetes físicas, passando recentemente à incorporação de ferramentas virtuais para avaliação de questões relativas ao projeto e desempenho da edificação.

Neste sentido, a seguir serão apresentados arquitetos e escritórios que se valem de práticas de experimentação como etapa para a concepção e aprimoramento das soluções arquitetônicas.

Antoni Gaudí

A arquitetura proposta por Antoni Gaudí beneficiou-se muito de sua capacidade de experimentação. Composta de complexos volumes definidos a partir de sólidos e formas geométricas simples ora trabalhos com adição, ora subtração ou interseções entre planos, abrindo uma vasta gama de possibilidades (ALMEIDA, 2011). Seu processo criativo era originado por demandas funcionais, passando por um estudo de viabilidade econômica e da técnica construtiva, finalizando em uma fase experimental, geralmente por meio de maquetes físicas, em escala 1:10 ou 1:20.



(a) **(b)**

Figura 1: (a) Experimentos de Antoni Gaudí com sacos de areia; (b) Mesma imagem invertida em relação ao eixo horizontal
Fonte: ALMEIDA (2011)

Na Figura 1 é apresentado um exemplo de experimentação elaborado por Antoni Gaudí, para o projeto da Sagrada Família. Com base na tecnologia existente, explica Almeida (2011):

> Gaudí fez uso dos gráficos funiculares, compostos de sacos de areia e cordas, para conceber e extrair a configuração ótima da estrutura, resultando no que se pode ver hoje, as colunas e os arcos presentes em toda a basílica. (ALMEIDA, 2011, p. 21).

A concepção livre e experimental de Gaudí, afirma Giralt (2002), o levou a refletir constantemente sobre seu trabalho, recorrendo a métodos tradicionais sempre que lhe parecia válido e buscando soluções calcadas em saber construtivo, lógica estrutural e criatividade geométrica, resultando em uma arquitetura singular.

Foster+Partners (Sir Norman Foster)

Liderado pelo arquiteto Norman Foster, o Foster+Partners possui uma cultura de pesquisa e inovação por meio da experimentação. O escritório possui um departamento dedicado ao desenvolvimento de pesquisas nas áreas de ARD - Applied Research and Development, MRC e IC - Materials Research Centre and Information Centre e SMG - Specialist Modelling Group. Abaixo são apresentadas imagens do 30 St Mary Axe (Figura 2), projeto no qual as experimentações tiveram importante papel na definição dos sistemas estruturais e na avaliação do impacto dos níveis de ventilação do entorno após sua implantação.

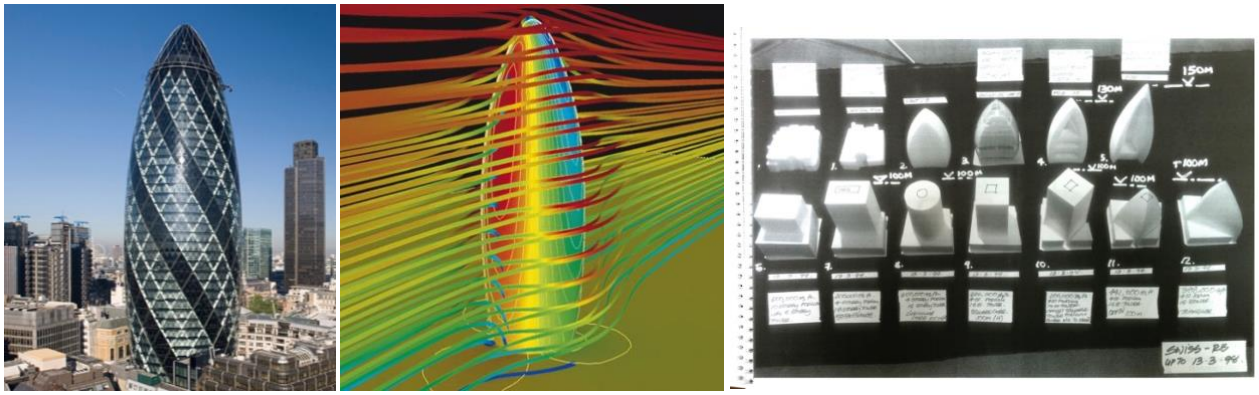


Figura 2: Experimentações para o 30 St Mary Axe – Foster+Partners
Fonte: Foster+Partners (2004), disponível em< https://www.fosterandpartners.com/projects/30-st-mary-axe/>

Além do supracitado projeto, datado de 2004, Norman Foster fez mais contribuição à cultura de experimentação com a abertura da Norman Foster Foundation, em Madrid, no ano de 2017. Sua missão, de acordo com informações do site da Fundação (http://www.normanfosterfoundation.org) é:

> Promover o pensamento e pesquisa interdisciplinar para auxiliar novas gerações de arquitetos, designer e urbanistas a antecipar o futuro. A Fundação acredita na importância da conexão entre arquitetura, design tecnologia e artes para melhor servirem à sociedade, e está comprometida com os valores de uma educação holística que encoraja a experimentação por meio de pesquisas e projetos. (NORMAN FOSTER FOUNDATION, 2017).

BIG (Bjarke Ingels Group)

O escritório BIG, sediado na cidade de Copenhagen na Dinamarca, foi fundado pelo arquiteto Bjarke Ingels em 2006. Em seu livro de 2009 “YES IS MORE”, Ingels propõe que, no lugar de uma “revolução” arquitetônica, exista uma “evolução”, aprimorada a partir de experimentações que considerem aspectos estéticos e funcionais de diferentes projetos, ajustando-os de acordo com o programa, contexto climático, a finalidade, aspectos econômicos, entre outros.

Na Figura 3 são apresentados modelos físicos resultantes do processo criativo, baseado na abundância de propostas para posterior análise e “seleção natural”, com o objetivo de definir a melhor solução para cada contexto. Neste sentido Ingels afirma:

> Assim como Darwin descreve um a criação como um processo de excesso e seleção, não propomos que as forças da sociedade, os múltiplos interesses de todos, decidam quais ideias devem viver e quais devem morrer. As ideias sobreviventes evoluem através de mutações e de cruzamentos, até se converterem em espécies de arquitetura totalmente novas. Com a invenção da arquitetura e da tecnologia, nós apreendemos o poder de adaptar nossos ambientes para o jeito que queremos viver. (INGELS, 2009, p.14).

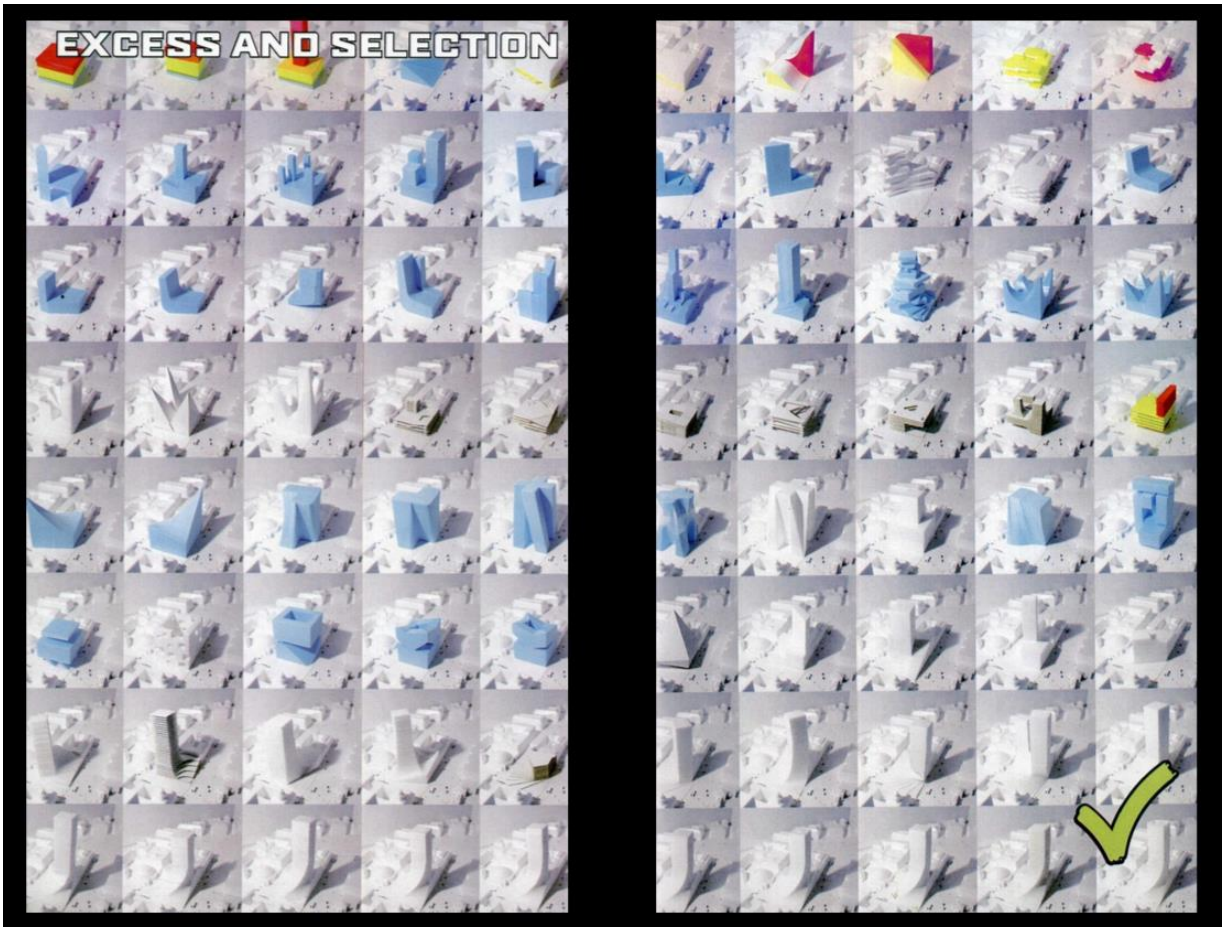


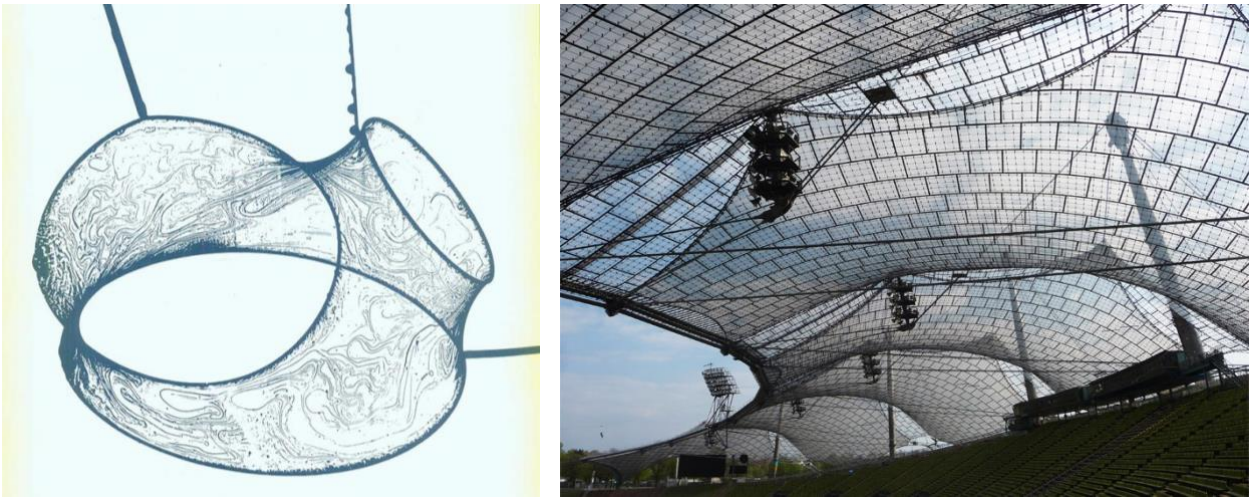
Figura 3: Processo projetual evolutivo do BIG, com a sobrevivência da melhor (mais adequada) solução para o contexto considerado.
Fonte: INGELS (2009)

Frei Otto

Para Frei Otto, experimentação com modelos e maquetes era uma parte fundamental de seu trabalho como arquiteto. Sua obra foi marcada pelo espírito investigativo e trabalho pioneiro utilizando bolhas de sabão (Figura 4) que resultou em importantes contribuições para o projeto de estruturas leves e tensionadas:

> O desenvolvimento de edifícios teve início há mais de dez mil anos e atingiu um nível extremamente alto, mas de forma alguma é um processo fechado. Ainda existe um número infinito de possibilidades abertas, de infinitas descobertas a serem feitas, (OTTO, 2010).

Suas experimentações se procederam inicialmente com barras de aço e madeira em duplas curvaturas, para a formação com tecidos, ao estudo de atender as curvas que poderiam gerar as tensões mínimas através da obtenção das curvas pelas bolhas de sabão. Estas curvas quando plotadas ou fotografadas conduziram a modelos matemáticos que foram automatizados, chegando-se aos modelos atuais, totalmente computadorizados e de definição não só de tensões como de parametrizações e feitura de partes definidas e produzidas computacionalmente.



(a) (b)

Figura 4: (a) Experimentos com bolhas de sabão; (b) Aplicação na cobertura do Estádio Olímpico de Munique (1972)
Fonte: OTTO (2010)

PROCEDIMENTOS E METODOLOGIA PARA EXPERIMENTOS E SIMULAÇÕES

Para o desenvolvimento deste artigo procurou-se primeiramente a compilação dos fundamentos teóricos e vistas aos planos e estratégias utilizadas pelos autores em suas disciplinas de experimentações, descritos sob forma dos seguintes procedimentos:

1) Seleção e definição de metodologia que abarcava as formas praticadas e consequente descrição de etapas;

2) Seleção dos conteúdos teóricos que suportavam os conteúdos e apresentações desenvolvidas em aulas dos 9° e 10° semestres.

3) Seleção e descrição de quatro trabalhos orientados pelos autores e consultados na biblioteca de experimentos FAU-Mackenzie, tendo como prévios aqueles que atenderam como representativos da superação de etapas projetuais pelas experiências não desenvolvidas durante os anos anteriores do curso e, portanto, demonstram o vencer um obstáculo de forma protagonista.

4) Análises dos resultados dos trabalhos descritos e caracterizações das orientações que sejam de contribuições na proposição de estruturas didáticos-pedagógicas para as experimentações arquitetônicas e que estas sejam integradas ao processo projetual e de aprendizagem.

Portanto este artigo tem por contribuição a proposição que a utilização de experimentações projetuais como forma de evolução do projeto e do aprendizado, tendo o processo de projetar como veículo que pode e deve suportar novos processos e técnicas de ensino-aprendizagem, bem como, de formas que sejam além dos conteúdos praticados em sala de aula e também possa ser de desafio trazer no fazer de um trabalho de graduação uma forma de experimentar inclusive como profissionais o fazem - dados exemplos de cronologia da evolução por experimentações.

Como processo de aprendizagem sobre a metodologia para experimentos e simulações parte-se de um roteiro mais genérico e batizado em aula de "DO MICRO AO MACRO – Os 12 PRINCÍPIOS" (Figura 5) que foram

inspirados no artigo "The Vision for Civil Engineering in 2025" da American Society of Civil Engineers (ASCE, 2007).

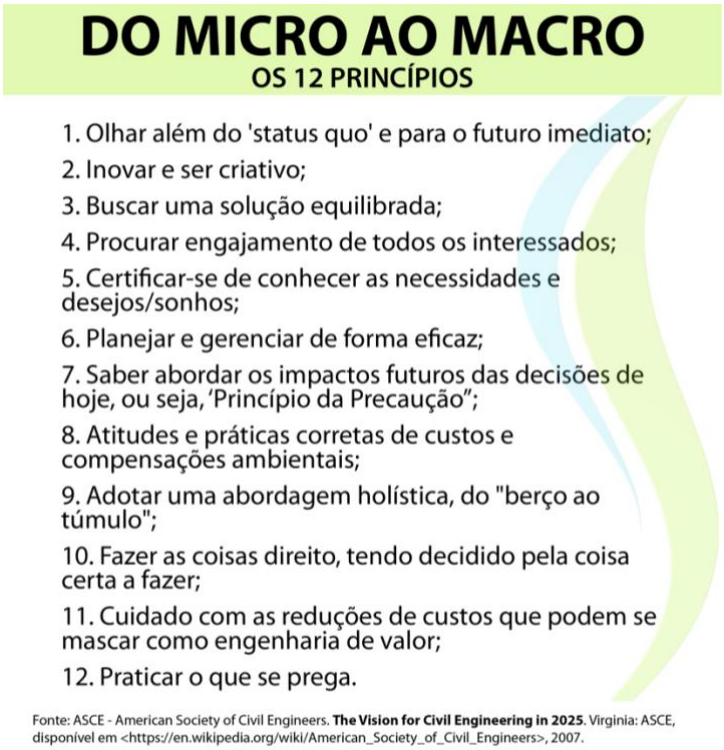


Figura 5: Roteiro "Do micro ao macro" para desenvolvimento de experimentos e simulações.
Fonte: Autoria própria.

Tais passos são importantes como formação holística, mas como desenvolvimento de experimentos e simulações aderentes a área das construções e urbanismo são apresentadas etapas da evolução de um projeto e alguns parâmetros para decisão.

Dentro das etapas iniciais de um projeto arquitetônico e/ou urbanístico, na concepção é comum se desenvolver estudos de modelos e de massa que por experimentos e simulações podem apresentar condições de necessidade de maiores evoluções ou mesmo uma nova coleta de dados e inserção de novos atributos ao projeto.

O estudo de massa se refere a uma parte essencial na tomada de decisão no desenvolvimento de um empreendimento imobiliário que é a sua concepção como produto que atenda aos desempenhos requeridos e adequados durante seu ciclo de vida. Como atividade podem ser elencados segundo Obata (2015, p.43) através de alguns atributos como:

- Auxiliar na escolha, composição e aquisição do terreno, na definição de seu uso, dos produtos e tipologias a serem construídas.
- Parte de uma análise da legislação do local, conhecimento do entorno, necessidades do mercado, alternativas de implantação.

- Trata-se de uma ferramenta de viabilização e capaz de conduzir e considerar as características necessárias para o um empreendimento imobiliário se tornar possível, com menores riscos e maiores chances de sucesso.
- Ser o conjunto de esboços e informações representadas por dados essenciais e que possam fornecer em pouco tempo uma definição essencial quanto ao atendimento de desempenho requerido e eficiência energética que tem como respostas ao mercado fornecer preliminarmente o custo da construção que servirá de base durante o processo de projeto e contratos.

Para as etapas de modelagem como um processo de simulações do modelo que, no início do projeto é representada por um volume atendendo especificações preliminares, denominado de massa, é preciso destacar que há que se identificar e organizar as atividades do projeto estabelecendo as relações de precedência entre as atividades, ou seja, como se realiza a gestão do processo projetual que depende da identificação das informações, sejam elas: para o próprio desenvolvimento das atividades, para a modelagem como dados do produto e as informações que possibilitará o desencadeamento do fluxo do projeto.

Os métodos de modelagem e identificados como métodos de parametrização por Obata (2015, p.42) são baseados em obtenção de dados e prioridades que visam fornecer as seguintes condições:

- Entrega de maior quantidade de itens de valor como, por exemplo, o atendimento econômico do melhor preço (competitivo).
- Equilíbrio entre extremos aplicando-se diretrizes de Engenharia de Custos.
- Engenharia de custos e estimativas têm como base uma coleta completa de dados e anseios como, por exemplo: a eficiência energética, a busca por certificações verdes, selos de eficiências, entre outros.

EXPERIMENTOS E SIMULAÇÕES - CASOS E RESULTADOS

No curso da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, o 10º semestre tem como uma das finalidades a apresentação de experimentos que representem de alguma forma os conhecimentos obtidos ao longo dos 10 semestres.

Assim, o componente disciplinar TFG 4-2 trata do desenvolvimento de trabalhos finais de graduação. Os alunos deverão demonstrar por meio desses experimentos os conceitos apreendidos nas áreas técnicas ministrados no curso

Dessa forma, e por opção própria, devem desenvolver experimentos que lhes permita avaliar as propostas de projeto, baseados no conhecimento do assunto conceitualmente, sem a necessidade de uso de equipamentos muito sofisticados de laboratórios. A própria concepção do experimento de forma empírica faz parte da avaliação.

Etapas didáticas básicas dos experimentos e simulações

As metodologias e procedimentos, após a fundamentação teórica são apresentados aos alunos como etapas e que seguem uma diretriz comum composta por: (a) definição do problema projetual; (b) formulação da hipótese; (c) execução do experimento; (d) interpretação aderida a solução do problema projetual através dos resultados; (e) evolução e entendimento sistêmico da ciência técnica praticada.

Dada a condição de aprendizagem e indução do protagonismo e da superação de etapas projetuais pelas experiências não formais e não desenvolvidas previamente no curso, fornece-se a condição dos alunos buscarem por temas de disciplinas anteriores e identificarem quais podem ser desafiados e experimentados.

Assim é fornecida uma lista temática e indicado que façam um "*brainstorming*". Esta lista contempla palavras chaves como: insolação; acústica; sistemas estruturais; conforto térmico; paisagismo, sistemas tecnológicos complementares, sustentabilidade, etc. Portanto nesta etapa, se ofertam temas, mas que devem ter fundamentos desenvolvidos na monografia (TFG 1-2) e projeto (TFG 2-2).

A próxima etapa contempla a apresentação de potencialidades e particularidades das experimentações por modelos físicos e por modelos virtuais, simulações, bem como, se privilegiam os resultados e as forma de apresentação, uma vez que devem ser retratados também pela representação gráfica.

Resultados de trabalhos orientados

Para a obtenção dos resultados e análises descritos neste artigo foram tomados os procedimentos experimentais colhidos da biblioteca de experimentos FAU-Mackenzie de autoria das alunas Ingra Tofetti (TOFETTI, 2017), Kelly Barbosa (BARBOSA, 2017), Bruna Marrucci Sampaio (SAMPAIO, 2018) e Luma Cury Romantini (ROMANTINI, 2016).

Trabalho de autoria de Ingra Tofetti

O estudo abrangeu o projeto de uma edificação ilustrada a seguir (Figura 6) com o tema de "Remodelação de vizinhança com foco na capacitação e integração", com proposição de sistema composto de madeira laminada colada. Nas primeiras etapas do experimento, foram definidas as dimensões de peças pré-estabelecidas de modo empírico (Figura 7).

Figura 6: Perspectiva da edificação projetada
Fonte: TOFETTI, 2017

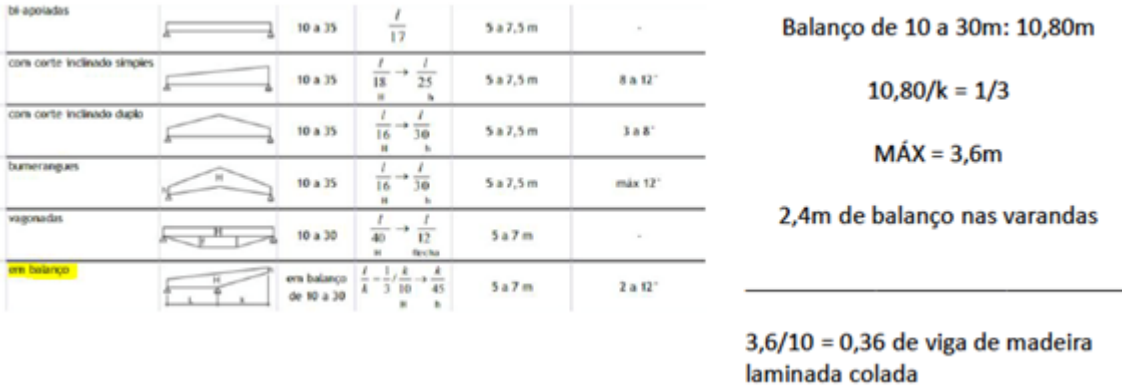
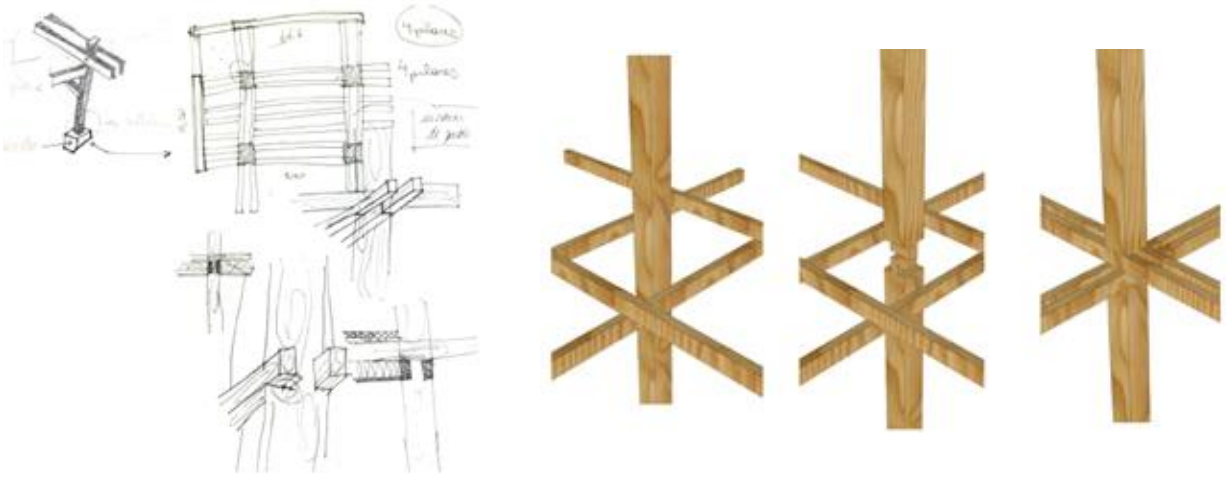


Figura 7: Dimensionamento através de tabelas com parâmetros empíricos - vigas em madeira laminada colada
Fonte: TOFETTI, 2017

Para a estrutura proposta as quais se atribui como de massa reticulada e que pode ser tomada como parte do processo de tomada de decisão no desenvolvimento de um projeto de arquitetura de múltiplos pavimentos. Na Figura 8 são apresentados croquis de estudos para elaboração de detalhes construtivos e ligações entre as peças, como busca de respostas experimentais quanto a uma concepção de estrutura que atenda aos desempenhos requeridos quanto ao conforto e estabilidade.



(a) **(b)**

Figura 8: (a) Estudos das ligações entre peças de madeira laminada colada e (b) Propostas das ligações entre peças de madeira laminada colada para experimentações.
Fonte: TOFETTI, 2017

O experimento contemplou assim o desenvolvimento de uma materialidade proposta de projeto com uso de estrutura com peças em madeira laminada colada, e para a qual se destaca que aluna demonstrou certa proficiência no dimensionamento da estrutura. Por meio de cálculos específicos e para maiores entendimentos sobre a forma como iria se comportar a estrutura, a mesma foi orientada na busca através de observações das ligações e principalmente a maior compreensão das possibilidades que as tipologias de nós propostos quanto a resistência e vibrações.

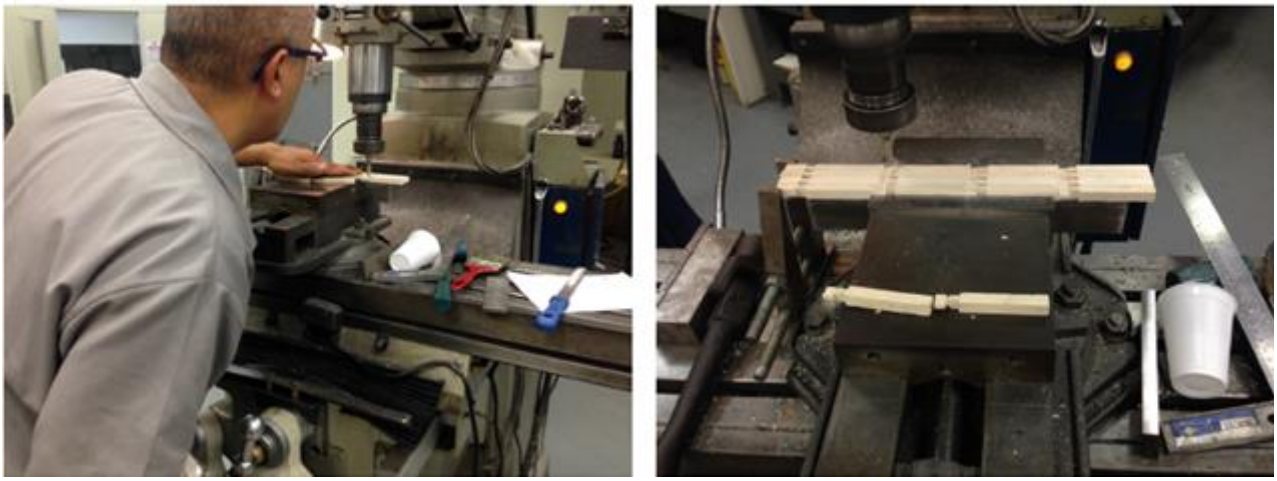


Figura 9: Aspectos do desenvolvimento do modelo físico.
Fonte: TOFETTI, 2017

Para a consecução do experimento contou-se assim com a adequação do modelo físico, maquete, que também foram supervisionados por professor especialista em Física e com laboratorista respectivamente, prof. Dr. Fábio Raia e Sr. Edson (Figura 9) - Responsável pelo laboratório de mecânica da Universidade Presbiteriana Mackenzie, que proporcionaram aos experimentos condições e aspectos de maior reciprocidade quanto ao estudo do problema e obtenção dos resultados.

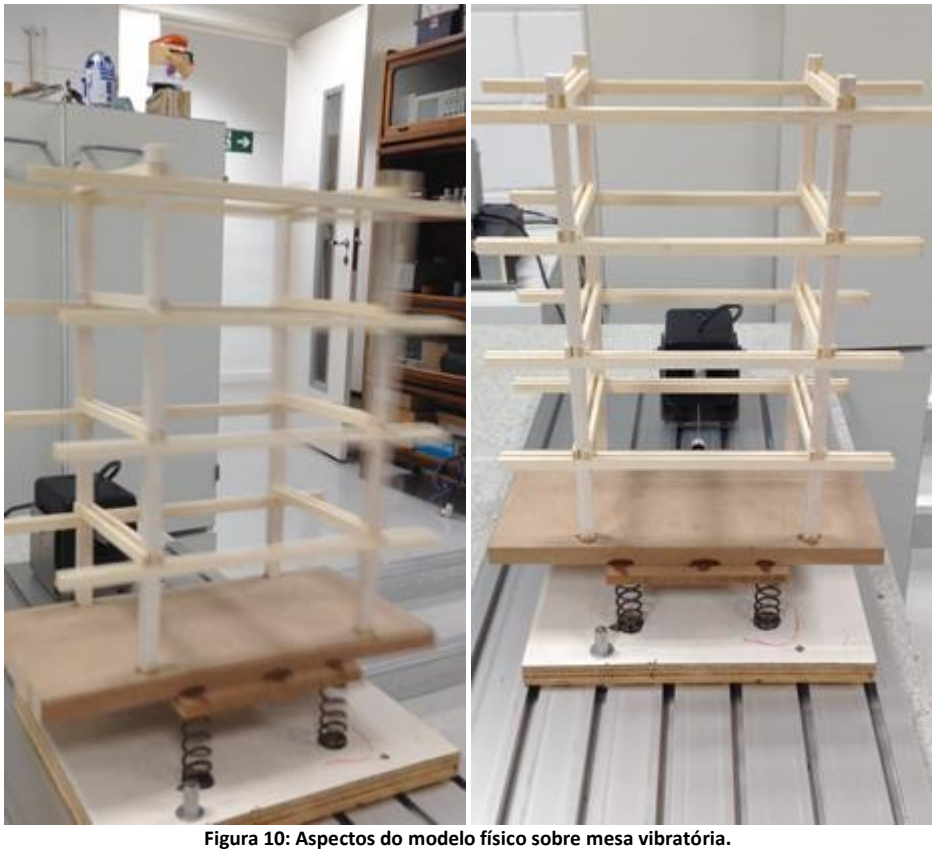


Figura 10: Aspectos do modelo físico sobre mesa vibratória.
Fonte: TOFETTI, 2017

O procedimento para simulação do modelo físico contou com a fixação do mesmo sobre uma tábua e contando com um aparelho que transmite vibrações sem conduzir esforços para que se possa caracterizar uma situação de vibração do solo, como, por exemplo, um terremoto. Para o experimento foi definido o incremento na magnitude das vibrações a cada 2 Hertz (Figura 10).

Figura 11: Aspectos do modelo físico antes as vibrações, durante as variações de vibrações sobre mesa vibratória e o modelo com pontos colapsados entre o 2o pavimento e o pavimento de cobertura.
Fonte: TOFETTI, 2017

Com o desenvolvimento das vibrações com o supracitado aumento gradual, notou-se que o nó entre pilar e viga que não estava contraventado de modo adequado através da observação do deslocamento entre barras no nó, fato que gerou o desmonte do modelo físico. Contatou-se que até 12 Hertz o modelo permaneceu com sua forma estável e, sob a ação de 14 Hertz ocorreu a ruptura e colapso do modelo (Figura 11).

Trabalho de autoria de Kelly Barbosa

O trabalho investigativo propunha o estudo de massa arbórea como barreiras sonoras tendo como base levantamentos em campo sob duas formas, descritas a seguir, bem como, o procedimento especificado e normalizado pela Norma Técnica L11.032 da CETESB- Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB, 1992), a saber: altura de medição entre 1,20 a 1,50m acima do solo; distância mínima de 3,5m de qualquer superfície refletora; não avaliar no caso de precipitação e medição sempre que possível da velocidade do vento.

a) *Levantamento com uso de celular:* utilizou-se esta forma devido à grande facilidade e disponibilidade de aparelhos celulares e recursos tecnológicos disponíveis na forma de aplicativos ou “app”, ou seja, a abreviatura de “*applications*”. Esta forma de coleta de dados buscou saber se é uma prática adequada e com a eficiência para se contribuir como alternativa para investigações projetuais, no caso deste artigo sobre barreiras acústicas com massa arbóreas.

b) *Levantamento com uso de aparelho de medição do nível de pressão sonora (decibelímetro)*: utilizou-se esta forma devida a disponibilidade destes aparelhos no laboratório de conforto ambiental da Universidade Presbiteriana Mackenzie e, para se sustentar ou ser a contraprova do uso de celulares com aplicativos. O aparelho utilizado foi o decibelímetro digital AKROM KR813.

Para ambos os levantamentos se tomou adaptações e simplificações da norma da CETESB. A simples constatação dos fluxos urbanos julgados comuns e que no momento de medição não estava ocorrendo interferência de outras fontes sonoras, e especificamente para a primeira forma, a alternância do uso do celular e não do microfone com protetor de vento.

Os levantamentos foram realizados em diferentes parques na cidade de São Paulo, cuja escolha teve como condição qualitativa a aderência ao local e condições atuais da área de projeto, ou seja, os alinhamentos e divisas junto a vias de fluxo intenso de automóveis, para o apontamento dos locais o recurso foi o localizador e posicionamento do Google.

Pelo fato de o terreno, objeto de aplicação projetual, estar na região metropolitana de São Paulo e em área característica, fortemente marcada pelo uso do automóvel individual e de cargas, e com alinhamentos junto a artérias que conformam tráfego intenso e de vias já sinaladas, como as marginais e as grandes avenidas, a escolha seguiu a esta correlação e definição das seguintes áreas descritas e as ilustrações das medições nos locais (Figuras 12 até 20):

- Parques Alfredo Volpi - está localizado junto à Avenida Engenheiro Oscar Americano no bairro Cidade Jardim. Esta via, próxima ao acesso da Marginal Pinheiros foi o primeiro local para medição dos ruídos provenientes dos automóveis.
- Parque Trianon - o Parque Tenente Siqueira Santos, conhecido por Trianon, na Avenida Paulista, uma via intensamente movimentada, não somente pelo tráfego de veículos, mas também de pessoas.
- Parque do Povo - Parque Municipal Mario Pimenta Camargo, mais comumente conhecido como Parque do Povo, localizado na Chácara Itaim, na zona sul de São Paulo. O parque está implantado junto à Marginal Pinheiros, e, diante disso, demanda grande incidência de poluição sonora.

Figura 12(a)

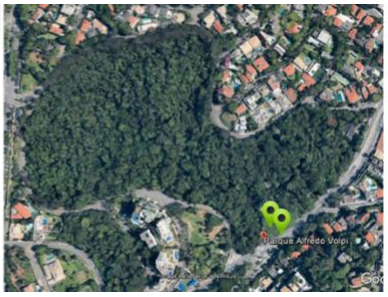


Figura 12(b)

Figura 12(c)

Figura 12(d)

Figura 12: (a) a (d) Resultados das investigações no Parque Alfredo Volpi.
Fonte: BARBOSA, 2017 e (b) Vista Satélite: Google Maps. Acesso em: Mar. 2017

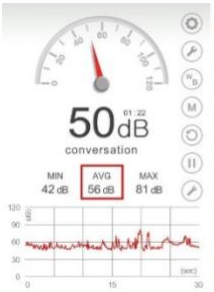
Para o levantamento dos ruídos foi utilizado o aplicativo de celular "Decibelímetro" do Google (2017) que é apresentado como um medidor de nível de pressão sonora (ou SPL) que apresenta valores de decibels para o ruído ambiental, e tem as seguintes características segundo a criadora ABC App (2017) "mostrar a

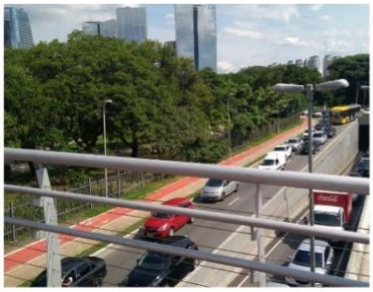
referência de ruído atual por um gráfico, exibe os valores de decibéis mínimo, médio e máximo grafado na tela para este artigo como avg / max, permite calibrar o decibel para cada dispositivo".

Figura 13 (a) **Figura 13 (b)**

Figura 13: (a) e (b) Valores registrados durante percurso no Parque Alfredo Volpi.
Fonte: BARBOSA, 2017 via app. Decibelímetro Digital AKROM KR813

Como especificação importante destaca-se que a ABC App (2017) indica como nota que os microfones na maioria dos dispositivos Android estão alinhados para funcionarem adequadamente para a voz humana. Os valores máximos são limitados pelo dispositivo. Sons muito fortes (>90 dB) podem não ser reconhecidos na maioria dos dispositivos.





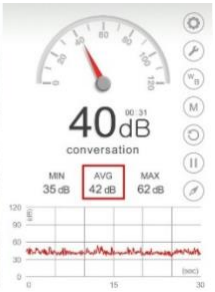


Figura 14 (a) **Figura 14 (b)** **Figura 14 (c)** **Figura 14 (d)**

Figura 14: (a) a (d) Valores registrados durante percurso no Parque do Povo.
Fonte: (a) (c) e (d) BARBOSA, 2017; (b) Vista Satélite: Google Maps. Acesso em: Mar. 2017

Figura 15 (a) **Figura 15 (b)**

Figura 15: (a) e (b) Resultados do Parque do Povo medidos com decibelímetro digital. AKROM KR813.
Fonte: BARBOSA, 2017

Figura 16 (a) Figura 16 (b) Figura 16 (c) Figura 16 (d)

Figura 16: (a) a (d) Valores registrados durante percurso no Parque Trianon.

Fonte: (a) e (d) BARBOSA, 2017; (b) Vista Satélite: Google Maps. Acesso em: Mar. 2017

Figura 17 (a) Figura 17 (b)

Figura 17: (a) e (b) Resultados do Parque Trianon medidos com decibelímetro digital AKROM KR813.

Fonte: BARBOSA, 2017

Frente aos resultados obtidos, adotou-se o nível de pressão sonora como parâmetro para as primeiras concepções projetuais quanto à implantação da edificação. Os valores registrados encontram-se reunidos a seguir (Tabela 1):

Tabela 1: Valores de levantamentos dos níveis de ruídos, distâncias e valores médios dos locais de referência.

Parque Alfredo Volpi		**Parque Trianon**		**Parque do povo**	
Equipamento de medição					
Celular	Decibelímetro	Celular	Decibelímetro	Celular	Decibelímetro
Valores em dB próximos a via e antes da massa arbórea					
52	66,1	56	64,7	56	73,2
Valores em dB após a via e depois da massa arbórea					
38	52,4	43	52,0	42	59,1
Distância em m entre medições					
30		26		33	
Diferença em dB de redução relativa antes e após a massa arbórea					
14	13,7	13	12,7	14	14,1
Valor de distância média em m entre via e massa arbórea		**Valor redução sonora média em dB entre via e massa arbórea**			
29,7		13,6			

Fonte: adaptado de BARBOSA, 2017.

O terreno do referido projeto localiza-se na Rodovia Presidente Dutra, km 166, no bairro “Várzea do Palácio”, no município de Guarulhos (Figura 18).

Figura 18: Ponto de Medição indicada em seta e o terreno em vazio a frente. Imagem Satélite da área de projeto

Fonte: Google Maps. Acesso em: Jun. 2017.

As investigações dos ruídos foram realizadas em diferentes horários do dia, a fim de uma aproximação mais clara da situação dos impactos sonoros e de sua variação ao longo deste período, utilizando-se o mesmo aparelho e aplicativo de celular “Decibelímetro”.

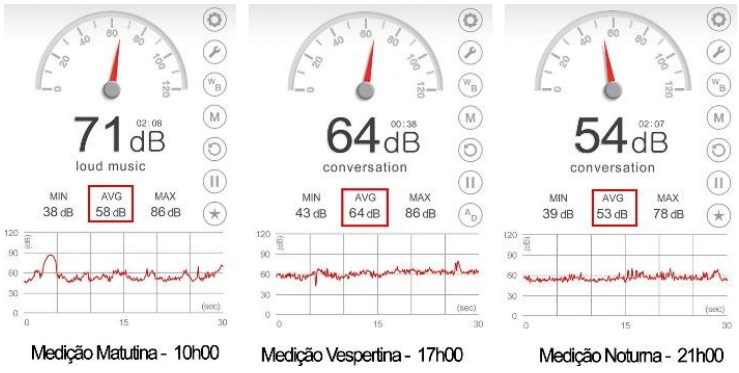


Figura 19: Medições do ruído em dB na Rodovia Presidente Dutra, Porto da Igreja, km 166.

Fonte: BARBOSA, 2017.

Constatou-se os valores médios pontuados de 58 dB(A) em mediação matutina (10h), vespertina (17h) de 64 dB(A), e noturna (21h) de 53 dB(A) (Figura 15) . Já os resultados com medições matutina (10h) e vespertina (17h) com o Decibelímetro Digital AKROM KR813 com valores de 85,1 e 91 dB(A), respectivamente (Figura 19).

Figura 20 (a)

Figura 20 (b)

Figuras 20: (a) e (b) Resultados da Rodovia Dutra com medições matutina e vespertina, respectivamente.
Fonte: BARBOSA, 2017.

Os dados registrados foram consideravelmente elevados, sendo a medição de ruído mais forte de 64 dB(A) utilizando-se aplicativo, o que justificaria a necessidade de uma redução de 14dB de acordo com as normas aplicáveis. Para tal redução no nível de ruído seria necessária uma extensão de massa arbórea de cerca de 140m nas lacunas de áreas do terreno junto à rodovia Presidente Dutra e, considerando as reduções sonoras das referências, após esta intervenção seria possível alcançar níveis satisfatórios de conforto acústico para a área.

Por meio deste experimento, portanto, criou-se uma metodologia primeiramente afim de se comprovar formas de medições que podem ser expeditas como o uso de celular e de maior precisão (aparelhos decibelímetros), bem como, tomar parâmetros experimentais para concepções de projeto. Práticas como esta contribuem para o desenvolvimento projetual justificado por meio de investigações, orientado por meio de ferramentas importantes que fornecem diretrizes projetuais preliminares em aderência ao desempenho e conforto adequados, explorado neste caso em seu viés acústico.

Trabalho de autoria de Bruna Marrucci Sampaio

Com a cidade de Piracicaba como contexto urbano, o projeto propunha a implantação de um hotel de alto padrão, em atendimento à demanda crescente da região devido ao futuro pólo gastronômico, cultural e econômico da cidade.

A experimentação tinha como objetivo o estudo da insolação nas fachadas do hotel, analisando quais orientações receberiam mais carga térmica proveniente da radiação incidente, e então o projeto de dispositivos de sombreamento (brises) em resposta à esta demanda.

Neste sentido, foi desenvolvido o estudo da carta solar utilizando o software de simulação Sol-Ar, desenvolvido pelo Laboratório de Eficiência Energética em Edificações da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina (LABEEE, 2009). As orientações estudadas foram 27,30° (predominante nordeste); 117,30° (predominante sudeste); 207,30° (predominante sudoeste) e 297,30° (predominante noroeste).

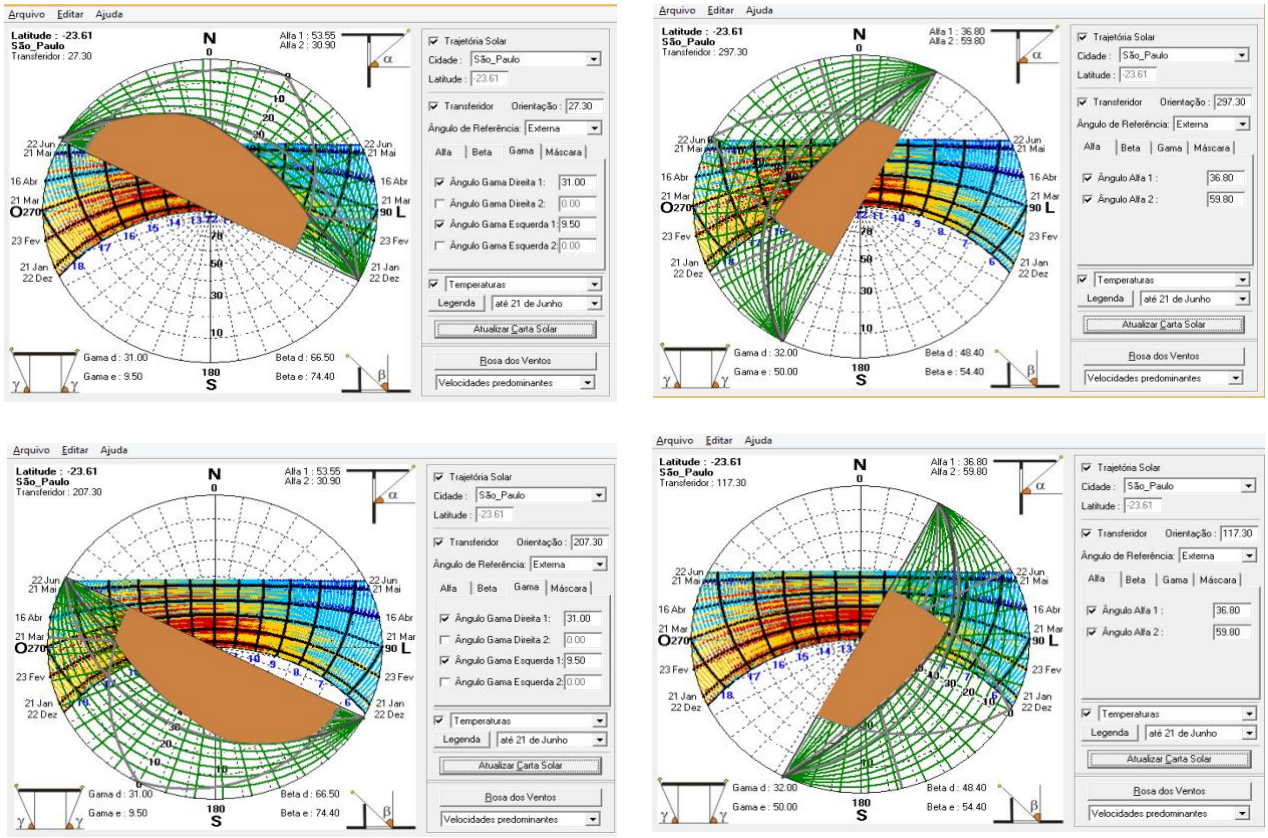


Figura 21: Estudo da carta solar para as fachadas do projeto.
Fonte: SAMPAIO, 2018

O Software Sol-Ar permite que sejam plotados os dados de temperatura do ar sobre a carta solar de determinado local. Utilizando como critério os horários com temperaturas mais elevadas (horários críticos), foram definidas as máscaras de proteção (sombreamento) para cada fachada, (Figura 21).

A determinação dos horários a serem protegidos resultou nos ângulos que foram utilizados no projeto dos dispositivos de sombreamento. Nesta etapa também foi definido o tipo de dispositivo de sombreamento, neste caso o muxarabi, por permitir o controle pelo usuário sobre a quantidade de sol que adentra o recinto.

Figura 22: Materialidade: fachada composta com muxarabis perfurados de madeira maciça e guarda corpos de vidro.
Fonte: SAMPAIO, 2018

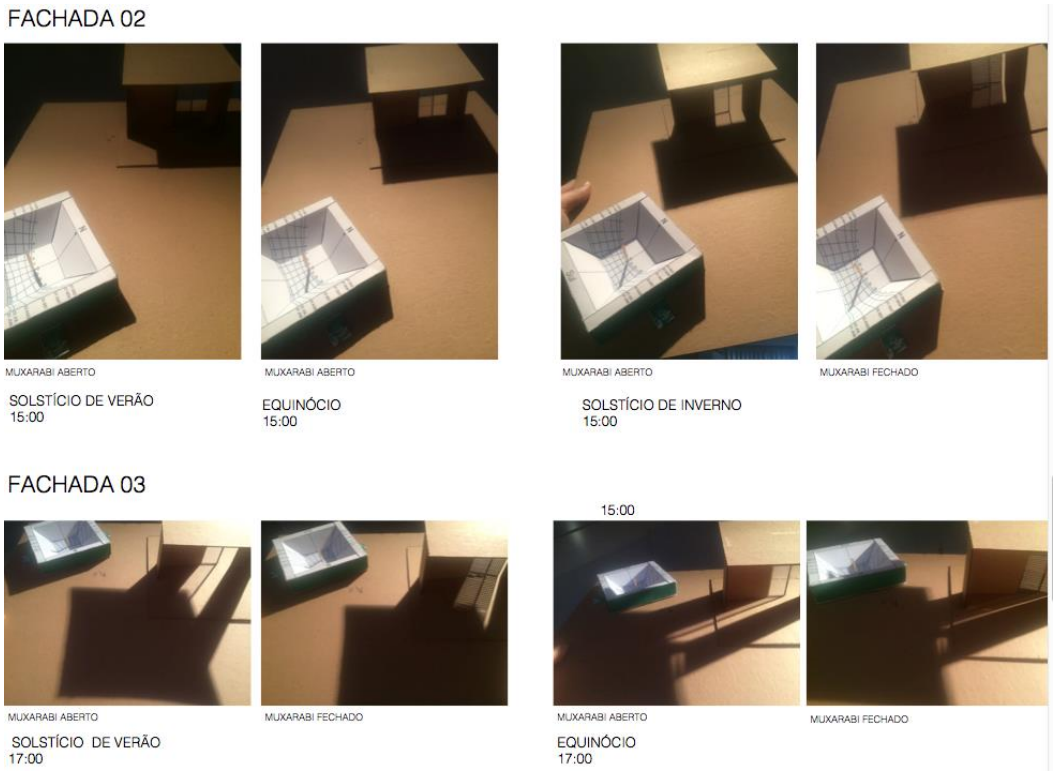
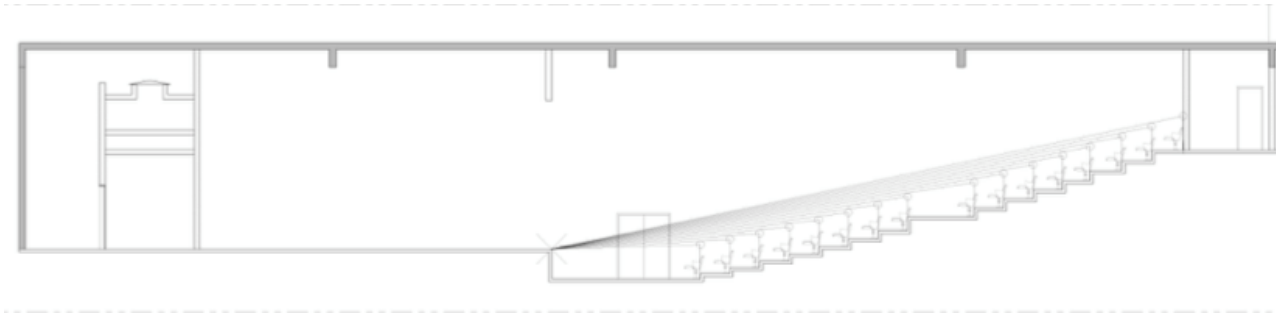


Figura 23: Estudos de insolação de fachadas – uso do "relógio solar" para latitude 23,5°.
Fonte: SAMPAIO, 2018

Por fim, verificou-se se o dispositivo projetado atendia às necessidades de sombreamento por meio de um módulo em escala e "relógio solar" para latitude 23,5°, orientados de acordo com o projeto de arquitetura (Figura 23).

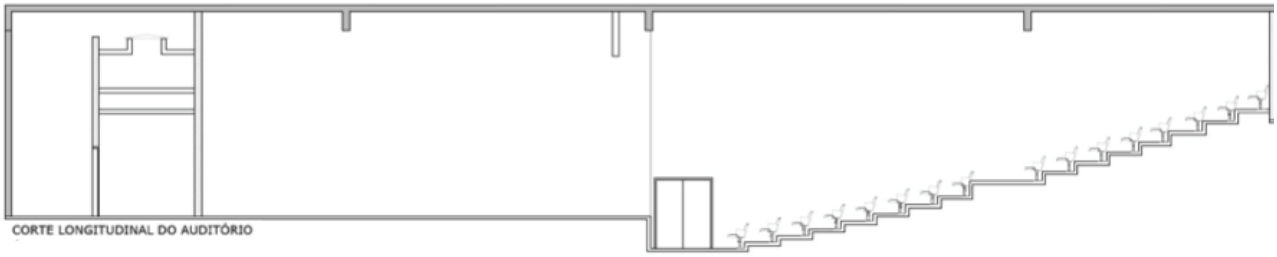
Trabalho de autoria de Luma Cury Romantini

O projeto da referida aluna tinha como desafio assegurar a qualidade e conforto acústico do auditório de uma escola profissionalizante de dança, trabalhando conceitos de isolamento e condicionamento acústico.



Figuras 24: Corte longitudinal da sala e cálculo da curva de visibilidade (foco na extremidade do palco).
Fonte: ROMANTINI, 2016

O primeiro ponto a ser definido no projeto foi a curva de visibilidade. Em se tratando de um ambiente voltado para espetáculos de dança, há de se definir como foco visual a ponta do palco, isto é, o ponto mais baixo a ser avistado por qualquer ponto da plateia (Figura 24). A partir da definição do foco visual, são traçadas as visuais da fileiras subsequentes, usando como referência as distâncias antropométricas da circunferência da cabeça (raio de aproximadamente 12,5 centímetros).



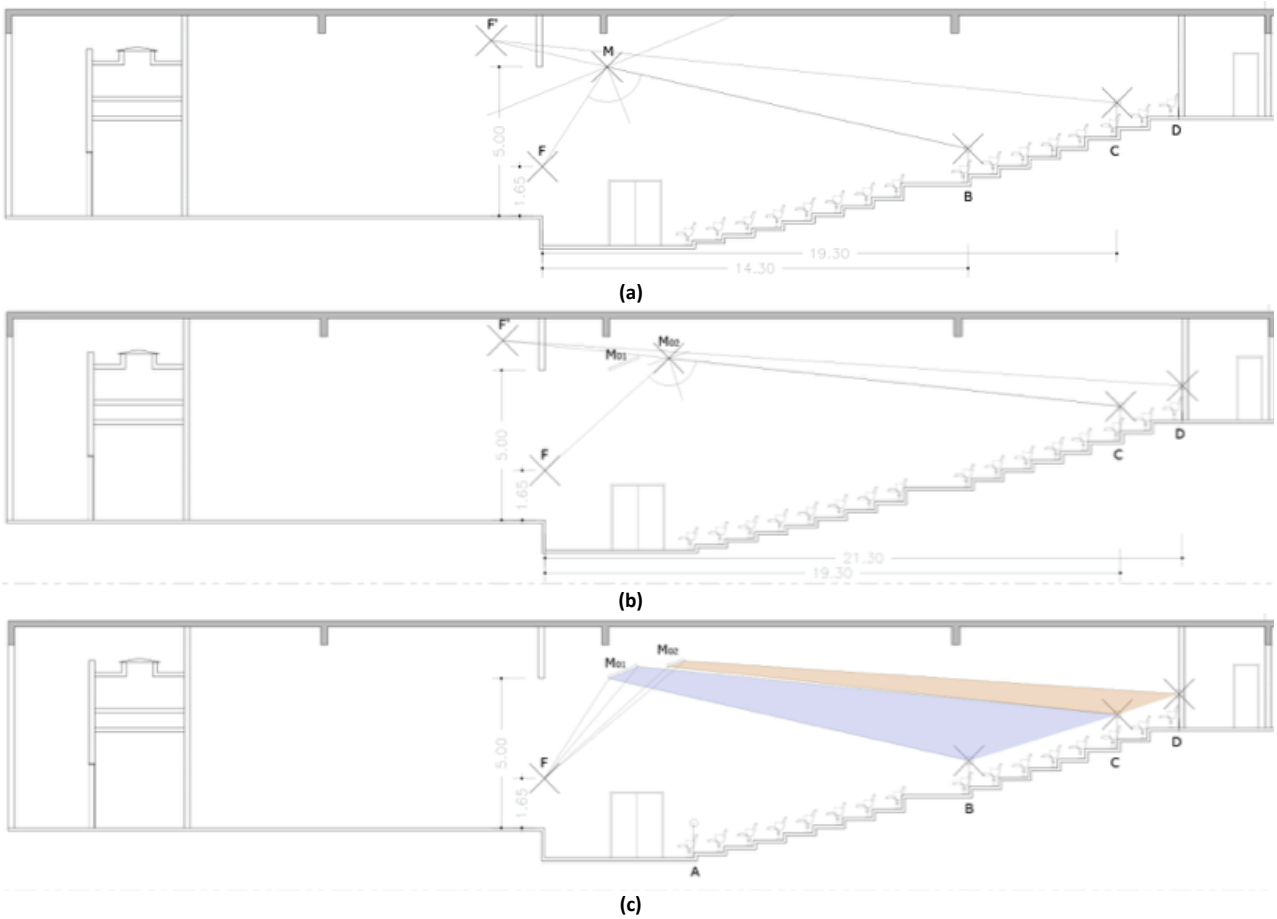
CÁLCULO DA QUANTIDADE DE PLACAS

	Ponto 1	Ponto 2	Ponto 3	Ponto 4	Ponto 5	Ponto 6	Ponto 7	Ponto 8	Ponto 9	Ponto 10	Ponto 11	Ponto 12	Ponto 13	Ponto 14	Ponto 15	Ponto 16
Potencia da Fonte (W)=	0.0001	0.0001	0.0001	0.0001	0.0001	0.0001	0.0001	0.0001	0.0001	0.0001	0.0001	0.0001	0.0001	0.0001	0.0001	0.0001
Distancia da fonte ao ponto (d)	5.2	6.2	7.2	8.2	9.2	10.2	11.2	12.2	14.3	15.3	16.3	17.3	18.3	19.3	20.3	21.3
Nível sonoro à distancia d=	55	53	52	51	50	49	48	47	46	45	45	44	44	43	43	42
Diferença entre o nivel ideal e no ponto d	-8	-6	-5	-4	-3	-2	-1	0	1	2	2	3	3	4	4	5
Quantidade de placas a instalar	-1	-1	-1	-1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	2	2

Figura 25: Corte longitudinal da sala e cálculo da quantidade de placas refletoras.
Fonte: ROMANTINI, 2016

O auditório possui 16 fileiras de poltronas, conforme Figura 25. Sabe-se que a energia sonora decai com o aumento da distância, na proporção inversa do quadrado da distância percorrida, definição conhecida como "Lei do Inverso do Quadrado". Desta forma, destacou-se a necessidade do estudo de distribuição da energia sonora a partir da utilização de placas rebatedoras que reforçassem os níveis de pressão sonora para as

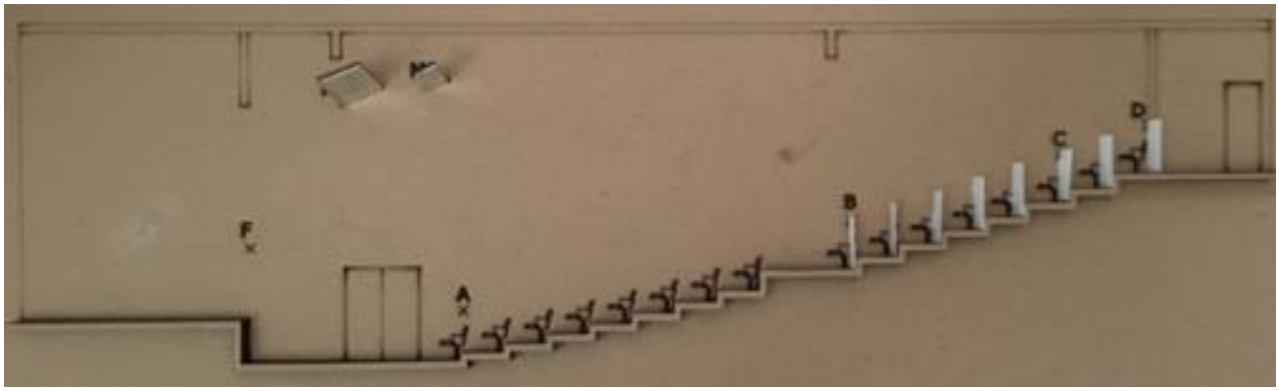
posições mais afastadas da fonte sonora (orador no palco). Com o auxílio do software Microsoft Excel as variáveis envolvidas no cálculo são relacionadas - potência da fonte; distância da fonte ao ponto, nível sonoro à distância d, diferença entre o nível ideal no ponto d – resultando no número de placas a serem instaladas.



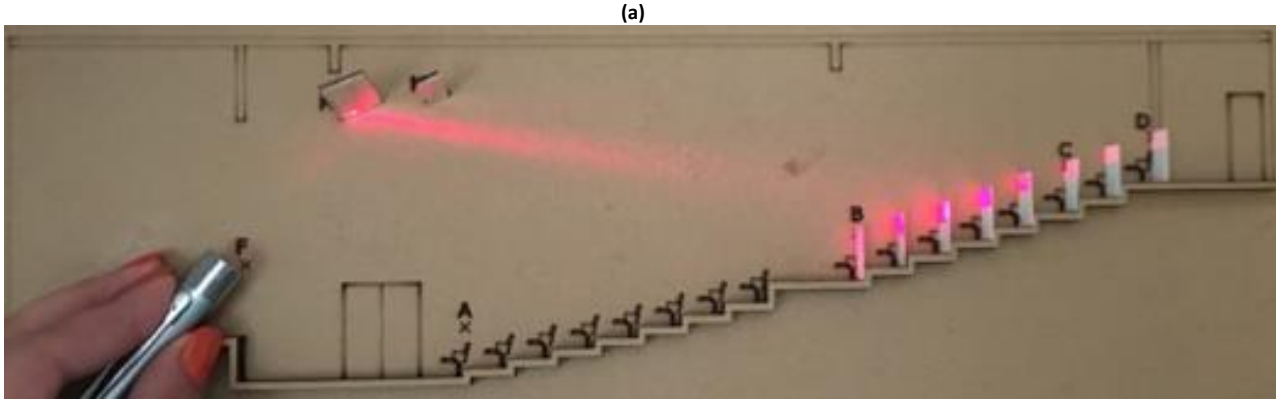
Figuras 26: Corte longitudinal da sala e (a) cálculo da 1ª placa; (b) cálculo da 2ª placa; (c) e abrangência de ambas as placas refletoras.
Fonte: ROMANTINI, 2016

Após a definição do número de placas necessárias para reforço sonoro – 2 (duas), é iniciado o processo de desenho das mesmas, baseado nos conceitos físicos da Óptica do Espelhos Planos. A partir do estudo geométrico (curva de visibilidade da plateia e raios incidentes e refletidos sobre as superfícies refletoras) foi definido o posicionamento e dimensionamento adequado dessas superfícies para raios sonos de 1ª reflexão (Figura 26).

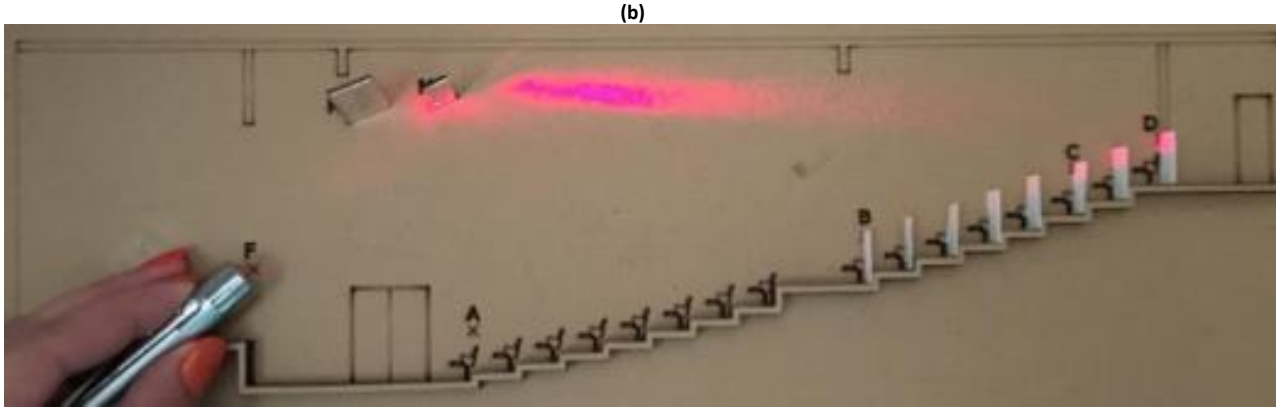
Por fim, verificou-se se as placas projetadas estavam atendendo às necessidades acústicas colocadas, estudando-se os elementos por meio da analogia com o raio luminoso. Foi construído um modelo em escala (Figura 27) utilizando pedaços de superfícies espelhadas como as placas refletoras obtidas pelo método geométrico.



(a)



(b)



(c)

Figuras 27: Modelo longitudinal da sala e (a) posicionamento das placas; (b) abrangência da 1ª placa refletora; (c) abrangência da 2ª placa refletora.
Fonte: ROMANTINI, 2016

Os “raios sonoros” (incidentes e refletidos) foram obtidos com a utilização de fonte de feixe de laser posicionada no lugar correspondente à fonte sonora no palco. Para as posições da platéia onde se recomendava o reforço sonoro, foram visualizados os raios refletidos nas superfícies espelhadas e que incidiram nas posições onde deveriam atingir, atendendo à região de abrangência definida em projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente o grande desafio dos projetos arquitetônicos e urbanísticos vem a ser o maior comprometimento com o desempenho e com a sustentabilidade e esta relação é o encontro e equilíbrio entre conforto, custo e impacto ambiental.

Conforme revisão teórica e exemplos práticos apresentados, a experimentação compreende uma busca de possibilidades, sob o viés do encontro das melhores soluções, enriquecida hoje pela variedade de alternativas tecnológicas, sejam elas impressão 3D, instrumentos de medição, softwares ou aplicativos para smartphones. Cada categoria, invariavelmente, possui pontos positivos e negativos que devem ser considerados quando da concepção do experimento visando o atendimento e intenção do mesmo.

Como prática integrada de desenvolvimento de projetos de arquitetura, a experimentação auxilia na evolução das soluções em direção às mais adequadas/oportunas, considerando o contexto colocado. Como instrumento didático, auxilia também no processo formativo por meio da fixação do conhecimento através do questionamento e desenvolvimento de capacidades e habilidades complementares, instigando o protagonismo estudantil dentro e fora de sala de aula.

Por fim, a prática da experimentação destaca ainda a possibilidade de desenvolver os trabalhos de graduação com a inter-relação com outras faculdades da universidade, de forma a que instituições distintas possam contribuir para o mesmo objetivo: o aprimoramento do conhecimento e sua disseminação, ou seja, o conceito de UNIVERSIDADE, reduzindo “guetos” do conhecimento.

REFERÊNCIAS:

ADDIS, Bill. **Edificação** - 3000 Anos de Projeto, Engenharia e Construção. Bill Addis; tradução Alexandre Salvaterra. – Porto Alegre: Bookman, 2009. 640 p.

ALMEIDA, Ingrid Krause; LIMA, Luciano Rodrigues Ornelas de (Orientador). **Modelagem Numérica de Coluna da Nave Lateral da Basílica da Sagrada Família de Gaudi - Barcelona – Espanha.** Projeto Final da Faculdade de Engenharia Civil, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 64p. Rio de Janeiro, 2011.

ASCE - American Society of Civil Engineers. **The Vision for Civil Engineering in 2025**. Virginia: ASCE, Disponível em < https://en.wikipedia.org/wiki/American_Society_of_Civil_Engineers>, 2007. Acesso em 25 de março de 2018.

BARBOSA, Kelly. **Experimentos** –AT4 do 10ºSemestre. Prancha digitalizada do trabalho apresentado para a disciplina do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie., São Paulo, 2017.

BESSA, V.M.T. **Avaliação de desempenho térmico de fachadas de edifícios com uso de simulação computacional.** In KRUGER, A.; SEVILLE, C. Construção verde: princípios e práticas na construção residencial; adaptação Sasquia Hizuru Obata; revisão Isamar Marchini Magalhães. São Paulo. Cengage, 2016. Cap.8, p.276.

BURRY, M., BURRY J. **Prototyping the process**, in M. Burry, J. Burry (Eds.), Prototyping for Architects, London: Thames & Hudson, 2017. 272 p.

CETESB. Companhia de Tecnologia em Saneamento Ambiental. **Norma L11.032:** Determinação do nível de ruído em ambientes internos e externos em áreas habitadas. São Paulo, 1992.

CORONEL, D. A., SILVA, J.M. A. **O conceito de tecnologia, Álvaro Viera Pinto**. Revista Economia & Tecnologia – Ano 06, Vol. 20 – Janeiro/Março de 2010. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/27033/18029> acessado em 20-05-2018.

INGELS, Bjarke et al. **Yes is more:** An archicomic on architectural evolution. 2009.

KRUGER, A.; SEVILLE, C. **Construção verde: princípios e práticas na construção residencial;** adaptação Sasquia Hizuru Obata; revisão Isamar Marchini Magalhães. São Paulo. Cengage, 2016. Cap.1, p.20.

LABORATÓRIO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DE EDIFICAÇÕES, LABEEE. Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Engenharia Civil. Analysis Sol-ar. Versão 6.2. 2009. Disponível em <http://www.labeee.ufsc.br/software/analysisSOLAR.htm.>, acesso em 07 de junho de 2018.

MARTINS, Cláudia Alonso; PERRONE, Rafael Antônio Cunha. **O desenho como forma de comunicação da arquitetura**. 2012. 140 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

NORMAN FOSTER FOUNDATION. **Mission,** 2017. Disponível em < http://www.normanfosterfoundation.org/about/mission/>, acesso em 07 junho de 2018.

OBATA, S.H. **Empreendimentos imobiliários** - Elementos e produtos das etapas de um produto imobiliário. Apostila digitalizada do curso de pós-graduação lato sensu em Negócios Imobiliários na FAAP, São Paulo, 2015.

OTTO, Frei. **A conversation with Frei Otto**. Princeton Architectural Press, 2010.

ROMANTINI, Luma. **Experimentos** –AT4 do 10ºSemestre. Prancha digitalizada do trabalho apresentado para a disciplina do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie., São Paulo, 2016.

SAMPAIO, Bruna. **Experimentos** –AT4 do 10ºSemestre. Prancha digitalizada do trabalho apresentado para a disciplina do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie., São Paulo, 2018.

TOFETTI, Ingra. **Experimentos** –AT4 do 10ºSemestre. Prancha digitalizada do trabalho apresentado para a disciplina do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie., São Paulo, 2018.

V enanparq
Salvador - 2018

EXPLORAÇÃO PROJETUAL E OS MODELOS FÍSICOS

DESIGN EXPLORATION AND PHYSICAL MODELS

EXPLORACIÓN PROYECTUAL E LOS MODELOS FÍSICOS

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

ARAUJO, Renata de Oliveira
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN.
renatadeoaraujo@gmail.com

EXPLORAÇÃO PROJETUAL E OS MODELOS FÍSICOS

DESIGN EXPLORATION AND PHYSICAL MODELS

EXPLORACIÓN PROYECTUAL E LOS MODELOS FÍSICOS

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
O foco deste estudo é discutir estratégias de modelagem física que estimulem a experimentação no processo de projeto em arquitetura. O objeto do estudo é a expressão do pensamento conceitual, imaterial, sobre o meio material, de representação, da maquete física. Este artigo relata uma experiência acadêmica ocorrida em 2018. Foram propostos exercícios de concepção projetual onde a maquete física manual deveria ser o meio de experimentação exclusivo. Os resultados obtidos na oficina demonstram que os modelos fomentaram a geração de partidos arquitetônicos sobre os quais se pode continuar o desenvolvimento de projeto.
PALAVRAS-CHAVE: modelo físico; partido; arquitetura; exploração.

ABSTRACT:
The aim of this study is to discuss strategies of physical model making that stimulate the experimentation in architectural design process. The object of the study is the expression of conceptual, immaterial thinking over the material medium, of representation, of the physical model. This article reports an academic experience that took place in 2018. Architectural design exercises were proposed where the physical model were the exclusive experimentation media. The results obtained in the workshop demonstrate that the developed models can be interpreted as architectural parti on which the design development can continue on.
KEYWORDS: *physical model; parti; architecture; exploration.*

RESUMEN:
El enfoque de este estudio es discutir estrategias de modelado físico que estimulen la experimentación en el proceso de diseño en arquitectura. El objeto del estudio es la expresión del pensamiento conceptual, inmaterial, sobre el medio material, de representación, de la maqueta física. Este artículo relata una experiencia académica ocurrida en 2018. Se propusieron ejercicios de concepción proyectiva donde la maqueta física manual debería ser el medio de experimentación exclusiva. Los resultados obtenidos en el taller demuestran que los modelos fomentaron la generación de partidos arquitectónicos sobre los cuales se puede continuar el desarrollo de proyecto.
PALABRAS-CLAVE: *modelo físico; partido; arquitectura; exploración.*

INTRODUÇÃO

O processo de projeto arquitetônico é complexo, envolvendo soluções técnicas e artísticas, não havendo um método único ou linear para solucionar questões de design (LAWSON, 2011; KOWALTOWSKI, *et al.* 2011). Diferentemente das Ciências Exatas, onde a solução dá-se através da observação de regras subjacentes e enforque sobre a questão (LAWSON, 2011), na Arquitetura, como os problemas de projeto, em geral, são muito complexos para serem estruturados com clareza logo de imediato, os processos são focados na solução. Naturalmente, para grande parte dos projetistas, uma forma eficiente de alcançar um resultado "é modificar soluções existentes, em vez de começar a construí-las do zero" (KOWALTOWSKI, *et al.* 2011, p. 23) ou ainda tentando criar diversas soluções para este problema, descobrindo mais acerca do mesmo através da análise dessas soluções (LAWSON, 2011 *apud* EASTMAN, 1970). Neste universo, memórias de projeto produzidas durante a concepção, como desenhos e modelos, além de métodos de estímulo a criatividade, se tornam bastante úteis, uma vez, na arquitetura, a solução de um problema é frequentemente identificada com base na experiência anterior (KOWALTOWSKI *et al.*, 2011, p. 23).

Entretanto, "raramente o ensino superior de arquitetura adota práticas que favoreçam a criatividade" (KOWALTOWSKI *et al.*, 2011, p. 34); não somente, "o ensino de projeto baseia-se na repetição de estudos de caso em um ateliê" (KOWALTOWSKI *et al.*, 2011, p. 54) e poucos conhecem as técnicas de estimulo à criatividade na solução de problemas (KOWALTOWSKI *et al.*, 2011). Outro fator relevante sobre o ensino de projeto é que, apesar de a maquete física ser uma importante ferramenta de trabalho e reflexão, grande parte das escolas de arquitetura brasileiras pouco explora essa ferramenta de *design* como instrumento de estímulo à criatividade. Sabe-se ainda que a popularização dos *softwares* de modelagem 3D parece ter fortalecido ainda mais a não adoção das maquetes de concepção, sendo os modelos eletrônicos utilizados quase que exclusivamente (MARANGONI, 2011):

> "No Brasil, a maquete não tem sido um instrumento valorizado na produção de conhecimento e materialização de uma ideia (...). O que mais se observa é a maquete para demonstração do produto ao cliente (...) utilizada apenas para a apresentação final do projeto (...) Não é difícil observar um estudante focado apenas na solução do projeto em planta, no desenho 2D, sem conseguir avançar na proposta, cujos problemas poderiam ser mais facilmente detectados se utilizasse da maquete física desde a etapa inicial de projeto" (MARANGONI, 2011, p. 3).

No âmbito profissional, "em geral, os profissionais só aplicam conhecimento comum, de forma convencional" (KOWALTOWSKI *et al.*, 2011, p. 23). Neste sentido, por parecer mais simples desenvolver edifícios que sejam "fáceis" para serem resolvidos em termos estruturais, os arquitetos podem estar perdendo oportunidades de utilizarem a imaginação durante o processo, especialmente no mundo comercial (SMITH, SMITH, STANDFORD, 2003). Devido ao aumento da complexidade do universo do projeto arquitetônico, a melhora educacional é importante, a fim de atender às demandas contemporâneas do mercado de trabalho do projetista. Não somente, a rapidez de produção de conhecimento, nos dias atuais,

exige profissionais capazes de acompanharem essas transformações. Neste cenário, a criatividade é um recurso essencial para produzir projetos inovadores e melhores (KOWALTOWSKI *et al.*, 2011).

No referente às ferramentas utilizadas pelos arquitetos durante o processo criativo, o croqui é uma das mais populares. Além do desenho, outros meios são utilizados, como as maquetes físicas, que funcionam como um instrumento importante de exploração. Os modelos podem guiar e influenciar o arquiteto na direção de boas decisões de *design*, através da transformação do plano em espaço tridimensional, ajudando na visualização, percepção do espaço e, consequentemente, na solução projetual, sendo um excelente instrumento de exploração espacial (KOWALTOWSKI *et al*., 2006; JANKE, 1968 *apud* MARANGONI, 2011). Como ferramenta de criatividade, a exploração através de modelos físicos oferece ao projetista melhores possibilidades de visualização, liberdade de criativa e comunicação fluida entre o 'pensar' e o 'fazer' – a fim de fornecer melhores decisões de projeto e um produto final de maior qualidade (MARANGONI, 2011).

CONCEITOS ANTECEDENTES

As ideias de projeto não surgem do nada: precisam de conhecimentos anteriores e da bagagem de experiências sensoriais e intelectuais do indivíduo, fazendo com que o conhecimento seja favorável e benéfico à criatividade (KOWALTOWSKI *et al.*, 2011). O processamento da informação pela mente humana ocorre pela interação entre os ambientes externo – composto pelos sentidos – e interno – composto pelas memórias de curta e longa duração (NEWELL, SIMON, 1972 *apud* KOWALTOWSKI *et al.*, 2011). O conhecimento da realidade é armazenado na mente humana na forma de memórias. De acordo com Faria (2014), as memórias podem ser adquiridas de duas formas distintas: podendo ser "memórias fabricadas", quando o conhecimento da realidade chega através do cinema, desenhos e fotos, sendo apresentada de forma fragmentada. Por isto, oferece à imaginação do projetista liberdade para dedução (acerca do não visto) e criação do somatório dessas imagens. A partir disso, pode-se criar uma realidade de arquitetura, segundo sua visão pessoal e imaginada. As memórias também podem ser geradas de forma "viva". Na memória viva, o conhecimento da realidade da arquitetura é feito ao vivo, através da exposição da realidade vivida fisicamente e psicologicamente. Os aspectos da obra são guardados através de fotos e desenhos.

> "A memória, será assim, o depósito mágico e invisível, que se alimenta do investimento realizado previamente pelo arquiteto, na riqueza que se constrói. A memória (...) permite, a partir de elementos extraídos a essa riqueza, fazer emergir, através de um processo de síntese, a ideia, a primeira peça para a resolução da equação do problema em arquitetura" (FARIA, 2014, p. 370 – tradução livre)

A mente humana possui potencial para trazer imagens da memória, combinar pensamentos de coisas antes vistas em novas imagens ou ainda trazer uma forma completamente nova à mente (SMITH, SMITH, STANDFORD, 2013 *apud* CASEY, 1976). Entretanto, é difícil que essas imagens mentais sejam completamente novas, uma vez que a "imaginação é uma síntese da memória e percepção, e tudo que pode ser originado é

dependente destas" (SMITH, SMITH, STANDFORD, 2003 *apud* CASEY, 1976 – tradução livre). Os arquitetos utilizam-se de imagens para inspirarem-se, lembrarem-se do que foi visto para usar depois, testar ideias, visualizar formas complexas e comunicarem ideias a outros. Sem estímulos externos, a imaginação seria limitada unicamente aos seus limites internos, incapaz de se inspirar pelo potencial que as imagens contem, e a habilidade de refinar as imagens que nutrem a imaginação e fundamental para criar uma reinterpretação dinâmica (SMITH, SMITH, STANDFORD, 2003). Neste sentido, a memória e imaginação são os condutores da criatividade (KOWALTOWSKI *et al.*, 2011), uma vez que, para criar algo novo, parte-se do conhecimento prévio em busca de uma solução através da combinação e associação de elementos e conhecidos. Criatividade pode ser entendida como a "capacidade de produzir ideias novas ou originais" (KOWALTOWSKI *et al.*, 2011, p. 23). Além de original, um ato criativo deve possuir um propósito e direcionar no sentido de uma solução. Neste sentido: "a criatividade gera novidade, ideias e soluções úteis para resolver problemas e desafios rotineiros, resultando em invenções ou produtos com valor científico, técnico, social ou estético" (KOWALTOWSKI *et al.*, 2011, p. 24). A criatividade exige muito trabalho e leva tempo, é fruto da interação entre as características pessoais do indivíduo (habilidade de raciocínio e pensamento) e as características do ambiente (valores culturais e sociais).

Surgimento de uma Ideia Criativa

A natureza da existência da arquitetura, a habitabilidade, leva que sua concepção parta de objetivos preestabelecidos que devem assegurar certas exigências e qualidades. Neste sentido, antes do início do projeto, existe uma fase preliminar em que se analisam dados de projeto e o problema é definido. As "condicionantes objetivas" (FARIA, 2014) circunscrevem o limite do problema arquitetônico, referindo-se aos seguintes cinco aspectos (MAHFUZ, 1995; FARIA, 2014): 1. Local – A arquitetura e cultura local dão enquadramento; os limites do terreno podem sugerir implantação e volumetria; 2. Clima – sugere materiais e sistemas construtivos; 3. Seres humanos a quem se projeta – condicionam a escala da arquitetura e ditam exigências; 4. Destino e função da arquitetura – determinam funções e dimensões dos espaços; determinam orçamento e qualidade da obra; 5. Prazo estabelecido – impõe o ritmo da concepção e da construção. O processo de projeto inicia quando a informação obtida com as condicionantes objetivas é interpretada e organizada de acordo com as prioridades que o arquiteto define para o problema (MAHFUZ, 1995). E, a partir deste momento, a progressão em direção ao artefato construído será por aproximação "... começando com os dados objetivos, modificados por uma imagem, o que leva a um todo conceitual, daí a um partido, e trabalhando-se alternadamente nos planos material e conceitual (...) chega-se a um produto final, um artefato construído" (MAHFUZ, 1995, p. 23).

As Condicionantes Objetivas são modificadores do projeto, uma vez que influenciam o processo e as decisões tomadas pelo projetista, mas, além das condicionantes objetivas, existe um outro fator modificador, o conceito central, ao qual todos os outros elementos estão subordinados (MAHFUZ, 1995). O conceito central "...tem profundas raízes na vida interior de quem projeta" (MAHFUZ, 1995, P. 18), podendo estar relacionado a experiências privadas, aspirações e interesses, metáforas significativas para o arquiteto, ou ainda a algum símbolo universal (MAHFUZ, 1995). A formulação de uma "imagem conceitual" ou "ideia criativa" (MAHFUZ, 1995) marca o início do processo criativo. A ideia criativa contém o princípio básico do

projeto, onde é possível desenvolver a extensão da imaginação, ainda na etapa de formulação imaterial, na mente do projetista (MAHFUZ, 1995). Por ideia criativa entende-se:

> "Assim como o significado de uma frase completa é diferente do significado de um grupo de palavras ou, como uma palavra é mais significativa do que uma linha de letras desconexas, a ideia criativa, ou imagem, é um meio de expressão que permite a percepção de coisas e eventos diferentes como um todo, como algo coerente. A ideia criativa, ou imagem, é um meio de expressão que permite a percepção de coisas e eventos diferentes como um todo, como algo coerente" (MAHFUZ, 1995, P.18).

A ideia criativa origina um partido arquitetônico. O partido é "uma aproximação, uma síntese dos aspectos mais importantes de um problema arquitetônico" (MAHFUZ, 1995, P. 21). Uma abstração fortemente subjetiva e deixa de fora muitos aspectos de um problema arquitetônico em benefício da clareza de uma ideia, contendo poucos detalhes. Pode tratar-se de uma "atmosfera pretendida ou de uma ideia mais precisa, com a definição dos volumes, das formas e dos elementos que integrarão a arquitetura" (FARIA, 2014, P. 100 – tradução livre) ou, por exemplo, "a criação de uma rua com casas geminadas, a fim de deixar o máximo possível de espaço aberto" (LAWSON, 2011, P. 53). No partido, "se encontram quase todos os aspectos importantes do processo de projeto, exceto sua materialização" (MAHFUZ, 1995, P. 21). Não somente, auxilia a reduzir a quantidade possível de soluções a serem testadas pelos projetistas e influenciam todo o processo de projeto e são presentes na solução (MAHFUZ, 1995; FARIA, 2014).

Apesar da arquitetura começar na mente, onde o problema se posta e onde é estabelecido partido de projeto, é do encontro entre a mente e o plano material, que se torna física e visível para o mundo, desenvolvendo-se de forma concreta e passível de ser construída. Nesta etapa, em que se trabalha alternadamente entre os planos conceitual e material (MAHFUZ, 1995), o tratamento do problema de projeto acontece a partir do diálogo entre o plano imaterial, a mente, e os desenhos e os modelos físicos, o plano material (MAHFUZ, 1995; FARIA, 2014), da seguinte forma:

> "... as mãos agem de uma forma criativa, imprecisa, como o meio de transporte que o pensamento encontra para se expressar através do desenho ou dos protótipos a escala. Nesse processo, a ação das mãos com a cumplicidade dos olhos, ajuda a rentabilizar o pensamento e a capacidade de reflexão do arquiteto (...) Possibilita que a partir de uma ideia inicial, se encontre, por associação, todas as outras ideias nascidas dos gestos espontaneamente traçados, umas mãos guiadas pelo pensamento" (FARIA, 2014, p. 123 – tradução livre)

Memórias de Projeto

As memórias de projeto consistem das exteriorizações dessa elucubração acerca do desenvolvimento projetual, sendo uma das mais antigas maneiras de materialização do pensamento dos

profissionais de arquitetura. Estas memórias constituem-se de esquemas, diagramas, croquis, esboços, perspectivas, modelos, dentre outros elaborados sem o auxílio de instrumentos de precisão. Essas representações sintetizam grande quantidade de informações e delas o projetista pode identificar e extrair elementos e são formas eficientes de armazenar e organizar ideias. Esses recursos gráficos são determinantes no processo de descoberta e, como instrumento de concepção, sua importância consiste nas possibilidades de exploração que carregam, servindo não apenas para confirmar e verificar ideias, mas para estimular sua geração. Em outras palavras, são uma componente fertilizadora do processo criativo além de possuírem "autonomia criativa" (FARIA, 2014, p. 371), constituindo-se de imagens que arquitetos manipulam durante o processo (SMITH, SMITH, STANDFORD, 2013). Nos processos de focados na solução, como em arquitetura (LAWSON, 2011), as memórias de projeto auxiliam o projetista a encontrar uma solução com base na experiência anterior (KOWALTOWSKI *et al.*, 2011).

Modelos de Estudo

A escala da arquitetura faz que sua concepção ocorra através de meios de representação – desenho manual, em computador, maquetes físicas ou modelos geométricos computacionais, entre outros – como uma das formas de tornar visível o pensamento em arquitetura. As formas de representação permitem uma aproximação do que virá a ser construído, "estabelecendo um patamar intermediário entre a fantasia do pensamento arquitetônico e a verdade da obra de arquitetura" (FARIA, 2014, p. 122 – tradução livre). Esses instrumentos de expressão da criatividade arquitetônica, em conjunto, convergem para uma melhor exploração de ideias, durante o processo de design. Essas ferramentas são complementares e não excludentes entre si cabendo a cada projetista estabelecer e encontrar instrumentos e técnicas que lhe favoreçam (ARAÚJO, 2007; FARIA, 2014), sendo comum que, em um mesmo projeto, as ferramentas trabalhem simultaneamente nas várias etapas de design.

O modelo abordado no presente trabalho é o modelo arquitetônico como ferramenta para descoberta ou "modelo de estudo" (MILLS, 2011) que, quando usado como parte do processo de projeto, pode gerar informação tão rapidamente quanto o croqui, além de oferecer um rico método de exploração (MILLS, 2011). Seu propósito principal é explorar ideias e servir de veículos para refinamento do projeto. Os modelos de estudo (Ver Figura 1) devem ser utilizados para experimentação, de maneira rápida e com materiais simples, a fim de que não se perca a ideia durante o processo, funcionando como um croqui tridimensional, podendo ser eficazmente usados como o gerador primário de informações em o auxílio de desenhos ou escalas exatas (MILLS, 2011). Esse tipo de modelo, ou maquete, pode guiar o projetista na direção de boas decisões de design, pois permite a experimentação de possibilidades e a visualização do objeto em sua totalidade e terceira dimensão (KOWALTOWSKI *et al*., 2006; ARAÚJO, N. S., 2007). No meio acadêmico, a maquete como objeto de experimentação e investigação **"**... agrega fundamentos, processos e conhecimento geralmente desfragmentados nas disciplinas do aprendizado arquitetônico" (ARAÚJO, N. S., 2007).

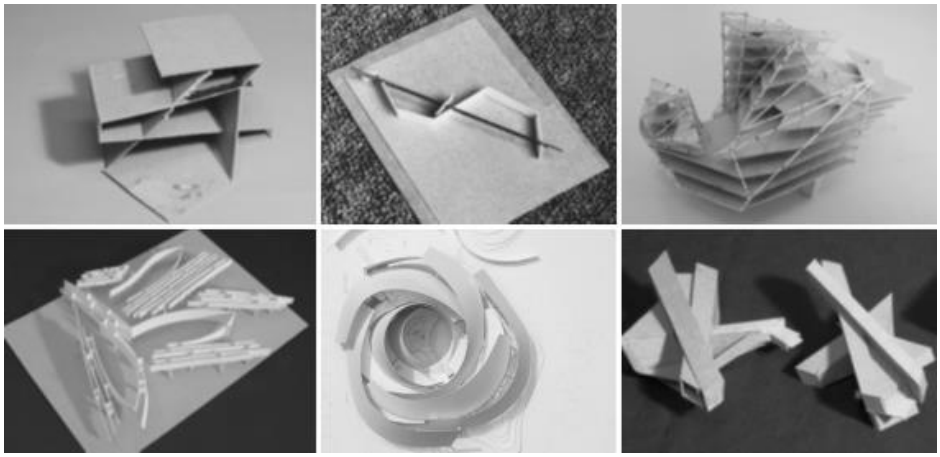


Figura 1: Exemplos de modelos de estudo
Fonte: Mills (2011) – Adaptado

De acordo com Mills (2011), os Modelos de Estudo são classificados em dois grupos: modelos primários e modelos secundários. Os primeiros são de caráter exploratório e se desenvolvem mediante conceitos abstratos. Já os segundos, são referentes a aspectos particulares do projeto, como detalhamentos, estruturas, sítio e entornos, etc. (MILLS, 2011). No presente estudo, serão aprofundados apenas algumas classificações referentes ao primeiro grupo, que serão detalhadas adiante.

Os Modelos Croqui (MILLS, 2011) constituem a fase primeira dos modelos de estudo e funcionam como desenhos tridimensionais, tornando-se um meio para a expressão com velocidade e espontaneidade, para visualizar o espaço rapidamente. Modelos desse tipo podem ser feitos no início do projeto para explorar organizações básicas do edifício e refletir relações gerais de fluxo programático; podem ainda explorar conceitos a fim de traduzir ideias. Comumente, são modificados enquanto o processo de exploração acontece. Podem ser produzidos em séries a fim de explorar variações de uma mesma ideia de projeto. Estes modelos, que são feitos com materiais comuns e baratos e escalas pequenas, a qualidade dos acabamentos não é extremamente importante. No exemplo adiante (ver Figura 2), o modelo foi o resultado da transição de desenhos em uma maquete, a fim de incorporar o programa (MILLS, 2011).

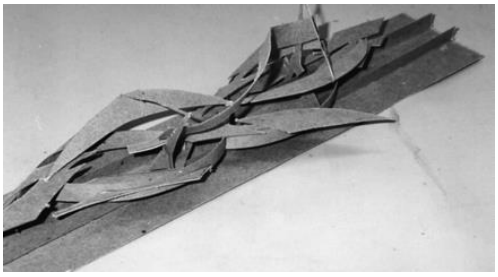


Figura 2: Modelo Croqui, dimensão: 15,24 cm
Fonte: Mills (2011, p. 3)

Os Modelos de Massa representam volumes, não possuem aberturas, tem escalas pequenas e poucos detalhes. A sua função básica é indicar tamanho e proporções do edifício. De acordo com Tagliari e Florio (2017), a ideia inicial de projeto pode exigir abstração sobre a forma volumétrica, o que pode ser mais facilmente obtido por um modelo de massas (feito com peças de isopor, por exemplo). Modelos de Massa "privilegiam o estudo da massa volumétrica a partir das principais partes do edifício (...) favorece(ndo) a produção de ideias relativas à forma, mas não em relação aos espaços internos" (FLORIO, TAGLIARI, 2017, p. 22). Um modelo de massas pode vir a contribuir para a definição de um partido arquitetônico, ao passo que pode ser usado para a definição volumétrica, número de pavimentos e alguma setorização programática (FLORIO, TAGLIARI, 2017). Na imagem (ver Figura 3 – quadro da esquerda), o modelo mostra os limites e forma do edifício, mas as questões de relações internas não definidas. O segundo modelo, de isopor, demonstra a forma básica de espiral sólida (ver Figura 3 – quadro da direita).

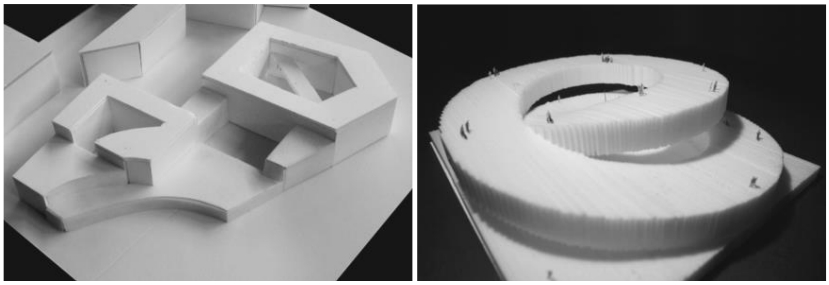


Figura 3: Exemplos de Modelos de Massa
Fonte: Mills (2011) – Adaptado

Os Modelos de Sólido e Vazio são similares aos Modelos Croqui e, diferentemente de Modelos de Massa, mostram as relações entre as áreas abertas e fechadas do edifício (MILLS, 2011). Após uma fase inicial de projeto, quando podem ter sido explorados, por exemplo, o aspecto volumétrico do edifício (com um Modelo de Massas), um modelo de Sólido de Vazio explora aspectos de relações entre espaços internos e externos. Favorece ainda a exploração das relações entre cheios e vazios e circulações e pavimentos (FLORIO, TAGLIARI, 2017). Na imagem (ver Figura 4) o modelo está entre um Modelo Croqui elaborado e um Modelo de Sólido e Vazio; todos os vazios maiores foram colocados para demonstrar as qualidades de luz e permeabilidade do edifício (MILLS, 2011).

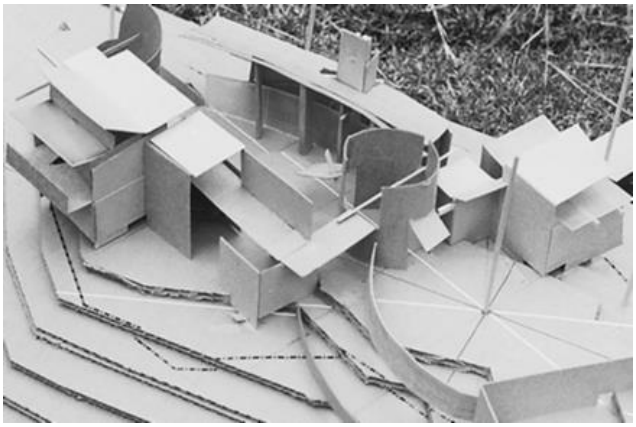


Figura 4: Modelo de Sólido e Vazio
Fonte: Mills (2011, p. 8)

Como os diagramas bidimensionais, Modelos Diagrama (MILLS, 2011) mapeiam questões abstratas de programa, estrutura, circulação e relações com o sítio. A tridimensionalidade do modelo diagrama faz com que seja possível representar o espaço arquitetônico tal qual a realidade e sugerir ideias de exploração. Na imagem (ver Figura 2), duas linhas convergem e mostram o caminho que o projeto em desenvolvimento percorrerá para atravessar a paisagem arborizada circundante.

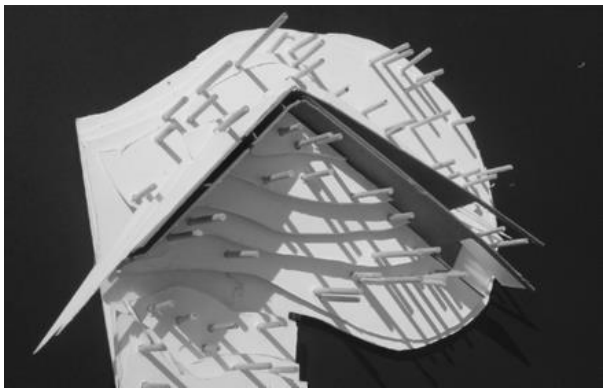


Figura 5: Modelo de Diagrama
Fonte: Mills (2011, p. 5)

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo desenvolveu-se por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, oficina de arquitetura e criatividade e análise qualitativa de dados. Por meio da pesquisa bibliográfica, foram estudados os seguintes pontos: Os Modelos de Estudo Primários, segundo a classificação e caracterização proposta por Mills (2011) e suas aplicações práticas, expostas em Mills (2011). Na Oficina de Arquitetura e

Criatividade, promoveu-se a utilização da maquete física com público variado (estudantes e profissionais de arquitetura). Os estudos prévios realizados por Vyzoviti (2004), Marangoni (2011) e Florio e Tagliari (2017) auxiliaram na criação das oficinas de maquetes como método de geração de ideias, utilizando os modelos como suporte à criatividade no processo de projeto.

Oficina de Arquitetura e Criatividade

A "I Oficina de Arquitetura e Criatividade: Exercícios Práticos de concepção de projeto" foi realizada em 25 de Abril de 2018, entre 18:45 e 22:00, no Átrio dos Laboratórios de Arquitetura, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN. Estiveram presentes aproximadamente 38 participantes, divididos entre estudantes de graduação em Arquitetura e Urbanismo – oriundos de quatro instituições de ensino superior locais, a saber: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Potiguar (UNP), Centro Universitário FACEX (UNIFACEX) e Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN) – alunos de pós-graduação e profissionais da arquitetura.

A oficina foi dividida em três sessões: Teórica, Teórico-Prática e Prática. Nas primeira e segunda sessões, ocorreram as palestras sobre criatividade na arquitetura e de um arquiteto convidado, que realizou uma breve exposição acerca de sua obra. Houve ainda uma exposição sobre maquetes de estudo e suas aplicações práticas. Em seguida, para marcar o início da terceira e última sessão, Prática, o arquiteto convidado apresentou o problema de projeto para guiar a oficina. Após intervalo, as atividades práticas da oficina ocorreram entre 20:00 e 21:30. Por fim, durante os últimos 30 minutos de oficina, foram feitas as considerações finais da oficina pelo arquiteto convidado e pelo restante da equipe organizadora[i].

Os materiais e ferramentas disponibilizados para a confecção dos modelos foram os seguintes: Papel cartão branco (A4, 180g); Papel sulfite branco (A4; 90G); Acetato incolor (A4); Plástico maleável incolor; Cartolina branca (A1); Tela aramada branca; Barbante branco; Fio de lã preto; Palito de churrasco; E.V.A branco; Sacola de presente; Palito de picolé; Papelão (tamanhos variados); Papelão denso. Ferramentas: Fita adesiva transparente; Estilete; Grampeador; Base de corte; Régua em acrílico; Tesoura; Cola quente; Cola branca. Quando finalizados, os modelos foram fotografados em um estúdio portátil (dimensões 40x40x40 cm), com fundo infinito na cor preta.

Desenvolvimento das Atividades Práticas

O sítio de intervenção (área aproximada: 3.500m²) sugerido pelo arquiteto localiza-se na Rua da Saúde, Campus Universitário da UFRN, Natal, ao lado do Campo de Treinamento da Universidade (ver Figura 6). No local, sugeriu-se a criação de um ou mais edifícios que respondessem a um programa de necessidades educacional e institucional. A frase "tudo que é sólido se desmancha no ar" foi fornecida como o mote do projeto.

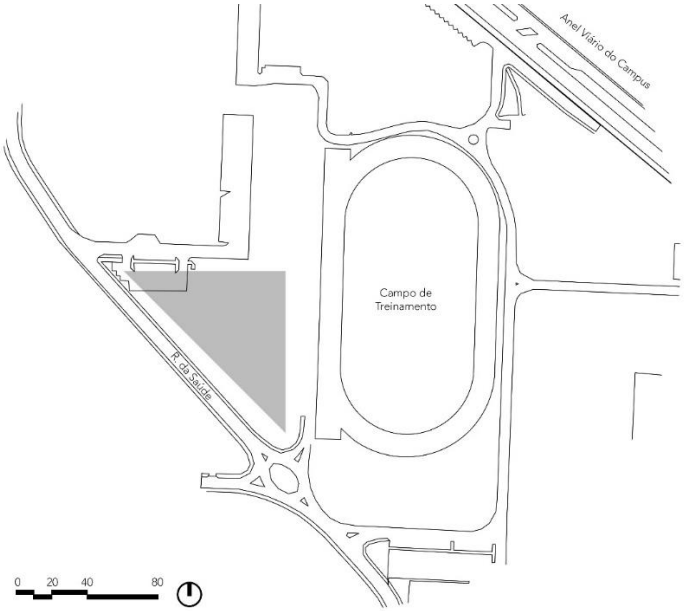


Figura 6: Área sugerida para intervenção, em destaque, triângulo cinza, A = 3.500m²
Fonte: Renata Araujo, 2018

Para a realização da atividade, os participantes foram divididos em seis grupos de seis componentes, aproximadamente, entre estudantes de graduação, pós-graduação e profissionais, e foram orientados a não utilizarem desenhos, croquis, ferramentas de medição ou escalas exatas para criarem os modelos. Desta forma, buscou-se que a maquete manual fosse utilizada como um "croqui tridimensional" (Mills, 2011), e que as explorações fossem realizadas a partir disso. Os participantes foram brevemente familiarizados com o problema de projeto e, com isso, partiram para a etapa de exploração (Mills, 2011).

Durante a realização da oficina, no primeiro momento, após observarem o terreno e o programa proposto, aos participantes foram solicitados a confeccionar modelos individuais. Enquanto eram montados, os modelos em desenvolvimento (ver Figura 7) foram fotografados e expostos no telão presente no local da oficina, a fim de que os presentes pudessem visualizar além do que acontecia em seu grupo. Uma vez finalizados, os modelos prontos (ver Figura 8) foram fotografados no estúdio portátil e também expostos no telão, substituindo, aos poucos, as fotos das maquetes em desenvolvimento pelas prontas. Finalizada a etapa de trabalho individual, os grupos foram convidados a produzir um modelo síntese da mesa, que foram apresentados a todos os participantes no final do evento.

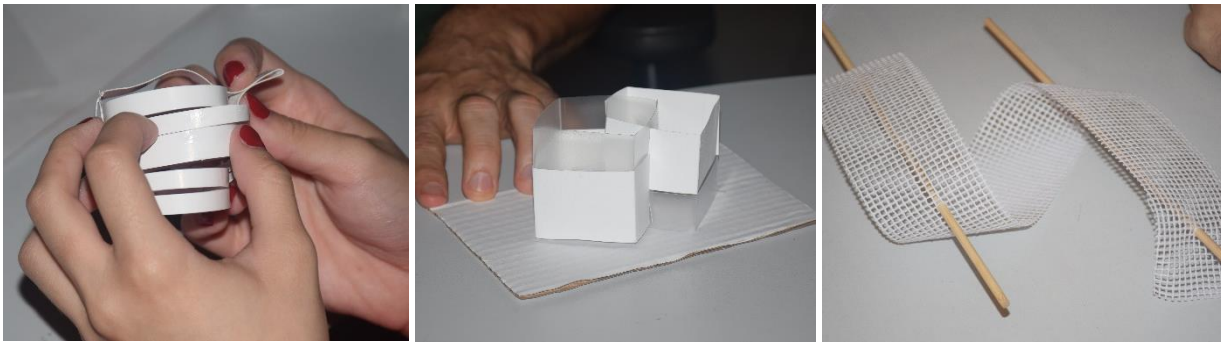


Figura 7: Modelos em construção
Fonte: Renata Araujo, 2018

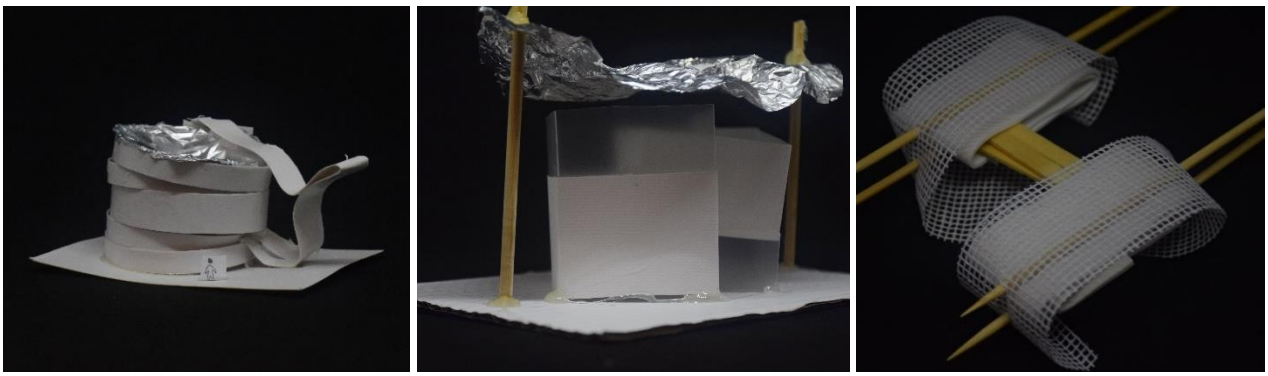


Figura 8: Modelos Finalizados
Fonte: Renata Araujo, 2018

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os modelos, individuais e coletivos, resultantes da oficina foram muito diversificados, sob aspectos a saber: formais, de escala, materiais utilizados, nível de detalhamento, etc. A maioria dos modelos produzidos pode ser identificada como Modelos de Sólido e Vazio (MILLS, 2011). Identifica-se ainda Modelos de Massa (Figura 9 modelos 1.3 e 1.6), Modelos Croqui (Figura 14 modelo 3.0) e modelos que podem ser lidos como Modelo de Diagrama (Figura 9 modelo 1.7 e Figura 14 modelo 6.0). Apesar de simples e produzidas rapidamente, algum caráter arquitetônico já é observável nas maquetes, como uma sugestão bem delineada de volumes (Figura 9 modelos 1.3 e 1.6, Figura 11 modelo 5.3) ou de circulações (Figura 11 modelo 5.1 e Figura 14 modelo 6.0). Outros parecem um edifício completo (Figura 9 modelo 1.5; Figura 14 7.0; Figura 11 modelo 5.1, Figura 10 modelo 3.5) ou poderiam ser desenvolvidos em pavilhões (Figura 10 modelos 3.6, 3.7; Figura 9 modelos 1.1, 1.6, 1.0). Existe preocupação com as relações de externo e interno (Figura 11 modelos 5.3, 5.4, 5.0, 5.2). Preocupações formais e sugestão de envelope podem ser vistas, assim como estabilidade. A adição das escalas humanas auxilia na percepção das maquetes com caráter arquitetônico. Acredita-se que o livre diálogo entre os participantes, exibição ao vivo de fotografias e a

atmosfera de trabalho em grupo tenha favorecido a troca de ideias, produtividade e criatividade. Entretanto, não foi possível encontrar uma relação direta com o enunciado fornecido, com base na observação das fotografias.

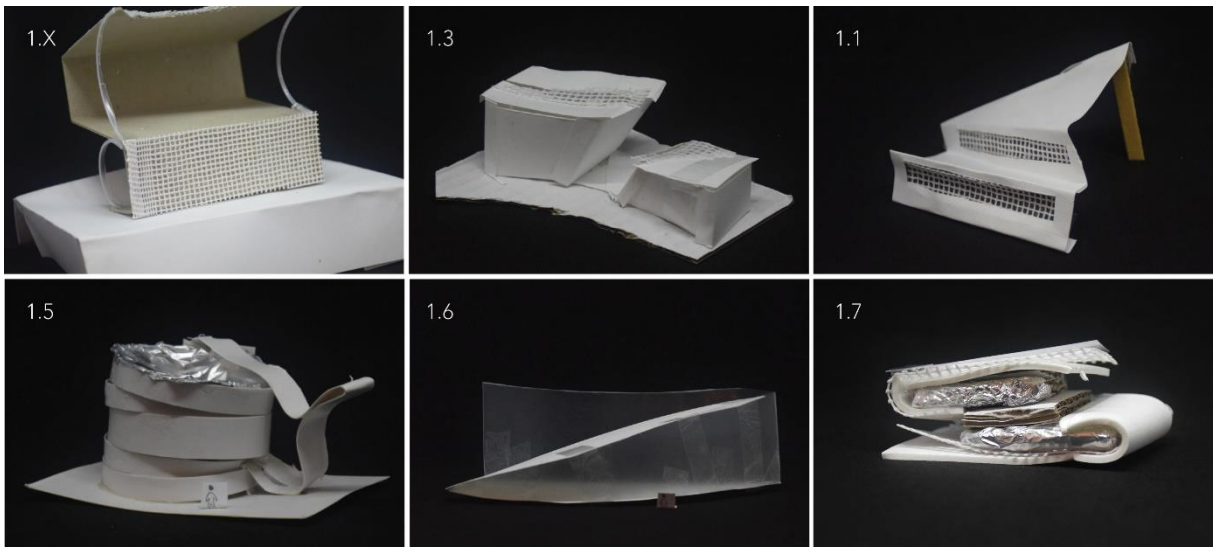


Figura 9: Modelos Individuais da Mesa 1
Fonte: Renata Araujo, 2018

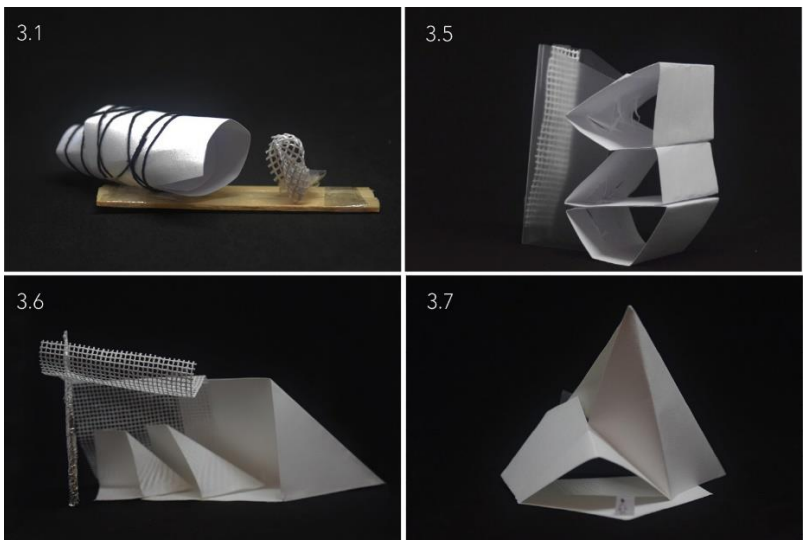


Figura 10: Modelos Individuais da Mesa 3
Fonte: Renata Araujo, 2018

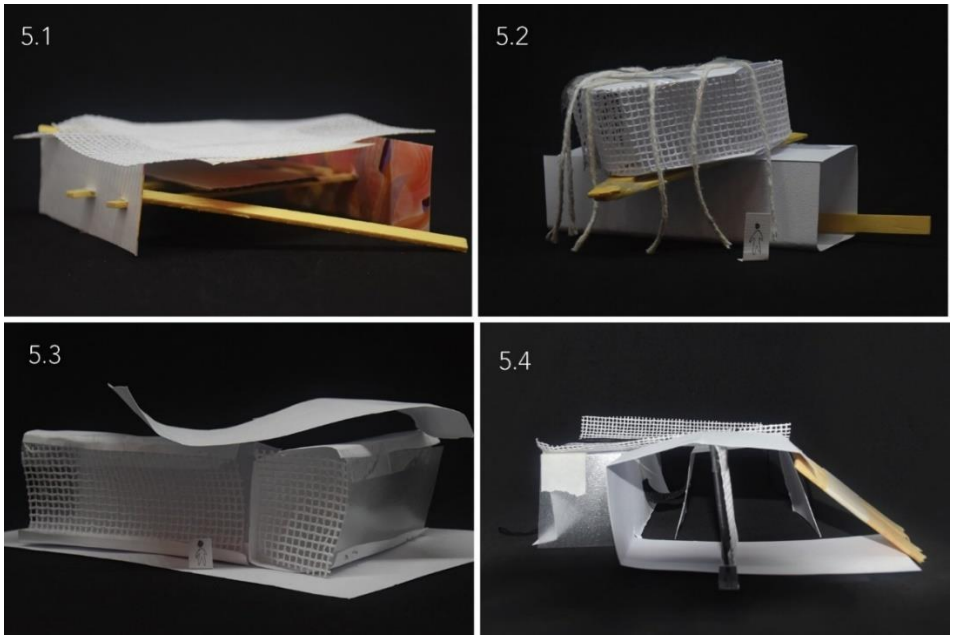


Figura 11: Modelos Individuais da Mesa 5
Fonte: Renata Araujo, 2018

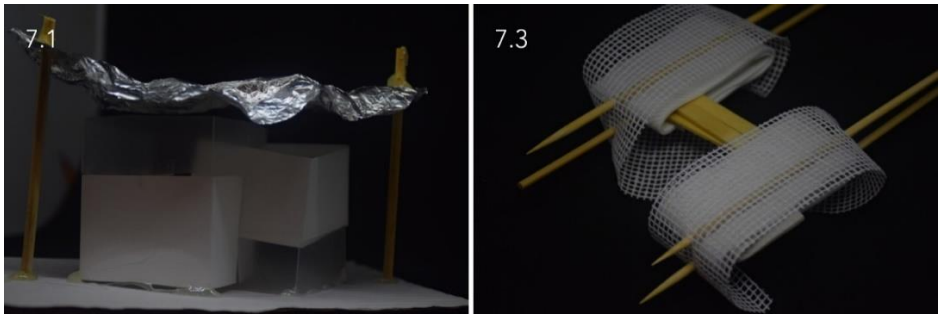


Figura 12: Modelos Individuais da Mesa 7
Fonte: Renata Araujo, 2018

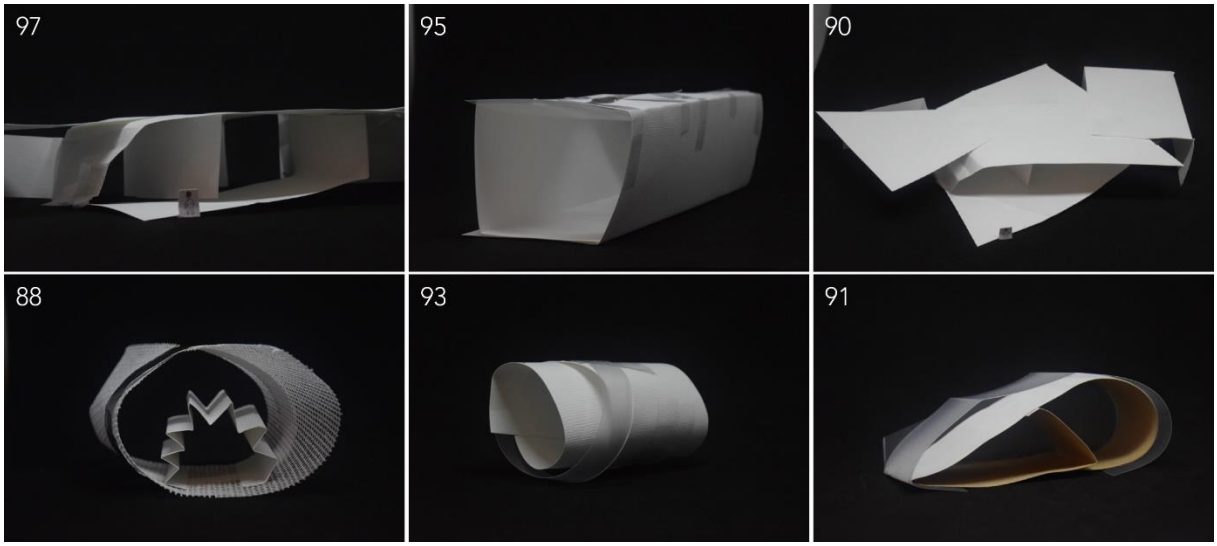


Figura 13: Modelos Individuais
Fonte: Renata Araujo, 2018

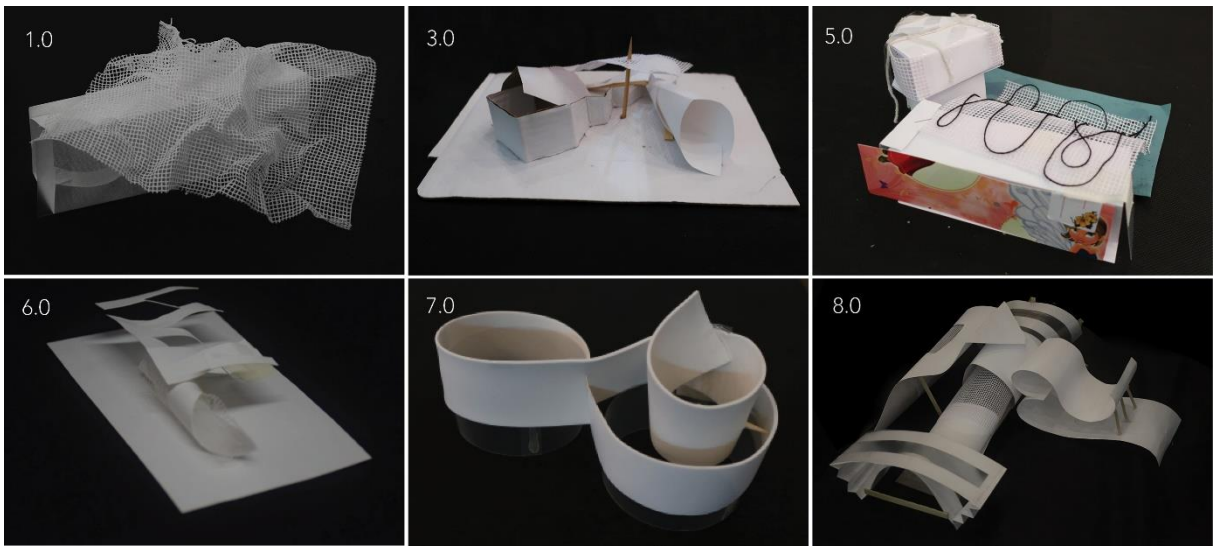


Figura 14: Modelos Síntese
Fonte: Renata Araujo, 2018

A maquete, como memória do processo projetual, carrega o discurso do arquiteto, incita a descoberta e fornece respostas (MILLS, 2011; KOWALTOWSKI et al., 2011; FARIA, 2014). Neste sentido, após a realização da oficina, foram coletados depoimentos de alguns participantes sobre seu processo de criação dos modelos. Através da análise do discurso da autora do modelo 3.5, é possível verificar uma série de fatores sobre as maquetes como ferramentas de exploração. Inicialmente, há um processo de exploração formal através do processo de distorção: "... eu fiz uma caixinha que eu transformei num trapézio porque eu não

queria partir de uma caixa mesmo" uma vez que ela parte da forma básica, padrão, e deriva a forma disso. Há ainda a reinterpretação da maquete através do teste de alternativas reposicionando a maquete (ver Figura 15). A reinterpretação do modelo foi enxergada e proposta por um arquiteto presente no evento. Percebe-se ainda que os modelos carregam "autonomia criativa" (FARIA, 2014), além de potencial de estimular soluções e movimentos de projeto (FARIA, 2014; MILLS, 2011), através do seguinte trecho: "(...) quando eu coloquei isso, eu não coloquei pensando em "isso vai ser a caixa da escada", mas depois eu pensei que poderia (...) dar certo para ser a caixa da escada". Por fim, enxerga-se as maquetes como imagens que são manipuladas durante o processo de projeto (SMITH, SMITH, STANDFORD, 2014) em: "foi quase como se eu tivesse visto uma imagem assim na minha cabeça, com as pessoas e tudo o mais".

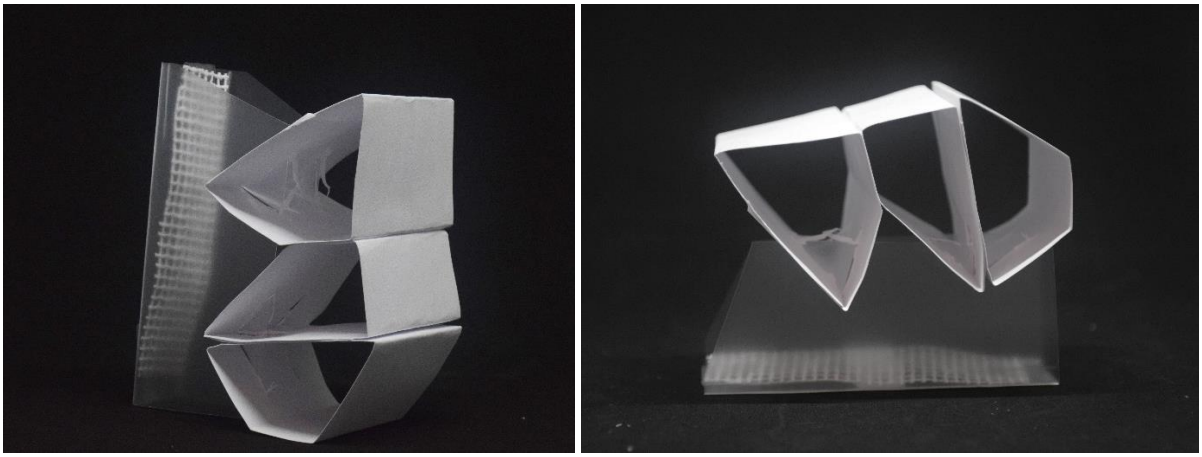


Figura 15: Maquete 3.5 - Original (esquerda) e reinterpretada (direita)
Fonte: Renata Araujo, 2018

No início da parte prática da oficina, ainda na etapa dos modelos individuais, dois participantes da mesa 6 tiveram seus modelos em construção fotografados (Ver Figura 16, 6.4 e 6.5). Ao final da oficina, o modelo síntese (ver Figura 16, 6.0) era exatamente a "junção das partes em um todo" (MAHFUZ, 1995). O depoimento de uma destas participantes, arquiteta e estudante de pós-graduação, relata que ela e o colega trabalharam em conjunto para produzir uma síntese que mesclasse suas duas propostas individuais, propondo um modelo de cheios e vazios.

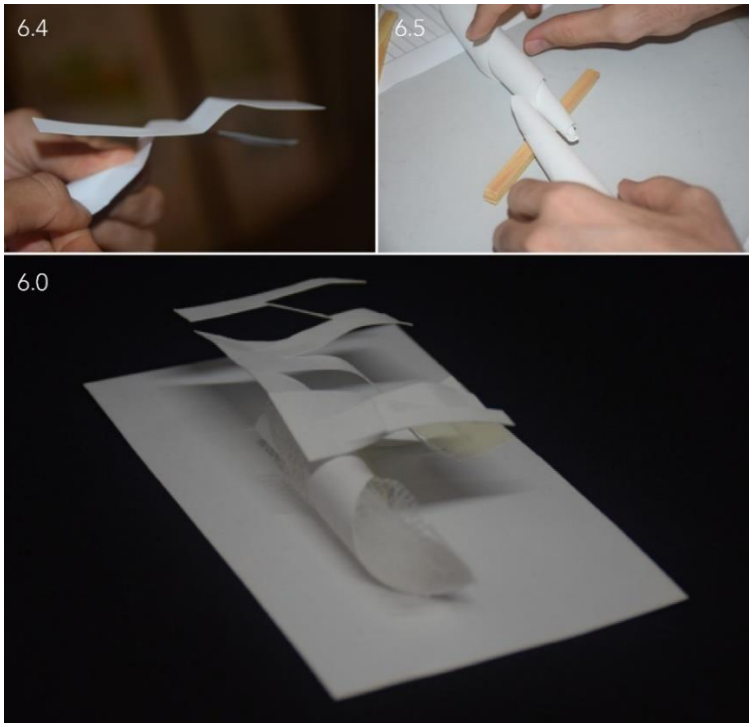


Figura 16: Mesa 6 – Modelos individuais em construção (6.4 e 6.5) e modelo síntese (6.0)
Fonte: Renata Araujo, 2018

Os modelos produzidos, em grande parte, possuem potencial para continuarem sendo trabalhados e desenvolvidos para fases seguintes de exploração criativa. Isso pode ser feito, dentre outras formas, por meio da integração de ferramentas digitais para a humanização das maquetes de estudo, adicionando-lhe escala, entorno e outros carácteres que fomentem a discussão e imaginação no âmbito da arquitetura (ver Figura 17).

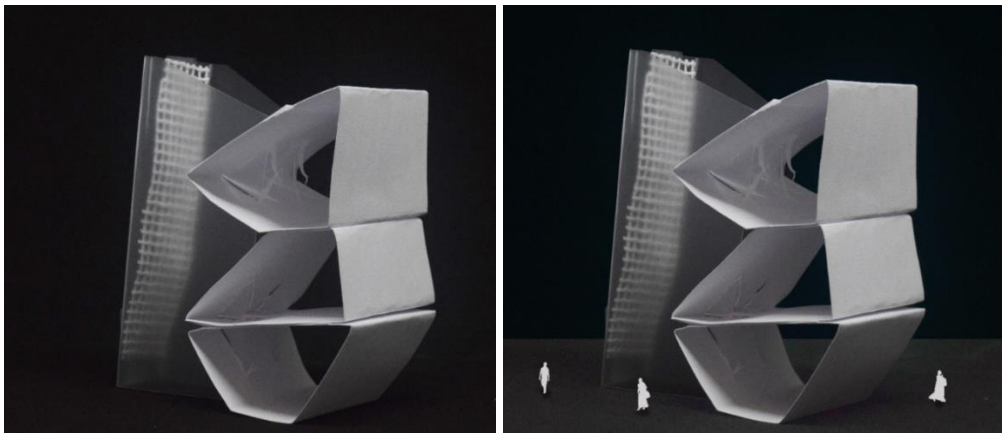


Figura 17: Modelo 3.5 – fotografia original (à esquerda) e fotografia manipulada em computador (à direita)
Fonte: Renata Araujo, 2018

CONCLUSÕES

É importante usar ferramentais tridimensionais durante a concepção arquitetônica, pois a miniaturização da arquitetura é uma forma de fazer uma aproximação fiel da realidade futura do objeto em concepção. Neste sentido, os Modelos de Estudo oferecem essa visualização em poucos minutos e auxiliam que a ideia não seja perdida durante o processo. Os modelos produzidos podem ser entendidos como memórias de projeto, uma vez que carregam parte de um processo de projeto preliminar e em desenvolvimento, que ocorreu durante o tempo da oficina. Os modelos foram diversificados, em termos de escala, materiais utilizados, nível de detalhamento, entre outros e a maioria pode ser classificada como Modelos de Sólido e Vazio. Observou-se algum caráter arquitetônico nos modelos, que pode ser identificado, em alguns casos, como um princípio de um partido arquitetônico, além de outros aspectos, tais como: sugestão de volumes, escala, espaços internos eternos, etc. Por meio dos discursos, observa-se que, além de preocupações arquitetônicas, há muita abstração e subjetividade no que foi produzido. Por fim, observa-se que modelos produzidos possuem potencial para estimular a geração de partidos arquitetônicos sobre os quais se pode continuar o desenvolvimento do projeto, através da integração com outras ferramentas, como desenho em computador e/ou manual e modelos computacionais.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, N. S. **Ensino Globalizado: o Modelo Físico e Digital como Estímulo da Percepção Espacial no Meio Acadêmico.** In: III Fórum de Pesquisa FAU: Mackenzie, **Anais.** São Paulo, UPM, 2007.

FARIA, Eduarda L. de. **Imaginar o real: o enigma da concepção em arqutiectura**. Casal de Cambra: Caleidoscópio. 2014.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K. *et al.* **O processo de projeto em arquitetura: da teoria à tecnologia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K. *et al.* **Reflexão sobre metodologias de projeto arquitetônico.** Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 07-19, abr./jun. 2006.

LAWSON, Bryan. **Como arquitetos e designers pensam**. São Paulo, Oficina de Textos, 2011.

MAHFUZ, Edson da Cunha. **Ensaio sobre a razão compositiva: uma investigação sobre a natureza das reações entre as partes e o todo na composição arquitetônica.** Belo Horizonte, AP Cultural, 1995.

MARANGONI, Renata França. **A maquete manual como estímulo à criatividade na formação de arquitetos e urbanistas.** 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

MILLS, Criss B. **Designing with models: A Studio Guide to Architectural Studio Models.** 3ª edição, Hoboken, New Jersey. John Wiley & Sons, Inc., 2011.

VYZOVITI, Sophia. **Folding Architecture: Spatial, Structural and Organizational Diagrams.** BIS Publishers. Amsterdã, 2004.

SMITH, K.; SMITH, A.; STANDFORD, J. **Sparking the Imagination: Exploring the Eureka Moment.** International Journal of Architectural Research. Volume 7. P. 162-175. 2003.

[i] Fizeram parte da equipe organizadora da I Oficina de Criatividade, realizada na UFRN, o Professor Márcio Valença, responsável por realizar a abertura do evento e ministrar a aula teórica sobre criatividade na arquitetura, o convidado Nilberto Gomes, Arquiteto da Superintendência de Infraestrutura da UFRN, a mestranda Renata Araujo, responsável por ministrar a aula teórico-prática sobre maquetes físicas. Os colaboradores da oficina, realizando atividades de organização e gerenciamento das atividades, foram as estudantes de graduação em Arquitetura e Urbanismo Anne Vital e Júlia Dombroski e os mestrandos Beatriz Fontenele, Lorena Petrovich, Yuri Duarte, Nicholas Martino e Marcela Scheer.

V enanparq
Salvador - 2018

FABULAÇÃO COMO PROJETO

FABULATION AS DESIGN

FABULACIÓN COMO PROYECTO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

KONRATH, Germana
Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR – UFRGS
germana.konrath@gmail.com

REYES, Paulo Edison Belo
Doutor em Ciências da Comunicação; Professor da Faculdade de Arquitetura da UFRGS no departamento de Urbanismo
paulo.reyes@ufrgs.br

FABULAÇÃO COMO PROJETO

FABULATION AS DESIGN

FABULACIÓN COMO PROYECTO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Em urbanismo e, especificamente, em planejamento urbano, a ideia de projetar não apenas o espaço, mas o tempo – e com o tempo – é fundamental e essencialmente transformadora, visto suas implicações para a maneira como percebemos, produzimos, vivenciamos e registramos o ambiente urbano. Neste sentido, cabe explorar diferentes maneiras e métodos de projeto. Um deles, defendido neste artigo, é o entendimento da fabulação como projeto, dentro de uma perspectiva mais ampla da prática projetual. Para garantir uma aproximação potente desta ideia, trazemos algumas ações poéticas desenvolvidas pelo artista contemporâneo Francis Alÿs onde o conceito de fábula e de projeto se fazem presentes em distintos contextos urbanos. A poética de Alÿs será aqui discutida e atravessada pela noção de direito à cidade, de Henri Lefebvre; pelo entendimento de utopia para Ernst Bloch e de política para Jacques Rancière.
PALAVRAS-CHAVE: fabulação, projeto urbano, espaço público, direito à cidade, Francis Alÿs.

ABSTRACT:
In urban design and specifically in urban planning, the idea of projecting not only space, but time – and over time – is fundamentally and essentially transformative, given its implications for how we perceive, produce, experience and record our urban environment. In this sense, it is appropriate to explore different ways and methods of design. One of them, advocated in this article, is the understanding of fabulation as design within a broader perspective of design. To ensure a powerful approach to this idea, we bring some poetic actions developed by the contemporary artist Francis Alÿs where the concept of fable and design are present in different urban contexts. The poetics of Alÿs will be discussed and crossed by Henri Lefebvre's notion of the right to the city; by the understanding of utopia from Ernst Bloch and of politics for Jacques Rancière.
KEYWORDS: *fabulation, urban design, public space, right to the city, Francis Alÿs.*

RESUMEN:
En urbanismo y, específicamente, en planificación urbana, la idea de proyectar no sólo el espacio, pero el tiempo – y con el tiempo – es fundamental y esencialmente transformadora, visto sus implicaciones para la manera como percibimos, producimos, vivenciamos y registramos el ambiente urbano. En este sentido, cabe explorar diferentes maneras y métodos de proyecto. Uno de ellos, defendido en este artículo, es el entendimiento de la fabulación como proyecto, dentro de una perspectiva más amplia de la práctica proyectual. Para garantizar una aproximación potente de esta idea, traemos algunas acciones poéticas desarrolladas por el artista contemporáneo Francis Alÿs donde el concepto de fábula y de proyecto se hacen presentes en distintos contextos urbanos. La poética de Alÿs será aquí discutida y atravesada por la noción de derecho a la ciudad, de Henri Lefebvre; por el entendimiento de utopía para Ernst Bloch y de política para Jacques Rancière.
PALABRAS-CLAVE*: fabulación, proyecto urbano, espacio público, derecho a la ciudad, Francis Alÿs.*

FÁBULAÇÃO COMO PROJETO – ESTRUTURA NARRATIVA

Em urbanismo e, especificamente, em planejamento urbano, a ideia de projetar não apenas o espaço, mas o tempo – e com o tempo – é fundamental e essencialmente transformadora, visto suas implicações para a maneira como percebemos, produzimos, vivenciamos e registramos o ambiente urbano. Neste sentido, cabe explorar diferentes maneiras e métodos de enfrentar o projeto. Um deles, defendido neste artigo, é o entendimento de fabulação como projeto, dentro de uma visão mais ampla da prática projetual.

O texto parte de uma visão filosófica e poética para debater as distintas temporalidades do (e no) projeto urbano atual. Nesta investigação o projeto é estudado não como produto ou síntese, mas principalmente como exercício de problematização e de produção crítica e política de conhecimento no âmbito urbano. Alguns princípios norteiam a pesquisa da qual este artigo é extraído: a ideia de projeto como processo; o atravessamento entre teoria e prática para criar novas formas de pensar a cidade; a não segmentação entre campos disciplinares para uma melhor compreensão e criação de novas práticas urbanas – especialmente as contribuições de produções poéticas – e, finalmente, a visão política dos processos de projeto e de seu potencial transformador para o ambiente socioeconômico e cultural das cidades em que vivemos hoje.

Dentro dessa perspectiva, o artigo introduz a ideia de fabulação a partir de duas ações poéticas desenvolvidas pelo artista belga-mexicano, Francis Alÿs, como um convite à reflexão crítica sobre o tema. O primeiro trabalho a ser debatido chama-se *Quando la fe mueve montañas,* data de 2002 e foi realizado na cidade de Lima, Peru; o segundo, *Barrenderos*, é de 2004 e tomou lugar na Cidade do México. Espera-se que essas duas obras possam trazer um tipo de pensamento sobre o projeto que recupere uma dimensão mais aberta e menos determinista, incorporando o tempo e a narrativa ficcional como elementos constituintes do fazer projetual enquanto atualização e presentificação daquilo que está por vir em nossas cidades.

Este texto está fundamentado teoricamente em uma visão de projeto como processo aberto, como diferença, heterogeneidade e constituído por um porvir. A análise de duas ações artísticas aportará novas ramificações sobre o entendimento de fabulação na estrutura teórica inicial, principalmente no que diz respeito às suas formas de manifestar, representar e, acima de tudo, apresentar diferentes possibilidades, necessariamente múltiplas e dissensuais, no pensamento do projeto. Ou, como diria Jacques Rancière referindo-se ao regime estético das artes: “possíveis maneiras de fazer, formas de visibilidade, modos de pensabilidades, seus possíveis e seus modos de transformação.” (2009, p. 13).

A visão política sobre cidade deste artigo encontra-se fundamentada em três autores: Henri Lefebvre e sua concepção de direito à cidade; Ernst Bloch e sua compreensão de utopia e, finalmente, Jacques Rancière e seu entendimento sobre estética, política e partilha. O direito à cidade surge como um valor de experiência do espaço público e o conteúdo utópico será vinculado à capacidade de fabulação como potência de projeto. O projeto – seja ele arquitetônico ou urbano – neste caso, vem carregado de potência: potência lançadora do novo, do dissensual, do heterogêneo. A fábula surge aqui como criação de outros cenários possíveis, outros pensáveis e outros imagináveis em nossas cidades. O projeto como fabulação se opõe à ideia de *genius loci* e vem questionar a percepção de que um determinado lugar tenha uma vocação única e consensual a ser explorada pelo projeto. Para explorar essa hipótese, abordaremos as múltiplas possibilidades projetuais que se apresentam nas situações urbanas trabalhadas por meio das ações poéticas de Alÿs.

PREMISSAS TEÓRICAS

Henri Lefebvre, ao analisar o percurso histórico das cidades pós-industriais, passando pela sociedade dita de consumo, que ele reinterpreta como "sociedade burocrática de consumo dirigido", argumenta que "o ser humano tem necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo" (2008, p. 105). O autor ressalta que muito além das necessidades específicas, atendidas minimamente pelos equipamentos urbanos funcionais, persiste e sobressai uma necessidade não prevista no planejamento, ausente nos projetos, uma necessidade fundamental de atividade criadora, lúdica, geradora de obras de arte e de bens simbólicos, de imaginário e não apenas de bens materiais, objetivos e consumíveis.

Segundo Lefebvre, urbanistas, arquitetos, sociólogos e políticos não são capazes de criar relações sociais – no máximo, podem facilitar ou dificultar sua formulação. Essas relações, quando produzidas, se dão a partir da *praxis* cotidiana, sendo promovidas em nossos espaços-tempos de convívio, em nossa vida social, no espaço público. Lefebvre defende que o isolamento e a classificação do conhecimento em ciências parcelares não dão conta das necessidades da cidade e da vida urbana, cujos desdobramentos devem englobar possibilidades de encontros e de trocas não dirigidas pelo consumo, não arregimentadas pelo valor de mercado, mas sim por seu conjunto mais subjetivo. O autor acredita que o objeto da ciência chamada urbanismo – qual seja, a cidade – tampouco é um objeto determinado, estático. Ao contrário, envolve ao mesmo tempo o passado, o presente e o possível. Declara que a cidade é um objeto virtual.

É relevante para esta pesquisa sua colocação, que vincula *futuro* à ideia de *possibilidade* e a *cidade* à de *virtualidade* a ser atualizada constantemente. O autor sugere uma possível função para arquitetos, urbanistas e outros profissionais que normalmente são encarregados do planejamento das cidades, indicando que, individualmente ou em grupo, esses profissionais poderiam "limpar o caminho, propor, tentar, preparar formas e [...] inventariar a experiência obtida, tirar lições dos fracassos, ajudar o parto do possível através da maiêutica nutrida da ciência" (2008, p. 109). O autor sinaliza, assim, a esperança de um resgate por meio da arte que poderia se ocupar justamente desse porvir, em criações não apenas artísticas, mas urbanas, em escala social, transformando práticas diárias em formas de viver a cidade como obra de arte, de pertencimento à coisa urbana.

Aqui entra a produção artística de Alÿs, que joga em seus trabalhos com a ideia de fracasso, do mito de Sísifo[1], minando a noção moralista de final feliz. Em distintas ações poéticas, Alÿs ironiza o projeto de modernidade imposto aos países latino-americanos, que parecem estar sempre em busca de seu auge sem nunca atingi-lo, recaindo naquilo que muitos denominam fracasso ou mesmo absurdo. Essa ironia está presente em *La fe mueve montañas,* como veremos, e em tantos outros trabalhos do artista. Aqui cabe colocar as seguintes perguntas, a serem confrontadas com os trabalhos de Alÿs: que contribuição podemos apontar, do ponto de vista do projeto urbano, em ações artísticas cujo pano de fundo está atrelado à ideia de "fracasso" ou do "parto do possível" como prescreveu Lefebvre? Que possibilidades nos oferecem para mantermos vivo o significado de participação simbólica e política na urbe?

[1] Sísifo é um personagem mitológico grego condenado a empurrar uma pedra até o topo de uma montanha de forma cíclica e contínua. Toda vez que está prestes a atingir o cume, a rocha rola novamente para o sopé da montanha, num movimento repetido, movido por forças irresistíveis e invisíveis que tornam o trabalho e o esforço de Sísifo vão. Alÿs evoca a narrativa grega em obras como *Rehearsal* e *Politics of rehearsal, The last Clown,* entre outras, além daquelas estudadas neste artigo.

O pensamento de Lefebvre encontra intersecção com algumas das ideias de Bloch sobre o impulso utópico e o porvir. Bloch, filósofo alemão reconhecido por seu legado a respeito dos conceitos de utopia e esperança, trabalha com a ideia de *desiderium* (muito próxima às necessidades fundamentais descritas por Lefebvre) e resgata a complexidade que a acepção do termo utopia requer, fugindo de classificações restritivas e castradoras.

Tendo em vista a abrangência de interpretações a que o conceito de utopia foi submetido desde sua criação, em 1516, como título do livro de Thomas Morus, vale aqui reproduzir uma das definições de Bloch, para quem "a utopia não é algo fantasioso, simples produto da imaginação, mas possui uma base real, com funções abertas à reestruturação da sociedade, obrigando a militância do sujeito, engajado em mudanças concretas, visando à nova sociedade" (2005, v. 2, p. 36). Tal perspectiva difere de concepções usuais que identificam o impulso utópico com escapismo ou ausência de substrato real e que tendem a cair na armadilha do termo que, ao se desvincular da realidade circundante, deixa de se comprometer também com seu desdobrar no tempo, conectando-se magicamente a um amanhã ideal, numa esperança vaga e comodista, alienando o sujeito que justamente se quer mobilizar.

O filósofo usa as ideias de impulso utópico e de espera ativa como matrizes transformadoras para ultrapassar o que nos é apresentado como curso natural dos acontecimentos. Para ele, tratam-se de conceitos que devem ser operados de modo que a linearidade da narrativa histórica não se imponha como que por acaso. Baseado nas teorias marxistas, o autor afirma que muitas vezes a função da utopia é criar projeções em um "não-lugar" (*u-topos*), mas apenas para ultrapassarmos a obscuridade do instante que se impõe à nossa frente. Essa seria uma das possíveis funções de um projeto.

O impulso utópico não se identifica com o significado depreciativo daquilo que é infundado, irrefletido, mas sim com um sonhar diurno ou, ainda, sonhar para frente. Ao usar esses termos, o autor anuncia um estado de consciência, de visão e de projeção, defendendo que tal visão busca, exatamente, fugir do ponto cego que oculta o presente autêntico. Bloch, quando caracteriza a utopia, a identifica com um sentimento ativador, motivando as pessoas a tomarem parte do processo e não aceitarem os fatos como se vivêssemos em um palácio das fatalidades. Nas palavras do filósofo, "o homem é alguém que ainda tem muito pela frente. No seu trabalho e através dele, ele é constantemente remodelado. Ele está constantemente à frente, topando com limites que já não são mais limites; tomando consciência deles, ele os ultrapassa" (2005, v. 1, p. 243).Trata-se, portanto, de um exercício coletivo de projeção rumo ao que pode vir a ser para além de possíveis bloqueios imediatos e circunstanciais que possam atrapalhar nossa visão projetual.

Sonhos diurnos são, portanto, antecipadores do possível, são proativos na satisfação de desejos e circulam naquilo que "nunca havia sido experimentado como presente" (BLOCH, 2005, v. 1, p. 116). Aqui vale perguntar se Alÿs, ao dizer que é movido por uma profunda incapacidade de compreender, está, de certa forma, produzindo fábulas artísticas a partir de impulsos utópicos. Bloch estimula essa elaboração rumo ao novo, que exige uma participação real e individual, que emancipa o indivíduo tantas vezes capturado na esteira de clichês da nossa sociedade. Tal abordagem nos revela a potência do impulso utópico como força opositora à propaganda, às imagens pré-fabricadas, aos acordos da ordem estabelecida. Afinal, trata-se de um sentimento libertador, transgressor, muito potente como parte de um processo genuinamente criativo.

No livro *Numa dada situação*, de Alÿs, podemos ler, logo nas primeiras páginas, os seguintes dizeres "*The meaning of things is never stable. Anything can mean anything*[2]". Essa ideia de não restrição é ainda reforçada pelo artista quando menciona que "os conceitos são atemporais. Abertos; portanto duradouros, contínuos. Que não podem ser ditos, que são apenas encenáveis." (ALŸS, 2010, s.p.). É este tipo de entendimento sobre os conceitos, incluindo o de utopia e aquele de direito à cidade, que nos interessa neste artigo, que visa atualizar esses termos e concepções a partir das ações de Alÿs para extrapolar seu campo de atuação e propor, então, a fabulação como uma possível maneira de projetar em urbanismo.

Essa perspectiva de Bloch, em que a utopia é uma espécie de impulso de desejo no tempo presente, se alia com a noção de heterotopia em Foucault. Para Foucault heterotopia é um espaço outro: a materialização de outros tempos em espaços reais, por exemplo, que encontram sua atualização no presente. Heterotopias seriam espaços completamente alheios às regras e conformações que ditam todo o restante do sistema espacial onde se inserem, obedecendo a parâmetros "estrangeiros" ao seu meio, muitas vezes vinculados a heterocronias. Algumas heterotopias teriam surgido como lugares para abrigar momentos de crise biológica, como o início da puberdade, a gravidez, a velhice ou, mais contemporaneamente, crises de desvio comportamental como as prisões e os hospícios; outras, ainda, para comportar espaços onde o tempo não escoa seguindo a cronologia cotidiana (caso dos museus, cemitérios etc.). As heterotopias seriam, via de regra, sistemas isolados, não integrados à sociedade, cujas entradas e saídas são sempre controladas.

Simultaneamente, Foucault nos indica que existem heterotopias que parecem abertas, mas que, ao nelas adentrar, percebemos estar em uma ilusão.

> É aí, sem dúvida, que encontramos o que de mais essencial existe nas heterotopias. Elas são a contestação de todos os outros espaços, uma contestação que pode ser exercida de duas maneiras: ou como nas casas de tolerância de que Aragon falava, criando uma ilusão que denuncia todo o resto da realidade como ilusão, ou, ao contrário, criando outro espaço real tão perfeito, tão meticuloso, tão bem disposto quanto o nosso é desordenado, mal posto, desarranjado. (FOUCAULT, 2013, p. 28).

Aqui, vale resgatar a pergunta que Alÿs se autoimpõe: "é possível que uma intervenção artística traga verdadeiramente uma maneira imprevista de pensar, ou é mais uma questão de criar uma sensação de 'falta de sentido' que mostra o absurdo da situação?" (ALŸS in FERGUSON, 2007, p. 39, tradução nossa). Tanto Alÿs quanto Foucault apontam para aquelas ações que, ao criarem algo extremamente deslocado de seu contexto, acabam por demonstrar o absurdo ou a ilusão da própria realidade circundante em que estamos imersos a ponto de sequer percebê-las. A criação de utopias ou heterotopias surge, em primeiro lugar, como crítica àquelas situações presentes e que nos parecem inadequadas e indesejáveis. Esta foi, certamente, a intenção primordial de Morus ao escrever sobre a ilha de Utopia em oposição à sua Inglaterra (ainda feudal) do séc. XVI.

A partir desse legado teórico, propomos investigar, na produção artística de Alÿs, elementos que possam ser identificados com o impulso utópico (ou heterotópico). Lançamos as seguintes perguntas: os trabalhos de Alÿs estariam mais próximos da presença de uma espera ativa, de uma posição expectante (realmente

[2] Cuja tradução apresentada no livro é "O significado de coisas nunca é estável. Algo pode querer dizer algo", mas a tradução que nos parece melhor expressar a ideia seria: "O significado das coisas nunca é estável. Qualquer coisa pode significar qualquer coisa".

utópica e mobilizadora) ou de projeções que nos mantenham em posição inerte, de falsa participação? Quais são as contribuições e desdobramentos das ações poéticas para quem entra em contato com elas e que se mantêm para além do discurso do artista?

As ações artísticas de Alÿs que veremos a seguir tem essa capacidade de provocar impulsos utópicos coletivamente, gerando pensamento político. Trata-se de uma sensibilidade colocada à serviço do comum, daquilo que Rancière nomearia de *partilha do sensível*, no sentido de compartilhar, mas também de evidenciar as diferenças e exclusões. Rancière defende que a estética é a base da política e que não se define como a teoria da arte e sim como um regime específico de identificação e pensamentos das artes: um modo de articulação entre maneiras de fazer e os modos de reflexão de suas relações.

O filósofo nos fala acerca dos atos estéticos como provocadores e indutores de novas experiências de subjetividade política e define a "arte como testemunho do encontro com o irrepresentável que desconcerta todo pensamento" (2009, p. 12). O autor defende, ainda, que o regime estético das artes é responsável por determinar possíveis – possíveis maneiras de fazer, modos de visibilidade e modos de pensabilidades – e seus modos de transformação. Tal perspectiva corrobora com nossa defesa da fabulação como projeto, visto suas múltiplas possibilidades narrativas, criadoras de potência para o projeto em suas mais distintas formas (de fazer, de se apresentar e, principalmente, de ser pensado).

Rancière parte da premissa de que todo ato é político e que antes de qualquer racionalidade existe uma sensibilidade. A estética, portanto, permearia todo processo político e a arte seria o campo mais afeito a esta exploração dos possíveis, da criação de contornos para aquilo que até então é inominável para o inteligível e para o racional, sendo uma antecipadora do que pode vir a ser e daquilo que a sensibilidade já intui. Alinha-se, portanto, à visão sobre porvir de Bloch quando comenta a necessidade social e política de projetos utópicos.

Rancière defende, aliás, a existência de duas formas de entendimento político: a primeira como uma construção pelo acordo e a segunda como um desenvolvimento baseado em dissensos. O autor coloca em xeque a noção de política como consenso e de que partimos todos de uma sensibilidade comum. Segundo ele "a estética e a politica articulam-se ao dar visibilidade ao escondido, reconfigurando a divisão do sensível e tornando o dissenso evidente" (2012, p. 136). Aqui o filósofo abre a discussão sobre dissenso, indicando que não se trata apenas da falta de objetivos ou de afinidades compartilhados, mas sim de um passo anterior, em que os próprios dados da situação, os sujeitos envolvidos, as formas de inclusão ou exclusão, o que é sensível a uma situação, afinal, é passível de desacordo.

Ao cunhar o termo *partilha do sensível*, Rancière nos coloca frente à seguinte questão: o que é comum e o que é partilhado, no sentido de exclusão das experiências estéticas de uma comunidade? Quem é excluído pelo sistema (seja por não dispor de tempo, não estar no espaço em questão – a *pólis* – ou por não ter as ferramentas ou sequer a linguagem requerida)? Neste sentido, vale questionar se ações estéticas como as propostas por Alÿs que veremos a seguir seriam capazes de criar contornos e evidenciar dissensos ou mesmo suspender acordos? De que forma? E de que maneira estariam entremeadas as noções de política, de comum e de partilha do sensível nos trabalhos do artista?

AÇÕES POÉTICAS

Francis Alÿs nasceu Francis de Smedt na Antuérpia, em 1959. Formou-se arquiteto na Bélgica e, na primeira metade dos anos 1980, mudou-se para Veneza, a fim de desenvolver seu doutorado em Urbanismo. Durante sua vivência na Itália, Francis se deparou com a cidade de Palmanova, conhecida por seu desenho em formato de estrela típico de povoados militares fortificados. O local fora utilizado durante a República de Veneza (por volta de 1593) como entreposto de defesa. Ao estudar a cidade e pensar sobre possíveis intervenções no local, absolutamente isolado, cristalizado e desolador, Francis teve uma espécie de epifania: percebeu que, numa cidade como aquela, que ele classificou como uma utopia disfuncional, nenhum material deveria ser adicionado, fosse pela de arquitetura, pela arte ou pelo urbanismo. A apatia de seus habitantes nem a percepção externa sobre Palmanova seria verdadeiramente alterada por intervenções de soma, principalmente no presente. O que poderia ser transformador naquele local seria uma intervenção no passado ou, mais precisamente, na história da cidade. Assim, Francis criou uma fábula a ser enxertada na memória do lugar.

Dez anos mais tarde, em 1995, já estabelecido na Cidade do México, o artista criou o seguinte subtítulo para um de seus projetos, chamado *Fairy Tales*: "ao passo que as sociedades altamente racionais da Renascença sentiram a necessidade de criar utopias, nós de nossos tempos devemos criar fábulas". Nesse projeto, Alÿs caminhou pela capital mexicana fazendo seu blusão se desfiar, de tal forma que em sua trajetória deixou um rastro atrás de si, formado por um fio de lã, enquanto sua roupa se desfazia. Criou assim sua fábula, aproximando-se de outras histórias sobre processos de reconhecimento e de perda (ou possibilidade de regresso), como o conto dos irmãos Grimm, *João e Maria*, ou o mito grego sobre o fio de Ariadne e o labirinto do Minotauro.

Figura 1: Francis Alÿs. *Fairy Tales*, 1995-98. Documentação fotográfica de uma ação.
Fonte: FERGUSON; FISCHER; MEDINA, 2007. p. 27

A ficção ocupa, desde cedo, um papel fundamental na trajetória de Alÿs e a criação de fábulas surge como uma possibilidade de intervenção urbana sob diferentes formas, por meio de distintas táticas de inserção e aplicação. Para Alÿs, a ficção não ocupa um espaço menor nem subordinado à realidade. Ao contrário, a realidade está necessariamente moldada por nossa imaginação e por nossa memória. Assim, o futuro pode ser alterado se interviermos no passado, mas não nos fatos passados, outrossim nas narrativas sobre o passado, transformando-as. Uma fábula inserida na memória da cidade seria capaz de alterar, no presente, o *modus operandi* e a visão de seus habitantes a seu respeito.

Após finalizar o doutorado em Veneza, Francis muda-se para o México em 1986. Visando escapar do exército, opta por participar de um programa do governo belga de ajuda ao país, que tinha sido afetado drasticamente pelo terremoto de 1985. Trabalha como arquiteto no sul do México por alguns anos e, em 1989, se vê capturado pela imensa e caótica Cidade do México, onde passa a viver desde então. Francis de Smedt, arquiteto, torna-se Francis Alÿs, criando para si não apenas um novo nome, mas uma nova atividade. Passa a ser cada vez mais artista e, na medida de suas possibilidades, cada vez mais mexicano. Assim começa uma longa trajetória, marcada por deslocamentos tanto físicos quanto conceituais. Alÿs afasta-se dos padrões europeus de harmonia, ordenamento, higiene urbana e cultural, para mergulhar no desconhecido, plural e perturbador contexto mexicano, como o próprio artista comenta (ALŸS in FERGUSON, 2007).

Suas proposições iniciais são fortemente influenciadas pelo sentimento de não pertencimento, pela figura do estrangeiro, remetendo ao fato de Alÿs ser sempre o "Outro" na metrópole latino-americana que escolheu para viver. A esse respeito, o próprio artista sentencia "os primeiros trabalhos – eu não os chamaria trabalhos – minhas primeiras imagens ou intervenções foram, em grande parte, uma reação à Cidade do México em si, meios para me situar nesta entidade urbana colossal" (ALŸS in FERGUSON, 2007, p. 8, tradução nossa). Alÿs parte não apenas da sua necessidade de identificação, ainda que por contraste, mas também observa como os demais habitantes da cidade criam "personagens" para esse fim, buscando se diferenciar e, ao mesmo tempo, situar-se na urbe. O artista entende a criação de identidade e de personagens urbanos como um desdobramento das fábulas e narrativas que tanto lhe interessam.

Para Alÿs, o que ocorre entre os corpos é mais relevante do que proposições autorais isoladas. O próprio artista é quem sentencia que "preferiria não começar pelo início ou pelo fim. Eu teria que trabalhar a partir de algum ponto no meio, porque é o ponto do meio, o entre, o espaço onde funciono melhor" (ALŸS in FERGUSON, 2007, p. 42, tradução nossa). Há também um claro posicionamento de Alÿs refratário ao imaginário moderno com suas premissas científicas, muitas vezes positivistas. As figuras do ensaio que nunca se torna apresentação e de projetos não teleológicos estão por trás de toda sua poética. Alÿs reforça uma posição de não trabalhar em busca de resultados ou da conclusão de suas proposições. É como se usasse a tautologia para refutar a teleologia.

Sua postura é a de lançar pequenos roteiros, geralmente apenas um enunciado claro e conciso, sem explicações ulteriores. Um enunciado que possa sobreviver, no entanto, a todas mutações possíveis e ganhar vida própria, a partir de colaborações e desdobramentos que venham a surgir. Dessa forma, cada projeto parte de um rápido roteiro ou de uma imagem única, mas o desenvolvimento de cada ação depende das interpretações daqueles que vão sendo incluídos no processo criativo, da concepção à execução ou no registro do trabalho. Algumas operações são orquestradas por Alÿs, mas abertas o suficiente para que sejam coordenadas pelo coletivo convidado a participar do projeto, numa estrutura rizomática e em constante transformação.

O processo aproxima-se daquilo que Reyes (2015) defende ao falar do projeto que não designa. Reyes enuncia que, ao contrário do design e do projeto que se fazem pelo traço imposto, de fora para dentro, criando bordas e, por conseguinte, exclusão, os processos de projetação que não designam seriam caminhos para uma forma de sustentabilidade. Um sopro utópico no pensamento de profissionais do urbanismo, por exemplo, ao se colocarem na posição de proponentes participantes, de provocadores de situações que se dão dinamicamente, criando as condições necessárias para que a forma resulte de tensões internas ao processo e não de um desenho feito *a priori*.

Dentro da trajetória de Alÿs selecionamos duas ações que nos parecem abordar melhor essa e as demais questões lançadas neste artigo. Partimos da intenção de adensar os pontos mais pertinentes para o urbanismo e os possíveis frutos dessa produção para o direito à cidade, através de impulsos utópicos identificados em tais práticas artísticas contemporâneas capazes de criar novo espaços comuns, de partilha da *pólis*. Buscamos, dessa forma, relacionar o fazer poéticos do artista com uma possível maneira de fazer projeto, a partir da ideia de fabulação.

***Cuando la fe mueve montañas* – Lima, 2002**

Chegando a Ventanilla, uma paisagem se descortina entre montanhas, formada por dunas e campos áridos. O local, sem luz elétrica nem água encanada e com o ar mais poluído entre todas as capitais latino-americanas, poderia ser um cenário da série cinematográfica *Mad Max,* com sua carga distópica e pós-apocalíptica. Mas é um distrito de Lima, capital peruana: faz parte de sua periferia. Ali vivem mais de 70 mil pessoas no ano de 2002. É neste contexto que Alÿs propõe sua ação.

O artista cria um pequeno roteiro, uma espécie de fábula, convidando 500 voluntários entre moradores locais e estudantes universitários para se unirem, munidos de pás, para mover uma duna, de aproximadamente 500 metros de diâmetro. A ideia é que, em linha, cada um ocupe seu metro de duna e desloque, com sua pá, a areia que estiver à sua frente. Todos em conjunto, num ritmo coletivo, exaustivo, sob o sol, durante todo o dia, avançam.

Ao anoitecer calcula-se que a intenção de mover a duna algumas polegadas para frente tenha sido atingida. No final do dia, nenhum centavo ganho, 500 voluntários cansados e uma duna de meio quilômetro de extensão que, em poucos segundos e ao sabor dos ventos, poderá recuar os dez centímetros avançados. Nenhum dos mais de 70 mil moradores foi realocado; ao contrário, seguem fazendo parte da população de 2.623.000 pessoas que vivem em favelas em Lima (o equivalente a 31% de sua população), em um de seus mais de 2 mil *pueblos jóvenes*, como são chamados esses povoados periféricos pelos peruanos. Alÿs e seus colaboradores, no entanto, pareciam realizados.

Figura 2: Francis Alÿs em colaboração com Cuautémoc Medina e Rafael Ortega. *Cuando la fe mueve montañas,* 2002. Documentação fotográfica de um evento.
Fonte: FERGUSON; FISCHER; MEDINA, 2007. p. 121

Alÿs joga com os paradoxos para abrir novas chaves de leitura para as realidades urbanas encontradas e, quiçá, criar novas realidades neste trabalho quixotesco encomendado pela Bienal de Lima ao artista alguns anos antes. O artista volta-se para a periferia, caminha em direção às bordas da cidade, chega aos limites do urbano. A partir de um novo ponto de vista, Alÿs sublinha essa tensão entre os extremos, essa dualidade quando a estruturação do sistema chega a seu máximo, causando efeitos opostos a seus objetivos. Ao falar do local que escolheu para realizar sua ação coletiva, Alÿs frisa a importância de Ventanilla como ícone de uma cidade convulsionada, de tensão política e socioeconômica, mas também cultural e urbana.

Segundo ele, "Lima foi empurrando essas dunas ao longo de décadas. Este constante alargamento das extremidades da cidade é o resultado de sua conversão inevitável em uma megalópole" (ALŸS; MEDINA, 2005, p. 49): processo que naturalmente a faria exilar sua paisagem, nas palavras do artista. Assim as metrópoles latino-americanas converteram-se numa sobrecarga para si mesmas: cidades que pesam sobre os homens e sobre o solo. Como efeito reverso do prometido desenvolvimento, o progresso gera "esburacamentos" e esgarçamentos das malhas urbanas, vazios físicos e subjetivos. Imagens de leveza e de mobilidade, como a areia do deserto, surgem nesse cenário quase como miragens.

Vale lembrar que foi a partir da diferença percebida pelo artista no ínterim que separou sua primeira de sua segunda visita à Lima, entre 2000 e 2002, que Alÿs vislumbrou os processos de gentrificação dos centros urbanos de maneira mais evidente, como nos conta o artista (2007). Em relação a esse movimento do proletariado e das camadas mais pobres na economia capitalista, Lefebvre disserta que a ideologia que traz consigo um urbanismo total, um sistema unitário a ser implementado através de uma estratégia global,

é alimentada pela primazia da técnica em detrimento do fator humano, como ele o chama. Essa pretensão científica justificará os processos de criação de centros de poder e de suas periferias.

As periferias estariam assim orbitando esses centros, a partir de uma repartição ou distribuição dispersa, porém não aleatória; aparentemente caótica, mas resultante de forças de coação previstas e em alto grau pré-determinadas pelo sistema. Como Alÿs identificou: a matriz das cidades na América Latina parece ser a própria ausência de planejamento. Ao ver-se confrontado com essa realidade, o artista buscou produzir novos espaços comuns: nem planejamento urbano impositivo nem desurbanização niilista, algo novo, à altura do universo. Retomou assim, o sentido político de estética e de arte defendida por Lefebvre e Rancière.

Em Lima, Alÿs realiza novamente uma ação aparentemente sem sentido, um mover por mover-se e, dessa vez, o faz convocando centenas de pessoas. Transforma o desperdício em excesso. Excesso de força, participação, pontos de vista, afetos, alteridades e expectativas. Com sua poética quixotesca, Alÿs trabalha a partir de uma situação real para nela instituir um mundo, algo que ainda não está configurado ou ainda não é conhecido, mas que o artista instaura através de uma condição de possibilidade, fabulosa.

Ao envolver os voluntários e mover a duna alguns centímetros em Ventanilla, Alÿs descortina a falta de sentido daquela classificação imposta de miséria social. Não pretende preencher esse vazio, que pode ser um esvaziamento das cidades, como entende Lefebvre, ou da ausência de significado de nossas rotinas e trabalhos, gerando uma agenda onde somos todos figurantes de nossas próprias vidas. Ou ainda a transformação de nosso tempo em um conceito vazio e alienante de trabalho doméstico ou periférico, que nos exclui da vida pública, como critica Rancière. O artista não substitui o vazio por imagens, não estetiza uma situação social e política através de uma obra de arte. Ao contrário, cria uma nova situação social a partir da experiência estética proposta – uma espécie de escultura social – e, através dela, desobstrui vias de possibilidades, permite canalizar as energias e esperanças para criar novas verdades e sentidos partilhados para aquele contexto.

Em *Cuando la fe mueve montañas*, Alÿs propõe a invenção coletiva de uma fábula que cria um vazio a partir de uma situação saturada ao extremo. Essa operação permite a geração de espaços inaugurais, espaços de jogo que o tornam habitável, justamente naqueles lugares onde o sistema gerou uma sobrecarga, tornando-os sufocantes. Ironicamente, o lugar chamado Ventanilla (janelinha/portinhola, em tradução informal para o português) parece não ter aberturas, estar soterrado entre dunas e montanhas, sobrar na cidade, que tenta escondê-lo e enterrá-lo. Alÿs e seu grupo arejam esse lugar, o tornam um espaço respirável. Os relatos diversificam a história, de tal modo que a memória se torna um antimuseu, justamente por não ser apreensível nem localizável. É essa a intenção de Alÿs quando busca criar suas fábulas; e se registra suas ações através de diferentes mídias, é para que esses relatos possam circular, alastrando seu raio de atuação para além dos tradicionais limites do meio artístico.

***Barrenderos* – Cidade do México, 2004**

Todos os dias centenas de ambulantes e camelôs ocupam as ruas centrais da capital mexicana. Sua presença é massiva e suas práticas fazem parte de uma tradição de comércio de rua arraigada na cultura local. Todas as noites esses ambulantes e camelôs saem do centro, levando consigo seus carrinhos, barracas, tendas e produtos. Deixam porém resíduos, cascas, refugos atrás de si, como um testemunho de

sua existência. Todas as madrugadas entram em ação os garis que transformam esses restos em limpeza, em ausência. Mais um dia começa, a cena se repete: presença-resíduo-limpeza-ausência. O ciclo é interrompido quando, numa noite, um convite é lançado aos varredores encontrados no caminho. A proposta, feita por Alÿs, é de que os garis se organizem em grupo e o grupo em uma linha, empurrando os restos com suas vassouras, formando um bloco de lixo único, grande e denso, até o ponto em que não mais consigam movê-lo.

Figura 3: Francis Alÿs em colaboração com Julien Devaux. *Barrenderos,* 2004. Still de vídeo.
Fonte: FERGUSON; FISCHER; MEDINA, 2007. p. 50

Podemos pensar na proposta de Alÿs em relação ao direito à cidade a partir de uma leitura que aponta para os processos de expulsão do proletariado e de "biscates" da vida urbana e de seus centros de poder. Fica evidente, em *Barrenderos*, a falência das instituições governamentais, já no ano de 2004, em implementar seu projeto de "revitalização" do centro da capital mexicana iniciado na década de 1980. Mesmo processo que, no início do século XX, atendia por nomes como plano de melhoramentos, saneamento, higienização ou embelezamento urbano. Nomes que soam, no mínimo, como ironias frente à ação poética de Alÿs com seus varredores. Alÿs nos mostra o avesso desse projeto de "requalificação" urbana, através do acúmulo de lixo nas ruas do coração da cidade, atestando não apenas a presença dos que se pretendia excluir, mas de seus resíduos indesejáveis.

Em *Barrenderos* "forma-se uma linha, forma de representação que evoca uma coletividade e que, para Alÿs, parecia a forma mais efetiva de expressar a ideia fisicamente" (ALŸS; MEDINA, 2005, p. 30). A ideia de linha se faz presente em grande parte dos projetos de Alÿs, tanto de maneira individual (como em suas caminhadas), quanto de maneira coletiva. São linhas que não traçam limites, ao contrário, muitas vezes elas justamente borram, subvertem esses limites, ou os deslocam para além. Tantas vezes são linhas de contorno que o artista traça para tornar visível algo que até então não estava posto, não parecia revelado ou estava em latência, como uma iminência poética.

Aqui trata-se de uma linha dupla: primeiro uma alinhamento de corpos postos lado-a-lado com suas vassouras. A linha de garis forma uma segunda, de lixo. Quanto maior se torna a segunda linha, tanto mais difícil se torna para a primeira avançar, até o momento em que a segunda se converte em intransponível e seu volume supera o da primeira. Ao final, criatura torna-se maior do que criador, por assim dizer. O processo pode ser lido como uma alegoria ao próprio *modus operandi* de Alÿs, que em sua trajetória poética parece cada vez mais se deixar contaminar pelos colaboradores e processos que dispara.

A operação segue um roteiro inicialmente lançado pelo artista, mas passa a ser coordenada pelo próprio grupo: a partir de um certo ponto se perde a noção de sujeito ou hierarquia. Organiza-se uma partilha comum, um agenciamento coletivo que vai se conformando ao longo do processo. Ao final do vídeo que a registra, Alÿs comenta que a ação teve um desenrolar muito mais bonito do que ele tinha imaginado em seu projeto.

Barrenderos (assim como outro trabalho do artista chamado *Los siete niveles de la basura)* remete aos sucessivos ciclos (ou níveis) envolvidos no processo de produção-consumo-uso-descarte em cidades capitalistas consideradas subdesenvolvidas. Nelas, o próprio processo de descarte e coleta do lixo se dão de maneira bastante informal e dependem, muitas vezes, do trabalho de catadores de lixo. Em nenhum momento a postura de Alÿs ao investigar esses procedimentos soa moralista, menos ainda derrotista. Não se trata de uma obra-denúncia. Alÿs revela a tensão entre operações anônimas e sutis, realizadas pela população individualmente e ações estratégicas desempenhadas dentro de regras institucionalizadas, através de trabalhos que propõe outras formas de apropriação: do lixo, do espaço público, do tempo nas cidades.

Alÿs contribui para apontar dissensos presentes naquele cenário, ao criar um roteiro ficcional que depois se realiza no espaço público, expondo suas idiossincrasias e revelando sujeitos, usos e formas de expressão ocultas ou ainda não exploradas nesse *locus* político. Aqui a ficcionalidade é, como afirma Rancière, "a potência de significação inerente às coisas mudas e a potencialização dos discursos e dos níveis de significação" (2009, p. 55). O artista gera com os garis e demais participantes da ação um modo de compartilhamento do sensível, em torno de mais uma de suas propostas absurdas, quixotescas; mas que revela-se extremamente política em sua beleza deslocada.

É desconcertante ver a alegria ou o sentimento de gratificação presente nos rostos e depoimentos colhidos tanto como parte da documentação de *Barrenderos* como de *Cuando la fe mueve montanãs*. Desconcertante porque sabemos que o resultado prático da ação de Alÿs pouco tem a ver com a imagem continuamente perseguida de "final feliz". É desafiador pensar como um trabalho extenuante que exige dedicação, tempo e força-física, além de uma participação sem que houvesse nenhum ganho material, possa ainda assim gerar uma sensação tão positiva ao resultar em uma montanha instransponível de lixo ou o deslocamento efêmero de algumas polegadas de areia. Mas é exatamente disso que se tratam essas ações: em seus deslocamentos de montanhas existentes ou criadas, elas vão na contramão do final feliz da novela.

Segundo Bloch, esse final feliz feito de ilusão é facilmente capturável pelo capitalismo e, simultaneamente, fácil de absorver pela população, que se sente atraída por seu brilho e imagem de felicidade que não requer nenhuma mudança da realidade para ser alcançada. "Entretanto, ao cobrir de vergonha o otimismo indolente, o conhecimento não cobre de vergonha também a esperança urgente do final feliz. Pois essa esperança está fundada no impulso humano para a felicidade e dificilmente poderá ser destruída." (BLOCH,

2005, v. 1, p. 430). O autor postula que basta que esse impulso seja dotado de clareza e de certa consciência (sonhos diurnos) para tornar-se o motor da sociedade e criar motivos de luta que mudam o transcurso monótono das narrativas dominantes.

Para o filósofo, esse impulso utópico já foi forte o bastante para criar, em diversos episódios históricos, paradoxos e proporcionar vitórias da alegria sobre a perversão. Parece ser esse o impulso a mover Alÿs e a criar essa sensação gratificante naqueles que se engajaram nos movimentos provocados em *Barrenderos* ou *Cuando la fe mueve montañas*. Segundo Lefebvre "não há dúvida nenhuma que o conhecimento da realidade urbana possa incidir sobre o possível (ou sobre as possibilidades) e não apenas sobre o acabado ou sobre o passado" (2008, p. 43).

Quando sai dos centros urbanos e caminha rumo à periferia, às bordas da cidade ou às margens de uma nação, Alÿs realiza na prática o que Lefebvre esboça em teoria, talvez de forma ainda mais provocadora, se é que faz sentido fazer tal comparação. Não se contenta em registrar, questionar ou problematizar o esvaziamento dos tradicionais núcleos da *pólis*, a gentrificação de seus centros, a periferização ou o banimento de parte da população da ágora urbana. Busca também ele, em sua trajetória poética, realizar o movimento contrário: ao invés de permanecer no centro reclamando a presença daqueles que foram excluídos vai ao seu encontro, incentiva a sua participação, criando novos espaços públicos, novos centros e possibilidades de inclusão na cidade, para além daqueles estabelecidos. Alÿs afirma que "não se mudou nada, mas se introduziu por algumas horas a possibilidade de mudança, para além do absurdo e futilidade do ato" (ALŸS; MEDINA, 2005, p. 105).

O PROJETO QUE NÃO RESULTA OU A FÁBULA SEM FIM

Quando começou sua carreira artística, Alÿs partiu de pequenas intervenções em janelas de prédios, depois na rua, na praça central da cidade, até chegar ao limite do urbano e, finalmente, na fronteira entre terra e mar. Alÿs estava, aparentemente, ampliando seus territórios. Não se trata de um movimento linear para fora, num processo único e unidirecional. Alÿs segue reterritorializando, retornando e produzindo trabalhos mais "circunscritos" ao espaço urbano ao longo de toda sua carreira. É notável, contudo, a expansão do raio de atuação de seus projetos. Mais do que abranger territórios geográficos que vão cada vez mais em direção à periferia, esse movimento suscita perguntas quanto aos limites conceituais que delimitam o que é a cidade e o espaço público.

Acompanhamos o artista nesse movimento e passamos a perceber o espaço público urbano não apenas como a rua, a calçada, a praça constituída no centro da cidade: alargamos nossa concepção para abarcar o perímetro da megalópole com suas bordas indefinidas. Lançamo-nos rumo ao entendimento das dunas de areia, das praias, como espaços comuns. A cidade torna-se esse espaço-tempo onde a sociedade se projeta, tanto física como simbolicamente. Como escreve Lefebvre, a cidade "[...] é também um tempo, ou vários tempos, ritmos [...] a cidade como sendo o conjunto das diferenças entre as cidades." (2008, p. 62).

Se Alÿs caminha rumo às fronteiras, nós o seguimos e levamos o conceito de cidade – do que é urbano – conosco, amparados no legado de Lefebvre. Muitas vezes, a cidade cresce também em movimentos de expansão radial, quase por círculos, a partir de seus antigos núcleos. A ideia de periferia é sempre relativa e, conforme a cidade avança, o que era fronteira pode se tornar periferia, o que era periferia se transforma frequentemente em centro e assim por diante. A megalópole altera as relações entre núcleo e margem, entre urbano e não urbano, adensamentos e dispersões.

Aqui vale insistir no segundo aspecto presente na descrição de Lefebvre, que encontra eco na produção poética de Alÿs: a cidade não é apenas o espaço, é também o tempo em que as ações sociais se projetam. Ao avançar no espaço físico urbano, movendo-se para fora de seu raio inicial em termos de ocupação temporal, o artista nos leva para um patamar além. Não somente dilatações ou ampliações radiais – a passagem do tempo para Alÿs parece ser infinitamente cíclica, adimensional. Ao passo que o território de suas ações pode estar se expandido gradualmente, a duração de seus trabalhos se mostra passível de repetição eterna, mas uma repetição que a cada vez porta uma nova qualidade, a ponto de não poder ser medida nem somada em seus espaços e durações. Identificar o início e o fim das ações do artista torna-se, por conseguinte, um trabalho vão, sísifo. Os projetos conectam-se uns aos outros, gerando um universo contínuo e, simultaneamente, múltiplo, que muda de natureza a cada vez, como uma fábula ou conto do livro *As mil e uma noites*.

Podemos, inclusive, entender esse processo como parte de uma história acerca da utopia, que também precisa, de tempos em tempos, ter seu conceito e seus limites atualizados, recontextualizados. As ações de Alÿs, movidas por impulsos utópicos, desenvolvem-se na escala da cidade. O artista dialoga com a realidade circundante: parte do cotidiano, e não de uma imagem projetada num espaço-tempo longínquo como outrora. A estrutura de base se altera, a escala vai da utopia global à microutopia urbana e as perguntas se tornam outras: saímos de uma ênfase direcionada ao *que* habitar para um olhar sobre *como* habitar.

A contribuição de Alÿs, nesse panorama, pode ser sua maneira de habitar a cidade, colocando-se sempre no limiar: entre observação e participação, entre local e estrangeiro, entre trabalho e lazer, entre autor e espectador, entre central e periférico. O artista espacializa tanto a cidade quanto suas margens, seus vazios e desertos. Ao criar linhas com o fio de seu suéter, com rastros de gelo ou com voluntários, Alÿs nos recorda que os traçados político-geográficos são arbitrários em sua maioria e que será o uso ao longo do tempo a reforçar ou borrar essas linhas, como ocorrerá com aquelas produzidas pelo artista e seus colaboradores em seus percursos. Como podemos, em nossas práticas urbanas, cancelar ou ignorar a existência de linhas que visam controlar nossa circulação e nosso acesso? Quando ignora, transpõe ou atravessa limites, Alÿs não suprime as fronteiras, mas desfataliza sua existência, questiona sua perenidade e duração, permite uma atitude menos reverente frente aos limites impostos – na arte, na própria ideia de campos de conhecimento, nos limites do urbano e nas fronteiras nacionais. Talvez esse seja um caminho.

Alÿs opta, desde o começo de sua carreira, por projetos que se tornem fábulas. O artista privilegia o processo em relação ao produto final e, ao escolher por um meio de circulação de ideias calcado na oralidade, sublinha essa intenção não patrimonialista de suas ações. Ao escolher uma história alternativa – a da oralidade – Alÿs opta mais uma vez por uma história feita de carne e não de esqueletos. Boatos e rumores que passam de boca em boca compõem e refletem narrativas feitas de duração, de presentes que não museificam nem cristalizam, mas sim contextualizam e atualizam.

Ao adotar a fábula (ao estilo de Ésopo) como primeira fonte de disseminação e de contaminação de seu trabalho, Alÿs quebra, por diferentes motivos, a lógica colonialista e possibilita uma partilha comum. O primeiro é a constatação de que todas as civilizações e todos os seres humanos são dotados de fala. Não há, nesse sentido, um alfabeto, escrita ou algo a ser apreendido – nenhum filtro é criado para se ter acesso a alguma informação. A única premissa dessa partilha é a capacidade comum da fala e da escuta. O segundo motivo parte justamente deste ponto: para que uma narrativa oral circule, o compartilhamento se faz necessário. As fábulas são transmitidas oralmente e requerem, portanto, uma troca. Ao contrário da escrita, que pode ser individual, a criação de histórias que se espalham por rumores é iminentemente

coletiva e processual, sendo ativada toda vez em que é contada. Finalmente, ao passo que a escrita pressupõe ainda uma superfície sob a qual plasmar o texto, o som se propaga através de meios que estão ao nosso redor o tempo todo, como o ar ou a água.

Alÿs indica que sua trajetória pode ser lida como uma única narrativa que parte da invenção de linguagens, na qual cada trabalho é uma parte na composição da cidade que está mapeada e inventada continuamente**.** Aqui entendemos que a ficcionalização pode servir para criar um nome ou um sentido a algo que ainda não está posto. Algo existe em latência e, sendo invisível a nossos sentidos, escapa à racionalidade e se esconde quando buscamos iluminá-lo à luz da consciência. É disto que se trata, em última análise, a relação entre as ações poéticas de Alÿs com a cidade: a possibilidade do artista criar cidades, fundar espaços, ressignificar cenários. Individual ou coletivamente, Alÿs gera situações escultóricas que moldam as relações entre diferentes agentes, em um exercício projetual dinâmico e transformador.

Alÿs cria, com diferentes pesos e recursos, narrativas com alto potencial simbólico e político, capazes de nos fazer, mesmo que momentaneamente, imaginar. São táticas para pensar utopicamente, desenhar mentalmente histórias, entrever narrativas e possibilidades a partir de plataformas postas no aqui e agora, como as cidades com seus espaços e tempos comuns. Quando faz apontamentos críticos de forma indireta, buscando recursos alegóricos, o artista torna possível uma aproximação inaugural a um determinado tema, como Morus fez a seu tempo.

Dito de outra forma, num mundo saturado de imagens e informações que visam reiterar discursos hegemônicos, as pequenas inserções imateriais de Alÿs nos permitem uma leitura menos protegida e menos carregada de certezas frente a suas ações e registros. Trata-se de uma produção menos capturável pelos sistemas de controle – cada vez mais impregnados em nossas relações com o mundo. A partir de enunciados curtos, desprovidos de moral declarada, ou por meio de desenhos simples – quase infantis –, Alÿs foge dos canais de comunicação padronizados e de bloqueios preparados socialmente, mas também daqueles individuais, com seus preconceitos tácitos. É como se o artista resgatasse a nossa capacidade de aproximação dessas imagens e mensagens sem tantos filtros prévios, de maneira mais porosa.

Com leveza, Alÿs aborda assuntos impregnados de lugares comuns e consensos forjados, como os dogmas do progresso, os processos de gentrificação urbana, a periferização e desurbanização das cidades atuais, bem como situações de conflito. O artista recorre a um imaginário lúdico, fugindo do vocabulário usual da mídia. Escapa, assim, de clichês e da espetacularização que muitas vezes acabam por amortecer os fatos, dado o acúmulo e a intensidade de imagens transmitidas e o uso recorrente de embalagens para rotular aqueles acontecimentos que não se encaixam nos padrões existentes. Esse jorro de informações que diariamente engolimos, sem sequer digerir, deixa pouco espaço para a reflexão crítica.

A partir de uma produção de experiências estéticas livres de significados decalcados, os projetos de Alÿs possibilitam outro tipo de aproximação às questões levantadas: desterritorializam as imagens e vocabulários presentes numa dada situação e, assim, desanestesiam nossa percepção, criando pontes. Estamos diante de uma possível exploração do recurso da fábula, com seus personagens que despersonificam as situações, quitam os nomes, nos permitem encarar apenas o que existe por trás do véu de classificações prévias. É como se Alÿs conseguisse acessar um potencial crítico e subjetivo ao desviar dos simulacros e da gratuidade de imagens e discursos prontos, normativos e doutrinários. Suas ações retiram os conceitos da inércia, extraindo situações de uma banalidade e de uma violência forjadas sobre o consenso e nos lançam rumo a novos possíveis tempos-espaços e partilha.

PARA NÃO CONCLUIR

Finalmente, os trabalhos de Alÿs tomam emprestado da literatura sua qualidade de adaptação. Relatos orais tanto podem intensificar e reiterar uma história quanto permitir que cada parte se acomode em novos contextos e seja atualizada a cada nova situação que se apresenta. Assim as fábulas se moldam a cada situação onde são contadas, como nômades. Não à toa, Michel de Certeau é mencionado pelo artista, cuja trajetória é marcada por aproximações entre as enunciações da fala e do pedestre, da gramática e do planejamento urbano. Os espaços de enunciação e de apropriação entre ambos são similares e auxiliam nas analogias propostas, abrindo o estudo para possibilidades que atravessam literatura, artes visuais, filosofia e urbanismo. O texto buscou manter em tensão e diálogo esses campos, que de alguma forma podem espelhar as relações entre poética, estética, ética e política.

Seria talvez essa a grande utopia de artistas contemporâneos como Alÿs: criar situações e esculturas sociais em que indivíduo e cidade estejam sendo moldados simultaneamente. Quando nos permitimos ser heterogêneos, mutáveis, quando percebemos que as transformações do mundo nos afetam em agenciamentos dinâmicos e constantes, damos um primeiro passo para esse entendimento de como a cidade pode vir a ser. No mínimo, nos tornamos mais permeáveis ao que pode surgir de novo no mundo e nos permitimos abordagens inaugurais sobre determinados cenários. Ou seja, não se trata de uma metodologia para melhor finalizar ou apresentar projetos, outrossim de um possível caminho por onde iniciar novos pensamentos e práticas projetuais.

REFERÊNCIAS:

ALŸS, Francis. **Numa dada situação/ In a given situation**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

ALŸS, Francis; MEDINA, Cuauhtémoc. **Cuando la fe mueve montañas/ When Faith Moves Mountains**. Madri: Turner, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: Capitalismo e esquizofrenia. V. 5. São Paulo: Editora 34, 1997. 5 v.

_____. **Mil Platôs:** Capitalismo e esquizofrenia. V. 4. São Paulo: Editora 34, 1997. 5 v.

FERGUSON, Russell; FISHER, Jean. MEDINA, Cuauhtémoc; **Francis Alÿs**. Londres: Phaidon, 2007.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico**: as heterotopias. São Paulo: N-1, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

MORUS, Thomas. **A Utopia**. São Paulo: Ediouro, 2002.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

REYES, Paulo. **Projeto por cenários**: o território em foco. Porto Alegre: Sulina, 2015.

FLUXO E PERMANÊNCIA: INFRAESTRUTURAS DE MOBILIDADE COMO PROJETO METROPOLITANO

FLOW AND PERMANENCE: MOBILITY INFRASTRUCTURE AS METROPOLITAN PROJECT

FLUJO Y PERMANENCIA: INFRAESTRUCTURAS DE MOVILIDAD COMO PROYECTO METROPOLITANO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:

Este artigo sugere, a partir do entendimento das infraestruturas de mobilidade como principal vetor de expansão e estruturação morfológica das metrópoles brasileiras, seu aproveitamento como suporte ao pensamento projetual e esforços de intervenção estratégica sobe o território. O projeto como metodologia e atividade capaz de propor atuações fundadas sobre tomadas de posição críticas, partidas de compreensões amplas e aproximação ao âmbito da arquitetura e de escalas locais. Articulam-se, então, alguns conceitos fundados sobre um entendimento infraestrutural de relações urbanísticas e arquitetônicas, a serem experimentados sobre a atividade de pesquisa e formulação de novas abordagens aos desafios impostos pelas metrópoles brasileiras contemporâneas.
PALAVRAS-CHAVE: arquitetura contemporânea; projeto de arquitetura; metrópole; infraestrutura.

ABSTRACT:
This article suggests, from the understanding of the mobility infrastructures as the main vector of expansion and morphological structuring of the Brazilian metropolises, its use as a support to the design and strategic intervention efforts over the territory. The project as methodology and activity capable of proposing actions based on critical positions, taken from broad comprehension and approach to the scope of architecture and local scales. Some concepts based on an infrastructural understanding of urban and architectural relationships and aimed to be experimented on the research activity and formulation of new approaches to the challenges imposed by the contemporary Brazilian metropolises are articulated.
KEYWORDS: *contemporary architecture; architectural design; metropolis; infrastructure.*

RESUMEN:
Este artículo sugiere, a partir del entendimiento de las infraestructuras de movilidad como principal vector de expansión y estructuración morfológica de las metrópolis brasileñas, su aprovechamiento como soporte al pensamiento proyectual y esfuerzos de intervención estratégica sube el territorio. El proyecto como metodología y actividad capaz de proponer actuaciones fundadas sobre tomas de posición críticas, partidas de amplias comprensiones y acercamiento al ámbito de la arquitectura y de escalas locales. Se articulan, entonces, algunos conceptos fundados sobre un entendimiento infraestructural de relaciones urbanísticas y arquitectónicas, a ser experimentados sobre la actividad de investigación y formulación de nuevos abordajes a los desafíos impuestos por las metrópolis brasileñas contemporáneas.
PALABRAS-CLAVE*: arquitectura contemporánea; diseño de arquitectura; metrópolis; infraestructura.*

CIDADES INVIÁVEIS

O processo de crescimento de grandes metrópoles brasileiras tem como principal vetor a expansão desenfreada de suas periferias, fortemente marcadas por sistemas de mobilidade destinados a conectar regiões centrais, áreas adjacentes, cidades vizinhas e inclusive outros países. Bairros dormitórios ou industriais se ligam e, paradoxalmente, também se separam por grandes eixos viários, determinados por distâncias cuja transposição apenas pode ser realizada em veículos automatizados e territórios cuja natureza se revela oposta ao historicamente preconizado paradigma qualitativo de cidades compactas e caminháveis, voltadas ao pedestre e à escala humana.

O papel auxiliar e coadjuvante destas vastas periferias se reflete sobre espaços, formas e relações sociais, nos quais desorganização, caráter utilitarista e pouca ou nenhuma representatividade confirmam uma posição de segundo plano em relação a seus respectivos centros. Esta carência múltipla certamente se manifesta em maiores detalhes de acordo com as especificidades de cada lugar, mas abrange uma série de fenômenos urbanos comuns, porém obscuros e pouco explorados no âmbito da arquitetura e do desenho urbano; vistas em geral como mazelas e amplamente negligenciadas, estas características requerem parâmetros ou conceitos com os quais possam ser identificadas, representadas e possivelmente articuladas, se confrontadas aos saberes arquitetônicos e urbanísticos constituídos.

Termos como *terrain vague* (SOLÀ-MORALES, 1995) e “não-lugar” (AUGÉ, 1995) ou adjetivos tais quais “genérico”, “invisível” ou “isotrópico” (KOOLHAAS, 1995; POPE, 1996; AURELI, 2011) denotam a imprecisão e abrangência relativas a descrições de territórios dissociados, por um lado, das dinâmicas que configuram e consolidam cidades tradicionais e, por outro, de configurações espaciais determinadas por enclaves privados, voluntariamente isolados e desconectados daqueles externos a suas redes e círculos (POPE, 1996). Nestes territórios, áreas residenciais uniformes se somam a instalações industriais, infraestruturas, vazios e, cada vez mais, a enormes ocupações informais, concentradas especialmente no hemisfério sul, responsáveis por mais de 30% da população urbana no mundo (WERTHMANN, 2011), sobre as quais incidem fenômenos únicos e, até o momento, indecifráveis. Fragmentação, sobreposições de usos, rupturas de escalas e espraiamento são resquícios da planificação e de políticas desenvolvimentistas, cujas práticas excluem enormes populações, sujeitando-as à mera funcionalidade e dependência dos interesses do mercado e do controle centralizado.

A reivindicação de maior autonomia para estes lugares implica em outra concepção da arquitetura e do desenho urbano, empenhada em dar forma a seus espaços, distinta da atuação livre de valores e intenções formais que obedece às relações vigentes de produção de metrópoles. Uma atitude crítica deve se posicionar para além dos modelos tecnocráticos, atualizações e inovações de equipamentos de mobilidade e insistentes revitalizações nostálgicas de centros históricos consolidados.

UMA VIA ALTERNATIVA

A busca por uma possível “terceira via” às ideias polarizadas de cidade espraiada ou cidade compacta nos conduz a um projeto de caráter metropolitano que, em vez de empregar o planejamento de maneira unificada, empenhe-se em potencializar o processo dialético da justaposição de partes, promovendo centralidades em meio a territórios expandidos. Ungers, no projeto *The City in the City: Berlin, a Green Archipelago* (1977), procurou pensar a capital alemã a partir da confrontação de fragmentos distintos e,

diante da crise, instabilidade e esvaziamento iminente[1], pontuar a cidade com intervenções diferenciadas (Figura 1). Essa abordagem seria capaz de superar a fragmentação, fazendo da crise em si – a impossibilidade de planejar Berlim – a oportunidade para se reforçar a forma urbana (AURELI, 2011). Oposta a uma doutrina de revitalização de lugares consolidados, já influente à época, a ideia do arquipélago propunha suas "ilhas" em meio a grandes áreas verdes e infraestruturas suburbanas, visando realçar o caráter territorial múltiplo de "cidades dentro da cidade"[2], evitando a diluição e homogeneização do espaço (HERTWECK e MAROT, 2013).

Análoga à ideia do arquipélago, porém anterior, é a de "constelação de núcleos" (*Constellation of Cores,* 1951*)*, de Jacqueline Tyrwhitt, que pretendia, no âmbito metropolitano, dar forma ao tecido construído a partir de momentos de adensamento e da aceitação de uma condição periférica em processo de ampliação. Diferentemente de outros modelos de ocupação nuclear, como a *Garden City*, de Howard, e o próprio *Green Archipelago*, de Ungers, que se deveriam instalar em meio a amplos espaços livres, a "constelação" de Tyrwhitt planejava se inserir em meio aos subúrbios construídos e em expansão, diferenciando-se, por maior densidade e programa cívico, da massa homogênea (D'HOOGHE, 2010).

Estes trabalhos apontam para visões ampliadas em relação a territórios urbanizados e, mais do que intervenções pontuais, demonstram a possibilidade de se potencializar aquilo que a própria metrópole nos oferece, de pensa-la com base em intervenções estratégicas e sutis, concebidas a partir do reconhecimento da realidade e o entendimento da diferença entre estilos de vida e morfologias variadas, da oposição e do contraste mútuos, sem que, para isso, se evite lidar com os reflexos da planificação e do próprio urbanismo sobre o espaço, nem se pretenda retornar ingenuamente a modelos urbanos vinculados ao passado. A ideia da contraposição de partes pretende, a partir da admissão do que é impreciso, uniforme ou indefinido, atuar de maneira a reforçar e potencializar preexistências. Além disso, esta abordagem pode acentuar a natureza diversa de bairros, ocupações e lugares diferenciados, fazendo do projeto instrumento de atuação contra um urbanismo totalitário e tecnocrático, a partir da negociação entre o que é específico, que requer algum nível de antecipação e pode ser cuidadosamente estruturado, e o que mantém caráter difuso, admitindo processos passados e em curso, influências recíprocas, transformações e ocorrências imprevistas. Arquitetura e desenho urbano podem, a partir da atividade especulativa e crítica, articulada à teoria, ampliar seu espectro de reflexão, recorrendo, para além dos instrumentos domesticados e tecnocráticos de uma prática operacional, a tantos campos quantos forem necessários para questionar modelos vigentes e aproveitar oportunidades existentes, porém pouco exploradas, na busca estratégica de alternativas à lógica produtora de cidades genéricas genéricas (KOOLHAAS, 2010 [1995]).

[1] Em 1977, havia previsões de que a população de Berlim cairia de 2.1 milhões para menos de 1.7 milhões na década de 80.

[2] A ideia de "cidade dentro da cidade" foi atribuída por Manfredo Tafuri ao Rockefeller Center e aplicada por diversos autores - dentre os quais Aldo Rossi, Oswald Mathias Ungers, Rem Koolhaas e Pier Vittorio Aureli - para designar o caráter múltiplo e dialético de partes que compõem um conjunto.

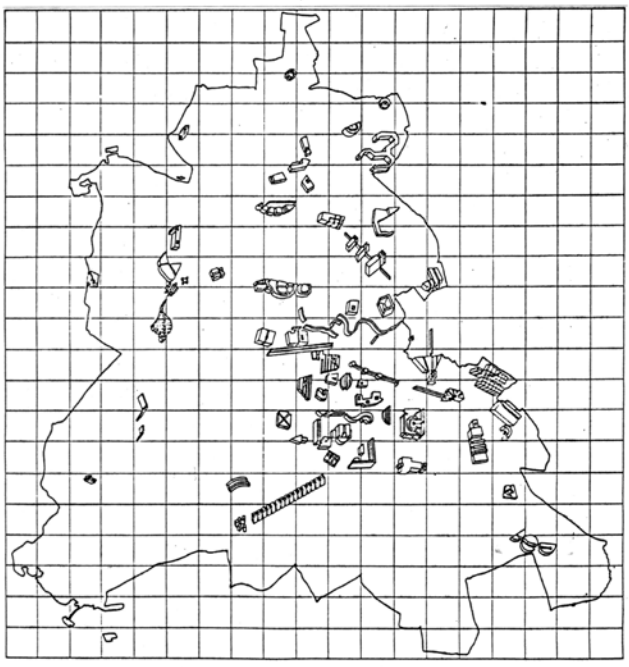


Figura 1 - Figura 3 - Berlin as a Green Archipelago
Fonte - HERTWECK & MAROT, 2013, p. 99

PROJETO COMO AÇÃO POLÍTICA

Sob esta chave, é interessante a leitura que faz Pier Vittorio Aureli das proposições de Aldo Rossi e colegas da Escola de Veneza sobre arquitetura e cidade como análogas às posições dos operaístas italianos[3] que propunham - a partir da tomada de consciência, por parte do operariado, de seu papel como engrenagem de um sistema - a separação da sociedade e da cidade, enquanto entes políticos, contra a continuidade irrefreável do desenvolvimento capitalista. Rossi pretendia não o enfrentamento, mas, a partir de elaboração teórica e consequente aplicação à arquitetura, uma contraposição à homogeneidade e continuidade espaciais da planificação que, através do crescimento aberto, progresso, primazia econômica e adaptabilidade, metabolizava e anulava a cidade enquanto espaço político. A possibilidade de tensão e confrontação de antagonistas, para os operaístas, era representada "por táticas políticas e institucionais desenvolvidas pela classe operária" e, para Rossi, se consolidava "na individualidade do artefato urbano, singularidade do *locus* e na ideia de cidade composta por partes separadas" (AURELI, 2008, p. 66).

Com base nesta estratégia, o arquiteto italiano aplicava seu conceito de artefato urbano: a materialização de um elemento singular, a "atualização de um potencial" a partir de princípios comuns relativos a determinado lugar e momento histórico, traduzida em sua definição de *tipo*. E aplicava o conceito de *locus,* como "singularidade geográfica da qual se constitui a arquitetura, o que deve ser entendido enquanto estrutura

[3] Raniero Panzieri, Antonio Negri, Mario Tronti, entre outros, fizeram parte de um grupo que, nos anos 60 e 70, a partir de uma leitura original de Marx, procurou desenvolver conceitos teóricos e táticas de atuação política.

universal" (AURELI, 2008, p. 62) relacionada ao comum, à potencialidade que cada lugar, a partir de sua coletividade, apresenta, e que cada artefato, individualmente, irá manifestar. Esta formulação, a partir de uma tomada de posição ética, demonstra a tentativa de pensar a cidade para muito além de uma arquitetura imagética ou reacionária[4], da qual Rossi foi acusado, segundo Aureli, devido a interpretações precipitadas, alimentadas por uma onda cultural de exposições internacionais e excesso de "profissionalização do conhecimento", no início dos anos 70, que associavam seu trabalho aos rótulos de arquitetura pós-moderna e "arquitetura radical", desconsiderando a tentativa de criação de uma teoria que buscava atuar, social e politicamente, "desde dentro e contra" *(within and against)* o capitalismo.

O rótulo do radicalismo inverte a concepção estratégica do projeto, associando-a aos emblemas de uma atitude pretensamente vanguardista que, tanto quanto aquela condescendente ou apologética do *mainstream*, é representativa de uma abordagem cooptada pela lógica cultural imperante e, portanto, "incapaz de se desvincular da operatividade do real" (BOANO, 2017, p. 53), inserida no eterno ciclo de atualizações do mercado e padronização do pensamento, resultando pouco ou nada efetiva enquanto atuação crítica, por pautar-se constantemente por seus antagonistas e resultar facilmente contornável, como o reverso de uma mesma moeda.

A alusão a Rossi interessa, não pelo caráter formal de sua arquitetura ou pela possibilidade de se construir objetos contrapostos à impessoalidade da urbanização, mas por apontar a uma atividade reflexiva, fundada sobre o "indispensável vínculo que a noção de projeto implica em termos de posicionamento crítico, pautado por um determinado conjunto de valores e ideais" (LASSANCE e ENGEL, 2016, p. 3), relacionado de maneira dialética com a sociedade e os contextos sobre os quais se pretende trabalhar. O subproduto do urbanismo, aquilo que está essencial e inevitavelmente associado ao progresso e crescimento, é intersticial e perene; perdura e se multiplica, ao longo do tempo, em meio à expansão, verticalização e transformações urbanas, mantendo-se anônimo, amorfo e invisível. Estes interstícios, entendidos não como resíduos a ocupar, mas como lugares de "ruptura e diferença", são oportunidades onde "reside o potencial para a mudança" (BOANO, 2017, p. 55), por oferecerem possibilidades de inserção exatamente onde ocorre a contraposição de partes, aspecto essencial na concepção da ideia do formal.

Pier Vittorio Aureli (2011), citando Hannah Arendt, argumenta que o homem é naturalmente um ser apolítico e que a política surge enquanto ajuste de relações, quando reconhecemos, a partir do outro, nossa própria existência, por diferença e antagonismo. Portanto, assim como não se pode pensar o político individual ou isoladamente, o espaço "entre" (*infra*) apenas se materializa mediante a oposição das partes que o limitam, quando o "conceito de político e o conceito de formal indicam a possibilidade de composição da diferença", contendo em si a ideia do todo *per via negativa*, formado por partes separadas (AURELI, 2011, p. 32).

Portanto, diferentemente de uma prática que, a partir do "diagnóstico de problemas" pretenda atuar de maneira global sobre o território, aplicando ferramentas padronizadas e planificadas[5], sem gestos heroicos

[4] Rossi foi acusado pelo júri do concurso para o centro administrativo de Turim, em 1962, de propor uma arquitetura reacionária, destinada a atividades de "execução em massa". Além disso, Rafael Moneo atribui a ideia de tipo do italiano a uma imagem profunda – a despeito de suas formulações sobre estrutura e aspectos culturais intrínsecos - da arquitetura.

[5] Esta abordagem, ainda hoje reproduzida sob justificativas políticas e bem intencionadas, se assemelha a proposições seminais do que deveria ser a "ciência do urbanismo", a finais do século XIX e princípio do século XX. Os modelos do gridiron (Cerdà), cidade linear (Soria y Mata) e cidade-jardim (Howard), por exemplo, tinham pretensões universalistas e deveriam atuar como dispositivos de programação e ordenação territorial. Seu caráter sistêmico não absorvia peculiaridades, questões políticas, culturais ou simbólicas.

ou mirabolantes, sem a reprodução de modelos tecnocráticos e corporativos, é possível inserir-se habilmente no espaço urbano genérico sob o reconhecimento de potencialidades específicas a cada contexto, do contraste e da subversão do próprio produto do urbanismo. Esta atitude não procura ingenuamente negar ou combater um cenário posto, fruto de décadas de atuação fragmentada de poderes públicos, negligência e informalidade, mas tomar partido das oportunidades existentes em busca de uma arquitetura e um desenho urbano capazes de oposição interna ao que hoje é aceito e replicado como regra, como padrão.

Nesta concepção, mais do que a geração de formas originais contrapostas a outras[6], importa a noção do próprio interstício enquanto exceção, enquanto diferenciação ao que é norma. Boano recorre ao conceito de inoperatividade, em Agamben, na busca de uma atitude ética de deslocamento perante as mecânicas sociais predominantes, cuja materialização proporcione uma arquitetura capaz de retirar o sujeito dos aparatos que lhe "capturam a vida" e induzem à produtividade; uma arquitetura que, "desde dentro e contra", subverta os dispositivos, direcionando-os ao uso comum e a uma outra relação com os territórios aos quais estruturam e as populações que os habitam.

INFRAESTRUTURA COMO ESTRATÉGIA

Baseada nesta estratégia, uma inversão conceitual entre o que é figura e o que é fundo pode fazer emergir, para além de uma arquitetura feita de grandes gestos ou formas e para além de um urbanismo totalitário ou unificante, a camada infraestrutural que o desenho urbano insiste em afastar de suas atribuições[7], a reboque de críticas genéricas a paradigmas atribuídos ao modernismo e aversão ao automóvel. Talvez por isso, esta espécie de substrato se mantenha invisível e incompreendida, separada funcionalmente do que é tecido e relegada a um plano secundário, apesar de onipresente sobre a delimitação do espaço e regulação de vidas e corpos, como ordem primária de estruturação do território urbano.

Enquanto o ambiente construído se recicla, renova, destrói e reconstrói, o esqueleto infraestrutural se mantém, indiferente a debates formais - a despeito de sua insistente associação ao reverso do paradigma de boas cidades - como único suporte permanente sobre o qual se pode efetivamente projetar a metrópole (FRAMPTON, 1996) e nos oferece oportunidades suscitadas por seu caráter duplamente ambíguo: se por um lado estas obras fissuram e desmembram áreas urbanas ora contínuas, elas também criam limites legíveis, abrindo espaço para momentos de exceção, definição formal e a possibilidade de uma abordagem arquitetônica em meio às superfícies expandidas do urbanismo (GUIDA, 2016); além disso, ao mesmo tempo em que distanciam indivíduos e espaços ora próximos, eixos de mobilidade aproximam e conectam localizações distantes, o que pode servir-nos como pista para a utilização tática dos aparatos funcionais da metrópole de maneira a potencializar espaços de caráter público.

[6] O projeto Stop-City, de Aureli com Martino Tattara, apesar de se colocar criticamente à planificação, é impositivo e focado sobre o objeto, abdicando das estratégias destacadas pelo próprio autor, na atuação de Aldo Rossi.

[7] Atitude similar pode ser percebida no projeto do OMA para a cidade de Melun-Sènart, na periferia de Paris

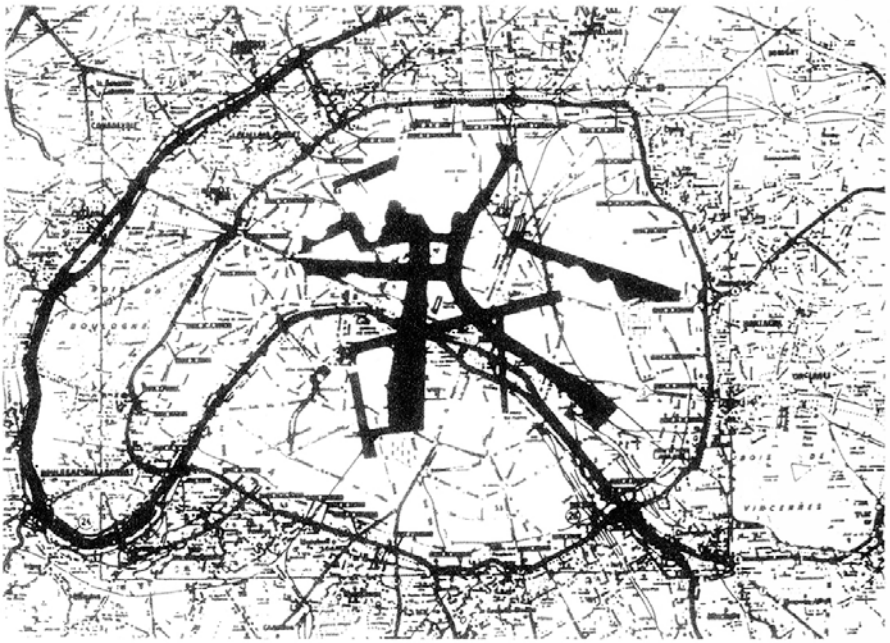


Figura 2 - Figura 1 - OMA_Melun Sènart 1987.
Fonte - KOOLHAAS, 1990, p. 44

Em sociedades guiadas pela produtividade, comunicação e velocidade, conectadas virtualmente, porém fechadas espacialmente, marcadas por grandes distâncias, dependência de áreas centrais e ausência de instituições ou espaços cívicos representativos da coletividade, a experiência da mobilidade pode servir como antídoto ao isolamento, por seu caráter comum, em momentos de subversão, de convergência, transversalidade e desaceleração, onde se venham a cristalizar relações de natureza compartilhada (D'HOOGHE, 2016; LEE, 2016). Nestes pontos, a "objetificação das infraestruturas" (D'HOOGHE, 2010) pode proporcionar congestão, mescla de atividades, agenciamento de fluxos, modulação de velocidades, criação de interfaces, novas espacialidades, arranjos e formas metropolitanas, de maneira a potencializar aquilo a que Allen (1999) denominou "condições de campo", ditas quaisquer matrizes formais ou espaciais capazes de unificar diversos elementos, respeitando suas identidades; momentos de intensificação de fenômenos não necessariamente visíveis, cujas relações se alimentam mutuamente e promovem novas organizações espaciais aptas a incrementá-las.

ESTRATÉGIAS INFRAESTRUTURAIS

Em âmbito ampliado, trata-se de tomar partido dos fluxos contínuos, caráter tecnocrático, perene e intersticial das redes infraestruturais, que conectam e comunicam localizações distantes, estabelecendo organizações coletivas flexíveis, compostas por eventos pontuais em sequência, determinados a partir de "conjunções físicas, perceptivas ou culturais" (RAMÍREZ, 2015, p. 83) a serem potencializadas e mutuamente incrementadas por novas organizações e matrizes espaciais. A ideia de "campo" se refere à possibilidade de

influência recíproca e diálogo entre as partes que podem, de baixo para cima, modificar a noção de conjunto sem, no entanto, serem condicionadas por uma totalidade predefinida.

Em escala local, trata-se de compreender as frestas, fissuras e interstícios urbanos, gerados por grandes aparatos e obras infraestruturais, como possibilidades para o estabelecimento de limites, o agenciamento de camadas e relações, ora concretas, ora intangíveis, em momentos de intensificação de fenômenos dinâmicos onde, muito mais que determinações formais, importam as formas "entre as coisas" (ALLEN, 1999, p. 92). Nestes episódios de convergência, as escalas, velocidades e os usos oscilam e se modificam, ao longo do tempo, e não se devem limitar por normas ou figuras rígidas, mas orientar por organizações flexíveis, a partir das quais se podem pensar estratégias de transição e interface com preexistências, domínios consolidados ou em expansão. Esta busca, relacionada à concepção de "campo" e confrontada à inevitável solidez da arquitetura, demanda a ideia de infraestrutura enquanto "estrutura aberta mínima" (TZONIS e LEFAIVRE, 1998, p. 21), primária, ou "a quantidade de arquitetura necessária para atuar como sistema suporte" (RAMÍREZ, 2015, p. 133), capaz de estabelecer um conjunto de regras a partir das quais se poderão manifestar eventos, relações e experiências múltiplas, contingentes e indeterminadas, acomodadas por estruturas secundárias.

Onde se aproximam, encontram ou cruzam vetores e modais de mobilidade, por exemplo, se colocam possíveis articulações de condições de campo, aptas a potencializar a ocupação, o uso e o compartilhamento do espaço urbano, promover conexões entre áreas dispersas, articular territórios fragmentados. É importante que estas circunstâncias sejam pensadas e projetadas para além dos usos tipificados de circulação, trabalho ou moradia, associando-se a programas, fluxos, marcos e outras preexistências, de maneira que promovam experiências e trocas culturais. A desarticulação entre infraestruturas mono funcionais, sujeitas a dinâmicas privativas e tecnocráticas, desconsidera a pluralidade de possíveis práticas e relações metropolitanas, reduzindo a realidade cotidiana à operacionalidade, alienação e reificação cíclicas, além de descartar o pensamento projetual enquanto atividade especulativa e investigativa, capaz de vislumbrar e propor maneiras originais de se ocupar e usufruir do espaço.

O que se entende por condições de campo pode estar também relacionado a aspectos subjetivos ou culturais que aproximam e identificam indivíduos de um mesmo lugar; instâncias enraizadas, muitas vezes invisíveis e intangíveis, mas que se refletem sobre todos os aspectos da vida, inclusive formas de se relacionar com a cidade, a natureza, o trabalho e o movimento. Estas idiossincrasias, em geral carentes de legitimidade, se compreendidas e respeitadas, podem ser articuladas a dispositivos e fenômenos de escala ampliada, atualizando-se, qualificando-se e promovendo potenciais práticas coletivas, cuja representação, fruto de uma abordagem alternativa à complexidade das metrópoles contemporâneas, estará além de imagens idealizadas, padrões de consumo ou modos de vida elitizados.

Portanto, faz-se aqui referência a uma arquitetura de relações, onde, muito mais que a determinação formal, que a composição de elementos estáticos, importa a interação entre fenômenos dinâmicos, cujas escalas, velocidades e usos oscilam ao longo do tempo e não devem ser determinados por normas rígidas, mas orientados por organizações flexíveis, primárias, capazes de estabelecer conjuntos de regras a partir das quais se podem manifestar eventos, relações e experiências futuras, múltiplas e indeterminadas, acomodadas por estruturas secundárias.

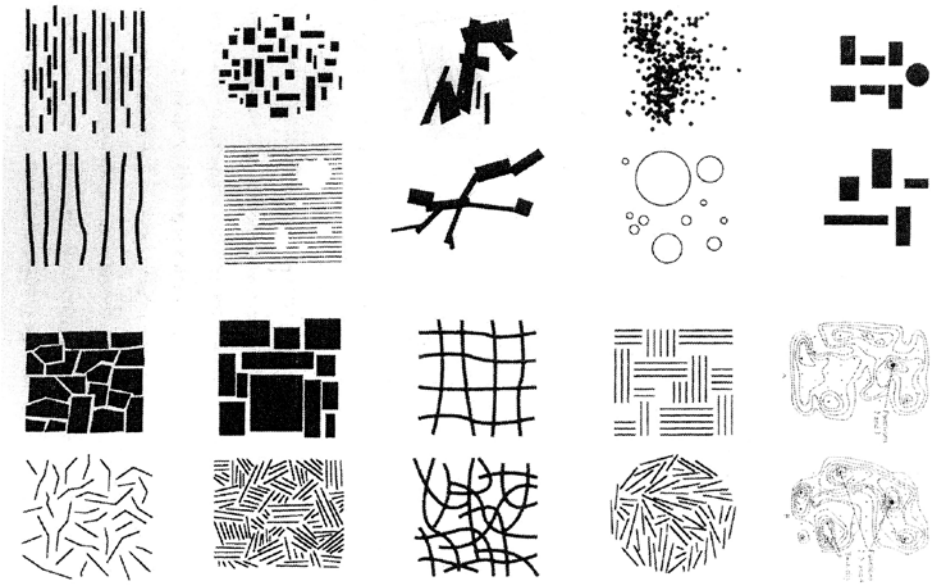


Figura 3 - Diagramas de condições de campo.
Fonte - ALLEN, 1999, p. 98

Uma arquitetura cuja dimensão e materialidade se façam precisas perante as articulações a que se pretende deve se posicionar para além da mera distinção entre interior/exterior ou da dicotomia horizontal/vertical relativas, em geral, a formas unívocas e objeto isolados. Kengo Kuma, em Anti-Object (2008), atesta, a partir da análise de projetos nos quais tempo e espaço se mostram indissociáveis, a importância do elemento horizontal de "piso" (*floor*) e a possibilidade que este oferece de fruição espacial e temporal simultânea - à diferença da natureza vertical da "parede" (*wall*). Enquanto a última se percebe de maneira fixa e constante, o primeiro se desdobra progressiva e gradualmente através do deslocamento, o que evidencia a essência do espaço – mais que como vazio, intervalo entre formas - enquanto "meio" entre sujeito e mundo.

É possível traçar um paralelo entre esta ideia e aquilo que Maki e Goldberg (1964) denominaram *Linkage in Collective Form*: um instrumento, uma estratégia flexível de atuação, que procura acomodar mudanças e que prescinde de geometrias definidas (D'HOOGHE, 2010), capaz de catalisar elementos separados e individualizados do espaço urbano, partindo da possibilidade de articular formas existentes através do projeto. A noção de *linkage* (ligação) referida não está associada estritamente à função de circulação, mas à potencialização de fragmentos por meio da integração de camadas, associações, reorganizações espaciais ou territoriais. As ações de "mediação", "definição", "repetição", "criação de rotas" e "seleção" (MAKI e GOLDBERG, 1964), buscam propiciar a experiência de agrupamentos coletivos onde, mais que a específica determinação formal ou a ideia de deslocamento linear, importam as relações estabelecidas por partes ora desconexas.

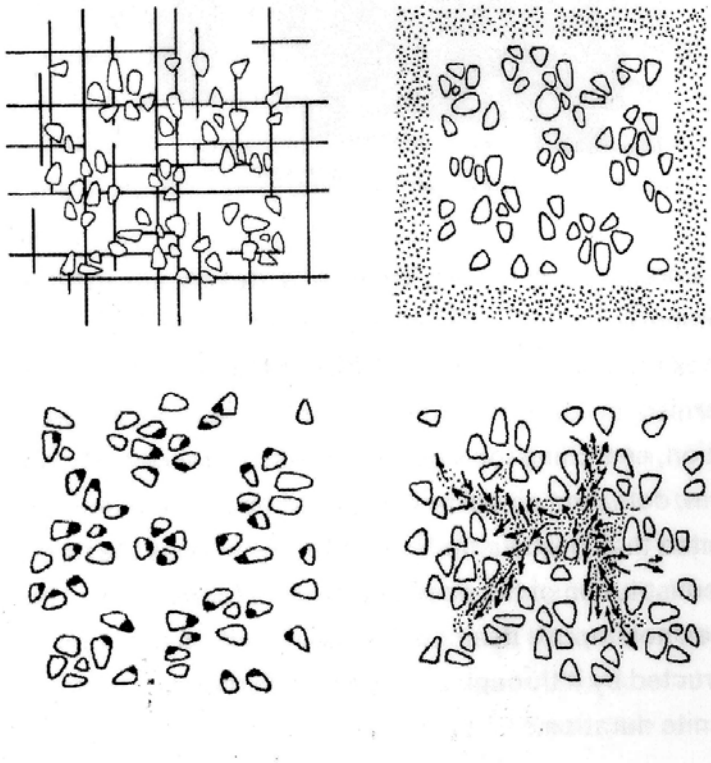


Figura 4 - Fumihiko Maki e Jerry Goldberg_Mediação, definição, repetição e criação de rotas - Linkage in Collective Form.
Fonte - D'HOOGHE, 2010, p. 45

Vistos como estratégias projetuais, tais recursos possuem caráter infraestrutural por atuarem como suporte a relações metropolitanas de naturezas e proporções variadas, abrindo mão de relações compositivas, experimentações plásticas ou determinações programáticas, que tendem a acercar a arquitetura e o desenho urbano de formas fechadas ou autorreferentes, em geral relacionadas a representações majoritárias e restritas e instituições de poder tendentes a definir seus usos, alienar as pessoas em relação a seu entorno e distanciá-las da convivência pública fundada sobre o encontro, a interseção e o atrito (D'HOOGHE, 2010). Uma arquitetura sem pretensões formais, em que a matéria construída se preste a orientar relações e articular camadas, é algo em processo, cujo arranjo ou organização espacial será fruto de potencialidades motivadas por associações não prescritivas, alimentadas por "múltiplos campos de atração" (BOANO, 2017, p. 35), cuja disposição, cuidadosa e flexível, propiciada pela compreensão infraestrutural do projeto e um raciocínio programático estratégico, pode reforçar o caráter coletivo do espaço.

O caráter perene e intersticial, papel estruturante e uso intensivo das infraestruturas de mobilidade podem servir como oportunidade para a proposição de relações mutualistas, que não mais acatem divisões funcionais e categorizações estanques, submetendo populações à mecanização e compartimentação das experiências básicas da vida. É importante que estas circunstâncias sejam pensadas e projetadas para além dos usos tipificados de circulação, trabalho ou moradia, tendentes à limitação, repetição e à rápida apropriação pelas lógicas produtivas do mercado; também, a desarticulação entre arquitetura e infraestruturas mono funcionais, sujeitas a dinâmicas privativas e tecnocráticas, desconsidera a pluralidade de possíveis práticas e relações metropolitanas, reduzindo a realidade cotidiana à operacionalidade e

alienação cíclicas, além de descartar a capacidade do pensamento projetual para vislumbrar e propor maneiras originais de se ocupar e usufruir do espaço, independentemente de definições rígidas da forma arquitetônica ou da determinação de usos estritos.

Algumas práticas e ocupações podem, sem dúvida, qualificar diferentes lugares, mas as relações que se estabelecem por especificidade são circunstanciais, se transformam ao longo do tempo, de acordo com conjunturas variadas, e podem interessar a grupos muito exclusivos. Portanto, aquilo cujo caráter se faz potencialmente flexível e estratégico é, justamente, o que se situa entre espaços de uso determinado (D'HOOGHE, 2010, p. 22), o que é não direcionado, onde camadas se sobrepõem, vetores se intersectam, fluxos se cruzam e interesses díspares interagem, tensionados por uma "miscigenação programática" (LASSANCE, VARELLA e CAPILLÉ, 2012, p. 42) oportunista e híbrida, que acolhe atividades diversas, promove diferentes tipos de apreensões espaciais e experiências compartilhadas.

Especificidade programática pouco importa diante de arranjos espaciais aptos a potencializar usos de diferentes naturezas, ocupações fragmentadas, mudanças e adaptações, experiências de deslocamento ou retirada do cotidiano e desaceleração do ritmo apressado da metrópole. Um projeto que se pretenda sintonizado a estas condições deve ser potencialmente acolhedor de atividades diversas, apostando na negociação entre o que é cuidadosamente estruturado e o que pode preservar certa instabilidade e imprevisibilidade, consciente de que há dinâmicas e sistemas urbanos para muito além do que pode ser antecipado ou orientado.

POR UMA OUTRA PRÁTICA

A invisibilidade e depreciação incidentes sobre a imagem e a espacialidade de determinados lugares exige que voltemos nossos olhares a áreas e fenômenos distanciados do que se costuma ensinar e praticar como paradigma de boa arquitetura e bom urbanismo. Para além do pragmatismo e do oportunismo - que podem, contudo, oferecer-nos boas lições de projeto – a consciência de que a segregação espacial, tão presente nas grandes concentrações urbanas brasileiras, e a situação de dependência dos centros consolidados são reflexos de atitudes políticas, torna também política a reivindicação da identidade dos territórios expandidos como parte do universo simbólico e não meramente funcional de nossas metrópoles, o que não implica tentar reproduzir centralidades, espelhar ou replicar modelos, mas, a partir de identidades múltiplas e da afirmação das diversas partes distintas que compõem cada totalidade, potencializar as muitas cidades existentes dentro delas.

As infraestruturas de mobilidade surgem como oportunidade de atuação baseada em uma tomada de posição ética e de uma estratégia que procuram dialogar com o mundo real, buscando, a partir dele próprio, subverter as lógicas e dispositivos reguladores e propulsores da cidade enquanto sistema. Seu caráter perene e intersticial, seu papel estruturante e seu uso intensivo podem servir como chave para a proposição de relações mutualistas que não mais acatem divisões funcionais e categorizações estanques, separando circulação, tecido e arquitetura ou submetendo populações à mecanização e compartimentação das experiências básicas da vida.

É nesta chave que um "urbanismo infraestrutural" (ALLEN, 1999), servirá como suporte ao projeto de relações e espaços metropolitanos flexíveis e híbridos, empenhados em subverter escalas, mesclar e potencializar programas, adensar vazios, amenizar densidades, conectar fragmentos, realçar formas indefinidas, reduzir velocidades, tensionar fluxos e desvendar o que usualmente não se vê. Esta prática é algo

a ser investigado e experimentado, a partir da especulação de cenários e proposição de intervenções que apostem na contraposição do singular frente ao genérico, do sutil frente ao massivo e do relacional frente ao objetual, à luz de exemplos que, a partir de revisões críticas, renovaram a prática e a experimentação da arquitetura, reposicionando-a frente à complexidade da metrópole contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEN, Stan. «Field Conditions.» En *Points + Lines: Diagrams and Projects for the City*, de Stan ALLEN, 90 - 103. Nueva York: Princeton Architectural Press, 1999.

ALLEN, Stan. «Infrastructural Urbanism.» En *Points + Lines: Diagrams and Projects for the City*, de Stan ALLEN, 46 - 57. Nueva York: Princeton Architectural Press, 1999.

AUGÉ, Marc. *Non-places : introduction to an anthropology of supermodernity.* Londres; Nueva York: Verso, 1995.

AURELI, Pier Vittorio. *The Possibility of an Absolute Architecture.* Cambridge: MIT Press, 2011.

AURELI, Pier Vittorio. *The Project of Autonomy; Politics and Architecture Within and Against Capitalism.* Nueva York: Princeton Architectural Press, 2008.

BOANO, Camillo. «Una Arquitectura Cualquiera.» *ARQ DOCS*, 2017.

D'HOOGHE, Alexander. *The Liberal Monument: Urban Design and The Late Modern Project.* Nueva York: Princeton Architectural Press, 2010.

D'HOOGHE, Alexander. "The Objectification of Infrastructure: The Cultural Project of Suburban Infrastructure Design." Em *Infrastructure as Architecture. Designing Composite Networks*, por STOLL, Katrina; LLOYD, Scott , 78-83. Zurique: ETH, 2010.

D'HOOGHE, Alexander. «Transportation Infrastructure as Our Commons.» En *Infrastructural Monument*, de MIT Center for Advanced Urbanism, 14-20. Nueva York: Princeton Architectural Press, 2016.

FRAMPTON, Kenneth. «Megaforma e relevo como uma estratégia possível.» *RUA - Revista de Urbanismo e Arquitetura* (Universidade Federal da Bahia) 4 (1996): 80-85.

GUIDA, Irene. «Networks and Corridors: Paradoxes of Connectivity.» En *Water and Asphalt: The Project of Isotropy*, de VIGANÒ, Paola; FABIAN, Lorenzo; SECCHI, Bernardo, 58-61. Zurique: Park Books, 2016.

HERTWECK, Florian; MAROT, Sebastien. *The City in the City: Berlin: A Green Archipelago.* Zurique: Lars Müller Publishers, 2013.

KOOLHAAS, Rem. «The Generic City.» En *S, M, L, XL*, de KOOLHAAS, Rem; MAU, Bruce (eds.), 1248-1264. Nueva York: Monacelli Press, 1995.

KUMA, Kengo. *Anti-Object: The Dissolution and Desintegration of Architecture.* Londres: AA Publications, 2008.

LASSANCE, G.; ENGEL, P. Da Composição de Agendas no Ensino de Projeto. IV ENANPARQ - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Porto Alegre, p. 1-14, 25-29 Julho 2016.

LASSANCE, Guilherme; VARELLA, Pedro; CAPILLÉ, Cauê. *Rio Metropolitano: guia para uma arquitetura.* Rio de Janeiro: Rio Books, 2012.

LEE, Christopher. «Notes on Infrastructural Monuments.» En *Infrastructural Monument*, de MIT Center for Advanced Urbanism, 24-30. Nueva York: Princeton Architectural Press, 2016.

MAKI, Fumihiko; GOLDBERG, Jerry. «Linkage in Collective Form.» En *Investigations in collective form*, de MAKI, Fumihiko; GOLDBERG, Jerry, 25-52. Washington: St. Louis, School of Architecture, Washington University, 1964.

MONEO, Rafael. *Inquietação Teórica e Estratégia Projetual na obra de oito arquitetos contemporâneos.* São Paulo: Cosac Naify, 2008.

POPE, Albert. *Ladders.* Nueva York: Princeton Architectural Press, 1996.

RAMÍREZ, Fernando Rodrigues. *Un entendimiento infraestructural del proyecto arquitectónico.* Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid, Madrid: Tesis de Doctorado, 2015.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. «Terrain Vague.» En *Naturaleza y artificio. El ideal pintoresco en la arquitectura y el paisajismo contemporáneos*, de ÁBALOS, Iñaki (ed.) 123-132. Barcelona: Gustavo Gili, 2009.

WERTHMANN, Christian. «Squatting Infrastructure.» En *Infrastructural Urbanism: Adressing the In-between*, de HAUCK, Thomas; KELLER, Regine; KLEINEKORT, Volker (eds.), 289-301. Berlim: DOM Publishers, 2011.

Salvador - 2018

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL: PANORAMA GERAL DA ARQUITETURA E DO DESIGN NO NORDESTE BRASILEIRO

FORMATION AND PROFESSIONAL ACTIVITIES: OVERVIEW OF ARCHITECTURE AND DESIGN IN THE BRAZILIAN NORTHEAST

FORMACIÓN Y ACTUACIÓN PROFESIONAL: PANORAMA GENERAL DE ARQUITECTURA Y DE DESIGN EN NORDESTE BRASILEÑO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

SILVA, Heitor de Andrade
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da UFRN
heitor.andrade@ufrn.abea.arq.br
MONTE, Andrea Carolino do
Mestre em Design UFCG
andreacarolino@gmail.com
LEITE, Izabel Farias Batista
Mestre em Design UFCG
izabelfbl@gmail.com

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL: PANORAMA GERAL DA ARQUITETURA E DO DESIGN NO NORDESTE BRASILEIRO

FORMATION AND PROFESSIONAL ACTIVITIES: OVERVIEW OF ARCHITECTURE AND DESIGN IN THE BRAZILIAN NORTHEAST

FORMACIÓN Y ACTUACIÓN PROFESIONAL: PANORAMA GENERAL DE ARQUITECTURA Y DE DESIGN EN NORDESTE BRASILEÑO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
O debate acerca da formação e atuação profissional em Arquitetura e Urbanismo, bem como em Design de Produtos tem se ampliado desde as duas últimas décadas e, hoje, abrange questões socioambientais e tecnológicas encontradas na maioria das cidades brasileiras, envolvendo análises e ações de intervenção no espaço e reflexões no campo da formação profissional. Tratam-se de problemáticas que demandam, das escolas, projetos pedagógicos atualizados. Objetivando traçar um panorama da formação e atuação profissional das referidas áreas no Nordeste brasileiro, consideramos as seguintes indagações: O que há em comum nesses cursos? Que especificidades merecem destaque? Qual o perfil dos egressos? Qual a parcela representativa desses profissionais no mercado de trabalho? A coleta de dados contemplou o material disponibilizado pelas escolas e sites específicos (conselhos profissionais e de registro de empresas) e se deu, basicamente, em dois níveis: a) geral, de natureza mais quantitativa; b) específico, de natureza mais qualitativa, buscando uma caracterização do perfil de formação do egresso e considerando a contextualização de uma realidade local. Das constatações feitas, observou-se que, embora as áreas de atuação possuam muitas semelhanças, no que se refere ao quantitativo de cursos ativos existentes, vagas ofertadas e atuação no campo profissional, existem diferenças e particularidades.

PALAVRAS-CHAVE: formação, arquitetura, design, nordeste brasileiro.

ABSTRACT:
The debate about the formation and professional performance in Architecture and Urbanism, as well as in Product Design has been expanding since the last two decades, and today it covers socio-environmental and technological issues found in most Brazilian cities, involving analyzes and intervention actions in the space and reflections in the field of vocational training. These are problems that requires, from schools, pedagogical projects updated. Aiming to draw a perspective of the formation and professional performance of these areas in the Brazilian Northeast, we consider the following questions: What is in common in these courses? What specificities deserve prominence? What is the profile of the graduates? What is the representative share of these professionals in the job market? The data collection included the material provided by the schools and specific websites (professional councils and business registration) and was basically based on two levels: a) general, of a more quantitative nature; b) specific, of a more qualitative nature, seeking a characterization of the egress profile and considering the contextualisation of a local reality. From the findings, it was observed that, although the areas of activity have many similarities, there are differences and particularities regarding the number of existing courses, vacancies offered and work in the professional field.
KEYWORDS: *formation, architecture, design, brazilian northeast.*

RESUMEN:
El debate sobre la formación y la actuación profesional en Arquitectura y Urbanismo, así como en Design de productos se ha ampliado desde las dos últimas décadas y, hoy, abarca cuestiones socioambientales y tecnológicas encontradas en la mayoría de las ciudades brasileñas, involucrando análisis y acciones de intervención espacio y reflexiones en campo de la formación profesional. Se tratan de problemáticas que demandan, de las escuelas, proyectos pedagógicos actualizados. Con objetivo de trazar un panorama de la formación y actuación profesional de las referidas áreas en Nordeste brasileño, consideramos las siguientes indagaciones: ¿Qué hay en común en esos cursos? ¿Qué especificidades merecen destaque? ¿Cuál es el perfil de los egresados? ¿Cuál es la parte representativa de estos profesionales en el mercado de trabajo? La recolección de datos contempló el material disponible por las escuelas y sitios específicos (consejos profesionales y de registro de empresas) y se basó básicamente en dos niveles: a) general, de naturaleza más cuantitativa; b) específico, de naturaleza más cualitativa, buscando una caracterización del perfil de formación del egresado y considerando la contextualización de una realidad local. De las constataciones hechas, se observó que, aunque las áreas de actuación poseen muchas semejanzas, en lo que se refiere al cuantitativo de cursos activos existentes, vagas ofertadas y actuación en el campo profesional, existen diferencias y particularidades.
PALABRAS-CLAVE*: formación, arquitectura, design, nordeste brasileño.*

INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de refletir sobre a atuação autônoma de projetistas - arquitetos e designs - no Nordeste brasileiro, bem como estabelece uma relação entre o destino de egressos de instituições reconhecidas em quatro estados da região, de domínio público e privado, e as suas respectivas formações profissionais.

A formação política como elemento integrante da formação universitária, sobretudo nas graduações de arquitetura e urbanismo, bem como de design, não é o enfoque deste artigo. Embora sejam duas variáveis inseparáveis se considerarmos uma formação mais ampla, que suplante a noção tecnicista e profissionalizante (para o mercado) assumida pela “universidade da razão”, que, hoje, predomina.

Nesse sentido, aventuramo-nos dizer que as universidades públicas brasileiras resistem no papel de formar, também, cidadãos capazes de contribuir para uma sociedade mais justa e humana. É um posicionamento ideológico, não hegemônico, principalmente percebido nas instituições públicas, que através da extensão universitária e do engajamento dos seus corpos docentes em causas sociais se reflete na formação do estudante.

Importante, antes de tudo, contextualizar esse campo de estudo: ensino de projeto. Inicialmente, cabe distinguir o ensino de arquitetura do ensino de projeto. O primeiro é mais amplo e envolve conteúdos, competências e habilidades necessárias na formação do arquiteto e do design. Inclui, desse modo, matérias do eixo fundamental, como as teorias, histórias, estruturas, tectônicas, eficiência energética, representação gráfica etc. O segundo volta-se para o exercício e aprendizado do projeto propriamente. O projeto enquanto objeto de estudo, também, é alvo de pesquisa em diferentes contextos. Chupin (2003) apresenta, basicamente, três situações, com objetivos distintos: a) o projeto em situação de pesquisa; b) o projeto em situação profissional; e c) o projeto em situação pedagógica.

É no projeto no campo pedagógico que se enquadra o ensino de projeto, que tem se destacado como campo de pesquisa e estudo, visto que a pedagogia seria um campo mais amplo e, em geral, ainda se encontra pouco desenvolvido quando relacionado a arquitetura e principalmente ao design.

Contudo, cabe algumas considerações sobre os princípios pedagógicos vigentes, que poderiam ser incorporados na formação universitária, embora não se refiram a ela, como o método Montessori; pedagogia Waldorf (Rudolf Steiner); pedagogia crítica; pedagogia liberadora (Paulo Freire); método Pestalozzi; método Freinet; a escola livre; a escola ativa; pedagogia sistêmica; educação personalizada; pedagogia logosófica. São princípios que questionam frontalmente a escolarização moderna e propõem um novo modelo educativo.

O atual sistema "prussiano", originado do padrão militar de educação da Prússia, no século XVIII, tem como objetivo gerar uma massa de pessoas obedientes e competitivas, com disposição para guerrear. As escolas são colocadas no mesmo patamar das fábricas e dos presídios, com seus portões, grades e muros; com horários estipulados de entrada e de saída, fardamento obrigatório, intervalos e sirenes indicando o início e o fim das aulas. Ou seja, o sistema educacional vigente acaba refletindo verdadeiras estruturas políticas ditatoriais que produzem cidadãos "adestrados" para servir ao sistema; nesses termos, qualquer metodologia educacional que busque algo diferente será "proibida".

Esse foi o modelo que predominou pela Europa e depois pelas Américas. Sua principal falha está em um projeto que não leva em consideração a natureza da aprendizagem, a liberdade de escolha ou a importância das relações humanas no desenvolvimento individual e coletivo. Desse modo, é latente a necessidade do surgimento e do crescimento de novas formas de educação.

Sobre o ensino de projeto, algumas iniciativas (sobretudo eventos acadêmicos) têm reunido experiências e conhecimentos acerca do tema, tais como: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ), Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ENSEA), Seminário PROJETAR. Destacamos uma vertente sobre o tema (ensino de projeto) que se refere ao momento de concepção do projeto, no processo, poderíamos identificar, numa leitura mais tradicional e produtivista, basicamente, três etapas: análise, síntese (concepção) e avaliação (desenvolvimento). Existem vários autores que se dedicam exclusivamente ao momento da concepção projetual, entendida como a essência da prática. Para muitos estudiosos do assunto, inclusive, formar "conceptores do espaço" seria a grande ênfase do momento; em contraposição aos operadores de ferramentas e aplicadores de métodos.

Em síntese, o que essa contextualização sugere é, por um lado, a formação institucional, voltada para o trabalho e a profissionalização do indivíduo, considerando as demandas do mercado; por outro lado, uma resistência de algumas instituições e docentes no sentido de manter uma formação mais ampla e humanizada, que considere a formação do cidadão, mais humanizada, enfim de sujeitos mais felizes e sensíveis às demandas da sociedade, considerando valores culturais, sociais, ambientais etc.

OS CURSOS DE ARQUITETURA E DE DESIGN NO BRASIL E NO NORDESTE

De acordo com o Censo da Educação Superior 2015 desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP - (2016), o Brasil possui 2.364 Instituições de Ensino Superior (IES). Conforme revela a tabela 1, percebe-se que o número de IES públicas (federais, estaduais e municipais) representa cerca de 10% do total de instituições privadas, as quais localizam-se, majoritariamente, nas cidades interioranas do país.

A tabela 1 mostra, ainda, que a região Sudeste apresenta o maior número de IES no país, seguida pela região Nordeste. Essa última, apresenta valores próximos de IES quanto a sua localização (capital e interior). No entanto, a quantia de IES públicas é menor nas capitais estaduais do Nordeste, sendo, possivelmente, essa carência suprida e justificada pelo maior número de IES privadas nessas áreas.

Região	Capital		Interior		Total
	Pública	Privada	Pública	Privada	
Norte	20	75	4	51	150
Nordeste	26	205	40	185	456
Centro-oeste	11	103	8	113	235
Sudeste	32	264	119	703	1.118
Sul	9	101	26	269	405
Brasil	**98**	**748**	**197**	**1.321**	**2.364**

Tabela 1: Quantitativo de IES no Brasil por região
Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do INEP, 2016

Atualmente, o Brasil tem 32.028 cursos presenciais cadastrados (INEP, 2016), dos quais, segundo os dados coletados no portal e-MEC, 248 são cursos de Design e 605 de Arquitetura e Urbanismo cadastrados em situação ativa no sistema, traduzidos em, respectivamente, 32.615 e 96.583 vagas autorizadas. Contudo, estes índices podem aumentar de forma substancial se contabilizados os cursos de ensino à distância e/ou com grau de tecnólogo. Porém, para fins de pesquisa, foram utilizados apenas dados referentes à cursos presenciais em nível de bacharelado.

A figura 1 mostra o panorama geral do quantitativo dos cursos supracitados agrupados pelas regiões do Brasil. Percebe-se que o Sudeste detém o maior número de cursos de ambas as áreas do conhecimento, totalizando cerca de 45% das graduações em Design e em Arquitetura e Urbanismo do país. O Nordeste encontra-se em colocação intermediária, estando a frente das regiões norte e centro-oeste. Outro aspecto relevante diz respeito à predominância da oferta do curso de Arquitetura em relação ao de Design. Em todas as regiões brasileiras Arquitetura possui mais cursos cadastrados no e-MEC, apresentando uma diferença significativa entre os cursos no Sudeste, Centro-oeste, Nordeste e Norte.

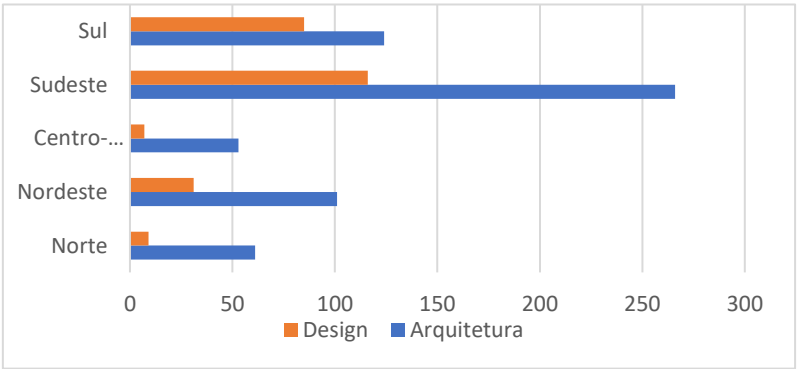


Figura 1: Gráfico do quantitativo dos cursos de Arquitetura e Design por região
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do e-MEC, 2017

As diferenças de ofertas de cursos de arquitetura e urbanismo entre as regiões, pode estar associada à concentração de indústrias e obras nas regiões sul e sudeste do país. Um indício de que a formação universitária está intrinsecamente vinculada a formação profissional para o mercado de trabalho.

No que concerne, especificamente à região Nordeste do Brasil, segundo e-MEC (2017) os estados do Maranhão (MA), Piauí (PI), Ceará (CE), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Rio Grande do Norte (RN), Alagoas (AL), Sergipe (SE) e Bahia (BA) somam, atualmente, 101 cursos de Arquitetura e Urbanismo e 31 de Design (vide tabela 2), em situação ativa com grau de bacharelado. Dentre estes, cerca de 51,62% dos cursos de Design são ofertados em instituições públicas, enquanto que, no caso de Arquitetura e Urbanismo, apenas 13,87% apresentam essa especificidade, estando, portanto, sua maioria instituída nas redes privadas, o que tende a refletir uma demanda mercadológica associada ao crescimento do setor da construção civil vigente nas últimas décadas.

ARQUITETURA			DESIGN		
Estado	**Nº de Cursos**	**Nº de Vagas**	**Estado**	**Nº de Cursos**	**Nº de Vagas**
Maranhão	09	1.250	Maranhão	06	575
Piauí	06	900	Piauí	02	280

Ceará	13	2.864	Ceará	04	250
Paraíba	11	1.670	Paraíba	02	110
Pernambuco	17	3.300	Pernambuco	05	670
Rio Grande do Norte	08	1.082	Rio Grande do Norte	01	40
Alagoas	08	1.132	Alagoas	02	260
Sergipe	05	780	Sergipe	02	290
Bahia	24	4.282	Bahia	07	980
Total	**101**	**17.260**	**Total**	**31**	**3.475**

Tabela 2: Quantitativo referente aos cursos de Arquitetura e Urbanismo e de Design na região Nordeste
Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do e-MEC, 2017

No que concerne aos cursos de Design, no Nordeste, apenas 03 possuem formação com habilitação exclusiva em design de produto, estando localizados em instituições públicas (UFCG, UFPB e UFRN). Os demais formam egressos com perfil generalista, explicitando a propensão da formação focada no mercado, o qual exige cada vez mais profissionais com conhecimentos nos diversos saberes de sua área de atuação, característica essa que está relacionada à competência multifuncional.

Quanto ao número de vagas autorizadas, o Design apresenta a proporção de, aproximadamente, 112 vagas para cada curso ofertado, ao passo que Arquitetura e Urbanismo possui cerca de 170 vagas por curso, o que nos leva a traçar um dos fatores que pode justificar a disparidade em relação ao número de profissionais entre as áreas e, consequentemente, empresas (vide tabela 3), considerando não só a quantidade de cursos, mas também a proporção de possíveis egressos.

Fonte	**ABEDESIGN**	**CAU**	**Empresômetro**	
Estado	**Design**	**Arquitetura**	**Design**	**Arquitetura**
Maranhão	01	197	00	159
Piauí	00	132	01	62
Ceará	01	240	07	271
Paraíba	01	283	01	97
Pernambuco	03	418	05	319
Rio Grande do Norte	00	200	01	161
Alagoas	00	96	00	92
Sergipe	00	114	00	77
Bahia	01	659	01	496
Total	**07**	**2.338**	**16**	**1.734**

Tabela 3: Empresas de Arquitetura e Design cadastradas e ativas na região Nordeste
Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da ABEDESIGN, do CAU e Empresômetro, 2016

Ainda no tocante à quantidade de vagas oferecidas, observa-se que as instituições de ensino particulares apresentam números demasiadamente superiores quanto comparadas às públicas, fato este proveniente de fatores como: tendência de mercado, visão de lucro, maior número de turnos e turmas, dentre outros.

Todavia, embora, cerca de 51,62% dos cursos de Design encontram-se no setor pública da educação, 72,37% das vagas autorizadas são oferecidas por instituições privadas. No curso de Arquitetura e Urbanismo essa prevalência da rede privada sobre a pública manifesta-se com maior nitidez, já que 94,94% das vagas encontram-se no referido setor.

Ao analisar-se o número total de vagas de ambos os cursos por estado da região Nordeste (vide figura 2), percebe-se a Bahia representa ¼ do valor, seguida pelos estados de Pernambuco (19%) e Ceará (15%). A Paraíba e o Maranhão encontram-se pareados na quarta posição com 9%. Os estados com os menores percentuais são Rio Grande do Norte e Sergipe, ambos com 5%.

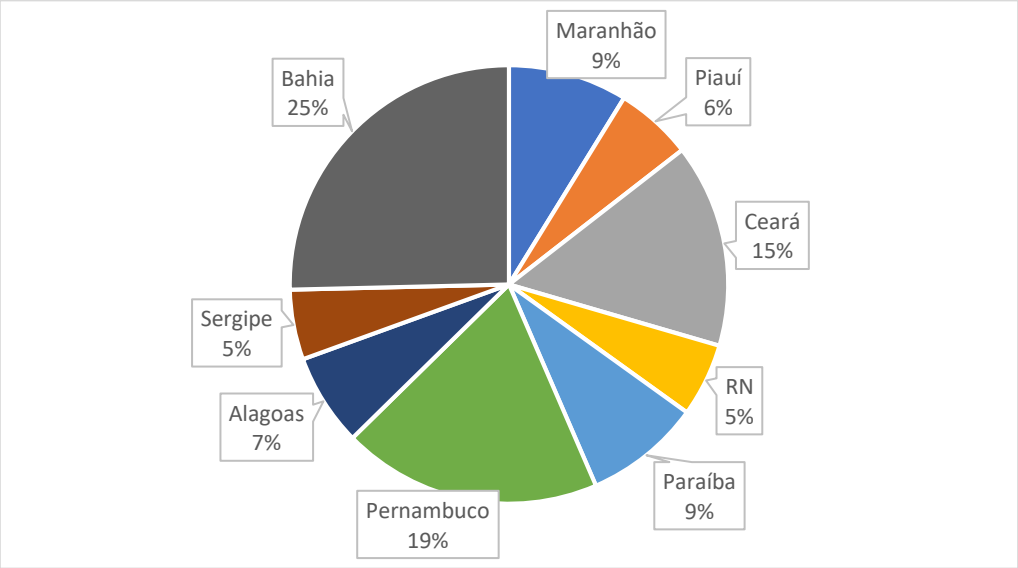


Figura 2: Gráfico do percentual de vagas dos cursos de Arquitetura e Design por estado
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do e-MEC, 2017

Quanto ao número de alunos matriculados e concluintes, as figuras 3 e 4 revelam o cenário vigente na região Nordeste do Brasil.

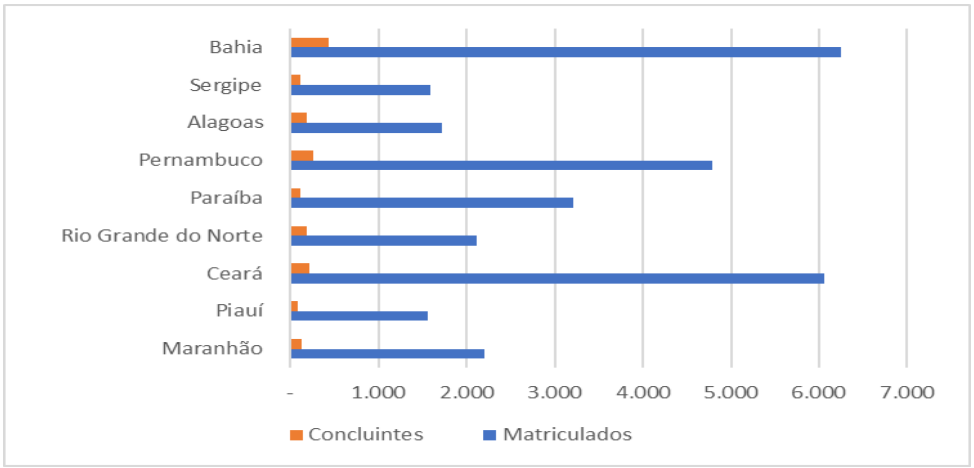


Figura 3: Quantitativos de alunos matriculados e concluintes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do INEP, 2016

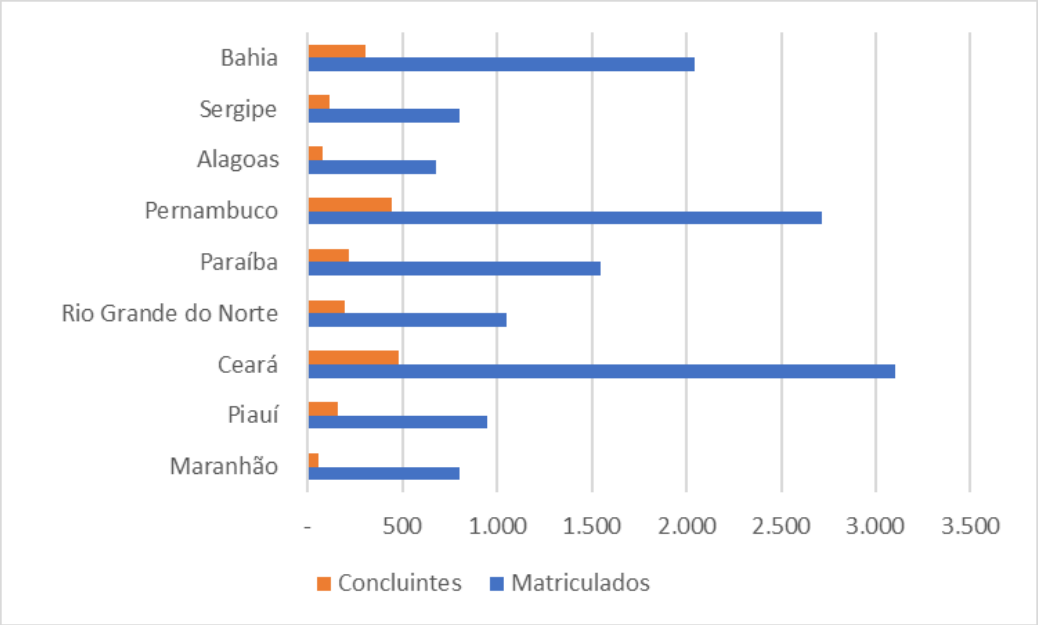


Figura 4: Gráfico do quantitativos de alunos matriculados e concluintes dos cursos de Design
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do INEP, 2016

Os dados evidenciam a grande evasão escolar que atinge as IES no Brasil. Ambos os cursos mostram perdas significativas de alunos que efetuaram matrícula, sobretudo em Arquitetura e Urbanismo. Os estados com maior índice de escape em relação ao curso de Design são Maranhão e Alagoas, enquanto que a Paraíba e o Ceará despontam quanto à Arquitetura. No caso do Ceará, o estado está entre os que mais apresentam alunos matriculados, contudo, as perdas de estudantes ao longo dos cursos também o coloca entre os estados com maiores índices de evasão escolar.

Quando a formação universitária se volta principalmente para o mercado de trabalho os riscos de evasão podem aumentar conforme as demandas dos postos de trabalho. Nesse sentido, outros valores sociais importantes – nos âmbitos cultural, ambiental etc. – podem deixar de ser contemplados.

O PERFIL DO EGRESSO NOS ESTADOS DO CEARÁ, PARAÍBA, PERNAMBUCO E RIO GRANDE DO NORTE

O ensino de Arquitetura e de Design no Brasil é orientado pelas Diretrizes Curriculares de cada um desses cursos que, concebidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), são normas obrigatórias que, entre outros aspectos, objetivam o planejamento curricular das Instituições e sistemas de ensino, orientando seus currículos e conteúdos. Deste modo, tratando-se de uma legislação obrigatória e que, portanto, deve ser cumprida, existem alguns pontos importantes de tais documentos que precisam ser tratados neste artigo, a exemplo do perfil de egresso desejado.

Em seu artigo 2º, tanto as Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo quanto dos de Design, garantem que a organização dos referidos cursos deve ocorrer de forma clara, abrangendo: projeto pedagógico, descrição de competências, habilidades e perfil desejado para o futuro

profissional, conteúdos curriculares, entre outros (BRASIL, 2010, p.1). No tocante especificamente aos cursos de Design:

> Art. 1º O curso de graduação em Design observará as Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas nos termos desta Resolução.
>
> Art. 2º A organização do curso de que trata esta Resolução se expressa através do seu projeto pedagógico, **abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades**, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, a monografia, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade, como trabalho de conclusão de curso – TCC, componente opcional da Instituição, além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico. (BRASIL, 2004, p. 1, grifo nosso).

Com relação ao perfil do egresso ensejado nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, o documento em questão estabelece primeiramente que a proposta pedagógica de tais cursos deve garantir uma formação generalista, além disso, o curso deve incentivar o desenvolvimento de condutas e atitudes com responsabilidade técnica e social. Em resumo, o curso de Arquitetura e Urbanismo deve possibilitar condições para que o futuro egresso tenha um perfil com sólida **formação generalista**; aptidão de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, organização e construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação e o paisagismo; conservação e valorização do patrimônio construído; e proteção do equilíbrio do ambiente natural e utilização racional dos recursos disponíveis. Para isso, todavia, é necessário que algumas competências e habilidades sejam desenvolvidas, temática abordada no artigo 5º do documento (BRASIL, 2010).

As Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação em Design, em seu artigo 3º, define como perfil desejado do egresso:

> [...] capacitação para a apropriação do pensamento reflexivo e da sensibilidade artística, para que o designer seja apto a produzir projetos que envolvam sistemas de informações visuais, artísticas, estéticas culturais e tecnológicas, observados o ajustamento histórico, os traços culturais e de desenvolvimento das comunidades bem como as características dos usuários e de seu contexto socioeconômico e cultural. (BRASIL, 2004, p. 2).

A formação do designer, de acordo com a legislação, deve desenvolver competências e habilidades para a capacidade criativa e para o domínio de linguagem própria; integração com profissionais de outras áreas; visão sistêmica de projeto; domínio das diferentes etapas do desenvolvimento de um projeto, ciência do setor produtivo; domínio de gerência de produção; e visão história e prospectiva, demonstrando conhecimento das consequências econômicas, sociais, culturais, ambientais, estéticas e éticas de sua atividade. Porém, as Diretrizes Curriculares dos cursos de Design também expõem um ponto que merece destaque exatamente porque, em certo ponto, vem orientando muitos dos cursos analisados: “Os Projetos Pedagógicos do curso de graduação em Design poderão admitir modalidades e linhas de formação específica, **para melhor atender às necessidades do perfil profissiográfico que o mercado ou a região assim exigirem”** (BRASIL, 2004, p. 2, grifo nosso).

Deste modo, ciente de que os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos em questão são elaborados a partir das Diretrizes Curriculares e levando em consideração os Estados escolhidos para este estudo de caso,

foram selecionadas algumas Instituições de Ensino Superior (IES) para análise dos seus respectivos PPP's e/ou site oficial da Instituição, com ênfase no perfil de egresso desejado (vide tabela 4). A escolha das Instituições foi baseada nos seguintes critérios: 1) oferecer os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo e em Design de Produto; 2) ser de natureza pública ou privada, sendo as primeiras federais e as segundas representativas nos Estados.

ESTADO	DOMÍNIO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
Ceará	Público	Universidade Federal do Ceará (UFC)
	Privado	Universidade de Fortaleza (UNIFOR)
Paraíba	Público	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
	Público	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
	Privado	Centro Universitário FACISA
Pernambuco	Público	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
	Privado	Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
Rio Grande do Norte	Público	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
	Privado	Universidade Potiguar (UNP)

Tabela 4: Instituições selecionadas em cada Estado
Fonte: Acervo Pessoal (2017)

Após a seleção das Instituições de Ensino Superior, partiu-se para a análise dos seus Projetos Políticos Pedagógicos, objetivando perceber qual o perfil do egresso desejado nas áreas estudadas em tais IES. Para isso, inicialmente, foi feita uma separação entre os cursos – Design e Arquitetura – e, posteriormente, a categorização por Estado.

Com relação aos cursos de Design, das IES privadas selecionadas em cada Estado, nenhuma delas possuía a graduação presencial em Design de Produto, logo, a análise se deteve apenas às Instituições Públicas Federais. Nestas, foi observado que a maioria dos perfis estabelecidos, além de se basearem na Resolução CNE/CES Nº 5, do ano de 2004, buscam um profissional generalista relacionado a uma formação prática relexiva, bem como, voltada para as necessidades/demandas do mercado. No tocante à formação generalista:

> Com formação generalista, seu perfil profissional será caracterizado pela habilidade de lidar com as diversas áreas e questões do design, explorando suas múltiplas dimensões com habilidade crítica e prática, resultante de sua formação fundamentada em uma perspectiva da abordagem sistêmica do design de produto. O profissional deve ter habilidade para pesquisar, compreeender, criticar e articular conhecimento tecnológico com aquele das ciências humanas. Deverá ter conhecimento e competência para gestão do design, e da tecnologia da informação (PPP Design UFCG, 2011, p. 10).

A atuação do designer de produto envolve uma variedade de setores que são diretamente influenciados pelo mercado e pela indústria. Deste modo, percebeu-se que isso também se reflete na formação acadêmica e no perfil de formando desejado pelas Instituições, um profissional que esteja preparado para atuar no mercado, ciente dos processos produtivos e capaz de interferir de forma criativa nesse contexto:

> Esse campo de trabalho é amplo haja vista que o referencial acima relatado se aplica a qualquer ramo da indústria. O Designer deve estar preparado para trabalhar num mercado

> emergente e inteligente, onde os diferenciais não são mais exclusividades da tecnologia, qualidade etc., mas, também, da agregação do valor do "belo", incorporado no produto. (CCHLA UFRN, s/d)

> Em termos gerais, o Designer graduado pela UFPB pode atuar nos segmentos da indústria, comércio ou serviços, e nos diversos setores existentes na Região como: moveleiro, calçados, têxtil, dentre outros. Poderá ainda empregar seus conhecimentos em empresas privadas, públicas e do terceiro setor. O Mercado de Trabalho para o profissional que conclui o Curso de Design com habilitação em Projeto do Produto é bastante promissor (BRASIL, 2009, p.5).

Todavia, pôde-se observar também que a formação não se limita ao foco do mercado ou da indústria, ou seja, os Projetos Políticos Pedagógicos de algumas das IES avaliadas revelam a importância do trabalho multidisciplinar e do caráter ético e humano do profissional a ser formado por ela:

> [...] o egresso terá formação participativa, por meio de inovação na produção e de contribuição às políticas públicas voltadas a ampliar a base de conhecimento e inovação da/na indústria nacional, sendo assim, um profissional capaz de compreender e interferir no mundo atual, estabelecendo relações entre a tecnologia e a sociedade, contribuindo com uma visão ética e humanística. (PPP UFC, 2011, p.13).

> O campo de atuação do design se expande na medida em que as empresas começam a valorizar a estética aliada à função e ao custo do objeto [...] De um lado, ele tem que estar atento aos interesses do fabricante, propondo soluções que minimizem gastos e aperfeiçoem a produção, levando em conta aspectos sociais e ambientais. **Na outra ponta do negócio, o profissional tem que responder às necessidades do usuário, sejam elas físico ou emocionais**. (CCHLA UFRN, s/d, grifo nosso).

Já nos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo das IES escolhidas, observou-se, na grande maioria dos casos, a tendência por uma formação humana e social, voltada para as problemáticas da comunidade. Além disso, semelhante aos cursos de Design de Produto, existe a busca por um profissional generalista, de pensamento prático, reflexivo e crítico.

> O profissional a ser formado deve ter caráter generalista, abrangendo incursões nos universos da edificação, do urbanismo, do paisagismo, do patrimônio histórico, cultural e ambiental. **Deve ser criativo e dotado de visão crítica; capaz de desenvolver uma linguagem própria; consciente da realidade ambiental, social, econômica, técnica e cultural onde vai atuar; sensível às experiências do passado e com habilidades para transformar ideias em materializações no espaço arquitetônico-territorial**. (PPP UFRN, 2005, p.8, grifo nosso).

> As características esperadas dos egressos do CAUUFC são: A disposição para a prática **democrática da cidadania**; **O desenvolvimento de cultura humanística**, científica, artística e tecnológica; A capacidade de pensamento crítico e independente; O desenvolvimento da autonomia de aprendizagem e a capacidade de aprender permanentemente ao longo da vida; A aquisição de valores de respeito de seus grupos sociais e dos outros, além de motivação para interferir e propor mudanças significativas em seu contexto social; A formação do cidadão comprometido com questões ambientais, éticas, políticas e culturais,

> que venham a se refletir na qualidade de vida dos diversos grupos sociais. (PPP UFC, 2011, p. 20, grifo nosso).
>
> O arquiteto e urbanista, como um profissional de **formação generalista em seu campo de atuação, deve estar comprometido com posturas éticas relacionadas ao desempenho profissional, à cidadania, a conservação e valorização do patrimônio, a proteção do equilíbrio do ambiente natural e utilização racional dos recursos disponíveis**. (PPP UFPB, 2012, p. 11, grifo nosso).

Além dos pontos expostos acima, foi constatado que as Instituições Privadas selecionadas tendem a expor os campos de atuação do arquiteto e urbanista nela formados, embora enfatizem que essa atuação profissional deverá vir acompanhada de questões humanas, éticas e de compromisso com o patrimônio e história.

> O profissional de Arquitetura e Urbanismo formado na Facisa é capacitado para desenhar, planejar e supervisionar todas as fases de construção de edificação; como também para executar o planejamento de cidades, dentro das modernas técnicas de urbanismo. **No mercado de trabalho, o graduado pode atuar em órgãos públicos federais, estaduais e municipais, nas empresas de construção, em escritórios de profissionais liberais, nas empresas de planejamento, nas firmas de material de construção e de mobiliário**. (CAU FACISA, s/d, grifo nosso).
>
> O perfil profissional do Arquiteto Urbanista formado na UNICAP tem as seguintes características: embasamento teórico/prático; aptidão para atuar nos projetos de edificações, no planejamento urbano e na organização do espaço físico em todos os seus aspectos, em alto nível de excelência**, compatível com os desafios da sociedade; capacidade técnica para realizar, com habilidade e competência, as atribuições legais inerentes à profissão, contribuindo, criativamente, para o desenvolvimento da sociedade, tanto no que concerne à investigação científica, que assegure e eleve o atual estágio científico-tecnológico da Arquitetura e Urbanismo, quanto ao significado desse avanço para o engrandecimento ético e humano**. (CAU UNICAP, s/d, grifo nosso).

Deste modo, de uma maneira geral, percebe-se que tanto os cursos de graduação em Design de Produto, quando os em Arquitetura e Urbanismo, apresentam objetivos semelhantes, independente dos Estados onde estejam localizados. No que se refere às graduações em Design, que no âmbito da pesquisa, se limitam à Instituições públicas Federais, é possível notar uma tendência voltada para a formação de um profissional direcionado a indústria, mas que tenha os preceitos éticos, humanos e de criatividade necessários para atuar nesse ramo.

No caso das graduações em Arquitetura e Urbanismo, constata-se uma preocupação, desde o seu planejamento pedagógico, para as questões mais humanas, objetivando a formação de um profissional que considere os problemas sociais e atue sob eles de forma responsável, racional, coerente e democrática. Por se tratar de uma área que possui algumas subáreas de atuação (arquitetura, urbanismo, paisagismo, patrimônio histórico, etc.), o perfil de egresso desejado por basicamente todas as IES envolve o pensamento dinâmico, holístico, sistêmico e multidisciplinar. Conforme já mencionado e de forma semelhante às graduações de Design de Produto, os campos de atuação do arquiteto e urbanista – apresentados de forma mais expressiva pelas Instituições de Ensino Superior Privadas - são vários e devem contemplar a ética, o respeito e as noções de cidadania.

CONSIDERAÇÕES

Em conformidade com os dados apresentados, observa-se que, embora semelhantes em alguns aspectos relativos às diretrizes acadêmicas, a exemplo dos objetivos para perfil do egresso e planejamento pedagógico, a Arquitetura e o Design divergem no tocante ao quantitativo de número de cursos ativos existentes, vagas ofertadas e atuação no campo profissional. Sob essas perspectivas, Arquitetura e Urbanismo apresenta índices massivamente superiores comparados aos de Design, seja em nível nacional ou regional, mais especificamente na região Nordeste. Contudo, embora a maioria dos cursos de Design de produto ainda sejam ofertados por IES públicas, ambos os cursos seguem a tendência de "privatização do ensino", sobretudo quando consideradas as inúmeras vertentes do Design (moda, digital, gráfico, joias, etc.). Sabendo-se que o curso de Design com ênfase exclusiva em produto é minoria e restrito ao setor público, refletindo-se tal disparidade na área de atuação profissional, cabe observar de forma mais atenta o destino dos egressos dessa área, haja vista que, mesmo em quantidade diminuta, os números de concluintes não condizem com a quantidade de profissionais atuantes.

Diante deste contexto, ao analisarmos o perfil de egresso desejado nos cursos de graduação em Design, conclui-se que, embora exista uma tendência de formação voltada para as necessidades mercadológicas, direcionada para a indústria, certamente devido à própria natureza da atividade do designer, que precisa estar sempre atento e atualizado às novas demandas do usuário do produto, também há uma preocupação (sutil) de que esse profissional deva considerar as questões éticas em sua atividade. Por outro lado, nos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo fica bastante evidente que a formação deve ter um cunho mais social e que o profissional desejado precisa atuar de forma democrática, considerando os diversos problemas da sociedade. Já nos Projetos Político Pedagógicos das IES privadas analisadas, é possível constatar uma preocupação, além das questões sociais já mencionadas, com as demandas de mercado, ou seja, em quais ramos/locais o egresso poderá atuar.

Nesse sentido, pode-se concluir que, em decorrência de seu caráter mais social ou mais próximo à sociedade, os arquitetos tendem a ganhar maior visibilidade no campo de trabalho por atuar de forma autônoma, enquanto que a maioria dos designers de produtos parece estar sendo absorvida pela indústria ou transmutando entre outras áreas do Design, dificultando, assim, a identificação desses profissionais no mercado. Portanto, vale refletir até que ponto esse tipo de prática está influenciando na formação dos alunos, uma vez que, progressivamente, os PPP's do referido curso de graduação estão exigindo e possibilitando o conhecimento em várias áreas do curso, formando-se, então, designers generalistas voltados às necessidades mercadológicas vigentes.

REFERÊNCIAS

ARQUITETURA e Urbanismo. s/d. Disponível em: <http://www.cesed.br/portal/?page_id=23117>. Acesso em: 14 maio 2017.

ATUAÇÃO Profissional. s/d. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/deart/_v2/cursos/graduacao/design>. Acesso em: 15 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução Nº 5, de 8 de Março de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Design, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº 5/2004. **Diário Oficial da União** de 15/03/2004, Seção 1, pp. 24.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução Nº 2, de 17 de Junho de 2010. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº 6/2006. **Diário Oficial da União** de 18/06/2010, Seção 1, pp. 37-38.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados:** Consulta Avançada. 2017. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRASIL. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. Universidade Federal da Paraíba. Resolução Nº 31, de 28 de Abril de 2009. Aprova o Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Design, na modalidade Bacharelado, do Centro de Ciências Aplicadas e Educação. Processo nº. 23074.006700/09-14.

BRASIL. Projeto Pedagógico do Curso de Design da Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Ciência e Tecnologia. Unidade Acadêmica de Desenho Industrial. Campina Grande, 2011.

BRASIL. Projeto Pedagógico do Curso de Design da Universidade Federal do Ceará. Bacharelado com ênfase em Design de Produto e Design Gráfico. Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura. Fortaleza, 2011.

BRASIL. Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Natal, 2005.

BRASIL. Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará. Centro de Tecnologia. Fortaleza, 2011.

BRASIL. Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba. Centro de Tecnologia. João Pessoa, 2012.

SOBRE o Curso: Perfil Profissional. Perfil Profissional. Disponível em: <http://www.unicap.br/graduacao/pages/?page_id=74>. Acesso em: 15 maio 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015.** Brasília: Inep, 2016. Disponível em: < http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 23 maio 2017.

CHUPIN, Jean-Pierre. **As três lógicas analógicas do projeto em arquitetura:** do impulso monumental à necessidade de pesquisa passando pela inevitável questão da "ensinabilidade" da arquitetura. In: LARA, Fernando; MARQUES, Sônia. (Orgs.). *Desafios e conquistas da pesquisa e do ensino de projeto*. Rio de Janeiro: EVC, 2003.

V enanparq
Salvador - 2018

FOTOGRAFIA, COTIDIANO E CIDADE: OLHARES SOBRE O RIO DE JANEIRO A PARTIR DA FAVELA NOVA HOLANDA

PHOTOGRAPHY, DAILY LIFE AND THE CITY: PERSPECTIVES AT RIO DE JANEIRO FROM THE FAVELA NOVA HOLANDA

FOTOGRAFÍA, COTIDIANO Y CIUDAD: PERSPECTIVAS SOBRE RÍO DE JANEIRO A PARTIR DE LA FAVELA NOVA HOLANDA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

PEREIRA, Luiza Xavier
Mestre em Arquitetura do DAU-PUC-Rio; Doutoranda em Urbanismo do PROURB-UFRJ
luizaxavierx@gmail.com

LEME, Fernando B. P.
Doutor em Design pelo DAD-PUC-Rio; Professor do DAU-PUC-Rio
betim@puc-rio.br

FOTOGRAFIA, COTIDIANO E CIDADE: OLHARES SOBRE O RIO DE JANEIRO A PARTIR DA FAVELA NOVA HOLANDA

PHOTOGRAPHY, DAILY LIFE AND CITY: LOOKS AT RIO DE JANEIRO FROM THE FAVELA NOVA HOLANDA

FOTOGRAFÍA, COTIDIANO Y CIUDAD: MIRADAS SOBRE RÍO DE JANEIRO A PARTIR DE LA FAVELA NOVA HOLANDA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIO, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Através de fotografias do cotidiano da favela Nova Holanda, feitas por profissionais que moram no Complexo da Maré, o artigo discutirá a pluralidade de vivências e percepções sobre o espaço do Rio de Janeiro. Desta forma, propõe-se a reflexão sobre maneiras de se apreender a complexidade inerente às cidades, partindo-se, para tanto, da maneira como os moradores vivenciam o cotidiano e apresentam seus espaços.
PALAVRAS-CHAVE: Favela Nova Holanda; fotografia; cotidiano; direito à cidade.

ABSTRACT:
Through photographs of the daily life of Favela Nova Holanda, taken by professionals who live in the Maré Favelas Complex, the article will discuss the plurality of experiences and perceptions about the space of Rio de Janeiro. In this way, it is proposed to reflect on ways of understanding the inherent complexity of cities, starting from the way in which the residents live their daily lives and present their spaces.
KEYWORDS: *Favela Nova Holanda; photography; daily life; Right to the city.*

RESUMEN:
A través de fotografías del cotidiano de la favela Nova Holanda, hechas por profesionales que viven en el Complejo de Maré, el artículo discutirá la pluralidad de vivencias y percepciones sobre el espacio de Río de Janeiro. De esta forma, se propone la reflexión sobre maneras de aprehender la complejidad inherente a las ciudades, partiendo, para tanto, de la manera como los moradores vivencian lo cotidiano y presentan sus espacios.
PALABRAS-CLAVE*: Favela Nova Holanda; fotografía; cotidiano; derecho a la ciudad.*

INTRODUÇÃO

"Tal como o ato de falar cria a língua,
os (a)fazeres cotidianos efetuam o espaço."[1]

O pensamento de Michel De Certeau resume o que pretendemos abordar aqui: as práticas realizadas no espaço são responsáveis por construí-lo. E compreender os usos cotidianos feitos nos espaços urbanos seria uma forma não só de entender os códigos e valores locais, mas, consequentemente, de se investigar os interesses e desejos para a cidade.

A partir deste contexto, propomos apontar maneiras como moradores da Favela Nova Holanda – localizada no Complexo da Maré, Rio de Janeiro, Brasil – constroem e usam o espaço comum local, assim como de que forma tais vivências e intervenções denotam entendimentos sobre a ideia de cidade. Para pontuar tais elementos, partiremos de representações construídas pelos próprios moradores através de fotografias sobre o cotidiano local. Ao intercalar o conteúdo de tais imagens, de entrevistas com os fotógrafos e do pensamento teórico de autores como Henri Lefebvre, propomos discutir formas de se "fazer"/pensar o espaço urbano carioca, distintas da proposta para a construção do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos, no período de 2009 a 2016.

A lógica utilizada na ocasião, a qual pretendia fazer do Rio de Janeiro palco de megaeventos, contribuiu para a segregação e controle daqueles que não se inseriam na concepção do que era desejado para a imagem da "Cidade Maravilhosa". Neste contexto, as favelas e periferias seriam invisibilizadas das representações construídas para divulgar a cidade internacionalmente, as quais se baseariam majoritariamente na imagem da zona sul carioca. Ao contrário da homogeneidade que se pretendia impor, como aponta Lefebvre (2006a), a diversidade é inerente ao espaço urbano. A partir de tal cenário, o artigo pretende debater a importância das intervenções e vivências cotidianas existentes na escala das ruas para a construção de outras visões/projetos de cidade, mais inclusivos e plurais.

Entendemos que as favelas seriam uma categoria social central na discussão sobre a disputa pelo significado da ideia de cidade. Pelo seu histórico de resistência e por serem "expressão legítima do direito de habitar a cidade" (BARBOSA, 2012, p.39), elas constroem um outro ideal de espaço urbano. As favelas teriam práticas culturais criativas e ricas estratégias de construção do espaço desenvolvidas para suprir lacunas na oferta de direitos fundamentais.

A análise de tais intervenções e das vivências locais se mostra como uma forma de buscar uma outra visão de cidade a partir das escalas humanas, da vida cotidiana e da experiência corporal na cidade. Este tipo de análise remonta à década de 1960, quando o grupo Internacional Situacionista defendia a importância do olhar sobre as pessoas comuns e reais que estariam nas ruas das cidades para se pensar sobre o espaço urbano. Ao apontar vivências no contexto da Nova Holanda, entramos, consequentemente, na disputa pela representação no e do espaço urbano carioca. Para tanto, entendemos que a forma mais apropriada seria fazê-lo a partir da visão dos habitantes sobre seu próprio espaço.

1 MELO; VOGEL, 2005, p.297.

Partindo deste pressuposto, como dito acima, as questões aqui colocadas terão origem em fotografias sobre o cotidiano da Nova Holanda, feitas por profissionais que são moradores da Maré. A fotografia, neste contexto, é entendida não apenas como ferramenta de potência para revelar paisagens na cidade, mas também como forma de desvendar aspectos do imaginário social e das mediações nas relações sociais (MARTINS, 2016). Ao utilizar tais imagens e entrevistar seus fotógrafos, pretendemos expor dinâmicas do espaço e os olhares distintos sobre o cotidiano a partir da visão de quem o habita. Como aponta Lefebvre (2006a), entender o espaço – para, assim, pensar em seu futuro – passa por analisar sua multidimensionalidade, sendo as representações construídas pelos habitantes, dimensões tão importantes para sua construção quanto as práticas sociais em si.

Os profissionais responsáveis pelos olhares apresentados aqui serão Bira Carvalho, Elisângela Leite e Rosilene Miliotti. Entre imagens que falam sobre encontros, apropriação, confraternização, luta e fé, os fotógrafos abordam temáticas sobre um lugar "orgânico" e "plural". Mostram um espaço de resistência que reivindica, através das ações mais cotidianas, o seu direito de acessar a cidade e participar de sua construção.

1. CIDADE, UMA INVENÇÃO DO SER HUMANO

Em uma realidade de ritmo acelerado de urbanização, mostra-se urgente a discussão sobre o tipo de cidade onde desejamos viver e a reflexão sobre que tipo de atores sociais pretendemos ser e produzir. Tal questão vem sendo abordada em diversas partes do mundo, sendo essencial também para se pensar o futuro do Rio de Janeiro.

O período entre 2009 e 2016 na cidade carioca foi marcado pelo projeto que pretendia inseri-la na chamada "rede de cidades turísticas globais" (JACQUES, 2004) tendo, para tanto, a "função" de "sede de megaeventos". A representação construída sobre a cidade para divulga-la internacionalmente baseou-se em antigos imaginários que não só reproduziram um estereótipo sobre o que é ser carioca, mas que também excluíram de sua representação oficial pessoas e espaços – tais como favelas e periferias – que não condiziam com tal ideal de cidade. Pontuada por projetos espetaculares e excludentes, a cidade parecia aproximar-se da dinâmica que Paola Jacques (2011) aponta como "mercantilização das cidades contemporâneas", na qual o espaço urbano é transformado em "pura cenografia" e a passividade passa a ser a regra para quem habita o espaço.

Tal estrutura, porém, não condiz com a essência da ideia de cidade: afinal, ela seria uma criação do ser humano para suprir diferentes dimensões de sua vida, um espaço desenvolvido pelo desejo de um vir-a-ser da espécie humana. Segundo Lefebvre (2006b), o espaço urbano seria o local de encontro das pluralidades, onde coexistiriam diferentes formas de habitar. Ao negar-se tal característica a ele, nega-se a seus distintos habitantes o direito à cidade, ou seja, o direito de vivê-la plenamente e de transformá-la de acordo com suas demandas.

Importante salientar que, por outro lado, mesmo com a imposição de um pensamento único sobre o futuro da cidade, o espaço urbano não se resumirá unicamente ao estabelecido pelo plano dominante. Como coloca Lefebvre (2004) ao citar Heidegger, "o homem habita como poeta": seu cotidiano será construído através das apropriações, dos encontros, da Festa, da dimensão lúdica da cidade (CARLOS, 2001). Neste contexto, frente à diversidade inerente à natureza do espaço urbano, a cidade se apresentará como palco de luta, no qual se

consolidarão disputas sobre como ela deve ser (LEFEBVRE, 2006a). Por mais que sejam criadas imagens consensuais sobre a cidade para vendê-la ao mercado internacional, serão construídas também pelos seus habitantes representações e formas de ruptura que irão questionar o "vir-a-ser" imposto.

2. TRÊS OLHARES SOBRE A FAVELA NOVA HOLANDA E A CIDADE

A escolha da Nova Holanda como um espaço para se analisar a pluralidade do Rio de Janeiro, não foi aleatória. Para além das questões apontadas na introdução deste artigo, a favela traz características peculiares para a discussão. Localizada na Zona Norte da cidade, é uma das 16 favelas do Complexo da Maré. Seu surgimento data da década de 1960, quando foi construída pelo governo do Estado para funcionar como um "Centro de Habitação Provisório". Com caráter temporário, funcionava como uma espécie de "triagem" na qual moradores removidos de outras favelas deveriam passar antes de serem "realocados" em conjuntos habitacionais. A estrutura dos CHP era representativa de uma política habitacional autoritária, que impunha que seus habitantes deveriam ter uma "temporada educativa" no espaço para "adaptar-se" à vida urbana (JACQUES, 2002).

Ainda hoje, a representação construída pela mídia sobre a Nova Holanda e a Maré as reproduz como um espaço de violência, um lugar habitado por criminosos e marginais. Em rápida pesquisa na plataforma *Google Images*, inserindo as palavras-chave "Maré Rio de Janeiro O Globo", vemos majoritariamente fotos de jovens negros armados e operações policiais. Por outro lado, porém, ao avançar pelas imagens do site de busca, é possível encontrar também fotografias onde se vê, por exemplo, crianças brincando nas ruas e adultos assistindo a jogos de futebol em televisões instalada na calçada: tais imagens são feitas por moradores da Maré, os quais se propõem a registrar o cotidiano do espaço como forma de desconstruir as representações reproduzidas na mídia, pelo Estado e, consequentemente, na sociedade. Essas fotografias mostram um Rio de Janeiro construído por seus habitantes, encarado como estratégias desenvolvidas para suprir lacunas na oferta de direitos fundamentais (BARBOSA, 2012). As intervenções, temporárias ou permanentes, dão múltiplos usos para os espaços; a pluralidade presente nas ruas se destaca nas imagens; a surpresa, a Festa e os encontros são apontados pelos fotógrafos como parte da rotina do espaço comum.

Para abordar tais visões, conversamos com os fotógrafos Bira Carvalho, Elisângela Leite e Rosilene Miliotti. Cada um deles foi entrevistado entre novembro de 2016 e fevereiro de 2017. Em comum, os três participaram do Imagens do Povo, projeto que, surgido a partir de um questionamento sobre a democratização da informação, formava moradores de favelas e periferias a usarem a fotografia como ferramenta para abordar questões éticas, políticas e culturais. Destacando fotografias pré-selecionadas, buscamos discutir com os profissionais não só o que suas imagens desconstroem sobre estigmas existentes, mas também o que constroem enquanto representação do espaço.

Dito isso, procuramos a seguir apontar três características sobre o espaço da Nova Holanda que se destacaram como pontos comuns durante as entrevistas e que denotariam desejos sobre um ideal de cidade: a forma de apropriação do espaço comum; o compartilhar do espaço entre pessoas e fazeres plurais; e o processo de constante transformação – que ocorre em distintas esferas –, consequência das trocas e encontros naturais ao espaço.

2.1 ESPAÇO PRÓPRIO

Figura 1: Tenda de culto religioso.
Fonte: Bira Carvalho, acervo pessoal do fotógrafo.

No conteúdo da Figura 1, de Bira Carvalho, de um lado a outro há uma grande tenda estendida entre casas. A composição da imagem, ao agregar também as construções e a ocupação do entorno da rua, mostra que, durante aquele momento, a via é daqueles que ocupam o local, estando aberta ainda a quem quiser se agregar ao grupo. Segundo Bira, o registro seria de um culto evangélico, montado em um espaço onde ocorrem diferentes eventos:

> Se você olhar dali de fora, está sendo montado hoje um pagode. Então é um espaço onde as pessoas utilizam a rua, e eu gosto dessa coisa mais aberta a todos. Seja religioso, seja cultural... o que eu gosto nessa foto é que eu vejo a confraternização na rua.

A fala do fotógrafo Bira Carvalho nos chama a atenção por três pontos principais: o valor dado à apropriação do espaço, a diversidade dos usos em um mesmo local e sua admiração pela finalidade destinada às diversas apropriações – a confraternização. A essência do que seria uma favela para ele é, inclusive, ligada à noção da apropriação da rua como espaço simultaneamente coletivo e particular.

> A rua é isso [a forma de ocupação da foto]. Isso representa muito para mim o que é favela. O que é a favela? É você chegar e ter a rua como sua. Ela é do coletivo, mas ela é sua. Você se apropria daquele espaço público. Ele é público, mas é seu também.

As intervenções vistas nas fotografias e descritas por seus autores, remetem a caminhos apontados na década de 1960 pelo grupo Internacional Situacionista, o qual questionava a forma de organização fragmentada e hierarquizada que os centros urbanos vinham recebendo na época em questão. De forma sintética, os situacionistas "lutavam contra a cultura da espetacularização(...), ou seja, contra a não-participação, a alienação e a passividade da sociedade" (JACQUES, 2003, P.13) apontavam para a importância de uma construção realmente coletiva da cidade: quando os habitantes passassem de simples espectadores a construtores, transformadores e "vivenciadores" de seus próprios espaços, a espetacularização da cidade seria impedida. O meio urbano, na visão da Internacional Situacionista, seria visto como "terreno de ação, de produção de novas formas de intervenção e de luta contra a monotonia da vida cotidiana moderna" (JACQUES, 2003, P.26). E tais questões são identificáveis nas imagens dos fotógrafos.

Cabe ressaltar que, para além de proporem "novas formas de intervenção" contra a "monotonia cotidiana", muitas das vivências que vemos nas imagens, possuem o caráter apontado pelo fotógrafo Bira na Figura 1 – ou seja, a confraternização.

Figura 2: Moradores assistindo à Copa do Mundo de 2010
Fonte: Rosilene Miliotti, acervo pessoal da fotógrafa.

A fotógrafa Rosilene Miliotti também aborda a questão da apropriação e confraternização em seu ensaio sobre a Copa de 2010. Suas imagens mostram ruas enfeitadas com cores da bandeira nacional, movimento recorrente também em outros bairros da cidade e em todo Brasil. Na Figura 2, porém, o clima da Copa extrapola o enfeitar do espaço e promove a montagem de um "telão" no centro de uma via estreita. A televisão, pertencente a uma das casas da rua, motiva o encontro entre os vizinhos e amigos, que transformam o local em área de torcida pela seleção de futebol. Como descreve a fotógrafa:

> Aqui é uma rua. As ruas ali perto da [rua] Principal são muito estreitas. Então as pessoas geralmente fecham, fazem festa de aniversário, botam piscina… enfim, elas fecham. E muitas vezes os vizinhos são da família. A família mora ali. Então vai todo mundo para aquele lugar. Aqui [na foto] são todos amigos. Você tem família, mas também os amigos, e não necessariamente gente que mora nesse pedacinho.

O entendimento de Bira sobre a rua "ser pública, mas ser também sua" parece se reproduzir na fotografia e no relato de Rosilene. O "quintal" dos moradores do logradouro reúne em uma esfera familiar os amigos, mantendo-se também aberto a quem mais quiser se juntar[2].

Ainda sobre apropriações e confraternização, tomemos como exemplo os registros da fotógrafa Elisângela Leite. Na Figura 3, a fotógrafa registra uma cena onde crianças de diferentes idades se divertem em um dia ensolarado ao tomar banho de mangueira. Apesar de duas das crianças estarem encostadas na casa do lado oposto, apenas observando a brincadeira, podemos contar cerca de outras nove entregues à diversão. O menino ao lado esquerdo, de braços estendidos, é o que melhor vemos a expressão facial: entre a água que cai e a postura expansiva, um grande sorriso. Através de uma mangueira e água jogada para o alto, a estreita rua entre duas casas se transforma em um espaço de diversão genuína. Quem segura a mangueira e possibilita o banho é o senhor no lado esquerdo da imagem (posicionado atrás do menino de braços abertos). Seu nome é Manuel, segundo Elisângela:

> O Manuel é o meu vizinho. Ele se amarra em fazer uma bagunça com as crianças: ele liga a bomba e fica com a mangueira lá. Toda a criançada é ali da rua. Nesse dia, cada um trouxe uma coisa: um trouxe carne, outro trouxe refrigerante, e fizeram um churrasco (...). É a forma de lazer do dia a dia. Principalmente no verão, que é férias, os pais trabalham…

[2] Como aponta a fotógrafa sobre o dia do ensaio: "Cada lugar que eu ia, eu comia um pouco... se não comesse, eles ficavam chateados".

Figura 3: Crianças tomando banho de mangueira
Fonte: Elisângela Leite, acervo pessoal da fotógrafa.

A partir do uso de uma simples mangueira, mais uma vez a rua se torna o quintal. O encontro entre pessoas próximas e familiares para a confraternização demonstra que a rua, definitivamente, não se limita ao espaço da impessoalidade, da relação formal e de circulação, tal como poderia ser entendida pelo senso comum (MELLO et al., 1985). Tal questão é reforçada ainda ao olharmos a parte superior direita da imagem. Nela, vemos dois cones que restringem a circulação de veículos ao local e, mais ao fundo, uma piscina de plástico montada ao ar livre.

A diversão e o lazer são levados ao espaço comum através de intervenções distintas, revelando um local transformado através de atividades lúdicas, da imaginação e da Festa. Elementos estes que, como coloca Lefebvre (2006b), seriam essenciais à conformação do espaço: afinal, o ser humano teria a necessidade de habitar em um local que promova tais vivências.

Vemos ainda em outros registros de Elisângela Leite as características supracitadas. Na Figura 4, por exemplo, uma rua de porte parecido com a da Figura 3 é utilizada para uma partida de ping-pong.

Figura 4: Partida de ping-pong
Fonte: Elisângela Leite, acervo pessoal da fotógrafa.

A mesa do jogo é improvisada a partir do que parece ser uma porta apoiada sobre uma mesa de bar; sua divisória é estabelecida através de um perfil de metal. Ao fundo, a imagem mostra as casas da rua e a presença de outras pessoas, que também usam o espaço. Não só Elisângela Leite, mas também Bira Carvalho relatam e registram a multiplicação de mesas de ping-pong improvisadas pelas ruas da Nova Holanda. Segundo a fotógrafa, a transformação da rua em área de jogos deste fim é frequente, mas principalmente durante o período de férias escolares. Neste contexto, a rua passa a ter diferentes conformações ao longo das épocas do ano.

Ainda sobre o caráter de confraternização destinado à rua, outras imagens são representativas sobre ter-se o espaço comum como "quintal". Consideremos aqui uma delas, a Figura 5, de Bira Carvalho.

Figura 5: Meninos fantasiados de bate-bola
Fonte: Bira Carvalho, acervo pessoal do fotógrafo.

O espaço na representação construída ressalta características como sendo próprio ao lúdico e ao brincar. Nela, cinco crianças fantasiadas de bate-bola correm por uma rua estreita de paralelepípedos. Eles não estão apenas fantasiados, mas sim, parecem "encarnar" os personagens. A fantasia de bate-bola, muito comum nos subúrbios cariocas, remete à ideia de continuidade de costumes, em uma tradição de mais de oitenta anos e que envolveria entre quatrocentas e setecentas turmas, as quais variariam entre cinco e mais de cem membros3. Entre o encantamento e o medo, é comuns meninos sonharem com o dia em que poderão sair no carnaval ao meio de turmas de bate-bola – e as crianças da imagem parecem fazer parte deste grupo. Ao relatar o registro, Bira conta sobre como encontrou seus “personagens”:

> Essa cena eu saio no carnaval, aí eu fiquei pensando: "fotografo, não fotografo...". Aí eu saí, e eles estavam passando lá no miolo [entre as ruas mais afastadas das vias principais]. E eles cantando alto. E aparecem e somem. Primeiro eu sigo eles, mas eles somem. E depois, de repente, eles entram correndo por onde eu estava e, aí “pá”, eu faço a foto.

O percorrer das ruas transforma-se em uma brincadeira, em uma espécie de jogo, no qual o espaço é experienciado através do inusitado. Os caminhos são escolhidos naquele momento. Os encontros que terão

3 Fonte: Jornal El País Brasil, 01/03/2017. Disponível online: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/27/politica/1488224740_612664.html

pela espécie de "deriva", são surpresas, assim como as reações que seus movimentos acarretarão. O menino da frente – o único com bola – parece liderar o grupo, ao menos naquele momento. A liberdade é expressa pelos pés descalços que correm sobre os paralelepípedos. A desobediência, característica comum à brincadeira, parece tornar-se possível através das máscaras que escondem os rostos e das roupas que anunciam que ali vêm os bate-bolas.

Importante pontuar que os três fotógrafos apontam a questão da mudança na relação entre crianças e a rua, menos comum hoje em dia – uma vez que os pais se mostram mais apreensivos sobre possíveis conflitos entre polícia e tráfico que, não raramente, ocorrem repentinamente e em horários de grande movimento. Por outro lado, porém, são ainda recorrentes seus registros sobre a vivências nas quais crianças percorrem o espaço, mostrando espontaneidade e apropriação livre entre as ruas da Nova Holanda.

Através de tendas para eventos, brincadeiras pelas ruas, banhos de mangueira, televisões ou de mesas de ping-pong, as representações dos fotógrafos mostram um espaço que parece construir uma forma possível para a cidade a partir "da vontade de cada um e de todos", como defendiam os situacionistas4. Um espaço apropriado – mesmo que temporariamente – e constituído a partir de vivências de seus moradores. A rua é palco ativo de "novas formas de intervenção" e de "luta contra a monotonia". O "quintal", próprio de tantos moradores, mostra a riqueza de um espaço constituído pelo valor de uso, onde a experiência urbana não é vivenciada através da passividade e de uma mera "cenografia".

Como apontam os fotógrafos, as relações construídas através do lazer no espaço comum irão moldá-lo, dar-lhe o caráter plural; irão possibilitar que vínculos sejam construídos e que ocorram trocas entre os moradores. Porém, não só o lazer e a confraternização representarão os usos do espaço, mas as ruas serão ainda o palco de muitas outras atividades, assim como será também compartilhada por pessoas distintas, como apontamos a seguir.

2.2 ESPAÇO COMPARTILHADO

Uma outra característica abordada sobre a Nova Holanda – e, podemos dizer, consequência da forma de apropriação descrita acima – é referente ao compartilhar do espaço entre diferentes grupos e diferentes usos: seja para trabalho, lazer, circulação, cultos religiosos ou outros fazeres. Este compartilhar falará não apenas sobre um espaço rico em diversidade, mas, consequentemente, sobre um local conformado por consensos e dissensos, pela negociação cotidiana do uso do espaço comum.

São diversos os autores que falam sobre a questão da diversidade e sobre ela ser inerente ao espaço urbano. Jane Jacobs, em seu livro seminal Morte e Vida das Grandes Cidades, defende que "a diversidade é natural às grandes cidades" (JACOBS, 2000, p.157) e seria revelada pela existência de um imenso número de elementos e a imensa diversidade desses elementos. Como apontam Mello et al (1985), tal diversidade, vista em determinados locais, irá resultar em diferentes padrões de composição do espaço, os quais irão se sobrepor. Neste contexto, as sobreposições que surgirão desta pluralidade, deverão encontrar negociações e acordos para sua coexistência.

4 Na visão da IS, a cidade poderia ser formada apenas através dos usos cotidianos e vontades de seus habitantes, e não a partir de "postulados" ou categorias espaciais estabelecidas pela "elite acadêmica e técnica" – como diriam Mello et al. (1985). Como aponta Paola Jacques, "os situacionistas perceberam então que não seria possível propor uma forma de cidade pré-definida pois, segundo suas próprias ideias, esta forma dependia da vontade de cada um e de todos, e esta não poderia ser ditada por um planejador" (JACQUES, 2003, p.19).

A “prática de negociação” é apontada como parte da dinâmica espacial da Nova Holanda, sendo consequência da pluralidade de usos e funções destinadas aos espaços. Sobre este aspecto, consideremos a Figura 6, de Elisângela Leite.

Figura 6: Crianças em uma piscina de plástico
Fonte: Elisângela Leite, acervo pessoal da fotógrafa.

Na foto, o domínio do espaço é feito pelas crianças que brincam na piscina e se divertem com a ideia de serem registradas pela câmera. Suas expressões e gestos são representativos da alegria vivida naquele espaço que, através da instalação temporária da piscina, transforma a área em local de confraternização e lazer. A fotografia, além de mostrar a questão da apropriação do espaço pelas crianças e da reivindicação do local como área de lazer, fala também sobre as negociações construídas entre vizinhos. Apesar de as crianças e mulheres serem o tema principal da cena, Elisângela dá considerável importância ao contexto espacial através do enquadramento escolhido. O entorno do local onde a piscina está instalada é também exposto em de sua composição. A piscina ocupa o centro da via. Ao fundo, a imagem nos revela o logradouro, com casas enfileiradas na típica tipologia construtiva da Nova Holanda.

Para além da ação dos personagens na piscina, as informações impressas na imagem nos revelam também um ambiente residencial, com circulação de veículos e no qual acontecem eventos culturais regulares. O uso da área comum aparenta ser plural. Ao ser perguntada sobre o compartilhamento do espaço e possíveis conflitos, Elisângela aborda questões sobre a dinâmica de uso do espaço. A fotógrafa menciona também os acordos cotidianos e o provável motivador das negociações estabelecidas, ou seja, os laços entre vizinhos e a convivência existente entre eles. Como aponta a fotógrafa:

> Aqui na Nova Holanda (...) ainda tem aquela coisa de você sentar na calçada, conversar com o vizinho. (...) Ninguém reclama de fecharem a rua, colocarem som, decorações. Acho que é a forma mesmo de estarem se conhecendo, (...) trocando laços. (...) E os acordos acontecem naturalmente.

Os valores apontados por Elisângela são semelhantes aos que Jacobs enfatiza sobre a importância do contato nas calçadas das cidades:

> A confiança na rua forma-se com o tempo a partir de inúmeros pequenos contatos públicos nas calçadas (...). Grande parte desses encontros é absolutamente trivial, mas a soma de tudo não é nem um pouco trivial. A soma desses contatos públicos casuais no âmbito local (...) resulta na compreensão da identidade pública das pessoas, uma rede de respeito e confiança mútuos e um apoio eventual na dificuldade pessoal ou da vizinhança (JACOBS, 2000, p.60).

O tema de ruas transformadas pela intervenção de moradores é comum às imagens dos três fotógrafos. Para além das "novas finalidades" dadas ao espaço, apontam também para as negociações locais estabelecidas. Bira, por exemplo, ao falar sobre a Figura 1, aborda a questão das negociações e conflitos que se dão pelas "novas funções" dadas ao espaço:

> A rua rompe com isso [da rua ser o local onde transitam os carros]. As pessoas estão no meio da rua. E se divide esse mesmo espaço. Se empoderam, os pedestres. Isso devia ser ensinado em todo o Rio de Janeiro. Tinha que ser ensinado. Aqui, para os motoqueiros atravessarem, dá, sim, um problema danado. Mas duvido que alguém pediu para ficar aqui.

Para além do fluxo de locomoção da rua, a imagem aponta também para questões de compartilhar entre as pessoas presentes no entorno da intervenção temporária. Ainda sobre a Figura 1, Bira diz:

> Nem todo mundo gosta [de eventos na rua]. Uma mulher outro dia me falou: 'Ah, esses caras chatos... não vou conseguir nem assistir a minha novela'. Mas vai fazer… E aí, vai tentar acabar cedo para não atrapalhar ninguém.

Como apontam Mello et al. (1985), "na medida em que os usos variam, põem em funcionamento o circuito de relações que constituem a vida pública nos espaços de uso comum. Estas, por sua vez, alimentam a rede de crédito e confiança" (MELLO, et al., 1985, p.130). E, desta forma, apesar dos dissensos e possíveis conflitos, as negociações sobre o uso do espaço vão se constituindo.

Rosilene Miliotti, ao abordar a questão sobre as disputas pelo espaço realizadas pelos seus múltiplos usos, complementa com um ponto interessante. A fotógrafa traz a questão a partir da descrição da Figura 7:

Figura 7: Evento de skate na rua da Nova Holanda
Fonte: Rosilene Miliotti, acervo pessoal da fotógrafa.

Esse daqui é um pessoal do *long* [*long board*, categoria de skate]. E eles têm uma questão muito sobre o uso da rua, do espaço. As ruas da Maré são lugares de disputa o tempo inteiro. Você está ali entre carro, caminhão, moto, bicicleta, pessoas querendo andar… é todo mundo disputando aquele espaço, porque as calçadas não existem. E essa galera do *long,* a gente começou a perceber que tinha um movimento principalmente depois do exército [ocupação militar ocorrida meses antes da Copa do Mundo, em 2014, e que durou quatorze meses]. O que aconteceu foi que antes do exército entrar, a gente via um movimento de moto muito grande, era uma loucura: você colocava o pé na rua, tinha que tomar cuidado para as pessoas não passarem em cima do seu pé. E aí, quando o exército entrou, essas motos sumiram. Então a rua ficou "limpa", você conseguia andar na rua. E aí começou a aparecer um pessoal de *long*, ou então naqueles skates pequenininhos de plástico para cima e pra baixo.

A presença dos skatistas na rua representou para a fotógrafa a reivindicação pelo espaço, feita pelo grupo. E, ao entendê-lo também como "seu", os skatistas se organizaram para fortalecer o movimento local. Na imagem vemos um jovem que, ao saltar de uma rampa com o skate, "voa" em uma manobra. Ao redor, muitos outros jovens – dentre os que são possíveis contar, cerca de quarenta –, diversos deles ainda crianças, muitos com os seus próprios skates. Todos os presentes direcionam seu olhar para aquele que faz a manobra. O evento montado no centro da rua parece não só transformar o uso do espaço, mas também inspirar os meninos, construindo o desejo de também conseguir fazer o mesmo um dia.

Organizado pelos próprios skatistas e moradores, o evento, que possibilitaria trocas entre pessoas de perfis distintos e de diferentes regiões da cidade, parece trazer algo inusitado ao local, diverte e surpreende as crianças com uma nova possibilidade que se apresenta ali. Para Rosilene, porém, o principal tema de sua representação é a disputa que se estabelece pelo espaço da rua.

> Hoje em dia deu uma diminuída, porque as ruas voltaram a ser ocupadas por motos e muitos carros, mas esse foi um período muito legal deles: deles estarem ocupando a rua. E começou muito essa discussão, sobre a disputa pelo espaço da rua, o que chamou muito a atenção da gente sobre o espaço da rua.

Ao aprofundar-se na questão, Rosilene aponta haver uma grande diferença entre as funções destinadas à rua pelos moradores da Nova Holanda. Em sua visão, há uma considerável disputa nas vias de grande fluxo, tal como a Teixeira Ribeiro ou a Principal. Porém, não em ruas estreitas como a da Figura 6, de Elisangela, ou de seu registro da Figura 2, por exemplo. Sua fala sobre a questão demonstra uma percepção natural sobre a função de espaços comuns como as vias onde se concentram as unidades residenciais.

> Quando eu falo sobre a disputa, eu falo sobre esse espaço, dessas ruas que são largas e que as pessoas não conseguem circular pela quantidade de carro, moto… e tem que ter atenção, cuidado, com isso e aquilo. É isso. Esse é o lugar de disputa. A [Rua] Principal, por exemplo, é uma loucura. A [Rua] Teixeira Ribeiro é uma loucura. Quando tem caminhão para fazer entrega em um dos mercadinhos ali, nada passa. Os carros estacionados, aquele lugar pra entrar e sair, as pessoas sem lugar pra entrar, é bicicleta querendo passar, é moto querendo passar… é skate querendo passar... esse é o lugar de disputa… pelo menos é assim que eu percebo. *As ruas pequenas, eu não vejo como um lugar de disputa. São um lugar de encontro, talvez*.

2.3 ESPAÇO DINÂMICO

O encontro, importante salientar, seria uma das características cruciais ao espaço comum da cidade, segundo diferentes autores. A crítica de Lefebvre, ainda pertinente hoje, coloca que no pensamento da cidade moderna, esta essência da rua passaria a ser completamente suprimida. Ela perderia seu caráter de lugar do encontro, do movimento e da mistura, sua função simbólica, lúdica, do espaço que informa e surpreende. A rua se tornaria o espaço do fluxo dos automóveis e da mercadoria, servindo exclusivamente ao novo modelo de vida dominante na sociedade – o espetáculo (LEFEBVRE, 2004). Na fala e imagens dos fotógrafos, porém, tal cenário se mostra distinto. Segundo Bira,

> A rua é muito isso: é encontro. Encontro de pessoas diversas, de grupos diversos, que têm muito em comum.

Para o fotógrafo, a rua da Nova Holanda seria constantemente (re)composta por tal pluralidade de encontros e trocas que o espaço comum possibilita. Rosilene Miliotti também trata de tal questão ao falar sobre a Figura 8, mostrada a seguir.

Figura 8: Seu João Bolinha e as crianças.
Fonte: Rosilene Miliotti, acervo pessoal da fotógrafa.

> Quando a gente vai andando, você anda e você vê gente armada, mas você vira uma esquina e tem criança jogando futebol, vira na outra, tem criança correndo atrás de bolinha de sabão, sabe? (...) tem uma vida tão plural, tão diferente (...).

Seu João Bolinha (Figura 8), ao produzir sua intervenção lúdica no ar, transforma o espaço para crianças que o seguem pelas ruas do Complexo da Maré, assim como para diversos adultos que cresceram fazendo o mesmo. As pessoas distintas e os encontros plurais que acontecem no espaço fazem a Nova Holanda ser o que é. São eles que transformam os espaços comuns, dando-lhes vida e organicidade, segundo os fotógrafos.

Para além de tais fatos, as transformações existentes na Nova Holanda estariam atreladas também a fatores econômicos, os quais interfeririam no espaço usado para o comércio e em estruturas físicas instaladas nas ruas.

Sobre estas questões, Bira Carvalho aponta dois pontos: o primeiro, sobre os “turnos” do cotidiano, os quais seriam traçados principalmente pelos trabalhadores da Maré e mudariam consideravelmente a percepção do espaço; o segundo sobre as transformações no espaço construído e nas formas de ocupação realizadas nele.

Na Figura 9, por exemplo, vemos ambas questões: Bira Carvalho registra os trabalhadores da favela (tema de destaque em seu trabalho) e a questão dos "turnos" da rua, mas capta também uma placa de chão com os dizeres "Corte à máquina - 8,00". Ao ser perguntado sobre o objeto, Bira menciona o recorrente uso de uma área da residência para iniciar um empreendimento. A unidade residencial, fato vastamente conhecido, muitas vezes se torna também local de trabalho ou ponto comercial.

Figura 9: O entardecer e os trabalhadores da rua
Fonte: Bira Carvalho, acervo pessoal do fotógrafo.

É curioso notar como esta característica de ocupação/adaptação das residências é frequentemente feita pelos moradores de favelas do Rio de Janeiro, mas ignorada em muitos projetos de conjuntos habitacionais. A utilização da casa como fonte de renda é uma realidade não apenas conhecida, mas necessária para a dinâmica e circulação de recursos financeiros locais. Jane Jacobs (2000), já na década de setenta, apontava para a importância da mistura de atividades em áreas urbanas. E na Favela Nova Holanda, esta mistura se dá também através de intervenções em unidades residenciais. Os usos e intervenções feitos na Maré revelam como tal mistura é legítima do espaço e como se adequa à realidade vivida cotidianamente pelos moradores.

Enquanto o primeiro andar da unidade residencial ganha fins comerciais, é também comum às lajes ganharem diferentes usos, respondendo, assim, ao caráter dinâmico do espaço em um contexto contemporâneo (SOLA-MORALES, 2002). Além de funcionarem como novos quintais[5], a estrutura construtiva permite que o local receba futuros cômodos para novos membros da família ou se torne fonte de renda alternativa através do aluguel do espaço, fato também vastamente conhecido.

A Figura 10, de Elisângela, ao mostrar o horizonte da Nova Holanda em um fim de tarde, aborda alguns usos feitos nos espaços da laje. Ao falar sobre a imagem, Elisângela menciona como o "topo" da Nova Holanda também revela uma variedade de usos e uma intensa vida:

Figura 10: Lajes da Nova Holanda
Fonte: Elisângela Leite, acervo pessoal da fotógrafa.

> Essa foto tirei da minha janela. Queria mostrar um pouco dessa cultura de soltar pipa, da cultura da laje, do lazer que falta na favela. Que as pessoas usam mesmo. Tinha muita pipa passando e a lua aparecendo lá no cantinho. E aí mostrar na contraluz as lajes, com suas antenas de TV, outras com as caixas d'água… mostrar essa vida, né?

5 Ver colocações do fotógrafo AF Rodrigues: https://www.flickr.com/photos/af_rodrigues/albums/72157602790062777

Para além de atividades diversas, a fotógrafa dá ênfase na imagem ao tema do "empinar pipa", um tipo de lazer muito comum à Nova Holanda e reproduzido entre gerações. Com um objeto de papel e palitos de madeira, os jovens intervêm no espaço comum, enfeitando o céu através do desenho feito no ar. Os movimentos, possibilitados pelo vento e pelo puxar da linha, supõem uma possível interação tanto com quem também solta pipa em outras lajes, como para os que veem a dança do objeto.

O lúdico e as trocas, mais uma vez, se mostram presentes no espaço, agindo sobre ele e o transformando. Desta forma, reafirmam-se novamente como características cruciais pretendidas para compor o espaço habitado.

CONCLUSÃO

As práticas realizadas nas ruas revelam a essência da Nova Holanda, um espaço recriado constantemente através do compartilhar entre os diversos usos e pessoas distintas. Como aponta Bira Carvalho,

> Esse espaço de troca é muito dinâmico, muito valioso. (...) O conhecimento oral também é assim. É como o Iorubá, que se fala na Bahia. Uma língua que vem da África, que se usa no Candomblé. Como é que essa língua vai mudando, vai se projetando, se transformando… parte dela vai perdendo o sentido ou se transformando em outro sentido. E então a rua pra mim é isso. E isso vem desses encontros que a rua permite.

Alinhado ao pensamento de Certeau (exposto no início do artigo), Bira aponta para a importância dos "atos cotidianos" dos moradores na produção contínua do espaço da Maré, sendo os encontros no espaço comum fundamentais para tanto: tal como o ato de falar cria a língua, a vida pulsante e as trocas nas ruas da Nova Holanda constroem a forma do espaço.

Se, como aponta Jacques (2003), a crítica situacionista ainda se mostra pertinente no contexto atual das cidades-mercadorias, podemos dizer que os moradores da Nova Holanda demonstram, de forma genuína e na prática, diferentes propostas pontuadas teoricamente pelo grupo da década de 1960. Para além da questão da não-passividade supracitada, a IS propunha ideias a favor da mistura e diversidade, contra a generalidade, a impessoalidade; defendia a volta à escala humana e à participação dos habitantes na construção do espaço. E tais elementos são vistos na Nova Holanda.

Seja através da piscina na esquina, da tenda na via, das bolinhas de sabão no ar ou da pipa no céu, as representações dos fotógrafos falam sobre um espaço construído pelas "pessoas reais da escala da rua", mostram um local orgânico, com moradores que reivindicam um espaço de encontros, que garanta o direito ao lazer, à surpresa, à Festa. Um local onde as individualidades são reivindicadas em um constante jogo de consensos e dissensos; um espaço que luta por uma cidade construída a partir dos desejos e necessidades inerentes ao ser humano. Um espaço consideravelmente distinto do cenário construído para apresentar a Cidade Maravilhosa dos Jogos Olímpicos.

REFERÊNCIAS:

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. ***A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.*** Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000.

BARBOSA, Jorge. Paisagens da natureza, lugares da sociedade. A construção imaginária do Rio de Janeiro como cidade maravilhosa. In: SILVA, Jailson de Souza. BARBOSA, Jorge. FAUSTINI, Marcus Vinicius. ***O novo carioca***. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012, p. 23-41

CARLOS, Ana Fani. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Espaço-tempo na metrópole.** São Paulo: Contexto, 2001

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papirus, 2015.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

JACQUES, Paola Berenstein. **Apologia da deriva** (org.), Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

_____. **Espetacularização urbana contemporânea**. In: Cadernos PPG-AU FAUFBA, Territórios urbanos e políticas culturais, ano II, Salvador 2004 n especial, p. 23-30.

____; VARELLA, Drauzio; BERTAZZO, Ivaldo. **Maré, vida na favela**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

_____. **Espetacularização urbana contemporânea**. In: Cadernos PPG-AU FAUFBA, Territórios urbanos e políticas culturais, ano II, Salvador 2004 n especial, p. 23-30.

LEFEBVRE, Henri (1970). **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora Humanitas, 2004.

_____ (1974). **A produção do espaço**. Trad. Grupo as (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea" do núcleo de geografia Urbana da UFMG (do original: La production de l'espace. 4 ed. Paris: Editions Antrophos, 2000), 2006a.

_____(1968). **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2006b.

MARTINS. José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2016.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno; SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. **Quando a rua vira casa. São Paulo**. Projeto Arquitetos Associados, 1985.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno. Lições da rua: o que um racionalista pode aprender no catumbi. In: LIMA, Roberto Kant de; MELLO, Marco Antonio da Silva; FREIRE, Leticia de Luna (org.). **Pensando o Rio: políticas públicas, conflitos urbanos e modos de habitar**. Rio de Janeiro: editora FAPERJ, p. 289-315, 2005.

SOLA-MORALES, Ignasi de. Terrain Vague. In: **Territorios**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002.

V enanparq
Salvador - 2018

HABITAÇÃO COLETIVA E ESPAÇO URBANO: REURBANIZAÇÃO DA FAVELA DO SAPÉ

COLLECTIVE HOUSING AND URBAN SPACE: FAVELA DO SAPÉ UPGRADING

VIVIENDA COLECTIVA Y ESPACIO URBANO: URBANIZACIÓN DE LA FAVELA DO SAPÉ

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

COELHO, Thais Junqueira
Estudante de graduação em Arquitetura e Urbanismo; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP
thais.junqueira.coelho@usp.br

HABITAÇÃO COLETIVA E ESPAÇO URBANO: REURBANIZAÇÃO DA FAVELA DO SAPÉ

COLLECTIVE HOUSING AND URBAN SPACE: FAVELA DO SAPÉ URBANIZATION

VIVIENDA COLECTIVA Y ESPACIO URBANO: URBANIZACIÓN DE LA FAVELA DO SAPÉ

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Atualmente a magnitude dos problemas urbanos da cidade de São Paulo chega a um estágio inédito. Em relação à habitação coletiva, esses impasses ficam mais evidentes na medida em que os investimentos públicos em seus diversos programas não têm representado uma mudança qualitativa nas diferentes escalas de configuração da metrópole. Nesse contexto, as ações em favelas adquiriram uma dimensão sem precedentes no Brasil nas últimas décadas. Entender o processo entre as primeiras experiências de intervenção em favelas até o momento atual, em que programas de urbanização fazem parte de uma política habitacional mais ampla, se mostram necessários uma vez que são um modo de operar resultante também de uma mudança no entendimento do que é favela e sua relação com o restante da cidade. É com base na experiência consolidada com o tempo que se tem como política habitacional a urbanização, modelo de intervenção em favelas adotado na Favela do Sapé. Desta forma, o texto pretende, a partir da análise da intervenção específica do projeto de Reurbanização da Favela do Sapé, criar uma reflexão sobre a produção de habitação social e a intervenção em assentamentos precários na cidade de São Paulo.
PALAVRAS-CHAVE: Favela do Sapé; Urbanização de Favelas; Habitação de Interesse Social.

ABSTRACT:
Currently the magnitude of the urban problems of the city of São Paulo reaches an unprecedented stage. In relation to collective housing, these impasses are more evident since the fact that the public investments in their various programs have not represented a qualitative change in the different scales of configuration of the metropolis. In this context, actions in favelas have acquired an unprecedented dimension in Brazil in the last decades. Understanding the process between the first experiences of intervention in favelas to the present moment, where urbanization programs are part of a broader housing policy, are necessary since they are a way of operating resulted from a change in the understanding of what is a favela and its relation to the rest of the city. Based on the experience consolidated over time that we have the urbanization of favelas as a housing policy, model of intervention adopted in the Favela do Sapé. In this way, the text intends, based on the analysis of the specific intervention of the Favela do Sapé Urbanization project, to create a reflection on the production of social housing and intervention in precarious settlements in Sao Paulo city.
KEYWORDS: *Favela do Sapé, Slum Urbanization, Social Habitation.*

RESUMEN:
Actualmente la magnitud de los problemas urbanos de la ciudad de São Paulo llega a un estadio inédito. En cuanto a la vivienda colectiva, esos impasses quedan aún más evidentes en la medida en que las inversiones públicas en sus diversos programas no han representado un cambio cualitativo en las diferentes escalas de configuración de la metrópoli. En ese contexto, las acciones en favelas adquirieron una dimensión sin precedentes en Brasil en las últimas décadas. Entender el proceso entre las primeras experiencias de intervención en favelas hasta el momento actual, en que programas de urbanización forman parte de una política habitacional más amplia, se muestran necesarios ya que son un modo de operar resultante también de un cambio en el entendimiento sobre que es la favela y su relación con la ciudad formal.

Es con base en la experiencia consolidada con el tiempo que se tiene como política habitacional la urbanización, modelo de intervención de favelas adoptado en la Favela do Sapé. De esta forma, el texto pretende, a partir del análisis de la intervención específica del proyecto de Reurbanización de la Favela do Sapé, crear una reflexión sobre la producción de vivienda social y la intervención en asentamientos precarios en la ciudad de São Paulo.
***PALABRAS-CLAVE**: Favela do Sapé, Urbanización de Favelas, Vivienda de Interés Social.*

INTRODUÇÃO

A intervenção em áreas com ocupação informal adquiriu uma dimensão sem precedentes no Brasil recentemente. Até a década de 1960 as iniciativas governamentais de melhoramentos em favelas, que partiam de uma concepção higienista, eram esparsas e ambíguas, e exprimiam uma vontade de sua erradicação (CARDOSO, 2007). É só a partir da década de 1980 que surgem iniciativas governamentais e municipais acerca da Urbanização de favelas. Este momento coincide com o período de redemocratização e empoderamento da mobilização dos movimentos sociais (DENALDI, 2003).

A Constituição de 1988 foi de extrema importância ao instituir os princípios da função social da cidade e da propriedade, cujos instrumentos foram regulamentados no Estatuto da Cidade em 2001. Entre outros fatores, esse novo marco permitiu que as experiências em urbanização e regularização que já vinham se disseminando desde a década de 90 nos municípios deixassem de ser programas alternativos e se tornassem objeto de política habitacional (DENALDI, 2003).

Entender o processo entre as primeiras experiências de intervenção dessa natureza de intervenção até o momento atual, em que programas de urbanização fazem parte de uma política habitacional mais ampla, se mostram necessários uma vez que são um modo de operar resultante também de uma mudança no entendimento do que é favela e sua relação com o restante da cidade. Desta forma, a partir da análise da intervenção específica do projeto de urbanização da Favela do Sapé, esse texto visa também uma compreensão mais ampla do tema e do contexto dessa atuação.

A FAVELA DO SAPÉ E A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO

As primeiras iniciativas de projeto ocorreram em 2008, nesse momento os responsáveis eram de uma empresa gerenciadora vinculada à Sehab (GROSBAUM, 2012). Em 2010, a Sehab definiu novas diretrizes, retomou o processo e transferiu o desenho para a Base 3 Arquitetos (MONOLITO, 2016). O escritório, existente até 2015, tinha como sócios Marina Grinover, Catherine Otondo (que hoje formam o Base Urbana) e Jorge Pessoa de Carvalho (Pessoa Arquitetos). Essa equipe já havia trabalhado com projetos de intervenção em favelas em 2006, nas comunidades da Linha e Japiaçu, também na zona oeste da cidade (TRONCOSO, 2013). Em 2014, pelo Projeto para o Sapé, o escritório ganhou o Prêmio de Urbanidade, na categoria de arquitetura, da Associação Paulista dos Críticos de Arte (APCA). O projeto encontra-se no momento de redação deste texto (março de 2018) parcialmente construído e ocupado.

Figura 1: Ortofoto com a área da Favela do Sapé em verde claro no centro, com equipamentos da região marcados ao redor
Fonte: elaborado pela autora sob imagem do Google Earth

Localizada no distrito de Rio Pequeno, subprefeitura do Butantã, na zona oeste de São Paulo, a Favela do Sapé começa a se formar em meados da década de 1960, com a ocupação da área livre dos loteamentos Jardim Esmeralda e Jardim Ester. Tratava-se de uma área bem localizada, num momento de forte expansão urbana, que avançava sobre o córrego devido à proximidade com a Marginal Pinheiros, proximidade à indústrias e bairros de classe média/alta e mais tarde da própria Cidade Universitária da Universidade de São Paulo. Segundo dados do HABISP, abrigava um número estimado de 2429 domicílios, em 2010, quando a Reurbanização teve início e tinha uma população aproximada de 7600 habitantes.

A atuação do poder público na Favela do Sapé foi bastante fragmentada (BRANDÃO, LEITÃO; 2016). Em 2002 a Favela do Sapé foi incluída como ZEIS no Plano Diretor da cidade de São Paulo e, posteriormente, no Programa de Regularização Fundiária da Prefeitura (PMSP). É uma ocupação que está predominantemente em área pública e por isso foi englobada pelo Programa de Regularização Fundiária da Prefeitura. Ao obter a regularização da posse antes de contar com projeto de regularização urbanística em 2004, a Favela do Sapé assumiu uma condição inédita para a Prefeitura, que usualmente primeiro constitui os projetos para só então regularizar (GROSBAUM, 2012).

A área foi contemplada pelos programas “Córrego Limpo” e “100 Parques” (GROSBAUM, 2012) e com isso realizadas, entre 2007 e 2009, foram realizadas ações sobre o Córrego do Sapé no sentido de sua recuperação e criação de áreas protegidas em suas margens, com o objetivo de conformar um parque linear. Desde 2007, a Favela passou por uma sequência de episódios de enchente que culminaram em grandes perdas materiais e humanas, esses episódios levaram a remoções feitas em caráter emergencial (BRANDÃO, LEITÃO; 2016). Devido a situação de fragilidade, somados às sucessivas ações do poder público, ainda que feitas de forma pontual e desarticulada, após o término do Bairro Legal, a PMSP incorporou o Sapé no então criado “Programa de Urbanização de Favelas”.

Em 2010, a partir dos estudos preliminares realizados pela Sehab, a área recebe a dotação orçamentária e dá-se início ao levantamento cadastral no Sapé e licitação pela Sehab e os primeiros estudos pelo Base 3 Arquitetos. As construtoras que ganharam o processo de licitação foram o Consórcio Engelux Galvão e Etemp Croma (BASE URBANA, 2016). O cronograma de intervenção previa a conclusão das obras para os próximos 24 meses e determinava apenas um mês para a execução do projeto básico e cinco para o detalhamento do projeto executivo completo (GROSBAUM, 2012). Após o diagnóstico, em 2011, a demanda foi atualizada, gerando a necessidade de reestruturação das propostas, que resultaram no projeto final. A licitação e operacionalização das obras foi feita a partir da divisão do Sapé em dois lotes (Sapé A e Sapé B), cada um sob a responsabilidade de uma empreiteira distinta. Esta divisão não considerava os vínculos sociais ou percepção dos moradores e revelavam a dificuldade das Secretarias e órgãos públicos em trabalhar com as pré-existências das favelas e de executar intervenções integradas entre diversos órgãos municipais.

Nesse contexto, coube à equipe projetista, junto com a equipe de assistência social e de demais servidores envolvidos com o contexto, determinar o tipo de método, processo e projeto para a área de intervenção. No caso da Favela do Sapé, o escritório projetista, apoiado pela equipe de assistência social e trabalhando próximos ao Conselho Gestor, buscou realizar um projeto atento às pré-existenciais. É no âmbito desse desafio que Grosbaum comenta a relação de investimentos das Secretarias:

> Embora cada Secretaria tenha suas linhas de ação e prioridades, os esforços de integração entre os diversos órgãos municipais ainda estão longe de poder fornecer uma diretriz conjunta precisa de qual é a prioridade em termos de investimentos institucionais para uma determinada área. O resultado é que resta à equipe projetista, com o apoio de servidores bem-intencionados, apostar na sua sensibilidade e criatividade para propor usos que qualifiquem e integrem a área de intervenção ao meio urbano em que se inserem. (GROSBAUM, 2012, p. 147)

A intervenção fruto desse processo resultou na: remoção das famílias alojadas nos 7 metros da margem do Córrego a fim de criar um parque linear, construção de 08 condomínios verticais, implantação de infraestrutura básica de saneamento e fornecimento de energia elétrica, retificação do córrego, regularização do sistema viário, construção de áreas de lazer e uma ciclovia.

INFRAESTRUTURA, MEIO AMBIENTE, ARQUITETURA E O CONTEXTO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DO SAPÉ

A intervenção na Favela do Sapé faz parte do Programa de Urbanização de Favelas, que "tem como foco a urbanização e regularização fundiária de áreas degradadas, ocupadas desordenadamente e sem infraestrutura" (PMSP, 2011). O programa conta com um sistema de priorização de assentamentos precários que apresentam o assentamento de famílias em área de risco e a necessidade de recuperação e preservação das áreas de proteção. Um dos critérios de maior importância na seleção do Sapé para fazer parte do programa de Urbanização de Favelas e, portanto, um dos pontos de partida para o projeto, foi a proximidade do assentamento com as águas e retrata o conflito entre a preservação ambiental e a moradia, tão constantes nas favelas de São Paulo.

Além da inclusão no Programa de Urbanização de Favelas, o Córrego do Sapé já tinha sido antes incluído em outros Programas devido à evidente fragilidade ambiental. Entre eles o Programa Córrego Limpo que, com início em 2007 e interrompido em 2012, pretendia recuperar e limpar cerca de 300 córregos da

cidade com parceria com a PMSP e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP). Também selecionado para o Programa 100 Parques que, lançado em janeiro de 2008, fez o levantamento e reserva de áreas para serem transformadas em parques em diversas regiões da cidade (PMSP, Programa 100 Parques, 2016). O Programa previa vários parques lineares a serem implantados nas áreas de fundo de vale, como o Córrego do Sapé. As ações de ambos os Programas se mostraram ineficientes e insuficientes, por constituírem uma colcha de retalhos originada de diversas metodologias e demandas, como apontado por Travassos (2010). Descontinuado em 2012, com o descontinuamento do Programa Córrego Limpo, os córregos inicialmente recuperados em 2007 ficaram sem manutenção e muitas vezes tiveram suas margens novamente ocupadas. Já a intervenção 100 Parques no Córrego do Sapé foi concluída em 2009 e a intervenção de urbanização acabou lhe sendo complementar.

Entendendo que a desigualdade ambiental é uma das facetas da desigualdade social, a realidade da fragilidade ambiental presente no Sapé se repete na maioria dos assentamentos precários brasileiros. É importante ressaltar que, ao invés de atribuir a população de baixa renda a responsabilidade por danos ambientais urbanos, entende-se que um mercado imobiliário excludente e a ausência de políticas públicas abrangentes de atendimento habitacional relega à população pobre no país a alternativa de ocupação em áreas residuais e com restrições ambientais. Travassos (2010), argumenta que a urbanização dos fundos de vale de São Paulo acontece em torno de obras públicas de infraestrutura, com a canalização dos rios e paralela construção de um sistema viário adjacente ou sobreposto. Tais obras interferiram no balanço hídrico ao confinar os rios, aumentando os picos de cheias às jusantes e a velocidade de escoamento das águas pluviais em canais retificados, concretados e/ou tamponados. O crescimento urbano, por si, já impacta no equilíbrio hídrico dos sítios e alteram significativamente o regime hídrico das bacias urbanas, somado às ocupações informais dos rios e suas margens, que potencializam danos ambientais.

Nesse contexto, em 2008, teve início o trabalho de articulação entre as agendas urbana e ambiental é uma das pautas que surge com mais força dentro das discussões referentes às urbanizações, assim como no projeto do Base 3 Arquitetos. Marcadas por conflitos urbanos, fundiários, ambientais e legais, ocupações informais e precárias demandam buscas por soluções técnicas mais compreensivas ambientalmente sem deixar de considerar as pré-existências.

A necessidade de adequação a realidade e às dinâmicas naturais foi essencial no projeto do Base 3 Arquitetos. O Córrego do Sapé, com aproximadamente 2km de extensão, desemboca no Córrego do Jaguaré até chegar ao Rio Pinheiros. A Área de Preservação Permanente - APP - deste córrego corresponde a cerca de 21% do seu território, que determina a existência da diretriz de remoção das as moradias localizadas na margem do corpo d'água. Como relata Grosbaum (2012), não houve um consenso entre os diversos agentes envolvidos sobre a interpretação da legislação que rege as APPs urbanas. De forma que ao invés dos 30 metros determinados pelo Código Florestal para APP's, o projeto optou pelo recuo determinado pelo Código de Obras, de 7 metros, proporcional à largura do córrego (CARVALHO, 2013). Desta forma, são minimizadas as remoções, ficando claro a preocupação de se aliar as soluções ambientais ao respeito às pré-existências.

O projeto previa a remoção de quase 50% das famílias cadastradas, segundo Troncoso (2013), priorizando a remoção restrita a áreas de risco ambiental, caso das moradias erguidas no leito e na várzea do córrego. Outras áreas sob área de risco ambiental diziam respeito às condições geológicas do terreno. Muitas edificações estavam implantadas em encostas. A leitura e compreensão da realidade, levou a

definição das remoções de edificações implantadas em encostas a partir de setores. As edificações, que se apoiavam umas sobre as outras, geravam uma estabilidade relativa para o conjunto. Uma vez que as remoções isoladas poderiam desestabilizar os conjuntos edificados, a remoção em setores foi feita com o intuito de minimizar os impactos as edificações que não seriam removidas (GROSBAUM, 2012).

No caso do Sapé, e das muitas outras ocupações informais localizadas nas margens de corpos d'água, o equacionamento das questões ambientais e urbanas às questões ambientais é um dos maiores desafios (MARTINS, 2006). No caso do Córrego do Sapé, é ao optar-se por soluções que conciliam as exigências à legislação ambiental e os ônus das remoções, no entanto, que é traçado a estratégia para ação na Favela. A solução foi a elaboração de um projeto de macrodrenagem que seja integrado ao projeto de novas unidades habitacionais, a partir da verticalização que permitia a reconfiguração de toda uma faixa de território, abrindo espaços para áreas livres, equipamentos comunitários, arborização e praças, organizados ao longo do eixo criado pelo curso do córrego.

Optou-se pela canalização do córrego do Sapé em um sistema estrutural de macrodrenagem (BRANDÃO, LEITÃO; 2016) realizado por Geasanevita Engenharia e Meio ambiente. A canalização de cursos d'água aliada à abertura de vias é solução tradicional para a drenagem em São Paulo. Além de conservadora e de adotar medidas pouco ousadas em termos de práticas mais alternativas e ecológicas, Tavassos (2010) argumenta que a recondução dos cursos naturais, mesmo que feita pontualmente, como vemos aqui, muitas vezes acaba gerando uma intervenção estrutural no sistema e pouco contribui a nível local, como já sinalizam os mais recentes alagamentos. No entanto, a decisão foi pautada na tentativa de reconfiguração de uma faixa do território de modo a criar espaços públicos de qualidade. Também com essa motivação foi definido uma largura variável para o Córrego canalizado, levando em consideração a contribuição da bacia hidrográfica e a vazão acumulada resultante. Essa decisão, segundo Grosbaum (2012), foi feita "de modo a "roubar" a menor quantidade de espaço possível" do Parque Linear, "com dimensões já tão escassas".

Na tentativa de incorporar o Córrego à paisagem e ao espaço público, foi adotada uma seção hidráulica mista aberta para o canal, com larguras variáveis, revestimento em gabião e borda livre (Figuras 02 e 03). As seções compostas, possibilitaram uma melhor acomodação ao terreno. Já o revestimento com gabião possibilita maior permeabilidade, além de permitir a diminuição da velocidade de escoamento e maior rendimento na retenção de resíduos, soluções que indicam a preocupação com a mitigação dos impactos ambientais, bem como uma vontade de aproximar o usuário com a água e de qualificar o espaço público e a paisagem. Os projetos de drenagem e contenção foram desenvolvidos por Geasanevita Engenharia e Meio ambiente e Geobrax, respectivamente (BASE URBANA, 2016).

Figura 02: Seção do projeto para o Córrego do Sapé
Fonte: Base Urbana, 2014

Figura 03: Foto do leito do córrego tirada em julho de 2017
Fonte: autora, 2017

O projeto paisagístico foi proposto pelo Base 3 arquitetos e paisagista Oscar Bressane (BASE URBANA, 2016), considerava necessidade de uma reabilitação de vegetação para além da proteção do Córrego. É cada vez mais relevante a discussão sobre sustentabilidade, principalmente quando se encontra com a dificuldade de adaptação de assentamentos informais a padrões mínimos de qualidade ambiental, uma vez que construídos de forma ilegal e fora da normatização exigida, tem forte impacto no microclima daquele contexto. Entende-se também que a vegetação tem o potencial de criar, qualificar e significar espaços públicos, além de contribuir para o conforto ambiental.

Uma importante decisão de projeto adotada, foi ressalvada por Grosbaum (2012), atenta a de preservação e valorização do único maciço de árvores de grande porte remanescente, bem como de uma nascente presente no território. Segundo a análise:

> Na aridez do meio ambiente natural devastado, estes elementos tornam-se preciosas matérias primas de projeto para contribuir para uma transição que estabeleça vínculos entre a natureza e o espaço construído, entre o passado e o futuro, entre a favela e a cidade". (GROSBAUM, 2012, p. 151)

Infelizmente, com a contenção de custos durante a implantação do projeto, a execução foi distinta daquela concebida pelos arquitetos. Tanto na execução dos edifícios e unidades habitacionais, como no projeto urbano e paisagístico, muitas partes foram deslocadas ou removidas do escopo da obra. Por exemplo, apesar de terem sido feitas as remoções, as áreas de lazer não foram construídas conforme o projeto, o que pode ter sido um fator relevante para a apropriação por parte da população das áreas livres implantadas, conforme já é visível na Favela. Além disso, no que diz respeito às intervenções no âmbito ambiental, não foi feita toda a arborização prevista.

Apesar da atenção da equipe do projeto, as análises posteriores revelam desafios ainda a serem aprimorados, como por exemplo, a distância entre a política pública e seu discurso e em relação ao projeto executado. Sobre isso, Mautner (2017) afirma:

> Observa-se, portanto, que entre o desenho da política pública e a execução das obras na Favela do Sapé houve um caminho longo e tortuoso. O projeto hoje em fase de implantação é distinto do proposto em nível executivo e a morosidade das obras colaborou para o crescimento do déficit orçamentário e alterações dele consequentes. A dinâmica urbana em áreas como esta é muito mais acelerada que o ritmo das intervenções, o que ocasiona novas demandas ainda com as obras em curso. (MAUTNER, 2017, p. 164)

Brandão e Leitão (2017) também chamam atenção para aspectos determinantes do projeto para o Sapé que não foram realizados:

> Viu-se também que as remoções superaram o cálculo previsto e chegam a aproximadamente 60% do total de unidades anteriormente cadastradas. E mais, que parte das famílias removidas ainda não teve uma solução definitiva para sua situação e tampouco existe previsão concreta para tal. São vários os empreendimentos complementares ao Sapé para o alcance da demanda, mas estes ainda estão em fase preliminar de estudos, projetos e captação de recursos. (BRANDÃO; LEITÃO, K. O., 2017, p. 241)

Por fim, ainda sobre isso, Silva (2017) questiona o fato de que a urbanização de favelas segue um padrão de ações fragmentadas:

> Tanto no Jaguaré como no Sapé é certo que uma ação integrada de políticas setoriais – habitação, transporte, espaços de lazer, saúde e educação – demandariam ações fora da poligonal de intervenção, para enfrentar aspectos como: a melhoria da mobilidade urbana ou a valorização do espaço público. (...) ambos os projetos são decorrentes de ações setoriais pontuais, que guardam na gênese de sua concepção limites de atuação insuperáveis. (SILVA, 2017, p. 210)

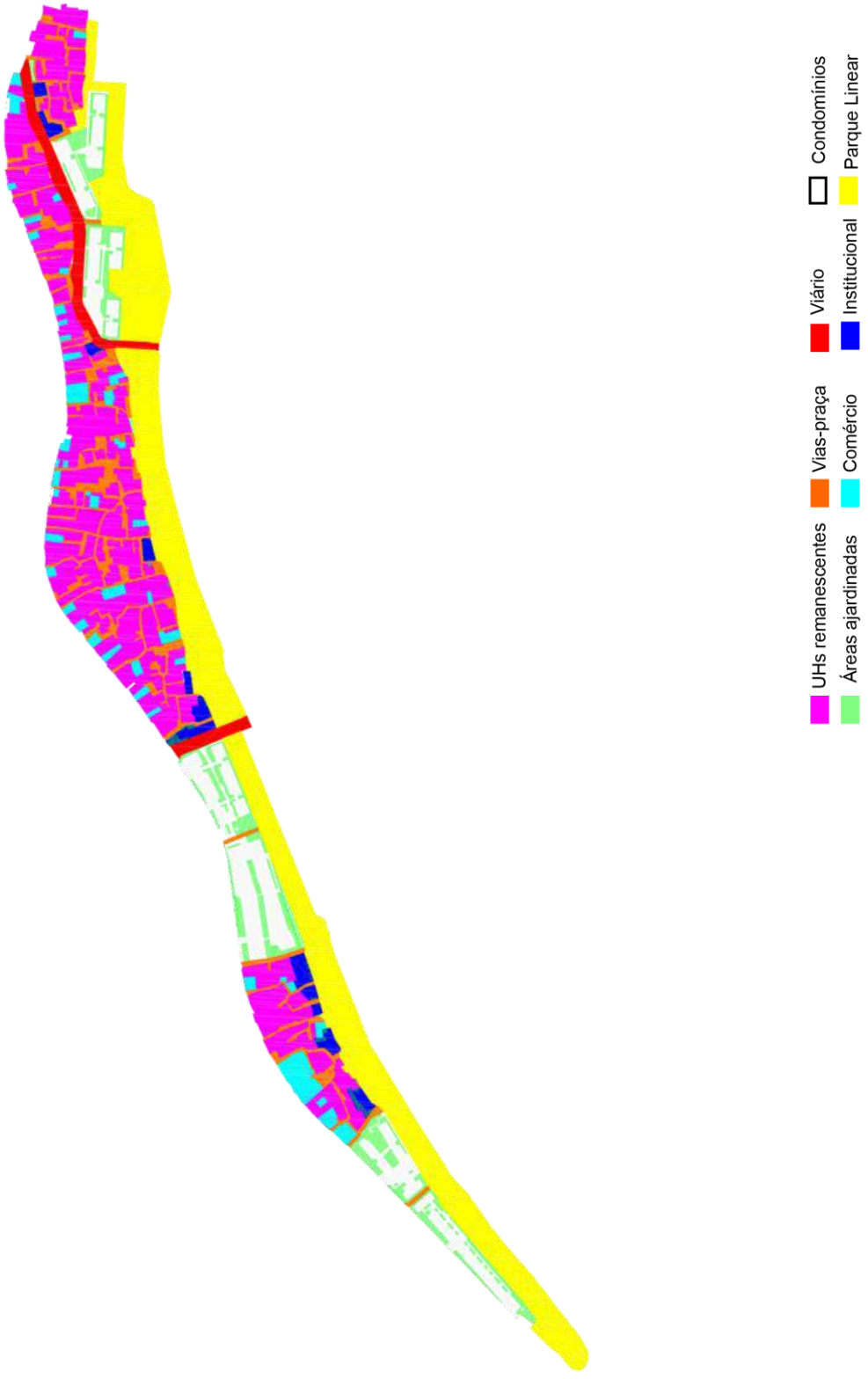
A atenção ao Córrego corresponde a uma ação do projeto no âmbito da renovação da paisagem natural indissociável, no caso do Sapé, de uma proposta de reurbanização da área, e da edificação das unidades de habitação.

ESPAÇO PÚBLICO E O CONFLITO ENTRE O BEM COMUM E O INTERESSE INDIVIDUAL

No projeto para a Favela do Sapé, o desenho dos espaços públicos, bem como das vias públicas, além de buscarem promover um ganho ambiental, tem o papel de conectar o espaço da favela ao entorno, numa tentativa de diminuir as fronteiras invisíveis que cercam a Favela. Desta maneira, o espaço público entra como ordenador do território, viabilizando a apropriação destes ambientes pelos moradores (Figuras 04 e 05).

Figuras 04: À esquerda passeio público, ao fundo se vê algumas barracas de comércio informal e mais à frente uma pequena horta comunitária
Fonte: autora, 2017

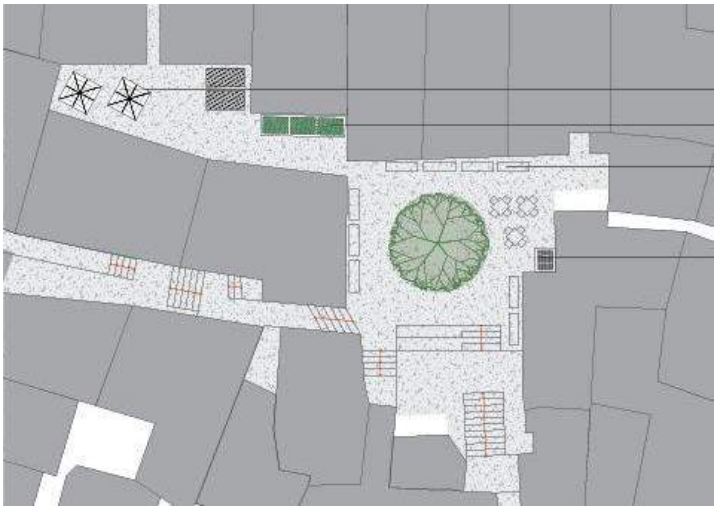
Figuras 05: Quadra e praça ao norte do Condomínio A
Fonte: autora, 2017



Figuras 06: Usos determinados no projeto
Fonte: elaborado pela autora, 2018

Do ponto de vista da acessibilidade, o sistema viário, entendido como espaço público e coletivo, foi desenhado partindo da premissa de implantar o mínimo de sistema viário para veículos e da implantação de uma ciclovia. Ao optar pela qualificação das vias peatonais em detrimento da abertura de novas vias centradas em veículos, diminui-se o impacto de remoções adicionais e busca costurar o tecido da favela ao do entorno a partir de seus caminhos já consolidados. Ao mesmo tempo, a ciclovia como equipamento urbano dá potência ao Parque Linear ao criar um novo fluxo de pessoas. O projeto, portanto, previa a abertura de uma via transversal para veículos e duas vias compartilhadas - uma ao longo do canal do Córrego e outra diagonal ao trecho sul do projeto. A criação de um sistema viário para veículos, apesar de mínima, é importante na integração à malha urbana, além de possibilitar o acesso de caminhões de manutenção e outros veículos utilitários. As travessias do córrego consideravam as travessias pré-existentes e foram implantadas a cada 50 metros.

As vias peatonais, denominadas vias-praça pela equipe projetista, revela no próprio nome a intenção de qualificar as vielas e escadarias para além da acessibilidade. São criadas a partir do redesenho das circulações existentes, mantendo as características morfológicas, mas também conduzindo melhor os caminhos para pequenas praças e largos, consideradas estratégicas como espaços de lazer e encontro e também na abertura de miolos abertos garantindo melhor salubridade do traçado e habitações (Figura 7). Esse tipo de intervenção, apesar de resultar em uma transformação discreta, qualificam a mobilidade, infraestrutura urbana e o cotidiano do morador. No entanto, embora o sistema viário destinado ao uso do automóvel ter sido construído, as vias-praça, que qualificariam os espaços públicos e impactariam diretamente o cotidiano dos moradores do remanescente da Favela, não foram realizadas.



Figuras 07: Projeto de largo inserido no remanescente da Favela do Sapé
Fonte: Base Urbana, 2014

Os institucionais previstos, de enorme importância enquanto presença do estado, facilitando o acesso à serviços públicos, foram implantados no projeto em pontos estratégicos: no térreo de novas unidades e nas esquinas urbanas. Até o momento de redação os equipamentos institucionais de áreas públicas não estavam implantados. Como argumenta Silva (2016), a supressão destes equipamentos no

momento da construção demonstra a incapacidade do estado de lidar com problemas a médio e longo prazo. É importante ressaltar, como já feito antes, o fato de estas intervenções, tanto do ponto de vista da mobilidade urbana, como distribuição de equipamentos públicos, demandar de políticas públicas integradas, que não partem recortes territoriais tão reduzidos.

O fato de as remoções justificadas pela construção da infraestrutura e equipamentos públicos ter sido feita - assim como as remoções necessárias para a implantação dos condomínios não erguidos - mas não realizadas, gerou espaços vazios e sem apropriação. Desta forma, a potência do desenho dos espaços públicos fica desperdiçada e levanta a discussão acerca da apropriação e significação dos espaços públicos (Figuras 12 e 13). Além dos espaços residuais gerados pelas remoções, foi constatado em visita ao local e por meio de relatos a ocupação dos espaços públicos por comércios ou novas unidades habitacionais, reforçando o desafio dos projetos de urbanização em promover a realização destes espaços enquanto um sistema de espaços coletivos.

No debate sobre a não realização destes ambientes como públicos, é importante se considerar também a sobreposição das dinâmicas e poderes paralelos presentes na favela, como na atuação do crime organizado, relatado por Leda, líder comunitária que nos acompanhou na visita ocorrida em julho de 2017. Sobre a presença de poderes paralelos e o escopo do projeto e da equipe projetista, a Profa. Maria de Lourdes Zuquim comentou em entrevista realizada em abril de 2018 com a autora:

> É você ter um poder paralelo que é maior que o Estado e que determina quem manda nos espaços públicos. Então essas questões que a gente relata através do Sapé ela não é peculiar ao Sapé, são questões que o programa e a política pública não tão sabendo responder e essas novas forças recentemente estão bem mais divulgadas pela mídia e pelo momento em que a gente tá vivendo. Historicamente você tem um poder paralelo que determina as relações dentro da favela, as relações sociais e a apropriação de espaço. E isso acontece no Sapé, no Jaguaré, em Paraisópolis, em Heliópolis (...) O projeto tem avanços no que toca ao alcance do projeto, mas a questão da política e da produção do espaço o projeto não consegue responder. Ele responde a algumas questões, mas ele não vai responder coisas que vão além do que ele tem como.

Entende-se que o ato de projetar em si é uma ação incompleta, que só se completa com sua apropriação e para que o uso pretendido se realize, o espaço deve ser dotado, pela comunidade moradora, de significado e funcionalidade. Se vê na atuação da parte da equipe projetista essa preocupação, resultando na tentativa de buscar no assentamento elementos de reconhecimento daquele território, a partir da valorização de elementos naturais remanescentes e na permanência de singularidades locais e na valorização do coletivo sobre o individual. O projeto propõe tanto no espaço urbano pequenos largos e usos coletivos no térreo, nos casos entre o projeto e o uso, explicitam-se do valor individual sobre o bem comum: em alguns momentos sua apropriação privada (às vezes gerando até mesmo conflitos), outros em que são caracterizados como espaço público comum e são tratados como residual e exemplos em que são funcionais e coletivos.

No primeiro caso, revelador dos conflitos internos, as áreas coletivas no térreo do Bloco A2, encontram-se hoje cercadas. O Bloco A2, o bloco com as maiores unidades, de 52m2 e que, segundo relato de Leda, líder que acompanhou a visita, conta com a comunidade mais organizada, que realiza com frequência reuniões condominiais para tomada de decisões coletivas, com moradores da comunidade cadastrados e mantidos nas novas unidades, encontramos arame farpado em toda a volta de seu perímetro,

com a explicação de que “é para evitar que os traficantes entrem aqui, pois é rota fácil de fuga da polícia, pondo em risco as crianças” (Figuras 10 e 11). Os espaços térreos abertos e comuns estão, alguns deles, gradeados – para que fiquem dentro protegidas as bicicletas ao invés do bicicletário aberto prevista pelo projeto (Figuras 08 e 09).

Figura 08: Foto de crianças brincando em área comum, em segundo plano ao lado direito bicicletário aberto conforme projeto original
Fonte: Base Urbana, 2014

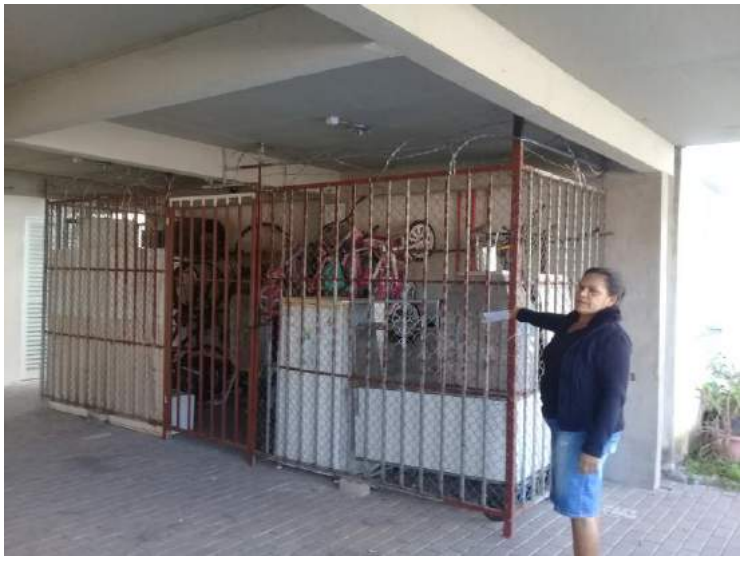


Figura 09: Foto de bicicletário atualmente, gradeado e com proteção de arame farpado da parte superior. No interior havia avisos onde vinha escrito: “Todos sabemos o que houve no primeiro bicicletário: destruição e furto”
Fonte: autora, 2017

Figura 10: Foto da Inauguração do Condomínio A
Fonte: Base Urbana, 2014

Figura 11: Mesma fachada mostrada na Figura, vista do interior do Condomínio, com arame farpado em toda a parte superior do portão
Fonte: autora, 2017

É um fato também que as intervenções em favelas criam situações de segregação e desigualdade dentro dos próprios assentamentos. No Sapé as áreas de provisão habitacional se constituem como novos corpos edificados que contrastam com o remanescente autoconstruído da favela. Além disso, os setores mantidos do assentamento não podem usufruir dos novos espaços comunitários de dentro dos condomínios, devido a diretrizes impostas pela Sehab (GRSOBAUM, 2012). O fato de grande parte das intervenções nos setores remanescentes não terem sido realizados (vias-praça, equipamentos institucionais, áreas de lazer, etc.) agravam a disparidade, como comentou a Profa. Maria Lourdes Zuquim em entrevista:

> O Estado chega num lugar e [de forma] absolutamente verticalizada uma população é removida e vai pro prédio. Ela não tem capacidade de pagamento. Ele [o Estado] promove uma mobilidade enorme. Tem pessoal que volta pra favela, o que tava na favela não teve sua

> regularização urbanística e fundiária, e não foi dotado de infraestrutura. Então você cria uma série de conflitos sociais e intensifica os conflitos sociais já existentes. É bem complicado (...) É um enorme avanço, mas o que ele responde ao direito e garantia de direito de moradia e de cidade à população atingida por esses projetos é muito desequilibrado e é muito desigual. É um grande avanço, então a gente precisa aprender com essas experiências, mas ela sai do alcance do arquiteto.

A apropriação dos espaços públicos e comunitários é disputada pelos antigos e novos agentes, que capturam as melhorias da urbanização de forma desigual. Uma certa idealização da vida em comum parece aqui encontrar outro tom, menos otimista, que aquele que no momento do projeto o pautou.

Os pequenos largos, têm sido, em alguns casos ocupados por novas habitações. Áreas consideradas de uso coletivo, relevantes para comunidade, e que a hipótese da proposta compreendia como protegidas pelo interesse em comum – como ocorre nos campos de futebol de várzea (SANTOS, 1985). O encontro do projeto com a realidade revela que a hipótese não se confirmou. O que poderia assegurar esses largos ou mesmo esse parque linear? Seria de fato necessário abrir mão do oportuno encontro com a circulação da borda do córrego como uso comercial ou deveria o projeto ou um novo projeto apoiar esses usos através de mobiliário urbano que fosse ao mesmo tempo de instalação adequada (sanitária inclusive) permitindo uso da técnica a serviço do interesse real apontado pela vida local. Quando bem-sucedidos se transformam em áreas de uso coletivo, como largo enfeitado para festa junina, como visto no momento da visita (Figura 12).

Figura 12: Largo adjacente ao Córrego do Sapé enfeitado para a Festa Junina
Fonte: autora, 2017

Figura 13: Unidades em alvenaria em construção na área destinada ao Parque Linear
Fonte: autora, 2017

Para além do desafio na orquestração dos espaços coletivos, cabe ao projeto de habitação enfrentar o desafio das unidades.

AS UNIDADES HABITACIONAIS

A fim de viabilizar o projeto foi necessário a remoção de 48,5% das famílias cadastradas. Das 2.427 famílias inicialmente cadastradas, 1.250 passaram por um processo de regularização da posse da terra, enquanto as outras 1.117 foram removidas e atendidas por programas de provisão habitacional. As razões que justificaram as remoções foram: a legislação ambiental nas áreas *non aedificandi* nas margens do córrego; as moradias em situação de risco emergencial; passagem de infraestrutura; regularização e criação do sistema viário e liberação de terreno nas glebas onde seriam erguidos os novos condomínios verticais. Abaixo, na Figura 14 e Tabela 01, é possível observar no mapa as moradias que foram removidas, segundo respectivas justificativas.

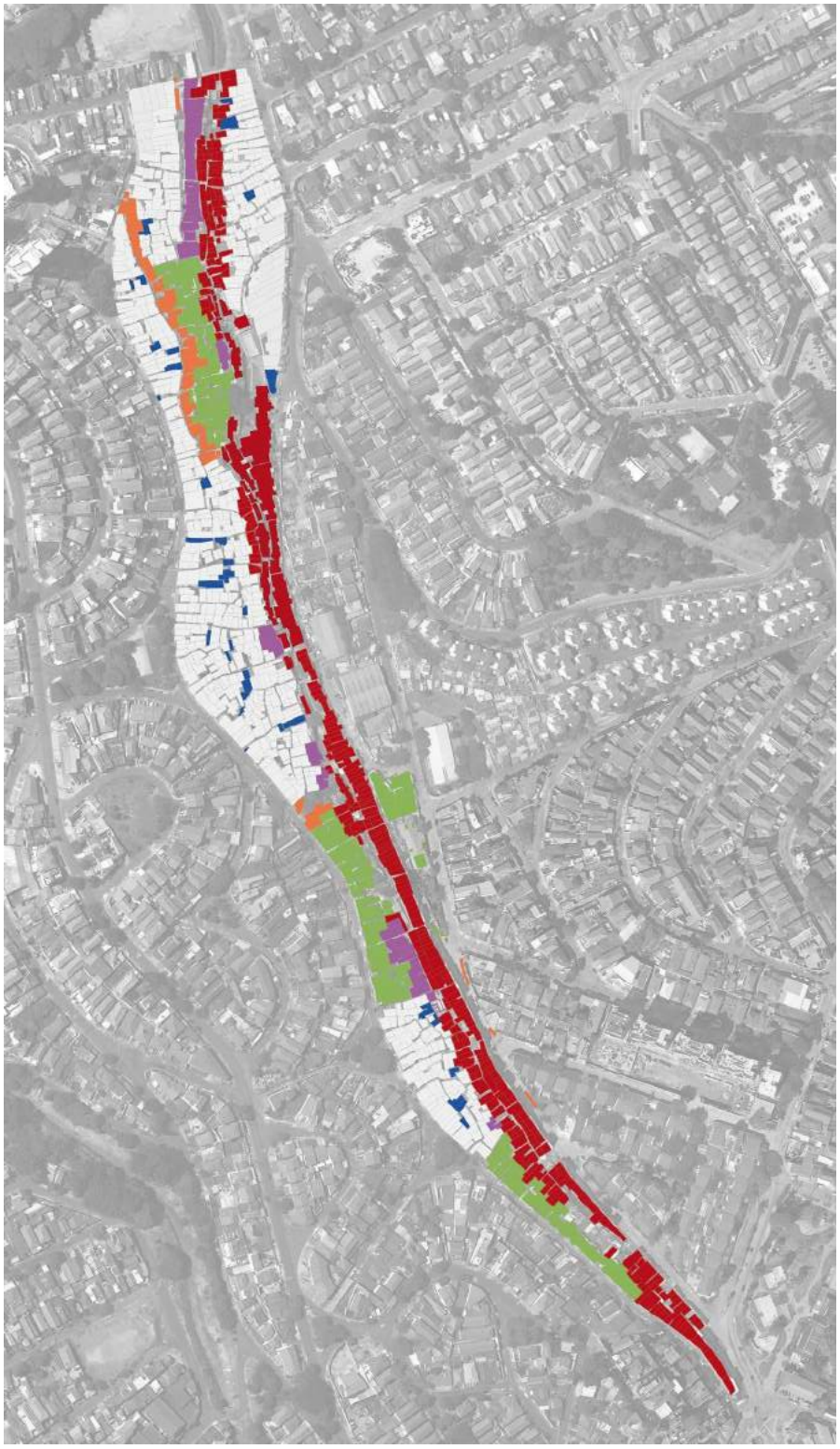


Figura 14: Remoções previstas no projeto para a Favela do Sapé
Fonte: Base Urbana, 2014

Justificativa de remoções	Número de famílias afetadas
Áreas non aedificandi (leito e várzeas do córrego de acordo com a legislação vigente)	527
Áreas em risco emergencial (locadas abaixo do nível de inundação)	105
Passagem de infraestrutura	98
Regularização do sistema viário	93
Terrenos onde foram locadas as novas unidades habitacionais	354
Total	**1.117**

Tabela 01: Remoções previstas no projeto para a Favela do Sapé
Fonte: Base Urbana, 2014

Das 1.117 famílias removidas 685 (58%) seriam realocadas no próprio perímetro da favela e as demais 492 famílias (42%) em unidades habitacionais em lotes próximos ao perímetro de intervenção, nas áreas das Favelas Água Podre e Mário Belmonte, além de outras duas áreas de provisão, a serem contemplados por projetos e licitações futuros. Até o momento de redação do relatório, apenas 500 famílias estão nos novos edifícios, as demais continuam atendidas pelo programa de aluguel social. A tabela a seguir reconhece o fluxo de entrega dos condomínios projetados pela Base 3 Arquitetos.

Empreendimento	Número de unidades habitacionais	Estágio
Condomínio A (Sapé A)	75	Entregue em 2014
Condomínio B (Sapé A)	68	Entregue em 2015
Condomínio C (Sapé A)	145	Entregue em 2015
Condomínios D (Sapé A), E e H (Sapé B)	225	Não serão construídos
Condomínio F (Sapé B)	87	Entregue em 2017
Condomínio G (Sapé B)	125	Entregue em 2017

Tabela 02: Provisão habitacional para a Favela do Sapé. Dados coletados em março/2017
Fonte: NAPPLAC e HABISP, 2017

A princípio, os condomínios estavam organizados da seguinte maneira: Condomínio A (75 unidades habitacionais), B (68 unidades), C (145 unidades), D (87 unidades), E (80 habitações e seis comércios), F (87 unidades), G (87 unidades) e H (56 unidades) (CARVALHO, 2016), totalizando 685 unidades habitacionais dentro do perímetro da Favela do Sapé. Nas Figuras 15 e 16 está representado uma síntese do projeto. A primeira é uma planta divulgada pelo Base 3 Arquitetos de apresentação do projeto, já a segunda foi elaborada pela autora e revela a provisão habitacional *as built*. Como forma de conter custos, três dos condomínios previstos não serão construídos (condomínios D, E e H).

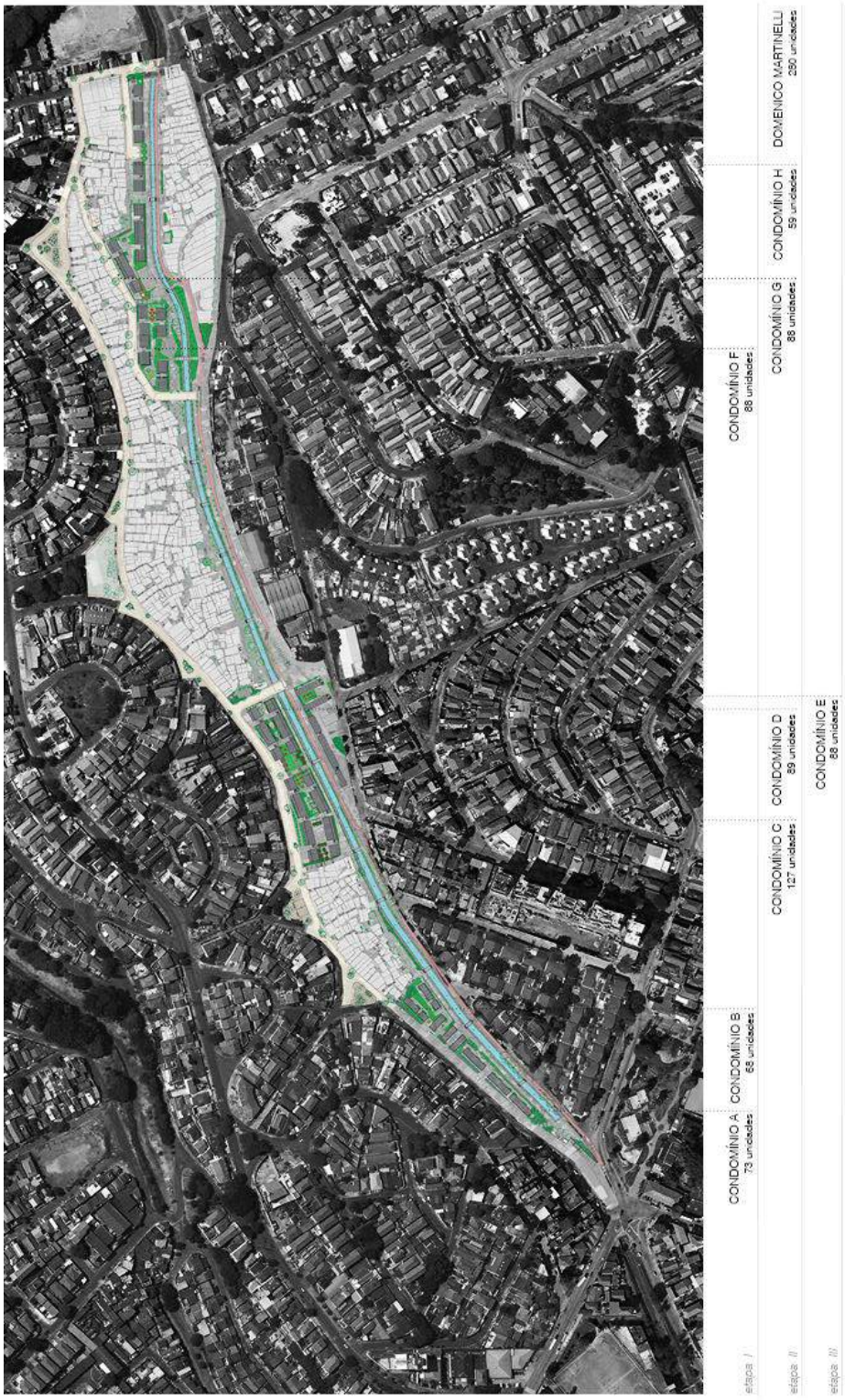


Figura 15: Síntese com implantação segundo projeto, com identificação dos 8 condomínios (A ao H)
Fonte: Base Urbana, 2014

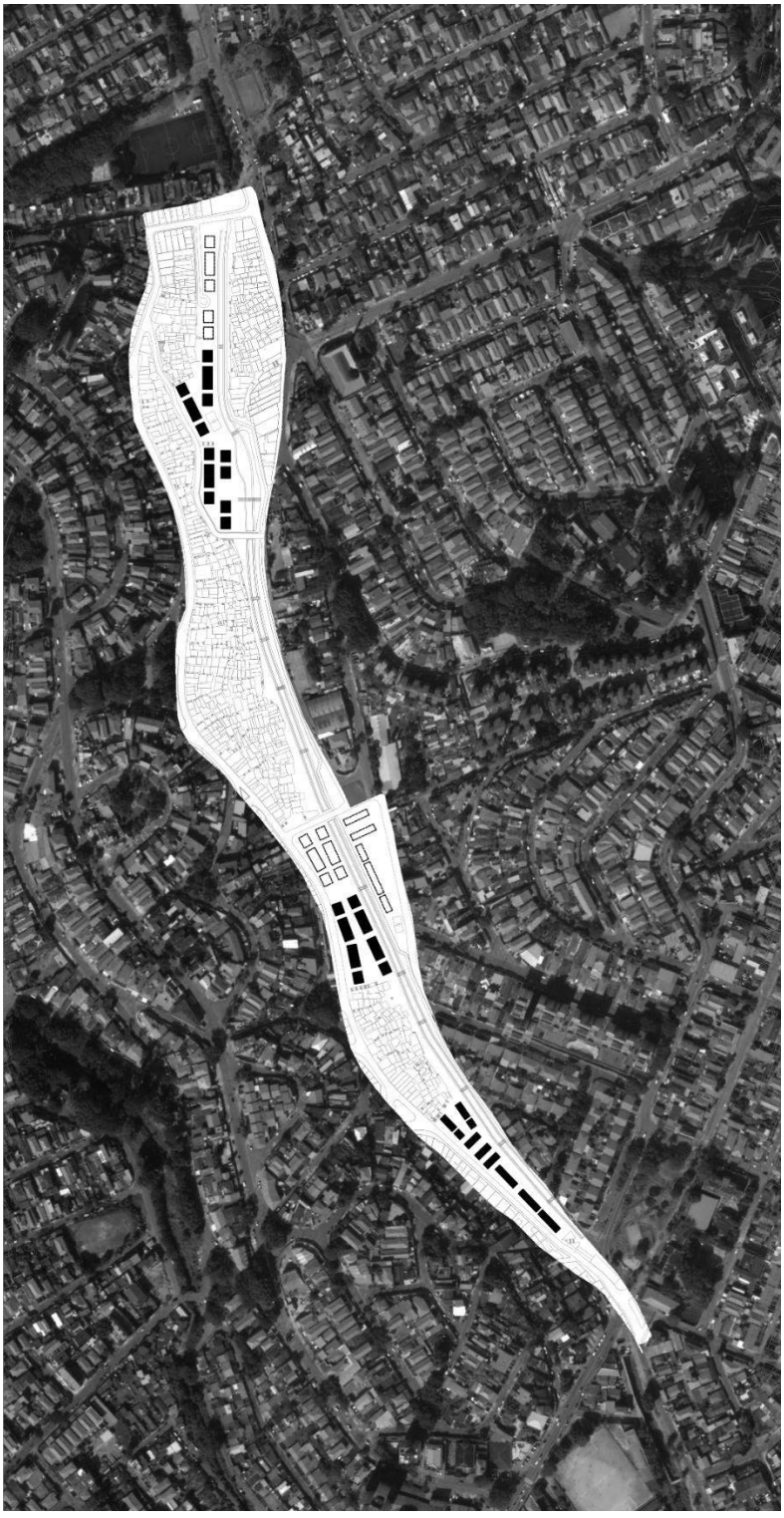


Figura 16: Síntese com implantação *as built*. Em anexo segue a representação da implantação incluída no caderno
Fonte: elaborado pela autora, 2018

Os condomínios verticais aproveitam a inclinação natural do terreno permitindo o acesso aos edifícios tanto a partir do Parque Linear, como a partir da Rua General Syzeno Sarmento, com cotas que variam conforme a progressão da rua, como pode ser observado na elevação do condomínio C (Figura 17). O acesso ao edifício é feito apenas por pedestres.

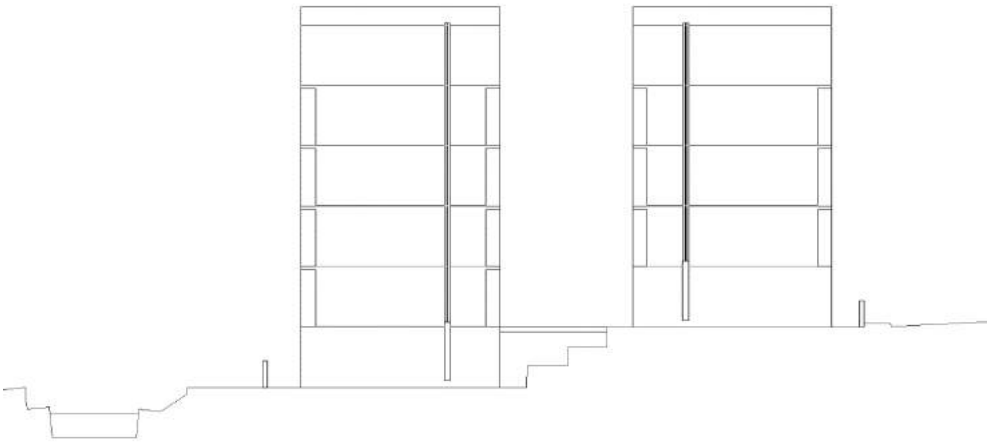


Figura 17: Elevação do Condomínio C. Na figura é possível observar a entrada do subsolo, no mesmo nível do Parque Linear parelho ao Córrego, e a entrada do térreo, no mesmo nível da Rua General Syzeno Sarmento
Fonte: elaborado pela autora, 2018

Na entrada do Parque Linear o morador tem acesso ao subsolo por meio de uma rampa, garantindo a acessibilidade das unidades daquele pavimento. No nível dos subsolos dos edifícios habitacionais estão alocados os espaços comunitários no edifício que incluem salão de festas e bicicletários abertos, além das salas e equipamentos técnicos. Uma vez que a circulação vertical dos condomínios é feita por meio de escadas, os espaços comunitários e de permanência foram concentrados nos níveis do subsolo e do térreo, onde são garantidos a acessibilidade, ainda que seu acesso seja feito em níveis e ruas distintas. No nível térreo está o acesso principal aos edifícios feito pela Rua General Syzeno Sarmento, que se encontra no mesmo nível do pavimento. O térreo conecta todos os volumes dos condomínios pela circulação horizontal avarandada, procurando criar espaços mais amplos, permitindo uma maior permanência, desenhados partindo da observação e compreensão da importância da vivência do espaço coletivo e das relações sociais de vizinhança, que adquirem uma potência singular nas favelas.

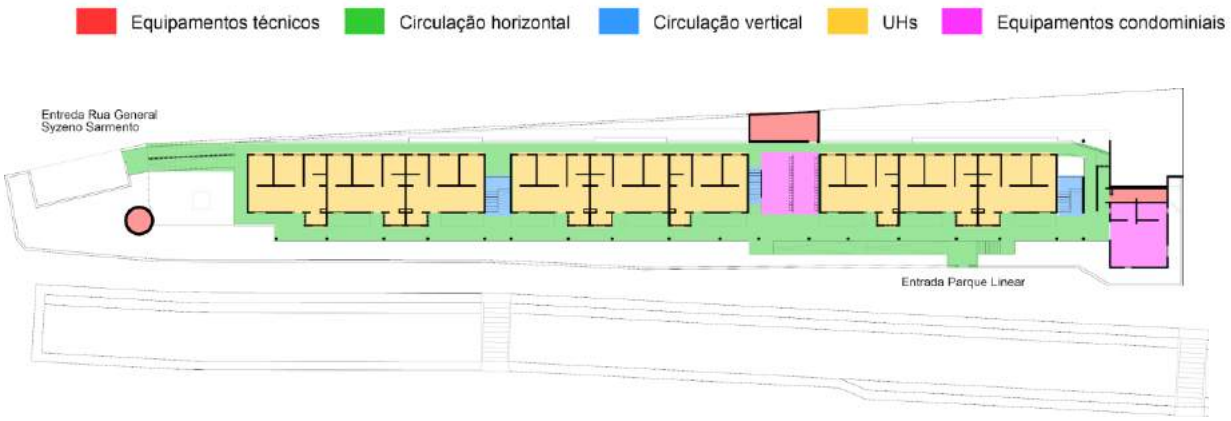


Figura 18: Planta do subsolo do Condomínio A (sem escala). A planta pode ser vista na escala 1:300 nos anexos
Fonte: elaborado pela autora, 2018

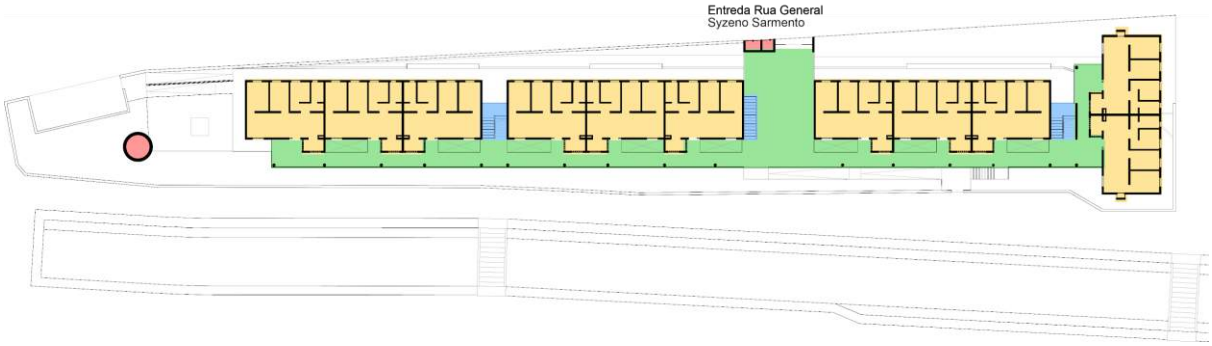


Figura 19: Planta do térreo do Condomínio A (sem escala). A planta pode ser vista na escala 1:300 nos anexos
Fonte: elaborado pela autora, 2018

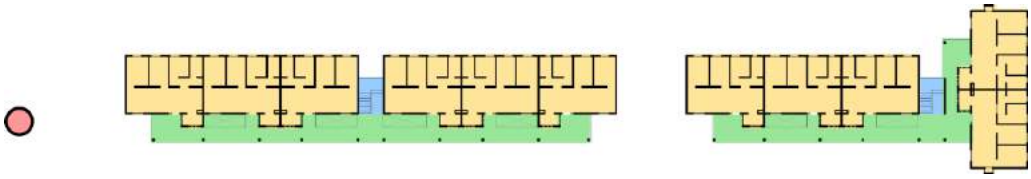


Figura 20: Planta do pavimento tipo do Condomínio A (sem escala). A planta pode ser vista na escala 1:300 nos anexos
Fonte: elaborado pela autora, 2018

Figura 21: Elevação do Condomínio A (sem escala). A elevação pode ser vista na escala 1:300 nos anexos
Fonte: elaborado pela autora, 2018

Figura 22: Condomínios B e C (azul e vermelho, respectivamente), com parte remanescente da favela entre estes
Fonte: autora, 2017

Figura 23: Áreas ajardinadas no subsolo e térreo do Condomínio B
Fonte: autora, 2017

Figura 24: Circulação avarandada no Condomínio A
Fonte: autora, 2017

Figura 25: Circulação avarandada ocupada com plantas e bicicletas no Condomínio B
Fonte: autora, 2017

A circulação coletiva e a conexão com a paisagem urbana são traços importantes nesse projeto (Figuras 24 e 25). A circulação horizontal é aberta e consistem em corredores de 1,50m de largura, que aqui também desenham um espaço de convívio social, além de abrir vistas para a paisagem da Favela, a rua e o Parque Linear, permitindo, como destacam Antonucci e Filocomo uma "interação entre o fluxo privado ao conjunto e o espaço público" (Figura 26). A altura dos condomínios varia entre 5 e 7 pavimentos acessados

por escadas abertas. Essas circulações de uso comum geram varandas apropriadas de modo intenso pelos moradores.

Figura 26: Vista para o Córrego da circulação do Condomínio A
Fonte: autora, 2017

Apesar da existência de pavimentos tipo, em geral, as plantas dos pavimentos variam bastante nos edifícios, devido a necessidade de se criar pavimentos acessíveis, como também um resultado do encaixe dos vários tipos de unidades habitacionais. A partir da pesquisa realizada identificou-se 8 tipos de unidades habitacionais, que variam de 46,5 a 52 m² e que, segundo o escritório Base 3 Arquitetos, tiveram suas quantidades definidas com o levantamento das famílias realizado durante o trabalho. Os oito tipos seguem na tabela abaixo:

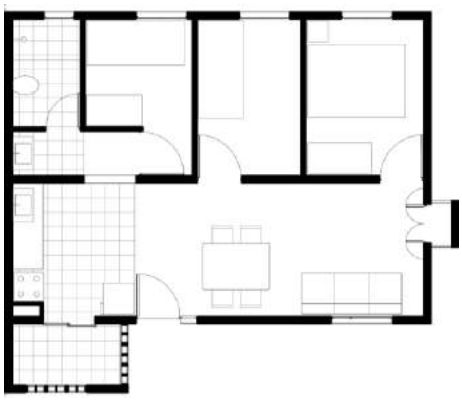
Tipo (tipo/n de dormitórios)	Número de unidades no projeto	Área total (m²)
A (unifamiliar simples/3 dormitórios)	36	52
B (unifamiliar com varanda/3 dormitórios)	18	52
C (unifamiliar acessível/2 dormitórios)	9	52
D (duplex/2 dormitórios)	42	49
E (unifamiliar simples/2 dormitórios)	29	49
F (unifamiliar simples/2 dormitórios)	111	46,5
G (unifamiliar simples/2 dormitórios)	188	47,5
H (unifamiliar acessível/2 dormitórios)	28	47,5

Tabela 03: Metragem e quantidade de unidades habitacionais no projeto da Favela do Sapé
Fonte: elaborado pela autora, 2018

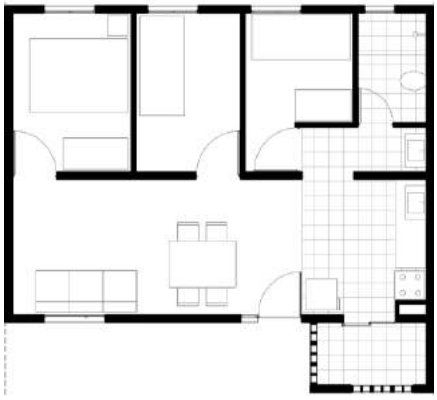
Os tipos A e B são de três dormitórios, enquanto os demais têm dois dormitórios. Além disso, com exceção dos tipos D e H, que não possuem área de serviço, as habitações possuem todas: cozinha, sala de jantar e sala de estar integradas, procurando fazer melhor proveito do espaço restrito e ao mesmo tempo permitindo melhor ventilação e iluminação dos cômodos. Os dormitórios estão organizados em torno das áreas sociais dos apartamentos e nos tipos de desenho mais alongado e no duplex (D, F, G e H) são acessados por um corredor, criando uma área mais íntima. Já nas demais tipos (A, B, C, E) não há essa separação, sendo os dormitórios acessados diretamente pelas áreas sociais.

O desafio da acessibilidade e do desenho universal estão comtemplados em duas das unidades projetadas (A e G). Seguindo os parâmetros construtivos determinados pela legislação específica de habitações de interesse social, as unidades têm área útil de no máximo 50 m². Segundo a Lei 15.358/11 de Desenho Universal, esta área pode ser acrescida em até 30% desde que garanta as condições de acessibilidade e desenho universal. As unidades habitacionais acessíveis dos condomínios, tipos C e H, não são maiores que as demais habitações, ao invés disso, são resultado de algumas adaptações feitas nas unidades tipo A e G de modo a torna-las acessíveis, mas ainda mantendo uma base comum, de forma que preservam a modulação estrutural do edifício. Cabe aqui questionar as restrições impostas por tais leis que determinam padrões e dimensões tão mínimas para habitações de interesse social, construção com uma variedade inevitável de expectativas e arranjos familiares.

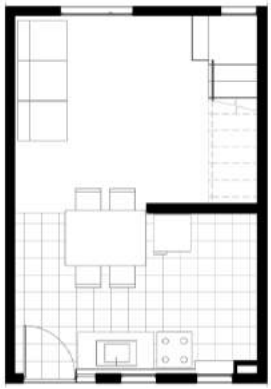
Apesar da variedade de tipos habitacionais, a planta dos edifícios não apresenta igual variedade. Todos os apartamentos maiores, de 52 e 49 m² (A, B, C, D e E), que juntas correspondem a aproximadamente 30% do total de unidades no projeto, estão nos condomínios A e B.

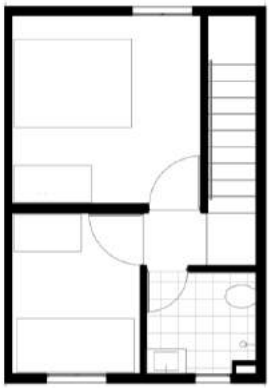


TIPO B

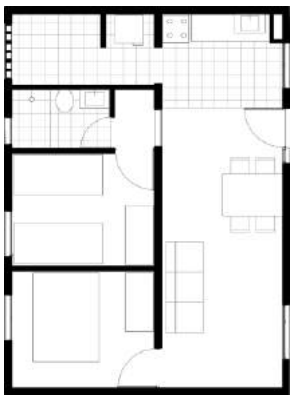


TIPO C

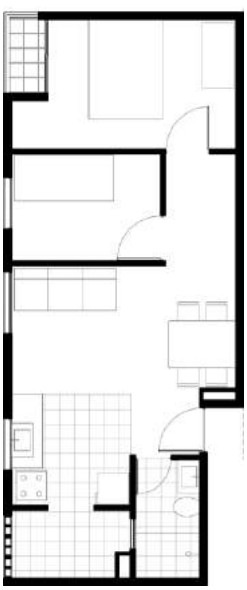




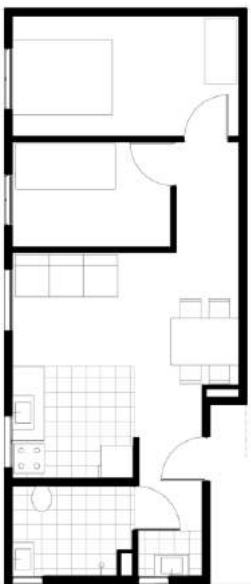
TIPO D



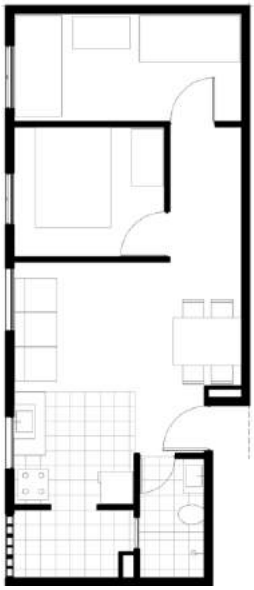
TIPO E



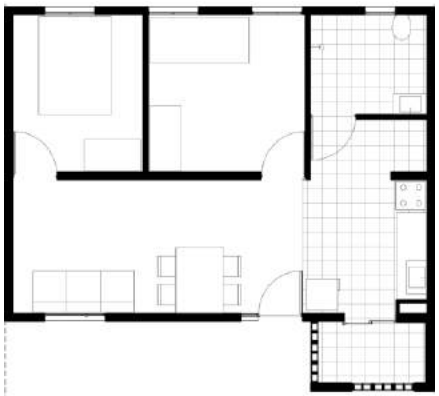
TIPO F



TIPO G



TIPO H



TIPO A

Figura 27: Unidades habitacionais no projeto da Favela do Sapé
Fonte: elaborado pela, 2018

Figuras 29: Foto de unidade Tipo A já ocupada
Fonte: Base Urbana, 2014

Devido a revisões no diagnóstico físico, social e orçamentário realizadas posteriormente ao início das obras, foi necessário se realizar mudanças no desenho dos edifícios a nível executo que geraram mudanças nos partidos e intenções da equipe projetual, criando também condições distintas entre os edifícios construídos. Desta forma, apenas o Condomínio A foi construído conforme o projeto original (Figura 30). Enquanto que nos demais condomínios a circulação horizontal avarandada são substituídas por circulações internas ao prédio e tem sua área reduzida, justificada pela contenção de gastos.

Figura 30: Condomínio B, construído conforme projeto original com circulação aberta (esquerda) e Condomínio C, com projeto modificado e circulação interna (direita)
Fonte: autora, 2017

Esse tipo de alteração do projeto, realizado após o início das obras, ocorre muitas vezes em função das facilidades de implantação, maximizando os lucros da construtora (SILVA, 2016). A relação, e diferenças entre projeto e obra acaba demonstrando as prioridades tidas frente à realidade, e muitas vezes as prioridades dos agentes promotores do projeto contrastam com as prioridades dos moradores. No Sapé fica claro que ações pontuais e desarticuladas de setores distintos do poder público se mostram ineficientes em

enfrentar a realidade. Desta forma, partindo de um entendimento e atuação desarticulada no ambiente construído, as intervenções guardam desde sua gênese e concepção limites de atuação insuperáveis no modo como se dá a condição social e política atual.

CONCLUSÃO

Analisar a Reurbanização da Favela do Sapé, buscando reconhecer as diretrizes que constituíram as premissas de projeto e o contexto político, social e ambiental que implicava nos desafios e impasses a serem enfrentados, permitiu verificar que há nos termos atuais uma redefinição da compreensão da abrangência do projeto de edificação da habitação. Na urbanização de favelas o desafio da habitação está articulado também com a ideia de bem comum e de espaço urbano, bem como o enfrentamento do resgate de uma paisagem natural atualmente fragilizada na cidade de São Paulo.

Atuar em habitação social na cidade de são Paulo exige, portanto, a colaboração de equipes com domínios variados que convergem através do projeto de arquitetura e urbanismo para a redefinição da paisagem para além da resolução da unidade habitacional. Desta forma, sendo o desafio mais amplo e complexo, a atuação em favelas exige uma atuação integrada de setores do poder público, capaz de promover soluções mais atentas e eficazes, ao invés de apenas formalizar a precariedade.

A qualificação do projeto é capaz de articular urbanidade, habitação e a paisagem natural, e constitui uma expressão que transforma o projeto em dado importante a ser conhecido, divulgado e analisado.

REFERÊNCIAS:

ANTONUCCI, D., FILOCOMO, G. **Provisão habitacional em assentamentos precários. Vila Nova Jaguaré e Sapé.** São Paulo (Brasil). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), 2017.

BASE URBANA. **Favela do Sapé - Urbanismo.** Disponível em: <http://baseurbana.arq.br/pt/obras/favela-do-sape/>. Acesso em: 22 abr. 2016.

BASE URBANA. **Favela do Sapé - Edifícios**. Disponível em: <http://baseurbana.arq.br/pt/obras/favela-do-sape-edificios/>. Acesso em: 22 abr. 2016.

BOGÉA, Marta. **Arquitetura como Narrativa, Baseada em Fatos Reais.** Cadernos de Pós-Graduação em arquitetura e Urbanismo (Mackenzie Online), v. 17, p. 128-142, 2017.

BRANDÃO, Ana Júlia e LEITÃO, K. O. **O Programa de Urbanização de Favelas em São Paulo: as transformações físico-urbanísticas da Favela do Sapé**. São Paulo (Brasil). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), 2017.

CARVALHO, Carlos**. Favela do Sapé.** Infraestrutura Urbana, São Paulo, ed. 30, p.34-41, set. 2013. Disponível em: <http://infraestruturaurbana.pini.com.br/solucoes-tecnicas/30/artigo294289- 1.aspx>. Acesso em: 12 abr. 2016.

DENALDI, R. **Políticas de Urbanização de Favelas: evolução e impasses.** Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2003.

D'OTTAVIANO, M. C. L. ; QUAGLIA-SILVA, S.L. . **Regularização Fundiária no Brasil: Velhas e Novas Questões**. Planejamento e Politicas Publicas, v. 34, p. 201-229, 2010.

FERREIRA, J. S. W. e LEITÃO, K. O. **Aspectos físicos, urbanísticos e arquitetônicos de programas de urbanização de favelas**. Brasília: BID – Banco Interamericano para o Desenvolvimento – Alianças das Cidades – Caixa Econômica Federal, 2012.

GOOGLE. **Google Earth.** Disponível em: <https://earth.google.com/web/>. Acessado em: 10 de dezembro de 2017.

GROSBAUM, Marcia. **Favela do Sapé – Rio Pequeno: observações sobre o processo de projeto. O espaço público no processo de urbanização de favelas.** 2012. Dissertação (Mestrado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-01082012-155631/>. Acesso em: 16 abr. 2016.

HABISP. **HABISP.plus - Sapé.** Disponível em: <http://www.habisp.inf.br/9feb0fca-431b-4c14-9ac1-b08c15fbed62/Sapé>. Acesso em: 17 abr. 2016.

MAUTNER, Yvonne. **Mudança de rumo na moradia popular: da terra comprada à terra ocupada**. São Paulo (Brasil). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), 2017.

MONOLITO. **Favela do Sapé.** Monolito: Anuário 2015, São Paulo, ed. 30, p.70-79, jan. 2016.

NAPPLAC. **Urbanização de Favelas – São Paulo (Brasil) e Medellín (Colômbia).** Disponível em: http://www.favelasaopaulomedellin.fau.usp.br/

PORTAL VITRUVIUS. **Reurbanização da favela do Sapé.** Projetos, São Paulo, ano 15, n. 170.03, Vitruvius, fev. 2015. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/15.170/5441>. Acesso em: 17 abr. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Urbanização de Favelas: Sapé.** São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.fau.usp.br/arquivos/disciplinas/au/aup0278/2014/Sape.pdf

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Quando a rua vira casa: A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro.** São Paulo: Projeto, 1985.

PEREIRA DA SILVA, J. M. **Mobilidade urbana e espaço público: (des)articulação entre projeto e obra**. São Paulo (Brasil). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), 2017.

TRAVASSOS, L. R. F. C. **Revelando os rios. Novos Paradigmas para a intervenção em fundos de vale urbano na Cidade de São Paulo**. 2010. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo

TRONCOSO, Úrsula. **Reurbanização da favela do Sapé com recuperação de córrego, em São Paulo, por Base 3 Arquitetos**. aU –Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, ed. 243, set. 2013. Disponível em: <http://au.pini.com.br/arquitetura urbanismo/234/reurbanizacao-da-favela-dosape-base-3-arquitetos-sao-296129 1.aspx>. Acesso em: 25 abr. 2016.

ZUQUIM, M. de L. **Urbanização de assentamentos precários no município de São Paulo: quem ganha e quem perde?**. Natal: UDUFRN, 2012. v. 1.

ZUQUIM, M. L. (Org.) ; MAZO, L. M. S. (Org.). **Barrios populares Medellín: favelas São Paulo**. São Paulo (Brasil): Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), 2017.

Salvador - 2018

HABITAR O CENTRO DE FORTALEZA: VAZIOS URBANOS, HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DIREITO À CIDADE

HOSTING THE CENTER OF FORTALEZA: URBAN BLANKS, SOCIAL HOUSING AND RIGHT TO THE CITY

HABITAR EL CENTRO DE FORTALEZA: VACIOS URBANOS, HABITACIÓN DE INTERÉS SOCIAL Y DERECHO A LA CIUDAD

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

COSTA, Ana Lívia
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela UFC; Pesquisadora no Laboratório de Estudos da Habitação LEHAB-UFC
liviafcoosta@gmail.com

CARVALHO, Pedro
Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFCG; Mestrando pelo PPGAU+D UFC; Pesquisador no Laboratório de Estudos da Habitação LEHAB-UFC
pedrocarvale@gmail.com

PEQUENO, Renato
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor do DAU UFC e do PPGAU+D UFC; Coordenador do Laboratório de Estudos da Habitação LEHAB-UFC
renatopequeno@gmail.com

HABITAR O CENTRO DE FORTALEZA: VAZIOS URBANOS, HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DIREITO À CIDADE

HOSTING THE CENTER OF FORTALEZA: URBAN BLANKS, SOCIAL HOUSING AND RIGHT TO THE CITY

HABITAR EL CENTRO DE FORTALEZA: VACIOS URBANOS, HABITACIÓN DE INTERÉS SOCIAL Y DERECHO A LA CIUDAD

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
O presente artigo incita o debate sobre habitação social no centro de Fortaleza, em um contexto de déficit habitacional sem precedentes, da produção pública de grandes conjuntos habitacionais em áreas periféricas sem acesso à infraestrutura urbana e equipamentos sociais, bem como da instauração de um processo de financeirização do desenvolvimento urbano e supressão de políticas públicas. Pretende também reavivar as discussões acerca do crescente processo de esvaziamento dos centros urbanos – pela construção de novas centralidades – e das possibilidades de utilização do centro como espaço de moradia e resgate cultural. Metodologicamente, os debates foram construídos coletivamente entre graduação e pós-graduação no decorrer da disciplina de Projeto Urbanístico 3 do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, por meio da articulação entre o ensino e as atividades da iniciação à docência e do estágio docência.
PALAVRAS-CHAVE: habitação; centro; graduação; pós-graduação.

ABSTRACT:
The present article prompts the debate on social housing in the center of Fortaleza, in a context of unprecedented housing deficit, of public production of large housing estates in peripheral areas without access to urban infrastructure and social facilities, as well as the establishment of a process of financialisation of urban development and suppression of public policies. It also aims to revive discussions about the growing process of emptying urban centers - through the construction of new centralities - and the possibilities of using the center as a space for housing and cultural rescue. Methodologically, the debates were built collectively between undergraduate and graduate studies during the course of Urban Design 3 of the course of Architecture and Urbanism of the Federal University of Ceará through the articulation between teaching and the activities of initiation to teaching and the teaching stage.
KEYWORDS: *housing; center; graduate; postgraduate studies.*

RESUMEN:
El presente artículo incita el debate sobre la vivienda social en el centro de Fortaleza, en un contexto de déficit habitacional sin precedentes, de la producción pública de grandes conjuntos habitacionales en áreas periféricas sin acceso a la infraestructura urbana y equipamientos sociales, así como de la instauración de un proceso de financierización del desarrollo urbano y supresión de políticas públicas. También pretende reavivar las discusiones sobre el creciente proceso de vaciamiento de los centros urbanos -por la construcción de nuevas centrales- y de las posibilidades de utilización del centro como espacio de vivienda y rescate cultural. Metodológicamente, los debates fueron construidos colectivamente entre graduación y posgrad en el curso de la disciplina de Proyecto Urbanístico 3 del curso de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal de Ceará a través de la articulación entre la enseñanza y las actividades de la iniciación a la docencia y del estadio docencia.
PALABRAS-CLAVE*: vivienda; centro; graduación; posgraduación.*

INTRODUÇÃO

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2013, Fortaleza possui um déficit habitacional de 102,1 mil habitações. De acordo com o Censo IBGE 2000, estima-se que 80,28% do déficit situa-se nas faixas de renda de 0 a 3 salários mínimos. Em uma cidade desigual e segregada, em que 40% da população vive em 11% do território[1], com o crescimento de assentamentos precários na periferia, debater a retomada habitacional do centro torna-se urgente. Inúmeros projetos de renovação urbana de centros históricos no Brasil foram feitos e implementados nos últimos anos, com destaque para a gentrificação urbana e a expulsão direta ou indireta dos moradores originais. De acordo com Ermínia Maricato, ao conceituar renovação e reabilitação, projetos de renovação urbana preveem a substituição das edificações antigas, com altos índices de demolição, acompanhados de intensificação do uso do solo e mudanças de uso, além da transformação social e econômica dos moradores. Em contrapartida, projetos de reabilitação apresentam como premissa intervenções urbanas que não descaracterizem o ambiente construído existente, sem interferir drasticamente nos usos do solo e na população moradora da área. (MARICATO, 2001). Tais conceitos, pensados separadamente por objetivos didáticos, podem ser aplicados de forma conjunta, com ações renovadoras e reabilitadoras previstas em um mesmo projeto. Em ambos os casos, o patrimônio histórico é colocado como argumento norteador das intervenções, porém, apenas em ações de reabilitação, o patrimônio comum, definido por Ermínia como as articulações sociais e culturais dos moradores locais, é resguardado. Assim, a preservação do patrimônio, além do apelo turístico e cultural, são utilizadas enquanto embasamento político para renovações urbanas no Brasil, exemplificado no caso emblemático do centro de Salvador.

No contexto nacional, destaca-se também o caso de São Paulo, no qual o projeto Nova Luz, utilizando-se da lei específica de concessão urbanística, concedeu ao interesse privado o direito à desapropriação e à exploração do centro, sendo prevista a demolição de 55% das edificações existentes e a consequente substituição edilícia e populacional, além da descaracterização das relações sociais ali constituídas. Um aspecto revelador da contradição do instrumento é a contrapartida de 355 milhões de reais da Prefeitura de São Paulo, em que a suposta redução de gastos públicos com a atuação imobiliária é questionada. (NISIDA, 2011). Tal descaracterização já foi iniciada, incluindo remoções violentas de casas e hotéis, descaso com moradores de rua, além da criminalização da população residente, ancorada em uma política higienista para a Cracolândia[2]. Em contraponto a tais violações, os moradores, em conjunto com inúmeras assessorias, constituíram o Fórum Mundaréu da Luz[3], espaço democrático de discussão e deliberação sobre contrapropostas ao projeto Nova Luz, culminando no projeto Campos Elíseos Vivo, um documento contendo perfil dos moradores das quadras impactadas, premissas projetuais e de gestão, incluindo formas de aquisição da moradia, desde financiamento a aluguel e hotel social.

Tais processos de renovação urbana são justificados pelo abandono e degradação dos centros, utilizando o argumento do esvaziamento econômico e populacional para os grandes projetos. Entretanto, é notório que o processo de esvaziamento se refere à classe mais rica, devido ao seu deslocamento para as novas centralidades urbanas, que no caso de Fortaleza, ocorreu no eixo leste da cidade. O Estado possui responsabilidade em tal abandono, ao deslocar investimentos públicos, como saneamento básico, arruamento viário, entre outros, para novos territórios da cidade, nos quais o mercado imobiliário tem

[1] Segundo o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS-FOR 2012).

[2] https://www.youtube.com/watch?v=MOXo052Tmyg&feature=youtu.be. Acesso: dia 05/06 às 11h.

[3] https://mundareudaluz.org/ Acesso: dia 06/06 às 14h.

atuação marcante, com maior margem de lucros. Esse processo é acompanhado também pelo deslocamento de instituições públicas importantes para o novo centro administrativo de Fortaleza que, aliado ao abandono das classes mais ricas, tornou o centro histórico um espaço monofuncional de comércio e serviços, com sazonalidade de usos e consequente degradação.

Entretanto, apesar da redução em 35% da população residente no Centro a partir de 1980, de acordo com dados do censo IBGE 2000, é perceptível o surgimento de novas formas precárias de moradia, destinadas à população de baixa renda, indício da demanda habitacional dessa região, devido à oferta de empregos e a boa localização. Em contraponto a essa demanda, ocorre um processo de estoque de terras pelos proprietários, em que um processo claro de especulação imobiliária impacta no aumento do preço da terra e na inacessibilidade pelos mais pobres dos territórios mais bem servidos da cidade. Dessa forma, a população de baixa renda ocupa espaços vulneráveis, ambientalmente frágeis e periféricos como alternativa à demanda por moradia. O Estado vem influenciando na periferização de Fortaleza com a construção de grandes empreendimentos habitacionais, localizados nas franjas urbanas limítrofes da cidade, como o Conjunto Habitacional Cidade Jardim. Esses conjuntos apresentam inúmeros problemas, como a falta de infraestrutura urbana e de equipamentos sociais, aglomerando pessoas de diferentes comunidades e atuando como polos geradores de violência e conflitos. Além disso, a política habitacional de Fortaleza atualmente baseia-se em remoções[4], com rasos investimentos em urbanização de favelas e na construção de moradias dignas próximas ao local de origem dos assentamentos. Megaprojetos ainda remanescentes da Copa do Mundo, como a obra do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) Parangaba Mucuripe, estão sendo geradores de remoção de comunidades historicamente bem localizadas. Assim, os grandes conjuntos habitacionais, com milhares de unidades a serem entregues, estão atendendo uma demanda gerada violentamente pelo Estado.

Objetiva-se, portanto, com o presente artigo, elencar alternativas habitacionais para o centro de Fortaleza, tendo como premissa o mapeamento dos vazios urbanos e a produção de um documento para a sociedade com uma estimativa do número de vazios e seus tipos, que possa ser alimentado futuramente de forma colaborativa. Compreendendo o direito à moradia como algo mais amplo do que a conquista da casa, e que a população de baixa renda pode e deve habitar o Centro, esse material será apresentado inicialmente em uma assembleia ato em outubro, com a participação de movimentos sociais de luta por moradia digna, como resultado inicial dos primeiros meses de trabalho da pesquisa-ação e da disciplina.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

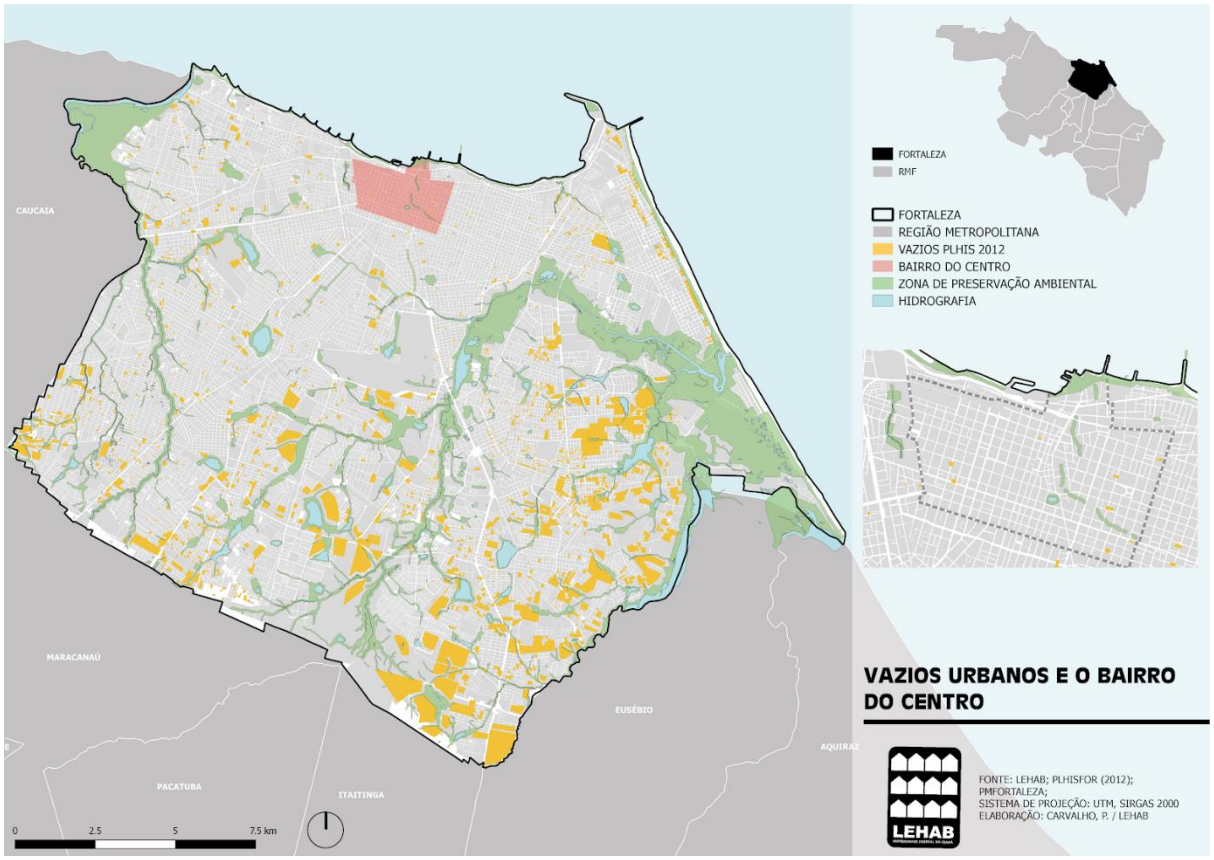
Nesse contexto, segundo a conceituação de Villaça quanto à centralidade, entende-se o centro principal como reflexo de uma aglomeração, condição necessária para a cooperação capitalista. “A aglomeração em um único ponto é impossível; logo alguém será obrigado a se afastar. Quem?” (VILLAÇA, 1998, p. 238). Dessa forma, o centro principal possui valor simbólico, relacionado a sua importância comunitária e social, e um valor de uso, referente a otimização dos deslocamentos da comunidade. Em uma sociedade em que as pessoas não possuem os mesmos condicionantes econômicos e sociais, “as disputas ocorrem por localizações em função do domínio ou controle do tempo e energia gastos nos deslocamentos espaciais” (VILLAÇA, 1998, P. 239), corroborando em segregação espacial e periferização da pobreza.

[4] De acordo com o Observatório de Remoções do Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB-UFC), mais de 28 mil famílias sofreram ameaça de remoção na região metropolitana de Fortaleza no período de 2009 a setembro de 2017, sendo 13 mil famílias de fato removidas.

É válido ressaltar que as desvalorizações dos centros urbanos se apresentam, para os investidores privados, como uma possibilidade de retorno do capital por meio de reinvestimentos lucrativos. Para compreender essa dinâmica, Neil Smith diferencia renda da terra capitalizada de renda da terra potencial, sendo a primeira "a real quantidade de renda da terra apropriada pelo proprietário, dado seu atual uso", enquanto a segunda seria "a quantia que pode ser capitalizada sob o maior e o melhor uso que se faz dela" (MARTINS, 2015, P. 203). Tendo como pressuposto que a terra e as infraestruturas urbanas são mercadorias, o preço de uma edificação no mercado imobiliário corresponderia, de acordo com Smith, ao somatório do seu valor, referente à força de trabalho necessária para a construção, com a renda da terra capitalizada. Portanto, a renda diferencial ou *rent gap* seria a "a disparidade entre o nível de renda da terra potencial e a real renda da terra capitalizada" (MARTINS, 2015, p. 204). Assim, a inviabilidade econômica de expansão periférica, devido aos maiores custos de deslocamento e de infraestrutura, torna os espaços centrais novamente atrativos para o mercado, em que a degradação é uma etapa do processo da retomada imobiliária, com o barateamento dos preços dos imóveis. A revalorização é promovida pelo Estado com projetos de reabilitação dos centros, em que o dinheiro público passa a ser investido após anos de negligência e omissão para garantir a lucratividade dos negócios privados, que envolvem a compra de imóveis a preços irrisórios e, após a valorização, a produção de grandes empreendimentos imobiliários. Tal potencial lucrativo relacionado à renda diferencial estimula a especulação imobiliária e o estoque de terras, corroborando no expressivo número de imóveis vazios nos centros urbanos.

Segundo dados do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS-FOR 2012), foram mapeados 1864 vazios urbanos em Fortaleza, de acordo com critérios quanto "à fragilidade ambiental, à adequação legal, à oferta de infraestrutura e serviços e ao valor da terra" (PLHIS FOR 2012), nos quais 38% são de alta aptidão para promoção habitacional, 37% de média aptidão e 25% de baixa aptidão, além das áreas inaptas não contabilizadas, que correspondem aos territórios ambientalmente frágeis e de proteção ambiental. Nesse mapeamento, o bairro Centro encontra-se como uma área de média aptidão, devido à restrição do alto valor da terra. Foram considerados apenas os terrenos vazios com área superior a 350m², de acordo com área mínima estipulada para construção de conjuntos habitacionais de térreo mais 3 pavimentos, o que resultou, para o Centro, um total de apenas 9 vazios (mapa 01).

Vale salientar, entretanto, que o alto valor da terra não atua necessariamente como um empecilho para proposição de habitação de interesse social no Centro, e que esse território pode ser alvo prioritário de políticas públicas de habitação, garantindo a função social da propriedade por meio da aplicação de instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade (2001), como: IPTU progressivo no tempo; parcelamento, edificação e uso compulsórios (PEUC); desapropriação para fins de reforma urbana; direito de preempção. A viabilidade econômica de habitação de interesse social no Centro é factível, para além da aplicação desses instrumentos, pela redução significativa de gastos públicos na implementação de infraestrutura, como redes de saneamento básico, já providas na área, em comparação aos conjuntos habitacionais periféricos citados anteriormente. Entretanto, a aplicabilidade de tais instrumentos não é prioridade da gestão pública de Fortaleza, visto que interferem diretamente no direito à propriedade e no interesse de grupos privados influentes. Em contrapartida, instrumentos como as parcerias público-privadas e as Operações Urbanas Consorciadas (OUCs) são ovacionados pela gestão, inclusive com proposição, em maio de 2018, de 15 novas OUCs, dentre as quais 3 localizam-se no Centro ou no seu entorno imediato. Das 6 operações escolhidas como prioritárias, destaca-se a OUC Litoral Central que, de acordo com documento disponibilizado pela Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), foi a "área citada de forma unânime por todos os envolvidos em negócios urbanos de Fortaleza como área de desejo para a realização de empreendimentos".



Mapa 01 – Vazios Urbanos e o Bairro do Centro
Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Nesse contexto, é necessário salientar a não implementação das Zonas Especiais de Interesse Social tipo 3 (Vazios), mesmo após quase 10 anos da aprovação do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFOR 2009). Nesse período, as ZEIS 3 foram parcialmente ocupadas, visto que, enquanto não forem regulamentadas, 5% do seu território é progressivamente cedido aos investidores privados para construção, em consonância com o artigo 312 do Plano Diretor. De acordo com o relatório das ZEIS, disponibilizado pela SEUMA, 4% do território das ZEIS 3, entre 2009 e 2014, foram cedidas legalmente, enquanto 10% foi ocupado irregularmente (VALE, 2017). As ZEIS tipo 1 (Assentamentos Precários) estão em atual processo de regulamentação, por meio da eleição de conselhos gestores em 10 ZEIS prioritárias, com urgência de implementação, devido à revisão do Plano Diretor prevista para 2019 e o receio das ZEIS serem desconsideradas ou suprimidas nesse processo. Assim, o mapeamento dos vazios urbanos é uma forma de denunciar que o déficit habitacional de Fortaleza não ocorre por falta de terrenos vazios, mas pela sua inacessibilidade à população de baixa renda, além da ineficaz gestão pública quanto à sua aquisição e posterior produção habitacional.

Dessa forma, em acréscimo aos dados apresentados pelo PLHIS (Plano Local de Habitação de Interesse Social), buscou-se mapear também os vazios urbanos inferiores a 350m², além dos imóveis vazios e subutilizados, por meio de visitas de campo e análise de fotos aéreas, seguindo a seguinte tipificação:

terrenos vazios, galpões, estacionamentos, imóveis desocupados, imóveis subutilizados e patrimônio histórico abandonado. Essa tipificação foi construída baseada no mapeamento feito pelo Plano Habitacional para Reabilitação da Área Central de Fortaleza de 2009, além dos tipos de vazios encontrados durante a experiência da disciplina. O produto do mapeamento deste plano possui baixa qualidade, não tendo sido disponibilizado arquivos georreferenciados, o que inviabilizou o uso dos seus dados na pesquisa. Entretanto, esse plano de reabilitação fornece informações importantes, como a avaliação de uma amostra do estoque imobiliário do Centro, analisando 36 imóveis vazios e subutilizados, seguindo parâmetros como a presença de elevador, a localização na quadra e o gabarito. Visto que os endereços foram disponibilizados, esses imóveis serão acrescidos ao mapeamento geral de vazios urbanos do Centro.

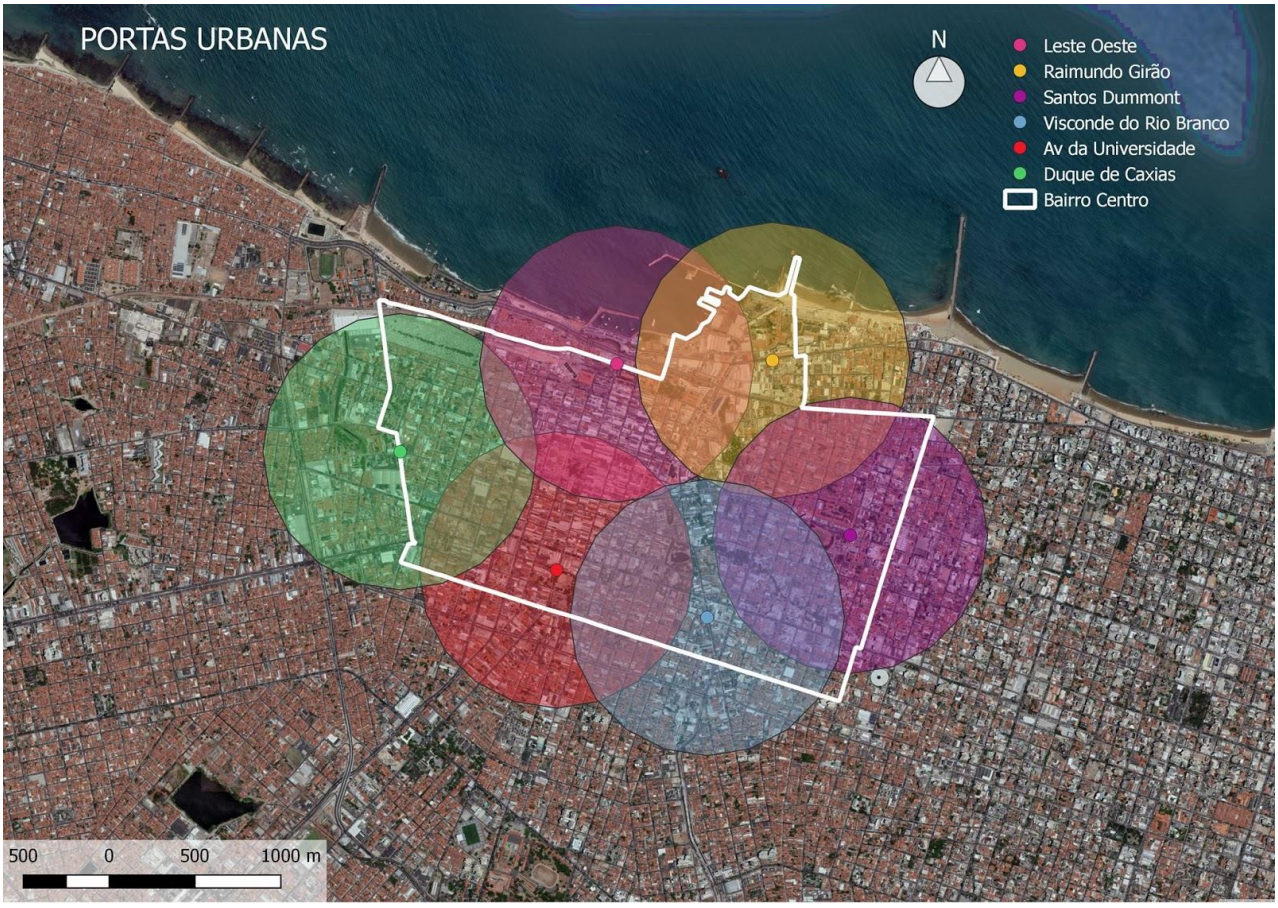
Relacionado a essa temática, destaca-se a ocupação Gregório Bezerra, organizada pelo movimento Unidade Classista, que atualmente ocupa um patrimônio histórico abandonado no Centro. Tais famílias têm um histórico de luta que remonta da antiga ocupação em um bairro periférico da cidade, o Conjunto Ceará, da qual sofreram despejo violento. Após o despejo, ocuparam uma escola com construção paralisada no mesmo bairro, demandando a continuidade das obras. Foram novamente expulsos, com o argumento do recomeço da obra, sem garantia de novas moradias. Com o objetivo de visibilizar a luta por moradia, ocuparam uma antiga escola tombada no Centro e, após muita luta e embate com o Poder Público, conquistaram unidades habitacionais em um empreendimento periférico. Apesar da não permanência no Centro, essa conquista revela o destaque que a Gregório Bezerra teve ao ocupar um espaço bem servido de infraestrutura e próximo aos bairros mais caros da cidade, como Aldeota e Meireles.

Portanto, os vazios urbanos - e o acesso a essa informação - apresentam-se como instrumentos de luta pelas comunidades para exigir realocação próxima de moradia em caso de urbanização ou remoção, além da reivindicação por equipamentos sociais, como postos de saúde, escolas e creches. Sendo, inclusive, um dos temas prioritários de espaços como a Assembleia Popular da Cidade e a Frente de Luta por Moradia Digna, demonstrando a atualidade da discussão desse tema em Fortaleza e sua relevância enquanto reivindicação política.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A metodologia abordada neste trabalho corresponde às experiências da disciplina Projeto Urbanístico 3 do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Ceará, na qual buscou-se uma abordagem de retomada do centro por meio das suas portas de chegada e saída. Dessa forma, destacou-se seis vias estruturantes de acesso ao centro: Avenidas Leste Oeste, Historiador Raimundo Girão, Santos Dummont, Visconde do Rio Branco, da Universidade e Duque de Caxias (mapa 02).

Para cada porta urbana, articula-se uma questão central de análise, que seriam sequencialmente: os corredores de favelização e os embates das zonas especiais; o diálogo com o turismo e os desafios da produção habitacional de interesse social em áreas de grande disputa imobiliária; a interação com a natureza e a relação entre vazios urbanos e a renaturalização do riacho Pajeú; a chegada do sertão e os entraves entre vazios urbanos, especulação imobiliária e obras públicas; o eixo da cultura e a conectividade de transportes metropolitanos; e, por fim, a oeste, marcado territorialmente pela presença de formas precárias de moradia, o crescimento dos cortiços.

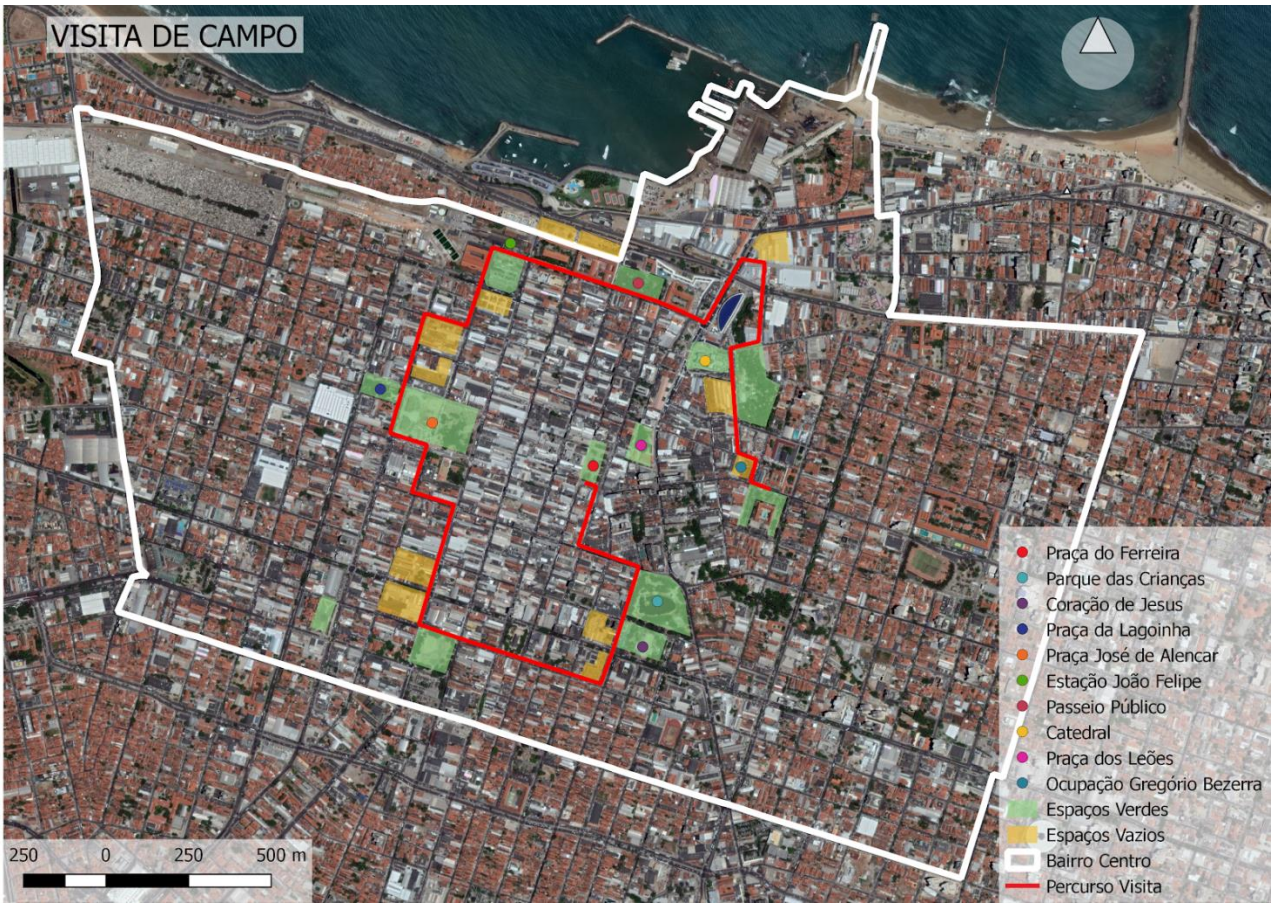


Mapa 02: Portas urbanas
Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Apesar dos estudantes estarem familiarizados com o território, foi proposta uma visita de campo ao Centro, cujo percurso foi definido pela presença de espaços livres e vazios urbanos (mapa 03). O ponto de encontro inicial foi a Praça do Ferreira, um espaço público de grande confluência de pessoas, o qual apresenta um problema social marcante: um significativo número de moradores de rua. Durante a visita, a percepção dos vazios foi estimulada, com paradas estratégicas para a observação dos terrenos, galpões e estacionamentos indicados previamente no guia do percurso. Cada aluno recebeu o trajeto impresso, o que facilitou um mapeamento coletivo das percepções e dos vazios descobertos. Finalizamos a visita na Ocupação Gregório Bezerra, localizada no edifício da antiga escola Jesus Maria José, com a fala da Mônica, integrante do movimento Unidade Classista. Dialogamos com os moradores da ocupação, conhecendo a precariedade das moradias, além de práticas autogestionadas, como a cozinha coletiva.

Em linhas gerais, a estruturação da disciplina baseia-se em cinco momentos: o primeiro refere-se à fundamentação teórica, com aulas expositivas sobre a produção capitalista da cidade, com exemplos pragmáticos das parcerias público-privadas de Fortaleza. O segundo refere-se ao diagnóstico propositivo, no qual os seis territórios definidos previamente foram estudados e analisados, culminando em um quadro de problemas, diretrizes e ações. O terceiro consiste na apresentação de referências projetuais de renovação dos centros de Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, com enfoque nas dimensões institucionais, normativas, territoriais e de resistências, destacando dois exemplos de cada cidade, um ligado à produção

imobiliária e outro enquanto contraproposta. O quarto consiste na elaboração do estudo preliminar, com as premissas projetuais e o programa de necessidades. O quinto momento seria o fechamento da disciplina, com apresentação do anteprojeto, contendo projetos urbanísticos e detalhamentos da proposta, sempre em consonância com a questão central de cada território.



Mapa 03: Visita de campo
Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

Como resultado preliminar da disciplina, busca-se aprofundar no presente artigo os resultados e discussões dos recortes estudados, que serão explanados a seguir. O interesse do mercado imobiliário em atuar novamente no Centro de Fortaleza reflete-se diretamente nas políticas públicas, com obras de mobilidade urbana (criação de corredores de ônibus na Avenida Aguanambi), abertura de concursos para projetos de revitalização (edital para o Parque das Crianças), além das mudanças na legislação, como a lei complementar n° 236 de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do município de Fortaleza, em agosto de 2017. Nessa lei, foi definida uma alteração no zoneamento urbano da cidade, com a proposição de Zonas Especiais de Dinamização Urbanística e Socioeconômica (ZEDUS), em que o Centro possui dois trechos. As ZEDUS são “porções do território destinadas à implantação e/ou intensificação de atividades sociais e econômicas, com respeito à diversidade local, e visando ao atendimento do princípio da sustentabilidade” (LUOS 2017), com flexibilização dos parâmetros urbanísticos.

De acordo com o Plano Diretor de 2009, boa parte do território do centro está inserida em uma Zona de Ocupação Preferencial do tipo 1, que apresenta índice de aproveitamento básico e máximo igual a 3 e gabarito máximo igual a 72m. No perímetro das ZEDUS, passam ser, respectivamente: índice básico igual a 2; índice máximo igual a 4; gabarito máximo igual a 95m. Essa flexibilização garante uma atuação lucrativa para o mercado imobiliário, em contraposição às outras duas zonas especiais presentes no território: Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS Arraial Moura Brasil e ZEIS Poço da Draga) e Zona Especial de Preservação do Patrimônio Paisagístico, Histórico, Cultural e Arqueológico (ZEPH Centro). Dessa forma, as ZEIS encontram-se em situação de vulnerabilidade com o processo de valorização imobiliária prevista para a área, visto que ainda não foram regulamentadas.

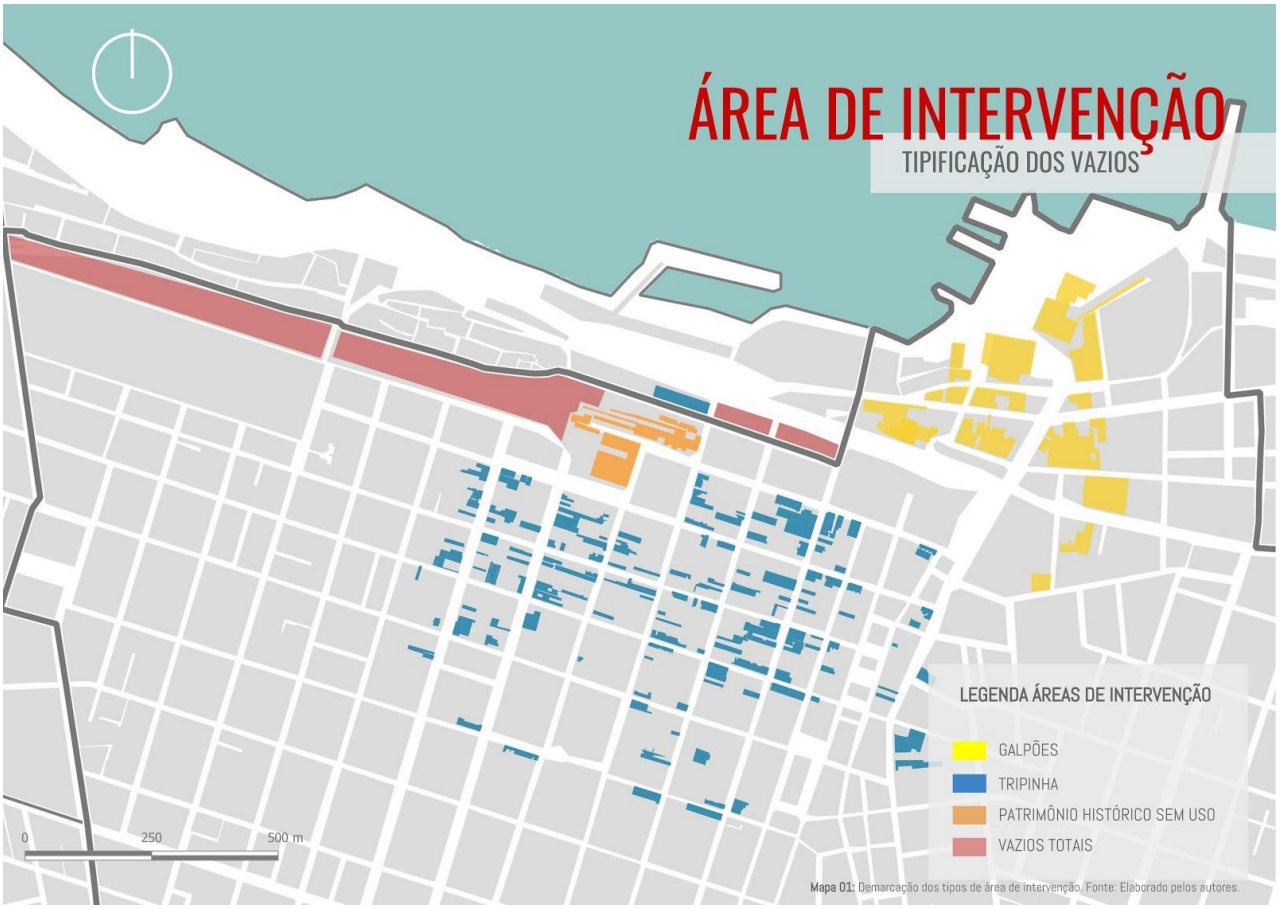
Os assentamentos precários a oeste compõem um corredor histórico de favelização, composto pelos bairros Arraial Moura Brasil, Jacarecanga, Pirambu e Barra do Ceará, que remontam do processo de ocupação precária após a seca de 1932. Um significativo contingente de sertanejos deslocara-se do sertão por meio das estradas de ferro que cruzavam o interior cearense, aglomerando-se próximos às últimas estações férreas da capital, localizadas limítrofes à orla, como a Estação Central Professor João Felipe, que foi cenário para um verdadeiro campo de concentração em Fortaleza, região hoje correspondente ao Arraial Moura Brasil (RIOS, 2014). A região oeste do centro atualmente concentra formas precárias de moradia, como os cortiços, sendo a área mais desvalorizada pelo mercado imobiliário, pela proximidade aos assentamentos precários. Em um contexto nacional, o surgimento dos cortiços em Fortaleza é recente, se comparado ao processo histórico de São Paulo e Rio de Janeiro, que apresentam esse tipo de moradia há um século (BONDUKI, 1998). Segundo levantamentos feitos por Tereza Soares, em 2011, existem cerca de 33 cortiços no centro de Fortaleza, com população estimada em 1472 pessoas, explicitando uma demanda habitacional para a população de baixa renda. O perímetro das ZEDUS engloba tais moradias coletivas, o que destaca a vulnerabilidade de expulsão direta e indireta dos moradores por um futuro processo higienista de retomada do setor oeste pelo mercado imobiliário, com propostas de adensamento e verticalização da área, conforme os novos parâmetros.

No setor leste do centro, devido à proximidade com bairros de maior interesse turístico, como a Praia de Iracema, as pressões do mercado são mais explícitas. Projetos espetacularizados são propostos para a área como dinamizadores de investimentos privados nacionais e internacionais. O Aquário do Ceará[5], projeto do Governo do Estado, encontra-se atualmente com obras paradas e com gastos públicos orçados em 138 milhões de reais. Para a continuidade da obra, são previstas parcerias público-privadas, em que empresas espanholas e chinesas estão sendo consideradas enquanto investidoras. Além disso, como exemplo mais recente, temos a proposta da roda-gigante[6] para a Praia de Iracema, com 100m de altura, projeto desenvolvido pela empresa brasileira Amuse-BR e aprovado pela Prefeitura de Fortaleza para estudos de implantação. Paradoxalmente, a área delimitada como ZEIS Poço da Draga, comunidade que completou, em 2018, 112 anos de resistência, não é servida por infraestruturas urbanas de saneamento básico. Portanto, explicita-se a prioridade da gestão pública em promover o turismo em detrimento da regularização fundiária e obras de urbanização de assentamentos precários no Centro.

[5] https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2018/03/governo-tenta-destravar-acquario-ceara-com-projetos-imobiliarios.html. Acesso em 08/06, às 10h.
[6] https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/empresa-divulga-imagens-de-projeto-da-roda-gigante-na-praia-de-iracema.ghtml. Acesso em 07/06, às 16h.

Em termos de planejamento urbano, o Plano Fortaleza 2040, publicado em 2016, afirma que “não é necessário um grande esforço de compreensão para identificar nessa geografia o cenário urbano típico e adequado para atividades de convenções associadas com turismo”, em que a “localização preferencial será sempre em proximidade da orla e do Centro Histórico” (Fortaleza 2040, volume 3, parte 1, p. 196). Nesse contexto, é proposta uma Esplanada Cultural, com indicação no plano de massas de hotéis de 5 estrelas, centro de convenções, edifícios destinados à habitação de alta renda, escritórios, além do Aquário do Ceará. Constata-se, portanto, um agrupamento de projetos e planos para o setor leste do Centro e para a Praia de Iracema que legitimam a valorização imobiliária do território e, consequentemente, o processo de gentrificação urbana.

Além das reflexões teórico-conceituais, foram contabilizados cerca de 820 vazios urbanos no Centro de Fortaleza, dos quais 326 encontram-se no recorte da avenida Santos Dummont, próximos ao curso do riacho Pajeú. A intensa degradação do recurso hídrico e a presença de um número significativo de galpões e estacionamentos destaca um processo especulativo na área, que corresponde ao trecho limítrofe a bairros de altíssima renda. Dessa forma, os recortes ao leste destacam-se como as portas de entrada mais propícias para retomada imobiliária do Centro, devido aos indicativos apresentados e ao alto índice de degradação urbana e ambiental, apresentada na fundamentação teórica deste artigo como etapa do processo de gentrificação.



Mapa 04: Tipificação de Vazios
Fonte: Elaborado pelos alunos (2018)

Os diversos grupos de trabalho produziram análises distintas ao relacionarem questões da cidade e do desenvolvimento urbano com a provisão de moradias e a disponibilidade de espaços vazios. Lançou-se mão principalmente de uma tipificação dos vazios (mapa 04) como mecanismo para visibilizar esses territórios no bairro do Centro e, principalmente, contrapor as normas e levantamentos realizados pelo Estado, a exemplo do Plano Local de Habitação de Fortaleza PLHISFOR 2012.

O levantamento anteriormente exemplificado demonstra uma proximidade entre o espaço da sala de aula e as dinâmicas reais da cidade apreendidas através das visitas de campo, bases de dados preexistentes e os debates suscitados dentro do ambiente acadêmico. As trocas de conhecimento Graduação/Pós-Graduação potencializaram os resultados e possibilitaram novas experiências metodológicas na leitura do espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se, portanto, por meio do mapeamento dos vazios urbanos no Centro de Fortaleza, a subutilização de um território bem servido de equipamentos e infraestrutura, além da sua potencialidade habitacional. Tais vazios, relacionados aos recortes de estudo, serão compatibilizados e georreferenciados, com posterior disponibilização à sociedade, com marco inicial na Assembleia Popular da Cidade, prevista para outubro. Dessa forma, as percepções feitas em colaboração na Universidade serão compartilhadas com os movimentos sociais, visando à disseminação das informações coletadas, incluindo a apresentação das alternativas habitacionais para área, que se encontra em processo de finalização na disciplina. Busca-se, com tal disseminação, contribuir na pressão ao Poder Público em prol da regulamentação de instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade, como o IPTU Progressivo no Tempo e as Zonas Especiais de Interesse Social, aspirando uma sociedade mais justa e equilibrada.

Por fim, destaca-se a relevância de projetos de graduação e pós-graduação voltados para a análise e proposição de planos e projetos urbanísticos com ênfase na questão habitacional e no combate à exclusão territorial. A interação da iniciação à docência e do estágio docência apresentou-se como ferramenta potencializadora de debates dentro e fora da sala de aula, com complementação de ideias e boa interação com os discentes.

REFERÊNCIAS

_____. Plano Diretor Participativo de Fortaleza. 2009.

_____. Lei Complementar n° 236 de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Fortaleza. 2017.

_____. Plano Fortaleza 2040. Volume 3, Parte 1. Cidade conectada, acessível e justa: Plano Mestre Urbanístico e de Mobilidade Urbana.

HABITAFOR. Plano Habitacional para Reabilitação da Área Central de Fortaleza. 2009

BONDUK, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil.** São Paulo, 1998.

BONFIM, Valéria. “O Centro Histórico de São Paulo: a vacância imobiliária, as ocupações e os processos de reabilitação urbana”. **Cadernos Metrópole**. São Paulo: N. 12, pp. 27-48, 2004.

FÓRUM MUNDARÉU DA LUZ. **Campos Elíseo Vivo:** um projeto urbanístico e social elaborado com a comunidade Fórum Aberto Mundaréu da Luz. São Paulo, 2018.

INSTITUTO PÓLIS. **Moradia é Central:** inclusão, acesso e direito à cidade. Fortaleza: Instituto Pólis, 2009.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. Petropólis, RJ: Voz, 2001.

MARTINS, Renato. “O projeto Porto Maravilha e o Rent Gap de Neil Smith”. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.** Recife: Vol. 17, N. 3, pp. 195-214, 2015.

MOURAD, Laila. FIGUEIREDO, Glória. BALTRUSIS, Nelson. “Gentrificação no Bairro 2 de Julho, em Salvador: modos, formas e conteúdos”. **Cadernos Metrópole**. São Paulo: Vol. 16, N. 32, pp. 437-460, 2014.

NISIDA, Vitor. **Outra Luz:** Alternativas urbanísticas para o projeto Nova Luz. Trabalho Final de Graduação. São Paulo, 2011.

RIOS, Kênia de Sousa. **Isolamento e poder:** Fortaleza e os campos de concentração na Seca de 1932. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2014.

SOARES, Teresa. **Moradia coletivas precárias no centro de Fortaleza: Como é viver nesses espaços?** Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade, Centro de Estudos Sociais Aplicados - Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2011.

VALE, Paula. “O contexto de ocupação das ZEIS 3 em Fortaleza-CE: o caso do Papicu”. Fortaleza, 2017.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

V enanparq
Salvador - 2018

INTERFACES, ENTRELAÇAMENTOS E EFEITOS DAS POLÍTICAS ONTOLÓGICAS NAS RELAÇÕES ARQUITETOS-ACTANTES

INTERFACES, INTERLACINGS AND EFFECTS OF ONTOLOGICAL POLITICS IN ARCHITECT-ACTANTS RELATIONSHIPS

INTERFACES, ENTRELAZAMIENTOS Y EFECTOS DE LAS POLÍTICAS ONTOLÓGICAS EN LAS RELACIONES ARQUITECTO-ACTANTES

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RHEINGANTZ, Paulo Afonso
Doutor em engenharia de Produção; Professor do PROARQ/FAU-UFRJ e do PROGRAU/FAUbb-UFPel
parheingantz@gmail.com

ANGOTTI, Fabíola Belinger
Doutoranda em Arquitetura – PROARQ/FAU-UFRJ
fabiola.angotti@gmail.com

CUNHA, Eduardo Grala da
Doutora em Arquitetura; Professor do PROGRAU e da FAUrb/UFPEL
eduardogralacunha@yahoo.com.br

RESUMO
Explorando a possibilidade de considerar que os edifícios e lugares não são coisas fixas de natureza material; são 'objetos' *prontos para serem usados* e *sujeitos a futuras modificações*; são *tecnologias* ou *quase-tecnologias* instáveis que operam de modo simultâneo com diferentes usos e actantes, neste artigo propomos uma reflexão sobre o modo como os arquitetos – projetistas e pesquisadores – pensam, descrevem, qualificam ou definem seus 'objetos', 'clientes' e 'usuários'. Amparados na noção de *política ontológica* apontamos para a necessidade de renovar o entendimento de 'realidade' como uma questão em aberto, múltipla, localizada histórica, cultural e materialmente; que, por ser produzida ou *performada*, a 'realidade' pode ser entendida como uma associação possível de diferentes olhares ou políticas ontológicas, mas não pode ser configurada a partir de um conjunto pré-existente de pressupostos e instrumentos. Nessa perspectiva, questionamos o processo de estabilização das práticas e instrumentos utilizados por projetistas e pesquisadores com posturas mais rígidas ou fechadas que, tendo dificuldades em aceitar as persistências que emergem das relações com os actantes e dos dados produzidos a partir da aplicação de instrumentos de pesquisa, costumam privilegiar os interesses e saberes dos especialistas, em detrimento dos saberes e interesses daqueles que os habitam ou utilizam. Nos interessa explorar as interfaces, entrelaçamentos e efeitos das políticas ontológicas e da coexistência de múltiplas realidades nas relações arquiteto-actantes. Em lugar de 'sujeitos' e 'objetos' separados, projetistas, observadores, clientes, usuários, ambiente construído, objetos técnicos e todas as coisas que permeiam nosso cotidiano passam a ser entendidos como um conjunto de actantes que entrelaça diferentes percepções e *traduções* sobre um mesmo *coletivo* ou *rede sociotécnica*. Apresentamos exemplos de práticas que permitem enriquecer e qualificar a produção de projetos e pesquisas que incorporem os valores e demandas dos seus ocupantes. Como todos eles se afetam mutuamente, nos interessam as conexões que se estabelecem entre eles e seus agenciamentos para engendrar transformações que ultrapassam o âmbito técnico-instrumental.
PALAVRAS-CHAVE: Teoria Ator-Rede, Ambiente Construído, Políticas Ontológicas, Realidade Múltipla.

ABSTRACT
Exploring the possibility of considering that buildings and places are not fixed things of a material nature; are 'objects' ready to be used and subject to future modifications; are unstable technologies or quasi-technologies that operate simultaneously with different uses and actants, in this paper we propose a reflection on how architects - designers and researchers - think, describe, qualify or define their 'objects', 'clients' and 'users'. Based on the notion of ontological politics we point to the need to renew the understanding of 'reality' as an open, multiple, historically, culturally and materially located issue; that, because it is produced or performed, 'reality' can be understood as a possible association of different ontological perspectives or politics, but it can not be configured from a preexisting set of presuppositions and instruments. From this perspective, we question the process of stabilization of the practices and instruments used by designers and researchers with more rigid or closed positions that, having difficulties in accepting the persistences that emerge from the relations with the actants and the data produced from the application of research instruments, usually privilege the interests and knowledge of the specialists, to the detriment of the knowledge and interests of those who inhabit or use them. We are interested in exploring the interfaces, interlacings and effects of ontological politics and the coexistence of multiple realities in architect-actants relationships. Instead of separate 'subjects' and 'objects', designers, observers, clients, users, built environment, technical objects and all the things that permeate our daily life come to be understood as a set of actants that interweaves different perceptions and translations on one even collective or sociotechnical network. We present examples of practices that allow us to enrich and qualify the production of projects and research that incorporate the values and demands of its occupants. As they all affect each other, we are interested in the connections that are established between them and their assemblages to engender transformations that go beyond the technical-instrumental scope.
KEYWORDS: *Post-Occupancy Evaluation, Built Environment, Ontological Policies, Experiencial Approach*

RESUMEN
Explorando la posibilidad de considerar que los edificios y lugares no son cosas fijas de naturaleza material; son 'objetos' listos para ser usados y sujetos a futuras modificaciones; son tecnologías o casi-tecnologías inestables que operan de modo simultáneo con diferentes usos y actantes, en este artículo proponemos una reflexión sobre cómo los arquitectos - proyectistas e investigadores - piensan, describen, califican o definen sus 'objetos', 'clientes' y 'usuarios'. Amparados en la noción de política ontológica apuntamos a la necesidad de renovar el entendimiento de 'realidad' como una cuestión abierta, múltiple, localizada histórica, cultural y materialmente; que, por ser producida o ejecutada, la "realidad" puede ser entendida como una asociación posible de diferentes miradas o políticas ontológicas, pero no puede ser configurada a partir de un conjunto preexistente de presupuestos e instrumentos. En esta perspectiva, cuestionamos el proceso de estabilización de las prácticas e instrumentos utilizados por proyectistas e investigadores con posturas más rígidas o cerradas que, teniendo dificultades en aceptar las persistências que emergen de las relaciones con los actantes y de los datos producidos a partir de la aplicación de instrumentos de investigación , suelen privilegiar los intereses y saberes de los especialistas, en detrimento de los saberes e intereses de aquellos que los habitan o utilizan. Nos interesa explorar las interfaces, entrelazamientos y efectos de las políticas ontológicas y de la coexistencia de múltiples 'realidades' en las relaciones arquitecto-actantes. En lugar de 'sujetos' y 'objetos' separados, proyectistas, observadores, clientes, usuarios, ambiente construido, objetos técnicos y todas las cosas que permean nuestro cotidiano pasan a ser entendidos como un conjunto de actores que entrelazan diferentes percepciones y traducciones sobre un objeto incluso colectivo o red sociotécnica. Presentamos ejemplos de prácticas que permiten enriquecerse y calificar la producción de proyectos e investigaciones que incorporen los valores y demandas de sus ocupantes. Como todos ellos se afectan mutuamente, nos interesan las conexiones que se establecen entre ellos y sus agenciamientos para engendrar transformaciones que sobrepasan el ámbito técnico-instrumental.
PALABRAS CLAVE*: Teoría Actor-Red, Ambiente Construido, Políticas Ontológicas, Realidad Múltiple.*

INTRODUÇÃO

A contribuição da Avaliação Pós-Ocupação (APO) – ao sistematizar a avaliação do desempenho do ambiente construído (AC) e seu enfoque multidisciplinar com ênfase nas demandas de seus usuários – e da simulação computacional tem sido inegável para avaliar o desempenho do AC, retroalimentar sua concepção e potencializar as possibilidades de intervenção dos arquitetos.

Mas como toda atividade humana, ainda existem lacunas a preencher e sendas a desvelar. É com essa perspectiva que, alinhados com os fundamentos dos estudos Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS) e inspirados em uma observação de Abraham Maslow – se a única ferramenta disponível é um martelo, uma porção de coisas começam a parecer pregos (*apud* MARINOFF, 2004) – discutimos as relações entre projetistas, pesquisadores, clientes, usuários e AC à luz do entendimento de política ontológica de Annemarie Mol (2008). Em um esforço para reduzir as assimetrias entre eles e para eliminar a conotação utilitária inerente à palavra 'usuário' propomos que todos eles sejam entendidos como 'co-construções' de um mesmo problema e renomeados 'actantes' – ou seja, aqueles que constituem, consomem, modificam, domesticam, projetam, reconfiguram e resistem ao AC.

Respaldados em duas décadas de experiência com APO e explorando a possibilidade de considerar que os ambientes construídos (AC) são *tecnologias* (OUDSHOORN; PINCH, 2005) ou *quase-tecnologias* (GUGGENHEIM 2010), propomos uma reflexão sobre o modo como os arquitetos – projetistas e pesquisadores – pensam, descrevem, qualificam ou definem seus 'clientes' ou 'usuários': quem [e como] fala por eles; o que eles fazem com os edifícios e lugares; que efeitos esses edifícios e lugares produzem nos seus ocupantes e vice-e-versa. Amparados na Teoria Ator-Rede (TAR), em lugar de 'objetos de pesquisa' separados, projetistas, observadores, clientes, usuários, AC, objetos técnicos e todas as coisas que permeiam nosso cotidiano passam a ser entendidos como actantes que reúnem diferentes percepções e *traduções* sobre um mesmo *coletivo* ou *rede sociotécnica*. Como todos eles se afetam mutuamente, nos interessam as conexões que se estabelecem entre eles e seus agenciamentos para engendrar transformações que ultrapassam o âmbito técnico-instrumental (LATOUR 1994, 2000, 2008; KNORR-CETINA 2001; LAW, MOL 2000; STENGERS 2002; MOL 2008).

Nessa perspectiva, questionamos o processo de estabilização das práticas e instrumentos utilizados por projetistas e pesquisadores com posturas mais rígidas ou fechadas que, tendo dificuldades em aceitar as recalcitrâncias que emergem das relações com os actantes e dos dados produzidos a partir da aplicação de instrumentos de pesquisa, costumam privilegiar os interesses e saberes dos especialistas, em detrimento dos de seus clientes e usuários. Prática também presente nas suas ações interpretativas, predominantemente configuradas a partir se seus saberes técnicos ou acadêmicos. Ao formular previamente seus programas de necessidades[1], hierarquizar suas questões em *check-lists*, questionários ou entrevistas estruturadas, ou ainda 'configurar' comportamentos para rodar simulações computacionais, projetistas e pesquisadores tendem a modular o olhar, as reações e respostas dos actantes e a estabilizar práticas que são instáveis por natureza.

[1] Designação clássica de conotação utilitária e reducionista para a atividade de programação arquitetônica que sugere que as demandas dos actantes se limitam ao atendimento das suas necessidades e, assim, pode induzir à exclusão de outras demandas qualitativas importantes para o bem estar dos actantes, tais como seu desejos, valores e hábitos. Considerando a impermanência e dinâmica dos modos de existência na atualidade, adotamos a designação *estratégias programáticas.*

A discussão proposta neste artigo reconhece, mas não hierarquiza a distinção entre as ontologias políticas que permeiam as práticas dos especialistas e as demandas de outros actantes envolvidos no processo de produção do AC. A intenção é explorar as riquezas e especificidades de suas múltiplas coexistências e interfaceamentos, privilegiando as possíveis versões de um mesmo ambiente, edifício ou lugar.

FUNDAMENTAÇÃO

Para dar conta disso, nos ocupamos com as possibilidades de conexão ou *interfaceamentos* entre os estudos Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS), Teoria Ator-Rede (TAR) e Avaliação Pós-Ocupação (APO). Acompanhamos a reflexão de Michel Serres[2] sobre a relação entre diferentes saberes e seu questionamento do uso da palavra 'interface' pelos cientistas que supõem que a junção entre duas ciências ou entre dois conceitos ou duas visões diferentes não apresenta problemas e possa vir a ser perfeitamente dominada ou anulada. Contrariando esse entendimento, observa

> que esses espaços entre são mais complicados do que se pensa; é por isso que os comparei, em Passage Du Nord-Ouest, a margens, ilhas e partes de bancos fractais. Entre as ciências duras e as chamadas ciências humanas a passagem se assemelha a uma margem dentada, cheia de gelo e variável: você já viu o mapa do norte do Canadá? (...) Antes fractal do que realmente simples. Menos uma junção dominada do que uma aventura a se correr (SERRES, 1999, p. 94-95).

Em lugar de 'aplicar' conceitos da TAR à APO[3], exploramos os *interfaceamentos* que precisam ser feitos e refeitos a cada encontro (SERRES 1999) e, também, o entendimento de que edifícios e lugares *em ação* são *inferfaces* que se produzem a partir das ações e dos agenciamentos entre os múltiplos actantes – humanos, AC e natureza. A partir disso, buscamos uma ontologia alternativa capaz de lidar com esses 'objetos' desordenados e evasivos que são os edifícios e lugares (FARÍAS 2010a), bem como as pessoas e seus modos de 'estar presente' (FARÍAS; BENDER, 2010) ou de existência (LATOUR 2013).

Nessa exploração recorremos a alguns princípios orientadores sobre *edifícios* e *lugares*: ambos são *performados* ou trazidos à existência (MOL, 2002, 2008; GUGGENHEIM, 2010) nas redes de objetos, materialidades, tecnologias, natureza, organismos e seres humanos (FARÍAS, 2010a); suas qualidades *emergem* de múltiplos processos de associações (FARÍAS, 2010a); possuem uma duplicidade que os caracteriza, simultaneamente, como tecnologias e como tipos (GUGGENHEIM, 2010). Ao mesmo tempo em que são *singulares* – têm localização e forma estável – eles podem acolher *diferentes usos* – transformados em outro tipo de construção com relativa facilidade, apesar de aparentemente intactos.

Por operarem de modo simultâneo com diferentes usos e actantes, edifícios e lugares não são objetos estáticos. São tecnologias instáveis ou *quase-tecnologias* (GUGGENHEIM, 2010) ou *imóveis mutáveis* (LATOUR, 2000; GUGGENHEIM, 2010). Como decorrência, edifícios e lugares são continuamente transformados por seus actantes e pelas ações e associações que continuamente acontecem em seu interior e exterior: são objetos em movimento, mesmo depois de construídos.

---

[2] Filósofo e membro da Académie Française, interessado pelo surgimento de uma nova filosofia política capaz de incorporar o contexto digital do século XXI, recebeu o Prêmio Meister Eckart em 2012.

[3] Que tem sido objeto de trabalhos anteriores (RHEINGANTZ, 2012; RHEINGANTZ, PEDRO 2012, 2013; VIANA, RHEINGANTZ 2012; RHEINGANTZ, PEDRO, SZAPIRO 2016; RHEINGANTZ et al 2017.

Outras relações entre edifícios, e lugares a serem exploradas, poderiam ser:

- os edifícios conformam os lugares e ao mesmo tempo são definidos pelos mesmos (FIORI, 2005). Essa dualidade de olhares vai ao encontro da discussão que estamos propondo: ***como é possível conhecer ou prever o comportamento dos actantes se as questões e instrumentos são construídos com base no olhar e nos interesses do especialista?***
- os edifícios, corpos, objetos e lugares também podem ser entendidos como *interfaces que aprendem*[4]. Nessa perspectiva, corpos, edifícios, objetos e lugares seriam *proposições articuladas* que emergem de processos de mediação, envolvendo entidades 'técnicas', 'políticas' e 'econômicas'; seriam agentes de transformação que se recriam continuamente, nos quais nada se propaga sem transformação ou reapropriação local.
- os edifícios, corpos, objetos e lugares performam conhecimentos situados (HARAWAY, 1995): sua produção se dá em condições que podem ser descritas e localizadas (LAW; MOL 2000), envolvendo os diferentes materiais que participaram dessa fabricação – inclusive os corpos dos projetistas e pesquisadores. Partindo deste entendimento, a exemplo de Latour (2008), nos perguntamos: ***como e quais são as diversas formas com que o corpo dos especialistas é envolvido naquilo que faz?***

A inclusão de 'outros' actantes na conversa implica na necessidade de rever o entendimento de 'cliente' e 'usuário' e de aprofundar a reflexão sobre quais lições podem emergir a partir desse entendimento e, sobretudo, sobre seus efeitos nas relações que se estabelecem entre eles e os arquitetos – projetistas e pesquisadores. Para dar conta disso, recorremos à noção de 'política ontológica' de Annemarie Moll (2008) e seus pressupostos:

- que as condições de possibilidade não são dadas na partida; que a 'realidade' não precede as práticas cotidianas em nossa interação com ela;
- que a 'realidade' é uma questão em aberto a ser modelada por estas práticas;
- que, além de ser uma produção localizada histórica, cultural e materialmente, a 'realidade' também é múltipla.

Para ressaltar a importância da distinção entre múltiplas realidades e realidades plurais, Mol (2008) reconhece que a ontologia política é influenciada pelo *perspectivismo*[5] e pelo *construtivismo*[6]. Segundo a autora, falar da ontologia política[7] de uma *realidade múltipla* – que não é observável na prática de projetistas

[4] Em ressonância com Latour (2008), entendemos o corpo como uma interface que aprende a ser afetada por muitos elementos e deixa uma trajetória dinâmica que nos permite aprender a registrar e a ser sensíveis a tudo aquilo de que é feito o mundo. Argumento que vem sendo continuamente reforçado na medida em que os estudos e dispositivos de inteligência artificial evoluem. E a proliferação de dispositivos que aprendem e se auto-reconfiguram só vêm a confirmar a presença de actantes não-humanos.

[5] Cf. Mol (2008), o *perspectivismo* abriu as portas ao pluralismo ao se afastar da singularidade da verdade única veiculada pelo 'especialista', possibilitou multiplicar os pontos de vista dos especialistas em função de suas formações diferentes, discutir o modo como essa diversidade deve ser considerada; perspectivas discretas de muitos olhares sobre um objeto [que permanece singular, intangível] que tanto podem coexistir lado a lado ou se excluir mutuamente (MOL 2008);

[6] Cf. Mol (2008), o *construtivismo* assumiu a forma de histórias que tanto podem mostrar como foram criadas certas versões da verdade que não estavam dadas na partida, quanto podem mostrar como foram desacreditadas e desapareceram ao longo do percurso outras versões da verdade; histórias que sugerem a possibilidade de outras 'construções da realidade' alternativas de uma *pluralidade* projetada no passado, que poderiam ter 'existido' mas que desapareceram [ou foram 'desaparecidas'}.

[7] Termo que, cf. Mol (2008: 75), sugere "uma ligação entre o real, as condições de possibilidade com que vivemos e o político".

e pesquisadores, mas que é feita ou produzida nas relações e associações envolvendo diversos actantes – implica substituir as metáforas de perspectiva ou construção por *intervenção* e *performação*.

> Em lugar de ser vista por uma diversidade de olhos, mantendo-se intocada no centro, a realidade é manipulada por meio de vários instrumentos ao longo de uma série de práticas diferentes. ... Tão pouco é função dos instrumentos pô-los à mostra como se fossem vários *aspectos* de uma realidade única. Em vez de atributos ou aspectos, são diferentes *versões* do objeto, versões que os instrumentos ajudam a performar. São objectos diferentes, embora relacionados entre si. São formas múltiplas da realidade – da realidade em si (MOL 2008: 66).

Se os edifícios, corpos, objetos e lugares são interfaces que aprendem a ser afetadas, sua construção é ontológica – produz mundo – e política – sublinha o modo ativo e o "caráter aberto e contestado" (MOL 2000, p. 63). Nessa perspectiva, é possível considerar que os edifícios e lugares "são negociados por diferentes grupos de atores, articulando simultaneamente componentes materiais e sociais da cidade" (FARÍAS, 2010a, p. 4); que os edifícios e lugares são continuamente transformados em suas configurações, aparências e performações; são 'objetos' *prontos para serem usados* e *sujeitos a futuras modificações*, não "coisas fixas da natureza material" (KNORR-CETINA, 2001, p. 528).

Mas incorporar a perspectiva das realidades múltiplas e das ontologias políticas nas ações de projetistas e pesquisadores da arquitetura implica em aceitar que toda 'realidade' é produzida ou performada (MOL 2008) e que, por consequência, aceitar que não existe um "lá fora". Essa perspectiva nos permite olhar para o AC como uma rede de relações e efeitos de suas práticas, que envolvem o trabalho de composição das múltiplas realidades produzidas pelas diferentes associações entre edifícios, lugares, objetos e corpos – nesse caso, clientes, usuários e arquitetos (projetistas e pesquisadores). Além disso, o reconhecimento da natureza múltipla da 'realidade' implica em rever a prevalência dos interesses dos especialistas – evidenciada pela construção prévia de instrumentos estruturados e direcionados para uma determinada 'realidade' que privilegia as competências e as preocupações dos especialistas – inclusive aquelas relacionadas com o bem estar e a percepção dos usuários.

O PAPEL DOS INSTRUMENTOS NA PERFORMAÇÃO DE REALIDADES MÚLTIPLAS

A aceitação do princípio de que cada actante ou grupo de actantes humanos deve ter liberdade para escolher e/ou construir os instrumentos que considera mais apropriados para descrever seu entendimento de 'realidade', que pode ser bem diferente das 'realidades' dos outros – e que também precisam ser descritas – transforma significativamente o entendimento, as estratégias e as práticas de projetistas e pesquisadores. Essa aceitação implica na necessidade de recorrer a múltiplos meios para ajudar na performação de outras 'realidades' que, em função das suas diferentes políticas ontológicas, resultam em múltiplas formas da 'realidade em si'.

Até então tínhamos uma mesma 'realidade' configurada a partir de um conjunto de instrumentos prévios de pesquisa que podia ser vista a partir de diferentes pontos de vista por diferentes olhos, mas mantendo sua centralidade intocada. Mas a possibilidade de admitir e descrever [co]existência de tantas realidades quantos forem os actantes implicados demanda maior autonomia e liberdade descritiva por parte dos projetistas e pesquisadores

Ao ancorar a discussão na associação entre a experiência vivenciada[8] e os conhecimentos que foram produzidos nessa experiência, precisamos assumir os riscos da opção por uma narrativa baseada na não neutralidade de um testemunho experimental que emerge a partir de nossos interesses e, também, da possibilidade dessa narrativa vir a "alimentar o poder da ficção tanto quanto limitá-lo" (STENGERS, 2002, p. 172). Nessa perspectiva projetistas e pesquisadores não são mais aqueles que detêm conhecimentos ou provas estáveis, que "estão dando forma às pessoas, bem como aos edifícios" (SOMMER, 1973, p. IX), mas sim aqueles que compartilham suas incertezas (STENGERS, 2002). Para serem fieis aos fundamentos da TAR suas ações e narrativas devem basear-se em um pluralismo ontológico (LATOUR 2013: 35) que possibilite reunir os indícios necessários para *convocar* e dar voz, em bases mais equitativas, a projetistas, pesquisadores, usuários e esses *Outros* – objetos, artefatos, dispositivos técnicos e todas as coisas – que povoam os edifícios e lugares em ação, cujas propriedades e interesses se diferem caso a caso (LATOUR 2013).

As questões, os instrumentos e os procedimentos para dar voz a esses atores devem ser negociados e construídos junto com esses *Outros* que povoam os edifícios e lugares, com o propósito de incorporar suas demandas e seus desejos. O interesse pelas questões dos diversos actantes está diretamente relacionado com a possibilidade de projetistas e pesquisadores se *sentirem* ou se *constituírem* como sujeitos de um conjunto de histórias que se entrelaçam e compartilham suas condições de produção de conhecimento, que também são condições de produção de suas existências. A aplicação dos instrumentos e as informações obtidas deve ser considerada como ponto de partida para compreender edifícios e lugares e não como o resultado final, que tende a estabilização das práticas. Flexibilizar o modo de aplicação dos instrumentos, reconhecer o olhar e a necessidade de clientes e usuários, nos direciona para uma prática de projetar e pesquisar *com* e não *sobre*, cuja tendência é fazer imposições e privilegiar o olhar dos arquitetos.

Em lugar de recorrer a quadros teóricos abstratos, projetistas e pesquisadores deveriam começar a pensar em recorrer a instrumentos que possibilitem explorar a riqueza, mapear e traduzir os diferentes modos de coexistência das entidades ou actantes dos edifícios e lugares. “Seguir as associações, caminhos e ações particulares, os movimentos individuais e agrupamentos *coletivo*s pelos quais arquitetos, engenheiros, clientes e usuários modelam os edifícios [e os lugares]” (YANEVA, 2009, p. 202), é o que deve ser colocado em evidência nas abordagens alinhadas com políticas ontológicas. Reconhecer as práticas, fazer proliferar as vozes dos diferentes grupos locais, perceber suas necessidades, expectativas e processos de resistência implica em transformar o processo de concepção ou avaliação do desempenho de ambientes, possibilitando a proliferação e o entrelaçamento das múltiplas realidades ou modos de existência que os configuram (ANGOTTI et al, 2017).

Diante do ceticismo com a proposição de incluir os não-humanos[9] entre os atores ou usuários, Isabelle Stengers (2002) observa que existe uma relação irredutível entre produção de saber e produção de existência que não é um obstáculo à cientificidade ou ao saber do especialista que modifica a relação entre 'sujeito' e 'objeto':

> Aquele que ... mantém o papel habitual de sujeito, que toma a iniciativa de pôr questões às quais aqueles com os quais ele lida deverão, de uma maneira ou outra, responder, pode,

[8] Lembrando que "o indício, tanto quanto o testemunho experimental, não pode ser definido como neutro, independente do interesse de um autor e de suas previsões" (STENGERS, 2002, p. 170).

[9]

> em nome da ciência, "fazer existir" os carrascos que ele acreditava estar apenas "revelando". O novo teste, ao qual o "sujeito" é submetido, consiste em lidar com seres suscetíveis de obedecê-lo, de procurar satisfazê-lo, de aceitar, em nome da ciência, responder a questões sem interesse como se elas fossem pertinentes, e mesmo deixar-se persuadir de que elas realmente o são, visto que o cientista "sabe melhor"; em todo caso, com seres que *nenhum expediente pode tornar indiferentes ao fato de que são interrogados.* O ser interrogado, posto a serviço do saber, não se deixa questionar sem que, incontroladamente, a questão científica tome igualmente sentido para ele. O "objeto", aqui, olha, escuta e interpreta o "sujeito" (STENGERS, 2002, p. 178).

Nos interessa, portanto, explorar as possibilidades de *interfaces* e os possíveis encaixes dos *espaços entre* (SERRES 1999) os diferentes saberes, desejos e experiências dos actantes implicados, juntamente com suas múltiplas existências e políticas ontológicas.

Existem muitos outros instrumentos úteis para fazer emergir muitas questões que podem ser mais importantes para os habitantes dos edifícios e lugares do que aquelas que costumam ser definidas e utilizadas como parâmetros pelos profissionais de projeto e de pesquisa. De um modo geral, projetistas e pesquisadores tendem a desconsiderar que as pessoas não sentem necessidade de explicar porque consideram determinados ambientes, edifícios ou lugares bons ou ruins, uma vez que essa qualidade não é independente do contexto em que os vivenciam (SOMMER 1979). Seguindo a analogia com uma rede de pesca – um estranho objeto que contém vários buracos amarrados por linhas, necessários para pegar os peixes e deixar passar a água (ALVES 2005) –, esses profissionais constroem seus instrumentos da mesma forma que os pescadores constroem suas redes: com o propósito de 'pescar' descobertas cujo tipo e tamanho estão diretamente relacionados com a densidade da malha da rede.

Presos a um conjunto prévio de saberes e ao que foi definido que deveria ser observado, projetistas e pesquisadores deixam escapar outras informações que, talvez, sejam mais importantes para os ocupantes do que aquelas que costumam ser reconhecidas por seus saberes técnico-científico. Como a malha é definida previamente, é possível que não se esteja aberto para acolher certas sutilezas e peculiaridades 'menores' do que a malha da 'rede'. Mas quando se define o tamanho da malha junto com os clientes e usuários, é provável que outros elementos anteriormente impensados também sejam retidos.

A seguir, apresentamos, em linhas gerais, exemplos de práticas que permitem enriquecer e qualificar algumas coisas que precisam ser melhor definidas e observadas para produção de projetos e pesquisas e que estão mais de acordo com os valores e demandas dos seus ocupantes.

A primeira questão a ser recuperada na atuação de projetistas e pesquisadores se relaciona com a *Poética do Espaço* de Bachelard (1988) e seu entendimento de *casa* como nosso canto do mundo, primeiro universo, abrigo impregnado de valores oníricos, dos tesouros e devaneios de um passado que nos possibilitam viver fixações de felicidade e acolher nossa intimidade; que nos permitem enfrentar as tempestades do céu e da vida. Para o autor a hierarquia das diversas funções do habitar não passa de variações de um tema fundamental: nossa casa natal, cujas lembranças e funções emergem de um passado que se faz presente em todas as outras casas, que não passam de variações de nossa casa natal.

Como *habitar* não se limita às nossas casas, estendemos o pensamento do autor aos demais edifícios e lugares, incluindo a rua, a vizinhança, a cidade e os lugares que habitamos e seus equipamentos e coisas. Esquecido nos meandros de um pragmatismo utilitário que permeia a vida cotidiana em uma atualidade que se caracteriza pela diluição e multiplicação de valores e comportamentos cada vez mais individualizados e difíceis de interpretar, esse entendimento ampliado precisa ser reintroduzido nas práticas dos arquitetos.

Ao reforçar a importância da afetividade, da espontaneidade vivenciada pelos moradores em suas habitações e, também, da dinâmica das transformações relacionadas com a percepção do entorno imediato, Eckambi-Schmidt (1974) propõe três perguntas-chave para aqueles que desejarem construir uma Casa[10]: (1) Quando você pensa em sua "casa" no sentido de "meu lar" ou "meu lugar", que imagens ou ideias esse pensamento sugere? (2) Que características deve ter a sua casa? (3) Quais são os critérios mais importantes para você eleger a sua habitação?

Inspirado nestas perguntas, no início dos anos 1980, Rheingantz elabora um *Questionário de Sondagem* a ser respondido pelos habitantes das Casas que projetou, com a intensão de incorporar os desejos, hábitos e pensamentos de seus futuros ocupantes. Nele, solicita que os respondentes indiquem, para cada ambiente: os principais usos e atividades, quem terá acesso; tipo, horários e intensidade de permanência; materiais, cores e texturas que associam a piso, pareces e teto; principais características, disposição e arranjos de mobiliário e equipamento; inter-relações com outros ambientes; ordem de importância ou preferência de cada ambiente.

Outra possibilidade está relacionada com o método de trabalho utilizado por Moore, Allen e Lyndon (1977) nos projetos de habitação. Reconhecidos pela qualidade dos seus projetos de habitação, elaboraram um questionário com um conjunto de questões cuja recomendação é que sejam respondidas antes de pensarem em contratar um profissional. O objetivo do questionário é fazer uma Casa que não se limite a funcionar, mas que seja capaz de alimentar seus entusiasmos e de integrar com o espírito e os desejos de seus habitantes, evitando "que seus sonhos sejam afogados" (MOORE et al., 1977, p. 253). Concebido para dar voz a diversos actantes que compõem a dinâmica de funcionamento e das conexões que se estabelecem em uma casa, o questionário de Moore et al (1977) focaliza: (1) os caminhos – da água, do ar, do papel, dos alimentos, das louças e utensílios domésticos, das roupas de casa e de vestir, da eletricidade, do pó, dos automóveis e demais objetos – por onde eles circulam – como entram, são armazenados ou se distribuem – e como e onde saem; (2) a coreografia dos caminhos dos adultos, crianças, convidados, empregados, animais e intrusos; (3) os sonhos, desejos e hábitos de todos os habitantes; e (4) os padrões das suas interseções.

Um terceiro instrumento importante para aproximar a prática de projetistas e pesquisadores das demandas de seus ocupantes é o Poema dos Desejos, de Henry Sanoff (1991), ferramenta não estruturada que se desenrola em torno de um conjunto de sentenças ou desenhos reunindo um conjunto de informações ilustrativas e espontâneas de seus saberes, afetos, emoções e intimidades (SANOFF 1991) elaborados a partir de uma frase inicial "Eu gostaria que ... ". O Poema dos Desejos tem se demonstrado como uma ferramenta muito eficaz quando a intenção é valorizar um caráter mais global e exploratório de observações

[10] Inserimos a letra maiúscula para caracterizar o sentido ampliado de casa sugerido pela autora.

fundamentadas nas predileções de seus respondentes, indicando quais elementos consideram mais significativos ou desejados (RHEINGANTZ et al 2009).

Em seus estudos relacionados com os territórios educativos os pesquisadores dos grupos Ambiente-Educação (GAE) e Qualidade do Lugar e Paisagem – especialmente os vinculados ao sub-grupo Sistema de Espaços Livres-RJ (ProLUGAR/SEL-RJ), liderados pelas professores Giselle Azevedo e Vera Tângari, vêm realizando uma série de oficinas com crianças de escolas municipais de ensino fundamental da cidade do Rio de Janeiro, nas quais utilizam um conjunto de jogos concebidos para facilitar a interlocução com as crianças, subdivididas en três grupos: Brincar, Mapear e Construir. Do grupo Brincar, destacamos: *Brincar Junto* – que se vale das brincadeiras costumeiras das crianças de uma escola ou lugar como estratégia para estabelecer um vinculo de confiança entre pesquisadores, educadores e crianças; do grupo Mapear, destacamos: *Maõzinhas* – passeio guiado pelo entorno da escola ou lugar, durante o qual as crianças são convidadas a registrar em seus celulares fotos complementadas por figuras de mãos verde [bom] ou vermelha [ruim] sua avaliação de cada situação registrada; *Jogo da Memória* – a partir de um mapa e de um conjunto de fotografias de elementos do entorno da escola ou lugar, as crianças são convidades a encontrar a localização de cada imagem no mapa; *Maquete Afetiva* – espécie de mapa mental tridimensional, no qual as crianças são convidadas a registrar em uma maquete do entorno da escola ou lugar os elementos mais importantes de seu imaginário (caminhos, lugares onde brincam, conversam, descansam, tem medo, etc.; do grupo Construir, destacamos: *Baguncidade*[11] – as crianças são convidados a Produzirem junto com os pesquisadores uma maquete contendo seus anseios e desejos sobre os lugares por onde circulam, habitam, estudam, brincam, etc. que consideram mais significativos.

Outra experiência interessante vem sendo utilizada por Silva et al (2016) na disciplina Planejamento Urbano e Territorial no Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas. A experiência busca alternativas para professores e estudantes, juntos, saiam da zona confortável das certezas para caminhar para o palco das contradições, das visões múltiplas e, assim, enfrentarem as incertezas técnicas e políticas que permeiam o planejamento urbano. A experiência problematiza, por meio de um jogo ou encenação simulando a condução de uma audiência pública onde a 'Prefeitura' apresenta o Plano Diretor, que passa a ser questionado por diferentes '*Agentes*' que buscam influenciar o plano apresentado. Na simulação é possível identificar e entender os papeis e interesses dos principais agentes que interferem na produção da cidade entendida como resultante de um processo da interação entre ações promovidas por agentes sociais sobre o suporte físico, com a intenção de construir junto com os alunos um ambiente de conhecimento ao mesmo tempo interativo e reflexivo, sobre os diversos papéis dos agentes e o resultado de suas ações sobre a cidade. Concebido para contornar os problemas encontrados na experiência tradicional de planejamento urbano – cujas doutrinas fundadas no determinismo sobre o que deve ser considerado certo e bom e na crença sobre a infalibilidade da técnica – que dificultam o questionamento sobre a infalibilidade da argumentação técnica e suas "verdades". Ao introduzir na dinâmica da disciplina os interesses contraditórios dos diferentes agentes que atuam e moldam a produção do território, o diagnóstico e os instrumentos são utilizados a partir de óticas diversas. Baseia-se no entendimento das transformações do território cujos acordos temporais resultam das pressões envolvendo os diferentes agentes e busca superar os entraves das abordagens tradicionais por meio de um jogo que encena e simula um processo de produção do espaço

[11] Cconcebido pelo prof. Guilherme Bruno, da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim, doutorando em Arquitetura DINTER/PROARQ-UFRJ.

urbano com a intensão de aproximar os alunos de conhecimentos e fundamentos de difícil assimilação (SILVA et al 2016).

Entendemos que estas questões e a aplicação destes instrumentos ampliam o campo da APO, diferentemente das dos caminhos que têm sido percorridos pela ciência moderna – que opera por uma lógica que opõe natureza e sociedade, sujeito e objeto, teoria e prática, humanos e não-humanos – e que termina por forjar a dicotomia pessoa-ambiente. Tais instrumentos têm sido auxiliares da performação de múltiplas realidades, enriquecendo a visão de projetistas e pesquisadores, além de contribuir para a existência de outras *versões* de edifícios e lugares.

AS REALIDADES MÚLTIPLAS E A CARTOGRAFIA DE CONTROVÉRSIAS

O reconhecimento da relação entre 'sujeito' e 'objeto' no projeto e na pesquisa em arquitetura implica na escolha de estratégias metodológicas que possibilitem repovoar o AC, resignificar o entendimento de 'usuário' e reconhecer os efeitos das políticas ontológicas e das múltiplas existências nos edifícios e lugares. Como as políticas ontológicas nem sempre coexistem harmoniosamente, diferentes *performances* da realidade geram complexidade ao AC, tensões, dilemas, resistência, conflitos, disputas e *controvérsias.*

É neste sentido que apostamos na *cartografia de controvérsias* (LATOUR, 2000; 2012) para conhecer os múltiplos agenciamentos que ocorrem entre os actantes, associado a diferentes instrumentos de reconhecimento e análise do AC. No mapeamento de *controvérsias*[12], ao invés de seguir um protocolo metodológico fechado, a principal orientação é fazer proliferar as múltiplas vozes dos actantes, de modo a abandonar as explicações abstratas, cuja compreensão não é situada.

Quando atentos às diferentes *traduções* (LAW, 1992; LATOUR, 2012) dos actantes que performam os edifícios e lugares, projetistas e pesquisadores – aqui entendido como um *ator-rede* (LATOUR, 2012) – passam a reconhecer os efeitos, os agenciamentos e as múltiplas realidades que se produzem nos edifícios e lugares. Isto implica em deslocar-se de um lugar para outro e reconhecer um conjunto heterogêneo e dinâmico de experiências e actantes que permeiam as práticas de projeto e de pesquisa.

Associada à dinâmica das controvérsias, a cartografia possibilita evidenciar "o quanto os processos de construção do conhecimento se mesclam com os movimentos que constituem a própria rede, acentuando seu caráter contingencial" (PEDRO, 2010, p. 89). E ainda, ao privilegiar as situações de incerteza, nas quais os conhecimentos e fatos ainda não estão estabilizados, a análise de controvérsias possibilita evidenciar os jogos de força e poder – jogos de múltiplas traduções ou versões controversas – que constroem a “objetividade” de um fato.

Cartografar os processos utilizados nos projetos e pesquisas pelos arquitetos a partir das controvérsias possibilita delinear o conjunto dos diferentes modos de entrelaçamento de humanos e não-humanos ou de atores sociais e artefatos. Os resultados destas misturas, que buscam reequilibrar a simetria da associação

[12] Cf. Venturini (2010), *controvérsias* são fenômenos complexos a serem observados na vida coletiva que se referem à um fato ou conhecimento não estabilizado, ou a uma *caixa preta* ou ainda a uma incerteza partilhada – os atores discordam, ou melhor, concordam com as suas discordâncias. Começam quando atores não podem ignorar um ao outro e terminam quando eles elaboram um compromisso de viverem juntos.

entre sujeito e objeto, possibilitam o resgate da dimensão sociotécnica do projeto de arquitetura – ainda hoje obliterado pelas certezas e ideais modernos e pelas fragmentações e descontinuidades pós-modernas – e podem ser indicativos da contribuição deste estudo para o campo da Arquitetura-Urbanismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos ter evidenciado a necessidade de superar as limitações e equívocos resultantes de processos baseados na escolha prévia de instrumentos e variáveis, que aumentam a possibilidade do projetista ou pesquisador não observar aspectos que podem ser importantes para a qualidade de vida dos ocupantes dos edifícios e lugares a serem concebidos ou observados (RHEINGANTZ; PEDRO, 2013, p. 58.

Incluir edifícios e tecnologias como actantes possibilita conceber edifícios e ambientes para abrigar não-humanos ou operados remotamente ou por robôs. Esse entendimento amplia significativamente os horizontes do projeto e da pesquisa em arquitetura. Expandir as realidades múltiplas e incluir os não-humanos entre os *Outros* que povoam os lugares e edifícios implica em rever as perguntas sobre os actantes e seus porta-vozes: quem [e como] fala por eles; o que eles fazem com os edifícios e lugares; que efeitos esses edifícios e lugares produzem nos seus actantes – aqui entendidos como aqueles que consomem, modificam, domesticam, projetam, reconfiguram, operam e resistem ao AC e às tecnologias neles incorporadas. Para dar conta disso será necessário explorar melhor o entendimento de que os actantes – sejam eles projetistas, pesquisadores, 'usuários', AC, objetos técnicos e todas as coisas que permeiam nosso cotidiano – não são meros 'objetos de pesquisa'; eles são co-construções que estão irremediavelmente implicadas e entrelaçadas. Essa condição possibilita que se afetem mutuamente e que suas agências engendrem transformações que ultrapassam o âmbito técnico-instrumental.

A exemplo de Annemarie Mol, neste artigo não esboçamos respostas, mas articulamos alguns dos problemas que acompanham uma interpretação específica de uma deliberação ou escolha política relacionada com o entendimento da proposição *lato sensu* ou expandida de 'usuários'. Nesse sentido é importante reforçar o significado do termo 'política ontológica' que, 'sugere uma ligação entre o real, as condições de possibilidade com que vivemos, e o político. Mas como se concebe tal ligação?" (MOL, 2008, p.75).

Entre os problemas que articulamos, podemos enumerar: (1) a interferência entre as várias tensões políticas aparentemente coloca em jogo uma coisa – os padrões de desempenho normalizados ou os interesses dos especialistas – mas também envolve outras questões e realidades – as diferenças entre os diversos atores humanos (projetistas, especialistas, observadores, proprietários, locatários, funcionários, políticos, governantes, agências reguladoras e suas diversas questões de gênero, idade, raça, etc.) e não-humanos (AC, objetos técnicos e todas as coisas que permeiam nosso cotidiano); (2) nos lugares e ambientes em que as múltiplas performações da realidade têm toda a espécie de tensões entre si, separá-las como se fossem uma pluralidade de opções é passar por cima das complexas interconexões que as unem; (3) que 'ator' pode decidir entre as opções? Ou os momentos fundamentais serão aqueles onde são (somos) definidos, medidos, observados, escutados ou performados, em lugar daqueles nos quais os 'usuários' [e apenas eles] atuam como agentes?

São estas as questões que estão sendo aqui expostas, e que não são só nossas (dos autores), mas que decorrem de uma preocupação sobre como as múltiplas realidades são feitas, do estudo das suas performances, de um redirecionamento para a prática dos lugares e edifícios. Preocupações relacionadas com a TAR, mas que também vêm depois delas – talvez respostas, ou explorações práticas dos estilos

políticos que parecem estar sendo reclamados? "Mas também é possível que estas questões se dissolvam e nós performemos [enact] e atravessemos mais outra viragem no nosso repertório teórico, descobrindo outras formas de diagnosticar o presente" (MOL, 2008, p. 76). Ou, talvez, que mais *coisas* deixem de se parecer com pregos.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao CNPq e à CAPES o apoio recebido.

REFERÊNCIAS

AMIN, A.; THRIFT, N.. **Cities – Reimagining the Urban**. Cambridge; Malden: Polity Press, 2002.

ANGOTTI, F. B. et al. A cidade na perspectiva sociotécnica: ontologias políticas, agenciamentos urbanos e lugares híbridos. **V!RUS**, São Carlos, n. 14, 2017. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/_virus14/?sec=4&item=1&lang=pt>. Acesso em: 04jul2017

CUKIERMAN, H.; TEIXEIRA, C.; PRIKLADNICKI, R.. Um Olhar Sociotécnico sobre a Engenharia de Software In RITA, v. XIV, n.2, 2007, p. 199-219. Disponível em < http://seer.ufrgs.br/index.php/rita/article/view/ritav14n2p199-219 > Acesso em 20 abr 2017.

FALLAN, K. Architecture in action: Traveling with actor-network theory in the land of architectural research. In **Architectural Theory Review**, n.13, v.1, 2008, p. 80-96.

FARÍAS, I.; BENDER, T. (Eds.) **Urban Assemblages – How Actor-Netowirk Theory Changes Urban Studies**. Londres, Nova Iorque: Routledge, 2010.

FARÍAS, I.. Introduction: decentring the object of urban studies. In FARÍAS; BENDER (Edits.), 2010a, p. 1-24.

FARÍAS, I. Interview with Stephen Graham. In FARÍAS; BENDER (Eds.), 2010b, p. 197-206.

FIORE, R. H. . **Arquitetura e lugar..** In: Ana Paula Wickert (Org.). Arquitetura e urbanismo em debate (1ed). Passo Fundo, 2005, v.1, p. 1-358.

GAGE, N.. **Se nós nunca fomos humanos, o que fazer? Entrevista com Donna Haraway,** 2012. Disponível em < http://www.pontourbe.net/edicao6-traducao >. Acesso em 23 ago 2014.

GUGGENHEIM, M.. Mutable immobiles: building conversion as a problem of quasi-technonogies. In FARÍAS; BENDER (Eds.), 2010, p. 161-178).

HARAWAY, D.. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial, in **Cadernos Pagu** n.5, 1995, p. 07-41.

HARAWAY, D.. Manifesto for cyborgs: science, technology, and socialist feminism in the 1980s. In **Socialist Review**, n. 80, 1985, p.65–108.

KNORR-CETINA, K.. Postsocial Relations: Theorizing society in a Postsocial Environment, In RITZER, G.; SMART, B.. (Eds.) **Handbook of Social Theory**. Londres: Sage, 2001, p. 520-537.

LATOUR, B. **Jamais Fomos Modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOUR, B. **Ciência em Ação**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LATOUR, B. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência (2008) In NUNES; ROQUE (Orgs.), 2008, p. 39-62.

LATOUR, B. **Reagregando o Social:** uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador, BA: Edufba, 2012; Bauru, SP: Edusc, 2012.

LATOUR, B. **Investigación sobre los modos de existencia: una antropologia de los modernos**. Buenos Aires: Paidós, 2013.

LATOUR, B.; YANEVA, A.. 'Give Me a Gun and I will Make All Buildings Move': An ANT's view of Architecture. In GEISER, R. (Ed.). **Explorations in Architecture: Teaching, Design, Research**, Basel: Birkhäuser, 2008; p. 80-89.

LAW, J. Notes on the Theory of the Actor Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity. Lancaster: Centre for Science Studies, Lancaster University, 1992. Disponível em < http://comp.lancs.ac.uk/sociology/soc054jl.htmll > Acesso em 20 abr 2017.

LAW, J.; MOL, A. Situating Technoscience: an Inquiry into Spatialities, 2000. Disponível em < http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Mol-Situating-Technoscience.pdf > Acesso em 05 mai 2015.

MARINOFF, L. **Mais Platão, Menos Prozac: a filosofia aplicada ao cotidiano** (7ª Ed) Rio de Janeiro: Record, 2004.

MARTENS, B.; KEUL, A. G. (Eds.) **Designing Social innovation: planning, building, evaluating**. Cambridge: Hogrefe & Huber Publishers, 2005.

MOL, A. **The Body Multiple: Ontology in Medical Practice**. Durham; Londres: Duke University Press, 2002.

_____. Política Ontológica. Algumas ideias e várias perguntas. In NUNES; ROQUE, (Orgs.), 2008, p. 63-77.

NUNES, J; ROQUE, R (Orgs.) **Objetos Impuros: Experiências em Estudos sobre a Ciência**. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

OUDSHOORN, N.; PINCH, T. Introduction. In OUDSHOORN, N.; PINCH, T. (Eds.). **How Users Matter - The co-construction of users and technology**. Cambridge: The MIT Press, 2005, p. 1-25.

RHEINGANTZ, P. A. Narrativas e traduções de urbanidade. In AGUIAR, D.; NETTO, V. **Urbanidades.** Rio de Janeiro: Folio Digital; Letra e Imagem, 2012, p. 135, 162.

RHEINGANTZ, P. A.. Abordagem Sociotécnica do Projeto de Arquitetura. In **Cadernos De Pós-Graduação Em Arquitetura E Urbanismo** v.1, n16, 2016. Disponível em < http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/view/2016.1%20Rheingantz/6061 > acesso em 26 abr 2017.

RHEINGANTZ, P. A.; AZEVEDO, G. A. N.; BRASILEIRO, A. H.; ALCANTARA, D.; QUEIROZ, M. **Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. Livro Eletrônico disponível em <www.fau.ufrj.br/prolugar> Acesso em 06 jun 2012.

RHEINGANTZ, P. A.; PEDRO, R. M. L. R. (Orgs.) **Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea: controvérsias e ressonâncias em coletivos urbanos**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

RHEINGANYTZ, P. A.; PEDTRO, R. M. L. R.. Atuação do observador-pesquisador na avaliação da habitação. In VILLA, S.; ORNSTEIN, S. W. (Orgs.) **Qualidade Ambiental na Habitação: avaliação pós-ocupação.** São Paulo: Oficina de Textos, 2013, p. 53-74.

RHEINGANTZ, P. A.; PEDRO, R. M. L. R.; SZAPIRO, A. M. (Orgs.) **Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea: modos de ser e viver as cidades**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2016.

RHEINGANTZ, P. A.; PEDRO, R. M. L. R.; ANGOTTI, F. B.; SBARRA, M. H. Arena do Morro e Museu do Amanhã: Dois Lugares Em Ação. In **Urbe** v9, n3, set 2017, 21 p. [no prelo].

SERRES, M. **Luzes: cinco entrevistas com Bruno Latour**. São Paulo: Unimarco, 1999.

SILVA, J. M. P.; BENFATTI, D. MOREIRA, T.; RIBEIRO, A. Z. M. T. Prática de ensino de planejamento urbano e regional: Desenho como ferramenta de discussão e agentes como protagonistas **Arquitextos**, São Paulo, ano 16, n. 191.07, Vitruvius, abr2016, disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.191/6014>.

SOMMER, R. Espaço Pessoal. São Paulo: E.P.U.; Editora da USP, 1973.

STENGERS, I. **A Invenção das Ciências Modernas**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002.

VENTURINI, T.. **Diving in magma**: how to explore controversies with actor-network theory. Public Understanding of Science, Londres, v. 19, n. 3, 2010. p 258-273.

VIANA, L. Q.; RHEINGANTZ, P. A. Arquitetura Contemporânea: abordando coletivamente lugar, processo de projeto e materialidade. in **Gestão & Tecnologia de Projetos** v7, n1, mai 2012, p.20 - 37.

YANEVA, A. **The making of a building**: a pragmatist approach to Architecture. Oxford; Nova Iorque: Peter Lang, 2009. p.196-202.

Venanparq
Salvador - 2018

MAQUETES QUE SÃO DIAGRAMAS, QUE SÃO PROCEDIMENTOS: O ENSINO DE TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA MEDIADO PELA INVESTIGAÇÃO DIAGRAMÁTICA DOS PROCEDIMENTOS DE PROJETO.

MODELS, DIAGRAMS, PROCEDURES: TEACHING THEORY AND HISTORY MEDIATED BY THE DIAGRAMATIC INVESTIGATION OF DESIGN PROCEDURES.

MAQUETAS, DIAGRAMAS, PROCEDIMIENTOS: LA ENSEÑANZA DE TEORÍA E HISTORIA DE LA ARQUITECTURA MEDIADO POR LA INVESTIGACIÓN DIAGRAMÁTICA DE LOS PROCEDIMIENTOS DE PROYECTO

IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

IZAR, Gabriela
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora do CAU UniCeub
g.izar@uol.com.br

MAQUETES QUE SÃO DIAGRAMAS, QUE SÃO PROCEDIMENTOS: O ENSINO DE TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA MEDIADO PELA INVESTIGAÇÃO DIAGRAMÁTICA DOS PROCEDIMENTOS DE PROJETO.

MODELS, DIAGRAMS, PROCEDURES: TEACHING THEORY AND HISTORY MEDIATED BY THE DIAGRAMATIC INVESTIGATION OF DESIGN PROCEDURES.

MAQUETAS, DIAGRAMAS, PROCEDIMIENTOS: LA ENSEÑANZA DE TEORÍA E HISTORIA DE LA ARQUITECTURA MEDIADO POR LA INVESTIGACIÓN DIAGRAMÁTICA DE LOS PROCEDIMIENTOS DE PROYECTO

IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
O presente artigo aborda o papel da análise formal no ensino da teoria e história da arquitetura, mediada por estratégias diagramáticas que possibilitam uma leitura operativa da forma arquitetônica, empreendida com a utilização de modelos analógicos conceituais, que são ferramentas para o estudo de obras paradigmáticas. Associados aos modelos digitais de edição e à modelagem tridimensional da arquitetura, a pesquisa toma como referência teórica as abordagens formalistas do século XX, pautadas pela leitura do precedente arquitetônico em termos de suas estruturas conceituais, não como modelos a serem imitados. A pesquisa na qual se insere o presente inventário teórico objetiva discutir a possibilidade de atualizar o papel do ensino de teoria e história, e propõe desenvolver, no ensino de graduação de arquitetura, o domínio analítico e interpretativo da forma, em termos sistemáticos, com foco na essência de cada obra, que se revela na reconstrução, pelos estudantes, dos procedimentos de projeto empreendidos pelos respectivos autores.
PALAVRAS-CHAVE: arquitetura, maquetes, diagramas, procedimentos, análise formal.

ABSTRACT:
This current article addresses the role of formal analysis in the teaching of architecture theory and history through diagrammatic strategies that allows an operational reading of the architectural form, undertaken with the use of conceptual analog models, which are tools for the study of paradigmatic works. Associated with digital models of editing and three-dimensional modeling of architecture, the research uses as theoretical reference the formalist approaches of the twentieth century, supported by the reading of the architectural precedent in terms of its conceptual structures, not as models to be imitated, though. The research, including theoretical inventory, aims to discuss the possibility of updating the role of teaching theory and history, and proposes to develop analytical and interpretive domain of the form systematically for teaching architecture in undergraduate course, focusing on the essence of every work, which is revealed by the students' reconstruction of the project procedures undertaken by the respective authors.
KEYWORDS: *architecture, models, diagrams, procedures, formal analysis*

RESUMEN:
El presente artículo aborda el papel del análisis formal en la enseñanza de la teoría e historia de la arquitectura, a través de estrategias diagramáticas que posibilitan una lectura operativa de la forma arquitectónica, emprendida con la

utilización de modelos analógicos conceptuales, que son herramientas para el estudio de obras paradigmáticas. La investigación toma como referencia teórica los enfoques formalistas del siglo XX, pautados por la lectura del precedente arquitectónico en términos de sus estructuras conceptuales, no como modelos a imitar. La investigación en la que se inserta el presente inventario teórico objetiva discutir la posibilidad de actualizar el papel de la enseñanza de teoría e historia, y propone desarrollar, en la enseñanza de graduación de arquitectura, el dominio analítico e interpretativo de la forma, en términos sistemáticos, con foco en la esencia de cada obra, que se revela en la reconstrucción, por los estudiantes, de los procedimientos de proyecto emprendidos por los respectivos autores.
***PALABRAS-CLAVE**: arquitectura, maquetas, diagramas, procedimientos, análisis formal.*

INTRODUÇÃO

A história da arquitetura é contada nos livros, e neles há diversas estórias, que são possibilidades de recriar o que ficou consagrado no tempo. Desde os primórdios do que conhecemos como teoria e história, esse tempo tem se constituído também a partir do campo da arquitetura, e das transformações culturais ali promovidas. Desde a modernidade, com os primeiros tratados do Renascimento, o precedente histórico clássico torna-se o modelo de arquitetos imbuídos da vontade de construir a nova arquitetura. No entanto, em fases menos remotas da modernidade, precisamente no século XIX, a teoria se expande no contexto positivista, e a leitura do precedente histórico, envolvida nas discussões de estilo promovidas nos círculos do ecletismo, se reveste de outros modos de historicidade que privilegiam a leitura da arquitetura de todas as épocas como modelos a serem imitados, para representar ou solucionar determinado caráter e programa arquitetônico. Segue-se a ruptura empreendida pelas vanguardas modernistas europeias: na Bauhaus de Walter Gropius, Hannes Meyer e Ludwig Mies van der Rohe, resistia-se à tradição, para se repensar arte, *design* e arquitetura *tabula rasa*, projeto que se expandiu ao contexto americano no período da diáspora promovida pelo evento da Segunda Guerra mundial.

O ensino da história, no contexto presente, não deixa de estar, em certa medida, imerso no mesmo espírito positivista, posto que questões de funcionalidade e tecnologia se tornaram novamente aspectos apriorísticos de abordagens funcionalistas da arquitetura, e em diversos cenários acadêmicos. No Brasil, tal conjuntura é somada às sucessivas normativas oficiais, no sentido de pautar questões muito específicas da grade curricular do curso de graduação em arquitetura, tais como a obrigatoriedade de adoção de referências bibliográficas contemporâneas para as disciplinas. Essas, por vezes, deixam de fora o arcabouço teórico dos textos clássicos, redigidos nos/para momentos históricos específicos da civilização. Dentro dessa conjuntura, de um contexto mais positivista do que historicista, em acelerada transformação econômica e cultural, qual seria o papel do ensino da teoria e história nos cursos de graduação em arquitetura e urbanismo? Seria possível atualizar a abordagem do ensino da história revisitando abordagens precedentes? Que meios operacionalizariam essa atualização?

O presente artigo aborda o papel da análise formal e de estratégias de leitura analítica e interpretativa no ensino da teoria e história da arquitetura, por meio de estratégias diagramáticas que possibilitem a leitura operativa da forma arquitetônica, empreendida com a utilização de modelos analógicos e digitais conceituais, que são ferramentas para análises de obras emblemáticas. Tomando como referência teórica as abordagens da tradição moderna de leitura formal da arquitetura, que foram pautadas pela abordagem do precedente arquitetônico em termos de suas estruturas conceituais, não como modelos a serem imitados, a pesquisa apresenta o inventário de experiências acadêmicas dentro da curso de história da arquitetura, conduzido por estratégias analíticas no estudo de obras arquitetônicas italianas emblemáticas dos séculos XV e XV. Lidas a partir do enfoque sobre a essência[1] formal de cada obra, que se revela na reconstrução dos procedimentos de projeto empreendidos pelos respectivos autores, os trabalhos produzidos constituíram um acervo de esquemas conceituais concretizados em diagramas analógicos, passíveis de estudo e pesquisa por estudantes e professores de teoria e história da arquitetura.

[1] A definição de essência é assim apresentada pelo filósofo Luiz Munari: "Essência ou substância é a primeira categoria de Aristóteles, e significa o gênero supremo dos universais. Essência é aquilo que identifica as coisas, os individuais, pois está sempre no interior das coisas, ao contrário da aparência, que é o aspecto exterior, é o que mostra as coisas, mas sem a sua essência. O interior pode ser também o pensamento ou intelecto, e a aparência, que é aquilo que chega aos sentidos. MUNARI, 2012.

NA TEORIA: REFERENCIAL TEÓRICO DA PESQUISA

Wittkower, Rowe, Eisenman: pioneiros da análise formal

As vanguardas do modernismo europeu empreenderam duras críticas ao modo de ensinar acadêmico, ao mesmo tempo em que formularam novas pedagogias de arquitetura, como, por exemplo, a Bauhaus e a didática alternativa de Josef Albers no Colégio Black Mountain (1933)[2], entre outros casos difundidos, principalmente, nos Estados Unidos, a partir dos anos cinquenta, com a efetiva contribuição e influência de uma elite que emigrara do velho para o novo continente[3]. Afinadas com as experiências artísticas e arquitetônicas das vanguardas russas [4], em um primeiro momento, tais atualizações priorizaram a abstração à imitação, o procedimento em vez do partido, o anonimato em vez do autor. No segundo pós-guerra, com a diluição do movimento moderno, surge a contra-crítica ao modernismo, engajada em atualizar a contribuição do classicismo para a arquitetura moderna, anteriormente rechaçada pelas vanguardas, no sentido de revelar aspectos modernos e atemporais nas obras de Michelângelo e Palladio, agora confrontados com autores modernistas, como Le Corbusier. Conhecidos como propagadores da leitura formal da arquitetura, Rudolf Wittkower e Colin Rowe dedicaram-se a desmistificar abordagens teóricas fundadas em aspectos iconográficos, assim como recuperar o valor da tradição que havia sido deslocado pelos principais propagadores do modernismo. Partindo do estudo do precedente histórico, objetivaram destacar, em obras paradigmáticas do renascimento, do maneirismo e do modernismo, padrões e atributos formais atemporais. Por meio da análise formalista, inauguraram novos modos de ler arquitetura, depreendendo da forma relações latentes que não estariam edificadas ou inscritas no desenho de determinada obra, acessíveis a partir de uma investigação interna da genealogia da forma.

Rudolf Wittkower (1901-1971), influente teórico alemão, inaugurou abordagem da história e da teoria da arquitetura que influenciou gerações de arquitetos ingleses e americanos. Segundo Anthony Vidler [5], seu enfoque do Renascimento transformou a leitura da arquitetura, do paradigma cultural ao formal, destacando-o dos historiadores e dos teóricos anteriores[6]. Com a publicação do texto sobre o vestíbulo da Biblioteca Laurenciana de Michelangelo[7], empreendeu análise minuciosa dos atributos da estética

[2] Localizado na Carolina do Norte, o Black Mountain College tornou-se conhecido pelo viés experimental do ensino. A chegada de Josef Albers e Anni Albers, educadores da Bauhaus, projetou o colégio como propagador do ensino e filosofia da vanguarda alemã, também em virtude de seu papel catalizador, haja vista que, durante sua permanência, a escola acolheu diversas outras figuras representativas das vanguardas, como Walter Gropius, Marcel Breuer, Herbert Bayer e Xanti Schawinsky. Entre os relatos de alunos, registra-se a atitude disciplinadora da Albers no sentido de " ensinar o aluno a ver" e "o aprendizado por meio da prática - fazer" (Depoimentos de ex-alunos do Black Mountain College. http://blackmountaincollegeproject.org/Features/SUNLEY/SUNLEYpartII/MethodsofTeachingJOSEFALBERS.htm). Acessado em 22 de maio de 2018.

[3] Beatriz Colomina, arquiteta e historiadora, apresenta o levantamento das pedagogias alternativas em seu programa intitulado RADICAL PEDAGOGIES. http://radical-pedagogies.com/search-cases/ (acessado em 22 de maio de 2018)

[4] O chamado grande empreendimento da abstração promovido por artistas e arquitetos russos das primeiras décadas do século XX somou-se às experiências dos círculos alemães na Bauhaus. Oriundas dos ateliers da escola Vhutemas, oficialmente criada em 1920, as novas didáticas russas unificaram artes plásticas e arquitetura, tomando a abstração como princípio comum. Ambas, Vhutemas e Bauhaus, investiram na emergência de novas experimentações artísticas e arquitetônicas baseadas em fundamentos formais comuns, decorrendo dessa nova agenda pedagógica uma geração de notáveis: Ladovski, Lissitski, Tatlin, Rodtchenko e muitos outros.

[5] VIDLER, 2012.

[6] Nikolaus Pevsner (1902-1983) e Heinrich Wölfflin (1864 – 1945).

[7] WITTKOWER, 1934

maneirista. Sua principal obra, *Architectural principles in the age of humanism* (1949), se tornou referência ao estudo da arquitetura e explicitou, no novo modo de análise, o componente sintático na linguagem arquitetônica do alto Renascimento[8]. Seu viés formalista foi orientado a revelar, na arquitetura, aquilo que permite conhecê-la em termos das relações estruturais e superficiais, e na medida em que essas relações se evidenciam mais claras ou mais ambíguas, têm-se essência que permite qualificá-la segundo determinada linguagem. Ao mapear, com seus diagramas de vilas paladianas, a estrutura oculta por trás da arquitetura de Andrea Palladio, Wittkower passava a isolar os elementos construtivos de superfície, nesse caso os ornamentos, compartimentos, colunas, capitéis, frisos, para estabelecer comparações entre entidades formais explicitadas nos referidos diagramas. Por meio dessa abstração, decorria que a coluna deixava de ser vista apenas como suporte material do edifício, para se tornar um indexador de relações qualitativas e quantitativas – dimensão, posição, proporção, hierarquia -, inscritas na geometria do espaço, o sistema formal-plástico no qual o edifício também era abstraído. Passava-se à consideração de relações puramente espaciais, passíveis da interpretação simbólica, mas não oriundas, *a priori*, dessas, que articulavam conceituações do objeto e da espacialidade alternativas às interpretações estilísticas precedentes.

O arquiteto Colin Rowe (1920-1990) empreendeu também uma arqueologia da forma ao desmistificar o discurso modernista da *tabula rasa* e as narrativas históricas que sedimentavam os enfoques iconográficos então vigentes. Sua agenda teórica foi marcada pelo formalismo, *a priori* das abordagens perceptivas e iconográficas, redundando em inédita costura teórica do discurso moderno com a forma clássica[9]. A estratégia analítica de Rowe valia-se de diagramas que isolavam o sistema formal do objeto em termos da espacialização das relações estruturais, o que permitia virtualizá-las para serem sucessivamente analisadas e, eventualmente, transformadas em esquemas primários bidimensionais, até diagramas figura x fundo. Como professor na escola de arquitetura de Austin[10] (1954), Rowe se envolveu em uma nova pedagogia, alternativa ao ensino *Beaux Arts* e ao modelo anti-historicista da Bauhaus, detida no imbricamento da pesquisa histórica com a pesquisa formal. No curso *Precedent exercises*, Rowe conduziu os alunos em análises formais de edifícios icônicos, tomando-os como esquemas de partida[11], por sua vez interpretados diagramaticamente, segundo padrões geométricos e espaciais, traduzidos em novos diagramas de construção do novo objeto/edifício. Junto com o arquiteto suíço Bernard Hoesli, Rowe contribuiu para a efetiva transposição do modo de leitura formal ao campo do projeto arquitetônico[12]. Ficava claro o fato de que os diagramas tornavam possível captar qualidades arquitetônicas fundamentais que confeririam, à leitura formalista, certa autonomia teórica.
O contato com Rowe influenciou sobremaneira outro importante arquiteto e teórico do século XX, o norte-americano Peter Eisenman (1932). Desde a relação acadêmica iniciada por seus estudos de mestrado em Cambridge (1960-63), Eisenman se dedicou às análises formais sistemáticas, e na atualidade, ainda exerce importante influência sobre o ensino da história e do projeto arquitetônico baseado, em certa medida, na sua agenda pós-estruturalista de revisão crítica dos fundamentos da arquitetura[13]. O início de sua carreira docente, na Inglaterra, deu-se no contexto de programas de curso pré-existentes, mas que certamente influenciaram sua futura abordagem do ensino da arquitetura, pois algumas das disciplinas de projeto

[8] WITTKOWER, 1959.
[9] ROWE, 1947.
[10] ROWE, 1999.
[11] PEARLMAN, 1996.
[12] IZAR, G. 2015.
[13] EISENMAN, 1984.

envolviam abstrações sistemáticas de aspectos funcionais e geográficos pertinentes às edificações, para se dar ênfase, em exercícios de modelagem de sólidos, aos padrões geométricos e às relações de proporção, com gradações de complexidade que levavam os estudantes a experimentarem e deduzirem relações arquitetônicas fundamentais no fluxo das etapas construtivas que realizavam[14]. De volta aos Estados Unidos da América, em 1963, e ao lado de Michael Graves, Peter Eisenman começou a lecionar disciplinas do curso *Junior* da escola de arquitetura de Princeton, onde retomou a ideia de encarar o projeto como "exercício de consistência lógica". Seus exercícios seriados consistiam em sequências de atividades que também lançavam problemas de complexidade crescente ao longo do semestre, vinculadas à teoria da *Gestalt*, partindo de objetos funcionais, abstraídos de funções utilitárias, e lidos como formas genéricas no espaço genérico, sujeitos a variações de escala, deformações e outras manipulações[15]. Eisenman continuou a tradição de seus antecessores, praticou o ensino de arquitetura nos anos sessenta e setenta, até assumir sua própria abordagem no curso de arquitetura da Universidade de Yale. Ali, desenvolve, com alunos de diferentes fases de formação, análises formais de obras arquitetônicas paradigmáticas por meio de mapeamentos e estratégias diagramáticas orientadas ao aprendizado da leitura da arquitetura e do pensamento analítico-interpretativo, embasado por textos filosóficos e teóricos da arquitetura. Se, contemporaneamente, a discussão da forma na arquitetura está fortemente vinculada às questões de sustentabilidade, parametrização e bioarquitetura, a contribuição de Eisenman é, no mínimo, a de apontar confrontar a cultura funcionalista no sentido de investigar o interior da racionalidade formal arquitetônica para, dali, prover uma base conceitual para a crítica sistemática dos discursos naturalizados na prática do projeto.

Ainda que distantes cronologicamente, as abordagens de Wittkower, Rowe e Eisenman têm em comum o fato de pautarem-se pela investigação daquilo que está por trás do discurso da história, e pela busca da essência construtiva que qualifica determinados objetos como ícones da cultura, pela genealogia do modo de fazer, não apenas dos aspectos biográficos do autor. Uma vez que a disciplina da arquitetura, ao mesmo tempo deve desafiar aquilo que cristaliza seu potencial inventivo, deve também consolidar sua própria tradição, a contribuição dos três autores converge à mesma perspectiva: a de recuperar o papel da história como alternativa para atualizar o precedente; a de qualificar a arquitetura a partir de seus processos internos, intrínsecos ao âmbito formal e aos procedimentos - - "maneira de agir, modo de proceder, modo de fazer"[16] - que constituem o fazer do arquiteto.

A IDEIA DE UM OBJETO ARQUITETÔNICO QUE É O PROCEDIMENTO DE FAZÊ-LO

O modo como cada arquiteto estabelece seus próprios procedimentos de projeto não é uma matéria amplamente explorada na teoria e na história da arquitetura. A ênfase da historiografia na produção arquitetônica quase sempre recai sobre o discurso do autor, sobre o fato construído ou sobre o projeto finalizado, não exatamente sobre o processo de emergência da obra e os procedimentos empregados pelos arquitetos. Haja vista um sem número de definições históricas sobre a arquitetura - o ofício, a obra e a arte - , supõe-se que o papel do arquiteto, antes de tudo, é o de escolher sua própria aproximação do processo de trabalho – a técnica e arte -, e que não é obrigatoriamente determinado por fatores externos ou por regras pré-definidas. Tais escolhas são formais, e implicam em atitudes específicas sobre um contexto também específico, que é o da estética. Assim, se partimos para definir arquitetura como um campo que tem implicações estéticas, é certo que cada escolha arquitetônica inaugura uma arte e uma técnica. Logo, seria

[14] IZAR, G. Idem.
[15] IZAR, G. Ibidem.
[16] HOUAISS, 2018

plausível conceber que determinada forma arquitetônica é, inicialmente, uma escolha, relativamente livre de determinações geográficas, utilitárias, históricas, e que o ponto de partida de um novo projeto pode se dar a partir da qualquer relação pertinente ao espaço e ao regime de construí-lo. Isso porque o processo de dar forma pressupõe lidar, antes, com categorias espaciais originais, tais como dentro x fora, grande x pequeno, alto x baixo, perto x longe, aberto x fechado, contínuo x descontínuo, e assim por diante. E para além dessas relações, há de se considerar que o percurso do projeto, por não estar pré-determinado, resulta sempre em uma descoberta, desencadeando a abertura de novos procedimentos de projetar.

EMPREGO DE DIAGRAMAS DIAGRAMATICAMENTE PARA LER A FORMA ARQUITETÔNICA

Seria possível aprofundar o entendimento sobre determinada obra arquitetônica, naquilo que o objeto condensa em termos de seu processo de emergência, partindo das próprias categorias formais, que são estruturas de onde se pode começar a revelar a ideia da obra criada? Uma vez que as ideias podem ser acessadas por meio das formas, que são estruturas, o meio de revelá-las seria por meio de diagramas, que são representações gráficas das coisas. Na campo da linguística, o diagrama tem a propriedade icônica de comunicar conteúdos por meio de símbolos organizados por relações específicas, para o fim da representação de um objeto/fenômeno, segundo o princípio de similaridade. O diagrama é uma das bases epistemológicas da arquitetura, e arquitetos quase sempre fazem uso deles para apresentar padrões mais ou menos complexos e, assim, ordenam o tortuoso processo criativo do projeto[17]. Por meio de uma apropriação racional, coisas muito diferentes passam a ser ordenadas como estruturas virtuais, traduzíveis em esquemas gráficos baseados em relações espaciais que são explicadas por conceitos espaciais – proximidade, interseção, deslocamento, conexão, repetição, abaixo, acima, junto etc.

Os diagramas já foram muito empregados por matemáticos, cientistas, inventores e também por arquitetos que entenderam sua utilidade para o fim de representar uma solução ou conceito pré-definido, para revelar uma nova ordem de coisas ou mesmo para provocar o pensamento sobre uma nova solução, conceito e até mesmo um novo diagrama. Quando isso acontece, pelo menos para os arquitetos, o processo de projeto se torna muito interessante, assim como as formas nele criadas. Na arquitetura, a complexidade do processo de projetar dá ao diagrama uma função fundamental: permite objetivar o raciocínio espacial e visualizar de maneira integrada os problemas de ordem prática e os formais. Com isso, é possível estabelecer relações lógicas e sistêmicas desses. No enfrentamento da complexidade dos fluxos de informação e da manipulação dos dados no processo de projetar a arquitetura[18], o diagrama serve como um modo de organização que relaciona diferentes matérias, que se dá por meio de conversões do atual em virtual/gráfico, ou formal (Bunschoten, 1998[19]). Logo, além de apontar soluções para as funções de um programa de necessidades ou para a organização primária do partido, por exemplo, diagramas ainda possibilitam entender e sistematizar o próprio processo de criar as formas arquitetônicas.

[17] ALLEN, 1998.
[18] OASE, 1998.
[19] Bunschoten afirma que no processo de abstração, o diagrama inaugura o campo da representação, tornando visíveis e operativos os fenômenos, os fluxos dos processos e as camadas latentes do espaço heterogêneo do real (atual e virtual), tratadas como padrões que podem ser objetivados e transformados: *"Cities have become such dense proliferating places that in order to interact with them, intervene in their development one has to oscillate between working close to the ground where the horizon is near, everything flows, the textures are infinitesimal, and the more rarified domain of diagrammatics in which relationships and the mechanics of change are described. This domain is a metaspace in which diagrammatic models create stability in time and continuity between different places".* BUNSCHOTEN, 1998.

No presente estudo, os diagramas são empregados como procedimentos de leitura formal das obras arquitetônicas, como dispositivo para revelar relações que não estão evidentes no objeto estudado, no caso, cada obra analisada pelos estudantes. Quando se afirma que os diagramas são dispositivos, significa que são empregados para analisar a ideia central de determinada obra, e de modo operativo, isto é, utilizando-se os referidos esquemas gráficos como procedimentos, ou como modo de reconstituir a essência daquela obra em termos de sua qualidade formal que, por sua vez, garante múltiplas articulações que não são formais, mas funcionais. Nesse caso, o trabalho orientado aos procedimentos diagramáticos passa a desdobrar novas articulações das obras estudadas, que não seriam visíveis a olho nu, e por isso passa a subsidiar um estudo que não é meramente descritivo da obra dada, mas interpretativo, posto que são agregados, às estruturas exploradas, esquemas alternativos de organização derivados das relações formais essenciais revelada nas análises.

A pesquisa em análise formal propõe, portanto, atualizar o estudo de teoria e história da arquitetura em termos da incorporação de estratégias de leitura operativas. Isso implica desenvolver análises objetivas com foco naquilo que foi realizado/executado pelo autor, ou seja, nos procedimentos formais que constituem a essência da obra estudada, e que, por sua vez, só podem ser acessados mediante o estudo analítico e interpretativo de relações e estruturas que não são evidentes na visualização direta da representação dos objetos (fotos, desenhos, croquis). Com isso, a análise formal promove a aproximação do referencial histórico estudado à produção teórica e de projeto arquitetônico desenvolvida no curso de graduação, pois, sendo abstrações, as estruturas e procedimentos são passíveis de reinterpretações aplicadas ao estudo da teoria e à proposição do projeto arquitetônico.

NA PRÁTICA: DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO DA PESQUISA

Maquetes-diagramas e modelagem digital para revelar o procedimento arquitetônico: descrição das técnicas e estratégias de trabalho

Arquitetos produzem maquetes, que são fundamentais para entender e construir arquitetura. No Renascimento, as maquetes foram amplamente empregadas, e suas dimensões podiam ser grandiosas, até porque eram feitas, muitas vezes, de tijolos ou madeira. Esse é o caso da maquete de projetada e construída por Filippo Brunelleschi, um artefato que media 1,80m de vão x 3,70m de altura, e que lhe rendeu a vitória no concurso para o domo que cobriria a igreja de Santa Maria del Fiore, em Florença (1418). Na fronteira entre arte e arquitetura, a vanguarda russa também se valeu de maquetes nos exercícios arquitetônicos da escola Vhutemas (1920), alguns deles organizados com em etapas – exercícios analíticos e de produção – de modelagem com argila, e que instigavam os alunos a "pensar em termos de volume, e a desenvolver a imaginação espacial", antes de se considerar o material, a cor e a técnica construtiva[20]. A nova objetividade perante as descobertas do processo criativo artístico e arquitetônico, concretizada nos Prouns de El Lissitzky e nos Architektons de Malevich, abstrações/construções do fenômeno espacial e formal, constituiriam um ligar privilegiado para modelos que não eram representações, mas o que Charlotte Reynolds considera como "manifestações do intangível no físico" [21], conformando-se, assim, o legado das vanguardas para uma geração de arquitetos da década de 60 que passa a encarar os "modelos como ideias", como esquemas conceituais ao necessário questionamento das bases formais de um novo projeto:

[20] MAGOMEDOV, 1990.

[21] REYNOLDS, 2015

> Os arquitetos reconheceram o distanciamento entre a ideia da maquete como personificação miniaturizada da ideia e a maquete como representação de um edifício real, criando artefatos que apresentam arquitetura, em vez de representá-la. (o modelo) deixa de ser explicitamente dependente da arquitetura que ele denota [22].

Se a ideia da maquete como esquema conceitual perpetuou-se na prática do projeto, por que não seria possível transferi-la para o estudo da história da arquitetura? Com a revolução tecnológica no âmbito da informação e da computação CAAD, a maquete analógica no ensino da teoria e história da arquitetura poderia, aparentemente, ter perdido a finalidade, uma vez que modelos digitais condensam uma variedade e complexidade de informação passíveis de visualização, edição e interface com programas de computador variados, podendo ainda ser intercambiáveis em diferentes plataformas. No entanto, os modelos analógicos permitem deduzir e entender relações espaciais e arquitetônicas fundamentais, além de promoverem a experiência construtiva direta sobre os suportes empregados, a coordenação com o desenho analógico na realização de artefatos mais precisos e otimizados, produzidos com máquinas CNC de corte e fresa, corte a laser, impressora 3D para prototipagem, plotadora de corte para papel, máquina de termoformagem.

Figura 1: Objetos produzidos em máquina de termoformagem. https://www.instaforma.com.br

Figura 2: Objetos produzidos em máquina de corte laser. Marcos Tibery e equipe. UniCeub, Maio-Abril, 2018

Figura 3: Objetos produzidos em impressora 3D. Diego Kern e equipe. UniCeub, Maio-Abril, 2018

Mesmo com o advento dos programas CAAD nos anos 1990, a construção de modelos físicos ainda permite tomar contato com aspectos teóricos e tecnológicos fundamentais de projetos e obras, direta e concretamente. A construção de uma maquete física é um trabalho que envolve muito mais do que fazer uma miniatura fiel de um objeto. Em verdade, envolve exercitar a inteligência e os sentidos, para reconstruir algo que se tornou ou se tornará um paradigma. Pode-se construir uma maquete esquemática que não detém todos os detalhes de uma obra, mas que, por outro lado, explica de forma clara e didática, o passo a passo do raciocínio de quem a concebeu; pode-se também conceber um modelo volumétrico simplificado de um edifício, que contém partes muito detalhadas de elementos muito complexos, para se traduzir uma nova técnica construtiva da arquitetura; ou um modelo físico que, na verdade, é um diagrama que explicita, esquematicamente, a essência do arranjo dos espaços, ou dos elementos arquitetônicos, ou de relações de medida que singularizam determinada obra arquitetônica.

Assim, a escolha por se adotar, no trabalho com os alunos, modelos digitais associados aos modelos analógicos, pressupõe que as maquetes devem ser ferramentas para o exercício de leitura, e que os artefatos

[22] "Architects have acknowledged the remoteness between the scale-model as the miniature embodiment of an idea and the model as the representation of an actual building by creating artefacts which present architecture, rather than represent it. The model attempts to manifest something intangible (the idea) in something physical. It is not explicitly dependent on the Architecture it denotes." REYNOLDS, 2015. Tradução nossa.

elaborados não visam à representação literal e fiel de cada obra arquitetônica analisada pelos estudantes. Antes, as maquetes funcionam como dispositivos analíticos-interpretativos para uma leitura formal mais profunda. De mesmo modo, os modelos digitais objetivam explicitar camadas de informação virtual que reforçam a leitura de cada parte como um sistema, além de possibilitarem reconstituir, de modo mais otimizado e intercambiável, o passo a passo construtivo do objeto estudado e do processo de sua reconstituição. O modelo digital, diretamente associado ao modelo analógico e às tecnologias de impressão 3D, permitem virtualizar e atualizar camadas implícitas e lógicas latentes dos casos estudados, tais como sistemas de proporção, padrões geométricos, traçados reguladores, entre outras racionalidades adotadas pelos arquitetos-autores, muitas vezes ocultadas ou omitidas nas fotografias, desenhos definitivos e na literatura sobre suas obras. Por serem modelos conceituais, as maquetes funcionam como diagramas das estruturas profundas e dos procedimentos arquitetônicos fundamentais que qualificam a obra analisada como um paradigma: exemplar de onde se podem estabelecer paralelos, relações ou mostrar algo.

No contexto histórico abarcado pela pesquisa, a condução da análise dos alunos é orientada, principalmente, a identificar, na forma, relações contraditórias que apontam determinadas instabilidades a partir das quais se pode revelar uma nova leitura do mesmo objeto. Essas instabilidades consistem, na verdade, em aspectos que apontam novas complexidades nas relações arquitetônicas. Por exemplo, na análise da composição da fachada de um edifício paradigmático do maneirismo italiano se pode identificar, além do que está evidente, determinada situação dos relevos da superfície que precisam ser redesenhados com o objetivo de compreender a disposição de cada um - se estão se sobrepostos, intersecionados, escalonados -, e daí buscar-se deduzir qual camada teria sido desenhada/concebida primeiro, ou qual plano seria mais ou menos importante no conjunto criado. O processo mostrado no próximo tópico – CASO A CASO – é ilustrado com os diagramas analógicos elaborados pelos alunos.

CASO A CASO

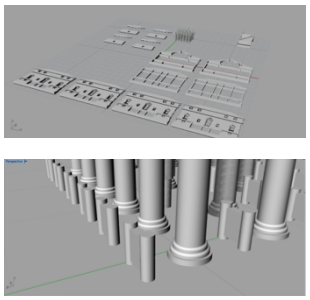
Villa Rotonda, Andrea Palladio

Estudantes: Carlos Eduardo Tibery, Diego Kern, Igor Dourado e Isabela Andreotti

A noção de que a obra do arquiteto Andrea Palladio é fortemente marcada pelo formalismo e pela racionalidade matemática é tema amplamente explorado nos textos clássicos de história da arquitetura. No entanto, para o iniciante em teoria e história da arquitetura, essa ideia não parece tão banal, tampouco o desafio de evidenciar, por meio de diagramas, conceitos como formal e racional. No estudo diagramático do que intitulamos como “O procedimento de Palladio”, termo emprestado dos escritos de Colin Rowe, Peter Eisenman e Anthony Vidler, os estudantes iniciaram o estudo da obra mais paradigmática do arquiteto - a Villa Rotonda -, por meio de uma série de decomposições do volume em planos verticais, orientados pelo procedimento de estratificar – dispor em estratos – o bloco quadrado original desenhado por Palladio, na tentativa de reconstituir a ideia construtiva do arquiteto, presente não apenas naquela obra, mas em dezenas de vilas por ele projetadas. Ao serem confrontados com a pergunta acerca da qualidade essencial da obra estudada, captada em razão da abordagem formal adotada, afirmaram:

> Foi a compreensão do *modus operandi* projetual de Palladio, no qual a fachada dá origem aos espaços interiores (...). As fachadas geram os módulos de medida dos interiores. (TIBERY, C. A.; KERN, D.; DOURADO, I.; ANDREOTTI, I., 2018)

Com consulta às fontes primárias, precisamente os desenhos de Palladio publicados em seu tratado *I quattro libri dell'architettura* (1570), além da pesquisa de maquetes digitais disponibilizadas na *Internet*, os estudantes construíram os próprios modelos digitais em programa *Sketchup*, reduzindo as informações gráficas aos planos principais e à volumetria, construídos em formato compatível com impressora 3D. A escala reduzida da maquete impôs à equipe elaborar desenhos precisos de dimensões milimétricas, dadas as espessuras dos planos de composição das fachadas, escadas, ornamentos, esculturas, colunas e capitéis, por sua vez, moldados em separado face à exigência da equipe em representá-los fielmente, em contraste com a configuração abstrata do diagrama analógico final. A Villa Rotonda reaparece, na leitura formal dos alunos, como uma obra aberta, decomposta em partes brancas moldadas em planos e sólidos, montadas em um arranjo pouco familiar às ilustrações que comumente amparam as descrições de um ícone arquitetônico, agora revisitado como um diagrama do procedimento arquitetônico de Palladio.



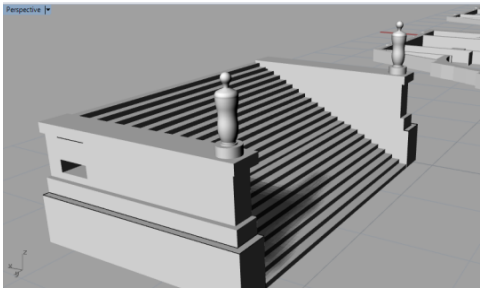


Figura 4. Moldes digitais dos planos verticais da Villa Rotonda, construídos no programa Google Sketchup. TIBERY, C. A.; KERN, D.; DOURADO, I.; ANDREOTTI, I., 2018

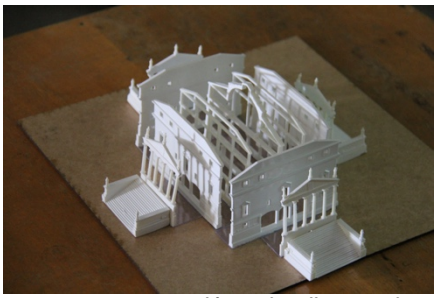


Figura 5. Diagrama analógico da Villa Rotonda. TIBERY, C. A.; KERN, D.; DOURADO, I.; ANDREOTTI, I., Foto: Zaskia Fritsche. 2018

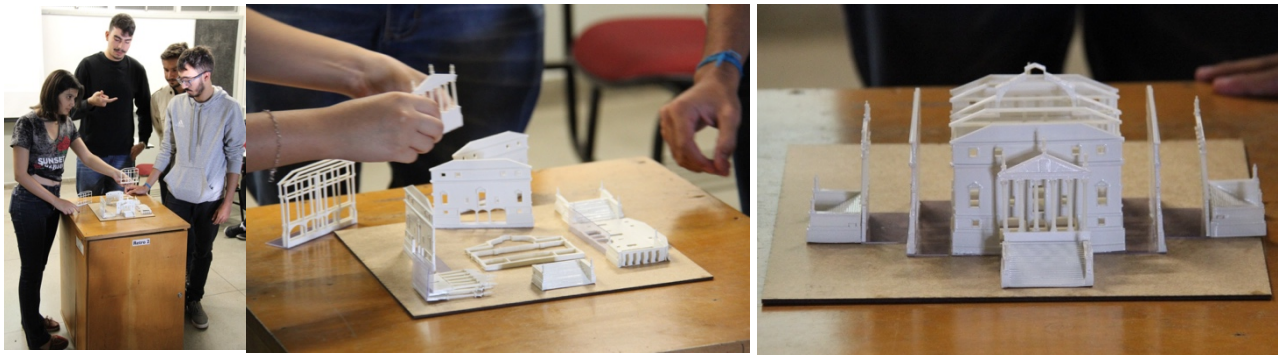


Figura 6. Apresentação do modelo analógico em sala de aula. Centro: montagem da maquete interativa durante a apresentação do trabalho pela equipe. À direita, estágio final de montagem do diagrama analógico da Villa Rotonda.

Teatro Olímpico, Andrea Palladio e Vicenzo Scamozzi
Estudantes:Filipe Bresciani, Ludmilla Bottechia, Marcos Tibery e Maria Clara Nobre

O teatro é uma das principais contribuições da estética barroca à cultura moderna, e o envolvimento promovido pela arquitetura de seu espaço é fruto da eloquência dos arquitetos em tentar promover a fusão do atual no virtual, ou do que é ao que parece ser. Movidos pela descoberta de um detalhe aparentemente simples, evidenciado na construção de cortes do Teatro Olímpico (1580-1585), os quatro estudantes alcançaram a compreensão da uma propriedade espacial fundamental do teatro barroco, que é expansão da zona do ator em relação à zona do espectador, dada na relação de (des)proporção da profundidade do palco-cenário à da plateia, dissimulada nas deformações do ângulo do piso e de paredes falsas configuradas nas perspectivas distorcidas criadas por Scamozzi. Próprias do maneirismo, essas distorções não são usualmente reveladas em termos de suas estruturas, senão por desenhos ou modelos digitais. Na análise formal do Teatro Olímpico, essa inversão de proporção se revelou em um novo diagrama analógico de construção do espaço elaborado pelos alunos a partir de um modelo analógico constituído de seções verticais do espaço interno, produzido com placas de MDF cortadas com laser. As peças foram então montadas como uma maquete estrutural do espaço, planejada na escala 1:100, e adequada, segundo a equipe, à visualização da forma massa vazia do ambiente interno, o que resultou em um modelo que poderia ser empregado também, para outras finalidades, como um diagrama genérico para um teatro. O processo de descoberta é então explicado pela equipe:

> "Observou-se, logo de início, que a qualidade primordial do projeto consiste na perspectiva "forçada" elaborada por Scamozzi no cenário, e a maneira que esse espaço dialoga com o resto do teatro. Essa relação ficaria, portanto, salientada tomando-se o corte longitudinal do edifício e, por isso, foi o primeiro ponto estabelecido dentro do processo compositivo do trabalho. Em seguida, observamos que seria interessante do ponto de vista diagramático-didático utilizarmos de um procedimento muito focalizado por Palladio para representar o espaço tridimensional, originado pelo corte longitudinal – a sucessão de planos verticais. Juntando-se essas duas premissas, a partir do corte longitudinal, fizemos sucessivos cortes com espaçamentos de 2 metros entre cada plano de secção – 12 planos no total, totalizando 24 metros, metade da largura total do edifício – para gerar a fidedignidade espacial exigida no processo de confecção do modelo ao mesmo tempo que buscamos evidenciar o procedimento. Durante o desenvolvimento do modelo do Teatro Olímpico, dois programas computacionais foram utilizados: AutoCAD e SketchUp. O AutoCAD exerceu o papel de ajudar na representação das projeções ortogonais (planta e corte) – disponíveis somente em formato de imagens na internet – para que a modelagem digital pudesse ser feita no SketchUp. (TIBERY, M..; BRESCIANI, F.; BOTTECHIA, L.; NOBRE, M. C., 2018)

Resultou a compreensão da possibilidade de se virtualizar a massa vazia entre teto, paredes e piso do cenário, palco e plateia, em um diagrama inusitado que demonstra de que modo o cenário e o palco aparentam avançar sobre o espaço da plateia, decorrendo a inferência, por parte dos alunos, de que naquele caso paradigmático, o espectador era como que projetado ao lugar do ator, pela proximidade das diferentes zonas, usualmente tratadas como locais de caráter distinto. O modelo analógico, que é o diagrama do procedimento dos dois arquitetos do maneirismo, configura-se principalmente como o procedimentos dos alunos, funcionado ali como dispositivo projetual para que a equipe viesse a supor, no plano formal-teórico, que o teatro olímpico é o limiar entre maneirismo e barroco.

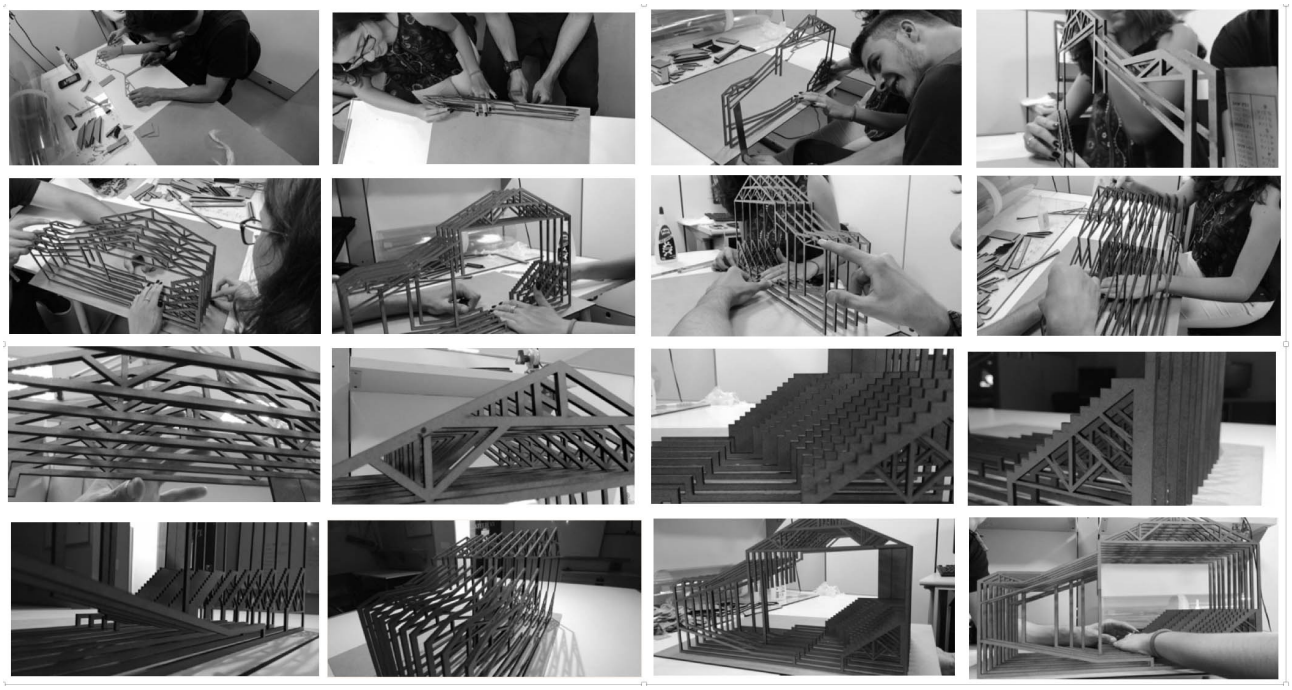


Figura 7. Etapas da montagem do modelo construção Apresentação do modelo analógico em sala de aula. À direita, discussão do trabalho com base na maquete interativa dos alunos. Foto: Zaskia Fritsche. 2018

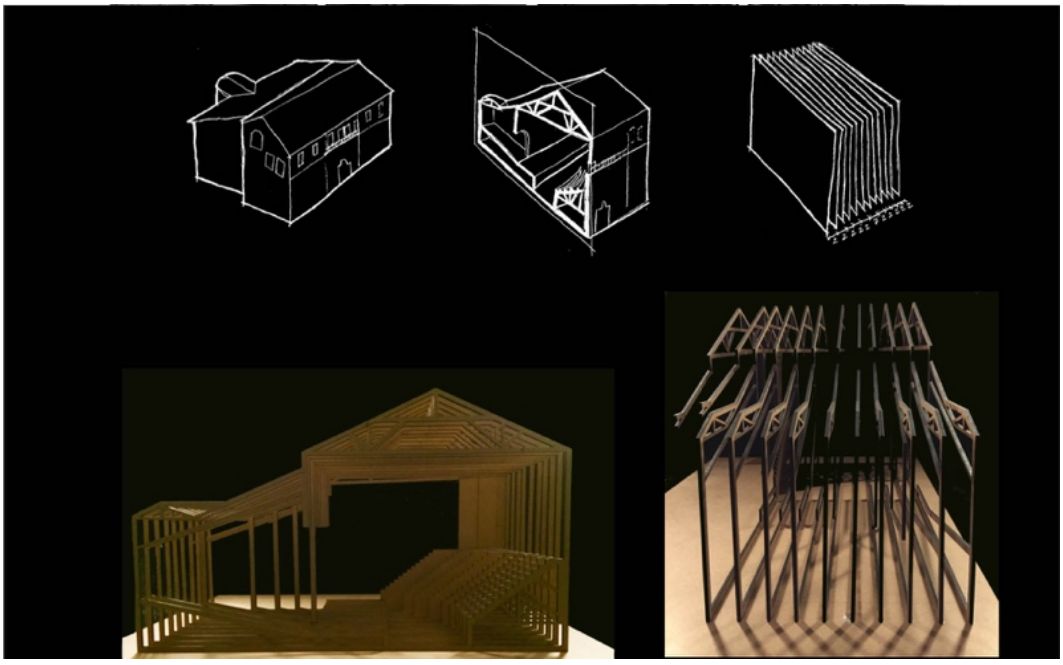


Figura 8. Acima, diagramas da construção da maquete . Abaixo, diagrama analógico do Teatro olímpico fabricado em MDF cortado a laser. Foto: Zaskia Fritsche. 2018

Palácio Strozzi, Benedetto da Maiano
Estudantes: Ana Luísa Ramalho, Fernanda Valença Cruz, Emanuelle Prates, Maria Gabriela Cunha

A arquitetura da casa burguesa está na origem da cidade moderna. Sedes de poder e cultura, os palácios do Renascimento italiano (século XV) contêm, em suas arquiteturas, os fundamentos da moderna organização do espaço urbano e da paisagem, retilínea, modulada, regular, uniforme, aspectos posteriormente evocados por Renée Descartes como prioritários na ordenação das novas cidades. Internamente a essa condição, naquilo que se pode identificar nos diversos exemplares de Florença, surge, a partir do desenho dos arquitetos renascentistas, uma relação fundamental que identifica os vários exemplares desse período. Trata-se de um novo tratamento do volume, transformado por duas operações formais essenciais: a subdivisão do plano da fachada em setores hierarquicamente dispostos; a subtração do núcleo da caixa edificada, de modo a restituir ao interior o lugar do convívio social – o *cortile* -, que passa a integrar o mundo doméstico, de forma regulada e permeável, contra os tipos fortificados do medievo. Como alcançar essa relação senão pela aproximação esquemática entre exterior e interior? Tomando a fachada, que é um componente da arquitetura, do mesmo modo que Benedetto da Maiano, arquiteto do Palácio Strozzi, o fez, as estudantes abstraíram o muro renascentista no plano de composição, recuperando, com isso, o pensamento construtivo que lhe deu causa. O interesse pela regularidade da arquitetura civil do Renascimento motivou as estudantes à escolha do Palácio Strozzi como paradigma:

> O Palazzo Strozzi (...)possui todas as principais características (do palácio renascentista), como a divisão tripartite da fachada, a rusticação para enfatizar ainda mais essa divisão, o ritmo e a modulação que pode ser percebido nas aberturas; a implantação em um lote único, a configuração de uma caixa e principalmente, a regularidade da planta com o *cortile* como espaço principal e central. (...) (RAMALHO, A. L.; CRUZ, F. V.; PRATES, E.; CUNHA, M. G., 2018)

O processo de trabalho, iniciado com o levantamento de plantas, cortes e fachadas, foi seguido do problema de explicitar exterior e interior ao mesmo tempo, de modo a articular, em um mesmo campo de visualização, a situação do plano da fachada externa na sua estreita relação compositiva com o plano da fachada interna, elemento original da arquitetura dos *palazzi*, e complemento fundamental da zona do *cortile*. Construída como um modelo incompleto, cortado ao meio, a maquete é um diagrama do esquema renascentista, e rebate, simultaneamente, o traçado regulador dos planos verticais externos, assim como a divisão horizontal que define a escala da edificação, equacionada segundo os preceitos humanistas de proporção, simetria e hierarquia. O estudo, formulado em duas versões, iniciou com um modelo integralmente manufaturado, construído em madeira balsa, antecedido de desenhos bidimensionais dos planos verticais, impressos em papel para orientar o posicionamento de janelas e colunas clássicas. Constituído a partir de uma maquete-esboço, o segundo modelo, mais esquemático e preciso, construído com componentes de MDF cortados a laser, explorou, em menor escala, as referidas relações, e a geometrização da pedra rusticada como componente integrante da composição do plano da fachada . A experiência das estudantes na elaboração da segunda maquete foi encarada como possibilidade de reforçar alguns aspectos formais e construtivos descobertos no modelo anterior:

> No primeiro momento a escala adotada foi a de 1:100 apenas pelo fato de a madeira balsa ser comprada em filetes e portanto, utilizamos da altura dela para cada uma das 3 partes da fachada. Porém, quanto maior a maquete, maior deve ser a riqueza de detalhes. Na segunda tentativa optamos então por se reduzir a escala para 1:150.

> A oportunidade de refazer a maquete levou a um estudo ainda mais profundo das relações existentes entre as aberturas e do ritmo das fachadas. Além disso, tivemos a chance de reformular ideias, com a ajuda da professora, de forma que nossa maquete ficasse mais didática. Nessa nova maquete, cada fachada demonstraria algo mais importante. A fachada principal, por exemplo, tem o foco de mostrar as aberturas com sua simetria e modulação, inclusive com os eixos riscados. Já a fachada lateral contém a massa empregada para representar o padrão rusticado. E o corte foi feito um pouco mais afastado da fachada principal, para que pudesse se ver mais das fachadas internas, formadas pelo *cortile*. (Idem.)

A experiência de estudar o precedente histórico, operando com suas estruturas formais por meio de modelos que expressam relações fundamentais não é algo novo. Possivelmente Le Corbusier detectou, na regularidade da caixa renascentista, o esquema lógico de seu próprio formalismo, para rebatê-lo em suas próprias casas. A ideia da continua transposição das estruturas históricas em novas possibilidades para o projeto presente certamente se infiltrou no processo construtivo desencadeado no trabalho analítico e interpretativo das estudantes.

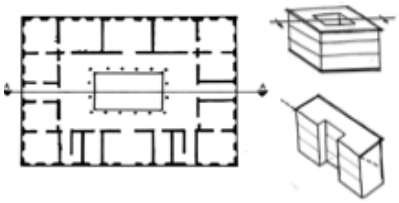


Figura 9. Diagramas do esquema procedural para leitura formal da obra.

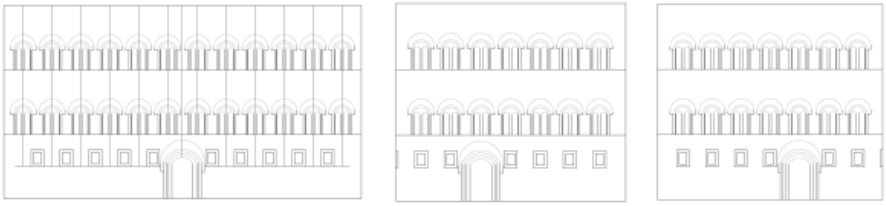


Figura 10. Planos de modulação dos planos das fachadas desenhados em AUTOCAD.

Figura 11. Versão final do modelo analógico, construído em MDF cortado a laser. Foto: Maria Gabriela Cunha

Palácio del Te, Giulio Romano
Estudantes: Mariana Machado, Leonardo Seto, Jessica Alves, Fernanda Venâncio,

> "O trabalho começou com a ideia de analisar diagramaticamente as fachadas do Palazzo del Te. Escolhemos cinco fachadas que foram decodificadas em seus respectivos padrões matemáticos, empregando-se os programas Photoshop e Ilustrator, Power Point e Sketchup. Foi necessário criar novas imagens, pois não havia acervo de todas as fachadas, por isso, tivemos que supor ou redesenhar as já existentes para chegar ao modelo das que faltavam. (...) Todo o trabalho, desde a escolha do tema até a apresentação, durou em média dois meses, dedicados às pesquisas, anaáises e produção da maquete e apresentação. Nos propusemos a estudar a composição que Giulio Romano empregava para a criação das fachadas de suas edificações. Sua sistemática consiste em sobreposições de vários planos, onde primeiramente se estabelece o padrão em *grid*, do qual surgem todos os outros arranjos (aberturas, linhas horizontais e verticais), fazendo com que todas as elevações derivem da mesma base compositiva, permitindo que estas tenham a mesma linguagem, ao mesmo tempo em que detêm padrões distintos. (MACHADO, M.; SETO, L.; ALVES, J. VENÂNCIO, F., 2018)

O estudo da composição das fachadas do Palazzo del Te, obra arquitetônica mais importante do pintor e arquiteto Giulio Romano, fecha a exposição do resultado dessa pesquisa. O modelo analógico desenvolvido pelos estudantes é um diagrama de estratificação das camadas das fachadas do edifício, e desde a pesquisa até a montagem, manteve-se, no processo de trabalho da equipe, o foco no procedimento de decompor o plano original de cada fachada em múltiplos planos deles derivados. Houve, ao mesmo tempo, um componente dedutivo e outro criativo, no sentido de que o diagrama analógico elaborado pelo grupo se apoiou no trabalho de redesenhar as fachadas originais, mas também se desdobrou na criação de diversos outros planos, parametrizados aos primeiros. Esse procedimento, corresponde ao modo de Giulio Romano conceber a forma daquele que se tornaria um dos palácios mais heterodoxos do século XVI, no qual nenhuma superfície se repete, ao mesmo tempo em que reforça a identidade da outra, por conterem, nas composições das fachadas, o grid como base formal. A investigação do procedimento arquitetônico de Giulio Romano no Palazzo del Te redundou em um diagrama de leitura de outras obras a ele atribuídas, e revelou que, no fragmento – a fachada –, pode estar contido o padrão estrutural que é a essência não apenas da forma, mas do modo de dar forma, que é a sua essência.

Constituída de planos de PVC construídos em impressora 3D, a maquete-diagrama reforça ainda mais o problema formal investigado na disposição das camadas opacas e transparentes, em estreita correspondência com o desenho da planta do edifício, por sua vez representada em duas dimensões, com o propósito de evidenciar que, apesar de sua aparência volumétrica e pesada, o Palácio del Te é, na verdade, uma profunda investigação do arquiteto sobre a composição da fachada, aí explorada como um plano de informação. Essa qualidade, que reforça ainda mais a distinção entre o maneirismo de Giulio Romano do de seu antecessor Rafael, é potencializada pela qualidade operativa da análise dos alunos que, atentos às camadas latentes da arquitetura, exploraram formalmente a caixa maneirista, no sentido de abri-la, de explorar o *cortile* encerrado por infinitos planos, e de traduzir arquitetura em seu esquema mais elementar.

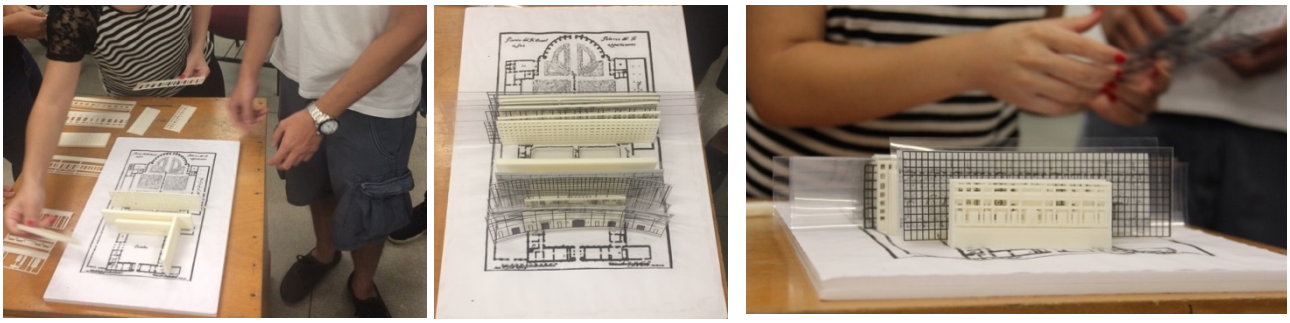


Figura 12. Diagrama analógico do Palazzo del TE, confeccionado em PVC, prototipado em impressora 3D.. Montagem passo a passo durante a apresentação do trabalho dos estudantes da equipe na aula de teoria e história. Fotos: Zaskia Fritsche

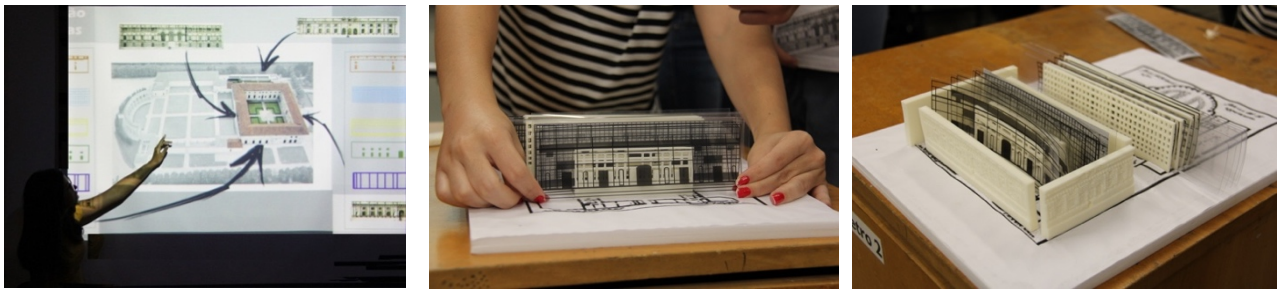


Figura 13. Versão final do modelo analógico, construído em MDF cortado a laser. Fotos: Zaskia Fritsche

CONCLUSÃO

A exposição do argumento deste texto e a explicitação dos casos que foram objeto da pesquisa acadêmica, tiveram como pretensão mostrar que, em alguns casos, o ensino de história da arquitetura pode se revestir de uma dinâmica mais operativa, por meio da organização de um processo de trabalho no qual os alunos são envolvidos em vários aspectos do fazer arquitetônico.

O primeiro contato dos estudantes com a futura obra a ser estudada teve caráter espontâneo, e a escolha, por parte de cada um, visou a promover o envolvimento intuitivo com uma obra que tivesse despertado interesse durante as aulas expositivas, e na leitura dentro e fora da sala de aula. O aspecto afetivo apresenta-se como um componente fundamental, uma vez que o envolvimento com o objeto de estudo condiciona a atitude analítica, crítica e, acima de tudo, criativa.

A qualidade dos modelos analógicos, a possibilidade de utilização desses como instrumentos didáticos, o nível de envolvimento dos estudantes no processo de trabalho, e o razoável aprofundamento teórico dos alunos sobre questões arquitetônicas essenciais são apenas alguns dos aspectos que comprovaram a importância de tal abordagem do precedente histórico. Nessa abordagem, revestiu-se de maior importância delegar ao estudante a estruturação de seu próprio processo de trabalho, implicada aí a organização do tempo, a pesquisa de materiais dos modelos, dos programas computacionais adequados para modelagem e representação, o critério para adoção de escalas.

Baseadas na leitura de textos - fontes primárias e secundárias-, no levantamento de fontes digitais (fotografias, desenhos de esboços e detalhes técnicos, modelos digitais tridimensionais disponíveis na

Internet), as pesquisas históricas dos estudantes possibilitaram-lhes alcançar outro patamar teórico, e no redesenho de cada caso estudado, configurou-se uma espécie de trabalho arqueológico de seu processo de concepção, do sistema construtivo original, de seus respectivos materiais, de padrões dimensionais adotados, aspectos esses associados à pesquisa construtiva da própria maquete, e que dependeu da predefinição de escalas apropriadas para os diagramas, para os materiais, compatíveis com o problema formal levantado na obra, além do esquema de organização dos componentes do modelo.

As primeiras análises das obras pelos alunos tiveram como objetivo identificar aspectos mais evidentes, tais como implantação, volumetria, espacialidade e escala arquitetônica. Sucessivamente, as obras passaram a ser analisadas como partes de um sistema formal, porém sem a necessidade do prévio conhecimento da totalidade histórica da obra e de seu arquiteto. O exercício aplicado aos alunos enfatizou a observação de trechos/elementos/detalhes do edifício/ projeto que, por dedução, conduziriam à compreensão da ideia fundamental; sobre essa parte, buscou-se estabelecer, por meio do desenho, da modelagem digital e analógica, os agenciamentos formais que explicitam a qualidade estrutural original.

Por meio de diagramas, a manipulação dos aspectos procedurais promove a visualização simultânea desses com relações formais estáticas, no contexto imersivo do processo analítico, relativamente independente do arcabouço de conceitos empregados nas descrições comumente apresentadas nos livros, pois se está operando por abstração, segundo categorias formais primárias. Essas abstrações operadas diagramaticamente são ainda mais efetivas quando se busca confrontar esquemas formais muito distintos pois, considerando que o objeto arquitetônico é resultado de um trabalho que envolve sucessivas rearticulações de significados e de formas oriundas de esquemas, o diagrama desempenha o papel fundamental de viabilizar o que Kenneth Knoespel define como tradução simbólica (*symbolic translation*), que consiste na continua transposição de significados impressos nas estruturas gráficas, entre diferentes esquemas de representação [23]. Tomando-se novamente o exemplo da análise do Palazzo del Te, o estudo diagramático permitiu aos estudantes comparar, em determinado momento, dois esquemas: a composição do plano vertical renascentista (1) versus a composição do plano vertical maneirista. Os estudantes constataram que (1) está estruturalmente contido em (2), reforçando, por meio das análises formais, hipótese amplamente aceita na historiografia da arquitetura, de que a típica composição maneirista italiana das fachadas evoluiu da típica composição renascentista, e que essa evolução pode ser identificada em um nível profundo da obra, qual seja, a partir da base e do procedimento formal arquitetônico.

Na sistemática de trabalho adotada com os alunos, a conclusão do processo se deu com a elaboração de um texto no qual as equipes responderam a tópicos formulados pela professora, no sentido de orientar a exposição do processo e a tradução desse em texto de registro das etapas, dos meios empregados, dos procedimentos formais operados na análise e revelados no estudo. Esse relatório visou a induzir o estudante a refazer a história de seu processo de trabalho, e com isso formular novas conclusões e sínteses, exploradas posteriormente na construção de vídeo e painel expositivo do trabalho. Concatenaram-se, com isso, todas as etapas, cumulativamente, com o objetivo de conduzir o aluno a explorar e agregar, em cada modalidade de leitura analítica (a de construir diagramas, de construir a maquete, de escrever o texto, de editar um vídeo, de elaborar um mapa do trabalho – o painel), os potenciais conteúdos teórico-formais ensejados pelas diferentes modalidades de expressão.

[23] KNOESPEL, 2001.

O resultado do trabalho redundou em interpretações consistentes de algumas das mais notáveis obras arquitetônicas da modernidade, que se tornaram paradigmas para pensar a arquitetura do futuro, porque inauguraram não somente técnicas construtivas, mas novos procedimentos. Análises formais não são suficientes para superar o entendimento da arquitetura em todas as suas implicações, principalmente nas implicações históricas e, nesse sentido essa investigação alcança seu limite, que foi o de reunir leituras alternativas da obra arquitetônica contextualizadas no âmbito formal, porque é de onde partimos para entender todas as coisas.

REFERÊNCIAS:

ALLEN, S. Diagrams Matterin Diagram Work: data mechanics for a topological age. In: Diagram Work: Data Mechanics for a Topological Age. **ANY** magazine, n.23, 1998.

BUNSCHOTEN, R. Stirring the city' CHORA's diagrammatics. **OASE Journal –** Diagrams, n. 48. NAi Publishers, 1998.

EISENMAN, P. O fim do clássico, o fim do começo e o fim do fim (1984) In: NESBITT, K. (org.), **Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia teórica 1965-1995** . São Paulo: Cosac e Naify, 2006. p. 233-252.

EISENMAN, P. Arquitetura e o problema da figura retórica (1987) In: NESBITT, K. (org.), **Uma nova agenda para a arquitetura. Antologia teórica 1965-1995** . São Paulo: Cosac e Naify, 2006.

EISENMAN, P. **Diagram diaries (1999)**. Londres: Thames & Hudson, 2001.

IZAR, G. Diagramática: descrição e criação das formas na arquitetura seriada de Peter Eisenman. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de arquitetura e urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

IZAR, G. Arquitetura do procedimento: inventário do trabalho diagramático de Peter Eisenman. Artigo publicado nos Anais do 4º seminário iberoamericano - arquitetura e documentação. 2015. http://www.forumpatrimonio.com.br/arqdoc2015/artigos/pdf/356.pdf

MAGOMEDOV, S. O. Khan-. VHUTEMAS. Moscou 1920-1930. Editions du regard. Paris, 1990.

MUNARI, Luiz. Notas sobre os fundamentos da filosofia. Palestra, jun. 2012.

PEARLMAN, J. Review. **Journal of Architectural Education,** vol.50, n.2, nov. 1996.

http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-05092015-111523/pt-br.php

REYNOLDS, C. The four register of architecture: “model as...”. Tese de mestrado apresentada na Bartlett Scholl of Architecture. Abril, 2015.

ROWE, C. The mathematics of the ideal villa. Palladio and Le Corbusier compared. **Architectural Review,** 1947.

ROWE, C. **As I was saying**. Recollections and miscellaneous essays, Texas, Pre-Texas, Cambridge. Londres: MIT Press. vol. 1, 1999

WITTKOWER, Michelangelo's Biblioteca Laurenziana. The Art Bulletin, vol. 16, n. 2, p. 123-218, jun. 1934.

VIDLER, Anthony. Entrevista para Gabriela Izar. Brasília, 19 de setembro de 2012 *in*. IZAR, G. Diagramática: descrição e criação das formas na arquitetura seriada de Peter Eisenman. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

WITTKOWER, R. **Architectural principles in the age of humanism**. (1949) W. W. Norton & Company Incorporated, 1971.

WITTKOWER, R. L'architettura del Rinascimento e la tradizione classica, **Casabella,** n.234 (1959).

PRODUÇÃO ACADÊMICA DOS ESTUDANTES INTEGRANTES DA PESQUISA:

MACHADO, Mariana; SETO, L.; ALVES, J.; VENÂNCIO, F. Relatório do trabalho de THAU V do curso da Professora Gabriela **Izar**, 2018

RAMALHO, A. L.; CRUZ, F. V.; PRATES, E.; CUNHA, M. G.. Relatório do trabalho de THAU V do curso da Professora Gabriela **Izar**, 2018

TIBERY, C. A.; KERN, D.; DOURADO, I.; ANDREOTTI, I. Relatório do trabalho de THAU V do curso da Professora Gabriela **Izar**, 2018

TIBERY, M..; BRESCIANI, F.; BOTTECHIA, L.; NOBRE, M. C. **Relatório do trabalho de THAU V do curso da Professora Gabriela Izar**, 2018)

V enanparq
Salvador - 2018

MÉTODOS DE PLANEJAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO: ANÁLISE DE GUIAS PARA CIDADES COM INCLUSÃO DE GÊNERO

METHODS OF PLANNING WITH A GENDER PERSPECTIVE: ANALYSIS OF GUIDES FOR GENDER INCLUSION IN CITIES

MÉTODOS DE PLANIFICACIÓN CON PERSPECTIVA DE GÉNERO: ANÁLISIS DE GUIA PARA CIUDADES CON INCLUSIÓN DE GÉNERO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

MERLI, Giovanna
Mestra em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAUeD UFU
giovanna.merli@ufu.br

GUERRA, Maria Eliza Alves
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAUeD e do PPGAU UFU
meliza.guerra@ufu.com

MÉTODOS DE PLANEJAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO: ANÁLISE DE GUIAS PARA CIDADES COM INCLUSÃO DE GÊNERO

METHODS OF PLANNING WITH A GENDER PERSPECTIVE: ANALYSIS OF GUIDES FOR GENDER INCLUSION IN CITIES

MÉTODOS DE PLANIFICACIÓN CON PERSPECTIVA DE GÉNERO: ANÁLISIS DE GUIA PARA CIUDADES CON INCLUSIÓN DE GÉNERO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
O presente trabalho se dispõe a analisar quatro propostas de metodologia de planejamento urbano com perspectiva de gênero, elaboradas nos últimos quinze anos. São elas, **"Urbanismo con Perspectiva de Género"** feito pelo governo da província de Andalucía na Espanha em 2004; **"Learning From Women to create Gender Inclusive Cities"** desenvolvido pela organização Women in Cities International, baseada em Montreal, lançado em 2010; **"Building Safe and Inclusive Cities for Women – A Practical Guide"** lançado em 2011 em uma parceria da ONU Women e ONU HABITAT e **"Gender Issue Guide – Urban Planning and Design"** elaborado também pela ONU HABITAT em 2012. As quatro propostas de guias partem do entendimento das questões de gênero como variáveis importantes a serem ponderadas no planejamento de serviços e infraestrutura urbana e no desenho das cidades. Buscando trazer para o âmbito do urbano discussões de direito, acesso e inclusão à cidade, discriminação e violência de gênero, papeis de gênero e sua reprodução no espaço da cidade e divisão sexual do trabalho. A pesquisa feita, avalia o viés temático e ideológico sob o qual, cada um dos guias, relaciona as questões de gênero às questões urbanas, suas metodologias de analises das diferentes escalas urbanas a partir de temáticas ligadas à vulnerabilidade de gênero e por fim as diretrizes determinadas por cada um deles, finalizando com um comparativo crítico entre os trabalhos estudados.
PALAVRAS-CHAVE: análise de metodologia; planejamento urbano; gênero; cidade.

ABSTRACT:
The present paper analyzes four proposals of urban planning methodology with a gender perspective, elaborated over the last fifteen years. They are, "Urbanism with a Gender Perspective" made by the government of the province of Andalusia in Spain in 2004; "Learning From Women to Create Gender Inclusive Cities" developed by Women in Cities International, based in Montreal, launched in 2010; "Building Safe and Inclusive Cities for Women - A Practical Guide" launched in 2011 in a partnership of UN Women and UN HABITAT and the "Gender Issue Guide - Urban Planning and Design" also prepared by UN HABITAT in 2012. The four guide proposals depart the understanding of gender issues as important variables to be considered in the planning of urban services and infrastructure and in the design of cities. Seeking to bring to the urban sphere discussions of right, access and inclusion to the city, gender discrimination and violence, gender roles and their reproduction in the city space and sexual division of labor. The research, evaluates the thematic and ideological bases under which each of the guides relates the gender issues to the urban issues, their methodologies of analysis of the different urban scales from the themes related to the vulnerability of gender and finally the guidelines determined by each of them, ending with a critical comparison between the guides studied.
KEYWORDS: *methodology analysis; urban planning; genre; city.*

RESUMEN:
El presente trabajo se dispone a analizar cuatro propuestas de metodología de planificación urbana con perspectiva de género, elaboradas en los últimos quince años. Son ellas, "Urbanismo con Perspectiva de Género" hecho por el gobierno de la provincia de Andalucía en España en 2004; "Learning From Women para crear Ciudades Inclusive Cities" desarrollado por la organización Women in Cities International, basada en Montreal, lanzado en 2010; "Building Safe e Inclusive Cities for Women - La Guía práctica" lanzada en 2011 en una asociación de la ONU Women y ONU HABITAT y "Gender Issue Guide - Urban Planning and Design" elaborado por la ONU HABITAT en 2012. Las cuatro propuestas de guías parten del entendimiento de las cuestiones de género como variables importantes a ser ponderadas en la planificación de servicios e infraestructura urbana y en el diseño de las ciudades. En el marco de la discusión sobre el acceso a la ciudad, la discriminación y la violencia de género, los papeles de género y su reproducción en el espacio de la ciudad y la división sexual del trabajo. La investigación realizada, evalúa el sesgo temático e ideológico bajo el cual, cada uno de los guías, relaciona las cuestiones de género a las cuestiones urbanas, sus metodologías de análisis de las diferentes escalas urbanas a partir de temáticas ligadas a la vulnerabilidad de género y por fin las directrices determinadas por cada uno de ellos, finalizando con un comparativo crítico entre los trabajos estudiados.
PALABRAS-CLAVE*: análisis de metodología; planificación urbana; género; ciudad.*

INTRODUÇÃO

No ano de 2003, é criada a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, como forma de institucionalização das questões de gênero em âmbito federal. A ação busca impulsionar as implementações de programas e políticas voltadas à defesa e realização dos direitos das mulheres, combatendo discriminações e desigualdades de gênero no país. A partir desta Secretaria há uma tentativa de mobilização da sociedade através dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, conferências nacionais que até o momento ocorreram em 2004, 2011 e 2013. As metas do último Plano tratam da autonomia e igualdade socioeconômica das mulheres e sua participação ativa em todas as fases das políticas públicas. Contudo ainda não se discutiu, em âmbito nacional, uma metodologia para trabalhar o espaço urbano sob perspectiva de gênero.

A análise urbana sob perspectiva de gênero tem origem, a partir dos anos 70, na chamada "segunda onda do feminismo" que, embalado pelos movimentos de direitos civis dos anos 60, passam a questionar o papel da mulher na produção dos espaços construídos, dos cômodos das habitações às cidades. Questionando seu papel como agentes ativos, participantes da efetiva construção dos espaços urbanos, e passivos, como usuárias desses espaços.

Neste contexto a arquiteta e professora Leslie Kanes Weisman[1], lançou o Women's Environmental Rights, manifesto que expõe o espaço público como um ambiente produzido por homens, denunciando seu reforço às convenções e definições sexistas em relação ao papel das mulheres na sociedade.

O manifesto associa espaço ao poder, sendo ele passível de empoderar ou oprimir, nutrir ou empobrecer as relações sociais. Entende-se, dessa forma, toda apropriação e uso do espaço como atos políticos. (WEISMAN, 1971)

Como define Lefebvre (2010), as cidades são a projeção da sociedade em um determinado espaço. Inseridos em uma sociedade pautada por relações patriarcais a cidade reflete essas relações em seu desenho, planejamento e espaço físico. A experiência e vivência feminina, via de regra, não é considerada nos atuais métodos de planejamento e desenho urbano. O resultado disso são cidades que limitam as mulheres, não oferecendo o suporte básico para o alcance da sua autonomia, ao contrário disso, muitas vezes resultando como entrave à vida das mesmas.

Em um contexto global de mulheres submetidas a espaços e situações de exclusão e violência, tanto em espaço público quanto privado, apenas pela condição de serem mulheres, os movimentos de mulheres passam a se articular em nível internacional, desenvolvendo pesquisas e ações a respeito das variadas formas de violência e exclusão enfrentadas.

Algumas dessas iniciativas resultaram em guias que propõe a revisão da metodologia de planejamento e desenho urbano a partir da perspectiva de gênero. A análise de quatro desses estudos foi desenvolvida a seguir para contribuir em discussões que relacionem questões de gênero e inclusão ao espaço urbano. Os guias escolhidos foram, **"Urbanismo con Perspectiva de Género"** feito pelo governo da província de

[1] Leslie Kanes Weisman foi professora de Architecure and Environmental Design no New Jersey Institute ofo Technology em Newark, estado de Nova Jersey (EUA) e co-fundadora da Women's School of Planning and Architecture que funcionou de 1974 a 1981.

Andalucía na Espanha em 2004; **"Learning From Women to Create Gender Inclusive Cities"** desenvolvido pela organização Women in Cities International, baseada em Montreal, lançado em 2010; **"Building Safe and Inclusive Cities dor Women - A Pratical Guide"** lançado em 2011 em uma parceria da ONU WOMEN e ONU HABITAT e **"Gender Issue Guide - Urban Planning and Design"** elaborada também pela ONU HABITAT em 2012.

A seguir, são expostas as análises anteriormente mencionadas, a partir de ordenamento cronológico:

URBANISMO CON PERSPECTIVA DE GÉNERO | JUNTA DE ANDALUCIA, 2004

O trabalho espanhol entende o urbanismo como a prática que influi diretamente no acesso que pessoas e grupos sociais têm à locais de trabalho, equipamentos, serviços; e essas possibilidades de acesso não são iguais a todos. A partir disso estabelece a **divisão sexual do trabalho** como a principal causa das diferentes possibilidades e oportunidades de acessar os bens e recursos dos espaços urbanos experimentadas por mulheres e homens.

A Comissão Europeia, então, reconhece a **divisão sexual do trabalho** e suas consequentes múltiplas jornadas destinadas, via de regra, às mulheres, como um grande obstáculo para a incorporação das mulheres no mercado de trabalho em condições igualitárias a dos homens. Reconhecendo também, que a realização das tarefas reprodutivas, delegadas às mulheres, são afetadas pela configuração das cidades na contemporaneidade.

Por fim, a Comissão Europeia estabelece um vínculo fundamental entre igualdade na esfera pública, as limitações a essa igualdade impostas pelos trabalhos da esfera privada (tarefas reprodutivas), e a possibilidade de reduzir essas limitações com um espaço urbano que facilite a realização das tarefas reprodutivas.

O guia analisado aborda a relação e apropriação das mulheres com o espaço urbano a partir da divisão sexual do trabalho e imposição das tarefas de reprodução a elas. Percebe-se as tarefas reprodutivas como pouco valorizadas, apesar de seu imprescindível valor à manutenção da vida social, tendo suas demandas espaciais e urbanas específicas muitas vezes ignoradas. Abordar o urbanismo sob perspectiva de gênero seria trazer esse trabalho de reprodução, até então invisível, a luz.

O texto discute ainda a relação do zoneamento sob a perspectiva de gênero, uma vez que a separação dos espaços em residencial, de trabalho, de lazer, de saúde, de educação, tem um significado totalmente diferente a partir da experiência de quem é responsável pelas atividades domésticas de reprodução, pois, para quem cuida da manutenção do lar, do cuidado dos filhos e/ou dependentes, esses espaços além de serem equipamentos, residência ou estabelecimentos comerciais, são também espaços de trabalho.

A primeira etapa da metodologia proposta, após as discussões conceituais expostas acima, é relativa a uma série de detalhadas análises de temas setoriais, sempre abordadas sob perspectiva de gênero, como transporte; espaços públicos e segurança; habitação; equipamentos, comércio e lazer; atividades econômicas.

Em seguida o processo metodológico de planejamento, sugere quatro pontos a serem seguidos:

Análise de dados quanti|qualitativos	Dados demográficos diferenciados por gênero e informações cruzadas combinando gênero com outros indicativos como idade, classe socioeconômica, região. Alinhando estaítsticas quantitativas com dados qualitativos que auxiliem no entendimento das necessidads, desejos e prioridades da população.
Participação	Garantia de participação, dando voz ás mulheres pertencentes aos grupos sociais que serão envolvidos no projeto, e a sua representação em instâncias deliberativas.
Técnica: classificação dos solos, zoneamento e ação setorial	Revisão das separações de usos pelas leis de zoneamento, assim como estudos sensíveis às questões de gênero para determinação de novos loteamentos e combate aos vazios urbanos.
Avaliaçaõ e monitoramento	Se faz necessário o uso de instrumentos de verificação e avaliação dos resultados e objetivos alcançados

Quadro 1: Processo metodológico de planejamento.
Fonte: MERLI, G. A., 2017

Pensando a vida cotidiana e as dificuldades enfrentadas, principalmente por mulheres, na interação da vida em esferas pública e privada, desempenhando tarefas produtivas e reprodutivas, a Comissão Europeia, e a maioria dos Estados membros, passa a considerar a conciliação entre a vida no trabalho e a vida em família como campo prioritário das políticas públicas. Questiona-se assim a divisão sexual do trabalho e a manutenção dos papéis de gênero, propondo uma justa e equilibrada divisão de responsabilidades produtivas e reprodutivas e fim dos estereótipos de gênero. Dessa maneira o guia recomenda uma sequência de questionamentos a serem feitos:

* Questionar a divisão convencional entre trabalho produtivo remunerado e o trabalho não remunerado, entendendo ambos como de igual importância para o desenvolvimento e a manutenção do indivíduo e da sociedade;

* Questionar os processos de tomada de decisão sem participação;

* Questionar a falta de valor social creditado às tarefas reprodutivas. Se faz necessária a valorização e socialização dessas tarefas e responsabilidades;

*Questionar a prática funcionalista do zoneamento que segrega os espaços para realização de trabalhos remunerados dos espaços para trabalho de reprodução.

Finalmente, apesar de não demonstrar documentação da aplicação da metodologia desenvolvida, o trabalho lista uma série de recomendações, divididas por tema e escala, para se obter o planejamento das cidades com perspectiva de gênero:

Integração de usos + proximidade	**Escala regional:** - planejar núcleos compactos de usos mistos nas proximidades das estações de transporte público; - mecanismos que vinculam o crescimento à infraestrutura de transporte público já existentes ou já projetadas.
	Escala regional|urbana: - políticas que proíbam e impeçam a exploração dos vazios urbanos, pensando o crescimento de forma planejada e sempre adjacente a área já consolidada; - adensar e estruturar o solo urbano que já possua infraestrutura; - reutilizar solos degradados ou subutilizados como área de crescimento; - evitar monofuncionalidade em novos empreendimentos; - criar diretrizes de desenho compacto e de uso misto
	Escala do bairro: - incluir equipamentos de todos os tipos em todos os bairros residenciais; - incluir usos produtivos em zonas residenciais, definindo trecho, condições físicas de localização e tipologia, evitando a expulsão dos moradores e os impactos socioeconômicos negativos; - realização de projetos que acrescentem áreas de trabalho em trechos de beirros residenciais.

	Escala do bairro|da habitação: - tipologias que permitam|prevejam espaços para o trabalho produtivo; - tipologias que permitam|prevejam soluções para o cuidado de dependentes; - tipologias coletivas com serviços que socializem as tarefas reprodutivas; - equipamentos de socialização das tarefas reprodutivas; - incluir equipamentos e serviços dentro das estações de transporte.
Transporte	**Escala regional|urbana:** - planejamento em escala regional de acordo com o plano de crescimento e classificação de solos urbanizados; - aumentar investimentos em transporte público e diminuir os investimentos em transporte privado; - rever rotas de acordo com tipos variados de deslocamento; - garantir que todo grande equipamento, inclusive de lazer, seja acessível via transporte público. **Escala do usuário:** - qualidade, segurança e ergonomia dos mobiliários de apoio e dos veículos.
Espaços públicos + segurança	**Escala urbana|do bairro:** - conciliar rede de transportes públicos à caminhos de pedestres; - continuidade e hierarquia das redes de espaços públicos; - elementos que facilitem a legibilidade, a orientação e a apropriação dos espaços; - garantir usos mistos nos bairros; - priorizar pedestres e ciclistas, garantindo trajetos seguros. **Escala do bairro|da edificação:** - boa visibilidade dos espaços públicos a partir dos edifícios do entorno; - garantir que edifícios públicos e seu entorno sejam seguros e dêem condições de acesso e uso a todos; - garantir a segurança e a manutenção dos espaços públicos.
Atividades econômicas	- oferta de empregos próxima a eixos de transporte público de maior acessibilidade, próximos a equipamentos, serviços e comércios; adequação dos horários de funcionamentos de serviços aos horário de trabalho.

Quadro 2: Recomendações conforme escalas de atuação e temática.
Fonte: MERLI, G. A., 2017

Complementarmente a essas recomendações o Guia Urbanismo con Perspectiva de Género lista os princípios desenvolvidos pela prefeitura de Montreal, Canadá, explorando recomendações, na escala do usuário, para espaços urbanos mais seguros e inclusivos às mulheres:

1. Saber onde está: sinalização clara, precisa e uniforme; visível sem destoar-se no espaço, porém sem se camuflar;

2. Ver e ser vista: iluminação estrategicamente distribuída, com intensidade suficiente, uniforme que não ofusque o pedestre; amplo campo de visão e permeabilidade visual; evitar percursos previsíveis oferecendo vários percursos;

3. Ouvir e ser ouvida: mescla de usos para assegurar presença de pessoas; procurar que os usos funcionem cobrindo uma grande amplitude de horários;

4. Poder escapar/pedir socorro: sinalização e vigilância; comércios e serviços (vigilância informal);

5. Áreas residenciais com entorno "aconchegantes": manutenção das áreas públicas; formas espaciais que favoreçam a apropriação, transformação, entendimento e uso;

6. Participação comunitária: mobilização da população e das entidades locais públicas e privadas. Incentivo da apropriação dos lugares públicos pela população.

LEARNING FROM WOMEN TO CREATE GENDER INCLUSIVE CITIES | WOMEN IN CITIES INTERNATIONAL (WICI), 2010

No centro dos movimentos por cidades seguras e inclusivas para mulheres está o entendimento de que a violência e o medo restringem o acesso aos espaços urbanos e à cidade como um todo, incluindo o acesso à oportunidade de trabalho, serviços de saúde e educação, áreas de recreação e envolvimento político. Resultando na exclusão das mulheres de diversos aspectos e direitos da vida urbana.

Com objetivo de intensificar a discussão sobre inclusão da mulher nos espaços urbanos foi criado pelo Women in Cities International (WICI) o programa Gender Inclusive Cities: Increasing Women's Safety by Indentifying and Disseminating Effective and Promising Approaches that Promote Women's Equal Acess to Public Spaces (GICP). O programa tem seu foco estratégico em três eixos:

- Identificar e mapear locais de acordo com seu grau de inclusão de gênero e a interação de outros grupos marginalizados nesses espaços;

- Identificar atividades, ferramentas e políticas públicas que ajam como barreiras à inclusão e igualdade de gênero;

- Identificar e elaborar boas práticas relacionadas a inclusão de gênero nas cidades.

Entendendo que vários fatores contribuem para situações de exclusão ou inclusão de gênero nas cidades, a metodologia elegida concentra o trabalho de pesquisa e ação na problemática da segurança da mulher e suas experiências baseadas na violência de gênero. Dessa forma o GICP coordenado pelo WICI associa-se a outras quatro iniciativas ao redor do mundo, Jagori organização de Delhi na India; o International Centre of Independent Women Forum (ICIWF) em Moscou, Russia; Red Mujer y Habitat de America Latina com base em Rosario, Argentina e o International Centre and Network for Information on Crime da Tanzania; para o desenvolvimento das pesquisas, ações e elaboração do guia aqui estudado.

A metodologia foi desenvolvida de forma que todos os grupos de pesquisa, das diferentes cidades, adotassem os mesmos parâmetros e ferramentas, facilitando as posteriores análises e comparações. A coleta de dados foi feita em quatro etapas, objetivando maior detalhamento e abrangência de dados em várias escalas de abordagem:

1. Revisão das políticas, legislações e iniciativas que tratem questões de gênero;
2. Desenvolvimento de grupos focais de discussão;
3. Pesquisa nas ruas com base em questionários;
4. Auditorias sobre segurança da mulher (WSA);

O desenvolvimento dos grupos focais acontece a partir de seis blocos básicos de perguntas direcionais que estimulam a reflexão das participantes quanto ao sentimento de segurança e liberdade nos espaços públicos, relacionando esse sentimento a características físicas do espaço.

A pesquisa de rua é apontada como importante ferramenta de coleta de dados sobre o espaço público, uma vez que os questionários podem ser feitos no próprio espaço em questão, tornando mais fácil para as entrevistadas pensar e responder sobre o determinado local.

A auditoria sobre segurança da mulher, ou Women's Safety Audits (WSA), é uma ferramenta desenvolvida em 1989 pelo Metropolitan Toronto Action Commiteee on Violence Against Women and Children (METRAC). O método acontece em cinco estágios, a preparação do grupo participante, a caminhada em si, o processamento de informações, o desenvolvimento de recomendações para a área e por fim ações práticas para melhorar a segurança do local identificado como inseguro. As participantes são mulheres usuárias do local, que são orientadas pela caminhada a analisar os fatores que contribuam para a percepção do nível de segurança do espaço, os fatores elencados pelo WICI são: características físicas, iluminação, sinalização, possível rota de fuga; uso do espaço, presença de usuários, multidões, vendedores ambulantes, traficantes; existência de senso comunitário, interação entre vizinhos, sistema informal de vigilância cidadã; policiamento adequado ou inadequado. (WICI, 2008).

O Guia se organiza de forma que cada cidade é discutida em um capítulo, primeiramente é feita uma análise do contexto de cada uma das cidades, no país, na região em que se insere, discutindo rapidamente sua

economia e seus programas e políticas destinados à segurança da mulher já existentes, além de expor os índices acerca da violência de gênero. Em seguida, contextualiza-se o sítio específico de trabalho, bairros ou zonas das cidades em que foram identificados situações de insegurança. A partir daí são apresentados e processados os dados das pesquisas com a população, apresentando as discussões presentes nos grupos focais, listando e comentando os fatores associados à insegurança; gráficos indicam os resultados das pesquisas de rua e o relatório referente a WSA realizadas, identificando fatores prejudiciais à segurança e suas devidas recomendações.

Cidade	Fatores associados à insegurança	O que mais afeta sua segurança pessoal no espaço?	Recomendações
Rosário | Argentina	- áreas ligadas ao uso e tráfico de drogas; - presença e comportamento dos homens; - idade; - sexualidade: identidade de gênero e orientação sexual; - infraestrutura precária e falta de planejamento urbano: iluminação, telefones públicos, pouca manitenção dos espaços e ruas, espaços vazios e "abandonados"; - codições dos transporte públicos e das paradas de ônibus; - pouca visibilidade. barreiras visuais e ruas "cegas".	- ser mulher	- manutenção do espaço físico; - melhorar sinalização; - instalação de telefones públicos; - vegetação podada para não obstruir visão; - aumentar áreas verdes; - equipamentos para estimular a presença; - poder de voz aos residentes nos momentos de decisão;

Delhi | Índia	- condições precárias de infraestrutura; - transporte público; - pobreza e status socioeconômico; - idade; - local de origem; - portar necessidades especiais; - sexualidade: identidade de gênero e orientação sexual.	- ser mulher	- iluminação e melhor desenho das paradas de ônibus; - controle do tráfego garantindo mais segurança a pedestres e ciclistas; - telefones públicos; - comércio de rua aberto por mais horas; - banheiros públicos seguros.
Petrozavodsk | Rússia	- segurança no transporte e no trânsito; - uso de álcool, drogas e comportamento anti-social; - infraestrutura precária.	- ser mulher	- maior divulgação do número de denuncias.
Dar es Salaam | Tanzânia	- pobreza e naturalização de assentamentos informais; - pouca manutenção dos espaços livres; - desconfiança entre vizinhos; - percepção pública das mulheres como fracas e incapazes.	- ser mulher	- melhoramento de iluminação, pavimentação e sinalização. - atitude perante áreas abandonadas e vazias; - implantação de equipamentos de saúde, educação e estabelecimentos comerciais; - trabalho conjunto entre comunidade e líderes locais; - políticas de educação pública.

Quadro 3: Recomendações e fatores de insegurança por cidade pesquisada.
Fonte: MERLI, G. A., 2017

Por fim, há o cruzamento dos dados obtidos nas quatro cidades, mostrando suas semelhanças e diferenças. Neste capítulo o Guia apresenta o dado de que 83% das mulheres entendem seu gênero como o principal fato que as coloca em posições de insegurança nos espaços urbanos, mostrando que o gênero é um determinante fator nas experiências de cada um nas cidades. (WICI, 2008).

BUILDING SAFE AND INCLUSIVE CITIES FOR WOMEN - A PRATICAL GUIDE | ONU WOMEN + ONU HABITAT, 2011

Os esforços da Organização das Nações Unidas (ONU), e de suas secretarias, em criar cidades mais seguras para mulheres e meninas, iniciou-se em 1993 com a "Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra Mulher". Nesse documento define-se como violência contra mulher qualquer ato de agressão ou assédio

baseado nas condições de gênero que resultem, ou possam resultar, em danos ou sofrimento físico e/ou psicológico. Estabelece também, que atos de violência contra mulheres e meninas é uma violação dos direitos humanos e um grande obstáculo na construção de uma realidade de igualdade de gênero, como tal deve ser combatida. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU, 1993).

O eixo ideológico condutor desse trabalho, assim como no guia analisado anteriormente, assume a violência de gênero e a falta da percepção de segurança como fatores determinantes da exclusão das mulheres no espaço urbano. Baseando-se nessa discussão para o desenvolvimento da metodologia de pesquisa e trabalho.

Casos de violência de gênero, segundo o trabalho analisado, são complexos tanto nas suas causas quanto nas soluções necessárias para combatê-los. Assim, a metodologia de trabalho indicada é o que chamam de "estratégia de segurança", em que, a partir de uma cuidadosa avaliação dos fatores de influência à segurança da mulher na cidade, são sistematizados planos de intervenção, como exposto a seguir:

Definir e entender os problemas locais específicos	Necessária para a geração de conhecimento sobre determinada situação e relação entre mulheres e o espaço. Observando quais são os obstáculos para a segurança da mulher, quais áreas são mais ou menos seguras, o que as mulheres fazem para se sentir seguras na área, quais tipos de violência e assédio são identificados no local. Esse conhecimento é obtido em grupos focais, pesquisas de rua e women's safe auditions - wsa.
Avaliar políticas e programas já existentes que contribuam, ou não, para aumentar a segurança nos espaços	Levantamento das políticas e programas existentes e avaliação de sua influência no espaço analisado. Percebendo que políticas de planejamento urbano ao entender que mulheres e homens têm diferentes experiências e usos no espaço urbano promovam cidades mais seguras e inclusivas.
Desenvolver parcerias entre as partes interessadas	Indentificar, promover e fomentar potenciais parcerias para implementação de ações que transformem o espaço. Possíveis parceiros são, oficiais e agentes do governo, ONG's ligadas à questões feministas, homens e meninos residentes e usuários da área, mídia, comerciantes locais, grupos de pesquisa.

Planejamento e implementação de intervenções	Baseados nas informações coletadas e nas discussões entre os parceiros encontrados são estabelecidas as ações de intervenção dentro de sete grandes áreas identificadas pela ONU Women em parceria com a ONU Habitat durante o ano de 2010. - Planejamento urbano e desenho dos espaços públicos; - Provisão e manutenção dos serviçoes e infraestrutura urbana; - Transporte público; - Policiamento; - Legislação e instrumentos judiciais de proteção e apoio à vítimas de violência de gênero; - Educação; - Consciência e participação cívica.
Monitoramento e avaliação	O monitoramento e a avaliação das ações e intervenções devem ser feitas em paralelo ao desenvolvimento das atividades, de forma continuada e progressiva.

Quadro 4: Plano de intervenção dividido por temática de atuação.
Fonte: MERLI, G. A., 2017

Segundo documento desenvolvido pela ONU - Women, Safe Cities Module, são pontuados atributos a serem alcançados, e determinados como o objetivo do trabalho de ação e pesquisa desenvolvidos pelo guia, para se estabelecer uma relação de inclusão e segurança entre as mulheres e o espaço das cidades:

* Liberdade para se apropriarem do espaço público e vida pública sem assédio;

* Livre de violência de gênero em espaços públicos e privados;

* Livre de discriminação de gênero e com direitos econômicos, sociais, políticos, culturais e religiosos garantidos;

* Mulheres e meninas detendo participação e voz ativa nas decisões comunitárias;

* Estado que garanta os direitos de todas, sem excluir mulheres e meninas;

* Estado que aja prevendo e punindo casos de violência de gênero;

* Estado que garanta o acesso de mulheres à justiça.

GENDER ISSUE GUIDE - URBAN PLANNING AND DESIGN | ONU HABITAT, 2012

O trabalho se inicia com a ONU - Habitat reconhecendo o planejamento urbano como parte de um contexto maior de gerência e governança urbana. Fazendo-se necessário o reconhecimento, por partes dos governos, do impacto sistêmico das discriminações e desigualdades. Dessa maneira, discutir gênero e suas dinâmicas socioeconômicas ao pensar o espaço urbano é o ponto inicial na garantia de igualdade, inclusão e sustentabilidade urbana.

Fundamentando-se nesse princípio são apresentados os objetivos do guia que são:

1- Expandir o entendimento sobre as perspectivas e necessidades específicas de gênero no contexto do planejamento e desenho urbano;

2- Capacitação para trabalhar questões de gênero relacionadas ao planejamento, desenho e espaço urbano;

3- Encorajar a inclusão da perspectiva de gênero às políticas, projetos e programas de desenvolvimento urbano sustentável;

Em razão das experiências locais, regionais e internacionais da ONU-Habitat auxiliando, criando ferramentas e monitorando práticas de planejamento de desenvolvimento urbano sustentável, essa secretaria é capaz de identificar que, por se relacionar, particularmente aos padrões de trabalho, a ordem física e espacial da cidade refletem, predominantemente às rotinas e necessidades dos homens. Portanto, a forma como as mulheres se inserem na economia, formal ou informalmente, suas responsabilidades com a manutenção do lar e/ou cuidados com familiares e filhos determinam qual sua relação com o espaço urbano, quais serviços e infraestruturas usam e quando, como interagem com a cidade, mostrando a relação entre a divisão sexual do trabalho e as formas de apropriação dos espaços urbanos pelas mulheres.

Há anos feministas, profissionais, pesquisadores destacam a importância do reconhecimento dos trabalhos informais e serviços não remunerados, desempenhados via de regra por mulheres, como atividades vitais ao funcionamento da sociedade e das cidades.

A realidade de desiguais oportunidades de acesso e divisão de responsabilidades para mulheres e homens resulta em desiguais enfrentamentos dos problemas sociais e urbanos. O quadro abaixo demonstra os múltiplos e sobrepostos desafios enfrentados por mulheres nas áreas urbanas:

Problema	Consequências para as mulheres
Falta de voz política	- excluídas da participação nos governos locais, das tomadas de decisão e estruturação; - regularmente excluídas das deliberações dentro das comunidades; - falta de oportunidade em momentos de discussão e criação de soluções para seus próprios problemas; - regularmente negado seu direito político de decisão por sua própria vida
Acesso à terra e a moradia, posse assegurada	- inadequados programas de acesso e alto preço da terra penalizam e empobrecem àqueles com baixos rendimentos, principalmente mães solteiras; - falta de segurança da posse contribui para o empobrecimento e vulnerabilidade econômica de mulheres.

Acesso à serviços e infraestrutura	- vulneráveis à violência e ao assédio em condições de ausência ou mau estado de equipamentos e serviços; - limitados ou inexistentes sistemas de transporte seguros e economicamente acessíveis; - limitado ou inexistente acesso a equipamentos de saúde, educação e recreação, sobrecarregando e aumentando as responsabilidades das mulheres com filhos e|ou familiares.
Meio de subsistência	- falta de oportunidade de emprego e baixos rendimentos levam à situação de vulnerabilidade econômica perante parceiros, senhorios e empregadores; - insegurança e falta de acesso à posse da terra resulta na falta de recursos, bens e possibilidades de crédito para as mulheres; - predominante presença em setores informais; - baixos salários colocam mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade e más condições de habitação.
Segurança	- acesso inadequado a água e instalações sanitárias colocam mulheres e meninas em situação de risco a assédio e violência sexual e de gênero; - falta de segurança e meios de proteção restringem a mobilidade de mulheres e meninas e consequentemente seu direito ao acesso à cidade; - ocupações e assentamentos informais com pouca ou nenhuma infraestrutura de saneamento básico compromete a saúde e a segurança de mulheres e meninas; - falta de emprego, informalização das relações de trabalho e baixos salários tornam mulheres vulneráveis aos assédios de patrões, senhorios e companheiros; - falta de estabilidade econômica e baixos rendimentos levam mulheres a situações de prostituição e vulnerabilidade à DST's.

Quadro 5: Desafios das mulheres nas dimensões da vida urbana.
Fonte: MERLI, G. A., 2017

É válido acrescentar que no Brasil a questão da segurança da posse e do acesso à moradia para as mulheres vêm sendo combatido a partir do programa Minha Casa Minha Vida, do ano de 2009, e sua política de titularidade feminina, em que as mulheres, especialmente mães, têm prioridade em receber a escritura das residências, além disso, em casos de divórcio as mulheres também são priorizadas a manter o imóvel em seu nome, exceto quando o pai tem guarda total dos filhos. (BRASIL, 2009).

Ainda em relação ao quadro, para que exista análise crítica de tais enfrentamentos cotidianos em que são submetidas mulheres e meninas, é imprescindível introduzir pautas de inclusão de gênero em todas as discussões referentes às cidades, principalmente no planejamento e desenho urbano.

Conforme o guia, trabalhar inclusão de gênero na esfera do urbano é pensar nas formas em que o mercado de trabalho impactam diferentemente nas vidas de mulheres e homens; reconsiderar estruturas familiares,

papéis parentais e de gênero bem como a divisão das responsabilidades domésticas; analisar as dinâmicas de gênero em instituições públicas e privadas como forma de pensar políticas e práticas inclusivas para todos os setores; aliar ações de reestruturação sistêmicas com medidas remediais em menor escala, por fim, assegurar que as iniciativas respondam às diversidades de gênero assim como trabalhem na redução das desigualdades e discriminações de gênero.

Quanto a metodologia de ação o presente guia estabelece duas frentes, métodos de inserir a discussão de gênero no âmbito do planejamento e desenho urbano, e estratégias que buscam avançar em um desenho urbano empoderador que incluam mulheres e suas experiências nas decisões e discussões. Os quadros abaixo detalham cada um dos pontos dessas duas frentes de ação.

MÉTODOS DE INSERIR GÊNERO EM PLANEJAMENTO URBANO
Fase preparatório
-identificar metodologias que incorporem com sucesso a perspectiva de gênero, de forma a influenciar objetivos, estratégias, alocação de recursos e resultados finais; - idenficar relações e implicações entre igualdade de gênero, diversidade e as questões, ou áreas, urbanas trabalhadas; - perceber a importância de promover a igualdade de gênero para a garantia do cumprimento dos direitos humanos e justiça social para ambos mulheres e homens, assim como para atingir um bom desenvolvimento urbano; - identificar oportunidades de introduzir perspectivas de gênero nas tarefas a serem realizadas
Fase de implantação
- uma vez concluídas as análises e escopo inicial dos objetivos e ações iniciais do programa, é necessário reunir os principais interessados para se atingir os objetivos a longo prazo; - oferecer|desenvolver treinamentos e atividades de conscientização das questões discutidas no programa, como urbanismo e planejamento com perspectiva de gênero, violência de gênero, dimensões de gênero dentro de questões sociais, para todos os participantes do programa; - setores e atores chaves da comunidade, governo, planejadores, arquitetos e especialista em questões de gênero, juntos devem desenvolver abordagens a curto, médio e longo prazo que contribuam para alcançar os objetivos propostos; - construir parcerias com as autoridades locais para viabilizar treinamento de policiais, planejadores, corpo técnico, servidores públicos a respeito dos direitos das mulheres; - parcerias com a iniciativa privada, lançando mão de recursos tecnológicos para melhorar as formas de denunciar casos de violência de gênero, além de campanhas de conscientização veiculadas em todas as mídias; - toda ação e iniciativa deve incluir estratégias de empoderamento, treinamento de novas habilidades, liderança, orientação e suporte contínuo à mulheres e meninas; - todos os momentos deliberativos devem incluir e dar voz às mulheres.

Fase de monitoramento e validação
- inclusão de indicadores de gênero que abordem o cerne dos problemas discutidos e possam medir os progressos alcançados no caminho dos objetivos; - após a determinação do escopo do trabalho é importante mensurar os impactos do programa.
2- Aumentar banco de dados relacionados à gênero
Informações específicas de gênero revelam os desafios e experiências diferentes no dia-a-dia das mulheres que passam despercebidas por leituras que não esmiúçam os dados. As análises de tais dados fornecem ligações entre igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável, promovendo informações qualitativas e quantitativas que podem definir decisões benéficas aambos os gêneros, criando assim, soluções efetivas com menores riscos e maiores impactos. **benefícios** - banco de dados relacionados à gênero podem ser utilizados em todos os setores, transporte, segurança, saúde, bem estar social, oportunidades econômicas. - dados de qualidade auxiliam direcionar a atenção dos governos à problemas negligenciados; - oferece entendimento mais profundo dos desafios enfrentados por mulheres e meninas diariamente, contribuindo na elaboração de projetos e políticas específicas para suas necessidades;
3- Aplicar perspectiva de gênero à políticas locais e nacionais
Políticas urbanas são essenciais para guiar o desenvolvimento sustentável em escala nacion al, agindo pela redução da pobreza e desigualdade de gênero. É importante que os governos se responsabilizem pelo cumprimento dos direitos humanos estabelecidos em acordo - internacional às mulheres. **benefícios** - destacar segurança em espaços públicos e privados para todos; - assegurar serviços e equipamentos que sirvam de apoio ao trabalho não remunerado desempenhado pelas mulheres, diminuindo sua “carga” de trabalho e liberando-as para outras tarefas; - assegurando o direito das mulheres à cidade.
4 - Encorajar a participação e empoderamento feminino
Em função da institucionalizada desigualdade de gênero é necessário desenvolvimento de políticas e iniciativas que apoiem e habilitem a participação das mulheres nos processos de planejamento e deliberação. Faz-se necessário o comprometimento e participação das mulheres, desde as bases dos movimentos sociais, nos momentos de tomadas de decisão. Garantindo também, a qualidade de sua participação, promovendo cursos, treinamentos, capacitação, tornando-as seguras e confiantes para participar.

Ações
- ofereces capacitação às comunidades de base e vizinhanças, com políticas afirmativas que abordem direitos humanos, direitos das mulheres, igualdade de gênero e violência de gênero;
- promover apoio à mulheres marginalizadas, também com programas de capacitação;

- assegurar que grupos e lideranças femininas sejam incluídas nos momentos de discussão;
- envolver mulheres e homens nos processo de suas comunidades;
- apoiar as mulheres como líderes e porta-vozes comunitárias.

5 - Envolver homens e meninos na luta por igualdade de gênero

benefícios
- desestimular a violência de gênero;
- aumentar o apoio da comunidade à causa;
- tratamento mais justo e igualitário de filhas e filhos;
- aumento de mulheres nos espaços de tradicional dominação masculina como áreas institucionais de segurança, justiça, entre outros.

ações
- cursos e oficinas para homens e meninos;
- ações de mídia e marketing positivas que possam alterar percepções e ações.

6 - Mecanismos de monitoramento

A melhor maneira de monitorar o progresso das iniciativas de igualdade de gênero nas cidades é envolver mulheres e meninas, moradoras e usuárias dos espaços que passaram por intervenções, na avaliação dos projetos através de suas vivências.

7 - Oferecer capacitação sobre questões de gênero

Oferecer capacitação a setores e agentes diretamente responsáveis pela concepção e implantação de projetos urbanos com perspectiva de gênero, arquitetos e urbanistas, servidores públicos (agentes do setor de transporte, policiais, oficiais do governo, técnicos), jornalistas, líderes de base comunitária.

8 - Projetar espaços públicos inclusivos para mulheres
O desenho dos espaços tem o poder de reforçar desigualdade de gênero ou trabalhar contra elas, se tornando um espaço afirmativo. Por isso o planejamento e o desenho dos espaços urbanos é imperativo na criação de cidades seguras e inclusivas. Mulheres devem ser consultadas a respeito de como os espaços interferem em suas vidas e o que significam para elas. Espaços seguros e inclusivos para mulheres tendem a manter-se assim para todos os grupos vulneráveis e marginalizados, contribuindo para criar oportunidades de acesso à todos. **importância** - conscientização de que os espaços não são neutros, e que seu desenho pode facilitar ou impedir seu uso, apropriação e segurança; - reconhecer que gênero e relações de gênero são fatores chave para organização e desenvolvimento dos espaços urbanos; - reconhecer que espacialidade urbana reflete as relações de poder e determinam comportamentos diferentes de mulheres e homens. Fatores sociais, econômicos e históricos também atuam no comportamento e no acesso ao espaço urbano; - admitir que espaços públicos são convecionalmente desenhados segundo concepções tradicionais de família e papeis de gênero. Mudanças nesses espaços podem refletir nos papéis de gênero socialmente estabelecidos e consequentemente na divisão sexual do trabalho; - entender que o medo e a insegurança das mulheres nas cidades é real, e elas sabem o que e quando as fazem sentir-se inseguras; - importante ferramenta para aumentar a qualidade urbana e a vida comunitária; - admitir que lugares seguros para mulheres são seguros para todos; - promover o direito à cidade e à cidadania para mulheres e meninas como condição à igualdade e a sustentabilidade em cidades e comunidades. **espaços seguros e receptivos para mulheres** - fácil acesso para chegada e saída; - fácil mobilidade dentro do espaço; - boa iluminação; - boa sinalização; - limpo, com caminhos livres e visão sem obstrução; - visibilidade geral do espaço todo, sem becos e barreiras; - inclusão de usos mistos; - qualidade ambiental; - acesso a sanitários limpos e seguros.

Quadro 6: Métodos para inserção de gênero no planejamento urbano.
Fonte: MERLI, G. A., 2017

Ilustrando e validando cada um dos pontos estratégicos estabelecidos o guia apresenta rápidos estudos de casos de práticas e iniciativas ao redor do mundo.

Por fim, o guia discute a importância de se estabelecer indicadores de gênero como forma de mensurar as melhorias e ferramentas de monitoramento das iniciativas. Tais indicadores podem ser quantitativos ou

qualitativos, medindo alterações sociais, econômicas, políticas e comportamentais em esfera individual e comunitária, devendo ser definidos de acordo com os objetivos e métodos traçados para a ação.

O guia entende a promoção do acesso inclusivo, o combate às desigualdades de gênero no espaço urbano e a garantia do direito à cidade e à cidadania para mulheres e meninas com condição fundamental para o desenvolvimento de comunidades e cidades sustentáveis. E com esse fundamento busca estratégias e propostas para construção de cidades que promovam a inclusão das mulheres de forma igualitária em seus espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com distintas maneiras de abordar as relações entre questões de gênero e espaços urbanos, os trabalhos analisados partem da importância em se ponderar a variável de gênero na elaboração de políticas públicas urbanas e no planejamento e desenho de equipamentos, serviços e espaços públicos, uma vez que as mulheres são parte significativa da população e, em função das várias questões socioculturais já debatidas, experimentam as cidades e os espaços urbanos de forma diferente e desigual. Para tanto, os quatro guias concordam quanto à necessidade em ouvir e considerar as mulheres, tornando suas experiências, vivências, necessidades, sentimentos e desejos tão determinantes no planejamento e no desenho urbano quanto são hoje os dos homens. (ONU Habitat, 2012). À vista disso, a questão recorrente nos guias é a importância de uma metodologia que busque ouvir e apreender as experiências das mulheres locais, que vivenciam o espaço a ser analisado e intervisto.

O primeiro guia analisado "**Urbanismo con Perspectiva de Género"**, discute urbanismo como fator determinante no acesso de pessoas e grupos sociais à trabalho, equipamentos e serviços. Partindo daí analisa a relação das mulheres com o espaço urbano a partir da divisão sexual do trabalho. Ou seja, o papel de gênero culturalmente construído que responsabiliza, quase exclusivamente as mulheres, pelas tarefas reprodutivas, de manutenção do lar e cuidado com a família. Assim, o trabalho expõe os espaços urbanos como pensados a partir da lógica de valorização da produção capitalista, desvalorizando e ignorando as tarefas reprodutivas não remuneradas, entretanto, aponta-o como potencial facilitador das tarefas de reprodução, contribuindo inclusive com uma política de socialização das mesmas.

Apesar da riqueza da discussão, em relacionar espaço urbano e questões de gênero sob o viés da divisão sexual do trabalho (dentro de um cenário que tende a relacionar esses temas apenas pela ótica da segurança), o texto recomenda questionamentos a serem feitos quanto a valorização do trabalho reprodutivo e o combate a divisão sexual do trabalho que estão além da capacidade de ação do desenho e do planejamento urbano, não discutindo as limitações da arquitetura e do urbanismo em responder tais questionamentos sob uma perspectiva propositiva.

Por outro lado, o que chama atenção no método proposto, é o destaque ao zoneamento feito a partir da consideração das questões de gênero, pensando núcleos compactos de uso misto e integrados ao transporte público que contribuam para a eficiência das tarefas reprodutivas. Combinados ao combate aos vazios urbanos como meio de gerar segurança e agir sobre as vulnerabilidades socioeconômicas, ou seja, acesso à terra, à moradia, ao mercado de trabalho, à equipamentos e serviços públicos. É interessante notar as semelhanças das recomendações do guia, com as recomendações de Jane Jacobs (2011) para a diversidade

e animação social das cidades, aqui elencados como ferramentas de socialização das tarefas reprodutivas, de combate à violência de gênero, ao assédio e às vulnerabilidades socioeconômicas.

Seguindo, os próximos guias expostos "**Learning from Women to Create Gender Inclusive Cities"** e **"Building Safe and Inclusive Cities for Women"** lançam mão do tema da violência de gênero e do assédio para discutir a relação entre mulheres e espaços urbanos. Expõem a violência e a falta de percepção de segurança como principais fatores de restrição ao acesso à espaços, serviços e equipamentos públicos, à oportunidades de trabalho e educação, à recreação e ao envolvimento político, agindo fundamentalmente no direito à cidade, como conceituado por Lefevbre.

O **"Learnins from Womem to Create Gender Inclusive Cities"** é um trabalho que se aproxima do contexto brasileiro, uma vez que esmiúça a realidade de mulheres que vivem em periferias de "países periféricos." Seu atributo é o detalhamento na coleta de dados, feita em várias escalas e instância de participação popular, demonstrando quão importante consideram escutar, entender e analisar a interação particular das mulheres com o espaço, buscando relacionar o sentimento de segurança e liberdade às características físicas dos espaços. Quanto aos seus resultados, é ao mesmo tempo perturbador significativo o dado de que 83% das mulheres ouvidas entendem seu gênero como principal fator de insegurança nos espaços públicos, evidenciando a enorme alienação que sofrem do seu direito de ocupar, se apropriar e intervir no espaço urbano.

Com mesmo viés de abordagem o **"Building Safe and Inclusive Cities for Women"**, destaca a importância de se estudar as minucias e problemáticas de cada contexto, observando os obstáculos e vulnerabilidades particulares, através de metodologias de participação e audições com as mulheres da região. Ele se diferencia do guia anterior ao sistematizar os conteúdos gerados, tanto pela coleta de dados quantitativos quanto pelas análises qualitativas das instâncias de participação, em termos propositivos no âmbito das políticas públicas e do desenho do espaço urbano.

Entretanto, a abordagem da relação entre mulher e espaço urbano feita exclusivamente sob a discussão da violência e da sensação de insegurança desconsidera a coexistência de dimensões de disputa e opressão, gênero, classe, raça. Como discutido por Engels (1996), a primeira opressão de classe é a de gênero, do homem oprimindo a mulher.

Por fim, o guia **"Gender Issue Guide – Urban Plannig and Design"** inicia-se reconhecendo o planejamento urbano como instrumento de gerência e governança das cidades. Como o primeiro guia examinado discute a necessidade em se reconhecer o trabalho produtivo não remunerado. Necessidade esta ilustrada pela pesquisa da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) de 2011, demonstrando que nesse mesmo ano, o trabalho reprodutivo não remunerado equivaleria dentre 20% a 50% do PIB dos países membros, sendo divulgado pelo Departamento de Análises Econômica dos Estados Unidos que no seu caso a equivalência seria de 26%. (COYLE, 2016).

Seguindo esse debate, o guia elenca com maior detalhamento os desafios enfrentados pelas mulheres nos espaços urbanos, em determinadas temáticas. O detalhamento do seu método permite em propostas mais elaboradas, quando comparados os quatro trabalhos, em duas frente de ação, a inserção da discussão de questões de gênero no campo do planejamento urbano, e o avanço em um desenho urbano empoderador que permita a inclusão das mulheres nos espaços. O detalhamento metodológico e grau de elaboração de

suas propostas, que são inclusive ilustradas com estudos de caso, resulta em um produto mais completo e com contribuições concretas para o entendimento dos impactos de tais ações e intervenções nas realidades discutidas.

Para concluir as comparações e analises, entende-se que mesmo com diferentes abordagens ideológicas, abrangência e detalhamento das propostas, existem pontos recorrentes nos quatro trabalhos que merecem ser destacados e considerados como metodologia importante no debate de espaços urbanos sob a perspectiva de gênero. O primeiro deles é a necessidade de se levantar as políticas, ações e estratégias já existentes, analisando-as criticamente afim de entender seus impactos na realidade das mulheres nas cidades. Segundo, e talvez o mais salientado, a importância em se ouvir e fazer ouvir mulheres e meninas inseridas no contexto urbano, são apontados e sugeridos diversos métodos e ferramentas para contemplar a participação, cada uma pertinente a uma escala e temática de abordagem, mas sempre demonstrando a urgência em inseri-las no debate e reconhecer suas realidades, vivências e formas de interação com o espaço urbano. Enfim, há a recorrência em indicar o monitoramento e a avaliação posterior às intervenções e implantação de estratégias, ponderando quais decisões foram efetivas e cumprem, ou não os objetivos previamente traçados.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei nº 11.977 de 7 de julho de 2009.**

COYLE, Diana. **The way we measure economies is inherently sexiest.** S/l. 2016. Disponível em: https://www.weforum.org/agenda/2016/04/why-economic-policy-overlooks-women/

JUNTA DE ANDALUCIA. **Urbanismo con perspectiva de género.** Sevilha: Instituto Andaluz de la Mujer, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro editora, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre eliminação da violência contra mulheres.** s/l. 1993.Disponível em: http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_7.htm

ONU WOMEN, ONU HABITAT. **Building safe and inclusive cities for womem - a pratical guide.** Delhi, 2011.

ONU HABITAT. **Gender issue guide -** Urban planning and design. Nairobi, 2012.

WEISMAN, Leslie Kanes. "Women'sEnvironmantalRights - A Manifesto". **Heresies II: Makingroom - womenandarchitecture.** Volume 3 - número 3, Nova York, 1971.

WOMEN IN CITIES INTERNATIONAL - WICI. **Learning from women to creat gender inclusive cities.** Montreal, 2010.

Salvador - 2018

MORFOLOGIAS DA CONGESTÃO: APRECIAÇÕES SOBRE PARIS E NOVA YORK

MORPHOLOGY OF CONGESTION: APRECIATIONS ABOUT PARIS AND NEW YORK

MORFOLOGIAS DE LA CONGESTIÓN: APRECIACIONES SOBRE PARIS Y NUEVA YORK

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

GOMES DE SOUSA, Nilberto
Doutorando em Arquitetura e Urbanismo do PPGAU UFRN
metropolis.nilberto@gmail.com

MORFOLOGIAS DA CONGESTÃO: APRECIAÇÕES SOBRE PARIS E NOVA YORK

MORPHOLOGY OF CONGESTION: APRECIATIONS ABOUT PARIS ANDNEW YORK

MORFOLOGIAS DE LA CONGESTIÓN: APRECIACIONES SOBRE PARIS Y NUEVA YORK

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Este artigo busca relacionar arranjos morfológicos de algumas quadras e suas edificações com o conceito de congestão formulado por Koolhaas. Faremos isto por meio de uma comparação tipo-morfológica entre quadras típicas de Paris, de Nova York e de recentes experimentações de autoria do BIG, Zaha Hadid e Frits Van Dongen que traduzem tentativas de ruptura em relação aos modelos tradicionais. Após discorrer sobre o conceito de congestão, abordaremos os conceitos de densidade e suas medidas. A seguir, apresentaremos recentes classificações morfológicas das quadras em função das suas tipologias construídas. Para finalizar, utilizamos um conjunto de medidas de densidade para comparar, quantitativa e qualitativamente, as quadras investigadas, e concluímos com apreciações sobre as possíveis relações das suas morfologias com a congestão.
PALAVRAS-CHAVE: morfologia urbana; congestão; densidade.

ABSTRACT:
This article aims to relate morphological arrangements of some blocks and their buildings to the concept of congestion formulated by Koolhaas. We will do this by morphological type comparison among typical blocks of Paris, New York and new experimentations by BIG, Zaha Hadid and Frits Van Dongen, that translate attempts of ruptures in relation to the traditional models. After mentioning the concept of congestion, we will discuss about the concepts of density and its measures. Next, we will show recent urban morphological classifications of the blocks in function to their built typologies. We conclude by demonstrating a list of measures of density to qualitative and quantitatively compare the investigated blocks and finally with analyses over possible relations between the studied morphologies with congestion.
KEYWORDS: *urban morphology; congestion, density.*

RESUMEN:
Este artículo busca relacionar arreglos morfológicos de algunas cuadras y sus respectivas construcciones con el concepto de congestión formulado por Koolhaas. Lo haremos por medio de una comparación tipo-morfológica entre manzanas típicas de París, de Nueva York y de recientes experimentos de los autores BIG, Zaha Hadid y Frists Van Dongen que interpretan intentos de quiebra con relación a los modelos tradicionales. Después de reflexionar sobre el concepto de congestión, abordaremos los conceptos de densidad y sus medidas, En seguida presentaremos recientes clasificaciones morfológicas de las cuadras en función de sus tipologías construidas. Para finalizar utilizamos un grupo de medidas de densidad para comparar cuantitativa y cualitativamente las manzanas investigadas y concluimos con apreciaciones sobre las posibles relaciones de sus morfologías con la congestión.
PALABRAS-CLAVE*:* morfología urbana; congestión, densidad.

INTRODUÇÃO

O que buscamos neste artigo é relacionar arranjos morfológicos de algumas quadras e suas edificações com o conceito de congestão formulado por Koolhaas (2008). Faremos isso por meio de uma comparação tipo-morfológica entre as quadras "clássicas" de Paris, de Nova York e de recentes experimentações de autoria do BIG, Zaha Hadid e Frits Van Dongen. Essas novas experimentações são respostas formais que traduzem tentativas de ruptura em relação aos modelos tradicionais. Tais relações serão reveladas através dos atributos que podemos considerar para a congestão: a elevada quantidade de área construída alocada na quadra e a diversidade de usos do solo e das edificações.

As novas experimentações, as formas de prescrição e regulação das densidades construtivas, habitacionais, do traçado e da população, estão no centro das discussões e proposições nas quais se envolvem proprietários, governos, arquitetos, planejadores, empreendedores e cidadãos. De certa maneira, a nova onda de experimentações intenta resgatar: a importância da forma; do tecido urbano, sua textura e do seu caráter específico e local; da polifuncionalidade; das frequentes oportunidades de virar a esquina; da ocupação densa e da continuação do espaço urbano (JACOBS, 1961; ALEXANDER, 1966; YEANG; BAXTER, 2000).

A demanda crescente por espaço e a forma como a cidade organiza suas edificações tornaram ainda mais relevantes sua morfologia e seus usos, sobretudo, quando se busca qualidade espacial sem perder de vista a relação entre esta e a intensidade construída das quadras. O fazer e o refazer a cidade têm produzido uma fartura de experimentações. Estas utilizam a densidade, a mistura de usos, o tamanho, a resiliência e a compacidade como substâncias de uma sigilosa alquimia estratégica que pretende atravessar um ciclo de acomodação aos novos desafios e moldar, ou remodelar, a cidade para o século XXI.

O traçado urbano, a malha composta pelas quadras e o parcelário são considerados os elementos essenciais do tecido urbano. A quadra, em especial, é considerada componente primeiro, a matéria-prima essencial para a fabricação da cidade (PANERAI, 2006; JALLON; NAPOLITANO; BOUTTÉ, 2017). Nossa análise considera esses elementos urbanos e suas inter-relações, mas concentra-se especialmente na quadra e nas suas formas de ocupação e na morfologia das suas edificações. Daí, buscamos extrair os sinais das morfologias da congestão.

A CONGESTÃO DE KOOLHAAS

O manifesto retroativo de Koolhaas coloca a cultura da congestão como o grande desafio das metrópoles. O máximo de concentração de edificações, usos e funções, em um espaço reduzido. A concentração apontada por Koolhaas guarda profunda relação com a singular estrutura urbana de Manhattan, onde dois elementos, as quadras retangulares e a edificação verticalizada, possibilitam e potencializam a congestão (KOOLHAAS, 2008). Apesar da pertinência da relação, como veremos, a congestão não parece ser exclusiva da ilha.

O traçado nova-iorquino exaltado por Koolhaas contradiz a afirmação de Jacobs (2000), que afirma ser impossível o desenvolvimento de elaboradas maneiras de viver em um plano preconcebido artificialmente. Segundo Martin (2000), o plano de Manhattan, embora planejado, não impediu o desenvolvimento de uma infinita sobreposição de atividades humanas a tal ponto complexas que levou Alexander (1966) a considerar Nova York uma cidade orgânica. Esse plano tomou seu curso natural a despeito da ideia de que

sobre uma malha planejada não poderíamos ter as características próprias de uma cidade orgânica (MARTIN, 2000, p. 311).

A retícula homogeneizante permite, motivada ou não pela intenção de racionalizar o uso do solo com intenções especulativas, “um máximo de controle para um máximo de descontrole”. A ordem bidimensional da quadra isolada implica na possibilidade de desordem máxima em direção às alturas. Esta oferece possibilidades infinitas, atribuídas à sua ordem/desordem, à corrida para o alto e às atividades internas potencialmente infinitas. Na arena de competição da retícula homogênea, a quadra está equipada com um arsenal tecnológico que “manipula e distorce as condições existentes a um grau irreconhecível, estabelecendo leis privadas e até uma ideologia própria, concorrendo com as demais quadras” (KOOLHAAS, 2008, p. 121).

Dentro da quadra, o arranha-céu é a encarnação da ambição especulativa de multiplicar constantemente o potencial de ocupação e o valor do uso do solo. No contexto da cultura da congestão, cada arranha-céu representa uma “cidade dentro da cidade”, competindo com os demais em tamanho e concentração de usos diversos. Ao atingir alturas ilimitadas e abrigar em seu interior atividades “potencialmente infinitas”, impõe novas condições à estrutura urbana e abre novas possibilidades à cultura da congestão.

Acometido de uma “instabilidade programática” crônica que corresponde ao acúmulo vertical de diferentes atividades, o arranha-céu varre do contexto urbanístico a possibilidade de uma atividade predeterminada para um terreno determinado.

Essa nova forma de “urbanismo incognoscível” vai, a partir das demandas insaciáveis de “negócios”, alimentar os ciclos de obsolescência dos arranha-céus, que “certamente teriam que ser derrubados, mas sem dúvida muitos dele, nas esquinas das quadras, poderiam ser usados nas novas estruturas” (KOOLHAAS, 2008, p. 116). Velocidade, flexibilidade e mutação são as bases sobre as quais Koolhaas imagina uma civilização moderna. Nos grandes centros urbanos do capitalismo avançado, observamos uma gama de intervenções que apontam para a substituição de usos, a ocupação “a la carte”, ou seja, um “turnover” urbano alimentado por usos diferentes simultaneamente ou por curtos períodos.

DENSIDADE

Antes do século XX, a densidade existia apenas como resultado das técnicas construtivas, da tradição e da viabilidade econômica. A densidade era aplicada inconscientemente, sem um conceito explícito. A partir da segunda metade do século XIX, passa a ser utilizada como ferramenta de análise e planejamento urbano e, atualmente, o termo abriga múltiplas definições, tais como: densidade construtiva, habitacional, populacional, de usos e de atividades (BERGHAUSER PONT; HAUPT, 2009).

Apesar da sua polissemia, em um primeiro momento, a objetividade, a neutralidade e a possibilidade de quantificar que adere ao conceito de densidade, o torna um grande apelo para os planejadores. Sua neutralidade decorre do fato de que, à primeira vista, não se revela positivo ou negativo. No entanto, a grande atração inicial é comparável à complexidade do conceito. O conceito se acomoda nos mais variados campos e não desfruta de consenso em relação aos questionamentos, opiniões ou resultados relativos à densidade. A “localização” física, cultural ou profissional daqueles que a estudam também confere ao tema mais fatores e tópicos de complexidade, tais como: forma urbana, zoneamento e uso do solo, compactação-dispersão das cidades, desenho urbano, sustentabilidade, tipologias edificadas, mobilidade e

qualidade ambiental, além do papel dos planejadores e gestores na definição dos padrões de densidades e suas implicações. Vemos, assim, o porquê de nenhuma investigação conseguir englobar o tema por completo (CHURCHMAN, 1999).

A não diferenciação do uso da densidade como conceito descritivo do ambiente construído e o seu uso prescritivo no processo de planejamento, confundem o seu emprego. A banalização da densidade para qualquer coisa, exceto para fins estatísticos, é questionável, pois é percebido como um conceito maleável que reflete mal as propriedades espaciais das áreas urbanas, uma vez que diferentes arranjos morfológicos podem ter densidades similares (BERGHAUSER PONT; HAUPT, 2009, p. 15).

Berghauser e Haupt (2009), reconhecendo a complexidade do tema, buscam desenvolver uma definição de densidade que diminua a confusão que cerca o conceito, tornando-o produtivo no projeto, no planejamento e na pesquisa. Procuram delinear um conceito múltiplo capaz de responder aos constantes desafios enfrentados na lida com o urbano. Na esteira de Alexander (1988), buscam uma conceituação, mas se concentram na densidade física, que deve relacionar a densidade à forma urbana e suas diferentes "performances". Essas performances são por eles entendidas como a capacidade do ambiente construído de produzir diferentes configurações. Desse modo, intentam sustentar a hipótese de que a "densidade urbana contém informações valiosas sobre a forma urbana e as performances/resultados do ambiente construído" (BERGHAUSER PONT; HAUPT, 2009, p. 21), revelando claramente a relação entre a densidade, a forma construída e os traçados urbanos.

AS MEDIDAS DA DENSIDADE

Assim como não há um conceito único de densidade, como vimos anteriormente, não encontramos uma medida de densidade aceita universalmente. As medidas parecem ser talhadas caso a caso. Por conseguinte, as medidas de densidade são expressas pela relação entre algo que "ocupa" ou "usa" como numerador – pessoas, habitações, edifícios, serviços – e uma unidade de área escolhida como denominador. Esse denominador pode variar em dois aspectos: na unidade de medida utilizada (hectare, Km², acre) e na definição dos seus limites (área do bairro ou zona, área da cidade). Portanto, a definição prévia da unidade padrão de área (usada como denominador e dos limites desta) é determinante, mas frequentemente inexistente, dificultando a comparação entre pesquisas ou descrições realizadas em diferentes contextos.

A relação numerador/denominador parece estar diretamente ligada à "localização"; aos objetivos e interesses da pesquisa ou da prática de planejamento em curso. Dito de outra forma, a densidade urbana é utilizada para descrever ou prescrever a morfologia urbana contextualizada. No primeiro caso, visa interpretar o ambiente construído, explicitando suas características formais. No segundo, as prescrições de densidade são utilizadas de forma normativa, tendem a orientar e fornecer alternativas aos projetistas ou planejadores, ou, dito de outra maneira, definem a paisagem urbana tridimensional, modelando seus vazios. Situamo-nos com mais intensidade no primeiro caso, contudo faremos algumas observações em ralação às prescrições aplicadas aos novos experimentos. Antes de avançarmos, é imprescindível pontuar que a densidade física se divide entre as medidas quantitativas e os aspectos qualitativos dessa densidade, como veremos mais adiante (CHURCHMAN, 1999).

O elenco de medidas que apresentaremos tem relação direta com os três principais elementos da paisagem urbana apontados por Conzen (1960). Esses elementos, matérias-primas para a fabricação da cidade, são:

town plan ou *ground plan* (planta da cidade), compreendendo o sítio, as ruas, os lotes e as plantas das quadras com edifícios; o tecido construído em três dimensões; e o uso do solo e das edificações (WHITEHAND, 2007 apud CONZEN, 1960, p. 4).

Existe um grupo de medidas comumente usado para dimensionar componentes físicos da densidade. Essas medidas expressam, indiretamente, a forma e o volume das edificações. Vejamos: o índice de construção (IC) é a relação da área total construída pela área do terreno. O índice de ocupação do solo (IOS) é a área ocupada pela edificação no térreo (área da edificação que toca o solo ou sua projeção) pela área do terreno, revelando sua taxa de ocupação do solo (ALEXANDER; REED; MURPHY, 1988).

Essas medidas "tradicionais" têm sua eficácia contestada, pois são profundamente marcadas por um caráter programático e estatístico. Esse desvio as torna impróprias como instrumento de exposição, e descrição das propriedades fundamentais da paisagem urbana, argumentam Berghauser e Haup (2009, p. 71). Na tentativa de suplantar essa dificuldade, tais autores discutem e criticam a eficácia em descrever a forma urbana tentada pelos métodos mais correntes de medição da densidade física em seus aspectos quantitativos e qualitativos. A densidade populacional, o índice de construção (IC) e o índice de ocupação do solo (IOS) representam as medidas quantitativas. A altura das edificações (L) e a espacialidade (ESP), definida como sendo a relação entre o espaço livre e a área total construída, são medidas qualitativas. Feito o balanço, concluem ser mais vantajoso, para os seus propósitos, relacionar a densidade à forma urbana e à capacidade do ambiente construído de produzir diferentes configurações (performance). Os autores concluem ser mais vantajoso combinar diversas medidas em um conceito de "multivariáveis" da densidade. Esse conceito é estabelecido por três indicadores fundamentais. O índice de construção (IC), o índice de ocupação do solo (IOS) e, por fim, a densidade da malha (N), definida como "o montante do sistema viário por unidade de área, sendo expresso pela relação entre o comprimento do traçado (m) e a superfície da área (m²)". São quatro as variáveis indispensáveis para o cálculo dos indicadores fundamentais: a área considerada (A); o comprimento do traçado (I); a área total construída (F) e a área de ocupação do solo (B) (BERGHAUSER PONT; HAUPT, 2009).

Berghauser e Haup introduzem outro indicador denominado índice de altura do edifício, resultado da divisão da área total construída pela área de ocupação do solo. Junto com a Espacialidade, compõem as medidas qualitativas da densidade. O índice de altura traduz um valor de área construída que, contido numa determinada área do solo indica a sua altura, ou seja, se a área construída aumenta e a área ocupada permanece a mesma, certamente a altura será maior. Mais adiante, apesentaremos as medidas que utilizaremos para descrever a morfologia das quadras selecionadas e dar suporte a suas possíveis relações com a congestão. Antes, faremos uma rápida leitura das quadras, enfatizando suas formas de ocupação e a morfologia das suas edificações.

A QUADRA E SUAS FORMAS CONSTRUÍDAS

Em dois recentes estudos encontramos abordagens sobre a densidade habitacional, a densidade construída, a diversidade de usos e a densidade de serviços, além de outros aspectos como a caminhabilidade e a densidade do traçado. Essas investigações refletem as diferentes estratégias utilizadas para compactação/congestão das cidades. No livro *Why Density* (PER et al., 2015) abordam com mais ênfase as quadras residenciais, mas também investiga quadras mistas que abarcam outros usos.

A distribuição das edificações no interior da quadra, aliada às suas arquiteturas, gera uma classificação binária: as formas urbanas genéricas e as formas urbanas específicas. As nove formas urbanas genéricas vão das habitações unifamiliares às torres isoladas. Dentre elas, encontramos o bloco fechado (Figura 1), que relacionamos facilmente ao modelo haussmaniano.

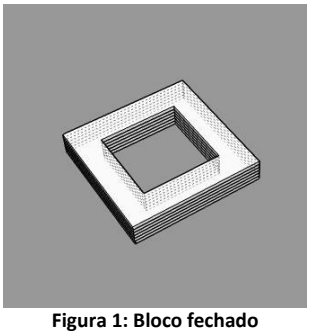


Figura 1: Bloco fechado
Fonte: Adaptada de Per et al. (2015)

O bloco perfurado, a superquadra, o bloco híbrido e as megaformas, são as formas urbanas específicas consideradas significantes. Cada uma dessas categorias alimenta um catálogo de formas construídas que abriga uma diversidade de arranjos nomeados em função das suas características de ocupação e das características arquitetônicas das suas edificações. Entre estes, não identificamos uma que possamos associar às formas construídas da quadra nova-iorquina. Precisamos somar algumas formas urbanas da classificação que Per (2015) construiu (Figura 2), para termos uma morfologia construída mais emblemática da quadra de Nova York. Por esse caminho, chegamos à concentração de edifícios e torres (Figura 3).

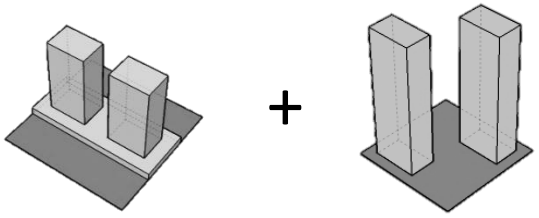


Figura 2: Base com torre + Torres + Bloco com torres
Fonte: Adaptada de Per et al. (2015)

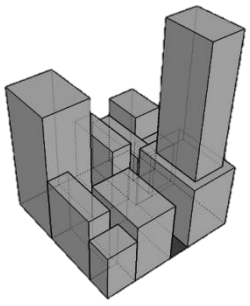


Figura 3: Concentração de edifícios e torres
Fonte: Acervo do autor

O estudo de Per (PER et al., 2015), considera que para medir a densidade na escala da quadra, a melhor opção é usar o *Floor Area Ratio* (FAR), por se reportar à massa construída como um todo, sem considerar os usos. No seu entendimento, esse é um indicador mais objetivo, equilibrado, abstrato e amplo. Tem ainda a vantagem de libertar a densidade dos debates sobre usos e zoneamentos. O *Coverage* é a segunda medida

quantitativa utilizada. A tríade se completa com a Building Height (L), que se enquadra no campo das medidas qualitativas.

Com a intenção de responder à pergunta *Citez um modèle de ville durable ou de bâtiment durable*?, "Paris-Haussmann" (JALLON; NAPOLITANO; BOUTTÉ, 2017), busca a resposta dissecando o modelo haussmaniano. Para tanto, faz seu exame tipo-morfológico e testa sua eficiência por meio de um método comparativo. Para comprovação da sua eficiência, o modelo haussmaniano é confrontado com o de quatorze outras cidades. Dos indicadores analisados, destacamos a densidade construída, o tamanho das quadras e a densidade de serviços. O estudo dispensa atenção especial ao imóvel haussmaniano, do qual ressalta a flexibilidade oriunda das condicionantes construtivas que ainda hoje consentem as reformas internas e as modificações de usos. Essas características explicariam a resiliência do modelo.

Nesse contexto, as aferições utilizam das medidas mais correntes, a densidade construída, a área construída no térreo e a densidade do traçado. Esta última, introduzida por Berghauser e Haup (2009), é aqui calculada de modo diferente, utilizando do número de interseções por Km². Entre os demais indicadores, destacamos a densidade de serviços. Dados os limites estabelecidos para este artigo, abdicamos da sua utilização, mas, reconhecemos sua visível relação com a congestão.

Para fazer a relação entre morfologias e congestão, extraímos uma quadra de cada perímetro analisado no "Paris-Haussmann" (JALLON; NAPOLITANO; BOUTTÉ, 2017). Em Paris, o recorte é feito nas proximidades da Ópera de Paris. No caso de Nova York, no entorno do cruzamento da *Brodway* com a 7th Avenue. Selecionamos em Paris uma quadra de quatro lados, geometria mais numerosa entre as diversas configurações de quadras naquela cidade. Em Nova York, a quadra retangular é a configuração dominante eleita.
Essas quadras correspondem às formas genéricas mencionadas acima, respectivamente, ao bloco fechado (Paris) e ao bloco com concentração de edifícios e torres (Nova York). Para comparação das novas experiências com as formas "clássicas", lançamos mão de três formas urbanas específicas: as barras dobradas (Figura 4), o bloco esculpido (Figura 5) e o pódio com torres (Figura 6), abaixo ilustradas.

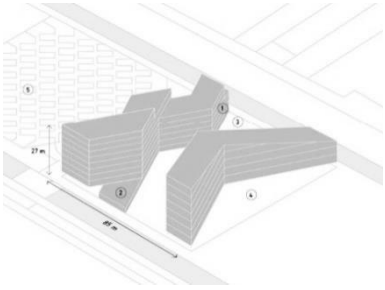


Figura 4: Barras dobradas
Fonte: Adaptada de Per et al., 2015

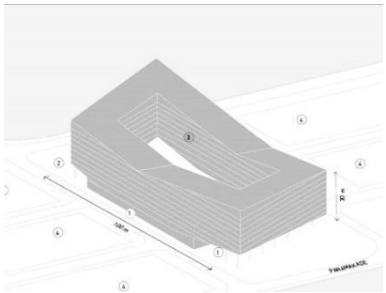


Figura 5: Bloco esculpido
Fonte: Adaptada de Per et al., 2015

Figura 6: podium + torres
Fonte: https://planning.lambeth.gov.uk

Para além das características morfológicas diversas, os exemplos acima também possuem características de usos variados. A barra com dobras e o bloco esculpido abrigam residências e varejo, o podium com torres se reparte entre residências, escritórios, serviços e varejo. Essas características, como veremos

detalhadamente mais adiante, foram intencionalmente acolhidas, com o propósito de diversificar e enriquecer a confrontação entre as soluções morfológicas.

O CENTRO DAS GRANDES CIDADES

Em linhas gerais, as duas cidades das quais extraímos as quadras para análise se caracterizam por suas altas densidades. Paris, a despeito da sua área considerada pequena em relação a outras capitais, é a cidade mais densa da Europa, com 3.700 hab./Km², nos seus 2.845 Km² de área. Oportunamente, lembramos que sobre Nova York, nos referimos especificamente da ilha de Manhattan. Esta, por seu lado, atinge densidade bem mais expressiva com seus 27.826 hab./km² com apenas 59.13 Km²[1] de área. Com áreas, densidades e tecidos urbanos visivelmente distintos, ambas apesentam áreas de concentração e adensamento que se diferenciam no contexto dessas cidades.

A dualidade alta densidade/baixa densidade, convivendo na escala da cidade, é encontrada de forma cada vez mais exacerbada na conjuntura da economia globalizada. A dispersão territorial de empresas e capitais – reflexo da globalização – deságua no crescimento das funções e operações centralizadas de atividades (financeiras, jurídicas, publicitárias, de consultorias, de segurança, imobiliárias), que se encontram no centro de todos os processos econômicos, por exemplo, da indústria, da agricultura, dos serviços em geral. Essas funções e operações concentram-se em áreas específicas, os *Central Business District* (CBD, cada vez mais adensadas das grandes cidades das economias avançadas (SASSEN, 1998; CASTELLS, 2001).

Em busca das características morfológicas dessas áreas específicas, observamos em Paris e Nova York quadras que pertencem ao Central Business District (CBD). Dentro dos recortes físicos realizados por Jallon (JALLON; NAPOLITANO; BOUTTÉ, 2017), em Paris e Nova York, para confrontar o modelo urbano haussmaniano com o de outras cidades, encontramos total ou parcialmente esses centros de negócios dessas capitais. Do interior desses recortes, retiramos duas quadras para análise das medidas de densidade.

Portanto, com a intenção de indagar como alguns atributos morfológicos (traçado urbano e forma edificada,) e funcionais (usos e nós de atividades) se configuram de maneira a contribuir para a congestão dos centros urbanos do capitalismo avançado, nossa atenção volta-se para essa área particular dos centros das grandes cidades das economias avançadas.

QUADRAS DE PARIS E NOVA YORK: MEDIDAS E APRECIAÇÕES

As medidas de densidade que utilizamos integram o conceito de "multivariáveis" proposto por Berghauser e Haup (2009). Esse grupo de medida objetiva relacionar a morfologia urbana (tipos de configurações urbanas) às suas performances. Entenda-se performance como a capacidade do ambiente construído produzir diferentes resultados. Portanto, utilizamos quatro medidas da densidade para relacionar os modelos estudados à performance da congestão. Dentre essas medidas, temos duas quantitativas, a intensidade construída (IC) e o índice de ocupação do solo (IOS), e duas qualitativas, a espacialidade (ESP) e o índice de altura (IA). Essas medidas são obtidas através das fórmulas abaixo apresentadas (Quadro 1). Com auxílio dessas medidas, podemos delinear um cenário de grandes alturas, enormes áreas construídas, exiguidade de espaços livres e máxima ocupação do solo.

[1] Demographia World Urban Areas, 12th Annual Edition, 2016. Disponível em: <demographia.com/db-worldua-index.htm>. Acesso em: jun. 2018.

Intensidade construída (IC) *Building Intensity* (FSI)[2]	**$IC_x = F_x / A_x$** F_x = área total construída A_x = área agregada x (m²)	Mostra a massa construída total (m²) para qualquer escala. Lote, quadra, fração do tecido ou bairro.
Índice de ocupação do solo (*Couverage* -GSI)	**$IOS_x = B_x / A_x$** B_x = área edificada no térreo A_x = área agregada x (m²)	Mostra a relação entre área ocupada no pavimento térreo e a área livre
Espacialidade (ESP) *Spaciousness* (OSR)	**OSR = (1-IOSx)/ ICx**	Mostra a quantidade de espaço livre, não construído no solo, por m² de área construída total (bruta)
Índice de Altura (L) *Heigth Index* (OSR)	**$L = F_x / B_x$**	Mostra a relação entre a área total construída e a área ocupada no térreo. Daí, podemos inferir a altura edificada

Quadro 1: Medidas de densidade
Fonte: Adaptada de Berghauser Pont e Haupt (2009)

Temos nas figuras abaixo as quadras escolhidas em Paris (Figura 6) e em Nova York (Figura 7), seguidas das medições de densidade ladeadas pelos números que alimentam seus cálculos. Outras informações, como o número de edifícios e de parcelas, são incluídas, com a intenção de revelar outros aspectos morfológicos que poderemos relacionar à cultura da congestão. Iniciaremos nossas apreciações pela comparação das medidas desses dois modelos "clássicos". Mais adiante, veremos como esses exemplos e suas medidas se comportam diante das novas experiências.

[2] Nomeação adotada por Berghauser e Haup (2009) e Per (2015) para as medidas de densidade.

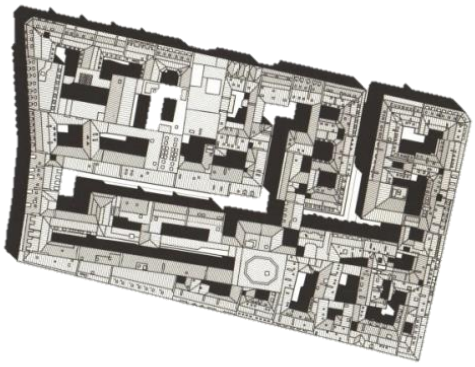


Figura 6: Quadra Paris
Fonte: Adaptada de Jaillon; Napolitano (2017)

IC	6,08
IOS	0,76%
ESP	0,04
L	8,00
	m²
Área da quadra	19 463
Área no térreo	14 793
Área construída[3]	118 344,0
Espaço livre	4 670
N° de parcelas	50
N° de edifícios	60

Figura 7: Quadra 1001Nova York
Fonte: adaptada de https://zola.planning.nyc.gov

IC	35,93
IOS	0,73%
ESP	0,01
L	49,1
	m²
Área da quadra	15 000
Área no térreo	10 970,24
Área construída	539 023,8
Espaço livre	4 029,76
N° de parcelas	14
N° de edifícios	14

Aspectos quantitativos

A quadra parisiense é maior e tem maior área de ocupação no térreo (IOS). Apesar da "desvantagem", a quadra nova-iorquina possui um índice de construção cerca de seis vezes maior.

Os números que resultam no índice de construção (IC) também são reveladores. Mesmo considerando uma área construída máxima para a configuração parisiense, resultado da altura padrão adotada de 23,5 m para o conjunto das edificações, a diferença é igualmente significante. A área total construída em Nova York é 4,5 vezes maior do que em Paris, embora os índices de ocupação do solo sejam próximos.

[3] Para o cálculo da área construída total, em razão do desconhecimento do número de pavimentos de cada uma das edificações da quadra estudada, utilizamos o artifício de empregar a altura padrão do modelo haussmaniano, que é de 23,50 m, distribuídos em sete pavimentos. Obtemos, assim, o potencial máximo de área construída relativa à superfície ocupada no térreo. The so-called 'Berlage blocks' form the southern boundary of Javaplein. They were among the first dwellings built for Amsterdam's poorest inhabitants after the passing of the Housing Act in 1902. The entire complex, two freestanding blocks and a built-on block, contains 169 workers' dwellings. The floor plan is based on the British 'model cottage'.

O número de lotes e edificações nas quadras, apesar da quadra parisiense ser 23% maior, é bastante diferente. Em Paris, são 60 edificações para 50 lotes, enquanto Nova York abriga 14 edifícios em 14 lotes, um deles encontra-se sem ocupação e um dos lotes recebe mais de uma edificação.

Aspectos qualitativos

O bloco fechado parisiense tem um melhor desempenho em relação à espacialidade (ESP). Os seus espaços livres, neste caso, em maioria com acesso público, estão no seu interior. Tais acessos caracterizam essa quadra, pois em geral a *cour* tem o seu acesso restrito aos seus moradores e em outras situações a parte interna, quando constitui um espaço contínuo, melhora a espacialidade. Na quadra nova-iorquina, excetuando-se a presença ocasional do lote vazio nela existente, os espaços livres estão nos limites da quadra. São exíguos e resultam das prescrições urbanísticas. Embora reduzidos, esses espaços somam-se ao espaço público, ao contrário do que encontramos na quadra parisiense em geral.

Em Nova York, a corrida para o alto fica claramente demonstrada pelo índice de altura (L). Enquanto a altura máxima do imóvel haussmaniano é de sete pavimentos (incluindo-se o *toit a la mansard*), a quadra nova-iorquina abriga edificações de 4 a 51 pavimentos. Esse fato revela uma variedade formal significativa, enquanto na quadra parisiense não existe essa competição pela altura.

AS NOVAS EXPERIÊNCIAS: MEDIDAS E APRECIAÇÕES

Os projetos

As recentes experiências eleitas para apreciação possuem, cada uma delas, pelo menos uma característica que rompe com os modelos "clássicos" de quadra vistos acima. No *The Whale* (DONGEN, Architekten Cie, 2000), o bloco fechado é elevado e retorcido, ao mesmo tempo em que disponibiliza seu interior ao público; a *VM Houses* (BIG; JDS, 2005), vai além da unidade de habitação de Corbusier pela multiplicação das tipologias habitacionais, pela marcante simbiose entre os espaços livres do *ilôt ouvert* e o espaço público adjacente; o *Vauxhall Cross Island* (HADID, 2017) radicaliza o modelo nova-iorquino quando exacerba a verticalização no exíguo espaço da quadra onde se localiza.

"The Whale"

O projeto urbanístico onde se insere o *The Whale* foi preparado pela municipalidade como parte de um processo de planejamento estruturado com objetivo de estabelecer as diretrizes que orientaram os atores do processo. Qualidade, caráter e senso de lugar eram os pré-requisitos que deveriam caracterizar a intervenção. Buscando aproximar a densidade da área de Borneo-Sporenburg, onde se situa *The Whale*, a do animado bairro de Jordaan, próximo ao centro de Amsterdam, essa região portuária foi contemplada com um programa que apostava na sua revitalização. Para conseguir a densidade mínima de 100 habitações por hectare, a *Architekten Cie* pensou um mar de edifícios baixos ritmados pela variação dos blocos e dos espaços livres. Esse imenso plano edificado é quebrado por três "meteoritos" que elevam a paisagem e permitem atingir as densidades encontradas no centro da cidade (Figura 8a).

Figura 8a: *The Whale* vista aérea

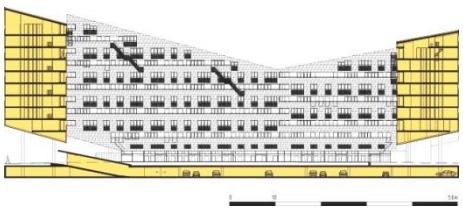


Figura 8b: *The Whale* corte longitudinal
Fonte: adaptada de https://www.arcam.nl

Figura 8c: *The Whale* vista da área livre

The Whale é um dos três "meteoritos" que pontuam a área. Implantado numa área igual à área ocupada ao solo de uma quadra "Berlage"[4] (50 x 100 m), foi construída uma área duas vezes maior. O tradicional bloco fechado se eleva para que a rua venha até o seu interior. Nesse caso, a contorção acontece no eixo vertical, acompanhando a direção dos raios do sol (Figura 8b). A edificação se eleva em dois lados, trazendo a luz para o pátio interno e atraindo o espaço público para o pilotis e para o jardim interno "quase" público (Figura 8c). O original desenho da edificação é, também, resultado das diretrizes apontadas pelo município, entre as quais a de se ter quatro fachadas diferentes. A "Baleia" abriga 150 habitações sociais, 64 habitações privadas e 1.100 m² de espaços comerciais.

"VM Houses"

A construção da *VM Houses* inaugurou uma nova zona de expansão urbana de Copenhagen. Os arquitetos trabalharam sobre a forma tradicional do bloco fechado, suprimindo dois dos seus lados e o transformaram em uma quadra aberta (Figuras 8a, 8b, e 8c). Visto de cima, o conjunto tem a forma estilizada das letras do seu nome (Figura 9). A implantação dos edifícios contorcidos na quadra oferece uma solução original para o *ilôt ouvert*, cujos vértices coincidem com as extremidades das edificações (Figura 8d). Os espaços livres da quadra são tratados diferentemente. O espaço entre as edificações é uma praça "mineral" e o espaço à frete do "V" é um parque (Figura 9c).

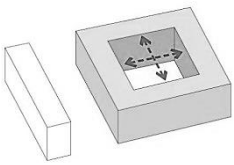


Figura 9a

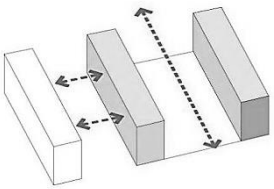


Figura 9b:

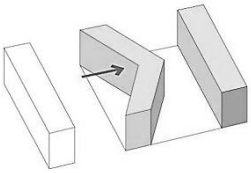


Figura 9c

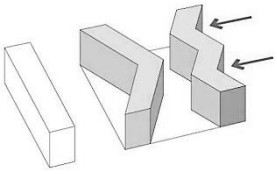


Figura 9d

***VM Houses* transformação do bloco fechado**
Fonte: adaptada de http://jdsa.eu/vm/

Essas contorções volumétricas afastam a solução da *VM Houses* das barras repetidas e monótonas e garantem o acesso visual à desejada vista livre do horizonte. Uma das características marcantes do

[4] As quadras Berlage que possuem a típica morfologia da quadra fechada figuram entre as primeiras quadras residenciais construídas para os habitantes mais pobres de Amsterdam. Em um conjunto de três quadras, foram construídas 169 residências operárias. Esse "programa" foi consequência da aprovação da Lei da Habitação, em 1902.

conjunto são as tipologias habitacionais surpreendentemente diversificadas, distribuídas em diferentes níveis, variadas configurações e oferecendo espaços com dupla altura. É notável o esforço para individualizar as moradias, são 80 diferentes tipos de apartamentos, em um total de 225, cujos encaixes criam vem desafiador quebra cabeça tridimensional (Figura 9b). Homenagem declarada a *l'unité d'habitation* de Corbusier, mas sem os seus corredores "sem saída", a *VM Houses* dispõe ao longo de corredores curtos e com vistas para o exterior suas habitações.

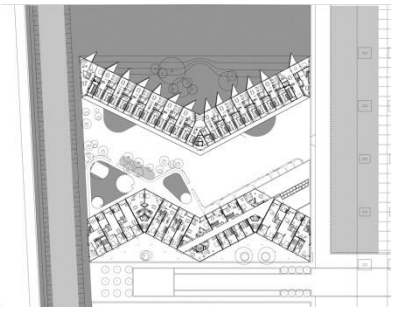


Figura 10a: Planta térreo *VM Houses*

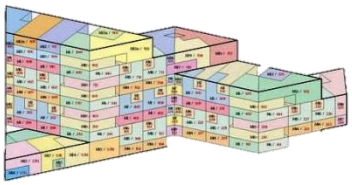


Figura 10b: Quebra-cabeça *VM Houses*
Fonte: adaptada de http://jdsa.eu/vm/

Figura 10c: Vista aérea *VM Houses*

"Vauxhall Cros Island"

O *Vauxhall Cross Island* responde às aspirações de criação de um centro distrital, atualmente em curso, caracterizado por edifícios altos. No contexto londrino, essa localização considerada estratégica é vista como um local propício para receber altas densidades.
A solução fortemente verticalizada do *Vauxhall* é composta por duas torres de diferentes alturas ligadas por um podium. Neste podium alocam-se comércio no térreo e escritórios nos demais pavimentos. A torre norte com 42 pavimentos é residencial e a torre sul com 53 pavimentos é dedicada à hotelaria. A disposição lateral da edificação foi pensada com a intenção de abrir espaço para uma praça pública que se desenvolve na área livre da quadra. A existência dessa área só é possível devido à forte verticalização do conjunto. Esse conjunto de opções foi a aposta para se tentar conseguir uma melhor definição e fluidez nas conexões com as atividades do entorno (estação de metrô, terminal de ônibus e demais edificações), e almejar uma vibrante praça pública, que pretende receber múltiplas atividades tais como feiras, performances e atividades comunitárias.

Figura 10a: Imagem simulando o centro distrital concluído

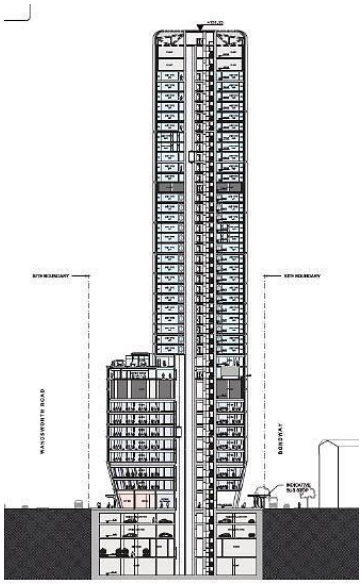


Figura 10b: Vauxhall Cross corte esquemático
Fonte: adaptada de http: //vxisland.co.uk/

Figura 10c: Vauxhall Cross implantação

As medidas das experiências recentes

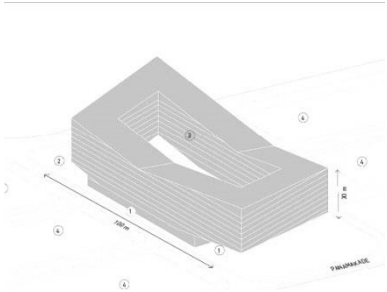


Figura 9: "The Whale" – De Architekten Cie, Frits Van Dongen – 2000 - Amsterdam
Fonte: Adaptada de Per et al. (2015)

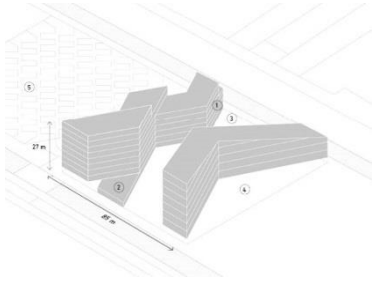


Figura 8: VM housing–BIG – 2005-Copenhagen
Fonte: Adaptada de Per et al. (2015)

Figura 10: Vauxhall Cross Island – Zaha Hadid – 2017 - Londres
Fonte: Adaptado de https://planning.lambeth.gov.uk

IC	9,18
IOS	0,42
ESP	0,06
L	9,2
	m²
Área da quadra	7 986
Área no térreo	3 354
Área construída	30 800
Espaço livre	3 731,9
N° Edifícios	1

IC	3,11
IOS	0,44
ESP	0,8
L	7,1
	m²
Área da quadra	8 027
Área no térreo	3 531,88
Área construída	25 000
Espaço livre	4 496
N° Edifícios	2

IC	19,88
IOS	0,41
ESP	0,03
L	48,5
	m²
Área da quadra	5 700
Área no térreo	2 337,05
Área construída	113 324
Espaço livre	3 362,05
N° Edifícios	1

Aspectos quantitativos

Inicialmente, nos chama a atenção o fato de as três experiências possuírem índices de ocupação do solo (IOS) muito próximos, entre 0,41 e 0,44. A diferença de tamanho entre as quadras é mais significativa em relação ao *Vauxhall*. Este se desenvolve na menor quadra entre todas as consideradas.

Atualmente, a quadra do *Vauxhall* é um espaço verde "residual" entre vias e nós de atividades (estação de metrô, edificações existentes, estação de ônibus) em situação privilegiada na área destinada às altas densidades (Figura 11a). Nesse contexto, com a menor quadra e o menor índice de ocupação do solo, o *Vauxhall* se destaca por atingir a maior intensidade construída (IC) entre os casos estudados. Esse índice supera em mais de seis vezes o da *VM Houses* e, com apenas um terço da área, é proporcionalmente maior do que o da quadra nova-iorquina.

Aspectos qualitativos

A *VM Houses* atinge a maior espacialidade (ESP), com significativa diferença para os demais casos. Essa maior espacialidade é acompanhada da menor intensidade construída (IC) e do menor índice de altura (L). Seus espaços livres correspondem a mais da metade da área da quadra. A forma desses espaços é resultante das dobraduras operadas sobre as edificações. Assim como para a cidade, no momento em que se define sua morfologia (traçado urbano, gabaritos, áreas livres), estamos, ao mesmo tempo, desenhando seus vazios. É importante assinalar que, nesse caso, os vazios foram pensados também no seu aspecto tridimensional. Isso ocorreu no momento em que as barras contorcidas sofrem supressões em seus pavimentos ou diminuição gradativa de altura para liberar vistas em várias direções (Figuras 10b e 10c).

Em situação intermediária em relação à intensidade construtiva (IC) e à espacialidade (ESP), *The Whale* tem como característica a distribuição do seu espaço livre. Esses espaços estão em parte no interior do bloco e em parte sob suas duas flexões para o alto. O espaço livre criado por estas flexões atraem o espaço público para o pilotis da edificação. No Vauxhall, que, entre todos os casos, é o que ocupa a menor área no térreo, todo espaço restante é público, sendo tratado como uma praça.

Observando o diagnóstico do sítio que assinalam suas características atuais, podemos inferir que as vocações atuais do local são: área verde; área de circulação pedestre entre os nós de atividades adjacentes. A seu modo, o projeto intenta conservar essas características. A partir do redesenho da quadra, o projeto organiza e potencializa as conexões entre os diferentes modais, cria novos nós de atividades ao nível do pedestre e, na medida do possível, mantém áreas verdes na praça, na intenção de promover a vida social em pequenos espaços urbanos (Figuras 11a e 11b). Esse propósito é alcançado, também, em função da morfologia construída. A solução volumétrica da edificação pode ser classificada como base + torres (Figura 2) e, devido a sua radical verticalização, viabiliza o espaço livre para praça.

Figura 11a: Implantação do Vauxhall

Figura 11b: imagem da praça contígua ao Vauxhall

Fonte: adaptada de http://vxisland.co.uk/

O índice de altura do *Vauxhall* é a expressão acabada de uma grande intensidade construída em área reduzida. Este índice supera em cinco vezes o segundo colocado, *The Whale*. Sua maior torre atinge os 53 pavimentos, enquanto *The Whale* tem um máximo de 13 pavimentos.

APRECIAÇÕES FINAIS

Retornando às afirmações de Koolhaas de que a retícula homogeneizante permite "um máximo de controle para um máximo de descontrole", observamos que a quadra nova-iorquina retangular é o elemento urbano repetido ao infinito. Ela se diferencia e se caracteriza por meio da profusão de formas edificadas em grandes alturas. Na direção oposta, os 3385 *ilôts* parisienses abrigam em geometrias de três a seis faces, o mesmo modelo haussmaniano de edificação com altura limitada. Aqui, a diferença está na variação formal das quadras, o corpo edificado permanecendo "neutro". Em um próximo exercício, pode ser interessante adicionar às comparações o modelo de quadra de Cerdá para Barcelona e o de Lúcio Costa para Brasília.

Podemos aceitar a relação singular entre a estrutura urbana de Nova York e a congestão, sugerida por Koolhaas (2008). Devemos, no entanto, tendo em vista o exemplo da intervenção projetada para o *Vauxhall Cross island* no seu conjunto, reconhecer que a congestão pode habitar outros tecidos com traçados irregulares e obter resultados de índices de construção (IC) significativos.

A expressão morfológica mais marcante das formas edificadas nas quadras investigadas é o arranha-céu. No contexto nova-iorquino, assim como no novo centro distrital adensado ao qual se integra o *Vauxhall Cross Island*, a verticalidade exacerbada é o aspecto qualitativo da densidade mais acentuado e um dos aspectos que sinalizam a sua congestão. É expressiva a constatação de que nele atingimos, com pouco mais de um terço da área e com aproximadamente um quinto da área construída da quadra nova-iorquina, um índice de altura (IC) praticamente igual. O planejamento do novo centro distrital aceita a concentração de arranha-céu, de uso e de funções, ou seja, a congestão como resposta aos desafios urbanos atuais, olhando para além deles. Considerando os resultados das medições do *Vauxhall*, e diante da imagem do plano concluído (Figura 12), podemos supor o crescimento geral do índice de construção (IC) e uma baixa espacialidade (ESP) para as quadras consideradas individualmente.

Figura 12: Simulação do centro distrital de Vauxhall Cross finalizado.
Fonte: adaptado de https://planning.lambeth.gov.uk

Ao lado da verticalização aguçada, identificamos a concentração no sentido da visível proximidade das edificações aliada a uma baixa espacialidade como outro traço característico da congestão. A maioria das edificações na quadra nova-iorquina são erguidas nos limites dos lotes ou se tocam pelo menos em parte dos seus pavimentos. No modelo haussmaniano todas as edificações são unidas por, pelo menos, uma parede, em geral lateral. As duas morfologias resultam em um baixo valor de espacialidade (ESP). No entanto, o exemplo dado por Zaha Hadid no *Vauxhall Cross Island* representa uma solução que tenta atenuar o problema da carência de áreas livres com a criação de uma praça num contexto que apresenta sinais de congestão. Apesar do esforço feito por Zaha Hadid, essa baixa espacialidade, um dos traços comuns entre as quadras de Nova York e o *Vauxhall Cross Island*, é uma característica censurável quanto aos seus reflexos na qualidade do ambiente urbano.

Dois dos exemplos selecionados como formas urbanas específicas, a *VM Housing* e *The Whale*, quando comparados à quadra parisiense, apresentaram resultados em sua maioria desarmônicos. Podemos considerá-los próximos no índice de altura (L) e demasiado separados nos índices de ocupação do solo (IOS), no índice de construção (IC) e na espacialidade (ESP). É digna de nota, quando consideramos a espacialidade (ESP), a proximidade da quadra parisiense com a tipologia base + torre. Ambas oferecem pouco espaço livre e a diferença significativa é que, no *Vauxhall*, este espaço é uma praça integrada à cidade e não um espaço interno como na quadra parisiense, que possui apenas algumas vias, que se conectam com as ruas circundantes.

A congestão representada pela diversidade e concentração de usos e atividades está expressa nas quadras de Nova York e de Londres. Na quadra nova-iorquina funcionam comércios/escritórios; residências mistas/comércios; estacionamento; manufatura industrial e serviços públicos/instituições. O *Vauxhall* acolhe hotel, habitações públicas, habitações privadas, comércios e estacionamentos. Esse misto de atividades, vale sinalizar, para o caso londrino, ocorre em área inferior à metade da nova-iorquina. É possível suspeitar que a base do Vauxhall destinada a escritórios, ou as edificações dedicadas a comércios/escritórios, são o palco potencial para a "instabilidade programática" que fomenta a congestão de usos e atividades.

No caso da *The Whale* e da *VM Houses*, programas eminentemente habitacionais onde se inserem comércios ou serviços em quantidades proporcionalmente não relevantes, não podemos reivindicar uma condição de congestão. Por outro lado, a *VM Houses* tem uma peculiar característica que podemos apreciar

como uma congestão de tipologias habitacionais, os seus 80 diferentes tipos de apartamentos. Nesse aspecto, vemos não uma instabilidade programática e sim de uma instabilidade ou congestão tipologia.

Refletindo sobre o conjunto, percebemos uma permanente preocupação com a zona de transição-contato entre a edificação e o espaço público. Essa questão, recorrente entre urbanistas e planejadores, é exposta por Jacobs (2000), Bentely (1985) e Yeang (2000), que produziram recomendações tais como: a necessidade de uma frente e um interior que representam o público e o privado e se distingam claramente; o alinhamento do bloco com o perímetro da quadra e o forte incentivo para a manutenção da continuidade das edificações ao longo da rua, obtendo-se uma linha contínua edificada. Mesmo reconhecendo o pequeno número de casos estudados, podemos apontar algumas desobediências a essas recomendações. Vemos isso no *The Whale*, na *VM Houses* e no *Vauxhall*. No caso do *The Whale*, nos parece significativo no sentido de que temos ali, podemos dizer, um "térreo comum", onde as fronteiras entre o público e o privado se dissolvem, ao contrário da VM houses, onde, apesar da simbiose espaço livre da quadra-espaço público, o térreo não é "invadido" por um passeio coberto ou por um pilotis/jardim "quase" público. A simbiose espaço livre-espaço público e o distanciamento do alinhamento da quadra são evidentes no *Vuaxhall* e na *VM houses*.

Declarar se o térreo comum, o afastamento dos limites da quadra ou a simbiose espaço livre espaço-público, são tendências ou rupturas consolidadas ou apenas ocorrências isoladas; explorar dois outros modelos "clássicos" de quadras, Barcelona e Brasília, além de outras recentes experiências, para ampliar as reflexões sobre quais seriam as relações das suas morfologias com a congestão, são cenas para um próximo artigo.

REFERÊNCIAS:

AGUIAR, D.; NETTO, V. M. (Org.). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2012.

ALEXANDER, C. A city is not a tree. **Design**, 1966.

ALEXANDER, E. R.; REED, K. D.; MURPHY, P. **Desity measure and relation to urban form**. Milwaukee: University of Wisconsin-Milwaukee, 1988.

BERGHAUSER PONT, M.; HAUPT, P. **Space, density and urban form**. Delf: Technische Universiteit Delf, 2009.

BIG. **VM Houses**. Disponível em : < http://www.big.dk/#projects-vm. Acesso em: 10 maio 2018.

BOYKO, C. Density matters. **Urban Design**, n. 132, p. 57, autumn 2014 2014.

CALABI, D. **História do urbanismo europeu:** questões, instrumentos, casos exemplares. São Paulo: perspectiva, 2012.

CARS, J. D.; PINON, P. **Paris - Haussmann**. 5. ed. Paris: Picard Éditeur, 1991.

CHOAY, F. **L'urbanisme utopies et realités une anthologie**. Paris: Editions du Seuil, 1965.

CHURCHMAN, A. Disentangling the concept of density. **Jounal of Planning Literature**, Ohio, mai 1999. 389.

COLOSSO, P. **Rem Koolhaas nas metrópoles delirantes:** entre a bigness e o o big business. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Univerdidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CONZEN, M. G. R. Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis. **The Institute of British Geographers**, London, 1960.

DONGEN, Frits Van. **The whale**. Disponível em: http://en.cie.nl/projects/39. Acesso em: 23 maio 2018.

NØRKJÆR, Finn. **VM houses**. Disponível em: https://www.arcam.nl/en/. Acesso em: 10 maio 2-18.

HALL, P. **Cidades do amanhã:** uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectivva, 2009.

JACOBS, J. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JALLON, B.; NAPOLITANO, U.; BOUTTÉ, F. **Paris Haussmann**. Paris: Éditions du Pavillon de l'Arsenal, 2017. 263 p.

JDS . **VM houses** .< http://jdsa.eu/vm. Acesso em: 10 maio 2018.

KOOLHAAS, R. **Nova York delirante:** um manifesto retroativo para Manhattan. Tradução de Denise Bottmann. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

LUCAN, J. **OMA - Rem Koolhaas:** por une culture de la congestion. Paris: Electa Moniteur, 1990.

LUCAN, J. **Où va la Ville aujourd'hui? Formes urbaines et mixités.** Paris: Éditions de La Villette, 2012.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Tradução de Jefferson Luiz. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MANZI, A. G. M. **Grandes projetos urbanos na cidade de Curitiba:** impactos e externalidades. 161f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontífica Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2008.

MARTIN, L. **The grid as generator**, Cambridge, 4, 2000.

NETTO, V. M. et al. **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2012.

PANERAI, P. **Análise urbana**. Tradução de Francisco Leitão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. 198 p.

PANERAI, P.; CASTEX, J.; DEPAULI, J.-C. **Urban forms:** death and life of urban block. Oxford: Éditions Parenthèses, 2004.

PER, A. F. et al. **Why density, debunking the myth of the cubic waterlon**. Vitoria-Gasteiz: a+t architecture publisher, 2015.

RAPOPORT, A. Toward a redefinition of density. **Environment and Behavior 7**, Milwaukee, v. 2, p. 133-158, 01 jun 1975.

SALINGAROS, N. A. **Principles of urban structure**. Amsterdan: Techne Press, 2005. 252 p.

SILVA, R. C. D. **Urbanismo paramétrico:** parametrizando urbanidade. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010. 211 p.

SOMECK, N.; NETO, C. M. C. Desnvolvimento local e projetos urbanos. **Vitruvius**, abr. 2013. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/search/arquitextos. Acesso em: 15 nov. 2016.

HADID, Zaha. **Vauxhall cross island**. Disonível em: https://planning.lambeth.gov.uk/online-applications/applicationDetails.do?activeTab=documents&keyVal=P06EE7BO0GI00. Acesso em : 20 abr. 2018

VAUXHALL cross island. **New proposals for vauxhall cross island.** Disponível em: http://vxisland.co.uk/. Acesso em: 30 maio 2018.

WHITEHAND, J. W. R. **Conzenian urban morphology and urban landscapes**. 6a International Space Syntax Symposium. Istambul: [s.n.]. 2007. p. 9.

YEANG, L. D.; BAXTER, A. **Urban design compendium 2**. London: English Partnership, 2000.

ZOLA. **New York city's zoning & land use map**. Disponível em: https://zola.planning.nyc.gov/#13.21/40.7235/-73.9857. Acesso em: 16 mar. 2017.

V enanparq
Salvador - 2018

MUITO POUCO ENSINO DE TEORIA E POUCA ARQUITETURA, OS MALES DO BRASIL SÃO

FEW TEACHING OF THEORY AND FEW ARCHITECTURE, THE ILLS OF BRAZIL ARE

POCA ENSEÑANZA DE TEORÍA E POCA ARQUITECTURA, LOS MALES DEL BRASIL SON

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

PUPPI, Marcelo
Doutor em História da Arte; Professor na Universidade Estadual de Londrina
marcelopuppi@uol.com.br

MUITO POUCO ENSINO DE TEORIA E POUCA ARQUITETURA, OS MALES DO BRASIL SÃO

FEW TEACHING OF THEORY AND FEW ARCHITECTURE, THE ILLS OF BRAZIL ARE

POCA ENSEÑANZA DE TEORÍA E POCA ARQUITECTURA, LOS MALES DEL BRASIL SON

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Haveria uma relação direta entre o ensino de teoria da arquitetura e a qualidade da arquitetura produzida no país? Estabelecendo um paralelo entre um e outro, o artigo propõe as hipóteses que, primeiro, a ascensão e queda da arquitetura brasileira no século XX são inseparáveis da maior ou menor qualidade do ensino da teoria da arquitetura no país e, segundo, que a reconquista da capacidade da arquitetura brasileira de elevar-se ao patamar da melhor arquitetura de sua época e, consequentemente, de contribuir para a evolução tanto da própria arquitetura quanto da sociedade, é igualmente inseparável da difícil mas necessária volta a um verdadeiro ensino de teoria da arquitetura nos cursos de arquitetura do país. O exemplo do projeto premiado em um concurso recente ilustra tanto a falta que faz hoje um verdadeiro e bom ensino de teoria da arquitetura quanto o potencial da redescoberta e revalorização deste ensino.
PALAVRAS-CHAVE: ensino; teoria; prática; arquitetura; evolução.

ABSTRACT:
Is there a direct relationship between the teaching of architectural theory and the quality of the architecture produced in the country? Establishing a parallel between one and another, the article proposes the hypotheses that, first, the rise and fall of Brazilian architecture in the twentieth century are inseparable from the higher or lower quality of the teaching of architectural theory in the country, and second, that the reconquest of the capacity of Brazilian architecture to rise to the level of the best architecture of its time, and consequently to contribute to the evolution of both architecture and society, is equally inseparable from the difficult but necessary return to a true teaching of architectural theory in the courses of architecture in the country. The example of the award-winning project in a recent competition illustrates both the lack of a true and good teaching of architectural theory nowadays and the potential of the rediscovery and revaluation of this teaching.
KEYWORDS: *teaching; theory; practice; architecture; evolution.*

RESUMEN:
¿Habría una relación directa entre la enseñanza de teoría de la arquitectura y la calidad de la arquitectura producida en el país? Estableciendo un paralelo entre uno y otro, el artículo propone las hipótesis que, primero, la ascensión y caída de la arquitectura brasileña en el siglo XX son inseparables de la mayor o menor calidad de la enseñanza de la teoría de la arquitectura en el país y, segundo, que la reconquista de la capacidad de la arquitectura brasileña de elevarse al nivel de la mejor arquitectura de su época y, por consiguiente, de contribuir a la evolución tanto de la propia arquitectura como de la sociedad, es igualmente inseparable de la difícil pero necesaria vuelta a una verdadera enseñanza de teoría de la arquitectura en los cursos de arquitectura del país. El ejemplo del proyecto premiado en un concurso reciente ilustra tanto la falta que hace hoy una verdadera y buena enseñanza de teoría de la arquitectura como el potencial del redescubrimiento y revalorización de esta enseñanza.
PALABRAS-CLAVE*: enseñanza; teoría; práctica; arquitectura; evolución.*

TAL ENSINO, TAL ARQUITETURA?

No século XX, a arquitetura brasileira soube elevar-se à altura das melhores criações de sua época, para depois, entretanto, declinar vertiginosamente e regredir cada vez mais ao estado atual de quase insignificância estética, cultural e social — salvo as grandes, notórias mas rarissíssimas exceções. Mais precisamente, na primeira metade do século XX, a Arquitetura Moderna Brasileira constituiu um dos grandes capítulos da história mundial da Arquitetura Moderna; em meados do século, passou por um período de mutação; declinou em seguida, a partir de meados da década de 60[1]; nos anos 70, o declínio culminou na evidente regressão à simplificação do Estilo Internacional; finalmente, e de modo geral, a arquitetura brasileira permaneceu e permanece praticamente nesse estado até os dias atuais, apesar dos esforços de atualização da prática do projeto iniciadas nos anos 80 que, se renderam alguns bons e excelentes resultados, representam ainda exceções à regra dominante.

Naturalmente, essa história se explica por vários fatores[2], mas chama a atenção a grande coincidência existente entre a história arquitetura brasileira do século XX e a história do ensino de teoria da arquitetura. Em linhas gerais, o ensino da teoria da arquitetura começou relativamente bem o século XX, mas desapareceu gradativamente da formação do arquiteto ao longo do século, tornando-se quando muito, atualmente, um estudo meramente superficial ou desvirtuado do assunto. Ainda que, diferentemente, a história do ensino da arquitetura no Brasil seja por ora muito pouco e superficialmente conhecida, o pouco que se sabe revela essa evolução, ou melhor, involução do ensino da teoria da arquitetura no século XX. Embora ainda imprecisamente, já se constata hoje que, nas primeiras décadas do século, a antiga Escola Nacional de Belas Artes dispensava um bom ensino teórico aos futuros arquitetos[3]. Não é certamente por acaso que, sem exceção, os arquitetos modernos brasileiros da primeira geração se formaram na Escola Nacional de Belas Artes, na qual os estudantes eram introduzidos, e quiçá se familiarizavam com eles, não apenas aos grandes tratadistas, mas também a publicações contemporâneas[4]. Na outra ponta, para quem conhece bem o ensino de teoria da arquitetura ministrado hoje nos cursos de arquitetura, não há, ou não poderia haver nenhuma dúvida que se ensina tudo nas disciplinas obrigatórias de teoria e história da arquitetura, exceto teoria da arquitetura.

---

[1] Ver a cronologia da Arquitetura Moderna Brasileira estabelecida por Carlos Eduardo Comas em **Précisions Brésiliennes sur un Etat Passé de l'Architecture et de l'Urbanisme Modernes**,Tese de Doutorado, Universidade de Paris 8, Paris, 2002; e Moderna (1930 a 1960), in: Roberto Montezuma (org.), **Arquitetura Brasil 500 anos**, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2002, v. 1, pp. 185-238.

[2] Sobre as razões da "perda de qualidade e direção da prática posterior à década de 1960", de outro ponto de vista, ver Edson Mahfuz, "O sentido da arquitetura moderna brasileira", **Arquitextos**, São Paulo, ano 02, n. 020.01, Vitruvius, jan. 2002, disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.020/811>. Ver também, do mesmo autor, A vigência da concepção Moderna, in: Roberto Montezuma (org.), **Arquitetura Brasil 500 anos**, op. cit., pp. 302-307.

[3] Sobre o ensino de arquitetura no século XIX e início do século XX, na Europa e no Brasil, ver Arthur Drexler (org.), **The Architecture of the Ecole des Beaux-Arts**, Nova Iorque, The Museum of Modern Art, 1977; Robin Middleton (org.), **The Beaux-Arts and Nineteenth-Century French Architecture**, Londres, Thames and Hudson, 1984; Helena Cunha de Uzeda, "O curso de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes e processo de modernização do centro da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX", **19&20**, Rio de Janeiro, v. V, n. 1, jan. 2010, disponível em: <http://www. dezenovevinte.net/arte decorativa/ad_huzeda.htm>.

[4] Ver Fernando Atique, "Um sotaque disfarçado: a recepção de referências americanas no curso de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes", **19&20**, Rio de Janeiro, v. III, n. 2, abr. 2008, disponível em:<http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/ad_atique.htm>.

Em suma, enquanto, no início do século, a Escola Nacional de Belas Artes ensinava teoria da arquitetura, a Arquitetura Moderna Brasileira tornou-se internacionalmente reconhecida, igualando-se às obras primas de seu tempo. Inversamente, nos dias atuais, quando não se ensina mais teoria da arquitetura, ou não se ensina mais a verdadeira teoria da arquitetura, a arquitetura brasileira praticamente desapareceu da cena internacional, exceto um ou dois grandes nomes que confirmam a regra.

Se a hipótese estiver correta, como se pretende demonstrar em estudos posteriores, a redescoberta e a revalorização do ensino de teoria da arquitetura poderiam dar uma grande contribuição para o renascimento e quiçá para a evolução da arquitetura no Brasil.

O QUE É TEORIA DA ARQUITETURA?

Primeiro, então, o que é teoria da arquitetura? Antes da definição, é necessário dizer o que ela não é. A teoria da arquitetura não é um conjunto de regras ou, pior ainda, uma receita (como pretendem os professores das disciplinas práticas...) destinados a guiar, ou ainda a facilitar (como pretendem igualmente os professores das disciplinas práticas...) o trabalho prático do projeto. Pode-se também descartar a proposição da teoria como uma atividade reflexiva, ou justamente como teoria reflexiva, por redundante: pois, por definição, a teoria ou é reflexiva, ou não é teoria[5].De modo geral, é bastante simples verificar o que não é a verdadeira teoria da arquitetura: quando ela é impropriamente invocada, como ela o é na maioria dos casos, a teoria da arquitetura é tida como algo (preceitos, regras, receitas...) subordinado à prática ou mesmo implicitamente derivado da prática. É a sublime distorção do processo de conhecimento sobre a qual repousa o ensino atual de arquitetura, no Brasil pelo menos. Ora, a teoria por ser e para ser teoria, precede a prática, naturalmente de modo complexamente dialético, sem jamais confundir-se ou subordinar-se a ela. Não é preciso recorrer à filosofia ou às ciências humanas em geral para demonstrá-lo: os próprios tratados de arquitetura que, justamente, destinam-se nos melhores casos a proclamar uma teoria da arquitetura, a concebem como um pensamento anterior à prática, ou precisamente (com o perdão da simplificação, posto tratar-se de um processo igualmente complexo) para ser aplicado na prática. Não faltam exemplos significativos, inclusive da era contemporânea. É o caso bem evidente e conhecido do tratado de Alberti, mas também das publicações de Durand, que representam a concepção da arquitetura do século XVIII, e de Viollet-le-Duc e Reynaud, que, no século XIX, dedicaram-se a elaborar e a expor uma nova teoria da arquitetura (no caso, opondo-se a Durand e de modo geral à concepção da arquitetura do século anterior).

Chegamos assim ao que é a teoria da arquitetura: ela constitui a concepção mesma da arquitetura de uma época, concepção que pode ser exposta verbalmente em publicações e portanto pode ser diretamente conhecida, ou pode ser deduzida através das próprias criações que justamente a materializam (a exemplo do caso igualmente bem conhecido da Grécia antiga, de cuja cultura arquitetônica não sobreviveu nenhum testemunho escrito, e também da Arquitetura Moderna Brasileira: se as palavras de Lucio Costa expõem os princípios teóricos gerais, ou particulares em alguns casos, dos quais ela emergiu, é o estudo das obras

[5] Sobre a proposição de uma teoria reflexiva para o ensino de arquitetura, ver: Juliana Torres de Miranda, A relação entre teoria e prática na arquitetura e seu ensino: teoria reflexiva e projeto experimental, in: Cristiane Rose Duarte; Paulo Afonso Rheingantz; Giselle Azevedo; Lais Brostein (orgs.), **O Lugar do Projeto**: no ensino e na pesquisa em arquitetura e urbanismo, Rio de Janeiro, Contra Capa, 2007, pp. 148-158. Posto que teoria normativa é uma definição imprópria, pois significa doutrina ao invés de teoria, resta tão somente a única definição possível para teoria, justamente um pensamento de natureza reflexiva. Trata-se entretanto aqui da simples substituição da teoria da arquitetura pelo processo de conhecimento no âmbito geral das ciências humanas.

primas dessa arquitetura que complementa nosso conhecimento do que se pode chamar a teoria da Arquitetura Moderna Brasileira — como bem o demonstram as análises a um só tempo profundas e elevadas de Carlos Eduardo Comas das obras primas da Arquitetura Moderna Brasileira).

O QUE É O ENSINO DE TEORIA DA ARQUITETURA?

Segundo, o que é o ensino teoria da arquitetura? Aqui é igualmente necessário começar dizendo o que não é ensinar teoria da arquitetura. Inventar cada um sua própria pseudo-teoria e incitar os estudantes a fazer o mesmo não é ensinar teoria da arquitetura. Nos cursos de arquitetura, professores que, com toda evidência, nunca leram livros de teoria da arquitetura, se atribuem o direito de formular e de ensinar suas pseudo-teorias. Os estudantes, por sua vez, aprendem que ter uma ideia qualquer tirada de qualquer lugar é fazer teoria da arquitetura, como ilustram fartamente os trabalhos de conclusão de curso, para os quais, acrescente-se a favor dos estudantes esclarecidos, eles geralmente são obrigados a fabricar um "volume teórico" sem terem aprendido no curso a realizar pesquisa científica. Inversamente (quando acontece), substituir a ausência de teoria da arquitetura por discussões de natureza sociológica ou filosófica não é ensinar teoria da arquitetura; no máximo, é aplicação superficial das ciências humanas ao estudo da arquitetura, quando não é simplesmente mau ensino das ciências humanas (não se trata aqui, obviamente, do estudo da arquitetura dentro das próprias ciências humanas, que é outra história).

Não há entretanto nenhum segredo para se ensinar verdadeiramente teoria da arquitetura: ao invés de se inventar pseudo-teorias ou de substituí-la pelo estudo das ciências humanas, basta conhecer (bem) a teoria da arquitetura e ensiná-la! Ah, mas o mundo mudou, não é mais o mesmo e não se pode mais aprender e ensinar teoria da arquitetura como antigamente. Ora, a verdadeira teoria da arquitetura ensinou e ensina justamente que o mundo sempre muda, nunca é mais o mesmo e que a melhor maneira de não apenas sofrer a mudança mas, principalmente, de tornar a arquitetura capaz de contribuir para a evolução da sociedade é conhecer (bem) a teoria e aplicá-la (bem) — mais uma vez com o perdão da simplificação. Ou fazê-lo muito bem, como diria Guadet[6].

PARA QUÊ ENSINAR TEORIA DA ARQUITETURA?

Terceiro, para quê ensinar teoria da arquitetura? Antes de tudo, para ensinar que a arquitetura não é um simples objeto utilitário, técnico ou funcional (quem conhece teoria ou mesmo história da arquitetura, bem sabe que não existe nem nunca existiu funcionalismo, arquitetura funcional, etc...). Para, consequentemente, ensinar que a arquitetura é e sempre foi um objeto de natureza estética e cultural, ou, na terminologia dos tratadistas até o século XIX, expressão da beleza. Ah, que coisa mais antiga afirmar que arquitetura é beleza! Não para quem sabe que, nas palavras de um dos grandes tratadistas (Reynaud), beleza é a materialização do ideal de uma época, definição que não é muito diferente do significado implícito da beleza para Alberti (para tomar mais uma vez o exemplo de um caso conhecido e reconhecido).

Ensinar, ou saber que a arquitetura é um objeto de natureza estética e cultural significa ensinar, ou saber que ela é testemunho de uma dada cultura, e também que, a cultura sendo diferente em cada época, o modo como a arquitetura é concebida se modifica ao longo da história. Enfim, se ensina, ou se deveria ensinar teoria da arquitetura para, em primeiro lugar, se conhecer o modo como a arquitetura foi e é

[6] "Savez-vous bien ce qui est très fort, et très original? C'est de faire très bien ce que d'autres ont fait simplement bien". Julien Guadet, **Éléments et Théorie de l'Architecture**, Paris, Librairie de la Construction Moderne, 1901, t. 1, p. 134.

concebida em cada grande período histórico e como evoluíram essas concepções distintas e por vezes opostas da arquitetura. Não por mera curiosidade histórica ou por erudição, mas justamente para que se possa compreender como e porque a arquitetura é concebida como ela é concebida hoje em dia. E como e porque ela pode continuar a ser concebida como ela é concebida, ou se ela pode e deve ser concebida de forma mais complexa, mais elevada, mais evoluída, etc. Por exemplo, quem ensina, ou estuda teoria da arquitetura descobre que a concepção atual da arquitetura não é exclusiva do século XX nem independente do passado; ao contrário, somos herdeiros, em grande parte, e isto ainda em pleno século XXI, da concepção analítica formulada no século XVIII[7] e da concepção sintética do século XIX[8]. Ou, dito de outro modo, descobrimos que a concepção atual da arquitetura é (muito) complexa, que essa complexidade não é pura e simplesmente um reflexo da complexidade do mundo atual, mas é uma complexidade de natureza cultural talvez mais complexa ainda que a complexidade do nosso mundo material e social, e ainda que essa complexidade é a fonte do potencial da arquitetura de agir sobre a realidade, isto é, de agir sobre ela própria e sobre a sociedade[9]. Eis também como se pode reencontrar a complexidade do mundo contemporâneo na arquitetura sem substituir a teoria da arquitetura pela aplicação à arquitetura das ciências humanas, ou seja, sem cair na simplificação.

A FALTA DO ENSINO DE TEORIA DA ARQUITETURA

Eis igualmente que o objeto do verdadeiro ensino de teoria da arquitetura não é a teoria pura, mas a relação entre teoria e prática, no sentido preciso em que, quanto melhor a formação teórica, maior o potencial da prática, ou, simplesmente, melhor a arquitetura. E vice-versa. Portanto, as consequências da ausência do ensino da teoria da arquitetura nos cursos de arquitetura são evidentes tanto na teoria quanto na prática, e mais evidentes ainda na prática que na teoria.

Um projeto pode portanto exemplificar perfeitamente como e porque a atual letargia da arquitetura brasileira é inseparável da falta de ensino de teoria da arquitetura, assim como o verdadeiro ensino da teoria poderia contribuir para a superação desse estado de letargia. Não um exemplo das altíssimas exceções, naturalmente, mas um exemplo representativo dos trabalhos explícita ou implicitamente considerados como bons projetos. O caso de um projeto vencedor de concurso nacional recente, por exemplo.

O projeto vencedor do Concurso Nacional de Arquitetura para o Restauro e Modernização do Edifício-Monumento do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, da equipe H+F Arquitetos, que propõe principalmente um anexo ao museu, é esclarecedor por pelo menos duas razões principais. Por um lado, ele se inspira clara e diretamente em obras primas contemporâneas da arquitetura nacional, ou mais precisamente da arquitetura paulistana. No projeto vencedor do concurso, o anexo do Museu Paulista é

[7] Sobre a concepção da arquitetura no século XVIII, ver Antoine Picon, From 'Poetry of Art' to method: the theory of Jean-Nicolas-Louis Durand, in: J.-N.-L. Durand, **Précis of the Lectures on Architecture**, Los Angeles, Getty Research Institute, 2000, pp. 1-68.

[8] Sobre a concepção da arquitetura no século XIX, ver Martin Bressani, **Science, Histoire et Archéologie. Sources et Généalogie de la Pensée Organiciste de Viollet-le-Duc**, Tese de Doutorado — Universidade de Paris 4, Paris, 1997; François Loyer (org.), **L'Architecture, les Sciences et la Culture de l'Histoire au XIX^{e} Siècle**, Saint-Etienne, Publications de l'Université de Saint-Etienne, 2001; Caroline Van Eck, **Organicism in Nineteenth-Century Architecture,** Amsterdam, Architectura & Natura Press, 1994.

[9] Sobre a concepção da arquitetura na atualidade, ver Antoine Picon, Architecture, science, technology and the virtual realm, in: Antoine Picon; Alessandra Ponte (orgs.), **Architecture and the Sciences:** Exchanging Metaphors, Nova Iorque, Princeton Architectural Press, 2003, pp. 292-313.

semi-enterrado, como no Mube de Paulo Mendes da Rocha, e o acesso principal passa por uma grande modificação, como na Pinacoteca do mesmo arquiteto (figuras 1, 2 e 3). Haveria aparentemente, portanto, ingredientes suficientes para a gestação de uma nova obra prima. Por outro lado, entretanto, há igualmente uma clara e evidente diferença de grau no modo como cada uma dessas soluções é materializada em cada caso, as obras primas adotadas como referência e o projeto que se inspira nelas. Um único mas significativo exemplo ilustra a grande diferença: enquanto na Pinacoteca a mudança radical do acesso ao edifício altera a hierarquia dos eixos de circulação interna provocando uma nova experiência da obra, mas sem descaracterizar a concepção original (e sem tampouco negá-la, ao contrário do que por vezes se afirma superficialmente), no projeto do concurso o túnel que conduz do anexo ao monumento histórico que abriga o museu impede o acesso pelo vão central da antiga entrada principal, mas sem alterar o sentido da circulação, provocando uma descaracterização do edifício original que não poderia em hipótese nenhuma ser aceita enquanto intervenção contemporânea no patrimônio histórico edificado.

A comparação não é somente uma questão de boas ou de más soluções, mas de duas concepções distintas da arquitetura: no caso bem conhecido das obras de Paulo Mendes da Rocha, a arquitetura é concebida como um todo constituído de partes dependentes e inseparáveis umas das outras, isto é, como uma unidade indivisível, ou orgânica (eu simplifico mais uma vez pela brevidade); no projeto do concurso, a arquitetura é uma simples soma analítica de partes independentes, no caso emprestadas de outras obras, constituindo uma unidade mecânica que geralmente é bastante simplificada, como é o caso deste projeto (aqui portanto a simplificação é inerente à própria obra).

Pode-se acrescentar que a concepção analítica, ou mecânica materializada no projeto do concurso é certamente inconsciente, ou seja, que ela não é fruto de uma decisão deliberada, mas de um processo de projeto adquirido e praticado sem conhecimento de causa. Mais ainda, de um processo de projeto aprendido exclusivamente através da prática, como é a regra no ensino de arquitetura no Brasil. Um aprendizado que ignora, quando não despreza abertamente o ensino da teoria da arquitetura.

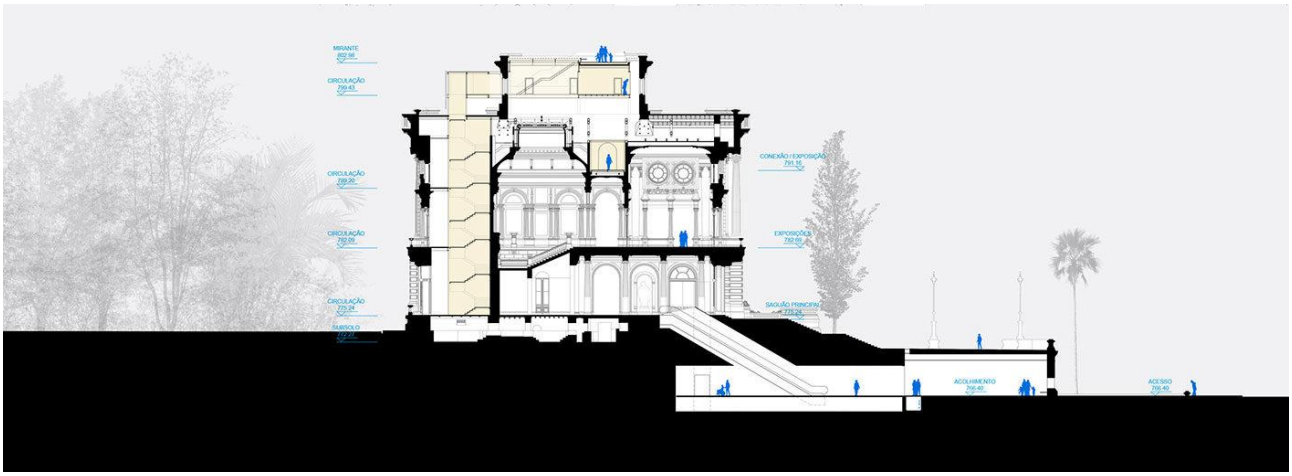


Figura 1: corte transversal pelo acesso central, projeto vencedor do Concurso Nacional de Arquitetura para o Restauro e Modernização do Edifício-Monumento do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, H+F Arquitetos
Fonte: H+F Arquitetos, 2017

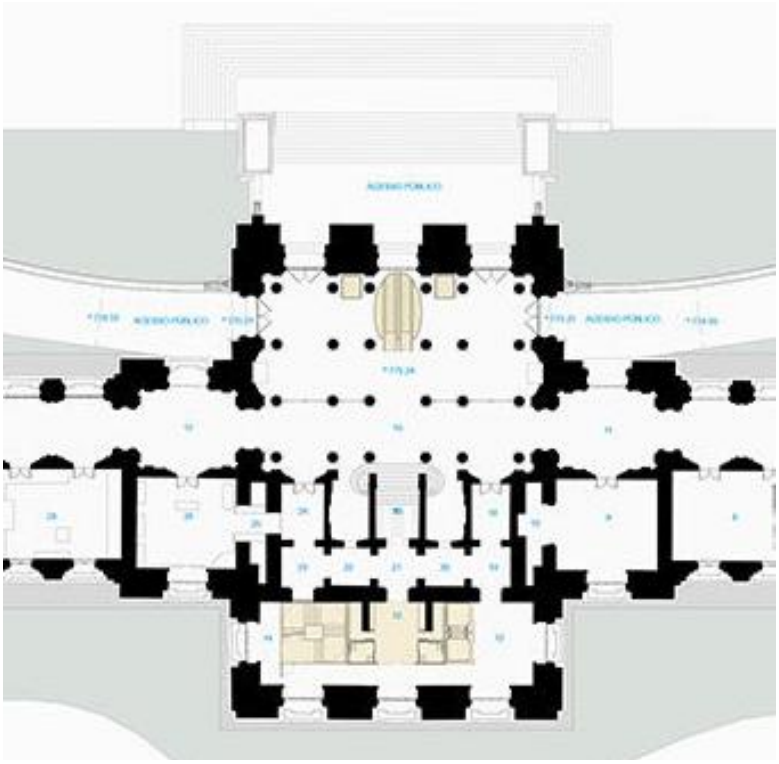


Figura 2: detalhe da planta do pavimento térreo, projeto vencedor do Concurso Nacional de Arquitetura para o Restauro e Modernização do Edifício-Monumento do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, H+F Arquitetos
Fonte: H+F Arquitetos, 2017

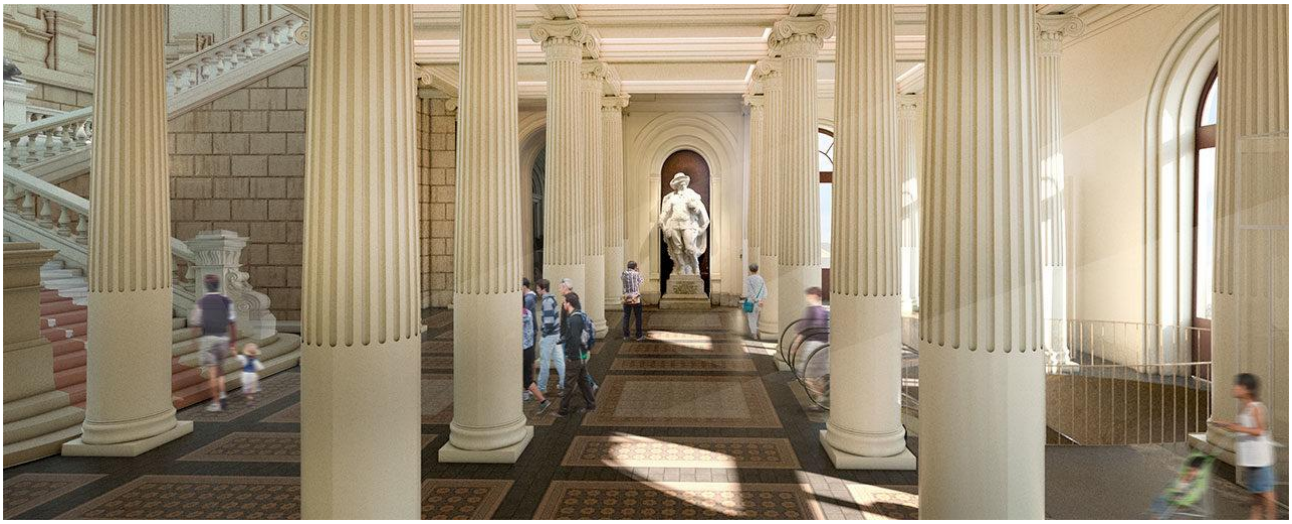


Figura 3: saguão de acesso, projeto vencedor do Concurso Nacional de Arquitetura para o Restauro e Modernização do Edifício-Monumento do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, H+F Arquitetos
Fonte: H+F Arquitetos, 2017

A CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO DE TEORIA DA ARQUITETURA

Mas, poderia ser diferente? Obviamente sim, e por uma razão muito simples. Ensinando como a arquitetura foi concebida no passado, é ou continua a ser concebida no presente, a teoria da arquitetura

contribui no mínimo para tornar o estudante e futuro arquiteto consciente do modo como ele aprende a projetar nas disciplinas práticas. Este não é ainda um conhecimento suficiente para formar um verdadeiro arquiteto, mas já é um primeiro passo: seja para o arquiteto aplicar com consciência de causa o processo mecânico aprendido na prática, e acima exemplificado, seja para, principalmente, tomar consciência que existem outras formas de conceber a arquitetura e ir além de um simples processo de natureza mecânica.

Aqui também um exemplo é suficiente para ilustrar como e porque o ensino de teoria da arquitetura pode contribuir para a qualidade da prática, mesmo quando modestamente. No caso, um trabalho de conclusão de curso que, por pura coincidência, pode ser diretamente comparado ao projeto vencedor do concurso do Museu Paulista. O trabalho de conclusão de curso em questão é igualmente um projeto de anexo enterrado de um patrimônio histórico edificado, no caso uma igreja, e igualmente ligado ao edifício principal por um túnel (figuras 4 e 5). Trata-se como dito de uma coincidência, pois o trabalho do estudante começou a ser elaborado e já estava definido em suas linhas gerais muito antes da divulgação dos projetos premiados no concurso do Museu Paulista. O trabalho do estudante inspira-se igualmente no Mube de Paulo Mendes da Rocha, por motivos óbvios. Mas as coincidências terminam aqui. Se em ambos os projetos o túnel liga anexo e monumento histórico, no trabalho do estudante o acesso pelo túnel não substitui o acesso principal, propondo uma nova opção de circulação e de acesso à igreja. Embora no caso particular de uma igreja dificilmente poderia ser diferente, a solução introduz no projeto a bifurcação dos percursos, gerando uma complexidade ausente no projeto vencedor do concurso do Museu Paulista. Bifurcação e complexidade que se encontram tanto no acesso externo quanto na circulação interior do anexo, interior que, além do Mube, não é insensível ao subsolo em colunata do estacionamento da Fundação Iberê Camargo de Álvaro Siza. Aliás, o túnel vindo do anexo desemboca timidamente em uma sala lateral de pequenas dimensões da igreja, antiga sacristia e hoje depósito, ao invés de abrir-se diretamente na nave da igreja como chegou a ser cogitado no trabalho do estudante. A reação dos especialistas em patrimônio histórico e o receio das bancas avaliadoras impôs ao estudante a solução mais tímida, mas a comparação com o projeto premiado do concurso do Museu Paulista (no qual o túnel desemboca no hall principal de acesso do monumento) demonstra que a solução aparentemente ousada demais não somente era perfeitamente admissível (posto que não obstruía a circulação nem descaracterizava a concepção original da igreja) como irradiava diretamente ao anexo o caráter sacro da nave[10].

Em suma, ainda que resumida a comparação entre o projeto vencedor de concurso e o trabalho do estudante é favorável a este último, o qual, por mais de uma razão, apresenta uma organização mais complexa, além de maior unidade. Trata-se obviamente aqui da diferença na concepção do projeto, não na representação gráfica que é muito mais detalhada no projeto do concurso, por motivos evidentes. Diferença que deriva não de razões de natureza pessoal, mas claramente do conhecimento teórico que cada qual (estudante e equipe profissional) recebeu no ensino de arquitetura. Mesmo que o conhecimento teórico adquirido pelo estudante autor do referido trabalho seja modesto, esse conhecimento (e uma boa orientação...) foram suficientes para que ele estudante tomasse consciência da natureza analítica, ou mecânica da prática de projeto aprendida no curso e se dedicasse a conhecer e a aplicar processos distintos, mais complexos e dinâmicos de projeto, capacitando-o assim a ir além de um projeto premiado em concurso nacional em seu trabalho de conclusão de curso.

[10] Mesmo assim, o trabalho do estudante foi sintomaticamente reprovado pela banca de avaliação. É mais um caso, infelizmente pouco raro, de banca de avaliação na qual é a banca que merecia ser reprovada, não o estudante.

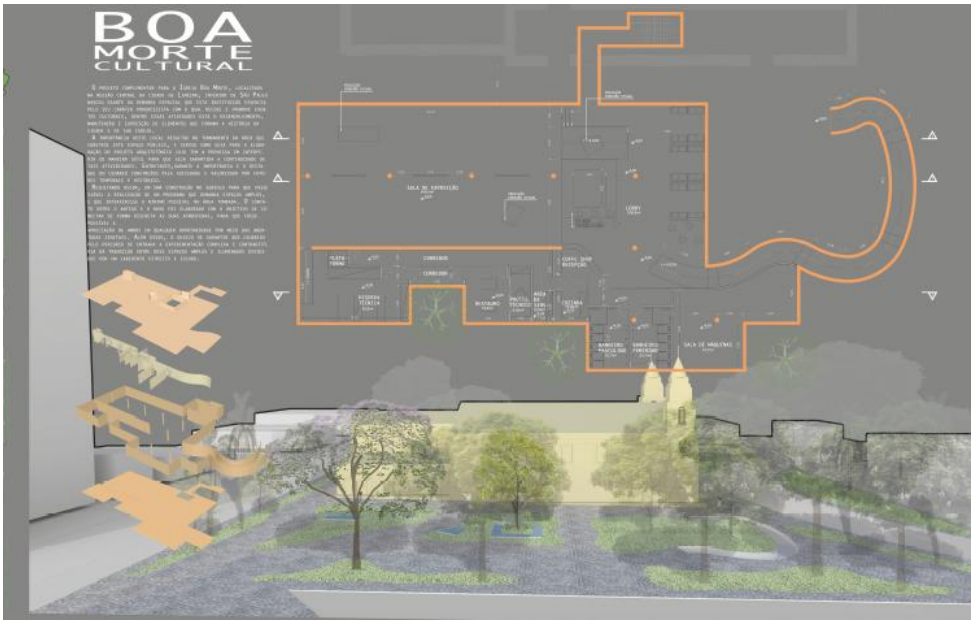


Figura 4: planta do anexo subterrâneo e perspectiva da praça onde se insere o anexo, Trabalho de Conclusão de Curso do estudante Nathan Maldonado Pizani
Fonte: Nathan Maldonado Pizani, 2018

Figura 5: corte AA, Trabalho de Conclusão de Curso do estudante Nathan Maldonado Pizani
Fonte: Nathan Maldonado Pizani, 2018

O FUTURO DO ENSINO DE TEORIA E DA ARQUITETURA

Como se espera ter demonstrado, o pouco que se sabe a respeito do ensino de arquitetura em geral e do ensino de teoria da arquitetura em particular é suficiente para se formular a hipótese que a qualidade da arquitetura praticada no Brasil é inseparável da qualidade do ensino de teoria da arquitetura. Mas o desenvolvimento dessa hipótese depende ainda da continuidade e do aprofundamento da pesquisa sobre o ensino da arquitetura no país. Mais precisamente, é necessário estabelecer uma história do ensino da teoria da arquitetura para aperfeiçoarmos não somente o conhecimento mas também a prática da arquitetura no Brasil. Um trabalho para o qual este estudo pretende contribuir e para o qual pretende-se continuar contribuindo em estudos posteriores. Enquanto isso, entretanto, se poderia desde já começar a

redescobrir e a revalorizar o verdadeiro ensino de teoria da arquitetura no país, seria um grande passo para o futuro...

REFERÊNCIAS:

ATIQUE, Fernando. "Um sotaque disfarçado: a recepção de referências americanas no curso de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes". **19&20**. Rio de Janeiro: v. III, n. 2, abr. 2008. Disponível em:<http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/ad_atique.htm>.

BRESSANI, Martin. **Science, Histoire et Archéologie. Sources et Généalogie de la Pensée Organiciste de Viollet-le-Duc**. Tese de Doutorado — Universidade de Paris 4. Paris, 1997.

COMAS, Carlos Eduardo. Moderna (1930 a 1960). In: Roberto MONTEZUMA (org). **Arquitetura Brasil 500 anos**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002. v. 1, pp. 185-238.

COMAS, Carlos Eduardo. **Précisions Brésiliennes sur un Etat Passé de l'Architecture et de l'Urbanisme Modernes**. Tese de Doutorado — Universidade de Paris 8. Paris, 2002.

DREXLER, Arthur (org). **The Architecture of the Ecole des Beaux-Arts**. Nova Iorque: The Museum of Modern Art, 1977.

KRUFT, Hanno-Walter. **Historia de la Teoría de la Arquitectura**. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

LOYER, François (org). **L'Architecture, les Sciences et la Culture de l'Histoire au XIX^{e} Siècle**. Saint-Etienne: Publications de l'Université de Saint-Etienne, 2001.

MAHFUZ, Edson. A vigência da concepção Moderna. In: Roberto MONTEZUMA (org). **Arquitetura Brasil 500 anos**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002. v. 1, pp. 302-307.

MAHFUZ, Edson. "O sentido da arquitetura moderna brasileira". **Arquitextos**. São Paulo: ano 02, n. 020.01, Vitruvius, jan. 2002. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.020/811>.

MIDDLETON, Robin (org). **The Beaux-Arts and Nineteenth-Century French Architecture**. Londres: Thames and Hudson, 1984.

MIRANDA, Juliana Torres de. A relação entre teoria e prática na arquitetura e seu ensino: teoria reflexiva e projeto experimental. In: Cristiane Rose DUARTE; Paulo Afonso RHEINGANTZ; Giselle AZEVEDO; Lais BROSTEIN (orgs). **O Lugar do Projeto**: no ensino e na pesquisa em arquitetura e urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2007. pp. 148-158.

PICON, Antoine. Architecture, science, technology and the virtual realm. In: Antoine PICON; Alessandra PONTE (orgs). **Architecture and the Sciences:** Exchanging Metaphors. Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 2003. pp. 292-313.

PICON, Antoine. From 'Poetry of Art' to method: the theory of Jean-Nicolas-Louis Durand. In: J.-N.-L. DURAND. **Précis of the Lectures on Architecture**. Los Angeles: Getty Research Institute, 2000. pp. 1-68.

UZEDA, Helena Cunha de. "O curso de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes e processo de modernização do centro da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX". **19&20**. Rio de Janeiro: v. V, n. 1, jan. 2010. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/arte decorativa/ad_huzeda.htm>.

VAN ECK, Caroline. **Organicism in Nineteenth-Century Architecture.** Amsterdam: Architectura & Natura Press, 1994.

Salvador - 2018

O ENSINO DE CONSTRUÇÃO COMO ENSINO DE PROJETO NO TERCEIRO ANO DO CURSO DE ARQUITETURA DA FAUP

THE CONSTRUCTION TEACHING AS DESIGN TEACHING IN THE THIRD YEAR OF FAUP

LA ENSEÑANZA DE CONSTRUCCIÓN COMO ENSEÑANZA DE PROYECTO EN EL TERCERO AÑO DEL CURSO DE ARQUITECTURA DE LA FAUP

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

SANTOS NETO, Edson Fernandes D'Oliveira
Doutorando em Arquitetura e Urbanismo; Professor Adjunto da FAUFBA
edsonn@ufba.br

LACERDA LOPES, Carlos Nuno
Doutor em Arquitetura, Professor Agregado da FAUP
cnll@arq.up.pt

O ENSINO DE CONSTRUÇÃO COMO ENSINO DE PROJETO NO TERCEIRO ANO DO CURSO DE ARQUITETURA DA FAUP

THE CONSTRUCTION TEACHING AS DESIGN TEACHING IN THE THIRD YEAR OF FAUP

LA ENSEÑANZA DE CONSTRUCCIÓN COMO ENSEÑANZA DE PROYECTO EN EL TERCERO AÑO DEL CURSO DE ARQUITECTURA DE LA FAUP

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO
Este artigo trata de experiência pedagógica na Unidade Curricular Construção 2, do terceiro ano do Mestrado Integrado em Arquitetura (MIARQ) da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP). Este estudo se insere na pesquisa de doutorado do autor junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), que tem como tema de pesquisa o Ensino de Materiais de Construção e Técnicas Construtivas no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. O acompanhamento de atividades propostas no Plano de Estudos da Unidade Curricular Construção 2, a análise do seu Plano de Estudos, entrevistas com os professores e a pesquisa bibliográfica realizada na FAUP, permitem uma avaliação próxima do ensino atual desta disciplina em relação ao ensino de Projeto de Arquitetura na FAUP.
***PALAVRAS-CHAVE** (3 a 5): ensino, construção, arquitetura, projeto, faup.*

ABSTRACT:
This article deals with pedagogical experience in the discipline Construction 2, of the Master Degree in Architecture (MIARQ) of the Faculdade de Arquitetura of the Universidade do Porto (FAUP). This study is part of the author's doctoral research with the Post-Graduate Program in Architecture and Urban Planning (PPGAU) of the Faculdade de Arquitetura of the Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), whose research theme is Teaching Construction Materials and Construction Techniques in the undergraduate course in Architecture and Urbanism of UFBA. The follow-up of activities proposed in the Study Plan of the Discipline Construction 2, the analysis of its Study Plan, interviews with the teachers and the bibliographic research carried out at FAUP, allow a close evaluation of the current teaching of this discipline in relation to Design teaching Architecture at FAUP.
***KEYWORDS:** teaching, construction, architecture, design, faup..*

RESUMEN:
Este artículo trata de experiencia pedagógica en la Unidad Curricular Construcción 2, del tercer año del Máster Integrado en Arquitectura (MIARQ) de la Facultad de Arquitectura de la Universidad de Oporto (FAUP). Este estudio se inserta en la investigación de doctorado del autor junto al Programa de Postgrado en Arquitectura y Urbanismo (PPGAU) de la Facultad de Arquitectura de la Universidad Federal de Bahía (FAUFBA), que tiene como tema de investigación la Enseñanza de Materiales de Construcción y Técnicas Constructivas en el curso de graduación en Arquitectura y Urbanismo de la UFBA. El seguimiento de actividades propuestas en el Plan de Estudios de la Unidad Curricular Construcción 2, el análisis de su Plan de Estudios, entrevistas con los profesores y la investigación bibliográfica realizada en la FAUP, permiten una evaluación próxima de la enseñanza actual de esta disciplina en relación a la enseñanza del Proyecto de Arquitectura en la FAUP.
***PALABRAS-CLAVE**: enseñanza, construcción, arquitectura, diseño, faup.*

INTRODUÇÃO

O ensino na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP) sempre buscou a valorização da Arquitetura como disciplina autônoma e é fundamentado no desenho e no método, uma herança pedagógica da época em que o curso pertencia à Escola Superior de Belas Artes do Porto (ESBAP) - no qual se formaram e ensinaram Fernando Távora, Álvaro Siza e Eduardo Souto de Moura, para citar alguns dos seus maiores expoentes – essa herança pedagógica é tratada como um patrimônio a ser preservado e passado adiante pelas futuras gerações de professores. Em diversos momentos este patrimônio pedagógico foi objeto de reflexão algumas vezes suscitada por necessidade de transformações estruturais, mas sempre com um caráter de autoavaliação.

Desde o curso da ESBAP a integração entre projeto e construção no curso de arquitetura é discutida e testada em grades curriculares e planos de estudos distintos, sempre tendo o desenho como fundamento da formação.

No caso da disciplina Construção 2[1], o plano de estudos vigente em 2017 reforça a integração entre construção e projeto e aposta em ferramentas de pesquisa, análise e aproximação da construção como base para esta integração.

A TRADIÇÃO DA ESBAP E O ENSINO DE CONSTRUÇÃO NA FAUP

A preparação para o ingresso do Curso de Arquitetura da ESBAP na Universidade do Porto - que ocorreu efetivamente no ano letivo de 1984/85 - foi um daqueles momentos de reflexão que nos possibilita compreender as preocupações com a prática pedagógica naquele período de transição e identificar o lugar da Construção no ensino de Arquitetura naquela escola, contribuindo para o entendimento das relações que são objeto deste estudo.

A pedido da Comissão Instaladora da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto foram realizadas na ESBAP, em 1983, quatro mesas redondas com o objetivo de discutir os princípios a serem seguidos no plano pedagógico constituído pelas quatro áreas integrantes do Curso da ESBAP, a saber: Arquitectura; Teoria e História da Arquitectura; Análise do Território e Construção. Nessas mesas foram debatidas as questões relativas ao ensino da arquitetura a partir de comunicações que se basearam nos objetivos e métodos particulares de cada área. (ESBAP, 1983, p.6).

Na comunicação intitulada “Arquitetura”, ao expor a sua reflexão sobre a prática pedagógica em diversas disciplinas, um grupo de quatro professores expõe uma ideia estruturante para o curso, defendendo que o mesmo “...tem em vista a formação do Arquitecto” e que “qualquer especialização será entendida como complementar. ” Desta forma, em tom propositivo, afirma-se que o curso deverá ser dividido em duas grandes áreas: “Área de Projectação” e “Área Complementar”, sendo que a primeira deve incluir as disciplinas de Análise do Território, Arquitectura, Construção e Desenho; e a segunda as de Matemática, Geometria, Estruturas, Geografia, Sociologia e Economia.

[1] Denominação dada a partir de 2009/10 com a adoção da Reforma de Bolonha.

A Área de Projectação, segundo esta proposta, é subdividida em três campos: o de Projecto; o de Informação Sistematizada e o de Teoria do Projecto. O campo de Projecto "integra a prática de cada uma das disciplinas em exercícios comuns ou que programadamente se complementam". (FERRÃO *et al.*, 1983, p.13).

Como se pode notar, a Construção é matéria fundamental no curso da ESBAP e este princípio é levado para a FAUP, onde a disciplina é afirmada como componente do ensino de projeto. Entretanto, tanto a Construção quanto as demais disciplinas que devem integrar a Área de Projectação possuem um tempo específico para a "Informação Sistematizada"[2], que constituirá o tempo teórico das mesmas e deverá acompanhar o desenvolvimento do aluno no tempo prático.

Quanto à operacionalização do ensino, António Carneiro traz questões fundamentais sobre as práticas pedagógicas em Arquitetura. Uma delas é o entendimento de que o ensino e a aprendizagem do projeto devem ser entendidos na relação entre dois conjuntos de fatores complementares, separados por necessidades operacionais: "o das transmissões e aquisições instrumentais (a capacidade de agir e de optar pelo uso manual e mental dos utensílios, dos códigos, dos sistemas, dos modelos)" e o da "criação e intervenção (a capacidade de transformar e renovar pela descoberta do que é próprio e único na utilização crítica das aquisições instrumentais)". (CARNEIRO, 1983, p.17)

António Carneiro trata de desenho em sua Comunicação, mas com uma visão de integração disciplinar fundamental para as demais áreas - que muito vale para Construção:

> A aprendizagem do desenho, mesmo que fosse apenas entendida no âmbito das relações gráficas e plásticas, não termina com o cessamento da prática curricular específica, ainda se mantém, e com complexidade crescente, ao longo do curso e depois pela vida profissional. (Idem, p.19)

Com relação a questão específica da construção, o professor apresenta uma constatação que deve ser notada e que está na raiz da valorização do desenho no ensino da FAUP:

> A força do pragmatismo das questões construtivas é um facto na prática projectual. A construção é essencial para o desenho, mas quando as questões materiais dominam e o desenho não é naturalmente praticado como gerador de formas alternativas, tende-se a esquecer a expressão do desenho a abastardar a descoberta do que é pessoal pela repetição acrítica de modelos. (Idem, p.19)

A mesa-redonda da Área de Construção viria contribuir para o debate a partir do ponto de vista dos professores responsáveis pelas disciplinas da área ao longo do curso.

De acordo com o que relata Camilo Cortesão, a tentativa de criação da Área de Projecto, envolvendo as demais disciplinas, até então parece não ter conseguido vencer a inércia do discurso de cada uma das disciplinas, "não tendo permitido desenvolver o caráter autónomo de aportações disciplinares distintas", mas defende a continuidade desta tentativa, que considera ainda não testada naquela altura.

[2] Conteúdos teóricos das disciplinas que dão suporte ao entendimento de como os materiais e sistemas construtivos se articulam na constituição do edifício.

Quanto ao desenvolvimento da disciplina de Construção o mesmo aponta que há as aulas práticas: de apoio à prancheta, onde se desenvolvem trabalhos em conjunto com as disciplinas de projeto e exercícios especificamente preparados no interior da própria disciplina; e as aulas teóricas baseadas na "transmissão de conhecimentos imediatamente necessários à realização do desenho" e afirma que

> o ensino das disciplinas da área de construção deve ser, como tem ocorrido, coerente com a concepção pedagógica geral em que a prática do desenho precede o fornecimento de informação específica. Não se pretende fornecer uma enciclopédia da construção, mas desenvolver métodos que não iludam a complexidade do processo de projetar. (CORTESÃO In ESBAP, 1983, p.69)

Para Alcino Soutinho, a Construção deve ser ensinada como parte integrante do desenho e o conteúdo de construção insere-se na prática da disciplina de projeto. Além disso, considera que o arquiteto, sem substituir a participação de outros técnicos nas obras, deve dominar suficientemente as suas áreas de conhecimento para atuar como organizador e coordenador. Para ele, a "informação sistematizada" é essencial, mas defende que esta deverá fornecer instrumentos que estimulem as pesquisas por parte dos alunos, sem jamais limitar-se à apresentação de exemplos consagrados pela prática. Considera também que a experiência prática é fundamental para o aprendizado em construção e que devem ser estimulados o conhecimento prático das obras, a criação de oficinas experimentais e as visitas frequentes a edifícios em construção e a fábricas de apoio à construção civil. (SOUTINHO, 1983, p. 64)

Ao falar sobre Estruturas, disciplina pertencente à área de Construção, Rui Póvoas defende que o caráter interdisciplinar da prática pedagógica estabelecida nas Bases Gerais do Curso da ESBAP "impõe que o ensino das estruturas seja alargado para outras disciplinas" e que a formação generalista pretendida "implica uma formação heterogênea, não se concretizando sem (nem contra) uma informação especializada". (PÓVOAS, 1983, p.73)

De certo modo, como é possível perceber também na afirmação de Manuel Correia Fernandes em seu relatório apresentado no Concurso para a obtenção de grau de Professor Agregado sobre a disciplina Projeto I (1994), a interação entre Arquitetura e Construção sempre foi buscada, mas nem sempre implementada a contento. Nas suas considerações sobre a coordenação de Projecto I com outras disciplinas observa o seguinte:

> Quanto à disciplina de Ciências da Construção, nada ficou referido já que se trata duma área em reformulação e [...] é de toda a vantagem que venha a existir, de futuro, uma relação mais estreita, coordenada e operativa entre as duas disciplinas (Projecto e Construção) pelo menos ao nível do que já existe ao nível do desenho. (FERNANDES, 1994, p.58)

Entretanto, em sua disciplina a construção é abordada nas aulas teóricas de Projeto I, como demonstram os conteúdos de três das 24 aulas teóricas do seu plano de estudos: 16ª Aula – Projecto e Obra; 17ª Aula – A estrutura de suporte e 18ª Aula – A dimensão técnica da arquitectura. As aulas teóricas de Projeto I tem o objetivo de dar suporte às atividades de projeto e ocorrem em função do programa dos exercícios ao longo do curso. (Idem, 1994)

Nota-se aqui uma preocupação de ter na área de Projecto uma coesão entre as diversas disciplinas, a fim de contribuir para um resultado adequado no ensino de Arquitetura, reforçando o seu caráter autônomo para o qual contribuem e convergem outras disciplinas.

O estudo feito por Rita Machado Lima (2013) avalia as transformações e permanências ocorridas no ensino da área de Construção ao longo de quase trinta anos na FAUP, de 1984/85 até 2012/13, e traz luz sobre a questão. Após um extenso trabalho documental, Rita Lima elege dez planos de curso representativos das disciplinas da área de Construção do período e os compara buscando compreender os aspectos marcantes de cada um e relacionando-os aos professores das unidades curriculares ao longo dos anos. Também é sua preocupação esclarecer as relações entre as áreas de Construção e Arquitectura e compreender a situação do ensino da construção no curso da FAUP durante aquele período.

A autora caracteriza a área da Construção no ensino da FAUP, quantitativamente, relacionando a soma dos créditos das unidades curriculares nos dez Planos de Estudos selecionados e compara esta creditação com a das demais áreas. Para complementar a pesquisa e fundamentar a sua análise, realiza entrevistas com 11 professores que atuaram nas unidades curriculares estudadas, colhendo suas opiniões acerca de questões ligadas a aspectos metodológicos, à relação entre Construção e Projeto e ao lugar do ensino de Construção no ensino da Arquitetura na FAUP.

Sobre a integração entre as disciplinas de Construção e Projeto, a maioria dos entrevistados afirma ser imprescindível esta relação. Alguns problematizam mais, como é o caso do professor de Sistemas Estruturais, Rui Póvoas, que defende que o professor de Projeto deve se preocupar em introduzir questões de construção na sua disciplina; e do professor de Construção, Arq. Nuno Valentim, que afirma que

> o Projecto é a matéria central e unificadora das várias disciplinas que compõem a aprendizagem [...] Esta ligação parece-me evidente, óbvia, útil, necessária, fundamental. [...] no gabinete, na prática, no projecto, resolvemos as duas dimensões simultaneamente. Portanto acho importante que o ensino se aproxime desta síntese que o projecto faz. (LIMA, 2013, p.109)

A respeito da importância do ensino de construção para a formação do arquiteto e das questões metodológicas da unidade disciplinar que ensinava, Álvaro Siza - que foi inicialmente professor de Projeto e pediu para ensinar Construção por entender que esta não tinha a sua importância devidamente reconhecida - afirma que “houve um esforço no sentido de não polarizar as disciplinas, mas, em vez disso, estabelecer relações entre elas (...) o trabalho prático de Construção era o mesmo que o de Arquitectura (...)”. (Idem, p.109)

Atualmente, continuam os esforços de integração entre as disciplinas de Construção e Projecto, do segundo ao quarto ano no curso, o que ocorre de forma crescente à medida que se avança no curso.

No segundo ano, a parte prática da disciplina de Construção 1 introduz, em exercício realizado no segundo período do ano sobre o trabalho de Projecto 2, as noções construtivas de estruturas e da envolvente do edifício, selecionando um trecho do edifício e ampliando a escala de trabalho.

No terceiro ano, a integração também ocorre no segundo período do ano letivo, com exercício comum entre Construção 2 e Projecto 3. Nos últimos dois meses do ano lectivo, as aulas práticas passam a ocorrer

com a atuação dos professores de Construção no mesmo espaço e horário das aulas de Projecto, dando suporte à realização deste trabalho comum.

No quarto ano, ocorrem de forma integrada as disciplinas de Projecto 4, Construção 3 e Sistemas Estruturais. Esta integração tem sido enfatizada mais recentemente em que as aulas práticas de Construção e Sistemas Estruturais ocorrem no mesmo espaço e horário das aulas de Projecto, ao longo de todo o ano.

Entretanto, Nuno Lacerda - professor de Construção 2, disciplina do terceiro ano - afirma ser preciso ir além do entendimento de que a disciplina de Construção é apenas um suporte para o ensino de projeto, tendo em vista que o que se exige do arquiteto são competências novas e uma maior conexão com a realidade sócio-cultural na qual está inserido o seu trabalho profissional.

> Mais do que "dar explicações", resolver problemas de execução de um projeto, "dar a resposta imediata" sobre se é regulamentar ou não esta ou aquela solução de uma escada, ou mesmo "saber" se o edifício que se projeta, "cai ou não cai?" que qualquer estudante, deslumbrado com o seu "único" e maravilhoso projeto, importa retomar e recuperar as sábias palavras de Fernando Távora quando refere que "Mais do que um lápis maravilhoso importa criar mentes maravilhosas" e esse terá sido o objetivo e o modelo para o desenvolvimento de uma metodologia assente na procura do entendimento do real, perspectivando o estudante e o professor para a criação de competências dirigidas a um ideal de partilha, inovação e de futuro, sem ruturas com o presente. (RELATÓRIO, 2016, p.111)

CONSTRUÇÃO 2

A Unidade Curricular Construção 2 é a segunda disciplina da área científica de Construção e ocorre no terceiro ano do curso de Arquitetura de forma concomitante com a disciplina Projecto 3 (ver Quadro 1) – que tem como tema a Habitação Coletiva.

1° ANO	2° ANO	3° ANO	4° ANO	5° ANO
Projecto 1 (a)	Projecto 2 (a)	Projecto 3 (a)	Projecto 4 (a)	Projecto 5 (a)
Desenho 1 (a)	Desenho 2 (a)	História da Arquitectura Contemporânea (a)	História da Arquitectura Portuguesa (a)	Teoria 4 (s)
Geometria e Arquitectura (a)	História da Arquitectura Moderna (a)	Construção 2 (a)	Construção 3 (a)	Dissertação (a)
Teoria Geral da Organização do Espaço (a)	Construção 1 (a)	Teoria 2 (a)	Sistemas Estruturais (a)	Optativa C (s)
História da Arquitectura Antiga e Medieval (a)	Teoria 1 (a)	Urbanística 1 (a)	Teoria 3 (a)	
	Optativa A (a) (s)	Optativa B (a) (s)	Urbanística 2 (s)	
			Optativa C (s)	

(a) disciplina anual; (s) disciplina semestral

Quadro 1. MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITECTURA E URBANISMO (MIARQ) PLANO DE ESTUDOS (DURAÇÃO 5 ANOS / 300 ECT)
Fonte: Adaptado de FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO. MIARQ. Disponível em: https://sigarra.up.pt/faup/pt/web_gessi_docs.download_file?p_name=F28683822/miarq_flyer_pt_ps%2002_03-3.pdf Acesso em: 03 mai 2017.

Trata-se de uma disciplina teórico-prática que atende a cerca de 180 alunos e foi ministrada no ano2016/2017 pelos professores Carlos Nuno Lacerda Lopes (Regente)[3] e Eliseu Manuel Vieira Gonçalves.

As atividades são distribuídas em uma turma teórica, com um encontro semanal de uma hora e meia em que os conteúdos são transmitidos em aulas expositivas; e seis turmas práticas com um encontro de três horas semanais e com cerca de 30 alunos, cada uma, nas quais são incentivados a pesquisa e o interesse pelo desenvolvimento tecnológico e inovação em arquitetura. Nesse tempo, busca-se incentivar o trabalho em equipe e trabalhar temas transversais à construção de edifícios "como a energia, a sustentabilidade, a qualidade ambiental, entre outros, permitindo uma reflexão pessoal e a discussão dessas questões".

Construção 2 possui programa teórico e prático autônomos, segundo o seu plano de curso (LOPES, 2016), e procura "articular-se com os métodos e objectivos pedagógicos do Curso numa estreita coordenação com a cadeira de Projecto, dando corpo à ideia de que a Arquitectura é uma disciplina que se encontra mais próxima da produção e da construção do que dos processos de representação e comunicação visual".

Metodologicamente, a disciplina teórica trata, inicialmente, dos sistemas e processos construtivos da arquitetura e, depois, acompanha e apoia o projeto individual do aluno na disciplina Projecto 3. O programa é abrangente e aborda temas mais gerais como "o projeto e a construção"; "a construção da arquitectura"; "a construção do edifício de habitação"; a introdução de conceitos de gestão do projeto com o uso de tecnologia BIM - buscando relacionar "Inovação e Tecnologia da Construção na Arquitetura" - até os temas mais específicos dos sistemas construtivos, incluindo as estruturas, as vedações, os revestimentos, o isolamento térmico, o isolamento acústico, a impermeabilização, instalações, etc.

Há uma preocupação em introduzir "a temática da construção dos edifícios, principalmente a compreensão da física das construções que fundamenta o exercício do projecto na sua passagem de projecto a obra" (LOPES, 2016).

As aulas práticas são dedicadas à pesquisa e interpretação de soluções construtivas, com redesenho e interpretação tridimensional, através do uso de softwares de modelagem tridimensional e de maquetes físicas com materiais diversos, culminando com os desenhos construtivos do trabalho individual realizado pelos alunos na disciplina Projecto 3.

Exercícios Práticos

O **primeiro exercício**, de caráter teórico-prático, é realizado em grupos de quatro alunos, no tempo das aulas, com duração prevista de 9 semanas (27 horas), tem como tema a "Abrangência da Construção" e aborda os sistemas e materiais de construção articulando-se com as unidades curriculares de Projecto; História da Arquitetura Moderna e Teoria 2 (disciplinas do terceiro ano; ver Quadro 1).

Os resultados dos trabalhos são apresentados em uma atividade denominada "Miniconferência - Semana da Construção" com entrega de publicação ou artigo sobre o tema definido dentre os disponibilizados (ver Quadro 2) e com uma estrutura de apresentação pré-determinada pelos professores.

[3] Carlos Nuno Lacerda Lopes é professor regente de Construção 2 desde 2010/11, após ter ensinado disciplinas de Projeto por 20 anos na FAUP.

Este trabalho tem como objetivos: a compreensão da abrangência, da complexidade e dos aspectos tecnológicos e científicos da construção em arquitetura e a relação entre a obra, o projeto e os sistemas e materiais de construção que a materializam e que transformam a ideia em arquitetura. Em consequência, busca-se também o desenvolvimento de metodologias de trabalho em grupo, da liderança e do desenvolvimento de um "projeto" com prazos, metas e entregas determinadas, onde a gestão de tempo e domínio de novos instrumentos de representação e de comunicação em Arquitetura são valorizados.

A variedade dos temas escolhidos (Quadro 2) dá uma ideia da abrangência disciplinar da construção e da sua relação com a disciplina de projeto, incentivando a abertura da disciplina tanto para o entendimento de técnicas tradicionais quanto para a introdução de novas formas de construir e de projetar em arquitetura.

01| A aplicação de materiais cerâmicos	27| A iluminação nos edifícios	49| As janelas e vãos exteriores
02| A cobertura dos edifícios	29| A inovação em arquitetura	51| As patologias na construção
03| A construção com *Glass Reinforced Concrete* (GRC)	30| A madeira laminada	52| As pontes térmicas
04| A construção e Inovação tecnológica	31| A madeira na construção	53| Desenho de fachadas ligeiras
05| A construção em betão	32| A metodologia *Building Information Modelling* (BIM)	54| Elementos do espaço interior
06| A construção em *Light Steel Frame*	34| A reabilitação de edifícios	55| Materiais de construção
07| A construção em madeira	35| A rede de águas nos edifícios	56| Novos materiais de construção
08| A construção em terra	36| A rede elétrica nos edifícios	57| O azulejo na construção
10| A construção metálica	37| A segurança contra incêndios	58| O *Breeam* (UK), o *Leed* (USA), o Lider A (PT)
11| A construção modular	38| A segurança nos edifícios	59| O conforto na habitação
12| A construção na década 50/90	39| A sustentabilidade na construção	60| O desenho da fachada
19| A construção prefabricada	40| A tecnologia da construção	61| O fator solar nos vãos e formas de sombreamento
20| A construção seca	41| Análise de ciclo de vida (LCA)	62| O isolamento à humidade
21| A coordenação de obras	42| Arquitetura e alteração do clima	63| O isolamento acústico
22| A eficiência energética	43| As alvenarias na construção de edifícios	64| O isolamento térmico
23| A estrutura portante	44| As coberturas ajardinadas	65| O isolamento térmico das paredes
24| A fachada ventilada	45| As coberturas praticáveis	67| O projeto de arquitetura
25| A Parede de Trombe	47| As fundações	69| O sistema de ventilação
26| A humidade na construção	48| As instalações de redes nos edifícios	70| O Sistema ETICS

Quadro 2. TEMAS PROPOSTOS PARA DESENVOLVIMENTO DO EXERCÍCIO PRÁTICO 1 DA DISCIPLINA CONSTRUÇÃO 2
Fonte: LOPES, 2016, p. 124-5.

O **segundo exercício** está sob o tema "Os Materiais e a Experiência da Construção" e é intitulado "Construção Real - Experiência Virtual". Possui duração de doze semanas (36 horas) e tem caráter prático, experimental e teórico, com articulação com as unidades curriculares de Projecto, História da Arquitectura Moderna, Geometria Construtiva e CAAD.

Consiste na construção de maquete e de painéis com apresentação final em uma exposição aberta à comunidade da FAUP, em que são previstas visitas guiadas e uma apresentação pública dos trabalhos realizados.

Os seus principais objetivos são a compreensão de uma obra do ponto de vista dos materiais e das técnicas de construção; o domínio da complexidade e dos aspectos tecnológicos e físicos da Construção em Arquitetura; o desenvolvimento de pensamento analítico e de representação e simulação da arquitetura; e a conscientização da materialidade em arquitetura, processos de faseamento e limites da construção.

Figura 1: A produção de maquetes na sala de aula: desforma de uma peça de concreto.

Figura 2: Montagem da exposição dos desenhos e maquetes do Exercício Prático 2

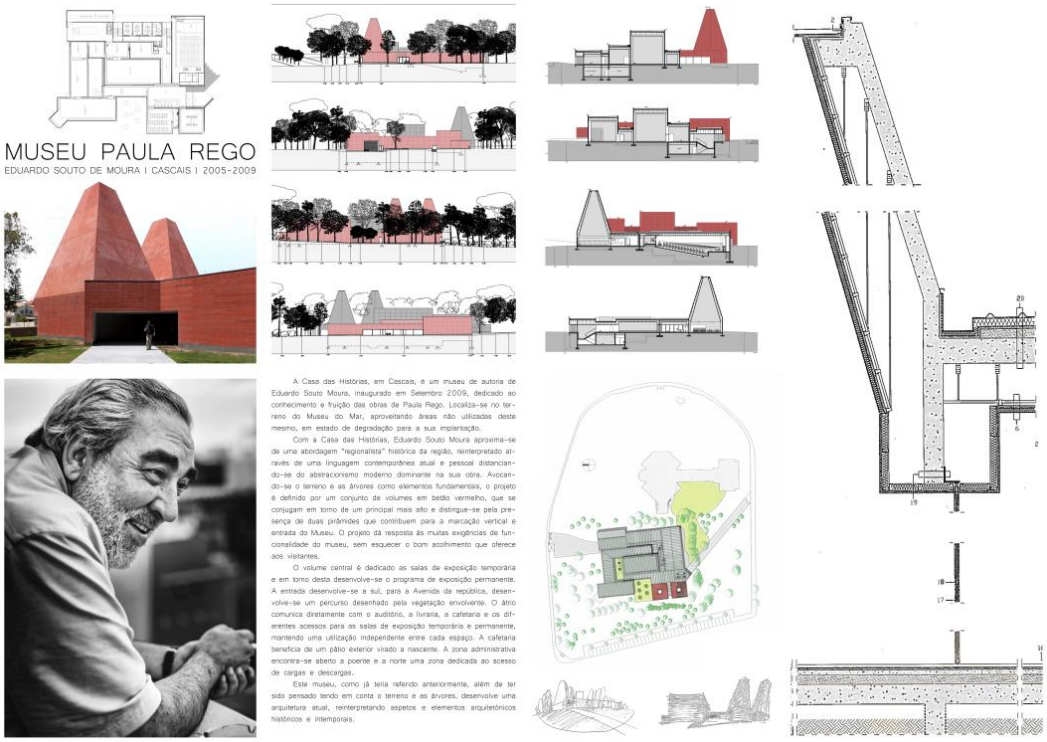


Figura 3: Painel. Estudo sobre do Museu Casa das Histórias Paula Rêgo e detalhe escolhido para a maquete física.
Fonte: Beatriz Nunes, Elves Gonçalves, Henrique Siza, Humberto Madruga e Mariana Campos. Construção 2, 2017, FAUP.

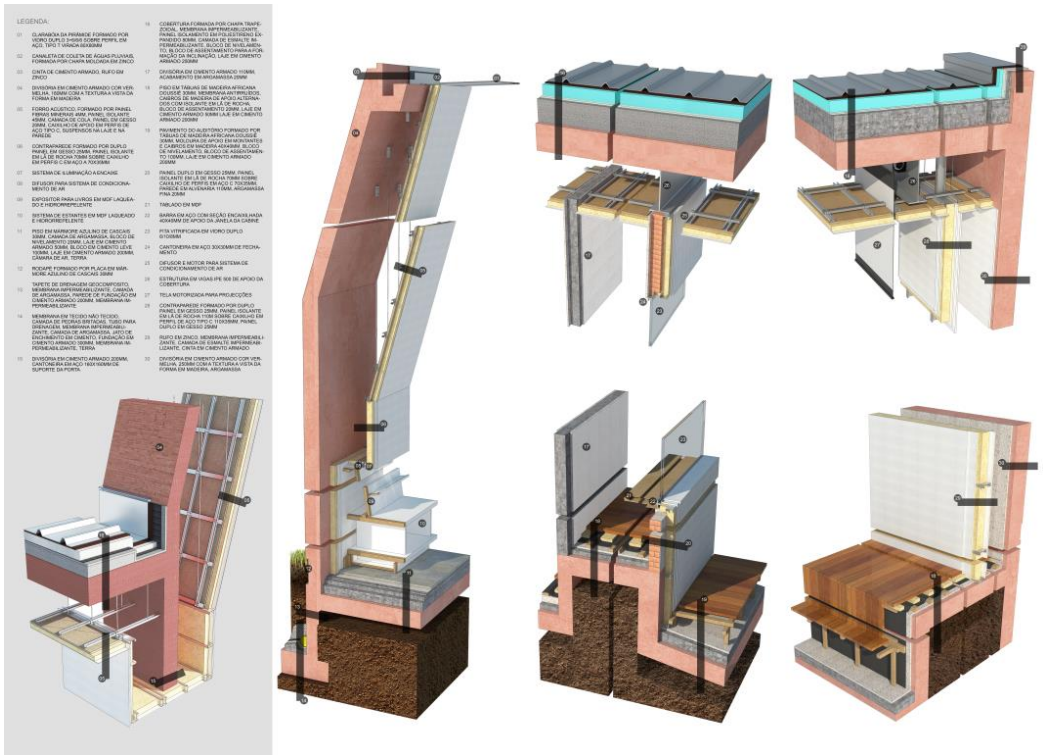


Figura 4: Painel. Modelos em 3D do Museu Casa das Histórias Paula Rêgo. À esquerda, detalhe escolhido para maquete.
Fonte: Beatriz Nunes, Elves Gonçalves, Henrique Siza, Humberto Madruga e Mariana Campos. Construção 2, 2017, FAUP.

Figura 5: Maquete física de detalhe do Museu Casa das Histórias Paula Rêgo (escala 1/5)
Fonte: Beatriz Nunes, Elves Gonçalves, Henrique Siza, Humberto Madruga e Mariana Campos. Exercício Prático 3 do Componente Curricular Construção 2, ano lectivo 2016/17.

O **terceiro exercício** "Do projeto à construção", é intitulado "O Projeto de Construção da Habitação Coletiva". É um trabalho prático, individual, com duração de dez semanas (33 horas) e integrado com a disciplina de Projecto 3. O resultado é um conjunto de desenhos do projeto de arquitetura de um edifício de Habitação Coletiva, em escalas diversas, apresentando detalhes construtivos.

Este exercício tem como objetivos a aquisição da metodologia de projeto; aplicação e exploração de sistemas construtivos e materiais estudados em exercícios anteriores, de um modo coerente com a linguagem e a concepção espacial realizada pelo estudante no seu projeto; aproximar o ato de projetar à capacidade de decisão e de criação de soluções construtivas e escolha de materiais e a introdução da linguagem de comunicação do desenho para a sua execução em obra.

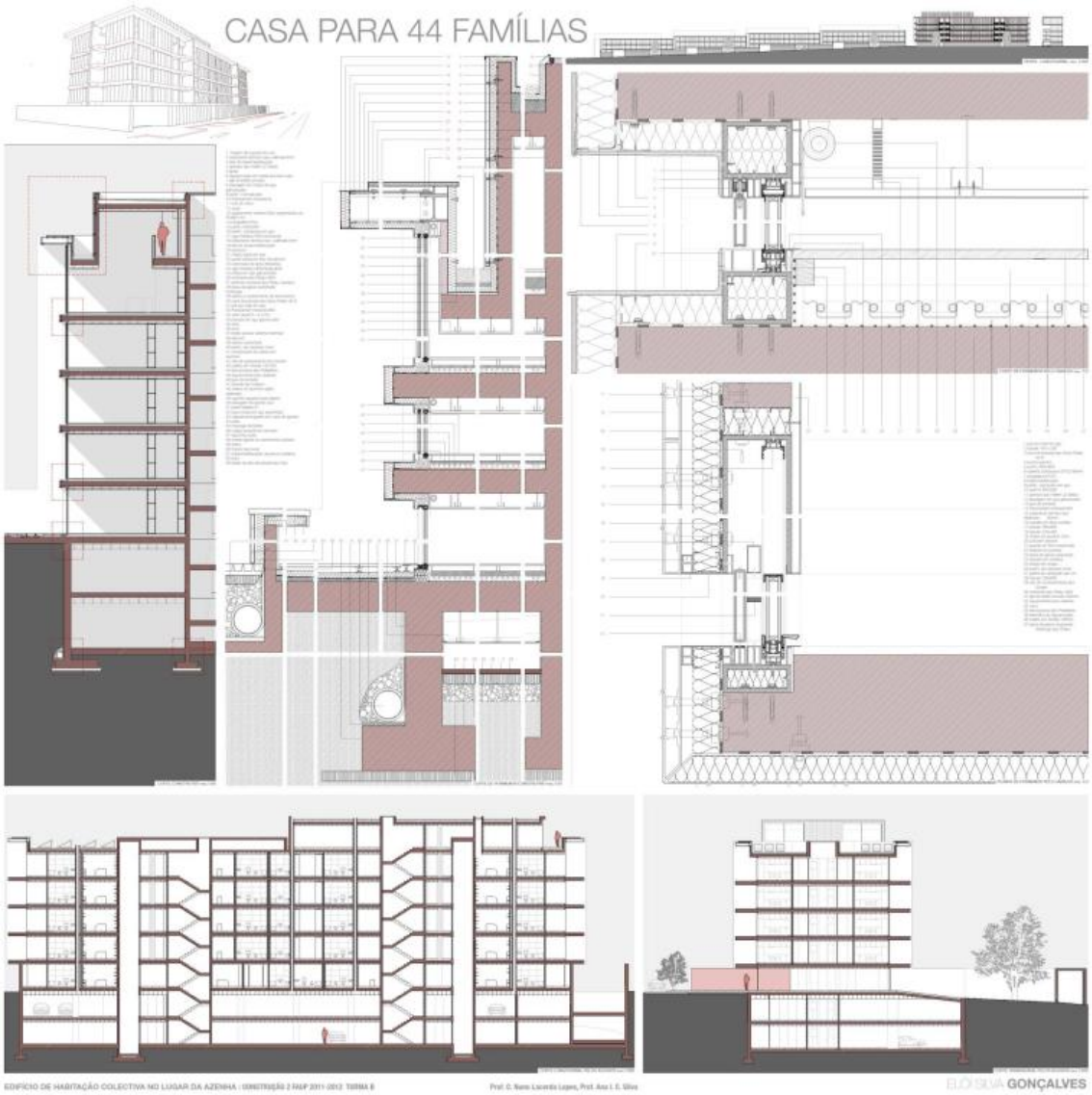


Figura 6: Painel do Exercício 3: trabalho integrado das disciplinas Projecto 3 e Construção 2. Desenhos gerais e detalhes em escalas 1:50; 1:20; 1:10 e 1:2
Fonte: Trabalho do aluno Elói Silva Gonçalves. Construção 2, 2012, FAUP.

Em consequência, através do entendimento dos procedimentos e fases do projeto chega-se a experimentação e o domínio dos diferentes níveis de rigor produzindo desenhos com informação equivalente à necessária para execução, onde os princípios básicos da qualidade do desenho e da construção devem estar assegurados, entendidos e visivelmente incorporados no projeto que se desenvolve.

Desta forma, este último exercício é subsidiado por todo o processo das aulas teóricas e pelos exercícios práticos anteriores, constituindo-se no momento de integração entre as disciplinas de Construção 2 e Projecto 3.

A dinâmica de acompanhamento se dá na orientação dos alunos com explicações para grupos que apresentam problemas e dúvidas construtivas semelhantes e individualmente na orientação da solução de casos específicos. O resultado esperado é um trabalho de projeto consistente do ponto de vista construtivo, demonstrado pelos rigorosos desenhos obrigatórios em escala até 1:2, cujas soluções tenham sido equilibradas com as ideias geradoras da arquitetura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, o que se pôde acompanhar na FAUP em relação ao ensino de Construção reforça o entendimento de que o seu ensino prático se confunde com o ensino de Projeto, o que se evidencia nos exercícios deliberadamente integrados entre as duas disciplinas, de forma crescente, a partir do final do segundo ano do curso, culminando no quarto ano com a agregação de Construção e Sistemas Estruturais. Paralelamente, são realizados trabalhos de pesquisa individual e em grupo e o estudo aprofundado de obras referenciais de arquitetura através de modelos e maquetes físicas, contribuído para gerar conhecimento sobre as questões técnicas e a materialidade do projeto de arquitetura.

Os trabalhos finais das disciplinas de Construção correspondem a parte do trabalho final da disciplina de Projecto, fase em que os alunos ampliam a escala de trabalho e apuram o desenho, reorientando-o em função de escolhas que vão sendo feitas sobre os sistemas construtivos, especificamente em relação à envolvente do edifício – vedações, caixilharias e coberturas.

A parte teórica da disciplina de Construção 2, como foi visto, aborda de maneira panorâmica as propriedades dos materiais, sempre referenciada em exemplos construídos da arquitetura portuguesa e internacional, incentivando os alunos a buscarem conhecer variadas formas de emprego dos materiais e técnicas construtivas.

É importante ressaltar que todas as avaliações teóricas são concluídas dois meses antes do final do ano letivo e a partir de então, todo o trabalho dos alunos é dedicado à finalização do projeto, o que permite ao aluo alcançar níveis de representação avançados e coerentes com a realidade construtiva dos edifícios.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à CAPES pela concessão de bolsa de estudos dentro do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior para desenvolvimento da pesquisa O Ensino de Construção na formação de Arquitetos na FAUP.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO. A. Comunicação no âmbito da prática pedagógica de Desenho II. In: ESCOLA SUPERIOR DE BELAS ARTES DO PORTO. *Quatro Mesas Redondas Sobre o Ensino da Arquitetura*. Porto, ESBAP, 1983, p. 17-20.

ESCOLA SUPERIOR DE BELAS ARTES DO PORTO. *Quatro Mesas Redondas Sobre o Ensino da Arquitetura*. Porto, ESBAP, 1983.

FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO. *MIARQ*. Disponível em: https://sigarra.up.pt/faup/pt/web_gessi_docs.download_file?p_name=F28683822/miarq_flyer_pt_ps%2002_03-3.pdf Acesso em: 03 mai 2017.

FERNANDES, Manuel Correia. Arquitetura I: notas para uma intervenção. In: ESCOLA SUPERIOR DE BELAS ARTES DO PORTO. *Quatro Mesas Redondas Sobre o Ensino da Arquitetura*. Porto, ESBAP, 1983, p12-13.

FERRÃO *et al.* Arquitectura. In: ESCOLA SUPERIOR DE BELAS ARTES DO PORTO. *Quatro Mesas Redondas Sobre o Ensino da Arquitetura*. Porto, ESBAP, 1983, p. 12-14.

LIMA. R. A. C. M. *O Ensino da Construção na FAUP:* análise e síntese 1984/85 2012/13. 2013. Dissertação de Mestrado (Mestrado Integrado em Arquitectura) – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 2013. 2 vol.

LOPES, C. N. L. *Relatório, Programa, Conteúdos e Métodos*: da unidade curricular Construção 2 do Mestrado Integrado em Arquitetura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto, 2016. 2 vols.

PÓVOAS, R. Estruturas. In: ESCOLA SUPERIOR DE BELAS ARTES DO PORTO. *Quatro Mesas Redondas Sobre o Ensino da Arquitetura*. Porto, ESBAP, 1983, p. 72-74.

SOUTINHO, A. Construção. In: ESCOLA SUPERIOR DE BELAS ARTES DO PORTO. *Quatro Mesas Redondas Sobre o Ensino da Arquitetura*. Porto, ESBAP, 1983, p. 63-65.

V enanparq
Salvador - 2018

O MASP DE LINA BO BARDI: RECONSTRUÇÃO DO CONCRETO, RESTAURAÇÃO DO PROJETO.

LINA BO BARDI'S MASP: CONCRETE REMAKING, DESIGN RESTORING

EL MASP DE LINA BO BARDI: REMOJO CONCRETO, RESTAURACIÓN DE DISEÑO

IDEARIOS, PROJETO E PRÁTICA

PELLEGRINI, Ana Carolina
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da UFRGS e do PROPAR-UFRGS
anapel.arq@gmail.com

PEIXOTO, Marta
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da UFRGS e do PROPAR-UFRGS
marta@martapeixoto.com.br

O MASP DE LINA BO BARDI: RECONSTRUÇÃO DO CONCRETO, RESTAURAÇÃO DO PROJETO.

LINA BO BARDI'S MASP: CONCRETE REMAKING, DESIGN RESTORING

EL MASP DE LINA BO BARDI: RECONSTRUCCIÓN DEL HORMIGÓN, RESTAURACIÓN DEL PROYECTO

IDEARIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Inicialmente, museu e exposição faziam parte de um conjunto harmonioso. Dentro de uma caixa envidraçada, suspensa sobre a Avenida Paulista, expositores de vidro apoiados por cubos de concreto apresentavam as pinturas da coleção permanente do MASP, projetado por Lina Bo Bardi em 1968. As fachadas transparentes, o salão indiviso e a transparência dos cavaletes reforçavam a fluidez espacial e estimulavam a interação entre o público e a coleção. Em 1996, argumentando a fragilidade do vidro e a incidência da luz natural nas obras de arte, os cavaletes foram removidos e as persianas das fachadas foram permanentemente fechadas. Além disso, a pinacoteca foi dividida por divisórias de gesso, nas quais as pinturas eram exibidas de maneira tradicional. Em 2015, o escritório Metro Arquitetos redesenhou os cavaletes para solucionar os problemas apresentados pela versão original. Eles ainda são feitos de concreto, vidro e madeira e mantêm a aparência antiga; mas foram adotadas tecnologias mais eficientes. Um olhar mais atento percebe a suavidade do cubo de concreto, bastante distante da aspereza pretendida por Lina. Mas os ganhos são maiores que as perdas. A restauração da espacialidade original do MASP compensa a sofisticação evidente do novo cavalete, satisfazendo aqueles que apreciam a arquitetura e não apenas o material do qual ela é feita.
PALAVRAS-CHAVE: MASP, Lina Bo Bardi, cavaletes, restauração.

ABSTRACT:
Formerly, museum and exhibition were parts of a harmonious ensemble. Inside a glazed box hung above Paulista Avenue, glass sheets attached to concrete cubes supported the paintings of the permanent collection of MASP, the São Paulo Museum of Art, designed by Lina Bo Bardi in 1968. Transparent façades, opened layout and crystallinity of the easels reinforced spatial fluidity and aroused interaction between public and collection. In 1996, arguing the fragility of glass and the over incidence of natural light, the easels were discarded, and the façades shutters were permanently closed. Besides, the Pinacoteca was divided by dry walls, on which the paintings were displayed in a traditional way. In 2015, Metro Architects redesigned the easels in order to solve the problems presented by the original version. They are still made of concrete, glass, and wood, and maintain the old appearance; but adopt more efficient technologies. A closer look realizes the smoothness of the concrete cube, quite distant from the roughness intended by Lina. However, gains are higher than losses. The restoration of MASP original spatiality compensates for the glaring sophistication of the new easel, satisfying those who appreciate architecture and not just the material from which it is made.
KEYWORDS: MASP, Lina Bo Bardi, easels, restoring

RESUMEN:
Inicialmente, museo y exposición formaban parte de un conjunto armonioso. Dentro de una caja acristalada suspendida sobre la Avenida Paulista, las láminas de vidrio apoyadas a cubos de hormigón sostenían las pinturas de la colección permanente de MASP, el Museo de Arte de São Paulo, diseñado por Lina Bo Bardi en 1968. Fachadas transparentes, el salón indiviso y la cristalinidad de los caballetes reforzaba la fluidez espacial y estimulaban la interacción entre el público y la colección. En 1996, argumentando la fragilidad del vidrio y la incidencia de la luz natural em las obras de arte, los caballetes fueran removidos y las persianas de las fachadas se cerraron permanentemente. Además, la pinacoteca fue dividida por divisórias de yeso, donde las pinturas eran exhibidas de manera tradicional. En 2015, el studio Metro Arquitetos rediseñó los caballetes para solucionar los problemas presentados por la versión original. Los cavalletes todavía están hechos de vidrio, hormigón y madera y mantienen la apariencia original; pero se han adoptado tecnologías más

eficientes. Una mirada más atenta percibe la suavidad del cubo de hormigón, bastante distante de la aspereza pretendida por Lina. Pero las ganancias son mayores que las pérdidas. La restauración de la espacialidad original de MASP compensa la flagrante sofisticación del nuevo caballete, satisfaciendo a aquellos que aprecian la arquitectura y no solo el material del que está hecha.

PALABRAS-CLAVE: MASP, Lina Bo Bardi, cavalletes, restauración.

INTRODUÇÃO

"Um espetáculo caleidoscópico'" Foi assim que Aldo van Eyck, notório admirador da obra de Lina Bo Bardi, definiu a experiência de fruição da galeria projetada por ela para o Museu de Arte de São Paulo, MASP. No ápice da ditadura militar, um museu bem democrático e único no mundo foi inaugurado no Brasil, com a premissa de tornar a arte acessível a todos, mesmo aos não-intelectuais, aos desinformados e aos despreparados. E isso seria alcançado através da arquitetura.

PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO?

O MASP foi concluído em 1968. O edifício, está localizado na Avenida Paulista, uma das principais de São Paulo, no local onde era o antigo Belvedere Trianon, em frente ao Parque Siqueira Campos, um privilegiado ponto da cidade, na intersecção de duas vias sobrepostas: a Avenida Paulista e o Túnel Nove de Julho. Lina Bo Bardi projetou um paralelepípedo suspenso sobre a Avenida Paulista, com as suas duas maiores fachadas inteiramente envidraçadas. A caixa pendurada tem dois níveis: o principal deles abriga a pinacoteca, compreendendo a coleção permanente. O outro contém a coleção temporária e as áreas administrativas. Abaixo dele há o generoso espaço de um terraço como extensão da rua, uma grande praça da cidade; a área do Belvedere, ao longo do vazio, foi projetada para o descanso e para a contemplação. Sob a grande praça coberta, parte do programa foi semienterrado para acomodar atividades como auditório e exposições temporárias, tirando partido da lacuna do Túnel Nove de Julho (Figura 1).

Figura 1: MASP em seus primeiros anos de vida
Fonte: www. https://glamurama.uol.com.br/masp-comemora-70-anos-com-extensa-programacao-de-shows-oficinas-e-algumas-surpresas/

De acordo com o projeto de Lina Bo Bardi, edifício e sistema de exposição deveriam ter o mesmo nível de importância e serem parte do mesmo sistema de operação intelectual. O museu é transparente, assim como seu envelope e conteúdo. A caixa de concreto tem suas mais longas fachadas inteiramente fenestradas, mostrando a coleção à cidade.
Do lado de dentro, os expositores de vidro temperado exibem distintas e variadas obras de arte lado a lado, em direta e simultânea coexistência, a qual combina arte e arquitetura, um sistema de exposição tão arrojado quanto o famoso vão de 70 metros ao nível da rua (Figura 2).

Figura 2: Interior do acervo do MASP em seus primeiros anos
Fonte: https://arcoweb.com.br/noticias/noticias/masp-retoma-cavaletes-vidro-lina-bardi

Na época da inauguração do museu, na pinacoteca, diferentemente da museografia tradicional, os quadros não estavam pendurados na parede, mas sim, ocupavam todo o espaço e eram apresentados em um cavalete transparente, livre no espaço. O sistema de exposição era feito de grandes placas de vidro temperado, encaixadas através de uma cunha de madeira num cubo de concreto. A dimensão final do conjunto de peças é parecida com a da altura humana média, o que torna a obra de arte apropriadamente posicionada aos olhos do observador. Como indica o termo "cavalete", é evidente a alusão deste dispositivo àquele utilizado pelo pintor durante a elaboração da obra de arte. Ou seja, o observador experiência a pintura de maneira muito similar à vivenciada pelo pintor (Figura 3).

Figura 3: Lina e um dos expositores
https://criticaexpografica.wordpress.com/2015/06/22/os-cavaletes-de-lina-bo-bardi/

Cada obra de arte era disposta sobre uma placa de compensado branca recortada de acordo com a moldura e discretamente aparafusada ao vidro. As molduras eliminadas – que não fossem autênticas – eram substituídas por suportes metálicos. Fotografias e textos sobre cada obra de arte foram posicionadas no lado de trás do cavalete, entre as chapas de compensado e de vidro, a fim de informar ao público sobre os artistas e suas obras de arte. Todas as pinturas foram voltadas para o leste, para o vestíbulo de entrada, como se estivessem esperando a chegada do público, dispersassem terem sido e não organizadas sob algum tipo de classificação. (Figura 4). A falta de paredes garantia não apenas o contato direto entre as obras de arte e o público, mas também entre a coleção e o edifício, além de referir à situação de sua concepção: a pintura solta no espaço, como no cavalete do artista.

Figura 4: o interior da pinacoteca
Fonte: https://blogdoims.com.br/dois-momentos-marcantes-de-lina-bo-bardi/

Lina Bo Bardi já havia experimentado alternativas de exibição inovadoras anteriormente, como na primeira sede do MASP, na Rua Sete de Abril. O antigo museu foi fundado por ela e seu marido, Pietro Maria Bardi, em outubro de 1947, graças à fundamental participação e patrocínio de Assis Chateaubriand. Tirando proveito das ofertas do mercado de arte no pós-guerra europeu, foram adquiridas telas de importantes artistas

ocidentais, constituindo uma invejável coleção. Ainda sem sede própria, o museu estabeleceu-se em alguns andares do recém-inaugurado prédio do jornal de Chateaubriand, o Diários Associados. A estrutura física era pequena e restrita a uma sala principal para a coleção, outra para exposições didáticas sobre História da Arte e um auditório para 100 pessoas, o qual também era usado para cursos e atividades práticas – graças às cadeiras dobráveis projetadas por Lina Bo Bardi, as quais facilitavam o uso do local para atividades múltiplas. Junto com Lina, Pietro Maria Bardi foi quem definiu o MASP conceitualmente. Para eles os museus contemplativos eram muito limitados. Sua ideia era transformar a concepção tradicional de museografia, abandonando a ordem cronológica, os ambientes expositivos fechados e a ideia de museu como um local exclusivamente destinado à conservação das obras de arte. Eles aspiravam a um novo e especial local para a fruição da arte.

Desta maneira, desde a primeira sede do MASP, o projeto da exposição não deveria dividir a coleção em compartimentos independentes, agrupando as obras de acordo com critérios cronológicos ou estilísticos. O projeto desenvolvido por Lina Bo Bardi traduz esta nova proposta e distribui em um só lugar pinturas de vários períodos e escolas. Seu projeto foi concebido como um plano educativo, com soluções derivadas de experimentos anteriormente realizados na Itália – um movimento conhecido como *allestimento*, conduzido por artistas e arquitetos como Edoardo Persico e Franco Albini – visando a uma relação mais próxima entre público e obra de arte. O completo processo de projeto contava com a fundamental colaboração do diretor do museu, bem como com a contribuição do arquiteto Giancarlo Palanti, que trabalhou com Lina na concepção da museografia, e com artistas como Roberto Sambonet Buffoni e Bramante, que elaborou o material gráfico. Mas no caso do primeiro MASP, a intervenção de Lina Bo Bardi ficou restrita ao interior do edifício.

Se, àquela altura, o projeto expositivo do MASP Sete de Abril já buscava uma aproximação com os visitantes, o público efetivamente toma parte no acervo do MASP da Avenida Paulista. As pessoas misturam-se às pinturas e esculturas, protagonizando uma fusão de imagens que simboliza a desejada aproximação entre arte e vida cotidiana, eliminando qualquer alegação de formalidade ou monumentalidade. Alargando o escopo de galeria de arte para a cidade, através das fachadas envidraçadas, esta mistura de imagens também rompe a caixa fechada. Quadros flutuam em um espaço único que inclui museu e cidade, estabelecendo uma conexão espacial e temporal entre o conjunto de obras. Fachadas transparentes e cavaletes são recursos complementares no esforço de popularizar a obra de arte e o museu.

O tema da transparência já havia aparecido em outro trabalho de Lina Bo Bardi, mas com programa distinto: sua própria casa, conhecida como Casa de Vidro (1951). As fotos publicitárias da casa mostram o mobiliário, objetos ordinários e obras de arte, uma justaposição de diferentes gêneros e idades, diante do pano de fundo constituído pela paisagem externa, que aparece através da fachada de vidro. Nesta oportunidade, Lina Bo Bardi experimentou o potencial da percepção simultânea do edifício, seu conteúdo e seu entorno.

Depois da morte da arquiteta, em 1992, e da aposentadoria de seu marido, Pietro Maria Bardi (curador e coordenador do museu desde seu início), as críticas sobre a transparência dos expositores ganhou força. Até que, em 1996, o sistema original de exibição foi substituído. Em seu lugar, o salão foi compartimentado com paredes de gesso, onde as pinturas foram penduradas, como em tantos outros museus. O principal responsável pela mudança foi Júlio Neves, então coordenador do museu. O grande salão original foi dividido em dez salas menores e dois pares de corredores (Figura 5), tornando-se um espaço de exposição convencional. As pinturas ganharam um fundo neutro, mais apropriados às preocupações dos curadores. A transparência das fachadas também se perdeu: as persianas foram permanentemente fechadas, a fim de evitar a excessiva incidência de luz nos quadros – um sério risco para a coleção de obras primas. Externamente, gigantes *outdoors* anunciavam as exposições planejadas

> Que nem todo mundo simpatize igualmente com a maneira pela qual as pinturas foram expostas originalmente não é todavia surpreendente. A exposição, sendo única, é, em consequência, também anormal. E o que é anormal – neste caso, à revelia, devido a seu caráter único – também é vulnerável no sentido de que corre o risco de ser mudado ou desmantelado completamente, o que seria uma perda inominável. Seja como for, agora o problema tornou-se agudo. (FERRAZ, 1997, s/n)

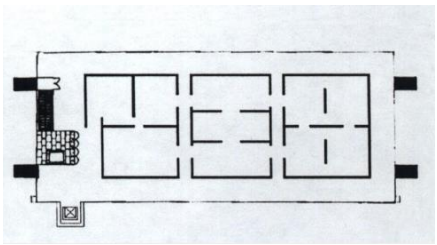


Figura 5: o salão da pinacoteca subdivido
Fonte: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.112/22

Ao nível do solo, algumas mudanças importantes foram transformando a aparência original do espaço aberto: os espelhos d'água que anteriormente circulavam o edifício foram reduzidos ou cobertos, e o pavimento de pedra irregular foi substituído por granito polido. Estas substituições de materiais tornaram o MASP um prédio mais limpo, suave e convencional, mais próximo dos museus internacionais comuns do que do espaço proposto por Lina Bo Bardi. Todas essas transformações despertaram um caloroso debate, mas, apesar dos esforços de setores intelectuais paulistanos, à época, não foi possível manter ou reviver o projeto original.

Este caso exemplar ilustra o conflito entre dois diferentes – até antagonistas – conceitos de museu: de um lado, o museu dos novos diretores e, de outro, o museu da proposta original. Mesmo disfarçada por argumentos técnicos, a questão é fundamentalmente conceitual. Tanto é assim que, na mesma época (1996), Piers Gough admite ter sido inspirado pelo MASP (por Lina, de fato) para projetar os expositores da renovação da National Portrait Gallery, por exemplo. No que diz respeito ao edifício, é verdade que fachadas envidraçadas poderiam trazer problemas ao museu. No entanto, a ideia de Lina e Pietro Bardi para o MASP não foi a de criar um showroom, mas um centro catalítico com uma impressionante arquitetura moderna; um lugar ao mesmo tempo democrático e didático, que pudesse contribuir para o desenvolvimento cultural. Este conceito está intimamente relacionado às ideias modernas que protagonizaram o debate dos CIAMs pós-guerra, especialmente o CIAM VIII, "O Coração da Cidade" (1951), quando Le Corbusier e Josep Lluís Sert identificaram os museus como edifícios estratégicos capazes de ajudar a reviver os centros urbanos. Desde este ponto de vista, transparência para o exterior faz todo o sentido.

Além disso, há uma grande distorção – ou contradição – neste processo: Na intenção de salvaguardar as obras de arte, modifica-se, sem qualquer cuidado ou culpa, outra obra prima, que é o edifício. Ou a arquitetura não pode aspirar um alto *status* cultural e ser salvaguardada? Um notável projeto de exposição não é digno de ser preservado? Em 1999, o Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi solicitou o tombamento do MASP ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN. Um mês depois, a diretoria do museu fez o mesmo, mas sua solicitação dizia respeito apenas ao prédio, excluídos projeto da exposição e cavaletes.

De acordo com o "Parecer sobre a museologia do espaço expositivo do 2º andar do MASP - inconveniência do tombamento" (PEDROSA, PROENÇA, 2015) o projeto de exposição da pinacoteca apresentava seis problemas técnicos e quatro museológicos. Os problemas técnicos eram: as medidas insuficientes das lâminas

de vidro (algumas peças da coleção do MASP eram maiores que as lâminas de vidro, e não podiam ser exibidas); o peso das obras com muita madeira; fragilidade e imprevisibilidade do vidro; o empenamento da madeira; a insolação; a vibração das lâminas de vidro. Os problemas museológicos eram: as visitas educacionais (a distribuição dos cavaletes no espaço tornava perigosa a circulação dos grupos de visitantes); menor número de obras expostas (os cavaletes desperdiçavam espaço e eram capazes de exibir aproximadamente 20% menos do que uma parede linear); iluminação inapropriada; baixa altura de exposição das obras.

Finalmente, em 2003, o IPHAN tombou o edifício e, como medida estratégica, decidiu proteger também o mobiliário, mas não a maneira de expor. Desta forma, não apenas o edifício, mas também os cavaletes, foram protegidos e preservados; no entanto, cabia à direção do museu a decisão de usá-los ou não. O sistema de exposição original manteve-se como uma possibilidade, mesmo se abandonado por duas décadas. De fato, apesar da crítica dos grupos de intelectuais, a coleção do MASP permaneceu encerrada por ordinárias paredes de gesso e a museografia de Lina podia ser vista apenas nas narrativas e fotografias historiográficas sobre o museu e sua autora. Os cavaletes de Lina Bo Bardi tornaram-se, eles próprios, peças de museu.

DE VOLTA PARA O FUTURO

O ano de 2014 marcou o centenário do nascimento de Lina Bo Bardi. Vários eventos como exposições, conferências e publicações celebraram a data, e as comemorações duraram até o ano seguinte. Logo, 2015 foi o ano dedicado à reflexão sobre as transformações sofridas pelo MASP. Uma importante exposição, intitulada "MASP em Processo", dividida em duas etapas, redescobriu a arquitetura original do edifício e removeu as paredes que o dividiam em galerias, assim como a cobertura das janelas. Depois disso, três históricos projetos de exposição criados por Lina para o museu - antes que se instalasse na Avenida Paulista – foram refeitos. Mais do que colocar novamente juntas antigas seleções de obras de arte, a reconstrução destas exposições objetivava mostrar ao público a ascendência dos cavaletes de cristal abandonados e a linhagem do projeto de exposições de Lina. De acordo com Adriano Pedrosa, à época, diretor artístico do MASP: "Esses projetos de exposição já antecipavam preocupações com abertura, leveza e suspensão. Assim, além de revisitar a coleção, as mostras revelaram o caminho da arquiteta que levou ao projeto dos cavaletes de cristal - também chamados de cavaletes de vidro". (PEDROSA, 2015, p.22)
Todos esses três projetos tinham em comum a fluidez espacial, a compreensão de que um espaço deveria ser percebido integralmente, sem limites internos. Os painéis de exposição, portanto, eram suspensos e não tocavam diretamente no teto nem no chão, a fim de manter a continuidade espacial.

Todos esses eventos comemorativos trouxeram renovados ares à herança de Lina Bo Bardi e criaram um clima favorável à reavaliação, que culminou na decisão de retomar os dispositivos de exibição originais - ou pelo menos a imagem e a espacialidade que eles proporcionavam.
Como a justificativa oficial pelo abandono dos cavaletes foi a fragilidade, principalmente, a decisão de retornar ao projeto original da exposição foi acompanhada pela contratação de uma equipe que redesenhou os expositores, para que eles se tornassem mais eficientes e seguros, e superassem as dificuldades técnicas que determinaram o seu desuso.
Quem cuidou da tarefa foi o METRO Arquitetos, que realizou o trabalho de reproduzir plasticamente os cavaletes de Lina, com novos materiais e tecnologia mais eficiente.
Os cavaletes originais eram compostos de uma base, um cubo de concreto, com um negativo para o encaixe de uma lâmina de vidro; a fixação dessas peças foi feita através de uma cunha de madeira e um parafuso, o que permite comprimir o vidro, deixando-o seguro. Uma manta de proteção de borracha evitou a fricção direta do vidro com a madeira e o vidro com o concreto (Figura 6).

Figura 6: os cavaletes da Metro Arquitetura
Fonte: http://www.metroo.com.br/projects/view/123/2

Embora pretendam manter a plasticidade e o mesmo princípio de operação que os anteriores, os novos cavaletes são flagrantemente mais sofisticados.

> Os principais ajustes foram feitos com o objetivo de fortalecer os cubos de concreto; adicionando a possibilidade de nivelar o conjunto; permitindo o pleno funcionamento da cunha com um sistema de aperto mais eficaz e duradouro; padronização da altura dos furos para que as obras de arte possam ser alternadas de forma intercambiável de uma vidraça para outra (na versão original, cada vidraça era emparelhada com uma única obra de arte; com furos personalizados especialmente para ela); aumentar a proteção das bordas das chapas de vidro para evitar a quebra e reduzir as vibrações indesejáveis, com o uso de um amortecimento adequado. (PEDROSA; PROENÇA, 2015, p.33)

Em 11 de dezembro de 2015, a galeria de arte do MASP foi reaberta, retomando o projeto de exposição de Lina Bo Bardi (Fig.2). As duas gerações que ainda não tiveram a oportunidade de conhecer o MASP como ele foi concebido poderiam, novamente, passar pelos cavaletes transparentes, como Aldo van Eyck fez em abril de 1996, pouco antes da divisão do salão principal (Figura 7).

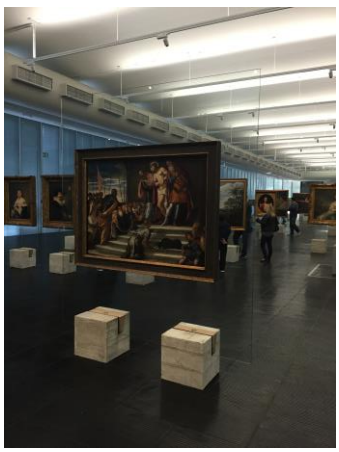


Figura 7: a pinacoteca reaberta em 2015
Fonte: Foto das autoras, 2015

A intervenção que possibilitou a reconstituição do desenho original da galeria (pelo menos no que diz respeito ao uso de cavaletes, uma vez que as persianas permanecem fechadas) desafia as recomendações mais classicamente aceitas em relação à intervenção no patrimônio.

Papel ou pedra?

De acordo com as ideias tradicionais sobre preservação arquitetônica, a materialidade de um edifício tem sido considerada o principal documento para as operações visando sua conservação como patrimônio. Aliás, isso não é muito diferente quando se trata de uma obra de arte. No entanto, no que se refere ao patrimônio moderno, pode-se afirmar que esse protagonismo pode ser compartilhado com o projeto ou com as imagens historiográficas e as narrativas sobre o objeto a ser preservado - como imagens publicadas, filmes, textos críticos, etc.

Antes que um conjunto de informações registradas no papel se tornasse um projeto, a história da arquitetura estava gravada em pedra. Conservar ou restaurar intervenções em arquiteturas pré-modernas, portanto, deve se basear apenas na materialidade de um edifício como uma diretriz para os procedimentos a serem adotados. As teorias de restauração mais conhecidas são consequências dessa conjuntura, que tem influenciado estudiosos como Camillo Boito, Gustavo Giovannoni e Cesare Brandi.

Os discursos e recomendações sobre como lidar com o patrimônio podem variar de acordo com cada autor, mas todos eles têm um propósito comum, no qual a materialidade do edifício é reconhecida como protagonista das operações de restauração, assim como determina sua autenticidade.

Tornando-se cada vez mais completo e preciso, o conjunto de informações que constitui o projeto pode ser tanto uma fonte de consulta sobre uma compilação atual projetada no passado quanto uma fonte intemporal para uma futura materialização de uma ideia anterior, permitindo até mesmo que ela alcance um "estado completo que pode nunca ter existido". No caso do MASP, um grau de qualidade que nunca foi alcançado. Além disso, o projeto adequadamente arquivado permite a reconstrução de edifícios destruídos, ou, em casos mais raros - embora não tão excepcionais -, a réplica de arquiteturas ou seus componentes.

É possível, portanto, assumir que a renovação, o acabamento, a reconstrução e a réplica implicam considerar o projeto - e não apenas o edifício - como um patrimônio capaz de ser salvaguardado, uma vez que a autenticidade material se torna uma questão secundária nessas operações.

Projetos visando renovação de prédios modernos, de fato, parecem favorecer mais a recuperação ou manutenção tanto da plasticidade quanto da espacialidade do que a preocupação em adotar técnicas anteriores. Além disso, as substituições e reconstruções das partes de ícones modernos são muitas vezes feitas com tecnologias mais novas e mais eficientes, mesmo quando se mantêm suas formas originais.

No reuso, restauração ou reconstrução de projetos do patrimônio moderno, não parece ser uma conduta incorreta emular a condição inicial do edifício, mesmo que usando novos materiais. Essa nova conduta é explicada se considerarmos que o projeto (que define a forma e a espacialidade do edifício) é o patrimônio real, e esse é o seu grau de excelência (registrado em papel, fotos, filmes e assim por diante) que justifica o interesse em sua preservação. A herança real, então, é o projeto, não o edifício. Além disso: a autenticidade cada vez mais tem a ver com a correspondência entre a imagem resultante da intervenção e a originalmente planejada - ou com o grau de excelência alcançado - do que com o uso de técnicas e materiais anteriores.

Isso parece indicar que, nesses casos, a arquitetura é mais importante do que a construção, e que o medo da falsa história está dando lugar à aceitação da coexistência entre valores históricos e novidades no mesmo edifício (Figura 8).

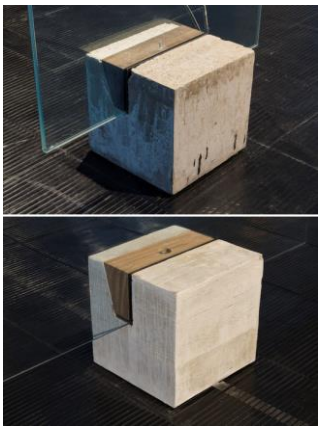


Figura 8: as duas bases de concreto, a de Lina e a de Metro Arquitetura
Fonte: http://saopaulosao.com.br/nossos-encontros/1070-no-masp-os-cavaletes-de-lina-bo-bardi-e-um-novo-jeito-antigo-de-exibir-arte.html

É verdade que um olhar mais atento percebe a lisura do cubo de concreto, bastante distante da aspereza pretendida por Lina. Mas os ganhos são maiores que as perdas. A restauração da espacialidade original do MASP - ou do projeto original do MASP - compensa a sofisticação evidente do novo cavalete, satisfazendo aqueles que apreciam a arquitetura e não apenas o material do qual ela é feita.

> O tempo é uma espiral. A beleza em si não existe. Existe por um período histórico, depois muda o gosto, depois vira bonito de novo. Eu procurei apenas no Museu de Arte de São Paulo, retomar certas posições. Não procurei a beleza, procurei a liberdade. Os intelectuais não gostaram, mas o povo gostou: "Sabem quem fez isso? Foi uma mulher!!... (FERRAZ, 1997, s/n)

REFERÊNCIAS

FERRAZ, Marcelo Carvalho (org.). **Museu de Arte de São Paulo. *São Paulo Art Museum***. Editorial Blau e Instituto Lina Bo e P.M. Bardi: Lisboa e São Paulo, 1997.

PEDROSA, Adriano; PROENÇA, Luiza. **Concreto e cristal: o acervo do MASP nos cavaletes de Lina Bo Bardi**. São Paulo: MASP, 2015.

Venanparq
Salvador - 2018

O PROCESSO DE INSERÇÃO DAS ATIVIDADES EXPERIMENTAIS EM ESCOLAS BRASILEIRAS DE ARQUITETURA

THE PROCESS OF INSERTION OF THE EXPERIMENTAL ACTIVITIES IN BRAZILIAN SCHOOLS OF ARCHITECTURE

EL PROCEDIMIENTO DE INSERCIÓN DE LAS ACTIVIDADES EXPERIMENTALES EN ESCUELAS BRASILEÑAS DE ARQUITECTURA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

LAVERDE, Albenise
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAUeD UFU
albenise.laverde@ufu.br

OLIVEIRA, Cláudia de Andrade
Doutora em Engenharia Civil; Professora da FAUUSP
ctao@usp.br

O PROCESSO DE INSERÇÃO DAS ATIVIDADES EXPERIMENTAIS EM ESCOLAS BRASILEIRAS DE ARQUITETURA

THE PROCESS OF INSERTION OF THE EXPERIMENTAL ACTIVITIES IN BRAZILIAN SCHOOLS OF ARCHITECTURE

EL PROCEDIMIENTO DE INSERCIÓN DE LAS ACTIVIDADES EXPERIMENTALES EN ESCUELAS BRASILEÑAS DE ARQUITECTURA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Atualmente, com a inserção de novas ferramentas investigativas ao longo do desenvolvimento projetual, permanecem recorrentes duas questões fundamentais: a integração da tecnologia na linguagem plástica da arquitetura e a dimensão do conhecimento técnico-científico do arquiteto, levando a questionamentos sobre os rumos do ensino da Tecnologia da Construção diante do pseudo-entendimento que novas ferramentas investigativas poderão substituir a sensibilidade construtiva adquirida a partir de atividades cognitivas. Neste trabalho, a partir da análise histórica de diferentes experiências pedagógicas em escolas brasileiras de arquitetura foi possível compreender a conformação dos atuais espaços experimentais voltados às práticas técnico-construtivas. Os dados revelam que a maior parte destas práticas por estarem atreladas à iniciativa pessoal docente, não fazem parte dos objetivos dos cursos, pela falta de entendimento sobre sua real necessidade no processo de formação, dando margem para que estas experiências sejam interrompidas a qualquer momento, seja pela mudança de professor ou pela falta de apoio financeiro contínuo. Esta situação contribui para que as experiências acadêmicas, aos poucos, sejam desvinculadas do caráter científico, em que as atividades predominantemente empíricas pode ser uma resposta à falta de apoio. A partir da análise das dificuldades presentes ao longo do processo de implantação e sustentação destas práticas no contexto acadêmico, chega-se ao questionamento se determinados cursos já não foram implantados com o entendimento deficitário de que as atividades experimentais seriam dispensáveis, sendo o processo representacional suficiente para a resolução de inovações criativas sobre os problemas que envolvem a materialidade.
PALAVRAS-CHAVE: experimentação construtiva; canteiros experimentais; ensino da tecnologia; Tecnologia da Construção; práticas experimentais.

ABSTRACT:
Currently, with the insertion of new investigative tools throughout the project development, two fundamental questions remain: the integration of technology in the plastic language of architecture and the dimension of the technical-scientific knowledge of the architect, leading to questions about the direction of teaching Construction Technology in the face of the pseudo-understanding that new investigative tools can replace the constructive sensitivity acquired from cognitive activities. In this study, from the historical analysis of different pedagogical experiences in Brazilian architecture schools, it was possible to understand the conformation of the current experimental workspaces to technical-constructive practices. The data show that most of these practices, because they are linked to the personal teaching initiative, are not part of the course objectives, due to a lack of understanding about their real need in the training process, leaving room for these experiences to be interrupted at any time, either by the change of teacher or by the lack of continuous financial support. This situation contributes to the fact that academic experiences are gradually disengaged from the scientific character, where predominantly empirical activities may be a response to lack of support. From the analysis of the difficulties present throughout the process of implementation and support of these practices in the academic context, it is questioned if certain courses have not

been implanted with the deficient understanding that the experimental activities would be expendable, and the representational process is sufficient for the resolution of creative innovations on the problems that involve materiality.
KEYWORDS: *Building experimentation; Experimental Workspaces; Technology Education; Construction Technology; Experimental Practice.*

RESUMEN:
Actualmente, con la inserción de nuevas herramientas investigativas a lo largo del desarrollo proyectual, permanecen recurrentes dos cuestiones fundamentales: la integración de la tecnología en el lenguaje plástica de la arquitectura y la dimensión del conocimiento técnico-científico del arquitecto, llevando a cuestionamientos sobre los rumbos de la enseñanza de la Tecnología de la Construcción ante el pseudo-entendimiento que nuevas herramientas investigativas podrán sustituir la sensibilidad constructiva adquirida a partir de actividades cognitivas. En este trabajo, a partir del análisis histórico de diferentes experiencias pedagógicas en escuelas brasileñas de arquitectura fue posible comprender la conformación de los actuales espacios experimentales orientados a las prácticas técnico-constructivas. Los datos revelan que la mayor parte de estas prácticas por estar ligadas a la iniciativa personal docente, no forman parte de los objetivos de los cursos, por la falta de entendimiento sobre su real necesidad en el proceso de formación, dando margen para que estas experiencias sean interrumpidas en cualquier momento, sea por el cambio de profesor o por la falta de apoyo financiero continuo. Esta situación contribuye a que las experiencias académicas, poco a poco, sean desvinculadas del carácter científico, en que las actividades predominantemente empíricas pueden ser una respuesta a la falta de apoyo. A partir del análisis de las dificultades presentes a lo largo del proceso de implantación y sustentación de estas prácticas en el contexto académico, se llega al cuestionamiento si determinados cursos ya no fueron implantados con el entendimiento deficitario de que las actividades experimentales serían dispensables, siendo el proceso representacional suficiente para la resolución de innovaciones creativas sobre los problemas que involucra la materialidad.
PALABRAS-CLAVE*: experimentación constructiva; canteros experimentales; enseñanza de la tecnología; tecnología de la construcción, prácticas experimentales.*

INTRODUÇÃO

Em meio às transformações observadas no Período Moderno, chamam à atenção as experiências realizadas na escola da Bauhaus que tinha como premissa formar um profissional com habilidades tanto técnicas como artísticas. Para isso, foram amplamente explorados os processos experimentais, com a aplicação de diferentes metodologias pedagógicas para o estudo da materialidade. De acordo com Gropius (1997), a preparação de design, artesão e arquiteto deveria descobrir o homem de talento artístico e prepará-lo por meio de um profundo treino artesanal para o trabalho criativo no seio do processo da produção industrial. Neste sentido, eram promovidas oficinas com caráter laboratorial, onde modelos eram cuidadosamente construídos e constantemente aperfeiçoados, com clara integração entre atividades experimentais e projeto.

A estruturação do ensino na Bauhaus revela o valor educacional atribuído aos problemas práticos. Apoiando-se nestes princípios, o arquiteto fundador Gropius, defende o trabalho experimental no canteiro e nas oficinas, salientando ter estas práticas a mesma importância para a aquisição de conhecimentos de base que o ensino teórico, argumentando ser este último muitas vezes superestimado nas escolas de arquitetura e que a capacidade criativa dos alunos não estaria prejudicada ao ser dada ênfase em questões técnicas como produtividade e economia de recursos e materiais. O arquiteto reforça este conceito ao relatar que a prancheta e o livro não podem substituir a valiosa experiência na oficina e no canteiro, por isso, seria preciso que a experiência estivesse unida à formação desde o início e não fosse acrescentada posteriormente, após o término da formação acadêmica, tratando-se do único meio de educação que inter-relaciona os talentos de ensino e invenção:

> "Poderá um arquiteto tornar-se mestre na sua profissão sem dispor de qualquer experiência com ferramentas e material e sem o conhecimento que ele adquire no processo da construção?" (GROPIUS, 1997, p. 89).
>
> "O impacto da indústria em nossa profissão é tão forte que a geração mais jovem deveria ser formada em contato íntimo com a indústria da construção e seus laboratórios." (GROPIUS, 1997, p. 90)

Ainda de acordo com o arquiteto, na discussão da reforma das escolas de Belas-Artes ficou sem resposta a questão de se saber se estas oficinas deveriam servir exclusivamente ao ensino (e se possível à experimentação criativa e à pesquisa de base artístico-técnica) ou se seu objetivo deveria consistir também da produção real para um cliente determinado ou para o mercado autônomo; em outras palavras, se devia tratar-se apenas de oficinas de aprendizagem (sob determinadas circunstâncias com caráter de laboratório), ou de oficinas de produção.

Em relação ao Curso Preliminar, deve-se destacar a atuação docente de Lazlo Moholy-Nagy (1923-1928) e de Josef Albers (1925-1933). Como professor do Curso Preliminar, Moholy promoveu vários exercícios para adestramento tátil e óptico dos sentidos que, segundo Wick (1989), não se tratavam de exercícios para reconhecer ou experimentar o material real; mas sim, de um modo geral, de condicionar a sensação à facticidade do tato, transformando-a em qualidades abstratas e em suas relações. Serviam fundamentalmente à educação do sentimento e do pensamento plásticos em relação à construção, a momentos estáticos e dinâmicos, a equilíbrio e a espaço e eram de importância capital para a prática ulterior em todos os ramos da criação (Figura 1).

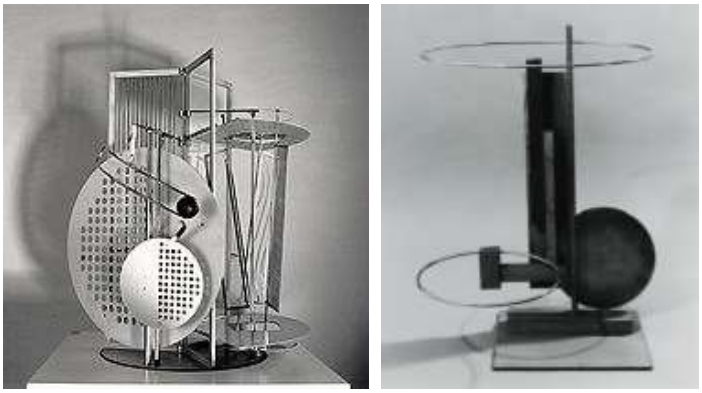


Figura 1 – Lazlo Moholy-Nagy: Acessório luminoso (modulador luz-espaço), 1922-1930.
Fonte: Wick (1989, p. 183 e 214)

A contribuição de Josef Albers como diretor do Curso Preliminar distingue-se de seus predecessores por não se voltar de forma decisiva ao aspecto criativo-individual, nem ser orientado no sentido do construtivismo, mas buscava, sobretudo, o intenso contato com o material dado. O princípio de seu processo pedagógico pode ser resumido na fórmula "aprender através da experiência". E, para alcançar a formação do homem criativo na Bauhaus, Albers escolheu um princípio pedagógico que concedia uma posição primordial ao aspecto criativo, e que ele mesmo resumiu na frase: "Experimentar é melhor que estudar" (WICK, 1989, p. 236). Para ele, a transmissão tradicional de conhecimentos e de habilidades não deixa espaço à criação e inibe a capacidade de inventar:

> "Onde se faz algum trabalho de carpintaria, de encadernação, de entalhadura. Também o ato de serrar, de aplainar, e também o de limar e prensar, empapelar e colar são improdutivos. Pois atendem tão somente ao impulso de se manter ocupado, e não às necessidades da criação." (WICK, 1989. p.237)

Ainda segundo o autor, Albers eliminou de seu Curso Preliminar os resíduos da formação artesanal específica e embasou seu ensino sobre dois alicerces: os exercícios com *a matéria* e os exercícios com *materiais*. O objetivo dos exercícios com a matéria era a pesquisa da aparência externa das coisas, o estudo da epiderme (processos de acabamento). No caso dos exercícios com materiais, neles pode-se reconhecer a contribuição maior de Albers para a pedagogia da Bauhaus. Diferentemente dos exercícios com a matéria, cujo objetivo era o reconhecimento sensorial das superfícies dos materiais, os exercícios com os materiais voltavam-se à experimentação das características intrínsecas dos materiais, tais como estabilidade, resistência, consistência, capacidade, entre outras. Estes aspectos possuem relação direta com o espírito da época orientado pela economia que, segundo ele, a forma econômica resulta da *função* e do *material*.

O propósito fundamental desses exercícios propedêuticos com materiais era a construção, entendida em um sentido mais amplo que não se refere exclusivamente à arquitetura, mas que é vista como desenvolvimento da capacidade geral do "pensamento construtivo". Um exemplo pode ser visto em seus exercícios com o uso do papel, procurando sensibilizar os alunos quanto às propriedades do material, e como o processo de dobradura permitia que um material com características tão frágeis, pudesse se tornar rígido. Trata-se, portanto, de uma metodologia educativa e não de fabricação, cujo princípio apoia-se na economia de materiais e de trabalho e o princípio da economia adquire relevância do ponto de vista estético, mesmo parecendo incompatíveis e de caráter limitador da criatividade. A prova de que as

restrições externas em nada afetavam a criatividade, pode ser vista na diversidade de trabalhos desenvolvidos em sua disciplina, de acordo com a Figura 2.

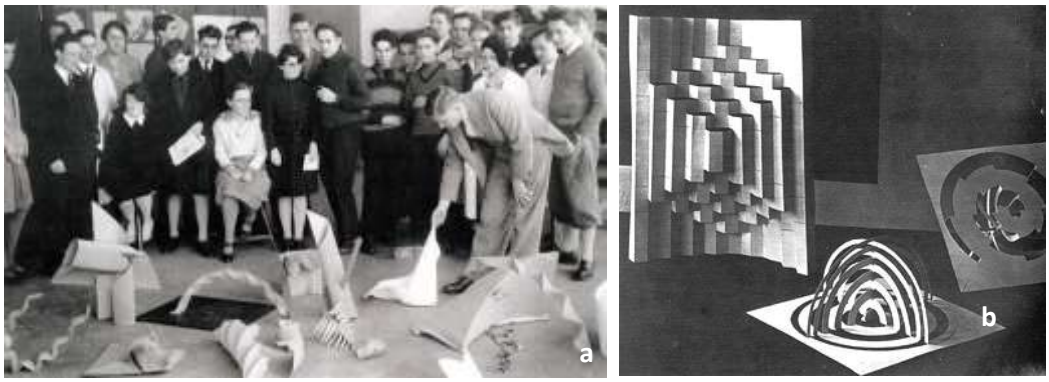


Figura 2 – Exercícios desenvolvidos por Albers com o material papel: estudos sobre a rigidez e construção sem recortes. Fonte: a) Droste (2006, p. 16); b) Wick (1989, p. 247)

Ao analisar o sequenciamento das atividades do curso oferecido pela Bauhaus, é visto em Gropius (1997), que após o Curso Preliminar os estudantes continuariam necessitando de atividades práticas como aulas de Oficina para adaptarem seus projetos à natureza do material e às técnicas de produção. Estes cursos de Oficinas - conduzidos por mestres artesãos - proporcionaram uma crescente estabilidade na fase inicial da Bauhaus, podendo ser interpretadas como "núcleos estabilizadores". Para Wick (1989), um dos méritos dos mestres artesãos seria, portanto, com os conhecimentos que tinham dos materiais e com suas experiências práticas, terem impedido um retrocesso da Bauhaus diante do objetivo em buscar uma mediação entre arte e artesanato, e impedido também que o pensamento da Bauhaus se desviasse em direção a uma academia da elite de vanguarda, transformando-se numa 'linguagem universal do Instituto'.

Ainda segundo o mesmo autor, apesar das declarações de Gropius - no documento de fundação da Bauhaus - representarem um hino em louvor ao artesanato, a hierarquia social da escola, tal como estabelecida nos estatutos, não atribuía aos mestres artesãos qualquer competência decisória. Esta a possuía, em última instância, o diretor, que presidia o assim chamado Conselho de Mestres, "um órgão de assessoria e de decisões no tocante a questões didáticas e de organização". Neste conselho de mestres só estavam representados com direito a voto os mestres da forma; os mestres artesãos tinham somente uma função consultiva. Esta subordinação dos mestres artesãos aos mestres da forma, que forçosamente viria a gerar tensões, mostra claramente que, na fase inicial, apesar da supervalorização retórica do artesanato, apesar de toda a programação, cujo objetivo era a desmistificação da imagem tradicional do artista, a prioridade ainda recaia sobre o criador autônomo, sobre o artista que defendia exclusivamente o sentido teórico da arte. Não há dúvida que contribuiu para isso, o fato de quase todos os mestres da forma serem personalidades artísticas de indiscutível categoria e marcada individualidade, que em virtude de sua autoridade artística estabeleceram um distanciamento entre si e dos mestres artesãos.

Na Bauhaus, portanto, em sua fase inicial faltava não apenas um Departamento de Arquitetura – criado apenas em 1927 –, que deveria ser o eixo de rotação da escola segundo sua ideia inicial, mas também a coordenação entre as diversas oficinas, o que teve por consequência surgirem entre elas diferenças cada vez mais graves, no tocante à estrutura de trabalho e à conformidade com os objetivos.

Mesmo diante destas ausências concretas, havia ideias hipotéticas de como deveriam ser desenvolvidas as atividades na área da construção. De acordo com Gropius (1997), após o Curso Preliminar e o curso de Oficinas, os alunos que quisessem se diplomar arquitetos deveriam cursar uma terceira etapa, onde seria promovida a aproximação com o cotidiano profissional por meio de visitas às construções, fábricas e institutos de pesquisa, de maneira a permitir o maior entendimento sobre a fabricação e o processo de construção, em que deveriam ser obrigatórias as experiências em canteiro de obras reais. No que diz respeito às escolas, sugere que deveriam manter algumas oficinas experimentais vinculadas a coleções de modelos, onde professores e alunos pudessem juntos fazer experiências no tratamento de superfícies de componentes de construção. Para o fundador da Bauhaus, como a parte prática da profissão de arquiteto estaria ligada ao desenvolvimento técnico, os alunos deveriam ter na escola a oportunidade de experimentar e testar como os estudantes de medicina, biologia e química faziam em seus laboratórios[1].

Neste mesmo período, paralelamente às experiências aplicadas na Bauhaus, outras discussões eram travadas sobre o processo experimental no ensino, diante dos avanços alcançados em todas as áreas das ciências. No caso da engenharia, muitos profissionais se valeram destas ferramentas físicas para o melhor entendimento e aperfeiçoamento de suas criações, como também, travaram discussões importantes sobre a adoção da metodologia experimental quando direcionada ao ensino acadêmico. Em interface aos princípios defendidos por Gropius - ao equiparar o curso de arquitetura com outros de caráter mais técnico-científico - Pippard (1947), defende a importância da associação de meios no processo investigativo experimental nos cursos de engenharia, de maneira que o conteúdo teórico ministrado em sala de aula fosse trabalhado juntamente ao processo experimental, possibilitando que os dados fornecidos por estas ferramentas fossem interpretados com o apoio deste recurso.

O autor reforça esta questão ao relatar algumas experiências de Hardy Cross[2] no campo acadêmico, ao observar que a maioria dos estudantes de estruturas complexas estavam tão ocupados na busca de inúmeras ferramentas que nunca aprendiam a usá-las. Para Pippard e Cross, a habilidade de projetar objetos complexos seria mensurada na habilidade de visualizar e interpretar o processo experimental em associação com o conteúdo teórico em direção à simplificação do problema. Este caminho leva à formação de um profissional capaz de reinventar continuamente, para adaptar-se as mudanças que influenciam com maior ou menor intensidade as possibilidades de ações sobre o ambiente construído.

O posicionamento de Rapson (1970)[3] vai ao encontro com os de Cross e Albers, quando direciona críticas ao processo de aquisição de conhecimento por meio de respostas conhecidas, que muitas vezes não deixam espaço para dúvidas, argumenta que quanto mais se adquire informação e conhecimento das soluções previamente bem-sucedidas, aumenta-se o perigo do atrofiamento da imaginação. Diante disso, o

[1] Até 1927, devido às dificuldades orçamentárias, havia o impedimento de criação do departamento de Arquitetura (o centro de experimentação da construção solicitado por Gropius, em 1923, não havia sido aprovado), o ensino da construção ganhou então a importância que lhe era devida no plano de ensino da Bauhaus, para logo depois ganhar uma superioridade que colocava em perigo as ideias iniciais de uma escola unificada de arte. WICK, (1989). p.55.

[2] Hardy Cross foi professor de engenharia civil e engenharia estrutural na Universidade de Illinois (1930-1937) e Yale (1937-1951), criador do famoso método matemático interativo de cálculo de reações estruturais conhecido como *método de Hardy-Cross*, fundamental para simplificação de cálculos estruturais e adaptado para cálculos de vazões em tubulações malhadas sobre pressão em redes de distribuição de sistemas de abastecimento de água. Disponível em: http://www.brasilescola.com/biografia/hardy-cross.htm. Acesso em 30 ago. de 2013.

[3] RAPSON, R. **Prefácio**. In: Sistemas de Estructuras, Madrid: Blume, 1970.

processo experimental em associação à teoria poderia tornar-se um processo de aquisição de conhecimento capaz de contribuir para ampliar a criatividade do estudante.

Sobre a manipulação dos materiais construtivos, em Rollet (2007), o autor defende que por não ser um processo integralmente científico, mas também sensorial e técnico, o processo intuitivo torna-se relevante, e que este seria então um campo de atuação do arquiteto. Para ele, o processo experimental realizado no ensino de arquitetura poderia ser direcionado ao desenvolvimento de processos de montagem, técnicas e associações construtivas, levando em consideração diferentes materiais e criando oportunidades de aplicação para alguns deles cujo campo da arquitetura possa não ser habitual. O desenvolvimento destas práticas teria também caráter pedagógico, pois encoraja a descoberta do potencial de diferentes materiais, propiciando a aquisição de maior segurança sobre os princípios de desenho, uso dos materiais e análise estrutural.

O reflexo do estudo (ou da falta de estudo) da materialidade em outras áreas do ensino pode ser visto em Tamashiro (2010). Em seu trabalho, o autor é enfático sobre as implicações que a falta de entendimento técnico-construtivo podem trazer ao ensino do desenho técnico arquitetônico, associando a crise no ensino tecnológico à crise no ensino do desenho técnico. A partir destes dois diagnósticos - a do desenho sofrível e do desconhecimento técnico construtivo – propõe uma nova possibilidade de inovação didática no ensino de desenho técnico arquitetônico, comprovando que a aplicação de exercícios experimentais, com o preparo de aulas que ensinam questões técnicas da construção, bem como sua correta representação gráfica, pode resultar em ganhos em boa parte dos desenhos elaborados pelos alunos.

Neste sentido, tornaram-se recorrentes as discussões envolvendo, por um lado, o estudo da materialidade e, por outro, novas formas de representação do objeto arquitetônico, a partir da inserção de novas ferramentas investigativas ao longo do desenvolvimento projetual. Em Grande (2000), o autor faz uma consideração pertinente sobre a exaltação do poder *representacional* da tecnologia sobre o da sua aplicação construtiva, que pode levar a construção de sedutores modelos espaciais tridimensionais, mas que se revelam majoritariamente inócuos na possibilidade de se tornarem materializáveis, estas considerações vão ao encontro das preocupações explicitadas em Tamashiro (2010), que atribui parte da deficiência vista em desenho técnico à falta de vivência do alunado com experiências materiais reais.

No trabalho de Bayl-Smith (2011), a autora traz alguns indícios sobre as mudanças no ensino da Tecnologia da Construção em diversas universidades internacionais, priorizando em sua pesquisa as escolas que apresentam integração entre o ensino de Tecnologia da Construção e o Estúdio de Projeto, ao entender ser esta uma oportunidade de expandir o conhecimento sobre construção além das competências tradicionais do currículo acadêmico. Assim como relatado em Grande (2000), a autora faz questionamentos a respeito da inserção de 'novas' tecnologias no processo de fabricação construtiva nos cursos de arquitetura e, se as experiências atualmente exploradas conseguem atingir o grau científico/tecnológico sobre a materialidade construtiva ou permanecem no campo formal/criativo, apresentando uma falsa noção sobre os princípios construtivos reais. A partir desta preocupação, nota-se que o questionamento sobre os rumos do ensino em Tecnologia da Construção adquire dimensões mais amplas diante do pseudo-entendimento de que novas ferramentas investigativas, como impressoras e cortadoras computadorizadas poderão substituir, em sua totalidade, a sensibilidade construtiva adquirida a partir de atividades cognitivas tradicionais.

Como visto anteriormente, quando relatado o processo histórico de inserção das atividades experimentais na Escola da Bauhaus, naquele momento a problemática era a indagação se a utilização de maquetes e

modelos físicos confeccionados com materiais irreais dariam a sensibilidade ao aluno sobre as características físicas e mecânicas dos materiais construtivos. Atualmente, as novas ferramentas de representação, tanto virtual como física, trazem à tona um novo impasse: até que ponto estas ferramentas permitem a aquisição de conhecimentos sobre a materialidade real?

DISCUSSÕES SOBRE OS ESPAÇOS E ATIVIDADES EXPERIMENTAIS

Diferentes fontes revelam que o conteúdo abordado no ensino dos cursos de arquitetura tem sofrido transformações em resposta às novas demandas e entendimentos sobre o processo de desenvolvimento projetual. Em relação à área da Tecnologia da Construção, foram observadas diversas discussões envolvendo as práticas experimentais acadêmicas, como o desalinhamento entre as disciplinas de projeto e da cadeia da construção, com a priorização do produto em relação ao processo. O trabalho de Ostwald e Williams (2008) complementa esta observação, ao destacarem que diversas disciplinas básicas da área da Tecnologia da Construção e de Estruturas, estão sendo corroídas pela ascensão de competências genéricas e pela proposição de um currículo fragmentado e com um número elevado de disciplinas, concluindo que esta realidade tem conduzido a falta de clareza sobre as reais competências e responsabilidades do futuro profissional.

A análise de diferentes metodologias de aprendizagem voltadas ao ensino da área técnico-construtiva revela dificuldades que alguns cursos enfrentam no desenvolvimento desta área específica, como a falta de recursos financeiros direcionados às atividades práticas experimentais e a influência que a administração universitária exerce no desenvolvimento de determinados setores do ensino, como o laboratorial e os estúdios de projeto, ao regularem a liberação contínua de recursos. Outra problemática seria a falta de intercâmbio entre o campo profissional, o industrial e o acadêmico, de maneira que as pesquisas possam ser incorporadas à estrutura universitária.

Em relação ao contexto nacional, foi possível resgatar algumas iniciativas que contribuíram para a construção de um entendimento sobre a área experimental, influenciando de alguma forma a conformação dos atuais espaços experimentais presentes em várias escolas brasileiras de arquitetura (Quadro 1). A primeira experiência pode ser considerada a implantada na UNB[4] no início da década de 1960, cujos princípios pedagógicos evidenciam a importância dada às práticas técnico-construtivas no processo de formação.

Embora esta experiência não tenha apresentado vida longa devido às intervenções do regime militar, os conceitos de implantação acabaram repercutindo e influenciando outras experiências no país, devido à dispersão e migração de professores envolvidos no processo de implantação do curso para outras regiões. Segundo Schlee (2010), o curso de Arquitetura e Urbanismo da UNB entrou em funcionamento em fevereiro de 1962, com sede temporária na Esplanada dos Ministérios e com atividades no canteiro de obras do futuro *campus*, desde o princípio o seu objeto privilegiado de estudo foi a própria cidade de Brasília e o espaço de treinamento prático a própria Universidade em construção. Neste período, o curso tinha Oscar Niemeyer como coordenador e Ítalo Campofiorito como secretário executivo e o ensino da graduação estava organizado em três linhas complementares: Composição e Planejamento, sob direção de Glauco Campello; Tecnologia, sob direção de João Filgueiras Lima - Lelé e Teoria e História, sob direção de

[4] UNB – Universidade de Brasília

Edgar Graeff. Coube também a Lelé coordenar a pós-graduação, atuando em especial no tronco de técnicas de construção, com ênfase nos estudos sobre industrialização e pré-fabricação.

Observa-se que a intenção em aproximar esta proposta da experiência didática da Bauhaus revela-se tanto em sua estrutura organizacional - definida em dois níveis de ensino, o universitário e o profissional, com a oferta de oficinas - como também, pela aproximação das atividades práticas com a produção industrial, tratando-se, segundo Almeida (1997), do primeiro exemplo brasileiro oriundo de um plano definido e não da justaposição de cursos pré-existentes.

A arquiteta Mayumi Watanabe[5] faz uma descrição sobre a experiência da UNB: *"era uma escola em construção, no meio de uma universidade em construção, no meio de uma cidade em construção"*[6]. Para Buitoni (2009), há duas particularidades no ensino de arquitetura em Brasília, a primeira refere-se ao destaque que Niemeyer dava à construção, pois para ele, até mesmo o ensino de história deveria estar atrelado à história dos processos construtivos, desta forma, muitas das aulas eram dadas no canteiro de obras da universidade para que os alunos conhecessem todos os métodos construtivos empregados. A segunda seria o destaque dado ao ensino de urbanismo desde o início do curso, para melhor compreensão sobre o contexto de inserção do projeto.

Embora haja indicativos de que a experiência inovadora da UNB pudesse trazer dados consistentes sobre a inserção de atividades experimentais acadêmicas em associação a um contexto real - a construção de Brasília - esta proposta em sua totalidade não se sustentaria no período pós-construção da capital, ou seja, seria necessário o planejamento didático com bases na experimentação a longo prazo, dissociando da demanda imediata de construção da capital, não sendo possível atingir este estágio do planejamento pedagógico devido à instauração do regime militar no Brasil.

Em relação às outras experiências laboratoriais na área da Tecnologia da Construção desenvolvidas nas demais regiões do país[7], observa-se que a maior parte delas concentra-se na região sudeste, especialmente no estado de São Paulo, tendo início a partir da década de 1970. O Quadro 01, foi desenvolvido considerando apenas as experiências acadêmicas realizadas de forma sistemática e vinculadas a uma proposta de ensino e não aquelas implantadas de forma isolada ou esporádica como projetos de pesquisa ou extensão, embora haja o reconhecimento sobre a importância e contribuição destas experiências.

Data	Escolas de Arquitetura	Considerações
1962-1965	FAU-UNB	- Curso estruturado em dois níveis: disciplinas introdutórias e atividades experimentais/práticas). - Interface com os conceitos Bauhauseanos. - Ênfase na importância do ensino sobre processos construtivos nos cursos de arquitetura

[5] Mayumi Watanabe, formada na FAUUSP, no início de sua carreira cursou disciplinas na UNB e atuou como docente nesta mesma instituição, trabalhando ao lado do arq. João Filgueira Lima, do eng. Eustáquio de Toledo, e também se envolveu com atividades voltadas à pré-fabricação no Ceplan.

[6] De acordo com Buitoni (2009), esta frase da arquiteta foi encontrada em suas anotações sobre o ensino de arquitetura no Brasil.

[7] Cabe destacar que as experiências selecionadas no Quadro 07 foram aquelas divulgadas por meio de trabalhos científicos, documentos e pesquisas. Levando possivelmente a desconsideração de experiências relevantes em outras regiões do país, as quais foram realizadas, mas não documentadas ou publicadas, cujas fontes não foram encontradas.

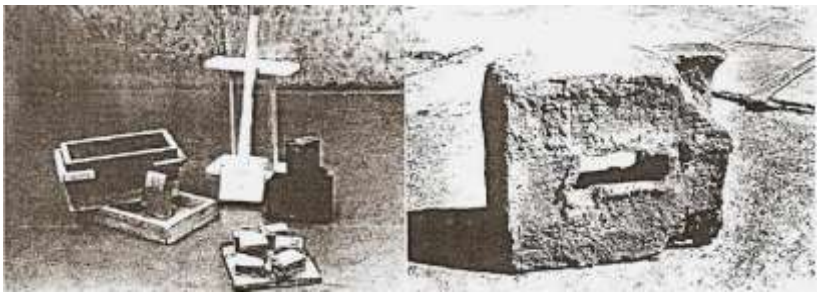
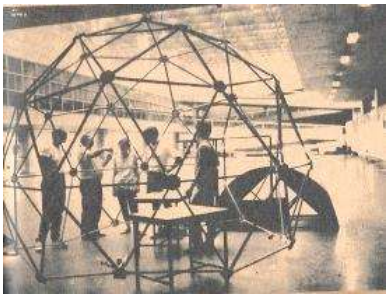
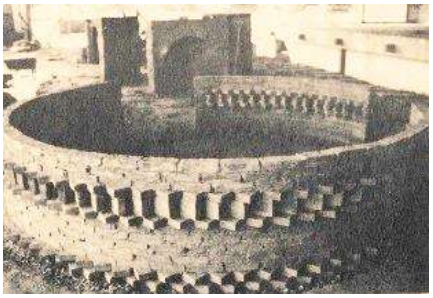
		e sua integração com outras áreas. Figura 3: Canteiro de obras de Brasília. a) Construção de Brasília. b) Uma das aulas ao ar livre. Fontes: a) e b) UNB: 50 anos (2012, p. 53 e 61)
1970	Universidade Católica de Santos – FAU SANTOS	- Experimentações ligadas à Habitação Popular com base nas condições de vida das classes populares.
1971-75	Instituto de Artes, Arquitetura e Comunicação da Faculdade de Arquitetura Elmano Ferreira Veloso	- Apoiada na proposta primeiramente empreendida na UNB, vinculando à realidade socioeconômica da cidade de São José dos Campos – ateliês integrados. Nota-se nesta oportunidade que, Mayumi ao resgatar a proposta da UNB, acreditava que a mesma poderia trazer ações transformadoras em diversos contextos do país.
1975-86	FAU USP	- Proposta de curso Integrado a exemplo da implantada em São José dos Campos – a experiência da FAUUSP procurava aproximar a graduação da periferia, para a proposição de alternativas de intervenção a partir de tecnologias não convencionais e apropriáveis pelos moradores.  Figura 4: Exemplo de trabalho realizado no Curso Integrado FAUUSP: produção de tijolo solo-cimento. Fonte: Almeida (1978) apud Saramago (2011, p. 135).
1976	Faculdade Farias de Brito de Guarulhos	- Integração da atividade projetual e sua posterior concretização mediante confecção de protótipos na escala 1:1

		Figura 5: Práticas construtivas na Universidade Farias Brito. A) Construção de uma geodésica. b) Publicação sobre as experiências em O Jornal do Arquiteto, 1976. n. 37. Fonte: Lotufo (2014, p. 54)
1981-86	Escola de Belas Artes de São Paulo (FEBASP)	- Com apoio dos diversos laboratórios, é criado o primeiro Laboratório de Habitação (LABHABs) em uma escola de Arquitetura no Brasil. Este espaço buscava interligar atividades de ensino, pesquisa e extensão voltados à temática de inclusão social nas cidades e o acesso a habitações adequadas, para isso experimentava possibilidades construtivas e espaciais a partir do processo participativo junto às comunidades. - Segundo Lotufo (2014), houve a reverberação desta experiência para outras faculdades de arquitetura: o HABTAFAUS (1983-1984) na FAU Santos; o L´HABTAT desde 1986 na FAU-PUC de Campinas; o Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos desde 1996 na FAUUSP; e o LABHAB-Unicamp (1986-1999) no Núcleo de Desenvolvimento de Criatividade da Unicamp. Figura 6: Atividades na FEBASP – a) Atividades desenvolvidas no Laboratório de Estruturas: Teste com protótipo. b) Construção de cúpula e habitação junto à comunidade do Recanto da Alegria. Fontes: a) Bonduki (1992). b) Lotufo (2014, p. 35)
1990	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	- Proposta de experimentação de diversos sistemas construtivos em escala real; - Diversificação de abordagens ao longo dos anos, de acordo com o quadro de docentes responsáveis pelas disciplinas ligadas às estruturas e tecnologia da construção (pré-fabricação); - Influência da experiência realizada na FEBASP.

		 Figura 7: Exercícios desenvolvidos em disciplina na área de sistemas estruturais - PUCCamp. Fonte: a) Lopes (2014, p. 11), b) Saramago (2011, p. 93)
1990	Universidade São Judas Tadeu	- Em relação ao estudo de estruturas, demonstrações dos princípios físicos por meio da execução de modelos e protótipos; - A partir de 1996 criação do Laboratório de Estruturas; - Influência da experiência realizada na FEBASP. Figura 8: Práticas construtivas e testes com protótipos – ensino Sistemas Estruturais. Universidade São Judas Tadeu. Fonte: Saramago (2011, p. 138)
1993	FAU USP	- Inserção de atividades experimentais junto às disciplinas curriculares - Início do Canteiro Experimental FAUUSP - Espaço para aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos sobre a resistência dos materiais, estruturas, materiais, etc., observando as implicações das ciências exatas no projeto de forma criativa.   Figura 9: Registro das primeiras experiências realizadas no canteiro experimental da FAUUSP em 1993. Fonte: Canteiro Experimental da FAU (1993)
1994	Unimep – Universidade Metodista de	- Projeto pedagógico embasado no relacionamento constante entre teoria e prática em canteiro. (influência do projeto Favela USP realizado entre 1983 e 1988, Febasp e da Escola de Arquitetura de Grenoble-França);

	Piracicaba	- Observam-se mudanças/reformulações: inicialmente as experimentações tinham debate conceitual e integração entre projeto e construção. Em 2008, passou-se para uma aplicação pontual de exercícios empíricos, não fazendo mais parte do conteúdo das disciplinas.
1998	FAU USP	- Criação de um espaço institucional para atividades experimentais; - Mudanças de direcionamentos em relação à primeira proposta de 1993 (integralização com conteúdos curriculares de outras áreas). Atualmente, este espaço limita-se ao apoio de duas disciplinas do curso: Construção do Edifício 1 e 2. Figura 10: Exercícios práticos no Canteiro Experimental FAUUSP. Fonte: Ronconi (2002, p. 214 e 257)
1998	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	- O Canteiro de obras (extensão, pesquisa e ensino), se tornou uma das linhas de atuação do Escritório de Integração; - Cursos de formação profissional.
2000-2003	FAUUSP	- Atividades práticas desenvolvidas na Disciplina Construção do Edifício IV – tinha como principal conteúdo temático o Sistema construtivo em argamassa armada, sendo abordados conceitos técnicos; demandas do mercado da construção civil; elaboração de projetos executivos das peças em argamassa armada e Produção em laboratório de peças projetadas. Figura 11: Atividades práticas realizadas na FAUUSP entre 2000/2001 - disciplina Construção do Edifício IV – Componentes Pré-moldados. Fonte: Cláudia T. de Andrade Oliveira (2000, 2001).
2001	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	- Tem como objetivos: 1) promover a compreensão sobre o conceito de sistemas e sub-sistemas construtivos; 2) promover a compreensão sobre os conceitos de edificação-processo e edificação-produto; 3) promover o conhecimento, a distinção e a compreensão crítica sobre processos construtivos tradicionais, processos construtivos racionalizados e sistemas construtivos industrializados. - Exercícios de experimentação construtiva renovados em diversos períodos (edições).

		 Figura 12: Atividades realizadas na disciplina 'Industrialização da Construção': a) Arco bi-articulado de secção variável. b) Escada drenante Fonte: Leite (2005, p. 155 e 169)
2003	IAU USP	- Curso de Projeto I – 1º ano do Curso de Arquitetura e Urbanismo, 2003 – atual; - O primeiro semestre do curso envolve a pesquisa da relação corporal com o espaço, sem deixar de lado a dimensão material e construtiva que, no caso da arquitetura, faz a intermediação dessa relação; - No segundo semestre, a disciplina propõe a apreensão do contexto urbano local (a cidade de São Carlos) e, a partir de uma sequência de discussões e exercícios parciais, chega-se à construção de abrigos, pousos ou pavilhões, instalados e mantidos em alguns pontos da cidade por uma semana. Figura 13: Curso de Projeto I – 1º ano do Curso de Arquitetura e Urbanismo, 2003-atual. a) Atividades no primeiro semestre do curso. b) e c) Atividades no segundo semestre do curso. Fonte: Lopes (2014, p. 12 e 13)
2008	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	- Reformulação do projeto pedagógico; - Organização do currículo em dois ciclos: básico (sensibilização dos alunos quanto aos problemas do edifício e da cidade) e profissionalizante (realizado em dois tipos de ambientes de ensino-aprendizagem: o ateliê de projeto e os Laboratórios de Extensão e de Pesquisa). Figura 14: Curso 'Fundamentos da Construção' – PUC Minas. Fonte: ABEA Caderno 32, (2008, p. 78)
2011	Universidade Federal de	Em 2011, foi incorporada à grade curricular do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFU, a disciplina 'Introdução à Tecnologia da Construção', voltada para alunos do 2º período. O

	Uberlândia - UFU	conteúdo tecnológico foi desenvolvido na intenção de associá-lo à prática projetual desde o início da formação do aluno, com a promoção de atividades experimentais envolvendo os seguintes aspectos: - Abordagem teórica sobre os principais princípios que envolvem as tipologias estruturais; - Abordagem sobre os principais materiais construtivos, incentivando a exploração de materiais não convencionais, recicláveis e de baixo impacto ambiental ao longo de sua cadeia produtiva. Figura 15: Primeiras práticas experimentais realizadas na disciplina 'Introdução à Tecnologia da Construção' – FAUeD-UFU. Fonte: Laverde (2013, p. 09), Laverde (2012, p. 07)

Quadro 1 – Histórico das algumas atividades na área experimental construtiva por meio de protótipos em escala, realizadas em escolas brasileiras no período compreendido entre 1962- 2012. Deve-se destacar que tratam-se de exemplos publicados, podendo haver a ocorrência de outras experiências que não passaram pelo processo de divulgação.
Fontes: Quadro desenvolvido pela autora a partir das seguintes fontes: FAU-UNB – Buitoni (2009), Castelo (2010), Lima (2004), Schlee e Ficher (2010); FAU SANTOS – Buitoni (2009), Saramago (2011); FAU – SJC – Buitoni (2009), Saramago (2011); FAUUSP – Saramago (2011), Schlee (2010), Canteiro Experimental-10 anos (2008), Ronconi (2002), Almeida (1978), Documentos pessoais Cláudia T. De Andrade Oliveira; FAU - Farias Brito – Saramago (2011), Lotufo (2014); FEBASP - Saramago (2011), Lotufo (2014), Lopes (2014); PUCCAMP – Leite (2005), Saramago (2011), Lopes (2014), Lotufo (2014). FAU-SJT – Saramago (2011), Lopes (2014); Unimep – Saramago (2011); PUC-Minas – ABEA Caderno 32. p. 78; IAU-USP – Saramago (2011), Lopes (2014); FAUeD-UFU – Laverde (2012).

CONCLUSÕES

A experiência pedagógica na Bauhaus pode ser considerada como uma das primeiras iniciativas onde questões sobre tecnologia construtiva, processos industriais e desenvolvimento criativo foram exploradas de forma conjunta no âmbito acadêmico e, dentre as transformações preconizadas por esta escola, a indissociabilidade entre plástica e técnica refletem claramente as transformações vivenciadas na arquitetura daquele momento.

A criação tardia do Departamento de Arquitetura na Bauhaus e sua curta duração impossibilitou a geração de dados consistentes sobre a aplicação dos princípios defendidos por Gropius nesta fase do ensino, que incentivava a pesquisa laboratorial e de campo na área da construção civil na formação dos futuros arquitetos. Este cenário se repetiu na experiência brasileira do curso da UNB, considerada uma experiência didática nos moldes *bauhauseanos* e inovadora no país, cuja interrupção precoce não gerou dados consistentes sobre o novo modelo idealizado, que tinha como objetivo promover aos alunos um espaço real para exercitarem o processo criativo em associação às inovações técnicas da época, como a pré-fabricação.

As experiências levantadas na elaboração do Quadro 01 levam a concluir a existência de uma grande diversidade de entendimentos sobre a real vocação dos espaços de experimentação construtiva inseridos nestes cursos, priorizando ou não as investigações técnico-construtivas baseadas em conhecimentos científicos, verificando-se indícios de afastamento do contexto industrial, cenário muitas vezes condicionado à limitação de infraestrutura.

A pesquisa revela que a maior parte das experiências publicadas concentra-se na rede privada (com poucas exceções em relação às publicações sobre práticas em universidades públicas) e são caracterizadas como atividades de curta duração devido a diversos motivos, desde os de ordem política - intervenção militar no período da ditadura - até os de ordem administrativa - falta de estrutura e apoio às atividades experimentais. As fontes consultadas trazem indícios sobre os principais atores envolvidos com as práticas laboratoriais, sendo observada a recorrência dos nomes em diferentes instituições. Trata-se do processo de reverberação de experiências e metodologias sobre o desenvolvimento deste tema no Brasil e a influência docente ocasionada pelos processos migratórios, sendo estes atores, geralmente, os principais responsáveis pelo processo de divulgação destas experiências. Este cenário leva a concluir que houve ao longo dos anos, a sustentação de alguns segmentos com interface à área experimental acadêmica, destacando-se aqueles ligados aos movimentos sociais de moradia e também, o estudo de tipologias estruturais (atividades práticas desenvolvidas prioritariamente em disciplinas de sistemas estruturais).

Ao correlacionar o reduzido número de experiências encontradas com o processo de divulgação, há associação entre as limitações que dificultam a realização de experiências práticas nas escolas brasileiras e a impossibilidade de divulgá-las. Devido ao fato de serem, geralmente, experiências de curta duração, muitas delas foram destruídas precocemente, sem deixar vestígios, ou até mesmo foram consideradas de pouca relevância para sua documentação e divulgação.

Quando analisadas estas práticas sob um ângulo mais amplo, foi observado que muitas destas experiências estão atreladas à iniciativa pessoal docente, não fazendo parte dos objetivos pedagógicos dos cursos, principalmente, pela falta de entendimento sobre sua real necessidade no processo de formação, dando margem para que estas experiências sejam interrompidas a qualquer momento, seja pela mudança de professor ou pela falta de apoio financeiro contínuo. Esta situação contribui para que as experiências acadêmicas, aos poucos, sejam desvinculadas do caráter científico, em que as atividades predominantemente empíricas pode ser uma resposta à falta de apoio.

As dificuldades encontradas tanto em relação à implantação como à sustentação de espaços experimentais/laboratoriais junto às escolas de arquitetura, pode ter relação direta com a formação docente, sendo constatado que muitas gerações de profissionais - que hoje atuam nas universidades - foram formadas em ambientes nos quais a experimentação construtiva não foi adotada como recurso didático. A ausência destas práticas ao longo da formação destes atores pode vir a influenciar diversas ações reestruturantes direcionadas a favorecer a implantação destas atividades, pois em alguns casos, o fato de não terem feito parte do processo de formação, cria-se o entendimento de que estas práticas são dispensáveis e que a área da tecnologia pode ser desenvolvida sem infraestrutura laboratorial.

Ainda sobre esta questão, os dados levantados *in loco* em várias escolas públicas de arquitetura implantadas em diferentes períodos sinalizam que o tempo de implantação não é garantia da existência de infraestrutura laboratorial, fortalecendo a hipótese de que os cursos já tenham sido implantados com o entendimento deficitário de que as atividades experimentais não seriam necessárias, sendo o processo

representacional suficiente para a resolução de inovações criativas sobre os problemas que envolvem a materialidade.

Ao longo das iniciativas realizadas pelo CEAU[8] em meados da década de 1990, foi identificado por parte da comissão o fenômeno do 'barateamento dos cursos', devido à falta de infraestrutura adequada para o funcionamento das escolas, incluindo a falta de laboratórios. A avaliação dos cursos realizada neste período foi um momento importante de autocrítica, de olhar para si e ver como estava a situação nacional, tornando-se posteriormente obrigatória a existência de laboratórios e canteiros na área da Tecnologia da Construção. Mas, ao longo dos anos, o que se constatou em diversas escolas foi a implantação de alguns espaços experimentais desprovidos de infraestrutura adequada para o desenvolvimento de atividades práticas, sendo comum, em algumas escolas, a implantação de espaços com kits de mostruários fornecidos por empresas, apenas para atender uma demanda legal, portanto, a essência pedagógica da experimentação foi pouco explorada ao longo dos anos.

Diante disso, as evidências revelam que nem mesmo as Diretrizes estabelecidas a partir dos levantamentos realizados pela CEAU – quando se notou o quanto a arquitetura havia se distanciado da área técnica – motivaram na realização de mudanças significativas relacionadas à adoção de práticas experimentais, ficando claro que este assunto deveria ser conduzido de acordo com a complexidade das variáveis envolvidas, que não se resumem à existência de espaço físico, que embora possa levar ao cumprimento de uma exigência legal, em muitos casos não cumpre a sua verdadeira função.

As ações direcionadas as melhorias das condições para a realização de experiências práticas no contexto nacional provavelmente ocorrerão a longo prazo, mas os dados revelam que não por vias exclusivamente normativas, mas pela conscientização dos dirigentes, professores e demais atores intervenientes nos cursos. Enquanto isso, diante da falta de condições para a implantação de espaços laboratoriais exclusivos para os cursos, outras estratégias podem ser adotadas na abordagem do conteúdo sobre a materialidade, como a utilização de espaços compartilhados, o estágio supervisionado obrigatório em obra, entre outros. Pois a aplicação da diversidade de práticas pedagógicas revela que a conjuntura de estratégias pode levar a resultados satisfatórios pelo caráter complementar, sendo um processo menos oneroso em relação aos canteiros experimentais nos quais as práticas não estão apoiadas em procedimentos metodológicos claros.

AGRADECIMENTOS

Em agradecimento à FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo apoio financeiro ao Projeto de Pesquisa - Processo 2013/22935-1 - que possibilitou o desenvolvimento deste trabalho. Cabe declarar que: "As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP".

REFERÊNCIAS:

[8] CEAU – Comissão de Especialistas no Ensino de Arquitetura e Urbanismo, instaurada em 1973 por meio da Portaria Ministerial nº 699 – no Departamento de Assuntos Universitários - Ministério da Educação e Cultura.

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. Caderno 32. XXXII COSU – Conselho Superior da ABEA e XXVI Encontro Nacional Sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo – **Novos Perfis e Padrões de Qualidade para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo: do Projeto Pedagógico às Atribuições Profissionais**. João Pessoa, nov. 2008.

- ALMEIDA, J. G. A. A formação do arquiteto e a universidade. 1997. In.: GOUVÊA, L. A. C. et. Al. (Orgs). **Contribuição ao ensino de Arquitetura e Urbanismo**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.

- BAYL-SMITH, M. **BuildAbility: the future of construction education.** Research Report, May, 2011.

- BONDUKI, N. **Habitação & Autogestão. Construindo Territórios de Utopia**. Rio de Janeiro: FASE, 1992.

- BRASIL. Resolução nº 6, de 02 de fevereiro de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Arquitetura e Urbanismo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 fev. 2006. Seção 1.

_____.Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. Comissão de Ensino em Arquitetura. **Diagnóstico das condições de ensino e pesquisa em Arquitetura e Urbanismo no Brasil** – 1974. Brasília, MEC, 1977.

_____.Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. Comissão de Ensino em Arquitetura. **PERFIS DA ÁREA & PADRÕES DE QUALIDADE Expansão, Reconhecimento e Verificação Periódica dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo**, Brasília, 1995.

- BUITONI, C. S. **Mayumi Watanabe Souza Lima: a construção do espaço para a educação**. 2009. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

- BUITONI, C. S. **Mayumi Watanabe Souza Lima: a construção do espaço para a educação**. 2009. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

- CANTEIRO EXPERIMENTAL DA FAU: 10 anos na FAUUSP. São Paulo, FAUSP, 2008.

- CANTEIRO EXPERIMENTAL DA FAU: registro preliminar de uma experiência – 2º semestre de 1993. FAUUSP, 1994.

- DROSTE, M. **Bauhaus. 1919-1933**. **Reforma e Vanguarda**. Tashen, 2006.

- GRANDE, N. **Arquitetura e Tecnologia na crise da Cultura Tectònica.** In: A tecnologia na arquitetura contemporânea : Dominique Perrault, Baumschlager & Eberle, Mansilla + Tuñón, Carrilho da Graça / Michele Cannatà, Fárima Fernandes. Lisboa : Estar Editora, 2000.

- GROPIUS, W. **Bauhaus: novarquitetura**. São Paulo: Perspectiva. 3ª edição, 1997.

- HOYET, N. **Conception de la matérialisation en architecture : l'expérimentation comme facteur d'innovation industrielle.** Doctorat de l'Institut National Polytechnique de Lorraine. Nancy- Universitè, 2007.

- LAVERDE, A. **A Experimentação física como mediadora entre o pensável e o possível**. VI PROJETAR – O Projeto como instrumento para a materialização da Arquitetura: ensino, pesquisa e prática. Salvador, 2013.

_____ Construção de uma cúpula geodésica com tubos de papelão: uma experiência na Universidade Federal de Uberlândia – Ufu/MG. XL Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia. Belém, 2012.

- LEITE, M.A.D.F.A. **A aprendizagem tecnológica do arquiteto**. 2005. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

- LIMA, J. F. **O que é ser arquiteto: memórias profissionais de Lelé (João Figueiras Lima)**; em depoimento à Cynara Menezes. Rio de Janeiro: Record, 2004.

- LOPES, J. M. A. **Quando menos não é mais: tectônica e o ensino tecnológico da Arquitetura e do Urbanismo.** III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva São Paulo, 2014.

- LOTUFO, T. **Um novo ensino para uma outra prática. Rural Studio e Canteiro Experimental, contribuições para o ensino de arquitetura no Brasil.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

- Ostwald, M.J. and William, A. **Understanding Architectural Education in Australasia: An Analysis of Architecture Schools, Programs, Academics and Students**. Australian Learning and Teaching Council, Australia, Vol. 1, 2008.

- Ostwald, M.J. and Williams, A. **Understanding Architectural Education in Australasia: An Analysis of Architecture Schools, Programs, Academics and Students**. Australian Learning and Teaching Council, Vol. 2: Results and Recommendations, 2008.

- PIPPARD, A. J. S. The Experimental Study Of Structures. London: Edward Arnold & Co, 1947.

- RAPSON, R. **Prefácio**. In: Sistemas de Estructuras, Madrid: Blume, 1970.

- ROLLET, P. **L'architecture expérimentée à échelle grandeur**. [abr. 2006]. Entrevistador: Nadie Hoyet. Grenoble.

- RONCONI, R L.N. **Inserção do canteiro experimental nas faculdades de arquitetura e urbanismo**. 2002. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

- SARAMAGO, R.C.P. **Ensino de estruturas nas escolas de arquitetura do Brasil**. 2011. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

- SCHLLE, A. R. (Org.). **Trajetória e estado da arte da formação em Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Volume X: Arquitetura e Urbanismo**. Brasília: INEP/CONFEA. 2010.

- SCHLEE, A. R. et al. **Registro Arquitetônico da Universidade de Brasília**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

- TAMASHIRO, H. A. **Entendimento técnico-construtivo e desenho arquitetônico: uma possibilidade de inovação didática**. 2010. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo. São Carlos, 2010.

- WICK, R. **A Pedagogia da Bauhaus**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

V enanparq
Salvador - 2018

OCUPANDO O CAMPUS: INTERDISCIPLINARIDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ESPAÇO DA CIDADE

OCCUPYING THE CAMPUS: INTERDISCIPLINARITY AND EDUCATIONAL PRACTICES IN CITY SPACE

OCUPANDO EL CAMPUS: INTERDISCIPLINARIDAD Y PRÁCTICAS EDUCATIVAS EM EL ESPACIO DE LA CIUDAD

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

TEIXEIRA, Renata Bacelar
Mestre em Engenharia de Estruturas; Arquiteta e Urbanista; Professora do Centro Universitário UNA
renata.teixeira@prof.una.br

SOARES, Ednei
Doutorando em Psicologia; Mestre em Psicologia; Professor do Centro Universitário UNA
ednei.junior@prof.una.br

QUEIROGA, Talita
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo; Centro Universitário UNA
tmrq@live.com.br

OCUPANDO O CAMPUS: INTERDISCIPLINARIDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ESPAÇO DA CIDADE

OCCUPYING THE CAMPUS: INTERDISCIPLINARITY AND EDUCATIONAL PRACTICES IN CITY SPACE

OCUPANDO EL CAMPUS: INTERDISCIPLINARIDAD Y PRÁCTICAS EDUCATIVAS EM EL ESPACIO DE LA CIUDAD

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
O presente trabalho investiga a ociosidade de um espaço público próximo a um centro universitário na cidade de Belo Horizonte: a Praça Levi Coelho da Rocha. Essa investigação será apresentada a partir dos resultados de um projeto de extensão universitária interdisciplinar, correlacionando as análises realizadas pelas disciplinas de psicologia e arquitetura e urbanismo. Demonstra-se que esta interface interdisciplinar pode beneficiar os processos de análise do indivíduo, do espaço urbano e sua ocupação. Dessa forma, a partir desse entendimento, pretende-se desenvolver ações práticas para que este espaço ocioso seja realmente apropriado pelas pessoas, transformando o mesmo em um espaço urbano vivo.
PALAVRAS-CHAVE: interdisciplinaridade; espaços públicos; práticas educativas; espaços ociosos

ABSTRACT:
This paper investigates the idleness of a public space near a university campus in Belo Horizonte central area: Levi Coelho da Rocha Square. This investigation will be presented based on the results of an interdisciplinary university extension project, correlating the analysis carried out by the disciplines of psychology and architecture and urbanism. It is demonstrated that this interdisciplinary interface can benefit the processes of analysis of the individual, of the urban space and its occupation. Thus, from this understanding, it is intended to develop practical actions in order to have this idle space properly appropriated by the people, transforming it into a living urban space.
KEYWORDS: *interdisciplinarity; public spaces; educational practices; idle spaces*

RESUMEN:
El presente trabajo investiga la ociosidad de un espacio público próximo a un centro universitario en la ciudad de Belo Horizonte: la Plaza Levi Coelho da Rocha. Esta investigación se presentará en base a los resultados de un proyecto interdisciplinario de extensión universitaria, correlacionando el análisis llevado a cabo por las disciplinas de psicología y arquitectura y urbanismo. Se demuestra que esta interfaz interdisciplinaria puede beneficiar los procesos de análisis del individuo, del espacio urbano y su ocupación. Por lo tanto, desde este entendimiento, se pretende desarrollar acciones prácticas para hacer que este espacio inactivo sea debidamente apropriado por las personas, transformándolo en un espacio urbano viviente.
PALABRAS-CLAVE*: interdisciplinariedad; espacios públicos; prácticas educativas; espacios ociosos*

INTRODUÇÃO

É surpreendente como nenhum objeto científico parece solicitar a colaboração entre tantas disciplinas quanto a cidade. As relações entre conhecimentos arquitetônicos e psicológicos têm potencial de mútuo enriquecimento articulados a conceitos, experiências e métodos de trabalho. O surgimento gradual de trabalhos interdisciplinares tem induzido modificações paradigmáticas no enfrentamento desta temática, com a qual nos propomos trabalhar através desse projeto de extensão. A interação entre alunos e professores da arquitetura e da psicologia pode contribuir efetivamente para a evolução do conhecimento relativo às relações pessoa-ambiente, sobretudo em se tratando de abordar os problemas a partir do confronto entre os pontos de vista dos diferentes agentes envolvidos na produção e apreensão do espaço.

O trabalho a seguir visa discutir formas interdisciplinares de ensino, pesquisa e ocupação do espaço urbano através de práticas no contexto universitário. Objetiva-se demonstrar que a interface entre as disciplinas arquitetura e psicologia beneficia os processos de análise espacial urbana e sua ocupação. A discussão será feita a partir da experiência do projeto de extensão universitária, de um centro universitário em Belo Horizonte iniciado em 2016 e vigente até o presente momento. No decorrer do projeto, inicialmente a equipe foi composta por três alunos de psicologia e dois alunos de arquitetura e urbanismo que, por sua vez, foram coordenados por um professor da psicologia e dois professores de arquitetura e urbanismo. Atualmente conta com 18 alunos extensionistas e uma professora de arquitetura e urbanismo. As interlocuções interdisciplinares entre arquitetura e psicologia começaram devido ao início da utilização de vários imóveis no centro da cidade de Belo Horizonte pelo centro universitário. Esta ocupação colocou em evidência alguns entraves profundos na apropriação do espaço urbano das grandes metrópoles. Essas questões foram consideradas simultaneamente no curso de arquitetura e de psicologia deste centro universitário reverberando em demandas não somente teóricas, mas também no tangente à prática dos professores[1]. A essa circunstância seguiu-se a divulgação institucional da ideia de estimular práticas pedagógicas, produção de conhecimento e transformação no entorno dos campi localizados na região central de Belo Horizonte.

O projeto de extensão mencionado foi idealizado visando motivar atividades acadêmicas no entorno dos campi como forma de ocupação que permita aos alunos se apropriarem da cidade. Em vista de sua execução o próprio entorno dos campi foi proposto como objeto de estudo e intervenção. A Praça Levi Coelho da Rocha, localizada em frente a um dos campi, foi eleita como espaço/objeto de investigação de metodologias que pudessem discutir aspectos comuns às duas disciplinas, arquitetura e psicologia. O espaço da praça foi considerado adequado em seu potencial investigativo sobre questões relacionadas à convivência dos alunos na interação direta entre espaço urbano e comunidade acadêmica, uma vez que a mesma não parece ser ocupada como praça, simplesmente se configurando como um local apenas de passagem e não de permanência pelo público local. Além disto, pouco se nota uma relação entre os alunos que ocupam o campus logo a sua frente com esta praça, o que acabou gerando questionamentos sobre o porquê desta não interação entre alunos e praça. Consequentemente foram definidos os objetivos do projeto. Seu objetivo geral foi investigar metodologias decorrentes da arquitetura e da psicologia que

[1] Consideramos particularmente os efeitos das atividades pedagógicas em torno da temática do Espaço Público no curso de psicologia e as realizadas no Núcleo de Arquitetura e Urbanismo (NAU) do curso de arquitetura e urbanismo. Acrescentamos também as consequências dos acontecimentos políticos no Brasil que tematizaram a mobilidade urbana e a ocupação dos espaços públicos nas grandes cidades.

possibilitassem aos alunos compreender parâmetros na ocupação de espaços públicos ampliando a compreensão sobre a produção de subjetividade do homem urbano contemporâneo. Seus objetivos específicos foram: a) aplicar metodologias para análise da comunidade que frequenta a Praça Levi Coelho da Rocha e o campus e b) realizar um diagnóstico visando favorecer a ocupação desse entorno.

METODOLOGIAS INTERDISCIPLINARES

A equipe do projeto, constituída por alunos e professores dos cursos em questão, procurou estudar trabalhos interdisciplinares que abordassem metodologicamente a intercessão entre arquitetura, urbanismo e psicologia. No decorrer de sua história, a psicologia ampliou gradualmente sua área de atuação redefinindo e complementando seu objeto de estudo. Tal redefinição implica em modos de abarcar as interações ambiente/subjetividade contribuindo para um conhecimento mais amplo da realidade através de um enfoque ecológico e humanamente consistente. Daí a pertinência interdisciplinar entre arquitetura, urbanismo e psicologia. Quanto à arquitetura e urbanismo essa interdisciplinaridade aponta para a necessidade de agregar novas epistemologias e saberes à produção do espaço urbano, de modo geral. Observa-se o deslocamento da ênfase na análise de aspectos estéticos, construtivos e funcionais do espaço para a preocupação com a percepção e satisfação dos usuários e com as implicações das intervenções em termos de paisagem. Esse deslocamento propicia a elaboração de propostas mais centradas no indivíduo e/ou no social e nas implicações ecológicas das interferências realizadas.

Considerando o campo da psicologia, a revisão bibliográfica revelou uma considerável literatura apontando para o fato de que as qualidades no ambiente agem determinando a variedade de modos de ocupar o espaço (BARACHO & DIAS, 2010). Os estudos em psicologia do espaço e psicologia ambiental revelam que o espaço construído não determina apenas a percepção e a avaliação cognitiva que se faz de um lugar, mas também é compreendido como um modelo de organização das atividades. O fato de que a apropriação dos espaços e seu significado psicológico dependem da aplicação de atividades, práticas e hábitos foi decisivo na revisão bibliográfica tendo em vista o escopo do projeto. Essas atividades se tornam hábito na medida em que manifestam um comportamento territorial possibilitado através de imagens mentais do espaço e de sua apropriação. As imagens mentais do espaço se referem à maneira pela qual fixamos as suas características. Já a apropriação do espaço é um processo interativo quanto à função do espaço e seus recursos (FISCHER, 1981).

Em seguida pesquisou-se sobre metodologias que tentam compreender as razões da ocupação e não ocupação de espaços públicos. Foram pesquisadas metodologias relativas às relações pessoa-ambiente. Elas permitem colher informações sobre a percepção dos diferentes agentes envolvidos no espaço e explicar dinâmicas territoriais, demandas e tendências de atividades nos mesmos. Assim como na discussão teórica, as experiências metodológicas também destacam o papel das atividades na ocupação dos espaços. Desde o fim do século XX, os estudos metodológicos e as técnicas de análise que visam à reestruturação produtiva de espaços urbanos apontam para os hábitos como elementos indispensáveis (NAJAR & MARQUES, 1998). Tanto experiências no campo do urbanismo (VILAÇA, 2008) quanto em psicologia ambiental (BASSANI et al., 2002) comprovam a necessidade de conscientizar a população sobre o fato de que os hábitos cotidianos são responsáveis pela diferença na qualidade ambiental. Essas metodologias consideram que a afetividade e os significados (unidades de sentido) dados pelos usuários dos espaços fornecem elementos para compreensão dos processos que resultam da relação pessoa-ambiente.

O exame sobre a afetividade em área de reabilitação de espaço urbano toma como referência os sentimentos e emoções dos moradores/ocupantes. Experiências metodológicas com objetivo de diagnóstico do planejamento urbano identificaram questões relacionadas aos afetos (sentimentos e emoções) de moradores através de um encadeamento de questões em entrevista (BOMFIM, 2010). Trata-se de entrevistas que buscam integrar os aspectos afetivos experimentados pelos sujeitos em suas interações sociofísicas com o espaço, isto é, sentimentos que o espaço desperta. Outras experiências adotaram entrevistas com o objetivo de discriminar unidades de sentido dentro da perspectiva psicológica (COSTA, 2008). As entrevistas tiveram o objetivo de obter unidades de significação (temas ou essências) contidas nas descrições das experiências dos sujeitos entrevistados com o espaço.

METODOLOGIA

O apanhado dessas experiências interdisciplinares norteou o desenvolvimento metodológico desta pesquisa de modo a orientar a ida a campo. Deste modo, o projeto se desenvolveu de acordo com as seguintes atividades: a) reuniões de equipe; b) observação em campo; c) formulação de roteiro semiestruturado de entrevista; d) realização das entrevistas; e) organização e tabulação dos dados; f) diagnóstico e g) proposição de ações para aumentar a apropriação do espaço analisado.

As observações do entorno, feita pelos alunos, em sua maioria individualmente, exercitaram as habilidades de uma pesquisa descritiva na qual se caracterizou a população, o fenômeno de chegada e saída dos alunos do campus e o estabelecimento de relações com a praça dentre outras variáveis. Foram realizadas em dias e horários variados, uma vez que a percepção e ocupação do espaço acontecem de forma diferente ao longo da semana e de acordo com o horário da observação.

Debateu-se sobre a área metropolitana na qual o campus está inserido e como são construídas as vivências neste espaço tornando o lugar significativo. Pôde-se discutir sobre a observação da população residente no entorno da praça e dos transeuntes que ali se territorializam. Também foram descritos com maior clareza os trajetos realizados durante a permanência dos alunos no entorno do campus que se localiza em frente à Praça Levi Coelho da Rocha.

Os alunos realizaram medições, fizeram análises da área/terreno e avaliações do planejamento e mobilidade urbana. Também analisaram as condições térmicas (dados climáticos) e acústicas da região, os materiais do espaço em questão, a escala urbana, o uso previsto, a paisagem e os atrativos do entorno, a percepção da segurança, as ocupações, a evolução histórica da região e outros aspectos, discutidos a partir da ida a campo para observação.

Após análises das potencialidades e das problemáticas do espaço estudado, desenvolveram-se questionários semiestruturados com o objetivo de criar um diálogo sincero entre entrevistadores e entrevistados, sem que as respostas fossem induzidas. As entrevistas, realizadas sempre com a observação de um aluno de psicologia e outro de arquitetura e urbanismo, foram gravadas, eram longas e era mantida grande atenção para o entrevistado e seu ponto de vista. A análise destas informações tinha um caráter mais qualitativo. Foram entrevistados alguns usuários da praça, comerciantes, transeuntes e alunos do campus em estudo. Em um segundo momento, após a análise das informações das primeiras entrevistas, elaborou-se outro questionário, adaptando as perguntas das primeiras entrevistas para que fosse possível coletar as respostas através de um formulário online. Dessa forma, seria possível abordar um maior

número de alunos. O formulário online foi enviado por e-mail a todos os alunos do campus e ficou ativo por uma semana. A análise das respostas a este novo questionário teve um caráter mais quantitativo.

Após o processo de transcrição das entrevistas e a categorização e tabulação das informações obtidas também no formulário online, os dados foram analisados visando à elaboração de diagnóstico.

Por conseguinte, o estudo buscou atender as demandas identificadas, propondo intervenções de cunho efêmero, pequenos eventos e promoção da arte urbana. Tais propostas estão em fase de idealização e organização para, posteriormente, serem produzidas, analisadas e adaptadas, se necessário.

ANÁLISE DA ÁREA EM ESTUDO

Os espaços públicos são a essência da vida urbana. Proporcionam às pessoas uma série de serviços e condições de habitações que possibilitam uma melhoria na qualidade de vida. Neles ocorrem os encontros, de suma importância na construção do que constitui a cidade. Denominamos espaços públicos os locais de circulação, de interação e conexão entre os indivíduos. Neles se produzem os fenômenos cotidianos que formam as cidades, de uso comum e de posse de todos.

> A geografia vem trabalhando a noção de espaço enquanto produto do trabalho humano a partir da relação que o homem – enquanto ser social - mantém com a natureza. Aqui nos propomos a analisar o espaço enquanto condição, meio e produto da reprodução da sociedade, o que nos leva necessariamente a discutir o papel do homem enquanto sujeito, percorrendo sua vida, valores, cultura, lutas, ansiedades e projetos, portanto o homem agindo. Logo, pensar o urbano significa pensar a dimensão do humano. (Carlos, 2007, p.53)

Os espaços públicos são desenvolvidos não só através de um planejamento prévio determinante, mas também pela apropriação de um espaço gerador de encontros. Um espaço público é conhecido muitas vezes pelo seu sucesso, pela vivacidade que propicia, ou pelo seu fracasso, pela falta de segurança causada pelo desuso do mesmo. A multiplicidade de uso e a diversidade de usuários transformam o ambiente, fazem dele um ambiente mais seguro. Cada espaço é único e seu planejamento nem sempre é acertado.

É em um destes espaços públicos, comumente encontrados em Belo Horizonte, que foram estudadas e elaboradas propostas de projeto de cunho urbanístico para o melhor uso e apropriação pela população. Será abordado o entendimento do âmbito público com relação ao uso do espaço e as relações entre os usuários. O estudo debate o conceito de desenvolvimento sócio espacial, inserindo como alternativa propositiva a promoção de interatividade envolvendo os diversos segmentos relacionados à criação, à apropriação e à manutenção do espaço público.

A Praça Levi Coelho da Rocha, objeto de estudo do projeto de extensão em questão, está localizada na região central da cidade metropolitana de Belo Horizonte/MG, no bairro Boa Viagem, entre as Ruas Goiás e Guajajaras (Figura 1). As dimensões da praça são relativamente pequenas, indicando que esta pode ser parte remanescente de um traçado urbano planejado, adaptado para ser um espaço público apropriável. Seu entorno imediato, dispõe de variadas instituições de ensino, comércios diversificados, infraestrutura urbana adequada e unidades residenciais e comerciais verticalizadas. Outros espaços públicos importantes se encontram próximos a ela. Esses outros espaços públicos, além de apresentarem melhor infraestrutura e

mobiliário urbano são maiores em dimensão e relevância histórica. Nesses outros espaços, várias atividades são empregadas e eventos são promovidos.

(a)

(b)

Figura 1: Praça Levi Coelho da Rocha: (a) vista ao nível da rua - esquina entre as Ruas Guajajaras e Goiás e (b) localização em planta
Fonte: Imagens Google Maps[2], acesso em 31. mai. 2018, adaptado pelo autor

A ocupação da mesma varia de acordo com o dia da semana e o horário do dia. Como exemplos, pode-se ressaltar: as atividades acadêmicas nas unidades de ensino nos dias úteis, o não funcionamento ou funcionamento em horário reduzido dos comércios próximos aos fins de semana e o movimento atípico aos domingos devido às atividades religiosas que ocorrem na Igreja da Boa Viagem, localizada próxima à praça deste estudo.

A partir das análises realizadas por observações de campo, nota-se que a principal utilização da praça é apenas para passagem de pedestres, que por vezes passam pelo local sem perceber o ambiente ou desfrutar de outras formas de apropriação que o espaço oferece. Esta utilização acontece primordialmente durante o dia. Durante a noite, a pouca e fraca iluminação pública disposta na praça faz do ambiente, outrora vivo, um ambiente opressor. O principal problema da iluminação pública, segundo a análise de campo, deve-se à altura a partir da qual os postes dispõem a luz no local, uma vez que há interferência das copas das árvores presentes ali. A aplicação de um segundo ponto de luz, mais baixo, quando existe é insuficiente ou não se apresentava funcionando durante as análises. Uma possibilidade de melhoria da iluminação seria a instalação de luzes de jardim, mais baixas e voltadas para a arborização. Deixariam o ambiente mais bem iluminado e agradável para a circulação e permanência de transeuntes durante o período noturno.

[2] Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-19.9265527,-43.9350036,3a,50.8y,299.61h,99.56t/data=!3m7!1e1!3m5!1s38daAI0_yCE3NyM7zJp6yw!2e0!6s%2F%2Fgeo3.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3D38daAI0_yCE3NyM7zJp6yw%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26thumb%3D2%26w%3D203%26h%3D100%26yaw%3D308.79053%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656> Acesso em 31. mai. 2018.

O ambiente se torna mais agradável com a presença de vegetação. Ela possibilita que o ambiente seja mais colorido, além de ser chamariz para espécies animais, como os pássaros. Durante o dia gera sombra para quem transita pelo espaço, amenizando a temperatura ambiente, proporcionando maior umidade e qualidade do ar. O paisagismo no local em estudo apresenta-se escasso e carente de manutenção, apesar de haver espaços dispostos para a vegetação. O espaço de estudo apresenta porém, árvores de pequeno e médio porte. Não há identificação das espécies e não foi encontrado significado para a escolha dessas.

Apesar de haver arborização na praça, a mesma não funciona como bloqueio acústico para o grande ruído causado principalmente pelo trânsito. Uma grande quantidade de veículos transita pelo local. Ambas as vias que permeiam a praça possuem alto fluxo de veículos, são de mão única e possuem duas faixas cada uma, sendo uma faixa de acesso aos automóveis particulares e uma faixa exclusiva para a passagem do transporte público. A região central de Belo Horizonte concentra grande parte do transporte público. Nesta região, a quantidade de ônibus é considerável, pois esses vêm das mais variadas regiões da cidade. Obviamente, por estar nessa região da cidade, este trânsito intenso de transporte público influencia na rotina da praça em estudo. É possível perceber que não há permissão para estacionamento nas ruas lindeiras à praça, mas há uma vaga para carga e descarga junto à Rua Goiás. Duas faixas de pedestres dão acesso à praça próximo à esquina das Ruas Goiás e Guajajaras. Não há incentivo para o uso de bicicletas com a ausência de ciclofaixas ou paraciclos.

O mobiliário urbano é primordial para a criação de um espaço público. Muitas vezes é ele quem determina a imagem visual de um ambiente. Compostos por objetos e equipamentos como bancos, jardineiras, pontos de ônibus, lixeiras, dentre outros, são dispostos no espaço público a fim de exercer suas respectivas funções. Analisando a praça (Figura 2), pode-se perceber que esta é uma praça sem identidade. Os bancos são dispostos de maneira a preencher os vazios, sem planejamento prévio quanto à quantidade de usuários atendidos e o suporte adequado a eles. Os espaços elevados que envolvem o paisagismo presente na praça são muito usados para a acomodação de quem opta em não fazer uso destes bancos. O comércio ao redor da praça, em sua maioria é voltado para a alimentação (lanchonetes e restaurantes) e, apesar disso, não há a presença de mesas no local.

Figura 2: Mobiliário urbano presente na Praça Levi Coelho da Rocha
Fonte: Imagens Google Maps[3], acesso em 31. mai. 2018

[3] Disponível em: < https://www.google.com/maps/@-19.9264349,-43.9354657,3a,52.9y,30.76h,90.58t/data=!3m7!1e1!3m5!1sAJ1cbnTv2aqAe3oTPjVajg!2e0!6s%2F%2Fgeo2.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3DAJ1cbnTv2aqAe3oTPjVajg%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26thumb%3D2%26w%3D203%26h%3D100%26yaw%3D2.0228937%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656> Acesso em 31. mai. 2018.

O entorno imediato é composto por edificações de altimetrias variadas, porém bastante verticalizada. A visibilidade, portanto, é reduzida ao contíguo, perceptível ao que está mais próximo.

A acessibilidade do local atende a transeuntes portadores de necessidades especiais com mobilidade reduzida com a presença de rampas de acesso às calçadas. Porém as calçadas apresentam algumas saliências e revestimentos quebrados que podem dificultar a locomoção destas pessoas. Notamos também a falta de piso tátil em todo o limite físico da praça. Esta sinalização se concentra apenas próximo às rampas junto às esquinas. Também nos semáforos não há a presença de sinalização sonora. Desta forma, há prejuízo quanto à mobilidade dos deficientes visuais.

O mau cheiro é sempre lembrado por quem passa pela praça em determinadas horas do dia. Apesar de a praça possuir um número adequado de lixeiras e haver varrição frequente das ruas naquele local, no fim da tarde os comerciantes fazem uso da praça para o depósito do lixo gerado durante o dia em seus estabelecimentos, pois a coleta é feita no início da noite. Dessa forma, há mau cheiro e desconforto para quem passa pelo local.

ELEMENTOS PSICOLÓGICOS PARA O ROTEIRO DE CAMPO E REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Quando se discutiu a respeito das experiências metodológicas que tentam compreender motivos da ocupação e não ocupação de espaços públicos, encontrou-se a preocupação com a percepção, afetividade e o sentido dado pelos usuários dos espaços. Esses elementos têm propiciado a elaboração de propostas mais centradas no indivíduo e no social e nas implicações ecológicas das interferências realizadas. Até onde se pesquisou, notou-se que, além de firmar a interdisciplinaridade com a arquitetura e urbanismo, as aplicações recentes da psicologia ambiental têm empregado metodologias com o intuito de conhecer o comportamento sócio-espacial de pessoas em movimento e as características da ocupação do solo urbano em regiões metropolitanas. A afetividade e os significados (unidades de sentido) fornecem elementos para compreensão dos processos que resultam da relação pessoa-ambiente.

Considerando afetividade e sentido, procurou-se ter uma escuta um pouco mais atenta para que o sujeito pudesse colocar algo de si a partir daquilo que foi perguntado a ele. Para isso, durante a ida a campo, foi importante fazer emergir informações de forma mais livre e que as respostas não estivessem tão condicionadas a uma padronização de alternativas. Ou seja, as perguntas eram suficientemente abertas para possibilitar que o entrevistado exprimisse sua impressão e não somente optasse por escolher respostas pré-definidas. Dessa forma foi possível abrir perspectivas para análise e interpretação de ideias.

Através dos estudos realizados na bibliografia, em especial em Kaufmann (2013), procurou-se desenvolver entrevistas compreensivas uma vez que este tipo de entrevista favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade. A ideia foi orientar a condução das entrevistas a partir da percepção subjetiva do sujeito entrevistado.

Para compreender os motivos da ocupação e não ocupação de espaços públicos, o exame sobre a afetividade em área de reabilitação de espaço urbano toma como referência os sentimentos e emoções dos moradores ou usuários. Com o objetivo de diagnóstico do planejamento urbano, Bomfim (2010) procurou identificar traços de união ou desunião entre cidadão e cidade considerando diferentes sujeitos que se ajustam ou não no interior das mesmas, discernindo fatores que interferem nos vínculos de pertencimento e não pertencimento construídos com a cidade. Esta metodologia segue um roteiro que visa apreender os

afetos através de um encadeamento de questões nas entrevistas que buscam integrar os aspectos afetivos experimentados pelos sujeitos em suas interações sociofísicas com o espaço (sentimentos que aquele espaço desperta).

As bibliografias levantadas acerca de metodologias que visam revitalização e ocupação de espaços urbanos apontam para o conceito de percepção ambiental no intuito de desvendar o espaço experienciado reconhecendo nele a complexidade de seus significados. O trabalho de Costa (2008), ao refletir sobre a percepção ambiental como forma de produzir intervenções para revitalização de praças públicas, assume que o conceito de percepção ambiental estabelece conexões entre um estudo sobre o meio físico (afeito aos métodos da arquitetura e geografia) e uma reflexão sobre as relações desse meio com a subjetividade (própria do instrumental psicológico). No sentido psicológico da percepção ambiental, deve-se refletir sobre as significações construídas pelas comunidades envolvidas na ocupação dos espaços. A apreensão dessas significações é apoiada na escuta da psicologia fenomenológico-hermenêutica em torno dos elementos físicos e perceptivos dos espaços. Em seu trabalho, Costa (2008) realizou etapas de entrevistas com o objetivo de discriminar unidades de sentido dentro da perspectiva psicológica[4]. As entrevistas tinham o objetivo de obter unidades de significação (temas ou essências) contidas nas descrições das experiências dos sujeitos entrevistados.

Dessa forma também foi inserido ao questionário semiestruturado, além de perguntas mais direcionadas, perguntas que contemplassem elementos emocionais e afetivos. Como exemplo: a) o que lhe chama a atenção na região ou no entorno? b) quando você pensa ou está na praça, quais sensações sente? c) a praça te remete a alguma lembrança? d) o que você gosta ou não gosta nessa praça?

ANÁLISE DO PÚBLICO ALVO DO ESTUDO – ENTREVISTA COM OS ALUNOS DO CAMPUS

A partir da constatação da pouca utilização da Praça Levi Coelho da Rocha pelos alunos do campus próximo a esta, surgiu a necessidade de entender o motivo pelo qual não há esta apropriação. Esse campus, sede dos cursos de ciências biológicas e saúde e dos cursos de pós-graduação lato sensu e strictu senso da instituição, é um edifício vertical, composto por 16 andares com 80 espaços acadêmicos e aproximadamente 2.200 alunos distribuídos em 2 turnos. Não possui grandes espaços para convívio dos alunos. Dessa forma, era de se esperar que havendo uma praça próxima a esse campus, os alunos usufruíssem dela.

Como uma etapa importante acerca da caracterização do público alvo deste estudo, alguns dados quantitativos foram obtidos através das entrevistas realizadas com o formulário online (Figura 3). Com a análise destes dados quantitativos, foi possível entender a rotina e a relação dos usuários deste espaço.

[4] Para tal, a autora se refere aos trabalhos de Moreira, D. A. (2004) sobre o método fenomenológico na pesquisa, como também os de Moreira, A. C. M. L. (1999) e Moreira, G.L e Trevizan, S.D.P. (2005) que discutem conceitos de ambiente e de impacto ambiental aplicáveis ao meio urbano e o processo de (re) produção do espaço urbano e as transformações território-ambientais.

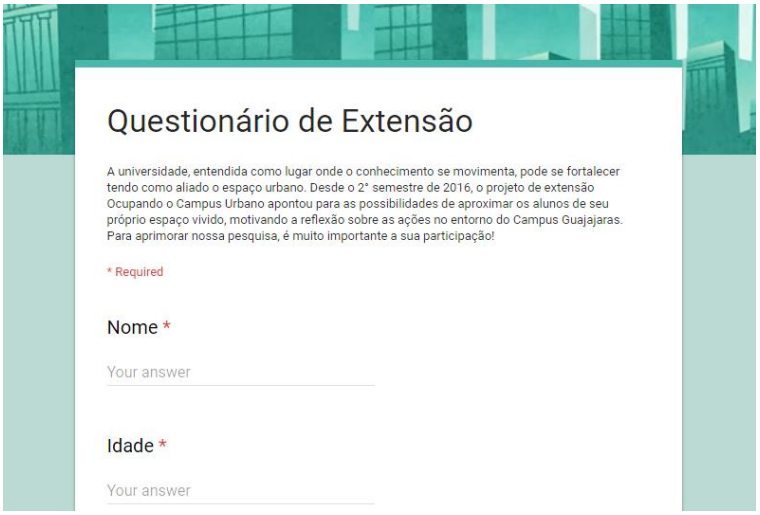
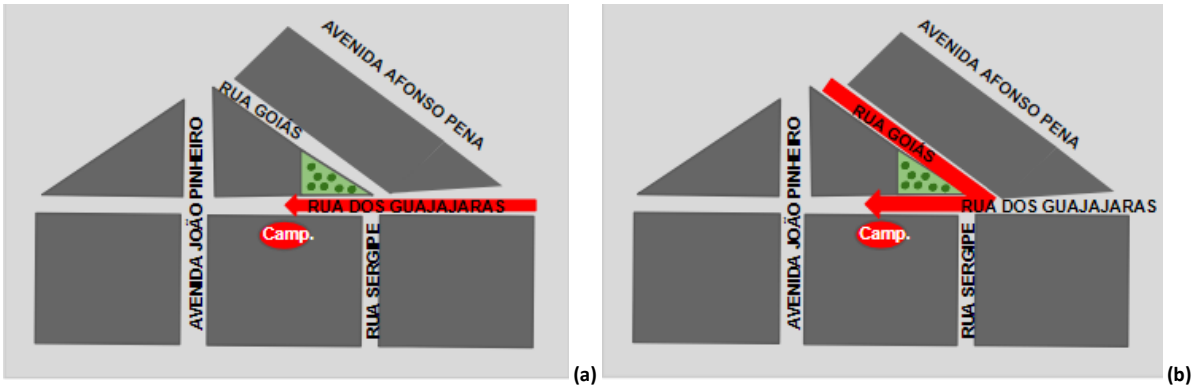


Figura 3: Formulário online enviado aos alunos do Campus próximo à Praça Levi Coelho da Rocha
Fonte: Elaborado pelo autor, 2017

Analisando a faixa etária, a maioria das pessoas que responderam está entre 21 e 30 anos (43,1%). Já 24,3% possui idade inferior a 20 anos e 23% entre 31 e 40 anos. Dessa forma, podemos perceber que são pessoas relativamente jovens. Com relação ao turno, 34,7% estudam pela manhã e 65,3% estudam à noite. Dessa forma, a maior parte da utilização da praça deveria ocorrer no período noturno. Assim, a iluminação correta e suficiente pode facilitar esta ocupação.

A grande maioria dos alunos (71,1%) utiliza o transporte público como meio de transporte para se chegar ao campus. Sendo que uma minoria (7,9%) vai a pé para a faculdade. Nenhum aluno utiliza a bicicleta para fazer o trajeto casa/ trabalho - campus. Os demais alunos se dividem entre carros e motos (22,6%) e vans escolares (9,6%). Esta análise apresenta-se coerente principalmente considerando a região de estudo. Por estar localizada no centro da cidade, possui várias linhas de transporte coletivo que fazem a ligação com várias outras regiões da cidade. Também não é estranho que nenhum aluno não faça uso de bicicletas, face ao não incentivo a este meio de transporte uma vez que há poucas ciclofaixas na cidade, a topografia é relativamente acidentada e não há paraciclo ou bicicletário na região ou no próprio campus.

Já com relação ao trajeto que cada aluno realiza para se chegar à faculdade, foram traçadas algumas possibilidades (Figura 4).



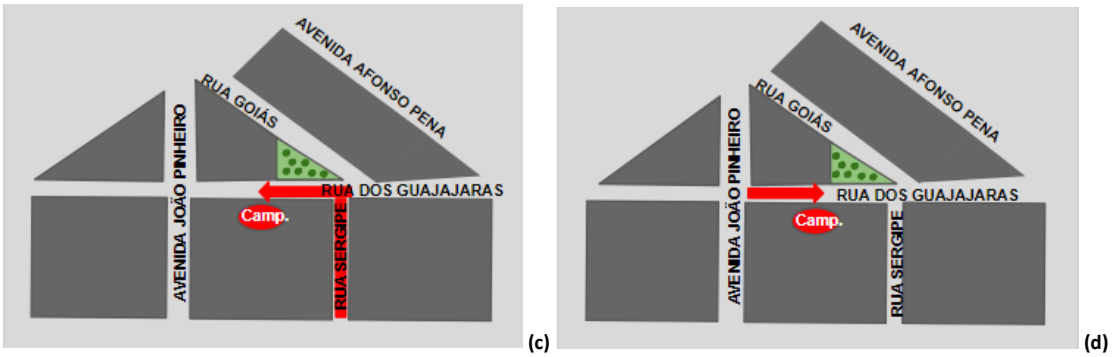


Figura 4: Possibilidades de trajeto até o campus: (a) Av. Afonso Pena/Rua dos Guajajaras; (b) Rua Goiás/Rua dos Guajajaras; (c) Rua Sergipe/Rua dos Guajajaras e (d) Av. João Pinheiro/Rua dos Guajajaras
Fonte: Elaborado pelo autor, 2017

É possível perceber nas imagens da Figura 4 que a passagem pela Praça Levi Coelho da Rocha é inevitável. Apenas na situação "d" da mesma figura, ou seja, o trajeto para o campus via Av. João Pinheiro e Rua Guajajaras, a entrada para o campus pode acontecer sem que haja esta relação direta com a praça. De acordo com as entrevistas realizadas, a maioria dos frequentadores do campus faz o trajeto de acesso "a", ou seja pela Av. Afonso Pena e Rua dos Guajajaras (36,4%) ou o trajeto "b" entre as Ruas Goiás e Guajajaras (32,2%). Já o trajeto "d", via Av. João Pinheiro e Rua Guajajaras é realizado por 26,8% dos usuários entrevistados. A minoria utiliza o trajeto "c". Apenas 4,6% passam pela Rua Sergipe e pela Rua Guajajaras. Desta forma, podemos entender outro dado levantado pela pesquisa, aonde 94,1% dos entrevistados afirmam conhecer ou notar a existência da praça. O que realmente impressionou na análise dos dados obtidos nas entrevistas foi o fato de que pelo menos 5,9% não conhece ou nunca reparou na existência da Praça Levi Coelho da Rocha, mesmo que uma grande maioria passe próximo a ela no caminho para se chegar ao campus.

Na análise dos dados obtidos pelas entrevistas, esperava-se confirmar ou refutar as análises de observação anteriormente realizadas em campo. Desta forma, pediu-se que cada entrevistado atribuísse um valor de acordo com a escala de 0 a 5 sobre seu hábito em frequentar a praça, sendo o valor zero atribuído à nenhuma frequência e 5 equivalente à grande frequência. Como previsto anteriormente, 69,1% dos entrevistados atribuíram valores muito baixos (0 ou 1), indicando que estes não têm o hábito de frequentar a praça (Figura 5).

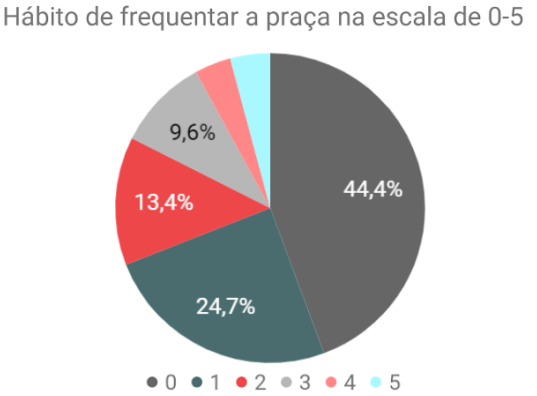


Figura 5: Hábito de frequentar a praça a escala de 0 a 5 (0: 44,4%; 1: 24,7%; 2: 13,4%; 3: 9,6%; 4: 3,8% e 5: 4,2%)
Fonte: Elaborado pelo autor, 2017

Analisando os motivos que são empecilhos a frequência dos alunos à praça, podemos ressaltar a falta de tempo como um dos principais motivos (35,1%) seguido pelo item falta de segurança (33,9%) e falta de conforto (15,9%). Ainda sobre este quesito, outros motivos também foram citados pelos entrevistados como entraves a esta ocupação: acessibilidade, sujeira, presença de moradores de rua e pragas urbanas.

Complementando esta análise, foi questionado o que os alunos fazem durante o intervalo, horários vagos e horários de chegada e saída. Vale aqui caracterizar que os alunos possuem cerca de meia hora de intervalo durante as aulas. Também é importante ressaltar que os alunos, neste quesito, poderiam optar por mais de uma opção de resposta. Das respostas apresentadas, os alunos utilizam com frequência os seguintes espaços (Figura 6-a): pilotis do campus (65,3%), sala de aula (62,3%), corredores da instituição (23,4%), comércio local (23,4%), Rua Guajajaras (11,7%), biblioteca e laboratório de informática (8,7%), e outro campus (1,3%). Apenas 7,1% dos entrevistados utilizam a Praça Levi Coelho da Rocha nos horários livres. Desta forma, conforme descrito na Figura 6-b, agrupando os espaços, pode-se confirmar mais uma vez as observações realizadas em campo. Nota-se que os alunos preferem permanecer em espaços que estão dentro do campus nos seus horários livres (81%) do que frequentar outros espaços no entorno (19%).

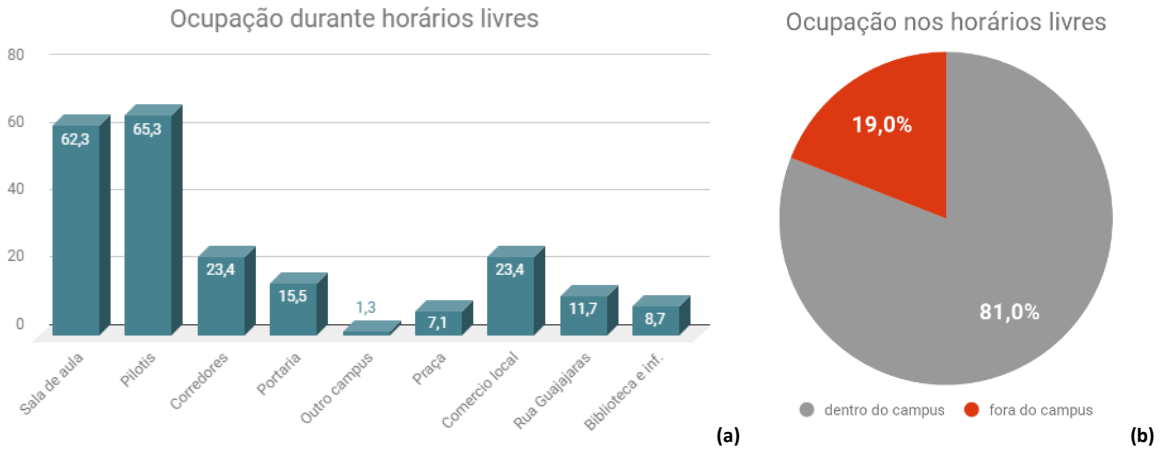


Figura 6: Ocupação nos horários livres: (a) detalhado; (b) dentro ou fora do campus
Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Para entender um pouco deste comportamento, além do tempo restrito de intervalo, também se deve levar em conta a característica do campus. Por ser um edifício vertical que possui 16 pavimentos, a movimentação vertical pelo campus acontece em sua maior parte através de elevadores. Sendo assim, podemos confirmar que, para os alunos, a movimentação entre o campus e a rua/ praça é dificultada principalmente devido ao fato da dependência dos elevadores, reportado por 69,9% dos entrevistados, pela movimentação simultânea de um grande número de pessoas (presente em 12,6% das respostas) e pela quantidade de andares a serem vencidos (citado por 11,3% das respostas), além do tempo de intervalo. Dessa forma, esta rotina dos alunos confirmada pelas entrevistas, culmina em uma não ocupação dos espaços públicos no entorno, por conseguinte a ocupação insipiente da Praça Levi Coelho da Rocha.

Analisando a percepção da praça pelas pessoas, infelizmente, o que mais chama a atenção dessas, em sua maioria, não são aspectos positivos. Pode-se também atribuir a estas sensações e sentimentos a não ocupação deste espaço. Dentre os vários aspectos citados pode-se destacar: 40,6% das respostas reportaram a existência de pragas urbanas (como roedores e insetos), 38,9% listaram a presença de lixo no local, 30,1% indicaram que o mau cheiro é um item que interfere nesta ocupação, 18,8% destacaram a

iluminação como insuficiente, 12,9% relataram falta de segurança, 11,3% acham que a praça é muito barulhenta. Em 8,6% das respostas, informaram que o que mais chama a atenção na praça é a presença de moradores de rua. Ainda assim, algumas respostas refletem pontos positivos na percepção do espaço como a presença de flores (17,2% das respostas) e das cores presentes no espaço (11,3% das respostas).

Mesmo com a pouca utilização da praça, ainda assim conseguimos perceber que, caso algum tipo de atividade ou melhoria seja realizada, pode haver um maior interesse na apropriação desse espaço contribuindo significativamente no aumento desta ocupação. Seguindo esta premissa, procurou-se identificar qual o desejo dos alunos quanto a melhorias a serem realizadas nesse espaço (Figura 7). Neste ponto, os entrevistados podiam optar por mais de uma resposta. Das respostas apresentadas, 72,4% gostariam de ver melhoras no paisagismo, 67,7% gostariam de ver intervenções temporárias, 55,7% gostariam de ver melhorias nos mobiliários, 38,5% gostaria de ver atividades na praça e as outras respostas incluem melhorias na iluminação, limpeza e segurança. Importante observar que 66,36% dos entrevistados se mobilizariam a participar de alguma ação para intervenções ou melhorias na praça.

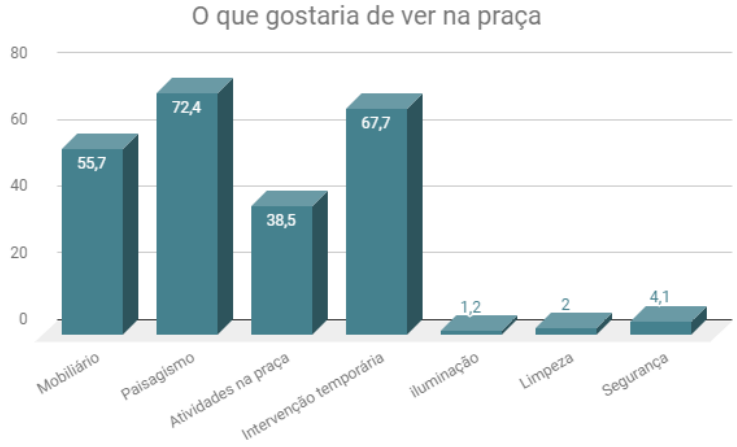


Figura 7: Modificações necessárias na praça
Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Partindo das análises realizadas, algumas ações estão sendo planejadas com o intuito de reverter, mesmo que em parte a ociosidade da Praça Levi Coelho da Rocha e atender às melhorias descritas pelos entrevistados.

Ainda no decorrer do primeiro semestre do projeto, aconteceram importantes reverberações. O projeto foi apresentado em um seminário promovido pelo centro universitário, na mesa redonda nomeada intervenções urbanas. Nesse, várias ideias foram colocadas por alunos de diversos cursos que ampliaram a reflexão sobre as ações no entorno do campus. Da ambição pelo diagnóstico da Praça Levi Coelho da Rocha surgiram reflexões sobre a criação de práticas educativas interdisciplinares.

Dentre as ideias para ações pedagógicas e de extensão discutidas como possíveis para a Praça Levi Coelho da Rocha, podem-se destacar algumas:

a) considerando a produção de soluções para problemas urbanos complexos e de planejamento urbano, foram discutidas ações de arquitetura que possam viabilizar a experimentação de modelos de intervenção flexíveis ou temporários em vista de problemas de mobilidade e ocupação na mesma. Apareceram também

propostas a respeito da paralisação e alteração de fluxo viário no caso da proposição de algum evento temporário esporádico nas ruas no entorno da praça.

b) aumento da interdisciplinaridade com outros projetos de extensão e disciplinas como gastronomia e nutrição para se discutir sobre as possibilidades de montagem de hortas urbanas nas dependências da praça. Essa ação, além de envolver os alunos, visa também à interação com a comunidade em vários sentidos. A horta pode sensibilizar a comunidade para a responsabilidade e o cuidado com o espaço público aumentando o pertencimento da população com relação à região em estudo. A horta também pode trazer também benefícios ocupacionais e terapêuticos à população da terceira idade que habita os edifícios residenciais do entorno da praça.

c) ações interdisciplinares junto ao curso de ciências biológicas através de ações educativas no manejo de resíduos e coleta seletiva na praça, uma vez que o acúmulo de lixo foi reportado como um entrave para a ocupação da área.

d) ações de extensão junto ao instituto de ciências biológicas desenvolvendo atividades relativas à melhorias na saúde da população desta região e também ações que visam a saúde do idoso.

e) ações em conjunto com outras instituições educacionais, como por exemplo, apresentações do conservatório de música que se localiza próximo ao espaço da praça.

f) A possibilidade de ações do Instituto de Comunicação e Artes realizando uma “ocupação visual” na praça.

No semestre atual as ações estão sendo planejadas para que possam ser realizadas. Além do planejamento interdisciplinar, as ações dependem de planejamento financeiro e regularização junto aos órgãos competentes como prefeitura e departamento de trânsito. A equipe do projeto de extensão está providenciando os projetos arquitetônicos e desenvolvendo documentos para realizar essas intervenções. Após o desenvolvimento desta documentação, será providenciada a legalização das intervenções junto aos órgãos competentes. Também estão sendo realizados contatos com as demais disciplinas para desenvolver a interdisciplinaridade proposta na estratégia educacional. Primeiramente devem ser executadas ações temporárias. A partir da realização destas ações a ideia é apresentar aos órgãos competentes para que algumas propostas temporárias passem a ser permanentes. O intuito é que com as realizações das ações a comunidade aumente a sensação de pertencimento a este espaço e que ele passe de um espaço ocioso para um espaço com vida, capaz de gerar bons sentimentos e sensações nas pessoas.

CONCLUSÕES

Os dados coletados, tanto referente aos hábitos dos alunos no espaço do campus quanto referente às condições do espaço a ser ocupado apontam para entraves na ocupação de espaços públicos, ilustrado nesta pesquisa pela ocupação da Praça Levi Coelho da Rocha.

Do ponto de vista acadêmico, analisando as percepções e impressões de alunos e professores de diferentes áreas, houve uma espécie de troca de saberes, de complementação de conhecimento. Possibilitou aos alunos e professores um rico conhecimento e a possibilidade de desenvolver práticas metodológicas relativas às relações pessoa-ambiente. O levantamento metodológico foi correlato a um levantamento bibliográfico que tem potencial interesse para ambas as disciplinas. Enquanto as análises realizadas pelas

metodologias de arquitetura se desenvolveram de forma mais crítica a respeito do planejamento da região, dos materiais empregados, da análise do entorno e da infraestrutura da área em estudo, as metodologias de caráter psicológico ofereceram um olhar voltado às sensações e sentimentos, ao entendimento e ao questionamento de como o espaço é percebido e, assim, apropriado pelo ser humano.

O estudo teve como um dos seus objetivos compreender e atender as necessidades da região. Seja através de intervenções urbanísticas, comerciais ou culturais, pensar as formas de intervenção, as dificuldades e as consequências das transformações propostas serão alvo da continuidade deste estudo. A visão sempre será a melhoria da qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente onde essas estão inseridas. Importante entender que a cidade é para todos e assim a praça deve atender não somente as pessoas da região, mas também fomentar meios de interação dela com todos que passam por este espaço.

REFERÊNCIAS

ALVES, M.; BASSANI, M. A Psicologia ambiental como área de investigação da inter-relação pessoa-ambiente. In: IX ENCONTRO DE PESQUISADORES E II CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNI-FACEF. **Anais...** Franca: Uni-FACEF, 2008.

BANDEIRA, Brennand de Sousa; BOMFIM, Zulmira; SALES, José Albio. Reabilitação do espaço urbano e Afetividade: estudo de Psicologia Ambiental com moradores de área contemplada pelo Plano de Reabilitação Habitacional do centro histórico de Fortaleza – CE. **Cadernos do PROARQ Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FAU, n.19, 2012, pp. 212 – 232.

BARACHO, Carlos; DIAS, Maria João. **O Espaço e o Homem**: Perspectivas Multidisciplinares. Lisboa: Edições Sílabo, 2010.

BOMFIM, Z. A. **Cidade e Afetividade:** Estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

COSTA, Silvia Kimo. **Percepção ambiental e revitalização**: as praças do bairro Salobrinho, Ilhéus, Bahia. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus, 2008.

FISCHER, Gustave Nicolas. **La psychosociologie de l'espace, Paris**: presse universitaire de France-que sais-je. Paris: Lévy-Leboyer, C. Psychologie et environnement, PUF, 1980.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva:** um guia para pesquisa de campo. Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. "Os circuitos dos jovens urbanos". **Tempo Social, revista de sociologia da USP**. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2007, Vol. 17, N. 2, pp. 173-205.

MOREIRA, A. C. M. L. **Conceitos de ambiente e de impacto ambiental aplicáveis ao meio urbano.** São Paulo: USP, 1999. pp. 1-5.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MOREIRA, G.L; TREVIZAN, S.D.P. **O processo de (re) produção do espaço urbano e as transformações território-ambientais:** um estudo de caso. Rio Claro: Estudos Geográficos, 2005. pp. 78-90.

NAJAR, AL., and MARQUES, EC., orgs. **Saúde e espaço:** estudos metodológicos e técnicas de análise [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998. 276 p.

VILAÇA, Lis Barros. **Comportamento sócio-espacial de pessoas em movimento**: um estudo exploratório do calçadão da Avenida Engenheiro Roberto Freire, Natal-RN. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte-PPGPSI. Natal, 2008.

V enanparq
Salvador - 2018

OS ARQUITETOS DE RECIFE NA VIRADA DO SÉCULO XXI: EDIFÍCIO, CIDADE E FAVELA

THE ARCHITECTS OF RECIFE AT THE TURN OF THE 21ST CENTURY: VERTICAL BUILDING, CITY AND FAVELA

LOS ARQUITETOS DE RECIFE EN EL PRINCIPIO DEL SIGLO XXI: EDIFICIO VERTICAL, CIUDAD E FAVELA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

LAPROVITERA DA MOTTA, Enio
Doutor em "Estudos Urbanos" pela EHESS(Paris); Professor da UFPE
eniolaprovitera@uol.com.br

OS ARQUITETOS DE RECIFE NA VIRADA DO SÉCULO XXI: EDIFÍCIO, CIDADE E FAVELA

THE ARCHITECTS OF RECIFE AT THE TURN OF THE 21st CENTURY: VERTICAL BUILDING, CITY AND FAVELA

LOS ARQUITETOS DE RECIFE EN EL PRINCIPIO DEL SIGLO XXI: EDIFICIO VERTICAL, CIUDAD E FAVELA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Tomando como terreno de análise a cidade de Recife, o texto se propõe a refletir sobre as transformações recentes no campo de atuação dos arquitetos, e para isso, articula a análise em torno de três objetos ou territórios de atuação profissional: projetando o "edifício"; projetando a "cidade", e por fim, projetando as "áreas informais" ou favelas.
Num primeiro momento, procura mostrar a emergência de uma certa crise no tradicional campo de atuação do arquiteto de escritório: o projeto do edifício de encomenda privada. Alega-se que as recentes transformações no campo da arquitetura fragilizam o ethos profissional do arquiteto, pois questionam sua condição de livre e autêntico criador do projeto (RINGON,1997), artífice das novas tecnologias, e mesmo a sua missão social de criador de novas sociabilidades (MOULIN,1973).
Num segundo momento, e partir destas transformações, fala-se na consolidação de um contramovimento à crítica à excessiva estandartização e verticalização da arquitetura - tidas como responsáveis pela descaracterização da cidade – fato que faz surgir um novo caminho de atuação profissional: do edifício à cidade. A partir daí, ocorre uma mudança no objeto da intervenção do arquiteto, simbolizando um retorno ao resgate do desenho da cidade a partir da encomenda pública.
Por fim, e num terceiro momento do texto - e de forma provocativa - questiona-se até que ponto esta reflexão de "retorno à cidade" ainda deixa de lado as favelas e os territórios informais da cidade. Em busca desta resposta, investiga-se algumas experiências emblemáticas sobre habitação social em Recife, identificando os principais territórios deste debate, para no final, propor uma reunião de esforços unindo as universidades, o Instituto de Arquitetos do Brasil e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Se até então, este tipo de atuação profissional era tido como a expressão da função social do arquiteto, hoje em dia, o fato de, em Recife, 90% dos 10% das construções que ainda são feitas por arquitetos estarem concentradas em apenas 10% dos arquitetos, parece indicar que a questão do projetar as áreas informais da cidade é, também, uma questão de sobrevida profissional !
PALAVRAS-CHAVE: ensino de arquitetura, arquitetos, edifício vertical, cidade, favelas.

ABSTRACT:
Using the city of Recife as the grounds for the analysis, this text aims to reflect upon recent transformations in the field of work of architects. The analysis is made through three objects or domains of professional work: designing "the building", designing "the city", and finally, designing "informal areas" or favelas.
At first, the text brings the emergency of a certaing crisis in the traditional field of work of architects in their offices: the private demand for building designs. Recent tranformations in the field of architecture are said to weaken the ethos of professional architects once they question their condition of free and genuine project creators (RINGON, 1997), craftsmen of new technologies, and even their social mission of creating new sociabilitites (MOULIN, 1973).
Then, and starting with these transformations, comes the consolidation of a countermovement towards the critics to the excessive standardization and the verticalization of architecture, which are to blame for the decharacterization of the city, leading to a new path for professional work: from the building to the city. It causes a change in the object of the architects' interventions and it simbolizes a revival of the city design coming from the public demand.
Finally, and in a third moment of the text, provocatively, we question at what extent this thinking of "return to the city" still leaves favelas and informal territories of the city aside. In search for this answer, some symbolic experiments on social housing in Recife, identifying the main territories of this debate are investigated, so that in the end, a joint effort among universities, the Institute of Architects of Brazil and the Board of Architecture and Urban Design is proposed. For the author, if up to then this kind of professional work was considered the expression of the social role of the architects, nowadays, the fact that in Recife 90% out of the 10% of constructions that are still made by architects are in the hands of only 10% of the architects, seems to point out that designing informal areas of the city is also a matter of professional survival!
KEYWORDS: *architecture teaching, architect; vertical building; city; favela*

RESUMEN:
Tomando como terreno de análisis la ciudad de Recife, el texto se propone a reflexionar sobre las transformaciones recientes en el campo de actuación de los arquitectos, y para tanto, articula el análisis alrededor de tres objetos o territorios de actuación profesional: proyectando el "edificio"; proyectando la "ciudad" y, por fin, proyectando las "zonas informales" o favelas.
En un primer momento, busca mostrar la emergencia de una cierta crisis en el tradicional campo de actuación del arquitecto de estudio: el proyecto del edificio de cliente privado. Se alega que las recientes transformaciones en el campo de la arquitectura fragilizan el ethos profesional del arquitecto, pues cuestionan su condición de libre y auténtico creador del proyecto (RINGON, 1997), artífice de las nuevas tecnologías, y hasta su misión social de creador de nuevas sociabilidades (MOULIN, 1973).
En un segundo momento, y a partir de estas transformaciones, se menciona la consolidación de un contramovimiento a la crítica de la excesiva estandarización y verticalización de la arquitectura – consideradas responsables de la pérdida de carácter de la ciudad – hecho que hace resurgir un nuevo camino de actuación profesional: del edificio a la ciudad. A partir de eso, sucede un cambio en el objeto de la intervención del arquitecto, simbolizando un retorno al rescate del diseño de la ciudad a partir del cliente público.
Por fin, en un tercer momento del texto – y de forma provocativa – se cuestiona hasta qué punto esta reflexión de "retorno a la ciudad" aún deja a un lado las favelas y los territorios informales de la ciudad. En busca de esta respuesta, se investigan algunas experiencias emblemáticas sobre habitación social en Recife, identificando los principales territorios de este debate, para, al final, proponer una reunión de esfuerzos uniendo las universidades, el Instituto de Arquitectos de Brasil y el Colegio de Arquitectura y Urbanismo. Para el autor, si hasta entonces este tipo de actuación profesional se consideraba la expresión de la función social del arquitecto, hoy en día, el hecho de que, en Recife, 90% de los 10% de las construcciones que aún son hechas por arquitectos estén concentradas en apenas 10% de los arquitectos parece indicar que la cuestión del proyectar las zonas informales de la ciudad es, también, una cuestión de sobrevida profesional !
PALABRAS-CLAVE*: enseñanza de arquitectura, arquitecto; edificio vertical; ciudad, favela*

PROJETANDO O EDIFÍCIO: A RECONFIGURAÇÃO DE UMA TRADIÇÃO

As transformações ocorridas nas últimas décadas do século passado no campo de trabalho dos arquitetos recifenses colocam em cheque valores que historicamente deram legitimidade a profissão.

Essas alterações têm impacto no papel que o arquiteto tinha na concepção dos programas arquitetônicos, na definição das técnicas construtivas, e também, no resultado plástico das edificações. No seu conjunto, estes deslocamentos fragilizam a imagem que o arquiteto tem de si, e sobretudo, a imagem que até então a sociedade fazia do papel contestatório e transformador desse profissional.

Estas alterações têm como pano de fundo, por um lado, a desaceleração da economia em concomitância ao expressivo crescimento do número de empresas construtoras e, por outro, o surgimento de um importante movimento de defesa do consumidor que impactará na lógica de funcionamento dessas empresas, e consequentemente, na maneira de conceber os projetos e administrar o canteiro de obras. Some-se a isso o acirramento da concorrência entre empresas construtoras cujo resultado prático é a busca por processos projetuais e construtivos de perfil mais simplificados e econômicos. No seu conjunto, estes fatos levarão as empresas construtoras a passarem por um radical processo de racionalização de suas atividades forçando a redefinição da posição do arquiteto no processo de projeto.

Ocorre, assim, já a partir da década de 90, uma nova divisão do trabalho que tirará das mãos dos arquitetos as decisões quanto a composição do programa arquitetônico e a escolha das técnicas construtivas do edifício. A expressão mais visível desse fenômeno é a criação dos chamados departamentos de produtos no interior das empresas de construção. Caberá aos departamentos de produtos, baseados em análises científicas de perfil de usuários e velocidade de vendas, a definição do programa arquitetônico e o controle e administração da interfase da arquitetura com as demais engenharias.

Podemos dizer que, no campo da concepção do projeto, ocorre uma clara separação entre a dimensão estética, que ficará sob a responsabilidade dos escritórios de arquitetura, e a dimensão tecno-construtiva e mercadológica, que ficará a cargo dos departamentos de produto das construtoras.

Este rearranjo tem um impacto imediato na profissão pois destitui o arquiteto da sua tradicional função de coordenador de projetos e do canteiro de obras. O resultado prático desse veto ao arquiteto, no que se refere as decisões sobre tecnologia construtiva, será a indiscutível simplificação e estandartização dos processos construtivos da arquitetura no final do século passado. Explica o também indiscutível desinvestimento da profissão no âmbito da pesquisa e investigação tecnológica tão em voga nos anos 60, tanto a nível do ensino quanto das associações profissionais, particularmente o IAB.

Em um processo concomitante, ocorre também, a partir de então, um progressivo afastamento do arquiteto no que se refere a criação dos programas arquitetônicos, fato que contrastará como a imagem do arquiteto modernista de criador de novas sociabilidades que tão bem se expressa através da invenção das novas formas de morar e viver a cidade: a casa moderna, o edifício vertical, a habitação mínima tipo kitchenette, o edifício galeria, dentre outras.

Como consequência inevitável desse profundo rearranjo e racionalização do campo da concepção de projetos, teremos o drástico empobrecimento estético das soluções arquitetônicas no final do século. De fato, essa nova racionalidade do ato de projetar e construir, traz uma inevitável estandartização das soluções

volumétricas, contrastando com a tão aclamada criatividade da tradição local. No caso de Recife, esse processo foi ainda mais marcante, pois se expressou também uma excessiva simplificação e repetição nos materiais de revestimentos das fachadas, devido a existência de um importante parque industrial local de cerâmicas.

É como se, a partir de então, a arquitetura passasse a ser definida por uma nova racionalidade científica atrelada a reprodução do *status quo*, preocupada com a simplificação dos processos construtivos e a caracterização de um usuário padrão expresso em comportamentos standards, repetitivos e, sobretudo, quantificáveis economicamente. É notório, pois, o quanto este referencial conceitual contrasta com *modus operandi* da tradição local de arquitetos que, ao contrário, buscava situar a sua racionalidade no campo da arte e da inovação social, preocupando-se assim com o comportamento singular e inovador, posto trata-se de uma geração que acreditava que a arquitetura pudesse contribuir para a renovação do gosto e a mudança social.

No ensino, embora tenham ocorrido alguns movimentos em defesa de uma vinculação à realidade de mercado, prevalece a visão do arquiteto livre criador, e com papel importante da concepção dos programas arquitetônicos e na escolha e definição da tecnologia construtiva, reafirmando, portanto, a função do arquiteto como coordenador do canteiro de obras.

Todavia, deve-se apontar que, se essa recusa do campo do ensino em abarcar a nova racionalidade da arquitetura o coloca na sua tradicional função de pensar o futuro, em oposição ao atendimento às demandas práticas do presente, por outro lado, este debate ficou sob a responsabilidade exclusiva dos novos profissionais do mercado.

No final das contas, e olhando para o conjunto da profissão, pode-se dizer que o enclausuramento do arquiteto através de um desenho estético cujo conteúdo técnico-social é construído além de suas pranchetas, e do planejador urbano que, como sabemos, desde os anos 70 com a institucionalização do chamado urbanismo de *zonning*, manteve-se distanciado de uma especulação mais próxima do desenho urbano, parece ter induzido os profissionais da arquitetura, no final do século passado, a abandonarem o que será o principal território do debate contemporâneo: a paisagem da cidade.

De fato, o impacto dessas transformações e do notório empobrecimento estético da arquitetura na profissão do arquiteto deve ser avaliado levando-se em consideração que é neste período que ocorre uma clara proliferação do edifício vertical na cidade do Recife, e também, o fato do edifício vertical ter passado a ser a principal encomenda dos escritórios de arquitetura da cidade.

PROJETANDO A CIDADE: UM NOVO TERRITÓRIO DE CONSENSO?

Na atmosfera dessas transformações do papel do arquiteto e nos impactos da excessiva racionalização e empobrecimento da arquitetura, que devemos situar o que será o tema central do debate arquitetônico na virada do século: a cidade. Some-se a isso, o fato do mercado de trabalho local, não só ter como tema central o edifício vertical, mas também o fato de 90% das encomendas deste mercado está concentrado em apenas 10 % dos arquitetos atuantes. Por isso, pode-se dizer que o tema da cidade surge como um claro contramovimento à estandartização da arquitetura e da paisagem urbana, mas também, como esperança de ampliação do campo de trabalho dos arquitetos.

Consolida-se, pois, um claro movimento de crítica à urbanização focada no edifício vertical em detrimento da paisagem e qualidade de vida na cidade, fato que, num primeiro momento, coloca a profissão na defensiva, até o que o novo caminho conquiste, de fato, um espectro maior da profissão.

Figura 1: Bairro da Zona Sul (Boa Viagem).
Fonte: web:http://www.skyscrapercity.com (foto por Filipe)

Importantes intervenções e alterações na legislação urbanística da cidade apontam, já no início deste século, para um novo ideário de projeto. A intervenção urbanística da Secretaria de Planejamento da Cidade em 2003, por exemplo, modifica a legislação urbanística de doze bairros no sentido de respeitar suas especificidades ambientais, arquitetônicas e urbanísticas, ao mesmo tempo em que se tece uma forte crítica aos impactos urbanísticos e ambientais resultantes da excessiva verticalização da cidade. Outro aspecto que deve ser destacado nesta e noutras experiências, logo no início deste século, parece ser um claro movimento de (re)valorização do desenho da paisagem e de análises da qualidade estética do ambiente construído (imagens 3D, simulações de crescimento urbano, vídeos, etc) como importante instrumento do planejamento urbano.

Essa nova sensibilidade paisagística ocorre também na sociedade civil, sobretudo a partir de 2012, com a formação de importantes movimentos citadinos, apoiados em redes digitais que articulam grandes mobilizações contra a destruição de edifícios antigos e a construção de novos edifícios verticais em bairros históricos. O ponto comum e elemento motor destas mobilizações parece ser a deterioração da qualidade da vida urbana e a crítica-denúncia ao edifício vertical dissociado da vida urbana, da paisagem e do *skyline* do local. Aqui, pela primeira vez, o tema da paisagem da cidade é colocado como objeto legítimo de preservação e valorização urbana.

Na Academia, a partir de 2012, o Curso de Arquitetura da UFPE implementa um novo *curriculum*, extinguindo as antigas disciplinas de Planejamento Urbano e de Projeto de Arquitetura para reuni-las nos ateliês integrados, agora, com abordagem interdisciplinar e foco na cidade e não no edifício. Defende-se o uso do desenho urbano como importante instrumento do planejamento urbano, assim como a volta a uma arquitetura dita contextualizada.

Neste novo ambiente acadêmico, o edifício vertical e qualquer análise baseada em índices mercadológicos serão, mais uma vez, se não proibidos, deliberadamente esquecidos. Ao contrário, e buscando recuperar a imagem do arquiteto como criador de novos usos e programas, incentiva-se o atendimento à diversidade de usuários e territórios da cidade, o que inclui a valorização não só da arquitetura monumental, mas também da arquitetura cotidiana e vernacular comum nos assentamentos ditos populares e informais (MOTTA, 2009).

Além do mais, o papel de vanguarda dos professores universitários, neste início de século, parece consolidar novas oportunidades para os arquitetos-professores realizarem, a partir dos seus ambientes institucionais, projetos estruturadores para a cidade, insinuando um movimento de distanciamento da tradição liberal do arquiteto focada nos escritórios de arquitetura.

Figura 2: Projeto do Parque Linear do Rio Capibaribe. Autoria de arquitetos professores da UFPE.
Fonte: www.henriquebarbosa.com

Essas temáticas reaparecem na vida cotidiana, a exemplo da recente e extensiva produção local de cinema, e mesmo através de iniciativas divertidas e irreverentes como o Bloco de Carnaval intitulado “Empatando a Tua Vista”, criado por arquitetos, em que as fantasias simulam, em tom irônico, a excessiva padronização dos edifícios verticais da arquitetura local.

Figura 3. Agremiação carnavalesca "Empatando a tua vista".
Fonte: http: www.google.com.br.

Assim, e pelo que foi exposto, que seja no campo do planejamento estatal, academia, movimentos sociais ou das manifestações culturais espontâneas da sociedade, parece claro a consolidação de um novo tema ou território de atuação profissional ao ponto de podermos falar de uma migração do pensamento sobre o edifício para a cidade.

Ora, esse novo tipo de intervenção focado na cidade parece redirecionar as expectativas do arquiteto, sobretudo para a encomenda estatal – abrindo uma alternativa ao lugar comum que se tornou a encomenda comercial privada- retomando, assim, um sentimento presente nas origens mais remotas da profissão, e mesmo na fase dourada do modernismo brasileiro.

Se o novo consenso profissional partiu da crítica à encomenda comercial representada pelo edifício vertical estandartizado, a utopia que renasce parece ser a da volta da crença em um desenho estético global da cidade, e por esse caminho, o reencontro com a encomenda pública.

A novidade será, portanto, a de saber o quanto esse modelo de atuação, frente à grande oferta profissional e à conhecida porosidade institucional da encomenda pública, caracteriza um ambiente de melhores e iguais oportunidades de acesso ao trabalho. Pelo andar da carruagem, os profissionais abrigados em grandes instituições profissionais e de ensino, principais artífices dessa nova utopia, são os que parecem mais aptos em colher os frutos desse retorno ao projeto da cidade – o que, de sobra, poderá inaugurar um novo modelo de ação, distinto da tradição liberal centrada em escritórios privados.

PROJETANDO A CIDADE INFORMAL E AS FAVELAS: FUNÇÃO SOCIAL E SOBREVIDA DA PROFISSÃO:

O novo consenso entre os profissionais da arquitetura parece resultar da identificação de um inimigo comum: o edifício vertical estandartizado tornado símbolo da crise de identidade da profissão e da cidade! Nesse processo, o olhar do arquiteto migra do edifício isolado no lote, para o tratamento de um território maior, mediado pela noção de paisagem urbana – situação que favorece uma grande sociabilização dos temas da arquitetura e da cidade.

Todavia, se essa situação favorece o envolvimento dos arquitetos com várias temáticas e usuários da cidade – relembrando o que BARRÉ (1996) chamou de "saber-fazer sensível" –, essa nova atmosfera parece não provocar a retomada de um discurso social por parte dos arquitetos, tal como aconteceu na academia francesa após os movimentos de maio de 1968 (VIOLEAU, 2005) e mesmo no Brasil a partir do final da década de 1980 (MOTTA, 2009).

De fato, parece ocorrer um claro abandono dos antigos microterritórios de utopia dos anos 1990: as favelas. Esta espécie de desencantamento de antigos territórios de utopia parece se expressar, no campo do planejamento e gestão pública, numa certa desmobilização ou enfraquecimento de importantes arenas de participação social como é o caso do Fórum do PREZEIS e das COMUL´s na cidade do Recife. Da mesma forma, e caso compararmos com o que foi o movimento de profissionais militantes nos anos 90, particularmente, através do fenômeno das ONG's, podemos falar também numa certa descrença da jovem geração neste tipo de atuação e organização profissional. Por outro lado, se esse tema reaparece na atual agenda da academia, deve-se investigar se ele não está sendo tratado mais como um exercício de composição paisagística – no qual se insere a arquitetura agora dita contextualizada – do que pela tomada de um debate sobre a habitação social que implicaria a reunião de olhares situados nos diversos nichos de atuação profissional.

Ao que nos parece, para enfrentar este problema, deve-se investigar os diversos circuitos – ou formas de inserção no campo da profissão – por onde este tema foi debatido para então se pensar no formato mais apropriado para tratá-lo, e por aí, o papel das universidades nesta problemática.

Os "circuitos" ou "territórios" do debate sobre a habitação social no Recife

Embora o debate sobre a habitação precária e dos territórios informais da cidade do Recife remonte ao início do século XX, acreditamos que é nos anos 60 que essa problemática se oferece de forma mais sistematizada para os arquitetos.

Primeiro porque, é a partir desta década que o campo da profissão se diferencia qualitativamente e quantitativamente, seja pelo aumento do número de profissionais formados, seja pela consolidação de sua associação profissional e de um aparelho formador próprio: o IAB-PE é fundado em 1952 e o curso de arquitetura independente da antiga escola de Belas Artes só toma forma com a fundação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (hoje Curso de Arquitetura da UFPE) em 1959. Mais do que isso, pois, no início, o debate sobre a habitação social nasce no seio de diversas profissões (medicina social, geografia humana, engenharia,etc) e só aos poucos, mesmo no interior da própria faculdade de arquitetura, é que este debate será capitaneado por arquitetos de formação.

No campo do ensino, e logo após a fundação da faculdade de arquitetura independente, esta reflexão aparece de forma nítida no interior da disciplina chamada Urbanismo e Arquitetura Paisagística, ministrada pelo engenheiro Antônio Baltar. Mesmo que num primeiro momento essa disciplina tenha tido um módulo – ministrado pela arquiteta Gilda Pina – mais próximo do urbanismo paisagístico ainda influenciado pelo ideário do embelezamento urbano, essa matéria vai muito rapidamente tomando a forma moderna do chamado urbanismo de *zonning*. Assim o tema das áreas informais vai se consolidar no pensamento arquitetônico a partir da nova perspectiva de pensar e tratar o território da cidade de forma sistêmica pois sob as exigências de ordenar a expansão da cidade. É por isso, portanto, que já em 1963 esta matéria adquire a denominação de "Evolução Urbana", e, a partir de 1969, com a institucionalização do *curriculum* mínimo nacional, adota a atual denominação de "Planejamento Urbano". É através desse percurso que as favelas e demais territórios informais ocupam a agenda dos arquitetos de forma definitiva embora, neste momento, sob a abordagem e escalas de intervenção própria ao chamado planejamento estratégico. Esta reflexão migra logo em seguida para o campo da pesquisa de pós-graduação, com a criação, em 1975, do Mestrado em Desenvolvimento Urbano da UFPE.

Este campo de atuação, que chamaremos de *"circuito do ensino e da pesquisa",* tinha como foco principal o planejamento e a gestão do crescimento da cidade, que em 1972, já tinha instituído sua região metropolitana e respectivas agências de planejamento. Por estas razões, a abordagem esteve mais próxima do chamado planejamento ou urbanismo de *zonning* cujos instrumentos parecem mais apropriados para o tratamento *macro* do território – através de índices e regras urbanísticas – não se propondo, nesse primeiro momento, a uma abordagem *micro*, mais próxima do que hoje chamamos de desenho urbano, e, muito menos, do *design* da habitação social propriamente dita - ainda menos a de linguagem vernacular.

O debate sobre os projetos mais focados na habitação, e onde aparecerá uma reflexão sobre o *design* de inspiração vernacular, embora concomitante a este urbanismo de zonning, aparecerá no interior de outro circuito que aqui chamamos de *"circuito da encomenda pública".* Neste campo, merecem destaque os trabalhos realizados a partir das encomendas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE que terá inclusive repercussões em pesquisas na área de arquitetura na UFPE. O trabalho coordenado pelas arquitetas Neide Motta e Liana de Barros Mesquita intitulado "Métodos Construtivos Tradicionais do Nordeste", realizado em 1978, numa parceria entre SUDENE e UFPE, traz ao menos, duas contribuições importantes para nossa reflexão. Em primeiro lugar, o fato de defenderem, já naquela época, a "melhoria habitacional" como política habitacional, e portanto, defenderem a fixação e conservação – diríamos hoje, requalificação – das comunidades habitacionais existentes. Em segundo lugar, pelo fato deste trabalho conter uma análise e documentação minuciosa dos métodos construtivos de diversas comunidades nordestinas cujo olhar para a habitação e o modo de vida desta população revela uma clara valorização da estética vernacular. No mesmo caminho, o Projeto São Bento (1978) desenvolvido pela arquiteta Liana de Barros Mesquita a partir de uma encomenda da SUDENE, traz uma solução de conjunto habitacional de casas térreas, numa clara linguagem vernacular, onde se defende e valoriza um "modo de morar" nordestino – projeto este, premiado pelo IAB-Nacional. Estes trabalhos se desenvolvem na esteira das encomendas habitacionais impulsionadas pela criação do BNH, mas sua particularidade e razão do espaço conquistado deve-se ao fato de fugirem do ideário modernista baseado no conceito de habitação mínima, que aparecia de forma hegemônica no circuito oficial da prática arquitetônica dos escritórios de arquitetura e projetos governamentais do Recife. Ao contrário da visão hegemônica da época, de inspiração modernista, o que estes trabalhos trazem e defendem, é uma valorização da linguagem vernacular no trato da habitação social e seus respectivos territórios.

Figura 4. Casa popular do Nordeste.
Fonte: Arqtª Neide Mota. SUDENE (1978)

Figura 5. Casa popular do Nordeste.
Fonte: Arqtª Neide Mota. SUDENE(1978)

Figura 6. Projeto São Bento. Arqtª Liana Mesquita.
Fonte: MESQUITA (1972)

Figura 7.Projeto São Bento. Arqtª Liana Mesquita
Fonte: MESQUITA (1972)

Citaríamos ainda, um outro campo de atuação, que aqui chamaremos de *"circuito da prática profissional militante, ou circuito da política".* Campo articulado por diversos atores, que vão desde a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Recife, com Dom Hélder Câmara, passando pelas associações profissionais como IAB-PE e Sindicato dos Arquitetos, o movimento das ONG's além de diversos partidos e movimentos sociais. Essa é a área de atuação onde facilmente encontraremos uma abordagem de recorte mais *micro* e, portanto, mais próxima do que hoje chamamos de desenho urbano, além das principais referências em termos de práticas participativas e legislação urbanística de cunho social como foi o caso da criação das Zonas Especiais de Interesse Social, o PREZEIS e COMUL's, dentre outras. É através deste "circuito" de atuação profissional, do claro consenso com relação a fixação das comunidades pobres e do aparecimento de projetos de urbanização e arquitetura realizados a partir da encomenda dos movimentos sociais e associação de moradores, que se consolida um debate que valoriza a estética das favelas e o seu traçado irregular e labiríntico, criando assim, um contraponto importante à visão hegemônica do urbanismo moderno.

A extensão universitária como território do encontro entre os diversos "circuitos" da habitação social.

Como pode ser observado, o debate sobre a habitação social percorre diversos "circuitos" ou "territórios" do campo profissional, e em cada um deles, é possível identificar uma particularidade ou identidade discursiva e prática expressa em conceitos, abordagens, escala de intervenção, instrumentos e formas de atuação. Quer estejam mais no campo da prática profissional ou da academia, é inútil tentar construir qualquer tipo de hierarquia entre estes circuitos, pois, na verdade, o que nos parece mais produtivo é refletir sobre como construir uma articulação que possa reunir estes diversos atores e como esta articulação pode fazer parte de um campo de formação permanente para as novas gerações de arquitetos.

Ao que nos parece, o campo da extensão universitária, articulado às associações de representação profissional, como o IAB e CAU, podem oferecer um território propício para este debate. Pela sua própria natureza, a extensão universitária é um campo multiprofissional que visa aproximar o ensino e a pesquisa da experimentação e imersão no tecido social, além de possuir a vantagem de articular, obrigatoriamente, ainda na graduação, as futuras gerações de arquitetos.

É um território já bastante explorado e consolidado no âmbito da UFPE, mas que tende a adquirir mais relevância a partir da recente determinação do Fórum de Pró-Reitores das Instituições de Ensino Superior públicas que determinou a consagração de, no mínimo, 10 % da carga horária obrigatória de todos os cursos de graduação às atividades extensionistas.

Esta "curricularização da extensão" está atualmente em debate no curso de arquitetura da UFPE e tem apontado no sentido de colocar o tema da habitação social e das práticas de assistência técnica, na política de formação permanente da instituição, visando um perfil profissional mais adequado a uma atuação em favelas e áreas informais da cidade.

As discussões apontam para a urgência de enfatizar, no que se tem falado de "nova" agenda para a arquitetura, o pensamento e as práticas dos arquitetos brasileiros em matéria de intervenção em favelas e áreas informais da cidade, incluindo o expressivo estoque edificado no centro da cidade que, abandonado há décadas e, na sua maioria devedor de tributos públicos, não cumpre sua função social.

Curiosamente, a nível dos estudos internacionais, importantes trabalhos produzidos nas décadas de 60 e 70 – Jacobs, Rossi, Cullen, Lynch, Noberg-Schultz, dentre outros - parecem já ter sido redescobertos e incorporados ao debate arquitetônico local, embora ainda não se possa dizer o mesmo com relação ao pensamento brasileiro dedicado a refletir e intervir nas áreas informais da cidade.

Ora, tanto a citada e importante literatura internacional, que hoje está presente na agenda dos estudantes de arquitetura, como a ainda pouco explorada literatura brasileira sobre favelas, tardaram a aparecer nas salas de aulas da Ufpe seja pela dificuldade da circulação das ideias impostas pelo regime militar, seja também, temos que admitir, pela força de sedução que o ideário modernista hegemônico - em especial, a construção de Brasília - causavam nos professores.

Assim, o que parece ainda necessário ou mesmo urgente é incluir, na agenda de formação dos estudantes de arquitetura, o pensamento arquitetônico brasileiro sobre intervenções em áreas informais que, por razões

análogas as que dificultaram a circulação dos textos internacionais anteriormente citados, aparecem de forma ainda discreta nos estudos de referência dos alunos das universidades locais.

É neste sentido, pois, e com o intuito de articular os diversos "circuitos" e atores que atuam no campo da habitação social, e a necessidade de se consolidar um território de formação permanente no âmbito da graduação (viabilizando debates, workshops e práticas de assistência técnica), que foi criado recentemente, numa parceria entre Departamento de Arquitetura, CAU-PE e IAB-PE, o Fórum da Arquitetura Social de Pernambuco.

Afinal, o desafio e compromisso com o tema da habitação social deve ser assumido por toda a categoria profissional. Se, até então, a atuação profissional em favelas e áreas informais era conceituada como a expressão da função social do arquiteto, hoje em dia, o fato de, em Recife, 90% dos 10% das construções que ainda são feitas por arquitetos estarem concentradas em apenas 10% dos arquitetos, parece indicar que a questão do projetar as áreas informais da cidade passou a ser, também, uma questão de sobrevivência da própria atividade profissional do arquiteto.

CONCLUSÃO:

A trajetória dos arquitetos de Recife na virada do século XXI mostra a passagem de um pensamento e forma de atuação centrada na encomenda privada do edifício vertical, para uma promessa de atuação com foco na cidade e, neste caminho, a (re)valorização de uma atuação voltada para os territórios informais da cidade.

O tradicional campo do projeto do edifício passou por uma inegável crise de legitimação e colocou em cheque importantes e históricas representações da profissão, como o papel do arquiteto como coordenador do canteiro de obras e, também, o de criador de novas formas de sociabilidade expressas na permanente renovação dos programas arquitetônicos.

Numa espécie de contramovimento a esta crise da profissão, o debate contemporâneo trouxe, logo no início deste século, a imagem de uma sociedade preocupada com a deterioração da qualidade de vida urbana e da paisagem da cidade, e por esse caminho, renovou a esperança do arquiteto se (re)posicionar na vanguarda dos debates e realizações da cidade. Por outro lado, questiona-se e chama-se a atenção para a importância de se perguntar até que ponto este "retorno à cidade" ainda está deixando de lado os territórios informais da cidade.

Por esta razão, e após caracterizar a "natureza" da trajetória do debate sobre a habitação social que historicamente se mostrou dispersa em vários circuitos de atuação profissional, elege-se o campo da extensão universitária – pela sua própria natureza de espaço de articulação multiprofissional – como o espaço que hoje pode, mais facilmente, consolidar este (re)encontro de atores, tendo ainda clara vantagem de se configurar como um território permanente de formação visando um perfil profissional mais próximo de uma atuação em áreas informais da cidade.

Diante dos números alarmantes que expressam o déficit habitacional e da baixa qualidade de vida urbana da população de Recife, e da pouca representatividade das edificações reformadas ou construídas por

arquitetos, a problemática atual parece articular os apelos de compromisso com o social, aos apelos de ampliação do campo profissional – ou mesmo, sobrevivência – dos arquitetos de Recife.

REFERÊNCIAS:

BARRÉ (1996), François – *L`indispensable dessin, c'est celui de l'architecture ordinaire* in *Journal Le Monde*, citado por RINCON (1997).

MESQUITA(1972), Liana de Barros. *Projeto Experimental São Bento, 1968 – 1972. Recife : mimeo* SUDENE/Prefeitura de São Bento-PB.

MOTTA (2009), Enio Laprovitera – *L'Architecte et le peuple à Recife (Brésil)*. 1959-2009. Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales – EHESS-PARIS. Tese de Doutorado.

MOULIN (1973), Raymonde – *Les architectes. Métamorphose d'une profession libérale*. Paris: Calmann-Lévy.

RINGON (1997), Gérard – *Histoire du Métier d'Architecte en France*. Paris: Presses Universitaires de France – PUF.

SUDENE/UFPE/CNPQ(1978). *Métodos construtivos tradicionais no Nordeste. Levantamento nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas.* Recife: mimeo.

VIOLEAU (2005), Jean-Louis – *Les Architectes et Mai 68*. Paris: Éditions Recherches.

V enanparq
Salvador - 2018

PEDAGOGIAS URBANAS COMO PRÁTICA DO DIREITO À CIDADE

URBAN PEDAGOGIES AS PRACTICE OF THE RIGHT TO THE CITY

PEDAGOGÍAS URBANAS COMO PRÁCTICA DEL DERECHO A LA CIUDAD

IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

BOMTEMPO, Mariana Roberti
Arquiteta e Urbanista; Mestre em *Design and Urban Ecologies* pela Parsons – The New School;
maribomtempo@gmail.com

PEDAGOGIAS URBANAS COMO PRÁTICA DO DIREITO À CIDADE

URBAN PEDAGOGIES AS PRACTICE OF THE RIGHT TO THE CITY

PEDAGOGÍAS URBANAS COMO PRÁCTICA DEL DERECHO A LA CIUDAD

IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Este artigo tem por objetivo questionar e propor formas de mudanças relacionadas ao status quo de segregação socioespacial na cidade de Brasília, consequência de políticas urbanas restritas e falta de participação dos seus cidadãos que resultaram em uma cidade cujo direito de viver nela pertence somente a determinadas comunidades. O projeto Nossa Casa Comum, proposto por este artigo, visa investigar como a escola, como ponto convergente em uma vizinhança, pode instigar e buscar por alternativas pelo bem estar mais inclusivo da sociedade urbana a partir da perspectiva do direito à cidade. Os estudantes foram encorajados a explorar, discutir e entender suas vizinhanças dentro da cidade e a desenvolver estratégias para comunicar suas descobertas e empoderar a comunidade local, por meio do uso da criatividade, arte e design.

PALAVRAS-CHAVE: pedagogia urbana; direito à cidade; participação; juventude.

ABSTRACT:
This project aims to challenge the status quo of social spatial segregation in Brasilia, a consequence of restricted urban policies and lack of citizenship participation that has resulted in a in city which the right of living in the city belongs only to certain communities. The program Nossa Casa Comum (Our Common Home), which is proposed in this article, aims to investigate how the school, as the converging center in the neighborhood, can instigate and search for alternatives for a more inclusive well being of urban society from the perspective of the right to the city. The students were encouraged to explore, discuss and understand their neighborhood inside the city, and to develop strategies to communicate their findings and to empower the local community, employing creativity, art and design.
KEYWORDS: *urban pedagogy; right to the city; participation; youth.*

RESUMEN:
Este artículo tiene por objetivo cuestionar y proponer formas de cambios relacionados con el status quo de segregación socioespacial en la ciudad de Brasilia, consecuencia de políticas urbanas restringidas y falta de participación de sus ciudadanos que resultaron en una ciudad cuyo derecho a vivir en ella pertenece solamente a determinadas comunidades . El proyecto Nuestra Casa Común, propuesto por este artículo, pretende investigar cómo la escuela, como punto convergente en una vecindad, puede instigar y buscar alternativas por el bienestar más inclusivo de la sociedad urbana desde la perspectiva del derecho a la ciudad. Los estudiantes fueron alentados a explorar, discutir y entender sus vecindarios dentro de la ciudad y desarrollar estrategias para comunicar sus descubrimientos y empoderar a la comunidad local, a través del uso de la creatividad, el arte y el diseño.
PALABRAS-CLAVE*: pedagogía urbana; derecho a la ciudad; participación; la juventud.*

INTRODUÇÃO

Como forma de sintetizar e organizar as informações de um tema tão complexo e abrangente, este artigo foi estruturado de maneira que, em um primeiro momento discorre sobre o contexto da organização urbana de Brasília que produziu um espaço fortemente segregada, levando em consideração a história da cidade, e como esta construção desigual do espaço urbano está afetando a vida dos moradores em diferentes escalas. Em seguida, desenvolve uma explanação teórica sobre como o direito à cidade pode ser praticado através de pedagogias urbanas tendo o design como estratégia de comunicação com as pessoas.

Num segundo momento, este artigo expõe as metodologias e a experiência de um projeto piloto para conscientizar e expor questões urbanas para jovens de ensino médio na região de Taguatinga em Brasília. Este projeto foi realizado em parceria com a escola privada Jesus Maria José (JMJ) e João Augusto, um arquiteto e urbanista mestrando cuja pesquisa é voltada para a educação urbana. O projeto tem como objetivo investigar como a escola, que é um centro convergente do bairro, pode incentivar a buscar por alternativas para o bem estar de sua comunidade. Os alunos serão encorajados a explorar, discutir e compreender o seu bairro dentro da cidade e a desenvolver estratégias para comunicar as suas descobertas e capacitar a comunidade local, empregando criatividade, arte e design.

Finalmente, a terceira parte deste artigo é a análise dos resultados da primeira fase do projeto com discussão aberta e questionários on-line. Eles avaliaram nosso desempenho como facilitadores e sua evolução e seus resultados durante a primeira fase do projeto. Essa avaliação é extremamente importante para ajudar a moldar o programa para melhorá-lo no futuro. Além disso, ao longo das descrições da metodologia alguns aspectos de autorreflexão e autocrítica às estratégias são colocados. O objetivo é apresentar a metodologia do projeto-piloto levantando quais foram os aspectos positivos e negativos para que essas estratégias sirvam de inspiração para projetos semelhantes a serem realizados em outras escolas pelo país.

CONTEXTO

Erguida do zero, Brasília foi construída para ser a capital do Brasil no final da década de 1950 por uma imensa força de trabalho que não conseguiria bancar os altos custos de vida na cidade e que também não era autorizada a habitar aquela nova forma urbana que estavam a produzir. Outras cidades no mundo foram e continuam a ser desenvolvidas sem admitir a participação social. Brasília não apenas seguiu o mesmo modelo, como também teve aspectos peculiares que agravaram a falta de democracia ao longo de sua história. Aos trabalhadores que se deslocaram para a construção de Brasília não era permitido viver no Eldorado que haviam construído. Segundo o antropólogo James Holston, Brasília foi definida para ser uma cidade cujo propósito essencial é administrativo, "com uma absoluta predominância dos interesses dos servidores públicos e suas famílias" (HOLSTON, 1989, p. 279, tradução nossa), não havendo a preocupação em se incluir outros tipos de cidadãos. Ignorando o fato de as cidades serem locais de construção coletiva, a legislação vigente à época, privava os habitantes de qualquer tipo de participação social. Destacava-se o fato de não haver eleições diretas para os representantes locais, sob o argumento de que “a participação direta dos habitantes do DF em campanhas políticas impediria que o governo federal se dedicasse inteiramente às soluções dos grandes problemas nacionais” (HOLSTON, 1989, p. 276, tradução nossa). Até os anos 1990, a figura do governador de Brasília era uma escolha direta do presidente.

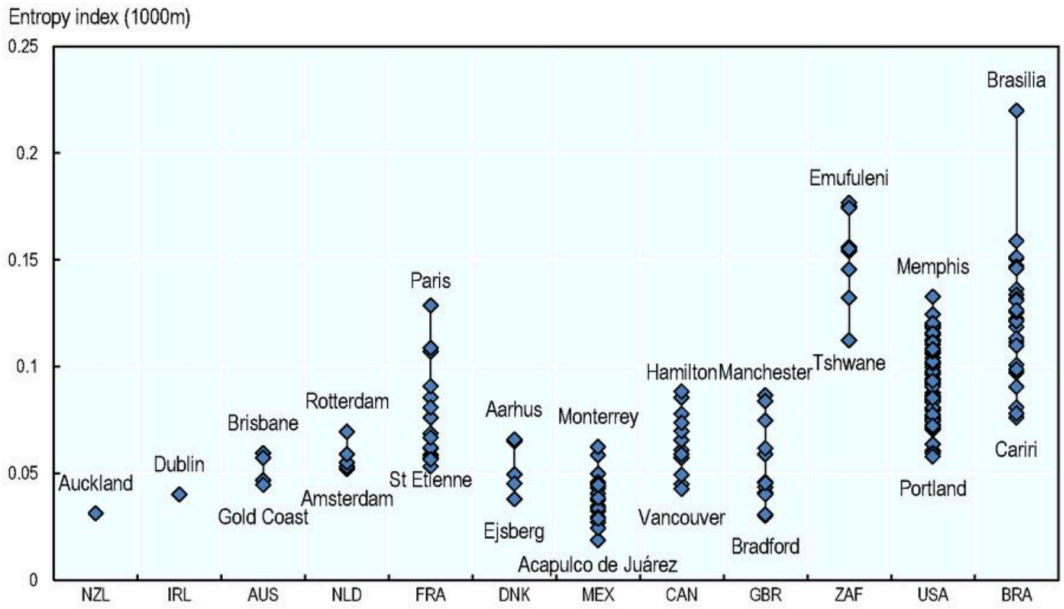
Figura 1: Início da construção de Sobradinho, Brasília , um dos assentamentos para os habitantes que não poderiam ficar na área do Plano Piloto. Fonte: Página do Facebook do Arquivo Público de Brasília, 1960.

Atualmente, como a terceira maior cidade brasileira em termos populacionais, Brasília enfrenta uma dramática segregação sócio espacial devido a políticas urbanas que foram aplicadas para mantê-la setorizada, localizando comunidades de baixa-renda longe daquelas mais abastadas e também das principais área onde estão as oportunidades de trabalho formal na cidade. Em um recente estudo publicado sobre segregação socioespacial, *Divided Cities - Understanding Intra-urban Inequalities*[1], a OECD (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) classificou Brasília como a cidade com a maior segregação socioespacial de toda a pesquisa feita que incluiu mais de 100 cidades de 12 países, e dentre eles a África do Sul onde houve a política de segregação do *Apartheid*.

[1] OECD (2018), *Divided Cities: Understanding Intra-urban Inequalities, OECD Publishing*, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/9789264300385-en, 14. Abaixo o gráfico elaborado pela publicação da OECD (página 28) em que é possível visualizar os resultados obtidos pelo estudo de segregação socioespacial. Foram estabelecidos parâmetros para comparar as cidades e os cálculos utilizaram dados georreferenciados quanto a renda da população destes locais. Os índices abaixam indicam que quanto maior a entropia (medida de variação do sistema) maior os níveis de segregação socioespacial.

Figure 2.2. Levels of income segregation in cities, by country (last year available)

Spatial entropy (1 000 m scale): higher levels indicate higher segregation



Source: Elaboration based on data detailed in Table 2.1.

Apesar de a maior parte da população viver nas regiões administrativas, antes chamadas de cidades satélites, a maioria dos empregos formais encontra-se na região do Plano Piloto. Isso gera um intenso fluxo pendular na cidade, que é agravado pelo fato de o transporte público de Brasília não ser confiável, e a cidade contar atualmente com a média de um carro para cada dois habitantes. No cenário de Brasília, com a divisão bem definida e a grande distância física entre as classes sociais, as classes mais altas trafegam em veículos particulares e nunca encontram ou reconhecem a realidade das classes mais baixas, que se deslocam utilizando um sistema público ineficiente. Pode-se dizer que "tal ambiente desumano promove exclusão social ao limitar a interação, prevenindo o 'inesperado' e controlando o acesso e o uso, resultando em uma urbanidade estéril" (ANGELIL; HEHL, 2014. p. 333, tradução nossa).

Figura 2: Imagem aérea da Estrutural, assentamento que se iniciou por parte dos catadores do lixão que deu nome à área.
Fonte: Joana França, 2011.

Figura 3: Imagem aérea do Sol Nascente, segundo maior assentamento informal do Brasil a 35Km do Plano Piloto de Brasília.
Fonte: Joana França, 2011.

Figura 4: Imagem aérea do Itapuã, um dos assentamentos informais com maiores índices de pobreza de Brasília.
Fonte: Joana França, 2011.

Como forma de contestar e transformar este recorrente cenário das cidades brasileiras, é necessário não somente desenvolver políticas públicas e aplicá-las, como também planejar processos e instrumentos públicos que fomentam a participação cívica e que considerem as prioridades definidas pelos cidadãos. Entretanto, a palavra participação tem sido utilizada indevidamente quando a população é chamada a dar sua opinião sobre tópicos que não são claramente explanados e os resultados tendem a não representar realmente as necessidades dessas comunidades. Isto cria um obstáculo: sem compreender os processos urbanos, instrumentos públicos e meios efetivos de alcançar suas perspectivas, cidadãos urbanos se sentem impotentes, oprimidos e incapazes de colocar em prática seu direito à cidade (HARVEY, 2012).

Recentemente, a urbanista Ermínia Maricato chamou este fenômeno de "analfabetismo urbano" (MARICATO, 2016) que deve ser objeto para o desenvolvimento de meios para sua contraposição e assim promover cidades mais democráticas. Neste projeto, o "analfabetismo urbano" foi contextualizado no cenário de Brasília, onde pela primeira vez na história de uma cidade tão jovem, a percentagem de residentes nascidos ultrapassou a de imigrantes (Censo IBGE 2010), e o sentimento de pertencimento está emergindo neste geração que está tentando encontrar um espaço para criar sua identidade urbana. Este é um excelente momento para inspirar a juventude a assumir Brasília, auxiliá-los a descobrir seu papel como cidadão deste local e criar as ferramentas que podem dar suporte a eles para imaginar futuros para a cidade. Como forma de alcançar este objetivo, foi proposto e prototipado um projeto piloto no contraturno escolar para estudantes de ensino médio em Taguatinga, primeira “cidade-satélite” de Brasília que foi inaugurada antes mesmo do projeto do Plano Piloto em 1958. Por meio deste programa, estes estudantes foram encorajados a investigar, explorar, entender e discutir sua vizinhança no contexto da cidade, e usar criatividade com forma de expressar as conclusões de suas descobertas.

PEDAGOGIAS URBANAS COMO PRÁTICA DO DIREITO À CIDADE

A concepção e a prática do direito à cidade tem origem no espaço urbano, das ruas e das pessoas oprimidas que estão lutando por justiça social (HARVEY, 2012). Entretanto, essa conscientização que move essas pessoas alcança uma pequena parte da massa oprimida, e a grande maioria não tem a percepção do quão anormal são as condições em que vivem e como esta realidade poderia ser diferente. Como forma de manter o status quo vigente, os opressores tendem a censurar e negligenciar as visões de futuros alternativos, assim os oprimidos permanecem alheios às causas de sua realidade e fatalisticamente "aceitam" sua condição (FREIRE, 2000, p. 64).

O maior envolvimento da comunidade pode ser alcançado por meio dos processos de troca que envolvem o ensino-aprendizagem, uma vez que ao entender como nosso mundo funciona, podemos ser livres para tomar decisões conscientes, além de sermos capazes de refletir em nossas próprias ações. Freire argumenta que educação é capaz de proporcionar a liberdade, mas para alcançar essa liberdade nós devemos sempre refletir sobre nós mesmos e em como elucidar nossa relação como o mundo (COHN, 2012, p. 17).

As pessoas vivem a cidade diariamente, mas o conhecimento sobre como os sistemas urbanos operam não são facilmente compreendidos pelos seus residentes. Como forma de problematizar o "analfabetismo urbano" é importante desenvolver, reunir e compartilhar o conhecimento sobre a cidade, de forma que as pessoas passem a tomar decisões conscientes sobre as formas em que elas desejam participar do processo

de construção coletiva do espaço e das relações urbanas. Como forma de alcançar este entendimento sobre a cidade, foi desenvolvido um programa no contraturno escolar chamado Nossa Casa Comum. Neste projeto-piloto, o analfabetismo urbano foi contextualizado e abordado na região de Taguatinga em Brasília.

Dois fatores foram inspiradores para este projeto-piloto: (1) a prática consistente do Center for Urban Pedagogies em Nova Iorque, que é uma organização sem fins lucrativos que se utiliza do design e da arte como forma de promover engajamento cívico de jovens estudantes; e (2) o momentum provocado pela energia de práticas urbanas alternativas que tem buscado nos últimos anos mover os jovens a ocupar espaços públicos, estabelecer ralações com a cidade e discutir como podem crias vínculos mais profundos. Este é um excelente momento para abordar os mais jovens como atores-chave nos processos de transformação da cidade, construindo sua identidade e sentimento de pertencimento com esse novo espaço urbano, já que se trata de uma cidade tão nova. Acredita-se que ao compartilhar o conhecimento sobre as forças que moldam nossas cidades mais pessoas podem se interessar e ter um papel mais ativo na composição dessas forças, ou infiltrando-se nos sistemas predominantes para alterar os modos como a cidade é moldada.

A escola é um espaço com o potencial de prover os recursos para engajar investigações, discussões e compartilhamento de conhecimento. Freire é crítico sobre como as escolas ao invés de prover este espaço para construção coletiva do conhecimento, na maior parte do tempo, são locais de uma postura passiva dos estudantes (COHN, 2012, p. 24). No ensino médio esta situação encontra-se cada vez mais agravada por meio de instituições de ensino que estão mais preocupadas com números de alunos que ingressam nas universidades de maior concorrência do que com a formação cidadã de seus estudantes. Freire argumenta a favor da dialética entre ensinar e aprender (COHN, 2012, p. 195), convidando os estudantes a assumirem uma postura mais ativa e a criar novos conhecimentos (COHN, 2012, p. 24). É este tipo de posicionamento que o Projeto Nossa Casa Comum pretende alcança com os estudantes.

PROJETO NOSSA CASA COMUM

A concepção e O projeto Nossa Casa Comum aconteceu durante todo o ano escolar de 2016. O projeto objetiva servir-se do cinismo recorrente dos jovens para construir o pensamento crítico e do envolvimento na mudança de seu ambiente daquilo que o incomoda para um desejável. O grupo de estudantes era composto por 20 jovens alunos entre 15 e 17 anos dos últimos dois anos do Ensino Médio do colégio Jesus Maria José em Taguatinga Norte, Brasília.

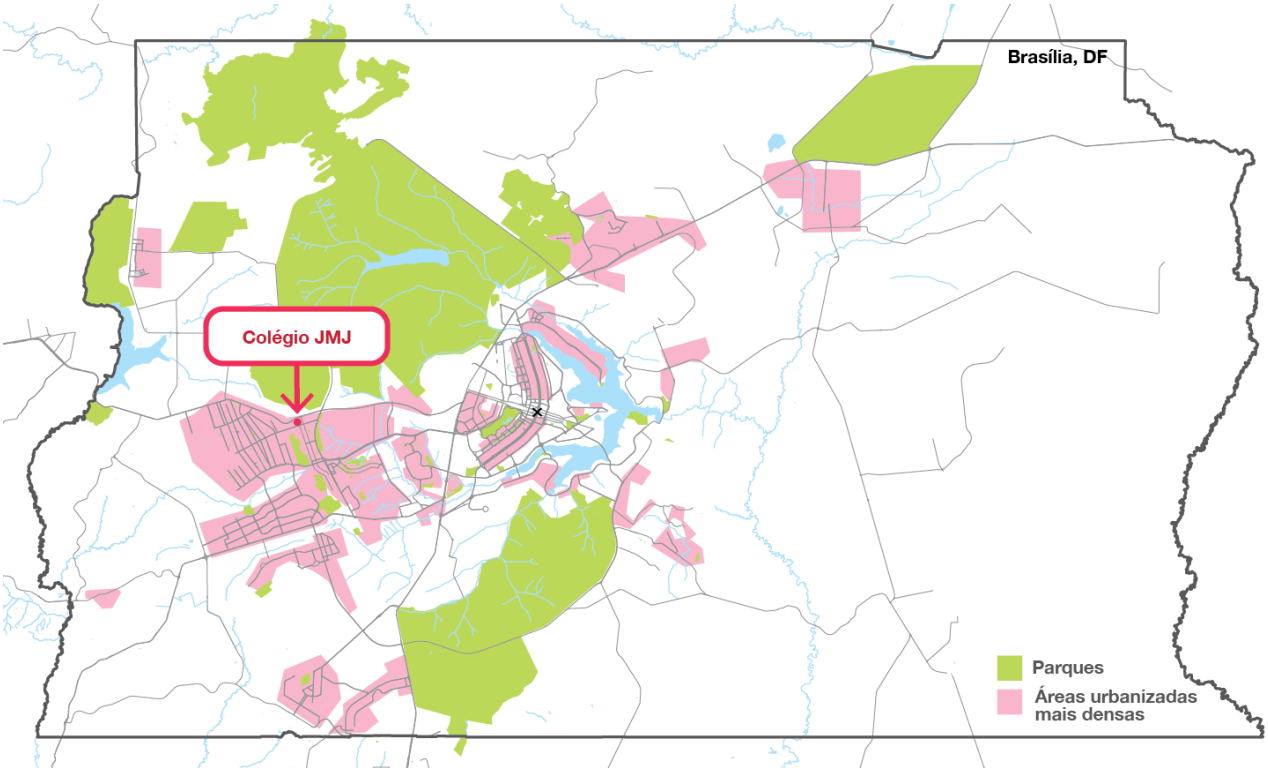


Figura 5: Localização do Colégio JMJ na malha urbana de Brasília.
Fonte: Dados: IBGE 2010 e Open Street Map.; Mapa: Autoria própria, 2016.

Este projeto foi desenvolvido e posto em prática em parceria com o arquiteto e urbanista João Augusto Pereira, cujo projeto de mestrado pela Politécnico de Turim é focado no potencial da educação como ferramenta para criar concretização entre os cidadãos de maneira que eles possam participar mais do processo de construção do urbano. Foi uma oportunidade afortunada de construir coletivamente este projeto, porque ambos estávamos alinhados na busca por métodos que pudessem materializar a teoria de Freire de "autoconscientização através da auto-investigação e reflexão coletiva" (FALS-BORDA, 1991, p. 17, tradução nossa) em tópicos urbanos. A grande maioria da população brasileira mora nas cidades, mas não entende como funciona o local em que vive. Neste caso, nós (arquitetos) estamos praticando outro papel de nossa profissão: o de "explicador" (RICH, 2006, tradução nossa).

O projeto possuía uma sala/atelier próprio equipado com projetor, armários, grandes mesas e cadeiras. O colégio JMJ é uma escola católica privada composta por discentes predominantemente de classe média. O setor censitário onde a escola se localiza segundo o Censo de 2010 possui uma renda média mensal por

pessoa de R$1.321,84; racialmente os residentes das áreas se consideram 13% como pretos, 46% como pardos e 40% como brancos, segundo as classificações do IBGE. Ao comparar com os dados raciais e de renda da cidade de Brasília, esta localidade se aproxima bastante com os números médios do total do município.

Durante todo o ano de 2016, os estudantes tiveram uma série de atividades que os estimularam a pensar sobra a cidade onde moram. Basicamente, o projeto foi dividido em três fases. O núcleo da primeira fase é o entendimento da cidade como um espaço onde sistemas complexos operam e as pessoas se misturam, e os estudantes também são participantes ativos deste ambiente. Eles investigaram como a cidade deles funciona e comunicaram seu conhecimento adquirido por meio de vídeos que foram disponibilizados online. Na segunda fase, os estudantes e facilitadores mapearam coletivamente a economia local, reconhecendo oportunidades em potencial para produzir localmente e relacionar a narrativa desses negócios com a comunidade. Finalmente, os estudantes utilizaram o conhecimento adquirido sobre os processos e produção na vizinhança para propor e prototipar ideias que podem provocar mudanças que visem futuros desejáveis para a sua comunidade.

Figura 6: Debate em sala de aula entre alunos e facilitadores (Imagem desfocada propositalmente para não identificar os facilitadores). Fonte: Jornal Metrópoles, 2016. Disponível em: http://www.metropoles.com/distrito-federal/educacao-df/projeto-de-escola-em-taguatinga-oferece-aula-de-urbanismo-aos-alunos

Primeira fase: O que é a cidade?

A primeira fase é chamada "O que é a cidade?" e nesta fase os estudantes desenvolveram consciência sobre a realidade urbana em que vivem para compartilhar as informações descobertas com a sua comunidade. Os alunos iniciarem o processo simulando serem prefeitos de cidades virtuais e a partir de uma perspectiva lúdica, foi possível introduzir as complexas dinâmicas que se relacionam para compor a ecologia da cidade. No jogo, é possível operar uma grande quantidade de dados relacionados aos sistemas urbanos de maneira divertida que é mais acessível a jovens entre 14 e 18 anos. Depois de construir suas próprias cidades virtuais, houve um debate que os alunos chamaram de "convenção de prefeitos de cidades virtuais" onde os alunos puderam trocar informações sobre os desafios que enfrentaram durante o processo de serem prefeitos.

Figura 7: Captura de tela de um dos vídeos de apresentação sobre a cidade virtual produzida pelos alunos. Na imagem o aluno Luiz Eduardo se apresenta como prefeito da cidade que criou e administrou.
Fonte: Canal no YouTube Nossa Casa Comum, 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=V2Kju5gX-fI&t=

A seguir, os estudantes desdobraram os desafios que encontraram durante a simulação e aplicaram os conceitos adquiridos para entender como a cidade onde eles moram funciona. Eles puderam relacionar como essas questões (mobilidade, moradia, socioeconômicas, ambientais, entre outras) que nós confrontamos diariamente nas cidades são conectadas e explicar como a história do lugar refletem nas realidades atuais. Os estudantes também debateram e compararam as relações entre a cidade real e a cidade virtual focando principalmente no conceito de direito à cidade e a importância das relações humanas com o espaço urbano na busca por este direito.

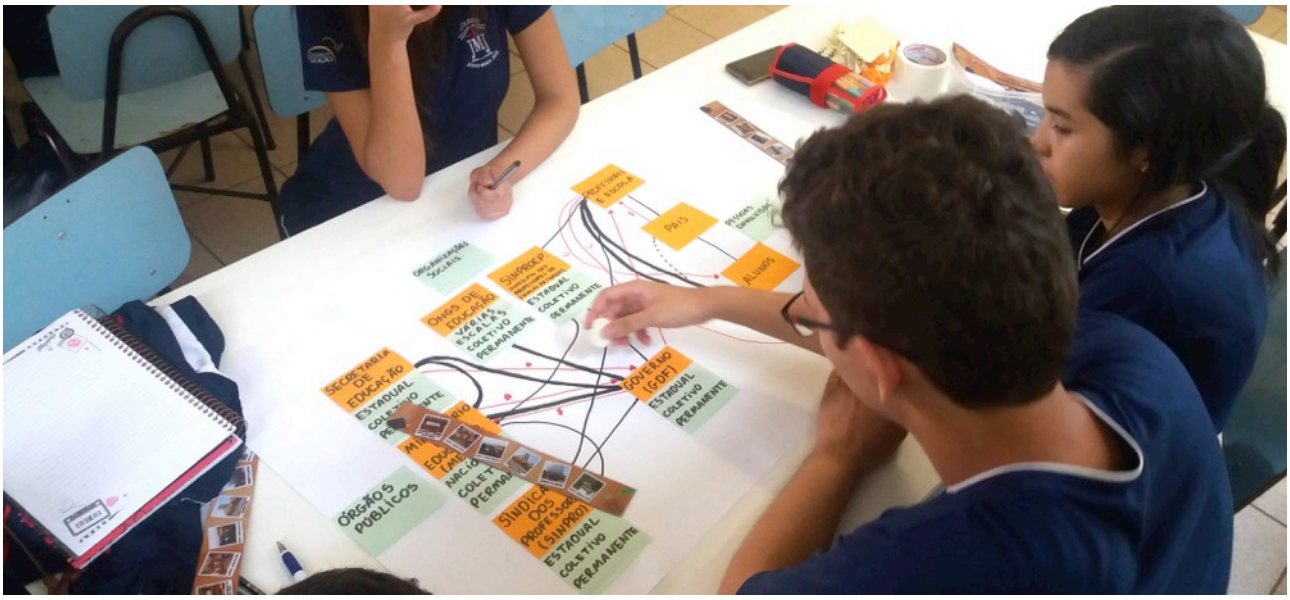


Figura 8: Alunos fazendo a análise dos sistemas que compõem a cidade real a partir da construção da cidade virtual.
Fonte: João Augusto, 2016.

Finalmente os estudantes escolheram tópicos que acharam interessantes dos debates para investigar como eles operam em um ambiente próximo, e aplicaram criatividade, arte e design para transmitir suas descobertas, empoderando a comunidade local por meio da conscientização. Os vídeos foram utilizados em algumas salas de aula e foram expostos em televisões nos ambientes comuns da escola.

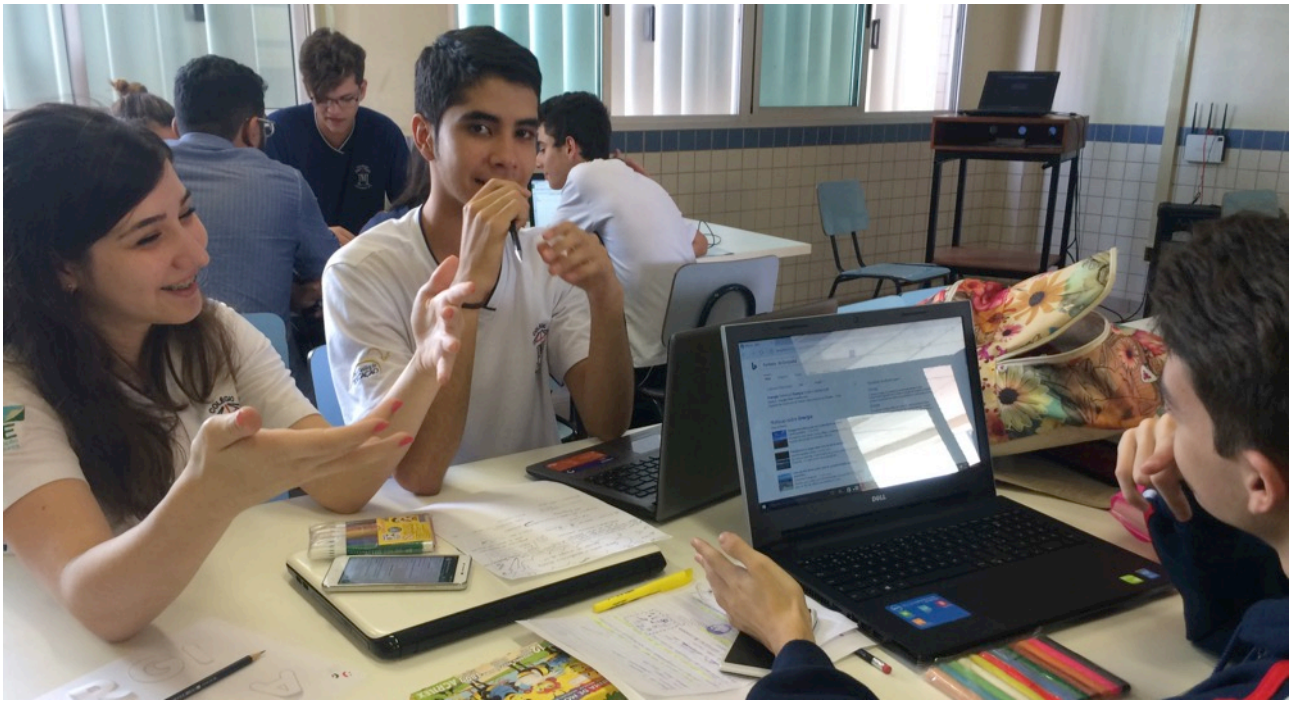


Figura 9: Alunos produzindo o vídeo com as informações recolhidas a respeito da cidade real sobre seu tema de pesquisa.
Fonte: João Augusto, 2016.

Por meio desse processo de ensino-aprendizagem e investigações em campo, os estudantes puderam se enxergar como partes ativas do espaço urbano, aprendendo e compartilhando a informação sobre o direito à cidade. Nesta fase, utilizamos a história local, linguagem e produção de mídia e design, e envolvimento cívico como metodologias para engajamento (RICH, 2008, p. 2), o que é chamado por Damon Rich como "New Civics".

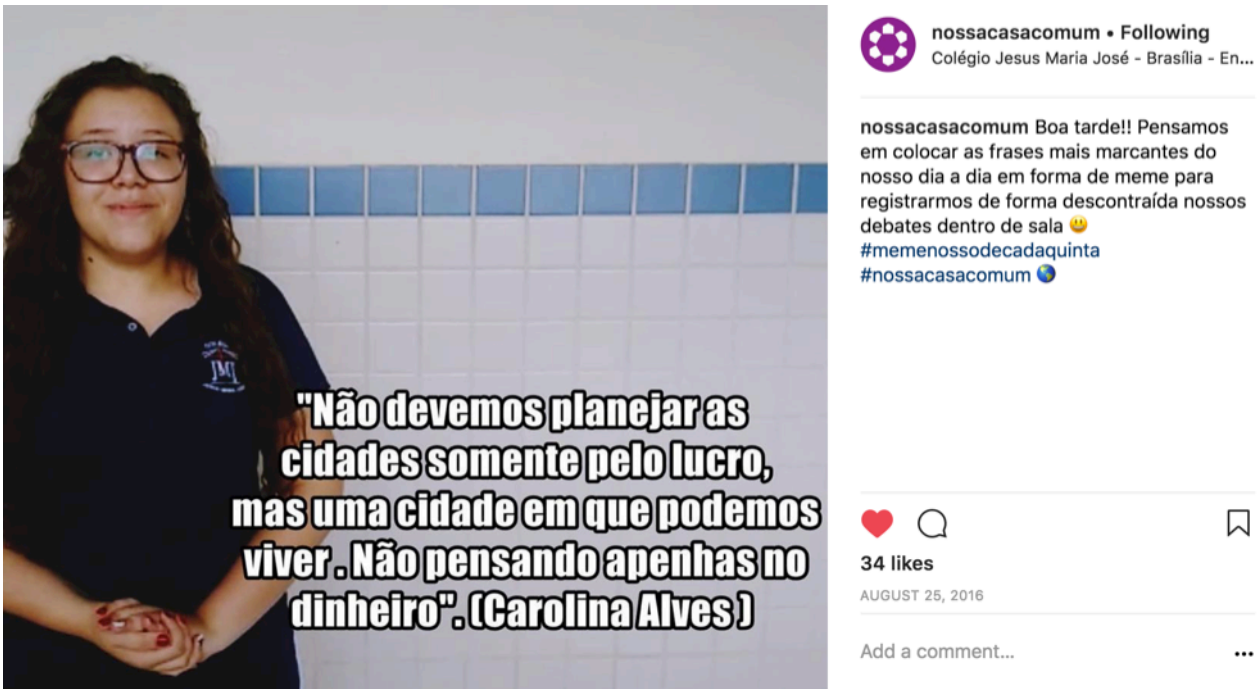


Figura 10: A partir dos primeiros insights dos alunos foram criados "memes" para que os alunos compartilhassem suas descobertas também em redes como Facebook e Instagram.
Fonte: Instagram Nossa Casa Comum, 2018.

Segunda fase: O que é feito aqui?

A segunda fase do projeto é chamada de "O que é feito aqui?", neste momento os estudantes fizeram pesquisas de campo para entender como a economia local funciona e simularam produzir um plano de negócio local. Depois de um entendimento mais amplo do cotidiano urbano, os estudantes deveriam compreender a importância da produção e da economia local para desenvolver e manter a energia de uma vizinhança vibrante.

Figura 11: Alunos desenvolver pesquisa sobre o comércio próximo a escola.
Fonte: Taylor Drummond, 2016.

Os estudantes foram instigados a pesquisar sobre como a produção de bens, conhecimento, cultura, dentre outras coisas, acontecem no cotidiano e como empedrar a comunidade local por meio dessa produção. Os alunos mapearam a produção local de bens em volta da escola, o objetivo inicial dessa fase do projeto era fazer um website onde a comunidade pudesse encontrar prestadores de serviço e produções próximas para incentivar e criar redes de produção local. Entretanto a dificuldade dos facilitadores em conseguir produzir um site com todas as informações adquiridas inviabilizou a concretização desta ideia. Como houve bastante material de pesquisa adquirido pelos alunos, a turma foi novamente dividida em grupos para elaborar vídeos explicativos sobre a importância de se valorizar o produto local e as relações de produção não só da cidade, mas dos fluxos comerciais mundiais e como as decisões dos consumidores influi nessa dinâmica.

Figura 12: Captura de tela do vídeo explicativo sobre Consumo responsável, um dos vídeos sobre comércio e produção local desenvolvido pelos alunos.
Fonte: Canal no YouTube Nossa Casa Comum, 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TpXlTRdxQYI&t=

Terceira fase: Faça a cidade.

Na parte final, o programa tinha como objetivo que os alunos propusessem estratégias, plataformas ou qualquer tipo de projeto em que seja capaz de contestar, mudar ou melhorar o cenário existente na sua comunidade em direção a uma nova visão que pudesse beneficiar a mais pessoas. A ideia inicial era que os estudantes pudessem prototipar e testar suas próprias ideias na vida real. Entretanto, com o final do ano, os estudantes ficaram cansados com tantas atividades, e estressados com a conclusão do Ensino Médio e a pressão de entrar em uma universidade, além das provas como Vestibular e ENEM. Portanto, como forma de viabilizar esta fase, os facilitadores do projeto fizeram uma parceria com uma empresa do governo de Brasília (CODHAB - Companhia de Desenvolvimento Habitacional) em uma Ação Urbana Comunitária, que é uma atividade participativa em que membros da comunidade e técnicos do governo se unem para transformar e reativar um espaço público em uma localidade periférica de predominância de população de baixa renda. Desta forma, por dois sábados os alunos, junto com moradores da região da QNR na Ceilândia, renovaram a quadra de esportes com pintura. Do aprendizado das primeiras fases do projeto, nosso objetivo com esta atividade foi de desenvolver nos alunos a confiança em sua "habilidade coletiva de promover mudanças positivas em suas vidas" de forma que eles possam "se organizar para este propósito" (FALS-BORDA, 1991, p. 36, tradução nossa).

Depois de trabalhar transformando algo na cidade, voltamos à sala de aula para refletir neste tipo de processo com os alunos e construir mais sobre aquilo que foi experienciado. Acreditamos que "reação à ação permite acumular conhecimentos sobre os processos cotidianos, problemas, medos e limitações envolvidos na tomada de ação coletiva" (FALS-BORDA, 1991, p. 49, tradução nossa). Esta forma contínua de construção do conhecimento baseado na teoria e na prática, na ação e reflexão foi a forma encontrada pelos facilitadores de trazer à realidade a práxis de Freire para o programa e acrescentar mais no processo da fase final do projeto. Foi também por meio desse processo em que pudemos, como facilitadores, refletir melhor que para construir o engajamento comunitário que almejávamos, seria necessário mais tempo e uma relação mais profunda com a comunidade durante o ano.

Figura 13: Foto dos alunos trabalhando para requalificar a quadra de esportes da na Ceilândia em parceria com as crianças da comunidade. Fonte: Daniel Melo, CODHAB, 2016.

Figura 14: Foto dos alunos trabalhando para requalificar a quadra de esportes da na Ceilândia em parceria com as crianças da comunidade. Fonte: Daniel Melo, CODHAB, 2016.

Figura 15: Alunos, membros de comunidade, facilitadores, voluntário, técnicos da CODHAB e professores depois do primeiro dia de trabalho. Fonte: Daniel Melo, CODHAB, 2016.

Avaliações dos alunos quanto ao Projeto Nossa Casa Comum

Ao final da primeira fase do programa foi feito um formulário de avaliação sobre o programa do Nossa Casa Comum e um debate sobre o que foi compartilhado de conhecimento em sala. Em geral este primeiro feedback foi bastante positivo. Os alunos realmente gostam do que estavam fazendo, aprendendo e compartilhando em sala de aula. As principais queixas são ter mais lição de casa e lidar com a pressão de entrar em uma universidade ao mesmo tempo em que participam do projeto. Quando eles têm uma tarefa importante para o programa, eles não conseguem gerenciar o tempo de tudo na aula e ficam sobrecarregados. Os alunos do último ano do ensino médio sentem mais pressão, pois neste momento escolar qualquer tempo em que não se está estudando para o ENEM é considerado "tempo perdido".

Durante a conversa, os estudantes levantaram pontos que aprenderam por meio do programa como:

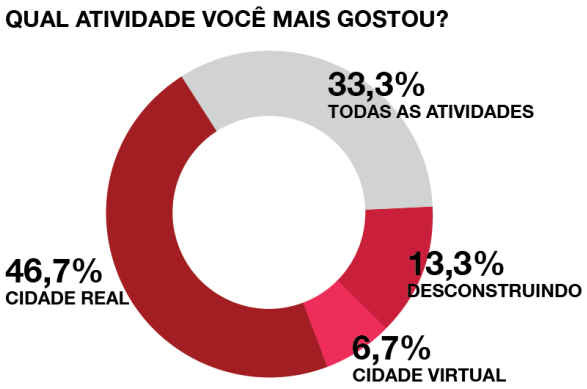
- Eles estão tendo abordagens mais críticas e questionando as informações, ao invés de tomá-las como certas de imediato.
- Eles estão se importando com as cidades como espaços coletivos, que o que é público é responsabilidade de todos, não apenas do governo.
- Alguns assuntos sobre os quais discutimos durante o projeto fizeram parte de provas na escola, mas a maior parte do conhecimento compartilhado, segundo informado pelos alunos, é importante para sua futura vida profissional e, principalmente, para sermos cidadãos mais ativos.
- Para alguns deles, o programa ajudou a empurrá-los para fora da zona de conforto, fazendo-os trabalhar em coisas que eles não haviam trabalhado antes e pesquisando coisas que eles não sabiam antes.
- Trabalhar juntos é melhor do que trabalhar sozinho, eles podem compartilhar pensamentos, ideias e opiniões.
- Eles estão participando do projeto porque realmente gostam dele, e alguns deles descobriram recentemente que receberão alguns pontos extras na aula por participarem do programa. Enquanto na classe nem sempre é algo que eles estão interessados.

Um dos alunos chegou a dizer que, geralmente, se ele não tivesse o projeto para participar, ele estaria em casa sem fazer nada ou dormindo e agora ele está tendo essas atividades para fazer algo de mais produtivo e interessante com seu tempo. Outra aluna disse que está aprendendo mais com o projeto do que com o currículo regular da aula.

Quanto aos formulários, foi necessária muita insistência para que eles escrevessem de maneira anônima suas opiniões sobre o programa. Dos 20 alunos participantes, 15 responderam.

Inicialmente eles tinham parâmetros para avaliar como se sentiam sobre o programa em geral. Em uma escala de 1 a 5, eles tinham que dizer se o programa era interessante, desafiador, diferente, entendiante, difícil, chato e importante. Em geral, eles acham que o programa é muito interessante, bastante desafiador, muito diferente, pouco entediante, bastante difícil, pouco chato e muito importante. Nesta seção da pesquisa o objetivo principal era tentar captar a percepção no âmbito do sentimento dos alunos, por meio dessa medição foi possível avaliar que para manter o interesse de jovens é necessária bastante energia e dinâmica das atividades.

Quando os estudantes foram perguntados sobre qual parte do projeto eles gostaram mais e menos obtivemos os seguintes resultados:



Para mim este resultado foi bem sucedido e representa que os estudantes foram honestos em nossas conversas em sala de aula: eles estavam animados com o projeto e compreendendo mais a sua cidade. Além disso, demonstrou algo que normalmente generalizamos sobre adolescente que é que todos iriam ficar felizes jogando vídeo game, entretanto alguns tiveram alguns problemas e não gostaram da atividade.

Ao final do questionário, os alunos tiveram 3 perguntas qualitativas.

1. Como o projeto mudou sua perspectiva em relação à cidade?
2. Dentre as coisas aprendidas, quais você achou mais relevante?
3. Deixe aqui algum comentário caso você queira.

As respostas foram realmente inspiradoras e mostraram que o programa é capaz de alcançar o objetivo de fazer com que os alunos olhem a sua volta com outros olhos. Várias respostas disseram que o programa os ajudou a serem mais críticos e questionarem mais as informações que recebem. Os alunos começam a observar mais em sua cidade, como ela funciona e como as pessoas que moram nelas são atores desse ambiente. Abaixo são citadas algumas das respostas recebidas:

- "A minha visão crítica tornou-se criteriosa em relação a tudo. Pude analisar que por trás de uma cidade há todo um procedimento para que as coisas possam fluir e quem a modica é a população, a qual deve ter cuidados não apenas com a própria casa, e sim, tratar a Casa Comum como a particular, pois o progresso de um mundo melhor depende de uma total diplomacia de todos os cidadãos."
- "Mudou o jeito que eu vejo tudo ao meu redor. Nunca me senti pertencendo a Taguatinga, ou algo assim; hoje vejo que a cidade ME pertence, e que eu tenho que aproveitar isso"
- "Mudou minha visão de mundo mostrando que a cidade é muito mais complexa do que apenas construções e aglomerados de pessoas."

Para a segunda pergunta: Dentre as coisas aprendidas, quais você achou mais relevante? Era esperado que os estudantes falassem mais sobre as habilidades técnicas que foram desenvolvidas junto com o

conhecimento compartilhado. Entretanto, a maioria das respostas tratam a respeito do conhecimento adquirido sobre: o lugar onde vivem, como funcionam as camadas complexas de coisas e pessoas que compõem as cidades, sua história, seu sentimento de pertencimento, seu papel como cidadãos e também como também são responsáveis pelo lugar onde eles moram. Estas respostas também foram muito inspiradoras. Segue abaixo algumas citações:

- "Como fazer um mapa, um vídeo, questões do áudio, conhecimento que os debates trazem, mexer com tabela, aquele trabalho da cartolina (esqueci o nome) pois foi um novo modo de organização quanto a tudo"
- "O contexto histórico, as experiências e opiniões da população, uma visão diferente a qual nunca tinha parado pra pensar"
- "Aprofundar os conhecimentos sobre coisas do dia a dia, a respeito da cidade em que habitamos, que possuem total importância para o progresso, pois quando paramos para analisar os problemas existentes, percebemos que o conhecimento é uma base para a mudança e para que haja transformação, todos devem colaborar em conjunto. E as pesquisas para saber a opinião da população foram importantíssimas para termos conhecimento do que todos passam ou conhecem sobre a cidade em que vivem."

E finalmente, quando pedimos aos alunos que deixassem uma mensagem, se quisessem, a maioria dos comentários estava realmente animada com o projeto. As mensagens foram realmente gratas por poder participar do programa e ter essa oportunidade. Abaixo algumas das mensagens deixadas:

- "O projeto é foda, vocês são fodas, nos somos fodas (sic)."
- "Gostaria de agradecer o desempenho de vocês conosco. O projeto é uma grande porta para o conhecimento e construção de uma visão crítica e correta em relação a cidade e ao mundo. O que adquirimos, durante os encontros e práticas, nos ajudam tanto em nossas vidas pessoais, quanto acadêmicas. É gratificante participar do projeto, é satisfatório ir aos encontros."
- "Esse Projeto é uma oportunidade ímpar na minha vida. Independente do processo, sei que vou sair uma cidadã melhor, mais atuante. Sou muito grata por participar disso, junto aos outros alunos. Acho que esse é o futuro da sala de aula: você aprende junto ao professor, cada um transmitindo conhecimento e chegando a um produto final. Acho que esse Projeto é o primeiro passo de uma Revolução, kkk. (sic)"

Mesmo levando-se em consideração que as emoções na adolescência costumam estar mais afloradas e pode haver um exagero por parte dos alunos, ainda sim o feedback pode ser considerado bastante positivo, afinal são emoções intensas e sinceras sobre percepções importantes de formação crítica e posicionamento como cidadão dentro do espaço urbano. É uma fase muito importante para se estimular essa visão, pois é exatamente com a idade que as pessoas se tornam mais acomodadas e acreditam menos que a vida pode ser diferente. Por isso a importância desse tipo de abordagem na juventude.

Ao final do projeto, os alunos também produziram um vídeo explicando o que foi feito ao longo do ano e o que foi agregado a eles. A construção de atividades envolvendo teoria e prática é muito interessante quando é esclarecido aos participantes o que se espera de determinada atividade, eles também são atores e avaliação se o que foi proposto é efetivo para se alcançar determinado objetivo. Estando cientes dos passos e da construção que era esperada, os alunos estiveram cientes do que poderiam alcançar e um sentimento de "tempo perdido" é mitigado. O vídeo contendo como o projeto se desenrolou e qual a

perspectiva dos estudantes no processo está disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=uzMtOw-Efj8. Além disso, todos os demais vídeos produzidos também pelos alunos com o conhecimento construído ao longo do ano também está disponível no canal do YouTube acessível pelo link: https://www.youtube.com/channel/UCR9dF6tv9F9hOO4RQ0bdtnA.

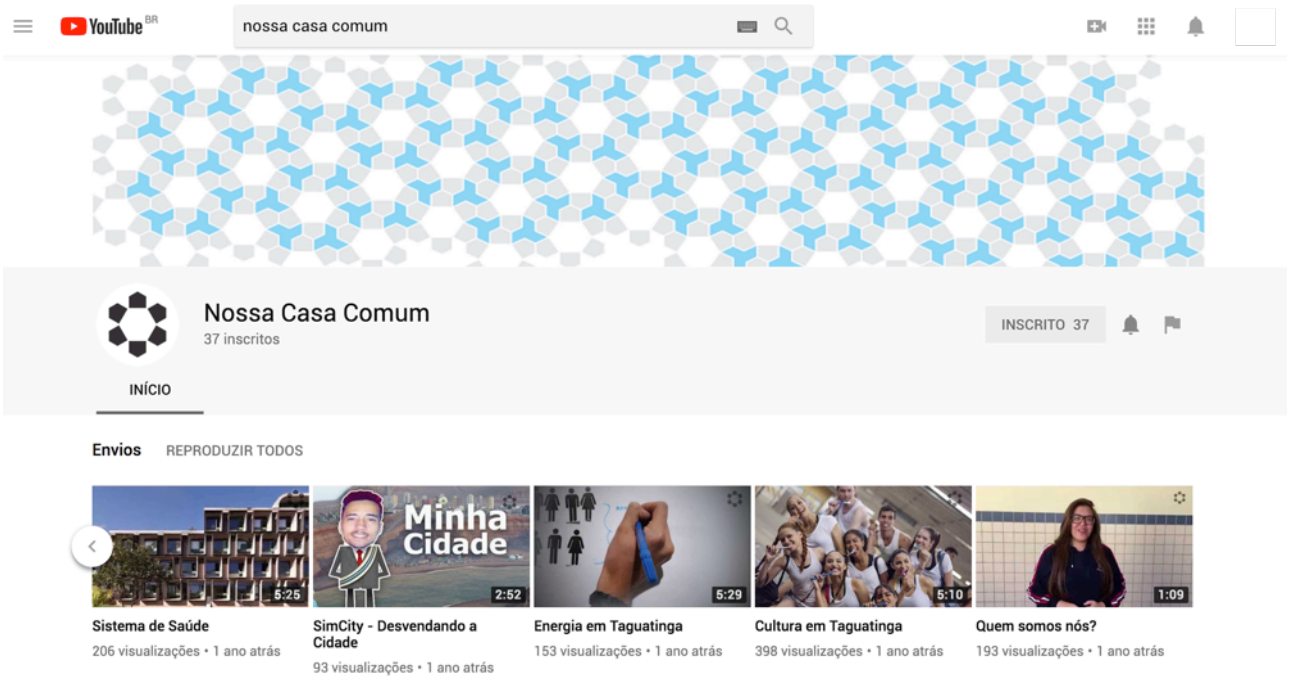


Figura 16: Captura de tela do Canal no YouTube que contém todos os vídeos produzidos pelos alunos.
Fonte: Canal no YouTube Nossa Casa Comum, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCR9dF6tv9F9hOO4RQ0bdtnA

Outras reflexões

O novo conhecimento produzido por meio da Pesquisa-Ação Participativa pode incorporar metodologias de acordo com as habilidades e capacidades dos participantes (FALS-BORDA, 1991, p. 9). Como este projeto-piloto é composto por estudantes do ensino médio de uma escola particular, que são basicamente estudantes de classe média, a maioria das decisões sobre ferramentas, metodologias e abordagens foram feitas com foco em seus interesses e habilidades. No caso da aplicação do programa com jovens de famílias de baixa renda, acredita-se que a maioria de nossas metodologias não deva ser alterada. O mais importante seria ter meios de financiamento para adquirir as ferramentas que poderiam não ser tão acessíveis a todos os alunos, como gravadores de áudio, câmeras, laptops, entre outros, e esse recurso seria fundamental para manter o projeto mais independente e crescer para outras partes da cidade. No entanto, para abordar outras idades de estudantes ou adultos em centros comunitários, é necessário reformular essas ferramentas.

Acredita-se que o maior desafio do programa é de ser economicamente sustentável como uma prática por um longo período de tempo. Alunos e facilitadores são de classe média e as pressões da realidade capitalista são difíceis de serem contrapostas quando se trata de manter o padrão de vida: devido ao processo formação educacional e às aspirações de classe média, como por exemplo, comparações com

grupos de colegas, estilos de vida, demandas da família e tendências carreiristas. Esses fatores dificultam a manutenção de colaboradores do projeto por muito tempo, resultando em uma alta rotatividade (FALS-BORDA, 1991, p. 139). Esta realidade é exatamente o motivo pela qual os facilitadores decidiram colocar o projeto em *stand-by* no momento enquanto refletem em formas de trazê-lo a tona novamente.

Por outro lado, esta é uma boa oportunidade para os estudantes pensarem em seu poder de mudar de cidade, criando um momento diferente da narrativa da cidade que tem negligenciado a existência da maioria da população. Há um enorme poder na consciência de que todos têm o direito à cidade. A combinação de conhecimento científico e popular fornecida por este projeto piloto é capaz de propor estratégias viáveis para abordar problemas locais sem uma hierarquia definida (RENDON in MITRASINOVIC, 2016, p. 101). Essa fusão pode trazer projetos inovadores e transformadores para as cidades e usar a reflexão e a ação com diversidade colaborativa de conhecimento (RENDON in MITRASINOVIC, 2016, p. 112). O poder e os resultados desses novos insights são atemporais e podem ser distribuídos entre vários grupos de pessoas para manter a energia rolando no sentido de transformar as lutas prevalecentes (FALS-BORDA, 1991, p. 38) e produzir cidades menos injustas. “Este é um esforço na contra-alienação e na construção da 'democracia do conhecimento', necessária para a sobrevivência nos atuais contextos ambíguos e violentos de muitas nações” (FALS-BORDA, 1991, p. 153, tradução nossa).

CONCLUSÃO

É através do encorajamento e incentivo às pessoas em questionar sua rotina e o ambiente em que se encontram, que é possível ajudá-las a conectar fatos e tirar conclusões a fim de tenham base intelectual para buscar a mudança (FALS-BORDA, 1991, p. 136). Esse conhecimento pode ser mais poderoso do que uma interferência externa intelectual em uma comunidade. Além disso, é uma boa oportunidade para que os estudantes pensem sobre seu poder em mudar a cidade, criando um momentum que é diferente da narrativa da cidade que tem sido de negligenciamento da existência da maios parte da população. A combinação do conhecimento científico e do saber popular promovido por este projeto é capaz de produzir estratégias viáveis para abordar problemas entrelaçados com o cotidiano, e também pode criar projetos inovadores e transformadores para as cidades, usando a reflexão e a ação com diversidade colaborativa de expertises (RENDON in MITRASINOVIC, 2016, p. 112). O poder e os resultados desses novos insights são atemporais e podem ser distribuídos entre vários grupos de pessoas para manter a energia rolando no sentido de transformar as lutas prevalecentes e produzir cidades menos injustas. “Este é um esforço na contra-alienação e na construção da 'democracia do conhecimento', necessária para a sobrevivência nos atuais contextos ambíguos e violentos de muitas nações” (FALS-BORDA, 1991, p. 153).

Há um longo caminho pela frente, mas existe um potencial para que as práticas do direito a esta cidade produzam novos formatos de urbanização. Desta forma, os bairros podem se unir para construir os laços necessários para transformá-los em comunidades. É tempo, através dessas práticas urbanas, despertar a consciência de nosso papel como cidadãos para participar da construção de uma cidade coletiva.

Há muito trabalho a ser feito para conseguir mais equidade nas cidades, mas isso não é impossível. A construção de consciência e identidade leva tempo e é importante se concentrar nas gerações que estão por vir. Acreditamos no poder da consciência, porque é sendo exposto a outros pontos de vista sobre as coisas diárias que mudamos nossa perspectiva. Acreditamos na liberdade que a consciência pode proporcionar quando você é capaz de tomar decisões lúcidas. Acreditamos que é importante conscientizar sobre o direito de viver nas cidades para as pessoas, para que estas possam lutar por melhores condições

às quais não foram expostas. Acreditamos que a juventude tenha energia necessária para imaginar um futuro coletivo para Brasília.

Nossa Casa Comum é apenas um projeto-piloto entre uma diversidade de abordagens que estão acontecendo, são necessárias e acontecerão para mudar a narrativa de cima para baixo que é imposta aos cidadãos de Brasília. É uma pequena semente de esperança para um futuro diferente. Esperamos que a divulgação das pedagogias urbanas às escolas públicas ofereça uma perspectiva mais ampla e um significado mais profundo para este programa. Também dará a mais pessoas o poder de conscientização para mudar sua própria narrativa no espaço urbano. Juntos, vamos expressar nossa luta e lutar pelo que foi negado desde a fundação desta cidade: o direito à Brasília.

Figura 17: Alunos do Projeto Nossa Casa Comum.
Fonte: João Augusto, 2016.

REFERÊNCIAS:

ANGÉLIL, Marc; HEHL, Rainer (Eds.). **Minha Casa - Nossa Cidade**: Innovating Mass Housing for Social Change in Brazil. Berlin: Ruby Press, 2014. 330 - 333.

COHN, Sergio. **Paulo Freire**. Rio de Janeiro: Azougue, 2012.

FALS-BORDA, Orlando; RAHMAN, Mohammad Anisur. **Action And Knowledge**: Breaking the Monopoly with Participatory Action Research. New York: Apex Press, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogy of the Oppressed**. New York: Continuum, 2000.

HARVEY, David. **Rebel Cities**: From the Right to the City to the Urban Revolution. New York: Verso, 2012.

HOLSTON, James. **The Modernist City**: An Anthropological Critique of Brasília. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

OECD. **Divided Cities**: Understanding Intra-urban Inequalities. Paris: OECD Publishing, 2018. Disponível em: <https://read.oecd-ilibrary.org/urban-rural-and-regional-development/divided-cities_9789264300385-en#page1> . Acesso em: 24 maio 2018. 13 - 19.

RENDON, Gabriela. Cohabitation Strategies: Socio-Spatial Approaches, Practices, and Pedagogies with a Dialectical Perspective. In: MITRASINOVIC, Miodrag. **Concurrent Urbanities**: Designing Infrastructures of Inclusion. New York: Routledge, 2016. 99 - 113.

RICH, Damon. **"On Education, Pluralist Planning, New Institutions and Language"**. Entrevista. An Architektur: Produktion Und Gebrauch Gebauter Umwelt, September 2008.

RICH, Damon. **"Spread the Word."** Residential Architect. November/December 2006. Disponível em: <http://www.residentialarchitect.com/practice/spread-the-word_o>. Acesso em: 16 Fev 2016.

TV Boitempo. **"Ermínia Maricato: 'Cidade é luta de classes!'"**. Filmado em Janeiro 2016. Video YouTube: 4:04. Disponível em <https://www.youtube.com/ watch?v=9R4S6ZaDniU>. Acesso em: 17 Fev 2016.

Salvador - 2018

PERCORRENDO O CENTRO CULTURAL SÃO PAULO

WALKING THROUGH THE CENTRO CULTURAL SÃO PAULO

RECORRIENDO EL CENTRO CULTURAL SÃO PAULO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

ANSELONI, Caroline Cepeda
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo; PPGAU UPM
carol.anseloni@gmail.com

PERCORRENDO O CENTRO CULTURAL SÃO PAULO

WALKING THROUGH THE CENTRO CULTURAL SÃO PAULO

RECORRIENDO EL CENTRO CULTURAL SÃO PAULO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Concebido a partir de 1975 como necessária expansão da Biblioteca Mário de Andrade, o Centro Cultural São Paulo foi inaugurado em 13 de maio de 1982, em plena ditadura militar brasileira, como o maior centro de cultura da América Latina. O edifício projetado pelos arquitetos Eurico Prado Lopes e Luiz Benedito de Castro Telles se tornou um potente equipamento público na metrópole, revelador da indeterminação do campo da arquitetura perante as manifestações e imprevisibilidades humanas. Na tentativa de explorar os usos e apropriações espaciais que ocorrem intensamente no projeto, este artigo recorre às derivas e cartografias afetivas, aproximando-se das práticas de interpretação e percepção do espaço ocupado a partir de uma esfera empírica da leitura projetual.
PALAVRAS-CHAVE: Centro Cultural São Paulo; apropriações; experiência; cartografia.

ABSTRACT:
Conceived from 1975 as a necessary expansion of the Biblioteca Mário de Andrade, the Centro Cultural São Paulo was inaugurated on 1982, in the midst of the Brazilian military dictatorship, as the largest center of culture in Latin America. The building designed by Eurico Prado Lopes and Luiz Benedito de Castro Telles became a powerful public equipment, revealing the indeterminacy of the field of architecture in the face of human manifestations and unpredictability. In an attempt to explore the spatial uses and appropriations that occur intensely in the project, this article draws on affective cartographies, approaching the practices of interpretation and perception of space occupied from an empirical sphere of projectual reading.
KEYWORDS: *Centro Cultural São Paulo; appropriations; experience; cartography.*

RESUMEN:
Pensado a partir de 1975 como necesaria expansión de la Biblioteca Mário de Andrade, el Centro Cultural São Paulo fue inaugurado en 13 de mayo de 1982, en plena dictadura militar brasileña, como el mayor centro de cultura de América Latina. El edificio proyectado por los arquitectos Eurico Prado Lopes y Luiz Benedicto de Castro Telles se convirtió en un potente equipo público, revelador de la indeterminación del campo de la arquitectura ante las manifestaciones e imprevisibilidades humanas. En el intento de explorar los usos y apropiaciones espaciales que ocurren intensamente en el interior del proyecto, este artículo recurre a las derivas y cartografías afectivas, aproximándose a las prácticas de interpretación y percepción del espacio ocupado a partir de una esfera empírica de la lectura proyectual.
PALABRAS-CLAVE*: Centro Cultural São Paulo; ocupaciones; experiencia; cartografía.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema parte de uma pesquisa maior, desenvolvida pela autora na dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo, *Centro Cultural São Paulo: programa, projeto, apropriação*[1]. O Centro Cultural São Paulo teve sua concepção iniciada em 1975, na gestão de Olavo Setúbal, e foi inaugurado em maio de 1982 pelo prefeito Reynaldo de Barros, período em que se vivenciou no país governos de repressão política e visão tecnocrática da ditadura militar. Ao cancelar o Projeto Nova Vergueiro proposto no governo de Miguel Colasuonno, Setúbal afasta o programa com torres comerciais de reurbanização da área da estação Vergueiro do metrô e concede o terreno ao Departamento de Bibliotecas Públicas. A nova proposta ocuparia o local entre a Rua Vergueiro e a Av. 23 de Maio com um edifício de expansão da Biblioteca Mario de Andrade, principal biblioteca pública da cidade, que sofria com uma superlotação do seu acervo desde o início dos anos 1970.

Em julho de 1975 formava-se uma Comissão com integrantes do Departamento de Bibliotecas Públicas do Município de São Paulo e da Emurb, para início da concepção desta nova biblioteca. Com o decorrer das reuniões, a contratação do escritório PLAE Arquitetura e Engenharia dos sócios-arquitetos Eurico Prado Lopes e Luiz Telles, a troca de governos e a formação de uma nova Comissão pelo secretário da cultura Mário Chamie, o que seria apenas o projeto de expansão da Biblioteca Mario de Andrade torna-se o maior centro de cultura da América Latina naquele momento.

O Centro Cultural São Paulo ocupa, desde 1982, importantes funções democráticas, políticas, sociais e culturais na cidade. Um espaço intenso e potente devido aos múltiplos programas e apropriações que são constantes em seu interior. Devido a essa potência, seria insuficiente para o entendimento deste exemplar arquitetônico debruçar-se apenas sobre suas questões projetuais técnicas, como estrutura, materialidade, implantação e programas, com olhar distanciado comum ao pesquisador acadêmico.

Em grande parte das pesquisas científicas, o pesquisador ocupa uma posição de observador que olha de fora o objeto de análise. O campo da arquitetura, por sua vez, devido à sua natureza específica de espaço abrigável, permite a investigação de determinado edifício construído por meio da interação direta entre a obra e o pesquisador. Este deixa a posição de observador neutro e se coloca como sujeito da experiência, que percorre e vivencia os espaços, permitindo ser atingido por diferentes agentes, como os usuários, a gestão, a paisagem, as atividades e as ambiências. A lógica da comprovação se transforma, neste caso, na lógica da descoberta.

Após seus trinta e seis anos de funcionamento, o CCSP pode ser considerado uma arquitetura provada no tempo, que já não apresenta mais aquela euforia de obras recém-inauguradas, do objeto emblemático com formas e materialidades em seu mais perfeito estado. O edifício já pôde ser desgastado pelo tempo e por

[1] Este artigo se apresenta como parte da pesquisa de mestrado que se encontra em desenvolvimento pela autora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie sob orientação do Prof. Dr. Abílio Guerra e tem apoio do Fundo MackPesquisa. O estudo acontece em um processo de levantamentos e reflexões condizentes com a multiplicidade temática do Centro Cultural São Paulo e com a transdisciplinaridade do campo da arquitetura, dividindo-se em três momentos cronológicos: concepção do programa, projeto arquitetônico e apropriação do espaço, em que são hegemônicas, respectivamente, três áreas do conhecimento: história, arquitetura e urbanismo, e antropologia. Parte do presente texto reúne conceitos trabalhados ao longo da disciplina *Cidade, arquitetura e uso público do espaço: cartografias e projeto,* ministrada no PPG-UPM pela Prof. Dr. Maria Isabel Villac, que teve como convidados os Profs. Drs. Igor Guatelli, Ruth Verde Zein e Vólia Kato.

diversos outros agentes, já passou por períodos de esvaziamento e de intensa apropriação, variando espacialmente conforme a ação de diferentes gestões e gerações de usuários.

Este artigo pretende colocar em questão a incorporação destes aspectos de uso e apropriação na pesquisa científica de arquitetura, por meio dos processos de deriva e cartografia propostos pelos situacionistas[2], em um diálogo do campo da arquitetura com outras áreas do saber, como filosofia, sociologia e antropologia, sem as quais o "discurso arquitetônico" não se sustentaria.

DERIVAS ENTRE ESCALAS

Os espaços no Centro Cultural São Paulo se olham, se encontram e se atravessam. Essa coexistência entre diferentes atividades e pessoas se dá entre espaços abertos e múltiplos que conformam este equipamento público de escala metropolitana. O terreno de complicada inserção - estreito, com grande declive e ilhado entre vias de fluxo intenso de automóveis -, localiza-se em uma área central, conectada com as principais vias do eixo norte-sul da cidade, a Av. 23 de Maio e a linha Azul do metrô, em uma região próxima ao Centro e à extremidade leste da Av. Paulista. Devido a essa inserção e à sua direta articulação com variadas redes de transporte como metrô, ônibus, automóvel e ciclovia, o CCSP define um alcance metropolitano e democrático.

Figura 1: Imagem aérea do Centro Cultural São Paulo com a Rua Vergueiro em primeiro plano
Fonte: Caroline Anseloni, 2017

[2] Os situacionistas eram membros de um movimento internacional de cunho político e artístico iniciado nos anos 1960, o Internacional Situacionista (IS). Segundo Paola Berenstein: "O interesse dos situacionistas pelas questões urbanas foi uma consequência da importância dada por estes ao meio urbano como terreno de ação, de produção de novas formas de intervenção e de luta contra a monotonia, ou ausência de paixão, da vida cotidiana moderna." (BERESTEIN, 2003, p. 13).

A cidade na qual está implantado penetra em seu interior das mais diferentes formas, pelos mais diversos agentes. A começar pelo próprio projeto arquitetônico de escala monumental que, ao estabelecer ruas, praças, variações de alturas, luminosidades e ambiências em seu interior, faz com que o lugar se assemelhe mais a um projeto de cidade do que ao de um edifício. Segundo o arquiteto Luiz Telles quanto às intensões projetuais:

> O novo edifício deveria se ligar à cidade, dialogar com ela, sem ostentação, favorecendo o acesso do cidadão comum. O mesmo aconteceria no interior do edifício com relação ao acesso às atividades. O edifício não deveria se impor, convidaria. Procura-se prever o comportamento, as emoções, as aspirações do usuário, sua percepção do espaço, aliando esses aspectos aos seus direitos de cidadão, principalmente direito de acesso ao espaço público e às atividades culturais. (TELLES, 2002, p. 111)

O edifício longilíneo e monumental, se torna legível e afeito à escala do pedestre por meio do cuidadoso desenho, variadas proporções, permeabilidades, sinuosidades e acessos distribuídos ao longo de quatro pavimentos. Um momento urbano horizontal de continuidade à calçada da rua, que brinca com cheios e vazios, permitindo ao usuário sentir-se dentro e fora simultaneamente. E, assim como os espaços públicos entre edifícios - calçadas, ruas, parques e praças -, o CCSP abriga diversas tribos, etnias, faixas etárias, gêneros, níveis sociais e intelectuais presentes em uma sociedade, que convivem e coexistem nesse lugar.

Tais propriedades de escala monumental, de situações urbanas e de multiplicidade de usos e usuários permitem a prática da deriva e da errância urbana no interior do projeto, principalmente no que se refere aos visitantes que o percorrem pela primeira vez. Pensando o conceito de deriva, a partir dos textos da arquiteta Paola Berenstein Jacques, ao analisar os situacionistas:

> O importante a ressaltar (...) é a valorização da experiência, em particular da experiência da alteridade urbana, da experiência do outro e da diferença na cidade, da cidade como um terreno de experiência – um processo bastante complexo, um jogo talvez, à maneira situacionista, entre diferença e semelhança, exótico e cotidiano, outro e mesmo. Uma tensão permanente, uma copresença ambígua dessas questões ao se buscar o estranhamento no cotidiano, um jogo contínuo entre familiar e estranho no espaço urbano. (JACQUES, 2012, p. 113)

Essas errâncias e derivas de alteridade pensadas pelos situacionistas no tecido urbano são possíveis de serem feitas na escala do objeto arquitetônico no caso do Centro Cultural São Paulo. Tal deslocamento de escalas é praticável, pois, apesar de ser um edifício construído limitado em um terreno, o CCSP apresenta espaços que se oferecem à ação humana, possibilitam situações diversas e convivências entre não-iguais, um projeto de cidade.

Ao agenciar múltiplas atividades públicas simultaneamente, o edifício passa a abrigar diversos cidadãos com variados interesses. Nesse sentido, a arquitetura do projeto acontece como um agente acertado, compatível e favorável às mais espontâneas apropriações. São quatro as principais características projetuais identificadas que possibilitam uma ocupação orgânica e variada no edifício: 1. A variedade de acessos distribuídos pela Rua Vergueiro – pela rampa da estação Vergueiro do metrô na extremidade norte, pelo mezanino que se interliga à cota mais alta da Rua Vergueiro, pela praça no centro do edifício e por mais duas entradas menores em frente ao foyer – que permitem ao cidadão escolher por onde entrar, de onde sair e quais caminhos percorrer; 2. Os corredores generosos que dão margem para um fluxo mais lento ou até para

a permanência. No CCSP não há espaços limitados a passagem rápida de ligar um ponto ao outro, todos os espaços possibilitam o demorar-se; 3. Os vazios distribuídos em diferentes pavimentos e trechos do projeto, responsáveis por permitir que os programas estejam visíveis de diferentes áreas e dialoguem entre si; 4. Em combinação com os vazios, há grande presença de extensos panos de vidro, que dividem ambientes sem barrar a comunicação visual entre eles.

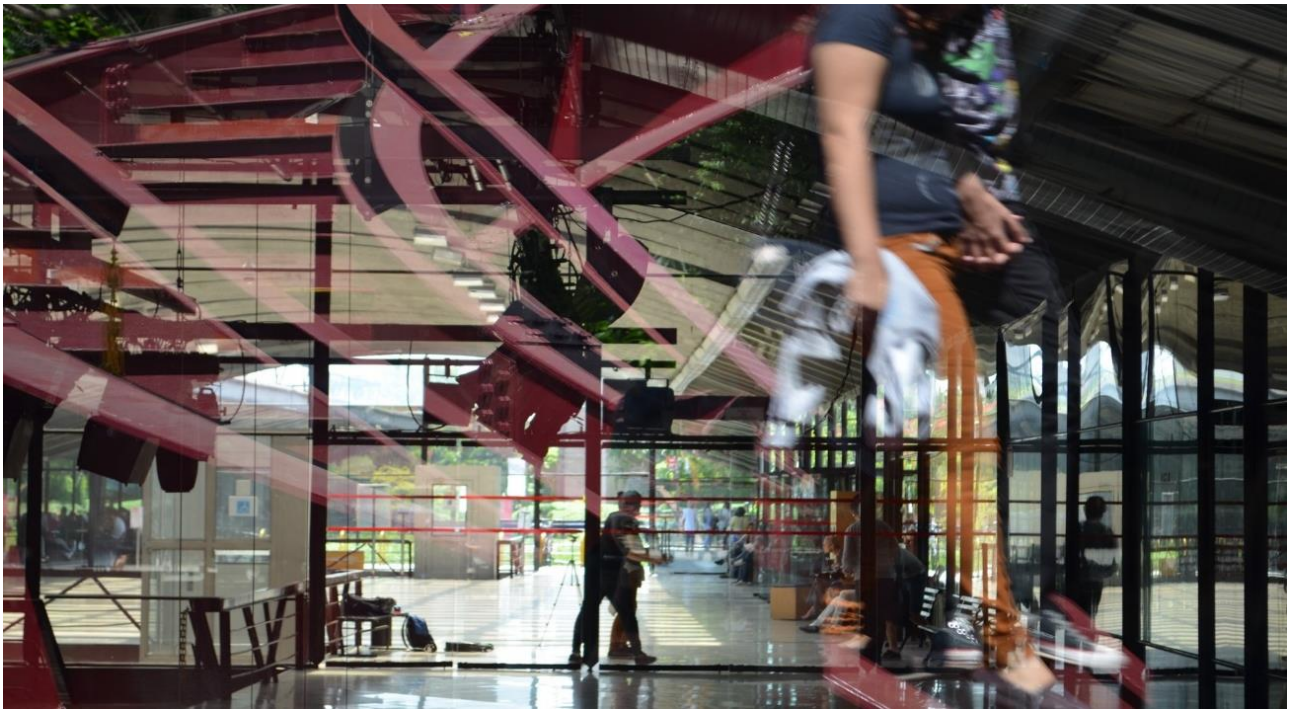


Figura 2: Panos de vidro sobrepostos na área do Teatro de Arena
Fonte: Caroline Anseloni, 2017

O arranjo de tais características faz com que a legibilidade do projeto aconteça mesmo que inconscientemente, os diferentes espaços e programas se revelam entre camadas de vidros e de vazios conforme o caminhar do usuário. Este consegue se situar e se perder constantemente no interior do gigante equipamento ao percorrer as duas ruas paralelas que atravessam o pavimento térreo de ponta a ponta e que o conduzem a três momentos programáticos: o foyer das salas e teatros, o vazio da praça central com jardim de árvores e a nave da biblioteca. Ao comentar esses diálogos e coexistências, Telles coloca que a "arquitetura seria parceira importante nesse contexto, abrindo o edifício à cidade, criando espaços convidativos, contribuindo para que os olhares transpusessem barreiras, fossem mais perspicazes e investigadores e, também, se encontrassem." (TELLES, 2002, p.01).

A leitura deste projeto, torna-se tão complexa quanto o próprio objeto em si. São infinitas as possíveis descrições de seus espaços, pois mesmo sendo um edifício específico, abriga infinidades urbanas de apropriações e usos. Relatar seus percursos significa registrar ações visíveis e sensações da experiência, lugares reais e ficcionais visitados, com sons, pessoas, ruídos, paisagens, cheiros, temperaturas e ambiências, a partir das chamadas cartografias afetivas:

> Dentre os errantes urbanos encontramos vários artistas, escritores e pensadores que praticaram errâncias pelas cidades, voluntárias ou intencionais, e que nos legaram suas narrativas urbanas. São relatos daqueles que erraram sem objetivo preciso, mas com a intenção de errar. Através das narrativas errantes é possível se apreender o espaço urbano de outra forma, pois o simples ato de errar pela cidade cria um espaço outro, uma possibilidade para a experiência, em particular a experiência da alteridade (JACQUES, 2012, p. 113).

Assume-se fundamental para o campo da arquitetura a abertura à pesquisa empírica, ou seja, para uma análise eficiente de qualquer obra é fundamental o percorrer, o experimentar e o descrever. Segundo a arquiteta Ruth Verde Zein, "convém, seja como for, partir-se da descrição da obra – pois embora esta possa ser considerada o grau quase zero da crítica, sem uma não há a outra." (ZEIN, 2010, p.08).

Na tentativa de cartografar parte da experiência vivida neste lugar, recorre-se a uma materialidade característica do projeto e essencial para sua legibilidade, o vidro. As diferentes formas assumidas pelos grandes panos de vidro do Centro Cultural São Paulo são reveladoras da intenção do projeto arquitetônico, das apropriações espontâneas e das gestões do edifício.

CARTOGRAFIA AFETIVA: UM ENSAIO ATRAVÉS DO VIDRO

O vidro, ali inserido, separa unindo os mais diversos ambientes. Um elemento que muitas vezes passa despercebido, mas aparece quando o olhar se vê refletido ou vê além, enxerga o outro. O outro lado, o outro indivíduo, o outro lugar.

É a chegada, o percurso, o entre, é o através e o atrás, o além, só não é fim. O vidro transparente demarca a borda entre o projeto e a cidade, acompanhando a rua interna e a calçada, define um limite que barra o corpo, mas não os olhares curiosos de quem caminha pela Rua Vergueiro. Se estabelece uma soleira gentil entre o projeto e a cidade, que deixa ver e ser visto, que convida. Segundo Telles, "liga-se diretamente à Rua Vergueiro através de acesso em nível, e visualmente por meio de grandes superfícies de vidro. Essa transparência continua nas fachadas norte e sul que se abrem para os jardins sobre laje." (TELLES, 2002, p. 289).

Ensaios, coreografias e práticas de diversos tipos de dança ultrapassaram os palcos e as coxias dos teatros em direção aos corredores e praças do Centro Cultural São Paulo. Os corpos que ali se movimentam em sincrônica coreografia escolheram os locais de percurso para permanecer. Hip hop, funk, samba, k-pop e dança de salão se fizeram tão presentes que até o vidro parou para ver. As paredes transparentes transformam, por meio da propriedade reflexiva do vidro, os vazios das ruas internas e das praças em imaginários estúdios de dança.

Figura 3: Ensaio de dança em frente aos vidros com películas reflexivas
Fonte: Caroline Anseloni, 2017

Esses vazios internos foram projetados, a princípio, como espaços de transição entre o edifício e a cidade e de circulação entre os diferentes espaços do projeto. Funcionando como duas ruas internas, os corredores de dimensões generosas foram pensados para receber os pedestres da Rua Vergueiro e os conduzir ao interior do edifício.

> A rua interna, espaço de transição, deveria proteger o edifício dos aspectos negativos das ruas próximas, por exemplo, ruído, tráfego intenso, ventos, e ao mesmo tempo, ser convite e preparação ao percurso. O espaço de transição seria confortável, parcialmente coberto, protegendo o usuário dos raios solares diretos e, ao mesmo tempo, possibilitando contato com a natureza através de área ajardinada, que acompanha seu percurso pelo eixo central. (TELLES, 2002, p. 235)

Ultrapassando a concepção dos arquitetos, as ruas internas foram apropriadas pelos usuários, que pela própria vivência no espaço passaram a reinventar o uso dessas áreas de circulação. A propriedade reflexiva dos vidros associada às dimensões generosas das áreas de percurso tornou esses vazios convidativos à dança. Uma vez reconhecida pela gestão essa constante apropriação, foram implantadas, por certo período, películas espelhadas que reforçaram uma situação existente, incorporando esse uso nas atividades e espaços do CCSP. Os treinos e ensaios de dança se enraizaram espontaneamente na dinâmica do projeto, alterando o som, os movimentos, os espaços e os vidros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo Bernard Tschumi e pensando arquitetura a partir de sua condição pós-moderna de indeterminação e não-controle perante as efemeridades e imprevisibilidades humanas, os espaços contemporâneos estão sujeitos a mutações programáticas, que ultrapassam a escala inicial do projeto a partir das mais diversas apropriações, não necessariamente previstas pelo arquiteto (TSCHUMI, 1996). O que nos leva a entender o edifício como um elemento aberto que não se encerra, como um processo onde as diferentes apropriações, espontâneas ou não, passam a complementar seus espaços constantemente.

Nesse contexto, assume-se que o projeto por si só - suas propriedades formais e conceituais - não define a qualidade do espaço público, que é revelada principalmente pelas políticas de uso e pela comunidade de usuários. No entendimento do Centro Cultural São Paulo, tornam-se complementares às análises dos desenhos técnicos desenvolvidos pela equipe de arquitetos da PLAE, constantes visitações à obra. Percorrer os espaços possibilita observação direta, experimentação junto aos usuários, leituras de episódios cotidianos e compreensões empíricas do local.

Figura 4: Vazio central da biblioteca
Fonte: Caroline Anseloni, 2017

Para que estas observações se tornem pesquisa, porém, é preciso visitar e revisitar diversas vezes, é preciso experimentar, vivenciar e se demorar entre os espaços: “A experiência errática da cidade, como possibilidade de experiência da alteridade urbana, e as narrativas errantes, como sua forma de transmissão, podem operar como um potente desestabilizador das partilhas hegemônicas do sensível e das atuais configurações anestesiadas dos desejos.” (JACQUES, 2012, p. 116).

Além da sua complexa e intrigante arquitetura, o Centro Cultural São Paulo é palco da convivência de heterogeneidades, relações interpessoais, eventos espontâneos e do encontro, motivados pelas espacialidades e pela multiplicidade programática. As errâncias, derivas e cartografias tornam-se ferramentas fundamentais para captação e experimentação desses acontecimentos, bem como para o entendimento deste projeto de exceção em uma sociedade anestesiada de tensões, desejos e convivências públicas.

REFERÊNCIAS:

BONDÍA, Jorge Larrosa. "Notas sobre a experiência e o saber de experiência". Tradução: GERALDI, João. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas: Leituras SME, n. 19, pp. 20-28, 2002.

CARDOSO, Sergio. O Olhar viajante (do Etnólogo). In: NOVAES. Adauto. **O Olhar**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, pp. 347-360.

CARERI, Francesco. **Walkscapes:** o caminhar como prática estética. São Paulo: Editora G. Gilli, 2013.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais**: Morfologia e História. São Paulo, Cia. das Letras, 1989, pp. 143-180.

JACOBS, Jane M. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JACQUES, P. B. (Orq.) **Apologia da Deriva:** escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JACQUES, P. B. Experiência errática e narrativas urbanas. In: RHEINGANTZ, Paulo Afonso; PEDRO, Rosa (Orgs.). **Qualidade do lugar e cultura contemporânea:** controvérsias e ressonâncias em ambientes urbanos. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2012.

TELLES, Luiz B. **CCSP - Centro Cultural São Paulo:** um projeto revisitado. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2002.

TSCHUMI, Bernard. **Architecture and Disjunction**. Massachusetts: The MIT Press, 1996.

ZEIN, Ruth Verde. Há que se ir às coisas: revendo as obras. In: OLIVEIRA, B.S.; LASSANCE, G.; BRONSTEIN, L. (org). **Leituras em Teoria da Arquitetura**. Rio de Janeiro: Riobooks, 2011.

Venanparq
Salvador - 2018

POR UMA AUTONOMIA CONCRETIZÁVEL: PROPOSIÇÃO DE TÉCNICAS DE ARQUITETURA E INFRAESTRUTURA DE PEQUENO E MÉDIO PORTE PARA COMUNIDADES EM REGIÕES DE FRAGILIDADE SOCIOESPACIAL E AMBIENTAL

TOWARDS AN ACHIEVABLE AUTONOMY: PROPOSAL OF ARCHITECTURE AND INFRASTRUCTURE TECHNIQUES OF SMALL AND MEDIUM SIZE FOR COMMUNITIES IN REGIONS OF SOCIO-SPATIAL AND ENVIRONMENTAL FRAGILITY

POR UNA AUTONOMÍA CONCRETIZABLE: PROPOSICIÓN DE TÉCNICAS DE ARQUITECTURA Y INFRAESTRUCTURA DE PEQUEÑO Y MEDIO PORTE PARA COMUNIDADES EN REGIONES DE FRAGILIDAD SOCIO ESPACIAL Y AMBIENTAL

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

LUZ, Vera Santana
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAU PUC de Campinas e do PPGAU da PUCCamp
veraluz@puc-campinas.edu.br

POR UMA AUTONOMIA CONCRETIZÁVEL: PROPOSIÇÃO DE TÉCNICAS DE ARQUITETURA E INFRAESTRUTURA DE PEQUENO E MÉDIO PORTE PARA COMUNIDADES EM REGIÕES DE FRAGILIDADE SOCIOESPACIAL E AMBIENTAL

TOWARDS AN ACHIEVABLE AUTONOMY: PROPOSAL OF ARCHITECTURE AND INFRASTRUCTURE TECHNIQUES OF SMALL AND MEDIUM SCALE FOR COMMUNITIES IN REGIONS OF SOCIO-DASPACIAL AND ENVIRONMENTAL FRAGILITY

POR UNA AUTONOMÍA CONCRETIZABLE: PROPOSICIÓN DE TÉCNICAS DE ARQUITECTURA Y INFRAESTRUCTURA DE PEQUEÑO Y MEDIO PORTE PARA COMUNIDADES EN REGIONES DE FRAGILIDAD SOCIO ESPACIAL Y AMBIENTAL

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Fundamentação Teórica, Objetivos e Métodos para inventário e proposição de alternativas técnicas no âmbito da arquitetura e de infraestrutura de edificações em pequena e média escala, como sistemas potencialmente geradores de autonomia para comunidades em regiões de fragilidade sócio espacial e/ou ambiental, como alternativa imediata de construção civil, saneamento, energia passiva e de suporte para a produção de agricultura familiar, especialmente aplicáveis nas frontes da Região Metropolitana de São Paulo, onde os tecidos e contextos urbano, rural e ambiental se apresentam contíguos, mesclados ou em interface e, muitas vezes, conflitantes. Prevê-se que a aproximação a estes territórios possa gerar subsídios extensíveis e apropriáveis, por analogia, às periferias metropolitanas brasileiras considerando suas características sistêmicas. Objetiva-se a consecução de insumos para Cadernos ou Cartilhas de Técnicas e Sistemas utilizáveis, abertos e ampliáveis, como suporte a ações práticas e políticas destas comunidades e como projeto piloto para pesquisas futuras, de maior amplitude, a respeito de situações de precariedade urbana latino-americanas.
PALAVRAS-CHAVE: tecnologias alternativas; autonomia; fragilidade sócio espacial; periferia metropolitana; arquitetura.

ABSTRACT:
Theoretical Foundation, Objectives and Methods for an inventory and proposal of technical alternatives in the ambit of architecture and infrastructure in small and medium scale, as systems potentially capable of generate autonomy for communities in regions of socio-spatial and/or environmental fragility, as an immediate alternative for civil construction, sanitation, passive energy and support for the production of family agriculture, especially applicable in the fronds of the Metropolitan Region of Sao Paulo, where urban, rural and environmental tissues and contexts are interfaced, contiguous or merged, and often conflicting. It is expected that the approximation to these territories can generate subsides that are also extensible and appropriated, by analogy, to the Brazilian metropolitan peripheries, considering their systemic characteristics. The aim is to obtain inputs to Notebooks or Booklets of usable, open and expandable techniques and systems, as a support for practical and political actions of these communities and as a pilot project for future research of a larger regarding situations of Latin American urban precariousness.
KEYWORDS: *alternative technologies; autonomy; socio-spatial fragility; metropolitan periphery; architecture.*

RESUMEN:
Fundamentación Teórica, Objetivos y Métodos en el ámbito de la arquitectura y de infraestructura de edificaciones en pequeña y mediana escala, como sistema potencialmente generador de autonomía para comunidades en regiones de fragilidad socio espacial y/o ambiental, como alternativa inmediata de construcción civil, saneamiento, de energía pasiva y de suporte para la producción de agricultura familiar, especialmente aplicables en las frondes de la Región Metropolitana de Sao Paulo, donde los tejidos y contextos urbano, rural y ambiental se presentan contiguos, mezclados o en interfaz y, a menudo, conflictivos. Se prevé que la aproximación a estos territorios pueda generar subsidios también extensibles y apropiados, por analogía, a las periferias metropolitanas brasileñas, considerando sus características sistémicas. Como producto se objetiva la consecución de insumos para Cuadernos o Cartillas de Técnicas y Sistemas utilizables, abiertos y ampliables, como soporte a acciones prácticas y políticas de estas comunidades y como proyecto piloto para investigaciones futuras, de mayor amplitud, con respecto a situaciones de precariedad urbana latinoamericana.
PALABRAS-CLAVE*: tecnologías alternativas; autonomía; fragilidad socio espacial; periferia metropolitana; arquitectura.*

PREMISSAS TEÓRICAS

[Não] existe pecado do lado de baixo do Equador[1]

Estima-se que o patrimônio de oito pessoas equivalha ao da metade mais pobre do mundo. Indicadores apresentam desigualdade global crescente, como aumento de renda anual entre 1988 e 2011 de U$ 65 por ano para os 10% mais pobres e de 182 vezes para os 1% mais ricos. A OXFAM em consonância com o próprio FMI aponta, dentre hipóteses do aumento da desigualdade a ideologia hegemônica do neoliberalismo - que insiste no pressuposto de que a riqueza criada inicialmente no topo migraria para as camadas de menor renda. A economia dos 1%[2] que fundamenta políticas e investimentos de estado e empresas, basear-se-ia em falsas premissas como: o mercado está sempre certo e o papel dos governos deve ser minimizado; as empresas precisam maximizar lucros e retornos para acionistas a todo custo; a riqueza individual extrema é benéfica e sinal de sucesso e a desigualdade irrelevante; o crescimento do PIB deve se o principal objetivo da formulação de políticas; nosso modelo econômico é neutro em relação ao gênero; os recursos do Planeta são ilimitados (OXFAM: 2017).

À hipótese de escassez, recorrente nos diversos encontros mundiais relativos à sustentabilidade, contrapomos a dicotomia opulência x escassez, na indagação por uma prosperidade possível. Se a riqueza global total alcançou U$ 280 trilhões em 2017 (CREDIT SUISSE RESEARCH INSTITUTE: 2017) e, estimando-se a população mundial em 7 bilhões de pessoas, teríamos: U$ 280.000.000.000.000,00 ÷7.000.000.000,00 pessoas = U$ 40.000,00/indivíduo, o que estaria longe de um índice de pobreza extrema e que equivaleria, em termos genéricos e incipientes para efeitos deste discurso, ao valor aproximado dispendido para construção de uma casa de 90m2, em São Paulo, com materiais e mão de obra de padrão simples. Esta conta elementar asseveraria que a equidade monetária se trataria de dissolver a acumulação pela distribuição de renda, não havendo escassez. Ora, a ingenuidade desta conta demonstra por disparate que, caso a renda disponível no mundo fosse equitativamente dividida não haveria como produzir, no modo capitalista, que pressupõe concentração de renda e investimentos e a relação capital x trabalho orientada pela mais-valia. Então, nos limites de uma tese rudimentar, ou teríamos capacidade de congregar todo o planeta em um sistema de plena colaboração horizontal de recursos e participação como viabilidade produtiva ou estaríamos condenados a perpetuar o sistema de acumulação e desigualdade crescente – matriz do funcionamento capitalista. Ambos limites absurdos. No entanto vivemos no segundo deles como estado de realidade contemporânea.

As Conferências e Comissões sobre meio ambiente conduzidas pela ONU - notadamente desde 1972 com a Conferência de Estocolmo – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano -, o Relatório da Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento: Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland), de 1987 -, a Rio-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (Cúpula da Terra), a Rio+10 – Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável – em Johanesburgo, África do Sul, 2002, a Rio+20 – Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável, em 2012, da qual resulta o documento O Futuro que Queremos e, em 2015, a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, sediada na ONU em Nova York, onde se definiram os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o compromisso em finalizar o trabalho conhecido como Agenda 2030 e os ODM Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento Sustentável

[1] Da canção de Chico Buarque de Hollanda, contrariando os termos de negação para afirmação.

[2] Desde 2015, o 1% mais rico detinha mais riqueza que o resto do planeta. Banco Credit Suisse (2016) “Global Wealth Databook 2016”. (OXFAM: 2017)

(ONU: 2016) -, nos diferentes esforços e pactos construídos, apontam como constante a tentativa de equilibrar, com apuro, três pratos com uma mesma varinha, quais sejam: o desenvolvimento econômico, a equidade social e o equilíbrio ambiental[3]. Os documentos produzidos reiteram esse compromisso e o intuito de um concerto mundial[4]. É observável, na cronologia das conferências, o deslocamento entre a consideração do meio ambiente disponibilizado *positivamente* a serviço da humanidade – apontada pelos próprios nomes, como na Conferência de 1972, Conferência das Nações Unidas sobre o **Meio Ambiente Humano**, para uma consciência de compromisso com as gerações vindouras da espécie humana em **Nosso Futuro Comum** -, ao relativo entendimento de que a humanidade é uma parte do meio ambiente e da ecologia, e não sua senhora e proprietária. Porém, a hipótese de desenvolvimento associado ao ambiente se mantém constante: **o Ambiente e o Desenvolvimento; Desenvolvimento Sustentável** (grifos meus). Os títulos representam os ideais. Como poderemos, então, promover redução da pobreza (não sua extinção?), atingir ensino básico universal, igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade na infância, melhorar a saúde materna, combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças, garantir sustentabilidade ambiental e estabelecer parceira mundial para o desenvolvimento? Como poderemos constituir a erradicação da pobreza, promover a fome zero e agricultura sustentável, saúde, bem-estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, água potável, saneamento, energia limpa e acessível, trabalho decente e o crescimento econômico, a indústria, a inovação e a infraestrutura, a redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, a ação contra a mudança global do clima, a vida na água, a vida terrestre, paz, justiça e instituições eficazes, parcerias e meios de implementação[5]? Se esforços de mais de quarenta anos, que reuniram em sua última versão signatários de 193 Estados-membros, são um atestado de que seria possível acreditar nesses propósitos como atingíveis, nossa tese rudimentar acima poderia acalentar a derivação para o limite oposto ao constatável no real, qual seja, de um concerto mundial equitativo.

Não se pode alcançar semelhantes metas com respeito à finitude dos recursos planetários em se mantendo os graus de extração, produção e descarte humanos. Cálculos da *Ecological Footprint* - a Pegada Ecológica[6] (WACKERNAGEL: 1996), são incontestes e atestam, também, desigualdade. Atualmente estima-se que a população mundial necessita 1,6 Planetas Terra para produzir os recursos renováveis que utiliza e, neste estado das coisas, necessitaria 2 Planetas/ano em 2050. O *Living Planet Report* 2016 (WWF: 2016) apresenta países com maiores déficits: Qatar, Kuwait, Emirados Árabes, Dinamarca, Estados Unidos, Canadá e Austrália.

A desigualdade brasileira não é mais alentadora. Estudos da OXFAM Brasil indicam, entre 2001 e 2015, a apropriação dos 10% mais ricos de 61% do crescimento econômico, enquanto a fatia dos 50% mais pobres 18%; a concentração de renda de 1% da população alcança 25% [7]. A cobertura dos serviços essenciais está fortemente correlacionada à renda: dados de 2015 apontam 94% de acesso à água para os 5% mais ricos e 62% para os 5% mais pobres e provimento de esgotos abrangendo 80% dos 5% mais ricos caindo a 25% para os 5% mais pobres (GEORGES: 2017). Segundo o PNUD - Programa das Nações Unidas para o

[3] Pactuados na Rio-92 como as três dimensões do desenvolvimento sustentável, os 3E: *environment, equitity, economy.*

[4] Como: a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Agenda 21 e os Princípios para a Administração Sustentável.

[5] Referência aos 8 ODM Objetivos do Milênio e aos 17 ODS da Agenda 2030.

[6] Metodologia utilizada por governos, entidades e empresas, de indicadores de sustentabilidade baseada na quantidade disponível de área de território biologicamente produtivo e água/pessoa.

[7] 5% dos mais ricos recebem o equivalente aos demais 95%; 60% das pessoas têm renda domiciliar per capita média de até R$ 792,00/ mês e 80% dos brasileiros vivem com renda per capita inferior a dois salários mínimos mensais.

Desenvolvimento, o Brasil é o 10º país mais desigual do mundo. O Mapa da Desigualdade 2017 (REDE NOSSA SÃO PAULO: 2017) organiza indicadores, onde é reiterada a desigualdade entre as regiões centrais e os distritos periféricos do município de São Paulo[8]. Eis alguns deles (Figura 1):

Indicador/ /Distrito	República	Pinheiros	Perus	Jardim Ângela	Marsilac	São Mateus
Acesso de livros para adultos em bibliotecas municipais/habitante com + de 15 anos	2,97	0,755	0,389	0,018	0	0,021
Acesso de livros infanto-juvenis em bibliotecas municipais/habitante entre 7 a 14 anos	0,483	1,51	0,458	0,048	0	0,029
Centros culturais e afins/ 10 mil habitantes	0,969	1,53	0	0	0	0,066
Cinemas/10 mil habitantes	1,45	3,22	0	0	0	0
Museus/10 mil habitantes	0,808	919	0	0,031	0	0
Teatros/10 mil habitantes		2,3	0	0	0	0
Demanda atendida em creches municipais	79,55	79,65	93,27	62,1	83,54	80,86
Equipamentos esportivos públicos municipais/10 mil habitantes	0	0	0,237	0,248	0	0,461
Domicílios em favelas/ total de domicílios	0	0,081	13,06	19,43	3,11	6,75
Telecentros públicos/ 10 mil habitantes	0,162	0	0,237	0,248	0	0,132
Unidades básicas de saúde públicas/10 mil habitantes	0,162	0,153	0,355	0,59	2,51	0,396
Remuneração média do emprego formal - 2015	R$2.844,00	R$4.102,81	R$2.072,76	R$1.889,36	R$1.287,32	R$2.253,90
Homicídio/10 mil habitantes - 2015	22,92	3,06	9,55	19,83	12,45	13,32
Empregos/ 10 mil habitantes	27.294,03	20.313,14	627,69	464,71	168,38	1.713,49
Número de vezes que o distrito aparece entre os 30 piores distritos em 38 indicadores avaliados	16	-	-	15	23	-
População em situação de rua - acolhidos % sobre população total da cidade	0,336	0,122	0	0	0	0,064
População em situação de rua % sobre população total da cidade	1,18	0,083	0,007	0	0	0,039

Figura 1: Indicadores de Desigualdade
(REDE NOSSA SÃO PAULO: 2017, 28-77)

No que tange à concentração imobiliária de São Paulo, 1% dos proprietários detém 25% dos imóveis registrados na cidade, correspondentes a 45% do valor imobiliário municipal e cada proprietário possui em torno de 600 vezes a média nacional de distribuição de patrimônio (REDE NOSSA SÃO PAULO: 2017). Vejamos algumas concentrações e desigualdades do mesmo estudo (Figuras 2, 3 e 4):

[8] Os indicadores se referem a Assistência Social, Cultura, Educação, Esporte, Habitação, Inclusão Digital, Meio Ambiente, Saúde, Trabalho e Renda, Transportes/ Acidentes de Trânsito e Violência.

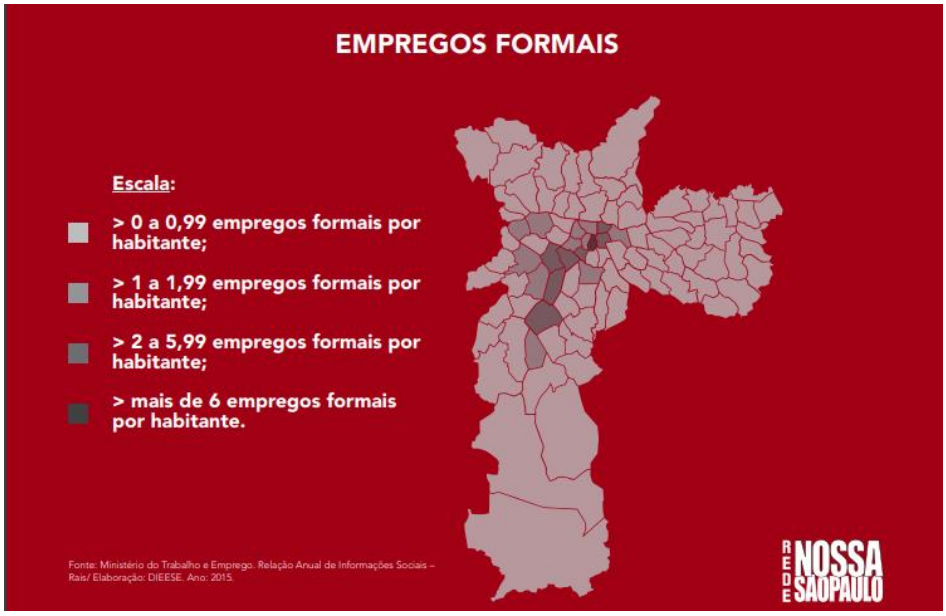


Figura 1: Empregos Formais
Fonte: Rede Nossa São Paulo (201, p. 16)

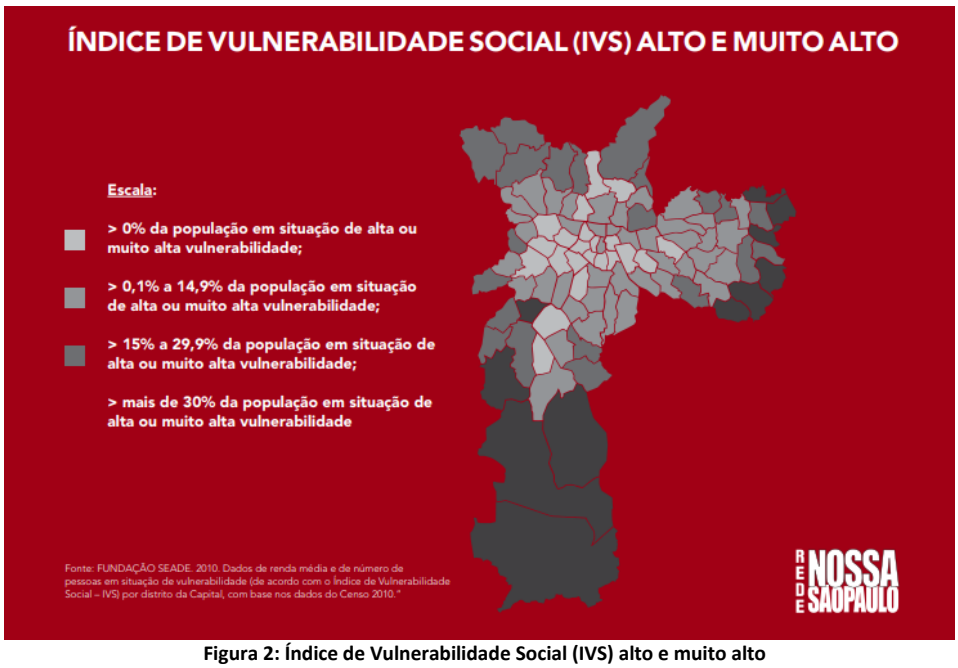
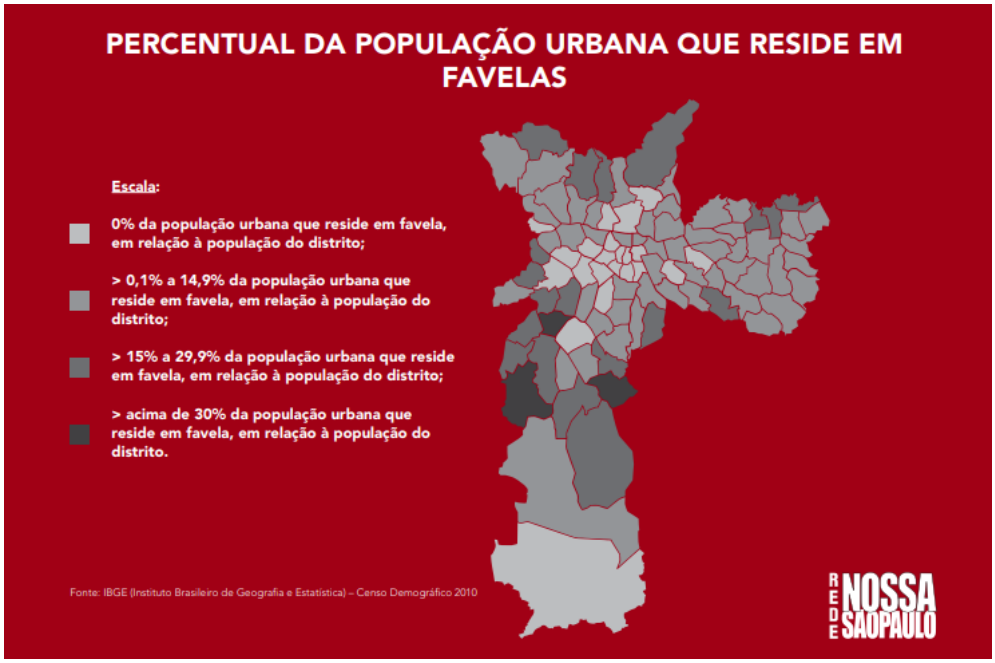


Figura 2: Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) alto e muito alto
Fonte: Rede Nossa São Paulo (2017, p. 23)



Percentual da População Urbana que Reside em Favelas
Fonte: Rede Nossa São Paulo (2017, p. 21)

Embora a matriz centro-periferia em São Paulo possa ser relativizada, com ilhas de desigualdade em regiões centrais e índices variáveis também em função da ocorrência de condomínios fechados em áreas periféricas - apartados do tecido urbano, o que em si já revela uma anomalia -, indicadores apontam para a permanência de desigualdade de qualidade de vida urbana nas regiões periféricas. Os argumentos ora propostos teriam reiteração muito maior que nos territórios elencados. Talvez pudéssemos generalizar sua constância, a grosso modo, a regiões continentais abaixo do Equador, com algumas exceções como a Austrália. Seria por ventura característico das Américas do Sul e Central entre o Atlântico e o Pacífico. É notório que o problema da exclusão de vastas áreas urbanas da definição de cidade – direito e garantia de habitação, infraestrutura urbana, serviços e equipamentos, espaços públicos, trabalho e renda - é praticamente invariável em todas as urbanizações de caráter predominantemente industrial ou terciário ou nas cidades tributárias ou submetidas ao sistema capitalista em termos de globalização da economia, verificável em Paris, Londres, Nova York, Rio de Janeiro, Manaus, São Paulo, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Campinas, Cidade do México, Nova Deli, Mumbai, Pequim, Luanda, Kinshasa, Medellín, La Paz, e assim indefinidamente.

> Os favelados, embora sejam apenas 6% da população urbana dos países desenvolvidos, constituem espantosos 78,2% dos habitantes urbanos dos países menos desenvolvidos; isso corresponde a pelo menos um terço da população urbana global. [...] Claro que nem todos os pobres urbanos moram em favelas e nem todos os favelados são pobres; [...] em algumas cidades, a maioria dos pobres mora, na verdade, fora da favela propriamente dita. Embora, obviamente, as duas categorias se sobreponham, o número de pobres urbanos é consideravelmente maior: pelo menos metade da população urbana do mundo, definida pelos patamares de pobreza nacional relativa. Além disso, aproximadamente um quarto dos

> habitantes urbanos (conforme pesquisa de 1988) vive em pobreza "absoluta". (DAVIS, 2006, p. 34)[9]

Fato é que não conseguimos, com todos os pressupostos da arquitetura e do urbanismo modernos como *causa* e não *estil*o (KOPP, 1990), com tecnologia industrial avançada, estados democráticos de direito e representação, premissas e técnicas de sustentabilidade, constituir uma cidade sequer que possa ser denominada inteira e simplesmente como tal – cidade – plena de infraestrutura urbana e cidadania ou, mais amplamente, sustentável no prisma ambiental, social e econômico. Ou então precisamos rever nossas definições de cidade. Sequer conseguimos constituir solução para a questão habitacional, com uma população urbana mundial que, em 2014, perfazia 54% do total e cuja previsão crescimento concentrava-se em quase 90% na Ásia e África, especialmente na Índia, China e Nigéria. Tínhamos, em 2014, 3,9 bilhões de pessoas habitando cidades, população rural de 3,4 bilhões e vinte e oito mega-cidades com mais de 10 milhões de habitantes[10], com metade dos 3,9 bilhões de habitantes urbanos residindo em centros de até 500 mil pessoas (UN; 2015). Paradigmas de campo e cidade, urbano e rural, desenvolvimento urbano são postos em cheque, apontando para novas hipóteses de como alimentar esse contingente populacional, como abriga-los, como conviver, como assegurar direitos. Também não conseguimos construir um edifício sequer totalmente sustentável ou autossuficiente[11] ou sistemas de infraestrutura extensíveis a todos ou um conjunto expressivo de faturas urbanas ou arquitetônicas com baixo impacto ambiental no que tange à extração, fabricação, transporte, instalação, manutenção e geração de resíduos. No estágio da cultura contemporânea, nem sabemos se isto é efetivável.

No nosso âmbito estrito, a realização de insumos para protótipo de Cartilhas ou Cadernos de Técnicas e Sistemas utilizáveis, potencialmente geradores de autonomia para comunidades em regiões de fragilidade sócio espacial e/ou ambiental enfrenta fronteiras entre a expectativa em ser um arcabouço pactuado e sistematizado que possa contribuir para o aperfeiçoamento técnico, geração de renda, estabelecimento de matrizes construtivas eficientes e viáveis dessas comunidades, no sentido de ação política para maior liberdade, emancipação, identidade e possibilidades de resolução de sistemas de caráter imediato ou urgente, ou fracassar na confirmação da exclusão, pobreza, miséria, em conformação a um estatuto de indigência urbana.

Esquadrinha-se a consecução de um trabalho de caráter prático e teórico simultaneamente investigativo e propositivo, no limiar da arte, técnica e conceituação, passível de testes e verificações e o enfrentamento de

[9] Davis apresenta médias a partir do UN-Habitat e de várias referências onde constam as maiores populações faveladas/país, como: Etiópia 99,4%; Tanzânia 92,1%; Sudão 85,7%; Bangladesh 84,7%; Nigéria 79,2%; Paquistão 73,6%; Peru 68,1%; Índia 55,5%; Vietnã 47,4%; Irã 44,2%; Filipinas 44,1%; Turquia 42,6%; Egito 39,9%; China 37,8%; Coréia do Sul 37%; Brasil 36,6%.

[10] Exemplos de mega-cidades são: Tóquio com 38 milhões de habitantes, Deli com 25 milhões, Xangai com 23 milhões, as Cidades do México, Mumbai e São Paulo com aproximadamente 21 milhões de habitantes (RMSP), Osaka e Pequim com aproximadamente 20 milhões, Nova York e Cairo com 18,5 milhões.

[11] Em caráter de exemplo, referenciais do Sistema AQUA-HQE estabelecem, para edificações, categorias e indicadores com critérios relacionados a: Relação do Edifício com seu Entorno; Produtos; Sistemas e Processos Construtivos; Canteiro de Obras; Energia; Água; Resíduos; Manutenção; Conforto Higro-térmico, Acústico, Visual e Olfativo; Qualidade dos Espaços; Qualidade do Ar; Qualidade da Água e, no âmbito urbano, a Integração e Coerência do Bairro com o Tecido Urbano, Outras Escalas do Território e Contexto Local; Densidade; Mobilidade e Acessibilidade; Patrimônio, Paisagem e Identidade; Adaptabilidade e Potencial Evolutivo; Preservação dos Recursos Naturais e Promoção da Qualidade Ambiental e Sanitária do Bairro: Água; Energia e Clima; Materiais e Equipamentos Urbanos; Resíduos; Ecossistemas e Biodiversidade; Riscos Naturais e Tecnológicos; Saúde; Estímulo à Integração na Vida Social; Fortalecimento das Dinâmicas Econômicas; Economia do Projeto; Funções e Pluralidade; Ambientes e Espaços Públicos; Inserção e Formação; Atratividade, Dinâmicas Econômicas e Estruturas de Formação Locais.

contingências e estruturas políticas, econômicas e sociais que transcendem a demarcação do estatuto da arquitetura e do urbanismo, mas às quais são submetidas estas disciplinas.

O Movimento Moderno, de gênese europeia na arquitetura e no urbanismo, se pautou por causas socialistas cuja premissa máxima seria acesso pleno de toda população à cidade e ao edifício, garantido pela industrialização, controlados pelo desenho. Esforços da Bauhaus como 'escola' propõem um novo começo a partir da investigação dos materiais, técnicas industriais e metodologia de criação, em uma hierarquia em que o arquiteto seria o grande articulador social e das profissões, no desenho de produtos utilitários, do edifício e da cidade. Os primeiros CIAM buscaram, por cunho cientificista, dimensionar modelos compatíveis com valores do morar urbano com mimese mecânica. No extremo Le Corbusier predica a Arquitetura ao invés da Revolução (LE CORBUSIER, 1924, P. 225-243). A promoção do Estilo Internacional reprime outras tendências formais tais como as expressionistas, acreditando encontrar uma matriz formal/construtiva passível de generalização em escala mundial aplicável a qualquer território, desde que industrializado, o que seria o alcance máximo da civilização pretendida. Já sabemos dos limiares dessa utopia. Esta arquitetura, em sua primeira fase – estilo forjado como causa – oculta o imperativo de sua *positividade* com respeito ao capital.

No Brasil, uma importação de caráter apressado, cuja altivez de nossos mestres conclama a superação de tempos e modos pela arquitetura, capaz de engendrar a identidade nacional - apesar de sua filiação europeia e em certos casos norte-americana -, exibe seus limites na implantação, como a submissão a um Estado totalitário e populista com práticas muito próximas à ideia de elite da 'corte', na capital republicana do país; mais tarde mantém esse *modus operandi* vinculando-se a um governo desenvolvimentista[12]. A ambos serviu de símbolo máximo e monumental. Em São Paulo, a crença, advinda do PCB, em considerar a aderência à burguesia nacional um estágio útil e necessário para o desenvolvimento do capitalismo modernizador que superaria nossos arcaísmos estruturais, aliada à classe trabalhadora e cuja consequência culminaria na revolução socialista, predica esta *fase* de aderência como estágio e fundamento para a constituição da soberania nacional frente ao imperialismo.

Se recuarmos no tempo e compararmos as bases de nossa formação perante outros países latino-americanos, é notável que nosso primeiro investimento de autonomia, no início do século XIX, tenha se dado por iniciativa de um reinado de adoção, durante a fugitiva permanência da família real no Brasil, cuja referência cultural francesa, por sua vez, é de importação à segunda. Nossa independência – pacífica – se fez a partir de decreto de príncipe da mesma corte, forjando um império tropical nos reinados de dois Pedros de Orléans e Bragança, onde a sujeição ao capital internacional, notadamente o britânico, conduziu a atropelada gênese do país como identidade. A abolição da escravatura se dá aqui de maneira tardia e nossa república é promulgada e conduzida, nas origens, pelas forças armadas. Nossas classes dominantes provêm em grande medida de um extrato agrário, escravocrata e ampla porção de nossas elites carrega esse arcaico pretérito.

Em passado mais recente, a estruturação de nossa economia urbana industrial leva ao paroxismo essas tendências. A afirmação é estarrecedora: nós somos um bicho que nem sequer é daqui. Convém expor as vísceras do Ornitorrinco, talvez seja um caminho que nos reste:

> No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor

[12] Estamos falando do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e da presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

> "atrasado" e um setor "moderno", não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado "moderno" cresce e se alimenta da existência do "atrasado", se se quer manter a terminologia. O "subdesenvolvimento" pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em "trânsito", portanto, para formas mais avançadas e sedimentadas deste; sem embargo, uma tal postulação esquece que o "subdesenvolvimento" é precisamente uma "produção" da expansão do capitalismo. [...] na grande maioria dos casos, as economias pré-industriais da América Latina foram criadas pela expansão do capitalismo mundial, como uma reserva de acumulação primitiva do sistema global; em resumo, o "subdesenvolvimento" é uma formação capitalista e não somente histórica. Ao enfatizar o aspecto da dependência – a conhecida relação centro-periferia – *os teóricos* do "modo de produção subdesenvolvido" quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil: toda questão do desenvolvimento foi vista sob o ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes da oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas. (OLIVEIRA, 1975, p. 9)

Em um jogo de espelhos, a relação centro-periferia internacional corrobora a relação cento-periferia interna, uma reflexo da outra, seja esta última territorialmente definida pelas bordas internacionais, urbanas periféricas geográficas ou intra-cidade. Desmontam-se as teorias de dependência superável, subdesenvolvimento e desenvolvimento no campo internacional do capitalismo, posto que complementares de um só sistema.

O desenvolvimentismo em plena ditadura militar em que estávamos, cuja expansão em modelo concentrador e excludente se apoiava nos expedientes do subsídio à exportação para evitar a crise dos setores tradicionais, e na manutenção da correção monetária – forma de inflação disfarçada -, resulta no aumento da dívida externa e o descolamento da esfera da produção real para a órbita do financeiro. Esclarece Roberto Schwarz:

> Com originalidade conceitual e afinidades trazidas talvez do Nordeste, no polo oposto ao progressismo da ditadura, Francisco de Oliveira imaginava um esquema moderno de viabilização nacional, que convocava o país à consciência inclusiva – por oposição à excludente - como momento de autotransformação. Do ponto de vista econômico tratava-se de criticar o dualismo da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), que separava a modernização e os setores tradicionais da sociedade, embora considerando que os benefícios da primeira, caso houvesse *ética*, poderiam proporcionar assistência humanitária, remédio e ensino à leseira dos segundos. De passagem, pois o adversário não merecia respeito, tratava-se também de refutar os economistas do regime, segundo os quais era preciso fazer crescer o bolo do setor adiantado, para só depois reparti-lo na área do atraso, tese cínica em que ninguém acreditava. [...] Nas águas da Teoria da Dependência, Francisco de Oliveira definia o subdesenvolvimento como uma posição desvantajosa (da ex-colônia) na divisão internacional do trabalho, cimentada por uma articulação interna de interesses e de classes, que ela cimentava por sua vez. [...] os argumentos de Francisco de Oliveira estão sempre mostrando que nada ocorre sem a intervenção da consciência; [...] Presente em tudo, mas enfeitiçada pelo interesse econômico, esta funciona *naturalmente*

> e sustenta o descalabro a que ela poderia se contrapor, caso crescesse e mutasse. (OLIVEIRA, 2007, p. 20)

Deu no que deu. Atualmente a mundialização capitalista detém as patentes dos conhecimentos técnico-científicos aos quais, excluídos, temos acesso como cópia obsoleta e descartável, os direitos do trabalho são desmanchados, o que no limite indica a ruptura da divisão social do trabalho, a informalização tenciona o emprego em direção à reles ocupação sem relação salarial, potencializada pelos meios digitais da Terceira Revolução Industrial; a formação de uma nova classe social se descortina, cuja estrutura se revela na mediação exercida pelo Estado, em uma aparente dicotomia - economistas e técnicos associados ao sistema de bancos ou ex-trabalhadores controlando os fundos públicos previdenciários. Figura-se nossa condenação a um estado de exceção permanente do "caráter produtivo do atraso como "condômino" na expansão capitalista":

> O subdesenvolvimento viria a ser, portanto, a forma de exceção permanente do sistema capitalista na periferia. Como disse Walter Benjamin, os oprimidos sabem do que se trata. O subdesenvolvimento finalmente é a exceção sobre os oprimidos: o mutirão é a autoconstrução como exceção da cidade, o trabalho informal como a exceção da mercadoria, o patrimonialismo como exceção da concorrência entre os capitais, a coerção estatal como exceção da acumulação privada, keynesianismo "*avant la lettre"* (OLIVEIRA, 1975, p. 131)

Agora a globalização do capital e de financeirização da economia em descolamento da produção revela seus métodos e resultantes no contexto da terra, moradia e, portanto, da cidade, de modo estarrecedor. Raquel Rolnik nos apresenta o pormenorizado estudo a partir de sua experiência como relatora especial para Direito à Moradia Adequada da ONU, onde destacamos:

> Em tempos de capitalismo financeirizado, em que a extração de renda sobrepõe-se ao mais-valor do capital produtivo, terras urbanas e rurais tornam-se ativos altamente disputados. Isto tem produzido consequências dramáticas, especialmente - mas não exclusivamente – nas economias emergentes. As dinâmicas que acompanham a liberalização dos mercados de terras estão aumentando a pressão do mercado sobre os territórios controlados por comunidades de baixa renda. Isso ocorre num contexto global em que a terra urbanizada não está disponível para os grupos mais pobres. Comunidades ficam, então, sob a constante ameaça de espoliação de seus ativos financeiros. (ROLNIK, 2015, p.152)

E sublinha:

> [...] a colonização da terra urbana e da moradia pelas finanças é um processo global poderoso que, mesmo diante de crises como a de 2008, continua como movimento hegemônico. Ela enraizou-se e penetrou em contextos diversos, sob o protagonismo de atores locais e globais. As políticas habitacionais e urbanas, assim com o urbanismo e a gestão fundiária [...] não foram neutros em relação a esse processo. Pelo contrário, operaram ativamente no sentido de criar as condições materiais, simbólicas e normativas para transformar territórios vividos em ativos abstratos. (ROLNIK, 2015, p. 378)

Ao propor os procedimentos deste ensaio estaríamos reiterando a máxima em que tão somente estaríamos confirmando a exclusão e reduzindo o custo monetário da reprodução da força de trabalho?

Seria possível ainda colaborar, nas palavras de Roberto Schwarz, por meio de uma *ética* e da consciência contrapostas ao imperativo absoluto do mercado? A resposta poderia vir das experiências pregressas e em curso no Brasil e na América Latina.

Alternativas conceituais, muito empenho e algumas experiências

> *Pelas ruas o que se vê é uma gente que nem se vê, que nem se sorri [...] mas no entanto é preciso cantar, mais que nunca é preciso cantar, é preciso cantar e alegrar a cidade*[13]

No universo da cultura, nossos impulsos primevos na busca de identidade nacional apontaram para um indigenismo idealizado ou um paradoxal neocolonial casado mesmo à Semana de 22. Como foi possível forjar uma identidade nacional pelas elites? Provavelmente através de abstrações - por vezes precipitadas? -, sem força de base popular, onde o irrecuperável autóctone se traveste de herói medieval ou romântico e o que fora colônia passa a ser valor de continuidade na nação independente. É notável e cultíssima a operação de Lucio Costa com respeito à construção de síntese dos métodos e procedimentos coloniais para se deslocar da hipótese do ecletismo, bem como o processo em forjar uma Escola de *Beaux Arts* transmutada em Arquitetura Moderna. Mais notável o plano da cidade (ideal) moderna de Brasília. Aqui em São Paulo construímos em grande estilo um bandeirante ideal – audaz, tenaz e esclarecido - e uma arquitetura exemplar bandeirista – que por vezes o é de fato. Paradoxalmente, uma estrangeira[14] apresenta outra possibilidade, à qual nos referiremos adiante. A aposta na técnica do concreto armado – brutalista ou com possibilidades plásticas sinuosas ou orgânicas – e em certa medida nas estruturas de aço, vai moldar o trajeto da arquitetura moderna brasileira, indiferenciadamente para qualquer programa, do monumento à casa burguesa, ao edifício público e por vezes à habitação social. Bastante aderente ao desenvolvimentismo. A despeito do grau de apuro técnico da engenharia nacional, persistem na indústria da construção civil características anacrônicas rudimentares e de atraso, perversas como exploração e expropriação, no campo da mão de obra e do canteiro. Não é acaso.

Nossa *querèlle* entre antigos e modernos, valores absolutos e relativos se dá no tempo de duas gerações. Artigas[15] preconiza ao desenho poder *absoluto*, incontinenti, como propósito do *espírito* e mediação entre o projeto e a obra, linguagem de uma técnica construtiva, linguagem da arte – 'pela mão e cabeça do arquiteto', juntamos nós aqui. A solução síntese, a que o desenho seria capaz, se delineia para resolver o conflito entre técnica e arte, entre máquina e homem. Quem é esse homem? O homem de um "neo-humanismo filológico e plástico, que simplesmente se inicia, mas que pode vir a ser uma das formas novas de reflexão moderna sobre as atividades superiores da sociedade." (ARTIGAS, 1982, p. 24). A humanidade assim definida, como missão teria, em seu **fazer histórico**, dois aspectos: dominar a natureza, "criar uma técnica capaz de obriga-la a dobrar-se às nossas necessidades e desejos" (afirmação que se dita hoje faria a ira dos ambientalistas mais ferozes e vamos nos revelar como eventualmente um deles logo a seguir!) e fazer – como "um dom do **amor** [...] as relações entre os homens, a história como iniciativa humana." (ARTIGAS, 1981, p. 24) (grifos meus). Artigas *eleva* o arquiteto – que está definindo - a artista:

[13] Da canção Marcha de Quarta-Feira de Cinzas (Vinícius de Moraes e Toquinho).

[14] Estamos nos referindo a Lina Bo Bardi. Vale lembrar também a formação europeia de Gregori Warchavchic, Lucio Costa e Rino Levi.

[15] Aula inaugural de João Batista Vilanova Artigas ao retornar à FAUUSP em 1967 (ARTIGAS, 1981).

> O conflito entre a técnica e a arte prevalece ainda hoje. Ele desaparecerá na medida em que a arte for reconhecida como linguagem dos desígnios do homem. A consciência humana com seu lado sensível e seu lado racional não tem sido convenientemente interpretada como um inteiro, mas como a soma de duas metades. Aos artistas, principalmente, compete conhecer essa dicotomia para ultrapassa-la. (ARTIGAS, 1981, p. 24)

Mas um pouco antes essa ascensão fora descontruída:

> Para desenhar é preciso ter talento, ter imaginação, ter vocação. Nada mais falso. Desenho é linguagem também e enquanto linguagem é acessível a todos. Demais, em cada homem há o germe, quando nada, do criador que todos homens juntos constituem. E como já tive oportunidade de sugerir antes, a arte e com ela uma de suas linguagens – o desenho – é também uma forma de conhecimento. (ARTIGAS, 1981, p. 24)

Com permissão da petulância em ousar ainda discutir esse texto que se tornou postulado, vindo de um arquiteto que informou a trajetória da arquitetura brasileira por quase um século e, não fora por isso, pelas inúmeras leituras e críticas que este texto suscitou de teóricos e historiadores, devemos a licença ao fato histórico, também amplamente estudado, das ideias nele contidas serem refutadas logo depois, por outra leitura sobre desenho, técnica na arquitetura, apresentando homens bem mais encarnados e conflitantes. Me refiro evidentemente a Sérgio Ferro, especialmente aos textos A Produção da Casa no Brasil, de 1969 e O Canteiro e o Desenho, de 1976. Utilizemos a síntese da apresentação de Pedro Arantes que é definitiva:

> Em "O Canteiro e o Desenho", Sérgio pretende decifrar o mistério da "farsa da construção" e demonstrar que a elaboração material do espaço é mais uma função no processo de valorização do capital do que fruto de alguma coerência técnica ou artística interna à obra. Sua hipótese central é de que o desenho de arquitetura é o "caminho obrigatório" para a extração da mais-valia e não pode ser separado de qualquer outro desenho para a produção de mercadorias – um "detalhe" sintomaticamente esquecido pelas teorias hegemônicas. Segundo Sérgio, cabe ao desenho dar ligadura, servir de molde onde o trabalho idiotizado é cristalizado – por isso ele é mais fôrma do que forma. " [...] A combinação contraditória entre técnica de produção e técnica de dominação, própria do capitalismo, expressa-se, desse modo, de forma mais nítida nos canteiros de obra do que na indústria, afirma Sérgio, pois a ausência da mediação mecânica deixa transparecer com clareza o comando arbitrário da exploração. A especificidade da divisão do trabalho na manufatura é, por isso, a violência – e uma instabilidade sem tréguas – num setor que, teoricamente, deveria buscar a estabilidade e o acúmulo de experiência e saber. Por sua vez, na ausência das distâncias impostas pela mecanização na indústria, são instauradas outras distâncias, a "mediação arquitetônica" (formalismo, volumes, texturas) e o apagamento das marcas do processo de produção, sobretudo por meio da camuflagem dada pelo revestimento ("cujo segredo é fazer do trabalho concreto trabalho abstrato"). (FERRO, 2016, p. 16)

As engrenagens da máquina são agora expostas, onde as vísceras do *Ornitorrinco* já se destrincharam. Ou será mais do mesmo? O *fazer histórico do homem* perde sua aura amorosa generalizante. E leva a definição daquele homem sublime de roldão. Tudo num só golpe. Estamos enredados nessa trama até então.

Luis Marques (MARQUES, 2016) radicaliza a questão da sustentabilidade definindo como saída única para a civilização e manutenção da espécie humana a superação do modo capitalista de produção, consumo e desenvolvimento ilimitado. Defende como razões de colapso socioambiental o desdobramento na tríade: da

ilusão do capitalismo sustentável, sendo sustentabilidade e capitalismo ideias antitéticas; da falência do princípio de acumulação infinita pautada pelo pressuposto mais excedente = menos segurança; da ilusão antropocêntrica – a ser ultrapassada. Aqui terminamos pelos começos, com nossa tese rudimentar sobre desigualdade, inserindo um comentário anteriormente realizado:

> Só há História se existe o homem, mas se houver o fim da humanidade e da História, a Natureza – combalida e cicatrizada – permanecerá. [...] Não somos o ápice e senhor absoluto da cadeia biológica e em descontinuidade com ela simplesmente garantidos pelo primado da consciência; tampouco a adaptabilidade do *habitat* humano na natureza é absoluta ou nos isenta de estarmos sujeitos a ela e suas leis; não somos o centro do Universo como a Terra também não o é. Quantos séculos de Aristóteles a Copérnico, desde Galileu, Kepler, Newton e Einstein. E quanta resistência às teses científicas. Por outro viés, não somos imagem e semelhança de Deus por ele absolvidos como senhores da Terra; já fomos expulsos do paraíso infinitamente abundante e, mesmo que na dor damos à luz nossos filhos e no suor de nossos rostos comemos nosso pão, tornaremos à terra porque dela fomos tomados, somos pó e ao pó tornaremos. E este pó é *lavoisieriano* e constante em massa em um sistema fechado, pois a soma total das massas reagentes é igual à soma total das massas produzidas. Os recursos da *phýsis* não são infinitos. Se "na Natureza nada se cria e nada se perde, tudo se transforma" no breve interregno em que somos vida – apenas uma espécie dentro do processo evolutivo, temos na luta pela sobrevivência também uma batalha com nosso espelho. [...]. Desmonta-se a possibilidade de crescimento econômico contínuo e infinito, cuja tendência à acumulação e concentração passa a ser um fim em si, inclusive do ponto de vista ideológico, onde o capitalismo se legitima pelas promessas da sociedade de consumo cuja segurança, prosperidade e conforto seriam virtualmente alcançáveis pela combinação virtuosa de mercado, políticas econômicas e tecnologia. No entanto os limites físicos e seu esgotamento são evidentes e a relojoaria não tem fonte de energia para funcionar. [...]. Este é um livro que pretende ver e demonstrar o que acha preciso. Preciso no sentido de rigoroso e preciso no sentido de necessário, parodiando Fernando Pessoa, pois afinal sem poesia ninguém vive. (LUZ, 2014, p. 1)

Que seja Freud a afirmar:

> A questão fatídica para a espécie humana parece-me ser saber se, e até que ponto, seu desenvolvimento cultural conseguirá dominar a perturbação de sua vida comunal causada pelo instinto humano de agressão e autodestruição. Talvez, precisamente com relação a isso, a época atual mereça um interesse especial. Os homens adquiriram sobre as forças da natureza um tal controle, que, com sua ajuda, não teriam dificuldades em se exterminarem uns aos outros, até o último homem. Sabem disso, e é daí que provém grande parte de sua atual inquietação, de sua infelicidade e de sua ansiedade. Agora só nos resta esperar que o outro dos dois 'Poderes Celestes" [...], o eterno Eros, desdobre suas forças para se afirmar na luta com seu menos imortal adversário. Mas quem pode prever com que sucesso e com que resultado? (FREUD, 1997, p. 111)

Outra história?

Homo homini lupus.[16]

[16] Da peça Asinara de Plauto (230-180 a. C), dramaturgo romano.

ou

Morre o burro fica o homem.[17]

ou

O jumento é nosso irmão.[18]

Lina Bardi chega ao Brasil em 1946, consciente do significado de destruição de utopias civilizatórias por duas guerras mundiais na Europa, imprime outra matriz, vislumbrando uma possibilidade de articular erudito e popular em um programa de identidade brasileira via técnica e forma, estritamente amalgamado nos afazeres prosaicos do dia-a-dia. Não cai no ardil da utilização de *temas populares* como *fonte* de motivos apropriáveis como matéria prima para reinterpretação em peças eruditas, valor por si só já arrojado e recorrente desde Beethoven Dvorák, Gauguin, Picasso e, entre nós, Villa-Lobos. No sentido inverso do antropofagismo, que devora e incorpora a cultura externa, Lina ultrapassa o procedimento de embeber o trabalho erudito de fluidos primitivos, autóctones ou populares. Percebe com clareza a equivalência, sem subordinação, entre as instância erudito-popular, onde descobre analogia profunda de demandas, métodos, processos e resultados. Define um caminho na contramão do programa do PCB, colocando as camadas populares como capazes de imprimir valor e realizar a revolução pretendida, essas mesmas *conduzindo* as elites. É uma reviravolta e tanto:

> Lina Bo Bardi não compara a arte popular à erudita idealizando qualquer uma delas. Coloca-as lado a lado, em equivalência, como equiparáveis. Percebe, nas peças anônimas populares, a utilização econômica de materiais, fruto da necessidade premente, e em decorrência desta, a mesma capacidade de racionalidade, seriação, que fundamentava os pressupostos do Desenho Industrial formulado pelo Movimento Moderno, e procura articular esses princípios universalizantes a critérios de identidade encontrados no singular. Acima de tudo Lina Bo Bardi verifica a busca desesperada de existência no mundo, ainda assim uma poética pautada pela necessidade, pela utilidade, pela simplificação, atada à realidade imediata dos materiais (não eram esses os preceitos que deveriam dirigir o desenho da Bauhaus?) [...]. Poderíamos resumir sua compreensão de arte popular como etapa necessária e complementar ao desenvolvimento de um desenho e uma arquitetura modernos, no Brasil, como atividade política, de resistência aos efeitos do imperialismo contemporâneo baseado no capital. (LUZ, 2014, p. 115)

É esse justamente o entendimento que se quer evidenciar e associar aos métodos aqui apresentados.

Se podemos encontrar consistência de programas, necessidades, lucidez e autonomia criativa a partir da urgência, procuraremos articulação dos resultados desta Pesquisa em associação aos propósitos de camadas populares, organizadas em comunidades periféricas metropolitanas, como pequenas amostragem, se comparadas à magnitude das populações marginalizadas, tendo como caso piloto inicial comunidades com as quais tivemos colaboração anterior, realizada no âmbito de orientação a Trabalhos Finais de Graduação.

Este delineamento teórico submete o escopo pretendido a indagações de caráter amplo como:

[17] Da canção homônima de Jorge Bem Jor.

[18] Da canção homônima de Luiz Gonzaga.

É possível, no campo da arquitetura e do urbanismo, efetivar ações pautadas por um humanismo concreto e concretizável, onde ações de baixo para cima ou ainda melhor, ações lado-a-lado possam articular saberes eruditos e populares às demandas e programas dos reais atores aos quais se destinam com a participação decisória efetiva dos mesmos?

A ruptura da mais-valia e alienação do trabalho, implícitas no modo de produção industrial, pode conformar situações de autonomia?

Se na indústria da construção civil no Brasil o atraso técnico é evidente em relação à mão de obra, com excedente de oferta a custos mínimos e uma relação de trabalho perversa, é possível constituir uma reformulação em pequena ou média escala em manufaturas comunitárias de caráter autônomo, como alternativa *pelo avesso* a sistemas industriais de grande porte, prescindindo de investimentos concentrados?

Estas indagações não são originais nem pioneiras. Procuram se espelhar em um caminho percorrido com idas e vindas, aprendizados e conquistas. Tomo como referência a narrativa de João Marcos de Almeida Lopes, que apresenta sua experiência de quarenta anos articulada à reflexão do panorama histórico das atividades de contingente expressivo de arquitetos das últimas gerações no Brasil, no universo acadêmico, voluntário, semi-voluntário, militante, profissional e de inserção no Estado. Apresenta a influência inicial das realizações uruguaias de participação comunitária e profissional articuladas, atividades acadêmicas impulsionadas por determinados professores na FAUUSP, Belas Artes dos primeiros tempos, UnB, Unicamp, L'Habitat da FAUPUC de Campinas, USP São Carlos, perpassa técnicas e processos de fabricação e construção, possibilidades de articulação e contribuição aos movimentos sociais e protagonistas da luta por moradia até o governo da prefeitura Erundina em São Paulo, lutas e conquistas a partir da redemocratização do país, a Constituição de 1988, o Estatuto da Cidade, a Lei de Assistência Técnica, a tensão institucionalização estatal x movimentos populares e a situação contemporânea, tecendo uma lógica intermediada por sua trajetória de ação em praticamente todos esses campos, tempos e modos disponibilizando referência bibliográfica a respeito (LOPES, 2011).

É propósito desta Pesquisa priorizar técnicas que, em seus materiais, procedimentos e métodos, contivessem embriões de possibilidades as quais, a partir dos resultados, fomentassem a possibilidade futura de serem confeccionadas em oficinas ou manufaturas de pequeno e médio porte, sem investimento intensivo de capitais, investigando formas de inserção nos territórios mediante ambientes cooperativados solidários, geradores de renda e autonomia. Uma série de estratégias ultimamente têm sido veiculadas em meios diversos como a fabricação de blocos e painéis de plástico reciclado[19], solocimento a partir de moagem de entulho de construções, em bases de cooperação indústria-comunidade.[20]

Destaco interessante projeto do holandês Dave Hakkens, *Precious Plastic – machines to recycle plastic waste locally* -, que disponibiliza na internet, suportado por doações internacionais, técnicas de baixo custo para beneficiamento de plástico reciclável, manuais, modelos de espaços de trabalhos, exemplos de maquinaria executável por iniciativa individual, documentação e fórum de discussões, atingindo uma comunidade planetária. Há também o caso de José Alcino Alano, que desenvolveu aquecedor solar produzido com muita simplicidade a partir de materiais recicláveis. Apoiado pelo governo do Paraná, Secretaria do Estado do Meio

[19] A empresa Ecotop® beneficiava tubos de pasta de dente rejeitados pela indústria para fabricação de painéis e telhas.

[20] A empresa Pedra Verde, coordenada pelo arquiteto André Graziano, caminha nesse sentido.

Ambiente e Recursos Hídricos, IAP, SUDERHSA e ITGC, disponibilizou manual gratuitamente na internet, com o objetivo de formar agentes multiplicadores através de oficinas práticas.[21]

REFLEXÕES METODOLÓGICAS

Crê-se como extremamente válido o intercâmbio de conhecimentos entre graduação e pós-graduação como gerador de aprimoramento e efetivação do conjunto de hipóteses práticas e teóricas correspondentes, na dimensão adequada a cada etapa. Presume-se desejável, para tanto, a articulação de elementos anteriormente ensaiados no universo da graduação - notadamente os alcançados em Trabalhos Finais -, ao campo mais aprofundado da Pós-Graduação. Considera-se que nossa experiência nestes realizada, onde investigações e identificações conduziram à proposição de diretrizes, projetos urbanos e uma série de projetos de arquitetura comprometidos com as concepções urbanas, configuraram ensaios consistentes em face a determinados distritos das regiões periféricas extremas da RMSP, capazes de constituir embriões preparatórios para a presente investigação. Estes trabalhos têm como premissa a atuação nas frondes urbanas periféricas limites do tecido urbano, em contiguidade a regiões rurais e áreas de preservação ambiental, tencionando as relações homem-homem e homem-natureza, a saber, locais onde o compromisso ambiental é inexorável e evidente e as populações padecem efeitos extremos de relações sociais de exclusão, com carência de infraestrutura urbana básica, equipamentos e serviços, apresentando fragilidade com respeito à propriedade ou posse da terra. Paradoxalmente esses territórios se caracterizam pela existência de infraestrutura de grande porte, como o Rodoanel Metropolitano, rodovias, sistemas ferroviários, represas de abastecimento e energia ou áreas de Proteção Permanente também de caráter regional, como a Serra do Mar e a Cantareira. Essa contiguidade evidencia contradições do caráter metropolitano.

Abordaram-se os territórios considerando a efetiva parceria e colaboração com as comunidades locais, por meio de suas lideranças, o que transcendeu, em certa medida, as margens do ensino estrito, onde foram buscadas possibilidades de ações voluntárias e realizáveis, embriões para uma atividade de caráter extensionista e de pesquisas complementares, cujos laços constituídos podem se tornar apoios consistentes para uma metodologia de participação.

Determina-se, como campo de investigação territorial, as regiões periféricas de Perus, extremo norte de São Paulo, Fundão do Jardim Ângela e Marsilac, extremo sul de São Paulo, devido ao conhecimento estabelecido previamente com lideranças comunitárias locais e a orientação pregressa dos TFGs a partir de seus levantamentos e identificações, diretrizes e projetos urbanos abarcando as escalas regionais, locais e de recorte pormenorizado bem como os diversos projetos de arquitetura[22]. Pretende-se também a inclusão do TFG em Vila Bela, bairro no extremo leste de São Paulo, cuja orientação está em curso neste ano de 2018.

[21] Disponível em http://www.arquiteturasustentavel.org/wp-content/uploads/2014/03/Kit_res_17_solar.pdf
O registro do aquecedor junto ao INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial se fez necessário garantindo sua finalidade social, evitando sua utilização para fins comerciais pois seu propósito é gerar renda e emprego para cooperativas de catadores, instituições, associação de moradores, entre outras. Recebeu o Prêmio Super Ecologia 2004, da Revista Super-Interessante, Editora Abril.

[22] Trabalhos cujo território, metodologia e procedimentos foram compartilhados com o prof. Ms. Antonio Fabiano Jr., na Disciplina de Pré-TFG e TFG durante os anos letivos de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, e que têm sido alvo de apresentações em Congressos, artigos e publicações (Ver Referências). Procurou-se estender os limites estritos do ensino e estabelecendo oportunidades de parceria colaborativa com as lideranças comunitárias locais, alvo de extensão voluntária dos professores e, quando de livre iniciativa, por parte dos alunos, conscientes dos compromissos éticos que abrangem a atividade futura do arquiteto urbanista. Uma destas atividades – Revitavilla II - integrou a 11ª. Bienal de São Paulo, em 2017.

Considera-se que a amostragem de três regiões extremas das bordas metropolitanas de São Paulo, todas com características de interface urbana x rural x ambiental e em situação de fragilidade sócio espacial, seja suficiente como ensaio de possibilidades para definição geral de alternativas e encaminhamento. Essa primeira compilação contém um acervo consistente de ensaios de possibilidades técnicas correlatas e afins aos pressupostos da presente Pesquisa. Ademais foram objeto de apresentação em diversas oportunidades por convite, para representantes das comunidades envolvidas como no caso de Perus e no Fundão do Jardim Ângela e iniciou-se o mesmo procedimento no trabalho em curso em Vila Bela[23].

O arcabouço de alternativas e cenários serão investigados e cotejados, pressupondo que compete o aprofundamento em determinados sistemas e materiais a serem selecionados e estabelecidos, para o que apresentamos um elenco de possibilidades:

segundo sistemas de componentes de construção civil: estruturas, coberturas, vedações, caixilhos, pisos, isolamento térmico, acústico e de impermeabilização, acabamentos;

segundo sistemas de infraestrutura de pequena e média escala: coleta e tratamento de esgotos; coleta e tratamento de águas pluviais; coleta e tratamento de resíduos orgânicos; coleta e beneficiamento de resíduos recicláveis; energia passiva solar; energia passiva eólica; elementos de apoio ao cultivo agrícola familiar ou comunitária;

segundo os materiais: madeira roliça, aparelhada, bambu; chapas de madeira, compensadas, aglomeradas, OSB, MDF e outras; argamassa armada; metais em perfis, chapas dobradas ou planas; terra crua; solo-cimento; lajes pré-moldadas ou moldadas in loco; lajes pré-moldadas compostas com vigotas e enchimentos diversos; terra cozida e cerâmicas: tijolos maciços, tijolos furados estruturais ou de vedação, placas cerâmicas; blocos de concreto estruturais ou de vedação; plásticos; fibra de vidro; redes, telas, aramados, trançados e encordoamentos; cordas e cabos de aço; têxteis; tencionáveis; lonas; vidros; material plástico ou misto reciclado em chapas, perfis, lâminas ou moldados; entulho beneficiado; agregados não convencionais.

As etapas de desenvolvimento entrelaçadas de trabalho intencionam:

constituir fundamentação e arcabouço teórico de entendimento e argumentação suporte sobre alternativas às tecnologias industriais de construção, de grande escala ou convencionais, como possibilidade de constituição de um conjunto de sistemas e técnicas de arquitetura - opções passíveis de constituir autonomia, identidade e independência mais imediata às urgências de comunidades carentes de

[23] Em Perus foram apresentados os resultados do projeto urbano e dos projetos de arquitetura em centro comunitário local, com a presença de representantes comunitários, ocasião em que também foi realizada a doação de livros disponibilizados pelo corpo discente da FAUPUC de Campinas, que passaram a integrar a biblioteca deste centro comunitário e também a biblioteca pública do distrito. No Fundão do Jardim Ângela, o desenvolvimento dos TFGs foi acompanhado pela constante presença de lideranças e representantes locais, com o diretor e vice-diretora de EMEI Chácara Sonho Azul, prof. historiador Antonio Norberto Martins e prof. educadora Shirlei do Carmo – bem como da sra. Maria dos Anjos, representante comunitária de importante engajamento e conquistas. Estes representantes foram convidados para audiência das bancas parciais e finais dos TFGs com direito a fala e comentários. Os trabalhos foram apresentados no Fórum de Amigos do Fundão – "As Águas e a Comunidade: o que Fazer? ", para o qual os professores Antonio Fabiano Jr. e Vera Santana Luz colaboraram, na organização do evento, no convite a participantes como o arq. André Graziano – representante da empresa Pedra Verde, localizada no distrito, beneficiadora de entulho da construção civil, com colaboração comunitária e o grupo Metrópole Fluvial, da FAUUSP, coordenado pelos arqs. Alexandre Delijaicov e André Takyia, presentes com alunos bolsistas. Alunos dos TFGs de 2016 e 2017 realizaram concurso de cartazes para o evento e camisetas.

infraestrutura, moradia, equipamentos e espaços públicos, garantia de posse ou propriedade da terra -, características recorrentes nas regiões da cidade informal, típicas da urbanização metropolitana de São Paulo e sistêmicas nas cidades brasileiras;

iniciar modelo de investigação bibliográfica de práticas paradigmáticas a partir de determinados coletivos e escritórios de arquitetura com atuação em assessoria e assistência técnica à população de baixa renda e comunidades com fragilidade sócio espacial em São Paulo, elegidas inicialmente as organizações Usina CTAH e Peabiru TCA;

iniciar modelo de investigação bibliográfica sobre práticas paradigmáticas realizadas por coletivos e escritórios de arquitetura brasileiros[24] e latino-americanos com atuação em comunidades com fragilidade sócio espacial, como passíveis de analogia às condições urbanas brasileiras; elencamos algumas atuações significativas, como as realizações de cooperativas no Uruguai, experiências recentes na Colômbia, o trabalho de Alejandro Aravena/Elemental, Cristián Undurraga, Carlos Andrés Restrepo, Elisabeth Milagros Añaños, escritórios e coletivos como AMA, Gabinete de Arquitectura, Al Borde, Supersudaca, Pico Estudio/Espacios de Paz, Ruta 4, Abono ou outros;

iniciar investigação bibliográfica de sistemas e práticas referenciáveis, realizados por empresas e/ou pesquisas acadêmicas, aplicáveis na escala da arquitetura ou a conjuntos arquitetônicos de pequeno ou médio porte, em saneamento básico - edilício ou de conjuntos - de efluentes por wetlands, zona de raízes, tanques de evapotranspiração, bio-remediação, tratamento por macrófitas, bio-combustão, produção de biogás, cisternas e re-uso de águas e outras técnicas de tratamento em pequena escala, predominantemente em território nacional. Para o escopo e prazos da presente Pesquisa serão investigados sistemas em duas empresas selecionadas dentre as citadas: Terramax, Engaia, Aguapé, Ecosciences, Tecitec, Águas de Juturnaíba ou outras;

realizar investigações, inventários e proposições de materiais, sistemas e técnicas de confecção, fabricação, montagem, componibilidade de elementos e ensaios de detalhamento;

aprimorar as premissas metodológicas compreendendo aspectos materiais, sistêmicos, técnicos, de confecção, fabricação e montagem, de componentes, de detalhamento, capazes de fomentar posteriores investigações complementares de transporte e de estimativa orçamentária preliminar;

organizar insumos para protótipo de Cadernos ou Cartilhas abertas de técnicas e sistemas, como suporte utilizável para demandas comunitárias;

apresentar o produto final de protótipo de Cadernos e Cartilhas em eventos da comunidade acadêmica[25].

Serão priorizados sistemas e materiais que se mostrarem hipóteses consistentes para confecção em oficinas ou manufaturas de pequena ou média escala, facilidade de produção e montagem, como potenciais geradores de autonomia e renda.

[24] A exemplo: Ambiente Arquitetura, Brasil Habitat, Grão, Fábrica Urbana, Integra Cooperativa.

[25] Como horizonte futuro, que transcende seu objetivo atual, pretende-se a desejável participação social sistematizada e aplicação real.

OBJETIVOS

Tem-se como objetivo principal a realização de investigações, inventários e proposições de um elenco de possibilidades técnicas aplicáveis de modo alternativo, emergente ou imediato visando constituir subsídios passíveis de utilização no sentido de ampliar a autonomia de comunidades em situação de precariedade sócio espacial.

A diversidade de técnicas, sistemas e processos e as possibilidades de sua aplicação no âmbito da arquitetura e construção civil – desde a habitação unifamiliar a equipamentos coletivos e públicos - e sistemas de infraestrutura de pequena e média escala complementares, pretendem configurar parâmetros para demandas de determinadas comunidades, tendo em vista a aproximação entre modelos teóricos e situações reais, cuja abordagem busque condicionar conhecimento intelectual e erudito da arquitetura às contingências objetivas e tangíveis, tendo como compromisso ideológico o horizonte do humanismo concreto e a procura de constituir um arcabouço socialmente necessário e efetivo. Tem-se ainda a perspectiva de estabelecer um conjunto de formas, modos e procedimentos capazes potencialmente de ampliar o conhecimento das comunidades envolvidas no sentido de suporte para maior capacitação com respeito à construção civil.

Como característica intrínseca pressupõe-se constituir um sistema aberto, constantemente ampliável e adaptável conforme a diversidade de situações tendo, como desdobramento potencial, a capacitação de comunidades em ofícios, para confecção ou fabricação de peças em manufaturas de pequena ou média escala, visando a constituição de espaços de trabalho solidário e geração de renda, como contribuição efetiva, cujo escopo configurado, elencado em Cadernos ou Cartilhas de linguagem ilustrada, direta e objetiva, possa ser um passo no sentido do fortalecimento da identidade e cidadania das comunidades envolvidas.

REFERÊNCIAS:

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos Mutirões.** São Paulo: Editora 34, 2002.

ARTIGAS, João Batista Vilanova. **Caminhos da Arquitetura.** São Paulo: LECH Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

BARDI, Lina Bo; SUZUKI, Marcelo (coord. ed.). **Tempos de Grossura:** o Design no Impasse. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1994.

CASTILLO, Alina del; SILVA, Luis Octavio de Faria e; OTERO, Ruben; VALLÉS, Raúl. **Cooperativas de Vivienda en Uruguay:** Medio Siglo de Experiencias. Montevideo: Universidad de la Republica. Facultad de Arquitectura, 2015.

CREDIT SUISSE RESEARCH INSTITUTE. **2017 Global Wealth Report.** Disponível em https://www.credit-suisse.com/corporate/en/research/research-institute/global-wealth-report.html

DAVIS, Mike. **Planeta Favela.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

FERRO, Sérgio; ARANTES, Pedro Fiori (org.). **Arquitetura e Trabalho Livre.** São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FREUD, Sigmund: **O Mal-estar na Civilização.** Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GEORGES, Rafael. **A Distância que nos Une:** um Retrato das Desigualdades Brasileiras**.** São Paulo: OXFAM BRASIL, 2017.

KOPP, Anatole. **Quando O Moderno Não Era Um Estilo E Sim Uma Causa.** São Paulo: Nobel EDUSP, 1990.

LOPES, João Marcos de Almeida. **Sobre Arquitetos e Sem-Tetos.** Tese de Livre-Docência. USP - Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, 2011.

LUZ, Vera. **Ordem e Origem em Lina Bo Bardi.** São Paulo: Giostri Editora, 2014.

LUZ, Vera. "Humano e/ou Natureza: Mal Estar? " **Resenhas On Line.** São Paulo: Vitruvius, 192.05, ano 17, fevereiro 2017. Disponível em http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/17.182/6424

LUZ, Vera; FABIANO JR., Antonio. **Projeto e Ato no Fundão do Jardim Ângela:** por uma Relação Urbano x Rural x Ambiental na Metrópole. Trabalho apresentado no VI Seminário Internacional da AEAULP Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa: A Língua que Habitamos. Trigueiros, Conceição (org.). Belo Horizonte, 2017.

LUZ, Vera; FABIANO JR., Antonio. **Por Uma Relação Urbano x Rural x Ambiental na Metrópole:** o Caso de Marsilac. In: Trigueiros, Conceição (org.): Arquiteturas do Mar, da Terra e do Ar. Volume 1. Lisboa, AEAULP Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa, 2014. P383-392.

LUZ, Vera; FABIANO JR., Antonio. **Marsilac: nas Bordas da Cultura.** Uma Busca de Paradigmas na Relação Homem e Natureza. In: Veloso, Maísa; Elali, Gleice Azambuja(org.): Caderno de Resumos 7 Projetar 2015. Volume 1. Natal, Editora Firenzze, 2015. P124-124.

LUZ, Vera; FABIANO JR., Antonio. **Por uma Relação Urbano x Rural x Ambiental:** o Caso de Perus. Trabalho apresentado no II Congresso Internacional de Arquitetura e Sustentabilidade ARQAMAZÔNIA: Cidade e Natureza, Ambiente de Todos. Manaus, 2016.

LUZ, Vera; FABIANO JR., Antonio. **Mundos e Fundos:** Projeto e Atos no Fundão do Jardim Ângela. **Arquitextos.** São Paulo: Vitruvius, N. 208.04, Projeto Urbano, ano 18, outubro 2017. Disponível em http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.208/6741

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e Colapso Ambiental.** Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

LE CORBUSIER. **Vers une Architecture.** Paris: Les Éditions G Crès et C., 1924.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista.** São Paulo: Editora Brasiliense, Edições Cebrap, 1975.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ONU. **The Rio Declaration on Environment and Development 1992.**

ONU. CGDES - COORDENADORIA GERAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; GOVERNO FEDERAL BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:** Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2016. Disponível em https://nacoesunidas.org/pos2015

ONU-HABITAT/ROLAC; GOVERNO FEDERAL DO BRAIL; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; MINISTÉRIO DAS CIDADES; SECRETARIA NACIONAL DA HABITAÇÃO. **Habitação Social e Sustentabilidade Urbana. Sustentabilidade Urbana:**

Impactos do Desenvolvimento econômico e suas consequências sobre o Processo de Urbanização em Países Emergentes. Textos para as Discussões da Rio + 20, Volume 3. Brasília, 2015.

OXFAM Internacional: OXFAM BRASIL - OXFORD COMMITTEE FOR FAMINE REFIEF/ COMITÊ DE OXFORD DE COMBATE À FOME. **Uma Economia para os 99%**. São Paulo: OXFAM, 2017. Disponível em www.oxfam.org.br

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da Desigualdade 2017.** Disponível em http://nossasaopaulo.org.br/portal/mapa_2017_completo.pdf

ROLNIK, RAQUEL. **A Guerra dos Lugares:** a Colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

SANTOS, MILTON. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Hucitec Editora, 1994.

UN - UNITED NATIONS. **Report of the United Nations Conference on the Human Environment.** Stockholm, 5-16 junho 1972.

UN - UNITED NATIONS; Brundtland, Gro Harlem (org.). **Report of the World Commision on Environment and Development:** Our Common Future. 1987**.**

UN - UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs Population Division. **World Urbanization Prospects.** The 2014 Revision. New York: 2015. Disponível em: http://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatorio-da-onu-mostra-populacao-mundial-cada-vez-mais-urbanizada-mais-de-metade-vive-em-zonas-urbanizadas-ao-que-se-podem-juntar-25-mil-milhoes-em-2050 https://esa.un.org/unpd/wup/Publications/Files/WUP2014-Report.pdf

WACKERNAGEL, Mathis; RESS, William. **Our Ecological Footprint:** Reducing Human Impact on the Earth. Canada: New Society Publishers, 1996.

WWF - World Wildlife Found. **Global Footprint Network:** Living Planet Report 2016: Risk and Resilience in a New Era. Índices relativos ao ano de 2012. Disponível em: http://www.wwf.nl/custom/LPR_2016_fullreport/

V enanparq
Salvador - 2018

POSITIVISMO E ANTIPOSITIVISMO: DUAS FILOSOFIAS PARA A COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO ARQUITETÔNICA

POSITIVISM AND ANTI-POSITIVISM: THE TWO BASIC PHILOSOPHIES THAT CAN BE CONCEIVED AS THE BASIS FOR UNDERSTANDING ARCHITECTURE AND ITS EDUCATION

POSITIVISMO Y ANTIPOSITIVISMO: DOS FILOSOFIAS PARA LA COMPRENSIÓN DE LA EDUCACIÓN ARQUITECTÓNICA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

CARVALHO, Giuliano Orsi Marques de
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor do CAU UFT
giulianoorsi@uft.edu.br

ELALI, Gleice Azambuja
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora do CAU e PPGAU UFRN
gleiceae@gmail.com

POSITIVISMO E ANTIPOSITIVISMO: DUAS FILOSOFIAS PARA A COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO ARQUITETÔNICA

POSITIVISM AND ANTI-POSITIVISM: THE TWO BASIC PHILOSOPHIES THAT CAN BE CONCEIVED AS THE BASIS FOR UNDERSTANDING ARCHITECTURE AND ITS EDUCATION

POSITIVISMO Y ANTIPOSITIVISMO: DOS FILOSOFIAS PARA LA COMPRENSIÓN DE LA EDUCACIÓN ARQUITECTÓNICA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Nas últimas décadas, o ensino de (projeto de) arquitetura tem sido objeto de estudos de inúmeras investigações, muitas das quais se desdobram em proposições acerca de processos e técnicas de ensino-aprendizagem. Este artigo revisa algumas importantes concepções teóricas que balizaram tal processo. Com base em um recorte cronológico que abarca quase dois séculos, busca-se compreender as transformações pedagógicas ocorridas no ensino de arquitetura à luz das formulações de outras disciplinas, especialmente a pedagogia. O texto, que estabelece interlocuções entre personagens e temas diversos a partir de aproximações disciplinares pouco rígidas, se orienta em torno de uma provocação teórica de Salama (2008) a respeito da educação arquitetônica vincular-se basicamente a duas filosofias: positivista ou antipositivista. O artigo se desenvolve em duas partes: a primeira discute permanências e rupturas em torno do método Beaux-Arts face às diretrizes pedagógicas suscitadas pelo Movimento Moderno; a segunda é conduzida pelas ideias decorrentes do *Design Methods Group* (DMG), modelo dos ideários das décadas de 1960/1970 e oscilante em relação às filosofias citadas. Ao final apontam-se algumas contestações pedagógicas oriundas dos anos 1970, responsáveis por gestar mudanças no rumo da educação arquitetônica e ainda presentes na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: ensino de arquitetura; teoria do projeto; experimentações projetuais; diretrizes didático-pedagógicas; processos e técnicas de ensino-aprendizagem.

ABSTRACT:
For the last decades, the design education has been object of study of several researches in which many of them unfold themselves into propositions regarding to teaching and learning processes and techniques. This paper revises some important theoretical conceptions that demarcated such process. Based upon a chronological division that embraces almost two centuries, it intends to comprehend the pedagogical transformations that took place in the process of architecture teaching in the light of formulations of other subjects, specially the pedagogy one. The text, which sets interlocutions among characters and diverse themes from less rigid disciplinary approaches, guides itself according to the theoretical provocation of Salama (2008) which discusses the design education linking itself to two principles: positivist or antipositivist. The paper develops itself into two parts: the first one discusses the permanency and ruptures around Beaux-Arts method due to pedagogical guidelines emerged by Modern Movement; the second one is leaded by the ideas resulting from Design Methods Group (DMG), the model of ideologies from 60's and 70's decades and oscillate regarding to the aforesaid philosophies. Lastly, the article points out some pedagogical contestations deriving from the 1970's, which were responsible for managing changes towards design education and yet found and studied nowadays.

KEYWORDS: *design education; design theory; design experimentations; teaching-learning guidelines; teaching-learning processes and techniques.*

RESUMEN:
En las últimas décadas, la enseñanza de (proyecto de) arquitectura ha sido objeto de estudios de numerosas investigaciones, muchas de las cuales se desdoblan en proposiciones acerca de procesos y técnicas de enseñanza-aprendizaje. Este artículo revisa algunas importantes concepciones teóricas que orientan este proceso. Basado en un recorte cronológico que contiene casi dos siglos, este artículo intenta comprender las transformaciones pedagógicas ocurridas en la enseñanza de arquitectura en las formulaciones de otras asignaturas, especialmente la pedagogía. El texto, que establece interlocuciones entre personajes y temas distintos a partir de aproximaciones disciplinares poco rigurosas, se orienta acerca de una provocación teórica de Salama (2008) que debate la educación arquitectónica vincularse básicamente a dos filosofías: positivista o antipositivista. El artículo se desarrolla en dos partes: la primera discute sobre permanencias y rupturas acerca del método Beaux-Arts frente las directrices pedagógicas suscitadas por el Movimiento Moderno; la segunda parte es conducida por los ideales derivados del Design Methods Group (DMG), modelo de los idearios de las décadas de 1960/1970 y oscilante en relación a las filosofías que fueron mencionadas. Al final apuntan-se algunas contestaciones pedagógicas derivadas de los años 1970, responsables por gestar cambios en la búsqueda de la educación arquitectónica y aún presentes en la actualidad.

PALABRAS-CLAVE*: enseñanza de arquitectura; teoría del proyecto; experimentaciones proyectuales; directrices didáctico-pedagógicas; procesos y técnicas de enseñanza-aprendizaje.*

INTRODUÇÃO

A instigante afirmação de Ashraf Salama (2008, p. 115) que inspira o título deste artigo, pressupõe uma espécie de bipartição das proposições para o ensino de arquitetura, vinculando-as às duas filosofias: um grupo de propostas tendente ao positivismo, e outro voltado para sua contestação. Nota-se que, embora essa premissa possa ser facilmente observada nos dias de hoje, ela também pode ser tida como inválida, face à larga proliferação de métodos pedagógicos adotados nas escolas de arquitetura ao redor do mundo que buscam, dentre tantos desafios, responder às novas demandas tecnológicas intrínsecas ao tempo presente. Nesse sentido, apesar da crescente e notória diversidade metodológica atual, essa pluralidade não anula a histórica dicotomia que caracteriza o ensino arquitetônico. Seja em território brasileiro, seja em nível internacional, essa bipartição parece persistir, não somente entre as culturas latina e anglo-saxã, mas no mundo ocidental como um todo.

Ao refletirmos sobre o excerto de Salama (2008), propomo-nos a realizar uma revisão da literatura que, embora ambiciosa em vista do recorte temporal escolhido, se limita a pontuar episódios que ilustram a constituição de métodos para o ensino de (projeto de) arquitetura, quando possível imbricando-os a outras áreas do conhecimento, especialmente à pedagogia. Para tanto, optou-se por sistematizar uma espécie de *longue durée* em torno de: (i) ascensão do método Beaux-Arts, no início do século XIX, até o seu declínio gradativo com o advento do Modernismo; (ii) ideias decorrentes do *Design Methods Group* (DMG), entre as décadas de 1960 e 1970, numa espécie de novo fôlego positivista no período, enfraquecido precocemente. Sobre o último período, o estudo não avança até a plenitude da década de 1970 ao que Bayazit considera como "o horário nobre para o desenvolvimento inicial da ciência do design" (2004, p. 26) enquanto realidade propulsora de inovações pedagógicas. As considerações em torno do pressuposto de Bayazit, em fase de elaboração pelos pesquisadores, serão tratadas em artigo subsequente.

A estrutura do trabalho, com organizações temporal e disciplinar pouco rígidas, procura intensificar aproximações entre as disciplinas pedagógica e arquitetônica, incidindo principalmente sobre os métodos apresentados, não importando a sua origem. Ao imbricá-los de forma livre, busca-se associar conhecimentos aparentemente diversos, mas convergentes em favor do confronto de ideias, evitando-se segmentações ortodoxas, que poderiam dificultar as conexões pretendidas.

SOBRE O POSITIVISMO NA EDUCAÇÃO ARQUITETÔNICA

Ao reivindicar o primado da ciência – "o único conhecimento válido é o científico; o único método para adquirir conhecimento é o das ciências naturais" (REALE, ANTISERI, 2005, p. 287) – o positivismo, em seu longo percurso de hegemonia sobre a cultura europeia, dominou não somente as manifestações filosóficas, políticas e literárias. O campo da pedagogia, especialmente – ainda que paralelamente houvesse uma reação a esse tipo de ideia – foi expressão das mais influenciadas por este movimento, tendo o ensino de arquitetura colecionado um arsenal de experiências que evidenciam a essência desse pensamento que dominou a academia europeia até a segunda década do século XX, declinando-se pouco a pouco nas décadas seguintes.

Os conteúdos específicos à pedagogia arquitetônica denotam proposições que tendem ao universalismo. Seus proponentes são caracterizados por um tipo de pensamento baseado na "(...) realidade objetiva, com componentes e partes capazes de ser observadas, percebidas e acordadas, (...) (tendo) ênfase sobre as propriedades comuns de edifícios ou de ambientes construídos que conduzem à supressão de pontos de vista múltiplos, pensamentos e vozes" (SALAMA, 1999).

Durand (1760-1834), um dos precursores no campo da teoria do projeto arquitetônico, buscou estabelecer vínculos entre a pesquisa acerca da criação e sua correspondente proposição em termos de um método de projetação. Embasado em sua crença no positivismo, o autor condicionou a aplicação de regras apontadas como 'científicas' ao ensino de arquitetura, reavaliando os antigos procedimentos educacionais no intuito de dar-lhes caráter técnico-científico (VILLARI, 1990, p. 31). Ao evitar práticas baseadas na subjetividade, intuição e mimese, exaltou o pragmatismo, o funcionalismo e o utilitarismo enquanto verdadeiros lemas pedagógicos. As lições de Durand, sintetizadas em *Précis des leçons d'architecture donnés à l'École Polytechnique* (1802/1805), indicam que o projeto deveria ser o resultado de um processo de combinações de elementos construtivos. Assim, a dimensão prática seria a diretriz principal das composições arquitetônicas, e a atividade de projetação seria algo decorrente de um arranjo de peças, no que se convencionou chamar de método Beaux-Arts, que, desde a sua consolidação até os primeiros delineamentos modernos, descreveu o projeto de arquitetura como uma operação racional.

Ao confrontar as ideias de Julien Guadet (1834-1908) com as de Auguste Choisy (1841-1909), personagens centrais no período de transição para a pedagogia arquitetônica moderna, Reyner Banham (1985) vinculou a composição como tema recorrente nos trabalhos do primeiro (Guadet), enquanto, no segundo (Choisy), observou a ênfase no aspecto construtivo. Entretanto, segundo Banham, ambos os teóricos destacavam a natureza lógica e racional da concepção como fundamento dos seus estudos e proposições. Isto é, o autor enxergou uma gradativa passagem de um método para o outro, nunca no sentido de ruptura. Esta visão é compartilhada por autores mais recentes, inclusive no Brasil, como Elvan Silva, que apontou fortes aproximações entre as pedagogias do método Beaux-Arts e do Movimento Moderno, ambas pautadas na limitação dos elementos de composição e na existência de vocabulário canônico (2003, p. 32).

Nessa mesma linha de pensamento, Bowser (1983, p. 12) relatava que Walter Gropius (1883-1969), diretor da Escola Bauhaus entre 1919 e 1927, "concordava com o princípio (de composição de elementos), mas não com os elementos clássicos, substituindo-os pelo ponto, linha e plano da geometria". Segundo o autor, "a diferença entre as duas escolas (Beaux-Arts e Bauhaus) estava apenas na escolha de elementos" (idem).

Em sentido oposto, ao confrontarem estas duas concepções de ensino outros autores indicam mais diferenças do que semelhanças entre elas: Nigel Cross (2001, p. 49), por exemplo, aponta para o *De Stijl* dos anos 1920 como um exemplo do desejo de *scientize* do design; Nigan Bayazit que, ao tratar das transformações pedagógicas na segunda metade do século XX, considera que as "(...) raízes das diversas disciplinas do design, desde a década de 1920, são encontradas dentro da Bauhaus, estabelecendo-se como o fundamento metodológico para a educação design" (2004, p. 17). Ainda sobre o intervalo de transição para o Modernismo, mas tendo em mente não só a arquitetura, Efland pondera que, embora o período tenha sido caracterizado como aquele de maior produção positivista, este travou uma guerra contra a imaginação artística (2008, p. 321).

Considerando-se o ideário arquitetônico oitocentista francês (cujo debate alcançou as primeiras décadas do século XX), inserem-se proposições advindas da Pedagogia para intensificar a discussão incitada neste artigo. Assim, embora alguns autores desse campo não especulassem sobre o espaço arquitetônico – haja vista que "ao lançar as bases de sua pedagogia, cada teórico (...) (concebia) implícita ou explicitamente, aspectos físicos e de qualidades do ambiente" (ELALI, 2002, p. 92) –, passaram a valorizar a experiência sinestésica antes mesmo dos arquitetos. Sob esse ponto de vista, a perspectiva multissensorial de que carece o método Beaux-Arts (falho em trabalhar a compreensão do espaço pelos estudantes de arquitetura), não falta nas proposições de autores da Pedagogia, como Maria Montessori (1870-1952) e John Dewey (1859-1952), por

exemplo. O pragmatismo de Dewey, diferentemente de Durand, nos convida ao aprendizado através do mundo, no qual a sala de aula é somente mais um dentre tantos outros espaços de ensino: “educação é vida, não preparação para a vida” (DEWEY, 1967 [1902], p. 37). Semelhantemente, nas teorias de Montessori, a classe é uma espécie de pequeno lar com diferentes recintos, materiais didáticos baseados na autocorreção e na sensorialidade, valorizando a interação sensorial através da variabilidade de peças lúdicas que funcionam como dispositivos sinestésicos. Para a autora, é o aluno que escolhe os materiais “(...) se apropria deles, os utiliza e se exercita segundo suas próprias tendências e necessidades e conforme os impulsos que o objeto desperta” (MONTESSORI, 1937 [1909], p. 176).

Diante desta reflexão, presume-se que a revolução gestada pela Pedagogia gradativamente encontrou ressonância no campo arquitetônico, não alcançando a sua plenitude nem mesmo com o advento do Modernismo. Ilustramos esse argumento pelos fatos ocorridos em torno do polêmico curso de Johannes Itten (1888-1967), ministrado na Bauhaus entre 1919 e 1923. Para conceber suas aulas, o revolucionário Itten apoiou-se nas proposições de Montessori (sobre o estímulo da criatividade individual e das habilidades específicas) e no pragmatismo de Dewey. Segundo Frampton (1997), a postura pedagógica incomum de Itten, alicerçada no anti-autoritarismo, misticismo, religião e comportamento (inclusive alimentar), fez com que, durante sua estada na Bauhaus, o debate em torno do ensino da arquitetura se exaltasse. Os impasses gerados culminaram com sua demissão e a publicação de um documento escrito por Walter Gropius, diretor da escola em 1923. No manifesto, Gropius defendeu a necessidade da conciliação entre produção industrial e design artesanal para que o estudante de arquitetura não “aprendesse segregado do mundo da produção”, o que significava um duro golpe ao curso proposto pelo mestre demitido, que tinha por “objetivo básico o desenvolvimento da personalidade criativa” (ITTEN, 1963, p. 104), buscando “tocar o núcleo mais íntimo dos alunos e arrebatar uma luz espiritual” (ibidem, p. 7).

Embora Gropius e Itten defendessem uma pedagogia inovadora e fossem adeptos das teorias de Dewey, procurando aplicá-las segundo o pragmatismo do “aprender fazendo”, suas abordagens metodológicas e diretrizes ideológicas materializaram-se de forma profundamente distintas, fazendo-nos refletir sobre as dificuldades em constituir-se consonâncias para o ensino de (projeto de) arquitetura. O desentendimento entre os dois mestres tornou-se um dos poucos relatos que nos chegam sobre as atividades desenvolvidas dentro de um atelier de projeto, reverberado em discussões estruturais acerca do plano pedagógico de uma escola de arquitetura. Apesar dos debates acalorados sobre o ensino de arquitetura serem, tradicionalmente, insumos riquíssimos para o registro e pesquisa, esses fatos são normalmente pouco divulgados e mantidos apenas nas memórias dos personagens envolvidos. Muito provavelmente, a contenda ocorrida na Bauhaus, em 1923, tenha se propagado pela literatura arquitetônica mais em virtude da postura pouco convencional e de excessiva autopersonificação de Itten do que pela vontade da escola em difundir perspectivas educacionais em prol do debate acerca das variadas possibilidades pedagógicas na academia arquitetônica.

Outra inovadora experiência arquitetônico-pedagógica vinculada ao pragmatismo de Dewey deveu-se à Frank Lloyd Wright (1867-1959), que fundou a Escola de Arquitetura Taliesin Leste. Ainda mais fiel à filosofia do “aprender fazendo”, a proposição de Wright constituía em estimular os estudantes a terem contato com tudo o que se relacionava à arquitetura, o que lhes proporcionaria a vivência e o entendimento das especificidades do canteiro de obras (WRIGHT, 2005 [1943]). Na escola, era possível que os estudantes trabalhassem num determinado local, colocando-se no lugar do usuário e/ou do trabalhador, para apreender os mecanismos de funcionamento de coisas variadas. Seja exercendo o papel de cozinheiros, marceneiros, pedreiros, etc., a finalidade era a de analisar os procedimentos e aplicar no projeto esse conhecimento adquirido na pesquisa de campo. Nesse sentido, a empreitada de Wright representa uma profunda ruptura

com o método Beaux-Arts, sobretudo por rejeitar a compreensão de que o projeto seria mera questão criativa.

Referenciar personagens proponentes de pedagogias que se constituíram inovadoras ao longo da primeira metade do século XX não significa afirmar que a história que cerca o ensino de arquitetura tenha sido linear naquele período. Não sabemos dizer até que ponto o método Beaux-Arts sobrevivera, tampouco apontar estatísticas sobre em quais escolas e períodos fora hegemônico. Corroboramos Banham (1985) a respeito de uma gradual transição para a modernidade, sendo o positivismo um componente contumaz nessa nova diretriz pedagógica. A crítica sobre experiências inovadoras encontra eco, por exemplo, quando questões voltadas à criatividade e subjetividade são desqualificadas. Além do duro manifesto de Gropius na Bauhaus de 1923, encontram-se relatos que expressam visões semelhantes, como nos informa Michael Walker (1993, p. 41) acerca da postura pedagógica de Mies van der Rohe (1886-1969) no sentido da intransigência do mestre em adotar métodos inovadores ao vincular o ensino de projeto, quase que exclusivamente, ao ofício do atelier, rejeitando práticas voltadas à auto expressão do alunado e priorizando a atividade laboral. Nesse sentido, as oscilações entre metodologias positivistas e antipositivista foram muito frequentes no recorte temporal apresentado. Embora tenhamos selecionado concepções pedagógicas que evidenciem suas filosofias dominantes, torna-se difícil tarefa enquadrar outras tantas – provavelmente a maioria – numa ou noutra filosofia.

O PROJETO VISTO (E NÃO VISTO) COMO CIÊNCIA

Muitos dos avanços tecnológicos advindos da Segunda Grande Guerra passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas numa época que se notabilizou chamar Anos Dourados. Novos hábitos de consumo e comportamento passariam a espelhar-se na cultura estadunidense em decorrência dos altos níveis de bem-estar social gerados naquele país, principalmente aqueles relacionados às qualidades de moradia e de telecomunicações. Os anos 1950 apontavam para a constituição de um mundo cada vez mais dominado pela tecnologia: a revolução da indústria pautada pela robótica, a exploração espacial travada entre EUA e URSS, e o progressivo aperfeiçoamento da tecnologia computacional, certamente contribuíram para que, na década seguinte, a academia arquitetônica pudesse aventar sobre a possibilidade de ser o projeto arquitetônico um objeto científico, o que geraria impactos importantes em sua pedagogia.

Ao longo dos anos 1960, o progresso técnico-computacional subsidiou a formação de uma consciência sobre a necessidade de melhor compreender os processos que envolviam o projeto, buscando investigar, analisar e avaliar os seus métodos sob bases lógico-científicas. No período, esse pensamento materializou-se em importantes conferências que atuaram, essencialmente, em prol da desmistificação da criatividade, enxergando-a como algo mais próximo do conhecimento científico, e em benefício do desenvolvimento de novos métodos de projetação.

Christopher Jones, um dos mais importantes personagens daquela época, teve muitas de suas ideias propagadas na *Conference on Design Methods*, que organizou em 1962, e foi considerada “a primeira abordagem científica para métodos de projeto na Inglaterra” (BAYAZIT, 2004, p. 18). Embora o evento tenha culminado na formação do *Design Methods Group* (DMG), em 1968, esta primeira empreitada foi assinalada pelo seu “caráter simplista, onde todo mundo estava sistematizando a sua própria abordagem para a concepção e exteriorizando-a como método de projeto” (idem). As edições seguintes foram mais densas e relevantes para a educação arquitetônica, evidenciando cada vez mais a contribuição de Jones que, na maior parte do longo tempo de carreira, manteve sua visão acerca da supremacia da lógica sobre as soluções

meramente estéticas. Essas ideias estão contidas nos inúmeros livros sobre métodos de design escritos pelo autor, dentre os quais se destaca *Design Methods* (1970), que examina e sintetiza ideias correntes à época ao apresentar 35 diferentes métodos de projetação.

Embora tão essencial quanto Jones em relação ao DMG, mas mais variante em seus posicionamentos acerca do projeto, Christopher Alexander defendeu uma espécie de *modus operandi* puramente objetivo. Para ele, quanto melhor fosse elencada a problematização, melhor se dariam as resoluções projetuais. Nessa perspectiva, essencialmente positivista, o projeto seria interpretado como uma resposta para um determinado problema, não havendo diferença entre a definição exata do problema e sua solução. O autor defendia que, com auxílio de computadores, o arquiteto poderia listar todos os requisitos e problemas inerentes à uma questão projetual, de modo a gerar tabelas de interconexão entre um e outro tópico, as quais corresponderiam à solução procurada (ALEXANDER, 1969), o que representava uma abordagem exclusivamente tecnicista da atividade projetual.

Os expoentes dos primeiros tempos do movimento dos métodos (*Design Method Movement*, no original) centraram seus olhares em procedimentos racionais, incorporação de técnicas científicas e conhecimentos voltados para o processo de design. Eles tentavam trabalhar os critérios racionais de tomada de decisão e, mais do que isso, otimizá-los; algo que nem sempre foi fácil de alcançar (BAYAZIT, 2004, p. 19). Morris Asimow (1906-1982), outro personagem pioneiro, elucida o espírito do período definindo-o como "tomada de decisão, em face da incerteza, com penas severas para os erros" (JONES, 1978 [1970], p. 3).

A discussão centrada no processo, a rigidez da linguagem (abstração) e o distanciamento em relação às necessidades dos usuários são apontados como os maiores motivos para o enfraquecimento do DMG em meados da década de 1970, quando Jones e Alexander declararam insatisfação com os rumos das pesquisas em projeto, ambos alegando motivos semelhantes: o primeiro referiu-se à insuficiência da racionalidade e a defesa da intuição; o segundo classificou parte do debate como pouco válido, mero “jogo intelectual” (OLIVEIRA, PINTO, 2009). De acordo com Broadbent (1981, p. 309 apud BAYAZIT, 2004, p. 19), essa desordem no movimento, deveu-se (ao menos parcialmente) à postura crítica de Tony Ward que, durante o *Portsmouth Symposium* (1967), instigou confrontos entre dois grupos: aqueles que considerava behavioristas (representantes de um tipo de visão mecanizada), e aqueles (incluindo ele próprio) que entendia serem existencialistas/fenomenologistas (preocupados “com a humanidade” dos seres humanos).

Num segundo momento, o DMG assistiu ao esgotamento dos procedimentos metodológicos originais que, gradativamente, deram lugar à reconstituição dos enfoques temáticos e ampliação (inter)disciplinar das abordagens. Essa tendência culminou na criação de importantes publicações, como o periódico *Design Studies*, que sobrevive até hoje com ampla repercussão acadêmica.

A partir do final da década de 1960, as mudanças de enfoque sobre a projetação arquitetônica delinearam o crescente espírito antipositivista que predominou no período. À medida que os anos avançavam, foram surgindo abordagens menos cartesianas e entendimentos sobre os quais indivíduos e grupos adquiririam diferentes tipos de conhecimento sobre o mesmo fenômeno.

Um exemplo de mudança radical em sua abordagem investigativa/propositiva ocorreu com o próprio Christopher Alexander ao constatar que os requisitos de um problema de projeto e suas inter-relações eram tão inumeráveis e imprevisíveis que não havia sistema racional capaz de fazer surgir a forma a partir dos diagramas construtivos anteriormente propostos por ele. Doravante, o autor começou a pesquisar algumas

culturas étnicas (que anteriormente denominava “culturas inconscientes de si próprias”) a fim de tomar seus procedimentos como modelos a seguir. Ao adotar uma postura abertamente metafísica, o autor se distanciaria cada vez mais das posturas cartesianas iniciais, porém sempre em busca de uma abordagem para o enfrentamento daquele tipo de questão.

Nos primeiros anos da década de 1970, as aplicações das teorias da pedagogia à arquitetura começaram a ganhar mais relevo. Piaget, além de influenciar tardiamente a área em função das indicações de sua própria obra, também repercutia ideias de autores então consolidados (como Rousseau, Pestalozzi e Fröebel) e as proposições (naquela ocasião ainda) inovadoras, de Dewey, Claparede, Decroly e Montessori (CARVALHO, 2016, p. 42). Em resenha sobre o então recém-lançado *Jean Piaget, Science of Education and the Psychology of the Child*, Garry T. Moore (1971) informava que embora entre 1921 e 1925 essas ideias já estivessem presentes nas publicações de Piaget, só naquele momento estavam sendo mais largamente aplicadas em sala de aula.

A partir do amplo espectro da obra de Piaget, mas considerando especificamente questões relacionadas ao ensino, o pesquisador defendia a conexão entre a interdisciplinaridade e as necessidades do cotidiano, além do estímulo ao sentimento de liberdade do alunado no tocante às possibilidades de formular as suas próprias verdades e guiar-se livremente no processo educativo, devendo o professor assumir o papel de colaborador: “(...) o que se deseja é que o professor deixe de ser um conferencista e que estimule a pesquisa e o esforço, ao invés de se contentar com a transmissão de soluções já prontas” (PIAGET, 1973, p. 18).

Em meio às evidências do desastre político produzido pelo totalitarismo das décadas anteriores, o espírito político-filosófico daquele período em diante, parece ter convergido para uma espécie de cacofonia de “vozes democráticas dissonantes (que) marcaram suas posições contra uma razão totalitária” (GANEM, 2012), dentre as quais se destacam as obras de Hannah Arendt, de Theodor Adorno e de Karl Popper; especialmente o último defendia a tese acerca da qual a assepsia do movimento positivista “(...) cientificamente neutro e expurgado de todos os valores, fez com que se aprisionasse a própria ciência no reino da metafísica” (idem). O pensamento antipositivista de Popper expressava-se, sobretudo, como crítica às tentativas de aniquilação da metafísica advindas das formulações positivistas. Segundo as argumentações do autor, esse tipo de condução exclusivamente racional acabaria por também aniquilar as ciências naturais (Popper, 1989 [1959]).

No Brasil, esse espírito político-filosófico pautado nas relações democráticas pode ser encontrado nas ideias e proposições de Paulo Freire (1921-1997) no sentido de destacar e valorizar a experiência como um componente integral de qualquer processo de ensino/aprendizagem, considerando o contexto onde a pessoa/aluno se insere como um dos pilares da atividade educativa. Na obra de Freire defende-se a existência de “(...) uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança de que professor e alunos juntos podem aprender, ensinar, inquietar-se, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos à nossa alegria” (FREIRE, 1996, p. 37).

Várias são as formulações freireanas que encontraram ressonância na educação, seja ela arquitetônica ou não. Tomando a realidade dos ‘educandos’ – termo utilizado pelo autor em substituição à etimologia ‘aluno’, por carregar conotação hierárquica inferior, de mero aprendiz –, procede-se à uma atitude de investigação contínua sobre o perfil dos mesmos. Para tanto, propõe-se estabelecer uma relação horizontal/dialógica entre professor e educandos enquanto ponto de partida no processo educativo. Desse modo, Freire constrói sua proposição considerando as especificidades dos estudantes, entendendo que nenhuma turma é igual a

outra. Despreza, portanto, as pedagogias pautadas em conteúdos pré-estabelecidos, e defende, ao contrário, o conceito de "temas geradores" enquanto ferramentas pedagógicas para fomentar o diálogo e o aprendizado, pois exigem o reconhecimento das práxis cotidianas do grupo (FREIRE, 1987 [1974], p. 56). Para tanto, o autor alerta ser essencial que o educador investigue e colete temas atrelados ao convívio social do alunado; acreditando que a experiência que o estudante traz da vida deve ser alçada à condição de tema propulsor para novos diálogos.

Lev Vygotsky (1896-1934) é outro personagem emblemático para o período pois, embora sua produção tenha sido elaborada muitas décadas antes, apenas a partir dos anos 1970 foi descoberta e aplicada no Ocidente. Ao pautar a influência das bases sociais e culturais na formação do sujeito autônomo, o autor aproxima-se de Freire em várias esferas.

> Embora o pesquisador brasileiro tenha focalizado os aspectos pedagógicos e o autor bielorrusso tenha se preocupado com o desenvolvimento psicológico do sujeito, ambos acreditavam que o ser humano recebe fortes influências do meio em que está inserido, e não deve ser deslocado de seu contexto quer para ser educado quer para ser estudado. Além disso, ambos também convergem com relação à motivação e ao aprendizado. Nesse campo, a 'alegria' de aprender/ensinar mencionada por Freire pode equivaler ao 'desejo' na obra de Vygotsky (2008 [1978], p. 101), ao comentar que "o pensamento propriamente dito é gerado pela motivação, isto é, por nossos desejos e necessidades, nossos interesses e emoções" (CARVALHO, 2016, p. 35-36).

No campo do ensino de projeto, esse tipo de filosofia encontra reverberação em autores como Salama (2008), Schön (2000 [1983]), Ward (1990), Dutton (1987), entre tantos outros defensores da ideia de que "(...) o verdadeiro diálogo ocorre somente entre iguais. Não há diálogo limitado por senhores e servos" (DUTTON, 1987, p. 17).

Alguns trabalhos mais recentes, muitos dos quais estabelecidos em publicações estadunidenses (como a própria *Design Studies,* editada pelo *MIT Press*), têm frequentemente recorrido à crítica sobre os efeitos adversos de métodos mais rígidos, generalizadores e baseados em formulações com soluções preexistentes (CARVALHO, 2016, p. 40). Parte dessa crítica, mesmo que respaldada por procedimentos científicos, rememora-nos ao debate binário provocado por Ward, em 1967 – acerca do embate entre as filosofias comportamental e fenomenologista, recorrente no período de incremento da Guerra Fria – mas superado gradativamente nos anos seguintes.

Essa superação pode ser observada através de críticas recentes aos períodos dominados pela filosofia positivista e seus métodos educacionais. Yacizi (2013), por exemplo, aponta para o risco (da aplicação) desse tipo de método comprometer a descoberta de soluções diferenciadas e inovadoras (p. 1006). Outros estudos empíricos semelhantes no campo da cognição, como o de Jansson e Smith (1991) chamam a atenção para a susceptibilidade dos projetistas em adicionarem os pontos fracos das soluções existentes para as suas próprias propostas quando condicionados a esse tipo de procedimento; os experimentos desses autores apresentam evidências mensuráveis sobre os efeitos potencialmente prejudiciais de *design fixation* (fixação projetual, em tradução livre) ao compararem dois grupos de indivíduos, um submetido à determinação dessas regras e outro não:

> As medidas de criatividade, flexibilidade e originalidade foram menores para o 'grupo de fixação' do que no 'grupo de controle'. Em suas conclusões, os autores indicam que o

> desempenho criativo pode ser inibido quando induzido ao *design fixation* (JANSSON, SMITH, 1991, p. 8).

Ocorreu, portanto, fato curioso e tardio em relação à arquitetura, já que esse tipo de "abordagem democrática", voltada para a valorização das vivências, opiniões dos indivíduos e suas interações com o ambiente em prol de transformá-lo, já estava consolidado nos pressupostos da teoria do Construtivismo. Porém, ressalta-se a repercussão (e potenciação) de pensamentos de cunho construtivista naquela altura, em especial o trabalho de Jean Piaget ao demonstrar que a transmissão do conhecimento seria uma possibilidade limitada, e ao relacionar o aprendizado com as condições de absorção do ser humano, compreendido como um ser biológico cercado pelo meio social e correlacionado ao ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira metade do século XX, a influência da Pedagogia no estabelecimento de posturas liberais e dialógicas voltadas para promover o conhecimento através das experiências, *background* e preferências pessoais dos estudantes, refletiu-se em experiências direcionadas a estimular o aprendizado por meio de atividades lúdicas. Tal tendência desenvolveu-se a partir das ideias de Montessori (inserção de jogos e brincadeiras no ambiente de ensino enquanto elementos auxiliares das interações, desenvolvimento cognitivo e autonomia do corpo discente), Piaget (construção do conhecimento e potenciação da inteligência através das atividades do sujeito com o meio, tendo o jogo espontâneo o papel de incentivador e motivador no processo de ensino/aprendizagem), Fröebel (uso de brinquedos, poemas, músicas, jogos e atividades ao ar livre com objetivos de educar sensações e emoções), entre outros. Gradativamente as proposições pedagógicas relacionadas à tal tipo de postura chegaram ao atelier de projeto, nele encontrando alguma reverberação.

Por outro lado, as várias transformações acontecidas no ensino de projeto ao longo dos anos 1970 – em relação às temáticas propostas, posturas docentes, métodos e instrumentos adotados –, ocorreram analogamente à formação da segunda geração do DMG e, consequentemente, com a propagação das ideias do grupo, que procurava compensar a insuficiência dos métodos de design da primeira geração.

Na década de 1980, a defesa de maiores conexões entre os campos do saber propagou-se, cada vez mais, dentro do ambiente das escolas de arquitetura, onde uma espécie de 'visão holística' tornava-se mais acessível através de professores receptivos a esses princípios, como mostra a proposta do Total Studio, por Alan Levy (1980) – a mais antiga que localizamos – que buscava transformar o atelier de projeto, priorizando maiores integrações entre os aspectos técnicos e formais da arquitetura. Muitas das proposições similares, acontecidas no Brasil na década de 1990 e após os anos 2000, defendiam esses mesmos preceitos.

Embora as complexidades e contradições ocorridas entre fins de 1960 e toda a década de 1970 possam ter resultado, ao fim, em reducionismos estéticos e profusão de referências descontextualizadas no campo profissional arquitetônico-urbanístico, nossa investigação a fontes primárias evidencia que, em relação às perspectivas educacionais, o período parece ter sido o "horário nobre para o desenvolvimento inicial da ciência do design" (BAYAZIT, 2004, p. 26), conforme enunciado no início do artigo. Em virtude disso, e já ultrapassado o debate entre as filosofias positivista e antipositivista apresentado nesse artigo, a continuidade desta investigação acontecerá por meio da consulta a periódicos especializados veiculados naquela época, visando a verificação da validade (ou não) desta afirmativa.

Nesse passo da pesquisa, ainda em desenvolvimento, vislumbra-se que o arrojo das proposições inovadoras nascentes na década de 1970 – muitas das quais direcionadas à interdisciplinaridade – tem permanência no tempo e reverbera no presente. Pressupõe-se que, aí sim, poderá se verificar um 'ponto de virada' em relação ao ideário predominantemente positivista das décadas precedentes, bem como a solidificação de uma base conceitual para as proposições pedagógicas desenvolvidas posteriormente, inclusive em relação às suas temáticas, posturas docentes e opções metodológicas.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Christopher. **Ensayo sobre la síntesis de la forma.** Buenos Ayres: Infinito, 1969.

BANHAM, Reyner. **Teoria e projeto na primeira era da máquina.** São Paulo: Perspectiva, 1985.

BAYAZIT, Nigan. "Investigating Design: a review of forty years of design research". **Design Issues**. Cambridge, MA: The MIT Press. Vol. 20, N. 1, pp. 16-29, 2004.

BOWSER, Wayland. "Reforming Design Education". **Journal of Architectural Education.** Vol. 37, N. 2, pp. 123-132, 1983.

CARVALHO, Giuliano Orsi Marques. **A Iniciação em Projeto de Arquitetura:** um estudo com docentes e discentes em três escolas no Brasil e uma em Portugal. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: 2016.

CROSS, Nigel. "Designerly Ways of Knowing: Design Discipline versus Design Science". **Design Issues**. Cambridge, MA: The MIT Press. Vol. 17, N. 3, pp. 49-55, 2001.

DEWEY, John. **Vida e Educação**. São Paulo: Melhoramentos, 1967 [1902].

DUTTON, Thomas A. "Design studio and pedagogy". **Journal of Architectural Education**. Vol. 41, N. 1, pp. 16-25, 1987.

EFLAND, Arthur. Imaginação na cognição: o propósito da Arte. In: [BARBOSA, Ana Maria (Org.)]. **Arte/Educação Contemporânea:** Consonâncias Internacionais. São Paulo: Cortez, 2008.

ELALI, Gleice Azambuja. **Ambientes para educação infantil:** um quebra-cabeça? Tese (doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 [1974].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GANEM, Angela. "Karl Popper versus Theodor Adorno: lições de um confronto histórico". **Revista de Economia Política.** Vol. 32, N. 1. pp. 87-108, 2012.

ITTEN, Johannes. **Design and form:** The basic course at the Bauhaus. New York: Reinhold, 1963.

JANSSON, David; SMITH, Steven. "Design fixation". **Design Studies.** Vol. 12, N. 1, pp. 3-11, 1991.

JONES, Christopher. **Métodos de diseño**. Barcelona: Gustavo Gili, 1978 [1970].

LEVY, Alan. “Total Studio”. **Journal of Architectural Education.** Vol. 34, N. 2, pp. 29-32, 1980.

MONTESSORI, Maria. **El Método de la Pedagogia Científica**. Barcelona: Araluce, 1937 [1909].

MOORE, Garry. T. “Review of Jean Piaget, Science of education and the psychology of the child”. **Journal of Architectural Education.** Vol. 25, N. 4, pp. 113-114, 1971.

OLIVEIRA, Juliano; PINTO, Gelson. “O movimento dos métodos de projeto”. **Arquitextos** (Vitruvius). Vol. 09, N. 105, 2009.

PIAGET, Jean. **A epistemologia genética.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1973.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Editora Cultrix, 1989 [1959].

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia, 5:** do romantismo ao empiriocrtiticismo. São Paulo: Paulus, 2005 [1997].

SALAMA, Ashraf. Incorporating Knowledge about Cultural Diversity into Architectural Pedagogy. In: O’REILLY, William (ed.), **Architectural Knowledge and Cultural Diversity, Comportments**. Lausanne, Switzerland, 1999.

SALAMA, Ashraf. “A Theory for Integrating Knowledge in Architectural Design”. **Archnet-IJAR, International Journal of Architectural Research.** Vol. 02, N. 01, pp. 100-128, 2008.

SCHÖN, Donald. **Educando o profissional reflexivo: um** novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000 [1983].

SILVA, Elvan. Novos e velhos conceitos no ensino do projeto arquitetônico. In: LARA, Fernando; MARQUES, Sonia. (Org.). **Projetar: Desafios e conquistas da pesquisa e do ensino de projeto**. Rio de Janeiro: Editora Virtual Científica, 2003.

VILLARI, Sergio. **J. N. L. Durand: art and science of architecture**. New York: Rizzoli, 1990.

VYGOTSKY, Lev S. **A Formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1978].

WALKER, Michael. “Architecture is elementary”. **School Arts.** Vol. 92, N. 07, pp. 90-104, 1993.

WARD, Anthony. “Ideology, culture and the design studio”. **Design Studies.** Vol. 11, N. 1, pp. 10-16, 1990.

WRIGHT, Frank LLoyd. **Frank Lloyd Wright, an Autobiography**. Petaluma, CA: Pomegranate, 2005 [1943].

YAZICI, Erkan. “Effects of spatial experiences and cognitive styles in the solution process of space-based design problems in the first year of architectural design education”. **International Journal of Technology and Design Education**. Vol.23, N. 04, pp. 1005-1015, 2013.

Salvador - 2018

PRÁTICAS DE ARQUITETURA PARA DEMANDAS POPULARES DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO AÇO

ARCHITECTURE PRACTICES FOR POPULAR DEMANDS IN THE METROPOLITAN REGION OF VALE DO AÇO

PRÁCTICAS DE ARQUITECTURA PARA DEMANDAS POPULARES DE LA REGIÓN METROPOLITANA DEL VALE DO AÇO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

SA, Lorrainy Cristina Lage
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo - UNILESTE
lorrainycls@gmail.com

ÁVILA, Vinícius Martins
Especialista em Construção Civil; Professor do CAU UNILESTE
vnc.avila@gmail.com

PRÁTICAS DE ARQUITETURA PARA DEMANDAS POPULARES DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO AÇO

ARCHITECTURE PRACTICES FOR POPULAR DEMANDS IN THE METROPOLITAN REGION OF VALE DO AÇO

PRÁCTICAS DE ARQUITECTURA PARA DEMANDAS POPULARES DE LA REGIÓN METROPOLITANA DEL VALE DO AÇO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
A prática da arquitetura como é realizada, com sua abordagem, linguagem e produto, não atinge de forma efetiva os anseios das demandas populares, que acabam optando pela autoprodução de moradias. Este fenômeno tem produzido reflexos importantes para a cidade e grande parcela da sociedade. O objetivo do estudo foi investigar práticas de arquitetura empregadas por escritórios da Região Metropolitana do Vale do Aço - RMVA no atendimento as demandas populares, a fim de compreender sua eficácia nesta relação. Como metodologia de pesquisa, foram realizados estudos de caso de escritórios de arquitetura e famílias, que se enquadram na classificação de demandas populares, da Região Metropolitana do Vale do Aço, e aplicados questionários a fim de conhecer, respectivamente, a prática utilizada pelos profissionais e o processo de autoprodução que é realizado pelo público popular. Dessa maneira, concluiu-se que a prática de arquitetura se mostrou ineficiente para atender as demandas populares, já que o arquiteto e esse público não compartilham das mesmas premissas, linguagem de comunicação e métodos de construção. Portanto, foi proposto a aplicação do método idealizado pelo arquiteto Rodolfo Livingston, testado e adaptado por Nogueira (2010), como a prática de arquitetura alternativa à convencional, para o atendimento das demandas populares da RMVA.
PALAVRAS-CHAVE: Práticas de arquitetura; Processo projetual; Autoprodução; Demandas populares; RMVA

ABSTRACT:
The practice of architecture as it is carried out, with its approach, language and product, does not effectively reach the aspirations of popular demands, which end up opting for self-production of housing. This phenomenon has produced important reflexes for the city and great part of society. The objective of the study was to investigate architectural practices employed by offices in the Metropolitan Region of Vale do Aço - RMVA in meeting popular demands in order to understand their effectiveness in this relationship. As a research methodology, case studies architectural offices and families, that fit the classification of popular demands, of the Metropolitan Region of Vale do Aço were carried out, and questionnaires were applied in order to know, respectively, the practice used by professionals and the process of self-production that is carried out by the popular public. In this way, it was concluded that the architecture practice was inefficient to meet the popular demands, since the architect and this public do not share the same premises, communication language and construction methods. Therefore, it was proposed the application of the method idealized by the architect Rodolfo Livingston, tested and adapted by Nogueira (2010), as the practice of architecture alternative to conventional, to meet the popular demands of RMVA.
KEYWORDS: *Architecture practices; Design process; Self-production; Popular demands; RMVA*

RESUMEN:
La práctica de la arquitectura como se realiza, con su enfoque, lenguaje y producto, no alcanza de forma efectiva los anhelos de las demandas populares, que acaban optando por la autoproducción de viviendas. Este fenómeno ha producido reflejos importantes para la ciudad y gran parte de la sociedad. El objetivo del estudio fue investigar prácticas de arquitectura empleadas por oficinas de la Región Metropolitana del Vale do Aço - RMVA o en la atención a las demandas populares, a fin de comprender su eficacia en esta relación. Como metodología de investigación, se realizaron estudios de caso de oficinas de arquitectura y familias, que se encuadran en la clasificación de demandas populares, de la Región Metropolitana del Vale do Aço, y aplicados cuestionarios a fin de conocer, respectivamente, la práctica utilizada por los profesionales y el proceso de autoproducción que es realizado por el público popular. De esta manera, se concluyó que la práctica de arquitectura se mostró ineficiente para atender las demandas populares, ya que el arquitecto y ese público no comparten las mismas premisas, lenguaje de comunicación y métodos de construcción. Por lo tanto, se propuso la aplicación del método ideado por el arquitecto Rodolfo Livingston, probado y adaptado por Nogueira (2010), como la práctica de arquitectura alternativa a la convencional, para el atendimiento de las demandas populares de la RMVA.
PALABRAS-CLAVE*: Prácticas de arquitectura; Proceso proyectual; Autoproducción; Demandas populares; RMVA*

INTRODUÇÃO

Com o crescimento econômico do Brasil nos últimos 10 anos, um grande número de pessoas ascendeu economicamente, com isso, a classe C passou a contar com 57,1% do total da população brasileira, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (IBGE, 2015). Além disso, o ensino de Arquitetura e Urbanismo vem se popularizando, fazendo crescer a quantidade de arquitetos no mercado de trabalho, já que segundo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR (CAU, 2016), só em 2016 eram 143.401 profissionais em atividade no país, o que equivale 1.437 habitantes para cada arquiteto.

Teoricamente, seria possível deduzir que, com o aumento do poder de compra do brasileiro e do número de arquitetos atuando na área, essas pessoas teriam acesso aos serviços desse profissional. Porém, segundo pesquisa realizada pelo CAU (2016), da população economicamente ativa do Brasil que já construiu ou reformou, 85,40% não contrataram um profissional especializado, sendo que 49% dos entrevistados pertencem a classe C. Ou seja, ainda não é comum presenciar arquitetos e urbanistas trabalhando para suprir as demandas populares. Então, porque o público popular, apesar de possuir recursos financeiros para ser investido em um projeto arquitetônico, ainda constrói sua moradia sem o auxílio de um arquiteto e urbanista?

Parte-se do pressuposto que a prática de arquitetura utilizada pelos profissionais de arquitetura tem como base uma metodologia de trabalho que não é compatível com as demandas populares, e com a forma que esse público está acostumado a construir. Portanto o objetivo é investigar práticas arquitetônicas que sejam coerentes com a forma que o público popular constrói e que atendam suas demandas. Dessa forma, espera-se estabelecer uma aproximação entre o arquiteto e o público popular, difundindo atribuições pouco exploradas por esses profissionais, mas que podem dar suporte para essas pessoas enquanto estão realizando suas construções.

O termo Demandas Populares será utilizado para designar as demandas da classe C, que no estudo será intitulada como público popular, já que a palavra popular, segundo Weimer (2005), refere-se a um conjunto de cidadãos que são integrantes das camadas intermediarias da sociedade, excluindo a elite e os indivíduos das classes sociais mais baixas. Apesar de entender que as questões sociais e culturais têm influência na aceitação e no acesso do público popular ao arquiteto e urbanista, optou-se por levar em consideração, nesse estudo, apenas a prática de arquitetura.

Prática de arquitetura

O profissional de arquitetura e urbanismo tem a sua atuação garantida pela Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, que regulamenta o exercício da profissão e trata sobre a criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, dos estados e do Distrito Federal. Entre as várias atividades e atribuições do arquiteto, algumas consistem em “supervisão, coordenação, gestão, orientação técnica, coleta de dados, estudo, planejamento, projeto, especificação, assistência técnica, assessoria, consultoria, direção de obras e de serviço técnico, execução, fiscalização e condução de obra e instalação e serviço técnico.” (BRASIL, 2010, p.01).

O arquiteto e urbanista possui um grande leque de possibilidade de atuação, podendo trabalhar para empresas, construtoras, grandes incorporadoras e em escritórios particulares, elaborando projeto arquitetônico, de interiores e de paisagismo. Segundo a Lei nº 12.378/10 (BRASIL, 2010), esse profissional

pode atuar no setor público, como por exemplo em prefeituras, na área de planejamento urbano, aprovação de projetos, desenvolvimento de legislação e plano diretor, requalificação e planos de intervenção do espaço urbano, entre outros. Além disso, ele ainda pode trabalhar em outros campos, como a do patrimônio histórico cultural e artístico, da topografia, da tecnologia e resistência de materiais, dos sistemas construtivos e estruturais, do conforto ambiental e a do meio ambiente. A formação de arquiteto e urbanista também permite que esse profissional siga carreira acadêmica, ministrando aulas em universidades e desenvolvendo pesquisas.

No entanto, de acordo com pesquisa realizada pelo CAU (2016), apesar da diversidade de campos de atuação, o arquiteto tem concentrado a sua prática na elaboração de projetos arquitetônicos, totalizando 53,2% das atividades que foram descritas em Registros de Responsabilidade Técnica -RRT. Já a execução de obras, apesar de ser a segunda maior atividade registrada em RRT, com 32%, ainda é uma atribuição pouco exercida por profissionais de arquitetura.

ATIVIDADE	%	QTDE
PROJETO	53,2%	751.712
EXECUÇÃO	32,0%	452.400
GESTÃO	2,3%	31.875
MEIO AMBIENTE	1,2%	17.650
ATIVIDADES ESPECIAIS	10,7%	150.802
ENSINO E PESQUISA	0,04%	625
ENG. SEGURANÇA DO TRABALHO	0,5%	7.476
TOTAL		**1.412.540**

Figura 1: Tabela de RRT, por atividade desenvolvida
Fonte: CAU (2016)

Portanto, é possível perceber que grande parte dos arquitetos e urbanistas tem concentrado a sua prática na elaboração de projetos arquitetônicos, deixando de lado outros campos de atuação e a essência da profissão, que envolve a construção desde o processo criativo até a sua finalização. Isso ocorre, de acordo com Minto (2009) e Nogueira (2010), devido ao método de ensino das faculdades de arquitetura e urbanismo e a maneira que essas escolas preparam os alunos para atuarem no mercado de trabalho.

O ensino de arquitetura e urbanismo

Historicamente o arquiteto aprendia seu ofício dentro do canteiro de obra, de forma que o aprendiz só se tornava, de fato, um profissional, se mostrasse que era capaz de conceber, conduzir e executar uma obra com sucesso. A partir do renascimento, o conhecimento teórico começou a ganhar mais importância que a experiência prática, com isso o profissional de arquitetura foi se afastando das atividades relacionadas diretamente a execução de uma obra. Mas foi somente a partir da institucionalização do ensino de arquitetura, que a ênfase na composição estética e formal ganhou destaque, então o restante das atribuições que antes eram exercidas pelos arquitetos, passaram a ser executadas por outras categorias de profissões, como as engenharias.

O ensino de arquitetura no Brasil teve sua origem a partir das intenções militares. Posteriormente, essas intenções passaram a ser, respectivamente, politicas, industriais e comerciais. Dessa forma, segundo Minto (2009), o ensino, assim como a prática dos profissionais de arquitetura vão se adaptando as mudanças do

modelo econômico vigente de cada época, as necessidades da sociedade e ao momento histórico em que estão vivendo.

Após a descoberta do Brasil e a ocupação das terras pelos portugueses, houve a necessidade de se proteger o território contra invasões. As primeiras fortificações construídas foram realizadas por construtores vindos de Lisboa, porém a crescente demanda por profissionais qualificados para realizar esse tipo de construção fez com que surgissem as primeiras escolas voltadas para a formação de construtores de edifícios militares.

No século XIX, com a transferência da sede do reino de Portugal para o Brasil, houve também a instalação da Missão Artística Francesa que, segundo Minto (2009), se tratava de uma ação política, que tinha como objetivo formar profissionais aptos para criar obras, que garantissem o reconhecimento do poder e requinte do Império, da igreja e da nobreza portuguesa. A partir da missão, em 1826, ocorreu a inauguração da Academia Imperial de Belas Artes, oficializando a institucionalização do ensino de arquitetura no Brasil. Com a instalação da academia, o ensino começou a ser baseado na distinção entre o trabalho artístico e a técnica (o saber fazer). Outras escolas de arquitetura foram surgindo com o passar do tempo, mantendo o mesmo padrão de educação e apenas incorporando alguns conteúdos referentes à arquitetura.

Durante o desenvolvimento industrial e crescimento das cidades, ocorreu a migração de pessoas para os grandes centros urbanos, com o objetivo ocupar os novos postos de trabalho que estavam sendo disponibilizados. Em decorrências dessas migrações, a demanda por habitação aumentou consideravelmente, então para conseguir suprir o déficit habitacional houve uma reestruturação da lógica do funcionamento dos escritórios de arquitetura, com o objetivo de tornar a produção arquitetônica mais rápida.

Com essa reestruturação, as atividades dentro dos escritórios passaram a ser divididas entre projeto arquitetônico e projetos complementares, que eram executados por escritórios terceirizados. A partir de então, segundo Minto (2009, p.77), este sistema passou a operar como uma ‘linha de produção do espaço’. Além disso, foi possível perceber um aumento do número de ofertas de cursos de arquitetura em cidades que estavam em desenvolvimento industrial, de forma a tentar diminuir o déficit de profissionais de arquitetura na construção civil e em obras de infraestrutura urbana.

Atualmente as escolas de arquitetura e os profissionais da área da construção civil, no geral, respondem capital financeiro, dessa forma, o modelo econômico vigente e as empresas de incorporação imobiliária moldaram os cursos de arquitetura e urbanismo, de forma que, os arquitetos recém-formados passam a desenvolver operações de apenas uma parte da cadeia produtiva da construção da paisagem. Então o papel do arquiteto, nesse contexto, é apenas de elaboração de projeto arquitetônico, e esse fracionamento do trabalho tem como objetivo responder mais rapidamente as demandas atuais do mercado da construção que é refém do sistema financeiro.

> Se o aluno está distante da construção na academia, é porque o profissional da arquitetura também está. O fracionamento do trabalho do arquiteto que o mantém no desenho e o afasta da obra, é fruto das crescentes pressões exercidas pelo mercado. Estas mesmas pressões levam as escolas a preparar os alunos da maneira que melhor lhes convém. É um processo ininterrupto de causa e consequência no qual o maior beneficiário não é o aprendiz da arquitetura. (MINTO, 2009, p. 111)

Dessa forma, segundo Nogueira (2013), as faculdades quase não disponibilizam carga horária para disciplinas que trabalham os fundamentos básicos de uma construção, e normalmente a prática em canteiros de obras é tratada como atividade paralela, não existindo uma integração com os demais conteúdos teóricos que são desenvolvidos no curso. De acordo com Minto (2009), essas aulas práticas muitas vezes são destinadas a demonstração e comprovação das teorias transmitidas em sala de aula, e não são de fato experimentação e prospecção. Além disso, "a maior parte dos temas das disciplinas de projeto são demandas de médio e grande porte" (NOGUEIRA, 2010, p.19).

> A formação do profissional da arquitetura consequentemente está cada vez mais direcionada ao trabalho intelectual, restrito a escritórios, e cada vez menos voltada à construção. O profissional forma-se um especialista em desenhos, modelos e apresentação de projetos, mas pouco conhece sobre materiais e tecnologias construtivas. Torna-se um profissional incongruente com as demandas populares que, marcadas pelas práticas da autoprodução, não demandam esse tipo de profissional. (NOGUEIRA, 2010, p.162)

Portanto, como os arquitetos, principalmente os recém-formados, sofrem com uma "grande carência por conhecimento construtivo" (NOGUEIRA, 2013, p. 62), acabam se mantendo alheios a outras atribuições, inclusive relacionadas a execução de uma obra, restringindo-se ao desenvolvimento de projeto arquitetônico dentro de seus escritórios. Além disso, esses profissionais se formam despreparados para atender público que demanda por projetos de pequenas construções, reformas ou até mesmo consultoria em execução de obra.

> As deficiências de formação tecnológica originam-se, também, do entendimento implícito nas concepções curriculares de que a finalidade da formação do arquiteto seja a elaboração do projeto arquitetônico em lugar da elaboração da obra arquitetônica, sentido amplo, e, portanto, revelando uma fragilidade destas concepções quanto a função social da profissão, definida, minimamente, pelas atribuições legais estabelecidas. (LEITE, 2005, p.18-19)

O processo projetual

Os arquitetos e urbanistas enxergam o processo projetual como um "processo de via única", já que é durante a elaboração do projeto que todas as decisões, com relação ao edifício e a sua construção, são tomadas (NOGUEIRA, 2010, P. 21). Voltar atrás e fazer mudanças durante a execução, implica re-trabalho e perda de tempo para o profissional. A prática de arquitetura possui uma estrutura especializada de execução, que conta com projetos complementares, orçamentos, cronogramas e um canteiro de obras extremamente organizado.

Existem algumas normas e documentos que regulamentam as etapas para a realização de um projeto arquitetônico, utilizadas tanto pelos estudantes de arquitetura, nas disciplinas de projetação, quanto pelos profissionais, quando estão atendendo algum cliente. Então para realizar a análise do processo projetual serão utilizados a Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR 13531- Elaboração de projeto de edificações (ABNT, 1995), e um estudo realizado por Nogueira (2010), em que a autora faz um contraponto e relativiza esse processo, que é tão utilizado pelos escritórios de arquitetura.

A primeira etapa do processo é o levantamento, que é destinado "à coleta das informações de referência que representem as condições preexistentes, de interesse para instruir a elaboração do projeto" (ABNT, 1995, p.04). Após o levantamento é comum ocorrer uma reunião entre cliente e arquiteto para a elaboração

de um programa de necessidades, em que são determinadas as “exigências de caráter prescritivo ou de desempenho (necessidades e expectativas dos usuários) a serem satisfeitas pela edificação” (ABNT, 1995, p.04). Com base nesse programa é elaborado uma lista com ambientes e metragens quadradas mínimas a serem respeitadas, tudo com base no que foi pedido.

Para o arquiteto compreender o que o cliente necessita seria fundamental dedicar um tempo maior para o cumprimento dessa etapa, porém isso não ocorre (NOGUEIRA, 2010). Além disso, alguns profissionais não aceitam interferências dos clientes, considerando que isso pode atrapalhar em seu processo criativo. Com isso, é comum acontecer de algumas necessidades e desejos dos futuros moradores serem negligenciados nas etapas seguintes do projeto, gerando a insatisfação do cliente e retrabalho para o arquiteto.

Depois de concluída a etapa anterior, o processo prossegue com a elaboração do estudo preliminar, que é a “etapa destinada à concepção e à representação do conjunto de informações técnicas iniciais e aproximadas, necessários à compreensão da configuração da edificação” (ABNT, 1995, p.04). Essa etapa pode ser considerada a mais importante de todo o processo, já que é nela onde nasce o partido arquitetônico, que vai nortear todas as decisões com relação ao projeto, e no qual o programa precisa ser obrigatoriamente encaixado.

Nessa etapa é possível perceber que existe uma separação entre o material onde o projeto foi concebido, e o que é utilizado para apresentar a proposta ao cliente. Normalmente se gasta muito tempo preparando desenhos extremamente elaborados, com o objetivo de convencer o usuário das ideais do arquiteto. Além disso, é nítido perceber que não existe qualquer participação do cliente nesse processo, já que o arquiteto toma todas as decisões com relação ao projeto, e ele assiste tudo como um telespectador. Se o usuário aprovar a proposta apresentada pelo profissional, inicia-se o anteprojeto que pode ser descrito como:

> Etapa destinada à concepção e à representação das informações provisórias de detalhamento da edificação e de seus elementos, instalações e componentes, necessários ao inter-relacionamento das atividades técnicas de projeto e suficientes à elaboração de estimativas aproximadas de custos e de prazos dos serviços de obra implicados. (ABNT, 1995, p. 04)

De acordo Nogueira (2010, P.38), assim como nas etapas anteriores, o cliente não participa das definições estruturais e técnicas realizadas pelo arquiteto. Por se tratar de uma pessoa que, na maioria das vezes, não possui conhecimento relacionado a construção civil, o cliente costuma compreender as soluções técnicas apenas durante a execução da obra. Isso pode ocasionar mudanças que não estavam previstas no projeto.

A próxima etapa é o Projeto Legal, que é destinado “à representação das informações técnicas necessárias à análise e aprovação, pelas autoridades competentes, da concepção da edificação e de seus elementos e instalações, com base nas exigências legais” (ABNT, 1995, p.04). São desenhos técnicos, que tem por objetivo mostrar a organização espacial do edifício, para ser possível avaliar a salubridade dos espaços e a condição de habitabilidade urbana. Segundo Nogueira (2010), apesar das avaliações serem realizadas com base nas legislações e leis de cada município, é comum ocorrer uma série de exigências formais de desenho e interpretações pessoais dessas leis, porém a real finalidade da aprovação do projeto, pelos órgãos públicos, não é essa. Projetos estruturais, por exemplo, que são muito importantes para avaliar a segurança da edificação e de seu morador não são exigidos nem avaliados.

Por último, para a execução da obra, é necessário o Projeto Executivo, destinado “à concepção e à representação final das informações técnicas da edificação e de seus elementos, instalações e componentes, completas, definitivas, necessárias e suficientes à licitação (contratação) e à execução dos serviços de obra correspondentes.” (ABNT, 1995, p.04). Segundo Nogueira (2010), os desenhos técnicos elaborados nessa etapa são repletos de simbologias e convenções que, apenas quem possui especialização técnica na área da construção civil, consegue entender. Ou seja, eles se tornam incompreensíveis para o cliente e para os trabalhadores de canteiro de obras que, muitas vezes não possuem especialização na área, o que acaba fazendo com que o projeto seja pouco utilizado na execução da obra.

Com o fim do processo projetual, e início da execução da obra, é comum alguns escritórios e profissionais de arquitetura cobrarem por visitas ao canteiro de obras, ou muitas vezes elas já estão embutidas no valor pago pelo projeto. Porém o objetivo dessas visitas é tirar dúvidas que possam surgir com relação ao projeto e não com a execução dele. De acordo com Nogueira (2010), são poucos os escritórios, atualmente, que trabalham com gestão e acompanhamento de obras, já que para executar essa atividade é necessário ter experiência em gerenciamento financeiro, logística e técnicas construtivas.

Demandas populares e a autoprodução

Demandas populares, de acordo com Kapp, Nogueira e Baltazar (2009, p.8), são necessidades referentes a habitação, mas que podem estar relacionadas a usos mistos, como pequenas instalações comerciais, e “até equipamentos coletivos criados por iniciativa de seus usuários”. Essas demandas são oriundas de pessoa física ou de um pequeno grupo de indivíduos que, segundo Nogueira (2010), possuem recursos financeiros para se investir em uma construção, mesmo que relativamente limitados; não pertencem ao mesmo círculo social que as classes sociais dominantes; e não almejam o prestígio e o status que a elite busca em uma obra arquitetônica.

Portanto, demandas populares refere-se a um público que carece “por configurações espaciais e soluções técnicas que não aspiram as obras de arquitetura análogas a obras de arte, nem tampouco àquele tipo de diferenciação que um arquiteto pode prover por meio se seu repertório estilístico.” (KAPP, NOGUEIRA, BALTAZAR, 2009, p. 11). Com isso, como a maior parte das demandas populares não são atendidas pelos arquitetos e urbanista, essas pessoas optam pela autoprodução de suas moradias.

A autoprodução é um processo construtivo “em que os próprios usuários tomam as decisões sobre a construção e gerem os respectivos recursos. Essa autoprodução pode estar associada à autoconstrução, ou pode ser realizada apenas pelo trabalho de terceiros.” (KAPP, NOGUEIRA, BALTAZAR, 2009, p.11). Dessa forma, o morador “adquire ou ocupa o terreno; traça; sem apoio técnico, um esquema de construção; viabiliza a obtenção dos materiais; agencia a mão-de-obra, gratuita e/ou remunerada informalmente; e em seguida ergue a casa” (BONDUKI, 1998, p. 281).

Como o público popular encara a construção como um processo aberto, profissionais diplomados, como arquitetos e engenheiros, podem interferir negativamente “imputando formalidades dispensáveis e sendo desprovidos de um conhecimento construtivo prático.” (NOGUEIRA, 2010, p.19). Com isso, o conhecimento técnico empregado na autoprodução é proveniente apenas da experiência que a mão-de-obra possui, e das informações que são obtidas em lojas de materiais de construção, sites na internet e com amigos da família.

A todo momento ocorre interação entre os usuários e os trabalhadores do canteiro, já que a utilização de desenhos técnicos é secundaria.

Além disso, esse tipo de produção permite que a moradia seja construída aos poucos, na medida em que os recursos vão surgindo, já que a condição financeira e social desses indivíduos é que define quais os aspectos que são prioridades na construção, de forma que exista espaço para alterações e ampliações no futuro. Essas transformações realizadas na habitação permitem que a família cresça e se consolide no local, de forma que a autoprodução seja natural, coerente com a funcionalidade e as necessidades de seus usuários; e reflita "a capacidade de os moradores decidirem sobre o espaço, muito além do mero atendimento aos seus desejos." (NASCIMENTO, 2011, p.10).

Normalmente a autoprodução é motivada por diferentes fatores, entre eles estão o alto custo na contratação de arquitetos ou engenheiros, o desconhecimento das atividades e atribuições desses profissionais, e o déficit de moradia para atender o público popular. Segundo Nascimento (2011, p.7), muitas famílias optam por esse processo construtivo como alternativa para escapar do aluguel, que para eles é um gasto inútil.

ESTUDOS DE CASO

Demandas Populares da Região Metropolitana do Vale do Aço

Para um melhor entendimento da autoprodução de moradias, e das demandas do público popular da Região Metropolitana do Vale do Aço - RMVA, foi realizado um estudo de caso com 2 famílias que integram a classe C, com renda entre 2,5 e 5 salários mínimos, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2014); e que se enquadram na classificação de demandas populares, que foi citada anteriormente no estudo. Além disso, também como critério de escolha, elas devem residir nos bairros das cidades de Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo, que estejam classificados como faixa de renda domiciliar 1 e 2, de 0 até 5 salários mínimos, segundo dados do Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico – PDDI - da RMVA (PDDI, 2014). Para manter a privacidade das pessoas que foram entrevistadas, as identidades não serão reveladas.

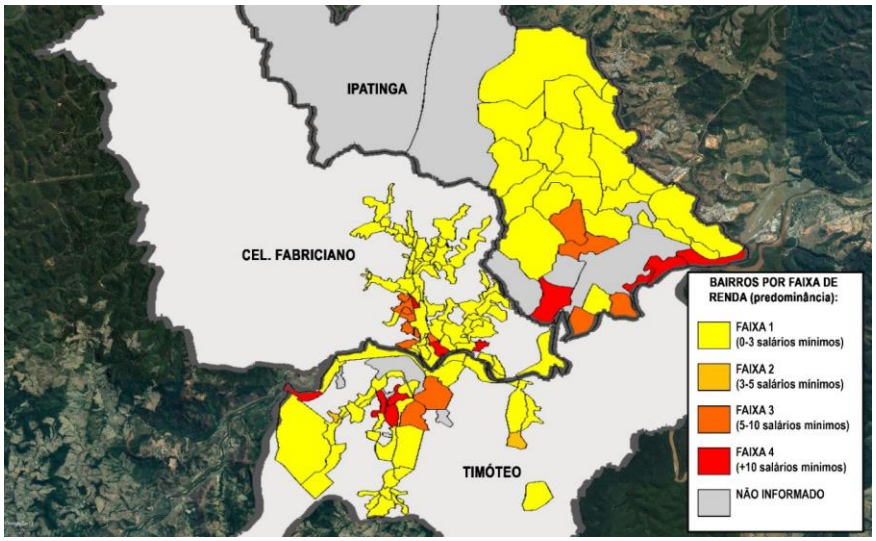


Figura 2: Bairros da RMVA, por predominância de renda domiciliar
Fonte: PDDI da RMVA (2014)

O estudo de caso foi dividido em dois momentos, na primeira etapa foi realizada uma visita ao canteiro de obras, com o objetivo de conhecer o espaço e levantar informações sobre a família, suas demandas, a construção e sua respectiva evolução. No segundo momento foi realizada uma entrevista, que tinha como objetivo saber como o público popular constrói suas habitações, e se contratariam um profissional especializado para ajudar nesse processo.

Foi perguntado para as famílias se eles conheciam as atividades e atribuições do arquiteto e urbanista; e se quando decidiram construir, pensaram em contratar esse profissional. Se antes de iniciar a construção, chegaram a fazer um esboço e se utilizaram esse desenho na execução da obra. Se realizaram um cronograma de execução para cada etapa; se definiram um orçamento, o quanto pretendiam gastar com a construção; e se terceirizam a mão-de-obra. Se surgiu algum problema que tiveram que recorrer a um profissional especializado para resolver, como um bombeiro, arquiteto ou engenheiro. Se após a finalização, pretendem fazer futuras alterações ou ampliações, e se estavam até o momento satisfeitos com o resultado. Se acreditavam que um arquiteto ajudaria ou atrapalharia no processo de elaboração de projeto de arquitetura; e se esse profissional, na opinião deles, pode auxiliar em assuntos relacionados a execução de obra, como dando consultorias para compra de materiais, tirando dúvidas relacionadas a execução e técnicas construtivas. E por último se eles contratariam um arquiteto para elaborar um projeto arquitetônico e para ajudar durante a execução da obra.

Demanda Popular X

A demanda popular X é proveniente de uma família formada por um casal e seus dois filhos. A mulher trabalha como professora e o homem atua como pedreiro. Apesar de estarem passando por uma reforma, continuam morando na residência que está localizada no bairro Amaro Lanari, da cidade de Coronel Fabriciano. Inicialmente, a casa possuía 36m² e contava apenas com dois quartos, sala, cozinha e banheiro (Figura 3). Depois de alguns anos, utilizando mão-de-obra familiar, construíram na parte posterior da residência, uma varanda que funciona, até os dias de hoje, como área de serviço e cozinha (Figura 4).

Figura 3: A casa inicialmente
Fonte: Os autores, 2018

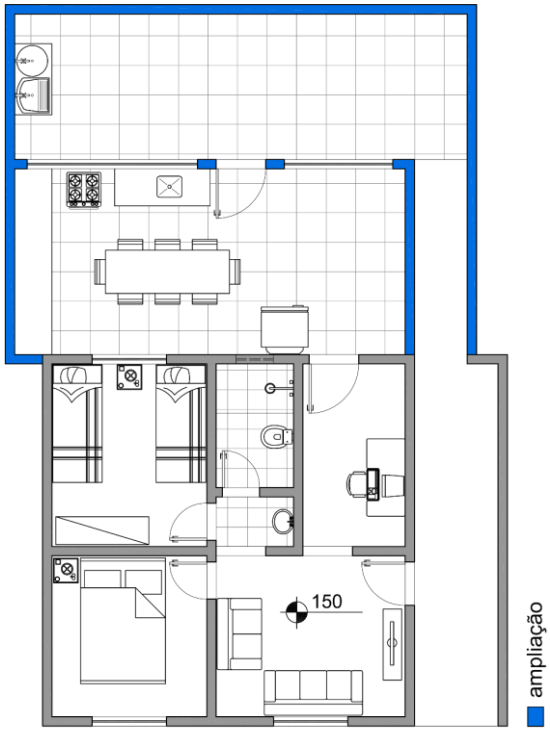


Figura 4: Primeira reforma
Fonte: Os autores, 2018

Atualmente, resolveram ampliar ainda mais a casa construindo um segundo pavimento e fazendo adaptações no térreo, para que dessa forma a habitação atendesse as suas necessidades. Segundo os moradores, a intenção inicial era de apenas construir um terraço, com um quarto e um banheiro, porém durante o processo as ideias foram passando por diversas adaptações. Dessa forma, o térreo passou por uma reformulação, onde um dos quartos deu lugar à garagem e a escada; e na parte da frente foi realizado outro dormitório, de forma que o pavimento continuasse com a mesma quantidade de ambientes. No pavimento superior, foram construídos mais dois quartos, uma sala, um banheiro e uma varanda, fazendo com que a casa passasse a ter cerca de 150m² (Figura 5).

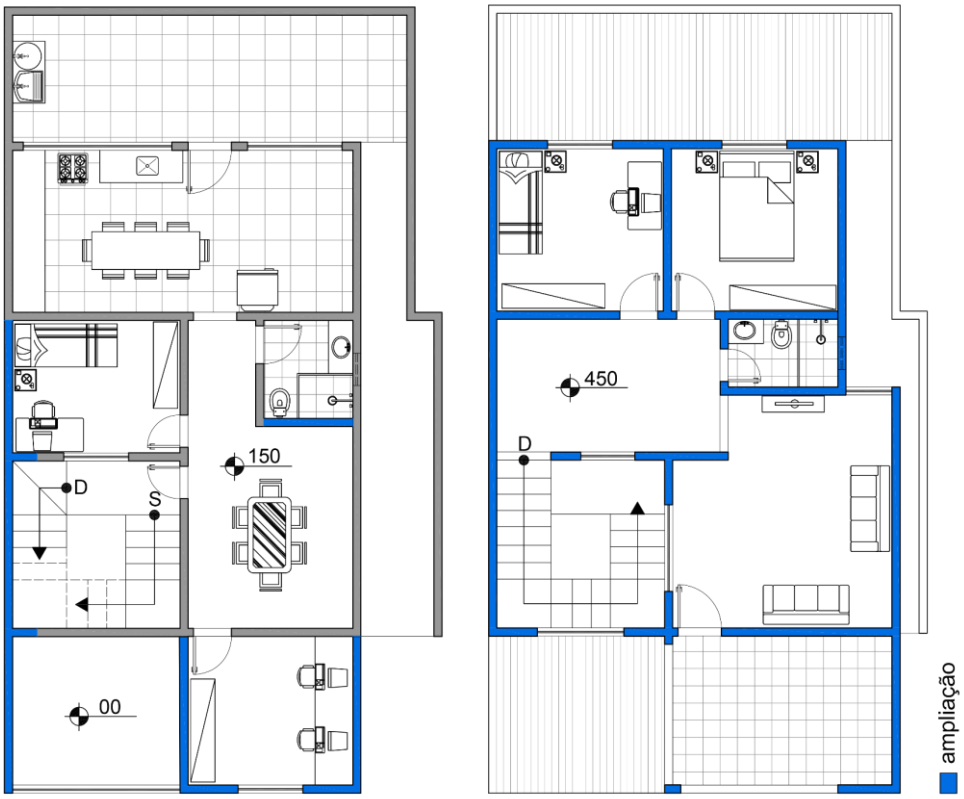


Figura 5: Segunda reforma (Reforma do térreo e construção do pavimento superior)
Fonte: Os autores, 2018

Como a família reside no local da obra, a execução e finalização dos ambientes vai de acordo com as suas necessidades, dos recursos financeiros e da disponibilidade da mão-de-obra, que é familiar. Um exemplo disso é o banheiro do pavimento superior, que já foi concluído e está sendo utilizado (Figura 6).

Figura 6: Escada, pavimento superior e banheiro finalizado
Fonte: Os autores, 2018

Quando decidiram construir, não contrataram um arquiteto por questões financeiras; e como o responsável pela família possui experiência na área da construção civil, não chegaram a definir a construção no papel com as dimensões dos ambientes. Não realizaram um cronograma de execução e um orçamento, já que o tempo nunca foi prioridade, devido aos recursos financeiros limitados; e como possuem noção de valores

relacionados a materiais de construção, nunca houve preocupação com orçamento e reservas de dinheiro para possíveis urgências.

Apesar de, às vezes, possuir pouco tempo para dedicar a sua própria obra, o responsável pela família acha mais vantajoso ele mesmo estar executando, devido sua experiência. Ainda não aconteceu nenhum problema em que eles tivessem que recorrer a algum profissional especializado, como engenheiro, arquiteto ou bombeiro, por exemplo. Após a finalização da construção ainda não pensaram se pretendem, ou não, fazer alguma ampliação ou alteração, mas que até o momento estão satisfeitos com o resultado.

Eles acreditam que um profissional de arquitetura pode auxiliar no processo de construção, principalmente com relação a estética do edifício, já que ele está sempre atualizado com as novidades do mercado da construção. Porém não contratariam um arquiteto, pois para eles, o dinheiro que seria para o pagamento dos honorários poderia ser melhor investido na execução da obra.

Demanda Popular Y

A demanda popular Y é proveniente de uma família formada por casal e uma filha. O homem é autônomo e possui uma fábrica de blocos de concreto e laje, enquanto sua esposa é auxiliar administrativa. Antes de se casarem, o que impulsionou o homem a construir a habitação foi seu desejo de escapar do aluguel, com isso, inicialmente a residência localizada no bairro Ana Rita, na cidade de Timóteo, foi construída com apenas três ambientes: um quarto, uma cozinha e um banheiro (Figura 7). Aproveitando a topografia do terreno, a casa foi realizada em um nível abaixo da rua.

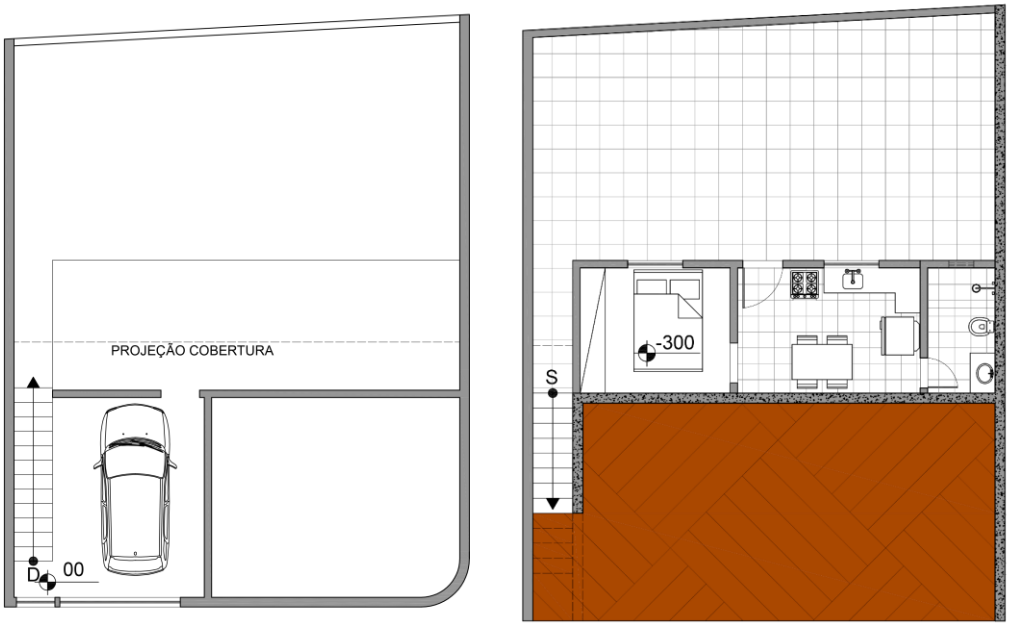


Figura 7: Primeira construção (Térreo e subsolo)
Fonte: Os autores, 2018

Quando se casaram resolveram ampliar a habitação, sendo assim, transformaram o quarto em uma sala, a cozinha em uma copa; e construíram dois dormitórios, uma outra cozinha e uma área de serviço (Figura 8).

Tudo foi realizado com a família já morando no local e a execução ocorria de acordo com a obtenção dos recursos financeiros. Como consideram a residência pequena e o térreo ainda não foi edificado, pretendem construir no local, os dormitórios e um banheiro, transformando assim o pavimento subterrâneo em uma grande área de convívio social, com uma sala, copa, cozinha, banheiro e área de serviço.

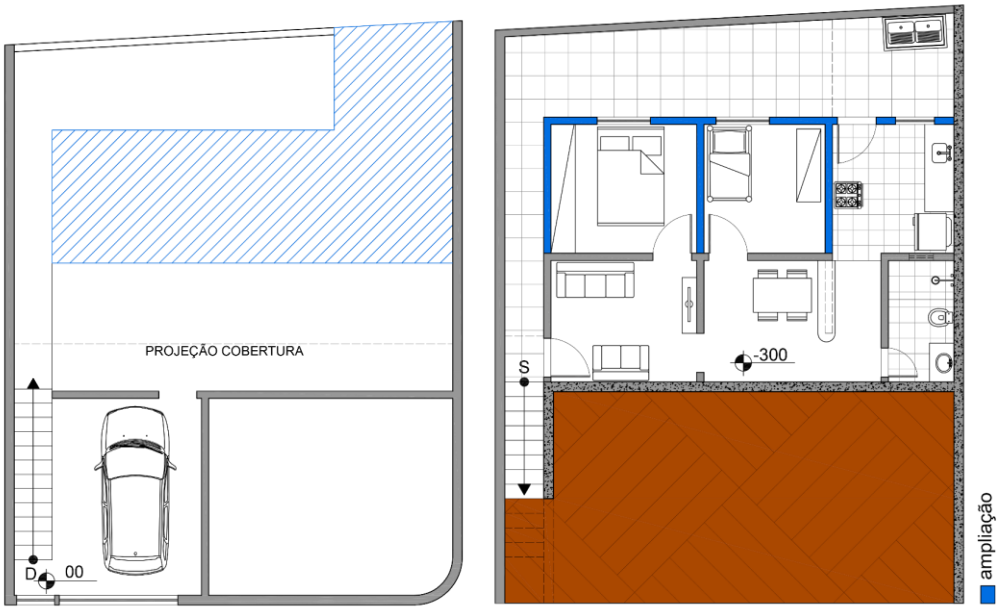


Figura 8: Ampliação (Térreo e subsolo)
Fonte: Os autores, 2018

Figura 9: Entrada e parte térrea da residência (área de próxima ampliação)
Fonte: Os autores, 2018

Quando começaram a construção a alguns anos atrás, não tinham conhecimento a respeito sobre as atribuições do arquiteto e urbanista, por isso não cogitaram contratar um. O projeto da residência foi realizado em um papel com as dimensões básicas dos ambientes, e para a execução o responsável pela família contou apenas com a ajuda de seu pai e seu tio, já que ambos são pedreiros e, portanto, possuem experiencia na área.

Não definiram um orçamento e um cronograma de construção, pois a execução era realizada apenas aos finais de semana, e quando possuíam recursos financeiros disponíveis para dar continuidade à obra. Não surgiu nenhum problema em que eles tivessem que recorrer a algum profissional especializado, tudo foi

executo através de mão-de-obra familiar. Apesar de dizerem que estão satisfeitos com o resultado, até o momento, gostariam de ter possuído orçamento para executar a obra de uma vez só.

Como um pavimento ainda está por finalizar, pretendem contratar um arquiteto para auxiliar no termino da construção, pois esperam que através das especificações dadas por esse profissional, consigam estabelecer o orçamento a ser gasto na obra e economizar materiais de construção. Segundo a família, é possível o arquiteto atuar em atividades relacionadas a execução de obra, desde que esteja por dentro e atualizado sobre esse assunto.

Prática de arquitetura da Região Metropolitana do Vale do Aço

Para um melhor entendimento da prática de arquitetura, e do processo projetual, que é desenvolvido pelos profissionais que atuam na Região Metropolitana do Vale do Aço, foi realizado um estudo de caso com 2 escritórios de arquitetura e urbanismo, que já elaboraram um projeto arquitetônico para indivíduos ou famílias, que residam nos bairros das cidades de Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo, classificados como faixa de renda domiciliar 1 e 2, segundo os dados da RMVA (PDDI, 2014). De acordo com esses dados, supõe-se que esses profissionais tenham atendido pessoas que se enquadram na classificação de demandas populares. Outro critério para escolha foi o tipo de projeto que os arquitetos desenvolvem, que são em sua maioria, residencial, comercial ou de interiores. A disponibilidade também foi um fator determinante, já que alguns escritórios, que foram contatados, não estavam disponíveis para participar da pesquisa. Para manter a privacidade dos arquitetos entrevistados, as identidades não serão reveladas.

Foi aplicado aos profissionais de arquitetura um questionário, que tinha como objetivo conhecer qual a área de atuação dos escritórios e quais são os projetos que eles mais realizam; quanto tempo atuam no mercado; qual é o perfil dos clientes e como conseguem atrai-los; se as pessoas perguntam o valor dos serviços ainda no primeiro encontro e se essa informação é repassada; como é o processo projetual que os escritórios desenvolvem; quanto tempo em média o projeto demora para ser realizado; como eles cobram por seus serviços; se já aconteceu de algum cliente desistir do projeto no meio do caminho, e se existe alguma multa que ele deva pagar caso isso ocorra; se depois do projeto finalizado já aconteceu de alguém não executar o projeto da forma em que ele foi realizado; se os escritórios costumam fazer visitas a obra, e qual é a finalidade delas; se os profissionais prestam serviço de gerenciamento de obras; se prestam serviços de consultorias para compra de materiais de construção e de execução de obra; e se já receberam clientes que buscam apenas obter ideias, tirar dúvidas ou contratar visitas à obra para resolver algum problema construtivo.

Escritório de arquitetura A

Localizado na cidade de Timóteo, o escritório de arquitetura A funciona a 8 anos atendendo pessoas, em sua maioria, de classe média e classe média baixa; e apesar de utilizar sites e redes sociais para divulgação de seus serviços, considera que a maioria dos clientes chegaram até o escritório por indicação. Os trabalhos mais realizados são os projetos arquitetônico residencial, comercial e de combate a incêndio. De acordo com o arquiteto, é comum os clientes perguntarem os valores dos projetos ainda nas primeiras ligações, porém essa informação não é passada, pois ele prefere inicialmente conhecer as pessoas e as suas demandas. Segundo o arquiteto, cerca de 30% dos indivíduos não fecham contrato de prestação de serviço com o escritório, depois desse primeiro contato.

Com relação ao processo projetual, o profissional segue as etapas usuais de projeto. Inicialmente ocorre uma conversa com a família para conhecer a demanda e posteriormente é realizado o levantamento. Com o programa de necessidades e o levantamento em mãos, o escritório desenvolve o estudo preliminar, elaborando plantas que serão apresentadas aos clientes. Se as pessoas aprovam a proposta apresentada pelo profissional, inicia-se a etapa seguinte que é a de anteprojeto. Nessa etapa é elaborada a maquete 3D, com imagens renderizadas, para que o cliente possa entender a espacialidade da construção, e a partir de então ele não pode mais mudar de ideia com relação ao projeto, pois se isso ocorrer será cobrado um adicional pelo retrabalho do arquiteto. As etapas seguintes que são a de projeto legal, que é destinada à aprovação nos órgãos públicos, e o projeto executivo que será utilizado para a execução da construção.

O projeto arquitetônico, seguindo essas etapas, demora em média dois meses para ser elaborado. O escritório dá a opção, ao cliente, de contratar apenas as fases que ele achar necessário para a execução de sua construção, porém cobram praticamente o mesmo valor do projeto completo. De acordo com o arquiteto, é comum as pessoas desistirem do projeto e quebrarem o contrato, porém o escritório não cobra multa por isso; além disso, também é frequente não executarem o projeto da forma em que ele foi elaborado. O escritório realiza visitas a obra, porém apenas para tirar dúvidas com relação a leitura e erros de projeto, e o valor dessas visitas já estão embutidas no que é cobrado pelo projeto arquitetônico. Atualmente não prestam serviço de gerenciamento de obras, e consultorias relacionadas a execução e compra de materiais de construção, normalmente quando aparece alguma demanda desse tipo, costumam repassar para outro profissional.

Escritório de arquitetura B

O escritório de arquitetura B, localizado na cidade de Timóteo, está no mercado a 6 anos e possui várias áreas de atuação, que vão desde a realização de projeto arquitetônico residencial, comercial e de interiores, até design gráfico. O perfil dos clientes varia de acordo com o tipo de projeto que está sendo desenvolvido, quando se trata de projeto arquitetônico residencial e de interiores são, em sua maioria, famílias de classe média. Apesar de possuir um forte engajamento em divulgação dos trabalhos nas redes sociais, como Instagram e facebook, consegue mais clientes por indicação. Segundo os profissionais de arquitetura que atuam no escritório, é bastante comum as pessoas perguntarem os valores de seus serviços ainda na primeira conversa, porém procuram não passar essa informação enquanto não entendem a demanda do cliente. Em torno de 40% dos indivíduos, que entram em contato com o escritório, não fecham contrato de prestação de serviço, porém, na maioria das vezes, as pessoas ligam para dar uma satisfação do porque não vai realizar o serviço.

Quando ao processo projetual, eles seguem as etapas usuais de um projeto, porém o levantamento e programa de necessidade recebe o nome de briefing, que funciona como uma coleta de dados para a elaboração do projeto arquitetônico. Então, inicialmente eles fazem uma reunião que tem o objetivo de absorver o máximo de informações possíveis sobre as demandas do cliente. Após isso, realizam o estudo preliminar, desenvolvendo plantas com layout e maquete 3D, para serem apresentadas a família, com a aprovação dos usuários, os profissionais seguem para a etapa seguinte, que é a de anteprojeto. No anteprojeto são definidas e detalhadas as questões técnicas para a realização da construção, então a partir desse momento o cliente não pode mudar de ideia com relação a algum item do projeto. Com o fim do anteprojeto, desenvolvem o projeto executivo que é utilizado para a execução da obra, e o projeto legal que é destinado à aprovação nos órgãos públicos.

O projeto arquitetônico, seguindo esses passos, demora em média dois e três meses para ser elaborado, mas o prazo depende da aprovação por parte do cliente. De acordo com os arquitetos, eles só realizam o projeto desde que sejam contratadas todas as etapas, pois é inviável para o cliente executar a construção apenas com um croqui, já que isso pode acarretar em aparecimento de problemas durante a construção. Quanto a forma de pagamento, normalmente cobram uma entrada e o restante depois de trinta ou sessenta dias. É muito comum algumas pessoas não executarem o projeto da forma em que ele foi realizado, e desistirem do projeto arquitetônico durante o processo, porém o escritório não cobra multa por isso. Com relação às visitas a obra, realizam esse tipo de serviço apenas para tirar dúvidas com relação a leitura do projeto, pois segundo os profissionais de arquitetura, é muito comum em canteiros de obras, trabalhadores que não estão devidamente capacitados em leitura de desenho técnico. O escritório não realiza gerenciamento de obra, porém realiza trabalhos de consultorias e visitas técnicas quando é procurado para atender essa demanda, mas considera que isso não acontece com muita frequência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no estudo de caso realizado com as demandas populares da RMVA, foi possível perceber que as duas famílias buscaram respostas construtivas semelhantes e que, segundo Nascimento (2011), são típicas de construções autoproduzidas. As construções foram realizadas com estrutura de concreto armado, o que permite futuras ampliações; as vedações são em tijolos cerâmicos e não foi executado verga e contra verga para a instalação das esquadrias, que são de madeira e metalon. Ambas possuem apenas instalação de água fria, realizada em tubos de PVC, e as caixas d'água são pré-fabricadas. Como uma das construções está sendo realizada aos finais de semana, não possui um canteiro de obra definido e os equipamentos utilizados são domésticos.

Em ambos os casos foi possível perceber que o fator determinante na autoprodução é a disponibilidade dos recursos financeiros, já que ele define o tempo de duração da obra e quais são as prioridades. Na medida em que o dinheiro vai entrando, os espaços vão sendo executados de acordo com as necessidades emergentes de cada família, não existindo o planejamento de um cronograma e um orçamento. Apesar da mão-de-obra ser familiar, as pessoas possuem experiência prática em construção, o que acaba dispensando a presença de um profissional com especialização técnica, que poderia impor soluções baseadas em seu conhecimento teórico sobre o assunto.

Apesar de uma das famílias ter utilizado um esboço para construir, foi possível perceber que as decisões com relação aos espaços foram sendo tomadas durante a execução da obra, com isso um projeto arquitetônico, com todas as decisões pré-definidas, teria sido pouco utilizado por essas pessoas. Embora a demanda popular X tenha afirmado que não contrataria um arquiteto, a demanda Y mostrou que futuramente possui interesse em finalizar a habitação com a ajuda desse profissional. Isso mostra que, gradativamente, o público popular já está tendo acesso a serviços de arquitetura e urbanismo, porém é necessário que o arquiteto consiga suprir as demandas populares, que não são, somente, por projeto arquitetônico.

Conforme o estudo de caso realizado com os escritórios de arquitetura da RMVA, foi possível perceber que ambos seguem as etapas usuais do processo projetual, e um deles possibilita ao cliente contratar apenas as fases que ele desejar, porém de qualquer forma cobra o valor total do serviço. Além disso, como os profissionais de arquitetura não recebem por etapa de projeto a ser elaborada, o cliente se vê obrigado a ir até o final do processo projetual, já que realizou o pagamento total do serviço. Os escritórios têm certa resistência em passar para o cliente, ainda no primeiro encontro, o valor que é cobrado pelo projeto

arquitetônico, por afirmarem que primeiro precisam conhecer a demanda, e saber qual é a complexidade do projeto. Porém muitas pessoas acabam desistindo de contratar os serviços do arquiteto e urbanista pelo desconhecimento do valor de seus serviços, e por acharem que não possuem recursos financeiros para pagar por eles. Então o fato de não dizer o valor do projeto, nos primeiros encontros, pode acarretar em perda de clientes.

Quanto a metodologia de elaboração de projeto utilizada pelos escritórios, os clientes possuem pouca, ou quase nenhuma participação no processo de criação, pois eles são ouvidos apenas nas etapas de realização do programa de necessidades e do levantamento. Nas demais fases, a tarefa do usuário é apenas de aprovar, ou não, a planta que o arquiteto lhe apresentou, porém isso pode ser um dos fatores que tem levado essas pessoas a não executarem o projeto da forma em que ele foi elaborado, já algumas demandas podem estar sendo negligenciadas. Além disso, os desenhos técnicos produzidos estão em desacordo com o que o trabalhador de canteiro é capaz de ler, entender e executar, fazendo com que o projeto seja pouco utilizado, de fato, durante a execução da obra. Foi possível perceber que a prática de arquitetura está cada vez mais voltada para a elaboração de projeto arquitetônico, já que nenhum dos escritórios prestam serviços relacionados a execução de obra, e apesar de um deles prestar consultorias e visitas técnicas, esse tipo de demanda não recebe a devida atenção.

Durante a pesquisa foi possível evidenciar que a prática de arquitetura utilizada pelos arquitetos e urbanistas se mostra ineficiente para atender as demandas populares, por se tratar de “um choque entre dois modi operandi diferentes” (NOGUEIRA, 2010, p.167). A prática do profissional de arquitetura é baseada no que ele aprendeu na academia, institucionalizada e teorizada, enquanto a prática do público popular é pautada na experiencia prática da mão de obra familiar ou terceirizada, e baseada na construção e em seu uso. Dessa forma, mesmo com a facilidade de acesso a serviços de arquitetura, esse profissional ainda é pouco procurado por esse público.

Tanto o arquiteto e urbanista, quanto o público popular poderiam se beneficiar da difusão de uma prática compatível com a forma que essas pessoas estão acostumadas a construir, e coerente com a realidade em que elas vivem. Porém, para que esse encontro ocorra é necessária uma transformação no atual processo projetual dos profissionais de arquitetura.

Diante disso, alguns profissionais de arquitetura que já estão abolindo a prática de arquitetura convencional[1] e adotando uma metodologia de trabalho baseada em técnicas participativas. Um desses profissionais é o arquiteto argentino Rodolfo Livingston, que sistematizou um método baseado na redução das formalidades, no abandono da ideia do projeto como solução fechada, e que permite a ampla participação dos usuários no desenvolvimento do projeto.

Portanto, propõem-se a aplicação do método que foi idealizado por Livingston e testado por Nogueira (2010), como a prática de arquitetura alternativa à convencional, para o atendimento das demandas populares da RMVA. Segundo Nogueira (2010, p.166), o objetivo da utilização dessa metodologia é que o público popular enxergue o arquiteto como um prestador de serviço, já que o foco não é a comercialização de projeto e sim a “prestação de um serviço de suporte, visando a obtenção de um objeto construído”.

[1] Para Nogueira (2010, p.15), prática de arquitetura convencional refere-se a prática que é usualmente realizada nos escritórios de arquitetura, em geral.

Diferente da prática de arquitetura convencional, nessa metodologia os clientes têm total liberdade de interromper o processo quando desejarem, já que o profissional é remunerado por fase a ser cumprida, sendo assim, nenhuma das partes envolvidas prejudica-se com a interrupção do trabalho. O tempo de projeto é menor, pois o método parte do pressuposto da redução na formalização dos procedimentos e dos desenhos, evitando que os clientes desistam do projeto mais facilmente, além de tornar o serviço financeiramente mais acessível ao público popular.

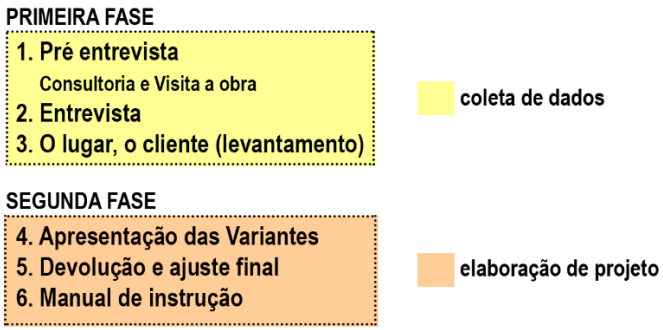


Figura 10: Metodologia de trabalho
Fonte: Os autores, 2018

A metodologia de trabalho, baseada no método de Livingston, é dividida em 6 fases agrupadas em 2 etapas de projeto (figura 10). Os três primeiros passos são destinados a coleta de dados e construção de um programa de necessidades, que será utilizado na etapa seguinte, que é de elaboração das variantes de projeto.

Pré entrevista

A pré entrevista é o contato inicial entre o arquiteto e os clientes, que geralmente acontece por telefone ou um encontro casual. Nessa fase o profissional deve apresentar ao usuário a metodologia de trabalho, os custos e as formas de pagamento, pois é isso que o público popular deseja e precisa saber, segundo Nogueira (2010). O arquiteto também deve fazer algumas perguntas para saber se as pessoas já moram no local, e quantas são; o tipo de serviço que necessitam e os principais problemas; quando pretendem executar a obra e o quanto pretendem gastar.

O objetivo dessa pré entrevista é tentar compreender quais são as demandas dos clientes, por isso, nesse momento o arquiteto precisa saber identificar se eles necessitam de um projeto e, portanto, teriam que passar pelas demais etapas da metodologia, ou se apenas uma consultoria poderia resolver os problemas que foram relatados. Se os clientes necessitarem de um projeto e decidirem dar continuidade ao processo, o profissional de arquitetura deve solicitar que todos os integrantes da família desenhem, ou seja, façam um projeto do espaço, a ser construído ou reformado. O desenho será apresentado ao arquiteto na fase seguinte da metodologia, a entrevista.

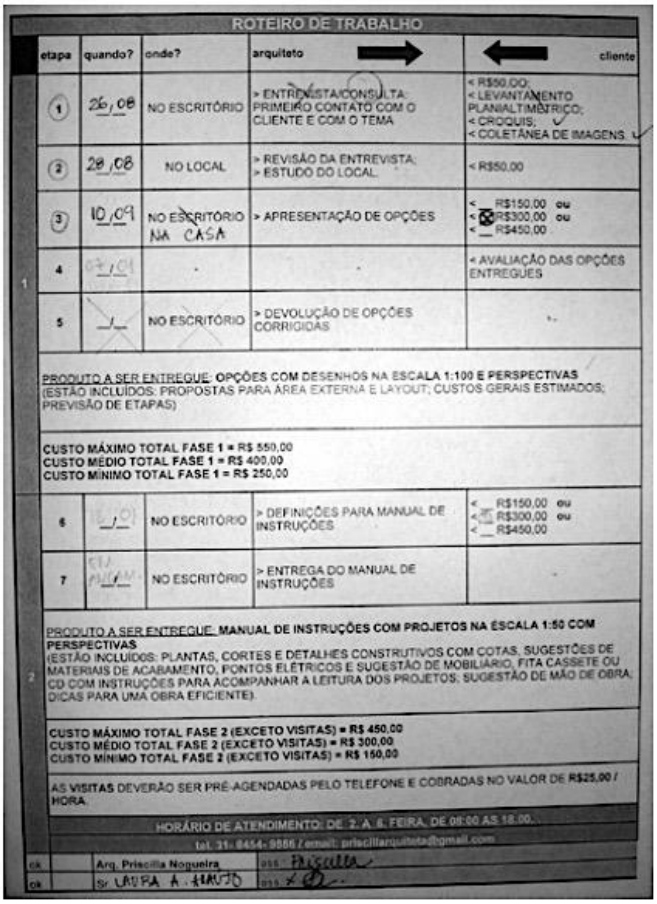
Consultorias e Visitas a Obra

As consultorias e visitas a obra, segundo Nogueira (2010, p.119), são para atender demandas por soluções de problemas rápidos, através de dicas ou croquis feitos imediatamente no local da obra, podendo ser

incluído até mesmo consultorias para escolha de materiais de construção e revestimentos. Ou seja, são demandas que não necessitam de um projeto arquitetônico.

Entrevista

A fase da entrevista pode acontecer tanto no escritório de arquitetura, quanto na residência da família. Inicialmente o arquiteto precisa explicar novamente as fases da metodologia de trabalho, sanar possíveis duvidas que ainda tenham persistido e apresentar aos clientes o Roteiro de trabalho (Figura 11). No roteiro "são listadas e descritas de modo sintético e claro as obrigações e tarefas de ambas as partes, as etapas do trabalho, seus conteúdos e valores." (NOGUEIRA, 2010, p.71). Após isso, o profissional deve aplicar alguns exercícios aos usuários, com o objetivo de conhece-los mais a fundo e identificar suas necessidades, por isso ele precisa estar atento a todos os relatos e anotar tudo o que for pertinente para a elaboração dos projetos.



ROTEIRO DE TRABALHO

etapa	quando?	onde?	arquiteto →	← cliente
1	26/08	NO ESCRITÓRIO	> ENTREVISTA/CONSULTA: PRIMEIRO CONTATO COM O CLIENTE E COM O TEMA	< R$50,00; < LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO; < CROQUIS; < COLETÂNEA DE IMAGENS.
2	28/08	NO LOCAL	> REVISÃO DA ENTREVISTA; > ESTUDO DO LOCAL.	< R$50,00
3	10/09	NO ESCRITÓRIO NA CASA	> APRESENTAÇÃO DE OPÇÕES	< R$150,00 ou < R$300,00 ou < R$450,00
4	07/09	-	-	< AVALIAÇÃO DAS OPÇÕES ENTREGUES
5	-/-	NO ESCRITÓRIO	> DEVOLUÇÃO DE OPÇÕES CORRIGIDAS	-

PRODUTO A SER ENTREGUE: OPÇÕES COM DESENHOS NA ESCALA 1:100 E PERSPECTIVAS (ESTÃO INCLUÍDOS: PROPOSTAS PARA ÁREA EXTERNA E LAYOUT; CUSTOS GERAIS ESTIMADOS; PREVISÃO DE ETAPAS)

CUSTO MÁXIMO TOTAL FASE 1 = R$ 550,00
CUSTO MÉDIO TOTAL FASE 1 = R$ 400,00
CUSTO MÍNIMO TOTAL FASE 1 = R$ 250,00

6	-/-	NO ESCRITÓRIO	> DEFINIÇÕES PARA MANUAL DE INSTRUÇÕES	< R$150,00 ou < R$300,00 ou < R$450,00
7	-/-	NO ESCRITÓRIO	> ENTREGA DO MANUAL DE INSTRUÇÕES	-

PRODUTO A SER ENTREGUE: MANUAL DE INSTRUÇÕES COM PROJETOS NA ESCALA 1:50 COM PERSPECTIVAS (ESTÃO INCLUÍDOS: PLANTAS, CORTES E DETALHES CONSTRUTIVOS COM COTAS, SUGESTÕES DE MATERIAIS DE ACABAMENTO, PONTOS ELÉTRICOS E SUGESTÃO DE MOBILIÁRIO, FITA CASSETE OU CD COM INSTRUÇÕES PARA ACOMPANHAR A LEITURA DOS PROJETOS; SUGESTÃO DE MÃO DE OBRA; DICAS PARA UMA OBRA EFICIENTE).

CUSTO MÁXIMO TOTAL FASE 2 (EXCETO VISITAS) = R$ 450,00
CUSTO MÉDIO TOTAL FASE 2 (EXCETO VISITAS) = R$ 300,00
CUSTO MÍNIMO TOTAL FASE 2 (EXCETO VISITAS) = R$ 150,00

AS VISITAS DEVERÃO SER PRÉ-AGENDADAS PELO TELEFONE E COBRADAS NO VALOR DE R$25,00 / HORA.

HORÁRIO DE ATENDIMENTO: DE 2ª A 6ª FEIRA, DE 08:00 AS 18:00.

tel. 31- 8454-9886 / email: priscillarquiteta@gmail.com

Arq. Priscilla Nogueira

Sr LAURA A. MUNIZ

Figura 11: Roteiro de trabalho
Fonte: Nogueira (2010, p.59)

O primeiro exercício é o Projeto do cliente (PC), que tem como objetivo compreender o espaço atual e as ideias dos clientes, através dos desenhos que foram realizados por eles. O arquiteto utilizando uma folha transparente sobre esses esboços, precisa tentar entender, resenhar e articular os espaços segundo as explicações da família, caso eles não consigam explicar alguma coisa ou o profissional não entenda o que foi desenhado, deve-se apenas colocar um ponto de interrogação no local.

O segundo exercício é um Jogo de Acusação, que tem como objetivo saber o que os clientes mais gostam e menos gostam no local em que vivem, portanto eles devem apontar individualmente os defeitos e as qualidades do espaço. Já o arquiteto precisa anotar todas as respostas separadamente e em ordem de importância, do mais grave para o menos grave. Para evitar interpretações diferentes, o profissional deve sempre esclarecer com os usuários, as acusações que possam ter mais de um significado.

O próximo exercício é o Diagrama dos globos, em que os clientes devem imaginar sua casa ideal, desconsiderando custos e viabilidade; e citar seus desejos, desde os mais básicos até os mais sofisticados. Mais uma vez o arquiteto deve esclarecer desejos que possam possuir mais de uma interpretação. A partir disso o profissional juntamente com os integrantes da família devem escrever, numa folha de papel grande, o nome dos ambientes desejados aleatoriamente e unir os que forem possíveis de juntar, flexibilizando assim os futuros espaços.

Por último o arquiteto precisa pedir a família que lhe conte sobre a história do local, como adquiriram o imóvel, o ano da construção ou aquisição, quem são os vizinhos, arvores do entorno, largura da rua, serviços que ficam próximos a residência, topografia e qualidade do solo. Além disso o arquiteto precisa anotar o nome, idade, horários e hábitos de todos os moradores e verificar se existem moradores ocasionais. Após a execução de todos os exercícios e a finalização da entrevista, o profissional irá elaborar uma síntese das informações que foram apresentadas nessa fase, que funcionará como um programa de necessidade a ser utilizada para a elaboração do projeto.

O lugar, o cliente (Levantamento)

A fase seguinte é a de Levantamento, em que o arquiteto deve visitar o local a ser reformado ou construído e fazer as devidas observações e medições. Inicialmente, o profissional precisa medir as ruas, verificar o sentido de circulação e desenhar as arvores existentes no entorno. Se for um projeto de reforma, ele deve elaborar um croqui do espaço com os mobiliários existentes e depois tirar as medidas gerais e parciais. Posteriormente, deve-se verificar as condições físicas e estruturais do imóvel, fazer registros fotográficos e, se necessário, desenhar cortes evidenciando alturas diferentes. Durante essa visita, o arquiteto pode apresentar aos moradores, a síntese das informações que foram colhidas durante a entrevista; e revisar novamente, as etapas da metodologia de trabalho para verificar se ainda existe alguma dúvida.

Apresentação de variantes

Com o programa de necessidade e o levantamento finalizado, o arquiteto pode dar início a fase de elaboração das variantes de projeto. Diferentemente do processo projetual utilizado pelos escritórios de arquitetura, que elaboram apenas uma opção de projeto, nessa metodologia de trabalho o profissional cria e apresenta ao seu cliente diferentes opções de arranjos espaciais. Para essa tarefa, ele utiliza todas as informações que foram colhidas no início do processo, como as fotografias do local, as plantas elaboradas pelos clientes, o programa de necessidades, o levantamento realizado no local e etc.

As variações de desenho devem ser processuais, elaborados a mão, na escala 1/100, com layout, em papel transparente, para que seja possível sobrepor as variações e combina-las entre si. Além das plantas, podem ser realizadas perspectivas e cortes tratados a mão, comunicando aos clientes seu conteúdo de maneira clara e objetiva, sem símbolos e convenções. O arquiteto precisa certificar-se que os clientes estão entendendo os

desenhos e as variações propostas, e ele deve dar espaços para que os moradores possam opinar e criticar as opções.

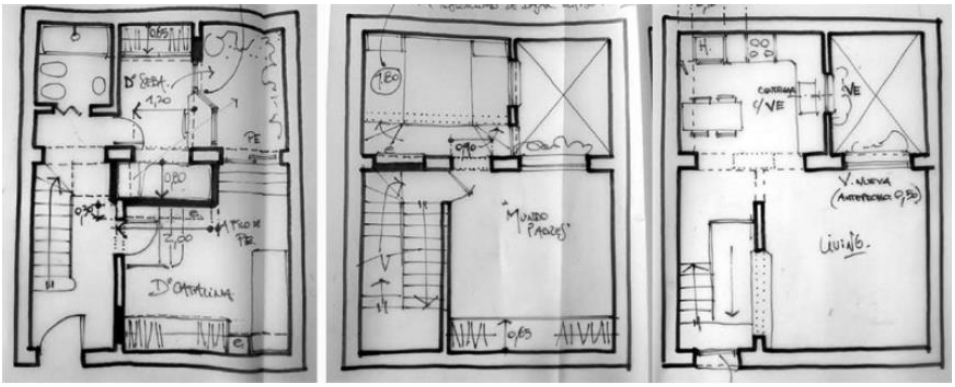


Figura 12: Opções de variantes elaboradas para o cliente
Fonte: Nogueira (2010, p.105)

O arquiteto deve retomar o Roteiro de trabalho (Figura 11), para que todos saibam em qual etapa estão, deve apresentar o programa de necessidades, o levantamento, as fotografias que tirou do local e, após isso, apresentar as variações. Como esses projetos não são soluções prontas e podem ser combinados entre si, esse momento se abre à participação da família, portanto opiniões e críticas são mais que bem-vindas. Após a apresentação das variantes de projetos, os clientes podem levar essas opções para casa, para poder avalia-las com mais tempo. Os usuários podem propor uma nova variação, com base nas que foram apresentadas pelo profissional.

Devolução e ajuste final

Com base nas observações e alterações propostas pelos clientes o arquiteto irá elaborar variação final, realizando todos os ajustes que foram solicitados. Como o intuito do método é ser um processo aberto, pode acontecer do cliente interrompe-lo nessa etapa, por afirmar que consegue construir sua habitação apenas com a planta, não sendo necessário um manual de instrução. Portanto, segundo Nogueira (2010, p. 127), a opção escolhida pela família deve possuir consistência técnica maior do que a planta de um estudo preliminar, apesar de não precisar ser um desenho acabado, cheio de termos técnicos. O arquiteto deve ter sempre atenção a todos os aspectos construtivos e técnicos ao elaborar a variação final, para que ela possa, de fato, ser executada.

Manual de Instruções

Nessa fase o arquiteto deve consultar os clientes e a mão-de-obra que irá executar a construção, para definir a quantidade de informações que o manual deve conter, ou seja, são eles que definem o nível de detalhamento que seu manual deve ter. Normalmente o manual de instrução conta com “projeto de alvenaria, com plantas e cortes mostrando móveis, pontos de luz e aberturas de portas e janelas [...] fachadas com propostas de cores, detalhamentos de elementos fundamentais como bares e escadas e perspectivas para mostrar soluções espaciais específicas” (NOGUEIRA, 2010, p.86).

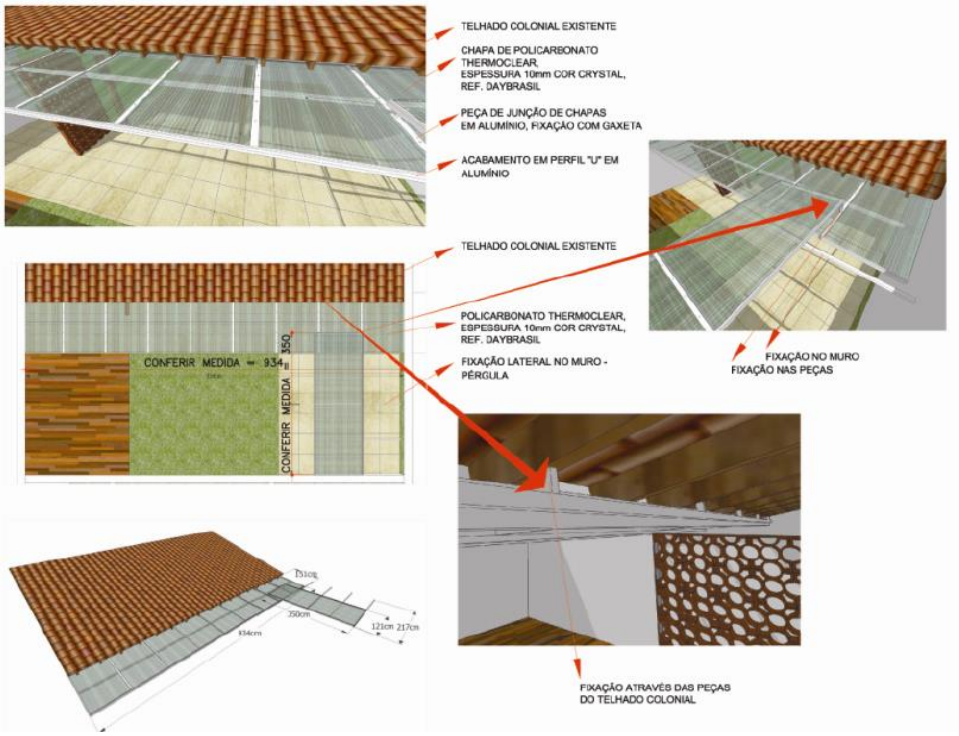


Figura 13: Manual de Instruções
Fonte: Nogueira (2010, p.137)

Ainda segundo Nogueira (2010, p.87) "com o manual, o arquiteto delega aos construtores a responsabilidade do construir, fornecendo a eles instruções básicas baseadas nas premissas espaciais previamente discutidas, mediantes as possibilidades construtivas de cada local". Portanto o profissional não estrará dando ordens aos envolvidos no processo de construção, já que o manual funciona apenas como um mecanismo de comunicação e transmissão de informações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autoprodução sempre foi, para o público popular, um importante mecanismo de provisão de habitação e de estabilidade familiar, já que, historicamente, o arquiteto e urbanista sempre esteve associado a produção de edifícios com tipologias especificas para um público restrito da população. Mesmo com a ascensão econômica de grande parte da sociedade, e a popularização da profissão de arquitetura e urbanismo, ainda não é comum presenciar arquitetos trabalhando para suprir as demandas populares já que a prática desenvolvida por eles não é compatível com a forma que o público popular produz suas habitações.

Portanto, chegou-se à conclusão de que existe a necessidade de uma metodologia que seja específica para o atendimento dessas famílias, de forma que a prática de arquitetura possibilite o acesso de todos à habitação de qualidade. Se faz necessário em estudos futuros, relacionados ao tema, aplicar a metodologia que foi proposta, a fim de avaliar sua eficiência com as demandas populares da Região Metropolitana do Vale do Aço, analisando como as questões sociais e culturais têm influência na aceitação e no acesso desse público ao profissional de arquitetura.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13531: Elaboração de projeto de edificações: Atividades técnicas.** Rio de Janeiro, 1995.

AYER, Flávia. (2018, 08 de janeiro). Desemprego no Brasil impõe novos hábitos de consumo para a classe C. **Estado de Minas**, Minas Gerais. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2018/01/08/internas_economia,929350/desemprego-no-brasil-impoe-novos-habitos-de-consumo-para-a-classe-c.shtml>. Acesso em: 04 de abril. 2018

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação social no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BRASIL. **Lei Nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010.** (2010, 31 dezembro). Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAUs; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília.

CAU (Brasil). Anuário de Arquitetura e Urbanismo traz dados inéditos sobre a profissão. (2017, 07 de outubro). **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.** Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/anuario-de-arquitetura-e-urbanismo-traz-dados-ineditos-sobre-profissao/> Acesso em: 18 de fev. 2018

_____. O maior diagnóstico sobre arquitetura e urbanismo já feito no Brasil. (2015). **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.** Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/> Acesso em: 18 de fev. 2018

KAPP, Silke; NOGUEIRA, Priscilla; BALTAZAR, Ana Paula. **Arquiteto sempre tem conceito, esse é o problema**. IV Seminário Projetar, São Paulo. Projeto como investigação: ensino, pesquisa e prática**.** 2009. Rio de Janeiro, AU-UPM.

LEITE, Maria Amélia Devitte Ferreira D.' et al. **A aprendizagem tecnológica do arquiteto.** Tese de doutorado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

MINTO, Fernando Cesar Negrini. **A experimentação prática construtiva na formação do arquiteto.** Dissertação de mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

NASCIMENTO, Denise Morado. A autoconstrução na produção do espaço urbano. **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: Ed. C/Arte**, p. 217-230, 2011.

NOGUEIRA, Priscilla. Discutindo a lógica da autoprodução de moradias. **Revista Oculum Ensaios, Campinas**: Revista do programa de pós-graduação em urbanismo, 10(1), 57-72, janeiro-junho 2013.

_____. **Práticas de Arquitetura para demandas populares** - A experiência dos Arquitetos da Família. Dissertação de mestrado - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. **Diagnóstico da Região Metropolitana do Vale do Aço por eixo temático**. Ordenamento Territorial. SUBPRODUTO P2.3. Coronel Fabriciano. 2014. 269p.

WEIMER, Günter. **Arquitetura Popular Brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

V enanparq
Salvador - 2018

PREVENÇÃO DO CRIME ATRAVÉS DO DESING AMBIENTAL (CPTED) - INTERVENÇÕES DE DESENHO URBANO E A SEGURANÇA DAS CIDADES: COLÔMBIA, CHILE E BRASIL.

CRIME PREVENTION THROUGH ENVIRONMENTAL DESING (CPTED) - URBAN DRAWING INTERVENTIONS AND CITY SECURITY: COLOMBIA, CHILE AND BRASIL.

PREVENCIÓN DEL CRIMEN A TRAVÉS DEL DISEÑO AMBIENTAL (CPTED) - INTERVENCIONES DE DISEÑO URBANO Y SEGURIDAD DE LAS CIUDAD: COLOMBIA, CHILE Y BRASIL.

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

PESSOTTI, Luciene
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
luciene.souza@ufes.br

PREVENÇÃO DO CRIME ATRAVÉS DO DESING AMBIENTAL (CPTED) - INTERVENÇÕES DE DESENHO URBANO E A SEGURANÇA DAS CIDADES: COLÔMBIA, CHILE E BRASIL.

CRIME PREVENTION THROUGH ENVIRONMENTAL DESING (CPTED) - URBAN DRAWING INTERVENTIONS AND CITY SECURITY: COLOMBIA, CHILE AND BRASIL.

PREVENCIÓN DEL CRIMEN A TRAVÉS DEL DISEÑO AMBIENTAL (CPTED) - INTERVENCIONES DE DISEÑO URBANO Y SEGURIDAD DE LAS CIUDAD: COLOMBIA, CHILE Y BRASIL.

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Nas últimas décadas foram implementados na Colômbia e no Chile ações que objetivavam a integração do Desenho Urbano com a segurança pública. Os critérios de Desenho Urbano adotados foram os da teoria da Prevenção do Crime através do Design Ambiental (CPTED), cujas estratégias são ferramentas de planejamento dos espaços aplicadas para sua segurança. Objetiva-se abordar o tema da segurança cidadã e aproximar exemplos da realidade do Brasil com os países citados. No Brasil, os investimentos na redução da criminalidade se dá prioritariamente por meio da repressão policial, quando deveria combiná-los aos massivos investimentos no setor social – a verdadeira raiz do problema.
A abordagem do caso brasileiro se dá através do estudo do bairro de São Torquato, localizado no município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo. O bairro possui alto índice de violência. Desenvolveu-se para o local diretrizes de Desenho Urbano, com os critérios do CPTED, visando transformá-lo em um local mais seguro.
PALAVRAS-CHAVE: desenho urbano; segurança pública; segurança cidadã.

ABSTRACT:
In the last decades, actions have been implemented in Colombia and Chile aimed at integrating Urban Design with public safety. The criteria of Urban Design adopted were those of Crime Prevention through Environmental Design (CPTED), whose strategies are tools for planning the spaces applied for their safety. The objective is to address the issue of citizen security and to bring examples of the reality of Brazil with the countries mentioned. In Brazil, investments in crime reduction are given primarily through police repression, when it should combine them with massive investments in the social sector - the real root of the problem.
The Brazilian case is approached through the study of the São Torquato neighborhood, located in the municipality of Vila Velha, State of Espírito Santo. The neighborhood has a high rate of violence. Urban Design guidelines were developed for the site, with the criteria of the CPTED, in order to make it a safer place.
KEYWORDS: *urban design; public security; security.*

RESUMEN:
En las últimas décadas se implementaron en Colombia y Chile acciones que objetivaban la integración del Dibujo Urbano con la seguridad pública. Los criterios de Dibujo Urbano adoptados fueron los de la teoría de la Prevención del Crimen a través del Diseño Ambiental (CPTED), cuyas estrategias son herramientas de planificación de los espacios aplicadas para su seguridad. Se pretende abordar el tema de la seguridad ciudadana y aproximar ejemplos de la realidad de Brasil con los países citados. En Brasil, las inversiones en la reducción de la criminalidad se da prioritariamente a través de la represión policial, cuando debería combinarlos a las masivas inversiones en el sector social - la verdadera raíz del problema.

El enfoque del caso brasileño se da a través del estudio del barrio de São Torquato, ubicado en el municipio de Vila Velha, Estado de Espírito Santo. El barrio tiene un alto índice de violencia. Se desarrolló para el local directrices de Diseño Urbano, con los criterios del CPTED, con el objetivo de transformarlo en un lugar más seguro.
***PALABRAS-CLAVE**: diseño urbano; seguridad pública; seguridad ciudadana.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa apresentar o Método da Prevenção do Crime através do Design Ambiental (CPTED) no contexto da américa latina através do resultado da pesquisa "O desenho urbano como instrumento na prevenção do crime", financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), e desenvolvida na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

A Colômbia e o Chile são dois países da América Latina que vêm demonstrando, nas ultimas décadas, que as articulações entre Desenho Urbano e segurança pública se fizeram eficazes.

O referencial teórico da **Prevenção do Crime através do Design Ambiental** (CPTED) norteou o Desenho Urbano implementados nesses países.

Apresentaremos os critérios de Desenho Urbano e as intervenções realizadas na Colômbia e no Chile, no Brasil, uma experiência e um estudo teórico. No Brasil temos as intervenções do Rio de Janeiro, no Complexo do Alemão, e realizou-se pesquisa com desenvolvimento de estudos preliminares de Desenho Urbano para o Estado do Espírito Santo, no município de Vila Velha, bairro de São Torquato, região com alto índice de violência e criminalidade.

Ressaltamos que no âmbito mundial algumas experiências são muito conhecidas e divulgadas como exemplos positivos de políticas de segurança pública a serem seguidas. Porém, diante da diferença observada em relação aos desafios da segurança cidadã nos países do hemisfério norte e sul (LIMA, 2013), na tentativa de aproximar os exemplos da realidade do Brasil optou-se por tratar de países da América do Sul. Enquanto nas experiências norte americanas e europeias os desafios se centram na assimilação dos critérios de desenho do espaço em suas diversas escalas e na integração da Arquitetura e Urbanismo com os profissionais da segurança, nas experiências latinas, a persistência de problemas estruturais como os de infraestrutura urbana, fazem com que o Desenho Urbano seja uma ferramenta de segunda ordem (LIMA, 2013).

O papel da polícia também apresenta diferentes matizes. Nos países latinos, com tradições de aplicação de métodos policiais e penais dissuasórios para garantir a paz, a polícia tradicionalmente assume este rol, e resulta difícil que a iniciativa de liderar programas de transformação de Espaços Seguros parta dela, sendo necessária a intermediação de políticas específicas para seu envolvimento. Já nos países anglo-saxões, onde a polícia tradicionalmente atende as necessidades da população para garantir o bem estar, a polícia eventualmente propõe iniciativas relacionadas às melhoras do espaço construído (LIMA, 2013).

Com a apresentação dessas políticas no âmbito da segurança pública pretende-se "conhecer seu arcabouço institucional, as várias faces, áreas envolvidas, direcionamentos e ações possíveis. (...) Não se pretende aqui elaborar uma política, ou criticar políticas, o que se quer é compreender a justa medida que cabe ao urbanista nesse processo decisório tão complexo" (SALLES, 2007, p.48). Tendo isso em mente, apresenta-se, a seguir, as políticas de segurança pública adotadas em Bogotá e Medellín, ambas cidades da Colômbia, e também as medidas tomadas pelo governo do Chile para combater a insegurança e a criminalidade.

O MÉTODO CPTED E SUAS ESTRATÉGIAS

A teoria da Prevenção do Crime através do Design Ambiental, CPTED, afirma que os delitos ocorrem em determinados espaços devidos às oportunidades que o entorno físico oferece (SOUZA; COMPANS, 2009).

O CPTED tem como objetivo reduzir a incidência de crimes e melhorar a sensação de segurança da população, a partir de uma perspectiva baseada nas teorias da decisão racional, que estudam o processo de tomada de decisões de um potencial criminoso (HEIN; RAU, 2003). Considerando que existe três fatores favoráveis à uma atitude criminosa - **um autor, um alvo acessível, e um espaço urbano com características ambientais propícias à atividade delitiva e ausência de vigilantes** -, a metodologia apresenta estratégias que visam à alteração de variáveis situacionais, buscando reduzir as oportunidades através do aumento do esforço e da percepção de risco pelo criminoso (LIMA, 2011). Apesar da interligação entre todas as estratégias, estas são apresentadas separadamente, para fácil compreensão e aplicação. Na prática, as quatro estratégias do CPTED constituem-se em diferentes aspectos de uma única metodologia que tratam da segurança no ambiente físico construído, são elas: controle natural de acesso, vigilância natural, reforço territorial e manutenção.

O ESTUDO DE CASO DA COLÔMBIA E DO CHILE

Os estudos de caso da Colômbia e do Chile são paradigmáticos para o entendimento das estratégias dos conceitos do CPTED aplicados em cidades cujas situações socioeconômicas são extremamente críticas. A metodologia aplicada em cidades completamente diversas daquelas que foram a base de reflexão para a criação do método demonstra que apesar das diferenças e, com a inserção de soluções inovadoras, é possível reduzir a criminalidade em cidades com altos índices de violência e criminalidade, apesar dos péssimos indicativos sociais.

Colômbia: Bogotá

Bogotá, capital da Colômbia, é conhecida mundialmente por sua violência, mas, segundo Salles (2007), desde meados da década de 1990 uma reforma política e um conjunto de medidas políticas vem mudando esse cenário. O Relatório Bogotá-Colômbia apresenta queda de mais de 50% no número de homicídios por cada cem mil habitantes em Bogotá no ano 2000 (CARVALHO; CASTANHEIRA, 2001).

Vários programas e projetos **multidisciplinares** foram adotados visando a prevenção e a melhoria da convivência cidadã, e merece destaque a continuidade desses programas, que, mesmo com a troca dos governantes, se mantém. Acredita-se que esse é um dos pontos fortes do programa, fato que difere da realidade brasileira.

Listou-se as diretrizes e ações implementadas (CARVALHO, CASTANHEIRA, 2001; DIMENSTEIN, 2006c; BEDINELLI, 2007), com ênfase no âmbito do Planejamento Urbano, incluindo a implementação de equipamentos urbanos: (1) “Banco de Terras”: a administração municipal comprou grandes terrenos para fazer o planejamento urbano adequado, impedindo que novas áreas se tornassem favelas; (2) regularização dos bairros: doação de títulos de propriedade para moradores que não tinham as escrituras de seus terrenos; e oferecimento de casas em locais regularizados para os moradores de bairros que não poderiam ser urbanizados; (3) instalação de delegacias de família e defensorias públicas nos bairros; (4) Instalação de bibliotecas, creches e escolas nos bairros pobres; (5) fornecimento de serviços básicos como

energia, água potável e esgoto aos bairros pobres; (6) planejamento de intervenção nos espaços urbanos; (7) implementação de ações sociais de múltiplas frentes: reforma de espaços públicos e melhoria de escolas existentes, focando em programas de inserção dos jovens; (8) melhoria do transporte público nos bairros mais pobres: inserção de corredores de ônibus – TransMilênio (FIGURA 1) e ciclovias; nos finais de semana foram reservadas as principais vias para pedestres; além da inserção de imensos calçadões para pedestres; (9) implantação de uma gigantesca rede de bibliotecas, a Red Capital de Bibliotecas Públicas (BibloRed), que foi criada em 1998; (10) intervenção na recuperação de espaços críticos (segurança e convivência); (11) projetos urbanísticos para recuperação da região central de Bogotá, com criação e reforma de praças, atraindo mais pessoas para as ruas; (12) Construção de parques em áreas deterioradas.

Figura 1 - Corredor de ônibus.
Fonte: http://blogdopesado. blogspot.com.br/2012/08/volvo-vende-120-chassis- biarticulados.html.

O maior exemplo dessa prática ocorreu no bairro El Cartucho, que era conhecido pela criminalidade, prostituição e tráfico de drogas, e o poder municipal o transformou no Parque Terceiro Milênio, inaugurado em 2002, encaminhando seus moradores para outros bairros. Atualmente o parque possui 16 hectares, encontrando-se em ampliação para 20 hectares, e representa uma importante ferramenta de lazer aos cidadãos (MORAR KALLAS, 2015).

Segundo o ex-prefeito de Bogotá Antanas Mockus (SILVESTRE, 2006), responsável pela implementação das ações na cidade, os pontos cruciais para o sucesso deste plano são: (1) Participação e fiscalização da

comunidade; (2) Unificação dos dados sobre homicídios e sua publicação mensal, independente do resultado; (3) Permanência do Coordenador de Segurança da Prefeitura durante 12 anos, mesmo com a mudança de comando por conta das eleições: o que garantiu a continuidade do Programa.

Além dessas questões, é importante salientar as várias frentes de trabalho envolvidas: melhorias na educação, transporte, policiamento, e espaços públicos; alteração de legislação; regularização de terra.

É importante destacar que "profissionais de todas as áreas do conhecimento contribuíram para que a comunidade como um todo ganhasse em qualidade de vida" (SALLES, 2007, p. 54), e que, somente com a união dos diversos setores, apoio da população, e **multidisciplinaridade do programa** é possível reduzir os índices de criminalidade e obter resultados positivos.

Medellín, Colômbia

A cidade de Medellín, na Colômbia, foi premiada, em 2013, como a cidade mais inovadora do Mundo pelo Urban Land Institute, recebendo ainda o Prêmio Internacional de Desenho e Arquitetura (ISVIMED, 2014). Entretatno, na década de 1990 era conhecida como a "capital mundial da violência", tendo, em 1990, 380 homicídios para cada cem mil habitantes (MAISONNAVE, 2013; DIMENSTEIN, 2006d).

Visando reduzir os índices de criminalidade, os governos nacional, estadual e municipal se articularam e iniciaram um programa multidisciplinar, semelhante ao de Bogotá, com apoio do "setor privado, da academia, dos meios de comunicação e do setor social" (ISVIMED, 2014, p.20). Como resultado dessa nova política de segurança pública observou-se uma queda de quase 80% na taxa de homicídios entre 1991 e 2010, chegando a ter apenas 38 homicídios para cada cem mil habitantes no ano de 2013, uma taxa ainda elevada, mas substancialmente menor (MAISONNAVE, 2013; DIMENSTEIN, 2006d). Medellín, como Bogotá, mostrou que "a vacina para reduzir níveis de violência, mesmo em lugares pobres, já foi inventada e não depende de acabar a miséria" (DIMENSTEIN, 2006a).

Segundo Dimenstein (2006d), em geral foram adotadas medidas repressivas, preventivas e educacionais, além de "reformas urbanas nos bairros mais pobres, alguns deles nas montanhas, totalmente isolados", como: (1) Construção de escadas; (2) Promoveu-se a coleta do lixo; (3) Escolas foram ampliadas e novas foram construídas; (4) Abriram-se centros de saúde; (5) Foram erguidos imponentes parques-biblioteca em áreas com indicadores de violência mais altos - espaços de convivência, cultura e lazer; (6) Ofereceu-se sistema de transporte, instalando-se, em alguns casos, teleféricos, conhecidos como Metrocable, que ligam os morros de Medellín.

Este tipo de transporte possibilita que serviços públicos e alternativas de vida sejam levados para locais onde o Estado simplesmente não conseguia chegar .

A Comuna 13, um aglomerado de 25 favelas nas montanhas que cercam Medellín, símbolo máximo do caos na cidade, merece destaque. Segundo Dimenstein (2006d), nesses locais não havia poder público, e somente pessoas autorizadas podiam subir os morros. Nessa comuna a intervenção se deu em etapas (DIMENSTEIN, 2006d): (1) Operação de Guerra: Exército ocupou a região e instalou bases militares; (2) educadores, assistentes sociais e policiais comunitários puderam chegar à região; (3) população se sentiu mais segura e começou a denunciar os matadores, diminuindo a sensação de impunidade; (4) melhor treinamento dos policiais; (5) capacitação da comunidade sobre como lidar com a questão da segurança;

(6) surgiram os "vigilantes do bairro" – voluntários que informam movimentos suspeitos às autoridades; (7) disseminaram-se os Mediadores de Conflito – pessoas de respeito no bairro aptos a intermediar disputas entre moradores, evitando confrontos físicos entre os mesmos; (8) diminuiu-se a resistência contra campanha do desarmamento; (9) jovens envolvidos na marginalidade foram convidados a trabalhar como educadores no espaço público – recebem um salário para manter a ordem na cidade; (10) a população ganhou autoestima, melhores perspectivas de vida, e passou a confiar mais no poder público do que nos grupos marginais que se disfarçavam dele.

Segundo Aníbal Gaviria Correa (HAIDAR, 2013), prefeito de Medellín, o sucesso que a cidade vem obtendo em relação a diminuição da violência deve-se a uma combinação de ações, tais como a autoridade, advinda da policia e da Justiça; o investimento social, e a intervenção em **espaços públicos nos quais haja integração de atividades esportivas, culturais, em pontos de encontro comunitário**.

Para o prefeito, a queda de homicídios representa um fortalecimento da Justiça. Aníbal ainda destaca que a taxa de desemprego em Medellín é a mais baixa em vinte anos, e defende que emprego e educação reduzem a violência.

De forma geral, o avanço na redução da violência e criminalidade em Medellín ocorreu devido à combinação de três fatores: (COSTAS, 2008), (1) programa de Desmobilização de combatentes: paramilitares se entregaram em troca de reduções penais; (2) segurança Democrática: a pesada ofensiva militar contra guerrilheiros e paramilitares, promovida pelo governo, enfraqueceu e afastou dos centros urbanos muitos desses grupos, que antes dominavam grandes porções da Colômbia. "Em Medellín, a operação foi acompanhada, ainda, de um reaparelhamento e da renovação completa da polícia – iniciativa que visava a quebrar os laços de cooperação com grupos criminosos" (COSTAS, 2008); (3) **projetos e intervenções sociais nos bairros pobres**.

Dentre as intervenções urbanas destacam-se: (1) *Metrocable*: ao redor das estações foram erguidos postos de saúde, bibliotecas informatizadas, creches, instituições de ensino, centros de apoio ao pequeno empresário, e parques; (2) Em outros pontos da periferia de Medellín foram construídas novas escolas, praças, e outros espaços públicos, como áreas de convivência, clubes sociais populares, e espaços de recreação e capacitação; (3) Em pontos de encontro foram construídos espaços públicos que integram atividades esportivas e culturais.

Novamente fica claro que não é possível combater a criminalidade com ações ou medidas isoladas. Somente um **planejamento detalhado, com ações conjuntas e multidisciplinares**, pode ser eficaz na diminuição da violência de uma região com altos índices de criminalidade.

Chile

O Chile é analisado por ser considerado o país sul-americano pioneiro na utilização da metodologia CPTED. Segundo Lima (2013), os conceitos de "Arquitetura Contra o Crime" começaram a ser aplicados no Chile em 1985, mas foi somente em 2001, com o **Programa Comuna Segura** que adotou-se a metodologia do CPTED como estratégia piloto na cidade de Santiago.

Criado pelo Ministério do Interior, este programa visava a prevenção da violência e a diminuição da insegurança, abrangendo desde "questões estruturais, como a **desigualdade socioterritorial** ou o tráfico de

entorpecentes, até a **qualidade dos espaços públicos locais** para melhora da qualidade de vida da população" (LIMA, 2013, p.15).

Segundo Lima (2013), o passo seguinte foi a elaboração do **Manual Espaços Urbanos Seguros**, em 2004. Baseado nos critérios do CPTED, esse manual teve como objetivo apresentar "**recomendações de desenho** e participação comunitária, e está dividido em três partes: conceitos gerais, recomendações de desenho e participação comunitária, finalizando com uma valiosa compilação de experiências práticas realizadas no âmbito do programa" (LIMA, 2013, p.15).

Em 2006 surge a Estratégia Nacional de Segurança Pública 2006-2010 (ENSP), que atuou "através de seis eixos de intervenção: institucionalidade, informação, prevenção, controle e sanção, reabilitação e reinserção social e assistência a vítimas" (DAMMERT, 2013, p.133).

Outros programas foram sendo implementados ao longo dos anos, até que em 2010 é lançado um novo programa, em substituição aos demais. Trata-se do Plano de Segurança Pública Chile Seguro 2010-2014, que contempla um conjunto de ações, que deveriam ocorrer entre os anos de 2010 e 2014, para combater a delinquência (CHILE, 2010a).

Esse novo programa tem como metas a redução do percentual de famílias vítimas de crimes e da **quantidade de crimes no espaço público**. Para atingir tais objetivos estabelece cinco áreas de intervenção ou eixos de ação. São eles (CHILE, 2010a, p.8): (1) Prevenir – a prevenção social do delito: reduzir os fatores de risco que causam comportamento criminal e promover os fatores que protegem contra o envolvimento em atividades antissociais ou criminais, antes que elas aconteçam; (2) Proteger: pode-se evitar os delitos através de políticas ou **ações de prevenção ou proteção situacional, intervindo nas características do entorno onde ocorrem as situações ou circunstâncias facilitadoras**; (3) Sancionar: melhorar a eficácia do sistema penal, maximizando sua contribuição para a redução do crime; (4) Apoiar: oferecer assistência às vítimas de crimes, causando a superação das consequências de vitimização, a prevenção da revitimização e a redução da vitimização secundária; (5) Reabilitar: determinados tipos de programas, bem executados, diminuem a probabilidade de pessoas que cometeram um delito voltarem a fazê-lo.

O Programa tenta incentivar a participação dos cidadãos através de guias, acessíveis e disponíveis à toda a população, que **ensinam medidas para reduzir o número de crimes em habitações, ruas e praças**, e comportamentos pessoais que dificultam a ação do delinquente (CHILE, 2010b). Esses guias também funcionam como **ferramentas de orientação técnica para arquitetos e urbanistas**.

Os guias atualmente disponíveis são: (1) Guia Prevenção do Delito em Zonas Residenciais; (2) Prevenção de delitos no comércio: compilação e adaptação de experiências internacionais - Dezembro 2010; (3) Guia para a prevenção do roubo de veículos e acessórios; (4) Espaços Educativos Seguros: orientações técnicas de desenho de infraestrutura para a prevenção da violência escolar – Agosto 2013; (5) Cartilha: Espaços Educativos Seguros: orientações de Desenho Seguro para estabelecimentos educacionais existentes;

Além dessas questões ligadas ao CPTED, o guia oferece ainda medidas de autocuidado, que tratam de atitudes que devem ser tomadas para evitar ou reduzir as chances de delitos e destaca a importância da **vigilância natural**, afirmando que a coordenação entre os vizinhos é a melhor forma destes se protegerem, incentivando o **uso dos espaços públicos**.

No ano de 2014 foram lançadas as metas do Plano Nacional de Segurança Pública e Prevenção da Violência e do Delito Segurança para Todos 2014-2018. O novo plano não aborda questões de Desenho Urbano, mas entende-se que as medidas anteriores e os guias disponibilizados à população e aos profissionais não devem ser ignorados, pois, introduziram orientações para o projeto de espaços da cidade, assim como, para as edificações.

Santiago, La Granja, Vitacura e Peñalólen

Conforme citado, no Chile a aplicação da metodologia do CPTED remonta o ano de 2000. Neste ano foi celebrado um convênio de colaboração entre o Munícipio de Toronto e a Fundación Paz Ciudadana (Chile), objetivando implementar de forma experimental o modelo em algumas comunas criticas, como La Granja e Peñalolén, onde os índices de vitimização chegavam a 14% (RAU; PROSSER, 2009).

No ano de 2000, Granja e Peñalolén foram selecionadas como comunas piloto para se adaptar a metodologia CPTED, ambas localizadas na periferia de Santiago, Chile (RAU, 2005). O método foi aplicado também na comuna de Vitacura.

Em **Peñalólen**, as intervenções demonstraram uma redução na atuação dos traficantes de drogas. A experiência a partir de m espaço verde, no cruzamento de duas ruas principais, que encontrava-se coberto de vegetação, demonstrou depois de intervenções, que melhoraram a linha de visão, que os traficantes de drogas deixaram de utilizar o local. Com as mudanças espaciais as crianças e adultos assumiram sua utilização, atraindo vendedores e outros usuários, modificando o perfil de apropriação da área (STEPHENS, 2005, p.4).

Stephens (2005, p12), informa que as mulheres geralmente acompanham as crianças e transformam-se formadora de opinião sobre essa nova perspectiva do CPTED e da segurança pública. Onde mulheres e crianças se sintam seguras e estão ativamente envolvidos com seus ambientes, todos podem se sentir mais seguros, tanto a curto e longo prazo.

Em sua análise sobre o CPTED, Rau (2005), ao apresentar conceitos e estudos de caso no Chile, reforça a importância do reforço da apropriação territorial.

Santiago

No que tange ao Desenho Urbano, exemplificaremos os principais **elementos morfológicos** que foram adotados no espaço urbano e que influenciaram diretamente na melhoria da segurança de Santiago, tais como, os **elementos urbanos**. Os postes, lixeiras, bancos, mesas, pontos de ônibus, ponto de taxi, banca de jornal, banheiros e telefones públicos são exemplo. Sua disposição, quantidade e estado de conservação oferecem qualidade urbana, diminuindo a sensação de espaço abandonado, que aumenta a sensação de perigo e proporciona o crime.

Segundo a estratégia do CPTED a **vegetação/paisagismo** pode ser uma forma de proteção para atividades antissociais, servir como ponto de lazer para os moradores locais e como atrativo para a presença de visitantes. Cabe destacar que a vegetação pode ser um aliado ou um vilão, pois árvores muito volumosas e que projetam sombras podem ser usadas por assaltantes para emboscar transeuntes.

Os **equipamentos urbanos e lugares especiais** na cidade influenciam na construção da paisagem urbana; o paisagismo; os acessos; o fluxo de veículos ciclistas e pedestres, notadamente, o sistema viário e sua relação com a travessia de pedestres nas ruas; infraestrutura de transporte; pavimentação; acessibilidade, proporcionam seu uso e favorecem, portanto, segurança aos usuários e a cidades.

Além destes elementos morfológicos, citamos, também, a importância da **mobilidade urbana**. O espaço urbano é espaço movimentado, humanizado, vivenciado. Somente assim, com a diversidade, com a mobilidade, facilidade de acesso, poderão se produzir ambientes possivelmente seguros, considerando com absoluta certeza a importância de políticas sociais e públicas mais justas e igualitárias servindo como "cimento" social, político e econômico dessas intervenções físicas urbanas (FIGURA 2).

No que tange a **Segurança Pública** a dinâmica do espaço urbano se altera, quando a sensação de insegurança aumenta, logo, as pessoas buscam espaços fechados, como sinônimo de segurança, e os espaços públicos tornam-se inseguros, exatamente pelo uso reduzido, levando a um círculo vicioso entre abandono e multiplicação do medo e da insegurança. Assim, ações de Segurança Pública devem estimular o cuidado e o uso dos espaços públicos (FIGURA 2).

Figura 2 – Amplas calçadas. Destaque para vegetação urbana e vias de acesso de acesso exclusivo. Santiago, Chile.
Fonte: Foto da autora (jun, 2016)

Vitacura

No ano de 2004 se aplicou a estratégia do CPTED na comuna de Vitacura, que possui uma situação econômica muito mais alta que os demais comunas, notadamente, Penãlolén e Granja, onde, também se empregou a referida metodologia.

Tratou-se segundo Rau (2005), de uma estratégia de marketing social. Os moradores do local foram apresentados ao método do CPTED e valorizou-se a estratégia de Janes Jacobs, proposta em *Mortes e Vidas de Grandes Cidades* (1961). Estimulou-se os moradores a serem como os *olhos da rua*, com a frase: "*veámonos en Vitacura*".

Se informou em placas distribuídas nos postos de eletricidade quais eram as boas e as más práticas ambientais em relação ao crime e sobre a percepção do medo. Como exemplo utilizou-se fotos da própria comuna.

Peñalolén e La Granja

Segundo Rau (2005), as primeiras comunas escolhidas como lugares pilotos no Chile no ano de 2000 para aplicação do CPTED foram La Granja e Peñalolén, ambas localizadas na periferia de Santiago.

Após sistematização de dados sobre a criminalidade do local se aplicaram os conceitos do CPTED para se diagnosticar as áreas mais vulneráveis ao crime. Após esse diagnóstico se interviu nos espaços visando sua seguridade. As variáveis ambientais prioritárias detectadas nos diagnósticos foram a existência de locais vazios, sem elementos urbanos, e com acúmulos de lixo.

Investiu-se na melhoria dos espaços públicos, colocação de luminárias e mobiliário urbano, recurso para atrair usuários e estes então passariam a atuar como vigilantes naturais do local.

Realizou-se uma campanha ambiental em colégios e outros setores organizados sobre a coleta do lixo.

Após a aplicação em 14 pontos de maior incidência de criminalidade foram obtidos resultados positivos e a experiência passou a ser adaptada a realidade local.

Considerações finais sobre as Políticas de Segurança Pública apresentadas

Por serem países sul-americanos, em desenvolvimento, e possuírem situação socioeconômica semelhante à do Brasil, suas políticas de segurança pública podem ser implementadas em nosso país. O principal ponto dessas políticas a ser considerado é a **multidisciplinaridade** (SALLES, 2007, p.49).

O Brasil precisa perceber que "mais do que aumentar o aparelho repressor do crime, representado pela polícia, é necessário investir em eventos culturais, incentivar o ensino, promover maior integração entre os cidadãos e investir na prevenção da criminalidade" (NETO; SILVA, 2012), "tanto melhorar a polícia e as prisões como criar uma ciclovia e bibliotecas podem, em diferentes graus, promover a segurança" (DIMENSTEIN, 2006b).

Vasques (2013) reitera que não se pode enfrentar a criminalidade apenas por meio da repressão policial, deve-se combiná-la aos **massivos investimentos no setor social** – a verdadeira raiz do problema.

Como pôde ser observado, Bogotá e Medellín "se tornaram verdadeiros laboratórios para a prevenção da criminalidade, mesmo situadas em um contexto de economia ainda em desenvolvimento" (VASQUES, 2013), integrando desenvolvimento urbano às políticas de espaços seguros, com enfoque principal na revitalização dos espaços públicos.

A política de segurança pública do Chile demonstrou ainda a possibilidade de se inserir a metodologia do CPTED em cidades sul-americanas, criando guias de fácil entendimento do método para que leigos – a população em geral – possam entende-la e usufruir de seus benefícios.

Segundo Lima (2013), o atual momento das grandes cidades brasileiras, na urbanização de assentamentos informais, pode "trabalhar vulnerabilidades e oportunidades de mudanças de paradigmas urbanos", permitindo "aproveitar as necessidades e a iminência da transformação para implantar de forma definitiva a cultura da paz e da cidadania".

POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA NO BRASIL E OS CRITÉRIOS DE DESENHO URBANO: O CASO DO COMPLEXO DO ALEMÃO (RJ) E DE SÃO TORQUATO (ES)

Morro do Alemão (RJ)

Para abordar a importância de ações de Política Pública de Segurança no Brasil que relacionam-se, notadamente, com os critérios de intervenções urbanísticas é preciso contextualizar alguns dados.

Segundo dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tinha, naquela ocasião, 11,42 milhões de pessoas morando em assentamentos irregulares, número que corresponde a 6% da população do país. Em vinte anos a proporção de brasileiros que moram nessas áreas, em condições precárias, quase dobrou.

Tal situação reflete a realidade histórica do planejamento das cidades no Brasil. Segundo Balbim et. al. (2013), houve no país uma incapacidade em ofertar terra para a população de baixa renda.

Nas favelas do Brasil há uma grande omissão na oferta de políticas de segurança pública, de serviços sociais básicos e equipamentos públicos. A ausência do Estado tem como consequência a formação e permanência de "ambientes onde a população está mais exposta a situações de risco e violência, reforçando a vulnerabilidade social de muitas famílias" (BALDIM et. al., 2013, p. 23).

Em 2007, foi criado pelo Ministério das Cidades (MCidades), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAC, estruturado no planejamento estratégico de médio e longo prazos, objetivava superar os gargalos de infraestrutura do país e teve parcerias entre o setor público e o privado e articulação entre os três entes federativos. O PAC 2, lançado em 2010, denominado Minha Casa Minha Vida, foi destinado a suprir o déficit habitacional. Este eixo inclui "as intervenções de urbanização de assentamentos precários, que contemplam ações de produção e melhorias habitacionais; água, esgoto, drenagem, viário e iluminação; saúde, educação, esporte, lazer e cultura; e regularização fundiária" (BALDIM et. al., 2003, p.7).

Neste contexto é que em 2010 inicia-se o **Projeto Estruturante - PAC Comunidade Complexo do Alemão – Urbanização** na cidade do Rio de Janeiro, que é um dos maiores aglomerados de favela do país.

Segundo dados do Governo do Estado do Rio de Janeiro o **Projeto Estruturante - PAC Comunidade Complexo do Alemão – Urbanização**, foi desenvolvido em parceria com o Governo Federal, e integra o Plano Estratégico do Governo do Estado do Rio de Janeiro, tendo sido iniciado em 2008. O investimento do PAC entre 2008 e 2010, é da ordem de R$ 3,1 bilhões.

O Complexo do Alemão é um bairro, formado por um conjunto de favelas, situado na Serra da Misericórdia, zona norte do município do Rio de Janeiro, e abrange uma área de 296 hectares (COUTO; RODRIGUES, 2015).

Segundo o geógrafo Mauricio de Abreu (1994), o termo favela teria surgido no Brasil vinculado ao Morro da Favela, e se tornaria um substantivo genérico a partir da segunda década do século XX, passando a designar locais de ocupação ilegal e irregular, em geral sobre encostas, sem atender as normas técnicas de planejamento urbano.

Segundo dados da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro o Complexo do Alemão é composto por quinze comunidades. A ocupação teria começado por volta de 1946 com moradores nordestinos e imigrantes ocupando uma região que se transformou em polo industrial. Entre a década de 195 e 1970 há um crescimento populacional. Nos anos 2000, o Complexo do Alemão era comandado pelo tráfico de drogas e pela milícia. Passou a ser considerado um dos bairros mais perigosos do Rio de Janeiro e o último colocado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade (PRJ, s.d.).

Segundo dados do Censo 2010 (IBGE, 2010), moram no conjunto de favelas cerca de 70 mil habitantes. Segundo Couto e Rodrigues (2015, p.17), o Complexo do Alemão, “como um lugar da cidade do Rio de Janeiro, só adquiriu existência nominal, administrativa e simbólica, a partir de 1993, quando foi oficializado como bairro”. Tal medida legal se deu pelo decreto de Lei 2055/93

No entanto, segundo Soares (2013, quando foi reconhecido como bairro, o Complexo do Alemão tinha demográfica de 302 habitantes por hectare, seis vezes superior à densidade média do município do Rio de Janeiro, de 49 habitantes por hectare. O autor ressalta (SOARES, 2013), que dados do Censo das Favelas (2008/2009), realizado pelo Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (EGP-Rio), estimam que população do Complexo do Alemão supere 85 mil pessoas.

Em 2010 o Exército Nacional ocupou o território permanecendo por cerca de dois anos. A ocupação deu início ao estabelecimento das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs). Segundo o Governo do Estado do Rio de Janeiro (2017), a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) é “um dos mais importantes programas de Segurança Pública realizado no Brasil nas últimas décadas”. O programa, implantado pela Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, no fim de 2008, foi planejado e coordenado pela Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional. Os princípios que norteiam o programa são os da Polícia de Proximidade, “um conceito que vai além da polícia comunitária e tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de Segurança Pública”.

O conceito das UPPs prevê a integração e parcerias entre os governos das três esferas e entre diferentes atores da sociedade civil organizada. Teve como objetivo principal a retomada permanente de

comunidades dominadas pelo tráfico de drogas, e, propor a proximidade do Estado com a população das áreas contempladas pelo programa.

Segundo o Governo do Estado do Rio de Janeiro (2017), "a pacificação ainda tem um papel fundamental no desenvolvimento social e econômico das comunidades, pois, potencializa a entrada de serviços públicos, infraestrutura, projetos sociais, esportivos e culturais, investimentos privados e oportunidades".

Segundo dados do Governo do Estado do Rio de Janeiro (2017) foram ocupados na capital 264 territórios, e implantadas de 38 UPPs, com um efetivo atual de 9.543 policiais.

As intervenções que ocorreram no Conjunto de Favelas do Alemão integram o conjunto de ações iniciadas em 2007 pelo Governo Federal em áreas tradicionalmente marginalizadas pelo Estado, deficientes em infraestrutura. Através de diversas parcerias, no bojo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciaram-se intervenções urbanísticas, com a construção de diversos equipamentos urbanos, conjuntos habitacionais, instituições de ensino e de saúde.

O Governo Federal, juntamente com o Governo do Estado, e a Prefeitura do Rio de Janeiro seguiu parâmetros das políticas públicas da Colômbia no **PAC Comunidade Complexo do Alemão**. Ainda que o *Plan de Ordenamiento Territorial de Bogotá*, segundo Lozano (2008) tenha tido escala metropolitana, houve a regulamentação do espaço público e acarretou importantes mudanças sócio-espaciais significativas, principalmente, pelos novos usos urbanísticos que se implementou na cidade. Segundo a autora (LOZANO, 2008), os projetos de melhoramentos urbanísticos geraram grande impacto na cidade porque têm requerido profundas transformações na percepção e no uso do espaço público.

Sendo assim, pode-se afirmar que o conjunto de intervenções que foram realizadas na **Comunidade Complexo do Alemão** seguem princípios do plano executado em Bogotá, Colômbia, e provocou uma profunda relação e percepção do uso do espaço publico.

Entretanto, a maior referência do **PAC Comunidade Complexo do Alemão** são as intervenções ocorridas em Medellín, notadamente pela forma de ocupação (militar, inicialmente) por adotar o teleférico como meio de transporte de massa, solução pioneira em âmbito mundial, que objetivou integrar áreas urbanas, e a implantação de equipamentos públicos nas estações, entre outras ações similares.

O sistema de Teleféricos, com 152 gôndolas integra a **Comunidade Complexo do Alemão** com o próprio território, e com o restante da cidade. Assim como em Medellín, no Rio de Janeiro objetiva-se integrar o *território segregado* ao sistema de transporte de massa (metrôs e ônibus).

Assim como em Medellín no entorno das estações do sistema de teleféricos, foram implantados **equipamentos urbanos**, tais como, biblioteca e sala de leitura. Houve **melhorias habitacionais** para mais de 7 mil famílias com a construção de 920 novas unidades habitacionais. No que se refere a **infraestrutura urbanística** foram realizadas obras para implantação de esgoto sanitário, abastecimento de água, iluminação, pavimentação, recuperação ambiental, obras viárias, drenagem pluvial e contenção de encostas. Novos **espaços comunitários e educacionais**, tais como o Espaço Esportivo, o Centro de Geração de Renda e o Centro Integrado de Atenção à Saúde (CIAS), Colégio Estadual Jornalista Tim Lopes, Centro de Referência para a Juventude (CRJ).

As obras do **Projeto Estruturante - PAC Comunidade Complexo do Alemão – Urbanização** tiveram impacto na acessibilidade, nas condições de habitação, saúde, educação, esporte e lazer, cultura, trabalho e renda e assistência social de aproximadamente 120.000 pessoas (FIGURA 3).

Segundo Soares (2013), as intervenções urbanísticas **PAC Comunidade Complexo do Alemão** produziu radical transformação na paisagem. Novos marcos na paisagem, de grande apelo imagético e força simbólica influenciaram na criação e percepção de novas imagens das favelas no Brasil, resignificando a imagem da cidade e também do país, projetando-os internacionalmente. De paisagens invisíveis (final do Século XIX); indesejáveis (inicio do Século XX); reconhecidas (década de 1930-1960); reprimidas (décadas de 1960-1980 – Ditadura Militar); possíveis (década de 1980 a 2000), as favelas se tornaram paisagem turística.

Figura 3: Intervenção em espaços públicos no Morro do Alemão.
Fonte: (JÁUREGUI, s.d.)

São Torquato (ES)

O bairro São Torquato situa-se no extremo norte do município de Vila Velha, parte integrante da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), pertencente ao Estado do Espírito Santo (FIGURA 4).

O bairro surge no final do século XIX devido a prosperidade do Porto de Vitória. As linhas de bonde, da década de 1910, e a construção da Ponte Florentino Avidos, que liga Vila Velha a Vitória (capital) em 1928, impulsionou o crescimento da região. A estação de trem inaugurada nas proximidades do bairro, que fazia a ligação da capital com o Sul do Estado, promoveu o intenso intercâmbio de São Torquato com o Rio de

Janeiro. Com a evolução do funcionamento da Estrada de Ferro, a ocupação da região se intensificou (BAPTISTA, 2011).

Na década de 1960 se inicia a urbanização do bairro. Na década de 1970, em consequência da implantação de projetos industriais da Grande Vitória, se intensificou o processo de migração do interior para a Região Metropolitana. Esse fato fez com que atraísse comércio e, cada vez mais, novos moradores para a região, já que até então, era o local mais próximo dos postos de trabalho que se expandiam no Porto de Vitória (BAPTISTA, 2011). Entre os anos de 1950 e 1970 iniciou-se um misto de residências e comércio, o que deu origem a um polo de comércio, existente até hoje. O uso do solo predominante no bairro é o residencial, embora, no entorno da principal praça exista um intenso uso de comércio e serviço. Com população com renda que varia de 3 a 4 salários mínimos, o local, possui índices de violência altos, e o espaço urbano é onde se dá a maior parte dos eventos criminosos.

Figura 4 – Vista aérea da área de estudo.
Fonte: PESSOTTI (2016)

Estudo / Análise do Crime

Com base no documento cedido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo (2014), com informações de todas as ocorrências geradas no período de 2005 a 2014 no bairro São Torquato, foram extraídos e processados os dados de interesse para a pesquisa, como os grupos de crimes, tipo de local e ruas.

Na análise dos grupos de crimes, nota-se um elevado índice de crimes contra o patrimônio, que segundo o Código Penal (1940), classifica-se em furto, roubo ou extorsão (GRÁFICO 1).

No tipo de local, destacam-se os locais de comércio, residência e via pública. Observou-se a predominância de crime nas vias públicas, fato que reforça a necessidade de um Desenho Urbano que previna e iniba o crime (GRÁFICO 2).

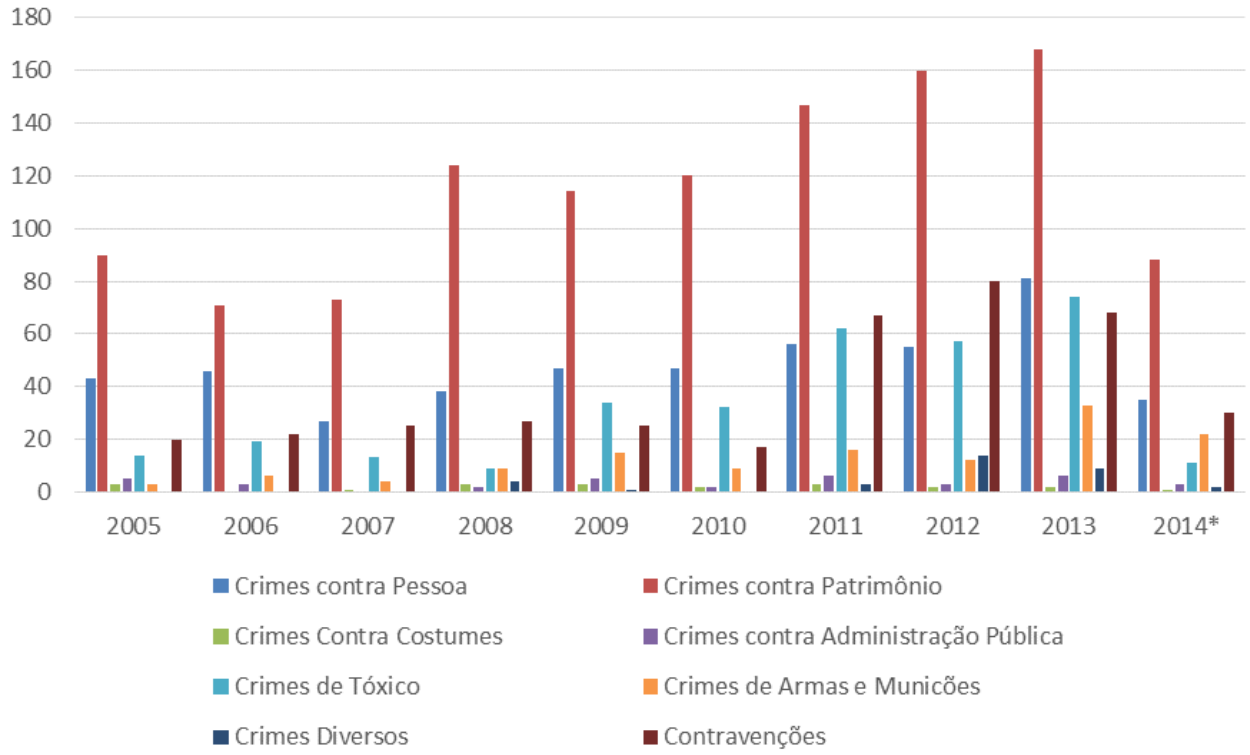


Gráfico 1: Total de crimes por grupo e ano. Dados da SESP, 2014.
Fonte: Pessotti (2016)

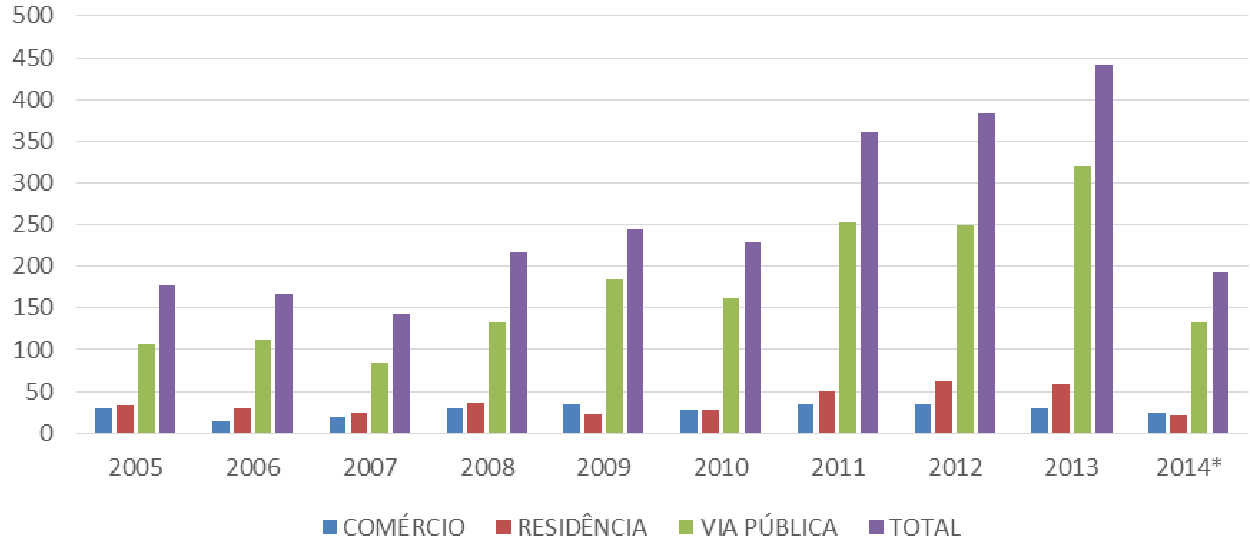


Gráfico 2: Total de crimes por tipo de local e ano. Dados da SESP, 2014.
Fonte: Pessotti (2016)

Mapas do Crime de São Torquato: Estudo de Caso

Contatou-se pelos dados da criminalidade do bairro de São Torquato, que em sua maioria, os eventos compreendem aqueles contra o Patrimônio, contra Pessoa, Contravenções e Crimes de tóxico (SESP, 2014).

Pelas informações da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP) (2014), no período analisado (entre 2005 e 2014), a grande maioria dos crimes e delitos ocorre nos espaços públicos

Logo, chama a atenção, que nesse período, o maior número de crimes ocorreu em via pública, seguidos em residência e, por último, em comércio. Foram registrados 2.198 ocorrências (SESP, 2014). Ressalta-se, também, o aumento da criminalidade que envolvem jovens que atuam no tráfico de drogas, além, da apreensão de armas.

Nos Mapas do Crime realizados, observou-se que no período de 2005 a 2014 (até 31 de maio) todas as ruas do bairro tiveram ocorrências de crimes e delitos.

Os dados das ocorrências, espacializados de forma difusa, demonstram que em São Torquato a violência ocorre em toda a sua área. Conjectura-se que apesar de existir no bairro uma Delegacia de Polícia a ação de criminosos não se intimida mesmo com a presença de uma equipamento de segurança pública.

Pode-se afirmar que o bairro de São Torquato insere-se num mesmo contexto de violência urbana de outros bairros e cidades de países pobres ou emergentes. O crescente fenômeno de diferenciação socioeconômica verificada no Brasil resulta, no município de Vila Velha, na separação de classes e na diferente valorização de áreas urbanas.

A marginalização espacial está presente em Vila Velha e observa-se que a população pobre mora nos bairros menos privilegiados, com carência de infraestrutura, equipamentos urbanos e investimento do Estado. São Torquato, pela sua localização geográfica, não pode ser considerado periferia, tendo em vista sua posição estratégica no tráfego de trânsito da região, e ao intenso comércio ali existente. Entretanto, tem em sua vizinhança imediata um enclave urbano, o Morro de Boa Vista, onde reside uma população de um menor poder aquisitivo e de maior carência de equipamentos e serviços urbanos. Mas, em termos econômicos o bairro pode ser considerado periferia, pois, uma grande maioria da população tem renda inferior a três salários mínimos. Embora os moradores de São Torquato não estejam segregados da dinâmica urbana do município, há no bairro, uma diferenciação com relação ao sentimento de segurança com relação a outros bairros da cidade. Por ter altos índices de violência, há no local, assim como em todas as cidades do país, um crescente e difuso sentimento de medo. Alguns locais e horários são evitados por todos. Logo, a apropriação dos espaços públicos fica comprometida.

No âmbito teórico podemos afirmar que nestes contextos dos países pobres há o fenômeno da fragmentação socioespacial (VASCONCELOS, 2013), e bairros como São Torquato e sua vizinhança imediata, são partes fragmentadas do tecido da cidade, onde o Estado tem uma atuação diferenciada em relação aos espaços mais valorizados.

No que tange aos elementos morfológicos do bairro, destacamos: (1) As **ruas**, com exceção das avenidas, são estreitas, e algumas se ligam a becos. O desenho das ruas não possui um traçado uniforme. As calçadas, em sua grande maioria, fora do padrão de acessibilidade universal, tem uma baixa qualidade para o

trânsito de pedestres e permanência de moradores; (2) as **edificações** não possuem, em sua maioria, afastamentos frontais e laterais, prejudicando o campo visual e a vigilância natural. Constata-se baixa qualidade arquitetônica e até construtiva, trechos com poucas aberturas. Há, ainda, muitos trechos com muros cegos e pouca arborização nestes espaços. Essa característica, conforme preconiza o CPTED, cria uma ambiente hostil que influencia nas relações de vizinhança, aumentando a sensação de medo, não só de moradores, como de transeuntes; (3) em todas as vias a **iluminação** é considerada ineficiente, o que contribui para a criminalidade no bairro; (4) os **elementos naturais**, como arborização, paisagismo, etc., são escassos, há longos trechos áridos, sem vegetação, notadamente árvores. Verifica-se muitos elementos de vegetação mal posicionados em relação as ruas e calçadas estreitas. Outro fator agravante é a presença de **lotes** vazios e sem limpeza, o que facilita a permanência e atuação de meliantes. Logo, um dos grandes entraves para a redução da violência em São Torquato é a questão dos espaços públicos, dos espaços de vivência, de livre apropriação e a carência estrutural destes locais.

Proposições de Desenho Urbano para São Torquato: as referências do CPTE para redução do crime

Foram realizados estudos de Desenho Urbano, em nível de Estudo Preliminar, no âmbito da Disciplina de Urbanismo I e de Paisagismo I, numa atividade integrada, visando associar as atividades de pesquisa e ensino. Conforme se atesta nas FIGURAS 5 e 6, o principal espaço projetual foi a Praça Getúlio Vargas, principal espaço público do bairro e subutilizado, com grande incidência de crimes e delitos. O objetivo, após realizados levantamentos e diagnósticos urbanísticos e paisagísticos, foi adotar os critérios do CPTED, visando melhorar a segurança do local. Foram adotados os seguintes critérios, visando a melhoria: da mobilidade urbana; dos espaços públicos; na interligação dos equipamentos públicos; dos elementos urbanos; da iluminação; da apropriação dos espaços públicos, que resultam nas melhores condições urbanas e paisagísticas.

Os estudos realizados em São Torquato visaram realizar uma **análise** e um **diagnóstico**, identificar **problemas** e **potencialidades**. A partir deste ponto definiram-se **objetivos** e **diretrizes projetuais**.

Identificou-se os **problemas** encontrados no bairro, no **âmbito social** e **urbanístico**.

Após a análise dos problemas relacionados a violência e criminalidade, identificou-se as **potencialidades** existentes em São Torquato, correlacionando-os.

Assumiu-se os problemas como globais – que podem ser encontrados em outros locais do Brasil -, e foram desenvolvidas **diretrizes** que também pudessem ser genéricas, e consequentemente aplicadas em outros locais com os mesmos problemas.

Por fim, as **estratégias** desenvolvidas exclusivamente para o bairro São Torquato, são ações pontuais e específicas (FIGURAS 7 e 8).

Quando trata-se do aspecto urbanístico são listadas as **estratégias CPTED**. Este item relaciona as diretrizes e estratégias desenvolvidas para o problema identificado com o que o CPTED preconiza, demonstrando a aplicabilidade do método na realidade brasileira, considerando, também, intervenções paradigmáticas que são referencias nacionais e internacionais de Desenho Urbano.

Figura 5 – Estudo Preliminar de Desenho Urbano, Praça Getúlio Vargas.
Fonte: PESSOTTI (2016)

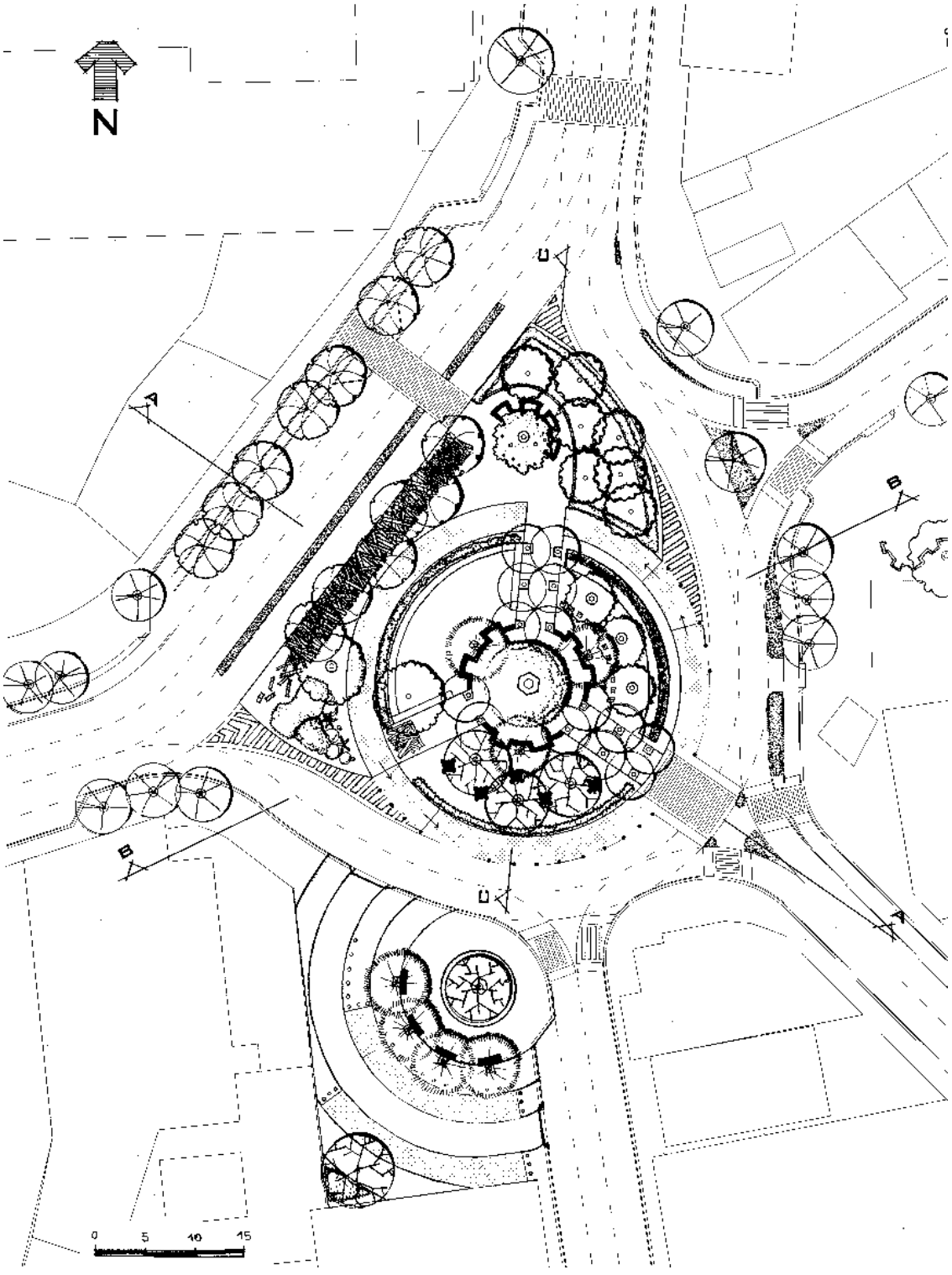


Figura 6 – Estudo Preliminar de Desenho Urbano, Praça Getúlio Vargas.
Fonte: PESSOTTI (2016)

PROBLEMA	POTENCIALIDADES	DIRETRIZES
Dificuldade de moradores e visitantes se apropriarem da praça Getúlio Vargas.	▪ Intensa circulação de pessoas; ▪ Mínimo mobiliário urbano; ▪ Terminal de ônibus próximo à praça; ▪ Atividades econômicas, institucionais, culturais e de lazer consolidadas no entorno da praça; ▪ A praça é uma das principais referências do bairro.	▪ Possibilitar o encontro e permanência dos moradores e visitantes nessa área; ▪ Diversificar e fortalecer atividades econômicas, institucionais, culturais e de lazer na praça e no seu entorno; ▪ Estimular o uso diversificado da praça em diferentes dias e horários; ▪ Promover a inclusão social das pessoas com deficiência.

Figura 7 – Tabela de Problemas, Potencialidades e Diretrizes no âmbito social.
Fonte: PESSOTTI (2016)

ESTRATÉGIAS
▪ Discutir coletivamente propostas de ações culturais e socioeducativas na praça e no seu entorno; ▪ Compartilhar a gestão desses eventos entre moradores e a PMVV; ▪ Estimular atividades noturnas e nos fins de semana; ▪ Executar ações de Redução de Danos[13] com a população usuária de substâncias psicoativas que circulam na região da praça; ▪ Dinamizar o uso e apropriação da praça pelos diferentes segmentos da população e faixas etárias.

Figura 8 – Tabela com estratégias no âmbito social.
Fonte: PESSOTTI (2016)

Considerações finais

O caso do Bairro de São Torquato demonstrou ser um rico estudo de caso para refletir-se, no contexto do Brasil, a possibilidade de se aplicar a metodologia de uma experiência internacional na proposição de soluções espaciais que reduzissem a criminalidade no espaço urbano.

A metodologia do CPTED, utilizada como subsidio para a análise e para a elaboração de projetos em diversos países, inclusive na América Latina, valoriza a integração do desenvolvimento urbano à políticas de espaços seguros, com enfoque principal na revitalização dos espaços públicos.

A criminalidade, na maioria das regiões metropolitanas brasileiras, tem local e tipo bem delimitados, como a questão do tráfico de drogas, e demais crimes, que provocam isolamento, segregação socioterritorial e discriminações, e disseminam nos territórios relações de poder econômico e político, bem como, toda uma cultura, associadas ao crime.

O desenvolvimento de condições para que se possam (re)construir relações socioafetivas com o território, que respeitem e promovam a diversidade cultural, a sustentabilidade ambiental e socioeconômica, e estabeleçam patamares gradativamente expansivos de cidadania e autonomia para seus moradores é um caminho para a solução do problema da violência e da criminalidade e sua relação com o espaço. Para tanto, é preciso entender os vínculos existentes e propor seu reforço para construção de uma nova territorialidade.

Já é consenso, em nível planetário, a noção de sustentabilidade. As reflexões sobre os problemas das cidades já incorporaram esta noção. O desenvolvimento urbano sustentável impõe o desafio de se redesenhar a cidade existente, com seus múltiplos territórios, de forma racional e inclusiva.

REFERÊNCIA

ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. In: **Espaço & Debates**, nº 37, [p. 34-46], 1994.

BALBIM, Renato; KRAUSE, Cleandro; BECKER, Maria Fernanda; LIMA NETO, Vicente Correia; CASSIOLATO, Maria Martha; ANDRADE, Carla Coelho de. **Metodologia de Avaliação de Resultados: O Caso das Intervenções do PAC urbanização de favelas.** instituto de pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990- ,2013. Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2342/1/TD_1903.pdf>. Acesso em 10 jan. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009

BAPTISTA, Jussara. **Flores do pântano**: histórias erguidas sobre o mangue de São Torquato. 1 ed. Vila Velha, ES. Ed. do Autor, 2011.

BEDINELLI, Talita. Bogotá inspira regularização de terra no RJ. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD**, Rio de Janeiro, 19 jun. 2007. Disponível em: <http://gvces.com.br/bogota-inspira-regularizacao-de-terra-no-rj?locale=pt-br>. Acesso em 14 mar. 2016.

BONDARUK, Roberson Luiz. **A Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano**. Curitiba: Edição do autor, 2007.

CARVALHO, Nelson; CASTANHEIRA, Leila. Relatório Bogotá-Colômbia. As interpretações para a redução da criminalidade. **Rio Estudos**, Rio de Janeiro, nº 39, p. 2-7, nov., 2001.

CHILE. **Plan de Seguridad Pública 2010-2014**. Gobierno de Chile, Ministerio del Interior y Seguridad Pública. Chile, 2010a.

CHILE. **Guía Prevención del Delito em zonas Residenciales**. Gobierno de Chile, Ministerio del Interior y Seguridad Pública. Chile, 2010b.

COSTAS, Roth. "PAC colombiano" resgata Medellín das mãos do tráfico e das milícias. **O Estadão de São Paulo.** 23 mar, 2008. Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/noticias/ geral,pac- colombiano-resgata-medellin-das-maos-do-trafico-e-das-milicias,144459>. Acesso em 20 abr. 2015.

COUTO; Patricia Brandão; RODRIGUES, Ruth Imanishe. **A gramática da moradia no Complexo do Alemão: história, documentos e narrativas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-, 2015. Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6507/1/td_2159.pdf>. Acesso em 10 jan. 2017.

DAMMERT, Lucía. Chile: da narrativa à gestão efetiva. In: BASOMBRIO, Carlos (Ed.). **Para aonde vamos?** Análise de políticas públicas de segurança Cidadã na América Latina. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2013, p.125-142.

DIMENSTEIN, Gilberto. A vacina antiviolência. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 15 out. 2006a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/colunas/gd161006.htm>. Acesso em 19 abr. 2015.

DIMENSTEIN, Gilberto. Colômbia dá exemplo para reduzir violência. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 16 out. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/colunas/ gd161006e.htm>. Acesso em 19 abr.

DIMENSTEIN, Gilberto. Bogotá combinou repressão com urbanismo e educação. **Folha de São Paulo**, 16 out. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/colunas/ gd161006c.htm>. Acesso em 19 abr. 2015.

DIMENSTEIN, Gilberto. Medellín passou de capital da violência a laboratório da paz. **Folha de São Paulo**, 16 out. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ ff1510200605.htm>. Acesso em 20 abr. 2015.

HAIDAR, Daniel. As lições de Medellín para as UPPs. **VEJA**. 29 dez, 2013. Disponível em: <http://veja. abril.com.br/noticia/brasil/as-licoes-de-medelin-para-as-upps/>. Acesso em 20 abr. 2015.

HEIN, Andreas; RAU, Macarena. **Estudio comparado de políticas de prevención del crimen mediante el diseño ambiental CPTED**. [S.l.]: Fundación Paz Ciudadana, 2003. Disponível em: <http://www.cejamericas.org/index.php/biblioteca/biblioteca-virtual/doc_view/734-estudio-compar ado-de-pol%C3%ADticas-de-prevención-del-crimen-mediante-el-diseño-ambiental-cpted.html>. Acesso em 05 jul. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sinopse por setores. Censo 2010, 2010. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>. Acesso em abril de 2016.

ISVIMED – Instituto Social de Vivienda y Habitat, Alcadia de Medellín. **Carta de Medellin**: sobre o porvir humano das urbes do mundo. Sétimo Fórum Urbano Mundial ONU-Habitat. Editora: Litotipo, Medellín, abr, 2014.

JÁUREGUI, Jorge Mario. (s.d.) **Projeto de articulação sócio-espacial - Complexo do Alemão (Escala Territorial). PAC-UAP - Programa de Aceleração do Crescimento / Urbanização de Assentamentos Precários.** Disponível em: < http://www.jauregui.arq.br/favelas_alemao.html>. Acesso em 10 jan. 2017.

LIMA, Renato Sérgio de (Coord.). **Nova Técnica - Estudo Conceitual sobre os Espaços Urbanos Seguros**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, 2013.

LIMA, Vera Cristina de Sousa. Espaço e criminalidade em favelas de Belo Horizonte. In: **Anais**... XIV Encontro Nacional da ANPUR, vol. 14, n. 1, maio, 2011. Disponível em: <http://unuhospedagem. com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3651/3576>. Acesso em 3 set. 2014.

LOZANO, Lina Patrícia Giraldo. **A mundialização do Espaço Urbano: O caso do centro antigo de Bogotá.** Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

MAISONNAVE, Fabiano. Luta antidrogas tem de mudar, diz prefeito. **Folha de São Paulo**, 02 dez, 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/141745-luta-antidrogas-tem-de- mudar-diz-prefeito.shtml#_=_>. Acesso em 20 abr. 2015.

MORAR KALLAS. A renovação urbanística e social de Medellín, 2015. Disponível em: http://morarkallas.com.br/index.php/2013/10/a-renovacao-urbanistica-e-social-de-medellin/. Acesso em 10 abr. 2015.

NETO, Francisco Gelinski; SILVA, Jediael Emanoel Pereira da. A Prevenção e o controle da violência e criminalidade: programas exitosos. In: **Anais...** VI Encontro de Economia Catarinense. Tema 7 – Economia Social e Políticas Públicas. Joinville, Santa Catarina, 2012. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/VI_EEC/sessoes_tematicas/Tema7-Economia%20Social%20e%20 Politicas%20Publicas/Artigo-16-Autoria.pdf>. Acesso em 16 mar. 2016.

PESSOTTI, Luciene. O desenho urbano como instrumento na prevenção do crime. Relatório de Pesquisa – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO (PRJ) **Rio + Social. Territórios: Complexo do Alemão**, s.d..Disponível em: < http://www.riomaissocial.org/territorios/complexo-do-alemao/>. Acesso em 16 jan. 2017.

RAU, M. Prevención de la violencia y el delito mediante el diseño ambiental en Latinoamérica y El Caribe: Estrategias urbanas de cohesión social e integración ciudadana. In: DAMMERT, Lucía; PAULSEN, Gustavo. **Ciudad y seguridad en América Latina**. Santiago, FLACSO, 2005, p.85-105.

RAU, Macarena; PROSSER, Paola. *Estudio de Evaluacion de Impacto de Estrategias en Cpted y Prevencion Situacional.* Chile, Santiago, 2009. Disponível em: http://www.leemira.cl/biblioteca/download.php?id=72. Acessado em 03 de junho de 2015

SALLES, S.V. Adriana. **Diretrizes para o espaço urbano público inibidor de delitos:** Estudo de caso. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pesquisa e Pós- Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1126/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_ 2007_AdrianaVasconcellosSalles.pdf>. Acesso em 16 mar. 2016.

SESP – Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo. **Dados da Polícia Civil do Espírito Santo** – Bairro São Torquato (planilha do Excel), (2014), Espírito Santo.

SILVESTRE, João. Experiência de Bogotá é apresentada na Assembleia Legislativa. **Agência de Notícias** ALRS, set., 2006. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/noticias/ExibeNoticia/ tabid/5374/Default.aspx?IdMateria=157795>. Acesso em 20 abr. 2015.

SOARES, Adriano S. A paisagem como objeto de politicas publicas. O caso das favelas cariocas. **Revista Geonorte**, Edição Especial 3. vol. 7, n. 1, p. 15- 39, 2013 (ISSN – 2237-1419).

SOUZA, Maria J. N.; COMPANS, Rose. Espaços urbanos seguros: a temática de segurança no desenho da cidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 11, n. 1, p. 09- 24, mai, 2009. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/ article/viewFile/207/191>. Acesso em 31 maio 2015.

STEPHENS, Robert. *Children, Playspace and CPTED*. Paper of the 10th ICA Conference in Santiago (Chili). Santiago, Chile, 2005. Disponível em: http://www.veilig-ontwerp-beheer.nl/publicaties/children-playspace-and-cpted/view. Acessado em 03 de junho de 2015.

TASCA, Jorge Eduardo**. A contribuição da avaliação de desempenho, como um instrumento de apoio à decisão, para a prevenção ao crime baseada no ambiente**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: **A cidade contemporânea: segregação espacial**. VASCONCELOS, Pedro de Almeida; Corrêa, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). São Paulo: Contexto, 2013.

VASQUES, Leandro. Criminalidade não se combate só com repressão policial. **Blog O Povo**: informação sem preconceito. 23 mai, 2013. Disponível em: <http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/criminalidade-nao-se-combate-so-com-repressao- policial/>. Acesso em 20 abr. 2015.

VELÁSQUEZ, Hugo Acero. **Os governos locais e a Segurança Cidadã**. PNUD, 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/268301627_OS_GOVERNOS_LOCAIS_E_A_SEGUR ANCA_CIDADA>. Acesso em 21 mar. 2016.

V enanparq
Salvador - 2018

PROJETAR PARA A AUTONOMIA OU PARA O ASSUJEITAMENTO? O REASSENTAMENTO COLETIVO PARA OS ATINGIDOS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO/MARIANA-MG

PROJECTING TO AUTONOMY OR TO DEPENDENCE? THE COLLECTIVE RESETTLEMENT FOR THE ATTAINED FROM THE BREACH IN THE TAILINGS DAM OF FUNDÃO/MARIANA-MG

PROYECTAR PARA LA AUTONOMIA O PARA EL SOMETIMIENTO? EL REASENTAMIENTO GENERAL DE LOS AFECTADOS POR EL DERRUMBE DE LA REPRESA DE FUNDÃO/MARIANA-MG

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICAS

TOMAZELLI, Raone C.
Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Ouro Preto.
raonetomazelli@gmail.com

NOGUEIRA, Sandra M. Antunes
Graduada em Arquitetura e Urbanismo, mestre e doutora em Tratamento da Informação Espacial – Planejamento Urbano e Regional. Professora adjunta do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto.
sandra.nogueira@ufop.edu.br

MARQUES, Monique Sanches
Graduada em Arquitetura e Urbanismo, mestre em Teoria e Prática do Projeto de Arquitetura e Urbanismo, Doutora em Urbanismo. Professora adjunta do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto.
monique.marques@ufop.edu.br

PROJETAR PARA A AUTONOMIA OU PARA O ASSUJEITAMENTO? O REASSENTAMENTO COLETIVO PARA OS ATINGIDOS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO/MARIANA-MG

PROJECTING TO AUTONOMY OR TO DEPENDENCE? THE COLLECTIVE RESETTLEMENT FOR THE ATTAINED FROM THE BREACH IN THE TAILINGS DAM OF FUNDÃO/MARIANA-MG

PROYECTAR PARA LA AUTONOMIA O PARA EL SOMETIMIENTO? EL REASENTAMIENTO GENERAL DE LOS AFECTADOS POR EL DERRUMBE DE LA REPRESA DE FUNDÃO/MARIANA-MG

EIX EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICAS

RESUMO:
No dia 05 de novembro de 2015, a Barragem de Fundão situada em Mariana/MG, da mineradora Samarco, uma empresa *joint venture* da Companhia Vale e da anglo australiana BHP Billiton se rompeu liberando um volume estimado de 50 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos de mineração afetando os biomas e comunidades da Bacia do Rio Doce**.** Populações foram radicalmente desterritorializadas, o que provocou e vem provocando danos sócio-espaciais e ambientais irreparáveis, envolvendo questões relacionadas à perda de territorialidades, de modos e projetos de vida, transformações econômicas e sociais, alterações na saúde mental e física e nos cotidianos dessas comunidades. No sistema neoliberal, tendo como recorte a indústria extrativo-minerária, o minério é recurso e capital, e nesse sentido o território é capital. A busca por mais lucro ocupa o lugar do anseio neoliberal do welfare state e está conectada a uma rede de ações e agentes que provocam essas expulsões e as transformam em formações predatórias e processos muitas vezes, irreversíveis. Desde o rompimento os atingidos da Bacia do Rio Doce vêm lutando dia a dia por seus ressarcimentos, indenizações e reassentamentos em um quadro grave de incertezas e violação de seus direitos. Esse artigo busca contribuir para a visibilização e problematização desta luta abordando, neste caso, os processos relacionados ao reassentamento coletivo em curso da comunidade de Bento Rodrigues/Mariana/MG. Busca-se revelar e problematizar os conflitos e a assimetria de poderes entre atingidos, Estado e empresa na definição da terra para esse reassentamento, assim como aprofundar nos processos e metodologias de projetos urbanístico e arquitetônicos propostos para a construção das casas e equipamentos coletivos, onde as noções de autonomia, participação e alteridade dos atingidos vão sendo cooptadas e metodologias participativas de projeto vão dando lugar a manuais a serem seguidos. Vemos repetindo-se no campo dos projetos, da produção do espaço do Novo Bento a violência e a violação de direitos dando seguimento a um crime que se atualiza continuamente.
PALAVRAS-CHAVE: territórios minerados, desastre-crime sócio tecnológico, Barragem de Fundão, reassentamento de Bento Rodrigues/Mariana/MG, metodologia de projeto urbanístico e arquitetônico.

ABSTRACT:
On November 5th 2015, the Fundão dam located in Mariana-MG, of Samarco Mining, a joint venture company from Vale and the Anglo-Australian BHP Billinton ruptured releasing an estimated volume of 50 million cubic meters of mining mud waste affecting the Rio Doce watershed biome and communities. Populations were radically deterritorialized, which provoked and still does social, spatial and environmental irreparable damages, involving matters related to the loss of territorialities, means of livelihood and projects of living, economic and social transformation, alteration on mental and physic health and these communities daily routine. In the neoliberal system, having the mining extraction industry as clipping, the ore is resource and capital, and in this sense the territory is capital. The search for more profit occupies the neoliberal welfare state wish and it is connected to an action and agent network that provoke these expulsions and

transform them on predatory formations and processes many times, irreversible. Since the rupture, the Rio Doce watershed hit, have been fighting daily for their reimbursements, indemnity and resettlement in a severe context of uncertainty and violation of their rights. This article tries to contribute to the viabilization and problematization of this fight approaching, in this case, the processes related to the collective resettlement occurring in the community of Bento Rodriges/Mariana/MG. It aims to reveal and problematize the conflicts and asymmetry of powers between the hit, State and company on the site for this resettlement, as well as deepen in the processes and the architect and urban projects methodology proposed to the building of houses and collective equipment, where the notions of autonomy, participation and otherness of the affected are being coopted and the participatory project methodology are giving place to manuals to be followed. It is seen repeatedly in the field of projects and the space production of Novo Bento the violence and violation of rights giving the follow-up to a crime that is updated continuously.
KEYWORDS: *mined territory, social and technology disaster-crime, Fundão dam, Bento Rodrigues/Mariana/MG resettlement, architect and urban project methodology.*

RESUMEN:
El 05 de noviembre de 2015, se rompió la presa Barragem de Fundão, ubicada en Mariana/MG, de la minera Samarco, una empresa joint venture de Companhia Vale y de la anglo-australiana BHP Billinton, liberando un volumen estimado en 50 millones de metros cúbicos de barro de desechos de minería y afectando a los biomas y comunidades de la cuenca del río Doce. Poblaciones fueron radicalmente desterritorializadas, lo que provocó y viene provocando daños socio-espaciales y ambientales irreparables, involucrando cuestiones relacionadas con la pérdida de territorialidades, de modos y proyectos de vida, transformaciones económicas y sociales, cambios en la salud mental y física y en las vidas cotidianas de tales comunidades. En el sistema neoliberal, adoptándose un enfoque en la industria extractiva minera, el mineral es recurso y capital, y, en ese sentido, el territorio es capital. La búsqueda de más ganancias ocupa el lugar del ansia neoliberal del welfare state y está conectada a una red de acciones y agentes que causan esas expulsiones y las transforman en formaciones predatorias y procesos muchas veces irreversibles. Desde la ruptura, los afectados de la cuenca del río Doce vienen luchando a diario por sus resarcimientos, indemnizaciones y reasentamientos en un grave cuadro de incertidumbre y violación de sus derechos. Este artículo busca contribuir a la visibilización y problematización de esta lucha, abordando, en este caso, los procesos relacionados con el reasentamiento colectivo en curso de la comunidad de Bento Rodrigues/Mariana/MG. Se busca revelar y problematizar los conflictos y la asimetría de poderes entre afectados, Estado y empresa en la definición de la tierra para el reasentamiento, así como profundizar en los procesos y metodologías de proyectos urbanísticos y arquitectónicos propuestos para la construcción de casas y equipamientos colectivos, donde se admiten las nociones de autonomía, participación y alteridad de los afectados y donde metodologías participativas de proyecto dan lugar a manuales a seguir. Vemos repetirse en el campo de los proyectos de la producción del espacio de Novo Bento la violencia y la violación de derechos, dando continuación a un crimen que se actualiza continuamente.
PALABRAS-CLAVE*: territorios con extracción de minerales, desastre-crimen socio-tecnológico, Barragem de Fundão, Reasentamiento de Bento Rodrigues/Mariana/MG, Metodología de proyecto urbanístico y arquitectónico.*

ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MARIANA/MG

No dia 5 de novembro de 2015 a Barragem de Fundão em Mariana/MG, da mineradora Samarco, uma empresa *joint venture* da Companhia Vale e da Anglo Australiana BHP Billiton se rompeu liberando aproximadamente 50 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos de mineração que percorreu aproximadamente 600km entre os rios Gualaxo, Rio do Carmo e a Bacia do Rio Doce até chegar a sua foz em Regência- ES. Passado mais de dois anos e oito meses desse desastre crime, a contaminação da água do rio Doce utilizada para consumo humano ainda apresenta risco. Várias espécies animais podem ter sido extintas, estimando-se em décadas o tempo para a recuperação das bacias hidrográficas atingidas[1]. Comunidades rurais, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores, moradores de assentamentos de reforma agrária tiveram suas vilas e casas destruídas, suas condições de vida e trabalho radicalmente alteradas e muito pouco, quase nada se caminhou na direção dos ressarcimentos.

Este desastre-crime sociotecnológico afetou e afeta biomas e comunidades da Bacia do Rio Doce e insere essas populações atingidas em situações de sofrimento social. A atividade mineradora está associada, no caso brasileiro, a situações de trabalho degradante, mortes e mutilações. Essa atividade extrativista acompanhada de degradação, violência e precarização inscrevem o Brasil como um país minerador com suas particularidades e nos faz questionar nosso modelo de sociedade e desenvolvimento. Após dois anos e oito meses desse desastre o que se vê é o protagonismo da empresa e a inação do Estado com relação à execução dos ressarcimentos, indenizações e dos reassentamentos. O que se percebe é um jogo assimétrico de forças entre atingidos, Estado e empresa. Este desastre sócio- tecnológico mostra a necessidade em visibilizar as pessoas colocadas sob o julgo da manutenção e da expansão da exploração mineral no Brasil. É pensar sobre toda a sorte de violações de direitos, violências e incertezas.

No âmbito do rompimento da barragem de Fundão, identificamos a disputa pelo significado das palavras onde estão inseridos diferentes discursos e narrativas. A designação do próprio rompimento é denominado pelas empresas responsáveis por ele, por alguns segmentos do Estado e pela mídia hegemônica como um acidente. Nessa perspectiva, significa então, entender o rompimento da barragem como circunstância, incidente, imprevisto, causalidade. Tal abordagem pretende desnaturalizar a ocorrência do episódio, pois "acidente" tende a expressar uma visão de evento fortuito, sem causas ou responsabilidades. Neste texto e no nosso trabalho de docentes, pesquisadoras, extensionistas, arquitetos urbanistas e militantes utilizamos o termo desastre-crime sócio- tecnológico, pois reconhecemos uma relação de causalidade, a partir das relações sociais estabelecidas pelo modelo de desenvolvimento capitalista do país como responsável pela ocorrência, além de práticas gerenciais das empresas que precisam ser levantadas para além das aparências. Nessa direção, movimentos sociais, Ministério Público e segmentos das universidades utilizam as denominações desastre tecnológico, desastre-crime e desastre sócio-tecnológico para se referir ao rompimento.

Conhecidos os riscos relacionados à megamineração, o que explica o rompimento da Barragem de Fundão

[1] Minas Gerais. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana. Relatório: avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG. Belo Horizonte: Sedru; 2016. 289 p.

assim como de outros desastres dessa natureza? E o papel do Estado e empresas reguladoras que devem licenciar, fiscalizar e realizar a gestão ambiental dos processos de trabalho com tantos riscos como o da megamineração? Existem dois cenários extremos possíveis de gestão ambiental dentro das regras atuais vigentes nas economias de mercado.

> No primeiro, os riscos são internalizados por meio da gestão de tecnologias mais seguras, menos poluidoras; os procedimentos de licenciamento são mais democráticos e vários atores participam: trabalhadores, populações atingidas e ambientalistas. O Estado, amparado por severa legislação, assume com competência técnica a defesa do direito à vida, à saúde e ao ambiente equilibrado. Empresas internalizam as melhores práticas e tecnologias em todas as fases da produção, inclusive na redução dos rejeitos e sua reciclagem; o princípio da precaução é aplicado, ou seja, tecnologias consideradas não seguras são abandonadas permanecendo aquelas com patamar de prevenção elevado. Quando as empresas não cumprem a legislação, os compromissos do licenciamento são fortemente gravados, financeira, civil e criminalmente. No segundo, caso de países como o Brasil, onde impera o neoextrativismo e os direitos sociais, trabalhistas e ambientais são muito mais frágeis e desrespeitados, os riscos viram "externalidades", isto é, há baixos níveis de gestão, gerando degradação ambiental e mortes, cujos custos e responsabilidades frequentemente não são assumidos pelas empresas envolvidas. O licenciamento é feito rapidamente, há grande fragilidade técnica e política dos órgãos públicos, e as vozes de populações atingidas e ambientalistas são abafadas ou até silenciadas. (LACAZ, PORTO, PINHEIRO, 2016, p. 4)

A origem desse desastre crime está diretamente relacionada ao modelo da megamineração de minério de ferro que fez do Brasil o segundo maior exportador e a empresa Vale a maior produtora mundial. Em terras brasileiras situam-se as maiores minas do mundo, particularmente em Minas Gerais e em Carajás, no Pará.

O rompimento da Barragem de Fundão se enquadra dentro de uma estrutura de *pós-boom* das commodities[2] que entre os períodos de 2003 e 2013 resultou em um aumento das importações globais de minérios que saíram do patamar de cerca de US$38 bilhões para US$277 bilhões (um aumento de 630%) e que a partir de 2011 iniciou-se uma tendência de queda dos preços de mercado. Como parâmetro temos os valores do minério de ferro, que em janeiro de 2003 passaram do preço da tonelada de US$32 para o valor de US$196 em Abril de 2008 e com a queda a partir de 2011 chegou ao valor em outubro de 2015 de US$53. O Brasil, que em 2013 representava cerca de 14,5% do abastecimento global, tinha como o minério de ferro seu principal material de extração, chegando a corresponder 92,6% do total dos minérios exportados pelo país. (MANSUR; WANDERLEY; MILANEZ; SANTOS; PINTO; GONÇALVES; COELHO, 2016). Diante da crescente demanda em abastecer o mercado global com minério de ferro e os valores de exportação em constante queda, observou-se um aumento exponencial de rompimentos de barragens de rejeitos entre os ciclos de preços dos minérios.

Dentre as hipóteses levantadas temos como principal motivação a ampliação da economia das empresas para a geração de lucro líquido mesmo em um cenário de queda do mercado, aumentando a capacidade instalada com o intuito de elevar a produtividade. As causas podem ser variadas:

[2] Commodities são mercadorias consideradas como matéria-prima, produzidas em escala e que caso seja necessário, podem ser estocadas sem perda de qualidade. No Brasil temos como referência os minérios e gêneros agrícolas.

> A pressa para iniciar as operações no período de preços elevados, levando ao uso de tecnologias inapropriadas e à escolha de locais não adequados para a instalação dos projetos; a pressão sobre as agências ambientais pela celeridade no licenciamento, o que pode gerar avaliações incompletas ou inadequadas dos reais riscos e impactos dos projetos; movimento setorial de expansão, também durante o período de alta, causando contratação de serviços de engenharia e consultoria a preços mais elevados (aumentando o endividamento das firmas), contratação de técnicos menos experientes ou sobrecarga dos mais experientes (comprometendo a qualidade dos projetos ou a execução das obras); e a intensificação da produção e pressão por redução nos custos a partir do momento de retração dos preços. (MANSUR; WANDERLEY; MILANEZ; SANTOS; PINTO; GONÇALVES; COELHO. In: ZONTA; TROCATE. 2016. p 20 - 21.)

A intensificação dos processos produtivos, podem ter resultado na negligência ao que diz respeito aos aspectos de segurança e controle que geraram um aumento significativo dos acidentes de trabalho. O primeiro inquérito da Polícia Civil de Minas Gerais referente ao rompimento da barragem de Fundão apontou o acúmulo de água na barragem de rejeitos (liquefação) a causa da saturação da barragem e sobrepeso ocasionando a perda da resistência e seu rompimento. A falta de monitoramento contínuo do nível das águas, os diversos equipamentos que se encontravam com defeito e a elevada taxa de alteamento anual da barragem foram um dos motivos que culminaram no rompimento da barragem de rejeitos em Fundão. O que se observa no laudo final resultante da investigação da Polícia Federal foi uma redução significativa do orçamento que a Samarco destinava ao setor de geotecnia, responsável pelo monitoramento e controle das barragens. Neste inquérito, é apontado uma queda de 29% do que era aplicado neste setor entre os anos de 2012 e 2015, e através de laudos identifica-se uma previsão de redução no valor de 38% para o ano de 2016.

Uma das estratégias adotadas pelas empresas mineradoras diante de um cenário recessivo é a relação dos trabalhadores para com a empresa. Na mineração, os trabalhadores mais expostos a condições de perigo e vulnerabilidade são os trabalhadores terceirizados. Como estratégia de redução de custos, a Samarco vem adotando tal prática e nos últimos anos, de um montante de aproximadamente 6.600 empregados, a empresa apresenta uma taxa média de 56% de terceirizados, chegando a 59% em 2011. No rompimento da barragem do Fundão, dos 14 trabalhadores mortos, 13 eram de empresas terceirizadas e apenas um funcionário direto da SAMARCO.

É importante também ressaltar que o monitoramento das estruturas de barragens de rejeito e suas condições são realizados por auditores contratados pelas mineradoras proprietárias e maiores interessadas nestes laudos. Os resultados e relatórios são entregues aos órgãos públicos e divulgados no "Inventário de barragens do estado de Minas Gerais".

> No dia do rompimento, 5 de novembro de 2015, a renovação da licença que havia sido solicitada em 2013 ainda não tinha sido aprovada. No ano de 2014, foi emitido em conjunto a licença prévia e de instalação do projeto que visava a otimização da barragem, no ano de 2015, estas licenças foram emitidas simultaneamente para o alteamento e unificação das barragens do Germano e do Fundão (MARQUES, FERNANDES, 2017)

Se a responsabilidade deve recair fundamentalmente sobre a empresa, enquanto geradora do risco, há de se questionar a responsabilidade do Estado na cadeia de causalidade do rompimento da Barragem de Fundão. É o Estado que concede e autoriza o estabelecimento de uma atividade produtiva, a ele cabe regular e fiscalizar as empresas quanto à saúde e segurança dos trabalhadores, bem como das populações e do meio

ambiente. Na figura 1 abaixo é possível visualizar a situação de Bento Rodrigues após o rompimento da barragem de Fundão.

Figura 1: Bento Rodrigues, Mariana, Minas Gerais
Fonte: Senado Federal

DESTERRITORIALIZADOS, EXPULSOS DE SUAS TERRAS, ATINGIDOS

No caso do rompimento da barragem de Fundão, mesmo povos que nunca tiveram contato com a mineração se tornaram dependentes dela e passaram a se orientar pelas intervenções da Samarco, atualmente Fundação Renova[3], alterando seu cotidiano e tendo que negociar dia-a-dia seus direitos mais básicos. Essas pessoas perderam suas casas, seu trabalho, sua saúde e hoje vivem à deriva esperando por indenizações ou outros processos de ressarcimentos. Suas relações de autonomia foram substituídas pela relação de dependência típica das localidades onde está presente a atividade minerária. Os primeiros contatos de muitas das populações atingidas com a mineração ocorreram em razão da chegada da lama de rejeitos. Antes desse evento não mantinham nenhum vínculo com as atividades minerárias. Hoje são dependentes da

[3] A Fundação Renova é uma organização não governamental privada. Foi criada em março de 2016 por um Termo de transação de Ajustamento de Conduta (TTAC) para reparar os danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão.

Samarco/Fundação Renova para morar, para comer, para viver. Com relação às casas, vilas inteiras foram extintas. Muitas pessoas atingidas hoje moram em imóveis alugados pela empresa, casas essas que nem sempre estão próximas às localidades de onde vieram, que não resguardam as relações com a terra, com o cultivo, com os animais, com o rio, com a vizinhança, com os familiares. Além disso, nem sempre a empresa está em dia com os aluguéis, condicionando esses moradores a possíveis despejos. Estão em curso constantes processos de des-te-reterritorialização que acabam por atualizar a dinâmica de um crime que não termina.

A constituição da Samarco em um modelo *join adventure* permite uma pulverização de responsabilidade entre os grupos acionistas. Estes, possuem lucros garantidos, mesmo em cenários econômicos adversos, em detrimento de investimentos na modernização operacional e tecnologias de segurança. Soma-se a esta realidade a inação do Estado, nas suas esferas fiscalizatória e judicial sobre a atuação destas empresas na exploração mineral. Há o confronto entre o corpo material em luta e luto de quem reivindica suas terras e uma presença imaterial de um capital transnacional que impera e captura forças. Mas, o que o capital hegemônico identifica e reconhece é que as terras muitas vezes ocupadas por esses povos rurais, pretos e indígenas são ricas em minério em seu subsolo. Para essas populações, ocupar essas terras ricas em recursos é definir involuntariamente sua des-territorialização, seu nomadismo. O Direito Minerário brasileiro sustenta-se sobre dois princípios básicos: I. o primeiro, de matiz constitucional, segundo o qual as riquezas minerais existentes no subsolo são de propriedade da União Federal (CF, art. 20, inciso IX e art. 176, § 1o). A exploração do subsolo possui primazia dos interesses da mineração, sejam eles as áreas a serem lavradas, as cavas, terrenos para construção de equipamentos, vias e para depósitos de rejeitos, dentre desses, as barragens. A presença de um subsolo rico em minerais, no entanto, não é uma garantia de que o lucro advindo de sua exploração irá promover melhores condições de vida para as populações que ocupam essas terras. Na maioria das vezes observamos o seu inverso.

O rompimento da Barragem de Fundão deflagra mais uma vez a discussão sobre o racismo ambiental. Essa noção diz respeito à situação de risco que se encontram populações majoritariamente negras, pardas, indígenas. Há de se reconhecer um efeito desproporcional sobre alguns grupos étnicos em situação de maior vulnerabilidade social e/ou econômica.

No caso de Fundão, cerca de 85% do moradores de Bento Rodrigues, se declararam negros ou pardos, Paracatu de Baixo, com 80% dos moradores negros ou pardos (IBGE 2015) estava a 40 km a jusante do Fundão, Gesteira, estava apenas a 62 km da barragem, e possui cerca de 70,4% (ZONTA, TROCATE. 2016. p 160-163).

A morosidade e as indefinições quanto aos processos de indenizações, ressarcimentos e reassentamentos, no caso dos atingidos do rompimento da barragem de Fundão explicita as aproximações entre injustiça, racismo ambiental e os impactos socioambientais provocados por esse desastre. Observa-se uma associação entre as injustiças cometidas contra essas populações atingidas sejam elas praticadas pelas empresas mineradoras ou pelo Estado: flexibilização de legislação ambiental quando se trata de terras ocupadas por essas etnias, sobrecarga das estruturas de barragens, ausência de controle e fiscalização estatal, ausência de alertas sonoros e planos de emergência são alguns exemplos. Nesse caso, comunidades rurais, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores, moradores de assentamentos de reforma agrária tiveram suas casas destruídas, suas condições de vida e trabalho radicalmente alteradas e muito pouco, quase nada se caminhou na direção dos ressarcimentos, em especial aos reassentamentos, tema específico tratado neste artigo. O rompimento da Barragem de Fundão traz à tona a necessidade de problematizarmos

questões relacionadas à exploração minerária no Brasil, a assimetria dos poderes entre atingidos, Estado e empresa assim como o modelo de progresso e desenvolvimento que subsidia esse quadro de forças. Se relacionarmos o protagonismo da empresa e a inação do Estado identifica-se que o financiamento de campanhas eleitorais tem sido uma importante forma utilizada por empresas do grupo Vale para ter influência sobre os políticos eleitos, principalmente nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O CRIME CONTINUADO

Entende-se que o crime está para além do dia 05 de novembro com o rompimento da barragem, ele vem sendo atualizado nesses dois anos e oito meses pós desastre. Os efeitos da violência e da destruição causadas pela lama de rejeito de minério, que é física, mas também simbólica, atingem diferentes dimensões das subjetividades e singularidades de cada um. Após o rompimento da barragem, os relatos de sofrimento, medo, desamparo, angústias e incertezas se mostram cada vez mais presentes e intensos nas falas dos atingidos. Isso permite compreender que a vivência da tragédia se perpetua e se atualiza cotidianamente na morosidade e nas violações praticadas pelas empresas nas muitas e longas reuniões, na indefinição, na negação de direitos, nas mediações, nas suas negociações.

Os processos de desterritoarializações e expulsões desencadeados pelo rompimento da barragem e sua capacidade de destruição física e também simbólica vem ao longo desse tempo causando nos atingidos e atingidas, seja nas crianças, jovens, adultos ou idosos, processos de adoecimento de saúde física ou mental.

Um desastre vai além de um evento crítico que o causou, no caso do rompimento de Fundão trata-se de um processo que vem sendo aprofundado ao longo desses dois anos e oito meses. E nesse processo, o tempo conta contra a população atingida e a favor dos responsáveis. As vítimas estão longe do ressarcimento, e mais longe ainda da reconstrução das suas vidas, de suas territorialidades, de seus modos e projetos de vida. O distanciamento temporal deste fato é tudo que os responsáveis esperam para poderem realizar indenizações individuais irrisórias, pontuais, vencendo os atingidos pelo cansaço, pela espera indefinida, pela incerteza. O desafio da sociedade brasileira diante do desastre da barragem de Fundão seria contribuir para reverter os processos de esquecimento e de naturalização.

> Com o tempo a tragédia vai sendo silenciada. Poucos sabem ou acompanham a evolução das multas e promessas de mudanças que submergem em intrincados processos jurídicos, nos quais as empresas amparadas por escritórios de advocacia regiamente pagos atuam para reduzir ou deixar de pagar multas e reativar o ritmo de exploração e expansão da megamineração. (LACAZ, PORTO, PINHEIRO, 2016, p.5)

Desde 2016 a Caritas[4], Assessoria Técnica aos atingidos pela Barragem de Fundão, presta suporte técnico aos atingidos em temas diversos relacionados às perdas causadas pelo rompimento. A decisão para contratação da assessoria é resultado de um parecer conjunto dos ministérios públicos Federal e Estadual e visa garantir justiça aos atingidos tanto nas indenizações, bem como na reconstrução dos reassentamentos. Essa assistência técnica consiste em um conjunto de profissionais que auxiliam os atingidos na definição de seus

[4] A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Em Mariana, a Caritas constitui-se enquanto Assessoria Técnica aos atingidos pela Barragem de Fundão.

direitos. Além das indenizações, a assistência técnica busca auxiliar no processo de reconstrução e reassentamento das famílias. Com isso, arquitetos, engenheiros, agrônomos, advogados, psicólogos, assistentes sociais e os demais profissionais necessários são designados a auxiliar essas comunidades. Vale ressaltar que a Fundação Renova buscou evitar e protelar de todas as maneiras a contratação das assessorias técnicas aos atingidos, não só no caso de Mariana, onde a Cáritas atua, mas em outras localidades da bacia onde foram contratadas outras assessorias sempre escolhidas e de confiança dos atingidos.

> Os danos à população foram variados, implicando desde a necessidade de atendimento aos feridos até importantes preocupações com a saúde psicológica dos atingidos, além de, obviamente, mortos e desaparecidos. A isso somam-se problemas relativos à segurança da população afetada, vinculados às suas condições temporárias de abrigo. Nesse aspecto, destaca-se a condição da população de Bento Rodrigues (distrito de Mariana), o maior núcleo urbano atingido, que agora teve uma nova reconfiguração, seus moradores foram obrigados a se mudarem para outro local, ao que se somam efeitos, especialmente para a população mais jovem, quanto ao acesso a trabalho. Por isso, "o desejo expressado pelos representantes da comunidade, [na] mesa de diálogo, é que o distrito seja reconstruído [para] garantir sua [...] reprodução social e que não haja separação dos vizinhos".(LACAZ, PORTO, PINHEIRO, 2016, p.6)

> Depreende-se que o desastre provocou um profundo trauma na população, sobretudo na parcela deslocada, deixando-a sob importante pressão psicológica e em condições completamente distintas de sua forma de vida original, consequência da desterritorialização. Também se preocupam como será a realocação definitiva, com dúvidas se retornarão a seu habitual cotidiano, em consonância com o "modo de andar a vida" ao qual estavam acostumados. Ademais, há forte sensação de insegurança devido ao medo do rompimento de outras barragens, pois no mesmo local onde houve a tragédia de Fundão existem duas outras, Germano e Santarém, com níveis de segurança abaixo do estipulado pelas normas de segurança de barragens. (LACAZ, PORTO, PINHEIRO, 2016, p.6)

Dos pontos em pauta nos processos de ressarcimentos, trataremos neste artigo dos processos de reassentamento coletivo dos núcleos familiares e grupos que tiveram tanto suas casas, suas espacialidades, suas plantações e criações, seus locais de lazer, de trabalho e seus equipamentos comunitários destruídos – ou em risco iminente de desabamento – como seus entes, pertences e modos de vida levados ou atingidos pela lama. O que tem sido verificado até o momento é que o reassentamento tem sido um objeto de disputa e luta que pode conduzir ou não a conquistas sociais. Tendo em vista os agentes envolvidos nesses processos – população atingida, Estado e empresa –, é fundamental que se tome o cuidado necessário para que as pessoas atingidas possam assumir o protagonismo que lhes cabe já que possuem saberes relacionados ao que foi perdido – em curto, médio e longo prazo – em termos físico-materiais, ambientais, simbólicos e culturais. Esse fator conduz a questões de relevância. A primeira diz respeito à ampliação da própria noção de reassentamento e a segunda à necessidade de ações que tenham como objetivo contribuir para a emancipação dessas pessoas para que possam elas mesmas tomar as decisões sobre suas vidas e seu futuro. Isso implica o deslocamento de medidas meramente assistencialistas para a construção de estratégias em rede que possam gerar autonomia. Este artigo assim como nossas ações no território atingido tem se dado nessas direções. A partir do trabalho contínuo junto à população atingida pela lama de rejeito de Mariana, mais precisamente através de nosso trabalho junto a assessoria dos atingidos/ Cáritas buscamos compreender as relações entre os conceitos empreendidos pelos discursos hegemônicos (empresa, Estado, enunciados técnicos, etc.) confrontando e/ou relacionando com os modos de fazer e viver dessas populações

atingidas. Esses discursos hegemônicos estão enredados em relações de poder e saber que confrontam as subjetividades das pessoas atingidas, ou seja, buscam domesticar desde as noções de quem é o atingido, seus direitos e as relações com as dimensões psicossociais e ambientais para, frequentemente, fazê-las caber nos processos de sujeição. Nosso trabalho tem sido buscar revelar, traduzir, informar tecnicamente aos moradores essa rede de poderes e saberes. Trata-se de pensar o reassentamento como estratégia/tática política com vistas à emancipação e autonomia das pessoas atingidas no momento da tomada de decisões sobre questões relacionadas ao reassentamento.

REASSENTAMENTOS INVOLUNTÁRIOS – RESSARCIMENTO OU PERDAS CONTINUADAS?

Os deslocamentos compulsórios sofridos por comunidades rurais a partir de eventos como a implantação de barragens hidrelétricas ou por tragédias como o rompimento de barragens de rejeito industrial geram novas configurações espaciais e consequentemente novos arranjos fundiários dos territórios municipais, principalmente das áreas rurais.

Quando da implementação das legislações urbanísticas os executivos municipais definem, dentro de suas áreas administrativas, territórios destinados a determinados usos diante de ocupações já consolidadas ou de possibilidades intencionadas. Essas possibilidades estão relacionadas à diversos interesses e atores sociais que influenciam na produção dos espaços, mas necessariamente se iniciam a partir da caracterização de restrições à ocupação do solo. Estas restrições de diversas naturezas configuram, em muitos casos, a impossibilidade de ocupação antrópica de áreas visando a proteção de elementos que são determinantes para, por exemplo, o equilíbrio hidrológico e a disponibilidade hídrica dos municípios.

Os municípios mineradores cada vez mais, possuem cada vez menos terras disponíveis para as ocupações antrópicas destinadas à habitação e desenvolvimento de atividades como às relacionadas à agricultura familiar. A indisponibilidade de terras, principalmente nas zonas configuradas pelas leis de perímetro como rurais, se justifica pela necessidade da exploração mineral como principal atividade geradora de emprego, renda e tributos. Interessa observar atentamente que as áreas anteriormente ocupadas pelas comunidades deslocadas se torna inóspita à habitação ou ao desenvolvimento de atividades agrícolas, mas no entanto, ainda aptas à acumulação de rejeitos ou à exploração mineral.

Áreas rurais antes divididas em grandes glebas e prioritariamente vinculadas à atividades agropecuárias, serão ocupadas por comunidades que possuem configurações fundiárias que envolvem núcleos de características consideradas urbanas em pequena escala e propriedades rurais de dimensões reduzidas onde se desenvolvem atividades comuns à agricultura familiar. O presente trabalho pretende entender como se dão os processos de reorganização fundiária das áreas rurais destinadas ao reassentamento dessas populações utilizando como estudo de caso o reassentamento involuntário da comunidade de Bento Rodrigues no município de Mariana.

OS DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS JUSTIFICADOS E OS REASSENTAMENTOS INVOLUNTÁRIOS (SUB)PROBLEMATIZADOS NO ÂMBITO DOS REASSENTADOS

Quantas pessoas são/foram deslocadas compulsoriamente no mundo? Quais as naturezas dos processos de reassentamentos involuntários?

> "As the january 1997, there were, according to the United Nations High Commissioner for Refugees, 13.200.000 refugees; 3.075.000 persons in refugee-like situations; 3 and around 20 million internally displaced persosn worldwilde." Apud KIBREAB, Gaim (200, p.294)

> "(...) entre 40 e 80 milhões de pessoas foram compulsoriamente deslocadas pela construção de cerca de 45 mil barragens construídas no mundo, a partir dos anos 50." Comissão Mundial de Barragens (2000)

> "Um milhão de pessoas já foram expulsas de suas terras pelas barragens; 3,4 milhões de hectares de terras alagadas." Movimento dos Atingidos por Barragens/Brasil (2005)

A dimensão desses processos, em número de atingidos e em territórios reconfigurados para usos relacionados à construção de infraestrutura para subsidiar atividades econômicas, mostra a relevância e necessidade de estudo dos mesmos. A tragédia do rompimento da Barragem de Fundão em 05/11/2015 soma à vultuosa realidade apresentada acima números também exorbitantes, como colocado por MANSUR et al. (2015):

> Diferentemente do que estava previsto no EIA-RIMA, o impacto do rompimento da barragem não se restringiu às áreas de influência preestabelecidas tecnicamente (as três barragens mais o povoado de Bento Rodrigues). A lama produziu destruição socioambiental por 663 km nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce até chegar à foz do último, onde adentrou aproximadamente 80 km² ao mar.[...]; mais de 1200 pessoas ficaram desabrigadas; pelo menos 1469 hectares de terras ficaram destruídas.[...] Houve prejuízo à pescadores, ribeirinhos, agricultores, assentados da reforma agrária e populações tradicionais[...]. MANSUR et al. (2015, p. 31-32)

A população atingida ainda não foi inteiramente mensurada dois anos e oito meses depois da tragédia. A definição do "atingido pelo rompimento da barragem" é disputada entre estudiosos de diversas áreas, ministério público e representantes das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton. Diante desse conflito fica a polissemia no conceito de atingido que quase necessita de adjetivação para ter direito ao ressarcimento, seja ele de qualquer natureza.

Um processo, dentre os diversos de ressarcimento, se tornou vital, o reassentamento. Como nos demais processos de deslocamento compulsório, as pessoas precisam da terra, seja urbana ou rural, em primeiro lugar para exercerem o direito constitucional da moradia e em seguida para utilizarem da mesma, como antes, para serem produtivos, principalmente nas áreas rurais. Nesse sentido, soma-se aos processos já conhecidos de reassentamentos involuntários complexidades relacionadas ao impacto do evento que causou o deslocamento das comunidades: não anunciado e em uma janela de espaço-tempo reduzida e a morosidade na definição de metodologias e diretrizes para este processo.

Os processos de reassentamentos involuntários fazem parte de diversos planos multissetoriais de desenvolvimento de estados brasileiros e podem ser financiados pelo Banco Mundial em categorias definidas pelo documento OP 4.12 *Involuntary Resettlement* (2012). Esse documento coloca diretrizes e chama atenção para relações de empobrecimento ligadas à esses processos:

> "[o processo de reassentamento involuntário] se não complementado com medidas atenuantes, causa, muitas vezes graves riscos econômicos, sociais e ambientais: os sistemas de produção são desagregados; pessoas deparam-se com um empobrecimento quando

> perdem o seu patrimônio ou fontes de renda; populações são realocadas para locais onde a respectiva capacidade de produção pode ser menos utilizada e a competição pelos recursos maior; instituições comunitárias e as redes sociais são enfraquecidas; grupos de familiares são dispersados; e a identidade cultural, autoridade tradicional e o potencial para ajuda mútua se perdem ou diminuem." Manual Operacional do Banco Mundial POLÍTICAS OPERACIONAIS OP 4.12, dezembro 2001, pág. 1)

Entende-se então que mesmo em reassentamentos involuntários inseridos em planejamentos que visam o desenvolvimento em setores diversos, o que justifica possibilidades de financiamento para tais processos, vários aspectos ligados aos impactos negativos causados principalmente às comunidades a serem deslocadas e suas relações devem ser observados.

Como colocado anteriormente, no caso de reassentamentos involuntários de comunidades atingidas por tragédias como o rompimento de barragens de rejeito industrial, como as tratadas nesse artigo, o planejamento inicial e as previsões de impactos e sua possível mitigação não foram anteriormente colocados e muito menos fazem parte de planejamentos para o desenvolvimento local. No entanto, os documentos anteriormente citados servirão de base para questionamentos sobre os processos em andamento no município de Mariana como bibliografia de pesquisa de políticas de gestão territorial que visem salvaguardas para orientação e atenuação de empobrecimentos nas diversas esferas de relacionamentos dessas comunidades.

Outras referências como MAGALHÃES (2007) e TERMINSK (2013) mostram o necessário redirecionamento das análises de políticas até então instituídas nesses processos. Nesse sentido as novas configurações do espaço rural da cidade de Mariana a partir do reassentamento involuntário da comunidade rural de Bento Rodrigues, são o caso referência para o entendimento dos novos arranjos fundiários possíveis e necessários à manutenção dos modos de vida de suas populações.

Os novos arranjos fundiários, que devem englobar as diferentes formas de uso do solo e de tipologias fundiárias exigidas para esses usos, têm como função primordial salvaguardar modos de vida e ao mesmo tempo promover um equilíbrio entre as ocupações antrópicas e a preservação ambiental. O planejamento territorial através dos instrumentos legais de parcelamento do solo trata de forma diferenciada áreas urbanas e áreas rurais, no entanto, as comunidades rurais, muitas vezes, apresentam configurações espaciais híbridas. Essas configurações incorporam características urbanas em algumas áreas e rurais em outras, o que promove a presença de dimensões variadas de glebas e terrenos, além de usos variados dos mesmos.

Diante dessas necessidades pretende-se entender as possibilidades de novas configurações fundiárias desde a regularização de propriedade das terras, seus usos, sua configuração espacial dada pela tipologia fundiária e os projetos possíveis a partir dessa organização espacial.

NOTAS SOBRE OS PROCESSOS DE REASSENTAMENTO DOS ATINGIDOS DE BENTO RODRIGUES/ MARIANA/MG.

O rompimento da barragem de Fundão atingiu diretamente uma população que mantinha modos de vida específicos ligados a um território.

> Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente "em casa". O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. (GUATTARI, ROLNIK, 1993, p.322)

O território é entendido na perspectiva de que o que o delimita não é apenas o espaço físico-geográfico, e sim um conjunto de fatores e características subjetivas, atreladas aos modos de vida de uma pessoa e de uma população. É algo complexo, singular e subjetivo, percebido de forma diferente de um indivíduo para o outro. No caso em estudo, o território é ocupado por comunidades rurais, através de propriedades produtivas ou pequenas centralidades, como Bento Rodrigues e Paracatu, distritos de Mariana/MG. As atividades econômicas incluem as produções agrícolas e de pecuária, criação de aves, silvicultura e outros, em sua maioria acontecendo em pequenas e médias propriedades. Boa parte dessas atividades se caracterizam como agricultura familiar e as relações comerciais são baseadas na venda, mas também na troca dos alimentos produzidos, o que inclui carnes, leites, frutas e hortaliças. Os moradores também costumam compartilhar pequenas áreas de plantio, poços para criação de peixes, hortas e pomares. Essas práticas demonstram que a utilização do território na região ultrapassa limites físicos ligados à ideia de propriedade individual, estendendo seus usos para o coletivo. O senso de coletividade também é reforçado pelos laços de parentesco entre os membros dos núcleos familiares, contribuindo para a criação e manutenção de tradições vinculadas à identidade comunitária. Assim, a relação dos moradores com o território estende-se por todo o espaço onde cria e mantém relações, sejam elas afetivas, religiosas, de lazer, produtivas, econômicas, incluindo a casa, as benfeitorias para os animais, o sítio, a comunidade, etc.

Quando ocorreu o rompimento da barragem, as pessoas lidaram - e ainda lidam - com a destruição desse território, passando por um processo de desterritorialização ou mesmo de expulsão.

> O território pode se desterritorializar. Isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios "originais" se desfazem ininterruptamente (...). A reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante. (GUATTARI, ROLNIK, 1993, p.322)

Apesar da desterritorialização ser entendida como um movimento natural e contínuo, no momento em que os moradores das zonas rurais e distritos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão têm seu território destruído e são obrigados a se mobilizarem para uma nova área, trata-se de uma desterritorialização imposta. O movimento causa a necessidade de uma reterritorialização, processo no qual os indivíduos estarão envolvidos em reconstruir, além de edificações e benfeitorias, os seus modos e projetos de vida.

O processo de criação de um projeto urbanístico e arquitetônico para o reassentamento das comunidades dos distritos atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão envolve a comunidade local, no caso atingidos, a Cáritas Regional Mariana, enquanto assessoria técnica no seu papel de proteger e buscar assegurar os direitos e interesses dos atingidos, os movimentos sociais, no caso, identifica-se a importante presença no território do Movimento de Atingidos por Barragens - MAB, o Ministério Público e a Fundação

Renova, uma organização não governamental privada criada por um Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) assinado entre Samarco e os governos Federal e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, além de outros órgãos e secretarias interessados. A Fundação Renova é legalmente responsável por desenvolver e apresentar, acompanhado de consulta pública os projetos necessários ao reassentamento. Uma série de reuniões e audiências vem ocorrendo desde 2015 na tentativa de garantir o cumprimento da lei no ressarcimento dos atingidos pelos danos causados com o desastre-crime.

Dadas as particularidades no caso de Fundão identifica-se a noção de reassentamento involuntário.

> O reassentamento involuntário refere-se ao deslocamento físico (remanejamento ou perda de abrigo) e ao deslocamento econômico (perda de bens ou acesso a bens que leva à perda de fontes de renda ou meios de subsistência) como resultado de uma aquisição de terra relacionada ao projeto. O reassentamento é considerado involuntário quando os indivíduos ou comunidades afetadas não têm o direito de recusar a aquisição da terra que resulta em deslocamento. (Nota de orientação do banco Mundial. AQUISIÇÃO DA TERRA E REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO N.5. julho 2007, p. 1)

Nesse caso, a metodologia do reassentamento deve se preocupar em garantir a reparação dos danos causados, se possível melhorando as condições de vida para as populações atingidas.

> Se não for devidamente administrado, o reassentamento involuntário pode resultar em dificuldade e empobrecimento de longo prazo para as pessoas e comunidades afetadas, assim como danos ambientais e estresse social nas áreas para as quais eles foram deslocados . Por esses motivos, o reassentamento involuntário deve ser evitado ou pelo menos minimizado. Contudo, se for inevitável, será necessário planejar e implementar cuidadosamente as medidas cabíveis para atenuar os impactos nas pessoas deslocadas e comunidades anfitriãs [...](Nota de orientação do banco Mundial. AQUISIÇÃO DA TERRA E REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO N.5. julho 2007, p. 1)

Em 6 de Fevereiro de 2018 em Audiência Pública em Mariana determinou-se quanto às diretrizes de reparação do direito à moradia dos atingidos com o rompimento da Barragem de Fundão. Deu-se direito aos moradores de optarem pelo tipo de reassentamento que melhor lhes atendesse, sendo eles: o reassentamento coletivo, o reassentamento familiar e a reconstrução. Sendo:

> **Reassentamento coletivo**: Ato de reparação diante de uma remoção forçada de uma comunidade do seu local de origem para uma nova área. O reassentamento coletivo deve garantir a restituição do direito à moradia adequada, da retomada das atividades produtivas, volta dos modos de vida e do acesso igualitário para todos os bens coletivos de uma comunidade.
>
> **Reassentamento familiar**: Ato de reparação diante de uma remoção forçada de um núcleo familiar do seu local de origem para uma nova área. O reassentamento familiar deve garantir a restituição do direito à moradia adequada, da retomada das atividades produtivas, volta dos modos de vida e do acesso igualitário para todos os bens coletivos do núcleo familiar removido.
>
> **Reconstrução**: Ato de reparação diante de um imóvel atingido. A reconstrução visa a reparação da moradia na área de origem de forma a restabelecer as condições de uso para fins de habitação, atividades produtivas e modos de vida. A premissa dessa modalidade de

> reparação é o acesso às informações sobre os riscos de permanência na área atingida, nos termos da legislação aplicável. A indenização pela perda da moradia deverá ser garantida como uma opção do núcleo familiar, conforme as diretrizes previstas neste documento, sempre respeitada a autonomia da vontade do atingido. (Tribunal de Justiça do Estado de MInas Gerais. Ata de Audiência Pública. DIRETRIZES DE REPARACÃO POR DIREITO À MORADIA ACP n° 0400.15.004335-6 e ACP n° 0400.17.004149-7, 6/02/2018. Anexo, p.1)

SOBRE O REASSENTAMENTO COLETIVO DA COMUNIDADE DE BENTO RODRIGUES

Bento Rodrigues é um subdistrito de Santa Rita Durão e foi a primeira comunidade a ser atingida diretamente pelo rompimento da barragem de Fundão. Aproximadamente 80% do subdistrito recebeu a lama de rejeitos de minério de ferro, afetando centenas de pessoas. Dentre as três modalidades de reassentamento de direito dos atingidos, vamos nos dedicar neste artigo, ao reassentamento coletivo. Essa escolha justifica-se uma vez que nas audiências públicas realizadas quinzenalmente no Centro de Convenções de Mariana com a presença dos atingidos, Assessoria Técnica, Ministério Público, Fundação Renova, Prefeitura e Secretarias afins é principalmente sobre esse tipo de reassentamento que a Fundação tem apresentado propostas urbanísticas e arquitetônicas, tema deste eixo temático.

Com o objetivo de se fazer uma breve retrospectiva do processo temos que a primeira etapa do projeto foi fazer a escolha de um terreno para o reassentamento. A área escolhida em 07 de maio de 2016 está localizada a cerca de 8Km de Mariana, conhecido como “Terreno da Lavoura”. Foram apresentadas aos atingidos três opções de escolha: Lavoura, de posse da Arcelor Mittal, Bicas, de propriedade da Samarco Mineração e Carabina, de propriedade particular.

A própria escolha do terreno e, em sequência, a elaboração do *masterplan* esbarrou diversas vezes em questões legais, pela não observância por parte da Fundação Renova de aspectos relacionados ao meio ambiente, à ocupação do solo e a própria segurança dos terrenos que receberiam as edificações, contribuindo para a morosidade do processo. Uma das questões levantadas mesmo após a escolha do terreno é a sua proximidade ao aterro sanitário do distrito sede de Mariana, o que poderia contaminar áreas produtivas dos terrenos do reassentamento, por exemplo.

Após a votação pelo terreno em maio de 2016, em 21 de Dezembro de 2017 a Câmara Municipal de Mariana aprovou a Lei Complementar nº 170, criando a Zona de Urbanização Específica de Interesse Social para fins de reassentamento do Subdistrito de Bento Rodrigues.

> Art. 1º. Fica declarada como Zona de Urbanização Específica de Interesse Social, em conformidade com o artigo 163, § 4º, da Lei Complementar Municipal nº 016/2004, para a implantação de parcelamento para fins de reassentamento urbano da comunidade de Bento Rodrigues, a área localizada no Distrito de Camargos denominada atualmente como Lavoura, identificada como “Área Urbana”, conforme levantamento por satélite e Memorial Descritivo com os pontos georeferenciados e delimitação em mapa, Anexo I, desta lei. (LEI COMPLEMENTAR Nº 170, Diário Oficial Eletrônico de Mariana. 2017, pág.1)

Foi de interesse e reivindicação dos atingidos que a elaboração do *masterplan* procurasse reproduzir da melhor forma possível as características de Bento Rodrigues, na tentativa de não somente garantir a indenização pelos danos às propriedades individuais, mas de todos os aspectos dos modos de vida associados

ao seu antigo território, o que inclui áreas produtivas, acesso à água de qualidade, manutenção das relações de vizinhança e aspectos subjetivos de cada núcleo familiar.

Numa primeira proposta, a Fundação Renova então procurou reproduzir o traçado urbano de Bento Rodrigues na área do Terreno da Lavoura. Na Figura 2 estão identificadas as demarcações dos lotes em Bento Rodrigues conforme autodeclaração dos atingidos e, a seguir o traçado de Bento (Figura 3) e o *masterplan* apresentado (Figura 4), reproduzindo o mesmo traçado na nova área.

Figura 2: Bento Rodrigues antes do rompimento da barragem de Fundão. Traçado dos lotes por autodeclaração dos atingidos
Fonte: Fundação Renova

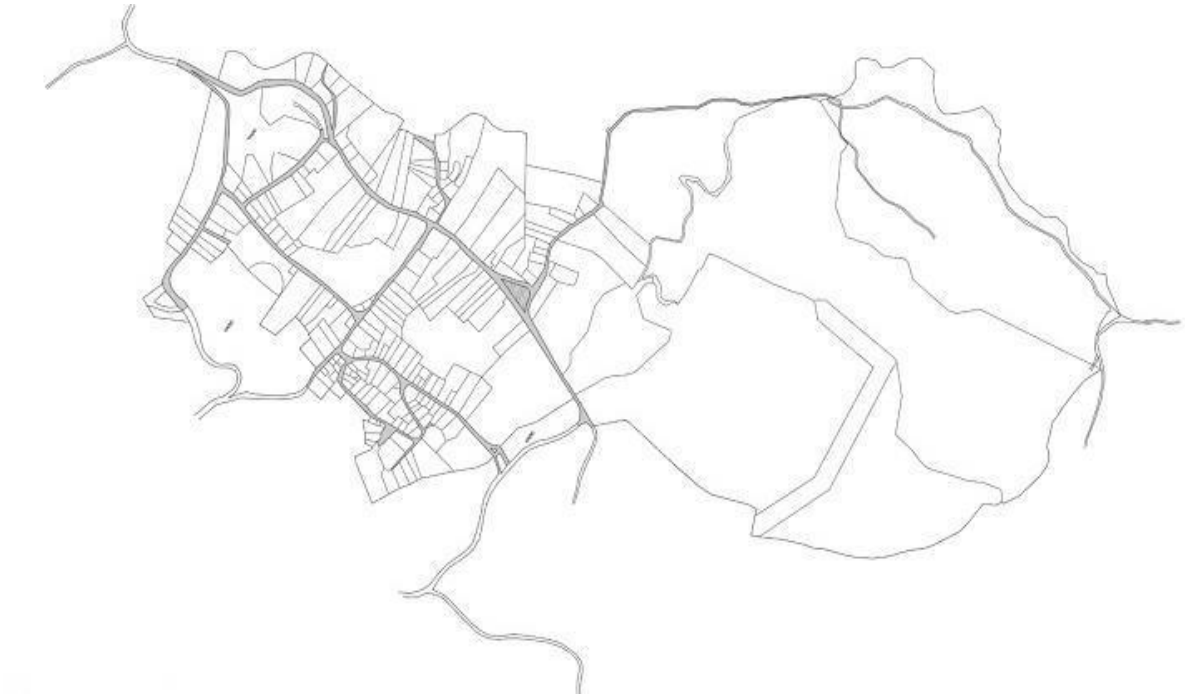


Figura 3: traçado urbano de Bento Rodrigues
Fonte: Fundação Renova

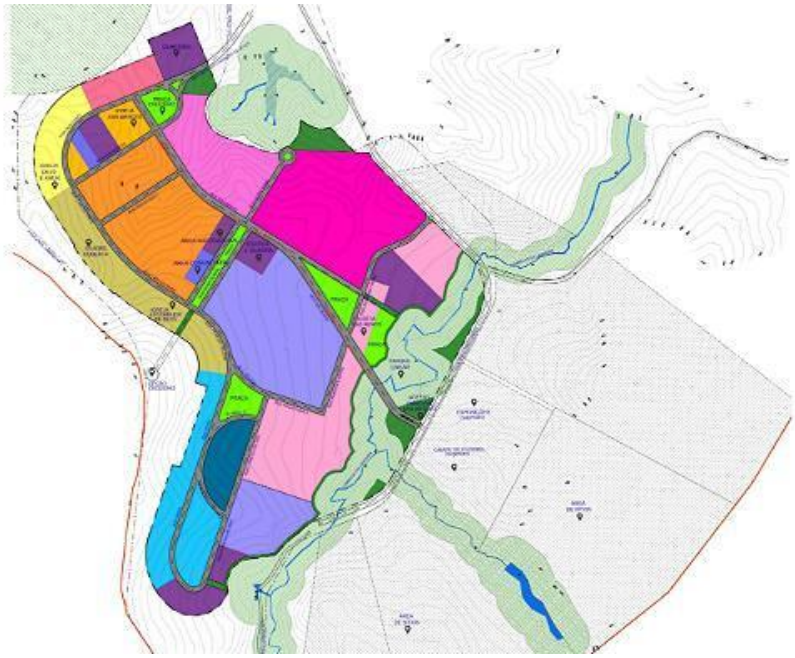


Figura 4: projeto de *masterplan* para o reassentamento reproduzindo o traçado urbano de Bento Rodrigues
Fonte: Fundação Renova

A primeira proposta apresentada pela Fundação Renova no início de 2017 foi rejeitada pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por conter diversas irregularidades com a legislação brasileira como, por exemplo, infringir a proibição de construções em áreas com declividade superior a 47%. Além disso, de acordo com informações do MAB em uma matéria publicada em 04/08/2017, "[...] as casas que ficariam nessa região com alta declividade estariam muito próximas de um barranco de cerca de 18 metros de altura." A simples colagem ou a reprodução do desenho urbano do Bento antigo sobre o terreno da Lavoura justificada pela equipe de arquitetos e urbanistas de que se estava buscando garantir as relações de vizinhança banaliza questões fundamentais ao campo da produção do espaço. O terreno de Bento antigo era praticamente plano, apresentava relações com a paisagem completamente distintas do terreno da Lavoura. Os atingidos rejeitaram a proposta assim como não reconheceram a consistência da justificativa apresentada e continuam reinvindicando a relação com seus vizinhos no Novo Bento, que é como se referem ao terreno da Lavoura. Essas considerações reafirmam o desrespeito das empresas que causaram o crime no processo de indenização e ressarcimento às vítimas. Quando encontram-se irregularidades desse tipo que, por pressuposto, deveriam ter sido observadas pela ampla equipe técnica da Fundação Renova, o processo regride para etapas anteriores, contribuindo para o desgaste físico e emocional de uma população em grande estado de vulnerabilidade.

O *masterplan* passou por várias modificações. A aprovação do projeto só aconteceu no dia 08 de Fevereiro de 2018, dois anos e três meses depois do rompimento da barragem. Embora quase 100% dos presentes tenham votado a favor vale questionar sobre o quanto as vítimas que estavam ali presentes estariam em condição de recusar, mais uma vez, uma proposta apresentada pela Fundação Renova. De fato:

> Com o evento, aqueles que já eram afetados pela operação do complexo minerário sofreram perdas de vida e a deterioração de sua saúde, além de bens materiais e do comprometimento permanente de seu território. De *atingidos* passaram a *vítimas*, com o pleno direito de compensação pelos danos materiais e morais. Colocá-los numa mesa de negociação é ato que os ressignifica como "parte interessada" e abre espaços para que a ré, a Samarco (Vale/BHP-Billiton), também seja ressignificada da mesma forma. Vítimas e agentes corporativos, engajados em uma espécie de barganha de medidas reparatórias e compensatórias, passam a estar confrontados em posições supostamente simétricas. Contudo, em posição enfraquecida para negociação, as primeiras correm o risco de serem privadas dos seus direitos. Argumentaremos que, inserida em uma estratégia generalizada da política ambiental - a "resolução negociada de conflitos" -, a gestão do *desastre tecnológico* de Mariana tende a minar justamente o princípio que deveria prevalecer no estado democrático de direito: o princípio da dignidade humana."(ZHOURI, VALENCIO, OLIVEIRA, ZUCARELLI, LASCHEFSKI E SANTOS, 2016)

Com todos os desafios enfrentados até então, incluindo as escolhas técnicas que atrasaram convenientemente o processo tantas vezes, colocados em mesas de negociação, o que os atingidos também estavam votando era sobre quanto tempo ainda demoraria para que tivessem de novo suas casas e suas propriedades produtivas, na tentativa de terem de volta o quanto antes o seu cotidiano, seus modos de vida. Atrasar os processos para que os atingidos se vejam obrigados a fazer escolhas que não lhes atendam tem sido uma constante da Fundação Renova. 98% dos atingidos votaram no terreno da Lavoura e a maioria não conhece seus lotes, o terreno onde irão morar. Na Figura 5 abaixo é possível verificar o *masterplan* aprovado.

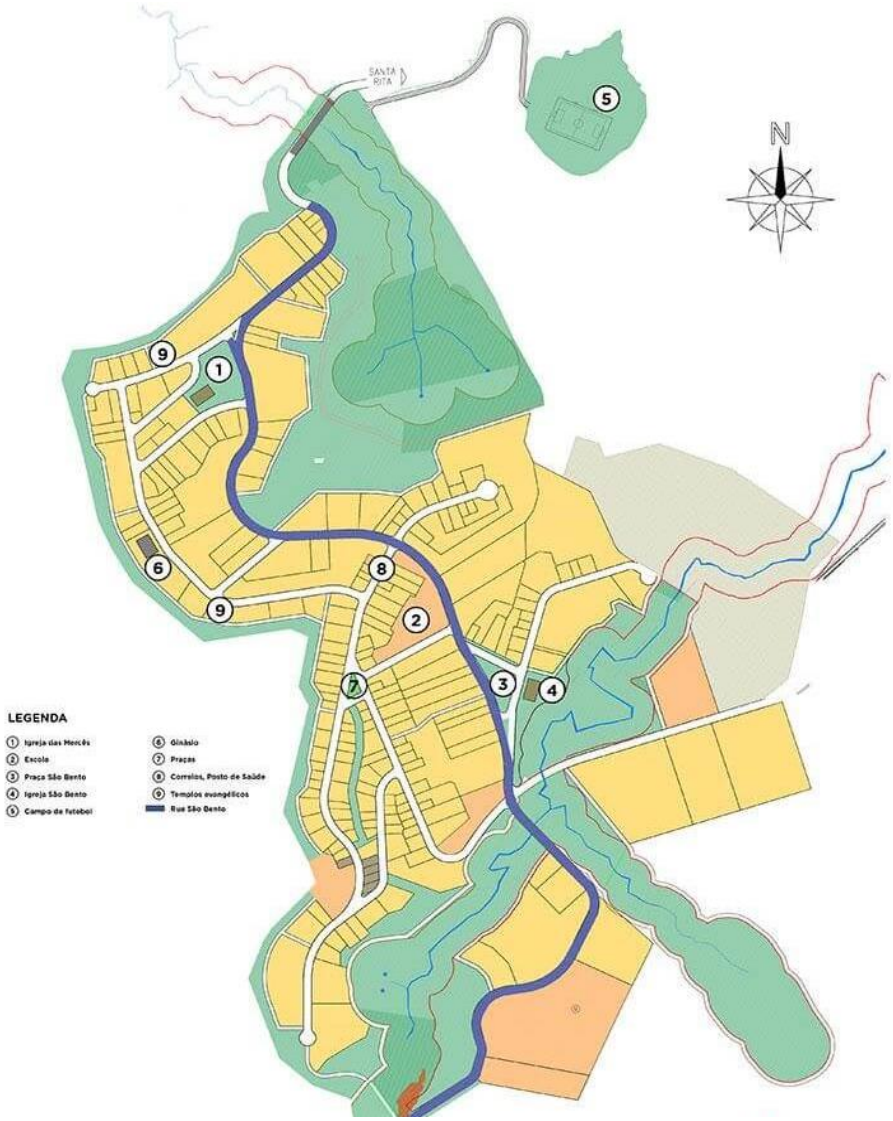


Figura 5: *masterplan* aprovado para o reassentamento de Bento Rodrigues
Fonte: Fundação Renova, 2018

Atualmente, apesar da definição e aprovação do *masterplan*, a área ainda está em nome da Arcelor Mittal. Desde a sua aprovação, os atingidos foram ao terreno apenas uma vez. Esse terreno hoje é um eucaliptal.

Apesar de entendermos que a solução de tais questões antecedem o início do desenvolvimento dos projetos arquitetônicos das casas e dos equipamentos coletivos, esse tema tem pautado as audiências públicas e a Fundação Renova contratou uma equipe de quinze arquitetos urbanistas para o desenvolvimento desses projetos. A metodologia para desenvolvimento do projeto das casas foi apresentado em audiência pública.

É importante ressaltar que a necessidade da metodologia participativa para o projeto das edificações, assim como a necessidade da visita dos atingidos aos terrenos onde vão morar foram homologadas como diretrizes gerais na reunião do denominado Grupo Técnico de Habitação do dia 06/02/2018 e são aspectos que não têm sido identificados nesses processos de desenvolvimento dos projetos e têm sido uma constante reinvindicação dos atingidos nas audiências subsequentes. Dentre as diretrizes gerais homologadas:

> Deverá ser garantida a participação efetiva de caráter deliberativo das famílias e comunidades atingidas, incluindo garantia de acesso prévio a todas as informações referentes às etapas do processo de reconstrução ou reassentamento coletivo ou reassentamento familiar (cronogramas, projetos, empresa responsável pela etapa, materiais, dentre outros); possibilidade de visitas periódicas in loco, e poder de interferência no caso de descumprimento, devidamente constatado, das decisões dos atingidos. (AUDIÊNCIA PÚBLICA, MARIANA, 2016)
>
> 32. Nos casos de reconstrução, reassentamento coletivo e familiar, deverá ser definido pelos atingidos e Fundação Renova a metodologia participativa para a elaboração do projeto das edificações principais e acessorias, para garantia da participação dos núcleos familiares em todo o processo de elaboração e execução dos projetos, com participação deliberativa dos mesmos. (AUDIÊNCIA PÚBLICA, MARIANA, 2016)
>
> 33. Nos casos de reconstrução, reassentamento coletivo e familiar toda informação ou documento deverá apresentar uma limguagem acessível aos atingidos. (AUDIÊNCIA PÚBLICA, MARIANA, 2016)

Apesar dessas diretrizes terem sido homologadas, a equipe de arquitetos urbanistas da Fundação Renova apresentou aos atingidos o que denominaram de metodologia de projeto participativo pautada nas seguintes ações: conhecer (fase de apresentação entre atingidos e arquitetos), lembrar, criar, ajustar a proposta, escolher os materiais, a partir daí serão desenvolvidos os projetos conceituais para depois desenvolver o projeto básico e o executivo. Esse formato de desenvolvimento dos projetos compõe, dentre outras informações, o que denominaram Manual do arquiteto. Essas etapas da metodologia foram seguidas da apresentação de um vídeo onde mobiliários e equipamentos domésticos como fogão, geladeira eram dispostos no espaço configurando diferentes lay-out. Esses cômodos foram apresentados sem nenhuma relação entre si ou com uma base que não poderia ser associada a um terreno. Entendemos que os atingidos não reconheceram ali uma metodologia participativa de projeto e os questionamentos voltaram-se para a impossibilidade de conversar sobre a elaboração do projeto das casas uma vez que não conhecem os lotes que irão abrigá-los. Se é sintomático que os profissionais tenham alijado o terreno do reassentamento de sua metodologia e tivessem apresentado apenas a composição de lay out de um possível objeto casa, soma dos cômodos, já os atingidos tem uma imensa preocupação com o terreno. Em um primeiro momento porque sabem que a topografia e relevo da Lavoura mudará várias das relações de vizinhança que lhes é muito cara, muitos deles são de uma mesma família, mas também porque essa população possui hábitos rurais. Nos seus terrenos no antigo Bento além da casa mantinham um cultivo de plantas para auto consumo, troca ou mesmo para atividades comerciais, além disso era comum a criação de animais de estimação, também para consumo e renda. Assim, conhecer o terreno e implantar a casa garantindo essas outras atividades nas áreas externas é fundamental, sem falar das áreas para festas, encontros e conexão entre os vizinhos, etc. Enquanto a equipe de arquitetos impõe um cronograma de 90 dias para que todo esse processo de projeto até os executivos sejam entregues, a população de Bento quer ver seu terreno. Eles querem a terra e por várias

vezes já reivindicaram o terreno e os materiais de construção defendendo o processo de autoconstrução ou auto gestão, excluindo a necessidade do projeto arquitetônico do processo.

O projeto de reassentamento coletivo de Bento encontra-se nesta fase de discussão/ implementação da metodologia dos projetos das casas. O que percebemos ao acompanhar e lutar ao lado dos atingidos desde o rompimento é que o *masterplan,* assim como o projeto das casas, dos equipamentos coletivos, no caso de Bento tem servido como dispositivo de coerção, de sujeição dos atingidos na sua difícil e assimétrica relação com a empresa e de certa maneira com o Estado. E tudo recai simbolicamente ou não na falta de acesso a informação, a terra, ao terreno, ao território para poder reassentar essas pessoas atingidas, expulsas, ainda desterritorializadas. Instala-se um estado crônico de sofrimento social e incertezas. Se o projeto poderia associar-se a um processo de autonomia pode também optar pelo seu reverso, usar suas técnicas disciplinares e hegemônicas para promover assujeitamentos e contribuir para a violação de direitos. São caminhos…

REFERÊNCIAS

ANÁLISES DO MAB SOBRE O CRIME CAUSADO PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA SAMARCO/VALE/BHP BILLITTON. São Paulo. Movimento dos Atingidos por Barragens. Set. de 2016.

BRASIL. Constituição, 1988.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil Platôs, Capitalismo e Esquizofrenia**, Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. 5 volumes.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE MARIANA. **Lei Complementarº 170**. Edição nº 620. Mariana-MG, 27 de Dezembro de 2017. Disponível em: < https://www.mariana.mg.gov.br/imprimir-diario-oficial/620> Acesso em: 10/06/2018

FUNDAÇÃO RENOVA. **Projeto urbanístico de Bento Rodrigues.** Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/04/complemento-4_projeto-urbanistico-de-bento-rodrigues.pdf> Acesso em: 09/06/2018.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA SOCIOAMBIENTAIS: OBSERVATÓRIO DO REASSENTAMENTO E NARRATIVAS ATINGIDAS. Universidade Federal de Ouro Preto. Pro Reitoria de Extensão. 2016-2018

GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. Campinas. São Paulo: Papirus, 1990.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, Vozes, 1993.

WORLD BANK GROUP. **Nota de Orientação 5: Aquisição da terra e reassentamento involuntário.** Julho 2007. Disponível em: <https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/6da4228048855617b944fb6a6515bb18/GN%2B5%2B-%2BPortuguese.pdf?MOD=AJPERES> Acesso em 10/06/2018.

LEAL, Leila. **Mineração: o rastro do desenvolvimento e conflitos territoriais no Brasil.** 2016. Disponível em http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/mineracao-o-rastro-do-desenvolvimento-e-conflitos-territoriais-no-brasil> Acesso em 20 de abril de 2018.

MARQUES, Monique Sanches; NOGUEIRA, Sandra M. A. **De quem é essa terra? Os impactos sócio espaciais da mineração pós-rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG**. XVII ENAMPUR. São Paulo. 2017.

MARQUES, Monique Sanches; FERNANDES, Amanda. **Iniciando a cartografia do desastre-crime: o avanço neoliberal da indústria extrativo-minerária do Brasil sob a perspectiva do rompimento da barragem de Fundão/Mariana/MG.** I Seminário Internacional de Urbanismo Biopolítico. Belo Horizonte. 2017.

MILANÊZ, Bruno. LOSEKANN, Criatiana. (Orgs). **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição.** Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana. **Relatório: avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG.** Belo Horizonte: Sedru; 2016. 289 p.

PORTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA. **Histórico Mariana**. Disponível em <http://www.camarademariana.mg.gov.br/mariana> Acesso em 20 de abril de 2018.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global.** São Paulo: Terra e Paz, 2016.

LACAZ, Francisco Antônio de Castro; PORTO, Marcelo Firpo de Sousa e PINHEIRO, Tarcísio Márcio Magalhães. **Tragédias brasileiras contemporâneas: o caso do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão/Samarco**. Rev. bras. saúde ocup. [online]. 2017, vol.42 [citado 2018-05-29].Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572017000100302&lng=pt&nrm=iso>. Epub 26-Jul-2017.

MARQUES, Monique Sanches; NOGUEIRA, Sandra M. A. **De quem é essa terra? Os impactos sócio espaciais da mineração pós-rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG**. XVII ENAMPUR. São Paulo. 2017.

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; LASCHEFSKI Klemens; SANTOS, Ana Flávia. **O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social**. Ciência e Cultura vol.68 [online]. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300012#nt> Acesso em 09/06/2018

ZONTA, M.; TROCATE, C. (Orgs.) A**ntes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco / Vale / BHP Billiton**. Marabá: Editorial Iguana, 2016.

V enanparq
Salvador - 2018

QUALIDADE FUNCIONAL DOS ESPAÇOS HABITACIONAIS: UMA DEFINIÇÃO DO CONCEITO A PARTIR DE MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE HABITACIONAL

FUNCTIONAL QUALITY OF HOUSING SPACES: A DEFINITION OF THE CONCEPT BASED ON METHODS OF HOUSING QUALITY EVALUATION

CALIDAD FUNCIONAL DE LOS ESPACIOS DE LAS VIVIENDAS: UNA DEFINICIÓN DEL CONCEPTO A PARTIR DE LOS MÉTODOS DE EVALUACIÓN DE LA CALIDAD DE LA VIVIENDA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

MACEDO, PRISCILA FERREIRA DE
Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU/UFRN.
priscilamacedo_arq@hotmail.com

ATAÍDE, RUTH MARIA DA COSTA
Doutora em Pensamiento Geografico y Organización del Territorio. Professora do Departamento de Arquitetura (DARQ/UFRN) e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFRN)
rataide_58@hotmail.com

SILVA, HEITOR DE ANDRADE
Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Professor do Departamento de Arquitetura (DARQ/UFRN), do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFRN) e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente (PPAPMA/UFRN)
heitor.andrade@ufrn.abea.arq.br

QUALIDADE FUNCIONAL DOS ESPAÇOS HABITACIONAIS: UMA DEFINIÇÃO DO CONCEITO A PARTIR DE MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE HABITACIONAL

FUNCTIONAL QUALITY OF HOUSING SPACES: A DEFINITION OF THE CONCEPT BASED ON METHODS OF HOUSING QUALITY EVALUATION

CALIDAD FUNCIONAL DE LOS ESPACIOS DE LAS VIVIENDAS: UNA DEFINICIÓN DEL CONCEPTO A PARTIR DE LOS MÉTODOS DE EVALUACIÓN DE LA CALIDAD DE LA VIVIENDA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
A baixa qualidade da produção arquitetônica habitacional brasileira contemporânea, especialmente nos aspectos relacionados à minimização dos seus espaços, conduz a investigações sobre quais seriam os parâmetros fundamentais para garantia do bom desempenho das unidades no que se refere ao dimensionamento e a funcionalidade. Com o propósito preliminar de identificar os fatores que influenciam a qualidade arquitetônica, este artigo tem o objetivo de apresentar uma aproximação conceitual da qualidade habitacional, com enfoque nos aspectos funcionais e no consequente dimensionamento dos espaços, embasando-se em uma revisão de literatura sobre avaliação da qualidade do espaço projetado. Como resultado, foram definidas as variáveis que influenciam e fundamentam a definição da qualidade funcional dos espaços, e seu consequente dimensionamento, chegando-se com isso, a aproximação conceitual pretendida.
PALAVRAS-CHAVE: qualidade habitacional, métodos de avaliação, dimensionamento, funcionalidade.

ABSTRACT:
The low quality of the contemporary Brazilian architectural production, especially in the aspects related to the minimization of its spaces, leads to investigations about the fundamental parameters to guarantee a good performance of the units in the sense of dimensioning and functionality. With the preliminary purpose of identifying which the factors influence the architectural quality, this article aims to show a conceptual approach of housing quality, focusing on functional aspects and the consequent dimensioning of spaces, based on a literature review on quality evaluation of the designed environment. As a result, we defined the variables that influence and support the definition of the functional quality of the spaces, and their consequent dimensioning, which leads us to the desired conceptual approximation.
KEYWORDS: *housing quality, evaluation methods, dimensioning, functionality.*

RESUMEN:
La baja calidad de la producción arquitectónica brasileña contemporánea, especialmente en los aspectos relacionados con la minimización de sus espacios, conduce a investigaciones sobre los parámetros básicos para garantizar un buen desempeño de las unidades en cuanto a dimensionamiento y funcionalidad. Con el propósito preliminar de identificar los qué factores influyen en la calidad arquitectónica, este artículo se centra en un enfoque conceptual de la calidad de la vivienda, poniendo de relieve los aspectos funcionales y el consiguiente dimensionamiento de los espacios, a partir de una revisión bibliográfica sobre la evaluación de la calidad del espacio proyectado. Como resultado, se definieron las variables que influyen y fundamentan la definición de la calidad funcional de los espacios, y su consiguiente dimensionamiento, llegando con eso a la deseada aproximación conceptual.

***PALABRAS-CLAVE**: calidad de la vivienda, métodos de evaluación, dimensionamiento, funcionalidad*

INTRODUÇÃO

A minimização dos espaços em projetos habitacionais de padrão vertical não é uma novidade na produção arquitetônica residencial. Ainda no século XX, durante as discussões dos primeiros Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs), realizou-se um constante debate conceitual sobre métodos, princípios e normas que definissem a superfície habitável mínima compatível com as necessidades dos usuários, conduzindo ao surgimento do conceito do *Existenzminimum*, ou seja, da habitação para a mínima existência. A necessidade de produção em larga escala a custo reduzido para atender as demandas da sociedade exigiriam respostas dimensionais diferentes, de modo a alcançar uma unidade habitacional com dimensões mínimas. Nesse contexto, de acordo com alguns arquitetos que protagonizaram o ideário e a difusão do movimento da Arquitetura Moderna, especialmente na sua vertente funcionalista, como Alexander Klein, Walter Gropius e Le Corbusier, através do agrupamento de funções em planta, da análise das atividades domésticas e do atendimento às necessidades físicas e psicológicas dos usuários, seria possível atingir uma área mínima para a unidade habitacional, que apesar das dimensões reduzidas, atenderia tanto as necessidades de redução de custo das unidades, quanto as condições mínimas de habitabilidade almejadas.

Embora os precursores do movimento da arquitetura moderna tenham contribuído significativamente nos estudos a respeito das necessidades humanas no espaço habitacional, a reprodução em série indiscriminada, que afirmou o processo de produção de unidades verticais multifamiliares, interpretou, segundo Liziane Jorge (2012, p.23), "equivocadamente o conceito do funcionalismo e do *Existenzminimum*, criando um álibi para atingir prioritariamente vantagens econômicas". Dessa maneira, apesar de as habitações com dimensões reduzidas estarem inicialmente associadas às unidades produzidas ou financiadas pelo Estado[1], a redução dimensional proposta por esse modelo conduziu, ainda no pós-Guerra, à produção de produtos de baixa qualidade arquitetônica, cujo modelo de reprodução continua sendo bastante apreciado pela produção contemporânea de apartamentos ofertados pelo mercado imobiliário, no Brasil.

Diversos estudos sobre essa produção evidenciam que as plantas desses empreendimentos tendem a restringir-se prioritariamente a valores dimensionais definidos por órgãos reguladores do processo produtivo, desenvolvendo objetos estanqueis e fortemente hierarquizados, onde o espaço interno nem sempre reflete as atuais dinâmicas da sociedade[2]. Nota-se, portanto, que passados quase um século da construção das primeiras habitações mínimas verticais, as marcas deixadas pela redução dimensional e setorização espacial, preconizadas pelo Movimento Moderno, ainda parecem determinar a configuração dos espaços habitacionais dos projetos contemporâneos. Por outro lado, as relações entre as necessidades físicas humanas e as atividades domésticas, preconizadas pelos primeiros arquitetos modernistas, parecem ser um caminho viável para atender as demandas de qualidade relacionadas ao dimensionamento e à funcionalidade dos espaços internos das habitações.

[1] Apesar dessas realizações terem sido construídas com técnicas, contextos socioculturais e concepções formais diversas, Paulo Bruna (2010) destaca como traços comuns do movimento, a busca por um projeto derivado do cientificismo, o projeto como indutor de uma nova cultura de morar e um novo comportamento social, a produção industrial dos componentes da habitação e, por especialmente, o reconhecimento do papel do Estado como planejador das políticas habitacionais.

[2] Sobre a redução dimensional dos apartamentos ofertados pelo mercado imobiliário ver: COSTA FILHO et al. (2003), MENDONÇA (2015), MACEDO (2018). Sobre a estanqueidade das plantas dos apartamentos ofertados pelo mercado imobiliário ver: NOMADS.USP (2007), FOLZ (2008), QUEIROZ (2008), VILLA (2008), ANITELLI; TRAMONTANO (2011); NASCIMENTO; TOSTES (2011), MENDONÇA (2015), MACEDO (2018). Sobre as atuais dinâmicas da sociedade contemporânea ver: BERQUÓ, 1998; TRAMONTANO, 1998; FRANÇA, 2001; TRAMONTANO, 2003; LOUREIRO, AMORIM, 2002; NOMADS.USP, 2007; REQUENA, 2007; VILLA, 2008; LIMA, 2011; GRIZ, 2012.

Com o propósito preliminar de identificar os fatores que influenciam a qualidade habitacional, no contexto brasileiro, este artigo tem o objetivo de apresentar uma aproximação conceitual da qualidade habitacional, com enfoque nos aspectos funcionais, especialmente aqueles relacionados ao dimensionamento dos seus espaços, baseando-se, para tanto, em uma revisão de literatura sobre avaliação de qualidade do espaço projetado. O artigo estrutura-se em três seções distintas, nas quais foram abordadas: o conceito de qualidade arquitetônica, com ênfase na qualidade habitacional, as premissas básicas associadas à ergonomia e antropometria dos projetos habitacionais e como estes encontram-se rebatidos nas soluções projetuais e, os métodos internacionais europeus e nacionais de avaliação das habitações, focalizando os parâmetros relacionadas ao dimensionamento e funcionalidade. Como resultado, foram definidas as variáveis que influenciam a qualidade funcional dos espaços, e seu consequente dimensionamento, chegando-se com isso, a aproximação conceitual pretendida.

QUALIDADE HABITACIONAL: FOCALIZANDO A UNIDADE HABITACIONAL

Em entendimento abrangente, a qualidade é definida pela NBR ISO 9000/2000[3] (ABNT, 2000) como sendo o grau de satisfação das necessidades ou expectativas de um conjunto de características expressas, geralmente, de forma implícita ou obrigatória inerentes a um produto, processo ou sistema. Aplicando o conceito à Arquitetura, Theo van der Voordt e Herman wan Wegen (2013) apontam que a qualidade se relaciona à capacidade da edificação de cumprir diferentes funções, tais como as utilitárias, climatológicas, culturais, simbólicas, estéticas e econômicas, de modo que a qualidade arquitetônica pode ser entendida como sendo a integração dos aspectos funcionais, formais, técnicos e econômicos de determinado projeto e/ou unidade construída. Nessa direção, entende-se que a garantia da qualidade arquitetônica depende do cumprimento do projeto ou edifício às funções para as quais foi concebido.

Em relação às habitações, João Branco Pedro (2000) define a qualidade habitacional como:

> adequação das características espaço-funcionais, socioculturais e estéticas da habitação e da sua envolvente às necessidades imediatas e previsíveis dos moradores, compatibilizando as necessidades individuais com as da sociedade, e incentivando a introdução ponderada de inovações que conduzam ao desenvolvimento (PEDRO, 2000, p. 10).

Com base nesses conceitos, Macedo (2018) observa que a qualidade habitacional, por ser um desdobramento da qualidade arquitetônica, abrange variáveis multidisciplinares que se referem a diferentes aspectos, tais como: inserção urbana, composição formal, sustentabilidade, espaço privado, acessibilidade, sistemas construtivos, economia, densidade, segurança. Dessa maneira, entende-se que a qualidade habitacional envolve diferentes perspectivas e variáveis para definição das características inerentes ao produto arquitetônico, de modo que, suas necessidades ou expectativas variam conforme suas diferentes abordagens.

Com foco nos aspectos relacionados à unidade habitacional, Carolina Palermo (2009) avalia que a qualidade da habitação como espaço construído está relacionada ao projeto arquitetônico e as suas especificações. Em direção semelhante, Marcio Minto Fabrício et al. (2010) afirmam que a qualidade do projeto é determinada pela clareza das informações expressas no programa de necessidades, o qual corresponde a lista de ambientes e suas dimensões, layout de cada um deles, suas especificações técnicas e o atendimento às

[3] A NBR ISO 9000, publicada em 2000, versa sobre os sistemas de gestão da qualidade - fundamentos e vocabulário.

normas de desempenho vigentes. Nesse âmbito, entende-se que qualidade habitacional voltada à unidade, envolve a análise do programa de necessidade, do qual pode-se extrair as informações gerais sobre os ambientes e suas dimensões, distribuição e layout, e do atendimento dessas variáveis às necessidades imediatas e previsíveis dos moradores.

A partir do exposto, percebe-se que o conceito do *Existenzminimum*, que corresponde ao dimensionamento dos ambientes baseado nas atividades existentes no espaço habitacional, converge com aquele relacionado à qualidade da unidade habitacional, a qual se avalia pelo programa de necessidade. Dessa maneira, constata-se que o estudo do dimensionamento dos ambientes a partir das atividades domésticas, dos seus mobiliários e das necessidades de uso e operação destes últimos, parece ser o caminho para se determinar a qualidade funcional das habitações, e seu consequente dimensionamento adequado. Uma vez que, a ergonomia trata, segundo a Associação Internacional de Ergonomia (IEA, 2017), das teorias, princípios, dados e métodos de projetos que visam otimizar o bem-estar humano e o desempenho global do sistema, conclui-se que a qualidade funcional dos espaços habitacionais se relaciona intimamente com as premissas desse campo de conhecimento.

ERGONOMIA APLICADA AO PROJETO HABITACIONAL: CONTRIBUIÇÕES À FUNCIONALIDADE DOS ESPAÇOS HABITACIONAIS

De acordo com Itiro Iida (2005) a ergonomia corresponde a um campo de conhecimento que estuda a adequação de espaços e produtos às necessidades de uso dos seres humanos, buscando identificar os diversos fatores que influem no desempenho de um sistema produtivo, com o intuito de reduzir a fadiga, o estresse, os erros e os acidentes, garantindo conforto, segurança e maior satisfação aos seus usuários. Nesse sentido, o autor afirma que a ergonomia deve possuir uma abordagem holística que abrange domínios físicos, cognitivos e organizacionais. Com destaque para os domínios físicos, o IEA apresenta-os como sendo as características anatômicas, antropométricas, fisiológicas e biomecânicas da pessoa humana, relacionadas à atividade física, incluindo tópicos relevantes sobre as posturas de trabalho, manuseio de materiais, disposição do local de trabalho, segurança e saúde.

No que se refere à aplicação dos seus conceitos e princípios ao produto habitacional, Vilma Villarouco (2001) afirma que, a ergonomia contribui para que “através do uso de suas ferramentas e métodos possam ser detectados e solucionados os problemas que possam comprometer o bom desempenho do produto arquitetônico” (VILLAROUCO, apud COSTA FILHO, 2005, p. 33). Nesse sentido, Macedo (2018) afirma que a ergonomia associada ao projeto de arquitetura de caráter habitacional pressupõe a consideração das atividades humanas, configurando-se em parâmetros projetuais para o adequado dimensionamento dos ambientes.

Sobre a associação de parâmetros ergonômicos às funções domésticas, os estudos do professor Jorge Boeuri apontam que o dimensionamento adequado dos espaços habitacional deve partir da composição das atividades e usos propostos no programa de necessidades. Para tanto, o pesquisador introduz o conceito de Espaço de Atividades, que corresponde a “superfície necessária e suficiente para que uma pessoa possa desenvolver qualquer atividade sem interferência ou restrição provocada por mobiliário, equipamentos e/ou componentes do edifício” (BOUERI, 2004, p.7). Dessa maneira, o autor afirma que a área de uma unidade habitacional pode ser obtida através dos espaços de atividade arranjados espacialmente, de tal forma que as condições de uso, acesso e articulação em ter mobiliários, equipamentos e componentes do edifício sejam adequadas às funções que possam ser executadas com conforto e segurança.

Os estudos sobre a ergonomia revelam, portanto, que o dimensionamento dos espaços pode ser determinado pela distribuição dos mobiliários, equipamentos e pelas necessidades antropométricas relacionadas ao uso e manuseio destes, revelando a importância da compreensão de quais atividades os usuários desenvolvem nos espaços domésticos. Conclui-se, então, que a garantia de qualidade funcional e o adequado dimensionamento dos espaços se relaciona ao bom desempenho desse conjunto dessas variáveis. Como o desempenho de projetos ou ambientes construídos em arquitetura afere-se normalmente a partir de métodos de avaliação, abordam-se a seguir as principais variáveis que influenciam o dimensionamento e a funcionalidade dos espaços habitacionais à luz de diferentes métodos internacionais e nacionais de avaliação de habitações.

MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE HABITACIONAL: PARÂMETROS QUE INFLUENCIAM A FUNCIONALIDADE DOS ESPAÇOS HABITACIONAIS

Em face da baixa qualidade arquitetônica das habitações produzidas principalmente durante o pós-guerra, e respaldando-se em diferentes estudos sobre a qualidade e desempenho, dentre eles os manuais de ergonomia, segundo os quais, a avaliação de produtos pode ser feita por aspectos mensuráveis, surgem desde a década de 1960[4], diferentes pesquisadores e países desenvolveram métodos científicos que buscam aferir e avaliar a qualidade das habitações. Esses métodos buscaram incentivar a produção de unidades habitacionais, propondo o uso de parâmetros dimensionais mínimos de desempenho satisfatórios do espaço arquitetônico, como meio para suprir as demandas por moradia. Sobre os métodos desenvolvidos no contexto internacional, nesse caso específico no âmbito europeu, destacam-se o método de valoração de plantas de Klein (1980), SEL (OFL, 2015), na Suíça, HQI (HOUSING CORPORATION, 2008), na Inglaterra, QUALITEL (CERQUAL, 2015), na França, bem como os métodos desenvolvidos pelo LNEC, com atenção ao método PEDRO (2000). No âmbito nacional, os debates sobre a qualidade habitacional, especialmente aquela relacionada ao ambiente interno, começam a ganhar mais relevo a partir da década de 1980[5], com estudos de Elvan Silva (1982). Desde então, destacam-se as produções de Luiz Rifrano Leite (2003), Palermo (2009), HABITARE (2007), QUALIHABITA (LOGSDON, 2012), bem como as prescrições definidas pela NBR 15.575 (ABNT, 2013).

Como o conceito de qualidade habitacional envolve diferentes variáveis multidisciplinares, a abordagem holística do tema conduz a diferentes interpretações sobre quais seriam os parâmetros mais relevantes para determinar o bom desempenho de uma habitação, acarretando na adoção de critérios quantitativos, qualitativos, comparativos e ponderações distintas em cada método. Apesar de apresentarem diferentes grupos de qualidade, procedimentos de análise e avaliação, os estudos de Macedo (2018) revelam que os métodos citados adotam três escalas principais de qualidade, quais sejam, inserção urbanística, edifício e unidade habitacional (Quadro 01).

No que se refere à escala da unidade habitacional, a autora aponta que a análise comparada entre os diferentes métodos considera como relevantes para o bom desempenho das habitações as características relacionadas as dimensões e cômodos, a distribuição de mobiliários e circulações internas e os espaços de atividades. Além disso, afirma que a maioria dos métodos revela a necessidade de se garantir a

[4] A exceção a essa assertiva, refere-se ao método de Klein, que surgiu ainda em 1928.

[5] Apesar dos estudos de Silva datarem de 1982 (note-se uma discrepância de mais de 20 anos em relação ao panorama europeu), foi apenas a partir dos anos 2000 que os estudos sobre esse tema ganham maior relevância no país, apesar das discussões se encontrarem ainda bastante restritas ao meio acadêmico.

adaptabilidade dos usuários, a partir da flexibilidade dos ambientes e do layout, e a acessibilidade às unidades, a partir de dimensões de circulações que garantam o livre acesso de pessoas com deficiência, sejam elas definitivas, no caso de cadeirantes, ou temporárias, no caso de carrinhos de bebês, muletas ou idosos (MACEDO, 2018).

Grupos[6]	Parâmetros de qualidade	Métodos internacionais					Métodos nacionais			
		KLEIN 1928	SEL 1960	HQI 1966	QUALITEL 1974	PEDRO 2000	LEITE 2003	HABITARE 2007	QUALI HABITA 2012	NBR 15575 2013
Inserção urbanística	Serviços próximos		●	●	●	●		●		
	Espaços livres		●	●	●	●		●		
	Mobilidade e tráfego		●	●	●	●		●		
Edifício	Acesso ao edifício		●	●	●	●		●		
	Conforto ambiental		●	●	●	●		●		●
	Implantação		●	●	●	●		●	●	
Unidade habitacional	Acessibilidade		●	●	●	●		●	●	●
	Adaptabilidade		●	●		●	●		●	●
	Dimensões e cômodos	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	Mobiliário	●	●	●	●	●	●		●	●
	Circulação interna	●	●	●	●	●	●	●	●	●
	Espaço de atividades	●	●	●		●			●	

Quadro 01: Quadro comparativo entre os métodos de análise e avaliação da qualidade habitacional
Fonte: MACEDO (2018), p. 94

Tratando-se especificamente dos aspectos relacionados à funcionalidade e o respectivo bom dimensionamento dos ambientes, cada método adota diretrizes compatíveis com os contextos sócio culturais nos quais se inserem, conforme pode ser visto a seguir.

Método KLEIN

O método de valoração das plantas de Klein (KLEIN, 1980) foi concebido ao longo da década de 1920, durante a atuação do arquiteto no governo alemão. Seus parâmetros e procedimentos de avaliação organizam-se em três etapas distintas: exame preliminar, mediante preenchimento de formulário, redução dos projetos à uma mesma escala e método gráfico. Com foco principal na funcionalidade, o método revela a importância de se considerar a distribuição das funções ao longo das plantas, as circulações, a disposição do mobiliário e dos espaços de atividades.

[6] A depender do método, os parâmetros podem estar associados a outro grupo. Contudo, a fim de garantir uma comparação, os grupos foram padronizados da forma apresentada.

Método SEL

O Système d'Évaluation de Logements (SEL) consiste de um método desenvolvido pelo governo suíço, na década de 1960, e tem como objetivo principal incentivar a construção de habitações que atendam a um desempenho mínimo, considerando para tanto parâmetros técnicos, urbanísticos e sociais. Seus parâmetros de análise estão divididos em três grupos: situação, entorno imediato e unidade habitacional (OFL, 2015). Tratando-se do dimensionamento e da funcionalidade, o método define a área útil mínima da habitação a partir da quantidade de cômodos, sendo que o primeiro cômodo deve ter pelo menos 14m² e os demais pelo menos 10m², estabelecendo ainda a quantidade mínima de peças sanitárias e de armários, as necessidades de áreas externas comuns e de armazenamento. Além disso, o método não considera as rotulações dos ambientes para sua avaliação, demonstrando um favorecimento às necessidades de adaptabilidade da habitação a diferentes usuários.

Método HQI

O Housing Quality Indicators (HQI) foi criado em 1966, pela agência governamental inglesa, Housing Corporation, no Reino Unido, com o intuito de regular a qualidade das habitações financiadas pelo Estado, sendo utilizado até os dias atuais. Em sua última versão, publicada em 2008, apresenta seus parâmetros de análise dividido em quatro grupos principais: localização, situação, unidade habitacional e contexto local (HOUSING CORPORATION, 2008). Sobre a funcionalidade e o dimensionamento, o método considera dois parâmetros principais: o tamanho da unidade e a distribuição interna desta. Em relação ao tamanho, define a quantidade mínima de cômodos e a área total em função da densidade da unidade, estabelecendo ainda cômodos além dos mínimos tais como área de estudo/trabalho separada, varandas ou balcões com mais de 3m². A respeito da distribuição interna, estabelece a quantidade mínima de mobiliário também em função da densidade da unidade, definindo também os espaços de atividades associados a eles, as dimensões mínimas de circulações e armazenamento. Além disso, estipula alguns parâmetros adicionais a serem atendidos como a possibilidade de separação da sala em dois ambientes distintos, de local para refeições rápidas, de inclusão temporária de um berço nos quartos para duas pessoas, da disposição das camas em mais de uma posição nos quartos, da possibilidade de uso de camas distintas em quartos para duas pessoas, bem como da capacidade de convertê-los em cômodos distintos.

Método QUALITEL

L'association Qualitel foi criada em 1974, na França, com o objetivo promover a avaliação da qualidade técnica e ambiental da das habitações financiadas pelo governo. Seu método de análise corresponde à avaliação de projetos sob a ótica de parâmetros técnico-construtivos e econômicos, divididos em três grupos principais: qualidade de vida; respeito ao meio ambiente; e desempenho econômico (CERQUAL, 2015). A respeito do dimensionamento e da funcionalidade a certificação define a altura mínima de revestimentos de parede ao redor dos equipamentos sanitários, espaços de atividades nas cozinhas, a fácil conexão entre máquina de lavar roupa e louça, as dimensões mínimas para armazenamento e para paredes lineares livres para colocação de mobiliários e equipamentos. Além disso, o método define algumas exigências adicionais que devem ser atendidas para garantia de maiores níveis de desempenho como, a presença de áreas externas privadas, a possibilidade de adicionar ou remover partições e adaptações para melhorar a acessibilidade no edifício e nas áreas públicas.

Método PEDRO

Este método é fruto da tese desenvolvida por João Branco Pedro em 2000, sendo a sequência de outros estudos[7] realizados pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), em Portugal, sobre a qualidade habitacional e foi desenvolvido com intuito de contribuir para garantir e incrementar a qualidade arquitetônica e urbanística da habitação. Sobre os procedimentos de análise da qualidade arquitetônica habitacional estrutura-se em quatro grupos de análise: vizinhança próxima, edifício, habitação, espaços e compartimentos (PEDRO, 2000). No que se relaciona ao dimensionamento e a funcionalidade, o método estabelece que as unidades devem ser dimensionadas a partir da densidade destas, a qual é utilizada como parâmetro para definir a área útil, dimensão e pé direito mínimos por ambiente, a quantidade mínima de equipamentos fixos e a extensão das paredes mobiliáveis. Ademais define o mobiliário mínimo e suas dimensões, a partir das funções domésticas e dos espaços de atividades e circulações associados a eles, estabelecendo ainda a preferência pela divisão da sala em pelo menos dois ambientes distintos, a necessidade de espaços de refeições correntes e formais, espaços exteriores privados, de armazenagem e estacionamento. Por fim, considera relevante também o posicionamento das portas e janelas, as distâncias entre equipamentos sanitários e cômodos da unidade, a possibilidade de uso de camas afastadas de obstáculos laterais, as dimensões e disposições dos planos de trabalho de preparação de alimentos e tratamento de roupa.

Método LEITE

Este método foi desenvolvido por Luiz Carlos Rifrano Leite, na sua dissertação de mestrado, em 2003 e focaliza a análise da funcionalidade das habitações de interesse social, baseando-se especialmente nos estudos de Silva (1982) sobre a geometria funcional das habitações. Dessa maneira, os parâmetros abordados são divididos por cômodos e correspondem a: formato e dimensão dos compartimentos, binômio porta/janela, mobiliário mínimo, mobiliário adicional, espaços de atividades e otimização das circulações (LEITE, 2003). Nessa perspectiva, são avaliados diferentes parâmetros qualitativos para cada cômodo da unidade, como por exemplo, a área livre central, nas salas, a relação entre o fogão e a janela, na cozinha, a existência de depósito para material de limpeza e roupas, na área de serviço.

Método HABITARE

O Programa de Tecnologia de Habitação foi criado em 1995 e tinha por objetivo formular uma matriz de avaliação da qualidade que garantisse a equidade dos empreendimentos habitacionais, considerando questões inerentes tanto aos processos construtivos, quanto a satisfação dos usuários. Sua avaliação encontra-se estruturada em cinco grupos distintos: habitabilidade urbana, habitabilidade da unidade habitacional, construtibilidade, espacialidade, avaliação da moradia pelo usuário (HABITARE, 2007). No que tange ao dimensionamento e a funcionalidade, o método considera as áreas úteis mínimas por ambiente, a relação entre o perímetro e a área da unidade e entre as áreas de circulação interna e a área da unidade, as alturas dos interruptores, bancadas, lavatórios, tanque, bem como pés direitos por cômodos.

[7] Existem outros métodos de avaliação da qualidade desenvolvidos em Portugal, pelo LNEC e pela Faculdade de Engenharia da Universidade de Porto (FEUP), tais como o método desenvolvido por Portas e Costa (1966) e o método MC_FEUP de Costa (1995). Como o método PEDRO utiliza é mais recente e utiliza os outros dois como referências para sua elaboração, optou-se por apresentar apenas ele neste estudo.

Método QUALIHABITA

O método QualiHabita foi desenvolvido por Louise Logsdon, em 2012, na sua dissertação de mestrado e tinha por objetivo auxiliar a análise da qualidade dos projetos já existentes e oferecidos pelo governo, baseando-se primordialmente nas definições de funcionalidade de Palermo (2009) e de flexibilidade de Douglas Brandão (2006). Nesse sentido, como abrange apenas os aspectos relacionados à unidade habitacional, sua análise funcional encontra-se dividida por cômodos, sendo seus parâmetros referentes ao mobiliário mínimo, áreas de circulação, espaços de atividades, dimensões mínimas de portas e varredura livre destas, bem como acesso e comando livres das janelas. Já a análise de flexibilidade avalia a posição e layout dos banheiros e esquadrias, a previsão de ampliação das garagens ou espaços de trabalho, os recuos, as divisórias desmontáveis e a expansão da moradia (LOGSDON, 2012).

NBR 15575 (Norma Brasileira)

Com o objetivo de melhorar a qualidade das habitações brasileiras, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), colocou em vigor a partir de 2013, a NBR 15575, sob o título geral: Edificações habitacionais – Desempenho (ABNT, 2013). A norma encontra-se dividida em seis grupos de análise: requisitos gerais, sistemas estruturais, sistemas de pisos, sistemas de vedações verticais internas e externas, sistemas de coberturas, sistemas hidrossanitários. Sobre dimensionamento e funcionalidade, a norma fixa o móvel ou equipamento mínimo por ambiente, as dimensões mínimas destes em planta (largura e profundidade) E a circulação mínima associada a eles.

A partir do exposto e de uma análise comparativa entre os métodos, Macedo (2018) identifica os seguintes aspectos como sendo aqueles relevantes relacionados à funcionalidade e ao respectivo bom dimensionamento dos ambientes:

> a) quantidade de ambientes e área da unidade a partir da densidade populacional prevista, b) quantidade de mobiliário e dimensão mínima destes segundo as funções da habitação e as ofertas de moveis e equipamentos disponíveis no mercado, c) definição dos espaços de atividades de cada mobiliário, áreas de passagem e circulações segundo níveis ergonômicos mínimos, d) distribuição de portas e janelas que permitam o manuseio destas e a existência de paredes mobiliáveis[8], e) dimensionamento de ambientes que considerem as diversidades familiares, permitindo diferentes layouts ou o uso de mobiliários acessórios ou temporários. (MACEDO, 2018, p. 93 e 94)

Nesse sentido, é válido reiterar que as variáveis apresentadas revelam que a aplicação prática dos métodos de avaliação da qualidade habitacional respalda-se na análise do programa de necessidades para garantir o bom desempenho das unidades. Quando se trata especificamente dos parâmetros para garantia da qualidade associada a funcionalidade e consequentemente ao dimensionamento dos espaços, além das necessidades ergonômicas relacionadas às atividades domésticas e dimensionamento dos projetos baseado nas medidas e limites físicos dos seres humanos, é necessário atentar-se também para densidade das

[8] Por parede mobiliável entende-se: “uma parede plana com pelo menos 2,00m de altura que pode ser mobiliada em pelo menos 0,60m de profundidade numa extensão não inferior a 0,60m As paredes condicionadas por vão com altura de peitoril não inferior a 0,90m são também contabilizadas em metade da sua extensão” (PEDRO, 2000, p. 135).

unidades, para o posicionamento de portas e janelas, bem como para a adaptabilidade das configurações do *layout*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, pôde-se entender que a qualidade de um produto ou projeto arquitetônico depende de um conjunto de características mínimas necessárias ao seu adequado funcionamento e desempenho. O dimensionamento e a funcionalidade das habitações, por sua vez, envolvem as variáveis de áreas, densidade, ergonomia e distribuição dos elementos construtivos, circulações e *layout*. O atendimento a essas variáveis deve estar previsto não apenas nos projetos, mas também nas normas de desempenho associada a eles (FABRÍCIO et al., 2010). Desse modo, pode-se definir a qualidade funcional dos espaços habitacionais como sendo, o atendimento de um projeto ou ambiente construído às atividades e usos previsíveis dos seus usuários, segundo a densidade populacional prevista para sua ocupação e as necessidades ergonômicas dos usuários, de tal forma que a configuração desses espaços favoreça a sua adaptabilidade a diferentes variações, tanto em relação àquelas que envolvem diferentes composições familiares, como ao longo do ciclo de vida dos seus usuário durante a vida útil prevista para a habitação.

Por fim, cabe observar as fragilidades das normas brasileiras em relação ao desempenho funcional e o dimensionamento dos espaços. Na NBR 15.575 (ABNT, 2013), que versa sobre o desempenho das edificações habitacionais, estão contempladas apenas as atividades essenciais por cômodo, o móvel ou equipamento mínimo por ambiente e a circulação mínima associada a eles. Sabendo que, a qualidade funcional das habitações e seu adequado dimensionamento aborda variáveis mais complexas do que as mencionadas pela norma, entende-se que a garantia do bom desempenho do produto habitacional, nesse sentido, fica comprometido pelas lacunas ainda existentes. Logo, como já apontavam demais estudos,[9] confirma-se mais uma vez as necessidades de revisão dos requisitos gerais relacionados à referida norma, de modo que, as variáveis associadas à densidade das unidades, aos espaços de atividades, ao posicionamento de portas e janelas e à adaptabilidade dos espaços sejam incluídas nos regramentos correspondentes que ainda forem propostos.

REFERÊNCIAS:

ANAPOLSKI, Anelise; MEDVEDOVSKI, Nirce. Aplicabilidade da NBR 15575 à habitação de interesse social quanto à funcionalidade das áreas habitacionais – estudo de caso: Par Porto, Pelotas, RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 13, 2010, Canela. **Anais...** Canela: ANTAC, 2010. p. 1-9.

ANITELLI, F.; TRAMONTANO, M. O processo de padronização de projetos de edifícios de apartamentos: notas sobre mercado, financiamento e arquitetura. **V!RUS**, São Carlos, n. 5, jun. 2011. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus05/?sec=6&item=1&lang=pt>. Acesso em: 26 fev. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15575**: Edificações Habitacionais — Desempenho: Parte 1 - requisitos gerais. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.

[9] Ver sobre em: ANAPOLSKI; MEDVEDOVSKI (2010), BOUERI ET AL. (2012), PEREIRA (2015), MACEDO (2018).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 9000**: Sistema de gestão da qualidade - Fundamentos e vocabulário. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: [SCHWARCZ, L. (Ed.)]. **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

BOUERI, José Jorge et al. Análise das exigências de área aplicáveis às habitações do programa "Minha Casa, Minha Vida". In: PEDRO, J. Branco; BOUERI, J. Jorge (Coord.). **Qualidade Espacial e Funcional da Habitação.** Cadernos Edifícios. Lisboa: LNEC, v. 7, p.89-106, mar. 2012

BOUERI, José Jorge. **A contribuição da ergonomia na formação do arquiteto:** O dimensionamento dos espaços da habitação. 2004. 186 f. Memorial (Livre Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BRANDÃO, Douglas Queiroz. **Habitação Social evolutiva**: aspectos construtivos, diretrizes para projetos e proposição de arranjos espaciais flexíveis. Cuiabá: CEFETMT, 2006.

BRUNA, Paulo. **Os primeiros arquitetos modernos:** Habitação social no Brasil 1930-1950. São Paulo: Edusp, 2010.

COSTA FILHO, Lourival et al. "APERTAMENTO": Uma análise das dimensões mínimas em Apartamentos. In: XXIII ENCONTRO NAC. DE ENG. DE PRODUÇÃO, Ouro Preto/MG. **Anais...** Abepro: 2003. p. 1 - 8.

COSTA FILHO, Lourival Lopes. **Discussão sobre a definição dimensional em apartamentos:** contribuição à ergonomia do ambiente construído. 2005. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Design, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

FABRÍCIO et al. Conceitos de qualidade no projeto de edifícios. In: [FABRÍCIO, Marcio Minto; ORNSTEIN, Sheila Walbe]. **Qualidade no projeto de edifícios**. São Carlos: Rima Editora, ANTAC, 2010.

FOLZ, Rosana Rita. **Projeto Tecnológico para produção de habitação mínima e seu mobiliário**. 2008. 364 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

FRANÇA, Franciney Carneiro de. **MEU QUARTO, MEU MUNDO:** Configuração espacial e modo de vida em casas de Brasília. 2001. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

GRIZ, Cristiana Maria Sobral. **Quando o luxo é necessário**: sobre projetos de apartamento no Recife. 2012. 369 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

HABITARE. **Avaliação de habitação de interesse social.** 2007. Disponível em: <http://www.iau.usp.br/pesquisa/grupos/arquitec/PROGRAMA_FINEP/inicio.htm>. Acesso em: 01 jun. 2017.

HOUSING CORPORATION. **HQI**: 721 Housing Quality Indicators (HQI) Form. 4 ed. Inglaterra, The national affordable homes agency: 2008. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/366634/721_hqi_form_4_apr_08_update_20080820153028.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2017.

IEA, International Ergonomics Association, 2017. Disponível em: http://www.iea.cc/whats/. Acesso em: 05 jun. 2017.

IIDA, Itiro. **Ergonomia:** projeto e produção. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.

JORGE, Liziane de Oliveira. **Estratégias de flexibilidade na arquitetura residencial multifamiliar**. 2012. 511 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

KLEIN, Alexander. **Vivienda Mínima:** 1906 - 1957. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1980.

L'ASSOCIATION QUALITEL. **QUALITEL CERTIFICATION**: NF habitat & NF habitat HQEtm synthèse référentiel. França: Organisme Certificateur de L'association Qualitel, CERQUAL, 2015.

LEITE, Luiz Carlos Rifrano. **Habitação de interesse social:** metodologia para análise da funcionalidade - Estudo de caso do Projeto Chico Mendes - Florianópolis/SC. 2003. 271 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

LIMA, Mariana. **Análise de inadequações projetuais do setor serviço sob a ótica da geração de valor para o usuário em habitações de interesse social**. 2011. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

LOGSDON, Louise. **O Programa Minha Casa, Minha Vida em Cuiabá-MT:** uma análise da qualidade dos projetos destinados às famílias de baixa renda. 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

LOUREIRO, Claudia; AMORIM, Luiz. **A moradia dos sonhos: como e onde morar**. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO - ENTAC 2002, 2002, Foz de Iguaçu. Anais... Foz de Iguaçu: ANTAC, 2002. p.819-827.

MACEDO, Priscila Ferreira de. "**Apertamento**": um estudo sobre dimensionamento e funcionalidade na produção imobiliária de habitações mínimas verticais em Natal (RN). 2018. 187f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

MENDONÇA, Rafaela Nunes. **Apartamento mínimo contemporâneo**: análises e reflexões para obtenção da sua qualidade. 2015. 304f. Dissertação (Mestrado). – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

NASCIMENTO, Denise Morado; TOSTES, Simone Parrela. Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 133.03, **Vitruvius**, jun. 2011 <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3936>. Acesso em: 05 out. 2017.

NOMADS.USP. 97_07: dez anos de morar urbano no Brasil. Relatório de pesquisa. São Carlos: EESC-Universidade de São Paulo, 2007.

OFFICE FÉDÉRAL DU LOGEMENT. **SEL**: Système d'Évaluation de Logements. Granges, Suíça: OFL, 2015.

PALERMO, Carolina. **Sustentabilidade social do habitar.** Florianópolis: Ed. da Autora, 2009.

PEDRO, João Branco. **Definição e avaliação da qualidade arquitectónica residencial.** 2000. 313 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto, Lisboa, 2000.

PEREIRA, Gabriela Morais. **Funcionalidade e qualidade dimensional na habitação:** Contribuição à NBR 15.575/2013. 2015. 232 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

QUEIROZ, Fabio Abreu de. **Apartamento Modelo**: arquitetura, modos de morar e produção imobiliária na cidade de São Paulo. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

REQUENA, C. **Habitar híbrido**: Interatividade e experiência na era da cibercultura. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

SILVA, Elvan. **Geometria funcional dos espaços da habitação:** contribuição ao estudo da problemática da habitação de interesse social. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1982.

TRAMONTANO, Marcelo. Alice no país da especulação imobiliária: habitação e modos de vida na cidade de São Paulo. **Cidades, Comunidades e Territórios,** Lisboa, v. 6, p.93-112, jun. 2003. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9153/6600>. Acesso em: 05 nov. 2016.

_____. **Novos Modos de Vida, Novos Espaços de Morar, Paris, São Paulo, Tokyo**: uma reflexão sobre a habilitação contemporânea. 1998. 399 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

VILLA, Simone Barbosa. **Morar em apartamentos:** a produção dos espaços privados e semi-privados nos edifícios ofertados pelo mercado imobiliário no século XXI em São Paulo e seus impactos na cidade de Ribeirão Preto. Critérios para pós-ocupação. 2008. 360 f. Tese (Doutorado) - Curso de Fauusp, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VOORDT, Theo J. M. van Der; VAN WEGEN, Herman B. R.. **Arquitetura sob o olhar do usuário:** Programa de necessidades, projeto e avaliação de edificações. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

Venanparq
Salvador - 2018

QUILOMBO MESQUITA EM GOIÁS: UMA EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA TÉCNICA CONJUNTA DO GRUPO PERIFÉRICO FAU/UNB E NUCLEAÇÃO DA RESIDÊNCIA AU+E/UFBA:

QUILOMBO MESQUITA IN GOIÁS: A JOINT TECHNICAL ADVISORY EXPERIENCE OF THE FAU / UNB PERIPHERAL GROUP AND NUCLEARITY OF THE RESIDENCE AU + E / UFBA:

QUILOMBO MESQUITA EN GOIÁS: UNA EXPERIENCIA DE ASESORÍA TÉCNICA CONJUNTA DEL GRUPO PERIFÉRICO FAU / UNB Y NUCLEACIÓN DEL COLEGIADO AU + E / UFBA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

LOPES, Amanda Alves Sicca
Residente em Arquitetura e Urbanismo + Engenharia da UFBA
amandasicca@gmail.com

ANDRADE, Liza Maria Souza
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora do PPG-FAU/UnB
lizamsa@gmail.com

SILVA, Cyntia Temoteo da Costa
Residente em Arquitetura e Urbanismo + Engenharia da UFBA
cyntia.silva.arq@gmail.com

PAULINO, Mariane da Silva
Arquiteta Urbanista do Grupo Periférico da FAU/UnB

QUILOMBO MESQUITA EM GOIÁS: UMA EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA TÉCNICA CONJUNTA DO GRUPO PERIFÉRICO FAU/UNB E NUCLEAÇÃO DA RESIDÊNCIA AU+E/UFBA:

QUILOMBO MESQUITA IN GOIÁS: A JOINT TECHNICAL ADVISORY EXPERIENCE OF THE FAU / UNB PERIPHERAL GROUP AND NUCLEARITY OF THE RESIDENCE AU + E / UFBA:

QUILOMBO MESQUITA EN GOIÁS: UNA EXPERIENCIA DE ASESORÍA TÉCNICA CONJUNTA DEL GRUPO PERIFÉRICO FAU / UNB Y NUCLEACIÓN DEL COLEGIADO AU + E / UFBA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETOS E PRÁTICA

RESUMO:
Este artigo pretende demonstrar a experiência do processo de assessoria técnica conjunta do Grupo de Pesquisa "Periférico, trabalhos emergentes" da UnB e Nucleação da UNB-FAU da 3ª. edição da Residência AU+E/UFBA ao Quilombo Mesquita em Goiás, nas proximidades de Brasília, ameaçado pela expansão da capital do Brasil e pele acelerada valorização das terras da região. O Quilombo Mesquita obteve sua certificação como território remanescente em 2006, por meio da Certidão expedida pela Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, contudo, até a presenta data, suas terras ainda não foram tituladas pelo INCRA. No meio do processo das atividades de extensão de assessoria técnica das universidades, o Quilombo Mesquita, que completou 272 anos de existência, foi golpeada pelo Conselho Diretor do INCRA para diminuir em 80% do território, onde as 785 famílias remanescentes de quilombolas que ocupam menos de 20% do território, passando de 4,2 mil hectares para 761. Porém a resolução que permitiria a redução do território foi revogada após notificação feita pelo Ministério Público. O objetivo deste artigo é demonstrar o percurso do trabalho desenvolvido pelas residentes da RAU+E UnB-UFBA, levando em consideração a complexidade inerente aos territórios de comunidades tradicionais em conflito, passando pela compreensão da história do lugar e a invasão do mercado imobiliário no território, as metodologias participativas inicialmente pensadas no plano de trabalho, e por fim, os resultados parciais obtidos das oficinas e trabalho de campo realizado até o momento no Território Quilombo Mesquita. A partir de pesquisa realizada pelo Grupo Periférico sobre Planejamento Afrorrural e Inventário Participativo, os trabalhos da Residência foram divididos em dois projetos de pesquisa e extensão em arquitetura e urbanismo: Eixo 1 – Espaços Públicos; Eixo 2 – Espaços de Memória.
PALAVRAS-CHAVE: Quilombo Mesquita; Planejamento Aforrrural; Espaços Públicos; Espaços de Memória; Nucleação UnB-UFBA

ABSTRACT:
This article pretends to expose the experience of the process of technical advisory given by the coalition between the Researsh Guoup "Periférico, trabalhos emergentes" from UnB and the Nucleation made by UnB-FAU and the Residence Au+E/UFBA at its third edition. This work takes place at the Quilombo Mesquita, in Goiás, nearby Brasília. This territory is threatened by the expansion of the Brazilian capital and the accelerated growth of the land's value. Quilombo Mesquita has been its land certificated as a tradicional territory in 2006, by the Palmares, a Cultural Foudation of the Ministry of Culture. However, until this date,

its lands have not yet been certified by INCRA. In the middle of process of the extension activities of technical advisory given by the universities, the Quilombo Mesquita, which have completed its 272 year of existence, has been struck by an illegal decision made by INCRA's Director's board that reduced tis territory in 80%, leaving the rest to the remaining 785 quilombola families, that, now, occupay less than 20% of Mesquita's territory. The land would shrink from its 4.2 thousand hectares to 761. Nonetheless, this decision had been revoked once the board had been by notified by the Public Ministry. The objective of this article is to show the process of the work done by the residents of the RAU+E UnB-UFBA. Considering the complexity inherent in the territories of traditional in conflict, through the understanding of Mesquita's history and the invasion of the real estate market, the participatory methodologies initially planned in the work methodologies, and finally, the partial results obtained from the workshops and fieldwork carried out so far in the Quilombo Mesquita's territory. Based on research carried out by the group Periférico on Afroural Planning and Participative Inventory, the work of the Residence was divided into two research and extension projects in architecture and urbanism: Axis 1 - Public Spaces; Axis 2 - Memory Spaces.
KEYWORDS: Quilombo Mesquita; Aforrrural Planning; Public Spaces; Memory Spaces; Nucleation UnB-UFBA.

RESUMEN:
Este artículo pretende demostrar la experiencia del proceso de asesoría técnica conjunta del Grupo de Investigación "Periférico, trabalhos emergentes" de la UnB y la Nucleación de la UNB-FAU de la 3ª Edición del Colegio AU + E/UFBA al Quilombo Mesquita en Goiás, en la proximidad de Brasilia, amenazado por la expansión de la capital del Brasil y por la acelerada valorización de las tierras de la región. El Quilombo Mesquita obtuvo su certificación como territorio remanente en 2006, por medio de la Certificación expedida por la Fundación Cultural Palmares, del Ministerio de la Cultura, sin embargo, hasta la fecha, sus tierras aún no han sido certificadas por el INCRA. En medio del proceso de las actividades de extensión de asesoría técnica de las universidades, el Quilombo Mesquita, completó 272 años de existencia, fue golpeado por el Consejo Directivo del INCRA para disminuir en 80% el espacio ocupado por las 785 familias remanentes de los quilombolas que ocupan menos de 20% del territorio, pasando de 4,2 mil hectáreas a 761 hectáreas. Pero fue obligado revocar la resolución que permitiría la reducción del territorio después de haber sido notificado por el Ministerio Público. El objetivo del artículo es demostrar el recorrido del trabajo desarrollado por las colegiadas de la RAU + E UnB-UFBA, teniendo en consideración la complejidad inherente a los territorios de comunidades tradicionales en conflicto, pasando por la comprensión de la historia del lugar y la invasión del mercado inmobiliario en el territorio, las metodologías participativas inicialmente pensadas en el plan de trabajo, y por fin, los resultados parciales obtenidos de los talleres y trabajo de campo realizado hasta el momento en el Territorio Quilombo Mesquita. A partir de la investigación realizada por el Grupo Periférico sobre Planeamiento Afrorrural e Inventario Participativo, los trabajos del Colegiado fueron divididos en dos proyectos de investigación y extensión en arquitectura y urbanismo: Eje 1 - Espacios Públicos; Eje 2 - Espacios de memoria.

PALABRAS CLAVE: Quilombo Mesquita; Planeamiento Aforrural; Espacios públicos; Espacios de memoria; Nuclearización UnB-UFBA

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende demonstrar a experiência do processo de assessoria técnica conjunta do Grupo de Pesquisa "Periférico, trabalhos emergentes" da UnB e Nucleação da UNB-FAU/UFBA da 3ª. edição da Residência AU+E/UFBA ao Quilombo Mesquita em Goiás, nas proximidades da capital do Brasil, a partir de estudos já realizados sobre Planejamento Afrorrural, expondo o percurso do trabalho desenvolvido pelas residentes da no território. Este trabalho traz a potencialidade de fortalecer a criação de uma Residência Multiprofissional na Universidade de Brasília em "Ciência Tecnologia e Sociedade & Habitat e Saúde Primária" com a parceria, já estabelecida, com o Núcleo de Política, Ciência, Tecnologia e Sociedade NP+CTS/CEAM/UnB e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares ITCP da FUP/UnB, que construído relações em redes de assentados, com interação e comercialização entre economia solidária, pequenos comerciantes, produtores rurais e consumidores, com melhoria da logística de produção e da qualidade vida no trabalho.

O Grupo Periférico, registrado em 2017 no CNPq, desenvolve pesquisas sobre temas periféricos e marginalizados no âmbito do sistema acadêmico relacionados à produção do espaço no campo e na cidade (Reforma Urbana e a Reforma Agrária), integrados no formato de "pesquisa-ação" por meio de metodologias ativas e mobilização social com uma visão "transdisciplinar" e "transescalar", abrangendo movimentos populares, comunidades da periferia, entidades ambientalistas bem como comunidades camponesas e tradicionais.

Apesar dos resultados desta assessoria ainda serem parciais, uma vez que ainda não foi finalizado o trabalho de conclusão de curso da RAU+E/UFBA com a comunidade, durante o caminho percorrido delimitaram-se várias questões importantes para o desenvolvimento trabalhos de extensão e que são interessantes de serem expostas. O tempo e, muitas vezes a burocracia proposta pelos limites acadêmicos, a forma de aproximação, o envolvimento individual de cada pesquisador, a abertura da comunidade, os conflitos territoriais e sociais latentes, bem como a consequente necessidade do trabalho ser constantemente reformulado, estão sendo situações chaves que e impõe limites e desafios para o desenvolvimento do trabalho. Que, embora muito distante do Idealizado, vem movimentando um profundo processo de aprendizagem.

Acredita-se que o Território do Quilombo Mesquita possa vir a ser um dos futuros polos de extensão de ação contínua da Universidade de Brasília. Este território de ações extensionistas das duas universidades UnB e UFBA, localiza-se no município da Cidade Ocidental no Estado de Goiás (Figuras 1 e 2) a 60 km da capital do país (Figuras 3 e 4). Passados 272 anos desde sua criação, atualmente o Quilombo se vê ameaçado pela expansão da capital e pela acelerada valorização das terras na região.

O Quilombo Mesquita obteve sua certificação como território remanescente em 2006, por meio da Certidão expedida pela Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, contudo, até a presenta data, suas terras ainda não foram certificadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA. No entanto, o território foi registrado no Diário Oficial da União – DOU, em 29 de agosto de 2011 com a área delimitada correspondente a 4.292,8259 ha, a partir de estudos técnicos realizados[1], o "Relatório Técnico de Identificação e Delimitação" – RTID. Mesmo assim, ainda não há oficialmente um registro da demarcação e titulação como povos originários e comunidades tradicionais que obrigue o governo a devolver as terras

[1] (processo administrativo Nº 54700.001261/2006-82, página 106)

ocupadas à comunidade. Este sítio com valor patrimonial tem parte da sua extensão ocupada por condomínios, propriedades rurais agrícolas e outros residentes que não são parte desta reminiscência quilombola.

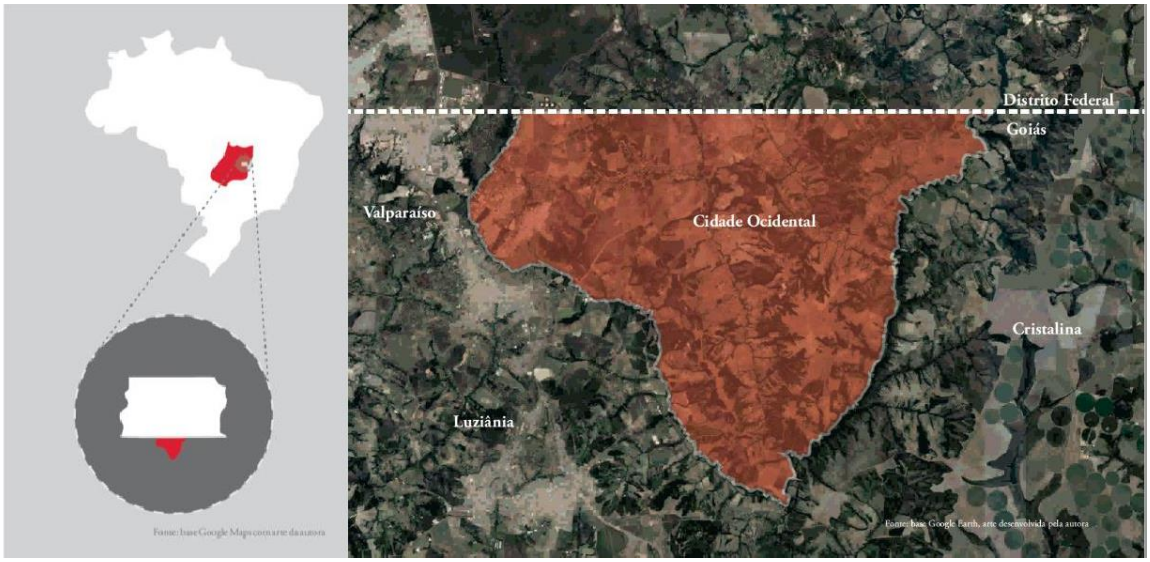


Figura 1 e 2: Localização do Quilombo Mesquita no contexto nacional, do Distrito Federal e da Cidade Ocidental no Estado de Goiás.
Fonte: PAULINO, 2017.

Figura 3 e 4: Localização no contexto Distrito Federal e Plano Piloto de Brasília.
Fonte: PAULINO, 2017.

Segundo o RTID do INCRA, o território é ocupado por 1299 indivíduos, formando 785 famílias. A chegada das forças modernizantes, com a expansão capital, contribuiu para a migração de inúmeras famílias, uma vez que, dificultou-se seu acesso à terra. De acordo com Neres (2015), os Quilombolas tiveram uma participação direta na construção de Brasília, mas, raramente aparecem na história como personagens principais. Os membros do Quilombo ajudaram a erguer as cantinas, hospedagens e refeitórios, levando mantimentos,

frutas, verduras, carnes, leite e doces produzidos na comunidade até os canteiros de obra, quando ainda não existia produção de alimentos na capital.

O território que antigamente se estendia muito além do que hoje é reconhecido, é delimitado pelo Ribeirão Água quente e Córrego Mesquitão, pela rodovia 521, o Jardim ABC e o Loteamento Dom Bosco. Atualmente, a Cidade Ocidental recebe maciços investimentos imobiliários e tais investimentos ocorrem devido a instalação dos condomínios Alphaville Brasília Residencial e do Damha Residencial Brasília no bairro Jardim ABC, além de outros loteamentos dentro do território como o Jardim Edite e o Nova Cannãa e que fazem fronteira com a área como o Residencial Dom Bosco.

No meio do processo das atividades de extensão de assessoria técnica, o Quilombo Mesquita, foi golpeado pelo Conselho Diretor do INCRA com a Resolução nº 12, de 17 de maio de 2018, publicada no DOU nº 99, de 24 de maio de 2018, "a pedido" de membros da própria Associação. O INCRA tentou diminuir em 80% o espaço ocupado pelas 785 famílias remanescentes de quilombolas que ocupam menos de 20% do território, reduzindo de 4,2 mil hectares para 761 hectares. A área beneficiada é da Divitex Pericumã Empreendimentos Imobiliários, cujo um dos sócios é o senador José Sarney e o senador Eliseu Rezende, do Partido Democratas de Minas Gerais, e do empresário Giovani Morais.

Quatro ações judiciais tratam da regularização fundiária do Quilombo. O Ministério Público Federal em Goiás entrou com ação (recomendação nº 1/2018/MPF/PRM Luziânia–Formosa) contra a alteração do território, uma vez que o INCRA ignorou o a vontade da maioria da comunidade. Segundo advogados da CONAQ, na Plenária Nacional da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, ocorrida no Quilombo Mesquita em junho de 2018, a Resolução nº 12 é irregular por não ter respaldo técnico, considerando que o último relatório técnico desenvolvido pelo INCRA consta a área de 4.292,8259 ha. Com a notificação do Ministério Público, em 20 de junho de 2018, o INCRA decidiu revogar a resolução que permitiria a redução do território, publicado no dia 21 de junho no Diário Oficial.

Assim, o grande desafio da comunidade é garantir a demarcação e titulação, manter o seu território original e sua identidade bem como recuperar as áreas ocupadas. Porém, é necessário ir além da defesa do território, valorizando a "produção do comum", o desenvolvimento local com economia solidária e tecnologia social para que o modelo econômico neoliberal não avance. Entendendo o comum como um princípio político e "práxis instituinte[2]", a produção do comum nos espaços afrodescendentes quilombolas reflete a coletividade territorial e identidade com bens e recursos compartilhados entre os indivíduos, onde o espaço é gerido e administrado numa coletividade e estas relações com o território consolidam as relações sociais, laborais, econômicas e culturais

Neste contexto, os trabalhos de assessoria técnica desenvolvidos pelo Grupo Periférico e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares ITCP da FUP/UnB com a implantação da Residência Multiprofissional podem contribuir na construção de relações em redes de assentados e angariar recursos por meio de editais

2 "A produção do comum como resistência biopotente Afrorrural no Quilombo Mesquita em Goiás no entorno do Distrito Federal", artigo do Grupo Periférico apresentado no Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico em 2017 em Belo Horizonte.

para promover o desenvolvimento local com a valorização da arte, comunicação visual, artesanato, arquitetura, turismo sustentável, gastronomia.

A pesquisa-ação inicial do Grupo de Pesquisa "Periférico, trabalhos emergentes" da FAU/UnB procurou estudar as questões pungentes relativas à regulamentação fundiária, infraestrutura, patrimônio e identidade cultural, com o auxílio e participação da comunidade, alinhando-se a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a partir de pesquisas realizadas junto ao INCRA e nos documentos existentes bem como do desenvolvimento de um inventário participativo de patrimônios culturais baseado na metodologia do IPHAN.

Num primeiro momento, na escala macro foi elaborado um plano afrorrural para o Quilombo Mesquita, que consiste em um planejamento territorial por meio de mapas desenvolvidos com a ferramenta ArqGIS com base nos Dados do Sistema de Informação do Estado de Goiás, do IBGE e do RTID do INCRA. Na escala micro, foi desenvolvido um planejamento espacial do núcleo central, um mapa de ocupação com áreas de utilização e áreas de construção, a partir da centralidade existente. Num segundo momento, na escala macro foi elaborado um Plano Afrorrural para o Quilombo Mesquita, que consiste em um planejamento territorial por meio de mapas desenvolvidos com a ferramenta ArqGIS com base nos Dados do Sistema de Informação do Estado de Goiás, do IBGE e do RTID do INCRA. Considerou-se a situação pós-titulação, incluindo a área ocupada por não-quilombolas, identificando a necessidade de desocupação para uso da comunidade, incorporando as famílias que hoje se encontram fora do território. Na escala micro, foi desenvolvido um planejamento espacial do núcleo central, um mapa de ocupação com áreas de utilização e áreas de construção, num raio de 250 metros a partir da esquina de onde fica o campo de futebol.

As demandas por projetos de arquitetura e urbanismo apresentadas pela comunidade abrangem o espaço de memória que existia no anexo da antiga Capela de Nossa Senhora da Abadia, a restauração do Casarão de Aleixo Pereira Braga do século XIX bem como centro de vivência com espaços multiuso, praça e equipamentos comunitários com identidade africana. O desenvolvimento dos novos projetos estão sendo conduzidos pelas arquitetas residentes da RAU+E/FAU/UFBA com envolvimento da comunidade para atender as demandas, a fim de fortalecer laços e criar ambientes de pertencimento e empoderamento bem como assegurar e salvaguardar integridade física e histórica da comunidade.

A vida das comunidades quilombolas é marcada por uma intensa luta de resistência histórica. Frequentes adaptações e negociações políticas que marcam essas trajetórias apenas reafirmam a identidade quilombola, a qual é profundamente ligada a resistência à escravidão. O caso do Mesquita não é diferente.

O objetivo principal do artigo é demonstrar a continuidade do processo de assessoria técnica conjunta do Grupo Periférico e da Nucleação RAU+E UnB-UFBA, levando em consideração a complexidade inerente aos territórios de comunidades tradicionais em conflito, passando pela compreensão da história do lugar e a invasão do mercado imobiliário no território, as metodologias participativas inicialmente pensadas no plano de trabalho, e por fim, os resultados parciais obtidos das oficinas e trabalho de campo realizado até o momento no Território Quilombo Mesquita.

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS: DO GRUPO PERIFÉRICO AO PLANO DE TRABALHO DA RESIDÊNCIA

O processo participativo é ferramenta fundamental para o alcance a uma democracia mais efetiva, responsiva as necessidades locais dos cidadãos. Um processo participativo de qualidade possui como objetivo principal a tomada de consciência dos participantes em relação ao seu papel ativo nas arenas de disputa, construindo uma estima de si capaz de quebrar com os ciclos de repressão que impedem a livre expressão de uma liberdade. É de suma importância a criação de uma comunicação transparente e que todos os procedimentos sejam discutidos coletivamente bem como a criação de mecanismos de monitoramento e compromissos sociais perante a construção de projetos coletivos.

Segundo Geertz (2001, p.26), para compreender melhor os processos observados, é necessário adquirir uma familiaridade operacional com os conjuntos de significado em meio aos quais eles levam suas vidas. Isso não requer sentir como os outros ou pensar como eles, o que é simplesmente impossível. Nem virar nativo, o que é um a ideia impraticável e inevitavelmente falsa. Requer aprender como viver com eles, sendo de outro lugar e tendo um mundo próprio diferente.

O processo metodológico utilizado pelo Grupo Periférico para aplicação do “inventário participativo” do IPHAN no Quilombo Mesquita consistiu inicialmente em identificar dentro da comunidade alguns perfis que captassem diversos grupos que formam a comunidade para que abrangência e multiplicidade identificassem de modo igualitário as referências culturais que são parte da comunidade. Fizeram parte do inventário, famílias tronco iniciais do quilombo e membros que vieram de outras localidades, indivíduos ativos socialmente nos grupos e atividades e membros que não fazem parte das atividades da associação, uma abrangência de idades que permite tratar com diferentes gerações, entre outros.

Investigar, pesquisar e coletar informações sobre as referências culturais que fazem parte da comunidade são parte importante deste processo, através de conversas e entrevistas com os membros da comunidade o objetivo final não consiste em um instrumento de identificação de reconhecimento oficial, contudo consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo histórico-cultural. Durante o processo foi perceptível a tomada de consciência por parte de alguns membros em que consiste o patrimônio e as referências culturais da comunidade e como – e se – havia alguma ação de preservação e manutenção destes.

As categorias abrangidas pela pesquisa foram: (1) lugares, (2) celebrações, (3) formas de expressões e (4) saberes, onde em cada categoria se busca descobrir a referência da comunidade em cada aspecto, identificando e relatando a maneira como os indivíduos o percebem. Os trabalhos da Residência AU+E deram continuidade a categoria “lugares” foram divididos em dois projetos de pesquisa e extensão em arquitetura e urbanismo: Eixo 1 – Espaços Públicos; Eixo 2 – Espaços de Memória

Eixo 1 – Espaços Públicos.

As lideranças demonstraram o interesse no desenvolvimento de um projeto que tenha como objetivo celebrar a memória do Mesquita e fortalecer sua economia. Em conjunto com a comunidade foram levantadas quais as potencialidades dos espaços disponíveis para a construção da praça. Durante o processo foram apontadas duas possíveis áreas, porém foi decidido que a área a ser projetada deveria favorecer ao máximo a comunidade quilombola, portanto foi escolhido um terreno mais central, em frente à Igreja Nossa Senhora Da Abadia. Tendo a consciência de que processos transformadores das realidades locais devem ser

guiados pelos desejos da comunidade, foi proposto inicialmente o desenvolvimento de um processo capaz de criar ferramentas para a compreensão crítica do espaço, que fortalecesse a discussão sobre a importância das relações sociais na construção dos espaços públicos por meio de atividades coletivas e oficinas.

Foi proposto, também discutir sobre a relação entre espaço e memória, criando-se assim ferramentas para a construção de uma praça que atenda verdadeiramente as necessidades da comunidade. Porém, apesar do planejamento ter levado em conta todos esses aspectos, a aplicação desses dispositivos está em ritmo lento, já que a comunidade se encontra em um processo complexo em que o conflito instaurado não permite que as lideranças estejam disponíveis para seu desenvolvimento. Além disso, pediu-se que o trabalho não fosse aberto para a comunidade. Até o final do trabalho, pretende-se chegar ao nível de estudo preliminar de um projeto de urbanismo para a área central do Quilombo. Atualmente estão sendo desenvolvidas mapas e análises baseadas na metodologia das dimensões da sustentabilidade.

Eixo 2 – Espaços de Memória

Partindo das demandas levantadas, com os produtos do “eixo 2 – Espaços de memória” pretende-se fortalecer a identidade do Quilombo Mesquita, contribuindo para a defesa de seu território. Portanto, esse eixo tem como objetivo desenvolver um material patrimonial arquitetônico a partir do levantamento dos Casarões e o Museu comunitário na antiga Capela, hoje conhecida como “Espaço Memória”.

Para o levantamento e o mapeamento dos casarões, estão sendo levantados os seguintes estudos: estudo histórico; levantamento histórico oral, documentação fotográfica e registros fotográficos atuais e desenhos. Todas edificações possuem marcos históricos, sejam elas bens tombados ou não, além da representação e relevância ao local a que pertence, valorizando e enriquecendo olhares e memória. No “Espaço Memória” existente hoje na antiga Capela, pretende-se fortalecer o conceito de museu comunitário, onde os acervos ajudam a revelar os modos de vida da comunidade, fortalecendo e resgatando a memória local. A finalidade do museu comunitário é contribuir com desenvolvimento social e cultural, a partir da valorização do patrimônio cultural da comunidade, enriquecendo seus valores históricos local.

Pretende-se dar continuidade, aprofundando pelo processo participativo, a categoria lugares, na qual foram levantadas como referências culturais a Capela de Nossa Senhora da Abadia, Casarão de Sinfrônio Braga e o agrupamento de casas, formado pela ocupação segundo as regras de parentesco e os espaços comuns. Com o processo participativo está sendo realizado um levantamento da memória em relação aos espaços, compreendendo seus usos e evolução. É importante considerar a memória dos quilombolas mais antigos e os jovens, para que se possa compreender o que foi o Mesquita e o que ele pretende ser. Assim, espera-se conseguir criar propostas, condizentes as necessidades da comunidade e que respeitem seu passado, projetando para o futuro os valores desta comunidade.

ENTENDENDO A HISTÓRIA DO QUILOMBO MESQUITA

A compreensão da história do lugar e as relações existentes se deu inicialmente por meio do contato com as lideranças da comunidade do Mesquita e o professor Manoel Barbosa Neres que publicou o livro “Educação Quilombola em Mesquita: estudo da gestão da escola a partir do processo histórico, emancipatório e das relações de conflito”. Em seguida, foi realizada uma pesquisa historiográfica, observando relatos da comunidade e informações extraídas do RTID do INCRA.

A história começa com a vinda compulsória de escravos para as minas de Santa Luzia, no século XVIII, um dos últimos complexos auríferos encontrados no Goiás. A expansão rumo ao interior do Brasil em busca de ouro pelos bandeirantes levou a descoberta da região em meados dos anos 1740.A Vila de Santa Luzia foi fundada em dezembro de 1746, pelo bandeirante paulista Antonio Bueno de Azevedo, que escolheu instalar-se na região em uma fazenda de lavoura, que daria meio de subsistência para os trabalhos na mineração. A expansão do território pela caça e a exploração das minas, ainda não declaradas a Coroa Portuguesa, levou aos bandeirantes a chegar até o Arraial da Meia Ponte, onde hoje conhecemos por Pirenópolis.

A região de Santa Luzia teve seu apogeu entre os anos 1747 a 1775, sendo a região mais rica na produção de ouro no Goiás, trazendo um grande contingente de senhores e escravos para a região. Estes últimos, sofreram as mais inúmeras formas de violência. Não apenas a física, mas também moral e psicológica como uma forma paliativa de controle de rebeliões.

Para os senhores, no ciclo da mineração as terras, voltadas para a produção agropecuária, possuíam menor valor. Para os escravos estas terras representavam trabalho mais ameno que no garimpo e para os negros livre e fugida, uma possibilidade de reconstrução de suas vidas. A terra, mais que um valor econômico, tinha em si um valor maior, o da liberdade.

A exploração do ouro adentrada cada vez mais no território da colônia, distanciando-se das rotas comerciais. A grande dificuldade de acesso a produtos vindos dessas rotas fizeram do cultivo e da manufatura atividades imprescindíveis para a sobrevivência no interior do território. A atividade aurífera, mais que a produção açucareira, devido a dificuldades de importação de produtos, se fez muito mais propícia ao surgimento de um mercado interno. O necessário era produzido, o que não proporcionava o surgimento de um mercado de bens excedentes.

O ano de 1775 marcou o declínio da produção do ouro na região de Santa Luzia. O Goiás entra em um período de pobreza o que força a população das cidades a buscar no meio rural sua subsistência. Uma série de elementos, como a pequena renda produzida e a falta de investimento da Coroa em estradas leva a região passar por um período de dormência econômica durante um século. As atividades econômicas de subsistência levaram a formação de um mercado interno baseado na pecuária. A localização no interior do território da colônia impôs limitações comerciais. Os produtos produzidos também eram os mesmos encontrados nas regiões próximas a costa. Tal recolhimento levou ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária, os pilares da economia futura da região.

A escassez de ouro levou a emigração de senhores e muitas das terras sendo muitas delas doadas ou abandonadas. Este é o caso das terras do sargento-mor José Correia Mesquita.

É nesse contexto, que a Fazenda Mesquita, abandonada, passa a abrigar a comunidade negra que viria a se reconhecer pelo mesmo nome, formando o povoado de Mesquita. José Correia Mesquita doou a sua terra a três escravas. As suas famílias, Lisboa da Costa, Pereira Braga e Teixeira Magalhães, construíram o tronco da comunidade, que também acolheria muitos escravos fugidos. Esse evento fundador possui suma importância para a construção da identidade do grupo. É no passado ligado a liberdade e permanência na terra, que todos possuem suas origens.

Essa formação levou a comunidade de Mesquita a criar profundos laços comunitários com a terra. O trabalho é baseado na solidariedade e na troca de produtos entre os moradores da região e as famílias contam umas com as outras para o trabalho na terra. A relação da comunidade com a terra é fundamental para a construção de mundo dos "mesquitenses". Sendo sua relação com o trabalho rural fundamental alicerce da comunidade.

A comunidade na sua maneira de se organizar dispensava a existência de cercas. A propriedade era comum a todos. E quando um novo núcleo familiar se formava, eram livres para escolher no território uma parcela para sua fixação, geralmente terras próximas as casas de suas famílias e de cursos d'água. A ocupação no território se dava estruturado nas relações familiares, perpetuando a cultura do grupo.

Um dos produtos mais importantes produzidos na comunidade é a Marmelada de Santa Luzia. O famoso doce foi produto de exportação, ainda no período colonial, e teve o Mesquita como um dos seus maiores produtores, contribuindo mais ainda para sua afirmação no território. A Marmelada de Santa Luzia é fator fundamental a construção da identidade da comunidade.

A construção de estradas para o escoamento da produção agropecuária do Goiás trouxe para a região impactos. Visando uma maior produção, que antes atendia um mercado pequeno, uma vez que sua produção era secundária a produção de outros produtos importantes para a subsistência da comunidade, passa a ser feita em mutirões. Impulsionados pela liderança comunitária de Aleixo Pereira Braga, a comunidade "mesquitense" entra em uma fase de ascensão.

A vida da comunidade se organizava pelo trabalho. Seu modelo de produção tradicional era baseado nas trocas entre membros da comunidade, criando redes de solidariedades baseadas no princípio da reciprocidade. A produção se dava por meio de mutirões e das chamadas "meias". Nesta apenas uma terra era utilizada para o cultivo e seus produtos eram divididos. Importantes sistemas de agregação da comunidade que tinha sua vida social baseada nas trocas e no trabalho coletivo. Relações de solidariedade na produção do comum que muito se distanciam da produção de mais valia do capitalismo.

Os mutirões são eventos centrais na vida comunitária. São momentos de troca de saberes entre gerações. Eles são vitais para a perpetuação da cultura da comunidade, que muito se apoiada na tradição oral. A manutenção desses meios de produção, e também de produção espacial, é imprescindível para a manutenção da vida e história desta comunidade.

O projeto desenvolvimentista que visava a interiorização do país traz para o Goiás uma lógica capitalista que muito se distanciava da lógica de produção estabelecida em comunidades como o Mesquita. Esse novo vetor de crescimento para o interior, não apenas representava uma expansão da urbanização, mas também o alinhamento com as demandas do capitalismo.

Segundo Milton Santos (1999, p.29) a lógica do capital fundada no consumo e expressa no urbanismo é matriz de embate com a cultura popular, "a economização da vida social impõe uma competitividade e um selvagerismo crescentes". As novas regras enfraquecem as solidariedades ancestrais e "a cultura popular, cultura "selvagem" e irracional, é substituída, lenta ou rapidamente, pela cultura de massas; o espaço "selvagem" cede lugar a um espaço que enquadra e limita as expressões populares".

A comunidade passa a interagir com uma lógica estruturalmente diferente e novos códigos foram inseridos no seu cotidiano, causando rupturas profundas no seu modo de vida. A incorporação desses códigos e conflitos internos levou a primeira divisão da terra entre dois troncos familiares. O aumento da produção e a possibilidade de acumulo e desenvolvimento das famílias, foi decisivo para divisão de terras, e, consequentemente, uma nova relação da comunidade com a terra. A terra não pertencia a ninguém, mas direcionava um limite para a produção de cada família.

A divisão das terras estabelece uma nova lógica de propriedade privada, que muito se distancia da produção comum do espaço. Novas regras sociais são introduzidas na comunidade, que se passa a ter seu espaço gerido por cada núcleo familiar. Ela se dá dentro dos limites de cada família.

As terras que ficavam abandonadas pela falta de herdeiros poderiam ser ocupadas por novos núcleos familiares ou membros da comunidade que estivesse disposto a trabalhar nela. É o trabalho na terra que legitima a sua posse. Houve um desmembramento do território, e muitas parcelas do mesmo foram tiradas da comunidade por terceiros que passaram a ocupar essas terras.

É nesse cenário de perda de terras que a comunidade vê desaparecer territórios sagrados, como a 'Cruz de Simeão', local de importante peso religioso, ou seu cemitério. Abalando profundamente a preservação da memória do Mesquita. Os mortos que antes eram enterrados no próprio território passam a ser enterrados na Cidade Ocidental. Esse processo é avassalador para a memória da comunidade, uma vez que rompe com a conexão com a sua ancestralidade.

As mudanças no Mesquita se potencializam com transferência da capital para Brasília, há apenas 60 km de seu território (Figura 5 e 6). A demarcação de terra do Distrito Federal, onde parte do território quilombola se encontra, não levou em conta o mesmo. Sem conseguir provar a titularidade da terra parte de seus territórios foram desapropriados e ocupados pelo Estado.

Figura 5: Território Quilombola no século XX.
Fonte: Mariane Paulino, (2017).

Além da desapropriação de terras a vinda nova capital trouxe a vinda de muitas pessoas estrangeiras àquele contexto. Mais uma vez a comunidade Mesquita sente os impactos dessa lógica globalizante do capital que é extremamente invasora. Esse sistema hegemônico busca "instalar-se em toda, parte, desalojando os

sistemas autônomos, ou buscando incluí-los em sua lógica, segundo diferentes graus de dependência" (SANTOS,1999, p. 144). "Nada é levado em conta, exceto a busca desenfreada do lucro, onde quer que se encontrem elementos capazes de permiti-lo" (SANTOS,1999) e nesse processo de totalização do sistema capitalista, a história de grupos sociais é apagada com o roubo e comercialização de suas terras.

A construção da capital foi aos poucos expulsando as famílias que ali moravam mais próximas de onde foi construído o Catetinho, primeira residência oficial de Brasília. O território do Mesquita, que antes se expandia além das áreas originais da fazenda, foi se centralizando nas áreas a eles concedidas.

Figura 6: Decrescimento da área Quilombola na época de emigração com a construção de Brasília.
Fonte: Mariane Paulino, (2017).

Mas além de mudar sua relação com o território a chegada do "progresso" também mudou a relação dos "mesquitenses" com o trabalho, uma vez que muitos passaram a trabalhar com a construção civil ou em fazendas vizinhas e a vinda de maiores fluxos de capital e pessoas possibilitou uma maior produção e uma maior comercialização dos bens excedentes da produção local. A lógica capitalista de produção do campo invade o Mesquita desestabilizando a forma de produção tradicional. Em companhia com o declínio da produção de marmelo, devido a uma série de pragas na plantação, e a falta de estimulo para a mesma, a nova técnica não permitia a competição da realidade local com a nova estrutura que se instalava.

O trabalho estruturado em mutirões e em trocas recíprocas entre familiares e sobre o qual se estruturavam as relações sociais no território não é capaz de competir com o trabalho assalariado. A ordem global se impõe sobre os processos locais. Para Milton Santos (1999, p.269):

> Assim enquanto o "mundo" intervém no espaço e o transforma unilateralmente, para responder localmente a imperativos globais, mas exclusivos – como os interesses das transnacionais – a complexidade da organização espacial é agravada, como um problema coletivo.

A organização espacial de uma sociedade expressa as regras sociais impressas nessa sociedade. Se sociedades são formadas por redes de relações entre indivíduos, os espaços expressam em sua forma estes mesmos

sistemas relacionais, ou melhor as possibilidades espaciais que fornece ao indivíduo (HILLIER E NETTO, 2002). A ocupação se dava próxima dos familiares, tende a uma ocupação mais preocupada com os recursos naturais uma vez que a manutenção da comunidade necessitou da sua produção subsistência de apoiada pelo trabalho comunitário para sua reprodução através dos tempos.

A INVASÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO NO TERRITÓRIO DO QUILOMBO MESQUITA

A questão territorial é fundamental para identidade do quilombola. Além de ser uma questão jurídica, uma vez que o direito à terra passa pelo auto-reconhecimento de uma comunidade como quilombola. Observa-se "pela primeira vez desde a proclamação da República se aplica uma política sobre populações rurais negras que tem consequências no plano fundiário"(LIFSCHITZ, 2011, p.112), mas também na sua construção identidade já que existe um esforço de agentes externos para a sua reconstrução, o que constitui uma variedade de modelos "de produção de etnicidades que incorpora também o Estado" (LIFSCHIT, 2011, p.15).

O Mesquita, em 2006, recebeu o certificado de comunidade reminiscente de quilombolas pela Fundação Cultural Palmares e, segundo o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, desenvolvido pelo INCRA, teve sua área delimitada em 4.292,84 hectares. Hoje, as 785 famílias remanescentes de quilombolas ocupam menos de 20% desta área, utilizando-se de 771 hectares. (PAULINO, 2017, p.11). No seu território se encontra em grande parte dentro da Cidade Ocidental (Figuras 1 a 4), a qual se encontra no Goiás dentro da área de abrangência da Região metropolitana do DF, possuindo como municípios limítrofes, Valparaíso de Goiás, Santa Maria e São Sebastião no DF, Cristalina e Luziânia. Segundo dados censitários de 2013 e 2010, sua área é de 388,162 km², com uma população de 65,520 habitantes, sedo 43,613 urbanos e 12,270 rurais.

A economia do município é baseada na criação de gado bovino de leite e corte, no plantio de soja e na produção do doce de Marmelo. O município possui forte potencial turístico, segundo a Agencia Goiana de Turismo (idem), o que poderia levar a um crescimento da economia da região e o que também pode ser uma potencialidade para o desenvolvimento do Quilombo. É necessária cautela, uma vez que atividades turísticas, se não forem desenvolvidas de forma crítica, podem trazer maior desestruturação para a comunidade. Essas atividades tendem a "exotizar" tais comunidades tradicionais, é importante proteger a comunidade de um turismo étnico que vende a cultura e a identidade de um povo como mais uma mercadoria.

O território do Quilombo possui seus limites ao norte no Ribeirão Água Quente e Córrego Mesquitão, ao sul na rodovia 521, ao leste no Jardim ABC e ao oeste no Loteamento Dom Bosco. Observa-se uma forte pressão imobiliária na região, uma vez que se encontra encurralada entre os vetores de crescimento urbano proveniente tanto do DF quanto da Cidade Ocidental, como pode ser observado em seu Plano Diretor. A região demarcada pelo INCRA, foi definida como uma Macrozona Urbana 3 (Figura 9), o que permite a construção de residências multifamiliares, segundo o Plano Diretor da Cidade Ocidental. Somente a área já ocupada por quilombolas de 771 hectares, uma área irrisória em relação ao verdadeiro território, não seria cabível uma ocupação de caráter mais urbano.

Tal planejamento desrespeita os direitos quilombolas e corrobora pra a expansão do capital, destruidor da lógica tradicional de organização territorial da comunidade agravando ainda mais a segurança e preservação da identidade do Mesquita, apesar do Plano possuir como uma diretriz a salvaguarda e manutenção da história e da cultura dos remanescentes. Indicar áreas de expansão urbana dentro do território quilombola

é apenas mais uma prova do descaso do Estado, alinhado com as aspirações do mercado, planeja alienando as pessoas de sua realidade.

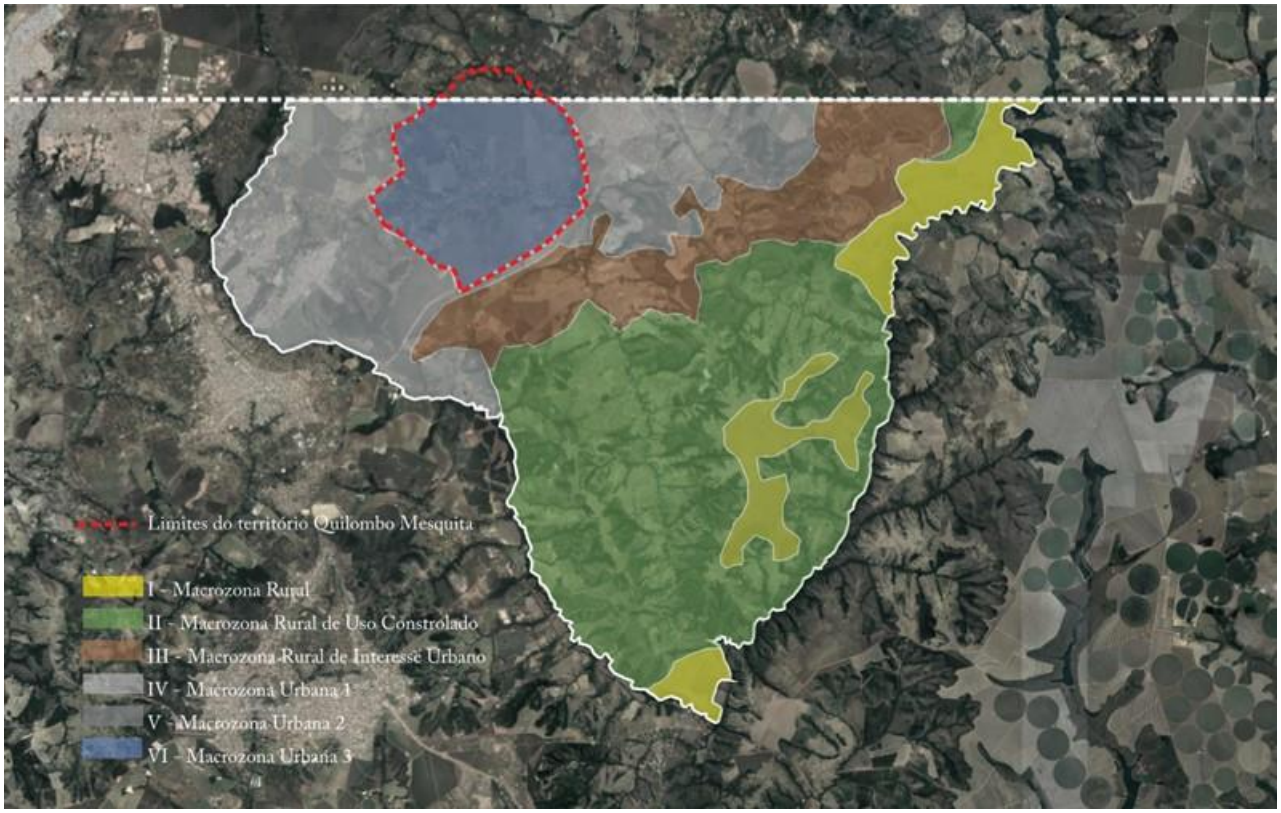


Figura 9: Plano Diretor da Cidade Ocidental - Macrozoneamento. Fonte: Mariane Paulino (2017).

Cultura e território são intrínsecos. É no espaço que se dá o processo de formação da cultura, "resultado obtido por intermédio do próprio processo de viver" e é ela que "nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento" (SANTOS, 2014a, p.81). Processos de desterritorialização significam a alienação e desculturalização de um povo. A escolha de técnicas "sem consideração pelos sistemas locais de recursos naturais e humanos e superpostas a realidades econômicas e sócias diferentes" possuem como resultado a criação de distorções e desigualdades (SANTOS, 2014b, p. 39).

A escolha de um planejamento urbano que passa por cima das realidades locais, colocando em risco a vida e a cultura de minorias que deveriam ser protegidas, para tanto que existem leis criadas pelo mesmo Estado que parece seguir um discurso incoerente, uma vez que suas decisões apoiam o fortalecimento do mercado e não da cultura popular. O Quilombo se encontra em uma zona de forte expansão imobiliária. O padrão de condomínio fechados impera como padrão de crescimento de Brasília, padrão voltado para uma certa classe que pouco dialoga com a construção de uma cidade democrática e acessível a todos, uma vez que se fecha em quistos negando seu entorno e o impacto causado pelo crescimento espraiado da cidade. Uma cidade alienada cresce, se sobrepondo a realidades culturais diferentes, criando maior segregação e desigualdade.

O Mesquita se encontra espremido por esses vetores. Ao leste o condomínio Alphaville, grife do bem morar que se instalou em maioria das regiões brasileiras, universaliza a forma de morar da classe média se impondo e destruindo contextos locais. É o capital, que a anos chegou na região desestruturando as relações locais, se tornando cada vez mais predador.

Observa-se o investimento imobiliário também materializado no Condomínio Damha Residencial Brasília e no Residencial Dom Bosco, e já dentro do território quilombola, o Jardim Edite – ocupado por classes de renda mais baixa -, e Nova Cannãa, Gota d'água e Bem-te-vi, os quais são condomínios definidos como rurais (Figuras 10,11 e 12).

Figura 10: Condomínios dentro e fora do território quilombola. Fonte: Mariane Paulino (2017).

Figuras 11 e 12: Entradas dos condomínios Bem-te-vi e Nova Cannãa respectivamente. Fonte: Mariane Paulino (2017).

Outro vetor de expansão é a proveniente dos grandes latifúndios de que exercem sua pressão predadora sobre o território quilombola (Figura 13). Tal tipo de produção agrícola, extremamente técnica devido ao profundo processo de mecanização do trabalho, impõe ao território uma ação pouco conectada com os processos locais e como resultado desestrutura os laços ancestrais do trabalho e do solo. Esse tipo de exploração causa impacto não apenas nas relações sociais, mas também desestrutura o ecossistema, desmatando áreas do cerrado para a produção monoculturas que enfraquecem o solo e aplicando veneno na terra. Tais impactos ambientais geram distúrbios na vida dos quilombolas, uma vez que atingem as fontes de água da região devido a ocupação de áreas de preservação permanente do cerrado.

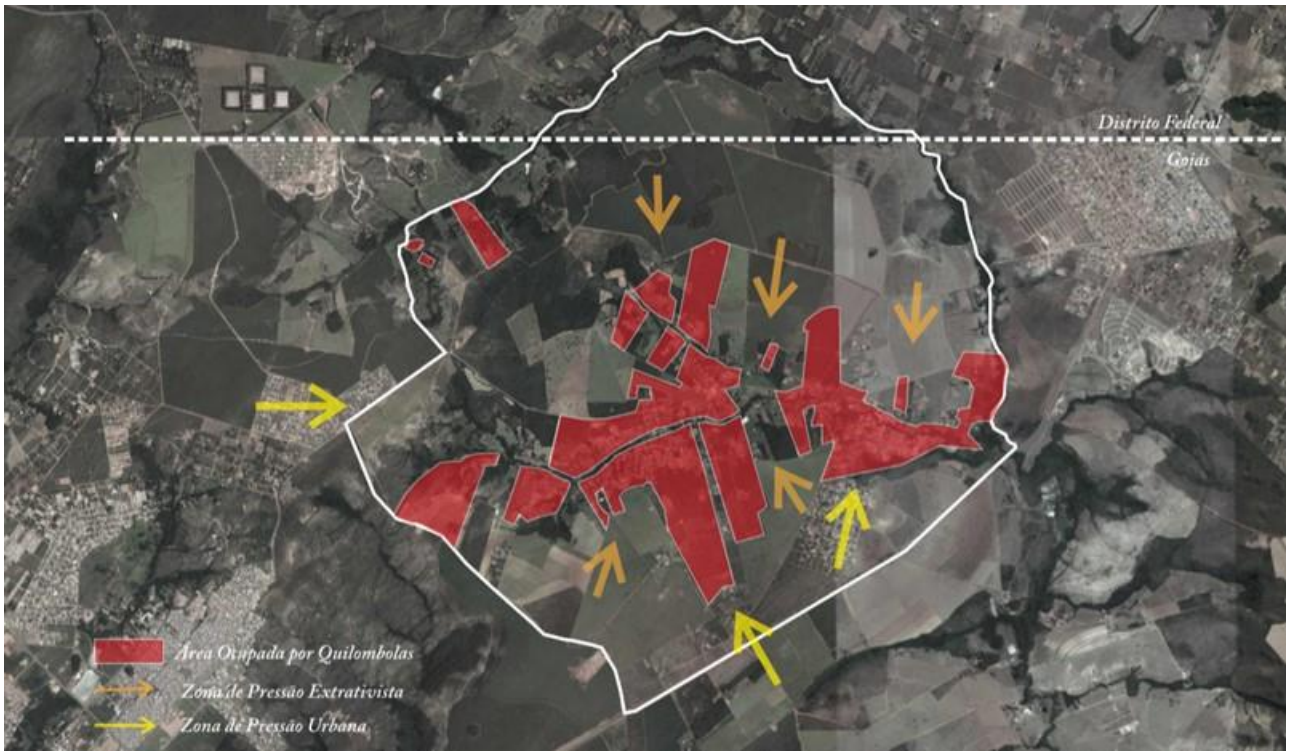


Figura 13: Vetores de pressão na área quilombola. Fonte: Mariane Paulino (2017).

Quando observada a ocupação dos quilombolas no seu território podemos notar uma profunda conexão entre as áreas escolhidas e os cursos d'água o que demonstra o seu vínculo com os recursos naturais (Figura 14). A ocupação também se dá devido aos laços de parentesco, filhos escolhiam terras próximas ao dos pais. Podemos observar que completamente diferente da ocupação proposta pelo Estado, no plano diretor e pelo mercado, nos condomínios e latifúndios, a ocupação quilombola reserva laços locais de memória e ancestralidade com a terra. Seu espaço reflete uma organização de trabalho baseada em laços de "solidariedade orgânica, quando o essencial da divisão de trabalho é praticado na área" (SANTOS,2014a, p.84).

A medida que a solidariedade orgânica é suplantada pela solidariedade funcional regulada, na qual a coesão das pessoas necessita de regulamentação de instituições (idem), o valor de troca se sobrepõe nas relações.

Na solidariedade orgânica "são os valores de uso que avultam no conjunto da atividade territorial, enquanto na solidariedade funcional regulada são "os valores de troca que comandam a vida produtiva e a vida social" (idem).

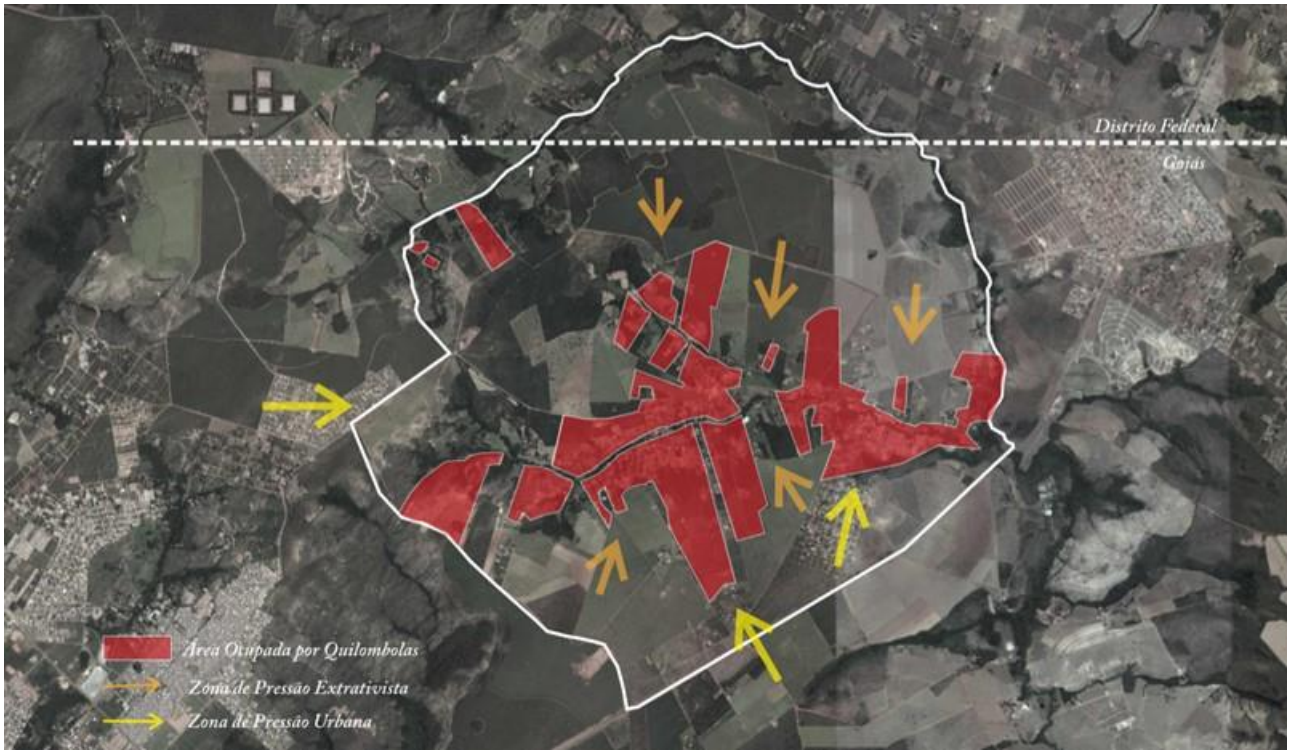


Figura 14: Mapa de Vetor de Ocupação pode-se observar a clara relação entre recursos naturais e ocupação quilombola. Fonte: Mariane Paulino (2017).

Permitir que o mercado organize esse espaço é permitir a entrada de novas lógicas sociais que resignificaram as relações dos quilombolas com o seu espaço, instaurando novos laços de solidariedade e contribuindo para o desaparecimento de sua cultura. Transformando o homem em alienado, pois quando "o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja a história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação". A relação que era completamente local no território passa a ser desfigurada devido a ação de agentes externos, impondo "novas condições de realização da vida social" as quais são baseadas na "divisão mundial capitalista do trabalho, fundada no desenvolvimento das forças produtivas em escala mundial e conduzida a através dos Estados e das corporações gigantes ou firmas transnacionais" (SANTOS,2014b, p.17).

A CONTINUIDADE DO PROCESSO PARTICIPATIVO DA RAU+E: A COMPLEXIDADE INERENTE AOS TERRITÓRIOS EM CONFLITO.

O Quilombo Mesquita é uma comunidade remanescente, que luta por seus direitos, reconhecimentos, costumes e tradições, para tal, existe a Associação Renovadora Do Quilombo Mesquita, fundada em 2003, que empreende esforços no processo na afirmação identitária da comunidade, na regularização fundiária do território quilombola, na valorização dos agricultores, na luta pela adequação da escola à sua realidade e

referências culturais por uma educação escolar quilombola, na realização de intercâmbio com outros quilombos e buscando garantir a efetivação de políticas públicas junto às instâncias governamentais municipais, estaduais e federais.

Sandra Pereira Braga é atualmente presidente da Associação Renovadora do Quilombo Mesquita. Sandra é filha do Sr. José Antonio Pereira e Da. Elpídia Pereira Braga, e seus avós Srs. Benedito Antonio Nonato e Aleixo Pereira Braga, que foram figuras importantes para a comunidade e foram eles que se mobilizaram para construção da igreja no local e batalharam por melhorias e conservação da terra do quilombo. Além de Sandra existem outras figuras fortes que lutam pelos direitos Quilombolas, como Manuel Barbosa Neres, autor do livro Quilombo Mesquita: história e resistência; Walisson Pereira Braga, jovem atuante na luta pelos direitos quilombolas; José Roberto Teixeira Braga, aposentado, ajuda com os trabalhos da associação, entre outros. A liderança comunitária tem um papel decisivo no processo de desenvolvimento local.

Com efeito, uma comunidade, coordenada e gerenciada por um líder, é capaz de desenvolver-se de modo sustentável, tendo consciência da interdependência de seus membros, sabendo que sucesso de todos depende do sucesso de cada um e que o sucesso de cada um depende do sucesso de todos. E essa consciência não acontece espontaneamente. É preciso, contudo, esclarecer que o surgimento de um processo de liderança não irá resolver todos os males da comunidade, mas é inegável que a capacidade de pessoas serem agentes de sua história, empreendedoras, criativas, inovadoras, buscando a realização de suas necessidades e a cooperação da comunidade, criando laços de confiança, organizando-se em redes e em parcerias, em torno de valores e objetivos comuns, vai depender fundamentalmente de sua liderança. (BORGES & PINHEIRO, 2012, p.2).

As lideranças com quem o trabalho estava sendo desenvolvido anteriormente pela pesquisadora do Grupo Periférico da FAU/UnB foram os mesmos contatos mantidos durante o trabalho com a Residência em Arquitetura e Urbanismo + Engenharia da FAU/UFBA. Devido ao intenso conflito existente na defesa da luta pelo território, as ações, até o presente momento, não foram estendidas para além do núcleo já estabelecido. Devido à dificuldade de entrar na comunidade, devido à falta de confiança e disponibilidade das lideranças, o tempo para o desenvolvimento do processo participativo se tornou curto. Foi se dando conta da complexidade do conflito com o decorrer do tempo, o que levou a necessidade de uma total formulação do trabalho.

Para a construção de uma mentalidade que fosse capaz de desestruturar o Quilombo, o INCRA desenvolveu duas atividades, que seriam na verdade uma séria de oficinas, para uma suposta discussão sobre o processo de titulação do território. Porém essas oficinas foram marcadas e divulgadas com pouca antecedência, sendo convidados poucos quilombolas, os quais a maioria era contrária ao processo de titulação. As oficinas foram tendenciosas e as supostas explicações do INCRA tiveram o efeito oposto, criando uma atmosfera de confusão e desinformação.

Na oficina, dia 12 de abril deste ano, foi muito discutido, pelos representantes do INCRA cuja mesa era presidida por Rogério Arantes, a importância da criação de um acordo que diminuísse o território quilombola, já que o órgão não teria capacidade orçamentária para pagar aos não-quilombolas a sua retirada do território, uma vez que o processo prevê o pagamento do valor real da terra. Outro ponto importante destacado foi que as terras seriam tituladas coletivamente, como prevê o processo de titulação quilombola,

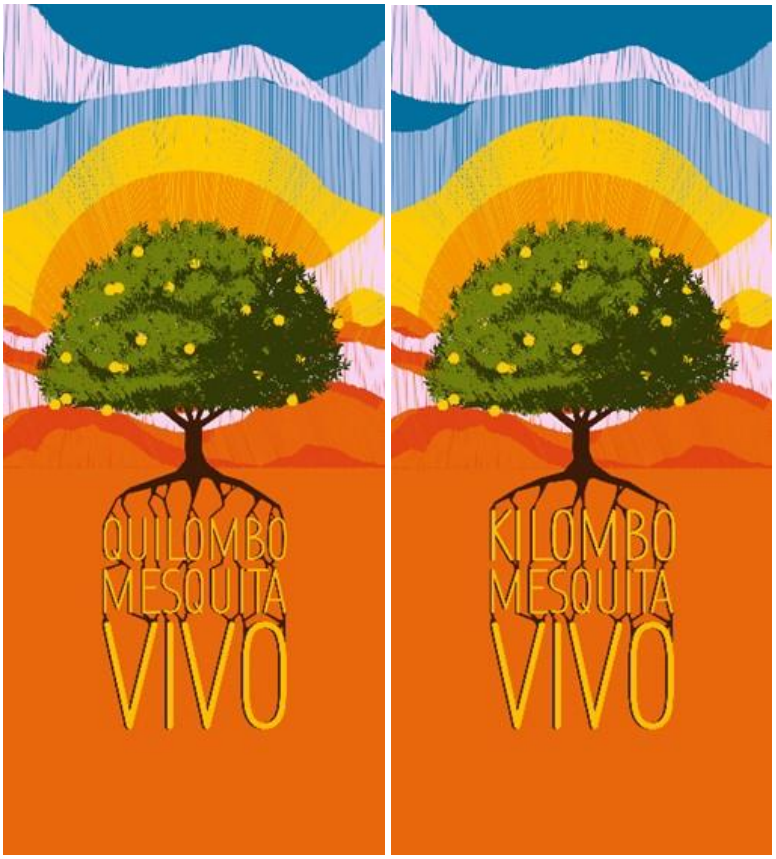
o que causou certo desconforto entre os participantes, pois aparentemente, este é um ponto pouco compreendido e que gera grande desconforto, pois entende-se que isso dificultaria a mobilidade e o enriquecimento dos quilombolas. Foi observado uma maior quantidades de falas contrárias a titulação, porém este espaço era completamente tendencioso. Inclusive as pessoas que mais se manifestaram foram as lideranças que viriam a forjar a documentação da AREQUIM tomando juridicamente aquele espaço e mais tarde formariam o acordo ilegal de diminuição do território com o INCRA.

Tendo observado uma das questões mais urgentes a serem trabalhadas seria a construção de um espaço mais aberto e menos destrutivo para debate repensou-se novamente o trabalho. Uma vez que as tentativas de aproximação e desenvolvimento de atividades mostraram que, talvez, focar em atividades mais lúdicas, que gerassem o dialogo fossem mais interessantes.

Após sucessivas investidas para o desenvolvimento de atividades no dia 29 de abril, ocorreu a tentativa da construção coletiva de um Mapa Afetivo. A atividade ocorreu no quintal da casa da família de uma das lideranças, Sandra Pereira Braga, porém devido ao recente golpe que a Associação havia sofrido, os interesses não estavam muito ligados a discussão do território. Devida a necessidade de catarse e diálogo, a atividade começou quando já anoitecia o que dificultou a visualização do mapa, que, infelizmente, foi impresso em tamanho muito pequeno. Assim, observou-se que um trabalho mais localizado, com poucas pessoas seria o mais interessante. Neste dia houve a presença do Coletivo de Negritude da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, o Calunga, um designer e fotógrafo e o coordenador do Núcleo de Políticas CTS - Ciência, Tecnologia, Sociedade da UnB.

Durante a atividade do Mapa Afetivo, percebeu-se que talvez o caminho a ser seguido devesse ser outro. Para o eixo 01- espaços públicos, imaginou-se um plano de comunicação para o Mesquita, uma vez que se notou a carência e dificuldade de obter informações e a necessidade de que se estabelecessem canais de comunicação mais favoráveis para o fortalecimento de uma mentalidade favorável ao processo de titulação do território. Este plano consiste no desenvolvimento de uma nova identidade visual para o Quilombo Mesquita (Figuras 15, 16 e 17), a ser utilizada nas redes sociais, na montagem de uma cartilha que explique de forma mais clara o processo de titulação e que poderia ser facilmente disseminada nas redes sociais, um circuito de capacitação com oficinas profissionalizantes, a parceria com grupos e instituições que possam dar suporte técnico para o processo, a criação de uma nova sinalização para o território e um evento de filmes e rodas de conversa, o “Cineminha Marmelada”, para a criação de um espaço físico de trocas de ideias e incentivo ao debate de questões vistas como importantes para o território.

Novamente o plano idealizado se fez distante do que realmente é possível de ser desenvolvido, porém até o presente momento já foi reformulada a identidade visual do Quilombo Mesquita e o Cineminha Marmelada está prestes a acontecer. Algumas parcerias foram sondadas para o desenvolvimento da cartilha informativa, contudo é um trabalho que depende de tempo e disponibilidade.



Figuras 15, 16 e 17: Identidade visual desenvolvida. O desenho passou por algumas alterações pedidas por Manoel Neres e Wallison Braga, e, no momento, espera-se a oportunidade de apresentá-lo para as demais lideranças.

É difícil ainda desenvolver um trabalho do tamanho e complexidade que a Residência se propõe com um número tão pequeno de pessoas. Iniciamos as atividades com duas residentes, porém com o passar do tempo, pela distância e a dificuldade de desenvolver o trabalho coletivo, decidiu-se então separar os trabalhos. Este passo faz parte do planejamento da Residência, que começa com o processo participativo coletivo e o desenvolvimento das demandas individualmente. No caso do Mesquita esse corte se deu prematuramente, e apesar de impor certo número de limitações, foi necessário.

A seguir, apresenta-se o resultado obtido até o momento dos dois trabalhos da Nucleação RAU+E UNB-UFBA sobre os dois eixos de projeto: (1) Eixo 1 – Espaços Públicos; (2) Espaços de Memória.

RESULTADO DAS OFICINAS E DO TRABALHO DE CAMPO REALIZADO

Eixo 01 – Espaços Públicos

Como discutido no início das atividades o trabalho da Residência pressupões o desenvolvimento de um processo participativo, o que é necessário para que de alguma forma o processo seja democrático. Sendo

assim, e percebendo a dificuldade comunicação e abertura dos trabalhos para mais pessoas, foi proposto o desenvolvimento de uma sequência de filmes alinhados com rodas de conversas, evento que recebeu o nome de Cineminha Marmelada, para a construção com um diálogo maior com a comunidade. Observando a carência de atividades culturais e de lazer disponíveis na região, a escolha do cinema para que a atividade tivesse um caráter prazeroso além do vídeo ser uma linguagem fácil e acessível a todos.

Para o evento, programado para acontecer em quatro sextas-feiras culminando na Festa do Quiabo d'Angola, festa planejada pela comunidade, teve-se o cuidado de serem escolhidos filmes que trouxessem temáticas que julgadas como interessantes para a comunidade. Todo o processo foi supervisionado e discutido por Manoel Neres e Wallison Braga, lideranças da comunidade mais acessíveis. Houveram tentativas de contato com outras lideranças para a discussão do evento, porém todas malsucedidas devido a imprevistos e dificuldades de estabelecimento da comunicação. Sendo assim o evento ficou estruturado conforme a tabela abaixo.

As sessões estavam programadas para começar às 18h no Salão da Igreja de Nossa Senhora da Abadia, porém devido a questões logísticas foi transferida para outro espaço, a Sede da Associação Renovadora do Quilombo Mesquita. Inicialmente, o espaço da Igreja havia sido escolhido por ser um lugar comum a todos, uma vez que o Quilombo vem passado por conflitos. Esta decisão foi tomada conjuntamente em reunião e seu objetivo também era proteger o espaço físico da Associação uma vez que é uma atividade aberta a toda a comunidade.

Quanto à divulgação, foi criado e um evento no Facebook pela página do Quilombo Mesquita (Figuras 18, 19) constando a programação (Figuras 20, 21), bem como fixação de cartazes (Figuras 18) nos pontos de ônibus (Figuras 22 e 23), para que membros da comunidade que não está conectada pelas redes sociais também tivesse acesso ao evento. Ainda foi necessário alterar a arte de divulgação com o novo local do evento.

Figuras 18 e 19: Cartaz e imagem para capa do evento no Facebook do Cineminha Marmelada.

Figuras 20, 21: Programação, aviso de mudança de local do Evento

Figuras 22 e 23: Programação, aviso de mudança de local do Evento e divulgação feita nas paradas de ônibus do Mesquita.

Eixo 02 – Espaços de Memória

No dia 26 de março de 2018 foi realizada a atividade do “reconhecimento do território” (Figura 24). Essa etapa é de suma importância para o desenvolvimento do trabalho na compreensão de quais as relações que se estruturam nesse espaço, as relações dos moradores com determinados locais, a história e os detalhes que escapam ao olhar técnico, mas que são fundamentais para quem vive a realidade do lugar. A atividade foi guiada por Célia Pereira Braga.

O primeiro ponto foi em lugar caracterizado como uma possível praça. De acordo com Célia, a “Praça Jacinto” recebeu o nome em homenagem a Antônio Jacinto Lisboa da Costa. O segundo ponto visitado foi o casarão de “Zé Grilo”. Próximo a ele está a casa de Dona Castorina Lisboa da Costa. Em seguida fomos para o “Casarão de Sarney”, e por último a casa de Dona Vicentina Braga, conhecida por “Dona Tina” (Figuras 25, 26, 27, 28 e 29). Foi possível adentrar apenas nos dois últimos. A partir da atividade realizada e de conversas com Célia, percebe-se a importância de mostrar à comunidade a relevância de conhecerem os locais que pertencem e sua própria história.

Diante as diversas lutas pelo seu território, reconhecimento e identidade que o Quilombo Mesquita vem enfrentando, o desenvolvimento do levantamento e o mapeamento dos casarões estão sendo realizados a

partir dos dados coletados e estudos que resultarão em elementos simbólicos e afetivos para todos da comunidade, valorizando os casarões e enriquecendo olhares e memória. Para o desenvolvimento dos materiais de fortalecimento para a comunidade estão sendo elaboradas ferramentas de trabalho como questionários e fichas para ajudar organizar as informações das histórias do local, além dos mapas impressos que facilitam a marcação do local no território.

Figura 24: Delimitação do território percorrido, 1- Praça Jacinto, 2- Casarão de Zé Grilo, 3- Casa de dona Castorina, 4- Casarão de Sarney e 5- Dona Tina. Fonte: Cyntia Silva (2018).

Figura 25 e 26: Praça Jacinto e Casarão de Zé Grilo. Fonte: Amanda Lopes (2018).

Figura 27 e 28: Casa de Dona Castorina e Casarão de Sarney. Fonte: Amanda Lopes (2018).

Figura 29: Dona Tina. Fonte: Amanda Lopes (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o decorrer do processo foi possível compreender que a realidade e o tempo são ditados pela comunidade, as regras são suas, assim como os desejos também. O agente externo é unicamente uma ferramenta para o acesso a concretização desses desejos, se forem do alcance técnico do agente, principalmente no que tange aos projetos de arquitetura e urbanismo. Compreendendo a necessidade da busca de um lugar neutro, o que requer profundo processo de desconstrução dos agentes externos. É um processo complexo, que acontece em vários níveis, mas que se construído de forma crítica tem a possibilidade de sempre se adaptar para melhor responder aos anseios comunitários. Sendo assim, torna-se imprescindível discutir todos os aspectos que envolvem esse processo com a comunidade antes que ele aconteça para que seja um processo claro e condizente os desejos coletivos.

Seria importante que houvesse uma equipe multidisciplinar realmente empenhada no progresso do trabalho, porém, infelizmente, o que é desejável e o que possível de ser feito são situações bem diferentes. Com a entrada das residentes da RAU+E UnB-UFBA percebeu-se a importância de se criar uma Residência Multiprofissional, que é a expectativa do Grupo Periférico e o Núcleo de Políticas CTS - Ciência, Tecnologia, Sociedade – do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Oraida Maria Machado de. **Comunidade Quilombola Mesquita: Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial – na busca da equidade.** Dissertação de Mestrado / Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Saúde - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2009.

ALVES, Daiane Souza. **Identidade Mesquita: Tradição e Descendência Colonial.** Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social – Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB. Brasília, 2005.

BORGES, Ricardo Cesar de Oliveira; PINHEIRO, Daniel Rodrigues de Carvalho. **Relacionamento da liderança comunitária com o processo de desenvolvimento local.** In: 3º Seminário Luso-Brasileiro, 2012, São Paulo. Disponível em: http://www.uece.br/mag/dmdocuments/ricardo.pdf. Acesso em: 24 jan. 2018.

CARVALHO, Fabiana Ferreira dos Santos. **Cultura e tradições dos remanescentes do Quilombo Mesquita e o projeto político pedagógico da Escola Municipal Aleixo Pereira Braga I.** 62 f. - Curso de Psicologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

COSTA, Claúdia Borges. **Mesquita uma Comunidade Negra**. Monografia – Curso de História. Centro Universitário de Brasília. Brasília, 1989.

INCRA. **Laudo Antropológico da Comunidade Quilombola de Mesquita.** In: Relatório Técnico deIdentificação e Delimitação – RTID. Brasília, 2011.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. **Comunidades Tradicionais e neocomunidades.** Rio de Janeiro: Contra capa, 2011.

MACHADO, Talita Cabral. **Território e Identidade na Globalização: Um Estudo de Caso na Comunidade Remanescente de Quilombo Mesquita no Município de Cidade Ocidental – GO.** Monografia de graduação apresentada no Departamento de Geografia, Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

NERES, Manoel Barbosa. **Educação Quilombola em Mesquita: estudo da gestão da escola a partir do processo histórico, emancipatório e das relações de conflito.** 2015, 150f, Programa de Mestrado em Educação da Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2015.

PAULINO, Mariane da Silva. **Planejamento afrorrual Quilombo Mesquita:Escalas para a preservação territorial e identitária.** 2017. 131 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

RIBEIRO, Antonia da Silva Samir**. Saberes tradicionais e educação ambiental: encontros e desencontros no Quilombo de Mesquita- Goiás.** 2014. 290 f. Tese (Doutorado) Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

SANTOS, Ivanise Rodrigues dos. **Tá fazendo marmelada, compadre? Um ensaio sobre a culturado marmelo em Mesquita, Goiás.** Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural –Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton**. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos dageografia.** – 6. ed. 2. reimpr. São Paulo:EdUSP, 2014b.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido.** Trad Myrna T. Rego Viana – 2. ed., 1. reimpr. São Paulo:EdUSP, 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** 7. ed. São Paulo: EdUSP, 2014a.

SOUZA, José Hélio de. **Os aracnídeos (Arachnidae: Aranae, Scorpiones) na comunidade quilombola de Mesquita, Goiás: um estudo de caso sobre etnobiologia.** Instituto de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Biologia Animal – UnB. 2007.

Venanparq
Salvador - 2018

REFLEXÕES SOBRE A “MANUFATURIZAÇÃO” DO ESTÁGIO EM ARQUITETURA E URBANISMO

REFLECTIONS ON THE "MANUFACTURIZATION" OF ARCHITECTURE AND URBAN PLANNING INTERNSHIPS

REFLEXIONES ACERCA DE LA "MANUFACTURIZACIÓN" DE LA PASANTÍA EM ARQUITECTURA Y URBANISMO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

TONSIG, Lara Melotti
Formada em Arquitetura e Urbanismo; Pesquisadora de Mestrado do PPGIAU USP
lalitamt@usp.br

LOPES, João Marcos de Almeida
Doutor em Filosofia e Metodologia das Ciências; Professor do IAU USP e do PPGIAU USP
jmalopes@sc.usp.br

REFLEXÕES SOBRE A “MANUFATURIZAÇÃO” DO ESTÁGIO EM ARQUITETURA E URBANISMO

REFLECTIONS ON THE "MANUFACTURIZATION" OF ARCHITECTURE AND URBAN PLANNING INTERNSHIPS

REFLEXIONES ACERCA DE LA "MANUFACTURIZACIÓN" DE LA PASANTÍA EM ARQUITECTURA Y URBANISMO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
A prática profissional sempre esteve presente como questão na formação do arquiteto. De um modo ou de outro, o exercício profissional como argumento de formação aparece hoje no *estágio supervisionado*, obrigatório nos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Este artigo pretende apresentar algumas reflexões sobre o tema, levando em consideração a trajetória do ensino de Arquitetura no Brasil, a configuração do campo profissional em âmbito nacional e a evolução da regulamentação do estágio até os dias de hoje. Tais elementos aparecem aqui articulados às discussões a respeito da ruptura entre *teoria* e *prática* na formação do arquiteto urbanista e à qualidade da prática profissional exercida durante os estágios profissionais. Propomos ainda algumas reflexões que apontam para uma espécie de “*manufaturização*” do trabalho realizado dentro dos escritórios, levando a um recorrente sentimento de insuficiência prática e intelectual do estudante e futuro profissional da construção civil.
PALAVRAS-CHAVE: estágio supervisionado; teoria e prática; formação profissional; “manufaturização”; arquitetura.

ABSTRACT:
Professional practice has always been present as a question in architect qualification. In one way or another the professional exercise as a training argument appears today in supervised internships, mandatory in Architecture and Urban Planning courses in Brazil. This article intends to present some reflections on the theme taking into consideration the trajectory of Architecture teaching in Brazil, the professional field configuration at national level and the evolution of internship regulation to the present day. These elements appear here articulated to discussions about the rupture between theory and practice in the architect and urban planner qualification and the quality of the professional practice during the internships. We also propound some reflections pointing a sort of "manufacturization" of the work carried out inside design offices, leading to a recurrent feeling of practical and intellectual insufficiency of the student and future construction professional.
KEYWORDS: *supervised internships; theory and practice; professional qualification; "manufacturization"; architecture.*

RESUMEN:
La práctica profesional siempre estuvo presente como cuestión en la formación del arquitecto. De un modo u otro, el ejercicio profesional como argumento de formación aparece hoy en pasantías supervisadas, obligatoria en los cursos de Arquitectura y Urbanismo en Brasil. Este artículo pretende presentar algunas reflexiones sobre el tema, teniendo en cuenta la trayectoria de la enseñanza de Arquitectura en Brasil, la configuración del campo profesional a nivel nacional y la evolución de la reglamentación de pasantías hasta los días de hoy. Tales elementos aparecen aquí articulados a las discusiones sobre la ruptura entre teoría y práctica en la formación del arquitecto urbanista y la calidad de la práctica profesional ejercida durante las pasantías profesionales. También proponemos algunas reflexiones que apuntan a una especie de "manufacturación" del trabajo realizado dentro de las oficinas, llevando a un recurrente sentimiento de insuficiencia práctica e intelectual del estudiante y futuro profesional de la construcción civil.
PALABRAS-CLAVE*: pasantías supervisadas; teoría y práctica; formación profesional; "manufacturización"; arquitectura.*

ENSINO DE ARQUITETURA NO BRASIL

O termo arquiteto é proveniente do grego Arkhi Tekton, significando Diretor de Obras. E de fato, até o Renascimento, devido à escassez e precariedade dos desenhos a participação do arquiteto na obra era obrigatória. Entretanto, com as novas formas de representação desenvolvidas - como o desenho em perspectiva de Da Vinci (1452-1519) - a presença do arquiteto no canteiro foi diminuindo.

Até a sistematização do ensino de arquitetura o aprendizado se dava no próprio canteiro ou na prática da obra. Em Portugal, essa sistematização se deu em 1598 e no Brasil apenas em 1816, com a chegada da Missão Francesa[1]. No período Colonial (1500-1822), a arquitetura ensinada era a militar, sendo instituídas aulas de fortificações no Rio de Janeiro, em Salvador, em São Luís e no Recife entre 1699 e 1701.

> Depois, durante o Império, o curso de arquitetura estava vinculado a Imperial Escola de Belas Artes, fundada em 1826 no Rio de Janeiro. Na República, ainda no século XIX, em 1894, foi aberta a Escola Politécnica de São Paulo. Em seguida foi aprovado o curso de engenheiro-arquiteto. Paralelamente, funcionavam os Liceus de Artes e Ofícios[2]. (GUTIERREZ, 2013, p.21)

Já nos anos 20 tem início a luta por autonomia. O descontentamento entre profissionais e estudantes dos cursos de arquitetura culminou, em 1933, na regulamentação da profissão através do Decreto 23.569[3], promulgado por Getúlio Vargas. A partir do decreto, somente os diplomados em escolas oficiais poderiam exercer a profissão e, até 1962[4], os poucos cursos do país seguiam o modelo curricular das principais instituições existentes - como a Faculdade Nacional de Arquitetura, do Rio de Janeiro (ARRUDA et al, 2015).

Apesar da qualidade alcançada pela arquitetura brasileira nas décadas de 30 e 40, a universidade se mostrava hostil à nova arquitetura. O movimento estudantil, sobretudo a partir de 1945, suscitou debates que levaram a importantes encontros nacionais entre 1958 e 1962. Contando com a presença de estudantes, professores e profissionais da arquitetura e urbanismo no encontro de 1962, ocorrido em São Paulo, foi formulado um primeiro Currículo Mínimo[5], aprovado pelo Conselho Federal de Educação (CFE) (GUTIERREZ, 2013).

---

[1] "Em 1816, durante a estada da família real portuguesa no Brasil, chega ao Rio de Janeiro um grupo de artistas franceses com a missão de ensinar artes plásticas na cidade que era, então, a capital do Reino unido de Portugal e Algarves. O grupo ficou conhecido como Missão artística francesa. Dela faziam parte os pintores Jean-Baptiste Debret e Nicolas Antoine Taunay, os escultores Auguste Marie Taunay, Marc e Zéphirin Ferrez e o arquiteto Grandjean de Montigny. Esse grupo organizou, em agosto de 1816, a Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, transformada, em 1826, na Imperial Academia e Escola de Belas-Artes." (ALENCAR, V. P. Missão artística francesa (1): Influências na arte brasileira no século 19. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/cultura-brasileira/missao-artistica-francesa-1-influencias-na-arte-brasileira-no-seculo-19.htm> Acesso em: 28 de dezembro de 2017)

[2] "O primeiro foi o do Rio de Janeiro, instalado em 1856; depois o de Salvador, em 1872; em seguida o do Recife, em 1880; na sequência, o de São Paulo, em 1882; o de Maceió, em 1884, e o de Ouro Preto, em 1886. Em 1914, em Porto Alegre, foi criada a Escola Profissional Dominical e Noturna (GewerbeSchule), que fazia da arquitetura e da construção o foco de suas preocupações didáticas." (GUTIERREZ, 2013)

[3] Trata também, das atribuições do Engenheiro e do Agrimensor.

[4] Formulação e aprovação do primeiro Currículo Mínimo para os cursos de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.

[5] "[...] organizado em 15 matérias: cálculo; física aplicada; resistência dos materiais e estabilidade das construções; desenho e plástica; geometria descritiva; materiais de construção; técnicas de construção; história da arquitetura e da arte (arquitetura brasileira - técnicas tradicionais); teoria da arquitetura; estudos sociais e econômicos; sistemas estruturais; legislação, prática profissional e deontologia; evolução urbana; composição arquitetônica de interiores e exteriores; e planejamento."(ARRUDA et al, 2015)

O início dos anos 60 foi marcado por reivindicações de reforma do sistema universitário brasileiro, inclusive por parte dos docentes. Estes, incentivados por uma formação no exterior, visavam a modernização científica das instituições nacionais. O movimento estudantil criticava o caráter elitista da universidade e lutava pela atualização dos currículos e ampliação da participação estudantil (MARTINS, 2009). Em 1964, porém, "esse processo de autonomia se inverteu" (GUTIERREZ, 2015, p.22). Em decorrência do AI-5[6] e do Ato Complementar 75[7] a universidade se viu reprimida e silenciada. Permanecia a insatisfação de alunos e professores e a incapacidade das universidades de suprir a demanda existente - tanto dos alunos ingressantes quanto do mercado em expansão desenvolvimentista. Em resposta à pressão popular o governo militar formulou uma política de reestruturação do ensino superior propondo sua expansão contida devido à falta de recursos financeiros (MARTINS, 2009). Esta reestruturação culminou, em 1968, através do acordo MEC/USAID, na implantação da controversa Reforma Universitária. Esta reforma tomou como base o Plano Atcon[8] que tinha como um dos objetivos privatizar as universidades públicas visando o lucro e a implantação de uma estrutura empresarial, além da independência administrativa - portanto, sem interferência estudantil (GUTIERREZ, 2013).

A Reforma trouxe resultados paradoxais. Buscou, por um lado, modernizar principalmente as universidades federais e determinadas universidades estaduais:

> Criaram-se condições propícias para que determinadas instituições passassem a articular as atividades de ensino e de pesquisa, que até então – salvo raras exceções – estavam relativamente desconectadas. Aboliram-se as cátedras vitalícias, introduziu-se o regime departamental, institucionalizou-se a carreira acadêmica, a legislação pertinente acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica. Para atender a esse dispositivo, criou-se uma política nacional de pós-graduação, expressa nos planos nacionais de pós-graduação e conduzida de forma eficiente pelas agências de fomento do governo federal. (MARTINS, 2009, p.16)

Porém, a insuficiência por parte das universidades públicas em atender à demanda de acesso ao ensino superior deu abertura à proliferação de um ensino superior privado visando o lucro econômico (Gráfico 1). Em 1969, foi implantado o 2° Currículo Mínimo[9], que "apesar de muito criticado pela área e não contemplar o sentido e a profundidade das mudanças alcançadas pelos movimentos de reforma que a antecederam, vigorou por 25 anos" (ARRUDA et al, 2015). Estas "novas" universidades privadas reproduziram um "antigo

[6] Ato Institucional n.5 (AI-5). Esteve em vigor entre 1968 e 1978. "[...] autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas-corpus" (D'ARAÚJO, M. C. **O AI-5**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> Acesso em: 28 de dezembro de 2017).

7 "Proíbe os professores, funcionários ou empregados de estabelecimento de ensino público, punidos com fundamento em Atos Institucionais, de exercerem cargo, função, emprego ou atividades em estabelecimentos de ensino ou fundações criadas ou subvencionadas pelos Poderes Públicos, bem como nos de interesse da segurança nacional" (CÂMARA LEGISLATIVA. Ato complementar nº 75, de 21 de outubro de 1969. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-75-21-outubro-1969-364755-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 28 de dezembro de 2017).

[8] Elaborado pelo estadunidense Rudolf Atcon (GUTIERREZ, 2013).

[9] Era dividido em dois ciclos (básico e profissional) e contava com 13 matérias. Básicas: estética, história das artes e da arquitetura; matemática; física; estudos sociais; desenho e outros meios de expressão e; plástica. Profissionais: teoria da arquitetura e arquitetura brasileira; resistência dos materiais e estabilidade das construções; materiais de construção, detalhes e técnicas da construção; sistemas estruturais; instalações e equipamentos; higiene da habitação e; planejamento arquitetônico. (ARRUDA et al, 2015).

padrão brasileiro de escola superior" - estabelecimentos isolados, meros transmissores de conhecimento profissionalizante e distanciado da atividade de pesquisa, portanto, pouco contribuindo para a formação crítica intelectual (FERNANDES, 1975).

Entre 1945 e 1965, ocorre um crescimento acelerado de universidades públicas devido a federalização de instituições estaduais e privadas (MARTINS, 2009): até 1968 existiam dez escolas públicas gratuitas[10] e duas privadas[11] (GUTIERREZ, 2013). Em 1974, apenas seis anos após o acordo MEC/USAID, o número de escolas privadas igualou o número de escolas públicas. No final dos anos 80 houve uma acelerada transformação de estabelecimentos isolados em universidades, triplicando o número de universidades particulares entre 1985 e 1996. Entre 1990 e 2002 a demanda por ensino superior cresceu, porém, a retração das vagas nas universidades federais levou à absorção dessa demanda pelas instituições privadas (MARTINS, 2009).

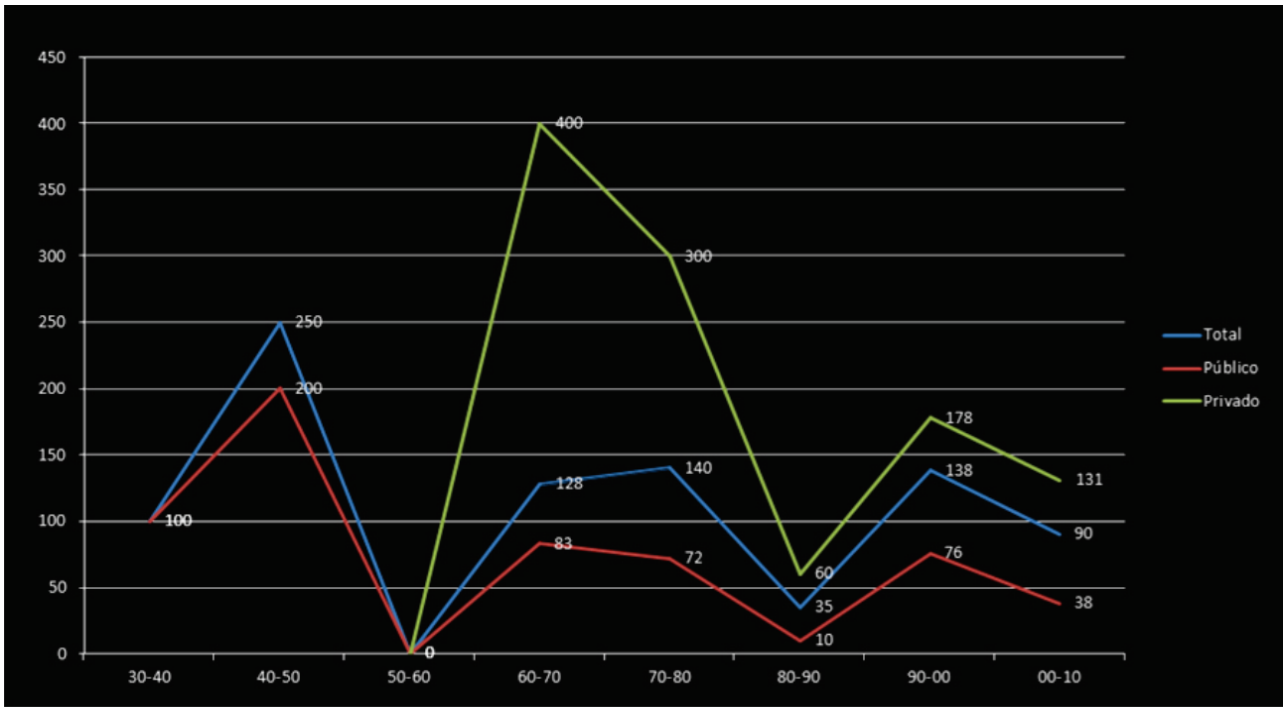


Gráfico 1: Incremento percentual de novos cursos de arquitetura e urbanismo por década
Fonte: Maragno, 2013

[10] Escola de Arquitetura de Minas Gerais (1930); Faculdade Nacional de Arquitetura (1945); Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (1948); Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1952); Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (1959); Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco (1959); Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná (1961); Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (1962); Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará (1964); Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Pará (1964) (GUTIERREZ, 2013).

[11] Faculdade de Arquitetura Mackenzie (1947) e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Goiás. (GUTIERREZ, 2013).

Apenas em 1994, com a Portaria MEC 1.770/94 (Gráfico 2), foram instituídas as "Diretrizes Curriculares e Conteúdos Mínimos"[12] para a área de Arquitetura e Urbanismo decorrentes de amplo debate encabeçados pela CEAU (Comissão de Especialistas no Ensino de Arquitetura e Urbanismo). Foram realizados, em 94, cinco seminários regionais e um nacional com o objetivo de promover a discussão acerca da qualidade da educação do arquiteto urbanista. Tais diretrizes buscaram resgatar os fundamentos históricos da profissão e marcaram "a transição entre o modelo fechado do currículo mínimo e o modelo flexível das diretrizes curriculares" (ARRUDA et al, 2015).

Existia ainda um anseio pela integração do sistema educacional ao desenvolvimento econômico e social do país, dando maior importância, portanto, ao núcleo de Matérias Profissionais. Desta forma, algumas mudanças trazidas pelas Diretrizes refletem estes anseios: retomada do conceito de Projeto como "definidor da formação do arquiteto e urbanista"; incorporação do Urbanismo e do Paisagismo ao currículo da Graduação; apontamento do projeto estrutural como elemento do raciocínio arquitetônico; ampliação de disciplinas de controle de fenômenos físicos e naturais (Conforto Ambiental) incorporando aspectos espaciais de maior escala; reintrodução da disciplina de Topografia com técnicas adaptadas à arquitetura e ao urbanismo; e introdução do estudo de Informática aplicada à Arquitetura (JUNIOR, 2013).

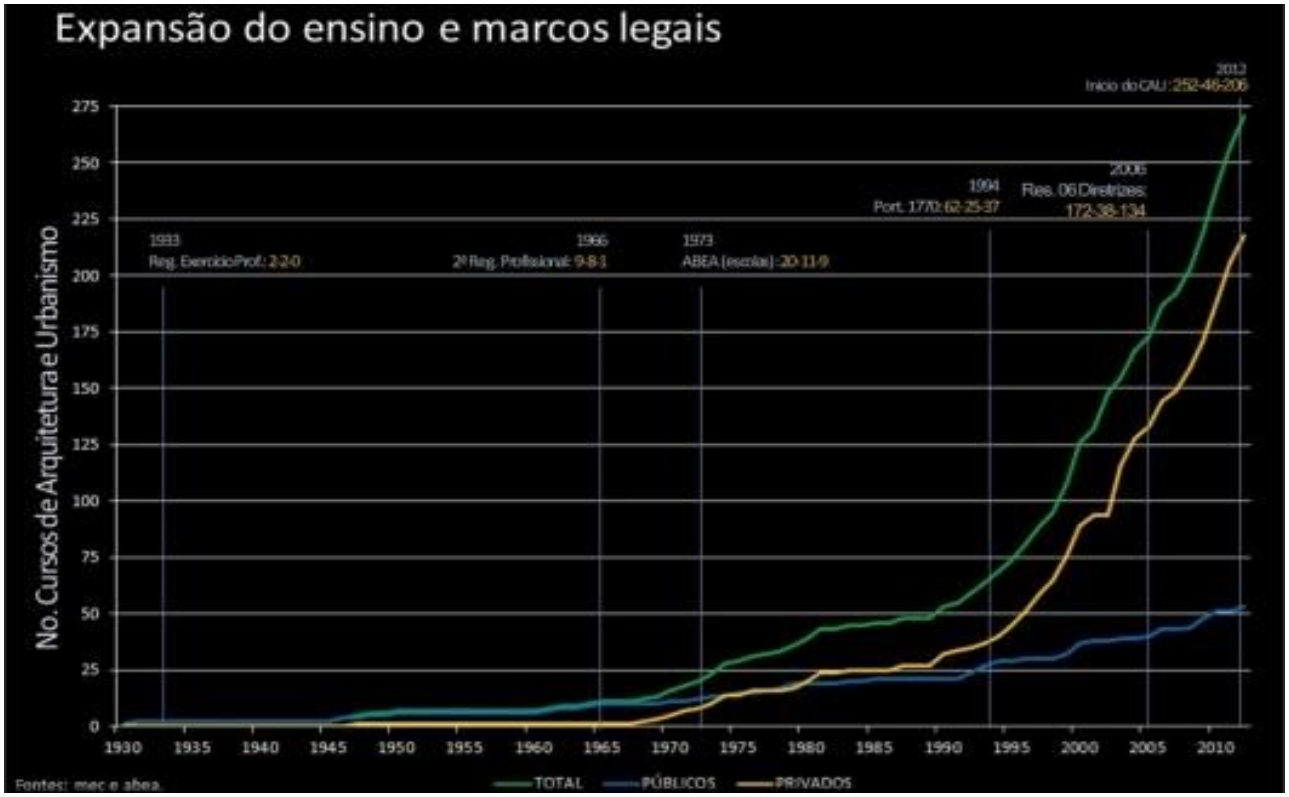


Gráfico 2: Expansão do ensino e marcos legais - Regulamentação do Exercício Profissional (1933); 2ª Regulamentação Profissional (1966); Criação da ABEA (1973); Portaria 1770 (1994); Resolução 06 Diretrizes (2006); Início do CAU (2012)
Fonte: Maragno, 2013

[12] As Diretrizes de 1994 estabelecem que o curso de Arquitetura e Urbanismo é formado por 3 componentes maiores: I – Matérias de Fundamentação – Estética e História das Artes; Estudos Sociais e Ambientais; e Desenho; II – Matérias Profissionais – História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo; Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo; Planejamento Urbano e Regional; Tecnologia da Construção; Sistemas Estruturais; Conforto Ambiental; Técnicas Retrospectivas; Informática aplicada à Arquitetura; e Topografia; III – Trabalho Final de Graduação (ARRUDA et al, 2015).

As exigências relacionadas à infraestrutura também refletem essa integração: oferecimento de "espaços e equipamentos especializados para as matérias profissionais"[13], influenciando a metodologia de ensino ao incentivar a integração teórico-prática e a experimentação. Além disso, há a exigência de um acervo bibliográfico atualizado (mínimo de 3000 títulos). A carga horária mínima exigida permanece em 3600h, porém a duração passa de 4 para 5 anos no mínimo e 9 anos no máximo de duração do curso (JUNIOR, 2013).

Em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB[14], foi apresentada ao MEC a 2ª Diretriz Curricular (1998), sendo esta aprovada apenas em 2006. Estas diretrizes determinaram a apresentação de projetos pedagógicos contendo "as competências, habilidades e perfil desejado aos futuros profissionais", transformando ainda os dois grandes grupos de matérias em "núcleos de conhecimento" (de fundamentação e profissionais) finalizados por um Trabalho de Curso (ARRUDA et al, 2015).

Entre 1998 e 2006 "a ABEA[15] travou intenso debate e negociação com o relator das Diretrizes da área no Conselho Nacional de Educação (CNE) que tinha intenções diferentes daquelas presentes no documento encaminhado ao Ministério" (MONTEIRO, 2013). A diretriz foi aprovada, porém, com mudanças sensíveis no que diz respeito às exigências quantitativas relacionadas a abertura de novos cursos, que garantiriam sua qualidade inicial. Por outro lado, exigiu que os cursos apresentassem seus projetos pedagógicos. Nestes projetos seriam definidas as atividades a serem desenvolvidas tendo em vista o perfil de egresso desejado e garantindo relações entre a teoria e a prática. Desta forma seria fortalecido "o conjunto dos elementos fundamentais para a aquisição de conhecimentos e habilidades necessários à prática profissional" (MONTEIRO, 2013).

Por fim, em 2010[16], o CNE - por motivos externos aos educacionais ou pedagógicos, mas sim devido à uma ação trabalhista - realizou uma "atualização" das diretrizes curriculares vigentes sem consultar órgãos ou entidades vinculadas ao ensino da área (ARRUDA et al, 2015; MONTEIRO, 2013). E ainda, nos períodos destas modificações (2006 e 2010), o número de cursos e vagas em IES[17] privadas se expandiu vertiginosa e descontroladamente. Desta forma, os interesses na mercantilização do ensino superior brasileiro foram fortalecidos enquanto as discussões acerca da qualidade do mesmo foram enfraquecidas (MONTEIRO, 2013).

CAMPO PROFISSIONAL E CONTEXTO NACIONAL

Diante da "mercantilização do ensino superior" apontada por Monteiro na última década, é interessante demonstrar brevemente como se deu a constituição do campo profissional do Arquiteto Urbanista num contexto nacional. Como visto anteriormente, o ensino estruturado de Arquitetura no Brasil é relativamente recente. Por mais de 50 anos a Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro - AIBA (1826) foi a única a prover arquitetos ao mercado de trabalho. Apenas ao final do século XIX veremos um crescimento

[13] A infraestrutura garante suporte às especificidades da formação na área: ateliers de projeto, maquetaria, laboratórios diversos, etc. (JUNIOR, 2013)

[14] A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil (da educação básica ao ensino superior). A primeira LDB foi promulgada em 1961 (LDB 4024/61).

[15] Associação Brasileira de Ensino em Arquitetura e Urbanismo

[16] Em 2010 também foi a aprovada a Lei 12.378 que permitiu a criação do CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo, promovendo uma definição mais clara das atividades e atribuições do profissional.

[17] Instituições de Ensino Superior

significativo de cursos de Arquitetura em Escolas de Engenharia e de Belas Artes, caracterizando um sintoma de mudança nas condições do mercado (SALVATORI, 2008). O surgimento e a localização dos cursos de Arquitetura e Urbanismo estão relacionados, historicamente, a um leque de fatores: evolução do pensamento arquitetônico; crescente urbanização da população; mudanças de paradigmas políticos[18]; demandas institucionais, projetos modernizadores governamentais; e o alargamento da classe média, principalmente no 2º pós-guerra (SALVATORI, 2008).

Do final do século XIX até a I Guerra Mundial acreditava-se em um caminho único para o progresso de todos os povos. Conhecida como doutrina do desenvolvimento, acreditava-se ingenuamente que os países tinham cada qual um sistema de desenvolvimento próprio e que bastava imitar o modelo dos países desenvolvidos para este ser, também, desenvolvido (DUSSEL, 2006). Com a proclamação da República eram previstas mudanças, porém, a chegada da I Guerra levou a um nacionalismo romantizado e à busca por uma identidade nacional. O debate se estendeu para as Artes, inclusive à Arquitetura, culminando na semana de Arte Moderna de 1922.

Com a crise de 29 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930 a busca por uma nova ordem social e econômica se iniciava. A implantação do regime ditatorial do Estado Novo (1937-1946) acelerou esses planos, favorecendo a expansão do campo profissional não apenas pela demanda de obras, mas também pelo incremento proporcionado pelos excedentes da II Guerra. Em 1960, ano da inauguração de Brasília, o reconhecimento da importância social da Arquitetura estava em alta, contribuindo com a afirmação profissional e à adesão de muitos arquitetos aos projetos de classes sociais dominantes (SALVATORI, 2008). Os anos pós II Guerra ficaram conhecidos como “Idade de Ouro”. “Desenvolvimento, igualdade e pleno emprego” (SALVATORI, 2008, p.54) ampliaram as classes sociais médias aumentando o padrão de consumo, principalmente nas décadas de 70 e 80. Paralelamente, a crescente participação política popular aumentou a pressão por reformas que melhorassem a distribuição de todo esse desenvolvimento. Com medo de um possível regime comunista atrelado às Reformas de Base de João Goulart, em 1964 é instaurado o golpe militar que iria perdurar por 20 anos.

Algumas das figuras mais influentes da arquitetura[19], apesar de patrocinadas pelos poderes vigentes, foram afastadas das escolas de Arquitetura e tiveram seus direitos políticos cassados. Consequência das afinidades que mantinham com as esquerdas políticas no que diz respeito aos projetos de habitação social, edifícios institucionais e para atividades públicas. Como se vê, a ditadura foi marcada por grandes contradições. Havia censura dos meios de comunicação, informantes presentes em salas de aula, fechamento de diversas revistas de Arquitetura. O ensino passava por seus piores momentos, a perseguição e o exílio eram abundantes. Porém, “as oportunidades profissionais se ampliavam de uma forma jamais vista”. (SALVATORI, 2008, p.55)

O BNH, em 1964, e o SERFAU, em 1966, foram grandes responsáveis por tais oportunidades:

> O primeiro ativou imediatamente a economia, permitiu o investimento no mercado da construção, a criação de empregos e promoveu socialmente segmentos mais desfavorecidos. O segundo, mais significativo do ponto de vista estratégico, elaborou os

[18] Entre as décadas de 1930 e 1980, diversos governos de diferentes orientações promoveram a realização de obras emblemáticas que utilizaram as formas da Arquitetura Moderna como símbolo do progresso do país (SALVATORI, 2008).

[19] Dentre eles: Oscar Niemeyer, Edgar Graeff, Demétrio Ribeiro e Vilanova Artigas (SALVATORI, 2008).

> Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), grande referência dos governos militares no Brasil. (SALVATORI, 2008, p.54)

A inserção dos arquitetos no panorama nacional se deu principalmente pela implantação dos grandes projetos de infraestrutura dos dois primeiros PNDs (1972-1974 e 1974-1979). Muito arquitetos destituídos anteriormente de seus cargos públicos - por motivos políticos -, foram contratados para elaboração destes grandes projetos devido à sua grande bagagem de experiência, necessária nesse momento de desenvolvimento acelerado - o "Milagre Econômico". As crises do petróleo nos anos 70 desaceleraram o crescimento ocidental. No Brasil, os PDNs não foram totalmente implantados e a falha dos planos de recuperação econômica dos anos 80 produziram um novo paradoxo: exigências na formação e condições da prática profissional dos arquitetos:

> A massificação da formação, a aceitação das idéias neoliberais e a transformação do mercado da construção em mais uma *commodity* - em que a rápida remuneração é mais importante que a qualidade arquitetônica -, intensificaram a competição e a dissolução dos vínculos corporativos entre os profissionais. (SALVATORI, 2008, p.56)

Nos anos 70, diversos fatores já citados colaboram com a fragmentação entre campo profissional e acadêmico: a ambiguidade da situação sociopolítica; o surgimento de instituições privadas voltadas à formação funcional; a heterogeneidade e abundância de profissionais no mercado de trabalho. Os planos de carreira acadêmicos que, através da *profissionalização acadêmica*, acabaram afastando os professores atuantes na prática profissional por professores de carreira intelectual (SALVATORI, 2008). A distância entre estes dois mundos - acadêmico e profissional - é reforçada ainda na universidade, tendo como frágil momento de transição o estágio supervisionado.

O ESTÁGIO

Durante o período clássico a arquitetura já englobava conhecimentos técnicos - *tekné*, desenvolvidos pelo aprendiz no ateliê do mestre - e teóricos - *mathemata* - conformados em princípios de composição. A partir de Alberti[20] a Arquitetura se eleva ao status de arte liberal, o que valoriza a atividade de projetar e conceber edifícios e permite que esta seja ensinada na Academia. No entanto, esta dissociação teórico-prática apenas é consolidada nas academias francesas do final do século XVII. Nestas academias apenas eram oferecidas disciplinas teóricas de caráter científico e técnico acrescidas de Teoria e História, relegando a prática de desenhos e projetos aos ateliês dos mestres. Apesar disso, as academias e escolas de Belas Artes promoviam competições de composição arquitetônica nas quais eram avaliadas tanto questões de abordagem estilística quanto o processo projetual - o qual não era ensinado na Academia. Como os ateliês de mestres atuantes eram insuficientes, os alunos passaram a se organizar em ateliês próprios, contratando seu próprio patrono (BROADBENT, 1995). Mesmo com a inclusão dos ateliês no currículo das academias, estes permaneceram

[20] Pintura, escultura e arquitetura, consideradas artes vulgares por sua relação com os trabalhos manuais, elevam-se ao universo das artes liberais com a ajuda dos humanistas italianos. Principalmente Leonardo da Vinci (1452-1519), a partir do argumento de Alberti, luta com mais empenho e disciplina pela dignidade da pintura e por uma nova posição social para o artista - que deve ser aceito como um criador, dotado de inteligência e nobreza, e não mais como alguém limitado ao trabalho manual. (Artes Liberais. In: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo32/artes-liberais> Acesso em: 03 de janeiro de 2018. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7)

independentes das disciplinas teóricas "perpetuando acriticamente os desgastados procedimentos de composição sobre um repertório de estilos catalogados" (MIRANDA, 2005).

Durante o Seminário "O Ensino de Arquitetura e Urbanismo: Teoria e Prática" (2014), Maragno apresentou diversas questões pertinentes ao estágio supervisionado obrigatório. Primeiro identifica algumas rupturas[21]: entre o ensino e a prática; entre a arquitetura que se necessita e a que se pratica; entre as demandas da sociedade e as do mercado; Em seguida apresenta algumas críticas recorrentes à profissão atualmente: proliferação de cursos; piora na qualidade da arquitetura e dos profissionais; saturação do mercado de trabalho. Apesar desta saturação, ainda existe um *déficit* habitacional enorme no Brasil. Faltam espaços públicos de qualidade, muitas obras ainda são realizadas sem a participação de arquitetos e urbanistas e, apesar da lei de assistência técnica[22], a população de baixa renda não tem acesso significativo aos serviços de arquitetura. Portanto, é preciso reconhecer que há "uma crise mais disciplinar que profissional [...] que se traduz em problemas relacionados mais à qualidade que a quantidade" (MARAGNO, 2013)

Maragno também traz alguns tópicos levantados pelo escritor Sam Lubell[23] acerca da separação entre ensino e prática. Aponta o início desta separação na própria formação - distante da realidade da prática profissional, os alunos não saem preparados para a prática arquitetônica. Mesmo com a presença de laboratórios e embasamento técnico-teórico elevado, os alunos acabam adquirindo grandes habilidades em áreas como modelagem computacional em detrimento do conhecimento de práticas construtivas, gestão empresarial, questões comerciais e terminologias cotidianas da construção. Apesar disso, Lubell não defende o currículo comercial das escolas de arquitetura, mas sim um equilíbrio mais próximo da experiência real. O que leva a alguns questionamentos por parte de Maragno: O que é um bom ensino de arquitetura e urbanismo? O que é uma boa arquitetura? Qual a importância do estágio no ensino de arquitetura e urbanismo? O que é um bom estágio? (MARAGNO, 2014).

O termo estágio tem origem no latim *stare* – "estar num lugar". Aparece em 1630 na forma francesa – *stage* - referindo-se ao período transitório de treinamento de um sacerdote que deveria residir na igreja por um período de tempo até finalmente tornar-se padre. Daí também a origem da "residência" realizada por alunos de medicina. O conceito de estágio sofreu mudanças ao longo do tempo, porém, sempre esteve vinculado à "aprendizagem posta em prática num adequado local sob supervisão" (COLOMBO; BALLÃO, 2014, p.172).

É importante ressaltar qual a função do estágio do ponto de vista educacional. A complementaridade entre o *saber* e o *fazer* reforça o aprendizado através da experiência prática. Além disso, se alia à aquisição de conhecimentos através da vivência da realidade profissional, enriquecendo a formação do aluno. É importante que a prática do estágio não seja confundida com mão de obra barata para uso das empresas, porém, "[...] se observarmos o cotidiano e as antigas brechas legais, muitas vezes o termo [estágio] representa *trabalho precário*" (COLOMBO; BALLÃO, 2014, p.173).

[21] Edgard Graeff, em 1985, já diagnosticava que "o divórcio entre arte e técnica na arquitetura começa com o distanciamento entre teoria e prática, o desenho/proposta teórica e a construção/realização prática da obra, vale dizer, do espaço".

[22] Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. (PLANALTO. LEI Nº 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm> Acesso em: 03 de janeiro de 2018).

[23] LUBELL, S. A teaching moment. In: Architects Newspaper. Nova York, 2012. Disponível em: <https://archpaper.com/2012/03/a-teaching-moment/> Acesso em: 04 de janeiro de 2018.

As mudanças no conceito de estágio podem ser acompanhadas na evolução da legislação. No caso do Brasil, diversas normas legais vêm buscando regulamentar o estágio desde a década de 1940. Colombo e Ballão (2014) analisam em sua pesquisa algumas delas: o Decreto-Lei nº 4.073/42, a Portaria nº 1.002/67 do Ministério do Trabalho, o Decreto nº 66.546/70, o Decreto nº 75.778/75, a Lei nº 6.494/77 e o Decreto nº 87.497/82. Além de considerarem os pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) relativos às normas citadas.

Em 1942 o Decreto-Lei nº 4.073 instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial, definindo o estágio como *um período de trabalho* realizado na indústria sob controle de um docente. Desta forma aproximando o estagiário a uma mão de obra barata, visto a informalidade entre escola e empresa (COLOMBO; BALLÃO, 2014). Em 1967, através da Portaria nº 1.002/67 do Ministério do Trabalho, o estágio escolar é instituído nas faculdades e escolas técnicas. Passou a se considerar a importância do estágio para o aperfeiçoamento do ensino e para tanto deveria ser firmado um contrato[24]. Apesar disso, também foi estabelecido que não haveria vínculo empregatício, encargos sociais, férias ou 13º salário, mantendo o foco nos interesses das empresas e dando continuidade à lei de 1942 (COLOMBO; BALLÃO, 2014).

Após algumas décadas sem mudanças significativas na legislação no que diz respeito ao papel do estágio na formação do estudante, são criados, em 1970 através do Decreto n° 66.546, os *estágios práticos.* De nível superior e nas áreas consideradas prioritárias pelo regime militar[25], tais estágios buscavam prover áreas consideradas desenvolvimentistas com mão de obra qualificada. Além disso, em 1971 entra em vigor a já citada Lei n°5.692/71 conhecida como LDB, a qual "[...] fixou as diretrizes e bases da educação, impôs a profissionalização a toda escola secundária nacional [...]. Mas, tudo de forma antidemocrática, burocratizada, sem o protagonismo da escola e menos ainda da comunidade escolar (COLOMBO; BALLÃO, 2014, p.175). Em 1975, através do Decreto nº 75.778, é estabelecida a regulamentação do estágio de estudantes do ensino superior e profissionalizante de 2º Grau no serviço público federal.

Finalmente em 1977, é decretada a primeira lei que tratou específica e exclusivamente sobre o estágio. A Lei 6.494/77 regulamentada pelo Decreto nº 87.497/82 vigorou sem nenhuma alteração por mais de uma década. Passou por algumas alterações em 1994 com a inclusão de estudantes com deficiência nos estágios (Lei nº 8.859/94) e, em 2000 (MP nº 1.952-24), com a permissão para alunos matriculados no Ensino Médio não profissionalizante também realizarem o estágio. Apesar de tudo, "seis décadas (1940-2000) de publicações de instrumentos regulatórios sobre o estágio não foram suficientes para que este, na prática, fosse considerado um elemento de formação plena do estudante" (COLOMBO; BALLÃO, 2014, p.175).

Colombo e Ballão elencam ainda algumas das *impropriedades* presentes nas regulamentações decretadas até o ano 2000. Tais inadequações "propiciavam, sob o manto da palavra 'estágio', que as empresas driblassem a legislação trabalhista, desvinculassem a atividade dos interesses educacionais, e também que não fossem atribuídas à escola e nem ao setor econômico responsabilidades inerentes aos objetivos do estágio" (COLOMBO; BALLÃO, 2014, p.176).

A primeira e uma das mais importantes é o *alargamento da abrangência laboral na forma de estágio*. As definições das atividades consideradas como estágio eram muito amplas podendo assumir a forma de

[24]O contrato conteria "duração, carga horária, valor da bolsa e o seguro contra acidentes pessoais" (COLOMBO; BALLÃO, 2014, p.174)

[25] Engenharia, tecnologia, economia e administração. Todas relacionadas à gestão de obras.

extensão “em empreendimentos ou projetos de interesse social”[26] ou mesmo a aprendizagem “social, profissional e cultural”[27] como um todo. Desta forma, muitas atividades eram assumidas como estágio pelo próprio estudante, sem participação da escola, sendo realizadas como ação comunitária - portanto, isenta de termos de compromisso - levando a um trabalho precarizado e distante de fins educativos (COLOMBO; BALLÃO, 2014). Por outro lado, em 2004, uma Resolução do CNE[28] passou a considerar também a iniciação científica como estágio, permitindo que muitas escolas contassem com estagiários para suprir suas próprias deficiências de pessoal. O conceito de estágio se encontrava de tal forma tão ampliado, sem supervisão pedagógica ou fiscalização, que levou Colombo e Ballão (2014) a questionar se esta era uma lacuna proposital.

A segunda inadequação se dava na forma do *descompromisso com a supervisão escolar*. A Lei 6.494/1977 e o seu regulamento pelo Decreto 87.497/1982 previam que o *termo de compromisso* seria celebrado entre o estudante e a parte concedente, deixando a escola e seu interesse pedagógico num plano secundário. Não havia um documento estabelecendo obrigações entre a escola e a empresa. Da mesma forma, as férias escolares deveriam ser estabelecidas entre o estagiário e a empresa, levando à terceira inadequação, uma vez que o calendário da empresa seria o favorecido. A jornada de trabalho também seria livremente estabelecida desde que não prejudicasse a presença do aluno nas aulas, porém, muitos alunos acabavam mudando de turno na escola para permanecer na empresa (quarta inadequação).

A quinta inadequação trata da responsabilidade da escola em regular a atividade de estágio na relação aluno/empresa. O artigo 4º do Decreto nº 87.497/1982 previa que a definição de carga horária, jornada, organização e supervisão ficaria a cargo das instituições de ensino, porém, devido à permanência do aluno na empresa durante o estágio o acompanhamento era difícil. Além disso, as escolas não possuíam dispositivos jurídicos para denúncia ou sanção de qualquer irregularidade identificada. Com esse distanciamento o contratante se via livre para distribuir tarefas sem cunho educativo aos estagiários (COLOMBO; BALLÃO, 2014).

Finalmente, no final da década de 1990, novas discussões sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais no CNE começaram a apontar para uma redistribuição entre as práticas profissionais e as atividades complementares, além de uma reaproximação, dentro da formação acadêmica, entre âmbito teórico e prático (LIMA, 2011).

Submetida em 2006 e sancionada em 2008, a Lei 11.788 melhorou sensivelmente o conceito de estágio que passa a ser definido, no artigo 1°, como “um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, visando a preparação para o trabalho produtivo do estudante”. A nova lei previa duas grandes mudanças. À empresa: tratar o estagiário de forma diferenciada dentro da empresa. À escola: se responsabilizar pelo acompanhamento e vínculo do estágio ao processo didático-pedagógico de maneira formal (COLOMBO; BALLÃO, 2014).

Algumas mudanças menores também foram realizadas, com o intuito de mitigar as ações de empresas que buscassem explorar o trabalho do estagiário como mão de obra barata: termo de compromisso tripartite;

[26] Lei 6.494, de 7 de dezembro de 1977.

[27] Decreto nº 87.497, em 18 de agosto de 1982.

[28] Resolução nº 01, de 21 de janeiro de 2004.

permissão para profissionais liberais contratarem estagiários; limite da jornada de trabalho em seis horas diárias e trinta semanais; limite do número de estagiários em relação aos demais funcionários; exclusão de vínculo empregatício apenas se observados simultaneamente matrícula, frequência regular, termo de compromisso e atividades desenvolvidas conforme previsto no termo; e maior rigor no controle do estágio por parte da escola – através de relatórios semestrais por parte do aluno e relatório final de avaliação por parte da empresa.

Colombo e Ballão concluem em sua análise que a legislação inicial, ao atender aos interesses empresariais, proporcionaram o alargamento do conceito de estágio possibilitando a precarização do trabalho. A lei atual preza pelo interesse pedagógico ao inserir o estágio como componente curricular. Porém, é necessário que esta seja executada plenamente para que obtenha êxito uma vez que a legislação sozinha "não supera as dicotomias conceituais historicamente enraizadas em nossa cultura laboral" (COLOMBO; BALLÃO, 2014, p.184).

A Resolução 2/2010[29] institui as diretrizes curriculares nacionais de arquitetura e urbanismo. De acordo com estas, cada curso de graduação em arquitetura e urbanismo deve abranger, em seus componentes curriculares, "projeto pedagógico, descrição de competências, habilidades e perfil desejado para o futuro profissional, conteúdos curriculares, estágio curricular supervisionado, acompanhamento e avaliação, atividades complementares e trabalho de curso sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o projeto pedagógico (Art. 2° Res. 2/2010)."

A concepção do estágio supervisionado também consta como conteúdo do projeto pedagógico a ser elaborado, sendo, portanto, obrigatória sua presença na formação do aluno. O Art. 7° define os estágios como "conjuntos de atividades de formação [...] que procuram assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas. [...] Visam assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, sendo recomendável que suas atividades sejam distribuídas ao longo do curso". E ainda, apesar de sua importância, as "atividades complementares não podem ser confundidas com o estágio supervisionado" (Art. 8°)

Para o efetivo funcionamento, as partes envolvidas no estágio supervisionado devem seguir algumas obrigações - estabelecidas pela Lei 11.788/2008[30], que dispõe sobre o estágio de estudantes:

INSTITUIÇÕES DE ENSINO:

I - Celebrar termo de compromisso indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica, à etapa e modalidade da formação do estudante e ao horário e calendário escolar;

II - Avaliar as instalações e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

[29] PORTAL MEC. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 17 DE JUNHO DE 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5651-rces002-10&category_slug=junho-2010-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 04 de janeiro de 2018.

[30] PLANALTO. LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm> Acesso em: 04 de janeiro de 2018.

III - indicar professor orientador da área como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV - Exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, de relatório das atividades;

V - Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento das normas;

VI - Elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios;

VII - comunicar à concedente, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

CONCEDENTE

I - Celebrar termo de compromisso com a instituição e educando, zelando por seu cumprimento;

II - Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III - Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV - Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais;

V - Por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas

VI - Manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII - Enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de seis meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

QUANTO AO ESTUDANTE

Art. 10 - A carga horária não deve ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 2º - Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11 - A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12 - O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º - A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

Muitas vezes o estágio se apresenta como única transição entre o mundo acadêmico e o mundo profissional, sendo portador de um importante papel dentro da formação do arquiteto urbanista. De acordo com Maragno, trata-se de uma atividade educativa complementar ao ensino, justamente com a finalidade de integrar o estudante a um ambiente profissional. Além disso, coloca o estudante em contato com diferentes realidades sociais, econômicas e culturais, proporcionando experiências que permitem desenvolver uma consciência crítica e compreender a realidade para poder nela interferir. Enfim, possibilita ao estudante compreender a realidade e processos, identificar problemas e gerar soluções relacionando conteúdo teórico com atividades do dia-a-dia (MARAGNO, 2014).

Apesar das diretrizes e obrigações constantes na legislação, a realidade muitas vezes não é condizente. Uma estatística importante levantada pela FeNEA[31] em 2014 e apresentada por Maragno durante a palestra pode ser vista no Gráfico 3 - sobre as atividades desempenhadas pelos estagiários de Arquitetura e Urbanismo.

Gráfico 3: Dados preliminares de pesquisa sobre estágio, realizada em 2014 através de questionário
Fonte: FeNEA

[31] Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura

Alguns problemas apontados pela FeNEA em relação ao modo que os estágios acontecem atualmente englobam: má remuneração; pouca complementação ao conhecimento acadêmico; exploração da mão de obra do estagiário - seja nas atividades de criação ou de pura representação gráfica - reduzindo custo projetuais e aumentando a margem de lucro; priorização do trabalho no escritório em detrimento dos estudos acadêmicos, seja por pressão do contratante ou pela remuneração.

A evolução da representação gráfica na era computacional suscita alguns questionamentos no que diz respeito ao papel do arquiteto e o papel do trabalhador no contexto de projeto e obra. Ao unir produção pré-fabricada e modelagem digital, a relação projeto-produção-propriedade toma novos significados. Com base nisso, Peggy Deamer questiona a *propriedade* de uma edificação ao levar tais agentes em consideração - o projetista, o construtor e o proprietário. *"What value - emotional, monetary, social - could be placed on our particular role as designers?"*[32] (DEAMER, 2015, p.27).

Mais do que questões materiais e sociais, Peggy Deamer busca explorar a questão do trabalho na arquitetura. Olhar além da progressão formal, estilística e articular essas mudanças com as transformações do capitalismo. A forma como nos sentimos em relação ao trabalho alheio influencia nossas relações sociais, e o trabalho do arquiteto, atualmente, traz grandes fragilidades. A má remuneração, as jornadas exaustivas, o atendimento em grande parte às elites e os trabalhos de "reforma de banheiro", trazem um certo desânimo para a profissão. Um dos maiores problemas desse cenário é a exploração do trabalho, ornamentado em muitos discursos como algo natural e até honorável. Paralelamente, ocorre a transferência dessa "naturalização" da exploração para o trabalhador da construção civil - inclusive ao estagiário, comprovando a extensão da ideologia capitalista à profissão do arquiteto (DEAMER, 2015).

A "MANUFATURIZAÇÃO" DO ESTÁGIO

A reprodução e as implicações dos esquemas ideológicos no contexto da Arquitetura, próprios da lógica do modo de produção, também foram amplamente exploradas por Sérgio Ferro em sua obra emblemática *O Canteiro e o Desenho*. Fruto da leitura e discussão de *O Capital*[33], Ferro consegue "elaborar uma crítica tanto 'interna' quanto 'externa' da profissão", observando tanto aspectos disciplinares quanto metodológicos da produção capitalista em geral. Além disso, é possível visualizar o papel crucial desempenhado pelo arquiteto no processo de dominação e divisão social do trabalho (KAMIMURA, 2013).

> A tese central de O Canteiro e o Desenho vem de Marx - e da visão da miséria dos canteiros. É bastante simples: como tudo sob o capital. Arquitetura é mercadoria que o serve - e isto fornece o essencial do seu contorno entre nós. Se é mercadoria, procura sobretudo a mais-valia que alimenta o lucro. Para que haja mais-valia, há forçosamente exploração do trabalho, sua mutilação e submissão às autoridades representantes do capital. Na maioria esmagadora dos casos, a arquitetura faz parte destes representantes. Pouco importa a ideologia do arquiteto: nas condições "normais" de produção, ele serve ao capital [...]. Segue uma série de consequências: irracionalidade do projeto (a simplicidade da construção exige injeções de boas doses de mistificação para justificar a "necessidade" da dominação); desaparecimento de qualquer vestígio de arte (que é fruto exclusivo de trabalho livre) - e, no pólo operário, miséria, salários baixíssimos, doenças, acidentes, desqualificação etc. E

[32] Qual valor - emocional, monetário, social - poderia ser aplicado em particular a nosso papel como projetistas? (tradução livre)

[33] Karl Marx, primeira publicação em 1867.

> na consequência positiva a tirar ainda: só uma arquitetura do trabalho livre (incluindo o trabalho do arquiteto) merecerá respeito (FERRO, 2002)[34].

Se trouxermos as críticas feitas por Ferro à exploração do operário para a esfera do escritório de arquitetura, poderemos identificar, em diferentes níveis, a "forçosa exploração do trabalho" - no caso, do estagiário aprendiz – e "sua mutilação e submissão às autoridades representantes do capital".

"A cooperação fundada na divisão do trabalho assume sua forma clássica na manufatura" (MARX, 2013) a qual se origina de duas formas distintas. Na primeira, ocorre a combinação de ofícios autônomos e diversos, originalmente independentes; na segunda, são combinados trabalhadores de um mesmo ofício, que agora é fragmentado em etapas. O que acontece, no primeiro caso, é a perda de autonomia, tornando o ofício uma operação parcial, complementar ao produto final. No segundo caso, o ofício sofre uma decomposição que leva a autonomização de cada etapa até que estas se tornem funções exclusivas. Ambas resultam na perda do domínio do ofício como um todo, transformando o artesão em um trabalhador parcial - que sozinho não produz a mercadoria. A especialização do trabalhador em uma tarefa leva ao aperfeiçoamento da técnica e do instrumento, gerando inúmeras ferramentas específicas para as diferentes etapas. Com o aperfeiçoamento, ocorre a diminuição de tempo gasto na produção, o qual é, pela lógica do capital, ocupado por mais trabalho.

Em decorrência dessa dupla origem, teremos, portanto, duas formas de manufatura. A *heterogênea* caracterizada por ofícios diferentes; produtos parciais realizados por cada artesão; e trabalho realizado espacialmente separado. E a *orgânica*, na qual a produção se divide em fases sequenciais; um mesmo artigo passa por vários trabalhadores parciais; a produção segue uma cronologia; e existe concentração espacial do trabalhador. A decomposição e a alienação em relação ao produto total permitem que trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação sejam incorporados, reforçando uma hierarquia de forças de trabalho.

Inicialmente a divisão do trabalho era feita por diferenças fisiológicas - gênero, idade, força - e realizava-se uma *cooperação simples* com o intuito de sobreviver. "A cooperação fundada na divisão do trabalho ou a manufatura é, em seus primórdios, uma formação natural-espontânea. Tão logo tenha adquirido alguma consistência e amplitude de existência, ela se converte na forma consciente, planejada e sistemática do modo de produção capitalista." (MARX, 2013). Enquanto a *cooperação* mantém o modo de trabalho independente, a *manufatura* busca comandar e disciplinar o trabalhador, criando uma hierarquia, se apoderando da força individual de trabalho do indivíduo e reprimindo suas capacidades produtivas.

Com o avanço da manufatura ocorre o fenômeno de "estupidificação" do trabalhador parcial, defendida por Adam Smith[35]. Ao tornar o trabalhador ignorante, este trabalhará melhor pois se torna apenas uma engrenagem, porém, sua destreza é obtida às custas de suas virtudes intelectuais, sociais e guerreiras. As operações simples realizadas de forma diária levam a uma uniformidade que corrompe a "coragem da mente", corroborando com esta "estupidificação". Uma forma de mitigar o problema seria através da educação[36], porém, isto implicaria na aproximação de "classes" diferentes de trabalho: manual e intelectual - o que não foi bem visto. A divisão do trabalho não só produzir ao capitalista mais-valor às custas do trabalhador, como o faz por meio da "mutilação" do indivíduo. "E assim ela [manufatura] aparece, por um

[34] Entrevista concedida ao periódico Crítica Marxista, da UNICAMP.

[35] Economista e escritor. Publicou em 1776 sua obra-prima A Riqueza das Nações.

[36] Proposta de A. Smith.

lado, como progresso histórico e momento necessário de desenvolvimento do processo de formação econômica da sociedade e, por outro, como meio para uma exploração civilizada e refinada" (MARX, 2013). Poderíamos considerar tais contradições semelhantes às mencionadas anteriormente, encontradas nos tempos de ditadura militar.

A cooperação através da divisão do trabalho pode ser encontrada em diversos setores da economia, inclusive nos escritórios de arquitetura. Como visto anteriormente, a mão de obra mais explorada dentro desse contexto - do escritório de arquitetura - é a do estagiário. Dentro da dinâmica do escritório é possível reconhecer ambos os tipos de manufatura existindo, portanto, uma espécie de "manufaturização" do estágio. Há uma setorização dos "diversos ofícios" como o de criação de novos projetos, de elaboração de orçamentos, de acompanhamento de obras, de representação gráfica etc., que culminam no produto final: a edificação. E há também a fragmentação de um mesmo ofício recorrente no "setor" de representação, consequentemente criando "funções exclusivas" como a do "CADista"[37].

Outros softwares de representação gráfica, principalmente os de *renderização*[38], são aperfeiçoados pelos estudantes ainda na Graduação, pois auxiliam na entrada do mercado de trabalho. Por sua importância na formação do graduando, na inserção destes no campo profissional e por seu caráter obrigatório, a demanda por vagas de estágio é muito superior à oferta. Por este motivo, os estudantes acabam se submetendo a condições de trabalho muito aquém das desejáveis e o papel educativo do estágio supervisionado acaba se tornando secundário - em muitos casos sendo visto como fonte de mão de obra barata, especializada em representação gráfica projetual.

A deficiência do papel educativo do estágio acaba por vezes levando à uma espécie de "estupidificação" do estagiário. Além da alienação causada pela fragmentação de funções, o estagiário *cadista* acaba realizando operações, consideradas simples, diariamente, tendo seu potencial intelectual "mutilado" - para utilizar o termo empregado por Marx. Há, portanto, uma divisão hierarquizada e classista[39] dentro do próprio escritório, sendo o supervisor detentor do conhecimento intelectual - o fazer projetual - e o estagiário um trabalhador manual - apenas "passando à limpo" o que foi criado sem sua participação. É possível fazer um paralelo aqui com a "mistificação para justificar a dominação" comentada por Ferro, acompanhada da mitificação da genialidade do arquiteto.

Esta "manufaturização" do estágio ocorre também em sua forma "heterogênea", através da contratação de *freelancers* geralmente na área de representação gráfica. Deamer também reconhece este deslocamento do trabalho de escritório, uma espécie de "terceirização": *"the outsourcing of drafting, rendering, and model-making to distant countries implied that even the craft of representation was not an intimate, office- based activity"* (DEAMER, 2008, p.28). É irônico, talvez, perceber que o desenho - tido como instrumento de dominação na relação arquiteto-operário -, é também utilizado como instrumento alienante do estagiário. O *cadista* passa a ser um codificador, um intermediário entre o intelecto do arquiteto e a mão do operário - "[...] passamos ao desenho 'percebido da mesma maneira' somente pelo 'sujeito possuidor dos diferentes códigos'" (FERRO, 2013, p.153)

[37] Referente aos softwares do tipo CAD - Computer Aided Design (desenho auxiliado por computador).

[38] Renderização é o processo de conversão de uma imagem 3D para uma representação em 2D. No caso da arquitetura esse processo tem como objetivo obter imagens foto-realísticas a partir de modelos tridimensionais.

[39] Em relação à divisão de "classes de trabalho" citada anteriormente, entre manual e intelectual.

Maragno aponta alguns limites e distorções do estágio num contexto atual. Dentre estes: a impossibilidade de substituir a formação acadêmica pelo estágio; a insuficiência do estágio em superar as deficiências na formação, pois este deve servir apenas como complementação de uma boa formação em relação à área profissional; o tratamento do estágio como um trabalho profissional, onde o estudante não é visto como aprendiz; a realização de atividades não relacionadas às atribuições; a pouca experiência do "supervisor"; o pouco tempo de estágio durante a formação; o conflito entre a jornada de trabalho e as atividades acadêmicas; e a exigência de habilidades impossíveis ao estudante (MARAGNO, 2013). Mais do que um problema de ensino, é necessário que haja também uma melhora no estágio ofertado, tanto quantitativa quanto qualitativamente, para que haja uma efetiva melhora na formação dos arquitetos e urbanistas.

A "exploração civilizada e refinada", fruto de uma manufatura identificada também dentro dos escritórios, talvez encontre no "estágio supervisionado" o reflexo da exploração velada alimentada pela onda "empreendedora-neoliberal" das últimas décadas. Deamer aponta essa alienação do arquiteto em relação à exploração do trabalho - do operário e de seu próprio. *"How could architecture have become so completely deaf to the labor discourse that it could so unselfconsciously subscribe to the honor of labor exploitation?"* (DEAMER, 2013, p.29)

Por fim, algumas provocações. Os obstáculos apresentados à manufatura descrita por Marx foram basicamente dois: a insistência zelosa do trabalhador qualificado em manter a obrigatoriedade de um treinamento mais extenso para exercer sua função; e a habilidade artesanal ter sido mantida como base da manufatura, impedindo que esta se tornasse independente dos próprios trabalhadores. Se fizermos o mesmo paralelo com a profissão do arquiteto - o primeiro obstáculo sendo a exigência do diploma superior para exercer sua função e o segundo obstáculo sendo a habilidade "artesanal" do desenhista (atualmente o *cadista*) - o que podemos esperar do futuro com a disseminação de softwares BIM[40]? O desaparecimento do *cadista*? A superação ou o agravamento da "manufaturização" da arquitetura praticada nos escritórios?

REFERÊNCIAS

ARRUDA, A. M.; MAIOLINO, C. F.; COSTA, F. J. de M.; MARAGNO, G. V. "Embasamento teórico sobre a atuação dos arquitetos e urbanistas. Sob a perspectiva histórica e das diretrizes curriculares". **Arquitextos**. São Paulo: Vitruvius, ano 16, n. 183.04.

BENOIT, L. O. "Arquitetura e luta de classes. Entrevista com Sérgio Ferro". **Crítica Marxista**, Campinas: UNICAMP, n.15, pp. 140-150, 2002.

BROADBENT, G. Architectural Education. In: PEARCE, M.; TOY, M. (ed.). **Educating Architects**. Londres: Academy Edition, 1995.

COLOMBO, I. M.; BALLÃO, C. M. "Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil". **Educar em Revista**, Curitiba: UFPR, n. 53, pp. 171-186, jul/set 2014. DOI: 10.1590/0104-4060.36902

CORREA, G. R. "Projetos de arquitetura: a aprendizagem cotidiana em escritórios e a relação com a gestão". **Gestão de Tecnologia de Projetos**. São Paulo, v. 9, n. 1, p. 63-87, jan/jun 2014.

DEAMER, Peggy. **The architect as worker**. Immaterial labor, the creative class, and the politics of design. London: Bloomsbury, 2015.

[40] Building Information Modeling (BIM), em português, Modelagem da Informação da Construção.

DUSSEL, Enrique. Cultura imperial, cultura ilustrada y liberación de la cultura popular. In: **Filosofía de la cultura y la liberación**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2006. p.185-226.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

FERRO, Sérgio. O canteiro e o desenho. In: **Arquitetura Nova**: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 107-162.

GRAEFF, Edgar. **Arte e técnica na formação do arquiteto**. São Paulo: Nobel: Fundação Vilanova Artigas,1985.

GUTIERREZ, E. J. B. A associação brasileira de ensino de arquitetura e os seus primeiros tempos (1973-1985) In: **A construção de um novo olhar sobre o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil**: os 40 anos da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. Brasília: ABEA, 2013.

JUNIOR, W. R. S. A ABEA e a conquista das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de arquitetura e urbanismo em 1994: uma inflexão inovadora no ensino de arquitetura e urbanismo no brasil (1985 - 1994/95) In: GUTIERREZ, E. J. B. (Org.). **A construção de um novo olhar sobre o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil**: os 40 anos da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. Brasília: ABEA, 2013.

KAMIMURA, R. Arquitetura do povo, com o povo, para o povo: teoria e crítica - J. B. Vilanova Artigas, Sérgio Ferro, Lina Bo Bardi. In: **Anais do X Seminário DOCOMOMO brasil arquitetura moderna e internacional**: conexões brutalistas 1955-75. Curitiba, 2013.

LIMA, P. G.; MARRAN, A. L. "Estágio curricular supervisionado no ensino superior brasileiro: algumas reflexões". **Revista e-curriculum**, São Paulo: PUC SP, v. 7, n.2, ago. 2011.

MARAGNO, G. V. "Quase 300 cursos de Arquitetura e Urbanismo no país: como tratar a qualidade com tanta quantidade? Algumas questões sobre qualificação e ensino no Brasil". **Arquitextos**, São Paulo: Vitruvius, ano 14, n. 161.07, out. 2013.

_____. Estágio em Arquitetura e Urbanismo: obrigatoriedade ou necessidade pedagógica? In: **Seminário o ensino de arquitetura e urbanismo**: teoria e prática. Porto Alegre: CAU/RS, 2014.

MARTINS, C. B. "A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no brasil". **Educação Sociologia**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan/abr 2009

MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIRANDA, J. T. A relação entre Teoria e Prática na Arquitetura e seu ensino: Teoria Reflexiva e Projeto Experimental. In: **Anais do II Seminário sobre o Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura** (Projetar 2005). Rio de Janeiro, 2005.

MONTEIRO, A. M. R. G. A atuação da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura na consolidação de um ensino de Arquitetura e Urbanismo de qualidade (2000-2010). In: GUTIERREZ, E. J. B. (Org.). **A construção de um novo olhar sobre o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil**: os 40 anos da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. Brasília: ABEA, 2013.

SALVATORI, E. "Arquitetura no brasil: ensino e profissão". **Arquiteturarevista**, São Leopoldo: Unisinos, Vol. 4, n. 2, p. 52-77, jul/dez 2008.

V enanparq
Salvador - 2018

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE CONSTRUÇÃO NA FACULDADE DE ARQUITETURA DA UFBA

REFLECTIONS ON THE TEACHING OF CONSTRUCTION IN THE SCHOOL OF ARCHIECTURE OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF BAHIA

REFLECCIONES SOBRE LA ENSEÑANZA DE CONSTRUCCIÓN EN LA FACULTAD DE ARQUITECTURA DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE BAHIA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

SANTOS NETO, Edson Fernandes D'Oliveira
Doutorando em Arquitetura e Urbanismo; Professor Adjunto da FAUFBA
edsonn@ufba.br

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE CONSTRUÇÃO NA FACULDADE DE ARQUITETURA DA UFBA

REFLECTIONS ON THE TEACHING OF CONSTRUCTION IN THE SCHOOL OF ARCHIECTURE OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF BAHIA

REFLECCIONES SOBRE LA ENSEÑANZA DE CONSTRUCCIÓN EN LA FACULTAD DE ARQUITECTURA DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE BAHIA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO
Como deve ser o ensino de materiais de construção e técnicas construtivas para arquitetura? Esta pergunta, a princípio, está circunscrita ao domínio da construção no campo da arquitetura, mas, com a atenção devida, nota-se que ela se enquadra antes no campo da docência. Este artigo faz reflexões sobre o ensino de construção associado a questões inerentes à atividade docente nos cursos profissionais, centrado nos cursos de arquitetura e urbanismo da FAUFBA, onde o autor é professor efetivo desde 2011 de disciplinas ligadas à área de construção.
PALAVRAS-CHAVE *(3 a 5): ensino, construção, arquitetura, projeto, faufba.*

ABSTRACT:
How should the teaching of construction materials and construction techniques for architecture be? This question, at first, is limited in the domain of construction in the field of architecture, but, with due attention, it is noted that it fits first in the field of teaching. This article makes reflections on the teaching of construction associated with issues inherent to the teaching activity in the professional courses, centered in the architecture courses of FAUFBA, where the author is professor since 2011 of disciplines related to the construction area.

KEYWORDS: *teaching, construction, architecture, design, faufba..*

RESUMEN:
¿Cómo debe ser la enseñanza de materiales de construcción y técnicas de construcción para la arquitectura? Esta pregunta, en principio, está circunscrita en el ámbito de la construcción, en el campo de la arquitectura, pero, con la atención debida, se nota que se encuadra antes en el campo de la docencia. Este artículo hace reflexiones sobre la enseñanza de la construcción asociada a cuestiones inherentes a la actividad docente en los cursos profesionales, centrado en el cursos de arquitectura de la FAUFB, donde el autor es profesor desde 2011 de disciplinas ligadas al área de construcción.

PALABRAS-CLAVE*: enseñanza, construcción, arquitectura, diseño, faufba.*

INTRODUÇÃO

Os cursos de arquitetura são cursos de formação profissional cujo ensino não se pauta completamente nas ciências aplicadas. A arquitetura é uma profissão com funções sociais importantes e também uma arte (Schön, 2000, p. 26). A tradição do ensino de projeto como estruturador da formação é uma característica importante e a integração das áreas de conhecimento que a compõem nessa formação deveria ser uma busca permanente nas escolas e faculdades.

Como deve ser o ensino de materiais de construção e técnicas construtivas para arquitetura? Esta pergunta, a princípio, está circunscrita no domínio da construção no campo da arquitetura, mas, com a atenção devida, nota-se que ela se enquadra antes no campo da docência.

A tradição clássica da educação superior referenciada na educação profissional e na ideia de que "quem sabe fazer sabe ensinar", aliada a não formação para a docência característica dos cursos de bacharelado, pode colocar os professores, especialmente os mais novos na profissão, em um campo profissional desconhecido.

De acordo com pesquisas realizadas sobre docência universitária, D'Ávila e Ferreira afirmam que grande parte dos professores não possui noções claras das teorias que fundamentam sua prática docente em termos de ensino-aprendizagem. "Não obstante, a maior parte dos professores universitários não realizaram cursos de licenciatura, são bacharéis que assumem a docência sem um preparo pedagógico prévio." (D'ÁVILA, 2012, p.2)

As razões dessa situação são várias: a concepção de docência como um dom, que desprestigia a sua condição acadêmica e coloca a formação específica para o ensino como desnecessária; o distanciamento dos conhecimentos pedagógicos do espaço universitário, inicialmente dedicados à educação infantil; a crença de que o conhecimento de base científica e o exercício profissional que o legitima na prática são suficientes para o exercício da docência, dentre outras analisadas por Cunha (2008).

O ensino prescritivo e legitimado pelo conhecimento científico estando em crise emerge no professor a necessidade de construção de novos saberes e surgem questões como a colocada no enunciado deste artigo, mas também outras tantas, mais de natureza cultural e pedagógica do que relacionadas ao conteúdo das disciplinas, como as apresentadas por Cunha:

> Em que medida o professor consegue atender as expectativas de meus [*sic*] alunos? Como compatibilizá-las com as exigências institucionais? Como motivar os alunos para as aprendizagens que extrapolam o utilitarismo pragmático que está em seus imaginários? Como trabalhar com turmas heterogêneas e respeitar as diferenças? Que alternativas há para compatibilizar as novas tecnologias com a reflexão ética? De que maneira é possível aliar ensino e pesquisa? Que competências são necessárias para interpretar os fatos cotidianos e articulá-los com meu conteúdo? Como enfrentar o desafio da interdisciplinaridade? Deve, o professor, continuar preocupado com o cumprimento do programa de ensino mesmo que os alunos não demonstrem interesse/prontidão para o mesmo? Como, em contrapartida, garante conhecimentos que lhes permitam percorrer a trajetória prevista pelo currículo? Tem sentido colocar energias em novas alternativas de ensinar e aprender? Como fugir de avaliações prescritivas e classificatórias e, ao mesmo tempo, manter o rigor no meu trabalho? Como pode contribuir para propostas curriculares inovadoras? (2008, p.19-20).

Por outro lado, a questão pedagógica não parece estar sendo enfrentada pela universidade ou pelas faculdades.

O processo de contratação docente através de concurso nas Instituições Federais de Ensino Superior explicita esta lacuna. Dá-se ênfase à produção acadêmica, científica e profissional e realiza-se prova didática e de defesa de memorial, mas não há qualquer ênfase nas habilidades pedagógicas dos futuros professores, como também não há, via de regra, competência dos próprios avaliadores neste campo. A prova didática, que procura avaliar e prever por aproximação o desempenho do professor em sala de aula é uma aula expositiva sobre um "ponto" sorteado. A própria ideia de ponto refere-se a uma visão cartesiana do ensino de que para se conhecer o todo, decompõe-se o conhecimento em partes isoladas; nesse caso, o ponto é uma metáfora sobre a apreensão da imagem fotográfica, que poderia ser apreendida ponto por ponto.

A interação entre os professores sobre questões pedagógicas é dificultada por uma tradição de isolamento, justificada pelo respeito à autonomia do trabalho do professor em sala de aula. O que atrapalha o desenvolvimento pedagógico e a troca de experiências.

RESSONÂNCIAS SOBRE O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Em artigo que trata dos impasses contemporâneos para a pedagogia universitária brasileira, Maria Isabel da Cunha (2010) traça referências históricas necessárias à compreensão da realidade que estuda e traz aspectos relevantes para o conhecimento da trajetória do ensino superior no Brasil. Para a autora, diante de uma tradição de ensino profissional de grande parte das universidades brasileiras, a docência, baseada no prestígio profissional ou no perfil investigativo do professor, estabeleceu práticas clássicas de ensino e aprendizagem em que o aluno é um receptor dos conhecimentos acumulados pela humanidade e transmitido pelos professores.[1] A partir da Reforma Universitária de 1968 (Lei n° 5540), a pesquisa passa a ter papel relevante nas instituições universitárias que ainda mantém cristalizados os seus métodos tradicionais de ensino.

A situação do ensino profissional no Brasil é moldada por muitos acontecimentos ao longo de sua história. Se por um lado, a tradição colonial deixou um forte legado para a organização acadêmica, outros movimentos trouxeram perspectivas distintas em relação ao modelo acadêmico de formação profissional.

Durante muitos anos, o ensino superior no Brasil ficou restrito aos cursos superiores profissionais, sendo criados os primeiros já com a transmigração da Família Real para a Colônia em 1808. Por muito tempo o Brasil resistiu a criar a sua própria universidade e o fez a partir da integração das escolas de Medicina, Direito e Engenharia, mas a tradição dos cursos profissionais isolados em escolas permaneceu ainda por muito tempo, a despeito de constituírem uma universidade, até às reformas implantadas a partir da década de 1960[2].

[1] Essa tradição clássica possui raízes portuguesas que, por sua vez, tem influência da concepção napoleônica da educação superior. Até à proclamação da Independência no início do século XIX, a universidade do Brasil era a Universidade de Coimbra, onde portugueses nascidos no Brasil iam estudar e muitos foram professores. O ensino em Coimbra, de tradição medieval e escolástica, passou por reforma radical conduzida pelo Marquês de Pombal na segunda metade do século XVIII, de inspiração moderna com valores calcados na filosofia e na ciência. "A universidade reformada de Coimbra e a universidade napoleônica da França são agora as duas influências intelectuais a se estenderem sobre a Colônia". (TEIXEIRA, 1969)

[2] Com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, foram criados cursos como o de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia na Bahia; a Escola de Cirurgia, Academias Militares, Escolas de Belas Artes, Museu e Biblioteca Nacional e Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, mas não se fala em criar uma universidade no Brasil. Logo após a Independência são criados cursos de Direito em São Paulo e

Anísio Teixeira reconhece a influência de diversos fatores para essa condição brasileira - em que se optou pela criação de cursos profissionais como substitutivo à universidade que o país relutou em criar até a década de 1920 , mas que não cabem ser aprofundados aqui (*cf.* TEIXEIRA, 1969). Entretanto, foram estes cursos que deram a base para à estruturação de grande parte das universidades criadas aqui entre as décadas de 1920 e 1960 por terem caráter peculiar de valores acadêmicos desinteressados (o saber pelo saber) aliados ao ensino prático profissional.

> O ensino superior [no Brasil], embora não organizado sob forma universitária buscava acima de tudo corporificar valores que só a universidade de amplos objetivos de cultura desinteressada poderia cumprir. A solução de escolas profissionais era uma solução substitutiva, ou compensatória, visando dar-nos, por esse modo de organização que nos parecia mais viável e menos pretensioso, os valores que só a universidade nos poderia dar. (TEIXEIRA, 1969, p. 68)

A Reforma Universitária de 1968 (Lei n° 5540), gestada desde o início daquela década, instituiu a organização departamental das universidades com base no modelo norte-americano, que era visto como condição fundamental para a pesquisa, na qual passou a se pautar com ênfase a universidade brasileira. Mesmo implicando uma mudança no modelo tradicional herdado do século XIX sob o qual se fundaram as universidades brasileiras até então, a Reforma de 1968 trouxe poucas modificações para os processos de ensino e aprendizagem e para os currículos, não conseguindo alterar a cultura pedagógica de que o domínio de certa área do conhecimento é suficiente para o exercício da docência. (CUNHA, 2010; TEIXEIRA, 1969)

> A pesquisa, estimulada como função acadêmica, foi se instalando em espaços externos à sala de aula, em especial as da graduação, constituindo-se em grupos de laboratórios especializados, em ações paralelas no contexto do plano de trabalho dos professores [...] Não se têm informações mais evidentes de que os currículos dos diferentes cursos de graduação e práticas pedagógicas que os acompanharam tenham sofrido impactos significativos das atividades de pesquisa realizadas nos departamentos, por seus docentes. (CUNHA, 2010, p.64)

O processo de redemocratização dos anos 1980 carregou demandas importantes que contribuíram para moldar as instituições de ensino superior em novas bases para um Estado democrático. Uma grande conquista desse período foi a inclusão do eixo indissociável ensino-pesquisa-extensão na Constituição de 1988, mas que enfrentou uma realidade universitária ainda pautada no conhecimento como produto e na pesquisa com valorização das certezas em detrimento da dúvida e da provisoriedade. O desafio de transformar a tradição universitária era grande e não seria fácil implementar mudanças curriculares e nas práticas pedagógicas nos cursos de graduação. Embora tenham sido realizadas algumas iniciativas durante os anos seguintes, questões relativas ao ensino vinham perdendo importância em detrimento da atenção dada à pesquisa no ambiente acadêmico. No início dos anos 1990, o Ministério da Educação lançou o Programa de Avaliação e Desenvolvimento da Educação Superior (PADES) que abriu espaço para realização de experiências inovadoras em relação ao ensino visando estimular experiências acadêmicas de cunho

Olinda e a Escola de Minas, esta última em 1832. Desde a transmigração da Família Real até a República, vários apelos foram feitos para a criação de uma universidade brasileira, o que não foi atendido. Assim, somente na década de 1920 se iniciam os processos de criação de universidades no Brasil, com a Universidade de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, com a união de cursos superiores.

pedagógico. Embora não tenha surtido efeitos significativos, foi uma iniciativa que possibilitou algumas experiências inovadoras no campo (CUNHA, 2010, p.64-65).

Na segunda metade daquela década, como reflexo de políticas internacionais e do fenômeno da globalização que afetaram as políticas públicas nacionais, especialmente na área social, nota-se uma expansão significativa da educação superior privada, que tomou o interior do país com as novas modalidades de instituições previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n° 9.394/96)[3]. Esse processo conduziu à massificação do ensino sem o necessário preparo pedagógico para garantir a sua qualidade, mas que alterou o quadro da educação superior, antes restrito a uma elite intelectual e social. Os efeitos desse processo vieram a se intensificar na década seguinte com ampliação de vagas nas instituições públicas e privadas e com os programas de bolsas de estudo implementados pelo governo federal.

A demanda crescente das classes emergentes e o crescimento populacional aumentaram a necessidade de professores do magistério superior e as instituições deveriam possuir mestres e doutores em seus quadros como forma de garantir a qualidade do ensino. Entretanto, a visão de que a qualificação do ensino superior se dá no aperfeiçoamento de professores pela pós-graduação *strictu sensu* não se verifica na prática, pois a maioria destes cursos, com ênfase na pesquisa, não proporcionam aos pós-graduandos conhecimentos teóricos e práticos necessários ao desenvolvimento da profissão docente.

> A experiência empírica vem anunciando que os percursos de formação dos alunos de graduação, tanto a nível dos currículos, como das práticas pedagógicas, raramente sofreram alteração conceitual, com o perfil pós-graduado dos professores. Se, por um lado, estes se tornaram mais competentes no domínio da pesquisa e do aprofundamento temático de sua área, bem como no desenvolvimento de significativas habilidades intelectuais, não raras vezes essa condição os afasta da necessária visão generalista e da capacidade articuladora de seu campo de conhecimento. Também se distanciam se distanciam de uma interlocução com os alunos iniciantes, desejando um pressuposto de conhecimento que eles ainda não têm. Aprofundam a visão formativa pelo olhas da sua especialidade diminuem a perspectiva de conjunto e a capacidade de apreender o fenômeno na sua totalidade. (Idem, p.69)

De forma contraditória à legitimação dos títulos profissionais, os profissionais que se tornam docentes, atuam sem uma formação específica para este exercício, inspirados em modelos transmitidos por seus antigos professores.

Por outro lado, os jovens docentes possuem pouca ou nenhuma experiência na atividade profissional de sua área, o que raramente tem peso nos processos de contratação docente nas instituições de ensino superior. Como a formação de graduação tem a perspectiva profissional, pois é ela que viabiliza o exercício profissional, a situação da formação se agrava.

Historicamente, a educação tem no ensino sua principal função e essa condição responde aos anseios da sociedade pela formação profissional dos jovens, legitimada academicamente e reconhecida pela lei, amparada ainda pelo reconhecimento da produção de conhecimento realizada pela instituição como forma de garantir trabalho.

[3] Estas novas modalidades são os Centros Universitários e as Faculdades Isoladas, distinguindo-se das Universidades, onde ensino e pesquisa são indissociáveis.

> [...] na expectativa da sociedade, o papel da universidade é promover um ensino que ajude os jovens a serem competentes e competitivos profissionalmente, assegurando-lhes as ferramentas básicas para serem incluídos no mundo do trabalho. A pesquisa se estabelece como pano de fundo dessa expectativa, porque qualifica e prestigia a formação profissional requerida. (Idem, p.67)

ENSINO DE (CONSTRUÇÃO PARA) ARQUITETURA NA FAUFBA

A participação da construção na arquitetura é incontestável. Sob o aspecto da transformação do espaço a fim de ser habitado pelo homem, pode-se dizer que não há arquitetura sem construção. Profissionais reconhecidos do campo da arquitetura, a exemplo do arquiteto português Álvaro Siza, defendem que construção e arquitetura são a mesma coisa. Quanto ao ensino de arquitetura, este pressupõe o ensino de alguns campos de saber, dentre eles o da construção. Entretanto, o ensino de construção para arquitetura não deve ser dissociado das questões que envolvem a atividade de projeto. A escolha dos materiais e dos sistemas construtivos com as respectivas técnicas e processos a serem empregados é decisão de projeto e ocorre nos domínios do *design*[4] *de* Donald Schön (ver Quadro 1).

Por razões normativas, operacionais e pedagógicas, os cursos de graduação possuem conteúdos agrupados por campos de saber e divididos em disciplinas com horários organizados ao longo de anos de formação. Nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, a carga horária destinada a cada conjunto de conteúdos é proporcionada de acordo com os objetivos curriculares previstos para a formação e se divide em tempos teóricos e práticos.

Atualmente, de acordo com a Resolução CNE/CES que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo (BRASIL,2010) os conteúdos curriculares dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil devem estar distribuídos em dois núcleos e um Trabalho de Curso; sendo um núcleo de Conhecimentos de Fundamentação e um núcleo de Conhecimentos Profissionais – este último contempla os campos de Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e do Paisagismo; Projeto de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo; Planejamento Urbano e Regional; Tecnologia da Construção; Sistemas Estruturais; Conforto Ambiental; Técnicas Retrospectivas; Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo; Topografia (BRASIL, 2010, art. 6°)[5].

O domínio da construção no contexto das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em arquitetura e urbanismo, embora não esteja definido na resolução que estabelece tais diretrizes, é composto de conteúdos presentes nos campos de Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo; Tecnologia da Construção; Sistemas Estruturais; Conforto Ambiental, Técnicas Retrospectivas e Topografia, podendo ainda utilizar conteúdos de outros campos.

[4] O termo *design* utilizado por Schön não é traduzido na versão em português de seu livro *Educating the Reflective Practioner* publicado originalmente em 1998 (cf. SCHÖN, 2000), entretanto, entendemos que o termo d*esign* utilizado por Schön significa o *como fazer* em um projeto, o própria ação de projetar.

[5] Os campos dos Conhecimentos de Fundamentação e Profissionais são os mesmos definidos pela Portaria do MEC, n° 1770, de 21 de dezembro de 1994, entretanto, nessa portaria eram chamados de Matérias de Fundamentação e Matérias Profissionais.

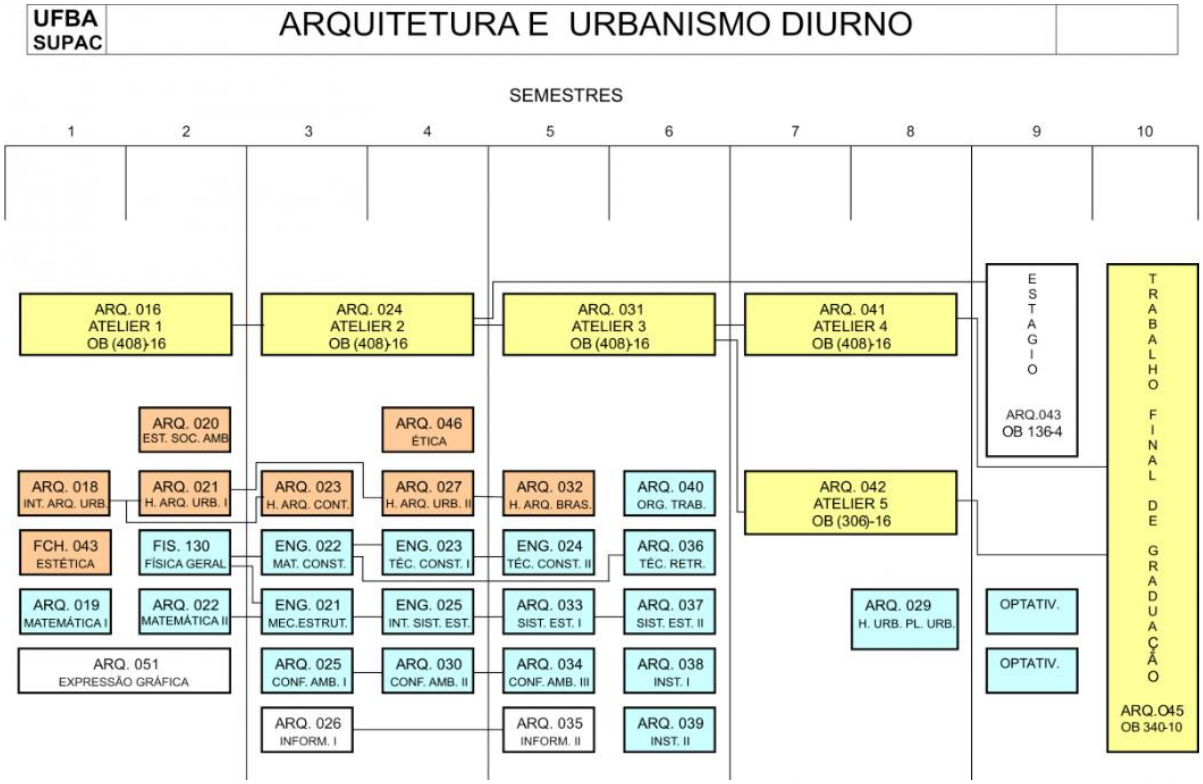


Figura 1. Fluxograma da Estrutura Curricular do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Diurno da FAUFBA. Fonte: Disponível em https://arquitetura.ufba.br/pt-br/estrutura-curricular. Acessado em 08 jun. 2018.

O currículo implantado na FAUFBA em 1996 (Figura 1) alterou o ensino de arquitetura sob a perspectiva da valorização da centralidade das atividades de projeto apoiadas no modelo de ateliês. Esse é o modelo vigente atualmente, embora a dinâmica pedagógica de sua implantação tenha se diluído com o tempo. Em termos de conteúdo, se pretendeu que os ateliês englobassem assuntos de outros componentes curriculares – como os de Desenho Arquitetônico, Plástica e Topografia –, entretanto, os demais componentes curriculares não tiveram alterações significativas, sobretudo os desenvolvidos em outras unidades da UFBA, como a Escola Politécnica.[6]

> A reforma curricular da FAUFBA marcou um passo importante quanto às alterações no ensino de projeto. Nas restantes disciplinas tecnológicas e de teoria e história, algumas mudanças ocorreram, às vezes didático-metodológicas, mas com pouca interferência na estrutura das disciplinas, pouco alteradas. (OLMOS, 2004, p.257).

Este currículo buscou adaptar o Currículo Mínimo definido pela portaria 1770, de 27 de dezembro de 1994, do MEC/CEAU às circunstâncias locais. Os debates para a sua implantação se apoiaram em discussões que vinham sendo feitas no país desde a década de 1980, promovidas pela ABEA, pelas Comissões de Especialistas e pelas próprias escolas (OLMOS, 2004, p.178).

[6] Atualmente, os componentes curriculares ENG021 - Mecânica das Estruturas, ENG025 - Introdução aos Sistemas Estruturais, ENG023 - Técnicas Construtivas I e ENG024 - Técnicas Construtivas II são de responsabilidade do Departamento de Construção e Estruturas (DCE) e o componente curricular ENG022 - Materiais de Construção é oferecido pelo Departamento de Ciência e Tecnologia dos Materiais (DCTM).

Os Ateliês de Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, passaram a ter cronograma anual com carga horária semanal de 12 horas, dividida em três dias de 4 horas, exceto o Ateliê V (Urbanismo) que tem carga horária semanal de 9 horas, dividida em dois dias, ocupando os ateliês, desta forma, quase a metade da carga horária do curso. Entretanto, importante mudança se notou no ambiente pedagógico proporcionado pela relação entre professores e alunos e pela interação entre os alunos. Em lugar de turmas de 15 alunos e um professor, passam a dividir espaço de trabalho três ou mais professores e 45 alunos ou mais. Para isso, a escola reformou suas salas de aula de planta livre, criando espaços mais generosos, permitindo esta integração. Nos primeiros anos de implantação do currículo de 1996, a faculdade proporcionou, com entusiasmo, o aumento da produção e de sua visibilidade, num ambiente mais crítico e participativo.

Devido ao grande número de alunos - ingressam 120 alunos por ano no curso diurno - há sempre mais de uma turma dos ateliês de cada ano com professores e métodos diferentes de ensino.[7]

O Ateliê é o lugar onde ocorre a síntese necessária ao projeto, ou seja, à antecipação da arquitetura, mas, mais do que isso, é um espaço de incentivo ao trabalho coletivo em que o professor deve assumir o papel de instrutor e que os estudantes aprendem ao enfrentar os problemas – frequentemente difusos – colocados nas bases dos exercícios.

A criação, em 2009, do curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Noturno, dentro do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) enseja reflexões sobre uma nova organização curricular e didática. A comissão de professores[8] que preparou o Projeto Pedagógico planejou um curso com carga horária equivalente à do curso diurno, porém com alterações nos componentes curriculares de modo a viabilizar a graduação com duração mínima de seis anos, com quatro componentes a serem cursados por semestre letivo. Um dado importante a ser considerado é que todos os componentes curriculares do curso noturno ocorrem na própria unidade e os professores foram sendo contratados com a premissa de que ensinariam, paralelamente, os componentes de Projeto e componentes teóricos[9], com as exceções necessárias. Assim como no curso diurno, as atividades de projeto são centrais no currículo, embora com cargas horárias menores – com 8 horas semanais, divididas em dois dias.

O estudante, a partir dos primeiros contatos orientados com a disciplina da arquitetura em seu conjunto e com o conhecimento trazido de experiências vividas anteriormente, quando é solicitado a projetar começa a colocar em prática o seu *repertório*, ao mesmo tempo em que o constrói com a ajuda dos professores e dos colegas. À medida que o estudante avança no tempo escolar esse repertório é ampliado e aporta conhecimentos produzidos ao longo dos períodos nas diversas atividades em que o aluno participa – dentro e fora da escola -, contribuindo para isso os componentes curriculares cursados que integram a sua formação.

Donald Schön (2000, p. 56), ao descrever um protocolo em que analisa uma atividade de orientação de ateliê de projeto de arquitetura, define *repertório* como elementos da linguagem do projeto na qual o arquiteto

[7] A experiência do "novo" currículo apresentada por Susana A. Olmos em sua Tese de Doutorado (2004), intitulada Ética e Estética no Ensino de Projeto, relaciona o ensino na FAUFBA a partir de 1996 com o currículo anterior, confrontando a experiência desenvolvida pela autora na defesa de um ensino onde a criatividade, a postura crítica sobre a produção da arquitetura e o incentivo ao desenvolvimento da autonomia dos alunos frente à aprendizagem são pré-requisitos.

[8] A comissão de criação do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo – noturno da FAUFBA, foi composta pelos professores Arivaldo Leão de Amorim, Solange Souza Araujo e Vânia Hemb.

[9] Com isso busca-se melhor integrar os componentes curriculares de projeto de arquitetura e os demais componentes, tema recorrente nas discussões didático-pedagógicas sobre o ensino de Arquitetura na FAUFBA (FÓRUM, 1989) e em outras instituições.

descreve e aprecia as suas ações enquanto projeta. Ele agrupa tais elementos em um conjunto de doze "Domínios Normativos/Descritivos do *Projeto*[10]". Estes elementos serão sempre recorridos durante a ação de projetar e o seu "domínio" abrange os edifícios e suas partes, o terreno, relações espaciais, forma, percepção dos espaços, estrutura dos edifícios, custos, tipologias, referências, representações, expressão gráfica e textual.

Domínio	*Definição*
Programa/uso	Funções dos prédios ou componentes dos prédios, uso dos prédios ou dos terrenos
Terreno	Características, elementos, relações do local do prédio
Elementos dos prédios	Prédios ou componentes de prédios
Organização do espaço	Tipos de espaços e relações de um com o outro
Forma	1. Forma do prédio ou componente 2. Geometria 3. Marcas da organização do espaço 4. Percepção do movimento através dos espaços
Estrutura/tecnologia	Estrutura, tecnologias e processos usados no prédio
Escala	Dimensões do prédio e elementos em relação um com o outro
Custo	Custo da construção
Característica do prédio	Tipo de prédio, como indicação de etilo ou modo de construir
Precedente	Referência a outros tipos de prédios, estilos ou modos de arquitetura
Representação	Linguagens e símbolos pelos quais elementos de outros domínios são representados
Explicação	Contexto de interação entre o *arquiteto*[11] e outros

QUADRO 1. Domínios Normativos/Descritivos do Design definidos por Donald Schön.
Fonte: Adaptado de SHÖN, 2000, p. 56

Muitas são as atividades que proporcionam ao aluno experiências, informações ou elementos dos "domínios do *projeto*". No âmbito da *construção* da arquitetura - que estaria inscrita no domínio Estrutura/tecnologia de Shön -, dentre essas atividades estão a pesquisa sobre materiais e sistemas construtivos, cujos conteúdos são expostos e discutidos nas aulas teóricas das disciplinas; visitas guiadas a obras; exercícios de física aplicada realizados nas disciplinas que tratam das estruturas e de conforto ambiental; elementos de história da construção e de história da arquitetura - quando há ênfase nos aspectos construtivos sobre realização formal, entre outros. Esses elementos serão solicitados a comparecer em diversas fases do desenvolvimento do projeto, quando se tratar do projeto de arquitetura e do desenho urbano.[12]

[10] Na tradução para português foi mantido o vocábulo do idioma original d*esign,* aqui traduzido como projeto.
[11] Na tradução para português foi mantido o vocábulo do idioma original d*esigner,* aqui traduzido por arquiteto.
[12] Muitos outros domínios são solicitados e interferem na construção da arquitetura; a escolha de materiais e sistemas também depende de condições sócio-econômicas do meio (custo e disponibilidade de materiais); de quem vai construir (mão-de-obra); da finalidade da construção (programa governamental em escala, edificação particular, etc.).

Os elementos relativos à construção e aos materiais aportam - assim como os das demais disciplinas - no desenvolvimento das soluções em busca de uma síntese coerente que, em um bom projeto de arquitetura, terá o conjunto representado em suas partes.[13]

Nos exercícios de projeto do primeiro ano do curso, as informações sobre os materiais e sistemas construtivos ainda são preliminares e não são resultantes de estudos orientados e específicos[14]. Quando o estudante chegar ao último ano do curso deverá possuir um conhecimento neste campo que lhe permita formular um problema arquitetônico e buscar soluções com a complexidade exigida para a consecução da arquitetura, embora o Trabalho Final de Graduação seja, ainda, o primeiro trabalho com caráter profissional e possua limitações operacionais, já que depende de especialidades complementares, impossíveis de serem totalmente contempladas em um trabalho acadêmico.

A depender do problema de projeto abordado, a resposta inicial é dada de várias maneiras e não se pode precisar em que momento são escolhidos os sistemas construtivos e os seus materiais constituintes. Por exemplo, a concepção estrutural e respectiva definição dos materiais pode ser preponderante na expressão espacial do edifício ou estar oculta sob as paredes, cujos materiais de vedação podem mudar no decorrer do processo, ou serem definidos em fases posteriores. Aliado a isso há certa limitação de repertório a depender da natureza e da complexidade do programa do exercício relacionada ao período do curso em que está o estudante.[15]

Em exercícios iniciais os materiais de construção são desconhecidos; ou subentendidos quando a sua presença se impõe na prefiguração da arquitetura pela ótica do professor no processo de orientação. Ainda neste momento, alguns conceitos são introduzidos de forma preliminar ou rudimentar, com analogias ao comportamento de materiais nos próprios modelos e maquetes do processo de projeto. Ao longo da formação e da vida profissional, o arquiteto passará a conhecer melhor os materiais e sua aplicação; se deparará com materiais novos e utilizará materiais de forma inédita na construção, em processos de experimentação. Essas experiências irão constituir o seu repertório de soluções no domínio da *construção*.

Do projeto para a construção

Nos componentes curriculares de Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, a partir do segundo ano do curso, a relação entre construção e arquitetura é expressa por suas ementas e conteúdos, de maneira progressiva.

O Atelier III da FAUFBA traz no seu Programa a seguinte ementa:

[13] Para atingir este objetivo de coerência, considerado aqui como uma característica do bom projeto, deve-se analisar criticamente o uso de sistemas pré-fabricados catalogados, cada vez mais empregados na prática profissional corrente, com prejuízo para o desenho (*design*).

[14] Estes estudos se darão durante toda a vida profissional do arquiteto, à medida que se depare com a necessidade ou intenção de utilizar materiais e sistemas de forma tradicional ou alternativa, verificando características que sejam importantes ao caso ou ainda quando se deparar com materiais e sistemas construtivos que venham a se desenvolver. O arquiteto deve se preparar para utilizar as informações disponíveis para lhe ajudar a decidir sobre circunstancias do projeto.

[15] A complexidade está relacionada aos conteúdos solicitados e à natureza do problema. Se o problema é uma residência ou um edifício religioso no primeiro ano; se é um museu no segundo ano; se é um edifício de habitação no terceiro ano; se é uma EAS, um equipamento cultural ou a intervenção em um edifício histórico no quarto ano; ou ainda o desenho de espaços públicos. Além do projeto do edifício, sempre deve ser considerado e estudado o contexto em que está inserido.

> "Desenho técnico normativo para elaboração de projeto executivo. Aplicação de conhecimentos da Descritiva ao Projeto. Elaboração de ante-projeto e projeto arquitetônico completos, incluindo: projetos complementares, **detalhes construtivos e especificações de materiais e orçamentárias**. Aspectos metodológicos na realização de pesquisas, estudos preliminares e elaboração de projetos. Estudos da topografia usando os recursos da aerofotogrametria, topologia e fotointerpretação, aplicados à Arquitetura e Urbanismo." (UNIVERSIDADE..., 2006, p.1).

É neste Atelier - do qual deriva a Oficina de Projeto III do curso noturno - que aparece com ênfase as interações entre projeto e construção, sendo previsto o exercício de soluções de desenho para a execução da obra. A ementa é originalmente dividida em partes associadas a Desenho 3; Projeto 2 e Topografia, o que sugere que o Atelier III incorpora ementas de outras disciplinas, entretanto os conteúdos relacionados a construção participam da ementa de Projeto 2. Já os conteúdos programáticos, se organizam da seguinte forma:

> Análise e conceituação da questão da habitação no Brasil, através do estudo das suas manifestações (espontâneas e programáticas);
>
> Desenvolvimento de metodologia e instrumentalização específica para a abordagem da produção arquitetônica habitacional;
>
> Desenvolvimento de um **projeto arquitetônico executivo** de conjunto habitacional atendendo, no mínimo, às seguintes questões:
>
> a) **Exequibilidade**;
> b) **Viabilidade técnica, estrutural** e funcional;
> c) Adequação dimensional e percepção de escala;
> d) Atendimento às condições mínimas para o **conforto** humano;
> e) Domínio dos aspectos formais e volumétricos e de suas derivações (efeitos de sombra e luz, relação de cheios e vazios, usos e efeitos de texturas e cores, exploração de recursos como opacidade, transparência, peso, leveza, etc.);
> f) Domínio das relações da arquitetura projetada com seu interior e com seu exterior, levando em consideração inclusive as ressonâncias entre a mesma e as pré-existências;
> g) Domínio dos aspectos semânticos, simbólicos e imaginários ligados à projetação arquitetônica em pauta;
> h) Controle dos aspectos **complementares** ao projeto como as **instalações** hidro-sanitárias, elétrica, telefônica, aspectos paisagísticos, programação visual e sinalização etc.;
> i) Controle da necessidade de **equipamentos** complementares como elevadores, ar-condicionado, subestação, mecanismo de prevenção e combate de sinistros etc.;
> j) Domínio no **detalhamento** de esquadrias, escadas, sanitários e/ou outros elementos arquitetônicos particulares do projeto. (UNIVERSIDADE..., 2006, p.1-2) *grifo nosso.*

Embora os conteúdos se refiram ao "desenvolvimento de projeto arquitetônico executivo", pode-se compreender as limitações dessa empreitada no âmbito de um exercício acadêmico. Mesmo com a dedicação dos alunos em horas extraclasse, o projeto executivo de um edifício de habitação, além do projeto de arquitetura requer a realização de projetos complementares – estruturas, instalações e outras

especialidades – que na prática profissional envolveria outros profissionais, não sendo possível para o aluno dar conta deste trabalho sozinho nos prazos letivos.

O que ocorre na prática do ateliê é o pré-dimensionamento de componentes estruturais e de sistemas relevantes para caracterizar os elementos da construção e suas relações na materialização do edifício. Ainda assim, o tempo letivo é dividido com outros exercícios, e o aluno dispõe para o desenvolvimento do projeto em sua fase executiva, quando muito, de um semestre letivo com 204 horas de atividades em ateliê mais as horas necessárias de trabalho extraclasse. Esse tempo corresponderia a, aproximadamente, um mês de trabalho ininterrupto de um profissional com carga horária de 8 horas diárias.

Considerando que o aluno cursa disciplinas em paralelo com exigências de leituras, seminários, provas e outras atividades e que está aprendendo e adquirindo experiência e agilidade durante esta fase do curso, não é possível a realização de um projeto executivo. Esta fase do projeto, por ser a última, acaba por ser a mais sacrificada em termos de desenvolvimento e completude.

Por outro lado, o domínio dos aspectos construtivos, o controle simulado da expressão do edifício de forma a dar coerência entre a concepção e a materialidade são habilidades desejáveis de serem desenvolvidas na formação em arquitetura ao lado de tantas outras. Como superar essa dificuldade é uma questão que deve ser enfrentada pelo currículo e pela estrutura administrativa.

Uma possibilidade, verificada na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto – que, assim como a FAUFBA, tem o ensino de projeto como eixo principal da formação - é o encerramento das atividades das demais disciplinas com um mês e meio a dois meses de antecedência para que os alunos se dediquem exclusivamente aos trabalhos de projeto naquele período. Entretanto, o currículo é organizado em função desta e de outras premissas, sendo as disciplinas, em sua maioria, anuais. É uma estratégia, dentre outras, que favorece a almejada integração das disciplinas, sobretudo entre Construção e Projeto de Arquitetura, com atividades em comum que ocorrem no final do ano letivo. Por exemplo, no terceiro ano, cujo projeto desenvolvido tem como tema a habitação coletiva, a última atividade de Construção é de natureza prática e corresponde ao desenvolvimento das soluções construtivas do edifício que está sendo feito em Projeto de Arquitetura, de modo que parte do material entregue para a disciplina de Projeto corresponde à entrega da disciplina de Construção.

Da construção para o projeto

Como as questões de construção e dos materiais devem ser tratadas fora e dentro do tempo de projeto? Atividades que explorem o treinamento em projeto; estudo de soluções exemplares que contribuam para a formação de um repertório próprio; estudo e modelagem de elementos construtivos de obras de referência; trabalho em oficinas e atividades experimentais de construção para assimilar a materialidade da construção, entre outras.

Tradicionalmente, o ensino de Materiais de Construção e de Técnicas Construtivas é baseado nos Programas das Disciplinas da área e estruturado de forma variada.

No caso dos componentes curriculares de Materiais de Construção, no tempo teórico (68 horas), são feitas aulas expositivas sobre materiais de construção selecionados: rochas, solo, concreto, madeira, metais, cerâmicos, vidro e “outros materiais”, em que são estudadas suas propriedades e composições, requisitos

técnicos de desempenho, noções de patologias e exemplos de seu emprego em edificações. Em alguns casos, se trata da utilização histórica do material, abordada de forma introdutória e panorâmica. Complementam as aulas, exposições feitas por profissionais ligados a empresas fornecedoras de materiais de construção – vidros, cerâmicas, gesso, entre outros e seminários apresentados pelos estudantes sobre pesquisa realizada acerca de materiais não abordados pelo professor.

No tempo prático (34 horas), são realizadas visitas a fábricas – especialmente de cerâmica, pré-fabricados de concreto, usinas de concreto e indústria de madeira roliça para construção, além de ensaios de laboratório que demonstram algumas propriedades de materiais selecionados: normalmente o concreto e seus constituintes, incluindo o aço para concreto armado.

De certa forma, o conteúdo para arquitetura já é panorâmico, não tendo um grande aprofundamento nas propriedades dos materiais. Talvez essa seja uma escolha acertada, porém é preciso fazer com que esse estudo contribua para o repertório do estudante, com pesquisas e exemplos de soluções do emprego dos materiais em obras referenciais.

Nos componentes curriculares de Técnicas Construtivas, a carga horária (duas disciplinas de 68 horas) se divide também em tempo teórico (34 horas por disciplina) e tempo prático (34 horas por disciplina). No tempo teórico, são realizadas aulas expositivas estruturadas didaticamente na decomposição do processo de construção em fases e sistemas construtivos, começando por estudos do terreno e do comportamento dos solos, passando pelos “serviços iniciais” de organização do canteiro de obras até os sistemas estruturais, passando pela locação, vedações, elementos de cobertura, circulação vertical, iluminação e acabamentos dos edifícios.

No tempo prático, são realizados visitas e trabalhos de acompanhamento de obras - que enfrentam limitações - e exercícios de locação rudimentar de obra, levantamento de alvenarias de blocos e tijolos e revestimentos. Normalmente, exercícios práticos repetitivos em que um profissional ou o professor orienta o trabalho dos estudantes.

Os conhecimentos dos processos de construção, na prática, são aprendidos quando o estudante realiza estágio em obra. No programa da disciplina Técnicas Construtivas II é previsto tempo prático para a realização de desenhos de detalhes construtivos, mas há alguns anos, estes desenhos têm sido substituídos por exercícios de projeto de produção em temas como impermeabilização e revestimentos de fachadas.

Nestas disciplinas, os materiais de construção são tratados de forma autor referenciada, ou seja, são estudadas as propriedades, modo de produção e características do material e dos componentes construtivos deles constituídos – por exemplo: ensinam-se as propriedade da cerâmica, o modo de produção de componentes (tijolos, blocos, telhas, etc.;) as características para aceitação por amostragem dos componentes, tais como dimensões, planicidade, resistência mecânica, absorção de água, mas não se estudam exemplos de sua utilização em obras de arquitetura. Por outro lado, as técnicas e os sistemas construtivos são abordados de forma ilustrativa e em trabalhos práticos de visitas a obras, mas sem uma preocupação com a qualidade arquitetônica da obra. As obras visitadas pelos alunos, geralmente, recaem sobre obras de arquitetura corrente; normalmente, edifícios residenciais de múltiplos pavimentos. Estes edifícios permitem aos estudantes acompanharem mais de uma fase da construção, relativamente organizada e com critérios de segurança cada vez mais rigorosos – o que, por outro lado, pode ser um

empecilho para as visitas em função das exigências de treinamento prévio para acesso ao canteiro e seguro contra acidentes.

Assim, nas aulas teóricas, permanece a forma tradicional da transmissão de conhecimento, mas, sobretudo, sem referência significativa ao emprego dos materiais e sistemas na arquitetura de obras exemplares, nas quais as questões construtivas sejam importantes para a concepção arquitetônica, de modo que seja possível problematizar a relação entre o projeto (desenho) e a obra construída através do processo de sua realização. Esta é uma abordagem que precisa ser considerada, criando-se um banco de dados de projetos exemplares a serem disponibilizados, de modo que os estudantes tenham acesso às informações para realização de estudos com atividades de redesenho e produção de modelos físicos e digitais sobre estes projetos.

Além da presença do projeto de arquitetura como estratégia didática, é desejável que possa haver integração entre as disciplinas de materiais de construção e de técnicas construtivas, pois a ocorrência sequencial destas disciplinas está sujeita ao distanciamento, como já foi dito, entre o tratamento das propriedades dos materiais e componentes e o seu emprego na obra e no projeto de arquitetura, o que pode gerar desinteresse e prejuízo ao aprendizado por não haver um trabalho que permita a manipulação das informações com objetivo, proporcionando a produção do conhecimento.

Atividades de pesquisa realizadas pelos alunos sobre os materiais, relacionando o seu emprego em obras de arquitetura através do estudo de desenhos, de visitas à obra e modelagem, devem contribuir significativamente para o aprendizado.

Alguns professores se referem ao fato de que o estudante aprende aqueles conceitos que ele utiliza em alguma atividade que está realizando (VALE, 2017; TEIXEIRA; 2017), colocando em dúvida a efetividade das aulas expositivas em que são tratados conhecimentos sistematizados sobre materiais, técnicas e sistemas construtivos com a finalidade de avaliação através de provas escritas, no chamado aprendizado mecânico, ou por depósito.

Em entrevista concedida ao autor, Clara Vale, professora de Construção no 4° ano na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, diz o seguinte, ao ser perguntada sobre o lugar da informação sistematizada, ou melhor, das informações dadas pelo professor em aulas teóricas sobre as propriedades e características dos materiais de construção no ensino de arquitetura:

> [...] a melhor forma que temos encontrado aqui para resolver isso é tentando que a necessidade do próprio projeto, a pesquisa do próprio projeto, determina o conhecimento do aluno sobre os materiais, o que significa que cada projeto vai requerer conhecimentos específicos[...]
>
> [...] tem sido o que de melhor temos conseguido - ao nível de implementação no curso - : ter uma relação muito direta entre o que é alguma componente teórica e depois uma aplicação prática, porque se não tiverem aplicação prática, todas as matérias que são dadas – que até podem ser alvo de avaliação por testes – [após os testes], não ficam. Por isso, quando há uma componente prática, quando eles precisam [utilizar a informação] é mais fácil eles conseguirem tentar saber como é que os materiais funcionam. (VALE, 2017)

Nesse sentido, quando o estudante utiliza o projeto como pretexto para investigar as propriedades dos materiais ele está desenvolvendo a aprendizagem por descoberta, que se distancia da aprendizagem por memorização. Isso não quer dizer que não possam ser pensadas atividades próprias das disciplinas aplicadas que permitam a produção do conhecimento a partir da informação sistematizada. Entretanto, não parece fazer sentido nos dias de hoje, com a grande disponibilidade de informação acessível, a ocorrência de aulas expositivas para apresentação de conteúdos cada vez mais abundantes sobre as propriedades dos materiais de construção para avaliação em provas escritas.

Alguns pesquisadores que se dedicam ao ensino e à pesquisa sobre o ensino tecnológico do arquiteto, a exemplo de Maria Amélia D. Leite (2005), reconhecem a deficiência desta formação no Brasil. Em sua tese de doutorado que trata do “processo de ensino-aprendizagem destinado à formação tecnológica do arquiteto”, Leite define este processo como todo o aparato curricular que conduz o aluno ao conhecimento capaz de proporcionar a "resolução material dos bens arquitetônicos e urbanísticos” (Leite, 2005, p. 2). Metodologicamente, a autora considera em seu estudo o “ensino tecnológico” “como uma partição de características e compromissos específicos no tocante ao ensino de Arquitetura e Urbanismo” e traz uma proposta para a solução desta deficiência, que não caberia desenvolver neste artigo. Leite (2005, p.22), entretanto, faz ressalva ao ensino de projeto como protagonista do curso de arquitetura, caracterizado "por um desenvolvimento absolutamente intelectual, abstrato e, frequentemente, desvinculado do contexto social", autocentrado e sem relação com outras áreas - "Tecnologia, História e Teorização" e sugere a possibilidade de que as deficiências na formação tecnológica podem ser atribuídas ao discurso recorrente de valorização do ensino de projeto. Entendemos que esta é uma questão a ser melhor desenvolvida.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

É preciso compreender que o ensino de projeto não pode estar dissociado do ensino das demais disciplinas. A busca deve ser pela integração, com apoio destas disciplinas que tratam do emprego dos materiais e das técnicas de construção, assim como as de estruturas, instalações e conforto ambiental às disciplinas de projeto em suas atividades práticas, tendo em vista que a maioria destas disciplinas possui tempo teórico e tempo prático. O que se percebe com muitas disciplinas é o distanciamento das atividades de projeto e uma disputa involuntária pelo interesse do aluno, o que didaticamente não contribui para a formação em arquitetura.

A ideia do ensino de construção como ensino de projeto está relacionada a este viés de integração das disciplinas de forma mais eficiente para o aprendizado. Entende-se que no projeto se exercita o aprendizado acadêmico sobre construção, mas é preciso exercícios de construção para dar uma carga material a este aprendizado.

O desenvolvimento das aptidões pedagógicas do pessoal docente das instituições de ensino superior profissionalizante deve ser de iniciativa dos professores, em intercâmbio com os colegas, na busca por atividades pedagógicas que apostem no aprendizado significativo.

REFERÊNCIAS

CONSELHO DE ARQUITETURA E URNANISMO DO BRASIL. **Censo Arquitetos e Urbanistas CAU-BR 2012**. CAU-BR, Brasília, 2012, 92p. Disponível em: http://www.caubr.gov.br/censo/resource/site/pdf/nacional/Censo-CAU-Brasil.pdf. Acesso em: 08 jun. 2018.

_____. **Anuário de Arquitetura e Urbanismo 2016**. CAU-BR, Brasília, 2017, 108p. Disponível em: http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/anuario-final-0301-web150.pdf. Acesso em: 08 jun. 2018.

_____. **Anuário de Arquitetura e Urbanismo 2017**. CAU-BR, Brasília, 2018, 116p. Disponível em: http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/ANUARIO-2018-WEB.pdf. Acesso em: 08 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução Nº 2, de 17 de jun. 2010. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº 6/2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 jun. 2010, Seção 1, pp. 37-38.

CUNHA, M.I. da. Impasses contemporâneos para a pedagogia universitária: implicações para os currículos e a prática pedagógica. In: LEITE, C. (Org.) **Sentidos da pedagogia no ensino superior**. Porto: CIIE/ Livpsic, 2010. p. 63-74.

D'ÁVILA, Cristina e FERREIRA, Lúcia Gracia. **Concepções pedagógicas na educação superior:** abordagens de ontem e de hoje. Salvador, 2012, 22p.

FÓRUM DE DEBATES DIÓGENES REBOUÇAS, 1989, Salvador. **Sugestões Preliminares para as Estratégias de Melhoria**. Salvador: Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1989. 8p.

LEITE, Maria Amélia Devitte Ferreira D'Azevedo. A Aprendizagem Tecnológica do Arquiteto – conceitos norteadores para inovação curricular. **Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva.** III ENANPARQ - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2014.

_____. **A aprendizagem tecnológica do Arquiteto**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). São Paulo, 2005.

_____. **O Ensino de Tecnologia em Arquitetura e Urbanismo**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

NOVAK, J. D.; GOWIN, D.B. **Aprender a aprender**. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 1996.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. A prancheta, o canteiro e a durabilidade do construído. **RUA**, Salvador, v.2, n.3, p.117-131, 1989.

SCHÖN, Donald A. **Educando o Profissional Reflexivo**: Um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000. 256p.

TEIXEIRA, Joaquim J. L. **Joaquim José Lopes Teixeira**: depoimento sobre o ensino de Construção no curso de Arquitetura da Universidade do Porto [jun. 2017]. Entrevistador: Edson Fernandes D'Oliveira Santos Neto. Porto, 2017. 1 arquivo m4a (46 min).

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Programa de Disciplinas, 2006, p.1.

VALE, Clara P. do. **Clara Pimenta do Vale**: depoimento sobre o ensino de Construção no curso de Arquitetura da Universidade do Porto [jun. 2017]. Entrevistador: Edson Fernandes D'Oliveira Santos Neto. Porto, 2017. 1 arquivo m4a (38 min).

Salvador - 2018

REPENSANDO O ESPAÇO CONSTRUÍDO DA EDIFICAÇÃO ESCOLAR COM AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS

RETHINKING THE BUILT SPACE OF SCHOOL BUILDING WITH INNOVATIVE PEDAGOGICAL PRACTICES

REPENSANDO EL ESPACIO CONSTRUIDO DE LA EDIFICACIÓN ESCOLAR COM LAS PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS INNOVADORAS

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

SQUAIELLA, Roberta B. F.
Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo da FAU Universidade Presbiteriana Mackenzie
robssquaiella@gmail.com

RIGHI, Roberto
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor Titular da FAU Universidade Presbiteriana Mackenzie
roberto.righi@mackenzie.br

REPENSANDO O ESPAÇO CONSTRUÍDO DA EDIFICAÇÃO ESCOLAR COM AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS[1]

RETHINKING THE BUILT SPACE OF SCHOOL BUILDING WITH INNOVATIVE PEDAGOGICAL PRACTICES

REPENSANDO EL ESPACIO CONSTRUIDO DE LA EDIFICACIÓN ESCOLAR COM LAS PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS INNOVADORAS

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Enquanto os avanços tecnológicos mudam muito e rapidamente, a educação e as escolas permanecem com poucas alterações. Sincronizar os avanços do mundo digital com o aprendizado formal é um dos maiores desafios na atualidade. Questionando as formas tradicionais de aprendizagem, os educadores propõem metodologias pedagógicas ativas que possuem potencial para incorporação das teorias do desenvolvimento e da aprendizagem que mais contribuem para educação. Tais teorias apresentam caminhos que possibilitam avançar no conhecimento profundo, bem como nas competências sócio emocionais e em novas práticas educativas, o que impacta no espaço construído da edificação escolar. Nesse contexto, o presente artigo evidencia a necessidade de transformação do ambiente escolar tradicional para se adequar às atividades e às propostas pedagógicas mais contextualizadas com a era das tecnologias digitais, que demanda novas características como: flexibilidade, personalização, compartilhamento, colaboração, criatividade e inovação. Baseado em referencial teórico, discute-se a necessidade de transformação do espaço escolar diante do impacto das tecnologias digitais e apresenta-se os casos de escolas como exemplos de espaços de aprendizagem inovadores. Dentre as profundas mudanças necessárias para que a escola possa garantir a convergência digital, a infraestrutura do espaço escolar se apresenta como importante recurso para se proporcionar um aprendizado inovador.
PALAVRAS-CHAVE: espaços de aprendizagem, inovação, metodologias ativas, convergência digital, escola.

ABSTRACT:
While technological advances change a lot and quickly, education and schools remain with few changes. Synchronizing the advances of the digital world with formal learning is one of the biggest challenges today. Questioning the traditional forms of learning, educators propose active pedagogical methodologies that have the potential to incorporate theories of development and learning that contribute more to education. These theories present paths that make it possible to advance in deep knowledge, as well as in socio emotional skills and in new educational practices, which impacts on the built space of the school building. In this context, this article highlights the need to transform the traditional school environment to suit the activities and pedagogical proposals more contextualized with the era of digital technologies, which demands new features such as: flexibility, customization, sharing, collaboration, creativity and innovation. Based on theoretical reference, it is discussed the necessity of transformation of the school space in the face of the impact of digital technologies and presents the cases of schools as examples of innovative learning spaces. Among the profound changes necessary to ensure that the school can guarantee digital convergence, the infrastructure of the school space is an important resource to provide an innovative learning.
KEYWORDS: *learning spaces, innovation, active methodologies, digital convergence, school.*

[1] O artigo insere-se nas pesquisas em desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie e tem apoio do Fundo MACKPESQUISA.

RESUMEN:
Si bien los avances tecnológicos cambian mucho y rápidamente, la educación y las escuelas cambian poco y despacio. Sincronizar los avances del mundo digital con el aprendizaje formal es uno de los desafíos más grandes de la actualidad. Cuestionando las formas tradicionales de aprendizaje, los educadores proponen metodologías pedagógicas activas que tienen el potencial de incorporar teorías de desarrollo y aprendizaje que contribuyan más a la educación. Estas teorías presentan caminos que permiten avanzar en el conocimiento profundo, así como en las habilidades socio-emocionáis y en las nuevas prácticas educativas, que impactan en el espacio construido del edificio escolar. En este contexto, este artículo destaca la necesidad de transformar el entorno escolar tradicional para adaptarse a las actividades y propuestas pedagógicas más contextualizadas con la era de las tecnologías digitales, que exige nuevas características como: flexibilidad, personalización, compartir, colaboración, creatividad e innovación. Basándose en la referencia teórica, se discute la necesidad de transformar el espacio escolar frente al impacto de las tecnologías digitales y se presentan los casos de las escuelas como ejemplos de espacios de aprendizaje innovadores. Entre los profundos cambios necesarios para asegurar que la escuela pueda garantizar la convergencia digital, la infraestructura del espacio escolar es un recurso importante para proporcionar un aprendizaje innovador.
PALABRAS-CLAVE*: espacios de aprendizaje, innovación, metodologías activas, convergencia digital, escuela.*

INTRODUÇÃO:

Os edifícios escolares e seus ambientes de aprendizagem permanecem relativamente estáticos ao longo do tempo. A maioria das instituições escolares já existem há décadas, sem passar por uma grande reconfiguração desde que foram originalmente construídas. Além disso, possuem salas de aula configuradas para o modelo tradicional de ensino, baseado na oralidade do professor e na passividade do aluno, com carteiras enfileiradas. Esse modelo possui suas raízes na Revolução Industrial, que tinha como ideal a fabricação em larga escala. As salas de aula como uma célula habitada, até que um sinal indique o tempo de permanência neste espaço, como uma produção em massa, não estão preparadas para as abordagens de aprendizagem mais atuais (LANGE, 2016).

A preocupação com o ambiente escolar contribui para a produtividade do aprendizado. Nesse sentido, Kowaltowski (2011) destaca a importância dos aspectos de conforto ambiental, que a escola deve oferecer, para criar e manter um ambiente que a sociedade deseja. A dinâmica das mudanças sociais influencia a maneira de utilização das edificações, sendo necessário reavaliar a qualidade do ambiente escolar para que se possa atender as necessidades reais dos futuros cidadãos, que devem assumir papéis criativos e produtivos na sociedade. Os avanços tecnológicos transformaram os hábitos da sociedade de modo que analisar, exibir e disseminar conhecimento geralmente envolve os recursos da tecnologia da informação. Isso significa que, para os alunos atuais, a tecnologia trouxe capacidades únicas para aprender, e isso altera os espaços de aprendizagem (Oblinger, 2006).

As novas configurações do espaço de aprendizagem devem ser mais propícias para a aplicação e desenvolvimento das teorias do desenvolvimento e da aprendizagem mais atuais. Assim, visando à compreensão destas teorias que mais contribuem para educação, será apresentado breve estudo sobre as seguintes teorias: comportamental da aprendizagem de B.F. Skinner, cognitivista de Jean Piaget, histórico-cultural de Lev Vygotsky, psicanálise de Sigmund Freud, desenvolvimento do ser humano de Henri Wallon, psicologia humanista de Carl Rogers e aprendizagem significativa de David Paul Ausubel.

Ressalta-se que as considerações sobre a configuração da sala de aula não devem ser limitadas às quatro paredes das salas de aula tradicionais, pois com o grande crescimento da aprendizagem em ambientes virtuais a definição de uma sala de aula deve se expandir para incluir o espaço digital. Nesse sentido, Diana Oblinger (2006) afirma que a configuração do espaço, seja físico ou virtual, impacta na aprendizagem, que pode ocorrer nas salas de aula (aprendizagem formal) ou em espaços informais. A organização do espaço pode juntar as pessoas e encorajar a exploração, a colaboração e a discussão, ou o espaço pode levar uma mensagem de silêncio, de individualização e desconexão. Assim, é cada vez mais notório o poder da pedagogia construída, ou seja, a capacidade do espaço para definir como ocorre a ação de ensino e aprendizagem nas instituições de ensino.

Como exemplificação de escolas inovadoras, serão apresentadas as experiências nacionais e internacionais de projeto arquitetônico que considera a grande integração com as inovações tecnológicas para um aprendizado global e ambientes preparados para as metodologias pedagógicas ativas.

FUNDAMENTOS DAS TEORIAS DE APRENDIZAGEM E DO DESENVOLVIMENTO

Conforme apontado por Cosmo (2018), a psicologia influencia as propostas educacionais assim como a sociologia, a antropologia, a história e a filosofia da educação. Para se compreender as transformações no processo de aprendizagem, estuda-se as mais recentes teorias produzidas pelos diversos teóricos da psicologia, que influenciaram a educação ao estudar como ocorre o processo de aprendizagem e de desenvolvimento do ser humano, para que ele seja capaz de viver numa civilização. De acordo com Filatro (2009), devido grande discussão entre os especialistas da educação nos últimos anos, é difícil esgotar o assunto sobre as teorias pedagógicas, com suas inúmeras implicações e desdobramentos. Dessa forma, destacam-se discussões atuais, que mais influenciaram e continuam a contribuir com a educação.

Considerado o precursor do cognitivismo, Jean Piaget criou a teoria conhecida como Epistemologia Genética ou Teoria Psicogenética, a qual define que o conhecimento é resultante da interação entre o sujeito e o objeto, por meio de um processo contínuo de construção e reconstrução na formação dos saberes, como um desenvolvimento biológico. Ele definiu o conceito que considera os processos mentais, internos da percepção, da representação, do armazenamento e da recuperação do conhecimento. Nessa perspectiva, o meio externo só pode influenciar o desenvolvimento do indivíduo se ele já tiver construído as estruturas internas que permitam assimilar as novas situações de maneira significativa. Para o ensino, a sua concepção construtivista implica na disponibilização de ambientes mais interativos, que estimulem a experimentação e o desenvolvimento das habilidades existentes (FILATRO, 2009).

Lev S. Vygotsky desenvolveu a teoria socioconstrutivista, que considera as funções psicológicas superiores – como a atenção voluntária, a percepção, a memória e o pensamento – como resultado do desenvolvimento cultural, e não do desenvolvimento biológico. Sua teoria, conhecida como psicologia histórico-cultural, atribui à cultura e à história um papel de destaque nos processos de aprendizagem (COSMO, 2018). Desta maneira, entende-se que a aprendizagem sustenta o desenvolvimento humano (biológico), ao contrário da teoria de Piaget que defende que o desenvolvimento biológico sustenta a aprendizagem (FILATRO, 2009). Uma das grandes contribuições de Vygotsky foi o conceito de zona de desenvolvimento proximal, que considera o nível de desenvolvimento atual do sujeito e o que ele poderá desenvolver, sob a orientação e a colaboração de outros mais capazes. Ou seja, inclui tudo aquilo que o sujeito tem possibilidade e condições potenciais de fazer e de aprender. Assim, entende-se nesta teoria que o desenvolvimento humano é considerado como resultado de um processo de aprendizagem onde utiliza-se ferramentas intelectuais, por meio da interação social com outros mais experientes no uso destas ferramentas (FINO, 2001). Para o ensino, a teoria de Vygostsky implica no desenvolvimento de ambientes colaborativos e de desafios apropriados para cada aluno, que possam encorajar a experimentação e o compartilhamento de descobertas (FILATRO, 2009).

Conforme apontado por Cosmo (2018), apesar de Sigmund Freud não ter realizado uma teoria educativa, ele deixou sua contribuição para a educação ao criar a teoria psicanalítica, que considera o período infantil como determinante na formação do indivíduo e da sua personalidade adulta. Dessa maneira, ele valorizava a importância da autoridade dos professores e dos pais sobre a criança, pois a educação recebida na infância é de suma importância para o seu desenvolvimento e, a disciplina é responsável pela formação do homem enquanto ser social e cultural. Considerando-se que a educação, desde o princípio, era repressora e a causa das neuroses, Freud defendia que a boa educação deveria equilibrar a permissividade e a proibição. Nesse

sentido, o papel do educador não é reprimir os instintos, mas conduzi-los para ações socialmente aceitas e valorizadas pela cultura.

De forma controversa, devido a necessidade de treinamento de milhares de militares durante a Segunda Guerra Mundial, aumentaram os investimentos em pesquisas sobre aprendizagem e instrução. A partir daí, surgiram novas teorias de aprendizagem, que buscavam compreender como ocorria o processo de construção do conhecimento (FILATRO, 2009). Nesse cenário, destaca-se o psicólogo norte-americano Burrhus Frederic Skinner, que foi o principal representante do movimento da educação programada, a partir dos estudos de Ivan Pavlov, onde considerava que o conhecimento era originado no meio externo ao sujeito, visto como um ser moldável (FRANCO et. al, 2006). A sua teoria comportamental, ou behaviorista, procura explicar o comportamento humano como respostas do indivíduo ao estímulo do meio. Na sua visão, o professor é o responsável pelo desenvolvimento do aluno, desconsiderando-se a sua individualidade. Filatro (2009) aponta que o foco principal dessa teoria é a manipulação do ambiente externo, entendido como mecanismo de mudança de condutas observáveis, que entende que há um processamento da informação entre estímulos (externo) e respostas (interno) do sujeito.

Enquanto se estabelecia como hegemônica a concepção behavorista, de que ensinar era transmitir conteúdos, surgiram em paralelo os movimentos contrários como o de Carl Rogers, também psicólogo norte-americano, que propôs uma pedagogia humanista, com o aprendizado centrado no aluno (FRANCO et. al, 2006). Para Rogers, a tarefa do professor seria criar meios para facilitar a aprendizagem do aluno, garantindo-se a motivação para o aprendizado, a fim de se alcançar os objetivos estabelecidos pelo próprio aluno. Nessa abordagem teórica, o professor não deve ser visto uma autoridade inquestionável, mas um facilitador, que oferece confiança e respeito ao aluno (COSMO, 2018).

Henri Wallon desenvolveu a teoria do desenvolvimento a partir dos seus estudos sobre a criança. Ele defendeu que o processo de evolução depende tanto da capacidade biológica do sujeito quanto do ambiente, atribuindo a importância da afetividade no processo evolutivo (SALLA, 2011). Dessa maneira, ele considera que o professor desempenha o papel de líder do grupo, estabelecendo uma boa relação com o aluno e permitindo o desenvolvimento da sua autonomia. Crítico da competição e da rivalidade comum no ensino tradicional, Wallon valorizava o trabalho em equipe e a cooperação para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, mais justa e solidária. Para ele, a afetividade e a cognição são processos indissociáveis, que estão presentes durante todo o desenvolvimento humano, marcado por avanços, recuos e contradições (COSMO, 2018).

David Paul Ausubel formulou a teoria da aprendizagem significativa, na qual defendeu que novos conhecimentos devem se relacionar significativamente com as ideias e informações já existentes na estrutura cognitiva do aluno. Assim, para que a aprendizagem significativa ocorra numa situação social, como em uma sala de aula, os conhecimentos prévios e a sequência de conteúdos são essenciais para o aperfeiçoamento da aprendizagem e para a solução de problemas (FILATRO, 2009). Para que a aprendizagem seja considerada significativa, ela deve propiciar que os novos conhecimentos signifiquem algo para o aprendiz, possibilitando que ele explique esses novos conhecimentos com suas próprias palavras e o utilize na resolução de novos problemas. Nesse processo, enquanto o professor passa a ser um facilitador da aprendizagem, o aluno decide se quer aprender significativamente ou mecanicamente (COSMO, 2018).

Os avanços nas teorias de aprendizagem e do desenvolvimento têm implicações em como a aprendizagem ocorre, sendo que atualmente a ênfase é dada às teorias construtivistas, como a de Piaget, de Vygotsky, de Ausubel e de Wallon, nas quais o aluno tem participação ativa na construção do seu conhecimento. Nessas teorias, os ambientes que apoiam a aprendizagem devem fornecer o suporte para a experiência, o estimulo aos sentidos, a troca de informações, a oportunidade para o ensaio, o *feedback*, a aplicação e a transferência de conhecimentos (CHISM, 2006). Na conformação tradicional de uma sala de aula, não há estímulos para essa experiência, pois os arranjos entre os assentos geralmente não permitem a troca de informações entre os alunos e não há o acesso individual à informação por meio da tecnologia.

Assim, com as contribuições desses teóricos da aprendizagem, que apontam a importância do processo de interação, é possível avançar e encontrar argumentos fortes para superar aquela visão simplista de que aprendizagem é apenas uma mudança de comportamento, garantida pela motivação e a iniciativa do aluno, conforme defendia os behavoristas, como o Skinner. A disposição do sujeito e a forma como o conhecimento aparece são fatores importantes que devem ser considerados no processo de sua construção (FRANCO et. al, 2006). Para tanto, considera-se a organização do espaço escolar um fator essencial para a motivação do aprendizado do aluno. Destaca-se que, a medida que a sociedade se depara com as tecnologias, a educação pode ganhar novas possibilidades, com melhorias e maior facilidade para a aplicação das teorias pedagógicas mais recentes e adequadas ao processo de aprendizagem.

OS NATIVOS DIGITAIS E O ENSINO HÍBRIDO

A demanda pela formação educacional cresce no mundo inteiro e a forma tradicional de ensino não é capaz de responder a essa situação, pois a escola como um recinto confinado é incompatível com os meios de comunicação modernos, onde é necessária a troca entre as experiências polivalentes. Diante dos avanços tecnológicos na educação, os educadores questionam as formas tradicionais de aprendizagem, que demandam do aluno uma atividade mais passiva do que ativa para a construção do conhecimento, pelo fato de o professor entregar para o aluno um conteúdo pronto, uma informação que muitas vezes é memorizada e tempos depois é esquecida, não se construindo um conhecimento significativo.

O uso da tecnologia digitais de informação e comunicação na sala de aula tem sido cada vez mais crescente e isso traz tensões, novas possibilidades, além de grandes desafios para o processo de aprendizagem (MORAN, 2018). As tensões ocorrem devido ao descompasso entre as gerações de professores e alunos, que de acordo com Marc Prensky (2001) são caracterizadas, respectivamente, como imigrantes e nativos digitais. As novas possibilidades se devem à abertura que as conexões por meio da internet propiciam, expandindo as relações formais e informais, e os grandes desafios são os meios para a aumentar o acesso às informações e transformar as relações sociais, econômicas e culturais.

Os nativos digitais, nascidos no século XXI, são “falantes nativos” da linguagem digital dos computadores, dos jogos eletrônicos e da internet. Os imigrantes digitais, que nasceram em geração anterior, aprendem a adaptar-se ao ambiente tecnológico digital, porém sempre mantêm, em certo grau, seu “sotaque”, que é seu pé no passado. Como resultado do ambiente tecnológico onipresente e do grande volume de interações midiáticas, Prensky (2001) aponta que os nativos digitais pensam e processam as informações de maneira bem diferente dos imigrantes digitais. Essas diferenças vão além do que é percebido por muitos educadores,

pois as experiências distintas, levam a estruturas de pensamentos distintas. O autor acredita que possa ocorrer uma mudança física na mente dos alunos da nova geração, o que resulta em novos modelos de pensamentos. Diante disso, o autor aponta como o maior problema da educação a linguagem ultrapassada dos docentes, que cresceram na era pré-digital, para ensinar uma população que fala uma linguagem totalmente nova.

Neste cenário, uma educação híbrida pode resultar em uma estratégia interessante para o desenvolvimento do aluno, pois de acordo com Bacich, Tanzi Neto e Trevisani (2015) no ensino híbrido parte-se do pressuposto de que não existe uma única forma de aprender e, por consequência, não existe uma única forma de ensinar. A aprendizagem é um processo contínuo que pode ocorrer em diferentes espaços e de diferentes formas. Isso torna possível a personalização da aprendizagem, que significa adaptar as atividades de estudos com a seleção de recursos que mais se aproximam do modo de aprender e da necessidade de cada aluno. Nesse sentido, é importante considerar o ritmo, o tempo e o espaço em que cada aluno irá aprender. Essa personalização era inviável de ocorrer no tempo e no espaço da sala de aula tradicional, entretanto, com o uso das tecnologias digitais para a educação esse processo se torna cada vez mais viável e importante para garantir um aprendizado significativo para o aluno e a sua participação ativa na construção do seu conhecimento (BACICH; TANZI NETO; TREVISANI, 2015). Além disso, o mediador deve ser muito experiente e preparado para combinar atividades que utilizam as tecnologias que estão próximas da vida dos alunos, para que eles possam realizar atividades grupais e pessoais de aprendizagem cooperativa, competitiva, tutorada e autônoma (MORAN, 2018).

REDESENHANDO OS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM

A organização norte americana New Media Consortium (NMC) criou uma comunidade entre centenas de instituições educativas, com a finalidade de estimular e promover a exploração, o uso de novas mídias e tecnologias de aprendizagem e, a expressão criativa. Desde o início dos anos 2000 essa organização apresenta um ciclo de pesquisas, por meio de relatórios, que identificam os desenvolvimentos, as tecnologias, os desafios e as tendências importantes para a educação. Tais relatórios são separados por: educação básica (k-12), ensino superior, museus e bibliotecas. No relatório mais recente sobre a educação básica, apresentado em 2017 – *The NMC Horizon Report: 2017 K-12 Edition* –, foram evidenciadas as tecnologias emergentes que apresentam potencial de impacto e de uso no ensino, na aprendizagem e na pesquisa criativa em escolas. Além disso, o relatório apresentou as principais tendências que aceleram a adoção de tecnologia nas escolas de educação básica, sendo que desde o ano de 2016 destaca-se a necessidade de repensar os espaços de aprendizagem, pois com a evolução das metodologias de ensino e com a emergência das tecnologias digitais, as salas de aula exigem uma atualização para refletir as práticas do século XXI que ocorrem dentro delas (ADAMS BECKER et al, 2016; FREEMAN et al., 2017).

Destaca-se que na década de 1990, Seymor Papert já evidenciava a necessidade de transformação da escola, por meio de uma parábola na qual ele comparava a reação de um grupo de viajantes do tempo, oriundos do final do século XIX, que visitariam o mundo no final do século XX. Neste grupo, composto por médicos cirurgiões e professores do ensino básico, os primeiros ficariam espantados com os avanços tecnológicos na medicina e dificilmente conseguiria exercer a sua profissão com os conhecimentos adquiridos anteriormente. Entretanto, os professores do ensino básico entrariam na sala de aula e, desconhecendo apenas alguns

materiais novos, não teriam dificuldade em assumir uma aula (PAPERT, 1994). Com esta parábola, Papert apontava para a grande desigualdade do progresso nas diferentes áreas do conhecimento e das atividades humana, destacando a necessidade de uma revolução tecnológica na educação.

De acordo com Freeman et al. (2017), em todo o mundo há escolas que estão repensando como usar os espaços existentes, enquanto as escolas emergentes estão incorporando projetos com novas formas de ensino e aprendizagem, onde as tecnologias são levadas em consideração. Os novos espaços de aprendizagem são modulares e dispostos de forma a apoiar a aprendizagem desejada, considerando-se que os gestores e líderes na área da educação concordam que esses espaços de aprendizagem devem passar de um modelo industrial para um modelo mais centrado no aluno. Para isso, a sua configuração espacial deve ser maximizada para apoiar a colaboração, a aprendizagem autodirigida, a aprendizagem ativa, a pesquisa e a criação. Assim, as propostas pedagógicas que utilizam a tecnologia estão impactando na configuração dos espaços de aprendizagem, que passam a ser mais abertos, com mobiliários móveis, ambientes flexíveis e dispositivos eletrônicos conectados. Assim, Freeman et al. (2017) defendem que, os arquitetos e os gestores que planejam os espaços educativos devem estar conscientes de como um ambiente de aprendizagem responde às necessidades dos alunos, para que eles possam desenvolver novas estruturas para serem seguidas nas intuições de ensino. Apesar da arquitetura das escolas não ser uma resposta para a transformação necessária na educação, o ambiente escolar tem um enorme potencial para criar e apoiar os hábitos diários de escolas bem-sucedidas (LANGE, 2016). Nesse sentido, Kowaltowski (2011) aponta que há uma relação fundamental entre aprendizado e arquitetura, sendo que a qualidade do desempenho escolar é influenciada pelo edifício e suas instalações.

Com grande experiência em projetos para escolas inovadoras, e docente do curso sobre curso "*Learning Environments for Tomorrow*" na *Harvard Graduate School of Education*, o arquiteto dinamarquês Danish Kurani ressalta o cuidado necessário para o conceito de flexível nos espaços de aprendizagem. Geralmente relacionado à escolha do mobiliário ou de paredes móveis, o redesenho das salas de aula do século XXI é muito mais profundo do que apenas alcançar flexibilidade física, sendo o maior desafio dos prédios escolares acompanhar o ritmo das grandes transformações tecnológicas e sociais. Nesse sentido, os ambientes de aprendizado devem ser redesenhados para apoiar a aprendizagem dos alunos de maneira contextualizada. Além da mudança de mobiliário, é necessário considerar as questões de acústica, de iluminação, de tecnologia e a composição do ambiente como um todo (MADDA, 2017).

Frago e Escolano (2001) apontam que os espaços de aprendizagem, como lugares que abrigam as atividades acadêmicas, possuem seus significados e transmitem estímulos, conteúdos e valores que são importantes para as organizações disciplinares. Além disso, o espaço escolar é compreendido como um ambiente de aprendizagem em que se considera o ambiente como um todo, inseparável de objetos, odores, sons, formas, cores e pessoas que habitam e interagem em um local físico. Desta forma, o ambiente é compreendido pelo local que transmite sentimentos, oferece segurança ou insegurança, atrai memórias e não deixa seus usuários indiferentes (FORNEIRO, 2008). Assim, avalia-se que as configurações da sala de aula devem estar inseridas na concepção de um espaço adequado aos novos tempos tecnológicos e às práticas pedagógicas atuais de aprendizagem colaborativa.

Considerando que os alunos passarão grande parte da sua vida acadêmica em salas de aula, laboratórios e bibliotecas, que são os lugares onde a educação acontece, Lomas e Oblinger (2006) destacam a importância de se alinhar esses espaços de aprendizado com os hábitos dos alunos, para que se possa incentivá-los ao aprendizado, aumentando o seu engajamento e retenção. As autoras acreditam que avaliar os hábitos dos alunos altera a configuração dos espaços de aprendizagem e, apontam que, imersos no mundo tecnológico, os alunos de hoje preferem experiências de aprendizagem que são digitais, conectadas, experienciais, imediatas e sociais. Conforme abordado por Prensky (2001), os alunos vivem constantemente conectados e não têm medo da tecnologia ou de interagir com pessoas que não conhecem presencialmente. Esses alunos geralmente preferem aprender ativamente, por meio da realização de atividades, ao invés de aprender ouvindo um professor e, muitas vezes, escolhem estudar em grupos. Os instrumentos e os laboratórios remotos são exemplos de possibilidades para os alunos e professores executarem experimentos ou controlarem um dispositivo sem sair da sala. Ou seja, usada de maneira criativa, a tecnologia pode trazer novas dimensões para a sala da aula e, até mesmo para os espaços informais, fora dela (LOMAS; OBLINGER, 2006).

Graetz (2006) evidencia que as características físicas de qualquer ambiente de aprendizagem interferem na aprendizagem, positivamente ou não, podendo causar diferentes emoções nos alunos e trazer importantes consequências cognitivas e comportamentais. Isso significa que os ambientes de aprendizagem que provocam respostas emocionais positivas podem melhorar a aprendizagem e levar a um apego emocional a esse espaço. Dessa maneira, um ambiente de aprendizagem que desperta o prazer em estudar, faz com que os alunos o procurem quando desejarem aprender e traz lembranças positivas que refletem suas experiências de aprendizagem (GRAETZ, 2006). Em contraposição, os ambientes que desestimulam o aprendizado, se tornam repulsivos, desestimulantes e não trazem boas recordações aos alunos.

As áreas da psicologia que se relacionam mais diretamente com os ambientes de aprendizagem são os fatores ambientais, educacionais, humanos e a psicologia social. Baseado em pesquisas anteriores, Graetz (2006) evidencia que as variáveis ambientais como a luz, a temperatura e o ruído produzem alguns resultados previsíveis na aprendizagem. Por exemplo, quando a iluminação é inadequada, as temperaturas são extremas e os ruídos são altos, a aprendizagem parece ser afetada negativamente. Kowatowski (2011) também afirma que a satisfação do usuário quanto a qualidade do ambiente escolar está diretamente relacionada ao conforto ambiental, que inclui os aspectos térmico, visual, acústico e funcional, proporcionados pela arquitetura. Além da questão da satisfação, ressalta-se que o ambiente induz comportamentos, sendo importante o conforto ambiental para o bom desempenho no processo de aprendizagem.

Também relacionado ao conforto do ambiente, Manno (2016) aponta que há estudos que comprovam que salas de aula criativas têm um impacto significativo na aprendizagem dos alunos, e para garantir um ambiente inspirador é necessário ter, inclusive, a preocupação com a escolha adequada de suas cores. Entretanto, as considerações sobre a configuração da sala de aula não devem ser limitadas às quatro paredes das salas de aula tradicionais, pois com o grande crescimento da aprendizagem em ambientes virtuais a definição de uma sala de aula deve se expandir para incluir o espaço digital. A qualidade dos equipamentos tem impactos significativos nos resultados de aprendizagem dos alunos, sendo importante a sua escolha adequada para garantir qualidade nas telas e na reprodução de áudio e de imagens.

Diana Oblinger (2006) e Tomas (2010) ressaltam que o aprendizado pode ocorrer nas salas de aula (aprendizagem formal) ou em espaços informais, como jardins, corredores, café e bibliotecas. Além disso, toda configuração do espaço, seja físico ou virtual, pode ter impacto na aprendizagem pois a sua organização pode juntar as pessoas e encorajar a exploração, a colaboração e a discussão, ou pode levar uma mensagem de silêncio, de individualização e desconexão. É cada vez mais notório o poder da pedagogia construída, ou seja, a capacidade do espaço para definir como ocorre a ação de ensino e aprendizagem nas instituições de ensino.

Para Thomas (2010), a definição de espaços de aprendizagem física e virtual se torna cada vez mais difusa, pois eles acabam se convergindo para locais onde a tecnologia da informação deve funcionar constantemente. Apesar do espaço de aprendizagem tradicional possibilitar um aprendizado inovador, esse autor ressalta a importância dos ambientes de aprendizagem projetados para fornecer os recursos necessários, que incentivam o engajamento do aluno para um aprendizado ativo. Além disso, no mundo virtual também há ambientes que representam as emulações eletrônicas do mundo natural multidimensional, que podem ser vivenciados a partir do *second life*, e os ambientes sociais que são flexíveis e recreativos (THOMAS, 2010).

Isso traz grandes implicações para o aprendizado e conforme apontado por Siemens (2004), as teorias de aprendizagem e do conhecimento mais utilizadas na criação de ambientes instrucionais, como o behaviorismo, o cognitivismo e o construtivismo abordados anteriormente, foram desenvolvidas em um momento em que o aprendizado não era impactado pela tecnologia. A partir da década de 1990, a tecnologia reorganizou a maneira como as pessoas vivem, se comunicam e aprendem. Desta maneira, esse autor sugere que novas teorias de aprendizagem devem refletir os ambientes sociais subjacentes. Com as tecnologias, a construção do conhecimento vai além do saber fazer e como fazer, para o saber onde, o que significa ter a compreensão de onde encontrar o conhecimento necessário (SIEMENS, 2004).

Considerando essa visão, Thomas (2010) acredita que o espaço e a aprendizagem estão intrinsecamente relacionados, de modo que o espaço em que um determinado tipo de aprendizagem ocorre é parte integrante da definição desse tipo particular de aprendizagem. Isso significa que ao se projetar um espaço especificamente para o aprendizado é necessário ter a ciência de que não é possível prever a gama completa de aprendizagem que ele irá habitar, sendo necessário pressupor a demanda complexa de uma aprendizagem adaptativa. Assim, os espaços de aprendizagem precisam ser adaptáveis, flexíveis e fluidos (THOMAS, 2010).

Ao se projetar um espaço de aprendizagem também é necessário considerar a visão de uma equipe, composta por vários profissionais como o professor, os gestores educacionais, os alunos, os engenheiros e arquitetos, os tecnólogos da informação e o gerente de instalações, pois a complexidade dos projetos demanda requisitos e contingências dos diferentes agentes envolvidos no processo. Essa equipe também passa por um processo de aprendizagem, visto que não é comum a experiência de trabalharem juntos anteriormente. Bickford e Wright (2006) afirmam que o paradigma de aprendizagem aponta que todo o espaço é o espaço de aprendizagem e o envolvimento da comunidade é essencial para sua criação. Esses autores também destacam que muitas instituições estão implementando a computação móvel para seus alunos, o que contribui para que a aprendizagem ocorra em uma variedade de espaços. Com a constante

evolução das tecnologias, o planejamento das salas de aula físicas deve considerar as atividades pedagógicas cada vez menos didáticas e cada vez mais ativas, que possibilitem aos alunos o envolvimento em abordagens de aprendizagem autêntica (BICKFORD; WRIGHT, 2006).

De acordo com Adams Becker et al. (2016), as instituições educacionais estão alterando cada vez mais a sua configuração espacial para possibilitar as novas propostas pedagógicas, que estão baseadas em atividades que promovem maior interação entre alunos e professores. Isso significa que os espaços educativos devem ter maior mobilidade, flexibilidade e uso de diversos recursos midiáticos, incluindo o uso dos dispositivos móveis, o que necessita de melhorias na capacidade de banda larga sem fio. À medida que a educação se afasta do modelo tradicional de ensino, baseado em uma aprendizagem passiva, e passa a adotar atividades mais práticas, as instituições de ensino passam a ter ambientes que se assemelham mais ao ambiente de trabalho do mundo real e aos ambientes sociais, que promovem maiores interações na resolução de problemas interdisciplinares.

ESPAÇOS CRIATIVOS: COLABORAÇÃO E PERSONALIZAÇÃO

De acordo com Robert Kelly (2016), a criatividade é um ingrediente chave para o sucesso na economia do conhecimento do século XXI, onde as habilidades como a colaboração, a comunicação e o pensamento crítico são fundamentais. A maioria dos educadores concorda que encorajar a criatividade deve se tornar um objetivo central na sala de aula, mas eles enfrentam uma luta contínua para construir e manter um ambiente que promova o desenvolvimento criativo de seus alunos. Para Lange (2016), além dos espaços inovadores serem mais inspiradores e mais saudáveis, eles fornecem a mensagem de que o aluno é importante. Assim como os alunos não aprendem da mesma maneira, as salas de aula não devem ser padronizadas.

Os espaços personalizados e orientados para o aluno dão o suporte para as atividades distintas, possibilitando a colaboração entre grupos de estudantes e educadores, a pesquisa e a atividade prática, a mobilidade e a participação ativa do aluno. Teixeira e Reis (2012) destacam que a disposição do mobiliário em uma sala de aula pode influenciar no tempo e no modo de aprendizagem escolar. A flexibilidade no posicionamento de mesas e cadeiras para o agrupamento de alunos é importante para proporcionar uma aprendizagem cooperativa.

Bickford e Wright (2006) ressaltam que as pesquisas sobre as teorias de aprendizagem, a neurociência, a aprendizagem colaborativa e o envolvimento dos alunos evidenciam que as pessoas aprendem melhor em comunidade, pois as interações sociais facilitam a aprendizagem ao melhorarem o envolvimento dos alunos. Dessa forma, os espaços de aprendizagem, físico e virtual, desempenham papéis importantes no comportamento da comunidade, sendo fundamental se reavaliar esses espaços para melhorar a interação para a aprendizagem e o envolvimento dos alunos, bem como dos tutores e docentes. Estes autores acreditam que a sociedade deve se preocupar em aprender em comunidade por duas razões principais. Primeiro, porque o aprendizado é um processo social, que funciona melhor em um ambiente comunitário. Em segundo lugar, aprender em comunidade terá um papel importante na preparação dos alunos para a sua futura vida profissional, que requer cada vez mais colaboração. Assim, é necessário criar espaços de aprendizagem que contribuam para a criação de uma comunidade, sendo que a tecnologia também deve ser considerada para promover essa comunidade e o intercâmbio de informações. Os ambientes em uma

instituição de ensino devem promover conexões em vez de compartimentação. De acordo com Guimarães (2016), considera-se que a escola não é apenas o ambiente da sala de aula, mas todos os espaços dentro da instituição, e também o que é trazido além dos muros institucionais apresenta relevância significativa para o aprendizado.

De acordo com Guimarães (2016), para se buscar as maneiras, as possibilidades e as alternativas de utilização das tecnologias digitais em sala de aula é necessário observar de que maneira está ocorrendo a interação das pessoas com os dispositivos tecnológicos, destacando-se, nesse caso, os alunos. O poder da computação, antes avaliado nos computadores de mesa, hoje é mensurado nos dispositivos móveis que, devido a sua grande popularização, está alterando a maneira como as pessoas interagem e se relacionam. Os equipamentos eletrônicos inteligentes são capazes de atuarem como computadores miniaturizados, nos quais o espaço de armazenamento e o poder de processamento dos dados aumentam rapidamente a cada novo lançamento de um produto. Assim, o aprendizado móvel (do inglês, *mobile learning*) se aproveita desta tecnologia para possibilitar um aprendizado portátil, que seja acessado em qualquer momento e lugar (FREEMAN et a., 2017). Casabona et. al (2014) reforçam que atualmente os alunos têm grande expectativas para aprender em qualquer lugar e a qualquer momento e, o aprendizado móvel possibilita o aprendizado além do espaço e do tempo da sala de aula.

Além do uso dos dispositivos móveis, novas práticas pedagógicas estão sendo incentivadas por meio de atividades como a STEAM (do inglês, *science, technology, engineering, art and mathematics*), e dos ambientes que permitem a criatividade e experimentação, como os espaços de produção (*makerspaces*). Com relação ao STEAM, Freeman et al. (2017) apontam que nos últimos anos têm crescido a ênfase no desenvolvimento de currículos e programas mais avançados em ciência, tecnologia, engenharia, arte e matemática, como meios para impulsionar a inovação e reforçar as economias nacionais. Dessa maneira, muitos educadores defendem a integração de diferentes atividades para uma aprendizagem multidisciplinar e interdisciplinar, que quebre as barreiras tradicionais existentes entre diferentes classes e assuntos, a fim de oferecer oportunidades de aprendizado por meio de novas conexões, além de desenvolver habilidades interpretativas e criativas.

Quanto aos espaços de produção, eles são ambientes físicos que favorecem a aprendizagem por meio de atividades práticas e da criação, muitas vezes incentivadas pelas tecnologias emergentes. À medida que as escolas promovem essas atividades, desenvolve-se nos estudantes das habilidades do século XXI, que demanda uma economia tecnológica global. Por meio da criatividade, da resolução de problemas, da construção e da interação, os gestores escolares estão elaborando novos currículos para encorajar os estudantes e os professores para trazerem ideias de vida e explorarem a criação em espaços de produção. Esses espaços também se tornam um meio para reforçar disciplinas e pensamento empresarial nos alunos, para que eles explorem de maneira criativa a tecnologia, na tentativa de produzir soluções para os desafios do mundo (FREEMAN et al., 2017).

De acordo com Walsh (2014), o movimento para a implementação de espaços de produção está estimulando o poder de engenhosidade dos alunos em campos tão distintos como a robótica e a agricultura. Cada vez mais este movimento tem se disseminado entre os educadores e incentivado a criatividade para a solução de problemas. No século XXI, as ferramentas de criação, como a impressora 3D, a robótica e os aplicativos

da Internet, têm sido cada vez mais disponibilizadas aos alunos. Isso assinala que um novo conjunto de habilidades avança rapidamente, possibilitando que a criatividade, o desenho e a engenharia abram novos caminhos na área da educação. O objetivo geral de um espaço de produção é ser um lugar onde as pessoas estejam livres para experimentar ou criar coisas, por conta própria ou como parte de uma comunidade produtiva (FREEMAN et. al, 2017).

Apesar de todas as possibilidades pedagógicas inovadoras, observa-se que a transformação do espaço escolar ocorre de maneira morosa e muitas vezes sem uma estruturação adequada, contando-se com improvisos na organização do mobiliário ou mesmo mantendo-se as práticas pedagógicas ultrapassadas e a configuração tradicional, obsoleta. A seguir, serão apresentados estudos de casos internacionais e nacionais que representam as possibilidades de um espaço de aprendizagem inovador, mais adequado às metodologias pedagógicas ativas e a aplicação das teorias de aprendizagem e do desenvolvimento.

ESCOLAS INOVADORAS

De acordo com Bengfort (2017), cada vez mais as escolas estão abandonando a configuração tradicional da sala de aula e incorporando todos os locais do edifício, incluindo os espaços de circulação, como locais de aprendizagem. A autora retrata a experiência da escola de ensino médio, *Yorkville*, em *Illinois*/Estados Unidos, que realizou grande reforma de expansão de seu prédio, com a adequação para que todos os espaços do edifício se tornassem um espaço de aprendizagem. Para as salas de aula foram adotados mobiliário flexível, com cadeiras de rodinhas e mesas de alunos manobráveis, que possibilitam aos professores reformulem o ambiente para todos os tipos atividades, individuais ou colaborativas, tendo-se a renovação das instalações tecnológicas que possibilitam aulas mais interativas. Em cada sala há uma parede com quadro branco para as anotações e interação entre os alunos.

Além das salas de aula, os ambientes de circulação receberam tratamento diferenciado. Os corredores foram ampliados para receber armários, bancadas para computador, além de pequenas salas para o estudo em grupos de até seis alunos. A escada central foi transformada em uma área flexível para aulas individuais, reuniões de grandes grupos, apresentações de mídia em telões e reuniões sociais dos alunos. Na Figura 01, verifica-se que as laterais da escada são utilizadas para a circulação, enquanto a parte central funciona como uma arquibancada, que possui tomadas e conexões UBS para carregamento dos dispositivos móveis. A área adjacente à escada é mobiliada com sofás coloridos, mesas de apoio e de trabalho. O centro de estudos ocupou o lugar da antiga biblioteca. Os laboratórios foram atualizados para se adequar às atividades de STEAM, e na parte posterior do edifício foi adicionado um grande lobby atlético e sala de musculação.

Figura 1: Yorkville High School, em Yorkville/Canadá
Fonte: BENGFORT (2017) e SCHOOLSPECIALTY (2017)

A *Khan Lab School*, é uma escola de ensino médio, localizada em *Mountain View*, na Califórnia/Estados Unidos, que atende 100 crianças. Com a proposta de uma educação baseada em experimentação, a escola visa testar diferentes cursos e experiências, sob o lema de que todos aprendem e todos ensinam. Para isso, há 03 laboratórios que possuem grandes janelas internas que permitem que todos visualizem os experimentos realizados. Esses laboratórios se destinam às diferentes atividades como: o *Make Lab*, onde as crianças podem projetar, construir e prototipar; o *Ideate Lab*, para *brainstorming*; e o *Chat Lab*, para discussão de ideias e resolução de problemas em voz alta (WELLER, 2017). Na Figura 2, visualiza-se dois laboratórios sendo utilizados para atividades distintas. Além dos laboratórios, a escola possui de salas de descanso, espaços comuns e um café onde se pode compartilhar experiências.

Figura 2: Khan Lab School – laboratórios
Fonte: Kurani (2017)

Tendo como filosofia da escola o aprendizado personalizado, os alunos são agrupados por nível de habilidade em vários domínios, independentes da idade. Os professores assumem o papel de mediadores, enquanto os alunos orientam suas instruções, normalmente, com o auxílio da tecnologia. Assim, além do uso dos dispositivos móveis que se conectam em redes sem fio, a escola está equipada com telas em diversos ambientes, que possibilitam o trabalho dos alunos e do corpo docente. Tendo a tecnologia como parte integrante, o arquiteto Danish Kurani projetou a escola para se adaptar à evolução tecnológica. A biblioteca, que é um espaço contíguo aos laboratórios, possui uma variedade de pequenos ambientes, para atividades colaborativas como também para leituras individuais, considerando-se a importância dos momentos de privacidade no processo de construção do conhecimento. Na Figura 3, verifica-se essa variedade de pequenos espaços para as atividades distintas na biblioteca. Assim como as maiores empresas de tecnologia do mundo estão reinventando produtos de consumo, a *Khan Lab School* visa fazer o mesmo para a educação (WELLER, 2017).

Figura 3: Khan Lab School – biblioteca
Fonte: Kurani (2017)

Na *Panamerican School*, de Porto Alegre, o escritório Santini e Rocha Arquitetos desenvolveu o seu projeto arquitetônico de reforma e ampliação, conforme exemplo de escolas internacionais. Essa escola atende aproximadamente 400 alunos e implementou, em 2017, o projeto do COLABS, que visa o desenvolvimento do pensamento colaborativo e a consciência coletiva. Para atender essa proposta foram construídas 3 grandes salas de aula, de aproximadamente 100,00 m^2, que possibilitam o desenvolvimento de atividades por várias turmas, simultaneamente. Nelas, os alunos desenvolvem atividades práticas com o uso de tecnologia para montagem de robôs, impressão de protótipos em 3D e demais projetos desenvolvidos por eles. Na Figura 4, observa-se como o mobiliário pode ser configurado em diversos arranjos nestes ambientes, possibilitando o desenvolvimento de atividades pedagógicas em pequenos ou grandes grupos. Além das salas de aula, foram construídos espaços para que os alunos possam reunir para conversar, descansar e estudar ao ar livre, tanto na entrada do novo prédio quanto no terraço (COLABS, 2017).

Figura 4: Panamerican School: Makerspaces
Fonte: COLABS (2017)

A *Avenues: The World School*, é uma rede de escola americana a ser estabelecida nas principais cidades da Ásia, da Europa, da América do Norte e do Oriente Médio. A sua segunda unidade, localizada na zona sul da cidade de São Paulo, inicia as atividades em 2018 e foi projetada pelo escritório Aflalo e Gasperini. Com um aprendizado baseado em diálogo, os alunos da educação básica são instigados a pensar e a inovar, por meio de atividades interdisciplinares. Para isso, os ambientes facilitam a participação e a interação entre os alunos e os professores, por meio da combinação da formação presencial com o poder das tecnologias emergentes, o que possibilita o aprendizado em um ambiente internacionalmente colaborativo. Por meio dos recursos tecnológicos, serão estabelecidas as relações entre alunos e professores de todas as unidades da instituição, que se relacionam por meio de videoconferências.

A grande variedade de espaços e escalas dos mobiliários e dos ambientes tem a função de adaptar as atividades às diversas necessidades educacionais de cada faixa etária. Nas áreas comuns, em todos os andares, os assentos de formatos variados foram projetados para incentivar os trabalhos colaborativos, as leituras individuais ou para promover a convivência entre os alunos. Os espaços de circulação, amplos e espaçosos, preveem também locais para a permanência, como por exemplo nas escadas, que possuem área

de estar informal, conforme ocorre na *Yorkville*. Nos grandes espaços ocorrem as atividades complementares, tais como teatro, ginásio, pátio coberto, quadras e áreas externas descobertas. Há uma preocupação em identificar os diferentes ambientes com cores, que diferenciam os programas de cada espaço e estimulam os alunos, dando a sensação de pertencimento. As paredes de vidro, nos laboratórios de ciências, terão a função de inspirar e instigar a curiosidade a respeito das atividades que ocorrem com os outros grupos. Apesar das turmas estarem divididas em grau etário, como ocorre na educação tradicional, observa-se que as salas de aula estão configuradas para atividades colaborativas, com espaços para o desenvolvimento de diferentes atividades como o trabalho em grupo, os momentos de descanso e a exploração de atividades individuais, conforme verifica-se na Figura 5.

Figura 5: Avenues Word School/São Paulo – Sala de aula, ensino fundamental I
Fonte: AVENUES (2017)

O estudo dessas escolas apresentadas no presente artigo exemplifica novas propostas de aprendizado que se alinham com as teorias de aprendizagem mais atuais, como a de Vygotsky, de Piaget, de Wallon e de Ausubel. Em tais teorias a pedagogia é centrada no aluno, considerando-se o desenvolvimento da sua autonomia para o aprendizado e, a preocupação de prepará-lo para futuro por meio da instigação à criatividade e à inovação. A tecnologia, sempre presente, é incorporada de modo que a escola se adapte à evolução tecnológica, e possibilite um aprendizado contextualizado para os alunos.

Na *Yorkville* e na *Avenues*, destaca-se a nova demanda de se pensar nos espaços de aprendizagem como um todo, incluindo os espaços de circulação. Para isso, se propõe espaços que dão o suporte para a realização das atividades dos alunos, com facilidades para a obtenção de energia e conexão dos dispositivos eletrônicos. Na *Khan Lab School* e na *Panamerican School*, verifica-se os laboratórios, considerados como salas de aulas, que propiciam o desenvolvimento de diversas atividades práticas com o uso de tecnologia. Nelas os alunos realizam diversos projetos, em pequenos ou grandes grupos. Destacando-se a importância da personalização da aprendizagem, verifica-se que essas escolas criam, além dos espaços colaborativos, os ambientes para estudos individuais. Na *Avenues*, as salas de aula e os laboratórios ocupam espaços distintos, porém em ambos há a preocupação de proporcionar diferentes ambientes para o desenvolvimento de atividades individuais ou grupais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto atual, verifica-se que os alunos têm atitudes, expectativas e comportamentos que o diferem dos alunos de 10 anos atrás. Entretanto, a maioria dos espaços de aprendizagem ainda refletem as pessoas e a abordagem de aprendizagem de séculos passados. Isso significa que os espaços projetados antigamente não estão adequados para os alunos de hoje. Diferentemente da educação tradicional, onde as abordagens docentes eram as principais fontes de transferência de conhecimento, atualmente as propostas pedagógicas ativas visam preparar melhor os alunos para o mundo atual, de rápida mudança, onde eles precisam ter conhecimentos e habilidades para serem bem-sucedidos no futuro complexo que os aguarda.

O impacto das tecnologias na configuração e uso dos ambientes é inevitável, e as escolas precisam se inovar para acompanhar as constantes inovações. Como exemplificação do impacto das tecnologias digitais em diferentes áreas, é possível destacar o aumento dos postos de teletrabalho, que suscitam nova dinâmica e configuração do ambiente empresarial. Assim, o ambiente escolar precisa ser remodelado para adequar novas propostas pedagógicas e diferentes atividades inovadoras, que demandam maior integração com os recursos tecnológicos. Assim, não é possível manter os ambientes de aprendizagem estáticos, com uma conformação tradicional, que não condiz com a realidade atual. Os edifícios escolares e os espaços da sala de aula desempenham um papel importante para a mudança das práticas de ensino e aprendizagem, sendo necessária a sua remodelação para se adequar às práticas pedagógicas inovadoras, com espaços adaptáveis, flexíveis e fluidos.

Com o avanço das tecnologias digitais as experiências educacionais de alunos e professores devem se alterar, para que se possa se adequar a nova geração à realidade atual e futura da sociedade. Uma das características principais da pedagogia baseada em metodologias ativas é ter o aluno como protagonista no processo de aprendizagem, onde ele desempenhará as atividades para um aprendizado de maneira ativa. Em contraposição, o professor deixa de assumir o papel central nesse processo e passa a assumir a função de mediador, de orientador da aprendizagem. Isso tudo demanda uma nova organização do espaço escolar, que necessita de uma transformação para se adequar às metodologias ativas. Diante deste cenário, muitas escolas estão transformando os seus espaços de aprendizagem para dar suporte às metodologias ativas, que demandam maior flexibilidade, colaboração e participação ativa dos alunos. Além do processo de transformação, destaca-se que as escolas emergentes já estão surgindo dentro deste novo contexto, com ambientes escolares inovadores, preparados para as novas práticas pedagógicas e com grande infraestrutura tecnológica, que possibilita a ampliação do ambiente escolar para o mundo virtual, além de aumentar as conexões e as redes colaborativas de aprendizagem.

A educação no século XXI não se restringe ao edifício educacional, pois com a propagação das tecnologias da informação e comunicação, o planeta pode tonar-se a escola do século XXI. Entende-se que é fundamental a inovação na instituição de ensino para que ela possa evoluir no processo de aprendizagem e estar contextualizada com a realidade e as necessidades da sociedade. Porém, apesar de perder o seu papel primordial de formação de saberes, acredita-se que diante do seu quadro atual, essa instituição deverá se manter como formadora de profissionais para o mercado de trabalho e/ou com outras funções econômicas, sociais ou políticas, não desaparecendo da nossa sociedade. Desta forma, as exigências atuais do processo

de aprendizagem contribuem para a criação de espaços educativos diversificados, flexíveis e atrativos, para a acomodação do aluno contemporâneo e o desenvolvimento das diversas atividades.

Foram demonstrados estudos de casos que apresentam a transformação do espaço escolar, com a reconfiguração das salas de aulas e dos ambientes institucionais, para a adequação de metodologias ativas que consideram a inserção de novas práticas pedagógicas centrada nos alunos, sendo constante a busca por inovações nas suas atividades e na integração com o uso das tecnologias. As escolas precisam inovar o seu ambiente construído para possibilitar novas práticas pedagógicas, mais adequadas e contextualizadas ao seu público, que são os alunos da geração atual, tecnológica e conectada, que demandam maior flexibilidade, personalização e colaboração nas atividades educativas. Além do ambiente real, a escola pode se expandir para o ambiente virtual e proporcionar novas experiências aos seus alunos.

REFERÊNCIAS

ADAMS BECKER, S., FREEMAN, A., GIESINGER HALL, C., CUMMINS, M., and YUHNKE, B. **NMC/CoSN Horizon Report: 2016 K-12 Edition**. Austin, Texas: The New Media Consortium, 2016.

BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; DE MELLO TREVISANI, Fernando (org.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação.** Penso Editora, 2015.

BICKFORD, Deborah J., WRIGHT, David J. **Community: The Hidden Context for Learning**. In: OBLINGER, Diana G (org). Learning spaces. Educause, 2006.

CASABONA, Joseph et. al. **BYOD Strategy (Service Mobility**). The University of Scranton Pennsylvania, 2014.

CHISM, Nancy Van Note. **Challenging Traditional Assumptions and Rethinking Learning Spaces**. In: OBLINGER, Diana G (org). Learning spaces. Educause, 2006.

"COLABS Panamerican School of Porto Alegre / Santini e Rocha Arquitetos". **ArchDaily Brasil**. 24 Nov 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/883800/colabs-panamerican-school-of-porto-alegre-santini-e-rocha-arquitetos>. Acessado 13 Mai 2018.

COSMO, Norma Celiane. **Educação Corporativa –Teorias da Aprendizagem.** Universidade Católica Dom Bosco e Portal Educação, 2018.

FILATRO, Andrea. **As teorias pedagógicas fundamentais em EAD**. In: LITTO, Frederic M.; FORMIGA, Marcos (Orgs.). Educação a Distância – o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

FINO, Carlos Nogueira. Vygotsky e a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP): três implicações pedagógicas. **Revista Portuguesa de educação**, Portugal, v. 14, n. 2, p. 273-291, 2001.

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FRANCO, Sérgio Roberto Kieling et. al. **Aprendizagem na educação à distância: caminhos do Brasil**. Porto Alegre/RS. Renote, v. 4, n. 2, 2006.

FORNEIRO, María Lina Iglesias. Observación y evaluación del ambiente de aprendizaje en educación Infantil: dimensiones y variables a considerar. **Revista Iberoamericana de educación**, Espanha, n. 47, p. 49-70. maio/ago. 2008.

FREEMAN, A., ADAMS BECKER, S., CUMMINS, M., DAVIS, A., and HALL GIESINGER, C. **NMC/CoSN Horizon Report: 2017 K–12 Edition.** Austin, Texas: The New Media Consortium, 2017.

GRAETZ, Ken A. **The Psychology of Learning Environments**. In: OBLINGER, Diana G (org). Learning spaces. Educause, 2006.

GUIMARÃES, Paulo Sérgio de Jesus. **Tecnologias móveis na educação: processos e desenvolvimento de soluções para o design de espaços de aprendizagem**. Dissertação (Mestrado em Educação) na Universidade de Lisboa, 2016.

KELLY, Robert. **Creative Development: Transforming Education through Design Thinking, Innovation, and Invention.** Canada: Brush education, 2016.

KOWALTOWSKI, Doris K. **Arquitetura escolar e o projeto do ambiente de ensino**. São Paulo: Oficina de textos, 2011.

LANGE, Catherine. Architecture's Pivotal Role in the Future of K-12 Learning. **EdSurge,** 2016.

LOMAS, Cyprien; OBLINGER, Diana G. **Student Practices and Their Impact on Learning Spaces**. In: OBLINGER, Diana G (org). Learning spaces. Educause, 2006.

MANNO, Michelle. Infographic: Design engaging learning spaces. **Iste**, 2016.

MORAN, José Manuel. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda**. In: BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: Uma Abordagem Teórico-Prática. Penso Editora, 2018.

OBLINGER, Diana G. **Space as a change agent**. IN: OBLINGER, Diana G (org). Learning spaces. Educause, 2006.

PAPERT, Seymour. **A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática.** Porto Alegre: Artmed, 1994.

PRENSKY, Marc. **Nativos digitais, imigrantes digitais**. Tradução de Roberta de Moraes Jesus de Souza, NCB University Press, Vol. 9 No. 5, out. 2001.

SALLA, Fernanda. **O conceito de afetividade de Henri Wallon**. Nova escola. 01 out. 2011.

SIEMENS, George. Connectivism: A learning theory for the digital age. International Journal of Instructional Technology and Distance Learning, v. 2, n. 1, p. 3-10, 2005.

TEIXEIRA, Madalena Telles; REIS, Maria Filomena. A organização do espaço em sala de aula e as suas implicações na aprendizagem cooperativa. **Revista Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 11, p. 162-187, 2012.

THOMAS, Herbert. Learning spaces, learning environments and the dis'placement' of learning. **British Journal of Educational Technology**, Vol 41, No 3, 2010, p.502–511.

WALSH, Bari. **Learning by Making** – end headline begin sub headline agency by design and the rise of maker-centered education. Usable knowledge, Harvard Graduate School of Education, 2014.

V enanparq
Salvador - 2018

RESISTÊNCIA E IDENTIDADE NA CONFIGURAÇÃO METROPOLITANA: UM OLHAR APROXIMADO EM TRECHOS DOS SUBÚRBIOS CARIOCAS

RESISTENCE AND IDENTITY IN THE METROPOLITAN CONFIGURATION: A CLOSE APPROACH TO PARTS OF THE CARIOCAS' SUBURBS

RESISTENCIA E IDENTIDAD EN LA CONFIGURACIÓN METROPOLITANA: UN ANÁLISIS DETENIDO DE SECTORES DE LOS "SUBÚRBIOS CARIOCAS"

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

ALBERNAZ, Maria Paula
Doutor em Geografia; Professor da FAU UFRJ e do PROURB FAU UFRJ
paulaalbernaz@fau.ufrj.br

BERTAME, Rodrigo
Mestre em Urbanismo; PROURB FAU UFRJ
bertameh@gmail.com

MATTOSO, Rafael
Doutorando em Urbanismo; PROURB FAU UFRJ
rafaelmattoso@yahoo.com.br

RESISTÊNCIA E IDENTIDADE NA CONFIGURAÇÃO METROPOLITANA: UM OLHAR APROXIMADO EM TRECHOS DOS SUBÚRBIOS CARIOCAS

RESISTENCE AND IDENTITY IN THE METROPOLITAN CONFIGURATION: A CLOSE APPROACH TO PARTS OF THE CARIOCAS' SUBURBS

RESISTENCIA E IDENTIDAD EN LA CONFIGURACIÓN METROPOLITANA: UN ANÁLISIS DETENIDO DE SECTORES DE LOS "SUBÚRBIOS CARIOCAS"

EIXO TEMÁTICO: INDICAÇÃO DA FILIAÇÃO DO ARTIGO A UM DOS 8 EIXOS TEMÁTICOS (SEM O NÚMERO)

RESUMO:
Este artigo visa investigar a capacidade dos subúrbios cariocas de resistir a processos homogeneizantes de configuração espacial a partir de dinâmicas particulares de produção das formas urbanas. Nesse intento busca também verificar singularidades identitárias de cada um dos subúrbios revertidas em modos de agir e interagir próprios. Para isso adota um contexto teórico-metodológico que privilegia uma aproximação na escala microlocal que permite compreender formas urbanas associadas a práticas do cotidiano, uma abordagem que entrecruza um estudo tipomorfológico com uma interpretação interdisciplinar do estudo urbano e um estudo comparativo entre dois subúrbios cariocas com lógicas singulares de integração urbana. Parte do reconhecimento do território suburbano identificado por aqueles que se consideram suburbanos - coincidente com grande parte da região norte e oeste da Metrópole do Rio de Janeiro; e do entendimento da inexistência de um recorte identitário único de subúrbio e do suburbano que tende a gerar um estereótipo que invisibiliza uma condição urbana de potencialidade. Avalia que na dialética de ser igual e diferente na produção dos subúrbios hoje perpassam novos processos constituídos por agentes locais que alteram significativamente seu tecido urbano e permitem frequentemente a permanência daqueles que ali moram, demonstrando expressiva forma de resistência.
PALAVRAS-CHAVE: suburbanização; processos urbanos; morfologia urbana; arquitetura e urbanismo.

ABSTRACT:
This article aims to investigate the ability of the Rio de Janeiro suburbs to resist homogenizing processes of spatial configuration from particular dynamics of urban production. In this attempt it also seeks to verify identity singularities of each of the suburbs reverted in ways of acting and interacting within them. In order to do so, it adopts a theoretical-methodological context that favors a micro local approach that allows us to understand urban forms associated with daily practices. This approach crosses a typomorphological study with an interdisciplinary interpretation and a comparative study between two suburbs of Rio with different logics of urban integration. The basic premises are: the recognition of the suburban territory as it is identified by those who considered themselves to be suburban - superposed with much of the northern and western region of the Rio de Janeiro Metropolis; and the understanding of the absence of a single suburban identity which tends to generate a stereotype that makes invisible an urban condition of potentiality. In the dialectics of being equal and different we evaluate that the production of the suburbs today is passing through new processes constituted by local agents that significantly alter their urban fabric and frequently allow the permanence of those who live there, demonstrating an expressive form of resistance.
KEYWORDS: *suburbanization; urban processes; urban morphology; architecture and urbanism.*

RESUMEN:
Este artículo busca investigar la capacidad de los suburbios cariocas de resistir a procesos homogeneizantes de configuración espacial a partir de dinámicas particulares de producción de las formas urbanas. en que el intento busca también verificar Singularidades de identidad de cada uno de los suburbios y que involucran modos de actuar e intersctuar propios. Para esto se adopta un contexto teórico-metodológico que ocupa un acercamiento en la escala microlocal y que permite comprender las formas urbanas asociadas a prácticas del cotidiano, un enfoque que cruza un estudio tipo-morfológico a una interpretación interdisciplinaria del estudio urbano y un análisis comparativo entre dos barrios del "Subúrbio Carioca", con lógicas singulares de integración urbana. Para esto se adopta un contexto teórico-metodológico que ocupa un acercamiento en la escala microlocal y que permite comprender las formas urbanas asociadas a prácticas del cotidiano, un enfoque que cruza un estudio tipo-morfológico a una interpretación interdisciplinaria del estudio urbano y un análisis comparativo entre dos barrios del "Subúrbio Carioca", con lógicas singulares de integración urbana. Se parte del reconocimiento del territorio suburbano identificado por aquellos que se consideran suburbanos – los habitantes de gran parte de la región Norte y Oeste de la metrópolis de Río de Janeiro; y de la comprensión de la inexistencia de un definición única de la identidad suburbana y de su población, muchas veces representados a partir de estereotipos que imposibilitan sus potencialidades. Se avalúa que actualmente la dialetica de ser igual y diferente en la producción de los tejidos urbanos de los suburbios involucra nuevos procesos constituidos por agentes locales que modifican significativamente su tejido y suelen permitir la permanencia de aquellos que allá viven, demostrando expresiva poder de resistencia.
***Palabras clave**: suburbanización; procesos urbanos; morgologia urbana; arquitectura y urbanismo*

INTRODUÇÃO

Subúrbios cariocas referem-se a uma vasta, populosa e heterogênea região da Metrópole do Rio de Janeiro – diversa das áreas suburbanas identificadas com as problemáticas da dispersão e homogeneização. Não há como precisar os limites dos subúrbios cariocas, mas, para uma grande parcela da população residente no Rio, coincidem com a maior parte da região norte e oeste da metrópole, e principalmente, identificam-se pela contraposição a uma região consolidada central que se estende do Centro à Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes passando pela Zona Sul. Tendo como referência esta localização presente no imaginário da população do Rio, os subúrbios abrigam aproximadamente 70% da população municipal, têm uma existência urbana intensificada a partir de princípios do século XX, e caracterizam-se tanto pela desqualificação dos seus espaços públicos quanto por uma rica e negligenciada cultura urbana que se expressa e manifesta de diversas maneiras.

As formas urbanas que compõem os subúrbios cariocas são comumente retratadas como homogêneas nas visões passadas pelo cinema, dramaturgia, música popular e literatura. Em geral a ideia que se tem da configuração espacial suburbana está associada a casas corridas de baixa altura dispostas nas testadas dos lotes conformando quadras regulares, ou conjuntos habitacionais densamente povoados compostos por edifícios de média altura. Porém, no universo suburbano, o que se verifica são formas de ocupação muito diferenciadas, que correspondem a processos históricos e urbanos particulares. Ao mesmo tempo em que configuram práticas sociais, costumes e concepções de mundo, impedem, impulsionam ou propiciam o desempenho de ações humanas. Deste modo, em cada singular tecido suburbano se desenvolveram modos de viver e agir diferenciados ao longo do tempo. Entretanto, há simultaneamente uma condição identitária repleta de similitudes experimentada pelos seus moradores, construída igualmente ao longo de sua história.

Essa dialética de ser igual e diferente perpassa igualmente novos processos de configuração espacial que ocorrem e se apresentam hoje como marcantes na constituição metropolitana da região suburbana. Com a participação de agentes locais - moradores, proprietários de terrenos e pequenos empresários, uma parte significativa do subúrbio vem sendo produzida através de modos pouco relacionados aos do mercado imobiliário formal, alterando o seu tecido urbano. Destacam-se dentre esses processos recentes característicos da configuração espacial suburbana as dinâmicas relativas a: subdivisão de parcelas ou acréscimo de edificações de um mesmo terreno para aumento no número de domicílios; compartilhamento de trabalho e moradia em um mesmo imóvel; reversão dos critérios do social e íntimo nos espaços público e privado; diversidade de tipos de edificação em um pequeno recorte urbano.

Os processos descritos trazem consequências não só para a feição urbana dessa macrorregião, mas também para as identidades suburbanas. Podem representar uma capacidade própria de lugares poucos "visíveis", tais como os subúrbios, de resistir a dinâmicas homogeneizantes provenientes da "razão dominante", típicas da condição urbana contemporânea. Apesar de processos experimentados nos subúrbios cariocas como uma totalidade, em cada um deles se apresenta de um modo singular, de acordo com as suas formas de viver e agir únicas. Trabalhos consagrados sobre os processos urbanos servem de referência no reconhecimento do potencial de resistência ao sistema geral representado por processos homogeneizantes, provenientes de prerrogativas dos grupos mais poderosos, em situações urbanas pouco evidenciadas e através das práticas do cotidiano (CERTEAU, 2014 [1980]; HARVEY, 2004 [2000], SANTOS, 2000).

Por serem “espaços opacos à razão dominante” (SANTOS, *op. cit.*), os subúrbios cariocas apresentam um poder de resistência através de adaptações ou contraposições a estruturas dominantes, percebidas em ações e interações espontâneas e variadas e no seu cotidiano. Esses movimentos individuais ou coletivos podem se constituir em “táticas” (CERTEAU, 2014 [1980]) conscientes ou inconscientes de permanência no território. A imagética sobre os subúrbios cariocas estão evidenciados em trabalhos no campo da geografia histórica e urbana (BERNARDES, SOARES, 1987; ABREU, 1987; FERNANDES, 1996, entre outros), que apresentam o papel de ideologias difundidas por grupos dominantes para criação do conceito de subúrbio.

Para identificar a capacidade - comum aos agentes produtores dessas vivências suburbanas - de resistência a processos homogeneizantes de configuração espacial, e verificar singularidades identitárias em cada um dos subúrbios analisados através da construção de novos modos de ação e interação revertidos nas formas urbanas, adotamos um contexto teórico-metodológico que privilegia: uma aproximação na escala microlocal (SOUZA, 2015), cuja investigação permite uma compreensão das formas urbanas associada às práticas da vida cotidiana; um estudo comparativo entre dois subúrbios cariocas, que apresentam lógicas próprias no seu processo de integração à malha urbana; uma abordagem que entrecruza um estudo morfológico baseado na análise das múltiplas formas de expressão espacial e arquitetônica dos tecidos urbanos, com uma interpretação que dê conta de aspectos interdisciplinares do estudo urbano e da escala metropolitana, incluindo processos históricos da formação urbana.

A investigação na escala microlocal propicia uma análise do caráter do tecido urbano (PANERAI, 2006), através da leitura da divisão da cidade em vias, quadras, lotes e edifícios, em sua relação com o ambiente no entorno, propiciando revelar aspectos do dia-a-dia, como, por exemplo, do grau de sociabilidade apresentado pelas áreas livres, indissociável da pesquisa sobre valores identitários. Esta escala favorece também conhecer com maior profundidade áreas do “tecido ordinário” (HABRAKEN, 2001), tratadas menos frequentemente em trabalhos que priorizam tecidos excepcionais ou fazem a sua leitura de modo genérico. Em relação às ferramentas crítica e analítica para comparação dos espaços, um destaque é dado à representação gráfica tendo em vista o potencial comparativo do desenho para padronizar e comparar situações consideradas exemplares.

Em termos da abordagem adotada, a investigação na primeira vertente morfológica respalda-se no levantamento de propriedades físicas e geométricas das formas construídas e verificação das suas relações com o tecido urbano. Importa entender os atributos de cada um dos edifícios e do conjunto deles no recorte estudado e a apropriação espacial que possam oferecer. Em uma segunda vertente, o foco são os processos históricos e antropológicos que configuraram e configuram o espaço urbano, pontuados pela compreensão de visões e eventos urbanísticos por meio dos quais foi se criando e se transformando partes da cidade, contrapondo-se processos mais gerais e particulares.

Como objeto de estudo optamos por um trecho situado no bairro de Madureira e outro na interseção dos bairros do Méier e Todos os Santos, centralidades inseridas e representativas das porções mais antigas do que podem ser considerados hoje subúrbios da metrópole do Rio de Janeiro (Figura 1). Em ambos os trechos analisados, o crescimento urbano deveu-se principalmente à presença das estações de trem inauguradas em finais do século XIX do ramal ferroviário pioneiro implantado na cidade: o da Central-Deodoro. Apesar de integrados à malha urbana em momentos aproximados e constituírem-se ambos em centralidades comerciais de alcance suprarregional, apresentam características morfológicas e dinâmicas sociais urbanas bem diferenciadas. Esse fato possibilita a investigação de similaridades e distinções na

absorção dos processos recentes descritos que podem representar, em um e no outro caso, um reforço ou a perda de valores identitários singulares.

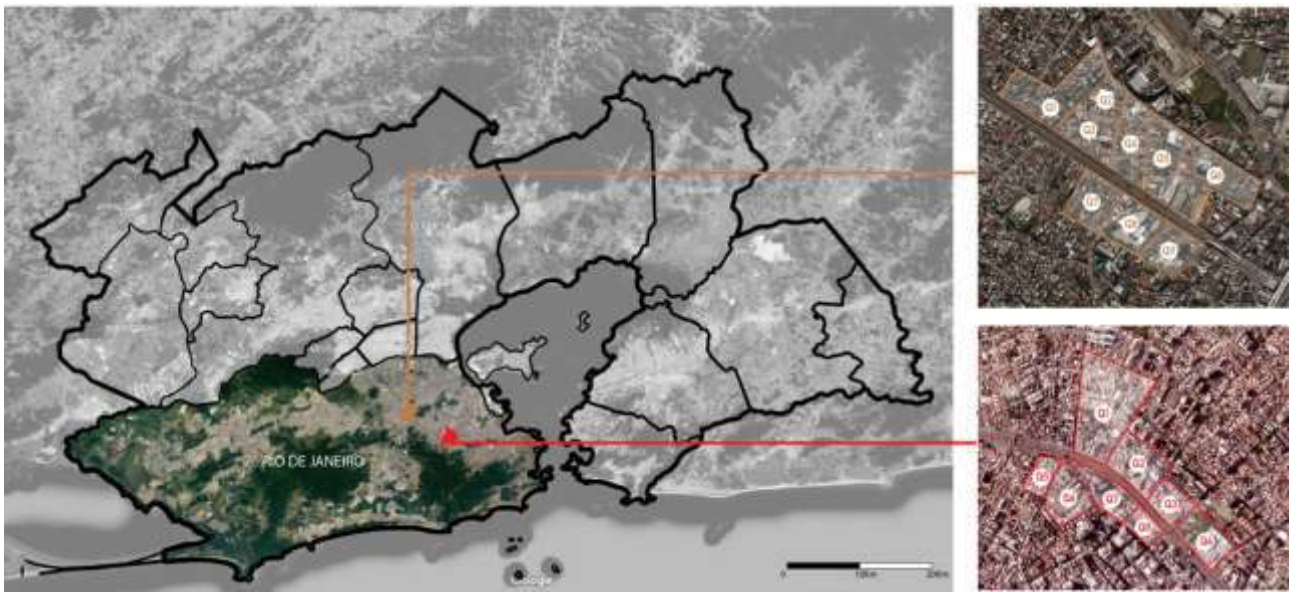


Figura 1: Localização de trechos suburbanos analisados – Madureira e Méier/ Todos os Santos.
Fonte: Autores (2018)

CONDIÇÃO CONTEMPORÂNEA NA METRÓPOLE DO RIO

A cidade do Rio de Janeiro hoje faz parte de uma metrópole, que como outras latino-americanas, se estendem sobre um vasto território quase todo urbanizado. No entanto, nas últimas décadas, longe de ter havido um reforço em pólos urbanos irradiados, vem havendo um predomínio de novas morfologias mais densas, descontínuas e sem limites precisos, caracterizadoras da condição contemporânea. Prevalecem fatores de dispersão, segregação socioespacial e fragmentação que, entrecruzados, mostram uma face genérica e frequentemente negativa da vida urbana dos nossos dias. Suas origens se remetem a processos iniciados em finais do século XIX quando o Rio de Janeiro viu sua população quase dobrar (ABREU, 2006. [1987]), e o espaço urbano ir ganhando uma nova condição.

A segregação socioespacial no Rio de Janeiro decorreu de processos atrelados a escolhas políticas e interesses econômicos que ao longo do tempo resultaram na conformação de porções territoriais com características socioeconômicas, físico-ambientais e de infraestrutura urbana, bastante diferenciadas, nas direções norte, sul e posteriormente oeste do seu centro histórico. Nessas áreas que viriam a ser referidas como Zona Norte, Zona Sul e Zona Oeste, agentes os mais diversos produtores do espaço urbano, espontaneamente ou absorvendo concepções urbanísticas que germinavam desde o século XIX nos países da Europa e nos Estados Unidos, foram configurando distintamente a cidade.

Esse processo se associa a um movimento do contexto universal ascendente com o advento do liberalismo econômico e com a expansão do capitalismo, durante as revoluções industriais, no qual há um cenário cada vez mais furtivo para a produção de espaços de diferenciação. Diz respeito a uma necessidade compatível

com a lógica consumista e individualista - onde o "espectro aristocrata"[1] almejava separar e classificar cada vez mais a potencial sociedade de consumo. Cabe ao Estado, no liberalismo, a manutenção da ordem, a preservação da paz e a proteção à propriedade privada. Esta moral trazia também consigo uma nova concepção de estratificação social que priorizava o espaço privado em detrimento ao papel do lugar público, ou melhor, tentava apropriar-se e reformular o papel do público no campo privado, que imediatamente cria seus próprios signos e leis para lhes garantir a diferenciação.

Nos países centrais as origens dos fenômenos contemporâneos da dispersão e fragmentação são atribuídas às "ondas múltiplas e sucessivas do progresso nos domínios dos transportes e comunicação" (SECCHI, 2006, p 74). A presença de avanços tecnológicos nas redes viárias e ferroviárias; eletrônicas e de telemática complexas, teria provocado mudanças na morfologia urbana apoiada pelas possibilidades de localização de empresas e moradias em locais mais distantes. No entanto, na Metrópole do Rio de Janeiro, mais do que esses fatores, se destaca a escalada da valorização do solo urbano durante o século XX, promovendo não só uma incontrolável periurbanização, como verdadeiros espaços da diferença.

A dispersão e fragmentação foram principalmente motivadas no Rio de Janeiro pela busca de terrenos mais baratos cada vez mais distanciados do seu centro urbano, seja através de iniciativas espontâneas, do poder público ou do mercado imobiliário formal. Manifestou-se na extensão da irregularidade fundiária, infraestrutural e edilícia, nos assentamentos precários; no aumento de vazios urbanos nas áreas consolidadas - terrenos baldios ou edificações desocupadas à espera de uma maior rentabilização da terra (CARDOSO, 2013) e nos enclaves produzidos pelos conjuntos habitacionais ou condomínios exclusivos. O resultado são espacialidades muito heterogêneas que em comum têm a promoção de dificultados deslocamentos pendulares e hoje tendem a agravar a segregação socioespacial estruturadora do espaço metropolitano. Acrescenta-se a esses aspectos o desaparecimento dos espaços cívicos e públicos, vistos como lugares do exercício da cidadania, da diversidade e do confronto com a alteridade, causados pela fragmentação.

Da condição contemporânea também decorreria nos países centrais, uma nova geografia da centralidade decorrente da polinucleação propiciada pela conurbação de cidades e pela múltipla rede de fluxos que acompanha tentacularmente eixos viários (SECCHI, 2006, p. 73). No Rio, os fluxos multidirecionais que atravessam o território metropolitano continuado, se verificam múltiplos polos desqualificados pelo crescimento inconcluso das periferias que juntam manchas de condomínios residenciais, ocupações pobres, plantas industriais e comerciais, que não se comunicam. Nessas manchas incluem-se verdadeiros "enclaves fortificados", expressões da "cidade de muros" (CALDEIRA, 2000), nos quais se refugia uma parcela da população em territórios fechados e protegidos, como resposta ao crescente sentimento de insegurança, e as "fraturas sociopolíticas", representadas por favelas e bairros periféricos, dominadas pelo banditismo (SOUZA, 2002, p. 500).

Porém a condição urbana contemporânea retratada não é um processo definitivo, pois suas fronteiras estão constantemente sendo postas à prova. Instável por natureza constitui-se em sítio de mudanças constantes que dão lugar a situações críticas e soluções transitórias. A causa destas mudanças pode estar na liberação de desejos, demandas e interesses. Deste modo, se por um lado ela é o lugar da diferença, pode ser também da mistura e da simultaneidade, de imbricações (MONTANER, MUXÍ, 2014, p. 71).

[1] Entendido aqui como um resquício do modo de pensar da antiga sociedade de cortes, socialmente estratificada, que parecia manter-se através do tempo principalmente pela ideia da classificação social.

Outra situação pode ocorrer, uma dificuldade intrínseca da condição contemporânea de se infiltrar em territórios nos quais há uma defesa implícita de uma forma de morar, nos quais os vazios são espontaneamente ocupados ou transformados, se constroem lugares e edifícios que fomentam relações e vida comunitária, ou ainda a diversidade de memórias é reivindicada nas práticas sociais (MONTANER, MUXÍ, *op. cit*).

São inúmeros os mecanismos de luta e resistência, tanto de caráter direto quanto indireto daquelas pessoas comuns, da parte menos favorecida da população, articulando-se, apropriando-se e utilizando-se de concepções e conceitos - como o de subúrbio – criados por parte de um privilegiado grupo social, que claramente tinha como objetivo a segregação. Sendo assim, buscamos nos aproximar, por meio da compreensão do conceito de subúrbio carioca através da história e da investigação do espaço urbano, dessas iniciativas cotidianas de um grande número da população da Metrópole do Rio de Janeiro. Empenhamo-nos em não repetir o recorrente erro de desconsiderar a importância estratégica das antigas freguesias rurais, atuais subúrbios, na construção do tecido metropolitano.

CONCEITO DE SUBÚRBIO CARIOCA

Compreender o conceito de subúrbio carioca exige refletir sobre os processos identitários e os respectivos rebatimentos no território metropolitano já que não se refere apenas a uma relação geográfica-espacial. O mesmo paira pelo imaginário social enquanto uma concepção emergente de enunciação coletiva. O topônimo subúrbio e por consequência seu derivado - suburbano - resiste na cidade do Rio de Janeiro através de um campo de ambiguidades. Hora encontramos referências no cotidiano que reforçam um estereótipo pré-determinado acerca de um determinado perfil socioeconômico, hora encontramos referências de ressignificação que explora taticamente o topônimo como um instrumento de potência social.

Seu caráter singular por sua vez se imprime a partir de um conjunto complexo de diferenças e entrelaçamentos que podem ser rastreados nos modos de agir e interagir em suas relações. Mesmo que o significado original do termo não se aplique mais no âmbito da administração pública e legislações urbanas da cidade do Rio de Janeiro, o topônimo se mantém no imaginário popular. Apesar de historicamente ter havido uma tentativa de construção de uma imagem homogênea do suburbano, estereotipada durante o tempo em termos de localização geográfica, perfil do grupo da população e atitudes, como, por exemplo, no primeiro caso: “o morador de longe” ou “os bairros cortados pelo trem”; e, nos outros casos, na imagem da “pitoresca família de classe média baixa, proprietária de uma pequena casa unifamiliar com quintal”, não houve em período de tempo algum uma correspondência a essas imagens na cidade real.

O recorte identitário único de subúrbio e do suburbano apresenta um sério problema: tende a gerar um estereótipo que invisibiliza uma condição urbana de potencialidade real, uma multiplicidade de expressões e relações sociais, culturais e econômicas que acontecem no território. É fundamental reconhecer que, a partir da capacidade social dos homens de constituir seus próprios símbolos considerando suas condições de possibilidades, é possível pensar a potência da experiência cotidiana na produção de sua cultura, de seus valores, entendendo que:

> “O mundo cotidiano no qual se movem os membros de qualquer comunidade, seu campo de ação social considerado garantido, é habitado não por homens quaisquer, sem rosto, sem qualidades, mas por homens personalizados, classes concretas de pessoas

> determinadas, positivamente caracterizadas e adequadamente rotuladas. Os sistemas de símbolos que definem essas classes não são dados pela natureza das coisas — eles são construídos historicamente, mantidos socialmente e aplicados individualmente" (GEERTZ, 2008, p.151).

Assim o "ser" e "estar" suburbano pode ser assimilado através de símbolos construídos historicamente pelos próprios indivíduos e grupos assim considerados, sendo capaz de singularizá-los em relação ao contexto de outros indivíduos e outros grupos da cidade, com o entendimento de que no "emergir da autonomia do sujeito, do cotidiano e da progressiva democratização da sociedade" (SECCHI, 2009, p. 248) pode-se gerar suas próprias ações culturais, que tenham um sentido real para aquelas populações.

Neste espaço de complexidade onde a cidade pode ser lida como um campo de disputas entre os diversos agentes que interagem nele, o suburbano se torna um resistente, na medida em que expressa e manifesta singularidades que se apresentam de forma "tática" (CERTEAU, 2014) frente às "estratégias dominantes" e constituem modos de vida e seu lugar, muitas das vezes ressignificando os espaços e territórios constituídos. Podemos citar como táticos ações banais como ocupar o vazio urbano deixado sob um viaduto e fazer dele uma referência de cultura *black*, como no caso do "Dutão" (Viaduto Negrão de Lima em Madureira, bairro suburbano carioca), ou ressignificar o afeto a um bairro como Marechal Hermes (outro bairro suburbano carioca), a partir da presença de um camelô e sua barraquinha de batatas fritas que pela excelência da qualidade gastronômica ganha notoriedade.

Assim, a partir de sua experiência cotidiana, o homem ao se assumir suburbano permite revelar a existência de um lugar, o subúrbio carioca, dando um ressignificado ao conceito que existe no imaginário da população metropolitana do Rio de Janeiro, oriundo de uma legitimação do conceito de subúrbio imposto a partir do processo de "rapto ideológico", tão bem intitulado e descrito pelo geógrafo Nélson Nóbrega Fernandes (1996). Esse novo conceito não necessariamente representa um retorno a um conceito outro clássico de área suburbana, vinculada a uma noção geográfica de limites urbanos. Redefine a lógica do território e emancipa o pensamento associado às fronteiras definidas pelo espaço constituído pelas forças de poder administrativas, econômicas e ideológicas.

O subúrbio carioca se transforma assim em múltiplos subúrbios cariocas, uma polifonia de discursos possíveis. Ele deixa de ser o lado de lá da montanha, uma referência clara ao maciço da Tijuca que separa geograficamente os territórios dos bairros conhecidos pelo topônimo Zona Sul dos bairros conhecidos pelo topônimo Zona Norte. A polifonia nos remete a recordar que outros maciços são parte da cidade e da região metropolitana. O suburbano enquanto protagonista que olha a partir dos seus maciços, nos recorda que outras conformações montanhosas também colaboram na construção da paisagem do território metropolitano.

Esse novo sentido permite confrontar formas de se enxergar os subúrbios cariocas que se consagraram na música popular e que só o veem sob a perspectiva da região central metropolitana. Enquanto para Chico Buarque, compositor carioca oriundo da Zona Sul, expressou a sua visão no ano de 2006 de que o subúrbio é "o avesso da montanha", para Du Basconça, compositor carioca proveniente da área suburbana, o panorama é outro, lembra em "Falando Daqui" - composta no ano de 2010: "é do Pico da Prata que se pode avistar a Barra" e "é do Mendanha que se pode avistar toda a Baixada Fluminense". Enquanto para Chico Buarque, "o subúrbio é lá", um lá que "não está no mapa", Du Basconça informa "que fala daqui", um aqui no qual se "precisa ser artista pra driblar monotonia".

Assim, na sociedade contemporânea carioca e fluminense, podemos perceber que o topônimo subúrbio carioca adquire um potencial que vai muito além do que precisar limites geográficos ou administrativos de um território. Ele permite definir um conjunto complexo de relações e apropriações de um determinado tipo de morador da cidade que é afetado pelos processos de segregação urbana e que oferece à cidade a riqueza de afetá-la com suas expressões cotidianas.

Diante desta metrópole contemporânea, na qual prevalece a segregação socioespacial, concebida desigualmente para corresponder aos interesses de uma "razão dominante", a rede complexa de vivências dos moradores da região suburbana segue por um conjunto de ações táticas nas quais o suburbano expressa aquilo que lhe é necessário ou mesmo trágico, e transforma as dificuldades da condição urbana em estética potente da própria vida, assim absorvendo a mensagem transmitida pelo compositor popular carioca Candeia, "se houver tristeza que seja bonita".

A partir da expressão "eu escolhi suburbanizar", cunhada pelo estudante de história Vitor Almeida em sua página de rede social suburbana "Subúrbio da Depressão", denota-se uma alegoria. O topônimo que outrora fora um substantivo se transforma em verbo, força de ação capaz de gerar um acontecimento. Desta forma qualquer lugar pode ser subúrbio, mesmo que por um determinado período de tempo desde que seja pelo desejo de alguém, "suburbanizado". Esta expressão remete-se também à fala final do compositor popular Luiz Carlos da Vila no filme "Alma Suburbana" de autoria do coletivo "Subúrbio em Transe", quando questionado sobre o que é o subúrbio, o poeta e compositor declara: "Quer conhecer subúrbio? Subúrbio é isso aqui", e canta seu samba mais famoso, "Kizomba a festa da raça".

Este conjunto de singulares manifestações culturais está apto a "suburbanizar", ou seja, criar as novas territorialidades dos subúrbios cariocas, que hoje podem ser compreendidos segundo o poeta e compositor citado, como o lugar de "essa gente de todas as raças, todas as culturas, com jogo de cintura e a sede de que o *apartheid* se destrua". Desta forma compreendemos que é este morador da metrópole que se entende como suburbano que redefine nos dias de hoje o que é subúrbio carioca, operando taticamente em resistência para diluir as mais complexas formas de segregação socioespacial que se aplicam no território da metrópole carioca.

DINÂMICAS DE RESISTÊNCIA NOS SUBÚRBIOS CARIOCAS

Madureira

O bairro de Madureira é uma das partes mais representativas do processo de ressignificação do conceito atual de subúrbio carioca através dos novos contornos trazidos por novidades ou tradicionais manifestações e expressões associadas ao seu território. O recém-inaugurado Parque de Madureira, construído em 2016 ao longo da faixa de domínio da linha de transmissão de energia; a estação e a linha da recém-inaugurada modalidade de transporte BRT (*Bus Rapid Transit*) inaugurada também em 2016, e o frenético "Baile Charme", um evento de concentração popular sob o Viaduto Negrão de Lima; as escolas de samba Portela e Império Serrano, o dinâmico comércio de rua e ao Mercadão, deslumbram quem os vivencia.

Desde o período colonial, a história de Madureira foi produzindo traços de identidade e trocas culturais, comerciais, religiosas que remetem às singularidades hoje expressas nas suas formas urbanas. Sua origem urbana está no loteamento de parte da antiga Fazenda do Campinho em meados do século XIX. Nessa

época já residia nas encostas do atual Morro da Serrinha uma população de antigos escravos em terras doadas pelo seu proprietário. Madureira também se destacava há muito tempo como ponto de intermédio de tropas e tropeiros que arranchavam no Largo do Campinho ou na Pavuna, percorrendo os caminhos que levavam aos portos na baía de Irajá. Ao longo dos caminhos que atravessavam seu território – e que viriam a se tornar eixos das suas principais vias de interligação, como a atual Estrada do Portela -, cada vez mais lotes em geral estreitos e profundos, dispersos ou mais concentrados, foram sendo parcelados.

Entretanto, provavelmente, o principal momento de crescimento urbano da região tenha ocorrido após a implantação da estação ferroviária, pertencente ao atual ramal de Deodoro, em 1890, junto a um núcleo já existente de edificações. Em geral a escolha do local para implantar as estações devia-se justamente à presença de alguma aglomeração (PECHMAN, 1985). A linha férrea que cortava então Madureira partia da Central do Brasil para alcançar o Vale do Paraíba, visando o transporte de mercadorias, superpondo-se ao leito de um dos seus caminhos, que por esse motivo já apresentava uma concentração de lotes. Décadas depois, em 1908, nova estação ferroviária pertencente ao atual ramal de Belford Roxo, implantado com o mesmo objetivo, partindo em direção distinta, foi instalada na área. Foram essas linhas que impulsionaram, ainda mais, o crescimento local a partir do século XX e ajudaram a criar uma centralidade de comércio que chegaria, na década de 1960, a ser a segunda mais importante da cidade do Rio de Janeiro.

A demanda habitacional por um contingente populacional que só crescia na cidade do Rio de Janeiro, buscando alternativa de moradia preferencialmente em locais servidos por um meio de transporte, resultou na busca por alternativas de ocupação nas terras de Madureira, com a repartição de áreas ainda desocupadas entre eixos viários e linhas férreas. Entre os anos de 1906 e 1920, o populoso distrito de Inhaúma do qual Madureira faz parte seria o segundo a ter maior acréscimo na taxa de crescimento populacional (95,3% enquanto a média na cidade havia sido de 30%), de acordo com os censos do Distrito Federal apresentados no Plano Agache (PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL, 1930, p. 99).

Com a rápida ocupação da região, feita por iniciativa predominantemente particular, não houve maior preocupação em equacionar a expansão com uma concepção planejada, resultando numa irregularidade do traçado das novas vias - públicas ou particulares, e contínuas ou interrompidas - que foram sendo abertas, interligando sem paralelismo antigos caminhos e a linha férrea. Essa conformação geraria quadras igualmente irregulares, com dimensões e formatos muito variados, dando margem a uma grande diversidade tipológica (Figura 2). O tecido urbano tão heterogêneo oferecia alternativas para diferentes agentes imobiliários - pequenos empresários e proprietários de lotes que se se apoiavam em condições diversas para obtenção de renda fundiária ou imobiliária, ou mesmo para moradores.

Figura 2: Diversidade de trama viária e da divisão fundiária em Madureira.
Fonte: Autores (2017)

Nesse contexto surgem dinâmicas diversas das utilizadas pelo mercado imobiliário que vai se fortalecendo no então Distrito Federal e, a cada momento, propõe soluções padronizadas garantidoras de um máximo retorno. Lotes profundos e de frente com dimensão entre 10 e 20 metros ao longo do tempo mantêm sua largura, mas têm seu comprimento subdividido para outras residências em edificações baixas (de um a dois pavimentos). Criam-se passagens estreitas exclusivas a pedestres para acesso às novas casas implantadas no fundo dos antigos lotes, como observado na Figura 3a que exemplifica desmembramento de lotes entre 1942 e hoje. Essas iniciativas contrastam com outras que aproveitam lotes de igual dimensão (frente entre 10 e 20 metros), próximas à linha férrea, margeando um dos principais eixos de Madureira. Antes ocupados por vilas ou residências baixas (de um a dois pavimentos) são remembrados e destinados a edificações de uso misto, com térreo e primeiro pavimento comercial e pavimentos superiores de uso residencial. Apresentam recuo à frente do lote, aumentando calçada e formando áreas de acesso à portaria/garagem (Figura 3b).

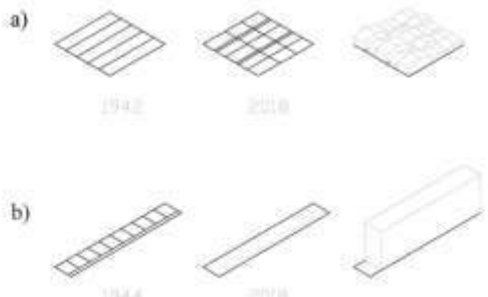


Figura 3: Processos de produção imobiliária contrastantes em Madureira.
Fonte: Autores (2018)

À irregularidade existente na trama de Madureira se associa outra forte característica na sua configuração – a intensa diferenciação interna no seu tecido urbano. Esta decorre, sobretudo, da presença das duas estações ferroviárias, Madureira (do ramal Central-Deodoro) e Mercadão (do ramal Central-Belfort Roxo) e da instalação do Mercado de Madureira – o Mercadão, em 1914. Nas áreas de influência das duas estações, o fluxo constante de passageiros acrescido por usuários do Mercadão, acaba transformando a área em polo comercial popular de alcance metropolitano, e esse trecho em uma área com forte predomínio comercial, na qual se concentra grande parte das lojas e serviços da região.

Deste modo, as quadras nas imediações das estações vão cada vez mais se adensando, apresentando um grão muito pequeno nas bordas das vias cujos eixos superpõem-se aos antigos caminhos, como a Estrada do Portela e a atual Rua Edgar Romero. Correspondem a lotes algumas vezes diminutos (com uma área que varia de 55 metros quadrados a 110 metros quadrados) com testadas estreitas (entre cinco metros e dez metros), quase 100% edificados e altura de no máximo três pavimentos, cuja origem advém da mesma subdivisão de lotes profundos com dimensão de testada entre 10 e 20 metros (Figura 4).

Figura 4: Processo de produção imobiliária próximo às estações férreas em Madureira.
Fonte: Autores (2018)

Outra maneira de aproveitar os lotes com frente entre 10 e 20 metros e até 20 metros de profundidade para uma ocupação comercial é a agregação de terrenos mantendo a mesma estrutura das casas originais (edificações de 1 a 2 pavimentos), como mostra a Figura 5. Essa iniciativa apesar de exigir esforços maiores na negociação entre diversos proprietários, ou um capital um pouco mais elevado, torna possível uma mudança de usos sem grandes reformas externas.

Figura 5: Processo de produção imobiliária para ocupação comercial em Madureira.
Fonte: Autores (2018)

Nas transformações da situação fundiária da malha urbana de Madureira caberia ainda citar o processo de agrupamento de lotes residenciais também com frente entre 10 e 20 metros – que posteriormente inclui também lotes de vila, para implantar edifícios de maior porte no perímetro da quadra (Figura 6). Essa iniciativa em geral corresponde à intenção de reverter o uso do imóvel de residencial para comercial.

Figura 6: Processo de substituição do grão pequeno para ocupação comercial em Madureira.
Fonte: Autores (2018)

As "táticas" de resistência a uma separação de funções frequente nas edificações do mercado formal e na imposição da legislação urbanística para edifícios e algumas vias está disseminada no tecido urbano em Madureira. Espalhando-se nas áreas de ocupação predominantemente residencial, em contraste com o uso quase exclusivamente comercial das áreas mais próximas das estações, dizem respeito ao compartilhamento do espaço da moradia com atividades que vão desde uma oficina de automóvel até uma birosquinha no grão pequeno (Figura 7).

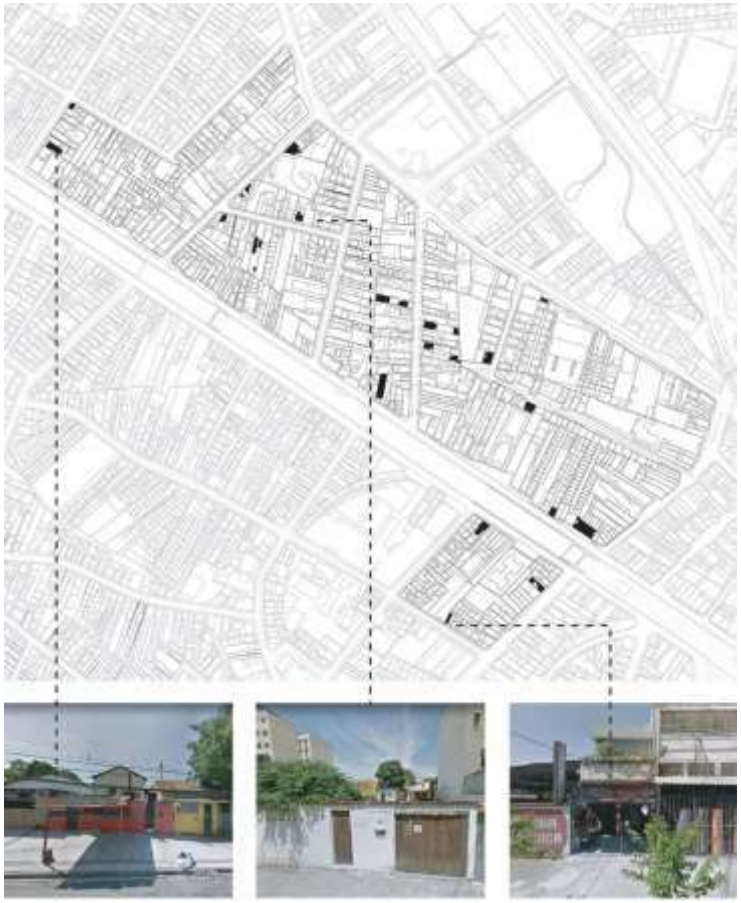


Figura 7: Compartilhamento da residência com o trabalho no grão pequeno em Madureira.
Fonte: Autores (2018)

Ao empregar a tática descrita é comum ocorrer uma reversão entre o espaço do íntimo e o do social, uma vez que ela exige a abertura do privado para práticas de maior sociabilidade. Essa reversão mais comumente ocorre em Madureira a partir da apropriação da calçada pelo privado. Ela ocorre predominantemente nas ruas de comércio muito intenso, para exposição e venda de mercadorias. Uma

delas é a Rua Edgar Romero que liga as duas estações férreas, outra a movimentada Estrada do Portela. Os lotes comerciais pequenos, geralmente com um ou dois pavimentos, favorecem essa reversão pela proximidade com a rua, que também se dá através do comércio ambulante que preferencialmente se localiza junto a maior concentração de pessoas. (Figura 07)

Méier/ Todos os Santos

Para melhor analisarmos a atual conformação do trecho analisado dos bairros do Méier e de Todos os Santos é necessário retroceder à história de ocupação das antigas terras do Engenho Novo. A configuração urbana singular desses bairros suburbanos tem seu início no retalhamento das terras da antiga fazenda do Engenho Novo adquirida pela família Duque-Estrada Meyer (PECHMAN, 1985). O processo de ocupação principia-se, assim como em Madureira, à beira de antigos caminhos, só que neste caso bem mais frequentes. Trata-se dos eixos das atuais ruas Arquias Cordeiro/ Amaro Cavalcanti e Rua Aristides Caire - que levavam a outras fazendas mais interioranas, no sentido oeste, e aos atracadouros da baía da Guanabara nos quais se fazia a distribuição das mercadorias produzidas na região, no sentido Norte.

Do mesmo modo que Madureira, o crescimento urbano, no entanto, só ocorreria com a inauguração de estações férreas – de início, de Todos os Santos, em 1868, no cruzamento de dois dos antigos caminhos; anos depois, do Méier, em 1889. A linha férrea também se aproveitou do leito do caminho interiorano já existente, às margens do qual já havia espaçadamente ocupações, porém com características bem diferentes das de Madureira. Da divisão pioneira de terras no Méier e Todos os Santos, resultaram lotes de grandes dimensões, nos quais provavelmente havia chácaras, locais de moradia daqueles que buscavam amenidades somente viáveis então nos arrabaldes e dispunham dos meios de fazer os deslocamentos ao Centro. Excepcionalmente correspondiam a lotes de testadas estreitas e muita profundidade ocupados por estabelecimentos comerciais, comuns no trecho precedente.

Assim, a presença da estação férrea em Todos os Santos não estimulou o uso comercial[2]. No Méier, o dinamismo urbano pela existência da estação férrea ocorreria mais tarde, nas primeiras décadas do século XX, quando muitos desses lotes de grandes dimensões nas suas proximidades já estariam sendo reaproveitados para abrigar equipamentos[3]. O modo de viver e se relacionar nos entornos das estações, inclusive a do Méier, foram descritas por Lima Barreto:

> "Na vida dos subúrbios, a estação da estrada de ferro representa um grande papel [...] Hoje mesmo, a gare suburbana não perdeu de todo essa feição de ponto de recreio, de encontro e conversa. [...] De resto, é em torno da 'estação' que se aglomeram as principais casas de comércio do respectivo subúrbio. Nas suas proximidades, abrem-se os armazéns de comestíveis mais sortidos, os armarinhos, as farmácias, os açougues e – é preciso não esquecer – a característica e inolvidável quitanda. Em certas, como as do Méier e de Cascadura, devido a serem elas ponto inicial de linhas secundárias de bondes, há uma vida e um movimento positivamente urbano." (BARRETO, 1956, p. 145)

[2] A provável dispersão das edificações em torno da estação Todos os Santos e a ausência de uma maior intensidade comercial acabaria gerando ao longo do tempo uma diminuição do fluxo de passageiros. A mesma acabou sendo desativada na década de 1960, supostamente para manutenção, e fechada definitivamente, quando teve demolida a sua edificação, na década de 1970.

[3] Muitos desses equipamentos continuam existindo atualmente, como a Basílica de Nossa Senhora das Dores, única em estilo mourisco da Cidade, ou o prédio do Quartel do Corpo de Bombeiros, instalado em 1914.z

Os proprietários de terras, mesmo após a implantação das estações, permaneceram retalhando suas propriedades em grandes lotes, provavelmente para favorecer a ocupação já iniciada de alto padrão, o que acabaria provocando maior valorização do solo nessa porção suburbana. A presença de residências de bom padrão deve ter sido também responsável por investimentos públicos logo no início da sua ocupação urbana, como o Jardim do Méier, aprovado em 1910 e concluído pelo prefeito Paulo de Frontin, em 1919. Há que considerar na valorização aspectos geográficos desse recorte suburbano, especialmente maior proximidade ao Centro, que tornam e tornavam suas relações bem mais fáceis com a área central. Chama a atenção que até pelo menos 1929, quando o Plano do urbanista francês Alfred Agache foi elaborado para o então Distrito Federal, o Meyer – distrito no qual se encontra hoje os bairros do Méier e de Todos os Santos, ser integrante da Zona Urbana (PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL, 1930).

Não por acaso no Méier/ Todos os Santos, diferentemente de Madureira e de muitos subúrbios cariocas, a trama viária é muito regular (Figura 08). Este fato certamente está associado não só com um maior cuidado na partição urbana da mais valorizada área suburbana, como na presença de empreendedores com muito maior poder de investimento na produção fundiária. Do mesmo modo, projetos de loteamento, como o datado de 1950, indicam a presença de empreendedores mais capitalizados. Trata-se de um loteamento de inspirado nas cidades-jardim, que apresenta o parcelamento em 48 lotes estreitos e profundos, voltados para uma rua estreita e tortuosa em cul-de-sac, a Rua Juruviava. Esta iniciativa parece indicar uma provável intenção de oferta de residência para camadas da população de maior renda.

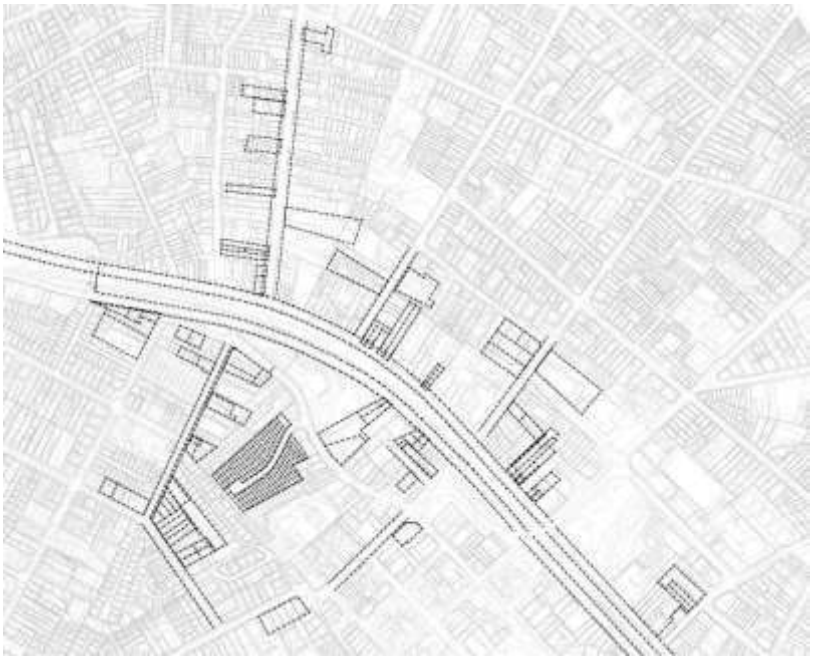


Figura 08: Maior regularidade na trama urbana do Méier e Todos os Santos.
Fonte: Autores (2018)

Essa situação de valorização do solo ainda hoje está expressa na configuração espacial no Méier/ Todos os Santos, sobretudo nas ruas de maior fluxo, onde lotes originalmente profundos com cerca de 30 metros de profundidade, com frente entre 10 e 20 metros, foram sendo ao longo do tempo remembrados, dando lugar a edificações comerciais de média altura (até cinco pavimentos) ou edifícios residenciais em altura, com 10 a 20 pavimentos. Esses mesmos lotes remembrados nas partes voltadas para ruas de menor fluxo,

foram sendo ao longo do tempo fracionados, tendo as dimensões para cada um dos terrenos reduzidas, ocupadas por edificações unifamiliares de baixa altura (um a dois pavimentos). O resultado são quadras com lotes de tamanhos bastante variados e tipos de edificação os mais diversos, como mostra a Figura 09.

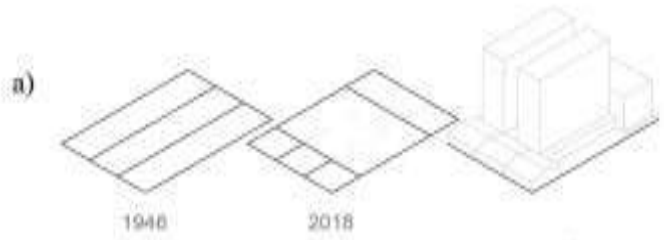


Figura 09: Diversificação fundiária e tipológica no Méier e Todos os Santos.
Fonte: Autores (2018)

O agrupamento de lotes também está presente em edifícios residenciais em altura, de 10 a 20 pavimentos, com embasamento destinado a estacionamento ou comércio no andar inferior a áreas de lazer privadas, no superior, e lâmina correspondente aos andares de apartamentos. Esse tipo de edificação típico da produção imobiliária realizada pelo mercado imobiliário formal a partir dos anos 1970 está presente em muitas outras áreas valorizadas metropolitanas (Figura 10).

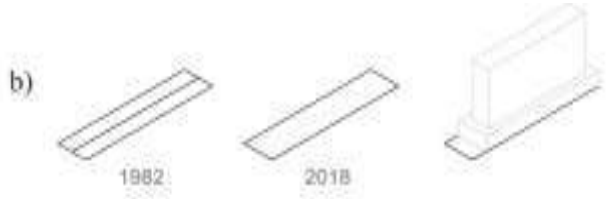


Figura 10: Edifício de embasamento e lâmina no Méier e Todos os Santos.
Fonte: Autores (2018)

Entretanto, a essa imagem homogeneizante do Méier e Todos os Santos se contrapõe outra, certamente mais associada à produção de agentes locais, mais identificados com a condição suburbana. Em geral esses agentes locais possuem bem menor capacidade de aporte de recursos aos seus empreendimentos, e abrangem desde pequenos a médios empreendedores a proprietários ou mesmo ocupantes dos terrenos. Sua produção corresponde a uma subdivisão dos lotes profundos, de frente menor ou igual a 10 metros, que inicialmente podem até ter sido remembrados. Eles acabam recompondo terrenos de tamanhos muito variados que são ocupados por edificações unifamiliares e pequenos comércios em edifícios de média ou baixa altura (um a cinco pavimentos), como apresentado na Figura 11. Mais recentemente se entremeiam a essas edificações baixas outras de média altura (entre quatro e cinco pavimentos) com térreo comercial e pavimentos superiores residenciais prioritariamente situados nas esquinas (Figura 12).

Figura 11: Produção fundiária e imobiliária por agentes locais no Méier e Todos os Santos.
Fonte: Autores (2018)

Figura 12: Produção fundiária e imobiliária por agentes locais no Méier e Todos os Santos.
Fonte: Autores (2018)

Um aspecto da configuração de Méier e Todos os Santos, também comum a outras áreas suburbanas que margeiam a linha férrea, faz parte dos resquícios da imposição de um modelo rodoviarista prevalecente nos anos 1950-1970 no Rio de Janeiro. Trata-se da permanência de lotes muito pequenos e irregulares, ocupados por térreos ou sobrados, muitas vezes mal conservados, de uso comercial ou residencial, sobretudo, nas esquinas das ruas de maior fluxo que acompanham a linha férrea. Este fato está certamente associado ao desinteresse dos agentes do mercado imobiliário formal de investimento nesses terrenos considerados inviáveis economicamente, já que a legislação urbanística exige a doação de uma grande faixa de recuo para aumento da caixa de rua quando do remembramento ou renovação. Esse é o caso da Avenida 24 de Maio cujo recuo exigido é de 10 metros. A consequência usualmente é a adoção do retalhamento informal desses lotes, aumentando o número de ocupantes, como mostra a Figura 13.

Figura 13: Lotes muito pequenos e irregulares nas ruas que margeiam a linha férrea no Méier e Todos os Santos.
Fonte: Autores (2018)

Outro processo decorrente da desvalorização desses imóveis ao longo de vias planejadas em instrumentos urbanísticos para serem alargadas e que margeiam a linha férrea é o compartilhamento de trabalho e moradia no mesmo imóvel na tentativa de aumentar a viabilidade econômica. Essa iniciativa é vista também em algumas das vias mais locais, como mostra a Figura 14. Trata-se como em Madureira de aproveitar do grão pequeno que favorece uma relação do térreo do edifício com a calçada da rua, só que no caso do Méier e Todos os Santos com uma separação dos usos mais clara. Mais frequentemente, quando há o compartilhamento da moradia e o trabalho no mesmo imóvel, reserva-se o andar superior para a moradia e ocupa-se totalmente o térreo com a atividade de trabalho.

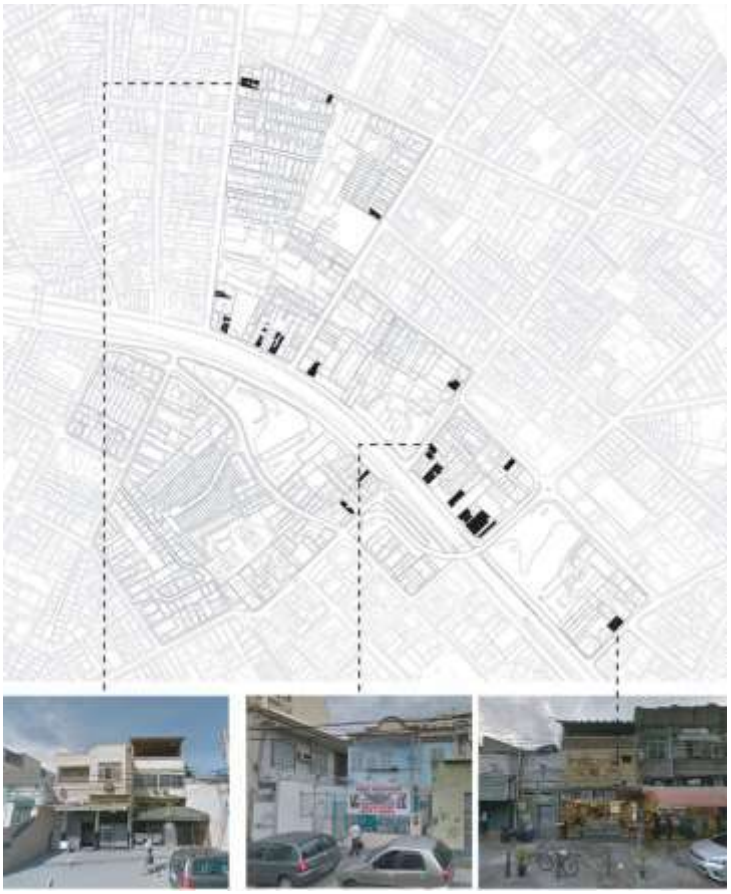


Figura 14: Compartilhamento da residência com o trabalho no grão pequeno no Méier e Todos os Santos.
Fonte: Autores (2018)

Como em Madureira, apesar de não tão intensamente, também ocorre uma reversão entre o espaço do íntimo e o do social com uma apropriação muitas vezes do público para atividades do privado e vice-versa. Diferentemente de Madureira, o mais comum é a extensão do espaço público nos edifícios de baixa ou média altura através das áreas livres frontais das residências. Mas há igualmente uma apropriação privada da calçada – justamente onde há mais edifícios em altura e onde há mais comércio. A ocupação das calçadas pelo comércio ambulante ocorre junto aos pontos de concentração de pessoas, nos acessos dos equipamentos, nas saídas da estação férrea do Méier e junto ao muro do Jardim do Méier. (Figura 14)

COMENTÁRIOS FINAIS

No trabalho apresentado é possível verificar que na Metrópole do Rio de Janeiro contemporânea potencializa-se uma rica e complexa rede de iniciativas de agentes locais que se voltam à produção dos subúrbios. Essa rede de iniciativas nos permite reafirmar que há uma potência para transformação do conceito de subúrbio carioca que se afasta daquele trilhado através do processo histórico que tendeu a desvalorizar quem ali age e interage, tornando-os passíveis à resistência. Revela-se também um panorama multifacetado e plural nos subúrbios a partir da identificação de uma miríade de particularidades de cada um dos subúrbios nas dinâmicas que construíram suas relações socioculturais.

As formas suburbanas mostram-se como objetos legítimos para a compreensão desses novos processos que vêm se estabelecendo no território metropolitano, proporcionando um vasto campo específico de investigação. Carregam informações sobre as dinâmicas que as geraram e acerca das potencialidades que oferecem no meio urbano. Em meio à pluralidade suburbana encontramos nessa porção metropolitana similitudes relevantes, que acabam por conceder uma maior identificação entre os moradores que passaram a se associar através de elementos comuns, que evidenciam uma integração dos espaços de sua moradia com o território habitado.

Por algumas iniciativas espontâneas e outras previamente planejadas afloraram na prática algumas experiências que são de fato resistência nos processos impostos pela razão dominante. Delas resultou em soluções que criam uma abertura para exposição de maiores escolhas, associadas aos modos de agir e interagir singulares de cada subúrbio. Apresentam-se como uma forma de produção da cidade que favorece o desenvolvimento não só de laços de identidade, mas também de redes de sociabilidade e convivência humana. A multiplicidade das iniciativas imprimiu no tecido a diversidade fundiária que repercute na variedade tipológica e, em última instância, na convivência entre diferentes, base da tolerância.

O grão pequeno do tecido urbano interligado as formas mais espontâneas de produção da cidade e coincidente com as possibilidades menores de inversão de capital dos agentes locais, representou em muitos dos casos analisados a possibilidade de uma maior relação de reciprocidade e complementariedade entre as esferas público e privado, e uma maior gradação entre o íntimo e o social. Significam também uma abertura para ganho de pequenas rendas que se apoiam nas condições oferecidas pela conformação dada pelo tecido urbano. É o que nos mostra a diversidade das definições tipomorfológicas em Madureira e Méier/ Todos os Santos durante o processo histórico de constituição do tecido urbano; particularmente, quando do desinteresse do grande capital.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Mauricio de A. “A Periferia de Ontem: O Processo de Construção do Espaço Suburbano do Rio de Janeiro (1870-1930)”. **Espaço e Debates**. Rio de Janeiro, 1987.

ABREU, Maurício de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2006. [1987].

BARRETO, Lima. **Feiras e Mafuás**. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BERNARDES, Lísia e SOARES, Maria Terezinha de S. **Rio de Janeiro**: Cidade e Região e Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Ed. Biblioteca Carioca, 1987.

CARDOSO, Adauto L. “Irregularidades urbanísticas: questionando algumas hipóteses”. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 25-49, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.

FERNANDES, Nelson da N. **O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio**: O Rio de Janeiro 1858-1945”. (Mestrado) Dissertação em Geografia, PPGG/UFRJ, Rio de janeiro,1996.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HABRAKEN, N. John. **The structure of the ordinary**: form and control in the built environment. Cambridge, Mass. : MIT Press, 2000.

HARVEY, David. **Spaces of Hope**. Berkeley: University of California Press, 2000.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e Política**: ensaios para mundos alternativos. São Paulo. Gustavo Gili, 2014.

PANERAI, Philippe. **Análise Urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2006.

PECHMAN, Robert M. **A Gênese do Mercado Urbano de Terras**: A Produção de Moradias e a Formação dos Subúrbios no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, UFRJ/IPPUR, 1985.

PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL; AGACHE, A. **Cidade do Rio de Janeiro**: Extensão – Remodelação - Embellezamento. Paris: Foyer Brésilien, 1930. Disponível em http://planourbano.rio.rj.gov.br. Acesso em 04 de junho de 2018.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SECCHI, Bernardo. **Première leçon d'urbanisme**. Marseille, Éditions Parenthèse, 2006.

V enanparq
Salvador - 2018

RETRATOS URBANOS – INTERLOCUÇÕES DOS ARTISTAS VISUAIS DE RUA SOBRE OS JARDINS DO SETOR SUL, GOIÂNIA-GO

URBAN PORTRAITS - INTERVIEWS OF VISUAL ARTISTS FROM STREET ON THE GARDENS OF THE SOUTHERN SECTOR, GOIÂNIA-GO

RETRATOS URBANOS - ENTREVISTAS DE ARTISTAS VISUALES DESDE LA CALLE DE LOS JARDINES DEL SECTOR MERIDIONAL, GOIÂNIA-GO

IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

PIRES, P. C. N.
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo; aluna pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU e pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design na Universidade Federal de Uberlândia - FAUeD.
priscilapires_86@hotmail.com
LAURENTIZ, Luiz Carlos de
Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea; professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia e do Programa de Pós-Graduação da mesma Faculdade.
ludelaurentiz@ufu.br

RETRATOS URBANOS – INTERLOCUÇÕES DOS ARTISTAS VISUAIS DE RUA SOBRE OS JARDINS DO SETOR SUL, GOIÂNIA-GO

URBAN PORTRAITS - INTERVIEWS OF VISUAL ARTISTS FROM STREET ON THE GARDENS OF THE SOUTHERN SECTOR, GOIÂNIA-GO

RETRATOS URBANOS - ENTREVISTAS DE ARTISTAS VISUALES DESDE LA CALLE DE LOS JARDINES DEL SECTOR MERIDIONAL, GOIÂNIA-GO

IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Os aspectos mudancistas da sociedade refletem no crescimento das cidades. As novas práticas humanas transfiguram as paisagens urbanas, as fronteiras e as paredes são arrombadas, o espaço urbano é habitado pela expressão artística urbana global. O Setor Sul, Goiânia-GO, num processo de abandono e descoberta, reconverte seus sentidos de bairro-jardim para galeria a céu aberto. A prática e o praticante, ainda vistos como transgressores por alguns, são admirados e contemplados por outros. O praticante, conhecido como artista plástico urbano, como principal interventor da paisagem do bairro guarda saberes e entendimentos, visão real e concreta desse abandono e descoberta. Esse artigo tem por fim compreender a atmosfera do bairro através de diálogo com diversos artistas que interviram no mesmo com a intenção de coleta de dados para a construção da pesquisa de mestrado PRÁTICAS ARTÍSTICAS, SETOR SUL, GOIÂNIA-GO: Apropriação e Grafitagem na Fisionomia Urbana de um Bairro-Jardim.
PALAVRAS-CHAVE: Setor Sul, arte urbana, requalificação.

ABSTRACT:
The changing aspects of society reflect on the growth of cities. New human practices transfigure urban landscapes, borders and walls are broken into, urban space is inhabited by global urban artistic expression. The Southern Sector, Goiânia-GO, in a process of abandonment and discovery, reconverts its senses from garden-neighborhood to open-air gallery. The practice and the practitioner, still seen as transgressors by some, are admired and contemplated by others. The practitioner, known as an urban plastic artist, as the main intervener of the neighborhood landscape keeps knowledge and understanding, a real and concrete vision of this abandonment and discovery. This article aims to understand the atmosphere of the neighborhood through dialogue with several artists who intervened in it with the intention of collecting data for the construction of the masters research ARTISTIC PRACTICES, SUL SETOR, GOIÂNIA-GO: Appropriação e Grafitagem na Urban Fisionomia de um Bairro-Jardim..
KEYWORDS: *Southern Sector, urban art, requalification.*

RESUMEN:
Los aspectos cambiantes de la sociedad se reflejan en el crecimiento de las ciudades. Las nuevas prácticas humanas transfiguran los paisajes urbanos, las fronteras y las paredes se rompen, el espacio urbano está habitado por la expresión artística urbana global. El Sector Sur, Goiânia-GO, en un proceso de abandono y descubrimiento, reconvierte sus sentidos de jardín-vecindario a galería al aire libre. La práctica y el practicante, aún vistos como transgresores por algunos, son admirados y contemplados por otros. El practicante, conocido como artista plástico urbano, como el principal interventor del paisaje del vecindario mantiene el conocimiento y la comprensión, una visión real y concreta de este abandono y descubrimiento. Este artículo tiene como objetivo comprender la atmósfera del barrio a través del diálogo con varios

artistas que intervinieron en él con la intención de recopilar datos para la construcción de la investigación de maestría RÁTICAS ARTÍSTICAS, SETOR SUL, GOIÂNIA-GO: Apropriação e Grafitagem na Fisionomia Urbana de um Bairro-Jardim.

PALABRAS-CLAVE*:* Sector sur, arte urbano, recalificación.

INTRODUÇÃO

O estudo realizado nos espaços públicos do Setor Sul, bairro-jardim da cidade de Goiânia-GO reuniu diferentes técnicas de trabalho para o entendimento do atual contexto que envolve o setor e o desenvolvimento da pesquisa.

As diferentes práticas urbanas- pichações, *grafittis*, lambes, estêncils, etc., fenômenos ainda visto por muitos como prática marginal e vândala se transformou numa importante ferramenta em favor da reurbanização de áreas abandonadas e esquecidas pela sociedade e poder público. Através de intervenção e requalificação os artistas urbanos constroem na paisagem fria e vazia, cenário cheio de dizeres, imaginários e cores. Para os que passam fica no contato visual, o entendimento de preenchimento da paisagem, do habitar visual e da criação da obra.

Novas sociabilidades foram construídas ao longo dos anos, no Setor Sul em Goiânia-GO. À espera de mudanças e de dar usos nos jardins internos acarretaram em ações da própria sociedade na construção de uma identidade própria. Identidade e sujeito, segundo Sartre, é o que entende-se por um ponto de referência para se ter característica ou referência.

As expressões urbanas, dialogam com muros, postes, caixas de telefonia pública e áreas verdes. Do processo de degradação do espaço, o fenômeno urbano, além de requalificar o lugar, decifra a história da cidade, a arte, o corpo e a política da sociedade. Os *graffitis* ainda enfrenta o preconceito da sociedade por ser, em sua essência, a prática de contestação da marginalidade e do vandalismo. Parte da sociedade ainda considera que o *graffiti* está distante do que se entende como arte e os muros grafitados passam a ser apenas uma ação transgressora contra a cidade. Por outro lado, compreende-se que a expressão urbana possui papel importante para a retomada de áreas desprezadas pelo poder público e pelos moradores locais, transformando-os numa ferramenta de reurbanização voluntária e que faz ressurgir, para as pessoas que passam ou para aqueles que vão apenas contemplar o local, um cenário cheio de dizeres, imaginários e cores.

As áreas verdes e praças do Setor Sul são resultados de um processo de esquecimento da área, onde passou por diversas transfigurações em sua paisagem. O bairro-jardim, território planejado, passa por um processo de degradação, fato que se agravou com as mudanças de moradores e do uso residencial para comercial. Caso conhecido como desterritorialização[1]. O urbano, por meio das articulações sociais reterriorializa o espaço vazio do setor.

A prática transgressora foi capaz de chamar atenção dos habitantes para o lugar negligenciado, muitas vezes pessoas de fora do setor não possuíam conhecimento das áreas verdes até que por meio das mídias digitais perceberam que havia jardins escondidos com um baú de expressões. O estudo de uma geração capaz de modificar o espaço sem que precise de uma arquitetura fantástica para poder ser visitada. A sociedade capaz

[1] Segundo Paola Berenstein Jacques fazendo referência as ideias rizomáticas de Deleuze e Guattari no texto Elogio aos Errantes: a arte de se perder na cidade, entenda-se por: "desterritorializar seria o momento de passagem do territorializar ao reterritorializar. O interesse do errante estaria precisamente neste momento do desterritorializar, ou do se perder, este estado efêmero de desorientação espacial, quando todos os outros sentidos, além da visão, se aguçam possibilitando uma outra percepção sensorial. A possibilidade do se perder ou de se desterritorializar está implícita mesmo quando se está (re) territorializado, e é a busca desta possibilidade que caracteriza o errante."

de urbanizar e requalificar com pequenos custos áreas que por décadas não são estimuladas adequadamente pelo poder público.

A expressão urbana apropria destes vazios urbanos, das áreas indesejadas e impulsiona o uso dos jardins internos no Setor Sul.

IMAGINÁRIO GLOBAL – A CONSTRUÇÃO DE LUGARES NAS GRANDES CAPITAIS

Em cada lugar as práticas urbanas se mostravam conforme os problemas locais e a historicidade. Como forma de expressão urbana global, o fenômeno age em cada região conforme a realidade do lugar, e da forma de expressar de cada indivíduo. As repressões, guerras e contestações acenderam o anonimato, expuseram no calar da noite o grito transfigurado em pixos e *grafittis* nos caminhos das atividades. Nesse sentido Giulio Carlo Argan nos ensina que "a cidade deixa de ser um lugar de proteção, de refúgio, e passa a ser, sobretudo, lugar de comunicação no sentido de deslocação e da relação, mas também o de transmissão de determinados conteúdos urbanos" (Argan, 2014).

Os fenômenos urbanos da grafitagem, pichação, lambes, *outdoors*, *hip-hop*, *street dance* existe, também, os efeitos das tribos urbanas de dominar ruas e lugares das grandes metrópoles como já ocorre em Nova York-NYC, São Paulo, Buenos Aires e tantas outras. Goiânia partilha com estas cidades grandes eventos, encontros e incontáveis artistas urbanos e dessa maneira constrói uma fisionomia urbana similar aos importantes centros urbanos (Figura 01). Pode-se fazer uma reflexão sobre as diferentes maneiras de se apropriar de lugares e até ultrapassar as fronteiras tradicionais, longe de museus e galerias de arte, a arte salta da forma quadrada das telas e se torna difusa e gasosa.

Figura 1: Bacião, Quadra F-41.
Fonte: Autora, 2016

As ferramentas companheiras dos artistas, na maioria das vezes, eram a tinta a óleo e o quadro branco, os lugares escolhidos, os museus e galerias fechadas. A vida contemporânea tornou a cidade num acervo sem lugar, a cidade é a nova morada das expressões urbanas, no vazio, no abandono, no muro, nada a dizer. O

homem urbano preenche com seus pensares os muros e pilares, da transgressão a aceitação, todos vêm o *graffiti*. A subjetividade ganha voz nos muros e nas áreas ocultas antes nunca imaginadas, o homem se torna interventor de lugares antes sem identidade.

Sabe-se que o cenário citadino é constituído por um conjunto de edifícios, vias, praças, árvores, relevo, água, postes, luzes, outdoors, monumentos e tantas outras formas que colaboram para o despertar das emoções. Por essa composição urbana, o fim do século XX e início do século XXI retratam o início de atmosferas fugazes e tecnologias midiáticas. A geografia da cidade é desenhada conforme a transmutabilidade dinâmica da cultura mundial e tecnológica, que fizeram perder a noção do limite do espaço, ou seja as ressonâncias contemporâneas ampliaram as fronteiras. Para Massimo Di Felice:

> "[...]as praças, as ruas, as avenidas, deixam de ser os lugares únicos da experiência social urbana e passam a ser flanqueados por outras especialidades imateriais e informativas (publicidades, imagens, luzes, paisagens sonoras, etc.) que se sobrepõem, criando meteorografias e novas experiências de habitar" (DI FELICE, 2009, p. 153).

A beleza precisa de barreiras para ser contemplada? A cidade e seus lugares representa o croqui do ser que a habita, "qualquer lugar e qualquer ação é potencialmente artistizável" (BABIN, apud SILVA, 2005, p. 112). Em qualquer lugar e hora a expressão urbana remete hábitos de uma sociedade global numa atmosfera particular que, por fim, resulta em práticas globais com características locais, glocais.

Os fenômenos urbanos são resultados das construções da psique individual e dos estados coletivos dos imaginários. Pode-se dizer que fomento dos dois tipos de pensares quando se juntam, tornam correntes de memória e passam a ser um condicionante das ações sociais para a escolha arbitrária de uma determinada área. Para Cornelius Castoriadis os imaginários são "capacidade de fazer surgir como imagem algo que não é, e que nem foi" (CASTORIADIS, 1982, p. 220). Desse modo, entenda-se que os pensares, os sonhos e a ficção dão origens às organizações sociais, ou seja, elas dão formas a signos e símbolos reais característicos de um meio social.

Entenda-se por habitares exotópicos as transitalidades do indivíduo, feitas de um local para outro possibilitam a reconstrução do espaço na cidade por meio de experiências subjetivas, ideológicas e tecnológicas. Os novos habitares e as vias que desenham a cidade moderna se tornaram apropriados para criar e refletir as aflições, questionamentos e formas de sentimentos contidos no inconsciente. Dessa maneira Di Felice nos acrescenta a respeito da cidade industrial e do habitar exotópico que:

> "[...] o sujeito atravessa as paisagens arquitetônicas comunicativas, mas também é continuamente deslocado por extensões de aço pelas quais transita de um andar, de uma superfície, ou de bairro para o outro, constantemente atraído por imagens que o transportam de uma geografia, de uma espacialidade e de um mundo para o outro." (DI FELICE, 2009, p. 120).

A característica nômade, do indivíduo chegar ao local abandonado intervir e ir para outra rua ou outra área carente de reconhecimento e de memória que a identifique, faz de lugares esquecidos um lugar reconhecido e particular. A arte urbana é resultado do habitar exotópico, pois deixa de estar num espaço pontual, fechado para se difundir sem regras e pudores, nos diversos espaços livres da cidade. Transgressor ou não, o artista constrói sua identidade onde o lugar se apresenta carente e necessário.

Os habitares contemporâneos do homem e as características exotópicas, além de constituir um lugar com imagens publicitárias e paisagens informativas é também, o intenso deslocamento do espaço-imagens interligado com a tecnologia, os espaços midiáticos externos, os extracorporais e os mecânicos. A arte urbana também assume essa forma exotópica, pois deixa de estar num espaço pontual e fechado para se difundir sem regras e pudores, nos diversos espaços livres da cidade.

O *graffiti*, resultado dessa maneira subjetiva de estar em novos habitares, nos revela em cada muro uma sequência de cenas em que o desenho dialoga consciente e/ou inconscientemente com o indivíduo que passa como uma espécie de fio condutor entre a memória do que foi, do que é e do que vem a ser.

As novas práticas nos permite fazer reflexão acerca das mudanças de sentido do lugar e, também, das características que a linguagem urbana vem ressignificando nos locais. A prática que o indivíduo tem de andar, vivenciar, experimentar, tatear os cenários urbanos, Paola Berenstein Jacques nomeia como "corpografia". Além dessa "corpografia", onde é a leitura que o corpo faz e escreve sobre a cidade, compreende-se como urbanista errante, o indivíduo urbano que nos caminhos de seu cotidiano, nas idas e vindas de seu trabalho, dos caminhos de casa até o colégio desvia-se, conscientemente, dos caminhos rotineiros apenas para redescobrir e contemplar diferentes lugares. Maneira conhecida por Baudelaire e Walter Benjamin, que ao caminhar pelas cidades nos deixou o ensinamento de que "Não poder orientar-se em uma cidade não significa grande coisa. Mas se perder em uma cidade como quem se perde em uma floresta requer boa uma educação" (BENJAMIN apud JACQUES, 2006, 117).

BREVE HISTÓRICO- Setor Sul- bairro-jardim, Goiânia-GO, 1937

O Setor Sul (Figura 2), bairro residencial localizado em Goiânia, foi projetada em 1937 pelo Werner Sonnemberg[2], sobre as orientações do engenheiro Armando de Godoy[3] juntamente com a firma Coimbra Bueno[4].

Idealizado para ser um bairro de caráter residencial, formado por cul-de-sacs – vielas- com áreas verdes e equipamentos urbanos comuns um bairro-jardim. Havia em sua concepção a preocupação com os transeuntes de ter contato direto ao tráfego pesado das principais vias e por isso foi lhe reservado passagens entre as praças e as áreas verdes.

[2] Responsável pela revisão do plano de Attilio Corrêa Lima, a firma Coimbra Bueno contrata no período de 1934-1935 o engenheiro e sanitarista alemão Werner Sonnemberg também foi o responsável pelo projeto de água e esgoto de Goiânia.

[3] Armando A. de Godoy (1876-1944) formado em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1900. Considerado um dos profissionais mais importantes à respeito do planejamento no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. Profissional engajado, não media esforços para difundir as teorias do urbanismo moderno preocupando-se com a luta da união entre profissionais urbanistas no Brasil. Tamanho engajamento sobre questões urbanas e interesse à respeito de moradias sociais e novos conhecimentos do urbanismo na Europa e EUA que obteve como resultado artigos divulgados em revistas especializadas. Godoy esteve envolvido desde a princípio na construção da capital do Estado de Goiás; contribuiu na escolha do sitio próximo à região de Campinas enviando ao interventor de Goiás um parecer técnico tanto para as condições físicas e geográficas da área como as econômicas. Segundo Gonçalves: "o engenheiro Armando de Godoy foi contratado como consultor técnico da Construtora Coimbra Bueno para dar continuidade à urbanização da cidade em 1936." (GONÇALVES, 2002, p. 50). Godoy fica encarregado de prosseguir com o plano urbano de Goiânia rumo à região Sul, colocando em prática as teorias urbanas sobre Garden-City aprendidas em suas viagens para Europa e EUA.

[4] A firma Coimbra Bueno e Cia Ltda. criada pelos irmãos Abelardo Coimbra Bueno e Jeronymo Coimbra Bueno em 1933. Nascidos em Rio Verde no início dos anos 1900, eram sobrinhos de D. Gercina Borges, esposa do Interventor do Estado de Goiás. Coimbra Bueno e Cia Ltda. eram responsáveis pela direção geral das obras e após a saída do arquiteto urbanista, Attílio Corrêa Lima do planejamento da cidade, em 1936, passam a projetar também a capital.

Figura 2: Planta do Setor Sul.
Fonte: SEPLAM

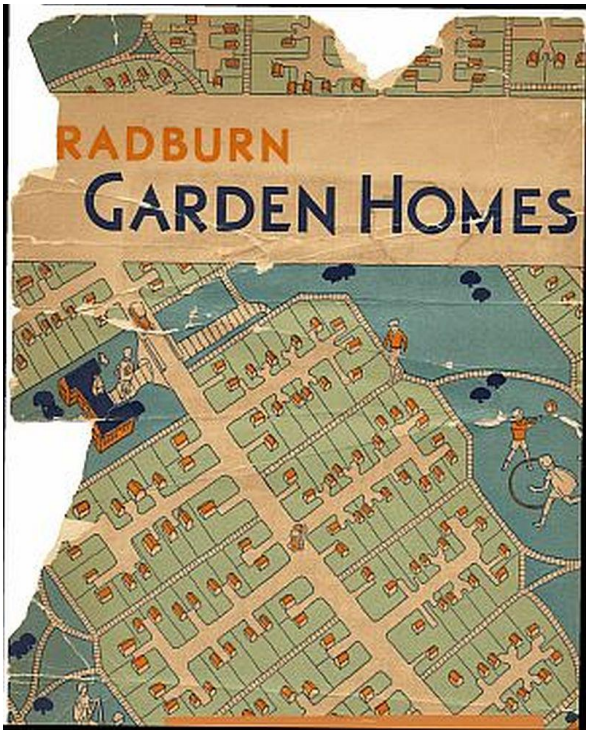


Figura 3: Planta Radburn, New Jersey .Nota-se que no miolo da quadra (cor azul-claro) a propaganda evidenciava a proposta de convívio e lazer.
Fonte: dutchgenie.net.

Dessa maneira Armando de Godoy buscou nas perspectivas utópicas de Ebenezer Howard[5], o conceito das "Garden-city" – cidades-jardim. As ideias de Howard foram concretizadas por Unwin e Parker[6] com Letchworth e Radburn por Clarence Stein[7], e seguindo caminhos diferentes dos projetos tradicionais de traçados geométricos e racionais resgatou as teorias de Howard e as referências citadinas de Radburn (Figura 3) e Letchworth de traçados orgânicos com intenção à escala humana, áreas verdes com reminiscências ao campo num bairro de caráter residencial, formado por cul-de-sacs ou ruas sem saídas, e assim como fez Stein, Unwin e Parker em seus projetos de cidade-jardim.

Utopias de um pensamento que não chegou a ir para frente, justamente por uma série de contradições. Uma delas foi a falta de esclarecimento de que a entrada principal das casas seriam pela própria área verde e os

[5] Ebenezer Howard (1850-1928) nasceu em Londres, Inglaterra. Idealizou o modelo de cidade autogestionada, mais conhecida como cidade-jardim, em que pelo crescente descontrole da urbanização das cidades industrializadas, propunha a criação de novas cidades planejadas com limite populacional de 30 mil a 60 mil pessoas. Excedendo esse contingente criavam-se outras cidades próximas umas das outras, entre elas haveria um cinturão verde com indústrias (situado na periferia próxima à linha férrea) e atividades agrícolas, que serviria a cidade com empregos e progresso.

[6] Raymond Unwin (1863-1940) foi um importante engenheiro, arquiteto e urbanista inglês, que se associou em 1986 a Barry Parker (1867-1947) com intuito de divulgar o movimento Arts and Crafts. Em 1903 foram convidados pela Garden City Company, a construir a primeira e preeminente garden-city fundamentada nas ideias de Ebenezer Howard.

[7] Clarence Samuel Stein (1882-1975) importante arquiteto urbanista americano que colaborou para a difusão das cidades-jardim. Fundou em 1929 Radburn, no condado de Bergen em Nova Jersey, Estados Unidos, em que priorizava a separação do tráfego de pedestres dos de veículos, "uma cidade para a era do motor".

fundos voltados para as ruas e essa situação se agravou pela falta de manutenção destas áreas pelo poder público.

> "As casas do bairro deveriam possuir cercas vivas no lugar de muros de divisa, no intuito de ampliar a integração entre as moradias e as áreas verdes. Mas, à medida que os proprietários foram murando seus lotes, provavelmente com medo do crescente número de assaltos na região, as áreas internas foram sendo isoladas, o que contribuiu ainda mais para a sua deterioração". (GONÇALVES, 2002. p. 74)

Contra o fluxo do esquecimento, resultado de uma ocupação desorganizada, sem informações sobre o modelo americano de habitar e do parcelamento indiscriminado de lotes, o setor sul passou a ser um bairro com características e identidade próprias. A atmosfera de um bairro-jardim, arborizado e calmo decifra por meio de fenômenos urbanos contemporâneos, o diálogo que a sociedade possui com a sua história, a cidade, a arte, o corpo e a política.

ARTISTAS URBANOS

Nesse contexto foi preciso elaborar, para melhor compreensão do circuito glocal ocorrido em Goiânia em especial no Setor Sul, perguntas e respostas como modo de obter dados fundamentais para a investigação. O método interativo de diálogo escolhido na pesquisa foi a entrevista com os artistas, moradores, transeuntes, admiradores a qual questiona o *graffiti*, como forma de transgressão para a grande maioria que, quebra paradigmas e se redefine como forma artistizável de recuperação de espaços públicos. O que o *graffiti* causa nas pessoas e o retorno dele para a cidade? O objetivo é analisar, por meio das entrevistas, como o *grafitti* requalifica pode ser utilizado como nova prática de intervenção de lugares e não lugares com a capacidade de modificá-los a ponto de torna-los vivenciados e perceptíveis meio a escaldantes dia-a-dia.

Sabe-se, portanto que como técnica de contribuição de dados:

> "a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes." (SELLTIZ et al., 1967 apud GIL, 1999, p. 117)

Para iniciar a pesquisa foi elaborado o perfil do conhecimento histórico da cidade por meio de um levantamento bibliográfico, juntamente com o objeto de estudo. A lógica é tecer e comprovar suposições que o abandono dos jardins internos do Setor Sul é consequência de um pretérito de planejamento urbano em pró-interesses políticos/particulares, mais que isso, não ocorreu apenas no setor, mas também em toda expansão da capital de Goiás. Por isso, foi necessária a investigação histórica em conteúdos bibliográficos e também conhecer e reconhecer o espaço através das derivas entre bosques, ruas e as culs-de-sac. O propósito dessa atividade é a construção de sentidos interpretativos sobre o contexto local e dessa forma elaborar suposições e questionamentos de caráter investigativo.

O segundo passo foi a coleta de dados por meio de entrevistas. Tendo como referência o artista visual urbano frente aos outros grupos entrevistados- moradores, transeuntes, políticos e professores de arquitetura e urbanismo, cujos pontos de vistas comuns distinguem dos demais e que estão diretamente ligados as

transitalidades na cidade, ou melhor, ligado aos "rolês"[8] e que representa a veia citadina contemporâneo do caminhar, denominado como "urbanista errante[9]".

Para Armando Silva a cidade imaginada corresponde ao novo urbanismo do cidadão contemporâneo existindo como "relações profundas e complexas entre os imaginários, baseadas na energia psíquica e expressas em representações coletivas, com sua capacidade de arquivo e com o arquivável de suas imaterialidades" (SILVA, 2014, p. 20). O artista por sua vez, instiga o instinto natural de adentrar becos, ruas estreitas, avenidas largas, praças com belos jardins e lugares de extremo abandono, descobrindo e redescobrindo a cidade, criando e recriando espaços.

Divagando pelos jardins internos e ruas, as expressões urbanas possuem diferentes linguagens e informações. Feito as capturas fotográficas selecionamos os artistas com maior influência no Setor, bem como artistas com domínio em outros estilos, com mesma perspectiva de, difundir a arte e de eternizá-las através de registros fotográficos e mídias digitais.

Nessa circunstância entramos em contato com a maioria deles pelas mídias digitais e "WhatsAPP". Entre os artistas com mais artes nos muros do Setor, Valtecy, mais conhecido como Decy, utiliza da grafitagem com spray e tinta acrílica reproduzindo imagens de mandalas, negras, índios, rostos de expressões fortes entre outros estilos. Outro artista influente na arte urbana goiana, Diogo Rustoff, formado no curso de design gráfico, domina a técnica do estêncil e lambes. Normalmente, utiliza da técnica do estêncil para fazer os lambes e sair colando em postes, nos armários de telefonias e lixeiras. As características dos seus desenhos são mais por motivos íntimos do que para a sociedade e o local de escolha das intervenções parte pela atmosfera que exprime convívio ou intimidade, ou seja, a escolha do lugar parte mais pela forma emocional/impulsiva do que o planejado. Marcelo Peralta, formado arquitetura e urbanismo, também, costuma participar de alguns "rolês" pela cidade e pelo Setor, faz lambes. É um artista do meio urbano acredita que seu trabalho não pode ficar pronto em seu ateliê, e deve ser finalizado no local, justamente porque sua arte interage com a rua. Por exemplo, "a placa só faz sentido quando ela está numa posição da placa de transito", refere-se a seu famoso trabalho pela cidade conhecido como "Acredite na Sinalização".

Um fato interessante percebido durante a investigação é que alguns dos artistas utilizam do *graffiti* para deixar o número de celular, no intuito de serem contratados para novos trabalhos. Dessa maneira faz se entender que colocando número de contato, não há medo de que seja pego por autoridades por pintar em muros públicos e/ou particulares, a aceitação social de que o *graffiti* não é mais uma prática transgressora contra o patrimônio se faz evidente quando não há mais medo de ser descoberto e reprimido. No caso de Rustoff e Peralta identificamos os desenhos pela identidade visual dos artistas, eles não assinam e nem mesmo colocam nomes em suas obras. Fato comum entre as obras de tais artistas de rua é que não há datas, já que por se tratar de uma prática efêmera, por se tratar de uma prática efêmera, pode ser que no dia seguinte de ter concebido o desenho, o mesmo seja apagado.

Os encontros realizados com os artistas, na maioria das vezes eram feitos em suas residências e local de trabalho-estúdios. Para evitar que as entrevistas fossem algo de extremo desgaste e desmotivador, evitou-

[8] "Rolês" é o ato de passear, dar voltas por aí sem se preocupar.
[9] Segundo Jacques:" O urbanista errante – que, como no caso do arquiteto urbano, seria sobretudo uma postura com relação ao urbanismo enquanto disciplina e prática – seria aquele que busca o estado de espírito errante, que experimenta a cidade através das errâncias, que se preocupa mais com as práticas, ações e percursos, do que com as representações gráficas, planificações ou projeções, ou seja, com os mapas e planos, com o culto do desenho e da imagem."

se que eles deslocassem de seus lugares de convívio/trabalho já que todos possuem vínculos formais. As entrevistas foram autorizadas pelos participantes e feitas em datas, horários e local marcados. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, porém, por se tratar de um número grande de páginas, selecionamos apenas as partes mais importantes para construir a reflexão acerca da atmosfera que envolve o setor e suas expressões urbanas.

Antes de entrar em contato com Decy, pelo conhecimento das situações registradas por fotografias e pela observação, elaboramos um roteiro com perguntas a serem feitas para os entrevistados. Obviamente que, apesar do roteiro (Anexo A), a entrevista é uma técnica flexível e informal, porque procura obter informações por meio da atmosfera geral de acontecimentos que influenciaram a formação das maneiras de requalificar, pelo sentimento da resistência e de pertencer de uma sociedade e também, identificar qual a percepção que cada entrevistado possui sobre o lugar e as expressões presente na paisagem urbana. Além do mais, comparando com outras técnicas de pesquisa, umas das vantagens é que "o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias em que se desenvolve a entrevista." (GIL, 1999, p. 118). As entrevistas por roteiros estabelece a orientação já que, o entrevistador segue parte por parte o contexto relativo à pesquisa, sem perder a linha exploratória. Muitas vezes, para que o entrevistado não se sentisse engessado ou desmotivado às sequências de perguntas, deixava que a prosa do artista seguisse de forma livre/informal cujo verdadeiro intuito foi mantê-los envolvidos no melhor grau de respostas para a pesquisa.

> "O bom entrevistador deve, efetivamente, reunir duas qualidades muitas vezes incompatíveis: saber observar, ou seja, deixar a criança falar, não desviar nada, não esgotar nada e, ao mesmo tempo, saber buscar algo de preciso, ter a cada instante uma hipótese de trabalho, uma teoria verdadeira ou falsa, para controlar." (PIAGET, s/d., apud GIL, 1999, p. 120)

O método adotado para entrevistar os artistas ampliou a concepção e o entendimento da visão que os diferentes grupos possuem em relação ao espaço. As polifonias e o dialogo que cada um possui com o lugar descreve um berço social em que os habitantes da cidade estão inseridos. Cada qual possui experiências próprias, cada um intervém no meio conforme as experiências construídas ao longo de suas vivências na cidade e relações humanas, ou seja, o espaço urbano é o rascunho de um produto do meio.

LOCUÇÕES URBANAS

A ideia inicial era reunir os artistas visuais que possuem maior número de arte nos muros dos jardins internos do Setor Sul, houve contratempos, porque alguns deles não morarem mais em Goiânia ou foram passar um período do tempo de criação no campo, fez-se necessário ampliação para um conjunto de entrevistados que possuíssem outros estilos de artes nestes jardins, ou seja, no caso não seria, somente, o estilo com sprays e tinta acrílica, mas também, lambe-lambes e estêncils. Dessa maneira, ampliou os diferentes pontos de vistas quanto ao uso dos jardins internos do Setor Sul para as intervenções pela arte urbana e também o lugar como linguagem de fomento particular. Os materiais utilizados para a elaboração da pesquisa de campo foram o uso do celular para gravar as entrevistas com Decy, Rustoff e Peralta, roteiro de perguntas, capturas fotográficas e breves anotações de percepções feitas no sítio de pesquisa.

As entrevistas duravam em média de uma a duas horas, aproximadamente. Na pesquisa foi observado que cada artista possui um discurso para o tipo de intervenção de ressignificação do lugar. Dúvidas e

esclarecimentos, o lugar para os artistas errantes[10], alguns deles notaram o potencial enérgico que os jardins internos guardam entre os caminhos do bairro e os transformam em uma galeria aberta, outros ainda duvidam do potencial que a arte faz fluir a movimentação/atração humana. As mídias mostram que, de uns tempos para cá algo mudou no setor, de forma diferente, a atração humana não é feita por grandes arquiteturas, mas sim, pelas novas linguagens visuais as quais, tecem amplos processos antidegradantes dos espaços públicos.

Decy foi o primeiro artista entrevistado. Iniciou-se como criador de cartões de visitas e depois pela procura de cartões diferenciados, teve como cliente Morbeck[11], que o chamou para grafitar no viaduto da Vila Redenção, Goiânia, com a BR-153. A novidade trazida por Morbeck deixou Decy entusiasmado, mas ainda com receio de pintar nas ruas (Figura 4).

Figura 4: Graffiti Decy, Quadra F-38- Bosque dos Pássaros.
Fonte: Autora, 2016

Decy compreende que a arte é uma importante ferramenta para despertar o sentimento humano e que seus painéis resgatam a raiz cultural da sociedade brasileira. Quanto ao setor percebe-se que há mudanças nas posturas dos próprios moradores e da prefeitura em algumas praças. Exemplifica o caso de grafitagem feita numa caixa telefônica na Praça Delmiro Paulino da Silva (Figura 6), Setor Sul, que quando são colocados cartazes de propagandas sobre a arte os próprios donos de estabelecimentos ou moradores os retiram para

[10] Jacques também denomina como artista errante os vários artistas, escritores ou pensadores que praticaram errâncias urbanas. Através das obras ou escritos desses artistas é possível se apreender o espaço urbano de outra forma, partindo do princípio de que os errantes questionam a construção dos espaços de forma crítica.
[11] André Morbeck, formado em design gráfico pela UFG, morou na Austrália no ano de 2009 onde teve contato com diferentes formas de fazer artes no estilo realista.

que a obra não seja coberta. Tal atitude evidencia admiração e contemplação por parte dos que passam e que convivem ali, além de que o *graffiti* como arte passageira já se torna referência da paisagem local.

Figura 5: *Graffiti* Decy, Quadra F-40- Bosque dos Flamboyants.
Fonte: Autora, 2016

Figura 6: *Graffiti* de Decy em umas das caixas telefônicas na Praça Delmiro Paulino da Silva, Setor Sul.
Fonte: Google MAPS, 2017

O artista ainda lamenta que os *graffitis* das áreas, às vezes, são apagados pelos próprios moradores, apesar de compreender que é uma expressão passageira, exposta ao tempo e aos desfeitos dos muros e da sociedade. Relata que um de seus *graffitis* nomeado como "As Cantoras" simplesmente foi apagado por um

morador e que antes de grafitar ali, o local era um "lixo". Retrata que antes de existir as expressões, as praças eram "zuadas"[12] com os lixos e os restos de materiais de construção. Tamanha a indignação do artista que resolveu fazer o *graffiti*, "Painel do Desespero" – a arte foi apagado pelo dono da propriedade – localizada na Quadra F-41 – Bacião. O painel interage com a paisagem natural e torna-se completo com o "cabelo" formado pela copa da árvore. A denúncia e o grito daquele que utiliza dos traços para expressar os sentimentos de angústia, sufoco, aflição, tristeza, melancolia e descaso. Tantos fizeram para mudar a realidade, mas é na arte que a sociedade consegue transfigurar a negligência do poder público e social (Figura 7).

Figura 7: *Graffiti* diversos artistas, Quadra F-40- Bosque dos Flamboyants.
Fonte: Autora, 2017

Ao final da entrevista Decy fez uma análise das praças em relação ao que era e o que se tornou. As produções artísticas fez afastar o sentimento de medo de caminhar entre as praças e a época do auge (período de 2010-2011) da grafitagem até a prefeitura começou a retirar os lixos, restos de construções e podar árvores e gramas. Pintar no Bacião (Figura 1) instigou as pessoas para além de contemplar a arte urbana e passaram a contratá-lo para traçar seus graffitis dentro de suas próprias casas e estabelecimentos comerciais.

No dia 13 de janeiro de 2017, Diogo Rustoff nos concedeu a entrevista em seu nobre ateliê ao fundo de sua casa, rico de identidade, ali surge sua arte, com obras feitas em diversos materiais, telas e tábuas, ambas recebem sua técnica em tinta acrílica e estêncil, naquele momento pintava um quadro que retrata uma cena urbana, para uma futura exposição. Utiliza a palavra rejuvenescer, para dar cara nova, ou até mesmo alterar o espaço público. Percebe-se que quando colegas artistas saem para pintar os muros do setor, como ocorreu

[12] "Zuadas" significa que está bagunçado ou desorganizado.

na Quadra F-32, a própria população começou a zelar, pararam de jogar lixo e até mesmo apararam as gramas. O resultado foi o entusiasmo dos moradores que passaram a conviver nestes espaços. Os artistas de rua enxergam elementos nesses lugares, como muros, postes e caixas de energia/telefonia (Figura 8) que, normalmente estão meio ao esquecimento pelo fato de possuírem cor acinzentada/neutra, passam despercebidos e quando pintados dão um impacto positivo, rejuvenescedor.

O artista vê no Setor Sul chance de que haverá aumento do número de produções de arte urbana pelo fato de ter galerias como a Plus[13], alguns escritórios coletivos de arquitetura e design. Bares e pubs de estilo alternativo foram instalados na região pelo efeito enérgico dos *graffitis* e do público que frequenta e contempla estas galerias de arte urbana à céu aberto.

A quantidade de arte, no Setor Sul, aumentou estimulada pelo abandono dos espaços sem violência, diferente do que acontece no St. Central, por conta da violência e à noite e finais de semana se desertifica, ainda assim os grafiteiros insistem no local para intervenção com seus trabalhos, justamente, pela visibilidade durante os horários comerciais e o fluxo intenso de pessoas.

Figura 8: De cima para baixo, Marcelo Peralta, Oscar Fortunato- "Você é o dono do carro, não da rua" e Diogo Rustoff, Bacião.
Fonte: Autora, 2017

Marcelo Peralta foi o ultimo a ser entrevistado, formado em arquitetura e urbanismo possui uma visão diferente dos demais entrevistados, além de ser um urbanista errante enxerga a cidade como reflexo da

[13] Segundo o Facebook da Plus Galeria: "Fundada em 2010, a Plus Galeria vem consolidando seu papel de formadora de apreciadores e investidores em arte, e de fomentadora de um cenário mais justo e criativo para criadores e consumidores. Tem como propósito a democratização o mercado artístico, a galeria pesquisa constantemente novos horizontes e novas práticas, e explora novos públicos consumidores".

identidade do homem. Ao contrário de Decy, Peralta entende que a intervenção artística por si só não requalifica o lugar e que a única maneira possível de mudar a situação é o trabalho conjunto com outras medidas. Exemplifica a situação de vários becos no Setor Sul que pode sofrer requalificação momentânea, do tipo "a galera faz uma festa no final de semana, e na segunda-feira volta a ser o bairro de sempre".

Para ele o papel da arte no meio urbano é mais de integração do que invasão (Figura 9). Integrar com a rua, despertar emoções e reflexões nas pessoas, às vezes crítico, mas sem tom agressivo, diferente dos trabalhos de outros artistas, com cunho violento, mensagens, temas ou símbolos que traduzem, por exemplo: "vai tomar no ** fulano de tal!!!".

Figura 9: Marcelo Peralta, coleção "Acredite na Sinalização", Quadra F-38, Bosque dos Pássaros. FONTE: Autora, 2017

Peralta percebe como o espaço urbano passa a ser reclamado por essas pessoas. Fala que sente a diferença em pintar o Setor Sul e o bairro onde mora, sente que às vezes não há tanto vínculo. Cita o exemplo do artista urbano, Gentileza em SP, que transformou e refez a paisagem do seu bairro, isso é fenomenal, a dedicação pela sua área, seu trajeto, a corpografia que desenvolveu e isto tem a ver com ele estar lá. Conseguiu incorporar no bairro sua identidade. Isso se dá pela dedicação local do artista, diferente dos artistas que espalham sua arte pela cidade e não vê transformação de identidade nas regiões que ele deixa arte. O mesmo caso se repete quando lembra que pelo fato de Morbeck morar no Setor Sul, no Bacião, e ter contato direto

com a praça, que quando fazem o *graffiti*, comem e bebem na casa dele, passa o dia por lá, sente que a recepção é até melhor.

Um caso importante ocorrido na cidade leva o Peralta a refletir se a arte urbana tem capacidade de requalificar foi o caso do programa coordenado pela Secretaria de Cultura de Goiânia- Secult, chamado de Galeria Noturna em que consistia na pintura artística de portas de estabelecimentos comerciais na Avenida Goiás. Só eram possíveis de ser vistas quando as portas dos estabelecimentos eram fechadas, ou seja, à noite e nos finais de semanas, quando não havia ninguém nas ruas. "Vendiam o programa como forma de requalificar o centro e esclarece que, sozinho não iria levar nada para o local, somente uns visitantes casuais". Finaliza, afirmando que "as pessoas invertem um pouco a lógica de que pintar vários murais irá trazer vida ao local e que isso não funciona assim, ela não possui esse poder todo, já que a cidade é toda pintada por artistas locais".

Para finalizar a entrevista, o artista urbano ressalva que a prefeitura não assume a responsabilidade do zelo nas áreas verdes, de mantê-las limpas, não fiscaliza as invasões pelos próprios moradores e empresas que estão instalados no local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – FORMAÇÕES

No mês de dezembro de 2016 até agosto do ano de 2017, o trabalho na pesquisa de campo e registros em conjunto com os participantes vem sendo feitos com dias marcados. Foi utilizado dois tipos de entrevistas: informal e estruturadas. O intuito de ambas é revelar diferentes opiniões a respeito do setor além das observações aplicadas em outros métodos investigativos. Antes de contatar os artistas, para compreender o trabalho de cada um, a importância/influência do cenário goiano, a pesquisa nas mídias digitais, jornais e revistas foram fundamentais para perceber como a imprensa e o público recebe a arte urbana e as reconhece como belezas escondidas nos jardins internos do Setor Sul.

Durante os estudos sobre arte urbana e a relação com a cidade, na matéria do site Archdaily escrita por Gaete: "Arte e Cidade: Existe um poder muito lindo por trás de cada mural ou *graffiti*", a partir do dialogo com os artistas, a pesquisa de campo, a bibliografia estudada foi possível chegar na concepção de perguntas relacionadas ao estudo a respeito do papel da arte no espaço público, a influência dela na cidade e seus habitantes, se é valorizada no Setor Sul, a intenção deles com o espaço abandonado, o impacto do *graffiti* na sociedade e a origem do urbanista errante/artista urbano.

Figura 10: Quadra F-38, Bosque dos Pássaros. Fonte: Autora, 2017

O fato de procurar saídas para resgatar ou invadir as áreas são resultados visíveis, que o indivíduo procura espaço público e usa seu imaginário para construir a identidade do lugar (Figura 10). É uma resposta da sociedade para com o poder público quanto a ânsia por espaços e formas de urbanizar. O grafiteiro, aclamando o espaço que é seu, vê uma forma de qualificá-lo e apropriá-lo, pois o local é público.

A complexa ideia da galeria aberta de arte urbana, no setor existe pelo fato de haver inúmera expressões compondo muros, postes, muretas de quadras poliesportivas e caixa de energia/telefonia nos jardins internos e também, galeria fechada porque para se ter acesso a estes jardins as pessoas devem ser curiosas o suficientes a ponto de adentrar pelas ruas curvilíneas, cheias de mistérios e incertezas de que é ou não uma rua sem saída.

A apropriação involuntária estimula o uso e a preservação, provoca apreço, guarda no consciente o valor pelo espaço e contribui para a identidade coletiva e da cidade. A prática transgressora é capaz de chamar atenção dos habitantes para o lugar negligenciado, muitas vezes pessoas de fora do setor não possuíam conhecimento das áreas verdes até que por meio das mídias digitais perceberam que haviam jardins escondidos com um baú de expressões. O estudo de uma geração capaz de modificar o espaço sem que precise de uma arquitetura fantástica para poder ser visitada. A sociedade capaz de urbanizar e requalificar com pequenos custos a área que por décadas não tem a atenção adequada do poder público. De uma idealização bastante planejada, a uma atmosfera urbana tomada pela arte sem intenção de ser.

REFERÊNCIAS:

CASTORIADIS, C. (1982). **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução Guy Reynoud. (2ª ed.) Rio de Janeiro: Paz e Terra. Título original: L'institution imaginaire de La societé.

DI FELICE, M. (2009). **Paisagens pós-urbanas** - o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar. (1ª ed.) São Paulo: Annablume.

GAETE, Constanza Martínez. **Arte e Cidade**: Existe um poder muito lindo por trás de cada mural ou grafite. [Arte y Ciudad. Entrevista al muralista Faya: "Hay un poder muy lindo detrás de cada mural o graffiti"]. Disponível em Archdaily <http://www.archdaily.com.br/br/794372/arte-e-cidade-existe-um-poder-muito-lindo-por-tras-de-cada-mural-ou-grafite>. Acessado em 02 out. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999, 5ª ed.

GONÇALVES, A.R. **A construção do espaço urbano de Goiânia (1933 -1968)**. Universidade Federal de Goiás- UFG. Goiânia, 2002. Dissertação (mestrado).

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes**. Breve histórico das errâncias urbanas. Arquitextos, São Paulo, ano 05, n. 053.04, Vitruvius, out. 2004 <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.053/536>. Acessado em 27 set. 2017.

JEUDY, Henri Pierre. **CORPOS E CENÁRIOS URBANOS**. Territórios urbanos e políticas culturais. (2006). (Orgs.): Pierre, H; Jacques, P.B. (Textos): Pierre ,J. H., Baudry, P., et al. (Trad.): Rejane Janowitzer. (Revisão técnica): Lílian Fessler Vaz. Salvador: EDUFBA, PPG-AU/FAUFBA.

MOTA, J.C. **O Setor Sul em Goiânia**: o espaço público abandonado. [S.l.]. In: Anais do 3º Seminário. DOCOMOMO Brasil. Disponível em: http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Juliana_mota.pdf

SILVA, Armando. **Imaginários: estranhamentos urbanos.** Carmen Ferrer (Trad.). São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014, 248p.:il.

ARQUIVO:

SEPLAM – Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo de Goiânia.

ENTREVISTAS:

RUSTOFF, Diogo. Estêncil e lambe. Entrevista concedida em 13 de janeiro de 2017.

PERALTA, Marcelo. Lambe e arquiteto e urbanista. Entrevista concedida em 16 de janeiro de 2017.

BATISTA, Valtecy Ferreira. (Decy). Grafiteiro e tatuador. Entrevista concedida em 15 de dezembro de 2016.

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA:

Perguntas para os artistas:

1. Qual é a importância da arte no espaço público para você?
2. Qual o impacto que a arte urbana gera na cidade e nos seus habitantes?
3. Você acha que a arte urbana é valorizada no Setor Sul – Goiânia-GO?
4. Quais são as principais diferenças entre expor em uma galeria privada e no espaço público?
5. O que você procura dar ao/a setor/cidade através da sua obra? Você acha que o *graffiti* requalifica o espaço?
6. Como a sociedade reage ao *graffiti*?
7. Que tipo de identidade tem o artista, da onde vem, o que faz no seu dia a dia (Sobre a questão da memória, da onde vem e quem são essas figuras?); e
8. Como mobiliza a sociedade a respeito do *graffiti* e o Setor?

Salvador - 2018

SIZA E WRIGHT: DOIS MUSEUS E O VISITANTE

SIZA AND WRIGHT: TWO MUSEUMS AND THE VISITOR

SIZA Y WRIGHT: DOS MUSEOS Y EL VISITANTE

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

KOHLMANN, Andrya
Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Doutoranda PROPAR/UFRGS
andryakohlmann@gmail.com

AGUIAR, Douglas
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da UFRGS
douglasaguiar@ufrgs.br

SIZA E WRIGHT: DOIS MUSEUS E O VISITANTE

SIZA AND WRIGHT: TWO MUSEUMS AND THE VISITOR

SIZA Y WRIGHT: DOS MUSEOS Y EL VISITANTE

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:

O artigo apresenta um estudo comparativo sobre dois edifícios – o museu da Fundação Iberê Camargo (FIC), em Porto Alegre, e o museu Guggenheim, em Nova York – analisados desde o ponto de vista da sua *qualidade espacial* ou seja, do modo de acolhimento e acomodação do visitante. A motivação deste trabalho está na oportunidade que o edifício do museu da FIC vem oferecendo desde sua implantação em Porto Alegre – em virtude das honrarias e distinções das quais ele foi alvo pela crítica de arquitetura, local e internacional – para uma discussão sobre o tema da qualidade na arquitetura. Já o museu Guggenheim foi selecionado para compor esse estudo por ser um edifício análogo, tanto do ponto de vista formal quanto funcional, ao Museu da FIC, e também, por seu caráter icônico, consagrado como paradigma no cenário arquitetônico mundial. O artigo tem uma natureza eminentemente empírica. A metodologia utilizada tem antecedentes no *passeio arquitetônico*, no sentido corbusiano do conceito, na qualidade desse passeio, tendo em conta o modo como as edificações são entendidas pelo observador em movimento – a legibilidade – e o modo como as edificações acomodam o corpo – a funcionalidade/comodidade.

PALAVRAS-CHAVE: fundação Iberê Camargo; museu Guggenheim; qualidade espacial.

ABSTRACT:

The article presents a comparative study of two celebrated buildings – the Iberê Camargo Foundation (ICF), in Porto Alegre, designed by Portuguese architect Álvaro Siza, and the Guggenheim Museum, in New York, designed by the American architect Frank Lloyd Wright. The motivation for this work lies in the opportunity the recent construction of the ICF museum in Porto Alegre came to offer – in view of the honors and distinctions it has received from local and international architectural critique – for a discussion on the theme of quality, or performance, in architecture. The comparison with the Guggenheim Museum comes from a broadly observed formal, functional and iconic similarity between the two buildings. The article has an eminently empirical nature. The methodology applied in the analyses has antecedents in the architectural promenade, in the Corbusean´s sense of the concept, and is concerned with the quality of the walk, taking into account the way these buildings are understood by the visitor – their legibility – and the way they accommodate the bodies in space – their functionality. The article eventually shows that, despite their conspicuous formal and iconic similarities, the spatial performance observed in the two buildings has been radically distinct, especially in respect of the way they deal with spatial integration and spatial segregation from the standpoint of the visitor.

KEYWORDS: *Iberê Camargo Foundation; Guggenheim museum; spatial quality.*

RESUMEN:

El artículo presenta un estudio comparativo sobre dos edificios - el museo de la Fundación Iberê Camargo (FIC), en Porto Alegre, y el museo Guggenheim, en Nueva York - analizados desde el punto de vista de su calidad espacial o sea, del modo de acogida y alojamiento del visitante. La motivación de este trabajo está en la oportunidad que el edificio

del museo de la FIC viene ofreciendo desde su implantación en Porto Alegre - en virtud de los honores y distinciones de los cuales fue objeto por la crítica de arquitectura, local e internacional - para una discusión sobre el tema de la calidad en arquitectura. El museo Guggenheim fue seleccionado para componer este estudio por ser un edificio análogo, tanto desde el punto de vista formal y funcional, al Museo de la FIC, y también, por su carácter icónico, consagrado como paradigma en el escenario arquitectónico mundial. El artículo tiene una naturaleza eminentemente empírica. La metodología utilizada tiene antecedentes en el paseo arquitectónico, en el sentido corbusiano del concepto, en la calidad de ese paseo, teniendo en cuenta el modo en que las edificaciones son entendidas por el observador en movimiento - la legibilidad - y el modo en que las edificaciones acomodan el cuerpo - la funcionalidad/conveniencia.

***PALABRAS-CLAVE**: fundación Iberê Camargo; museo Guggenheim; calidad espacial.*

INTRODUÇÃO

O interesse deste artigo no edifício do museu da Fundação Iberê Camargo (FIC) (Figura 1) como objeto de estudo foi motivado, inicialmente, pela aclamação da crítica arquitetônica que esse edifício recebeu nos últimos anos, angariando diferentes premiações que o tornaram uma referência dentro da produção arquitetônica internacional, como o Leão de Ouro, na Bienal de Veneza, e o Mies Crown Hall Americas Prize, em Chicago (COMAS, 2006). O interesse no museu decorre também do contexto cultural no qual se insere. Único edifício com representatividade internacional na cidade, o museu da FIC viria a completar uma lacuna existente há muito no cenário artístico de Porto Alegre, carente de espaços adequados para a exibição de exposições de alto nível. A importância arquitetônica e cultural, somada ao fato do museu ser predominantemente dedicado a um artista local renomado, reforçaria o seu papel de ícone urbano (KIEFER et al., 2008). No entanto, passados nove anos desde sua inauguração, essa condição de destaque inicial se verifica hoje com dificuldade diante das contradições e ambiguidades que vieram a ser observadas no edifício desde diferentes pontos de vista, como veremos no que segue. Já o museu Guggenheim de Nova York (Figura 1) tem sua proeminência na história da arquitetura enfatizada por ser ele a última obra construída de Frank Lloyd Wright e também a única de sua autoria naquela cidade. Segundo SIRY, o museu de Wright estaria entre os edifícios mais influentes do século XX (in BALLON et al., 2009). Tanto quanto o edifício do museu da FIC, o Guggenheim é um edifício polêmico. O debate sobre o posicionamento da maior parte das exposições no piso inclinado das rampas é perpétuo.

Figura 1: Fundação Iberê Camargo e Museu Guggenheim
Fonte: Andrya Kohlmann, 2016

A utilização da análise comparativa como método de estudo, tendo o Museu Guggenheim de Nova York sido escolhido como parâmetro, busca, por um lado, a produção de conhecimento e evolução metodológica, através do registro das lições vindas do confronto descritivo de duas edificações excepcionais funcionalmente análogas e, por outro lado, vai na linha sugerida por diversos autores que apontam uma clara conexão entre o edifício de Siza e o de Wright (Cf. CABRAL, 2009; COMAS, 2006; ROSSO, 2008; SERAPIÃO, 2008). De fato, esses dois edifícios possuem um conjunto de características em comum que os tornam passiveis de comparação e que, em paralelo, também evidenciam diferentes influências do edifício do Guggenheim como precedente para o museu da FIC. No que diz respeito à *forma*,

tanto no Museu Guggenheim quanto na FIC há um volume principal que se destaca na composição. Ambos são volumes sólidos, fechados ao exterior e com faixas horizontais que correspondem às rampas e passarelas internas. As semelhanças maiores no entanto, no que diz respeito à totalidade da forma estão, por um lado, nas *dimensões* e na *escala* e, por outro, na horizontalidade que ambas edificações oferecem no térreo, enfatizando o reconhecimento da escala humana. Em corte, as duas edificações partem de um mesmo conceito: a disposição das exposições em torno de um amplo espaço livre central, circundado por rampas e passarelas, que se prolongam verticalmente ao longo de todo o volume. No *espaço interno*, os dois edifícios também apresentam configurações análogas: átrio central livre, circulações em rampa ao redor do vazio e passarelas que, de diferentes modos, conectam os visitantes com a totalidade do espaço interno.

Ainda quanto à distribuição espacial do *programa*, os edifícios apresentam generosos largos de acesso, direcionando os fluxos ao espaço principal. Já os níveis superiores são constituídos, em ambos os casos, por rampas e passarelas, quesito no qual as diferenças entre as configurações espaciais dos dois edifícios, conforme veremos mais adiante, é dramática, ainda que, tanto no Guggenheim quanto no museu FIC, o percurso de visitação indicado pelos recepcionistas consista em subir até o último pavimento pelo elevador, fazendo a visitação em uma progressão descendente através das rampas, no caso do Guggenheim, e através das passarelas tubulares e salas de exposição, no caso da FIC.

O conjunto de semelhanças, coincidências e interesses acima relatado parece oferecer justificativa para um aprofundamento no conhecimento sobre esses dois edifícios. Através de uma análise comparativa, tendo a qualidade espacial como baliza conceitual, poderemos avaliar as características específicas de cada edificação em suas diferentes situações.

A QUALIDADE ESPACIAL COMO PARÂMETRO

Entende-se por *qualidade espacial*, no contexto teórico e metodológico dado neste trabalho, o modo – mais ou menos adequado – como as edificações acolhem ou, se quisermos, acomodam as pessoas, seus habitantes ou usuários. Além de questões como configuração formal e significado simbólico, poderíamos entender a arquitetura a partir da sua distribuição espacial. Nesse caso, o arranjo e ordenamento das partes em relação ao todo teria relação direta com a *performance* espacial das edificações. A partir desse ponto de vista, a *qualidade espacial* poderia ser entendida como a síntese da qualidade arquitetônica (AGUIAR, 2016). No caso dos museus objetos de estudo, busca-se verificar, ao longo do procedimento de análise, o modo como o visitante é recebido pelo edifício e conduzido através dos seus espaços. Serão considerados como parâmetros de qualidade espacial a *legibilidade* do edifício, ou seja, o modo como a edificação em suas diferentes situações é entendida pelo visitante, nesse caso o observador/pesquisador em movimento, e a *funcionalidade*, ou *comodidade*, do edifício, verificável no modo mais cômodo ou incômodo como a edificação recebe e acomoda o(s) corpo(s).

Situações dotadas de *legibilidade* seriam aquelas capazes de oferecer ao visitante uma *percepção de continuidade* do percurso, situações em que a linha de visada e a linha de movimento coincidem e o observador tem a visão direcionada ao seu destino, sem desvios de rota. A legibilidade seria, portanto, uma condição eminentemente ótica. O estudo da legibilidade como parâmetro de qualidade na arquitetura vem sendo objeto da atenção de uma linha de autores que inicia com Schmarsow (1994 [1893]), passa por Le Corbusier (2006 [1937]), Lynch (1995 [1960]), Hillier et al. (1983) entre outros. Mais recentemente, Key et al. (2008) descrevem essa característica da arquitetura tendo como base os conceitos de *campo visual* e

continuidade espacial. A legibilidade de uma edificação ou situação urbana dependeria, por definição, do seu modo de arranjo espacial. Ainda que, no âmbito deste artigo, a legibilidade seja considerada como fundamental, entendemos que muitas vezes ela pode ser problematizada de um modo diferente e propositado por arquitetos e suas obras.

Já a *funcionalidade* estaria na dimensão háptica ou táctil da percepção espacial e seria evidenciada na (in)utilidade, no (in)cômodo, na (in)conveniência e no (des)conforto espacial. Trata-se da percepção espacial que nos chega pelos demais sentidos e que estaria mais relacionada à necessidade de realização cômoda ou incômoda de esforços, à percepção de desconfortos dimensionais, térmicos ou auditivos e assim por diante. Vitrúvio, em seu tratado de arquitetura, já enfatizava o papel essencial dessa dimensão de *utilitas* entre as três categorias fundamentais na arquitetura (VITRÚVIO, 2007).

A CAMINHADA COMO MÉTODO DE ESTUDO

A utilização da caminhada como método de estudo não é novidade na disciplina e teria seus primórdios na École de Beaux-Arts, onde a marcha, *la marche*, teria sido usada de modo recorrente na avaliação de projetos (MARTINEZ, 1998). Entretanto foi durante o movimento moderno, com Le Corbusier, que o passeio arquitetônico – a dita *Promenade Architecturale* – surge como método de avaliação, tornando o observador em movimento o protagonista da arquitetura. Daí denominarmos o procedimento descritivo utilizado nesse estudo como *método do observador* (AGUIAR, 2015).

Ao utilizarmos a caminhada como método de estudo, propiciamos a colocação da totalidade dos sentidos do observador em contato direto com os espaços do objeto de estudo através de percurso(s) previamente planejado(s) tendo em conta as demandas descritivas do tema. O observador caminhará orientado pela planta, pelo percurso nela mostrado e ao longo do qual estarão indicados os posicionamentos de câmera a serem utilizados na descrição de cada uma das situações. O registro fotográfico do andamento do percurso visualizado pelo observador em movimento mostra o percurso como uma *sequência de situações*. Esse procedimento amplia e detalha o procedimento dado em CULLEN, que se vale dos conceitos de *visão existente* e *visão emergente* na descrição da dimensão ótica da caminhada (CULLEN, 1971). A posição, o ponto de vista da câmera, estará localizado nos pontos de conexão entre diferentes linhas axiais, ou seja, nos *links* visuais que conectam a sequência de situações. Cada situação – cada uma das partes do percurso – terá uma ou mais imagens correspondentes, dependendo da conveniência descritiva de cada situação. O ótico é o guia, as descrições do háptico acompanham e se sobrepõem.

Na definição espacial de cada uma das *situações* a serem estudadas, o procedimento se vale do trabalho de Key et al. (2008), que detalha as condições de *campo visual (viewfield)* e de *fechamento (enclosure)*. Campo visual é assim definido como a área visível desde o ponto de vista de um observador posicionado dentro do campo, representada como um polígono. Já a condição de fechamento é descrita como o quanto uma determinada situação (*location*) é delimitada por elementos edificados. Quanto maior a amplitude do campo visual, menor tende a ser o grau de *fechamento*. O conceito de fechamento é similar, senão coincidente, com o conceito de convexidade/espaço convexo de HILLIER et al. (1983). Essa categoria está na base do método do observador, ora ensaiado, no que diz respeito à desagregação do objeto de estudo em *sequências de situações espaciais.*

Ao longo da caminhada, a avaliação da condição de legibilidade é procedida tendo como fundamento a *percepção de continuidade* (LYNCH, 1995). Cullen sugere que esta se estabeleceria quando um elemento

físico qualquer cria um *campo visual* que indica a possibilidade de movimento adiante. Key et al. (2008) descrevem essa condição através de um valor booleano que indica se duas localizações mutuamente visíveis, P1 e P2, compartilham de um mesmo elemento físico dentro do campo visual[1]. Essa descrição confere alguma precisão e objetividade à conceituação de legibilidade; duas funções, a visibilidade mútua e o pertencimento a um mesmo campo visual, propiciam o cálculo de relações entre os dois pontos e entre o elemento e os pontos. Os diagramas mostram como tracejadas as linhas de visada indutoras de movimento e discordantes do percurso a ser seguido.

EMPIRIA E DISCUSSÕES

As *caminhadas* realizadas através dos dois museus, apresentadas no que segue, comparam *cinco situações espaciais* típicas comuns às duas edificações. São elas: o percurso de aproximação, o largo de acesso, o grande átrio, o acesso às exposições e os espaços de exposição propriamente ditos. Uma sexta situação, atípica e encontrada apenas no museu da FIC – as passarelas tubulares – completa o conjunto de análises. Cada uma dessas situações será estudada, de modo comparativo, por meio de um conjunto de descrições que inclui imagens das sequências espaciais pertencentes a cada uma delas e diagramas mostrando em planta aquilo que mostram o texto e as imagens. Trata-se de uma maneira, dentre as tantas possíveis, de entender e analisar a qualidade espacial em arquitetura.

Os percursos de aproximação

O primeiro aspecto percebido pelo observador em movimento nos percursos de aproximação aos dois museus é a radical diferença de inserção urbana quando comparadas as duas edificações. Enquanto o Guggenheim está em uma posição central em Nova York, imerso em um tecido urbano consolidado, o museu da FIC encontra-se em um local pouco conectado e de difícil visibilidade em relação ao tecido urbano do entorno, posicionado à beira de uma autopista, como parte de uma sequência esparsa de edifícios residenciais.

Em sua chegada ao Guggenheim, o visitante não percebe imediatamente a presença do museu, o que é inusitado para um edifício que veremos tão distinto do contexto. De fato, o visitante vê como se estivesse atravessando apenas mais um quarteirão da Quinta Avenida com calçadas largas e ajardinadas. No entanto, à medida que o observador se aproxima, o edifício do museu emerge de modo surpreendente, inicialmente como uma nesga cilíndrica posicionada no alinhamento e elevada da calçada (Figura 2 – 1), para se mostrar progressivamente como uma forma arquitetônica excepcional (Figura 2 – 2). Da esquina, vemos agora o térreo do museu contornado por muretas baixas (Figura 2 – 3, 4). Em meio a um denso cenário urbano dominado por edificações no alinhamento, a presença dessas muretas é surpreendente, evidenciando um gesto de acolhimento vindo do edifício, funcionando como bancos para os visitantes, estimulando assim a apropriação do acesso ao museu como espaço público.

[1] Booleano, em ciência da computação, é um tipo de dado binário por definição possui dois valores mutuamente excludentes tais como 0 ou 1, falso ou verdadeiro, ligado ou desligado e assim por diante.

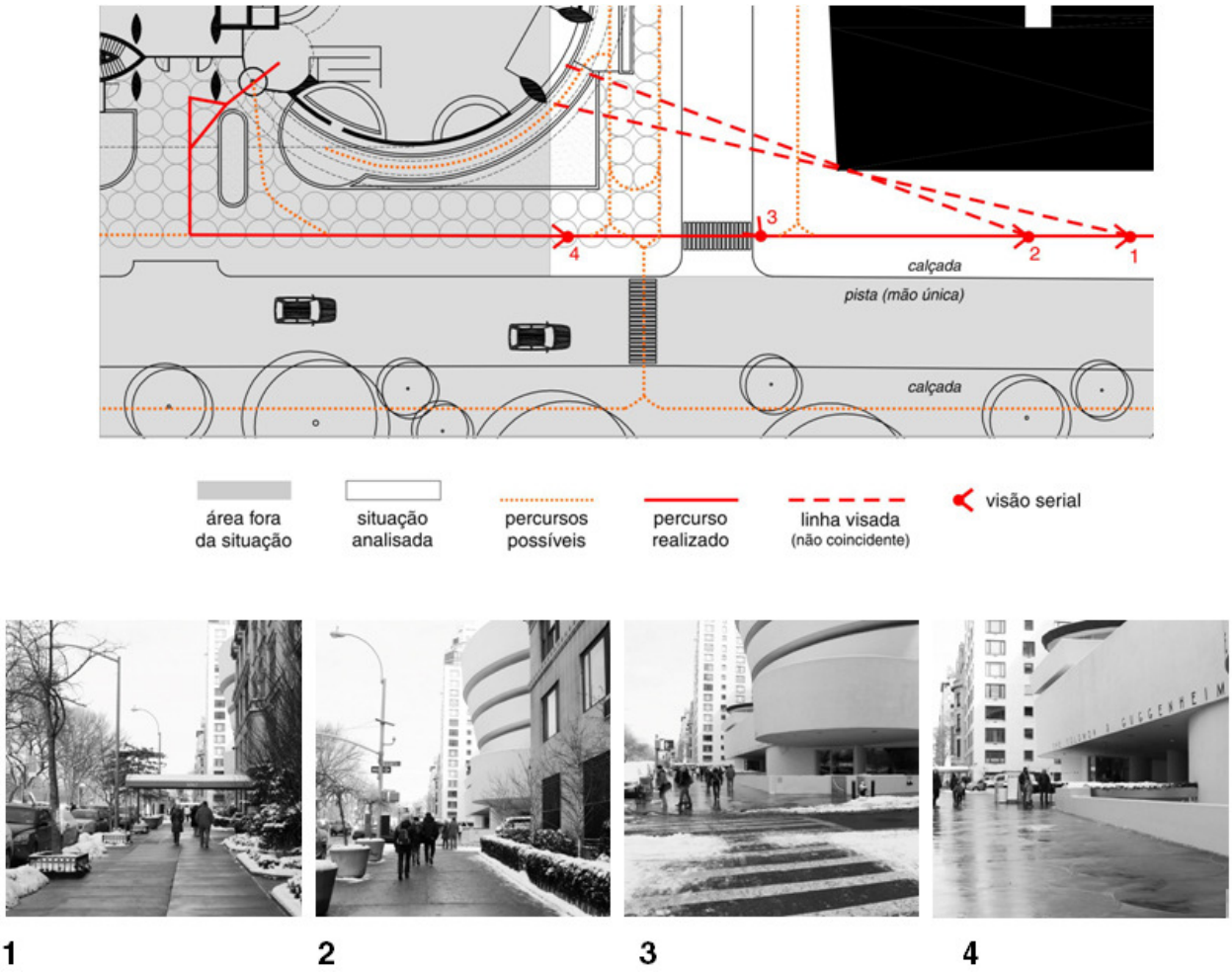


Figura 2: Percurso de aproximação – Guggenheim
Fonte: Andrya Kohlmann, 2016

Já a aproximação ao museu da FIC se mostra, inicialmente, como um momento de surpresa e perplexidade quando o visitante, vindo a pé ou emergindo do estacionamento, se depara com a forma branca e monumental como um bloco de pedra escavado em meio a natureza (Figura 3 – 1). Já em um segundo momento, o processo de aproximação se torna difícil e mesmo incômodo. Vê-se que o pedestre aqui é raro e a aridez do percurso à frente se evidencia por um lado no ruído decorrente da localização do edifício à beira de uma via de tráfego intenso e rápido e, por outro, na solução incomum da calçada trazida pelo museu (Figura 3 – 2). Diferentemente do Guggenheim que se vale da calçada em sua conexão com o tecido da cidade, o museu da FIC, além de naturalmente segregado por seu posicionamento na cidade, se isola ainda mais com relação ao entorno imediato ao cercar-se por todos os lados com um tipo de pavimento hostil à caminhada. A colocação de um revestimento de brita na totalidade do perímetro parece ter a intenção deliberada de estabelecer o isolamento da edificação com relação ao entorno imediato, conferindo a ela a condição de monumento (Figura 3 – 3).

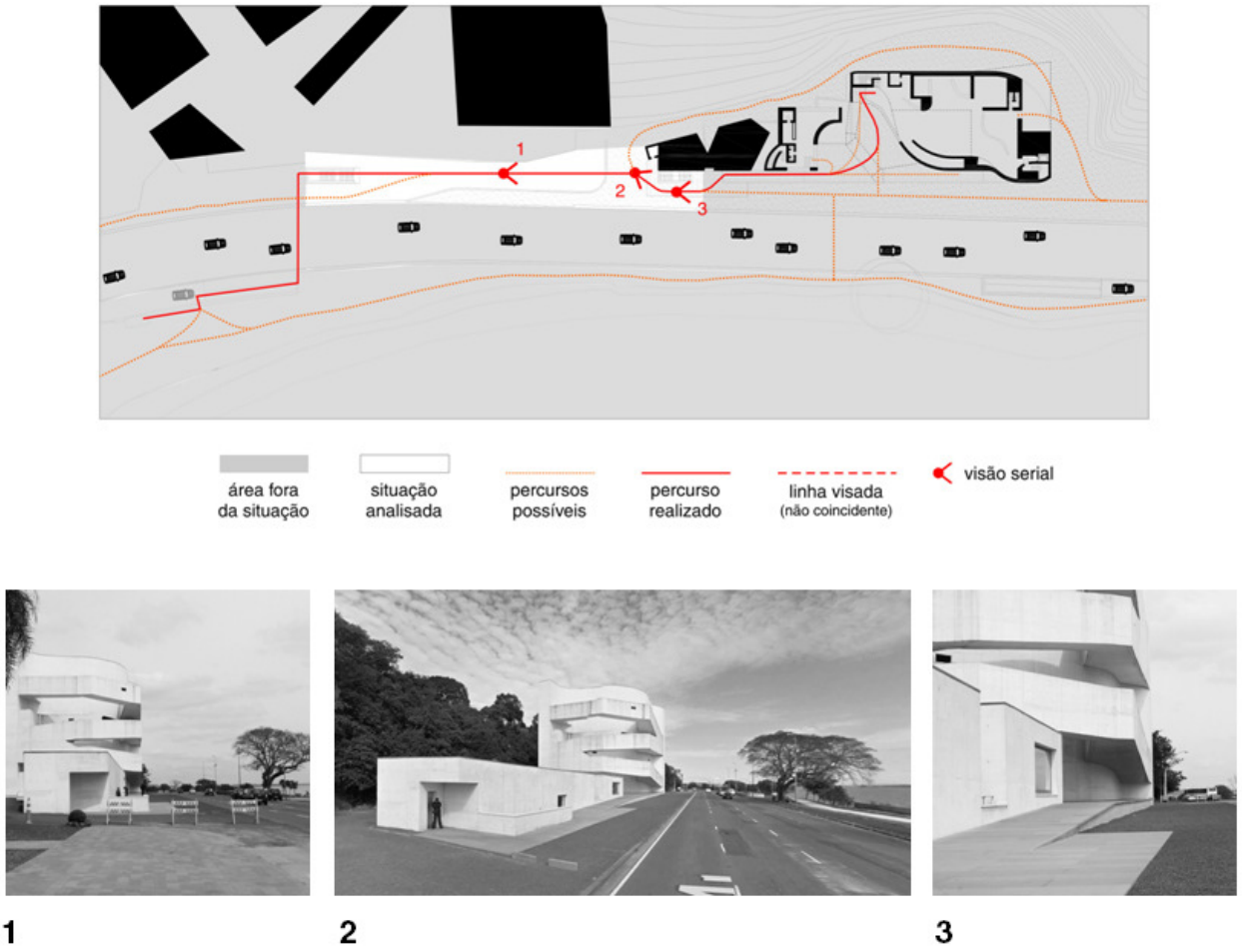


Figura 3: Percurso de aproximação – FIC
Fonte: Andrya Kohlmann e Google Street View, 2016

Quem chega de carro ao museu utilizará a parte final do percurso de aproximação acima relatado vindo por escada ou elevador do estacionamento posicionado no subsolo, tendo naturalmente sobre si os ocasionais efeitos incômodos dos elementos ao longo desse deslocamento a céu aberto.

Já aqueles que chegam pelo transporte público têm uma experiência espacial peculiar, pontuada de incômodos de diferentes naturezas. Tendo descido do ônibus o visitante vê o edifício do museu a aproximadamente 200 metros. Ele percebe imediatamente que o isolamento do lugar é povoado de automóveis em alta velocidade. Daqui, ainda que se faça um esforço para colocar o edifício do museu em foco, o campo visual é em sua maior parte apropriado pela presença de um edifício residencial, igualmente branco, de maior porte comparado ao museu, em estilo neomediterrâneo típico dos anos 1970 (Figura 4 – 4). O museu, desde aqui, repousa ao fundo, meio encoberto pelo posteamento, como a última edificação nessa sequência arquitetônica (Figura 4 – 5).

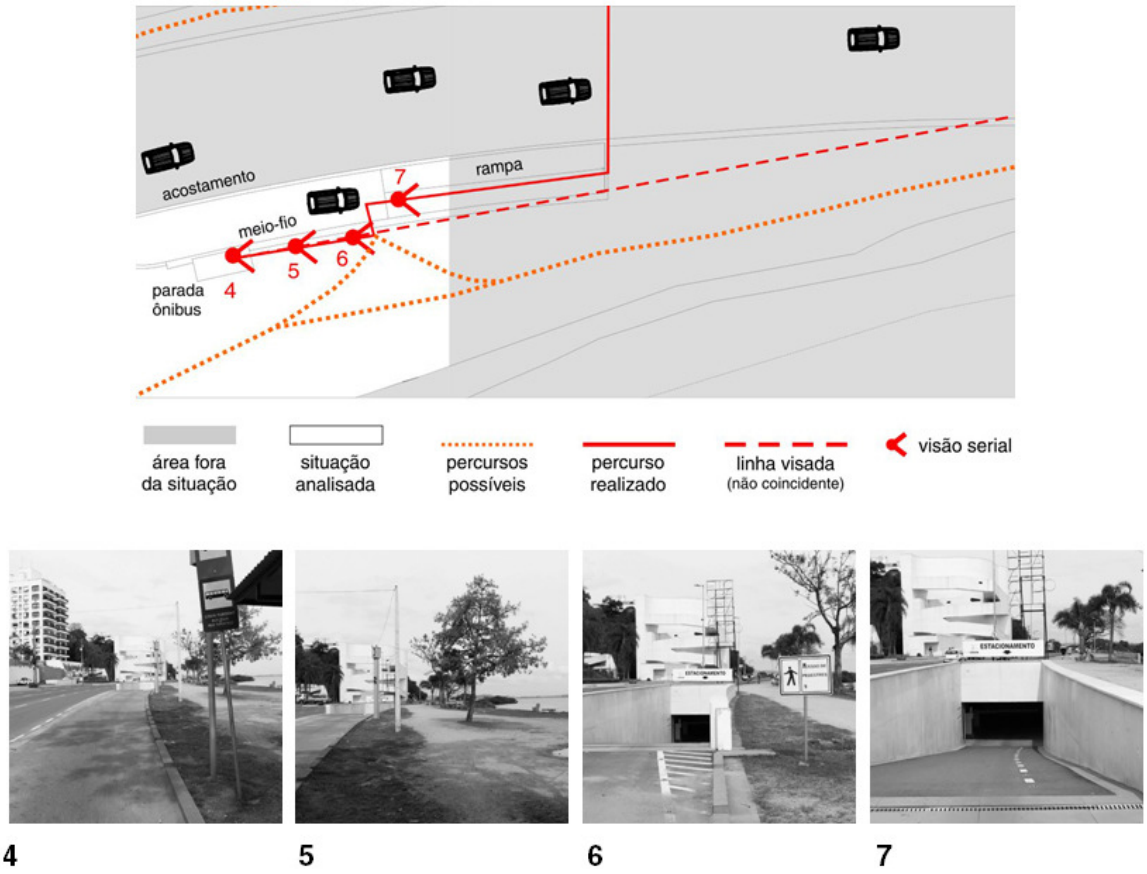


Figura 4: Percurso de aproximação – FIC
Fonte: Andrya Kohlmann, 2016

Diante da ausência de calçamento, o visitante opta por caminhar na direção do museu se deslocando pelo acostamento da autopista. Vê-se, logo adiante, uma placa orientando o pedestre na direção do acesso ao estacionamento subterrâneo (Figura 4 – 6). Uma rampa, paralela à rodovia, surge à frente como opção única de encaminhamento na direção do museu (Figura 4 – 7). A outra possibilidade seria atravessar a autopista em uma operação de alto risco.

Sem outra alternativa, o visitante desce pela rampa enquanto o museu vai desaparecendo do seu campo visual (Figura 5 – 8). Ele é acompanhado por um carro que, casualmente, também chega. O visitante não motorizado se sente desconfortável com a situação esquisita em que é colocado. No final do declive, ele se vê diante de um inconveniente cruzamento da circulação de pedestres (que se utilizará da travessia por sob o leito viário) com a circulação de veículos (que seguirá adiante) em diagonal. O diagrama abaixo mostra a precária legibilidade dessa situação; o visitante tende a seguir em frente, apesar da cancela, pois a linha de visada adiante em diagonal, mostrando a possibilidade de encaminhamento através do estacionamento, é dominante dentro do campo visual, enquanto o encaminhamento à esquerda para a travessia da autopista – a rota desejada – passa despercebido (Figura 5 – 9).

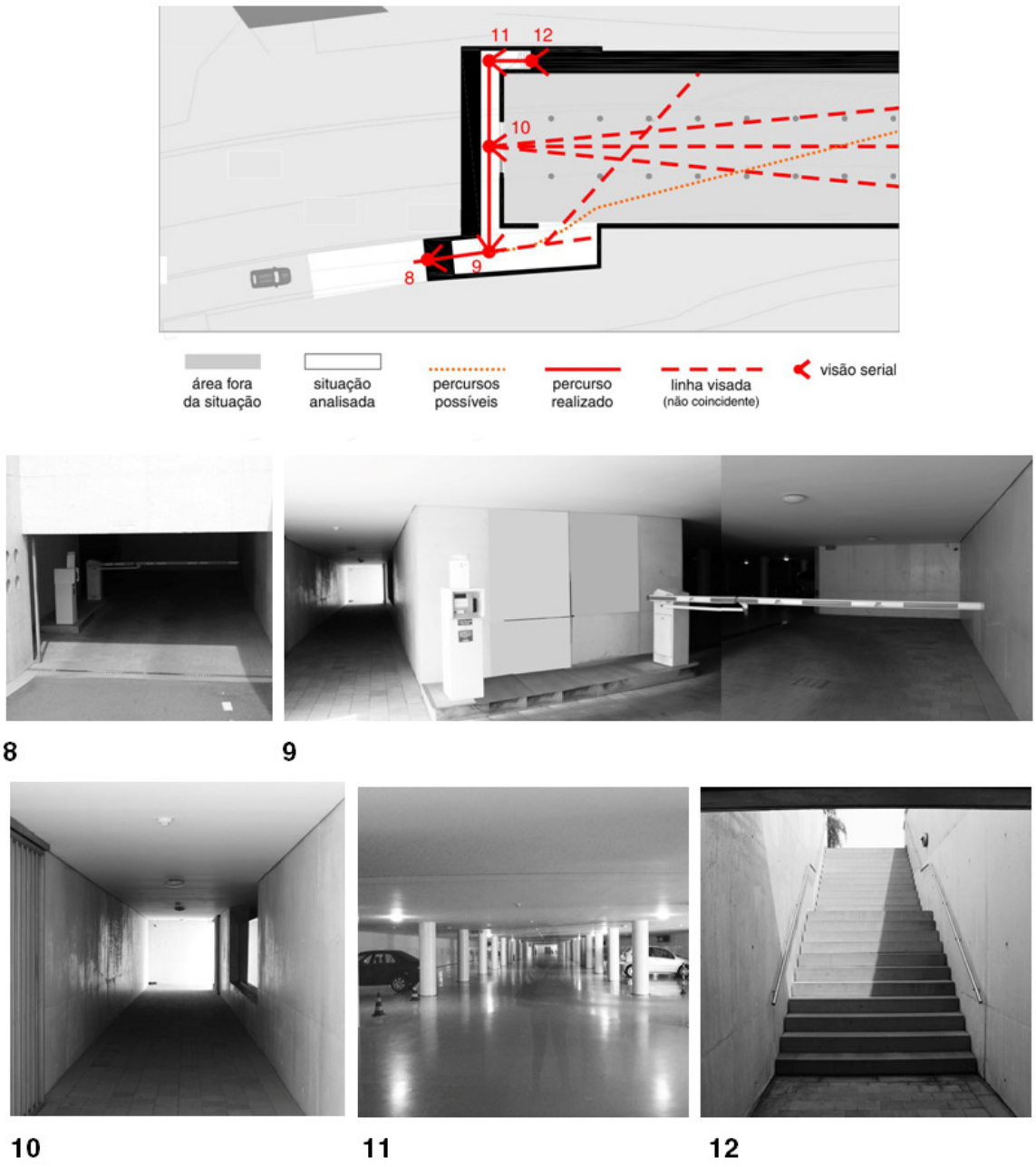


Figura 5: Percurso de aproximação – FIC
Fonte: Andrya Kohlmann, 2016

A aproximação ao museu torna-se aqui progressivamente inusitada. O visitante experimenta nesse trecho subterrâneo uma mudança dramática nas condições, do exterior para o interior, do claro para o escuro, da visada inicialmente focada na extraordinária forma do museu até o inesperado mergulho nesse espaço cavernoso, onde agora ele se encontra. A sensação é de confinamento (Figura 5 – 10). Curiosamente, em meio a essa situação estranha, a sensibilidade do arquiteto revela-se em uma das paredes laterais, onde surge uma grande abertura vedada com vidro fixo, através da qual se vê o estacionamento em perspectiva

(Figura 5 – 11). O espaço é organizado por uma colunata de espaçamento e proporções precisas a sustentar a laje da autopista. Ainda que seja apenas um estacionamento, o visitante percebe que esse espaço reivindica, por conta própria, independentemente do museu ao qual serve, o *status* de obra de arte, evidenciado no ostensivo supérfluo que carrega, no brilho asséptico dos revestimentos que espelham a rigorosa axialidade perspectivada na disposição das luminárias. Curiosamente, mediante a visualização desse peculiar espaço de estacionamento, a sensação de desconforto parece ser atenuada, pelo menos para aqueles envolvidos em uma apreciação mais intelectual da arquitetura. Ainda na passagem subterrânea, o visitante percebe um clarão que o guiará de volta ao espaço aberto. Toma-se então a escadaria que encaminhará ao museu (Figura 5 – 12).

Os largos de acesso

Chegando ao largo de acesso do museu Guggenheim, o visitante tem à sua frente um grande plano de vidro, frontal à sua linha de aproximação, que parece convidar ao ingresso no museu. Curiosamente, esse aparente acesso principal é em realidade a entrada da loja de *souvenirs* (Figura 6 – 1). O mal-entendido só é desfeito quando se percebe uma porta giratória mais à direita, parcialmente escondida pelo posicionamento de um pilar, por onde de fato ocorrerá o acesso ao edifício. O diagrama abaixo descreve em planta a difícil legibilidade dessa situação.

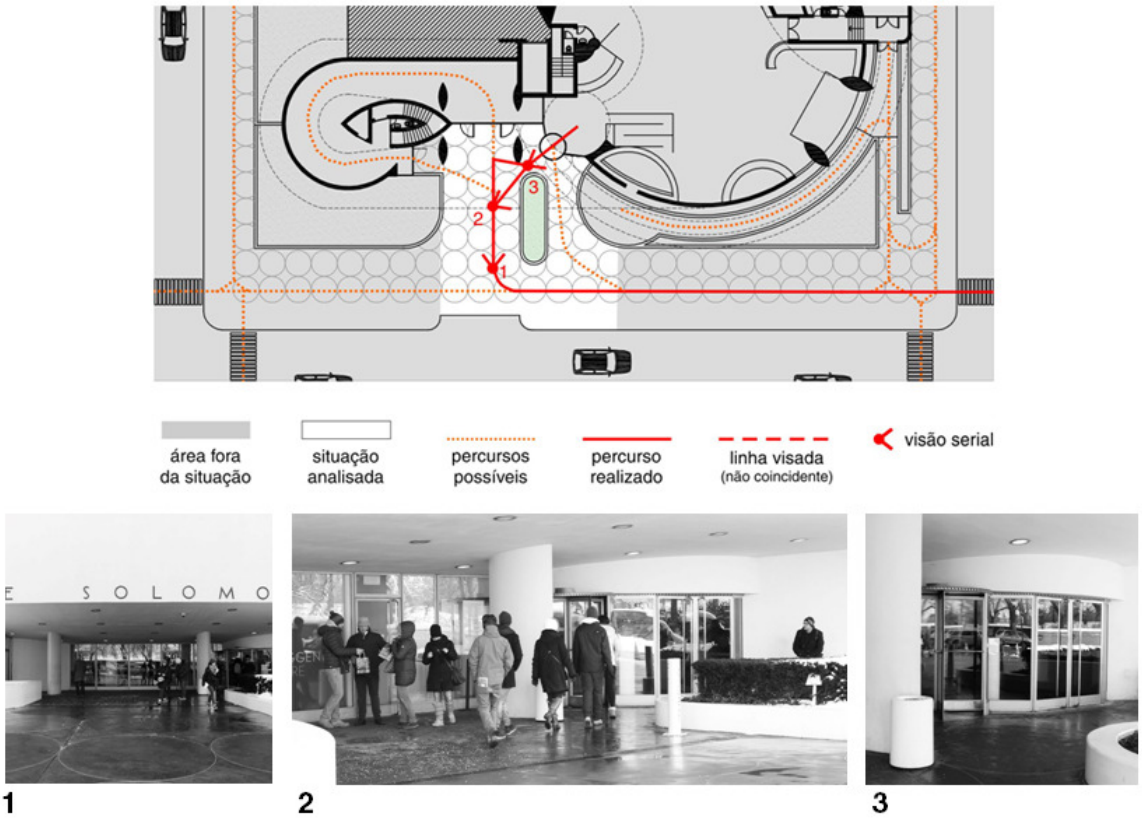


Figura 6: Largo de acesso – Guggenheim
Fonte: Andrya Kohlmann, 2016

Vê-se ali que o encaminhamento à direita, rumo à porta giratória do acesso principal, ocorre através de um estreitamento da passagem – decorrente do posicionamento próximo da floreira com relação ao pilar logo adiante –, o que acaba por confundir a percepção e dificultar o percurso do visitante (Figura 6 – 2, 3). Vê-se também que as indicações vindas da configuração espacial do térreo, que deveriam propiciar uma adequada leitura e compreensão da sequência espacial de acesso ao museu, provocam desorientação.

Já a chegada ao largo de acesso do museu da FIC acontece de modo menos convencional, através de uma calçada elevada, distante do meio-fio, posicionada de modo adjacente ao edifício, meio metro acima do nível do leito de brita escura que se posiciona como calçada adjacente à autopista (Figura 7 – 1). Nesse percurso elevado, o visitante vê, logo adiante, o modo inusitado como essa calçada elevada é finalizada e, de fato, obstruída pela descida de uma das passarelas tubulares – uma situação que cria uma generosa caverna (Figura 7 – 2). De modo menos generoso, para ir adiante, em direção ao Barra Shopping, o visitante terá apenas o leito de brita como opção. Desde o ponto de vista da urbanidade – minimamente evidenciada por um calçamento utilizável – e da qualidade espacial desse espaço público, o largo de acesso ao museu é simplesmente um fim de linha.

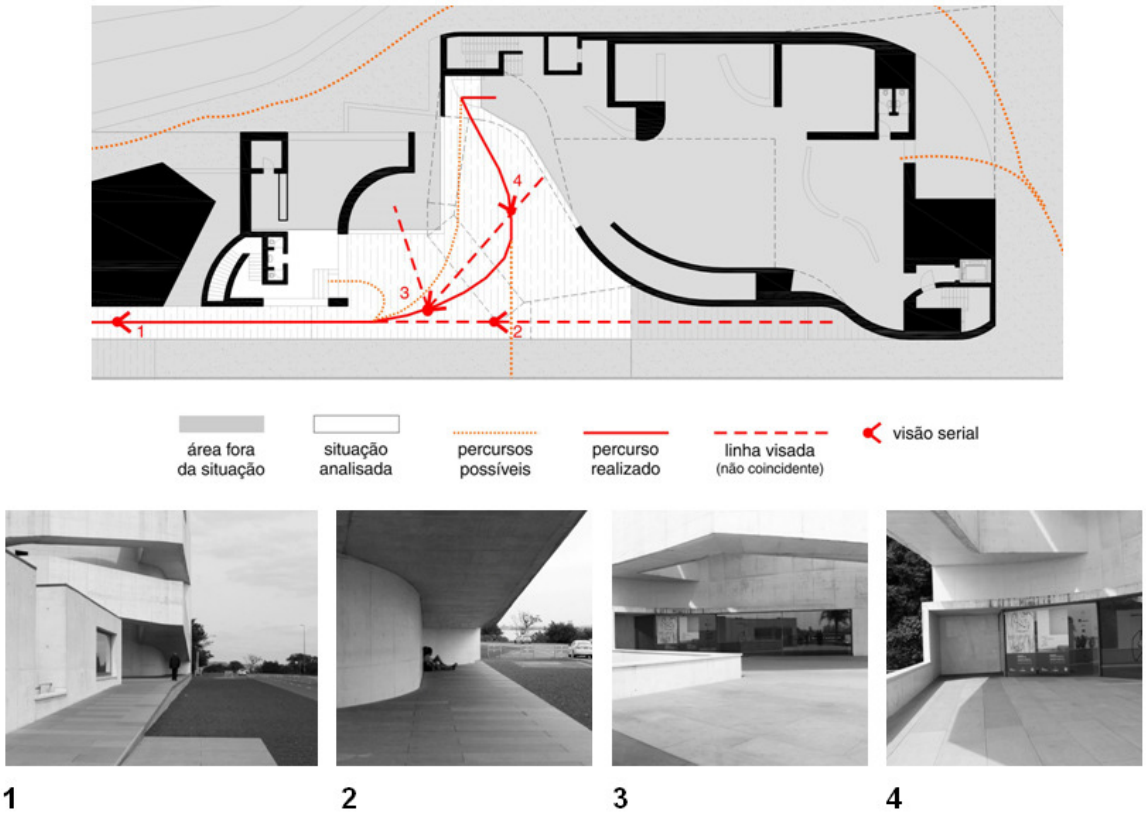


Figura 7: Largo de acesso – FIC
Fonte: Andrya Kohlmann, 2016

O contato visual do visitante com esse espaço ocorre de modo progressivo, revelando um espaço despojado, quase árido, delimitado por formas brancas e semicoberto por uma das passarelas tubulares, dotando a situação de uma estranha monumentalidade cavernosa. Em posicionamento diagonal ao

percurso, o visitante tem à sua frente um grande plano envidraçado com o nome da fundação, sugerindo que esteja ali a entrada principal (Figura 7 – 3). Entretanto, no andamento imediatamente subsequente, o visitante se dará conta de que se trata apenas de um painel de vidro fixo – quando o acesso de fato ao museu encontra-se mais à esquerda e bem menos visível, quase escondido, evidenciando a legibilidade precária da porta de acesso (Figura 7 – 4).

Os grandes átrios

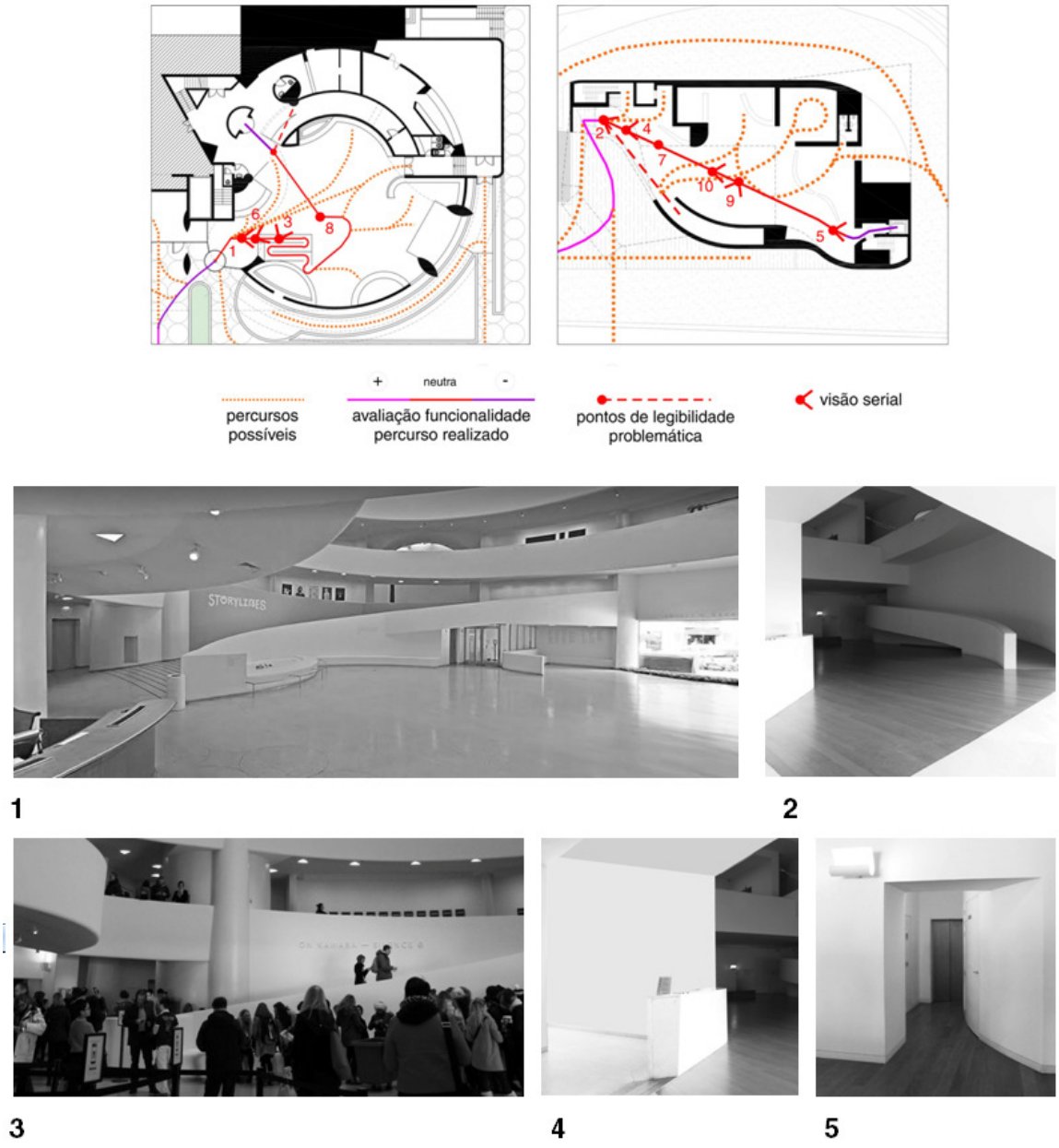


Figura 8: Átrios – Guggenheim e FIC
Fonte: Andrya Kohlmann e Google Interior View, 2016

Tanto no Guggenheim quanto no museu da FIC, o visitante, após a entrada, se depara com um grande espaço central no térreo, com um pé-direito monumental e um campo visual que oferece diferentes opções de percursos. Os diagramas abaixo mostram que, em ambos os casos, as rampas posicionadas nas laterais parecem convidar o visitante a iniciar por ali a sua caminhada (Figura 8 – 1, 2). Curioso é que, apesar das edificações claramente oferecerem as rampas aos visitantes, a orientação recebida na recepção é de que a visitação aconteça a partir dos elevadores, devendo o visitante se dirigir aos últimos pavimentos, para se valer de um percurso descendente de visitação.

Ainda assim, nos dois museus, os elevadores são acanhados e posicionados fora da rota natural de caminhada. No caso do Guggenheim, a visualização dos elevadores nao é imediata a partir do ponto de acesso e tampouco clara desde o centro do espaço que é onde, aproximadamente, o visitante se encontrará após se desvencilhar do circuito interno de acesso (Figura 8 – 3). Já no museu da FIC, os dois elevadores estão absolutamente escondidos. Na imagem abaixo, o visitante tem um elevador bastante próximo de si, posicionado no entanto de modo parcialmente encoberto pelo balcão de informações mostrado na imagem. Um segundo elevador será encontrado no final do campo visual – mostrado escuro na mesma imagem – e posicionado de modo ainda mais escondido que o primeiro (Figura 8 – 4, 5). Como se vê, ambas situações têm legibilidade precária, e aceitar o encaminhamento recomendado exigirá do visitante alguma disciplina.

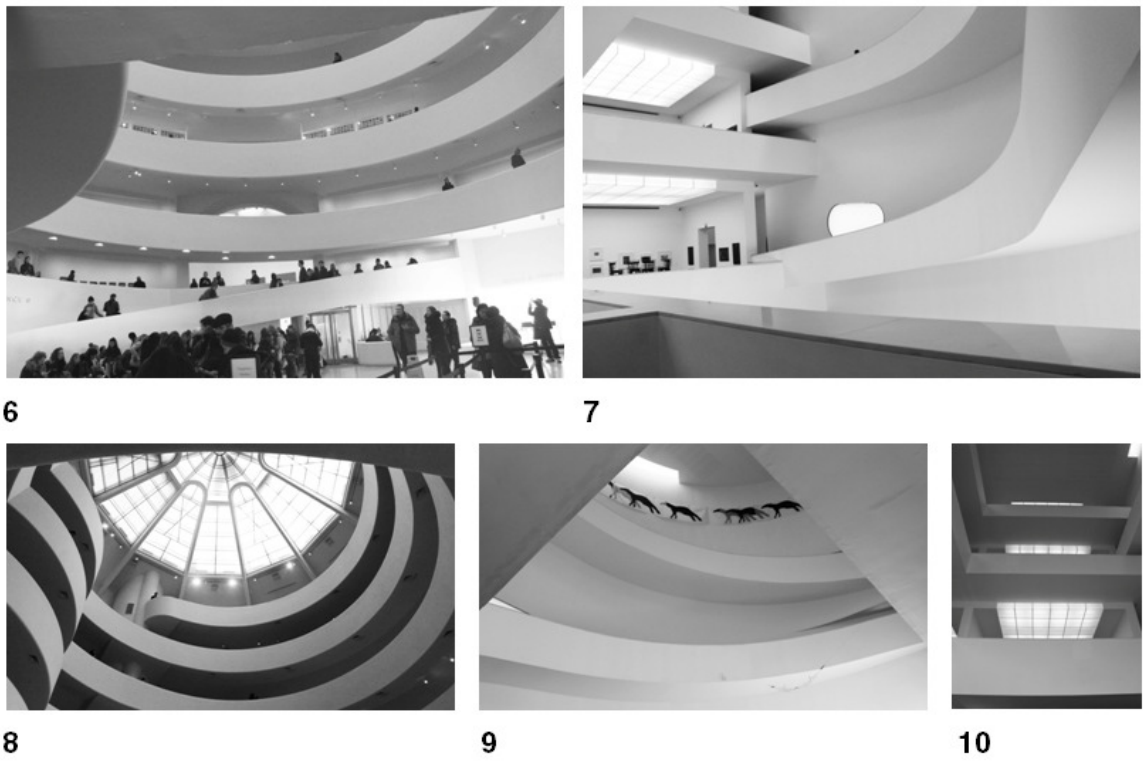


Figura 9: Átrios – Guggenheim e FIC
Fonte: Andrya Kohlmann, 2016

Já quanto à visualização da monumental espacialidade dos átrios, o Guggenheim exibe, de modo explícito – na verticalidade circular do seu espaço central – o seu *modus operandi*, que se realiza espacialmente

através da imponente espiral em rampa que conterá tanto a *promenade* quanto as exposições (Figura 9 – 6). A leitura é clara; forma e função dialogam. Desse ponto de vista, o museu da FIC mostra ao visitante um grande espaço vertical com a forma aproximada de um setor de cilindro que tem nas paredes em ângulo reto os espaços de exposições e, ao longo da parede em curva, as rampas que se estendem, estabelecendo a ligação entre os diferentes pavimentos de exposições (Figura 9 –7). Ao contrário do Guggenheim, que apresenta ao visitante uma espacialidade clara, o cenário oferecido ao visitante do museu da FIC é um todo espacial complexo, onde o percurso deverá ser desvendado a cada passo. Por fim, quanto à solução de coroamento, os átrios desses dois museus têm uma evidente diferença qualitativa. Enquanto no Guggenheim a visualização da grande zenital oferece ao visitante, além do marcante desenho de Wright, a luz natural (Figura 9 – 8), no museu da FIC temos, em paralelo à neutralidade do forro em grelha, luz artificial (Figura 9 – 9, 10).

O acesso às exposições

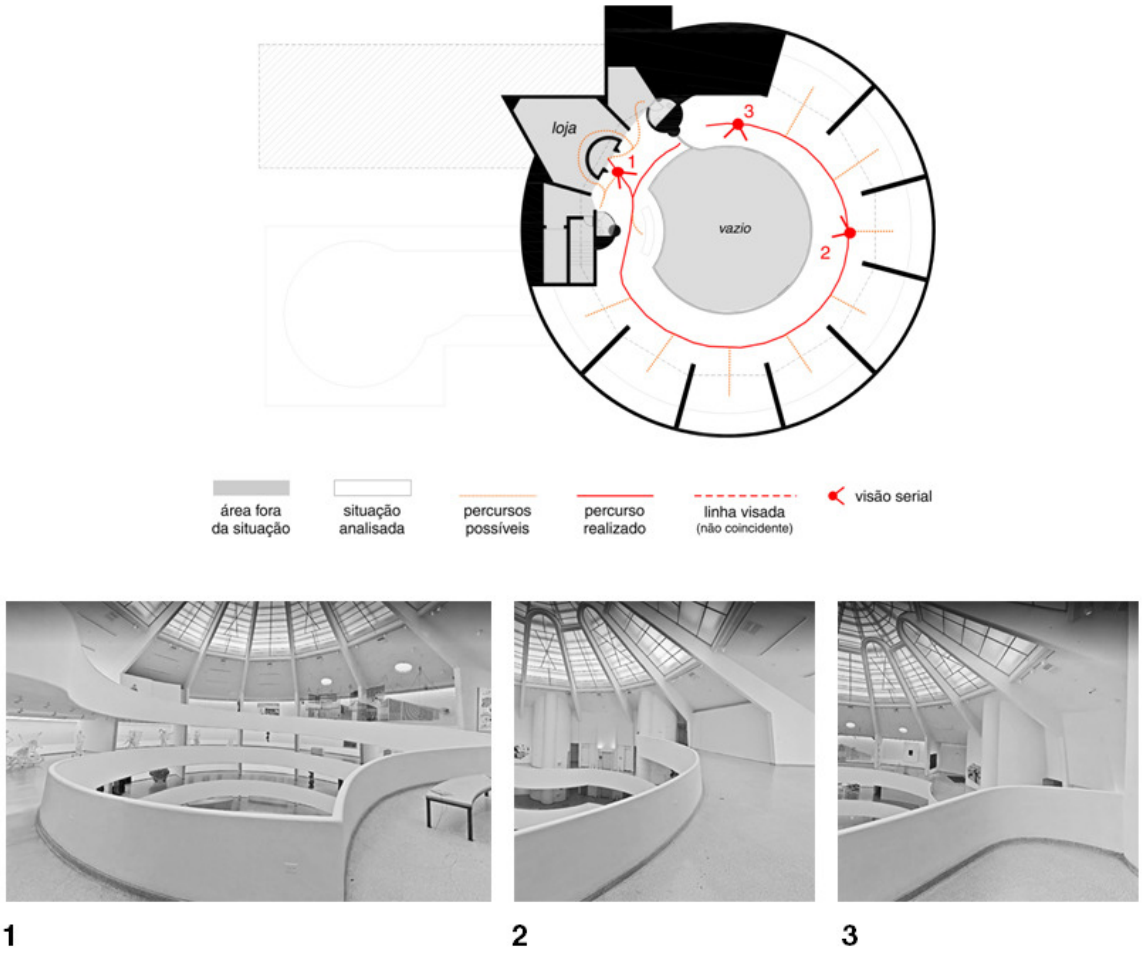


Figura 10: Acesso às exposições – Guggenheim
Fonte: Andrya Kohlmann e Google Interior View, 2016

Ao sair do elevador no último pavimento do museu Guggenheim – seguindo o percurso recomendado –, o visitante se depara com a súbita e espetacular visualização da zenital e do grande vazio (Figura 10 – 1). Iniciando o percurso de visitação ao museu, ele constata não estar no último andar do edifício. Para chegar ao início das exposições, deverá ainda subir pela rampa à sua direita (Figura 10 – 2), a qual, circundando o vazio, terminará ao final, como rota sem saída, se convertendo em um balcão (Figura 10 – 3). A situação é ambígua; muito embora tenha legibilidade, coloca o visitante em uma funcionalidade precária, tanto pelo percurso à sua frente, que será passado e repassado, quanto pela inevitável condição de subida que vai na mão contrária da visitação em descida, previamente anunciada.

Já no museu da FIC, o visitante, saindo do elevador no último pavimento, é direcionado via um reduzido hall de transição a um segundo espaço, através do qual ele visualiza, ao fundo, a parede lateral em curva do grande espaço central, parcialmente iluminada por um facho de luz vindo de cima (Figura 11 – 1). Diferentemente da situação observada no Guggenheim, onde, ao sair do elevador no ultimo andar, rampas, espaço monumental e zenital se mostram imediatamente ao visitante –, aqui ele se depara com um cenário labiríntico, de difícil leitura, a ser explorado e descoberto. Seguindo o caminho da luz, chega-se a uma espécie de balcão (Figura 11 – 2), onde, do peitoril, têm-se uma visão abrangente das salas de exposição em todos os pavimentos (Figura 11 – 3).

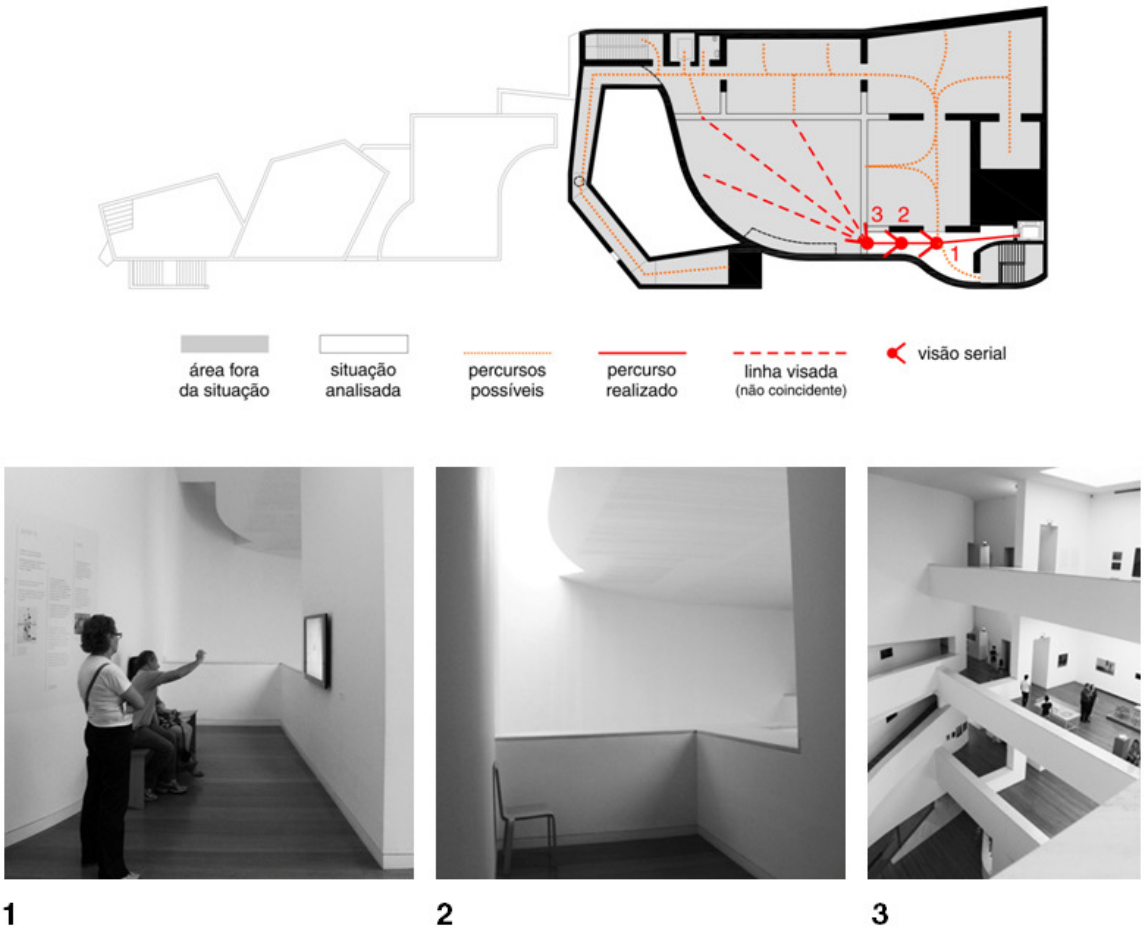


Figura 11: Acesso às exposições – FIC
Fonte: Andrya Kohlmann, 2016

Os espaços de exposição

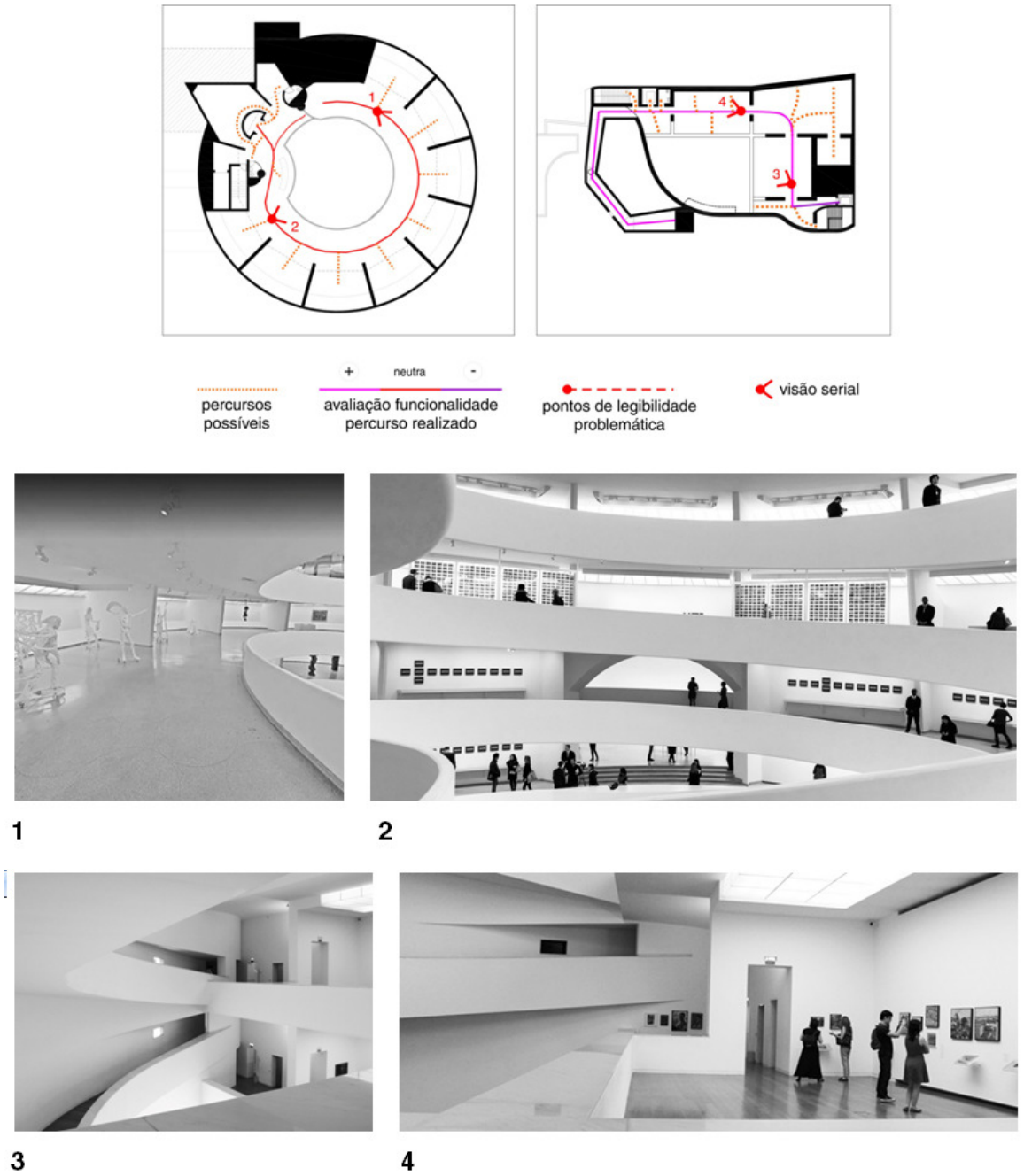


Figura 12: Espaços de exposição – Guggenheim e FIC
Fonte: Andrya Kohlmann e Google Interior View, 2016

Em seu percurso típico através dos espaços de exposição do Guggenheim, o visitante terá à sua frente a rampa em sutil descida emoldurada pela sequência de nichos com obras de arte à sua esquerda (Figura 12 – 1). Nesse momento, o vazio, à direita, se apresenta em segundo plano, ainda que muitos visitantes

permaneçam na mureta, socializando e/ou simplesmente apreciando o espaço e as pessoas em movimento (Figura 12 – 2). O modo de distribuição espacial das exposições varia nos diferentes pavimentos de acordo com o tipo de acervo em exibição. O contato visual com os demais pavimentos através do vazio é permanente, criando no interior do museu uma interessante e inusitada materialização de espaço público, que é reforçada pela visualização do céu, através da grande zenital.

Já em seu percurso típico de visitação do museu da FIC, o visitante terá à sua frente, a cada pavimento, uma sequência de três salas de forma aproximadamente retangular dispostas em L, e conectadas verticalmente por rampas e por passarelas tubulares. Ao longo da visitação, entretanto, a percepção espacial é outra. A ausência das paredes à esquerda (ou na quina, no caso da segunda sala) torna o espaço assimétrico, e a percepção de enclausuramento inerente ao conceito de *sala*, dá lugar a uma percepção de balcão; o visitante estaria em um largo balcão que se volta para o grande átrio (Figura 12 – 4). São espaços morfologicamente híbridos, onde o volume espacial da tradicional sala retangular é acoplado ao grande átrio através de uma sequência de balcões. Essa situação espacial coloca o visitante diante de duas possibilidades de encaminhamento: rumar em direção ao peitoril, entregando-se ao desfrute espacial do átrio, ou apreciar as obras de arte em exposição nas demais paredes. Naturalmente a maior parte dos visitantes é atraída para o grande vazio, ficando ali por algum tempo, apreciando a espetacular espacialidade do edifício (Figura 12 – 3), o que parece evidenciar que, desde esse ponto de vista, a monumentalidade desse edifício como espaço de uso coletivo supera de longe a sua função como espaço de exposições. De modo análogo ao Guggenheim, desse peitoril o visitante pode apreciar o interior das demais salas. No entanto, curiosamente, têm-se aí integração visual entre salas e, em paralelo, restrição de acesso entre essas mesmas salas, em decorrência de um peitoril que funciona, ainda que baixo, como uma parede divisória.

As passarelas tubulares

Na sequência da visita ao museu da FIC, o visitante terá contato com passarelas tubulares, em uma experiência espacial inusitada, e provavelmente diferente de tudo o que se conheceu até então na arquitetura de museus e, tanto quanto se sabe, no âmbito da arquitetura em geral (Figura 13 – 1). Percebem-se ali as rampas tubulares como situações pensadas predominantemente para o desfrute espacial, ainda que sua função última seja a de vencer a diferença de nível entre os pavimentos de exposições. Tal função, o visitante logo se dará conta, é de longe transcendida ao longo desse percurso tubular insólito, pontuado por claraboias e janelas que se abrem de modo absolutamente errático e desconexo, ora para o Guaíba, ora para o concreto branco do próprio edifício, ora para laje de piso da passarela superior. Essas situações proporcionam ao visitante a sensação da mais absoluta desconexão espacial (Figura 13 – 2). Continuando a descida, o visitante voltará a ter contato com o grande átrio do museu e com as salas de exposições subsequentes, em um circuito contínuo ao longo de sua visitação em descida (Figura 13 – 3, 4).

Em meio a esse passeio, o visitante se dará conta de que as passarelas tubulares são elas próprias obras de arte; grandes instalações *penetráveis* que se interpõem no sistema de circulação do edifício como intervalos ali posicionados com o propósito de deliberadamente romper com uma sequência de eventos que, de outro modo, seria pautada pela regularidade. As passarelas tubulares são agregadas ao percurso como interstícios que transformam o deslocamento objetivo do visitante – em sua busca de apreciação das exposições – em um deslocamento aberto à subjetividade, em que aqueles mais dotados de imaginação se

permitem uma pausa, um abandono de rumo, um mergulho nas informações desconexas sugeridas pela comunicação do edifício com o exterior, resultando daí um percurso espetacular.

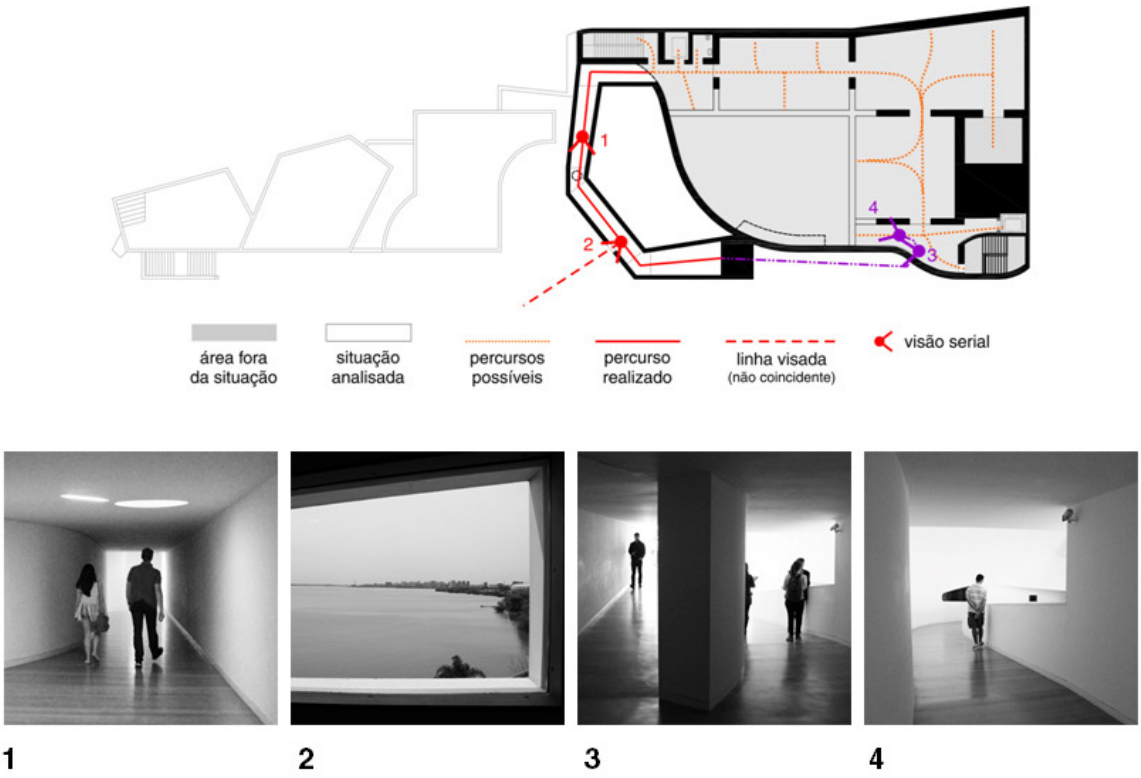


Figura 13: Passarelas tubulares - FIC
Fonte: Andrya Kohlmann, 2016

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta o conjunto de análises acima procedido, percebe-se que a principal diferença entre esses edifícios – e que se sobrepõe a todas as semelhanças – é aquela de natureza configuracional, e estaria no modo como se estabelece a relação entre as zonas de exposição e os percursos em rampa. Enquanto no museu da FIC as rampas são elementos autônomos, posicionados à parte e visualmente desconectados dos espaços de exposição, no Guggenheim as próprias exposições acontecem ao longo do espaço das rampas, confundindo-se com elas, uma diferença fundamental no caráter que os planos inclinados assumem nos dois edifícios. No Guggenheim, o passeio do observador mostrou que, muito embora a integração espacial do museu em torno do átrio ofereça uma experiência agregadora e socialmente estimulante, a apreciação das obras ao longo desses planos inclinados acaba prejudicada. Por um lado, a inclinação do piso torna pouco confortável a apreciação em pé das exposições, e, por outro, a falta de estabilidade faz com que o visitante seja permanentemente impelido ao movimento, atitude que termina encontrando estímulo no intenso fluxo de público. Vê-se aí que a funcionalidade das rampas fica naturalmente prejudicada no momento em que a visualização das exposições é ofuscada pela predisposição natural de tais rampas ao movimento.

Já no museu da FIC, a apreciação das exposições através da disposição clássica de salas em linha entra, como vimos acima, em competição com a atratividade vinda das visuais propiciadas pelos balcões que se voltam para o grande átrio. Funcionalidade e legibilidade tornam-se aí problemáticas. A visualização do acesso às passarelas tubulares mostrou-se igualmente problemática. No interior dos espaços tubulares, o visitante é transportado para uma situação de confinamento, em que o contato com o exterior é realizado através de aberturas desconexas que buscam colocar deliberadamente o visitante em um deslocamento de difícil compreensão. Pode-se dizer portanto que, muito embora esses edifícios tenham uma série de características formais-volumétricas em comum, eles são radicalmente distintos e opostos em termos dos respectivos arranjos espaciais. Ou seja, enquanto o Guggenheim de NY é um edifício que tem como fundamento a integração espacial associada a uma legibilidade absolutamente explícita, o museu da FIC é um edifício deliberadamente fundado na ambiguidade e que coloca o visitante em uma permanente percepção de desconexão espacial. Comparados os dois edifícios do ponto de vista do modo como ambos resolvem as suas respectivas relações entre forma e função, pode-se dizer que o museu da FIC seria uma paródia ou, se quisermos, uma sátira do Guggenheim de NY.

Um outro aspecto essencial visto acima, e de intenso contraste na comparação entre esses dois edifícios, se refere ao modo como eles se relacionam com seus respectivos entornos imediatos. Enquanto o Guggenheim se encontra imerso na cidade, proporcionando uma experiência de aproximação agradável ao visitante, o museu da FIC encontra-se isolado. Sua implantação considera a autopista de modo inadequado, prejudicando o acesso do visitante e, em consequência, a performance do museu como ativador social e cultural do seu entorno. Assim, o museu da FIC continua sendo, nove anos após a sua inauguração, um lugar quase imaginário para os porto-alegrenses, algo de que se tem notícia, mas que não faz parte do dia a dia da cidade.

Mesmo considerando que na comparação com o Guggenheim, cuja implantação é muito favorecida por estar em uma quadra central da cidade de Nova York, o museu da FIC seja prejudicado, o que se vê é o descaso com o visitante. Isso fica evidente no compartilhamento de espaço, assumido como natural, entre carros e pedestres na rampa que dá acesso ao estacionamento, e que resulta em um percurso de aproximação no mínimo insólito para um edifício público. Não esqueçamos de que essa é a única possibilidade de o visitante pedestre ou de o visitante usuário do transporte público chegarem ao museu. Em um edifício tão pródigo em rampas e passarelas, é curioso que a solução de acesso do pedestre não tenha se valido, e mesmo tirado partido, de recursos desse tipo na aproximação do público. Não se pode, no entanto, alegar que haja um favorecimento ao visitante motorizado – visto que esse também será necessariamente alvo dos elementos naturais, caminhando a céu aberto, antes de chegar ao edifício do museu. E o que dizer do pedestre que por ali passa e que é compulsoriamente conduzido ao passeio de brita solta que margeia a rodovia? Seria esse conjunto de espacialidades estranhas, recursos de arquitetura utilizados deliberadamente para provocar desconexão, desconforto e incômodo? Custoso crer.

Pode-se dizer, em conclusão, que, sendo os dois edifícios tomados como objetos de estudo neste trabalho como paradigmas do imaginário arquitetônico, é natural que, ao longo do procedimento de análise acima relatado, tenha ocorrido o desmonte de imagens e verdades tidas como absolutas, construídas inconscientemente no mundo da arquitetura com base na admiração pelos autores e no contato com incontáveis fotos, documentários, livros e matérias de revista que documentam os ilustres edifícios. A ferramenta utilizada nesta tarefa de desmonte foi a pura e simples verificação da realidade concreta oferecida por esses edifícios em sua relação com o corpo em movimento. A descrição dessa espacialidade através do *método do observador*, ofereceu uma análise objetiva das diferentes condições experienciadas

pelo visitante nesses edifícios, tendo em conta a *qualidade espacial* que é oferecida ao indivíduo, a partir do ponto de vista tomado neste trabalho. Em paralelo ao interesse temático deste artigo, por esmiuçar as entranhas de edifícios de tal modo emblemáticos, houve, ao longo do trabalho, por um lado, um interesse de desenvolvimento teórico envolvendo uma busca contínua de descrever de modo o mais detalhado possível os elementos constituintes da dita *qualidade espacial* e, por outro lado, um interesse de desenvolvimento metodológico, na busca de descrever do modo mais efetivo possível os *efeitos da arquitetura* sobre o observador em movimento, por meio de uma descrição articulada, utilizando diagramas, imagens e texto. Nesse sentido, entende-se que, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista metodológico, o procedimento acima utilizado, além de evidenciar um rico potencial descritivo, deixa um conjunto de possibilidades em aberto passíveis de serem implementadas em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Douglas. "Sobre o papel da caminhada na arquitetura". **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo.** Belo Horizonte: Cidade, Vol. 22, N. 31, pp. 97-115.

AGUIAR, Douglas. "Qualidade espacial: configuração e percepção". **Políticas Públicas e Cidades.** Belo Horizonte: Cidade, Vol. 4, N. 1, pp. 8-28.

BALLON, Hillary; CARRANZA, Luis; KIRKHAM, Pat; LEVINE, Neil; MAREFAT, Mina; SIRY, Joseph; SPECTOR, Nancy; STIPE, Margo. **The Guggenheim: Frank Lloyd Wright and the making of the modern museum**. Nova York: Solomon R. Guggenheim Foundation, 2009.

CABRAL, Cláudia. "No lugar: o desenho de Siza para Porto Alegre". **Arquiteturarevista.** São Leopoldo: Unisinos, Vol. 5, N. 2, pp. 84-91.

COMAS, Carlos Eduardo. "Il cielo brasiliano de Siza". **Domus.** Milão: EditorialeDomus, N. 893, pp. 44-53.

CORONA MARTINEZ, Alfonso. **Ensayo sobre el proyecto**. Buenos Aires: Nobuko, 1998.

CULLEN, Gordon [1960]. **Townscape**. Londres: Architectural Press, 1971.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne; PEPONIS, John; HUDSON, J. ; BURDETT, Richard. "Space Syntax: A different urban perspective". **Architects´ Journal**. Londres: EMAP Publishing Limited, Vol. 178, N. 30, pp. 47-63

KEY, Sora; GROSS, Mark; YI-LUEN DO, Ellen. "Computing Spatial Qualities for Architecture". **ACADIA**. Minneapolis: University of Minnesota, Vol. 8, pp. 472-477

KIEFER, Flávio; CANAL, José Luiz; FIGUEIRA, Jorge; FRAMPTON, Kenneth; SEGRE, Roberto. **Fundação Iberê Camargo: Álvaro Siza.** São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LE CORBUSIER [1937]. **Por uma arquitetura.** São Paulo: Perspectiva, 2006.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ROSSO, Silvana. "Paredes retas e superfícies onduladas". **Arquitetura e Construção.** São Paulo: Abril, N. 171, pp. 40-51.

SCHMARSOW, August [1893]. The essence of architectural creation. In: [VISCHER, Robert; FIEDLER, Conrad; GOLLER, Adolf; WOLFFLIN, Heinrich; SCHMARSOW, August; HILDEBRAND, Adolf. **Empathy, Form, and Space, Problems in German Aesthetics: 1873-1893.]** Santa Monica: The Getty Center Publication Programme, 1994.

SERAPIÃO, Fernando. "Fundação Iberê Camargo". **Projeto Design.** São Paulo: ArcoWeb, N. 341, pp. 48-69.

VITRÚVIO. **Tratado de arquitetura.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

V enanparq
Salvador - 2018

TECTÔNICA BAMBU – RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

BAMBU TECTONICS - REPORT OF AN EXPERIENCE

TECTÓNICA BAMBU - RELATO DE UNA EXPERIENCIA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

BARBOSA, Normando Perazzo
Doutor em Mecânica Aplicada às Estruturas; Professor Titular UFPB
nperazzob@yahoo.com.br

ROCHA, Germana Costa
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora do CAU UFPB
grochaufpb@gmail.com

VASCONCELOS, Giulan Antônio Rodrigues
Graduando do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPB
giulanvasconcelos@hotmail.com

TECTÔNICA BAMBU-RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

BAMBU TECTONICS - REPORT OF AN EXPERIENCE

TECTÓNICA BAMBU - RELATO DE UNA EXPERIENCIA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Na busca por materiais e recursos tecnológicos renováveis para a minimização do impacto ambiental causado pelas construções edilícias, o bambu tem se mostrado excelente opção pelas suas qualidades técnicas e ecoeficientes. Por se tratar de um material renovável, de baixo custo energético, ecologicamente correto e economicamente viável, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil, o bambu possui grande potencial expressivo podendo enaltecer o caráter tectônico da arquitetura. Neste sentido, o objetivo principal deste artigo é relatar uma experiência de projeto e execução de um gazebo inserido em campus universitário, em que se deu ênfase ao estudo e aplicação do bambu como matéria expressiva e recurso renovável para o alcance de ecoeficiência e tectonicidade na arquitetura. O projeto e execução do gazebo correspondem ao experimento prático da pesquisa em desenvolvimento Tectônica e Sustentabilidade na Arquitetura, e contou com a participação de alunos e professores do curso de arquitetura, de engenharia civil e engenharia de energias renováveis, em uma ação interdisciplinar. O trabalho aqui exposto apresenta as análises sob a ótica tectônica de obras referenciais em bambu realizadas na pesquisa em um de seus eixos de investigação, em seguida tece considerações sobre abordagem tectônica e projeto integrado no ateliê de ensino/aprendizagem em escolas de arquitetura, para na sequência apresentar o projeto e execução do gazebo. Conclui-se que a pesquisa e o experimento prático, além de aprofundar o conhecimento sobre o uso do bambu na arquitetura, podem colaborar para o desenvolvimento de uma consciência construtiva e para estimular a concepção de obras arquitetônicas expressivas, mais ambientalmente responsivas.
PALAVRAS-CHAVE: tectônica; bambu; projeto e construção; arquitetura ecoeficiente.

ABSTRACT:
In the search for renewable materials and technological resources to minimize the environmental impact caused by buildings, bamboo has been an excellent choice for its technical and eco-efficient qualities. Because it is a renewable material, ecologically correct and economically viable, especially in developing countries like Brazil, bamboo has great expressive potential and can enhance the tectonic character of architecture. In this sense, the main objective of this article is to report an experience of design and execution of a gazebo inserted in university campus, in which emphasis was placed on the study and application of bamboo as expressive matter and renewable resource for achieving eco-efficiency and tectonicity in architecture. The project and execution of the gazebo correspond to the practical experiment of the research in Tectonics and Sustainability in Architecture, and was attended by students and professors of the course of architecture, civil engineering and renewable energy engineering, in an interdisciplinary action. The work presented here presents the analyses from the tectonic point of view of bamboo reference works carried out in the research in one of its research axes, and then analyses the tectonic approach and integrated project in the teaching / learning atelier in architecture schools, in order to present the design and execution of the gazebo. It is concluded that the research and practical experiment, besides deepening the knowledge about the use of bamboo in architecture, can contribute to the development of constructive awareness and to stimulate the conception of expressive architecture, more environmentally responsive.
KEYWORDS: *tectonics; bamboo; design and construction; eco-efficient architecture.*

RESUMEN:
En la búsqueda de materiales y recursos tecnológicos renovables para la minimización del impacto ambiental causado por las construcciones edilicias, el bambú se ha mostrado excelente opción por sus cualidades técnicas y ecoeficientes. Por tratarse de un material renovable, de bajo costo energético, ecológicamente correcto y económicamente viable, principalmente en países en desarrollo como Brasil, el bambú posee gran potencial expresivo pudiendo enaltecer el carácter tectónico de la arquitectura. En este sentido, el objetivo principal de este artículo es relatar una experiencia de proyecto y ejecución de un gazebo insertado en campus universitario, en que se dio énfasis al estudio y aplicación del bambú como materia expresiva y recurso renovable para el alcance de ecoeficiencia y tectonicidad en la arquitectura . El proyecto y ejecución del gazebo corresponden al experimento práctico de la investigación en desarrollo Tectónica y Sostenibilidad en la Arquitectura, y contó con la participación de alumnos y profesores del curso de arquitectura, de ingeniería civil e ingeniería de energías renovables, en una acción interdisciplinaria. El trabajo aquí expuesto presenta los análisis bajo la óptica tectónica de obras referenciales en bambú realizadas en la investigación en uno de sus ejes de investigación, luego tensa consideraciones sobre abordaje tectónico y proyecto integrado en el taller de enseñanza / aprendizaje en escuelas de arquitectura, para secuencia presentar el proyecto y ejecución del gazebo. Se concluye que la investigación y el experimento práctico, además de profundizar el conocimiento sobre el uso del bambú en la arquitectura, pueden colaborar para el desarrollo de una conciencia constructiva y para estimular la concepción de obras arquitectónicas expresivas, más ambientalmente responsables.
PALABRAS-CLAVE*: directrices, sumisión, artículo, modelo, arquitectura.*

INTRODUÇÃO

Considerando o impacto ambiental causado pelas construções edilícias em nosso planeta, a busca por recursos materiais e tecnológicos que possam minimizá-lo tem sido objeto de estudo de pesquisadores no âmbito da arquitetura e engenharia, com vistas ao desenvolvimento sustentável. Neste sentido, pesquisas recentes apontam para a importância do uso do bambu na construção por se tratar de um material renovável, de baixo custo energético, ecologicamente correto e economicamente viável, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil. Aliada a essas qualidades técnicas e ecoeficientes, a potencialidade expressiva do bambu pode enaltecer o caráter tectônico de obras arquitetônicas.

Na teoria contemporânea da arquitetura, tectônica se refere ao caráter quintessencial da arquitetura a partir do qual parte de sua expressividade é inseparável da maneira precisa de sua construção conforme define Frampton (2000). Parte-se da premissa da existência, em arquitetura, de um juízo estético inerente ao ato construtivo. Busca-se ressaltar que apesar de inquestionável o lugar do estético e do simbólico para o alcance de significância dos espaços arquiteturais, o fazer arquitetônico é, também, procedente da cultura técnica e das condições materiais em tempos e lugares determinados (ROCHA, 2012).

Desse modo, levando em consideração esse diálogo indissociável que se estabelece na arquitetura entre materialidade e expressividade, de que modo ele pode ser alcançado sem perder de vista o desenvolvimento sustentável? Ou seja, como conciliar na arquitetura, a “poética da construção”- a tectônica - com a “poética da economia”, nesta sendo considerada não apenas a eficiência econômica, mas incluindo outros condicionantes da sustentabilidade, como a eficiência energética e a minimização do impacto ambiental através do uso de materiais e energias renováveis? Estas questões permeiam a pesquisa em desenvolvimento Tectônica e Sustentabilidade na Arquitetura, realizada a partir de dois eixos de investigação: E1-Tectônica enquanto catgoria analítca e E2-Por uma abordagem tectônica e sustentável na projetação arquitetônica.

Este artigo se propõe a relatar uma experiência de projeto e execução de um gazebo inserido em campus universitário, como resultado prático do Eixo E-2 da referida pesquisa, em que se deu ênfase ao estudo e aplicação do bambu como matéria expressiva e recurso renovável para o alcance de ecoeficiência e tectonicidade na arquitetura. A experiência contou com a participação de alunos e professores do curso de arquitetura, de engenharia civil e engenharia de energias renováveis, em uma ação interdisciplinar.

Desse modo, a meta principal do experimento consituiu em conceber e construir pequeno gazebo com estrutura de bambu, a fim de adquirir conhecimento prático e consolidar aqueles adquiridos na investigação da literatura realizada no Eixo E-1 da pesquisa, em particular, as análises realizadas sobre obras arquitetônicas referenciais construídas com bambu. Essas análises serviram de base para a concepção da proposta arquitetônica, entretando, para a execução do gazebo, tornou-se necessário a revisão bibliográfica de títulos-chave sobre o tratamento dos colmos do bambu para prolongar sua vida útil, sobre técnicas de corte e sobre os tipos de conexões entre os colmos, mais usuais e expressivos. Em seguida, partiu-se para a concepção e modelagem digital do gazebo, e na sequência, para a realização da obra. O resultado dos estudos e experimento foi apreciado pela equipe de professores e alunos e relatados por estes em relatório escrito e apresentação oral de Estágio Supervisionado.

Apesar do objetivo deste trabalho ser o relato da experiência prática de projeto e construção realizada, importa tecer breves considerações sobre bambu enquanto matéria renovável, sobre a tectônica como

categoria de análise da arquitetura, para em seguida, tratar do conceito de tectônica como fundamento do processo de ensino/aprendizagem da projetação arquitetônica, apresentando o gazebo ecoeficiente como exemplo prático.

TECTÔNICA ENQUANTO CATEGORIA ANALÍTICA DA ARQUITETURA

Embora a arquitetura permita as mais variadas abordagens teóricas, há uma linha de pensamento que alimenta as reflexões sobre os nexos indissociáveis entre expressividade e materialidade do invólucro do espaço arquitetural, entendido como a sua dimensão ou caráter tectônico.

O uso do termo no âmbito da arquitetura se origina na teoria moderna da arquitetura em sua abordagem racionalista e estrutural do século XIX, em particular a alemã, entretanto, a tectônica como categoria de análise da arquitetura é incrementada na teoria contemporânea no início do século XXI a partir da contribuição de Kenneth Frampton, principalmente, após a publicação de sua obra "*Studies in a tectonic culture"*, ainda em 1995.

A atenção às interações entre os aspectos estéticos e materiais da arquitetura permite a compreensão de que a sua dimensão artística não se dissocia das técnicas e materiais que a concretizam. Desse modo, a tectônica em sua abordagem analítica estuda a arquitetura não apenas como manifestação artística, mas igualmente, como fenômeno tecnológico. Investiga-se, portanto, as interações entre a expressividade, intrínseca à arquitetura, e a sua materialidade, condição do construtivo. A tectônica, enquanto síntese dessas interações essenciais à arquitetura, não prescinde de um fator extrínseco igualmente determinante de sua origem: o lugar, enquanto ambiente físico, cultural e econômico.

Em um olhar mais atento aos aspectos teóricos da tectônica e suas aplicações analíticas observa-se que se trata do estudo da forma arquitetônica a partir de uma abordagem relacional, ou seja, do estudo das relações materiais que se estabelecem na estrutura formal arquitetônica em referência ao seu potencial expressivo. Assim, o caráter tectônico pode ser estudado nas várias relações entre os elementos materiais, desde a relação que se estabelece entre o edifício e o contexto da cultura arquitetônica e construtiva do lugar, passando pela relação entre o edifício e o sítio, até às micro relações estabelecidas pelos detalhes construtivos ou junções entre elementos ou partes do todo arquitetônico, e ainda, naquelas estabelecidas entre os diferentes materiais utilizados, visando um resultado estético[1].

Assim, considerando a busca por materiais e recursos tecnológicos renováveis para a minimização do impacto ambiental causado pelas construções edilícias, importa conhecer os nexos entre as potencialidades expressivas desses materiais e as técnicas utilizadas em sua aplicação na arquitetura, com vistas ao desenvolvimento sustentável. Neste sentido, esse eixo da pesquisa investiga como arquitetos têm explorado o caráter tectônico da arquitetura a partir da utilização materiais e recursos renováveis como tijolo de terra crua, gesso, o bambu, energia solar, aproveitamento de águas de chuvas entre outros. A experiência ora relatada ressalta o uso do bambu como elemento da estrutura resistente e de vedação.

Dentre as obras arquitetônicas construídas com bambu e analisadas sob a ótica da tectônica, um exemplo interessante é o restaurante Bamboo Wing[2] de autoria do escritório de arquitetura vietnamita Vo Trong

[1] Sobre os parâmetros analíticos da tectônica ver ROCHA, 2012.

[2] Obra estudada por uma das pesquisadoras do grupo, a aluna Giovana Soares (2016).

Nghia Architects construído no ano de 2010, na cidade de Hanói capital do Vietnã (Figura 01). A proposta arquitetônica, de cunho sustentável e ecológico teve como algumas de suas diretrizes, valorizar a cultura técnica do lugar, utilizando a mão de obra e a matéria prima local como a pedra e o bambu. Este foi utilizado pelos arquitetos primordialmente como elemento estrutural.

Figura 1: Restaurante Bamboo Wing, Hanói, Vietnã, Vo Trong Nghia Architects (2010)
Fonte: disponível em http://www.archdaily.com/219880/bamboo-wing-vo-trong-nghia Acesso em: 28/04/2017, às 23:09h.

Aplicando os parâmetros de análise da tectônica, conforme ROCHA (2012), adotadas na pesquisa, pode-se deduzir que do ponto da vista de relação sítio/estrutura formal da arquitetura[3] (*placeform/productform*), a proposta arquitetônica, buscando criar uma conexão entre a natureza e o homem, tira partido da riqueza natural do sítio acomodando a edificação à sua forma tanto no modo de implantação – uma estrutura radial que abraça pequena enseada do rio Hồ Thiên Yến, marcada por eixos longitudinais de acessos que levam ao centro do semicírculo constituído de mirante sobre espelho d'água de borda infinita que faz alusão às margens do rio – como no embasamento que apesar de manter certa altura com relação ao nível do rio, apresenta um caráter plano, com pequenos desníveis entre os ambientes (Figura 02).

Na relação estrutura resistente/estrutura formal arquitetônica do salão principal do restaurante Bamboo Wing, considerando a classificação de Macdonald (2001), podemos dizer que trata-se de um exemplo de "*structure as architecture"*, uma vez que o elemento utilizado para criar a estrutura resistente, no caso o bambu, é o mesmo que gera sua estrutura formal. A concepção da estrutura resistente tem como elemento principal de suporte das cargas duas treliças arqueadas que se cruzam e formam um apoio único, com extremidades em balanço, alcançando de 12 metros de extensão (Figura 02). Esse elemento treliçado em forma de asas de pássaro, conforme argumenta os autores do projeto arquitetônico, é composto por feixes de bambu, ora encaixados ora amarrados e parafusados, sendo repetido ritmicamente numa

[3] Estrutura formal arquitetônica é a síntese do modo como os elementos materiais e espaciais são ordenados, considerando os condicionantes do lugar, a finalidade da edificação e a disciplina construtiva para alcançar o significado e simbolismo artísticos desejados (ROCHA, 2012).

distribuição radial para compor a forma semicircular do salão. Além do bambu, o aço aparece na estrutura resistente através dos cabos utilizados nas extremidades das treliças arqueadas como elemento de contraventamento, assim como, nas vigas vagão utilizadas na estrutura da cobertura. O concreto armado é utilizado apenas no embasamento, apoiando a estrutura principal em bambu.

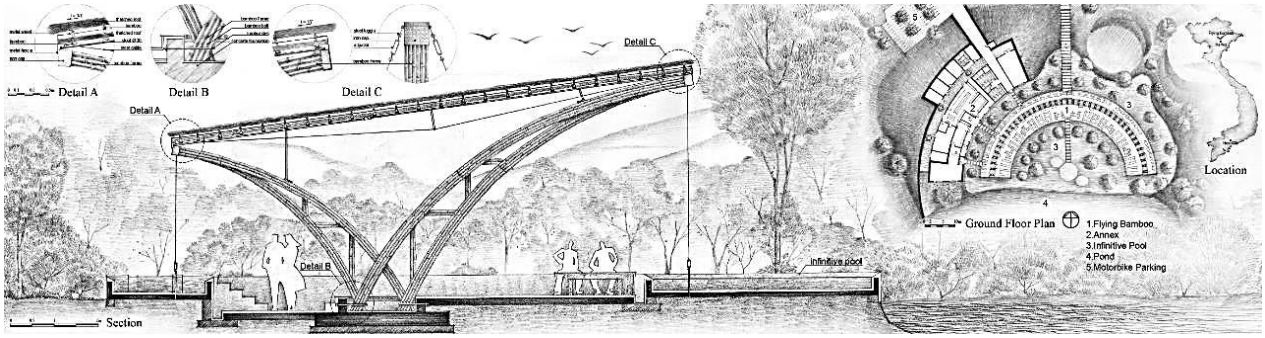


Figura 2: Corte esquemático com detalhamento e implantação do restaurante
Fonte: disponível em http://www.archdaily.com/219880/bamboo-wing-vo-trong-nghia Acesso em: 28/04/2017, às 23:15h.

Tanto nesta como nas demais obras analisadas pelo grupo, observa-se que, de um modo geral, ao optar-se pelo uso do bambu como matéria da arquitetura, a forte expressividade desse material aliado ao seu excelente desempenho mecânico e estrutural, o coloca na posição de protagonista da cena arquitetônica.

Apesar da importância socioambiental e econômica do bambu, e suas qualidades mecânicas e estéticas, a ausência de tradição no seu emprego como matéria-prima, no Brasil, aliado à falta de conhecimento e tecnologias têm limitado a atividade econômica relacionada ao bambu, e em particular, sua aplicação na construção civil e na arquitetura. Frente a essa realidade o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) vem promovendo várias ações voltadas à produção do conhecimento sobre as espécies de bambu e suas aplicações (DRUMOND & WIEDMAN, 2017).

Desse modo, embora o grande número de pesquisas que vêm sendo realizado em algumas universidades brasileiras, o conhecimento sobre as potencialidades expressivas e ecoeficientes do bambu, aliado aos procedimentos técnicos para dar suporte à concepção de obras arquitetônicas que utilizem esse material, necessita ser mais desenvolvido no meio acadêmico, tanto por alunos da graduação como da pós-graduação, para posterior divulgação na sociedade, colaborando na ruptura de paradigmas da construção civil para a adoção desse material, no nosso país.

POR UMA ABORDAGEM TECTÔNICA E SUSTENTÁVEL NA PROJETAÇÃO ARQUITETÔNICA

O eixo de investigação E-2 – Por uma abordagem tectônica e sustentável na projetação arquitetônica - tem como objetivo estudar a pertinência e desenvolvimento de uma cultura tectônica no âmbito da aprendizagem do projeto de arquitetura, dando suporte à apreensão da potencialidade da poética construtiva para a concepção arquitetônica, uma vez que a materialização da arquitetura é intrínseca à atividade do arquiteto. O caráter ordenador da concepção arquitetônica harmoniza os critérios de conceito e técnica, sendo imprescindível a consideração dos aspectos construtivos necessários à concreção da estrutura formal do objeto arquitetônico (ROCHA, 2012).

Aliado ao desenvolvimento de uma consciência construtiva na ação projetual, objetiva-se introduzir os princípios da sustentabilidade nesse processo tendo em vista a inserção do projeto arquitetônico em um contexto eco-responsável, buscando respostas às questões sociais, ambientais e econômicas, considerando os recursos limitados do nosso planeta. Nessa linha de pesquisa são desenvolvidos projetos de arquitetura considerando materiais e energias renováveis (bambu, tijolo de terra crua, gesso, módulos fotovoltaicos, etc.) com vistas à execução de obras arquitetônicas mais ambientalmente responsivas, contudo, sem abrir mão de sua dimensão artística.

Projeto, execução e uso de uma construção, tanto na escala do edifício como do urbano, estão intimamente relacionados, cabendo aos projetistas, em particular os arquitetos e urbanistas, a responsabilidade das suas decisões no processo conceptivo, quando se incorpora, ou não, estratégias passivas e ecológicas com vistas à sustentabilidade. Como argumenta Jourda (2009), já existem muitos exemplos de construções de baixo impacto ecológico para o nosso planeta, uma vez que já se têm meios e soluções técnicas para isso. Uma cultura de projeto e ensino de projeto com vistas a preparar os estudantes, futuros projetistas, para responderem às questões ambientais, econômicas e sociais, vem emergindo, contudo, "fazer" e ensinar "como fazer", constitui, ainda, uma necessidade. E o lugar em que esse processo deve ocorrer, como argumenta Kwok (2013,p.11), "...*é no ateliê da escola de arquitetura, onde os alunos podem aprender, desenvolver habilidades, testar soluções*...".

Tendo em conta o caráter multifacetado do projeto, ele é simultaneamente técnico, programático, cultural, formal, e a ênfase em um ou outro aspecto é dada, geralmente, na definição do partido e afeta o resultado expressivo da arquitetura (KWOK, 2013). Assim, a decisão pelo foco no projeto ecológico e ecoeficiente deve ser tomada nas fases iniciais do processo projetual, uma vez que essa decisão tem repercussão na escolha do lugar, na orientação e forma da edificação, na sua inserção no lote. Dentre essas questões que compõem o conjunto buscado quando se deseja um bom desempenho ambiental, ressalta-se nesta pesquisa a necessidade da escolha dos materiais e recursos renováveis, igualmente, nesse momento dos estudos preliminares da projetação arquitetônica, e a importância de integrar as tecnologias usadas, o que leva ao projeto integrado.

> O projeto integrado é um processo que implica as habilidades e os conhecimentos de diferentes disciplinas, bem como as interações de diferentes sistemas de edificação para produzir, com sinergia, uma edificação melhor, mais eficiente e mais responsável (...). Conhecimentos abundantes devem ser filtrados, retirando-se da mistura os princípios mais relevantes e aplicáveis. (KWOK, 2013, p. 18).

Contudo, aplicar uma prática de projeto integrado no ateliê da escola de arquitetura, ou mesmo de engenharia, não tem sido uma constante, sendo mais raro ainda, realizar a construção do objeto concebido, por razões obvias. Considerando a importância de pesquisar sobre recursos e tecnologias renováveis em projetação integrada e seus resultados em exemplo pratico, decidiu-se conceber e executar pequeno gazebo utilizando o bambu e o aproveitamento da energia solar como matéria e recurso renovável, de modo integrado desde a concepção à execução. A experiência envolveu professores e alunos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em arquitetura e urbanismo, engenharia civil e engenharia de energias renováveis, em caráter interdisciplinar.

Projeto do Gazebo

Partindo da necessidade de fazer uma pequena obra no próprio campus universitário para se estudar a execução de uma estrutura em bambu, decidiu-se então aliar essa necessidade a algo que tivesse utilidade para os estudantes. Sendo assim, decidiu-se por fazer um gazebo e implantá-lo num pátio externo em frente a Biblioteca Setorial do Centro de Tecnologia (CT), de que os estudantes pudessem ler ou realizar alguma atividade de lazer, descansar, ouvir música, etc., próximo à natureza. Para atender igualmente aos alunos do turno noturno e permitir o carregamento de celulares ou notebooks, decidimos implantar tomadas USB e iluminar o Gazebo, fazendo o uso de energia solar para esse fim. Assim, uma ação integrada de investigação, projeto e execução, foi ser realizada reunindo professores e alunos dos cursos de arquitetura e urbanismo, engenharia civil e engenharia de recursos renováveis.

Escolhidos a função e o lugar de implantação, iniciou-se a concepção do partido a ser adotado considerando os materiais e recursos renováveis escolhidos, ou seja, o bambu e o sistema fotovoltaico para conversão direta de energia solar em energia elétrica. Adotou-se como diretrizes projetuais explorar a potencialidade expressiva do bambu como estrutura resistente e conceber um espaço aberto possuindo como fechamento apenas o plano da cobertura para proteção contra a forte insolação e suporte do módulo fotovoltaico. Uma limitação que se impôs ao partido adotado foram as dimensões dos bambus disponíveis para a experiência, cujos comprimentos variavam de 3,0 a 3,60m apenas[4].

Outra premissa importante para o partido arquitetônico foi a escolha dos tipos de conexões tanto entre os colmos de bambus como aquelas que conectariam estes à fundação. Assim como a madeira, o bambu é um material que não deve ser aplicado diretamente no solo natural, devendo ser protegido de umidade e ataques de microrganismos, permitindo o prolongamento de sua vida útil. Recomenda-se para isso o uso de outros materiais para as fundações como a pedra, o concreto armado, o metal entre outros.

Assim, foram adotados como princípio estrutural pilares duplos dispostos em formato V, conectados entre si por pequenos colmos de bambu (cada par de pilares) intercaladas e distribuídos por sua extensão, para aumentar sua resistência, evitar a flambagem, garantir o equilíbrio da estrutura e receber a viga de alma cheia de bambu, para travamento da estrutura nas laterais e suporte das cargas da cobertura e módulo fotovoltaico (Figura 03). Desse modo, oito colmos de bambus[5] compõem os dois pilares em V, formato este que necessita apenas de dois pontos de apoio ao solo. Esses apoios, as fundações na verdade, foram propostas com o objetivo de proteger a estrutura de bambu elevando-a do solo natural, sendo constituídas de concreto armado. Foi proposta ainda, uma conexão metálica para ligar os colmos de bambu à fundação de concreto e aumentar o desempenho mecânico dos mesmos, uma vez os tubos metálicos penetram em seu interior em 30,0 cm (Figura 04). Essa conexão metálica é constituída de tubos de 2” soldados à chapas de ferro galvanizado fixadas à fundação de concreto por chumbadores de 8mm de diâmetro e 35cm de comprimento. O uso de peças metálicas para fazer as junções das varas de bambu ajuda a compensar a variabilidade das peças de bambu, permitindo um maior nível de precisão e facilidade na montagem.

[4] Parte dos bambus havia sido comprada por um dos professores para suas pesquisas e parte foi doada por uma arquiteta que construiu stands em congresso científico realizado na nossa cidade.

[5] Os bambus utilizados nos pilares, vigas e terças do gazebo foram os da espécie *Phyllostachys edulis*, conhecido popularmente como mossô.

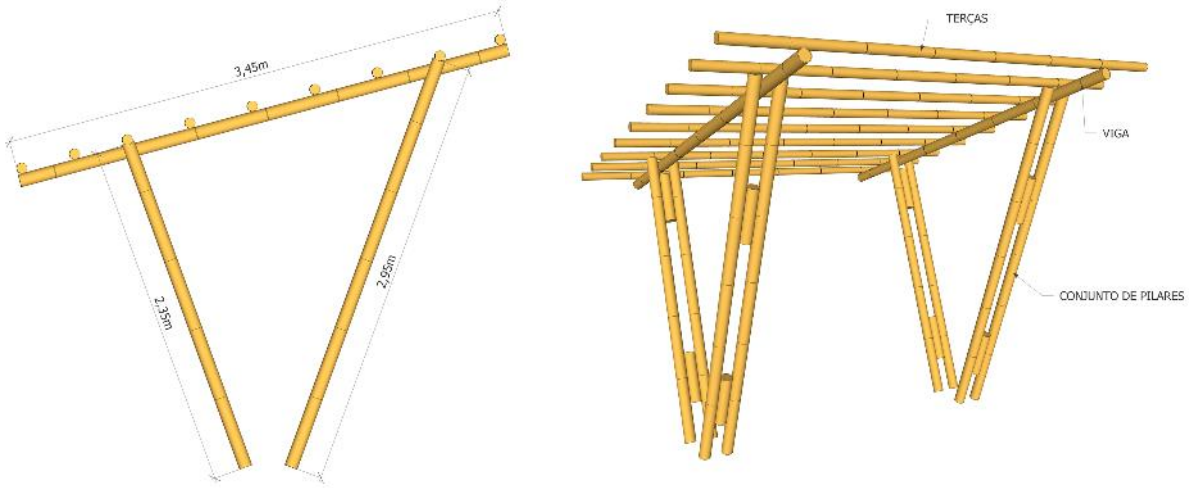


Figura 3: Estrutura do Gazebo.
Fonte: Modelo elaborado por Camilla R. C. Lima e editado por Giulan Vasconcelos.

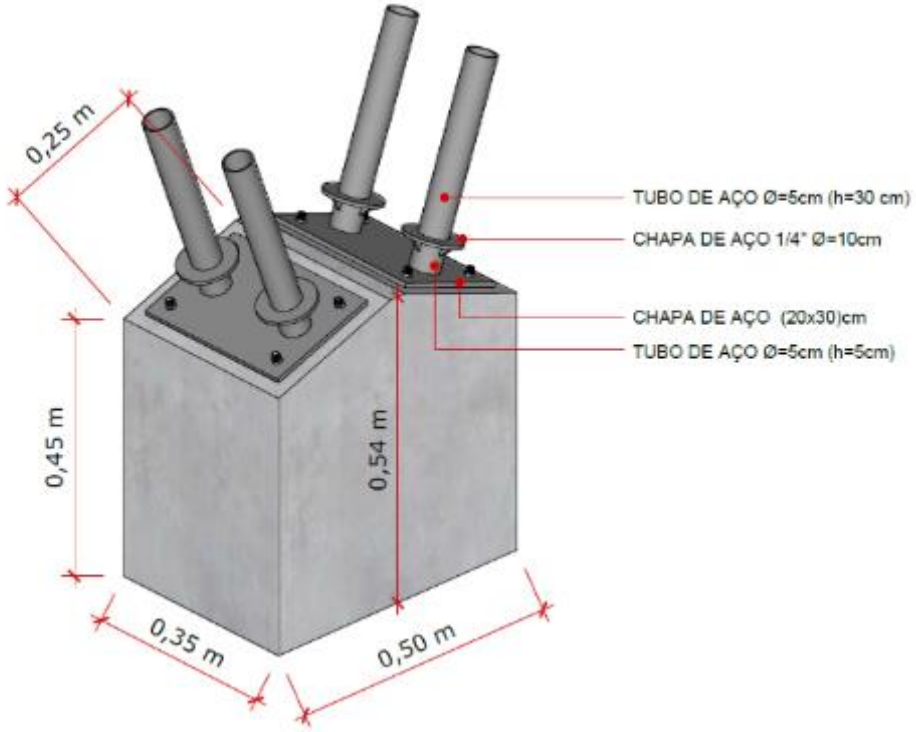


Figura 4: Detalhamento da fundação com as conexões metálicas.
Fonte: Modelo elaborado por Camilla R. C. Lima.

Para a cobertura do gazebo, constituída de apenas uma água, optamos por utilizar as telhas ecológicas condizentes à proposta de uma construção ecoeficiente, mas também em função de suas dimensões – 2,00

x 0,95m – o que permite uma estrutura de telhado composta apenas por ripas e a utilização de poucas unidades por área, promovendo, assim, menores esforços à estrutura e maior leveza ao todo arquitetônico.

A fim de proteger sua fachada norte da insolação, decidimos fazer uso de um brise composto por bambus de menores diâmetros dispostos horizontalmente e conectados por barras roscadas e porcas entre os mesmos, aumentando assim a área sombreada para uma maior sensação de bem-estar dos futuros usuários, elemento este que conferiu maior expressividade à proposta arquitetônica. (Figura 05).

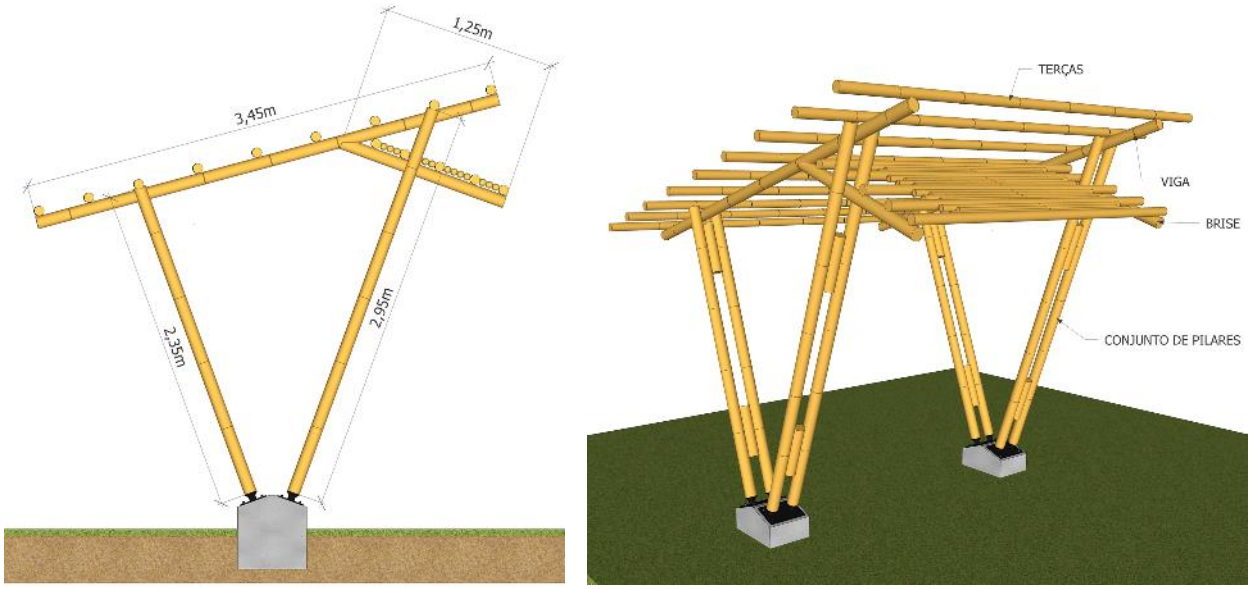


Figura 5: Detalhamento do brise.
Fonte: Modelo elaborado por Camilla R. C. Lima e editado por Giulan Vasconcelos.

Como citado anteriormente, decidimos por implantar tomadas USB e iluminar o Gazebo fazendo uso de energia solar, para tal, fizemos uso de módulos fotovoltaicos uma vez que os sistemas fotovoltaicos têm sido responsáveis pela maior parcela de utilização das fontes renováveis por meio da conversão direta de energia solar em energia elétrica. A adoção de tal sistema gerou dois desafios para a equipe, solucionados a partir de discussões entre membros da equipe do projeto integrado. O primeiro desafio era proteger os equipamentos necessários à essa conversão – o inversor e uma bateria para o armazenamento da carga elétrica - bem como o próprio módulo fotovoltaico de certo vandalismo existente em instituições públicas em nosso país, em particular na nossa cidade, o que foi resolvido a partir da instalação da bateria e do inversor em caixa de passagem enterrada no solo natural. O segundo desafio, este de ordem estética, foi como conseguir uma maneira de ligar os pontos elétricos – luminárias e tomadas USB - sem que as fiações ficassem aparentes. Resolvemos, então, tirar proveito das próprias características do bambu para resolver esse desafio. Ou seja, aproveitando que o bambu é uma peça oca, optamos por passar todas as fiações por dentro dos pilares de bambu, de forma que os mesmos adquiriram, também, a função de eletrodutos (Figura 06).

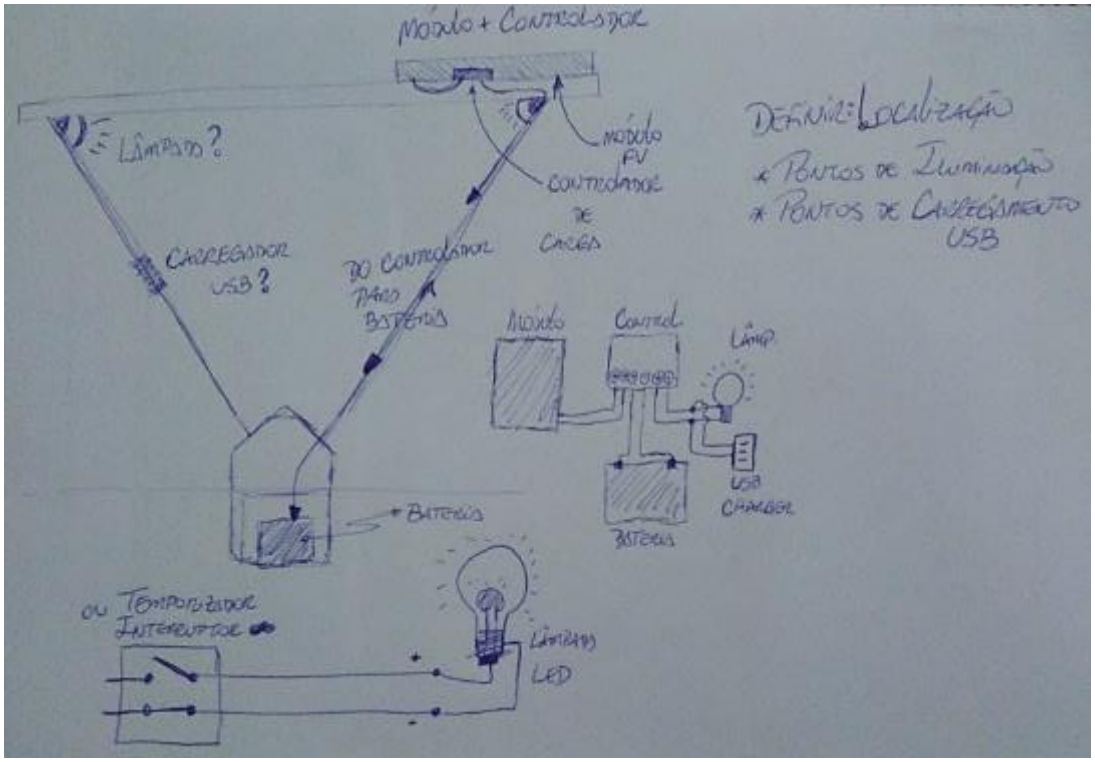


Figura 6: Esquema de instalação do sistema elétrico.
Fonte: Esquema elaborado pelo Prof. João Marcelo.

Vale ressaltar que todas as decisões projetuais foram tomadas de modo integrado entre alunos e professores das três áreas de conhecimento acima citadas. Desse modo, os alunos puderam experimentar num exercício prático/investigativo e na própria academia, a aplicação de projeto integrado fundado nos conceitos de tectônica e ecoeficiência, com vistas à sustentabilidade. O mais interessante estava por vir, a materialização do objeto concebido – a execução da obra.

A Construção do Gazebo

Como se sabe, o bambu necessita de tratamento prévio antes de seu uso na construção, e mesmo em outras utilizações como em mobiliários, artesanato ou objetos industrializados. Tal tratamento visa diminuir a concentração de amido tornando o bambu mais resistente aos ataques de organismos xilófagos, insetos que se alimentam da madeira, que comprometem suas características físico-mecânicas, além de prolongar sua vida útil. Para a construção do gazebo, este foi o primeiro passo, considerando que alguns bambus adquiridos não haviam sido tratados.

Existem diversos procedimentos de preservação do bambu, representados por métodos tradicionais (naturais) e tratamentos que empregam produtos químicos, sendo estes últimos mais eficientes. Os métodos tradicionais são mais vantajosos do ponto de vista econômico por não utilizarem componentes químicos, entretanto, alguns desses métodos podem não ter a eficácia comprovada[6].

[6] Sobre os métodos de preservação do bambu, tradicionais e químicos, ver PEREIRA & BERALDO 2016.

Optando-se pela eficiência dos procedimentos de preservação química, o método utilizado para a proteção dos colmos do gazebo foi o tratamento químico por imersão em sais de boro, que consiste na imersão dos bambus em uma solução de 2% de ácido bórico, 2% de bórax e 96% de água. Os bambus ficam imersos por sete dias, em seguida são retirados e postos para secar a sombra até atingir o índice de umidade desejado. Após o tratamento e secagem, iniciamos a seleção dos colmos a serem usadas na construção a fim de descartar as peças defeituosas, com empenos e rachaduras que pudessem comprometer a construção. Esse processo de seleção consistiu também em definir a função estrutural de cada colmo, escolhendo e identificando as que ficariam juntas, lado a lado (no caso dos pilares) por similaridade de diâmetros, para que não ficasse visível a olho nu a diferença de bitolas, algo mais que normal quando se trata de elementos naturais. Após esta seleção, iniciaram-se os corte dos colmos ajustando-os às dimensões contidas no projeto.

Com as peças selecionadas e cortadas, partiu-se para ao processo de acabamento das mesmas, sendo este dividido em dois momentos: o primeiro consistiu no processo de lixamento das peças, que tem como finalidade retirar pequenas imperfeições existentes no bambu, corrigir falhas oriundas do corte das peças e retirar substâncias que ficam impregnadas nas paredes dos bambus, sobretudo nos nós. A segunda etapa consistiu na aplicação de um fundo preparador para madeiras, que tem como função penetrar nas fibras da madeira (em nosso caso do bambu) para auxiliar e ampliar a fixação do produto a ser aplicado para a proteção final da peça. Para isso foi utilizado o verniz extra-marítimo que tem como característica aumentar a resistência do bambu às intempéries (Figura 07).

Figura 7: Processo de lixamento e aplicação do fundo preparador no bambu.
Fonte: Foto do acervo do grupo de pesquisa.

A fundação

Com seu formato e dimensões definidos no projeto, partiu-se para a confecção das partes que materializariam a fundação. Em primeiro lugar, foram moldados os chumbadores que iriam fixar a chapa metálica na base de concreto. Eles foram executados em barra roscada de 08 mm de diâmetro e 35 cm de comprimento, de acordo com as especificações do projeto, através de moldes impressos em tamanho real e com ajuda de uma morsa de bancada para conseguir a curvatura desejada no projeto. O próximo passo foi confeccionar as fôrmas para a concretagem das fundações, as quais foram executadas em compensado.

Nas faces superiores, os compensados continham furos, moldados previamente, para encaixar e posicionar os chumbadores nas posições e dimensões exatas do projeto. Esses compensados com os furos posicionados serviriam de moldes para guiar as furações das conexões metálicas entre os pilares de bambu e as fundações.

Na sequência, parte-se para a locação das fundações do gazebo no local escolhido e da caixa de passagem destinada à instalação elétrica, seguida da escavação e concreção das fundações (Figura 08).

Figura 8: Processo de moldagem dos chumbadores, locação das fundações e concretagem.
Fonte: Foto do acervo do grupo de pesquisa.

Montagem da estrutura

Enquanto se aguardava o processo de cura das fundações de concreto armado, iniciou-se o processo de montagem da estrutura, também realizado em dois momentos. O primeiro consistiu numa pré-montagem dos pilares, ainda no LABEME, e o segundo, na montagem da estrutura in loco.

A pré-montagem dos pilares consistiu em encaixar as conexões metálicas da base nos colmos de bambus, introduzindo os tubos circulares metálicos no interior dos bambus fixando cada tubo a estes através de barras roscadas de 08 mm de diâmetro. Essas ligações metálicas foram projetas e executadas pela equipe de alunos e professores, tendo na execução o auxílio dos técnicos do LABEME e Laboratório de Oficina Mecânica. Nessa etapa de pré-montagem dos pilares também foram instaladas as fiações elétricas por dentro dos bambus atribuindo aos pilares, além do suporte das cargas, função de eletrodutos (Figura 09). Ainda nessa fase, foram fixados os bambus que ligavam os pilares em pares.

Concluída a primeira etapa da montagem e a cura do concreto das fundações finalizada, partiu-se para a montagem da estrutura do Gazebo in loco, iniciando com a fixação dos pilares nas fundações, o que se deu através do encaixe da chapa metálica aos chumbadores concretados nas fundações. O passo seguinte foi a instalação das vigas, que foram fixadas através de encaixe entre os pilares e transpassadas por uma barra roscada de 8mm, e em seguida a instalação das terças, que foram fixadas às vigas através de barras roscadas de 6mm (Figura 10). Sobre as terças foram instaladas as telhas ecológicas fixadas com pregos

roscados, disponibilizados pela própria fabricante das telhas e reforçados com a instalação de hastes de alumínio.

Por fim instalamos o brise, que foi previamente montado, composto de bambus da *Phyllostachys aurea,* mais conhecido por cana-da-índia, com aproximadamente quatro centímetros de diâmetro, unidos por barras roscadas de 8mm, que transpassava todas as peças que compõem o brise, transversalmente (Figura 11).

Figura 9: Processo de pré-montagem dos pilares.
Fonte: Foto do acervo do grupo de pesquisa.

Figura 10: Processo de montagem da estrutura do Gazebo.
Fonte: Foto do acervo do grupo de pesquisa.

Figura 11: Processo de montagem e instalação do brise.
Fonte: Foto do acervo do grupo de pesquisa.

Instalação elétrica e do módulo fotovoltaico

Com a estrutura do Gazebo finalizada, foi dado início a instalação do módulo fotovoltaico e dos componentes elétricos: lâmpadas, tomadas, interruptores e etc. Para a fixação do módulo fotovoltaico foram utilizadas cantoneiras de alumínio fixadas ao mesmo através de rebites e conectadas a estrutura por barras roscadas de 06 mm de diâmetro (Figura 12).

Com o módulo fotovoltaico devidamente instalado e aferido seu funcionamento, demos início a instalação dos componentes elétricos. Em nosso projeto optamos por conectar o módulo fotovoltaico a uma bateria para o armazenamento de carga, tal bateria foi instalada na caixa de passagem junto com o controlador de carga (ou inversor), partindo dele as fiações para a instalação das lâmpadas, tomadas USB e interruptores (Figura 13).

A fim de dificultar atos de vandalismo, os componentes elétricos foram instalados sob pressão em “caixas” feitas no próprio bambu e instaladas nos pilares também sob pressão e com auxílio de cola (Figura 14).

Figura 12: Instalação do modulo fotovoltaico.
Fonte: Foto do acervo do grupo de pesquisa.

Figura 13: Instalação da bateria e controlador e carga.
Fonte: Foto do acervo do grupo de pesquisa.

Figura 14: Componentes elétricos instalados.
Fonte: Foto do acervo do grupo de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática experimental na idealização e manufatura de pequenas obras, mesmo de protótipos ou instalações em escala real, tem se mostrado uma ferramenta importante na prática pedagógica da arquitetura, principalmente em disciplinas da área de tecnologia e projeto. Entretanto, essa prática vem sendo pouco explorada pelos professores dessas disciplinas - em particular no CT de nosso campus. Isso decorre da decomposição de fundamentos, dentre eles a fragmentação da tríade vitruviana, forma-técnica-função, princípios inseparáveis em toda obra arquitetônica.

Essa fragmentação implica, entre outras questões, na separação entre projeto e tecnologia, entre estrutura formal arquitetônica e estrutura resistente, por fim entre a arquitetura e suas determinações construtivas. Considerando o caráter da tecnologia na prática e formação do arquiteto em sua teoria do projeto Hélio Pinõn (2006) ressalta que:

> A construção é a condição da arquitetura e a tectonicidade um valor inequívoco dos seus produtos (...) a atenção à construção é uma condição básica do conceber (...) não há concepção sem técnica, nem projeto sem matéria (PIÑON, 2006, p.126).

Na abordagem tectônica adotada, conceber a forma a partir das interações entre a ordem estética e a ordem técnica, e materializá-la em escala real, possibilitando o processo integrado da concepção à materialização do objeto e a interação do sujeito, simula-se no ambiente acadêmico um ciclo mais aproximado à conjugação do oficio e do saber do arquiteto. Possibilita, ainda, ao estudante verificar o comportamento estrutural estudado, aproximando teoria e prática no ensino de estruturas e projeto, além de desenvolver a percepção, apreensão e vivencia na espacialização da arquitetura, considerada a categoria arquitetônica essencial ao ato de projetar.

Acrescentando a essa apreensão da dialogia existente entre arquitetura e suas determinações construtivas a consideração aos princípios da sustentabilidade, como a ecoeficiência, permite o desenvolvimento de uma consciência construtiva sem abrir mão das qualidades da manifestação artística, inerente à arquitetura, mas numa postura projetual com responsabilidade ambiental. O projeto integrado e a ação conjunta entre professores e alunos de três áreas específicas do conhecimento (arquitetura, engenharia civil e engenharia de energias renováveis) mostraram-se determinantes para a abordagem tectônica e sustentável adotada.

A experiência prática de projetar e construir com bambu, mostrou sua potencialidade expressiva e de resistência mecânica como elemento estrutural para a arquitetura e construção. Mas, revelou a necessidade do estudo mais aprofundado de suas conexões, ligações e comportamento do bambu – de suas espécies – perante o clima local. Tal estudo é fundamental para a continuidade da pesquisa, pois, possibilita o desenvolvimento de técnicas construtivas mais racionais e de fácil execução.

Apesar das pesquisas e experiências sobre construções com bambu terem sido incrementadas nos últimos, a cultura técnica desse material ainda não é uma realidade no Brasil. Este fato, acrescido da inexistência da cadeia produtiva que apoie a adoção de sistemas construtivos do bambu na região onde está sendo realizada nossa pesquisa, e à inexistência de normas técnicas referentes a essa gramínea como material de construção e estrutura e para a aprovação de projetos, constitui alguns dos desafios que estão sendo enfrentados. Com a aprovação da norma que transita pela ABNT hoje, acredita-se que esse cenário mudará radicalmente, viabilizando e facilitando a construção com bambu em contextos urbanos brasileiros – mesmo no meio rural - e, consequentemente, aumentando a adesão de arquitetos e engenheiros, da população de um modo geral.

O mesmo pode-se dizer com relação ao estudo e utilização de outros recursos renováveis na arquitetura, urbanismo e construção, como o uso de energia solar por meio dos sistemas fotovoltaicos, o aproveitamento de águas de chuva e reaproveitamento de águas cinza, entre outros, que precisam ser melhores investigados cientificamente, para gerar maior conhecimento e adesão ao seu uso, com vistas à sustentabilidade, e considerando a finitude do nosso planeta.

REFERÊNCIAS:

DRUMOND, Patrícia Maria; WIEDMAN, Guilherme (ORG.). **Bambus no Brasil – da biologia à tecnologia**. 1.ed.-Rio de Janeiro: ICH, 2017.

FRAMPTON, K. Seven points for the millennium: an untimely manifesto. In: **The Journal of Architecture**, vol. 5, no 1, Printemps 2000, p. 21-33.

_____, K. **Studies in tectonic culture**. 2ed. Massachusetts: Mit Press, 1995.

JOURDA, Françoise-Hélène. **Pequeno Manual do Projeto Sustentável**. Barcelona, Espanha. Editora Gustavo Gili, SL. 2012.

KWOK, Alison G. **Manual de Arquitetura Ecológica**. Tradução técnica: Alexandre Salvaterra. – 2d. Porto Alegre: Bookman, 2013.

MACDONALD, A. J. **Structure and Architecture**. Departament of Architecture, University of Edinburgh. Second Edition. Architectural Press, 2001.

PIÑÓN, H. **Teoria do Projeto**. Traduzido por Edson Mahfuz. – Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2006.

ROCHA, G.C. **O Caráter Tectônico do Moderno Brasileiro: Bernardes e Campello na Paraíba (1970-1980)**. Tese de Doutorado, defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU/UFRN, Natal, Rio Grande do Norte, 2012.

Salvador - 2018

UM PROGRAMA EM FORMAÇÃO
LEARNING CENTER - EPFL - LAUSANNE - SANAA

A PROGRAM BEING CREATED
LEARNING CENTER - EPFL - LAUSANNE - SANAA

UN PROGRAMA EN FORMACIÓN
LEARNING CENTER - EPFL - LAUSANNE - SANAA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

PIETRAOIA, Valério Marcos Nogueira
Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Doutorando da FAU USP
vpietra@usp.br

UM PROGRAMA EM FORMAÇÃO
LEARNING CENTER - EPFL - LAUSANNE - SANAA

A PROGRAM BEING CREATED
LEARNING CENTER - EPFL - LAUSANNE - SANAA

UN PROGRAMA EN FORMACIÓN
LEARNING CENTER - EPFL - LAUSANNE - SANAA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
O presente artigo discute como o projeto pode enfrentar o desafio de propor uma arquitetura quando o programa é pouco conhecido ou mesmo quando, por sua indefinição, pode gerar tanto liberdade quanto incerteza.
Ao confrontarmos obras como o Conjunto do Parque do Ibirapuera em São Paulo, concebido por Oscar Niemeyer e equipe em 1951 e o Learning Center da EPFL em Lausanne, projetado em 2004 por Kazuyo Sejima e Ryūe Nishizawa do escritório japonês SANAA, fica clara a importância de se estabelecer a compreensão do projeto como ação no enfrentamento de novas situações.
Como estudo de caso analisamos o Learning Center, que pode ser entendido como um novo programa ligado às instituições de ensino e pesquisa, e que pretende reunir os mais avançados meios disponíveis de tecnologia com o objetivo de integrar as áreas do conhecimento e as pessoas, aproximando-as da sociedade.
Ao lançarmos um olhar atento aos elementos construtivos que definiram obras emblemáticas, nossa pesquisa identifica fundamentos que foram responsáveis pela permanência da arquitetura no tempo.
PALAVRAS-CHAVE: arquitetura e programa; learning center.

ABSTRACT:
The present paper discusses how a project can face the challenge of suggesting an architectural design when the program is not well-known or even when it may allow both freedom and uncertainty due to its lack of definition.
When comparing architectural works such as the set of buildings in Ibirapuera Park in São Paulo, conceived by Oscar Niemeyer and his team in 1951 and EPFL Learning Center in Lausanne, designed by Kazuyo Sejima and Ryūe Nishizawa of the Japanese firm SANAA in 2004, it is clear the importance of understanding the project as an action to face new situations.
As a case study, we analyzed the Learning Center which can be understood as a new program associated with teaching and research institutions, and which intends to gather the most advanced technological means available with the objective of integrating knowledge areas and people and engaging them in the society.
When taking a closer look at the constructive elements which define emblematic architectural works, our research identifies the basic principles responsible for making architecture last in time.
KEY-WORDS: *architecture and program; learning center.*

RESUMEN:
El presente artículo discute la forma en que el proyecto puede enfrentar el desafío de proponer una arquitectura cuando el programa es poco conocido o incluso cuando, por su indefinición, puede generar tanto libertad como incertidumbre.
Al confrontar obras como el Conjunto del Parque do Ibirapuera en São Paulo, concebido por Oscar Niemeyer y su equipo en 1951 y el Learning Center de la EPFL en Lausanne, proyectado en 2004 por Kazuyo Sejima y Ryūe Nishizawa,

del estudio japonés SANAA, queda clara la importancia de que se establezca la comprensión del proyecto como acción para enfrentar nuevas situaciones.
Como estudio de caso analizamos el Learning Center, que puede ser entendido como un nuevo programa ligado a las instituciones de enseñanza e investigación, y que se propone reunir los más avanzados medios disponibles de tecnología con el objetivo de integrar las áreas del conocimiento y las personas, acercándolas a la sociedad.
Al observar atentamente los elementos constructivos que definieron obras emblemáticas, nuestra investigación identifica fundamentos a los que se debe la permanencia de la arquitectura en el tiempo.
*PA**LABRAS CLAVE:** arquitectura y programa; learning center.*

INTRODUÇÃO

> [...] é talvez na massa interior que reside a profunda originalidade própria da arquitetura. Ao dotar de forma definida esse espaço cavado, ela cria verdadeiramente seu próprio universo. [...] O único privilégio da arquitetura entre todas as artes, mesmo que ela edifique moradas, igrejas ou pavilhões, é não abrigar somente um vazio confortável e envolto em defesas, mas sim construir um mundo interior que configura o espaço e a luz segundo as leis de uma geometria, de uma mecânica e de uma ótica que são necessariamente implícitas na ordem natural, mas que a natureza não é capaz de fazer.[1] (FOCILLON, 1947: 36-37)

Figura 1: SANAA - Learning Center EPFL, Lausane; vista aérea.
Fonte: Mediathèque EPFL.

[1] Nossa tradução. Texto original: (...)*c'est peut-être dans la masse interne que réside l'originalité profonde de l'architecture comme telle. En donnant une forme définie à cet espace creux, elle crée véritablement son univers propre. (...) Le privilège unique de l'architecture entre tous les arts, qu'elle établisse des demeures, des églises ou des vaisseaux, ce n'est pas d'abriter un vide commode et de l'entourer de garanties, mais de construire un monde intérieur qui se mesure l'espace et la lumière selon les lois d'une géométrie, d'une mécanique et d'une optique qui sont nécessairement impliquées dans l'ordre naturel, mais dont la nature ne fait rien.comme telle. En donnant une forme définie à cet espace creux, elle crée véritablement son univers propre. (...) Le privilège unique de l'architecture entre tous les arts, qu'elle établisse des demeures, des églises ou des vaisseaux, ce n'est pas d'abriter un vide commode et de l'entourer de garanties, mais de construire un monde intérieur qui se mesure l'espace et la lumière selon les lois d'une géométrie, d'une mécanique et d'une optique qui sont nécessairement impliquées dans l'ordre naturel, mais dont la nature ne fait rien.*

Learning Center pode ser entendido como um novo programa ligado às instituições de ensino e pesquisa que pretende reunir os mais avançados meios disponíveis de tecnologia com o objetivo de integrar as áreas do conhecimento e as pessoas, aproximando-as da sociedade.

Em recente concurso de arquitetura para o Learning Center da Universidade Paris-Saclay na França, os promotores descreveram o novo equipamento como um lugar de mediação científica apoiado por um centro de documentação, um espaço de trabalho colaborativo que favorecerá o intercâmbio entre estudantes, pesquisadores, empreendedores e habitantes da região, oferecendo instrumentos adaptados aos diferentes modos de trabalho[2]. O programa pretende favorecer a difusão do espírito de inovação através de espaços para encontros, exposições, demonstrações, debates e seminários, dentro de uma ampla visão de trabalho individual, coletivo ou tele presencial.

Os objetivos citados acima se alinham aos objetivos iniciais ainda mais ambiciosos que foram responsáveis pela criação de uma nova Universidade francesa, a Paris-Saclay em 2007. Com a construção de um Campus ao sul de Paris, pretende-se promover, de maneira inédita na França, a continuidade do conhecimento das ciências fundamentais até as ciências aplicadas, dando ênfase à interdisciplinaridade e à internacionalização das instituições envolvidas.

É possível encontrar outras experiências semelhantes em que a arquitetura deverá responder às necessidades de amplificar as formas de interação e de conexão do conhecimento com novos modos de relação social. Um exemplo notável é o do Education Center que a Universidade de Columbia em Nova York inaugurou em 2016. A solução proposta pela arquitetura do escritório Dillier Scofidio e Renfro verticalizou os espaços de encontro e de estudos que representam mais da metade do volume construído dedicado a diversas disciplinas ligadas às áreas médicas e biomédicas.

Fica nítido, porém, o grande contraste entre os citados espaços de interação e estudo e os espaços de ensino tradicional, como as salas de aulas e os laboratórios. Há uma marcante diferença de espacialidade, o que pode ser observado na planta e no corte, o que fragiliza a extrema liberdade dos primeiros, muito próxima de uma arquitetura espetacular voltada para a cidade, um pequeno High Line vertical, e a frontalidade tradicional com que os locais de ensino propriamente ditos foram projetados. O contraste entre os espaços não contribui para ampliar as possibilidades de integração desejada. Entretanto, esse fato não reduz a significativa importância dedicada à concepção dos espaços comuns, os espaços "sem nome", como definia Flávio Motta, na tentativa de promover o intercâmbio interdisciplinar tão perseguido pelas instituições de ensino e de pesquisa.

[2] Concurso realizado em 2016 com 205 equipes, cujo resultado final foi anunciado em abril de 1017. A equipe vencedora reuniu os escritórios Beaudoin Architectes e MGM Arquitectos Fonte: https://www.universite-paris-saclay.fr/fr/actualite/luniversite-paris-saclay-lance-son-projet-de-learning-center. visto em 04/11/2017.

Figura 2: Education Center -Universidade de Columbia - Nova York.
Fonte: https://www.area-arch.it/en/the-roy-and-diana-vagelos-education-center/. visto em 02/11/2017.

Figura 3: Education Center -Universidade de Columbia - Nova York. 12º pavimento.
Fonte: https://www.architecturalrecord.com/articles/11972-roy-and-diana-vagelos-education-center-at-columbia-university-medical-center-by-diller-scofidio-renfro. visto em 02/11/2017.

Figura 4: Education Center -Universidade de Columbia - Nova York. Corte transversal.
Fonte: https://www.architecturalrecord.com/articles/11972-roy-and-diana-vagelos-education-center-at-columbia-university-medical-center-by-diller-scofidio-renfro. visto em 02/11/2017.

O VAZIO DO CAMPUS

Figura 5: Ecole Polytechnique Fédérale de Lausanne - EPFL. - 1980.
Fonte: http://mediathèque.epfl.ch/ . Visto em 22/11/2017

Os arquitetos propõem e o público dispõe.[3] (ROLEX, 20112)

Foi com preocupações muito próximas a essas que a Ecole Polytechnique Fédérale de Lausanne - EPFL (Suiça) lançou um concurso internacional em 2004 para a criação de um Learning Center como espaço dedicado ao conhecimento, um edifício capaz de se transformar no coração da vida universitária local[4]. Ao

[3] Nossa tradução do texto original: *Les architectes proposes et le public, disposes*.

[4] Na fase inicial de pré qualificação, o concurso contou com 189 equipes inscritas. Na segunda fase, foram selecionados 12 equipes: Abalos & Herreros, Madrid, Spain; Ateliers Jean Nouvel, Paris, France; Diller Scofidio + Renfro, New York, USA; Herzog & De Meuron, Basel, Switzerland; Livio Vacchini - Eloisa Vacchini, Locarno, Switzerland; Mecanoo Architecten, Delft, The Netherlands; OMA Stadebouw BL, Rotterdam, The Netherlands; Pierre Du Besset & Dominique Lyon, Paris, France; Sanaa, Kazuyo Sejima + Ryue Nishizawa, Tokyo, Japan; Valerio Olgiati, Zurich, Switzerland; Xaveer de Geyter, Brussels, Belgium e Zaha Hadid, London, United Kingdom. Ver

contrário da nova universidade francesa Paris-Saclay, a EPFL tem um século de existência; seu campus atual é extremamente heterogêneo, denso e com uma organização pouco clara. Ele foi implantado em Écublens, municipalidade que compõe a aglomeração urbana de Lausanne, e é o resultado de um concurso promovido em 1970, vencido pelo grupo de Zurique liderado por Jacob Zweifel, com um projeto bastante compacto, segundo uma organização ortogonal em pente e baseado em critérios de eficiência funcional dos diversos departamentos e laboratórios instalados. Segundo Christoph Allenspach[5], a solução consistia na estruturação das células em torno de um centro de capacitação fechado sobre si mesmo. Os edifícios foram construídos sem a preocupação de interação entre as diversas áreas do conhecimento em que a universidade atua. Não há um local definido para que haja vida social entre a comunidade universitária e entre essa e a própria cidade, apesar do campus fazer parte da cidade, implantado de frente para o Lago Leman.

No momento do concurso, havia uma certa desurbanização caótica da aglomeração de Lausanne, o uso agrícola ainda prevalecia no local, configurando uma paisagem rural muito comum nas proximidades das cidades suíças, como pode ser observado na imagem aérea de 1980, quando o complexo ainda estava em construção.

Vale lembrar que o concurso ficou mais conhecido pela proposta do grupo de arquitetos da região suíça do Ticino, composta por Luigi Snozzi, Aurelio Galfetti, Mario Botta, Flora Ruchat-Roncati e Tita Carloni, que viriam a ter importante papel na produção de uma arquitetura com grande identidade cultural, conhecido como Regionalismo crítico[6].

A proposta do grupo tecinês organiza as atividades a partir de uma malha expansível que se estrutura em um sistema formal pré-estabelecido norte-sul, onde estão concentradas todas as áreas comuns, de convivência e infraestrutura. Essa visão sistêmica do projeto está totalmente vinculada à noção de urbanidade pela qual as ruas internas promoveriam a integração da vida universitária ao mesmo tempo em que sua expansão seguiria um traçado regulador, dentro de uma lógica em que a horizontalidade predomina[7]. Podemos afirmar que se tratava de uma arquitetura de estrutura espacial forte e consequente, capaz de enfatizar a relação com o entorno e a cidade, sem maiores preocupações com o desempenho funcional do conjunto, o que causou dura reação do júri por considerá-la formalista e antifuncional, como recorda Allennspach.

[5] Christoph Allenspach (2001: 114) apresenta um importante relato sobre as decisões do júri do concurso e de seus desdobramentos. Aponta, ainda, como o certame marcou definitivamente o distanciamento entre a arquitetura influenciada pela escola de Zurique e a do grupo tecinês, momento que consolida a arquitetura contextual praticada por esse último. O autor considera que esse foi um dos projetos usados para o debate italiano sobre a Arquitetura da Cidade, de Aldo Rossi, e o Território da Arquitetura de Victorio Gregotti, dentro dos questionamentos do Realismo italiano da década de 1960.

[6] Ver FRAMPTOM, 2003: 390.

[7] O projeto é uma interpretação local às propostas do TEAM X na década de 1960, em especial dos mat buildings;, mesmo limitando o crescimento do conjunto até a formação de um grande quadrado, quando a ocupação atingisse 6.000 alunos. Ver NICOLIN, 1984: 112-115. Ver BARONE, 2002.

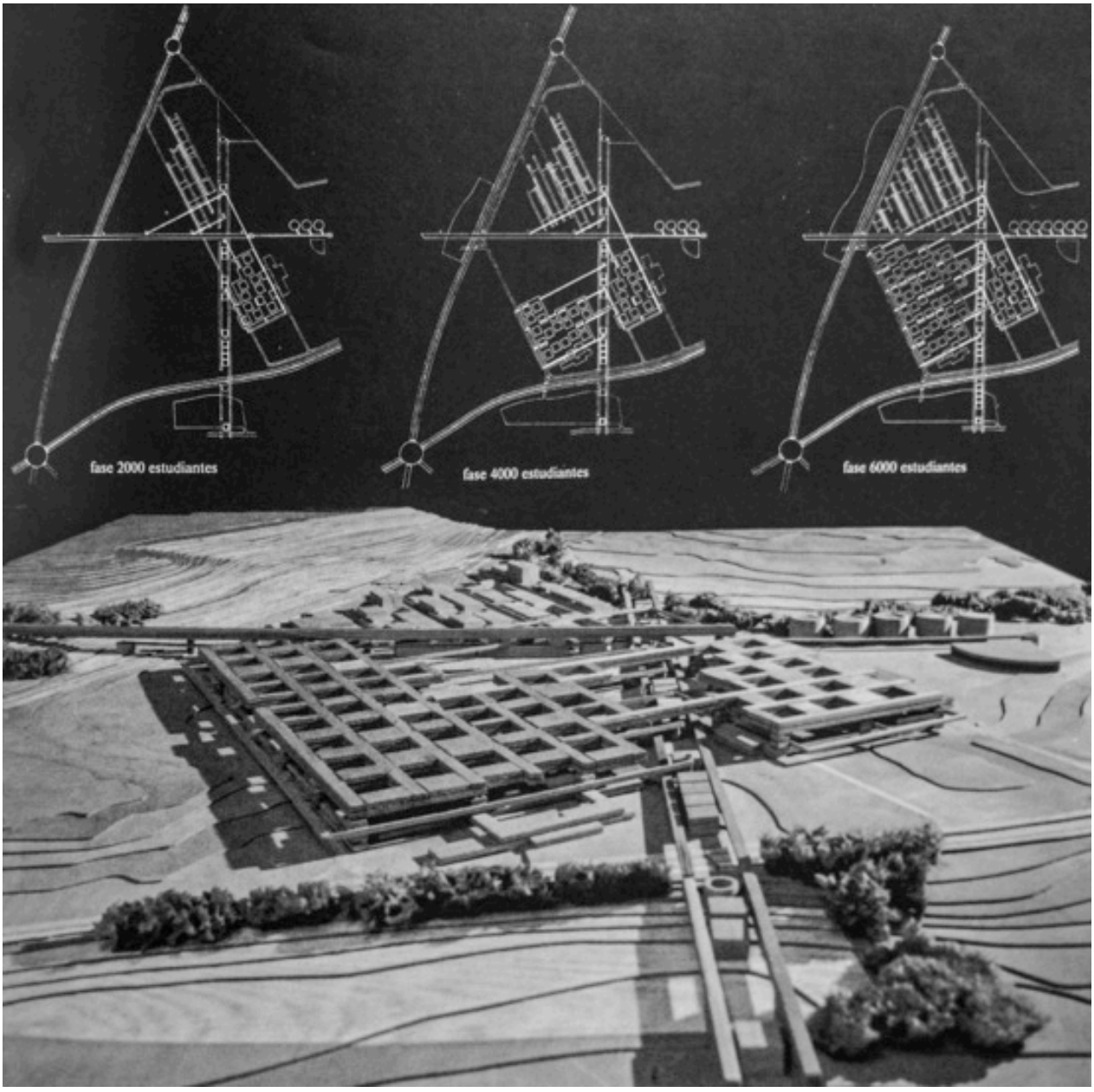


Figura 6: EPFL Campus Écublens - concurso 1970 - proposta Luigi Snozzi, Aurelio Galfetti, Mario Botta, Flora Ruchat-Roncati e Tita Carloni. Fonte NICOLIN 1985: 113.

Após trinta e quatro anos, a situação diagnosticada no campus confirma as previsões iniciais do projeto tecinês: um conjunto extremamente eficiente que não promove a convivência e o intercâmbio científico desejado para uma instituição importante como a EPFL.

Em 2004, o programa para um novo concurso solicitou aos arquitetos a criação de uma "plataforma de aprendizagem que fosse capaz de anular as fronteiras físicas entre a comunidade e as disciplinas" (LE PAYSAGE, 2010), o que seria um grande lugar de encontro, o lugar do conhecimento, dentro do espírito de

uma praça pública protegida. Ou seja, a intenção principal foi de criar um grande espaço de convivência que, ao materializar as novas relações promovidas pelo desenvolvimento da tecnologia da informação, intensificasse as trocas de conhecimento entre toda a comunidade acadêmica, que conta hoje com mais de 8.000 estudantes e pesquisadores vindos do mundo inteiro. Em certa medida, seria o coração pulsante do campus, proposta não muito distinta do que foi formulado por Josep Lluís Sert (1955: 14): "a história nos demonstra que são exatamente nestes lugares de reunião pública – a ágora, o fórum, a praça da catedral – onde se tem conseguido a plena integração entre as artes"[8].

David Aymonin, diretor da biblioteca da EPFL, que ocupa parte do edifício, acredita que vivemos um período de mudanças de pontos de vista do que deverá ser uma biblioteca, o que divide opiniões de pesquisadores e de cientistas, acompanhadas por polêmicas do que parece ser a convivência, de um lado em que predomina o meio digital e de outro, a permanência do papel. Fizemos uma aposta, vamos ver se vamos acertar, completa Aymonin. (LE PAYSAGE, 2010)

Por outro lado, o trabalho de Kazuyo Sejima, que lidera com Ryūe Nishizawa o escritório japonês SANAA vencedor do concurso[9], não parece direcionar sua arquitetura para a sociedade da informação, como observou Pierluigi Nicolin (1998: 7). Em seus projetos, a desaceleração do culto da imagem e o pensar à deriva seriam responsáveis por permitir que os edifícios contribuam para a integração das pessoas e da cidade, completa Nicolin. Fica evidente quando observamos os demais concorrentes do concurso, que apostaram na grande impacto de uma edificação farol, dominando o campus.

Proposta OMA

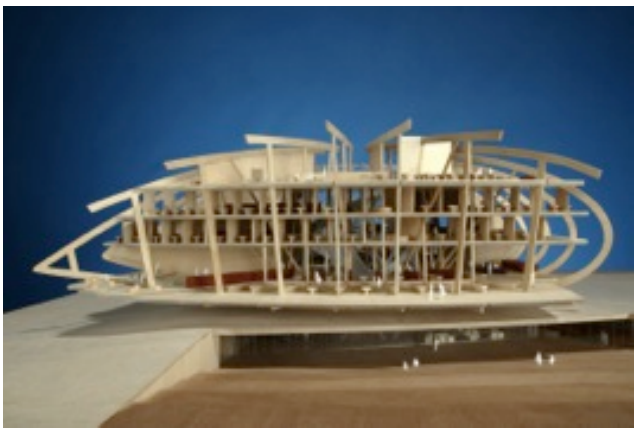
Proposta Herzog & de Meuron

[8] Nossa tradução do texto original: La historia nos demuestra que es precisamente en estos lugares de pública reunión – el ágora, el foro, la plaza de la catedral – donde se ha alcanzado la más feliz integración de las artes.

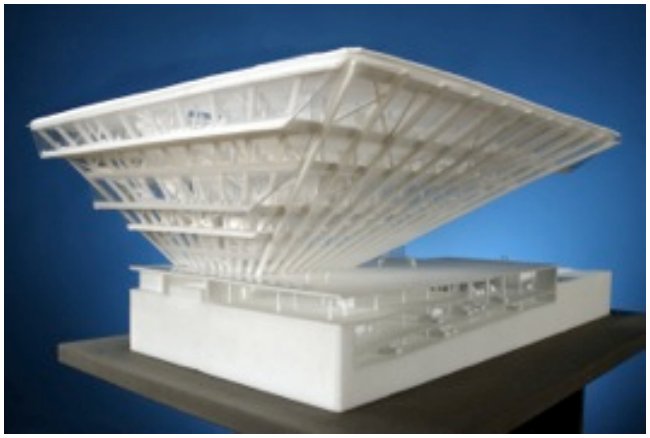
[9] O comitê de jurados foi formado por especialistas nas diversas disciplinas envolvidas: Patrick Aebischer, Presidente da EPFL; Francis-Luc Perret, Vice Presidente de Planejamento e Logística EPFL; David Aymonin, Diretor da Biblioteca Central da EPFL; Patrick Berger, arquiteto e professor da EPFL; Inès Lamunière, arquiteta e professora da EPFL; Jacques Lucan, arquiteto e professor da EPFL; Daniel Borel, Presidente da Logitech International; David Chipperfield, arquiteto; Mike Guyer, arquiteto; Jeffrey Huang, arquiteto e professor da Harvard University; Charles Kleiber, Secretario de Estado em Pesquisa; Anne Lacaton, arquiteta; Brigitte Shim, arquiteta e professora da University of Toronto; Françoise Bisbrouck, Diretora do Service Commun de la Documentation - Université Paris-Sorbonne; Mel Collier, Diretor da Biblioteca Universitária de Tilburg - Holanda; Pierre Dillenbourg, professor de Pedagogia da EPFL; Pierre Chuard, professor de Energia da Edificação da EPFL.

Proposta Dillier Scofidio + Renfro

Proposta Valério Olgiatti



Proposta Mecanoo



Proposta Xaveer De Geyter

Figura 7: Propostas para o concurso -
Fonte: http://mediathèque.epfl.ch/ . Visto em 04/11/2017

Ao contrário, a proposta vencedora aponta para a horizontalidade da edificação a partir de um novo chão que cria uma topografia artificial, mas mantém pouca altura em relação ao campus e à cidade. Como consequência dessa estratégia, a arquitetura proposta é dominada pelas áreas cujo uso é indefinido em princípio, não previstos inicialmente, cuja função indeterminada ganha importância, representando mais da metade do volume total construído[10], como veremos mais adiante. Para Nicolin, por meio dessa postura, a arquitetura japonesa passa de uma fase sociológica e mimética na relação com o ambiente informatizado, para uma fase científica e filosófica. Em outras palavras, a arquitetura passa à reflexão através da proposição, passa a pensar e a construir formas de relacionamento que de certa forma foram apartadas pelas divisões funcionais, ao mesmo tempo em que apoia novas iniciativas, novas formas de ação e interação.

[10] As bases do concurso definiram 10.875 m2 para o programa, incluindo as áreas de convivência. O projeto construído tem 20.000 m2 de área, além das áreas técnicas e estacionamento em subsolo o que totaliza 37.000 m2.

Figura 8: Proposta SANAA para o concurso em 2004 .
Fonte: http://mediathèque.epfl.ch/ . Visto em 04/11/2017

Mas por que a mesma tecnologia digital viabilizou propostas tão distintas como o Learnig Center de Lauzane e o Museu Guggenhein de Bilbao na Espanha, obra emblemática do arquiteto Frank O. Ghery?

Uma das respostas aponta para o fato de que, em relação à obra construída em Lausanne, o programa original se comportou como objeto de interesse inicial, porém deixou de exercer sua força à medida que a arquitetura proposta tomou conta das decisões de projeto. Dito de outra maneira, a tecnologia minimizou as barreiras, abriu caminhos para que o projeto amplificasse o próprio programa, intensificando a dinâmica dos usos. Ainda que a tecnologia digital tenha sido largamente utilizada para a concepção e aprimoramento do projeto, SANAA não se valeu dela para dar sentido à sua obra.

Em outra vertente, ainda que com a intenção de dinamizar a cidade Bilbao, a obra de Ghery se cerca da tecnologia como instrumento de projeto, um meio fundamental para viabilizar tecnicamente sua força criadora, assim descrita por Rafael Moneo:

> O computador – e a aplicação de um programa utilizado pela indústria aeronáutica, o CATIA[11] – permite que ele [Ghery] use qualquer forma, sem sentir receio de não poder representá-la. Hoje, a mais exuberante das formas é passível de ser descrita e representada, e consequentemente, construída. A extensão do que entendemos como linguagem arquitetônica a um mundo infinito de formas que não precisam, necessariamente, ser descritas pelas geometrias convencionais destrói os limites do território onde o arquiteto pode se mover. (2008: 278)

[11] Trata-se de um poderoso programa de projeto e manufatura tridimensional desenvolvido pela empresa aeroespacial francesa Dassault Systèmes, utilizado também na indústria automobilística.

OS ELEMENTOS CONSTRUTIVOS [12]

A aspiração de reduzir a arquitetura a sua condição construtiva é, mais exatamente, a ambição de modelar o espaço por meio de perfis, paredes, colunas e coberturas - uma tentativa de alcançar a ordem utilizando a geometria. O objetivo é nada menos do que criar uma condição "antinatural", isto é, um espaço que não pode existir na natureza. (KISHI, 1996)

Fazer o máximo de espaço com o mínimo de material. (Yomiko Yamada, in Le Paysage Interieur, 2010)

Figura 9: Learning Center EPFL - vista nordeste.
Fonte: Mediathèque EPFL.

O Learning Center de Lausanne foi instalado em uma edificação composta por um único pavimento horizontal que forma uma plataforma ondulada e perfurada por pátios curvos, apoiando-se no terreno natural totalmente plano e projetando uma ocupação de 120 m x 160 m. As áreas técnicas e o estacionamento de veículos em subsolo completam o programa.

[12] Fonte: EPFL e Losinger Construction SA, Engº responsável: Eric Maino.

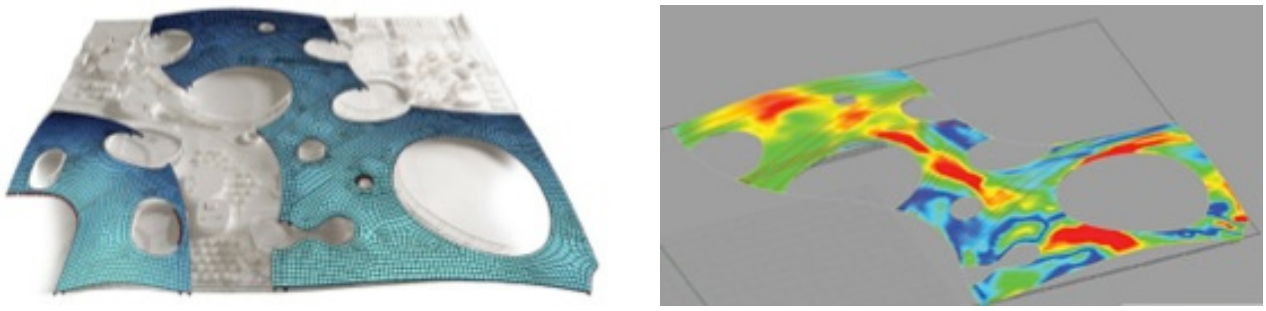


Figura 10: Education Diagramas da casca em concreto que forma a plataforma ondulada e os esforços resultantes.
Fonte: Bollinger et Grohmann.

Essa plataforma, que conforma um novo chão, é suportada por duas cascas em concreto armado moldado no local que possui onze arcos em concreto protendidos, que vencem vãos de até 90 m nas suas regiões mais acidentadas. A solução estrutural introduz arcos "embutidos" na casca de concreto e se beneficia da laje do subsolo que se comporta como corda para travar os arcos.

Figura 11: Detalhe de protenção na base dos arcos durante a concretagem da casca em concreto.
Fonte Mediathèque EPFL.

Para confecção dessa superfície com curvatura variável perfurada, foram fabricadas por corte a laser 1.400 peças distintas para compor a forma. A concretagem foi realizada durante 48 horas ininterruptas, para que pudesse ser garantida a continuidade estrutural desejada. Foi necessário atingir uma plasticidade do concreto capaz de atender ao desempenho estrutural solicitado mantendo a qualidade e a continuidade visual desejados[13].

[13] Fontes: Construção: Losinger Construction SA; Engº calculista: Bollinger et Grohmann.

Figura 12: Concretagem da casca em concreto .
Fonte Mediathèque EPFL.

Sobre essa topografia artificial criada foi distribuída uma malha regular de colunas em tubos de aço formando vãos de 9 m, que suporta a estrutura mista com vigas longitudinais em aço e transversais em madeira laminada colada, que acompanha a mesma geometria ondulada e as aberturas da plataforma. A continuidade espacial da cobertura é garantida externamente por uma manta sintética em evalon branco e internamente por chapas de gesso acartonado pintadas de branco, sem nenhum equipamento ou dispositivo embutidos.

Ao concentrar todos os locais técnicos no subsolo, o projeto permitiu que o grande piso ondulado criado se transformasse em uma plataforma de infraestrutura, um piso técnico que alimenta mais de 1.500 postos de trabalho além da infraestrutura móvel.

Para o fechamento vertical do prisma retangular e dos pátios internos curvos, foram fabricados 4.700 m2 de vidro duplo insulado, dos quais 90% confeccionados em peças únicas. Mesmo com toda essa superfície envidraçada, a edificação foi certificada por atingir um consumo de energia de 38 KWh/m2, dentro dos padrões estabelecidos pelo as instituições responsáveis.[14]

Todas essas informações demonstram o esforço empreendido para atingir os objetivos do projeto, como testemunhado por Francesco Della Casa, chefe de redação de revista Tracés:

[14] Certificação francesa Minergie.

A questão mais banal torna-se um enigma a resolver, a inventar, o que torna bonito no canteiro é que arquitetos e engenheiros fazem um esforço para manter a simplicidade da forma.

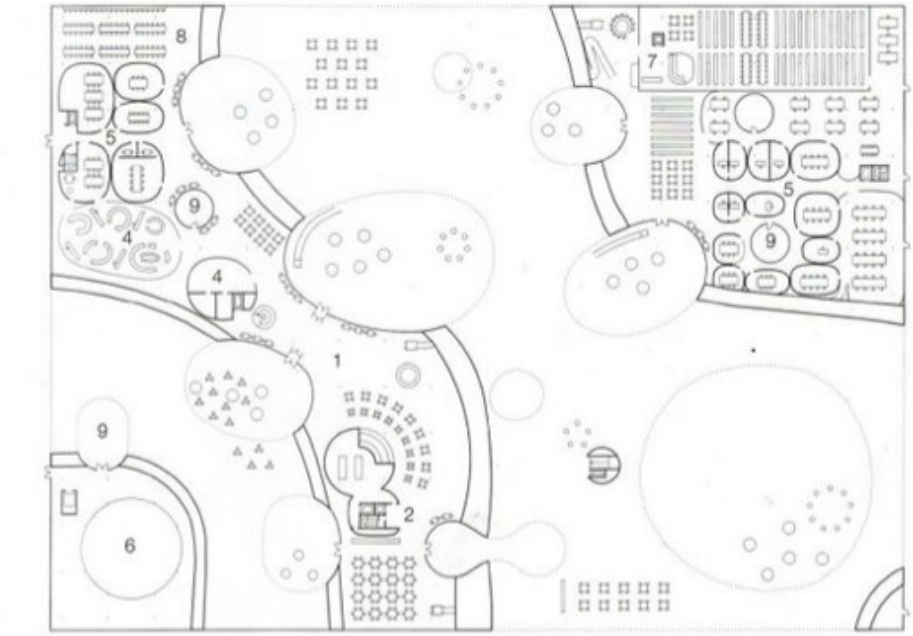


Figura 13: Planta ao nível do solo; sob a ondulação da plataforma são formados os acessos (1).
Fonte: Mediathèque EPFL.

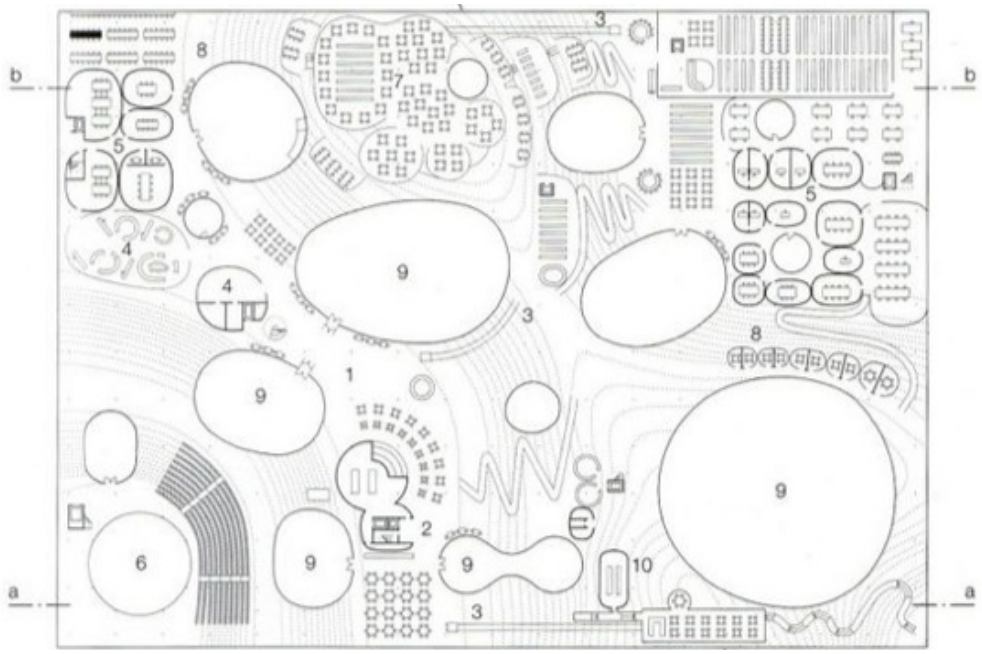


Figura 14 Planta ao nível térreo completo; as curvas de nível internas indicam a topografia criada.
Fonte: Mediathèque EPFL.

O VAZIO DO PARQUE

> Em muitos pontos, as funções das artes se sobrepõem: assim a arquitetura tem muito em comum com a escultura, e ainda com a música, mas além disso tem o seu território particular, e transmite um prazer tipicamente seu. Ela possui o monopólio do espaço. Apenas a arquitetura, entre todas as artes, é capaz de dar ao espaço seu pleno valor. Ela pode nos rodear de um vazio em três dimensões e o prazer que dela se consegue extrair é um dom que só a arquitetura nos pode dar[15]. (SCOTT, 1914: 226)

O Parque comemorativo do quarto centenário da cidade em 1954, urbano em sua essência, é um ensaio relevante do que viria a se materializar com o projeto de Lúcio Costa para Plano Piloto de Brasília poucos anos depois[16]. Luís Antônio Jorge (2014) apresenta referências fundamentais para sedimentar as relações citadas através de sua leitura a respeito do Conjunto do Parque do Ibirapuera em São Paulo, projeto da equipe liderada por Oscar Niemeyer[17]. As diferenças de escala não impedem que se possa compreender como entre a arquitetura e a cidade podem ser criadas relações de natureza superior. No Parque, Luís Antônio Jorge aponta a marquise como elemento primordial responsável pela dinâmica e pela evolução dessas relações durante suas seis décadas de intenso uso. Seria "o parque plano como a própria laje, como o terreno da cidade onde se erguerá a capital do país. Com o modernismo, o chão definitivamente entra como forma e conteúdo no imaginário poético do Brasil", completa o autor.

Acreditamos que a leve declividade do chão oferece determinada tensão à espacialidade tanto do Plano Piloto como do Parque. A marquise surge para intensificar ainda mais essa condição porém, ao adotar outra inclinação, amplia a diversidade de situações e acentua uma nova espacialidade como ambiente externo protegido. O vazio do Eixo Monumental do Plano Piloto é, no caso do Ibirapuera, ocupado pelo construído, pela marquise, entretanto é sob sua sombra que a ocupação do Parque se mostra mais intensa. Seria então o próprio chão, o plano inclinado da vastidão do nosso território, o caminho para o desafio da transformação, "a criação do lugar que não existe, a transformação do não lugar americano em lugar", um exemplo importante para ilustrar as afirmações de Josep Maria Montaner (2001: 41).

---

15 Texto original: *The functions of the arts, at many points, overlap; architecture has much that it holds in common with sculpture, and more that it shares with music. But it has also its peculiar province and a pleasure which is typically its own. It has the monopoly of space. Architecture alone of the Arts can give space its full value. It can surround us with a void of three dimensions; and whatever delight may be derived from that is the gift of architecture alone.*

16 O concurso é de 1956. Ver BRAGA, 2010.

17 Arquitetos Oscar Niemeyer, Eduardo Kneese de Mello, Hélio Uchôa e Zenon Lotufo, Carlos Lemos e Gauss Estelita, além do paisagismo de Roberto Burle Marx. Ver BRUNA, 2017: 62-72; 206-208.

Figura 15: Parque do Ibirapuera; vista aérea (PAPADAKI, 1956);
Fonte: Fundação Oscar Niemeyer.

A identificação do Parque com a Metrópole tem se intensificado ao longa de sua existência. Segundo Jorge, estariam na "lição de modernidade transcendente da marquise" as razões que explicariam a permanência da vitalidade do Ibirapuera em relação a outros espaços públicos paulistanos. É acertado observar que o

parque urbano se tornou, de certa forma, ilhado em relação à cidade. O grande cinturão verde que faz sua transição com os bairros vizinhos é um atributo fundamental que não responde por este isolamento, entretanto o protege. Na realidade, o projeto do Parque em sua totalidade estaria muito mais em interação com a cidade do que outros exemplos. Aquilo que promove a dificuldade para que a interação atinja sua plenitude está relacionado com o sistema de vias de tráfego rápido e intenso que o circundam, reflexo das grandes dificuldades de mobilidade que a Metrópole enfrenta.

Figura 16: Vista aérea atual do conjunto do Ibirapuera
Fonte: Leonardo Finotti

No entanto, a natureza edificada em seu interior, representada por seus palácios de exposições[18] e por sua marquise em especial, são testemunhos da capacidade que a arquitetura possui de se manter presente mesmo quando a evolução dos usos se manifesta. Ao propor um ambiente externo protegido, um lugar não definido no programa original do Parque, Niemeyer e sua equipe anteciparam novas situações para novos relacionamentos, enfim, novas atividades que surgiram e continuam a ser criadas. Encontramos nessa presença da arquitetura razões para verificar como suas qualidades constitutivas são suficientemente superiores para oferecer as condições à plena evolução, como observa Hélio Piñon:

[18] Foram construídos para a exposição do IV Centenário de São Paulo os Palácios das Nações, dos Estados, das Artes, da Indústria e da Agricultura. Hoje são conhecidos respectivamente por Pavilhão Padre Manoel da Nóbrega ou Museu Afro Brasileiro, Pavilhão das Culturas Brasileiras, Pavilhão Lucas Nogueira Gracez ou Oca, Pavilhão Ciccilio Matarazzo ou da Fundação Bienal e Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo.

> Na realidade, a arquitetura autêntica deveria ser sempre reversível, já que sua identidade formal é precisamente o que fica quando se prescinde do seu destino específico: dita identidade se baseia no uso mas, por sua vez, o transcende, na medida em que o edifício está ordenado de acordo com uma estrutura autônoma e consistente. (2006: 180)

O projeto do vazio ou da exterioridade do Parque é expresso pela interioridade de uma edificação potente, a Marquise, não prevista no programa original do projeto, sem uma função definida, que ilustra de maneira precisa as palavras de Focillon citadas na epígrafe deste capítulo. Seria um conceito de espacialidade interna que amplia a noção formulada por Geoffrey Scott (1914) ao potencializar sua interioridade através das relações entre seus elementos construtivos e o sítio. Tanto Focillon como Scott entendem ser esta a chave para diferenciar a arquitetura em relação às outras artes. Niemeyer compreendera ser este um caminho valioso para que o projeto do Ibirapuera não se limitasse a um parque de exposições comemorativas.

Figura 17: Vista atual no interior da marquise
Fonte: Leonardo Finotti

Assim como no Learning Center, muito próximo à natureza, sem uma fronteira aparente, é com a marquise que Niemeyer vai abrigar desde 1954 usos ainda não conhecidos e ampliar as possibilidades de novas atividades. No nosso entendimento, o projeto da marquise é um exercício exemplar que antecipa

preocupações próprias da realidade em mudança. Devemos lembrar que nesse período o processo de crescimento da cidade de São Paulo a transformara em metrópole internacional[19].

Na publicação da revista Acrópole 185 (1953: 210) a equipe, ao descrever o projeto do conjunto, indica que será sob a grande "marquise" que o público devidamente abrigado poderá atingir os demais setores da exposição. Ao colocá-la entre aspas, há a consciência de que se trata muito mais do que um dispositivo de proteção conhecido por marquise, o que nos permite afirmar que sua forma, sugerida pelo próprio traçado de circulação, servirá ainda para lojas, diversões, exposições, etc, descrição que vem ao encontro das afirmações de Ana Claudia Barone:

> No Ibirapuera, o vazio monumental é ocupado pela marquise. Seu desenho livre pretende expressar a liberdade do próprio uso do espaço pelo público. [...] A solução estrutural da marquise evoca a liberdade, seja pela sua imensidão, pelo seu desenho livre ou pela sua leveza. O desenho livre é garantido pela plasticidade do concreto. (2007: 101)

E completa:

> A marquise foi concebida dentro do princípio modernista da continuidade espacial. A continuidade espacial, no Ibirapuera, é dada pelo discurso das superfícies. Evocando a abstração do plano contínuo, já sugerida pela imensidão da marquise, a superfície adentra os edifícios por meio de rampas, como planos se desdobrando em novos níveis. (2007: 105)

A referida imensidão é materializada por uma superfície que ocupa 28.000 m2 de área construída, o que demonstra ser a marquise uma edificação de porte metropolitano, muito além do que seria uma marquise como um alpendre em balanço, definido pelo Dicionário de Arquitetura Brasileira[20] (Acrópole 260, 1960: 191), que serve para resguardar plataformas de estações, vitrines e mostruários de lojas, calçadas ou passeios, designando praticamente todas as espécies de coberturas lateralmente abertas, ao lado dos edifícios. Podemos chamá-la de "quinto palácio" que a equipe adicionou ao conjunto ao avaliarmos suas característica físicas: os vãos livres de apoio de até 28 m com somente 81 cm de altura no vigamento e o pé direito variável, tendo nas pontas 3 m, na parte central 4,25 m, tudo em curva e em declive. Essa altura livre é a mesma dos Palácios das Nações e dos Estados que possuem cada um a metade aproximada da área construída da marquise. Cada uma das edificações ficou a cargo de um engenheiro calculista e de uma empresa construtora distinta, de maneira a viabilizar o prazo para as comemorações do Quarto Centenário da cidade em 1954[21]. Somado a essas características, é notável como os custos envolvidos também foram proporcionalmente similares ¬– 33 milhões de cruzeiros para cada Palácio e 60 milhões para a Marquise – o que comprova sua semelhança com os Palácios que ela interliga, haja visto o volume de recursos físicos e financeiros envolvidos.

---

[19] Segundo a apresentação da I Bienal de São Paulo, a cidade passou de 580 mil habitantes em 1920 a mais de 2 milhões e meio em 1952, o que comprova o slogan "a cidade que mais rapidamente cresce no mundo". (BIENAL, 1952)

[20] Originalmente publicado nas páginas da revista Acrópole, o Dicionário de Arquitetura Brasileira de Carlos Lemos e Eduardo Corona foi reunido em livro em 1972 pela Editora Edart.

[21] Foram responsáveis pela construção de marquise o Escritório de Construções e Engenharia "Ecel" Ltda. e o eng.º calculista Fernando Paes da Silva. (ACROPOLE 185); Na relação da equipe responsável pelo projeto do Conjunto do Ibirapuera a autoria do cálculo estrutural é do Engº Joaquim Cardoso (PAPADAKI, 1950: 124), o que indica ter havido a necessidade de um trabalho complementar para viabilizar a construção da obra em função das condições que dispunham as construtoras.

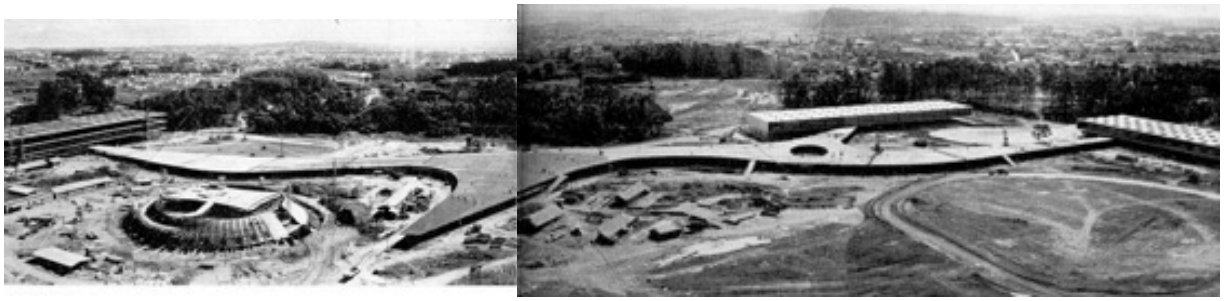


Figura 18: Vista aérea da construção do conjunto do Ibirapuera
Fonte: Revista Acrópole 185, 1953.

Do ponto de vista dos seus elementos construtivos, é possível verificar que a Marquise, assim como os Palácios que ela conecta, é constituída por uma laje nervurada em concreto armado, apoiada em colunas recuadas, configurando sempre balanços generosos, como mostram os cortes abaixo. _____

As especificações utilizadas para o traço do concreto e a proporção de aço demonstram ter sido uma proeza estrutural e construtiva extraordinária[22]. Sua extensão, com mais de 600 m de cobertura, também se destaca dentre as obras do Conjunto e de outras obras públicas construídas no período.

Figura 19: Montagem das nervuras embutidas na laje da marquise.
Fonte: Revista Acropole 185, 1953.

[22] O concreto armado, geralmente com 100 a 120 quilos de ferro por m3, foi aumentado para 230 quilos por m3, devido a altura reduzida das vigas em relação aos vãos de apoio, e para economizar concreto. (ACRÓPOLE, 1953: 217)

OSCAR NIEMEYER E SANAA: DIÁLOGOS INORGÂNICOS

Figura 20: Oscar Niemeyer -Marquise do Parque do Ibirapuera, São Paulo, 1954.
Fonte: Leonardo Finotti.

Em função do exposto acima, encontramos um paralelo da experiência da Marquise do Conjunto do Ibirapuera, como o lugar inicialmente da transição e posteriormente de convergência dentro do sistema de objetos que integram o Parque, com os objetivos de projetos recentes, como o Learning Center.

Podemos primeiramente encontrar semelhanças entre as obras segundo a noção de sistemas discutida por MONTANER (2009: 16-18): a crise do objeto moderno manifesta-se por sua extrema objetualidade, o que estaria diretamente vinculado à própria crise do sistema clássico do qual a arquitetura moderna descende. Como saída restaria, então, a possibilidade de relacionar os objetos segundo sistemas abertos e complexos, através da diversidade das formas dinâmicas, que não são impostas nem definidas a princípio, completa o autor.

No entanto, sem que seja necessário classificar os sistemas, como considerado por Montaner, é possível entender o esforço do projeto em construir as possibilidades de articulação física e funcional nas obras citadas.

Em 1953 Niemeyer já manifestara sua preocupação em dotar a arquitetura de autonomia formal, ou seja, de dotá-la de uma simplificação da forma capaz de resistir ao programa e ao tempo. A experiência do

Ibirapuera prenuncia as mudanças na sua obra que iriam ocorrer de maneira definitiva a partir de 1954, como aponta a historiografia (BRUNA, 2017). Não é possível afirmar que Niemeyer se sensibilizara pelos questionamentos críticos à arquitetura moderna ocorridos no início da década de 1950[23], mas é evidente que o projeto do Conjunto do Ibirapuera, como sistema urbano de objetos que orbitam em torno da Marquise, apresenta um poderoso sistema de relações entre os objetos, seu interior e a cidade, muito mais intenso que as obras distribuídas às margens do Lago da Pampulha, como consideram alguns autores.

Figura 21: SANAA - Learning Center EPFL, 2004.
Fonte: Mediathèque EPFL.

Da mesma maneira, o Learning Center de SANAA surge com a missão de superar a falta de articulação das formas distribuídas no sistema do Campus. A nova arquitetura vem para reestabelecer os nexos físicos perdidos ou que nunca se efetivaram. SANAA, em 2004, vislumbra assumir o protagonismo das conexões que no sistema campus seria representado pelo contexto, pelos espaços livres exteriores, visão que ilustra a posição de Montaner, para quem, a realidade é feita do vazio, embora o que os nossos sentidos percebam sejam os objetos.

[23] Ver BARONE, 2004.

Visto sob outro ângulo, a obra

> É apenas um branco espaço vazio em suave declive, que se percorre quase sem se ver, cujos esbeltos apoios mal se percebem, pois não se impõem em sala hipóstila[24] nem prevalecem excessivamente, cumprem seu papel de, bem espaçados, duplicar o chão para conformar um teto, levemente emoldurando uma faixa de verde. Aberta e disponível, suas cores são as das pessoas que estão automaticamente convidadas a fluir, andando a pé, de skate, de patins, de bicicleta. (ZEIN, 2012)

As considerações acima feitas por Ruth Verdi Zein avaliam com precisão a edificação materializada pela sucessão de colunas que não configuram uma sala hipóstila, ao contrário, permitem que o chão seja duplicado por sua cobertura, sem concorrer com estes elementos verticais, tornando-se uma estrutura pouco sentida, quase abstrata. A dinâmica de utilização do espaço é responsável pelo seu colorido, como ressalta Zein, ou seja, a arquitetura abre o caminho de possibilidades para os utilizadores. O texto poderia ser usado para entender o Learning Center, entretanto a autora está se referindo à Marquise do Conjunto do Ibirapuera em São Paulo.

É importante notar que, em certa medida, a arquitetura praticada atualmente por SANAA dialoga de maneira atemporal com certas realizações de Niemeyer, como a Marquise do Ibirapuera que descrevemos acima. A arquitetura do escritório japonês é o que pode ser entendido como "arquitetura inorgânica", na medida em que se afasta das soluções miméticas de ordem biológica e edificam um universo artificial cuja leveza promove a incorporação visual e física da natureza propriamente dita, isto é, funde-se à natureza sem deixar de se separar dela, como bem observou Mohsen Mostafavi (2011: 248). Segundo o autor, os arquitetos demonstraram uma sensibilidade em relação às questões de ordem natural e ambiental que é altamente pessoal e em muitos sentidos muito promissora para a disciplina da arquitetura.

Ao nos debruçarmos em algumas de suas obras, torna-se evidente o diálogo estabelecido com o trabalho de Niemeyer, em especial aquele desenvolvido na década de 1950, que produziu exemplares notáveis como a Fábrica Duchen [25] e o próprio Conjunto do Parque do Ibirapuera em São Paulo ou mesmo a Casa das Canoas no Rio de Janeiro.

[24] Na arquitetura clássica grega, sala hipóstila é definida pela massa e pelo ritmo das colunas internas que à compõem.

[25] O conjunto das Indústria Carlos de Brito, de 1950, não foi construído em sua totalidade. Como observa Paulo Bruna (2017: 23), apenas a Fábrica de Biscoitos Duchem foi concluída e, infelizmente, demolida em 1980.

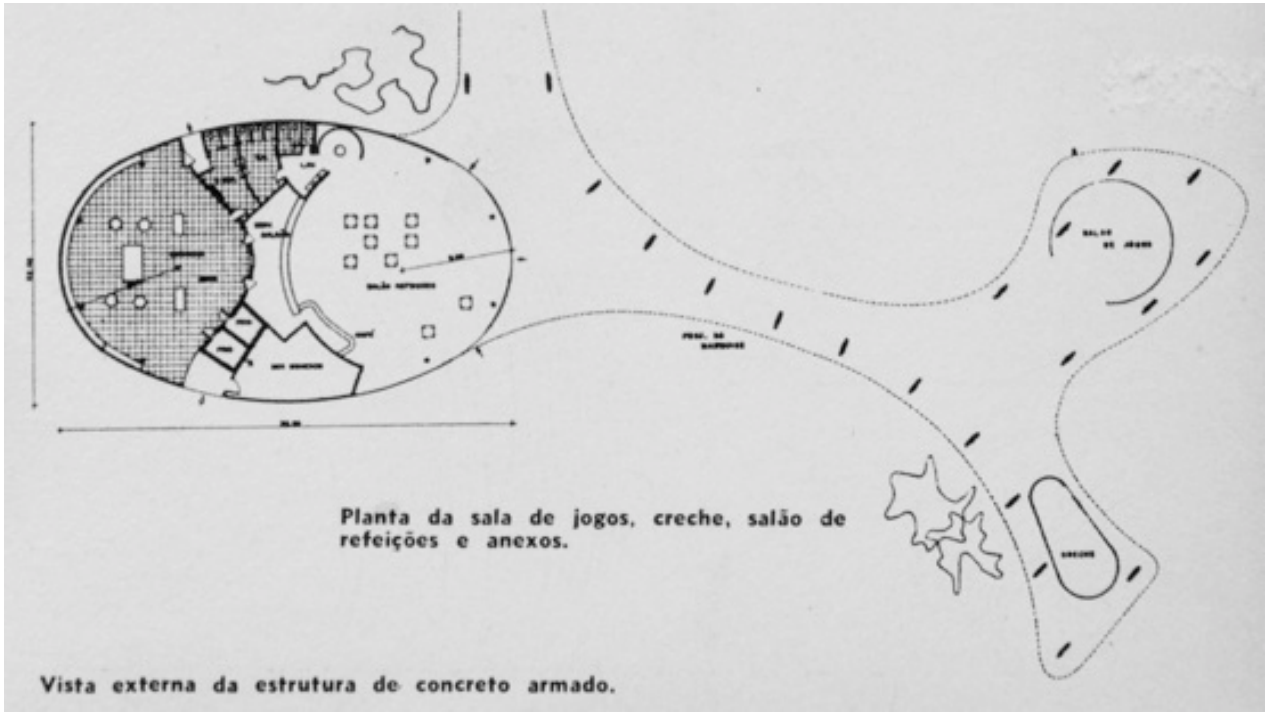


Figura 23: Oscar Niemeyer e Hélio Uchoa. Fabrica Duchen: São Paulo, 1950; foto montagem da maquete e planta da marquise com restaurante. Fonte: BIENAL, 1951.

Figura 22: SANAA - NY House, Nova York, 2008. Planta;
Fonte El Croquis 155, 2007.

Figura 24: SANAA - Projeto K - Nagano, Japão, 2007;
Fonte: El Croquis, 155, 2007.

Figura 25: Oscar Niemeyer - Casa das Kanoas, Rio de Janeiro, 1952.
Fonte: Fundação Oscar Niemeyer.

Ainda que seja de fácil entendimento a associação entre o aparente desenho livre das superfícies contínuas da cobertura dos projetos, podemos também encontrar um elo promissor em relação à organização da estrutura que se estabelece como campo de pesquisa do projeto. Como observou Zein, é pouco perceptível a distribuição dos esbeltos apoios da Marquise do Ibirapuera, o que evidencia as pretensões de Niemeyer na multiplicidade funcional da edificação sem comprometer suas fachadas "naturais" materializadas pela exuberância do Parque.

Do mesmo modo, o Learning Center se caracteriza pela criação de uma paisagem interior em que a estrutura regular, quase imaterial, dá forma a seus usos, respondendo diretamente pelo desempenho funcional de distintas ações distribuídas em sua extensa superfície contínua. Professores, alunos e funcionários podem se relacionar visualmente entre as regiões interiores e exteriores da edificação, o que faz do Learning Center um verdadeiro Campus no sentido original do termo (MOSTAFAVI: 250), como pretendido pelos promotores do concurso em 2004. Nesse sentido, a obra se aproxima da ideia de arquitetura como sistema (MONTANER, 2009) e não como objeto isolado, qualidade inquestionável que a obra de Niemeyer no Parque sustenta desde sua inauguração.

ENCONTROS E DESENCONTROS: SANAA, NIEMEYER E MIES.

Como fundamento, a continuidade espacial das superfícies é responsável pelo espaço único criado por SANAA, como relata David Aymonin – diretor da biblioteca do Learning Center, considerada o embrião do projeto, para quem o projeto

> [...] foi o que melhor interpretou a noção de hibridação, de cruzamento entre os diversos espaços. Não faz mais sentido ultrapassar paredes para ir de um lugar a outro, porém viver num espaço único apresenta contradições e desafios enormes, representa, sem rupturas, a poli funcionalidade de uma biblioteca. (David Aymonin - diretor da biblioteca do Learning Center, in Paysage Intérieur, 2010)

O exemplo de Lausanne, e de outros projetos do escritório japonês, indica seu compromisso em se expressar com o mínimo de recursos materiais, sem a necessidade de recorrer à imagem figurativa ou ao ornamento, seguindo uma tradição de racionalidade construtiva que o aproxima de Mies Van der Hohe. Estamos nos referindo ao momento americano de Mies, considerado pela historiografia como fundamental em seu trabalho, particularmente do ponto de vista da idealização do espaço, pois o edifício é agora uma sucessão de espaços livres, garantida pela horizontalidade do teto (ROWE, 1999: 144). Como observamos na primeira parte desse capítulo(ou PIETRAROIA, 2014), no projeto de Mies para o Teatro Nacional de Mannheim, a arquitetura se desmaterializa ao ser convertida em construção de planos mutáveis suspensos num espaço transparente, fluido (FRAMPTON, 1997: 281).

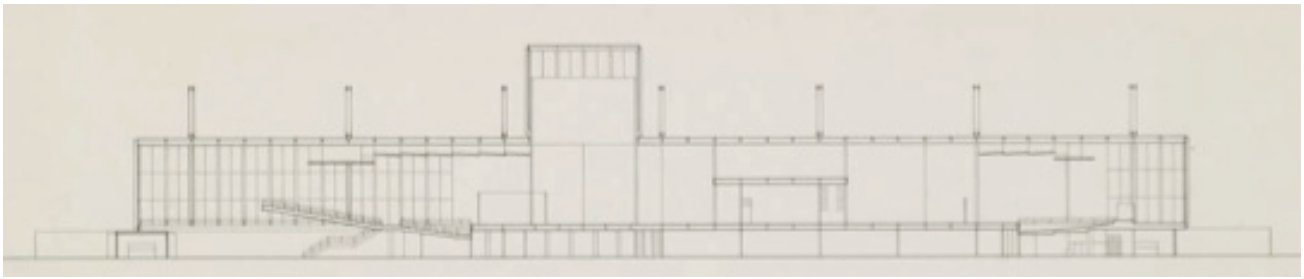


Figura 26: Mies van der Hohe - Teatro Nacional de Mannhein, 1953; corte longitudinal.
Fonte: Mies van der Hohe Haus - Aachen.

Essa condição também foi responsável por destacar a proposta de SANAA em relação aos demais concorrentes durante o Concurso Internacional, o que foi decisivo na escolha do júri. O fato deve ser assinalado pois naquele período a arquitetura espetacular dominava os certames internacionais semelhantes[26]. A análise dos demais projetos apresentados para a EPFL indica a multiplicidade de esforços construtivos capazes de transformar o lugar através da imagem impactante, o que seria um acontecimento arquitetônico sem precedentes naquele território.

[26] Como exemplo, podemos citar o concurso internacional para o Museu das Confluências de Lyon - França, vencido pelo escritório austríaco Coop Himmel(b)lau, em 2001; contou ainda com a participação de Peter Eisenmann, Carlos Ferrater, Steven Holl, alé dos franceses Jacques Ferrier, Françoise Seignere Tectoniques. Ver NARMAND, 2001.

Figura 27: Coop Himmel(b)lau - Musée des Confluences - Lyon, França, 2001.
Fonte: Archidaily.

Ao contrário, SANAA investiu na extensão do edifício, na multiplicação das suas fachadas transparentes e na amplificação de sua escala em relação ao Campus. Ao invés do marco monumental, o lugar para o intercâmbio do conhecimento foi tratado com simplicidade e leveza, que o distancia do genérico ao promover a densidade das ações no seu interior. No entanto, o que observamos é que, de modo distinto do espaço universal de Mies, a concentração e a distribuição de instâncias específicas e da estrutura permitem dar forma tanto à estrutura espacial como a seu uso, ou seja, as especificidades do lugar criado é que dão forma a seus usos, ao seu desempenho funcional. Em outras palavras, a organização espacial não se dá através da uniformidade repetitiva de Mies, mas sim, pela relação entre a pequena escala e a massa resultante, isto é, os espaços necessários de escala reduzida passam a formar parte da estrutura geral do projeto (MUSTAFAVI, 2011: 248).

Figura 28: SANAA - Learning Center - Lausanne, 2004.
Fonte: Mediathèque EPFL.

Do mesmo modo que o discurso das superfícies garante a continuidade espacial (BARONE: 2007: 105), princípio modernista que domina o trabalho de Niemeyer, o projeto como estratégia de ocupação funcional do território, que transforma o programa em instrumento de ativação dos usos, parece-nos uma maneira de entender o resultado atingido pelo Learning Center:

> O projeto oferece uma interessante continuidade e analogia com a filosofia adotada durante o primeiro estágio de construção da EPFL: importância dos percursos, do movimento, dos pátios internos com diferentes tratamentos, atmosferas, riqueza de vegetação, singularidade e unidade ao mesmo tempo que garante a diversidade. O programa proposto oferece um novo espaço de convivência, abrindo possibilidades de novas formas de aprendizagem, tudo integrado em um único edifício como lugar de convergência e celeiro para o enriquecimento dos encontros e da sinergia. (BISBROUCK, 2006)[27]

Encontramos no depoimento acima a avaliação de um especialista em documentação e aprendizagem sobre os desafios encontrados no equipamento conformado por um espaço único. Seria o espaço para todos os usos, em que "as possibilidades de múltiplas utilizações se manterão permanentes", o que nos permite novamente fazer uma analogia com a afirmação elaborada por Christian Norberg Schulz (1958: 42) a respeito do trabalho de Mies no período americano, em especial sobre o projeto para Crown Hall (1955) no Instituto de Tecnologia de Illinois (IIT), em Chicago. Da mesma maneira que nos projetos para a

[27] Nossa Tradução do texto original apresentado durante o LIBER Architecture Group Seminar - Utrecht, The Nederlands - 22 a 24/03/2006. *Processes of Architecture competition : Learning Center, the Lausanne example. David Aymonin, Marie-Françoise Bisbrouck, Nicolas Joye, Mirjana Rittmeyer: The project offers an interesting prolongation of and analogy with the philosophy adopted during the first stage of the EPFL's construction: importance of itinerary, movement, interior courtyards with different surroundings, atmospheres, richness of vegetation, uniqueness and unity whilst still creating diversity... The proposed programme offers a new living space, opens up the possibility of new teaching approaches, everything being integrated into one single building as place of assembly and breeding-ground for enriching encounters and synergies.*

Biblioteca do IIT (1942)[28] e para o Teatro Nacional de Mannheim (1953), ambos não construídos, as grandes dimensões alcançadas pela superfície contínua representada pelo teto branco, limpo e plano apontam para a monumentalidade da técnica em virtude do seu gigantismo e nos remete também à imensidão da Marquise de Niemeyer.

Figura 29: Mies van der Hohe - S.R. Crown Hall, Chicago,1956.
Fonte: Iit College Of Architecture

Em oposição à condição de monumentalidade, SANAA oferece a justaposição funcional e a solução topológica do espaço, entendido muito mais pelas suas possibilidades formais do que por sua geometria, com a intenção de caracterizar o espaço por seus atributos de uso, sem abandonar os fundamentos da continuidade espacial e da unicidade do espaço. Assim, o projeto do Learnig Center da EPFL poderia ser entendido como a aplicação e a evolução natural dos preceitos elaborados por Mies para explicar a opção por um espaço único, como na entrevista a Schulz:

> Nós acreditamos que, hoje, esta é a maneira de construir mais econômica e mais prática. O uso de um edifício muda sem parar, mas nós não podemos nos permitir demoli-lo a cada vez. É por isso que invertemos a fórmula de Sullivan: "A forma segue a função" e construímos um espaço prático e econômico ao qual adaptamos as funções. (1958: 41)

Ao confrontarmos as obras estudadas e fazermos a comparação de seus elementos constitutivos, encontramos o resultado de construções que não abrigam apenas um vazio seguro e confortável, mas sim um espaço cuja qualidade interior se baseia nas leis necessariamente implícitas na ordem natural, mas que a natureza não é capaz de realizar, o que nos remete ao ponto de partida – as considerações de Focillon.

Em momentos distintos, os programas em formação ou em transformação foram fundamentos importantes da arquitetura realizada por Mies, por Niemeyer e por SANAA, sem que fossem capazes de limitar o projeto, conclusão que pode orientar sua independência. São arquitetos formados por culturas

[28] Ver Mies van der Hohe e a Monumentalização da Técnica (FRAMPTON, 2003: 281-288)

diferentes ¬– a europeia, a latino-americana e a asiática ¬– que encontraram estratégias de projeto semelhantes para contextos diferentes – o norte-americano, o brasileiro e o suíço.

Nesse sentido, fica mais claro o papel do projeto para que a arquitetura assuma o protagonismo, baseado na consistência interna da obra capaz de se relacionar com o contexto, independentemente do programa.

REFERÊNCIAS:

AALTO, Alvar **- L'Humanisation de l'Architecture**, in Alvar Aalto de l'oeuvre aux

ALLENSPACH, Christoph - **La Arquitetura en Suiza**: La construccíon en los siglos XIX y XX. San Gall: Pro Helvetia, 2001.

ARGAN, G. Carlo – **História da arte como história da cidade**, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____ - **Projeto e Destino**, São Paulo: Ática, 2000.

BARONE, Ana Cláudia Castilho - **Team X Arquitetura como Crítica**, São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2004.

_____ - **Ibirapuera**: parque metropolitano (1926-1954), Tese Doutorado, FAUUSP, São Paulo, 2007.

BASTOS, Maria Alice Junqueira - **A Escola Parque**: ou um Sonho de uma Educação Completa (em Edifícios Modernos), in AU n. 178, São Paulo: Pini, 2009.

_____; ZEIN, Rurh Verdi - **Brasil**: Arquiteturas após 1950, São Paulo: Perspectiva, 2010.

BIENAL INTERNACIONAL DE SÃO PAULO - **Arquitetura na Bienal de São Paulo**. São Paulo: Graficar, 1951.

BLAKE, Peter - "L'Art Difficile d'être Simple". in **L'Architecture d'Aujourd'ui** n. 79 Paris, 1958: 24.

BRAGA, Milton L. - **O Concurso de Brasília**: Sete Projetos para uma Capital. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

BRUAND, Yves - **Arquitetura Contemporânea Brasileira**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

BRUNA, Paulo Júlio Valentino; GUERRERO, Ingrid Quintana (org) - **Quatro Ensaios sobre Oscar Niemeyer**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017.

CARTER, Peter - **Mies van der Rohe at Work**. New York: Phaidon, 1974.

COLOMBO, Luciana Fornari - **O projeto de teatro de Ludwig Mies van der Rohe**, São Paulo: Vitruvius, 2015. acesso em ; artigo derivado de: COLOMBO, Luciana Fornari - Theoretical Projects, Nature & Significance through the Case Study of Mies van der Rohe's Work. Tese de Doutorado, Melboune University, Melbourne, 2012.

EL CROWN Hall de Mies Van der Rowe. Ramon Serrano - Arquivo de vídeo postado em 15 de junho de 2013. disponível em: www.youtube.com/watch?v=jQrc5_G9N6k; acesso em 05/08/2017.

FOCILLON, Henri - **Vie des Formes**, Paris, Presses Universitaires de France, 1947.

FRAMPTON, Kenneth - **História Crítica da Arquitetura Moderna**, São Paulo, Martins Fontes, 1997.

_____ - EISENMAN; outros . **Mies van der Rohe**: su Arquitectura y sus Discípulos. Madrid: Ministerio de Obras Publicas y Urbanismo, 1987.

GREGOTTI, Victorio - **Território da Arquitetura**, São Paulo: Perspectiva, 1978.

JOHNSON, Philip - **Mies van Der Rohe**, Buenos Aires: Victor Leru, 1960.

JORGE, Luís Antônio - **O Espaço Seco** - poética e imaginário da arquitetura moderna na América - Tese Doutorado, FAUUSP, 1999.

_____ - "Um parque e um país sob a marquise" - in, **SP-Arte 201** - São Paulo: SP-Arte, 2014.

KISHI, Waro - "História e contemporaneidade na era moderna", in **El Croquis** n. 77(II), Madri, 1996.

KÜHN, Wilfried - "Mies à Bad Karlshafen - la presence reflexive du classique", in **L'Architecture d'Aujourd'ui** n. 343, Paris, 2002.

LAMBERT, Phillis (org) - **Mies in America**, New York, H. N. Abrams, 2001.

LE PAYSAGE Interieur - Direção: Pierre Maillard. Lausanne: CAB Productions, 2010. 1 DVD (83 min.), PAL, color.

MONEO, Rafael - **Inquietação Teórica e Estratégia Projetual.** São Paulo: Cosac Naify, 2008.

MONTANER, Josep Maria - **A Modernidade Superada**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

_____ - **Arquitetura e Crítica**. Barcelona: Gustavo Gili, 2007.

_____- **Sistemas Arquitetônicos Contemporâneos**. Barcelona: Gustavo Gili, 2009.

MOSTAFAVI, Mohsen - "Arquitectura Inorgánica". **El Croquis** nº 155, Madrid: agosto de 2011.

NICOLIN, Pierluigi - "Il tao della Sejima". in **Lotus** 96, Milano: Elemond, 1998..

NICOLIN, Pierluigi; CHASLIN, François - **Mario Botta**: Construcciones y Proyetos 1961-1982. Barcelona: Gustavo Gil, 1984

OLIVEIRA, Olivia de - **O novo "Learning Center" para a Escola Politécnica Federal de Lausanne** – EPFL, Arquitextos 059.09 ano 05, abr. 2005. http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/478. Visto em 25/10/2017.

PAPADAKI, Stano - **The Work of Oscar Niemeyer** - New York: Reinhold Publishing, 1956.

PIETRAROIA, Valério Marcos Nogueira - **Arquitetura do Espetáculo em Cena**, Dissertação Mestrado, FAUUSP, São Paulo, 2014.

PIÑÓN, Helio - **Teoria do Projeto**, Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2006.

_____- **El Sentido de la Arquitectura Moderna**, Barcelona, UPC, 1998.

PORTAS, NUNO - **A Cidade como Arquitetura**. Lisboa: Horizontes, 1965.

ROLEX Learning Center - Direção Juliette Garcias. Paris: Les Films d'Ici, 2012. 26 min. , color. Disponível em https://youtu.be/v57KDwRpJVk?t=28; visto em 10/10/2017.

ROSSI, Aldo - **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

ROWE, Colin - **Maneirismo y Arquitectura Moderna y otros Ensayos**, Barcelona: Gustavo Gili, 1999; 1a. edição: 1976.

SCHULZE, Franz - **Mies van der Rohe**: una Biografía Crítica. Madrid: Hermann Blume, 1986.

SCHULZ, Christian Norberg - "Rencontre avec Mies van der Hohe". in **L'Architecture d'Aujourd'ui** n. 79, Paris, 1958: 41.

SCOTT, Geoffrey - **The Of Humanism Architecture:** A Study In The History Of Taste. Boston: Houghton Mifflin Company, 1914.

SERT, Josep L. - Centros para la Vida de la Comunidad, in El Corazón de la Ciudad: por uma vida más humana de la comunidad. Rogers, Sert e Tyrwhitt, Barcelona: Hoepli, 1955.

TEDESCHI, Enrico - **Teoria de la Arquitetura**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1965.

VÁZQUEZ, Fernando - **Mies van der Rohe 1886-1969**, Lisboa: Blau, 1999.

WOODS, Shadrach - "Web". in **Le Carré Bleu** n. 3, Paris, 1962.

Periódicos, catálogos de exposições e anais de congressos:

Exposição do IV Centenário. in Revista Acropole, nº 185 São Paulo, 1953

Catálogo da exposição. Musée des Confluences - Museum d'Histoire Naturelle de Lyon, 22/03 a 27/05/2001. Lyon: Lamazière, 2001.

LIBER Architecture Group Seminar - Utrecht, The Nederlands - 22 a 24/03/2006. Processes of Architecture competition : Learning Center, the Lausanne example. David Aymonin, Marie-Françoise Bisbrouck, Nicolas Joye, Mirjana Rittmeyer.

Salvador - 2018

UMA REFLEXÃO SOBRE HABITAÇÃO SOCIAL NO MORRO DO PÉ PRETO, SALVADOR
EXISTEM OUTRAS POSSIBILIDADES?

A REFLECTION ON SOCIAL HOUSING IN THE MORRO DE PÉ PRETO, SALVADOR
ARE THERE OTHER POSSIBILITIES?

UNA REFLEXIÓN SOBRE HABITACIÓN SOCIAL EN EL MORRO DEL PÉ PRETO, SALVADOR
EXISTEN OTRAS POSIBILIDADES?

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETOS E PRÁTICAS

QUEIROZ, Carolina Correia
Graduada em Arquitetura e Urbanismo, aluna ouvinte no PPGAU UFBA
caarolgood@gmail.com

UMA REFLEXÃO SOBRE HABITAÇÃO SOCIAL NO MORRO DO PÉ PRETO, SALVADOR
EXISTEM OUTRAS POSSIBILIDADES?

A REFLECTION ON SOCIAL HOUSING IN THE MORRO DE PÉ PRETO, SALVADOR
ARE THERE OTHER POSSIBILITIES?

UNA REFLEXIÓN SOBRE HABITACIÓN SOCIAL EN EL MORRO DEL PÉ PRETO, SALVADOR
EXISTEN OTRAS POSIBILIDADES?

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETOS E PRÁTICAS

RESUMO:
Utilizando um trabalho de caráter prático e propositivo de habitação de interesse social que foi desenvolvido anteriormente, o objetivo desse artigo é fomentar o debate sobre questões metodológicas de implementação das políticas públicas para promoção de habitação de interesse social, questionando o modelo de produção e reprodução do solo vigente nas cidades, trazendo uma diferenciação conceitual que nos ajudará a perceber as contradições da reprodução do espaço no sistema capitalista: cidade x polis. Será abordado na problemática, de modo a esclarecer os porquês do desenvolvimento dessa pesquisa, a lógica financeirizada da reprodução do solo, acompanhado de um levantamento histórico das políticas habitacionais em Salvador, e nos aproximando do nosso objeto de estudo: O morro do Pé Preto, no Nordeste de Amaralina. Longe de se configurar como um estudo de caso, o projeto desenvolvido anteriormente para o morro do Pé Preto, nos serve aqui de mote para debater habitabilidade, autogestão e micropolíticas, conceitos que serão apresentados através de aportes teóricos, concluindo com a demonstração da necessidade da articulação entre eles.
PALAVRAS-CHAVE: habitação de interesse social; política pública; produção do espaço; financeirização; habitabilidade; autogestão; micropolíticas.

ABSTRACT:
The objective of this article is to promote the debate on methodological issues of implementation of public policies for the promotion of social interest housing, questioning the model of production and reproduction of the a city that lives in cities, bringing a conceptual differentiation that will help us to perceive the contradictions of the reproduction of space in the capitalist system: city x polis. It will be approached in the problematic, in order to clarify the reasons of the evelopment of this research, the financialized logic of the reproduction of the soil, accompanied by a historical survey of the housing policies in Salvador, and approaching our object of study: Morro do Pé Preto, in the Nordeste de Amaralina. Far from being configured as a case study, the project previously developed for the Morro do Pé Preto, serves us here as a motto to discuss habitability, self-management and micropolitics, concepts that will be presented through theoretical contributions, concluding with the demonstration of the necessity of the articulation between them.
KEYWORDS: *housing of social interest; public policy; production of space; financialization; habitability; self-management; micro policies.*

RESUMEN:
El objetivo de este artículo es fomentar el debate sobre cuestiones metodológicas de implementación de las políticas públicas para promover la vivienda de interés social, cuestionando el modelo de producción y reproducción del producto, el suelo vigente en las ciudades, trayendo una diferenciación conceptual que nos ayudará a percibir las contradicciones de la reproducción del espacio en el sistema capitalista: ciudad x polis. Se abordará en la problemática, para aclarar los porqués del desarrollo de esa investigación, la lógica financieramente de la reproducción del suelo, acompañado de un levantamiento histórico de las políticas habitacionales en Salvador, y acercándose a nuestro objeto de estudio: el Morro do Pé Preto, en el Nordeste de Amaralina. El proyecto desarrollado anteriormente para el Morro do Pé Preto, nos sirve aquí de mote para debatir habitabilidad, autogestión y micropolíticas, conceptos que serán presentados a través de aportes teóricos, concluyendo con la demostración de la necesidad de la necesidad de articulación entre ellos.
PALABRAS CLAVE: *vivienda de interés social; política pública; producción del espacio; financiarización; vivienda; autogestión; micropolítica.*

APRESENTAÇÃO:

Este artigo pretende discutir a atual situação das políticas para habitação de interesse social, traçando um panorama geral das políticas habitacionais no Brasil e em Salvador, trazendo um aporte teórico que nos leva ao enfoque do tema das micropolíticas, utilizando o conceito como uma contribuição para a implementação e para a execução de projetos de moradia social. O conceito de micropolítica será utilizado, pois, é possível estuda-lo como uma das possibilidades de aplicação na produção e reprodução do espaço urbano, entendendo o processo de formação do espaço urbano, como um processo agenciado pelas transformações socais e econômicas. No artigo será abordado o livro Mil Platôs, dos filósofos Deleuze e Guattari, publicado pela primeira vez em 1980, e que nos interessa para o estudo de políticas públicas, conceito que dialoga com a concepção de governança em Giddens (1997).

Será dado continuidade a um estudo, agora num enfoque mais teórico, utilizando uma proposta de projeto anteriormente desenvolvida como trabalho de conclusão de curso, orientado pela Professora Doutora Najla Ribeiro, feito para comunidade do Morro do Pé Preto, localizado no Nordeste Amaralina, Salvador, onde cerca de 30 famílias residem em área de duna, em barracos de madeira e restos de materiais de construção. O projeto arquitetônico e de urbanização recebeu o nome fictício de Vila Ajuricaba, e atende a 124 famílias, cuja pesquisa se apoiou em registros fotográficos, produções cartográficas e aplicação de um questionário semi-estruturado por amostragem. Com a pesquisa, foi possível desenvolver um projeto urbano de praça pública e quadra poliesportiva, um centro comunitário prevendo um lava-jato que já existia anteriormente e uma serralharia, salas multiuso e sala da Associação de Moradores do Nordeste de Amaralina, e 124 unidades habitacionais, oferecendo 4 tipologias de apartamentos, para realocar moradores e atender aos ocupantes do Morro do Pé Preto. Visando uma programação de uso mais diversa, para atender as diversas conformações familiares, foram tomadas decisões projetuais que envolve tecnologias dos materiais, trazendo esse tema como uma discussão urgente e necessária. Em anexo, será disponibilizado parte das cartografias, fotografias, estudos e entrevistas realizadas que tornaram possível esse exercício de se projetar moradia social junto à comunidade, assim como, o resultado do projeto.[1]

Apresento aqui, parte do resultado desse trabalho, contido em anexo, como um pontapé para se pensar metodologias e formas de participação social direta nas formulações das políticas públicas, pois, foi um trabalho pensado para ser implementado para um grupo que possui especificidades. Acrescento que não se trata de um estudo de caso, uma vez que não foi gerada pesquisa ou dados suficientes para tal, porém, configura-se aqui, como um estudo de referência, quando as ferramentas utilizadas podem ser do interesse de quem pesquisa sobre o assunto.

A justificativa para a realização desse artigo é abordada na sequência, de forma que seja esclarecido como se compõe o déficit habitacional, se aproximando de uma explicação sobre como o solo vem sendo ocupado, apresentando dados da cidade de Salvador e narrando como se deu esse processo até chegar aos dias atuais, afim de apresentar uma problematização. No levantamento histórico que se segue como uma das justificativas para a produção desse artigo, há um esforço de traçar uma comparação entre a produção institucionalizada das moradias e o surgimento de assentamentos humanos informais, e também, chamar a

[1] Nesse trabalho, foi feito um levantamento histórico que possibilitou maior aproximação com a comunidade, e que mostra, que apesar do bairro atendido estar localizado na Orla da cidade de Salvador, nunca foi contemplado com as diversas reformas ou projeto urbanos que aconteceram naquela área nos últimos anos. A organização comunitária e os processos de urbanização intensificada fizeram do Complexo Nordeste de Amaralina um bairro popular bastante consolidado e diverso nas suas atividades econômicas, porém, continua sendo palco para diversas mazelas urbanas, como o alarmante índice de violência policial, por exemplo. Parte do trabalho está disponibilizada em anexo, como parte de uma contribuição para formação de um pensamento metodológico que possibilite estudar formas inclusivas de se propor políticas habitacionais.

atenção para a vasta bibliografia já produzida sobre os resultados do programa Minha Casa, Minha vida. Ao expor esses dados, expomos também a necessidade de se pensar em modelos de políticas habitacionais *bottom-up* (de baixo para cima).[2]
Posteriormente, iremos introduzir as ideias que foram aprofundadas a partir dessa experiência, abordando os marcos teóricos, e que encontram um espaço de discussão muito maior quando se fala em políticas públicas para habitação e suas formas de implementação. O artigo toma um caráter completamente teórico, na tentativa de contribuir para reflexão do tema da produção e reprodução das cidades e o lugar das moradias nos processos produtivos da cidade.

INTRODUÇÃO:

A problemática da habitação social no Brasil precisa ser pensada por outras perspectivas. É necessário buscar um pensamento voltado para o real sentido do que é habitar, viver e conviver nos espaços urbanos, e o que é necessário para alcançar e garantir direitos básicos, afim do direito à moradia e à cidade se concretizarem. A habitação é parte fundamental da formação do homem, influencia diretamente na sua condição social, psicológica, fisiológica e moral. Oliveira (2012), em sua tese, afirma que os indivíduos reconhecem na habitação um objeto de desejo universal, um espaço seguro, com convite a transformação individual e à participação significativa em etapas distintas da própria vida. Ressalta ainda que, o indivíduo durante sua existência, busca no espaço doméstico um local para atender suas atividades essenciais cotidianas, que provém de âmbitos culturais, tecnológicos, econômicos ou sociais. Todas estas influências projetam para o futuro uma nova realidade que influenciará no comportamento do indivíduo, provocando novos modos de vida. É profunda a importância da moradia digna na formação o indivíduo e da sociedade, pois atende necessidades básicas e objetivas, e satisfaz a necessidade implícita de pertencimento, identificação cultural, enraizamento social e segurança.
Apesar desse entendimento já bastante consensual, o setor habitacional e urbano foi tomado pelas finanças nas últimas décadas, perdendo seu caráter de distribuição das riquezas para se tornar mecanismo de extração de renda e acumulação de capital, transferindo cada vez mais os riscos de endividamento por compra de moradias de instituições coletivas para os indivíduos. No livro, a Guerra dos Lugares (2015), Rolnik destaca três formas assumidas por esse processo de financeirização da moradia: os esquemas de microfinanciamento, as hipotecas e os baseados em associação de créditos financeiros e subsídios governamentais para compra de unidades produzidas pelo mercado, e diz, ainda, que nesse contexto, houve uma crescente estigmatização da habitação pública nas principais cidades do mundo, que passaram a ser relacionadas com a pobreza e marginalidade. Bem recentemente, o microfinanciamento surgiu para financiar o empreendedorismo dos moradores da favela, usando um discurso apoiador da autoconstrução, do combater a pobreza, sem almejar resultados lucrativos.
Porém, como pode ser observado nas cidades brasileiras, os fenômenos urbanos vêm mostrando um aumento das desigualdades e das distâncias, principalmente nas grandes metrópoles, processo que vem se

[2] O termo *bottom-up* é uma estratégia de processamento e ordenação do conhecimento, usado nos campos da computação e da produção científica, que incidem diretamente sobre a gestão e a organização. *Bottom-up* significa de uma abordagem realizada de baixo para cima, também compreendida como a "colcha de retalhos" de um sistema que levará a sistemas mais complexos. Trazendo para as políticas públicas, compreende-se que a implementação de uma política em bottom-up, possibilitará participação e aproximação dos diversos atores que irão ser assistidos pela política pública, assim como, os que trabalham para implementá-la e executá-la.

aprofundando de formas e níveis diferentes, a depender da inserção no jogo capitalista global. Com a entrada definitiva de bancos comerciais e a integração do mercado de capitais dentro da construção civil, o lucro foi colocado como objetivo principal, deixando de lado o desenvolvimento, subestimando territórios ao capital, colonizando, explorando, diminuindo a qualidade de vida de grupos e reduzindo o direito à cidade. Para autores como Simmel, explica Jessé de Souza em seu livro Simmel e a modernidade, que interpreta a vida nas cidades sob o ponto de vista sociológico, as grandes cidades se tornaram sede de uma economia monetária, processo que traz polarizações comportamentais, como a valorização do intelecto em detrimento dos sentidos emocionais, atitudes calculistas, indiferentes e reservadas, resultado de uma tensão entre sociedade e indivíduo. Simmel finaliza argumentando sobre como a racionalização do tempo e do espaço seria, portanto, fundamental para o fluxo da vida nas metrópoles capitalistas, exigindo técnicas próprias e esquemas individuais para organizarem a multiplicidade em movimento, em paralelo com desdobramentos sociais de maior amplitude, como a dispersão de grupos sociais por conta do crescimento demográfico e a crescente divisão do trabalho.

Após Simmel, houve uma exaustiva produção sobre as cidades e seus habitantes, ora se apoiando em tecnicismos, ora se apoiando em descrições sobre as transformações sociais e territoriais, onde se busca explicar a atual fragmentação do espaço urbano, a crescente segregação sócio-territórial e a expansão dos bolsões de pobreza dentro das grandes cidades, além dos fenômenos envolvendo mobilidade e novas ocupações nas metrópoles e nas cidades médias.

Na tentativa de produzir cidades mais humanas, a defesa de projetos de habitação concebidos dentro de formatos mais participativos é um dos gatilhos de enfrentamento dos problemas urbanos, que não produzem apenas moradias ruins, mas cidades ruins, segregadas e violentas. Partindo da concepção marxista de interpretação da produção do espaço, e, portanto, a mais atual forma de interpretar a produção de cidades, espaços multidentitários, é interessante investigar novas formas processuais para garantir a produção de moradia no Brasil.

Cidades ou Polis?

Neste tópico vamos trazer o tema propulsor deste artigo, abordando aqui importantes contribuições para pensar a forma de como vem sendo produzidas e reproduzidas as cidades brasileiras, através da promoção de moradias de interesse social, pensadas diretamente para população residente em assentamentos precários.

Aqui, tendo em vista que a habitação cumpre uma parte importante no processo de produção da cidade, uma vez que abrem novos setores de expansão, através da criação de novas ocupações servidas de infra-estrutura, por mais básicas e insuficientes que sejam, estreiam novos filões de desenvolvimento urbano e expansão de periferias urbanas, portanto, da cidade. O principal questionamento aqui, se concentra em torno da pergunta: nesse processo de promoção de políticas habitacionais, criamos polis ou cidades?

Nos referenciando no texto Pátria, empresa e mercadoria de Carlos Vainer, neste tópico, vamos nos pensar a cidade enquanto um espaço de negócios, objetificada, uma cidade artefato, e a Polis, enquanto local de confronto, consciência, presença, participação e luta, polarização esta, que nos ajuda a entender atual produção de cidades em nível global. Utilizando o caso de Barcelona e Rio de Janeiro, Carlos Vainer estuda o planejamento estratégico e seu discurso, analisando o empresariamento das gestões urbanas.

Na essência deste discurso encontramos as cidades submetidas às condições de uma empresa, onde é necessário competir e se inserir no sistema de promoção de cidades mercantilizadas, afim de atrair novos investimentos. A venda de uma imagem criada das cidades, abertura para mercado externo e redefinição de regras ambientais e paisagísticas fazem parte do processo de marketing urbano que as gestões estratégicas

buscam. No texto, o autor se esforça em demonstrar que esse processo traz uma despolitização das cidades, a partir do momento em que o espaço se converte em território de gestão, ao invés de local de exercício da cidadania e democracia local. O autor argumenta ainda, que a "despolitização planejada" busca sustentação em elementos de coesão social, como o sentimento de crise e patriotismo, através de uma gestão voltada para personalidades carismáticas e de poder excessivamente concentrado.

Na polis, conceito originalmente grego para designar não apenas as aglomerações de residências humanas, mas também, local onde vivem os sujeitos plenos de direito e, portanto, de participação no sistema democrático de decisões políticas ligadas à cidade. O conceito grego relaciona diretamente a participação política com a ideia de cidadania grega e formação dessas aglomerações, que abrigariam a população. Considerando o conceito de Polis neste sentido, podemos traçar um diálogo direto com a teoria do direito à cidade de Lefvbre, no qual, o direito à cidade é uma conquista que prescinde de participação popular. Uma cidade onde se permita a participação de todos, ou seja, um espaço daqueles que possuem direitos e agem ativamente na luta por ele.

Como os assentamentos precários podem se inserir na cidade de direito? Ou, como, através da inserção dos assentamentos precários, na cidade, ela pode ser tornar um espaço de direito, uma cidade democrática e participativa? E ainda, como a população residente nos assentamentos precários poderão desfrutar do seu direto à cidade? Como transformar as cidades, em polis?

No artigo As favelas como territórios de reinvenção da cidade, de Jorge Luiz Barbosa, ele coloca a favela como um território de grande potencial para gerar mudanças e para reinvenção das cidades, nos convocando a assumir movimentos de inovação teórica-conceituais e metodológicas. As consequência das estruturais diferenciações da urbanização e o acesso discricionário induzidos pela concentração de capitais, da posse da propriedade privada e do poder político, geraram condutas à margem das regras válidas para a cidade formal. Ações essas que podem ser chamadas de "linhas de fuga", conceito de Deleuze e Guatarri, que serão melhor explicados à frente, como um referencial teórico nessa empreitada. Barbosa cita como "linhas de fuga" as reuniões de famílias distintas em apenas uma moradia, as soluções criativas em engenharia e arquitetura, a garantia de água e energia elétrica apesar de ilegalidades, usos plurais do solo à margem das leis de uso do solo que vigoram na cidade formal, a reinvenção do espaço público dentro de becos e vielas, e o uso do corpo, quando se colocam como sujeito ativos daquele espaço, criando uma verdadeira vida em comunidade, onde os aspectos sociais e até morais, se diferenciam da lógica vigente na cidade formal.

Essa diferenciação, entre duas cidades distintas (cidade-formal e informal, em Maricato, por exemplo), já foi amplamente estudada dentro da produção acadêmica, e essencialmente, se relaciona com os conceitos de valor de uso e valor de troca, trazidos por Marx, estruturantes no pensamento marxista. Caberia um artigo completo para discorrer sobre o significado de valor de uso e valor de troca embutido nos espaços e moradias, mas aqui não será necessário aprofunda-los, uma vez que, nos interessa relembrar que o aspecto cultural, identitário, sentimental, afetuoso e cotidiano está contido no valor de uso, portanto, na polis, enquanto que, o valor de troca, estaria presente nas cidades de negócios.

JUSTIFICATIVA:

Uma breve retrospectiva histórica da política habitacional em Salvador e o caso do Nordeste de Amaralina:

Pelo início dos anos dos 40, assim como em outras grandes cidades brasileiras, Salvador vivia um momento de intenso fluxo migratório em direção aos centros urbanos. Desde essa época, a cidade passou a ser composta por assentamentos ilegais e ocupações informais, resultado da grande migração em direção à capital. A história das políticas públicas voltadas para habitação e a própria produção de moradias está muito

ligada aos processos econômicos do período, quando os novos assentamentos e ocupações de áreas ilegais foram vistas como uma contestação ao sistema fundiário vigente.

Ainda dos anos 40, o Brasil experimentou algumas iniciativas públicas para enfrentar o problema do déficit habitacional: os grandes conjuntos habitacionais construídos pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPI), com a criação da Fundação da Casa Popular (FCP), e que culminou, em 1964, com a criação do Banco Nacional da Habitação e do Sistema Financeiro de Habitação – BNH/SFH, que, durante os seus vinte e dois anos de existência, promoveram a construção de um quarto do parque imobiliário edificado no país naquele período - no total, o BNH/SFH foi responsável pela produção de 4,5 milhões de unidades. Porém, desse total, somente 1,5 milhão de unidades (33,3%) destinam-se às camadas populares.

Comparativamente, em produção estatal, destaca-se o Programa de Urbanização e Habitação da Bahia, as URBIS, e os Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais, os INOCOOPs, que edificaram os grandes conjuntos habitacionais de edifícios de apartamentos e de casas padronizadas nas periferias. As URBIS, criada em 1965 e extinta em 1998, vinculada ao governo estadual, financiou a produção de habitação social para as faixas de renda até 5 salários mínimos. Já os INOCOOPs, foram criados em 1969 para suprir as demandas de faixas um pouco maior, de 5 a 12 salários mínimos, quando interrompeu a sua produção em 1994. De acordo com Gordilho (2000), do total de moradias produzidas na Bahia nesse período, grande parte concentra-se na Região Metropolitana de Salvador, correspondendo a um total em torno de 80 mil unidades.

Mesmo após esse processo, as periferias continuaram se adensando e se expandido, evidenciando a consolidação da ocupação informal, seja por verticalização, seja por ocupação de áreas intersticiais. A “invasão” do Corta Braço que hoje é o bairro de Pero Vaz, foi o primeiro movimento social a ocupar um espaço de forma ilegal, porém organizada, em Salvador, em 1945. A partir de 1945 até 1958, já haviam uma boa quantidade de loteamentos irregulares no Rio Vermelho, Pituba e Amaralina. Em 1967, em Armação, Stiep e Boca do Rio, e, ao final da década de 60, bairros inteiros já estavam consolidados, como a Liberdade, Alagados e o Nordeste de Amaralina. (VASCOSCELOS, 2002).

Nos anos 70, a cidade começa a se expandir para a Orla Atlântica devido à expansão do sistema viário, que acompanha e antecipa um novo vetor de expansão urbana. A abertura da Av. Paralela, juntamente com a criação de um novo centro urbano que foi impulsionado por grandes empreendimentos como o Shopping Iguatemi, a Estação Rodoviária e novo Centro Administrativo da Bahia, mudou o vetor de expansão da cidade de Salvador e reconfigurou os processos de ocupação e uso do solo, antes focado na Baía de Todos os Santos, e agora, direcionado para o sentido norte. Esse processo, terminou de consolidar a formação do “miolo” da cidade, onde a maioria dos conjuntos habitacionais financiados pelo BNH para “classe média baixa” foram alocados.

Passado um tempo, a produção de moradia federal perdeu o fôlego e apenas na segunda metade dos anos 90 se retoma a intervenção pública na área de habitação, mas agora com algumas mudanças significativas na ação do Estado, que passa a dispor, nacionalmente, de outros formatos de financiamentos, trazendo programas de urbanização de áreas ocupadas, crédito direto ao consumidor para imóveis novos e usados, cesta de material de construção e autogestão, produção de novas unidades para aluguel com preferência de compra, entre outras possibilidades.

Foi nesse sentido que, no período de 1995 até 1998, surgiu, dentro do URBIS, a possibilidade de atuar na melhoria de áreas ocupadas degradadas em Salvador e outros municípios do Estado da Bahia através dos programas federais Habitar Brasil e Pró-Moradia, com intermediação da Caixa Econômica Federal, a CEF. De acordo com dados da CEF, de 1997 a 1998, realizaram-se 94 projetos em todo o Estado da Bahia, sendo a maioria, 65, em Salvador. A maioria dos projetos foram executados em locais já ocupados, principalmente, em áreas de invasão, algumas localizadas em glebas remanescentes de conjuntos habitacionais construídos no passado pela própria URBIS, oferecendo melhoras na infra-estrutura e substituindo algumas habitações

na própria área e buscando manter as populações nos assentamentos de origem, a Gamboa e a “invasão” Yolanda Pires, no Ogunjá, são exemplos.

Nestes últimos anos, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), financiado através do Programa de Aceleração de Crescimento – PAC, implementado em 2009, pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva, cumpriu um importante papel na promoção de habitações, construindo cerca de 2,4 milhões de moradias. Atendeu um grande número de famílias, abarcando as faixas 1, 2 e 3, e o Minha Casa Minha Vida Entidades e Rural, previsto para autoconstrução. Com o PAC, foi possível realizar intervenções em escala urbana, inserindo o planejamento urbano na prática da construção dos espaços, oferecendo bairros inteiramente reurbanizados, como o Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, em 2007.

A política habitacional do PMCMV sofreu com grande influência da especulação imobiliária e com a pouca força do Estado para negociar com proprietários privados. Esse processo acabou por reproduzir e talvez, até aprofundar as desigualdades quanto à distribuição do espaço urbano brasileiro, alargando as periferias urbanas. O programa MCMV, apesar de oferecer uma moradia, através da concessão de uma propriedade privada, distancia seus moradores da sua vida cotidiana já consolidada, uma vez que a regra é oferecer moradias em locais afastados dos centros urbanos, onde não há os equipamentos necessários e pouca mobilidade, mas que é possível comprar terrenos baratos. Espacialmente, os projetos são pensados de forma generalizada, sem inovação, com layouts mínimos, materiais de baixa qualidade e sem espaços de convivência.

Devido aos acontecimentos e fracassos após a implementação do programa, tornou-se consenso que política do MCMV acabou servindo muito mais aos interesses da indústria da construção civil, do que necessariamente, aos problemas habitacionais brasileiros.

O "nó da terra"[3] também é o paradigma posto para a população ocupante do Morro do Pé Preto, no Nordeste de Amaralina, objeto de reflexão para escrever este artigo e poligonal de estudo para o trabalho anteriormente desenvolvido.

Segundo o censo do IBGE de 2010, a região possui 77.024 mil habitantes, comunidade composta majoritariamente pela população negra, e que, durante muito tempo, foi considerada como uma "invasão". Em meados dos anos 50, a ocupação do bairro se intensificou devido ao processo de valorização que o Rio Vermelho, bairro vizinho, sofreu, obrigando aos pescadores originários e suas famílias se instalarem nos arredores. Pouco a pouco, o que antes eram grandes áreas de exploração agrícola, se converte em lotes para venda a baixos preços, ou para ocupação ilegal, constituindo os germes da urbanização e consolidação do bairro. A partir do momento em que o bairro alcançou um certo "grau de desenvolvimento", o território atingiu um status de bairro popular consolidado. No entanto, não foi o suficiente para sanar os problemas concentrados, como alta taxa de desemprego, renda baixa, escolas desestruturadas, ausência ou mau funcionamento dos equipamentos básicos, saneamento básico insuficiente, lixo, esgotos a céu aberto, grande recorrência de violência policial e consumo e tráfico de drogas que envolve principalmente os jovens. Em 1984, o bairro foi reconhecido como “Zona de Proteção Sócio-Ecológica”, conceito que visava proteger as aglomerações residenciais de baixa renda contra a especulação imobiliária e oferecer melhores condições ambientais no âmbito da Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (LOUOS), frutos dos esforços dos seus moradores, que já a mais de 30 anos estavam organizados em torno das questões urbanas. A associação de Moradores do Nordeste de Amaralina, em meados dos anos 90 e 2000, formularam o Plano Nordeste de Amaralina, que na sua primeira fase, garantiria um plano de urbanização e legislação específica aplicável ao bairro. Na segunda fase, seria construção e manutenção de sistemas de infra-estruturas, sistema viário, habitações e equipamentos urbanos. Durante aquele período, no final da ditadura militar, apesar de

[3] Interessante expressão utilizada por Erminia Maricato em diversos dos seus escritos.

ter acontecido a intervenção, ela foi muito diferente do que estava previsto. A prioridade foi a construção da avenida Vale das Pedrinhas, que permitiu estruturar as relações entre os três sub-bairros (Nordeste de Amaralina, Santa Cruz e Vale das Pedrinhas), e afim de alojar a população atingida pela construção do sistema viário, foram construídas 150 unidades habitacionais na entrada da avenida. Esse foi o único plano destinado ao complexo, e após esse fato, não houveram mais projetos destinados exclusivamente ao local.[4]

Em 2004, o bairro foi incluso no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) classificado enquanto Área de Especial Interesse Social (AEIS) e em 2005, iniciou-se a regulamentação das Zona Especial de Interesse Social, instrumento pensado num momento de grandes avanços na política nacional de habitação. A concepção básica do instrumento das ZEIS é incluir no zoneamento da cidade uma categoria que permita, mediante um plano específico de urbanização, estabelecer padrões urbanísticos próprios para determinados assentamentos e, portanto, do ponto de vista institucional, garante regularização fundiária e participação social. No entanto, é extremamente frágil quando se depara com os jogos do capital imobiliário especulativo envolvido na disputa de interesses pelo solo em âmbito local.

Dados do IBGE e SEI, mostra que a absoluta maioria dos domicílios dos bairros de Santa Cruz e Nordeste de Amaralina contam com a cobertura de serviços públicos essenciais como água, esgoto, coleta de lixo e energia elétrica, mas a qualidade desses serviços, no entanto, os classifica enquanto precários, e como pode ser observado na figura 01, todo o Nordeste de Amaralina apresenta uma habitabilidade precária ou insuficiente. A área rosa e destacada no mapa, onde existe insuficiência de habitações, é a poligonal de intervenção, área de aproximadamente 35 mil metros quadrados, onde cerca de 30 famílias vivem em área de duna, em barracos de madeira e restos de materiais de construção. Ao estudar a poligonal de intervenção, foram feitos alguns mapeamentos que serão disponibilizados ao final deste artigo.

[4] Mais informações podem ser encontradas no Blog da Associação dos Moradores do Nordeste de Amaralina. O Plano Nordeste de Amaralina contou com a participação da população na sua formulação. Na década de 70 muitas avenidas de vale foram abertas em Salvador, A Avenida do Vale das Pedrinhas foi construída neste contexto e contribuiu para o crescimento do bairro, mas muito do que estava acordado entre a população e o poder público não foi cumprido.

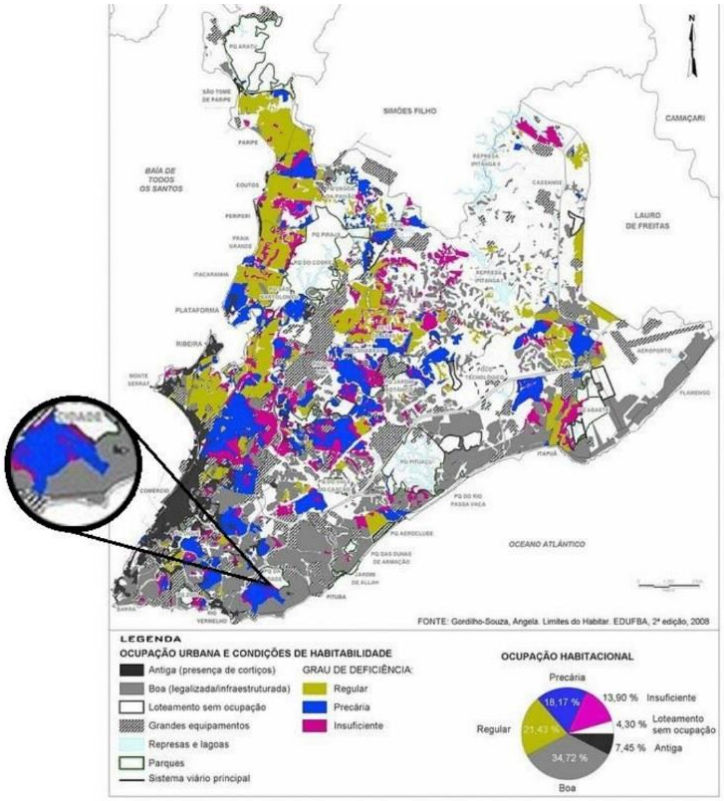


Figura 01: A condição de habitabilidade do Nordeste de Amaralina é insuficiente ou precária.
Fonte: Gordilho Souza, Angela. Limites do Habitat. EDUFBA, 2 edição, 2008.
Edição de destaque por Carolina Queiroz.

Sendo impossível abordar todos os levantamentos e pontos que foram feitos e analisados durante a realização do trabalho de pesquisa mencionado, julgamos importante destacar as conclusões quanto ao uso do solo e mobilidade urbana na poligonal.

A área não carece dos equipamentos básicos, uma vez que está entre o bairro da Pituba, Itaigara e Nordeste Amaralina, que atualmente, é composto por equipamentos comunitários importantes como uma UPA, supermercados, farmácia, centros comunitários e culturais. Numa análise da mobilidade local, podemos notar que não há pontos de taxis nem de ônibus ou ciclofaixas. No entanto, são rotas acessíveis para pedestres e veículos privados, com leito carroçável de 10 metros de largura e passeios largos, de 3 metros de largura. Por ser um ponto afastado da Orla Atlântica e com uma topografia cheia de declives e aclives, não é possível que linhas de ônibus adentrem ambos os bairros e chegue até a poligonal estudada. Na porção leste, onde está o bairro do Nordeste de Amaralina, mais denso e com um traçado urbano muito orgânico, a mobilidade fica comprometida por conta da topografia com desníveis acentuados e ruas estreitas, impedindo que passe ônibus, caminhões de lixo ou ambulâncias. A rua Nova República tem grande potencial de se tornar uma rua que abarque um grande fluxo, uma vez que dispõe de muito espaço e liga o bairro do Nordeste de Amaralina a avenida arterial Juracy Magalhães. (Para melhor observação, ver mapas em anexo).

Após esclarecimento sobre a poligonal e sua situação social, é notável que a comunidade que ocupa as dunas do Nordeste de Amaralina não resiste na área por qualquer motivo: a poligonal está localizada numa área consolidada e privilegiada quando observada na escala de cidade. Este conjunto de elementos, entre outros, faz do Nordeste de Amaralina um bairro muito aberto às mudanças sociais. Não menos importante do que outras ocupações em Salvador, mas marcante por evidenciar esse contraste (estar diretamente ligado à Orla

Atlântica e ao da Parque da Cidade), a ocupação de espaços como esses, quer falar sobre o direito à moradia e o direito à permanência nos seus locais de origem.

O déficit habitacional, a produção estatal e a precarização da moradia: uma boa justificativa para mudanças

De acordo com um estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades e o Centro de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro, baseado em informações do Censo Demográfico brasileiro de 2010, o Brasil apresenta um déficit habitacional de 6,490 milhões de unidades, o correspondente a 12,1% do total de domicílios no país. Cerca de 70% deste está localizado nas regiões Sudeste e Nordeste e excluem-se do cálculo os domicílios com condições inadequadas de moradia tais como falta de água, saneamento e infraestrutura urbana, características fundamentais para a garantida do real direito à moradia.
Na nossa área de enfoque, uma atual pesquisa divulgada pelo Datapedia em 2015, mostra o percentual de famílias sem acesso à coleta de lixo e saneamento básico em Salvador, como mostram as figuras 02 e 03.

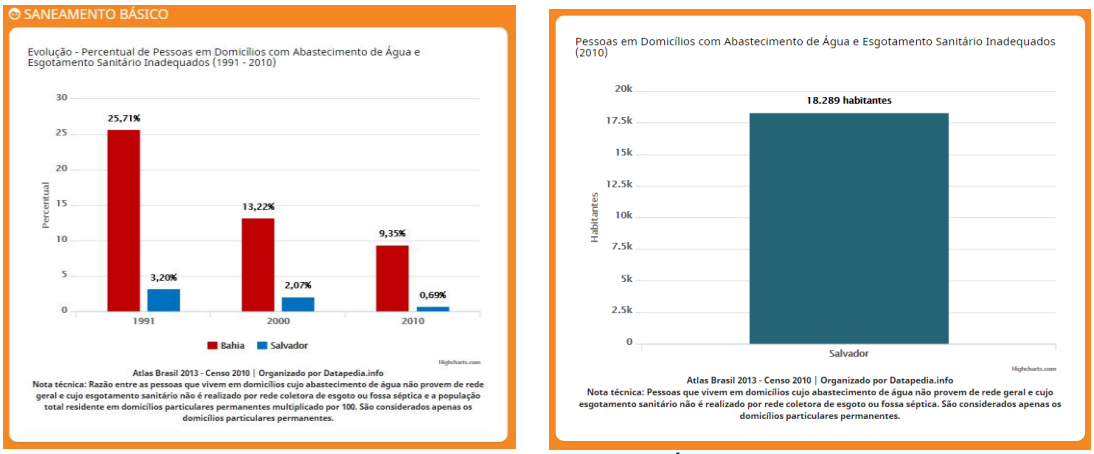


Figura 02: Percentual de Pessoas em Domicílios com Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Inadequados
Fonte: Datapedia.info

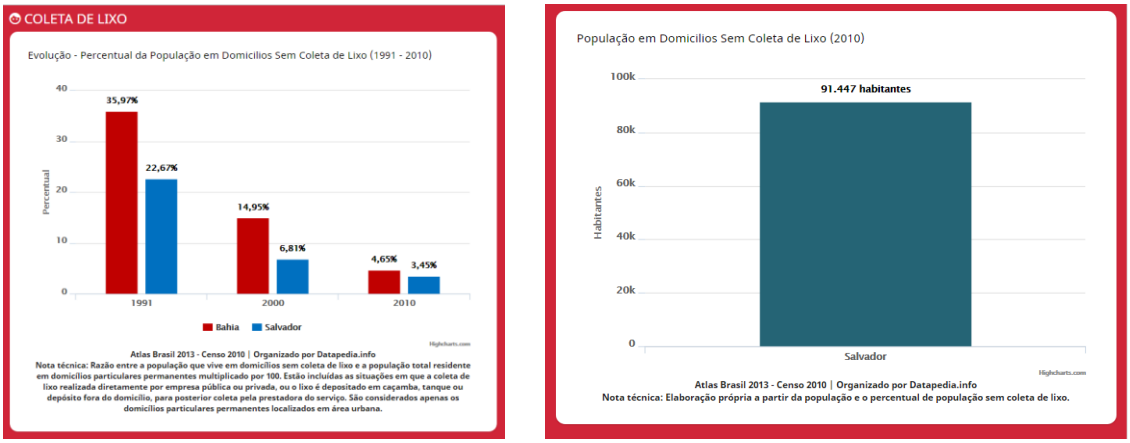


Figura 03: Percentual da população em Domicílios Sem Coleta de Lixo
Fonte: Datapedia.info

Em 2010, a Fundação João Pinheiro registrou em Salvador um déficit habitacional superior a 93 mil unidades, frente a um déficit de 128,6 mil na Região Metropolitana. Na figura 04, mapa formulado por Gordilho Souza (2010), podemos ver que quase 35% das habitações construídas em Salvador se deram por vias informais, fora da legalidade das regras de uso do solo e autoconstruídas, lógica que impera no processo de crescimento das grandes cidades brasileiras e que deu robustez aos assentamentos precários dentro de áreas urbanas e áreas sub-urbanas.

Os assentamentos precários, apresentam várias configurações: favelas, loteamentos irregulares, cortiços, conjuntos habitacionais autoconstruídos, prédios ocupados, cujo cada denominação corresponde a um processo de produção e ocupação do solo, mas que, em comum, são áreas de fragilidade social que costumam ocupar áreas de fragilidade ambiental, com uma frequente irregularidade nos ambientes construídos, fora dos padrões urbanísticos e sem registro oficial, podendo haver também, variações dessas condições e entendimento enquanto a sua nomenclatura. (Cardoso, SD).

Embora deva-se considerar a pobreza e a desigualdade social como fatores fundamentais para a crise das moradias e a sistemática precarização dos assentamentos humanos, é necessário entender que a dinâmica habitacional não pode ser resumida a distribuição de renda. Mesmo nos países com altos índices de desenvolvimento, a intervenção pública foi e ainda tem sido fundamental para garantir o acesso, pois o mercado de imóveis residenciais para camadas de baixa renda ou inferior à classe média, somente ocorre, quando há um sistema de crédito capaz de financiar esse e outros tipos de consumo, mostrando a importância dos fundos públicos e de amplas políticas de urbanização, dentro da sua totalidade (transporte, energia, saneamento), como elementos asseguradores dos financiamentos. (Maricato, 1979; Ribeiro, 1997).

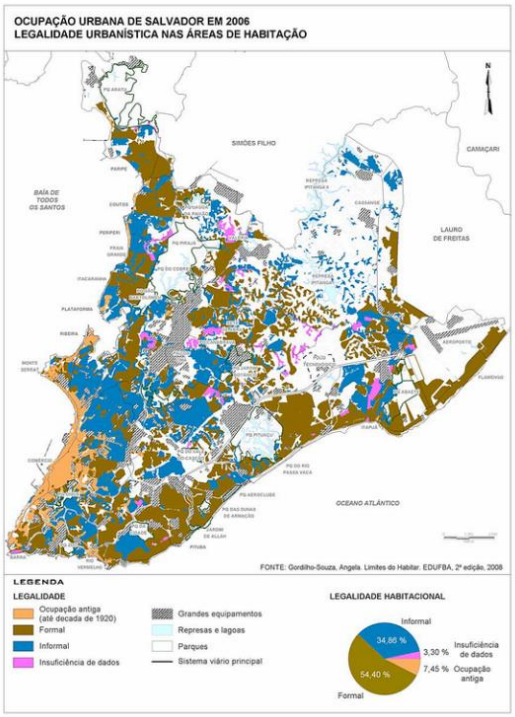


Figura 04: Mapa que mostra a ocupação Urbana em Salvador em 2006
Fonte: Gordilho-Souza, 2010. Processo histórico da produção de moradia de interesse social em Salvador.

Como ilustramos no tópico anterior, abordando questão da política pública habitacional por um viés histórico, é possível notar que as iniciativas governamentais não foram capazes de sanar o grande déficit habitacional na cidade de Salvador.
Defendemos aqui, que, trazendo os conceitos de micropolíticas, habitabilidade e autogestão, caminharemos para uma conclusão onde todos os aspectos da habitação podem ser pensados. Através deste artigo, saímos na defesa de que é possível moldar políticas públicas habitacionais de cunho local dentro dos bairros em parcerias com as prefeituras e com os estados, acreditando que com processos participativos os resultados das políticas públicas serão mais eficazes.

PROBLEMATIZAÇÃO:

Nesta sessão trataremos de propostas de resistência para os processos especulativos vigente na reprodução das cidades apresentando os conceitos de habitabilidade, autogestão e micropolíticas.

Habitação e cidade – O que é habitabilidade?

Para abordar essa ceara teórica, temos como horizonte a ideia de que a cidade é composta por diversas redes de interação social, que agregadas produzem espaços diferentes e diversas formas de apropriação, processos responsáveis pela produção e reprodução da cidade e do viver urbano. Posto isto, compreende-se que, no planejamento urbano e na arquitetura social devem existir premissas, tanto no desenvolvimento projetual de arquitetura e urbanismo quanto na execução e implementação da política em si, para alcançar cidades mais humanas.
Alguns conceitos chave que nos ajudam a pensar a questão são: planejamento urbano participativo; desenvolvimento territorial e economia criativa; escala de bairro e território; sociabilidade, vizinhança e intimidade; interação do espaço privado com espaço público; cultura e educação; infra-estrutura e sustentabilidade.
Lacaze, em seu livro Os métodos do urbanismo (1993), diz que no planejamento urbano o processo participativo revela valores que podem ser definidos como valores de uso vernáculo. São resultados da frequência cotidiana do espaço pelos habitantes e da apropriação desse espaço.

> A repetição de gestos simples e de hábitos cotidianos conduz de fato àquilo que Pierre Sansot chama de microrritualizações, fontes de prazer e de sentimentos de pertencer e ser importantes na afetividade desses habitantes. Pois existe algo de irredutível no fato de que, para todos nós, a repetição dos atos da vida cotidiana é a primeira condição da apropriação do espaço de nosso ambiente mais próximo. (LACAZE, 1993)

É uma concepção que pode ser inserida no debate das políticas públicas urbanas, afim de apresentar alternativas para os problemas sociais, e no enfoque da habitação social, ajustada à escala de bairro, território e entorno imediato. Fenômenos como a gentrificação, por exemplo, traz mais adensamento das periferias e favelas em terrenos de risco, processo decorrente da especulação imobiliária e encarecimentos das áreas urbanas centrais. A privatização da cidade e sua fragmentação traz ainda mais insegurança, segmentando a cidade, onde a velocidade e praticidade substituem a dignidade humana, consequência de um planejamento urbano estrategicamente voltado para produtividade na lógica capitalista periférica da exploração.
Uma proposta de resistência à homogeneização capitalista do reproduzir urbano, se trata de uma volta à compreensão da habitabilidade, através do uso escalas territoriais e compreensão dos aspectos identitários.

Se tratando da política de habitação social, deve-se levar em conta que o espaço doméstico não é apenas um espaço destinado à moradia, mas comporta toda uma dimensão simbólica e social. Cultura, trabalho, meio ambiente, educação, segurança, saúde e infraestrutura são alguns fatores que devem ser levados em conta para pensar habitações.

> A habitabilidade vem de "habere", do ter e do ter-se no mundo, de tomar posse dele e de si: uma das formas do ser humano constituir sua posse de si e do mundo é edificando o seu habitat, no qual define e funda seus hábitos, sua habitualidade, e dá-lhes lugar, ou seja, cria uma morada, abriga os seus costumes, more. A habitabilidade de um espaço cria o bem-estar quando se conforma um meio através do qual o habitante se conquista, se identifica, se vê abrigado em seus costumes, seus hábitos, e encontra no habitat um modo de se ter, de encontrar-se depois de girar o mundo, a cidade ou o dia de trabalho. (BRANDÃO, 2005)

Autogestão: uma possibilidade real

O processo de crescimento acelerado das cidades brasileiras, desencadeada pela industrialização do último meio século produziu muitos assentamentos residenciais precários, adotando um processo que mistura a lógica da autoconstrução (fora do sistema capitalista) e a lógica da mercantilização do espaço urbano. De acordo com Ribeiro (1997), podemos considerar a forma "não-mercantilizada" os assentamentos de autoconstrução, através de loteamentos irregulares e ocupações coletivas da terra. Essa forma de produção da habitação não é orientada para acumulação do capital, mas para valores de uso.

De acordo com Souza (2000), no início dos anos 90, em Salvador, as "invasões" chegaram a 14% das áreas ocupadas, que somadas a outras áreas de ocupação informal, chega a 32% da ocupação habitacional, pois, como explicou Kowarick (2009), "a mobilidade de amplas parcelas da população rural em direção às cidades e sua inserção na vida urbana se viabilizaram, em larga medida, por processos de autoconstrução de moradia".

Nesse momento é interessante apontar para uma distinção importante, abordada por Erminia Maricatto (1982), entre os processos tradicionais de mutirão e a "autoconstrução" habitacional nos grandes centros industriais. O segundo processo se intensificou com modernização e se consolida como modo de produção da classe trabalhadora, dos habitantes da "não-cidade", a cidade fora da lei.

Então, a autogestão nasce como uma estratégia de construção para uma parcela da sociedade que não tem condições materiais para obter habitações através do mercado, satisfazendo suas necessidades de produção e se organizando em sociedade. Autogestão é uma forma de organização que une ação, pensamento e produção, e por isso, está associado muitas vezes à forma cooperativa; mas é uma produção de mercadoria que não é produzida imediatamente para o mercado, mas para a subsistência, produzindo um objeto que cristaliza trabalho e que tem valor de uso e um potencial de valor de troca. Para Michael Albert (2004), a autogestão significa que cada agente deve participar da tomada de decisão, ao mesmo tempo em que, é alertado e toma conhecimento das consequências de suas escolhas.

A autogestão entra para as pautas das políticas públicas na década de 80, no contexto da luta pela Reforma Urbana e Moradia Popular, com diversos atores sociais na composição da luta urbana. A conjuntura política - organização dos movimentos sociais e a redemocratização, possibilitou que governos progressistas implementassem programas de autogestão no Brasil.

Dentre os programas, podemos destacar o Programa de Construção por Mutirão e Autogestão, promovido pela Prefeitura de São Paulo durante o governo de Luiza Erundina (1989-1992), que través do Fundo de atendimento municipal à população moradora em habitação subnormal (FUNAPS ou FUNACOM), realizou convênios com associações comunitárias e induziu uma gestão participativa envolvendo sociedade

organizada e Estado. Podemos destacar também o programa Crédito Solidário criado em 2003, e implementado a nível federal após a criação do Ministério das Cidades, através do Fundo de Desenvolvimento Social, com a Caixa Econômica Federal enquanto agente operadora e responsável por habilitar as Entidades Organizadoras, estreando, nesse momento, a definitiva entrada do setor financeiro no âmbito estatal de produção de moradia.
Em 2009, junto ao PMCMV, veio o MCMV Entidades e Rural, ainda em vigência. De acordo com Rolnik (2015), desde o lançamento do programa, o MCMV-Entidades e Rural representam, juntos, 1% do total das unidades e recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida, o que mostra que o MCMV-Empresas se tornou o núcleo duro da política habitacional, refletindo a tendência financeirizada da política.
Obvio que cada programa desenvolveu uma lógica de funcionamento, trazendo resultados diversos e processos complexos que ocorreram e ainda ocorrem na execução das políticas que possibilitam autogestão. Podemos mencionar que a burocratização dos processos, a dominação do setor financeiro nas negociações e o acesso à terra urbanizada continuam sendo barreiras para implementação de políticas públicas habitacionais autogestionarias.[5]
Aqui, nos interessa reforçar a autogestão como método viável e possível para execução de políticas habitacionais – quebrando a lógica especulativa das grandes empreiteiras – estimulando a produção de uma arquitetura e de uma cidade mais democrática. Essa perspectiva traria avanços na questão da assistência técnica gratuita, aqueceria o desenvolvimento da ciência do planejamento urbano, gerando mais possibilidades de transformação na forma de executar e propor políticas públicas habitacionais, além da passar pela necessária participação dos diversos agentes envolvidos nos processos decisórios.

Micropolíticas: descentralização e participação

Nessa sessão iremos introduzir a noção de “micropolíticas” através do conceito cunhado por Deleuze e Guattari, no livro Mil Platôs. Para entendermos o sentido do conceito de “micropolíticas”, vamos introduzi esta discussão com o conceito das “linhas de fuga”, onde os teóricos apresentam as ideias centrais do livro, definindo-as como "pequenas resistências que nos levam a acompanhar a emergência de novos campos possíveis", entendendo que a sociedade se define pelas contradições criadas a partir dessas resistências dentro do sistema capitalista, trazendo grandes contribuições a interpretação marxista, que muitas vezes se resume em uma interpretação exclusivamente socioeconômica, como explica Ferreira Neto, em seu artigo Micropolíticas em Mil Platôs: uma leitura (2015).
Essa compreensão das esferas subjetivas, trouxe novas interpretações sobre a natureza do poder, compreendendo sua estrutura e sua dinâmica de dominação enquanto micropolítica, variando entre processos que acontecem de forma macro e microestruturais.
O filósofo francês Michel Foucault em seu consagrado livro Microfísica do Poder, sistematiza e explica a natureza micro-estrutural das relações de poder que se constroem na sociedade, fazendo deste um debate extremamente atualizado, demonstrando possibilidade de poder trazer respostas eficazes a um mundo globalizado, e que também se constroem através de mecanismos micro-estruturais.

> "Seria preciso fazer uma "história dos espaços" - que seria ao mesmo tempo uma "história dos poderes" - que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas

[5] Para entender a Autogestão no Brasil: LAGO, Luciana C. (org.). Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições. 1.ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

> táticas do habitat, da arquitetura institucional, da sala de aula ou da organização hospitalar, passando pelas implantações econômico-políticas." (FOCAULT, 2011, p.212)

Em Deleuze e Guattari, a micropolítica não se define pela pequenez de seus elementos, mas por sua natureza de sua massa, medidas infinitas que podem provocar mudanças em conjuntos maiores. Eles explicam essas ideias utilizando também, os conceitos de dimensões: “molares” e “moleculares”. Eles falam de uma “potência micropolítica ou molecular como um campo de intensidades que não cessa de agitar e remanejar os segmentos macropolíticos.” (NETO, 2015).

Com isso, afirmam existir, em toda a sociedade e indivíduos duas segmentaridades, molar e molecular, distinguíveis, mas inseparáveis, e considera que ambas as dimensões estão permanentemente entrelaçadas, o que nos leva a entender que a análise macropolítica e micropolítica devem ser feitas de maneira agregada. Ao retomar a noção mais ampla de política tradicional, consideram que, apesar de operar por macro-decisões, binarismos e classificações, existe uma dimensão que não se pode prever e se que opera nos detalhes, pois a decisão política mergulha necessariamente em indeterminações. No campo das políticas públicas, o trabalho de Deleuze e Guattari continua sendo pouco utilizado, assim como em toda a produção de conhecimento ligado à ciência política. Porém, cada vez mais se torna um trabalho notável ao estudar as subjetividades.

Explicado o conceito de micropolítica em Deleuze e Guattari, gostaria de propor uma interpretação da micropolítica trazendo essa discussão para o campo das políticas públicas urbanas, pois acredito num possível diálogo entre as ferramentas conceituais de Mil Platôs e a investigação dos processos de implementação dessas políticas na realidade brasileira, e, como observou Neto:

> A construção das políticas sociais no Brasil nos anos 1980 demandou uma contínua costura na articulação desses dois níveis da política. Esses entrelaçamentos ocorreram desde a formação dessa agenda política por meio dos movimentos sociais, de massas, de espectro micropolítico, passando pelas negociações e pressões no contexto da Assembleia Nacional Constituinte, até sua formalização no texto macropolítico da Constituição de 1988 e sua regulamentação na forma de lei. Ela foi, então, razoavelmente bem sucedida; houve um contínuo processo de articulações que não se assentavam apenas sobre macrodiretrizes, mas estavam entrelaçadas a uma molecularidade intensiva, que se apresentava inclusive na forma de ocupação estratégica da máquina estatal por parte de técnicos militantes e na participação social dos movimentos organizados, como foi o caso da saúde. O próprio processo de implementação no nível local dessas políticas num país de proporções continentais como o nosso dependeu, e ainda depende, dessa relação permanente entre macro e micropolítica nos níveis subnacionais. O esforço em articular o que é organizável e formalizável, que é próprio do âmbito molar, com o que é indiscernível, do domínio das crenças, desejos e microdeterminações, o que deve ser permanentemente avaliado ou pressentido, pode ser um caminho fértil de investigação ancorado nas propostas de Deleuze e Guattari. (NETO, 2015).

Diante dessas ideias, é possível considerar que as micropolíticas sejam uma resposta à nova forma de organização globalizada – fragmentada, de velocidade, de fluxos de informação, flexível, micro e macroestruturadas. A globalização impôs uma nova organização do trabalho no sistema capitalista, que acaba por impor novas formas de organização social. Segundo Giddens (1997), estamos diante de uma descentralização do poder político que exige um funcionamento que venha de baixo para cima e que traga reconhecimento de autonomias locais.

A emergência de novos centros globalizados e sociedades multiculturais, exigem novas características na forma de fazer política, características que estimulem a autonomia dos novos movimentos políticos e que tragam ideias como anti-autoritarismo, descentralização e horizontalidade. Autonomia traz "intensificação da solidariedade" (GIDDENS, 1997), valor que vem sendo dissolvido nas sociedades globalizadas, dando força a outros fenômenos de coalizão social, como a competitividade (SANTOS, 2001).

Já voltando para linguagem da ciência política tradicional, Beck (1994) define micropolítica como “moldar a sociedade de baixo para cima”, pois, as micropolíticas permitem uma participação ampliada na política moderna, se utilizando da própria sociedade para criação de redes, criando ambientes favoráveis para decisões inovadoras, cooperação, articulações, discussões e resoluções com a participação social.

As micropolíticas já foram entendidas como ações localizadas e muitas vezes fechadas em si, que não alcançavam a totalidade das massas, demonstrando o perigo de se dispersar as lutas sociais, fracionando ações coletivas e criando grupos homogêneos. Porém, já existe a construção de um novo entendimento, baseado no pluralismo, que possibilita o fim do distanciamento político, ao oferecer novas alternativas e possibilidades de organização, o que nos faz voltar ao livro Mil Platôs, apontando as linhas de fuga como diferenças comuns entre diversos grupos sociais, onde reside grande potência de mudança.

CONCLUSÃO:

Ao longo desse artigo, houveram tentativas de chamar atenção para como o modelo de desenvolvimento das cidades brasileiras penetra nas formas de viver, ditando a forma de construção do espaço. Esse processo é certamente fruto de políticas e acordos econômicos entre o Estado monopolista, agora falido, e entre os grandes detentores de capital financeiro.

Na verdade, a política urbana está sendo resumida aos interesses desses grupos, quando, são essas empresas executoras dos projetos, e o Estado o principal proponente, e o principal investidor que arca com os maiores riscos desse negócio. Há vasta produção teórica que defende a existência de uma junção do poder político com o poder econômico, gerando uma democracia que é exercida através das decisões unilaterais do governo e das elites transnacionais, incidindo sobre a política urbana de forma a consagrar uma lógica de funcionamento: o uso mais lucrativo do solo urbano possível e uma taxa máxima de retorno financeiro daquela localização (ROLNIK, 2015, pg. 373 e 379).

A reflexão sobre esse processo de financeirização da vida, justifica a preocupação com novas formas de governança, com a instauração de novos paradigmas, e de voltar a percepção para as "linhas de fuga" que trazem elos sociais em comum. Do ponto de vista dos movimentos sociais e das ocupações, há motivos para esperança e resistência, pois, são iniciativas que vem se multiplicando nas cidades brasileiras e mundo afora, cada vez mais organizados, buscando também, alianças estratégicas. Os mutirões de autogestão e a aplicação de políticas públicas pelo ponto de vista micro e *bottom-up* também são filões interessantes para resistir a homogeinização capitalista.

Apesar da tendência anárquica das ideias de autogestão, que defendem a descentralização e autorepresentação, acredito dificultar o processo quando é anulado o papel do Estado no caso da realidade brasileira. Como já foi abordado antes, são necessários fundos específicos para a criação de moradia e para a manutenção das cidades, e também, para manter um estímulo continuo do desenvolvimento das ciências e tecnologias que trarão melhoras de interesse público, requisito intrínseco ao mundo globalizado.

Cabe uma discussão muito mais profunda sobre a natureza desse fundo público e como se daria as formas de organização desses grupos, mas talvez esse seja um norte a se seguir nessa discursão investigativa, pois, é evidente a necessidade de promover, proteger, potencializar e incluir as multiplicidades sociais, resistindo à esse processo profundamente simbólico, mas também claramente normativo e racionalizado.

No âmbito das políticas públicas é importante levar em consideração as causas e as consequências de tais fenômenos e buscar as ferramentas adequadas para o enfrentamento. Práticas como desapropriação sem contraponto, desterritórialização de uma população local e os problemas que acarretam na escala de cidade, como os movimentos pendulares, que é constante numa capital como Salvador, são apenas algumas das problemáticas que se desdobram dessa discussão. O problema não se molda apenas pela dificuldade de ocupação de terrenos em áreas urbanizadas pela população carente, mas também por conta de uma certa valorização especulativa de locais específicos, que devem ser ocupados por grupos específicos. Em Salvador, acontece uma valorização da porção sul da cidade, onde existem mais equipamentos urbanos, segurança, espaços públicos e mais mobilidade.

O entendimento acerca das necessidades habitacionais passa pela caracterização dos diversos componentes do déficit e da inadequação habitacional, fazendo deste um trabalho de integração com o uso do território. Compreender esses diferentes aspectos é fundamental para o dimensionamento das ações que precisam ser empreendidas, pois, nem sempre a concessão de uma propriedade privada é a resolução dos problemas postos em questão.

REFERÊNCIAS:

ALBERT, Michael. Buscando a autogestão. In: Autogestão hoje: teorias e práticas contemporâneas. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2004.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASCH, Scott. Modernização Reflexiva-Política: tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura Moderna,Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. 4ed. São Paulo: Estação

BOOKCHIN, Murray. Autogestão e tecnologias alternativas. In: Autogestão hoje: teorias e práticas contemporâneas. São Paulo: op. cit.

BRANDÃO, Antonio Carlos. Habitabilidade e Bem Estar. Interpretar Arquitetura. UFMG. 2005

CARDOSO, Adauto Lúcio. Assentamentos Precários no Brasil: discutindo conceito, Sem Data.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. 1995-1997. Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34.

FOCAULT, Michel. A microfísica do poder. São Paulo: Edições Graal, 2011.

GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan H. Introdução. In: Teoria Social Hoje. São Paulo: Editora UNESP, 1999

GORDILHO-SOUZA, Ângela. Limites do Habitar. Segregação e exclusão naconfiguração urbana contemporânea de Salvador no final do século XX.Salvador: EDUFBA, 2004.

KOWARICK, Lucio. A Espoliação Urbana. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LACAZE, J-P. Os métodos do urbanismo. Campinas, SP: Papirus, 1993.

Liberdade, 2004.

NETO, João Leite Ferreira. Micropolíticas em Mil Platôs: uma leitura. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Departamento de Psicologia, 2015.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Salvador: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2014.

PORTAL CAPACIDADES, Urbanização de favelas: a experiência do PAC- Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. – Brasília, 2010.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

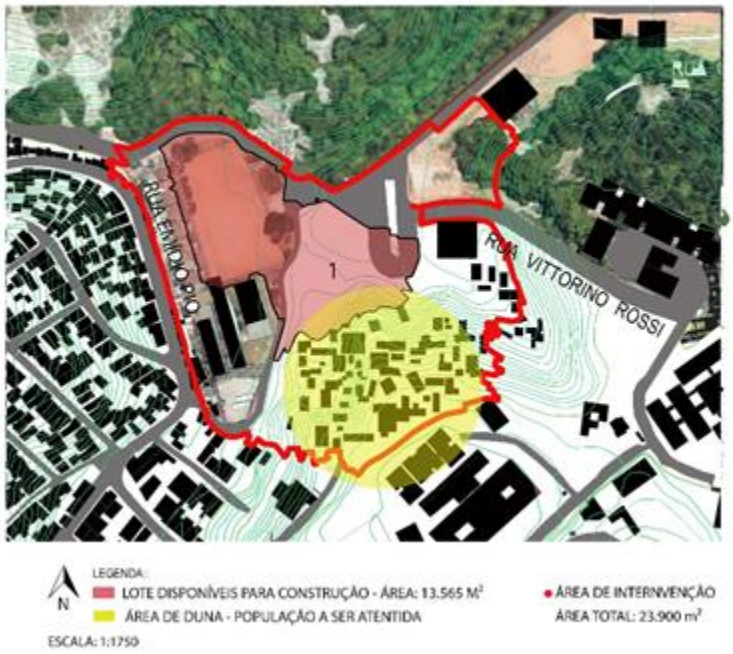
SOUZA, Marcelo Lopes. Mudar a cidade. São Paulo. Bertand Brasil, 2001.

SOUZA, Jesse & ÖELZE, Berthold (Orgs). Simmel e a modernidade. 2. ed. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

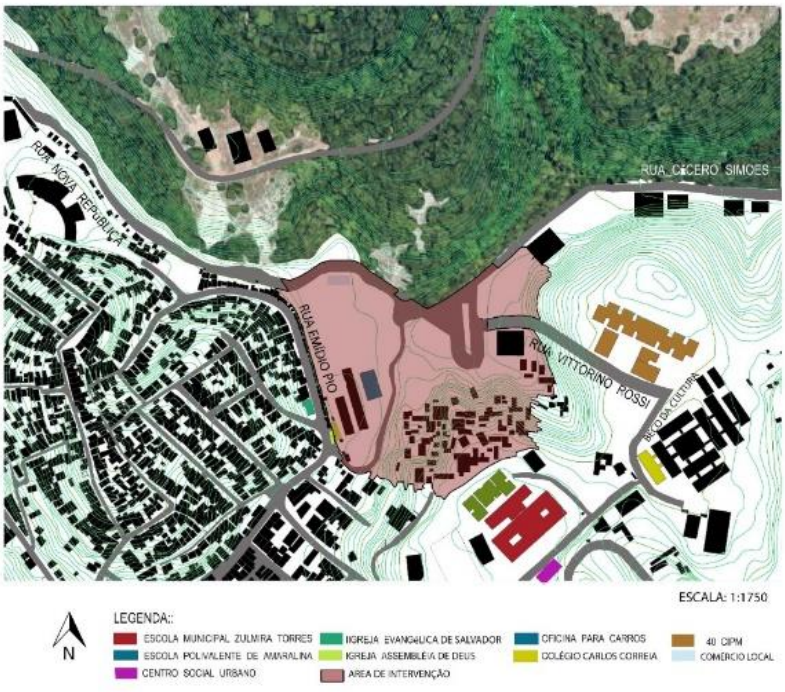
RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Dos cortiços aos condomínios fechados: formas da produção da moradia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.
ROLNIK, Raquel. A guerra dos Lugares. Editora Boitempo, São Paulo, 2015
SIMMEL, George. A metrópole e a vida do espírito. 1903.
TAVARES, Luiz Henrique Dias. História da Bahia. Salvador: UNESP, 2001.
VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Salvador: Transformações e Permanências. Ilhéus, 1999

ANEXOS:

LEVANTAMENTOS, PESQUISAS E MAPEAMENTOS:



Mapa ilustrativo da poligonal de intervenção e lote para construção.
Fonte: Imagem gráfica gerada por Carolina Queiroz



Mapa retratando o uso do solo na poligonal.
Fonte: Fotomontagem gerada por Carolina Queiroz.

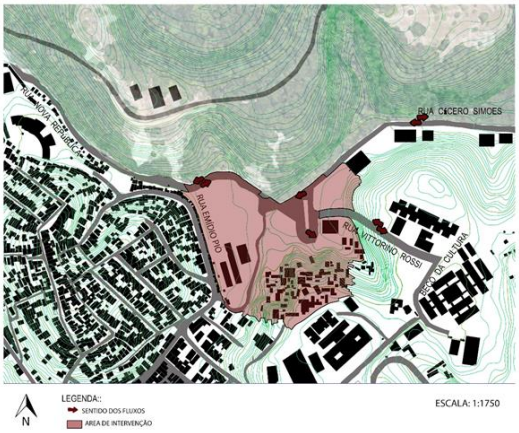


Figura 09: Mapa mostrando os principais acessos à poligonal e o sentido dos fluxos nas vias.
Fonte: Fotomontagem gerada por Carolina Queiroz.

Figura 10: Contraste entre a cidade formal e cidade informal.
Fonte: Fotomontagem gerada por Carolina Queiroz. Imagem Google

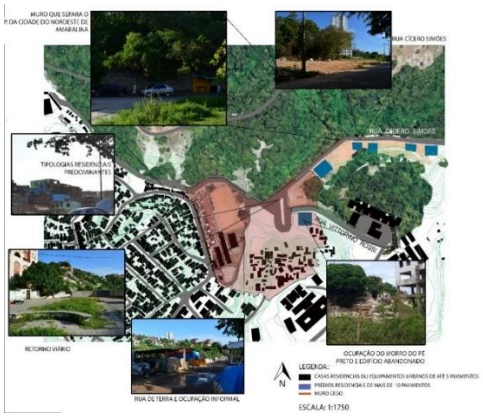


Figura 11: Mapa ilustrativo da imagem ambiental da região.
Fonte: Imagem gráfica gerada por Carolina Queiroz

ESTUDO DE SWOT (FORÇAS, FRAQUEZAS, OPORTUNIDADES E AMEAÇAS)

Para um estudo mais apurado e garantir a implementação dos fatores apontados no decorrer desta pesquisa, vamos levar em conta as análises anteriores, através da produção de uma tabela de Análise S.W.O.T. (Strenghts, Weaknesses, Opportunities, Threats). O termo SWOT é uma sigla oriunda do idioma inglês, e é um acrónimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats), técnica de análise SWOT foi elaborada pelo norte-americano Albert Humphrey, duranteo desenvolvimento de um projeto de pesquisa na Universidade de Stanford na década de 1960, e hoje, o SWOT é um importante instrumento utilizado para planejamento estratégico que consiste em recolher dados importantes que caracterizam o ambiente interno (forças e fraquezas) e externo (oportunidades e ameaças). Foram analisados os pontos fortes (Strenghts) e fracos (Weaknesses), as oportunidades (Opportunities) e ameaças (Threats) da área e seu entorno.

	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
LOCALIZAÇÃO, MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE.	SER UMA ÁREA LOCALIZADA ENTRE A PITUBA, AO LESTE, E O PARQUE DA CIDADE AO NORTE, ATRAVÉS DA AVENIDA NOVA REPÚBLICA.	O TERRENO ESTÁ LOCALIZADO NO LIMITE DA CIDADE FORMAL E INFORMAL, MARCANDO COM GRANDE DESIGUALDADE SOCIAL NA REGIÃO. A AUSÊNCIA DE INFRAESTRUTURA COMO ILUMINAÇÃO, SANEAMENTO BÁSICO E RECOLHIMENTO DE LIXO. A INVASÃO NÃO CONFIGURA APENAS UMA SITUAÇÃO INFORMAL, MAS É FORMADA POR FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA E EM EXTREMA VUNERABILIDADE SOCIAL E ESPACIAL, JÁ QUE OCUPAM UMA ÁREA DE DUNA COM ENCOSTA FRÁGIL.	A PARTIR DA AV. NOVA REPÚBLICA, TORNAR-SE UM CORREDOR DE MOBILIDADE UTILIZADO POR TODOS, COM POSSIBILIDADE DE ESCOAMENTO DE TRANSPORTE PÚBLICO, CAMINHÕES DE LDD E AMBULÂNCIAS A INTERVENÇÃO PODE AJUDAR TODO O COMPLEXO DO NORDESTE DE AMARALINA, POIS É UM REGIÃO DE POTENCIAL DE VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. DESENVOLVER UM PLANO ACESSÍVEL POR MEIO DE RAMPAS E PISO TÁTIL. CONSTRUÇÃO DE UMA CICLOFAIXA.	A DIFERENÇA SOCIAL EXISTENTE NA POLIGONAL PODE SE APRESENTAR COMO UM CONFLITO QUE GERA VIOLÊNCIA E INSEGURANÇA. POBREZA EXTREMA DOS OCUPANTES
MORFOLOGIA URBANA	PROXIMIDADE COM O PARQUE DA CIDADE, UM PARQUE URBANO JÁ CONSOLIDADO	O PARQUE É SEPARADO DO NORDESTE DE AMARALINA POR MURO QUE É UMA BARREIRA FÍSICA E VISUAL MUITO AGRESSIVA E GERA AINDA MAIS INSEGURANÇA	PODE SE TORNAR UMA ÁREA QUE FUNCIONARÁ COMO UM PONTO FOCAL NA ESCALA DO BAIRRO, COMO OUTRAS PRAÇAS EXISTENTES NO BAIRRO DA PITUBA.	A AUSÊNCIA DE INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS URBANOS E A POUCA OCUPAÇÃO PÚBLICA DO ESPAÇO O TORNA AMEAÇADOR DURANTE O DIA, COMO TAMBÉM DURANTE A NOITE. O TERRENO APRESENTA UMA CERTA FRAGILIDADE, PRINCIPALMENTE PELA PROXIMIDADE DA RESERVA DO PARQUE DA CIDADE, QUE PRECISA SER PRESERVADA, E DA ÁREA DE DUNA, QUE REQUER ESTABELECIMENTO DE LIMITES DE OCUPAÇÃO E MANUNTENÇÃO DAS SUAS ENCOSTAS.
USO DO SOLO E SOCIABILIDADE	ABUNDANCIA EM ESPAÇOS VERDES E VAZIOS, QUE PODEM TORNAR-SE ESPAÇOS PÚBLICOS FUTURAMENTE. PRESENÇA DE EQUIPAMENTOS URBANOS COMO: ESCOLAS, DELEGACIAS, IGREJAS E PEQUENOS COMÉRCIOS LOCAIS INFORMAIS.	OCUPAÇÃO INFORMAL , POUCA INFRAESTRUTURA, AUSÊNCIA DE EQUIPAMENTOS PUBLICOS, AUSÊNCIA DE HABITAÇÃO SUFICIENTE PARA SEUS OCUPANTES E SEGREGAÇÃO.	ABRIGAR PRAÇAS COM MOBILIÁRIOS URBANOS VOLTADOS PARA COMUNIDADE COMO APARELHOS PARA ATIVIDADES FÍSICAS E HORTAS URBANAS, JUNTAMENTE COM A DINÂMICA QUE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS CONFEREM. OFERECER MORADIA A 100 FAMÍLIAS AFIRMANDO A IDEIA DO MICROURBANISMO, QUE PROPÕE INTERVENÇÕES LOCAIS E MAIS PARTICIPATIVAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS.	A OCUPAÇÃO DA ÁREA DE DUNA É FEITA POR UMA POPULAÇÃO MUITO POBRE, EM SITUAÇÃO DE VUNERABILIDADE EXTREMA. ESSE FATOR, CONTRIBUI MUITO PARA EXISTENCIA DE CONFLITOS GERADOS PELA VIOLÊNCIA E PELO TRÁFICO DE DROGAS.

Figura 12: Tabela SWOT.
Fonte: Imagem gráfica gerada por Carolina Queiroz

O estudo de SWOT foi dividido em três tópicos principais. O primeiro é sobre localização, mobilidade e acessibilidade, onde sua própria localização e vizinhança são consideradas uma das principais forças e fator gerador de oportunidades. Foi utilizada as noções de “escala de bairro” e “escala de cidade” para pensar as oportunidades propostas, que devem ser traduzidas em ações que garantam uma conexão do território com o seu entorno, inserindo o espaço em questão na cidade formal, através de novos corredores de ônibus, ciclo faixas e acesso à serviços como coleta de lixo.
No segundo tópico foi necessária uma aproximação ao terreno, pois é importante levar em consideração as características morfológicas e os elementos que compõe aquele território habitado. A partir desse olhar, é possível propor intervenções locais que conferem habitabilidade e a possibilidade de tornar aquele espaço um ponto focal, um local de encontro. O terceiro tópico é sobre uso do solo e sociabilidade, onde há uma aproximação dos lotes e procura-se pensar o uso destinado a eles.

ENTREVISTA COM MORADORES E USUÁRIOS

Foi aplicado um formulário a fim de criar um apoio à pesquisa, através de conversas informais e encontros com a população residente e com os usuários do bairro, na forma de consulta popular. O resultado foi transformado em gráficos para facilitar o entendimento das informações obtidas. A pesquisa foi feita com cerca de 30 moradores da área imediata e buscou-se a maior diversidade de faixas etárias, sexo, condições físicas, cor da pele e atuações. É importante frisar que essa pesquisa foi feita afim de reafirmar a importância dessa aproximação do Arquiteto e Urbanista com a população residente do bairro, e, obviamente, não são dados suficientes para uma pesquisa de cunho científico, mas representa um apoio para traçar as diretrizes, uma vez que temos uma amostragem das demandas.

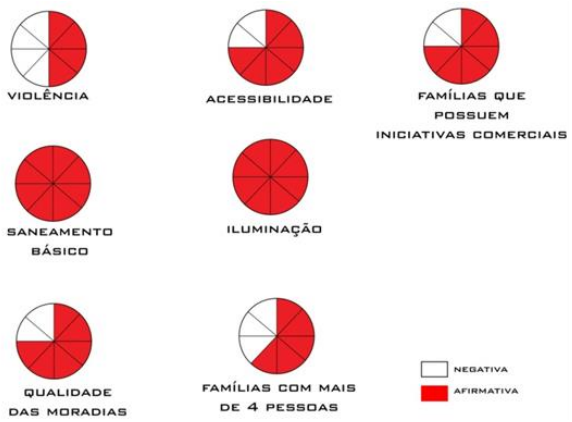


Figura 13: Gráfico. Branco para respostas negativas, vermelho para positivas.
Fonte: Imagem gráfica gerada por Carolina Queiroz

Foram entrevistadas cerca de 30 pessoas de diferentes faixas etárias e condições, e as perguntas feitas aos usuários serão listadas a seguir:
O bairro é violento?
Apresentam problemas com acessibilidade?
Possuem atividades comerciais afim de atender a população residente na localidade?
Possuem problemas com saneamento básico e abastecimento de água?
Possuem problemas com iluminação?
Possuem problemas estruturais com moradias (como em telhados, paredes, janelas e portas, encanações, impermeabilização)?
Sua família possui mais de quatro membros?

PROJETO ARQUITETÔNICO:

PARTIDO ARQUITETÔNICO E EVOLUÇÃO

› 8 BLOCOS - 4 APARTAMENTOS POR ANDAR X 4 ANDARES
› 16 APARTAMENTOS POR BLOCO
› 128 UNIDADES HABITACIONAIS

A TIPOLOGIA ACESSÍVEL CONFIGURA O PAVIMENTO TÉRREO DE TODOS OS BLOCOS, JUNTAMENTE COM:

- 4 BLOCOS SÃO COMPOSTOS PELA TIPOLOGIA DOIS QUARTOS, DOIS QUARTOS COM VARANDA E TRÊS QUARTOS
- 4 BLOCOS SÃO COMPOSTOS PELA TIPOLOGIA DOIS QUARTOS E DOIS QUARTOS COM VARANDA

QUANTIDADE DE APARTAMENTO POR TIPOLOGIA:

16 ACESSÍVEIS | 32 3 QUARTOS | 32 2 QUARTOS | 48 2 QUARTOS COM VARANDA

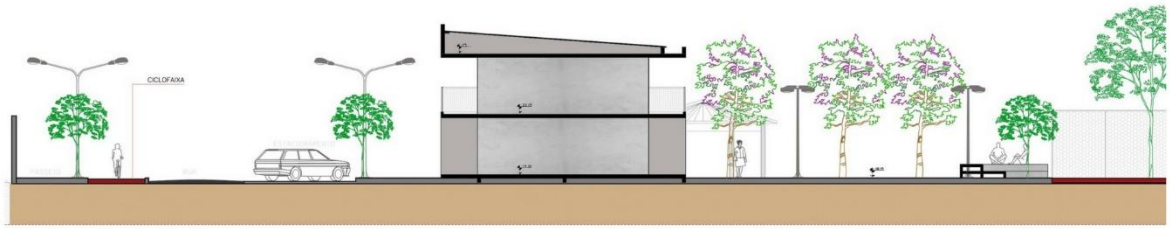
CORTES GERAIS
ESCALA: 1/100

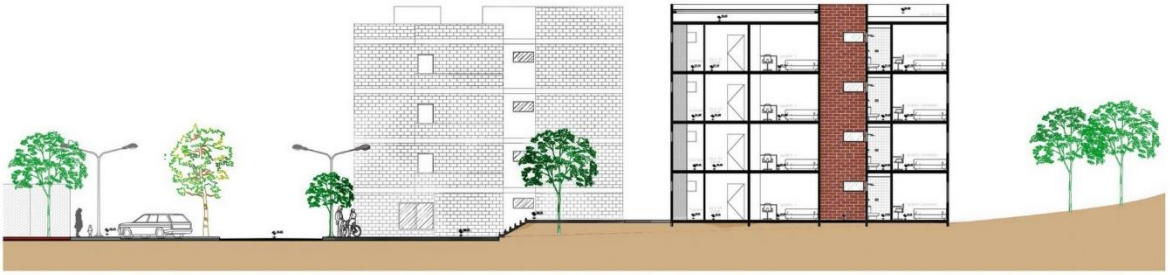
CORTE AA

CORTE BB

CORTES | DETALHAMENTO

ESCALA: 1/75





PROPOSTA GERAL:

HORTA COMUNITÁRIA E PAISAGISMO

PROPOSTA GERAL:

ÁREA DE LAZER COM MOBILIÁRIOS URBANOS - QUIOSQUES E HORTAS

PROPOSTA GERAL:

VISTA DA QUADRA, BICICLETÁRIOS E PARQUINHO.

PROPOSTA GERAL:

ENTRADA DOS EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS.

PROPOSTA GERAL | PRÉDIO COMERCIAL E COMUNITÁRIO:

CENTRO COMUNITÁRIO - SALAS MULTIUSO/ESPAÇO MÃE

PROPOSTA GERAL | PRÉDIO COMERCIAL E COMUNITÁRIO:

VISTAS DE FACHADAS
E ENTRADA DE LAVA-JATO

PROPOSTA GERAL:

SITUAÇÃO GERAL DE
IMPLANTAÇÃO DE
EDIFÍCIOS E PRAÇA

PROPOSTA GERAL | PRÉDIOS RESIDENCIAIS E UNIDADE HABITACIONAL

SETOR SOCIAL DAS UNIDADES HABITACIONAIS

Salvador - 2018

URBANISMO CORPORATIVO COM CERTIFICAÇÃO INTERNACIONAL: USO E CONTRADIÇÃO DO LEED© ND NO PARQUE DA CIDADE

CORPORATE URBANISM INTERNATIONALLY CERTIFIED: USE AND CONTRADICTION OF LEED© ND IN PARQUE DA CIDADE

URBANISMO CORPORATIVO CON CERTIFICACIÓN INTERNACIONAL: USO Y CONTRADICIÓN DE LEED© ND EN EL PARQUE DA CIDADE

IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

GRAZZIANO, Raphael
Doutorando em Arquitetura e Urbanismo; FAU USP
raphael.grazziano@gmail.com

URBANISMO CORPORATIVO COM CERTIFICAÇÃO INTERNACIONAL: USO E CONTRADIÇÃO DO LEED© ND NO PARQUE DA CIDADE

CORPORATE URBANISM INTERNATIONALLY CERTIFIED: USE AND CONTRADICTION OF LEED© ND IN PARQUE DA CIDADE

URBANISMO CORPORATIVO CON CERTIFICACIÓN INTERNACIONAL: USO Y CONTRADICIÓN DE LEED© ND EN EL PARQUE DA CIDADE

IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Leadership in Energy and Environmental Design (LEED©) é um certificado usado para avaliar o grau de sustentabilidade ambiental atingido por um projeto. Além de suas especificações técnicas, o LEED© também tem impacto no projeto dos edifícios, sendo o objetivo deste artigo aferir como isso se dá na sua versão para bairros, o LEED for Neighborhood Development (LEED© ND). Elencamos como estudo de caso o Parque da Cidade, projeto do escritório aflalo/gasperini arquitetos em São Paulo, localizado na avenida Chucri Zaidan, área que tem se firmado como um centro corporativo da cidade. Através da análise de literatura a respeito do New Urbanism, movimento de desenho urbano que participou da criação do LEED© ND, assim como da pontuação obtida pelo Parque da Cidade no certificado, veremos como são evitados créditos que poderiam mudar a paisagem corporativa em questão, reafirmando, em seu lugar, estratégias correntes de projeto.
PALAVRAS-CHAVE: Leadership in Energy and Environmental Design (LEED); New Urbanism; Urbanismo corporativo; São Paulo (Brasil).

ABSTRACT:
Leadership in Energy and Environmental Design (LEED©) is a certification used to assess the degree of environmental sustainability attained by a project. However, LEED© has an impact not only on the technical specifications, but also on design. The objective of this paper is to evaluate what the impact of its version for neighborhoods (LEED© ND) is. We have chosen Parque da Cidade as a case study, which is a project of aflalo/gasperini architects in São Paulo located in Chucri Zaidan Avenue, a zone that has consolidated as a corporate center in the city. To do this, we have used literature review about the New Urbanism, an urban design movement that worked on the creation of LEED© ND, as well as the analysis of Parque da Cidade's points in the certification. We will argue that some credits are avoided, notably those that could change the corporate landscape here examined, thereby reaffirming the habitual design strategies.
KEYWORDS: *Leadership in Energy and Environmental Design (LEED); New Urbanism; Corporate urbanism; São Paulo (Brazil).*

RESUMEN:
Leadership in Energy and Environmental Design (LEED ©) es un certificado utilizado para evaluar el grado de sostenibilidad ambiental alcanzado por un proyecto. Además de sus especificaciones técnicas, el LEED © también tiene impacto en el diseño de los edificios, siendo el objetivo de este artículo medir como esto se da en su versión para barrios, el LEED for Neighborhood Development (LEED © ND). Elencamos como estudio de caso el Parque da Cidade, proyecto de la oficina aflalo/gasperini arquitectos en São Paulo, ubicado en la avenida Chucri Zaidan, área que se ha firmado como un centro corporativo de la ciudad. A través del análisis de literatura acerca del New Urbanism, movimiento de diseño urbano que participó en la creación del LEED © ND, así como de la puntuación obtenida por el Parque da Cidade

en el certificado, veremos cómo se evitan créditos que podrían cambiar el paisaje corporativo en cuestión, reafirmando, en su lugar, estrategias corrientes de proyecto.
***PALABRAS-CLAVE**: Leadership in Energy and Environmental Design (LEED); New Urbanism; Urbanismo corporativo; São Paulo (Brasil).*

INTRODUÇÃO

Leadership in Energy and Environmental Design (LEED©) é um certificado normalmente empregado para aferir o grau de sustentabilidade ambiental de um projeto. Entretanto, como argumentaremos aqui, por trás de seu aspecto técnico também pode haver uma ferramenta de concepção espacial, pondo em tensão tendências e discursos do espaço corporativo contemporâneo.

A primeira versão do certificado foi criada em 1998 pelo United States Green Building Council (USGBC), uma organização sem fins lucrativos fundada em 1993 pelo incorporador imobiliário David Gottfried, o empresário Rick Fedrizzi e o advogado Mike Italiano. Seu plano era atrair as empresas vinculadas à construção civil para práticas mais sustentáveis, mostrando-lhes, em alinhamento com a corrente do "capitalismo natural" (LOVINS; LOVINS; HAWKEN, 2000), que era possível a união entre sustentabilidade ambiental e econômica, anteriormente vistas como antagônicas pelo movimento ambientalista. Mais do que isso: a sustentabilidade era o próximo nicho de mercado que garantiria a expansão das empresas, o aumento de seus lucros e vantagens de competitividade (FEDRIZZI, 2015; GOTTFRIED, 2014). O USGBC não só direciona suas medidas às necessidades de mercado, como é formado por membros de toda a cadeia produtiva da construção civil, julgando que o mercado é o agente mais potente de transformação ambiental.

USGBC e LEED© são geridos seguindo um modelo de negócios, razão pela qual tiveram um rápido aumento de sua utilização, de modo que sua concepção de sustentabilidade tornou-se homogênea dentro do mercado e hoje o LEED© é o certificado de maior abrangência internacional (GOTTFRIED, 2014) – é o britânico BREEAM, um dos modelos para o sistema de pontuação do LEED©, que ainda possui o maior número de projetos registrados, em boa parte pela cobertura dentro do país de origem (YUDELSON, 2016), embora tenha presença mínima no Brasil. O Brasil é um território central para LEED© pela atuação exercida pelo Green Building Council local desde 2007, sendo hoje o país com a quinta maior quantidade de edifícios registrados no mundo (STANLEY, 2018).[1]

Embora o principal objetivo do certificado seja a avaliação da performance ambiental de edifícios, ele também possui implicações espaciais, o que fica particularmente claro na sua versão para certificação de bairros, o LEED for Neighborhood Development (LEED© ND), cuja autoria não cabe apenas ao USGBC, mas também ao Congress for the New Urbanism e ao Natural Resources Defense Council (2011).

O LEED© ND consiste em um conjunto de pré-requisitos e 110 pontos possíveis de serem pleiteados por cada empreendimento, os quais são divididos em três categorias principais. Segundo o urbanista Douglas Farr, membro dos comitês de criação do certificado e cujo livro é citado no próprio sistema do LEED© ND, cada uma dessas categorias atende às pautas de uma das organizações envolvidas:

> A localização de um projeto em uma região – *onde* ele está – é a principal preocupação do movimento Smart Growth e é tratada na divisão Smart Location and Linkage do LEED for Neighborhood Development. Acessibilidade a pé, usos do solo, desenho urbano e arquitetura do lugar – *o que* acontece no projeto – é o foco primeiro do Congress for the New Urbanism e é tratado na divisão the Smart Location and Linkage. Finalmente, a sustentabilidade da construção e operação de um empreendimento – *como* ele é

[1] Notar que o Brasil se encontra em quarto na lista, mas apenas porque os Estados Unidos não são considerados.

> construído e gerido – são as principais preocupações do US Green Building Council e são tratadas na divisão Green Construction and Technology (FARR, 2008, p. 54).[2]

Embora a quantidade de edifícios registrados para certificação tenha crescido rapidamente, atingindo hoje mais de 100.000, o uso do LEED© ND cresceu a passo mais lento. Desde de sua criação em 2009, foram registrados 214 na fase de plano, sendo apenas dois no Brasil. Esses dois projetos, entretanto, são representativos das mudanças na paisagem urbana recente e de seus conflitos: o Ilha Pura, no Rio de Janeiro, construído para abrigar os atletas das Olímpiadas de 2016, e o Parque da Cidade, em São Paulo.

O Parque da Cidade será tomado como nosso estudo de caso, pela escala e relevância do projeto, representativo do processo de transformação da Marginal Pinheiros nas últimas décadas. O empreendimento localiza-se em área de grande crescimento corporativo já desde os anos 1990, com forte aceleração nos anos 2000, possível pelos diversos incentivos públicos na região através da Operação Urbana Consorciada Águas Espraiadas e os efeitos dela decorrentes, já tratados amplamente pela literatura: a expulsão da população de baixa renda moradora na região, a compra de cotas para aumento do coeficiente construtivo via CEPACs, a existência de grandes glebas industriais em áreas de elevado preço do solo, as intervenções no viário como a Ponte Octavio Frias de Oliveira e no transporte de massa com linhas de monotrilho e trem, além da oferta de capital através de fundos de pensão (FIX, 2007; GUERREIRO, 2010; PEREIRA, 2011; WEHBA, 2017).

O objetivo deste artigo é entender como o urbanismo corporativo responde ao LEED© ND. Por um lado, sua vinculação ao New Urbanism significaria um novo modo de projetar centros empresariais; por outro, o financiamento do GBC e do LEED© ND por empresas vinculadas à construção civil e o conceito de "capitalismo natural" nele existente aliviam essa tensão. A análise será feita não só através da revisão de literatura sobre o tema, mas também da pontuação obtida pelo Parque da Cidade no LEED© ND e dos desenhos do projeto. A análise se centrará na versão de 2009 do LEED© ND, já que tanto o Parque da Cidade quanto o Ilha Pura foram nela certificados.

O artigo começa apresentando o New Urbanism e suas estratégias de projeto. Em seguida, será analisado o desempenho do Parque da Cidade no LEED© ND. Por fim, a partir desses dados, notaremos como o Parque da Cidade evita os créditos com mais impacto na forma do projeto, mantendo um esquema ainda moderno e alinhado às práticas já existentes em São Paulo. O certificado então não transforma a paisagem corporativa significativamente, ao contrário do discurso de urbanidade manifestado, mas ausente no projeto. Coloca-se em xeque, então, não só a fuga do urbanismo corporativo atual, mas também o potencial de transformação presente no LEED© ND, que não ataca o cerne dos mecanismos segregadores da cidade latino-americana.

NEW URBANISM E SUA INFLUÊNCIA NO LEED© ND

O New Urbanism surgiu em 1993 durante seu primeiro congresso em Alexandria (Virginia, Estados Unidos), quando foi fundado por Peter Calthorpe, Andrés Duany, Elizabeth Moule, Elizabeth Plater-Zyberk, Stephanos Polyzoides e Daniel Solomon. Suas declarações faziam face a três fenômenos principais. O primeiro era o

[2] No original: "The location of a project in a region – *where* it is – is a principal concern of the Smart Growth movement and is addressed in the Smart Location and Linkage division of LEED for Neighborhood Development. Walkability, land uses, urban design, and architecture of place – *what* goes on there – is a primary focus of the Congress of New Urbanism and is addressed in the Neighborhood Pattern and Design division. Finally, the greenness of the construction and the operation of a development – *how* it is built and managed – are principal concerns of the US Green Building Council and are addressed in the Green Construction and Technology division."

urbanismo moderno, predominante nas práticas profissionais especialmente a partir do pós-guerra. Embora inicialmente o urbanismo moderno combatesse os problemas sanitários da cidade tradicional e sua dificuldade em absorver a industrialização e o automóvel, o New Urbanism via nele a construção de uma cidade de setores monofuncionais, baixa capacidade de apropriação cívica e favorecimento do automóvel sobre a escala do pedestre. O segundo era o subúrbio norte-americano, também surgido no pós-guerra. A tipologia estava ligada ao sonho da classe média de fuga da cidade tradicional rumo a uma paisagem natural, mas o grupo via ali o surgimento de inúmeras patologias sociais: a hiper-dependência do carro, pois as baixas densidades requeriam viagens motorizadas para qualquer atividade; o aumento da obesidade em crescimento indiretamente proporcional às viagens a pé; a ineficiência da infraestrutura urbana ao buscar residências distantes entre si. Por fim, o terceiro fenômeno combatido pelo New Urbanism era o crescimento descontrolado dos centros urbanos, no qual a falta de planejamento teria anulado a possibilidade de apropriação pela população. O antídoto para tais mazelas seria o favorecimento do comunitário e a retomada do conceito de lugar e do valor simbólico da arquitetura (FARR, 2008; HARVEY, 1997; LANGDON, 1994).

Esses três pontos seriam realizados pela redescoberta da cidade tradicional negada pelos modernos. Em sua vinculação pós-moderna, o New Urbanism revia a particularidade do local em oposição à abstração universalizante do modernismo e revisava o papel do repertório histórico nas estratégias de projeto, o que era reforçado pela participação de arquitetos como Robert A.M. Stern e Leon Krier em seus projetos. Esses arquitetos pretendiam retomar a organicidade do crescimento da cidade tradicional, onde encontravam qualidades como seu amadurecimento ao longo do tempo, a conectividade de espaços, o pluralismo de atividades e usuários (HIRT, 2009).

Embora busquem a pluralidade de renda e etnias, os projetos do New Urbanism tendem a se restringir a empreendimentos de classe média ou alta, o que pode ser notado tanto pelos exemplos privilegiados pela literatura quanto pelos dados empíricos disponíveis. Em seu livro sobre o New Urbanism, Langdon (1994) ainda restringe suas análises a subúrbios de classe média – como aponta David Harvey, existe a agenda de transformação do subúrbio norte-americano, mas, como se nota pelo próprio título do livro de Langdon, ela não adentra as contradições dos centros de cidade (HARVEY, 1997). Muitas vezes, os estudos de caso nem mesmo são intervenções nos subúrbios já existentes, mas projetos de novos empreendimentos, que até podem ser internamente acessíveis por viagens a pé, mas reproduzem as lógicas de segregação espacial e distanciamento do centro urbano. Assim, Langdon se limita a analisar os subúrbios localizados em grandes áreas verdes [*greenfields*]. Nesse sentido, quando valoriza projetos como o Somerset Square, de Robert A.M. Stern (LANGDON, 1994, p. 232–233), fica patente o quão artificiais são as soluções encontradas: na tentativa de criar um centro comercial para um subúrbio que nunca o possuiu, como modo de dar um centro cívico e de entretenimento para aquela população, o empreendimento não supera seu isolamento de qualquer contexto urbano e a elevada área destinada a estacionamento é sinal evidente de sua dependência do automóvel.

Essas características podem ser encontradas em livros de referência sobre o tema, mas também em estudos empíricos. Song et al. (2017), ao analisarem 642 empreendimentos seguindo os princípios do New Urbanism nos primeiros vinte anos de existência do grupo, notaram a tendência desses projetos se localizarem em áreas de maior valor de propriedade e melhores condições sócio-econômicas dos moradores. No mesmo sentido, a partir de estudo de caso de um condomínio com princípios de New Urbanism em Minas Gerais, Fernando Lara nota como a filiação a essas estratégias de projeto não contradiz o isolamento e segregação dos empreendimentos (LARA, 2011).

Por esse motivo, críticos marxistas viram no New Urbanism certo determinismo espacial que pensava estabilizar os conflitos históricos ao evitar a economia política: na sua ênfase na forma comunitária, mas suburbana e de população homogênea, o New Urbanism manteria as contradições e desigualdades dos esquemas urbanos anteriores (HARVEY, 1997). Cuthbert chega a argumentar que o New Urbanism é "uma reação de classe aos problemas percebidos da vida pós-moderna" (CUTHBERT, 2006, p. 123): sua restrição aos aspectos formais do urbanismo não daria conta de responder aos problemas urbanos, a não ser por essa limitação de classe em suas propostas (CUTHBERT, 2011, p. 126 ss).

Além disso, a organicidade pretendida pelos new urbanists é negada pela própria condição de projetarem os bairros integralmente, perdendo a almejada espontaneidade no transcurso do tempo. Como aponta o próprio Langdon, os tradicionalistas do New Urbanism tentam garantir a aparência de organicidade através de mecanismos de controle que fixam a transformação da paisagem, congelando justamente a fonte da qualidade encontrada na cidade tradicional: seu desenvolvimento no tempo (LANGDON, 1994, cap. 4). Na expectativa de abreviar a passagem do tempo, o New Urbanism cria paisagens artificiais, simulacros da cidade tradicional.

Nesse sentido, o New Urbanism seria profundamente pós-moderno por ter estratégias ambíguas de projeto. Como aponta Hirt (2009), o New Urbanism combina a retomada da cidade tradicional comum a teóricos pós-modernos com a hiper-regulação moderna do espaço construído como modo de garantir a manutenção das formas propostas – padronizadas em sua pluralidade, ao invés de organicamente concebidas. O usuário dificilmente confundiria esse ambiente ready-made, "cuidadosamente controlado" (HIRT, 2009, p. 252), com os espaços da cidade tradicional, ainda que os arquitetos se esforcem em variar tipologias e materiais na emulação da cidade tradicional. O controle regulatório das formas viria em socorro da contradição central do New Urbanism: estratégias pré-modernas de planejamento em um contexto econômico e tecnológico pós-moderno – ou seja, em uma condição produtiva de técnica já pós-fordista e onde a cultura já está inerente aos ciclos econômicos (HARVEY, 1998; JAMESON, 2007). – Evidentemente, a posição não é homogênea, como aponta Langdon: alguns arquitetos, como Duany e Plater-Zybenk, se colocam mais claramente alinhados a estratégias pré-modernas do que outros, como Peter Calthorpe (CALTHORPE, 1993; LANGDON, 1994, p. 122).

Em que pese o argumento e o objetivo desse artigo, o fato do New Urbanism ser integrado a uma norma como o LEED for Neighborhood Design parece reforçar a sua propensão à regulação do espaço. No mesmo sentido, sua predominância em empreendimentos de classe média a alta também encontra correspondência nos contextos em que edifícios registrados no LEED© são mais recorrentes (ver, por exemplo, CHEGUT; EICHHOLTZ; KOK, 2014, para o caso londrino).

Entretanto, as exigências do LEED© ND são eficazes em se contrapor a certos interesses conservadores do mercado imobiliário. Douglas Farr nota como certas exigências de recuo e densidade tornam o LEED© ND ilegal em diversas áreas dos Estados Unidos (2008, p. 59), o que também é verdadeiro no Brasil – veja-se, por exemplo, a eliminação de recuos frontal e laterais. Garde também relata críticas de projetistas ao certificado, pois ele os impediria de fazer projetos em áreas rurais ou de várzea, de modo que o LEED© ND opõe-se aos padrões de suburbanização e destruição de recursos naturais correntes nos Estados Unidos (2009, p. 427).

DESEMPENHO DO PARQUE DA CIDADE NO LEED© ND

De acordo com os dados disponibilizados pelo USGBC, o Parque da Cidade foi certificado na categoria Silver, obtendo 51 dos 110 pontos possíveis (Tabela 1). A partir da comparação entre a pontuação e o sistema de avaliação, indica-se que foram cumpridos os seguintes créditos:

– Na categoria *Smart Location and Linkage*: localização em área já desenvolvida (SSL Pré-requisito 1); preservação das pré-existências de valor ecológico – no caso, inexistente para o projeto (SSL Pré-requisito 2); preservação dos corpos d'água – no caso, inexistente para o projeto (SSL Pré-requisito 3); preservação de terra agricultável – no caso, inexistente para o projeto (SSL Pré-requisito 4); localização em área não alagável (SSL Pré-requisito 5) – o que pode ser discutido, visto que a gleba é lindeira ao rio Pinheiros, mas a consolidação da ocupação do entorno possivelmente validou o crédito; novamente, pontuação por localização em área previamente desenvolvida (SSL 1); recuperação do solo contaminado pela indústria que ali se encontrava anteriormente (SSL 2); localização em área provida de transporte de massa (SSL 3); localização em área sem declive passível de deslizamento (SSL 6); localização em terreno sem flora, fauna ou corpos d'água significativos (SSL 7).

– Na categoria *Neighborhood Pattern and Design*: ruas com incentivo ao uso por pedestres, por meio de fachadas sem interrupções por estacionamento, calçadas contínuas no entorno do projeto (NPD Pré-requisito 1); empreendimento compacto, respeitando níveis mínimos de densidade indicados no sistema (NPD Pré-requisito 2); empreendimento aberto e com grande nível de cruzamentos no entorno, garantindo sua conectividade com a malha urbana (NPD Pré-requisito 3); incentivo ao uso por pedestres, onde a pontuação obtida é mínima (1 de 12 pontos disponíveis, NPD 1); densidade de usos, atingindo a quantidade máxima de pontos disponíveis no sistema (NPD 2); bairro com alta diversidade de usos, projetados ou existentes, atingindo a quantidade máxima de pontos disponíveis no sistema (NPD 3); área de parque no projeto (NPD 9); área de recreação em área externa (NPD 10); horta urbana (NPD 13); calçadas sombreadas com árvores (NPD 14).

– Na categoria *Green Infrastructure and Buildings*: edifícios do projeto certificados pelo LEED© (GIB Pré-Requisito 1); edifícios com desempenho em média 10% superior do que o indicado na norma da American Society of Heating, Refrigerating and Air-Conditioning Engineers (ASHRAE) ou equivalente (GIB Pré-Requisito 2); eficiência mínima no uso de água de acordo com o indicado no sistema (GIB Pré-Requisito 3); controle de poluição por poeira, detritos e erosão na obra (GIB Pré-Requisito 4); certificação de todos os edifícios do projeto por meio do LEED© (GIB 1); aumento na eficiência do uso de água por meio de chuveiros, bacias, mictórios e torneiras de baixo consumo (GIB 3); paisagismo com baixo consumo de água (GIB 4); medidas para diminuição de ilha de calor (GIB 9); substituição de 25% da água potável por água de reuso (GIB 14); 50% das áreas de infraestrutura, como pavimentação de calçadas e estacionamentos, construídas com material reciclado (GIB 15); inclusão de pontos de reciclagem para os ocupantes do projeto (GIB 16).

– Na categoria *Innovation and Design Process*: inovação e/ou desempenho exemplar, embora a ação exata não seja descrito na pontuação (IDP 1); inclusão de um professional credenciado pelo LEED© (LEED© AP) na equipe de projeto (IDP 2).

– Na categoria *Regional Priority*: pontuação extra pelo cumprimento de créditos considerados prioritários para a região do projeto: localização em área com oferta de transporte de massa (SLL 3), acesso a parque (NPD 9), calçadas sombreadas (NPD 14) e emprego de água de reuso (GIB 14).

Código	Crédito	Pts. Obtidos	Pts. Possíveis
Smart Location and Linkage (SLL)		**15**	**27**
SLLc1	Preferred locations	5	10
SLLc2	Brownfield redevelopment	1	2
SLLc3	Locations with reduced automobile dependence	7	7
SLLc4	Bycicle network and storage	0	1
SLLc5	Housing and jobs proximity	0	3
SLLc6	Sleep slope protection	1	1
SLLc7	Site design for habitat or wetland and water body conservation	1	1
SLLc8	Restoration of habitat or wetlands and water bodies	0	1
SLLc9	Long-term conservation management of habitat or wetlands and water bodies	0	1
Neighborhood Pattern and Design (NPD)		**16**	**44**
NPDc1	Walkable streets	1	12
NPDc2	Compact development	6	6
NPDc3	Mixed-use neighborhood centers	4	4
NPDc4	Mixed-income diverse communities	0	7
NPDc5	Reduced parking footprint	0	1
NPDc6	Street network	0	2
NPDc7	Transit facilites	0	1
NPDc8	Transportation demand management	0	2
NPDc9	Access to civic and public space	1	1
NPDc10	Access to recreation facilities	1	1
NPDc11	Visitability and universal design	0	1
NPDc12	Community outreach and involvement	0	2
NPDc13	Local food production	1	1
NPDc14	Tree-lined and shaded streets	2	2
NPDc15	Neighborhood schools	0	1
Green Infrastructure and Buildings (GIB)		**11**	**29**
GIBc1	Certified green buildings	5	5
GIBc2	Building energy efficiency	0	2
GIBc3	Building water efficiency	1	1
GIBc4	Water efficient landscaping	1	1
GIBc5	Existing building reuse	0	1
GIBc6	Historic resource preservation and adaptative use	0	1
GIBc7	Minimized site disturbance in design and construction	0	1
GIBc8	Storwater management	0	4
GIBc9	Heat island reduction	1	1
GIBc10	Solar orientation	0	1
GIBc11	On-site renewable energy sources	0	3
GIBc12	District heating and cooling	0	2
GIBc13	Infrastructure energy efficiency	0	1
GIBc14	Wastewater management	1	2
GIBc15	Recycled content in infrastructure	1	1
GIBc16	Solid waste management infrastructure	1	1
GIBc17	Light pollution reduction	0	1
Innovation and Design Process (IDP)		**5**	**6**
IDPc1	Innovation and exemplar performance	4	5
IDPc2	LEED Accredited Professional	1	1
Regional Priority		**4**	**4**
SLLc3	Locations with reduced automobile dependence	1	1
NPDc4	Mixed-income diverse communities	0	1
NPDc9	Access to civic and public space	1	1
NPDc14	Tree-lined and shaded streets	1	1
GIBc14	Wastewater management	1	1
GIBc16	Solid waste management infrastructure	0	1
TOTAL		**51**	**110**

Tabela 1: Pontuação do Parque da Cidade para certificação LEED© Neighborhood Development v2009. Grau atingido: Silver, em dezembro de 2014.
Fonte: USGBC

Por meio dessa enumeração, extensa mas cobrindo sinteticamente toda a pontuação obtida, notam-se algumas tendências no modo como a pontuação foi alcançada. Muitos dos pontos atingidos nas categorias *Smart Location and Linkage* e *Neighborhood Pattern and Design* são mais relacionados com as decisões de localização do empreendimento do que propriamente com seu projeto. Se por um lado isso parece indicar o favorecimento de empreendimentos que não sejam suburbanos, onde fariam pressão sobre áreas naturais ou agricultáveis e também aumentariam o deslocamento diário da população, por outro lado os critérios são abrangentes a ponto de muitos empreendimentos urbanos poderem pontuar do mesmo modo em áreas menos centrais da metrópole. De fato, áreas antes prioritariamente suburbanas têm se configurado como subcentros corporativos, como é o caso da região de Barueri, nos arredores dos condomínios Alphaville. Há ali diversos empreendimentos certificados por outros sistemas do LEED©, e a própria sede do GBC Brasil se encontra na região, o que indica que não há contradição entre sua localização afastada do centro urbano e certificação, como os créditos podem a princípio sugerir. Desse modo, muitos dos créditos pontuam o que se deve evitar, e não propriamente como se deve projetar.

Também se nota certa redundância na pontuação, onde a realização de algumas ações de projeto tem efeito em diversos créditos. No mesmo sentido, há vários créditos que retroalimentam os sistemas de certificação, pontuando na categoria bairro quando na verdade as medidas foram tomadas para a certificação dos edifícios.

Por fim, deve-se notar que muitos dos créditos exigem ações relativamente simples, mas já pontuáveis, como aqueles para ruas sombreadas ou outros exigindo eficiência relativamente baixa. Assim, por um lado, como apontado por Jerry Yudelson (2016), há validação de práticas pouco dispendiosas, requerendo ações triviais dos empreendedores e arquitetos. Tal situação ocorre porque o próprio sistema de certificação foi criado a partir de equipes multidisciplinares, compostas por profissionais de toda a cadeia produtiva da construção civil, mas cujas decisões deveriam ser tomadas de modo consensual – o que leva o próprio fundador do USGBC, David Gottfried, a reconhecer que questões mais delicadas, que contrariem os interesses de alguma parte interessada [*stakeholder*], sejam evitadas em prol de parâmetros menos exigentes (GOTTFRIED, 2014). Se Keller Easterling, tomando como base o ISO 9000, mas expandindo a interpretação para o conjunto de normas internacionais atualmente em vigor, via ali uma aferição relacionada a formas e processos de produção, mas não a conteúdos (EASTERLING, 2014), poderíamos ver no LEED© um processo diferente, onde valida-se práticas de baixo impacto ao mesmo tempo em que se equivalem, pelo sistema de pontos, ações de custos e consequências com escalas totalmente diversos.

Tão importante quanto os créditos cumpridos são aqueles que não foram buscados. Nesse sentido, destacaremos apenas aqueles que consideramos ter impacto direto na forma urbana. De fato, o que se nota é que muitos deles foram na verdade desconsiderados no projeto. O projeto não cria nenhum recurso para conectividade urbana como os indicados no item 2 de SSL 1, no item 1 de NPD Pré-Requisito 3 ou no crédito NPD 6. Assim, ao invés de criar interseções entre ruas na área interna à gleba, o projeto atinge os pontos a partir das intersecções nos arredores, preferindo manter a gleba inteira intacta e evitando o desenho de ruas internas – as quais aumentariam a sensação de espaço público. Desse modo, reproduz a mesma estratégia dos outros empreendimentos do entorno caracterizados por suas grandes glebas, tais como os shoppings Market Place e Morumbi e os complexos Rochaverá, Morumbi Corporate, WT Torre, EZ Towers, além do futuro desenvolvimento ao sul, como indicado em entrevista a Cristina Wehba (2017), muitos deles certificados pelo LEED© Core & Shell, específico para edifícios para locação. Desse modo, o Parque da Cidade evita as características de alta conectividade urbana prevista no New Urbanism e defendida pelo LEED© ND; este, por sua vez, não cria nenhum mecanismo para exigir essa conectividade, permitindo essa configuração urbana.

O crédito NPD 1, que poderia ter alto impacto no projeto, tem por sua vez uma pontuação mínima. O crédito confere pontos pelo acúmulo das seguintes estratégias: a) ao menos 80% das fachadas do projeto viradas para a rua estão a até 7,6 m da divisa da propriedade; b) ao menos 50% das fachadas do projeto viradas para a rua estão a até 5,5 m da divisa da propriedade; c) ao menos 50% das fachadas viradas para a rua de edifícios não-residenciais ou mistos estão a até 30 cm da divisa da propriedade; d) as entradas "funcionais" (em oposição às de serviço) estão distantes em média e no mínimo a 22,8 m entre si; e) as entradas funcionais de edifícios não residenciais ou mistos estão distantes em média e no mínimo a 9,1 m entre si; f) o comércio no térreo deve ter ao menos 60% de área envidraçada entre os limites de 0,9 e 2,4 m acima do nível da rua; g) não pode existir mais de 15 m de fachada cega no nível da rua; h) o comércio no térreo não pode ser fechado com venezianas ou portas de ferro durante a noite; i) existência de estacionamento em ao menos 70% das ruas, em ambos os lados; j) existência de calçadas em todas as ruas do projeto, em ambos os lados; k) unidades residenciais do térreo não podem estar elevadas a mais de 0,6 cm do nível da rua; l) ao menos 50% do edifícios de escritório têm comércio no térreo; m) ao menos 40% dos edifícios virados para a rua têm uma proporção mínima de 1:3 entre sua altura e a distância para a rua; n) 75% das ruas exclusivamente residenciais do projeto têm velocidade máxima de 30 km/h; o) 70% da ruas não residenciais do projeto têm velocidade máxima de 40 km/h; p) cruzamentos em nível com a rua não superam 10% da largura das calçadas no projeto. Assim, embora sejam muitas as possibilidades de cumprir o crédito, a pontuação do projeto é mínima. Isso porque sua própria lógica contraria o projeto urbano previsto no LEED© ND: enquanto o certificado prevê uma cidade altamente conectada e com fachada ativa ininterrupta, o projeto proposto é um conjunto de torres de escritório em um parque, cuja principal área comercial é um shopping center. Embora o Parque da Cidade, entendido como gleba, seja um empreendimento misto, seus diversos usos estão setorizados no projeto, e os edifícios são em geral monofuncionais, contrariando a proposta do New Urbanism.

Créditos como o NPD 4, que garantiriam a diversidade de moradores a partir do fornecimento de unidades de valor mais baixo do que o da região, ou ao menos com a criação de diferentes tipologias de unidades residenciais, também não é obtido. Como comum em empreendimentos de alto padrão, não foram obtidos também pontos pelo NPD 12, relacionado a mecanismos de participação para residentes e moradores do entorno. Por outro lado, o uso de bicicleta, que tem ganhado força nos últimos anos em São Paulo, não é pontudo em nenhum dos créditos possíveis (SSL 4, NPD 5 e NPD 7).

PARQUE DA CIDADE E A REAFIRMAÇÃO DOS PADRÕES DE ESPAÇO DISCIPLINARES BRASILEIROS

A partir do exposto, não se pode afirmar que o Parque da Cidade se relaciona, seja como linguagem simbólica, seja como desenho urbano, à agenda do New Urbanism. De fato, o empreendimento parece negar não só as estratégias desse movimento, como também a própria orientação estritamente solar dos edifícios preconizada pelo LEED© (crédito GIB 10), cujos autores, o tradicional escritório de arquitetura aflalo/gasperini arquitetos, dizem ser prática habitual de seus projetos (Flávia Marcondes, diretora associada do escritório aflalo/gasperini arquitetos, comunicação pessoal, 27 set 2016).

Diferentemente da experiência norte-americana, onde a pontuação do LEED© ND costuma se concentrar nas categorias de localização e desenho urbano, deixando a custosa obtenção de pontos vinculados à construção e tecnologia para aqueles projetos que busquem melhor performance (GARDE, 2009), no caso brasileiro a solução é outra. O Parque da Cidade – e também Ilha Pura, saliente-se – abre mão da maior parte dos pontos que representariam apenas modificações de projeto, optando ao invés disso por manter o esquema moderno de implantação e inserir tecnologias de economia de água e energia.

A implantação do empreendimento é primordialmente visual. O eixo de organização dos edifícios não é a rua, como sugere o LEED© ND, mas uma marquise diagonal no centro da gleba, desalinhada com toda a estrutura viária (Figura 1). Desse modo, o vetor é próprio do projeto e interno a ele, evitando a relação com as pré-existências – as quais, notemos, são na maior parte projeto do mesmo escritório, aflalo/gasperini arquitetos. Se um dos princípios do New Urbanism é a característica de comunidade e a vinculação com o lugar, então a estratégia de projeto em questão nega seus próprios fundamentos – e, por esse motivo, não consegue melhor pontuação. As diversas torres do conjunto, implantadas de modo a manter a independência de sua visualidade quando vistas da Marginal Pinheiros, via expressa lindeira ao conjunto (Figura 2), ainda se organizam em torno de uma grande área verde (Figura 3), cujos arquitetos afirmam ser uma nova área de "fruição" para a cidade (SERAPIÃO, 2012). A julgar pelas outras experiências na Chucri Zaidan realizadas pelo mesmo escritório, a área verde não será pública, ou mesmo "cívica", como sugere o LEED© ND no crédito NPD 9: a fruição que temos aqui é a de um espaço aparentemente público, mas na verdade severamente vigiado, como o usuário pode constatar visitando outros empreendimentos da região. Temos de novo o simulacro de espaço público citado acima, ainda que com contornos mais claramente brasileiros pela supressão da linguagem comunitária norte-americana.

Figura 1: Implantação do Parque da Cidade
Fonte: aflalo/gasperini arquitetos

Figura 2: Modelo 3D do skyline do Parque da Cidade visto a partir da marginal Pinheiros
Fonte: aflalo/gasperini arquitetos

Figura 3: Modelo 3D dos edifícios do Parque da Cidade e da área verde interna ao conjunto
Fonte: aflalo/gasperini arquitetos

Como nota Isadora Guerreiro sobre o conjunto Rochaverá, obra do aflalo/gasperini próxima ao Parque da Cidade, o paisagismo contemplativo pretende uma fruição bucólica sem notar a contradição de se localizar em um centro econômico de uma metrópole de importância internacional (GUERREIRO, 2010). A estratégia de um forte esquema paisagístico de contemplação também é encontrada em outros empreendimentos da região, como o São Paulo Corporate Towers, conforme afirmado pelas próprias autoras (Flávia Marcondes, diretora associada do escritório aflalo/gasperini arquitetos, comunicação pessoal, 27 set 2016; Kristin Hopkins-Clegg, arquiteta associada do escritório Pelli Clarke Pelli Architects, comunicação pessoal, 6 jun 2018).

De certo modo, não há novidade aqui: a criação de espaços públicos vigiados, de cunho meramente contemplativo, é antiga no urbanismo corporativo, e há muito tempo analisada na literatura. Mas há também diferenças: a primeira, de escala, em que as novas áreas inseridas na cidade são significativamente maiores do que as de ciclos anteriores. Saskia Sassen chama atenção para esse fenômeno nas cidades centrais do capitalismo (2014). A situação aqui é semelhante, ainda que minorada pelo fato de não serem áreas tomadas por capital estrangeiro, tal como socióloga analisa. Em segundo lugar, está o papel da certificação, que legitima esse novo urbanismo por uma organização reconhecida pelo mercado. Assim, sua produção consensual e sua abrangência no mercado garantem a legitimidade do empreendimento – enquanto, como vimos, ele se esquiva de medidas mais inabituais no nosso contexto arquitetônico.

Sua alta pontuação por localização, embora a categoria faça sentido no contexto norte-americano de profunda suburbanização, tem aqui menor impacto no projeto, já que ele só é possível nessa área, tirando vantagem da alta conexão regional e internacional própria das zonas corporativas recentes (EASTERLING, 2014). Já a defesa de pluralidade e espaço inclusivo só surge no LEED© ND em um crédito relacionado à habitação de preço acessível [*affordable housing*] (NPD 4) o que, como apontam Sharifi e Murayama (2013, p. 78), assegura apenas três pontos, sendo um baixo incentivo para aplicação, além de não diferenciar habitação acessível de habitação social.

Apesar de tudo, a certificação LEED© ND ainda consegue ser relativamente mais bem sucedida do que a sua maior alternativa no mercado brasileiro, o Aqua. Gonçalves et al. (2015) apontam como o Aqua certifica um condomínio no interior de São Paulo, mesmo sendo ele murado, distante do centro, sem transporte público, sem acesso viável por bicicleta, monofuncional e de baixa densidade – características que não seriam possíveis no LEED© ND, ao menos pela seu uso até esse momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo lança luz sobre o modo como o LEED©, ao certificar edifícios quanto a sua sustentabilidade ambiental, também pode sugerir determinadas formas arquitetônicas. Extensamente utilizado no mercado corporativo brasileiro, o LEED© poderia indicar novas tendências de arquitetura e urbanismo, já que hoje não visa mais apenas o aparato técnico de edifícios, mas também bairros, por meio do LEED© ND, e mesmo a avaliação de cidades inteiras, por meio do LEED© for Cities. Seu uso corporativo advém dos ganhos financeiros a ele vinculados, como aumento no valor do metro quadrado e redução de taxa de vacância (EICHHOLTZ; KOK; QUIGLEY, 2013), assim como na redução de impostos – que vem sendo discutida para edifícios certificados em São Paulo, ainda sem resolução, mas já amplamente em voga nos Estados Unidos – e maior facilidade de aprovação dos projetos no município (Thassanee Wanick, fundadora do GBC Brasil, comunicação pessoal, 24 jan 2017; ver também SMITH, 2014, p. 6).

Pudemos ver como, apesar do LEED© ND ter créditos específicos para forma urbana, o projeto preferiu ganhar pontos por tecnologias sustentáveis, indicando que a solução não foi tomada levando em conta necessidades estritas de custo, mas valores simbólicos relacionados a formas comuns da urbanização corporativa brasileira, como torres de vidro, shopping centers e espaços verdes contemplativos.

REFERÊNCIAS

CALTHORPE, Peter. **The next American metropolis:** ecology, community, and the American dream. Nova York: Princeton Architectural Press, 1993.

CHEGUT, Andrea; EICHHOLTZ, Piet; KOK, Nils. Supply, demand and the value of green buildings. **Urban Studies**, v. 51, n. 1, p. 22–43, jan. 2014. DOI: 10.1177/0042098013484526.

CUTHBERT, Alexander. **The form of cities:** political economy and urban design. Malden, EUA; Oxford, Inglaterra; Victoria, Austrália: Blackwell Publishing, 2006.

CUTHBERT, Alexander. **Understanding cities:** method in urban design. Oxford: Routledge, 2011.

EASTERLING, Keller. **Extrastatecraft:** the power of infrastructure space. Londres, Nova York: Verso, 2014.

EICHHOLTZ, Piet; KOK, Nils; QUIGLEY, Jon. The economics of green building. **The Review of Economics and Statistics**, v. 95, n. 1, p. 50–63, mar. 2013. DOI: 10.1162/REST_a_00291.

FARR, Douglas. **Sustainable urbanism:** urban design with nature. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2008.

FEDRIZZI, Rick. **Greenthink:** how profit can save the planet. [s.l.] Disruption Bools, 2015.

FIX, Mariana. **São Paulo cidade global:** fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.

GARDE, Ayay. Sustainable by design?: insights from US LEED-ND pilot projects. **Journal of the American Planning Association**, v. 75, n. 4, p. 424–440, 2009. DOI: 10.1080/01944360903148174.

GONÇALVES, Luciana Márcia; RIBEIRO, Rochelle Amorim; REZEK, Sarah Finotti; LIMA, Bruno Joaquim. "Contradições acerca da sustentabilidade em condomínios horizontais -- Certificação ambiental e segregação sócio-espacial". **Anais**... In: IV SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA URBANA. Passo Fundo, RS: 2015

GOTTFRIED, David. **Explosion green:** one man's journey to green the world's largest industry. Nova York: Morgan James, 2014.

GUERREIRO, Isadora de Andrade. **Arquitetura-capital:** a funcionalidade dos edifícios corporativos paulistas. Dissertação (Mestrado)—São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2010.

HARVEY, David. The New Urbanism and the communitarian trap. **Harvard Design Magazine**, n. 1, inverno-primavera 1997.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

HIRT, Sonia A. Premodern, modern, postmodern? Placing New Urbanism into a historical perspective. **Journal of Planning History**, v. 8, n. 3, p. 248–273, ago. 2009. DOI: 10.1177/1538513209338902.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo:** a lógica cultural do capitalismo tardio. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2007.

LANGDON, Philip. **A better place to live:** reshaping the American suburb. Amherst: The University of Massachusetts Press, 1994.

LARA, Fernando Luiz. New (Sub)Urbanism and old inequalities in Brazilian gated communities. **Journal of Urban Design**, v. 16, n. 3, p. 369–380, 2011. DOI: 10.1080/13574809.2011.571160.

LOVINS, Amory B.; LOVINS, L. Hunter; HAWKEN, Paul. **Natural capitalism:** the next industrial revolution. Washington DC: US Green Building Council, 2000.

PEREIRA, Álvaro Luís dos Santos. **A montagem de enclaves financeiros numa metrópole periférica:** verso e reverso do planejamento urbano. Dissertação (Mestrado)—São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2011.

SASSEN, Saskia. **Expulsions:** Brutality and complexity in the global economy. Cambridge, USA: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

SERAPIÃO, Fernando. **Monolito**. V. Extra: Aflalo & Gasperini Arquitetos. São Paulo: Editora Monolito, 2012.

SHARIFI, Ayyoob; MURAYAMA, Akito. A critical review of seven selected neighborhood sustainability assessment tools. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 38, p. 73–87, 2013. DOI: 10.1016/j.eiar.2012.06.006.

SMITH, Russel M. Planning for urban sustainability: the geography of LEED-Neighborhood Development (LEED-ND) projects in the United States. **International Journal of Urban Sustainable Development**, p. 1–18, 2014. DOI: 10.1080/19463138.2014.971802.

SONG, Yan; STEVENS, Mark R.; GAO, Jie; BERKE, Philip R.; CHEN, Yanping. An examination of early New Urbanist developments in the United States: where are they located and why? **Cities**, n. 61, p. 128–135, 2017. DOI: 10.1016/j.cities.2016.08.013.

STANLEY, S. Infographic: top 10 countries and regions for LEED in 2017. **USGBC**. Disponível em: <https://www.usgbc.org/articles/infographic-top-10-countries-and-regions-leed-2017>. Acesso em: 5 jun. 2018.

USGBC (United States Green Building Council); Congress for the New Urbanism; Natural Resources Defense Council. **LEED 2009 for neighborhood development rating system**. Washington: USGBC, 2011.

WEHBA, Cristina. "Reestruturação imobiliária e reconfiguração do espaço: a produção da Odebrecht na Operação Urbana Consorciada Água Espraiada". **Anais**... In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. São Paulo: FAUUSP, 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%203/ST%203.9/ST%203.9-04.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2018

YUDELSON, Jerry. **Reinventing green building:** why certification systems aren't working and what we can do about it. Gabriola Land, Canada: New Society Publishers, 2016.

2 – MESA TEMÁTICA SEM APRESENTAÇÃO ORAL

Venanparq
Salvador - 2018

(RE) PENSANDO O NÃO-LUGAR: ESTUDO DO ESPAÇO RESIDUAL DA PONTE DA PASSAGEM, EM VITÓRIA (ES)

(RE) THINKING THE NON-PLACE: STUDY ABOUT THE RESIDUAL SPACE OF "PONTE DA PASSAGEM", IN VITÓRIA (ES)

(RE) PENSANDO EL NO-LUGAR: ESTUDIO DEL ESPACIO RESIDUAL DEL "PONTE DA PASSAGEM", EN VITÓRIA (ES)

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

DIAS, Maiara Dos Santos
Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFES);
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU/ UFES
maraangella@gmail.com

CASER, Karla do Carmo
Doutora em Arquitetura da Paisagem/ Sustentabilidade de Comunidades (University Of Guelph);
Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFES
karlacaser@gmail.com

(RE) PENSANDO O NÃO-LUGAR: ESTUDO DO ESPAÇO RESIDUAL DA PONTE DA PASSAGEM, EM VITÓRIA (ES)

(RE) THINKING THE NON-PLACE: STUDY ABOUT THE RESIDUAL SPACE OF "PONTE DA PASSAGEM", IN VITÓRIA (ES)

(RE) PENSANDO EL NO-LUGAR: ESTUDIO DEL ESPACIO RESIDUAL DEL "PONTE DA PASSAGEM", EN VITÓRIA (ES)

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Este artigo tem como objetivo discutir o conceito de não-lugar com ênfase na problemática dos espaços residuais, vazios urbanos esquecidos entre grandes infraestruturas viárias, apresentando como estudo de caso a proposta de regeneração paisagística e urbana dos espaços residuais da Ponte da Passagem, em Vitória (ES). Considerando tal área como um não-lugar, a proposta elaborada com este estudo demonstra a aplicabilidade de outros princípios urbanos: revalorização do ambiente natural e das vivências, proposição de soluções versáteis, e novos usos voltados ao esporte e lazer. A metodologia consistiu em revisão de literatura especializada a respeito dos espaços residuais, enfatizando-se o conceito de não-lugar (AUGÉ, 1994); investigação de estudos de caso; levantamento histórico sobre o contexto da Ponte da Passagem, seguido pelo levantamento *in loco* baseando-se em métodos para avaliação de pós-ocupação, conhecida por APO (RHEINGANTZ et al., 2009); e finalmente sistematização dos dados levantados, com elaboração de diagnósticos e diretrizes, etapas cruciais para a proposta de regeneração paisagística e urbana. Como resultados principais notou-se que, apesar de serem estigmatizados, devido à precária acessibilidade, ambiência e infraestrutura, além da carência de vegetação e equipamentos urbanos, os espaços residuais não se constituem em um "vazio" sem utilidade. Esse estudo exemplifica uma maneira criativa e alternativa de se pensar os espaços residuais, revelando o potencial de transformação de um não-lugar, apenas de passagem e impessoal, em um lugar antropológico, de encontro e interação social. Portanto, reforça a importância na cidade atual de se pensar os espaços livres voltados ao encontro e lazer, estimulando vínculos e identidade local, bem como a importância de quebrarmos preconceitos e experimentarmos outras possibilidades para a cidade, originando novos princípios urbanos.
PALAVRAS-CHAVE: Não-lugar; espaços residuais; vazios urbanos; baixio Ponte da Passagem; Vitória (ES).

ABSTRACT:
This article aims to discuss about the non-place concept with emphasis on the residual space issues, that is forgotten urban voids between large road infrastructure; presenting as a case of study the proposal of landscaping and urban regeneration on the residual spaces of "Ponte da Passagem", in Vitória – ES (Brazil). Considering that area as a non-place, the landscape proposal elaborated with this study demonstrates the applicability of other urban paradigms: revaluation of the natural environment and social experiences, proposed versatile solutions, and new uses for sports and leisure. The methodology consists of: review of specialized literature about residual spaces, with emphasis on the concept of non-place (AUGÉ, 1994); investigation of case studies; historical survey about the context of "Ponte da Passagem", followed by the on-site survey applying methods for Post-Occupancy Evaluation, also known as POE (RHEINGANTZ et al., 2009); and finally, systematization of the data collected, with elaboration of diagnosis and guidelines, crucial steps for the proposal. As main results it was noticed that, despite being stigmatized, due to the precarious accessibility, ambience and infrastructure, and besides the lack of vegetation and urban equipment, the residual spaces are not a "void" without utility. This study exemplifies a creative and alternative way of thinking about

the residual spaces. In this way, it reveals the potential of transforming a "non-place", impersonal, into a "place", anthropological. Therefore, it reinforces the importance of thinking about the open spaces for meeting people and stimulating local ties. And also, the importance of break down prejudices and experience other possibilities on urban spaces, which stimulates new urban principles.
KEYWORDS: *Non-place; residual spaces; urban voids; under "Ponte da Passagem"; Vitória (ES).*

RESUMEN:
Este artículo tiene como objetivo discutir el concepto de no-lugar destacando la problemática de los espacios residuales, vacíos urbanos olvidados entre grandes infraestructuras viales, y presentando como estudio de caso la propuesta de regeneración paisajística y urbana de los espacios residuales del "Ponte da Passagem", en Vitória – ES (Brasil). Considerando tal área como un no-lugar, la propuesta elaborada con este estudio demuestra la aplicabilidad de otros principios urbanos: revalorización del ambiente natural y de las vivencias, proposición de soluciones versátiles, y nuevos usos orientados al deporte y el ocio. La metodología consistió en revisión de literatura especializada sobre los espacios residuales, enfatizando el concepto de no-lugar (AUGÉ, 1994); investigación de estudios de caso; el análisis histórico sobre el contexto del puente del paso, seguido por el levantamiento in loco basándose en métodos para evaluación post-ocupación, conocida por POE (RHEINGANTZ et al., 2009); y finalmente sistematización de los datos levantados, con elaboración de diagnósticos y directrices, etapas cruciales para la propuesta. Como resultados principales se notó que, a pesar de ser estigmatizados, debido a la precaria accesibilidad, ambiente e infraestructura, además de la carencia de vegetación y equipamientos urbanos, los espacios residuales no se constituyen en un "vacío" sin utilidad. Este estudio ejemplifica una manera creativa y alternativa de pensar en los espacios residuales, revelando el potencial de transformación de un "no-lugar", apenas de paso e impersonal, en un "lugar antropológico", de encuentro e interacción social. Por lo tanto, refuerza la importancia en la ciudad actual de pensar los espacios libres dirigidos al encuentro y el ocio, estimulando vínculos e identidad local, así como la importancia de romper prejuicios y experimentar otras posibilidades en la ciudad, creando nuevos principios urbanos.
PALABRAS-CLAVE*: No-lugar; espacios residuales; vacíos urbanos; debajo del "Ponte da Passagem"; Vitória (ES).*

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, o processo de modernização estimulou diversas intervenções e programas urbanísticos de grande impacto. Muitos desses, além de criarem uma paisagem genérica e guiada por interesses econômicos, também instauraram normas e modos de apropriação do espaço que revelam um cotidiano controlado, com usos pouco flexíveis. Tais intervenções urbanas priorizaram a escala global, a cidade do capital e suas lógicas neoliberais, somando a isso uma lógica funcionalista que visa a rapidez na locomoção, sendo essa majoritariamente veicular. Os carros passam a dominar o cenário urbano, especialmente em meados do século XX, e as cidades tornam-se padronizadas, com espaços homogêneos, monótonos, muito distantes da escala humana. Como resultado, surgem os espaços residuais, não-lugares, conceito principal discutido neste artigo. Espaços onde não se cria identidade e as demandas locais não são atendidas, negando, assim, a cidade viva e humanizada.

Entretanto, a partir da década de 1960, diferentes críticas são desenvolvidas frente ao forte caráter funcional e padronizado associados à cidade moderna. Dentre os críticos, destaca-se a jornalista Jane Jacobs, que em 1961 publica “Morte e vida de grandes cidades americanas”, livro no qual são criticados os fundamentos do planejamento urbano e a reurbanização da época. Além disso, o urbanismo moderno é apontado como motivador da monotonia nos espaços da cidade, e do distanciamento entre pessoas e espaço público. Em oposição às grandes intervenções, Jacobs defende o resgate das ruas convencionais, quadras pequenas, usos mistos e densidade populacional. Sendo assim, as críticas realizadas a partir de 1960 e suas reverberações têm contribuído para uma renovação dos princípios que nortearam o processo de urbanização e modernização das cidades. Isso favorece a retomada dos espaços públicos como lugar de encontro e trocas sociais, e não apenas como espaços funcionais, destinados sobretudo à circulação veicular.

Apesar do novo paradigma na década de 1960 e suas reverberações, atenta-se para o caráter funcional e forte valorização veicular que ainda se fazem presentes na concepção dos espaços urbanos. Nota-se, que a sociedade atual é marcada pelo excesso, ou como diz Augé (1994) pela superabundância, seja esta de tempo ou de acontecimentos, de informações e de espaço. Isso se deve aos avanços nos meios de transporte, que permitiram a dispersão urbana, mas especialmente às transformações nos meios de comunicação, sobretudo com o processo de globalização. Essa sociedade de excessos, onde os deslocamentos e relações sociais são instantâneas e fugazes, está diretamente ligada à produção dos não-lugares, espaços impessoais que, segundo Marc Augé (1994), seriam o oposto do "lugar antropológico", este que apresenta identidade e história, relacionando-se diretamente com as pessoas. E os não-lugares são o tema deste estudo que destaca os espaços residuais, ou seja, as áreas vagas, subutilizadas e esquecidas entre grandes infraestruturas de locomoção veicular.

No entanto, ao mesmo tempo em que são espaços abandonados e ociosos, também representam vazios urbanos de grande utilidade e versatilidade na paisagem urbana contemporânea (TEIXEIRA et. al. 2005; SOLÁ-MORALES, 2002; CONTI et al., 2004). Nesse sentido, este estudo defende que os espaços residuais podem instigar a experimentação de novas possibilidades de ocupação e uso, seja através da instalação de equipamentos culturais, comerciais, seja como ampliação de espaços públicos de lazer e áreas verdes, como é demonstrado neste estudo de caso.

Embasando-se nas discussões teóricas, este artigo tem como objetivo demonstrar a aplicabilidade de novos princípios e soluções para a transformação dos espaços residuais, considerados então como uma tipologia de não-lugar. Tal demonstração ocorre por meio da proposta de regeneração urbana para o espaço livre adjacente e sob a Ponte da Passagem, um espaço residual em Vitória - ES. Tal espaço é reconhecido como um não-lugar em Vitória, visto que as intervenções urbanísticas realizadas na região visaram principalmente melhorias viárias. Ou seja, tiveram o carro como prioridade, mas não consideraram o contexto histórico e cultural desse lugar.

A metodologia deste estudo divide-se em duas etapas essenciais. A primeira constitui-se na revisão bibliográfica analítica dos conceitos principais, sobretudo os não-lugares, os espaços residuais, e os vazios urbanos. A segunda etapa baseia-se na aproximação da área em estudo, para, juntamente com as discussões teóricas, embasar a proposta para regeneração paisagística e urbana do espaço. Ou seja, consiste basicamente no levantamento da área, que ocorreu de junho de 2015 ao mês de julho de 2016, com foco tanto na investigação do espaço "físico" quanto do espaço "antropológico": 1. estrutura física e aspectos urbanísticos, mobiliário, conformação do espaço e sua inserção na malha urbana, vegetação existente, além de equipamentos importantes no entorno; 2. identificação e análise das principais demandas, vivências sociais, apropriações, usos e percursos. Para isso, utilizou-se de métodos para avaliação de pós-ocupação (APO) embasados em Rheingantz et al. (2009), o qual indica estratégias metodológicas que valorizam as pessoas e vivências sociais do local. Essa segunda abordagem, realizada em novembro de 2015, valoriza as pessoas e suas práticas não como indivíduos isolados, como ocorre em um não-lugar, mas como seres sociais e identitários, na intenção de idealizar um lugar antropológico. Assim, a fase mais importante do levantamento ocorre em novembro de 2015, quando foram realizadas 25 entrevistas semiestruturadas com os usuários do espaço e moradores do entorno, para identificar as percepções, carências e demandas das pessoas. Conjuntamente, nesse mesmo período utilizou-se de mapeamento visual, pelo qual foram elaborados mapas comportamentais de variados percursos, usos, vivências, identificando potencialidades e problemas do espaço. Para isso, em novembro de 2015 foram realizadas visitas de segunda-feira a sábado, em três turnos: manhã (7:30h às 9:00h); tarde (16:00h às 18:00h); e noite (20:30h às 21:30h). Para cada um desses turnos, eram estabelecidos curtos períodos de 15 min, em que se registrava percursos e usos observados. Quando aos fluxos, registrou-se com uma linha cada pessoa que percorria o local, marcando o percurso de homens e mulheres, e contabilizando tanto ciclistas quanto pedestres. Com o aumento do fluxo de pessoas em determinada direção, mais linhas eram sobrepostas e, assim, foram realçados os trajetos mais utilizados. Nos meses seguintes, principalmente de fevereiro a julho de 2016, visitas esporádicas foram realizadas ao local no intuito de confirmar aspectos físico-espaciais, e identificar outras possíveis apropriações pelas pessoas. Em cada visita foram realizadas diversas fotografias e anotações sobre práticas sociais espontâneas, permitindo identificar consideráveis mudanças no espaço ao longo dos meses.

O acompanhamento do espaço por cerca de um ano, com intensa investigação das vivências sociais por um mês, permitiu um levantamento criterioso, com variados registros e informações constatadas *in loco*. Os dados coletados foram sistematizados mediante abordagem qualitativa, com elaboração de gráficos, mapas de análises, diagnósticos e diretrizes. Esses métodos possibilitaram conhecer melhor as demandas, anseios e percepções de frequentadores e moradores da região. Por isso, foram decisivos para a elaboração das diretrizes que embasaram a proposta apresentada, a qual ilustra novos princípios para a criação de espaços públicos, valorizando o lugar do encontro, o lugar antropológico. Outras informações e documentos foram obtidos em dados históricos e mapas da Prefeitura Municipal de Vitória.

A proposta urbana e paisagística elaborada permite ilustrar a possibilidade de transformação de um não-lugar, mais especificamente um espaço residual urbano. Com isso, evidencia-se o potencial de ocupação dos espaços residuais e suas variadas possibilidades, com a proposta de um espaço livre e público integrado à paisagem natural de forma harmônica, priorizando as vivências sociais. Por fim, contestam-se os princípios que têm guiado a construção do espaço urbano contemporâneo, mediante ilustração de novos princípios com a proposta que repensa a paisagem urbana, e valoriza as trocas sociais.

REFERENCIAL TEÓRICO: OS NÃO-LUGARES NA SOCIEDADE "SUPERMODERNA"

Nas últimas décadas do século XX, os processos de industrialização, globalização e urbanização, moldaram a cidade moderna, criando novas formas espaciais urbanas que, frequentemente, expressaram espaços impessoais. Além disso, tais processos têm contribuído para uma justaposição conflituosa da cidade global e local no mesmo território. Nesse contexto, Ascher (2010) define para as cidades o termo "modernização", que não se trata de um modo de ser, mas de um processo de transformação constante, iniciado no final da idade média e que ainda está em andamento. Segundo o autor, esse processo de "modernização" estaria dividido em três grandes fases, cujas características principais encontram-se indicadas no Quadro 1 abaixo.

PRIMEIRA MODERNIDADE (Alta Modernidade)	SEGUNDA MODERNIDADE (Média Modernidade)		TERCEIRA MODERNIDADE (Baixa Modernidade)
Final da Idade média ao início da Revolução Industrial	De 1860 (2ª Revolução Industrial) até cerca de 1970	Anos 70 até final do século XX	Fim do século XX até hoje
"Cidade do Renascimento e Tempos Modernos"	*Industrialização*	*Momento de transição*	*Modernização "radical", "avançada", de "Supermodernidade"*
Desenvolvimento das ciências Transformação do pensamento; Mudança do papel da religião.	Iniciada pela Revolução Agrícola, porém promove o êxodo rural e consequente crescimento demográfico nas cidades.	Iniciam-se críticas à estética extremamente funcionalista e predominante	Surge no contexto de mudanças (críticas nas décadas de 1960 e 1970) - "Pós-moderno", como crítica à estética funcionalista
Revolução urbana (do medieval ao moderno); Expansão do capitalismo mercantil, e em seguida do industrial	Produção de bens e serviços sob a lógica capitalista; Pensamento técnico ocupando lugar central.		Virada do século - reflexões sobre o "progresso" extraordinário e seus resultados; Sociedade mais racional, individualizada e múltipla.
Instauração do Estado-nação	Nos anos 70 iniciam as críticas – Momento de transição - alguns críticos se denominam "Pós-moderno"	Alguns críticos são denominados como "Pós-modernos"	Novos pensamentos; Complexidade da vida social; Novos avanços científicos e tecnológicos.

Quadro 1 - Fases do processo de "Modernização"
Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Ascher (2010)

Em síntese, notam-se no Quadro 1 três momentos principais: a alta modernidade, final da idade média à Revolução Industrial; a média modernidade, aproximadamente de 1860 a 1970, apresentando um momento de transição iniciado na década de 1960 e que se intensifica em 1970, marcado por críticas ao modernismo funcionalista; e por último a baixa modernidade, final do século XX aos dias atuais, sendo uma "modernização avançada", ou "supermodernidade". Essa última fase trata da atualidade, momento em que são incentivados novos princípios para a concepção dos espaços urbanos, colocando em xeque a forte valorização atribuída aos carros em detrimento das pessoas.

Entre lugares e não-lugares

O não-lugar é um termo conceituado pelo etnólogo e antropólogo francês Marc Augé (1994), que chama a atenção para esses espaços impessoais, funcionais e de passagem, onde as interações sociais são mecânicas e superficiais. Para o autor, o não-lugar seria exatamente o oposto do lugar antropológico, que é "identitário, histórico e relacional". Portanto, o não-lugar inibe relações mais estreitas e vínculos de identidade com o espaço, ao mesmo tempo em que favorece rápidas circulações. O caminho passa despercebido, as pessoas se comportam de forma mecânica, pois o objetivo é o fim que se quer chegar, seja para se deslocar ou comprar.

É interessante perceber que a dicotomia entre lugar e não-lugar, estabelecida por Augé, baseia-se nas interações sociais que neles ocorrem. Assim, em não-lugares ocorrem relações de "solidão", associadas à "contratualidade solitária", como o exemplo em hipermercados. Em contraposição, têm-se as relações que se praticam nos "lugares antropológicos", que seriam relações de sociabilidade. Porém, é importante esclarecer que, mesmo lugares e não-lugares se contrapondo, esses espaços coexistem no mundo de hoje, e por vezes encontram-se justapostos. Dessa maneira, o lugar e o não-lugar são polaridades que oscilam: "o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente" (AUGÉ,1994, p. 74).

Os não-lugares são bem variados, como exemplifica Augé, podendo ser as zonas de circulação, como autoestradas e viadutos; podem ser espaços de consumo, tais como os grandes centros comerciais e as redes de hotéis; e também podem ser espaços de comunicação, como a televisão por exemplo. Para melhor analisá-los e propor soluções mais adequadas ao objeto em pesquisa, o enfoque deste estudo delimitou-se às zonas de circulação e seus espaços residuais (TEIXEIRA et al. 2005) ou, como também são chamados segundo Campos (2008), os espaços colaterais.

Portanto, uma das tipologias de não-lugar é representada pelas grandes zonas de circulação, estas que permitem o surgimento dos espaços residuais. Esses espaços constituem-se em áreas vagas, resultantes dos processos de ocupação, e dos projetos de infraestrutura desenvolvidos de modo funcionalista que pouco dialogam com seu contexto. Tais espaços residuais também podem ser considerados como vazios urbanos, um termo ainda mais amplo, discutido e conceituado por diversos teóricos, como Ignasi de Solà-morales (2002). Este autor atribui ao vazio urbano a expressão *Terrain Vague*, e os define como locais aparentemente esquecidos, obsoletos, locais externos às atividades da cidade.

Espaços residuais urbanos: quebrando preconceitos

Viadutos e pontes são infraestruturas urbanas que atendem, quase exclusivamente, à circulação de veículos motorizados. Entretanto, é possível perceber que além dessas funções de circulação, seus aspectos espaciais e construtivos também propiciam o surgimento de áreas intersticiais e "marginais livres", os já mencionados espaços residuais (TEIXEIRA et. al. 2005, p. 43). Ao pensar no espaço residual, certas imagens surgem no imaginário, tais como a Figura 1 e Figura 2, que apresentam as áreas livres adjacentes e sob autoestradas. Esses espaços residuais entre infraestruturas de locomoção veicular são a sobra, uma terra que aparenta ser de ninguém, uma transição entre a escala regional e local (VENTURI, 1995). Segundo Pereira (2011), os espaços residuais são lugares de abandono, espaços sobrantes, que acabam sendo mal estruturados e vistos como locais incômodos na cidade, marcados pela marginalização. De maneira geral, pode-se afirmar que são as consideráveis partes da cidade esquecidas pelas intervenções urbanísticas, e

que apresentam a característica de uma área informal, uma vez que não foram contempladas pelo planejamento funcional e estético da ocupação formal.

Figura 1 - "Chuveirinho", conjunto de viadutos sobrepondo os trilhos do Metrô, CPTM e Av. Radial Leste, São Paulo
Fonte: Portal do Governo (SP), fotografia de Vagner Campos

Figura 2 - Espaços residuais entre vias de Chicago
Fonte: Folha vitória

Como foi mencionado, desde a década de 1960 discute-se uma nova forma de pensar a cidade e resgatar o lugar do encontro, numa busca por se libertar do forte racionalismo característico do movimento moderno. No final do século XX, algumas intervenções parecem já demonstrar na prática a reformulação de novos princípios, como o exemplo de intervenções em Barcelona. Nesse período, a capital Catalunha passava por uma ampla reformulação viária, porém as novas intervenções lidaram com as infraestruturas de modo diferente. Assim, não apenas a funcionalidade e a mobilidade foram consideradas, mas também o potencial dessas infraestruturas para a criação de espaços para pessoas. Dentre as intervenções, vale destacar o *Parc del Nus de Trinitat Vella* (Figura 3), realizado em 1993, por Joan Roig e Eric Batle e situado em meio ao Nó da Trindade, um dos nós viários mais importantes de Barcelona. O parque tem um formato circular resultante dos nós viários, e apresenta áreas verdes para piquenique, áreas esportivas, como quadra de basquete e tênis, além de horta urbana e um anfiteatro multiuso.

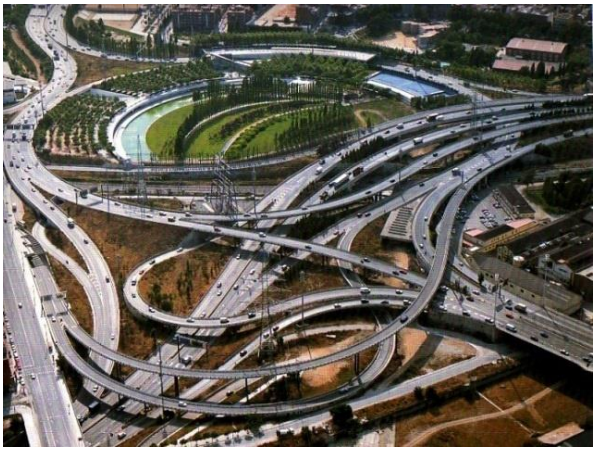


Figura 3 - Vista aérea do "Parque dos Nós da Trindade Velha", em Barcelona, Espanha
Fonte: Landscape and urbanism

Apesar de serem notadas mudanças pelo mundo quanto à forma de concepção dos espaços públicos, atualmente no Brasil ainda há forte repetição de paradigmas que valorizam os automóveis e sua circulação, em detrimento das pessoas. Em diversas cidades brasileiras, sobretudo nos grandes centros urbanos, são abundantes os espaços residuais em processo de degradação e marginalização. São espaços sujeitos a ocupações informais, muitas vezes precárias, especialmente no caso de viadutos urbanos e pontes, como se exemplifica abaixo pela Figura 4 e Figura 5. Mas também podem ser ocupados por setores da economia formal para estacionamento, em certos casos. Esse estado de degradação e abandono representa um grande prejuízo social, econômico e ambiental para a cidade, o que reforça a importância de readequação dessas áreas, bem como reinserção social para pessoas em situação de rua.

Dessa maneira, é importante que os espaços residuais sejam repensados, e reconsiderados agora como oportunidade para intervenções criativas, já que são novos territórios aguardando uma revitalização que os readéque à cidade "formal". Nesse sentido, surgem novas valorizações, com espaços mais adequados ao pedestre e não apenas ao carro, áreas degradadas e por vezes consolidadas passam por regenerações urbanas e/ou ambientais.

Figura 4 - Baixio da Ponte da Passagem (Vitória - ES)
Fonte: Gazeta online, fotografia de Fernando Madeira

Figura 5 - Baixio da Ponte da Passagem, travessia para Andorinhas
Fonte: própria autora

No caso do Brasil, apesar de ainda serem insipientes, algumas mudanças já estão sendo colocadas em prática, seja por medidas das prefeituras, mas principalmente por apropriações espontâneas, que por vezes apresentam forte papel social. Como exemplo emblemático dessas novas perspectivas em difusão, vale mencionar o caso da academia de Boxe Garrido, debaixo do Viaduto do Café em São Paulo. O surgimento desse espaço remete a 2005, quando o pugilista Nilson Garrido começou a ensinar boxe para crianças em situação de rua. Seu projeto social ganha fama entre as pessoas, sobretudo que estão à margem da sociedade, crescendo de forma significativa na última década. Com o tempo, criou-se então uma mistura de espaço esportivo e centro cultural (Figura 6), com academia, boxe, biblioteca e pré-escola, atividades gratuitas para as pessoas. O projeto tornou-se sucesso e acabou chamando a atenção da Prefeitura que, em 2006 cedeu o vão do Viaduto do Café, no Bixiga, que hoje possui um ringue e um octógono profissional, como mostra a Figura 7, na página seguinte.

Figura 6 – Espaço Projeto Garrido sob Viaduto do Café, São Paulo
Fonte: Vitruvius, fotografia por Igor Guatelli

Figura 7 - Ringue de boxe do Projeto Garrido, Viaduto do Café - SP
Fonte: Vitruvius, fotografia por Roberto Cattani

RESULTADOS OBTIDOS: O ESPAÇO RESIDUAL DA PONTE DA PASSAGEM

A área em análise constitui-se no entorno imediato e baixio da ponte da Passagem, que se encontra em Vitória no Estado do Espírito Santo (Figura 8). Localizada atualmente em uma região valorizada na cidade de Vitória, uma nova centralidade (Figura 9), o entorno da Ponte da passagem está próximo a elementos, bairros e instituições de relevância. Dentre elas a Universidade Federal do Espírito Santo, além as Avenidas Fernando Ferrari e Nossa Senhora da Penha (conhecida como Reta da Penha), importantes eixos viários para a ligação da cidade com os demais municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

Figura 8 - Mapa de localização da cidade de Vitória, no Espírito Santo, Brasil
Fonte: própria autora

Figura 9 - Mapa do enquadramento territorial, destacando a localização da ponte da Passagem em relação ao município de Vitória - ES
Fonte: elaborado pela própria autora, adaptado do Google Maps

Além de ser uma importante ligação para a Região Metropolitana, a Ponte da Passagem também estabelece a conexão Norte-Sul entre a ilha e a área continental de Vitória. Como pode ser verificado na Figura 10 abaixo, a área estudada encontra-se às margens do Canal da Passagem, e também próxima à Praia de Camburi, bastante utilizada por moradores e visitantes, e áreas de proteção ambiental, com fácil acesso ao Mangue.

Figura 10 - Mapa de localização da área em estudo, destaque para os pontos de interesse no entorno da Ponte da Passagem
Fonte: própria autora

Para esta análise, foram delimitadas duas áreas principais, Norte (Bairro Jardim da Penha e Pontal de Camburi), e área Sul (Bairro Andorinhas), ambas porções margeando o Canal da Passagem. A primeira apresenta aproximadamente 13.603 m², e a segunda cerca de 23.139 m², totalizando uma área de 36.742 m². Observa-se que à direita da ponte encontra-se a passarela de pedestres e, no entorno imediato, há bairros residenciais que contrastam bastante quanto à forma de ocupação, tipologia edilícia e morfologia urbana. Jardim da Penha, o segundo mais populoso bairro de Vitória, possui 30.571 habitantes (Censo 2010), sendo visado sobretudo por estudantes universitários. Quanto aos demais bairros, segundo o Censo 2010, Pontal de Camburi possui apenas 889 habitantes, e o bairro de Andorinhas 2.031 habitantes, ou seja, um número bem menor de moradores em relação a Jardim da Penha.

Levantamento e análise: a Ponte da Passagem e seu contexto urbano

A cidade de Vitória está entre as capitais mais antigas do país, e semelhante a outras cidades do litoral brasileiro, sua história remonta à chegada dos portugueses ao Brasil. Até o final do século XIX, a ocupação urbana de Vitória foi bastante lenta, sendo marcada pelo isolamento, sobretudo durante o período colonial. Nesse período, é construída a primeira ligação entre a ilha e o continente, a "Pinguela da passagem", feita de madeira e atravessada a pé, sendo muito utilizada até o início do século XX. O período de 1900 a 1940 é marcado por diversos aterros que permitiram a expansão da "Vila de Vitória" em novas direções. Nesse contexto, em 1927 contrata-se a construtora para erigir a primeira Ponte da Passagem, em substituição à antiga "Pinguela da Passagem", que estava bastante deteriorada. Quando a ponte é inaugurada, em 1930, seu entorno era visto como saída de Vitória, e algumas pessoas associavam a área ao município vizinho "Serra", que hoje limita a área continental da cidade, ao norte. O Quadro 2 abaixo apresenta a linha do tempo onde estão resumidos os principais acontecimentos e fatos históricos relacionados à transformação da Ponte da Passagem e seu contexto.

Período Colonial "Pinguela da passagem", primeira ligação entre a Ilha e o Continente. Fonte: Prefeitura de Vitória	1920 Construção da primeira ponte da passagem, em 1920. Fonte: Arquivo Geral de Vitória	1930 Inauguração da ponte da Passagem, cujo nome era Armando Soares de Aguiar. Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN)
2007 Ponte da passagem anterior à versão atual, já reformada desde 1972. Fonte: Prefeitura de Vitória	2008 Construção da atual Ponte da Passagem, em 2013 a versão anterior é demolida. Fonte: Prefeitura de Vitória	2009 Atual Ponte da passagem prestes a ser inaugurada, em 2009. Fonte: Prefeitura de Vitória

Quadro 2 - Linha do Tempo, resgate histórico da Ponte da Passagem, Vitória – ES
Fonte: elaboração pela própria autora

Em 1972 iniciam-se reformas na Ponte da Passagem, que passa a ter um aspecto mais próximo ao apresentado na fotografia de 2007, apresentada no Quadro 2. Após sucessivas obras de aterro e criação de novos bairros, a cidade de Vitória passa por um período de adensamento, devido à verticalização da cidade, entre 1990 e 2010. A mobilidade urbana começa a desempenhar um papel fundamental no planejamento urbano e, assim, realizam-se alterações nos acessos, sentidos de tráfego e vias são ampliadas. Um exemplo importante é a intervenção no eixo da Avenida Fernando Ferrari, com a construção da nova e atual Ponte da Passagem, iniciada em 2008. Essa última intervenção teve um impacto significativo na paisagem, além de permitir maior velocidade para os carros, reforçando a grande valorização dada ao carro desde meados do século XX. É pertinente mencionar também que a passarela de pedestres foi inaugurada somente em 2010, um ano após a inauguração da ponte para os carros, ou seja, as pessoas foram situadas em segundo plano.

A partir dessa inicial contextualização histórica e territorial, inicia-se o levantamento de dados, no qual são aplicados métodos para avaliação de pós-ocupação (APO), utilizando-se como referência os procedimentos apresentados por Rheingantz et al. (2009). Todo o levantamento e acompanhamento da área ocorreu em cerca de um ano, e os variados métodos permitiram a verificação do espaço "físico" e também "antropológico", por meio do registro de vivências e elementos observados *in loco.* A etapa mais importante ocorreu em novembro de 2015, quando foi realizado o mapeamento visual e 25 entrevistas, métodos que permitiram identificar as permanências, apropriações, usos e percursos, e também os principais anseios e percepções das pessoas que frequentam o local.

De um modo geral, a área apresenta pouco sombreamento, em parte por conta da escassa quantidade de árvores, sendo a vegetação mais rasteira e arbustiva. Em relação ao baixio da ponte, ele é utilizado para abrigar alguns barcos e também pessoas em situação de rua que se apropriam do espaço, chegando a grupos de 15 pessoas. Como foi percebido pelas entrevistas, esse local é um estigma para muitas pessoas que fazem essa travessia Ilha-Continente, e que sentem uma sensação de insegurança e/ou desconforto, como foi constatado pelas entrevistas semiestruturadas. Moradores de bairros vizinhos, como Jardim da Penha e Andorinhas, reclamam que na região os furtos são frequentes, e a acessibilidade e conforto ambiental são precários, sobretudo na travessia. Além disso, foram constantes os comentários negativos quanto à iluminação, ao movimento e carência de equipamentos urbanos. Deve-se ponderar que muitas pessoas também reconheceram aspectos positivos na área, tais como a vista privilegiada, o contato com a água, a ventilação, e a estética da Ponte da Passagem. Entretanto, percebe-se que esses comentários positivos estavam mais associados à passarela de pedestres, sendo o baixio da ponte constantemente associado a pensamentos, sensações e adjetivos negativos.

No intuito de caracterizar o espaço residual em análise, foi elaborado o mapa de aspectos gerais (Figura 11), no qual são indicados pontos numéricos que representam fotografias apresentadas no Quadro 3, e que ajudam a ter uma visão mais detalhada deste espaço físico.

Figura 11 - Mapa dos aspectos gerais da área
Fonte: própria autora

O Ponto 1 indica o final da orla urbanizada de Andorinhas, e início do caminho para o baixio da Ponte da Passagem (ver Quadro 3 para foto, na página seguinte); continuando o percurso, o ponto 2 aproxima-se da Avenida Reta da Penha, e mostra um espaço subutilizado que atualmente está ocupado por carros; o ponto 3 já apresenta uma vista da passarela de pedestres, paralela à ponte da Passagem, e revela uma área recentemente reformada mas destinada a estacionamento de veículos; o ponto 4 é outra vista da passarela de pedestres, agora mostrando a margem do bairro Pontal de Camburi, espaço também subutilizado, mas que em finais de tarde é ocupado por crianças que brincam na rua; o ponto 5 também é uma vista da passarela, porém direcionada à Ponte da Passagem, revelando o espaço residual entre esta e a passarela de pedestres; finalizando o percurso, o ponto 6 apresenta uma vista para quem sai do bairro Jardim da Penha e chega ao início da passarela, e evidencia o aspecto impessoal e de passagem desse espaço.

Quadro 3 – Caracterização da área em fotografias sequenciais (percurso)
Fonte: própria autora

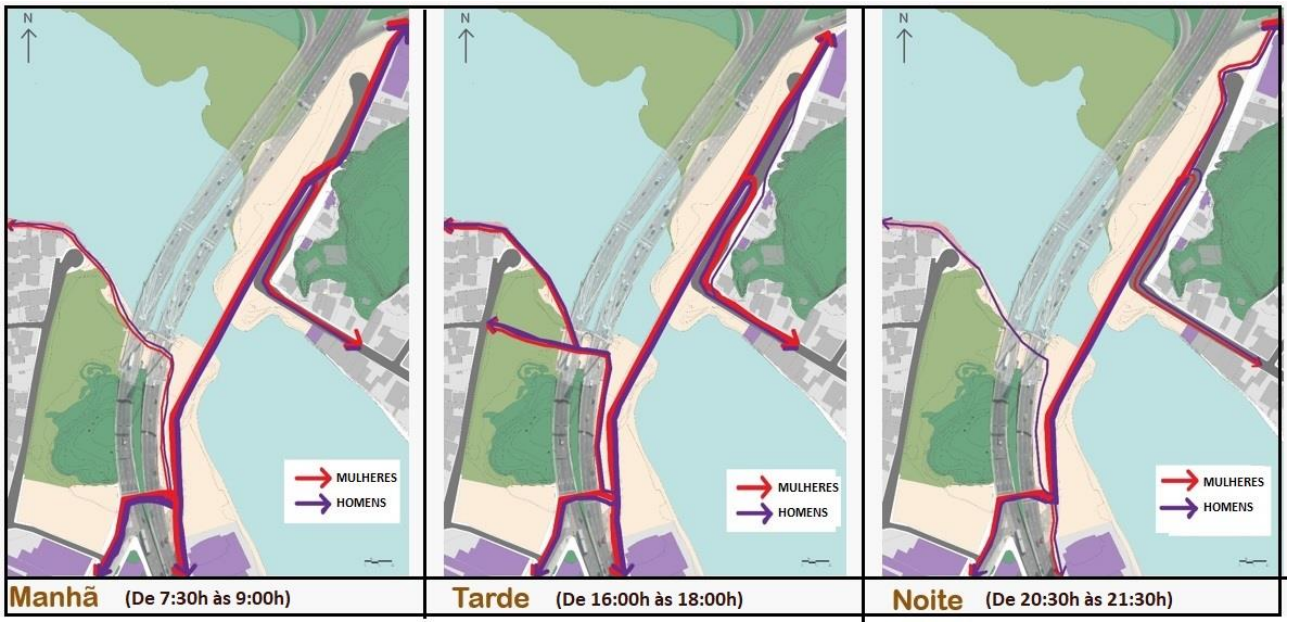
As imagens apresentadas no Quadro 3 acima mostram como é a ambiência no local que, devido à carência de vegetação, apresenta-se ainda menos agradável do ponto de vista visual e também sensorial. Essa área costuma ser utilizada para despejo de resíduos, e boa parte encontra-se subutilizada, carecendo de atrativo ou conforto para as pessoas. Isto corrobora para a degradação e dificulta as permanências nesse espaço, que se apresenta atualmente como um não-lugar em Vitória, um espaço residual e de passagem.

Os serviços e comércios adjacentes são limitados, e alguns ainda carregam um pouco do aspecto industrial, que no passado muito caracterizou a região. Na porção Norte (Jardim da Penha) há serviços como concessionária de veículos, oficinas e serralheria. Já ao sul (Andorinhas) os serviços são ainda mais restritos, sendo as edificações em sua maioria residenciais e de pequeno porte, porém vem crescendo o movimento do comércio local, especialmente barbearias e lojas de vestuário.

A respeito das permanências e usos atuais, identificados pelo mapeamento visual, foram observadas atividades de lazer, esporte e recreação, ainda que de forma singela. Com o levantamento verificou-se que a maioria das pessoas apenas passa pela área, parando raramente ou, em muitos casos, nem permanecem nesse espaço. Isso ocorre principalmente em dias úteis, dado o caráter funcional e de passagem do local, que atualmente não apresenta muitos atrativos à população além da contemplação da vista. A maioria das permanências identificadas relacionam-se às pessoas que precisam percorrer o local, a caminho do trabalho ou da instituição de ensino, e que por vezes encontram conhecidos e param para conversar. Quanto às apropriações, nota-se a presença de pescadores que permanecem às margens das águas, e muitos barcos que são ancorados no baixio da ponte. Além disso, moradores do entorno imediato também

se apropriam de alguns espaços para permanência e trocas sociais, especialmente crianças, que ao fim de tarde costumam brincar na rua e em parte do espaço sob a passarela de pedestres. A contemplação do ambiente natural pelas pessoas foi evidente, tanto por quem permanece na Orla de Andorinhas, contemplando a paisagem, quanto por pessoas que passam pela passarela. Outras atividades como alongamento e práticas esportivas, como o skate, foram identificadas, sobretudo na passarela de pedestres, que aparenta ser atualmente o espaço mais propício à permanência. Desse modo, ainda que a passarela seja vista apenas como lugar de passagem, pode-se afirmar que ela também permite um singelo espaço de vivência e trocas interpessoais. Porém, o mesmo não ocorre no baixio da Ponte da Passagem, visto que não é frequentado por moradores ou transeuntes, sendo ocupado majoritariamente por pessoas em situação de rua. Este é, portanto, um espaço residual que se encontra às margens da sociedade, um espaço subutilizado e que necessita de novas vivências para que se altere todo o estigma que o envolve.

O Quadro 4 abaixo apresenta uma síntese dos principais fluxos, além dos percursos mais relevantes identificados durante novembro de 2015, de segunda-feira a sábado, e realizados apenas por pedestres em três turnos do dia: de manhã entre 7:30h e 9:00h, de tarde entre 16:00h e 18:00h, e à noite entre 20:30h e 21:30h. Apesar de terem sido identificados percursos tanto de pedestres quanto de ciclistas em todo o estudo, para síntese dos dados levantados, neste artigo são apresentados os resultados referentes apenas aos percursos de pedestres.



Quadro 4 – Percursos e fluxos de pedestres em três turnos, de segunda-feira a sábado
Fonte: própria autora (dados levantados em Nov/2015)

Empregando-se a técnica de mapeamento visual, identifica-se o aumento do fluxo de pessoas em determinada direção, pelo realce gráfico dos percursos mais utilizados. Desse modo, é possível perceber pelas sequências do Quadro 4, que o fluxo mais elevado é representado pelas pessoas que atravessam a Passarela, realizando um percurso norte-sul. Também se nota um expressivo fluxo de pessoas, direcionado e contínuo, entre o bairro Jardim da Penha e a Avenida Reta da Penha, mas o fluxo de pessoas que saem do bairro Pontal de Camburi para a passarela é bastante reduzido. Ao Sul, próximo a Andorinhas, o fluxo de pedestres se divide, e boa parte das pessoas se direciona para a Avenida Reta da Penha, e também para a

orla urbanizada do bairro Andorinhas, passando por debaixo da Ponte da Passagem. Esse trajeto sob a ponte, criado de maneira informal pelos usuários do espaço, é justificado pela demora do semáforo em abrir para os pedestres, e também pela interrupção que a Avenida Reta da Penha causa para as pessoas que pretendem adentrar o bairro de Andorinhas, e bairros vizinhos.

Também é importante ressaltar que essa é uma travessia perigosa, visto que os carros percorrem a ponte em alta velocidade, e ao mesmo tempo, um elevado número de pessoas cruza a avenida todos os dias. Em horários de grande movimentação, muitos acabam se esbarrando e se confundindo na faixa de pedestres, que é bem estreita para o volume de pessoas, sobretudo no canteiro central. Em alguma das visitas realizadas, foram presenciados acidentes na descida da Ponte da Passagem para a Avenida Reta da Penha, e segundo os moradores, infelizmente esses acidentes são comuns nessa travessia de pedestres. As questões levantadas com a análise dos percursos reforçam o caráter impessoal e efêmero constatado nessa área, e a importância de se revalorizar o lugar antropológico no urbano atualmente.

Ainda por meio das entrevistas e mapas comportamentais realizados, foi possível organizar um conjunto de dados que permitiram descobrir, de um modo geral, mais informações sobre o perfil dos usuários e transeuntes da Ponte da Passagem. Com as constantes visitas e registros, foi possível elaborar os gráficos (Figura 12), que evidenciam a diferença quanto ao gênero das pessoas que percorrem a passarela de pedestres.

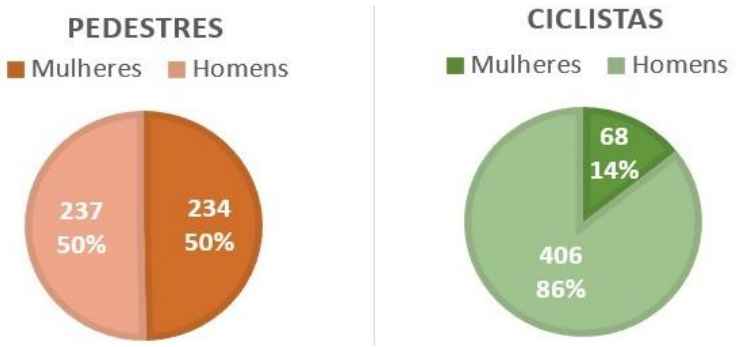


Figura 12 - Gráfico representando o quantitativo de pedestres e ciclistas da Ponte da Passagem
Fonte: elaboração pela própria autora (dados coletados *in loco*, em nov./2015)

Ao contabilizar o número de pessoas, homens mulheres, em todos os períodos de visita, foi constatado que a maioria das mulheres, por motivos variados, passam pelo local a pé em vez de utilizar da bicicleta. Além disso, pela análise dos mapas de percursos e entrevistas semiestruturadas, verificou-se um número reduzido de mulheres que percorrem essa área à noite. Em comparação, os homens em sua maioria percorrem o local utilizando a bicicleta como meio de locomoção, e representam mais de 80% dos ciclistas.

A análise dos dados apresentados pelos gráficos revela uma diferença de gênero expressiva, relativa à mobilidade e uso do espaço público. Isso envolve muitos motivos, alguns ainda incertos, mas que já revelam uma tendência maior entre as mulheres de considerarem a bicicleta como um meio muito perigoso para se locomover. A principal hipótese é que a falta de iluminação e a precariedade nas condições de acessibilidade e segurança desestimulam as mulheres a frequentarem espaços como esse, às margens do urbanismo "formal" e subutilizado. Então, é evidenciada a desigualdade e injustiça entre gêneros no espaço público, que desestimula e limita a circulação de mulheres em determinados horários e

espaços na cidade. Dessa maneira, atenta-se para a necessidade de se adotar soluções e melhorias que busquem maior equilíbrio de gênero no uso do espaço, e também estimulem o uso de meios alternativos de locomoção, especialmente entre mulheres.

Diagnósticos e diretrizes

A partir do levantamento e análises realizadas, foi desenvolvido o mapa de diagnósticos (Figura 13), onde estão resumidos os problemas mais graves encontrados no local, além de aspectos que podem ser reestruturados. Dessa maneira, foram sistematizados os dados e análises do levantamento, no qual foram identificados vivências e usos que devem ser potencializados e estimulados, como as apropriações pelas crianças e os pontos de contemplação da paisagem natural.

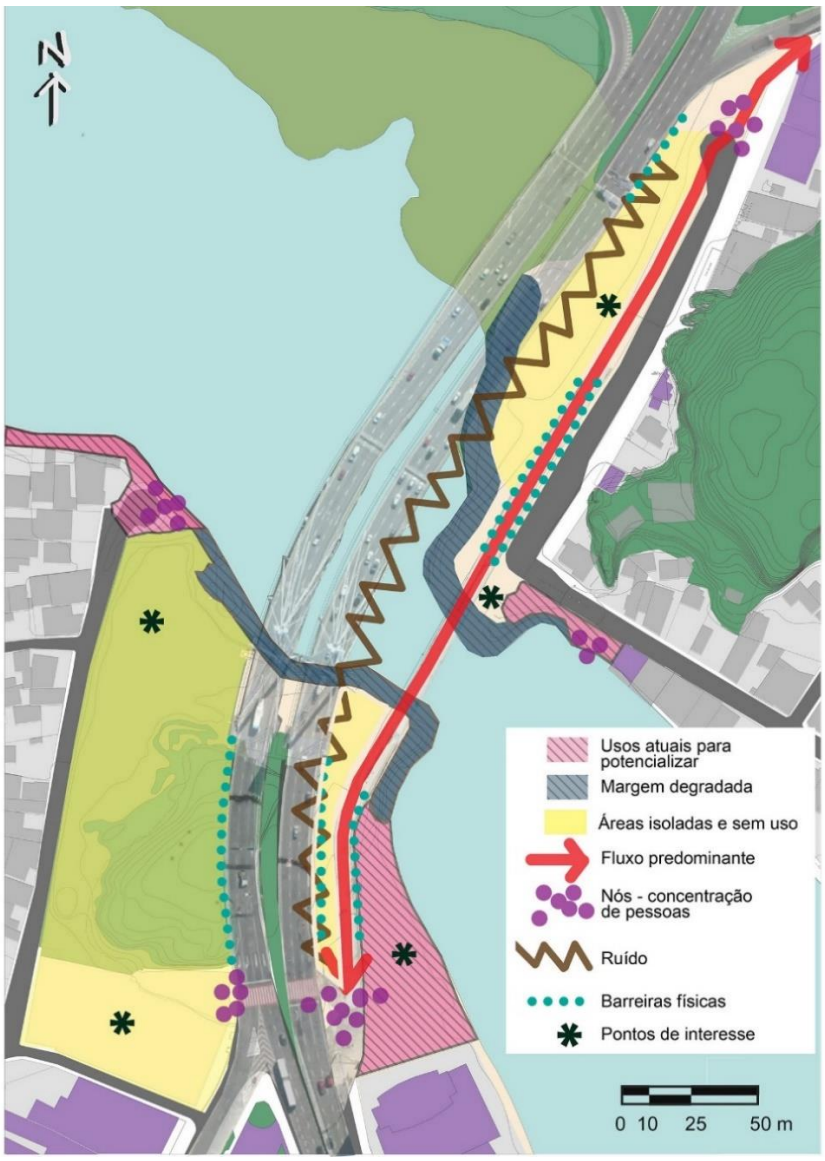


Figura 13 - Mapa síntese das análises - diagnóstico geral
Fonte: própria autora

Percebe-se o quanto as áreas próximas ao Canal encontram-se em estado de degradação, e sem condições adequadas de acessibilidade. Ao mesmo tempo, há extensas áreas, destacadas em amarelo no mapa e limitadas por barreiras físicas, que atualmente estão em desuso, sendo pouco frequentadas, mesmo que para passagem apenas. O fluxo predominante é direcional, estabelecendo uma relação norte-sul, passando pela passarela de pedestres e conectando ambas as margens. Os pontos roxos indicam onde as pessoas geralmente permanecem, sendo locais com concentração de pessoas, especialmente em horários de pico. O ruído identificado se deve basicamente aos carros que percorrem a Ponte da Passagem, visto que não há qualquer barreira que reduza essa poluição sonora, e também ambiental. Algumas barreiras físicas, geralmente de concreto, acabam limitando a fluidez do espaço, visto que demarcam o fluxo de pessoas na direção norte-sul. Há também os pontos de interesse, destacados na Figura 13 pelo asterisco (*), e que são lugares estratégicos devido seu acesso e espacialidade, além de apresentarem contato direto com o fluxo principal da área, sendo pontos percorridos diariamente, mas sem usos atuais definidos. Esses locais têm potencial para abrigar atividades que podem atrair e concentrar pessoas, tornando-os em espaços mais vivos e seguros, transformando o não-lugar. Além disso, a proximidade com os nós permite tanto integrá-los quanto dispersar mais as pessoas pelo local, para que não fiquem aglomeradas em pontos de circulação, o que contribui para melhor orientação das pessoas, e também evita possíveis acidentes.

Com a sistematização das informações levantadas, foi possível realizar uma análise abrangente da área, revelando potencialidades, problemas, e elaborando diretrizes gerais que foram identificadas a partir da análise dos dados levantados (Quadro 5). As diretrizes baseiam-se em anseios dos usuários, e também nas demandas locais identificadas. Visam trazer mais movimento ao local, funcionando como atividades "âncora", especialmente para os horários noturnos, quando o fluxo de pessoas é mais reduzido.

	PROBLEMAS	DIRETRIZES
SOCIAL	➢ Uso como local de passagem ➢ Pontos de conflito entre percursos ➢ Barreiras que segregam o espaço ➢ Local marginalizado e estigmatizado	✓ Propor espaços de permanência ✓ Demarcar e estruturar os percursos ✓ Propor percursos transversais alternativos ✓ Propor atividades que atraiam um público variado
AMBIENTAL	➢ Poluição sonora pelos veículos ➢ Canal negligenciado ➢ Margens degradadas e com entulho ➢ Reduzidas áreas verdes e de sombreamento	✓ Utilizar vegetação como barreira (poluição) ✓ Evidenciar a presença da água do Canal da Passagem ✓ Recuperar as margens e resgatar o contato com a água ✓ Propor áreas com vegetação e zonas de conforto
CULTURAL	➢ Ausência de identificação com o local ➢ Impessoalidade e incoerência com o contexto ➢ Ausência de atrativos e reduzido mobiliário urbano	✓ Aproximar e envolver a população local ✓ Potencializar as atividades locais e adequadas ao contexto ✓ Dispor de mobiliário e atividades âncoras (culturais e comerciais)

Quadro 5 – Problemas e diretrizes da proposta
Fonte: própria autora

Após sistematização das informações apresentadas anteriormente no Quadro 5, elaborou-se o mapeamento das diretrizes adotadas para a proposta, como forma de "espacializar" os usos e ações estratégicas mais adequadas ao contexto. Assim, foi desenvolvido o partido do projeto (Figura 14), revelando transformações possíveis por meio da criação de novos usos e serviços que estimulem a vivência local. As imagens indicadas na Figura 14 ilustram alguns exemplos práticos e reais dos usos e elementos sugeridos com este estudo. As referências de projeto, numeradas de 1 a 7, demonstram a aplicação de soluções práticas, positivas, viáveis, e que já acontecem pelo mundo. Essa investigação de exemplos práticos visa estimular a criatividade na proposição de soluções, de modo a repensar os espaços urbanos subutilizados.

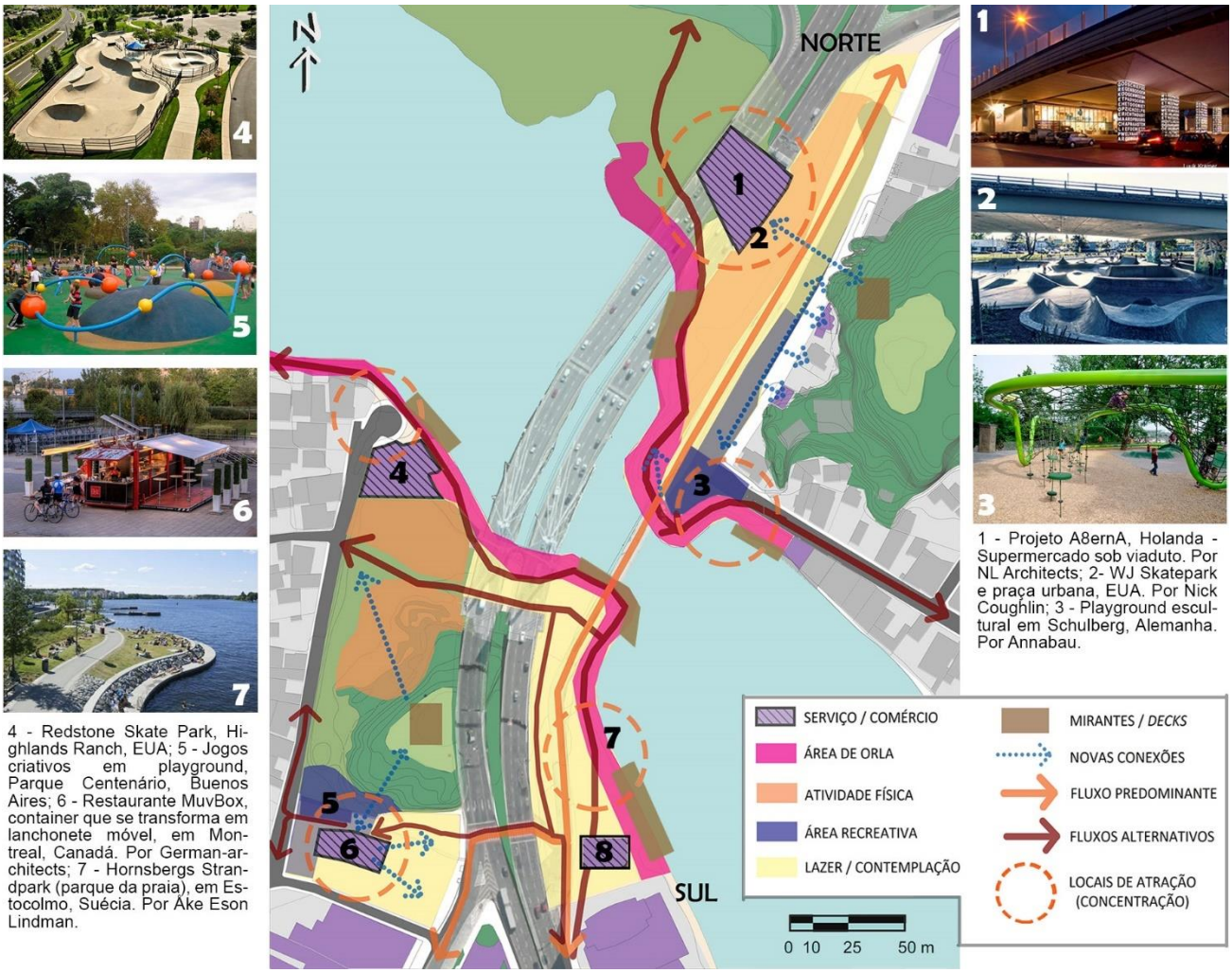


Figura 14 - Partido projetual - espacialização dos usos propostos e das diretrizes adotadas
Fonte: elaboração pela própria autora

Em ambas porções, Norte e Sul, ao longo da orla são pensados espaços para permanência, especialmente com decks e estruturas flutuantes, seja para ter mais contato com a água ou para atracar barcos, que já ocupam esses pontos atualmente. Em toda a área são propostas novas centralidades, indicadas por círculos laranjas, que estão associadas a novos usos, e atuam como atrativos às pessoas. Nesse sentido, foram destacadas na Figura 14 possíveis áreas para comércio e serviços, hachuradas em lilás, representando

espaços onde podem ser alocadas pequenas estruturas com atividades convidativas: 1- Mercado popular voltado para a pesca e artesanato local, valorizando a cultura e criando identidade, além de um restaurante popular, que pode atender aos bairros vizinhos; 4- Estrutura móvel para venda ou aluguel de equipamentos e artigos esportivos, associada ao *skate park*; 6- Estruturas móveis com lanchonete, banca de jornal e oficina para bicicletas, além de área para *food trucks* e barraquinhas; 8- Estrutura do posto da Guarda Municipal, que já existe atualmente, além de outra estrutura móvel com comércio para alimentação, semelhante ao indicado no ponto 6.

Na porção Norte, além da orla para passeio, destacada em rosa, foi proposta uma área recreativa para as crianças (área da aventura, em azul), com equipamentos e mobiliários de repouso também para os adultos. Em laranja está uma zona destinada às atividades esportivas, nesse caso o futebol. As demais zonas em amarelo configuram-se em espaços mais livres, com atividades de estar, sendo espaços mais tranquilos. Também se configuram em zonas de respiro, sendo a vegetação um elemento de extrema importância, pois melhora o conforto termo acústico, tornando o lugar mais agradável e convidativo. Uma vez que essa área livre se encontra dividida pelo fluxo principal norte-sul, buscou-se criar fluxos transversais no sentido Leste-Oeste, além de uma ligação direta da passarela à orla proposta, pois permitem maior fluidez na circulação das pessoas. Esses fluxos transversais conectam os serviços existentes à área do baixio da ponte, o que estimula novas vivências nesse novo lugar, e contribui para reduzir o estigma atual. Por fim, um mirante foi sugerido para o afloramento rochoso a Nordeste, na intenção de aproveitar as visuais que tal local pode proporcionar.

Na porção Sul além da criação de uma orla, também são propostas áreas para atividade física, como por exemplo o *skate park*. Juntamente foi pensada uma área de aventura para as crianças, destacada em azul, academia 3ª idade, e equipamentos de descanso. As zonas em amarelo foram destinadas à contemplação e usos mais flexíveis, com proposta de vegetação e mobiliário urbano, apesar de estarem ocupadas por carros atualmente. Os fluxos transversais marcados no mapa da Figura 14 já existem, porém devem ser potencializados e melhor estruturados, como o percurso sob a ponte da passagem, que atualmente apresenta acessibilidade precária. Quanto à Zona de Proteção Ambiental (ZPA 3), é sugerido outro mirante, este que permitiria a visual para o Mestre Álvaro, notável elevação litorânea do estado.

PROPOSTA PARA REGENERAÇÃO: DO NÃO-LUGAR A UM LUGAR

Após realizar todo o levantamento, análises e, por fim, elaborar o partido projetual (Figura 14), a etapa seguinte foi pensar em um conceito formal para o desenho, um tema conceitual para orientar o *design*. E sendo o foco deste estudo os espaços residuais, representados também como não-lugares, buscou-se utilizar de um partido conceitual para a proposta que, de alguma forma, pudesse remeter a esses conceitos debatidos.

Considerando que os espaços residuais são esquecidos entre vias de circulação, percebeu-se que tais estradas acabam gerando desenhos por vezes interessantes, de aspecto orgânico e fluido. As formas geradas podem até inspirar trabalhos artísticos, como o exemplo da Figura 15, elaborado por Marcus Lyon. Sendo assim, o desenho da proposta paisagística emprega um conceito formal inspirado nos desenhos resultantes dos próprios espaços residuais, remetendo às diversas linhas ondulantes que se cruzam, criando entre elas subespaços com usos dinâmicos e atrativos a públicos variados. O resultado alcançado é de um desenho fluido, com linhas orgânicas de percursos que se cruzam e se transpassam, com formas ondulantes que remetem também às formas da natureza, como é exemplificado pelos recortes ilustrativos

da Figura 16. Entre essas linhas sinuosas, os espaços remanescentes são utilizados para usos diversos, propostos de acordo com as vivências identificadas pelo levantamento *in loco*.

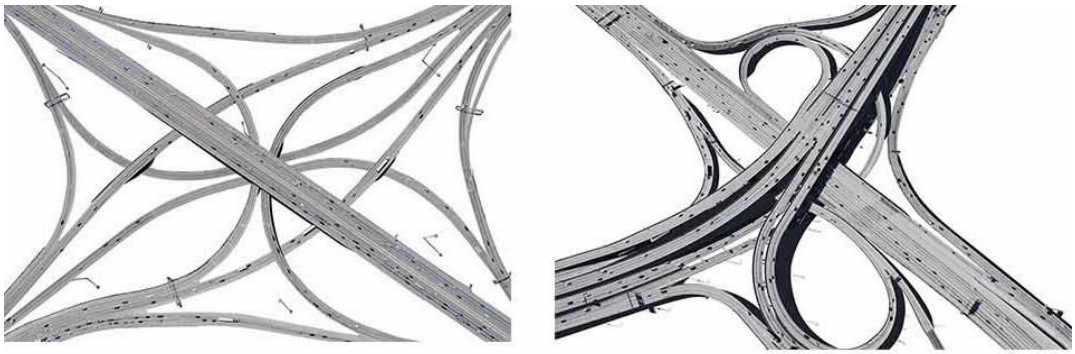


Figura 15 – Arte gráfica inspirada por *Highways* (autoestradas)
Fonte: Marcus Lyon

Figura 16 - Imagens ilustrativas representando formas fluidas da natureza

Portanto, uma releitura é feita sobre as linhas de concreto das grandes estruturas viárias, um design que adquire agora um novo significado. Isto por meio de percursos voltados exclusivamente aos pedestres, utilizando a vegetação não apenas como um acessório, mas também como parte do desenho urbano, compondo a paisagem com formas ovais, circulares e fluidas. Em vista disso, a proposta elaborada (Figura 17), possui um desenho orgânico e sugere um espaço mais fluido, permeável, especialmente ao longo da orla, conectando subespaços de desenhos ovais e circulares, dispostos harmonicamente. Em ambas as margens foi pensada uma proposta urbana e paisagística para regeneração do espaço como um todo, com soluções para melhorar o acesso ao local e criar pontos de contato com a água, recuperando a relação das pessoas com a paisagem natural. Também são pensados espaços de parada para lazer e contemplação, com mobiliários urbanos, além da presença marcante de vegetação, o que contribui para reconfigurar a paisagem e revalorizar o encontro e a vivência social na cidade.

A proposta enfatiza os espaços livres e de lazer, criando zonas de tranquilidade e contemplação, onde antes havia um não-lugar, espaço impessoal e de passagem. Na concepção, e para o detalhamento da proposta, foram determinados sete setores, destacados por quadrados tracejados em vermelho na Figura 17. A divisão por setores busca uma distribuição justa das atividades na área como um todo, pois em ambas porções foram propostas atividades similares, e ao mesmo tempo múltiplas.

Figura 17 - Implantação geral da proposta - aplicabilidade de novos princípios para espaços residuais urbanos
Fonte: própria autora

Para melhor compreensão da proposta, ela foi dividida em dois grupos: área norte (bairro Jardim da Penha), e área sul (bairro Andorinhas). Para cada um dos setores, tanto na porção Norte quanto Sul, foram elaboradas plantas de aproximação, com detalhes de projeto, além de outras representações como cortes e perspectivas, revelando novos usos, percursos e mobiliários. Porém, dada a limitação de conteúdo para

esta versão, neste artigo é apresentada apenas uma amostra dos desenhos elaborados, ou seja, são expostas as principais representações, com detalhamento de apenas um dos setores para cada porção norte e sul.

Área Norte – Jardim da Penha

Como pode ser notado na vista aérea (Figura 18), buscou-se estimular a fluidez com a reestruturação da orla, margeando o Canal da Passagem. Foram integradas áreas de respiro, em harmonia com espaços de esporte e recreação, o que permite um uso dinâmico e voltado a um público variado. Também foram criados fluxos transversais que conectam os serviços existentes à área do baixio da ponte, o que é muito importante para permitir o contato das pessoas com esse espaço, e assim mudar a visão estigmatizada.

Figura 18 - Vista aérea da proposta para a área ao Norte (Jardim da Penha e Pontal de Camburi)
Fonte: própria autora

Quanto aos setores, foram especificados três para esta porção Norte, destacados na Figura 17. O primeiro "Restaurante e Esporte" localiza-se sob a Ponte da Passagem, apresentando atividades "âncora" para o baixio da ponte, tais como restaurante e mercado popular, áreas para permanência com mesa e mobiliário móvel, além de um *skate park*. O segundo setor, chamado "Mar e Pesca", é um dos pontos definidos para se ter acesso à água, sendo um espaço destinado à contemplação e à pesca, prática bastante comum nesse lugar atualmente. Como pode-se perceber pela aproximação (Figura 19), nesse setor são pensadas estruturas flutuantes para ancorar os barcos que hoje já ocupam esse local, além de um *deck* escalonado que funciona também como assento para as pessoas. Os percursos foram definidos de acordo com

caminhos e trajetos já realizados pelos pedestres e ciclistas, e apresentam adequada acessibilidade, com rampas e sinalização horizontal. A vegetação está integrada aos equipamentos, e é utilizada como elemento projetual na separação dos caminhos e usos.

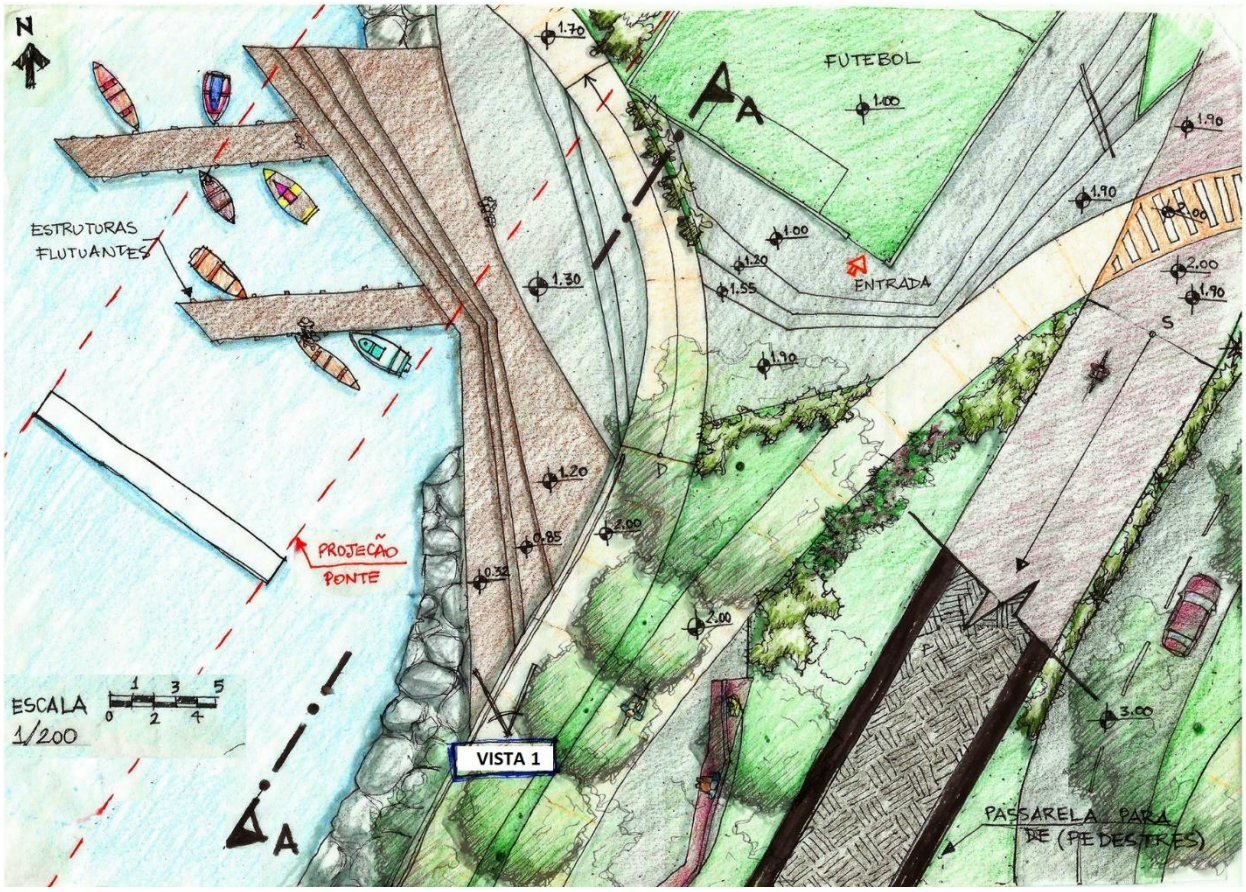


Figura 19 - Planta de detalhamento - Setor "Mar e Pesca"
Fonte: própria autora

Figura 20 - Corte AA – Setor "Mar e Pesca"
Fonte: própria autora

A Figura 20 apresenta o corte AA, do setor “Mar e Pesca”, no qual pode-se perceber a maneira escalonada e branda que os degraus permitem a aproximação com a água, com alturas que seguem as curvas de nível do local. A vista 1 (Figura 21) permite comparação com a realidade (Figura 22), e revelam o potencial de transformação desse espaço residual. É perceptível a mudança que as atividades e vivências podem estimular, criando outros sentimentos relacionados ao lugar, este que passa a ser mais atrativo e humanizado.

Figura 21 – Vista 1: Perspectiva do setor “Mar e Pesca”
Fonte: própria autora

Figura 22 - Vista atual do baixio da Ponte da Passagem
Fonte: própria autora

O terceiro setor “Aventura”, destacado na Figura 17, é constituído basicamente da zona sob a passarela de pedestres, e margens do entorno. Nesse setor propõe-se um espaço recreativo para as crianças, que atualmente já utilizam desse local e da rua para brincar. Foi pensado um espaço lúdico, com mobiliários criativos e associados à estrutura da passarela, tais como balanços. Além de equipamentos e variados mobiliários para repouso, estimulando a permanência e interação de grupos sociais distintos.

Área Sul - Andorinhas

Na porção Sul, foram criados quatro setores (Figura 17), e de um modo geral, os espaços sugeridos são voltados à contemplação, permanência e diversão, associados a usos comerciais que trazem vitalidade e dinamismo a esse espaço residual. Como pode-se verificar na vista aérea da proposta para a porção Sul (Figura 23), além da orla também são pensados espaços para atividades esportivas e recreativas que possam atender a um público amplo, como por exemplo o *skate park*, a academia 3ª idade, e também *decks* que permitem contato com a água. Os fluxos existentes foram potencializados e melhor estruturados, como o trajeto sob a Ponte da Passagem que atualmente não possui acessibilidade adequada. Novamente a vegetação delimita subespaços, separando usos e permitindo mais conforto termo acústico, além de integrar a paisagem.

Figura 23 - Vista aérea da proposta para a área ao Sul (Andorinhas)
Fonte: própria autora

Como indicado na implantação (Figura 17), o primeiro setor "Esporte" apresenta *skate park* integrado a uma pequena estrutura com venda e aluguel de e equipamentos e artigos esportivos. O piso é colorido, apresentando aspecto lúdico, e ao redor estão escadas que podem funcionar como bancos. O segundo setor "Aventura" é constituído de subespaços com academia 3ª idade, *playground* e estruturas recreativas que seguem a topografia do lugar, e permitem brincadeiras para as crianças. Encontra-se próximo ao espaço para *food trucks*, e também apresenta bicicletário e bancos ondulares sombreados pela arborização. Também na porção Sul foi pensado um setor "Mar e Pesca", destinado à contemplação da vista e à pescaria, que já ocorrem nesse local. Assim, são propostos *decks* de madeira que permitem contato gradativo com a água, além de mobiliário para relaxamento, integrado à vegetação, e uma cobertura para garantir sombreamento sem comprometer a vista para o Canal da Passagem.

Finalmente, para o setor "Serviços e Diversão", melhor detalhado e apresentado na Figura 24, é sugerida uma praça principal, com comércio e serviços relacionados às necessidades identificadas no levantamento. São propostas estruturas móveis para alocação de lanchonete, banca de jornal e oficina para bicicletas além de área para *food trucks*, ao lado onde atualmente ocorre uma feira livre do bairro. O mobiliário adotado é móvel, com mesas que podem ser utilizadas por grupos dinâmicos, permitindo maior liberdade e possibilidade de encontro entre as pessoas. Há também bicicletário, bancos ondulares sob a vegetação, e a pavimentação é diferenciada, diferenciando permanência das zonas de fluxo.

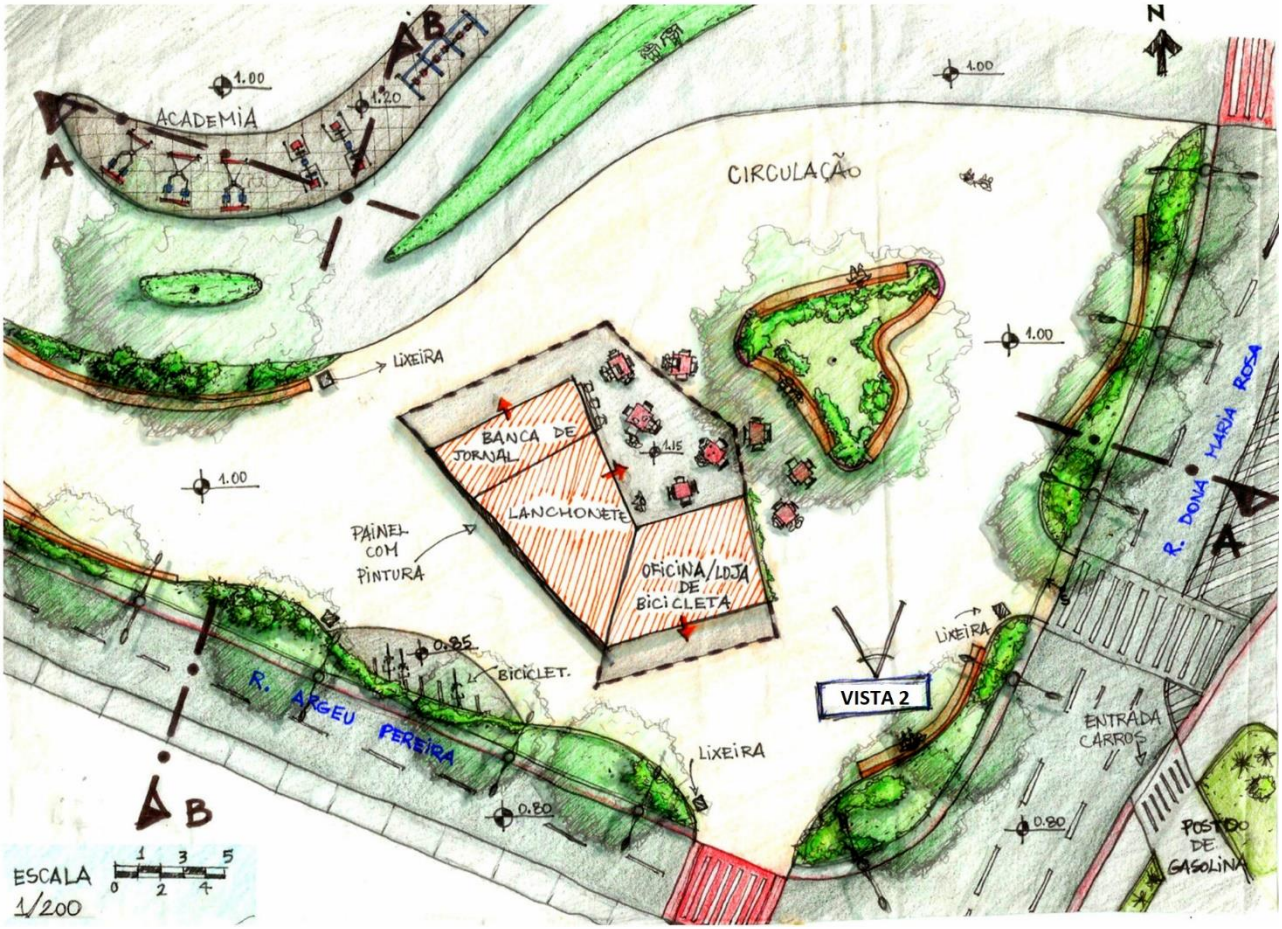


Figura 24 - Planta de detalhamento – Setor "Serviços e Diversão"
Fonte: própria autora

Figura 25 - Corte AA - Setor "Serviços e Diversão"
Fonte: própria autora

O Corte AA do setor “Serviços e Diversão” (Figura 25) atravessa quase toda a praça principal, e revela a possibilidade de vitalidade e dinamismo que esse espaço subutilizado pode apresentar. As estruturas comerciais e de serviço são singelas, dialogando com a escala local, observada no bairro Andorinhas.

Figura 26 - Vista 2: Perspectiva do setor "Serviços e Diversão"
Fonte: própria autora

Figura 27 - Vista atual do espaço subutilizado
Fonte: própria autora

Com a vista 2 para o setor "Serviços e Diversão" (Figura 26), percebe-se a potencialidade desse espaço, que atualmente está ocupado por carros, como se observa pela Figura 27. Buscou-se equilibrar os usos em ambas as áreas, mantendo certa unidade na proposta, mas sempre agregando particularidades identificadas *in loco.*

Esta experimentação, embasada nas vivências identificadas no local, demonstra a aplicabilidade de ideias potencializadoras, e de novos princípios para a concepção da paisagem urbana, motivando espaços para sociabilidade. A ideia fundamental é repensar uma paisagem antes subutilizada e em processo de degradação, propondo um novo olhar e quebrando preconceitos relacionados aos espaços residuais urbanos, não-lugares nas cidades contemporâneas.

Os resultados alcançados neste estudo foram apresentados à Associação de moradores de Jardim da Penha, que se interessou pela proposta, e consideraram representar suas demandas demonstrando o interesse em apresentá-la à Prefeitura Municipal de Vitória. Isso reforça a importância deste estudo, pois permite um intercâmbio entre a área acadêmica e a comunidade, fomentando soluções para a sociedade. Este estudo também permitiu ensaiar e engendrar soluções com potencial de serem aplicadas em outras áreas da cidade, ou mesmo em outros contextos urbanos. Portanto, além de ser uma investigação de um não-lugar, também significa a criação de um repertório para propostas futuras, seja em Vitória ou em outras cidades. Neste breve estudo, foi possível perceber a infinidade de caminhos que podem ser percorridos, decisões e soluções que poderiam ser empregadas mesmo em espaços degradados e marginalizados da cidade. Portanto, também se constitui em um rico repertório de ideias inspiradoras que podem engendrar novos princípios para a criação dos espaços públicos contemporâneos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se debater a respeito dos espaços residuais, não-lugares muitas vezes marginalizados e subutilizados na cidade contemporânea, e percebeu-se com observações *in loco* que ainda há muito preconceito em relação a esses espaços. Dessa forma, para se repensar os espaços residuais, especialmente o caso abordado do baixio de pontes e viadutos, é necessário que se repense também a visão das pessoas em relação a esses locais, estigmatizados até mesmo por profissionais da área

de planejamento urbano. Ainda que seja um processo bastante complexo, é importante que ao menos se iniciem novas perspectivas, experimentando outras formas de ocupação e atrativos para o local. Dessa forma, as pessoas poderiam ter mais contato com esse espaço subutilizado, o que estimularia a quebra de preconceitos, uma vez que a maioria dos estigmas relacionados aos espaços residuais são construídos culturalmente, e associados ao seu aspecto visual. No caso da Ponte da Passagem, por exemplo, a maioria das pessoas que associaram insegurança ao espaço, nunca passaram por debaixo da ponte. Dessa maneira, percebe-se que apenas a aparência do espaço residual, que geralmente apresenta resíduos, pouca iluminação, pessoas em situação de rua e pichações, já influencia no comportamento dos transeuntes, criando a sensação de medo e insegurança entre as pessoas.

Entretanto, apesar de serem áreas vazias, deterioradas e relacionadas à insegurança, sendo estigmas para a cidade, são locais de extrema importância, especialmente nas grandes metrópoles, visto que representam um certo respiro para o urbano. Dessa maneira, neste trabalho é reconhecida a importância de se manter áreas livres e sem usos rígidos e pré-definidos na cidade, pois não seria conveniente nem sustentável ocupar e preencher todos os espaços urbanos. Ou seja, é importante que sejam preservados espaços flexíveis urbanos, como o próprio baixio da ponte, porém, tais áreas precisam ser pensadas de maneira inteligente e integrada ao contexto em que se inserem. Esquecê-las, deixá-las abandonadas muitas vezes sem ao menos uma vegetação, como ocorre entre grandes vias de circulação, é desperdiçar todo um potencial de ocupação e transformação da dinâmica urbana. E isto se agrava atualmente, em que os espaços urbanos se tornam cada vez mais impessoais, e faltam poucas áreas destinadas ao lazer, ao encontro entre pessoas.

Conceitualmente, a proposta elaborada baseia-se em novos princípios para a concepção da cidade contemporânea e visa repensar os espaços residuais. Portanto, também estimula a noção da cidade para as pessoas e suas vivências, na escala humana, em oposição ao enaltecimento atribuído aos carros e grandes vias de locomoção veicular, processo que têm influenciado negativamente na ambiência de muitas cidades. Metodologicamente, as estratégias adotadas permitiram um levantamento detalhado de abordagem qualitativa, com técnicas oriundas da antropologia, na intenção de enfatizar as percepções dos usuários e moradores do entorno, e assim, evitar criar espaços ociosos e monótonos. Assim, repensar esses espaços em subutilização é também importante para se voltar o olhar para as pessoas e suas vivências, ou seja, para a escala humana, e não apenas para os carros e grandes vias de locomoção veicular, que têm definido a ambiência de muitas cidades “supermodernas” e seus não-lugares.

Sendo assim, é evidente que os espaços residuais são importantes para a cidade, mas para que estes sejam humanizados, são necessários novos princípios urbanos. E a proposta apresentada neste artigo contribui nesse sentido, ao exemplificar a possibilidade de regeneração para um espaço residual em Vitória (ES), ainda pouco explorada no Brasil. Por meio das ilustrações e exemplos reais apresentados, comprovam-se as possibilidades de ocupação que um espaço residual pode apresentar. A proposta formulada extrapola a realidade observada atualmente na área analisada, e busca propor novos usos, mas buscando referências a apropriações percebidas no local. Por fim, as soluções desenvolvidas servem como estímulo, inspiração para se fomentar novos olhares e quebrar preconceitos relacionados aos espaços residuais, sobretudo baixio de pontes e viadutos. E conclui-se que é justamente o vazio que permite maior liberdade de uso e ocupação, o que estimula a criatividade na resolução de questões urbanas contemporâneas.

REFERÊNCIAS:

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares**: Introdução a uma antropologia da Supermodernidade. Campinas-São Paulo: Editora Papirus, 1994.

CAMPOS, Alexandre C. et al. [org.] **Espaços Colaterais.** Belo Horizonte: Instituto Cidades Criativas/ICC, 2008.

CONTI, Alfio et al. "Viadutos urbanos, a que será que se destinam?". **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo.** Belo Horizonte: PUC-Minas, Vol. 19, N. 24+25, pp. 270-271, fev. 2014.

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA SOLUÇÕES PARA CIDADES; GATTI, Simone. **Espaços Públicos:** Diagnóstico e metodologia de projeto. São Paulo: ABCP, 2013.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1961].

MARTINS, Ana R. G. **Vazios urbanos como oportunidade de integração multidisciplinar no projeto paisagístico**. Dissertação (Mestrado em arquitetura paisagista) – Universidade do Algarve. Faro, Portugal, 2013.

PEREIRA, Joana I. da Cruz. **Espaços residuais urbanos - Os 'baixios' de viadutos.** Dissertação (Mestrado integrado em arquitetura) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2011.

RHEINGANTZ, Paulo A. et. al. **Observando a qualidade do lugar**: procedimentos para a avaliação pós-ocupação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/FAU/Pós-graduação em Arquitetura, 2009.

SOLÁ-MORALES, Ignasi de. **Territórios.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002.

TEIXEIRA, Carlos M.; AGOSTINI, Flávio; CAJADO, Luciana M. "Projeto Baixios de Viadutos da Via Expressa Leste-Oeste." **Arquitextos**. Porto Alegre. Ano 07, pp. 42-49, set. 2005.

VENTURI, Robert. **Complexidade e contradição em arquitetura.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Venanparq
Salvador - 2018

A PAISAGEM COMO PLATAFORMA PARA O PROJETO TERRITORIAL: DESVELANDO O PODER DAS INFRAESTRUTURAS NA TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM DE MANAUS, AMAZONAS

THE LANDSCAPE AS A PLATFORM FOR THE TERRITORIAL PROJECT: REVEAL THE POWER OF INFRASTRUCTURES IN THE TRANSFORMATION OF THE LANDSCAPE OF MANAUS, AMAZONAS

EL PAISAJE COMO PLATAFORMA PARA LA INTERVENCIÓN EN TERRITORIOS EN URBANIZACIÓN: DESVELANDO EL PODER DE LAS INFRAESTRUCTURAS EN LA TRANSFORMACIÓN DEL PAISAJE DE MANAUS, AMAZONAS

IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

PONTES, Taís Furtado
Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, PPG-FAU/UnB; Professor da UFAM
taisfurtado@gmail.com

A PAISAGEM COMO PLATAFORMA PARA O PROJETO TERRITORIAL: DESVELANDO O PODER DAS INFRAESTRUTURAS NA TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM DE MANAUS, AMAZONAS

THE LANDSCAPE AS A PLATFORM FOR THE TERRITORIAL PROJECT: REVEAL THE POWER OF INFRASTRUCTURES IN THE TRANSFORMATION OF THE URBAN LANDSCAPE OF MANAUS, AMAZONAS

EL PAISAJE COMO PLATAFORMA PARA LA INTERVENCIÓN EN TERRITORIOS EN URBANIZACIÓN: DESVELANDO EL PODER DE LAS INFRAESTRUCTURAS EN LA TRANSFORMACIÓN DEL PAISAJE URBANO DE MANAUS, AMAZONAS

EIXO TEMÁTICO: INDICAÇÃO DA FILIAÇÃO DO ARTIGO A UM DOS OITO EIXOS TEMÁTICOS (SEM O NÚMERO)

RESUMO:
Nas cidades latino-americanas a forte pressão por terra urbanizada, dotada de serviços e acessível, confere às infraestruturas viárias um grande poder de transformação do território por induzir processos de expansão do tecido urbano. As infraestruturas são estratégicas para o desempenho social e ambiental de uma cidade ou região e operam no território trazendo implícito um projeto de paisagem. A localização de uma infraestrutura define novas dinâmicas de uso do solo e pode incidir na zona rural alterando sua estrutura morfológica. Acreditando que a paisagem pode atribuir racionalidade ao entendimento dessas dinâmicas que atuam sobre o território, o artigo, que é parte de uma pesquisa maior de doutorado, propõe explorar a paisagem enquanto plataforma para a investigação e intervenção em territórios em transformação. Para isso parte de uma análise multiescalar da paisagem do recente processo de metropolização de Manaus/AM e adota como gancho analítico o sistema de fluxos e infraestruturas viárias, que nesse caso inclui além das ruas e rodovias, o meio hidrográfico.
O procedimento metodológico propõe a incorporação de categorias analíticas da Morfologia Urbana ao estudo da paisagem e lança mão de recursos da cartografia e de sensoriamento remoto para o mapeamento das principais estruturas viárias. A análise começa na escala global e regional até culminar no recorte geográfico da ponte sobre o rio Negro. Essa infraestrutura vem conduzindo uma rápida transformação da paisagem desde sua inauguração em 2011, evidenciando a mudança de padrões nos processos de urbanização local. Em oposição aos aglomerados urbanos que surgiam ao longo dos rios navegáveis, agora novas formas de urbanização se dispersam ao longo da rodovia. Para além dos domínios regionais da Amazônia, espera-se contribuir metodologicamente propondo a paisagem como uma plataforma capaz de subsidiar intervenções em territórios em transformação que reintroduzam o homem como parte do sistema natural, cultural e político em projetos de infraestruturas urbanas.
PALAVRAS-CHAVE: infraestruturas urbanas, paisagem, Morfologia Urbana, Manaus

ABSTRACT:
In the cities of Latin America, there is strong pressure for urbanized land, equipped with services and accessible, which gives the road infrastructures a great power to transform the territory by inducing processes of expansion of the urban fabric. Infrastructures are strategic for the social and environmental performance of a city or region and operate in the territory bringing with it a landscape project. The location of an infrastructure defines new dynamics of land use and can affect the rural area by altering its morphological structure. Believing that the landscape can attribute rationality to the understanding of these dynamics work on the territory, this article, which is part of a larger

doctoral research, proposes to explore the landscape as a platform for research and intervention in changing territories.
A multi-scale analysis of the landscape of the recent process of metropolization of Manaus / AM is carried out, adopting as object the circulation infrastructures, which in this case includes besides the streets, avenues and highways, the hydrographic medium. The methodological procedure starts from the delimitation of the concept of landscape as a research platform and proposes the incorporation of analytical categories of Urban Morphology to the study of the landscape. Next, the multiscale analysis is performed using cartography and remote sensing resources to map the main circulation infrastructures.
It begins with an analysis of the global and regional scale until culminating in the geographic cut of the bridge over the Negro river that connects Manaus to the Municipality of Manacapuru. This infrastructure has led to a rapid transformation of the landscape since its inauguration in 2011, evidencing the change of patterns in the processes of local urbanization. In opposition to the urban clusters that emerged along the navigable rivers, now new forms of urbanization are dispersed along the highway. In addition to the regional domains of the Amazon, it is hoped to contribute methodologically by proposing the landscape as a platform capable of subsidizing interventions in territories in transformation that reintroduce man as part of the natural, cultural and political system in urban infrastructure projects.
KEYWORDS: *urban infrastructures; landscape; Urban Morphology; Manaus.*

RESUMEN:
En las ciudades latinoamericanas la fuerte presión por tierra urbanizada, dotada de servicios y accesible, confiere a las infraestructuras viales un gran poder de transformación del territorio por inducir procesos de expansión del tejido urbano. Las infraestructuras son estratégicas para el desempeño social y ambiental de una ciudad o región y operan en el territorio trayendo implícito un proyecto de paisaje. La localización de una infraestructura define nuevas dinámicas de uso del suelo y puede incidir en la zona rural alterando su estructura morfológica. Creyendo que el paisaje puede atribuir racionalidad al entendimiento de esas dinámicas actúan sobre el territorio, ese artículo, que forma parte de una investigación más grande de doctorado, propone explorar el paisaje como plataforma para la investigación e intervención en territorios en transformación.
Se procede a un análisis multiescalar del paisaje tomando como objeto el reciente proceso de metropolización de Manaus / AM y adoptando como gancho analítico el sistema de flujos e infraestructuras viales, que en ese caso incluye además de las calles, avenidas y carreteras, el medio hidrográfico. El procedimiento metodológico parte de la delimitación del concepto de paisaje como plataforma investigativa y propone la incorporación de categorías analíticas de la Morfología Urbana al estudio del paisaje. A continuación se procede el análisis multiescalar utilizando recursos de cartografía y de percepción remota para mapeamiento de las principales estructuras viales.
Se inicia con un análisis de la escala global y regional hasta culminar en el recorte geográfico del puente sobre el río Negro que conecta Manaus al Municipio de Manacapuru. Esta infraestructura ha conducido una rápida transformación del paisaje desde su inauguración en 2011, haciendo evidente el cambio de patrones en los procesos de urbanización local. En oposición a los aglomerados urbanos que surgían a lo largo de los ríos navegables, ahora nuevas formas de urbanización se dispersan a lo largo de la carretera. Además de los dominios regionales de la Amazonía, se espera contribuir metodológicamente proponiendo el paisaje como una plataforma capaz de subsidiar intervenciones en territorios en transformación que reintroduzca al hombre como parte del sistema natural, cultural y político en proyectos de infraestructuras urbanas.
PALABRAS-CLAVE*: infraestructuras urbanas, paisaje, Morfología Urbana, Manaus.*

INTRODUÇÃO

O ato de deslocar-se é um dos primeiros instintos do homem. Mover-se, para atender a necessidades primárias como alimentar-se e informar-se, é o atributo humano que permite habitar o mundo (CARERI, 2013). Essa ação modifica os espaços atravessados á medida que os percursos penetram o território, conferindo-lhe ordem e situando os objetos arquitetônicos. Os espaços de trânsito são espaços em transformação contínua no tempo. Eles formam paisagens a partir do sistema de vias (ruas, rios, trilhos) que são transformados pelos hábitos da mobilidade e dos transportes de bens. Essas transformações se acumulam no espaço geográfico através do tempo conformando paisagens.

A paisagem das cidades contemporâneas resulta de modos de mobilidade que refletem novos padrões de consumo e circulação de capital, possíveis graças às novas tecnologias de transporte de estocagem de bens, informações e de pessoas (ASCHER, 2005). Se por um lado a generalização do movimento favorece a autonomia dos indivíduos, por outro também compromete os espaços públicos e as identidades sociais (ASCHER, 2005) promovendo a alienação dos moradores de grandes aglomerados urbanos que perdem gradativamente a relação com o lugar e com a esfera da vida pública.

As cidades contemporâneas são tensionadas por um quadro de incertezas e riscos relacionados às mudanças climáticas e pressões ambientais frente à velocidade e variedade dos fluxos antropogênicos como migrações e flutuações populacionais. A expansão da urbanização sobre territórios cada vez mais vastos diluem antigas dualidades como: cidade e campo, rural e urbano, humano e natural, conformando estruturas auto-organizativas que ora se dispersam, ora se adensam no território.

O sistema viário é um elemento indutor de expansão do tecido construído. O acesso à atividades, empregos e habitação é um fator determinante nas escolhas locacionais das populações, por isso as infraestruturas viárias, meios através dos quais acontecem os deslocamentos de pessoas e bens, não apenas conectam lugares, mas criam novos lugares (ALLEN, 2013) e ao fazê-lo, inserem-se no campo da materialidade sob o aspecto técnico-científico, socioambiental e estético.

No contexto de uma economia neoliberal globalizada, as cidades latino-americanas produzem modelos espaciais peculiares de suburbanização, polarização social, segregação residencial, fragmentação e precariedade infraestrutural (MATTOS, 2002). A forte pressão pela oferta de terra urbanizada, dotada de serviços e acessível, conferem às infraestruturas viárias um grande poder de transformação do território e indução de crescimento urbano. Além disso, elas interferem diretamente nas dinâmicas de ocupação uma vez que modificam significativamente o valor do solo (SMOLKA, 2013) e tornam acessíveis novas poções do território. Quando implantadas em zonas rurais ou franjas periféricas podem ampliar o ritmo e intensidade de movimentos centrífugos de expansão territorial das cidades. Em contraponto, quando projetos urbanos de infraestruturas viárias ocorrem em áreas urbanas consolidadas podem estimular alterações no uso do solo impulsionando a valorização do solo ou sua fragmentação e degradação[1]. O processo de transformação das paisagens periféricas de grandes cidades ao longo dessas infraestruturas foge ao controle dos municípios e frustram a expectativa de qualquer plano de cidade. Ao possibilitarem o acesso a

[1] Exemplo de valorização: quando uma infraestrutura viária é transformada, com qualificação de espaços públicos e sistemas de circulação, como as Operações Urbanas Consorciadas no Brasil. Exemplo reverso, que promove desvalorização é a construção de Obras de Arte (viadutos, pontes e interseções em desnível) em áreas consolidadas, como o “Minhocão” em São Paulo.

terra nas proximidades de um centro urbano, essas infraestruturas alteram as dinâmicas de urbanização e promovem uma rápida ocupação das *franjas periféricas*[2].

O processo de ocupação urbana que acontece ao longo dos sistemas viários expõe o problema central do artigo e convida a uma reflexão sobre a necessidade de uma plataforma para o projeto de infraestruturas viárias que articule em múltiplas escalas aos processos de transformação urbana ao longo dos canais de mobilidade. Uma plataforma capaz de subsidiar projetos de infraestruturas que ultrapassem o mero projeto técnico de engenharia e passem a incorporar aspectos biofísicos e os fluxos antropogênicos.

Ainda que conceitos abstratos e totalizantes, como sustentabilidade e justiça social, unifiquem compromissos éticos em torno do espaço urbano em diferentes escalas e localidades, os estudos sobre os processos de urbanização ainda não estão suficientemente instrumentalizados, e utilizam dispositivos emprestados pela sociologia, geografia e arquitetura (LYNVH, 1981) procurando constantemente códigos, regras e padrões que possibilitem a operacionalidade desses conceitos no meio urbano. Partindo dessa lacuna, a proposta é explorar as possibilidades da paisagem enquanto plataforma para o projeto territorial capaz de incorporar diferentes escalas e métodos de apreensão e representação dos espaços de modo a desvelar possibilidades para o redimensionamento e desenho de modelos alternativos para a ocupação do território. A pesquisa adota a paisagem enquanto categoria analítica (SANTOS, 2008), acreditando que ela permite analisar e teorizar territórios, ecossistemas e infraestruturas, para planejar vastas extensões de territórios.

A análise parte do contexto da recente metropolização de Manaus/AM buscando desvelar conflitos e contradições inerentes aos processos de ocupação urbana. Para isso adota como elementos analíticos o sistema de fluxos e as infraestruturas viárias, que nesse caso inclui além das ruas, avenidas e rodovias, o meio hidrográfico. A proposta é tecer um ensaio crítico, partindo da operacionalização de referenciais teóricos e da análise empírica dos espaços mobilidade da área metropolitana de Manaus, identificando critérios para leitura da paisagem metropolitana em contribuição à instrumentalização do desenho urbano e planejamento local.

A pesquisa é uma contribuição aos estudos das dinâmicas de urbanização local com vistas ao planejamento e projeto territorial, partindo da constatação de que as pesquisas sobre a região metropolitana de Manaus são incipientes na área da Arquitetura e do Urbanismo. A pesquisa assume como premissa que a inserção de infraestruturas viárias e o desenvolvimento de tecidos urbanos, comunidades e territórios a elas relacionados não são planejados como um sistema integrado e que esses territórios transformados pela presença de infraestruturas viárias estão sujeitos à: i) inflexibilidade da infraestrutura viária enquanto sua condição de objeto técnico frente às demandas ecológicas e culturais; ii) processos auto-organizativos de ocupação urbana dela advindos como ocupação ilegal; iii) socialização desigual dos custos de sua provisão; iv) distribuição desigual dos benefícios da infraestrutura e serviços urbanos pela sociedade.

Para além dos domínios regionais da Amazônia, espera-se contribuir metodologicamente propondo a paisagem como uma plataforma capaz de subsidiar intervenções em territórios em transformação que reintroduza o homem como parte do sistema natural, cultural e político em projetos de infraestruturas urbanas.

[2] Será utilizado o termo “franja periférica” remetendo ao significado de fringe belts, ou “gleba urbana implantada nas bordas da ocupação formal“ (PEREIRA COSTA & GIMMLER, 2015, p. 101).

PROBLEMA

As cidades contemporâneas ao mesmo tempo em que são acometidas por um profundo senso de urgência quanto a conservação dos recursos naturais e a redução das desigualdades sociais têm seus territórios transformados em mero suporte do mercado, orientados por regras utilitárias e especulativas. Além disso, nessas cidades a presença do Estado, ou a ausência dele, no oferecimento de segurança e organização social, dilui seu papel centralizador e expõe os indivíduos aos caprichos dos mercados de mão-de-obra e de mercadorias, promovendo mais divisão do que unidade (SPOSITO, 2009).

As cidades latino-americanas apresentam uma estrutura urbana particular quando comparadas aos dois modelos tradicionais da cidade mediterrânea compacta e da cidade anglo-difusa. Nelas, mecanismos de mercados imobiliários - formal e informal, tendem a retroalimentar um duplo processo de difusão e compactação do tecido urbano (ABRAMO, 2007). Nesse modelo o Estado intervém principalmente fornecendo infraestruturas e coordenando ações do mercado por meio de planos e projetos urbanos, enquanto o mercado imobiliário é dominante no processo de coordenação social do uso do solo e na produção da estruturação intra-urbana. Por outro lado, a sociedade civil que inclui, além de agentes inseridos na cidade formal, os que dela são excluídos, mobiliza ações individuais e coletivas num continuo ciclo de ocupação/ autoconstrução/ auto-urbanização. O caráter auto-organizativo e interdependente desses processos de aglomeração urbana resulta em complexas formas espaciais na qual a estrutura está em constante movimento, gerando novas relações de geometria e impondo novos desafios para o enfrentamento de problemas como a precarização da habitação, a segregação social e riscos ambientais e culturais.

A forma dessas cidades apresentam padrões desiguais e injustos, do ponto de vista econômico e ambiental, uma vez que grupos de indivíduos possuem a capacidade de controlar o espaço e alterar padrões de desenvolvimento em apoio a interesses especiais (GOTTDIENER, 1997[1985]). Assim, o ambiente construído assume a forma produzida por um jogo de forças, por um lado as do poder estabelecido, e por outro, as da liberdade do mercado e dos indivíduos em atuação em arranjos competitivos.

A materialização de infraestruturas viárias é conduzida por aparatos burocráticos do serviço público e instrumental tecnológico da engenharia. E, embora as infraestruturas sejam objetos pragmáticos, ao longo delas e induzidas por elas, outros sistemas se organizam, se acomodam e se derivam (ALLEN, 1999). No entanto, a distribuição dos benefícios e dos ônus desse processo entre proprietários fundiários e outros agentes envolvidos não é igualitário e transparente (SMOLKA, 2013). Assim, apesar da aparente neutralidade e racionalidade, elas expõem fraturas sociais e ideológicas através de um aparato técnico e instrumental a serviço do poder (BELÀNGER, 2016; FOUCAULT, 2006 [1972]; LEFEBVRE, 1972).

Frente a essas determinações torna-se evidente a necessidade de repensar o papel das infraestruturas urbanas para além de sua função instrumental e técnica, mas como conformadoras de novas paisagens ou mesmo como paisagens em si, colocando em cheque a divergência histórica entre os campos disciplinares da engenharia civil, arquitetura e urbanismo e entre esses e a arquitetura da paisagem (ALLEN, 1999; BÉLANGER, 2016).

TERRITÓRIO

O território é o resultado de processos que estão em constante transformação e mutação. Ele se transforma naturalmente, por exemplo, obedecendo a sazonalidades climáticas como cheias e vazantes, ou pela ação humana, por meio da introdução de objetos técnicos como infraestruturas viárias, diques, agricultura. A partir do momento em que uma população o ocupa, estabelece com ele uma relação de ordenação/ planificação e os efeitos desta coexistência podem ser observados. Por isso o território, enquanto objeto de uma construção, é uma classe de artefato, ou um produto, como coloca Corboz (1983).

O espaço enquanto produto de uma atividade sobre a natureza implica o econômico e a técnica. No entanto, vai além, é produto político e espaço estratégico. Nesse sentido Lefebvre (1972) acredita que a falsa noção de unidade explícita em um projeto de território evidencia a fragmentação do espaço social ao atribuir correspondências entre necessidades, funções, lugares e objetos sociais em um espaço "supostamente neutro". Uma vez projeto, o território passa a ser semantizado e objeto de um discurso (CORBOZ, 1983), que em sua legibilidade, omite a fragmentação do espaço social e ambiental. A representação desse espaço, para Lefebvre (1972), está sempre a serviço de uma estratégia. O projeto do espaço permite impor à força certa coesão, ou ocultar sobre uma aparente coerência racional e objetiva, as contradições da realidade.

O arquiteto e urbanista trabalha sobre o mundo do visível-sensível e também opera sobre o território - conjuntos ambientais e seus materiais, conferindo-lhes sentido. Nesse aspecto Gregotti (2004) esclarece que a paisagem se antecipa à posteriores especializações metodológicas formais em diversas escalas e sugere o termo *ambiente total*, para orientar o conjunto de operações em diversas escalas e "dar sentido à mudança de sentido" que o trabalho de arquiteto e urbanista exige e que deve ser uma busca não por uma norma, mas por um método. Assim, para a atuação sobre o território, Gregotti (2004) sugere a elaboração de tecnologias formais de duas maneiras: i)organizando-as de tal modo que possibilite a produção de figuras ou ii) organizando em figuras as formas existentes por meio da instauração de um novo sentido. A implantação de uma nova infraestrutura se enquadraria no primeiro caso e a análise da paisagem resultante, no segundo, uma vez que, segundo Elinbaum (2012) ao se aproximar racionalmente do território e representá-lo em mapas, diagramas em múltiplas escalas, se está criando um novo território.

A tradução do território em figuras permite afirmar que ele possui uma forma ou conteúdo perceptivo (CORBOZ, 1983). O território enquanto forma resulta de uma condensação de processos históricos e possui significados e valores. Os valores atribuídos aos lugares em cada período são fatores culturais e a forma que os aglomerados humanos adquirem, refletem esses valores próprios de um determinado tempo (LYNCH, 1981).

Castells (2000) acredita que o tempo e o espaço são as principais dimensões materiais da vida humana, ao contrário da maioria das teorias sociais clássicas, que supõem o domínio do espaço pelo tempo, ele propõe a hipótese de que o espaço organiza o tempo na sociedade em rede. O tempo na cidade contemporânea pode ser medido pelo acesso, seja a informações ou meios de transporte. Nessas cidades novos instrumentos de transporte e comunicação abrem novas possibilidades de escolha de localização residencial e de atividades, a mobilidade física de pessoas e informações é um aspecto de diferenciação social, ao mesmo tempo instrumento e resultante (ASCHER, 2010).

A velocidade das transformações expressas nas práticas cotidianas da sociedade contemporânea induz a leituras distorcidas dos processos de ocupação do território. Essa sociedade, imersa num contexto de incertezas, desregulação, liberalização do mercado e flexibilização, assiste à dissolução dos vínculos entre as escolhas individuais e os projetos e ações políticas (BAUMAN, 2003). O território, funciona nesse contexto, como instrumento ou projeto que oculta essas tensões e (in)tenções de seus agentes. Enquanto instrumento, serve ao poder (Estado e mercado) que utiliza como máscara a racionalidade técnica dos projetos de infraestrutura viária com a finalidade de neutralizar a natureza e garantir a maior rentabilidade do solo urbano, sob o discurso desenvolvimentista de garantia de acesso a meios de mobilidade.

INFRAESTRUTURAS

As infraestruturas são, em sua definição mais básica, redes e nós que transportam e/ou armazenam matéria, energia e informação (CONTENTI e RECOBA, 2013). Essas redes podem ser visíveis, como estradas, terminais de transporte e carga e usinas de energia, ou invisíveis, levando dejetos pelo subsolo ou informações via satélite. São dispositivos pragmáticos que organizam e condicionam as práticas sociais no território ao mesmo tempo em que consolidam uma certa imagem de progresso vinculada a ideia de produção e eficiência. Elas possibilitam os fluxos de pessoas, objetos e informações e representam um elemento de organização social, expressando processos que dominam a vida econômica, política e simbólica de um território. [3]

As infraestruturas estabelecem relações complexas com o território, com a paisagem e com o domínio público. São estratégicas para o desempenho social e ambiental de uma cidade ou região e operam no território trazendo implícito um projeto de paisagem. A localização de uma infraestrutura define novas localizações residências e novos eixos de expansão urbana. Ela altera dinâmicas de uso do solo e pode incidir na zona rural alterando sua estrutura morfológica.

A aparente coerência de um projeto infraestrutural oculta estratégias de mercado e de expansão territorial. Um sistema infraestrutural permite impor, por meio da racionalidade técnica, aparente coesão quanto às suas finalidades: eficiência, rapidez, oferta de terra urbanizada, promessas de vida no campo, entre outros. Quando de fato, opera a serviço de uma estratégia, como diria Lefebvre (1972), contribuindo para a conformação do espaço instrumental, racional-funcional e funcional- instrumental. Não se trata de negar o aspecto da técnica, porém ela não deve ser entendida e aceita como algo neutro, pois na condição de meio ela pressupõe uma finalidade a ser alcançada (HEIDEGGER, 2007 [1953]).

Allen (1999), em tom de manifesto, propõe que se busquem novos procedimentos, utilizando a “caixa de ferramentas” já existente, para ampliar a aliança entre a arquitetura com a organização do território e a funcionalidade, o que ele denomina *urbanismo infraestrutural*, que permite um novo modelo de práxis para a estruturação do futuro das cidades, na medida em que alia a instrumentalidade da arquitetura à complexidade do real e se compromete com o tempo e com o processo de transformação do território.

3 Castells, 2000

PAISAGEM

A paisagem está sujeita a tensões investigativas. Por um lado, é uma prática de representação artística baseada na experiência sensorial frente ao observador, campo de estudo da arte e da filosofia; por outro, é um artefato geográfico, ou, uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais (SAUER, 1925).

Frente à velocidade das transformações da sociedade atual na era técnico-científica-informacional (SANTOS, 2008), a noção de paisagem, não como um bem a recuperar ou proteger, mas como uma plataforma ou paradigma, possibilita compreender e operar territórios em transformação (CONTENTI e RECOBA, 2013).

Contrariando o domínio tecnocrático e instrumental na produção do espaço urbano e das infraestruturas, a paisagem pode desempenhar um papel importante para vislumbrar alternativas de futuro para o processo de urbanização. Ela pode ser uma plataforma para operar em territórios metropolitanos (VECINA, 2014) sustentando decisões de investimentos em infraestrutura, restauração ecológica e manejo do meio ambiente. Bem como pode promover o entendimento coletivo, na direção do empoderamento de comunidades, a partir do reconhecimento e divulgação das particularidades das paisagens locais e regionais fornecendo um ponto de resistência aos efeitos homogeneizantes da globalização (BÉLANGER, 2016).

Considerada a sedimentação e interação permanente entre o meio natural e humano, campo da geografia e dimensão projetual (TAPIA e ALVEZ, 2016), a paisagem escapa às definições e teorias absolutas, permitindo a aproximação do fenômeno urbano e sua interpretação como realidade aberta e em transformação.

Para Santos (2008) a paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime sucessivas relações entre o homem e a natureza (SANTOS, 2008). A palavra, também utilizada no sentido de configuração espacial, relaciona um “conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área” (SANTOS, 2008. p. 103).

Ela reaparece com força na cultura contemporânea na qual existe uma crescente preocupação ambiental e ecológica, necessidade de manter identidade de regiões e de mensurar e gerir os impactos do crescimento urbano (GARCÍA GARCÍA e BOROBIO, 2012).

Um dos pressupostos da paisagem é de que ela é um sistema material, relativamente imutável, e o espaço, um sistema de valores, que muda constantemente.

Santos (2008) faz uma importante distinção epistemológica entre paisagem e espaço. “Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos” (SANTOS, 2008. p.103).

Outro aspecto que diferencia a paisagem do espaço, além do seu caráter material é que ela é transtemporal e funciona como um palimpsesto, onde a história é constantemente escrita, borrada e reescrita- uma construção vertical. Já o espaço é o tempo presente, ou uma construção horizontal. Por isso as formas-objetos não mudam de lugar, mas de função, valor e significado.

A paisagem é considerada um instrumento de pesquisa que permite rever etapas do passado numa perspectiva de conjunto, uma vez que está imobilizada na matéria. No entanto, enquanto paisagem presente só pode ser compreendida quando confrontada com a sociedade atual.

Pode-se também falar do funcionamento da paisagem, uma vez que é testemunha da sucessão dos meios de trabalho e um resultado histórico acumulado (SANTOS, 2008). Por isso, a paisagem se apresenta como uma categoria de análise e um modelo para a interpretação e representação do espaço onde vários objetos se inter-relacionam.

Ela representa o tempo passado, ou paisagem consolidada; as necessidades emergentes, ou paisagem presente; e contém ou subjaz uma previsibilidade ou imprevisibilidade, uma paisagem perspectiva (LOURES e COELHO, 2008).

A princípio a paisagem tem uma área determinada, que se pode abarcar com os olhos, embora, diferentes escalas aconteçam conforme o posicionamento do observador frente ao fenômeno físico.

Mesmo admitindo que descrever uma paisagem possa ter uma validade limitada, pois é um exercício de generalização derivado da observação de cenas individuais, Sauer (1925) afirma que a paisagem constitui um todo que tem uma forma, uma estrutura e uma função e que tem relação direta com o tempo e o espaço.

Ela está posicionada em um sistema maior e sujeita a mudanças e desenvolvimento. Esse desenvolvimento é bem elucidado por Santos (2008) quando atribui a ela a função de palimpsesto, “onde mediante acumulações e substituições, a ação das diferentes gerações se superpõe” (SAUER, 1925: 104).

O que permanece do passado como forma e desvela o processo de supressão, acumulação e superposição, é o que Santos (2008) denomina: rugosidades.

A paisagem existe através das formas criadas em momentos históricos diferentes e os objetos técnicos que lhe dão forma estão sempre à espera de conteúdo social. O conteúdo social é o que transmite vida à coisa, ou seja, que faz com que um objeto técnico abandone sua condição de simples *tecnologia* e se transforme em ***economia***.

Por isso, paisagem e sociedade são variáveis complementares, sintetizadas no espaço humano (SANTOS, 2008) ou na paisagem cultural (SAUER, 1925).

A adoção da paisagem enquanto categoria analítica permite, em primeira instância: i) apreensão do visível-sensível como produção social; ii) identificação do conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam o território iii) comparação temporal e iv) representação de processos sobrepostos utilizando dispositivos como mapas, imagens e narrativas.

CONSTRIBUIÇÕES DA MORFOLOGIA URBANA AO ESTUDO DA PAISSAGEM URBANA

De modo a garantir uma análise do território enquanto **produto** de uma sociedade, um **projeto** a serviço de estratégias, e enquanto **forma**, a pesquisa incorpora procedimentos de investigação da morfologia urbana ao estudo da paisagem.

A Morfologia Urbana tem relação com o estudo da paisagem e apesar de se referir à forma urbana ela se ocupa também da organização social do espaço. Ela propicia procedimentos para a descrição e comparação entre diferentes cidades com diferentes abordagens segundo grupos de autores e escolas, mas invariavelmente utiliza, para a análise da forma urbana, a arquitetura da cidade, o layout das ruas, e as diferentes densidades de habitação (KROPF, 2009). Ocupa-se do estudo do tecido urbano e seus elementos construídos através de sua evolução, transformações, inter-relações e dos processos sociais que os geraram. Considera a cidade como produto físico das ações da sociedade sobre o meio e artefato construído ao longo da história.

Na Morfologia Urbana há duas abordagens distintas, porém complementares, para a análise da estrutura formal da paisagem urbana. Um ponto de vista estritamente morfológico, concentrado na diversificação das formas visíveis, e um segundo, que se refere aos aspectos dinâmicos da sociedade que produz e altera a paisagem ao longo do tempo. Ou seja, um ponto de vista formal e uma análise temporal (PEREIRA COSTA e GIMMLER NETO, 2015: 33).

O crescimento tende a acontecer no seio de um sistema complexo de conexões espaciais, o que envolve inevitavelmente uma rede regional, nacional e global na qual a cidade está inserida e pode ser interpretado a partir de dados relacionados à sua evolução histórica. O crescimento urbano, quando horizontal, pode estar sujeito a obstáculos geográficos ou construídos, ou *barreiras*. Quando ocorre sem expansão territorial, pode-se dizer que o crescimento se adensa dentro de um perímetro.

Há certo consenso no estudo da forma urbana de que o processo de crescimento das cidades e a formação de seus tecidos ocorrem ao longo de *vias* e *caminhos*, naturais ou artificiais (LYNCH, 1981; PANERAI, 1999), ou surgem à partir da estruturação das rotas.

Das definições e princípios relacionados ao processo de análise da paisagem urbana são destacadas dois elementos reguladores: *polo* e *eixos* de expansão urbanos; e o seu resultante espacial: *tecido urbano*. Os *polos* são lugares singulares, pelo caráter de origem, local de concentração e carga simbólica (PANERAI, 1999) e remetem à existência de interseções e congregação de atividades ao seu redor (PEREIRA COSTA e GIMMLER NETO, 2015). Os *eixos* de expansão, são elementos fundamentais na composição e estruturação do tecido urbano das cidades. Podem ser naturais, ou seja, presentes no território antes da urbanização, ou artificiais, projetadas e construídas (PANERAI, 1999). Eles formam linhas de força sobre o território e são o suporte de crescimento ao longo de uma direção. O *tecido urbano* reúne os elementos edificados e não edificados definindo uma textura espacial. Ele é formado pela rede de vias, espaços livres, parcelamentos e edificações.

A forma urbana se organiza em unidades de plano ou tecidos urbanos, que “são conjuntos de edifícios, espaços abertos, parcelas e ruas, formando um todo coeso, ou porque foram todos construídos num mesmo tempo ou com as mesmas condicionantes, ou porque sofreram um mesmo processo de transformação” (MOUDON, 1997).

APROXIMAÇÕES ESCALARES DA PAISAGEM DE MANAUS

A análise da paisagem deve ser realizada de maneira multiescalar. A escala, segundo Steinitz (2014) não é o tamanho, mas a lente com a qual interpretamos o território ou uma região. As escalas permitem decidir o escopo de detalhes e sistematizar problemas para o planejamento ou projeto.

A escala global nos permite identificar as direções das mudanças e estabelecer estratégias locais e regionais de modo a promover possíveis consensos, uma vez que, em nível internacional são acordados princípios e objetivos gerais, que desde a década de 1970, têm adquirido o caráter defensivo, frente à urgência de recuperação de ciclos ecológicos e justiça social. Um exemplo é o termo "sustentabilidade" que permeia, ou deveria permear, as decisões políticas de intervenção em territórios em nível regional e local.

Na escala regional e metropolitana é possível entender traços culturais, principais conexões e as formas naturais do território. Na escala local pode-se analisar a relação entre a forma urbana e os padrões de crescimento frente a intencionalidades de agentes, as especificidades do meio físico-biótico e cultural.

Contexto da urbanização da Amazônia

No Brasil o processo de urbanização é marcado por profundos desequilíbrios regionais e pela configuração tardia de uma rede de cidades posicionadas em função de interesses de exportação de matéria prima, por isso a concentração histórica das principais cidades na costa marítima e no Sul/Sudeste do país. Além disso, a extensa proporção territorial contribuiu para acentuação da estrutura espacial polarizada e desigual brasileira.

A Amazônia, localizada na porção mais setentrional do país, participa amplamente da massa continental sul-americana - o *Heartland*, se relacionando com países fronteiriços Andinos e Caribenhos (Becker, 1974). Sua posição equatorial e sua imensa massa florestal dificultaram historicamente as ligações terrestres, principalmente no Estado do Amazonas, onde os rios predominam a estruturação da rede urbana como importantes eixos de penetração e circulação (Figura 1), e também contribuem para a dispersão da urbanização (TRINDADE JUNIOR, 2013).

Os rios possibilitaram historicamente a ocupação da região amazônica e, apesar de as primeiras expedições no vale amazônico terem sido realizadas pelos espanhóis, a ocupação e a colonização ficaram a cargo de Portugal. À época das primeiras incursões, entre os séculos XVI e XVII, a bacia amazônica era densamente povoada por povos indígenas, que viviam em aldeias ao longo das calhas dos principais rios da região, algumas delas ocupadas por milhares de pessoas e integradas em redes regionais (NEVES, 2006). Assim, é equivocada a ideia de que a Amazônia é despovoada, ou de que sua ocupação humana é recente. Primeiramente foi estabelecida uma rede de cidades com objetivo de defesa e depois como apoio à penetração e conquista do território. As missões religiosas foram as principais responsáveis pelo impulso de colonização na Amazônia.

Foi apenas nas últimas décadas do século XIX que a Amazônia se inseriu de fato no mercado internacional, fornecendo o látex como matéria prima para indústrias europeias. Nesse momento Manaus deixa de ser apenas uma vila incipiente e toma feições cosmopolitas. A partir de então Manaus vai adquirir importância de entreposto comercial e receber grande contingente de migrantes. Esse período conhecido como "*boom* da borracha" foi marcado pela expansão e riqueza urbana dos dois polos principais, Belém e Manaus.

Entre 1920 e 1960 a região passa por um período de estagnação do mercado internacional da borracha, o que afetou a configuração espacial da região. Ao mesmo tempo em que o fluxo migratório para a Amazônia diminui, iniciou-se um processo de migrações internas na direção das capitais Manaus e Belém, que sofreram um processo de macrocefalia. Em 1960 Belém concentrava 377.777 mil habitantes e Manaus 152.432 (CORRÊA, 1987).

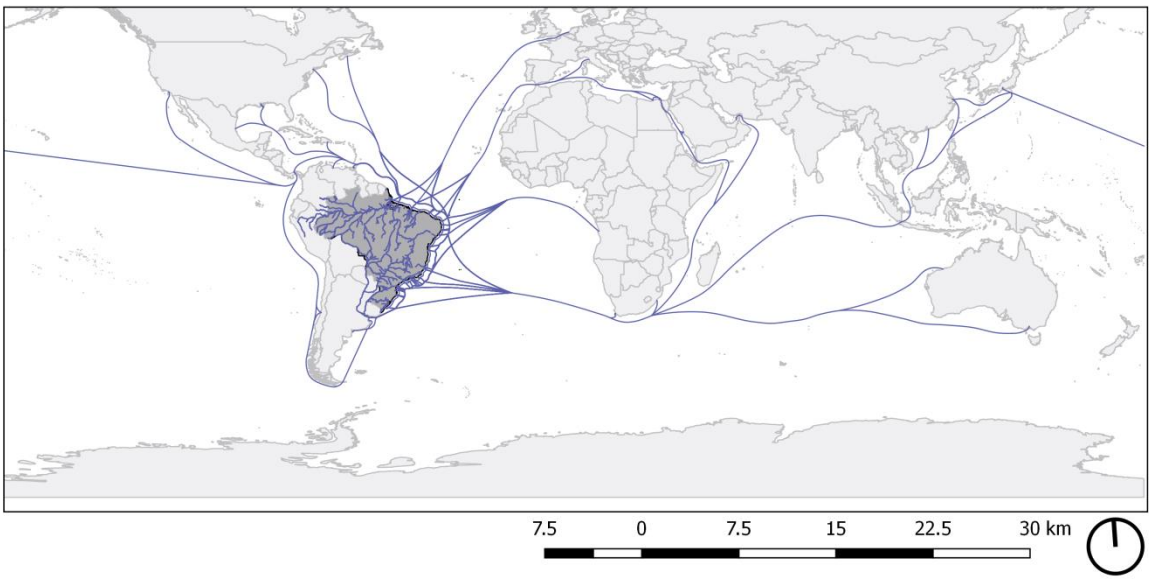


Figura 1: Hidrovias do Brasil
Elaboração própria adaptado da Agência Nacional de Transportes Hidroviários-ANTAQ

A tipologia da rede de cidades na Amazônia ao longo dos rios navegáveis, ou rede dentrítica, começou a se alterar a partir da década de 1960, quando apareceram as primeiras aglomerações ao longo de eixos rodoviários e a tradicional população ribeirinha passou a se reordenar no território, promovendo novos padrões de ocupação urbana. Começaram a se desenvolver novas formas espaciais na rede urbana regional como as "*company townns"*, núcleos implantados por empresas industriais e de extração de recursos minerais e núcleos rurais-urbanos se estabelecem longe dos rios, ou na "terra firme" (NASCIMENTO, 2011).

Desde a década de 1960 a região Amazônica vem recebendo investimentos em infraestruturas rodoviárias, indústrias e equipamentos para a exploração de recursos naturais. Esses elementos de infraestrutura foram amplamente implantados na região sob o pretexto de fomentar a integração da região norte com as regiões Sul e Sudeste do país, o que ocasionou um processo de urbanização extensiva na região (Monte-Mór, 2009).

Desde a década de 1970, a ocupação da região amazônica foi "reinventada na forma de fronteiras agro-minerais potenciadas por grandes investimentos públicos em infraestrutura de transportes e comunicações" (MONTE-MÓR e LINHARES, 2009, 147) e fundada na dicotomia entre campo e cidade, a paisagem se caracteriza por um processo de urbanização extensiva. Esse processo permite falar em um urbano "substantivo", que não é apenas atributo de uma cidade, mais de um modo de vida que incorpora os elementos do campo e da cidade em múltiplas combinações " (MONTE-MÓR e LINHARES, 2009, p. 147).

PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DE MANAUS

Manaus é a capital do Estado do Amazonas, um enclave urbanizado incrustado na floresta Amazônica que protagoniza dinâmicas sociais e econômicas de centro regional em processo de metropolização. A cidade controla uma das redes urbanas de maior área no país (19% da área do país) e de menor densidade, com 2,2 hab./km (IBGE, 2008). A articulação de Manaus à rede regional e nacional de cidades acontece historicamente por transporte hidroviário. Sua posição no encontro de dois importantes rios, o Negro e o

Solimões, que dão origem ao rio Amazonas, é estratégica para a dominação do território amazônico (Figura 2). A cidade está assentada em um platô elevado, "terra firme", por isso a cidade resiste ao movimento anual de "cheia" e "vazante" que transforma a paisagem local, influenciando inclusive rotas de deslocamento[4]. A oscilação decorrente do regime anual de cheia e vazante é fator natural que dinamiza a paisagem e altera a morfologia das aglomerações urbanas localizadas na área de várzea.

Manaus protagoniza hoje um fenômeno de metropolização atípico devido a sua condição de *hinterland* que confere à sua área metropolitana uma configuração espacial única e pela sua condição geográfica e sua posição na rede de cidades, devido às relações espaço-temporais da sociedade com a água enquanto elemento fundamental de acessibilidade no espaço regional. A cidade concentra empregos (in)formais, equipamentos públicos, serviços e administração estadual, e cerca de 50% da população do Estado do Amazonas[5]vive na capital. Assim como em outras cidades brasileiras, ao forte crescimento de Manaus, foram incompatíveis as estruturas urbanas criadas para seu suporte, o que se reflete hoje em problemas urbanos típicos de grandes cidades latino-americanas como congestionamento, poluição e segregação socioespacial.

Os municípios que compõem a Região Metropolitana de Manaus (RMM)[6] possuem extensas dimensões territoriais (Figura 3), o que traz feições continentais ao conjunto com 127.119 km². O polo principal, Manaus, possui hoje, cerca de 2 milhões de habitantes enquanto que nos demais municípios da RMM a população total não chega a 100 mil habitantes (IBGE, 2010). O conjunto enfrenta problemas como a dispersão do tecido urbano e a redução do acesso dos cidadãos aos bens, serviços e espaços públicos, além disso, apresenta elevados índices de pobreza e desigualdade social.

Ainda que isolada por acesso veicular (Figura 3), a cidade é um importante nó e desempenha forte influência na região Amazônica (Figura 5), sendo por isso considerada uma Metrópole[7]. Sua polaridade se fortaleceu ao longo do tempo, e marcadamente, com a instauração da Zona Franca de Manaus na década de 1960. Manaus pode ser considerado não apenas um polo metropolitano, mas um polo regional, uma vez que atrai os fluxos de carga e passageiros oriundos de todo o interior do estado do Amazonas e também do oeste do Pará, através das calhas dos rios Negro, Solimões e Amazonas (Figura 7, Figura 8).

Apesar do protagonismo dos corpos d´água na estruturação da rede de cidades no Amazonas, o deslocamento por automóveis predomina a estruturação do espaço intra-urbano de Manaus e de sua área metropolitana imediata. Na região metropolitana de Manaus -RMM as cidades de Manacapuru, Iranduba e Careiro da Várzea (ilha) sofrem a influência das águas e suas paisagens são profundamente alteradas (Figura 6). A relação do tempo da água sobre a vida dos habitantes locais imprime à morfologia de ocupação urbana uma feição dinâmica cíclica, adaptada aos fluxos ecológicos.

[4] Novas rotas fluviais surgem na cheia, assim como estradas e campos reaparecem na época da vazante.

[5] População estimada em 2017 de 2.130.264 habitantes, o que corresponde a pouco mais de 50% da população total do estado, estimada em 4.063.614 pessoas (IBGE @cidades - Estimativa 2017).

[6] A institucionalização da Região Metropolitana de Manaus (RMM) aconteceu a partir de uma ação política - Lei Complementar Estadual nº 052 de 30 de maio de 2007. A princípio a RMM era constituída por 08 municípios: Manaus, Iranduba, Careiro da Várzea, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Itacoatiara e Manacapuru. Hoje conta com mais 5 municípios: Autazes, Careiro Castanho, Itapiranga, Manaquiri e Silves.

[7] A criação atípica da região metropolitana de Manaus foi motivada por razões político-administrativas, para fins de planejamento e captação, por parte do governo estadual, de recursos federais (LIMA, 2014).

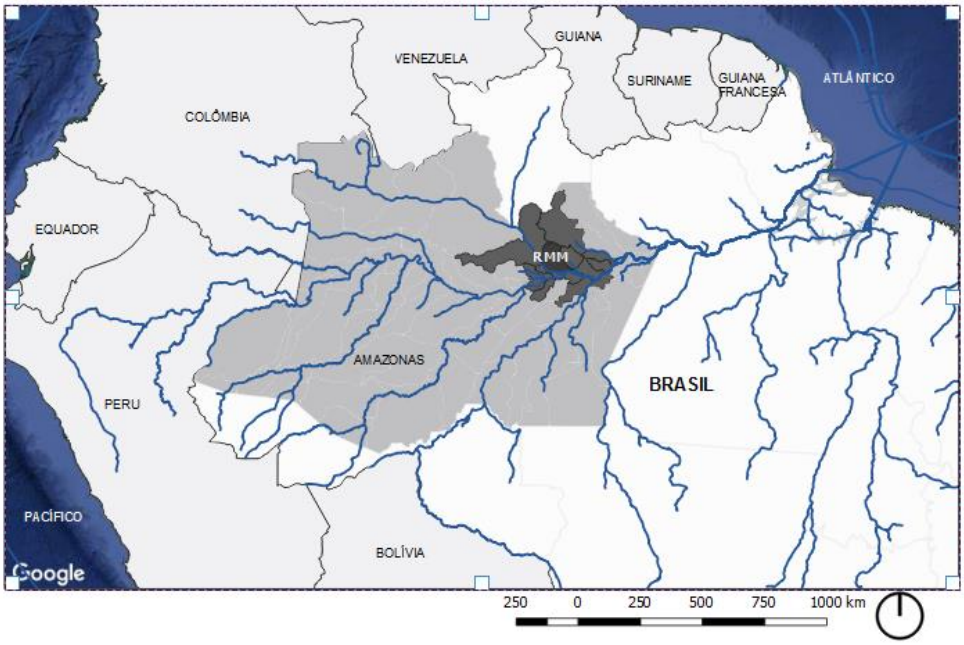


Figura 2: Aproximação escalar: Região Metropolitana de Manaus-RMM no Estado do Amazonas, Brasil
Fonte: Elaboração própria adaptado de ANTAQ, IBGE e Google Earth

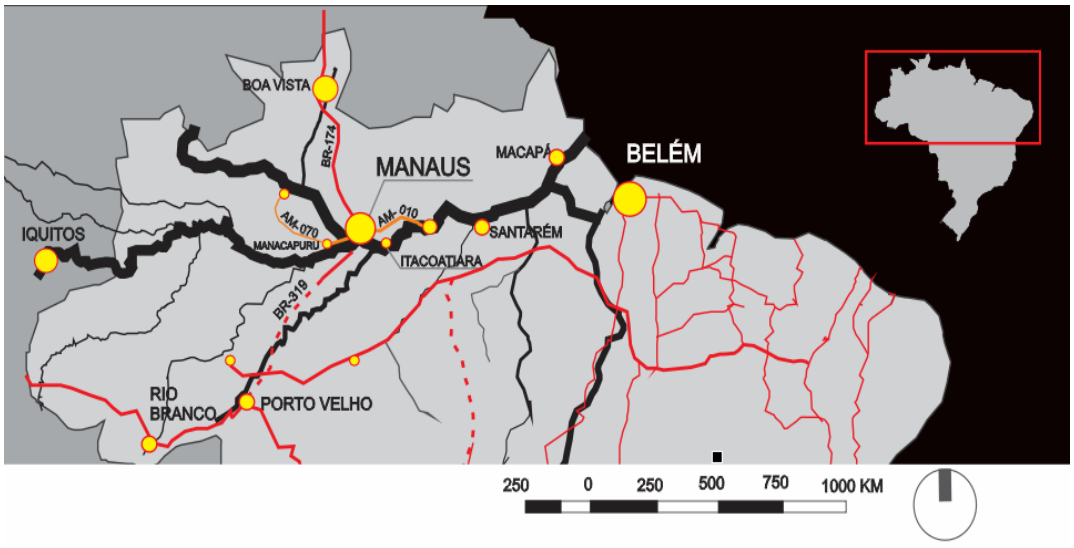


Figura 3: Principais rios, rodovias e cidades da Amazônia
Fonte: elaboração própria

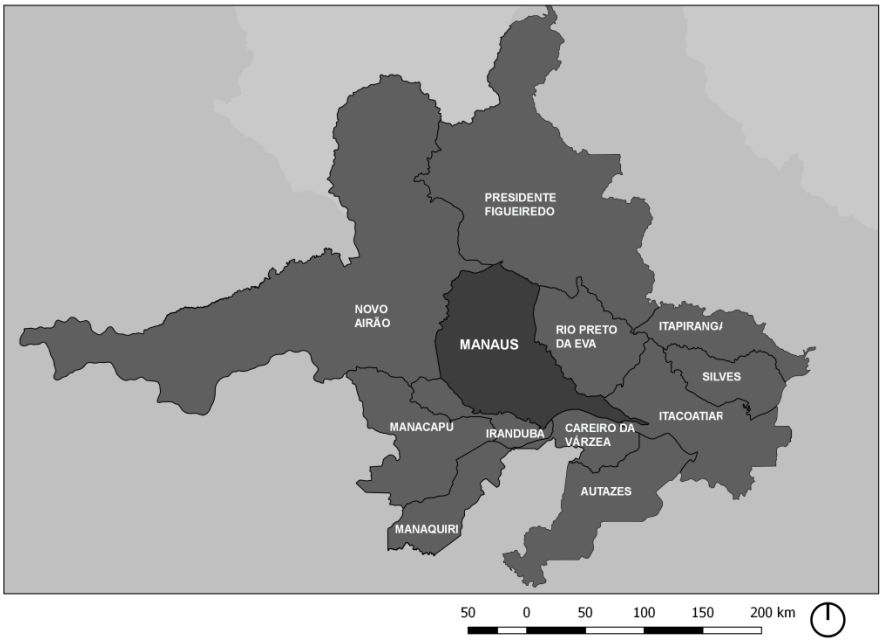


Figura 4: Região Metropolitana de Manaus.
Fonte: Elaboração própria adaptado IBGE.

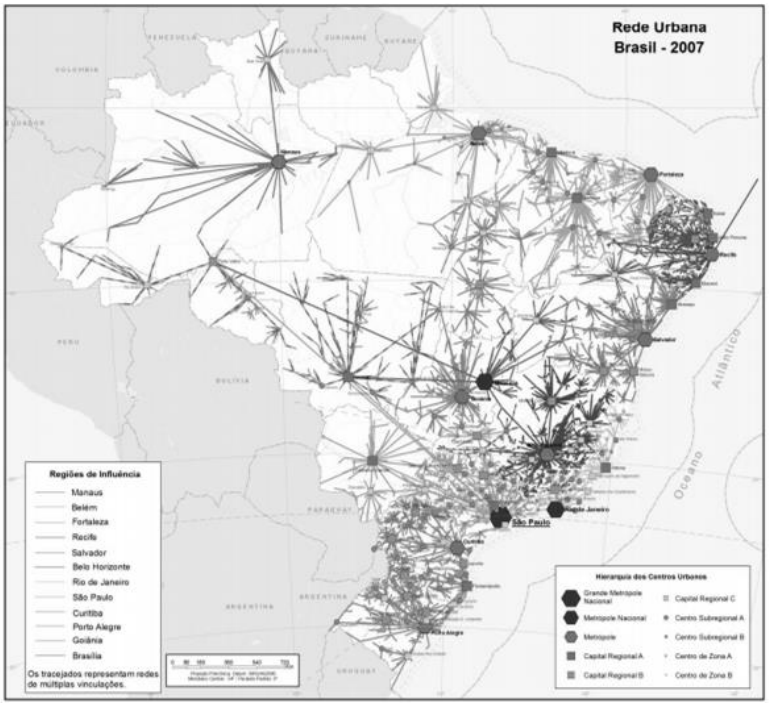


Figura 5: Rede urbana brasileira.
Fonte: IBGE, REGIC, 2007

Figura 6: Careiro da Várzea, 2014. As ruas são tomadas anualmente pelas águas do rio Solimões, que sobre de maneira gradual e possibilita a adaptação dos moradores à paisagem.
Fonte: Acervo pessoal

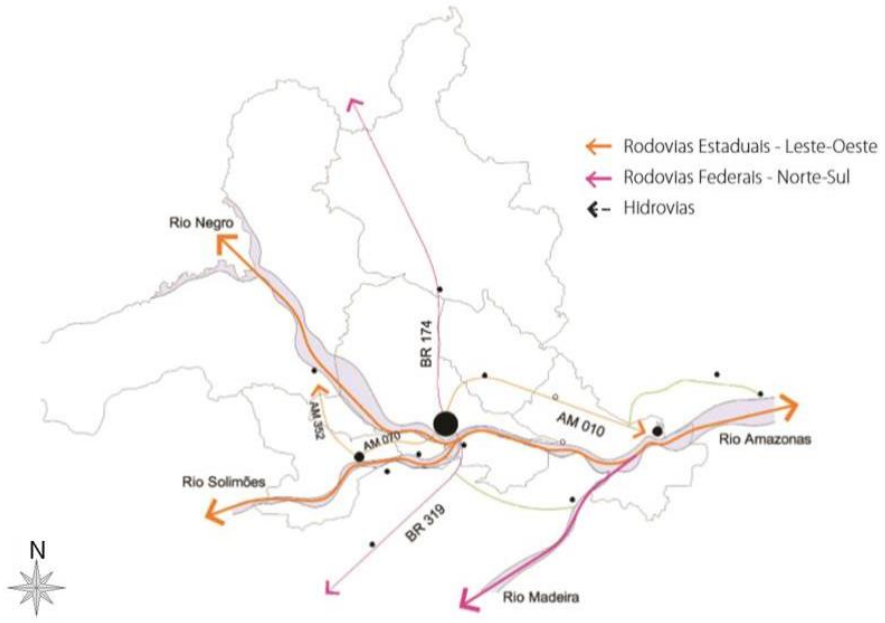


Figura 7: Viário principal Região Metropolitana de Manaus
Fonte: Plano de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Região Metropolitana de Manaus - PDRMM, 2010

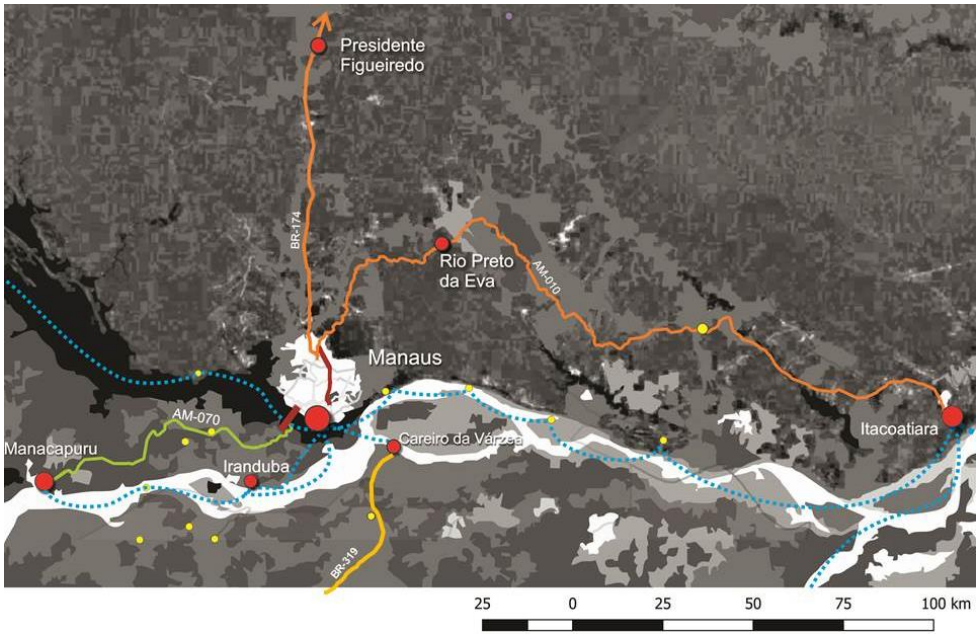


Figura 8: Principais infraestruturas de circulação de acesso à Manaus
Fonte: Elaboração própria

A ponte sobre o rio Negro inaugurada em 2011 legitima a Região Metropolitana instituída por lei. O objetivo de sua construção, segundo o Governo do Estado, seria permitir a integração entre a Região Metropolitana de Manaus (RMM) e demais regiões como Purus e Médio e Alto Solimões, com intuito de favorecer o deslocamento de pessoas e produção agrícola dos Municípios de Iranduba, Manacapuru e Novo Airão. Concomitante à implantação da ponte foi elaborado um plano diretor para a RMM, o qual não foi levado à votação na Assembleia legislativa do Estado do Amazonas. Foi elaborado também um Plano Urbanístico para a ocupação da Margem Direita, que definia o uso e ocupação do solo no município de Iranduba. Esse plano foi enviado para votação na câmara dos vereadores do município de Iranduba, no entanto sua aprovação até hoje não foi efetivada.

Às margens de qualquer normativa municipal sobre o seu território e tendo a ponte como símbolo de desenvolvimento, Iranduba se tornou palco de novas formas de ocupação movidas pelo mercado formal e informal do solo. A dinamização desse mercado do solo desponta na paisagem em grandes loteamentos e conjuntos habitacionais, ocupações subnormais e fracionamento de propriedades rurais. A proposta de implantação de um novo campus da Universidade Estadual do Amazonas – UEA[8] pelo governo estadual catalisa ainda mais essa dinâmica e impulsiona a ocupação especulativa no seu entorno.

Até a inauguração da ponte o trajeto Manaus-Iranduba era feito por balsa mais transporte rodoviário - ônibus ou carro. Após a ponte o deslocamento é realizado em poucos minutos. Assim, vende-se o acesso à Manaus, pois o território rural de Iranduba e o distrito de Cacau Pirera, agora são quase um bairro central de Manaus.

[8] O projeto do campus contempla 120 mil hectares às margens do rio Negro e, além das dependências da Universidade, abrigará outros usos como residencial e de apoio ao turismo como hotéis e resort.

O centro de Manaus, apesar da consolidação de outros subcentros nas Zonas Leste e Norte, é ainda o centro primaz, concentrando empregos, comercio e serviços, além de ser a principal porta de entrada para embarcações de passageiros e produtos do interior do estado. O centro de Manaus e os bairros que o circundam, apresentam alta densidade construída. O que faz com que o solo em suas proximidades seja cada dia mais valorizado.

A gênese da ocupação urbana de Iranduba e Manacapuru tem relação direta com o acesso via fluvial pelo rio Solimões, às margens do qual os núcleos urbanos se desenvolveram. A ponte estimula uma nova configuração espacial à medida que favorece o acesso rodoviário ao centro de Manaus (Figura 9 e Figura 10) e aos bairros da Compensa e São Raimundo, que abrigam respectivamente palácio do Governo do Estado e Câmara Municipal de Manaus. Assim, sob a influência da ponte e da duplicação da rodovia AM-070, são engendrados processo de ocupação urbana nas áreas que fornecem melhor acesso a Manaus. Esse movimento introduz dois eixos de expansão urbana em sentidos opostos e complementares, que em médio a longo prazo, tendem a fortalecer a urbanização de zonas rurais localizadas entre a sede de Iranduba e Manaus. O primeiro eixo, no sentido Manaus-Iranduba, sobre a nova franja periférica nas proximidades de Cacau Pirera; e outro eixo, forçado o movimento centrífugo do núcleo urbano original de Iranduba em direção a AM-070, forçando a extensão de seus limites urbanos na direção oposta, sentido Iranduba-Manaus. Em consequência da valorização das terras ocorre um forte processo de desmatamento e de desmembramento de unidades agrárias para uso urbano.

A vida no interior do Amazonas, especialmente em Iranduba e Manacapuru é regulada pelos ciclos dos rios. A interação com esse elemento define a forma de ocupação e a tipologia construtiva da maioria dos municípios no estado. Além do núcleo principal, essas cidades também possuem distritos, comunidades rurais, assentamentos do INCRA e zonas rurais tanto na terra firme quanto nas áreas de várzea. O acesso fluvial predominou nos municípios em estudo até a inauguração da ponte e sua influencia pode ser percebida na morfologia urbana dos sítios consolidados, ou sedes dos municípios (Figura 11e Figura 12).

A localização do município, entre os rios Negro e Solimões, permite a existência de dois ecossistemas diversos. Na orla do Rio Negro figuram paisagens paradisíacas, praias, cachoeiras e florestas abundantes; ao longo do rio Solimões descortinam-se extensas áreas de várzea com atividades agrícolas, pesqueiras e de contemplação. Iranduba é também o município amazonense com maior número de sítios arqueológicos registrados. São 100 no total. O município é constituído do núcleo urbano principal mais 5 distritos: Ariaú, Cacau Pirêra, Lago Limão e Paricatuba (IBGE, 2018).

A polaridade exercida pelo núcleo urbano de Iranduba vem perdendo sua força em função da velocidade com que novos estabelecimentos comerciais e de serviços vêm sendo implantados ao longo da rodovia AM-070. O núcleo não está localizado na beira da rodovia, mas na beira do rio Solimões.

O ambiente construído é de tal maneira disforme e sem contornos que é difícil distinguir o rural e o urbano. Utilizando como parâmetro o tamanho mínimo do Módulo Rural, de 1 hectare, foi realizada classificação visual por dimensões de lotes em base georeferenciada utilizando o software livre QGis sobre imagens aéreas para identificação das áreas em processo de urbanização. Assim, foram identificadas as seguintes unidades morfológicas de ocupação urbana: i) núcleo urbano consolidado; ii) comunidade rural e distritos consolidados; iii) loteamentos residenciais (vazios e em processo de ocupação); iv) zonas rurais em processo de loteamento; e iv) lotes institucionais e industriais de grandes dimensões.

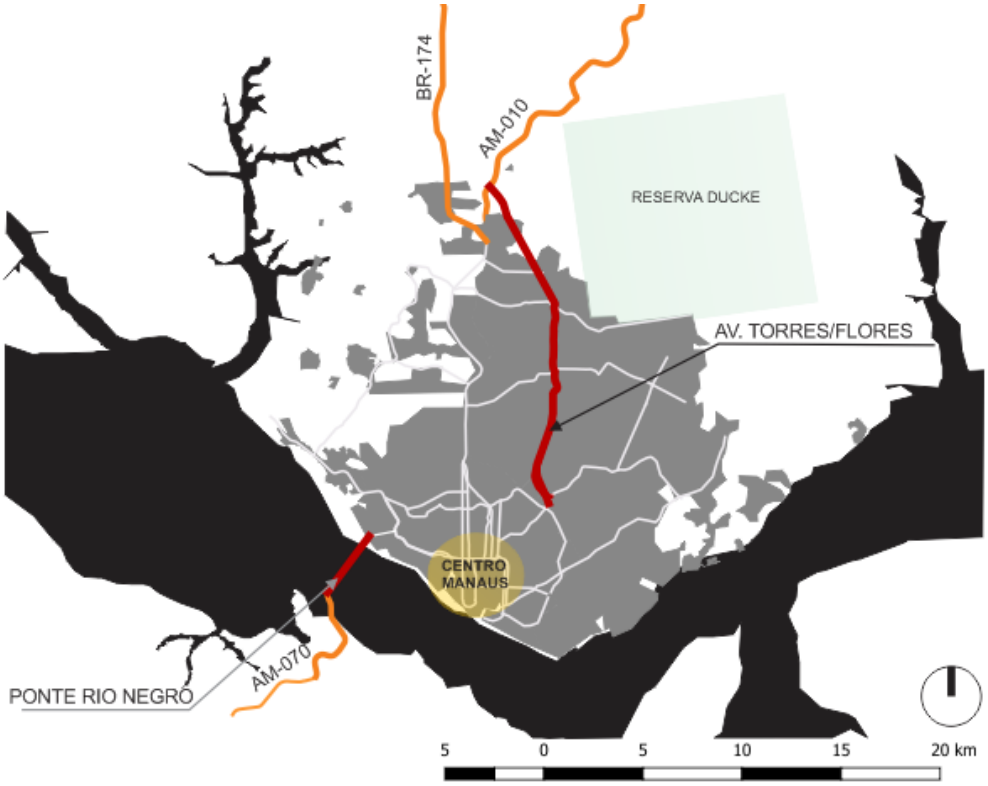


Figura 9: Localização Avenida Torres/Flores e Ponte Rio Negro
Fonte: Elaboração própria

Figura 10: Ponte sobre rio Negro
Fonte: Fotografia de Chico Batata

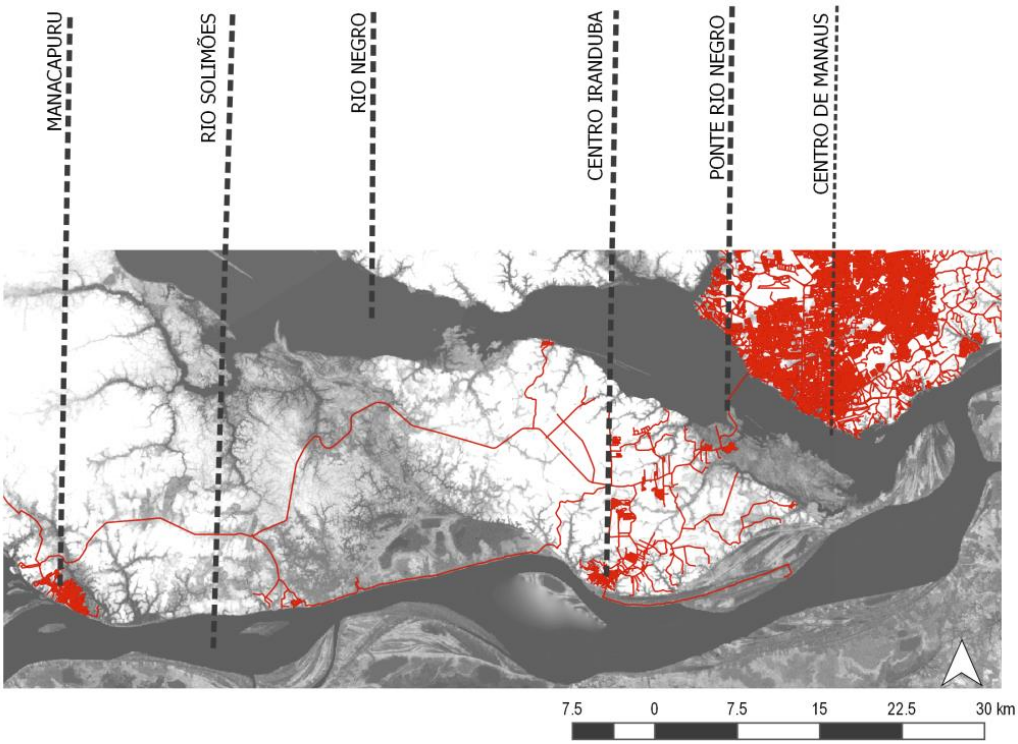


Figura 11: Sistema viário recorte em estudo
Fonte: Elaboração própria sobre imagens SRTM - Shuttle Radar Topography Mission (USGS)

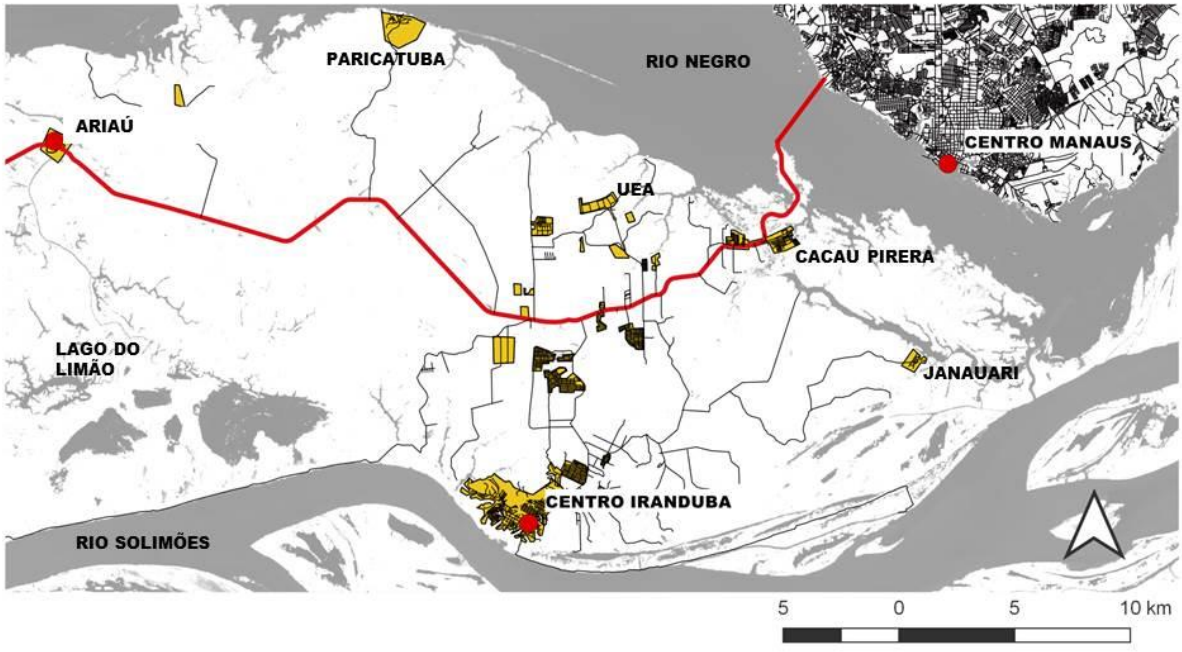


Figura 12: Áreas urbanizadas no município de Iranduba
Fonte: Elaboração própria sobre imagens LANDSAT 8 (USGS)

CONCLUSÕES

A análise da paisagem da urbanização ao longo dos eixos e caminhos de circulação desvelou lógicas da produção do espaço regional da Amazônia e da Região Metropolitana de Manaus. A urbanização da Amazônia não é um fenômeno contemporâneo, mas vem acontecendo historicamente, primeiro ao longo dos rios navegáveis, e a partir da década de 1960, ao longo de eixos rodoviários.

A paisagem da Região Metropolitana de Manaus - RMM expõe suas dimensões continentais com núcleos urbanos separados por grandes áreas de floresta. Manaus, polo primaz da RMM desempenha forte influência na região Amazônica e controla uma rede de cidades de grandes proporções territoriais e baixa densidade.

Os rios ainda são os principais eixos de circulação regional e as poucas rodovias que se originam em Manaus induzem novos processos de ocupação urbana e ditam os principais vetores de crescimento. Os dois grandes vetores de expansão urbana identificados coincidem com as direções de infraestruturas viárias. O Primeiro e mais antigo deles é o vetor Norte, que cresce na direção das rodovias BR-174 e AM-010. O segundo é um novo vetor no sentido Sudoeste definido pela ponte sobre o rio Negro que avança sobre o território rural do município de Iranduba ao longo da rodovia AM-070.

Os processos de ocupação urbana ao longo da rodovia AM-070 colocam em evidência contradições entre os investimentos públicos em infraestrutura e os fluxos de mais-valia gerados por elas, uma vez que colaboram para a valorização da terra e para a criação de estoques fixos de capital. As formas que a cidade adquire nesse processo de ocupação, desvelam conflitos no processo de apropriação do território pelos agentes frente a um quadro de indeterminação e descontrole.

Se, por um lado, o planejamento urbano se vale de princípios gerais de desenvolvimento sustentável e justiça social para estabelecer suas diretrizes de ocupação do solo, por outro, o processo real de ocupação do território reflete a precarização da esfera pública e da paisagem, com consequências de ordem ecológica e humana. Planejar ou projetar esses territórios impõe o desafio de entender os processos naturais e artificiais a que as aglomerações humanas estão subordinadas e também evidenciar estratégias ideológicas de intervenção.

A ponte, limitada à mera construção infraestrutural consolida uma postura racionalista e instrumental, não favorecendo o desenvolvimento sustentável. Ela vem fortalecer o modelo desenvolvimentista de décadas anteriores ao impor sob a aparente racionalidade técnica uma estratégia de poder do Estado e do mercado imobiliário a ele solidário. A população de baixa renda assentada em comunidades tradicionais e /ou rurais estão em processo de desterritorialização. A rodovia AM-070 aliada à ponte conformam uma linha de crescimento de tamanha força que promovem o esvaziamento de significado do polo sede do município de Iranduba. A dinâmica ainda inicial de dispersão do tecido urbano em duplo sentido Manaus-Iranduba e Iranduba-Manaus, parece sinalizar para uma futura conturbação entre áreas urbanas.

A paisagem fornece uma plataforma adequada para interpretar os processos contraditórios de urbanização ao longo de eixos de circulação, proposta pelo artigo. O ato de apreender/representar o território em múltiplas escalas por meio da cartografia crítica e de imagens que, por um lado, exige um esforço de seleção e interpretação da realidade, por outro lado, expõe durante o processo de representação, não apenas conflitos e problemas, mas também novas possibilidades de projeto para o território. As categorias

de Morfologia Urbana adotados fornecem apoio taxonômico para a descrição dos processos de urbanização e são incorporados à análise da paisagem contribuindo para enriquecer a investigação do território em transformação.

REFERÊNCIAS:

ABRAMO, Pedro. **"A cidade com-fusa: a mão invisível do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas."** IN: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol.09, n.02, novembro de 2009. Disponível em <http://www.anpur.org.br/revistas/rev_ANPUR_v9_n2.pdf>. Acesso em novembro de 2016.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. ***Amazônia: do discurso à práxis***. São Paulo: Edusp, 1996.

ALLEN, Stan. "**Infraestructural urbanism**". IN: Ponts and Lines: Diagrams and projetcts for the city, Princetown Architectural Press, Nova York, 1999. Pp. 46-57. Tradução para espanhol de Alex Gimnez Imirizaldu.

AMAZONAS, Governo do Estado. **PDRMM - Plano de Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Região Metropolitana de Manaus 2010-2030**. Secretaria da Região Metropolitana de Manaus e Consórcio VETEC/VALENTE. Manaus, 2010.

ASCHER, François. **Ciudades con velocidad y movilidad múltiples: un desafío para los arquitectos, urbanistas y políticos**. ARQ, Santiago, n.60, 2005, pp. 11-19.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidad Líquida**. Tradução Mirta Rosenberg em colaboração com Jaime Arrambide Squirru, , Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica Argentina S. A, 2003.

BECKER, Bertha K. **Amazônia na estrutura espacial do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia, ano 36, n 2, abril- junho 1974, p 3-107.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BÉLANGER, Pierre. "Is landscape infraestructure?" In: WALDHEIM, Charles. **Landscape as Urbanism: a General Theory**. Princeton: Princeton University Press, 2016.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Vol I. Tradução R. V. Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CARERI, Francesco. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. Tradução Frederico Bonaldo. 1ª edição, São Paulo: Editora Gustavo Gilli, 2013.

CONTENTI, Luis e RECOBA Alejandro. **Fluido y fragil | infraestructura y paisaje en territorios en transformación**. Revista R11, 2013. Disponível em:<http://www.revista.edu.uy/11/2013/10/02/fluido-y-fragil-infraestructura-y-paisaje-en-territorios-en-transformacion/>. Acesso em janeiro de 2018.

CORBOZ, André. **El território como palimpsesto**. Traducido do original - Diógenes, 121, enero-marzo 1983, pp. 14-35

CORRÊA, Roberto Lobato. **Periodização da rede urbana da Amazônia**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 49, n.03. jul./set 1987. Pp. 39-68.

ELINBAUM, Pablo. **Una relación renovada entre el plan y el proyecto**. Revista Iberoamericana de Urbanismo nº7. Miradas Intencionadas, 2012. pp. 117-137

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, Poder-Saber**. Tradução Lucia Avellar Ribeiro. Organização Manuel Barros de Motta. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. [1972]
GARCÍA GARCÍA, Miriam y BOROBIO SANCHIZ, Manuel

GARCÍA GARCÍA, Miriam y BOROBIO SANCHIZ, Manuel. **El paisaje como medio para la planificación territorial**. Ciudades 15 (1) 2012: 115-132. Universidad de Valladolid, Instituto de Urbanística, 2012.

GAUTHIER, Pierre.; GILLILAND, J. **Mapping urban morphology: a classification scheme for interpreting contributions to the study of urban form**. Urban Morphology. v. 10, n. 1, 2006 , p. 41-50.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. Tradução Geraldo Gerson de Souza. 2ª Ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1997. [1985]

GREGOTTI, Vittorio. **Território da Arquitetura**. Tradução Berta Waldman e Joan Villa. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. [1972]

HEIDEGGER, Martin. **A questão da técnica**. Traduzido por Marco Aurélio Werle. Scientiæ zudia, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-98, 2007. A questão da técnica (*Die Frage nach der Technik*) conferencia proferida em Munique, 1953. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ss/article /view/11117/12885>. Acesso em março de 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Região de Influência das cidades, 2007**. Rio de Janeiro, 2008.

KROPF, Karl. **Aspects of urban form**. Urban Morphology Research Group, University of Birmingham and Roger Evans Associates Ltd, 59-63 High Street, Kidlington, OX5 2DN, UK. Revised version received 23 March 2009.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 1ª ed. São Paulo: Centauro, [1968] 1991

_____. **Espacio y política: el derecho a la ciudad II**. Tradução para espanhol: Janine Muls de Llarás y Jayme Llarás García. Madrid: Península, 1972.

LIMA, Marcos Castro. **Quando o amanhã vem ontem: a institucionalização da Região Metropolitana de Manaus e a indução ao processo de metropolização do Espaço na Amazônia Ocidental**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LOURES, Moema Falci e COELHO, Glauci. "Paisagem revelada: possibilidades morfológicas nas favelas do Rio de Janeiro". **Oculum Ensaios**: Revista de Arquitetura e Urbanismo, n. 7-8, 2008. pp. 110-121

LYNCH, Kevin. **A boa forma da cidade**. Tradução José Manuel Costa Almeida e Pinho. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1981.

MATTOS, Carlos A. "Transformación de las ciudades latinoamericanas. ¿Impactos de la globalización?". **EURE**, Santiago, v.28 n.85, dic. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S02507161200200850001>. Acesso em dezembro 2017.

MONTE-MÓR, Roberto Luiz. "Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental". In SANTOS, M., SOUZA, M.A.S. e SILVEIRA, M.L. (org.) Território: **Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec – ANPUR, 1994.

MONTE-MÓR, Roberto Luiz e LINHARES, Lucas. "Urbanização extensiva: expressões no Brasil". In: GOULART, Nestor Reis Filho (org). **Sobre dispersão urbana**. 1ª ed. São Paulo: Via das artes, 2009.

MOUDON, Annie. V. **Urban morphology as an emerging interdisciplinary field**. In: Urban Morphology n. 1, 1997, p. 3-10.

NASCIMENTO, Claúdia Pinheiro. "O processo de urbanização da Amazônia e seus mecanismos entre a década de 1930 e 1980". **Ateliê Geográfico**, v. 5, n. 2. Universidade Federal de Goiânia, Goiânia: agosto de 2011. P 227-256.

NEVES, Eduardo Goés. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2006. [1966]

NORBERG-SCHULZ, C. **Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture**. New York: Rizzoli International Publications, 1980. p. 5-48.

OLIVEIRA, Vitor (ed.). **Diferentes abordagens em morfologia urbana. Contributos luso-brasileiros**. E-book. Disponível em: <vitoroliveira.fe.up.pt>. Acesso em fevereiro de 2018.

PANERAI, Philippe R. **Análise urbana**. Brasília: EdUnB, 2006.

PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga e GIMMLER NETO, Maria Manoela. **Fundamentos de morfologia urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

PONTES, Taís Furtado e HEIMBECKER, Vládia Pinheiro Cantanhede. **Configuração urbana de Manaus analisada a partir de seu Sistema de Espaços Livres.** XII Colóquio Quapá-Sel - Rumos da rede de pesquisa Quapá-SEL: Consolidações e Proposições. São Paulo: 2017. pp. 325-368.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAUER, Carl O. **A morfologia da paisagem**. Publicado originalmente: "The morphology of landscape", University of California, Publications in Geography, vol. 2, n° 2, 1925, pp. 19-54. Traduzido por Gabrielle Corrêa Braga, bolsista CNPq/UERJ. Revisão de Roberto Lobato Corrêa, Departamento de Geografia, UFRJ.

SENNETT, Richard. "La ciudad neutra". In: **La Conciencia del Ojo**. Barcelona: Ediciones Versal, 1991. p. 60-92.

SMOLKA, Martim. **Implementación de la recuperación de Plusvalías en América Latina: políticas e instrumentos para el desarrollo urbano. Recuperação de mais-valias fundiárias na América latina: políticas e instrumentos para o desenvolvimento urbano**. Cambridge, Lincoln Institute of Land Policy: 2013. Disponível em: <http://www.lincolninst.edu/pubs/2349_Implementaci%C3%B3n-de-larecuperaci%C3%B3n-de-plusval%C3%ADas-en-Am%C3%A9rica-Latina>. Acesso dezembro de 2017.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas**. In: REIS, Nestor Goulart org. Sobre Dispersão Urbana. 1ª ed, São Paulo: Via das Artes, 2009.

STEINITZ, CARL. **Progettazione del paesaggio: storia dell'influenza delle idee**. Ri-vista: Ricerche per la progettazione del paesaggio, Anno 2 - numero 2 - luglio - dicembre 2004. Firenze University Press.2004a.

STEINITZ, CARL. **From project to global: on landscape planning and scale**. Landscape Review volume 9(2) pp- 117-127. Version of the transcript of the final plenary address of the CELA2004 conference. 2004b.

TAPIA, Carlos. e ALVES, Manoel. R. (2016). "Townscapes y Contra Paisajes, cuestiones de un urbano contemporáneo". **Revista Risco**. v.15, n. 1., 2017. pp 06-22.

TARDIN, Raquel. **Ordenação Sistêmica da Paisagem**. ENANPARQ – Arquitetura, Cidade, Paisagem e Território: percursos e prospectivas. Rio de Janeiro, 2010. pp.01-18.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. "Cidades na floresta: "os grandes objetos"como expressão do meio técnico-científico informacional no espaço Amazônico". **Revista IEB**, n 50, set/mar 2010. pp. 13-138

VESCINA, Laura Mariana. **Projeto urbano, paisagem e representação Alternativas para o espaço metropolitano**. PROURB - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

Salvador - 2018

A TRANSFORMAÇÃO DE BAKU: MAPEAMENTO DE SETORES E ARCOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO.

BAKU´S URBAN TRANSFORMATION: MAPPING SECTORS AND ARCS OF URBAN DEVELOPMENT

TRANSFORMACIÓN URBANA DE BAKU: MAPEAMIENTO DE SECTORES Y ARCOS DE DESARROLLO URBANO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

PAULA, Danilo Firbida de
Mestrando em Arquitetura e Urbanismo na Universidade São Judas Tadeu
df.arquiteto@gmail.com

IMBRONITO, Maria Isabel
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professor na Graduação e Mestrado na Universidade São Judas Tadeu
prof.imbronito@usjt.br

MACEDO, Adilson Costa
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor na Graduação e Mestrado na Universidade São Judas Tadeu
ac.macedo@terra.com.br

A TRANSFORMAÇÃO DE BAKU: MAPEAMENTO DE SETORES E ARCOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO

BAKU´S URBAN TRANSFORMATION: MAPPING SECTORS AND ARCS OF URBAN DEVELOPMENT

TRANSFORMACIÓN URBANA DE BAKU: MAPEAMIENTO DE SECTORES Y ARCOS DE DESARROLLO URBANO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
A partir da compreensão da cidade de Baku, capital do Azerbaijão, no contexto das cidades globais, este trabalho pretende estabelecer uma leitura física das transformações da cidade no século XXI, baseada na aplicação do conceito de arcos de desenvolvimento que articulam setores ou polos de interesse. Para o desenvolvimento desta pesquisa, além da compreensão de circunstâncias históricas e da atual condição econômica e política do Azerbaijão, o trabalho contou com pesquisas em sites oficiais do governo, de escritórios de arquitetura e de notícias sobre arquitetura, além de uma visita técnica à cidade, que forneceu uma percepção fundamental sobre a abrangência e a articulação das transformações no território.
PALAVRAS-CHAVE: projeto urbano; cidades globais; arquitetura contemporânea; arcos de desenvolvimento.

ABSTRACT:
From considering Baku, Azerbaijan´s capital, among the context of global cities, this paper aims to establish a physical approach to the transformations of the city in the XXI century, based on the application of development arc concept that articulates sectors or poles of interests. For the development of this research, besides the understanding of historical circumstances and the current economic and political conditions of Azerbaijan, the work included searches on official government, architecture offices and architecture news websites, as well as a visit to the city in 2017, which provided a fundamental insight into the scope and articulation of the transformations in the territory.
KEYWORDS: *urban design; global cities; contemporary architecture; development arcs.*

RESUMEN:
A partir de la comprensión de la ciudad de Bakú, capital de Azerbaiyán, en el contexto de las ciudades globales, este trabajo pretende establecer una lectura física de las transformaciones de la ciudad en el siglo XXI, basada en la aplicación del concepto de arcos de desarrollo que articulan sectores o polos de interés. Para el desarrollo de esta investigación, además de la comprensión de circunstancias históricas y de la actual condición económica y política de Azerbaiyán, el trabajo contó con investigaciones en websites oficiales del gobierno, de oficinas de arquitectura y de noticias sobre arquitectura, además de una visita técnica a la ciudad, que proporcionó una percepción fundamental sobre el alcance y la articulación de las transformaciones en el territorio.
PALABRAS-CLAVE*: proyecto urbano; ciudades globales; arquitectura contemporánea; arcos de desarrollo.*

INTRODUÇÃO

Este artigo tem dois propósitos principais: apresentar uma leitura das transformações urbanas da cidade de Baku, capital do Azerbaijão, relacionando-as num plano geral da cidade, e buscar elementos conjunturais que forneçam a contextualização do fenômeno observado em Baku.

Parte-se de algumas prerrogativas históricas, políticas e econômicas, para situar a transição do Azerbaijão, país de economia com base no petróleo, rumo a uma inserção global a partir de 1991. Na sequência, é proposta uma leitura física da cidade baseada em articulações de setores ou polos, como partes interdependentes e constituintes de um plano, que nos parece análogo ao conceito de "arco de desenvolvimento", conforme proposto por Manuel Gausa para o Dicionário Metápolis:

> Certos processos de (re)definição e desenvolvimento urbanos podem ser referidos a esquemas nucleares atrativos, destinados a articular estratégias evolutivas a curto, médio e longo prazo, baseadas em sequências de focos/zonas de atividade, descontínuos, interconectados por canais de ligação e percurso. Tais sequências conformam "arcos de desenvolvimento": não são propriamente eixos ou traçados contínuos, mas circuitos de interação, sincopados e intermitentes, entre "paisagens enlaçadas" (entendendo o termo "paisagem" em sua aceitação mais plural, a uma só vez como paragem, cenário e campo de atividade). Sua implantação eficaz permite definir trajetórias operativas básicas como "horizontes de certeza", ou "ilhas de consenso", localizadas no sistema territorial global contemporâneo. (GAUSA, 2000, p.55)

Assim, oferecemos neste texto uma leitura que compreende as intervenções sobre a cidade vinculadas a uma ação de articulações no território. O atual estágio da pesquisa está limitado à identificação e descrição de arcos e setores, para compreender a abrangência e mapear as ações, cumprindo o primeiro passo para possibilitar análises a serem feitas no futuro.

Devido à atualidade dos fatos, o levantamento arquitetônico está apoiado em fontes da internet, que engloba sites dos escritórios envolvidos nos projetos, sites oficiais do governo e matérias diversas sobre as obras na cidade. Contudo, foi de fundamental importância a visita a campo realizada à cidade de Baku em janeiro de 2017. A visita, juntamente com estudos sobre a cartografia da cidade, foi definidora na identificação dos arcos de desenvolvimento e dos setores ou polos que compõem estes arcos. Os setores ou polos foram estabelecidos por critérios de localização, afinidade tipológica ou funcional, podendo ser de formação histórica ou recente. São conectados entre si por elementos infra estruturais ou pela própria conformação territorial. Para a completa articulação entre os setores na delimitação dos arcos, áreas estabelecidas e consolidadas na cidade foram compreendidas como partes ativas no novo agenciamento urbano. Por sua vez, áreas pré-existentes têm passado por transformações súbitas em sobreposição às antigas ocupações para incorporarem-se à nova lógica articuladora do território.

PRECEDENTES E ATUAIS CONJUNTURAS

O território do Azerbaijão esteve durante longos períodos incorporado a impérios territoriais desde a Antiguidade até a Época Moderna, sob domínios persa, árabe, mongol, turco-otomano, russo e soviético. Teve uma breve existência soberana entre 1918 e 1920, como República Democrática do Azerbaijão, no intervalo de tempo entre a dissolução do império russo e a configuração da União Soviética. Foi então

anexado ao bloco soviético e tornou-se a República Socialista Soviética do Azerbaijão, com governo local submetido ao regime administrativo geral.

O Azerbaijão tornou-se um país autônomo em 1991, com o fim da União Soviética. Com localização geográfica estratégica entre o Oriente e o Ocidente, e possuidor de grandes reservas de petróleo e gás natural, tornou-se neste momento capaz de gerir recursos e promover políticas de comércio e de desenvolvimento, o que deu início a um processo de crescimento acelerado com base na indústria do petróleo e na abertura para a economia internacional. Este processo compõe um quadro de transformações ocorridas nos últimos quinze anos. (WAAL, 2010, p.171).

Diversas providências foram tomadas para estabelecer parcerias que introduzissem capital estrangeiro e tecnologia para alavancar a indústria do petróleo. Hoje, consorciadas à SOCAR, empresa estatal azeri, exploram petróleo e gás no Azerbaijão empresas dos Estados Unidos, Reino Unido, Japão, Turquia, Rússia, Itália, Arábia Saudita, Noruega[1]. Investiu-se pesadamente nos campos de exploração marítimos. Concomitantemente aos investimentos em extração, construíram-se oleodutos e gasodutos para escoar a produção, visando a saída para o mar Mediterrâneo e a conexão com a Europa. Podemos citar projetos transnacionais importantes, como o oleoduto entre Azerbaijão e Turquia (Baku-Tblisi-Ceilão, ou BTC) que promove saída do petróleo do Azerbaijão para mar aberto (o mar Cáspio não apresenta saída para o mar). Além disso, uma sequência de gasodutos fará o percurso para conduzir gás natural até a Europa: atualmente atravessa a Georgia (*Southern Caucasus Pipeline*), está em obras pela Turquia (*Transanatolian Pipeline*, previsão de conclusão em 2018), e tem continuação prevista até o sul da Itália, passando pela Grécia (*Trans-Adriatic Pipeline*). Na ponta oposta desta linha, a leste, um gasoduto sob o Mar Cáspio (*Trans-Caspian Pipeline*) coloca o Azerbaijão como ponto de passagem no escoamento da produção de gás proveniente do Cazaquistão e do Turcomenistão em direção à Europa[2].

Outras obras de infraestrutura acompanham aquelas destinadas ao escoamento da produção de gás e petróleo. A ligação ferroviária do Azerbaijão com a Turquia, inaugurada em 2017[3], coloca o Azerbaijão em contato com a Europa por trem. Junto com a ferrovia, ocorreu investimento no transporte marítimo para conexão do Azerbaijão com os países da Ásia Central atravessando o Mar Cáspio, o que faz do Azerbaijão ponto importante na ligação entre Europa e Ásia. Soma-se a isso uma pesada modernização aeroportuária e obras de modernização das redes de comunicações e satélites. O desenvolvimento destes meios visa promover a circulação de mercadorias, pessoas e informações, ampliando a inserção do Azerbaijão na rede de relações internacionais para promoção de negócios e turismo[4].

O estabelecimento das relações comerciais internacionais colocou a cidade de Baku na função estratégica e representativa do novo papel desempenhado pelo Azerbaijão no cenário mundial. Assim, a cidade de Baku

[1] Informações recolhidas no portal Wikipedia: Caspian International Petroleum Company e Azerbaijan INternational Operating Company. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Category:Oil_and_gas _companies_of_Azerbaijan, acesso em maio/2018.

[2] Ver https://en.wikipedia.org/wiki/Trans-Anatolian_gas_pipeline, https://en.wikipedia.org/wiki/South_Caucasus_Pipeline; https://en.wikipedia.org/wiki/Trans_Adriatic_Pipeline; https://en.wikipedia.org/wiki/Trans-Caspian_Gas_Pipeline.

[3] Ver https://www.railway-technology.com/projects/baku-tbilisi-kars/.

[4] Diversas ações podem ser recolhidas da fala oficial do Azerbaijão no Portal do Fórum Econômico Mundial (2016, 2017). Ver https://www.weforum.org/agenda/2016/01/azerbaijan/; https://www.weforum.org/agenda/2017/01/azerbaijans-economic-priorities-for-2017.

tem sofrido transformações que correspondem, em abrangência e escala, àquelas pelas quais passou o país. Segundo Iseman (2012), com a independência do país na década de 1990 foram pensados planos diretores para serem implementados nos anos 2000. Um grande plano urbanístico, que formulou a White City, foi lançado em 2010. Segundo a autora, estes novos planos propõem novos modos de vida e novas dinâmicas urbanas, com uma atualização dos sistemas de transportes e redução do impacto energético.

Analisando as ações urbanas, é notório o desenvolvimento paralelo de diferentes transportes modais. Há investimento em sistema viário (estacionamentos subterrâneos e grandes vias estruturais), metroviário e de transporte marítimo. Acompanhando as obras estruturais, importantes espaços públicos da cidade também são transformados, bem como o parque edificado que surgiu para abrigar hotéis, restaurantes, edifícios comerciais e centros financeiros, edifícios culturais e de lazer, além de prever habitações para um número que excede a atual população do Azerbaijão.

As vias e obras de infraestrutura auxiliam no entendimento geral das transformações da cidade, na qual grandes porções do território têm sofrido alterações súbitas. Os eixos estruturadores compondo arcos de desenvolvimento, que propomos para análise neste trabalho, são um modo de relacionar as obras de infraestrutura, os bairros em transformação e os projetos arquitetônicos. Consideramos dois arcos principais: o primeiro ao longo da orla do Mar Cáspio, e o segundo ao longo da Avenida Heydar Aliyev e Winter Boulevard. Cada arco de desenvolvimento contém setores ou polos de interesse que apresentam características próprias e projetos desenvolvidos separadamente. Os setores incluem partes históricas (a cidade árabe do século VIII a X, a Sovetsky Area cuja ocupação remonta ao século XIII), a recuperação de áreas industriais degradadas (Black City reconvertida em White City), o aproveitamento do potencial paisagístico (o Parque Nacional e o Novo Parque da Cidade) e a exploração de eixos de conexão representados pelo próprio Boulevard ou pela Avenida Heydar Aliyev, que liga o aeroporto à estação ferroviária central.

Além das transformações relacionadas à cidade dos negócios, vale lembrar os grandes eventos que a cidade tem sediado e aos quais tem se candidatado que, além de projetá-la internacionalmente e atrair visitantes, também contribuíram para moldar a forma urbana e as relações entre infraestrutura, paisagem e arquitetura. Arenas, edifícios esportivos e de eventos complementam os arcos de desenvolvimento e se conectam à rede de transportes públicos. Somam-se a estes edifícios a implementação de edifícios culturais associados a uma arquitetura icônica, como o Museu do Tapete (arquiteto Franz Janz), o Heydar Aliyev Center (Zaha Hadid) e o Baku Cristal Hall (escritório GMP International), entre outros, e a recuperação de inúmeros edifícios históricos (óperas e museus dos séculos XIX e XX, a cidade medieval, etc.), o que aumenta a atratividade turística e reforça a imageabilidade da cidade.

É importante mencionar ainda as transformações abruptas na escala cotidiana, com alteração nos padrões de habitação e no modo de vida, notável pela grande quantidade de obras de edifícios residenciais espalhados pela cidade e, em especial, concentrados na White City e em ilhas como a Zira Island e a Khaiser Island, não abordadas neste artigo.

SETORES URBANOS COMPONDO ARCOS DE DESENVOLVIMENTO

As recentes obras observadas em Baku a partir de meados da década de 1990 foram recolhidas, selecionadas e agrupadas em setores ou polos, articulados entre si pelo conceito de arcos de desenvolvimento. A definição dos setores e dos arcos busca conferir um sentido possível de leitura às ações espalhadas pelo território nos últimos quinze anos. Assim, os setores apresentados neste artigo são aqueles diretamente ligados aos dois grandes arcos de leitura propostos por nós, com a liberdade de incluir, para a conformação dos arcos de desenvolvimento, setores preexistentes, como a cidade histórica ou o entorno à Estação Ferroviária Central, que passam a ser compreendidos como porções ativas do território, agenciadas sob a nova organização. Por outro lado, dois grandes setores atualmente em obras em Baku, a Zira Island e a Khaiser Island, não foram abordadas neste artigo, por serem ilhas que não se integram ao recorte pretendido neste trabalho.

Consideram-se então dois grandes arcos: o primeiro, de maior visibilidade, ao longo da orla do Mar Cáspio; o segundo, interno, corta a cidade interligando a região do aeroporto até a Universidade do Azerbaijão, atravessando vários trechos em transformação. Segue-se uma descrição geral de cada um dos arcos, com a caracterização dos setores que o compõem.

ARCO DE DESENVOLVIMENTO 1. ORLA DO MAR CÁSPIO.

Este arco é articulado pelo Boulevard da orla do Mar Cáspio e seus prolongamentos. O grande setor que compõe este arco é o próprio Boulevard (em azul claro, na Figura 1), que recebeu melhorias, além de inúmeros equipamentos distribuídos pontualmente. A este setor articulador se associam polos de peculiar presença.

Em nosso mapeamento, propomos o início do arco da orla do Mar Cáspio na parte sul da cidade, antes mesmo do ponto inicial da curva da baía, em uma porção de território que se configura como um imenso aterro de contorno retificado, que constitui uma das expansões urbanas da cidade de Baku (em rosa, na Figura 1). Neste aterro foram implantados grandes equipamentos esportivos preparados para os Jogos Europeus de 2015, com destaque para o Centro Aquático de Baku, além da extensa urbanização à margem da baía, prolongamento da esplanada do European Games Park (finalizado em 2015) e da Baku Art City, em obras.

Identificamos ao final deste aterro o início do setor articulador correspondente ao antigo Boulevard (em azul claro, na Figura 1). Na base do ponto proeminente que marca o início de uma longa curva na baía, foi construída a Flag Square, praça elevada de dimensões gigantescas que recebeu a maior bandeira do mundo. No ponto mais avançado da península que avança em direção ao Mar Cáspio surge com destaque o Baku Cristal Hall, edifício luminoso, arena de shows e espetáculos construído para o Eurovision, importante evento internacional que o Azerbaijão sediou em 2012 (Figura 3).

A partir deste ponto, o antigo Boulevard segue por aproximadamente 5 km. O Boulevard, urbanizado em 1909 e denominado Parque Nacional, é o espaço público de maior visibilidade da cidade de Baku (Figura 2). A possibilidade de apreensão da paisagem dada pela forma côncava da baía, apesar das grandes distâncias, reforça o entendimento da unidade espacial desta parte da cidade e fortalece a percepção dos novos edifícios icônicos construídos, numa complementaridade indissociável entre o espaço livre potente e a arquitetura referencial dispostas ao longo da costa. O Boulevard tem sido valorizado com a implementação de praças e melhoria geral dos espaços públicos, com novos tratamentos de pavimentação, paisagismo, iluminação e transportes. Ao longo de toda a extensão, estão dispostos parques, edifícios e equipamentos importantes,

que perpassam diversos períodos históricos. Na sequência, a partir da Flag Square: o Lighthouse Restaurant, o Parque Bakinin Gözü com vista para as ruínas do Castelo Sabayil (no Mar), o Palace of Hand Games, o Caspian Water Front Mall e o Museu do Tapete (arquiteto Franz Janz). Na sequência, temos o Mugan Center, Mini Venice, o Yatch Clube, o Parque Filarmônica e Filarmônica do Estado do Azerbaijão (arquiteto Gabriel Ter-Mikelov, 1910-12), a Cidade Medieval (tratada como setor à parte, em amarelo na Figura 1), o Teatro de Bonecos de Baku (arquiteto Józef Ptoszko, 1921), o Museum Center (arquiteto Hasan Majidov, 1960), o Píer Olímpico (2015), o Sea Water Pavillion (arquiteto Franz Janz, 2013), o Baku Business Center (2013), o Shopping Parque Bulevard, o Parque Milli, o Palácio do Governo - antigo Baku Soviet Palace (arquitetos Lev Rudnev, V.O. Munts e K. Tkachenko, 1936-52), a antiga Praça Lenin (atual Praça Azadlid), o terminal Marítimo de Passageiros, finalizando no Royal Crescent, complexo de hotel e serviços em construção, que encerra ao norte a parte do percurso da orla correspondente ao antigo Boulevard ou Parque Nacional.

Na metade do percurso de 5Km correspondente ao Parque Nacional, na porção mais recolhida da baía, localiza-se a cidade murada (Figura 1, em amarelo), reconhecido patrimônio histórico que se mostrou muito preservado, conforme constatamos em visita à cidade. Trata-se de um bairro que corresponde à totalidade da cidade do período áureo da expansão árabe, entre os séculos VIII a X. Apresenta tecido urbano característico das cidades tradicionais islâmicas. Atualmente, é uma pequena porção da cidade: bairro turístico com edifícios históricos como o Palácio dos Shirvanshahs (Figura 4) e a Torre da Donzela (Qiz Qalasi).

Pela orla, aproximadamente 200m ao sul da cidade murada, acessa-se um funicular que conecta à parte alta da cidade, tratada como mais um setor autônomo no percurso do arco da orla (em azul escuro, na Figura 1). Apesar de afastar-se da orla, este polo tem grande impacto na paisagem. O Upland Park, concebido pelo arquiteto russo Lev Ilyin no início do século XX, contempla a melhor vista de Baku (Figura 5). Ao lado, as Flame Towers, projeto de 2007-12 do escritório global HOK, transformaram o *skyline* junto à cidade histórica. Foram o primeiro projeto no contexto das obras recentes da cidade a ter visibilidade internacional, se tornando o novo ícone do Azerbaijão, com referência ao fenômeno local do fogo incessante que surge no solo.

O setor indicado em verde, na Figura 1, representa uma ampliação da extensão do Parque Nacional na direção nordeste da cidade. O chamado Novo Parque da Cidade é um prolongamento do antigo Boulevard por uma extensão de aproximadamente 2.5 Km, atualmente em construção. Este parque irá unir-se ao *waterfront* da White City, novo bairro que corresponde à grande expansão à leste.

A White City (em vermelho, Figura 1) é uma grande área que foi reurbanizada a partir da antiga e degradada zona industrial. O nome White City, em contrapondo à antiga denominação Black City, zona contaminada do petróleo, demonstra a tentativa de reverter uma imagem de cidade poluída antes associada a Baku. A White City abrange 221 ha e está dividida em novos distritos (Figura 6), integrados através de sistema viário e transporte público (metrô na praça central da White City, tram e transporte marítimo próximo à costa).

Junto à orla, tem-se a continuação do Boulevard através do Port District, com diversos equipamentos e o maior shopping-center do mundo. O distrito central da White City tem uso predominante de negócios (Central Business District). Contudo, percebe-se nos textos explicativos do escritório britânico Atkins, responsável pelo projeto de urbanização, que houve uma preocupação em buscar referências e parâmetros de qualidade de vida para os novos distritos ao redor, que receberam uso misto de moradia, comércio e serviços. A principal referência em meio a alguns edifícios contemporâneos é de um reacionário estilo parisiense, presente nos distritos denominados Green Hill e Babek Quarter, com prédios de seis pavimentos incluindo as mansardas (Figura 7). Outras duas áreas da White City propõem maior concentração e

densidade: o Babek Strip District, de uso misto com até 14 pavimentos ao longo da movimentada Avenida Babek, sugere certa vitalidade urbana; e o Park District, com edifícios verticalizados diferenciados e isolados que se voltam para o Park Nobel, antigo parque inaugurado pelos irmãos Nobel em 1883 em torno de sua residência (Villa Petrolea), ambos remodelados para integrar a nova White City.

Figura 1: Arco da Orla do Mar Cáspio
Fonte: Autores, a partir de Google Maps.

Figura 2: Parque Nacional, ou Boulevard da Orla do Mar Cáspio, com vista para as Flame Towers (à esquerda).
Fonte: Foto dos autores.

Figura 3: Vista da orla de Baku a partir do Upland Park, em direção a Flag Square e ao Cristal Hall.
Fonte: Foto dos autores.

Figura 4: Cidade medieval, Palácio de Shirvanshahs. À direira, Flame Towers.
Fonte: Foto dos autores.

Figura 5: Vista da orla de Baku a partir do Upland Park. À esquerda, as Flame Towers.
Fonte: Foto dos autores.

Figura 6. Modelo da White City.
Fonte: Foto dos autores.

Figura 7. White City, edifícios finalizados e em construção.
FONTE: Foto dos autores.

ARCO DE DESENVOLVIMENTO 2. AVENIDA HEYDAR ALIYEV – WINTER BOULEVARD - SOVETSKY.

O segundo arco de desenvolvimento que identificamos nas intervenções urbanas de Baku promove a conexão entre a região do Aeroporto Internacional e a Estação Ferroviária Central. A Avenida Heydar Aliyev é continuação da estrada proveniente do Aeroporto Internacional Heydar Aliyev, que recebeu, em 2010, um novo terminal com projeto de Arup & Associados. O aeroporto não foi marcado em nosso arco por estar muito afastado, mas certamente toma parte neste vetor.

O arco tem início com um polo esportivo (Figura 8, em rosa) e prolonga-se ao longo da Avenida Heydar Aliyev (Figura 8, em azul escuro), eixo que concentra edifícios de negócios e segue em linha reta até uma clareira alargada, que recebeu dois novos equipamentos: o Baku Congress Center e o Heydar Aliyev Center (Figura 8, em amarelo). Na sequência, há um desvio de contorno da Estação Ferroviária Central de Baku (Figura 8, em azul claro), e o arco prolonga-se em direção oeste através de duas grandes intervenções: o Winter Boulevard (Figura 8, em vermelho) e a Sovetsky Area (Figura 8, em laranja), levando até o extremo da cidade onde se concentram os edifícios da Universidade do Azerbaijão (Figura 8, em verde). Ao longo deste percurso diversas obras têm sido realizadas, com polos que apresentam características claramente definidas.

O arco conforme propomos inicia-se no setor esportivo junto ao lago Boyukshor (em rosa, na Fig.8), no qual se situa um complexo concluído para os Jogos Europeus de 2015. À beira do lago está situado o Estádio Olímpico de Baku, projeto do escritório sul-coreano Heerim Architects and Planners. Um entroncamento viário, um terminal de ônibus e a Praça das Chamas separam o estádio da Vila dos Atletas, um conjunto residencial em estilo neo-clássico feito para abrigar os participantes dos Jogos. Em frente à Vila dos Atletas, do outro lado da Avenida Heydar Aliyev, localiza-se a Arena Nacional de Ginástica, com projeto do escritório britânico-global Broadway-Malyan.

Passado o setor esportivo, tem início um novo setor neste arco, ao longo da Avenida Heydar Aliyev (Figura 8, em azul escuro). Trata-se de uma via expressa com diversas faixas de tráfego, que permite pouca possibilidade de apropriação na escala do pedestre. Com posição estratégica entre o aeroporto e a cidade, está sendo inteiramente pontuada por novas torres que representam as empresas ligadas à exploração de petróleo que atuam no Azerbaijão, incluindo a Socar Tower (2016), torre da empresa estatal do Azerbaijão, projetada pelo escritório Heerim Architects and Planners, e o edifício do Ministério dos Impostos. Outros edifícios ao longo deste polo são: Azersu Tower, Azinko Tower, Sofaz Tower, Property Tower, Baku Tower e Azer Enerji Headquarters.

Após passar por algumas quadras de urbanização consolidada, a Avenida Heydar Aliyev margeia duas obras recentes realizadas em um imenso vazio aberto no meio deste arco: o Baku Congress Center e o Heydar Aliyev Center (arquiteta Zaha Hadid, 2013) (Figura 9). Os dois edifícios implantados lado a lado contrastam entre si. O revestimento branco confere muito destaque ao edifício de Hadid; o centro de convenções, mais austero, torna-se coadjuvante neste espaço.

Passado o Heydar Aliyev Center, uma distância de quase um quilômetro é necessária para ajustar as linhas de trem na chegada à Estação Central de Baku. A partir da estação, o eixo de construção do arco é retomado por uma sequência de equipamentos: o Parque Heydar Aliyev, o edifício-sede do Banco do Azerbaijão, e a Sala de Concertos Heydar Aliyev Palace (antigo Lenin Palace, edifício de 1972 desenhado por Alish Lemberanskiy), que compõe a frente para o Winter Boulevard.

O Winter Boulevard (em vermelho, Figura 8), é uma grande construção artificial, com passagens subterrâneas e diversos níveis de subsolo, que foi aberto rasgando-se a cidade existente, que persiste por trás dos novos edifícios. Apesar de extenso (cerca de 500m) e largo, recebeu edifícios na face norte para garantir a delimitação lateral necessária para conformá-lo como recinto urbano (Figura 11). Estes edifícios visivelmente fazem a frente para o novo parque, ocultando as quadras de ocupação horizontal preexistente, caracterizando uma operação urbanística haussmanniana.

Condição semelhante, com processo de demolição avançado (Figura 12), foi constatado no setor seguinte (em laranja, na Figura 8), no bairro histórico conhecido como Sovetsky. Nesta região, um rastro de destruição resultante do prolongamento viário do Winter Boulevard encontra as obras de um outro vetor transversal, fragmentando o bairro de urbanização antiga em três porções. O fato de as obras não estarem finalizadas evidencia a tática da operação em curso em Baku, através da qual áreas inteiras são destruídas e remodeladas para submeterem-se à nova lógica de ordenação do espaço, em que a cidade se torna uma sucessão de episódios bem definidos que a representam.

Por fim, o último polo considerado neste arco é composto por diversos edifícios tradicionais e imponentes da Universidade do Azerbaijão, articulados ao redor de um parque, o Parque Huseyn Cavid (Figura 8, em verde).

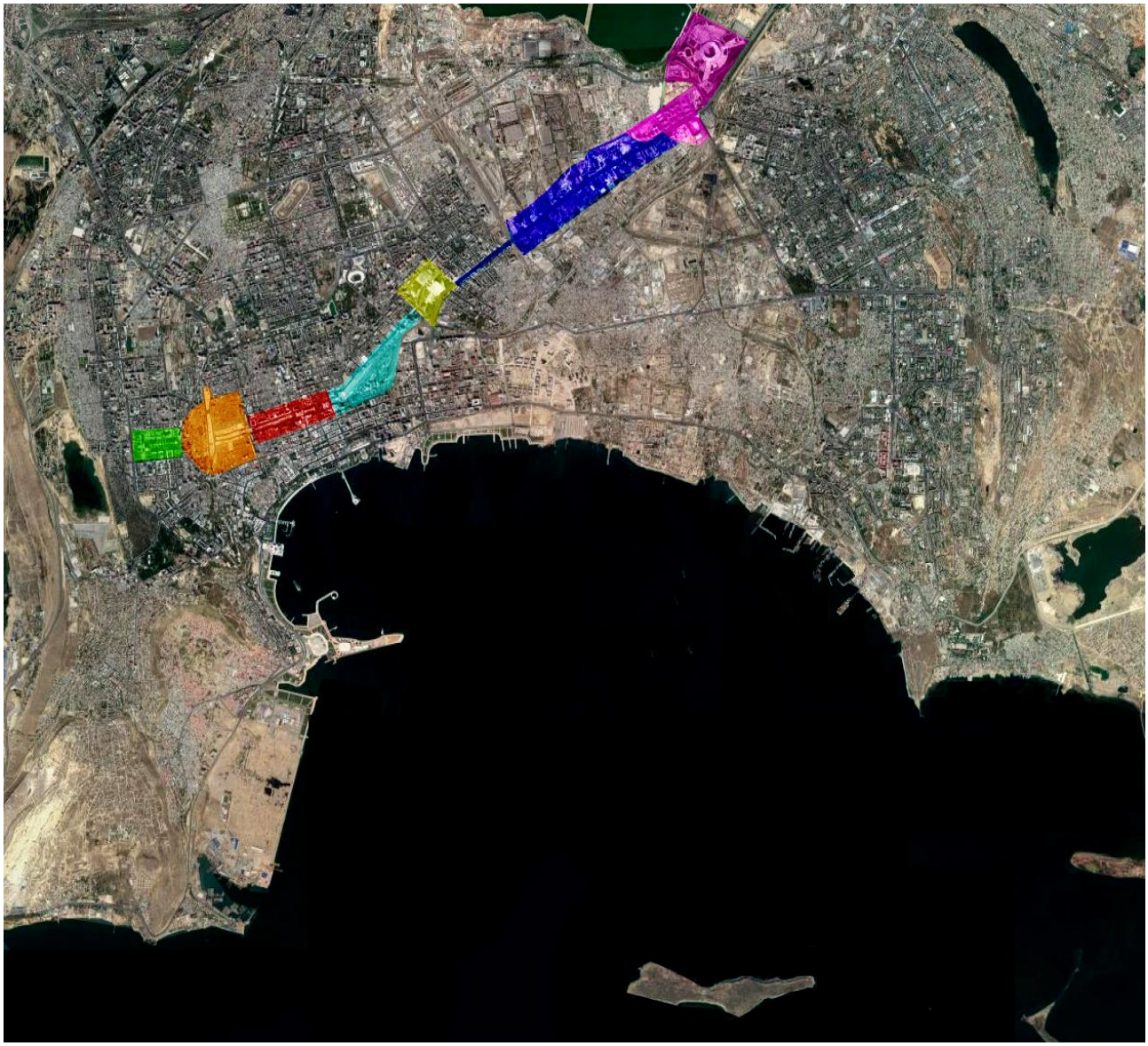


Figura 8. Arco Avenida Heydar Aliyev / Winter Boulevard / Sovetsky.
FONTE: Autores, a partir de Google Maps.

Figura 9. Estádio Olímpico de Baku.
FONTE: Foto dos autores.

Figura 10. Heydar Aliyev Center e vista em direção à Avenida Heydar Aliyev. Ao fundo, Socar Tower.
FONTE: Sefer Azeri, disponível em https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Baku_Panorama_from_Hotel.jpg

.

Figura 11. Winter Boulevard.
FONTE: Foto dos autores.

Figura 12. Sovetsky Area, em demolição.
FONTE: Foto dos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a autonomia política do Azerbaijão com a dissolução da antiga União Soviética, a capital Baku tem sofrido transformações que refletem na escala urbana o papel que o país assumiu perante a economia global. Neste artigo, procurou-se fazer uma leitura das obras em Baku a partir da identificação de dois grandes arcos de desenvolvimento, de modo a conectar as ações e propiciar uma leitura do conjunto do território.

Vale recordar que o conjunto de obras em Baku ilustra, de modo exemplar, o tipo de ação tomada por cidades com pretensões globais, que inclui aportes na infraestrutura, a construção de edifícios icônicos, sediar jogos e eventos e promover sobretudo os negócios. A principal ação por trás das intervenções relaciona-se ao impacto nas redes de infraestrutura urbana e na melhoria das comunicações, transportes e serviços, compreendidos tanto na escala local como enquanto instrumentos de facilitação das relações comerciais globais. As obras de infraestrutura são acompanhadas por uma transformação do parque edificado e dos espaços públicos. A relação entre estas três instâncias (transporte e infraestrutura, espaço público e parque edificado) se traduz na construção de uma imagem atrativa e receptiva da cidade.

Para finalizar, apontamos algumas das discussões que este levantamento poderá proporcionar no futuro: a construção da identidade local frente à inserção global, a relação dos novos edifícios com o patrimônio histórico, a transformação do modo de vida das pessoas e dos bairros, as ações do urbanismo contemporâneo no que diz respeito ao transporte, caminhabilidade e uso da cidade, questões de sustentabilidade, entre outras.

REFERÊNCIAS:

GAUSA, M. et al. **Dicionario metápolis de arquitectura avanzada:** Ciudad y tecnologia em la sociedade de la infromación. Barcelona: Actar, [ca. 2000].

ISEMAN, S. **Baku, Azerbaijan:** A Case for a Master Plan. [S.l.]: [s.n.], 2012. Disponível em: https://sandraiseman.wordpress.com/2012/06/18/baku-azerbaijan-a-case-for-a-master-plan-4-2/.

VALIYEV, A. “Baku.” **Cities.** [S.l.]: Elsevier, V.31, abril 2013, p. 625-640. Disponível em: https:// www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264275112002120

WAAL, T. **The Caucasus. An introduction**. New York: Oxford University Press, 2010.

V enanparq
Salvador - 2018

CARTOGRAFANDO O PRESENTE: ESCRITAS URBANAS E PRODUÇÃO DE MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

CARTOGRAPHING THE PRESENT: URBAN WRITINGS AND PRODUCTION OF MODES OF SUBJECTIVATION IN CONTEMPORARY CITY

CARTOGRAFANDO EL PRESENTE: ESCRITURAS URBANAS Y PRODUCCIÓN DE MODOS DE SUBJETIVACIÓN EN LA CIUDAD CONTEMPORÁNEA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

HYPOLITO, Bárbara
Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR
barbarahypolito@hotmail.com

CARTOGRAFANDO O PRESENTE: ESCRITAS URBANAS E PRODUÇÃO DE MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

CARTOGRAPHING THE PRESENT: URBAN WRITINGS AND PRODUCTION OF MODES OF SUBJECTIVATION IN CONTEMPORARY CITY

CARTOGRAFANDO EL PRESENTE: ESCRITURAS URBANAS Y PRODUCCIÓN DE MODOS DE SUBJETIVACIÓN EN LA CIUDAD CONTEMPORÁNEA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Este ensaio reflete sobre a manifestação das escritas urbanas e a produção de modos de subjetivação no contexto da cidade nessa contemporaneidade. Partindo da perspectiva de que as práticas sociais de resistência se produzem por diferentes facetas, atentamos às micropolíticas, aos processos de subjetivação em curso e àqueles que se fazem como linhas de fuga a partir da presença das escritas urbanas no cenário urbano. Na aproximação entre os processos de subjetivação e a produção das escritas urbanas, constrói-se o objeto desde a perspectiva de que as escritas incidem na cidade e afetam a relação corpo-cidade e, nesse sentido, se agenciam, se atravessam e se produzem coletivamente. Como micropolíticas de resistência, ao sistema social dominante, e propondo a criação de outras realidades urbanas e sociais, as escritas passam a se apresentar como manifestações cotidianas capazes de interferir na experiência urbana, na direção da produção de mais autonomia, empoderamento e descondicionamento corporal. O ensaio pretende, ainda, ir no caminho de analisar a multiplicidade de linhas que compõem a produção social do espaço urbano, cartografando as escritas urbanas e seus corpos agentes, a processualidade e a transformação do ambiente urbano a partir dessas manifestações. Assim, o trabalho se debruça também em discutir a cartografia enquanto método de pesquisa no campo dos estudos urbanos, a fim de contribuir na construção de uma história do presente e na ampliação do arsenal teórico acerca do planejamento urbano.
PALAVRAS-CHAVE: modos de subjetivação, escritas urbanas, cidade contemporânea.

ABSTRACT:
This essay reflects on the manifestation of the urban writings and the production of modes of subjectivation in the context of the city in this contemporaneity. Starting from the perspective that the social practices of resistance are produced by different facets, we look at the micropolitics, processes of subjectivation in progress and those that are made as lines of escape from the presence of urban writings in the urban setting. When it approximates the processes of subjectivation and the production of urban writings, the object is constructed from the perspective that the writings affect the city and affect the relation between body and city and, in this sense, they are intermediaries, they cross and produce themselves collectively. As micropolitics of resistance, to the dominant social system, and proposing the creation of other urban and social realities, the writings begin to present themselves as daily manifestations capable of interfering in the urban experience, towards the production of more autonomy, empowerment and physical deconditioning. It intends to go in the direction of analyze the multiplicity of lines that compose the social production of the urban space, mapping the urban writings and their agents bodies, the processuality and the transformation of the urban environment from these manifestations. So, the paper also deals with cartography as a research method in the field of urban studies, in order to contribute to the construction of a history of the present and the expansion of the theoretical arsenal about urban planning.
KEYWORDS: *modes of subjectivation, urban writings, contemporary city.*

RESUMEN:
Este ensayo reflexiona sobre la manifestación de las escrituras urbanas y la producción de modos de subjetivación en el contexto de la ciudad en esta contemporaneidad. A partir de la perspectiva de que las prácticas sociales de resistencia son producidas por diferentes facetas, atentamos a las micropolíticas, a los procesos de subjetivación en curso y aquellos que se hacen como líneas de fuga a partir de la presencia de las escrituras urbanas en el escenario urbano. En la aproximación entre los procesos de subjetivación y la producción de las escrituras urbanas, se construye el objeto desde la perspectiva de que las escrituras inciden en la ciudad y afectan la relación cuerpo-ciudad y, en ese sentido, se agencian, se atravesan y se producen colectivamente. Como micropolítica de resistencia, al sistema social dominante, y proponiendo la creación de otras realidades urbanas y sociales, las escrituras pasan a presentarse como manifestaciones cotidianas capaces de interferir en la experiencia urbana, hacia la producción de más autonomía, empoderamiento y desacondicionamiento corporal. El ensayo pretende, además, ir en el camino de analizar la multiplicidad de líneas que componen la producción social del espacio urbano, cartografiando las escrituras urbanas y sus cuerpos agentes, la procesualidad y la transformación del ambiente urbano a partir de esas manifestaciones. Así, el trabajo se aborda también en discutir la cartografía como método de investigación en el campo de los estudios urbanos, a fin de contribuir en la construcción de una historia del presente y en la ampliación del arsenal teórico acerca de la planificación urbana.
PALABRAS-CLAVE*: modos de subjetivación, escrituras urbanas, ciudad contemporánea.*

MICRORREVOLUÇÕES URBANAS: FORÇAS SUBJETIVANTES

A forma de gestão governamental e as estruturas de poder vigentes, somadas às práticas sociais de cada lugar, produzem a cidade, e ainda, comportamentos, posturas e modos de existência no corpo social. São forças e dispositivos subjetivantes, ancorados na mídia, nos outdoors, nos projetos arquitetônicos que incentivam a reprodução de uma cidade do espetáculo (DEBORD, 2003[1967]) e do controle (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Vivemos em tempos de crise do projeto urbano e onde o pedestre, a voz social e a experiência corporal urbana tem cada vez menos espaço.

Na cidade, o espaço urbano é local de conflito, de luta, estruturado racionalmente pelos grupos dominantes, e essa dominação se dá de diversas formas difusas, através de diferentes objetos organizados de maneira a estabelecer o controle passivo e político dos corpos. Estratégias racionais que desde a modernidade se estabelecem a fim de manter o domínio pelo Estado e pelo mercado capital. Práticas de domínio que se referem a espaço e poder, ingredientes definidores do território (SOUZA, 2000), a fim de organizar, controlar e gerenciar território e população.

O produto desse processo é uma sociedade do controle (DELEUZE; GUATTARI, 1995) onde mesmo na ausência do objeto "torre de vigia" segue controlada por mecanismos de controle difusos. A sociedade regulada por dispositivos de vigilância e monitoramento, pelo fluxo de imagens regadas de conteúdos simbólicos e representativos engendradas pelos meios de comunicação e informação, que passam a ser compreendidas pelo corpo social, como a própria expressão dos acontecimentos, da construção da realidade, das relações sociais e da produção de subjetividade individual e coletiva.

Uma sociedade disciplinar que, conforme Foucault (2005), surge ao final do séc. XVII com a industrialização e a explosão demográfica, e onde as estratégias do velho poder soberano não conseguia mais dar conta. Surgem, assim, novos problemas na cidade e novos modos de regular os corpos no espaço a fim de torná-los cada vez mais produtivos. Técnicas de otimização do trabalho, a fim de manter o poder centrado no corpo individual, manipulado disciplinarmente de forma que se tornar ao mesmo tempo útil e dócil. A disciplina através da vigilância e do treinamento das capacidades corporais, o controle político dos corpos (FOUCAULT, 2005) na tentativa de recuperar o poder soberano.

Por outro lado, na vida cotidiana, através do uso do espaço, emerge um conjunto de ações que fogem e subvertem a ordem, o controle. O homem comum, em sua vida comum, pressiona os consensos estabelecidos, a ordem vigente, de forma processual através das relações que constitui com os outros e com a cidade. Certeau (1998) chama essas ações de "práticas do lugar", através da experiência urbana ativa e do uso dos espaços públicos os atores ativam o ambiente urbano. Uma forma de microrresistência, de acionar pontos de fuga no sistema.

Assim, os atores sociais territorializam o espaço, produzem o território a partir da apropriação do espaço (RAFFESTIN, 1993). Nesse sentido, a manifestação das escritas urbanas[1] (figura 1) se apresenta como ação de apropriação do espaço urbano que, ao se utilizar da cidade e da arquitetura como suportes de expressão, comunicação e protesto, funcionam como instrumentos sociais que marcam e questionam os territórios, as regulamentações impostas ao espaço, à estrutura e à imagem da cidade. Através da tinta e

[1] As escritas urbanas são intervenções no espaço urbano, manifestos em forma de pichação, lambe ou *graffiti*, mas que se utilizam da palavra como forma de expressão.

do spray emitem vozes, criam territorialidades, praticam o lugar e deflagram os conflitos sociais e espaciais nessa contemporaneidade.

Figura 1 - "A arte existe porque a vida não basta" - Escrita urbana, Bairro da Lapa/RJ
Fonte: Bárbara Hypolito, 2018

Intervenções urbanas, por um direito à cidade (LEFEBVRE, 2008), que, através do corpo do escritor, deixam marcas físicas, pintadas e escritas com tinta, deflagrando as marcas sociais dessa realidade construída e experimentada. Penetram a cidade, especialmente a noite, e, assim, desviam dos obstáculos maquínicos numa forma criativa de resistência. Transgridem as fronteiras estabelecidas, habitam as dobras, operando num sentido de luta, por uma reconquista e abertura do território. A luta pelo espaço urbano trata de questões de poder, de controle sobre e com seus atores|agentes|corpos sociais. Contra a soberania dos dispositivos de controle, da ditadura dos discursos visuais de poder e da ordem social de dominação, os escritores exercem um papel de agentes de denúncia, críticos sociais, ativistas. Fazem as peles que encerram a cidade dialogar, interagir; e se apoiam num direito de liberdade de expressão para profanar a cidade espetacularizada, deflagrar os descasos, as contradições e os conflitos.

Agamben (2009), ao problematizar a esfera política e os processos de subjetivação do tempo atual, se apoia nas ideias de Foucault, e entende os 'dispositivos' como fundamentais mecanismos para a compreensão da política. Para Agamben, dispositivo é "qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes" (AGAMBEN, 2009, p. 40). Isto é, todas as coisas que interagem com os indivíduos seriam dispositivos. E ainda, entende os processos de subjetivação a partir da tensão e da relação entre indivíduos e dispositivos, ou seja, os modos de subjetivação que os dispositivos na contemporaneidade são capazes de engendrar.

Nesse sentido, parece que romper com os processos em curso na direção de novos modos de subjetivação, contra os consensos, pode acionar mudanças no campo social. Através da apropriação do ambiente urbano, da eminência de forças de resistência e de criação, as escritas urbanas parecem se apresentar

como dispositivos, capazes de ampliar o pensamento crítico, questionar a cidade e a sociedade, as relações estabelecidas e engendrar modos de subjetivação nessa conjuntura contemporânea.

Como micropolíticas de resistência, as escritas se fazem resistindo à segregação e ao individualismo instaurados, relendo o cotidiano através de uma prática, ao mesmo tempo, estética e política. São dinâmicas que fogem da ideia de reprodução e representação do sistema capitalístico e das práticas sociais ancoradas em máquinas de poder que negam a liberdade do indivíduo. Caminham, então, no sentido de produção de agenciamentos coletivos de enunciação, como microrrevoluções urbanas realizadas no espaço público. Máquinas de guerra, de guerrilha, deflagrando as condições de vida, as relações interpessoais e as práticas de poder vigentes.

As microrrevoluções urbanas estão no nível do interpessoal - capaz de inventar novas formas de sociabilidade (GUATTARI & ROLNIK, 2011) – e se relacionam à proposta de um 'urbanismo da diferença'[2] que reside na ideia de um processo de projeto urbano que ultrapasse os padrões estabelecidos, atentando às singularidades, às multiplicidades, inspirado mais nos saberes culturais locais e nas práticas que potencializam o empoderamento social e os movimentos coletivos. Um processo de leitura e produção do espaço urbano que evidencia os conflitos, as rupturas e as resistências sociais, e que, ao mesmo passo em que respeita a história, pretende propiciar experiências urbanas mais corporais.

Dialogando com as ideias de Guattari (1990), acerca das "três ecologias" - a do meio ambiente, a das relações sociais e a da subjetividade humana – atentar o pensamento urbano à relação entre as escritas e a produção das cidades, nesse contexto de caos contemporâneo, se aproxima de um urbanismo com caráter ético, estético e político, que propõe englobar em suas decisões, com seriedade, aspectos ambientais, sociais e mentais. Trata-se de um processo de urbanismo revolucionário, produzido através de microações, microrrevoluções - uma revolução molecular[3]. Uma revolução tal qual nas palavras de Guattari acerca daquela necessária para o enfrentamento da crise ecológica planetária: "essa revolução deverá concernir, portanto, não só às relações de forças visíveis em grande escala, mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo". (GUATTARI, 1990, p. 9).

Magnavita também contribui com esse pensamento quando diz que os processos globalizantes constituem "uma totalidade segmentária maior e os lugares formam totalidades segmentárias menores que se integram com base nas diferenças que produzem" (MAGNAVITA, 2003, p. 64). Nesse sentido, um

[2] A ideia aqui proposta de um urbanismo da diferença remete ao conceito de "diferença" proposto pelo filósofo Gilles Deleuze (1925-1995) em toda a sua obra, e se relaciona ao pensamento pós-estruturalista, década de 60, da Filosofia da diferença. Para Deleuze, a questão é a de tornar a diferença objeto do pensamento e mostra que a diferença é o próprio princípio da natureza. Dessa forma, pensar a diferença implica ultrapassar os modelos representativos, as estruturas lógicas. É na diferença e não na semelhança onde reside o poder do pensamento e as leis da natureza. Uma coisa jamais é completamente idêntica à outra. Trata-se de uma ruptura com a estrutura pré-determinada, com os paradigmas. Um modo de pensar, um exercício do pensamento, e cuja realidade se dá como construção social e subjetiva. Os filósofos da Diferença, como Foucault, Deleuze, Guattari e Derrida, bebem em Espinosa, Bergson e Nietzsche.

[3] Os conceitos molar e molecular (GUATTARI, 1985) se referem a modelos de organização dos elementos constituintes nos fluxos e nos agenciamentos. A ordem molar diz respeito aos territórios constituídos (casa, família, política de Estado, instituições) – estratificações que modelam e delimitam objetos, sujeitos e seus sistemas de referência. A ordem molecular diz dos fluxos de desejo, de devir, das intensidades, inconsciente e invisível; um fluxo que está sempre variando, se movimentando e se diferenciando. Nesse sentido, a macropolítica é a política do regime molar, enquanto que a micropolítica diz respeito às políticas do desejo, dos fluxos.

urbanismo da diferença pretende ir além dos projetos universalizantes e homogeneizadores, em respeito às diferenças, às micropolíticas. Que pensa menos na identidade unitária e na representação e mais na reinvenção e na transformação, nos sentidos que produzirão e nas subjetividades implicadas no processo de produção do espaço urbano.

Criando, inventando outros e diferentes lugares. Assim se fazem os escritos pela cidade, produzindo lugares outros, ou dando outros sentidos a eles, compondo a cena cotidiana da cidade contemporânea. Através da tinta e da palavra, corpos protestam, enunciam ideias e pensamentos, por vezes políticos, noutras vezes poéticos. São falas de corpos para corpos, que podem produzir encontros e diferença, ou não, pois estão no campo do subjetivo e do tipo de experiência que cada indivíduo concerne com o seu território.

Como intervenções políticas enunciam sentidos, pensamentos, palavras de ordem contra a publicidade barata e capital, também porque são marcas sensíveis de uma época contemporânea, que tratam e levantam questões latentes de âmbito social e cultural, apostando em outras possibilidades de uso, de comunicação e de leitura na/da cidade. Assim, pretendem afetar, reinventar a sensibilidade urbana e as subjetividades implicadas nos corpos que vivem e experimentam o meio urbano. Funcionam, portanto, como microrrevoluções urbanas desse tempo contemporâneo desejantes da criação de outros modos de subjetivação, forças que impulsionem na direção do empoderamento social.

PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO

Guattari entende subjetividade como "o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial autoreferencial" (GUATTARI, 2012, p.19). No entanto, o crescente desenvolvimento de subjetividades produzidas de maneira maquínica[4] homogeiniza um padrão de subjetividade e reduz os processos de singularização do sujeito (GUATTARI & ROLNIK, 2011).

As máquinas são os principais elementos em um processo de produção, e, segundo Guattari, cada vez mais as relações de controle e de organização social estão adjacentes aos processos maquínicos. É "através dessa produção de subjetividade capitalística que as classes que detém o poder nas sociedades industriais tendem a assegurar um controle cada vez mais despótico sobre os sistemas de produção e de vida social" (GUATTARI & ROLNIK, 2011, p. 39). As máquinas podem ser corpos sociais, industriais, formações culturais, o estado, a família. Como máquinas de subjetivação, produzem subjetividades. A tendência das máquinas é igualar tudo em categorias unificadoras e reduzir os indivíduos a engrenagens cujo valor responde ao mercado capitalista (GUATTARI & ROLNIK, 2011, p. 40).

> A ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se trepa, como se fala, etc. Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, com o passado e com o futuro- em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo (GUATTARI & ROLNIK, 2011, p. 51).

[4] O conceito de máquina é desenvolvido Guattari e Deleuze especialmente na obra Mil Platôs (1995), e diz respeito, muito rasamente, ao incorporal. Para Guattari, máquinas não se referem ao espaço purificado das técnicas, mas a uma organização de fluxos e forças plurais, heterogêneas, são "acoplamentos heterogêneos que agenciam" (GUATTARI, 2012, p. 43). Residem no intermeio entre sujeito e objeto. Trata-se de uma mecanosfera, e não a biosfera, o ambiente maquínico do mundo.

Prolifera-se, a partir da grande máquina capitalística, uma cultura de massas que produz indivíduos normalizados, articulados entre si segundo um sistema hierarquizado, de valores, de submissão dissimulada. Ao mesmo passo, ocorre uma produção de subjetividade social, "uma produção da subjetividade que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo. [...] uma produção da subjetividade inconsciente" (GUATTARI, 2012, p. 16) que quer garantir uma função sempre hegemônica.

Subjetivação se refere ao modo de produzir subjetividades. Foucault (1988), ancorado na ideia de "cuidado de si" e da relação do sujeito com a pólis, entende, pois, que a escolha estética e política, por meio da qual se escolhe determinado tipo de existência é um modo de subjetivação.

O processo de subjetivação se dá através dos encontros que estabelecemos e trata de uma capacidade de apreensão frente ao contexto social em que vivemos, um jeito de se colocar no mundo. Por vezes se individualiza, noutras se produz coletivamente. O indivíduo vive e se constitui a partir de encontros e de atravessamentos, de todo tipo. Nesse sentido, não se é nunca um indivíduo uno, mas um ser rodeado de acontecimento e que está o tempo todo se subjetivando (se constituindo, se compondo).

Assim, a ciência, a arte, as instituições (escola, trabalho, governo), a política, a mídia, as escritas urbanas, a família (núcleo único reduzido pela psicanálise) são produtores de modos de subjetivações e estamos a todo o momento nos subjetivando. Criamos máscaras para cada uma dessas situações, diferentes corporalidades e manifestações de si, sempre num contexto de relação do indivíduo com o mundo social. E ainda, trata-se de um processo coletivo, através de agenciamentos coletivos de enunciação, de todo um corpo social.

Existem dois modos de subjetivação distintos (NETO, 2004) com relação às potências que geram. Existem aqueles que vão na direção do assujeitamento (condicionantes e alienantes) e aqueles que impulsionam à liberdade; modos de subjetivação capitalísticos e modos singulares de subjetivação (GUATTARI & ROLNIK, 2011). Os primeiros são como modos de captura que fazem pensar o padrão, a aceleração, se referem ao modo capitalístico, que subjetiva para consumir, a atitude workaholic, a ideia das cidades espetáculos - tudo é imagem - e as redes sociais. O segundo são modos de linhas de fuga[5] (DELEUZE, 1998), de ruptura, de produção de singularidades. Esses modos coexistem, mas vivemos num contexto de padronização, então, aqui, o que se mostra latente são as linhas de fuga, os momentos de singularização onde se consegue escapar do jeito esperado, pré-estabelecido.

Por outro lado, os modos de subjetivação podem ser transformados, através da luta política (FOUCAULT, 1988) e da resistência contra as formas de dominação (ética, social e religiosa), de exploração e de submissão. E, entendendo ainda que, a experiência é o que nos acontece (LARROSA, 2002) e que todo encontro (Espinoza, 2007[1677]) é capaz de produzir modificações (afecções) no indivíduo, a sucessão de ideias que nascem dos encontros diários entre o corpo e as manifestações urbanas da cidade poderia provocar mudanças subjetivas nos modos de vida do indivíduo e no seu coletivo social.

[5] Linhas de fuga são entendidas aqui como forças que rompem com um movimento inerte, que desestabilizam as ações corriqueiras. São ações e movimentos que se produzem por rupturas, por resistências, que fogem ao padrão, que propõem outras maneiras de agir, e assim são capazes de produzir diferenças. Deleuze e Guattari falam sobre a teoria das linhas: molar, molecular e de fuga. A linha molar é aquela que organiza os territórios, a molecular trata dos fluxos, das intensidades e a linha de fuga é aquela que desfaz os territórios, que faz o mundo fugir.

Resistir, aqui, como ação política, recusando o individualismo já naturalizado, insistindo nos encontros potentes e nas invenções microssociais, de forma a encaminhar posturas sociais menos universalizantes. Nesse sentido, o que enunciam as escritas urbanas, os discursos que se apresentam tatuando a cidade, refletem os conflitos sociais, as relações de poder, os assujeitamentos e as subjetividades produzidas tanto no nível micro quanto no macropolítico. Se fazem, assim, como resistências, no contato entre as diferenças, por vontade de acionar outros modos de vida, uma ação política que aproxima corpo e cidade.

Como caráter político e ético, as escritas demonstram um modo de se fazer e de se colocar frente ao mundo, encontrando meios e ferramentas para a transformação, um jeito de lutar, de protestar e resistir. Sejam seus atores|agentes impulsionados pela exclusão social e marginalidade ou por opção ideológica, de resistência ética. Assim, se produzem como microrresistências que tensionam, criam pontos de fuga, tangenciam de certa forma as macroestruturas. Estratégias de subversão ao sistema dominante, ordenado e vigente do espaço e do território; tanto quanto às suas máquinas subjetivantes de assujeitamento.

INVESTIGANDO PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES – A CARTOGRAFIA ENQUANTO MÉTODO

Ao atentar à complexidade das dinâmicas das relações humanas, suas práticas sociais e os modos de subjetivação implicados nesse contexto contemporâneo, se faz potente a construção de um referencial teórico multidisciplinar. A fim de perceber: que modos são esses, e como construir outras formas de relação, que auxiliem na criação de novas práticas, no campo das articulações entre corpo e cidade. No entanto, como investigar processos de produção de subjetividades? E como fazer isso sem correr o risco de se apoiar em falsas observações ou opiniões, escapando do senso comum e da experiência primeira (BACHELARD, 1996), a fim de produzir um conhecimento acadêmico com rigor científico?

Para tanto, o estudo investe no agenciamento entre teorias do urbanismo e da filosofia, entre outros, e no uso do método da cartografia, entendendo-a como um outro modo de pesquisar. Uma prática singular e inventiva de pesquisa que enfatiza os processos, pretendendo dar conta das subjetividades apresentadas, e que caminha no sentido da criação de mundos, de realidades. Ao mesmo tempo em que acompanha os processos, mapeia e desenha as transformações que vão ocorrendo, num processo onde o cartógrafo dá "língua aos afetos que pedem passagem" (ROLNIK, 2011, p. 23). E assim, aposta na produção e na leitura de uma história do contemporâneo.

A cartografia como método foi formulada primeiramente pelos franceses da Filosofia da Diferença, Deleuze e Guattari, a partir dos anos 60, e se configura como um instrumento para uma história do presente, uma crítica do nosso tempo. A principal referência ao método cartográfico encontra-se na Introdução da obra Mil Platôs, vol. I, escrita em 1980 (DELEUZE & GUATTARI, 1995). Atualmente é bastante difundida como proposta metodológica em pesquisas qualitativas, em especial, no Brasil (ROLNIK , 2011; ALBUQUERQUE et al., 2008; KASTRUP et al., 2010).Tal abordagem tem se destacado, ainda, em estudos de diferentes áreas, e, mais atualmente, de forma crescente nas pesquisas no âmbito das ciências sociais e estudos urbanos – cartografia urbana.

À cartografia tradicional entende-se como a arte, técnica ou ciência de elaborar mapas e cartas a fim de representar objetos, fenômenos e/ou ambientes físicos e socioeconômicos. Há séculos a técnica é utilizada como uma forma de o homem conhecer o mundo que habita, e assim, traça mapas de territórios, relevos, distribuições populacionais. Enquanto ciência da representação gráfica da superfície terrestre, está ligada

ao campo da geografia e tem como produto o mapa; busca um conhecimento preciso acerca do território que mapeia. Traça mapas de territórios, relevo e distribuição populacional, coleta dados.

A cartografia social, por outro lado, visa outro modo de mapear a realidade, acompanhando processos em transformação, de territórios existenciais, as subjetividades e os afetos implicados na construção de territorialidades nos processos de formação social nessa contemporaneidade. Não visa à representação, pois caminha mais no sentido de uma criação, um agenciamento de dados.

> [...] uma cartografia social faz diagramas de relações, enfrentamentos e cruzamentos entre forças, agenciamentos, jogos de verdade, enunciações, jogos de objetivação e subjetivação, produções e estetizações de si mesmo, práticas de resistência e liberdade. Como método presta-se à análise e desmontagem de dispositivos, ação que consiste em desemaranhar suas enredadas linhas, além de instrumentalizar a resistência aos seus modos de objetivação e subjetivação (FILHO & TETI, 2013, p. 45).

O método segue pistas (KASTRUP et.al., 2010) sem previsão de critérios a priori, mas amparada em princípios e procedimentos metodológicos, sem abrir mão do rigor. Por outro lado, não se encerra em formulários, questionários ou observações distanciadas, mas traça no caminho suas diretrizes. Habita um território, inventa mapas, acompanha os processos e cria realidades. Dessa forma, vai construindo as bases da investigação, sempre levando "em consideração todas as ferramentas conceituais ou técnicas que permitem dar todo o seu vigor e toda a sua força à verificação experimental" (BOURDIEU et. al., 2007, p. 10). Difere da etnografia, em especial por não habitar um território de outrem, mas um próprio território, que ao mesmo tempo em que o habita contribui para a sua criação.

Trata-se de uma cartografia do sensível, um mapeamento das subjetividades, mas que vai além, através da produção de mapas não fixos, mutáveis, que permitem captar a complexidade do presente, os encontros realizados. Fazer cartografia é tecer um plano de experiência, acompanhando as linhas que o compõe, os efeitos do percurso da investigação, seguindo uma diretriz transversal (KASTRUP et al., 2010), que não homogeneíza os elementos compositivos ou separa o objeto dos fenômenos implicados, mas atenta às suas singularidades. Um hódos-metá (KASTRUP et al., 2010) que reconhece que toda pesquisa é intervenção, que aposta num caminhar que traça, durante o percurso, suas metas e cujo apoio está justamente no "modo de fazer".

Assim, o conhecimento vai se produzindo num campo de implicações cruzadas – das forças inconscientes, dos atravessamentos que compõem a realidade (KASTRUP et al., 2010). Sem previsões impostas, o traçado do mapa vai se fazendo por mergulhos, experiências, registros, dando atenção às linguagens que compõem a trama argumentativa proposta, ajudando a relacionar e investigar as transformações do processo de realidade que habita e constrói a pesquisa. E isso se dá através de um mapeamento aberto e sempre inacabado movido pelos fluxos em desassossego do pensamento, que prioriza os movimentos da vida, atentando às linhas flexíveis e de fuga, linhas de ruptura, onde emergem [des]territórios. E assim, explora processos de [des]territorialização acionando as potências criadoras de novos modos de existir, a fim de compor planos de experiência (KASTRUP et al., 2010) intensivos[6] e extensivos[7].

[6] Referente às intensidades, aos afetos, às forças que geram movimentos. Propõe mapas intensivos.

[7] Referente às extensões, os percursos trilhados. Propõe mapas extensivos.

Nesse processo de cartografar *afectos*[8] e subjetividades, o papel do cartógrafo é deveras importante. E, talvez, seja aqui onde resida o maior obstáculo epistemológico (BOURDIEU et. al., 2007) dessa pesquisa, e de outros estudos cartográficos. Visto que, quando um pesquisador habita um território ele também é afetado por suas relações, nesse sentido, a vigilância epistemológica (BOURDIEU et. al., 2007) se encontra tanto no arsenal teórico que agrega para a construção de seu objeto de pesquisa quanto na postura que tomará frente, e no encontro com, o território que se propôs investigar. Trata-se de uma questão ética do pesquisador, portanto:

> Informações, saberes e expectativas precisam ser deixadas na porta de entrada, e o cartógrafo deve pautar-se sobretudo numa atenção sensível, para que possa, enfim, encontrar o que não conhecia, embora já estivesse ali, como virtualidade. (KASTRUP et. al., 2010, 48)

É importante salientar que, no âmbito da cartografia, não se trata de um ponto de vista do cartógrafo, "a invenção se dá através do cartógrafo, mas não por ele, pois não há agente da invenção" (KASTRUP et.al. 2010, p. 50). A sua prática é política, é micropolítica, ele está atento às estratégias de produção de subjetividade e de formações de desejo no campo social. Assim, ele se propõe a controlar as influências do conhecimento (BOURDIEU et. al. 2007) que vai obtendo, através de teorias e referências.

Ele apresenta atenção, percepção e cognição aguçadas, a fim de observar, registrar e saber discriminar as pistas que segue. E assim, vai experimentando também os erros, se desapropriando de suas prenoções e se propondo a uma experiência de investigação inventiva. O cartógrafo começa sempre pelo meio, vivenciando o território e no caminho vai configurando as estratégias, os procedimentos e as ferramentas. Tem consigo sempre um bloco de notas a fim de seguir a viagem e ir montando, junto com o caminhar, o seu roteiro. No entanto, o roteiro é aberto, pode mudar e se transformar durante o caminho, de acordo com os encontros que se fizerem potentes, sempre seguindo as pistas. Ele adentra o território, mas também, por vezes, se distancia, percorre as bordas, na intenção de tecer relações com outras fontes, outras percepções. Não busca um fim, mas acompanhar a processualidade.

A cartografia não isola o objeto ou o fenômeno, mas o analisa valorizando as forças ao qual está conectado, as suas articulações históricas e suas conexões com o mundo (KASTRUP et.al. 2010). A processualidade é outro elemento importante no ato de cartografar, pois a investigação de processos de produção de subjetividades se faz num processo em curso, próprios de um cotidiano vivo; a ideia é acessar os elementos processuais do território, tramando suas linhas de força.

No campo dos estudos urbanos o paradigma da representação do objeto, que muitas vezes o isola do contexto de suas conexões a partir de uma perspectiva determinista, separa o objeto dos processos que o compõe. Nesse sentido, ao pensar o corpo no espaço urbano, a manifestação das escritas urbanas na cidade contemporânea e a fim de atentar e mapear os processos de subjetivação implicados nesse contexto - entende-se a cartografia como uma estratégia metodológica emergente capaz de dar conta desse tipo de investigação.

[8] A*fecto*, conceito de ESPINOZA (2007[1677]), entendido como uma variação contínua da força de agir e existir do corpo, um estado de vibração que se dá a partir de um encontro e produz modificações, no sentido de perturbar, mudar o rumo, acionando potências que forçam o pensamento a pensar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso dessa pesquisa cartográfica tem entendido que cidade, escritas urbanas e corpo social se apresentam num processo de agenciamento, de relação tensa entre diferenças e proximidades. Rompendo as amarras e os consensos produzidos e fortificados por um sistema capital e global que homogeiniza, em padrões, toda uma realidade – urbana e corporal. Visto que, a partir de ações micro, que se manifestam pela palavra e pela tinta, como tatuagens nas peles da cidade, alguns indivíduos do campo social se apropriam dos muros, dos abandonos urbanos para gritar vozes e deixar marcas. São pequenos processos de resistência, de transformação e rompimento com a conjuntura maquínica contemporânea que produz corpos docilizados, assujeitados e cidades cada vez mais empobrecidas da experiência corporal urbana.

É como se os conflitos e as desimportâncias passassem a ser grafadas pelas paredes da cidade, denunciando processos de subjetivação dominantes e indo na busca da criação de outros modos. Modos que caminham no sentido do empoderamento social, afirmando a possibilidade de outras leituras do real. Visto que se produzem pelas bordas, pelas fissuras, como micropolíticas, ou ainda, como linhas de fuga acionando o pensamento crítico acerca da cidade e seus corpos em ação e criação constantes.

Funcionam, portanto, como dispositivos, interceptando os discursos dominantes e impulsionando a discursos outros. Assim também se dá o processo de cartografar tal manifestação social, indo além das formas de leitura e representações dominantes sobre o território urbano e seus agentes. Portanto, se debruça sobre as práticas humanas, as relações sociais e os fenômenos do cotidiano que resistem às máquinas de poder, aos consensos estabelecidos. Por uma vontade de habitar um espaço, um território, pela “necessidade de trabalhar sob o espaço, no nível das relações essenciais que sustentam tanto o espaço quanto os fenômenos” (BACHELARD, 1996, p. 7).

Nesse processo, o cartógrafo vai construindo o seu pensamento a partir das próprias experiências no território que habita e percorre - entre escritos, corpos e cidade - somadas aos autores, às teorias e aos conceitos que as pistas que segue vão lhe direcionando. Sem neutralidade, mas com controle sobre sua postura científica e sobre os corpos teóricos implicados ao conhecimento. Dessa forma, se afasta da ideia de uma ciência reflexiva, mas define as condições metodológicas afirmando uma ciência experimental, circunscrevendo a abordagem teórica construída. Ao mesmo passo, vai construindo seus procedimentos metodológicos, indo na direção de buscar ou criar as ferramentas necessárias à investigação que propôs se debruçar de corpo inteiro.

Investigar, construir territórios e promover rupturas a fim de inventar outras possibilidades de realidade urbana, são papéis aos quais se propõe um urbanismo da diferença. Entendendo que os processos de produção de subjetividades se encontram entrelaçadas às potências das práticas sociais emergentes nesse cenário de cidade contemporânea. E, ainda, que através do encontro com as micropolíticas, que emergem de dentro do corpo social, surgem outras possibilidades de leitura e produção do conhecimento acerca das relações sociais e do espaço urbano. Afirmando, assim, uma história do presente.

Apresentar as escritas urbanas como manifestação social - expressões narrativas que se fazem pela tinta e que se apropriam dos planos da cidade dando voz às emergências dessa sociedade contemporânea - é um exercício cartográfico de ler a cidade através de suas micropolíticas, dos seus atos de resistência cotidianos. Visto que, operar no nível da micropolítica é estar à escuta do desejo a fim de poder agir no sistema macropolítico. Atentar às escritas enquanto dispositivos capazes de acionar processos de subjetivação

singulares é apostar na produção social do espaço urbano a partir de práticas sociais de resistência. Uma revolução molecular, de minorias, que resiste e enfrenta a realidade a fim de construir outra, entrelaçada aos fluxos de desejo e às sensibilidades. Uma revolução que prioriza os corpos, a experiência urbana, o caminhar.

Para tanto, esse ensaio aposta na renovação do pensamento e da prática do planejador urbano, enquanto cartógrafo urbano sensível que se propõe a um processo de projeto e pensamento sobre a cidade mais ético, estético e político. Um urbanismo da diferença, que se abre às vozes das narrativas sociais, potencializando o convívio entre os conflitos e as diferenças, criando alternativas para a construção de um cenário social mais democrático. O olhar não se encerra na prática das escritas urbanas, elas se apresentam aqui apenas como uma das possíveis fissuras no sistema, que junto às outras tantas microações sociais gritam para serem atentadas. Trata-se de modificar as perguntas acerca do urbano, questionar seus mapas tradicionais, evidenciar os confrontos existentes no espaço e dialogar com seus agentes. E, assim, o processo do projeto urbano se amplia, renova os saberes, inclui o corpo, a subjetividade e a experiência urbana no desenho, aproximando a filosofia aos saberes urbanos. Uma prática que opera com os conceitos filosóficos a fim de praticá-los na vida cotidiana.

O passado conta a história e indica os deslizes no planejamento e na sociedade, que produziu essa realidade de desigualdade e fragmentação urbano-social, mas são, *quiçá*, as ações do presente, de resistência e luta, que possibilitarão a criação de uma realidade diferente para as gerações futuras. Esferas urbanas penetradas por relações de poder e dominação, que se expressam na cultura, na vida social e na produção de seus saberes. Trata-se, pois, de problematizar os critérios dominantes ancorados na legitimação, na hierarquia e no funcionalismo moderno cuja sociedade se produz por relações sociais desiguais, e onde algumas manifestações e práticas sociais, tratadas aqui como micropolíticas, se revelam enquanto consequência desse sistema e como dispositivos acionando ações potentes de resistência. Uma forma de resistir e de re-existir nesse contexto, produzindo fissuras nas estruturas dominantes de poder.

Narrativas urbanas, elementos visuais, produzidas por homens comuns, lentos, que vão de encontro às estruturas racionais dominantes, aos mecanismos de poder. Como instrumentos sociais de [in]disciplina que assinam o território, criam discursos urbanos e participam da produção espacial da cidade. Produzidas por uma ação marginal, as escritas participam do cotidiano da experiência urbana, na construção, na estética e na leitura da cidade, assim como, na constituição de sujeitos nesse contexto de conflito urbano e social das cidades contemporâneas.

Um fenômeno cultural, portanto, e de cunho identitário, motivado pela adrenalina, pela resistência e pela necessidade de comunicação. Um movimento social de luta pelo espaço urbano, capaz de ressignificar abandonos e chamar à interação, relacionando escrita, arte, território, urbanismo, práticas sociais e criação de espaços relacionais. Por um direito à cidade, ao território. Por um direito à liberdade, ao poder do povo e à produção de uma nova realidade, a fim de poder contar uma outra história desse tempo contemporâneo.

Assim, emergem outras formas de produção e leitura do espaço urbano, afirmando os saberes locais e as singularidades, produzidos por corpos transgressores da cidade formal e dos mecanismos de controle social vigentes. São corpos que vão na busca da formação de políticas do sensível, afirmando as diferenças e as minorias, suas potências, suas vozes. Vozes silenciosas, mas que gritam aos riscos pelos muros denunciando o machismo, a exclusão, a pobreza, a violência, a insegurança, e ainda, a arte como guerrilha,

o poder do povo, a voz das ruas. Enunciando outras possibilidades de se viver em sociedade e produzir a cidade. Alertam à arte, aos encontros, ao empoderamento feminino, ao empoderamento social. E, assim, de forma micro, mas potentes, vão engendrando outros modos de subjetivação na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS:

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? E outros ensaios.** Trad. Vinicius Nacastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ALBUQUERQUE, Júnior; VEIGA-NETO & SOUZA FILHO. (orgs). **Cartografias de Foucault.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico:** contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Trad. Esteia dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, J-C; CHAMBOREDON, J-C. **Ofício de sociólogo:** Metodologia da pesquisa na sociologia. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo.** (2003[1967]). Digitalizado para pdf por Fonte Digital base. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/socespetaculo.html> Acesso em: 01 de maio de 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs** – Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 1. São Paulo: Editora!34, 1995.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro, São Paulo: Escuta, 1998.

ESPINOZA, Benedictus de. Ética. Trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007[1677].

FILHO, Kleber Prado & TETI, Marcela Montalvão. "A cartografia como método para as ciências humanas e sociais". In: **Barbarói**, Santa Cruz, n. 38, p. 45-59, jan./jun. 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III:** o cuidado de si. Trad. M. T. V. Albuquerque, Rio de Janeiro, Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular:** pulsações políticas do desejo. Trad. Suely Belinha Rolnik. 3 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias.** Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.

GUATTARI, Félix. **Caosmose:** Um novo paradigma estético. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed. 34, 2012.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica** – Cartografias do desejo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Liliana. (orgs). **Pistas do método da cartografia:** Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LARROSA, Jorge. “Notas sobre a experiência e o saber de experiência”. In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, nº 19, p. 20-28, Jan-Abr/2002.

LEVEBVRE, Henri. **Espaço e Política.** Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MAGNAVITA, Pasqualino Romano. “Cidade, cultura, corpo e experiência”. In: **Revista Redobra**. Salvador: Cian Gráfica e Editora Ltda, v. 10 p.27-32. Out./2012.

NETO, João Leite Ferreira. “Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos”. In: **Revista do Departamento de Psicologia** – UFF, Niterói, v.16, n.1, p.111-120, jan./jun. 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental, Transformações contemporâneas do desejo.** São Paulo: Estação Liberdade, 2011[1989].

SOUZA, Marcelo J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: [CASTRO, Iná Elias de; GOMES; Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato]. **Geografia: Conceitos e Temas.** 2° ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. [p.77-116].

Salvador - 2018

CARTOGRAFIA DA HOSPITALIDADE

CARTOGRAPHY OF HOSPITALITY

CARTOGRAFÍA DE LA HOSPITALIDAD

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

PAESE, Celma
Pós-Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo do PNPD CAPES no PPGAU Mestrado associado Uniritter/Mackenzie
celmapaese@gmail.com

MARIANO, Gabriela
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo do PPGAU UniRitter/Mackenzie
gbmariano@gmail.com

MOREIRA, Lizandra
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo do PPGAU UniRitter/Mackenzie
lizandrammoreira@gmail.com

CARTOGRAFIA DA HOSPITALIDADE

CARTOGRAPHY OF HOSPITALITY

CARTOGRAFÍA DE LA HOSPITALIDAD

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
O projeto de pesquisa Cartografia da Hospitalidade tem a arquitetura da cidade e os modos que as pessoas se relacionam com ela como objeto de estudo. A proposta tem como objetivo criar, propor e experimentar ações de cartografias subjetivas e afetivas, coletivas e individuais. Estas se propõem a ser uma metodologia de apoio aos processos de planejamento de projetos em arquitetura e urbanismo, em nível acadêmico e profissional. As cartografias são ferramentas de leitura espacial de natureza política inclusiva: agem como dispositivos de atravessamento de políticas de abertura de possibilidades de reconhecimento, manifestação e representação dos sujeitos e eventos não percebidos e não acolhidos pelos olhos dos que não querem ver para além do espetacular, em um espaço urbano determinado. Seus frutos mostram a real dimensão da urgência de criação de leituras espaciais que resgatem a complexidade humana e o sentido de coexistência na urbe. A metodologia é ilustrada pelo estudo de caso da Praça da Alfândega, localizada em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul.
PALAVRAS-CHAVE: cartografia da hospitalidade, caminhar, arquitetura e desconstrução, projeto de arquitetura e urbanismo

ABSTRACT:
The Cartography of Hospitality research project has the architecture of the city and how people relate to it as object of study. The objective of this research is to create, propose and experiment with subjective and affective, collective and individual cartography actions that propose to be a methodology to support the planning processes of architecture and urban planning projects, at a professional and academic level. The cartographies are spatial reading tools of an inclusive political nature: they act as mechanisms for crossing policies to open possibilities for recognition, manifestation and representation of subjects and events not perceived and not welcomed by the eyes of those who do not want to see beyond the spectacular, in a given urban space. Its fruits show the real dimension of the urgency of creating space readings that rescue the human complexity and the sense of coexistence in the city. The methodology is illustrated by the case study of Praça da Alfândega, in Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil.
KEYWORDS: *cartography of hospitality, walking, architecture and deconstruction, architectural and urban design*

RESUMEN:
El proyecto de investigación Cartografía de la Hospitalidad tiene la arquitectura de la ciudad y cómo las personas se relacionan con ella como objeto de estudio. La propuesta tiene como objetivo crear, proponer y experimentar acciones de cartografías subjetivas y afectivas, colectivas e individuales. Estas se proponen a ser una metodología de apoyo a los procesos de planificación de proyectos en arquitectura y urbanismo, a nivel profesional y académico. Las cartografías son herramientas de lectura espacial de naturaleza política inclusiva. Actuan como disoositivos de atravesamiento de politicas de apertura de possibilidades de reconocimiento, manifestación y representación de los sujetos e eventos no percebidos y no acojidos por los ojos de los que no quieren ver más allá del espectacular, em um espacio urbano determinado. Sus frutos muestran la real dimensión de la urgencia de creación de lecturas espaciales que rescatan la complejidad humana y el sentido de coexistencia en la urbe. La metodología es ilustrada por el estudio de caso de la Praça da Alfândega, ubicada en Porto Alegre, capital del estado de Rio Grande do Sul, Brasil.
PALABRAS-CLAVE*:*cartografia y hospitalidad, caminar, arquitectura y desconstrució, proyecto de arquitectura y urbanismo

INTRODUÇÃO

Cartografia da Hospitalidade é um projeto de pesquisa que tem como objeto de estudo a arquitetura dos espaços públicos da cidade, como praças, largos, parques e as bordas formadas pela malha urbana do entorno. A pesquisa cria e experimenta ações de cartografias subjetivo-afetivas que agem como dispositivos de atravessamento de políticas de abertura de possibilidades de reconhecimento, manifestação e representação dos sujeitos e eventos não percebidos e não acolhidos pelas representações espaciais convencionais. Assumindo que os estudos da Arquitetura e do Urbanismo Contemporâneo são contaminados pela Sociologia, a Filosofia e as Artes, as ações cartográficas são de natureza política inclusiva: trazem a crítica social para o campo da representação, que se utiliza de diferentes mídias para representar as espacialidades criadas pelos eventos humanos que as arquiteturas da cidade acolhem. Os registros objetivam reconhecer e representar as manifestações sociais, artísticas e culturais inseridas nas diferentes espacialidades do espaço estudado e os modos que essas se permeiam e se relacionam com sua arquitetura. Seus frutos buscam somar aos estudos em arquitetura e urbanismo – nas disciplinas de projeto em nível de graduação e às pesquisas de pós-graduação – o reconhecimento da real dimensão da complexidade humana e a urgência do resgate do sentido de coexistência entre os diferentes modos de viver esses espaços públicos.

O pensamento do filósofo da desconstrução Jacques Derrida sobre a hospitalidade[1] e os estudos sobre cartografias subjetivas sob a ótica da desconstrução da tese Contramapas do Acolhimento de Paese[2] são os principais marcos teóricos. Para Derrida, a palavra hospitalidade é sinônimo de acolhimento, o que em sua obra é entendida como ética primeira. Para o filósofo, o ato de acolher é reconhecer o rosto daquele que chega de surpresa (*por vir*) portando em si a diferença (*différance*): na conferência La Différance, pronunciada na Sociedade Francesa de Filosofia em 27 de janeiro de 1968, Derrida realizou uma análise semântica da *différance*: “Falarei, pois, de uma letra” (DERRIDA, 1968). O autor propõe o uso do termo *différance* escrito com *a* no lugar de *e*, formado a partir do particípio presente do verbo *différer* (diferir). A diferença entre as escritas é puramente gráfica: se escreve ou se lê, porém não se ouve. Para Derrida, a *différance* não é uma palavra nem um conceito. Pode possuir, entre outros significados, o de não ser idêntico, distinto, ser outro, discernível. Essa diferença, no sentido de diferir, é tratada como questão de alteridade, de dessemelhança, de antipatia e de polêmica. A *différance* produz-se entre os elementos de forma ativa, dinamicamente, como um jogo de sentidos que só existe em uma rede de rastros. O por vir é sempre surpreendente: ele habita a complexidade das paisagens psicossociais da urbe ignorada, onde as potências ali escondidas clamam pela urgente necessidade de desenvolvimento de políticas inclusivas, que chamam à prática da alteridade.

A tese de Paese convida à revisão dos critérios convencionais de análise dos espaços da cidade pelo reconhecimento e representação dos múltiplos sentidos das experiências de acolhimento destes espaços por diferentes grupos que coexistem nas suas espacialidades pela ótica da desconstrução. O estudo parte do princípio que as arquiteturas de uma cidade são os receptáculos eleitos pelos seus habitantes para viver as experiências de acolhimento agenciadas pelos encontros e eventos que se sucedem. Acolher uma cidade

[1] DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo: Ed. Escuta, 2003.

[2] PAESE, Celma. **Contramapas de Acolhimento.** 330 p. Tese (Doutorado em Arquitetura) – PROPAR - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016, p. 20. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/151123>. Acesso em: 07 jun. 2018.

é reconhecer – em espírito, verdade e representação – essa realidade e as potências contidas no eterno contínuo do seu por vir. Para Paese, a cidade vai muito além do que aquela que é vendida nas representações contidas nos mapas oficiais. As cartografias convencionadas para esses fins determinam, comunicam e limitam o desenvolvimento das potências de acolhimento encontradas nos espaços públicos por não representa-las em sua real dimensão subjetiva. Lembra que, para o pensamento da desconstrução o acolher é sinônimo de reconhecer, o que abre espaço às possibilidades de desenvolvimento das relações humanas e sociais, em diferentes níveis e sentidos.

O texto inicia comentando brevemente sobre o pensamento da desconstrução em relação à cidade e sua arquitetura, as relações que estabelece com o humano e a importância da representação da hospitalidade nas linguagens que utilizam a imagem como expressão, como maneira de potencializar o seu chamado à alteridade. A seguir, é exposta a metodologia das cartografias proposta, que é ilustrada com o estudo de caso da Praça da Alfândega e as conclusões sobre as ações cartográficas do grupo até o presente.

A DESCONSTRUÇÃO E A CIDADE

Assim como o sujeito identifica-se a partir de seu interior com o mundo que o cerca, o espaço da cidade expressa em sua forma e uso a sociedade que a habita. Nos tempos atuais, a multidimensionalidade elevou a velocidade dos fatos e a mudanças, onde comportamentos criam situações que levam à desconstrução frequente de conceitos, dogmas e axiomas, que num passado bem próximo eram intocáveis. Consequentemente, os espaços urbanos encontram em suas paisagens psicossociais, um estado contínuo de desconstrução de significados.

Em termos urbanos, pensar a desconstrução possibilita rever o modo de viver a cidade em seu uso, forma e significado, principalmente questionando o que é público e o que é para *certos públicos.* Para Solis, espaços de uso considerado público, como praças e parques, ruas, avenidas e edifícios públicos são espaços com a potência de acolhimento em sua concepção e função e, portanto, espaços 'desconstruíveis' em termos de significados espaciais[3]. Por portarem tal potência em relação à desconstrução de seus significados, são espaços que demonstram possibilidades da *desdomesticação* do pensamento dos arquitetos. Este processo leva ao que Solis chamou de uma 'indecidibilidade' contida, que se manifesta nos espaços *entre* o dentro e o fora. A ideia de indecidibilidade espacial na desconstrução pode ser comparada à leitura que Derrida faz do *Unheimlich* freudiano. Em arquitetura, a ambivalência da indecidibilidade acompanhada da 'inquietante estranheza' (unheimlich) na arquitetura da desconstrução, faz do objeto arquitetônico um 'estranho familiar' ou um 'familiar estrangeiro'[4]. É preciso lembrar que, ao escrever sobre arquitetura, a referência sempre é o habitar em suas diversas escalas. Em termos de cidade, o que não é familiar em imagem ou forma, contém o que é familiar em ideia e verdade.

Atitudes que abrem espaços questionam quanto à ética da alteridade e sua prática, trazendo à consciência outras possibilidades de acolhida para com a *différance*. A alteridade abre passagem em limites que separam universos diferentes em nível físico e metafísico, penetrando-os. O mesmo acontece quanto às bordas urbanas: penetrá-las é propor-se a rever o sentido da própria identidade espacial. Esta experiência é vivida quando o sujeito se permite errar na própria cidade, dando chance ao *por vir* em territórios

[3] SOLIS, Dirce Eleonora Nigro. **Desconstrução e arquitetura uma abordagem a partir de Jacques Derrida.** Rio de Janeiro, UAPE, 2009, p. 144.
[4] SOLIS, Dirce Eleonora Nigro. **Desconstrução e arquitetura uma abordagem a partir de Jacques Derrida.** Rio de Janeiro, UAPE, 2009, p. 150.

esquecidos, ou mesmo desconhecidos, a espera de significação. A intenção e o ato de trazer a cidade do outro para si é dar sentido à existência do espaço do diferente, o que faz o lugar de acolhida acontecer, dando sentido à sua arquitetura. Os sentimentos que surgem nos encontros *au hasard* entre diferentes, estabelecem outra lógica no sentir e, consequentemente, na percepção espacial. Encontros acontecem por contingências. Estas agenciam as relações recíprocas e envolventes entre figuras, objetos e corpos, necessárias para sua realização. Todo o ato de hospitalidade tem sua origem no encontro, que porta no *por vir* a potência da imprevisibilidade, acionada no ato de reconhecimento, abertura e receptividade para o mundo do outro. Encontros significam aberturas de possibilidades de coexistência entre diferentes pensamentos e percepções, em diversos tempos, ao mesmo tempo e em todos os sentidos.

REPRESENTAR A HOSPITALIDADE

Em arquitetura, cartografia e nas demais linguagens que utilizam a imagem como expressão, a representação dos acolhimentos potencializa em força e verdade o seu chamado à alteridade. Assumir na prática políticas de representação desta natureza possibilita estruturar pontes para transpor a ruptura entre incluídos e excluídos. Neste caminho em busca da coexistência, a abertura ao *por vir* e o diálogo entre diferentes, são ações necessárias e óbvias. A verdadeira política de inclusão transpõe limites, quebrando paradigmas e violando axiomas, com o intuito de abrir espaço de passagem em bordas socioculturais, que frequentemente já viraram barreiras. Solis chama atenção para esta questão, quando coloca o conforto como medida da hospitalidade: para a filósofa, o conforto não se encontra relacionado diretamente a qualquer tipologia arquitetônica ou espaço urbano, mas nas 'normas da casa' daquele que hospeda: configurando um 'abuso da hospitalidade' o não cumprimento das mesmas[5]. Todos os espaços possuem potenciais de hospitalidade, inclusive os ambientes carentes de identidade, aqueles lugares que parecem estar 'entre espaços'. Independente da função, forma ou estado de conservação do objeto arquitetônico, da arquitetura da cidade ou espaço urbano, quem dá sentido a sua existência é o grupo que o acolhe e o nomeia como sua 'casa de afetos'. Deste modo, o espaço é ressignificado quando se transforma em lugar de acolhida e receptáculo de com-vivência, nem que seja por um breve momento, algumas horas ou dias. Acolher pressupõe tolerância entre diferentes, não determinada pelas formas arquitetônicas envolvidas, nem mesmo pela existência de uma arquitetura específica. Voltamos a afirmar que, espaço projetado e edificado é o menos importante, pois, o lugar de hospitalidade nasce pelo reconhecimento e a vontade de acolhimento mútuo.

Portanto, as relações de hospitalidade de uma cidade acontecem pelas sucessões de encontros, tendo a malha urbana como cenário. O que determina as condições de habitabilidade é o modo que as diferentes formas arquitetônicas coexistem com as experiências da hospitalidade que nelas acontecem: conforme a linguagem utilizada em sua concepção e uso, tornam-se claros estes condicionantes. Infelizmente, ainda hoje é comum ver arquitetos urbanistas praticarem de uma lógica projetual que divide a malha urbana em arquipélagos de uso específico, separados por avenidas de trafego rápido, que acabam funcionando como barreiras de exclusão, estratificando o espaço e insuflando o medo do diferente. Modelos de cidade onde os veículos substituem os pedestres fazem as ruas se tornarem cada vez mais inóspitas e perigosas. Para haver uma des-condição dos mesmos, é preciso abrir possibilidades de reversão da atual realidade exclusiva, fato possível quando há uma verdadeira preocupação com a resignificação do sentido de abertura e inclusão na cidade. Jane Jacobs, em seu clássico 'Morte e vida nas grandes cidades' já

[5] SOLIS, Dirce Eleonora Nigro. **Desconstrução e arquitetura uma abordagem a partir de Jacques Derrida.** Rio de Janeiro, UAPE, 2009, p.153.

ensinava no primeiro capítulo sobre a importância da escala humana da arquitetura e a ação das portas e janelas que agem como 'olhos da cidade' e ruas. Onde coexistem diferentes usos que trazem movimento para as calçadas em diversos horários, o fluxo de pedestres se faz contínuo e as qualidades do acolhimento entre diferentes melhoram, a ponto das pessoas sentirem-se seguras entre desconhecidos, não temendo assim o *por vir*[6].

Os diferentes indivíduos e culturas urbanas possuem formas de expressão específicas de ler e escrever a cidade. Sendo um conjunto cultural híbrido, onde as trocas entre as culturas fazem parte da dimensão cotidiana, as diferentes leituras de tais práticas se proliferam e se diversificam. O arquiteto e urbanista aproxima-se da cartografia subjetiva pela vontade de rever pré-conceitos e quebrar paradigmas de representação da cidade: arquitetos são criativos e ativos por natureza. Cartografias urbanas não convencionais como a proposta busca a expressão de cotidianos que não estão ainda pasteurizados pelos espaços espetacularizados, que prometem felicidade imediata. Todas as entradas são válidas, desde que as saídas sejam múltiplas. Por isso, o cartógrafo serve-se de fontes variadas, indo além das escritas teóricas. Seus operadores conceituais podem surgir tanto de um filme quanto de uma conversa, de um passeio no parque ou da leitura de um tratado de filosofia. O surgimento, a identificação e adoção dos operadores conceituais para estas cartografias vão além do falso-ou-verdadeiro e do teórico-ou-empírico.

Para Rocha, o importante em um processo cartográfico subjetivo como o proposto é identificar e agenciar as relações entre o que é vitalizante-ou-destrutivo e o ativo-ou-reativo. Em uma paisagem psicossocial estas qualidades são percebidas quando o cartógrafo-arquiteto participa dos processos dos territórios existenciais que constituem estas realidades: ele não teme movimentos diferentes, entregando-se a percepção das vibrações que recebe nas diferentes frequências possíveis, inventando posições a partir das quais essas vibrações encontram ecos, caminhos e canais de passagem para a sua manifestação. O sujeito que busca ler essas subjetividades não se propõe apenas a acolher a cartografia dos espaços das minorias na cidade, tribos urbanas e bandos. Sem preconceitos, deve abrir-se a cada segmento de espaço capaz de ser lido como espaço de acolhimento. Para cartografar suas subjetividades, a cidade deve ser vista como um território atravessado, desviado e deformado pela sobreposição de 'mundos' de diferentes sociedades, secretas ou não: um universo onde vivem coletivos dos mais diversos, desde os enquadrados no *estabilishment* aos formados por sujeitos pós-modernos e descentrados, que portam múltiplas identidades dentro de seu ser, impossíveis de serem identificados em plenitude: quando suas identidades são capturadas por alguma representação já estão transformadas[7]. Ao praticar a cartografia acredita-se que a verdadeira realização dos desejos humanos é encontrada nas vivências e trocas, que acontecem nos encontros que se sucedem durante a errância e permeabilidade por entre diferentes 'mundos' urbanos.

CARTOGRAFANDO

A Cartografia da Hospitalidade convida o arquiteto a questionar sobre a prática projetual dos espaços públicos, ao chamar à reflexão sobre a percepção dos modos atuais da experiência de uso destes espaços, onde diariamente as potências do *por vir* do cotidiano transgridem e ressignificam os usos espaciais propostos em projeto: com a finalidade de somar conhecimento aos dados convencionais das possíveis práticas projetuais, o objetivo das cartografias é reconhecer e registrar, em forma de comunicação

6 JACOBS, Jane. **Morte e vida nas grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 29 a 57

7 ROCHA, Eduardo. Cartografias urbanas: método de exploração das cidades na conteporaneidade. In: [TESTAMANTI, Juan Manuel Diez; ESCUDERO, Beatriz (org)]. **Cartografia Social**: investigación y intervención desde las ciencias sociales: métodos y experiencias de aplicación. Comodoro Rivadavia: Universitaria de La Patagonia, 2012. pp. 120, 130 e 131.

cartográfica, a diversidade social e cultural que coexiste nas praças da cidade e entorno, com as suas respectivas conexões e permeabilidades, propondo assim a revisão dos critérios de análise e qualificação espacial dos mesmos.

Para a cartografia acontecer são necessários alguns passos. Em um primeiro momento, o cartógrafo-arquiteto determina os instrumentos que atenderão às necessidades da metodologia cartográfica escolhida: um mapa cartesiano impresso do espaço eleito; talvez um bloco de desenho e lapiseira para a marcação dos pontos e símbolos cartográficos, somados a um celular para fotos e vídeos, é o suficiente. Ao começar a ação cartográfica é preciso a atenção à consciência do entorno urbano onde está interagindo. Essa é adquirida enquanto caminha aberto à percepção para além do espaço representado no mapa oficial, buscando o que está além da vista.

Enquanto as bordas dos mapas convencionais dançam, convidam a reconhecer os múltiplos sentidos e experiências dos espaços e a traduzi-los em representação. A cidade contemporânea é percebida pela experiência de 'deixar-se existir': uma experiência sensorial contínua, que hoje assume as imagens do inconsciente como sujeitos ativos das percepções do corpo no espaço onde está domiciliado, enquanto as extensões tecnológicas participam do processo. A revisão dos critérios de análise dos espaços da cidade pela ótica proposta chama o olhar para além das aparências encontradas nas representações das cartografias convencionais. A medida que os limites dos mapas vão sendo permeados e perdendo a importância, seres e potências econômicas, culturais e sociais até então ignoradas e seus afetos são iluminados e acolhidos, em um movimento de des-fragmentação.

As diferentes percepções e sentimentos que brotam durante o percurso modificam culturalmente o significado do espaço percorrido e, consequentemente, o próprio espaço: o caminhar acolhe o movimento do corpo, em espírito e ideia[8]. Quando o processo de entregar-se ao movimento chega a ponto de induzir o sujeito a confundir-se com a espacialidade, o movimento de percepção espaço-temporal modifica-se, como se novas referências físico-espaciais são criadas pelos encontros e pela contingência dos caminhos, o que faz o cartógrafo-arquiteto desacelerar e parar o passo. Esses eventos fazem as hierarquias rígidas dos limites serem percebidas como transições fáceis, transcendendo a experiência espaço-temporal para uma condição onde o sujeito desacelera o ritmo a ponto de dar um passo atrás na velocidade da vida, enquanto abre-se ao *por vir*. Kastrup[9] descreveu este tipo de atenção como flutuante concentrada e aberta, como se o cartógrafo estivesse percebendo o espaço à espreita. Assim, evitam-se dois extremos: o relaxamento passivo e a rigidez controlada. Sua função é a de detectar formas e forças circulantes, como se identificando as situações em curso nas paisagens psicossociais da espacialidade em questão. Assim, a cartografia passa de uma competência para uma performance desenvolvendo-se como uma política cognitiva do envolvimento do sujeito no processo. Este último, enquanto complexo e individual faz a atenção do sujeito assumir diferentes funcionamentos: seletivo ou flutuante, focado ou desfocado, concentrado ou disperso, voluntário ou involuntário, e diversas combinações, como seleção voluntária, flutuação involuntária, concentração desfocada, focalização dispersa, entre outras várias que podem surgir. Embora coexistam, as diferentes organizações e proporções distintas das variedades atencionais refletem as suas políticas cognitivas.

[8] PAESE, Celma. **Contramapas de Acolhimento.** 330 p. Tese (Doutorado em Arquitetura) – PROPAR - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016, p. 25. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/151123>. Acesso em: 07 jun. 2018.

[9] KASTRUP, Virginia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs). **Pistas do método da cartografia** – pesquisa-intervenção e produção da subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2014, p.33 a 48.

Como instrumentos de reconhecimento e divulgação de eventos de apropriação espacial e uso desses espaços públicos, onde frequentemente acontecem espacialidades pouco conhecidas, desconhecidas ou mesmo ignoradas por usuários locais e pelos habitantes da cidade, as cartografias buscam rever as potências criativas ocultas nos diferentes modos de vida que vão além dos propostos pelo poder oficial. Cartografar, percebendo para além dos mapas convencionais, é abrir reais possibilidades de inclusão daqueles que dão outros usos para esses espaços. Ao dar chance à manifestação do diferente, daquele que pode contribuir para uma verdadeira mudança de paradigmas sociais, o sentido de acolhimento dos espaços das praças urbanas é potencializado. Sem o comprometimento com a exatidão dos mapas geográficos, as Cartografias da Hospitalidade expressam uma narrativa que se propõe a reconhecer modos de intensificar o potencial de acolhimento dos espaços estudados. Através da investigação cartográfica de localização de potências de hospitalidade, propõem a revisão das maneiras de convívio entre diferentes, ao reconhecer e agregar ao invés de segregar e ignorar eventos 'não oficiais'.

Cartografar sem buscar controlar é inverter a lógica espetacular, como já colocamos no início do texto, nossas cartografias objetivam enxergar, perceber reconhecer e propor à cultura do outro, invisível aos olhos de quem não quer ver, representar-se, dando boas-vindas ao agenciamento da expansão da inclusão e coexistência. A situação da experiência de permeação das bordas – entre as praças e o seu entorno urbano e entre os seus espaços internos – durante o processo cartográfico, traduz a potência do sentido de hospitalidade em si. Os sucessivos encontros nos caminhos percorridos pelo cartógrafo-arquiteto criam reais situações de acolhimento entre diferentes, chamando à prática da alteridade.

PRAÇA DA ALFÂNDEGA

Para ilustrar a pesquisa elege-se como o contexto do objeto de estudo a Praça da Alfândega. Situada no Centro Histórico da cidade de Porto Alegre, esse local surge no final do século XVIII fazendo parte da história inicial da capital. Inicialmente, foi chamada de Largo da Quitanda por se tratar de um ponto de trocas comerciais e portuárias dos produtos que chegavam via fluvial. A praça era a principal entrada da cidade, ainda hoje encontra-se o pórtico de acesso que juntamente com a Avenida Sepúlvida, marca um eixo visual até a Praça (Figura 1). A estruturação desse espaço foi marcada por três fatos: a construção do edifício da Alfândega em 1824 e sua posterior demolição com a construção do aterro em 1912; e a absorção do leito da Rua Sete de Setembro e 1979.

Figura 1: Vista aérea com localização da Praça da Alfândega
Fonte: Google Earth editado pelas autores

Hoje, a Praça da Alfândega é um lugar de coexistência entre diferentes modos de apropriação e vivência de seus espaços. Suas paisagens psicossociais modificam-se ao longo do ano e das horas: a praça é mercado; lugar de encontrar e ficar; passar e estar; e ainda lugar de morar. A praça é palco de diversos eventos, entre eles a Feira do Livro que, desde 1955 ocorre anualmente e movimenta culturalmente o centro da cidade.

O objetivo de eleger a Praça da Alfândega como objeto de estudo foi de utilizar a metodologia cartográfica-subjetiva como apoio ao trabalho de pesquisa de uma das participantes do projeto: a pesquisadora desenvolve em seu mestrado uma análise da relação da praça com o entorno. Para isso, utilizou o método de percepção e análise socioespacial desta cartografia como ponto de partida para análises posteriores. A narrativa a seguir foi desenvolvida a partir da primeira visita realizada na praça pelo grupo. Neste momento, convidamos a caminhar na Praça da Alfândega aberto à percepção do que não é visto, do não percebido e do não oficial, criando outras possibilidades de acolhimento e representação da urbanidade inserida nas paisagens psicossociais que se sobrepõem em seu espaço.

Escolhemos, propositadamente, um dia da semana laboral: quarta-feira, 15 de agosto do inverno de 2017, em torno do meio-dia, horário em que a diversidade de apropriações espaciais coexiste com um intenso fluxo de passantes. Para os registros cartográficos *in loco* elegemos os seguintes dispositivos:

1. Mapa da Praça da Alfândega e entorno extraído do Google Earth para anotações durante a errância
2. Celulares para fotografar e gravar vídeos

Figura 2, 3 e 4: Fotos de usuários na Praça da Alfândega
Fonte: autores, 2017

A caminhada durou aproximadamente duas horas, tempo que foi utilizado para registrar os eventos e encontros do caminho. A documentação gerada pelo registro das caminhadas descritas – fotografias, anotações, desenhos e vídeo (Figuras 2, 3 e 4) – propiciaram a criação das Cartografias Influenciais individuais da praça chamadas pelo grupo de mapas de sentimentos, que foram complementados com textos, esse material registrou a síntese da percepção das paisagens psicossociais naquele dia e horário. As cartografias foram executadas em papel A3 e de forma individual e apresentadas para o grupo, que trocou opiniões e experiências.

Também foi criada uma collage-cartografia (Figura 5) coletiva da Praça da Alfândega:

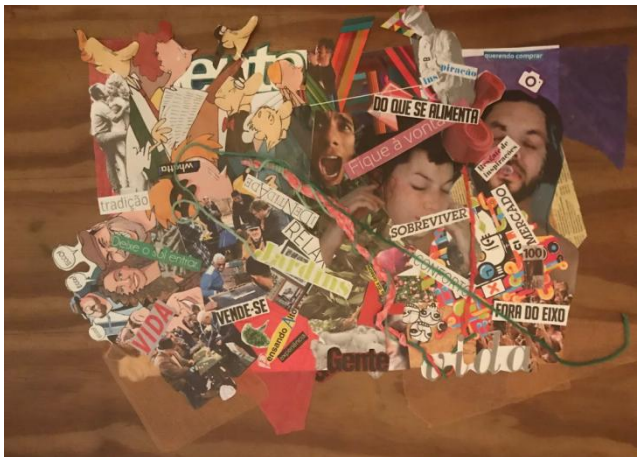


Figura 5: Collage-cartografia coletiva da Praça da Alfândega
Fonte: autoras, 2017

A diversidade de expressões e representações nas cartografias representam os diferentes olhares sobre o espaço explorado e sentido, abrindo novas possibilidades de entendimento do modus vivendis daquele lugar. Portanto, o desafio aos paradigmas das representações dos mapas convencionais está representado nas cartografias a seguir:

Figura 6: Mapa de sentimentos da Praça da Alfândega
Fonte: autoras, 2017

Mestranda 1

No dia a dia, os personagens passam a caminho de suas vidas, construindo suas histórias, alguns param, olham, passam apressado, porém todos sentem, ninguém consegue ser indiferente a este cenário que abraça e acolhe a todos sem distinção. Cada pequena pedra, cada folha no chão, cada árvore plantada, cada pessoa com seus pensamentos, guardam as memórias de uma cidade que teve sua gênese ali, naquela praça, naquele lugar. A cidade cresce a partir desse espaço que serve como abrigo para a cultura, é mais que uma referência histórica, é uma referência no cotidiano dos porto alegrenses. O que é a Praça da Alfândega? As cores, as texturas, as misturas, os contrastes, enfim... as pessoas (Figura 6).

Figura 7: Mapa de sentimentos da Praça da Alfândega
Fonte: autoras, 2017

Mestranda 2

A praça da Alfândega tem em si um misto de experiências, de vidas, que conseguem conviver em um mesmo ambiente ainda que tenham cotidianos distintos. É possível em um mesmo ambiente encontrar paz, descanso e o tumulto de uma rotina fatigante. A história da Alfândega muitas vezes se confunde com a história de Porto Alegre, visto que ambas são confluentes. A praça abriga a memória do porto alegrense e permite que novos registros sejam criados diariamente. Um espaço não só de memória, mas também de pluralidade arquitetônica e social , com um entorno imediato com edificações de diferentes períodos, sendo acolhida por diferentes nichos de pessoas (Figura 7).

Figura 8: Mapa de sentimentos da Praça da Alfândega
Fonte: autoras, 2017

Mestranda 3

Lugar de descanso. Lugar de trabalho. Lugar de comércio. Lugar de diversão. Ou simplesmente lugar de passagem. A vida que movimenta a Praça da Alfândega é uma síntese da cidade como o todo... um misto de atividades, frequentadores – e até moradores – e sensações. Seus percursos se estendem pelo centro da cidade. O jazz que vem do vendedor ambulante de CD's numa das esquinas de um dos percursos possíveis da praça, acolhe a todos de alguma maneira. Cada usuário tem esse ambiente para si um

significado, tornando-o único para cada um. A percepção deste lugar traz diversas palavras que resumem como a Praça da Alfândega acolhe quem por ali passa ou frequenta (Figura 8).

Figura 9: Mapa de sentimentos da Praça da Alfândega
Fonte: autora, 2017

Mestranda 4

A Praça da Alfândega representa o centro da cidade, onde tudo acontece. Seu fluxo frenético e caótico se contrapõe com os nichos de calmaria que encontramos na praça. Esses nichos são por um lado um alento para essa loucura transeunte, mas também motivo de tensão nessa rotina do ir e vir de seus ocupantes. Viver a experiência "Praça da Alfandega" é viver um pouco da cidade de Porto Alegre, através dos rastros e memórias deixados por ali ao longo de décadas. Cada fruidor produz e reproduz, age e reage a partir da suas características e conforme as sensações que a praça proporciona (Figura 9).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a ação cartográfica da Praça da Alfândega, dois importantes objetivos foram alcançados: o primeiro foi a concretização da primeira ação cartográfica do grupo. O segundo objetivo era da ação servir como apoio aos estudos da Praça da Alfândega e suas espacialidades a serem desenvolvidos na dissertação de uma mestranda integrante do grupo de pesquisa: a pesquisadora está buscando compreender a complexidade do tecido urbano da praça, que reúne edificações de períodos cronológicos diferentes. A inegável importância destas arquiteturas para a criação da memória coletiva da cidade afirma-se no seu papel gerador de fatos urbanos que, ao longo do tempo, vão construindo e modificando o patrimônio cultural. A partir de conclusões alcançadas nas discussões e resultados do grupo, a mestranda gerou designações que estruturaram o seu importante estudo deste lugar gerador de lugares na cidade de Porto Alegre: lugar de memória, lugar de pluralidade, coração da cidade e lugar de passagem.

O conjunto do material coletado, dos mapas de sentimentos e respectivos textos formam a cartografia de Hospitalidade da Praça da Alfândega. Desta experiência, resultou o primeiro material disponibilizado em um site da pesquisa. O site/blog é o responsório do material gerado neste e em outros processos cartográficos: material digital como fotos, mídias, collages, etc, vem sendo postadas à medida que as pesquisas avançam neste e em outros sítios. Este site/blog também serve para divulgação de conteúdo que o grupo de trabalho acredita ser conveniente e pertinente à complementação do conteúdo coletado

durante as errâncias: o grupo promove ações cartográficas em eventos determinados, como o Jane's Walk e a Noite dos Museus.

Cartografias da Hospitalidade são construções cartográficas que envolvem uma contínua tradução do concreto ao abstrato e novamente ao concreto, buscando um ponto de encontro ou terreno comum entre diferentes linguagens e realidades espaciais, culturais e sociais. Ações de apropriação espacial como as da metodologia utilizada agem como dispositivos políticos de desmontagem de pré-conceitos, identificando o real potencial de hospitalidade dos espaços, assim facilitando a convivência entre as 'diferentes cidades' que ali coexistem. Desta maneira, criam condições para a manifestação das potências dos sujeitos que habitam o 'diferente'.

BIBLIOGRAFIA:

DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo: Ed. Escuta, 2003.

JACOBS, Jane. **Morte e vida nas grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

KASTRUP, Virginia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs). **Pistas do método da cartografia:** Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**.** Porto Alegre: Sulina, 2014.

PAESE, Celma. **Contramapas de Acolhimento.** 330 p. Tese (Doutorado em Arquitetura) – PROPAR - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/151123 Acesso em: 07 jun. 2018.

ROCHA, Eduardo. Cartografias urbanas: método de exploração das cidades na conteporaneidade. In: [TESTAMANTI, Juan Manuel Diez; ESCUDERO, Beatriz (org)]. **Cartografia Social**: investigación y intervención desde las ciencias sociales: métodos y experiencias de aplicación. Comodoro Rivadavia: Universitaria de La Patagonia, 2012. pp. 106 – 131.

ROCHA, Eduardo. **Arquiteturas do abandono**. Tese (Doutorado em Arquitetura). Porto Alegre: PROPAR – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2010. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/24722 Acesso em: 07 jun. 2018.

SOLIS, Dirce Eleonora Nigro. **Desconstrução e arquitetura uma abordagem a partir de Jacques Derrida.** Rio de Janeiro: UAPE, 2009.

V enanparq
Salvador - 2018

COMPOSIÇÃO ARQUITETÔNICA: UM EXPERIMENTO DOS CINCO PONTOS DE LE CORBUSIER

ARCHITECTURAL COMPOSITION: AN EXPERIMENT OF LE CORBUSIER'S FIVE POINTS

COMPOSICIÓN ARQUITECTÓNICA: UN EXPERIMENTO DE LOS CINCO PUNTOS DE LE CORBUSIER

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

MALICHESKI, Isadora Finoketti
Mestranda em Arquitetura do PROPAR - UFRGS; Professora de Arquitetura do IFRS
isadora.malicheski@bento.ifrs.edu.br

COMPOSIÇÃO ARQUITETÔNICA: UM EXPERIMENTO DOS CINCO PONTOS DE LE CORBUSIER

ARCHITECTURAL COMPOSITION: AN EXPERIMENT OF LE CORBUSIER'S FIVE POINTS

COMPOSICIÓN ARQUITECTÓNICA: UN EXPERIMENTO DE LOS CINCO PUNTOS DE LE CORBUSIER

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Este artigo tem como objetivo relatar de forma crítica a realização de um exercício experimental de composição arquitetônica, cujo foco é a proposição de uma intervenção na área do conjunto arquitetônico que abriga, entre outras, as edificações dos arquitetos Le Corbusier e Eileen Gray – "El Cabanon" e a residência da arquiteta, respectivamente – tendo como desafio compositivo a aplicação dos cinco pontos de uma nova arquitetura propostos pelo primeiro arquiteto. Busca-se provocar a reflexão projetual acerca da composição arquitetônica através da prática, utilizando os elementos compositivos principais que fundamentaram os princípios da arquitetura modernista.
PALAVRAS-CHAVE: composição; elementos; Le Corbusier.

ABSTRACT:
This article has the purpose to report on the critical form the realization of an experimental exercise of architectural composition, whose focus is the proposition of an intervention in the area of the architectural ensemble that houses, among others, the buildings of the architects Le Corbusier and Eileen Gray – "El Cabanon" and the residence of the architect, respectively - having as composition challenge the application of the five points of a new architecture proposed by the first architect. It seeks to provoke the reflection about the architectural composition in projects through the practice, using the main compositional elements that based the principles of the modernist architecture.
KEYWORDS: *composition; elements; Le Corbusier.*

RESUMEN:
Este artículo tiene como objetivo relatar de forma crítica la realización de un ejercicio experimental de composición arquitectónica, cuyo foco es la proposición de una intervención en el área del conjunto arquitectónico que alberga, entre otras, las edificaciones de los arquitectos Le Corbusier y Eileen Gray – "El Cabanon" y la residencia de la arquitecta, respectivamente - teniendo como desafío compositivo la aplicación de los cinco puntos de una nueva arquitectura propuestos por el primer arquitecto. Se busca provocar la reflexión proyectual acerca de la composición arquitectónica a través de la práctica, utilizando los elementos compositivos principales que fundamentaron los principios de la arquitectura modernista.
PALABRAS-CLAVE*: composición; elementos; Le Corbusier.*

INTRODUÇÃO

Em 1951, buscando um refúgio em meio à natureza do sul da França, em Roquebrune Cap-Martin, Le Corbusier construiu uma pequena e minimalista cabana onde anunciava passar seus dias praticamente como um monge. Em um terreno extremamente íngreme e rochoso de frente ao mar, edificou a construção rústica de madeira – o Cabanon, cujo interior foi inspirado na escala antropométrica do *Modulor*[1], em movimentos do corpo humano e no retângulo áureo. A construção não conta com cozinha, pois encontra-se anexa a outra edificação que servia como suporte ao arquiteto em suas refeições: o restaurante L'Etoile de Mer, que pertencia a um amigo. Além da cabana, Le Corbusier também foi responsável pela construção de cinco casas de férias próximas ao restaurante, estas com estilo mais brutalista e em cores primárias contrastando com a rusticidade de sua propriedade, e um pequeno ateliê à oeste do Cabanon, onde podia trabalhar com maior conforto e observando o mar.

Ao leste do terreno, hoje com a topografia agressiva atenuada pela presença de platôs e uma escadaria central, também há a presença da casa projetada pela arquiteta e designer irlandesa Eileen Gray. De estética expressivamente modernista, a residência branca denominada E-1027 é superior às demais em área e se destaca no complexo pelo volume grandioso. Conta-se que, contrariado pela negativa da arquiteta em lhe vender sua morada, Le Corbusier vandalizou suas paredes pintando murais coloridos que macularam a pureza das superfícies e enfureceram a vizinha imediata. (Figura 1).

Figura 1: da esquerda para direita: residência E-1027, cabanas de férias, restaurante L'Etoile de Mer contíguo ao Cabanon, e ateliê.

Fonte: Google Maps.

[1] O *Modulor* foi um sistema de proporções criado e amplamente utilizado por Le Corbusier, baseado em um indivíduo modelo nas medidas da razão áurea.

Buscando exercitar a prática projetual da composição arquitetônica[2], este trabalho tem como desafio esboçar, no âmbito do ideário de anteprojeto, uma intervenção na área que abriga estas edificações utilizando como ferramentas norteadoras os "cinco pontos de uma nova arquitetura", propostos por Le Corbusier, e as quatro composições tipificadas por ele. O objetivo principal da proposta é provocar a reflexão projetual acerca da composição arquitetônica através da prática utilizando os elementos compositivos principais que fundamentaram os princípios da arquitetura modernista.

A QUESTÃO DA COMPOSIÇÃO

Composição na arquitetura se refere ao ordenamento, tanto morfológico quanto semântico, dos elementos que compõe uma edificação, originário das relações que se estabelecem entre eles. Fazendo uso de uma analogia simplista, assim como as notas musicais devem ser cuidadosamente ordenadas sobre as linhas da partitura para que, após arranjos e rearranjos, formem a música harmônica, os elementos construtivos também devem ser relacionados a fim de que expressem materialmente a linguagem, experiência e espacialidade que o arquiteto deseja transmitir. Composição é técnica, invenção, repetição. É um processo multiplicativo: o mesmo elemento poderá assumir diferentes significados ao ser mudado de contexto, ao ter suas relações rompidas e reestabelecidas com os demais componentes de um arranjo, ser composto, decomposto, recomposto exaustivamente a fim de que assuma novas funções mesmo que sua forma permaneça intacta.

No Classicismo, a composição originava-se dos elementos de arquitetura como colunas, frontões e arcos, utilizados como meros materiais construtivos cujas regras estilísticas previamente concebidas acabavam por definir a linguagem da construção como um todo, uma espécie de "combo de elementos" que eram simplesmente acoplados aos espaços, justapostos às formas primárias dos grandes volumes com o objetivo de atingir a perfeição aos olhos das divindades e mortais, e que jamais passariam pelo crivo da inovação. Já no Neoclassicismo, emerge uma nova forma de expressão da composição onde os ditos elementos de arquitetura não são mais considerados apenas a matéria-prima do arquiteto, e assumem o status de elementos de composição: passaram a ser vistos como as peças que, combinadas, não formam apenas os espaços construídos, e sim os não construídos, os aposentos, os vazios onde a vida de fato acontece.

Durand (1802-5) traduz a transformação do paradigma da composição arquitetônica ao escrever seu tratado "*Précis des leçons d'architecture*", onde sistematizou e categorizou projetos de arquiteturas de diferentes tempos de acordo com o modo de uso dos seus elementos compositivos, identificando padrões e determinando tipologias modulares baseadas na simetria, formas geométricas simples e organização axial. Planta-se a semente da composição elementar, onde a ordenação racional dos elementos conceituará o projeto.

Em um salto temporal de quase dois séculos, o Modernismo surge como proposta de inovação e ruptura com o que havia sido produzido até então em arquitetura, tendo como princípios essenciais o racionalismo e funcionalismo – características que viriam a intervir diretamente nas composições arquitetônicas e espaciais

[2] O exercício prático de elaboração da proposta de intervenção na área que compreende o Cabanon e demais edificações foi realizado na disciplina "Composição Arquitetônica I", do programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob orientação do professor Arq. Dr. Rogério Castro de Oliveira. A concepção e graficação do anteprojeto foram desenvolvidas em conjunto com os colegas Arq. Éllen Cristina da Costa, Arq. Rodrigo Ross Duarte e Arq. Gabriel Fendt.

das edificações “modernas”. Formas geométricas livres de ornamentação, segregação entre estrutura e vedação, rasgos contínuos em substituição às janelas fragmentadas tradicionais, descolamento da edificação do solo e integração espacial entre os cômodos eram alguns dos preceitos da vez. No âmbito do urbanismo não se deixou por menos com as propostas das grandes vias rompedoras do tecido urbano (ultra)passado, zoneamentos e regulamentações do uso do solo que determinavam as tipologias das edificações implantadas, colossais “desertos de áreas verdes” e o espaço público voltado à tecnologia do automóvel em detrimento aos pedestres, agora equipados com suas “máquinas de morar”. A regra que norteou a composição urbana era (de)compor o espaço e o (re)compor segundo a higienização moderna.

Não surpreendem as críticas que seguiram o período, como as de Rowe (1978) que em seu aclamado “*Collage City*” enfatiza a quebra da promessa de libertação feita pela arquitetura e urbanismo modernos, que adotaram postura arrasadora do passado para a construção de um futuro não muito mais promissor. Mesmo sem se considerar contextualista, trouxe a reflexão acerca da composição - especialmente no domínio do urbanismo - onde propunha a análise das relações estabelecidas nas diferentes arquiteturas, ainda que dentro de um mesmo período, e posterior apreensão das suas virtudes, que segundo ele poderiam ser conciliadas em um modelo que usasse o espaço existente para abrigar o novo. Ao defender que as casas modernas deveriam ser inseridas nas malhas urbanas tradicionais e não em tábulas rasas conforme pregado, como uma prática de colagem de edificações nos vazios pré-existentes, propôs que a composição em arquitetura deveria ter como ponto de partida o contexto em sua forma mais ampla:

> [...] A utopia como metáfora e a Cidade-Colagem como prescrição: esses opostos, envolvendo tanto as garantias do direito como da liberdade, certamente deveriam constituir a dialética do futuro, mais do que alguma redenção completa às ‘certezas' científicas ou aos simples caprichos do ad hoc. A desintegração da arquitetura moderna parece exigir tal estratégia, um pluralismo esclarecido parece se convidar, e é possível que até mesmo o senso comum aconteça. (ROWE, 1978, p. 125)

Na mesma linha de pensamento, pouco antes, Venturi (1966) também criticou a ideologia moderno ao argumentar em “*Complexity and Contradiction in Architecture*” que a composição deveria considerar a junção de elementos complexos e contraditórios, em oposição ao simplismo propagado. Sob essas óticas, a arquitetura torna-se parte de um universo formado por componentes diferentes, heterogêneos, mas que de algum modo devem conviver e se acomodar de forma harmoniosa, mesmo que sejam elementos que colidam e se contradigam entre si. A relação de continuidade na composição e organização dos espaços é que confere coerência, reconhecimento e identidade a eles.

OS PONTOS E COMPOSIÇÕES DE LE CORBUSIER

Do desejo em inovar o modo de conceber e viver a arquitetura no Modernismo, surgiram os consolidados “cinco pontos de uma nova arquitetura” teorizados por Le Corbusier, que propunham uma composição arquitetônica elementar, ou seja, originada a partir da ordenação de elementos compositivos definidos, cujos arranjos resultariam na prática espacial manifestada pela doutrina Moderna.

Da observação do homem e do automóvel, a dualidade natureza e máquina, Le Corbusier fundamentou cinco elementos que passariam a balizar a arquitetura de seu tempo: os pilotis, o terraço jardim, a planta livre, a fachada livre e as janelas em fita. A proposta de descolamento da edificação do solo é sustentada pela presença longilínea dos pilotis: através do uso ordenado dos mesmos, o solo se torna livre, permeável visual

e espacialmente, democrático ao permitir o ir e vir, e a edificação paira sobre o terreno, plena, obrigando o observador a voltar seus olhos para o alto no momento de contemplação; o pátio agora é transportado para a cobertura sob a forma de terraço, o espaço antes "perdido" é reconhecido como área útil, apto à convivência e ao lazer: o jardim reinventado; com a adoção do padrão dominó que realiza a separação do corpo da edificação entre esqueleto e pele, estrutura e paredes - que passam a assumir função exclusiva de vedação, rompem-se as barreiras que antes dividiam os cômodos e decompunham os espaços, e abre-se alas para a integração, fluidez, flexibilidade e liberdade espacial, que por meio da planta livre refletem os novos hábitos de morar do homem moderno; também em consequência da possibilidade tecnológica da dissociação estrutura-vedação, a fachada livre permite que se ouse no exterior da edificação tanto quanto em seu interior, oportunizando a criação de formas inusitadas, de curvas antes impraticáveis e planos vazados, assim como das janela em fita, que rompem com a estética habitual dada pelas aberturas das esquadrias clássicas, rasgam as fachadas horizontalmente trazendo a iluminação natural e higiênica para o interior da edificação, e extrapolam os limites visuais entre o público e o privado.

Partindo do repertório de elementos básicos instituídos por ele, o arquiteto suíço também elaborou um diagrama em forma de croqui (Figura 2) onde tipificou quatro estratégias de composição formal derivadas do uso dos cinco componentes fundamentais da arquitetura por ele preconizados. Representada pela Maison La Roche, a primeira composição é posta como uma oposição irregular aos prismas puros que definem as demais. Com volumes dispostos lado a lado conforme sua função, é descrita como um gênero fácil, pitoresco e com movimento, que pode ser disciplinado por uma classificação hierárquica dos elementos que a compõe. O segundo arranjo, por sua vez, é considerado o mais difícil ao pretender que todas as funções sejam perfeitamente encaixadas dentro de um prisma retangular puro; exemplificada pela Villa Stein, aproxima-se da configuração clássica e pode ser considerada minimalista e sem movimento. A terceira proposta, dita fácil e engenhosa, decompõe o volume em planos empilhados sob pilotis; desenvolvida na Maison Baizeau, em Cartago, permite maior flexibilidade das formas a serem encaixadas no esqueleto dominó. A quarta e última tipificação esboçada tem na famosa Villa Savoy sua matriz ideal. Trata-se da união dos cinco pontos anunciados e, ao mesmo tempo, da compilação das composições anteriores em um mesmo tipo arquitetônico. Nas palavras do autor, é "muito generosa, afirma-se no exterior uma vontade arquitetural: satisfaz no interior a todas as necessidades funcionais, contiguidade, circulação" (Le Corbusier, 2004, p. 138).

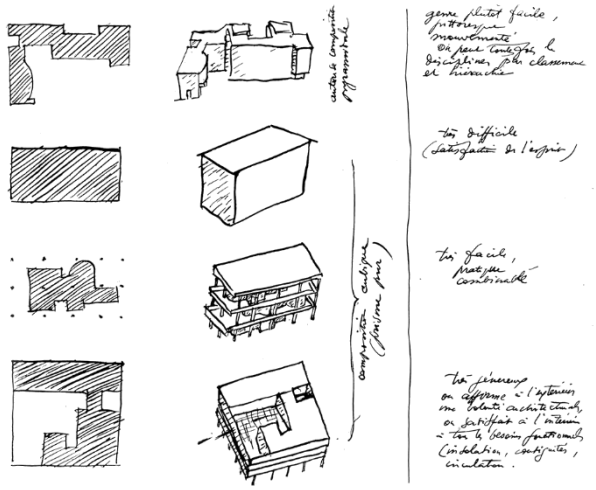


Figura 2: Diagrama de Le Corbusier dos quatro tipos de composição, 1925.

Fonte: site Ensaio Fragmentados.

A PROPOSTA

A proposta de uma única edificação, cuja função programática seria servir de apoio ao complexo turístico consolidado na atualidade pela visitação às obras dos arquitetos, justificou-se pelo fato desta não pretender "roubar a cena" das demais, e sim servir de complemento a elas e promover a apreciação do entorno natural e construído. Assim, a construção abrigaria espaços contemplativos, sanitários, loja de souvenires e livraria, cafeteria, e uma salão de eventos multiuso equipada com cozinha e sanitários próprios; a exploração comercial destes espaços poderia complementar a renda para manutenção das construções que formam o complexo arquitetônico.

Partindo do ideário contextualista de Rowe, a concepção inicial da intervenção se deu considerando as edificações e curvas de níveis existentes no terreno. A implantação fez-se na área não edificada dos platôs do terreno, contígua ao Cabanon e restaurante, e pretendia ser uma "intervenção silenciosa", sem promover alteração da topografia ou da vegetação existente. O lançamento do partido através de croquis de estudo, resultou em uma composição elementar que teve a terceira tipologia delineada por Le Corbusier – análoga à Maison Baizeau - como conceituação base da edificação.

Estabeleceu-se que seria utilizada uma malha ordenadora de pilares e, com inspiração nos platôs naturais e artificiais do terreno, seriam criadas três lajes acomodadas sobre cada platô, formando bandejas projetadas para além dos limites do solo. No plano superior posicionado na curva de nível do Cabanon, convencionou-se o uso de terraço-jardim a fim de dar continuidade ao solo, com o objetivo de camuflar a construção no entorno, propiciar uma área de lazer livre de obstáculos topográficos e criar belvederes em direção à costa. Os pilares, esbeltos, perfurariam as lajes fazendo a conexão estrutural e visual entre elas, elevando a construção do solo na forma de pilotis que fariam com que a arquitetura pairasse sobre as curvas de nível, permitindo a preservação da vegetação natural sob os rasos de concreto. Para realizar a conexão espacial, seriam abertos rasgos nas lajes a partir dos quais se desenvolveriam rampas suaves levando de um pavimento ao outro. Estas, não fazendo parte dos cinco pontos de Le Corbusier, assumiriam papel de promotoras da *promenade architecturale*[3] também revelada por ele em seus escritos. Os fechamentos entre as lajes por planos de vidro configurariam a fachada livre, porém seria perdido o ponto elementar da janela em fita. Essa é uma das características modificadas no anteprojeto final. Por entre as lajes estariam posicionados os espaços para atender ao programa propriamente dito, seguindo a premissa da planta livre para organização flexível dos ambientes conforme o uso pretendido de funções programáticas (Figura 3).

[3] *Promenade architecturale* ou arquitetural é um conceito introduzido por Le Corbusier que tem na valorização do percurso uma estratégia conceitual. Consiste na realização de um passeio caminhado pelo ambiente arquitetônico, realizado através de um trajeto premeditado, ou seja, um caminho elaborado conscientemente, a fim de observar os efeitos obtidos pelo observador dada a complexidade da obra e posicionamento dos objetos e elementos existentes.

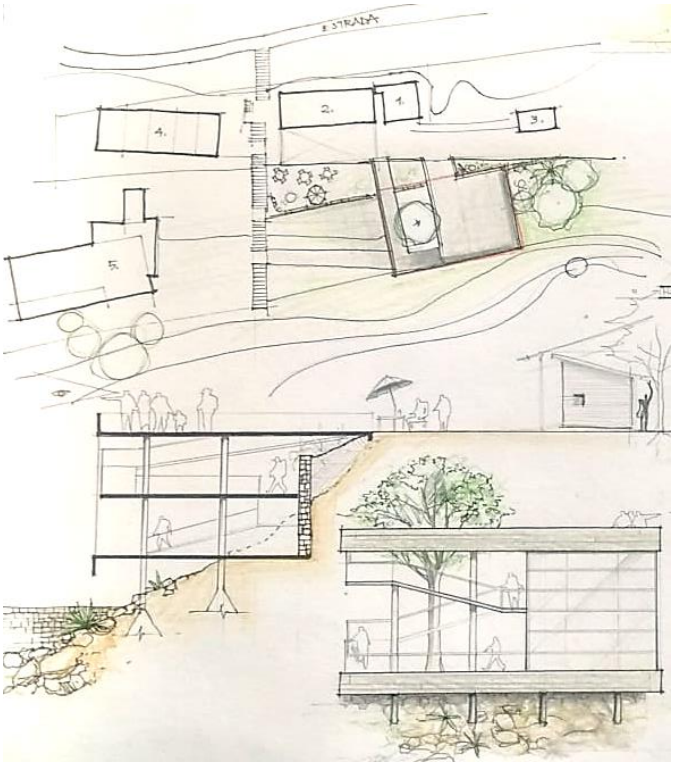


Figura 3: croquis de lançamento do partido realizados durante o desenvolvimento do exercício compositivo.

Fonte: desenhos de Rodrigo Ross Duarte.

Após esboçada as ideias iniciais, partiu-se para a prática do lançamento do partido sobre as curvas de níveis existentes, já com o auxílio de ferramentas de modelagem eletrônica 3D, e já ali percebeu-se que, a fim de utilizar a topografia existente sem promover alterações nos desníveis, a edificação teria que ser deslocada à leste do terreno e ter sua altura alterada, pois o conceito era manter o terraço nivelado ao restaurante e Cabanon, e o mais próximo possível da altura da casa E-1027. A fim de fazer com que as rampas fossem uma ideia praticável, precisou-se aumentar as dimensões horizontais da edificação para que vencessem as alturas necessárias sem perder o critério de inclinação máxima permitida para a acessibilidade universal; as rampas formaram desdobramentos das tábulas do terraço e demais pavimentos, e optou-se pelo não uso de elevadores justamente para grifar o desafio compositivo e formal. Nesse ponto, a edificação começou a distanciar-se bastante da ideia inicial de ser uma intervenção sem ruídos à paisagem: ficou robusta em tamanho e forma, e mostrou-se visualmente agressiva ao entorno, destoando do natural, aproximando-se da máquina de morar. Os terraços jardins foram limitados a canteiros verdes para também permitirem que se alcançassem os belvederes sem obstáculos, com alguns bancos para descanso. Acrescentaram-se as janelas em fita para que a interpretação dos cinco pontos fosse literal, posicionadas ao longo de toda a extensão pavimento imediatamente inferior ao terraço, mantendo altura suficiente apenas para que o observador tivesse um visual panorâmico e emoldurado tanto das águas quanto das edificações próximas. A cor alva predominante foi eleita para que remetesse ao “branco moderno” e fizesse par à casa lindeira. Somados às lajes, os pilares, ora pilotis, explicitaram bem a estrutura dominó da obra (Figura 4).

Figura 4: modelo 3D do partido evoluído realizado durante o desenvolvimento do exercício compositivo.

Fonte: modelagem e render de Gabriel Fendt.

CONSIDERAÇÕES

A malha formada pela sequência de pilotis conferiu um caráter rígido à estrutura da edificação desde o princípio. Ao mesmo tempo, permitiu a flexibilidade da planta livre que conferiu o caráter de não permanência desejado aos usos: em outro contexto, a edificação poderia receber novos programas e funções, possivelmente resultando em novos arranjos espaciais dentro dos limites instituídos. A fachada livre, que conferiria a liberdade da vedação, para talvez haver ousadia por meio de formas sinuosas ou desconexas, foi condicionada pelo ordenamento dos pilares e da geometria estabelecida pelo conjunto de elementos. As lajes, formando um terraço-jardim e demais pavimentos, adequaram-se ao local por propiciarem o aproveitamento dos desníveis, porém a acessibilidade somente foi plena quando acrescentadas longas rampas ao seu sistema configuracional, descaracterizando por completo o ideário formal preliminar. Já a janela em fita acabou por limitar a integração visual entre interior e exterior, que poderia ter sido melhor explorada caso fossem utilizados os planos de vidro inicialmente pensados.

A provocação de proposta de intervenção tendo como foco o uso dos cinco pontos propagados por Le Corbusier na criação compositiva revelou-se uma surpresa contraditória na prática. Se, por um lado, os elementos auxiliaram na exploração do terreno dificultoso e valorização da paisagem exuberante, por outro demonstraram serem engessadores da forma e limitadores do fator criação, ao contrário do que poderiam pensar os arquitetos modernos - e inclusive a dificuldade de articulação do volume com o restante do conjunto em muito lembrou a segregação urbana Moderna.

A mudança de direção formal da edificação ao passo em que foram-se aplicando os cinco pontos evidenciou as adversidades de lançar mão de um “kit de elementos” como fundamento do ato de compor em arquitetura. Ao elegermos um elemento compositivo especifico como norteador da forma, seja este um dos cinco pontos trabalhados ou outro qualquer, instantaneamente estabelecemos um limite à inventividade

projetual. O elemento se torna norma: estabelecemos que um objeto deva ser obrigatoriamente utilizado e, no caso de não atender às necessidades do programa ou loco em algum momento, deturpamos e comprimimos as funções e disposições espaciais até que estas se adaptem e tenhamos o resultado pretendido com o uso do elemento. Este será constante.

O problema da composição, então, se confronta não apenas com as tensões resultantes das organizações espaciais demandadas pelas funções programáticas, mas também com o processo da invenção que, diante de todas as possibilidades existentes, precisa adequar-se à proposta e fazer escolhas. Como um jogo de pegadinha onde há múltiplas respostas para a mesma pergunta, ou um labirinto onde há não só um, mas vários caminhos possíveis para se chegar à saída, a composição arquitetônica também nos apresenta diversos rumos de organização, forma, arranjos, acomodações plausíveis dos elementos para se chegar a um mesmo objetivo funcional.

No projeto, cabe ao arquiteto não apenas tomar as decisões da composição, mas também promover o convencimento de que aquele conjunto de alternativas é o que melhor atenderá às exigências demandadas. O exercício comprova este ponto. O estudo preliminar esboçado seguiu as diretrizes compositivas defendidas por Le Corbusier, porém não seria este o único meio aceitável para se chegar a um resultado de composição semelhante. Também este resultado não seria o único capaz de satisfazer o usuário, existindo um leque infinito de composições e métodos admissíveis. Porém, é a fundamentação teórica das escolhas compositivas quem fará a argumentação capaz de persuadir o indivíduo de que uma ou outra solução é a melhor para cada problema projetual.

REFERÊNCIAS:

DURAND, Jean-Nicolas-Louis. **Précis of the Lectures on Architecture**. Los Angeles: The Getty Research Institute, 2000. Ed. orig. Précis des leçons d'architecture données à l'École Polytechnique, 1802-5.

ROWE, Colin; KOETTER, Fred. **Collage City**. Cambridge; Londres: The MIT Press, 1978.

VENTURI, Robert. **Complexity and Contradiction in Architecture**. New York: MoMA, 1966.

LE CORBUSIER. **Precisões**. São Paulo: Cosac & Naif, 2004.

CANEZ, Anna Paula; SILVA, Cairo Albuquerque da (orgs.). **Composição, partido e programa:** uma revisão crítica de conceitos em mutação. Porto Alegre: Editora UniRitter, 2015.

OLIVEIRA, Rogério de Castro. "Teoria e didática do projeto arquitetônico: uma relação permanente". **Arquitetura Revista.** São Leopoldo: Unisinos, Vol. 3, N. 1, pp. 57-62.

OLIVEIRA, Rogério de Castro. "Crítica e teoria do projeto". **Arqtexto.** Porto Alegre: UFRGS, N. 3-4, pp. 66-71.

V enanparq
Salvador - 2018

CONTRIBUIÇÕES DOS ANAIS PARA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM ARQUITETURA E URBANISMO

SCIENTIFIC CONFERENCE PAPER'S CONTRIBUTIONS FOR PRODUCTION AND REPRODUCTION OF KNOWLEDGE IN ARCHITECTURE AND URBANISM

CONTRIBUCIONES DE LOS ANALES DE EVENTOS PARA PRODUCCIÓN Y REPRODUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO EN ARQUITECTURA Y URBANISMO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIO, PROJETO E PRÁTICA

SOUZA, Sofia Pessoa Lira
Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo; Professora do CECA UFAL
sofia.souza@ceca.ufal.br

ALBUQUERQUE, A. A.
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da FAU UFAL e do PPGAU DEHA
augusto.albuquerque@fau.ufal.br

CONTRIBUIÇÕES DOS ANAIS PARA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM ARQUITETURA E URBANISMO

SCIENTIFIC CONFERENCE PAPER'S CONTRIBUTIONS FOR PRODUCTION AND REPRODUCTION OF KNOWLEDGE IN ARCHITECTURE AND URBANISM

CONTRIBUCIONES DE LOS ANALES DE EVENTOS PARA PRODUCCIÓN Y REPRODUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO EN ARQUITECTURA Y URBANISMO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIO, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
A comunicação científica incorpora atividades associadas à Produção e Reprodução do conhecimento científico e tem sido vista como instrumento poderoso na difusão e consolidação de novas ideias e tecnologias. Ela é indispensável à comunidade científica pois facilita o compartilhamento de resultados de pesquisa e possibilita sua análise e crítica. No atual contexto de competitividade e produtividade, os pesquisadores têm utilizado diversos meios para a difusão de seus trabalhos, afim de receber reconhecimento e alcançar os níveis de produção exigidos. Os Eventos são considerados meios de comunicação que contribuem para o estabelecimento de contatos pessoais entre pesquisadores, ao mesmo tempo em que divulga os resultados de suas pesquisas. Porém, seus critérios deficientes de avaliação de trabalhos e a dificuldade ao acesso de suas publicações têm levantado questionamentos quanto a sua validade e contribuição para a Produção e Reprodução do conhecimento científico.
PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Científica, Pesquisa, Pós-graduação, Publicações, Validade Científica.

ABSTRACT:
Scientific communication incorporates activities associated with the production and reproduction of scientific knowledge and has been seen as a powerful tool in the dissemination and consolidation of new ideas and technologies. It is essential to the scientific community because it facilitates the sharing of research results and enables their analysis and review. In the current context of competitiveness and productivity, researchers have used various means to disseminate their work in order to receive recognition and achieve the required production levels. Events contribute to the establishment of personal contacts between researchers and releases the results of their research. However, their disabled evaluation criteria and the difficulty to access their publication have raised questions about its validity and contribution to the production and reproduction of scientific knowledge.
KEYWORDS: *Scientific communication, Research, Graduate studies, Publications, Scientific value.*

RESUMEN:
La comunicación científica incorpora actividades asociadas a la Producción y Reproducción del conocimiento científico y ha sido vista como un instrumento poderoso en la difusión y consolidación de nuevas ideas y tecnologías. Ella es indispensable para la comunidad científica pues facilita el intercambio de resultados de investigación y posibilita su análisis y crítica. En el actual contexto de competitividad y productividad, los investigadores han utilizado diversos medios para la difusión de sus trabajos, a fin de recibir reconocimiento y alcanzar los niveles de producción exigidos. Los eventos son considerados medios de comunicación que contribuyen al establecimiento de contactos personales entre investigadores, al mismo tiempo que divulga los resultados de sus investigaciones. Pero, sus criterios deficientes de evaluación de trabajos y la dificultad al acceso de sus publicaciones han levantado cuestionamientos en cuanto a su validez y contribución a la Producción y Reproducción del conocimiento disciplinario.

***PALABRAS-CLAVE**: Comunicación Científica, Investigación, Postgrado, Publicaciones, Validez Científica.*

INTRODUÇÃO

A Pós-graduação stricto senso em Arquitetura e Urbanismo no Brasil iniciou-se após a reforma universitária de 1968, que possibilitou a articulação entre ensino e pesquisa e vem contribuindo com a produção do conhecimento científico em diversos temas, sempre ligados as demandas e anseios da sociedade (CAPES 2013).

Na última década os cursos de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, que fazem parte da Área Arquitetura, Urbanismo e Design (AUD), quase que dobrou no país, segundo dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2013), e, cresceu, também, a preocupação com sua qualidade.

No contexto atual da área, para a avaliação dos cursos de pós-graduação a CAPES utiliza a produção científica docente como um dos critérios de qualidade, em seu último triênio de avaliação 2010-2012 a produção intelectual correspondia a 40% da nota atribuídas aos cursos de pós-graduação, e deste valor 50% eram referentes aos artigos publicados em periódicos, 30% em livros e capítulo de livros e 20% para artigos completos publicados em anais de eventos qualificados.

Inserindo-se no contexto de pós-graduação stricto senso em Arquitetura e Urbanismo, este trabalho é resultado de um processo de pesquisa colaborativo que envolveu 13 alunos de uma disciplina de um programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo em Alagoas, sob coordenação do Professor Dr. Augusto Aragão Albuquerque, que tinha como objetivo central 'identificar os temas tratados na área da Arquitetura e Urbanismo nos últimos anos no Brasil'. Porém, a falta de arquivos disponíveis para download na internet, em especial dos publicados em anais, mostrou-se como dificuldade em sua elaboração.

Os anais são publicações que resultam dos trabalhos apresentados em eventos e encontros e são usados de forma a possibilitar uma maior difusão e disseminação destes trabalhos e, como objeto deste estudo, surgiram, então, questionamentos sobre a contribuição de tais publicações para a produção e reprodução do conhecimento. Neste sentido, o presente trabalho tem o objetivo de constatar as contribuições de trabalho publicados em anais de eventos para a produção e reprodução do conhecimento em Arquitetura e Urbanismo.

Sabe-se que os eventos são meios eficientes de comunicação científica informal, que promovem aproximação dos pares da comunidade científica na troca de informações cruciais para a produção de seus trabalhos, porém estas contribuições são restritas aqueles que participam do evento, devendo então utilizar os meios de comunicação científica formais, as publicações, para atingir um contingente maior de pessoas e contribuir, consequentemente, para a maior reprodução do conhecimento

A problematização sobre o potencial dos Anais como agentes de produção reprodução de conhecimento envolve fatores como qualidade dos corpos editoriais; periodicidade; variedade de formatação e indexação dos trabalhos publicados; e dificuldade de acesso a estes materiais.

METODOLOGIA

Este trabalho utilizou como dados primários os resultados concernentes a pesquisa intitulada 'Identificação das temáticas tratadas pela "comunidade" da Arquitetura e do Urbanismo no Brasil', sob orientação do Prof. Dr. Augusto Aragão Albuquerque e com participação de 13 estudantes de uma disciplina do segundo semestre de 2014 de um programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo em Alagoas. Nesta primeira pesquisa, foi investigada a produção dos docentes que participaram de programas de pós-graduação da área no país, que possuíssem ao menos uma turma de doutoramento concluída. O número de docentes destes programas totalizou 286 e foram distribuídos entre os alunos para realização da pesquisa. O levantamento destas produções respeitou o período de avaliação da CAPES correspondente ao triênio 2010-2012 e incluíam: artigos e resumos publicados em Anais e Periódicos e, ainda, tese e dissertações, orientadas pelos docentes, concluídas no período citado. Estes trabalhos foram categorizados por ano de publicação, título, autores envolvidos e palavras-chaves, utilizando os Currículos disponíveis na plataforma Lattes colhidos entre os dias 13 e 19 de setembro de 2014. Com a intenção de formar um banco de dados dos arquivos, observou-se, ainda, se os mesmos estavam disponíveis para download em sua forma online, para tanto foram utilizados como padrões mínimos para buscas os sites: Google Acadêmico, Scielo, Periódicos CAPES e BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações). Após o término da pesquisa, os alunos encaminharam suas tabelas, contendo as informações gerais dos trabalhados de cada docente, os arquivos que puderam ser encontrados na internet, um breve resumo da produção de cada autor investigado, seus Currículos Lattes e, ainda, um texto relatando as dificuldades encontradas no andamento da pesquisa.

Para a coleta de dados deste trabalho foram escolhidos, dentre os docentes que participaram desta primeira pesquisa, 22 professores que compunham duas instituições distintas e se comparou a porcentagem dos trabalhos publicados em anais e dos publicados em periódicos que puderam ser encontrados nos sites citados.

Foi realizada também uma pesquisa teórica e documental para identificar padrões que determinem a validade das publicações científicas.

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Para a humanidade é inquestionável o valor da ciência para o seu desenvolvimento, pois exerce influência direta sobre suas convicções, seus hábitos, gerando leis e ampliando, permanentemente e continuamente, as fronteiras do conhecimento em um processo ininterrupto de investigação, caracterizando-se, portanto, como uma instituição social, dinâmica, contínua e cumulativa (TARGINO, 2015).

Desta forma é notória a vital importância que o acervo de conhecimentos científicos que se renova com a pesquisa detém para as gerações seguintes, para que estas assimilem os resultados das gerações anteriores e possam desenvolverem e/ou ampliarem procedimentos e produtos, visando novos aspectos da ciência, o que é conseguindo por meio da comunicação científica que tem crescido junto com o volume de pesquisas realizadas (MUELLER, 1995).

Le Coadic (1996) afirma que as atividades científicas e técnicas são a fonte de onde surgem os conhecimentos científicos e técnicos que se transformarão, depois de registrados, em informações científicas e técnicas e que essas atividades só existem, só se concretizam, mediante essas informações e considera que a informação é o sangue da ciência e que, sem ela, a ciência não pode se desenvolver e viver, a pesquisa seria inútil e não existiria o conhecimento.

No campo social e político a comunicação científica, impulsionada pelos modernos meios de comunicação, tem sido vista como a mais poderosa força para conduzir o desenvolvimento científico e tecnológico das nações e de transformação do homem, por permitir a transferência de informações ou difusão de novas ideias e tecnologias, caracterizando uma relação forte e indispensável entre a informação e o avanço social (TARGINO, 2015).

Já em 1979, Garvey (1979) conceitua a comunicação científica como a comunicação que incorpora as atividades associadas com a produção e reprodução do conhecimento, disseminada com o uso da informação, desde a hora que o cientista teve a ideia da pesquisa até o momento em que os resultados de seu trabalho são aceitos como parte integrante do conhecimento cientifico. Garvey e Griffith (1979) desenvolveram um modelo de sistema de comunicação científica, onde esquematizaram o processo de disseminação científica que ocorre desde as fases iniciais de elaboração do projeto de pesquisa até a fase final de aceitação dos resultados da pesquisa, hoje ainda aceito e adaptado por estudiosos.

No modelo proposto por Garvey e Griffith (1979) há dois tipos de canais no sistema de comunicação na ciência, um canal informal que é a parte do processo que é invisível ao público, caracterizado por contatos pessoais por meios de telefone, correspondências e internet e precede a finalização do projeto de pesquisa O outro canal é o formal que é visível ao público e representado pela informação publicada e até mesmo o início de sua execução, em forma de artigos de periódicos, encontros científicos, livros, comunicações escritas, etc. Neste último o processo de comunicação é lento, mas necessário para a memória e a difusão de informação para o público em geral, são oficiais e públicos e controlados por uma organização e se destina a transferir informações, por intermédio das publicações, a uma comunidade, são permanentes e suas informações são registradas em um suporte mais acessíveis e são fundamentais aos pesquisadores por permitir comunicar seus resultados de pesquisa, estabelecer a prioridade para suas descobertas e obter reconhecimento e credibilidade de seus pares no meio técnico ou acadêmico

Esta preocupação tem sido conservada, no meio científico, até os dias atuais, uma vez que observamos uma preocupação constante dos cientistas em recorrerem a vários mecanismos de disseminação dos resultados de pesquisas, buscando, ainda, dominarem os métodos e mecanismos de transmissão de mensagens e/ou da redação técnico-científica, visando atingir o reconhecimento entre seus pares. Neste contexto, Targino (2015) corrobora com essa observação quando afirma que é função do documento formal persuadir e convencer a comunidade científica e a sociedade como um todo de que os resultados de pesquisa, então divulgados, devem ser aceitos como conhecimento válido e consolidado, trazendo prestígio ao autor do documento formal de comunicação científica.

Dentro do modelo formal de comunicação se destacam, na escolha atual dos pesquisadores para publicação, os anais de encontros científicos e os periódicos. Para Herschman (1970) a importância do periódico está na sua função básica de memória que lhe é conferida quando representa o instrumento de registro oficial e público da ciência e ainda tem a função de disseminação já que se constitui em um instrumento de difusão

de informações e ainda contempla a função social porque confere prestigio e recompensa aos autores, membros de comitês editoriais e editores.

Neste mesmo viés de pensamento o 1TESAURO (1982) conceituou as publicações periódicas como aquelas que aparecem em intervalos regulares, de conteúdos e autores variados que registram conhecimentos atualizados e garantem aos autores prioridade intelectual nos resultados de pesquisa e as considera a fonte primária e mais importante para a comunidade cientifica uma vez que, por seu intermédio, a pesquisa é formalizada, o conhecimento se torna público e se promove a comunicação entre os cientistas.

A comunicação científica e a ciência, de uma forma geral, quer seja através dos canais informais ou formais, tem conseguido um extraordinário crescimento com o avanço das novas tecnologias, o que permitiu o surgimento da comunicação eletrônica que pode ser vista como um recurso para incrementar e aperfeiçoar o contato entre cientistas.

É notório que as imensas quantidades de dados disponibilizados pelas mais diversas tecnologias configuram um novo paradigma para a ciência, pela intensificação do uso de redes e de computadores e pelo uso, extraordinário, de conjuntos de dados distribuídos. No entanto, Pinheiro (2014) adverte que se deve levar em conta que a validade e a importância dos dados só se concretizam quando são analisados e reutilizados para gerar novos conhecimentos e que os recursos e o instrumental tecnológicos disponíveis potencializam essas perspectivas.

Desde os anos cinquenta, o Brasil vem travando grandes batalhas para sedimentar um campo científico onde ocorra uma articulação entre Universidade e Sociedade, através da disseminação de cursos de pós-graduação e de incentivos dispensado pelas agências de fomento à pesquisa das quais se destacam o Conselho nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a CAPES (SILVA ET AL, 2013).

O papel do CNPq nas Universidades é de suma importância, na medida em que promove a ampliação do espaço das pesquisas, enfatizando a necessidade premente de aparelha-las para o desenvolvimento da pesquisa, já que a Universidade, assim como os institutos de pesquisa, são considerados os locais próprios para a atividade científica (CUNHA, 1983), e, por isso mesmo as demandas sociais sobre as instituições de ensino e pesquisa estão aumentando, como também os critérios de excelência e o de desempenho dessas instituições são continuamente questionadas e testados

A política de pesquisa e pós-graduação das instituições de ensino superior está fundamentada em dois desafios a serem superados, simultaneamente, um de caráter quantitativo que consiste em criar as condições para que os programas de pós-graduação que tenham mestrado consigam implantar seus cursos de doutorado, um outro desafio de caráter qualitativo que se fundamenta em dotar os programas de pós-graduação dos melhores padrões de qualidade, com elevação das suas notas na avaliação periódica da CAPES, com atenção permanente para os padrões de qualidade, dentro de uma política orientada para ações que contemplem estes valores acadêmicos, o que está claramente delineado do REUNI.

Cury (2004) avalia que o Brasil, através dos Planos Nacionais de Pós-Graduação, conseguiu constituir um sistema institucionalizado de pós-graduação de alta qualidade, utilizando a sistemática de coleta de informações e a avaliação de desempenho dos docentes, dos cursos e das instituições por meio de atuação dos pares. Nesse processo especial tem destaque os processos de avaliação adotados pela CAPES, que estimula a presença em eventos científicos, que representa uma incitação à busca de patamares superiores

de qualificação, com o apoio maciço dos docentes e pesquisadores em socializar sua produção por meio de artigos, capítulos de livros e livros.

Porém, o mapeamento da ciência através desses indicadores tem sido polêmico, com críticas aos métodos desde o grau de importância atribuído a essas análises e até forma como são coletadas e compiladas as informações, passando pelos usos descompassados dos objetivos e aplicações muito localizadas e restritas.

Price (1976) um dos pioneiros no estudo da produção científica, adverte para o fato da metodologia de análise adotada no Brasil estar integralmente apoiada em dados e indicadores de produção científica e tecnológica coletados no exterior, particularmente nos Estados Unidos. Os indicadores a que se refere são aqueles obtidos através da contagem bibliométrica dos trabalhos, autores, revistas e citações em ciência e tecnologia, a partir de fontes compiladas no exterior e que, por inúmeras razões, não contêm em seu bojo um número representativo de trabalhos nacionais. Consequentemente, tais indicadores estariam, em relação aos países periféricos, naturalmente distorcidos.

Já Pontes (1991) salienta a importância da avaliação de desempenho nos sistemas formais e nos informais como perspectivas de crescimento, objetivando a obtenção de melhores níveis de excelência na pós-graduação, o que está sendo cada dia mais necessário, visto o processo de internacionalização, hoje sentido na maioria das áreas de conhecimento.

Neste contexto não há dúvidas de que a comunicação científica é indispensável à atividade científica e é essencial para todos os pesquisadores e resulta da necessidade de compartilhamento dos resultados das pesquisas entre o crescente número de cientistas engajados na comunidade científica que exige competitividade e produtividade e que utilizam várias formas possíveis para difusão de seu trabalho, apelando para formas diferenciadas de comunicação, que vão desde os recursos mais formais aos recursos eletrônicos que se complementam e interagem, para obter reconhecimento dos pares e da instituição, que exige produção intensa de publicações originais, no caso do Brasil, majoritariamente, as universidades e os institutos de pesquisa, além de sociedades científicas, academias, associações, etc e vem se constituindo num vasto campo de estudo, surgindo interesses sobre o crescimento da produção científica baseados em métodos quantitativos, como a análise de citação da literatura primária e secundária, a co-citação e acoplamento bibliográfico, produções científicas, cujo objetivo é mapear a ciência e suas especialidades, identificar frentes de pesquisa, núcleo de autores mais produtivos, núcleo de periódicos mais relevantes para determinadas áreas, assuntos ou campos de pesquisa (VALOIS ET AL, 1989).

CONTRIBUIÇÃO DOS ANAIS

O Documento de Área da CAPES de 2013, utilizado para atribuição de notas aos programas de pós-graduação, considera os Eventos como meios importantes de discussão científica e elenca 5 contribuições que estes proporcionam para a área da AUD: oportunidade de diálogo; articulação da comunidade científica; ampliação da interlocução de pesquisadores; divulgação ampla e repercussão rápida da produção científica; e debate e aperfeiçoamento das pesquisas em andamento. Percebe-se que, dentre as contribuições elencadas, apenas uma refere-se a reprodução do conhecimento científico, divulgação ampla e repercussão rápida, enquanto as restantes contribuiriam de forma mais direta com sua produção.

Este posicionamento demonstra a percepção do órgão de que os Eventos têm contribuído de forma mais efetiva para a produção do conhecimento, uma vez que auxilia a comunicação informal, e é partilhado por

grande parte da literatura sobre Eventos, os autores geralmente reconhecem seu potencial como canais de comunicação e estabelecimento de contatos pessoais, ainda que o considerem como meio improvável de aquisição de novos conhecimentos (MEADOWS, 1974).

A problematização sobre o potencial dos Eventos como agentes de reprodução de conhecimento engloba dois fatos primordiais: a possibilidade da publicação de trabalho em forma de resumo ou ainda de trabalhos incompletos e em andamento, e o fato de que, quando estão em sua forma completa, na maioria dos casos, estes trabalhos já tiveram seus conteúdos divulgados em outras plataformas, inviabilizando desta maneira a possibilidade de aquisição de novos conhecimentos pelos seus participantes; outra questão, diz respeito ao acesso a estes trabalhos, já que, na maioria das vezes estas publicações não estão disponíveis para aqueles que não participaram do evento.

Segundo Campello (2000), os congressos são eventos de proporções maiores, podem ser produzidos a nível nacional e internacional, incluem atividades como palestras, mesas redondas e conferências; os documentos gerados em encontros científicos podem ser apresentados antes, durante ou depois do evento, mas, normalmente, são publicados posteriormente em forma de anais. Estes seguem critérios diferentes de publicação que variam em cada instituição organizadora, mas costumam ter uma tiragem pequena, disponível apenas para aqueles inscritos no evento, portanto sem grande divulgação.

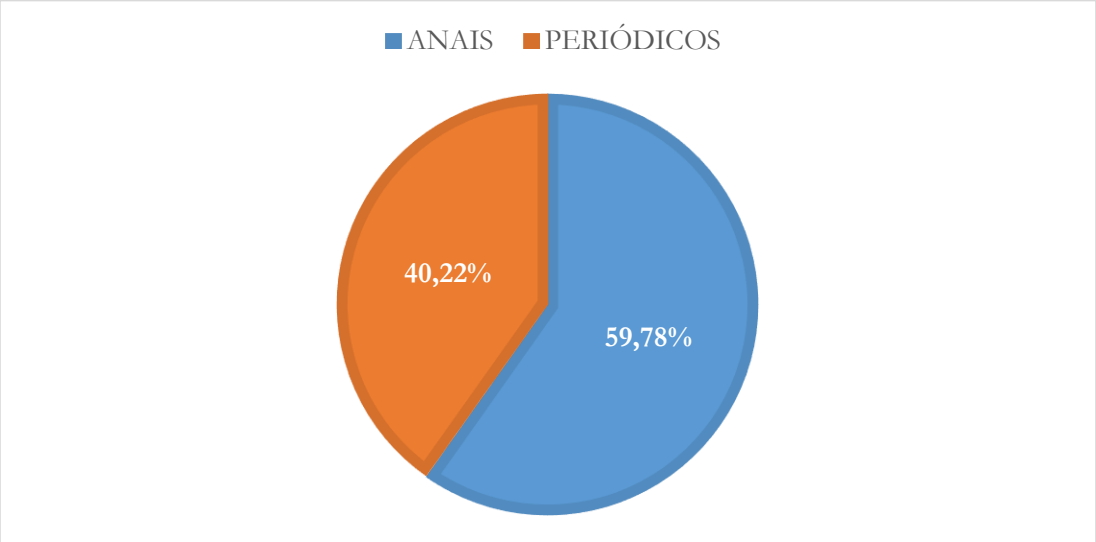
Os trabalhos apresentados em encontros dão ao pesquisador a oportunidade de receber críticas e sugestões de forma mais efetiva e direta, tal fator tem se constituído como principal motivação para a participação. Poindron (1962), porém, observa que muitos pesquisadores têm produzido seus trabalhos, simplesmente, com a intenção de participar de tais encontros, a despeitos de qualquer motivação intelectual, o que, acrescido às cobranças por produtividade e o baixo critério de seleção, têm feito com que a qualidade dos trabalhos publicados em anais venha a ser questionada.

A diferenciação no status de validade científica atribuída aos artigos publicados em periódicos e publicados em anais é notória e partilhada pelos órgãos financiadores de pesquisa, que em suas avaliações consideram as publicações em periódicos mais importantes. Esta diferenciação é efetivada pelas carências em corpos editoriais mais qualificados e imparciais por parte dos anais, por sua baixa periodicidade, pela variação de formatação e indexação dos trabalhos publicados e, ainda, pela dificuldade de acesso a estes materiais.

A classificação dos Eventos, para avaliação dos programas de pós-graduação na Área AUD, inclui os seguintes critérios: relevância do evento; vinculação com os temas da área; composição do Comitê Científico quanto à origem e titulação dos membros; comitê organizador; apoio institucional; convidados e expositores; critério de seleção dos trabalhos; e seu nível de consolidação. Observa-se, entretanto, que tais critérios em sua maioria englobam questões organizacionais, enquanto os que se referem a seleção de trabalhos são delegados as comissões organizadoras, um fato que preocupa a literatura, e acende questões quanto a qualidade dos trabalhos apresentados.

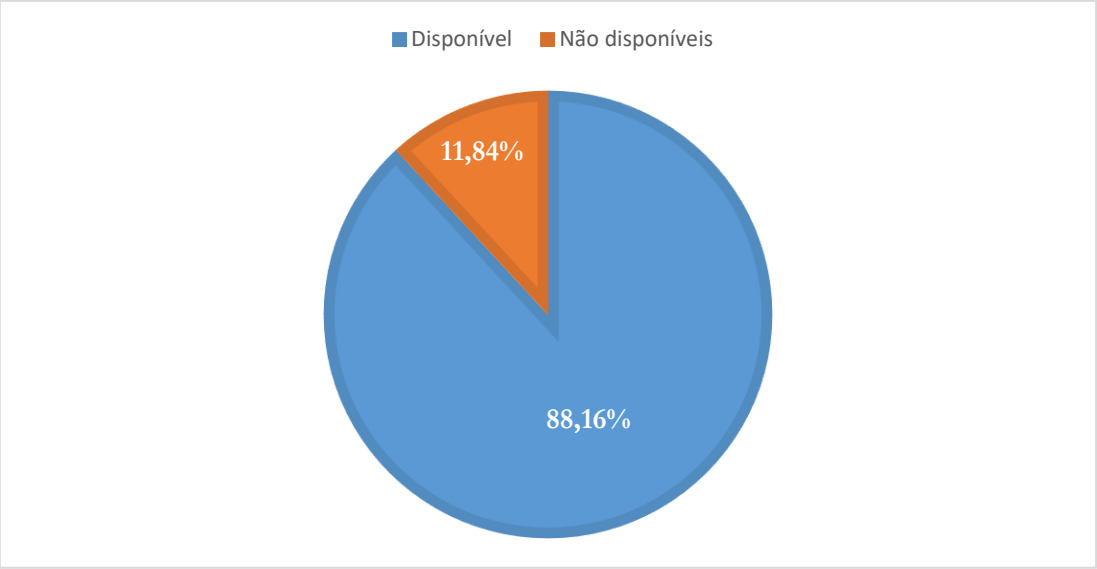
Já em seu processo de avaliação de Periódicos, a CAPES considera: o esforço editorial (quantidade de artigos e edições publicadas), periodicidade, diversificação de autores e do corpo de pareceristas, longevidade e repercussão na área, edição bilíngue, e a disponibilidade em formato digital dos artigos completos na internet. Muitos são os critérios estabelecidos pelo órgão que remetem a organização do trabalho como: conter palavras-chave, conter as informações completas dos autores, sua filiação e país de origem, resumos e títulos.

Com relação aos dados apurados neste trabalho, foi possível identificar que, no universo de 22 docentes, que participaram de programas de pós-graduação no país no triênio 2010-2012, suas publicações foram realizadas em meios variados, mas, aproximadamente, 60% delas foram destinadas a eventos, enquanto aproximadamente 40% foram destinadas a periódicos, apontando uma leve predominância dos anais como veículo eleito de publicação no triênio 2010-2012 na área de AUD. Visto que os órgãos financiadores de pesquisa têm exigido um número mínimo de publicações anuais de seus participantes, o reduzido prazo de análise e a seleção menos criteriosa podem ser apontados como fatores que tornam a publicação em anais mais atrativa que as publicações em revistas.



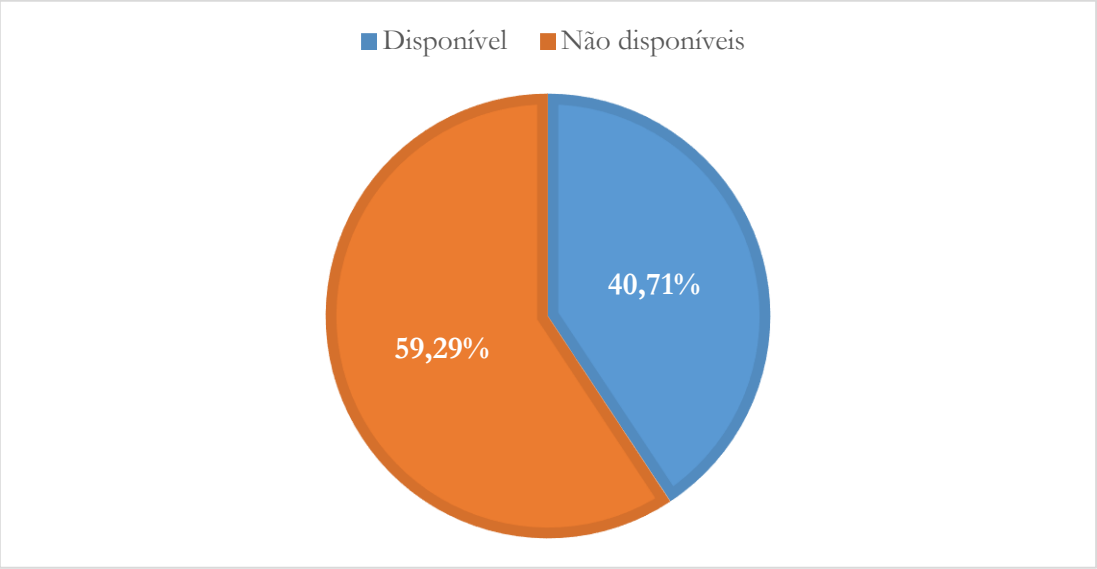
Utilização de veículos de publicação em 2010-2012 na arquitetura e urbanismo

Somente a título de comparação, neste mesmo período de avaliação, segundo o Documento de Área da CAPES, foram classificados 663 periódicos dos quais somente 12,8% figuravam entre os estratos A1 e A2. Dentre as exigências para a qualificação de periódicos em estratos mais elevados estão sua disponibilidade em forma online. Das publicações em estudo neste trabalho 88,16% estavam disponíveis na internet. Demostrando que apesar das exigências da CAPES, mesmo os periódicos que não participam dos estratos mais elevados de classificação possuem sua forma online disponível para download.



Publicações em periódicos realizadas em 2010-2012 disponíveis online

Já os trabalhos que utilizaram os anais como meio de publicação somente 40,71% estavam disponíveis para download.



Publicações em anais realizadas em 2010-2012 disponíveis online

Anais de congressos são quase sempre emitidos em forma de livro, distribuidos aos seus participantes, em um estudo realizado pela Unesco com o título “Scientific Coference papers and proceeding – contents, influence, value, availability” aponta algumas recomentações e definem metas para os congressos internacionais. Sugerindo a publicações de seus Anais e procedimentos em formato de periódicos, e assegurando uma tiragem maior que a dos participantes de seus eventos, contribuindo desta maneira com o alcance de um número maior de pessoas, outra vantagem da publicação de artigos em um periódico é que eles podem ser mais facilmente incluídos em bibliografias.

A Unesco considera que o canal mais adequado para a divulgação de informações científica não ocorre por meio das publicações em Anais, mas em revistas científicas e periódicos. Desta maneira, os trabalhos encaminhados aos eventos, devem ser publicados antes que eles aconteçam e sob a forma de periódicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório, pois, os esforços constantes da comunidade científica para tornar o conhecimento mais difundido, o que corrobora com sua validade, a medida em que se expõe a crítica, porque é sabido que a validade de um documento científico só é comprovada, quando este se submete a crítica e são reutilizados de maneira a gerar novos conhecimentos.

Nem todos os documentos produzidos por um congresso são publicados em sua totalidade ou mesmo em forma resumida, e ainda, observa-se que um menor número deles está disponivel para donwload na intenet, isto torna imperativo que as agências organizadoras repensem suas formas de publicação e estudem maneiras de difundir, de forma mais eficiente, os trabalhos que lhes são submetidos. Mas, para ampliar a validade de publicações destinadas a Anais perpassa por outros fatores que dizem respeito a organização dos eventos e de seus agentes organizadores.

Os dados apresentados neste trabalho reforçam os posicionamentos adotados pelas agências financiadoras de pesquisa no país, que enfatizam que a difusão do conhecimento científico ocorre de forma mais efetiva com a publicação por meio de periódicos, já que os mesmos podem ser adquiridos posteriormente e em sua grande maioria encontram-se disponíveis para download.

REFERÊNCIAS

CAMPELLO, B. V. C. Encontros Científicos. In: Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Org.: Campelo, B. V. C. & Kremer, J. M. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2000.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior. Documento de Área 2013, disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Arquitetura_Urbanismo_e_Design_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf. Acessado em: 27 de janeiro de 2015.

CUNHA, Luiz Antonio. A universidade crítica: ensino superior na República Populista. Rio de Janeiro: Liv. F. Alves, 1983. p. 156.

CURY, C. R. J. GRADUAÇÃO/PÓS-GRADUAÇÃO: A BUSCA DE UMA RELAÇÃO VIRTUOSA. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 88, p. 777-793, Especial – Out. 2004.

GARVEY, W. D. Communication: the essence of science: facilitating information among librarians, scientists, engineers, and students. Oxford: Pergamon Press, 1979.

GARVEY, W. D. & Griffith, B. C. Communication and information processing within scientific disciplines; empirical findings for psicology. In: Garvey, W. D. Communication: the essence of science. New York, Pergamon Press, 1979. p. 127-147.

HERSCHMAN, A. The primary journal; past, present and future. Journal of Chemical Documentation, v.10, n.1, p.37-42, 1970.

LE COADIC, Y.-F. A Ciência da Informação. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996. 119 p.

TESAURO em Ciência da Informação. 6.ed. preliminar. Rio de Janeiro, IBICT, 1982

MEADOWS, A.J. Communication in science. London : Butterworths, 1974.

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Scientific Conference papers and proceeding – contents, influence, value, availability, 1962. Disponível em http://unesdoc.unesco.org/images/0002/000202/020249eo.pdf . Acessado em 11 de abril de 2018.

PINHEIRO, L. V. R. Do acesso livre à ciência aberta: conceitos e implicações na comunicação científica.R ev. Eletron. de Comum. Inf. Inov. Saúde. 2014 jun.; 8(2). P. 153-165.

PONTES, B. R. Avaliação do Desempenho: uma abordagem sistêmica. São Paulo: LTR, 1991.

POINDRON, P. The content, influence and value of scientific conference papers and proceedings. Unesco Bulletin for Libraries, Paris, v.16, n.3, p.113-126, May 1962.

PRICE, D. de. O desenvolvimento da ciência. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1976. 96p.

MUELLER, S. P. M. O crescimento da ciência, o comportamento científico e a comunicação científica: algumas reflexões. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 63-84, jan./jun. 1995.

SILVA, P. B. B. da; Santos, A. M. A. dos. Pimentel, B. C. C.; Leite, S. N.; Uchôa, S. B. B.; Barbosa, P. B. A relação do programa de bolsas de iniciação científica com o desenvolvimento dos programas de pós-graduação da Universidade federal de Alagoas. 62ª Reunião Anual da SBPC. Disponível em http://www.sbpcnet.org.br/livro/62ra/resumos/resumos/6493.htm. Acessado em 20 de janeiro de 2015.

TARGINO, M. das G. Comunicação Científica: Uma revisão de seus elementos básicos. Disponível em: http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/326/248. Acessado em 25 de janeiro de 2015.

VALOIS, E. C.; Ramos, M. G.; Rodrigues, N. S. S.; Estevão, S. N. de M. COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E USUÁRIOS ELEMENTOS DE DISCUSSÃO. inf., Brasília, v. 18 (1): 28-34, jan./jun. 1989.

V enanparq
Salvador - 2018

ÉTICA E ARQUITETURA:
O ENSINO NO RURAL STUDIO E A CRÍTICA DE SÉRGIO FERRO.

ETHICS AND ARCHITECTURE: THE TEACHING IN THE RURAL STUDIO AND THE CRITICISM OF SÉRGIO FERRO.

ÉTICA Y ARQUITECTURA: LA ENSEÑANZA EN EL RURAL STUDIO Y LA CRÍTICA DE SÉRGIO FERRO.

IDEÁRIOS, PROJETOS E PRÁTICAS: Metodologias para além da sala de aula.

AMARAL, Cláudio Silveira
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor do PPGAU da FAAC UNESP
cs.amaral@faac.unesp.br

FONTÃO, Márcio Barbosa
Mestrando em Arquitetura e Urbanismo do PPGAU da FAAC UNESP
mbfontao@gmail.com

ÉTICA E ARQUITETURA:
O ENSINO NO RURAL STUDIO E A CRÍTICA DE SÉRGIO FERRO.

ETHICS AND ARCHITECTURE: THE TEACHING IN THE RURAL STUDIO AND THE CRITICISM OF SÉRGIO FERRO.

ÉTICA Y ARQUITECTURA: LA ENSEÑANZA EN EL RURAL STUDIO Y LA CRÍTICA DE SÉRGIO FERRO.

IDEÁRIOS, PROJETOS E PRÁTICAS: Metodologias para além da sala de aula.

RESUMO:
Parte considerável da produção arquitetônica contemporânea não parece preocupada com sua relevância e capacidade de interferência na sociedade. Arquitetos, muitas vezes, têm perdido a crítica sobre sua atuação, relativizando suas posturas, abrindo mão de valores fundamentais para o bem coletivo. Como premissa, este trabalho alega que o debate sobre a ética da prática arquitetônica deve voltar-se para as escolas de arquitetura, ganhando espaço na academia. A alternativa ao ensino de projeto descolado da realidade social e inibidor de uma consciência crítica reside em um ensino voltado ao canteiro de obras, no qual pensar e fazer se aproximem. Para isso, este texto analisa a prática pedagógica do Design Build no caso do Rural Studio, da Universidade de Alburn, e fomenta um paralelo com os escritos do professor Sérgio Ferro em sua crítica ao canteiro de obras. Conclui-se que apesar das diferenças, tanto a proposta do Rural Studio como a postura de Sérgio Ferro podem ser complementares na tentativa de buscar alternativas pedagógicas para uma discussão mais profunda sobre ética e arquitetura.
PALAVRAS-CHAVE: arquitetura; ética; ensino de arquitetura; metodologia de ensino.

ABSTRACT:
Considerable part of contemporary architectural production does not seem concerned with its relevance and ability to interfere in society. Architects have often lost criticism about their performance, relativizing their positions, giving up fundamental values for the collective good. As a premise, this paper claims that the debate on the ethics of architectural practice should turn to the architecture schools, gaining space in the academy. The alternative to the teaching of a detached project of the social reality and inhibiting a critical conscience is a teaching directed to the construction site, in which to think and to do are together. For this, this text analyzes the pedagogical practice of Design Build in the case of Rural Studio, University of Alburn, and fosters a parallel with the writings of professor Sérgio Ferro in his criticism of the construction site. It is concluded that despite the differences, both the Rural Studio proposal and Sérgio Ferro's stance can be complementary in the attempt to seek pedagogical alternatives for a deeper discussion about ethics and architecture.
KEYWORDS: *architecture; ethics; architecture teaching; teaching methodology.*

RESUMEN:
Parte considerable de la producción arquitectónica contemporánea no parece preocupada por su relevancia y capacidad de interferencia en la sociedad. Los arquitectos, muchas veces, han perdido la crítica sobre su actuación, relativizando sus posturas, abriendo mano de valores fundamentales para el bien colectivo. Como premisa, este trabajo alega que el debate sobre la ética de la práctica arquitectónica debe volverse hacia las escuelas de arquitectura, ganando espacio en la academia. La alternativa a la enseñanza de proyecto despejada de la realidad social e inhibidor de una conciencia crítica reside en una enseñanza orientada al sitio de obras, en el que pensar y

hacer acercarse. Para ello, este texto analiza la práctica pedagógica de Design Build en el caso del Rural Studio, de la Universidad de Alburn, y fomenta un paralelo con los escritos del profesor Sérgio Ferro en su crítica al sitio de obras. Se concluye que a pesar de las diferencias, tanto la propuesta del Rural Studio como la postura de Sérgio Ferro pueden ser complementarias en el intento de buscar alternativas pedagógicas para una discusión más profunda sobre ética y arquitectura.
PALABRAS CLAVE: *arquitectura; la ética; enseñanza de arquitectura; metodología de enseñanza.*

INTRODUÇÃO

O tema da ética atravessa a história do conhecimento desde a filosofia grega, tratando dos costumes ou do que entendemos como "bem viver ou bem agir" (HERMANN, 2001, p. 15). Assim, a ética, enquanto fundamento da ação moral do homem, discute as orientações para o convívio na sociedade, e por consequência, trata das ações e práticas profissionais. A partir de uma análise etimológica da palavra ética, Boff (2010) aponta que seu significado pode ter duas interpretações. No primeiro se refere aos valores que os homens deveriam seguir para a boa convivência; no segundo, trata dos costumes, hábitos, tradições dos homens, e a maneira como se comportam de acordo com sua cultura e suas práticas. Assim, enquanto a prática pode ser entendida como a moral, a ética se estabelece como teoria, podendo ser entendida como a reflexão filosófica da moral.

Ao comentar sobre a produção contemporânea da arquitetura, Arantes (2010) propõe uma reflexão sobre a prática arquitetônica na era "digital-financeira". O autor tangencia a discussão da ética quando trata dos valores e motivações de arquitetos consagrados pelo sistema de distinção e premiação, que frequentemente têm suas obras estudadas em escolas de arquitetura e urbanismo em todo o mundo. A posição crítica de Arantes revela um quadro de profunda crise "moral", e a partir da análise da produção contemporânea, alerta a urgência do debate sobre a ética do arquiteto.

Esta realidade pode ser constatada no caso do projeto da Casa da Música do arquiteto holandês Rem Koolhaas. Segundo Arantes (2010)[1] a partir de uma decisão formal e material, tomada em nível de projeto, o arquiteto exigiu uma paginação diagonal das fôrmas que contrariavam a agregação gravitacional horizontal do concreto. Os construtores foram submetidos a um esforço exaustivo para dispor as fôrmas inclinadas segundo o *grid* traçado em computador, e o efeito final desejado de juntas diagonais foi minimizado pelas juntas horizontais. Um claro desconhecimento da produção da arquitetura e negligência com relação ao trabalho humano no canteiro de obras

Este caso indica que o caminho para tratar da questão ética em arquitetura deve passar pela problematização do distanciamento entre o arquiteto que projeta e o canteiro de obras que executa. Se na arquitetura gótica o canteiro era o local das decisões da construção, a partir do renascimento, na esteira do desenvolvimento de uma economia capitalista, o surgimento do projeto como representação do edifício coloca arquiteto numa posição afastada da construção, revelando inúmeros problemas para a prática da arquitetura.

Os valores morais que permeiam a prática profissional do arquiteto também são construídos ao longo de sua experiência acadêmica e, portanto, não há como falar sobre ética profissional sem a discussão sobre o ensino de arquitetura e urbanismo. Admite-se muitas vezes que a missão principal da universidade

[1] Arantes também aponta os escândalos de sonegação fiscal envolvendo o arquiteto britânico Norman Foster.

restringe-se no desenvolvimento de especialistas com competência técnica e acadêmica, negligenciando por vezes as discussões éticas. Entretanto, a educação elabora os caminhos não somente para a formação do profissional, mas também para uma vida social enquanto cidadão responsável no convívio com o outro (Hermann, 2001). Ao reconhecer isso, este trabalho avança para questão: como tratar sobre ética no curso de arquitetura?

Na tentativa de encontrar caminhos, busca-se discutir aqui uma prática pedagógica que se apoia no canteiro de obras. Assim, o programa pedagógico do Rural Studio, no Alabama, Estados Unidos, organizado por Samuel Mockbee, no qual alunos são levados para projetar e construir suas obras, é analisado sob a crítica feita pelo arquiteto e professor Sergio Ferro, que em 1976 publicou sua obra prima, "O canteiro e o desenho", onde discute sobre a produção da arquitetura em torno do canteiro de obras. Esta análise busca compreender os efeitos de um ensino de arquitetura estabelecido no canteiro de obras, e quais as possíveis relações desse ensino com o debate sobre a ética do arquiteto.

De antemão, cabe ressaltar que a discussão sobre os problemas do afastamento do projeto e da construção tem sido feita de inúmeras maneiras, sendo alimentada até mesmo por arquitetos pertencentes às correntes dominantes da produção internacional. Rafael Moneo trata sobre isso a partir da leitura de sua própria obra, reconhecendo que a prática da arquitetura não termina na prancheta. O autor aponta que "edifícios tornam-se meros reflexos de desenhos [...]. Arquitetos atualmente inventam processos ou técnicas de desenho sem a preocupação com a realidade do edifício. A tirania dos desenhos é vista em muitos edifícios quando o construtor trata de seguir o desenho a risca."[2] (MONEO, 1985, sem paginação, tradução nossa).

Mais a frente, Moneo ressalta que os edifícios referem-se diretamente ao projeto do arquiteto e são tão desconectados com a construção que a única referência é o desenho. Para o autor, "[...]um verdadeiro desenho arquitetônico deveria conter principalmente todo o conhecimento de construção. Hoje, muitos arquitetos ignoram problemas relativos à construção da obra."[3] Lancha e Lopes (2011) alertam sobre a ausência da discussão não somente do caráter construtivo, com apontado por Moneo, mas também econômico e antropológico da disciplina. Questionando posturas como essa, Ghirardo aponta que

> em nenhuma de suas diversas manifestações, a categoria dos arquitetos ousa questionar a política da construção: quem constrói o que, para quem e a que preço. Apesar de ser um dos temas mais importantes para a reflexão dos arquitetos, e uma questão relevante para a disciplina, poucos se referem ao problema da política da construção civil." (Ghirardo, 2006, p. 422)

Neste sentido, entende-se aqui que esta política construtiva, como apontou Ghirardo, pode ser colocada em questão a partir de um ensino de arquitetura que permita o aluno conhecer a realidade do canteiro de obras, aproximando-o de posturas éticas. Esta relação entre o ensino de arquitetura e ética pode ser

[2] "…buildings begin to appear as mere reflections of drawings or as direct physical representations of a process. This dramatically changes the relationship between the buildings and reality. Many architects today invent processes or master drawing techniques without concern for the reality of building. The tyranny of drawings is evident in many buildings when the builder tries to follow the drawing literally."

[3] "[…] a truly architectural drawing should imply above all the Knowledge of construction. Today many architects ignore issues about how a work is going to be built."

entendida de inúmeras maneiras, e para que o ensino do Rural Studio e a crítica de Sergio Ferro sejam mais bem avaliados, faz-se necessário um desenvolvimento sobre o tema, apresentado a seguir.

ÉTICA E ENSINO DE ARQUITETURA

A compreensão sobre ética apresentou inúmeras interpretações no decorrer da historia. Enquanto na idade média a ética estava ligada aos princípios cristãos, no século vinte, a partir da revolução tecnológica acompanhada pela exploração do homem e da natureza, nascem novas interpretações sobre a ética, como exemplo a "ética marxista" (VÁZQUEZ, 2011, p. 283). Desta última cabe destacar a premissa que a moral cumpre uma função social e valida as relações e condições de existência segundo a classe dominante da época. Ainda segundo o autor, o homem então seria, além de um ser social, um ser histórico, que teria sua moral mudada segundo a mudança da estrutura econômica e de classes de acordo com o movimento histórico (VÁZQUEZ, 2011).

As mudanças ocorridas no século XIX e início do século XX, acarretaram em inúmeras abordagns sobre uma conduta ética em arquitetura. Montaner (2014) aponta que August Pugin, John Ruskin e William Morris iniciam uma crítica moral e pela primeira vez estabelecem "relações entre as formas arquitetônicas e artísticas, os comportamentos sociais e a busca da felicidade humana", reforçando "um novo discurso social da arquitetura, segundo o qual se passa do formal-compositivo ao ético-político" (MONTANER, 2014, p.44). Já no despertar do século XX, o contraditório[4] movimento moderno associou escolhas formais como pureza da forma, honestidade do material[5] e não ornamentação como orientações estéticas de uma postura ética, como bem apresenta Loos (1910) em seu conhecido texto Ornamento e Crime[6].

Recentemente, argumentos que relacionam a arquitetura com objetivos ecológicos mostram, tavlez, a visão mais popular da ética em relação à arquitetura, traduzida em palavras como "verde", "eco" e "sustentável". Há também a abordagem que relaciona a arquitetura com causas humanitárias e autoconstrução, que por meio de organizações sem fins lucrativos utiliza voluntários para fornecer serviços de construção para comunidades em situações de emergência, desastres e zonas de conflito. Outra compreensão da ética na arquitetura concentra-se nos deveres e responsabilidades da arquitetura, baseando-se no Código de Ética e Disciplina, que define os direitos e os deveres com a finalidade de formalizar um comportamento ético dentro da profissão. Tentam definir uma forma "prática" e eticamente "correta" de se fazer arquitetura - oposta a uma 'má' ou 'errada' - descrevendo as responsabilidades e obrigações que o arquiteto tem para com o público, os clientes, a profissão e colegas de arquitetura.

Qualquer uma dessas abordagens tem valor e é urgente que ocupe espaço no debate acadêmico. A despeito disso, parece razoável reconhecer que o conjuntos de idéias que relacionam ética à arquitetura está profundamente enraizada ao ensino da arquitetura. Nota-se, por exemplo, a influência de uma ética baseada na lógica da natureza apresentada por John Ruskin a William Morris, que resultaria em sua crítica

[4] Oscar Niemeyer personaliza essa contradição: o arquiteto que se declara comunista, preocupado com as questões sociais, envolvido majoritariamente em obras icônicas e onerosas para o estado, prestando serviço a uma pequena parcela da população.
[5] Cabe ressaltar que em "As sete lâmpadas da arquitetura" (1849), John Ruskin já tratava sobre a verdade do material, quando escreve sobre a lâmpada da verdade.
[6] Nesse manifesto, o representante da arquitetura moderna classifica como degenerados e criminosos, arquitetos que ornamentam suas obras.

sobre a indústria da produção e a divisão do trabalho (AMARAL, 2011). Ao discutir sobre arquitetura pos-moderna, um dos mais importantes críticos de arquitetura do século XX leva o debate para o campo moral, acusando esta arquitetura de um comportamento inconsequente, como um playboy vive a vida, saltando de sensações para sensações e entediada com tudo, sem medir as consequências (GIEDION, 1982).

No livro *The Ethical Function of Architecture*[7] publicado em 1997, Karsten Harries inaugura a discussão sobre o ensino de ética nas escolas de arquitetura. A partir do argumento de Norberg-Schulz[8] de que "as escolas se mostraram incapazes de formar arquitetos capazes de resolver tarefas reais" (NORBERG-SCHULZ, 1965, p. 219, tradução nossa) Harries questiona se sabemos quais são essas tarefas e aponta que as mesmas estão indubitavelmente ligadas ao que ele denomina como função ética de arquitetura, podendo ser definida como a articulação de um ethos comum.

Pérez-Gómez vai além e argumenta que as questões decorrentes da relação entre arquitetura e o mundo tecnológico são os problemas teóricos cruciais para uma prática ética. O autor identifica o rápido desenvolvimento da ciência moderna no século XVII como a raiz fundamental dos problemas da ética na arquitetura contemporânea. Com relação ao ensino da arquitetura, Pérez-Gómez conecta a questão da ética com a problemática mentalidade do tecnocapitalismo globalizado, que ele vê como uma ameaça; garantindo que é impossível educar um arquiteto para o mundo por meio das teorias instrumentais que agora são fornecidas nas escolas em todo o mundo (PÉREZ-GÓMEZ, 2003).

Montaner nota que a formação dos arquitetos tem sido baseada no perfil do profissional que trabalha para um pequeno grupo de "setores favorecidos" e "servidores do poder"e alerta que o ensino deveria visar o fortalecimento de sociedades mais justas (MONTANER, 2014, p. 38). Nesse mesmo sentido, Arantes (2010) escreve que a arquitetura tem sido dominada pelos interesses publicitários, trabalhando em favor do mercado e da especulação imobiliária. Esses princípios que orientam essa produção arquitetônica quando transferidos para as salas de aula sem questionamento, condicionam a moral dos alunos a partir da estrutura social e econômica na qual eles estão inseridos. Se na idade média a ética era baseada em valores do cristianismo, hoje, ela fundamenta-se, sobretudo, nos valores de mercado.

Esses valores no ateliê de projeto criam condições que atrofiam a capacidade de pensar arquitetura, visto que a criação não é a finalidade, mas somente o meio de atingir o objetivo final do mercado: o lucro. Dentro do sistema de produção o projeto segue sendo fabricado como qualquer outro produto. Não incomum notar que os alunos dividem-se e "fatiam" as etapas desde a decisão do partido até as atividades de representação, modelagem, montagem da apresentação. Ao final do curso, os alunos se especializam em determinadas tarefas e perdem consciência das diversas etapas do processo de elaboração do projeto, resultando em um processo de alienação do trabalho.

Chan (2013), embora nem todas as questões éticas possam ser resolvidas por meio do projeto, o funcionamento e a dinâmica do ateliê proporcionam que o aluno também aprenda a resolver o projeto considerando questões éticas, propondo espaços democráticos e acolhedores, baseado no valor moral de equidade. Entretanto, o autor não se aprofunda em explicar como, em qual momento e de que maneira esse valor moral de equidade é apresentado e discutido no ateliê.

[7] Publicado originamente como folheto em 1975.
[8] "the schools have shown themselves incapable of bringing forth architects able to solve the actual tasks" Christian Norberg-Schulz, *Intentions in Architecture*, Cambridge: The MIT Press, 1965, p. 219.

Uma alternativa simplificadora para a discussão sobre a ética no ensino de projeto arquitetônico seria apresentar aos alunos o código de ética criado pelo conselho regulador da profissão, que estabelece parâmetros que devem orientar a conduta profissional. Um dos princípios voltados às obrigações gerais do profissional estabelece que o "arquiteto e urbanista deve defender os direitos fundamentais da pessoa humana, conforme expressos na Constituição brasileira e em acordos internacionais" (2013, p.2). Também aponta que o "arquiteto e urbanista deve recusar relações de trabalho firmadas em pressupostos não condizentes com os termos deste Código" (2013, p.2). Com relação às obrigações para com o interesse público, o código estabelece que o "arquiteto e urbanista deve considerar o impacto social e ambiental de suas atividades profissionais na execução de obras sob sua responsabilidade." Posteriormente, recomenda que: "o arquiteto e urbanista deve subordinar suas decisões técnicas e opções estéticas aos valores éticos inerentes à profissão" (2013, p.5).

Entretanto, por mais que essas recomendações sejam claras, elas dizem muito pouco sobre a realidade enfrentada diariamente pelo profissional. Aulas que apresentam os códigos de conduta profissionais não estimulam necessariamente um raciocínio ético já que as informações chegam formatadas, distantes de casos reais, e não levam aluno e professor a uma reflexão sobre a prática. Durante o processo de projeto, alguns problemas são trazidos à tona e suas respostas não são encontradas no código de conduta. Nesses casos, nada substitui o julgamento ético do arquiteto na escolha de suas prioridades, como fazer escolhas difíceis entre os clientes, os usuários, os vizinhos, o público em geral, bem como os marginalizados, ou o meio ambiente natural ou artificial, os materiais, a técnica, entre outras. Obviamente que os códigos de conduta profissional são necessários e legítimos, mas não parecem suficientes para a reflexão crítica diante de um dilema ético.

Diante dessa situação, algumas experiências pedagógicas foram desenvolvidas com o objetivo de aproximar os estudantes de questões éticas, por meio da prática da arquitetura no canteiro. Essas experiências colocam o aluno diante de dilemas e exigem que eles façam julgamentos sobre as prioridades e enquanto aperfeiçoam o conhecimento sobre arquitetura, constroem uma consciência sobre o papel do arquiteto.

Talvez pelo contexto socioeconômico de desigualdade e pobreza, algumas experiências pedagógicas foram notáveis na America Latina a partir dos anos 50, como a Faculdade de Arquitectura da Universidade Católica de Valparaíso, fundada em 1952, que influenciaria a Escola de Arquitetura da Universidade de Talca. Nesta última, o ensino baseia-se numa arquitetura a partir do diálogo com a paisagem rural e com uma disposição para servir as comunidades, tentando garantir que projetos finais possam ser construídos com orçamentos apertados (MONTANER, 2014)[9]. No caso brasileiro, o Laboratório de Habitação da FEBASP atrelado ao canteiro experimental fornecia acessória técnica para a população mais pobre da cidade e envolvia-se com os movimentos populares. A pesquisa sobre materiais e técnicas construtivas questionava a construção artesanal e, por meio da solução em painéis cerâmicos pré-fabricados, ampliava a autonomia de associações de moradores que poderiam produzir suas habitações (POMPEIA, 2006).

O DESIGN BUILD

Pouco tempo antes dos casos latino-americanos, essa prática pedagógica também encontrou espaço nos Estados Unidos, que apesar da pujança econômica, apresenta índices altos de desigualdade social. No caso norte-americano, o interesse em aproximar os alunos ao canteiro nasceu em meio ao contexto de

[9] MONTANER, Josep Maria; MUXXI, Zaida. Renovación de los métodos pedagógicos. La Vanguardia. 9 de abril de 2014.

envolvimento político de alunos e parte de professores que lutavam por causas sociais durante os anos 60. O inicio deste modelo vem do *The Yale Building Project*, no qual alunos do programa de pós-graduação da Escola de Arquitetura da Universidade de Yale participaram de uma experiência inovadora de aprender/fazendo em New Zion, uma comunidade pobre e isolada em Kentucky.

Criado pelo arquiteto Charles W. Moore durante o seu mandato como diretor do curso de arquitetura, o programa desafiou os estudantes a projetar e construir um centro comunitário e outras edificações (HYES, 2010). Moore, que apesar de possuir uma produção pós-moderna aparentemente descolada das principais preocupações sociais daquele período, reuniu-se juntamente com a direção da faculdade, e elaborou uma estratégia de ensino que colocava os alunos diante de questões sociais e técnicas do projeto a partir da experiência prática, iniciando uma proposta que seria conhecida como Design Build.

Talvez a primeira experiência acadêmica com esse caráter tenha acontecido já no século XIX com John Ruskin, quando professor em Oxford, comandou um grupo de alunos no trabalho de reconstrução de uma estrada[10]. Atualmente há mais de 40 programas de Design Build em universidades americanas, e a iniciativa vem aos poucos ganhando espaço em universidades pelo mundo. Entretanto, é importante destacar que apesar da semelhança das ideias originais, as intenções pedagógicas de cada programa são muito particulares.

Como exemplo, a reconhecida escola Architectural Association, em Londres, oferece um programa de pós-graduação baseado no desenho e construção, o AA Design + Make[11], que realiza projeto e construção de laboratórios para os próprios alunos da escola. Já na Universidade de Tóquio com o Laboratório de fabricação Digital[12], e na ETH Zurique com o Mestrado em Estudos Avançados em Arquitetura e Fabricação Digital[13] a discussão do canteiro de obras é recolocada, visando o projeto e construção de prédios e instalações experimentais que incorporam a tecnologia de maneira inovadora, principalmente por meio de fabricação robótica.

Canizaro (2012) identifica oito tipos diferentes de intenções possíveis dentro de um programa pedagógico de Design Build, que podem ou não, estar associados. A primeira intenção pode ser a de oferecer uma experiência construtiva ao aluno, e por razões claras, todos os programas de design build partem dessa intenção. Nesse sentido, o foco dessa prática é preparar os alunos para os futuros desafios profissionais, desmistificando o canteiro e reparando a distancia entre o artista e o artesão. A segunda intenção destacada pelo autor é o serviço comunitário, que tem como foco levar os estudantes para comunidades e organizações que precisam de ajuda. Esta iniciativa, que gera um benefício mútuo para estudantes e comunidade, vê a prática arquitetônica baseada em um compromisso ético com os outros. Projetar e construir serve como um meio bastante potente para manifestar este compromisso, pois resulta em edifícios que as pessoas podem utilizar.

Como terceira intenção, Canizaro (2012) ressalta o objetivo de colocar os alunos em contato com os aspectos não arquitetônicos do processo de construção. Lidar com o desejo e as exigências dos clientes, aprender na prática as normas, códigos e legislações, conviver com inspeções dos órgãos públicos, discutir

[10] HENDERSON, Willie. John Ruskin's Political Economy. Routledge, 2001, p. 10.
[11] Ver detalhes em http://designandmake.aaschool.ac.uk/
[12] Ver detalhes em http://www.obuchilab.com/dfl/
[13] Ver detalhes em http://www.dfab.arch.ethz.ch

o projeto com empreiteiros, fornecedores de produtos, engenheiros, associações de bairro, entre outros. Toda essa ampla experiência prepara o aluno para a realidade da construção e antecipa possíveis contratempos que ele terá como profissional. A quarta intenção é a crítica à falta de contato com realidade por parte da academia, que por meio de teorias hipotéticas, desenhos, maquetes e maquetes eletrônicas se afasta das necessidades e da realidade da construção civil. No mundo virtual é possível realizar ideias que por diversos motivos nem sempre serão realizáveis na prática, acarretando em frustração aos futuros arquitetos.

A quinta intenção está relacionada com o desejo em despertar nos alunos uma consciência sobre o local, estimulando a leitura e sensibilidade com relação ao clima, materiais, aspectos topográficos, climáticos e também culturais. A sexta intenção visa melhorar as habilidades colaborativas, estimulando o trabalho coletivo. Para Canizaro (2012) os projetos ajudam o estudante a trabalhar em equipe e aceitar que não se pode ser ótimo em tudo. Isto permite que ele cresça em autoconfiança e entenda que a criatividade está longe da figura do arquiteto genial.

A penúltima intenção apontada por Cannizaro (2012) visa testar novos métodos de apresentar e verificar a viabilidade dos projetos. Na maior parte das vezes os projetos limitam-se a apresentação digital (CAD), mas o design build contribui para que as soluções sejam testadas cientificamente e possam criar parâmetros de qualidade para futuros projetos. Por último, o autor destaca a intenção em testar materiais, explorando os usos, características físicas, potencial dentro da construção, sua montagem, e possibilidades espaciais. São experiências ligadas a indústria que estimulam pesquisas e novas demandas.

O ENSINO NO RURAL STUDIO

Dentro diste universo de programas baseados no Design Build, o Rural Studio é um projeto pedagógico ligado a Escola de Arquitetura da Universidade de Auburn, no Alabama, uma das regiões mais miserável dos Estados Unidos, marcada até hoje por graves tensões raciais. Nesta experiência, alunos do terceiro e quinto ano realizam, como trabalho curricular, o projeto e construção de edifícios de pouco custo para os moradores de uma região pobre local. A viabilização de estruturas para a comunidade local depende do uso de materiais reciclados, resultando em: casas, centros comunitários, igrejas, depósitos, entre outros. Nesse processo, participam discentes, docentes e comunidade local[14].

Essa experimentação acadêmica começa quando em 1993 o professor Samuel Mockbee decidiu, juntamente com D.K. Ruth, levar para as vilas rurais alguns estúdios de projeto arquitetônico da universidade na qual lecionava. Isto permitiu que os estudantes passassem a pensar em arquitetura a partir da realidade concreta na qual estavam inseridos, com soluções inteligentes, plásticas, obtidas muitas vezes com materiais locais reutilizados, alcançando ótima qualidade funcional e estética. O princípio básico não é substituir estruturas precárias por outras ainda precárias – como acontece em algumas iniciativas na América Latina – mas sim por edifícios permanentes que terão longa vida útil. Nesse sentido, Montaner aponta que

[14] A comunidade participa, mas não diretamente na obra. Natalie [coordenadora de eventos] usa como exemplo um topógrafo de Greensboro que sempre quando requisitado faz questão de prestar serviços sem que sejam cobrados e todo ano oferece um workshop aos alunos. Outro exemplo apresentado é de casos em que a comunidade utiliza caminhões pessoais para transportar cargas, tratores para limpar áreas ou doação materiais de construção. (Lotufo, 2014, p.112)

> a formação oferecida por essa escola de arquitetura assenta-se, portanto, no conhecimento de uma nova estética, capaz de se adaptar a materiais heterodoxos e heterogêneos, e no projeto e construção de novos detalhes técnicos. O Ensino no Rural Studio baseia-se, então, na educação social e na precisão tecnológica para a resolução adequada de combinações inéditas. (MONTANER, 2009, p.144)

Uma de suas primeiras obras aconteceu em 1994, com a construção de uma casa ao custo de 15 mil dólares para um casal que vivia com três netos. Vale ressaltar que o estúdio não é um órgão que tem como prioridade a assistência social da comunidade, mas um espaço experimental de pesquisa e construção de arquitetura baseado em necessidades reais da população local. Elena Barthel, professora do Rural Studio lembra que a prioridade é ensinar academicamente os estudantes a partir das informações da comunidade local[15].

O curso busca levar os alunos para além dos muros do campus e eles podem se inscrever nas vagas bastante disputadas que são abertas em cada um dos dois semestres no terceiro ano. Nesta proposta, os alunos passam o tempo entre o ateliê e a prática construtiva, e em equipe conceituam o projeto, desenvolvem desenhos arquitetônicos, definem soluções técnicas e estudam detalhes construtivos. Durante o processo, devem considerar que seus desenhos vão ser executados pelos próprios alunos, assim o projeto executivo é sempre checado para que quando feito em escala real, corresponda com o que foi pensado. Os detalhes e encaixes são minuciosamente estudados em um processo de investigação arquitetônico extremamente atento ao processo construtivo.

Do decorrer do curso, os alunos são estimulados a pensar em soluções que dialoguem com o entorno. Para isso, outras disciplinas ministradas durante a semana estão em constante sintonia com o projeto e, sobretudo com o contexto no qual ele poderá ser inserido. Lotufo (2014) destaca que no caso do Rural Studio, o objeto de estudo durante o processo de projeto é o contexto. Por isso ao invés de aulas sobre estruturas em concreto armado ou estruturas metálicas, são oferecidas disciplina de técnicas e materiais de marcenaria/carpintaria porque, naquele contexto, a madeira é a matéria-prima mais encontrada e tradicionalmente utilizada. Conhecer o material local permite ao aluno mais segurança e aptidão para projetar com ele.

Outras disciplinas, como História e Aquarela também permitem que os alunos conheçam melhor o contexto no qual estão inseridos. Segundo Lotufo (2014) nessa disciplina, o aluno deve pesquisar a história social e cultural do oeste do Alabama, marcado pela pobreza e desigualdade racial, com a finalidade de compreender a população, os materiais, clima e a interferência desses elementos no processo histórico e na tipologia da arquitetura local. Ao fim, devem reproduzir esse conhecimento em desenhos com aquarela. Este reconhecimento trás aos alunos ferramentas para que na disciplina de projeto, possam propor ideias conectadas com as necessidades e realidade local. Esta prática pode ser confirmada no ensaio escrito por Mockbee. Para ele

> A arquitetura, mais do que qualquer outra forma de arte, é uma arte social e deve se apoiar na base social e cultural de seu tempo e espaço. Nós, que projetamos e construímos, devemos fazê-lo com a consciência de que estamos fazendo uma arquitetura com maior compreensão social. A prática da arquitetura requer participação na profissão, e também

[15] KOGAN, Gabriel. As experimentações construtivas no Rural Studio, no interior do Alabama. Revista AU. Edição 241. Ano 2014.

> engajamento cívico. Como arte social, a arquitetura deve ser feita onde está e a partir do que existe. (MOCKBEE, 2013, p.86 e 87)

Conforme apontou Montaner acima, mesmo trabalhando com materiais doados, mão de obra sem qualificação e projetos desenvolvidos por alunos ainda não formados, o resultado tem alta qualidade. As soluções formais e espaciais buscam "resgatar aspectos simbólicos e de uso que fazem parte da cultura da população atendida. A consequência disso é uma arquitetura rica e que cumpre um relevante papel social e cultural no ambiente em que está inserida." (LOTUFO, 2014, p.81). Além disso, uma das principais qualidades desta proposta seja talvez a capacidade de conscientização social dos alunos. Lotufo (2014) destaca os três pilares desta proposta pedagógica como:

> "1. Aproximar o aluno da realidade social que está distante da vida no espaço protegido da universidade; 2. Desenvolver habilidades no aluno para utilizar a sua competência como arquiteto a serviço da qualidade de vida social como comunidade. Nas palavras de Samuel Mockbee, formar além de um arquiteto, um cidadão; 3. Empoderar o estudante e futuro arquiteto: por meio do projeto e da construção dentro de uma comunidade, o aluno pode perceber a capacidade que tem de transformar a realidade com as ferramentas que conhece. Desenvolve também, através de acertos e erros, uma capacidade crítica de entender quando o projeto pode melhorar ou não." (LOTUFO, 2014, p. 81)

Essa definição parece bastante coerente com as ideias defendidas por Mockbee em seu artigo supracitado, no qual também chama a atenção para uma postura corajosa por parte de professores e alunos atuando como "lideranças subversivas", unindo teoria e prática e desafiando o profissional a "romper com a acomodação social e desafiar o poder do status quo" (MOCKBEE, 2013, p. 85). Em todo o momento, Mockbee reforça que um pensamento crítico precisa ultrapassar os limites da arquitetura e entender o espaço e tempo no qual ela se insere, e ressalta: "a arquitetura deve situar-se em relação a outras questões que têm impacto sobre a vida dos ricos e dos pobres – ligadas a educação, saúde, transporte, recreação, aplicação das leis, emprego, meio ambiente e comunidade." (MOCKBEE, 2013, p. 86)

Em entrevista cedida a Lotufo (2012) Andrew Freear, atual diretor do Rural Studio, revela que o elemento mais importante do programa é o processo pedagógico e o relacionamento com a comunidade local. No inicio do Rural Studio, Mockbee defendia que o engajamento social do ensino arquitetônico deveria caminhar em duas frentes: no estudante e na construção de um "senso moral de serviço a uma comunidade" (MOCKBEE, 2013, p. 90). Essas duas afirmações revelam o quanto as ideias iniciais do Rural Studio ainda permanecem vivas mesmo depois da morte de Mockbee.

A CRÍTICA DE SÉRGIO FERRO

Apesar de um percurso e atuação diferente de Mockbee, é possível reconhecer alguma semelhança entre a visão do arquiteto norte americano e crítica do arquiteto e professor Sergio Ferro, que décadas antes buscava alternativas pedagógicas para o ensino de arquitetura, passando pela FAU Santos, FAU USP e pela Escola de Arquitetura de Grenoble. Ferro teve sua carreira marcada por intensa pesquisa sobre a arquitetura a partir do canteiro de obras e da construção.

Ele defende que a arquitetura não deve limitar seu interesse à estética, mas ao contrario, insistir na poética, no sentido da *poesis* grega, do fazer, e isso vale tanto para o exercício prático da profissão, como

também para o ensino da arquitetura (FERRO, 2010). Seu livro mais conhecido[16] trata da atividade da arquitetura, mas em outras publicações sua atenção também se voltava para a questão do ensino. Um dos maiores incômodos de Ferro e seus colegas da docência Rodrigo Lefévre e Flávio Império quando eram professores na FAUUSP, era a falta de compromisso social dos formandos. Em entrevista[17] a Renato Maia, Lefévre aponta que "o curso era insuficiente sobre outros aspectos, não em relação ao mercado de trabalho propriamente dito, mas no que diz respeito à responsabilidade que um arquiteto formado deve assumir no contexto social em que vive[...]". O reconhecimento dessa insuficiência, acompanhada da reflexão sobre sua experiência prática levou Ferro a buscar alternativas pedagógicas que unissem os aspectos técnicos e sociais da arquitetura, contribuindo para a formação de arquitetos comprometidos com uma responsabilidade social.

Sua primeira tentativa acontece no Fórum de Debates em 1968 da FAUUSP como relator da sub-comissão do Departamento de História da Faculdade. Seu texto, escrito em nome da maioria dos professores do departamento, expõe que "qualquer disciplina deveria ser capaz de fazer o aluno pensar e formular teorias sobre fenômenos relativos à arquitetura e ligados ao seu contexto social e cultural, evitando-se pré-conceitos de qualquer tipo." (FERRO in COSTA, 2008, p. 84). Contemporaneamente a Charles Moore e ao inicio do movimento do Design Build nos Estados Unidos, a proposta de Ferro baseava-se na ideia da experiência inserida nas condições reais de produção, discutindo concretamente no canteiro os porquês de cada decisão, aproximando o projeto da construção.

Ao transferir-se para Grenoble, Ferro encontra na Escola de Arquitetura dessa cidade a aceitação de seu programa, o mesmo proposto no Fórum de 1968 da FAUUSP. Iniciou-se então a criação de inúmeros laboratórios de pesquisas em arquitetura, até alcançar o primeiro centro de experimentação da arquitetura em Isle d'Abeau. O objetivo inicial do projeto visava a pesquisa em história da arquitetura, avaliando os processos de produção dos canteiros da arquitetura e sua relação com o desenho. Sérgio Ferro considera que "... se a dimensão do projeto constitui hoje um autentico saber fazer (bem visível nas escalas dos concursos, por exemplo), a construção ainda continua amplamente subestimada na formação arquitetônica e desacreditada entre os jovens profissionais".(FERRO, 2006, p 222)

Essas questões tratadas por Ferro no projeto pedagógico são antecipadas na sua obra publicada em 1979. Ferro entende a arquitetura como mercadoria, e para o autor "todo e qualquer objeto arquitetônico é o resultado do processo de valorização do capital. [...] O objeto arquitetônico, assim como a pá ou a arma, é fabricado, circula e é consumido, antes de tudo, como mercadoria" (FERRO, 2006, p. 105-106). Aplicando essa ideia ao trabalho do Rural Studio, a relação entre a arquitetura produzida e seu caráter de mercadoria se fragiliza, visto que quando o objeto arquitetônico é produzido por meio da experiência prática de alunos, com a mão de obra voluntaria e sem o objetivo ser comercializada, em um primeiro momento não visa a valorização do capital. O objetivo final do projeto e da construção passa a ser a obra edificada, e não o lucro.

Mas o lucro não é tema prioritário na atividade do Rural Studio, assim como produzir habitação não é interesse primeiro a Ferro. Apesar de tangenciar o tema da habitação, Ferro tem toda sua crítica fundamentada no marxismo sendo seu principal tema o canteiro e seus aspectos sociais. O autor defende que a questão da habitação "não será nunca resolvida se não atingirmos o que está mais embaixo ainda,

[16] FERRO, Sérgio. O Canteiro e o Desenho. São Paulo: Projeto, 1979.
[17] http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/01.001/3352

que é o sistema de exploração global do trabalhador" (FERRO, 2006, p 223). As condições de trabalho, a exploração da mais-valia, a alienação do trabalho não estão em nenhum momento inseridos no discurso de Mockbee, assim como o engajamento direto de alunos na remediação de problemas sociais não aparece no "Programa para pólo de ensino, pesquisa e experimentação da construção" de Ferro. Nesse aspecto, as duas visões se afastam.

Quando trata da exploração, Ferro identifica o processo produtivo no canteiro como uma manufatura serial, ou seja, uma produção baseada na divisão e hierarquização do trabalho, com escasso uso de maquinário, exigindo o uso da força humana de trabalhadores pouco qualificados, desconhecimento do desenho do projeto arquitetônico, resultando em uma produção parcelada e sem consciência do todo, baseada na organização de trabalho alienado (AMARAL, 2017). Justamente por isso, quando elabora o programa dos grandes ateliês em Isle d'Abeau, Ferro defende que a prática do canteiro experimental não é uma imitação direta do canteiro, mas um ambiente almejado do canteiro de obras (FERRO, 2006).

Esse ambiente almejado referido por Ferro pode ser identificado na preocupação do Rural Studio com a não hierarquização de atividades, com a formação de grupos especializados com funções especificas e decisões coletivas. Quanto às decisões de projeto, as equipes tomam decisões que são frequentemente revisadas pelos colegas (MACKINTOSH, 2014, p. 69), assim, todos têm consciência do projeto final e conhecem as partes que cada grupo deverá executar. Não há mestre de obras ou arquitetos, nem mesmo professores que conhecem mais o desenho do objeto arquitetônico, mostrando ao aluno a importância do conhecimento do todo e atenuando com a ideia a lógica da alienação do trabalho na construção.

Tratando ainda das decisões de projeto, é válido notar como o processo do projeto no Rural Studio inverte a lógica das decisões projetuais e força os alunos a pensar com materiais disponíveis no local, doados, industrializados e de baixo custo, evitando desperdícios e gastos, como por exemplo, o Lions Playground (2010), elaborado a partir de tambores metálicos inutilizados. Curiosamente, quando Ferro comenta sobre o que ocorre na construção do convento de La Tourette, se queixa sobre os critérios adotados para a solução das janelas que consideram apenas a proporção e a forma, e não os tamanhos de peças de vidro disponíveis no mercado.

> "Nas mãos de Jeanneret, elas eram dimensionadas a partir das medidas dos vidros disponíveis, para diminuir custos de cortes e de peras. Xenakis, ao contrário, as desenhou seguindo o ritmo das batidas de seu lápis na prancheta e com o "modulor" ao lado. *Venustas* musical em vez de lógica construtiva – mas que rendeu quilos de artigos encantados". (FERRO, 2006, p 223)

Um ponto importante quanto ao modelo da construção do projeto fora da universidade é o fator econômico. Por mais que os materiais utilizados nas obras sejam locais, muitas vezes doados, ainda há um custo que precisa ser arcado e o Rural Studio depende de verbas vindas de fundações públicas e privadas e complementa seus custos com o valor das mensalidades de alunos. A Universidade de Auburn contribui com US$400.000 anuais, que é em média a metade do orçamento necessário para a manutenção do programa (LOTUFO, 2014, p. 123). Na proposta de Ferro, que tem seu foco no canteiro e no processo da concepção (desenho-construção), as experimentações são mais modestas e mais fáceis de serem realizadas. Além disso, os custos do canteiro podem ser divididos por diversas instituições, como acontece nos grandes ateliês em Isle d'Abeau, idealizado por Ferro, no qual várias instituições utilizam o mesmo canteiro e potencializam seu funcionamento, diminuindo os custos.

Para concluir, cabe ressaltar que a despeito de todas as observações que podem ser feitas sobre o método de ensino de Samuel Mockbee no Rural Studio e as diretrizes de ensino de Sérgio Ferro, é inegável reconhecer que ambos buscavam alternativas pedagógicas mais próximas do canteiro. O incômodo com o distanciamento entre a ideia e a materialização que o projeto causou no ensino parece ser ponto comum entre ambos. Mockbee busca uma aproximação do canteiro como caminho de transformação social local, já Ferro, volta-se para o canteiro para questioná-lo e começar por ele o processo de transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os recentes programas de acesso ao ensino superior permitiram que os cursos de graduação no Brasil recebessem um grande volume de estudantes. A democratização de oportunidade tanto em escolas públicas como em escolas privadas possibilita a diversidade de público resultando, muitas vezes, em divergências quanto aos temas relacionados ao convívio social. Nesse sentido, cabe ao curso de arquitetura posicionar-se como espaço de formação importante na vida do graduando no que se refere às questões éticas que permeiam a sociedade. Levantar questões sobre ética e educação torna-se necessário por recolocar em discussão a importância da sensibilidade diante das situações desumanizadoras estampadas diariamente no mundo, como é o caso do canteiro de obras.

A discussão ética do Rural Studio ganha relevância quando une o canteiro experimental a um Laboratório de Habitação ou Escritório Modelo[18]. Assim como o canteiro experimental, o trabalho desenvolvido dentro dos Laboratórios de Habitação e Escritórios Modelo são fundamentais na formação do arquiteto[19], e não é necessário que se tenha um em detrimento do outro. Cabe lembrar, obviamente, que as características do canteiro norte-americano são particulares e por isso, a simples transposição dessa ideia para o contexto brasileiro tiraria o fôlego do debate sobre ética. A melhor hipótese aponta para um ensino associado que permite ao aluno conhecer o canteiro, criticá-lo, transformá-lo – assim como Ferro – e trabalhar em prol de uma transformação local – como o Rural Studio.

Entretanto, a falta de clareza quanto ao objetivo de um ensino que discute ética a partir do canteiro de obras, pode transformá-lo em um programa social, diluindo as características fundamentais do conhecimento arquitetônico, afastando-o da discussão construtiva e perdendo seu caráter pedagógico inicial: a conscientização do estudante por meio do canteiro. Se o debate ético não for radical – no sentido de ir ate a raiz do problema – um modelo como o Rural Studio pode ser acusado de promover um assistencialismo paternalista sobre uma população pobre que eles imaginam precisar urgentemente de ajuda[20]. Outro problema por trás dessa postura assistencialista é colocar estudantes como remediadores de uma responsabilidade que deveria ser cobrada do estado.

De todo modo, a mobilização dessa alternativa pedagógica deve apontar para o compromisso ético do estudante e futuro arquiteto diante das contradições dos seus contextos socioeconômicos. Esse compromisso ético passa pela desconstrução da ideia moderna do arquiteto da prancheta, criador de soluções incontestáveis, e alcança a formação do arquiteto enquanto cidadão com responsabilidades profissionais. Não se trata de romantizar o ensino de arquitetura, mas tentar desconstruir os privilégios dos

[18] As diferenças entre Canteiro Experimental e Laboratórios de Habitação são discutidas em: RONCONI, Reginaldo Luiz Nunes. Inserção do Canteiro Experimental nas Faculdades de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2002. Tese de Doutorado FAU USP.
[19] Consultar: POMPEIA, Roberto Alfredo. Os Laboratorios de Habitação no Ensino de Arquitetura: Uma contribuição no processo de formação do arquiteto. Tese de Doutorado. FAUUSP. 2008.
[20] GOODMAN, Anna G. The Paradox of Representation and Practice in the Auburn University Rural Studio. 2014.p 39-52.

alunos, sensibilizando-os para a realidade da construção. Ponto fundamental do ensino de arquitetura é não só revelar contradição entre canteiro e desenho, mas também evidenciar o aspecto econômico e social na qual se coloca a arquitetura nos dias de hoje.

O respeito à dignidade humana necessita ser pensada como valor necessário à humanidade, à sobrevivência da própria raça humana. O campo educativo torna-se um forte aliado nesta formação ética uma vez que trata diariamente com um considerável público em pleno período de formação. A saída para o egocentrismo moral – característico do atual modelo de ensino de projeto arquitetônico – passa pela reaproximação do estudante com o canteiro de obras, em um processo de revisão do papel do projeto descolado da construção.

REFERÊNCIAS:

AMARAL, Cláudio Silveira. "Proposta de revisão epistemológica da teoria da Arquitetura de John Ruskin". **Arquitextos.** São Paulo**:** Vitruvius, 130.07, 2011.

BOFF, Leonardo. **Ética e Moral:** a busca dos fundamentos. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

CANIZARO, Vicent. "Design-build in architectural education: motivations, practices, challenges, successes and failures". **International Journal of Architectural Research.** Cambridge: Archnet-IJAR, Vol. 6, N. 3, pp. 20-36, 2012.

CHAN, Jeffrey Kok Hui. "Teaching ethics in architecture: contexts, issues and strategies". **Journal of the NUS Teaching Academy**. Singapore: Vol.3, N.3, pp. 85-99, 2013.

CODIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA PARA ARQUITETOS E URBANISTAS. 2013.

COSTA, Angélica Irene da. **Sérgio Ferro: didática e formação**. Dissertação de Mestrado – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2008.

FERRO, Sergio. **A história da arquitetura vista do canteiro:** três aulas de Sergio Ferro. São Paulo: GFAU, 2010.

_____. **O Canteiro e o Desenho**. São Paulo: Projeto, 1979.

GHIRARDO, Diane. Arquitetura da fraude. In: [NESBITT, Kate (org)]. **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1995.** São Paulo: Cosac Naify. 2008. pp. 415-423.

GIEDION, Sigfried. **Espaço, Tempo e Arquitetura: O Desenvolvimento de uma Nova Tradição**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

HARRIES, Karsten. A Função ética da Arquitetura. In: [NESBITT, Kate (org)]. **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1995.** São Paulo: Cosac Naify. 2008. pp. 423-427

HAYES, Richard W. Activism in Appalachia: Yale architecture students in Kentucky, 1966-69. In: [F. Kossak, D. Petrescu, T. Schneider, & R. a. Tyszczuk]. **Agency: Working With Uncertain Architectures**. Londres e Nova York: Routledge, 2010. pp. 21-30.

HERMANN, Nadja. **Pluralidade e ética em Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LANCHA, Joubert José; LOPES, João Marcos de A. **"Documentação e leitura do edifício e de sua produção"**. 9º Seminário Docomomo Brasil. Brasília, 2011.

LOTUFO, Tomaz Amaral. **Um novo ensino para outra prática. Rural Studio e canteiro experimental:** contribuições para o ensino de arquitetura no Brasil**.** Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

MACKINTOSH, Lara. "Just Doing It: The Role of Experiential Learning and Integrated Curricula in Architectural Education". **The International Journal of Pedagogy and Curriculum.** Champaign: GCPublisher, Vol. 20, N. 3, pp. 67-78, 2014.

MOCKBEE, Samuel. O Rural Studio. In: [SYKES, A. Krista (org)]. **O campo ampliado da arquitetura: antologia teórica 1993-2009**. São Paulo: Cosac Naify, 2013. pp. 84-90

MONEO, Rafael. **The Solitude of Buildings**. Aula magna realizada na Escola de Arquitetura da Universidade de Harvard. Boston, 1985.

MONTANER, Josep Maria. **Sistemas arquitetônicos contemporâneos.** Barcelona: Gustavo Gili, 2009

PÉREZ-GÓMEZ, Alberto. Architecture and Ethics Beyond Globalization. In: [KOUTSOUMPOS, Leonidas]. **Inhabiting ethics. Educational praxis in the design studio, the music class and the dojo.** Tese de Doutorado – University of Edinburgh, 2009, pp. 37

RONCONI, Reginaldo Luiz Nunes. **Inserção do Canteiro Experimental nas Faculdades de Arquitetura e Urbanismo.** Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

VÁSQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética.** Tradução de João Dell'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Salvador - 2018

IDEOLOGIA E PROJETO: O PATRIARCADO NA CIDADE

IDEOLOGY AND PROJECT: THE PATRIARCHY IN THE CITY

IDEOLOGÍA Y PROYECTO: EL PATRIARCADO EN LA CIUDAD

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETOS E PRÁTICAS

MERLI, Giovanna
Mestra em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAUeD UFU
giovanna.merli@ufu.br

GUERRA, Maria Eliza Alves
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAUeD e do PPGAU UFU
meliza.guerra@ufu.com

IDEOLOGIA E PROJETO: O PATRIARCADO NA CIDADE

IDEOLOGY AND PROJECT: THE PATRIARCHY IN THE CITY

IDEOLOGÍA Y PROYECTO: EL PATRIARCADO EN LA CIUDAD

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETOS E PRÁTICAS

RESUMO:
Assumindo a leitura marxista da sociedade, em que as formas ideológicas se compõem a partir de uma realidade material existente a priori, entende-se ideologia como o conjunto de ideias que serve e representa a classe dominante. O presente artigo traz essa leitura à discussão de gênero nas cidades, expondo o patriarcado como o instrumento ideológico da classe dominante nas disputas de gênero. Dessa forma, é feita uma análise da mútua relação entre a estrutura territorial e a ideologia vigente, abordando a influência do patriarcado no acesso das mulheres ao espaço urbano. Ao final entende-se a necessidade da introdução de discussões e análises sob a perspectiva de gênero a fim de entender o lugar e os papeis da mulher na cidade, como mostrado nos exemplos analisados.
PALAVRAS-CHAVE: Patriarcado. Ideologia. Relações de gênero. Projeto urbano. Planejamento urbano.

ABSTRACT:
Trough a Marxist view towards society, in witch ideologies are based in a pre existent material reality, there is a general consensus that ideology is a collection of ideas that serves and represents the dominant class. This article brings to light the discussion about the gender in the city, exposing the patriarchy as an ideological tool from the dominan class in the gender debate. In that exposure, the ir an analysis of the mutual relation between territorial structure and current ideology, approaching the patriarchy influence in the accessibility women are gave in the urban space. In the end, the need of the intriduction of the debate and analysis from the gender's perspective becomes very clear in order to understand the places and roles designated to women in the city, as showed in studied examples.
KEYWORDS: *Patriarchate. Ideology. Gender relations. Urban design. Urban planning.*

RESUMEN:
Asumiendo la lectura marxista de la sociedad, en que las formas ideológicas se componen a partir de una realidad material existente a priori, se entiende ideología como el conjunto de ideas que sirve y representa a la clase dominante. El presente artículo trae esa lectura a la discusión de género en las ciudades, exponiendo al patriarcado como el instrumento ideológico de la clase dominante en las disputas de género. De esta forma, se hace un análisis de la mutua relación entre la estructura territorial y la ideología vigente, abordando la influencia del patriarcado en el acceso de las mujeres al espacio urbano. Al final se entiende la necesidad de la introducción de discusiones y análisis bajo la perspectiva de género a fin de entender el lugar y los papeles de la mujer en la ciudad, como se muestra en los ejemplos analizados.
PALABRAS-CLAVE*: Patriarcado. Ideología. Relaciones de género. Diseño urbano. Planificación urbana.*

INTRODUÇÃO

Segundo físico e filósofo Mario Bunge (1996) ideologia pode ser definida como um conjunto de ideias, crenças, juízos de valores, normas morais, que intencionam mobilizar e organizar grupos de pessoas em torno de uma meta. Essa meta pode ser individual ou coletiva. Em geral, ainda segundo Bunge, ideologias representam setores específicos e seus interesses. Marilene Chauí (1990), simplifica o conceito, definindo ideologia como algo que tem a função de expressar o discurso da, ou das, classes dominantes.

Analisando sob essa perspectiva as relações de disputa e dominação de gênero, o sistema patriarcal representa a ideologia da classe dominante. Como dominantes e vencedores dos conflitos, os homens estabelecem um conjunto de representações, tanto para si, quanto para as mulheres, determinando como devem se portar, em espaços públicos e privados. A ideologia patriarcal, assim, serve como um instrumento de tecnologia social com eficácia política de manutenção e legitimação de poder. (SAFFIOTI, 2015; GONZAGA 2004).

Sendo a cidade o lugar em que a ideologia se materializa, seus espaços podem, não só refletir conflitos de gênero, como também reafirma-los e reproduzi-los. (GONZAGA, 2004).

O PATRIARCADO COMO UMA IDEOLOGIA DOMINANTE

Carole Pateman em 1993 conceitua o patriarcado como um contrato social que "cria direito político dos homens sobre as mulheres" e estabelece um acesso sistemático aos seus corpos. As diferenças sexuais entre homens e mulheres são, dessa forma, convertidas em diferenças políticas criando liberdade ou sujeição. A liberdade civil como atributo masculino e a sujeição da mulher. Em síntese o patriarcado é uma ideologia que expressa e concede poder político à classe dominante que serve, os homens.

As relações patriarcais, suas hierarquias e estruturas de poder contaminam tanto a sociedade civil quanto o Estado, perpassando pelas esferas pública e privada. Para tanto, a construção simbólica estabelecida se legitima através de estruturas de controle comportamental de massa, instituições como família, religião e imprensa. (SAFFIOTI, 2015).

Desde a Grécia antiga as cidades desenvolviam códigos de conduta para a mulher, pautados principalmente em seus deveres de esposa, aos homens era permitida a elaboração individual de seu "código de marido". Através dos tempos as sociedades vêm recriando esse padrão de transferir aos homens o poder de determinar o comportamento das mulheres.

A sociedade capitalista se apropriou e sofisticou esse método com a criação de novos códigos e instituições que visam a dominação da mulher. Nas sociedades contemporâneas fica a cargo do Estado o estabelecimento de tais normas de conduta, que, como ele, são impregnadas da ideologia patriarcal. Como exemplo, há um século atrás quando o direito ao voto era reservado aos homens donos de propriedades. Ideologias modeladoras de comportamento, como a patriarcal, incidem sobre as cidades por meio de leis e normas, repercutindo na utilização do espaço construído da cidade. (GONZAGA, 2004 p. 20).

INFRAESTRUTURA, SUPERESTRUTURA E ESTRUTURA TERRITORIAL

Conforme a interpretação de Karl Marx (2008), a sociedade se divide em Infraestrutura, que concentra as transformações materiais, as condições econômicas de produção e força de trabalho. E Superestrutura, esferas jurídica, política, religiosa, filosófica, artística, formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência. Dessa maneira, "o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual.[1]" As "formas ideológicas" se originam na Superestrutura a partir da realidade material presente na Infraestrutura. A consciência dos homens, seus valores morais e ideologias não determinam seu *ser*, e sim seu *ser social*, sua vivência das condições materiais, determina sua consciência.

A essas duas estruturas sociais, Flávio Villaça (2001) adiciona o conceito da estrutura territorial. Formada pelo centro principal das cidades, subcentros de comércio e serviço, conjuntos de bairros residenciais e as áreas industriais. As três estruturas se articulam e se relacionam.

Ao relacionar os movimentos entre a estrutura territorial, a superestrutura e vice-versa, Villaça questiona o papel que as classes sociais desempenham na estruturação do território urbano e, no sentido contrário, a influência da segregação espacial na dominação sociopolítica, e como acontece a dominação política pelo espaço urbano. (Villaça, 2001, p. 12).

Villaça (1995) apresenta o conceito do plano-discurso, uma concepção tecnocrática, carregada de ideologia que despolitiza as questões do planejamento e difunde o ideal de que as mazelas urbanas se reduzem a problemas de ordem técnica. Omitindo o papel das desigualdades e injustiças sociais na conformação das cidades, enaltecendo a "boa técnica" em detrimento de ações políticas.

O plano-discurso é um instrumento de ideologia urbana que serve à classe dominante, formado dada as condições materiais estabelecidas a priori, reforçando comportamentos, naturalizando processos e encobrindo as reais intenções do Estado e do Capital. (Villaça, 2001).

Ermínia Maricato (2007) reafirma os conceitos de Villaça e acusa o papel ideológico cumprido pelo plano-discurso em encobrir o "motor que comanda os investimentos urbanos". Define, assim, os modelos de planejamento como aparatos ideológicos de naturalização de um processo de dominação e segregação, que oculta a cidade real e produz um mercado imobiliário restrito e especulatório.

Os questionamentos de Villaça quanto a relação entre a esfera ideológica (superestrutua) e a estrutura territorial, nos conduzem à discussão das mesmas relações entre superestrutra e estrutura territorial voltada para as disputas de gênero. Qual o papel do patriarcado na estruturação do território? Qual papel o espaço urbano desempenha na dominação da mulher? Como a divisão sexual do trabalho se reflete na relação da mulher com o espaço urbano?

[1] Trecho retirado do prefacio do livro de Marx, Contribuição à critica da economia política, edição de 2008, a edição original foi públicada em 1859.

O PATRIARCADO NA CIDADE

> *"(...) a cidade reproduz uma divisão dada por natural. Existe um 'fora' e um 'dentro'. O fora da cidade é o espaço dos homens. Com o espaço de dentro, o lar, julga-se que as mulheres tenham segurança."* (ENGEU, 1974 apud: CALIÓ, 1992)

Ao estabelecer uma hierarquia entre homens e mulheres, o patriarcado cria papeis de gênero, definições socioculturais do que é apropriado para cada sexo, estabelecendo culturalmente responsabilidades, deveres e lugares para cada um. (MONTANER, MUXI, 2014, p 253).

Como resultado dessa distinção de papeis a divisão sexual do trabalho impõe às mulheres a responsabilidade por tarefas de reprodução, como manutenção do lar e cuidado dos filhos e família. Essa condição às coloca em uma posição de maior sensibilidade às inadequações de infraestrutura urbana, impropriedade de moradia, falta de água, energia, saneamento. São também mais prejudicadas pela falta ou precariedade de equipamentos públicos essenciais como creches, postos de saúde, escolas, lavanderias e restaurantes populares, pavimentação e adequação de passeios, iluminação pública, e áreas públicas de lazer e estar.

A divisão sexual do trabalho, imposta pela ideologia patriarcal, traz consequências à relação da mulher com o espaço público das cidades. As possibilidades de deslocamento são, por exemplo, limitadas em função de um carrinho de bebê. Os trajetos, ou até mesmo a escolha da moradia, são pensados em função dos equipamentos dispostos nas proximidades, como creche, escola, mercado. Sua relação com os espaços públicos é muitas vezes feita a partir da rotina de seus filhos, acompanhando-os em praças, quadras, parques.

Essa lógica mostra que o uso e ocupação dos espaços pelas mulheres passa majoritariamente pela necessidade de cumprir suas obrigações cotidianas, sem se apropriar, sem apreender os espaços das ruas, praças e calçadas como espaços de ocupação, permanência e exercício da cidadania. (GOUVEIA, 2006).

Outra distinção de papeis de gênero construída pelo patriarcado é a noção do lugar de cada um. Enquanto à mulher se reserva o espaço privado, o homem tem o público, a rua, como lugar de interação, socialização, política. Paula Santoro (2005) entende o espaço público como a expressão física da vida pública, portanto, quando restringida a participação da mulher ao espaço público, seu acesso a vida pública e política é dificultado. A inserção desigual das mulheres aos espaços deliberativos diminui as possibilidades de que tenham garantida sua representatividade e decidam politicamente em seu próprio nome.

Consequentemente, com a maior participação das mulheres nos espaços de discussão, planejamento e projeto das cidades, serão criadas soluções que supram as demandas essenciais de todas, que deem visibilidade às questões de gênero e tornem o espaço público mais efetivamente apropriados pelas mulheres.

As cidades, como produto das relações sociais e suas contradições, reproduzem espacialmente as divisões da sociedade na forma de segregação. (CALIÓ, 1992 apud: GONZAGA, 2004).

Como produto das relações de gênero, o patriarcado, é reproduzido na estruturação da cidade, afetando o tempo das mulheres, que cumprem os deveres de administradora do lar e dividem seu tempo entre emprego, afazeres domésticos, pagar contas, ir ao mercado. Tendo seu direito de cidadã, de usufruir o espaço urbano condicionado pelo seu papel social.

O patriarcado também se traduz em como os lugares públicos são identificados com os "tipos de mulher" que a sociedade produz; ou ainda, como mulheres são vistas com desrespeito por estarem sozinhas em certos espaços, afastando-as da vida urbana por medo de julgamentos e violência física. (CALIÓ, 1992 apud: GONZAGA, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> *"Taking care of the specific needs of house and family work or thinking of subjective feelings of insecurity does not mean strengthen traditional gender roles. Shaping adequate space for needs resulting from - necessary - house and family work is not determing who is doing the work - the share of labour between sexes can not be influenced by architecture - but the unpaid work has to be taken into account in the desig process." (KAIL, 2012, p. 121)*

Argan (2001) defende que todo projeto é carregado de intenções, não parte de, nem resulta em, algo neutro imune de valores e juízos.

Como acusam Villaça (2001) e Maricato (2011), os planos urbanos, via de regra, são um conjunto de representações ideológicas, representações essas que não refletem a cidade real, os conflitos de classe, as diversidades de gênero, cor, faixa etária, orientação sexual. Falta a aplicação de uma metodologia que permita a manifestação dos diversos interesses e dinâmicas presentes, garantindo que a cidade funcione democraticamente.

Assim, a introdução da variável "gênero" nas análises do espaço urbano são necessárias para entender o lugar de mulheres e homens nas cidades. Como e porque a vivência e a experiência urbana de cada um acontecem a partir de lógicas de organização, temporais e espaciais, diferentes. Para que haja reconhecimento da existência das mulheres na cidade, se faz necessária a compreensão profunda das reflexões sobre as relações patriarcais e sua incorporação pelas teorias urbanas e políticas públicas. (CALIÓ, 1992).

No ano de 1991 duas experiências se iniciavam no campo do planejamento urbano sob a perspectiva de gênero. No Brasil, durante o desenvolvimento do Plano Diretor de Santo André (SP) pela primeira vez no país o movimento das mulheres passa a discutir gestão e reordenação democrática do espaço urbano. Como resultado o Plano Municipal dos Direitos da Mulher (PMDM), plano setorial que foi incluso ao plano diretor, entende a luta pelos direitos das mulheres como uma luta pela efetivação do direito à cidadania. Suas bases compreendem o estabelecimento de políticas públicas voltadas especificamente às mulheres e a garantia de representatividade.

O PMDM, entre suas medidas incluem avanços em direção ao combate a discriminação e a desigualdade de gênero com o incentivo de medidas socioeducativas. A participação do poder público na socialização das responsabilidades domésticas, criando equipamentos sociais de apoio como creches, postos de saúde, lavanderias e cozinhas coletivas e programas de escola em período integral. Implanta medidas que assegurem a participação das mulheres na elaboração e gestão de programas e equipamentos públicos e cria um banco de dados específicos para inventarias a situação das mulheres na cidade de Santo André. (GONZAGA, 2004)

Nesse mesmo ano, em Viena na Áustria, a prefeitura cria o "Women's Office" gabinete de coordenação de planejamento e construção de equipamentos, voltado às demandas específicas da rotina das mulheres. Esse

gabinete responde ao gabinete do diretor executivo de planejamento da cidade, trazendo à cidade de Viena um quadro de funcionários vinculados a mais alta esfera da administração municipal, dedicados a avaliar, debater e deliberar questões de gênero no planejamento da cidade. O gabinete trabalhou focado em tornar o planejamento sob perspectiva de gênero como o principal método de discussão dos temas como habitação, áreas públicas, trafego e mobilidade, segurança pública, desenvolvimento urbano e projeto de edifícios públicos.

As estratégias do gabinete eram, a pesquisa de campo para entender as especificidades das necessidades das mulheres e definir critérios de trabalho; a aprovação popular das propostas; o desenvolvimento de planos piloto em escalas menores; o desenvolvimento de recomendações de planejamento mais amplas; a aprovação dos projetos a serem implantados por banca qualificada. O gabinete trabalhava com o comprometimento político para que a pauta da igualdade de gênero se tornasse prioritária dentro do planejamento da cidade, tornando as questões de gênero tópico diário e habitual nas questões urbanas. [2] (KAIL, 2012)

Em 2004 a Catalunha, comunidade autônoma da Espanha, aprovou a lei 2/2004, que insere a variável e a perspectiva de gênero no planejamento urbano. Essa lei incentiva financeiramente o desenvolvimento de áreas urbanas e bairros que incorpore a igualdade de gênero como partido de seus projetos. Como a experiência austríaca, aqui foi criado um instituto de mulheres, o Institut Catalá de les Dones, que respondendo diretamente ao gabinete do presidente catalão, garante que as questões de gênero alcancem todas as políticas públicas que eram propostas.

A legislação catalã passa a reconhecer a mulher como parte essencial constituinte da sociedade, e, como tal, necessita ser reconhecida como sujeito no planejamento das cidades. A variável "gênero" se torna aqui uma ferramenta de análise, as intervenções são feitas nos campos das atividades socioeducacionais para conscientização; meios de facilitar o desenvolvimento das atividades das mulheres e medidas de segurança pública. (CICOLETTO; MUXÍ, 2009).

Segundo a análise que Argan (2001) faz da intenção do projeto, se projeta contra alguém ou alguma coisa. Dessa forma, é preciso desenvolver o projeto urbano contra a pressão da ideologia patriarcal de tornar as cidades desiguais e as mulheres subjugadas, a força do projeto é o impulso para a mudança, contra o conservadorismo e a inércia; "(...) planejando não se planeja a vitória mas o comportamento que nos propomos a manter na luta."(ARGAN, 2001, p.53).

[2] Em 2009 Brigitte Jilka se torna a primeira secretaria de planejamento urbano e extingue o Women's Office em um reestruturação, seu corpo de funcionárias é integrado à subsecretarias de planejamento urbano, construção e projetos urbanos. Esses 18 anos de trabalho do "Gabinete das mulheres" trouxeram a cidade de Viena a um estágio de consciência de gênero em que não há mais a necessidade de se criar mecanismos de representatividade para as mulheres, uma vez que o a perspectiva de gênero se tornou o principal metodologia de planejamento.

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. **Projeto e destino.** São Paulo: Ática, 2001.

BUNGE, Mario. **Buscar la filosofia en las ciencias sociales.** México DF: Siglo Veinteuno Editores, 1996.

CALIÓ, S.A. Incorporando a questão de gênero nas análises ambientais. *In:* **Boletim Informativo Mulher e Meio Ambiente.** São Paulo, SP, n.3, p. 23-28. 1992.

CHAUÍ, Marilene. **O que é ideologia, coleção primeiros passos.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

ENGELS, Frederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Editora Scala, 1996.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. **A cidade e arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero.** 2004. 284p. Tese de doutorado apresentada na FAU-USP. São Paulo. 2004

GOUVEIA, Taciana. **Mulheres: sujeito ocultos das/nas cidades?** s/l. s/data. Retirado do site Fórum Nacional de Reforma Urbana http://forumreformaurbana.org.br/_reforma/pagina.php?id=1057 em setembro de 2015.

KAIL, Eva. **Fair shared city: gender mainstreaming planning strategy in Vienna.** *In:* Estudios urbanos, género y feminismo - teorías y experiencias. Blanca Gutiérrez Valdivia y Adriana Ciocoletto. Barcelona: Col-lectiu Punt 6, 2012, p. 119-129.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias.** *In:* A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Otília Arantes, Carlos Veiner, Ermínia Maricato. Petropólis: Editora vozes, 2011. p.121-188.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e Política - ensaios para mundos alternativos.** São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual.** São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993.

SAFFIOTI, Heleith**. Gênero Patriarcado Violência.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTORO, Paula. **Gênero e planejamento territorial: uma aproximação.** Campinas: ABEP, 2005.

VILLAÇA, Flávio. **A crise do planejamento urbano**. *In*: São Paulo em perspectiva. 9(2) ed. São Paulo: Fundação Seade 1995, p. 45-51.

VILLAÇA. Flávio. Espaço **intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel : FAPESP : Lincoln Institute. 2001.

Venanparq
Salvador - 2018

INTEGRAÇÃO DE CONTEÚDOS EM PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO ATELIÊ DE PROJETO: UM ESTUDO DE CASO.

INTEGRATING CONTENTS IN DESIGN TEACHING: A CASE STUDY.

INTEGRACIÓN DEL CONTENIDO EN LA ENSEÑANZA DEL PROYECTO: UN ESTUDIO DE CASO.

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA.

MEDEIROS, Renato
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da UNIFACEX.
renatomedeirosarquitetura@gmail.com

LIMA, Hicaro C. Aquino
Estudante de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UNIFACEX.
aquinohicaro@hotmail.com

BATISTA, Fernanda Duarte
Estudante de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UNIFACEX.
nanda_life_@hotmail.com

INTEGRAÇÃO DE CONTEÚDOS EM PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO ATELIÊ DE PROJETO: UM ESTUDO DE CASO.

INTEGRATING CONTENTS IN DESIGN TEACHING: A CASE STUDY.

INTEGRACIÓN DEL CONTENIDO EN LA ENSEÑANZA DEL PROYECTO: UN ESTUDIO DE CASO.

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA.

RESUMO:
O artigo tem como objetivo compreender o processo de projeto arquitetônico desenvolvido em um ateliê de ensino de projeto cuja temática aborda o projeto de edifícios verticais, em uma Instituição de Ensino Superior do Rio Grande do Norte. Decorre da necessidade de analisar os processos de ensino-aprendizagem no âmbito do ateliê de ensino, tendo em vista problemas detectados por diversos autores e que dizem respeito à departamentalização das áreas, a necessidade de pensar o professor de projeto contemporâneo e as dificuldades na promoção da integração de conteúdos e as suas consequências. Foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, com coletas de dados secundários (documentos oficiais do curso) e primários diretamente na sala de aula (observações estruturadas não-participante e questionários aplicados junto ao docente e aos discentes). A pesquisa no ateliê de projeto foi realizada entre agosto e dezembro de 2017, identificou as dificuldades dos estudantes em lidar com o problema considerado complexo. Considerou as ações didáticas empreendidas pelo responsável pela disciplina de projeto como adequadas, mas sugeriu um maior planejamento das atividades de integração de conteúdo entre os demais professores, inclusive fazendo uso de exercícios de concepção multidisciplinares e a adoção da maquete física como instrumento de estudo e catalisador de análises e avaliações dinâmicas no âmbito do ateliê integrado em arquitetura e urbanismo.
PALAVRAS-CHAVE: arquitetura e urbanismo; projeto de arquitetura; ensino de projeto; processo de projeto.

ABSTRACT:
The main objective of this article is understand the process of design developed in a architectural studio whose deals with the vertical building design. It arises from the need to analyze the teaching-learning processes, in view of problems detected by several authors about the departmentalization of the teaching areas in architecture, the need to think about the contemporary design teacher and the difficulties about promoting the integration of contents and its consequences. It was developed from a qualitative exploratory approach analyzing course documents and primary data by structured non-participant observations and questionnaires applied to the teacher and students. The research was carried out between August and December 2017 and identified the difficulties of the students in dealing with the complexity of the problem. The research considered the didactic actions undertaken were adequate, but suggested a better planning of the activities of contents and disciplines among the other teachers of the period, including making use of multidisciplinary design exercises and the adoption of the physical model as a study instrument and catalyst for analysis and dynamic evaluations within the framework of integrated classes.
KEYWORDS: *architecture and urbanism; architectural design; design teaching; design process.*

RESUMEN:
El objetivo de este artículo es comprender el proceso de proyecto arquitectónico en cuyo tema trata sobre el proyecto del edificio vertical. Surge de la necesidad de analizar los procesos de enseñanza-aprendizaje dentro del taller, en vista de los problemas detectados por varios autores y que conciernen a la departamentalización de las áreas, la necesidad de pensar sobre el docente de proyecto contemporáneo y las dificultades para promover la integración de contenidos y sus consecuencias. Se desarrolló a partir de un enfoque exploratorio cualitativo, con analices de documentos oficiales del curso y datos primarios basados en observaciones estructuradas y cuestionarios aplicados al docente y a los estudiantes. La investigación en el taller del proyecto se llevó a cabo entre agosto y diciembre de 2017, identificando las dificultades de los estudiantes para tratar el problema considerado complejo. Consideró que las acciones didácticas emprendidas eran adecuadas, pero sugirió una mayor planificación de las actividades de integración de contenidos entre los otros docentes, incluyendo el uso de ejercicios de proyecto con enfoques multidisciplinarios y la adopción del modelo físico como instrumento de estudio y catalizador para análisis y evaluaciones dinámicas en el taller de arquitectura y planificación urbana.
PALABRAS-CLAVE*: arquitectura y urbanismo; diseño de arquitectura; enseñanza de proyecto, proceso de proyecto.*

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo geral compreender o processo de projeto arquitetônico desenvolvido em um ateliê de ensino de projeto cuja temática aborda o projeto de edifícios verticais, em uma Instituição de Ensino Superior do Rio Grande do Norte. A pesquisa decorre da necessidade de analisar os processos de ensino-aprendizagem no âmbito do ateliê de ensino, tendo em vista problemas detectados por diversos autores como Silva (1998), Verde Zein (2003), Veloso (2003), Teixeira (2005) entre outros no que diz respeito à departamentalização das áreas no ensino de arquitetura, a necessidade de pensar as práticas de ensino de projeto contemporâneo e as dificuldades na promoção da integração de conteúdos e as suas consequências.

Para esse estudo, foram definidos três objetivos específicos: (i) estudar na literatura científica, a caracterização do processo de projeto e a relação com a processo criativo; (ii) avaliar as metodologias de projeto e de ensino aplicadas no estudo de caso; (iii) propor diretrizes para a reformulação das disciplinas que trabalham de forma integrada, principalmente, a disciplina de projeto arquitetônico – foco central desse estudo.

A pesquisa proposta foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa de natureza exploratória. Os métodos utilizados não visaram medir ou quantificar as soluções adotadas no ateliê de projeto, e sim, registrar e avaliar como se deu o processo de concepção arquitetônica com base nos exercícios propostos no ateliê. Para tanto, foram desenvolvidas coletas de dados secundários que dizem respeito aos documentos que caracterizam o curso de arquitetura e urbanismo do Centro Universitário FACEX[1] e a disciplina Projeto de arquitetura V: projeto de edifícios verticais. Em nível primário, foram realizadas observações estruturadas não-participante em sala de aula de projeto, a fim de aproximar os pesquisadores dos processos de ensino-aprendizagem e dos projetos desenvolvidos no ateliê. Além disso, para complementar a análise dos dados, foram aplicados questionários junto ao docente (professor de projeto) e aos discentes envolvidos. Essa ação teve o intuito de compreender a percepção docente quanto ao processo de ensino-aprendizagem e, junto aos discentes, visou a obtenção de informações complementares quanto aos processos e aos produtos desenvolvidos. Ainda que analisar os produtos não fosse um objetivo específico dessa pesquisa, acredita-se que essa ação foi fundamental para complementar o estudo, já que os resultados decorrentes das entregas finais também se configuram como partes essenciais dos processos projetuais.

PESQUISAS EM PROCESSO DE PROJETO

Diversos autores têm se dedicado ao estudo das metodologias de projetação assim como às pesquisas que pretendem investigar como os arquitetos (e demais projetistas) pensam e desenvolvem os seus processos projetuais, com o intuito de melhorar as práticas de ensino de projeto, assim como, de otimizar resultados nos ateliês acadêmicos e profissionais.

Chupin (2003) afirma que o projeto arquitetônico pode ser entendido de três modos diferentes: como um resultado (um objeto), como a representação de um resultado (imagens, desenhos) ou como um processo de pensamento conduzido por uma intenção (um desígnio, uma jornada intelectual). No entanto, esse entendimento do projeto e a conferencia da importância do estudo dos seus processos, se deu a partir da

[1] Instituição selecionada para a realização da investigação e promotora do Programa de Iniciação Científica (PROIC), ao qual se vincula esta pesquisa.

década de 1950, com as investigações na área de metodologia de projeto que buscavam melhorar a qualidade dos processos de projeto e dos seus produtos, conforme afirmado por Lawson (2011).

Segundo Andrade *et al* (2011), em função dessas novas investidas científicas, diversos métodos e estruturas de processo de projeto foram criados, buscando racionalizar e sistematizar o ato da projetação em uma sequência de ações definidas por três etapas: análise, síntese e avaliação. A princípio, os modelos desenvolvidos foram influenciados pelas lógicas das engenharias, teoria da informação, matemática e da computação e tentaram resumir a prática e o processo projetual a padrões operacionais de causa e efeito, onde a criatividade, por ser compreendida como a "caixa preta" do processo projetual, era considerada como um fenômeno fora do controle consciente do projetista.

Os primeiros modelos elaborados apresentavam as etapas do processo e indicavam ordenamento das ações desde a fase de assimilação das informações à etapa de comunicação e apresentação da proposta. Posteriormente, essas tentativas de representar o processo por meio de um conjunto de ações sequenciadas e ordenadas foram aprofundadas pelos pesquisadores, o que ampliou a importância da reflexão crítica em todas as fases do processo de tomada de decisões, demonstrando que o processo não é tão simples, sendo sempre "realimentado" por meio de análises e de avaliações.

Kneller (*apud* Kowaltowski, 2011) ampliou a caracterização do processo de projeto em quatro etapas: a preparação (investigação para se familiarizar com o problema), a incubação (fase de conexão das ideias, gestadas a partir da recombinação, memorização, distanciamento e rejeição de hipóteses), a iluminação/solução (resolução pela integração de ideias, afetadas pela percepção) e a verificação (revisão e análise crítica), onde trabalhariam dois tipos de pensamentos: convergentes e divergentes.

A diferença entre esses dois tipos de pensamento reside no fato de que, enquanto o primeiro visa a única possibilidade correta de solução para determinado problema e estabelece um método ou padrão, o pensamento divergente ou lateral, movimenta-se em várias direções, desenvolvendo a ideia com associações mais amplas capazes de gerar várias soluções aceitáveis (Figura 01).

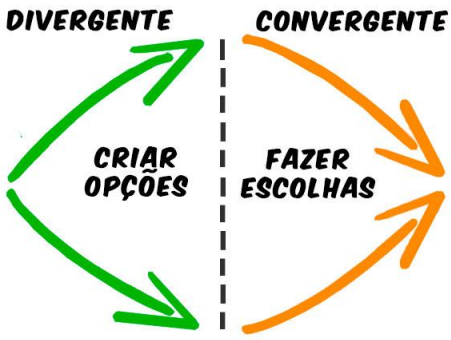


Figura 01 – Pensamento divergente versus pensamento convergente.
Fonte: SIQUEIRA, 2014.

Segundo Kowaltowski *et al* (2011), o princípio da solução criativa de problemas baseia-se na alternância de fases convergentes e divergentes do pensamento. Tais fases são realizadas a partir de operações cognitivas que recuperam conhecimentos por meio de processos mentais que associam os dados da memória de longa

duração em um processamento de informações na memória de curta duração. Nessa fase, os projetistas tendem a fazer uso de meios de representação (gráfica e/ou textual) a fim de gerar comunicação, organização e acúmulo de ideias.

Lawson (2011, p. 64) no trabalho dedicado ao estudo do processo de projeto de arquitetos e designers observa que "*os problemas de projeto costumam ser multidimensionais e altamente interativos*", afirmando, com isso, que raramente algo projetado serve a um único propósito. O autor defende que, ao projetar, frequentemente se faz necessário imaginar soluções integradas que atendam a um conjunto de problemas arquitetônicos, reforçando a naturalidade e a importância da interdisciplinaridade em arquitetura.

Segundo Kalay (*apud* ANDRADE *et al*, 2011) os projetistas usam algumas abordagens no desenvolvimento dos projetos: (1) método baseado em tentativa e erro, (2) método de satisfação de restrições, (3) métodos baseados em regras e (4) métodos baseados em precedentes.

O primeiro método, denominado como de tentativa e erro, faz com que o processo se repita até que se encontre a solução que melhor atenda às metas e às restrições. Pode consistir em encontrar uma solução de maneira aleatória através de sucessivas tentativas ou com o auxílio de testes para guiar as tentativas subsequentes.

Quanto ao método de satisfação de restrições, este consiste na busca pelo atendimento de diversas e diferentes tipos de restrições impostas ao projeto, sejam estas de acordo com o tipo do gerador das restrições: internas ou externas ao projeto ou de acordo com as suas funções, como explicado por Lawson (2011).

No caso dos métodos baseados em regras, estes são constituídos por instrumentalizações para a realização dos passos das atividades de projeto. Visam a reduzir a quantidade de problemas utilizando um tipo de informação fornecido por elas (ANDRADE, M. *et al*, 2011).

O uso de métodos baseados em precedentes apoia-se na ideia de que a maioria dos problemas de projeto apresenta similaridades com outros precedentes. A formação desse repertório é um precioso acervo, que pode ser utilizado em várias circunstâncias de projeto e a sua aplicação deverá se dar de forma indireta, como substrato para novas ideias.

Uma outra abordagem que merece destaque, é a Arquiteturologia, definida como estudo do "pensamento do espaço" – formulada em 1971 pelo arquiteto francês, professor e pesquisador da Escola de Arquitetura Paris-La Villete, Philippe Boudon, que propõe uma compreensão de forma acessível da elaboração do projeto, entendendo "(...)arquitetura como pensamento do espaço". (Boudon, 2003)

Segundo Pereira (2008), com seu método, Boudon abre a "caixa preta" que até então envolvia o processo de projetar, permitindo fazer emergir a "realidade da arquitetura" ao mesmo tempo em que propõem o deslocamento da ênfase para o processo de concepção. Para Pereira (2008) a Arquiteturologia tinha o objetivo de:

> (...) levar a arquitetura a definir seus próprios axiomas e seus próprios conceitos, buscando as bases científicas de uma verdadeira "Arquiteturologia" (estudo do "pensamento do espaço"), confirmando, assim, o caráter científico da arquitetura (...) Ou, considerando a arquitetura como objeto da ciência, visão defendida por Boudon" (PEREIRA, 2008, P. 23).

Mahfuz (1995) propõe que a obra de arquitetura é uma organização de partes, e que estas são pré-existentes ao todo. O autor investiga a natureza das relações existentes (e possíveis) entre as partes e o todo no âmbito da composição arquitetônica considerando, como uma de suas premissas básicas, que essas relações tem fundamental importância no processo de projeto ou, que são elas a própria essência do processo.

De acordo com Mahfuz (2005) o ato de projetar é iniciado a partir da interpretação e organização, com base numa escala de prioridades, definida pelo arquiteto, dos imperativos de projeto – (1) necessidades pragmáticas, (2) herança cultural, (3) características climáticas e do sítio e, (4) recursos materiais disponíveis, com vistas a solucionar o problema arquitetônico. Essa interpretação parte da hierarquização dos vários aspectos envolvidos, implicando uma mudança de uma atitude crítica e analítica para uma atitude de seletividade subjetiva, na qual fatores como a personalidade e a "bagagem" cultural do arquiteto desempenham um papel central.

Ao tratar da abordagem contemporânea da composição, Mahfuz nos lembra que, na arquitetura, a ideia de que o processo de composição evolui do todo para as partes é uma das mais aceitas, ressaltando ainda que essa ideia se solidificou ao longo do tempo, tornando-se um dos fundamentos da doutrina Beaux-Arts, que, durante muitas décadas, teve forte influência na formação de arquitetos ocidentais e, embora o método difundido pela escola não seja mais entendido como o único método adequado para projetar, persiste até os dias atuais a crença de que o todo precede as partes.

Atualmente, o grande desafio enfrentado reside na aplicação de metodologias de projeto (e de ensino de projeto) que envolvam a interdisciplinaridade ao mesmo tempo que estimulem os alunos à produção arquitetônica de modo criativo, uma vez que o campo da projetação arquitetônica está situado numa zona intermediária, transitando entre ciência, tecnologia e arte, precisando atender a questões nem sempre tão claras e permitindo diversas abordagens.

CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA DISCIPLINA PROJETO ARQUITETÔNICO V

O Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFACEX[2], foi criado em 27 de fevereiro de 2013, através da Resolução n. 001/2013 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

De acordo com o programa político-pedagógico (UNIFACEX, 2018), o curso tem como ênfase a formação de profissionais generalistas, aptos a compreender e traduzir as necessidades tanto de indivíduos, como de grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, organização e construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação, o paisagismo, bem como a conservação e a valorização do patrimônio construído, a proteção do equilíbrio do ambiente natural e a utilização racional dos recursos disponíveis. Essas recomendações partem das diretrizes curriculares nacionais quanto aos cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil.

Segundo o Projeto político pedagógico do curso (2018), além de contemplar todos os princípios assinalados pelas diretrizes curriculares, busca-se desenvolver uma formação que se relaciona com as novas exigências

[2] O Centro Universitário FACEX (UNIFACEX), surgiu em 1971, através da Instituição que teve sua nomeação modificada de Faculdade para Executivos para Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão – FACEX, em 31 de agosto de 2012, passando a condição de Centro Universitário. Atende não apenas a cidade de Natal, mas também a alunos de outras cidades, extrapolando o raio da região metropolitana. Atualmente, oferece vinte e quatro cursos, distribuídos nas áreas de ciências humanas, da saúde e de exatas, onde se enquadra o curso de arquitetura e urbanismo.

do mercado potiguar, solicitando para isto dois eixos de atuação que balizam o curso: o enfoque em gestão e em Arquitetura de Interiores e Paisagismo.

O curso está mensurado com uma carga horária total de 4140 horas para serem integralizadas em dez semestres letivos. Esta carga horária total está distribuída em 3900 horas de conteúdo, distribuídas em aulas teóricas e práticas em laboratórios e/ou oficinas. As outras 240 horas são dedicadas às atividades complementares.

A disciplina Projeto Arquitetônico V: Verticalização.

A disciplina Projeto Arquitetônico V, com carga horária de 60 horas, está inserida na estrutura curricular do curso de arquitetura e urbanismo da Unifacex, no sétimo período e o tema do seu exercício projetual está diretamente ligado ao conteúdo do projeto vertical (figuras 02 e 03).

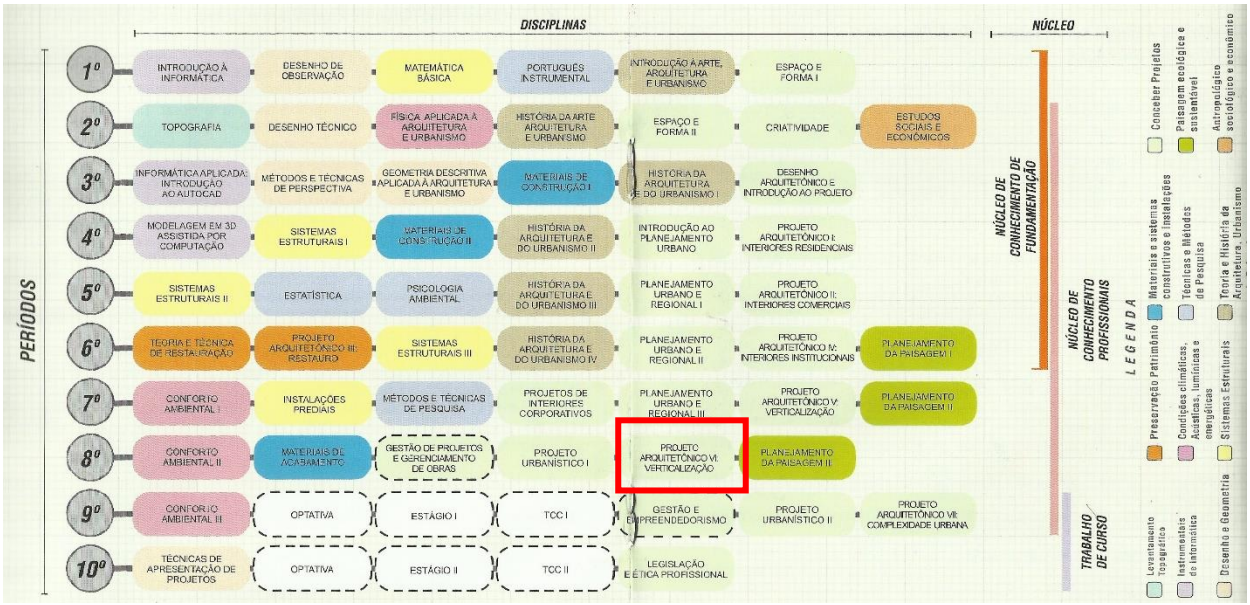


Figura 02: Estrutura curricular com a identificação da disciplina Projeto Arquitetônico V.
Fonte: UNIFACEX, 2018.

Projeto Arquitetônico V: Verticalização (60h)

Ementa:

Edifícios verticais. Projetos de edifícios residenciais, comerciais ou de uso misto, enfocando principalmente questões referentes aos sistemas estruturais, prediais (instalações elétricas e telefonia, hidráulico-sanitárias, gás, ar condicionado e proteção contra incêndio) e métodos construtivos.

Figura 03: Ementa da disciplina.
Fonte: UNIFACEX, 2018.

Em conjunto com a disciplina de projeto, no sétimo período do curso de arquitetura e urbanismo da UNIFACEX, a estrutura curricular aponta para a existência das disciplinas Conforto ambiental I, Instalações prediais, Métodos e técnicas de pesquisa, Projetos de interiores corporativos, Planejamento urbano e

regional III e Planejamento da paisagem II[3]. Um dado importante é que, ao cursar o sétimo período, se o aluno estiver em situação regular, já terá concluído as disciplinas que tratam da estrutura (Sistemas estruturais I, II e III) e dos materiais de construção (Materiais de construção I e II). Tais disciplinas são consideradas importantes para dar suporte ao projeto arquitetônico e se associam à ementa da disciplina de projeto.

Desse modo, pode-se dizer que, o discente ao chegar no sétimo período, após cursar as disciplinas da área de projeto (com trabalhos desenvolvidos na área de arquitetura residencial, comercial, institucional e de restauro) já acumulou uma certa "bagagem" teórica e prática de projeto, encontrando-se familiarizado com a integração multidisciplinar já requerida nos períodos anteriores. Com esse conhecimento e a apropriação de métodos de planejamento de projeto, o aluno deve estar qualificado, para a produção de um projeto com um programa arquitetônico maior (em relação ao que já tinha sido trabalho até o momento), nesse caso, o projeto de edifícios verticais.

Como esclarecido, a disciplina aborda a questão da verticalização. Esse tema pode ser enquadrado na categoria de projetos complexos, em função das características que apresenta como: a dimensão do problema, o número de variáveis envolvidas, a interdependência entre estas variáveis e, por fim, a sua estreita relação com o contexto (VIDAL e MARLE, 2008).

Ou seja, os alunos se deparam com um programa de necessidade amplo e, mesmo que apresentem o seu produto final em nível de anteprojeto[4], devem levar em consideração as relações entre diversos condicionantes, tais como as funções dos espaços, a forma plástica, as estratégias ligadas aos sistemas estruturais e as interferências das instalações prediais, associando sempre ao contexto urbano onde a proposta é inserida.

No momento da pesquisa (segundo semestre de 2017), a disciplina era oferecida no turno noturno, com um encontro semanal de três horas e contava com vinte e três alunos. Os trabalhos de projeto foram, sobretudo, desenvolvidos em grupos de dois ou três componentes. No entanto, alguns estudantes preferiram desenvolver o trabalho individualmente. No total, entre agosto e dezembro de 2017, foram acompanhados nove processos de projeto.

A PERCEPÇÃO DO DOCENTE SOBRE O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Considerando a importância de extrair dados quanto ao planejamento da disciplina, foi aplicado um questionário junto ao docente responsável pela disciplina de projeto. A princípio, foram questionadas quais foram as ações de planejamento didático e as estratégias para que fosse possível alcançar os resultados desejados. Segundo o professor,

> Na primeira unidade era previsto todo embasamento teórico da disciplina, envolvendo todas informações técnicas e significativas, levando em sala de aula dois convidados para levar uma visão diferente, uma visão profissional. Lançando algumas ideias no processo de

[3] Efetivamente, a integração acontece com as disciplinas: Conforto Ambiental I, Projetos de interiores corporativos, Planejamento urbano e regional III e Planejamento da paisagem II.

[4] Segundo Silva (1998) trata-se da fase onde é representada a solução geral do problema, com a definição de partido adotado, da concepção estrutural e das instalações, possibilitando a clara compreensão da obra a ser executada. Nesta etapa, faltam informações pormenorizadas.

> projeto, como o estabelecimento de um conceito, o que é um partido, como é que o aluno vai fazer para que o partido represente o seu conceito, um brainstorm pode fazer parte disso, não impondo uma metodologia, deixando o aluno livre, para seguir a sua própria metodologia. Foi feita uma atividade em relação ao zoneamento, como um quebra-cabeça de projeto, que não foi bem aceita, especificamente, nessa turma enquanto em outras, teve uma aceitabilidade muito grande.

É notório o desempenho do docente, em busca de atividades que tornassem o processo de criação e planejamento mais dinâmico, mesmo a turma não demostrando o interesse em certas fases. A presença de arquitetos que lidam com o tema no mercado de trabalho demonstra o interesse de aproximar os alunos da realidade que ultrapassa a academia. Além disso, foi realizada uma visita ao terreno, para iniciar o processo de diagnóstico da área e do lote. Essa estratégia é fundamental para o início do processo projetual e pode suscitar diversos debates e encaminhamentos didáticos.

Questionado quanto à autonomia dos alunos no processo projetual, o professor afirmou que esta é necessária, mas segundo o docente, os alunos tendem a

> (...) esperar que a resposta parta sempre do professor, quando na verdade, a criatividade está dentro dele. O papel do professor, nesse sentido, será na condução deste aluno, porém a forma de exercitar e estabelecer novas estratégias parte do discente.

Na verdade, a atuação do docente condiz com o que é apontado pelo Projeto Político Pedagógico do Curso que informa que "*a equipe docente deve pautar sua ação educativa em procedimentos que promovam a autonomia do aluno e sua capacidade de análise e interpretação*" (2018, p.38).

Foi questionado ao docente se poderiam ser identificados aspectos ou mesmo limitações que interferiram no processo de projeto desenvolvido durante o semestre. Conforme o professor ''*um grande limitador é o tempo, o tempo que tem de ateliê* (...)''.

Além disso, foi questionado que foi feito para minimizar limitações detectadas nesse processo. Segundo o respondente, ''*considerando que esta é a terceira edição da disciplina, a cada disciplina tenta-se adaptar alguma coisa de acordo com o que acha importante, levando em consideração o perfil de cada turma.*'' Ou seja, segundo o professor responsável é preciso estar atento às particularidades dos grupos, estabelecendo estratégias adequadas para cada semestre.

De acordo com o questionário aplicado e as observações desenvolvidas em sala de aula, foi possível observar que a turma passou por algumas dificuldades, sobretudo pelo o fato de ser um projeto complexo, com um programa de necessidades bem maior do que já haviam trabalhado até o momento. Além disso, foi observado que a integração com as demais disciplinas não estava acontecendo de maneira eficiente, tendo em vista que não estavam se inter-relacionando (em função de problemas ligados ao planejamento da integração) o que pode ter comprometido, em certa medida, o desenvolvimento do produto final.

ANÁLISE DOS PROCESSOS E PRODUTOS DESENVOLVIDOS NO ATELIÊ DE PROJETO

Os processos de projeto

O estudo de caso possibilitou a compreensão de que os processos de concepção projetual dos estudantes foram condicionados, em maior relevância, pelas exigências dos componentes curriculares ministrados ao decorrer do semestre através das atividades desenvolvidas pelos docentes. Foi possível observar como a turma, nos momentos iniciais, caminhou em direção para as questões do macroprojeto, visando a resolução de problemáticas como partido, conceito e zoneamento. Para isso, inicialmente, fizeram uso de estudos de referências que pudessem trazer informações necessárias para colaborar na concepção do edifício de uso misto. Em momento posterior, uma fase de interpretação e diagnóstico do problema arquitetônico, atentou para as questões de implantação, conforto, a vegetação existente no lote, a importância dos condicionantes legais e outros aspectos associados ao contexto urbano.

Na continuidade de todo o desenvolvimento do projeto (cujo programa arquitetônico associava funções residenciais e corporativas), a partir das respostas coletadas junto aos discentes, foi unânime o reconhecimento de que houveram dificuldades ou limitações para a elaboração da proposta arquitetural. A pesquisa pontuou algumas dessas causas. A primeira trata da dificuldade em se adequar diferentes disciplinas dentro do ateliê arquitetônico de forma objetiva e concisa. Trabalhar dentro dessa perspectiva de integração trouxe aos estudantes um maior número de restrições que retardaram os avanços do processo. Como outro limitador, os alunos relataram a complexidade do tema projetual, principalmente pela exigência de adequar distintos usos (residencial e comercial) no mesmo programa. Sobre isso, a pesquisa acredita que essa dificuldade esteja associada a pouca experiência dos alunos. Por ainda não possuírem o conhecimento necessário, a experiência e a prática em um projeto desse tipo, se sentiram inseguros, afetando resoluções funcionais, a compatibilização dos usos e o desenvolvimento do projeto como um todo.

Nesse momento, entraram as ações didáticas planejadas pelos docentes para que as limitações fossem ultrapassadas pelos estudantes. Pensando na pouca familiaridade dos alunos com a temática, uma das primeiras atividades foi a realização de estudos de referências, baseados em análises de precedentes projetuais. Estes estudos permitiram que os discentes entrassem em contato, através de pesquisas, com obras realizadas por outros arquitetos sobre essa temática. Os exemplos foram catalogados, estudados e permaneceram como acervo para que os estudantes analisassem os elementos e buscassem exemplos de soluções já apresentadas e que foram consideradas pertinentes ao projeto. Desse modo, esses estudos serviram como referências de soluções projetuais.

Outra ação didática pontuada, foi a presença de um palestrante especialista na área de verticalização. O convidado apresentou informações importantes para os alunos, esclarecendo dúvidas de caráter técnico e trazendo para a realidade estudantil a experiência de um escritório de arquitetura e a sua interface com a indústria da construção civil.

O ateliê integrado composto pelas disciplinas do sétimo período também faz parte das ações didáticas propostas. Seu propósito é fazer com que o aluno possa contemplar todas as questões envoltas em um projeto arquitetônico, compartilhando experiência e conhecimento de forma direta e assim, otimizando o tempo, ao criar “pontes” que possibilitaram interações rápidas entre os alunos e docentes, otimizando o processo de projeto da edificação.

Os discentes, futuro arquitetos e urbanistas, podem e devem questionar constantemente o que lhes é imposto pelos professores para que seja possível chegar aos resultados mais satisfatórios dentro do que foi estabelecido. Contudo, foi importante questionar junto aos estudantes até onde ia a sua autonomia dentro desse cenário. Desse modo, a fim de esclarecer este aspecto, perguntamos aos discentes se eles consideraram ter possuído autonomia nas tomadas de decisões do projeto vertical (figura 04).

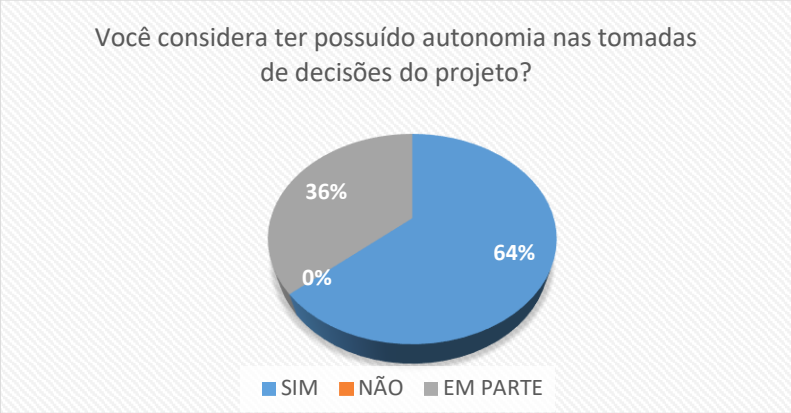


Figura 04: Percepção dos alunos quanto à autonomia no processo de ensino-aprendizagem.
Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Cerca de 64% dos alunos afirmaram sentir autonomia daquilo que estavam produzindo, enquanto apenas 36% considerou que essa autonomia não foi satisfatória e/ou que o professor atuou em demasiado nas tomadas de decisões que deveriam ser dos discentes. Votos "não" não foram registrados.

Seja na academia ou atuando na construção civil, o tempo é uma condicionante presente. Esse limitador natural é o responsável por determinar o prazo de entrega do projeto e foi sentido pelos alunos. A falta de tempo ou de seu planejamento no início do processo até sua entrega gerou conflitos, principalmente, quando não foi possível obter os resultados esperados ao final do cronograma estabelecido. O gráfico a seguir revela o posicionamento dos alunos quanto ao tempo que lhes foi disponibilizado (figura 05).

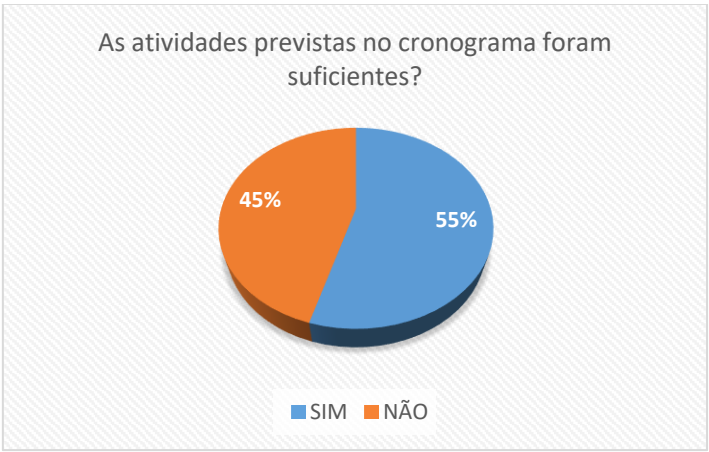


Figura 05: Percepção dos alunos quanto a relação entre as atividades e o cronograma.
Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Em azul, cerca de 55% dos estudantes consideraram o tempo programado para as atividades suficiente. A porcentagem em laranja revela que 45% dos alunos consideraram que as atividades previstas foram insuficientes. Uma das principais causas relatadas diz respeito aos inúmeros feriados ocorridos no segundo semestre de 2017 que, consequentemente interferiram no número de atividades de acompanhamento do processo no decorrer das atividades projetuais.

Um dos aspectos mais relevantes durante o processo projetual desenvolvido pelos discentes diz respeito às questões de conforto. Traçando um comparativo com os dados coletados a partir de fichas de acompanhamento aplicadas do processo de projeto, com os dados obtidos pelos formulários aplicados aos alunos, pode-se perceber que desde o primeiro encontro que a questão do conforto ambiental pôde ser identificada. O pensar sobre o conforto direcionou tomadas de decisões que nortearam o projeto de forma muito significativa, definindo aspectos fundamentais como implantação, o pensar no indivíduo e a sua relação com os espaços. Além disso, as discussões e análises levantadas quanto ao conforto ambiental, influenciaram na seleção e especificação dos materiais usados na construção e até mesmo nos partidos arquitetônicos adotados. Assim, essa relevância conferida a esse aspecto, demonstra para onde o olhar do estudante foi direcionado. No caso estudado, as resoluções para as condicionantes climáticas e ambientais se configuraram como base da formação do planejamento arquitetônico. O gráfico a seguir mostra os principais aspectos considerados pelos estudantes (figura 06).

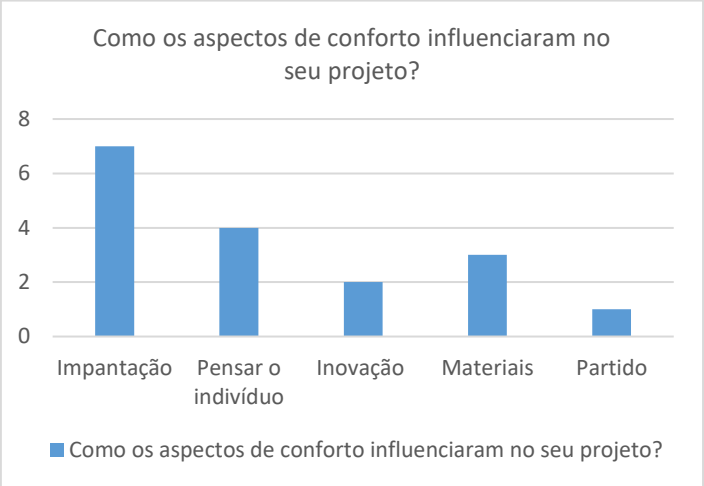


Figura 06: Como os aspectos de conforto influenciaram no processo projetual.
Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

A relevância dada ao conforto ambiental fica ainda mais evidente quando comparamos esses dados com os aspectos estruturais e a sua influência direta no projeto. Foi observado que o sistema estrutural foi decisivo apenas na elaboração do piso de estacionamento da edificação, que se tratava de um pavimento em subsolo e, consequentemente foi influenciado pelas definições do pavimento tipo, que por sua vez, interferiu nas definições do pavimento térreo. Não coincidentemente, ao contrário do conteúdo relacionado ao conforto ambiental que aparece logo nas primeiras tomadas de decisão das fichas de acompanhamento do processo de projeto, as questões relacionadas a estrutura só apareceram, majoritariamente, nos últimos encontros. Segundo a ótica dessa pesquisa, por não estar na grade curricular do sétimo período, o planejamento da questão estrutural não foi considerado como uma prioridade ou uma exigência natural da obra arquitetônica.

Ou seja, pelo fato de não ser um conteúdo de uma disciplina vigente no semestre, a resolução da estrutura pouco foi explorada no processo.

Os produtos

A partir das análises dos produtos finais, pôde-se identificar aspectos comuns entre soluções e resultados obtidos pelos alunos.

Devido ao caráter abrangente do projeto, onde os alunos deveriam pensar a edificação de uso misto relacionada ao meio urbano, foi percebido que todos os grupos consideraram o entorno da edificação e suas características (tipológicas, ambientais e a topografia existente) como parte importante da tomada de decisão projetual.

O terreno, com área bruta estimada em oito mil metros quadrados, se encontrava na Região Administrativa Sul, Zona Sul, da cidade de Natal no bairro de Capim Macio. É importante salientar que o bairro se encontra localizado entre duas ZPA's[5], sendo elas: ZPA 02 – Parque das Dunas, e ZPA 05 – Região de Lagoinha. Todos os grupos respeitaram os limites do terreno, bem como o gabarito permitido pela legislação, considerando o entorno. Além do mais, os grupos precisaram adequar seus projetos à topografia existente, uma vez que o terreno possuía um desnível de seis metros do ponto mais alto para o mais baixo do terreno. Para isso, foi percebido, como mostra a figura 07, a estratégia de concentrar equipamentos de lazer associados às soluções de paisagismo, a fim de vencer os desníveis mais acentuados através de acessos e passeios, ao mesmo tempo que se abriu mão de soluções mais arriscadas e complexas de implantação do edifício.

Figura 07: Representação em corte demonstrando o desnível acentuado do terreno e os equipamentos de lazer associados ao paisagismo. Fonte: Trabalho final de um grupo. Editado pelos autores, 2018.

Os princípios do projeto também abarcaram as questões volumétricas e estéticas decorrentes da forma plástica, principalmente relacionando com aspectos paisagísticos. Foram observados esforços por parte dos alunos em solucionar outros itens da programação arquitetônica do edifício (como as áreas de lazer do condomínio), associando ao projeto paisagístico (figuras 08 e 09). Na verdade, a relação instituída com a

[5] Sigla que define Zona de Proteção Ambiental.

disciplina de Planejamento da Paisagem II, exigiu dos discentes essa produção. Tal fato, reitera a observação realizada quanto à falta de planejamento da questão estrutural (não era uma demanda avaliativa), demonstrando que os produtos buscam responder às exigências do planejamento da integração de conteúdos.

Figura 08: Implantação do edifício vertical e a relação com os outros itens do programa arquitetônico associados ao planejamento paisagístico.
Fonte: Trabalho final de um grupo. Editado pelos autores, 2018.

Figura 09: Proposta de área de lazer e relação com aspectos paisagísticos.
Fonte: Trabalho final de um grupo. Editado pelos autores, 2018.

Quanto ao planejamento das instalações complementares, nos nove grupos analisados foi observado que em todas as propostas houve a conjugação das áreas molhadas, criando zonas rígidas e prumadas verticais para a passagem de dutos, demonstrando uma preocupação com as instalações hidráulicas.

Pelo fato da disciplina de estruturas não estar inserida com as demais disciplinas do projeto integrado, não foram observados esforços determinantes relacionadas as questões estruturais por parte dos alunos e do material entregue pelos grupos ao final do processo.

É importante ressaltar a percepção dessa pesquisa na identificação da disciplina de conforto ambiental como um fator determinante no projeto de verticalização da turma analisada, ainda que essa exigência não esteja prevista no plano de ensino da disciplina de projeto. Essa constatação demonstrou que, por mais que a integração tenha revelado falhas, o aspecto de conforto foi atendido com grande expressividade. Essa comprovação foi obtida ao analisar as plantas dos edifícios, com base nas implantações das propostas, bem como dos zoneamentos em planta e, até mesmo, na implantação de equipamentos de lazer e paisagismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim desta empreitada, deve-se esclarecer que uma pesquisa como essa, tece as suas conclusões a partir de um retrato temporal, envolto em circunstâncias específicas do momento de sua realização. A possibilidade de repetir a investigação em outra oportunidade, poderia aprofundar ainda mais a leitura analítica realizada, possibilitando afirmar ou refutar aspectos observados. Mesmo assim, diante dos dados apresentados, pode-se afirmar que os seus objetivos foram alcançados, tendo em vista que foi possível acompanhar o processo de ensino-aprendizagem e as etapas da concepção projetual dos alunos que cursavam a disciplina de Projeto Arquitetônico V durante o segundo semestre de 2017, no curso de arquitetura da Unifacex.

Considera-se que os instrumentos metodológicos foram adequados, possibilitando a coleta de dados exigida para a pesquisa. A partir da análise empreendida, pode-se afirmar que as ações didáticas realizadas pelo docente responsável pela disciplina de projeto arquitetônico V foram consideradas adequadas e partiram da conceituação teórica sobre o projeto, abordando aspectos fundamentais como a legislação incidente. Além disso, a realização de atividades como a visita ao local, as análises de precedentes e o início do processo de projeto a partir da definição do pavimento tipo, são ações recomendadas por diversos autores como Miranda (2011) e KOWALTOWSKI *et al* (2013).

Foi visto que uma das questões apontadas pelo docente foi o tempo limitado para a elaboração da proposta, o que, segundo Silva (1998), interfere na qualidade do projeto. Associamos a esse aspecto, a carga horária da disciplina que poderia ser ampliada, tendo em vista o grau de complexidade do tema, evidenciado em seu programa de necessidades e nas relações entre as variáveis de projeto que se inter-relacionam. Como observado, um projeto com essa temática, incorpora diversos critérios que partem das resoluções funcionais do pavimento tipo, pavimentos baixos (térreo e subsolos) e pavimentos altos (coberturas e ático), se relacionam com os modos de implantação no lote, com o melhor aproveitamento dos recursos naturais e geram interferências na escala da vizinhança por meio das definições de fluxos e acessos, dentre outros aspectos.

Uma recomendação apontada pela pesquisa, seria a aproximação do tema do edifício vertical com o conteúdo da disciplina de estruturas, o que poderia acontecer com a participação eventual, porém planejada, de um professor da área. A mudança do tema para outro período de formação, também pode ser sugerida, no entanto, exigirá o desenvolvimento de uma investigação mais ampla em relação à estrutura do curso e as disciplinas de projeto e os seus temas correlatos.

A análise dos processos de ensino-aprendizagem demonstrou que também deve ser estimulado o uso equilibrado do pensamento divergente associado ao pensamento convergente como sugerido por Kowaltowski (2011), a fim de tratar a arquitetura como um sistema, como já apontado por Boudon *et al* (2001). Uma maneira de colaborar com esta ideia seria incentivar o uso da maquete física em diversos níveis do processo projetual e fazer uso desse tipo de representação como modelo de estudo. Por exemplo, na fase de estudo da implantação, a sua utilização poderia gerar boas análises e avaliações quanto aos aspectos de implantação, de orientação das fachadas e suas consequências quanto à ventilação, insolação, projeção de sombras em áreas de lazer e também quanto às interferências na paisagem.

Em relação à integração entre as disciplinas, acredita-se que, uma melhor organização do calendário de atividades e uma maior interação entre os diversos professores que atuam no sétimo período, evitaria problemas identificados pelos discentes, como a falta de definições conjuntas quanto aos produtos a serem desenvolvidos e entregues. Dito isso, deve-se atentar para a importância do planejamento das aulas e das metas pedagógicas a serem obtidas por todas as disciplinas que atuam em conjunto, o desenvolvimento de exercícios de concepção multidisciplinares, visando a um estímulo capaz de gerar reflexão e a melhorar a integração entre os conteúdos abordados.

A discussão empreendida neste artigo, ainda que trate de um caso específico, contribui para a reflexão sobre os métodos de ensino, práticas didáticas e planos de integração de disciplinas em cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil como um todo. Se o objetivo da formação em AU é gerar um profissional considerado generalista, capaz de atuar no projeto do edifício e da cidade, o bom planejamento das ações didáticas em conjunto com a definição das estratégias de ensino e avaliação se configuram como pré-requisitos essenciais para o êxito dos processos de aprendizado e de construção do saber arquitetônico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Max L.V.X. *et al*. **O processo e os métodos.** In: KOWALTOWSKI, D. et al. O processo de projeto em arquitetura: da teoria à tecnologia. São Paulo: Oficina de textos, 2011.

BOUDON, Philippe *et al*. **Enseigner la conception architecturale. Cours d'architecturologie.** 2 ed. Paris: Éditions de la Villette, 2001.

CHUPIN, Jean-Pierre. **As três lógicas analógicas do projeto em arquitetura.** Tradução de Sonia Marques. In: LARA, Fernando; MARQUES, Sonia (Org). Projetar: desafios e conquistas da pesquisa e do ensino de projeto. Rio de Janeiro: EVC, 2003.

KOWALTOWSKI, Doris *et al*. **Arquitetura escolar e seu processo de projeto.** In: O processo de projeto em arquitetura: da teoria à tecnologia. São Paulo: Oficina de textos, 2011.

KOWALTOWSKI, Doris *et al*. **Apoiando o projeto vertical: premissas básicas. Disponível em: http://www.dkowaltowski.net/wp-content/uploads/2014/12/APOIANDO-O-PROJETO-VERTICAL-1.pdf Acesso 24 mar. 2018**

LAWSON, Bryan. **Como arquitetos e designers pensam.** São Paulo: Oficina de textos, 2011.

MIRANDA, Juliana Torres de. **Análise de projetos como ferramenta didática no ensino de projeto.** In: V Projetar 2011 – Processos de Projeto: Teorias e Práticas, Belo Horizonte. Anais do V Projetar, 2011.

PEREIRA, Marizo Vitor. **Análise da concepção arquitetural à luz da arquiteturologia:** um estudo da produção de edifícios de uso não-residencial do arquiteto João Maurício Fernandes de Miranda, entre 1961-1981. Dissertação de Mestrado. PPGAU. UFRN, 2008.

SILVA, Elvan. **Uma introdução ao projeto arquitetônico.** 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

SIQUEIRA, J. **Pensamentos convergentes e divergente:** o yin-yang da criatividade. 2014. Disponível em: http://criatividadeaplicada.com/2013/04/06/pensamentos-convergente-e-divergente-o-yin-yang-da-criatividade/ Acesso em 15 mar.2018.

TEIXEIRA, Kátia. **Ensino de projeto:** integração de conteúdos. 2005. 237f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

VELOSO, Maísa.; ELALI, Gleice. **A pós-graduação e a formação do (novo) professor de projeto de arquitetura.** In: MARQUES, F., LARA, F. (org.) Desafios e conquistas da pesquisa e do ensino de projeto. Rio de Janeiro: EVC, 2003.

VERDE ZEIN, Ruth. **A síntese como ponto de partida e não de chegada.** In: MARQUES, F., LARA, F. (org.) Desafios e conquistas da pesquisa e do ensino de projeto. Rio de Janeiro: EVC, 2003.

VIDAL, Ludovic-Alexandre, Marle, Franck**. Understanding project complexity:** implications on project management. Kybernetes, Emerald, 2008, <10.1108/03684920810884928>. <hal-01215364> https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01215364/document . Acesso em 19 mar. 2018

Salvador - 2018

NA CIDADE MERCADORIA DO CAPITAL: PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO PARA UM NOVO FAZER URBANO

IN THE CITY CAPITAL MERCHANDISE: PERSPECTIVES FOR A NEW URBAN MAKE

EN LA CIUDAD MERCANCÍA DEL CAPITAL: PERSPECTIVAS DE ACTUACIÓN PARA UN NUEVO HACER URBANO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

SANTOS, Samira Alves dos
Mestranda em Sistemas de Gestão; Universidade Federal Fluminense
samira.alves.santos@gmail.com

ANDRADE, Emmanuel Paiva de
Doutor em Engenharia de Produção; Professor Titular da Universidade Federal Fluminense
emmanueluff@gmail.com

FLORES, Carina Zamberlan
Mestre em Engenharia Civil; Universidade Tecnológica Federal do Paraná
carinazflores32@gmail.com

NA CIDADE MERCADORIA DO CAPITAL:PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO PARA UM NOVO FAZER URBANO

IN THE CITY CAPITAL MERCHANDISE: PERSPECTIVES FOR A NEW URBAN MAKE

EN LA CIUDAD MERCANCÍA DEL CAPITAL:PERSPECTIVAS DE ACTUACIÓN PARA UN NUEVO HACER URBANO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
A expansão da economia entre os anos 2003 e 2014 ensejou uma entrega significativa de infraestrutura urbana - produção da indústria da construção civil - nas cidades brasileiras em resposta, principalmente, à demanda gerada a partir dos grandes eventos esportivos realizados no país, como a copa do mundo, em 2014, e os jogos olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016. O presente estudo pretende investigar se é possível, a partir das experiências recentes no gerenciamento de projetos de infraestrutura, particularmente na sua face de gestão de *stakeholders*, utilizar de forma crítica e a favor da produção de uma cidade includente, o saber técnico incorporado na gestão de projetos como sistema de gestão e para tanto se propõe a compreender o caminho institucional percorrido na construção da infraestrutura urbana de forma a viabilizar o empoderamento do lado sociedade dentre os *stakeholders* do sistema. A estratégia de investigação adota três recortes analíticos, a saber, (i) o contexto socioeconômico e político em que ocorrem os movimentos de produção da infraestrutura; (ii) o uso da infraestrutura na construção da imagem de cidade compatível com o arcabouço ideológico dominante e (iii) o *modus operandi*, tipicamente capitalista, como se opera e implementa a gestão dos projetos de infraestrutura. Os resultados apontam que se faz necessário operar uma mudança de valores, de objetivos e de práticas, reconfigurando estas não como uma escrita ligada ao saber, mas sim ao ser, na perspectiva de Irma Blank (2001).
PALAVRAS-CHAVE: infraestrutura urbana; gerenciamento de projetos; políticas públicas; capital imobiliário.

ABSTRACT:
The expansion of the economy between 2003 and 2014 resulted in a significant delivery of urban infrastructure - production from the construction industry - in Brazilian cities in response, mainly, to the demand generated from major sporting events held in the country, such as the world cup in 2014 and the Olympic Games of Rio de Janeiro in 2016. The present study intends to investigate whether it is possible, based on recent experiences in the project management of infrastructure projects, particularly in its part stakeholders management, use in a critical mode and in favor of the production of an inclusive city, the technical knowledge incorporated in the project management as a management system and for this purpose it is proposed to understand the institutional path taken in the construction of the urban infrastructure in order to enable the empowerment of the society side among the stakeholders ´system. The research strategy adopts three analytical cuts, namely: (i) the socioeconomic and political context in which the movements of infrastructure production take place; (ii) the use of infrastructure in the construction of the city image compatible with the dominant ideological framework, and (iii) the typically capitalist modus operandi, how the project management of infrastructure projects are operated and implemented. The results point out that it is necessary to operate a change of values, goals and practices, reconfiguring these not as a writing linked to knowledge, but to being, in the perspective of Irma Blank (2001).
KEYWORDS: *urban infrastructure; project management; public policies; real state capital.*

RESUMEN:
La expansión de la economía entre los años 2003 y 2014 dio lugar a una entrega significativa de infraestructura urbana - la producción de la industria de la construcción - en las ciudades brasileñas en respuesta, principalmente, a la demanda generada a partir de los grandes eventos deportivos realizados en el país, como la copa del mundo" en el año 2014, y los juegos olímpicos de Río de Janeiro, en 2016. El presente estudio pretende investigar si es posible, a partir de las experiencias recientes en la gestión de proyectos de infraestructura, particularmente en su parte de gestión de stakeholders, utilizar de forma critica y a favor de la producción de una ciudad inclusiva, el saber técnico incorporado en la gestión de proyectos como sistema de gestión y para tanto se propone entender el camino institucional recorrido en la construcción de la infraestructura urbana de forma que viabilice el empoderamiento del lado de la sociedad entre los stakeholders del sistema. La estrategia de investigación adopta tres recortes analíticos, a saber, (i) el contexto socioeconómico y político en que ocurren los movimientos de producción de la infraestructura; (ii) el uso de la infraestructura en la construcción de la imagen de ciudad compatible con el marco ideológico dominante y (iii) el modus operandi, típicamente capitalista, como se opera e implementa la gestión de los proyectos de infraestructura. Los resultados apuntan que se hace necesario operar un cambio de valores, de objetivos y de prácticas, reconfigurando estas no como una escritura ligada al saber, sino al ser, en la perspectiva de Irma Blank (2001).
PALABRAS-CLAVE*: infraestructura urbana; gerencia de proyectos; políticas públicas; capital inmobiliario.*

INTRODUÇÃO

A expansão da economia entre os anos 2003 e 2014 ensejou uma entrega significativa de infraestrutura urbana - produção da indústria da construção civil - nas cidades brasileiras em resposta, principalmente, à demanda gerada a partir dos grandes eventos esportivos realizados no país, como a copa do mundo, em 2014, e os jogos olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016. É hoje, então, oportuna uma leitura sobre a relação entre os esforços aplicados e os resultados obtidos que, no entanto, não é, definitivamente, linear, dependendo dos diferentes olhares e expectativas que se lançam sobre a evolução do período (PAULA, 2017; SOUZA *et al*, 2015).

Trata-se, em certa medida, da viabilização das chamadas funções urbanas, através da infraestrutura, elemento que desenha e constitui a cidade, o que inclui sistemas de transporte, edificações diversas, áreas livres, sistemas de energia e redes urbanas (MASCARÓ, 2005).

No entanto, como a todo ciclo de expansão segue seu corolário de involução, o Brasil se vê hoje, em 2018, diante de uma recessão que se agrava a cada dia, desde que em 2016 forças políticas reacionárias atropelaram a sua jovem democracia. Os investimentos foram estancados, em um quadro de recessão e confusão política, agravada por escândalos de corrupção, em geral parceiros siameses desse tipo de obra. Não há muitas expectativas de retomada do investimento no curto e médio prazos, o que, por outro lado, suscita a necessidade de formulação e avaliação de ações de apoio ao enfrentamento da crise (BARBOSA, 2017; FREIRE e ROLNIK, 2017; PAULA, 2017; ROSSI, 2017).

Três elementos, portanto, parecem convergir para a oportunidade de aprofundamento da compreensão de aspectos da cidade. Em primeiro lugar, o próprio tema de infraestrutura, dada a sua centralidade no processo de constituição da cidade, é sempre muito denso de possibilidades e caminhos de exploração. Em segundo lugar, a dimensão e extensão da crise que se abate sobre o país, com reflexos econômicos, sociais e políticos, constitui também momento propício à reflexão e a elaboração de caminhos e propostas. O terceiro elemento trata do legado, no bom e no mal sentido, do portfólio de intervenções efetivamente realizadas no período aqui referido, deixando marcas concretas e de concreto, mas também marcas sociais e de aprendizagem.

A partir do desafio posto no campo profissional, este trabalho se constrói na perseguição de alternativas para uma atuação ética no que tange ao desenvolvimento urbano, tratando a infraestrutura urbana, como lugar potente na ampliação do direito à cidade. O presente estudo, então, pretende elucidar, trata de saber se é possível, a partir das experiências recentes no gerenciamento de projetos de infraestrutura, particularmente na sua face de gestão de *stakeholders*, utilizar de forma crítica e a favor da produção de uma cidade includente, o saber técnico incorporado na gestão de projetos como sistema de gestão e para tanto se propõe a compreender o caminho institucional percorrido na construção da infraestrutura urbana de forma a viabilizar o empoderamento do lado sociedade dentre os *stakeholders* do sistema.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A estratégia de investigação, interdisciplinar pela própria natureza, adota três recortes analíticos, a saber, (i) o contexto socioeconômico e político em que ocorrem os movimentos de produção da infraestrutura; (ii) o uso da infraestrutura na construção da imagem de cidade compatível com o arcabouço ideológico

dominante e (iii) o *modus operandi*, tipicamente capitalista, como se opera e implementa a gestão dos projetos de infraestrutura. Os recortes adotados permitiram enxergar a infraestrutura como instrumento efetivo do capital, principalmente o imobiliário, operando na constituição da cidade excludente.

Como contraponto a este quadro, coloca-se a perspectiva de atuação na produção de cidades mais includentes, construídas a partir da crítica ao *mainstream* capitalista, ao nível das políticas públicas e da implementação de projetos e apontando para um novo fazer urbano, conforme esquematizado na figura 1.

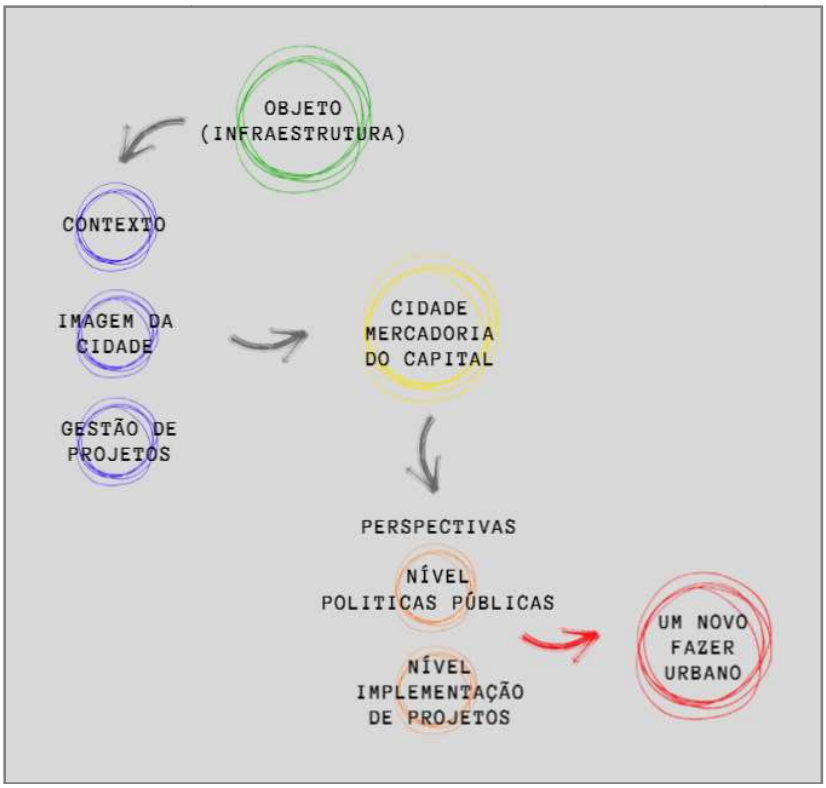


Figura 1: Caminho analítico.
Fonte: Os autores (2018).

O conceito de infraestrutura adotado aqui é propositalmente mais abrangente que aquele adotado comumente na literatura de engenharia urbana, incluindo toda obra ou edificação implantada em tecido urbano ou em seu entorno imediato, causando no espaço público algum tipo de impacto.Da mesma forma, o conceito de projeto no contexto de obras de infraestrutura requer, para a construção do *framework* aqui proposto, alguma redefinição. Em primeiro lugar, apropriando-se da definição de PMI (2013), projeto é um empreendimento / esforço realizado para se produzir um serviço ou produto. Por outro lado, no contexto convencional, projeto inclui a elaboração de desenhos e memoriais técnicos de engenharia e arquitetura que subsidiam a execução da obras. Na perspectiva aqui adotada, a esta etapa denominamos *design*, ficando projeto com o sentido do empreendimento como um todo.

A CIDADE COMO MERCADORIA DO CAPITAL

Na atual quadra de desenvolvimento do capitalismo, os valores que guiam a construção das cidades são construídos e disseminados a partir da lógica de produção capitalista do espaço. A gestão urbana, por sua vez, está a serviço não do cerceamento mas da potencialização dessa lógica, dotando-a de poder direcionador, utilizando, para isso, do subsídio, da conformação, da legitimação e da efetivação de todo o aparato necessário à livre circulação do capital e à produção da cidade nos moldes restritos e especulativos do capital imobiliário (HARVEY, 2004; MARICATO, 2000).

A gestão por projetos tem sido utilizada, desde a década de 90, como instrumento técnico de operacionalização da lógica anterior. As suas entregas têm a peculiaridade de serem entregas de objetos urbanos, transcendendo, portanto, os limites estreitos do privado, constituindo-se em entregas ao público e no espaço público, ou seja, aparentemente de interesse de toda a sociedade. Entretanto, conforme Aaltonen (2009) e Taylor (2007), os interesses regentes, demandantes e atendidos acabam sendo não os da sociedade como um todo, mas somente os de parcela da mesma, não por acaso, aquela que detém o poder do capital e o poder político. São os interesses dessa parcela da sociedade que capturam e enquadram o aparente poder do planejamento, materializando as demandas que lhe convém, excluindo as demais parcelas e emudecendo e fragilizando suas vozes por meio de políticas e estratégias que promovem um falso engajamento que mais desinforma do informa os atores sociais (MARICATO, 2000)

Está ausente, na lógica de gestão urbana anterior, a capacidade de se constituírem objetos acionadores e transformadores da cidade em lugares de expressão e representação da democracia. As entregas propiciadas pela atual gestão de projetos não possuem tais dispositivos. Mas poderia ser diferente. A gestão urbana e a gestão por projetos poderiam se articular, mantendo suas identidades específicas, em perspectivas não necessariamente submissas ao capital em sua inteireza. Ou seja, ser excludente em apoio à lógica do capital, ou ser includente, em resposta ao anseio de ampliação do direito à cidade não são limitações decorrentes da técnica e da tecnologia mas, fundamentalmente, da política.

Num primeiro recorte analítico, dissecar o contextoda infraestrutura urbana, trabalharum todo que a inclui, nos viabiliza a análise desta em sua relação com os outros elementos e a análise das instâncias que interagem com a instância espacial, assim dialogando, necessariamente com as dimensões econômica, a institucional e a cultural (SANTOS, 2014).

Assim, como contexto, é a globalização contemporânea que nos viabiliza tratar a produção (expansão ou intensificação) do espaço essencialmente urbano, a organização geográfica como um recurso ao qual o capitalismo recorre para apoio na solução de suas crises e impasses, a partir de onde se pensa uma geografia que é a imagem e semelhança do capitalismo.Neste contexto, os centros urbanos e as obras públicas desempenham um papel de destaque, como entidades competitivas, com grande importância na economia mundial, à medida que são, em si, artifícios eficientes para o capitalismo em sua estratégia de absorver capital sobreacumulado em tempos de crise através da aceleração do tempo de giro do capital (HARVEY, 2004).

Associado ao poder latente das cidades como lugar de reprodução do capital, através da construção de sua infraestrutura urbana, está o papel do Estado queneste contexto de globalização contemporânea muda de papel, perdendo parte dos poderes tradicionais de controle da mobilidade do capital. O Estado vai passando a ter suas operações disciplinadas pelo capital criando um clima favorável aos negócios (HARVEY, 2004).

Esta perda de poder do Estado implica em mudanças que se constroem em torno da questão sócio-ambiental, envolvendo o desmedido uso do ambiente natural e o impacto danoso ao meio social, através de uma permissividade que uma gestãoda cidade completamente aderente à lógica de desenvolvimento do capital.Esta gestão é guiada não pelas demandas da cidade como um todo, mas por demandas quase exclusivas do capital imobiliário negociado com e mediado pelo poder político (FURTADO, 1974; MARICATO, 2000).

O crescimento econômico hegemonicamente almejado pelos representantes políticos e do capital, num mercado livre e global, é dado exclusivamente pelo aumento de números na economia, sem ponderar os benefícios da forma de produção das riquezas, sem ponderar seu direto impacto em um reforço da concentração de renda, das relações centro/periferia, do mimetismo cultural e da ampliação das relações de dependência. Este não tratamento dos impactos sociais e no ambiente natural são custos (sociais e ecológicos necessariamente imbricados) omitidos do cálculo do PIB denotando que o chamado crescimento econômico, como ainda hoje se almeja, não representa desenvolvimento urbano (FURTADO, 1974; HOBSBAWN, 2009).

Assim, pensar o contexto dos projetos de infraestrutura esbarra em entender que estes vêm servindo ao capital que, em associação à permissividade do Estado, utiliza as cidades contemporâneas como lugar de investimento.

Num segundo recorte, analisa-se a infraestrutura como recurso na criação de representações da cidade oficial que encobrem a cidade real, na construção de uma imagem asséptica da cidade com fins de atração de investimentos, de seletos consumidores, como numa propaganda enganosa. Através do *city-marketing*, o capital vai se empoderando na construção dos objetos fabricados; e empenhando visibilidade à estas obras por este construídas, fortalecendo cada dia mais uma visão hegemônica de cidade não engajada numa prática democrática (MARICATO, 2000; SANTOS, 1997; SOUZA, 2016).

Cidades diversas têm sido estrategicamente associadas à desenvolvimento e à qualidade de vida; através da apresentação da imagem das cidades a partir de sua infraestrutura, pela mídia, de atuação alienante e massiva, num apoio ao capital. A mídia faz uma tomada singular, a partir de infraestruturas singulares e estes são apresentados como representação de uma cidade inteira. Por este viés, as cidades ganham visibilidade e são caracterizadas por seus aspectos físicos isoladamente de seu contexto social. Conforme Sánchez (2001), isto é a cidade como mercadoria, apta a fazer parte de circuitos de comunicação internacional com sua gênese renegada. Este *city marketing*, constrói imagens distorcidas de cidades, através de intervenções urbanas descoladas de suas raízes. Como para Santos (1997), é “um método falso, usado para analisar uma realidade igualmente falsa que resulta em uma mistificação” (SÁNCHEZ, 2001).

Esta infraestrutura construída vai, além de cumprir suas funções primeiras, programáticas, de sua funcionalidade, cumprir naturalmente um papel de veículo de comunicação, papel de simbolizar, como uma linguagem, como expressão coletiva do homem. Simbolizar é também uma função daquela e vai melhor cumpri-la quando tangencia a identidade daqueles que delas usufruem, constituindo-se um repertório material inteligível; pela retórica da identidade. A infraestrutura é então tomada como instrumento, associado a outros, para marcação e construção desta identidade, como subsídio da empreitada de simbolizar os constituintes da identidade das coletividades. Além de simbolizar, trata-se também de construção de identidade que adquire sentido por meio destes símbolos (AUGÉ, 1994; ECO, 1991; FERRARA, 2000; SANTOS, 2014; WOODWARD, 2000).

A infraestrutura urbana conta histórias de grupos, histórias de indivíduos, espelha a sociedade da qual é parte; o que não significa que possa defini-los, ou falar em nome destes. É com olhares distraídos e genuinamente contemplativos para a questão urbana, que se faz tentadora esta leitura, apresentada pela mídia articulada com o capital; mas como abordado por Grafmeyer (1994), o espaço não é neutro, uma simples desdobragem material da vida social, mas é integrante desta, na medida em que é seu produto. A infraestrutura é costumeiramente lida isoladamente, mas precisa ser dissecada e analisada em conjunto com sua função e a estrutura da qual é parte, para ser coerentemente apreendida (SANTOS, 2014).

Assim, ler a cidade através de sua infraestrutura, a partir da história contada pela mídia, apesar de sedutor, requer ressalvas.É notória a diferença, entre história contada e história real, quando da análise da lógica e de todo o processo de concepção e implementação deste recurso - a infraestrutura urbana - na cidade (SANTOS, 2007).

A primeira ressalva: a infraestrutura é um símbolo. A infraestrutura urbana não é uma verdade emoldurada, mas por ora, imagem opaca colada sobre o espaço social, que esconde e distorce a cidade real, recria e inventa ideologias;são signos destinados a sombrear a capacidade de correta apreensão da realidade; são símbolos e não expressões genuínas que comunicam por si só; são elementos construídos e são relacionais. Relacional porque a apropriação, leitura, interação, consumo e interpretação feita por cada ator social dependem de valores por estes atribuídos, não dependem somente do objeto em si. Cada vivência com o objeto na cidade é feita de modo único a partir da relação do ator com os arredores, com as lembranças de experiências passadas, com a bagagem cultural; sendo a imagem, de cada um, única e impregnada de diferentes significados. Os estímulos são assim selecionados de formas distintas. Os signos adquirem simultaneamente significados diferentes. Deste modo, não se retira destes signos idéias totalitárias (LINCH, 1999; (MARICATO, 2000; MELA, 1999; SANTOS, 1997).

A segunda ressalva: a infraestrutura é fruto de uma ação planejada e seletiva. Um projeto é implementado a partir de demandas de transformação, construção, (re) direcionamento de um movimento natural (não projetado). Há, através de sua forma, espacialidade e estética, uma específica mensagem formulada a ser transmitida, construída com objetivos estratégicos que ultrapassam os de cumprir apenas suas funções primeiras, denotando a intencionalidade destinada a impor idéias e valores, que podem nem ser atributos desta infraestrutura (ECO, 1991; SANTOS, 1997).

Estes projetos são símbolos do que se pretende apresentar e na construção destes símbolos são feitas escolhas, os dados são pré-selecionados. Vem à tona, se materializa e é exposto o que oportunamente se pretende que seja. Assim a leitura do objeto é uma leitura induzida pela escolha que se apresenta. Pela oportunidade da seleção atribui-se o poder destes projetos como direcionadores, condutores e delineadores.

A partir dos objetivos estratégicos do projeto, são definidos localização, programa de uso, características gerais da edificação e quantidade e tipo de recursos a serem investidos. Estas definições não são demandadas por um todo, mas por umrestrito grupo que representa o capital investidor. Estas definiçõessão dadas pela lógica de viabilizar os ganhos máximos deste capital e não pela priorização destas de acordo com as necessidades dos diferentes atores demandantes, da cidade como um todo (HARVEY, 2014; MARICATO, 2000).

A terceira e última ressalva: a infraestrutura é um fragmento.As infraestruturas, projetadas para a cidade e inseridas nesta, são necessariamente responsáveis pela constituição, pela caracterização dos tecidos urbanos e possuem relevante responsabilidade sobre a resultante das misturas dadas nestes tecidos. Mas, se por um lado cada projeto é um objeto total em si, por outro é também apenas um fragmento do tecido urbano. São partes associadas que compõem um todo.Por mais que possam falar de seu meio social, comunicar cultura, ela nunca é uma totalidade, ele é sempre um fragmento, uma versão. A versão apresentada sobre a retórica que se pretende explorar. Ela é somente um dos dados, havendo outros não tornados visíveis através dela, mas fundamentais para uma leitura coerente de uma sociedade ou de um grupo através de suas infraestruturas urbanas. Na tomada da leitura da cidade a partir de projetos isolados, são utilizadas apenas as idéias e materializações disponíveis e convenientes de serem apresentadas como representantes de um grupo. São, em geral, marcadas, apresentadas como uma expressão vernácula da cidade, pelo capital e reafirmado pela mídia. São tomados fragmentos singulares como representantes de um meio heterogêneo e desigual. Ainda que ao fim sejam tomados como legítimos pela sociedade, esta é uma legitimidade construída e forjada.

É nesta cidade contemporânea onde é aceita e reverenciadaa infraestrutura urbana como uma fidedigna representação de sua sociedade, que se faz necessária a devida cautela para este tipo de leitura desta cidade, já que aquelas se fazem notadamente ferramentas do capital.

Como terceiro e último recorte, é o gerenciamento de projetos como disciplina, que conforme PMI (2013), é a “aplicação de conhecimento, habilidades, ferramentas, e técnicas às atividades do projeto para atender aos seus requisitos”, aqui nos interessa.

Os profissionais que realizam este gerenciamento de projetos, da qual tratamos aqui, utilizam em larga escala como referência metodológica um manual profissional intitulado PMBOK (*Project Manangement Body of Knowledge*), do americano *Project Management Intsitute (PMI).* Este manualpropõe processos de gestão e que são organizados em 10 distintas áreas de conhecimento, que representam conjuntos de conceitos, termos e atividades que compõem um campo profissional, campo de gerenciamento de projetos ou uma área de especialização. São estas: integração, escopo, tempo, custo, qualidade, recursos humanos, comunicações, riscos, aquisições e partes interessadas (PMI, 2013).

Por partes interessadas (*stakeholders*), entende-se como um indivíduo, grupo ou organização que pode afetar, ser afetada ou sentir-se afetada por uma decisão, atividade ou resultado de um projeto. Podem estar participando ativamente do projeto ou ter algum interesse que pode, de algum modo, ser afetado pelo projeto seja em seu decorrer ou mediante sua finalização. Incluem-se todos os membros da equipe do projeto, além de todas as entidades internas ou externas à organização. As partes interessadas possuem diferentes níveis de responsabilidade e autoridade bem como diferentes níveis de envolvimento podendo ser ocasional ou constante e tende a ser variável ao longo do ciclo de vida de um projeto (PMI, 2013).

Advém do presente estudo e assume-se aqui uma classificação, de partes interessadas em projetos de infraestrutura urbana, em dois grandes grupos: executantes e sociedade. Esta classificação guarda alguma semelhança, mas com diferenças de abrangência e conceitual, com a classificação do PMI (2013) que divide em “*primary stakeholders*” e “*other stakeholders*”. O primeiro - executantes - agrega todos os profissionais diretamente envolvidos na execução do projeto e inclui os proprietários (empresa pública ou investidor privado), os gerenciadores (internos ou externos às empresas demandantes do projeto) e os empreiteiros (projetistas e construtores). O segundo - sociedade - agrega todas as entidades que podem ter algum tipo

de envolvimento com o projeto e inclui os governos, órgãos reguladores, associações de moradores, associações comerciais, vizinhança, mídia, organizações profissionais, sindicatos, usuário etc.

A gestão de partes interessadas precisa lidar com peculiaridades de um projeto de infraestrutura que se caracterizam como delineadoras dos aspectos operacionais da sua execução e da estratégia de gestão. Algumas destas peculiaridades merecem destaque aqui. Primeira: a entrega do projeto é realizada na cidade, lugar público o que significa e necessariamente afetar a sociedade. Segunda: há magnitude na variedade e quantidade de partes interessadas envolvidas. Terceira: a comunicação com a sociedade demanda sensibilidade para as questões sociais e culturais PMI (2016).

Dadas estas peculiaridades, que denotam o necessário e inevitável estreito vínculo entre projeto e sociedade; a gestão de partes interessadas é entendida, neste trabalho, como um importante lugar através da qual ogerenciamento deste tipo de projetos deve se apoiar na busca de produção de projetos que ativa e verdadeiramente dialoguem com a cidade. O método, utilizado para a gestão de partes interessadas, funciona como um importante subsídio à uma adequada apropriação das diversas partes interessadas, que somente se adequadamente enumeradas e reconhecidas podem ser suficientemente empoderadas para tomadas de decisões. São importantes passos, para se conduzir e suportar esta gestão, a identificação de quem são as partes interessadas, o mapeamento e entendimento das relações entre estas partes bem como conhecimento e entendimento das estratégias por estas usadas para atingirem seus objetivos(AALTONEN, 2009; LAWSON, 2010; YANG, 2013).

Lidar eticamente com as referidas peculiaridades, significa assumir a responsabilidade social[1] envolvida nos projetos de infraestrutura. Ademais os imensos benefícios econômicos advindos com megaprojetos, é de grande importância o reconhecimento e tratamento dos problemas sociais destes advindos, principalmente em economias emergentes; como levanta Lin et al (2017), em sua pesquisa que constrói um sistema de indicadores para subsidiar a gestão da responsabilidade social neste tipo de projeto. Na visão do PMI (2016) responsabilidade social é “ter responsabilidade sobre o impacto do projeto na sociedade e nas PI, incluindo aspectos de diversidade, oportunidades para minorias e sustentabilidade”.

Consequência inevitável disso é a sociedade caracterizar-se como uma parte interessada de fundamental importância e cuja participação no projeto representa condição necessáriaquando se pretende um trato ético do projeto.

Apesar deste potencial, de que é dotada a gestão de partes interessadas, no sentido de construir uma comunicação entre o projeto e sua sociedade; esta gestão enfrenta dois desafios, abaixo elencados.

O primeiro desafio se põe pela demarcação de alteridade arraigada na cultura de projeto onde as partes interessadas que representam executantes entendem a parte sociedade, como lugar do outro, para o qual não se cabe nem escuta nem acolhimento.

O aumento de estudos sobre gestão de partes interessadas relacionados à planejamento urbano denotam o reconhecimento do poder de influência dos múltiplos atores envolvidos neste tipo de projeto. É inegável

[1] Responsabilidade social de megaprojetos como políticas e práticas das partes interessadas envolvidas em todo o ciclo de vida do projeto que reflete responsabilidades para o bem estar da sociedade como um todo. (Lin et al, 2017).

a pressão política no monitoramento dos meios e métodos de se ter o resultado final da obra construída com foco nos aspectos relacionados à sustentabilidade e confiabilidade. Mas ainda que não mais discutível a necessidade de efetiva participação da sociedade nas decisões dos projetos urbanos, a definição de quem tem voz em desenvolvimento urbano é costumeiramente um dilema para os times de projeto e para os tomadores de decisão. É um desafio o reconhecimento, enquadramento e intitulação deste tipo específico de parte interessada envolvida em projetos de infraestrutura urbana (PMI, 2016; TAYLOR, 2007; YANG, 2013).

Este problema vai passar pela identificação, pelo engajamento, pelo empoderamento e pela capturadas demandas da sociedade e por sua apreensão como legítimas. Não bastando a abrangente identificação das partes interessadas que compõem este grupo intitulado sociedade, o seu engajamento precisa verdadeiramente dar visibilidade às partes para que tenham poder de fala e atuação através de negociação.

Além disso, deve ser adequada a apreensão sobre as demandas da sociedade. Cada uma, das partes interessadas representantes da sociedade, traz falas que expressam demandas de uma coletividade. Estas levantam interesses que devem ser minimamente discutidos, quando são, de algum modo, impactados por um projeto. Estas podem se expressar através de demandas gerais e abrangentes, mas também através de demandas pontuais que pode ser pelo monitoramento da aderência dos projetos às leis e normas seja ou pela abordagem de questões específicas inerentes a cada projeto. O conteúdo das demandas tem relação direta como os tipos de impacto que cada projeto representa na cidade. Estes impactos (positivos ou negativos) podem ser de ordem social, cultural, econômico, natural e físico.

Mas, de modo geral, as demandas que são naturalmente absorvidas pelos projetos são somente aquelas que representam condições *sine qua non* para sua realização ou que podem representar impeditivo à sua continuidade. São aquelas dadas por alguns tipos de condições: restrição técnica, restrição de gestão ou restrição legal; que por ora coincidem.

O segundo desafio, em parte consequência do primeiro, se apresenta pelo não tratamento da gestão de partes interessadas como fator crítico de sucesso de um projeto. São notórios, os indícios de que o gerenciamento de projetos, de modo geral, não inclua como fator crítico de sucesso o beneficio à comunidade (satisfação do usuário; o impacto ambiental e social; o benefício aos contratados) incorporando inclusive os critério pela sociedade apresentados; e apresenta a associação de sucesso de projeto exclusivamente à custo, tempo e qualidade adotada desde a década de 50 (ATKINSON, 1999; OPONG, CHAN E DANSOH, 2017).

Em contraponto ao potencial da gestão, postos estes dois desafios, denota-se o gerenciamento de projetos trabalhando como instrumento do mercado na construção de uma cidade excludente. A sociedade é apropriada pelo executante como o outro cujas demandas são deslegitimadas e a satisfação daquela está fora do radar de medição do sucesso de um projeto.

PERSPECTIVAS DEATUAÇÃO

Perspectivas são pensadas, a partir da leitura iterativa dos três recortes analíticos, até aqui desenvolvidos, que denotam a infraestrutura servindo ao capital na construção de cidades excludentes. Como já explicitadas; primeiro um contexto de globalização contemporânea onde a cidade é estratégico lugar de

reprodução do capital; segundo a infraestrutura que apresenta a visão de cidade hegemônica como cidade total e terceiro o gerenciamento de projetos como disciplina também se fazendo instrumento do mercado capitalista pela exclusão do outro.

Estetrabalho segue na busca de um lugar, de um caminho aberto pelas políticas públicas e pela implementação dos projetos, onde caiba a colocação de diferentes sujeitos na construção das cidades contemporânea, para isso faz-se necessário entender o caminho institucional percorrido na construção da infraestrutura urbana.

Para entendimento deste caminho, apresenta-se uma divisão em três níveis possíveis para uma atuação. São estes: o nível dos macro-acordos, o nível de políticas públicas urbanas e o nível da implementação de projetos, como apresentado na figura 2. Esta figura representa um esquemaconceitual logo procura tornar gráfico um conceito e não foiconstruída com base em dados quantitativos.

Em cada um destes três níveis, há formas variadas de articulação entre capital e Estado, onde são distintas as influências das dimensões: da política, do aparelho do Estado e da gestão por projetos.

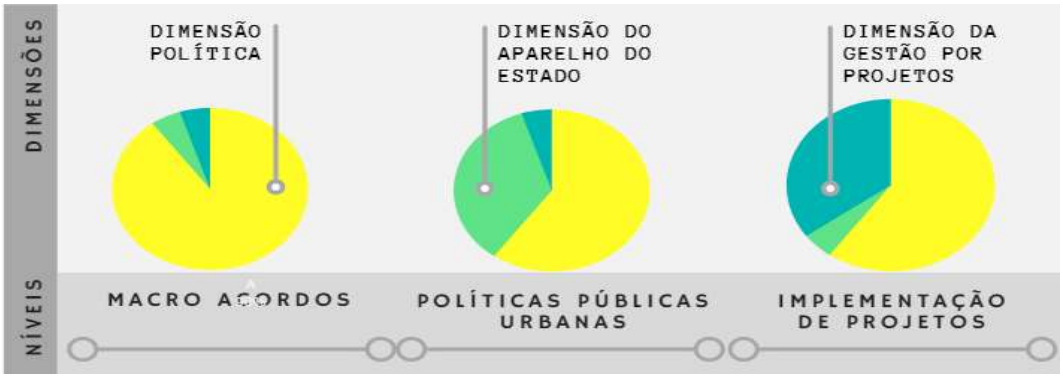


Figura 2: Níveis e dimensões.
Fonte: Os autores (2017).

É no nível dos macro-acordos, onde se constrói a forma como se viabilizará a distribuição das riquezas socialmente produzidas (MARICATO, 2000). É onde o capital público, privado ou articulados numa parceria público-privada (PPP) analisam a viabilidade econômico-financeira de execução de um projeto de infraestrutura, definindo questões como tipo de investimento, localização, período para realização. Neste nível, a atuação da dimensão política é praticamente totalitária, detendo este nível uma alta responsabilidade sobre o impacto dos projetos num país, numa região ou numa cidade. Estes impactos são de larga escala e de toda ordem, econômico, social e cultural, natural e físico imbricados e iterativamente atuantes.

O nível das políticas públicas é onde as decisões por implantação dos projetos dadas no nível dos macro-acordos se enquadram em formatos de políticas urbanas, ganham escalas menores que as anteriores, passam por novas análises de viabilidade para aderir e/ ou demandar a construção de novas legislações urbanísticas e aparatos jurídicos diversos.

O nível da implementação dos projetos é onde o projeto é de fato implementado, construído. Após seu enquadramento, no nível das políticas públicas, aos requisitos urbanísticos e ambientais; neste nível, então,

são realizadas as obras de construção propriamente ditas, o que envolve, por exemplo, todos os cabíveis processos de licenciamento.

Em todos os níveis, a atuação da dimensão política é a mais representativa, com maior poder de atuação, visto ter a capacidade de captura de parcerias diretamente ligadas ao poder do capital. A dimensão do aparelho do Estado tem primordialmente corpo e voz no nível das políticas públicas, onde as instituições trabalham na recepção da demanda, verificação e construção de sua viabilidade para então liberar aos executantes. A dimensão da gestão por projetos encontra espaço na atuação de nível micro, quando o que se pretende executar são as obras de construção.

Nível -Políticas Públicas

Neste contexto enunciado, da globalização contemporânea, as políticas públicas se constroem como instrumento de realização das empreitadas definidas no nível dos macro-acordos, no que tange ao desenvolvimento das cidades.Apesar de dotadas de um poder de transformação da cidade, as políticas públicas no Brasil mostram uma evidente aderência, quase que exclusiva, à lógica do capital. A gestão urbana empodera o capital imobiliário na medida em que provisiona investimentos públicos voltados para as áreas da cidade que promovem a valorização fundiária e imobiliária capazes de reproduzir aquele capital (MARICATO, 2000).

A estratégia de alocação dos recursos públicos não se respalda em demandas amplas da sociedade como um todo, mas quase que exclusivamente nas demandas do capital imobiliário. Na medida em que são construídas as obras nas áreas de interesse do capital, áreas estas que constroem a imagem hegemônica da cidade oficial; são também construídas informalmente sem as mãos do Estado as áreas de uma cidade excluída, a cidade ilegal, Assim segue a construção da cidade sem que o Estado se faça, em suas práticas, responsável por toda uma não-cidade, construída inclusive como subsídio à construção da cidade hegemônica, sem democratizar o direito à cidade (MARICATO, 2000).

Neste nível da política pública urbana, atuam mais fortemente duas dimensões estruturais, que se complementam, e serão constituintes da produção da cidade; a dimensão política e a dimensão do aparelho do Estado, com potenciais de influência bastante distintos. Esta última dimensão tem fortes e densos meios de atuação, sendo, portanto, importante uma análise do exercício técnico e operacional dos profissionais neste nível atuantes. Estão envolvidos o urbanismo, a engenharia urbana e disciplinas correlatas como a sociologia e a geografia. No que tange ao exercício da capacidade inerente aos cargos e funções, para uma atuação que possa dialogar com os interesses do capital; há duas fragilidades na atuação dos técnicos representantes dos órgãos governamentais ligadas a esta dimensão de aparelho do Estado.

A primeira fragilidade é, como considerado por muitos teóricos, a atuação profissional esvaziada, com especialistas não engajados na realidade social de suas cidades, incapazes de ouvir o cidadão. Isto põe toda a cidade ilegal como contexto e não como objeto ou parte do objeto; significando o tecnicismo reforçando a construção de uma cidade excludente e segregadora. Nasce na academia, reside na atuação dos técnicos, e pode ser encontrado desde o início da urbanização brasileira, um olhar alienado e um discurso alienante sobre a cidade. São estes os profissionais que ocupam os órgãos governamentais e trabalham na confecção de legislação, sua fiscalização e na construção do olhar consensual e hegemônico sobre as definições e delimitações da cidade (MARICATO, 2000; FURTADO, 1974; SOUZA, 2013).

A segunda fragilidade reside na não visibilidade e não reconhecimento do modo como se funcionao nível subsequente ao da gestão pública urbana que é o nível da implementação dos projetos de infraestrutura. Nesta fase, porque demandadas pelo capital, será necessário algum tipo de negociação com ele, assim regras rígidas ou alienadas advindas da gestão pública poderão falhar em sua aplicação durante a gestão do projeto.

Estas duas fragilidades resultam em uma utopia do tecnicismo, contida em legislação e planos urbanísticos diversos que não enxergam a cidade real, e numa fragilizada consecução de níveis - da política pública à implementação dos projetos, onde não se enxerga que a esta necessariamente precisará encontrar meios de negociar com o capital.

De um lado o poder de influência da dimensão política, que fala em nome do capital em associação ao liberalismo do Estado; de outro lado o aparelho do Estado atuando com tais fragilidades.

Mas o que fazer? Pensar alternativas a este descrito *modus operandi* da gestão urbana, construir um novo paradigma urbano, significa rever primeiramente relações sociais porque constituintes e não apenas parte do ambiente construído das cidades, pensando numa atuação que busque uma diminuição de desigualdades e uma ampliação da cidadania. É necessária uma nova consciência social que desmonte esta representação ideológica de cidade. Uma atuação, através de instrumentos que constituam uma resistência à exclusão urbana, passa pelo reconhecimento da importância de integrar o conhecimento teórico (incluindo uma avaliação histórica sobre a urbanização brasileira) e a prática urbanística no Brasil (MARICATO, 2000).

A política pública urbana pode sim atuar por uma cidade includente e democrática através de instrumentos, que inclusive se propõem a negociar com a dimensão política como a construção de Planos de Ação com diretrizes de controle de investimentos, fiscalização do uso do solo e uma ação integrada entre social, ambiental e econômica. Especificamente no tocante à inclusão de atores sociais desempoderadas pode e deve buscar uma gestão participativa trazendo estes a uma experiência de sujeitos e não de objetos (MARICATO, 2000).

Mas ainda cabe ao Estado, apesar do comumente declarado não exercício, o controle sobre o poder predatório do mercado, na defesa de identidades culturais, étnicas e da qualidade do ambiente natural. O Estado como o lugar essencialmente de controle dos malefícios da globalização (HARVEY, 2004) dá às políticas públicas a possibilidade de um lugar de representarem e de fato serem meios de uma atuação protecionista com relação ao capital no que tange à construção das cidades. Como afirma Maricato (2000), a equalização de oportunidades só pode se dar como papel do Estado.

Nível - Implementação deProjetos

Em sequência e imbuídos da atuação no nível dos macro-acordos e no nível daspolíticas públicas urbanas, a infraestrutura urbana é, em fim de linha, construída, no sentido literal desta palavra, no nível de implementação de projetos. Um enquadramento dos projetos é dado pelo nível das políticas públicas urbana quese apresenta por legislação ou normativas técnicas que representam as restrições legais. Pela ótica de que a legislação é cerceadora e conformadora dos projetos propriamente ditos, lê-se que nas políticas públicas reside um forte poder direcionador dos caminhos das cidades.

Postos os objetivos do projeto e conhecidas as restrições (legais e de outras ordens), é traçada a estratégia de implementação do projeto. Estes aspectos serão elementos, em parte, constituintes das definições de escopo, do cronograma, do modelo de aquisição a ser adotado, dos requisitos técnicos tratados em aderência às limitações de custos e contribuirão também na escolha dos métodos de gestão do projeto. Transpostas (em aderência ou a revelia) estas restrições legais, os projetos tem uma autogestão e detém um outro nível de poder direcionador, na medida em que sua execução necessariamente atua na cidade e com ela, de algum modo, negocia através da sociedade daquela constituinte. Então, ainda que com toda restrição posta nos níveis dos macro-acordos e da gestão pública urbana, o nível da implementação projeto é um lugar de atuação, um lugar que detém potencial de um agir urbano aderente aos anseios de transformação urbana, de construção de cidades mais includentes.

Se, nos níveis citados, a cessão ao capital mantém desempoderados os não representantes deste, pode-se, em outra escala - pela gestão dos projetos, serem aqueles verdadeiramente engajados e empoderados. Reside nesta comunicação do projeto com a sociedade, seu potencial, sua característica de ser uma oportunidade de um novo fazer urbano.

As metodologias de gerenciamento de projetos, disponibilizadas no mercado, algumas aqui enunciadas, ou outras a serem construídas, podem ser instrumento para uma atuação includente. São especialmente potentes as ferramentas específicas de gestão de partes interessadas.

Mas a perspectiva de serem postas em prática, desta forma, depende de que as partes interessadas executantes e sociedade se predisponham a convocação, participação e negociação. Por serem, em grande parte, implementados como investimento financeiro de capitais privados, os projetos dependem de sua viabilidade econômica e de mais do que isso são planejados para que seja alcançado o máximo lucro possível. Assim, de modo geral, o atendimento à requisitos demandados pela sociedade, que não sejam vitais ou legalmente exigidos é posto às margens e não apropriado como demanda legítima. Se embasadas em um modo includente de lidar com a sociedade, a gestão de partes interessadas poderá viabilizar negociações estruturais na fase de planejamento e negociar execuções pontuais ao longo do ciclo de vida do projeto; incorporando no planejamento e na execução do projeto, o tempo e os recursos (humanos e financeiros) necessários para o respeito aos valores includentes assumidos.

As negociações deverão afastar-se de medidas extremas que tendem à inexequibilidade e passar por caminhos de mediações e negociações possíveis e factíveis neste nível da implementação e projetos. Nem sempre poderá ser negociada a geração de um determinado tipo de impacto na cidade, mas poderá ser perseguida uma negociação sobre o nível de impacto e sobre formas de mitigação. É o capital negociando com a cidade através da sociedade na implantação de seus projetos.

CONCLUSÃO

Apesar das tomadas da mídia, que apresentam as cidades por sua infraestrutura, mostrarem cidades literalmente espetaculares, há uma lógica perversa na construção desta visão hegemônica de cidade. Guardada a devida precaução com esta leitura da cidade, a infraestrutura construída, que é um fragmento, que é um símbolo e que é fruto de uma ação planejada; tem, de fato, um fundamental papel na construção da história da cidade. A partir disso que podemos pensar sua responsabilidade social, pensá-la como um instrumento social; tratar esta responsabilidade também a partir de cada objeto.

O resultado na cidade (que nunca é definitivo) é certamente dependente de cada projeto de infraestrutura entregue; que além de constituir um fim em si, é um meio, é instrumento de comunicação e lugar de construção social. Cabe à infraestrutura trazer a si a responsabilidade de produzir novas formas de distribuição espacial, uma nova forma de se implantar na cidade e contextualizarem-se mais do que com o meio físico, contextualizarem-se de modo responsável com o ambiente social.

Num contexto de globalização contemporânea, o nível da execução de projetos de infraestrutura urbana é englobado pelos níveis dos macro-acordos e das políticas públicas onde se evidencia a sobrepujança da dimensão política. Esta dimensão define pelo poder do capital e pelo poder político, critérios e práticas que não privilegiam a cidade como lugar de expressão e desenvolvimento democrático.

Este artigo mostra também que a gestão por projetos se apropria da cidade como o outro, servindo de instrumento para demarcação de uma alteridade que alimenta a exclusão e trabalha cada dia mais em prol dos executantes dos projetos que se fazem representantes exclusivos do capital, seja o privado seja o público, em geral por aquele financiado.

Estas práticas de gestão excludentes constroem e demarcam dois lados, o executante e a sociedade, e desconsideram a cidade como o elemento que engloba e contém os dois lados e os tornam parte de um todo.O executante detém o poder de decisão sobre o que executar, onde, quando e de que modo. É apoiado e restringido por “aspectos” legais, políticos e financeiros. A sociedade, em geral desempoderada, quando representada por instituições destituídas de capital e ou poder político, permanece, no entanto, detentora de um latente poder de sensibilização social.

Mas há um lugar para um novo fazer urbano. A prática da gestão de projetos pode se configurar num instrumento potente e viável de empoderamento de sujeitos na construção de uma cidade contemporânea verdadeiramente includente. Para uma atuação includente, no entanto, é importante começar com o entendimento sobre o que são as demandas sociais, ignoradas pelo capital, e contextualizá-las no sistema em que são geradas.

Quem demanda e o que demanda? O quanto da ideologia corrosiva do capital já se configura como desejo da sociedade desinformada e alienada? Importante que seja trabalhada a noção de demanda, desencontrando aquelas que são construídas pelo próprio modelo perverso do capital daquelas potencialmente transformadoras de uma sociedade. O primeiro tipo de demanda é orquestrada pelos capitais que naturalizam a marcação de alteridade, construindo cidades contemporâneas como cidades partilhadas em mundos oficialmente intocados e incomunicáveis. O segundo tipo de demanda, sobre a qual trabalhar, como uma demanda carregadas de valores democráticos e necessidades verdadeiramente vernáculas. Não tratar e construir entendimento sobre estas demandas é como marcar e remarcar o que se impõe pelos interesses do capital, que nada têm de potencial transformador das cidades.

Faz-se necessário mudança de valores, de objetivos e por fim de práticas. Uma nova prática precisa ser realizada como “uma escrita ligada não ao saber, mas ao ser” (Irma Blank, 2001). Perceber e usar como recurso uma cidade que é formatada por valores excludentes e ao mesmo tempo lugar possível de extrapolar os limites institucionais, como a dualidade entre liberdade e regra da escrita de Mirtha Dermisache, figura 3. Gerir projetos com novos valores viabiliza desenhar no tecido urbano com “formas nem somente gráficas, nem propriamente plásticas e não completamente escriturais”, a chamada “escrita ilegível” para Roland Barthes se referindo à Mirtha (MELLO, 2016).

Figura 3: À esquerda: Nueve newsletters um reportaje.À direita: Dermisache-9 Newsletters & 1 Reportaje.
Fonte: Mirtha Dermisache (2003 e 2000).

REFERÊNCIAS:

AALTONEN, K.; Sivonen, R..“Response strategies to stakeholder pressures in global projects”. **International Journal of Project Management**. Vol. 27, pp. 131–141, 2009.

AALTONEN, K., Jaakko, K., Tuomas, O..“Stakeholder salience in global projects”. **International Journal of Project Management**, Vol. 26 (5), pp. 509-516, 2008.

ATKINSON, Roger. “Project management: cost, time and quality, two best guesses and a phenomenon, its time to accept other success criteria”. **International Journal of Project Management**. Vol. 17, N. 6, pp. 337-342, 1999.

AUGÉ, Marc. **Não lugares, Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus, 1994.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. “A crise econômica de 2014/2017”. **Estudos Avançados**, Vol. 31, N. 89, pp. 51-60, 2017.

BLANK, IRMA. Milão, 2001.

ECO, Umberto. **A Estrutura Ausente**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

FERRARA, Lucrécia D`Alessio. **A Imagem da cidade**. São Paulo: Edusp, 2000.

FREIRE SANTORO, Paula; ROLNIK, Raquel. "Novas frentes de expansão do complexo imobiliário-financeiro em São Paulo". **Cadernos Metrópole**, Vol. 19, N. 39, pp. 407-431, 2017.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GRAFMEYER, YVES. **Sociologia Urbana**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1994

HARVEY, David. **A justiça social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. 1973

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LAWSON, L., Kearns, A. "'Community empowerment' in the context of the Glasgow housing stock transfer". **Urban Studies**, Vol. 47, N. 7, pp. 1459–1478, 2010.

LIN, Han et al. "An indicator system for evaluating megaproject social responsibility". **International Journal of Project Management**, Vol. 35, N. 7, pp. 1415-1426, 2017.

LINCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único.** Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 121-192.

MASCARÓ, Juan Luis; YOSHINAGA, Mário. **Infra-estrutura urbana**. 1ª edição. Porto Alegre: L. Mascaró, J. Mascaró, 2005.

MELA, Alfredo. **A sociologia das cidades**. Lisboa: Estampa, 1999.

MELLO, Marcelo Reis de. "Escritas ilegíveis. Illegible writings". **Todas as musas**.Vol.7, N. 2, PP.1-14, 2016.

OPPONG, G.D., Chan, A.P.C., Dansoh, A. "A review of stakeholder management performance attributes in construction projects". **International Journal of Project Management**, Vol. 35, N. 6, pp. 1037-1051, 2017.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. "Crise e perspectivas para a economia brasileira". **Estudos Avançados**, Vol. 31, N. 89, pp. 125-144, 2017.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE - PMI. **Construction Extension to the PMBOK Guide**. 1. ed. Pensylvannia: Project Management Institute, 2016.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE - PMI. **PMBoK - Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos**. 5. ed. Pensylvannia: Project Management Institute, 2013.

ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. "Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré". **Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP**: Nota do Cecon, N. 1, pp. 1-5, 2017.

SÁNCHEZ, Fernanda. A (in) sustentabilidade das cidades - vitrine. In: ACSELRAD, Henri. **A duração das Cidades**. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001. pp. 155-175

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Rone Eleandro dos. **Genealogia da Governamentalidade em Michel Foucault**. Dissertação de Mestrado - Curso de Mestrado em Filosofia, Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2010.

SANTOS, S. A. **Sobre ler a história através da arquitetura**. Monografia de Especialização em Sociologia Urbana - Curso de Sociologia Urbana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

SOUZA, Bruno Almeida et al. "Análise dos indicadores PIB nacional e PIB da indústria da construção civil". **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, Vol. 17, N. 31, pp. 140-150, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

TAYLOR, Marilyn. "Community participation in the real world: opportunities and pitfalls in new governance spaces". **Urban studies**, Vol. 44, N. 2, pp. 297-317, 2007.

YANG, Rebecca Jing."An investigation of stakeholder analysis in urban development projects: Empirical or rationalistic perspectives". **International Journal of Project Management**, Vol. 32, N. 5, pp. 838-849, 2013.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

Venanparq
Salvador - 2018

NOVOS CONCEITOS X ANTIGOS PROBLEMAS: AS CIDADES INTELIGENTES E A INFORMALIDADE URBANA

NEW CONCEPTS X OLD PROBLEMS: SMART CITIES AND URBAN INFORMALITY

NUEVOS CONCEPTOS X ANTIGUOS PROBLEMAS: LAS CIUDADES INTELIGENTES Y LA INFORMALIDAD URBANA

EIXO TEMÁTICO: INOVAÇÃO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE

CARVALHO, G.
Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Professor da UNIVALI
arq.giselle@gmail.com

SIMAO, R. S.
Arquiteto e Urbanista
ss.rafael@hotmail.com

ROSSETTO, A. M.
Doutora em Engenharia de Produção; Professora da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC
amarquesrossetto@gmail.com

NOVOS CONCEITOS X ANTIGOS PROBLEMAS: AS CIDADES INTELIGENTES E A INFORMALIDADE URBANA

NEW CONCEPTS X OLD PROBLEMS: SMART CITIES AND URBAN INFORMALITY

NUEVOS CONCEPTOS X ANTIGUOS PROBLEMAS: LAS CIUDADES INTELIGENTES Y LA INFORMALIDAD URBANA

EIXO TEMÁTICO: INOVAÇÃO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE

RESUMO:
Atualmente há uma emergência de práticas criativas e novas abordagens para lidar com problemas urbanos, pelo menos no campo teórico, sob o conceito de Cidades Inteligentes, que têm seu número crescendo mundo afora. As Cidades Inteligentes surgiram no séc. XXI e deixaram de ser uma discussão acadêmica e têm sido apresentadas como uma realidade almejada na atualidade. Não há, no entanto, um consenso sobre sua definição. Enquanto alguns autores focam em uma abordagem tecnicista, que tem as TICs e a produção de informação sobre os sistemas que compõem a cidade como objetivo final destas iniciativas, há outros que defendem que a implementação de TICs deve ser parte de processos maiores de inclusão social e sustentabilidade, evitando a redução de situações urbanas a dados e estatísticas.
Em paralelo, uma questão persistente é o rápido crescimento das cidades que gera uma infinidade de problemas relacionados à expansão da ocupação do território e maior necessidade de cobertura da rede de serviços e infraestrutura urbana, a falta de estrutura de transporte, o uso irracional do solo, a fragilidade ambiental, a exclusão social, a criminalidade, dentre outros fatores. Uma característica marcante deste processo de crescimento, em especial em países menos desenvolvidos, é o surgimento de áreas informais, cuja vulnerabilidade se intensifica a partir destes fatores. Projeções da Organização das Nações Unidas (ONU) indicam que as populações urbanas crescerão em mais de dois bilhões de pessoas nos próximos 40 anos, fazendo a população global ultrapassar os nove bilhões de habitantes. Desta população, estima-se que mais de 65% estarão vivendo em cidades em 2050 (ONU, 2012).
Sendo assim, este ensaio teórico pretende tecer reflexão sobre como este novo conceito que trata a cidade a partir da utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para a gestão e oferta de serviços urbanos, garante de alguma forma o direito à cidade e a minimização de antigos e novos problemas, em especial os relacionados à oferta de serviços públicos, à exclusão social e territorial e à vulnerabilidade socioambiental. Portanto, questiona- se o fato de se ter uma boa rede de comunicação e aplicativos disponíveis, realmente favorecem efetivamente a oferta de serviços de forma inclusiva e bastam para possibilitar o direito à cidade em sua plenitude, inclusive para as populações mais vulneráveis.

PALAVRAS-CHAVE: informalidade; vulnerabilidade; TICs; direito à cidade.

ABSTRACT:
Today there is an emergence of creative practices and new approaches to dealing with urban problems, at least in the academic field, under the concept of Smart Cities, which have their number growing worldwide. Smart Cities emerged in the 21st century and ceased to be an academic discussion and have been presented as a currently pursued reality. There is, however, no consensus on its definition. While some authors focus on a technicist approach, which has ICT and the production of information about the systems that compose the city as the ultimate goal of these initiatives, others argue that the implementation of ICT should be part of larger processes of social inclusion and avoiding the reduction of urban situations to data and statistics.
At the same time, a persistent issue is the rapid growth of cities, which generates a series of problems related to the expansion of the occupation of territory and greater need of coverage of the urban infrastructure and services network, lack of transport structure, irrational land use, environmental fragility, social exclusion, crime, among other factors. A striking feature of this growth process, especially in less developed countries, is the emergence of informal areas, whose vulnerability intensifies from these factors. United Nations (UN) projections indicate that urban populations will grow by more than two billion people over the next 40 years, bringing the global population to over 9 billion. Of this population, it is estimated that more than 65% will be living in cities by 2050 (UN, 2012).
Thus, this theoretical essay intends to reflect on how this new concept that treats the city from the use of Information and Communication Technologies (ICT) for the management and supply of urban services, guarantees in some way the right to the city and the minimization of old and new problems, especially those related to the provision of public services, social and territorial exclusion and socio-environmental vulnerability.
Therefore, it is questioned that having a good communication network and available applications effectively favor the provision of services in an inclusive way and suffice to make possible the right to the city in its fullness, even for the most vulnerable populations.

KEYWORDS: informality; vulnerability; ICTs; right to the city.

RESUMEN:
Actualmente hay una emergencia de prácticas creativas y nuevos enfoques para lidiar con problemas urbanos, al menos en el campo teórico, bajo el concepto de Ciudades Inteligentes, que tienen su número creciendo a todo el mundo. Las Ciudades Inteligentes surgieron en el s. XXI y dejaron de ser una discusión académica y se han presentado como una realidad anhelada en la actualidad. No hay, sin embargo, un consenso sobre su definición. Mientras algunos autores se centran en un enfoque tecnicista que tiene las TIC y la producción de información sobre los sistemas que componen la ciudad como objetivo final de estas iniciativas, hay otros que defienden que la implementación de TIC debe ser parte de procesos mayores de inclusión social y sostenibilidad, evitando la reducción de situaciones urbanas a datos y estadísticas.
En paralelo, una cuestión persistente es el rápido crecimiento de las ciudades que genera una infinidad de problemas relacionados a la expansión de la ocupación del territorio y mayor necesidad de cobertura de la red de servicios e infraestructura urbana, la falta de estructura de transporte, el uso irracional del suelo , la fragilidad ambiental, la exclusión social, la criminalidad, entre otros factores. Una característica destacada de este proceso de crecimiento, en especial en los países menos desarrollados, es el surgimiento de áreas informales, cuya vulnerabilidad se intensifica a partir de estos factores. Las proyecciones de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) indican que las poblaciones urbanas crecer en más de dos mil millones de personas en los próximos 40 años, haciendo que la población global sobrepasa los nueve mil millones de habitantes. De esta población, se estima que más del 65% estarán viviendo en ciudades en 2050 (ONU, 2012).Por lo tanto, este ensayo teórico pretende hacer reflexión sobre cómo este nuevo concepto que trata la ciudad a partir de la utilización de Tecnologías de Información y Comunicación (TIC) para la gestión y oferta de servicios urbanos, garantiza de alguna forma el derecho a la ciudad ya la ciudad minimización de antiguos y nuevos problemas, en especial los relacionados con la oferta de servicios públicos, la exclusión social y territorial y la vulnerabilidad socioambiental. Por lo tanto, se cuestiona el hecho de tener una buena red de comunicación y aplicaciones disponibles, realmente favorecen efectivamente la oferta de servicios de forma inclusiva y bastan para posibilitar el derecho a la ciudad en su plenitud, incluso para las poblaciones más vulnerables.
PALABRAS-CLAVE*: la informalidad; la vulnerabilidad; las TIC; derecho a la ciudad.*

INTRODUÇÃO

Avanços nas Tecnologias da Informação e Comunicação, as TICs, principalmente no acesso à internet e seus impactos na maneira e velocidade que as pessoas se comunicam e se relacionam, criaram novos paradigmas de eficiência aos quais o poder público vem tentando se adequar (PARK; KIM, 2014), principalmente na redução da burocracia, aumento da transparência e digitalização de serviços. A gestão urbana também vem se apropriando destas tecnologias em busca de avanços em áreas como eficiência energética, mobilidade urbana, inclusão social, etc. Há uma emergência de práticas criativas e novas abordagens para lidar com problemas urbanos, pelo menos no campo teórico, sob o conceito de Cidades Inteligentes, que têm seu número crescendo mundo afora. Também se observa a existência de programas não ortodoxos, e microplanejamento urbano em diversos territórios informais que estão se reinventando nas grandes cidades contemporâneas.

Conceito surgido no século XXI, as Cidades Inteligentes deixaram de ser uma discussão acadêmica e têm sido apresentadas como uma realidade almejada na atualidade. Não há, no entanto, um consenso sobre sua definição. Enquanto alguns autores focam em uma abordagem tecnicista, que tem as TICs e a produção de informação sobre os sistemas que compõem a cidade como objetivo final destas iniciativas, há outros que defendem que a implementação de TICs deve ser parte de processos maiores de inclusão social e sustentabilidade, evitando a redução de situações urbanas a dados e estatísticas. No Brasil, a Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas busca através do documento: "Brasil 2030: Cidades Inteligentes e Humanas" estabelece 11 elementos que juntos definem uma cidade inteligente.

Embora o potencial do uso de computação no cotidiano da cidade de fato represente a possibilidade de uma gestão baseada em dados reais e integrais, obtidos em tempo real, sua aplicação não é tão simples. Construir um modelo que seja eficiente, aumente a autonomia e as possibilidades de participação dos cidadãos, seja transparente quanto à produção e uso dos dados, e esteja pronto para incorporar novas tecnologias que venham a surgir representa uma série de desafios éticos, sociais e tecnológicos.

Podemos observar inúmeras cidades em busca da construção de um território dito inteligente. A cidade do Rio de Janeiro é apontada como inteligente em função do seu Centro de Operações e do uso de iniciativas digitais para a gestão de cidades, no entanto, a violência sem precedentes é uma constante nesta cidade, há também muitos espaços públicos abandonados, muita pobreza, muitas favelas em situação de precariedade, existência de moradores de rua, dentre outros problemas, que da mesma forma podem ser observados em Curitiba e Porto Alegre, também tidas como cidades inteligentes, que fazem parte da realidade da maioria das cidades brasileiras. Logo, é oportuno questionar como podemos considerar uma cidade inteligente, mesmo sendo ela ainda segregada e berço de pobreza e violência, na qual pontos críticos e persistentes da realidade urbana como a informalidade e toda a vulnerabilidade que a acompanha, ainda não foram solucionados?

Segundo Leite (2012) o século XIX foi dos impérios, o século XX das nações e, o século XXI, é das cidades. Ainda segundo o autor, as megacidades são o futuro do Planeta Urbano. Projeções da Organização das Nações Unidas (ONU) indicam que as populações urbanas crescerão em mais de dois bilhões de pessoas nos próximos 40 anos, fazendo a população global ultrapassar os nove bilhões de habitantes. Desta população, estima-se que mais de 65% estarão vivendo em cidades em 2050 (ONU, 2012).

Este rápido crescimento das cidades gera uma infinidade de problemas relacionados à expansão da ocupação do território e maior necessidade de cobertura da rede de serviços e infraestrutura urbana, a falta de estrutura de transporte, o uso irracional do solo, a fragilidade ambiental, a exclusão social, a criminalidade, dentre outros fatores. Uma característica marcante deste processo de crescimento, em especial em países menos desenvolvidos, é o surgimento de áreas informais, cuja vulnerabilidade se intensifica a partir destes fatores.

A informalidade é uma realidade persistente no Brasil e em todo o mundo, e ocorre de diversas maneiras, são inúmeras as formas de ocupação irregular de territórios e as adversidades presentes neste tipo de ocupação. A Organização das Nações Unidas estima em mais de 900 milhões o número de pessoas vivendo em favelas em todo o mundo atualmente. (ONU, 2016). Essa parcela da população vive cercada pela pobreza e possui acesso restrito a serviços urbanos básicos, como saneamento, alimentação, e estão mais suscetíveis a problemas de saúde.

Estes assentamentos precários apresentam-se como um tipo dominante e distinto no século XXI, e tendem a reunir cada vez mais pessoas. Ainda segundo dados da ONU, em 2014, 54% da população global vivia em cidades, mas esse percentual deve subir para 66% em 2050. No mesmo período, a população que habita as favelas deve dobrar de 900 milhões para 1,8 bilhão. Segundo dados do IBGE, em 2010 o Brasil tinha 11.425.644 pessoas morando nos chamados aglomerados subnormais, como favelas e ocupações informais. Enquanto que os maiores contingentes de população mundial urbana em favelas estão distribuídos em países pobres da África e Ásia, nas megafavelas que de acordo com Davis (2006, p.37) surgem quando bairros pobres e comunidades invasoras se fundem em cinturões contínuos de moradias informais e pobreza, em geral na periferia urbana.

As soluções encontradas pela população pobre sem acesso ao mercado formal de terras são de inúmeras naturezas, surgindo uma série de tipos específicos de ocupação e assentamentos nos núcleos metropolitanos e nas periferias, desde a acomodação em cortiços, passando pelas invasões, loteamentos clandestinos, até o estabelecimento dos moradores nas ruas. Frente a este cenário no qual a informalidade urbana é persistente, se faz necessário pensar no âmbito da cidade em soluções para os maiores desafios da humanidade como a pobreza, mudanças climáticas, saúde, infraestrutura, etc. Como consequência dos desafios já citados, a Organização das Nações Unidas estabeleceu na Agenda do Desenvolvimento Sustentável de 2030, objetivos para o desenvolvimento sustentável, dentre eles, tornar as cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis (ONU, 2015).Sendo assim, este ensaio pretende questionar se uma boa rede de comunicação e aplicativos disponíveis, de fato favorecem efetivamente a oferta de serviços de forma inclusiva e bastam para possibilitar o direito à cidade em sua plenitude, inclusive para as populações mais vulneráveis. É importante salientar que a reflexão aqui apresentada não possui a pretensão de sugerir que o uso das tecnologias de informação e comunicação não é algo bom para as cidades, e que não possa qualificar o território, entretanto, questiona-se o fato de que o uso de tecnologias pode otimizar a vida urbana na cidade formal, porém, quais novas oportunidades esta digitalização pode gerar nos territórios informais? Partimos do pressuposto de que mesmo havendo muita tecnologia disponível na busca por um território inteligente - como promessa de uma vida melhor nas cidades - a vulnerabilidade social e a informalidade do território persistem e parecem não ser consideradas.

É possível constatar que apesar da vasta digitalização, os territórios informais, e todos os problemas que os acompanham como a violência, a exclusão, etc., continuam existindo nestas cidades, independente de seus investimentos em inteligência. Sendo assim, o problema que motiva esta discussão, é questionar como a

emergência desses novos conceitos pode contemplar a informalidade contida nas cidades, de modo a atenuar a vulnerabilidade existente nas mesmas, e avaliar se e até que ponto a aplicação dessas premissas considera esses aspectos de vulnerabilidade (socioeconômica, civil, socioambiental, etc.) no que se refere a este enorme contingente que vive em áreas informais e não se beneficia desta nova forma de construir as cidades. Pretende-se a partir desta discussão, contribuir com os debates sobre a persistência da informalidade e novas formas de qualificação de territórios vulneráveis; de que maneiras as TICs e recursos utilizados para tornar as cidades inteligentes podem contribuir na ressignificação de territórios informais e como tornar as cidades contemporâneas melhores também para os grandes contingentes populacionais presentes nas áreas informais.

SOBRE A INFORMALIDADE URBANA

A discussão proposta requer uma base teórica que possibilite a compreensão de uma visão global e local da informalidade e dos conceitos que definem as cidades inteligentes. Conforme a bibliografia de Davis (2006) há mais de duzentas mil favelas no mundo. O autor afirma que maioria dos pobres urbanos não vive mais nos bairros pobres no centro da cidade, desde 1970, a maior parte do crescimento populacional urbano foi absorvida pelas comunidades faveladas da periferia das cidades do terceiro mundo.

A informalidade urbana pode ser encontrada de diversas maneiras, são muitas as formas de ocupação irregular de territórios e as adversidades presentes neste tipo de ocupação. Ter uma dimensão global desse problema é importante e necessário para compreender o quanto essas áreas e seus habitantes estão expostos à vulnerabilidade em seus mais variados aspectos.

Davis (2006, p.43) cita alguns exemplos dessas diversas maneiras de ocupação como a Cidade dos Mortos no Cairo a definindo como “o imenso cemitério onde foram sepultadas gerações de sultões e emires é uma ilha urbana murada cercada de vias congestionadas”, e os Chawls de Mumbai, que são no geral moradias miseráveis de um só cômodo e em péssimas condições, nos quais se aglomeram muitas vezes mais de dez pessoas em 15 m², e os sanitários são divididos entre mais de três famílias, exemplificam a diversidade dessas ocupações. Ainda segundo o autor, esta ampla faixa de soluções habitacionais e diversidade de direitos de propriedade e formas de moradia são comuns nas grandes favelas africanas e latino-americanas, como por exemplo, em Soweto (África) na qual dois terços de seus moradores moram em lares privados do setor formal (a classe média de profissionais liberais), ou em casas pertencentes ao governo (os operários), nestas últimas foram construídos ilegalmente nos quintais barracos alugados a famílias mais jovens ou adultos solteiros, e até pessoas mais pobres como os imigrantes rurais.

Esse acúmulo de pessoas contribui para a proliferação de doenças, de acordo com Eileen Stillwaggon (apud DAVIS, 2006, p.146): “as doenças relacionadas à água, esgoto e lixo matam 30 mil pessoas e representam 75% das moléstias que afligem a humanidade”. Segundo o relatório de 1996 da Organização Mundial da Saúde - OMS, quase metade da população urbana do hemisfério sul, sofre de uma ou mais dentre as principais doenças associadas ao fornecimento inadequado dos serviços de água e esgoto. A UNICEF estima que até 80% das mortes por doenças evitáveis, deriva das más condições sanitárias. Em algumas favelas ao redor do mundo, como em Luanda (Angola) algumas famílias chegam a gastar mais de 15% de sua renda para comprar água, muitas vezes contaminada e devido a este problema, muitas crianças morrem precocemente ou vivem constantemente doentes.

Dentre os inúmeros problemas que as ocupações informais trazem consigo e expõem as populações à vulnerabilidade, a falta de infraestrutura básica ainda é responsável pela morte de grandes parcelas da população. Davis (2006) afirma que durante dez mil anos as sociedades urbanas vêm lutando contra o acúmulo de seus dejetos, sendo que até as cidades mais ricas atiram seus excrementos diretamente em cursos d´água ou oceanos. Define as megacidades pobres de Nairóbi, Mumbai e Daca, como verdadeiras montanhas fétidas de excrementos, e através de exemplos como os de Nairóbi (Quênia) onde devido à falta de banheiros públicos, em 1998 eram dez latrinas tipo fossa para 40 mil pessoas, a população utiliza "banheiros voadores" e Bangalore (Índia) onde a situação é devastadora para os pobres que não podem pagar para utilizar um banheiro público, evidencia que a intimidade com os dejetos alheios é um dos mais profundos divisores sociais, assim como disseminador da ocorrência universal de parasitas e enfermidades.

A primeira favela Brasileira surgiu no Morro da Providência, onde ex-combatentes da Guerra de Canudos se instalaram, pois ao voltarem do combate para o Rio com o não cumprimento da promessa do Governo de ganharem casas na capital federal acabaram ocupando as encostas deste morro. O morro foi batizado de Morro da Favela, pois favela era o nome de uma planta presente no morro e similar a uma planta também típica do sertão nordestino. O processo de destruição dos cortiços no final do séc. XIX também levou muitas pessoas a ocuparem os morros. (FAVELA EM MEMÓRIA, 2013).

No Brasil, podemos compreender que a informalidade urbana se dá como solução para os que não têm acesso à terra e moradia formal como afirma Maricato (2009, pg. 277) "a falta de alternativas habitacionais impede a aplicação da legislação que pretende ordenar e regular toda a produção do ambiente construído e determina a significativa informalidade urbana, a segregação territorial e a agressão ambiental". Apesar dos avanços observados na política habitacional Brasileira nos últimos anos, por meio do estabelecimento do Estatuto da Cidade, através do qual todo município com mais de 20.000 habitantes foi determinado a elaborar seu Plano Diretor, e com o advento do Ministério das Cidades, a partir do qual surgiram novos programas habitacionais. As cidades brasileiras passaram a ter leis urbanísticas e ambientais bem desenvolvidas, no entanto ainda há uma parte da cidade a qual tais leis não são aplicadas, que se trata da cidade informal, a qual se pretende dar destaque no presente trabalho.

No que se refere à carga de conhecimentos técnicos para a qualificação de assentamentos precários no Brasil, para Magalhães e Villarosa (2012), esse assunto ainda é recente. Os autores concluem analisando os programas ainda sem padrões metodológicos estabelecidos e codificados de intervenções sociais e urbanização de favelas, segundo os quais determinado tipo de ação corresponda a determinado resultado. Os problemas mais comuns encontrados são caracterizados por dificuldades institucionais de articulação/coordenação, negociação de conflitos entre poder público, lideranças e população, bem como gestão inadequada de parcerias com organizações sociais e comunitárias.

CIDADES INTELIGENTES

No século XXI destaca-se o uso das TICs, como soluções para qualificação de espaços urbanos nos diversos processos de produção e análise de dados urbanos, dentro do conceito de Cidades Inteligentes, que conforme citado anteriormente, vem sendo abordado e aplicado de diferentes maneiras em diferentes países e contextos. Para maior aprofundamento e compreensão deste tema, são apresentados aqui alguns desses conceitos surgidos ao longo do tempo. Ao realizar uma investigação inicial dos conceitos de cidades inteligentes, se percebe significantes divergências e convergências nas visões dos autores, sendo que

alguns definem essas cidades inteligentes como simplesmente digitais e outros já demonstram uma preocupação mais voltada a questões como sustentabilidade e qualidade de vida da população.

Dentre os autores que possuem uma visão mais focada em eficiência e tecnologias digitais, estão: Hall (2000, p. 1), que define as cidades inteligentes como aquelas que monitoram e integram as condições de operações de todas as infraestruturas críticas da cidade, atuando de forma preventiva para a continuidade de suas atividades fundamentais. Washburn et al. (2010, p.5), para quem as cidades inteligentes são aquelas que usam tecnologias de *smart computing* para tornar os componentes das infraestruturas e serviços críticos – os quais incluem a administração da cidade, educação, assistência à saúde, segurança pública, edifícios, transportes e *utilities* – mais inteligentes, interconectados e eficientes. Seguindo a mesma linha de pensamento, Toppeta (2010, p.4), afirma que cidades inteligentes são aquelas que combinam as facilidades das TIC e da Web 2.0 com os esforços organizacionais, de design e planejamento, para desmaterializar e acelerar os processos burocráticos, ajudando a identificar e implementar soluções inovadoras para o gerenciamento da complexidade das cidades.

A seguir são apresentados conceitos com uma visão mais ampla em relação aos anteriores, que além de tecnologias e eficiência de operações, vão além dos aspectos puramente técnicos que caracterizam as cidades como cidades digitais. Para Kanter e Litow (2009, p.2), as cidades inteligentes são aquelas capazes de conectar de forma inovadora as infraestruturas físicas e de TIC, de forma eficiente e eficaz, convergindo os aspectos organizacionais, normativos, sociais e tecnológicos a fim de melhorar as condições de sustentabilidade e de qualidade vida da população. Giffinger e Gudrun (2010, p. 13) definem as cidades inteligentes como aquelas que bem realizam a visão de futuro em várias vertentes – economia, pessoas, governança, mobilidade, meio ambiente e qualidade de vida, e são construídas sobre a combinação inteligente de atitudes decisivas, independentes e conscientes dos atores que nelas atuam. Da mesma forma como os autores anteriores, Dutta et al. (2011, p. 87), também demonstra uma visão mais abrangente, afirmando que as cidades inteligentes têm foco em um modelo particularizado, com visão moderna do desenvolvimento urbano e que reconhecem a crescente importância das tecnologias da informação e comunicação no direcionamento da competitividade econômica, sustentabilidade ambiental e qualidade de vida geral.

Criar cidades inteligentes não se trata de uma revolução, de uma organização orientada a sistemas, de um conceito tecnológico ou de um fenômeno municipal. Trata-se, ao contrário, de uma evolução, de uma orientação a serviços, de desenvolvimento socioeconômico e de um fenômeno global (NAM; PARDO, 2011) em que se busca não a substituição das estruturas físicas, mas a harmonização entre o mundo material com o mundo virtual no melhor interesse dos atores que atuam nas cidades em suas características particulares e da proximidade saudável das cidades (NAM; PARDO, TOPPETA, 2010; BOSCHMA, 2005).

No Documento: 2030: Cidades Inteligentes e Humanas (2013), a Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas frente a todos os problemas causados pela superpopulação das cidades, busca por um conceito que evolui de cidades inteligentes para Cidades Inteligentes e Humanas. Ligado à visão tradicional do uso de TICs, propõe uma série de conceitos, sendo que apenas dois itens dos mais de dez apresentados, mencionam os segmentos mais vulneráveis da sociedade, conforme o documento: “São inclusivas, pois buscam oferecer a todos os seus cidadãos a possibilidade de se integrarem social e economicamente, usufruindo das facilidades oferecidas pelas tecnologias na cidade, como um direito de cidadania; (...) Desenvolvem políticas de inclusão digital, criando condições que facilitem o acesso e a capacitação à

tecnologia, principalmente nos segmentos mais vulneráveis da sociedade." Percebe-se que em todos os conceitos expostos e relativos às cidades inteligentes o uso de tecnologias digitais é abordado.

Este investimento em tecnologia nos países em desenvolvimento levanta questionamentos sobre a priorização de investimentos e sobre a sua adequação cultural (DEY; SOROUR; FILIERI, 2016), visto que muitas vezes há também uma preocupação em "parecer" inteligente acima da aplicação de fato de tecnologia na gestão urbana. Neste contexto, diversas empresas têm se especializado em criar serviços e plataformas para o poder público, vendendo produtos de sucesso para novos clientes. Temos, portanto, dois modos de implementação de ferramentas: uma instituição identifica um problema e contrata desenvolvedores que preparam um produto específico para solucioná-lo, ou uma instituição adquire um produto pronto e adequa seus procedimentos à ferramenta. (GREENFIELD; SHEPARD, 2007; TOWNSEND, 2013).

No Brasil, as cidades de Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre, todas com população que excede um milhão de habitantes e com características diferentes entre si no que se refere à população, geografia e economia, são citadas nacionalmente e internacionalmente como cidades inteligentes. A cidade do Rio iniciou esse processo com a implantação do Centro de Operações (COR), desenvolvido em parceria com a IBM, em 2010 e se constrói como cidade inteligente a partir da promoção da inclusão digital. Após o sucesso midiático do COR, a IBM passou a vender Centros de Operações como o do Rio para outras cidades e o prefeito Eduardo Paes rodou o mundo vendendo a imagem de cidade inteligente (TOWNSEND, 2013).

Em Porto Alegre o Centro Integrado de Comando (CEIC) – construído em 2012 em parceria com a IBM – integra os principais agentes públicos, além de sinais semafóricos inteligentes, um sistema integrado de gestão de ativos, extensa rede de fibra ótica e ações de inclusão digital, tornam a cidade mais inteligente. A cidade de Curitiba foi citada pela revista Forbes como a terceira cidade mais inteligente do mundo e esse título se deve ao investimento nas políticas de desenvolvimento para inclusão digital e ao seu eficiente sistema viário e de transporte urbano. (WEISS; BERNARDES; CONSONI, 2015)

Embora a proposta de cidades inteligentes prometa cidades mais eficientes, sustentáveis e inclusivas, uma série de pontos devem ser considerados. A aplicação indiscriminada de TICs pode levar a problemas de natureza tecnológica e social, por isso deve-se estar atento tanto ao custo financeiro quanto ao custo social de implantação e participação. A coleta e uso de dados de todos os tipos pode representar um risco à privacidade dos cidadãos, pois além da vigilância por câmeras, agora armazena-se uma quantidade cada vez maior de dados a respeito de cada indivíduo. Enquanto a incorporação de facilidades digitais tende a elevar o valor da terra, o uso de TICs para monitoramento e vigilância de populações marginalizadas pode vir a reforçar ainda mais a segregação sócioespacial (GREENFIELD; SHEPARD, 2007).

Dificilmente as interações virtuais através de aplicativos e redes sociais irão substituir o uso de espaços públicos e o contato físico, ao invés disso eles representam um camada adicional de interação entre pessoas e pessoas e estas com a cidade (KUKKA *et al.*, 2014). O acompanhamento de fluxos de dados dos "espaços virtuais" frequentados pelas pessoas, no entanto, permite identificar padrões e acompanhar dinâmicas urbanas. Enquanto um estudo da Universidade de Rochester conseguiu prever a demanda de táxis em Nova Iorque com 80% de acerto, baseado em *check-ins* na rede social *Foursquare* (PENG; PAN; LUO, 2017), em Shanghai a análise de mais de 200 milhões de vídeos assistidos ao longo de dois meses descobriu que os padrões de popularidade de vídeos se alteram conforme a distância do centro da cidade aumenta (YAN *et al.*, 2016),

A corporatização da cidade, conforme apresentado anteriormente, pode levar a um desenvolvimento urbano baseado em produtos oferecidos e estratégias criadas para se adequar a uma ferramenta, ao invés do oposto. A criação de soluções "tamanho único", assim como a dependência de um ou outro fabricante na hora de expandir ou atualizar softwares e sistemas pode onerar a administração pública e levar a soluções precárias ou rapidamente obsoletas. As cidades têm seus problemas expressos por mais que dados e números, e deixar os sujeitos que participam da vida urbana de fora da equação tende a gerar leituras incorretas da cidade.

Segundo Townsend (2013), a dependência de TICs expõe as cidades a falhas humanas, falhas de *software* e *hardware*, e a crimes cibernéticos. A questão não é "se" algum sistema vai falhar, mas "quando" falhará e quais medidas serão tomadas para prevenir ou reduzir os danos. Em Israel, por exemplo, uma das maiores o General Benny Gantz reconheceu que a prevenção de sabotagens cibernéticas tem alta prioridade. A Israel Electric Corp., por exemplo, registra 6.000 ataques via computador por segundo, e em 2013 a cidade de Haifa sofreu um ataque em seu sistema de gerenciamento de tráfego durante a hora do rush que manteve um túnel fechado por oito horas, causando um enorme congestionamento e prejuízo de centenas de milhares de dólares (THN, 2013). Quanto mais empresas tiverem em mãos dados sensíveis a respeito das cidades e seus cidadãos, mais expostos estes estarão a falhas que resultem na disrupção de serviços e/ou prejuízos financeiros.

COMPUTAÇÃO URBANA: TECNOLOGIAS E APLICAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO E INTERAÇÃO

A expansão do acesso à internet e a dispositivos móveis conectados à rede abre caminho para inúmeros projetos colaborativos. Benkler (2006, cap. 5) defende que a economia informacional aumenta a autonomia do cidadão ao tirá-lo da condição de consumidor e elevá-lo à condição de usuário. Isso porque o seu papel deixa de ser apenas o de consumidor passivo, como quando assiste a um programa de televisão, e sua participação é cada vez mais incentivada e aproveitada através de canais de opinião e produção de conteúdo. É dentro desse contexto que surgem plataformas e redes sociais onde todos podem veicular conteúdo de forma individual e autônoma, como *YouTube, Facebook* e *Reddit*, além de projetos de *crowdsourcing* como *Wikipedia* e *OpenStreetMap*.

A partir do momento que conectamos e integramos TICs à cidade, passamos a ter acesso a uma infinidade de dados que podem ter utilidade para pesquisas, negócios, planejamento urbano, automação, interatividade, etc. A implementação de "sensores, computação e tecnologias de automação em contextos urbanos cotidianos"(KINDBERG; CHALMERS; PAULOS, 2007) é o que define a computação urbana. A partir dela o poder público pode trabalhar com volumes de dados sem precedentes e a partir deles extrair conhecimento, detectar e entender problemas e desenvolver ferramentas e soluções criativas para a cidade e seus cidadãos. Para cidadãos, a análise e e uso destes dados pode facilitar a tomada de decisões e empoderar visões alternativas de desenvolvimento e planejamento (KITCHIN, 2014).

A interatividade e participação mediada pela computação urbana se dá de diversas maneiras, através da Internet das Coisas (IoT, do termo em inglês Internet of Things), dos sistemas cyber físicos, public displays – telões, tótens, e fachadas digitais – e smartphones, e cada dessas uma serve diferentes propósitos e proporciona diferentes oportunidades de participação e interação entre o usuário e a cidade. A implantação de sistemas cyber-físicos, ou o controle de mecanismos através de algoritmos computacionais, como a automação de edifícios, *smart grid*, pilotos automáticos, tem um custo elevado de desenvolvimento e instalação, e são mais adequados ao controle, vigilância e aumento de eficiência

energética. Os *public displays*, embora possuam um potencial interativo bastante elevado, têm um alcance dependente do tamanho e localização, sendo mais adequados para o uso complementar do que como método principal de estímulo à participação, visto que os usuários devem se deslocar até o local onde os dispositivos se encontram instalados para que ocorra a interação (SALIM; HAQUE, 2015)

Apesar de possuírem diversos sensores embutidos e a capacidade de se conectar e comunicar com outros objetos em rede, os *smartphones*, devido à sua autonomia e capacidade de processamento cada vez maior, não se enquadram dentro da IoT e devem ser estudados separadamente. O seu potencial para iniciativas participativas, no entanto, é grande justamente por conta relação preço/capacidade de processamento que vem melhorando com o tempo, à rede já instalada e seu uso já disseminado. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2016, 69,3% dos domicílios brasileiros possuem acesso à internet, sendo que a banda larga móvel (3G ou 4G) é utilizada em 77% destes. Das pessoas com 10 anos ou mais, 77% possuem telefone celular. Embora essa a proporção aumente conforme a escolaridade até 98% na faixa com ensino superior, 66% das pessoas com apenas ensino fundamental completo possuem celular, e 94,6% das pessoas com acesso à internet no país usam o telefone celular (IBGE, 2018).

A aplicação e desenvolvimento de novas tecnologias não deve ser vista como uma revolução ou mesmo alterar a rotina das populações que a utilizam. Segundo Hjarvard (2013), “a tecnologia não precisa ser necessariamente um fator de mudanças, ela pode também reforçar estruturas sociais e relações e vínculos sociais existentes”, e sua evolução e “novidade” constantes não significam mudanças sociais e culturais imediatas. A mobilidade dos *smartphones* e sua presença em todos os estratos da sociedade são os motivos que o tornam uma ferramenta valiosa para a computação urbana na coleta de dados oriundos dos diversos sensores embutidos e seu compartilhamento em tempo real, além do uso ativo de websites e plataformas digitais. Aproveitando essa característica, diversas plataformas coletam de maneira ativa ou passiva os dados produzidos por usuários de smartphones e os transformam em ferramentas úteis, como WAZE, *Google Maps* e os *Local Guides*, *Foursquare*, Colab.re, entre outras. Estas plataformas se enquadram no conceito de *crowdsourcing*, que será mais profundamente explorado a seguir.

Usado para descrever projetos em que há o envolvimento de uma grande massa, o termo *crowdsourcing* foi cunhado por Howe (2006), e geralmente envolve participantes não especializados, responsáveis por inúmeras micro tarefas de coleta ou análise de dados, que são posteriormente analisados pelos organizadores da tarefa ou verificadas coletivamente. Quando uma pesquisa se baseia na repetição de tarefas pequenas, o poder de resolução de tarefas das massas é comparável a profissionais especializados (COOPER, 2014).Uma pesquisa da Universidade do Colorado, comparou amadores a empregados da NASA na identificação de crateras através do website “CosmoQuest” e seus resultados foram estatisticamente iguais (CU-BOULDER, 2014). E quando o voo MH370 da Malaysia Airlines desapareceu em 2014, 3 milhões de voluntários de 26 países analisaram imagens de satélite de 24.000km² em busca de sinais (CAMPBELL, 2014).

Podemos dividir esse método em duas abordagens: *crowdsourcing* e *crowdsensing* (SALIM; HAQUE, 2015). Quando falamos em *crowdsourcing,* há um esforço ativo por parte do usuário que fornece as informações, seja através de formulários, opiniões, perguntas e respostas ao sistema ou entre usuários, adição de uma informação a um mapa, etc. Já o *crowdsensing* ocorre de maneira passiva ou oportunista, ou seja, a aplicação tem acesso aos sensores presentes no microcomputador ou *smartphone* do usuário e a partir destes coleta dados variados. Como geralmente ocorre em segundo plano, além de haver um benefício

direto em troca da coleta de dados, é muito importante que o objetivo da coleta fique claro e que o usuário esteja ciente do funcionamento da aplicação e seja capaz de desativá-la se assim desejar.

Uma plataforma pode fazer uso simultaneamente de aspectos de *crowdsourcing* e *crowdsensing*: um bom exemplo é o Google Local Guide, que detecta através dos dados de localização os estabelecimentos e espaços públicos que o usuário visitou, e depois faz perguntas a ele ou ela que podem ser tanto a própria plataforma pedindo opinião ou confirmando dados sobre o estabelecimento, como a existência de estacionamento no local, horário de funcionamento, etc., ou outras pessoas buscando tirar dúvidas a respeito do local.

O poder público, empresas e cidadãos também vêm utilizando *crowdsourcing* como ferramenta para melhorar a gestão e aumentar a inclusão e transparência nas cidades. Através de websites e aplicativos para dispositivos móveis, o controle social é exercido por moradores que detectam e relatam desde buracos nas ruas e problemas em equipamentos urbanos até violência policial e fraudes eleitorais (ERMOSHINA, 2016). Na Alemanha, coletivos urbanos desenvolveram a plataforma *Leerstandsmelder.de*, que utiliza o mapeamento coletivo para identificar imóveis desocupados e pressionar o poder público por melhores políticas habitacionais (ARNOLD, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto nesta discussão, a informalidade urbana e toda a vulnerabilidade que a acompanha são os pontos mais críticos e de difícil resolução que estão presentes na realidade da maioria das cidades atualmente. Compreender melhor os entraves dessa informalidade e os aspectos da vulnerabilidade que fazem parte dela é essencial na incansável busca por soluções que possam melhor atender às populações que vivem sem direito ao acesso formal a terra e a uma vida digna nesses territórios.

A aplicação de novos conceitos tão explorados no séc. XXI e baseados em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), traz à tona questionamentos e discussões acerca de suas repercussões nas cidades e de como seus aspectos podem não só melhorar o funcionamento de serviços e sistemas, mas também proporcionar melhorias efetivas para as parcelas da população que vivem excluídas nos territórios informais.

Sendo assim, a partir desta discussão, pretende-se como resultados teóricos, contribuir com os debates sobre a persistência da informalidade e novas formas de qualificação de territórios vulneráveis; questionar o otimismo dessas novas teorias e sua efetividade em relação a territórios expostos à vulnerabilidade nos seus mais variados aspectos; gerar reflexões acerca de como as tecnologias de informação e comunicação e recursos utilizados para tornar as cidades inteligentes, contribuem na ressignificação de territórios informais - ou não, e verificar a possibilidade de apontar caminhos para soluções, no sentido de tornar as cidades contemporâneas melhores também para os grandes contingentes populacionais excluídos da cidade formal.

É inegável que a computação urbana e as TICs podem contribuir para que cidades sejam mais inteligentes e inclusivas. A troca de dados entre os setores da sociedade possibilita uma gestão e planejamento mais eficientes da cidade, ao mesmo tempo que facilita a navegação, permite o surgimento de novos modelos de negócio e cria oportunidades de interação social e econômica entre os cidadãos. Nesse sentido, políticas inteligentes de uso e coleta dados devem ser estabelecidas, protegendo a privacidade e autonomia dos

cidadãos. Leis que regulamentam a publicação de dados governamentais em formatos de livre acesso já existem e estão em uso. Além de facilitar o controle social, isso permite o uso criativo por cidadãos para o desenvolvimento de ferramentas destinadas a seus contextos e demandas específicas. A digitalização de serviços pode aumentar o alcance dos mesmos, porém deve vir acompanhada de oficinas de capacitação digital, não somente para o uso dos serviços, mas para o desenvolvimento da capacidade da população desenvolver suas próprias soluções de interação entre si e com o poder público.

As TICs sozinhas não têm o poder de mudar a cultura e a sociedade, mas podem ser aplicadas para reforçar estruturas e comportamentos existentes. A decisão de quais comportamentos e estruturas serão reforçados deve incluir todas as parcelas da população, para que a tecnologia não contribua para o estabelecimento de uma cidade vigilante, que investe apenas em controle e segurança. O custo de participação deve também ser levado em conta, para que a tecnologia não represente mais uma camada de segregação, ou que "zonas *smart*" se espalhem pela cidade, aumentando o valor da terra e o custo de serviços.

REFERÊNCIAS:

ARNOLD, Gregor. **Online-offline strategies of urban movements against vacancies. The crowdsourcing platform Leerstandsmelder.de as a collective and critical mapping tool.** Observatorio (OBS*) Journal, v. 9, n. Special Issue, p. 145–176, 2015.

BENKLER, Yochai. **The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom.** 1. ed. [S.l.]: Yale University Press, 2006.

CAMPBELL, Charlie. **MH370: Missing Malaysian Jet Sparks World's Largest Crowd-Sourcing Project.** Disponível em: <http://time.com/28332/missing-jet-crowd-sourcing-project/>. Acesso em: 17 out. 2017.

COOPER, Paul. **Big data vs. crowdsourcing: The battle for the future.** Disponível em: <https://www.itproportal.com/2014/03/21/big-data-vs-crowdsourcing-whats-the-future/>. Acesso em: 16 out. 2017.

CU-BOULDER. **CU-Boulder-led study on lunar crater counting shows crowdsourcing effective, accurate tool** | CU Boulder Today | University of Colorado Boulder. *CU Boulder Today*, mar. 2014.

DAVIS, Mike Davis. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006

FAVELA EM MEMÓRIA. **Sopa de números**. 2014.

ERMOSHINA, Ksenia. **Is There an App for Everything? Potentials and Limits of Civic Hacking. Observatorio** *(OBS*) Journal, Media*, v. 10, n. Special Issue, p. 116–140, 2016.

GREENFIELD, Adam; SHEPARD, Mark. **Situated Technologies Pamphlets 1: Urban computing and its discontents.** Online ed. New York: The Architectural League of New York, 2007.

HALL, ROBERT E. 2000. **"The Vision of A Smart City".** Acesso em dezembro 2017.

HJARVARD, Stig. **A midiatização da cultura e sociedade.** 1ª ed. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2013.

HOWE, Jeff. **The Rise of Crowdsourcing. Wired Magazine,** v. 06, n. 14, p. 1–5, 2006.

IBGE. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2016. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.** [S.l: s.n.], 2018.

KANTER, R. M.; LITOW, S. S. **Informed and interconnected: A manifesto for smarter cities. Harvard Business School General Management Unit Working Paper** 09-141, 2009.

KINDBERG, Tim; CHALMERS, Matthew; PAULOS, Eric. **Guest Editors' Introduction: Urban Computing. IEEE Pervasive Computing,** v. 6, n. 3, p. 18–20, jul. 2007.

KITCHIN, Rob. **The real-time city? Big data and smart urbanism**. *GeoJournal*, v. 74, p. 1–14, 2014.

KUKKA, Hannu *et al.* **From cyberpunk to calm urban computing: Exploring the role of technology in the future cityscape**. Technological Forecasting and Social Change, v. 84, p. 29–42, maio 2014.

LEITE, Carlos. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano.** Porto Alegre, RS: Bookman,2012.

MAGALHÃES, F; VILLAROSA, F. (org.). **Urbanização de favelas: lições aprendidas no Brasil.** Brasília: BID - Banco Interamericano para o Desenvolvimento - Alianças das Cidades - Caixa Econômica Federal, 2012.

MARICATO, Ermínia. **Informalidade Urbana no Brasil: a lógica da cidade fraturada.** In: Luiz Eduardo Wanderley e Raquel Raichelis (org.). A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública. São Paulo: EDUC PUC-SP, 2008.

NAM, T.; PARDO, T.A. **Smart city as urban innovation: focusing on management, policy and context.** Center for Technology in Government. University of Albany, 5th International Conference on Theory and Practice of Electronic Governance (ICEGOV2011) , 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Relatórios 2012, 2015, 2016.

PARK, Tae-Young; KIM, Jun-Youn. **The capabilities required for being successful in complex product systems: case study of Korean e-government**. Asian Journal of Technology Innovation, v. 22, n. 2, p. 268–285, 3 jul. 2014.

PENG, Xuefeng; PAN, Yiming; LUO, Jiebo. **Predicting high taxi demand regions using social media check-ins**. dez. 2017, [S.l.]: IEEE, dez. 2017. p. 2066–2075.

REDE BRASILEIRA DE CIDADES INTELIGENTES E HUMANAS (RBCIH). **Brasil 2030: Cidades Inteligentes e Humanas**, 2013.

SALIM, Flora; HAQUE, Usman. **Urban computing in the wild: A survey on large scale participation and citizen engagement with ubiquitous computing, cyber physical systems, and Internet of Things.** International Journal of Human-Computer Studies, v. 81, p. 31–48, set. 2015.

THN. **Israeli Road Control System hacked, caused Traffic jam on Haifa Highway.**

TOWNSEND, Anthony M. **Smart Cities: Big Data, Civic Hackers, and the Quest for a New Utopia** eBook: Anthony M. Townsend: Amazon.com.br: Loja Kindle. 1. ed. New York: W. W. Norton & Company, 2013.

WASHBURN, D. et al. **Helping CIOs understand "smart city" initiatives: defining the smart city, its drivers, and the role of the CIO**. Cambridge, MA: Forrester Research, Inc. , 2010.

WEISS, Marcos Cesar, BERNARDES, Roberto Carlos, e CONSONI, Flavia Luciane. **Cidades Inteligentes: Casos e Perspectivas Para as Cidades Brasileiras.** In: Anais do XV Congresso nLatinoIberoamericano de Gestão da Tecnologia, Porto Pt., a 31 de outubro de 2013.

YAN, Huan *et al.* **Spatial Popularity and Similarity of Watching Videos in a Large City.** dez. 2016, [S.l.]: IEEE, dez. 2016. p. 1–6.

V enanparq
Salvador - 2018

O CONHECIMENTO PEDAGÓGICO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: TEORIA E PRÁTICA NOS PROGRAMAS DE ESTÁGIO DOCENTE

THE EDUCATIONAL KNOWLEDGE IN TEACHER'S INSTRUCTION: THEORY AND PRACTICE IN TEACHING TRAINING PROGRAMS

EL CONOCIMIENTO PEDAGÓGICO EM LA FORMACIÓN DE PROFESSORES: TEORÍA Y PRÁCTICA EM LOS PROGRAMAS DE FORMACIÓN DOCENTE

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICADA

SILVA, Bianca Jo
Doutoranda no PPG em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Presbiteriana Mackenzie
biancasilvajo@gmail.com

PINA, Silvia a. Mikami Gonçalves
Livre Docente no PPG em Arquitetura, Tecnologia e Cidade na Universidade Estadual de Campinas
silviaunicamp@gmail.com

O CONHECIMENTO PEDAGÓGICO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: TEORIA E PRÁTICA NOS PROGRAMAS DE ESTÁGIO DOCENTE

THE EDUCATIONAL KNOWLEDGE IN TEACHER'S INSTRUCTION: THEORY AND PRACTICE IN TEACHING TRAINING PROGRAMS

EL CONOCIMIENTO PEDAGÓGICO EM LA FORMACIÓN DE PROFESSORES: TEORÍA Y PRÁCTICA EM LOS PROGRAMAS DE FORMACIÓN DOCENTE

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICADA

RESUMO:
Este artigo tem como objetivo analisar as condições vigentes e possíveis limitações de operação dos Programas de Estágio Docente sob a perspectiva de sua regulamentação e desenvolvimento nacional. Embora as políticas nacionais dos programas de estágio docente venham se aprimorando, ainda não contemplam o necessário aporte teórico que respalde os profissionais para os desafios da prática do ensino, em constante movimento. Acredita-se que os dados e sínteses apresentados na presente pesquisa bibliográfica contribuam para maior questionamento acerca das políticas de apoio aos futuros docentes.
PALAVRAS-CHAVE: Docência; Conhecimento Pedagógico; Programas de Estágio Docente.

ABSTRACT:
This article aims to analyze the existing conditions and possible limitations of Teaching Training Programs from its national regulation and operation. Although the national policies of teaching training programs may be improving, still not include the necessary theoretical support that helps the professors for the challenges of teaching practice, in constant motion. It is believed that the synthesis presents in this bibliographic research contribute to more questioning about support policies for future teachers.
KEYWORDS: *Teaching; Educational Knowledge; Teaching Training Programs.*

RESUMEN:
Este artículo tiene como objetivo analizar las condiciones existentes y las posibles limitaciones de operación de los Programas de Formación Docente desde la perspectiva de su regulación nacional y funcionamiento. Las políticas nacionales de los programas de formación de los maestros han mejorado, pero todavía no incluyen el conocimiento teórico que los apoya para los desafíos de la práctica docente, en constante movimiento. Se cree que los datos presentados en esta búsqueda bibliográfica contribuyan a un mayor cuestionamiento acerca de las políticas de apoyo para los futuros profesores.
PALABRAS-CLAVE*: Enseñanza; Conocimiento Pedagógico; Programas de Formación Docente.*

INTRODUÇÃO

Compreender a prática docente como profissão é reconhecer o amplo e profundo conhecimento do conteúdo das disciplinas como condição fundamental, mas não suficiente. No meio acadêmico, tem predominado a cultura de que o conhecimento especializado basta para o profissional em atividade docente ser bem-sucedido. Esta visão tem levado estudantes pós-graduandos, em geral, a priorizar exclusivamente a pesquisa e dedicar-se insuficientemente na sua formação pedagógica que poderia prepará-los para o desafio futuro da docência. A instituição dos programas de Estágio Docente no país, por sua vez, reforça a necessidade de tratar e valorizar essa questão. Porém, a legislação que os respalda tem se demonstrado insuficiente em relação à amplitude e importância de conhecimentos pedagógicos necessários para a formação dos docentes. A busca pela formação apropriada é designada às instituições de forma autônoma e vaga. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar as condições vigentes e possíveis limitações de operação dos Programas de Estágio Docente sob a perspectiva de sua regulamentação e operação nacional.

Segundo Anastasiou (1997), pela dificuldade de apoio institucional voltado para a construção do conhecimento didático, os professores assumem completa responsabilidade pela forma como lecionam, sem o suporte institucional necessário. Diante desta adversidade, em 1999, foi instituída pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), a obrigatoriedade do exercício de Estágio Docente[1] para bolsistas nos programas de pós-graduação. Porém, sua regulamentação de operação está longe de ser objetiva e ampla, abrindo oportunidade para que a estruturação dos programas de estágio seja eventualmente insuficiente. As exigências colocadas às instituições por tal deliberação são de cunho essencialmente prático e não abordam questões referentes ao acompanhamento teórico pedagógico, ficando a inclusão de tais conteúdos a cargo de cada Instituição de Ensino Superior (IES).

Esta pesquisa tem caráter exploratório e delineamento bibliográfico, baseado na busca, seleção e análise de literatura relevante que subsidie reflexões para a problematização das questões abordadas. A fonte dos dados obtidos foram artigos e capítulos na temática, teses, dissertações e trabalhos recentes. A questão aqui problematizada através da análise dos dados e sínteses apresentados fornece subsídio sobre tais questionamentos e é capaz de contribuir para a melhor qualificação de políticas de apoio à formação e à melhoria da prática pedagógica[2], instrumentalizando os docentes com conteúdo e metodologias mais apropriadas diante os desafios contemporâneos de transformações cada vez mais dinâmicas nos âmbitos sociais, econômicos, tecnológicos e de acesso à informação.

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O POSICIONAMENTO DAS IES NA FORMAÇÃO DA DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

A formação para a docência universitária exigida atualmente pressupõe amplo conhecimento de um determinado campo científico. A concepção de que quanto mais conhecimentos específicos o docente acumular, melhor será seu desempenho profissional como educador, parece ser uma verdade cada vez mais presente no espaço do ensino superior (CARREÑO, 2011). Os professores que atuam no ensino superior -

[1] Ofício Circular nº. 28/99/PR/CAPES.

[2] Prática pedagógica é entendida nesse artigo segundo as definições de Veiga (2007), sendo um conjunto de meios, através dos quais as teorias pedagógicas são colocadas em ação pelo professor. Assume-se, dessa forma, a dimensão de prática social, pressupondo uma relação intrínseca entre teoria e prática.

além da área de educação - não possuem a mesma qualidade de formação específica para a prática docente (ISAIA, 2005). Observa-se que, em alguns casos, sequer são abordadas questões pedagógicas nos cursos de pós-graduação que atentem para a importância desses conteúdos durante a formação dos estudantes. Da mesma forma, ocorre pouco apoio das IES em iniciativas para qualificar o conhecimento que os professores necessitam no desafio da docência (ANASTASIOU; PIMENTA, 2002). Assim, os professores assumem total responsabilidade pelo ensino que desenvolvem e se instaura, no ensino superior, a denominada "prática solitária da docência" (CARREÑO, 2011, p. 41). Neste sentido, completa-se o círculo vicioso onde a desarticulação da classe propicia a potencialização do efeito que as políticas de ensino têm tido na definição dos saberes docentes (CUNHA, 2005).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/96, art. 66, regulamenta que "a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado" (LDBEN 1996, p. 27). Contudo, a lei pouco alterou a regulamentação da docência efetivamente, segundo Oliveira e Vasconcellos (2016). Uma nova legislação veio reforçar a formação necessária de docentes em nível de pós-graduação, desta vez pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Ofício Circular nº. 28/99/PR/CAPES de 26 de fevereiro de 1999. Nele, foi instituído que "o Estágio de Docência na Graduação é parte integrante da formação de mestres e doutores" (CAPES, 1999). A exigência do cumprimento do estágio docente se inseriu nesse contexto com o objetivo de realçar a importância da capacitação adequada dos estudantes antes de se iniciar de fato o exercício da prática docente. Tratou-se de uma iniciativa oficial pioneira direcionada a este fim.

As diversas adições na regulamentação dos programas de estágio após a deliberação inicial de 1999 indicam a cautela da CAPES em considerar a necessidade de revisões e abrangem cada vez mais critérios de regimento. Sua última revisão em 2010, em vigência atualmente[3], é a mais completa e menciona, por exemplo, que as instituições que não oferecem curso de graduação deverão associar-se a outras IES para cumprir a exigência; ou ainda, que a obrigatoriedade de realização do estágio é restrita ao doutorado para os programas que o possuem, caso contrário, se limitam ao mestrado. Neste caso, a duração para o mestrado é de um a dois semestres, enquanto que para o doutorado é de dois a três semestres. Sendo, o único caso de dispensa, o aluno que comprovar experiência como docente de ensino superior. É possível observar, a partir dos incisos apontados (inciso III; incisos I, II e V; e inciso VII, respectivamente), que a deliberação de obrigatoriedade abrange as diversas conformações possíveis de qualquer Programa de Pós-Graduação.

Segundo a mesma portaria nº 76, Artigo 2º, inciso IV, também é obrigatório que o PPG institua uma Comissão de Bolsas CAPES/DS, a seu próprio critério, "podendo representar o próprio colegiado do programa" (CAPES, 2010). A esta comissão são colocadas diversas atribuições, como o posicionamento em relação à remuneração dos alunos, que é optativa a cada IES, sendo vedado, contudo, a utilização de recursos repassados pela CAPES (Artigo 18º, inciso IV). Assim como cabe a ela a "avaliação e o registro do estágio de docência para fins de crédito do pós-graduando, bem como a definição quanto à supervisão e o acompanhamento do estágio" (Artigo 18º, inciso VI). No entanto, não são estabelecidos instrumentos específicos ou critérios mínimos para o acompanhamento e avaliação da experiência do estágio, não sendo possível, portanto, avaliar qualitativamente seu real desempenho.

[3] Artigo 18º da Portaria Nº 76, de 19 de abril de 2010. Diário Oficial da União, seção 1, nº 73, 19 abr. 2010. Disponível em: <https://goo.gl/mFNTNF>. Acesso em: 29 jun. 2017.

Ademais, no inciso VIII, é mencionado que as atividades do estágio de docência devem ser compatíveis com a área de pesquisa do pós-graduando, reiterando a prioridade da cultura acadêmica e novamente omitindo a importância do conteúdo teórico pedagógico. Essa distância em relação aos alicerces de fundamentação teórica torna-se muito prejudicial para a formação dos estudantes. Pode ser observado que da maneira como se opera, os PPGs seguem normas básicas e práticas de obrigatoriedade, duração e remuneração dos programas, contudo, não é estabelecido um padrão de qualidade, conteúdo e principalmente acompanhamento a ser seguido, não constituindo uma política integrada de qualificação nacional de ensino. Ou seja, abrem-se oportunidades para que os cursos estruturem programas de estágio insuficientes, mas que ainda assim obedeçam a exigência de cumprimento da atividade por parte do pós-graduando.

É importante ressaltar que as IES também são beneficiadas com o êxito dos programas de estágio docente, tendo em vista que a mesma instituição que deliberou a obrigatoriedade dos programas e que os avalia, a CAPES, avalia também a completa estrutura das universidades e é a principal financiadora dos PPGs do país. Tanto que, todas as IES vinculadas ao programa de concessão de quotas de bolsas de estudo, mobilizaram-se para atender as solicitações contidas no primeiro ofício, em 1999, no mesmo ano letivo em que foi implantado (OLIVEIRA; VASCONCELLOS, 2016). Outra questão importante a ser ponderada é quanto à avaliação dos PPGs nas instituições de ensino. De acordo com a Ficha de Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação para o Triênio 2010-2012[4], no quesito “3. Corpo Discente, Teses e Dissertações”, item “3.5. Envolvimento do corpo discente com o ensino da graduação” constata-se que se o programa possuir “Estágio de docência, Coordenação Programa PET ou programas similares” (CAPES, 2013), é acrescido o peso de 5% na pontuação geral do PPG. Essa avaliação e peso atribuídos à atividade independem da qualidade com a qual é exercida. Ou seja, a capacitação docente na formação dos estudantes de pós-graduação na relação entre as IES e a CAPES parece ser uma questão meramente protocolar (OLIVEIRA; VASCONCELLOS, 2016).

Enquanto isso ocorre nos PPGs múltiplas abordagens possíveis do estágio docente, que variam de conformações mais tecnicistas, conservadoras e de reprodução do ensino, às mais reflexivas e progressistas, onde a autocrítica e autonomia do formando é a questão central do programa. Segundo Oliveira e Vasconcellos (2016), os programas, em geral, possuem caráter excessivamente pragmático, correspondentes à legislação que os respalda, resumindo a formação docente a um preparo técnico-metodológico. Dessa forma, os desafios do processo de ensino e aprendizagem ficam reduzidos a estratégias generalistas, desligadas de circunstâncias históricas ou do contexto social em que estão inseridas. Caires (2006) expõe situações em que os programas se desenvolvem substituindo os professores por estudantes de pós-graduação em aulas de graduação e que este fato ocorre com muita frequência. Complementa afirmando que a experiência, dando-se desta forma, não constitui um estágio, mas sim o exercício precário da docência, além de comprometer a qualidade do ensino da graduação e a própria formação dos estudantes da pós-graduação. “(...) o estágio pedagógico é aqui entendido como palco de um dos processos mais ricos e decisivos da capacitação e da integração do jovem professor, no mundo da docência e no mundo adulto" (p. 89).

A simples reprodução da prática não significa necessariamente uma forma de aprender determinada profissão, evidenciando a importância de acompanhamento e supervisão da atividade por um docente experiente. Conforme Assis e Castanho (2006), o que deve ser considerado é que, a partir da imitação, haja a possibilidade da criação do fazer novo. Nesse sentido, a reprodução do processo de ensino e aprendizagem

[4] Item V do documento de área 2013. Disponível em: <https://goo.gl/hAeo1Q>. Acesso em: 17 ago. 2017.

é válida quando os atores envolvidos em determinado momento vão além dela e inovam, criando seus próprios métodos. A variedade de abordagens, consequentemente, desenvolve profissionais dos mais diversos: os orientados ao "treino intensivo de competências pedagógicas em que as dimensões psicológicas, social ou política do aprender a ensinar aparecem em segundo plano" (CAIRES, 2006, p. 88); oscilando em variadas intensidades ao extremo oposto, onde a experimentação e a reflexão sobre a docência seguem retroalimentando uma relação de aprendizagem mais autônoma e flexível ao contexto em que está inserida. As autoras acreditam que tais limitações dos programas de estágio se dão porque, primeiramente não têm boas referências de como operá-lo, e também por não ser prioridade valorizada pelas instâncias reguladoras e, portanto, pelos Programas de Pós-Graduação (CAIRES, 2016; OLIVEIRA; VASCONCELLOS, 2016).

Á frente desses impasses questiona-se: até que ponto as políticas nacionais de educação contribuem de fato para a qualificação do ensino e da formação dos docentes? Segundo Zabalza (2004, p. 27), "numerosos mecanismos de controle foram sendo gerados nas instituições universitárias em razão de poderes políticos (...) vinculados às políticas de financiamento e de controle de qualidade", prejudicando a autonomia das universidades e, pelo contrário, reforçando uma dependência de tais poderes. Para os estudantes, futuros docentes, o incentivo financeiro é apenas um dos motivos pelos quais há significativo interesse pelos programas de estágio docente. Segundo Assis e Castanho (2006), a cultura acadêmica de valorização da pesquisa constata-se, por exemplo, na política de seleção de docentes, que prioriza publicações e conhecimentos específicos. Ou ainda, como completa Isaia (2003): "em termos de progresso funcional, a tônica está na titulação e na produção, consideradas como garantia para a qualificação docente como um todo" (p. 244). O programa de estágio docente se insere como propulsor de maior conhecimento específico acerca da disciplina em que se atua. E, consequentemente, é também priorizado, dentro desta lógica acadêmica vigente.

Em contrapartida, o conhecimento didático teórico aparentemente conta pouco para os currículos, já que "em nenhum momento lhes são exigidos estudos referentes à prática pedagógica durante a sua atuação" (CARREÑO, p. 21-22). E mais do que o apoio das IES em uma consistente formação pedagógica dos docentes, a real importância está no reconhecimento e valorização da tarefa de ensino (OLIVEIRA; VASCONCELLOS, 2016). Ainda que sem respaldo, cabe ao professor "organizar as atividades de ensino, de sua inteira responsabilidade, e as de aprendizagem (...) deverão atender as características do conteúdo, do curso, da disciplina e, principalmente, dos estudantes envolvidos no processo" (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p. 212). Compreender a docência como profissão é admitir que cada vez mais existem competências que vão além da titulação do professor (ZABALZA, 2004). Portanto, na falta de políticas que considerem a pertinência dessa questão, o estudante de pós-graduação em construção ou o próprio professor responsabiliza-se por sua formação e atualização profissional, buscando individualmente participar de atividades que contribuam com a sua atuação.

Tornar-se professor envolve questões relativas ao modo como é percebida essa transição do papel de estudante para docente (ANASTASIOU; PIMENTA, 2002). Ao chegarem à universidade, os estudantes trazem consigo conhecimentos subjetivos do que é ser professor. Segundo as autoras, em geral, espelham-se em boas referências de experiências pessoais para desenvolverem suas práticas. Isto é, experiências que contribuíram positivamente para a sua própria formação pessoal e profissional. Todavia, a docência exige flexibilidade, para se adequar constantemente as formas de aprendizagem para especificidades do contexto no qual se insere (CUNHA, 2005). Não é possível garantir, portanto, que determinada estratégia de ensino que funcionou para um estudante ou uma turma, seja bem-sucedida também em outras situações. A falta de referenciais que conduzam ações pedagógicas atualizadas soma-se à insuficiência de debate e estudo

sobre metodologias mais apropriadas para determinados conhecimentos. Isso faz com que se perpetuem, por reprodução, sempre as mesmas abordagens de ensino, ainda que se esteja presenciando um cotidiano de transformações cada vez mais dinâmicas (ANASTASIOU; PIMENTA, 2002).

O estudo sobre a formação dos professores, a partir da experiência do estágio docente deve envolve, prioritariamente, o papel da universidade na sociedade contemporânea. A atividade tem enfrentado cada vez mais desafios. A democratização do acesso ao ensino superior, por exemplo, aumentou significativamente o número de vagas nas universidades e a heterogeneidade cultural dos estudantes. Os docentes passaram a lidar com maiores turmas, cada vez mais diversas. A tradição do modelo formativo de professores que se consolidou no início do século XX, com foco na compartimentação do conhecimento e na especialização excessiva deve ser superada (MORIN, 2000). Anastasiou (2007) complementa afirmando que a ruptura com a técnica prescritiva do aprender a ensinar, ou com o hábito da estratégia funcional de aulas expositivas de conteúdos prontos e determinados é um desafio a uma nova maneira de educar. E que esta forma de ensino refere-se a um saber imediato e utilitário, que enfraquece a potencialidade crítica, reflexiva e criativa dos docentes diante os desafios da atuação; é um sistema que substitui conteúdo por informações. “Talvez seja esse o grande desafio da atualidade. Os educadores se deparam com o problema de como aproximarem-se do estudante, pois as explicações tradicionais já não são suficientes” (CARREÑO, 2011, p. 57).

Para Anastasiou (2007), desafiar a rotina instaurada na cultura acadêmica é estimular a criação coletiva de momentos de experimentação, vivência e reflexão. E, principalmente, atentar para processos em que o estudante atue de forma significativa. Caires (2006), da mesma forma, acredita que o processo criativo e interativo da prática do ensino contribui para um sujeito em permanente construção de si mesmo e de seu trabalho. Que a autonomia do estudante em formação hoje, represente a ruptura do reproducionismo nas próximas gerações. Segundo Veiga (2007), tornar o estudante protagonista do processo de aprendizagem é ensinar como forma de construção do conhecimento e acreditar que ele “constrói conhecimento na interação com o conteúdo” (p. 25). De forma correspondente aos benefícios dos estudantes nessa dinâmica, o professor, quando valoriza o cotidiano com os estudantes como espaço de produção do conhecimento, se torna um sujeito mais crítico, capaz de refletir melhor sobre a própria atuação. Adquire, assim, “potencial para transformar sua prática diante das exigências que esta lhe faz” (CARREÑO, 2015, p. 51-52).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão no presente artigo se dá em função da importância do questionamento das possíveis limitações e da oportunidade de aprimoramento no exercício dos programas de estágio docente, visando sua importância na formação de futuros docentes. Foram colocadas questões sobre a regulamentação, prescrição e pragmatismo dos programas que hoje colaboram para o seu insucesso e, infelizmente, para a pouca valorização dessa formação docente. É importante ressaltar que, para os autores citados, o planejamento pedagógico não está pautado em uma relação dicotômica entre prática e teoria, uma vez que a prática pedagógica é aqui entendida como o conjunto de meios, através do quais as teorias pedagógicas são colocadas em ação pelo professor. Ou seja, as proposições de aprimoramento indicadas são discutidas a partir da docência pela sua dimensão de prática social, pressupondo uma relação indissociável entre teoria e prática. Quando essas duas instâncias se retroalimentam de novas hipóteses de reflexão e ação são capazes de responder melhor aos desafios particulares dos processos que o ensino superior vem passando.

Dessa forma, com base no posicionamento dos autores em relação aos benefícios do trabalho coletivo e participativo, é possível levantar algumas hipóteses de aperfeiçoamento da regulamentação dos programas de estágio docente. Os docentes em formação e supervisores, por exemplo, atuando de forma conjunta em todo o processo de estruturação do ensino desde a sua concepção, formulação de objetivos, levantamento de bibliografias, planejamento e cronograma, experimentação de metodologias, execução e avaliação da disciplina, tendem a exercer um processo dialético potencialmente transformador (ASSIS; CASTANHO, 2006). Segundo as autoras, para o docente já em atividade, "não há nada mais inovador do que repensar a própria ação, se compreendermos que inovar, é um processo constante de reconstrução e, para tanto, é preciso repensar a prática" (p. 4). E, simultaneamente, dar ao docente em formação a autonomia de opinar e desenvolver novas formas de ensino é catalisar o processo reflexivo. Esta é a principal importância de regulamentar o devido acompanhamento da realização do estágio docente e posterior avaliação do desempenho da atividade, elencando que esses processos devam ser realizados com exigências mínimas que demandem a ação efetiva do docente supervisor e estimulem a capacidade crítica, reflexiva e criativa dos pós-graduandos (ANASTASIOU, 2007).

De forma análoga, outro aspecto a ser considerado para o aperfeiçoamento dos programas é a exigência de inclusão do conhecimento pedagógico, que traz como grande contribuição exatamente o estímulo à reflexão crítica fundamentada acerca da prática exercida pelos docentes. Disciplinas de cunho essencialmente teórico, aliadas ao exercício do processo de ensino e aprendizagem, são capazes de retroalimentar novas hipóteses de reflexão e ação dos docentes. Principalmente para agir contra as adversidades aqui apresentadas em relação à compartimentação do conhecimento, a técnica prescritiva do aprender a ensinar conteúdos determinados e estratégias generalistas, desligadas de circunstâncias históricas ou do contexto social em que estão inseridas (MORIN, 2000; ANASTASIOU, 2007; CAIRES, 2006).

A falta de clareza da efetividade das políticas que hoje regulamentam os programas de estágio docente faz com que os professores se responsabilizem pela própria formação, tendo autonomia inclusive de decidir se querem qualificar sua atividade docente ou não. No melhor dos cenários, buscam individualmente participar de atividades que contribuam com a sua atuação docente. Outra hipótese, neste caso, seriam espaços de debate e estudos coletivos sobre metodologias mais apropriadas para determinados conhecimentos dentro das próprias universidades, tanto com outros docentes quanto com alunos e com a própria instituição, de forma a contribuir no levantamento de diretrizes gerais de enfrentamento das dificuldades do ensino. A regulamentação, por sua vez, poderia propor a valorização de iniciativas autônomas das IES na avaliação dos cursos, como por exemplo, oferecendo pontuação extra para as iniciativas bem-sucedidas de formação e inovação do ensino, que poderiam eventualmente servir de referencial para os demais programas, corroborando assim para uma política nacional de fato integrada e eficiente.

Partindo do ponto de vista de que a docência é uma atividade sempre em construção, pressupõe-se que as políticas que consideram a formação do docente para o ensino superior, como é o caso dos programas de estágio docente, devam considerar aprimoramentos de regulamentação antecedentes à prescrição de sua obrigatoriedade. Abrangendo, como citados, aspectos teórico-reflexivos, acompanhamento devidamente supervisionado e mais reconhecimento nos instrumentos de avaliação dos PPG, para que de fato respaldem a qualidade de atuação do docente, considerando questões de fato relevantes para real transformação, qualidade e inovação do ensino.

REFERÊNCIAS:

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Metodologia de ensino: primeiras aproximações... **Educar em Revista**, Curitiba, n. 13, p. 93-100, dez.1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601997000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 jun. 2016.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos (Coaut. de); PIMENTA, Selma Garrido. **Docência no ensino superior**. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Ensinar, Aprender, Apreender e Processos de Ensinagem. In: ANASTASIOU, L. das G. C. (Org.); ALVES, L. P. **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula 7. ed. Joinville, SC: UNIVILLE, 2007.

ASSIS, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz; CASTANHO, Maria Eugênia L. M. Educação, inovação e o professor universitário. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 2, n. 3, dez. 2006.

BRASIL. Lei n° 9394/96, de 20 de dezembro de 1996: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2016.

CAIRES, Suzana. (2006). Vivências e percepções do estágio pedagógico: contributos para a compreensão da vertente fenomenológica do "tornar-se professor". **Análise Psicológica**, 24(1), 87-98. Disponível em: <http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap/article/view/156/pdf>. Acesso em: 15 ago. 2016.

CARREÑO, Leidne Sylse S. de Mello. **Professor do ensino superior:** discutindo as necessidades de formação pedagógica. 2011. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2011.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010: **Regulamento do programa de Demanda Social.** Diário Oficial da União, seção 1, nº 73, 19 abr. 2010. Disponível em: <https://goo.gl/mFNTNF >. Acesso em: 29 jun. 2016.

_____. Ofício Circular nº. 028/99/PR/CAPES, 26 de fevereiro de 1999: **Regulamento do programa de Demanda Social.** Brasília, 1999.

CUNHA, Maria Isabel da (org.). **Formatos avaliativos e concepção de docência.** Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

ISAIA, Silvia Maria de Aguiar. **Formação do Professor do ensino superior.** Tramas e tessitura. In: MOROSINI, M. C., et al. Enciclopédia de pedagogia universitária. Porto Alegre: FAPERGS / RIES, 2003. p. 241-251.

ISAIA, Silvia Maria de Aguiar. **O professor do ensino superior:** no entrelaçamento da trajetória pessoal com a profissional. In: Anais do I Seminário Internacional: Pessoa Adulta, Saúde e Educação. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

MORIN. Edgar. **Sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez; Brasília, Unesco, 2000.

OLIVEIRA, Cláudia Chueire de; VASCONCELLOS, Maura Maria Morita. Estágio de docência na promoção da formação do docente da educação superior. In: ANPED SUL 2016. **Reunião científica regional da ANPED.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/EIXO6_CL%C3%81UDIA-CHUEIRE-DE-OLIVEIRA-MAURA-MARIA-MORITA-VASCONCELLOS.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2016.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Coaut. de). Lições de didática. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

VIEIRA, Suzane da Rocha. **Docência, gestão e conhecimento: conceitos articuladores do novo perfil do pedagogo instituído pela resolução CNE/CP n. 01/2006**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.44, p. 131-155, dez 2011.

ZABALZA, Miguel A. **O ensino universitário**: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.

Salvador - 2018

OS CAMINHOS DO URBANISTA
O papel do urbanismo na formação de espaços de medo e espaços de paz

THE PATHS OF URBAN PLANNER
The role of urbanism of creating spaces of fear and spaces of peace.

LOS CAMINOS DEL URBANISTA
El papel del urbanismo en la formación de espacios de miedo y espacios de paz

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETOS E PRÁTICAS

COSTA, Ana Karoline Gonçalves
Graduada em Arquitetura e Urbanismo da UEMA;
anakarolinegcosta@gmail.com

PEREIRA, Ivamberto da Conceição Lima
Pós-graduando em Assessoria Técnica no Habitat Urbano e Rural da UEMA; Graduado em Arquitetura e Urbanismo da UEMA
ivamberto98@gmail.com.br

VENANCIO, Marluce Wall de Carvalho
Doutorado em PROURB na FAU-UFRJ; Mestrado em Desenvolvimento Urbano na UFPE; Professora adjunto III da UEMA
marlucewall@gmail.com

OS CAMINHOS DO URBANISTA
O papel do urbanismo na formação de espaços de medo e espaços de paz

THE PATHS OF URBAN PLANNER
The role of urbanism of creating spaces of fear and spaces of peace.

LOS CAMINOS DEL URBANISTA
El papel del urbanismo en la formación de espacios de miedo y espacios de paz

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETOS E PRÁTICAS

RESUMO
A violência urbana é a cada dia um problema recorrente nas cidades. A população vive amedrontada e, para se proteger do perigo da cidade, se refugiam em suas residências que gradativamente se assemelham a penitenciárias de segurança com tantos aparatos de segurança. Nesse cenário, o urbanismo tem dois caminhos: se fechar ao construir edificações protegidas de todo o perigo, disseminar a sensação de insegurança e anular os espaços públicos ou se abrir e proporcionar espaços de convivência e restaurar a paz nos centros urbanos. Ao passo que o urbanismo segrega e as desigualdades sociais aumentam, o futuro das cidades se torna cada vez mais sombrio. As narrativas distópicas mostram que esse pode ser um caminho sem volta. Mas caso o urbanismo mude sua perspectiva e trabalhe para recuperar a urbanidade aos poucos perdida, surgirão cidades sustentáveis capazes de criar espaços de paz, benevolentes e de bem-estar social, o que será comprovado com os exemplos de intervenções urbanas em Medellín, comunidades da Venezuela e uma praça em São Luís.
Palavras-chave: Urbanidade; espaços de medo e espaços de paz; futuro das cidades.

ABSTRACT
Urban violence is a recurring problem in cities every day. The population lives in fear and, to protect themselves from the danger of the city, take refuge in their homes that gradually resemble security prisons with so many security apparatuses. In this scenario, urbanism has two paths: to close when constructing protected buildings of all danger, to spread the sense of insecurity and to cancel the public spaces or to open up and provide spaces of coexistence and to restore peace in the urban centers. As urbanism segregates and social inequalities increase, the future of cities becomes increasingly gloomy. Dystopic narratives show that this can be a path without a return. However, if urbanism changes its perspective and works to regain urbanity gradually lost, sustainable cities will emerge capable of creating spaces of peace, benevolent and social welfare, which will be proved by the examples of urban interventions in Medellín, communities of Venezuela and a square in São Luís.
Keywords: *Urbanity; Spaces of fear and spaces of peace; Future of cities.*

RESUMEN*:*
La violencia urbana es cada día un problema recurrente en las ciudades. La población vive temerosa y, desprotegida del peligro de la ciudad, para protegerse se refugian en sus residenciales que gradualmente se asemejan a las cárceles de seguridad con tantos aparatos de seguridad. En este escenario, el urbanismo tiene dos caminos: se cierra al construir edificaciones protegidas de todo peligro, diseminar la sensación de inseguridad y anular los espacios públicos o abrirse y proporcionar espacios de convivencia y restaurar la paz en los centros urbanos. Mientras que el urbanismo segrega y las desigualdades sociales aumentan, el futuro

de las ciudades se vuelve cada vez más sombrío. Las narraciones distópicas muestran que ese puede ser un camino sin retorno. Pero si el urbanismo cambia su perspectiva y trabaja para recuperar la urbanidad poco a poco perdida, surgirán ciudades sostenibles capaces de crear espacios de paz, benevolentes y de bienestar social, lo que será comprobado con los ejemplos de intervenciones urbanas en Medellín, Venezuela y una plaza en San Luis.
Palabras Clave: *Urbanidad; espacios de miedo y espacios de paz; distopía; futuro de las ciudades.*

INTRODUÇÃO

Nas sociedades atuais, os números da violência assustam, espalham insegurança e mudam hábitos nas cidades. A sensação de segurança em muitos casos, está relacionada ao seu desenho urbano e o modo como as pessoas ocupam o seu território, assim como as novas edificações contribuem para matar a urbanidade. Esse desenho urbano, definido por Vicente Del Rio (1990), é o campo disciplinar que trata a dimensão físico-ambiental da cidade, enquanto conjunto de sistemas físico-espaciais e sistemas de atividades que interagem com a população através de suas vivências, percepções e ações cotidianas. Isso está diretamente ligado à urbanidade, que segundo Rheingantz (2011), representa um conjunto de relações inseparáveis entre o meio construído e a sociedade. Para alcançar o bem-estar dos cidadãos, a cidade deve proporcionar urbanidade aos mesmos.

Diante dessa constante realidade de medo presente nas cidades brasileiras, incluindo São Luís, este artigo tem o objetivo de contribuir para o debate acerca de como o planejamento das cidades e, consequentemente, o desenho urbano implantado, contribui para o aumento da insegurança e violência e como, por outro lado, pode ser um instrumento eficaz na diminuição da criminalidade e na propiciação da sensação de segurança e bem-estar do cidadão. Para isto, o trabalho visa contextualizar, de maneira geral, a realidade de algumas cidades contemporâneas e entender como o medo está presente na vida das pessoas. Categorizar e analisar, com base no acervo teórico levantado, quais elementos da arquitetura de São Luís interferem na questão da sensação de segurança urbana. Entender, por meio de narrativas distópicas, a possível futura realidade das cidades a partir do urbanismo usado atualmente e, por fim, compreender como a arquitetura e o urbanismo podem resgatar o convívio das cidades e, consequentemente, a segurança para seus habitantes.

O URBANISMO DA ATUALIDADE: O CAMINHO PARA CRIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE MEDO

As cidades vêm se transformando com ações e mudanças ocorridas ao longo dos anos e, o resultado disso tudo, é a que vivemos hoje, a cidade contemporânea. O resultado de ações e transformações ocorridas ao longo dos anos, sua fragmentação e desigualdade econômica e social refletem diretamente no modo de vida das pessoas e muitos dos direitos antes ditos como essenciais para a sociabilidade na cidade, fragilizam-se e perdem o sentido. As formas que a cidade assume, sua urbanidade, estão vinculadas aos modos diferentes de vivê-la.

No processo de urbanização, as pessoas saíram do campo para os centros urbanos em busca de uma vida melhor. Com o crescente êxodo rural no Brasil, segundo Caldeira (2000), uma grande parcela da população não conseguiu se firmar formalmente no centro da cidade e encontra-se marginalizada, muitas vezes, em péssimas condições de vida e vivendo de trabalhos informais ou sem nenhuma ocupação. A manutenção das desigualdades sociais e da pobreza no mundo são reflexos da má distribuição das recursos e riquezas entre as pessoas. E devido aos efeitos negativos dessa segregação social e espacial nas cidades, os espaços antes de vivência e civilidade tornam-se vazios e obsoletos, abrindo espaço para possíveis atividades ilícitas. O aumento da violência não pode ser explicado por privações materiais ou dificuldades econômicas. Uma sociedade que não valoriza a vida não pretende que os excluídos do emprego assim como da escola e da vida familiar valorizem a vida também. A violência também é resultado da forte progressão do individualismo de massas (DE MELLO; NOVAIS, 2009, p. 54).

Pouco a pouco, as pessoas estão mudando o modo como se relacionam com o outro na sociedade. Devido ao caráter individualista disseminado atualmente, os hábitos de vizinhança e gestos de convivência como sentar em uma praça, conversas com os vizinhos, viver em comunidade estão se perdendo. Com o crescente

sentimento de medo, as ruas ficam desertas, a população se amedronta e a urbanidade enfraquece a cada dia. As paisagens das cidades mudam influenciadas pelo medo e trazem à tona arquiteturas cada vez mais veladas e enclausuradas. O que permite a proliferação de violência urbana do lado de fora, que sem nenhuma vigilância, cresce a cada dia e assola as sociedades brasileiras.

A cada dia surgem mais fobópoles (SOUZA, 2008) pelo mundo. As cidades estão cada vez mais dominadas pelo medo e pela criminalidade, tornando-se, muitas vezes, reféns desse sentimento torturante gerador da ágorafobia. Frente a situação atual das cidades, o urbanismo tem dois caminhos a escolher: o urbanismo que se defende, aquele que se exclui do meio urbano, escondendo-se atrás de muros e proporciona a criação de espaços fantasma e de medo; e o urbanismo que renasce a cidade, que se abre para a troca de experiências entre os cidadãos através de espaços de convivência pacífica e segura. Infelizmente, podemos notar com maior frequência, elementos arquitetônicos sendo usados como medida de segurança, formas de proteção que visam separar o ambiente seguro da casa do ambiente turbulento e criminoso da cidade do lado de fora. Em São Luís, considerada a sexta cidade mais violenta do país segundo o ranking internacional publicado pelo Conselho Cidadão pela Seguridade Social (2016), a fortificação das residências já é real e, muitas vezes, ainda insatisfatória:

> O muro é alto. As cercas são eletrificadas. Câmeras vigiam o tempo todo a área e as sirenes denunciam a presença de intrusos. O que parece um presídio de segurança máxima, na verdade é apenas uma casa em um bairro de classe média alta em São Luís, onde seus moradores, querendo ser livres da violência, se trancam e só põem os pés na rua quando é estritamente necessário. Mesmo assim, muitas vezes a ação dos bandidos consegue burlar o aparato caro e trabalhoso instalado nas residências (Jornal O Estado do Maranhão, 16 de novembro de 2014)

A imagem dos condomínios em propagandas que usam palavras como segurança, lazer, comodidade e proteção contra a violência urbana atrai muitos compradores. Um dos exemplos mais emblemáticos de São Luís é o *Jardins*. Autodenominado como bairro, apresenta o slogan “chegou o momento de você viver em um bairro todo seu”. Nas publicidades, apresenta-se como o primeiro “condomínio bairro” ao oferecer um bairro totalmente planejado, com dupla segurança 24 horas, portarias independentes, áreas verdes e boulevards arborizados, além de diversas áreas de lazer e diversão em um bairro só seu.

Seria essa a solução dos problemas de segurança na cidade? A ideia desses empreendimentos é ter tudo perto de você, dentro de sua cidadela, para não precisar sair para o mundo caótico da cidade contemporânea e, assim, criar sua própria comunidade. E, como se vê, é um negócio muito rentável para as construtoras. Segundo Bauman (2003), essa coletividade não possui os verdadeiros laços de uma comunidade, onde há relações entre pessoas, mas somente um abrigo, um ambiente seguro separado, isolados por muros protetores e portões vigiados.

Ainda segundo Bauman (2009), a fragmentação do Estado social e o individualismo da sociedade moderna propicia a sensação de insegurança, pois a elite vê no marginalizado um potencial criminoso. O medo do desconhecido assusta e, a decadência da comunidade se perpetua, desintegrando os laços humanos outrora existentes e que talvez não haja estímulos capazes de unir o que foi rompido (BAUMAN, 2003).

Mas, quais os impactos desses empreendimentos no cotidiano da cidade? Nota-se que, conforme as pessoas escondem-se atrás de muros, os espaços de convivência na cidade vão morrendo. Os ambientes saudáveis de tempos atrás perdem a força e são abandonados a cada dia. O que é grave. Pois o único meio de preservar a segurança nas ruas é com a mistura constante e literal de pessoas, cultivando a diversidade do local (JACOBS, 1961).

É interessante falar dos tipos de violência indiretas, de como a vida em um mundo fechado, sem contato,

interfere na vida jovens e crianças sem influências externas. Como lidar com as futuras tensões sociais no que diz respeito a futuro contatos e possíveis barreiras e preconceitos?
O muro é, primariamente, para demarcar o perímetro de um terreno e possibilitar a diferença entre o público e o privado. Ultimamente, os muros também têm a função de vedar a visão de fora para dentro assim como fechar aqueles que não se misturam com os marginalizados em seus oásis particulares. O que se observa hoje são muros cada vez maiores que remetem a verdadeiras muralhas medievais protegendo os de dentro contra os de fora e, em muitos casos, complementados com cercas elétricas. Outra relação que se faz é a semelhança entre a arquitetura residencial (Figura 1) e arquitetura carcerária como o presídio de Pedrinhas em São Luís (Figura 2), por exemplo.

Figura 1 – Casa Residencial no bairro do São Francisco, São Luís
Fonte: Autores, 2017

Figura 2 – Presídio de Pedrinhas, São Luís
Fonte: Disponível em: http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2016/03/brasil-descumpre-medidas-para-complexo-de-pedrinhas-diz-relatorio.html

Em busca de segurança, casas viram fortalezas com caráter prisional, eliminando a permeabilidade e contato

com as ruas, quebrando a relação de comunidade com o vizinho. Os muros assustam as pessoas, geram insegurança e destroem a urbanidade, mas, infelizmente, muros e cercas viraram a regra e não a exceção.
As guaritas e câmeras de vigilância fazem parte de um arsenal de elite para segurança e combate à criminalidade urbana, pois propiciam um controle e monitoramento de entrada de "outros" na área protegida: os estranhos e marginalizados. Os espaços públicos sofrem com o controle e monitoramento exacerbados. A cidade vigiada vê sua espontaneidade e diversidade diluir no momento em que aparatos de segurança como as câmeras de vídeo fazem parte do espaço de convívio. Os espaços públicos tornam-se vítimas da chamada "síndrome da cidade vigiada" (PECHMAN, 2002)
O papel do urbanismo que busca a autodefesa e o auto encarceramento não tem dado resultados positivos para a urbanidade nas cidades. Os elementos de segurança criam espaços do medo, espelham a ágorafobia e culmina em espaços fantasmas. Como aumentar a segurança sem diminuir a liberdade dos cidadãos?
As distopias podem mostrar um pouco dessa realidade. Com a presente sensação de medo na cidade, as tentativas de segurança pessoal são inúmeras e crescem a cada dia. Porém, essas são tentativas individuais e privadas que, muitas vezes, ajudam a espalhar ainda mais a sensação de insegurança fomentada pelo aumento da violência urbana. O que vemos atualmente é um urbanismo voltado ao enclausuramento, criando territórios fechados ditos como oásis aos que podem manter um alto padrão de habitação. Com o cenário atual preocupante, não é difícil imaginar o futuro das cidades. Futuro esse já evidenciado em muitas cidades pelo mundo.

O ABSURDO DA REALIDADE: O FUTURO ATRAVÉS DAS DISTOPIAS

Partindo da ideia de uma realidade atual não muito animadora, é natural imaginar um futuro insatisfatório para os centros urbanos, um futuro distópico.
O termo Distopia surge como um antônimo de Utopia (não-lugar). Para entender a distopia, é importante, primeiramente, caracterizar a utopia e diferenciá-los.
O termo Utopia surge pela primeira vez em uma obra do escritor inglês Thomas More (1516), que descreve uma sociedade perfeita dentro de uma ilha, politicamente correta, justa, onde todos são iguais e a pobreza não existe. A utopia está diretamente ligada à fantasia e ao desejo de uma realidade contrária ao mundo real, é um olhar muito otimista sobre a realidade como gostaríamos que fosse. A distopia, por sua vez, é um pensamento filosófico que apresenta o futuro pessimista da cidade onde a sociedade cria modo de vida insuportável para seus habitantes por meio de opressão, violência, domínio intelectual de um governo totalitário e regido por poucos e um urbanismo que cria um sentimento desagradável ao ver e habitar tal cidade.
O interessante da distopia é aparentar ser uma sociedade perfeita, organizada, mas no fundo ser defeituosa e opressora. Uma das primeiras características das sociedades distópicas é o fato de serem governadas por regimes totalitários, um poder tirânico ditatorial, onde seus líderes são cultuados através do controle e alienação da população pela disseminação de símbolos e ideologias.
Com todo esse poder autoritário, as sociedades distópicas se apresentam estratificadas com classes sociais bem definidas. A divisão pode ser feita por condicionamento desde o nascimento ou por teste de nivelamento: quanto mais alta a sua casta, mais acesso a bens e serviços terá. O que torna as desigualdades socioeconômicas imutáveis após a classificação do cidadão.
A vigilância constante e opressora é outro aspecto recorrente em cidades distópicas. E quando se fala em sociedade vigiada, a Londres de Orwell (2009) é a primeira a ser lembrada. A cidade de 1984 era tão vigiada que tornava impossível estar sozinho ou estar sozinho na companhia de alguém. O partido era como uma divindade: onipresente, onisciente e onipotente. "O grande Irmão está de olho em você" (ORWELL, 2009,

p.12). Muito desse alcance vigilante se dava ao uso das “teletelas”, aparelhos parecidos com as televisões de tela plana que tem hoje no mercado, que vigiam os cidadãos constantemente. Além disso, o monitoramento nessa sociedade poderia ser feito por outros cidadãos ou até por crianças, que vigiavam qualquer desvio na conduta de seus próprios pais, irmãos, amigos, vizinhos, para informar as autoridades.

A vigilância constante condiciona e converte possíveis desvios de conduta de acordo com os valores pré-estabelecidos pelo Partido. O contínuo hábito de vigiar o próximo leva a autovigilância. Por meio dessa observação, o Estado impõe comportamentos à população e as controla, uma espécie de alienação.

Outro objetivo da vigilância é tornar os cidadãos sociáveis e incapazes de se rebelar contra o governo. Com esse pensamento, a sociedade seria capaz de erradicar a violência urbana que pudesse aflorar pelos sentimentos ou impulsos humanos da população. Mas não é o que verdadeiramente acontece nas sociedades distópicas, nem sociedades seguramente vigiadas seriam capazes de condicionar humanos a não cometer barbáries.

O uso de violência é outro traço comportamental descritos nas narrativas distópicas. Seja praticada pelos cidadãos, no centro da cidade ou nos arredores esquecidos dela, ou exercida pelo próprio governo para controlar, condicionar ou calar e punir os rebeldes, diferentes ou indiferentes a causa do poderoso líder e seu estilo de governo. A violência é, nos sistemas de governo das sociedades distópicas, um instrumento claro de manutenção do poder e da ordem pelo grande líder. O Grande Irmão (ORWELL, 2009) não abriria mão desses mecanismos de dominação para reintegrar os cidadãos aos planos do Partido:

> A espionagem, as traições, as prisões, as torturas, as execuções, os desaparecimentos nunca cessarão. Será um mundo de terror, tanto quanto um mundo de triunfo. Quanto mais poderoso for o Partido, menos tolerante será. Quanto mais fraca a oposição, tanto mais severo será o despotismo. (ORWELL, 2009, p. 313)

Usar a violência não foi exclusividade do Grande Irmão de George Orwell. A ordem na maioria dos mundos distópicos eram mantidas pelo uso da força e violência para propósitos ditos como bons e necessários para manter a ordem e a harmonia na coletividade, como o Presidente Snow da Jogos Vorazes (2010).

Após todas essas características e comportamentos políticos e sociais, é importante analisar como essas atitudes refletem na imagem da cidade. A descrição da cidade através da arquitetura e do uso dos espaços urbanos é recorrente em narrativas distópicas. As cidades são construídas a cada dia e dizem algo sobre aqueles que a habitam. São abastecidas de ideologias que geram comportamentos e práticas em seu meio. A distopia vem como um alerta sobre os perigos potenciais presentes nesse abastecimento diário. Como resultado de uma sociedade individualista, com alto poder de vigilância e opressão por meio da violência e ideologias ditatoriais, o espaço urbano das cidades distópicas tornou-se nulo. As ruas não têm mais convívio, não há vivacidade, não há urbanidade. Um vigia o outro, o medo do outro é espalhado com a onda de violência que assola a sociedade.

A desigualdade hoje já existente é potencializada nas distopias. Os filmes distópicos mostram claramente como as cercas que separam os pobres dos ricos são gritantes e muito mais visíveis.

Os espaços públicos não propiciam o convívio. Mesmo cidades cheias de pessoas, a solidão é um sentimento corriqueiro em uma cidade individualista e separatista. As relações urbanas não existem e os cidadãos se tornam cada vez mais estranhos entre si e o medo se torna constante.

Visto isso, a presença de cercas que separa a cidade do mundo exterior aparece em muitas distopias. Vale lembrar que, ao mesmo tempo que as paredes protegem do desconhecido lá fora, isola a população deixando-a incomunicável e vulnerável.

As pragas e doenças nos setores pobres das cidades são constantes: a falta de saneamento ambiental, proliferação de lixo, saúde de má qualidade e direitos humanos subjugados. Lá, falta recursos naturais, falta

comida, falta vida (Figura 3).

Figura 3: Pessoas maltrapilhas em busca de água
Fonte: Filme Mad Max – Estrada da Fúria (2015). 00:09:20 min

“Distopias são espelhos negros, versões corrompidas de futuros que batem a nossa porta” (VAIANO, 2016). Não é difícil imaginarmos quão perto estamos de chegar a essa realidade. A cada passo, as cidades tornam-se insensíveis, imiscíveis, insustentáveis.

É difícil saber quão longe estamos dessa realidade? Mas será que o futuro distópico está tão longe como imaginamos ou essa previsão futurística já faz parte da realidade de muitas pessoas?

Após essas características urbanas descritas nas obras distópicas, é natural compará-las com as dos centros urbanos atuais. O que nos inquieta é o fato de conseguir enxergar muitas dessas realidades presentes logo hoje. A distopia está mesmo no futuro ou já é mais presente do que se imagina?

Hoje, já é possível encontrar cidades extremamente pobres em situação crítica de calamidade e desespero, sem perspectivas de vida. Muitas das características vistas acima já são visíveis na atualidade.

Lagos é a maior cidade da Nigéria com quase 8 milhões de habitantes e sua região metropolitana abriga cerca de 21 milhões de pessoas. Mesmo que os indicadores econômicos do pais mostre um crescimento do PIB, mais de 60% da população sobrevive com menos de 1 dólar por dia, revelando a extrema diferença de classes sociais. A cidade apresenta problemas graves de distribuição de renda que acarreta seriamente em problemas de infraestrutura, segurança pública, saúde, educação.

Suas favelas, como a Makoko, beiram a extrema pobreza e a imundice. Localizada a beira do Oceano Atlântico, as palavras precariedade e sobrevivência elevam seu significado. Inicialmente um povoado pesqueiro, a população cresceu e vive, durante décadas, sem acesso à infraestrutura básica como água potável, eletricidade e eliminação de resíduos (Figura 4).

O Brasil de dimensões continentais possui uma grande desigualdade social que reflete nas cidades. Segundo o IBGE, Aglomerados Subnormais é um conjunto de 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma dessas características: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública). Um dos exemplos de aglomerados subnormais em São Luís é o bairro da Portelinha. Uma realidade distópica em meio aos bairros nobres da capital maranhense (Figura 5).

Figura 4: A comunidade Makoko – Lagos, Nigéria.
Fonte: Disponível em: < http://www.mdig.com.br/index.php?itemid=34605>.

Figura 5: O rio que passa pelo bairro da Portelinha
Fonte: Autores, 2017

Visando a realidade de hoje e o futuro que espera as cidades descritos nas distopias, é possível mudar? O sonho de uma utopia no futuro é cada dia mais suplicante, porém, cada dia mais difícil de remediar os danos causados a sociedade. Porém, o urbanismo tem um papel fundamental nesse resgate urbano: ele é capaz de trazer de volta a urbanidade e o convívio entre as pessoas pode trazer de volta a diversidade e o instinto de comunidade a tanto perdida.

URBANISMO COM BENEVOLÊNCIA: O CAMINHO PARA CRIAÇÃO DE ESPAÇOS DE PAZ

O urbanismo com benevolência, citado no título deste capítulo, é uma alusão à Teoria da Benevolência do

arquiteto francês Philippe Madec, na qual a arquitetura se volta ao projetar para o próximo em busca do bem comum, bem social e coletivo, resultando em uma arquitetura mais humana, mais benevolente. Uma arquitetura proposta para abrigar o outro. (MADEC, 1996).

A cidade sustentável é certamente a cidade de todos e deve surgir logo para prever e/ou combater as catástrofes geradas pela sociedade moderna no âmbito econômico, social e ambiental. E a arquitetura é obra de uma concepção coletiva que, a partir do compartilhamento de interesses, desejos e espaços, enfrentará o desequilíbrio social do território.

O urbanismo com benevolência nada mais é que o urbanismo do bem-estar comum, de espaços coletivos, de espaços para todos, sem distinção. É o urbanismo sustentável capaz de dar forma e vitalidade ao ambiente, trazendo a urbanidade para os espaços urbanos e a consciência da responsabilidade ambiental. Aperta os laços entre o homem e a cidade e retoma a qualidade de vida seguindo nove princípios: dar prioridade ao pedestre, a busca pelo uso misto e complementaridade das funções da cidade, promover diversidade de moradores, reforçar o senso de comunidades, manter a densidade do local equilibrada, prezar pela sustentabilidade e alta performance dos edifícios, oferecer espaços públicos atraentes e seguros, estimular a harmonia entre a natureza e as amenidades urbanas e, proporcionar conectividade e integração regional.

Esses princípios são temas indispensáveis no pensamento de dois teóricos do urbanismo utilizados para a construção desse trabalho: Jane Jacobs (2000) e Jan Ghel (2013). Por décadas, as cidades evidenciam o uso constante de carros e a dimensão humana é depreciada no planejamento urbano. A esfera individual sob a coletiva destrói as áreas de pedestres e os espaços de convivência não convidam ao caminhar.

> Uma característica comum de quase todas as cidades – independentemente da localização, economia e grau de desenvolvimento – é que as pessoas que ainda utilizam o espaço da cidade em grande número são cada vez mais maltratadas. (GHEL, 2013, p. 3)

No século XXI, o desejo de cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis tornou-se urgente e universal. Os quatro objetivos – vitalidade, segurança, sustentabilidade, e saúde – podem ser alcançados quando as responsabilidades da cidade passam a ser o pedestre, o ciclista, os espaços coletivos, a vida na cidade em geral.

Sustentar a visão de uma sociedade aberta, onde pessoas de grupos socioeconômicos diferentes possam caminhar lado a lado no mesmo espaço urbano é um dos requisitos para a prevenção da criminalidade urbana. “Ser capaz de caminhar com segurança no espaço da cidade é um pré-requisito para criar cidades funcionais e convidativas para as pessoas. Real ou percebida, a segurança é crucial para a vida na cidade”. (GHEL, 2013, p. 97)

A jornalista americana Jane Jacobs, precursora no estudo da urbanidade e vivência na cidade em 1961, afirma que alcançar a segurança em cidades grandes é mais complexo pois essas são formadas por um número muito maior de desconhecidos em relação a pequenas cidades.

> O principal atributo de um distrito urbano próspero é que as pessoas se sintam seguras e protegidas na rua em meio a tantos desconhecidos. Não devem se sentir ameaçadas por eles de antemão. O distrito que falha nesse aspecto também fracassa em outros e passa a criar para si mesmo, e para a cidade como um todo, um monte de problemas. (JACOBS, 2000, p.30)

É importante ressaltar que nem Jane Jacobs ou Jan Ghel relacionaram a segurança nas ruas e calçadas com a atuação da polícia. Policiais são necessários para manter a ordem urbana e social, mas a paz dos espaços

coletivos “é mantida fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamentos espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados” (JACOBS, 2000, p. 32)

A vitalidade, animação e presença de vida nas ruas, segundo ela, só aconteceria caso houvesse interação entre a arquitetura, os espaços comuns e a rotatividade de pessoas, resultando em diversidade na dimensão arquitetônica e humana para a cidade (Figura 6).

> Nenhum bairro ou distrito, seja ele bem estabelecido, famoso ou próspero, seja ele, por qualquer razão, densamente povoado, pode desconsiderar a necessidade da presença de pessoas ao longo do dia sem com isso frustrar seu potencial de gerar diversidade (JACOBS, 2000, p. 176).

Figura 6: Fachadas ativas em rua de Amsterdã, Holanda.
Fonte: Autores, 2015

A ideia de vigilância comunitária e urbana contida nas expressões “olhos da rua” e “vigias das ruas” expressas por Jane Jacobs exaltam a importância de pessoas ao longo do dia nas ruas e calçadas para gerar confiança de uso desses espaços: “A confiança na rua forma-se com o tempo a partir de inúmeros pequenos contatos públicos nas calçadas”. (JACOBS, 2000, p. 60)

Ao estimular ruas vivas, é necessário que o tecido dessas ruas forme uma malha contínua que integrem, além das calçadas, parques, praças, edifícios públicos, gerando um fluxo e rotatividade que incentivem o caminhar ou pedalar de pessoas (Figura 7).

> A vida da rua e na rua, a diversidade de funções ao longo da rua e agradáveis espaços de transição são qualidades-chave para boas cidades – também em termos de segurança e proteção. O extremo oposto é a receita perfeita para um ambiente urbano inseguro: ruas sem vida edificações de um só uso sem atividades durante quase o dia todo, fachadas fechadas, escuras e sem vida. A essa lista pode-se acrescentar iluminação insuficiente,

passagens abertas e túneis de pedestres, cantos, aberturas escuras e excesso de arbustos. (GEHL, 2009, p. 101).

Figura 7: Pessoas atraem pessoas e diversidade atrai diversidade. À esquerda, Piazza di Orvieto na Itália
Fonte: Autores, 2017

Pessoas atraem pessoas. A própria diversidade urbana permite e atrai mais diversidade. A cidade é, por sua essência, um lugar de encontro. Os parques mais problemáticos para geração de diversidade e segurança urbana estão localizados em áreas onde as pessoas não passam e, caso nada mude, nunca passarão.

CRIAÇÃO DE ESPAÇOS DE PAZ: Estudos de Caso

Por anos, as pessoas e os espaços públicos foram esquecidos e retirados das prioridades do desenho urbano ao se planejar cidades. Vemos cada vez mais cidades voltadas para o carro, onde as pessoas desistiram de caminhar, ficam trancadas em suas casas e não fazem mais nada a pé. Uma grande parcela de culpa ao se expulsar os cidadãos do meio urbano se dá pelo aumento da criminalidade urbana e disseminação da sensação de insegurança quando se está ao ar livre. Algumas cidades do século XXI já mostram um crescente estímulo para resgatar as funções sociais e culturais dos espaços e, com isso, percebeu-se que muitos desses problemas relacionados à violência urbana são efêmeros e provocados pelo desenho e forma da própria cidade.

A cidade de Medellín, na Colômbia, vem para ratificar como o urbanismo muda realidades controversas. Eleita a “Cidade do ano 2014” pelo The Wall Street Journal e o Citigroup e tendo recebido o Lee Kuan Yew World City Prize, prêmio internacional mais importante de urbanismo e desenvolvimento do mundo em 2016, a cidade foi capaz de superar, em menos de 20 anos, o estigma de uma das cidades mais desiguais e violentas do mundo. Sob o comando do narcotráfico e das Farc - Forças Armadas Revolucionarias da Colômbia – se via em uma terrível crise social e política, e, através de intervenções urbanas, renascer como uma cidade inovadora.

Um dos técnicos responsáveis pela intervenção, Gustavo Restrespo, arquiteto e urbanista colombiano, afirma que “o planejamento territorial urbano não deve se restringir ao ordenamento do território de uma cidade. É preciso também garantir uma perspectiva econômica e social, pois o respeito à vida é o que mais importa”. Na década de 1990, foi preciso mudar os paradigmas de planejamento urbano da cidade para dar

um basta a situação, segundo acadêmicos e empresários que buscavam uma transformação urbana para a cidade.

Restrepo comenta que o urbanismo pode levar à ruína a violência através de intervenções públicas realizadas nas periferias residenciais pois, segundo ele, os bairros mais pobres e periféricos coincidem com os focos da criminalidade, já que a pobreza e a desigualdade são seus propulsores. “Como romper paradigmas? Três pontos são fundamentais: vontade política, participação popular e cultura cidadã”, declara o urbanista. A transformação urbana de Medellín conduziu ao que Restrepo chama de Urbanismo sustentável, que são pontos que listam as medidas para quebrar os paradigmas existentes e nortear a nova maneira de projetar. São eles:

Ao invés da administração pública só informar, ela busca a participação coletiva;

Construir comunidades e não só casas.

Considerar os pedestres como cidadãos;

Preocupação com a mobilidade das pessoas em lugar da mobilidade dos carros;

Transformar espaços públicos em lugares de encontro e civilidade;

Pensar na mobilidade integrada e não só oferecer transporte;

Não adianta ter políticas públicas, se elas não forem políticas públicas de continuidade.

O transporte público é um dos pontos da mudança na cidade. O Metrocable, sistema de teleférico, e o uso de escadas rolantes permite vencer com o deslocamento vertical a situação geográfica das periferias que, junto com o sistema intermodal coligado aos ônibus BRT e trens elevados, possibilita o acesso de setores com menos oportunidades e serviços a lugares desenvolvidos da cidade (Figura 8).

Figura 8: Sistemas de escada rolante e Metrocable na periferia de Medellin
Fonte: Disponível em: < http://www.archdaily.com.br/br/768286/gustavo-restrepo-o-urbanismo-pode-combater-o-narcotrafico>

Com o lema “Medellín, a mais educada” e “o melhor para os mais pobres”, a intervenção urbanística em Medellín é um exemplo claro do urbanismo benevolente. Estudos mostram o aumento no desenvolvimento social de Medellín e, em contrapartida, o decréscimo da violência urbana. Uma pesquisa recente sobre qualidade de vida nas cidades colombiana aponta Medellín como a líder no assunto onde 84% da população

entrevistada manifestou orgulho pela cidade.
Para Gustavo Restrepo, os projetos urbanos feitos na cidade não são os objetos a serem repetidos em outras cidades, e sim essa metodologia, pois cada cidade tem sua realidade e peculiaridade.

Espaços de Paz, Venezuela: participação popular na criação de espaços urbanos

Como Colômbia, a Venezuela possui cidades áreas aterrorizadas pela violência em suas periferias e, como ferramenta de mudança urbana e social, o projeto Espaços de Paz está convertendo a realidade de muitas delas: onde era área de perigo, hoje são áreas pacíficas.
O projeto é uma oficina de projeto participativo que, durante seis meses, transforma áreas de comunidades violentas em espaços de convívio. O escritório de arquitetura PICO Estúdio lidera o projeto que com cinco outros grupos de arquitetos de dentro e fora da Venezuela, são incumbidos de converter alguma área ociosa, deteriorados e abandonados, como terrenos vazios e áreas de lixão não regulamentadas, em um equipamento poliesportivo, social ou educativo que será administrado pela própria comunidade local (Figura 9).
Cada grupo de arquiteto trabalhou em uma comunidade. O projeto que já teve duas edições, em 2014 e 2015, é um exercício prático de projeto participativo. Durante as seis semanas de duração, inicia-se com um planejamento do funcionamento da oficina durante a primeira semana, a concepção e desenho do projeto são realizados nas próximas quatro semanas e a execução é feita na semana final, em forma de mutirão e autoconstrução.

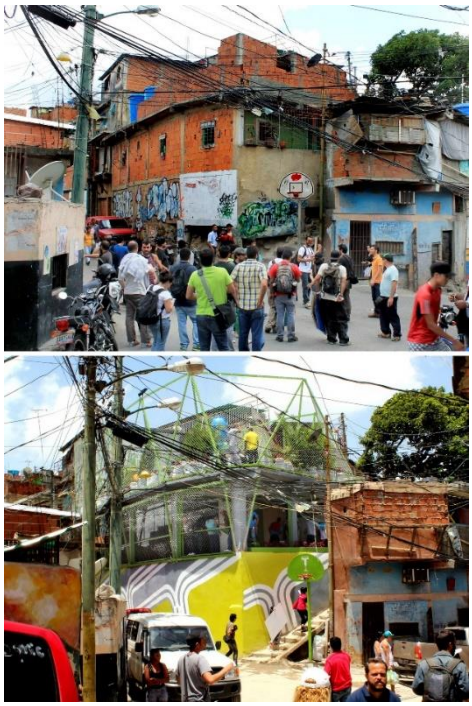


Figura 9: O antes e depois da quadra poliesportiva em Petare, Caracas. Em 2014
Fonte: Cortesia de PICO Estudio. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/756317/como-o-projeto-espacos-de-paz-esta-transformando-os-espacos-comunitarios-na-venezuela>

No decorrer do processo, o diálogo é o ponto chave para o sucesso do projeto. As áreas de atuação são comunidades de bairros constrangidos pela violência, pelo abandono escolar, delinquência e marginalização

com o intuito de transformá-los em áreas de convivência e relações humanas e para isso, a participação popular era essencial.
O projeto Espaços de paz visa dar um novo significado a locais abandonados e insustentáveis dentro de periferias vulneráveis da Venezuela. É transformar lugares de conflitos resultantes de exclusão social e insegurança urbana em áreas amigáveis e proveitosa para a população, onde as crianças possam se divertir, os adultos se encontrar e os idosos, relaxar. As relações humanas podem modificar realidades e restaurar o bem-estar onde não existe há tempos.

Praça Alfredo Teixeira, São Luís: Comitê da Praça V.

Após esses dois exemplos na América do Sul, onde as desigualdades socioeconômicas são visíveis e a presença constante da violência na comunidade, principalmente na periferia, é continua, o próximo estudo de caso é brasileiro, mais precisamente, em São Luís: A praça Alfredo Teixeira. Também conhecida como Praça V, localiza-se entre a avenida 02, a avenida Joaquim Mochel e a rua Vp 10, no Conjunto Cohab Anil, conjunto residencial dos anos 70.
Há dois anos, a praça nem era reconhecida como tal. Com quase 3.800 m², era um espaço vazio, sujo, abandonado, que não cumpria sua função de espaço urbano e de convívio em uma comunidade. Pelo contrário, sua aparência degradada repelia as pessoas e, consequentemente, as atividades sociais. Havia ali comércio informal, barracas e trailers de lanche que se instalaram no local sem nenhuma autorização e se tornaram os donos do lugar que, sem nenhuma força de reação, atraía atividades ilícitas que, por sua vez, incentivavam o vandalismo. A antiga quadra que outrora estava ali, os canteiros e os jardins já não existiam mais, e a população cada vez mais acuada e amedrontada, fugia das ruas e se protegia dentro de suas casas (Figura 10).

Figura 10: Praça antes da revitalização
Fonte: Autores, 2017.

Vendo a situação piorar sem providências da autoridade pública, os moradores da região, incentivados pelo cenário político da época no qual o governo federal incitava a criação de comitês populares para monitorar obras e serviços públicos, criaram o Comitê Gestor de Praças com o propósito de trazer melhorias para região

sendo uma delas a revitalização dos espaços públicos do bairro. Assim, surgiu o Comitê Gestor "Movidos pela União" em 7 de junho de 2015 composto, atualmente, por 15 membros: a presidente Narcisa Enes Rocha, o vice-presidente José Marques de Moura, o 1º secretário Alberto de Sousa Rocha e a 2º secretária Aline Miriam da Silva Macedo e seus 11 conselheiros que, desde sua criação, acompanham a concepção do projeto e a revitalização da Praça V e ainda administra mais duas praças da região.

> O comitê é mais um instrumento público com que a população de São Luís conta para efetivamente participar da administração da cidade. (Prefeito Edvaldo Holanda, 2015)

O projeto da praça, em parceria com o Instituto de Paisagismo Urbano (Impur) na pessoa do presidente Luiz Carlos Borralho, foi concebido pela participação popular e a arquiteta do instituto. O investimento para a construção veio da parceria público e privado através de doação de empresas e sindicatos. Após seis meses de reforma, a praça foi entregue aos moradores no dia 25 de maio de 2016. O projeto, de concepção participativa, contempla espaços de lazer, contemplação e convivência, espaço e aparelhos para atividades físicas, iluminação pública, mobiliário urbano como mesa para integração entre a comunidade, bancos e lixeiras. Além da reparação e plantio de novas árvores e plantas nos canteiros antigos e novos, ainda oferta 23 vagas de estacionamento e rampas de acessibilidade.

Com a revitalização, a praça foi entregue ao comitê que é o responsável pela sua administração. As parcerias entre gestores, polícias, blitz urbana, ajuda na manutenção da paz e ordem no espaço público. A infraestrutura do local é mantida pela colaboração econômica dos próprios moradores e gestores do comitê. Eventos como festa junina, dia das mães, dia dos pais são realizados na praça para a arrecadação de verba a fim de preservar o espaço público agradável aos usuários.

Com a praça revitalizada, o espaço se tornou muito mais agradável e trouxe de volta as pessoas e as atividades sociais, incentivando o uso por pessoas além das proximidades da área. É possível ver crianças, famílias, jovens, idosos a utilizando e os benefícios de um espaço seguro e saudável para a comunidade vai além do lazer e contemplação, são mais "olhos nas ruas" e "vigias comunitários" que trazem segurança urbana e expulsa, por sua vez, atividades ilícitas e criminais, diminuindo a sensação de insegurança e o medo constante que outrora estava instalado na população (Figura 11).

Figura 11: Praça V atualmente.
Fonte: Autores, 2017.

Conforme apresentado, o urbanismo sustentável e benevolente tem dado resultados às comunidades. Espaços de paz e convivência vem transformando a realidade que antes amedrontava o bem-estar social. É possível trazer as pessoas de volta para exercer seus papeis de cidadãos e, quanto mais pessoas, quanto mais convívio, mais segurança para a rua, a praça, o parque e, consequentemente, mais segurança para a cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos ver neste artigo que a violência urbana é uma questão recorrente nas cidades contemporâneas e São Luís não é diferente. É difícil saber com clareza a causa desse problema, mas as consequências da sensação de insegurança são graves para o convívio nos centros urbanos. Surgem assim, as "Fobópoles" (SOUZA, 2008), cidades dominadas pelo medo da criminalidade violenta. Mais e mais cidades vão, na atual quadra da história, assumindo essa característica. E a configuração da arquitetura, tida como exemplo a arquitetura de São Luís, voltada para a segurança privada tem sua parcela de culpa nessa realidade: muros altos, cercas, câmeras de segurança e os próprios condomínios fechados ajudam na disseminação do medo e insegurança nas ruas da cidade.

Diante dessa realidade, o urbanismo tem dois caminhos a seguir: criar refúgios entre cercas e fronteiras que dividam as pessoas, retalhando os espaços e distanciando uns dos outros ou criar laços e proporcionar relações humanas entre eles. Este último trajeto cria espaços de convívio, espaços de paz. O primeiro, em vez disso, gera espaços vazios, espaços de medo. E hoje, infelizmente, as cidades preferem o urbanismo do esconder-se ao que se abre à cidade.

Porém, esse é um caminho que machuca e fragiliza. O que observamos nas mídias sociais são notícias do aumento da criminalidade e violência urbana, o que obriga a população a refugiar-se e, caso tenha condições financeiras, deixar sua casa em um bairro residencial para morar em um oásis chamado condomínio fechado em busca de segurança, lazer e felicidade sem precisar sair para o caos urbano que existe fora dos muros.

Mas esse tipo de edificação não agrega em nada para a saúde da cidade. Pelo contrário, debilita a urbanidade. A partir do momento em que a individualidade está acima da coletividade, o urbanismo não pensará no bem comum. E se o bem comum não é potencializado, as relações sociais são abandonadas. O que passamos a ver são espaços que outrora deveriam trazer vida e segurança, se tornando apáticos. E essa apatia toma conta do ambiente e repele ainda mais as atividades coletivas. Se não há pessoas, não haverá urbanidade. E quando o espaço se torna ocioso, ele se degrada e não é mais saudável para a comunidade, mas sim, atividades ilícitas. O espaço público das ruas e praças torna-se, agora, inexistente, sem vida. (BAUMAN, 2009)

Com a existência do medo pelo desconhecido, espaços públicos vazios e pessoas imiscíveis ao próximo, não é difícil chegar à conclusão de que o futuro que nos espera não é animador. A distopia, o oposto da utopia, vem parar nos alertar do futuro pessimista onde a sociedade cria modo de vida insuportável para seus habitantes por meio de opressão, violência, domínio intelectual de um governo totalitário e regido por poucos e um urbanismo que cria um sentimento desagradável ao ver e habitar tal cidade. Todas as características que vivemos hoje serão potencializadas e, conforme vimos no segundo capítulo, essa não é uma realidade tão distante do cenário atual.

Em contraponto, há teóricos, arquitetos e urbanistas que nos apresentam o urbanismo que se abre para receber as trocas sociais dentro das cidades nos espaços públicos. Jane Jacobs (2000) afirma fervorosamente a necessidade de vitalidade e presença de pessoas na rua como uma alternativa para solucionar o problema da insegurança urbana, e isso só aconteceria caso houvesse interação entre a arquitetura, os espaços comuns e a rotatividade de pessoas, resultando em diversidade na dimensão arquitetônica e humana para a cidade.

Jan Ghel (2013), o incentivador da criação de cidades para pessoas, segue a linha de raciocínio de Jacobs quando coloca a escala humana como a essência de uma cidade viva, segura, sustentável e saudável. A

diversidade atrai diversidade e conforme o espaço público gera movimento, mais pessoas irão se movimentar junto com elas.

E como base de todos os projetos urbanísticos capazes de mudar a realidade desfavorável das cidades atuais, Philippe Madec (1996) apresenta a Teoria da Benevolência que, para arquitetura, é criar espaços e edificações que proporcionem o bem-estar comum. O que, levado para o urbanismo, criaria espaços coletivos para a cidade capazes de envolver toda a comunidade desde a concepção do projeto.

Para ratificar a importância do urbanismo praticado com benevolência, os três estudos de caso foram eficientes ao mudar realidades controversas e violentas em um cenário humano e social. Medellín, com o projeto de urbanização liderado por Gustavo Restrepo, valorizou e integrou a periferia ao restante da cidade, criando espaços de esperança a uma população a tanto invisível, a cidade foi capaz de superar o estigma de uma das cidades mais desiguais e violentas do mundo.

O projeto Espaços de Paz na Venezuela, liderado pelo escritório de arquitetura PICO Estudio, promoveu por meio de oficina de desenho urbano a concepção, desenho e autoconstrução de espaços sociáveis e culturais para comunidades taxadas de as mais violentas do país. Ao colocar a pessoa no processo, ela toma pertencimento pelo espaço, gera vitalidade, sociabilidade e, consequentemente, segurança urbana.

E por último, a Praça V no conjunto Cohab Anil que, após anos se degradando e repelindo a comunidade, foi palco de uma reurbanização suplicada pelos moradores das redondezas. O comitê Movidos pela União junto com a prefeitura foi capaz de transformar o que antes era um espaço vazio irreconhecível como praça em um espaço agradável, convidativo e democrático.

Com este trabalho, pude perceber o quão perigoso é o caminho percorrido pelo urbanismo até aqui. É um trajeto possivelmente sem retorno, caso as consequências sejam desastrosas demais. Por outro lado, esse mesmo urbanismo, visto por outra ótica, pode levar à ruína a violência através de intervenções públicas realizadas nas periferias, nos espaços degradados, nas áreas esquecidas. Já que os bairros mais pobres e periféricos coincidem com os focos da criminalidade, pois a pobreza e a desigualdade são seus propulsores, são essas as áreas de maior preocupação e o foco certeiro de atuação.

REFERÊNCIAS:

A Obra Utopia de Thomas More. Disponível em <https://www.todamateria.com.br/a-obra-utopia-de-thomas-more/>. Acesso em: 11 de jun. 2017.

BAUMAN, Zigmunt. **Comunidades: A Busca por Segurança no Mundo Atual.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAUMAN, Zigmunt. **Confiança e medo nas cidades**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

CALDEIRA, Teresa. (2000). **Cidades de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Edusp, 2011.

Como reconhecer uma distopia. Bruno Vaiano. Disponível em: < http://revistagalileu.globo.com/Cultura/noticia/2016/11/como-reconhecer-uma-distopia.html>. Acesso em 10 de jun. 2017.

DE MELLO, João; NOVAIS, Fernando. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. São Paulo: Unesp, 2009.

DEL RIO, Vicente. **Introdução do desenho urbano no Processo de Planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

Espaços de Paz 2015: cinco cidades, cinco comunidades, vinte coletivos de arquitetura. Disponível em: < http://www.archdaily.com.br/ br/769220/espacos-de-paz-2015-cinco-cidades-cinco-comunidades-vinte-coletivos-de-arquitetura> Acesso em: 16 de jun. 2017.

GHEL, Jan. **Cidade para pessoas**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GHIONE, Roberto. **Transformação social e urbanística de Medellín.** Disponível em < http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.166/5177>. Acesso em: 01 de abr. 2017.

Gustavo Restrepo: "O planejamento urbano requer novos paradigmas". CAU BR. 2016. Disponível em: < http://www.caubr.gov.br/restrepo-o-planejamento-urbano-requer-novos-paradigmas/ >. Acesso: 01 de abr. 2017.

IBGE. **Censo Demográfico 2010 – Aglomerados Subnormais – Informações Territoriais**. 2013

Infrastructure in Nigeria. Disponível em <https://www.hastac.org/blogs/vdouranakis/2015/12/09/infrastructure-nigeria>. Acesso em: 16 de mai. 2017.

JACOBS, Jane, **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 3. Ed. São Paulo: WWF Martins Fontes, 2000.

MADEC, Philippe. **Urbanité et générosité - Aménagement urbain et patrimoine**. Plourin-Lès-Morlaix, Journées de l'Institut Régional du Patrimoine, 1996.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

Prefeitura entrega Praça V totalmente reformada aos moradores da Cohab. Disponível em <http://agenciasaoluis.com.br/noticia/17281/>. Acesso em: 16 de mai. 2017.

REFÉNS da insegurança. O Estado do Maranhão, São Luis, 16, nov. 2015. Cidades 1 e 2, p.10.

RHEINGATZ, Paulo Afonso. **O [controverso] significado de urbanidade**. Grupo de pesquisa Qualidade do Lugar e Paisagem – PorLUGAR. 2011. Disponível em:< http://www.fau.ufrj.br/prolugar/assets/2011-proarq-coloq_pesq-o--controv--signif_urbanidade.pdf >. Acesso em: 03 de abr. 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de, **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

V enanparq
Salvador - 2018

PANORAMA DO ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL: DESAFIOS SOB UMA PERSPECTIVA SISTÊMICA

ARCHITECTURE AND URBANISM TEACHING OVERVIEW IN BRAZIL: A SYSTEMIC PERSTECTIVE

PANORAMA DE LA ENSEÑANZA DE ARQUITECTURA Y URBANISMO EN BRASIL: UNA PERSPECTIVA SISTÉMICA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA.

GONÇALVES, Vanessa Vidal Magalhães
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU/UFU
vanessavidalmg@gmail.com

DAMIS VITAL, Giovanna Teixeira
Doutora pela FAUUSP; Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo e do PPGAU/ UFU
giovannadamis@ufu.br

PANORAMA DO ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA SISTÊMICA

ARCHITECTURE AND URBANISM TEACHING OVERVIEW IN BRAZIL: A SYSTEMIC PERSTECTIVE

PANORAMA DE LA ENSEÑANZA DE ARQUITECTURA Y URBANISMO EN BRASIL: UNA PERSPECTIVA SISTÉMICA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA.

RESUMO:
O presente artigo visa apresentar os fundamentos do ensino de Arquitetura e Urbanismo, no Brasil, a partir de um panorama das principais mudanças no ensino – desde a fundação da Escola de Belas Artes, no Rio de Janeiro, em 1826, até o cenário atual – aprofundando as análises a partir da discussão dos currículos mínimos de 1962 e 1969, e da consolidação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Arquitetura e Urbanismo, em 2006, com o intuito de identificar e analisar os problemas sob uma perspectiva sistêmica. Com esse estudo, busca-se definir indicadores teórico-práticos estruturantes para a construção de princípios pedagógicos sistêmicos aplicados ao curso de Arquitetura e Urbanismo, no Brasil.
PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Arquitetura e Urbanismo; Visão Sistêmica; Pensamento Mecanicista.

ABSTRACT:
The purpose of this study to present the foundations of the teaching overview of Architecture and Urbanism in Brazil - since 1826 with the foundation of the School of Belas-Artes in Rio de Janeiro, until today - deepening the analyzes in the discussion of the minimum curriculum of 1962 and 1969, and in the consolidation of the National Curricular Guidelines for the courses of Architecture and Urbanism, in 2006, with the aim of identifying and analyzing the problems from a systemic perspective. The aim of this study is to define structuring theoretical and practical indicators for the construction of systemic pedagogical principles applied to the Architecture and Urbanism course in Brazil.
KEYWORDS: *Teaching of Architecture and Urbanism; Systemic Vision; Thinking Mechanic.*

RESUMEN:
El propósito de este artículo pretende presentar los fundamentos de la enseñanza de Arquitectura y Urbanismo, en Brasil, a partir de un panorama de los principales cambios en la enseñanza - desde la fundación de la Escuela de Bellas Artes, en Río de Janeiro, en 1826, hasta el escenario actual - profundizando los análisis a partir de la discusión de los currículos mínimos de 1962 y 1969, y de la consolidación de las Directrices Curriculares Nacionales para los cursos de Arquitectura y Urbanismo, en 2006, con el objetivo de identificar y analizar los problemas desde una perspectiva sistémica. Con este estudio, se busca definir indicadores teórico-prácticos estructurantes para la construcción de principios pedagógicos sistémicos aplicados al curso de Arquitectura y Urbanismo, en Brasil
PALABRAS-CLAVE*: Enseñanza de Arquitectura y Urbanismo; Visión Sistémica; Pensamiento mecanicista.*

INTRODUÇÃO

O cenário atual do ensino de Arquitetura e Urbanismo, no Brasil, é resultado de um caminho alicerçado, principalmente, no paradigma reducionista. A trajetória de ensino é científica e, portanto, de uma visão de mundo sociocultural. A compreensão, a visão sobre o que é Arquitetura e Urbanismo condiciona e formata o(s) modelo(s) de ensino nos cursos direcionando a produção espacial e ambiental das cidades brasileiras contemporâneas. E, para 'saber ver a arquitetura' (parafraseando Zevi, 1994), é preciso 'saber ver o mundo', para daí desenvolver e produzir, por meio de processos criativos – sínteses –, arquitetura e cidades.

A partir dessa reflexão, este artigo visa apresentar os fundamentos do ensino de Arquitetura e Urbanismo, no Brasil – o qual têm seu berço nas Escolas de Belas Artes, no Rio de Janeiro, e Politécnica, em São Paulo – e analisar os aspectos que correspondem ao paradigma reducionista e aqueles que se alinham ao sistêmico. Para tanto, são identificadas as principais características de ambos os princípios, tais como: conceitos, valores, dinâmicas e estrutura. E, ainda, visando o refinamento pedagógico, são verificados aqui os elementos teórico-práticos capazes de sustentar uma possível superação dos atuais modelos de ensino de Arquitetura e Urbanismo responsáveis por condicionar o acirramento da problemática socioambiental da cidade contemporânea.

A Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro é fundada a partir dos princípios da *École des Beaux-Arts*, exaltando o ornamento e a estética, o embelezamento das cidades como sinônimo de progresso; Além da formação de profissionais especialistas e premiados por mérito. A Escola Politécnica de São Paulo, também de origem francesa, surge da *École Polytechnique,* que tem como princípio a formação técnica generalista, que estimula, principalmente, a competitividade entre os alunos. Ambos os modelos são reproduzidos e adaptados em diferentes períodos históricos, no Brasil, e cabe ressaltar que os estudos devem aprofundar as análises no ensino de Arquitetura e Urbanismo atual, estabelecido a partir da discussão dos Currículos Mínimos de 1962 e 1969 e a consolidação das Diretrizes Curriculares Nacionais, de 2006.

Como base para esta análise, são consideradas, de um lado, a visão mecanicista e, de outro, a sistêmica. A primeira apoia-se em princípios reducionistas e analíticos, e considera a natureza como se fosse uma máquina a ser dominada pelo homem e da qual deve ser extraído o máximo de recursos em favor dos seres humanos. A segunda compreende a vida a partir da complexidade dos fenômenos, ou seja, a partir do princípio de totalidade, da inter, multi e transdisciplinaridade, do princípio de redes dentro de redes, dentre outros. Entende-se que significativa parte dos processos de degradação do meio ambiente e de enfraquecimento sociocultural, emergentes na contemporaneidade e objetos de estudo dos cursos e da profissão de Arquitetura e Urbanismo, resulta de conduta técnico-científica e profissional ancorada na visão reducionista. Para a compreensão e delimitação do embasamento da análise deste estudo, têm-se as definições do Pensamento Mecanicista e da Visão Sistêmica, a seguir.

O Pensamento Mecanicista

A visão mecanicista se fundamenta principalmente em dois pensadores: René Descartes (1596-1650) e Isaac Newton (1642-1727). Descartes, influenciado pela nova física e pela nova astronomia, cria um sistema de pensamento que se torna a base do pensamento científico moderno, que tem como princípios: A certeza do conhecimento científico; A geometria analítica e o método analítico – que consiste em reduzir

um problema a partes; Divisão entre mente e matéria; A natureza como uma máquina. Apesar de Descartes ter criado a base conceitual para a visão mecanicista, é Newton quem a consolida ao desenvolver uma teoria matemática consistente e utilizá-la para formular leis exatas para todos os corpos, sob a influência da força da gravidade. Com isso, Newton consegue confirmar a visão cartesiana da natureza, e posteriormente ampliar seus estudos até se tornarem a base de todas as ciências. Contudo, o Pensamento Mecanicista não se restringe à Física ou à Matemática, ele atinge as Ciências Biológicas e os estudos da sociedade humana e dos meios de produção, onde a metáfora das organizações humanas como máquinas reflete na busca por uma produção eficaz, ao planejá-la de maneira segmentada em partes ligadas através de linhas de comando claramente definidas. A industrialização da produção exige a divisão de trabalho intensificada e as organizações se tornam cada vez mais parecidas com suas máquinas (CAPRA, 2014).

No campo da Arquitetura e do Urbanismo, um nítido exemplo é o conceito da casa como "máquina de morar" de Le Corbusier (1981). O modelo da máquina é um dos principais orientadores do Movimento Moderno, e – assim como os modelos das Escolas Politécnica e Belas Artes, introduzidos anteriormente – influencia diretamente a construção do ensino de Arquitetura e Urbanismo, no Brasil. De acordo com Vital (2012), o pensamento moderno reflete a visão de mundo racionalista, predominante na sociedade em seu todo:

> (...) Visão pautada na concepção mecanicista, científica e progressista que surge com o Renascimento, desenvolve-se no período Barroco e acirra-se com a Modernidade. O princípio filosófico mecanicista solidifica-se e passa a reger e dominar a consciência coletiva do momento. É uma visão de mundo que entende a vida num sentido análogo ao funcionamento de uma máquina (visão de mundo cartesiana, do período renascentista) e está em sintonia com o princípio reducionista, de domínio da natureza, de adoração pela tecnologia e pela indústria. Baseia-se, ao mesmo tempo, em valores de competição e de domínio, visando ao crescimento, ao progresso e ao enriquecimento. O ser humano, a partir dessa consciência, sela o seu distanciamento e rompimento com os processos naturais e mecaniza, automatiza, massifica gostos, padrões, modas, em praticamente todas as áreas da vida. (VITAL, 2012, p. 44-45)

Além da influência teórica direta do pensamento moderno e dos modelos das Escolas mencionadas, na produção arquitetônica, o Pensamento Mecanicista também influencia na organização da estrutura pedagógica dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, no Brasil, nas relações e no comportamento dos indivíduos, e nos processos projetuais, o que ocasiona uma série de problemáticas tanto no ensino, como na sociedade, no meio ambiente e nas cidades contemporâneas. Este artigo aborda, mais adiante, o que diz respeito à estrutura pedagógica e ao comportamento e relações pessoais. E, para guiar essa análise, são verificados alguns princípios, analisados em cada período de construção desse ensino. Dessa forma, para este artigo, são considerados:

- Conceitos: Reducionismo; Racionalismo; Visão cartesiana; Positivismo; Determinismo; Pensamento moderno; Método analítico; Pensamento auto-afirmativo; Linear;
- Valores: Expansão; Domínio e controle da natureza e das relações humanas; Redução de um problema em partes, como por exemplo, redução dos fenômenos da sociedade ao estudo dos indivíduos; Divisão entre teoria e prática, usuário e espaço; Analogia da máquina; Ênfase na medição, na quantidade; Conhecimento especialista;
- Dinâmicas: Individualismo; Egoísmo; Competição;

- Estrutura: Disciplinas isoladas; Hierarquia de autoridade; Hierarquia de complexidade.

A Visão Sistêmica

Durante as três primeiras décadas do século XX, as reflexões sobre os problemas inerentes à sustentabilidade da vida humana na Terra emergem uma tomada de consciência sobre o comportamento humano, com isso surge uma nova visão de mundo, uma nova percepção fundamentada pelas teorias não-lineares. Entre elas, neste estudo, destacam-se o Pensamento Complexo e o Pensamento Sistêmico. O Pensamento Complexo expressa uma visão de mundo numa ideia de unidade complexa, "que liga o pensamento analítico-reducionista e o pensamento da globalidade" (MORIN, 1990, p. 79, *apud* VITAL, 2012), onde tudo está inter-relacionado e interdependente entre si, em processos de redes dentro de redes. Sobre o Pensamento Sistêmico, Vital (2012) coloca:

> No Pensamento Sistêmico a vida é compreendida como processos sistêmicos, em que uma parte depende da outra, de outra e assim por diante, até configurar a ideia de um todo maior. Analisa qualquer processo por intermédio de relações interdisciplinares, em que tudo influencia tudo, e um depende do outro para poder existir (Capra, 2000).

Ou seja, tudo está relacionado a tudo, levando em conta a totalidade orgânica dos organismos, que se constitui de relações em rede e de processos de interação. Pode-se afirmar, portanto, que a visão sistêmica está alicerçada na transformação de percepção da vida e que essa transformação constitui uma mudança do paradigma mecanicista para o paradigma ecológico – em um processo não linear, a partir da desconstrução de pensamentos e valores –, que passa de uma visão reducionista para uma visão sistêmica e complexa (VITAL, 2012).

A partir da compreensão da visão sistêmica, é possível estabelecer uma conexão com o campo da Arquitetura e do Urbanismo, no Brasil, seja na produção arquitetônica das cidades contemporâneas – onde o Pensamento Sistêmico é colocado como uma nova percepção de mundo condizente com a realidade e as necessidades contemporâneas – ou nas Escolas de Arquitetura e Urbanismo, com novas propostas espaciais, e de estruturas pedagógicas capazes de refletir um ensino de qualidade baseado na inter, multi e transdisciplinaridade, na consciência coletiva, no respeito, na colaboração, nas relações de parceria, e com uma abordagem holística, que, de acordo com Vital (2012), estabelece princípios que:

> (...) modificam a forma de perceber a realidade e, consequentemente, a maneira de inserir-se e relacionar-se num determinado lugar, espaço e universo. Essa maneira de percepção e de inserção no mundo é e encontra-se ancorada em princípios que tem como princípios: a interconectividade, interação, integração, percepção e hierarquia sistêmica, cooperação, equilíbrio (de energia, de fluxos e de movimentos), saúde e bem-estar, dentre outros. É a ecologia permeando a vida. Atribuição, competência e resolução de projeto de arquitetura e urbanismo contemporâneo nascem inseridas nessa e para essa perspectiva.

Sabe-se que o ensino de Arquitetura e Urbanismo, no Brasil, tem sido construído desde a fundação das primeiras Escolas no final do século XIX, sendo assim, sofre inúmeras transformações até o cenário atual. Neste estudo, essa trajetória é analisada com base nos pensamentos apresentados até o momento, e, para guiar essa análise, são verificados alguns princípios do Pensamento Sistêmico, em cada período de construção desse ensino. Dessa forma, para este artigo são considerados:

- Conceitos: Paradigma ecológico; Não-linear; Geometria Fractal; Complexidade dos fenômenos; Totalidade; Pensamento Integrativo; Intuitivo; Síntese; Holístico;
- Valores: Conservação; Cooperação; Ênfase no mapeamento, na qualidade; Parceria; O todo é mais do que a soma das suas partes; Analogia aos organismos vivos; Subjetividade; Consciência coletiva; Respeito; Colaboração;
- Dinâmicas: Interação; Inter-relação; Comunidade; Conectividade;
- Estrutura: Flexível e adaptável; Hierarquia flexível; inter, multi e transdisciplinaridade; Redes dentro de redes, ou seja, a parte está no todo e o todo está presente na parte; Auto-organização.

PANORAMA DO ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL

Para a construção da análise, são considerados os princípios destacados anteriormente, e colocados em paralelo com os acontecimentos históricos. Dessa forma, é possível perceber claramente as correspondências do Pensamento Mecanicista e da Visão Sistêmica com a construção do ensino de Arquitetura e Urbanismo, no Brasil.

De 1808 ao início do século XX

Antes da chegada da Corte no Rio de Janeiro, em 1808, os conhecimentos arquitetônicos são difundidos pelos mestres aos seus discípulos em um processo itinerante, de acordo com a localização das obras. Com o estabelecimento das Corporações de Ofício, o ensino passa a ser realizado a partir da relação de mestre-aprendiz, também de forma prática, e a partir de uma hierarquia estabelecida em que, após o período de formação, os aprendizes são avaliados pelos Juízes de Ofício, e só então auferem o direito de exercer o ofício e instruir até dois aprendizes (PEDREIRINHO, 1994 *apud* SCHLEE *et al*., 2010). Com a chegada da Coroa, a formação dos arquitetos se dá por meio de cursos teórico-práticos ministrados por profissionais habilitados de diferentes lugares da Europa, bem como na Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho – que dá origem a Escola Politécnica (SCHLEE *et. al*., 2010).

Com a presença da Coroa no Brasil, são perceptíveis as mudanças na arquitetura existente, com a necessidade do embelezamento urbano da cidade do Rio de Janeiro. Os modelos europeus passam a ser reproduzidos, principalmente com a chegada da Missão Francesa, em 1816, que tem como objetivo fundar a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios – mesmo não entrando em funcionamento imediatamente, troca várias vezes de nome: 'Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil' e 'Academia de Belas-Artes'. Em 1826, é reorganizada e, finalmente, é aberta com a denominação 'Imperial Academia de Belas-Artes' (SCHLEE *et al*., 2010). Galvão (1954, p.72) comenta sobre a estrutura pedagógica, nesse primeiro momento:

> Pelos Decretos de 1816, 1826 e 1831, o ensino de cada arte seria feito, integralmente, por um só professor. Assim, para o estudo da arquitetura os alunos deveriam provar apenas o conhecimento do desenho do natural e a frequência às aulas de geometria elementar e ótica na Academia Militar [...] O caso é que o mestre Grandjean de Montigny foi professor único de sua arte durante muitos anos, e tendo a seu cargo todo o ensino [formou significativo número de arquitetos]. (*apud* SCHLEE *et al.,* 2010).

Após a proclamação da República, o novo governo inicia a discussão do modelo educacional vigente e então é constituída uma comissão de professores para, novamente, reformar a instituição, a chamada

Reforma Benjamin Constant. Durante as administrações do engenheiro Ernesto Gomes Moreira Maia (1871-1890) e do escultor Rodolfo Bernardeli (1890-1914), a Academia passa a ser chamada Escola Nacional de Belas-Artes (ENBA), várias disciplinas são criadas[1] e um novo edifício sede é construído[2]. Inúmeras ações governamentais colocam a Arquitetura e Urbanismo em evidência, como a construção e inauguração de Belo Horizonte (de 1894 a 1897); a reforma urbana de Pereira Passos no Rio de Janeiro (de 1902 a 1906); o Concurso de fachadas para a Avenida Central – atual Rio Branco, no Rio de Janeiro – (1903); e a publicação da primeira revista brasileira sobre arquitetura, "Architectura no Brasil" (1921). (SCHLEE *et al*., 2010, p.46). Como forma de suprir as necessidades de formação dos arquitetos e urbanistas, são criadas as escolas profissionalizantes, os Liceus de Artes e Ofícios, que objetivam formar ou treinar mão de obra especializada em determinadas áreas (CUNHA, 2000; MANFREDI, 2002 *apud* SCHLEE *et al.,* 2010). As matérias que constituem os cursos são divididas em dois grupos, o de ciências aplicadas e o de artes. (MANFREDI, 2002, p.78 *apud* SCHLEE *et al*., 2010).

A partir da evolução da educação institucionalizada de Arquitetura e Urbanismo no Brasil percebe-se a existência de duas vertentes principais: uma originária da Escola Nacional de Belas-Artes, no Rio de Janeiro; e outra da Escola Politécnica, em São Paulo, fundada em 1894 (MOTTA, 1977 *apud* SCHLEE *et al*., 2010). Na Escola Politécnica de São Paulo, sua estrutura didática é organizada em dois momentos: o do curso fundamental e o dos cursos especiais. Assim, a Arquitetura passa a ser uma das opções à disposição dos alunos. "Diferentemente de Paris ou Rio de Janeiro, onde os arquitetos eram formados em uma escola integrada ao ensino artístico, em São Paulo a arquitetura é estudada como uma das especialidades da Engenharia" (FICHER, 2005 *apud* SCHLEE *et al*., 2010).

No âmbito das organizações sociais, na Escola Politécnica, a cidade e suas edificações são tratadas de maneira racional. Formando engenheiros-arquitetos preparados para projetar e construir edificações, os colegas engenheiros civis, por sua vez, são encarregados de projetar e construir obras de engenharia. Essa divisão, embora bem definida durante a formação, não é observada na prática até o advento das legislações de controle do exercício profissional (FICHER, 1989 p.26). Em seu livro, Ficher (1989) apresenta o relato de um dos ex-alunos da Escola Politécnica de São Paulo, Archimedes de Barros Pimentel, onde é possível identificar de que forma se dá o ensino e a prática profissional naquele momento:

> (...) 'Nós éramos formados para sermos bons construtores de arquitetura' (Pimentel, 1986, p.3). 'Depois, na vida prática fiz as duas coisas, arquitetura e engenharia, mas comecei trabalhando dentro daquilo que nós achávamos ser a finalidade principal para a qual o engenheiro-arquiteto se formava: a construção... Eu era construtor: projetava e construía' (p.5). E assim definiu os limites de uma e outra: 'Arquitetura – a construção como se diz hoje – era como chamávamos a construção de casas e de prédios; a engenharia civil era parte de saneamento e de pavimentação' (p.9). Ao descrever sua atividade profissional, detalhou: 'Fiz várias obras de engenharia civil, como por exemplo, o levantamento de todo o rio Tocantins... Fiz barragens, mas viadutos e pontes foram das coisas que não construí' (p.12).

[1] Disciplinas criadas: Desenho geométrico (1855) – Desenho geométrico, plantas e desenho topográfico (1890) – Desenho geométrico, noções de topografia e desenho topográfico (1901) – Desenho geométrico, exercício de aguadas e de topografia (1911) – Desenho geométrico e aguadas (1915). (SCHLEE *et al.,* 2010)

[2] Em 1908, projetado pelo arquiteto Adolpho Morales de Los Rios, formado pela Escola de Belas-Artes de Paris. (SCHLEE *et al.,* 2010)

Nesse primeiro período do ensino de Arquitetura e Urbanismo, no Brasil, existem as Escolas Politécnica e de Belas Artes e os Liceus de Artes e Ofícios. Até o momento, podem-se verificar correspondências com o Pensamento Mecanicista e destacar, entre outros, os seguintes princípios: da hierarquia estabelecida entre o mestre e seus aprendizes; o domínio e o controle da natureza, com a transformação da paisagem das cidades; A estrutura pedagógica da ENBA com o acréscimo das disciplinas de desenho e geometria, isoladas das outras disciplinas; assim como nos Liceus de Artes e Ofício, com dois grupos de conhecimento distintos e sua formação de mão de obra especializada; e, também, a arquitetura estudada como uma das especialidades da Engenharia na Escola Politécnica corrobora a construção de um ensino analítico no campo da Arquitetura, naquele momento.

Primeira metade do século XX

A primeira metade do século XX é marcada por acontecimentos significativos para a definição dos rumos do ensino: Na ENBA, durante a administração de Lúcio Costa, em 1930, reestrutura-se o ensino[3], aos moldes da ideologia do Movimento Moderno[4]; A vinda de Le Corbusier ao Brasil para a elaboração do projeto do Edifício do Ministério da Educação e Saúde, em 1936, também reforça a tendência ao 'estilo internacional', que logo são incorporados ao repertório dos novos arquitetos brasileiros, e consequentemente nas escolas.

Segundo Amaral (2008), o ensino da ENBA propende à formação de "arquitetos geniais", exaltando a autoria do projeto como o seu principal diferencial. Além disso, os alunos são estimulados ao individualismo e à concorrência, como comenta Frederico George (1964):

> [...] é importante sublinhar desde já os seus dois principais defeitos: por um lado, estimula-se a criação individual em regime de competição, fomentando hábitos de trabalho dificilmente compatíveis com a organização de equipes que a profissão hoje tantas vezes requer; por outro lado, reduz-se o tempo efectivo de instrução a quatro anos, após os quais os contactos escolares entre os professores e os alunos se reduzem praticamente à classificação pelos primeiros dos trabalhos apresentados a concurso pelos segundos (*apud* AMARAL, 2008).

A partir de 1940, são criadas as escolas especializadas de arquitetura ou engenharia – Escola de Arquitetura de Belo Horizonte (1930); Faculdade Nacional de Arquitetura no Rio de Janeiro (1945); Faculdade de Arquitetura Mackenzie (1947); Faculdade de Arquitetura e Urbanismo FAU-USP (1948) –, as de São Paulo, oriundas da vertente Politécnica, e as demais, com exceção da de Belo Horizonte, nascem contíguas à tradição Belas Artes (VIDIGAL, 2004).

[3] Sua nova estrutura contava com disciplinas como: I) Matemática Superior; II) Geometria Descritiva; III) Elementos de Construção; IV) Arquitetura Analítica 1 e 2; V) Desenho 1 e 2; VI) Modelagem 1 e 2; VII) Resistência dos Materiais 1 e 2; VIII) Sistemas e Detalhes de Construção 1 e 2; IX) Materiais de Construção; X)História da Belas-Artes; XI)Artes Aplicadas 1 e 2; XII) Teoria da Arquitetura 1 e 2; XIII) Composição de Arquitetura – divididos em 3 graus de complexidade –; XIV) Física Aplicada às Construções; XV) Estilo; XVI) Urbanismo; XVII) Topografia – Arquitetura Paisagista; XVIII) Legislação das Construções. (SCHLEE *et al.,* 2010)

[4] Para tanto, suprimiu conteúdos, como os de história natural; adotou uma orientação modernista em detrimento da academicista; criou novas disciplinas; e afastou professores, contratando outros como Gregori Warchavick, Atílio Correia Lima, Alexander Buddeus, Emílio Baumbart e Affonso Eduardo Reidy. (SCHLEE *et al.,* 2010)

Esse período reforça a correlação com os princípios racionalistas: com as disciplinas da nova estrutura curricular do curso da ENBA estabelecida por Lúcio Costa, e seus conceitos claros reducionista, analítico e linear, com disciplinas isoladas e hierarquia de complexidade pré-estabelecida; Além disso, o Movimento Moderno como fator determinante da produção arquitetônica naquele momento, também difunde os ideais funcionalistas da analogia da máquina; O estímulo ao individualismo e a concorrência na ENBA; Por fim, as novas escolas criadas nesse período também são influenciadas por esses princípios.

Década de 1960

Após a construção de Brasília, em 1960, o curso de Arquitetura da UnB entra em funcionamento em fevereiro de 1962, e tem como seu primeiro coordenador Oscar Niemeyer, com um currículo que preserva a integração entre teoria e prática[5], estruturado em três "troncos": teoria, composição e tecnologia. No mesmo ano, também é elaborado o Currículo Mínimo, resultado de debates frequentes sobre os rumos do ensino, e institui os aspectos mínimos necessários para a formação do arquiteto e urbanista. Preocupando-se em não reproduzir o modelo que pretendia superar, apontando para uma visão de formação generalista, única do arquiteto e urbanista. Para alcançar seu objetivo, o Currículo Mínimo de 1962[6], busca impedir a "fragmentação" da formação do profissional em áreas especializadas e defende o aprimoramento e o preparo do arquiteto em setores específicos por meio de atividades complementares (SCHLEE *et al*., 2010).

As discussões acerca do currículo mínimo percorrem o cenário da Reforma Universitária dos governos militares, sendo reformulado, em 1969, a partir do entendimento de núcleos de matérias, considerando o mínimo indispensável para adequada formação profissional (SCHLEE *et al*., 2010). A figura 1 apresenta o conteúdo do Currículo Mínimo de 1969, onde é possível perceber a exclusão de conteúdos como: Geometria Descritiva, Legislação e Prática Profissional e Deontologia, Evolução Urbana, Composição Arquitetônica, de Interiores e de Exteriores. Dessa forma, o conteúdo mínimo passa a ser voltado para uma formação para Arquitetos, com pouco (ou nenhum) conteúdo relacionado ao Urbanismo.

Ao final da década de 1960, é possível identificar uma tentativa de aproximação com a Visão Sistêmica, com o Currículo Mínimo de 1962, com a integração entre teoria e prática, e na formação não-fragmentada em áreas especializadas, mais voltada para a compreensão do todo. Porém, o que se percebe no Currículo Mínimo de 1969 e uma reprodução e adaptação de modelos anteriores das Escolas de Belas Artes e Politécnicas.

[5] Os trabalhos desenvolvidos pelos professores e alunos, na maioria das vezes, implicavam em projetar e executar as edificações para a Cidade Universitária, ou para outros órgãos governamentais (SCHLEE *et al*., 2010).

[6] Os conteúdos mínimos estabelecidos são: 1) Cálculo; 2) Física Aplicada; 3) Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções; 4) Desenho e Plástica; 5) Geometria Descritiva; 6) Materiais de Construção; 7) Técnica de Construção; 8) História da Arquitetura e da Arte; 9) Teoria da Arquitetura; 10) Estudos Sociais e Econômicos; 11) Sistemas Estruturais; 12) Legislação, Prática Profissional e Deontologia; 13) Evolução Urbana; 14) Composição Arquitetônica, de Interiores e de Exteriores; 15) Planejamento.

Matérias Básicas	1. Estética, História das Artes e, especialmente, da Arquitetura
	2. Matemática
	3. Física
	4. Estudos Sociais
	5. Desenho e Outros Meios de Expressão
	6. Plástica
Matérias Profissionais	1. Teoria da Arquitetura, Arquitetura Brasileira
	2. Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções
	3. Matérias de Construção, Detalhes e Técnicas da Construção
	4. Sistemas Estruturais
	5. Instalações e Equipamentos
	6. Higiene da Habitação
	7. Planejamento Arquitetônico

Figura 1: Quadro dos Conteúdos mínimos a serem observados na organização dos cursos de Arquitetura (1969), Resolução CFE nº3, de 23 de Junho de 1969. Fonte: Schlee *et al.*, 2010.

Décadas de 1970 a 2010

No início dos anos 70, as preocupações com o ensino transcendem o âmbito da universidade, de acordo com Schlee (2010), sente-se a necessidade da integração entre a universidade e a sociedade:

> A busca por uma maior integração entre a universidade e a sociedade, além de constituir um dos principais pontos de interesse de docentes e estudantes no interior dos cursos existentes, comparecia de maneira constante nos diversos eventos da comunidade profissional (...). A partir dos anos 70 vai sendo confirmada, no meio acadêmico e profissional, uma reversão de expectativas quanto à continuidade das atividades da Arquitetura e do Urbanismo nos moldes conhecidos pelos integrantes do movimento moderno, quando a presença simbólica da Arquitetura e Urbanismo, potencializada em grande parte pela aproximação em vários níveis com o Estado, identificava-se com um projeto de modernização do país (p. 74).

O ensino de Arquitetura e Urbanismo nesse período é resultado de um movimento vigoroso na busca da afirmação de uma concepção de ensino e formação profissional adequada e na luta pelo estabelecimento de uma concepção própria da educação escolarizada do arquiteto e urbanista, capaz de resgatar e atualizar os fundamentos históricos da profissão (SCHLEE *et al*., 2010). Entre outras discussões nesse período, em 1994, destaca-se a elaboração das novas diretrizes curriculares, mas que em 1996, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira[7] (LDB), ficam extintos os currículos mínimos e são instituídas as diretrizes curriculares.

[7] Legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil (da educação básica ao ensino superior). Reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal. Estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Apresenta o princípio da flexibilidade e da autonomia confere às escolas a responsabilidade de formular e implementar a organização escolar, estimulando o aparecimento de novas identidades educativas de acordo com suas propostas pedagógicas (LDB, 1996)

Desse modo, em 1997, inicia-se o processo de definição das novas diretrizes curriculares dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, elaborado por um Grupo de Trabalho – composto pelo CONFEA[8] em conjunto com a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA) e a Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA) – que encaminha a proposta ao Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovada em 2 de fevereiro de 2006 por meio da Resolução CNE/CES nº 6/2006. Após algumas alterações na caracterização e definição do Trabalho de Conclusão de Curso[9], é novamente aprovada em 17 de junho de 2010, por meio da Resolução CNE/CES nº 2/2010, vigente no momento. (SCHLEE *et al*., 2010).

Entre os anos de 1970 a 2010, percebe-se um indício de mudança de pensamento, indicando uma abertura para a Visão Sistêmica, principalmente com a necessidade de integração entre teoria e prática, e entre universidade e sociedade, não percebida nos modelos das Escolas tradicionais. Porém, mesmo com as Diretrizes Curriculares exercendo o papel de orientar a elaboração de Projetos Pedagógicos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, ainda cabe às Instituições de Ensino Superior garantir a qualidade do ensino e a formação do profissional com o perfil esperado:

> Parágrafo único. O projeto pedagógico deverá demonstrar claramente como o conjunto das atividades previstas garantirá o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas, tendo em vista o perfil desejado, e garantindo a coexistência de relações entre teoria e prática, como forma de fortalecer o conjunto dos elementos fundamentais para a aquisição de conhecimentos e habilidades necessários à concepção e à prática do egresso. (CNE, 2010).

As Diretrizes Curriculares de 2010

Em seu artigo 3º das Diretrizes Curriculares do Curso de Arquitetura e Urbanismo (CNE, 2010), o PPC deve apresentar claramente a concepção do curso, seu currículo pleno e sua operacionalização, incluindo entre outros aspectos, alguns relativos às formas de realização da interdisciplinaridade:

> I - objetivos gerais do curso, contextualizado às suas inserções institucional, política, geográfica e social; II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso; III - formas de realização da **interdisciplinaridade**; IV - modos de **integração entre teoria e prática**; V - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem; VI - modos da **integração entre graduação e pós-graduação**, quando houver; VII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica; VIII - regulamentação das atividades relacionadas com o Trabalho de Curso, em diferentes modalidades, atendendo às normas da instituição; IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado em diferentes formas e condições de realização, observados seus respectivos regulamentos; e X - concepção e composição das atividades complementares. (CNE, 2010, p. 1, grifo nosso)

[8] No ano da discussão, a profissão de arquiteto e urbanista fazia parte do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, hoje, o CONFEA é o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

[9] A principal alteração das Diretrizes Curriculares de 2006 para 2010 é no artigo 9º, onde deixa de existir o item: "c) avaliação por uma comissão que inclui, obrigatoriamente, a participação de arquiteto(s) e urbanista(s) não pertencente(s) à própria instituição de ensino, cabendo ao examinando a defesa do mesmo perante essa comissão." (CNE, 2006).

Assim, pode-se afirmar que a interdisciplinaridade supera segmentação entre os núcleos de conhecimento, questionando a visão compartimentada dos conteúdos, sobre a qual a escola vem historicamente se constituindo, baseada no Pensamento Mecanicista. Além disso, entende-se que a compreensão dessa interdisciplinaridade deve transcender a dimensão curricular e atender às múltiplas dimensões do ser humano e das duas inter-relações entre o outro, a comunidade e o cosmos. A indicação desse pensamento está presente no Artigo 4º das Diretrizes Curriculares (CNE, 2010), ao estabelecer que a proposta pedagógica deva:

> O curso de Arquitetura e Urbanismo deverá ensejar condições para que o futuro egresso tenha como perfil: I - sólida formação de profissional generalista; II - aptidão de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, organização e construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação e o paisagismo; III - conservação e valorização do patrimônio construído; IV - proteção do equilíbrio do ambiente natural e utilização racional dos recursos disponíveis (p.2).

Os Artigos mencionados validam a tentativa de mudança do Pensamento Mecanicista para a Visão Sistêmica, mas tem-se consciência de que essa mudança é um processo gradual e não-linear, por isso ainda são mantidos conceitos racionalistas que estão enraizados na sociedade e, consequentemente, na construção do ensino de Arquitetura e Urbanismo, no Brasil. Sendo assim, pode-se considerar um grande passo para a constituição de uma nova perspectiva de ensino, uma vez que alcançada a interdisciplinaridade e as integrações propostas nas Diretrizes Curriculares.

Além da interdisciplinaridade, Conserva (2014) enfatiza a transdisciplinaridade como educação que transcende os limites entre disciplinas, indo além e através destas, buscando a intercomunicação tratando de um tema/objetivo/problema comum. Sugere ainda o desenvolvimento de projetos pedagógicos dinâmicos com vista à articulação do conhecimento escolar sistematizado, conectando a escola aos problemas sociais.

Segundo Gadotti (1996, p. 19):

> A ação pedagógica através da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade aponta para a construção de uma escola participativa e decisiva na formação do sujeito social. O educador, sujeito de sua ação pedagógica, é capaz de elaborar programas e métodos de ensinoaprendizagem, sendo competente para inserir a sua escola numa comunidade. O objetivo fundamental da interdisciplinaridade é experimentar a vivência de uma realidade global que se inscreve nas experiências cotidianas do aluno, do professor e do povo e que, na escola tradicional, é compartimentizada e fragmentada. (*apud* CONSERVA, 2014)

Assim, entende-se que a escola de Arquitetura e Urbanismo deve estar inserida na realidade da comunidade em que se encontra, na busca da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, por meio da convergência dos saberes e na construção coletiva do conhecimento. Além disso, compreender a amplitude dessa realidade, a complexidade dos fenômenos e a interconectividade da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise paralela ao panorama do ensino de Arquitetura e Urbanismo, no Brasil, demonstra os fortes princípios que correspondem à Visão Mecanicista arraigados na construção desse ensino. Porém, também verifica, com as Diretrizes Curriculares, essa busca pela mudança de paradigma, lançando o olhar para a Visão Sistêmica. Sendo assim, o cenário que se almeja com o lançamento desse estudo, é otimista em relação ao desenvolvimento de um ensino totalmente convergente ao paradigma ecológico, não-linear, complexo, e holístico, que seja capaz estabelecer relações de conservação, colaboração e cooperação, a partir da consciência coletiva.

Para que esse cenário seja possível, são definidos a seguir, indicadores teórico-práticos estruturantes para a construção de princípios pedagógicos sistêmicos aplicados ao curso de Arquitetura e Urbanismo, no Brasil, capazes de superar os atuais modelos de ensino de Arquitetura e Urbanismo responsáveis por condicionar o acirramento da problemática socioambiental da cidade contemporânea. Os indicadores são definidos de acordo com a estrutura dos Projetos Pedagógicos de Curso estabelecidos nas Diretrizes Curriculares (CNE, 2010), mas aqui desenvolvidos à luz da Visão Sistêmica no ensino:

- Princípios e Fundamentos: Indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; Orientação humanista e preparação para o exercício pleno da cidadania; Flexibilidade curricular, autonomia e auto-organização; Ênfase na síntese, na inter, multi e transdisciplinaridade; Compreensão da complexidade dos fenômenos; Democracia e desenvolvimento científico, tecnológico e socioeconômico sustentável do país; Defesa dos direitos humanos, da paz e de preservação do meio ambiente.

- Caracterização do Egresso: Arquitetos e urbanistas com formação holística; aptidão de compreender e colaborar para a melhoria do bem estar dos indivíduos, grupos sociais e comunidade, abordando de maneira sistêmica as relações entre arquitetura, urbanismo e paisagismo, e dessas com o meio ambiente; conservação e valorização do patrimônio construído; proteção do equilíbrio do ambiente natural e utilização consciente dos recursos disponíveis.

- Objetivos do Curso: Formar profissionais dotados de postura crítica; capacidade criativa; autonomia intelectual; consciência coletiva, ecológica e ética; além de responsabilidade social e respeito, para atuar na função de arquiteto urbanista na sociedade contemporânea.

- Estrutura Curricular: Conteúdos Inter, multi e transdisciplinares; considerando a conexão entre teoria e prática, a partir do princípio de redes dentro de redes, de forma que ‘a teoria está na prática e a prática está presente na teoria’.

- Estrutura do Espaço Físico: Utilização de formas que correspondem à estrutura do Projeto Pedagógico; Priorização dos espaços flexíveis, a fim de acolher atividades de ensino, pesquisa, seminários de ensino e oficinas criação em diferentes formatos.

É evidente a necessidade da aplicação efetiva desses aspectos para que seja alcançado o cenário proposto, além disso, é inevitável uma profunda transformação em todas as instituições acadêmicas, bem como na sociedade, para que essa nova visão de ensino de Arquitetura e Urbanismo seja estabelecida.

REFERÊNCIAS:

AMARAL, Cláudio Silveira. "O ensino do projeto nos cursos de arquitetura". **Vitruvius, 101.05 - ano 09, out., 2008**. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.101/104>. Acesso em: 16 de maio de 2018.

CAPRA, Fritjof; LUISI, Pier Luigi. **A Visão Sistêmica da Vida: Uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas.** Tradução Mayra Teruya Eichemberg, Newton Roberval Eichemberg. – São Paulo: Cultrix, 2014.

CNE - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº06 de 02 de Fev. de 2006**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Câmara de Educação Superior: Brasília. 2006.

CNE - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 2 de 17 de Jun. de 2010**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Câmara de Educação Superior: Brasília. 2010.

CONSERVA, Cátia dos Santos. **O arquiteto em formação na era do desenvolvimento sustentável:** os novos paradigmas da educação ambiental no ensino da arquitetura e urbanismo. 1ª edição: Duque de Caxias: Espaço Científico Livre Projetos Editoriais, 2014.

COURBUSIER, Le. **Por uma Arquitetura**. 3ª ed: São Paulo: Perspectiva, 1981.

LIMA NETO, João de Paula. **O ensino de arquitetura como agente transformador da prática profissional.** 192f.:il. Orientadora: Maria Lúcia Malard. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2007.

MAHFUZ, Edson da Cunha. **Ensaio sobre a razão compositiva: Uma investigação sobre a natureza das relações entre as partes e o todo na composição arquitetônica.** Viçosa: UFV/ Belo Horizonte: AP Cultural, 1995.

SANTOS Jr., Wilson Ribeiro dos. **O currículo mínimo no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: 1969-1994**. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SCHLEE, Andrey Rosenthal (org.); SANTOS JUNIOR, Wilson Ribeiro; COSTA, Fernando José de Medeiros; GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya; OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de; MARAGNO, Gogliardo Vieira. **Trajetória e estado da arte da formação em Engenharia, Arquitetura e Agronomia**. **Volume X: Arquitetura e Urbanismo**. 1a. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e CONFEA, 2010. v. X. 188p.

VIDIGAL, Emerson José. **Um estudo sobre o ensino de projeto de arquitetura em Curitiba**. 2004. 151 fls. Dissertação (Mestrado, Estruturas Ambientais Urbanas) - Universidade de São Paulo, 2004.

VITAL, Giovanna Teixeira Damis. **Projeto sustentável para a cidade: o caso de Uberlândia**. Tese (doutorado – área de concentração: Projeto de Arquitetura) – FAUUSP. Orientadora: Maria de Assunção Ribeiro Franco. São Paulo, 2012.

ZEVI, Bruno. **Saber ver arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

V enanparq
Salvador - 2018

PERCURSOS ERRANTES: APREENSÃO DO ESPAÇO DA CIDADE A PARTIR DA DERIVA

WANDERING PATHS: APPREHENSION OF THE CITY SPACE FROM THE DRIFT

CAMINOS ERRANTES: APREHENSIÓN DEL ESPACIO DE LA CIUDAD DESDE LA DERIVA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

AMARAL, Marina
Graduada em Arquitetura e Urbanismo FAU UFRJ
amaralmarina@ufrj.br

ZONNO, Fabiola do Valle
Doutora em História Social da Cultura; Professora PROARQ FAU UFRJ
fabiolazonno@fau.ufrj.br

PERCURSOS ERRANTES: APREENSÃO DO ESPAÇO DA CIDADE A PARTIR DA DERIVA

WANDERING PATHS: APPREHENSION OF THE CITY SPACE FROM THE DRIFT

CAMINOS ERRANTES: APREHENSIÓN DEL ESPACIO DE LA CIUDAD DESDE LA DERIVA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Na metade do século XX o movimento Situacionista (IS) se dedicou a estudar a experiência proporcionada pela caminhada e seu efeito quanto à formação de lugares e ressignificação dos espaços da cidade. O pensamento exposto por este grupo, em especial o conceito de deriva, é revisitado na contemporaneidade por autores do campo da arquitetura e do urbanismo que se dedicam à refletir sobre o papel da caminhada nas cidades atuais. O pensamento crítico exposto pela IS se mostra ainda pertinente às cidades contemporâneas e muitas de suas propostas são reinterpretadas.
A experiência do lugar advinda da caminhada como deriva é capaz de revelar dimensões da paisagem urbana que vão além do espaço construído e pertencem à esfera do vivenciado. O reconhecimento e o desejo de explorar a paisagem em sua multidimensionalidade tornou necessária a investigação de formas de representação capazes de traduzir aspectos subjetivos para uma linguagem inteligível, por aqueles que se dedicaram a esta questão. O mapa e a planta-baixa tradicionalmente utilizados no exercício prático da arquitetura e do urbanismo não são instrumentos suficientes para ilustrar todas as relações complexas advindas da experiência como método de apreensão espacial.
Este estudo tem como objeto as possibilidades de mapear, representar estas experiências de deriva, e reconhece estas produções, em que a subjetividade está envolvida, como ações, criações, escritas do sítio potencialmente poéticas. Assim, é parte deste trabalho compreender como apreender, representar e interpretar situações que despertaram especial interesse durante a caminhada.
PALAVRAS-CHAVE: deriva; caminhada; psicogeografia; site-writing; cartografia afetiva.

ABSTRACT:
In the middle of the twentieth century the Situationist movement (SI) dedicated itself to study the experience of the walk and its effect on the formation of places and resignification of the spaces of the city. The thought presented by this group, especially the concept of drift, is revisited in the contemporary times by authors of the field of architecture and urbanism who are dedicated to reflect on the role of the walk in the present cities. The critical thinking exposed by SI is still relevant to contemporary cities and many of its proposals are reinterpreted.
The experience of the place derived from the walk as a drift is capable of revealing dimensions of the urban landscape that go beyond the constructed space and belong to the sphere of the experienced. The recognition and the desire to explore the landscape in its multidimensionality made it necessary to investigate forms of representation capable of translating subjective aspects into an intelligible language by those who dedicated themselves to this question. The map and blueprint traditionally used in the practical exercise of architecture and urbanism are not sufficient tools to illustrate all the complex relationships arising from experience as a method of spatial apprehension.
This study has as its object the possibilities of mapping, representing these drift experiences, and recognizes these productions, in which subjectivity is involved, as actions, creations, potentially poetic site writings. Thus, it is part of this work to understand how to apprehend, represent and interpret situations that aroused special interest during the walk.
KEYWORDS: *drift; walking; psychogeography; site-writing; affective mapping.*

RESUMEN:
En la mitad del siglo XX el movimiento Situacionista (IS) se dedicó a estudiar la experiencia proporcionada por la caminata y su efecto en la formación de lugares y resignificación de los espacios de la ciudad. El pensamiento expuesto por este grupo, en especial el concepto de deriva, es revisitado en la contemporaneidad por autores del campo de la arquitectura y del urbanismo que se dedican a reflexionar sobre el papel de la caminata en las ciudades actuales. El pensamiento crítico expuesto por la IS se muestra todavía pertinente a las ciudades contemporáneas y muchas de sus propuestas son reinterpretadas.
La experiencia del lugar proveniente de la caminata como deriva es capaz de revelar dimensiones del paisaje urbano que van más allá del espacio construido y pertenecen a la esfera de lo vivenciado. El reconocimiento y el deseo de explorar el paisaje en su multidimensionalidad hizo necesaria la investigación de formas de representación capaces de traducir aspectos subjetivos a un lenguaje inteligible por aquellos que se dedicaron a esta cuestión. El mapa y la planta baja tradicionalmente utilizados en el ejercicio práctico de la arquitectura y del urbanismo no son instrumentos suficientes para ilustrar todas las complejas relaciones provenientes de la experiencia como método de aprehensión espacial.
Este estudio tiene como objeto las posibilidades de mapear, representar estas experiencias de deriva, y reconoce estas producciones, en que la subjetividad está involucrada, como acciones, creaciones, escritas del sitio potencialmente poéticas. Así, es parte de este trabajo comprender cómo aprehender, representar e interpretar situaciones que despertaron especial interés durante la caminata.
PALABRAS-CLAVE*: deriva; caminar; psicogeografía; site-writing; cartografía afectiva.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo investiga a ação de caminhar enquanto deriva e sua relevância como modo de apreensão do espaço - reconhecido como apropriação das pessoas e portanto, um "espaço vivido" (LEFEBVRE, 1974) - e assim busca refletir sobre o papel do arquiteto-urbanista enquanto profissional que atua diretamente na cidade. O ato de caminhar permite a experiência do lugar, revelando inúmeras dimensões da paisagem urbana a serem reconhecidas a partir do corpo, numa relação em que a subjetividade (e a intersubjetividade) são fundamentais.

Nesta investigação importam não só os elementos construídos e seus interstícios, mas outras dimensões como, por exemplo, a paisagem sonora e ainda mais importante os outros e seu modo de vivências, se apropriar dos espaços.

A deriva como estratégia de apreensão do espaço, foi aplicada em um área da cidade a ser estudada – o bairro de São Cristóvão na cidade do Rio de Janeiro. A realização da experiência busca reconhecer a caminhada errática como um instrumento útil ao arquiteto-urbanista que o possibilite reconhecer dimensões não naturalizadas da paisagem.

Os objetivos deste estudo podem ser divididos em três eixos: investigar, experimentar e criar.

Investigar a produção dos situacionistas, metodologias de apreensão do espaço que partem da caminhada como deriva e meios de representação utilizados por arquitetos, urbanistas e designers nos dias atuais que traduzam diferentes dimensões da paisagem, também além dos objetos construídos.

Experimentar a caminhada como um modo de perceber e explorar o espaço poeticamente (a partir do caso a ser investigado) e explorar meios de representação que sejam capazes de traduzir a experiência da deriva.

Criar cartografias, modos de escrita poética do sítio, que auxiliem na leitura do espaço vivido a partir dos meios de representação experimentados para traduzir aspectos singulares do lugar ressaltados durante a experiência em campo. Por fim, avaliar as estratégias e os meios de representação/escrita experimentados, reconhecendo quais são suas contribuições para a prática da arquitetura e do urbanismo.

METODOLOGIA

A metodologia traçada reconhece os três eixos principais que estruturam o estudo, de acordo com seus objetivos: investigação, experimentação e criação. Assim como o próprio tema, o processo de produção é errático e, embora exista certa ordem de abordagem, os três eixos a cima apresentados seguem em paralelo se cruzando e trocando informações diversas vezes.

O processo de investigação teórica é de extrema importância para o desenvolvimento do trabalho e, portanto, constituiu o seu primeiro passo. Para tanto fez-se necessária a aproximação da literatura e revisão bibliográfica do tema. Visando o aprofundamento das questões levantadas pelos situacionistas, que constituem o ponto de partida deste estudo, fazem parte da pesquisa o contexto histórico em que estão inseridos, o reconhecimento de seus principais conceitos e das práticas e instrumentos adotados pelo movimento como estratégia de apreensão do espaço, em especial, a deriva.

Num segundo momento foi feito o estudo do desdobramento dos pensamentos situacionistas por outros autores nos dias atuais - especialmente Francesco Careri e Paola Berenstein Jacques. Levando em consideração suas críticas e adaptações sobre os assuntos abordados para o reconhecimento da prática da deriva como método de apreensão do espaço da cidade. Esta pesquisa resultou numa seleção de práticas e instrumentos a serem experimentados.

Também foram alvo de investigação meios e técnicas de representação que vêm sendo utilizados na contemporaneidade por designers, arquitetos e urbanistas para a tradução do espaço a partir do reconhecimento de camadas da paisagem além do ambiente construído.

Em seguida, foi feita a exploração de uma área da cidade. A aplicação da metodologia em campo foi materializada por diversos meios que foram experimentados, visando abranger dimensões da paisagem que as formas de representação tradicionais não contemplam.

Os instrumentos produzidos sobre a leitura do espaço serviram de base para a confecção de uma cartografia do lugar a partir da experiência.

Por fim, foi feita uma análise crítica das estratégias estudadas e experimentadas a fim de reconhecer sua relevância e contribuição para a prática do arquiteto-urbanista.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Internacional Situacionista (IS)

A experiência proporcionada pela ação de caminhar e seu efeito quanto à ressignificação dos espaços da cidade é alvo de estudos significativos na metade do século XX com o Movimento Situacionista, que trouxe importantes questões para a discussão sobre a cidade modernista.

A Internacional Situacionista ou IS, como foram chamados, surgiu da reunião de alguns grupos que exploravam e questionavam a arte e sua relação com a arquitetura, a cidade e a vida no contexto da década de 1950. Contrários a ideia de separação das áreas do saber e defensores de uma maior integração das disciplinas, suas propostas não possuíam o intuito de se impor como modelo, mas apresentavam-se como uma postura crítica ao pensamento isolado sobre a cidade de sociólogos, artistas e arquitetos-urbanistas.

Na escala da cidade, uma das mais importantes propostas formuladas pelos situacionistas foi o “urbanismo unitário”, que consistia numa crítica à produção de cidade como ideia de segregação de funções estabelecida pela Carta de Atenas. A prática de experiências efêmeras, dentre as quais a deriva configura-se como a principal, era a estratégia base utilizada para a compreensão do espaço urbano.

Como é explicado por Guy-Ernest Debord em “Teoria da deriva” (1956), a deriva é um caminhar sem percurso pré-determinado ou objetivo fixo. Faz parte deste método deixar-se levar pelas aptidões encontradas no espaço, fazendo com que a sensibilidade do indivíduo que deriva seja o seu próprio guia. De certa forma, a exploração da paisagem passa a ser uma experiência lúdica e está aberta ao inesperado, reconhecendo os atrativos sensoriais que seu relevo apresenta.

> O conceito de deriva está indissoluvelmente ligado ao reconhecimento de efeitos de natureza psicogeográfica e à afirmação de um comportamento lúdico-construtivo, o que o torna absolutamente oposto às tradicionais noções de viagem e de passeio.
>
> Uma ou várias pessoas que se dediquem à deriva estão rejeitando, por um período mais ou menos longo, os motivos de se deslocar e agir que costumam ter com os amigos, no trabalho e no lazer, para entregar-se às solicitações do terreno e das pessoas que venham a encontrar. (Debord, 2003c, p.87)

O reconhecimento dos efeitos "psicogeográficos" proporcionados pelo ambiente e sua apreensão enquanto dado analítico são os responsáveis por caracterizar o procedimento da deriva como diferente de um passeio em seu sentido tradicionalmente conhecido. A psicogeografia busca incluir os efeitos psíquicos do indivíduo para além do que a geografia física do local reconhece e assim é um meio de constatação de outras dimensões da paisagem. Sua apreensão só é possível através da vivência pessoal-corporal no campo de estudo, que neste caso é a cidade. Desta forma, é possível compreender o papel central que a experiência possui no desenvolvimento dos procedimentos situacionistas.

A quadra ou um conjunto de quadras são entendidas como um conjunto arquitetônico que compõe uma ambiência e por isso recebem a denominação de "unidade de ambiência" ou "unidade de atmosfera". Tais expressões revelam a preocupação sobre como o espaço afeta seus habitantes, que na visão situacionista deveria ser a inquietação maior do arquiteto-urbanista ao projetar. Como sugere o próprio título do movimento, a "construção de situações" é um princípio central, constituindo-se justamente pela proposição de ambiências efêmeras e em constante transformação. A efemeridade dos eventos seria responsável por conferir dinamismo à cidade, que estaria aberta às modificações do próprios habitantes de forma coletiva e espontânea.

A fim de representar graficamente as unidades de ambiências encontradas na cidade, os situacionistas se utilizavam da colagem para elaborar mapas. Partindo da psicogeografia, a cartografia desenvolvida pela IS, ao contrário das representações tradicionais, não tinha comprometimento com os limites físicos e geográficos do espaço, mas buscava reconhecer as conexões sensoriais entre áreas da cidade, cada uma caracterizada por abrigar uma atmosfera.

> As lições da deriva permitem estabelecer os primeiros levantamentos das articulações psicogeográficas de uma cidade moderna. Além do reconhecimento de unidades de ambiência, de seus componentes fundamentais e de sua localização espacial, percebem-se os principais eixos de passagem, as saídas e defesas. Chega-se à hipótese central de plaques tournantes psicogeográficas. Medem-se as distâncias que separam de fato duas regiões de uma cidade, distâncias bem diferentes da visão aproximativa que um mapa pode oferecer. É possível estabelecer - com a ajuda de velhos mapas, fotos aéreas e derivas experimentais - uma cartografia influencial que falta até o momento, e cuja incerteza atual, inevitável até que se efetue um imenso trabalho, não é pior que a dos primeiros portulanos, e com uma diferença: não se trata de delimitar exatamente continentes duráveis, mas de mudar a arquitetura e o urbanismo. (Debord, 2003c, p.91)

Objetivando ações mais participativas, é parte do projeto situacionista a alternância da relação autor/artista e público. Neste ponto insere-se mais uma importante questão levantada pelo movimento: a efetiva "participação" de todos na construção da cidade, crítica que foi estudada e desenvolvida em maior profundidade por Guy-Ernest Debord.

Em “A sociedade do espétaculo” de 1967, Debord descreve que “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, medida por imagens” (DEBORD, 1997, p. 14). Quando se fala de espetacularização da cidade, portanto, entende-se que a utilização excessiva de apelos imagéticos (que são produzidos, em geral, por um processo segregador) transforma as relações sociais estabelecidas entre as pessoas e o espaço, ou entre as pessoas sob o espaço, em vínculos superficiais enfraquecidos.

O processo de espetacularização, na leitura de Paola Berenstein Jacques, é responsável então, por gerar um empobrecimento - ou até a expropriação - das experiências físico e sensoriais urbanas e está diretamente relacionado com a não participação popular.

Autores contemporâneos

Na contemporaneidade, a reflexão sobre o o caminhar possui um local central na discussão do ambiente urbano em meio à problemática de hierarquização de meios de transporte comandada pelos veículos e é novamente reinterpretado.

O arquiteto italiano Francesco Careri em seu livro “Walkscapes”, de 2002, apresenta o caminhar como uma prática estética, identificando a relação do ato de locomover-se com a formação de sentido de lugar a partir de uma análise histórica que contempla desde o nomadismo até os trabalhos de land art da década de 1960. Entender que o percurso é uma maneira de modificação do espaço é também reconhecer o caminhar como meio de transformação da paisagem como agente na produção de significado, muito mais do que interferência na dimensão física e geográfica do espaço. Assim, compreende-se que o percurso é capaz de transformar espaço em lugar, a partir do “sentido” simbólico que confere.

> O caminhar, mesmo não sendo a construção física de um espaço, implica uma transformação do lugar e seus significados. A presença física do homem num espaço não mapeado - e o variar das percepções que daí ele recebe ao atravessá-lo - é uma forma de transformação da paisagem que, embora não deixe sinais tangíveis, modifica culturalmente o significado do espaço e, consequentemente, o espaço em si, transformando-o em lugar. O caminhar produz lugares. Antes do neolítico, e assim, antes dos menires, a única arquitetura simbólica capaz de modificar o ambiente era o caminhar, uma ação que, simultaneamente, é ato perceptivo e ato criativo, que ao mesmo tempo é leitura e escrita do território. (Careri, 2013, pag. 51)

Entendendo que a cidade atual possui espaços vazios, em trânsito ou em constante transformação nos limites das áreas de maior ocupação (com ou sem planejamento), identifica a persistência do nomadismo na cidade sedentarizada, a partir de sua analogia com a relação vazio x cheio. No entanto, o conceito de vazio enquanto ausência de elementos construídos nem sempre significa ausência de significado e nesse sentido pode ser sinônimo também de possibilidade.

> “O nomadismo na realidade, viveu sempre em osmose com a sedentariedade, e a cidade atual contém no seu interior espaços nômades (vazios) e espaços sendetários (cheios), que vivem uns ao lado dos outros num delicado equilíbrio de recíprocos intercâmbios.” (CARERI, 2013, pag. 30)

Assim, a chamada “transurbância", similarmente à deriva situacionista, é uma forma de se experienciar a cidade a partir da exploração dos “espaços vazios”. É um convite a perder-se que de certa forma retoma a psicogeografia utilizada pelos situacionistas ao estar aberta às possibilida-

des ofertadas pelo sítio e eleger a experiência sensorial como guia do percurso. “Andare a Zonzo” é uma expressão italiana recorrentemente utilizada por Careri que significa desperdiçar tempo vagando sem objetivo, o que é, de algum modo, proposto na aplicação da transurbância como meio de aproximação com o espaço e reconhecimento dos elementos - físicos e psíquicos - que o qualifica ou não como lugar.

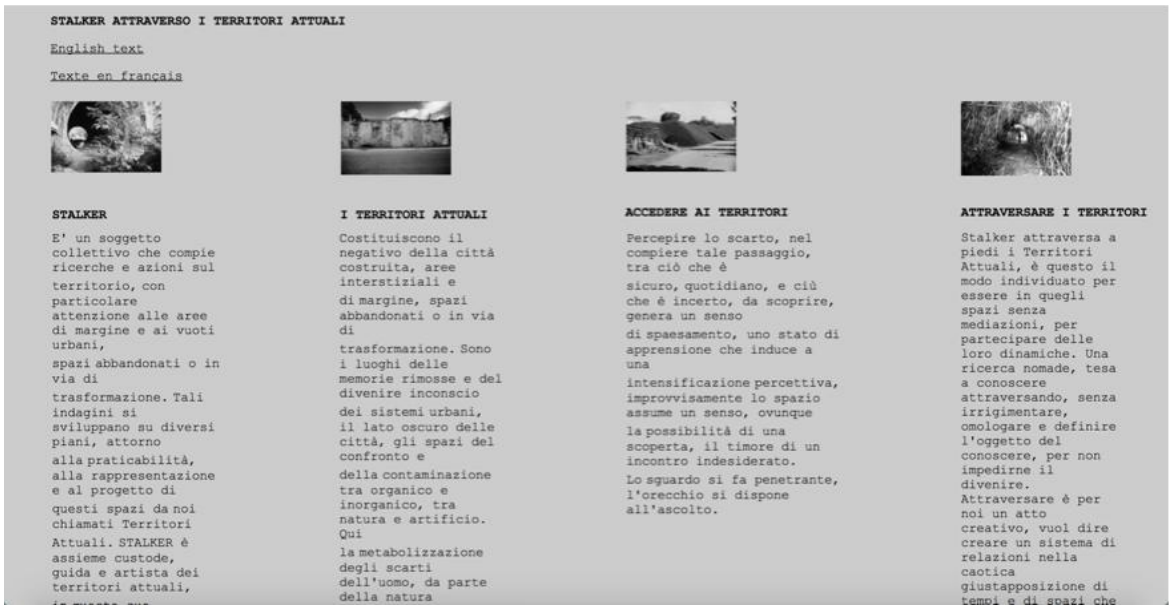
Faz parte de seu argumento ainda, que no século XX disciplinas como a literatura e a escultura revisitaram o percurso como forma de trabalhar em “campo ampliado” (KRAUSS, 1979) e propõe que ele seja entendido como um instrumento estético à disposição da arquitetura e da paisagem. Assim, o caminhar de forma errática pode ser entendido como meio de expansão do campo da arquitetura para as fronteiras da paisagem e da escultura (Figura 1).

Buscando reconhecer os efeitos afetivos proporcionados pelo espaço e o desejo de seguir os estímulos oferecidos pela cidade, a psicogeografia, como definida pelos situacionistas, também é revisitada quando se caminha a zonzo. No entanto, a abordagem de Careri sugere uma maior comunicação com os elementos vivos do espaço: quem o habita. O diálogo é um recurso rico para que haja uma aproximação mais profunda no campo da sensibilidade do caminhante com as dimensões afetivas do lugar. Conversar e “bater papo” também é “perda de tempo” como nos termos descritos por zonzo e pode ser sintetizado pela máxima “quem perde tempo ganha espaço”.

Figura 1: A line made by walking, Richard Long 1967
Fonte:http://www.richardlong.org/Sculptures/2011sculptures/linewalking.html

Careri é membro fundador do grupo Stalker, formado na década de 1990 por arquitetos e artistas romanos que percorrem “a zonzo” as áreas abandonadas de Roma, que em geral se localizam nos limites da cidade. Em 1995 realizaram uma ação que foi chamada de “Stalker através dos Territórios Atuais”, constituindo-se de uma caminhada com duração de quatro dias que percorreu desde o perímetro externo ao centro de Roma e se estendeu para os limites da cidade ultrapassando a zona periférica da década de 1950. A experiência da transurbância foi materializada a partir de diversos meios de representação como fotografia, vídeo, mapa, diário de bordo e um manifesto (Figura 2).

Figura 2: Manifesto, Grupo Stalker 1995
Fonte:http://www.osservatorionomade.net/tarkowsky/manifesto/manifest.htm



O debate promovido pelo movimento situacionista também é relembrado e estudado nos dias atuais por Paola Berenstein Jacques, que ao introduzir uma seleta coletânea de escritos situacionistas em “Apologia da deriva”, 2003, sinaliza dois importantes debates que precisam ser considerados no campo do urbanismo na atualidade: a efetiva participação popular na construção da cidade e o combate à espetacularização das cidades.

A autora, em sua produção acadêmica também interpreta a caminhada errática como método de exploração e conhecimento da cidade capaz de evidenciar a relação do corpo no espaço urbano. Em sua visão, a perda de complexidade e diversidade dos espaços públicos em decorrência do processo de espetacularização das cidades possui responsabilidade no que concerne ao empobrecimento da experiência da alteridade na cidade contemporânea. Neste sentido, o ato de caminhar pode ser entendido, inclusive, como forma de resistência.

De forma semelhante à interpretação feita por Careri sobre os espaços nômades e sendentários em relação aos cheios e vazios, Jacques parte da análise de Deleuze e Guattari sobre os conceitos de “espaço liso” e “espaço estriado” que coexistem na cidade em reciprocidade. Analogamente ao vazio, o espaço liso é topológico, espaço do ir, do nômade, de fora da cidade; enquanto que o cheio se assemelha ao espaço estriado, que é xadrez, métrico, espaço do estar, sendentário, de dentro da cidade.

Com base nesta analogia e em busca de conferir a potencialidade do espaço liso ao território estriado, Jacques propõe o estudo aprofundado das dinâmicas relacionais entre estes espaços ou, em suas palavras, a “errantologia”. O que se objetiva é não só compreender mas atribuir valor à uma série de exemplos de errâncias urbanas que fizeram uso da experiência corporal e da alteridade em suas práticas.

> O que chamamos aqui de errantologia seria precisamente a busca de entendimento de como essa lógica nômade - dos bandos, das margens, dos percursos, do movimento - poderia se dar, a partir das experiências urbanas dos errantes, na própria cidade. (Jacques, 2012, pag. 27)

As práticas e princípios situacionistas são, portanto, revisitados em Jacques como experiência da errância urbana. A caminhada enquanto deriva é errante por excelência e busca, justamente, a exploração do espaço estriado da cidade a partir de uma experiência potencialmente "lisa".

Ao andar à deriva pelo espaço urbano encontra-se o Outro, seja ele outro caminhante, o habitante local ou surpresas do terreno. A psicogeografia, pela visão de Jacques, estuda o encontro e as relações afetivas estabelecidas no espaço urbano, principalmente o espaço público, e busca apresentar suas narrativas através do uso de cartografias e mapas que representem "as diferentes ambiências psíquicas provocadas pelas errâncias urbanas que eram as derivas situacionistas" (JACQUES, 2012, p.215). Muitas foram as formas encontradas para materializar essas narrativas, como o relato, as fotografias e fotocolagens e, é claro, os mapas psicogeográficos.

A relação entre corpo e cidade é bastante explorada pelo pensamento crítico e propositivo desenvolvido por Jacques. A autora pontua a experiência corporal como um processo de micro-resistência urbana que é gerador do que é chamado de "corpografias" (Figura 3), cuja definição é explicada por Jacques em seu artigo "Corpografias urbanas" de 2008 publicado na plataforma Vitruvius:

> Uma corpografia urbana é um tipo de cartografia realizada pelo e no corpo, ou seja, a memória urbana inscrita no corpo, o registro de sua experiência da cidade, uma espécie de grafia urbana, da própria cidade vivida, que fica inscrita mas também configura o corpo de quem a experimenta. (Jacques, 2008)

Figura 3: Imagens retiradas do vídeo "Quando o passo vira dança", fotos de Pedro Seiblitz

Fonte: http-//www-scf.usc.edu/~estevao/itp104/project_SI/index_SI.html

Jacques compreende nos princípios e práticas situacionistas o enfrentamento à espetacularização da cidade e interpreta a crítica urbana oferecida pelo movimento como um convite aos arquitetos e urbanistas à reflexão e ao debate sobre os rumos que a prática profissional tem seguido.

> Os situacionistas liderados por Debord lutavam contra o espetáculo, a cultura espetacular e a espetacularização em geral, ou seja, contra a não-participação, a alienação e a passividade da sociedade. O principal antídoto contra o espetáculo seria o seu oposto: a participação ativa dos indivíduos em todos os campos da vida social, principalmente no cultural. O interesse dos situacionistas pelas questões urbanas foi consequência da importância que davam ao meio urbano como terreno de ação, de produção de novas formas de intervenção e de luta contra a monotonia e alienação da vida cotidiana. (Jacques, 2012, pag. 206)

Como foi visto, a experiência da cidade advinda do caminhar tem sido utilizada como ferramenta de apreensão e reflexão sobre a prática profissional de arquitetos e urbanistas no contexto contemporâneo. Desta forma, parece evidente a potencialidade que a caminhada apresenta como meio de estudo do espaço urbano, sua análise crítica e propositiva sobre a ação profissional na cidade.

Formas de representação

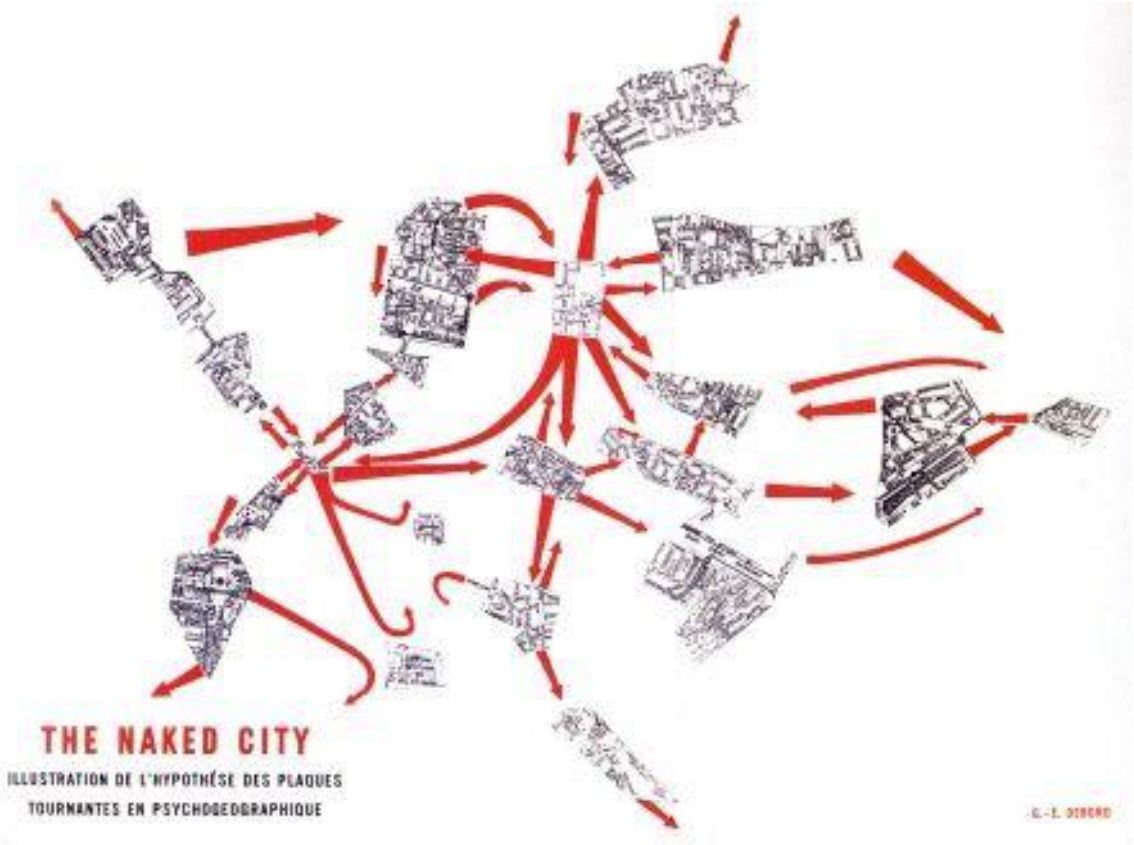
O reconhecimento de dimensões da paisagem que vão além da visualidade do espaço construído trazem consigo a problemática da representação. Os meios de representação tradicionais são capazes de retratar apenas os limites físicos de um determinado espaço, mas não revelam as dimensões da paisagem, reconhecidas pelo corpo, explorando todos os sentidos que também subjetivamente estruturam as ambiências do espaço, atribuindo-lhe os significados que o configuram como lugar.

Os grupos e autores estudados também se dedicaram a investigar formas de representação capazes de traduzir aspectos subjetivos do espaço e as relações complexas advindas da experiência como método de apreensão espacial.

A elaboração de mapas psicogeográficos através da deriva pelos situacionistas representa uma ruptura na cartografia tradicional. Em “The Naked City” (Figura 4) apenas algumas partes da cidade são representadas isoladamente e se interligam por setas vermelhas que simbolizam a conexão sensorial que possuem umas com as outras. Como alerta Tom Mc Donough (2012:p.239) em seu artigo “Situationist Space”, de 1994, nada nesse mapa foi escolhido ao acaso. As dezenove seções da cidade são unidades de ambiência e as ligações simbolizam a proximidade no âmbito da sensibilidade das atmosferas existentes em cada trecho. É interessante, sem dúvida, a forma semelhante a um arquipélago que constitui o arranjo do mapa, provocando no observador o questionamento sobre o que compõe o espaço vazio.

Em seus experimentos de caminhada, principalmente em conjunto com o grupo Stalker, Careri se utiliza recorrentemente de diários de bordo, reunindo relatos, anotações e fotos. A narrativa escrita é um recurso utilizado pelo grupo em forma de manifesto e registros mais objetivos do percurso. São utilizadas também algumas produções audiovisuais, trazendo à tona outros sentidos da percepção como a paisagem sonora e a visão dinâmica.

Figura 4: The Naked City, Guy Debord 1957
Fonte: http://wwwpassupassu.wordpress.com/



Com seus estudantes, seja no grupo de pesquisa ou na disciplina de Artes Cívicas[1], Careri frisa a necessidade de ir além da representação como uma simples reprodução da experiência que não reflita um pensamento crítico sobre a escrita do território ocorrida através do caminhar. Ele entende, e procura transmitir aos seus alunos, que a presença consciente do corpo na cidade é um agente transformador capaz, através de apropriações e/ou intervenções diretas, ressignificar um lugar, sendo, assim, conforme nosso entendimento, uma escrita poética.

> Reencontrar o prazer da reapropriação dos espaços. Descobrir o direito à transformação da cidade com as próprias mãos. Não representar os espaços, mas produzir novos espaços na escala 1:1. Estar presente, com sua mente e seu corpo no corpo da cidade. Ser agentes da transformação. (CARERI, 2017, p.109)

[1]Disciplina que começou a ser ofertada em 2005 pelo professor Francesco Careri na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Roma Tre. O curso é desenvolvido inteiramente a pé, não possuindo nenhuma aula interna à Universidade. A caminhada e a deambulação são metodologias didáticas pelas quais os alunos são convidados a explorar e se apropriar da cidade, experimentar o espaço com o corpo, descobrir como podem transformar poética e politicamente o lugar que percorrem.

Nas pesquisas realizadas no Laboratório Urbano (PPGAU-UFBA), do qual Jacques é coordenadora, as fotografias em séries e escritos são recursos recorrentemente empregados. As narrativas escritas podem se apresentar de diversas maneiras, tais como uma descrição da caminhada urbana e a reprodução de um diálogo (Figura 5). Também é utilizada a montagem de trechos escritos em um novo arranjo que lhes confere um novo significado, a partir de uma abordagem próxima a "O Narrador" de Walter Benjamin, abrindo espaço para a errância na narrativa da experiência.

Figura 5: "Trilha", em ReDobra n°9
Fonte: FONSECA, Cacá; PIGNATON, Clara; SCHVARSBERG, Gabriel; CARERI, Francesco (2012, p.43)

Pensando em outros instrumentos, a colagem se mostra bastante recorrente no que toca às tentativas de representação não convencionais. No entanto, o desenho e as imagens não constituem as únicas formas de se representar o espaço. Embora seja menos utilizada, a narrativa, seja ela escrita ou falada, é um registro rico ao permitir a descrição de elementos subjetivos do ambiente e incorporar a temporalidade da experiência. Em "As cidades invisíveis", Ítalo Calvino se utiliza da linguagem escrita como forma de representação para ser capaz de transmitir múltiplas Venezas sem recorrer à imagens uma única vez. A imaginação do leitor é responsável por criar, a partir de suas próprias experiências pessoais as espacialidades descritas no texto.

Em complementação à ideia do caminhar como ação transformada e escrita do território aplicada por Careri com seus estudantes, o conceito de "site-writing", método de escrita do espaço elaborado pela arquiteta e teórica Jane Rendell, busca transmitir o significado e o conteúdo de uma leitura crítica sobre determinado lugar. A autora propõe expandir a discussão sobre localização e "site-specific" para envolver críticas artísticas, arquitetônicas e urbanas (Figura 6).

> (…) site-writing pode ser descrito como um processo de figuração, que é fortemente informado por compreensões psicanalíticas de subjetividade e representação, onde as relações entre crítica e lugar, bem como entre texto e leitor, são configuradas e reconfiguradas através do processo de escrever e re-escrever. (Rendell, 2016, pag. 36, tradução da autora)[2]

[2] (…)site-writing could be described as a process of figuration, one that is strongly informed by psychoanalytic understandings of subjectivity and representation, where relations between critic and site, as well as between text and reader, are figured, configured and reconfigured through the process of writing and re-writing. (Rendell, 2016, pag. 36)

Figura 6: Exposição "site-writing/site-reading" UCL, Londres 2013
Fonte: Rendell (2016, p.44)

Precedentes da caminhada como deriva

Pode-se dizer que os situacionistas são talvez, o mais relevante e influente grupo a trazer a questão do caminhar na cidade. No entanto, é preciso reconhecer seus precedentes: a flanerie de Baudelaire investigando a experiência do espaço urbano que se moldava a partir da Revolução Industrial e os movimentos dadaísta e surrealista que organizavam deambulações pela cidade privilegiando os lugares considerados banais. Ambos partiam da caminhada - como deriva - como forma de entender/criticar a cidade que estava sendo construída em sua época e é evidente como tais ideias são fortemente revisitadas pelos Situacionistas durante o desenvolvimento de seu pensamento crítico.

Apesar de não chegar a propor um modelo formal de cidade, algumas das questões levantadas pela crítica situacionista serviram de referência para o exercício prático e teórico da arquitetura, principalmente no que diz respeito à preocupação com as esferas da experiência e do vivenciado. No entanto, principalmente na escala urbana, percebe-se um menor aprofundamento das mesmas questões.

Desta maneira, entende-se que tal pensamento crítico, embora apresente certa distância temporal, expôs discussões ainda pertinentes às cidades contemporâneas, que convidam o arquiteto-urbanista a desenvolver um olhar crítico e refletir sobre que vivências estamos proporcionando.

O não esgotamento das questões até aqui citadas parece ser um indício de que as dimensões não físicas que compõem o espaço ainda não foram suficientemente exploradas. Sentir a cidade "na própria pele" é um passo na busca de reconhecer e compreender tais potencialidades. A deriva pode ser, portanto, um caminho a ser percorrido pelos arquitetos para uma construção crítica e participativa da cidade contemporânea.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS FATOS

A experiência proposta por este estudo pretendia compreender a potencialidade da deriva, enquanto uma caminhada errática, para a apreensão do espaço da cidade.

Investigação

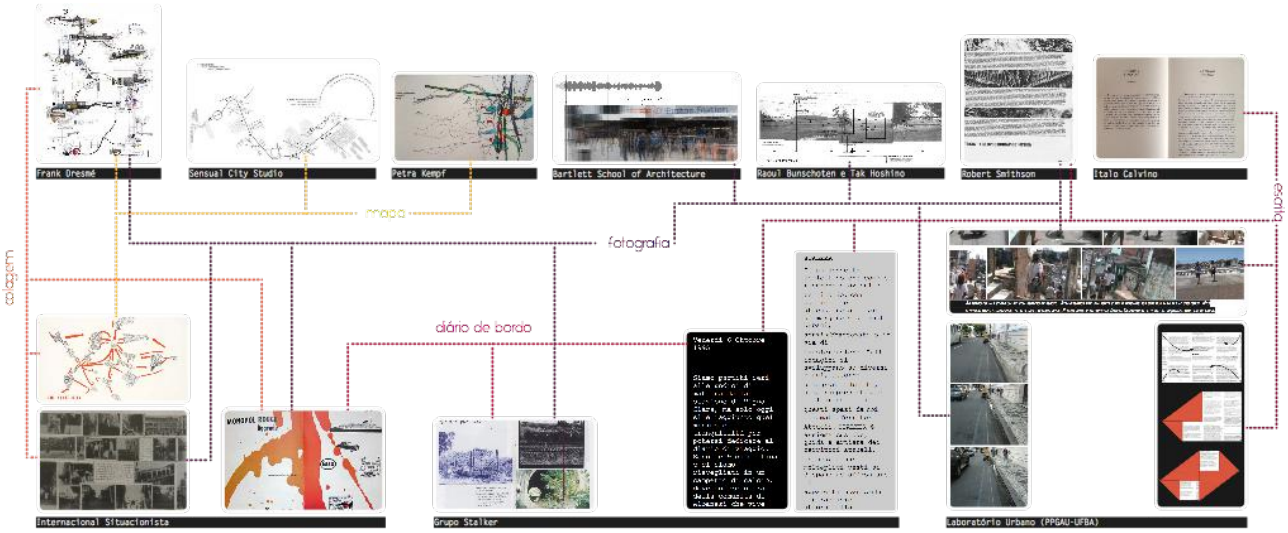
Como foi exposto, o movimento situacionista foi um grupo que elucidou questões críticas em relação à forma de se produzir cidade que ainda hoje se mostram pertinentes na discussão da cidade contemporânea.

As releituras contemporâneas do pensamento crítico da IS, aqui representadas pelas reflexões e ações de Careri e Jacques principalmente, entendem que o arquiteto-urbanista é convidado à estabelecer um olhar crítico sobre sua prática a partir da caminhada urbana errante. Assim, o trabalho buscou atender ao convite e reconhecer como a deriva poderia ser um caminho a ser percorrido pelos arquitetos para uma construção crítica e mais sensível da cidade atual.

A cartografia, se trabalhada de modo a explorar os limites da arte e expor o olhar do sujeito que deriva de forma crítica e poética, pode ser reconhecida como uma “escrita do sítio", conforme o conceito de “site-writing” propõe. A partir dos exemplos e conceitos estudados durante a confecção deste trabalho (Figura 7), entende-se a cartografia como uma representação do espaço, que não se limita necessariamente na confecção de mapas e na retratação apenas dos aspectos físicos do território.

Pretendeu-se elaborar uma cartografia a partir da experiência da deriva que, assim como a caminhada errante, incorpore as imprevisibilidades do espaço e reconheça as camadas subjetivas da paisagem urbana que foram reconhecidas através da vivência da cidade.

Figura 7: Mapa síntese - representação e escrita do sítio



Experimentação

Parte primordial deste trabalho foi a experimentação, reconhecendo a caminhada enquanto deriva como um modo de apreensão do espaço da cidade que se atenta às camadas subjetivas da paisagem urbana.

Uma vez estudadas e analisadas as práticas situacionistas e seus desdobramentos por autores contemporâneos que atuam no campo da arquitetura, o passo seguinte constituiu-se na escolha das estratégias e recursos que seriam utilizados na fase de exploração, bem como na escolha do local a ser investigado como campo desta experimentação.

Ao analisar em conjunto uma seleção de conceitos e propostas práticas abordados no embasamento do trabalho, construiu-se uma estratégia - que passou por outras metodologias e acolheu a experimentação - tendo como foco a tradução da experiência da deriva e as formas de representação da paisagem.

A caminhada como deriva, evidentemente, foi o procedimento base para exploração da área da cidade escolhida. Por deriva entende-se, neste caso, um caminhar de forma errante, sem rumo ou objetivo fixo, existindo como pré-determinações apenas o ponto de partida da caminhada e o desejo de explorar as ambiências existentes no recorte.

Buscando experimentar a deriva enquanto método de apreensão do espaço da cidade, fez-se necessária a escolha de uma área para ser explorada. Escolheu-se, então, o bairro de São Cristóvão para a experimentação de algumas estratégias, tais como a psicogeografia como conceituada pelos situacionistas, a atenção à relação entre corpo e espaço conforme sugere Jacques, a interação social com o Outro a partir do diálogo enfatizada pela abordagem de Careri e a deflagração de "situações" a partir da exploração lúdica do espaço. Por fim, mas não menos importante, a utilização do conceito de "site-writing", como definido por Rendell, permitindo-se a experimentação de diversos meios e técnicas para a tradução de uma leitura subjetiva, crítica e pessoal (possivelmente poética) sobre determinados aspectos da paisagem a partir das percepções advindas da experiência.

A escolha de São Cristóvão se deu pelo reconhecimento de diversos tempos que se sobrepõem em seu território. Embora não se tenha feito pesquisas aprofundadas sobre o local, para que não fossem gerados pré-conceitos do lugar a ser explorado, é de conhecimento geral que o bairro apresenta diversas camadas de intervenções arquitetônicas e urbanas, fragmentos de tempos históricos, variados usos e dinâmicas de fluxos, resultando em uma complexa relação entre seus espaços. Sua paisagem rica em diversidade apresenta-se um campo fértil para a experiência que buscou reconhecer e narrar através de percursos errantes.

Foram realizadas ao total cinco derivas na área escolhida. Evidentemente, por se tratar de um método baseado na vivência e aberto às imprevisibilidades da cidade, a prática determinou ajustes durante a experiência, o que também não quer dizer que estas adaptações devam ser permanentes, uma vez que cada lugar possui suas próprias demandas e cada pessoa/explorador da cidade/arquiteto e urbanista suas questões particulares com a cidade.

A aplicação das estratégias que compõe o método investigado neste trabalho em uma área da cidade escolhida possibilitou a compreensão de aspectos da paisagem que não são perceptíveis sem a experiência e a imersão no local que se deseja investigar. Nenhum outro modo de aproximação com o espaço substitui a vivência do lugar, pois somente a experiência é capaz de evidenciar dimensões subjetivas e sensitivas da paisagem para quem a investiga.

Entendendo que representar a experiência da deriva é, de certa forma, cartografar as camadas da paisagem que foram identificadas, foi necessário refletir e explorar as margens entre cartografia, arte e arquitetura.

Segundo Tiberghien, o processo de produção das cartografias ocorre a partir do distanciamento, estar deslocado do espaço é o que possibilita reflexões a cerca do lugar advindas da experiência revivida na memória.

> Para imaginar é preciso que haja distância entre si e o mundo, é preciso o vazio entre as coisas, o nada no interior do ser. O mapa, em seu processo de fabricação imaginária, tem alguma coisa a ver com esse vazio, como bem souberam observar e traduzir certos artistas tentando cartografar esse "entre", ou esse branco, esse interstício. (TIBERGHIEN, Gilles, 2013, p.241)

Tendo-se em vista que as camadas subjetivas da paisagem urbana são inúmeras e dialogam com a sensibilidade do sujeito que as reconhece, não é possível listar e apontar todas as dimensões existentes. A apreensão do espaço através da experiência é, assim, diversa para cada indivíduo, que possui olhar e sensibilidade próprios em relação ao espaço percorrido.

Portanto, a utilização da deriva como método de apreensão do espaço da cidade, como é aqui proposto, resulta no reconhecimento da multidimensionalidade da paisagem urbana e na produção de uma leitura pessoal do lugar explorado.

Criação

Ao confeccionar uma escrita ou cartografia subjetiva, promove-se uma leitura crítica e sensível sobre a cidade que incorpora a experiência pessoal em campo. Desta forma, a representação produzida não é apenas ilustrativa, mas está incumbida de intenções questionadoras e propositivas, uma vez que seleciona os instrumentos e as dimensões retratadas. Os meios utilizados para sua elaboração são variáveis de acordo com a preferência de quem a realiza, abrindo-se infinitas possibilidades para quem investiga o espaço.

De forma semelhante, o processo criativo para a elaboração de um projeto arquitetônico ou urbano também está embasado pela visão do arquiteto que expõe através de suas formas de representar o que deseja obter do espaço na esfera do vivenciado.

Com o objetivo de produzir escritas poéticas do lugar a cartografia foi trabalhada explorando os seus limites com a arte, revelando as potencialidades de seu uso para o entendimento e leitura do espaço da cidade. A busca e a experimentação de variados meios foi essencial para o alcance de uma cartografia subjetiva.

Encontrei na fotografia e, em especial, na sua manipulação no processo de pós-produção o meio com o qual me senti mais confortável para trabalhar, explorando o visual também como possibilidade de aproximação aos outros sentidos. Assim, as escritas do sítio produzidas têm como base séries fotográficas as quais são adicionados e/ou sobrepostos outros meios como o decalque, o áudio e o texto.

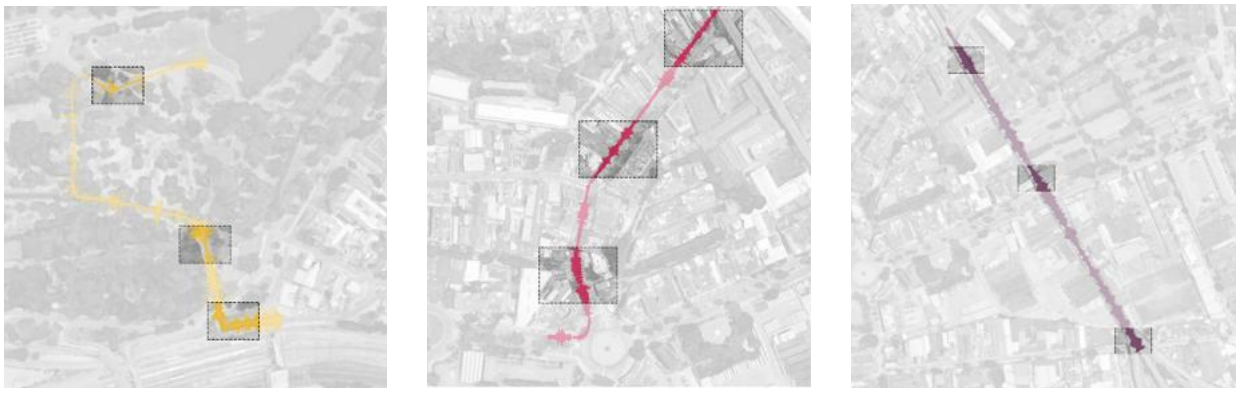
Os percursos errantes realizados foram materializados em narrativas cartográficas (Figuras 8, 9, 10, 11 e 12) que buscam se aproximar dos questionamentos propostos pelos autores estudados (IS, Careri e Jacques), tais como a percepção temporal e psicogeográfica, a relação do corpo no espaço, a ocorrência da alteridade e a interação social.

Neste sentido, a experiência errática possibilitou a identificação de acontecimentos, situações singulares e inflexões em diversos momentos, talvez fragmentos da paisagem, que quando lidos em conjunto oferecem uma percepção subjetiva e sensível de características importantes, não naturalizadas, do bairro em sua "identidade" múltipla.

A partir do reconhecimento de pontos de foco do espaço, que apresentaram algum tipo de interesse para a percepção durante a experiência e de suas margens enquanto locais de acontecimento e transição, tentou-se capturar as inflexões da paisagem através dos sentidos (Figuras 8 e 9).

Figura 8: Inflexões da paisagem - Tato

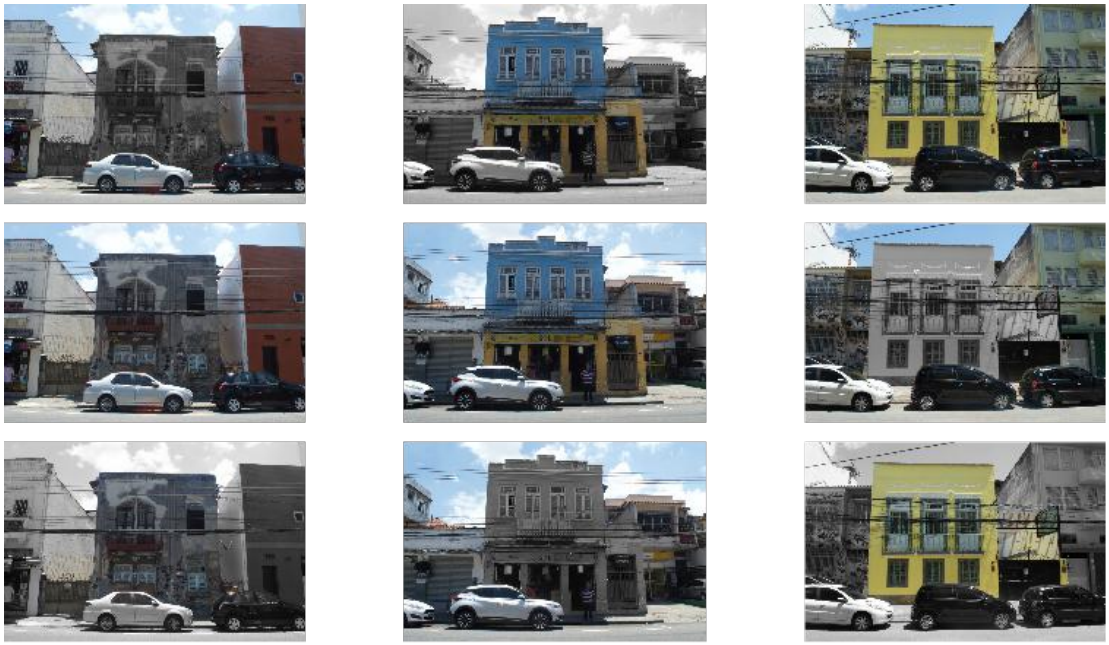
Figura 9: Inflexões da paisagem - Som



O passado histórico da época imperial de São Cristóvão está presente por meio de diversos fragmentos que se encontram pelo bairro. Nomes de ruas e de estabelecimentos fazem referência a ele a todo instante. Já seu patrimônio arquitetônico nem sempre é valorizado e foram encontrados exemplares em diversos estados de conservação ao longo da imersão em contraste com as construções mais recentes que ora os reconhecem e a eles se integram, ora se sobrepõem e os escondem.

A partir da identificação destes elementos como acontecimentos do passado, fragmentos em meio a uma paisagem bastante transformada procurou-se registrá-los em contraste com seu entorno imediato, a fim de perceber quais relações foram estabelecidas com sua memória (Figura 10).

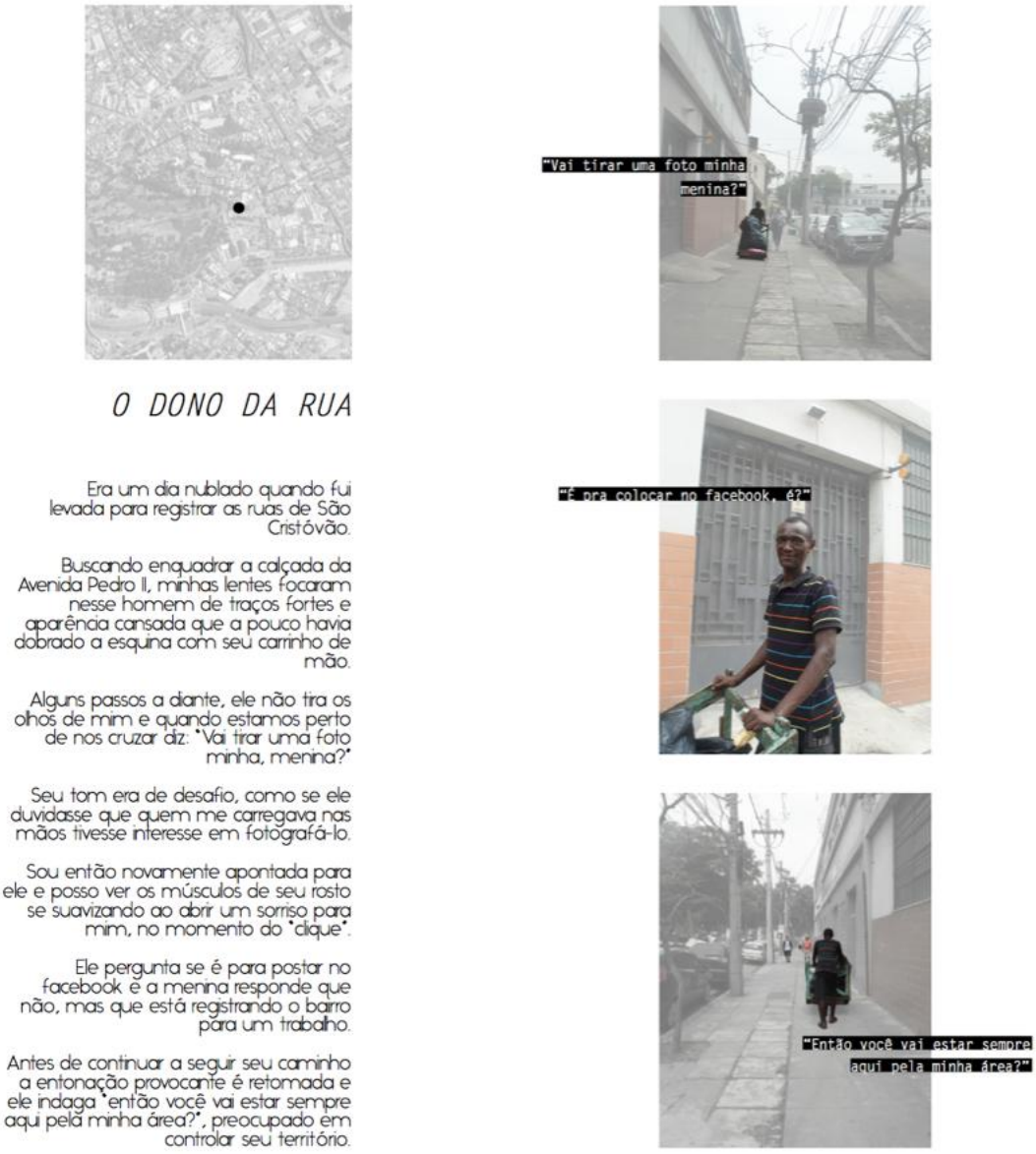
Figura 10: Memória



O espaço público é o local das relações sociais e, em particular, da nossa relação como caminhante com o outro. Nesta experiência , os contatos ocorreram mais intensamente a partir de um objeto específico que foi a motivação primeira para a interação: a câmera fotográfica (Figuras 11 e 12).

Figura 11: Os Outros - "Os invisíveis"

Figura 12: Os Outros - "O dono da rua"



O reconhecimento de fragmentos das camadas da paisagem permite aproximações diversas de um mesmo lugar a partir de diferentes maneiras de mediá-lo e percebe-lo. Quando unidos e lidos em conjunto, criando uma espécie de "assemblage" (Figura 13) destes fragmentos, produz-

se uma escrita enriquecida do espaço, que evidencia a ação conjunta que as diversas dimensões da paisagem exercem na percepção de quem o experimenta.

Figura 13: São Cristóvão à deriva - assemblage das representações experimentadas

Os instrumentos testados no trabalho e a produção de uma cartografia subjetiva através dos conceitos empregados demonstram que, assim como a deriva, a leitura das dimensões subjetivas da paisagem não se da por uma narrativa linear, e sim uma narrativa errante que revela inúmeros encontros e sobreposições. Também no momento da percepção estas dimensões ocorrem simultaneamente e transversalmente, interferindo umas nas outras.

A série “este lugar é aqui“ (Figuras 14, 15 e 16) foi uma maneira encontrada de externalizar as cartografias, enquanto escritas poéticas do sítio, para a cidade, buscando ressignificar o local da intervenção.

Alguns dos trabalhos gráficos foram transformados em pôsteres e colados na área explorada. Para cada um foi escolhido um ponto específico, ao qual a imagem faz referência.

O objetivo da ação é chamar a atenção dos transeuntes para algum aspecto da paisagem que foi percebido - e valorizado - pelo olhar do explorador urbano a partir da deriva. Esta intervenção busca indagar nas pessoas “você percebe o que eu percebo aqui?”.

Figuras 14, 15, 16: Algumas peças da série "este lugar é aqui"

Percebe-se assim, que a deriva como apreensão do espaço da cidade é um método flexível que está aberto às adaptações e interpretações pessoais, assim como a utilização do "site-writing" para traduzir a experiência e produzir narrativas cartográficas que sejam escritas poéticas do lugar.

A metodologia reconhecida e experimentada ao longo deste trabalho não pretende excluir as análises, diagnósticos e/ou representações tradicionais utilizadas no campo da arquitetura e do urbanismo, pelo contrário, pretende a eles somar, incorporando outras percepções do espaço para um entendimento mais abrangente dos elementos formadores do lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caráter empírico do estudo permitiu compreender as contribuições que as estratégias adotadas oferecem para a prática do arquiteto urbanista.

A produção da cidade e de seus elementos são aspectos inerentes ao nosso campo de atuação. É importante o contato com a cidade vivenciando o espaço em escala 1:1 para que se possa compreender o ambiente em suas singularidades. A deriva se mostra, assim, uma estratégia com base na experiência vivida.

Cabe reconhecer, acompanhando o pensamento de Alejandro Vaca Bononato em seu texto "Aprender y enseñar arquitectura", que a disciplina da arquitetura é uma reunião de múltiplos saberes que compõe uma técnica, mas que também apresenta uma dimensão poética. Arquitetura é arte e, assim, não se traduz a partir da aplicação e repetição de fórmulas, mas requer que os conhecimentos técnicos sejam "jogados" de forma a dialogar com os sentidos para alcançar uma produção poética. É necessário consciência crítica para se produzir arquitetura.

> A singularidade dos eventos, o tempo, o sentido do lugar, a forma, a construção de uma linguagem que, como toda a escrita arquitetônica, também implica sua

> arbitrariedade, são colocados em "jogo". E, no melhor dos casos, essa "técnica" que também "é um jogo" esta fora de todo propósito monótono, e às vezes, só às vezes, chama a beleza … (BONONATO, 2010, p.128)

Pode-se dizer, portanto, que a experiência realizada pelo trabalho se empenha em "jogar" com a técnica e os sentidos através da vivência da cidade e da percepção da paisagem urbana, buscando alcançar esta dimensão poética pertencente à prática da arquitetura.

Como foi visto, caminhar de forma errática implica numa abertura espontânea e consciente dos sentidos para a apreensão de outras dimensões da paisagem que até então agiam somente em segundo plano na experiência urbana. Desta forma, o reconhecimento da multidimensionalidade da paisagem urbana amplia as possibilidades de atuação dentro do campo da arquitetura e do urbanismo, que pode, então, trabalhar com estas outras componentes do espaço identificadas.

Finalmente, a deriva como modo de apreensão do espaço em conjunto com a elaboração de escritas do sítio ou narrativas cartográficas que transmitam as percepções multidimensionais da experiência, acarretam num conhecimento mais profundamente relacionado com também as outras subjetividades que constroem o lugar investigado e assim possibilitam uma postura de maior sensibilidade para a proposição de intervenções pelos arquitetos e urbanistas na cidade.

REFERÊNCIAS:

AMARAL, Marina. **Percursos errantes:** apreensão do espaço da cidade a partir da deriva. Monografia (graduação) - FAU UFRJ. Orientadora: Fabiola do Valle Zonno. Rio de Janeiro, 2017.

BONONATO, Alejandro Vaca. "Post Scriptum". Revista Summa +. N.106, 2010, pp.128.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARERI, Francesco. **Walkscapes,** o caminhar como prática estética. 2ed. São Paulo: Gustavo Gili, Ltda, 2013.

CARERI, Francesco. **Caminhar e parar**. 1ed. São Paulo: Gustavo Gili, Ltda, 2017.

DEBORD, Guy-Ernest. **A Sociedade do espetáculo:** Comentários sobre a sociedade do espetáculo. 1ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEBORD, Guy-Ernest. Introdução a uma crítica da geografia urbana [1955]. In: JACQUES, Paola Berenstein (org.). **Apologia da deriva:** escritos situacionistas sobre a cidade/Internacional Situacionista. 1ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003a, pp.39-42.

DEBORD, Guy-Ernest. Relatório sobre a construção de situações e sobre as condições de organização e de ação da tendência situacionista internacional [1957]. In: JACQUES, Paola Berenstein (org.). **Apologia da deriva:** escritos situacionistas sobre a cidade/Internacional Situacionista. 1ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003b, pp.43-59.

DEBORD, Guy-Ernest. Teoria da deriva [1958]. In: JACQUES, Paola Berenstein (org.). **Apologia da deriva:** escritos situacionistas sobre a cidade/Internacional Situacionista. 1ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003c, pp.87-91.

FONSECA, Cacá; PIGNATON, Clara; SCHVARSBERG, Gabriel; CARERI, Francesco. "Trilhas: transurbância Salvador capo linea-passarela". **ReDobra**. Salvador: UFBA, N.9, 2012, pp. 37-45.

FONSECA, Cacá. “Cartografia em jogo: artifícios para uma construção metodológica”. **ReDobra**. Salvador: UFBA, N.9, 2012, pp. 126-144.

IS. Definições [1958]. In: JACQUES, Paola Berenstein (org.). **Apologia da deriva:** escritos situacionistas sobre a cidade/Internacional Situacionista. 1ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003a, pp.65-66.

IS. Contribuição para uma definição situacionista de jogo [1958]. In: JACQUES, Paola Berenstein (org.). **Apologia da deriva:** escritos situacionistas sobre a cidade/Internacional Situacionista. 1ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003b, pp.60-61.

IS. O urbanismo unitário no fim dos anos 1950 [1959]. In: JACQUES, Paola Berenstein (org.). **Apologia da deriva:** escritos situacionistas sobre a cidade/Internacional Situacionista. 1ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003c, pp.100-105.

JACQUES, Paola Berenstein. **Apologia da deriva:** escritos situacionistas sobre a cidade/Internacional Situacionista. 1ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JACQUES, Paola Berenstein. “Corpografias Urbanas”. **Arquitextos**. Salvador: 2008. Disponível em: vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165. Acesso em: 05/08/2017.

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes**. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2012.

JACQUES, Paola Berenstein. Errâncias urbanas: a arte de andar pela cidade. **Revista ARQTEXTO**. Porto Alegre: UFRGS, N.7, 2005. pp. 16-25.

JACQUES, Paola Berenstein. “Experiência errática”. **ReDobra**. Salvador: UFBA, N.9, 2012, pp. 192-204.

KEMPF, Petra. **You Are the City:** Observation, Organization and Transformation of Urban Settings. Kösel, Alsturied-Krugzell, Germany: Lars Müller, 2009.

KRAUSS, Rosalind. “A escultura no campo ampliado”. (Tradução de Elizabeth Carbone Baez). **Gávea:** Revista semestral do Curso de Especialização em História da Arte e Arquitetura no Brasil, Rio de Janeiro: PUC-RJ, n. 1, 1984 (Artigo de 1979), pp.87-93.

LE CORBUSIER. **Por uma arquitetura** [1958]. 6ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: **La production de l’espace**. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos). BeloHorizonte: fev. 2006 [1974]. 476 p. Não publicado.

MCDONOUGH, Tom. Situationist Space [1994]. In: MCGRATH, Brian (org.) **Urban Design Ecologies**. 1ed.United States: JOHN WILEY PROFESSIO, 2012.

NIEUWENHUYS, Constant. O grande jogo do porvir [1959]. In: JACQUES, Paola Berenstein (org.). **Apologia da deriva:** escritos situacionistas sobre a cidade/Internacional Situacionista. 1ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003a, pp.98-99.

NIEUWENHUYS, Constant. Outra cidade para outra vida [1959]. In: JACQUES, Paola Berenstein (org.). **Apologia da deriva:** escritos situacionistas sobre a cidade/Internacional Situacionista. 1ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003b, pp.114-117.

RENDELL, Jane; KERAMIDA, Adriana; MAROZAS, Povilas; RAMMOHAN, Mrinal. “Site-writing“. In: Campkin, Ben; DUIJZINGS, Ger (edit.). **Engaged Urbanism** - Cities and Methodologies.1ed. London and New York: I.B.Tauris & Co. Ltd, 2016.

RENDELL, Jane. **Site-Writing:** The Architecture of Art Criticism. Disponível em: janerendell.co.uk/chapters/site-writing. Acesso em: 05/08/2017

SADLER, Simon. "Formulary for a new urbanism - Rethinking the city". In: **The Situationist City.** 1ed. Cambridge: The MIT Press, 1998.

SCHVARSBERG, Gabriel. "Cartografar o movimento: narrativas da serjeta". **ReDobra**. Salvador: UFBA, N.9, 2012, pp. 160-178.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. Terrain Vague. In: **Territórios**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002, pp.123-132.

THIBAUD, Jean-Paul. "O devir ambiente do mundo urbano". **ReDobra**. Salvador: UFBA, N.9, 2012, pp. 30-36.

TIBERGHIEN, Gilles. "Imaginário cartográfico na arte contemporânea: sonhar o mapa nos dias de hoje". Trad. Inês de Araujo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.** Brasil: N. 57, 2013. pp. 233-252.

ZONNO, Fabiola do Valle. **Lugares complexos, poéticas da complexidade:** entre arquitetura, arte e paisagem. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

V enanparq
Salvador - 2018

PROJETO DO FÓRUM ELEITORAL DE AFUÁ, O LUGAR SOB O PONTO DE VISTA DOS USUÁRIOS.

PROJECT OF THE ELECTORAL FORUM OF AFUÁ, THE PLACE STARRING THE PROCESS CONCEPT

PROYECTO DEL FORO ELECTORAL DE AFUÁ, EL LUGAR PROTAGONIZADO POR EL CONCEPTO DE PROCESO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

PASSOS NETO, Angelo Pio
Mestre em Arquitetura e Urbanismo PPGAU/UFPA
angelo.pioneto@gmail.com

PERDIGÃO, Ana Kláudia de Almeida Viana
Profa. Dra. PPGAU/UFPA
klaudiaufpa@gmail.com

PROJETO DO FÓRUM ELEITORAL DE AFUÁ, O LUGAR SOB O PONTO DE VISTA DOS USUÁRIOS.

AFUÁ ELECTORAL FORUM PROJECT, THE PLACE FROM THE USER'S POINT OF VIEW.

PROYECTO DEL FORO ELECTORAL DE AFUÁ, EL LUGAR DESDE EL PUNTO DE VISTA DEL USUARIO.

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Investiga-se em que medida a incorporação do lugar na produção de arquitetura impacta no usuário final, positiva ou negativamente, quando considerado o processo de projeto de arquitetura no contexto da realidade amazônica. Trata-se de arquitetura institucional para instalação do Fórum Eleitoral da 16ª Zona no município de Afuá, Pará. O estudo compreende o processo de concepção arquitetônica, discutida com base no processo dos arquitetos, e os efeitos das decisões projetuais na população local. O objetivo geral é o de investigar o processo de projeto para instalação do Fórum Eleitoral em Afuá que teve como ênfase a incorporação das condições e referências locais. Trata-se de uma pesquisa com discurso analítico do projeto de arquitetura associado à utilização de técnicas de pesquisa por meio de visita exploratória, observação, aplicação de questionários abertos, diretos e não assistidos. Destacam-se os sujeitos e atores envolvidos no processo de concepção e execução da obra, os quais contribuíram sobremaneira para a mudança paradigmática da arquitetura até então implantada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará. A natureza qualitativa da investigação está fundamentada em conjuntos de dados com respostas da equipe técnica de arquitetura e engenharia do Tribunal Regional Eleitoral (PA), e também dos moradores de Afuá e de pontos relevantes levantados no desenvolvimento do processo de projeto de arquitetura. Os resultados confirmam os efeitos positivos, tanto pelos técnicos e graduandos envolvidos, quanto pela população local, com base na adoção de um processo de projeto comprometido com o lugar.
PALAVRAS-CHAVE: Processo de projeto; Arquitetura Institucional; Lugar; Amazônia.

ABSTRACT:
The process of architectural design is investigated in the context of the Amazon reality. It is an institutional architecture for the installation of the electoral forum of the 16th zone in the municipality of Afuá, Pará. The study comprises the architectural design process, discussed on the basis of the architects ' process, and the effects of design decisions on the local population. The general objective is to investigate the project process for the installation of the electoral Forum in Afuá which had as an emphasis the incorporation of local conditions and references. It is a research with analytical speech of the architectural project associated with the use of research techniques through exploratory visit, observation, application of open, direct and unattended questionnaires. The subjects and actors involved in the process of conception and execution of the work are highlighted, which contributed to the paradigm change of architecture hitherto implemented by the Regional electoral Tribunal of Pará. The qualitative nature of research is based on data sets with responses from the technical architecture and engineering team of the Regional electoral Tribunal (PA), and also from the residents of Afuá and relevant points raised in the development of the Architecture design process. The results confirm the positive effects, both by the technicians and the graduates involved, and by the local population, based on the adoption of a project process committed to the place.
***KEY WORDS**: Project process; institutional architecture; Place Amazon.*

RESUMEN:
El proceso de diseño arquitectónico se investiga en el contexto de la realidad amazónica. Es una arquitectura institucional para la instalación del Foro electoral de la XVI zona en el municipio de Afuá, Pará. El estudio comprende el proceso de diseño arquitectónico, discutido sobre la base del proceso de los arquitectos, y los efectos de las decisiones de diseño sobre la población local. El objetivo general es investigar el proceso de proyecto para la instalación del Foro electoral en Afuá que tuvo como énfasis la incorporación de las condiciones y referencias locales. Se trata de una investigación con discurso analítico del proyecto arquitectónico asociado al uso de técnicas de investigación mediante visita exploratoria, observación, aplicación de cuestionarios abiertos, directos y desasistidos. Se destacan los sujetos y actores involucrados en el proceso de concepción y ejecución de la obra, lo que contribuyó al cambio de paradigma de la arquitectura hasta ahora implementado por el Tribunal Electoral regional de Pará. La naturaleza cualitativa de la investigación se basa en conjuntos de datos con respuestas del equipo técnico de arquitectura e ingeniería del Tribunal Electoral regional (PA), y también de los residentes de Afuá y puntos relevantes planteados en el desarrollo de la Proceso de diseño de arquitectura. Los resultados confirman los efectos positivos, tanto por parte de los técnicos como de los egresados involucrados, y de la población local, basándose en la adopción de un proceso de proyecto comprometido con el lugar.
***PALABRAS CLAVE**: proceso de proyecto; arquitectura institucional; Lugar Amazon.*

INTRODUÇÃO

Com a entrada em cena do projeto de arquitetura que se viabilizam as bases fundamentais para o surgimento de intervenções no espaço, seja ele privado ou público, que inevitavelmente irão impactar o entorno, uma vez que ao se configurar uma nova possibilidade de uso espacial, o mesmo contribui de forma direta para a alteração do arranjo espacial até então existente e essa intervenção na realidade pode ser percebida de forma positiva ou negativa, dependendo da forma como o processo projetual foi desenvolvido sob o ponto de vista dos usuários do artefato.

Nos projetos de produção de arquitetura de edifícios públicos, há necessidade de se fazer uma discursão preliminar que leve em conta além dos impactos certos no meio ambiente o papel e o significado dessas arquiteturas para os seus patrocinadores, no caso os usuários diretos e indiretos uma vez que se trata de uma edificação revestida de todo um significado de bem público com funções e objetivos específicos conforme o caso, saúde, educação, segurança, justiça, etc.

O conceito de lugar é um tema bastante explorado por autores em diversas áreas do conhecimento, cujo enfoque pode contextualizar formas de abordagens diversas. A arquitetura, como não poderia deixar de ser, absorveu e repercutiu o debate do lugar na sua teoria e na prática projetual conforme pode ser exemplificado no campo da teoria, seja para negar ou para defender, como pode ser observado no trabalho de importantes teóricos como Le Corbusier, Aldo Rossi, Norberg-Schulz, dentre outros. No campo do projeto de arquitetura, alguns trabalhos são bastante conhecidos pela sua tentativa de dar ao lugar uma posição de relevância dentro do processo projetual, como é o caso dos arquitetos Álvaro Siza, Alvar Aalto, Aldo Rossi, Tadao Ando, dentre outros. Contudo, de acordo com a escala adotada na análise, o processo de projeto do edifício institucional sobre as águas amazônicas, o caso de Afuá, incorpora o lugar sob o ponto de vista do projeto de arquitetura, especialmente o processo de concepção, implantação e apropriação pela população local.

A presente pesquisa, ao se propor estudar em que medida os elementos da realidade local podem ser absorvidos em projeto de edifício público e de que modo os resultados desses projetos são percebidos pelos usuários, buscou produzir conhecimento para pesquisa científica no campo do estudo do processo de projeto em arquitetura, a partir da investigação dos efeitos da utilização de conceitos humanizadores em uma prática projetual construída a partir de uma metodologia de projeto não tradicional que trata da elaboração de um projeto arquitetônico destinado à construção de um edifício institucional sobre as águas amazônicas, tendo como referência as soluções espaciais tradicionais da Amazônia, especialmente na escala do edifício no que se referem ao partido, materiais e modo de vida, e, além de se enquadrar na proposta de pesquisa do PPGAU, por se tratar de um tema amazônico, também se intencionou somar à luta que já vem sendo travada há anos por pesquisadores, estudiosos e profissionais de áreas diversas no sentido de garantir que as ações do poder público voltado para a Amazônia, sejam no segmento habitacional ou de edifícios institucionais (educação, saúde, justiça, etc.) não deixem de levar em conta as especificidades da região e do homem como a natureza, a cultura e o modo de vida ribeirinho, elementos indispensáveis para a busca de maior legitimação e efetividade das intervenções naquela região, como no caso do Marajó e regiões afins, onde o lugar e a cultura local guardam especificidades que destoam das demais regiões do país.

Assim sendo, a questão principal desta pesquisa partiu da seguinte indagação: Em que medida as condições locais podem ser incorporadas em projeto de arquitetura institucional e de que modo são percebidas pelo usuário? Neste sentido, a hipótese formulada nesta pesquisa é a de que a metodologia projetual apoiada no conceito de lugar humaniza a concepção de projetos institucionais para a realidade peculiar de Afuá (PA).

Desta forma, tendo como referência a questão problematizada anteriormente bem como da resposta provisória apresentada na hipótese, esta pesquisa traz como objetivo geral investigar o processo de projeto na concepção de edifício institucional para a instalação do Fórum Eleitoral da 16ª Zona em Afuá (PA). Para viabilizar a realização do objetivo geral, foram elaborados três objetivos específicos, quais sejam: 1) Incorporar o conceito de lugar no processo de concepção arquitetônica; 2) Avaliar a percepção do morador em relação ao projeto do Fórum em Afuá (PA); 3) Levantar a permanências de elementos geométricos nas edificações em Afuá (PA).

A CIDADE DE AFUÁ

O município de Afuá está localizado na extremidade norte - ocidental do arquipélago do Marajó e na microrregião do Furo de Breves, sendo que em virtude da cidade ser totalmente edificada sobre o rio, onde as casas construídas sobre pilotis se integram através de pontes, onde a maioria das ruas é construída em madeira (trapiches), apesar de que o Poder Público já começou a construir algumas pontes em concreto, a cidade também é conhecida como “Veneza Marajoara”. A Praça Albertino Baraúna é a principal praça da cidade, edificada sobre palafitas de madeira, possui vários quiosques de madeira conectados a uma grande passarela de concreto, compondo assim o local onde ocorrem os principais eventos da cidade, entre os quais o festival do camarão que ocorre no mês de julho e os festejos do carnaval.

Em relação ao sistema de transportes da cidade de Afuá e quase toda a região do Marajó, segundo Brasil (2006), limita-se ao marítimo e hidroviário. Praticamente não existe sistema viário na região, e a cidade e

núcleo populacional encontra-se isolado. É principalmente através dos rios que se faz o escoamento da produção e o transporte de pessoas, uma vez que na cidade há um pequeno aeroporto para aviões de pequeno porte que fazem voos irregulares. O arquipélago do Marajó, apesar de possuir grande parte da sua área próxima à Belém, se constitui em uma das regiões da Amazônia menos assistida pelo poder público e, como consequência, detentora de imenso passivo de infraestrutura educacional, saúde e saneamento, o que torna a vida do ribeirinho nessa região bastante difícil.

Figura 1 – O colorido das casas de Afuá

Fonte: Passos Neto, 2015.

Figura 2 - Praça Albertino Baraúna

Fonte: Passos Neto, 2016.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ: CULTURA PROJETUAL

Nos termos do Art. 118, da Constituição Federal do Brasil: "São órgãos da Justiça Eleitoral: I – o Tribunal Superior Eleitoral; II – os Tribunais Regionais Eleitorais; III– os Juízes Eleitorais; IV– as Juntas Eleitorais. " Por sua vez, segundo o caput do artigo 120 da referida constituição: "Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada Estado e no Distrito Federal. "Assim, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará é uma justiça especializada e um órgão do Poder Judiciário que cuida da organização do processo eleitoral, visando garantir o respeito à soberania popular e o exercício pleno à cidadania nos termos previstos na carta constitucional brasileira. Sua jurisdição abrange todo o Estado do Pará e o mesmo é composto por 106 Zonas Eleitorais com funcionamento na capital e no interior do estado.

Para falar da cultura institucional considero importante mencionar o Projeto de Melhoria de Infraestrutura Predial que foi implementado em 2009 e que tem provocado uma profunda transformação na infraestrutura predial, sobretudo nos imóveis dos cartórios eleitorais localizados fora da Sede, que somente foi possível graças à parceria estabelecida com o Poder Público Municipal, que disponibiliza os terrenos e com o legislativo federal, representado pela Bancada Federal Paraense que tem colaborado com a disponibilização do orçamento necessário para a realização das obras. O processo projetual utilizada na elaboração de projetos para a construção de cartórios eleitorais adotava uma metodologia baseada em precedentes, com o uso de protótipos, dado o elevado nível de similaridade entre os projetos novos e os antigos, sendo que essas similaridades residiam principalmente em relação ao programa e ao uso, principalmente em virtude das normatizações e regulamentações provocadas pelo CNJ e TSE.

Em razão da necessidade de se executar o orçamento dentro da vigência legal, a equipe de projeto da Seção de Engenharia elaborou dois modelos de projetos arquitetônicos padronizados para serem implantados conforme a dimensão do terreno e o valor orçamentário disponibilizado, o que favoreceu bastante uma maior agilidade do processo de execução de obras, uma vez que os projetos eram adaptados aos terrenos e em seguida era feita a atualização na planilha orçamentária. Nessa fase inicial, foram construídos aproximadamente dez cartórios eleitorais. Em 2011, após a execução dessa primeira etapa, a Seção de Engenharia realizou novas atualizações dos projetos padronizados, de modo a adequá-los à Resolução TSE de número 23.369/2011, que regulava o Plano de Obras, visando torna-lo mais flexível, surgindo, assim, a segunda geração de projetos padronizados, que possibilitou a construção de aproximadamente quinze novas unidades até o final do ano de 2014.

O advento da Resolução do Plano de Obras do tribunal resultou na consolidação de um programa de necessidades unificado para todos os cartórios do interior, atendendo, desse modo, uma determinação do Tribunal Superior Eleitoral que visava padronizar alguns itens de projeto de modo a garantir uma maior unidade entre os projetos de edificação de cartórios em todo o país, principalmente nos aspectos referentes às áreas mínimas e do número de ambientes. Assim a alternativa pelo processo de padronização de projetos buscava atingir os seguintes objetivos: simplificar e agilizar o processo de execução e fiscalização, bem como a otimizar custos.

DISCUSSÃO

O projeto de arquitetura sempre impacta o ambiente e as pessoas, tentar compreender a extensão, a natureza e a qualidade desses impactos é importante para se buscar adotar uma ação mitigadora dos resultados negativos. O processo de projeto tradicional, onde a representação gráfica, através de desenhos

possui maior importância que outros elementos que poderiam fazer parte do processo como, por exemplo, as especificidades do lugar e a opinião das pessoas que o habitam e o transformam em lugar para viver a partir da sua demarcação com seus hábitos, saberes e culturas. No conceito de espaço vivido, Malard (2006) define os lugares da nossa vida, como os lugares onde tivemos experiências significativas, sendo que as aparências cumprem um papel de evocar esses lugares vividos, cujas experiências de vida trouxeram algum significado. E essa vivência do ribeirinho é quem delimitará o que se chamará de lugar, espaço a ser percebido e investigado como importante fonte de conhecimento para o processo de projeto em arquitetura.

O propósito da arquitetura para Norbert-Schulz (1976) seria fornecer ponto de apoio existencial que propicie orientação no espaço e identificação com o caráter específico de um lugar. Oposto de alienação, o conceito de ponto de apoio existencial sugere que o ambiente é vivenciado como portador de significado. Segundo Norberg-Schulz (1976, p. 29) “o método da fenomenologia foi concebido como um retorno às coisas em oposição a abstrações e construções mentais”. Segundo Barros (2011, p. 38): “A ciência abstrai o que é dado para chegar a um conhecimento neutro e objetivo, mas isso perde de vista o mundo-da-vida cotidiana, que deveria ser a verdadeira preocupação dos planejadores e arquitetos”.

O processo de projeto tradicional geralmente não leva em conta a cultura local como importante referência do processo de projeto, uma vez que o mesmo se dá de fora para dentro, ou seja, o mesmo impõe soluções externas e estranhas à realidade dos usuários, o que, apesar de muitas vezes não se configurar uma má fé, dolo ou mesmo o produto da arrogância de uma classe de "notáveis", acaba reforçando uma cultura projetual em que o lugar é considerado apenas pelos seus condicionantes físicos. Dentre outros impactos que tal postura produz na vida dos usuários dos referidos projetos, também é digno de registro que, no caso de projetos para camadas populares, além do cotidiano de violência social em grande parte resultante das equivocadas políticas públicas, que muitas vezes estão bem mais voltadas para atender a interesses de grandes grupos da construção civil, a arquitetura também cumpre um importante papel, infelizmente, para o agravamento desse quadro. Dialogando também nessa linha, vale à pena registrar a contribuição de Aguiar, (2002. p. 85):

> [...]E está pois aí a ambigüidade; muito embora o manejo do espaço seja o mais específico da profissão do arquiteto – razão maior de projetos arquitetônicos corresponderem ou não ao previsto – a noção corrente, vox populi, de arquitetura é predominantemente associada à imagem, uma imagem arquitetônica, a aparência do objeto, a dimensão de representação. Esse predomínio da dimensão estética da arquitetura sobre a espacialidade é ainda exacerbado nos tempos atuais, onde espetáculo e consumo associados dão as cartas. [...]

Vargas (2003, p.2) reforça essa percepção da associação do arquiteto nesse processo de produção de arquitetura institucional onde “os clientes mais significativos” não são os usuários, apesar de ser estes que vão conviver no referido espaço edificado, mas o agente detentor do poder político do momento ou representantes do empresariado. Ao apresentar o seu conceito de evento em seu ensaio sobre "alma espacial", Aguiar (2002), defende o uso das "linhas de movimento" da edificação como ponto principal do estudo do espaço, uma vez que compreende que toda edificação traz informação social e cultural em sua configuração espacial. Nessa mesma linha, porém de forma mais contundente, contrário à imposição de modelos pré-definidos a contextos diferentes e consequentemente em defesa da importância do protagonismo também dos usuários no processo de projeto, Montaner (2001, p. 160), assim se manifesta:

> [...] "Definitivamente não se podem impor modelos de um contexto a outro: cada lugar deve ter a possibilidade de gerar suas próprias soluções, relacionadas à sua cultura, ao seu meio, às suas técnicas e aos seus recursos, e qualquer solução é dificilmente generalizável. É o imperialismo industrial que converte inclusive produtos verdes em produtos multinacionais impostos a contextos distinos". [...]

No âmbito das ações públicas voltadas para a produção de moradia na Amazônia, há ainda muito a se avançar no sentido de garantir que tais intervenções tragam no seu bojo elementos abstraídos do modo de viver e a cultura local, conforme observam Silva e Dória (2012, p.311):

> Este trabalho procurou demonstrar a necessidade de respeitar o modo de viver ribeirinho nas ações de moradia na Amazônia, destacando a relevância de ações públicas convergentes com características do modo de viver das comunidades ribeirinhas, marcadas por sua herança cultural, expressa principalmente por suas construções de moradia em palafitas. Em geral, as intervenções públicas ainda não conseguem refletir tal particularidade para a consolidação da preservação da história, cultura e principalmente da identidade local desta região, nem mesmo estudos e reflexões sobre a forma de morar o fazem.

No caso das intervenções do Poder Público referente à elaboração de projetos voltados para a construção de prédios públicos também padece dos mesmos problemas onde são muito comuns a implementação de edifícios autistas, no sentido de que são incapazes de estabelecer qualquer diálogo com o lugar e a sua cultura, para atender às áreas da educação, saúde, justiça, etc. É urgente a necessidade de uma tomada de consciência com vistas à mudança de paradigma nos processos voltados para concepção de projetos de arquitetura para edifícios públicos, de modo a garantir que o respeito à identidade e à cultura do lugar sejam insumos necessários nesse processo.

METODOLOGIA

As etapas de pesquisa foram condicionadas à concepção e desenvolvimento de projeto arquitetônico bem como a implantação do cartório em Afuá (PA), por isso, tem-se Pesquisa bibliográfica; Pesquisa documental; Aplicação do método etnográfico e Aplicação de questionários, além da realização de oficinas com a população local, com equipe de projeto e com a gerência do TRE-PA visando a apropriação e percepção dos usuários acerca do espaço concebido e a percepção dos servidores acerca da metodologia projetual adotada. A obtenção dos dados da pesquisa se deu a partir do uso de diferentes procedimentos como forma de tentar assegurar aos resultados obtidos, um maior grau de confiabilidade e qualidade (GIL, 2007). Nesse sentido, os procedimentos utilizados consistiram no uso das seguintes técnicas de pesquisa, como a pesquisa bibliográfica, documental, registro fotográfico, realização de oficinas, com a aplicação de questionários, com perguntas abertas aos moradores de Afuá e à equipe de projeto do Tribunal Regional Eleitoral.

Trata-se de uma pesquisa com discurso analítico do projeto de arquitetura associado à utilização de técnicas de pesquisa por meio de visita exploratória, observação, aplicação de questionários abertos, diretos e não assistidos.

Figura 3 – Realização de oficina com moradores

Fonte: Passos Neto, 2016.

Acima, foto da realização de oficina com moradores de Afuá, onde foram aplicados questionários abertos com o objetivo de tentar identificar de que modo os moradores perceberam o projeto do Fórum Eleitoral.

RESULTADOS

Considerando que se trata de pesquisa qualitativa, em decorrência disso, há um grau muito elevado de subjetividade nos resultados dos questionários, por essa razão foram agrupados os resultados obtidos por elementos que guardem entre si similaridades conceituais, a fim de facilitar a análise. A apresentação dos resultados foi dividida em duas partes em que são apresentadas as percepções dos usuários e potenciais usuários sobre a implantação do projeto do Fórum Eleitoral de Afuá e os resultados da percepção da equipe de projeto e gerentes sobre o processo projetual e os resultados do projeto, apesar da obra ainda estar em fase de conclusão, tal situação não impediu que fossem feitas as oficinas, que por sua vez, se utilizaram de recursos visuais, fotográficos, e mesmo a própria obra, durante a aplicação dos questionários.

Tabela 1: Percepção dos moradores sobre a implantação do projeto do fórum eleitoral de Afuá

Questão	Categorias	Quant	Respostas principais
O que você gostou?	Adequação à cidade/cultura	03	1. Adaptação do projeto do cartório eleitoral à realidade do município, a exemplo da construção de um bicicletário para melhorar o atendimento às necessidades dos eleitores. 2. Gostei da obra ter se adaptado à realidade local.
	Acessibilidade	03	1. A frente do prédio, rampa para deficiente.

	(cidadania)		2. A parte que eu gostei foi a lateral que teve a entrada de cadeirante.
	Utilidade	04	1. Gostei do projeto como um todo por um motivo de necessidade da cidade e até mesmo para a população saber identificar onde e como funciona o trabalho. 2. O projeto é muito interessante para toda a nossa comunidade, que vai ajudar a proporcionar um ótimo trabalho para todos que precisam dessa instituição. Vai ficar ótimo para todos.
	Estética	05	1. A obra em si mostra o projeto de arquitetura. Que mostra o prédio em sí bonito. Gostei do conjunto da obra ao todo. 2. Bom o projeto é muito importante para o município, gostei. É uma inovação para a cidade, muito lindo.
O que você não gostou?	Respostas gerais	03	1. Poucas salas 0. 2. Proximidade da escada
O que você mais gostou?	Adequação à cidade/cultura	03	1. O que mais gostei foi o fato da obra estar com as características locais. 2. A parte que eu mais gostei foi a parte do pátio que foi muito bem construído visando a forma da cidade.
	Estrutura predial	05	1. Os espaços internos bem distribuídos no projeto arquitetônico. 2. Tá ótimo todas as estruturas muito boa.
	Estética	05	1. Foi a frente do prédio que saiu perfeito como devia ser feito. 2. Bom, gostei mais da frente. Pois ela vai trazer uma beleza simples para o cartório e uma nova estrutura para os prédios.
O que você acha que faltou?	Mais espaço	04	1. Mais salas 2. Um espaço maior
	Segurança	01	1. A colocação de muro ou cerca nos arredores do prédio, para melhorar a segurança no local. A construção de uma passarela entre o prédio do fórum e o novo cartório eleitoral, para facilitar o acesso entre suas dependências.

Outras considerações	Estrutura interna	02	1. Uma rampa para a caixa d'água.
	Utilidade	07	1. Quem vai ganhar com esse projeto somos todos nós, da cidade de Afuá. Parabéns pelo trabalho. 2. E que no final, o Fórum seja inaugurado e Afuá seja o grande favorecido com mais essa obra.
	Estética	3	1. Bom é uma obra muito linda e simples. Irá ajudar muito. 2. Devido ao prédio do TRE as minhas considerações e meu ponto de vista ta tudo bonito e bem estruturado e bem projetado.
	Transparência	1	1. Obrigado pelo projeto e agora dessa forma que nos foi apresentado sabemos que onde estar nosso imposto pago e tudo mais. E sem mais delongas Parabéns!

Tabela 2: Percepção da equipe de projeto e de servidores sobre o processo projetual e o projeto de Afuá

Questão	**Categorias**	**Quant**	**Respostas principais**
O que você achou da decisão de uma mudança de padrão de projeto arquitetônico para Fórum Eleitoral de Afuá?	Adequação ao lugar	04	1. Foi uma decisão acertada. Nenhum projeto padrão implantado em outras cidades do Pará poderia ser implantado em um local tão singular como a cidade de Afuá sem nenhuma adaptação. 2. Um desafio. Cotidianamente devido as demandas e prazos curtos para a realização dos projetos acaba-se optando por padrões arquitetônicos (os ditos modelos previamente elaborados e que em teoria deveriam facilitar o trabalho) que são apenas inseridos e adaptados a terrenos, nem sempre resultando na melhor solução para o local.
Cite pontos positivos	Uso de recursos locais	01	1. Possibilidade de utilização de materiais, mão de obra e técnicas regionais, tais como, madeiras da região na confecção de esquadrias, peças de madeira de telhado e guarda-corpos.
	Projeto adaptado ao local	03	1. Privilegiou o Regionalismo. Não era a proposta criar um prédio com mais ênfase à plástica que a funcionalidade, ou que tivesse um caráter mais "artístico". Também não se optou por um prédio com caraterísticas mais modernas (grandes áreas envidraçadas, platibandas, estruturas aparentes, etc.). Dessa forma o prédio não será um "objeto estranho"

			ao local. 2. Por buscar inserir-se no espaço, como dito anteriormente, dialoga com a paisagem (fato muito importante no respeito a dinâmica do ambiente onde está inserido). Desconstrói a ideia de edifício público unicamente funcional.
	Atenção ao usuário	01	1. O processo projetual diversificou a proposta, atenta mais para o usuário do edifício.
Cite pontos negativos	Tempo de elaboração	01	1. Maior gasto de tempo da equipe técnica com a formulação de um projeto totalmente novo; Tempo e flexibilização para que a proposta seja desenvolvida.
	Custo do projeto e logística de deslocamento	01	1. É elevado o custo de se construir em locais de difícil acesso como esse. Além disso, a fiscalização da obra também é dificultada em função do grande deslocamento necessário para se chegar ao local.
	Integração com a equipe	01	1. Necessita de uma boa interação com a equipe envolvida
O que representou em sua vida profissional o desenvolvimento do projeto arquitetônico do Fórum de Afuá?	Aprendizado sobre peculiaridade de projeto	01	1. Oportunidade de aprendizagem sobre a necessidade de atenção às peculiaridades regionais e as dificuldades logísticas de cada obra em particular.
	Satisfação por propiciar utilidade e conforto aos usuários	01	1. Um dos fatores que faz um profissional sentir-se realizado com seu trabalho é saber que seu projeto beneficiará outras pessoas. Essa obra dará um lugar mais confortável para os usuários internos e externos.
	Aula de projeto	01	1. Uma aula de projeto muito produtiva (no qual tive que escutar e paradoxalmente ser autodidata) e o início de uma busca pessoal por aprender a desenvolver projetos sem pré-padrões estabelecidos, pois como concluinte do curso de arquitetura sempre tive esse incomodo em se há uma fórmula milagrosa em se projetar e a maneira cada vez mais maquinal em que os edifícios vêm sendo produzidos.
	O projeto inseriu o contexto urbano na arquitetura	01	1.Tal projeto destacou a importância para a concepção projetual da relação entre o contexto urbano inserido à arquitetura como forma de evitar a distorção arquitetônica das tipologias vernaculares presentes.
O que você gostou?	Funcionalidade	02	1. Preservação da funcionalidade da circulação interna, da facilidade dos acessos ao público em geral e ao depósito de urnas, 2. Do projeto como um todo. O leiaute é bastante prático para as atividades da Justiça Eleitoral.
	Acolhimento	01	1. do amplo pé direito da área de atendimento e da área avarandada, quebrando a sisudez dos prédios

			institucionais e dando um ar de acolhimento ao público externo.
	Incorporação de elementos da tipologia e da arquitetura local	04	1. O prédio parece flutuar sobre o terreno uma vez que os elementos de fundação ficam encobertos pelo piso em balanço. Valorizou-se a arquitetura da comunidade utilizando materiais com maior durabilidade. 2. Os elementos inspirados na arquitetura do local, como a cobertura, esquadrias em madeira, varanda e o guarda-corpo.
	O desafio da elaboração do projeto	01	1. O que mais me impressionou foi o desafio único de idealizar um projeto em um local de difícil acesso em que o meio marítimo é único para o transporte de material e agregado.
O que você não gostou?	Nº de banheiros para uso interno	01	1. Não haver banheiros separados por gênero para o público interno.
	Tamanho do terreno	01	1. As dimensões do terreno não permitiram um projeto paisagístico onde se pudessem usar maiores variedades da vegetação regional.
	Uso de grades	01	1. A necessidade de colocar grades nas aberturas o que acaba desconfigurando o partido arquitetônico.
	Dificuldade de acesso ao local	01	1. A dificuldade na implementação do projeto foi algo que tornou em desafio macro para a administração; entretanto, esse desafio veio compensado com a realidade vivenciada de se consolidar um projeto com cunho ambiental em uma área de difícil acesso e ausente de políticas públicas.
O que você acha que faltou?	Incluir mais um banheiro para uso interno	01	1. A inclusão de mais um banheiro para o público interno.
	Usar mais recursos de sustentabilidade	01	1. Poderíamos ter estudado melhor a possibilidade de adotar soluções para economia de energia elétrica e/ou utilização de células fotovoltaicas e reaproveitamento de águas da chuva.
	Mais vagas no bicicletário	01	1. Bicicletário com mais vagas e melhorias no paisagismo
	Projeto com maior amplitude	01	1. Creio que o projeto poderia ser mais futurista na questão do espaço físico com maior amplitude.
Qual a sua expectativa em relação à obra	Melhoria da qualidade de trabalho e prestação dos serviços	01	1. Melhoria da prestação de serviços da Justiça Eleitoral. Melhoria das condições de trabalho dos servidores.

concluída?	Maior satisfação do usuário	02	1. Maior satisfação do público.
	Durabilidade	02	1. Uma obra bem executada, bela e funcional.
	Referência para projetos institucionais	03	1. Também que o projeto se torne referência para futuras construções institucionais na cidade. 2. Colaboração como exemplo na elaboração de projetos mais ligados a realidade de cada local, isto diversifica a produção arquitetônica e proporciona uma busca por soluções especificas ao entender como o ambiente onde o edifício está sendo inserido se comporta.
Você tem uma opinião sobre o que significa para a população de Afuá o projeto ter sido desenvolvido especialmente para lá?	Valorização da cidade	02	1. Afuá é um município que tem uma representatividade eleitoral baixa e com isso a governança pública não o alcança. Certamente, o belo projeto e a edificação dessa obra em um local de visibilidade frontal daquele município servirá como marco para a valorização do município. 2. Acredito que o cartório executado será funcional, por atender as necessidades da população com os seus serviços, e será também um marco arquitetônico resultantes das condicionantes e peculiaridades da cidade.
	Identificação do usuário	02	1. representou um desafio na composição de uma obra que fosse ao mesmo tempo funcional como órgão público e não ferisse a identidade da população em sua produção arquitetônica. 2. A utilização de elementos da arquitetura local fará com que o usuário externo se identifique com o imóvel e se sinta à vontade para visita-lo e utilizá-lo. Além disso, como a obra foi executada em um local que recebe poucos investimentos em obras públicas de qualidade creio que o projeto contribuirá para aumentar a sensação de valorização da população local.
	Melhor atendimento para a população e conforto aos servidores	01	1. Um melhor atendimento aos eleitores e maior conforto aos servidores.
	Maior preservação do bem público	01	2. A população certamente não tem consciência deste fato, mas acredito que se for feito e/ou mantido no local algum tipo de exposição do fato, através de um banner ou placa alusiva/informativa, isto poderá contribuir até com o aspecto da população ter uma preocupação com

			a preservação (não depredação) predial.

Perceber a estratégia projetual e identificar elementos da cultura local e das características do lugar em um prédio destinado a atender ao público, foi bem recepcionado pelo grupo, conforme pode ser percebido nas respostas sobre a questão que indaga sobre: “o que você gostou”, confirmam que os entrevistados perceberam e valorizaram a estratégia de apropriação de elemento do lugar no projeto do Fórum Eleitoral, como a tipologia da arquitetura local, o que reforça a defesa de alguns autores acerca da importância da arquitetura tentar viabilizar uma identificação com os elementos marcantes do lugar.

Assim, a análise do conjunto de respostas apresentadas nos questionários forneceram bastantes elementos que evidenciam que, de um modo geral, a proposição para o Fórum Eleitoral foi compreendida pelos entrevistados, assim como, houve uma receptividade à proposta de projeto de edifício público que quebra a tradição da formalidade excessiva, no sentido de permitir tentar se estabelecer algum diálogo com o lugar no processo projetual.

CONCLUSÕES

Partindo do primeiro objetivo específico que visou incorporar o conceito de lugar no processo de concepção arquitetônica, ficou evidenciado nos resultados das oficinas onde foram apresentados relatos dos membros da equipe acerca da mudança de padrão do projeto em Afuá, não só a compreensão da metodologia, mas, mais que isso, entendeu a importância do conceito de lugar no resultado final do projeto do Fórum de Afuá. “Nenhum projeto padrão implantado em outras cidades do Pará poderia ser implantado em um local tão singular como a cidade de Afuá sem nenhuma adaptação”, o testemunho de um dos membros da equipe atesta a forma como o grupo percebeu a interação com o lugar no projeto.

Avaliar a percepção do morador acerca da proposição projetual de Afuá também foi um dos objetivos pretendidos na pesquisa e a metodologia utilizada com o recurso das oficinas para aplicação de questionários foi bastante eficaz no sentido de que foi possível captar essa percepção nas várias questões trazidas pelo questionário, conforme pode ser identificado em algumas respostas. “Eu gostei da forma como foi elaborado o projeto visando a forma como são construídas as outras moradias e instituições públicas”/ “O que mais gostei foi o fato da obra estar com as características locais”, assim como essas respostas, as demais deixam claro que foi possível medir a forma como os entrevistados perceberam o projeto apesar da obra ainda se encontrar em fase de execução, além disso, o resultado dessas percepções indicaram que além da compreensão do projeto, houve também uma aprovação da estratégia utilizada pela equipe de projeto. O processo de projeto do fórum eleitoral de Afuá representou uma quebra de paradigma da cultura projetual institucional no sentido de que inovou o processo ao trazer um novo conceito ao processo de projeto, qual seja, a inclusão do lugar como estratégia de humanização do processo projetual. A expectativa é de que os resultados possam sensibilizar a instituição quanto à necessidade de se adotar um novo enfoque no processo e também contribuir para a discussão de outros processos institucionais diversos.

A experiência de Afuá trouxe grandes contribuições ao processo de concepção projetual da equipe de projeto do Tribunal Regional Eleitoral do Pará bem como à cultura administrativa do órgão, no sentido de que demonstrou que é possível quebrar paradigmas projetuais e garantir a elaboração de proposição de qualidade que atenda aos requisitos internos de funcionalidade sem perder de vista o principal

demandante que é o morador da cidade, usuário ou não dos serviços eleitorais. Uma prática que procure enxergar para além das rotinas processuais, se permitindo reinventar metodologicamente e testar hipóteses que venham melhorar a avaliação do usuário sobre as atividades de implantação de fóruns eleitorais nos diversos locais desse estado continental. Se esse aprendizado oriundo do processo de Afuá será assimilado e cultivado como um valor institucional por parte da administração do tribunal, como cultura remanescente na instituição é uma pergunta que será encaminhada ao tempo que reúne as melhores condições para responder, contudo, no que cabe à equipe de projeto, é importante que a mesma procure atuar de forma proativa e interessada em buscar permanentemente meios para tornar o importante trabalho de projetar espaços uma forma de construir lugares que façam sentido e tragam significado, sobretudo para o usuário final.

Desta forma, os resultados obtidos na pesquisa, evidenciam que os projetos de edifícios institucionais assim como projetos habitacionais também podem procurar dialogar com as realidades locais no sentido de tentar abstrair elementos que possam agregar mais qualidade e identificação da comunidade local, sem, no entanto, ter que abrir mão dos recursos de tecnologias, economia de materiais e de bons precedentes projetuais já experimentados pela instituição em outros projetos. A adoção do conceito de lugar como ponto de partida para a discussão de processo de projeto institucional certamente não deve ser um fim em si mesmo, até porque muitos condicionantes projetuais podem reduzir a margem de adequação a certas realidades locais, porém, já pode se considerar um passo importante por parte dos gestores públicos o reconhecimento da necessidade de incorporar ao processo projetual alguma forma de participação tanto dos potenciais usuários como da comunidade local, além da sua cultura e realidades pontuais do local.

A adoção de uma nova metodologia de um processo projetual aberto, no sentido de que busque oportunizar o diálogo com outros saberes, poderá não significar a garantia da produção de proposições blindadas de problemas ou mesmo equívocos projetuais, contudo, representará a abertura de uma importante janela por onde poderá fluir um permanente refinamento do processo projetual de edifícios públicos e com isso, viabilizar a produção de maior qualidade e consequente satisfação do principal financiador e demandante da ação pública, o cidadão.

REFERÊNCIAS:

BARROS, Raquel Regina Paula Martini. **Habitação coletiva**: a inclusão de conceitos humanizadores no processo de projeto. São Paulo: Annablume, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. Governo Federal. PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL **SUSTENTÁVEL PARA O ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ**: resumo executivo da versão preliminar para discussão nas consultas públicas / Governo Federal, Grupo Executivo Interministerial. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

MALARD, Maria Lúcia. **As aparências em arquitetura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MONTANER, J. M. **Depois do Movimento Moderno**: arquitetura da segunda metade do século XX. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Nuevos caminos de la arquitectura**: existência, espacio y arquitectura. Barcelona. Ed. BLUME, 1975

SILVA, Andréia Neves da; DÓRIA, Rosie. Cultura local na Amazônia: considerações à respeito das ações da área de habitação e adversidade do modo de viver da região do Marajó. In: SANTANA, Joana Valente; HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran do Socorro Farias de (org.). **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia**. Belém: Edfupa, 2012. P. 301 a 313.

VARGAS, Heliana Comin. Da arquitetura corporativa à cidade corporativa. **Anais** do 51º Congresso de Americanistas. Simpósio: "A CIDADE NAS AMÉRICAS,PERSPECTIVAS DA FORMA URBANÍSTICA NO SÉCULO XXI". Santiago, Chile,Julho de 2003. Disponível em: http://www.fau.usp.br/depprojeto/labcom/produtos/2002_vargas_arquitetura_cidade_corporativa.pdf. Acesso em 27 de ago. de 2016.

Salvador - 2018

RACIOCÍNIO CONSTRUTIVO E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

CONSTRUCTIVE REASONING AND THE TEACHING AND LEARNING PROCESS IN ARCHITECTURE AND URBANISM

RACIOCINIO CONSTRUTIVO Y EL PROCESO DE ENSEÑANZA Y APRENDIZADO EN ARQUITECTURA Y URBANISMO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

GUIMARÃES, Ramon Paes

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU/UFMG; Professor do IFMG - Santa Luzia

ramon.guimaraes@ifmg.edu.br

RACIOCÍNIO CONSTRUTIVO E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

CONSTRUCTIVE REASONING AND THE TEACHING AND LEARNING PROCESS IN ARCHITECTURE AND URBANISM

RACIOCINIO CONSTRUTIVO Y EL PROCESO DE ENSEÑANZA Y APRENDIZADO EN ARQUITECTURA Y URBANISMO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:

Partindo do princípio de que todo objeto arquitetônico precisa ser construído, este artigo explora definições conceituais sobre forma, estrutura e projeto arquitetônico para defender a importância do raciocínio construtivo para a criatividade e a solução dos problemas que os arquitetos se dispõem a resolver com mais consistência em termos de sustentabilidade, tempo, ética, flexibilidade e outros aspectos importantes. No entanto, desde a Renascença, parece existir uma tendência para que os arquitetos afastem gradativamente do universo da construção, incialmente em termos de atuação técnica direta e, posteriormente, em termos de abordagem nos próprios projetos arquitetônicos. Nesse sentido, é sugerido que tal tendência pode ser revertida na formação dos arquitetos por meio de abordagens didáticas em exercícios de projeto que favorecem o raciocínio construtivo, tanto do planejamento quanto na condução do mesmo, principalmente acerca do Plano de Ensino, conhecimentos prévios e motivação. É esperado que os entendimentos aqui apresentados e sugeridos contribuam em métodos e abordagens didáticas de maneira que os arquitetos sejam formados não apenas com maior entendimento sobre construção, mas sobretudo com maior consciência e responsabilidade sobre suas escolhas e decisões.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura e urbanismo; ensino; raciocínio construtivo.

ABSTRACT:

Assuming that every architectural object must be constructed, this paper explores conceptual definitions of form, structure, and architectural project to defend the importance of constructive reasoning for creativity and the solution of the problems that architects are willing to solve more consistently in terms sustainability, time, ethics, flexibility and other important aspects. However, since the Renaissance, there seems to be a tendency for architects to gradually move away from the construction universe, initially in terms of direct technical action and later in terms of approach in the architectural designs themselves. In this sense, it is suggested that such a trend can be reversed in the training of architects through didactic approaches in design exercises that favor constructive reasoning, both in planning and in conducting it, especially regarding the Teaching Plan, previous knowledge and motivation. The understandings presented and suggested here are expected to contribute to didactic methods and approaches so that architects are formed not only with greater understanding of construction, but more consciously and responsibly about their choices and decisions.

KEYWORDS: *architecture and urbanism; teaching; constructive reasoning.*

RESUMEN:

A partir del principio de que todo objeto arquitectónico necesita ser construido, este artículo explora definiciones conceptuales sobre forma, estructura y proyecto arquitectónico para defender la importancia del razonamiento constructivo para la creatividad y la solución de los problemas que los arquitectos se disponen a resolver con más consistencia en términos de sostenibilidad, tiempo, ética, flexibilidad y otros aspectos importantes. Sin embargo, desde el Renacimiento, parece existir una tendencia para que los arquitectos alejen gradualmente del universo de la construcción, principalmente en términos de actuación técnica directa y, posteriormente, en términos de abordaje en los propios proyectos arquitectónicos. En este sentido, se sugiere que tal tendencia puede ser revertida en la formación de los arquitectos por medio de enfoques didácticos en ejercicios de proyecto que favorecen el razonamiento constructivo, tanto de la planificación y la conducción del mismo, principalmente acerca del Plan de Enseñanza, conocimientos previos y motivación. Se espera que los entendimientos aquí presentados y sugeridos contribuyan en métodos y enfoques didácticos de manera que los arquitectos sean formados no sólo con mayor entendimiento sobre construcción, sino sobre todo con mayor conciencia y responsabilidad sobre sus elecciones y decisiones.

PALABRAS-CLAVE*: Arquitectura y urbanismo; enseñanza; raciocinio constructivo.*

ARQUITETURA, PROJETO E CONSTRUÇÃO

Este trabalho parte do entendimento por Arquitetura como todo tipo de construção feita para abrigar as diversas atividades humanas, independente de valores estéticos, artísticos, culturais e intelectuais. Uma característica intrínseca de todo esses objetos é que eles possuem *forma*, isto é, contornos, superfícies e volumes. O termo *forma* também remete à configuração característica dos seres e das coisas, como decorrência da estruturação das suas partes[1]. Percebe-se que a noção de forma e estrutura se aplica tanto à união quanto à desunião das partes, como na arte da escultura, em que a forma é resultado da supressão de partes previamente estruturadas. Embora isso seja válido para qualquer tipo de forma, as do mundo material somente existem quando há o equilíbrio das forças físicas atuantes sobre a matéria que as compõem. Assim, nem todas as formas abstratas são possíveis no mundo real e, para aquelas que são, somente são dentro de limites das propriedades dos materiais, dimensões e técnicas específicas para modificar seus contornos. Nota-se, assim, que forma e construção são aspectos inexoráveis a qualquer objeto arquitetônico, sendo a primeira dependente das condições da segunda.

As partes que compõem as formas arquitetônicas são, assim, constituídas de materialidade. Todas elas precisam ser modificadas e dispostas de maneira organizada e estruturada, o que pode ser feito por meio de técnicas que permitem deslocar, unir, desunir, retificar, curvar, esticar, comprimir, modelar (dar a forma de algum contorno específico) e transformar propriedades físicas (enrijecer, amolecer etc.). Para ser construído, é necessário que exista trabalho organizado e especializado realizado em determinadas etapas e sequências. Em outras palavras, é preciso que seja feito o uso de técnicas e/ou tecnologias[2], que podem ter diferentes níveis de complexidade, dificuldade e disponibilidade de acordo com cada contexto.

Outro esclarecimento necessário é a distinção entre arquitetura e projeto de arquitetura. Por se tratar de objetos construídos, a arquitetura necessariamente faz parte do mundo real. Já o conjunto de ideias e documentos que compõem os chamados projetos arquitetônicos são intenções, abstrações, estudos e simulações baseadas em princípios matemáticos e físicos, assim como a valores sociais e culturais, e representadas por meio de desenho (manual ou virtual, bidimensional ou tridimensional), modelos físicos reduzidos (maquetes) e, mais recentemente, modelos virtuais[3]. Ressalta-se que o fato de não existir esse tipo de documento não significa que não houve projeto (no sentido de plano), mas apenas que ele não foi registrado dessa maneira. Nesse sentido, para toda construção, sempre haverá um plano, mesmo que fique apenas na mente daquele que pretende construir e não seja totalmente claro para o mesmo. Evidentemente, quanto maior o grau de complexidade, mais difícil será organizar as ideias e o plano apenas mentalmente, o que torna os registros importantes para quem está projetando, para outras pessoas opinarem a respeito

[1] O termo *forma* também é utilizado para tratar de noções abstratas, como no platonismo e em linguagens metafóricas, mas sempre com a ideia de partes organizadas e estruturadas dentro de princípios, regras e leis. *Estrutura*, por sua vez, advém do latim *structure*, que significa organização, disposição, arranjo. Nota-se que *stru-* está presente em outras palavras, cujos significados também remontam à construção, como *instrução* (empilhamento ou acúmulo de conhecimentos), *obstrução* (*ob-*, "à frente de", que trata do empilhamento de objetos na frente de algo) e *destruir* (*des-*, "oposição", que trata do desempilhamento).

[2] *Técnica* entendida aqui como o conjunto de procedimentos ligados a uma arte ou ciência, incluindo maneiras, movimentos, destreza e habilidades; e *tecnologia* como qualquer técnica complexa, geralmente associada à utilização de instrumentos, ferramentas e equipamentos complexos operados por pessoas ou automáticos, como máquinas, computadores, robôs etc.

[3] O próprio termo *projeto* deriva do latim *projectus*, que quer dizer ação de lançar para a frente, de se estender, planejar, o desejo ou a intenção de fazer ou realizar algo no futuro (HOUAISS, 2009).

(projetistas parceiros, investidores, clientes e público em geral) e para aqueles que executarão de fato (mestres de obra, pedreiros, carpinteiros, serralheiros etc.). Além disso, não existe uma transformação do projeto em arquitetura, mas sim tentativas de projetar considerando o máximo de informações do mundo real e de construir considerando o máximo de informações projetadas.

Forma e construção são, assim, dois aspectos intimamente ligados à arquitetura e, por isso, devem ser considerados no projeto. Existem abordagens para projetar que consideram que eles podem ser tratados sequencialmente, primeiro a forma e depois a construção. No entanto, o que parece ser mais adequado é o raciocínio sobre forma e processos construtivos de maneira simultânea – ou praticamente simultânea –, o que será tratado aqui como *raciocínio construtivo*. A seguir serão apresentados os argumentos que tentam demonstrar isso.

Isso se explica primeiramente pelo argumento apresentado acima de que forma é dependente da construção, assim como uma viagem é dependente do trajeto e do meio de deslocamento, uma receita culinária é dependente do modo de preparo e dos ingredientes, e assim por diante. Dentre todas as formas imaginadas, somente aquelas que são possíveis ou viáveis de serem construídas podem ser utilizadas de fato no mundo real sensível[4]. Quando isso não ocorre, existem apenas duas alternativas que permitem a viabilização do projeto no mundo real: 1) Por meio da busca por alguma maneira de viabilizar os aspectos que inviabilizam a forma que, no caso de inviabilidade técnica ou tecnológica, significa buscar alguma outra desconhecida até então ou, de alguma maneira, criar uma nova; 2) Por meio da alteração parcial ou total da forma, o que inclui os aspectos geométricos de contorno das partes ou do todo e aspectos de propriedades físicas dessas partes. Um segundo argumento – como derivação do primeiro – relaciona-se à ideia de que, mesmo que seja possível e viável em termos técnicos, normativos, legais, financeiros e de interesses dos envolvidos, algumas implicações e consequências podem ser negativas – ou não serem a melhor alternativa dentro do universo de possibilidades construtivas –, como em termos de nível de dificuldade, tempo, custos, segurança de trabalho, consumo energético, logística, desperdício e outros temas relevantes. Assim como para o primeiro argumento, quando implicações negativas dessa natureza ocorrem, existem apenas duas alternativas no projeto: ajustar ou criar processos construtivos ou formas. Outro argumento se relaciona à capacidade de evolução do objeto, que é significativamente influenciada pela forma pré-existente, no sentido de que toda forma final é o ponto de partida para uma evolução. Assim, existem determinadas formas que facilitam futuras evoluções e manutenções, enquanto outras dificultam, desestimulam ou até mesmo impossibilitam.

Além disso, existem diversos estudos que apontam que importantes inovações arquitetônicas historicamente estiveram intimamente ligadas aos processos construtivos. Addis (2009), por exemplo, demonstra por meio de diversos exemplos desde a antiguidade até a contemporaneidade quais os principais avanços técnicos e científicos (em matemática, geometria, física, materiais, ferramentas, equipamentos, tecnologias etc.) que permitiram a construção de novas formas e modos de organização dos espaços resultantes. Ferro (2006), por sua vez, apresenta a construção de objetos arquitetônicos dentro do universo

[4] Por possibilidade ou viabilidade construtiva, entende-se todo o conjunto de fatores que permitem a construção, como conhecimento científico, técnico e tecnológico, propriedades dos materiais, disponibilidade de recursos materiais e humanos, bem como valores e interesses individuais, de grupos sociais, regulamentos, normas, leis, dentre outros, mesmo que tecnicamente seja possível. Por exemplo, por mais que seja possível tecnicamente construir um arranha-céu de 100 andares, sua construção não é possível em qualquer local devido a fatores como custos, interesses econômicos e legislação.

de relações sociais e dos modos de produção da sociedade, evidenciando relações de dominação e poder, com fortes implicações sociais e éticas. É nesse sentido que o raciocínio construtivo demonstra outro papel importante, o de ser um recurso para a geração de ideias criativas importantes não apenas para a arquitetura em si, mas para relações e meios de produção socioeconômicos. Isso ocorre porque é possível que os problemas que a arquitetura pode resolver se encontrem em esferas muito maiores que a do próprio objeto. Além disso, a criatividade se relaciona, dentre outros fatores, ao pensamento divergente, aquele que busca encontrar soluções ao problema em conhecimentos sobre os mais diversos assuntos acumulados na memória por meio de analogias, princípios e lógicas semelhantes, isto é, por tudo o que pode ser aproveitado de alguma maneira[5]. Novas formas podem surgir por meio de novos modos de construir vislumbrados a partir de conhecimentos sobre como coisas diversas funcionam e como essas coisas ou seus princípios de funcionamento poderiam ser aplicados para a construção de objetos arquitetônicos. Esse modo de pensar, assim, pressupõe considerar os processos de transformação da forma, tanto para gerar a forma considerada como finalizada quanto para alterações futuras da mesma, e não apenas o produto.

Analisando-se o modo como os projetos arquitetônicos são elaborados, nota-se que o raciocínio construtivo sempre existe. A questão, no entanto, está no nível de abordagem. Por exemplo, quando duas linhas paralelas são utilizadas para representar uma parede, a pessoa pode ter considerado apenas uma forma genérica que pode ser construída de diversas maneiras. De todo modo, por mais simples que possa parecer, houve um raciocínio que considera, implicitamente, determinados materiais e geometria em função de técnicas e tecnologias – mesmo que conhecidas apenas superficialmente – que essa pessoa sabe que são possíveis e viáveis. Essa mesma parede também ser projetada considerando pormenorizadamente cada um dos elementos constituintes e buscando utilizá-los de modo mais racional e lógico, mesmo que eles não sejam totalmente representados. Esse mesmo tipo de abordagem pode ser conduzido em todo o projeto, fazendo com que todas as decisões sejam feitas racionalmente em termos de sustentabilidade (econômica, social e ambiental), tempo, ética, flexibilidade dentre outros aspectos importantes e paralelamente a outras questões inerentes à forma, como a estética. É importante destacar que esse modo de pensar e abordar não se limita a objetos arquitetônicos, mas sim a qualquer escala, como desenho industrial, projeto de interiores, arquitetura, desenho urbano e planejamento urbano, evidentemente com suas respectivas especificidades, como tratado por Lawson (2011, p. 60). Ou seja, mais do que uma maneira de abordar projetos arquitetônicos, trata-se de um modo de pensar sobre qualquer objeto a ser construído ou modificado.

O raciocínio construtivo, assim, corresponde à avaliação crítica segundo o aspecto construtividade, que ocorre por meio da busca pela resposta das seguintes perguntas para cada possibilidade de forma elaborada: 1) *como a forma é feita?* 2) *Esse modo de fazer é adequado?* e 3) *Existem alternativas?*

[5] Lubart (2007) caracteriza o pensamento divergente como uma capacidade essencial para a criatividade, uma vez que é o processo que permite pesquisar de maneira pluridirecional ideias ou respostas a partir de um simples ponto de partida. Gabora e Kaufman (2010) demonstram que essa capacidade é associada a configurações do cérebro humano associadas aos mecanismos bioquímicos ligados à capacidade para alterar o nível de foco, como se fosse uma lente capaz de aproximar (convergir) ou afastar (divergir) o olhar sobre algo. Em outra publicação, Gabora (2010) propõe que essa mudança do modo de pensamento associativo seja realizada pelo recrutamento de neurônios específicos em determinadas regiões do cérebro. Para Castelo Filho (2015), o fenômeno da inspiração, ou *insight*, seria o momento de clareza súbita mental, comumente chamados de luz ou estalo, momentos aparentemente sem intermediários ou raciocínios que podem ser influenciados por aspectos emocionais e níveis de relaxamento mental do indivíduo, que seria capaz de organiza-los num contexto. Por se tratar de uma capacidade do cérebro para funcionar de determinado modo, isso também conduz à ideia de que ela pode ser exercitada de modo que tais processos no cérebro possam ocorrer de maneira mais aprimorada.

A primeira pergunta se relaciona à maneira que as partes (elementos e componentes construtivos envolvidos) devem ser dispostos para conformar a forma pretendida, ou seja, quais são as etapas e os meios (técnicas, tecnologias, equipamentos, dispositivos, ferramentas etc.). Trata-se da identificação e caracterização de um modo de construir possível. A segunda pergunta é um momento de autocrítica e busca por esclarecimento das implicações que a forma provoca em termos construtivos (facilidade, segurança de trabalho, disponibilidade de recursos, nível técnico e tecnologias necessárias, manutenções, modificações futuras etc.). Quando as respostas a essa questão não se mostram adequadas ou satisfatórias, a terceira pergunta se faz necessária para a busca por alternativas, que podem ser tanto por alterações na forma (volumes, contornos e materiais envolvidos), por alterações nos processos construtivos ou em ambos. Nesse caso, o processo retorna às duas primeiras perguntas para nova avaliação crítica. Já quando a resposta à segunda questão é entendida como adequada ou satisfatória, a terceira também pode ser feita no sentido de tentar buscar alguma alternativa que seja ainda melhor. Embora o que seja almejado sejam as respostas adequadas e satisfatórias, elas nem sempre são alcançadas plenamente. Assim, mais do que isso, o fundamental é o esclarecimento, a consciência e a responsabilização pelas implicações construtivas proporcionadas pelas decisões sobre a forma.

ARQUITETOS E O MODO DE ESTUDAR CONSTRUÇÃO

Até o período medieval, os mestres construtores – os arquitetos antigos – trabalhavam ao mesmo tempo como idealizadores e construtores (no sentido de quem realmente constrói). Na Renascença, inicia-se um processo de separação gradativa disso, em que o arquiteto projetava e outros executavam. De toda maneira, o arquiteto mantinha uma presença constante no ambiente de construção para gerenciar e supervisionar o processo de construção conforme pretendido. Até por volta do século XVIII, o conhecimento sobre arquitetura era transmitido por meio de um sistema de ensino fortemente baseado em relações mestre-aprendiz, inclusive nas academias, preservando esse modo de pensar e atuar[6]. No entendimento ligado às Belas-Artes, presente no Brasil a partir do século XIX – e que ainda exerce influência nos cursos atuais –, os processos construtivos são colocados em função da forma, principalmente dos aspectos estéticos. No século XX, esse processo de afastamento continuou, apesar de o movimento moderno ter demonstrado como o pensamento simultâneo sobre formas e materiais de construção poderiam oferecer novas possibilidades, como no caso do concreto armado. Nesse momento, já era relatada a preocupação com o afastamento não apenas presencial em relação à construção, mas também em termos de abordagens nos projetos. Conforme depoimento do engenheiro Archimedes de Barros Pimentel (1909-2012) a Sylvia Ficher (FICHER, 2005, p. 246), por volta de 1940 existia grande tendência dos arquitetos a fazer só projeto, isto é, não atuarem supervisionando as construções. Na mesma época, Vilanova Artigas criticava o currículo da recém criada Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU/USP em 1948, entendendo que era apenas um "somatório de disciplinas" e incompatível com o modelo de arquiteto pretendido (ARTIGAS,

[6] Borges Filho (2005) e Addis (2009) apresentam diversos dados e evidências sobre como eram projetados, representados e construídos os objetos arquitetônicos em tempos antigos. Em Brasil (2010, p. 33), são apresentadas evidências de como era o ensino de arquitetura principalmente em Portugal e como ele chegou no Brasil. Embora o ensino atualmente seja feito por um conjunto de professores (em cursos, como o da UFMG, o estudante pode passar durante seu curso por mais de 60 professores diferentes), os que atuam além da docência ainda exercem influência significativa sob os estudantes, principalmente os mais reconhecidos, numa espécie de manutenção da transmissão de capital simbólico, como tratado por Stevens (2003).

1993, p. 134 apud Naruto, p. 139). Mais tarde, Zenettini (1980), analisando o ensino de projeto de diferentes cursos em São Paulo nos anos 1960 e 1970, identificou como reivindicação de professores e estudantes a distância em relação ao universo da construção, inclusive em estágios, situação presente e recorrente atualmente.

Por volta dos anos 1970 e 1980, aspectos construtivos começaram a ser objeto de estudo e pesquisa no mundo e, mais tarde, com o aumento da importância do tema sustentabilidade, o assunto parece ter ganhado mais notoriedade. Hiley e Yagci (2001) apresentam o conceito de *constructability*, cuja pesquisa teve início nas décadas de 1960 e 1970, períodos em que, segundo eles, a construção no mundo apresentou falhas em termos de fornecimento de projetos eficientemente, custo e qualidade satisfatória. Illingworth (1984 *apud* Hiley e Yagci, 2001) sugere que "por construtibilidade se entende projeto e detalhamento que reconhecem os problemas do processo de montagem para alcançar o resultado desejado de forma segura e, pelo menos, o custo para o cliente". Mbamali *et al.* (2005), ao investigarem práticas construtivas na Nigéria, associam a expressão a facilidade e eficiência construtiva incorporadas aos projetos em soluções baseadas em padronização e simplicidade. Bayl-Smith (2015) utiliza o termo *buildability* para se referir às ideias e soluções de projeto que permitem construções eficazes em termos de utilização de recursos humanos, ambientais, financeiros, dentre outros. Embora sejam iniciativas importantes, nota-se que a maior parte desses trabalhos concentra suas análises em termos de eficiência, produtividade e, com ênfase relativamente menor, aspectos ambientais, de maneira que abordagens e implicações no ensino são raras.

Analisando-se os currículos dos cursos de arquitetura e urbanismo desde o século XIX, como apresentado em Brasil (2010), observa-se, no entanto, que disciplinas e conteúdos ligados a materiais de construção, tecnologia das construções e sistemas estruturais nunca deixaram de existir. Isso faz com que seja destacada a diferença entre *conhecimento* e *raciocínio*. Conhecer é perceber e incorporar algo à memória; raciocinar é o exercício da razão pelo qual se procura alcançar o entendimento de atos e fatos, se formulam ideias, se elaboram juízos, se deduz algo a partir de uma ou mais premissas (HOUAISS, 2009) com base naquilo que é conhecido – incluindo analogias –, como tratado por Lubart (2007), Gabora (2010) e outros. O que parece, assim, é que a formação, embora continue contribuindo para formar arquitetos que conheçam determinados processos construtivos, vem se dedicando com menor ênfase para formar arquitetos que raciocinem sobre construção enquanto projetam[7]. Além disso, o ensino que enfatiza apenas a aquisição de conhecimentos e informações, se em épocas passadas fora adequado devido à restrição e dificuldade para acessar as fontes, faz menos sentido na atual era da informação digital, o que permite que a ênfase se desloque para o raciocínio crítico e a capacidade para resolver problemas.

Os cursos de arquitetura e urbanismo são estruturados basicamente a partir de três grupos de conteúdos: materialização (de certo modo, física aplicada, incluindo técnicas e tecnologias), cultura (sociologia, filosofia, história e artes) e representação (expressão gráfica, desenho e modelagem física e virtual) que circundam um eixo central principal, o projeto. Assim, a finalidade principal do estudo dos conteúdos não é conhecê-los e saber como resolver os problemas isoladamente. Embora isso seja fundamental, o mais importante é que eles sejam utilizados para a resolução de problemas, isto é, no processo criativo para a construção ou

[7] Zenettini (1980, p. 94) afirma que “o curso de Resistência dos Materiais deveria antes se chamar Resistência do Material – o concreto”. Tal abordagem também pode ser encontrada em diversos cursos atualmente, o que sugere que o conhecimento sobre materiais, técnicas e tecnologias construtivas geralmente é restrito a apenas algumas, as mais utilizadas em determinado contexto.

modificação do espaço[8]. E, dentro dessa estrutura de ensino, o projeto é o momento em que o estudante é instigado a tentar resolver problemas por meio de alguma intervenção arquitetônica utilizando o máximo de conhecimentos que possui sobre materialização e cultura que, por sua vez, são comunicados por algum meio de representação. Assim, o estudo desses conteúdos tem dois objetivos: primeiramente o de oferecer princípios, pressupostos, conceitos, teorias, métodos etc. para a preparar e inspirar ideias. Em segundo lugar o de oferecer os mesmos princípios e conceitos para que cada ideia seja verificada e avaliada criticamente[9]. A construtividade, assim, se enquadra nesse contexto, assim como um parâmetro de inspiração e verificação, assim como outros, como resistência estrutural, conforto, estética, acessibilidade, princípios filosóficos, sociais, dentre outros.

A capacidade didática do exercício de projeto arquitetônico é semelhante à do Ensino Baseado em Problemas / Projetos – ou PBL, *Problem / Project Based Learning*, em que o estudante deve buscar solucionar problemas com base em conhecimentos científicos e vividos aprendidos durante o curso ou antes dele e com o auxílio do professor para a fundamentação das respostas (apesar de que o PBL se baseia em trabalhos em grupo com regras e funções tanto do professor quando de cada estudante)[10]. Nesse modelo de ensino, o estudante é que deve buscar as soluções para o problema e enxergar, por si próprio e à sua maneira, a relação entre os métodos utilizados e os resultados alcançados, como tratado por Schön (2000) como Ensino Reflexivo. O professor, assim, não precisa conhecer a solução dos problemas, mas sim ajudar, por meio de avaliações críticas e sugestões de fontes de conhecimento, que o estudante encontre ou crie as soluções, o que também estimula o exercício da problematização e da autonomia, como tratado por Freire (1996). Nesse sentido, o próprio professor também aprende, tornando o processo não apenas de ensino (pelo professor) e aprendizado (pelos estudantes), mas sim de ensino-aprendizado mútuo.

Partindo do princípio de que o estímulo ao raciocínio construtivo pode ser feito por práticas didáticas em exercícios de projeto, a seguir serão apresentados pormenorizadamente princípios e argumentos dentro de três aspectos que parecem favorecer e estimular esse modo de pensar: 1) Plano de Ensino; 2) Pré-requisitos e 3) Motivação. Ressalta-se que não se tratam de respostas definitivas, conclusivas ou únicas, mas princípios que demonstram ter potencialidade para que o raciocínio construtivo seja estimulado. Embora sejam voltados diretamente a professores de projeto arquitetônico, esses princípios também podem auxiliar, mesmo que em parte, o estudo sobre o modo de projetar objetos de qualquer natureza, tanto em estruturas didáticas de ensino-aprendizado (professor e estudantes) quanto em experiências autodidatas.

[8] Entendendo que o raciocínio de projeto é o mesmo para a solução de problemas, como tratado por Malard (2000) e Lawson (2011).

[9] Como tratado por Lawson (2011, p. 144), existe um consenso de que existem até cinco fases no processo criativo: 1) primeira noção (formulação do problema) ; 2) preparação (tentativa consciente de solução); 3) incubação (nenhum esforço consciente); 4) inspiração (surgimento súbito da ideia); e 5) verificação (desenvolvimento consciente).

[10] Bridges (2007) apresenta os princípios do PBL e exemplos de experimentações mais abrangentes em cursos de arquitetura e urbanismo na Holanda e na Austrália.

Plano de Ensino

O Plano de Ensino, como o próprio nome sugere, é o projeto do exercício de projeto, que deve ser baseado na resposta às seguintes perguntas: “o que?”, “como?”, onde?” e “quando?”.

O “o quê?” se refere aos objetivos, que podem ser interpretados como o “tema”. Em alguns casos isso já é predeterminado no Projeto Pedagógico de Curso – PPC, enquanto em outros o próprio professor possui autonomia para determinar (como em disciplinas optativas). Nesse momento, o professor pode determinar uma série de parâmetros ou restrições ou deixá-los mais livres, de modo que o próprio estudante tente identificar os problemas, o que pode favorecer o espírito analítico e investigativo do estudante, bem como sua autonomia. O nível de prescrição do exercício não parece ser determinante para o estímulo ao raciocínio construtivo, mesmo que seja sobre as próprias tecnologias construtivas. É possível, por exemplo, que o exercício seja feito para que o estudante tente encontrar soluções adequadas utilizando-se apenas alvenarias estruturais de blocos de concreto, o que pode estimular o estudo da tecnologia, maneiras típicas de utilização e, quando estas não são adequadas, a busca pelo desenvolvimento de ajustes e adequações, isto é, ideias criativas[11].

O “como?” se refere aos princípios, regras, etapas, métodos e organização do exercício, que também podem conter várias predeterminações ou serem mais livres. Por exemplo, se o exercício será individual ou em grupo; se será desenvolvido com orientações do professor ou não; se as orientações serão individuais (tutorias) ou coletivas (aulas em estrutura de seminários baseadas em exposições seguidas de debate); se existem ferramentas ou recursos específicos, como *softwares* ou materiais[12], dentre outros. Quando um exercício é desenvolvido em grupo, devem haver mecanismos de controle que garantam que o trabalho não seja fragmentado (cada um desenvolver uma parte) ou que algum membro não trabalhe. Como alternativa, por exemplo, o professor pode sortear um membro para realizar explicações de partes ou do todo. Nesse sentido, vale destacar a importância das orientações, uma vez que favorecem o aprimoramento da ideia enquanto a mesma é desenvolvida. Em se tratando especificamente do raciocínio construtivo, por se relacionar a um modo de pensar e avaliar as formas, uma avalição crítica pode ser útil direta ou indiretamente (analogias) em outras situações, o que faz com que orientações coletivas se apresentem como mais favoráveis para estimular esse modo de pensar. Orientações coletivas também fazem com que as ideias sejam expostas frequentemente ao grupo, exigindo clareza e organização para expô-las, além de envolver também aspectos psicológicos relacionadas a comparações. Contudo, é preciso chamar a atenção aos limites do professor, de maneira que ele não passe de orientador para solucionador dos problemas ou, até mesmo, para o de projetista no exercício.

Ainda sobre o “como?”, uma das principais características do estímulo ao raciocínio construtivo parece se concentrar no estabelecimento, como princípio ou regra do exercício, da realização constante de três perguntas essenciais e, consequentemente, pela busca por suas respostas para cada alternativa formal de

[11] Nesse sentido, tratando a criatividade sob o ponto de vista de que nenhuma nova ideia surge do nada, mas sim por meio de associações mentais a partir do que é conhecido, como tratado por Gabora e Kaufman (2010) e outros.

[12] Como exemplo de determinação de recursos, alguns cursos de engenharia civil, de arquitetura e urbanismo e outras entidades promovem exercícios – sendo alguns em forma de concurso – para a construção de pontes de palitos de madeira, que devem ser construídas apenas com esse material e cola para atender critérios como estética, resistência mecânica, consumo de material, dentre outros.

solução ao problema do exercício, como comentado anteriormente: 1) *como essa forma é feita?* 2) *Esse modo de fazer é adequado?* e 3) *Existem alternativas?*

O "onde?", por sua vez, se aproxima do "como?", mas se relaciona especificamente aos locais onde o exercício será realizado. Por exemplo, pode ser no próprio ambiente e momento de aula (sala de aula ou laboratório), influenciando a estrutura e a organização das aulas, ou extraclasse. Embora os recursos e a infraestrutura da instituição de ensino possam contribuir para experimentações construtivas (*Fab labs*, canteiros experimentais, laboratórios de informática ou de modelagem, acervo da biblioteca, dentre outros), o universo de possibilidades de soluções de problemas pode ficar limitado se restrito apenas ao que a instituição oferece. Por isso, mesmo que existam recursos e infraestrutura disponíveis, parece ser sempre favorável ao raciocínio construtivo o estímulo para a busca por informações, conhecimentos e possibilidades para além disso (aumentar o universo de possibilidades para o pensamento divergente), o que também contribui para a autorreflexão e a autonomia, como comentado anteriormente.

Por último, o "quando?" se refere diretamente aos prazos e indiretamente ao tempo necessário para a realização do exercício. Assim, é preciso que as exigências do exercício sejam compatíveis com o tempo necessário e o tempo disponível para realiza-lo de acordo com o nível de complexidade. Quanto maior o nível de complexidade, maior tenderá ser o tempo necessário para a busca por conhecimentos complementares (leituras, visitas técnicas etc.) e representação. Este último, por sua vez, se associa ao conhecimento e às habilidades em ferramentas e técnicas de representação, como desenho artístico, desenho técnico, *softwares* e modelagem (maquetes, modelos e protótipos). Quando o estudante não consegue realizar as representações exigidas dentro do prazo, duas possibilidades tendem a ocorrer: a representação ser feita por ele mesmo insuficientemente quantitativa ou qualitativamente; ou ele solicitar que alguém realize isso para ele, o que evidentemente não é o objetivo de exercícios didáticos dessa natureza. Como questões construtivas podem ser, por si só, consideravelmente complexas, é possível que ajustes no nível de complexidade sejam necessários. Por exemplo, o tempo para pensar em questões construtivas no projeto de uma sede de uma orquestra filarmônica será, para a grande maioria dos estudantes – possivelmente todos –, maior do que o tempo para pensar sobre as mesmas questões em uma residência popular. Além disso, complexidade não é sinônimo de tamanho. Por exemplo, o nível de detalhe de uma pequena cozinha industrial pode exigir mais tempo para pesquisa e representação do que uma garagem para caminhões de grandes dimensões. Quando o exercício exige a abordagem para além da construção finalizada, como acerca de potencial de flexibilidade, desmontagens, ampliações etc., o nível de complexidade também aumenta e, consequentemente, o tempo para desenvolver as soluções também. Por isso, a questão "quando?" deve ser sempre estimada paralelamente às outras três questões. Em algumas situações o professor possui liberdade e autonomia para alterar o prazo. Porém, quando isso não é possível, ajustes no nível de complexidade do exercício devem ser feitos pois, caso contrário, é possível que o raciocínio construtivo se mantenha apenas superficial ou que o objeto seja projetado apenas em parte. Para pré-dimensionar o tempo e o nível de complexidade, o professor pode tomar como referência sua experiência profissional ou acadêmica em exercícios semelhantes. Contudo, ele também deve ficar atento durante o desenvolvimento do exercício, uma vez que, mesmo assim, ajustes ao longo do processo podem ser necessários.

Pré-requisitos

Os pré-requisitos são os conhecimentos mínimos necessários para o desenvolvimento de um projeto arquitetônico e, por isso, devem ser considerados paralelamente ao Plano de Ensino pelo professor. Em alguns casos, os pré-requisitos são determinados pelo PPC e Matriz Curricular do curso, sendo que em outros o professor pode estabelecê-los. Quanto maior o nível de conhecimentos entendidos como básicos e fundamentais, maiores serão os pré-requisitos. Caso não seja possível estabelecê-los, o exercício deve ser ajustado para que exija menos conteúdos desconhecidos ou que garanta tempo para a busca por informações complementares.

Como exposto anteriormente, os conteúdos dos cursos de arquitetura e urbanismo concentram-se em três grupos: materialização, cultura e representação. De acordo com o tema, objetivos e nível de complexidade, nem todos são necessários. Porém, existem alguns que são imprescindíveis em qualquer situação e serão tratados aqui como pré-requisitos fundamentais para o exercício do raciocínio construtivo: 1) representação; 2) estabilidade das estruturas; e 3) técnicas e tecnologias construtivas.

Os conhecimentos de representação são fundamentais pois se tratam do meio de comunicação essencial para qualquer projeto arquitetônico, independentemente do receptor (avaliadores, críticos, investidores, projetistas parceiros, clientes etc.). Vale destacar, contudo, que não se trata apenas dos formalmente estudados, como geometria descritiva, desenho técnico, perspectiva, modelos, dentre outros, mas qualquer meio de expressão gráfica suficiente para a exposição clara e inequívoca. Evidentemente, de acordo com as regras de apresentação do exercício, alguns métodos formais são exigidos, como desenho técnico e perspectivas. De todo modo, o fato do estudante ter cursado disciplinas relacionadas a esses conteúdos funciona, de certo modo, como comprovante de que ele estudou em algum nível o assunto.

Os conhecimentos de estabilidade das estruturas, por sua vez, são úteis para que todas as formas volumétricas possam ser avaliadas criticamente em relação à capacidade de manterem-se estáveis diante das forças físicas atuantes, isto é, que não se desestruturem quando construídas. Assim como ressaltado em relação à representação, os conhecimentos sobre estabilidade das estruturas não dizem respeito apenas aos conteúdos de teoria das estruturas, sistemas estruturais ou resistência dos materiais estudados formalmente, mas também os analíticos, muitas vezes intuitivos. Já os básicos relativos a pré-dimensionamento de materiais conforme esforços estruturais, mesmo que sejam considerados pré-requisitos, podem ser obtidos facilmente em livros, internet e outros meios. Do mesmo modo, o fato do estudante ter cursado disciplinas dessa natureza também funciona como comprovante para a instituição de ensino de que o estudante possui algum nível de conhecimento sobre o assunto.

Já os conhecimentos sobre técnicas e tecnologias são os relativos aos meios que permitem que as partes que compõem as formas sejam modificadas, o que inclui habilidades, ferramentas, dispositivos e sequencias necessárias. Da mesma maneira, eles podem ser provenientes de estudos no curso ou não, sendo que em alguns casos as analogias também são úteis. Contudo, mais do que conhecer tecnologias *X* ou *Y*, é importante que o estudante tenha conhecimento prévio sobre algumas maneiras e princípios de construção, o que constitui uma espécie de repertório básico, um ponto de partida para ideias iniciais. Por exemplo, estudar a tecnologia do concreto armado pode ser útil para o desenvolvimento de um projeto com bambu por meio de analogias e identificação de princípios comuns.

Já em relação a outros conhecimentos, como sobre instalações prediais, conforto ambiental, normas, leis, princípios estéticos, história, dentre outros, somente serão necessários de acordo com o contexto do exercício. Isso não significa que eles não sejam necessários para a formação do arquiteto, mas especificamente para o estímulo ao raciocínio construtivo. Por exemplo, exercícios podem partir de pressupostos como ausência de legislação, instalações prediais, irrelevância de aspectos estéticos etc.

Como comentado, se o nível de complexidade e o prazo permitirem, é possível incorporar ao exercício o acesso a mais fontes de conhecimento entendidos como fundamentais. Porém, caso isso não seja possível, o exercício deve ser reajustado para que ele se torne viável para os estudantes. Além disso, o nível de conhecimento médio pode variar de turma para turma. Por diversos motivos, algumas turmas possuem nível médio mais elevados que outras, bem como o contrário. Assim, é importante que a cada turma o professor sempre analise quanto à necessidade de ajustar o nível de complexidade do exercício.

Outro aspecto acerca de conhecimentos prévios que merece destaque diz respeito aos do próprio professor, no sentido de questionar se é necessário que ele entenda sobre construção para conduzir o exercício. Como comentado anteriormente, o conhecimento ficar em função do repertório do professor demonstra ser algo ligado a um modelo antigo de ensino, favorecendo menos à autonomia dos estudantes. No entanto, é preciso admitir que ele pode ser benéfico em determinadas situações pois funciona como uma espécie de atalho para assuntos específicos, já que é dado em tempo real, poupando tempo na busca pela mesma. Além disso, durante as discussões, o professor é o mediador e aquele no qual são esperadas análises mais consistentes, aquelas que os estudantes tendem a confiar mais ou, pelo menos, serem mais atentos e realizarem reflexões mais profundas. Contudo, independentemente dessas vantagens, o conhecimento construtivo do professor pode ser dispensado, desde que existam regras e outros recursos que garantam níveis satisfatórios de fontes de conhecimento e de mecanismos de avaliação crítica, como a motivação, que será tratada adiante. Além disso, o papel de organizador, mediador e líder de um grupo para a realização de análises desse tipo não precisa ser necessariamente do professor, de modo que os próprios estudantes também podem realizar isso. De toda maneira, é preciso reconhecer que o conhecimento do professor é um importante auxílio para o estímulo ao raciocínio construtivo e pode ser favorável principalmente quando exposto moderada e paralelamente à busca por outras fontes de informação e conhecimento.

Motivação

O entendimento de motivação aqui apresentado é o de promover motivo, incentivo, ser aquilo ou a causa que provoca ou que põe alguém em prontidão para a ação[13]. Conforme Lubart (2007), existem dois tipos de motivação, a intrínseca e a extrínseca. A primeira se refere aos desejos internos do sujeito que são satisfeitos com o cumprimento da tarefa, como a curiosidade e o desejo de conhecer e compreender. A segunda é ligada às recompensas oferecidas pelo ambiente após o cumprimento da tarefa, como prêmios, reconhecimento social, sucesso público etc., ao impulso que desperta a busca por recompensas. A motivação intrínseca, por ser subjetiva, é baseada em pontos de vista, entendimentos, princípios e vontades próprias. Nesse sentido, o modelo de ensino baseado na problematização, como tratado por Freire (1996) e Schön (2000), pode

[13] A raiz etimológica de motivação provém do latim *motivus*, relativo ao movimento, móvel.

estimular esse tipo de motivação, uma vez que o estudante pode procurar resolver os problemas que ele mesmo, acreditando serem importantes segundo seus entendimentos, o que justifica a busca por conhecimentos e maneiras para resolvê-los. Outros fatores, como o discurso e as ênfases do professor, também podem contribuir para a formação de pontos de vista que fundamentam e alimentam motivações intrínsecas.

Já a motivação extrínseca, por se referir à busca por recompensas, pode ser induzida por diversos mecanismos. Alguns funcionam de maneira quase natural, já que são muitas vezes incorporados antes mesmo do estudante ingressar no curso, como valores culturais (estética, reconhecimento simbólico ou social etc.). Outros são reforçados implicitamente e de uma maneira não controlada pelo próprio discurso de professores, entidades e meios de comunicação do campo[14] ou até mesmo por algum tipo de inspiração de postura ou abordagem que o professor – principalmente os com algum nível de reconhecimento no campo arquitetônico – gera nos estudantes[15].

No modelo de ensino baseado em notas – provavelmente unânime em todo o ensino institucionalizado –, é inegável o potencial que o sistema de avaliação escolar possui para isso[16]. No Brasil e em diversos países, o exercício profissional legal da arquitetura e urbanismo somente é autorizado mediante o cumprimento de todos os requisitos impostos pelas instituições de ensino, o que inclui, conquistar notas mínimas em todas as disciplinas cursadas. Essas notas, por sua vez, são resultado da verificação segundo os critérios estabelecidos por cada professor. Isso significa que, dentro desse sistema de ensino e avaliação escolar, o estudante é quase naturalmente induzido a se dedicar e concentrar suas energias para o cumprimento daquilo que é necessário para ser aprovado. Da mesma maneira, não faz muito sentido para o estudante se dedicar excessivamente para algo que não é critério de avaliação, a menos que a pontuação mínima necessária para ser aprovado tenha sido garantida – ou o estudante acredita que esteja –, que não existam outras atividades prioritárias, que existam motivações intrínsecas e que ainda exista tempo para isso. Ou seja, a realização de cada atividade didática é recompensada com pontos que, em última instância, se acumulam de tal maneira que são convertidos em autorização para o exercício profissional. É nesse sentido que o sistema de avaliação escolar se apresenta como um importante mecanismo de motivação extrínseca.

Para funcionar de maneira organizada, justa e motivadora, o sistema de avaliação escolar deve ter critérios e pesos, no sentido de que alguns podem valer mais pontos que outros. Sem um padrão claro, o professor não saberia exatamente o que estaria avaliando, ao mesmo tempo que as notas finais de diferentes estudantes poderiam ser o resultado de critérios ou pesos diferentes, o que tenderia para a desconfiança e, consequentemente, à desmotivação. Quando estabelecidos, critérios de maior peso tendem a ser mais motivadores, aqueles para os quais maior energia será dedicada e, por isso, devem ser aqueles com maior importância segundo o ponto de vista de quem os estabelece, o professor. Critérios com menor peso,

[14] Campo é utilizado aqui no sentido dado por Bourdieu (2003), que se caracteriza por espaços sociais, mais ou menos restritos, onde as ações individuais e coletivas se dão dentro de uma normatização, criada e transformada constantemente por essas próprias ações. O campo arquitetônico, assim, envolve arquitetos, instituições de ensino, mercado imobiliário, conselho profissional, revistas, jornais, construtores, engenheiros e todos os agentes que se relacionam de alguma maneira com a produção de objetos arquitetônicos.

[15] Stevens (2003) apresenta como determinados valores são repassados direta e indiretamente na formação em arquitetura e urbanismo, como valores simbólicos e sociais.

[16] Para evitar ambiguidades no entendimento do termo *avaliação*, ele está sempre acompanhado de um complemento: *avaliação crítica*, no sentido de raciocínio, e *avaliação escolar*, no sentido de notas e quantificação do desempenho escolar.

contudo, não são necessariamente sempre desmotivadores, por exemplo quando não exigem grandes esforços ou quando entendidos como úteis para compensar eventuais pontos perdidos em critérios de maior peso. De toda maneira, a tendência inicial geralmente é a de dedicação aos critérios com maior peso, que também tendem a ser vistos pelos estudantes como os mais importantes, seja pelo assunto em si (por parecerem mais importantes), seja pela necessidade de aprovação no exercício.

Para evitar que os estudantes busquem maneiras de enganar o processo de avaliação escolar, alguns professores utilizam algumas manobras estratégias. Uma delas é não expor claramente os critérios e pesos, principalmente sobre seus valores, e no máximo mencionar determinados aspectos ou indicadores que farão parte dos mesmos no momento da avaliação. Nesse caso, o recurso para motivar não é o valor em si, mas a expectativa de que o critério terá algum valor significativo, condição que pode ser reforçada pelo discurso do professor. Outra estratégia – às vezes combinada à primeira – é a de divulgar notas apenas após a entrega ou apresentação final, evitando que pontos iniciais garantidos desestimulem esforços para os pontos restantes. O que parece mais relevante é que, para que exista maior motivação para determinado aspecto, é importante que ele seja claramente para o estudante um critério de avaliação cuja recompensa seja significativa, por mais que os valores específicos não sejam divulgados preliminarmente. De todo modo, mesmo que os valores detalhados não sejam divulgados, a quantificação de critérios e subcritérios demonstra ter potencial vantagem para que todos os estudantes sejam avaliados segundo os mesmos critérios e pesos, tornando o processo mais justo, objetivo e confiável. Além disso, como transformar dados qualitativos em quantitativos geralmente não é simples, já que os limites nem sempre são claros, é preferível utilizar poucos parâmetros. Por exemplo, ótimo (quantificados entre 90% a 100% do critério), bom (70% a 89%), regular (50% a 69%), ruim (30% a 49%) e péssimo (0 a 29%). Mesmo que existam margens de erro, dessa maneira elas tendem a ser pequenas e a não distorcerem a correspondência qualitativa.

É nesse contexto que o raciocínio construtivo pode ser estimulado em exercícios de projeto arquitetônico. Isso pode ocorrer de duas maneiras gerais: na avaliação do produto e no processo. A primeira é a do projeto final, de como a construtividade é demonstrada, que pode ocorrer por meio da representação gráfica, do discurso ou ambas. A representação gráfica pode ser feita, por exemplo, destacando claramente as partes, o que pode ser enfatizado e ainda mais esclarecido em desenhos “explodidos”, representações que demonstram sequências, modelos ou maquetes que são montados, dentre outros. O discurso, por sua vez, corresponde à maneira que as ideias são apresentadas, podendo conter informações adicionais à representação, o que pode auxiliar significativamente, visto que a representação gráfica geralmente despende bastante tempo, ainda mais para demonstrar etapas. Assim, o critério de avaliação pode ser algo no sentido de considerar positivamente a clareza da construtividade, seus motivos e suas implicações. Para uma boa avaliação, poderiam ser alcançadas soluções adequadas ou, também, soluções não tanto adequadas, desde que fosse demonstrado claramente seus problemas, o que, sob o ponto de vista didático, parece ser mais interessante pois favorece o aprendizado com os erros e o raciocínio crítico sob os mesmos.

A avaliação do produto, embora seja importante e fundamental, pode ser insuficiente para um aspecto que se relaciona a um modo de pensar, a uma abordagem, que é o caso do raciocínio construtivo. Por isso, a avaliação do processo demonstra ser tão importante quanto a do produto. Como mencionado anteriormente, o raciocínio construtivo se refere fundamentalmente à avaliação crítica da ideia e, sob o ponto de vista didático, considerar apenas a avaliação crítica do resultado parece insuficiente ou, pelo menos, algo superficial. Como tratado por Lawson (2011) e Malard (2000), o processo de elaboração de projetos arquitetônicos é baseado em caracterização de problemas (análises), tentativas (sínteses) e erros (avaliação crítica), num processo cíclico que somente é ultrapassado quando não são mais encontrados erros

(impossibilidades e implicações negativas) ou que eles sejam, pelo menos, entendidos como aceitáveis. Uma vez que é um recurso de avaliação crítica, parece mais adequado didaticamente e justo em termos de avaliação escolar considerar também as avaliações críticas de todo o desenvolvimento. Isso é feito, de certo modo, por vários professores por meio de um critério de avaliação geralmente chamado de desenvolvimento. No entanto, é importante que ele não seja excessivamente genérico, pois quantidade não significa qualidade. Em se tratando de raciocínio construtivo especificamente, um estudante pode, por exemplo, desenvolver bem quantitativamente durante uma semana, mas com enfoque apenas nas formas e pouco entendimento em construtividade. Da mesma maneira, um estudante pode desenvolver poucas formas, mas com grande entendimento construtivo sobre as mesmas. Daí a importância de não tratar o desenvolvimento genericamente. Isso pode ser feito por meio da criação de subcritérios do critério desenvolvimento, que pode ser explícito e divulgado aos estudantes ou apenas restrito ao professor.

Outros meios de motivação para o raciocínio construtivo também podem ocorrer, principalmente se fomentados por discursos que enfatizem e demonstrem a importância de conhecer bem o tema. Nesse sentido o conhecimento do professor pode ser importante, já que ele pode conhecer fontes de relevantes para serem estudadas, fazendo com que o tempo dos estudantes seja otimizado para consultar livros, normas, leis etc., bem como no apontamento de determinados temas para pesquisa – embora isso também possa induzir os estudantes apenas para referências e abordagens que o professor considera relevante, o que não seria necessariamente ruim, mas talvez apenas menos abrangente. Cabe destacar que existem diversas outras maneiras, como por meio de atividades prazerosas que estimulem a sensação de bem-estar ao realiza-las (atividades ao ar livre, em caráter de jogo etc.), competições, um artifício que também pode ser entendido como forma de recompensa.

Por fim, para que o processo de avaliação escolar atinja seu objetivo didático, é fundamental que exista o retorno, o *feedback*. Sem ele, o estudante obviamente não saberá quais critérios foi bem ou mal avaliado. Esse retorno pode ser feito por meio de anotações do projeto devolvido ou em documento paralelo. Nesses casos, é fundamental que seja escrito de maneira clara e objetiva. Alternativamente, o retorno também pode ser feito no ambiente de ensino-aprendizado após todo o processo de lançamento de notas e avaliação escolar. Nesse caso, é necessário que o professor consiga realizar isso em tempo hábil, o que pode ser viabilizado com o auxílio de mecanismos sintetizadores e operacionais, como tabelas, planilhas e gráficos. Uma vez sendo possível, o pós-avaliação é outro importante momento de ensino-aprendizado, principalmente quando ocorrer em forma de seminário, no qual acertos e, principalmente erros – ou soluções adequadas e inadequadas – podem ser esclarecidos, favorecendo intensamente o aprendizado e o raciocínio crítico.

Em resumo, pode-se estabelecer dois princípios básicos para a motivação para o raciocínio construtivo: ele ser um critério de avaliação de peso significativo dentro do todo; ele ser enfatizado por meio do discurso, chamando a atenção para o quão as ideias se tornam mais consistentes e adequadas e para a busca permanente de conhecimento sobre o assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, espera-se ter demonstrado de maneira clara a importância do raciocínio construtivo para os arquitetos e urbanistas e a necessidade de adoção de práticas didáticas que estimulem cada vez mais

esse modo de pensar. Por mais que questões construtivas possam ser detalhadas e aprimoradas por profissionais que atuam paralela ou posteriormente ao projeto arquitetônico, é defendido aqui que o arquiteto não deve abrir mão desse recurso de avaliação crítica da forma, uma vez que os projetos e objetos resultantes tenderão a ser mais consistentes e com maior capacidade para resolver os problemas que justificam suas criações. Entendendo o projeto como prática de resolução de problemas, cujas soluções se dão por meio da identificação do mesmo (análise), tentativas (síntese) e erros (avaliação crítica), cada alternativa de forma deve sempre passar pela avaliação crítica acerca de sua construtividade. Como comentado, isso pode ser crucial tanto para a verificação da viabilidade de materialização no mundo real quanto sobre as implicações construtivas que cada forma gera, como em técnicas, tecnologias, necessidade e disponibilidade recursos, impactos ambientais e consequências éticas.

Também foram expostas algumas evidências que apontam que os arquitetos e urbanistas parecem se distanciar cada vez mais do universo da construção, algo que teve início na Renascença com a separação entre aqueles que criam as formas e gerenciam o trabalho – o arquiteto – e aqueles que imprimem as técnicas. Uma vez que os arquitetos e urbanistas são formados em instituições de ensino e essas exercem papel fundamental no modo de pensar dos mesmos, parece ser possível encontrar soluções para isso, algo no sentido de ajustar a maneira que os arquitetos abordam os problemas, como pensam, como raciocinam – mais especificamente, sobre construção. Assim, os princípios para práticas didáticas aqui tratados partem do pressuposto da necessidade de incorporar nos arquitetos progressivamente o raciocínio construtivo, o que, de certo modo, corresponde a um resgate a modos de pensar do passado.

As alternativas expostas se baseiam em abordagens didáticas em exercícios de projeto arquitetônico envolvendo o planejamento do exercício, os pré-requisitos necessários e a motivação para a realização do mesmo, sendo este último o que se apresenta como o mais importante para efeitos de estímulo a modo de pensar e os outros dois importantes para organizar o processo. Para verificar a efetividade do estímulo ao raciocínio construtivo baseadas nesse tipo de abordagem didática, é preciso analisar não apenas os resultados finais (produtos), mas também como eles são desenvolvidos (processo), no sentido de tentar verificar como e quando as avaliações críticas ocorrem. Nesse sentido, mais importante do que realizar projetos melhores, trata-se do processo mental que permite a elaboração de soluções de maneira mais responsável e consciente de suas implicações, mesmo que elas eventualmente sejam negativas sob algum ponto de vista.

A verificação da efetividade de práticas e métodos didáticos pode ser feita segundo vários princípios. Verificar o desempenho dos resultados pode ser uma alternativa, mas deve ser feita com cuidado, considerando-se os conhecimentos prévios e tendo os devidos cuidados com o nível de rigor para a quantificação de critérios qualitativos. Nesse sentido, a observação cuidadosa do plano de ensino na prática apresenta-se como uma alternativa de verificação importante, o que seria, de certo modo, equivalente à construção de um edifício segundo o respectivo projeto – no caso, o projeto do Plano de Ensino. Assim como numa construção, podem existir imprevistos que exigem ajustes em tempo real, de maneira que o professor precisa realizar reflexões em suas ações de maneira que o máximo dos objetivos seja alcançado.

Por fim, é esperado que os entendimentos aqui apresentados e sugeridos contribuam em métodos e abordagens didáticas que incrementem a capacidade para resolver problemas. Mais importante do que formar arquitetos e urbanistas que saibam projetar com concreto, aço e tijolos, é preciso formar arquitetos que saibam buscar as informações necessárias e raciocinar para projetar com qualquer material ou tecnologia construtiva e que tenham consciência e responsabilidade sobre suas escolhas e decisões.

AGRADECIMENTOS

Para a realização deste artigo, foram fundamentais os apoios do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG, do Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais – NPGAU/UFMG e, especificamente, da Profa. Maria Lúcia Malard, orientadora do autor no doutorado.

REFERÊNCIAS

ADDIS, B. **Edificação:** 3000 Anos de Projeto, Engenharia e Construção. Porto Alegre: Bookman, 2009.

ARTIGAS, J. B. V. Contribuição para o relatório sobre ensino de arquitetura e urbanismo. UNESCO. 1993, São Paulo. São Paulo: Sinopses Memória. p. 133-137.

BAYL-SMITH, M. Buildability: education & practice. **NSW Architects Registration Board**, p. 75, 2015. Disponível em: < http://bit.ly/2HJdCyp >. Acesso em: 14 set. 2017.

BORGES FILHO, F. **O desenho e o canteiro no renascimento medieval (séculos XII e XIII): indicativos da formação dos arquitetos mestres construtores**. 2005. 262 p. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAUUSP, São Paulo, SP, 2005. Disponível em: < http://bit.ly/2rfXk5H >. Acesso em: 20 nov. 2017.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. **Trajetória e estado da arte da formação em engenharia, arquitetura e agronomia / Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Volume X: Arquitetura e Urbanismo, 2010. Disponível em: < http://bit.ly/2J0hzP8 >. Acesso em: 18 mar. 2018.

BRIDGES, A. Problem based learning in architectural education. Proceedings of CIB (International Council for Building) 24th W78 Conference Maribor 2007, 2007, Maribor. Maribor. Disponível em: < http://bit.ly/2I4HFwA >. Acesso em: 07 mai. 2018.

CASTELO FILHO, C. **O Processo Criativo**. São Paulo: Blucher, 2015. 334 p.

FERRO, S. **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006. 456 p.

FICHER, S. **Os Arquitetos da Poli:** Ensino e Profissão em São Paulo São Paulo: EDUSP, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25ª ed.São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GABORA, L. Revenge of the 'Neurds': Characterizing Creative Thought in terms of the Structure and Dynamics of Memory. **Creativity Research Journal**, v. 22(1), p. 1-13, 2010. Disponível em: < http://bit.ly/2Jfd5Ao >. Acesso em: 23 abr. 2018.

GABORA, L.; KAUFMAN, S. B. Evolutionary Approaches to Creativity. **The Cambridge Handbook of Creativity**, p. 279-300, 2010. Disponível em: < http://bit.ly/2HW2pYk >. Acesso em: 23 abr. 2018.

HILEY, A.; YAGCI, O. The implementation of constructability: a prerequisite in raising the quality of project outcome. *17th Annual ARCOM Conference*, University of Salford, Vol. 1, 261-270, 2001. Disponível em: < http://bit.ly/2LjYRQP >. Acesso em: 18 mar. 2018.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss Eletrônico**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda, 2009.

ILLINGWORTH, J. R. Buildability - tomorrows need? **Building Technology and Management.**, v. 22, 1984.

LAWSON, B. **Como arquitetos e designers pensam**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. 296 p.

LUBART, T. **Psicologia da Criatividade**. São Paulo: Artmed, 2007. 192p.

MALARD, M. L. O método em arquitetura: conciliando HEIDEGGER e POPPER. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v.8, n.8, 2000, Belo Horizonte. Belo Horizonte. p. p.128-154. Disponível em: < http://bit.ly/2LknXPB >. Acesso em: 18 mar. 2018.

MBAMALI, I.; AIYETAN, O. A.; KEHINDE, J. O. Building design for buildability: an investigation of the current practice in Nigeria. **Building and Environment**, v. 40, p. p. 1267-1274, 2005. Disponível em: < http://bit.ly/2reaLDw >. Acesso em: 12 set. 2017.

SCHÖN, D. A. **Educando o Profissional Reflexivo:** um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

STEVENS, G. **O círculo privilegiado** Fundamentos sociais da distinção arquitetônica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

ZENETTINI, S. **O Ensino de Projeto na Área de Edificação**. São Paulo: FAUUSP, 1980.

V enanparq
Salvador - 2018

UMA PROPOSIÇÃO DE MÉTODO PARA ESTUDO DA OBRA DE ROGELIO SALMONA:
O ARQUITETO COLOMBIANO ALÉM DA SUPERFÍCIE DE TIJOLOS[1]

A PROPOSITION OF METHOD ABOUT THE ROGELIO SALMONA'S WORK: THE COLOMBIAN ARCHITECT BEYOND THE BRICK SURFACE

UNA PROPOSICIÓN DE MÉTODO PARA EL ESTUDIO DE LA OBRA DE ROGELIO SALMONA: EL ARQUITECTO COLOMBIANO ALLÁ DE LA SUPERFICIE DE LADRILLOS

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

OSSANI, Taís de Carvalho
Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Pesquisadora FAU Mackenzie
tais.c.ossani@gmail.com

[1] O artigo é fruto de um trecho da dissertação de mestrado elaborada na Universidade Presbiteriana Mackenzie, sob a orientação da Profa. Dra. Ruth Verde Zein, apresentada em janeiro de 2018.

UMA PROPOSIÇÃO DE MÉTODO PARA ESTUDO DA OBRA DE ROGELIO SALMONA:
O ARQUITETO COLOMBIANO ALÉM DA SUPERFÍCIE DE TIJOLOS

A PROPOSITION OF METHOD ABOUT THE ROGELIO SALMONA'S WORK: THE COLOMBIAN ARCHITECT BEYOND THE BRICK SURFACE

UNA PROPOSICIÓN DE MÉTODO PARA EL ESTUDIO DE LA OBRA DE ROGELIO SALMONA: EL ARQUITECTO COLOMBIANO ALLÁ DE LA SUPERFICIE DE LADRILLOS

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:

O presente artigo propõe um método de estudo e reconhecimento da obra do arquiteto colombiano Rogelio Salmona a partir do redesenho interpretativo, na intenção de contribuir para novas discussões acerca de seu trabalho no âmbito da pesquisa acadêmica, da historiografia e dos estudos de projeto. Seu objetivo é o de estudar os projetos do arquiteto segundo duas categorizações, uma cronológica e outra ligada as estratégias de projeto. Confrontando-as de modo a ampliar as reflexões e considerações acerca das possibilidades projetuais adotadas pelo arquiteto ao longo de sua trajetória.
PALAVRAS-CHAVE: Rogelio Salmona; método; projeto; redesenho; arquitetura.

ABSTRACT:

This article proposes a method of study and recognition about the work of the colombian architect Rogelio Salmona, through the interpretative redesign, with the intention to contribute for new discussions about his work, in scope of the academic research, historiography and project studies. The main goal is to study the projects of the architect according to two categorizations, one chronologic and other related to the strategies of the projects. Confronting then, to expand the reflections and considerations about the projects possibilities adopted by the architect during his career.
KEYWORDS: *Rogelio Salmona; method; project; redesign; architecture.*

RESUMEN:

Este articulo presenta un método de estudio y reconocimiento de la obra del arquitecto colombiano Rogelio Salmona, a partir del rediseño interpretativo, con la intención de contribuir para nuevas discusiones sobre su trabajo en el ámbito de la investigación académica, de la historiografía y de los estudios de proyecto. La meta es estudiar los proyectos del arquitecto por dos categorizaciones, una cronológica y otra relacionada a las estrategias de proyectos. Confrontándolas, para ampliar las reflexiones y consideraciones sobre las posibilidades proyectuales adoptadas por el arquitecto durante su trayectoria.
PALABRAS-CLAVE*: Rogelio Salmona; método; proyecto; rediseño, arquitectura.*

INTRODUÇÃO

Este artigo se insere no campo das pesquisas sobre o projeto de arquitetura e tem como tema a obra do arquiteto colombiano Rogelio Salmona. Seu objetivo principal é o de reconhecer a pluralidade de estratégias projetuais que ele adota em suas obras.

O método proposto para atingir esse objetivo tem como instrumento principal o redesenho interpretativo. A partir do livro biográfico escrito por Téllez (2006)[2] e da coletânea de obras proposta por ele foram selecionados e redesenhados cerca de sessenta projetos do arquiteto, datados de 1958 a 2005. Visando reconhecer uma parte significativa da sua obra, estabelecendo as bases para valoração, através da apreensão dos seus elementos importantes e da sua pluralidade de estratégias.

O referencial teórico de apoio deriva principalmente das leituras de Waisman (2013) e Zein (2011). Waisman (2013) auxilia o desenvolvimento do trabalho no que tange questões relacionadas à historiografia e à utilização de conceitos instrumentais para a análise e crítica da arquitetura, a partir de um ponto de vista latino-americano. Dentre estas questões, estão elementos teóricos, como os conceitos de periodização, pontos de ruptura e juízo histórico. Já Zein (2011) contribui para a análise reflexiva sobre a prática do arquiteto, através do estudo crítico e referenciado das obras de arquitetura, que propõe um objetivo específico que se deseja atingir, enfatizando a necessidade de dar clareza às premissas e ao caminho necessário para o alcance da proposta.

UMA PROPOSTA DE MÉTODO DE APROPRIAÇÃO

Pesquisar sobre qualquer tema leva a um primeiro momento reflexivo, que envolve a investigação sobre o que já foi pesquisado e escrito sobre um determinado objeto, neste momento inicial, muitas são as possibilidades de entrada. É neste momento que se adentra no universo do tema e nos autores que serão utilizados ao longo da pesquisa.

Constantes repetições de conteúdo podem ser vistas nas pesquisas em todos os campos de estudos e é muito rico para o ambiente acadêmico quando novas questões são apresentadas e podem ser pensadas para além do que já foi extensivamente debatido. Entendendo o ambiente acadêmico como espaço de discussões, cabe a nós, pesquisadores, percebermos a contribuição desse tipo de trabalho, que se alimenta de novos debates, interpretações e sugere novas possibilidades sobre um determinado tema.

Esta pesquisa acredita ser importante buscar conhecer o que já foi feito e contribuir com estas novas interpretações. Em que se aborda a produção de um arquiteto não brasileiro, mas de grande relevância no cenário latino-americano, que exerceu sua profissão principalmente na Colômbia, o arquiteto Rogelio Salmona.

Assim, iniciou-se por um esforço de buscar informações para melhor entender o universo de pesquisa já existente sobre esse arquiteto, principalmente no âmbito das pesquisas acadêmicas das universidades colombianas, exigindo uma pesquisa para além do território brasileiro. Mas justamente por estar fora de seu contexto, talvez possa contribuir para se pensar outras questões, que possam elevar ou redirecionar as

[2] O livro biográfico escrito por Germán Téllez em 2006 é o segundo livro sobre a obra do arquiteto Rogelio Salmona. O primeiro foi escrito em 1998 por Ricardo L. Castro intitulado “Salmona” e reúne as obras do arquiteto datadas de 1967 a 1992. O livro de Téllez abrange um período maior e apresenta cerca de 60 obras que datam de 1958 a 2005.

discussões sobre sua obra no âmbito da pesquisa acadêmica, da historiografia e dos estudos projetuais na América Latina.

O estado da arte que contempla bibliografias e trabalhos acadêmicos que investigam questões relacionadas ao arquiteto Rogelio Salmona[3] deve considerar a extensiva quantidade de trabalhos que vem sendo realizados na Colômbia. Principalmente nas Universidades Nacional e Los Andes em Bogotá, que concentram grande parte dos trabalhos e livros pesquisados sobre a obra do arquiteto. Dentre estes trabalhos e outras referências bibliográficas, na maioria dos casos, Salmona é considerado a partir de alguma outra questão, como sua participação nos Seminários de Arquitetura Latino-Americana (SAL) que ocorrem a partir de 1985 e o fato de ter sido um dos colaboradores latino-americanos do ateliê de Le Corbusier em Paris, ou é também inserido em manuais históricos, neste caso enquadrado como a imagem representativa da arquitetura colombiana moderna e de uma arquitetura regionalista latino-americana. Dentre estes trabalhos estão: Browne (1988), Peñate (2010), Arango Cardinal (2012a), Cohen (2012), Montaner (2014), Urrea (2014) entre outros.

Partindo das considerações anteriores, este artigo propõe entender a obra do arquiteto a partir de uma abordagem que olha para o desenho das suas obras, sem a utilização de simplificações prévias, realizadas através de conceitos ou categorias arquitetônicas pré-estabelecidas. A prática do arquiteto orientará os objetos para a reflexão em questão, que busca dar evidência as diversas estratégias projetuais utilizadas por ele.

Assim, para atingir o objetivo da pesquisa, além do reconhecimento das arquiteturas de Rogelio Salmona, buscou-se compreender melhor suas estratégias de projeto. O instrumento adotado para aumentar a apreensão dos elementos pertinentes de cada obra, diminuindo distâncias entre o objeto observado e observador, foi o redesenho. O uso do redesenho como ferramenta de estudo e análise é discutido por pesquisadores como Lima e Vieira (2016, p. 7): “o redesenho é adotado como estratégia privilegiada na construção e explicitação dos entendimentos decorrentes das análises empreendidas no contexto da pesquisa”. Baker (1991) considera que a utilização dos desenhos, além de auxiliar a construção dos textos, é meio básico de comunicação e um instrumento visualmente capaz de condensar grandes explanações analíticas. É possível aplicar as vantagens do método do redesenho não apenas para entender de maneira mais profunda um objeto de pesquisa, mas também para reproduzir de maneira mais clara os elementos que se entenda que devam ser destacados, por um ato simples e genuíno, legítimo dos arquitetos. Neste caso, o redesenho foi realizado com papel e caneta, sem a utilização de programas computadorizados, que possivelmente mecanizam o olhar, podendo deixar escapar questões pertinentes ao exercício em questão.

O referencial bibliográfico utilizado para o recorte das obras e para facilitar o acesso a alguns dos desenhos foi o livro “Rogelio Salmona: Obra completa 1959-2005”, do arquiteto e historiador colombiano Germán Téllez, que reúne cerca de sessenta projetos do arquiteto, distribuídos de maneira quase cronológica, incluindo desenhos técnicos, entrevistas, fatos históricos e textos de Rogelio Salmona. A pesquisa também buscou outras referências para os desenhos, principalmente através dos arquivos primários disponíveis na

[3] Rogelio Salmona (1927-2007) foi um arquiteto nascido em Paris, na França, que se mudou quando criança para Bogotá, na Colômbia (QUINTANA GUERRERO, 2016; URREA, 2014; PEÑATE, 2010). Sua formação acadêmica como arquiteto teve início na Universidade Nacional da Colômbia, em Bogotá e como profissional, no Ateliê de Le Corbusier na Ruè de Sevres, em Paris (URREA, 2014).

Fundação Rogelio Salmona, que foram consultados em visita realizada em junho de 2016[4], tendo a Fundação disponibilizado alguns desenhos originais e orientado a consulta de outras referências como Téllez (1998), Arango Cardinal (2012a; 2012b), Urrea (2008; 2014), Peñate (2010) entre outros.

Assim, iniciou-se com o redesenho das cerca de sessenta obras do arquiteto apresentadas no livro de Téllez (2006), datando de 1958 a 2005, todas em território colombiano com exceção de uma Igreja proposta para Madrid que não foi construída. Neste primeiro momento, realizou-se o redesenho de ao menos dois desenhos de cada projeto, normalmente um corte e uma planta. Após realizada esta etapa, foram consideradas algumas das possibilidades para o estudo dessas quase sessenta obras, considerando o objetivo proposto, foram realizadas duas categorizações em relação aos projetos redesenhados: uma cronológica e outra considerando as estratégias projetuais.

A utilização destas categorias vai ao encontro de um dos conceitos instrumentais apresentados por Waisman (2013) para a análise de arquiteturas a partir de um ponto de vista latino-americano: o conceito de periodização. As duas categorias se conformam como instrumento para o agrupamento destas arquiteturas, segundo dois momentos diferentes e com propostas diferentes. Como afirma Waisman (2013, p. 57): “Ao definir unidades, é possível situar os objetos em um contexto, o que possibilita sua compreensão”. Ademais, complementa que “aparentemente a realidade é incoerente e é apenas a construção do pensamento que ordena e busca relações que deem sentido” (WAISMAN, 2013, p. 57), atribuindo ao historiador/significante o papel de realizar estas construções historiográficas; que nada mais seriam senão uma tentativa de se compreender essa realidade segundo um determinado ponto de vista. Os limites entre um e outro “período” ou “agrupamento” devem ser conformados de maneira perceptível, para que se possibilite depreender pontos de mudanças/rupturas. Entendendo serem estas categorizações uma construção estabelecida por quem as está significando, é também necessário deixar claro que esses pontos de ruptura da continuidade histórica não existem em si mesmos, mas apenas como frutos desta construção historiográfica criada (WAISMAN, 1995).

As categorias propostas por esta pesquisa foram a maneira encontrada para realizar um estudo aprofundado deste grande número de obras, buscando apresentar e demonstrar detalhes sobre os projetos do arquiteto, em consonância com o objetivo proposto.

A categoria cronológica é um método mais frequente de classificação. Representa uma primeira camada sobre a obra que já está presente, não podendo ser apagada ou esquecida, por se tratar de um objeto construído no tempo. As obras em estudo englobam o período de 1958 a 2005 e os pontos descritos nessa primeira categoria abrangem elementos referenciados e considerados como significativos no tempo. Sobre este processo, Waisman entende que “exerce-se o juízo histórico desde o momento em que se toma a decisão de trabalhar sobre um objeto de estudo” (WAISMAN, 2013, p. 3) e que, consequentemente, todas as etapas posteriores, como, por exemplo, a seleção dos estudos de caso ou os instrumentos metodológicos, também se guiarão sob certos juízos. Como escrever sobre acontecimentos históricos certamente não é uma ação aleatória, a impossibilidade de abranger todos os fatos ou todas as obras e a mediação de um interlocutor inevitavelmente levam a um processo de valoração.

[4] Com esta visita a cidade de Bogotá foi possível conhecer 15 projetos do arquiteto Rogelio Salmona.

A segunda categorização, estratégias projetuais, apresenta as mesmas obras, mas agora categorizadas segundo elementos arquitetônicos que se destacam como comuns, mantendo ainda certa relação com a primeira categorização cronológica.

Importante ressaltar que a escolha de duas categorias, e não só uma, surge da intenção de realizar uma seleção pautada em mais de uma abordagem; entendendo, como aponta Zein (2011), que a palavra análise além de um estudo minucioso dos elementos que o compõem, também pode significar separar ou dividir algo em suas partes, isolando-os em pequenas gavetas. Como o objetivo é o de conhecer e compreender as obras "como um instrumento para abrir outras portas" (ZEIN, 2011, p. 3), propõe-se a criação destas duas categorias. Após descritas, ambas serão confrontadas, esse confronto possibilita a quebra da linearidade/continuidade criada nas duas categorizações e potencializa os modos como serão percebidas.

As categorias consideradas foram definidas por se adequarem ao objetivo proposto por esta pesquisa e por se mostrarem necessárias e apropriadas para o referencial que se busca. A possibilidade de uso destas mesmas categorias para a análise de outras obras, ou de outros arquitetos, não se conforma como uma viabilidade constatada. Portanto, não se pretende que assumam valor universal, mas apenas circunstancial.

CATEGORIZAÇÕES DE ESTUDO

Primeira categorização: Categoria Cronológica

Nesta primeira categorização, a pesquisa realizou a catalogação cronológica das obras do arquiteto, ordenando-as segundo sua sucessão no tempo. Adota-se a proposição de quatro períodos. O primeiro período foi chamado de "Primeiros Atos" e compreende os anos iniciais da prática profissional do arquiteto (década de 1950), após retornar à cidade de Bogotá na Colômbia, inclui seus primeiros projetos residenciais, que marcam o início da sua trajetória. O segundo período foi denominado, "Ebulição de ideias", abrange a década de 1960, sendo o período mais produtivo em quantidade de projetos realizados, ainda basicamente voltado à produção residencial. Encontram-se nele as primeiras tentativas de projetos com usos e estratégias diversificadas. Por exemplo, os projetos da Sociedade Colombiana de Arquitetos e do Colégio da Universidade Livre. Já o terceiro período, denominado "Oscilando entre o público e o privado", engloba duas décadas: 1970 e 1980, e inclui um número maior de obras, com diferentes usos não residenciais, sendo na maioria obras de espaços de uso público. O quarto período foi chamado de "Consolidação de estratégias", corresponde às obras do final de sua trajetória, e abarca 15 anos, de 1990 a 2005. É o período de maior diversificação de usos e o mais sintético em relação às estratégias projetuais, confirmando táticas já consolidadas em obras anteriores (tabelas 01 e 02).

Esta periodização se soma a outras leituras de categorizações cronológicas propostas por estudiosos latino-americanos como Browne (1988), Arango Cardinal (2012a) e Gonçalves (2013).

Dentre estes trabalhos, é interessante expor a proposta cronológica de Arango Cardinal (2012a) que adota o conceito de gerações para a construção dos períodos que compõe a sua historiografia sobre a arquitetura na América Latina. O termo é usado por ela para apresentar um sujeito coletivo, ou seja, um grupo de pessoas que têm valores e ideias semelhantes sobre determinadas questões. Cada grupo engloba um período de aproximadamente 15 anos para cada geração, porém estes nunca estão estanques ao seu próprio período,

pois existem sobreposições temporais. Cada geração possui três momentos, o inicial, o ápice e um de menos evidência, que conformam o período[5].

É curioso notar que, se este conceito de gerações for apropriado para esta dissertação, apesar de não estar se falando de um grupo de pessoas, mas sim de um grupo de projetos de um mesmo autor, seria possível perceber algumas correlações. Muitas das obras podem ser percebidas como reverberações de períodos anteriores ou experimentações para períodos posteriores.

P1 - PRIMEIROS ATOS	P2 - EBULIÇÃO DE IDEIAS	P3 - OSCILANDO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO	P4 – CONSOLIDAÇÃO DE ESTRATÉGIAS
1950	1960	1970 -1980	1990 - 2000
Edifício Bessudo	Edifício Mejía	Automóvel Clube	Residência San Diego – casa Gabriel García Márquez
Residencial Pereira	Colégio da Universidade Livre	MAMBO (Museu de Arte Moderna de Bogotá)	Concurso Carlos Lleras Restrepo
Residencial Polo	Residencial Cerros	Residencial Altos do Retiro	Edifício Bahia de Cartagena
	Sociedade Colombiana de Arquitetos	Residencial Rafael Núñez	Ginásio Fontana
	Residencial Palestina	Edifício o Pinar	Residências Cota I/II/Adm.
	Residencial Cristiana	Residencial Alto de Pinos	Edifício Plaza 86
	Residência Rivera	Residência Arango	Centro Comunitário de Nova Santa Fé
	Residência Vivas	Residência Suba	Vice Presidência da República
	Residencial Torres do Parque	Residencial Suba	Residência em Fusca
	Residencial Cavipetrol	Residência Tabio	Residência Rio Frío
	Residência Gutiérrez	Centro Eliécer Gaitán	Remodelação Avenida Jiménez de Quesada
	Residência Amaral	Casa de Hóspedes da Colômbia	Igreja e Centro paroquial Nossa Senhora do Belém
	Residência Alba	Museu Quimbaya	Edifício de Pós-Graduação da Universidade Nacional
	Residencial Timiza	Renovação Urbana Nova Santa Fé	Biblioteca Virgílio Barco
	Residencial Usatama	Edifício Piñango	Jardim de Infância Santa Marta
	Edifício o Museu	FES - Fundação para Educação Superior	Jardim de Infância San Cristóbal
	Concurso Prefeitura de Bogotá	Arquivo Geral da Nação	Residência o Norte
		Residência Tenjo	Residência Altazor
			Fundo de Cultura Econômica do México
			Universidade Pedagógica Nacional

Tabela 01. Categorização Cronológica, Quatro Períodos.
Fonte: Realizada pela autora, 2017.

[5] Importante destacar que estes três momentos não são pontos exatos em uma trajetória, mas sim processos, linhas de continuidade que ora sim e ora não estão em evidência.

P1 - PRIMEIROS ATOS	P2 - EBULIÇÃO DE IDEIAS	P3 - OSCILANDO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO	P4 - CONSOLIDAÇÃO DE ESTRATÉGIAS
1950	1960	1970 -1980	1990 - 2000
Edifício Bessudo	Edifício Mejía	Automóvel Clube	Residência San Diego – casa Gabriel García Márquez
Residencial Pereira	Colégio da Universidade Livre	MAMBO (Museu de Arte Moderna de Bogotá)	Concurso Carlos Lleras Restrepo
Residencial Polo	Residencial Cerros	Residencial Altos do Retiro	Edifício Bahia de Cartagena
	Sociedade Colombiana de Arquitetos	Residencial Rafael Núñez	Ginásio Fontana
	Residencial Palestina	Edifício o Pinar	Residências Cota I/II/Adm.
	Residencial Cristiana	Residencial Alto de Pinos	Edifício Plaza 86
	Residência Rivera	Residência Arango	Centro Comunitário de Nova Santa Fé
	Residência Vivas	Residência Suba	Vice Presidência da República
	Residencial Torres do Parque	Residencial Suba	Residência em Fusca
	Residencial Cavipetrol	Residência Tabio	Residência Rio Frío
	Residência Gutiérrez	Centro Eliécer Gaitán	Remodelação Avenida Jiménez de Quesada
	Residência Amaral	Casa de Hóspedes da Colômbia	Igreja e Centro Paroquial Nossa Senhora do Belém
	Residência Alba	Museu Quimbaya	Edifício de Pós Graduação da Universidade Nacional
	Residencial Timiza	Renovação Urbana Nova Santa Fé	Biblioteca Virgílio Barco
	Residencial Usatama	Edifício Piñango	Jardim de Infância Santa Marta
	Edifício o Museu	FES - Fundação para Educação Superior	Jardim de Infância San Cristóbal
	Concurso Prefeitura de Bogotá	Arquivo Geral da Nação	Residência o Norte
		Residência Tenjo	Residência Altazor
			Fundo de Cultura Econômica do México
			Universidade Pedagógica Nacional

Tabela 02. Categorização Cronológica X Usos, Quatro Períodos.
Fonte: Realizada pela autora, 2017.

RESIDENCIAL
CULTURAL
RELIGIOSO
INSTITUCIONAL, COMERCIAL
URBANÍSTICO

P1. Primeiros atos, anos 1950

Os primeiros atos projetuais do arquiteto Rogelio Salmona ocorreram no final da década de 1950 com três projetos de residências, que terão suas respectivas construções no início da década de 1960.

O primeiro projeto realizado em Bogotá, alguns anos após sua volta de Paris, recém-chegado do continente europeu e de uma experiência com Le Corbusier, foi o edifício Bessudo. Encomendado por uma amiga de sua mãe, consiste em um edifício de gabarito baixo de apartamentos dúplex (URREA, 2014), esta obra do arquiteto certamente seria derivada do repertório acumulado nos seus anos formativos.

O segundo projeto realizado, localizado na zona cafeeira colombiana, é o conjunto residencial de baixo custo residencial Pereira, projetado em conjunto com o arquiteto Arturo Robledo e pode ser considerado como o início da introdução de elementos arquitetônicos que passarão a estar presentes, deste momento em diante, no vocabulário projetual do arquiteto como os planos de cobertura inclinados e o uso do tijolo, materialidade frequentemente associada à literatura que abrange o arquiteto.

O terceiro projeto considerado foi o conjunto residencial Polo uma encomenda do Banco Central Hipotecário (BCH)[6]. É um conjunto residencial de classe média, realizado com o arquiteto Guillermo Bermúdez, veterano de Rogelio Salmona na Universidade Nacional da Colômbia. Projetado em paralelo ao residencial Pereira, onde recorrências e similitudes podem ser identificadas em ambos os projetos.

Neste primeiro grupo de três obras que iniciam o período de trabalho do arquiteto na Colômbia, há a presença tanto de elementos que se relacionam a sua *práxis* anterior, no ateliê de Le Corbusier, e de novos elementos, que introduzem uma dinâmica própria.

O projeto do residencial Polo foi considerado como uma transição entre as práticas iniciais do arquiteto e as novas questões/ações e valores que seriam mais profundamente trabalhados na década seguinte. Cabe aqui referência ao método geracional proposto por Arango Cardinal (2014a), que aponta haver, dentro de qualquer periodização, a existência de três momentos, “o inicial, o ápice e o declínio”. Embora a autora proponha seu método considerando grupos geracionais, parece ser possível usar essas ideias também para periodização de obras de um único autor. Seria o caso do residencial Polo que já não se configura como o este primeiro período, uma vez que começa a apresentar experimentações outras, que podem ser relacionadas ao início do período seguinte, onde a fragmentação da geometria única/monobloco arquitetônica será trabalhada de maneira mais frequente.

P2. Ebulição de ideias, anos 1960

A década de 1960 é a mais produtiva em quantidade de projetos. A grande maioria destes projetos é residencial, mas outros usos comparecem, como no projeto institucional do Colégio da Universidade Livre e da sede da Sociedade Colombiana de Arquitetos.

[6] BCH foi um banco estatal colombiano, principal financiador na construção de habitações na década de 1930 e 1940 em Bogotá, Colômbia.

Considerando as possibilidades projetuais do arquiteto, esta década foi um período múltiplo. Ocorrem momentos de reverberação das estratégias iniciadas na década de 1950, e novas proposições que se aproximaram ao período seguinte.

Partindo do entendimento que as estratégias deste período são possivelmente fruto do aprofundamento dos três primeiros projetos da década anterior, percebe-se a exploração de três possibilidades projetuais.

A primeira refere-se aos novos conjuntos residenciais que dão continuidade, arquitetonicamente, às estratégias adotadas para o projeto do residencial Pereira, com planos de cobertura inclinados, espaços internos abertos e comunicativos e implantação em níveis diferentes, no caso de terrenos inclinados. São exemplos os residenciais Cerros, Cristiana, Palestina, Cavipetrol e Timiza.

A segunda possibilidade inclui experimentações sobre a questão do partido único/monobloco, que ora se fragmenta, como no Colégio da Universidade Livre, ora se condensa em um único objeto, como na torre principal da sede da Sociedade Colombiana de Arquitetos. As residências Vivas e Rivera, também fazem parte desse segundo conjunto. Já as casas Alba e Gutiérrez apresentação uma soma dessa experimentação sobre o partido único/monobloco, associada a outros elementos e serão consideradas na terceira possibilidade.

A terceira possibilidade contém proposições sobre novos elementos que serão mais amplamente desenvolvidos nas próximas décadas, 1970 e 1980, como as diagonais, os pátios e as radiais, como por exemplo, na residência Amaral, nas residências Alba e Gutiérrez e por fim, no residencial Torres do Parque, respectivamente. Este último projeto, residencial Torres do Parque, pode novamente ser considerado como o ponto de ruptura que anuncia o próximo período.

P3. Oscilando entre o público e o privado, anos 1970 e 1980

Este período compreende duas décadas, com a exploração de estratégias já apresentadas em períodos anteriores. Aumenta a variedade de uso dos projetos, que passam a englobar, além de residências, usos institucionais, comerciais e cultural.

Na metade da década de 1970 e em toda a década de 1980, os debates latino-americanos sobre temas ligados à identidade local entram em evidência. Bastos e Zein (2010, p. 266) lembram que neste período se destaca “a ideia de tecnologia alternativa, renovação formal de outros materiais além do concreto e da argamassa armada” e complementa que havia com isso “um sentido de criar uma arquitetura mais significativa para população, com exploração de materiais locais”. É deste período a maior parte das fontes bibliográficas que irão significar a obra do arquiteto e proporão uma imagem que irá se consolidar e manter até o presente. Após 20 anos de trabalho, nos anos 1980, a atuação de Salmona em encargos de edifícios colombianos de uso cultural também contribuiu para a associação do arquiteto com uma imagem de identidade nacional.

Em relação aos elementos projetuais deste período, associam-se também àqueles iniciados na primeira década (1950), como os residenciais Altos del Retiro e Alto del Pinos, que reafirmam o plano de cobertura inclinada e a implantação em declive.

Também se constata o aprofundamento de elementos citados sobre a década de 1960, agora combinados entre si: a exploração da geometria única/monobloco se alia ao pátio, em projetos como o da sede do Automóvel Clube. Os pátios, em outros momentos se multiplicam e comparecem combinados às diagonais, como no caso do projeto do Centro Cultural Jorge Eliécer Gaitán, formando estruturas complexas que se organizam segundo o eixo diagonal.

Neste período, a marcante presença dos pátios, principalmente em projetos de uso público, confirma seu papel como elemento agregador, norteando a distribuição dos demais espaços projetados.

P.4 Consolidação de estratégias, anos 1990 e 2000

Para o último período, as estratégias amplamente experimentadas no período anterior (1970-1980) se consolidam e são difundidas em projetos bem variados. O uso residencial agora não é mais predominante, prevalecendo os usos institucionais, culturais, comerciais, religiosos e de urbanização.

Os pátios ganham uma maior representação e complexidade tomando como ponto de partida os desdobramentos dos anos finais da década anterior, com destaque para o Centro Cultural Eliécer Gaitán. Para o caso dos pátios, percebe-se dois caminhos: em usos públicos, são articulados por radiais em geometrias únicas/monoblocos e em projetos mais privados como as residências Cota I e II, Fusca e Rio Frío estão associados a eixos diagonais.

Mesmo que a maioria dos projetos deste período apresentem estratégias que reverberam elementos já anunciados em momentos anteriores, dois projetos merecem destaque, pois propõe um possível novo período cronológico. O edifício de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Nacional e a Biblioteca Virgílio Barco. Após o redesenho destas duas obras, é possível perceber a conformação de duas arquiteturas completas onde se identificam todos os elementos mencionados nas décadas anteriores, a geometria única/monobloco, o pátio, as radiais, a linha diagonal e o plano de cobertura inclinado, pressupondo que poderia ser o início de um novo período cronológico, findado devido ao falecimento do arquiteto.

Esta periodização de caráter cronológico propõe um modo de leitura da trajetória do arquiteto Rogelio Salmona através de suas obras, no devir temporal-linear. Esta leitura embasa a proposição da segunda categorização, concentrada no entendimento das estratégias formais. Estas duas categorizações serão posteriormente confrontadas de maneira a conformar um quadro cronológico-formal, que será a base para as reflexões sobre o objetivo aqui colocado. Desse modo, a ordem com que as obras aconteceram no tempo não será elemento fundamental para a investigação, pois em evidência está a demonstração da diversidade de estratégias do arquiteto.

Segunda categorização: Categoria Estratégias de Projeto

Após a primeira categorização do tipo temporal-linear, é proposta uma segunda abordagem. As mesmas obras do arquiteto Rogelio Salmona são reordenadas mediante a observação de suas características

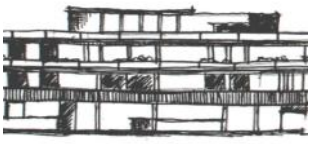
projetuais mais notórias. Esta nova narrativa pode ou não se sobrepor às categorias temporais definidas na primeira categorização cronológica.

Pela observação e estudo dessas obras, foi organizada uma proposta de interpretação segundo sete "estratégias projetuais" denominadas: ortogonalidade, planos inclinados, forma pura, pátios subsequentes, quadra aberta, isolados e combinações.

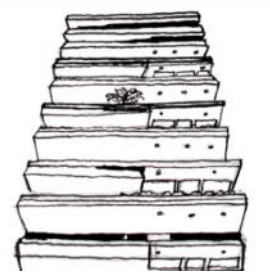
A definição e nomeação dessas "estratégias projetuais" resultou da observação realizada ao longo dos estudos para a definição dos períodos cronológicos da primeira categorização, nos quais são verificadas características projetuais formais que foram despontando e se consolidando ao longo da prática do arquiteto. Assim, as estratégias denominadas ortogonalidade, planos inclinados e forma pura comparecem nos dois primeiros períodos, Primeiros atos (1950) e Ebulição de ideias (1960). As estratégias empregando pátios subsequentes e quadras abertas comparecem nos dois períodos finais, Oscilando entre o público e o privado (1970-1980) e Consolidação de estratégias (1990-2000). A estratégia projetual "isolados" foi percebida na transição entre os períodos Oscilando entre o público e o privado (1970-1980) e Consolidação de estratégias (1990-2000). E a estratégia combinações, que se conforma pela adoção e combinação de duas estratégias, dentre as seis mencionadas – Ortogonalidade, Planos Inclinados, Formas Puras, Isolados, Pátios Subsequentes e Quadra Aberta – relacionam-se na composição dos projetos. Tem início em 1964 no período Ebulição de ideias (1960) e se prolonga pelos dois períodos seguintes, Oscilando entre o público e o privado e Consolidação de estratégias, permanecendo presente no restante da trajetória do arquiteto.

Categoria 1. Ortogonalidade

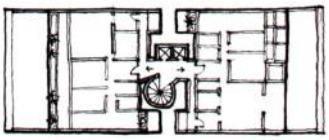
A categoria 1, "Ortogonalidade", refere-se às obras do arquiteto cujas estratégias se representam em formas quadradas/retangulares onde predominam os ângulos retos (tab. 03). Totalizando nove obras.

EDIFÍCIO BESSUDO (1958)		
	Perspectiva	Corte

EDIFÍCIO MEJÍA (1960)



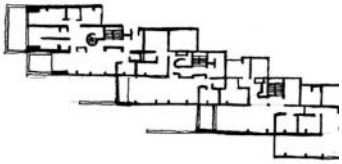
Perspectiva



Planta pavimento tipo

RESIDENCIAL USATAMA (1969)

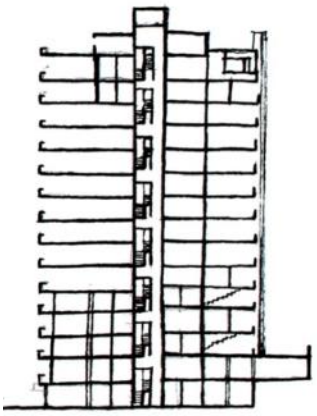
Perspectiva



Planta pavimento térreo

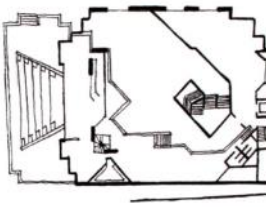
EDIFÍCIO O MUSEU (1969)

Planta cobertura

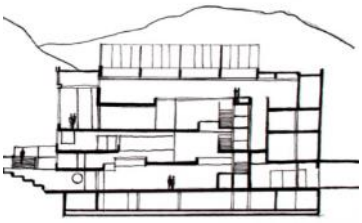


Corte

MAMBO
Museu de
Arte Moderna
de Bogotá
(1970)

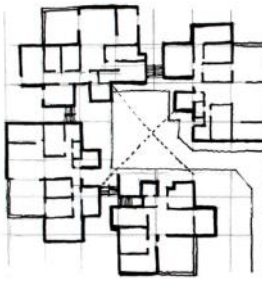


Planta pavimento térreo

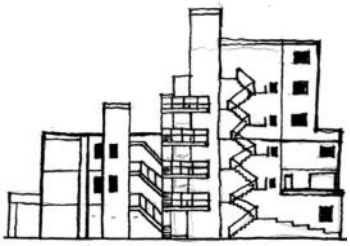


Corte

RESIDENCIAL
RAFAEL
NÚÑEZ
(1974)

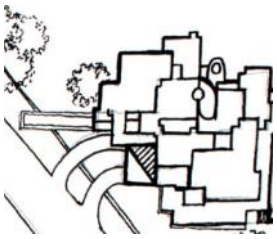


Planta pavimento térreo

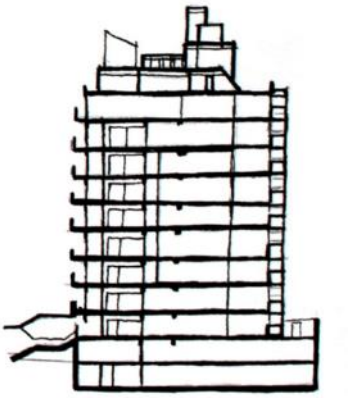


Elevação

EDIFÍCIO O PINAR (1974)

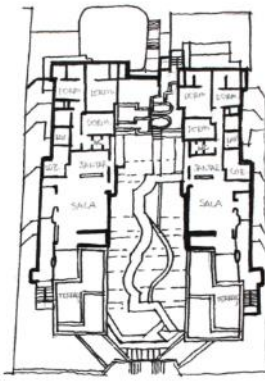


Planta cobertura



Corte

RESIDENCIAL ALTO DE PINOS (1975)



Planta pavimento térreo

Elevação

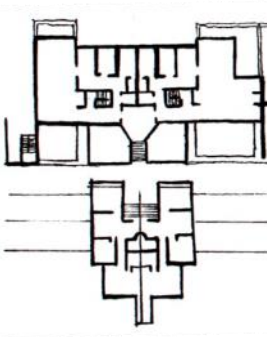
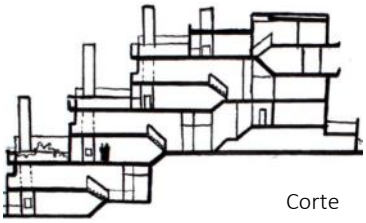
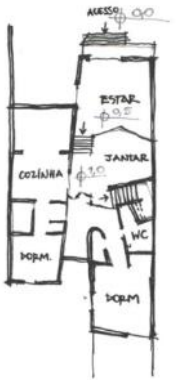
RESIDENCIAL SUBA (1977)	 Planta pavimento térreo	 Corte

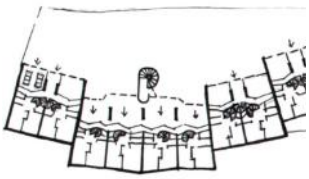
Tabela 03 – Projetos pertencentes à categoria 1, Ortogonais.
Fonte: Desenhos da autora, 2017.

Categoria 2. Planos Inclinados

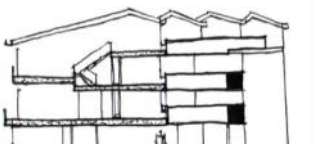
A categoria 2, “Planos Inclinados”, engloba as obras cujos planos de cobertura estão declivados segundo o eixo horizontal, apresentando a inclinação como característica de destaque (tab. 04). Nove obras pertencem a este grupo.

RESIDENCIAL PEREIRA (1959)	 Planta pavimento térreo	Corte

RESIDENCIAL POLO (1959)

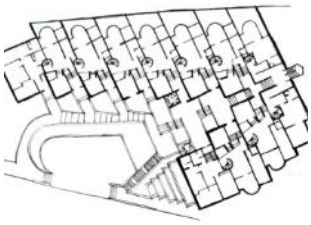


Planta pavimento térreo



Corte

RESIDENCIAL CERROS (1961)



Planta pavimento térreo

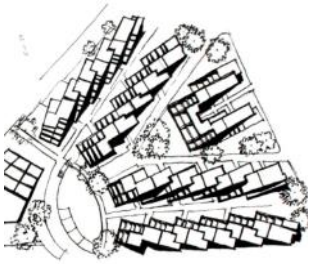
Corte

RESIDENCIAL PALESTINA (1962)

Perspectiva

Corte

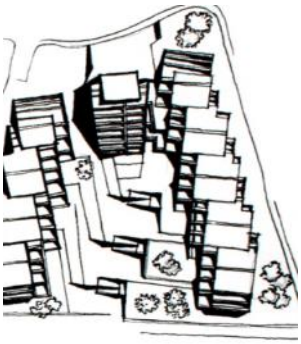
RESIDENCIAL CRISTIANA (1963)



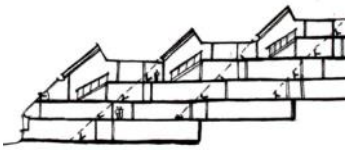
Planta cobertura

Corte

RESIDENCIAL CAVIPETROL (1965)

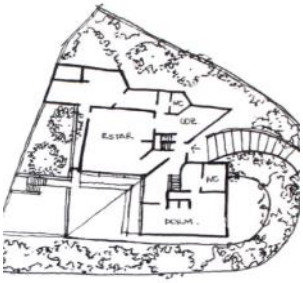


Planta cobertura

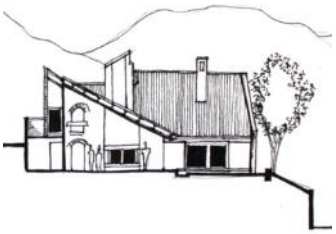


Corte

RESIDÊNCIA AMARAL (1968)



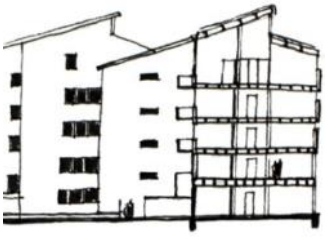
Planta pavimento térreo



Corte

RESIDENCIAL TIMIZA (1969)

Elevação/perspectiva



Corte

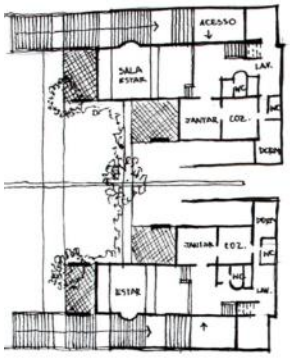
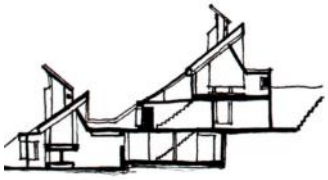
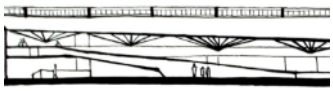
RESIDENCIAL ALTOS DO RETIRO (1970)		
	Planta pavimento térreo	Corte

Tabela 04 – Projetos pertencentes à categoria 2, Planos Inclinados.
Fonte: Desenhos da autora, 2017.

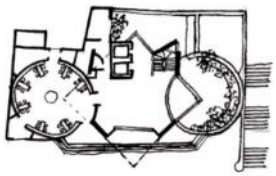
Categoria 3. Formas Puras

A categoria 3, “Formas Puras”, abarca as obras cuja composição pode ser substancialmente identificada por formas únicas, sejam elas circulares ou quadradas, completas ou seccionadas, agrupadas ou sozinhas (tab. 05). Totalizando cinco obras.

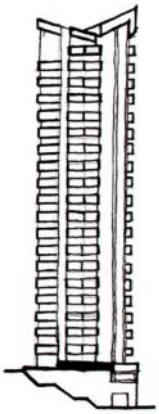
COLÉGIO DA UNIVERSIDADE LIVRE (1961)		
	Planta pavimento térreo	Corte

SOCIEDADE COLOMBIANA DE ARQUITETOS

(1962)



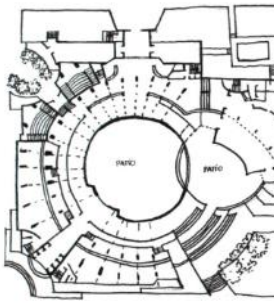
Planta pavimento térreo



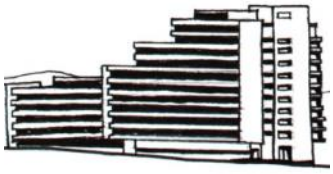
Elevação

CONCURSO PREFEITURA DE BOGOTÁ

(1969)



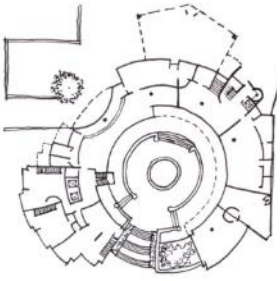
Planta pavimento térreo



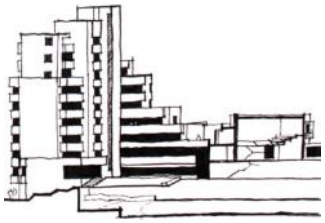
Elevação

AUTOMÓVEL CLUBE

(1970)



Planta pavimento térreo



Elevação/corte

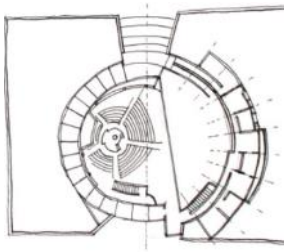
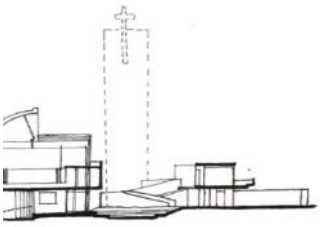
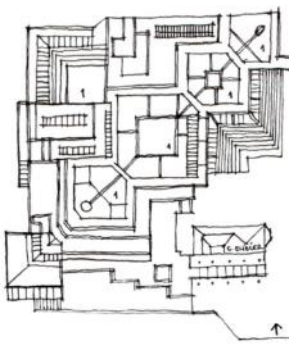
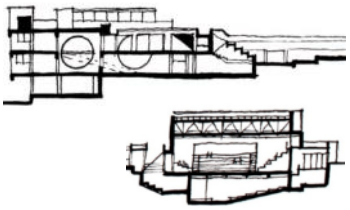
IGREJA E CENTRO PAROQUIAL NOSSA SENHORA DO BELÉM (1997)	 Planta segundo pavimento	 Corte

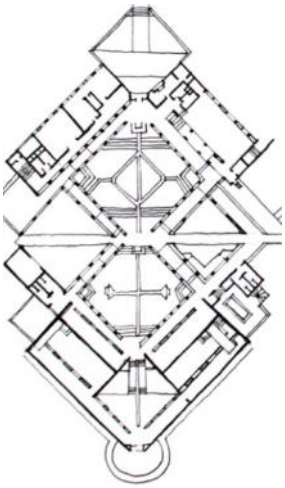
Tabela 05 – Projetos pertencentes à categoria 3, Formas Puras.
Fonte: Desenhos da autora, 2017.

Categoria 4. Pátios Subsequentes

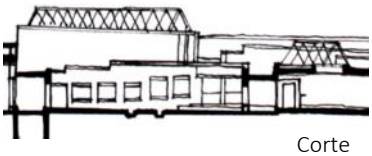
A categoria 4, "Pátios Subsequentes", refere-se aos projetos cuja organização se orienta por pátios que se seguem um após o outro por um eixo diagonal ou retilíneo (tab. 06). A este grupo pertencem seis obras.

CENTRO JORGE ELIÉCER GAITÁN (1979)	 Planta pavimento térreo	 Corte

MUSEU QUIMBAYA (1983)

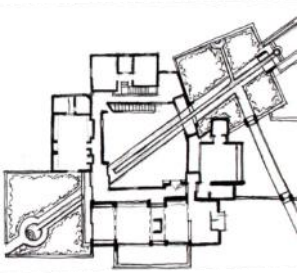


Planta pavimento térreo

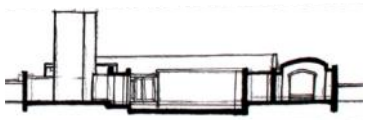


Corte

RESIDÊNCIA TENJO (1989)



Planta pavimento térreo



Corte

RESIDÊNCIA COTA I (1992)

Planta pavimento térreo

Corte

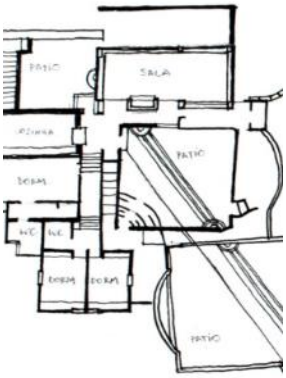
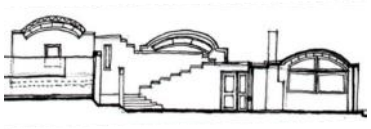
RESIDÊNCIA EM FUSCA (1995)	Planta pavimento térreo	Corte
RESIDÊNCIA RIO FRÍO (1997)	 Planta pavimento térreo	 Corte

Tabela 06 – Projetos pertencentes à categoria 4, Pátios Subsequentes.
Fonte: Desenhos da autora, 2017.

Categoria 5. Quadra Aberta

A categoria 5, "Quadra Aberta", abrange os projetos que estão implantados ao longo de toda periferia do terreno, sem recuos frontais, permitindo a conformação de um desenho específico, onde em grande parte é possível encontrar um espaço central vazio (tab. 07). A esta categoria pertencem três obras.

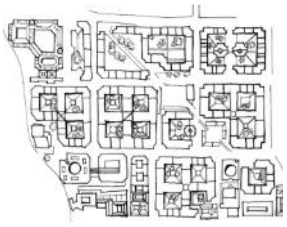
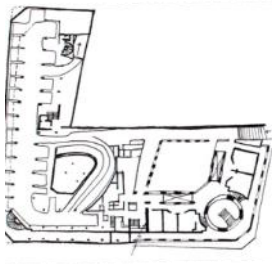
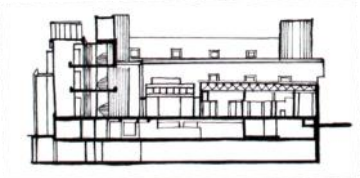
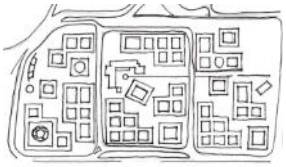
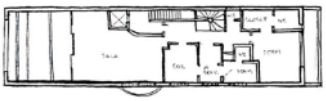
RENOVAÇÃO URBANA NOVA SANTA FÉ (1983)	 Vista aérea	Corte
FES - FUNDAÇÃO PARA ENSINO SUPERIOR (1988)	 Planta subsolo	 Corte
CONCURSO CARLOS LLERAS RESTREPO (1991)	 Vista aérea	Elevação

Tabela 07 – Projetos pertencentes à categoria 5, Quadra Aberta.
Fonte: Desenhos da autora, 2017.

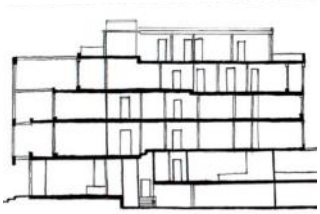
Categoria 6. Isolados

A categoria 6, “Isolados”, engloba projetos considerados como fragmentos únicos, tais como a remodelação urbanística da Avenida Jimenez de Quesada em Bogotá e projetos de potencial construtivo que seguem lógicas do mercado imobiliário (tab. 08). Quatro projetos foram considerados nesta categoria, três que seguem lógicas primárias de mercado e um que se projeta sem a composição/construção de nenhuma edificação.

EDIFÍCIO PIÑANGO (1987)



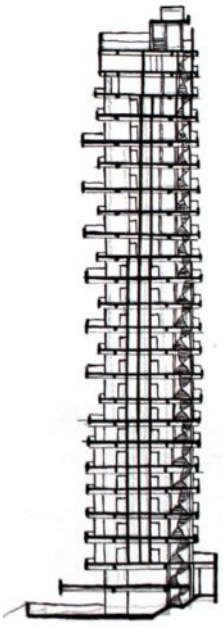
Planta pavimento tipo



Corte

EDIFÍCIO BAHIA DE CARTAGENA (1992)

Planta pavimento tipo



Corte

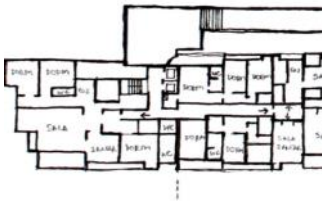
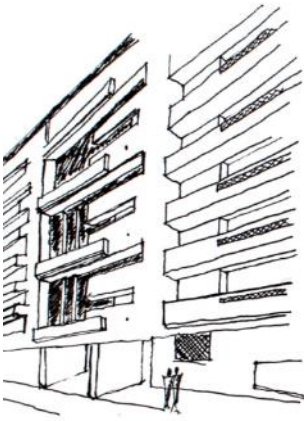
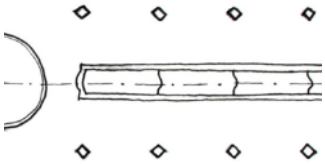
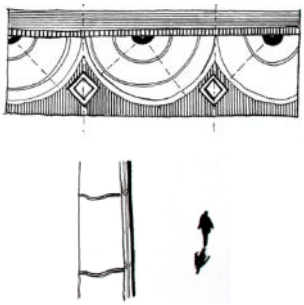
EDIFÍCIO PLAZA 86 (1993)	 Planta pavimento tipo	 Perspectiva
AVENIDA JIMÉNEZ DE QUESADA (1997)	 Vista aérea	 Detalhe piso/ Vista aérea

Tabela 08 – Projetos pertencentes à categoria 6, Isolados.
Fonte: Desenhos da autora, 2017.

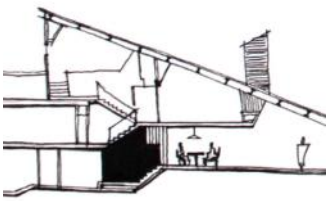
Categoria 7. Combinações

Por fim, a categoria 7, “Combinações”, refere-se aos projetos percebidos pelo arranjo de duas das categorias anteriores (tab. 09). Esta categoria abrange a maior parte dos projetos redesenhados e um maior tempo de duração, são ao total vinte e duas obras consideradas.

RESIDÊNCIA RIVERA

(1964)

Planta pavimento térreo

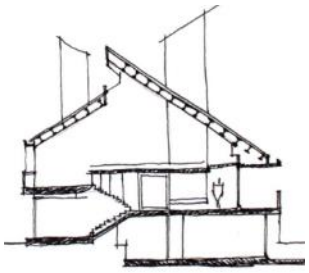


Corte

RESIDÊNCIA VIVAS

(1964)

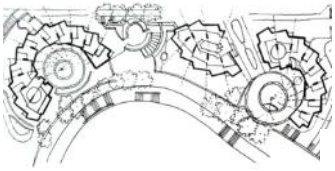
Planta pavimento térreo



Corte

RESIDÊNCIAL TORRES DO PARQUE

(1964)

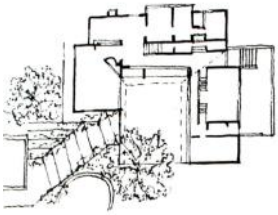


Planta cobertura

Elevação

RESIDÊNCIA GUTIÉRREZ

(1966)

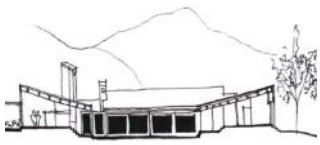


Planta pavimento térreo

Corte

RESIDÊNCIA ALBA (1969)

Planta pavimento térreo



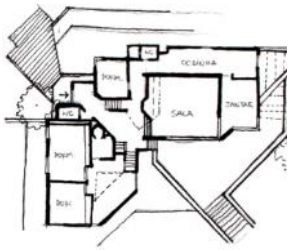
Corte

RESIDÊNCIA ARANGO (1976)

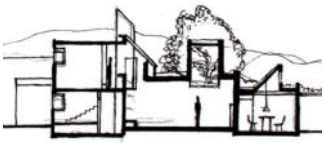
Planta pavimento térreo

Corte

RESIDÊNCIA SUBA (1977)



Planta pavimento térreo



Corte

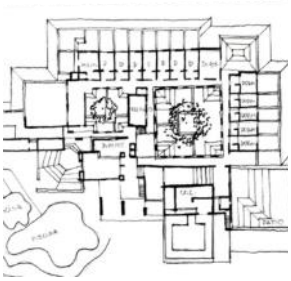
RESIDÊNCIA TABIO (1977)

Planta pavimento térreo

Corte

CASA DE HÓSPEDES DA COLÔMBIA

(1980)

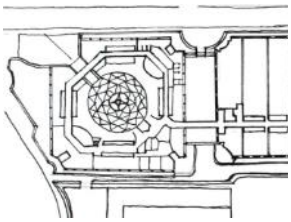


Planta pavimento térreo

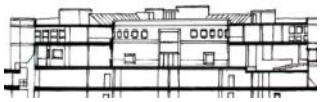
Corte

ARQUIVO GERAL DA NAÇÃO

(1988)



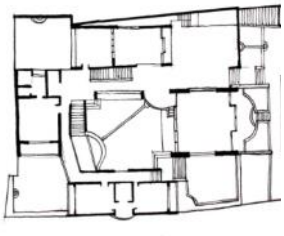
Planta pavimento térreo



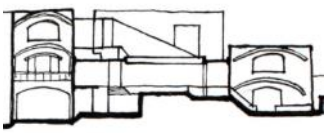
Corte

RESIDÊNCIA SAN DIEGO – CASA GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ

(1991)



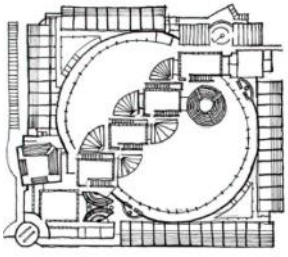
Planta pavimento térreo



Corte

GINÁSIO FONTANA

(1992)

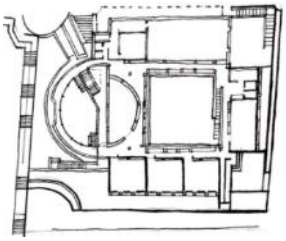


Planta pavimento térreo

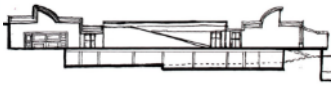
Corte

CENTRO COMUNITÁRIO DE NOVA SANTA FÉ

(1994)



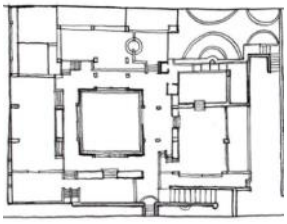
Planta pavimento térreo



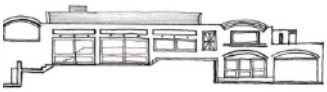
Corte

VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

(1994)



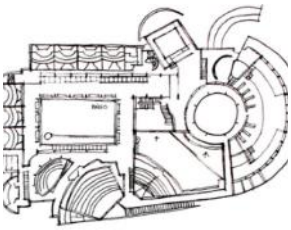
Planta pavimento térreo



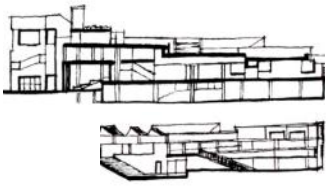
Elevação

EDIFÍCIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS

(1998)



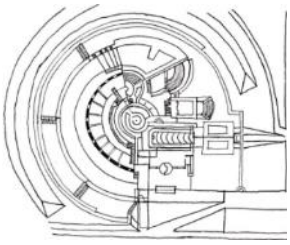
Planta pavimento térreo



Corte

BIBLIOTECA VIRGÍLIO BARCO

(1999)

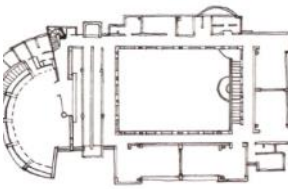


Planta pavimento térreo

Corte

JARDIM DE INFÂNCIA SANTA MARTA

(2000)

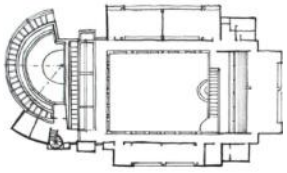


Planta pavimento térreo

Corte

JARDIM DE INFÂNCIA SAN CRISTÓBAL

(2000)

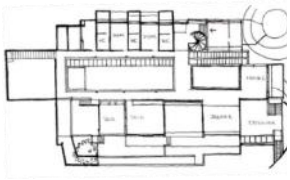


Planta pavimento térreo

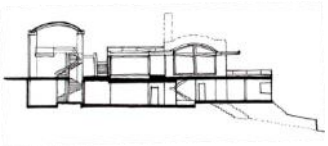
Corte

RESIDÊNCIA O NORTE

(2001)



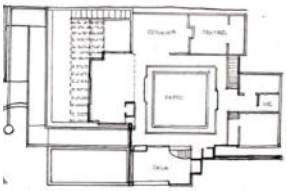
Planta pavimento térreo



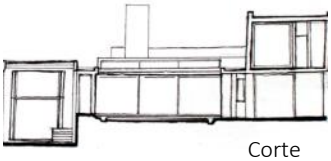
Corte

RESIDÊNCIA ALTAZOR

(2002)



Planta pavimento térreo

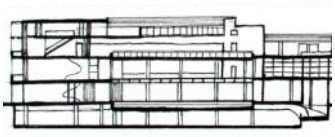


Corte

FUNDO DE CULTURA ECONÔMICA DO MÉXICO

(2004)

Perspectiva



Corte

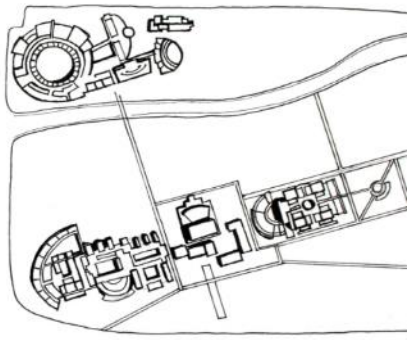
UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA NACIONAL (2004)	 Vista aérea

Tabela 09 – Projetos pertencentes à categoria 7, Combinações.
Fonte: Desenhos da autora, 2017.

CONFRONTANDO CATEGORIZAÇÕES, CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA

Após apresentadas as duas categorizações, ambas são combinadas em um quadro cronológico-formal. Isso permite quebrar a linearidade/continuidade criada em cada uma das duas categorizações, com o objetivo de ampliar as leituras sobre os projetos considerados. (diag. 01).

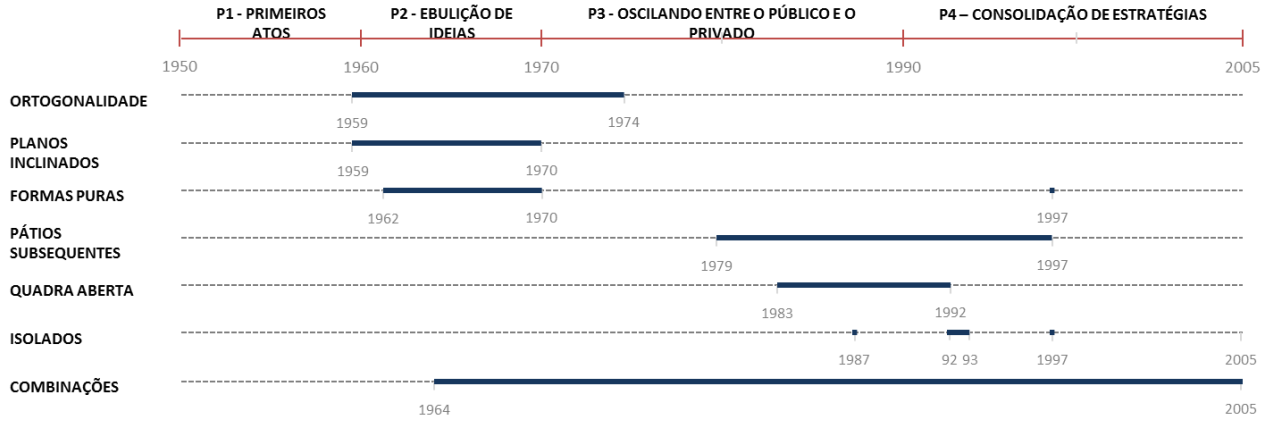


Diagrama 01 – Conformação Quadro Cronológico- Formal.
Fonte: Realizado pela autora, 2017.

De acordo com o quadro cronológico-formal para os quatro períodos cronológicos, tem-se a seguinte configuração: “P1 – Primeiros atos (1950)” apresenta-se o início das categorias Ortogonalidade e Planos Inclinados; “P2 – Ebulição de ideias (1960)” ocorre o aprofundamento das categorias Ortogonalidade e Planos inclinados, mas também o início das demais categorias: Formas Puras e Combinações; “P3 – Oscilando entre o público e o privado (1970-1980)” desaparece a categoria Ortogonalidade, tem início as categorias Isolados, Pátios Subsequentes e Quadra Aberta e o aprofundamento da categoria Combinações; por último, “P4 – Consolidação de estratégias(1990-2000)” a categoria Combinações coloca-se em evidência, mas ainda se mantêm as categorias Isolados, Pátios Subsequentes e Quadra Aberta, e mesmo o retorno da categoria Formas Puras em uma obra.

É possível perceber no quadro cronológico-formal se retomado o conceito de gerações trabalhado por Arango Cardinal, que fica mais evidente que as categorias das estratégias projetuais não se conformam restritas aos períodos cronológicos, ou seja, avança e se retrai para além dos períodos conformados, algumas vezes sobrepondo-se umas às outras em planos simultâneos, sendo que ora estão em destaque, ora em menor evidência e ora em avanço para novas experimentações.

Outra questão que o quadro chama atenção são os períodos cronológicos onde se concentram a maior diversidade de estratégias projetuais utilizadas pelo arquiteto. O primeiro ocorre entre as décadas de 1960 e 1970 e o segundo no final dos anos 1980. Entre 1960 e 1970, estão presentes quatro categorias (Ortogonalidade, Planos Inclinados, Formas Puras e Combinações); e no final dos anos 1980 estão presentes as outras três categorias restantes (Isolados, Pátios Subsequentes e Quadra Aberta, além de Combinações – que se inicia na metade da década de 1960 e percorre toda a trajetória do arquiteto).

Assim, a partir do confronto entre duas categorias de estudo: cronológica e estratégias de projeto, foi possível ampliar a percepção sobre o trecho considerado da obra do arquiteto, percebendo questões que fogem a limitação das análises individualizadas. Com o quadro cronológico-formal criado, se evidenciou que as estratégias de projeto não estão restritas ao período cronológico ao qual se encontra o arquiteto. Também, fica mais claro os momentos onde se tem o maior número de estratégias de projeto, pois é possível enxerga-las ocorrendo em paralelo no decorrer da trajetória do arquiteto.

Neste artigo, o arquiteto colombiano Rogelio Salmona, pode ser visto sobre outro viés, além da superfície de tijolos que recobre a maioria de suas obras antes dos anos 2000, antes da experimentação com o concreto. Mostrando que nos períodos onde grande parte das suas obras se utiliza dessa materialidade, a maioria de seus dos projetos adota estratégias diferentes ligadas a representação da forma externamente. Respondendo de maneira diferente as implicações do terreno e se relacionando de diversas formas com a cidade.

REFERÊNCIAS:

ARANGO CARDINAL, Silvia. **Ciudad Y Arquitectura**: Seis generaciones que construyeron la America Latina moderna. Mexico: Fundo de Cutura Economica, 2012a.

ARANGO CARDINAL, Silvia et al. **Bogotá y la Sabana**: guía de arquitectura y paisaje. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Sevilla, Junta de Andalucia, 2012b.

BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. **Brasil, arquiteturas após 1950**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

BAKER, Geoffrey. **Analisis de la forma**. Tradução Santiago Castan. México: Gustavo Gil, 1991.

BROWNE, Enrique. **Otra Arquitectura en America Latina**. México: Gustavo Gil, 1988.

CASTRO, Ricardo. **Elogio a la memoria**: la poesía y el entorno. Colômbia: Universidade de Los Andes, 2007.

CHING, Francis. **Arquitetura**: Forma, espaço e ordem. Tradução Alvamar Helena Lamparelli. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

COHEN, Jean Louis. **The future of architecture, since 1889**. 1. ed. London: Phaidon Press, 2012.

FRANDIÑO, José Leonardo Prieto. **Rogelio Salmona, compositor de percepciones**: Revisión del papel de la modénature em la representación arquitectónica. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Nacional da Colombia. Bogotá, 2013.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. **Emergências latino-americanas**: arquitetura contemporânea 1991-2011. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2013.

LIMA, Ana Gabriela Godinho; VIEIRA, Julio Luiz. Introdução: posicionando historicamente o redesenho como instrumento de construção de conhecimento em arquitetura. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2016, Porto Alegre. **Anais do IV Enanparq**. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, p. 1-20, 2016. Disponível em: < https://enanparq2016.files.wordpress.com/2016/09/s27-02-godinho-lima-a-g-vieira-j.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

LÓPEZ, Javier Ocampo. **História Básica de Colombia**. Bogotá: Plaza e Janes, 1994.

MONTANER, Josep Maria. **Arquitetura e crítica na América Latina**. Tradução Flávio Coddou. São Paulo: Romano Guerra, 2014.

PEÑATE, Elisenda Monzón. **Rogelio Salmona**: errancias entre arquitectura y naturaleza. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidad de Las Palmas de Gran Canaria. Las Palmas de Gran Canaria, 2010.

QUINTANA GUERRERO, Ingrid. Hijos de la Rue de Sèvres: panorama de los colaboradores latinoamericanos de Le Corbusier en París. **Revista de Arquitetura de la Universidad de Los Andes/ Journal of Architecture**, Universidad de Los Andes. Colômbia, v. 15, pp. 14-23, 2014.

_____. **Hijos de la Rue de Sèvres**: panorama de los colaboradores latinoamericanos de Le Corbusier en Paris. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

RIAÑO, Francisco Pinzón. **La representación del vacío la cada Altazor**. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Nacional da Colombia. Bogotá, 2014.

SOUZA, Gisela Barcellos de. **Tessituras híbridas ou o duplo regresso**: Encontros latino-americanos e traduções culturais do debate sobre o retorno à cidade. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

TÉLLEZ, Germán. **Rogelio Salmona**: obra completa 1959-2005. Bogotá: Escala, 2006.

_____. **Crítica e Imagen**. 2. ed. Cartagena: Ministerio de Cultura da Colombia y Escala, 1998.

URREA, Tatiana. **De la calle a la alfombra**: un espacio abierto en Bogotá. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade Politécnica da Catalunha. Barcelona, 2014.

URREA, Tatiana et al. **Bogotá años 50**: el inicio de la metrópole. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008.

WAISMAN, Marina. **O Interior da História**: historiografia arquitetônica para uso de Latino-Americanos. Tradução Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. **La arquitectura descentrada**. Bogotá: Escala, 1995.

_____. **La estrutura histórica del entorno**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1977.

ZEIN, Ruth Verde. Há que se ir às coisas. In: ROCHA-PEIXOTO, Gustavo et al. (Org.). **Leituras em Teoria da Arquitetura 3, Objetos**. Rio de Janeiro: Rio Books, p. 204-234, 2011.

_____. **O lugar da crítica**. Ensaios oportunos de arquitetura. Porto Alegre: Ritter dos Reis, ProEditores, 2002.

V enanparq
Salvador - 2018

VIVA CAMPUS: UMA EXPERÊNCIA DE PROJETO PAISAGISTICO COLETIVO

VIVA CAMPUS: A COLLECTIVE LANDSCAPE PROJECT EXPERIENCE

VIVA CAMPUS: UNA EXPERIENCIA DE PROYECTO PAISAGISTICO COLECTIVO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

SILVA, Flávio Silvério da
Mestrando em Artes Urbanidades e Sustentabilidade pela UFSJ
flavio.slvr@gmail.com

MUCHINELLI, Lívia R. A.
Doutora em Ciências; Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSJ
liviamuchinelli@ufsj.edu.br

VIVA CAMPUS: UMA EXPERÊNCIA DE PROJETO PAISAGISTICO COLETIVO

VIVA CAMPUS: A COLLECTIVE LANDSCAPE PROJECT EXPERIENCE

VIVA CAMPUS: UNA EXPERIENCIA DE PROYECTO PAISAGISTICO COLECTIVO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Este artigo traz um relato sobre as atividades do Estúdio Intermediário Viva Campus - unidade curricular prática do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) - que se originou da necessidade da confecção de projetos paisagísticos para a transformação do Campus Tancredo de Almeida Neves (CTAN), da referida Universidade, em um lugar que fomentasse a pratica de ações sustentáveis de cunho ambiental, cultural e social. O estúdio demandou, inicialmente, a compreensão dos conceitos básicos relativos ao termo paisagem, para então propiciar o entendimento referente à evolução da atividade paisagística e oportunizar assim uma visão mais crítica em relação às intervenções que poderiam ser apresentadas para o local. Passando pelo entendimento do surgimento dos campi, e sua importância dentro do cenário urbano, o texto mostra as ações dos alunos e as intenções com a comunidade local que já utiliza aquele espaço como área de lazer da cidade.
PALAVRAS-CHAVE: projeto paisagístico; *campi* universitários; metodologia de projeto.

ABSTRACT:
This article presents an account of the activities of the 'Estúdio Intermediário Viva Campus' - a practical curricular unit of the Course of Architecture and Urbanism of 'Universidade Federal de São João del-Rei' (UFSJ)- which originated from the necessity of the construction of landscape projects for the transformation of the Campus Tancredo de Almeida Neves (CTAN) of the mentioned University in a place that fomented the practice of sustainable actions of environmental, cultural and social nature. The studio first demanded an understanding of the basic concepts of the term landscape, in order to provide an understanding of the evolution of the landscaping activity and thus provide a more critical view of the interventions that could be presented to the site. Going through the understanding of the emergence of campuses, and their importance within the urban setting, the text shows the students' actions and intentions with the local community that already uses that space as a leisure area of the city.
KEYWORDS: *landscape design; university campus; project methodology.*

RESUMEN:
Este artículo trae un relato sobre las actividades del 'Estúdio Intermediário Viva Campus' - unidad curricular práctica del Curso de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal de São João del-Rei (UFSJ) - que se originó de la necesidad de la confección de proyectos paisajísticos para la transformación del Campus Tancredo de Almeida Neves (CTAN). El estudio demandó, inicialmente, la comprensión de los conceptos básicos relativos al término paisaje, para entonces propiciar el entendimiento referente a la evolución de la actividad paisajística y oportunizar así una visión más crítica en relación a las intervenciones que podrían ser presentadas para el local. El texto muestra las acciones de los alumnos y las intenciones con la comunidad local que ya utiliza ese espacio como área de ocio de la ciudad.
PALABRAS-CLAVE*: directrices, sumisión, artículo, modelo, arquitectura.*

INTRODUÇÃO

Este artigo traz um relato sobre as atividades do Estúdio Intermediário Viva Campus – unidade curricular prática do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) – realizado na primeira metade do ano de 2017. As experimentações proporcionadas pela unidade curricular, tiveram suas origens no projeto de extensão "Viva Campus", coordenado por um dos professores do Departamento de Zootecnia, da mesma universidade. O projeto, que esteve vigente durante o ano de 2014, dispunha como objetivos a realização de atividades educacionais de cunho ambiental, configuradas por plantios de mudas junto aos alunos de escolas municipais de São João del-Rei, tendo como 'locus' o Campus Tancredo de Almeida Neves (CTAN). Ao término do plano de ação configurada pelo projeto, professores de outros departamentos se juntaram para continuar a arborização do Campus, considerando a carência de árvores nas áreas verdes do mesmo e entendendo a importância de vegetação para a qualificação dos espaços livres.

O Estúdio Intermediário Viva Campus, por sua vez, originou-se da intenção de se confeccionar projetos paisagísticos para subsidiar os plantios que os professores vinham realizando, abarcando também outros elementos pertinentes ao ambiente urbano do CTAN. 'Ambiente', conforme a ementa daquela unidade, é "o espaço que rodeia os estudantes, professores e funcionários da Universidade, que constitui o meio onde se desenvolvem suas atividades profissionais; mas que, também, se conecta à paisagem urbana, natural e cultural de São João del-Rei, além de se integrar aos outros espaços livres deste município (sic) proporcionando um espaço de recreação, prática de esportes, contemplação e estar para toda a comunidade", tanto interna quanto externa à UFSJ.

O desenvolvimento da unidade curricular referida, partiu justamente da constatação do CTAN como uma área de lazer do município onde o está inserido. Daí a necessidade de uma discussão que envolva a construção social daquela área e, também, a indispensabilidade do entendimento que o Campus é capaz de fomentar diversas atitudes sustentáveis, ao possibilitar, às pessoas que frequentam o local, o atingimento de um nível satisfatório de relação social, e realização humana e cultural em contato com a natureza. Ao mesmo tempo, ele é o local de estudo, trabalho e até o lar de uma parcela de moradores - fazendo referência à moradia estudantil localizada no Campus - da cidade, permanente ou temporária, desempenhando uma função de conexão, de caráter afetivo, com o cotidiano e com a vida.

Fizeram parte da metodologia utilizada no Estúdio Intermediário Viva Campus o estudo das possibilidades de transformação de áreas verdes em espaços de expressividade que impulsionem a subjetividade humana, através das simbologias que muitas vezes superam o ambiente construído, com a utilização de padrões estéticos, variações de composições e conceitos que se formalizam por meio dos arranjos dos elementos naturais. Estes mesmos conceitos vão de encontro à temática de uma pesquisa de mestrado no Programa Interdepartamental em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS), que tem como foco a análise do paisagismo como uma poderosa ferramenta, de caráter artístico, em busca da sustentabilidade frente aos paradigmas urbanos.

O responsável pela referida pesquisa, desempenhou junto à unidade curricular de que trata este artigo seu estágio docente. A realização desta experiência de iniciação à docência se configurou em procurar entender como o Estúdio Intermediário Viva Campus - disciplina de cunho paisagístico - tem a função de qualificação do sítio, através da análise do olhar do criador da composição artística com elementos naturais e, também, por meio das necessidades do espaço do Campus. Esta experiência vai de encontro ao eixo temático nº 1:

"Ideários, Projeto e Prática" no que tange, especialmente, à experimentações projetuais; produção do comum e resistência; cartografias afetivas; novos processos e técnicas de ensino-aprendizagem; interação graduação/pós-graduação e universidade/sociedade; metodologias para além da sala de aula; desafio na ampliação do campo profissional – tanto no que dize respeito às metodologias empregadas quanto a valorização de um espaço que é dos envolvido com a disciplina em questão e, portanto, deve ser transformado por eles.

Os campi universitários são espaços tanto acadêmicos quanto de convivência e lazer, seja para a comunidade interna ou externa à universidade, e deveriam, por isso, gerar pertencimento a seus usuários. O CTAN, que está em um local mais afastado do centro de São João del-Rei, poderia funcionar como uma vila acadêmica, com destaque para a natureza e autonomia de sua comunidade, com serviços para a realização de atividades cotidianas. Porém, devido à carência de infraestrutura básica e paisagística, isto não acontece de forma completa, tornando difícil sua apropriação por quem trabalha ou, até mesmo, mora no local.

Desta forma, perceptivelmente, faltam elementos que qualifiquem a permanência daqueles que frequentam o CTAN cotidianamente. Os edifícios seguem unicamente a função acadêmica, sem atrativos estéticos e não há elementos nos espaços livres previstos para a realização de atividades de lazer (o mobiliário urbano e a arborização, que gere sombra e conforto, são insuficientes). Os percursos dentro do Campus são prejudicados, pois faltam calçadas, sinalização e acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, dificultando ainda a integração entre os alunos das diversas áreas de conhecimento que a Universidade abriga. A iluminação não é adequada durante a noite, o que toca a questão da segurança. O lixo recolhido não tem uma sistematização que priorize a reciclagem, além de ser feito manualmente, em grande parte da área do campus, sacrificando os prestadores de serviços que o coletam. Além disso, por se encontrar em uma região afastada da cidade, o CTAN tem seu acesso dificultado, pois o transporte coletivo é escasso e o trajeto destinado àqueles que se direcionam ao local caminhando, ou por meio de bicicletas, se encontra em péssimas condições de manutenção e, ademais, está margeado por uma rodovia – o que coloca seus usuários em risco.

Todas estas questões serviriam para diminuir a integração do campus com as pessoas e com a cidade, se não fosse pelo esforço da comunidade universitária em manter o Campus vivo e, também, pela procura, principalmente nos finais de semana, dos espaços livres do mesmo pela população são-joanense - além do campo de futebol e da pista de corrida que o circunda, únicos elementos originalmente previstos para prática de esporte. E, assim, o estúdio intermediário Viva Campus, de que se trata este artigo, como todos os elementos que a ele se relacionaram – e, em parte, ainda continuam se relacionando – procurou propor bases para a qualificação dos espaços livres do CTAN, como relataremos ao longo do texto.

OS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM AO LONGO DOS ANOS E OS CAMPI UNIVERSITÁRIOS E O CTAN

Para se entender o contexto do Campus ao qual se relacionam as propostas deste trabalho, primeiramente é necessário discutir, mesmo que brevemente, o histórico de como se deram a conformação dos espaços destinados ao ensino universitário.

Segundo Costa e Rauber (2009), o processo educativo relativo às sociedades primitivas consistia basicamente em recursos informais, no qual os valores, princípios e costumes eram transmitidos às gerações futuras por conta da coabitação social. Desta forma, a propagação de conhecimento, o

entendimento à vida e as descobertas relacionadas à compreensão do mundo, eram limitados à memória, e às possíveis relações estabelecidas entre gerações, devido à ausência de outro mecanismo, além da convivência, capaz de registrar os valores culturais nas sociedades antigas.

Giles (1987), nos relata que foi a partir de 13.000 anos a.C., que ocorreram os primeiros registros da escrita, através de gravuras em pedras e cavernas, sendo a Mesopotâmia, considerada a primeira civilização, a produzir a escrita propriamente dita, tornando o processo educativo mais formal. Desse modo, a forma de comunicação representada pelo registro de signos surge como uma ferramenta capaz de determinar os eventos acontecidos no decorrer do tempo, tornando as ocorrências cotidianas menos passíveis às deslembranças e às deturpações, comuns da linguagem falada, sendo, por conseguinte, uma forma mais eficiente de transmissão de conhecimento às próximas descendências.

Ainda assim, mesmo com o advento da escrita, foi durante a Idade Média, com o crescimento do comércio e desenvolvimento urbano, que emerge a significativa necessidade da transmissão de conhecimento. Para Le Goff (1985), a "função docente" estaria imbricada na negociação. Os mestres e professores além de ajudarem os comerciantes difundindo os fundamentos das ciências, também faziam parte do mercado de negócios ao compartilhar seus saberes em troca de salários, ou taxas, normalmente em suas próprias casas, em compartimentos desprovidos de infraestrutura. Juntamente à expansão das cidades, houve o aumento do número de "salas de ensino" nas casas, gerando uma demanda de moradias voltadas para os estudantes perto dos estabelecimentos em questão. Assim, de acordo com o historiador francês, surgem as primeiras hospedarias estudantis, onde os professores passaram a ministrar suas aulas.

Le Goff (1985) ainda nos fala que os intelectuais estão inseridos não só na evolução escolar, mas ainda na revolução urbana que vai do século X ao século XIII, ao terem participação no processo que permitiu o surgimento da primeira universidade, em Bolonha, no século XI. Desta forma, no período da Idade Média, as universidades que eram erguidas, se mesclavam ao ambiente urbano, se tornando parte de seu crescimento.

Os campi universitários, como conhecidos hoje, muitas vezes em lugares mais distantes das cidades, surgiram efetivamente nos Estados Unidos, com a rejeição dos princípios europeus de integração da universidade ao espaço urbanizado. Costa e Rauber (2009) nos colocam que o modelo americano passa a trazer um espaço acadêmico mais afastado dos grandes centros, dando destaque para a natureza e assumindo sua autonomia como comunidade. Observa-se então a importância do espaço acadêmico como um ambiente de uso cotidiano, que deve trazer conforto e pertencimento a seus usuários através da disposição de serviços e infraestrutura para a realização das atividades diárias. Aqui, notamos a similaridade dos campi com a cidade, porém, em menor escala. Os autores também nos mostram como surge o novo significado da palavra latina *campus*, ao deixar de ter seu entendimento como um simples campo e passando, mais do que qualquer outro termo, a resumir o caráter físico único do *college* americano e universidades.

No Brasil, de acordo com Mendonça (2000), a Escola de Cirurgia da Bahia, fundada em 1808, foi a primeira dedicada ao ensino superior. Posteriormente, em 1827, conforme o autor, tivemos o surgimento de duas Faculdades de Direito, localizadas nas cidades de São Paulo e Olinda. Porém, a primeira universidade de fato, compreendendo cursos de diversas áreas, foi a Universidade do Rio de Janeiro, inicialmente denominada Universidade do Brasil, criada em 1820.

Em Minas Gerais, a primeira instituição de nível superior foi criada em 1839, com a Escola de Farmácia, na antiga capital do Estado, Ouro Preto; em 1875, surge a Escola de Minas e, posteriormente, em 1892, no período republicano, aquela cidade ganha também a Faculdade de Direito (MENDONÇA, 2000). Fávero (2006), relata que, no ano de 1898, com a mudança da capital do estado de Minas Gerais, para Belo Horizonte, ocorre também a transferência da Faculdade de Direito e, ao longo dos anos começam a surgir, na mesma cidade, as escolas de Odontologia, Medicina, Engenharia e Farmácia. Fávero também aponta que a criação de uma universidade no estado, por meio da união das escolas existentes, já fazia parte do projeto político dos Inconfidentes, porém a ideia só veio a concretizar-se em 1927, com a fundação da Universidade de Minas Gerais (UMG). A instituição, inicialmente privada, permaneceu na esfera estadual até 1949, quando foi federalizada, vindo, em 1965, a receber o nome de Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)[1].

Ainda em Minas Gerais, trazendo o enfoque da história do ensino superior para São João del-Rei, é preciso conhecer a história da Universidade Federal de mesmo nome.

Firmada em 1986, como Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (Funrei), a instituição é resultado da reunião e federalização de duas unidades de ensino: a Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras - hoje Campus Dom Bosco, cujas as atividades iniciaram em 1954; e a Fundação Municipal de São João del-Rei - mantenedora da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (Faceac) e da Faculdade de Engenharia Industrial (Faein), hoje Campus Santo Antônio, cujas atividades iniciaram-se em 1972 e 1976 respectivamente[2].

Em 2002, a Funrei ganha um terceiro campus, atualmente conhecido como Campus Tancredo de Almeida Neves (CTAN), e é transformada em Universidade, adotando a sigla UFSJ, eleita pela comunidade acadêmica[3]. O CTAN, que se localiza na Avenida Visconde do Rio Preto, Colônia do Bengo, a 4,7 km do Centro da cidade de São João del-Rei, de acordo com a FIGURA 01 abaixo, e conta com uma área total de 832.692 m², sendo apenas 37.044m² de área construída.

O terreno onde está localizado o atual CTAN tem como origem a Escola Padre Sacramento, que foi criada por decreto em 1929, e confiada, em 1943, à Congregação Salesiana, onde, mais tarde, passou a ter suas instalações voltadas para propriedade do Estado. Em 1985, após um período de abandono, a escola foi entregue à Igreja Adventista. No ano seguinte, com o nome de CETAN (Centro Educacional Tancredo de Almeida Neves), o local foi destinado ao ensino de práticas agrícolas e educacionais sob o sistema de internato. O centro educacional funcionou da mesma maneira até o ano de 2002, quando foi fechado e teve seu imóvel devolvido para a Prefeitura Municipal de São João del-Rei, a qual o disponibilizou para a Universidade, por cessão de direito de uso[4].

O Campus, atualmente, situa-se em um terreno em aclive, levando em consideração seu pórtico de entrada. Com cerca de 40 m de desnível, o local comporta os prédios de 12 cursos: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Artes Aplicadas, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Ciências

[1] De acordo com a publicação: “A história da UFMG”, disponível no Portal da UFMG.

[2] De acordo com a publicação: “Breve Histórico da UFSJ”, disponível no Portal da UFSJ.

[3] Idem ao item anterior.

[4] Idem ao primeiro item.

Econômicas, Comunicação Social/Jornalismo, Educação Física, Geografia, Música, Teatro e Zootecnia. O mesmo lugar ainda conta com um restaurante universitário, biblioteca, área esportiva (com campo de futebol, pista de atletismo e afins) e moradia estudantil, e, a disposição dos edifícios pode ser observada na FIGURA 02 abaixo. Desta forma, frente aos vários problemas que dificultam o bom andamento das funções dos professores, funcionários e alunos, assim como a necessidade de viabilização de integração do campus com a cidade e com a comunidade sanjoanense, é que destacamos a importância de uma melhor atenção ao espaço que compreende o CTAN.

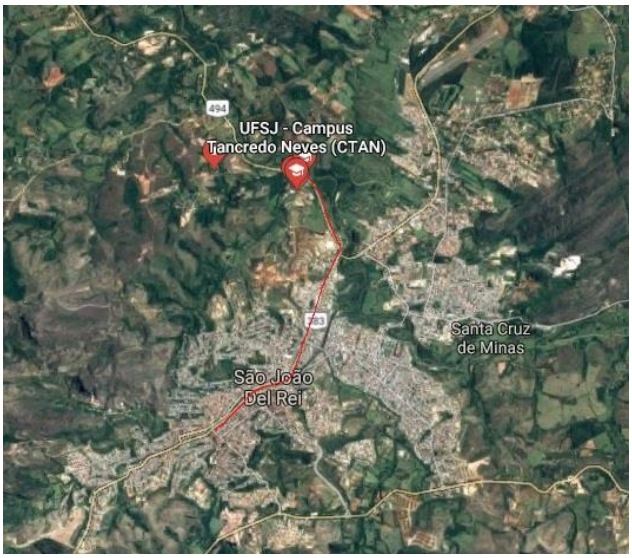


Figura 01: Localização na cidade: 5 Km em relação ao centro
Fonte: Google Mpas (2018)

Figura 02: CTAN
Fonte: Google Mpas (2018)

O PROJETO VIVA CAMPUS

Como sabemos, uma boa infraestrutura é imprescindível para a apropriação de qualquer espaço e considerando um campus universitário como um local de permanência e recreação, além da função acadêmica e administrativa, seu planejamento deve priorizar seus usuários, sejam funcionários, estudantes ou visitantes.

Assim, tomando como princípio a ideia de que um local ambientalmente confortável é mais acolhedor aos seus utilizadores e buscando meios de viabilização para que pessoas se sintam mais à vontade para o uso do CTAN, surgiu a ideia do Estúdio Intermediário Viva Campus, para subsidiar não apenas os plantios, mas, também, definir projetos paisagísticos para as áreas do Campus, que contemplem as principais demandas identificadas.

Como anunciado na 'Introdução', o projeto surgiu em 2014, com o objetivo de desenvolver atividades educacionais ambientais, que apresentavam como local de atuação o CTAN, junto aos alunos das escolas da rede municipal de São João del-Rei. E, mesmo após seu término, as atividades de plantio continuaram espontaneamente, devido à carência de árvores nas várias áreas do Campus.

No segundo semestre de 2017, foi realizado o Estúdio Intermediário Viva Campus, a fim de dar apoio à atividades que continuavam sendo realizadas pelos professores. Por meio do Estúdio, foram confeccionados projetos paisagísticos para, primordialmente, localizar as mudas a serem plantadas, entendendo-se o funcionamento do Campus – de que depende a definição de áreas verdes. Além disso, como em qualquer projeto paisagístico, foram levantados outros elementos do ambiente urbano do CTAN. Deste modo, visando promover a conexão da paisagem do campus com a paisagem natural, urbana e cultural de São João del-Rei, buscou-se o atendimento às questões infraestruturais do local e a integração de seus espaços livres, ao proporcionar acesso e qualificação de um local de lazer, prática de esportes, contemplação e estar da comunidade, tanto interna quanto externa à UFSJ.

O Estúdio Intermediário Viva Campus manifestou, primeiramente, a intenção de compreensão dos conceitos básicos relativos ao termo paisagem, para então propiciar o entendimento referente à evolução da atividade paisagística e oportunizar, assim, uma visão mais crítica em relação às intervenções que poderiam ser apresentadas para o local. Para tanto, o Campus foi dividido em 10 áreas que, a seu turno, foram distribuídas entre 10 grupos - com 2 ou 3 estudantes cada - que levantaram as principais demandas do campus, desde suas carências básicas de infraestrutura e qualificação dos espaços existentes às necessidades para expansões futuras; da mesma forma que, com base nestas análises, propuseram projetos paisagísticos para as 10 áreas.

As áreas trabalhadas pelos estudantes estão indicadas no mapa abaixo (FIGURA 03):

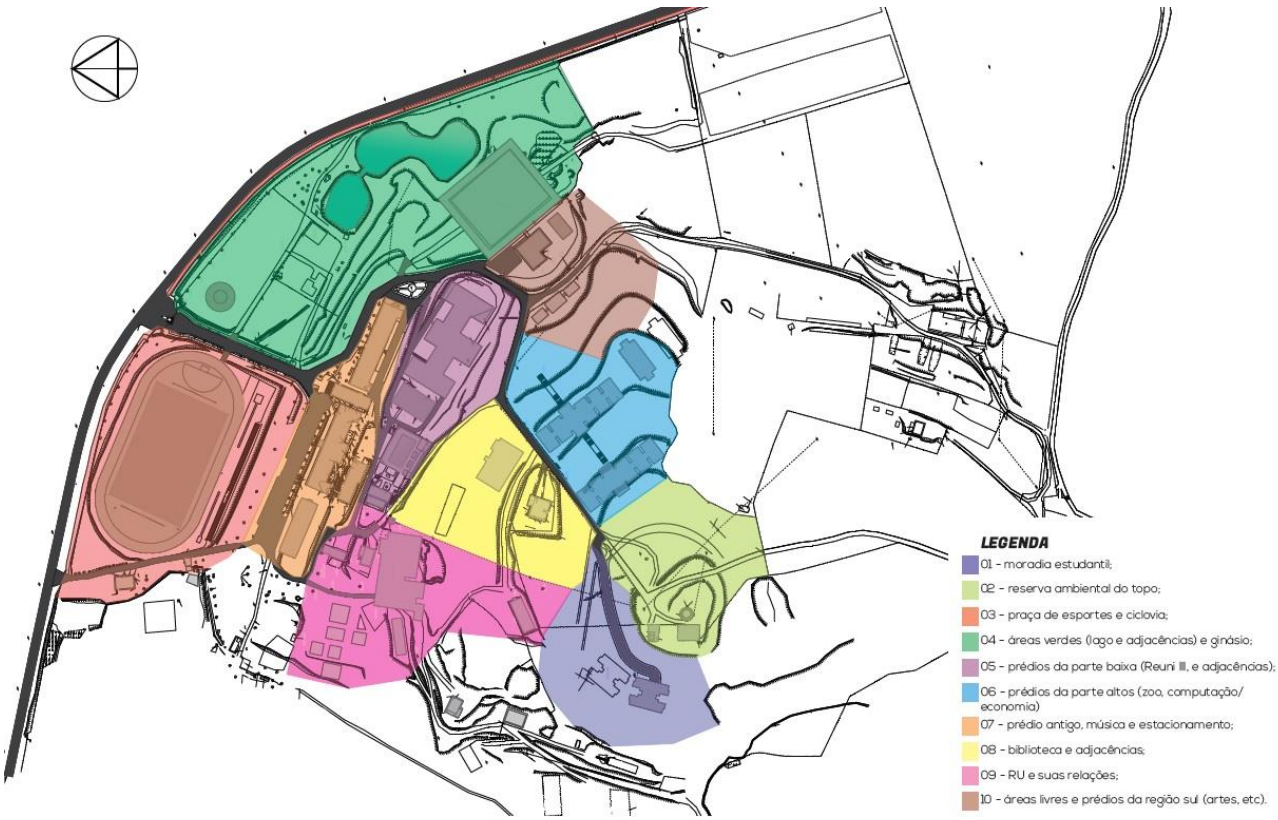


Figura 03: Divisões de áreas do CTAN para o Estúdio Intermediário Viva Campus
Fonte: Patrícia Carvalho, integrante do Estúdio Intermediário Viva Campus (2017)

Entre as principais demandas do Campus, identificadas pelos alunos do Estúdio, estavam: a necessidade de qualificação dos espaços de passagem/ permanência com elementos de arquitetura e arborização; suas carências de infraestrutura e necessidade de qualificação das ligações com as outras partes da cidade; e a demanda de orientação para expansões futuras, por meio de consultas aos usuários e realizadores de projetos dentro dele, sempre atentando para os para os que se fazem do CTAN, tanto pela comunidade universitária, quanto de toda São João del-Rei. E, àquelas necessidades que poderiam se resolver por meio de projetos de arquitetura e urbanismo, com enfoque em paisagismo, foram propostas soluções, tendo sempre como pano de fundo o Plano Piloto existente para o CTAN, aprovado em 2009[5] (FIGURA 04), ou "plano diretor", e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018[6], da UFSJ. De acordo este documento, o Campus deveria dispor de um espaço bem arborizado, acessível e com conforto para os pedestres, além de possuir equipamentos que qualificassem sua utilização diária – entretanto, isto não acontece.

Figura 04: Plano Piloto
Fonte: Zero 3 Arquitetura (2009)

[5] Projeto realizado por Zero 3 Arquitetura, disponível no sítio 'Zero 3 Arquitetura'.

[6] Elaborado pela própria Universidade e disponível no Portal da UFSJ.

Ao longo de todo o Estúdio Intermediário Viva Campus diversas conversas foram realizadas, com atores de diferentes setores da Universidade, a fim de analisar a viabilidade de execução das propostas. E estas também tiveram o cuidado de tentar ir de encontro ao que propõe o 'Plano de Ação UFSJ + verde'[7], recentemente criado pelo Núcleo de Meio Ambiente da Pró-Reitoria de Administração (Proad), que também pretende intensificar a arborização no Campus. Como espelho disso, um fato importante, do período de realização do Estúdio, foi o acontecimento de alguns plantios, conduzidos pelos mesmos professores que já haviam feito tal intervenção, em conformidade com as intenções projetuais dos discentes.

E, ainda como produto das atividades do Estúdio Intermediário Viva Campus, surge a ideia de elaboração de uma revista digital – a Revista Viva Campus - a ser publicada na página da UFSJ, com as proposições paisagísticas dos 10 grupos de alunos, que estão sendo detalhadas em um projeto de extensão voluntário. Além das reuniões e conversar ainda previstas - tanto internamente ao projeto, quanto com os componentes das instâncias superiores da Universidade – para discutir as propostas paras as áreas, está previsto para o lançamento da Revista, a realização de um Fórum aberto a todo comunidade são-joanense para apresentação das mesmas.

Dentro das intenções do programa de extensão voluntário originado do Estúdio Intermediário, também se encontra a organização de futuros plantios de mudas de espécies florestais, para arborização e a potencialização das hortas comunitárias já existentes – agora já com base nas propostas dos 10 grupos. Tal ação procura contar com o envolvimento dos usuários do campus e também das escolas municipais, como incentivo às atividades de educação ambiental e como forma de fortalecer a ligação do CTAN com a comunidade estudantil. Logicamente, essas práticas se darão de forma interdisciplinar, pois agrega não só os estudantes e professores que já envolvidos, mas, também, as instâncias superiores da Universidade e escolas da cidade. Os contatos para tais ações já estão sendo realizados, a fim de enquadrar as atividades de plantio ao cronograma das escolas ainda este ano – provavelmente, a partir do início das chuvas, no final do mês de setembro.

Todas estas ações almejam influenciar o encaminhamento da solução das outras demandas conjuntamente levantadas na unidade curricular aqui apresentada – como já se tem tentado pelos diálogos com os setores responsáveis da UFSJ, desde a realização do estúdio. Assim como favorecer o desenvolvimento ambiental, cultural e econômico, envolvendo toda a comunidade – o que se está buscando pelo contato com as escolas municipais, pelo advento do Fórum e, também, por outros projetos de extensão tocado em paralelo, como o Recicla Campus, que visa a implementação da coleta seletiva de resíduos sólidos no Campus e poderá ser expandido para toda a Universidade e quem sabe a cidade.

A RELAÇÃO DO CAMPUS COM A CIDADE

Os projetos paisagísticos no CTAN visam, sobretudo, promover a integração entre a população e o município de São João del-Rei que, neste caso, retrata-se pelo uso e contemplação do espaço físico da Universidade e demais funções ambientais que ele realiza.

[7] Para mais informações consultar a página do Núcleo de Meio Ambiente: www.ufsj.edu.br/nucleomeioambiente.

Lefebvre (2008), ao criticar o espaço público contemporâneo transformado em uma engrenagem a serviço do capital, nos fala do direito à cidade não como o direito de retorno às cidades tradicionais ou as aldeias, que, para o autor, possuíam um atributo específico, o local do habitat, traduzido no local que se participava de uma vida social, de uma comunidade. O sociólogo, fala do direito à cidade como direito à vida urbana, transformada e renovada. Para Lefebvre, este direito se concretiza em uma sociedade organizada que congrega em si o direito à liberdade, à individualização na socialização, o direito ao habitat e ao habitar, ou seja, o direito de participar da construção da cidade, bem como o direito de apropriação do produto construído.

A partir da discussão dos usos do Campus, empreendidos pelos frequentadores da comunidade interna à UFSJ, já foi possível o conhecimento das atividades realizadas pela população em geral. Desta forma, as proposições elaboradas, tiveram como base primordial a participação dos usuários do Campus e visaram possibilitar a compreensão da importância referente às questões infraestruturais, e também paisagísticas, na conformação dos espaços públicos do local, criando novas zonas de permanência, exaltando as existentes, e proporcionando áreas de acesso melhores, para que até mesmo uma simples passagem pelo CTAN seja uma experiência agradável. Alguns dos usos que se fazem do CTAN podem ser notados nas FIGURAS 05, 06, 07 e 08 a seguir:

Figura 05: uso pela comunidade - permanência
Fonte: Lívia Muchinelli (2017)

Figura 06: uso pela comunidade - brincar
Fonte: Lívia Muchinelli (2017)

Figura 07: horta elaborada pelos alunos da Moradia Estudantil
Fonte: Lívia Muchinelli (2017)

Figura 08: trecho da pista de MTB
Fonte: Lívia Muchinelli (2017)

Outra forma de atuação que nasce da iniciativa de reconfiguração do campus CTAN e se reflete na cidade, é, como foi anunciado, a realização do Fórum de apresentação das propostas – que pode se desdobrar em

mais de 1 edição -, que busca a discussão das mesmas pelo envolvimento da comunidade universitária e são-joanense, e será uma oportunidade de dar encaminhamento para a solução de demandas levantadas e influencia para o debate sobre a qualificação de outros espaços do município.

Duas destas demandas levantadas no âmbito do Estúdio Intermediário Viva Campus foram: a carência de horários de ônibus para acessar o campus – seja pela comunidade interna ou externa – e as condições da ciclovia que existe ao longo do trecho da avenida onde se localiza o Campus - que é uma rodovia. Ambas as demandas tocam na deficiência de mobilidade, que é de todo município, e que o CTAN não é apenas é vítima, mas também exemplo, já que nas áreas do Campus existem vários problemas, como: a falta de calçadas, ou faixas de pedestres; o estacionamento e trânsito são confusos, sem a definição dos locais de parada com fluxos sem sentidos e permitido a qualquer veículo, não priorizando os locais dos paraciclos, entre outros. Para essas demandas espera-se envolver órgãos além da Universidade e usar o caso do CTAN como modelo para propagar soluções pelo restante do território municipal. Uma outra necessidade, que pode ter o mesmo efeito dentro da cidade, é a possibilidade de coleta seletiva e materiais recicláveis no CTAN. Considerando-se esta uma necessidade do mundo atual, e levando-se em consideração a existência de diferentes associações na cidade que poderiam se beneficiar de tal prática, da mesma forma, como o caso da normatização das vias de acesso. Com o projeto de extensão Recicla Campus, o CTAN pode ser um laboratório para incentivar uma mudança de paradigma dentro da Universidade e da cidade.

As demandas relacionadas no parágrafo acima vão de encontro às questões relativas à sustentabilidade e preservação da natureza. O CTAN deve ser entendido como uma área de equilíbrio concernente à relação estabelecida pela cidade de São João del-Rei e o meio natural, onde, o agente responsável por essa estabilidade seja representado por seus usuários e suas respectivas ações. Neste sentido, o meio ambiente e os seres humanos tornam-se protagonistas de uma importante relação de interdependência, onde têm como “cenário” o meio em que vivem. Sobre essa dinâmica, compreendemos a cidade como uma “forma de vida”, que depende de todas as suas estruturas em bom funcionamento, interligadas em um processo de equilíbrio e harmonia.

Assim, cabe ressaltamos, que o desenvolvimento do Estúdio Intermediário Viva Campus focou, em seu processo criativo e evolutivo, vários fatores que se sobrepõem à proposta de estruturação interna do Campus, como: o respeito aos espaços destinados às futuras ampliações previstas no Plano Piloto, já mencionado; a integração da área do CTAN com os elementos construídos da cidade, como, por exemplo, a ciclovia de acesso ao campus; e a importância de fomentar a constituição de novos elementos naturais para uso da população, que não se limitem à configuração interna do campus - com a estruturação de corredores ecológicos que excedem as linhas que demarcam a área do CTAN[8].

Na FIGURA 09 Abaixo está a proposta de corredor ecológica elaborada já no âmbito do projeto de extensão:

[8] Esse esforço é fundamental, já que parte das expansões que têm sido realizadas no Campus, desde a sua conformação como tal, não seguem estes mesmos instrumentos de planejamento – como exemplo a construção da moradia e do restaurante universitário no Campus mais afastado do centro da cidade; nem de tiveram, até a criação do NUAM se utilizado de artifícios de preservação ambiental.

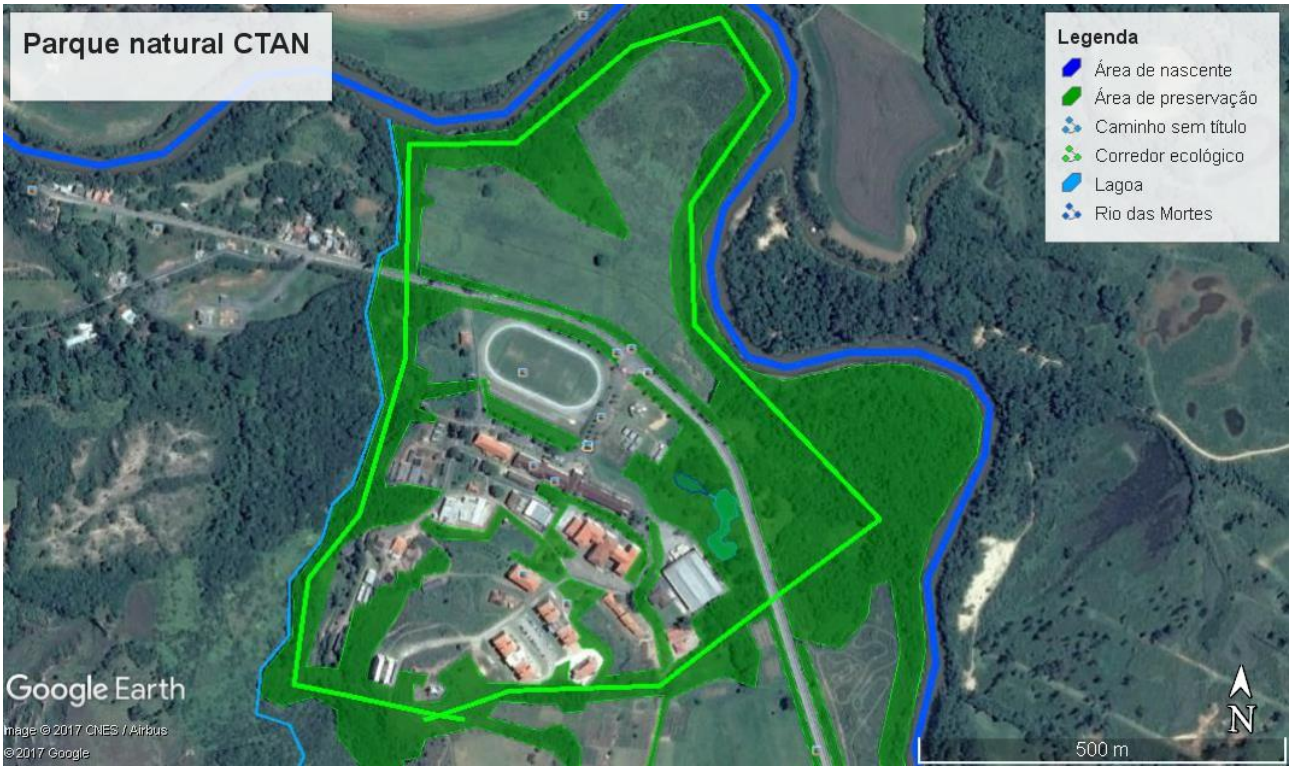


Figura 09: Corredores ecológicos – parque natural CTAN
Fonte: Samuel Ribeiro (2018)

Porém, não obstante, colocamos que a importância relacionada à produção do espaço, dentro do incentivo às proposições das áreas do CTAN, passam pelas questões sustentáveis que vão além do aspecto ambiental. Como evidenciado por Kagan (2011), ao falar que a característica inovadora referente ao conceito de sustentabilidade se encontra, paradoxalmente, frente ao caminho das reconciliações, representadas pelas concordâncias entre a economia e a ecologia, entre a matéria e a cultura (ou seja, a sociedade, tecnologia e o meio ambiente) e as necessidades da geração presente em respeito às necessidades das gerações futuras. Desta maneira, pensado nos quesitos sustentáveis ambientais e econômicos e no incentivo às práticas sócias e culturais, instigamos um novo olhar para o espaço do CTAN, ao qual o ambiente natural, assim como os ambientes construídos, é percebido de acordo com os valores e as experiências individuais de seus usuários cotidianos e eventuais.

Entendendo que as diferentes percepções do mundo estão relacionadas à diversos fatores, compreende-se que a apreensão do ambiente, os seus significados, as impressões absorvidas e os laços afetivos identificados são singulares em cada ser humano. Isto posto, é certos que, assim como nos levantamentos dos problemas e demandas, a busca por resoluções é marcada pela participação expressiva da população do CTAN e do município de São João del-Rei. Desta forma, espera-se, com o projeto das áreas do Campus em questão e os fóruns interativos, fomentar a atuação dos habitantes são-joanenses na luta pela consolidação de outros espaços públicos de qualidade no território da cidade.

CARTOGRAFIAS AFETIVAS E METODOLOGIAS PARA ALÉM DA SALA DE AULA

Neste tópico enfatizam-se as metodologias que foram utilizadas no Estúdio Intermediário Viva Campus a fim de se fazer um projeto verdadeiramente participativo. A demanda da primeira versão do projeto "Viva Campus", por si só já buscava a integração dos envolvidos, pois contava com os próprios usuários do Campus – docentes, estudantes e funcionários - assim como os estudantes das escolas municipais para os plantios. A partir do momento que o Estúdio Intermediário Viva Campus foi montado, se estabeleceu um diálogo com os principais articuladores dos plantios, a fim de não se confrontar com as intenções que os mesmos possuíam. Porém, por se tratar de uma unidade curricular prática do curso de Arquitetura, obviamente que ele demandaria, para a confecção das propostas, o levantamento das condições espaciais do Campus e de outras dimensões que perpassam a sua conformação, assim como o desenvolvimento de diferentes metodologias de projeto.

Paralelamente, cientes das esferas institucionais que interferem na manutenção dos espaços do Campus, os envolvidos no Estúdio Intermediário, propuseram reuniões periódicas com professores que possuíam seus projetos voltados à área física do CTAN; entidades que compartilham o mesmo espaço – no caso do CTAN existe uma unidade da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) dentro de seu espaço físico, e entidades voltadas ao Mountain Bike (MTB) que também se utilizam do mesmo espaço para competição; e as pró-reitorias responsáveis por cuidar das questões relacionadas ao assunto, como a Pró-Reitoria de Administração e seu Núcleo de Meio Ambiente. A partir de conversas com estes atores foi possível entender os usos e as pretensões de cada um.

Enquanto isso, os estudantes já estavam realizando a análise e o diagnóstico do Campus. Os grupos levantaram documentos e planos pertinentes ao CTAN que incluíam: sua infraestrutura física e estrutura administrativa; principais demandas de funcionamento; histórico da área, contexto urbano, localização e referências do entorno; além de casos análogos de campi universitários. A partir destes levantamentos, os discentes realizaram experiências projetuais, como exercício de suas proposições, com ênfase no paisagismo, objetivando suprir as principais demandas de cada área.

Nesta etapa, é importante mencionar a aproximação do Estúdio Intermediário Viva Campus, com as questões do Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS) da Universidade Federal de São João del-Rei, ao se tornar o campo de experimentações referente ao estágio-docente de um de seus alunos – como já enunciado. E assim, em consonância com a proposta do programa do Estúdio, o trabalho de pesquisa do mestrando tira proveito para explorar, a partir das práticas discentes, os territórios de interseção entre os elementos que compõem os pilares da inédita proposta interdepartamental de pós-graduação: as artes, as urbanidades e a sustentabilidade. Tal ação proporcionou ao pesquisador a observação dos aspectos levantados fora dos conceitos de análises e práticas reducionistas, e excessivamente sistemáticas. Permitiu também, ao pós-graduando, a proposição aos discentes da transdisciplinaridade como resposta necessária a reorientação das ciências e tecnologias.

A contiguidade com o mestrado, marcada por meio da conexão estágio-docente/graduação, fez surgir a ideia do pensamento de trabalho como colocado por Pereira em suas *Cartografias Afetivas* (2015). Assim como a proposta da educadora, em sua obra de mapear com ações os lugares que de alguma forma a

"afetaram", foi usado como cerne responsável pelo desencadeamento do devir sensível, junto aos *afectos* e *perceptos*[9], dos alunos e usuários do campus como base da concepção dos projetos elaborados.

Outra compreensão colocada por Pereira (2015), e que muito se traduz nas propostas desenvolvidas no Estúdio, está vinculada à crítica que a artista faz à arte contemporânea. Pereira (2015), ao repreender os trabalhos artísticos que se mostram de maneira passiva, chama a atenção para a função da arte em criar conexões com o cotidiano e com a vida, falando da importância da realização de obras que sejam criadas com a presença de outros[10]. Desta forma, o Estúdio Intermediário Viva Campus também procurou atender aos desdobramentos que as intenções projetuais dos espaços do CTAN solicitavam, buscando sua potencialização, ao visar a participação dos usuários do campus por meio de pesquisas, levantamentos e entrevistas. Assim, foi reafirmado a importância das atuações internas e externas à UFSJ para as pretensões de projetos. E, para ilustrar os produtos do Estúdio seguem algumas imagens dos projetos dos grupos (FIGURAS 10, 11, 12, 13 e 14) que se relacionam com a divisão mostrada no mapa da FIGURA 03:

Figura 10: 01- Moraria estudantil
Autoria: Lavinya a., Marina Rocha, Tainá Vilela

Figura 11: 02- topo do CTAN
Autoria: Mariana Melo, Natália Lima e Patrícia Carvalho

Figura 12: 09 - RU
Autoria: Bárbara Quintino e Isabelle Panzera

Figura 13: 06 – prédios altos
(na foto, o prédio do curso de Zootecnica)
Autoria: Beatriz Lima, Francielle Abreu e Paula Mateus

Figura 14: 08 – biblioteca e adjacências
(na foto o trailer de lanche)
Autoria: Bárbara Bernardo, Matheus Nogueira e Matheus Toledo

[9] Na filosofia de Deleuze e Guattari (1995), pintamos, esculpimos, compomos e escrevemos com sensações. Para esses autores, a arte não se trata de reproduzir ou inventar formas, mas de captar forças que deflagram as sensações por meio dos *afectos* e *perceptos*. Assim, "os *perceptos* não são mais percepções, são independentes do estado daqueles que o experimentam; afetos não mais sentimentos ou afecções, transbordam a força daqueles que são atravessados por eles. As sensações, *perceptos* e *afectos*, são seres que valem por si mesmos e excedem qualquer vivido".

[10] Pereira (2015), relata que buscando o aprimoramento de seu trabalho *Cartografia Afetivas*, e em resposta as influencias artísticas e filosóficas que havia recebido em seu programa de mestrado, abre sua obra para que mais pessoas possam contribuir com os seus respectivos registros de experiências, aumentando o seu "banco de afetos".

Como o tempo do Estúdio Intermediário Viva Campus (2 meses) não foi suficiente para discutir todas as questões, agora, elas são debatidas no projeto de extensão voluntariamente a fim de serem consolidadas no Fórum proposto, juntamente com a definição de parcerias para a execução das ações. E, assim, pretende-se a consolidação do CTAN como um espaço livre público qualificado, não só para quem faz uso dele cotidianamente, mas para todo o município de São João del-Rei, por meio da efetivação de atividades, paisagísticas, sociais e educacionais, assim como potencializar as práticas acadêmicas e pesquisas realizadas no local, com a participação da comunidade usuária, tanto interna quanto externa à UFSJ.

Da mesma forma, pretende-se contribuir para o fortalecimento da interação entre os diferentes atores que cotidianamente fazem uso daquele ambiente, de modo a garantir a continuidade das ações e parcerias - que podem atuar futuramente em outros locais de interesse da universidade e do município – e, por outro lado, colaborar para a melhoria das questões de infraestrutura do Campus, de forma que ele se torne um modelo de práticas ambientais sustentáveis aplicáveis ao restante da cidade e na UFSJ.

DESDOBRAMENTOS DAS AÇÕES TEÓRICAS E CONCLUSÕES

Apesar do projeto de extensão voluntário se encontrar em andamento, o ideal seria a realização de uma nova edição do Estúdio Intermediário Viva Campus, buscando o envolvimento de mais estudantes da graduação. Por enquanto, estão fazendo parte do projeto de extensão: um estagiário, representado por um aluno remanescente do Estúdio; uma graduanda, que apresentará em seu trabalho de conclusão de curso uma temática que se aproxima das questões levantadas pelo projeto; e um estudante da biologia, engajado nos assuntos de reflorestamento. Como atenuação, à problemática que acabamos de expor, está sendo desenvolvido um estúdio avançado, que apresenta uma abordagem parecida à unidade curricular que abordava o CTAN, devido à demanda interna do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSJ, que busca a integração do Campus com outros espaços livres no município.

O cronograma do projeto de extensão define a temporalidade das ações, sendo elas a finalização da organização dos projetos. Algumas das escolas que integrarão o projeto de extensão já foram parceiras na primeira fase do projeto, e os contatos com elas já está sendo reestabelecido. No entanto, novas escolas estão sendo contatadas, para expandir o raio de atuação do projeto – pensa-se em definir uma escola em cada grande bairro de São João del-Rei. Como os plantios dependem das chuvas, estão previstos para ocorrem no segundo semestre, a partir do final de agosto. Enquanto isso, junto às escolas parceiras, pretende-se efetivar ações de educação ambiental ainda em junho na semana do meio ambiente, que ainda não foram definidas. Num segundo momento, pretende-se estender as ações do projeto de extensão Viva Campus para dentro das escolas e também para outras áreas livres da cidade, a fim de se consolidarem práticas de educação urbana atreladas aos elementos de educação ambiental que serão trabalhados.

Ainda como continuidade aos trabalhos realizados no âmbito do Estúdio Intermediário Viva Campus, não se pode deixar de citar, mais uma vez, a Revista VIVA CAMPUS, que contará com a apresentação das propostas para as 10 áreas em que foi dividido o Campus, assim como, indicará as demais demandas levantadas em cada uma, com a definição de prazos de aplicação, e custos de execução de cada atividade. Nas propostas estarão disponibilizadas as configurações dos projetos, quantitativos das mudas e dos materiais em geral, e as potencialidades subjetivas, estéticas, de conforto e de infraestrutura que os trabalhos procuram atender.

Para o lançamento da revista existe a intenção de se realizar o Fórum, como já foi falado, buscando uma oportunidade de integração da população com o Campus ao mostrar para o público as propostas para aquele espaço. Todas essas ações também buscam, de alguma maneira, o incentivo e encorajamento aos usuários do Campus para reivindicarem a execução dos projetos presentes no material, mesmo os mais simples.

Como resposta às implicações do mestrado, a unidade curricular ajudou na investigação dos variados pontos da percepção humana, referente à natureza que se apropria do bem urbano. Possibilitou inferir como os espaços verdes do CTAN, podem vir a estar propositalmente associados à arte e estrategicamente ligados as questões ambientais, culturais e sociais, influenciando direta e indiretamente o comportamento do indivíduo.

As reflexões que somos capazes de fazer nos levam à importância das áreas permeáveis no espaço construído e, a partir disto, nos faz perceber como os conceitos que acompanham a criação de uma nova paisagem, formada com a contribuição de elementos naturais, usam da arquitetura paisagística como ferramenta em busca do conforto ambiental e sustentabilidade, proporcionando a transformação de simples locais em lugares plenos e de conteúdos altamente simbólicos, por meio dos impactos visuais causados.

REFERÊNCIAS

COSTA, Everton de Brito Oliveira; RAUBER, Pedro. História da Educação: surgimento e tendências atuais da universidade do Brasil. **Revista Jurídica Unigran**, Mato Grosso do Sul, v. 11, n. 21, p.241-253, jan. 2009. Semestral. Disponível em: <http://www.unigran.br/revista_juridica/ed_anteriores/21/artigos/artigo15.pdf>. Acesso em: 26 maio 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** São Paulo: Ed. 34, 1995. v. 1.

FAVERO, M.L.A. A Universidade no Brasil: das origens a Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n.28, p. 17-36, Maio/Jun. 2006.

GILES, T.R. **História da Educação**. São Paulo: EPU, 1987.

GOFF, Jacques Le. **Os intelectuais na Idade Média.** 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

KAGAN, Sacha. ***Art and Sustainability: connecting patterns for a Culture of Complexity***. Bielefeld: Transcript, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MENDONCA, A.W.P.C. A Universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 131-151, Maio/Ago. 2000.

PEREIRA, Juliana Cristina. **Cartografias afetivas: paisagens/passagens**. In: GUIMARÃES, Leandro Belinaso et al (Org.). Ecologias Inventivas: Experiências das/nas paisagens. Curitiba: Editora Crv, 2015. Cap. 4. p. 45-55.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **A HISTÓRIA da UFMG**. 2000. Disponível em: <https://www.ufmg.br/conheca/hi_index.shtml>. Acesso em: 26 maio 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **A mais antiga do Brasil**. Disponível em: www.ufpr.br/portalufpr/a-mais-antiga-do-brasil/

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. **BREVE Histórico da UFSJ**. 2002. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/dplag/historico.php>. Acesso em: 26 maio 2018.

_____. **Campus Tancredo de Almeida Neves – CTAN.** Disponível em: https://ufsj.edu.br/campi_sao_joao_del_rei_ct.php.

ZERO3 ARQUITETURA. Projeto do "Plano Piloto" do CTAN. Disponível em: http://zero3arquitetura.com.br/projeto/plano-piloto-ctan-campus-tancredo-de-almeida-neves-ufsj/.

SÍTIOS ELETRÔNICOS

Núcleo de Meio Ambiente da UFSJ (NUAM) > Página do NUAM: www.ufsj.edu.br/nucleomeioambiente.

3 - SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

V enanparq
Salvador - 2018

AMPLIAÇÃO DO CAMPO PROFISSIONAL EM ARQUITETURA E URBANISMO SOCIAL: HÁ PERSPECTIVAS?

EXPANSION OF THE PROFESSIONAL FIELD IN SOCIAL ARCHITECTURE AND URBANISM: ARE THERE PERSPECTIVES?

AMPLIACIÓN DEL CAMPO PROFESIONAL EN ARQUITECTURA Y URBANISMO SOCIAL: ¿HAY PERSPECTIVAS?

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

COORDENADORA:
BUENO. Laura Machado de Mello
Doutora em Estruturas Ambientais urbanas pela FAUUSP; Professora da FAU e do POSURB-ARQ da PUC Campinas; laurab@puc-campinas.edu.br

TRABALHO 01:
ASSISTÊNCIA TÉCNICA DEZ ANOS DEPOIS: um balanço com propostas
ARRUDA. Angelo Marcos Vieira de
Doutor em Educação; Professor aposentado do Curso de arquitetura e urbanismo da UFMS; angelomv@uol.com.br

TRABALHO 02:
RESIDÊNCIA AU+E/UFBA: novas perspectivas para demandas persistentes
ROCHA. Heliana Faria Mettig
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAU e da Residência AU+E da UFBA; helianamettig@ufba.br

TRABALHO 03:
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E NECESSIDADES HABITACIONAIS: (de)formação profissional e arquitetura e urbanismo como serviço de interesse social
SANTOAMORE. Caio
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da FAU USP, membro da Assessoria Técnica PEABIRU; caiosantoamore@gmail.com

TRABALHO 04:
URBANIZAÇÃO DIRIGIDA: Incorporação imobiliária de baixo custo para demanda dos Movimentos Sociais organizados como Assessoria Técnica Coletiva: repartição e socialização das mais valias.
PIRES. Cláudia Teresa Pereira, ANASTASSAKIS. Demetre (colaborador)

Mestra em Planejamento Urbano e Regional; Professora da FAU do Centro Universitário Newton Paiva, diretora do Escritório Planos Urbanos, planosurbanos@gmail.com; arquiteto urbanista, demetre.anastassakis@gmail.com

TRABALHO 05:

FORMAÇÃO PARA PRÁTICA PROFISSIONAL CONTEMPORÂNEA: em direção à cidade justa e sustentável

BUENO. Laura Machado de Mello

Doutora em Estruturas Ambientais Urbanas; Professora da FAU e do POSURB-ARQ da PUC Campinas; laurab@puc-campinas.edu.br

AMPLIAÇÃO DO CAMPO PROFISSIONAL EM ARQUITETURA E URBANISMO SOCIAL: HÁ PERSPECTIVAS?

EXPANSION OF THE PROFESSIONAL FIELD IN SOCIAL ARCHITECTURE AND URBANISM: ARE THERE PERSPECTIVES?

AMPLIACIÓN DEL CAMPO PROFESIONAL EN ARQUITECTURA Y URBANISMO SOCIAL: ¿HAY PERSPECTIVAS?

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

TRABALHO 01:
ASSISTÊNCIA TÉCNICA DEZ ANOS DEPOIS: um balanço com propostas

TRABALHO 02:
RESIDÊNCIA AU+E/UFBA: novas perspectivas para demandas persistentes

TRABALHO 03:
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E NECESSIDADES HABITACIONAIS: (de)formação profissional e arquitetura e urbanismo como serviço de interesse social

TRABALHO 04:
URBANIZAÇÃO DIRIGIDA: Incorporação imobiliária de baixo custo para demanda dos Movimentos Sociais organizados como Assessoria Técnica Coletiva: repartição e socialização das mais valias.

TRABALHO 05:
FORMAÇÃO PARA PRÁTICA PROFISSIONAL CONTEMPORÂNEA: em direção à cidade justa e sustentável

AMPLIAÇÃO DO CAMPO PROFISSIONAL EM ARQUITETURA E URBANISMO SOCIAL: HÁ PERSPECTIVAS?

O objetivo deste simpósio é trazer para o âmbito do ENANPARQ a reflexão sobre as implicações da formalização do direito à moradia e à cidade no ensino, extensão e na pesquisa., Sendo nosso foco a formação de profissionais e docentes para os cursos de Arquitetura e Urbanismo, cabe refletir sobre o papel que a Pós Graduação tem nesse tema. O artigo 6º. da Constituição Federal, através de Emenda de 2000, reconhece a moradia como direito. O Estatuto da Cidade, de 2001, ao regulamentar o capítulo da Constituição sobre Política urbana, imbrica o direito à cidade ao da moradia. Reconhece o déficit habitacional, a precariedade do estoque habitacional e a irregularidade fundiária e urbanística como aspectos a serem enfrentados. A lei nº. 11888/2008, chamada de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, cria mecanismos e formas de financiamento para esses serviços. Em alinhamento a diversas outras políticas públicas, aponta fundos federais com protagonismo do ente municipal para implementação. Nesse período como respondeu a Universidade à necessária reformulação do ensino e da pesquisa? A Extensão é o melhor caminho? E o profissional, como vê esse campo? Como as instituições corporativas o tratam? Quais as perspectivas? Parte-se de que o reconhecimento social da profissão, no caso brasileiro, passa pela atuação no espaço construído voltado à parcela da população sem acesso a esses serviços. Temos visto desde os anos 1960 e crescentemente nos anos 1980, atividades práticas e de extensão nos cursos de Graduação de Arquitetura e Urbanismo (AU), formação de laboratórios, escritórios-modelo, canteiros experimentais, bem como pesquisas a nível de Pós-Graduação. No período tem-se a criação por diversos municípios de programas- desde a planta popular gratuita até o financiamento de projetos para cooperativas de habitação e associações de moradores de assentamentos irregulares.

O campo de atuação profissional do arquiteto urbanista no Brasil apresenta certa sensibilidade à dinâmica econômica. Em período recente com maior aquecimento da economia, investimentos públicos em políticas relacionadas ao ambiente construído (moradia para diversas camadas sociais, saneamento, mobilidade, equipamentos) houve maior número de profissionais atuando em construtoras, prestadoras de serviços de projeto e gerenciamento de obras, empresas de comércio de materiais de construção. A abertura de cursos de graduação de AU, sobretudo em instituições privadas de ensino, acompanhou aquele aquecimento, notadamente por responder à “demanda” da procura de cursos, independentemente de avaliação do próprio campo, sem considerar a distribuição territorial dos profissionais. No âmbito da pesquisa e da formação de docentes, entretanto, há novos movimentos. Na pesquisa amplia-se a produção voltada à identificação dos problemas relacionados à organização do espaço produzido e usado pela população de baixa renda, notadamente o espaço da moradia e seu entorno. Os docentes, por outro lado, vêm sendo solicitados por parte dos estudantes de Graduação a tratar das questões de arquitetura e urbanismo social, como objeto de prática projetual, não só como uma problematização do processo de urbanização contemporâneo.

Ângelo Arruda, arquiteto urbanista, professor, com histórica atuação para a construção da política púbica de ATHIS, apresentará o trabalho **ASSISTÊNCIA TÉCNICA DEZ ANOS DEPOIS: um balanço com propostas.** A partir de perspectiva histórica, nos apresenta uma visão proativa para o futuro, indicando ações a serem

implementadas nos níveis federal, estadual e municipal, em articulação com os movimentos sociais que buscam o direito à cidade à moradia e as representações institucionais das categorias profissionais envolvidas.

A profa. Dra. Heliana Faria Mettig Rocha, da FAU UNB, coordenadora do curso Residência AU+E da UNB, baseia-se na necessidade legal da implementação de uma política de assistência técnica e apresenta o trabalho RESIDÊNCIA AU+E/UFBA: novas perspectivas para demandas persistentes. Apresenta os caminhos do curso, já consolidados em três turmas, sendo diversos projetos implementados.

Caio Santo Amore, professor da FAU USP e membro e ex-coordenador da Assessoria Técnica PEABIRU, apresenta o trabalho **ASSISTÊNCIA TÉCNICA E NECESSIDADES HABITACIONAIS: (de)formação profissional e arquitetura e urbanismo como serviço de interesse social.** Trata da experiência de Oficinas de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social realizada pela Peabiru entre 2015 e 2016, sistematizando uma reflexão sobre o campo de trabalho da assistência técnica e os desafios para formação de arquitetos e urbanistas. Destaca três principais campos de atuação: produção autogestionária (experiência reconhecida das assessorias técnicas paulistas a partir da ação de movimentos populares de luta por moradia), melhorias habitacionais em assentamentos precários e ações chamadas de resistência, quando moradores de áreas precárias precisam enfrentar formas diversas de violação de direitos, muitas vezes pelo próprio Estado.

A arquiteta e urbanista Cláudia Pires, professora da FAU do Centro Universitário Newton Paiva e diretora do Escritório Planos Urbanos, em colaboração com o arquiteto e urbanista Demetre Anastassakis, ambos com vasta experiência em Assessoria Técnica, propõe, a partir do ensino e da pesquisa, expandir a atuação dos arquitetos e urbanistas em estabelecer padrões de desenho, de alto valor de uso, sempre maior ou igual que o valor de troca, contendo a gentrificação, através de projetos em andamento em Nova Iguaçu/RMRJ e Ribeirão das Neves/RMBH. O trabalho apresentado é **Urbanização Dirigida: Incorporação imobiliária de baixo custo para atendimento da demanda dos Movimentos Sociais organizados como Assessoria Técnica Coletiva: a repartição e socialização das mais valias.** São bairros novos, inseridos em vazios urbanos infraestruturados, onde se potencializa o poder aquisitivo subsidiado do coletivo, para criar mais valias imobiliárias, e repartir entre os atores participantes.

A profa. Dra. Laura Machado de Mello Bueno, professora e atual coordenadora do Programa de Pós-Graduação da PUC Campinas, apresenta o trabalho **FORMAÇÃO PARA PRÁTICA PROFISSIONAL CONTEMPORÂNEA: em direção à cidade justa e sustentável.** A partir de um balanço sobre as condições do estoque habitacional das cidades brasileiras, são indicados desafios que demandam formação especializada e prática interdisciplinar.

Os trabalhos propostos tem como objetivo trazer o debate sobre as perspectivas e propor caminhos do campo profissional a partir de visões construídas em diferentes trajetórias de docência, pesquisa, extensão, atuação profissional e representação profissional.

TRABALHO 01

ASSISTÊNCIA TÉCNICA DEZ ANOS DEPOIS: um balanço com propostas.

Apresentação

A moradia é um direito do cidadão previsto na Constituição federal. A assistência técnica para a moradia é um direito do cidadão previsto na Lei federal 11.888/2008. Decorridos 10 anos após sua promulgação, podemos fazer um balanço do que ocorreu e pensarmos soluções para sua real implementação. Afinal, são direitos do cidadão, especialmente o de menor renda (até 3 salários-mínimos tem direito total aos serviços públicos e gratuitos em assistência técnica), que não estão sendo cumpridos pelo Poder Público. Esse trabalho tenta explicar os motivos pelos quais a Lei Zezéu "ainda não pegou" e o que pode está faltando para que a população receba os serviços públicos para a realização do seu sonho pela moradia.

Introdução

A história da assistência técnica em habitação social (ATHIS) no Brasil começa em 1975 quando em Vitória, a Câmara de Arquitetura do CONFEA recomenda a adoção de medidas para que os arquitetos possam atuar em Assistência Técnica. Ano seguinte o Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul (SAERG) dá início ao PROGRAMA ATME – Assistência Técnica Gratuita à Moradia Econômica, coordenado pelo arquiteto Clóvis Ilgenfritz da Silva, com a participação do IAB-RS e de membros da advocacia de Porto Alegre. Daí para frente a ATHIS entra nas escolas de arquitetura e urbanismo, passa pelas entidades do movimento social, escritórios e ONGs de profissionais que começam a ver um novo campo de ação. Experiências pelo Brasil se ampliam e foram catalogadas em 2007 por publicação do Ministério das Cidades. Em 2000 a Constituição federal já tinha sido emendada e o direito à moradia agora era um direito social (artigo 6º.), necessitando-se uma norma brasileira. Vieram propostas de leis federais para o tema, como a de Clóvis então deputado federal do PT-RS e logo em 2004 a comunidade técnica e social se organiza para dar um pontapé na regulamentação desse assunto em nível nacional.

Mas foi no Fórum Social Mundial de 2005 que tudo recomeçou, com uma mesa redonda onde todos os interessados estavam presentes, coordenada pela Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas (FNA) e no fim daquele ano, após seminários estaduais em quase todo o país e um Seminário Nacional em Campo Grande (MS), nasce a minuta da Lei 11.888/2008 que foi subscrita pelo Deputado federal e arquiteto Zezéu Ribeiro do PT-BA. A lei entra em vigor em 2009.Mas até hoje não foi de fato colocada em prática, seja pela ausência de recursos públicos e privados a ela vinculados para a realização dos serviços, seja pela displicência e até negligência do Poder Público, especialmente o municipal, em fazer o seu cumprimento, seja pelo pequeno número de profissionais arquitetos e engenheiros que se deram conta do potencial de trabalho para todos, ou ainda pela ausência de ação das escolas de arquitetura e de engenharia em assumir ensino para a formação social envolvendo assistência técnica.

Propostas

Esse trabalho propõe três ações para tirar do papel a Lei 11.888/2008:

1. UMA AÇÃO NACIONAL - o CAU BR e o CONFEA devem ser pressionados pelas entidades nacionais a baixar resolução nova sobre responsabilidade técnica em HIS isentando as taxas e o número de obras em responsabilidade profissional e retirando a responsabilidade profissional do imóvel existente, quando da obra de ampliação ou reforma. No caso, o profissional deve ser responsável pela parte nova. O MEC deve ser pressionado para incluir nas Diretrizes Curriculares a Assistência Técnica como necessidade da formação do arquiteto e urbanista;

2. UMA AÇÃO EM CADA ESTADO – o MPF precisa ser acionado pelas entidades nacionais, especialmente a FNA e os Movimentos Sociais, solicitando que seja aberta uma ação civil de responsabilidade para cada Prefeito que não cumprir o que determina a Constituição federal – DIREITO À MORADIA -, e da Lei 11.888/2008 – DIREITO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA;

3. UMA AÇÃO EM CADA MUNICÍPIO – as entidades precisam discutir e aprovar o REGULAMENTO da Lei 11.888/2008, naquilo que é importante para cada cidade e que não contempla na lei federal, na forma de um DECRETO MUNICIPAL ou de uma LEI MUNICIPAL, contemplando os seguintes quesitos:

a) a área total da edificação – nova ou a ser reformada ou ampliada – até o limite prudente de 70 m², para direito à isenção do INSS para a obra, por conta da Lei 8.212/91 com redação dada pela Lei 9.476/97 e regulamentos e pela Resolução INSS 971 de 2009, artigo 370: I – o proprietário do imóvel ou dono da obra seja pessoa física, não possua outro imóvel e a construção seja: a) residencial e unifamiliar; b) com área total não superior a 70m2 (setenta metros quadrados); c) destinada a uso próprio; d) do tipo econômico ou popular; e) executada sem mão-de-obra remunerada;.

b) as famílias a serem atendidas devem comprovar ser seu único lote, usado como residência da família há pelo menos 2 (anos) anos;

c) cada família tem direito aos serviços públicos de ATHIS apenas uma vez a cada 5 anos, para nova obra, ampliação ou reforma ou regularização fundiária;

d) a família deve receber o projeto aprovado pela municipalidade que se encarrega de formalizar o processo, resolver a autoria de projeto e responsabilidade técnica, tudo gratuito, lhe entregando o Alvará de Construção. Se o lote ou a edificação for irregular o município providenciará a regularização;

e) terreno com área máxima de 360,00m².

f) altura máxima da edificação em 7 metros;

g) é admissível uso misto ocupando no máximo 50% da área total;

h) no caso de ampliação da edificação é admissível até 100,00m²;

i) imóveis inseridos em ZEIS do Plano Diretor tem absoluta prioridade;

j) imóveis para reforma ou ampliação devem receber avaliação prévia da construção sobre possíveis problemas estruturais ou construtivos, em laudo elaborado por profissional habilitado, para antes do início dos trabalhos de ATHIS;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. CUNHA, Eglaisa Micheline Pontes. MEDEIROS, Yara. MINISTÉRIO DAS CIDADES E FNA (org) EXPERIÊNCIAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL, 2007

BAPTISTA, M. E. (coord.). CREA-MG, Belo Horizonte, 2009

BRASIL. LEI DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA LEI Nº 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008 http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=258240

BRASIl. CONSTITUIÇÃO FEDERAL. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

BRASIL. ESTATUTO DA CIDADE LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/LEIS_2001/L10257.htm

BRASIL. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 46/2009 Ministério das Cidades, Secretaria Nacional da Habitação, 2009 PROGRAMA ATME Assistência Técnica à Moradia Econômica.

REVISTA PROJETAR CUT BRASIL, 2009 ASSISTÊNCIA TÉCNICA, UM DIREITO DE TODOS: http://www.fna.org.br/wp-content/uploads/2011/08/revistafinal.pdf

SAERGS, CREA-RS. 1977 ASSISTÊNCIA TÉCNICA: DIREITO DE TODOS!

TRABALHO 02:

RESIDÊNCIA AU+E/UFBA: novas perspectivas para demandas persistentes

INTRODUÇÃO

Convida-se a refletir sobre a prática da Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade, no âmbito do curso de especialização em formato de Residência Profissional, implantado na UFBA em 2013 e, atualmente, na sua 3a. edição. Fundamenta-se na Lei Federal No. 11.888/2008 de Assistência Técnica Gratuita no contexto sócio-político-ambiental, caracterizado pela proliferação da autoconstrução em situações de enfrentamento a impactos sociais e ambientais recorrentes. Esta subentende a necessidade de políticas públicas e reconhece as diversas modalidades de atuação profissional para esse fim.

BREVE CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO-AMBIENTAL

A maioria dos brasileiros, nas grandes cidades, não encontra oferta de solução de moradia adequada, nem no mercado, nem nos programas públicos, sendo excluída da condição de cidadania, em razão de sua condição econômica e de restrições urbanísticas e ambientais. A questão da moradia, portanto, se destaca como foco de conflitos devido à multiplicação de áreas precarizadas, destituídas de infraestrutura apropriada e abandonadas pelo circuito do capital financeiro. Inevitavelmente, o Estado favorece irregularidades na distribuição da terra urbana, não contemplando o interesse social pelo Direito à Cidade[1], no sentido mais amplo da produção e bem-estar coletivo.

Essas demandas persistem em comunidades desassistidas por políticas públicas, justificando a importância da referida Lei que apresenta perspectivas para atuação do profissional arquiteto-urbanista em assistência técnica. Neste contexto, a proposta da Residência AU+E/UFBA como prática institucional idealizada por Gordilho-Souza (2011), capacita para planejamento e projeto de interesse social, melhoria do ambiente construído e produção da habitação social de qualidade.

UNIVERSIDADE E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: RESIDÊNCIA AU+E/UFBA[2]

A universidade pública, nas suas atividades de extensão, tradicionalmente privilegiou a difusão de pesquisa e ensino e, em menor escala, ações de prestação de serviços de interesse social junto a comunidades, como estágios para capacitação profissional. Este formato tem sido mais frequente na área de saúde, a exemplo das residências médicas. Nas áreas de ciências sociais aplicadas, incluindo Arquitetura-Urbanismo, esses projetos de extensão são mais escassos que os trabalhos de pesquisa em campo, limitados ao retorno proporcionado às populações envolvidas e à cidade.

Nesse contexto, o objetivo da Residência AU+E/UFBA é capacitar profissionais para promover novas perspectivas para demandas persistentes no campo da Arquitetura, Urbanismo, Engenharias e áreas afins, se inspirando na Residência Médica. Uma metodologia inovadora vem sendo consolidada ao longo das três edições 2013/14, 2015/16 e 2018/19, por meio do serviço-aprendizagem, integrando projetos participativos

[1] Henri Lefebvre, em 1968, concebeu a noção de Direito à Cidade como direito à obra humana, produzida pelo coletivo para o coletivo, em contraponto às práticas hegemônicas da época.

[2] Este item refere-se a artigos escritos sobre a Residência AU+E/UFBA por GORDILHO-SOUZA (2011, 2016) e ROCHA & MOURA (2016), assim como a tese de doutorado por ROCHA (2017).

engajados a demandas de comunidades desassistidas por políticas públicas, com uma abordagem propositiva. Sistematicamente, esta iniciativa implementa capacitação gratuita, integrando atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito da pós-graduação. Volta-se para recém-graduados e gestores públicos, incorporando estudantes de graduação como estágio profissional.

A implantação do projeto da Residência AU+E/UFBA conforma-se como programa a partir desta terceira edição, com edições bianuais, para turmas de até 25 profissionais, com duração total de 14 a 16 meses, distribuídos em quatro meses de aulas teóricas no turno matutino, totalizando 40 créditos (960 horas), distribuídos em três módulos. Atualmente, há 56 professores credenciados, dentre permanentes e colaboradores, locais e de outras universidades brasileiras e estrangeiras, com reconhecida atuação nessa temática e titulação mínima de mestrado ou especialista.

A partir da análise do processo e dos projetos desenvolvidos nas respectivas edições do curso, percebe-se um crescente favorecimento da "criação de trabalho" para profissionais de arquitetura-urbanismo, quando seus projetos participativos cumprem o papel de instrumentalizar essas comunidades no fortalecimento de suas ações perante a disputa de interesses no campo da Habitação e Direito à Cidade.

Nessa conjugação entre capacitação e assistência técnica, a Residência AU+E/UFBA apresenta uma nova perspectiva para esse enfrentamento. Para cada demanda, são apropriados o contexto sócio-político-ambiental, metodologias integrativas e tecnologias que favorecem a prestação de serviço e o aprendizado, onde as comunidades são fortalecidas no processo participativo e recebimento do projeto ao final do curso. Acima de tudo, na maioria dos casos, nota-se o resgate gradativo do potencial de cada comunidade em transformar desafios em potencialidades, frente a demandas persistentes, com proposições transformadoras da realidade socioespacial local.

Por outro lado, os profissionais desenvolvem habilidades e competências em mediação do diálogo entre agentes de diferentes interesses e na prática participativa de projetos. Estes resultados abrem ampla possibilidade de financiamento, por meio do direcionamento a políticas públicas antes não acessadas e por condições de fomento voltadas para o desenvolvimento local comunitário, buscando o envolvimento e promovendo interações entre órgãos governamentais, entidades não-governamentais e associações comunitárias.

CONSIDERAÇÕES E DESDOBRAMENTOS

A Residência AU+E/UFBA, como promotora de novas perspectivas para demandas persistentes, possibilita ampliar o olhar sobre o papel da universidade pública e gratuita. Soma-se a uma proposta pedagógica de aprimoramento coletivo, a aproximação da academia às práticas de produção da cidade e ao saber popular, envolvendo o protagonismo de lideranças e moradores nas definições das melhorias necessárias a cada lugar. Segundo Gordilho-Souza (2016), constitui uma experiência a ser fortalecida no âmbito da universidade, com amplas condições de replicação nacional, viabilizando novos arranjos sociais, no engajamento das comunidades envolvidas e apoio de entidades representativas.

A prática torna-se inovadora ao utilizar recursos existentes - pessoal e operacional - ampliando a abrangência do papel da universidade, capacitando profissionais e cidadãos para viabilizar inserção urbana e inclusão social, aprendendo com a cidade, em um amplo e permanente diálogo que define novos compromissos de transformação socioespacial.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Governo Federal. **Lei No 11.888**, de 24 Dez.2008.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Ed.Moraes, 1991 [1968].

GORDILHO-SOUZA, Angela. **Proposta de Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade** – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia. PPGAU-FAUFBA, 2011.

GORDILHO-SOUZA, Angela. **MORADIA DIGNA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**: como os estudos, pesquisas e projetos de arquitetura e urbanismo estão avançando? Sessão Temática. In: IV ENANPARQ. Porto Alegre, 25-29 Jul.2016.

ROCHA, Heliana F. Mettig. **O Lugar das Práticas Comunitárias Emergentes**: caminhos de coexistência socioecológica em projetos urbanos. (Tese) PPGAU-FAUFBA, Salvador, 2017.

ROCHA, Heliana F. Mettig; MOURA, Maria S. **Metodologias Integrativas em Projetos de Assistência Técnica para Comunidades Urbanas**. In: Revista RIGS, v. 5, n. 1, 2016. Disponível: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/view/12464/11795> Acesso: 06Nov.2016.

TRABALHO 03:

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E NECESSIDADES HABITACIONAIS: (de)formação profissional e arquitetura e urbanismo como serviço de interesse social

A **Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS)** não é tema novo na área da arquitetura e urbanismo. Já nos anos 1960 houve experiências de arquitetos que foram trabalhar "com o povo", "projetar de baixo para cima". Nos anos 1970 essas ações vão aderindo a lutas de movimentos sociais urbanos, ganhando institucionalidade nos anos 1980 e 1990, particularmente em políticas públicas de produção habitacional com participação do usuário no processo construção e/ou de gestão dos empreendimentos, em de urbanização de favelas e assentamentos precários. Uma série de conquistas legislativas que decorreram da Constituição Federal de 1988 contribuíram para um reconhecimento da assistência técnica como parte dos direitos que moradores de baixa renda para construir ou reformar a sua moradia. A aprovação da lei federal 11.888/2008 é o ápice dessa luta institucional, com participação fundamental das entidades da categoria profissional. A partir de então, seminários, encontros e debates foram realizados para se imaginar como implementar a lei federal pelos estados e municípios; como tornar o serviço acessível aos moradores de habitações precárias.

Ao mesmo tempo, muitas das conquistas legislativas dos anos 1990 e 2000 foram se mostrando insuficientes para transformar efetivamente a qualidade de vida dos moradores de baixa renda nas cidades. Deparamo-nos tanto com as dificuldades de implementação das leis, quanto com aplicações que acabaram divergindo dos interesses iniciais, favorecendo negócios urbanos, a concentração de renda e propriedade, violando direitos à informação, à permanência e ao atendimento amplo da adequabilidade da moradia.

No que tange a prática da assistência técnica, há pelo menos dois entraves que devem ser abordados. Por um lado, as políticas públicas habitacionais raramente se propõem e mais raramente se realizam como um serviço, como (ainda) ocorre com as áreas da saúde, da educação e mesmo no acesso ao direito, com todas as dificuldades e contradições que também existem nesses campos. A produção de unidades habitacionais ou urbanização de favelas são contratadas e executadas como empreitas, são serviços de escopo relativamente fechado, prazo e objeto definidos, via de regra executados por empresas privadas contratadas pelos poderes públicos. Enquanto a maior parte da população brasileira ainda constrói, reforma, amplia sua moradia por conta própria, mesmo aquelas produzidas em conjuntos habitacionais de promoção pública, num ritmo e em escala que nem mesmo o maior programa habitacional da história do país conseguiu aplacar, a assistência técnica encontra dificuldades de se capilarizar pelos bairros populares, de ser reconhecida como um direito ou como algo "útil" pela população.

Outro entrave para os profissionais, pesquisadores e educadores de arquitetura e urbanismo diz respeito à formação. As disciplinas práticas dos cursos de graduação lidam com problemas que não raro se referenciam numa arquitetura autoral e de escritórios privados de profissionais liberais, com clientes individuais ou que sejam capazes de contratar projetos para obras monumentais. Essa atuação não é capaz de atingir sequer 2% da população brasileira e nos afasta dos problemas mais simples que afetam a qualidade das moradias: reparar uma trinca, solucionar adequadamente um problema de ventilação, um mofo ou umidade,

(re)organizar os espaços para necessidades das famílias... sem que se pense em refazer tudo e começar “do zero”.

As Oficinas ATHIS foram realizadas pela assessoria técnica Peabiru em seis municípios do estado de São Paulo e visaram sensibilizar estudantes, professores, técnicos dos poderes públicos, profissionais, movimentos e organizações populares e incentivar a formação de redes acerca desse tema. Ao longo do processo, que ocorreu entre 2015 e 2016, foram organizados três campos de atuação.

A assistência técnica tem nos programas habitacionais autogestionários um campo reconhecido, pelo histórico de experiências que se consolidaram, primeiramente no município de São Paulo para ganhar o território nacional a partir do início dos anos 2000, com o Programas Crédito Solidário e a modalidade Entidades da Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida. Contudo, a rubrica se realiza de formas muito diversas nos empreendimentos do programa. Se os financiamentos preveem recursos para o momento de elaboração de projetos e acompanhamento das obras, toda a fase de viabilidade – que vai da pesquisa e avaliação dos terrenos, estudos iniciais de potencial construtivo, levantamentos topográficos, ambientais e de solo, uma série de apoios às organizações das entidades, interações com as famílias beneficiárias, atividades de participação no processo de reconhecimento dos entornos dos terrenos e de elaboração das soluções arquitetônicas e construtivas... tudo isso parece subsumir, como se não fizesse parte da política de produção habitacional em regime de autogestão.

As chamadas melhorias habitacionais podem chegar mais perto das necessidades da maioria da população, que constrói e reforma suas casas nas favelas, nos loteamentos precários. Esse universo é bastante negligenciado pelas políticas de urbanização de favelas e de regularização fundiária. Nas obras do PAC no município de São Paulo, esses itens de serviço não ultrapassaram 6% e são zerados em boa parte dos contratos. Nas melhorias habitacionais entende-se que a atividade de assistência técnica como um serviço que pode e deve ganhar escala, aproximando-se da escala da autoconstrução.

Por fim, temos um campo de assistência técnica que deve se estruturar como apoio às lutas de moradores, comunidades e movimentos organizados na defesa de direitos e contra violações, muitas vezes cometidas por órgãos do próprio Estado. É um campo que existe antes de qualquer política pública e implica em defender populações que estejam ameaçadas de remoção, atingidas por grandes obras de infraestrutura e interesses imobiliários, que estejam enfrentando o status quo de propriedades que não cumprem função social por meio de ocupações. É um campo privilegiado para as ações de entidades de defesa de direitos e para a pesquisa participante, extensão e ensino universitário.

A ATHIS já tem lugar no campo normativo. É preciso escapar de uma espécie de armadilha que nos isole – profissionais, educadores, pesquisadores – na tarefa de “implementar a lei”, para dialogar com as organizações populares e com os moradores de habitações precárias sobre um amplo espectro de necessidades ligadas ao espaço da casa e da cidade. Trata-se muitas vezes de necessidades que não foram sequer classificadas e que nos vão exigir ampliar os horizontes da nossa própria formação.

TRABALHO 04:

URBANIZAÇÃO DIRIGIDA: Incorporação imobiliária de baixo custo para demanda dos Movimentos Sociais organizados como Assessoria Técnica Coletiva: repartição e socialização das mais valias.

Apresentamos experiência de atuação de dois escritórios profissionais, engajados em assistência técnica, descolada da visão dominante, colocando-o como proposta, seu desdobramento no ensino, pesquisa e extensão. No modelo atual, arquitetos, agindo de forma isolada, prestam serviço à demanda por habitação proposta por entidades. No modelo desenvolvido, a idéia é que se oferte a montagem do negócio imobiliário, especialmente projetado para atendimento dos movimentos, de iniciativa dos mesmos, ao chamamos de incorporação social. Habitualmente há uma prestação de serviços com informalidade, cuja premissa de atendimento está voltada para os editais públicos subordinada ao escopo dos movimentos. Na crise, com recursos escassos, a concepção apresentada propõe novas incorporações modeladas de forma que estes usem outros *fundings* existentes no mercado.

O Modelo de assessoria

Os arquitetos apresentam esta tese, se organizam nestes dois escritórios e se associam, conforme as circunstâncias, para a proposição à demanda. A assessoria técnica tem vários papéis: é incorporadora buscando terrenos e densidades viáveis, faz a assessoria, é gestora das negociações ao acesso ao crédito. A principal dificuldade é romper com o ciclo de dependência destes movimentos, das ofertas públicas, e da crença de que a habitação é conquistada só nos editais públicos, com recursos do FDS e FAR.

Outro paradigma circulante, desta vez nas academias, é a visão negativa existente sobre as Incorporações Imobiliárias, como se estas fossem exclusivas da especulação e das grandes construtoras. Trata-se da visão deletéria que o negócio imobiliário produz na mente das pessoas: ainda não se valorizou a oportunidade gerada pelo protagonismo de arquitetos como incorporadores, associados à demanda organizada, no acesso à moradia de qualidade. O estigma de maus exemplos do PMCMV congela a visão prospectiva de movimentos e profissionais afastando-os das oportunidades existentes em um programa com recursos, subsídios e oportunidades. Mesmo gestado em governos de esquerda, o programa acaba parecendo ruim frente às críticas negativas que recebe.

É importante mencionar que o BNH, cumpriu em pouco mais de duas décadas, aquilo que o PMCMV executou em 4 anos. A Fundação Casa Popular, apesar de exemplos clássicos de boa arquitetura, assinada por excelsos arquitetos e repercutida nas escolas, produziu menos que 20 mil exemplares em uma década!!!!! (AZEVEDO,2011)[3]. Resumindo-se a prática profissional poderia ser ensinada nas escolas de arquitetura como forma de incentivar o empreendedorismo profissional que talvez mudaria a oferta de moradia e a cidade.

Incorporação imobiliária de baixo custo: um conceito.

Apresenta-se aqui dois exemplos: o grupamento Alfaverde, Nova Iguaçu, RMRJ, e o Residencial Areias, Ribeirão das Neves, RMBH.

[33] Sérgio de Azevedo. Luís Aureliano Gama de Andrade. ***Habitação e Poder***: Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação. Rio de Janeiro. 2011

O Alfaverde foi projetado para 2000 famílias, com rendas familiares das faixas 1 e 1,5, participantes das Associações de Bairros ligados ao MAB, de luta pela moradia e servidores municipais locais e regionais. Trata-se de gleba de terra opcionada pelos Arquitetos cuja concepção projetual é bairro aberto, com produtos diversos como casas justapostas e sobrepostas, comércio, equipamentos e lotes maiores para prédios em altura. Não se trata de condomínio pois as ruas são públicas e com fachadas ativas. O Alfaverde tem incluso urbanização e infraestrutura, propõe uma combinação econômica de partição e antecipação das mais valias imobiliárias entre todos os seus participantes. A multiplicidade de soluções tipológicas garante o direito à escolha pois tem-se à disposição prédios de 3 a 12 pavimentos, "jogando" entre densidade e diversidade de ambiências, além da oferta do gradiente de rendas familiares.

Consideramos tecnologia, a própria concepção arquitetônica modular cambiável, o modo diversificado de empilhar/construir, produzindo unidades contemporâneas, confortáveis, com pouquíssimos bens de capital que não o conhecimento, projeto e parcerias, financiadas com crédito associativo disponível e perene, majoritariamente o FGTS, este de propriedade do conjunto de trabalhadores brasileiros. Admite-se já, mutuários sem comprovação fiscal ou contábil de renda, tais como trabalhadores informais. Trata-se de criar também, fundos solidários de microcrédito aos mutuários, para coletivamente resolver casos de inadimplência localizada e habilitá-los ao crédito bancário sem comprometer a capacidade limitada de endividamento da família, criando oportunidades de trabalho remunerado formal em Cooperativas de obras. Não se depende de investidores, nem de construtores oligopolizados. O investimento Alfaverde, estimado para 5 anos, será de R$280 milhões, majoritariamente FGTS, baseados em crédito bancário de garantia hipotecária, concedido às famílias moradoras.

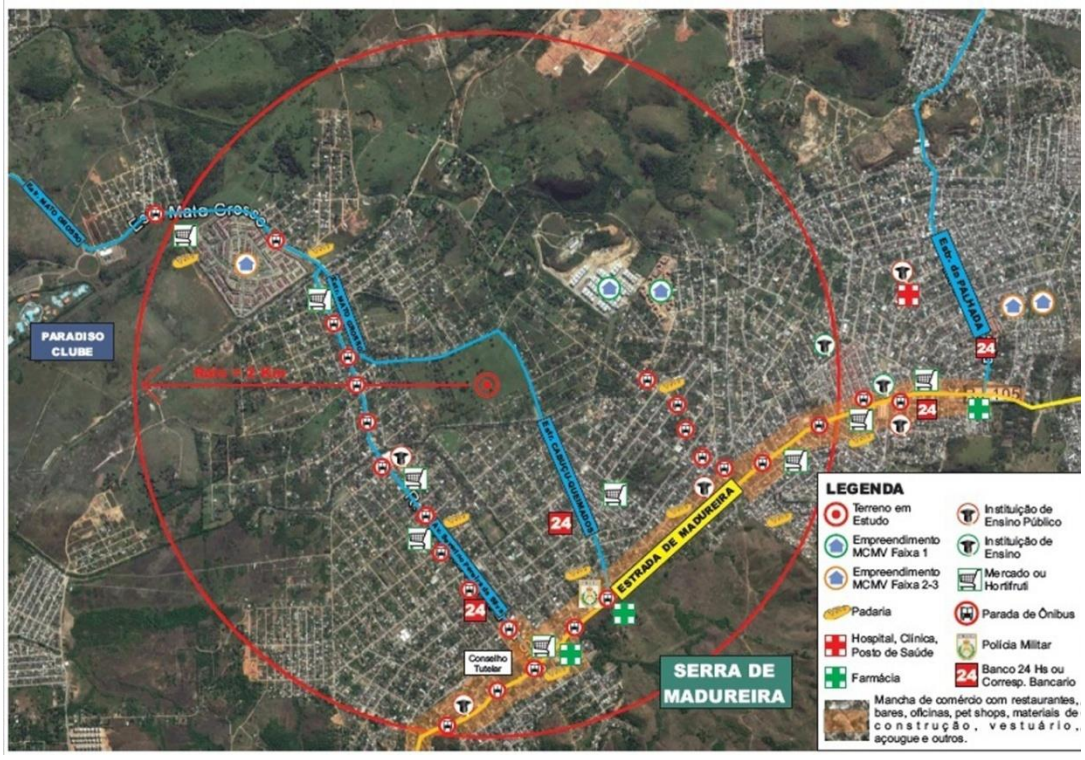


Figura 1 - Localização, implantação e vista da rua em Alfaverde-RJ.

O grupamento Areias, 40 milhões de investimento, em 5 anos, difere no produto e forma apenas no início pois quem garante o início da incorporação é o Movimento Mineiro de Habitação, pelo FDS. Este empreendimento fortalece esta luta por estes recursos. Pelo PMCMV-E, atende-se inicialmente 135 famílias do movimento. Nos dois bairros planejados, o uso do FGTS Faixa 1,5 alcança prestações a partir de R$ 278,41, entrada zero, ausência de pagamentos intermediários, juros baixos, para rendas até R$ 2.350,00.

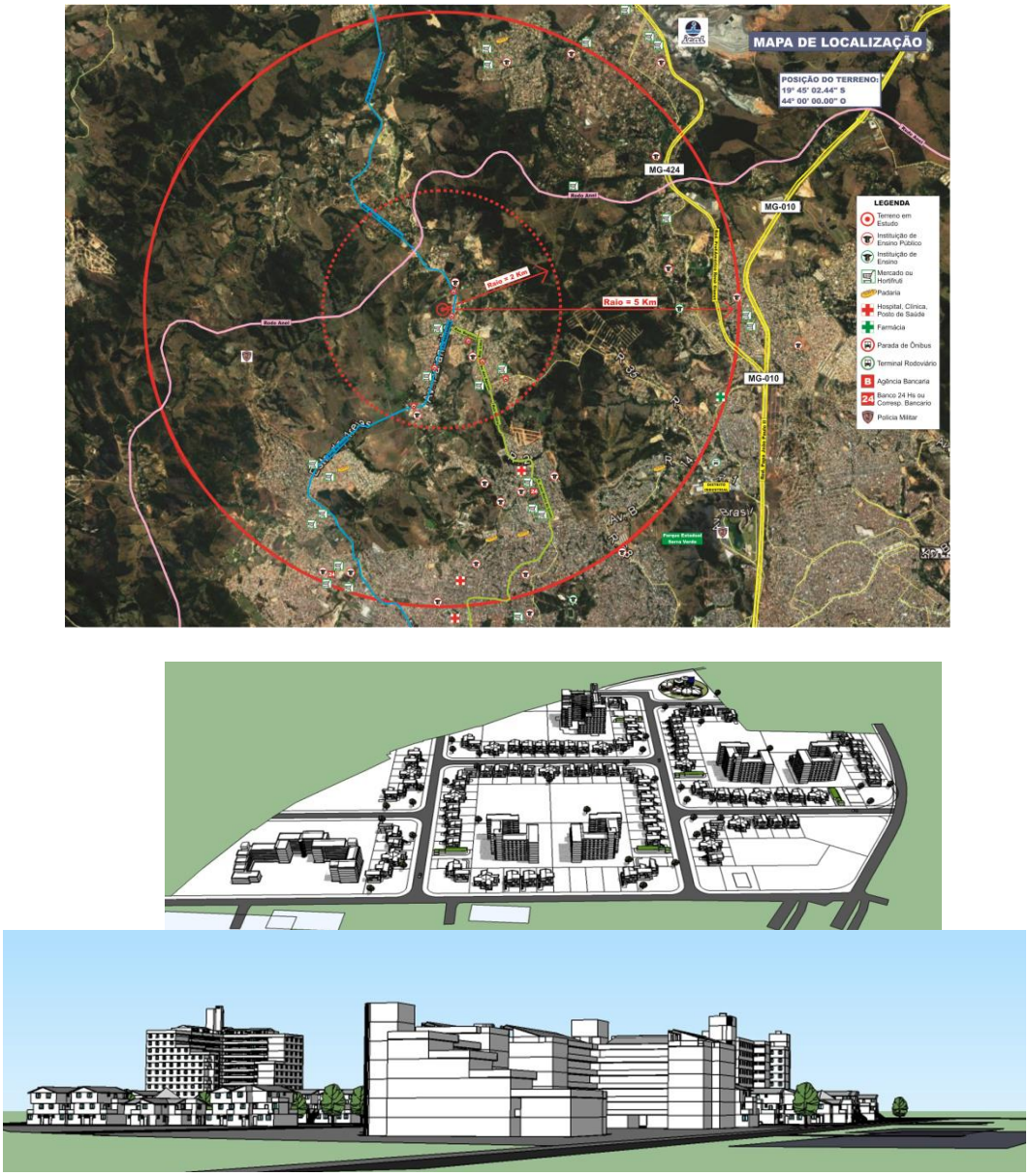


Figura 2 - Localização, implantação e vista da rua em Areias-MG.

A experiência relatada faz refletir sobre um Curso de Arquitetura que permita, o contato da universidade com a realidade brasileira, presente nas comunidades. Precisa-se expandir a atuação dos arquitetos e urbanistas para um modelo proativo de atuação na Assistência Técnica, com indução da livre iniciativa destes para melhoria das cidades. As escolas de arquitetura precisam, de fato, definir modelos de ensino que tratem de alterar a atuação profissional, apoiando estudantes na organização da demanda por seus serviços após sua formatura, tornando estes aptos a desenhar, de modo participativo e eletivo, paradigmas mais adequados de assentamento no território, estabelecendo padrões de desenho, de alto valor de uso, sempre maior ou igual que o valor de troca, contendo a gentrificação, alternativa às soluções periféricas atuais. Nos projetos pedagógicos, faz-se necessário preparar o profissional para entender e conceber o desenho urbano

e ruas amigáveis aos moradores e inclusivos na cidade. A operação de propor, projetar e viabilizar raramente se ensina nas escolas de Arquitetura.

TRABALHO 05:

FORMAÇÃO PARA PRÁTICA PROFISSIONAL CONTEMPORÂNEA: em direção à cidade justa e sustentável

INTRODUÇÃO

Na busca de aproximar a formação profissional das necessidades da sociedade brasileira é adequado considerar as características do estoque edificado e do ambiente político e institucional que o envolve. Os avanços institucionais (leis federais, iniciativas municipais, dos órgãos profissionais e dos movimentos populares) não viabilizaram ainda um amplo esforço com objetivos e metas concretos para melhorar a qualidade do espaço atual e futuro. Uma parte dos estudantes e profissionais tem interesse – social, político e econômico - em incluir na prática profissional o espaço habitado para as populações desassistidas. Nesse quadro, é responsabilidade da Universidade responder a esse anseio e necessidade social, através da criação de cursos práticos de formação, com o espírito da Residência - uma política social pública intersetorial, de disseminação de serviços de assistência técnica interdisciplinar.

COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

É recorrente a constatação da baixa qualidade das construções nas cidades brasileiras em relação ao conforto térmico, estanqueidade acústica, funcionalidade da organização do espaço, qualidade estética e estabilidade construtiva das edificações. A literatura e a experiência do cidadão reconhecem esses problemas, notadamente nas construções voltadas à moradia popular, em grande parte edificadas a partir de processos de autoconstrução com algum trabalho especializado contratado. Mas o mesmo ocorre nas edificações comerciais e de serviços privados nos bairros populares, sendo comum o uso misto. Mesmo a construção incorporada pelo setor privado, especialmente a vertical, reduziu a qualidade do produto no processo de "racionalização" perversa dos custos, deixando diversos aspectos de conforto para o comprador, tornando imprescindível serviços de arquitetura de interiores.

Portanto o problema tem raízes mais profundas, causas multidimensionais. Não se trata simplesmente de que o licenciamento e a fiscalização sejam frágeis, ineficientes. O profissional se forma para manusear normas que são preponderantemente voltadas à redução de custos para o empreendedor do ambiente construído voltado à demanda solvável, e às necessidades do usuário. Para a enorme parcela que não acessa o mercado privado formal, do produto pronto e da encomenda, devido à falta de renda e à falta de terra urbana "legalizada" sobre a qual o profissional possa legalmente atuar, resta projetar e edificar sem apoio técnico.

Em torno das edificações, observa-se também um quadro de incompletude. O espaço público formal, resultado de projetos de parcelamento, é desenhado com generosidade para o automóvel. Espaços para pedestres são residuais, secundários. Além desse grave problema de origem (o desenho do parcelamento tem durabilidade secular) grande número de assentamentos – loteamentos irregulares, clandestinos, favelas, ocupações - foi feito sem oferecimento pavimentação, condução das águas pluviais, água potável, coleta e destino final dos esgotos. Os órgãos públicos e concessionárias, através da diferenciação entre legal e ilegal, direcionam investimentos e alocação de pessoal e discriminam os moradores, mantendo os serviços não universalizados, mesmo em locais habitados a décadas.

Assim, evidencia-se a crise política do planejamento e gestão territorial. Executivo e Legislativo locais organizam-se para aumento da produtividade e lucratividade da cadeia do setor de desenvolvimento urbano e não respondem às necessidades sociais. As normatizações de âmbito federal e estadual, genéricas, sem regulamentação, promovem o esquecimento das raízes socioculturais e da história presentes no meio urbano, tratam a questão ambiental descolada das necessidades sociais, sem responder aos problemas históricos e sem considerar os futuros, como eventos climáticos extremos, crescentemente recorrentes, que colapsam edificações e infraestrutura urbana.

A lei 11888/2009 possibilita um serviço de assistência técnica nos diferentes níveis de governo. Mas, como grande parte das políticas sociais, está atrelado a regulamentações e dotações não realizadas. O Judiciário, de formação anterior à Constituição e ao Estatuto das Cidades (2001), privatista, "desconhece" a legislação sobre direito à cidade e moradia, tornando necessário o apoio de assessoria técnica e jurídica às pessoas e comunidades para seu reconhecimento político. É dever da Universidade responder a essas demandas sociais, com formação de profissionais habilitados para esse campo.

PROPOSTA

A PUC Campinas, de caráter comunitário, tem desde sua fundação diversos projetos sociais, muitos relacionados a justiça social, como atividade extensionista com professores orientadores. Há grande número de profissionais egressos atuando na política assistencial, habitacional e de risco urbano nas municipalidades próximas. O Estado de São Paulo tem programas e projetos de moradia e regularização urbanística e fundiária, que demandam profissionais. Associações de moradores e movimentos sociais demandam das universidades apoio e serviços. As atividades de pesquisa participante e extensão tem limitações, inclusive quanto à responsabilidade profissional.

Diversos núcleos e projetos de extensão e assistência institucionais e de iniciativa de coletivos de estudantes ocorrem na PUC Campinas. A partir de chamado de professores da FAU, formou-se grupo interdisciplinar para elaboração de iniciativas para a Assistência técnica como curso de Especialização – Residência Interdisciplinar. Estão envolvidos professores de cursos de Graduação e Pós-Graduação – Arquitetura e Urbanismo, Direito, Serviço Social, Engenharia Civil, Ambiental, Geografia, Economia e Administração - com participação de alunos.

O profissional arquiteto urbanista, do campo das Ciências Sociais Aplicadas, pode em muito contribuir para reduzir esse problema. Mas para isso é necessário reconhecer a necessidade de uma formação complementar interdisciplinar e prática. Sobretudo com a aproximação de profissionais - engenheiro civil, engenheiro ambiental, advogado, sociólogo, assistente social, economista, administrador – que também querem e devem contribuir.

CONCLUSÕES

A formação dos profissionais, apesar do crescimento numérico, ainda não responde à necessidade. Grande parte da população não tem acesso a ciência e tecnologia aplicada na construção do seu espaço, apesar da sofisticação internacionalizada dos materiais de construção, utilizados sem projeto, orientação técnica ou profissionais qualificados para sua aplicação. É imperativo, portanto, mobilizar as profissões e viabilizar financeiramente a prática profissional voltada para a requalificação do espaço habitado. Muito se fala da

pertinência da experiencia de Iniciação Científica e de Extensão. Mas o desafio – em complexidade e quantidade - colocado hoje quanto à qualidade do espaço habitado no Brasil exige o engajamento de grande número de profissionais - habilitados e qualificados, com políticas públicas para assistência técnica que abranjam as diversas situações colocadas. A implementação da justiça social passa pelo direito à cidade e à moradia. Trata-se de uma disputa pelos recursos do Estado investidos na Educação para o bem-estar da sociedade.

V enanparq
Salvador - 2018

A PRODUÇÃO DO RECÉM-INAUGURADO LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE RAÇA E ESPAÇO URBANO (LABRAÇA) DA FAUUSP

THE PRODUCTION OF THE NEWLY INAUGURATED LABORATORY OF STUDIES ON RACE AND URBAN SPACE (LABRAÇA) AT FAUUSP

LA PRODUCCIÓN DEL RECIÉN INAUGURADO LABORATORIO DE ESTUDIOS SOBRE RAZA Y ESPACIO URBANO (LABRAÇA) DE FAUUSP

IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

COORDENADOR:
BARONE, Ana Cláudia Castilho
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAUUSP; anabarone@usp.br

TRABALHO 01:
Negros em São Paulo - um mapeamento crítico
BARONE, Ana Cláudia Castilho
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAUUSP; anabarone@usp.br

TRABALHO 02:
Largo da Banana: a questão racial no urbanismo paulistano
SIQUEIRA, Renata Monteiro
Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Doutoranda da FAUUSP; renata.siqueira@usp.br

TRABALHO 03:
Sobre a História da Arquitetura em diáspora
FREIRE, Karen Pessoa
Arquiteta e Urbanista e Historiadora; Mestranda da FAUUSP; karen.freire@usp.br

TRABALHO 04:
O Prefeito Antônio Prado e a população negra da cidade de São Paulo (1899-1911)
NASCIMENTO, Débora Fernandes do
Estudante de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP; debora.nascimento@usp.br

TRABALHO 05:
A formação do Parque Peruche como território negro
SANTOS, Maria Gabriela Feitosa dos
Estudante de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP; mariagabriela.theodora@gmail.com

A PRODUÇÃO DO RECÉM-INAUGURADO LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE RAÇA E ESPAÇO URBANO (LABRAÇA) DA FAUUSP

THE PRODUCTION OF THE NEWLY INAUGURATED LABORATORY OF STUDIES ON RACE AND URBAN SPACE (LABRAÇA) AT FAUUSP

LA PRODUCCIÓN DEL RECIÉN INAUGURADO LABORATORIO DE ESTUDIOS SOBRE RAZA Y ESPACIO URBANO (LABRAÇA) DE FAUUSP

IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

TRABALHO 01:
Negros em São Paulo - um mapeamento crítico

TRABALHO 02:
Largo da Banana: a questão racial no urbanismo paulistano

TRABALHO 03:
Sobre a História da Arquitetura em diáspora

TRABALHO 04:
O Prefeito Antônio Prado e a população negra da cidade de São Paulo (1899-1911)

TRABALHO 05:
A formação do Parque Peruche como território negro

A PRODUÇÃO DO RECÉM-INAUGURADO LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE RAÇA E ESPAÇO URBANO (LABRAÇA) DA FAUUSP

Os últimos vinte anos assistiram a um aumento notável do debate sobre a questão da desigualdade racial no Brasil. A implementação de políticas de ação afirmativa no país fez com que o problema das relações raciais deixasse de ser um tema circunscrito aos âmbitos acadêmico e intelectual, para ocupar novas esferas da sociedade, como a mídia e os movimentos sociais.

Uma das dimensões mais relevantes do fenômeno da desigualdade racial é sua manifestação no território. Tradicionalmente, no campo das ciências humanas, os estudos relativos à questão racial privilegiam uma dimensão histórico-temporal, observando as desigualdades entre as raças e suas transformações no tempo, de acordo com a conjuntura social e política do país. Nesse contexto, pouco têm sido investigadas as questões relativas às disputas pelo espaço por parte dos diferentes grupos raciais. Por outro lado, o enfoque dos estudos em relação às lutas pelo espaço urbano, desde a década de 1970, tem privilegiado o recorte por classes sociais. Dessa forma, torna-se necessário um esforço duplo: por um lado, ampliar o campo de discussões em torno das relações raciais, de modo a incorporar os aspectos da produção e das disputas pelo território urbano; por outro, recompor o debate sobre o próprio espaço urbano, fazendo observar a construção histórica da desigualdade e da segregação do ponto de vista racial. Olhar para o objeto urbano a partir da questão racial traz uma leitura que permite criar novos significados para o debate sobre a produção e apropriação do espaço urbano no Brasil, a segregação e a cidadania, colocando esses problemas em um novo prisma e pressupondo novos recortes, periodizações, orientações metodológicas e epistemológicas.

No processo de urbanização em cidades brasileiras, é recorrente a expulsão dos negros das áreas historicamente ocupadas por esse grupo. Bairros tradicionalmente identificados como territórios negros por terem marcas históricas da presença negra tanto na forma de residências como nos registros culturais, festas, comemorações, cultos, clubes, agremiações, etc., são sistematicamente ocupados por outros grupos raciais, muitas vezes identificados por marcações étnico-culturais. A coexistência de diversos grupos étnico-raciais nesses territórios, com o tempo, passa por um processo de transformação: inicialmente, a presença negra vai sendo substituída concretamente pela presença de outros grupos; em seguida, paulatinamente, também a memória negra demarcada no bairro vai sendo esfumaçada até seu apagamento, dando lugar a uma memória mais recente, vinculada ao grupo concorrente, deflagrando uma das formas mais acabadas do exercício da dominação racial sobre o território urbano.

Ao mesmo tempo, também na consolidação do urbanismo, seja como campo disciplinar teórico-analítico, seja como prática instrumental de elaboração de projetos e políticas de intervenção urbana, a questão racial foi amplamente negligenciada. Embora a bibliografia consolidada, tanto sobre o processo de urbanização como sobre a emergência do urbanismo nas décadas que definem e consolidam a passagem para a República no Brasil tenha identificado processos de racialização e de submissão do grupo negro a formas de dominação racial, essas questões nunca foram enfrentadas em sua especificidade na formulação do urbanismo como campo disciplinar próprio. Pelo contrário, nas diferentes concepções do urbanismo em disputa sobretudo a partir da década de 1930 e até os dias de hoje, emerge uma disciplina que visa o disciplinamento, o ordenamento e a regulação do espaço urbano, arvorando-se de um pretenso universalismo que, na realidade, jamais referiu-se à iniquidade específica dos grupos negros na disputa pelo território urbano e nas lutas pelo direito à cidade.

A proposta de criação do **Laboratório Raça e Espaço Urbano** vem de encontro à necessidade de institucionalizar esse campo de pesquisa, com vistas ao estudo desses processos e à formulação de políticas de recondução, compensação e equilíbrio social a partir do recorte racial. O Laboratório, concebido em termos interdisciplinares, visa a produção de pesquisas, cursos, seminários e publicações enfocando a especificidade das dimensões racializadas da produção social do espaço no Brasil. O conjunto de métodos, técnicas e procedimentos de pesquisa produzidos no âmbito do LabRaça favorecerá a construção de novas problemáticas, novos recortes e sobretudo um novo instrumental de análise, apoiado em mapeamentos cartográficos e programas de georreferenciamento de informação.

O **Laboratório Raça e Espaço Urbano** pretende organizar suas atividades de pesquisa em torno de três grandes eixos: um de caráter teórico, um orientado para o campo de investigação empírica e um voltado para o plano das intervenções urbanas.

O eixo estabelecido no plano teórico busca engendrar estudos que propiciem a revisão do campo epistemológico do urbanismo, da produção do espaço urbano, da ocupação do espaço, da memória e da visibilidade, por meio de diálogos interdisciplinares que permitam a construção e a consolidação do recorte racial na pesquisa sobre o espaço urbano no Brasil. Esse é o caráter do Trabalho de Ana Barone, que abre este Simpósio Temático. O eixo empírico pretende estabelecer pesquisas qualitativas, quantitativas e documentais que registrem as formas da dispersão da população negra nas cidades brasileiras, as formas de ocupação dos bairros e as condições de sua habitação, as disputas pelo território e as lutas pelo direito à cidade, ancoradas na elaboração de mapas, na sistematização de fontes e dados disponíveis e na produção de informações e bancos de dados territorializados. O eixo voltado para a intervenção na cidade visa o desenvolvimento de estudos que orientem a elaboração de políticas públicas no campo do urbanismo, que equacionem o problema da desigualdade racial em termos do espaço urbano, em interface com os gestores públicos e com organizações da sociedade civil.

Neste Simpósio temático, esperamos ter a oportunidade de discutir com pesquisadores das diversas universidades brasileiras e o público presente no ENANPARQ 2018 algumas das atuais pesquisas conduzidas no âmbito do LabRaça.

TRABALHO 01:
Negros em São Paulo – um mapeamento crítico

O campo de estudos da história urbana no Brasil tem apresentado resultados profícuos, não apenas em termos quantitativos, mas também em relação aos conceitos e pressupostos metodológicos empregados, incluindo a história da cidade, da habitação, da urbanização e do urbanismo (FERNANDES et al., 1998) São Paulo tem contribuído abundantemente para o enriquecimento desse campo. No entanto, no que se refere ao modo como a parcela negra componente da população de participa da história da cidade, ainda é relativamente parco o conhecimento gerado por essa produção.

Contrapondo-se a uma perspectiva que apresenta a história da cidade no período republicano a partir do ponto de vista da elite branca, este projeto visa a reconstruir essa história por meio da inclusão do ponto de vista do negro como sujeito ativo. O foco do trabalho volta-se, portanto, para a localização do grupo negro na cidade, os modos de apropriação dos bairros onde se fixou e concentrou e a produção da memória coletiva desses locais, entendida aqui como uma forma de resistência ante o projeto de expulsão e de apagamento da visibilidade desse grupo na cidade.

A escassez de informações sobre o grupo negro em São Paulo começa pelas próprias fontes oficiais. Em termos de dados censitários, as fontes de informações sobre a população negra ao longo do século XX são esparsas e intermitentes, e não permitem uma cobertura homogênea do período nem tampouco da abrangência territorial da cidade em relação à composição racial dos seus habitantes (Piza et al., 1998-99, pp. 122-137). Essa lacuna deve-se a fatores complexos, como a crença no processo de branqueamento da população por meio de sua indução com o fomento à imigração de trabalhadores europeus entre as décadas de 1870 e 1920 (LOVE, 1982) a crença, durante muito tempo, de que no Brasil vigia uma democracia racial (FREYRE, 2006) e a adoção, desde muito cedo, de uma teoria social baseada na estrutura de classes como arcabouço explicativo prevalente para a interpretação do processo social (PRADO JR., 2011; SODRÉ, 1962), razões que conduziram à noção de que o fator racial seria "irrelevante" para as estatísticas demográficas de São Paulo e nacionais.

Um dos objetivos dessa pesquisa, portanto, é justamente apresentar um conjunto de fontes primárias alternativas que documentem a participação da população negra e seus descendentes na constituição da cidade de São Paulo, seja fisicamente, seja a partir dos registros da memória de sua história nas diversas partes da cidade, seja nas marcas impressas por sua cultura no território. Por outro lado, pretende-se também reunir fontes que ajudem a compreender os processos que levam a expulsões, a reconfigurações territoriais e ao apagamento da memória negra dos lugares urbanos de São Paulo, por meio da estigmatização ou da invisibilidade da presença negra na cidade. Assim, o grupo documental que integra a pesquisa é amplo e diversificado, incluindo periódicos da imprensa negra paulista e da imprensa tradicional, obras da literatura negra paulistana, arquivos de associações culturais negras, registros de ocorrência policial, entrevistas com membros das famílias negras, complementando o quadro de fontes primárias mobilizadas.

As informações levantadas serão cotejadas com dados censitários recentes, que incluem registros por cor e raça, de modo a possibilitar comparações no tempo, averiguando a permanência ou não das concentrações negras identificadas na cidade, permitindo formular hipóteses investigativas sobre a estabilidade desses assentamentos.

Esse material será interpretado à luz da bibliografia produzida sobre a cidade nesse período (CABRAL, 1988; ROLNIK, 1989; DOMINGUES, 2004; FRANÇA, 2015) de forma a conduzir a recomposição histórica e a caracterização dos bairros que registraram concentrações de população negra, as origens e trajetória dos membros das famílias residentes, dando insumos para compreender a forma específica de integração do negro à cidade.

A realização do mapeamento crítico proposto tornará possível avaliar as condições de permanência dos negros nos bairros, permitindo uma análise das suas estratégias de resistência, fixação e apropriação da cidade. Dessa forma, esperamos também contribuir para a consolidação de novos parâmetros analítico-interpretativos sobre a história dos processos urbanísticos e de produção do espaço na cidade de São Paulo que considerem as relações étnico-raciais como critério fundamental.

REFERÊNCIAS:

ANDREWS, George Reid. **Negros e Brancos em São Paulo**. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

CABRAL, Muniz Sodré. **O terreiro e a cidade:** a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988.

DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada:** negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Senac, 2004.

FRANÇA, Danilo S. Nascimento. "Desigualdades e segregação residencial por raça e classe". In: Marques, Eduardo. (Org). **A Metrópole de São Paulo no século XXI:** espaços, heterogeneidades e desigualdades. 1a. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015, pp. 223-251; entre outros.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio F. A. Pesquisa recente em história urbana no Brasil. In: PADILHA, Nino (org). **Cidade e Urbanismo:** história, teorias e práticas. Salvador: UFBA, 1998.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro à sociedade de classes.** Rio de Janeiro: M.E.C., 1964.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala.** São Paulo: Edusp, 2006.

LOVE, Joseph. **A Locomotiva: São Paulo na Federação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. "A cor nos censos brasileiros". In: **Revista USP**, São Paulo, n.40, pp. 122-137, dezembro/fevereiro 1998-99, pp 122-137.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ROLNIK, Raquel. "Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro". In: **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais:** o negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 1989.

SODRÉ, Nelson Wernek. **Formação histórica do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

TRABALHO 02:
Largo da Banana: a questão racial no urbanismo paulistano

No presente trabalho, são discutidos desafios e possibilidades metodológicas em pesquisas voltadas para a questão racial no urbanismo paulistano, a partir do nosso processo de investigação. O objeto de pesquisa é o Largo da Banana, que se localizava nos arredores da estação ferroviária da Barra Funda, em São Paulo, onde foi, em 1958, inaugurado o Viaduto Pacambú. Busca-se compreender as relações entre o projeto urbanístico empreendido naquela área e a expulsão da população negra que o ocupava anteriormente, bem como o apagamento de sua memória urbana. O nome "Largo da Banana" foi dado informalmente àquele espaço em função das mercadorias que lá eram revendidas por carregadores da companhia ferroviária. Foi essa dinâmica de trabalho que primeiro propiciou a formação de um ponto de encontro de samba e de rodas de tiririca (BRITTO, 1986, p.100; OLIVEIRA SANTOS, 2015, p.34). Até que o prolongamento da Avenida Pacaembu alcançasse aquele ponto, a área permaneceu como um "remanescente" pouco urbanizado, na confluência dos loteamentos que eram implantados no bairro.

A proposição de uma pesquisa em História do Urbanismo sob um recorte pautado nas relações raciais impõe desafios. Ao buscar evidenciar um componente racial subjacente às disputas em torno do espaço urbano, aborda-se uma questão não foi suficientemente problematizada pelo campo disciplinar. Portanto, métodos convencionalmente empregados não fazem emergir aquilo que se pretende iluminar. Apoiamo-nos em dois procedimentos principais de pesquisa, sendo o primeiro o reconhecimento da presença e da sociabilidade negras no Largo da Banana e o segundo a incorporação das demandas da população negra às pautas da política urbana. No primeiro caso, recorre-se, ao estudo de suas instituições culturais, como o samba, a tiririca e o carnaval, e de resistência, analisando o grupo social associado à ocupação daquele espaço, denominado de "valentões" (CUNHA, 2011, p.08). Quanto ao segundo, apesar do discurso urbanístico tender a basear-se em princípios ditos "compreensivos", orientados para a estruturação de toda a cidade, como a resolução de problemas de fluidez de tráfego e o alcance do "bem comum", na prática, determinados grupos não são reconhecidos como agentes sociais. Sendo assim, as demandas desses grupos, assim como o próprio lugar de onde elas provêm são obliterados, de modo que elas não chegam sequer a aparecer no rol de questões a serem equacionadas pela disciplina. Por isso, é também importante reconhecer que a população negra constitui uma demanda específica para o campo do urbanismo, sendo parte do "todo" que se pretende abranger com a urbanização.

Outra dificuldade que se apresenta é relativa às fontes documentais. À exiguidade da memória do Largo da Banana corresponde a escassez de documentos que permitem tecer sua história. Em função de sua informalidade, são raros os registros em documentos oficiais. Nos periódicos, a referência ao Largo da Banana apareceu por primeira vez quando o espaço público já estava em vias de desaparecer (FOLHA DA MANHÃ, 11/10/1955, p.08; 20/10/1955, p.06; O ESTADO DE SÃO PAULO, 03/10/1958, p.65). As práticas culturais que lá eram realizadas também contam com poucos registros, em função da oralidade que as caracterizam e do grupo social ao qual elas diziam respeito. Torna-se, portanto, necessário construir o recorte racial a partir de documentos que muitas vezes omitem esses dados.

Para o enfrentamento dessas questões, propõe-se confrontar uma multiplicidade de fontes. Essa forma de aproximação do objeto de pesquisa em uma perspectiva plural contribui para iluminar os significados sociais e urbanos de um lugar cuja história é marcada pela escassez de registros. Entre as fontes primárias consultadas, destacam-se: projetos e documentos relativos ao Viaduto Pacaembú; atas e anais da Câmara

Municipal; cartografia histórica de São Paulo; artigos de imprensa; registros policiais e autos crimes do Arquivo do Estado de São Paulo; produções culturais que remetem ao Largo da Banana (letras de samba e depoimentos de sambistas paulistas são as principais fontes a atestarem a existência do Largo da Banana); obras literárias, entre as quais se destacam os contos de João Antônio, que recria com com riqueza personagens tidas como marginalizadas e os espaços da cidade pelos quais transitam.

Cruzando-se diversas fontes, procede-se à análise da sociabilidade negra naquele espaço e de suas transformações com a inauguração do viaduto. Isso demanda que, para cada tipo de documento, seja empregada uma metodologia de análise adequada à sua especificidade. Ao mesmo tempo, face ao silêncio sobre o Largo da Banana, uma estratégia é ampliar o campo de pesquisa, buscando indícios sobre a região em que aquele espaço estava inserido, através referências às ruas adjacentes, à várzea da Barra Funda, em que ele se inseria, ou à própria ferrovia e estação de trem.

Ao contrapor fontes em que estão representadas perspectivas das populações negras, como letras de samba, e outras que tendem a expressar interesses das classes dominantes, como periódicos, é possível identificar pontos de conflitos entre as múltiplas significações assumidas por aquele espaço. Ao mesmo tempo, podemos observar, nos debates realizados no âmbito do poder público, os momentos em que aquela área foi objeto de de planos e projetos, assim como as disputas envolvidas nesses processos. Levantando as ocorrências policiais envolvendo pessoas negras, é possível qualificar as formas de repressão contra essa população, que podem ser confrontadas com artigos da imprensa relativos aos lugares frequentados pelos negros, de modo a observar a construção da ideia de que a presença do negro contribuía para tornar o lugar precário ou perigoso. Por fim, o projeto do Viaduto Pacaembú, seu processo de execução e a conformação do espaço urbano que dele resultou devem ser estudados a partir das características internas ao campo de arquitetura e urbanismo. Assim, são estabelecidas relações com o processo de urbanização de São Paulo naquele período, contextualizadas em noções de progresso e modernidade a partir das quais se pretendia equacionar o crescimento urbano. Articulando essa análise com a da sociabilidade negra e dos conflitos identificados a partir de outras fontes, é possível propor uma interpretação histórica para o urbanismo paulistano em que emerge a questão racial, aspecto quase sempre silenciado, considerado marginal ou mesmo descolado do campo disciplinar.

REFERÊNCIAS:

BRITTO, Iêda Marques. **Samba na cidade de São Paulo (1900-1930):** um exercício de resistência cultural. São Paulo: FFLCH-USP, 1986.

CUNHA, Pedro Figueiredo Alves. **Capoeiras e Valentões na história de São Paulo (1890-1930)**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: História-FFLCH, 2011.

"Dois Feridos no Desastre". **Folha da Manhã**, São Paulo, 11/10/1955, p.08.

"Morreu em consequencia da agressão". **Folha da Manhã**, São Paulo, 20/10/1955, p.06.

OLIVEIRA SANTOS, Augusto. **Vai graxa ou samba, senhor?** A música dos engraxates paulistanos. Dissertação (Mestrado). FFLCH-USP, São Paulo, 2015.

"Viaduto inaugurado pelo prefeito". **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03/10/1958, p.17.

TRABALHO 03:
Sobre a História da Arquitetura em Diáspora

A pesquisa de mestrado em andamento se iniciou com uma inquietação a respeito do papel do negro no desenvolvimento técnico, arquitetônico e urbano durante a formação do Brasil. A historiografia construída a partir da década de 1930 negou a participação ativa dos africanos e descendentes na cultura material brasileira (MELLO, 2012). Porém, seria possível que um grupo tão significativo da população durante a colonização luso-americana e império brasileiro não tenha contribuído com a produção material do período senão como ferramentas vazias em conhecimentos, poder de decisão e influência?

Se no momento de formação da identidade nacional durante o século XX, o projeto modernista de construção de uma imagem de Brasil que o nobilitasse para o pertencimento ao Ocidente Civilizado (CHUVA, 2003, pp. 313-33) foi útil, as demandas atuais exigem a ampliação do campo de estudos históricos da arquitetura que extrapolem não só as barreiras da monumentalidade, como também da concepção eurocêntrica de atribuição de valor, a qual ainda nos vemos apegados[1].

Extraídos de sociedades africanas múltiplas (HERNANDEZ, 2008, pp.17-44; KI-ZERBO, 1972; M'BOKOLO, 2009, pp.11-14/49-53/168-180; MELLO E SOUZA, 2006), com diferentes ecologias, organizações políticas, econômicas e religiosas, os negros trouxeram consigo heranças culturais que influenciaram a sociedade que se formava na América.

Estudos históricos e geográficos dos últimos 30 anos, como os de Robert Slenes (1999), Rafael Marquese (2005) e Rafael Sanzio dos Anjos (2009), mostram que mesmo nas construções de senzalas, podemos identificar alguma autonomia na execução das próprias moradias pelos cativos, de acordo com seus padrões culturais e organizações familiares[2].

Procurando criar novos elementos para revisão da posição do negro na historiografia, a pesquisa investiga as expressões arquitetônicas dos africanos e descendentes em diáspora na América portuguesa. Assim, para compreensão dos fatores que influenciaram a execução de suas próprias moradias e espaços de convivência, temos por foco principal os quilombos na bacia do rio Grande, no sul da capitania de Minas Gerais, descobertos na década de 1760 por expedições que os registraram e os destruíram (GOMES, 2005, p.325-428).A partir da análise de documentos produzidos na época (implantações, mapas, relatos e determinações legais) e obras bibliográficas que tratam do tema, procuramos reconhecer como se processou a escolha de sítios dos quilombos, conformação espacial, sistemas construtivos adotados, formas de uso das edificações, traçando também os modos de relações socioeconômicas entre esses grupos e a sociedade escravista colonial, flagrando nesse estudo de caso um importante registro do modo de implantar, construir e ocupar espaços de habitação entre os afrodescendentes brasileiros.

Majoritariamente originários de culturas que não utilizavam a escrita, os relatos produzidos diretamente pelos africanos e descendentes são raros. Porém, não parece ser a tradição oral de manutenção da memória o principal motivo da escassez de fontes que tenham sobrevivido até nossos dias, mas o

[1] A inspiração aqui vem da proposta de descolonização da produção do saber cientifico e do pensamento apresentado em PRATT (1999).
[2] Conforme apresenta Rafael Marquese, as liberdades construtivas dos cativos teriam se encerrado nas senzalas em quadra nas grandes propriedades cafeeiras do Vale do Paraíba, cuja normatização arquitetônica visava ampliar o controle sobre o cativo.

afastamento do poder de boa parte da população negra. Assim, um dos grandes desafios é garimpar informações válidas a partir dos registros deixados por indivíduos externos as suas realidades, que ao representar o cotidiano dos negros se posicionavam acima e a distância dessas pessoas e seus modos de vida.

O contato com as discussões historiográficas e fontes documentais para o desenvolvimento deste trabalho, não seria possível sem o suporte das instituições públicas de incentivo à pesquisa como os acervos bibliográficos e espaços de estudo da Biblioteca da FAU-USP, Biblioteca Florestan Fernandes da FFLCH-USP, bibliotecas públicas municipais Mario de Andrade e Sérgio Millet. O acesso aos documentos de época é possível através dos arquivos da Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Instituto de Estudos Brasileiros.

A pesquisa, desenvolvida sob orientação da Dra. Ana Castilho Barone, insere-se no LabRaça da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e tem um longo percurso pela frente, com a expectativa de que muito mais se possa desdobrar a partir do levantamento e debate a respeito do tema.

REFERÊNCIAS:

ANJOS, Rafael Sanzio A. dos. **Quilombos: Geografia africana** - cartografia étnica, Territórios Tradicionais. Brasilia: Mapas Editora & Consultoria, 2009.

CHUVA, Márcia. **Fundando a nação:** a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. Topoi, v.4, n.7, jul-dez. 2003, p.313-333.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos:** mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII e XIX). São Paulo: Ed. Unesp : Ed. Polis, 2005.

HERNANDEZ, Leila. **A África na sala de aula:** visita à história contemporânea. 2º edição. São Paulo: Selo Negro, 2008.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra I**. Sintra: Publicações Europa-América, 1972.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Moradia escrava na era do trafico ilegal:** senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v.13. n.2. Jul – Dez. 2005.

M´BOKOLO, Elikia. **África Negra:** história e civilizações v.1. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

MELLO, Bruno César Euphrasio de. "E o negro na arquitetura brasileira?" In: **Arquitextos**, São Paulo, ano 13, n. 145.01, Vitruvius, jun. 2012. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.145/4372

MELLO E SOUZA, Marina de. **África e Brasil Africano**. São Paulo: Ática, 2006.

PRATT, Mary Louise. **Olhos do império:** relatos de viagem e transculturação. Bauru/ São Paulo: EDUSC, 1999.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor:** esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TRABALHO 04:
O Prefeito Antônio Prado e a população negra da cidade de São Paulo (1899-1911)

Como disse Rui Barbosa, a abolição da escravidão no Brasil foi de uma ironia atroz: se, por um lado, libertava o negro de uma relação de exploração, por outro, colocava-o à margem da sociedade, sem a proteção de qualquer instituição. Esse desfecho torna claro que, para a sociedade brasileira, o destino do negro importou até o momento em que a economia do país dependeu de sua mão de obra. Assim que foi substituído pelo imigrante branco, o manumitido tornou-se símbolo de vergonha, uma população a ser apagada do cenário nacional.

Nada foi garantido ao negro liberto: colocado em uma nova relação de trabalho para a qual ele não estava preparado, não obteve auxilio ou orientação por parte das instituições que compõem o Estado. Dessa forma, a submissão se manteve, se não pela exploração direta do trabalho, por sua sujeição a um quadro de obstrução a sua ascensão social. Assim, a nova ordem econômica e social lançou o negro em uma situação de risco para a sua própria sobrevivência.

Durante o pré e o pós abolição, São Paulo cresceu tanto demografica quanto economicamente, mas o seu desenvolvimento não atingiu as camadas mais pobres. Figura preponderante desse processo, o Conselheiro Antônio Prado é um dos atores sociais que melhor representam as contradições desse período. Em sua longa carreira política como senador, conselheiro e outros cargos, Prado ficou conhecido como "abolicionista de última hora"3 por defender a abolição apenas por interesses políticos. No período republicano, tornou-se prefeito da cidade de São Paulo, entre 1899 e 1911. Em sua gestão como prefeito, adota medidas que visavam a "europeização" da cidade, calcadas na segregação e expulsão do negro e na destruição de seus espaços de moradia, encontro, cultura e religião (MOURA, 1983; DOMINGUES, 2004; SEGAWA, 2004).

A presente pesquisa visa estudar como a política urbana adotada por Antônio Prado influenciou a segregação do negro na cidade, revelando a contradição das posições assumidas pelo Conselheiro ao longo do processo de abolição no Brasil. O modo como foi tratada a questão negra e a inserção dos manumitidos numa economia de classes e na dinâmica espacial da cidade resultou em uma formação sócio-territorial que pode ser observada até hoje em São Paulo.

Em sua maioria, os negros ainda se concentram nas camadas mais baixas da sociedade, residem nas periferias da cidade ou em áreas precárias e seus espaços de convivência localizam-se longe dos centros e dos bairros mais nobres. Dessa forma, o aspecto racial presente nos procedimentos adotados pelo primeiro prefeito da cidade assume grande relevância, à medida que essa característica permaneceu e tornou-se recorrente no urbanismo que se praticou na cidade desde então.

[3]Antônio Prado era considerado um conservador moderado e escravista. Em meio aos atritos entre abolicionistas e senhores de escravos, Prado tornou-se defensor da abolição buscando equilibrar as demandas de ambos os lados e garantir os interesses dos grandes fazendeiros. Assim, Antônio Prado foi um abolicionista de última hora, cujo o objetivo era garantir a estabilidade política e econômica. Como coloca Thomas E. Skidmore (1976, p.80): "Antônio Prado, um dos mais ricos fazendeiros de São Paulo, por exemplo, apoiou a emancipação incondicional em maio de 1888, ainda que no ano anterior se opusesse com ardor ao fim da escravidão".

Esse estudo será feito por meio do levantamento das obras urbanísticas e das políticas públicas sanitárias implementadas na cidade naquele período. Tendo em vista que o objetivo dessa análise é observar como essas obras contribuíram para a segregação do negro, elas são vistas a partir do recorte racial.

Além disso, para uma leitura da imagem do negro naquela sociedade, será feita a análise dos artigos que tratam desse tema no jornal O Correio Paulistano, editado desde 1882 pelo próprio prefeito Antônio Prado e que reflete o pensamento da elite paulistana da época (BASTIDE & FERNANDES, 2008; ANDREWS, 1998; COSTA, 2012; BARROS, 1887).

Assim, paralelamente à análise das obras e da política urbana de Antônio Prado, a pesquisa fará levantamento das formas de representação da população negra nas páginas do jornal no período, considerando dois tipos de ações: as que causaram transformações no espaço e as que se voltaram para a questão da saúde pública. Logo, procura-se compreender a relação entre a imagem do negro veiculada pelo jornal e o contexto das transformações urbanas do período.

Contando ainda com uma bibliografia de referência para as questões tratadas no projeto, o trabalho fornece um quadro de como era a relação entre o governo e o povo negro da cidade, demonstrando também a forma como as transformações que ocorreram naquela época ecoam até hoje sobre a distribuição da população negra na cidade.

REFERÊNCIAS:

ANDREWS, George Reid. **Negros e Brancos em São Paulo (1888 - 1988).** Bauru: EDUSC, 1998.

BARROS, Rafael de. **O Correio Paulistano.** São Paulo. 20 de dezembro de 1887.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. **Brancos e Negros em São Paulo.** São Paulo: Global Editora, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia.** São Paulo: Editora UNESP, 2012

DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada:** negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Senac, 2004.

SEGAWA, Hugo. **Prelúdio da Metrópole:** arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX. São Paulo. Ateliê Editorial, 2004.

MOURA, Clovis. **Brasil:** raízes do protesto negro. São Paulo: Global, 1983.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco.** Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TRABALHO 05:
A formação do Parque Peruche como território negro

A teoria clássica sobre segregação espacial nas cidades brasileiras vem pautando seus estudos sob o ponto de vista do antagonismo entre o centro rico e a periferia pobre, deixando de entender que também há um fator racial determinando esse processo. Nesses estudos, em que a categoria analítica fundamental é a pobreza, a falta de intersecção entre espaço urbano e raça é flagrante. No entanto, uma análise da segregação pautada apenas pela questão da pobreza é insuficiente para compreender e interpretar a cartografia negra nas cidades brasileiras (OLIVEIRA, 2013). Assim, faz-se necessário o esforço de recompor a história urbana de São Paulo tendo como referência central a presença do negro, buscando entender a construção das cidades sob um ponto de vista racial.

Os "redutos negros" existentes em São Paulo desde o final do século XIX se configuravam como territórios negros, definidos não só como espaço geográfico, mas também como espaço vivido, construído pelas relações sociais e culturais desse grupo (OLIVEIRA, 1999). A exclusão social submeteu o negro por força de sua substituição no mercado de trabalho pelo imigrante europeu e do preconceito racial (SIMSON, 1984; BRITTO, 1986; SILVA, 2002). Naquele período, os negros ocupavam cortiços e porões localizados no Centro Velho e nas proximidades de bairros como Campos Elíseos, Paulista e Higienópolis (ROLNIK, 1989).

Para o homem de cor, a proximidade com os bairros de elite representava a oportunidade de se empregarem em suas residências, em serviços domésticos (BASTIDE, 1972). Porém, a marginalização cristalizada nas suas formas de moradia não condizia com a cidade civilizada e europeizada almejada pelas classes dirigentes paulistanas.

Os planos de renovação e expansão urbana, "materialização" das propostas urbanísticas de engenheiros como Anhaia Mello e Prestes Maia4, levam à renovação dos padrões de ocupação das áreas contíguas aos bairros de elite, como Barra Funda, Bela Vista e Baixada do Glicério. O plano de expansão viária da cidade previa novas vias em fundos de vale ou sobre o curso de córregos da cidade, áreas que abrigavam a população pobre e negra da cidade. A Avenida Nove de Julho não fugia a essa configuração, sendo assentada sobre o talvegue do córrego Saracura, implicando no desalojamento de inúmeras famílias que se concentravam entre as ruas Rocha e Marques Leão (SIMSON, 1984).

Estimulada por uma campanha em prol da aquisição de moradias realizada pela Frente Negra Brasileira, órgão de luta pela inserção social do negro, a população pobre e negra passa a ocupar loteamentos recém-abertos nos arrabaldes da cidade. Além da possibilidade que esses bairros representavam frente ao desalojamento dessa população da cidade formal, a aquisição da casa própria na periferia representava a saída dos cortiços e porões insalubres, vistos como um bloqueio para sua integração.

Pertencente ao Sítio Mandaqui, o Parque Peruche – loteamento destinado às camadas mais pobres da população paulistana, servia bem a esse propósito (MARCELINO, 2003). Tal como ocorria na Barra Funda, na Bela Vista, e Lavapés, o Parque Peruche se apresentava para o negro não só como espaço de moradia, mas também como território livre para o desenvolvimento de estratégias de valorização da cultura negra e

[4] Anhaia Mello defendia a contenção e o controle do crescimento da cidade de São Paulo através do zoneamento. Já Prestes Maia, pregava a expansão da mancha urbana da cidade através de um sistema viário que permitisse a circulação adequada de pessoas e mercadorias na cidade, ideia concretizada no Plano de Avenidas, de 1930. Cf. SAMPAIO, 1999; SOMEKH, 1997.

da recusa dos valores culturais dominantes impostos pelos "aparelhos ideológicos" da sociedade paulista – Igreja, Estado, etc.

A presente pesquisa pretende entender como se deu a formação do bairro Parque Peruche como território negro, frente à expulsão da população negra do Centro e outras áreas que passavam por renovações urbanas. Parte-se da hipótese de que o desalojamento da população negra do Bexiga, para a construção da Avenida Nove de Julho, engendrou o primeiro contingente populacional significativo a ocupar o Peruche, ao qual se juntariam outros grupos negros posteriormente. A reconstituição do percurso das famílias negras no ambiente urbano construído é um desafio, visto que grande parte das pesquisas urbanas não levam em consideração a presença do negro. No que diz respeito à cidade de São Paulo, grande parte do patrimônio construído e cultural que fez parte da vida cotidiana do negro anterior e pós-abolição foram apagados da morfologia urbana durante a renovação e expansão urbana no século XX.

Ainda é incipiente a bibliografia que intersecciona espaço urbano e raça para compreender a segregação nas cidades brasileiras. Mais raros são os trabalhos que tomam os territórios negros como objeto empírico. O resgate da memória realizado através de entrevistas com moradores e ex-moradores negros do Parque Peruche, apoiado na literatura consolidada e nos periódicos da imprensa negra, permitirá a reconstrução da trajetória urbana desse grupo.

REFERÊNCIAS:

BASTIDE, Roger. **O negro na imprensa e na literatura.** São Paulo: ECA-USP, 1972.

BRITTO, Iêda Marques. **Samba na cidade de São Paulo (1900 1930):** um exercício de resistência cultural. São Paulo: FFLCH-USP (Antropologia, v. 14), 1986.

MARCELINO, Márcio Michalczuk. **A evolução urbana do Parque Peruche e sua gente.** São Paulo: Carthago Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. **Lei e Política:** a construção dos territórios urbanos. São Paulo: Projeto História, 1999.

OLIVEIRA, Reinaldo José de (org.). **A cidade e o negro no Brasil**: cidadania e território. São Paulo: Alameda, 2013.

ROLNIK, Raquel. "Territórios Negros nas Cidades Brasileiras". In: **Revista de Estudos Afro-Asiáticos** 17 – CEAA. Universidade Cândido Mendes, 1989.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. **São Paulo 1934-1938:** os anos da administração Fabio Prado. São Paulo: FAUUSP, 1999.

SILVA, Maria Neves. **Histórias de vidas de mulheres negras:** estudo elaborado a partir das escolas de samba paulistas. São Paulo: FFLCH, 2002.

SIMSON, Olga von. **Carnaval em branco e negro:** carnaval popular paulistano (1914-1988). Campinas: Editora da Unicamp, 1984.

SOMEKH, Nadia. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador.** São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1997.

V enanparq
Salvador - 2018

APRENDENDO COM O ORDINÁRIO

LEARNING FROM THE ORDINARY

APRENDIENDO DEL ORDINARIO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

COORDENADOR:
LASSANCE, Guilherme
Doutor em Ciências e Arquitetura; Professor do DPA FAU UFRJ e do PROURB UFRJ; guilherme.lassance@fau.ufrj.br

TRABALHO 01:
Traduzindo em metáforas: o planejado, o ordinário e as potencialidades da prática arquitetônica. Experimentações pedagógicas de projeto na Brasília metropolitana
SABOIA, Luciana
Doutor em Teoria e História da Arquitetura e da Cidade; Professora da FAU UnB e do LABEURBE UnB; arqlucianasaboia@gamil.com
PESCATORI, Carolina
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAU UnB e do LABEURBE UnB; pescatori@gmail.com

TRABALHO 02:
A casa e a rua na periferia de cidades brasileiras
RIBEIRO, Patricia
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAUeD UFU e PPGAU UFU; pparibeiro2003@yahoo.com.br
SLADE, Ana
Mestre em Artes Visuais; Professora do DPA FAU UFRJ e doutoranda no PROURB UFRJ; anaslade@gmail.com

TRABALHO 03:
Moderno e ordinário: propostas para a residência nos subúrbios holandeses
ESKINAZI, Mara
Doutor em Urbanismo; Professor da DARF FAU UFRJ; maraeskinazi@gmail.com

TRABALHO 04:
Aprendendo da periferia: outras perspectivas sobre a arquitetura do alastramento urbano
ENGEL, Pedro
Doutor em Arquitetura; Professor do DARF FAU UFRJ; pedroengel@fau.ufrj.br
MANO, Rafael
Doutor em Arquitetura; Professor do CAU UFRRJ; rafaelmanoarquiteto@gmail.com

TRABALHO 05:
Tramas e episódios da periferia metropolitana
CAPILLÉ, Cauê
Doutor em Ambiente Construído; Professor do DPA FAU UFRJ e pós-doutorando no PROURB UFRJ; cauecapille@gmail.com

APRENDENDO COM O ORDINÁRIO

A expressão 'aprendendo com' nasce para a cultura arquitetônica através do estudo sobre Las Vegas realizado há quase meio século por Robert Venturi, Denise Scott Brown e Steven Izenour.[1] As influências eram então as do *Pop Art*, movimento artístico ao qual foram associados diversos autores e obras que se apropriavam de imagens quotidianas da publicidade e faziam uso de materiais até então negligenciados ou menosprezados pelo mundo da arte.

Naquele momento, o estudo sobre Las Vegas significou a possibilidade de se considerar como válida uma produção estranha ao acervo erudito de referências projetuais. Nele, Venturi e seus colegas transformam os elementos observados em objetos dignos de interesse para a construção de conceitos teóricos passíveis de serem usados na explicação da produção estudada, mas também na concepção de projetos desprovidos de qualquer relação direta com o contexto específico do objeto de estudo. Tal foi o papel que ganharam os conceitos de 'pato' (*duck*) e 'galpão decorado' (*decorated shed*).

Publicado ao final daquela mesma década, outro célebre exemplo desse tipo de trabalho foi a análise da cidade de Nova York proposta por Rem Koolhaas. Nela, o autor não se contenta apenas com a construção de conceitos a partir de determinadas evidências detectadas no corpo de provas da metrópole nova-iorquina, mas revela também os princípios do procedimento utilizado para tal empreitada teórica: o método crítico-paranoico emprestado ao artista surrealista Salvador Dalí. No capítulo dedicado à explicitação do método, Koolhaas nos lembra que a paranoia é um *delírio de interpretação* onde "cada fato, acontecimento, força, observação é encaixado num único sistema especulativo e 'entendido' pelo indivíduo afetado de um modo que confirma absolutamente e reforça sua tese". Assim, nos diz ele, "a realidade do mundo externo é usada como ilustração e prova (...) para atender à realidade de nossa mente".[2] E é esse o sentido que o próprio autor confere ao seu trabalho quando o qualifica de 'manifesto retroativo'. Assim, a paranoia que Koolhaas se auto-inflige o conduz a suspeitar que Manhattan poderia ter sido "deliberadamente projetada como subproduto de um manifesto que, para ser materializado, tinha que ser mantido em segredo"[3] e que cabe a ele agora revelar através de uma seleção estratégica de evidências. Nesse sentido, Nova York Delirante seria então "nada mais do que a seleção de episódios na história de Nova York que produzem as provas de que a cidade fora planejada e projetada de acordo com tal manifesto".[4]

Como nos lembra Enrique Walker, "o manifesto retroativo não apenas implica que a evidência precede o argumento, mas também que ela *vem de fora do campo*."[5] E é precisamente aí que mora a relação ao mesmo tempo intensa e distorcida que a paranoia estabelece com o mundo real e que permite segundo

[1] Venturi, R et al. 1972.
[2] Dalí 1930 apud Koolhaas 2008 (1978), p. 270.
[3] Walker 2011, p. 146.
[4] Idem.
[5] Ibid., p. 149 (grifo nosso).

Koolhaas “destruir, ou ao menos subverter, o catálogo definitivo, detonar todas as classificações existentes, começar de novo”[6].

A subversão do sistema vigente de referências torna-se possível graças à *base factual* sobre à qual arma-se a tese conspiratória do manifesto retroativo. Essa pretensão de neutralidade, universalidade e fidelidade com os fatos narrados a aproxima do discurso jornalístico e à sua crescente legitimidade como modo de formação da opinião pública em um mundo contemporâneo marcado pelo declínio do papel das instituições tradicionais.[7] A essa crise das instituições corresponde precisamente a possibilidade de rompimento com os sistemas de verdades estabelecidas pelos campos disciplinares instituídos. Segundo Michel Foucault, todo discurso que, numa exterioridade selvagem, busca estabelecer-se no verdadeiro, precisa ancorar seus argumentos numa realidade que se pretende inquestionável para conseguir escapar da “polícia discursiva” à qual deve obedecer.[8]

A libertação disciplinar é assim ao mesmo tempo causa e efeito da abertura para temas e objetos de estudo inusitados.

Seguindo essa trilha metodológica, tratamos aqui do *ordinário* como território por definição pronto para subversão dos repertórios de referências projetuais em arquitetura e urbanismo.[9]

O primeiro texto relata e analisa uma experiência recente de leitura da produção corrente e ordinária na periferia de uma grande metrópole brasileira. Seguimos para isso a rota de uma linha de metrô que liga a área central, tombada como patrimônio histórico e povoada por referências eruditas celebradas pela história da arquitetura brasileira e novos territórios de urbanização ditos ‘sem arquitetura que seja digna de interesse’. Deles então fizemos surgir uma série de ‘lições’ de projeto incrivelmente contemporâneas.

O segundo trabalho olha para as invenções e transformações realizadas em suas moradias pelos moradores dos subúrbios genéricos de duas cidades brasileiras. O estudo revela inteligências projetuais não eruditas e seus efeitos sobre a qualidade dos respectivos contextos urbanos.

O terceiro texto traz para a discussão sobre o ordinário uma produção estrangeira, moderna, pensada e projetada com recursos limitados, mas que não deixa por isso de conter uma série de qualidades arquitetônicas e urbanísticas – é o ordinário como pauta projetual e não como mera consequência da escassez de meios.

A quarta contribuição para este simpósio se debruça sobre uma suposta intenção arquitetônica que estaria por trás da construção sem arquiteto das áreas de expansão urbana nas franjas das nossas metrópoles. A intenção é delinear um certo repertório arquitetônico comum e apontar a quais desafios as soluções de projeto respondem e a que tradições arquitetônicas remetem.

Enfim, a quinta e última proposta de comunicação trata da construção de um repertório inicial de lições e estratégias espaciais capazes de explorar e tencionar o esquema centro-periferia a partir da leitura de

[6] Koolhaas 2008 (1978) Op. cit., p. 273.
[7] Lassance e Barki 2014, pp. 315-316.
[8] Foucault 1999 (1970).
[9] Uma pista cujo itinerário na literatura da teoria contemporânea da arquitetura foi recentemente delineado por Enrique Walker no compêndio *Lo Ordinario* (Walker 2010).

situações existentes em ambos polos. Um estudo anterior investigou lições na produção arquitetônica e urbana de áreas centrais, enquanto um recente atelier de ensino de projeto partiu para o que chamamos de 'pescaria metropolitana' nas franjas de duas metrópoles latino-americanas. Essas lições 'periféricas' assim reveladas constituem um meio para poder imaginar e projetar uma cidade de outra ordem.

REFERÊNCIAS:

FOUCAULT, Michel. **Ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

KOOLHAAS, Rem. **Nova York delirante. Um manifesto retroativo para Manhattan**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2008 (ed. original 1978).

LASSANCE, Guilherme; BARKI, José. "Rem Koolhaas e o discurso da diluição do autor", in BRONSTEIN, Laís et al. (Orgs.). **Leituras em Teoria da Arquitetura. 4. Autores**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2014, pp. 314-341.

VENTURI, Robert; SCOTT BROWN, Denise; IZENOUR Steven. **Aprendendo com Las Vegas**. **O simbolismo (esquecido) da forma arquitetônica.** São Paulo: Cosac Naify, 2003 (ed. original 1972).

WALKER, Enrique. "Retroactive Manifestos", in BUCKLEY, Craig (ed.). **After the manifesto. Writing, architecture, and media in a new century**. Nova York: GSAPP Books, T6) Ediciones, 2011, pp. 140-150.

WALKER, Enrique. **Lo ordinario**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2010.

TRABALHO 01:

Traduzindo em metáforas: o planejado, o ordinário e as potencialidades da prática arquitetônica. Experimentações pedagógicas de projeto na Brasília metropolitana

A etimologia da palavra traduzir tem origem no latim *traducĕre* que significa conduzir além, transferir, divulgar, verter. No conhecido texto de Robin Evans, "Translations from drawings to buildings", o autor inicia o ensaio com a problematização do ato de traduzir. Evans coloca que mesmo a tradução mais fiel, nunca irá transpor literalmente a mensagem como em um movimento de translação, haverá sempre uma fissura, uma quebra, algo que se perde no caminho. Por outro lado, é como se houvesse um transbordamento, como no sentido de *verter*, novos significados e interpretações transparecessem ao longo do ato de traduzir. Evans sugere que o mesmo acontece com a leitura, a análise e o fazer do desenho, da pintura. Há sempre algo que se manifesta e que se aprende no entendimento de algo que já é – ali expressamente representado ou não. É neste mesmo sentido de procura por significados e interpretações do existente, do construído, do ordinário que a oficina de projetos teve como premissa para o desenvolvimento dos estudos.

A ideia de um workshop na FAU-UnB surgiu do convite do grupo de pesquisa TEMPU – Grupo Teoria, Ensino e Metodologia do projeto urbano (UFRJ) coordenado pelo prof. Guilherme Lassance, em parceria com a École Nationale Supérieure d'Architecture de Versailles - ENSA, França e o Grupo Paisagem, Projeto de Planejamento – LABEURBE (UnB). O evento mobilizou estudantes de graduação e pós-graduação e professores das três instituições que trabalharam em grupos mistos durante 6 dias de trabalho. A oficina intitulada "Paisagem Metropolitana: (re)apropriações no Eixo Sudoeste em Brasília" teve como foco principal o eixo sudoeste, formado inicialmente entre o Plano Piloto em construção (1957) e Taguatinga (1958) conectados pela Estrada Parque de Taguatinga, EPTG (1961), logo tornou-se o principal eixo de expansão territorial na décadas subsequentes. Hoje diversas cidades satélites e assentamentos urbanos planejados conurbam-se ao longo desse eixo, onde passa a linha tronco do metrô da cidade. Entre a rodoviária do Plano Piloto, as superquadras e as diversas cidades satélites que o metrô atravessa, como o Guará, Águas Claras, Taguatinga e Ceilândia, seis estações de metrô foram escolhidas neste percurso para entendimento e descoberta de estratégias entre arquitetura, infraestrutura e paisagem.

O olhar sobre o projetado, a (re)construção da paisagem e as formas de apropriação da cidade metropolitana fomentaram o início dos trabalhos da oficina. Entretanto, esses olhares mútuos talvez tenham sido a única forma de articulação prévia entre professores e estudantes das três instituições. O processo de construção metodológica deu-se no decorrer da oficina, nos embates, nas discussões e no diálogo intenso e interessado do outro em busca de construção de pautas possíveis no intuito de 'aprender com'. Neste sentido, os alunos foram incentivados a escapar das interpretações consolidadas e predeterminadas sobre as áreas de estudo, procurando destacar as possíveis 'inteligências de projeto' percebidas por meio da vivência, da observação e da experiência *in loco*, reconhecendo como o espaço construído cotidiano pode conter lições arquitetônicas ou urbanísticas subliminares. Estratégias, conceitos, palavras-chaves eram trazidas à tona como forma de leitura da trama, como um enredo a ser decifrado, como metáforas em busca de significado e sínteses do que parece inextricável. Neste sentido, a ideia de 'metáfora' como forma de compreensão da trama urbana parece ser conveniente para construir um entendimento metodológico sobre o projeto, o cotidiano e o ordinário.

Assim como na tradução, a metáfora tem como significado a transposição, mudança, lê-se metáfora como a figura de linguagem é "'transposição do sentido próprio ao figurado". Paul Ricouer em seu texto "Imagination et métaphore", retoma a relação entre o imaginário, a criação artística, por imagens e desenhos, e a narrativa pela figura de linguagem, a metáfora. Ricoeur apresenta primeiramente três implicações entre a imagem e a metáfora. A imagem é a representação não somente do imaginário, mas também 'a imagem como o traço, o resíduo, a sombra de uma percepção anterior'. A metáfora como figura de linguagem 'coloca-em-intriga' a imagem como representação do espaço, da paisagem, do projetado e do construído. A primeira implicação, segundo Ricoeur, é justamente as representações da narrativa de engenhosidade do projetado, do construído presente na imagem analisada. A construção de metáforas, por um lado, captura a alucinação, a ficção, a promessa, por outro extremo, incorpora o livre jogo da distância crítica.

A segunda implicação trata do trabalho de síntese. A síntese não constitui uma simples associação mecânica, mas uma busca constante de uma síntese operativa, que gera um sentido completo. E por último, a metáfora como a inovação semântica que é regida por regras. No caso do projeto, croquis que esquematizam e buscam reconhecer táticas e estratégias. Ricoeur aponta que é sempre em relação a uma regra estabelecida que qualquer inovação é sinalizada por seu desvio. Em outras palavras, o significado metafórico não é redução semântica, mas configura novos sentidos que emergem do significado literal. O filósofo afirma que 'a metáfora não é o enigma, mas a solução do enigma.' Acredita-se que as propostas elaboradas nesta oficina, assim como o construir de metáforas, abriram lacunas no entendimento do ordinário, do cotidiano, no periférico que estão relacionadas ao aprendizado inerente a esse deslocamento.

REFERÊNCIAS:

EVANS, Robin. **Translations from drawings to buildings and other essays**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1997.

RICOEUR, Paul. "Imagination et métaphore (communication à la Journée de Printemps de la Société Française de Psychopathologie de l'Expression, à Lille les 23-24 mai 1981)". **Psychologie Médicale**. 14, 1982, pp. 1883-1887.

TRABALHO 02:

A casa e a rua na periferia de cidades brasileiras

A arquitetura para a moradia produzida no Brasil ainda está fortemente atrelada ao modelo monofuncional. Fruto do zoneamento funcional moderno, esse modelo de habitação não contempla a possibilidade de haver, no domínio privado da casa, espaços destinados ao trabalho ou a atividades produtivas. Entretanto, nas periferias de metrópoles e cidades de médio porte é comum haver atividades relacionadas ao trabalho se desenvolvendo no espaço da casa. Em vizinhanças residenciais periféricas, ainda que exista uma legislação de zoneamento funcional - que não permite o uso comercial e residencial em um mesmo imóvel - o contexto socioeconômico aliado à carência de comércio e serviço, e à fiscalização inoperante, estimulam as atividades de trabalho informal nas casas. Na transformação desse ambiente construído pelos seus residentes, identificamos benefícios, como geração de renda para os residentes e oferta de comércio e serviços na vizinhança. Além desses fatores, outros impactos podem ser observados como maior movimentação e vitalidade do espaço urbano e sentido de comunidade. A pesquisa se coloca, portanto, em uma postura crítica à continuidade da reprodução do modelo monofuncional para a habitação, diante do aprendizado com as transformações não planejadas das vizinhanças residenciais.

A investigação consiste, portanto, em olhar para uma produção informal na cidade formal. Um loteamento de casas construído na Zona Norte do Rio de Janeiro por volta da década de 1950 e outro loteamento de casas construído em 2011 na periferia de Uberlândia, cidade de porte médio em Minas Gerais, são analisados como ilustração da típica transformação operada pelos residentes em vizinhanças periféricas formadas por pequenos lotes de casas unifamiliares. As vizinhanças onde casas são transformadas em unidades híbridas de moradia e trabalho são analisadas como espaço privilegiado para se observar e reconhecer formas urbanas alternativas aos loteamentos estritamente residenciais planejados, que respondem aos modos de vida de um contexto sócio econômico específico. As soluções espaciais utilizadas para a transformação das casas, principalmente na interface com a rua, são assim reconhecidos e valorizados como instrumento para a concepção arquitetônica e urbana.

O ambiente construído das vizinhanças é analisado considerando-se duas camadas. A primeira camada é a forma urbana construída antes da ocupação pelos residentes constituída de quadras em grelha ortogonal parceladas a partir da unidade básica que é o lote. As parcelas são rodeadas por calçadas e ruas estreitas. A partir desse contexto dado, há uma segunda camada, formada a partir da resposta - ou prática dos usuários - ao sistema em que são submetidos. Podemos então observar dois cenários distintos em ruas das vizinhanças estudadas.

O primeiro cenário é de inúmeros universos privados coexistindo, cada qual em seu lote e desconectados entre si: casas muradas, com uma demarcação física muito clara da fronteira entre os ambientes público e privado; e a rua funcionando apenas como um meio precário de circulação para se chegar aos universos particulares das casas. Neste primeiro cenário, os muros são elementos dominantes na paisagem e reforçam a separação dos lotes privados previamente estabelecida, e não há lugar para o 'comum'.

Figura 1: Muros entre casas e calçada em vizinha residencial na Zona Norte do Rio de Janeiro e em conjunto habitacional do PMCMV na periferia de Uberlândia.
Fonte: Autor

No segundo cenário, uma ação fundamental transforma o ambiente construído, tornando-o essencialmente distinto do anterior. São as operações que diluem a fronteira entre público e privado, muitas vezes relacionadas com as atividades produtivas e de comércio. Abre-se uma janela, coloca-se uma placa, constrói-se um "telheiro" ou um "puxadinho" anexo à casa, para vender algum produto ou oferecer algum serviço na vizinhança residencial. São operações sutis, que se proliferam no interior das estruturas do sistema e subvertem silenciosamente seu funcionamento, respondendo a demandas econômicas, culturais e sociais. Tais dispositivos, modificam o *status quo* dessas vizinhanças promovendo a interação do espaço privado com o espaço público.

A partir do padrão imposto, de lotes privados segregados da rua - a princípio desfavorável à integração entre público e privado - as transformações na fronteira entre o lote e o espaço público alavancam relações espaciais entre a casa e a calçada, potencializando espaços para o convívio comunitário. Desde a diversidade de cores e formas que os muros adquirem aos "puxadinhos" que vão ocupando os pequenos espaços livres entre a casa e o limite do lote, ora estruturando um abrigo para carros ou um comércio e prestação de serviços tais como vendinhas e biroscas, lanchonetes, serviços de costura, cabeleireiro, informática, borracheiro ou mesmo igreja. Janelas e portões de comércios abrem os espaços privados para a calçada e coberturas se projetam no passeio protegendo do sol e da chuva e promovendo espaços de permanência nas calçadas. Em outros casos, portões se abrem oferecendo o espaço privado de varandas para o uso comunitário. Nesses espaços de uso comum, criados ora no espaço de calçada pública, ora no espaço do lote privado é comum se encontrar bancos para descanso e "um dedo de prosa".

Figura 2: Hibridização de residência e comércio na Zona Norte do Rio de Janeiro
Fonte: Autor

Figura 3: Hibridização de residência e comércio em conjunto habitacional do PMCMV na periferia de Uberlândia
Fonte: Autor

Os "puxadinhos" vão ocupando os lotes estreitos até seu limite frontal - formando fachadas urbanas contínuas - que resultam em um ambiente construído profícuo para o desenvolvimento do comércio a partir da interface com a rua em casas híbridas que abrigam ambas atividades de moradia e trabalho. As atividades de trabalho informal sediadas nessas casas de periferia carioca e mineira impulsionam uma economia local e transformam as rotinas diárias de seus moradores e seu ambiente construído. Atendendo a demandas não previstas pelo planejamento urbano, criam dispositivos mais favoráveis aos modos de vida próprios daqueles usuários. A partir da necessidade de geração de renda decorre o beneficiamento do comum: comércio e serviços em distâncias caminháveis; interação das casas com a rua, criação de espaços de encontro e convívio entre os moradores nas calçadas cobertas ou varandas abertas para a calçada. Pode-se observar a intensificação do uso e apropriação das calçadas, ativação da vida urbana e transformação da rua em espaços mais habitados, cuidados e seguros nas proximidades dessas casas que se abrem para a rua.

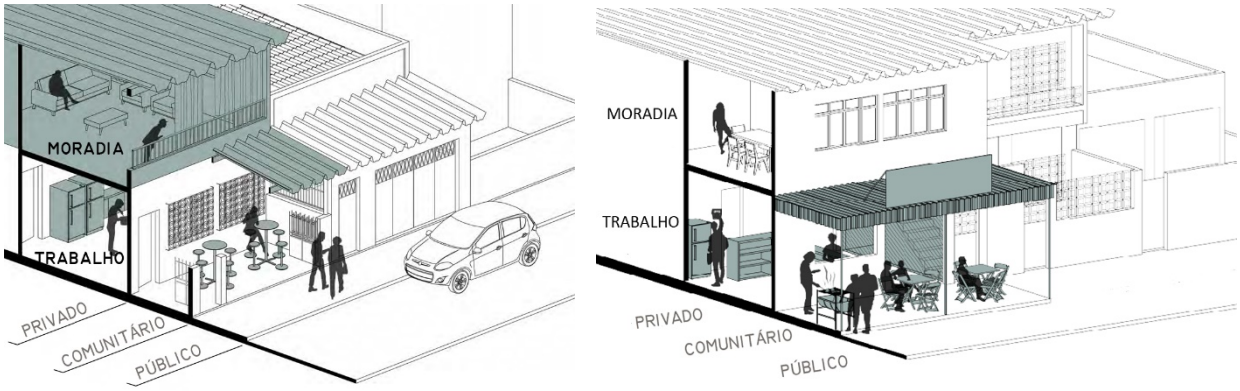


Figura 4: Esquemas analíticos da criação de espaços comunitários entre o público e o privado na Zona Norte do Rio de Janeiro. Fonte: Autor (colaboração Daniel Moraes)

REFERÊNCIAS:

ABREU, M. A. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ Zahar, 1987.

BONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia de São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho in: Maricato, E. (ed.) **A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, pp.117-154.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano** *I: artes de fazer.* Petrópolis: Vozes, 1996 [1984].

HETZBERGER, H. **Lições de Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

JACOBS, J. **Morte e vida nas grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1961].

LASSANCE, G.; VARELLA, P.; CAPILLÉ, C. **Rio Metropolitano***:* Guia para uma arquitetura. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2012.

LEFEBVRE, H, **O Direito à Cidade**, São Paulo: Editora Morais, 1991 [1968].

PECHMAN, R. **Gênese do mercado urbano de terras, a produção de moradias e a formação dos subúrbios no Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, PUR/ UFRJ. Rio de Janeiro, 1985.

REIS FILHO, N. G. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

RIBEIRO, P. P. A.; BRAGA, T. H. C.; NEGRETO, P. J. **Cidade e Território:** a ocupação dos conjuntos habitacionais em Uberlândia. In: 6º PLURIS 2014, 2014, Lisboa.

WALKER, E. (ed.). **Lo ordinário**. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 2010.

TRABALHO 03:

Moderno e ordinário: propostas para a residência nos subúrbios holandeses

A conquista da forma arquitetônica pela economia é, para Aureli,[10] o grande alcance conceitual do sistema Dom-inó. Para ele, a arquitetura como signo autorreferente se torna plenamente evidente apenas quando a arquitetura não é mais representação, e sim aparato produtivo e econômico, sendo este o caso da arquitetura moderna e do sistema Dom-inó. É neste sentido que a habitação aparece como tema sem precedentes por meio da arquitetura moderna. Com base nessas premissas, e no modo como Aureli relaciona a ideia de ordinário com arquitetura moderna através do seu entendimento do Dom-inó, olharemos para algumas iniciativas de reconstrução de grandes áreas dos subúrbios holandeses através de propostas para a residência realizadas no âmbito de reconstrução do segundo pós-guerra. Procuraremos entendê-las como referências que subvertem o sistema vigente através de sua distinção como construção de tecido ordinário.

A Holanda desenvolveu, desde o início do século XX, significativa tradição na construção de áreas habitacionais, principalmente nos subúrbios de Amsterdam e Rotterdam, que acabaram por divulgar as expressões de vanguarda cultural produzidas no país em termos de arquitetura e de urbanismo. Nos anos 1950, destaca-se, na Holanda, grupo de jovens arquitetos que formava o Opbouw, braço holandês do CIAM, que tinha entre seus membros Jacob Bakema, Johannes van den Broek, Lotte Stam-Beese, Mart Stam e Willem van Tijen. É inseridos nesse quadro paradoxal que, ao mesmo tempo que reconhece ligação e débito com as vanguardas, dá início a um processo de questionamento do conjunto normativo do CIAM, que parte dos membros do grupo exerce papel importante nos esforços de reconstrução da Holanda no pós-guerra e de resolução do déficit habitacional do país através do desenvolvimento de projetos para conjuntos habitacionais, muitos deles enviados e apresentados em consecutivos congressos do CIAM. Essas propostas para residência configuram-se como algumas das principais situações escolhidas pelo grupo para discutir, em âmbito projetual e teórico, temas relativos ao edifício residencial e ao quarteirão urbano. Exemplos importantes dessas iniciativas são os projetos para Pendrecht (1948-53) (Figuras 1 e 2), Lijnbaan (1949-55) (Figuras 3, 4 e 5), Klein Driene (1951-58), Alexanderpolder (1953-56), Nord Kennemerland (1957-65) e Leeuwarden Nord (1959-66).

Essas arquiteturas estão, portanto, inseridas no cerne do campo disciplinar holandês e europeu, uma vez que vinculadas ao CIAM e às principais correntes de discussão da época. No entanto, ao serem lidas como conjunto, configuram um grande tecido moderno e ordinário de propostas para a residência, podendo deste modo também ser consumidas como referências que subvertem o repertório de referências vigente. Isto porque esta arquitetura aparece, no contexto holandês, enquadrada em uma série de características propostas por Aureli que a aproximam da noção de ordinário. Entre estas, podemos citar o fato de estar condicionada pelos recursos econômicos, pois realizada no contexto de reconstrução do pós-guerra; dotada de uma condição de austeridade, baseada no sintetismo e elementaridade visual dos objetos; provada de figuras e simbolismo; marcada pela repetição de elementos genéricos, concebida como conjuntos ou fitas; e caracterizada como projeto implícito de cidade, a partir da ideia de que a cidade inicia com espaços domésticos. Ou seja, essas áreas habitacionais podem ser caracterizadas pela valorização de uma chamada arquitetura “elementar”, voltada para a produção de estruturas arquitetônicas para o ordinário.

[10] AURELI, Pier Vittorio. The Dom-ino Problem: Questioning the Architecture of Domestic Space. Nova York: Anyone Corporation. Revista Log, número 30, inverno de 2014, pp. 153-168.

Figuras 1 e 2: Pendrecht
Fonte: Wikimedia Commons

Figuras 3, 4 e 5: Lijnban
Fonte: Wikimedia Commons

Além disso, baseando-se na ideia de Eisenman[11] de que o locus da arquitetura são gestos cuja motivação não é a necessidade estrutural nem funcional, ou seja, de que a arquitetura conquista autonomia enquanto signo autorreferente, através dos gestos formais cuja única motivação é prover índices formais do próprio gesto, a arquitetura se torna arquitetura quando a forma é mero ato intencional, e não o atendimento a requisitos do programa, de uso ou da estrutura. Para Aureli, o Dominó é o projeto de um processo econômico que, iniciando pelo espaço doméstico, implicava toda a cidade; é o exemplo definitivo de como a economia conquistou a forma arquitetônica. E, para Eisenmanm, no sistema Dom-inó, estes gestos aparecem em quatro aspectos: na relação entre pilares e laje; na ênfase na horizontalidade ao expor a laje horizontal como o principal elemento de configuração do edifício; na posição lateralizada da escada em relação à laje; e na elevação do edifício do solo. Para Eisenman, estes aspectos não são motivados por necessidades funcionais nem estruturais, mas sim demonstram que através de rigorosa economia de meios se produz redundância intencional que ele identifica como o locus da arquitetura. E, para Aureli, pode-se acrescentar a essa análise a ideia de que a arquitetura torna-se desprovida de qualquer referência fora de si mesma no momento em que foi conquistada pelas forças da industrialização. Ou seja, a presença da

[11] EISENMAN, Peter. Aspects of Modernism: Maison Dom-ino and the Self Referential Sign in Architecture. Revista Oppositions 15/16, Le Corbusier 1905-1933 (inverno/ primavera de 1979), pp. 118-128, reimpresso em Revista Log, número 30, pp. 115-147.

trama modular que define posição para a estrutura resistente, e de um grid espacial neutro que fornece alguns símbolos, estabelece relações e com isso atua na geração da forma, são os responsáveis por inserir a produção industrial no domínio da habitação. Assim, este conjunto de aspectos citados por Eisenman, juntamente com a valorização da trama modular como instrumento que orienta a estruturação compositiva dos edifícios, atuando como dispositivo de referência espacial, foram explorados como soluções de projeto em grande medida presentes nesses conjuntos habitacionais holandeses, como horizontalidade, ritmo, repetição, inserção de volumes externos de circulação vertical como elementos compositivos que dialogam com a horizontalidade dos edifícios, térreos livres e elevação do solo.

Deste modo, a construção, na Holanda do segundo pós-guerra, de estruturas arquitetônicas para o ordinário, que propuseram novos padrões de urbanização baseados na pertinência do emprego da "arquitetura elementar" para situações em que se lidou com urgência em pensar alternativas de reconstrução urbana para os subúrbios, pode ser entendida como ajustada fonte de aprendizado para a realidade brasileira. Isso porque, por um lado, reforça a importância do sistema Dom-inó como referência construtiva, espacial, aberta, genérica e viável economicamente; e, por outro, abre espaço para reflexão acerca de princípios de projeto baseados no emprego de formas básicas combinadas em um sistema formal compatível com os meios construtivos disponíveis, aliados a conceitos espaciais e diretrizes urbanas capazes de nortear a ocupação dos nossos subúrbios, antecipando-se com isso à ocupação de cunho mais informal.

REFERÊNCIAS:

AURELI, Pier Vittorio. **The Dom-ino Problem: Questioning the Architecture of Domestic Space.** Nova York: Anyone Corporation. Revista Log, número 30, inverno de 2014, pp. 153-168.

AURELI, Pier Vittorio; GIUDICI, Maria S.; ISSAIAS, Platon. **From Dom-inó to Polykatoikia.** Revista Domus, número 962, outubro de 2012.

BAKEMA, Jacob Berend. **Thoughts About Architecture.** Londres: Academy Editions, 1982.

CORBUSIER, Le; JEANNERET, Pierre. **Ouevre Complete – Volume 1**, 1910-1929. Zurique: Les Editions d'Architecture Artemis, 1964.

EISENMAN, Peter. **Aspects of Modernism: Maison Dom-ino and the Self Referential Sign in Architecture.** Revista Oppositions 15/16, Le Corbusier 1905-1933 (inverno/ primavera de 1979), pp. 118-128, reimpresso em Revista Log, número 30, pp. 115-147.

ESKINAZI, Mara Oliveira. **A Cidade do Amanhã: arquitetura moderna e habitação em Hans Scharoun e grupo Opbouw.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PROURB – FAU/UFRJ, 2013.

IBELINGS, Hans. **Van den Broek en Bakema 1948-1988: Architectuur en stedenbouw: de functie van de vorm.** Rotterdam: NAi Publishers, 2000.

JOEDICKE, Jürgen**. Architektur und Städtebau.** Das Werk der Architekten Van den Broek und Bakema. Dokumente der Moderne Architektur. Band 3. Stuttgart: Kraemer Karl GmbH, 1963.

JOEDICKE, Jürgen. **Architektur – Urbanismus. Architecture – Urbanism.** Architectenmeenschap Van den Broek en Bakema. Dokumente der Moderne Architektur. Volume 12. Stuttgart: Kraemer Karl GmbH, 1976.

KOMOSSA, Susanne; MEYER, Han; RISSELADA, Max; THOMAES, Sabien; JUTTEN, Nynke. **Atlas of the Dutch Urban Block.** Amsterdam: THOTH Publishers, 2005.

KOMOSSA, Susanne. **The Dutch urban block and the public realm: models, rules, ideals.** Rotterdam: Vantilt Publishers, 2010.

MARTÍ ARÍS, Carlos. **Las formas de la residência em la ciudad moderna.** Vivienda y ciudad em la Europa de entreguerras. Barcelona: Edicions UPC, 2000.

ROWE, Colin. **Chicago Frame.** Em: The mathematics of the ideal villa and other essays. Cambridge: The MIT Press, 1976, pp. 89-117.

ZWEERINK, Kim. **Van Pendrecht tot Ommoord.** Geschiedenis en toekomst van de Naoorlogse wijken in Rotterdam. Thoth: Amsterdam, 2005.

TRABALHO 04:

Aprendendo da periferia: outras perspectivas sobre a arquitetura do alastramento urbano.

Apresentamos aqui uma incursão no universo das arquiteturas das periferias brasileiras com o objetivo de aprender lições para repensar ações de projeto dentro e fora destes territórios. O termo periferia designa aqui áreas de expansão urbana que ocorrem dentro da legalidade, mas com limitações de recursos e ausência de projeto. O foco está no que costuma ser descartado em razão da sua suposta falta de qualidade: a arquitetura e a construção. A intenção é desnaturalizar premissas de projeto e desafiar a exclusividade das referências eruditas que pautam o ensino e campo profissional.

O trabalho se apoia em uma dupla aposta: considerar a arquitetura das periferias um possível campo de atuação e como fonte de referências. Entendemos que, de um lado, as demandas da urbanização extensiva exigem recolocar problemas de projeto, suscitando desafios estimulantes, e a escassez material reclama por inteligência de projeto para que se conjugue qualidade espacial e economia de recursos. Por outro lado, as arquiteturas da periferia congregam um repertório que é ajustado às contingencias técnicas, econômicas e materiais e reúnem soluções simples que respondem a problemas recorrentes neste universo.

Na investigação adotamos uma mudança de perspectiva que consiste em tratar as construções ordinárias como se houvessem sido concebidas com intenção de projeto. Adotamos o método crítico-paranoico, que Koolhaas tomou de empréstimo dos surrealistas em seu Nova Iorque Delirante (1979). Se trata da adoção deliberada de um olhar que vê propósito em tudo ao redor e produz narrativas sobre a realidade banal projetando sentidos que interessam ao seu projeto intelectual. É com esta lente que vamos à Nova Iguaçu, região metropolitana do Rio de Janeiro, gerar conjecturas sobre uma suposta intenção arquitetônica por trás da construção sem arquiteto. A intenção é delinear um certo repertório arquitetônico comum e apontar a quais desafios as soluções de projeto respondem e a que tradições arquitetônicas remetem.

A hipótese de partida consiste em ver a arquitetura da periferia brasileiras como uma aplicação desenfreada de uma derivação do sistema Dom-ino concebida e adaptada para as condições locais. Segundo Aureli (2012, 2014), no alastramento urbano a necessidade de construir demanda meios economicamente acessíveis, tecnicamente viáveis e arquitetonicamente capazes de atender distintas necessidades de uso. Ele vê no sistema Dom-ino de Le Corbusier um protótipo da ideia de sistema concebido para a urbanização extensiva, um dispositivo estrutural que forneceria uma solução construtiva e espacial para uma possível reconstrução das cidades europeias no primeiro pós-guerra. Se o Dom-ino fracassou como empreendidmento, seus vingaram na urbanização extensivas de cidades no século vinte.

As periferias brasileiras são construídas com alvenaria de tijolos e concreto. Os construtores não são os proprietários, mas pequenos empreiteiros. Trabalhadores na indústria da construção civil que se tornaram mestres dobra na periferia. São suficientemente capacitados para lidar com os meios básicos que a indústria disponibiliza na loja de materiais: aço e cimento para o concreto armando, sistema de lajes parcialmente pré-fabricadas, tijolos furados para alvenaria, perfis de alumínio e vidro para as esquadrias, instalações embutidas, acabamentos cerâmicos. O sistema estrutural independente é suficientemente genérico: estrutura pré-fabricada, normalmente de concreto, para vão grandes em galpões; estrutura moldada in-loco para construções menores, residências e pequeno comércio.

Se pode argumentar que a arquitetura da periferia si alinha com temas cultivados pelas vertentes racionalistas do início do movimento moderno, como o elementarismo visual, a contenção formal e a economia de recursos. As formas dos elementos arquitetônicos são as formas dos elementos da construção: pilares, vigas e lajes, paredes, janelas e portas, varandas, alpendres, telhados e terraços, escadas, muros e grades.

Figura 1: Arquiteturas anônimas de Nova Iguaçu.
Fonte: Google Street View.

Há diversos exemplos de soluções arquitetônicas recorrentes para problemas recorrentes. Os fechamentos, apesar do uso da estrutura independente, costumam se opacos: paredes sólidas e baratas. Por vezes são revestidas com cerâmicas de piso, acabamento de pouco custo que não exige manutenção e é de fácil aplicação. O efeito plástico da repetição de estampas remete involuntariamente ao legado cultural da azulejaria portuguesa. As aberturas são figuras que perfuram o plano da fachada, realizadas com esquadrias pré-fabricadas de alumínio. Nos estabelecimentos comerciais o concreto armado possibilita abrir grandes vãos facilitando a permeabilidade. Os volumes tendem a ser prismáticos, gerados por extrusões de plantas retangulares. Balanços das lajes pré-fabricadas geram frisos e marquises que protegem o plano da fachada fornecendo sombra e expelindo a água. Podem também geram varandas, ampliando o efeito de proteção e provendo espaço de permanência externa. Alternativamente, toldos e abas de materiais leves se adicionam às fachadas em fases posteriores da construção. O lote estreito por vezes é replicado nas lajes horizontais de cobertura, tornando-se espaço de uso e possibilitando a ampliação do edifício. Coberturas de telha metálica mitigam infiltrações e os efeitos da incidência solar sobre as lajes, podendo ser desmontadas e levadas para o próximo terraço no caso da expansão vertical. O resultado plástico é uma sucessão de estratos com tratamentos distintos, eventualmente se ampliando a cada pavimento. A lógica da expansão incremental crucial. Facilitado pela natureza do concreto armado – material que se agrega – o "puxado" é um dispositivo arquitetônico que responde à demanda de abrigar famílias que crescem ou de gerar renda. Este processo de adensamento incremental também envolve também o desmembramento de lotes – gerando a ocupação incidental de miolos de quadras – e a construção nos recuos frontais, gerando híbridos de residência e comércio que animam a vida nas ruas.

A aposta sobre a qual se apoia este trabalho pressupõe que este horizonte deve ser tanto aprendido quanto desafiado. Assim, discutimos no fim do texto, possíveis lições das arquiteturas ordinárias, aproximando obras de arquitetos que deliberadamente fizeram das contingencias uma via de expressão e discutindo o caráter transcendente de certas questões de projeto encontradas nas periferias brasileiras. Inversamente, sugerimos que o conhecimento arquitetônico erudito poderia contribuir significativamente para melhorar a qualidade do ambiente na periferia através da simples disposição de elementos do projeto. Com isso

buscamos desvelar pistas para pensar as vantagens de uma arquitetura da periferia feita por arquitetos.

REFERÊNCIAS

KOOLHAAS, Rem. **Nova York delirante: um manifesto retroativo para Manhattan.** Tradução de Denise Bottmann. São Paulo, Cosac Naify, 2008.

AURELI, Pier Vitorio (2014). **The Dom-ino Problem: Questioning the Architecture of Domestic Space. em** *Log.* No. 30 (Inverno 2014), pp. 153-168.

AURELI, Pier Vitorio; GIUDICI, Maria; ISSAIAS, Platon (2012). **From Dom-ino to Polycatoikia. Em** *DOMUS.* No. 962, Outubro 2012, pp. 153-168.

TRABALHO 05:

Tramas e episódios da periferia metropolitana

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é frequentemente caracterizada espacialmente por três condições interrelacionadas: por uma estrutura 'centro-periferia' de dependência econômica, cultural e política; por distâncias territoriais entre atividades urbanas; e por inúmeras deficiências infraestruturais e de qualidade do espaço urbano. Essas três condições – dependência, distância e deficiência[12] – de fato sintetizam profundos problemas socioambientais cotidianamente vividos por milhões de habitantes.

Entretanto, a construção da retórica dessa tríade – dependência, distância e deficiência – serve frequentemente como base para que se endossem projetos megalômanos (e 'compulsórios') de transformação nas periferias, geralmente associados à construção de infraestruturas de mobilidade metropolitana (especialmente estradas novas ou alargadas). Apesar de serem justificados pela promessa de acesso das populações periféricas aos recursos da centralidade metropolitana, esses projetos têm a tendência de facilitar o sentido inverso, isto é, economizam a possibilidade de domínio central aos recursos (humanos, naturais, etc) das periferias. Na periferia da RMRJ, quanto melhor o acesso a infraestruturas de mobilidade metropolitana, maior a dependência aos centros econômicos, políticos e culturais[13].

Há um esforço recente, por parte de órgãos públicos de planejamento, de reverter o esquema centro-periferia da RMRJ para um 'arquipélago de centralidades', aplicando ideias de adensamento urbano propostas pela Nova Agenda Urbana da ONU Habitat. A fim de contribuir para o esforço oficial de pensar a metrópole como um arquipélago de centralidades, organizamos um atelier de projeto e pesquisa para observar os casos das urbanizações periféricas do Rio de Janeiro e de Buenos Aires[14].

Na periferia carioca, buscamos elementos de grande valor para a lógica da metrópole: situações arquitetônicas / urbanas / infraestruturais que apresentassem intensidades e congestões semelhantes aos casos do 'Rio Metropolitano'[15]. Esses 'episódios' formaram um repertório inicial de lições e estratégias espaciais capazes de explorar e tencionar o esquema centro-periferia. Já na periferia bonarense, navegamos nos tecidos resultantes da justaposição de tramas uniformes e ordinárias, formando a paisagem infraestrutural do território[16]. O foco, nesse caso, foi estudar justamente o mar invisível às protuberâncias excepcionais. Acreditamos, assim, conhecer uma parte da identidade periférica, sua história e a (não) intensidade de suas experiências.

O desafio projetual do atelier consistiu em transformar a metrópole-mar-genérico da periferia em uma metrópole-em-centralidades (em arquipélago) através da implantação de arquiteturas capazes de articular o tecido e a cultura urbana. Em outras palavras, consideramos a malha bonarense como síntese da urbanização genérica e potencialmente infinita e os 'episódios intensos' emergentes da própria periferia

[12] Isabel Arredondo (2005) sintetiza as metrópoles latino-americanas nessa tríade.
[13] Como mostra um longo relatório do SEBRAE (2013) sobre acessibilidade a postos de trabalho e mobilidade metropolitana.
[14] Atelier PACC, na FAU UFRJ, em 2017, coordenados pelos professores Guilherme Lassance e Diego Portas e pelos pesquisadores Cauê Capillé, Priscila Coli, André Cavendish e Camille Reiss, além dos professores da FADU UBA (Buenos Aires), especialmente Polo Jaime e Daniel Kozak.
[15] Rio Metropolitano (Lassance, Varella, and Capillé 2012) foi o resultado da pesquisa que conduzimos de 2009 a 2012.
[16] Importante considerar o trabalho de Adrian Gorelik (Gorelik 1998) sobre o assunto, além de investigações recentes como as de Kozak e Vecslir (Kozak and Vecslir 2013).

como ‘parasitas metropolitanos’, capazes de contaminar seus contextos. Assim, cada projeto desenvolvido levantou questões sobre a capacidade da arquitetura em gerar novas centralidades na periferia.

No entanto, no decorrer do processo de projeto, os trabalhos convergiram em um impasse coletivo. Por um lado, as arquiteturas propostas (transplantes a partir do repertório de casos que construímos) se viam dependentes da fabricação concomitante de uma narrativa de intensidade urbana necessária à sua realização e, por outro, a simples oferta de funções e serviços de que carecem nossas periferias não pareciam ser suficientes para a reversão de seu esquema de domínio. Caímos, assim, não na intensificação de uma periferia, mas na substituição dessa para que nossos casos sobrevivessem: precisamos inventar uma possibilidade de contexto de centralidade hiper-intensa (e impossível na periferia). Ao mesmo tempo, assumir a dependência parecia celebrar e romantizar ingenuamente situações frequentemente precárias.

Esse impasse tornou evidente que projetar na periferia implica superar a ideia mesma de dependência e imaginar uma cidade de outra ordem. O impasse do atelier não emergiu dos ‘episódios’ e das ‘tramas’ estudados – mas, sim, da vontade expressa de converter a periferia na imagem da cidade compacta central. Muito pelo contrário, as lições das tramas e episódios estudados extrapolam o ‘sentido instrumental’ que utilizamos e passam a ser indícios de condições de periferia, uma maneira de descreve-la, uma narrativa possível. Essa narrativa mais isenta de imposições reforça que a possibilidade revolucionária e o destino político da periferia ganham forma não pela sobreposição de uma imagem externa pretensamente apaziguada de conflitos, mas, sim, de dentro da sua infinita descentralização e de sua intensidade dissolvida em infraestruturas.

REFERÊNCIAS:

ARREDONDO, Isabel Arteaga. “De Perferia a Ciudad Consolidada. Estrategias para la Transformación de Zonas Urbanas Marginales.” **Bitácora Urbano Territorial** 9(1), 2005, pp. 98–111.

GORELIK, Adrián. **La Grilla y El Parque: Espacio Público y Cultura Urbana En Buenos Aires, 1887-1936**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 1998.

KOZAK, Daniel; VECSLIR, Lorena.. “La Ciudad Generica En el Sur del Conurbano Bonarense: El Caso de Lanús.” **AREA: Agenda de Reflexión en Arquitectura, Diseño y Urbanismo,** 2013, pp. 27–45.

LASSANCE, Guilherme; VARELLA, Pedro; CAPILLÉ. Cauê.. **Rio Metropolitano: Guia Para Uma Arquitetura**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012.

SEBRAE. **Mobilidade Urbana e Mercado de Trabalho Na Região Metropolitana Do Rio de Janeiro: Estudo Estratégico**. Rio de Janeiro: Observatório Sebrae/RJ, 2013.

V enanparq
Salvador - 2018

ARQUITETOS NO TEATRO: A ARQUITETURA TEATRAL E A CENOGRAFIA COMO MOMENTOS DE REFLEXÃO SOBRE ESPAÇO E COMUNIDADE

ARCHITECTS IN THE THEATER: THEATER ARCHITECTURE AND SET DESIGN AS MOMENTS OF REFLECTION ON SPACE AND COMMUNITY

ARQUITECTOS EN EL TEATRO: LA ARQUITECTURA TEATRAL Y LA ESCENOGRAFÍA COMO MOMENTOS DE REFLEXIÓN SOBRE ESPACIO Y COMUNIDAD

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

COORDENADOR:
DRAGO, Niuxa Dias
Doutora em Artes Cênicas; Professora do DHT/ FAU UFRJ; niuxadrago@gmail.com

TRABALHO 01:
Alguns Desenhos de Cena de Lina Bo Bardi – entre a vanguarda e a arte popular
LIMA, Evelyn Furquim Werneck
Doutora em História Social; Professor titular da UNIRIO/CLA/PPGAC; evelyn.lima@unirio.br

TRABALHO 02:
O *Fun Palace* e o *Palácio de Esportes* de Bertolt Brecht
MACHADO, Rogério Marcondes
Doutor em Arquitetura; rogerio@amadomarcondes.com

TRABALHO 03:
A poesia cênica de Flávio Império:
análise da cenografia dos shows de Maria Bethânia (1971 a 1977)
SILVEIRA, Carlos Eduardo Ribeiro
Doutor em Artes Cênicas; Professor do DPHT - FAU/UFJF – Lab. DOMVS; carloseduardo.ribeiro@ufjf.edu.br

TRABALHO 04:
Experimentos Cenográficos na obra de Diller e Scofidio
VIANA, Lídia Quièto
Doutora em Arquitetura; Professora da FAUFBA, MP-CECRE E PPGAU/UFBA; lidia.quieto@ufba.br

TRABALHO 05:
Cenografia como Campo de Experimentação Arquitetônico:
as obras de Herzog & De Meuron, Zaha Hadid e Jean Nouvel
DRAGO, Niuxa Dias
Doutora em Artes Cênicas; Professora do DHT – FAU/UFRJ; niuxadrago@gmail.com

ARQUITETOS NO TEATRO: A ARQUITETURA TEATRAL E A CENOGRAFIA COMO MOMENTOS DE REFLEXÃO SOBRE ESPAÇO E COMUNIDADE

ARCHITECTS IN THE THEATER: THEATER ARCHITECTURE AND SET DESIGN AS MOMENTS OF REFLECTION ON SPACE AND COMMUNITY

ARQUITECTOS EN EL TEATRO: LA ARQUITECTURA TEATRAL Y LA ESCENOGRAFÍA COMO MOMENTOS DE REFLEXIÓN SOBRE ESPACIO Y COMUNIDAD

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

TRABALHO 01:
Alguns Desenhos de Cena de Lina Bo Bardi – entre a vanguarda e a arte popular

TRABALHO 02:
O *Fun Palace* e o *Palácio de Esportes* de Bertolt Brecht

TRABALHO 03:
A poesia cênica de Flávio Império:
análise da cenografia dos shows de Maria Bethânia (1971 a 1977)

TRABALHO 04:
Experimentos Cenográficos na obra de Diller e Scofidio

TRABALHO 05:
Cenografia como Campo de Experimentação Arquitetônico:
as obras de Herzog & De Meuron, Zaha Hadid e Jean Nouvel

ARQUITETOS NO TEATRO: A ARQUITETURA TEATRAL E A CENOGRAFIA COMO MOMENTOS DE REFLEXÃO SOBRE ESPAÇO E COMUNIDADE

Uma qualidade tradicionalmente atribuída à arquitetura é a de possibilitar a experiencia de um ciclo de vida que extrapola nossa própria existência, e nos defronta, simultaneamente, com antigas e futuras gerações. A arquitetura "domestica o espaço ilimitado e o tempo infinito, tornando-o tolerável, habitável e compreensível para a humanidade" (PALLASMAA, 2011, pp.16-17). Esta qualidade se supõe diametralmente oposta àquela do espetáculo teatral, que coloca o espectador frente a um evento efêmero e daí retira sua força de expressão: a abertura do tempo infinito, de verdades intoleráveis e incompreensíveis. Esta "crueldade do teatro" (Cf ARTAUD, 2006) só é admissível por sua efemeridade, e a coautoria dos presentes, testemunhas de uma obra que deixará rastro apenas em sua memória. Mesmo por princípios tão diferentes, arquitetura e teatro compartilham, historicamente, investigações sobre os conceitos de comunidade, espaço, dimensões temporais, ilusão e realidade. Sendo as artes premidas pelas demandas existenciais da humanidade, são campos privilegiados para entender questões que, por sobre as contingências econômicas e sociais, nos tem importado como seres humanos. Questões que transformarão a percepção e os artefatos humanos, através da criação de novas metodologias que tendem, cada vez mais, a integrar as mídias artísticas.

Nesta colaboração, a arquitetura envolve-se com o sentido de movimento e efemeridade do teatro, e o teatro reafirma-se como arte performática e visual, status que busca conquistar desde o início do século XX, com a "explosão de seu espaço" tradicional (ROUBINE, 1980). Desde então, além de fugir ao "abrigo burguês", sendo levado a novas conformações espaciais e lugares da cidade, o teatro também buscou libertar-se do texto dramático, afirmando-se como obra autoral e não transposição física de uma literatura. As performances, então, procuram formas mais diretas de tratar de emoção, desejo e movimento, dentro do quadro infinitamente aberto das novas possibilidades espaciais. Foster, analisando a obra de Diller Scofidio + Renfro, assinala:

> A arquitetura poderia parecer alheia a esses tópicos, tão caros à arte pós-modernista, mas, contrariamente ao discurso da "fusão", a motivação interdisciplinar desses projetos é, em primeiro lugar, sugerir que a arquitetura já está sempre de alguma maneira presente – como cenário ou enquadramento invisível – e então romper esse emprego normativo da arquitetura com uma intervenção crítica. (FOSTER, 2015, p.116)

Teatro e arquitetura se irmanam, também, na missão de reconstruir o sentido público da *pólis*. Em 1948, o diretor e cenógrafo André Barsacq promoveu o seminário *Architecture et Dramaturgie*, que reuniu os arquitetos Le Corbusier, Villiers e Sonrel para pensar como reconstruir espaços para o teatro na Europa do pós-guerra, ou como o teatro poderia se apropriar de outros espaços para reaver a vida urbana nas cidades. Principalmente nas décadas de 1960 e 1970, artistas e arquitetos buscaram promover ações que reativassem a participação crítica das populações no espaço da cidade, e levasse para os teatros o sentido urbano da assembleia, estimulados principalmente pela teoria de Berthold Brecht.

Com a revisão das experiências modernistas, abriu-se um período de pluralidade no campo da arquitetura, estimulado por investigações interdisciplinares. A cenografia é um dos campos de atuação de arquitetos interessados em temas como a sociologia política, a estética, a óptica, a tecnologia virtual e a fenomenologia, por exemplo, e, por sua característica de "ensaio espacial", permite algumas experimentações de certa

maneira “isoladas”. O palco, com qualidades reguláveis de luz, som e visibilidade, funciona como uma espécie de “tubo de ensaio” para os arquitetos interessados no fenômeno essencial do espaço, do corpo e do movimento.

Bernard Tschumi demonstra um interesse crescente na relação entre corpo e espaço, e corpo e matéria, como transformadora das noções de programa arquitetônico e de articulação espacial. “Os corpos não somente se movem para o seu interior, mas produzem espaços por meio e através do seu movimento” (2008, p.181). Desta maneira, a análise de espaços teatrais ou cenográficos pode nos ajudar a entender conceitos abordados por seus arquitetos, representativos da pluralidade do pós-modernismo. As propostas apresentadas neste simpósio confirmam que a cenografia e a arquitetura teatral são campos utilizado pelos arquitetos para aprofundar suas experimentações conceituais, sejam elas direcionadas ao pensamento sócio urbano, ou espaço-visual. As experiências apresentadas aqui contribuem para a compreensão dos objetos arquitetônicos e de outras questões que demandam a reflexão dos arquitetos.

Os trabalhos reunidos nesse simpósio abordam a relação entre teatro e arquitetura a partir de meados do século XX. O trabalho 1 apresenta projetos para cenografia teatral desenvolvidos por Lina Bo Bardi dentro do Teatro Castro Alves incendiado, na Bahia, e no Teatro Oficina, em São Paulo. Busca traçar um paralelo com os escritos e projetos arquitetônicos de Lina, mostrando como as influências tanto de Brecht quanto da cultura popular baiana encontraram terreno fértil em sua obra. O trabalho 2 aborda a teoria de Brecht sobre o espaço do teatro a partir do projeto do Fun Palace, da encenadora inglesa Joan Littlewood e do arquiteto Cedric Price. Trata-se der um espaço que, como queria Brecht, busca levar o espectador a um comportamento similar àquele dos estádios esportivos, misto de emoção e análise técnica, mostrando que o posicionamento crítico não exclui o envolvimento afetivo. Para Littlewood e Price, o desenho do espaço seria capaz de proporcionar tal engajamento. Já o trabalho 3 revela um Flavio Império pouco explorado, engajado no palco da MPB dos anos 1970, em três cenografias para shows de Maria Betânia. A abordagem visa contribuir para a compreensão ampla da obra de Império, demonstrando como o envolvimento com os campos da performance (música e teatro), contribuiu para a superação dos preceitos da escola modernista em sua obra. O trabalho 4 apresenta a obra de Diller e Scofidio, que se inicia na colaboração com coletivos teatrais de onde surge o princípio conceitual que acompanha os arquitetos nova-iorquinos no desenvolvimento de suas obras arquitetônicas: a invenção do espaço (a)perspectivo, a ideia de que sujeito e objeto são constantemente deslocados, e a arquitetura como promotora de efeitos especiais no espaço. Na trilha aberta por Diller e Scofidio, o trabalho 5 comenta a importância da experiência cenográfica para as obras de Herzog & De Meuron, Zaha Hadid e Jean Nouvel.

REFERÊNCIAS:

ARTAUD, Antonin. **O Teatro e seu Duplo**. São Paulo: Martins Editora, 2006.

BARSACQ, André (org.) **Architecture et Dramaturgie**. Paris : Flammarion, 1950.

PALLASMAA, Juhani. **Os Olhos da Pele**: a arquitetura e os sentidos. Porto Alegre: Bookman, 2011.

ROUBINE, Jean-Jacques. **A linguagem da Encenação Teatral**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1980.

TSCHUMI, Bernard. Arquitetura e Limites II. In: NESBITT, Kate (org.) **Uma Nova Agenda para a Arquitetura**. Antologia teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2ª. ed., 2008, pp.179-182.

TRABALHO 01:

Alguns Desenhos de Cena de Lina Bo Bardi – entre a vanguarda e a arte popular

Assim como nos renomados projetos arquitetônicos do MASP, do SESC da Pompeia e do Teatro Oficina, entre inúmeros outros, as práticas do espaço empregadas nos anos 1960 por Lina Bo Bardi em projetos cênicos subvertem o tratamento do espaço e denotam um viés antropológico e surrealista, impregnadas que estavam das poéticas apreendidas durante sua permanência na Bahia, período em que investigou sobre a cultura produzida pela população iletrada[1]. Ali, a arquiteta trabalhou nesta dimensão conceitual, elaborando para o diretor Martins Gonçalves os projetos cenográficos de duas peças, uma de Bertolt Brecht, *A ópera dos três tostões*, e outra, *Calígula*, de Albert Camus. Ambos os espetáculos foram apresentados no que restou do Teatro Castro Alves, que havia sofrido um incêndio cinco dias antes de sua inauguração em 1958.

Para possibilitar a encenação no amplo espaço desta casa de espetáculos parcialmente destruída, a arquiteta projetou uma arquibancada com quatrocentos lugares sobre o palco para acomodar a plateia. A análise das fotografias desta montagem e os depoimentos coletados comprovam o estreito relacionamento que a arquiteta estabeleceu com Brecht, para quem o teatro deve desmontar a ideologia da burguesia. Estas práticas atestam a inspiração provocada pelas raízes culturais baianas, mas não impedem que Lina valorize o "distanciamento brechtiano", deixando à mostra as paredes em ruínas do Teatro Castro Alves. A cenografia de *Calígula*, segundo Glauber Rocha foi construída como "palco de catacumbas", - provavelmente romanas, "com a liberdade neo-realista" (*apud* GUIMARAENS, 1993, 97). Essa liberdade indica um viés surrealista, calcado também na cultura autóctone, negando o consumismo desenfreado do desenvolvimentismo.

Mais tarde, já em São Paulo, na montagem de *Na selva das cidades*, de Brecht, em 1969, encenada no Teatro Oficina, Bo Bardi utilizou lixo reciclado, destruído a cada espetáculo. Oscilando entre a estética popular e a erudita, a arquiteta acreditava que a arte de vanguarda deveria interagir com a arte popular, pois dizia que esta divisão é apenas cômoda para os críticos de arte. Referindo-se a Picasso, o gênio maior do Movimento Moderno, considerava que sua arte, apesar de ser de vanguarda, continha inúmeros elementos populares (BARDI, 1970). Tal como Brecht, Bo Bardi entendia que o teatro épico questiona o caráter de entretenimento do teatro realista, pois abala sua validade social na medida em que retira sua função na ordem capitalista e que o cenário poderia atingir maior e melhor grau de recepção do público, uma vez que o palco não apresenta mais "as tábuas que representam o mundo" (ou seja, um espaço encantado), mas um espaço de exibição (Cf. BENJAMIN, 2017, p.11).

Interpretando corretamente os conceitos de Brecht, a arquiteta utilizou um desenho de cena sintético, com diferentes planos, telão para projeções, e uma simplificação da forma que só se tornava mais agressiva quando se exibiam faixas, conclamando o público à reflexão. O uso do telão, no qual se projetam imagens e palavras, incita o questionamento do espectador (Cf. BRECHT, 2005). A construção cênica deixava à vista as aparelhagens elétricas e musicais, segundo sugestão de Brecht. Sem a quarta parede, desde que o próprio

[1] Para compreender este período consultar Antonio Risério. *Avantgarde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina e P. M. Bardi, 1995.

palco cênico começou a narrar, os telões com projeções revelavam ao público outros acontecimentos simultâneos, ocorridos em algum lugar, justificando ou refutando, através de documentos projetados, as falas das personagens. No espetáculo do Teatro Oficina, na época ainda conforme readaptado pelo arquiteto Flavio Império, modificado por Bo Bardi que ali construiu um ringue de box. A ação se deslocava de Chicago para a grande São Paulo, refletindo as semelhanças entre a "selva" de Brecht em 1923 e a selva devastadora vivida no Brasil em 1968 (LIMA, 2018, p.44). Representada pela faixa exibida no alto do palco, na qual se lia: "São Paulo, a cidade que se humaniza", a arquiteta identificava o deslocamento de espaço e tempo e ironizava a realidade da cidade submetida ao desenvolvimento capitalista descontrolado, na peça dirigida por José Celso Martinez Corrêa.

O cenário de *Na selva das cidades,* Bo Bardi transpôs para o espaço teatral signos visuais pertencentes ao cotidiano paulista da época. A ditadura mostrava-se cada vez mais repressiva, lançando o Ato Institucional nº 5, a luta armada acirrava a violência nas principais capitais e São Paulo estava sendo destruída numa extensa área urbana com obras para construção de viadutos. Bo Bardi e Zé Celso buscaram indicar na peça que as estruturas de exploração de classe e do Estado autoritário deveriam ser derrubadas (Cf. HARVEY, 2014, p. 24). Os elementos cenográficos diziam respeito ao contexto brechtiano, mas também representavam uma crítica instigadora à situação em que São Paulo se encontrava, em seu processo de desumana metropolização, no qual se acentuava a migração de campesinos pobres para a periferia da cidade, em busca de trabalho. O ritual contido nesse cenário de lixo reciclado, que aos poucos vai sendo consumido e atirado para fora do ringue, em muito se assemelha à estética dadaísta-surrealista, que aproxima a obra da arquiteta simultaneamente das vanguardas europeias e da arte artesanal que Bo Bardi havia conhecido no Nordeste.

REFERÊNCIAS:

BARDI, Lina Bo. "Entrevista ao crítico literário Leo Gilson Ribeiro". **Jornal do Brasil – Suplemento Literário**, 17 dez. 1970

BENJAMIN, Walter. **Ensaios sobre Brecht**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRECHT, Bertolt. **Estudos sobre teatro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, p. 97 (1. ed. 1970).

GUIMARAENS, Maria da Conceição. **Dois olhares sobre o patrimônio cultural brasileiro**: Lina e Lygia, Dissertação de Mestrado - ECO/UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. Factory, street and theatre in Brazil: two theatres by Lina Bo Bardi. In: Andrew Filmer; Juliet Rufford (ed.) **Performing Architectures**: projects, practices, pedagogies. London: Bloomsbury, 2018, pp. 35-48.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. "O espaço cênico de Lina Bo Bardi: uma poética antropológica e surrealista". **ArtCultura** (UFU). Uberlândia: UFU, vol. 9, 2008, pp. 31-42.

RISERIO, Antonio. *Avantgarde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina e P. M. Bardi, 1995.

TRABALHO 02:

O *Fun Palace* e o *Palácio de Esportes* de Bertolt Brecht

Esse trabalho busca destacar a influência das propostas de Bertolt Brecht no projeto do Fun Palace (Palácio da Diversão), desenvolvido na primeira metade da década de 1960, originalmente concebido pela encenadora inglesa Joan Littlewood e desenvolvido em parceria com o jovem arquiteto Cedric Price. Para Littlewood, o Fun Palace, além de propiciar o resgate do ativismo teatral e político dos momentos iniciais da sua carreira, seria uma oportunidade de materializar as propostas brechtianas de "teatro como esporte" e "diversão" (MATEWS, 2007).

O projeto do Fun Palace agregou uma ampla equipe de colaboradores, cujas propostas foram sintetizadas em dezenas de desenhos e diagramas desenvolvidos por Price. Essa edificação abrigaria, sem hierarquias e distinções, atividades de entretenimento, aprendizado e de desenvolvimento artístico. Littlewood, por exemplo, propôs espaços para "terapias teatrais" voltadas para os trabalhadores que desejavam "reviver os episódios da sua experiência pessoal, traduzidos em farsas, mímicas ou em simples conversações" (LITTLEWOOD, 1973, p. 43). A arquitetura desse edifício seria uma grande matriz estrutural com aspecto industrial, acessível por todos os lados, cuja compartimentação interna poderia ser alterada através do deslocamento de peças pré-moldadas movimentadas por gruas e pontes rolantes. Computadores controlariam o ritmo das mudanças espaciais conforme o horário, o fluxo e a demanda das pessoas. "Nada poderá durar mais que dez anos, e algumas coisas nem sequer dez dias", afirma Littlewood (1973, p. 44). Apesar de nunca ter chegado a uma conclusão, o projeto tornou-se um importante marco arquitetônico influenciando os trabalhos do grupo inglês Archigram e a concepção do Centro Georges Pompidou (1977), em Paris.

O Fun Palace buscava concretizar algumas propostas teatrais de Brecht que foram catalisadas nas suas visitas aos Palácios de Esportes (como ele denominava os estádios) para assistir as lutas de boxe que ele admirava. O primeiro ponto é a participação do público. Para o dramaturgo, os espectadores de um evento esportivo, diferentemente dos que frequentavam o teatro dramático burguês, combinavam o calor da diversão com a frieza da análise científica, pois conheciam, controlavam e julgavam a execução das regras do jogo. Para Brecht, o público do esporte seria "a mais justa e a mais astuta plateia do mundo" (BRECHT, 1992, p. 6) e ele desejava que o seu público teatral fosse ativado dessa mesma maneira, qual seja, exercer a consciência crítica sem abrir mão da diversão. Essa autonomia analítica do espectador frente ao espetáculo foi ainda radicalizada por Brecht nas suas peças didáticas, cuja encenação prescinde da existência de plateia, pois o objetivo seria o de estimular a consciência crítica dos próprios intérpretes que participam do evento. Bornheim (1992) descreve essa evolução de Brecht: "se não dá para mudar o público burguês, invente-se um novo público (aquele do esporte), e, se nem isso for possível, então, mais simplesmente, cometa-se "o crime perfeito" e suprima-se até mesmo a ideia de público (BORNHEIM, 1992, p. 182). A encenação de uma peça didática seria semelhante a um evento esportivo que se realiza apenas com os jogadores, tendo como objetivo o de estimular a compreensão analítica associada, nas palavras de Brecht, a um "prazer intenso". Brecht escreve: "aqueles que falham em se divertir com aquilo que produzem não podem esperar proporcionar diversão para qualquer outra pessoa" (BRECHT, 1992, p. 7). Sua ideia de despertar a consciência crítica através da produção foi depois reelaborada por Walter Benjamin, em 1934, no seu ensaio *O autor como produtor*. O Fun Palace, idealizado por Littlewood, seguia essa orientação; o edifício buscava configurar um ambiente e uma rotina que estimulassem seus usuários a desenvolver uma consciência social e política através da ação produtiva, sem diferenciar prazer e aprendizado.

Outro ponto que estimulou Brecht nos Palácios de Esportes foram as estruturas metálicas contendo refletores e alto-falantes que ficavam suspensas sobre os ringues de box. Ele admirava a luz ampla, clara e límpida fornecida por esses dispositivos, que favoreciam a análise do que estava sendo apresentado sem o misterioso mascaramento da fonte luminosa - e este será o tipo de luz que ele adota nas suas encenações épicas. “O teatro”, diz Brecht, “enquanto teatro deve ser revestido de uma realidade fascinante, daquela que ostenta o palácio de esportes, no qual se luta boxe. O melhor está em mostrar a maquinaria, o jogo de refletores, o urdimento” (BRECHT *apud* BORNHEIM, 1992, p. 73). O desvelamento dos mecanismos não tem como objetivo a configuração de uma estética maquinista ou o de promover um encantamento pelos processos e acabamentos industriais, mas sim o de criar um ambiente que favoreça, ao espectador, assumir o papel do autor como produtor, no sentido benjaminiano. Essa mesma função, complementar e não contemplativa, está presente na concepção dos mecanismos do Fun Palace.

Por fim, cabe observar que as referências teatrais de Littlewood se conciliaram com as referências arquitetônicas de Price. A mesma relação positiva entre prazer e produção é defendida por Price, mas a sua referência é John Ruskin e não Brecht. Numa palestra acontecida em 1963, Price defende o princípio ruskiniano que o trabalho e diversão não devem ser excludentes e afirma que é “essencial eliminar a divisão irracional entre lazer e o tempo de trabalho” (MATHEWS, 2007, p. 69). Quanto ao uso da tecnologia industrial, Price se identifica com as propostas do arquiteto norteamericano Buckminster Fuller. Ambos acreditavam que a arquitetura deveria aceitar a inevitabilidade das mudanças, ser flexível, permitindo certos níveis de variações, refutando os paradigmas de consenso, constância e unidade (MATEWS, 2007). Price também defendia a obsolescência da obra arquitetônica, não para alimentar o consumismo irracional, mas para adequá-la à dinâmica e complexidade metropolitana. Essa proposta também se coaduna com as de Brecht que defendia a efemeridade do cenário como forma de ressaltar a teatralidade típica das suas encenações. Brecht escreve: “Se um cenário representa a cidade, ele deve se parecer como uma cidade que foi feita para durar precisamente duas horas” (BRECHT, 1986).

REFERÊNCIAS:

BORNHEIM, Gerd. **Brecht a estética do teatro**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

BRECHT, Bertolt. The set [1925]. In: WILLETT, John. **Caspar Neher Brecht’s designer**. Londres: Methuen, 1986. p. 98.

BRECHT, Bertolt. Enphasis on sport [1926]. In: WILLETT, John (org.). **Brecht on theatre**. Nova Iorque: Hill and Wang, 1992. pp. 6-9.

LITTLEWOOD, Joan. Un laboratório del divertimento. In: **La cavidade teatral**. Barcelona: Anagrama, 1973, pp. 41-54.

MATHEWS, Stanley. **From agit-prop to free space: the architecture of Cendric Price**. Londres: Black Dog, 2007.

TRABALHO 03:

A poesia cênica de Flávio Império: análise da cenografia dos shows de Maria Bethânia (1971 a 1977)

A proposta de pesquisa apresentada visa à análise e recuperação de material do trabalho do arquiteto, artista e cenógrafo Flávio Império, especificamente entre os anos de 1971 e 1977. O recorte temporal foi delimitado levando-se em consideração a temática presente na cenografia e concepção dos espetáculos concebidos por ele, para Maria Bethânia, que se conectavam diretamente com as questões de resistência à Ditadura Militar. Nesse período, Império concebeu três espetáculos: "Rosa dos Ventos" (1971), "A cena muda" (1974) e "Pássaro da manhã" (1977). Essa análise parte da premissa de que a investigação de tais espaços possibilitará montagem e catalogação do repertório teórico-conceitual que Flávio Império empregou tanto na sua experiência enquanto arquiteto, quanto na sua incursão pelo campo das artes e, através desses olhares, gerar algum tipo de acervo desenvolvido para esses paradigmáticos shows. Em 1958, três alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro deram corpo ao 'Grupo Arquitetura Nova', cuja maior parte da colaboração esteve centrada no decorrer da década de 60.

Pretende-se que o arcabouço teórico e metodológico seja construído com base em autores que discutem, a partir do viés dos Processos e Métodos de Criação Cênica, as possíveis interfaces com a performance, arquitetura, espaço cênico e teatral. Dentre esses autores, destaco Josette Féral (2008), que introduz o conceito de "teatralidades contemporâneas", relevante para investigar a expressão artística da cena nas apresentações de Bethânia. Buscando superfícies de contato entre essas possibilidades, torna-se importante trazer alguma definição de cenografia, dentro do universo do cenógrafo Gianni Ratto (1999), pois a mesma é uma manifestação espacial que se encontra no meio do caminho entre a arquitetura e a arte. Em relação à ampliação do sentido do espaço cênico, recorro à definição de Patrice Pavis: "Espaço concretamente perceptível pelo público na ou nas cenas, ou ainda em fragmentos de cenas de todas as cenografias imagináveis. É quase aquilo que entendemos por "a cena" de teatro". (PAVIS, 2010, pp.132-133). Ainda nesse escopo, também serão abordados, entre outros, os estudos de Michel Corvin sobre Jacques Polieri (2002; 2004), Arnold Aronson e a cenografia pós-moderna (1992). A intenção é que esse grupo de autores traga as ferramentas necessárias para se discutir as múltiplas relações envolvidas no processo criativo de Flávio Império, que iniciou sua carreira na periferia de São Paulo, como cenógrafo, figurinista e diretor no grupo de teatro amador da Comunidade de Trabalho Cristo Operário.

Flávio Império ganhou destaque através da linguagem aplicada às suas concepções sobre o espaço cênico, num momento onde o naturalismo da encenação predominava no país.[2] Especificamente, nos interessa analisar sua atuação a partir década de 1970, nos espetáculos teatrais e musicais, quando tem início sua parceria com Fauzi Arap. Império sempre se interessou por diversas áreas artísticas, sendo que seu currículo envolve o trabalho com direção teatral, cenografia, arquitetura cênica, desenho e pintura, arquitetura e ensino de desenho e linguagens visuais. O 'Grupo Nova Arquitetura' representou uma visão política radical em termos de produção no campo da arquitetura e também nas artes e Flávio Império destacou-se por sua obra e formação peculiares. Tomando parte de produções em grupos como o Teatro de Arena e Teatro

[2] Em poucos anos Flávio se tornou o nome mais importante da cenografia paulista. [...] A transformação empreendida por Flávio foi a desnaturalização do cenário realista do drama burguês e a produção do novo espaço cênico para o teatro épico e brechtiano no Brasil. (ARANTES, 2011, p. 60)

Oficina, Império mergulha no tema da espacialidade e da visualidade da cena como elementos constitutivos essenciais ao espetáculo. Busca diálogo com o legado de Adolphe Appia e Gordon Craig, transitando com extrema liberdade entre o palco italiano convencional e o uso de espaços cênicos alternativos. Além do cabedal adquirido em seu processo de leitura espacial, tira partido das diversas situações arquitetônicas. Tais experiências junto ao Teatro de Arena e ao Teatro Oficina abriram-lhe um leque de possibilidades para exercitar uma alternância de soluções criativas, graças à diferença entre as linhas estético-ideológicas abraçadas por cada um desses grupos. Os trabalhos junto aos dois importantes grupos paulistanos, durante a década de 60, foram determinantes na construção de seu embasamento artístico e repercutiram em trabalhos futuros, tanto em teatro como em arquitetura. O início da década de 1970 marca uma notável reviravolta no seu trabalho artístico, período coincidente com a saída do Brasil por parte de vários de seus companheiros de trabalho e com o endurecimento do regime ditatorial militar, instaurado desde 1964. Nessa época, Império conhece e estreita relações com o grupo teatral norte-americano *Living Theater*, que lhe acrescentou subsídios no que tange ao questionamento da ordem social vigente. Desta forma, ao se constatar o potencial criativo presente na construção dos espaços cênicos de Flávio Império, reforço que a principal intenção desta pesquisa se reporta à produção da cenografia, figurino e concepção artística relacionados aos espetáculos realizados pelo mesmo. A escolha de tais montagens se dá pela forte presença do caráter político e simbólico presentes nos mesmos, além de marcar uma fase específica na vida de Império, onde o arquiteto se desliga da FAU/USP e se envereda pela busca constante por outros caminhos relacionados à representação e apreensão do espaço; porém, sem abrir mão de suas escolhas estéticas relacionadas à "poética da economia"[3].

REFERÊNCIAS:

ARANTES, Pedro Fioravante. **Arquitetura Nova**: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2011.

ARONSON, Arnold. "Cenografia pós-moderna". **Cadernos de Teatro,** N. 130. Rio de Janeiro: O Tablado, 1992.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BURIAN, Jarca. **The scenography of Josef Svoboda**. Michigan: Wesleyan University Press, 1971.

CARLSON, Marvin. **Teorias do Teatro**. São Paulo: UNESP, 1997.

CORVIN, Michel. **Festivals de l'art d'avant-garde 1956-1960**. Paris: Somogy, 2004.

_____. Jacques Polieri criador de uma cenografia moderna. **O percevejo online.** V. 8, n.1, 2016.1.

CRAIG, Edward Gordon. **Da arte do teatro.** Lisboa: Arcádia, s/d

[3] Tal constatação motivou-os a lançar a plataforma de uma poética arquitetônica própria à situação no conflito: "Do mínimo útil, do mínimo construtivo e do mínimo didático necessários, tiramos, quase, as bases de uma nova estética que poderíamos chamar a 'poética da economia', [...]." A poética da economia, entretanto, deve ser entendida não apenas como uma arquitetura realizada a partir de poucos recursos, mas estabelecida dentro das contradições entre capital e trabalho no capitalismo. (ARANTES, op. cit, p. 60).

FERÁL, Josette. “Por uma poética da performatividade: o teatro performativo”. **Sala Preta**, Brasil, v. 8, p. 197-210, nov. 2008.

GORNI, Marcelina. **Flávio Império**: arquiteto e professor. Dissertação de mestrado – PPGAU/USP, São Carlos, 2014.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Espaço e teatro**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

MERLEAU-PONTY, Maurice**. A fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PAVIS, Patrice. **Análise dos espetáculos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

_____. **Dicionário de teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

PICON-VALLIN, Béatrice. **A Cena em Ensaios**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

POLIERI, Jacques. **Scénographie: théâtre, cinéma, télévision.** Réédition revue, corrigée et argumentée de l’ouvrage publié en 1963 aux Editions Architecture d’Aujourd’hui. Paris: Editions Jean-Michel Place, 1990.

RANCIÉRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

RATTO, Gianni. **Antitratado de Cenografia**: variações sobre o mesmo tema. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

ROUBINE, Jean-Jacques. **A linguagem da encenação teatral**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

SILVEIRA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Espaços cênicos: do ‘Teatro Total’ às tecnologias digitais.** Tese de doutorado – PPGAC/UNIRIO, Rio de Janeiro: 2012.

SONREL, Pierre. **Traité de scenographie**. Paris: Librairie théâtrale, 1984.

SVOBODA, Josef. Uma Experiência Checoslovaca. In: **O Teatro e sua Estética**. Lisboa: Editora Arcádia, 1964.

IMPÉRIO, Flávio. Disponível em: <www.flavioimperio.com>. Acesso em: 28 nov. 2017.

TRABALHO 04:

Experimentos Cenográficos na Obra de Diller e Scofidio

A atuação de Elizabeth Diller e Ricardo Scofidio tem início na década de 80, momento em que a produção da arte, como um campo aberto, oferecia um escape da produção comercial arquitetônica. Essa produção enfatizava o ato e processo criativo do fazer em contraposição ao objeto como forma material e produto final. As relações estabelecidas entre dispositivo/instalação, espectador e lugar ampliavam a dimensão da arte, através das ideias de *happening* e *performance*. Limites tradicionais entre disciplinas artísticas foram rompidos e as manifestações artísticas interpuseram distintas categorias: fotografia e pintura, arquitetura e teatro, mídia virtual e tradicional. A disseminação tecnológica reforçou esse aspecto interacional e expôs o caráter híbrido desse cotidiano permeado pela virtualidade. A ideia de uma materialidade expandida foi se disseminando nas práticas artísticas e manipulações tecnológicas se inseriram nas obras gerando sensações físicas e novos significados para a experiência. Não houve uma dissolução da realidade ou a sua recriação ideológica, mas uma coexistência que apresentou universos possíveis dentro desta existência. A partida para a obra é a relação entre pessoa e objeto, o encontro e a consequente interação. Essas manifestações tomam como partida a contingência do mundo e apresentam novas formas de apreender coisas cotidianas, "se insere no tecido social, sem se inspirar nele" (BOURRIAUD, 2009, p. 21).

As primeiras obras de Diller e Scofidio são trabalhos para obras de teatro experimental do grupo *Creation Production Company*. A espacialidade produzida pelos elementos cenográficos se modifica no decorrer das cenas, como nos casos de *The American Misteries* (1984) e *The Memory Theatre of Giulio Camillo* (1986). Essas obras não se apresentam como composições ou objetos fechados, mas como formações instáveis que desfazem limites entre objeto e acontecimento, são situações construídas. *The Rotary Notary (A Delay in Glass)* é uma obra importante na trajetória desse escritório, por ser a primeira obra a abordar algumas questões como: a reconstrução do espaço perspectivo e a ideia de distorção da realidade – que se tornarão constantes em suas obras posteriores. Esta obra se relaciona com a obra *Grande Vidro* de Duchamp, a partir do uso do espelho como elemento que transforma a realidade e do uso da reflexão para uma inserção do tempo. O uso de espelhos rotativos semitransparentes embaça o foco da imagem refletida e permite que a plateia veja o espetáculo por diversos ângulos diferentes, uma forma de distorcer a perspectiva tradicional e inserir o espectador na obra, a partir de novos ângulos que retiram a visualidade do espaço pelos eixos tradicionais, misturam objetos reais e virtuais, uma reinvenção do espaço perspectivo ou uma invenção do espaço (a)perspectivo. A ideia é reforçada pela inserção do vídeo como parte da performance.

Essa obra marca o posicionamento da dupla e o seu modo de abordar o espaço: (1) a invenção do espaço (a)perspectivo; (2) a ideia de que o sujeito e o objeto não se encontram, mas são deslocados, postos em movimento e traduzidos, trocam de lugar entre si; (3) a arquitetura como promotora de efeitos especiais no espaço. *Moving Target* (1996) é uma instalação para um espetáculo de dança que usa um espelho semitransparente rotativo suspenso que funciona, também, como um projetor, elaborada em parceria com Charleroi Danses. O elemento embaça o foco da imagem refletida e permite que a plateia veja o espetáculo por ângulos diferentes, que vão se modificando no decorrer do espetáculo. O dispositivo interrompe a cena, interferindo na visão frontal, mostrando uma perspectiva que não pertence ao ângulo de visão da plateia. Projeções de vídeos também são usadas contra o espelho e refletidas no chão se mesclando aos movimentos do espetáculo, a dança acontece no espaço do vídeo. O movimento projetado de imagens pré-gravadas de dançarinos faz parte e se entrelaça ao movimento dos atores. O espaço é um suporte para o evento que expõe seu artifício. As obras *EJM1: A Men Walking at Ordinary Speed e EJM2: Inertia (1998)* são obras

inspiradas nos experimentos dos fotógrafos Eadweard J. Muybridge e Etienne-Jules Marey. Elaboradas em parceria com Charleroi/Danses e Ballet Opera de Lyon, seguem a linha dos anteriores variando o modo de aplicação do dispositivo. Em *EJM1*, são utilizadas telas de projeção móveis com imagens pré-gravadas de dançarinos que se deslocam no decorrer do espetáculo. Os dançarinos interagem com as telas e os atos gravados, ambos fazem parte da coreografia. O real e o virtual se mesclam, não há hierarquia ou limite de onde termina uma coisa e começa a outra. Em *EJM2*, é utilizada uma tela grande, única, que se desloca do fundo para frente e permite não somente que se projetem imagens que se mesclam ao espetáculo, como também que, em alguns momentos, os dançarinos se posicionem atrás da tela. Espaço e tela estão continuamente trocando de papel, assim como imagem real e virtual, dançarino e projeção. A tecnologia não é usada de forma representativa, não é somente um dispositivo aplicado, ela é também acontecimento, participa da percepção da ação e da espacialidade.

Os experimentos cenográficos produzidos por esta equipe fundamentam suas proposições arquitetônicas e demonstram um diálogo direto com produção artística do período, evidenciando a sua importância como uma experimentação metodológica de projeto através da manipulação da espacialidade e sua apreensão na realidade contemporânea.

REFERÊNCIAS:

ARAUJO, Marcelo Mattos. **Encontros com o Modernismo: destaques do Stedelijk Museum Amsterdam**. São Paulo: Pinacoteca, 2005.

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna**: do Iluminismo aos movimentos contemporâneos. Companhia das Letras, 2006.

BETSKY, Aaron (Org). **Scanning**: the aberrant architecture of Diller + Scofidio. Nova York: Whitney Museum of American Art 2003.

BOURRIAUD, Nicolas. **Estética Relacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

COHEN, R. **Linguagem como Performance**. São Paulo, Martins Fontes, 2011.

DELEUZE, Gilles. **Cinema 1: a imagem-movimento**. Tradução de Stella Senra. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DIMENDBERG, Edward. **Diller Scofidio + Renfro**: architecture after images. Chicago: University of Chicago Press: 2013.

INCERTI, Guido; Ricchi, Daria; SIMPSON, Deane. **Diller + Scofidio (+ Renfro).** The Ciliary Function – works and projects 1979-2007. Milão: Skira, 2007.

MADOFF, Steven Henry. **Art School – propositions for 21st century**. Cambridge, Massachusetts, London: MIT Press, 2009.

MONTANER, Josep Maria. **As Formas do Século XX**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2002.

SPERLING, "Arquiteturas de Museus contemporâneos como agentes no sistema da arte". In GROSSMANN & MARIOTTI. **Musem Art Today. Museu de Arte Hoje**. São Paulo: Hedra, 2011. pp. 171 – 184.

TRABALHO 05:

A Cenografia como Campo de Experimentação Arquitetônico: as obras de Herzog&De Meuron, Zaha Hadid e Jean Nouvel

Este artigo analisa projetos cenográficos de arquitetos reconhecidos pela coerência de sua investigação conceitual, a fim de averiguar como a experiência do teatro contribui experimentalmente com seus projetos arquitetônicos. Apresentamos e analisamos a produção cenográfica da dupla suíça Jacques Herzog & Pierre De Meuron, da arquiteta anglo-israelita Zaha Hadid e do arquiteto francês Jean Nouvel, traçando paralelos com seus projetos arquitetônicos. Cabe destacar, nestes casos, a colaboração com grandes diretores, coreógrafos e companhias, e o fato dos arquitetos terem sido escolhidos em reconhecimento a sua obra arquitetônica e pelo desejo de compartilhar conceitualmente de suas pesquisas.

Herzog&De Meuron iniciam carreira no movimento minimalista de onde provém parte importante de seu comportamento conceitual. O minimalismo busca nas qualidades físicas da obra (escala, material, espacialidade) o impacto estético, ao invés de investir em metáforas ou na leitura racional. Com esse objetivo, os artistas partiam de um "redutivismo formal", para que o objeto não fosse lido como composição, mas sim como totalidade (ou série). Seu interesse maior está na tensão entre a literalidade da forma geométrica e os efeitos fenomênicos. Para tanto, procuraram explorar o material "antes da imagem". O armazém do complexo industrial da Ricola, em Laufen (1986), é o manifesto claro deste método de trabalho. Neste sentido, a cenografia para *Tristan und Isolde*, pela Ópera de Berlim, dirigida por Stefan Bachmann (2006) é realizada através do mecanismo de uma câmara de pressão negativa que permitia moldar uma membrana de borracha sobre fundos diversos, realizando a concepção de uma "aparência". O dispositivo nos faz intuir o material sem adivinhá-lo, através da sensação textura-luz, transformada em imagem-aparência. No cenário de *Attila* pela Metropolitan Opera House de Nova Iorque, com direção de Pierre Audi (2010), os arquitetos projetam dois dispositivos que funcionam em contraste. No prólogo, as montanhas são representadas por escombros de concreto. Nos outros atos, a floresta é um "pano" de folhas que cobre toda a cena, do piso ao teto, numa textura densa onde se abrem buracos para aparição dos personagens. Aqui, os arquitetos abolem a "forma" para que o foco recaia nas qualidades dos materiais. A qualidade têxtil que emana da textura do material pretende acompanhar a tessitura da música e reforçar a sua percepção. Ao abrir mão de formas determinantes, os arquitetos submetem o espaço visual ao espaço sonoro. Paralelamente, ao abrir mão da volumetria complexa e desenvolverem texturas ou decalques em suas superfícies, submetem a interpretação volumétrica à sensibilidade táctil.

Zaha Hadid, iniciou-se na arquitetura após haver-se formado em matemática, levando consigo a curiosidade conceitual sobre a geometria não-euclidiana. Depois de começar carreira junto ao OMA (*Office of Metropolitan Architecture*, de Rem Koolhas), Hadid abre seu próprio ateliê em 1979, quando também passa a dedicar-se à pintura, tendo como referência os suprematistas russos. A arquiteta explora eixos diversos, que se curvam, relacionando a arquitetura construída com projeções no espaço. O apresso pela topologia aparece de forma quase literal no *Blueprint Pavillion* (1995), onde uma fita plana se dobra criando o espaço, que é ora interno, ora externo, ora espaço de trabalho, ora circulação. O espaço complexo se materializa por meio de rampas, dobras e espirais, que substituem o espaço compartimentado por um espaço aberto e integrado, não só em suas funções, mas também com o exterior. A arquiteta entende o espaço urbano como um campo de fluxos, onde se estabelecem conexões horizontais entre os pontos de interesse, sugerindo, através da forma, uma relação com os fluxos da paisagem e a arquitetura existente. A relação com a cidade fluida e contínua aparece na cenografia de *Metapolis*, em parceria com o coreógrafo Frederic Flamand

(1999). Hadid projeta três rampas que podem ser percorridas e manipuladas pelos dançarinos, num espaço repleto de projeções onde os dançarinos se veem imersos em cidades e arquiteturas. Sobre, sob, entre ou dentro das rampas (pois elas podem ser "vestidas"), a arquiteta imagina corpos e espaço dançando juntos. Como na Rampa de Esqui Bergisel (1999), o edifício é a expressão formal do movimento, que se altera a cada visão, possui linhas fluidas e um sentido de alta velocidade. Na cenografia de *Cosi Fan Tutti*, sob direção de Christopher Alden (2014), no paradigmático Walt Disney Opera Hall, de Frank Gehry, Hadid conclui o movimento das plateias em torno do palco com um único objeto: uma grande plataforma branca, em forma de caracol. Sobre ela, os atores andam, escorregam, deitam, e utilizam as relações topográficas como metáforas para as posições dos personagens no enredo. Da mesma forma, a arquiteta interpreta o tecido urbano como "superfície irrigável pelos fluxos de deslocamento" que provocam a adequação da forma arquitetônica.

Já o arquiteto Jean Nouvel encontra, desde a década de 1980, seu nicho conceitual de trabalho, amadurecido pelo início de carreira junto a Claude Parrent e Paul Virilio. O Instituto do Mundo Árabe e a Fundação Cartier, obras parisienses com as quais abre e fecha, respectivamente, a década, traduzem com perfeição os temas que interessam a sua arquitetura: a transparência e o reflexo, a escala e a repetição, a malha ortogonal como metáfora do espaço infinito. Para a Exposição Internacional do ano 2000 em Hannover, Jean Nouvel juntou-se ao coreógrafo Flamand para elaborar um espetáculo que traduzisse em performance o tema da exposição: *The Future of Work*. Nouvel projetou uma arena de andaimes em que os dançarinos envolviam a plateia, que ficava no centro da estrutura. Mais tarde o espetáculo foi adaptado para uma arena bi-frontal e, no ano seguinte, transformou-se no espetáculo para palco italiano *Body/Work/Leisure*, pela Cia Charle Roi Danses/Plan K. No espetáculo, Nouvel utiliza os recursos do palco (refletores, contraluzes, cicloramas) para levar ao paroxismo os efeitos de sua arquitetura. Num dispositivo de 2 andares construído por fina malha ortogonal metálica, os dançarinos comportam-se como módulos de corpos e movimentos, multiplicados por projeções e reflexos em telas ortogonais ou oblíquas. Discutindo o futuro dos corpos e do movimento numa sociedade em que a repetição e a tela parecem promover algum sentido de ordem, o arquiteto expõe como esses mesmos elementos podem promover o engano e sublimação.

REFERÊNCIAS:

BAUDRILLARD, Jean; NOUVEL, Jean. **Los Objetos Singulares**. Arquitectura y Filosofia. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

BAUGH, Chistopher. **Theatre, Performance and Technology**: the Development of Scenography in the Twentieth Century. New York: Palgrave Macmillan. 2005.

BETSKY, Aaron. **The Complete Zaha Hadid**. Thames&Rudson, 1998.

BREJZEK, Thea. Between Symbolic Representation and New Critical Realism: Architecture as Scenography and Scenography as Architecture. In: MCKINNEY, J. et PALMER, S. (ed.) **Scenography Expanded** - an introduction to contemporary performance design. London, Bloomsbury, 2017. pp.63-78.

FOSTER, Hal. **O Complexo Arte-Arquitetura**. São Paulo: Cosac&Naify, 2015.

FRAMPTON, Kenneth. Rappel à l'ordre: argumentos em favor da tectônica In: NESBITT, Kate (org.) **Uma Nova Agenda para a Arquitetura**. Antologia teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2ª. ed., 2008, pp.557-569.

GOLDBERG, RoseLee. **A Arte da Performance**, do Futurismo ao Presente. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

MONEO, Rafael. **Inquietação Teórica e Estratégia Projetual** na obra de oito arquitetos contemporâneos. São Paulo, Cosac&Naify, 2008.

SALTER, Chris. **Entangled**: Technology and the Transformation of Performance. London: The MIT Press, 2010.

SCHENBERG, Mário. Arte e Tecnologia. In: COHN, Sergio (org.) **Ensaios Fundamentais em Artes Plásticas**. Azougue Editorial, 2010.

WANG, Wilfried. **Herzog & De Meuron**. Barcelona: Gustavo Gili, 2000.

WISNIK, Guilherme. **Por Dentro do Nevoeiro**. Diálogos cruzados entre arte e arquitetura contemporânea. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo, 2012.

ARTE E ARQUITETURA: PROVOCAÇÕES

ART AND ARCHITECTURE: INCITEMENTS

ARTE Y ARQUITECTURA: PROVOCACIONES

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

COORDENADORES:
FARIAS, Agnaldo
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da FAU USP e do PPGAU FAUUSP; agnaldoacfarias@gmail.com
VÁZQUEZ RAMOS, Fernando Guillermo
Doutor em Arquitetura; Professor da USJT e do PGAUR USJT; prof.vazquez@usjt.br

TRABALHO 01:
Os pavilhões de Dou Aitken e Adriana Varejão em Inhotim, a coincidência entre arquitetura e arte
FARIAS, Agnaldo
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da FAU USP e do PPGAU FAUUSP; agnaldoacfarias@gmail.com

TRABALHO 02:
Por uma experiência da paisagem: a produção do espaço moderno via Roberto Burle Marx
POLIZZO, Ana Paula
Doutora em História Social da Cultura; Professora da PUC-Rio; polizzo@puc-rio.br

TRABALHO 03:
Arte e arquitetura: uma história complicada
VÁZQUEZ RAMOS, Fernando Guillermo
Doutor em Arquitetura; Professor da USJT e do PGAUR USJT; prof.vazquez@usjt.br
MATOS, Paula de Vincenzo Fidelis Belfort
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da USJT e do PGAUR USJT; prof.darte@gmail.br

TRABALHO 04:
O público e o privado em curto-circuito: atravessamentos entre arte e arquitetura no Brasil no final dos anos 1960
WISNIK, Guilherme
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAUUSP e da PPGAU FAUUSP; gwisnik@gmail.com

TRABALHO 05:
Limites do monumento em campo ampliado: a produção de lugares outros de memória na contemporaneidade
ZONNO, Fabiola do Valle
Doutora em História Social da Cultura; Professora da FAU UFRJ e da PROARQ; fabiolazonno@fau.ufrj.br

ARTE E ARQUITETURA: PROVOCAÇÕES

ART AND ARCHITECTURE: INCITEMENST

ARTE Y ARQUITECTURA: PROVOCACIONES

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIO, PROJETO E PRÁTICA

TRABALHO 01:
Os pavilhões de Dou Aitken e Adriana Varejão em Inhotim, a coincidência entre arquitetura e arte

TRABALHO 02:
Por uma experiência da paisagem: a produção do espaço moderno via Roberto Burle Marx

TRABALHO 03:
Arte e arquitetura: uma história complicada

TRABALHO 04:
O público e o privado em curto-circuito: atravessamentos entre arte e arquitetura no Brasil no final dos anos 1960

TRABALHO 05:
Limites do monumento em campo ampliado: a produção de lugares outros de memória na contemporaneidade

ARTE E ARQUITETURA: PROVOCAÇÕES

RESUMO DA PROPOSTA GERAL

Com se afirma no trabalho “Arte e Arquitetura: uma história complicada”, as “relações entre arte e arquitetura parecem naturais”. Chegamos facilmente a essa conclusão porque “a arquitetura acompanha à arte desde sempre, mistura-se com ela em muitos períodos históricos e costuma ser estudada, pelo menos nos estudos historiográficos, de forma conjunta ou relacionada”, como também se afirma no trabalho mencionado.

Contudo, se realizarmos uma busca digital nos Grupos de Pesquisa do CNPq usando os termos "arte e arquitetura" como palavras chaves, encontrar-se-á um resultado encorajador, nada menos que 45 entradas. Mas, quando incluímos o filtro do campo de atuação dos pesquisadores, só encontraremos quatro grupos vinculados ao campo da Arquitetura e do Urbanismo. Ou seja, 1% dos grupos de pesquisa que trabalham sobre as relações entre arte e arquitetura pertence à subárea de Arquitetura e Urbanismo. Fica evidente também que esses grupos em realidade estão vinculados só ao campo da arquitetura, pois não há nenhum pesquisador trabalhando as relações entre arte e cidade, ou ainda entre urbanismo e arte. Pelo menos não, entre os grupos de pesquisa oficialmente registrados e certificados pelo CNPq.

Se realizarmos a mesma busca no sitio da pós-graduação da FAU USP, que é o maior programa de pós-graduação do país, com mais de 110 professores na ativa e centos de alunos pesquisando para dissertações e teses das mais variadas temáticas, teremos um resultado ainda mais desanimador. Há quase 40 grupos mencionados no portal da FAU USP, ainda que não seja totalmente confiável (porque pelos dados contidos nela alguns grupos parecem descontinuados – o líder do grupo já morreu, por exemplo – e outros que deveriam aparecer, ou não foram certificados ou simplesmente não aparecem), tomaremos esse universo como um universo possível, e nesses dados disponíveis, detectamos só um grupo que talvez possa ser considerado como aderente ao tema (o da pesquisadora Giselle Beiguelman). Outro grupo (o do Prof. Agnaldo Farias, que talvez não tenha sido certificado) também integraria o mundo da pesquisa sobre a temática da arquitetura e da arte. Destarte, quanto muito, dois grupos num universo de 40. Isto é, 0,5% do total de grupos que pesquisam sobre arquitetura, urbanismo, paisagismo e design na FAU USP estariam interessados em pesquisar, debater, documentar, produzir conhecimento sobre as relações aparentemente obvias e necessárias, historicamente determinadas e culturalmente evidentes entre arquitetura e arte.

Curiosamente, após realizarmos a pesquisa no Google, encontramos um resultado bipolar. Usando os termos “arte e arquitetura” (nesta ordem e entre aspas), encontrar-se-á 2.290.000 resultados, no entanto, se é feita usando os termos invertidos, “arquitetura e arte”, o resultado será de 864.000 entradas possíveis. Nesta última pesquisa, o primeiro resultado que apareceu na tela foi um articulo em *Archdaily* intitulado: “Por que a arquitetura não é uma arte (e não deveria ser)” (HOSEY, 2016), o que não deixa de ser sintomático de uma situação que nos parece muito interessante. O artigo em si discute o tema, isso é o importante, ainda que defenda que não deveríamos perder nosso tempo tratando sobre estas questões que confundem “forma” com “arte”. Algo assim como defender que uma forma (a da arquitetura) não tem nenhum papel simbólico. A forma arquitetônica, que é um objeto artificial complexo evidentemente, não pode se furtar a sua realização prática, técnica diríamos, mas evidentemente, mas é também o resultado de um processo intelectual e sensível (ainda que seja mediado por processos pareamétricos) que revela um sesgo artístico,

como fica evidente no trabalho "O público e o privado em curto-circuito: atravessamentos entre arte e arquitetura no Brasil no final dos anos 1960" que aborda as obras de Vilanova Artigas e de Hélio Oiticica.

Conversando com este trabalho temos "Por uma experiência da paisagem: a produção do espaço moderno via Roberto Burle Marx", que se debruça sobre a obra do importante paisagista que percorreu um caminho de construção e definição de uma estética moderna da paisagem, um campo tão frágil e efêmero, marcada pela temporalidade (das plantas, do tempo etc.), que requer de um exercício plástico altamente diferenciado, de um "território racionalizado e humanizado" ao mesmo tempo. Arte, arquitetura e paisagem se misturam para formar o espaço público, ou privado, das obras de Burle Marx.

Resulta pelo menos constrangedor perceber estas relações que têm marcado a arquitetura durante séculos estejam se perdendo agora. Evidentemente, parte dessa perda se relaciona com os meios digitais, mas isso é uma falsidade, o mundo digital, que é um campo eminentemente técnico, não resolve sozinho o complexo processo de significação que a forma arquitetônica produz. O posicionamento de um arquiteto nesse processo, muitas vezes mecânico, é fundamental para tomar decisões que afetam além dos campos funcional, técnico, econômico e, incluso, formal. Esse *plus* é o campo que precisa ser colocado em debate porque a produção material da arquitetura requer de um conhecimento mais aprofundado das causas pelas quais algumas construções são recebidas e aceitas por uma específica sociedade como carregadas de significação (a da arquitetura) e outras simplesmente não.

Justamente, nessa tónica do significado e das relações mais estreitas entre artistas e arquitetos se posiciona o trabalho "Os pavilhões de Dou Aitken e Adriana Varejão em Inhotim, a coincidência entre arquitetura e arte", que descreve e reflete a mudança de atitude no museu ao ar livre de Inhotim que, a partir de um determinado momento abandou os "cubos brancos" para promover experiências interdisciplinares entre artistas e arquitetos na configuração dos lugares expositivos personalizados para artistas como Varejão e Aitken.

Ampliando o campo apontado pelo trabalho anterior, o trabalho "Limites do monumento em campo ampliado: a produção de lugares outros de memória na contemporaneidade", se debruça sobre questões que relacionam a arquitetura, a arte e a memória, nos (anti)monumentos e nos lugares da memória que têm chamado muito a atenção quando induzem à percepção, à reflexão, apresentam marcado sentido público através de sua presença na paisagem, que chamam, "a partir de signos, indicialidades ou silêncios", a pensar.

Este simpósio temático se propõe debater este tema, ainda que de forma embrionária, pensando em possibilidades de ampliação em futuras redes de pesquisa sobre "Arquitetura e Arte".

REFERÊNCIAS:

HOSEY, Lance. Por que a arquitetura não é uma arte (e não deveria ser). **ArchDaily**, 22 mar. 2016. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/784199/por-que-arquitetura-nao-e-uma-arte-e-nao-deveria-ser>. Acesso em 03 jun. 2018.

TRABALHO 01:

Os pavilhões de Dou Aitken e Adriana Varejão em Inhotim, a coincidência entre arquitetura e arte

RESUMO EXPANDIDO

Inaugurado em 2006, Inhotim, o único museu brasileiro que inclui em seu acervo obras de arte contemporâneas estrangeiras, várias delas comissionadas, optou por uma solução sem paralelo no nosso país: ocupar o vasto espaço da fazenda original com pavilhões isolados entre si, além de obras de grande porte instaladas nos jardins e em pontos mais distantes do núcleo central. Os primeiros pavilhões eram, digamos, corretos, funcionais, dentro do padrão conhecido como "cubo branco", no que isso quer dizer paredes ortogonais, brancas (uma cor divulgada como neutra) e com iluminação controlada. Pouco ou nada de luz natural, calor e raios ultravioletas são contraindicados, sempre. Enfim, espaços de extração moderna repletos de obras variadas de artistas variados, cada qual levando a pensar num museu pequeno e elegante. Moderno, claro.

Mas em breve esse padrão foi atravessado. Primeiramente pelo pavilhão de autoria do escritório Arquitetos Associados, de Belo Horizonte, reservado ao artista Miguel Rio Branco. Em seguida essa direção foi acentuada com os pavilhões de Mathew Barney, Adriana Varejão e Doug Aitken. O penúltimo, de autoria do arquiteto Rodrigo Cerviño em associação com a própria artista, pelo modo singular com que dialoga com as obras expostas; o último, de autoria do próprio Aitken, pelo modo como a arquitetura converte-se em parte inextrincável da obra. No primeiro caso, dá-se uma colaboração, no segundo, um processo que não tem propriamente seu ponto de partida na arte, mas estabelece a fusão entre arte e arquitetura, numa situação distinta das contempladas pelo seminal livro de Hal Foster sobre o tema. (FOSTER, 2015)

O Pavilhão Sônico do artista norte-americano Doug Aitken, aberto em 2009, foi instalado no alto de uma encosta em Inhotim num ponto cuidadosamente escolhido pelo artista e exigiu cinco anos entre a depuração da ideia original, seu projeto e construção. Originalmente cineasta conhecido por sua ojeriza a narrativas lineares, do que é prova o seu *Broken narrative* (AITKEN, 2006), Aitken passou para filmes fragmentados em projeções simultâneas, videoinstalações e instalações, entre as quais o P.S. sobressai.

A obra consiste na escavação de um furo de 200 metros de profundidade, ao longo do qual estão distribuídos alguns microfones que captam, em tempo real, os sons do interior do solo (as frequências baixas no limite das subsônicas, como as discretas movimentações tectônicas, os ruídos do freático, do trem de carga quando passa lá embaixo no vale, o cicio difuso de pessoas que não se consegue adivinhar onde estejam). Esses sons são captados e transmitidos num ambiente circular, um cilindro com as bordas envidraçadas, pé-direito da altura de dois metros e meio a três, dotado de uma rampa de acesso que, partindo da rua que lhe serve de acesso e que lhe passa ao pé, vai subindo num declive suave até entrar no ambiente, tornando-se mais acentuada e bordejando lateralmente o cilindro em toda sua volta, ou seja, 360o, numa conformação helicoidal. O vidro que fecha e define o volume cilíndrico da sala, passou por um tratamento especial, uma película que, vista de lado, "embaça" a visão do exterior. O visitante precisará olhar de frente, vale dizer, perpendicularmente, para enxergar com nitidez a opulenta paisagem circundante. A não ser quando estiver no centro do ambiente, sobre a grossa chapa de vidro circular que protege o furo, debaixo do *óculum* igualmente circular, um dado da arquitetura a sugerir que o tubo vertical de 200 metros, prossegue além do

teto. Neste ponto, equidistante das fronteiras do círculo definido pela parede circular, a nitidez é total, a paisagem mostra-se às claras, exultante.

Com seu pavilhão Aitken opera um sofisticado e surpreendente amálgama entre o cinema e a arquitetura, transformando o visitante numa câmera que desenrola um plano-sequência no ritmo da sua caminhada, ao passo em que põe em prática a noção corbuseana de *promenade architecturale*. (LE CORBUSIER, 1947, p. 24)

O convite feito por Adriana Varejão a Rodrigo Cerviño para o projeto de seu pavilhão a Inhotim, veio após o projeto do arquiteto do seu ateliê no Rio de Janeiro.

Aberto em 2008, a fachada cega do pavilhão sublinha as marcas das fôrmas, um resultado natural do processo construtivo próprio ao concreto, conclui-se, ao mesmo tempo em que é legítimo a aparência em escala aumentada de uma parede que teve os azulejos arrancados. Por que azulejos? Porque a maior parte da obra de Adriana Varejão, o que é corroborado pelos trabalhos ali apresentados, derivam de sua visada sobre a azulejaria portuguesa, material e técnica introduzidos no processo de colonização e que ironicamente, posto que destinados ao pacífico propósito da ornamentação, traziam consigo as marcas da exploração humana.

A artista entra com suas telas e esculturas, o arquiteto, começando da entrada para a saída, avança sutilmente o prédio por meio de um espelho d'água cuja cor faz eco com a pintura que representa uma sauna, obra realizada pela artista DEPOIS da construção do espelho. O arquiteto avança para o primeiro andar, cujas paredes são reservadas pela pintura/instalação, *Celacanto provoca maremoto*, 2004-2008, revestindo o piso de epóxi branco, brilhante como a superfície de um azulejo, com a mesma promessa de assepsia, de impermeabilidade desse material. Adriana Varejão vai de encontro ao impulso da limpeza, ao desejo de vedação da sujeira, de um mundo interior que desconhecemos e evitamos, do passado que se impregna as paredes de nossas casas e que pretendemos sufocar com várias demãos de tinta. Sua obra é sobre abcessos e desventramentos, uma obra lúgubre. Sai-se do pavilhão por uma rampa estreita e íngreme; o arquiteto põe-nos em fila indiana, cabeça baixa, vagarosos, de mãos pensas, como em *A máquina do mundo*, de Carlos Drummond de Andrade.

REFERÊNCIAS:

AITKEN, Doug. **Broken narrative**. New York: D.A.P., 2006.

FOSTER, Hal. **O complexo arte-arquitetura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.

LE CORBUSIER; JEANNERET, Pierre. **Ouvre complete 1929-1934**. Erlenbach: Les Éditions d'architecture, 1947.

TRABALHO 02:

Por uma experiência da paisagem: a produção do espaço moderno via Roberto Burle Marx

RESUME EXPANDIDO

A arte dos jardins comparada com as outras artes é extremamente ambígua: ela se constrói com a própria natureza, e, no entanto, desta deve se afastar por intermédio de um gesto que a torna jardim e que a isola da extensão que o cerca. O jardim é uma realidade frágil uma vez que lida com o mundo transitório e efêmero das plantas, com o ciclo de vida, com a mutabilidade, com a temporalidade bem marcada, diferente da obra de arte estática. Deve-se considerar a fertilidade do solo, o ciclo das estações, o regime das chuvas, as datas das semeaduras, os ritmos de crescimento e floração; enfim, trata-se de contar com a natureza como um parceiro ativo, mutável, em evolução.

Levando em consideração estes aspectos, este trabalho busca trazer alguns questionamentos acerca da obra de Roberto Burle Marx e seu caminho na definição de uma estética moderna de paisagem[1], ao colocar o paisagismo como forma de manifestação artística capaz de definir um gesto moderno de intervir, de desenhar a paisagem.

Burle Marx incorpora em sua obra um caráter de especulação plástica sobre forma e cor, uma projeção do espírito do sujeito moderno, que se questiona sempre pela razão das coisas, e que pretende sugerir uma estrutura estável diferente da mutabilidade da natureza. Utiliza assim, a definição intelectual da forma através da geometria em luta contra a instabilidade da matéria viva. Não ocorre em suas obras a intenção de simular romanticamente o ambiente natural. Ao contrário, a aparente anti-geometria de sua obra acaba passando pela geometria, as curvas são geometrizadas, construídas e estruturadas, fruto de um exercício plástico abstrato próprio do controle humano sobre o mundo. A atividade do desenho constrói uma nova realidade: é o marco da presença consciente do pensamento na natureza.

No Brasil, a "vontade construtiva" (VENANCIO FILHO, 2013, p. 51) se instaura com o objetivo de dar conta de um processo social. Incorpora a certeza, a decisão do gesto incisivo do desenho como forma de resposta a um país amorfo, onde a ordem se implanta pela desordem, afinal é dominado pela contingência. Trata-se de um país que emana historicamente uma "necessidade de forma" [2] ou ainda uma "vontade de ordem" (VENANCIO FILHO, 2013, p. 22) que apontam para uma persistência construtiva que dominou a maneira ambígua de conformar o território nas cidades brasileiras a partir do estabelecimento da ordem, da coerência e da racionalidade neoclássicas estabelecida pela Missão Francesa no Brasil e que tiveram seu ápice na tardia modernidade brasileira após anos 1950.

[1] Em 1991 sua obra paisagística teve um destaque internacional, recebendo uma exposição de seus trabalhos no MoMA (Museum of Modern Art) de Nova York, organizada por Willian Howard Adams - curador convidado e membro do Instituto Myrin - intitulada *Roberto Burle Marx: the Unnatural Art of the Garden*, e foi a primeira exposição do museu dedicada a um arquiteto da paisagem.

[2] Parafraseando Rodrigo Naves que percebe na pintura brasileira a dissolução dos objetos – figura - na paisagem – fundo - através do enfraquecimento dos seus limites transmitindo uma sensação de amplidão espacial e evocando, ao mesmo tempo, uma sensação de esvaziamento do espaço, pressentindo talvez, no contexto dessa vastidão infinita, uma pouca disponibilidade para a construção ou geração de forma, ou seja, uma forma difícil na construção cultural brasileira. NAVES, Rodrigo. A forma difícil: ensaios sobre arte brasileira. 2º ed. São Paulo: Ática, 1997.

Figura 1: Affonso Eduardo Reidy e Burle Marx, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, Aterro do Flamengo. Foto de Marcel Gautherot, c.1960.
Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles, IMS.

No cerne dessa questão estaria ainda a necessidade de instituir um novo sentido à natureza envolvente, objetivando a construção de um território racionalizado e humanizado, um ambiente urbano efetivamente moderno, livre, amplo, desimpedido. Esse processo seria a tradução da intrínseca necessidade de dar forma à superfície mundo, dar à natureza um novo desenho da consciência tornando-a inteligível, mas gerando ainda peculiares interações, mais flexíveis, dinâmicas ou mesmo afetivas, que possibilitasse a sua ocupação pelo sujeito através da construção cultural de uma territorialidade moderna. Nesse sentido, desenho (entenda-se *desígnio*) como elemento que efetivamente incorporasse um aspecto expressivo de definição do solo, de construção do ambiente base da sociedade moderna – dentro do qual Affonso Eduardo Reidy e Roberto Burle Marx tiveram um papel essencial – e também, por outro lado, desenho no sentido mais amplo, como um problema político (QUEIROZ, 2009), através da construção de um raciocínio sólido que buscasse estabilizar a própria formação intelectual da arquitetura e urbanismo modernos brasileiros e seu desenvolvimento, frente a todas as inevitáveis incompatibilidades e incongruências às quais estavam submetidos. Assim, desenho enquanto um gesto humano que seria o responsável pela determinação da própria sociedade moderna.

Através da conquista da paisagem, se daria, concomitantemente, o impulso para a própria importância da circunstância vivencial da cidade. Logo, as áreas livres coletivas e públicas, ao serem revalidadas pela modernidade, criariam o ambiente social necessário para esse novo sujeito urbano, que vai reestabelecer seus vínculos com a natureza - assumindo importância equivalente ao paisagismo pitoresco do século XVIII - ao criar uma imagem totalizadora e socialmente pertinente. Nesse sentido, a espacialidade moderna brasileira estabeleceria um vasto registro estético: além de tornar possível a experimentação do espaço visualmente através da criação de um espaço contínuo infinito, incentivaria também a interação fenomenológica do espaço, através da vivência local pela experiência do corpo, uma abordagem da situação relacional entre obra e espectador que será tratada pelas vanguardas neoconcretas na década de 1950.

Figura 3: Parque do Flamengo. 2009.
Fonte: Foto do autor.

REFERÊNCIAS:

ADAMS, William Howard. **Roberto Burle Marx the Unnatural Art of the Garden**. New York: Museum of Modern Art, 1991.

NAVES, Rodrigo. **A forma difícil**: ensaios sobre arte brasileira. 2º ed. São Paulo: Ática, 1997.

QUEIROZ, Rodrigo Cristiano. **Projeto moderno e território americano**: a arquitetura de uma nova paisagem. 8° SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL. Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes. Rio de Janeiro, 2009.

VENANCIO FILHO, Paulo. **A presença da arte**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

TRABALHO 03:

Arte e arquitetura: um binómio inconstante

RESUMO EXPANDIDO

As relações entre arte e arquitetura parecem naturais. É um binômio que, em princípio, apresenta-se e resolve-se de forma quase que evidente. A arquitetura acompanha à arte desde sempre, mistura-se com ela em muitos períodos históricos e costuma ser estudada, pelo menos nos estudos historiográficos, de forma conjunta ou relacionada.

Grandes pensadores da arquitetura, a começar por Leon Batista Alberti (2011, p. 377), que afirmara: "nenhuma obra estará tão segura e ilesa da injúria dos homens como pela dignidade e beleza de suas formas", rebaixavam a questões secundárias as outras caraterísticas da arquitetura: a funcionalidade, a utilidade, ou ainda a boa construção. Assim, Alberti (2011, p. 375), em seu tratado, admite que:

> Das três partes, concluídas as duas primeiras [a materialidade e a comodidade], que diziam respeito à construção em geral, com o objetivo de que as nossas construções fossem de facto adequadas às suas funções, tivessem a maior solides e duração, fossem as mais aptas a proporcionar graciosidade e uma sensação aprazível, resta a terceira [a da beleza], de todas a mais nobre e a mais necessária.

A tríade vitruviana, que em Alberti se identifica com *necessitas*, *commoditas* e *voluptas*, subordinavam sempre as duas primeiras à terceira. Muitos autores depois dele fizeram o mesmo, consolidando uma forma de relacionamento entre arte e arquitetura na qual a arte se apresentava como cerne, quase essência, da mesma arquitetura. A arquitetura não é entendida neste aspecto só como uma das artes (*ars liberalis*), mas há de entender-se a arte como definidora do que a arquitetura é.

Etienne-Louis Boullée (1976, p. 83), perguntava no *Architecture, essai sur l'art*, cujo título já é sintomático, o que a arquitetura é:

> Deveríamos talvez defini-la, como Vitrúvio, como a arte da construção? Não. Esta definição leva a um terrível erro. Vitrúvio confunde o efeito com a causa. [...] A criação é a arquitetura, é uma produção do Espírito por meio do qual podemos definir a arte de produzir e levar à perfeição qualquer edifício. A arte de construir não é mais do que uma arte secundária [...].

Não se nega aqui que exista uma arte de construir, mas que essa não é a arte da arquitetura que é uma arte do espírito, isto é, uma arte criativa e não uma arte empírica. O que não impediu, contudo que muitas vezes, desde o XVII, a arquitetura fosse entendida como a "arte de edificar", ou ainda a "arte de construir", origem da palavra arquitetura em alemão: *Baukunst*.

Mas, em geral o espirito se impõe sobre esse viés empírico que acompanhou o debate entre arquitetura e construção. Essa tradição perdura até o século XX. Nikolaus Pevsner (1957, p. 11) comparando a Catedral de Lincoln com um abrigo de bicicletas sentenciava que "quase todo o que pode fechar um espaço suficiente para permitir que um homem se mova é uma construção; o termo 'arquitetura' aplica-se exclusivamente a edifícios projetados para suscitar uma emoção estética."

No entanto, outros pensadores iniciaram uma campanha para desvincular a arquitetura da arte. Afirmando seu caráter técnico e construtivo. Julien Guadet (1902, p. 3) deu início a este viés teórico, quando afirmou que "fora dos meios de construção [...] não há arquitetura". Abria o caminho para uma interpretação da arquitetura que a afastava do campo artístico situando-a adentro do campo técnico. Invertia a proposta de Alberti, que tinha retirado o arquiteto do campo dos artesãos (especialistas em construir) para situá-lo no campo dos pensadores liberais (especialistas em conceber).

As tendências cientificistas do século XX afetaram o binômio arte/arquitetura. A ciência se impôs sobre a arte, que se refugiava nas vanguardas. Contudo, a luta não era contra a ciência, era contra a própria arte. A ciência terminou sendo um ponto de referência, como prova a quantidade de artistas que citavam o desenvolvimento científico.

Novos entendimentos do que a arquitetura poderia ser vieram à tona. Hannes Meyer (apud WINKLER, 1990, p.24) afirmou que "a arquitetura já não é mais a arte de construir [*baukunst*]. Construir é hoje uma ciência. A arquitetura é a ciência da construção [*bauwissenschaft*]", resumindo o afastamento total da arquitetura do campo artístico.

A arte estava querendo também escapar do seu campo, transformando-se em "construtiva". Manfredo Tafuri (1979, p. 279) percebeu muito bem estas mudanças de atitude em Lissitski e Van Doesburg, que "estabeleciam como tarefa específica das artes visuais a sua utilização construtiva na produção industrial, tinham bem presente a íntima ligação entre comunicações artísticas, novos métodos produtivos e novos sistemas de recepção daquelas mesmas comunicações".

O século XX nos deu mais exemplos de reinterpretação do campo expandido (incluindo este mesmo termo) da arquitetura e suas relações com a arte nos trabalhos de artistas arquitetos como Gordon Matta-Clark, que inventou um termo (grupo e exposição) para enfrentar a problemática relação arte/arquitetura: *Anarchitecture* (1974). Termo que remete à luta entre as visões afirmativas, à Le Corbusier (*Vers une Architecture*), e as tensões sociais, culturais e políticas, à Guy Debord (Internacional Situacionista).

No final do século XX, arquitetos pintores, como Zaha Hadid, transformaram a pintura em sua fonte de inspiração para poder fazer arquitetura. Voltava-se, após 550 anos, à intima relação que pintores e arquitetos compartilharam nas origens toscanas da arquitetura. A arte também voltou pelo gosto de uma geração (nascida nos '50) pelas questões artísticas e seu potencial renovador das experiências estéticas. Voltou da mão de arquitetos que se debruçaram sobre a reinterpretação das vanguardas, especialmente a russa, e amparados por novas tecnologias que permitiram uma verdadeira renovação formal (e construtiva) no final dos anos 1990.

Hoje talvez seja um bom momento para repensarmos a relação entre arte e arquitetura, uma vez que nossa percepção do que aconteceu nos últimos 100 anos podem ter um distanciamento favorável à reflexão.

REFERÊNCIAS:

ALBERTI, Leon Batista. **Da Arte Edificatória**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

BOULLÉE, Etienne-Louis. Architecture, Essay on Art. In: ROSENAU, Helen. **Boullée & visionary architecture**. London: Academy Editions, 1976, p.82-116.

GUADET, Julien. **Éléments et théorie de l'architecture**. Vol. II. Paris: Librairie de la construction moderne, 1902.

PEVSNER, Nikolaus. **Esquema de la Arquitectura Europea**. Buenos Aires: Infinito, 1957.

TAFURI, Manfredo. **Teorias e história da arquitetura**. Lisboa/São Paulo: Presença/Martins Fontes, 1979.

TRABALHO 04:

O público e o privado em curto-circuito: atravessamentos entre arte e arquitetura no Brasil no final dos anos 1960

RESUMO EXPANDIDO

No final dos anos 1960, momento do maior endurecimento do regime militar no Brasil, a arquitetura brasileira atinge um dos seus momentos de maior radicalidade. Em particular no caso de São Paulo, a arquitetura combativa de Vilanova Artigas se aproxima daquilo que o crítico Frederico Morais chamou de "guerrilha artística" (MORAIS, 2008) para o campo das artes.

Preparados intelectualmente para construir um novo país, após as décadas de otimismo e progressos que culminaram na construção de Brasília, os arquitetos da geração de Artigas encontraram uma outra realidade pela frente: o violento corte de perspectivas após o golpe militar de 1964, e o paradoxo de ter que apostar no desenvolvimento infraestrutural do país sob um regime repressivo. Em São Paulo, onde a renovação arquitetônica dependeu mais da iniciativa privada do que do patrocínio estatal, os arquitetos se viram reduzidos a encomendas de residências. Daí que essas casas tenham encarnado simbolicamente uma ideia abrangente de país. Ideia que, em torno de 1968, já não podia ser muito amistosa, o que explica de certa maneira a heroica didática estrutural de seus edifícios, cujas "proezas e audácias", nas palavras de Artigas, expressavam o seu caráter "impaciente" (ARTIGAS, 2004, p. 131), antecipatório.

Figura 1: Vilanova Artigas, Residência Temo Porto, São Paulo, 1968
Fonte: Arquivo da Fundação Vilanova Artigas

Na residência Martirani, a caixa externa de concreto aparente envelopa o volume da casa, gerando situações de explícito contraste entre a domesticidade da janela dos quartos e o bloqueio visual advindo dessa dura cortina de concreto cinza situada logo à frente dela. Na residência Telmo Porto, os quartos são celas monásticas sem janelas, e um jogo de planos opacos e lances de rampas estruturaram a espacialidade da casa em torno a um vazio central com pé-direito duplo. Em ambos os casos, a dominância do concreto lhes confere uma aspereza ímpar.

O que Artigas estava procurando, naquele duro momento histórico, era urbanizar a vida doméstica, abolir a intimidade, extirpando as marcas idiossincráticas ligadas à ideia romântica e burguesa de lar. Desejava abolir os segredos e confortos do espaço privado familiar em prol de uma ideia cívica de vida inteiramente pública: a casa como um fórum da vida coletiva da cidade. Assim, constrói casas exteriorizadas, ainda que espacialmente introvertidas.

Na mesma época, pode-se dizer que a arte brasileira também atinge um dos seus pontos mais agudos. Um bom índice disso é a grande mostra de Hélio Oiticica na Whitechapel Gallery, em Londres, ocorrida em 1969. Naquele momento, Hélio já se encontra em um ponto avançado da sua procura em romper com a arte objetual da representação e da contemplação, transformando o espectador em participante, e incluindo o corpo de uma forma cada vez mais ativa na experiência da obra. Trata-se, afinal, da ideia de embaçar a fronteira entre arte e vida, desdobrando um projeto vanguardista que remonta a artistas construtivos. Projeto que levará o artista brasileiro a "duplicar a vida em interiores cada vez mais poderosos", mas, por isso mesmo, "cada vez mais preservados do contágio do mundo". Esse "pequeno paradoxo", que é o "caroço poético" da obra de Hélio, segundo Nuno Ramos, dá o tom de boa parte da arte contemporânea brasileira. A saber: o ato de "materializar a obra no mundo acaba por criar um refúgio dentro dele" (RAMOS, 2007, p. 123).

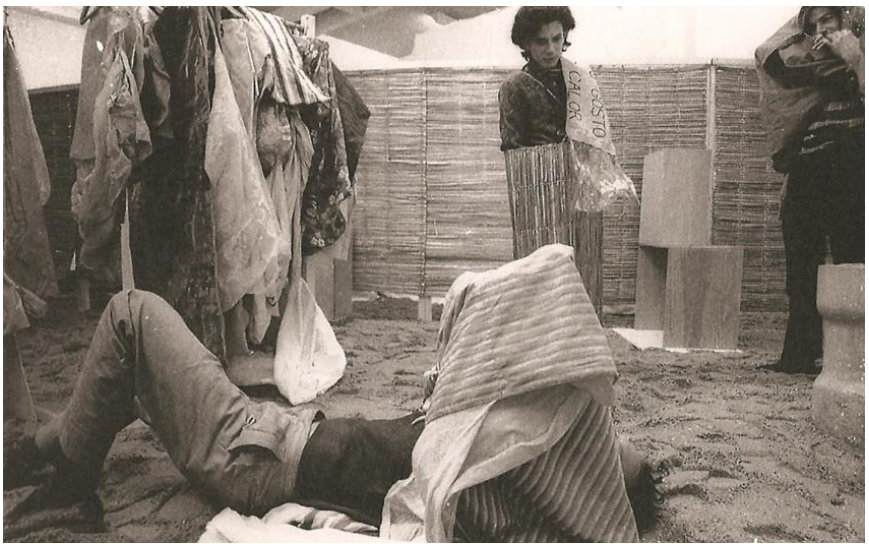


Figura 1: Hélio Oiticica, Whitechapel Experience, Londres, 1969.
Fonte: Foto de John Goldblatt, Acervo do Centro de Arte Hélio Oiticica.

A *Whitechapel Experience* realizou pela primeira vez o projeto Éden, uma estruturação ambiental que procurou refundar o espaço da galeria como "recinto-participação", promovendo, nas palavras do artista, a "criação de liberdade no espaço dentro-determinado". Essas instalações vivenciais, assemelhadas a tabas indígenas, deveriam ser usadas e até "habitadas" pelos visitantes-participantes da mostra, logrando subjetivar o espaço público – no caso, a galeria de arte. Ali, as camas-bólide e os penetráveis com chão de espuma, cobertas-saco e telas de náilon, criavam o espaço onde se podia deitar após pisar descalço campos de areia, feno e água, e assim posicionar-se relaxadamente "à espera do sol interno, do lazer não-repressivo" (OITICICA, 1996, p. 136).

Em linha de comparação, é interessante perceber, no caso brasileiro, que se as casas brutalistas de Artigas

procuravam urbanizar a vida doméstica, os Núcleos e Penetráveis de Oiticica, inversamente, pretendiam domesticizar a vida pública. De um lado a exteriorização, do outro a interiorização. E se o projeto do arquiteto se orientava por categorias como a coletividade e a indústria, lançando mão do peso, e de uma aspereza material austera e algo puritana, a proposta do artista visava alcançar a intimidade, o lazer e o acolhimento, guiados por uma artesanalidade formalmente leve e hedonista.

Mas não se pense, por isso, que seria correto posicionarmos Artigas e Oiticica em polos esquematicamente opostos. Pois, apesar dessas cruciais diferenças, o que ambos estavam fazendo, naquele momento, era problematizar a fronteira entre as esferas pública e privada de modo a transgredi-las, inventando assim formas novas e exigentes do viver coletivo. Aliás, a aguda caracterização de Flávio Motta das casas paulistas do período como "favelas racionalizadas" (MOTTA, 1967) indica exatamente essa qualidade de indeterminação espacial que elas têm, uma vez que recusam os limites e convenções a priori de um ambiente, e se abrem ao condicionamento intersubjetivo dos seus usuários como ação e reação.

Assim, não é por acaso que se olharmos para os amplos espaços internos do edifício da FAUUSP, com seu jogo ativo e fluido de planos soltos e defasados, cinzas e ocres, opacos e transparentes, poderemos facilmente associá-los aos Núcleos de Oiticica: ambientes formados pela explosão do suporte bidimensional, e pela autonomia dos planos cromáticos tonais, suspensos no ar de forma contínua e não hierárquica.

Figura 1: Hélio Oiticica, Núcleos, 1960, Rio de Janeiro.
Fonte: Foto de John Goldblatt, Whitechapel Galley, 1969, Acervo do Centro de Arte Hélio Oiticica.

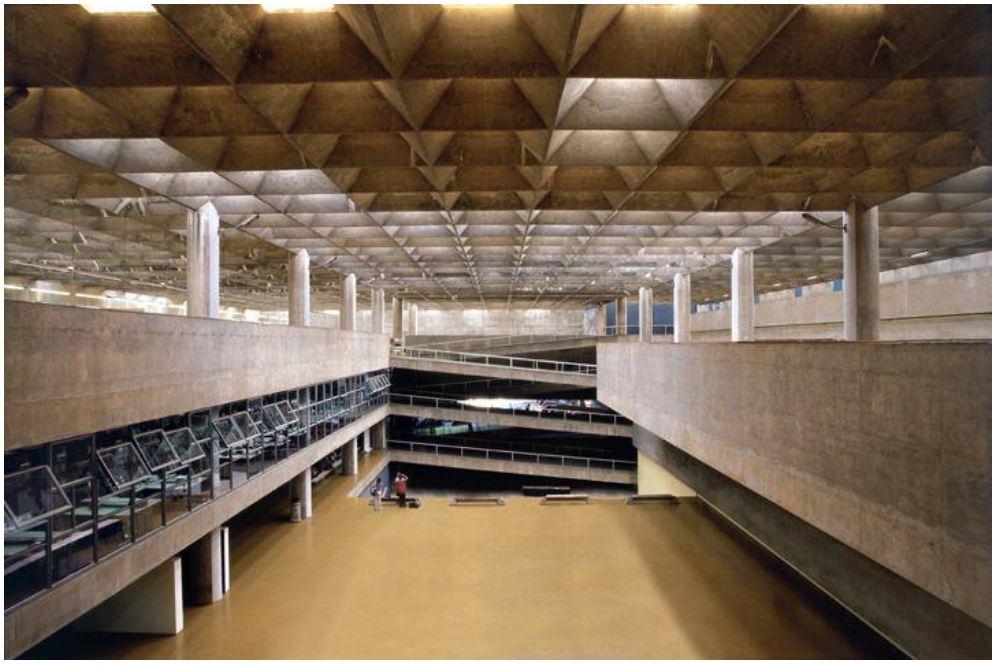


Figura 1: Vilanova Artigas, FAUUSP, São Paulo, 1961-1969.
Fonte: Foto do Autor, Acevo do autor, 2017.

REFERÊNCIAS:

ARTIGAS, Vilanova. **Caminhos da arquitetura**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

MORAIS, Frederico. "Do corpo à terra", in DRUMMOND, Marconi (org.). **Neovanguardas**. Belo Horizonte: Museu de Arte da Pampulha, 2008.

MOTTA, Flávio. "Paulo Mendes da Rocha". **Revista Acrópole**. São Paulo: setembro de 1967, N. 343.

OITICICA, Hélio. "As possibilidades do Crelazer", in **Hélio Oiticica**. Rio de Janeiro: Centro de Arte Hélio Oiticica, 1996.

RAMOS, Nuno. "À espera de um sol interno", in **Ensaio geral**: projetos, roteiros, ensaios, memórias. São Paulo: Editora Globo, 2007.

TRABALHO 05:

Limites do monumento em campo ampliado: a produção de lugares outros de memória na contemporaneidade

RESUMO EXPANDIDO

Nossa pesquisa trata da relação entre a arquitetura e as demais artes: experimentalismos nos processos de trabalho, transversalidades críticas, além da produção de obras em campo ampliado. Em especial, temos estudado o tema da reinvenção do lugar, partindo da noção *site specific* da arte que trata de aspectos tanto fenomenológicos como discursivos, conforme Miwon Kwon.

Uma de nossos recortes é o tema da memória, trabalhado a partir de intervenções e da criação de lugares de memória na contemporaneidade, a exemplo de projetos de memoriais, estes especialmente relacionados à experiência da dor do segundo pós-guerra. A partir de diferentes abordagens artísticas, incluindo arquitetura, emergem questões sobre a própria noção de monumento e sobre sua dimensão pública.

O monumento é uma categoria da arte partilhada pela escultura e pela arquitetura. Françoise Choay (2001, p.18) recupera a origem do termo em latim *monumentum* como derivado de *monere* - advertir, lembrar - sendo o seu propósito "tocar, pela emoção, uma memória viva", mobilizar a memória pela mediação da afetividade; constitui um desafio à ação dissolvente do tempo, na tentativa de combater a angústia da morte e da destruição.

Andreas Huyssen (2003, p. 31) diagnostica na contemporaneidade um "retorno triunfal da noção de monumento como memorial ou evento público comemorativo" e se propõe a refletir sobre a recodificação do monumental no contexto da "cultura da memória". O autor afirma que a monumentalidade como categoria estética é tão historicamente contingente e instável como qualquer outra, o que não implica que estejamos livres da "sedução monumental", e defende ações capazes de "desacelerar em vez de acelerar, expandir a natureza do debate público" (HUYSSEN, 2000, p. 34) – segundo o autor, um dos exemplos mais emblemáticos nesta direção foi a ação monumental do Empacotamento do *Reichstag* por Christo.

No que se refere à produção de monumentos, uma mudança histórica radical é observável nas práticas de memória, após os traumas da Segunda Guerra Mundial, uma vez que a linguagem simbólica se mostra inadequada como meio para tratar de memórias como perseguição e genocídio. Segundo Peter Carrier (2005), práticas anti-monumentais da arte nos anos 1960, nomeadas de "*counter-monuments*", recusaram-se à retórica tradicional, explicitando a "invisibilidade" (Musil) do monumento na esfera pública. Podemos aproximar deste tipo de abordagem trabalhos como "*Places of Rememberance*" de Renata Stih e Frieder Schnok em Berlim de 1993 ou "*Stumbling Blocks*" de Gunter Demming, de 1990.

Para contextualizar estas e outras práticas de limite da condição do monumento na contemporaneidade, devemos retomar o célebre texto de Rosalind Krauss (1984), "A escultura em campo ampliado" de 1979, para fazer referência à definição de escultura tradicional como fruto da "lógica do monumento", afirmação de um significado simbólico de importância pública, referido ao local de sua instalação como marco. Rompendo com esta lógica, a escultura moderna seria uma "condição negativa do monumento" que opera em relação à perda de local, produzindo uma abstração, sem lugar e auto referencial. Já a partir dos anos 1960, os artistas não só operam "em campo", entre escultura, arquitetura e paisagem, deslocando-se em diversas posições

como têm como recursos vários meios (*mediums*) – a própria Krauss (1999) viria posteriormente colocar o debate nos termos de uma arte pós-medium, incluindo questões relativas ao ficcional e ao conceitual. Aproximamos como exemplar significativo para nossa reflexão a obra de Joanna Rajkowska, *Oxygenator*, realizada em Varsóvia, em 2007 (Figura 1).

Figura 1 – Joanna Rajkowska, Oxygenator, Varsóvia. Disponível em: <http://www.rajkowska.com/en/projektyp/63>. Acesso em: 08 jun. 2018.

Questionada sobre a "centralidade" da categoria do monumento no referido texto, Krauss justifica a influência em seu pensamento de trabalhos de Robert Smithson como Monumentos de Passaic e Spiral Jetty. Problematiza que há monumentos sobre a falência do diálogo [no sentido de comunicação com o local e o sentido de público] mas que, por esta própria razão, ainda se deve reter criticamente a noção de monumento. "Podem ser monumentos à falência, mas são também tentativas de manter viva a noção de monumento". (KRAUSS apud PAPAPETROS; ROSE, 2014, p. 21)

Nicolas Bourriaud, em texto de 1998, refletindo sobre as "formas contemporâneas do monumento", reconhece uma condição em que a arte não mais produz o sentido da existência humana - o "sentido" não é preexistente à ação humana. Em suas palavras, "não devemos ceder neste ponto: a arte atual não tem nada a invejar no 'monumento' clássico, no tocante aos efeitos de longa duração" e, citando Castoriadis, é a "demonstração para todos os homens futuros, da possibilidade de criar significação à beira do abismo (...) uma resolução formal que roça a eternidade justamente por ser pontual e temporária". (BOURRIAUD, 2009, p. 75-77)

Interessa-nos reconhecer, com Carrier, diferentes manifestações da monumentalidade na Alemanha

Ocidental: no final dos anos 1940, o erguer de monumentos provisórios em sítios de valor histórico; durante os anos 1950, após a criação dos dois estados alemães, monumentos antissocialistas em memória da resistência antinazista; a opção pelo debate em detrimento da edificação de memoriais durante os anos 1960; o crescente comprometimento de artistas de questionar a própria função pública do monumento durante o final dos anos 1960 e 1970 e o aumento da exploração dos monumentos públicos como locais de controvérsia política nos anos 1980.

Mais recentes, destacamos para análise comparativa no artigo algumas obras relacionadas ao tema da dor do segundo pós-guerra que nos levarão a reflexões sobre a condição do monumento na contemporaneidade a partir de aspectos ligados à produção artística conceitual, minimal e pós-minimal: *Memorial aos Judeus Mortos em Viena/ Nameles Library* (2000) de Rachel Whiteread (Figura 2), *Lost Voices* (2005) de Sol Lewitt, Memorial do Holocausto/ Field of Stelae em Berlim (2010) de Peter Eisenman e Richard Serra (Figura 3), *Topografia do Terror* (2010) de Peter Zumthor (Figura 4).

Figura 2 – Nameless Libray de Rachel Whiteread. Figura 3 – Field of Stelae de Peter Eisenman. Figura 4 – Topografia do Terror de Peter Zumthor. Fonte: Acervo do autor, 2013.

Se monumento tradicional pode ser apontado como um objeto-discurso ou objeto-narrativo, vale questionar o caráter das manifestações contemporâneas do monumento (anti-monumento?): como mobilizam a percepção e a reflexão, a relação com o sentido público (como debate?), a natureza de sua presença na paisagem (como marco? De que tipo?), os sentidos evocados a partir de signos, indicialidades ou silêncios (de modo complexo? Criados no abismo?), lugares do tempo (intempestivo? entrópico? cristalino?) que sentidos há na relação com o lugar (é ele reinventado a partir da obra?), seriam estes lugares *outros* de memória (heterotópicos?).

REFERÊNCIAS:

BOURRIAUD, N. **Estética relacional**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Martins, 2009.

CARRIER, P. “Innovations in Monumental Techniques since 1945”. In: ____. **Holocaust Monuments and National Memory Cultures in France and Germany since 1989**. New York: Berghahn Books, 2005.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Ed. UNESP, 2001.

HUYSSEN, A. **Present pasts**: urban palimpsests and the politics of memory. Standford: Standford University Press, 2003.

___ . **Seduzidos pela memória**: Arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KRAUSS, R. E. "A escultura no campo ampliado" (1979) Trad. Elizabeth Carbone Baez. Gávea: **Revista semestral do Curso de Especialização em História da Arte e Arquitetura no Brasil**, Rio de Janeiro: PUC-RJ, n. 1, pp. 87-93, 1984.

____. **A Voyage on the North Sea**: Art in the Age of the Post-Medium Condition London: Thames & Hudson, 1999.

PAPAPETROS, S.; ROSE, J. **Retracing the expanded field**: encounters between Art and Architecture. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2014.

AUTONOMIA, PROJETO E HABITAÇÃO POPULAR: PERSPECTIVAS CRÍTICAS E OPÇÕES DECOLONIAIS

AUTONOMY, DESIGN AND SOCIAL HOUSING: CRITICAL PERSPECTIVES AND DECOLONIAL OPTIONS

AUTONOMÍA, DISEÑO E VIVIENDA POPULAR: PERSPECTIVAS CRÍTICAS Y OPCIONES DECOLONIALES

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

COORDENADOR:
NAME, Leo
Doutor em Geografia (UFRJ); Professor do CAU UNILA e do PPGLC-UNILA; leonardo.name@unila.edu.br

TRABALHO 01:
Políticas públicas de habitação e autogestão habitacional: hegemonias e contra-hegemonias na mercantilização da moradia
BASTOS, Tiago Souza
Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFF); Professor do CAU UNILA; tiago.bastos@unila.edu.br

TRABALHO 02:
O programa Minha Casa Minha Vida: estado, mercado, planejamento urbano e habitação
CUNHA, Gabriel Rodrigues da
Doutor em Teoria e História de Arquitetura e Urbanismo (IAU USP/S. Carlos); Professor do CAU UNILA; gabriel.cunha@unila.edu.br

TRABALHO 03:
Uma outra realidade para "desneutralizar" uma narrativa: a Ocupação Bubas (Foz do Iguaçu – PR) como projeto e sob a perspectiva do desenho urbano
BRITTO, Marcos Vinicius Bohmer
Mestre em Arquitetura (UFRGS); Professor do CAU UNILA; marcos.britto@unila.edu.br

TRABALHO 04:
Do especialista ao facilitador: repensando o papel dos arquitetos e urbanistas nos projetos de habitação popular a partir de uma perspectiva decolonial
RODRIGUES, Liebert
Mestre e Doutorando em Geografia (UERJ); Professor do CAU UNILA; liebert.pinto@unila.edu.br

TRABALHO 05:
Por uma epistemologia da laje
FREIRE-MEDEIROS, Bianca
Doutora em História e Teoria da Arte e da Arquitetura (Binghamton University); Professora do Departamento de Sociologia da USP; freiremed@hotmail.com
NAME, Leo
Doutor em Geografia (UFRJ); Professor do CAU UNILA; leonardo.name@unila.edu.br

AUTONOMIA, PROJETO E HABITAÇÃO POPULAR: PERSPECTIVAS CRÍTICAS E OPÇÕES DECOLONIAIS

AUTONOMY, DESIGN AND SOCIAL HOUSING: CRITICAL PERSPECTIVES AND DECOLONIAL OPTIONS

AUTONOMÍA, DISEÑO E VIVIENDA POPULAR: PERSPECTIVAS CRÍTICAS Y OPCIONES DECOLONIALES

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

TRABALHO 01:
Políticas públicas de habitação e autogestão habitacional: hegemonias e contra-hegemonias na mercantilização da moradia

TRABALHO 02
O programa Minha Casa Minha Vida: estado, mercado, planejamento urbano e habitação

TRABALHO 03:
Uma outra realidade para "desneutralizar" uma narrativa: a ocupação Bubas (Foz do Iguaçu – PR) como projeto e sob a perspectiva do desenho urbano

TRABALHO 04:
Do especialista ao facilitador: repensando o papel dos arquitetos e urbanistas nos projetos de habitação popular a partir de uma perspectiva decolonial

TRABALHO 05:
Por uma epistemologia da laje

-

AUTONOMIA, PROJETO E HABITAÇÃO POPULAR: PERSPECTIVAS CRÍTICAS E OPÇÕES DECOLONIAIS

Na produção acadêmica crítica sobre o problema da habitação nas cidades latino-americanas, é vasta a literatura que coteja a questão da autoconstrução com as ideias de direito à moradia e à cidade, ou com o debate sobre a relação entre pobreza, legislação e vulnerabilidades socioambientais, por exemplo. Também ela é vista como problema meramente técnico, a ser resolvido em processos de regularização fundiária, autogestão, normas urbanísticas ou produção habitacional de qualidade). A despeito da qualidade destas abordagens, normalmente alinhadas às perspectivas críticas do materialismo histórico e da dialética marxista, este simpósio empenha a preencher o que neles nos parece uma lacuna: uma discussão sobre habitação popular que dê centralidade ao papel do projeto – de políticas públicas a edificações – na produção das moradias, no que tange a sua qualidade, equidade e promoção de autonomia a quem nelas vai viver. Para isso, traremos ao debate sobre habitação popular uma outra opção teórica: a abordagem decolonial (cf. LANDER, org., [2000] 2005; MIGNOLO e ESCOBAR, orgs,. 2010). Não partimos de uma rivalidade, mas de uma combinação harmoniosa e frutífera, destas duas escolas.

Presente no cotidiano de arquitetos/as e urbanistas e em muito designando sua identidade profissional, a ideia de "projeto" vem recebendo atenção por gama diversa de intelectuais e abordagens, que têm rediscutido não somente sua função social mas, também, seus aspectos epistemológicos e ontológicos (ver, dentre muitos outros: PAPANEK, 1984; FRY, 2011 e 2012). Ecoando o que um dia afirmou Darcy Ribeiro a respeito da crise da educação no Brasil, o antropólogo Arturo Escobar (2016) e o designer Alfredo Gutierrez Borrero (2015a, 2015b), ambos colombiano e filiados às teorizações decoloniais, afirmam que a modernidade ocidental é também um *projeto* – no original em espanhol, *diseño*.[1]

Para Escobar, por um lado, suas constantes crises e a produção de injustiças e desigualdades não seriam mero desajustes ou desvios de um projeto emancipador, mas elementos constitutivos da modernidade; por outro lado, às intenções do projeto moderno-colonial conduzido desde a invasão da América, sucederam efeitos ontológicos: objetos, estruturas, políticas, sistemas expertos, discursos e narrativas que interferem na realidade, em especial realizando a *produção social da não existência.*

Gutiérrez Borrero, por sua vez, afirma que todos os grupos humanos necessariamente produzem projetos (*diseños*), com base em seus contextos geo-históricos, políticos, sociais e econômicos. No entanto, o conjunto designado como "projetos profissionais", ensinados em cursos técnicos e universitários – ao que se incluem os projetos de arquitetura, urbanismo, desenho urbano, paisagismo –, é o único a ser compreendido como neutro e universal. A despeito disso, não respeita os limites naturais do planeta, este tipo de projeto não somente não atende aos anseios de todos os grupos sociais – especialmente aqueles do Sul Global; e também auxilia na tarefa de eliminar outras formas particulares de ser, saber, fazer, viver e *morar* – outros projetos de mundo, acusados de não modernos, primitivos, atrasados, inadequados. Isso leva o autor a exigir práticas de projeto menos utilitaristas e mais relacionais – com base no cotidiano e recuperando e valorizando o conhecimento do Sul Global. Especialistas projetam um mundo que retira, ou ao menos em muito

[1] Nos originais em espanhol de Borrero e Escobar, os termos são *diseño* e *diseñar*, que não possuem fácil tradução para o português. Como *design*, em inglês, *diseño* designa escopo amplo de atividades – planejar, organizar, propor, desenhar (quando necessário) –, normalmente com fins utilitários e relacionado a um objeto (ferramenta, roupa, joia, casa etc.) que se materializa no futuro. *Desenho* e *desenhar*, em português, embora também possuam sentidos subjetivos, dizem respeito à representação gráfica, e equivalem a *dibujo* e *dibujar*. Por isso, optamos pela tradução de *diseño* e *diseñar* como *projeto* e *projetar*.

restringem, a autonomia das comunidades de diversos territórios em relação aos seus anseios, necessidades e projetos de vida.

Não é difícil compreender esta argumentação. Se tomarmos uma maloca indígena na Amazônia como exemplo, perceberemos que ela abriga dezenas de pessoas obedecendo certas regras de distribuição espacial ligadas a determinados traços culturais comunais e de relação com a natureza. Além disso, ela contém soluções arquitetônicas muito eficientes, como aquelas que lhe atribuem um melhor conforto ambiental, por exemplo – indígenas projetam, portanto. Uma casa num subúrbio estadunidense, por sua vez, é projetada por especialistas de arquitetura aparentemente levando em conta somente um tipo de família – pai, mãe e filhos/as – e com um tipo de vida – burguesa – a que correspondem compartimentos que abrigam funções, mobiliários e eletrodomésticos para uma existência com base no consumo e bastante dispendiosa de matéria e energia (Escobar, op. cit.).

Partimos de uma primeira premissa, facilmente verificada nos ateliês universitários ou na produção de edificações, que um mesmo modelo de moradia é indiscriminadamente repetido como se fosse universal – como se só houvesse um único modo de morar. Ele é referência, inclusive, nos projetos de habitação de interesse social da América Latina, sejam em novos conjuntos habitacionais em áreas de expansão urbana, sejam em favelas de áreas consolidadas. Aos pobres das cidades e do mundo rural também são direcionadas casas no padrão de sala, dois quartos, banheiro, cozinha e área de serviço, que "resultam de uma mesma concepção geral baseada na predeterminação do modo de morar, por sua vez ancorada em um perfil igualmente predeterminado do grupo doméstico, a saber a família nuclear" (NASCIMENTO e TOSTES, 2011). Assim, um mesmo modo de projetar ignora dados bastante conhecidos sobre o perfil das famílias de baixa renda e impede que demandas culturalmente informadas e singularizadas sejam atendidas por configurações, arranjos e combinações arquitetônicas possivelmente mais interessantes. Os dois primeiros trabalhos, "Políticas públicas de habitação e autogestão habitacional: hegemonias e contra-hegemonias na mercantilização da moradia" e "O Programa Minha Casa Minha Vida: estado, mercado, planejamento urbano e habitação" ilustram tal situação e, mais que isso, mostram o quanto é válida a premissa de Escobar – *al diseñar el mundo el diseño nos diseña*: programas e projetos de habitação popular conduzidos a partir de premissas quantitativas e estratégias seriadas de produção de produtos, corroboram contundentemente no desenho de cidades mais desiguais injustas,

Nossa segunda premissa compreende que, a despeito de arquitetos/as evidentemente projetarem, a partir de saberes específicos aprendidos na universidade, grupos sociais sem formação técnica – indígenas, esquimós ou moradores/as de favela, somente para citar alguns de muitos exemplos – também projetam quando autoconstroem suas moradias. Em outras palavras, o saber projetivo com vistas à habitação não é exclusivo de especialistas e não está restrito a sua concepção como mercadoria. Esta questão também é abordada pelo Trabalho 1, "Políticas públicas de habitação e autogestão habitacional: hegemonias e contra-hegemonias na mercantilização da moradia", e pelo Trabalho 4, "Do especialista ao facilitador: repensando o papel dos arquitetos e urbanistas nos projetos de habitação popular a partir de uma perspectiva decolonial", que se esmeram na defesa ou na exemplificação de opções de projeto conduzidas por saberes populares, mais comunais, que parecem não só capazes de ajudar a desenhar, a partir da produção de moradia, novos mundos ou mundos em transição, a redesenhar a péssima condição de especialista, técnico ou cientista, hoje naturalizada, de que ao projetar edificações ou políticas públicas de habitação crê se deter a verdade e reter e transmitir exclusivamente os saberes do morar.

Nossa terceira premissa entende que a teorização em arquitetura e urbanismo recebe enorme influência de postulados com base na percepção visual de elementos morfológicos, que além de não se assumirem como sistema taxonômico hierarquizador, também validam/invalidam formas de morar e de existir.

Exemplificando-a a partir de um trabalho de campo em ocupação popular, o Trabalho 3, "Uma outra realidade para "desneutralizar" uma narrativa: a Ocupação Bubas (Foz do Iguaçu – PR) como projeto e sob a perspectiva do desenho urbano", demonstra, por um lado, grandes fragilidades na teorização sobre desenho urbano, que amiúde ignora que ambiências "ideais" ou ideias sobre "qualidade do lugar" que buscam têm preconcepções sobre a cidade inegavelmente com base no tecido urbano consolidado e formal de cidades europeias e estadunidenses, tendo suas tipologias aplicadas sobre o que se observa em territórios outros, indiscriminadamente. Por outro, o trabalho também aponta que assentamentos informais também são resultados de projetos – ainda que coletivos, sem assinatura de especialistas e construídos e modificados ao longo do tempo.

Nossa quarta e última premissa informa, com base nesse entendimento, que projetos de arquitetura geram tanto (auto)construções como possibilidades humanas – sejam designadas pelo próprio indivíduo ou grupo, sejam a eles impostas (por exemplo por especialistas) –, mas que a prática e o ensino de projeto nas classes universitárias parecem pouco levar em consideração a multiplicidade de modos de vida e saberes construtivos populares que são próprios do morar de grupos socioeconomicamente vulneráveis. Parecem também não se importar com saberes construtivos, não especialistas, que resultam em projetos que tomam em conta elementos de impermanência e mutabilidade, dimensões da temporalidade e aspectos e soluções construtivos que mais bem atendam aos grupos que mais necessitam de moradia. Este é o caso da laje, elemento construtivo central de grandes favelas de grandes cidades latino-americanas, como Rio de Janeiro, São Paulo, Caracas, La Paz e Medellín, por exemplo, que serve de inspiração para o Trabalho 5, "Por uma epistemologia da laje", expor um esboço de desenho de epistemologia do Sul capaz de abarcar as complexidades que a solução habitacional exigida nos países da América Latina.

REFERÊNCIAS

ESCOBAR, A. **Autonomía y diseño**. Popayán: Universidad del Cauca/Sello Editorial, 2016.

FRY, T. **Design as politics.** Londres: Berg, 2012.

FRY, T. **Becoming human by designs.** Londres: Berg, 2012.

GUTIÉRREZ BORRERO, A. El sur del diseño y el diseño del sur. COLOQUIO INTERNACIONAL EPISTEMOLOGÍAS DEL SUR. **Actas…** Coimbra: Proyecto Alice, 2015a, p. 745-759.

GUTIÉRREZ BORRERO, A. Resurgimientos: sures como diseños u diseños otros. **Nómadas,** v. 43, p. 113-119, 2015b.

LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO (2000) 2005.

MIGNOLO, W.D. e ESCOBAR, A. (orgs.). **Globalization and the decolonial option**. Londres: Routledge, 2013.

NASCIMENTO, D.M. e TOSTES, S.P. Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil. **Arquitextos**, ano 12, n. 133.3, 2011.

PAPANEK, V. **Design for the real world.** Chicago: Academy Chicago Publishers, 1984

TRABALHO 01:

Políticas públicas de habitação e autogestão habitacional: hegemonias e contra-hegemonias na mercantilização da moradia

Um dos pontos centrais na agenda urbana no contexto latino americano é a questão habitacional. Estima-se que no Brasil, no ano de 2015 e segundo dados da Fundação João Pinheiro, 6,3 milhões de domicílios encontravam-se em situação de inadequação habitacional. Nestes números, que desenham o que comumente é chamado de "déficit habitacional" pelos poderes instituídos, incluem-se problemas de domicílios com adensamento excessivo, coabitação familiar, precariedades da edificação ou que absorvem mais de 30% da renda familiar em aluguel (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018).

A enunciação de "déficit habitacional", contudo, parece-me precisar ser problematizada. Por um lado, ela traz para o campo habitacional um termo normalmente relacionado a questões econômicas e, por outro e contraditoriamente, não inclui na problemática que visa a delinear a mercantilização da habitação. Dito de outro modo: falar em déficit é afirmar que há mais demanda que oferta de um determinado bem e faz com que se subentenda que a resolução do problema está na produção do bem faltante – o que não é o caso da habitação, porque há a quantidade necessária para suprir a demanda econômica de quem possui condições de pagar por ela (VILLAÇA 1986). Ademais, levando-se em conta os dados do Censo do IBGE, de 2010, que atestam existirem mais de seis milhões de domicílios vagos no Brasil – cifra que não computa residências de uso ocasional, como as casas de veraneio (KONCHINSKI, 2010) e era superior ao déficit que o país apresentava naquele mesmo ano –, faz-se necessário perguntar, pois, se o que há é um "superávit" habitacional ou, ainda, uma profunda contradição em nossa agenda urbana de políticas públicas da habitação.

Com base nestas elucubrações, pretendo demonstrar e problematizar a distância que há entre o entendimento da moradia vista como mercadoria e a moradia vista como um direito fundamental e inalienável do sujeito. Para isso, será feito um debate a respeito do termo "mercadoria" e, também, da mercantilização da habitação e da terra – e da consequente clivagem sócio-histórica em torno de seu acesso com base na raça e na classe dos sujeitos (Rodrigues, 1988). Serão importantes para minhas elucubrações as discussões de Jaramillo (2011), Ribeiro (1996), Correa (1993), Botelho (2005), Harvey (1980), Villaça (1986) e Santos Jr. (2011); além, é claro, da conceituação presente em *O Capital* de Karl Marx.

Visa-se, ainda, a um debate latino-americano acerca de políticas públicas de habitação, colocando em perspectiva soluções, desenhos de políticas públicas e projetos hegemônicos por governos e mercados que aprofundam a tragédia antiurbana de nossos tempos. Para isso, a agenda habitacional chilena nas décadas de 1970, 1980 e 1990 será cotejada com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), realizado no Brasil nas primeiras décadas do século XXI. No Chile, houve produção massiva de habitação, mas posteriormente o próprio governo reconheceu-a como ação que aprofundou as desigualdades socioespaciais e criou novos problemas – dentre outras razões, devido à falta de política fundiária (RODRIGUES e SUYGRANES, 2012). No Brasil, o PMCMV apresentou incongruências contundentes, conforme já extensivamente criticado por diversos autores (CUNHA, 20014; BONDUKI,2014; MARICATO,2013; ROLNIK,2012).

Finalmente, serão contrapostas a estes desenhos habitacionais oriundos do status quo interessantes experiências contra-hegemônicas de cooperação entre movimentos sociais urbanos no Cone Sul: as ações da Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua (FUCVAM) e as da União por Moradia Popular (UMP-RJ) e Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM), no Rio de Janeiro, Brasil. Trata-se de exemplos de enfrentamentos do problema habitacional, por parte dos movimentos sociais urbanos, que não

se circunscrevem tão somente à prática de gestão do processo da obra, mas também à geração de emprego e renda e à articulação com a conquista do direito à cidade em sua acepção mais ampla. Suas soluções criativas e fulcrais podem, portanto, estimular o avanço do debate acerca da desmercantilização da moradia e aprofundar as noções contra-hegemônicas em torno de provisão de habitação.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, N. **Os pioneiros da habitação social no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2014

BOTELHO, A. A renda fundiária urbana: uma categoria de análise ainda válida. **GEOgraphia,** v. 10, n. 19, p. 24-45, 2010.

CORRÊA, R.L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1993.

CUNHA, G.R. **O Programa Minha Casa Minha Vida em São José do Rio Preto: Estado, Mercado, planejamento urbano e habitação.** 2014. Tese (Doutorado em Teoria e História de Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **FJP Dados**: **Apresentação**. 11 Abril 2018. Disponível em: http://fjpdados.fjp.mg.gov.br/deficit/. Acessado em: 08 Junho 2018.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec. 1980

JARAMILLO, S. Los fundamentos económicos de la participación en plusvalías. In: ALFONSO R., O., JARAMILLO, S. e MONCAYO C., V. (orgs.), **Plusvalías urbanas**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2011.

KONCHINSKI, V. Número de casas vazias supera déficit habitacional brasileiro, indica Censo 2010. **Agência Brasil.** 11 Dezembro 2010. Disponível em: http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-12-11/numero-de-casas-vazias-supera-deficit-habitacional-brasileiro-indica-censo-2010. Acessado em: 08 Junho 2018

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! In: **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital**. Livro 1, Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Bertrand S.A., 1988.

RODRÍGUES, A. e SUYGRANES, A. El traje nuevo del emperador: las políticas de financiamiento de vivienda social en Santiago de Chile. In: ESPINOSA, J. (org.) **Políticas de empleo y vivienda en Sudamérica**. Quito: FLACSO- Sede Equador, 2012.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. São Paulo: Editora Contexto, 1988

ROLNIK, R. **Eu sou você amanhã: a experiência chilena e o 'Minha Casa, Minha Vida'**. Disponível em: https://raquelrolnik.wordpress.com/2012/05/10/ eu-sou-voce-amanha-a-experiencia-chilena-e-o-minha-casa-minha-vida/. 2015

SANTOS JR., O. A produção capitalista do espaço, os conflitos urbanos e o direito à cidade. In: CHRISTOVÃO, A. C., NOVAES, P. e SANTOS JR., O. (orgs.). **Políticas Públicas e Direito à Cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global Editora, 1986

TRABALHO 02:

O Programa Minha Casa Minha Vida: estado, mercado, planejamento urbano e habitação

Tem se tornado bastante evidente que a política habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) representou muito mais uma solução econômica anticíclica para a última grande crise capitalista da década passada do que propriamente uma política habitacional digna do nome. A solução econômica do PMCMV com vistas a geração e circulação de capitais privados, a partir de investimentos públicos, se sobrepôs à resposta adequada esperada de um programa habitacional em relação aos desafios urbanos brasileiros e à qualidade das moradias de baixa renda. Os projetos de moradia encampados pelo PMCMV não enfrentaram, por exemplo, a questão fundiária que é central em termos urbanos e habitacionais em nosso país, perpetuando um modelo de ocupação das regiões periféricas das cidades e não contendo – nem se propondo a conter – a especulação imobiliária dos vazios urbanos. Ao mesmo tempo, investiu quase que exclusivamente na solução privada de provisão habitacional, com foco nas empresas construtoras – muitas delas grandes empresas com capital aberto –, em detrimento de formas alternativas baseadas na autoprodução e autoconstrução de moradias, ou de aproveitamento ou incentivo de ocupação de imóveis vazios – que, sabe-se, são mais numerosos do que o déficit habitacional. Consequentemente, também não alavancaram, como poderiam, a assistência técnica habitacional, regida pela Lei federal 12.888/2010.

Tais afirmações iniciais têm respaldo na linha de outros trabalhos acadêmicos recentes (CUNHA, 2014; FIX, 2011; SHIMBO, 2010; ROYER, 2008) que analisam em seu conjunto as relações entre estado, mercado, planejamento urbano e habitação nos momentos que antecedem o PMCMV e durante sua vigência. É minha intenção compreender o significado deste programa e o desenho de suas políticas e de seus projetos habitacionais do ponto de vista do problema estrutural da moradia popular no Brasil: ser decorrente do processo de desenvolvimento econômico periférico, especialmente desde a década de 1990 caracterizada pelo regime pós-fordista financeirizado. Partindo de marcos teóricos que abrangeram a noção de "regulação" e de "planejamento estratégico", bem como a compreensão da estrutura e economia "pós-fordistas", no capitalismo periférico, para a interpretação da ação do estado e do mercado, a investigação indaga-se sobre quem são, como operam e se articulam os principais agentes do PMCMV, para a viabilização dos empreendimentos e quais foram seus interesses principais.

Viso a demonstrar que os arranjos institucionais e privados – ou o binômio estado-mercado – estabelecidos no PMCMV, que objetivaram fundamentalmente recompor a rentabilidade do mercado e a criação de novos negócios para a iniciativa privada, foram determinantes na configuração socioespacial da cidade, na contramão dos objetivos da Reforma Urbana e sua proposta de democratização. Como um dos seus efeitos, o PMCMV gerou um quadro paradoxal no qual houve elevação do custo da moradia alimentado pelo próprio Programa, isto é, não apenas não ofereceu resistência à atividade especulativa imobiliária como acabou dando a ela vazão e estímulo. Se por um lado é indiscutível que os governos de Lula e Dilma promoveram elevação da renda do trabalhador – por meio do estímulo ao salário mínimo acima dos índices inflacionários e ao crédito, ampliando o consumo das famílias de baixa renda que acessaram bens e serviços –, por outro lado, o custo da moradia sofreu um acréscimo superior, em muitos casos, aos ganhos econômicos dos trabalhadores destas mesmas políticas econômicas.

Conforme mostram as tabelas tabelas 1 e 2, subsequentes, em alguns segmentos de trabalhadores, precisou-se dispender parcela maior de salários mínimos para acessar o mesmo imóvel num intervalo de três anos,

justamente aqueles do apogeu do PMCMV. Ou seja, parte dos ganhos extras do trabalhador (ou da elevação de sua renda) foram reapropriados pelo setor imobiliário devido, principalmente, à atividade especulativa, cuja variação do valor dos imóveis se mostrou superior à variação do custo da mão de obra ou dos insumos da construção neste mesmo período.

Tabela 1: Evolução do custo da UH em relação ao SM - FGTS (Faixas 2 e 3)
Fonte: Produção própria do autor

Perfil do município	2009	2010	2011	2012	Variação
3. 250 mil a 1 milhão (R$)	80.000,00	100.000,00	130.000,00	145.000,00	+ 65.000,00
Custo da UH em SM	172,04	196,08	238,53	233,12	+61,08
Subsídio da UH em SM	36,56	33,33	42,20	40,19	+3,63
Custo Final da UH em SM	**135,48**	**162,75**	**196,33**	**192,93**	**+57,45**

Tabela 2: Comparativo entre inflação e o valor máximo de aquisição da UH - FGTS (Faixas 2 e 3)
Fonte: Produção própria do autor

Perfil do município	2009	2010	2011	2012	Variação
3. 250 mil a 1 milhão (R$)	80.000,00	100.000,00	130.000,00	145.000,00	+ 65.000,00
Reajuste UH - Inflação	-	84.728,00	90.235,32	95.505,06	+15.505,06
Valorização (diferença)	-	**+15.272,00**	**+39.764,68**	**+49.494,94**	**+49.494,94**

Ao mesmo tempo, o setor público, especialmente nas esferas municipais e federal, tiveram um papel ativo de criar condições mais favoráveis para os negócios da moradia econômica empreendidos pelas empresas de construção e pelo mercado imobiliário de uma maneira geral, invertendo ou "flexibilizando" o interesse público na provisão de moradias. Em muitos municípios, os planos diretores e demais instrumentos urbanísticos se ajustaram à lógica financeirizada e mercantilizada de provisão de moradias do PMCMV, ao invés do contrário. Coroa-se o processo de privatização da esfera pública e do bem público com o quase ausente estímulo às formas alternativas de produção e/ou de acesso a moradias já mencionadas, inibindo outras abordagens de projeto de moradia e de outras epistemes mais condizentes com as realidades locais, abordadas pelos demais autores deste simpósio temático.

Estas evidências sugerem a urgência da revisão dos arranjos institucionais e da aplicação do fundo público destinado à habitação no âmbito das políticas habitacionais atualmente (e do próprio PMCMV) não mais pura e simplesmente em favor da acumulação de capital, mas sim na direção do desenvolvimento social e na busca por uma cidade sócio espacialmente mais justa.

REFERÊNCIAS

CUNHA, G.R. **O Programa Minha Casa Minha Vida em São José do Rio Preto: Estado, Mercado, planejamento urbano e habitação.** 2014. Tese (Doutorado em Teoria e História de Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Carlos.

FIX, M. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil.** 2011. Tese (Doutorado em Economia – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

ROYER, L.O. **Financeirização da política habitacional.** 2009. Tese (Doutorado em Teoria e História de Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Carlos.

SHIMBO, L.Z. **Habitação social, Habitação de mercado - a confluência entre Estado, Empresas construtoras e capital.** 2010.) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Carlos.

TRABALHO 03:

Uma outra realidade para "desneutralizar" uma narrativa: a ocupação Bubas (Foz do Iguaçu – PR) como projeto e sob a perspectiva do desenho urbano

O interesse pelo tema do desenho do espaço público – ou dos espaços livres de edificação, como alguns preferem – no campo da arquitetura e urbanismo, se intensificou após 1945, conforme afirma David Shane (2011), na circunstância da reconstrução de um grande número de cidades europeias destruídas parcialmente (ou em sua totalidade) durante a Segunda Guerra Mundial. O termo *urban design* - que no Brasil recebeu a tradução literal de "desenho urbano" perdendo parcela significativa da polissemia e do conteúdo projetivo do termo em inglês – referia-se, em parte, à resposta às factuais penúrias deixadas pelo período de destruições da Guerra, mas também às necessidades da adequação projetiva das cidades a outro projeto de produto: o automóvel (SHANE, 2011). Os projetos propostos ignoravam, contudo, a complexidade da sobreposição de subsistemas da vida na cidade (DEL RIO, 1990). Por isso, acarretaram problemas e, consequentemente, inúmeras elucubrações a respeito da "qualidade" de projetos de desenho urbano feitos por arquitetos e arquitetas, bem como a adesão das pessoas quando vivem ou utilizam tais espaços.

Notórios e extensivamente utilizados nas universidades brasileiras são, por exemplo, os trabalhos Kevin Lynch, datados do início da década de 1960: ele apresentou novas perspectivas acerca da dimensão físico-espacial do desenho urbano, mas a elas agregou aspectos temporais, do gerenciamento do habitat e de seus "efeitos" no cotidianos das experiências individuais (LYNCH, 1981, [1960] 2006). Ao passar dos anos, vários autores seguiram sua linha de raciocínio: White (1980), Gehl (1987), Bacon (1992), Lang (2005), Carmona et al. (2010); Del Rio (1990), no Brasil; e mais uma lista infindável. No entanto e não por acaso, a maior parte desses estudos faz orbitar suas premissas e conclusões no âmbito dos interesses do mercado, preocupando-se essencialmente com grandes centros urbanos e áreas consolidadas (largamente na Europa e nos Estados Unidos, mas sendo tomados como referência para outros lugares), espaços quase sempre projetados formalmente, e analisados com uma ênfase em seu potencial turístico e comercial. São bem mais raros os estudos dedicados ao tema do desenho urbano em áreas informais, precárias, de arquitetura (dita) "vernacular", atravessadas por escassez econômica e/ou material. Parece reinar a indiferença em relação a populações que nelas vivem não somente nas ações do mercado ou do estado, mas também em muito da produção teórica afeita ao tema no campo da arquitetura e do urbanismo.

Diante deste quadro, proponho reflexões e questionamentos sobre o espaço público, com base n o campo de estudos do desenho urbano, mas no entanto em contextos ainda pouco explorados. Tomo como objeto de estudo a chamada Ocupação Bubas, o maior assentamento informal em extensão territorial do estado do Paraná, situado em Foz do Iguaçu, cidade transfronteiriça entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina. A área que dá o nome à ocupação é uma gleba privada, utilizada para a plantação de soja e que teve suas atividades suspensas por determinação judicial. O local foi ocupado por pessoas que não tinham mais condições financeiras de se sustentar nas áreas consolidadas do tecido formal da cidade, em busca de um local para habitar. No presente, a Ocupação Bubas passa por processos de regularização fundiária após longo período em que ocupantes sofreram ameaças por parte do poder público e rechaços das mídias de mercado locais.

A partir de um trabalho realizado com participação de discentes do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (CAU UNILA), viso a expor uma análise da ocupação com base na relação existente entre ambiente e ocupantes e levando em consideração seis dimensões de análise: visual, perceptiva, social, morfológica, funcional e temporal (cf. BRITTO, 2016). Note-se que, ainda que se trate de uma área não projetada por profissionais de arquitetura e urbanismo, a análise que visa-se a

apresentar não deixa de se referir a dimensões largamente presentes nas teorias do desenho urbano aplicadas em áreas formais, projetadas.

O estudo identificou aspectos fundamentais presentes nos espaços da ocupação que a proposição metodológica de análise do desenho urbano normalmente não considera. Entre outras conclusões, demonstrou que na área estão presentes estímulos que conectam o ambiente à atribuição de sentido, memória e pertencimento, que criam o elo afetivo entre a pessoa e o ambiente físico; que há elementos tipológicos evidentes e largamente repetidos nas edificações construídas por ocupantes e nas vias parceladas no momento da ocupação, bem como na sua gestão subsequente; e que estratégias domésticas, intralote, promovidas por moradores/as, têm efeitos diretos e indiretos nos espaços exteriores.

Tais constatações ensejaram reflexões acerca do campo de estudos do desenho urbano. Talvez um dos maiores problemas, nas análises mais recorrentes, está na tentativa de naturalizar padrões de configurações espaciais como determinantes de qualidade, baseados em uma visão que se diz abstrata, neutra, generalista e, portanto, aplicável a qualquer ambiente – que quer ser a verdade sobre o lugar, mas que é tão somente uma narrativa, naturalizada por *urban designers* como sendo uma descrição fidedigna do "real".

As categorias de análise do desenho não podem ser vistas como neutras, porque não o são: dependem essencialmente de conhecimentos já adquiridos e experiências de vida de quem observa a área em análise. Apresentadas como teorias abstratas sobre a leitura do espaço, categorias morfológicas, tipológicas e de percepção do espaço estão submetidas a representações da paisagem urbana e do que se entende como cidade, elaboradas sob moldes do mercado – e justamente por isso, tendo a ser mais hegemônicas. Em outras palavras, teorias e práticas usuais do desenho urbano, por um lado, não consideram que áreas como a Ocupação Bubas são fruto de *projeto* – ainda que feito por meios não convencionais, de forma fragmentada espacial e temporalmente e encampado por não especialistas. E, por outro lado, as desconsidera também como paisagens possíveis, dotadas de espaços de qualidade e que proporcionem sentido de lugar (TUAN, [1974] 1980, [1977] 1983).

REFERÊNCIAS

BACON, E. **Design of Cities**. Londres: Thames & Hudson, 1992.

CARMONA, M., HEATH, T., OC, T. e TIESDELL, S. **Public places – urban spaces**. S.l. Elsevier/Architectural, 2010.

DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

GEHL, J. **Life between buildings**. Nova York: Van Nostrand Reinhold Company, 1987.

LANG, J.T. **Urban design**. Burlington: Elsevier/Architectural Press, 2005.

LYNCH, K. **A boa forma da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1981.

LYNCH, K. **A imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, (1960) 2006.

SHANE, David G. **Urban Design Since 1945**: A Global Perspective. Chichester: John Wiley & Sons, 2011.

TUAN, Y.F. **Topofilia.** São Paulo: Difel, (1974) 1980.

TUAN, Y.F. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, (1977) 1983.

TRABALHO 04:

Do especialista ao facilitador: repensando o papel dos arquitetos e urbanistas nos projetos de habitação popular a partir de uma perspectiva decolonial

Quando se pensa em *projeto* de habitação popular, a figura do especialista a ele imediatamente se associa: o arquiteto e urbanista, o engenheiro, o técnico, o cientista; que dominam os saberes da racionalidade moderna técnico-instrumental e suas linguagens específicas – validadoras de verdades e dominantes no discurso acadêmico – apresentadas como 'neutras', 'objetivas', 'racionais' e 'impessoais'. Esta proposta de comunicação se coaduna com as visões críticas que rechaçam a esta pretensão universal das ciências ocidentais, que negaram outras racionalidades e outras formas de explicação do mundo.

Em sendo um modelo global, a racionalidade técnico-científica "é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas" (SANTOS, 1988, p.48). A ciência ocidental, portanto, é um discurso, como qualquer outro permeado de poder e prenhe de emoções e desejos pessoais ou coletivos onde o irracional também habita. E que, afinal, "existe e se desenvolve como tal sempre expressando os interesses, desejos, ambições, aspirações e fantasias dos cientistas, apesar de suas alegações de objetividade e independência emocional" (MATURANA, 2001, p. 146).

O discurso científico é racionalizante, e não simplesmente racional, pois ele delimita o mundo a partir de seus próprios parâmetros de racionalidade. De matriz eurocêntrica, historicamente legitimou o domínio do Ocidente sobre o resto do mundo, se afirmando enquanto uma entidade superior também através da ciência. Nesse sentido, é impossível descolar a produção e a circulação da ciência no Brasil do legado do colonialismo nos países da América Latina, da colonização epistêmica do Sul pelo Norte, onde o colonizado aparece como o Outro da razão (CASTRO-GÓMEZ, [2000] 2005, p. 83), o que justificaria o exercício do poder pela sua contraparte – o colonizador.

Isto evidentemente tem efeitos sobre o saber técnico-científico relacionado a projetos de arquitetura e urbanismo – o hegemônico, ensinado em universidades e reproduzido nos círculos acadêmicos. Assim sendo, não é possível desvincular os projetos de habitação popular dos modelos desenvolvimentistas ocidentais, que opõem o desenvolvido e o subdesenvolvido, o moderno e o atrasado. Há que se perguntar, portanto, o quanto os projetos de habitação popular asseguram a reprodução da hegemonia eurocêntrica e do seu ideal científico "superior", ao mesmo tempo que colonizam os corpos e os espaços.

No contexto brasileiro das políticas de produção de habitação popular, conjunto expressivo de especialistas utiliza a linguagem científica para impor os seus planos verticalmente, sem considerar outras formas de saber fora do âmbito técnico, científico e acadêmico, consideradas 'leigas' e 'informais'. Percebe-se tanto a utilização do discurso técnico e científico para legitimar o desenho e a aplicação de políticas públicas e projetos quanto a ausência de participação popular das comunidades. Um exemplo: a partir da extrema padronização e falta de contexto das "soluções" projetivas produzidas nas habitações do Programa Minha Casa Minha Vida em todo o Brasil (NASCIMENTO e TOSTES, 2011; CUNHA, 2014), não é difícil imaginar, por um lado, que a participação popular foi desconsiderada na dimensão executiva desses planos; e que, por outro lado; ao serem projetadas, desenhadas e construídas de forma tão seriada, inclusive muitas vezes no que dizia respeito a seu programa arquitetônico, naturalizavam um modelo único de família que não corresponde a diversidade de arranjos dos grupos que adquiriam tais moradias. Se por vezes moradoras e moradores são ouvidos, suas falas são válidas somente à título de legitimação dos imperativos técnicos do

Estado. Mantêm-se ainda o planejamento e projetos verticais, oriundos de gabinetes de burocratas ou das pranchetas ou telas de computador de urbanistas, sem considerar os saberes e contextos específicos de cada território e população.

Como base nessa exposição de ideias, parece-me clara a necessidade de se repensar o título de 'especialista', buscando lhe dar um novo papel em diálogo com a participação ativa da comunidade, desejoso de um *buen vivir* contraponto às lógicas capitalistas intrinsecamente perversas na produção da desigualdade. Para isso, Arturo Escobar (2016) aponta, nesse sentido, a necessidade de uma nova espisteme que seja radicalmente diferente das tradições racionalistas de matriz eurocêntrica, através de métodos que "destaquem a pesquisa nas fases iniciais do processo, com o projetista (no original, *diseñador*) como facilitador e mediador mais que como especialista; e concebam o projeto (no original *diseño*) como eminentemente centrado no usuário, participativo, colaborativo e radicalmente contextual" (ESCOBAR, 2016, p. 52). Desse modo, a atuação de qualquer especialista, sejam profissionais de arquitetura, urbanismo ou engenharia, deve se distanciar da ideia do "indivíduo" como agente do projeto por excelência (p. 103), com vistas a redescobrir o seu papel de facilitador que trabalha junto e para a comunidade – essa devendo ter o poder de governar a si mesma e os projetos que vão afinal, interferir em sua vida.

A visão de Escobar (2016) sobre a necessidade de uma nova atitude de projeto se apresenta enquanto uma opção oposta à noção desenvolvimentista ocidental. Nesta nova atitude, deve-se praticar a desobediência epistêmica frente aos saberes eurocêntricos (MIGNOLO, 2011), pela qual a desocidentalização se apresenta como "uma trilha para a existência desvinculando-se das crenças de que a modernidade e o desenvolvimento são o único caminho para o futuro" (p. 64). A fim de promover práticas mais autônomas e participativas de projeto, é preciso então evocar outra imaginação de projeto na qual se deve "caminhar de mãos dadas com aqueles que estejam protegendo e redefinindo o bem-estar, os projetos de vida, os territórios, as economias locais e as comunidades em todo o mundo" (Escobar, op. cit., p. 30).

Assim sendo, não é possível falar sobre as políticas públicas para a habitação popular no Brasil sem considerar o caráter "civilizador" dessas práticas desenvolvimentistas, solapando contextos locais e os saberes populares. Por fim, especialistas são importantes e devem ter um papel mediador nos processos de aplicação de políticas públicas, mas sozinhos não possuem todas as respostas técnicas. Urge repensar seu papel nos projetos habitacionais contemporâneos. Em uma perspectiva freireana (FREIRE, 2013), o especialista deve se tornar, então, um facilitador que ofereça seus conhecimentos como uma ferramenta útil aos projetos de arquitetura e urbanismo – e, consequentemente, de vida – relacionados às comunidades centrados na autonomia e no bem viver.

REFERÊNCIAS:

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção do outro" In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber.** Buenos Aires: CLACSO, (2000) 2005. p. 80-87.

CUNHA, G.R. **O Programa Minha Casa Minha Vida em São José do Rio Preto: Estado, Mercado, planejamento urbano e habitação.** 2014. Tese (Doutorado em Teoria e História de Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Carlos.

ESCOBAR, A. **Autonomía y diseño**. Popayán: Universidad del Cauca/Sello Editorial, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

MATURANA, H. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

MIGNOLO, W.D. **The darker side of western modernity**. Londres: Duke University Press, 2011.

NASCIMENTO, D.M. e TOSTES, S.P. Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil. **Arquitextos**, ano 12, n. 133.3, 2011.

SANTOS, B.S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos avançados**, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988.

TRABALHO 05:

Por uma epistemologia da laje

Se "epistemologia" é toda e qualquer noção, conceito ou ideia que, de forma deliberada ou não, designa o que se conta como conhecimento válido (cf. Santos e Meneses, 2009), não há conhecimento sem atores, práticas e interações sociais atravessados por diferentes contextos culturais, geo-históricos e políticos. Não há conhecimento, tampouco, sem a criação de instituições e institucionalidades.

Como bem sabemos, universidades, centros de pesquisa, sistemas peritos e pareceres técnicos foram difusores e legitimadores de epistemologias que, considerados os hermetismos de muitos de seus códigos e rituais, tornaram difícil a comunicação com outras epistemologias – e isso possibilitou que, durante muito tempo, as ciências operassem como detentoras de todo conhecimento possível. Quanto aos conhecimentos que resistiram, a epistemologia hegemônica científica os submeteu a seu próprio crivo e os designou "locais", "particulares", "vernaculares" e "contextuais" – saberes inferiores de gente inferior –, não sem a ajuda de elites locais que, beneficiadas, auxiliaram e perpetuaram projetos epistemicidas.

O ensino de arquitetura, em especial o de projeto, é partícipe destas práticas de poder que elege alguns saberes, pessoas e experiências como úteis, inteligíveis e visíveis – o que importa, o que é válido e o que é *real* –, enquanto outros são tomados como inúteis, perigosos, ininteligíveis (SANTOS e MENESES, 2010; MARTÍN ALCOFF, [2011] 2016) - e que, portanto, acaba por serem eliminados.

No campo disciplinar em arquitetura e urbanismo, diferentes intelectuais (FERRO [1976/1979] 2006; ARANTES, 2012; FREITEZ CARRILLO, 2018) expõem as contradições que ocorrem entre os processos de concepção/representação e a produção/construção final de uma edificação. O projeto de arquitetura é resultado de uma episteme cuja concepção congela o tempo e secciona o espaço por meio de representações visuais estáticas – desenhos técnicos que criam pontos de vista hierárquicos e heterônomos –, eliminando a fruição que é própria da experiência da arquitetura e da cidade. Desenhos como plantas baixas, elevações e cortes, outrossim, distinguem um trabalho branco-burguês que é intelectual, autoral e artístico, e que é feito na sala de aula ou escritório de arquitetura, de um trabalho físico e operário que é feito no canteiro de obras. Além disso, os saberes operários – tomados como inferiores – na execução manual, leve e precisa dos revestimentos e acabamentos, exercem a função trágica de fazer sumirem tijolos, cimentos, vigas, vergalhões, conduítes e todo tipo de marcas de seu próprio trabalho.

É por isso que Leo Name e Andréia Moassab (2014), seguindo a abordagem decolonial, apontam que sistemas técnicos, repertórios, morfologias e tipologias jamais são neutros, mas geo-historicamente e politicamente determinados. Na mesma direção, o arquiteto cubano Yasser Farrés Delgado desenvolve a noção de "colonialidade territorial" (FARRÉS DELGADO e MATARÁN RUIZ, 2014), que serve para explicar os padrões de poder conduzidos por determinados grupos que mantêm o privilégio epistêmico de definir o que é a boa arquitetura, o bom urbanismo e o bom planejamento territorial. Refere-se também à subalternização que direcionam as disciplinas científicas e as práticas de ensino profissionalizante às existências não urbanas e às arquiteturas de racionalidades não modernas, e que produz efeitos na prática projetiva.

Abraçamos a necessidade de "epistemologias do Sul" (SANTOS e MENESES, orgs., 2010) e a cotejamos com os sentidos amplos da ideia de *projeto* referenciados nesta proposta de Simpósio com base em diferentes autores (GUTIÉRREZ BORRERO, 2015a, 2015b; ESCOBAR, 2016). Afirmamos, seguindo Gilberto Velho (1994), que projetos reúnem um conjunto de processos, escolhas e articulações que indivíduos ou coletivos realizam em uma cultura e sociedade delimitadas no tempo e no espaço. Assim se institui um campo de possibilidades

que é sempre aberto, em que a convivência é sempre tensa e nos quais determinados projetos fazem com que outros se modifiquem. A viabilidade de cada projeto depende do jogo interacional entre indivíduos e coletivos: concluem seus projetos, perdem-se em seus trajetos ou redefinem-se caminhos adequando os meios aos fins projetados (cf. KOURY, 2015).

Estendemos tais acepções à materialidade das autoconstruções populares das grandes favelas latino-americanas. Defendemos que mesmo os grupos sociais mais excluídos desenvolvem saberes e práticas para projetar seu habitat e, por extensão, suas vidas. Por isso, vemos as autoconstruções não como resultados "espontâneos", sem planejamento ou racionalidade: ao contrário, elas têm na laje o elemento central de um complexo *projeto*. Normalmente instaladas em edificações que revelam o trabalho por tijolos aparentes, vigas, pilares e vergalhões expostos, as lajes não são apenas um teto ou um piso: a elas são direcionados todos os tipos de usos e espaços provisórios e em permanente mutação – sempre há novos pavimentos por vir. Cumprem, igualmente, funções mais pragmáticas: abrigam as caixas d'água, intermináveis varais, jardins suspensos, pequenos animais; guardam tudo que não é imediatamente útil, mas que não se quer jogar fora, tudo que não cabe dentro de casa; servem de circulação entre casas; e, eventualmente, podem funcionar como solários, palcos, espaços de festas e eventos.

A laje, portanto, abriga profícuo campo de possibilidades (VELHO, op. cit) que contém processos de mutabilidade, impermanência e justaposição de espaços e usos ao longo do tempo, não facilmente absorvidos ou compreendidos na chave da racionalidade técnico-instrumental moderna e no ensino (de projeto) de arquitetura. Acreditamos, por isso, que há uma epistemologia da laje ainda por ser escrita: sobre um aprofundado conhecimento construtivo popular – arquitetônico e urbanístico, também produtor de sociabilidades – largamente ignorado e até mesmo rechaçado em circuitos técnicos e acadêmicos; mas que se absorvido pelas práticas de ensino de arquitetura, pode tornar o exercício de projeto mais rico e interessante, sendo capaz de atender diferentes demandas de diferentes usuários/as.

REFERÊNCIAS:

ARANTES, P. **Arquitetura na era digital financeira.** São Paulo: Editora 34, 2012.

ESCOBAR, A. **Autonomía y diseño**. Popayán: Universidad del Cauca/Sello Editorial, 2016.

FARRÉS DELGADO, Y. e MATARÁN RUIZ, A. Hacia una teoría urbana transmoderna y decolonial: una introducción. **Polis**, n. 37, 2014.

FERRO, S. O canteiro e o desenho. In: **Arquitetura e trabalho livre.** São Paulo: Cosac Naify, (1976-1979), 2006.

FREITEZ CARRILLO, O. **¿Puede lo subalterno diseñar?** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu.

GUTIÉRREZ BORRERO, A. El sur del diseño y el diseño del sur. COLOQUIO INTERNACIONAL EPISTEMOLOGÍAS DEL SUR. **Actas…** Coimbra: Proyecto Alice, 2015a, p. 745-759.

GUTIÉRREZ BORRERO, A. Resurgimientos: sures como diseños u diseños otros. **Nómadas,** v. 43, p. 113-119, 2015b.

KOURY, M.G.P. Gilberto Velho e a antropologia das emoções no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 14, n. 41, p. 22-37, 2015.

MARTÍN ALCOFF, L. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 129-143, (2011) 2016.

NAME, L e MOASSAB, A. Por um ensino de paisagismo crítico e emancipatório na América Latina: um debate sobre tipos e paisagens dominantes e subalternos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL, 12. **Anais...** Vitória: ENEPA, 2014.

SANTOS, B.S. e MENESES, M.P. Introdução. In: SANTOS, B.S. e MENESES, M.P. (orgs.). **Epistemologias do sul.** Coimbra, Almedina/CES, 2010, p. 9-19.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1994.

CONCEBER E CONSTRUIR _ Estruturas Leves e Pré-fabricação

DESIGN AND CONSTRUCTION _ LIGHTWEIGHT STRUCTURES AND PRE-FABRICATION

CONCEPTO Y CONSTRUIR _ ESTRUCTURAS LIGERAS Y PRE-FABRICACIÓN

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETOS E PRÁTICAS

COORDENADOR:
AMORIM, Anália MMC
Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela FAU USP _ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo;
Livre Docente e Professora da FAU USP e Professora Associada da Escola da Cidade; aamorim@usp.br

TRABALHO 01:
Pré-Fabricação e Sociedade
POMPEIA, Roberto
Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela FAU USP _ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo;
Professor da FAAP _ Fundação Armando Alvares Penteado e Professor Associado da Escola da Cidade; rapompeia@gmail.com

TRABALHO 02:
A Construção e a Obra de Lelé
LATORRACA, Giancarlo
Mestrando da Escola de Design da FAU-USP_ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo;
Professor Associado da Escola da Cidade; giancarlolatorraca@gmail.com

TRABALHO 03:
O Desenho e o Processo de Produção da Arquitetura –
A Sede do TCU em Salvador, Projeto de João Filgueira Lima (Lelé)
MOSANER, Fábio
Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela FAU USP _ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo;
Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC _ Universidade Federal de Santa Catarina;
fabiomosaner@gmail.com

TRABALHO 04:
O Pensamento Industrial nas Obras de Arquitetura
De Prouvé e Lelé à Produção da Cidade Contemporânea
ROSA, Valdemir Lúcio
Candidato ao Mestrado da FAU USP _ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo;
Professor da Escola da Cidade; vlr.arq@gmail.com
AMORIM, Anália
Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela FAU USP _ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo;
Livre Docente e Professora da FAU USP e Professora Associada da Escola da Cidade; aamorim@usp.br

TRABALHO 05:
Estratégias de *Form-finding* de Superfícies Estruturais Rígidas de Dupla Curvatura
MELACHOS, Felipe
Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; Professor na UAM _ Universidade Anhembi Morumbi e Professor da Escola da Cidade; felipe.corres@gmail.com

Salvador - 2018

CONCEBER E CONSTRUIR _ ESTRUTURAS LEVES E PRÉ-FABRICAÇÃO

DESIGN AND CONSTRUCTION _ LIGHTWEIGHT STRUCTURES AND PRE-FABRICATION

CONCEPTO Y CONSTRUIR _ ESTRUCTURAS LIGERAS Y PRE-FABRICACIÓN

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETOS E PRÁTICAS

TRABALHO 01:
Pré-Fabricação e Sociedade

TRABALHO 02:
A Construção e a Obra de Lelé

TRABALHO 03:
O Desenho e o Processo de Produção da Arquitetura –
A Sede do TCU em Salvador, Projeto de João Filgueira Lima (Lelé)

TRABALHO 04:
O Pensamento Industrial nas Obras de Arquitetura
De Prouvé e Lelé à Produção da Cidade Contemporânea

TRABALHO 05:
Estratégias de *Form-finding* de Superfícies Estruturais Rígidas de Dupla Curvatura

CONCEBER E CONSTRUIR _ ESTRUTURAS LEVES E PRÉ-FABRICAÇÃO

Objetivos:

A proposta geral deste Simpósio Temático é ter no ato de projetar em concomitância com o ato de construir: um instrumento de formação do arquiteto, tanto na instância da graduação como na instância da pós-graduação; tecer uma estratégia de fortalecer, técnica e esteticamente, as conquistas coletivas pró a construção das cidades brasileiras; e finalmente, mas não menos importante, incentivar e fortalecer o perfil do arquiteto construtor.

Contextualização da temática a ser discutida e estratégia para a discussão:

As lições que o século XX nos legou a respeito dos temas de pré-fabricação e estruturas leves, a invenção de novas máquinas e dispositivos de projeto e execução das construções, as urgências ambientais e a ocupação pelo ser humano dos espaços construídos e dos a serem ainda construídos estão a sugerir outras oportunidades de conceber e produzir o edifício e a cidade imaginados. Esta realidade impulsiona a convocar, mais uma vez, a união da arte, da técnica e da ciência, os grandes propulsores da arquitetura.

A eleição das Estruturas Leves e da Pré-fabricação como fios condutores deste Simpósio Temático se dá pela evidente demanda do século XXI pela leveza do edifício, pela responsabilidade sobre a origem, a aplicação e o destino dos materiais construtivos, pela consciência diante dos diversos tipos de organização social e técnica do canteiro de obra, pela crescente incorporação de dispositivos que fazem a interface do edifício e da infraestrutura urbana com as fontes de energia, qualidade da água e do ar e pela noção de urgência de encarar face a face as questões de nosso tempo: o desafio de conceber, construir e gerir cidades.

O tema Conceber e Construir está baseado na intuição de que *"o fazer pensando e pensar fazendo"* conduzem - dentre outas formas de formar arquitetos - à formação de indivíduos que terão consciência, ao projetar e construir, de suas decisões tecnológicas e espaciais.

Antes de elencar os cinco trabalhos deste simpósio, traçaremos uma estratégia de estudo analítico e aplicado para enfrentar a questão da pré-fabricação e das estruturas leves no século XXI quando e onde, diante do significativo arsenal de possibilidades sensíveis e tecnológicas, não se justifica mais repetir formas como se a cidade fosse a reprodução indiscriminada de objetos industrializados. É este estudo programático que buscará, neste primeiro momento, instigar as discussões do simpósio temático. Futuramente, ele prosseguirá nas suas investigações.

Ao retomar a figura do arquiteto como um *servo* da sociedade, nas palavras do mestre Renzo Piano no final do século XX - palavras estas que ecoaram entre os arquitetos – a retomemos levando em consideração que se trata de um servo instrumentalizado, intelectual e tecnicamente, para pensar, propor e fazer a construção das cidades. Ao se afastar desta construção, o arquiteto pode até avançar na sua liberdade formal, todavia perde um possível diálogo com os atores a quem serve e perde qualidades inerentes ao serviço prestado à sociedade. Interessam-nos aqui os diálogos que visam o aperfeiçoamento ético, técnico e estético da profissão através do ofício. Por se tratar de uma profissão onde o amadurecimento profissional necessita de tempo, tempo este que extrapola ao período da formação acadêmica, o arquiteto segue a precisar de

interlocutores durante sua prática.

Ao considerar conquistas arquitetônicas as obras que nos ajudam a pensar nosso tempo e circunstâncias, gostaríamos de enfatizar as decisões de projeto que privilegiam a leveza das construções; a busca por uma industrialização de seus componentes, dispondo-os de forma diversas e não repetitiva; o compromisso de influenciar e formar os profissionais envolvidos nesse processo e o redesenho de cadeias produtivas mais duradouras, versáteis e o mais possível economicamente promissora para todos os seus atores.

Postas estas considerações, este estudo programático, na sua primeira abordagem, traçará um panorama da construção civil no mundo, com ênfase nos materiais construtivos, suas densidades e sua relação com a forma conquistada. Há de se notar que ao longo dos séculos, a concepção arquitetônica tem apontado em direção à diminuição do peso das construções. A escolha por estruturas leves deve-se principalmente ao aperfeiçoamento da pré-fabricação dos componentes construtivos. Edifícios de grande, médio e pequeno portes têm usufruído dessas medidas de leveza, tanto na sua constituição estrutural e construtiva como na escolha dos seus componentes de vedação; ventilação; iluminação; comportamento acústico; captação, limpeza, abastecimento, armazenamento e esgotamento hídricos; manejo de resíduos e manejo de fontes energéticas. Estes dados técnicos podem vir a compor o imaginário do arquiteto de sorte a gerar uma concepção espacial comprometida com a estética da forma, da estrutura, do material, do canteiro, da manutenção e gerenciamento do edifício. Dentro deste quadro de estudo programático a inserção da economia como subcapítulo da ecologia nos leva a analisar os ciclos de vida dos produtos, o papel dos materiais sintéticos nas escolhas construtivas e a disponibilidade do ambiente prover nossas decisões espaciais. A leitura do ambiente como um dos principais atores deste estudo pode não apenas nos conduzir a análise dos materiais existentes, como nos impulsionar à criação de novas soluções materiais e sistêmicas.

A segunda abordagem será dedicada ao notório fazer, ou seja, ao canteiro. A começar pelo impacto que o canteiro provoca no entorno. Outro tema de interesse é o conhecimento sistemático da composição da mão de obra e sua estreita relação com os equipamentos que a tornam os projetos e obras exequíveis. O conhecimento do plano de montagem dos edifícios nos auxilia a conceber os espaços e planejar sua construção, ao levarmos em consideração a dimensão das peças construtivas em relação ao plano de circulação urbana, às dimensões do entorno da obra, aos modos de transporte dos elementos construtivos, ao dimensionamento e características dos equipamentos, à complexidade de manejo dos mesmos.

A terceira abordagem trabalhará a interface entre a concepção arquitetônica e os modelos de simulação de desempenho térmico, de desempenho acústico, o desenho da iluminação natural e artificial e seus rebatimentos estéticos e econômicos, a análise projetual dos sistemas ativos de condicionamento do ar e seus impactos na qualidade interior da atmosfera gerada. Uma abordagem que possa se ater ao custo das decisões arquitetônicas e urbanas de uma maneira ágil e interativa.

Finalmente, a quarta abordagem se aterá a questões de certificações e legislação, unindo seu atual estado técnico a possíveis aperfeiçoamentos.

Trata-se de um estudo programático onde o ato de projetar faz parte da construção do conhecimento, assim como já o faz o estudo analítico de obras, de canteiros, de projetos, de modos de conceber, de lidar com as plataformas de simulações. E foi utilizando-nos deste estudo programático que elegemos as cinco pesquisas que serem apresentadas e debatidas neste Simpósio Temático e será com seu apoio que conduziremos as discussões.

Breve síntese dos trabalhos a serem apresentados:

O primeiro trabalho chama atenção à lacuna técnica entre o ensino da teoria e da prática nas escolas de arquitetura e à distância entre a produção arquitetônica e a realidade social da construção.

O segundo e terceiro trabalhos se debruçam na experiência do arquiteto João Filgueiras Lima, um dos principais arquitetos brasileiros contemporâneos, recém falecido, a enfrentar sistêmica e insistentemente a questão da pré-fabricação e das estruturas leves. O segundo trabalho enfoca, portanto, a metodologia do arquiteto e seu papel político frente às questões de arquitetura-urbanismo e o terceiro trabalho se dedica a estudar a relação do desenho do referido arquiteto com a produção industrial dos seus projetos.

O quarto trabalho se dedica à análise das obras dos arquitetos Jean Prouvé e João Filgueiras Lima, buscando estratégias inovadoras para produção da cidade desejada; se atém ao estudo das pequenas empresas da construção civil intuindo que está neste nicho possíveis e reais atores comprometidos com o aperfeiçoamento tecnológico do pensamento arquitetônico e construtivo. O trabalho tem como pano de fundo trinta anos de prática profissional do pesquisador e tem como principal objetivo avançar na criação de alternativas para os programas habitacionais.

O quinto trabalho corroborará a busca por formas geométricas leves, funcionais e resistentes. Para tanto, busca, através do estudo da inércia e dos modelos, dar resistência e exequibilidade a diversos tipos de arranjos geométricos. Utiliza-se de novos ferramentais que servem à modelagem e à fabricação digital dentro da concepção formal e estrutural propriamente ditas, mais especificamente o *form-finding.* Chama atenção às referências bibliográficas, que mesmo que extensas em quantidade, trazem um roteiro para quem quer se dedicar às novas formas virtuais e factuais de conceber projetos em arquitetura e suas implicações construtivas.

REFERÊNCIAS:

PIANO, Renzo. **La Désobéissannce de l'Architecte.** Conversation avec Renzo Cassigoli. Paris: Arléa, 2009.

LIMA, João Filgueiras _ Lelé. **Memorias Profissionais de Lelé (João Filgueiras Lima).** Em Depoimento a Cynara Menezes. São Paulo e Rio de Janeiro: Editora Record. 2004.

MARREY, Bernard. **L'Abbé Pierre et Jean Prouvé.** LAMaison des Jours Meilleurs. Paris: Éditions du Linteau. 2010.

PROUVÉ, Jean. **Conversas com Jean Prouvé.** Armelle Lavolou (ed). Paris: Éditions du Linteau. 2001

BAUDRILLARD, Jean; NOUVEL, Jean. **Les Objets Singuliers.**Architecture et Philosophie. Paris: Arléa, 2013.

TRABALHO 01:
PRÉ-FABRICAÇÃO E SOCIEDADE

A lacuna técnica entre teoria e prática nas escolas de arquitetura se reflete na vida profissional. Frequentemente presenciamos o espanto de um arquiteto recém-formado - ou não - ao se dar conta de que não faz ideia sobre o peso de um bloco de concreto. Em outras palavras, a formação do arquiteto sofre com um forte hiato entre o que se pretende ensinar em projeto e a realidade construtiva. Como quem não sabe construir, vai saber projetar uma edificação? Como conceber um projeto sem pensar na logística da obra e no esforço de quem a faz? Temos que pensar em quem constrói também com os olhos voltados para suas respectivas realidades sociais – invariavelmente pessoas de baixa formação que viram na construção civil a única possibilidade de trabalho.

A distância entre a produção arquitetônica e a realidade social da construção é um dos fatores de maior importância no cenário da produção arquitetônica. A indústria da construção civil no Brasil é a mais precária e exige um baixo grau de formação. Coincidente e paradoxalmente, a parcela da população responsável pela construção civil é uma das que mais sofrem com a pobreza e com o problema habitacional. Por que então não unir o saber construtivo com uma forma organizada de produção habitacional? Produção essa que pode ser inserida em pequenas fábricas de componentes em bairros precários. Tal inserção pode provocar um desenho urbano cujas características não só favoreçam à dinâmica construtiva, como provoquem uma requalificação local que vai além da obra. Por exemplo, essas fábricas de componentes podem se transformar em futuras praças e sua área de estoque, em futuras habitações. Tais canteiros de peças pré-fabricadas poderiam aliar a necessidade de produção de componentes leves e de fácil manejo à prática formativa de alunos de escolas de arquitetura. Para um aluno, a ordem de pré-fabricados é muito mais simples de ser entendida do que as inúmeras maneiras e técnicas construtivas existentes. Para um usuário, os pré-fabricados são uma oportunidade de realização de uma obra mais rápida e econômica.

É evidente que não se espera da pré-fabricação um modelo arquitetônico que vai se repetir milhares de vezes, criando uma uniformidade volumétrica previsível. A ideia é que haja um "vocabulário de peças" que possam ser usadas numa infinidade de possibilidades. A laje tipo "*prel*" é um exemplo disso.

A possibilidade de desenvolvimento de pequenas fábricas em locais precários, permite uma inserção de determinados produtos que podem rapidamente serem absorvidos pelos consumidores locais. Essas peças não se restringiriam às que seriam usadas na construção de moradias ou pequenas construções. A fabricação de escadas de drenagem, tubulações, componentes de muros, esgotos e outros poderiam urbanizar e beneficiar várias áreas degradadas.

A possibilidade de aproximação do aluno de arquitetura a uma realidade mais próxima do fazer construtivo se dá por meio de projetos programados pelas escolas e coordenados por professores. Tais projetos deveriam ser realizados uma vez que há falta de assessoria técnica participando de projetos sociais. O uso de sistemas industrializados de construção facilita a compreensão do aluno e traz agilidade ao binômio projeto-obra. Dessa forma, o aluno teria contato com as reais necessidades e, ao mesmo tempo, poderia presenciar a execução do que viu em teoria.

Como o desenho urbano pode ser influenciado pela forma de produção habitacional? Unidades habitacionais feitas a partir de fábricas locais de pré-fabricados podem se beneficiar da logística de obra. O local de produção dos componentes, depois do término das obras, viraria uma praça com equipamentos coletivos

culturais e esportivos. O local de estoque seriam as circulações, perímetro de distribuição das unidades habitacionais.

Posto sob esta ótica, o estudo e a proposição de uma arquitetura baseada em sistemas pré-fabricados pode ser uma alternativa para a resolução de problemas que busquem unir a teoria à prática. Por outro lado, esta iniciativa pode vir a beneficiar as regiões que mais precisam de uma arquitetura de qualidade. Pode ser um elemento de diminuição sensível das distorções sociais brasileiras.

Além de exigir um conhecimento técnico acessível, a pré-fabricação se relaciona com o modo produtivo da obra e a qualidade de vida do trabalhador da construção civil. Soma-se a isso, a possibilidade de desenvolvimento de pequenas fábricas em locais precários, de tal forma que sua inserção possa colaborar com o desenho urbano.

O principal objetivo deste trabalho neste simpósio é avançar a discussão ao propor uma reflexão acerca da aproximação necessária do aluno de arquitetura a uma realidade mais próxima do fazer construtivo e do contexto social local.

Outro ponto a ser levado à discussão, diante do estudo programático proposto pelo coordenado do simpósio temático, é como enfocar a questão da aceitação cultural da pré-fabricação e das estruturas leves, levando em conta as experiências internacionais e as últimas experiências brasileiras de construir edifícios que não propiciam cidades.

TRABALHO 02:

A CONSTRUÇÃO E A OBRA DE LELÉ

> "A ruptura com nossa situação presente de povos dependentes, não se dará jamais pelo caminho da macaqueação do que os outros fazem. Só se abrirão nossos horizontes, quando proibirmos o passado e o presente de forjarem o futuro que corresponde ao seu ser e à sua propensão. Só realizaremos nossas próprias potencialidades projetando nós mesmos o futuro que queremos para nós. Isso só sucederá quando desenvolvermos estilos de vida e modos de consumo que não se regem pelo primado de lucro, mas que queiram fundamentalmente atender às necessidades de nossa população, em termos de emprego, comida, educação, saúde e moradia." (Darcy Ribeiro, 1983, Introdução ao livro "Tecnologia da Tecnologia")

Com a epígrafe acima, do antropólogo Darcy Ribeiro, contextualizamos o caráter político-cultural da atuação do arquiteto João Filgueiras Lima _ Lelé e sua contribuição para o estabelecimento de bases tecnológicas locais, visando a implantação de equipamentos públicos em larga escala, tão necessários às demandas consolidadas historicamente na sociedade brasileira. Retomamos também o momento de gênese e expansão das possibilidades culturais e econômicas do país na década de 1960, com a criação de Brasília e a implantação da Universidade Nacional de Brasília tendo o próprio antropólogo à frente de sua elaboração. O arquiteto, forjado através da experiência prática na implantação dos canteiros e na execução das primeiras obras da capital, viabilizou a montagem do próprio edifício da Universidade através da pré-fabricação *in loco* de grandes peças em concreto armado, elaborada nos moldes das experiências soviéticas. Futuramente, na década de 1980, Darcy Ribeiro como vice-governador do estado do Rio de Janeiro, propiciou uma grande ampliação na escala da pré-fabricação que Lelé já havia praticado. Convidou-o para replicar os modelos de escolas em argamassa armada, feitas para atender às zonas rurais do estado de Goiás. No Rio, com o CIEP-Fábrica de Escolas e Equipamentos Urbanos, foram implantadas, em menos de dois anos, mais de 200 unidades nas periferias.

Das matrizes fundamentais à rede nacional

Destacamos sua experiência prática nos canteiros de Brasília, construindo as edificações provisórias em pré-fabricação de madeira. Um aprendizado direto e até fisicamente relacionado à construção de um projeto: sua primeira casa na capital foi construída no 'próprio braço', utilizando madeira de reuso de um canteiro desmontado. Analisando essa experiência construtiva e a incorporação decorrente das disciplinas de engenharia como raciocínios intrínsecos à concepção arquitetônica, pretendemos marcar as matrizes fundamentais de sua atuação futura. Lelé foi o arquiteto construtor no sentido original, associando produção e pesquisa; inicialmente no canteiro e posteriormente no chão de fábrica.

Ele tinha clareza histórica sobre as possibilidades do assentamento cultural do homem construtor, o homem técnico integrado às disponibilidades materiais de seu meio, equacionando soluções para criação de abrigos. Lembrava-nos da *"apropriação quase instintiva das coisas da técnica que existe em cada um de nós, e nós trazemos isso atavicamente... esse domínio total da tecnologia que as tribos têm – passados de pai para filho..."* Atentava para soluções empíricas utilizadas nas primeiras construções humanas em abóbodas e domos, destacando a sofisticação técnica e de ação coletiva que os índios brasileiros possuem: *"...eu tive a oportunidade de assistir à construção de uma maloca dessas do Xingu ... eles têm especializações, aquele que*

conhece a árvore que vai servir para curvar ... muito bonita essa grande maloca , feita com as madeiras recurvadas como se faz na África – referindo-se à casa xinguana típica dos Kamayurá e Kuikuro – *aqui a maior riqueza são dois círculos como geratrizes da forma alongada, com uma saída de ar por cima, algumas deixam um grande tronco na cumeeira, deixando as raízes aparecendo ... é uma habitação coletiva , enorme. Você vê a habilidade com que é feita, e muito correta em termos de ocupação de espaço e do clima ... e é tudo amarrado com embira, tecnologia rudimentar."* [1]

Lelé sempre considerou que em qualquer processo de construção, as primeiras questões que surgem são: disponibilidade de matéria prima e disponibilidade de energia necessária para se consumar determinada obra. Esse processo pressupõe a articulação do arquiteto como coordenador dos vários sistemas de produção e de trabalho, integrados e interdisciplinares, um desafio frente à fragmentação das profissões agravada pelo o desenvolvimento tecnológico. O projeto é um processo que não se esgota no início da criação, só vai se realizar durante uma série de episódios, dentre eles o próprio funcionamento; é um processo coletivo que se dá tanto pela integração das equipes durante a produção, como pelo uso posterior dos espaços. Em casos como os sistemas de micro drenagem, projetados para fácil manuseio, ou as escolas rurais, ele criou cartilhas com desenhos esquemáticos, disponibilizando a informação de montagem e manutenção, acessível a qualquer um.

A questão política e o necessário planejamento estrutural antecipado nas diversas fábricas criadas por Lelé, ganha destaque no caso da última fábrica, o Centro de Tecnologia da Rede Sarah Kubitscheck (CTRS). Foi o ponto alto de seus avanços na integração de materiais e desenvolvimento de sistemas para criação e gestão de equipamentos públicos. Lelé operacionalizou caminhos viáveis para conceber um ambiente saudável e construir um país com dignidade, unindo planejamento territorial e design como política.

Se não bastassem as demandas naturalizadas em nossa sociedade, como a precariedade e a ausência de soluções para equipamentos públicos essenciais decorrente da falta de interesse efetivo e de planejamento, hoje, a condição global de existência integrada nos coloca frente a problemas complexos e interligados, como alterações climáticas, imigrações e escassez de recursos. Teremos cada vez mais e de forma urgente, que lidar com soluções abrangentes que não poderão mais ser operacionalizadas dentro dos padrões políticos estabelecidos. Uma nova política, responsável e comprometida com interesses coletivos deve ser balizada pelas pautas da soberania da existência comum, não enraizada nas ações coorporativas que visam ao lucro provisório em prejuízo às futuras gerações. Como define o teórico de design Tony Fry, *"Design como política não é só mais uma questão a ser adicionada à agenda política existente; ao contrário, é uma política em si mesmo, com potencial de transformar a natureza da ação política"*. [2] Isso no campo ideal, a ser construído frente à necessária alteração da pauta de urgências mencionadas, pois não saímos do impasse fundamental em que *"...os interesses da democracia representativa e sua degeneração em 'soberania do consumidor' são antitéticos ao esforço para alcançar os meios de garantir o futuro."* [3]

---

[1] Trecho coletado da aula na FAU-USP 15/08/2006. http://www.fau.usp.br/eventos/anos_anteriores/lele_na_fau/index.html

[2] The Political, Sovereignty and design. In: Design as politics. Berg, Oxford, New York, 2011. Pp.101 – 102.

[3] Ibid.

E Lelé operou dentro de parâmetros éticos junto ao Estado, que criou e acabou por descartar um projeto técnico estratégico maior, no sentido coletivo e temporal; a favor de interesses de lucro privado, do imediatismo não planejado e orquestrado pelas grandes construtoras. Este talvez seja um dos pontos fundamentais a ser destacado na experiência técnica de ação nacional, que representou a rede de hospitais e equipamentos públicos produzidos pelo CTRS. Uma fábrica, um conhecimento coletivo único, tanto em escala como na história da arquitetura contemporânea, que deveria ter continuidade e renovar sua produção frente a novas realidades e desafios urgentes.

REFERÊNCIAS:

RIBEIRO, Darcy. Prefácio. In: BONSIEPE, Gui. **Tecnologia da Tecnologia**. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 1983.

Trecho coletado da aula na FAU-USP 15/08/2006:
http://www.fau.usp.br/eventos/anos_anteriores/lele_na_fau/index.html

FRY, Tony. **"**The Political, Sovereignty and design". In: **Design as politics**. New York: Berg. 2011. pp.101 – 102.

TRABALHO 03:

O DESENHO E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DA ARQUITETURA - A SEDE DO TCU EM SALVADOR, PROJETO DE JOÃO FILGUEIRA LIMA (LELÉ)

Este trabalho aborda o processo de produção da arquitetura, investigando as relações entre desenhos de projeto e a execução de obras. Para tanto elegemos especificamente o edifício sede do Tribunal de Contas da União (TCU) em Salvador, que foi projetado pelo arquiteto João Filgueiras Lima (1932-2014), o Lelé, e foi produzido pelo Centro de Tecnologia da Rede Sarah (CTRS) em 1997.

Este Centro de Tecnologia foi criado para a ampliação da Rede de Hospitais Sarah Kubitschek e outras instituições públicas, como as sedes do TCU.

O CTRS foi concebido, implantado e dirigido por Lelé no período de 1992 a 2009 em Salvador, Brasil. Sua organização incluiu oficinas de produção – de metalurgia leve, metalurgia pesada, argamassa armada, marcenaria e plásticos – integradas com o setor de projetos.

Argumentamos que o CTRS foi uma experiência singular de produção de arquitetura no Brasil, em virtude da estreita relação que firmou entre a construção e o desenho, assumindo papeis simultâneos de fábrica e centro de pesquisas, como também sendo responsável por todas as etapas do processo de produção dos edifícios, do projeto à montagem em canteiro.

Além disso, o Centro possibilitou o aprimoramento da pesquisa em industrialização e pré-fabricação de edifícios, realizada por Lelé ao longo de sua atuação profissional. Esta pesquisa foi iniciada no Centro de Planejamento da UnB - Ceplan, (Brasília, 1962-1964) e desenvolvida em inúmeras experiências como a Companhia de Renovação Urbana - Renurb (Salvador, 1978-1982), as escolas transitórias de Abadiânia (Goiás, 1982), os Centros Integrados de Educação Pública – Cieps (Rio de Janeiro, 1984-1986), a Fábrica de Equipamentos Comunitários - Faec, (Salvador, 1985-1989) e os Centros Integrados de Apoio à Criança – Ciacs (Governo Federal -1990).

O objetivo principal desta discussão dentro deste simpósio temático, tendo como apoio o estudo programático proposto, é investigar as práticas de projeto empreendidas no CTRS, utilizando com objeto de pesquisa os desenhos de produção do Edifício TCU - Salvador.

Este edifício foi industrializado e pré-fabricado no CTRS e caracteriza-se pelo uso de elementos estruturais em aço – sobretudo pela usinagem de chapas dobradas – complementados pelo uso da argamassa armada nas lajes de piso, nas vedações e na estrutura do auditório.

As principais características do partido adotado são: liberação do nível do solo para estacionamento e acesso do edifício, possibilitada pela adoção de duas vigas treliças de quarenta e cinco metros de comprimento dispostas ao longo das fachadas e apoiadas sobre dois pilares cada; iluminação e ventilação naturais realizadas através de *sheds* de cobertura; auditório circular no piso térreo, circundado por espelho d'água que permite resfriamento natural do ambiente.

Este edifício foi projetado e construído em apenas seis meses, sendo o primeiro de uma sequência de oito edifícios produzidos pelo CTRS para outra instituição pública além da Rede Sarah, por meio de convênios.

Ao longo do processo de projeto, o desenho é fundamental porque corresponde à principal linguagem utilizada nas fases de concepção dos edifícios. Por este motivo, a metodologia adotada para esta pesquisa foi analisar os usos e os significados do desenho no processo de produção deste edifício.

Inicialmente, realizamos o levantamento e a documentação dos desenhos de projeto, desde a fase de anteprojeto até os desenhos de fabricação de peças, no arquivo do CTRS.

Em seguida, realizamos a comparação destes com as etapas de obra, de modo a examinar quais os procedimentos permitiram a realização de um projeto e obra em curto espaço de tempo, com qualidade arquitetônica e precisão construtiva.

Ao apreciarmos a documentação disponível, pudemos perceber como o desenho (concepção e registro gráfico) das peças que compõem o edifício eram primeiramente concebidos no setor de projeto de arquitetura, depois eram aprimorados em cada oficina de produção, nas quais eram analisadas as possibilidades do maquinário e das ferramentas disponíveis.

Em seguida, estas modificações eram traduzidas nos desenhos de planificação para a produção das peças, para que pudessem ser confeccionadas. Constatamos também que parte da produção dos desenhos de projeto e fabricação se sobrepuseram cronologicamente ao tempo de desenvolvimento da obra, pois acompanharam sua sequência de execução.

Esta prática revelou uma relação diferente das práticas usuais na construção civil, nas quais os desenhos de projeto geralmente são finalizados antes do início das obras. No caso estudo, a natureza dos desenhos modifica-se: há menor divisão em relação às áreas técnicas, pois a lógica da produção dos desenhos segue a da produção e montagem no canteiro de obras.

Os primeiros desenhos correspondem aos primeiros serviços a serem executados na obra, incorporando nas pranchas as informações de diversas áreas técnicas (formas, ferragens, hidráulica, desdobramentos para fabricação na metalurgia) e assim sucessivamente.

Por fim, verificamos que o processo de projeto, bem como os desenhos produzidos, modificam-se conforme a relação e o comprometimento com a construção e os diferentes modos de interação com a industrialização da construção. E é sobre esta estreita relação entre desenho do projeto e a obra que pretendemos discutir neste simpósio temático.

TRABALHO 04:

O PENSAMENTO INDUSTRIAL NAS OBRAS DE ARQUITETURA DE PROUVÉ E LELÉ À PRODUÇÃO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Este trabalho analisa a importância da urbanização como suporte para o desenvolvimento da indústria, tendo como pano de fundo as experiências dos arquitetos Jean Prouvé e João Filgueiras Lima_Lelé.

Parte da premissa de que a indústria brasileira não colocou à disposição da cidade a sua evolução tecnológica e financeira, ao contrário, utilizou a infraestrutura da cidade como suporte necessário à sua evolução, movimentando apenas a indústria de base da construção civil – cimento e aço – não avançando no desenvolvimento da industrialização, com métodos e processos produtivos inovadores, rumo à construção de uma cidade mais equânime.

A análise das obras de Jean Prouvé e João Filgueiras Lima, também conhecido como Lelé, no que concerne às relações e influências que guardam entre si, desenhará o objetivo deste trabalho que consiste na busca de estratégias inovadoras para produção da cidade desejada, tendo como atores as pequenas empresas da construção civil comprometidas com o aperfeiçoamento tecnológico do pensamento arquitetônico e construtivo.

Este trabalho agora apresentado é fruto de trinta anos de experiência profissional em projeto e construção, industrialização e pré-fabricação. Sistematiza os trabalhos desenvolvidos em 1987, como uma experiência autônoma, quando realizei a instalação da primeira fábrica de pré-fabricados em argamassa armada na cidade de Campinas – SP, o que me levou, em 1991, a trabalhar com o arquiteto João Filgueiras Lima no projeto de instalação e desenvolvimento da Fábrica da Associação Comunitária, em Campinas, para o desenvolvimento de escolas e creches pré-fabricadas em argamassa armada. Nesse período, assumi a responsabilidade pelo projeto e construção do protótipo de 1.000m², em sessenta dias, da Escola Cooperativa Paulo Freire, em Jundiaí - SP. Esta obra, que se estendeu até 1993, promoveu uma estreita relação de consultorias e trocas de ideias com Lelé, exercendo grande influência em minha trajetória profissional, mesmo após o encerramento das atividades da Fábrica da Associação Comunitária, extinta por pressão das empreiteiras de obras públicas do Estado de São Paulo.

A experiência adquirida com Lelé refletiu no desenvolvimento e acompanhamento de vários projetos e implantações para produção de pré-fabricados, por mim concebidos e coordenados, seja para fábricas de pré-fabricados, seja para pré-fabricação no canteiro da obra.

A convivência com Lelé levou-me ao estudo aprofundado de sua obra e também da obra de Jean Prouvé, buscando decifrar o papel do projeto arquitetônico comprometido com a condução tecnológica e como esta forma de conceber o projeto pode interferir na política de produção da cidade e no traçado de novos caminhos.

A necessidade de sistematização de dados, análises e tecnologias provenientes dessa experiência, ainda não divulgada, assim como a consciência de que o fortalecimento da indústria da pré-fabricação no âmbito da indústria da construção civil, pode contribuir para a construção de uma cidade mais equânime, a partir do desenvolvimento de novas técnicas conduzidas pelo projeto arquitetônico e urbano, são as principais motivações e justificativas para a proposição deste trabalho.

As obras de Jean Prouvé e de João Filgueiras Lima serão o fio condutor desta pesquisa, constituindo-se como bibliografia fundamental. Além de referências complementares sobre o tema, também serão utilizados dados do

acervo pessoal das obras realizadas, bem como os registros produzidos ao longo dos trinta anos de trabalho junto às unidades de produção arquitetônica, logística e construtiva de pré-fabricados.

O trabalho a ser tratado neste simpósio temático, visa levantar e estudar com profundidade parte da produção arquitetônica de Jean Prouvé e João Filgueiras Lima, buscando analisar suas obras frente ao contexto político, econômico e tecnológico em que atuaram; visa avançar na seleção de um acervo de projetos dos dois autores que permita investigar até onde cada um conseguiu avançar em termos da estratégia de fabricar objetos, edifícios e infraestruturas urbanas e visa delinear as possibilidades de avanço dentro do contexto contemporâneo brasileiro.

É pois um estudo de parte da produção dos dois arquitetos, identificando as evoluções técnicas construtivas por eles utilizadas, nos respectivos contextos políticos e econômicos, buscando avançar as estratégias de produção e objetivando, sobretudo, vislumbrar os caminhos que privilegiam e formam os pequenos e médios produtores da construção civil comprometidos com o projeto arquitetônico e tecnológico, acreditando, assim, poder retomar a filosofia dos dois mestres, à luz da contemporaneidade. Tem como questão central produzir soluções arquitetônicas e construtivas que avancem a questão da construção contemporânea e forme os futuros produtores de objetos, edifícios e cidades, a partir da sistematização das experiências construtivas pessoais e das experiências dos arquitetos Jean Prouvé e João Filgueiras Lima. Os resultados esperados se refletirão, possivelmente, na criação de alternativas viáveis aos programas de produção habitacional que, atualmente, não facilitam a adoção de métodos de produção industrializada. Assim sendo, a verificação dos resultados produzidos por este trabalho dirá respeito ao aproveitamento, pelo mercado do pequeno e médio produtor, do conhecimento produzido.

REFERÊNCIAS

João Filgueiras Lima - Lelé. Série Arquitetos Brasileiros. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi. São Paulo: Editorial Blau. 2000.

SULZER, Peter. **Jean Prouvé: Complete Works.** volume 1: 1917-1933; volume 2: 1934-1944; volume 3: 1944-1954. Boston: Birkhauser, 1999.

HANAI, João Bento de. **Construção de Argamassa Armada: Fundamentos Tecnológicos para produção e tecnologia**. São Paulo: Pini, 1992

CANDELA, Felix. **Hacia una Nueva Filosofía de las Estructuras**. Buenos Aires: Ediciones 3, 1962.

FIGUERAS, Juan Ignácio Baixas. **Forma Resistente**. Santiago de Chile: Ediciones ARQ. Escuela de Arquitectura. Universidad Católica de Chile. 2005.

LYALL, Sutherland. **Masters of Structure. Engineering Today's Innovative Buildings**. Londres: Laurence King Publishing. 2002.

MARINGONI, Heloísa Martins. "Princípios de Arquitetura em Aço" in **Perfis Gerdau Açominas**. São Paulo: Coletânea do Uso do Aço. Volume 4. 1ª Edição. 2004.

DIAS, Luiza de Mattos. **Estruturas de Aço**. São Paulo: Zigurate. 1997.

MEUER, Karl Fritz. **Estruturas Metálicas. Construções com Tubos**. Belo Horizonte: KM Engenharia Ltda. 2002.

TRABALHO 05:
ESTRATÉGIAS DE *FORM-FINDING* DE SUPERFÍCIES ESTRUTURAIS RÍGIDAS DE DUPLA CURVATURA

O objeto de estudo deste trabalho frente ao simpósio temático é ater-se às superfícies estruturais de dupla curvatura. Existem muitas taxonomias para sistemas estruturais vigentes no momento, seja por material construtivo constituinte, geometria geradora ou resultante da tipologia estrutural, ou até mesmo como elemento ativo no caminhamento de forças. Para este trabalho foi instituído o sistema de taxonomia de Daniel Schodek e Martin Bechthold (2014), onde existe a separação de elementos estruturais quanto a sua rigidez e natureza geométrica do elemento construtivo resultante, de tal sorte a fomentar o entendimento das estruturas pela forma e fomentar a concepção estrutural intuitiva (ver Figura 1).

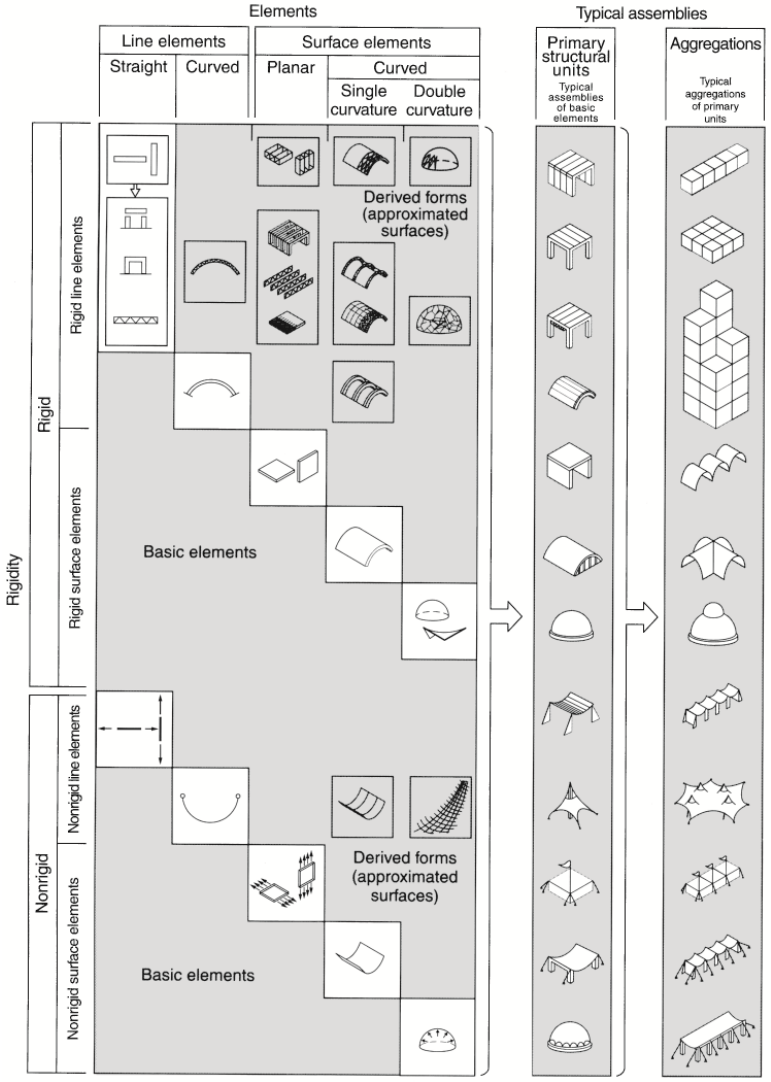


Figura 1: Classificação de Sistemas Estruturais de Daniel Schodek e Martin Bechthold (2014).
Fonte: SCHODEK, D., et. al., 2014, p. 5, adaptado por Felipe Corres Melachos.

De modo a delimitar o objeto de estudo deste trabalho, é importante ressaltar que Bechthold (2004) lembra que superfícies estruturais são tipologias que derivam de sua rigidez de curvaturas, dobras e protensão, encaminhando seus esforços por sua superfície. Schodek (2014). Estes autores ainda classificam explicitamente suas estruturas entre rígidas (as cascas) e as não rígidas (membranas), assim como pela curvatura da geometria resultante (dupla ou simples):

> [...] as superfícies estruturais incluem membranas tensionadas, cascas e placas dobradas, isto é, sistemas que podem ser altamente eficientes se projetado com base em seus princípios estruturais implícitos, e igualmente problemáticos se compreendidos de maneira superficial. Estes sistemas derivam sua resistência de dobra ou curvatura, ou, no caso de membranas tensionadas, protensão [...] Novos materiais como as fibras de fluoropolímeros, por exemplo agora são introduzidos na construção civil e expandem consideravelmente nossas possibilidades projetuais em maneiras sem precedentes. (BECHTHOLD, 2004, p. 2, tradução do autor do trabalho).

O objetivo principal deste estudo reside em compreender algumas das presentes alternativas de concepção estrutural para superfícies rígidas, tendo em vista sua retomada, em um âmbito global, em função dos presentes avanços da engenharia dos materiais e não do processo de análise digital na arquitetura (BELLES, P.; ORTEGA, N.; ROSALES, M.; ANDRES, 0, 2008). Dentre estas alternativas, este trabalho visa se aprofundar justamente nas vertentes de *form-finding* associadas à questão da modelagem e da fabricação digital na concepção estrutural propriamente dita.

O termo *form-finding* diz respeito à concepção estrutural na arquitetura, mais especificamente na "busca pela forma ideal de uma construção em um âmbito arquitetônico e estrutural" (COENDERS, BOSIA, 2006). Entretanto, parte do referencial teórico consultado também se refere ao termo complementando a definição acima como "um processo de otimização estrutural que usa as coordenadas nodais como variáveis" (BASSO, DEL GROSSO, 2011),

Como objetivos complementares, verifica-se a possibilidade de aprimorar estratégias de concepção estrutural de superfícies estruturais rígidas de dupla curvatura no ensino, mediante o contato com expertise tecnológica de baixa disseminação em território nacional. Também espera-se fomentar a concepção estrutural intuitiva, tanto em prancheta quanto em salas de aula, ao invés de suas matizes verificativas, por meio da exploração das relações geométricas em edificações pertencentes à tipologia estrutural em análise.

Como método de pesquisa, se propõem a análise e esgotamento de estudos de caso (SERRA, 2006) pré-selecionados em função de seu enquadramento na tipologia estrutural, oferta de material iconográfico acerca da obra, material utilizado no sistema construtivo e no processo projetual e construtivo. O redesenho e modelagem digital do estudo de caso também se apresenta como uma oportunidade de reconhecimento dos caminhamentos de esforços do projeto (TAGLIARI, PERRONE, FLORIO, 2017), assim como uma compreensão acerca de suas relações geométricas explícitas e implícitas (SASS, 2000).

Com base nos critérios expostos acima, escolheu-se analisar a cobertura, em casca de concreto armado UHPFRC (*ultra-high performance fiber reinforced concrete)*, da estação ferroviária de Shawnessy, em Calgary, no Canadá, projeto de 2004 dos escritórios Stantec Architecture e Lafarge Engineering (Figura 2).

Este projeto se enquadra no escopo de trabalho proposto justamente por constituir-se de abóbodas autoportantes, de matriz geométrica conóide (ENGEL, 2000), pré-fabricadas em UHPFRC, vãos de 6 metros, com cascas de 20 milímetros de espessura, e processo projetual fortemente calcado pela fabricação digital.

Figura 2: Estação ferroviária de Shawnessy, em Calgary no Canada, projeto de Stantec Architecture e Lafarge Engineering em 2004. Esta edificação foi elencada como estudo de caso para esta pesquisa sobretudo em função de sua utilização de UHPFRC associada a pré-fabricação de cascas extremamente esbeltas.
Fonte: VICENZINO, et. al., 2008, p. 2.

Este trabalho dentro deste simpósio temático visa proporcionar impactos tecnológico e pedagógico (GODIN, DORE; 2007) justamente por promover a aproximação com ferramental de processo de projeto, constituindo o estado da arte do *form-finding* no planeta.

O contato de arquitetos, engenheiros e acadêmicos para com este ferramental de concepção estrutural corrobora, como estímulo, para a melhor equipagem de nossas instituições de ensino superior de engenharia civil e arquitetura, assim como um estímulo para o ensino de sistemas estruturais em um viés intuitivo (REBELLO, 2004) em relação ao verificativo.

REFERÊNCIAS:

BASSO, P., DEL GROSSO, A., 2011. "Form-Finding Methods for Structural Frameworks: a Review". In: **Proceedings of the International Association of Shells and Spatial Structures**, 52, International Conference on Space Structures 2011, Londres. Anais 2011, Londres, Reino Unido: IABSE, 2011, p. 170-183

BECHTHOLD, M. **Innovative Surface Structures – Technologies and Applications**. New York: Taylor & Francis, 2008.

BELLES, P.; ORTEGA, N.; ROSALES, M.; ANDRES, O. "Shell Form-Finding: Physical and Design Tools". In: **Engineering Structures.** 2009.

CHILTON, J. **Heinz Isler.** Londres: Thomas Telford, 2000.

COENDERS, J., BOSIA, D. "Computational Tools for design and Engineering of Complex Geometrical Structures: From a Theoretical and a Practical Point of View". In: OOSTERHUIS, K., FEIREISS, L. (Eds). **Game Set and Match II. On Computer Games, Advanced Geometries, and Digital Technologies**. Rotterdam: Episode Publishers, 2006.

FLORIO, W. "Modelagem Paramétrica, criatividade e projeto: Duas experiências com estudantes de arquitetura". In FLORIO, W**. Gestão e Tecnologia de Projetos**, v.6, n.2, p. 43-66. 2011.

FLORIO, W. "Modelagem Paramétrica em Arquitetura: Estratégias para materializar Formas Complexas". In: **SIGraDi 2009**. São Paulo: Proceedings of the 13th Congress of the Iberoamerican Society of Digital Graphics. 2009.

FLORIO, W. "Knowledge, Repertoire and Ruled Surfaces in Oscar Niemeyer`s Architecture" In **Journal for Geometry and Graphics**, v. 11, n. 2, p. 209-222. 2007.

KOLAREVIC, B. **Architecture in the digital age: Design and Manufacturing**. Londres: Taylor & Francis, 2003.

OTTO, F. **Das hanged Dach.** Berlin: Bauwelt Verlag, 1954.

OTTO, F. **Forming Bubbles.** Stuttgart: Universidade de Stuttgart, 1988.

PEDRESCHI, R. **The Engineer's Contribution to Contemporary Architecture**. London: Telford, 2000.

PICON, A. **French Architects and Engineers in the Age of Enlightenment.** New York: Cambridge University Press, 1992.

POTTMANN, H. **Architectural geometry**. Exton: Bentley Institute Press, 2007.

ROLAND, C. **Frei Otto: estructuras: estudios y trabajos sobre la construcción ligera.** Barcelona: G. Gili, [196-?].

SASS, L. **Reconstructing Palladio's Villa: An Analysis of Palladio's Villa Design and Construction Process.** Thesis (Doctorate of Architecture: Design & Computation), Department of Architecture, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 2000.

SASS, L; OXMAN. R. "Materializing Design: The Implications of Rapid Prototyping in Digital Design". In **Design Studies**, V. 27, n. 3, 2006. 37p.

SCHODEK, D.; et. al. **Digital Design and Manufacturing: CAD/CAM Applications in Architecture and Design.** Hoboken: John Willey & Sons, 2005.

TAGLIARI, A.; PERRONE, R.; FLORIO, W. **Vilanova Artigas: Projetos Residenciais não Construídos**. São Paulo: Ed. Annablume, 2017.

TERZIDIS, K. **Algorithmic Architecture.** Oxford: Elsevier, 2006. 177p.

TIMOSHENKO, S.; WOINOWSKY-KRIEGER, S. **Theory of Shell and Plates**. New York: McGrall-Hill, 1940.

VICENZINO, E.; CULHAM, G.; PERRY, V.; ZAKARIASEN, D.; CHOW, T. "First Use of UHPFRC in Thin Precast Concrete Roof Shell for Canadian LRT Station". **PCI Journal.** 2015.

WHESTON, R. **Materials, Form and Architecture**. New Haven: Yale University Press, 2003.

V enanparq
Salvador - 2018

DISTANCIAMENTO COMO FORMA DE APROXIMAÇÃO: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS MULTIDISCIPLINARES NA TEORIA E NA PRÁTICA DA ARQUITETURA E DO URBANISMO

DISTANCING AS AN APPROACH FORM: MULTIDISCIPLINARY METHODOLOGICAL POINTS IN THE THEORY AND PRACTICE OF ARCHITECTURE AND URBANISM

DISTANCIAMIENTO COMO FORMA DE APROXIMACIÓN: APUNTES METODOLÓGICOS MULTIDISCIPLINARES EN LA TEORÍA Y EN LA PRÁCTICA DE LA ARQUITECTURA Y DEL URBANISMO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIO, PROJETO E PRÁTICA

COORDENADOR:
COSTA, Prof. Dr. Francisco de Assis da [Xico Costa]
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor permanente do PPGAU - UFPB; Professor Colaborador do PPGAU-UFBA; Professor Associado do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPB; xicocosta2001@gmail.com

TRABALHO 01:
Devir-criança para construção de uma história da cidade de Vitória (ES)
FERRAZ, Camila Benezath Rodrigues
Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU-UFBA; camilabenezath@hotmail.com

TRABALHO 02:
Práticas de arte pública como *experiência pública*: entre referencial e método de pesquisa
MARZADRO, Flavio
Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU-UFBA; flavio.marzadro@gmail.com

TRABALHO 03:
Para projetar arquiteturas-que-vazam
CORDEIRO, Mariana Ribas
Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU-UFPB; Pesquisadora do Grupo Visões Urbanas maribascor@gmail.com

TRABALHO 04:
Por um urbanismo que dança [com] a cidade
CAMBOIM, Iale
Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Pesquisador do Grupos Visões Urbanas; ialecamboim@gmail.com

TRABALHO 05:
Pensamento Cenológico na obra de Lina Bo Bardi (1976-1992)
SILVA, Mateus Bertone da
Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU-UFPB; Professor da EMAC-UFG; mt_bertoni@yahoo.com.br

DISTANCIAMENTO COMO FORMA DE APROXIMAÇÃO: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS MULTIDISCIPLINARES NA TEORIA E NA PRÁTICA DA ARQUITETURA E DO URBANISMO

DISTANCING AS AN APPROACH FORM: MULTIDISCIPLINARY METHODOLOGICAL POINTS IN THE THEORY AND PRACTICE OF ARCHITECTURE AND URBANISM

DISTANCIAMIENTO COMO FORMA DE APROXIMACIÓN: APUNTES METODOLÓGICOS MULTIDISCIPLINARES EN LA TEORÍA Y EN LA PRÁCTICA DE LA ARQUITECTURA Y DEL URBANISMO

IDEÁRIO, PROJETO E PRÁTICA

TRABALHO 01:
Devir-criança para construção de *uma* história da cidade de Vitória (ES)

TRABALHO 02:
Práticas de arte pública como *experiência pública*: entre referencial e método de pesquisa

TRABALHO 03:
Para projetar arquiteturas-que-vazam

TRABALHO 04:
Por um urbanismo que dança [com] a cidade

TRABALHO 05:
Pensamento Cenológico na obra de Lina Bo Bardi (1976-1992)

DISTANCIAMENTO COMO FORMA DE APROXIMAÇÃO: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS MULTIDISCIPLINARES NA TEORIA E NA PRÁTICA DA ARQUITETURA E URBANISMO

A discussão proposta trata da necessidade de articulação entre diferentes dispositivos metodológicos no estudo teórico e prático em Arquitetura e Urbanismo. Procura relacionar o fato de que as novas tecnologias, baseadas na superabundância de informação e representação, caracterizam-se pela abordagem teórica e prática ligada à simulação da realidade. Essa abordagem, aparentemente mais próxima ao objeto estudado, tem trazido forte distanciamento em relação aos aspectos mais essenciais e centrais no processo de ensino, pesquisa e prática em Arquitetura e Urbanismo.

Buscamos compreender de que maneira a adoção de uma visão mais distanciada, ancorada em aportes multidisciplinares, pode oferecer uma reaproximação ao objeto disciplinar propriamente dito. Ou seja, uma melhor compreensão da condição inseparável entre pensamento, ação e materialidade da produção teórica e prática em Arquitetura e Urbanismo.

Sugerimos um enfoque metodológico aparentemente menos objetivo, mas que possibilitaria maior aproximação aos aspectos centrais da produção teórica e prática em Arquitetura e Urbanismo. Remetemos àquilo que consideramos formas de distanciamento como forma de recompor o foco objetivo disciplinar.

São considerados recursos interdisciplinares e multidisciplinares derivados de artes visuais e literatura como forma de apoio na recuperação e compreensão dos conceitos centrais necessários ao rigor disciplinar. Este efeito, similar àqueles utilizados na representação da ópera tradicional chinesa, desenvolvida por Lanfang, ou do teatro épico, desenvolvido por Brecht, permitiria uma aproximação efetiva e clara com o objeto de estudo, dispensando elementos da distração provocada pela superabundância de informações e representações. Na Ópera Chinesa, o distanciamento tem como objetivo principal evitar o domínio, por parte da obra, do subconsciente do espectador. A percepção do personagem se dá no âmbito do consciente do espectador, evitando que este se meta, como no teatro dramático, na pele dos personagens.

Facilitando uma aproximação mais clara com o objeto de estudo, este distanciamento permitiria valorizar os conceitos essenciais no âmbito do ensino em Arquitetura e Urbanismo, distanciando-se das armadilhas processuais dominadas pela automação informática. Resgata também uma questão fundamental no âmbito da produção de ideias de cidade e sua vocação democrática, notadamente as condições do direito e simultaneidade que deveriam lhe caracterizar, mas que estão ameaçadas.

Isto significa que, embora utilizando procedimentos metodológicos parcialmente corretos, o resultado da narrativa final de determinados apoios tecnológicos nas aproximações científicas sobre a cidade, Arquitetura e Urbanismo, colocam em risco conceitos essenciais ligados ao convívio indissociável entre materialidade e ação do homem. Entender esta questão envolve entender a força sedutora ou ofuscante da utilização dos recursos tecnológicos, por intuir a precisão científica ou por sua força plástica e estética.

É preciso ter cuidado com formas de apreensão e representação, respaldadas pelo meio técnico e científico, que nos distanciam dos conceitos fundamentais que alimentam o processo de concepção e induzem a erros pela superabundâncias de informação e representação e pelo o que chamamos de

bricolagem científica. Por outro lado, abordamos a necessidade de compreensão da possibilidade de aprofundamento no conhecimento daquilo que seria essencial na teoria e prática da Arquitetura e Urbanismo, através de um efeito de distanciamento: distanciamento como forma de aproximação, no âmbito de uma ideia de apreensão e representação épica, fortemente ligada à ideia de consciência do valor mediador da imagem e da importância de remeter, constantemente, a coisa representada ao âmbito da representação e não da pseudo-realidade.

Trata-se de explorar e refletir sobre formas de fortalecimento de processos que sirvam para preservar, resgatar ou criar uma ideia de cidade, arquitetura e urbanismo constituída pelo direito (LEFEBVRE, 1972) e pela condição inseparável entre sua materialidade e ações do homem (SANTOS, 1994). Neste processo, é urgente e fundamental o entendimento sobre os procedimentos de apreensão e representação na teoria e prática da cidade, arquitetura e urbanismo: na perda sucessiva de materialidade e ação, parece existir um processo compulsivo de produção de imagens cujo resultado é, conceitualmente, o esvaziamento do sentido do objeto, separando a matéria da ação, através de procedimentos tecnológicos cada vez mais sofisticados e populares.

Se por um lado temos formas de aproximação que nos podem deslumbrar pela precisão técnica, por outro temos formas de distanciamento que nos podem aproximar por sua abertura intuitiva e prática. Estas últimas, invocando-se a simultaneidade da materialidade e da ação do homem. Na academia, particularmente, sua relevância emerge de uma cuidada relação entre investigador e objeto de investigação, e onde o autor constrói, no seu próprio trajeto de pesquisa, esta ideia de simultaneidade e conjunto inseparável, deixando uma reflexão que fortalece sua ideia.

As comunicações aqui reunidas tratam diferentes maneiras de estabelecer um distanciamento como forma de aproximação:

"Devir-criança para construção de uma história da cidade de Vitória (ES)" procura incorporar o devir-criança sobre a cidade como potência de criação, capacidade sensitiva, apreensão das diferenças e de afeto pelo seu campo de forças vivas.

"Práticas de arte pública como experiência pública: entre referencial e método de pesquisa" problematiza as percepções de cidade em experiências de arte pública, em contextos urbanos, a partir dos conceitos: práticas de uso, dispositivo e experiência. Como caso, será apresentada a experiência Post-Factum Trento.

"Para projetar arquiteturas-que-vazam" reflete sobre como o aprendizado da arquitetura se distanciou do exercício dos sentidos. Trata da pouca reflexão nas estruturas curriculares sobre a relação entre emoção, sentidos e capacidades de percepção e concepção espacial, buscando entrelaçar pensamento sobre a arquitetura e transdisciplinaridade que atravessa nossas vidas.

"Por um urbanismo que dança [com] a cidade" dedica-se ao estudo da experiência urbana a partir do processo de composição de danças em espaços públicos. Aborda a ideia de uma "dança situada", criada a partir de e para uma determinada realidade espacial.

"Pensamento cenológico na obra de Lina Bo Bardi (1976-1992)" visa identificar e analisar como a presença do "teatral" emerge do conjunto da obra de Bardi, partindo da análise dos textos da arquiteta e dos *registros de processo* dos projetos arquitetônicos e urbanísticos, os quais apresentam emblemáticas e

instigantes similaridades aos *processos criativos*, *perceptivos e comunicativos* do espaço cênico.

"Há que combater esta forma de magia. É necessário renunciar a tudo que represente uma tentativa de hipnose, que provoque êxtases condenáveis, que produza efeito de obnubilação." (BRECHT, 2005, p.32)

REFERÊNCIAS:

BOURDIEU, Pierre. **El oficio de científico**: ciencia de la ciencia y reflexividad. Barcelona: Anagrama, 2003 (Paris, 2001).

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas:** magia e técnica, arte e política. Brasiliense: São Paulo, 1996.

BRECHT, Bertolt. **Estudos sobre teatro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **Espace et politique**. Paris: Éditions Anthropos, 1972.

_____. **Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2015.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SARTRE, Jean-Paul. **A imaginação**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e representação**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora: Rio de Janeiro, 2001.

WENZHANG, Wen. (Ed). **Mei Lanfang:** the art of Beijing Opera. Nova York: Better Link Press, 2006.

TRABALHO 01:

Devir-criança para construção de *uma* história da cidade de Vitória (ES)

Neste trabalho procuramos articular o conceito de devir-criança, encontrado ao longo da obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari, com possíveis metodologias de pesquisa, manipulação e escrita da história das cidades.

A infantilização é uma estratégia da máquina de produção da subjetividade que retira do indivíduo a autonomia para pensar e organizar a vida; é uma tentativa de encaixar tudo o que se relaciona com o desejo e vontade de criar nas estratificações dominantes. É um mecanismo de submissão, via diminuição do outro e autoritarismo. Esta estratégia de infantilização, cabe lembrar, não impõe seus modelos somente sobre as crianças, mas direciona-se a pessoas de qualquer idade. Assim, todos e tudo deve ser classificado segundo uma zona de enquadramento e deve ser mantido dentro de limites pré-estabelecidos.

Podemos transpondo a ideia de infantilização ao campo da arquitetura e do urbanismo, relacionando-a às metodologias de pesquisa que consideram a cidade como um objeto a ser desvendado, uma totalidade a ser representada conhecida. O método científico instaurado pela modernidade coloca o pesquisador enquanto sujeito transcendental em busca do conhecimento objetivo, verdadeiro e exato. A infantilização que determina o certo ou o errado nestas pesquisas engessa as possibilidades e condiciona o pesquisador a saberes pré-definidos, além de limitar o cruzamento entre diferentes aportes teóricos ou disciplinares.

Entretanto, existem pontos de ruptura, desvios e reapropriações; outros modos de subjetivação que se dão pela crise estabelecida no encontro entre alteridades, entre corpos de que se permitem fugir de seus territórios existenciais previamente estabelecidos em direção a movimentos de desterritorialização e reterritorialização. São modos de subjetivação de uma micropolítica que atua pela experiência cotidiana, como é o caso do devir-criança. A ruptura promovida pelo devir-criança retoma a criatividade e as capacidades de percepção e afeto que a criança possui antes de ser modelizada pelos equipamentos produtivos, ou seja, antes de ser infantilizada. Contudo, acessar o devir-criança não quer dizer imitar uma criança ou regredir a uma fase anterior de desenvolvimento. Acessar o devir-criança é entrar no campo da experimentação e possibilidades, de subverter a lógica adultocêntrica e abandonar a máscara que impõe limites, domestica e desencoraja.

Neste sentido, incorporar o devir-criança nas pesquisas sobre a cidade surge como uma potência de criação. Trata-se de um exercício da capacidade sensitiva de apreender as diferenças e de ser afetado pelo campo de forças vivas nelas, dissolvendo a separação entre o eu e o ele - cidade e pesquisador - e afetando-se com os encontros de corpos, humanos ou não. Como todo devir, o devir-criança cria possibilidades e não escolhe o caminho entre os possíveis previamente oferecidos, ou seja, usa a imaginação para criar diante do que encontra.

Em nossa pesquisa, procuramos também acessar o devir-criança a partir de dois focos principais no encontro sensível com as diferenças: a pesquisa documental em acervos pessoais e institucionais; e a pesquisa em campo. Ambos focos de aproximação não responderam a uma metodologia pré-estabelecida, um e outro foram se alimentando num processo rizomático que se constrói incessantemente pelos movimentos do corpo vibrátil do pesquisador-devir-criança e dos corpos com os quais encontra.

Figura 1: Lambe colado no tapume do MAES
Fonte: Edu Mariano (2016)

Um destes encontros foi o lambe colado no tapume do prédio do Museu de Arte do Espírito Santo - MAES, parte de uma intervenção promovida pelo próprio museu que se encontrava em obras (Figura 1). No lambe, a fotografia da década de 1920 apresentando Praça Costa Pereira e do Teatro Carlos Gomes recém-inaugurados abre-se para outras leituras, ou melhor, permite a construção de outras histórias ao receber a inserção da palavra "Pirata" em letras tipicamente usadas na prática do *graffiti* na fachada do Teatro e da colagem da personagem que pula sobre ou diretamente em direção ao chafariz. Crianças e adultos que na fotografia original fazem pose para a foto parecem agora olhar diretamente para a movimentação inesperada. Podemos agora, rapidamente, sugerir outra legenda para a fotografia: "um navio pirata atraca na Praça Costa Pereira. Meio-fio[1] brinca na fonte, enquanto senhores admiram de longe a espontaneidade da figura".

Este lambe foi um dos encontros responsáveis pela definição do recorte espacial da pesquisa que

[1] Meio fio é o codinome de uma personagem conhecida bastante em Vitória durante as décadas de 1960 e 1970, que andava somente pelo meio-fio das calçadas recusando o espaço tradicionalmente destinado à circulação de pedestres.

compreende as praças Costa Pereira, Irmã Josefa Hozanah e Ubaldo Ramalhete Maia e as ruas Sete de Setembro, Coutinho Mascarenhas e Professor Baltazar, no Centro de Vitória, Espírito Santo[2].

Além da pesquisa em campo, que permitiu encontros como o descrito acima e que possibilitou potentes registros em nosso diário de bordo, a pesquisa documental foi parte importante do processo. Foram pesquisados acervos particulares e institucionais, físicos e virtuais que possibilitaram a criação de uma espécie de banco de dados formado por mais de mil documentos heterogêneos em suas espécies e datações. Consideramos os documentos deste nosso banco de dados como fragmentos e, neste sentido, ousamos nos aproximar da ideia benjaminiana do historiador-trapeiro, ou seja, aquele que cria *uma* história a partir de trapos, farrapos, fragmentos coletados, reunidos, colecionados. Desta forma, os documentos pesquisados não são tomados como um registro final de determinados eventos, mas possibilitam interferência e construções de outras histórias sobre a cidade.

Estes fragmentos foram dispostos em blocos provisórios de contos-montagens-discussão. Assim, fotografias, recortes de jornais, correspondências e publicações oficiais, projetos e mapas, entrevistas e anotações no diário de bordo transformam-se em peças de um jogo, de um quebra-cabeça do qual não se conhece a imagem final e que permite múltiplas possibilidades de combinações e recombinações. Desta forma, nos diversos encontros, o devir-criança - da/na cidade e do cartógrafo-pesquisador - mostra-se como uma potência para contar outras histórias em rupturas com estratos dominantes, que inclui uma ruptura na infantilização das pesquisas em arquitetura e urbanismo.

[2] Outros encontros também foram fundamentais para a definição deste recorte espacial. Todavia, considerado o espaço disponível não os descreveremos aqui.

TRABALHO 02:

Práticas de arte pública como *experiência pública*: entre referencial e método de pesquisa

A ideia central deste trabalho é problematizar as percepções de cidade em experiências de arte pública, em contextos urbanos, a partir de três conceitos, prática de uso, dispositivo e experiência, com o objetivo de propor um caminho metodológico que considere as *experiências de arte pública* como os principais materiais de pesquisa. Esta construção consiste em explorar que a arte pública *pode ser considerada como se fosse* práticas de uso, dispositivo e experiência. Este exercício de *as seeing as* consiste em um recurso analítico de cunho metodológico. Assim, neste trabalho, procurarei primeiro apresentar a tríade conceitual de suporte, para, em seguida, apresentar as construções de *as seeing as*, finalizando com a proposta de caminho metodológico.

O primeiro dos conceitos trabalhados, *práticas de uso*, proposto pelo autor italiano Pier Luigi Crosta, ainda pouco conhecido no Brasil, consiste nos modo como coletividades usam a cidade, chamando a atenção para as interações entre os atores em contextos de uso que conformam espaços públicos. De fato, para ele, o território pode ser melhor compreendido como o êxito, ou a resultante, da interação de diferentes práticas de uso ativadas pelo conjunto de atores que a ele pertence. Ao relacionar o estudo das práticas de uso no contexto dos estudos das políticas públicas, reforçou que, "praticas são aquelas que tem como pressuposto e como êxito os bens comuns" (CROSTA, 2010, p. 92). Ao trazer este conceito para meu objeto de estudo, arte pública, com uma ambição mais limitada, posso assumir que as práticas de arte no espaço público (*artivismo*) também podem ser consideradas como práticas de bens comuns, práticas que dialogam entre si e às vezes se posicionam contrariamente às práticas e rotinas que já imperam em determinados territórios, num determinado contexto temporal, modelando-os. Em outras palavras, algumas das novas práticas de arte pública se ativam em contraposição a velhas práticas, que já não respondem mais às gramáticas de ação e justificação destas novas, contestando o atual *status quo* e buscando promover a ruptura de um conjunto de práticas que vinham sendo ativadas.

Em segundo lugar, o conceito de dispositivo, proposto pelo autor francês Michael Foucault, chama atenção para as forças de modelagem das instituições, entendidas em senso largo, sobre o comportamento e da ação individuais e coletivas. Ao trazer este conceito para meu objeto de estudo, a arte pública, percebo a importância da dimensão política que modelam as atividades de produção de arte dos artistas que assumem a cidade como seu principal material de intervenção. Há ainda uma relação com o conceito de prática, pelo menos parcialmente, na explicação oferecida por Agamben ao relacionar os conceitos de dispositivo com o de positividade, pois esta segunda, segundo Hegel, explicaria a força de entropia ou de dificuldade inicial em perceber a necessidade da mudança nas práticas e rotinas de uso em um território, em um momento histórico. A associação entre a dimensão da experiência e a dimensão política das obras de arte pública parece evidente também aos olhos de Crosta, quando sublinha que quando as práticas não "funcionam" mais, elas mesmas acabam "criando problemas" (CROSTA, 2010).

Por fim, o terceiro conceito, experiência, proposto pelo estadunidense John Dewey, que permite a discussão da arte como um decurso social que vai além da sua criação individualizada. Às vezes, estas práticas de arte no espaço público atinge a sensibilidade e a empatia de um público mais amplo, conformando público (DEWEY, 1927) e imputando, seguindo a linha de raciocínio desenvolvida aqui, a qualidade de público à obra de arte, bem como à própria experiência, foco deste artigo. O que poderia

significar que, neste caso, segundo Dewey, ela se "far-se-ia pública". Ao trazer este conceito para o meu objeto de estudo, arte pública, posso arriscar a dizer que uma obra de arte no espaço público se torna arte pública, muito menos pela intencionalidade do artista do que pela qualidade da sua própria experiência, particularmente no que concerne à interação com outras práticas de arte pública. Esta interação estético-política se dá na experiência, pois, de certa forma, consiste em uma interação social e dentro do contexto de tempo, espaço e cognição (WEICK, 1999). É ainda possível relacionar tal conceito de experiência ao trabalho de Crosta (2010), para quem "o território e aquele que se é feito, que é resultado, das e pelas próprias práticas". Ainda assim, não podemos esquecer de que o território, que é também êxito de práticas de milhares de atores e conjuntos de atores, também reverbera sobre as próprias práticas em si.

Com o aprofundamento destes três conceitos, emergiu a necessidade de se buscar um caminho metodológico que desse conta das relações de diálogo (fomento, inspiração, justificação, negação) entre arte pública e cidade. Este caminho, de base pragmatista, fortemente inspirado em John Dewey (1927), estrutura-se a partir da assunção das "experiências de práticas de arte pública" como os principais materiais desta pesquisa. Estas experiências podem ser de dois tipos: experiências de artistas que produzem arte pública e experiências em que ativos contextos de aprendizagem e interação entre artistas e públicos. Enquanto que com a primeira, posso explorar a arte pública *como práticas de uso* e seus produtos *como dispositivos*; com a segunda posso mais claramente explorar a ideia de arte pública como experiência, colocando o foco sobre as gramáticas de uso e de justificação que emergem no fluxo da própria experiência. Como caso situado desta pesquisa, será apresentada a experiência intitulada *Post-Factum*, realizada em 2015 em Trento, no norte da Itália, com a participação de grafiteiros e artistas da região. Nesta experiência, gramáticas de uso e de justificação próprias de tais artistas emergiram e foram reflexivamente percebidas por eles, colocando luz na relação que desenvolvem entre suas artes e a cidade.

REFERÊNCIAS

CROSTA, Pier Luigi. **Pratiche**: Il territorio é "l'uso che se ne fa". Milão: Franco Angeli, 2010.

DEWEY, John. **The Public and Its Problems**. Nova Iorque: Henry Holt, 1927.

WEICK Karl E. **Sensemaking in organizations**. Thousand Oaks, Londres, Nova Delhi: Sage Publications, 1999.

TRABALHO 03:

Para projetar arquiteturas-que-vazam

Esta proposição busca trazer questões referentes à formação do arquiteto e urbanista e dispõe-se a servir de provocação para embasar possíveis desdobramentos da tese à qual faz parte. O debate apresentado aqui se desenha de forma preliminar e busca, no encontro com outras experiências, construir vieses que auxiliem na ampliação da pesquisa.

Assim, parte-se da investigação do contexto atual do ensino de arquitetura e urbanismo e verifica-se que o objetivo final da formação é promover a capacidade de desenvolver projetos a partir da resolução de problemas específicos, independentemente das escalas de abordagem. Apesar de ser o ensino de projetos o cerne da formação, o debate acerca de uma teoria do projeto e sobre a construção multidimensional do pensamento projetual, ainda não são prioritárias. Esta lacuna acaba delegando a disciplina de projeto de uma objetividade operacional, compositiva ou imagética. Aprende-se a resolver tecnicamente questões da geometria da forma, da estruturação e da capacidade de exequibilidade do objeto arquitetônico. Deste modo, acabamos por incentivar uma formação que homogeneíza, simplifica e limita a noção de arquitetura.

Temos em conta que o espaço não é neutro e, por isso, ele opera uma diversidade de influências sobre nós. A arquitetura, como espaço construído, tem a capacidade de organizar o cotidiano e atua diretamente em nossos corpos. Deste modo, a arquitetura não deve ser tratada enquanto uma representação passiva, mas enquanto um vetor de subjetivação. Nesta condição ele toma a vida do ser humano como objeto e condição da abordagem arquitetônica e considera a arquitetura enquanto campo ampliado do próprio corpo.

Pressupondo que a arquitetura é produto e produtor de subjetividades parciais, e que como arquitetos e professores de arquitetura somos corresponsáveis pela produção da cidade e, consequentemente, pela construção destas modelações subjetivas parciais, é possível e necessário investir em práticas singularizadoras no ensino e aprendizagem da arquitetura a fim de evitar as simplificações. O projeto de arquitetura se coloca, então, não somente como um resultado de um determinado processo, mas como o próprio processo aberto, múltiplo, complexo e inconcluso, buscando constituir um tipo de arquitetura-que-vaza.

Apesar do pragmatismo a que se impõe na atualidade, formar um arquiteto ultrapassa um conteúdo estritamente programático. As atividades que estimulam experiências sensíveis estão mais presentes no primeiro ano de curso. Porém, as capacidades e atributos intrínsecos ao estímulo das sensibilidades são exigência contínua ao longo do curso inteiro, como se estas já devessem fazer parte de um repertório prévio do estudante.

O ensino não é uma prática isenta. Para ele, a construção do conhecimento é resultado de uma constante experimentação que depende dos modos de experienciação de cada estudante. Ao propor um modelo que legitima ou não nossas capacidades de desenvolvimento conceitual, fazemos claramente uma escolha sobre que caminho devemos seguir coletivamente, em favor da experimentação de novas possibilidades ou para uma fixação dos modelos preestabelecidos.

Posto que a construção do conhecimento seja dada através das experiências e que cada experiência se inscreve em nossos corpos na medida em que a experienciamos e, assim, nos definem, mesmo que

involuntariamente, reconhecer que a significação tem lócus em nossa experiência corporal significa conceber que tanto a capacidade imaginativa quanto a conceitual estão enraizadas em nossos processos sensório-motores. A razão são processos encarnados nos quais nossas experiências são exploradas, criticadas e transformadas em questões. Ela não é um fato, tampouco uma capacidade pré-estabelecida. Tanto quanto a imaginação, ela está imbricada aos processos corporais e, através de nossas experiências, se tornam criadoras.

O aprendizado da arquitetura se distanciou do exercício dos sentidos e há pouca reflexão nas estruturas curriculares sobre a relação entre emoção, sentidos e capacidades de percepção e concepção espacial. Porém, é possível observar algumas tentativas de trazer esta questão à tona no cotidiano das Escolas de Arquitetura. Esta proposição buscou levantar duas experiências metodológicas em curso a fim de embasar um direcionamento para a análise de campo.

Figura 1: Atividades sensório-motoras na Universidade de Santa Úrsula
Fonte: Guizzo (2017)

Buscando entrelaçar o pensamento sobre a arquitetura e a transdisciplinaridade que atravessa nossas vidas, Iazana Guizzo propôs uma nova perspectiva ao currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Santa Úrsula na cidade do Rio de Janeiro. Esta primeira experiência, abriga atividades que oferecem a condição de explorar a dimensão sensorial e corpórea (figura 1), provocando novas descobertas nos estudantes e nos professores de arquitetura. A inclusão destas experimentações na prática da arquitetura é urgente dada à necessidade de nosso corpo estar presente nas ações que elaboramos. Quando trabalhamos com o corpo convocamos os sentidos a operar num mesmo procedimento e isso faz com que nos disponibilizemos inteiramente.

Figura 2: Muxarabi portátil para estudantes de arquitetura á beira de um ataque de nervos e Interpelações gráficas ao homem vitruviano. Fonte: Costa (2016)

Na segunda experiência metodológica (figura 2), Xico Costa, utilizando o "distanciamento como forma de aproximação", propõe na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, atividades a partir da criação de dispositivos de distanciamento do objeto de investigação, com atravessamentos da literatura e das artes. A partir da observação distanciada de que se opera em nós um certo tipo de naturalização das coisas, não somos mais capazes de ser atravessados por elas. A proposta colocada por ele aponta uma abertura do campo de criação e pensamento na arquitetura. Muitos dos procedimentos consolidados nas práticas atuais operam na condição de naturalização das coisas.

Ensinar é desencadear mudanças estruturais e perturbações. O objetivo do ensino é desestabilizar e deslocar, desnaturalizar, para então ressignificar. Neste sentido as experiências mencionadas podem nos indicar percursos a trilhar no ensino da arquitetura. Ainda há instrumentos consolidados inadequados a desnaturalizar, temos ainda muito a pesquisar e experimentar. Por fim, as capacidades intuitivas e criativas podem ser ampliadas através do estímulo sensível, através de uma formação que considere camadas de singularidades e amplie as sensibilidades. Através destas experimentações desenvolve-se a reflexão sobre si mesmo, sobre os demais e sobre o próprio sentido da arquitetura.

TRABALHO 04:

Por um urbanismo que dança [com] a cidade

A pesquisa que deu origem a este trabalho surgiu com o propósito de contribuir para a discussão em torno de novas abordagens no estudo da cidade contemporânea. Trata-se de uma pesquisa que clama por um corpo ativo e presente no espaço da cidade, assim como no espaço da investigação científica. "Estar presente" foi uma escolha metodológica importante, quando consideramos que o verdadeiro aprendizado é fruto da experiência vivida. Assim, como forma de tensionar a disciplina do urbanismo, buscamos aproximações com outros campos do conhecimento, dentre os quais destaco a dança – prática artística que se revelou como um potente dispositivo metodológico ao longo do processo de investigação. No entanto, não tratamos de qualquer dança. Referimo-nos a uma "dança situada", feita em espaços públicos urbanos, criada *a partir de* e *para* esses espaços.

Desde o início da pesquisa, tínhamos a intenção de por em prática procedimentos investigativos que reforçassem a ideia de *simultaneidade* (LEFEBVRE, 1999) do espaço urbano e valorizassem a ação do corpo nos espaços públicos da cidade. Por isso, entendemos que o processo de composição da dança situada poderia ser um "dispositivo de distanciamento" capaz de provocar uma aproximação com o nosso objeto. Logo, passamos a nos perguntar o que é da cidade que fica registrado nesse tipo de composição situada e que relações podemos fazer entre o nosso dispositivo de pesquisa e o campo de atuação do urbanismo.

Primeiramente, precisávamos compreender melhor as particularidades dessa dança, quais eram seus princípios e como ela poderia se configurar em um dispositivo investigativo para este trabalho. A partir de uma série de experimentações iniciais, constatamos que essa dança apresentava um modo de operar bastante particular – baseado na noção de corpo maleável, poroso e disponível aos múltiplos afetos que o atravessam. Essa forma compositiva evidenciou-se de modo contextual e relacional, potente no sentido de gerar verdadeiros mapeamentos sensíveis dos espaços nos quais se realizava. Depois disso, um pouco mais conscientes do modo de operar da dança situada, decidimos explorar um espaço público específico, a partir do processo de criação dessa dança. Em grupo, realizamos performances de dança na escadaria do Beco Malagrida (Figuras 1 e 2), no Centro de João Pessoa (PB), por se tratar de um lugar que englobava liminaridades de muitas ordens, onde categorias dicotômicas como formal/informal, centro/periferia, apropriação/abandono, público/privado etc. não eram suficientes para localizá-lo, pois ocupava um território "entre" tais delimitações.

Dançar com essas liminaridades fez emergir nos nossos corpos uma lógica operacional que encontrou rebatimentos no pensamento rizomático de teóricos como Deleuze e Guattari (2011) e Suely Rolnik (2014). Dessa forma, passamos a entender o caráter micropolítico da nossa abordagem, a qual operava – dentro de uma perspectiva relacional – no reconhecimento de sujeitos invisíveis e seus afetos, das opacidades, das ações que escapavam à macropolítica do planejamento estratégico. Alinhamo-nos às ideias de "conviver" e "fazer com" para compor nossa dança situada, sempre evitando impor valores ou hierarquizar as nossas ações. Descobrimos, assim, que esse modo horizontal de operar e intervir nos espaços da cidade requisitava a adoção de uma postura de "cartógrafo", um analista que produz mapas em conjunto com a cidade e valoriza o caráter processual dessa produção.

Figura 1: Registro de performance na escadaria do Beco Malagrida, em João Pessoa (PB)
Fonte: Valério Fiel (editada pelo autor), 2016

Figura 2: Registro de performance na escadaria do Beco Malagrida, em João Pessoa (PB)
Fonte: Valério Fiel (editada pelo autor), 2016

Identificamos um tipo distinto de dança: uma dança colaborativa, feita por corpos vibráteis (ROLNIK, 2014) em um estado de improvisação contínuo. Fazer essa dança no espaço público nos forneceu dicas de atitudes possíveis frente aos processos urbanos contemporâneos que renegam a vida no espaço público e impõem consensos à população. Esse tipo de vida urbana contemporânea, decalque criado pelo planejamento estratégico, não abre espaço para a inventividade, para a apropriação dos espaços públicos, ou para as "linhas de fuga" da trama urbana. Por isso, entendemos que ações como a composição situada "corporificam, na encenação da experiência urbana, o descarte, por alguns instantes, de controles que tolhem a invenção (e inversão) de posições nos fluxos urbanos" (RIBEIRO, 2010, p. 31).

A dança situada nos ensinou que ocupar a cidade com o corpo, seja dançando ou apenas caminhando, significa exercitar a nossa autonomia. É ser condutor da nossa ação no mundo, diretor do nosso espetáculo. É o exercício do direito a "dar espetáculo" como uma reafirmação do direito à cidade. Tal como Ana Clara

Torres Ribeiro (2010, p. 32) nos revela, esse é "um direito que, para o sujeito, corresponde ao direito de ser visto, lido e conhecido em seus próprios termos e, assim, com a máscara e o roteiro de sua escolha". É ser outro e ser vários.

Dentro dessa perspectiva, entendemos que o campo do urbanismo precisa aprender a dançar a cidade, com a cidade. Dançar a cidade no sentido de "entrar na dança" da cidade; aceitar os fluxos e contra fluxos das suas operações de des-re-territorialização; apreender suas simultaneidades e multiplicidades; entender que o **movimento** é a matéria principal da vida urbana. As tentativas de cristalizar a cidade dentro de um modelo, um decalque, sempre geram a supressão de algo que fica de fora, pois é impossível abarcar o "todo concreto" dentro de um recorte representacional (SANTOS, 2013). O projeto urbanístico é sempre um decalque. Diante disso, o urbanista precisa estar consciente do seu papel ético-político e, assim como o dançarino e o cartógrafo micropolítico, passar a se perguntar como conceber cidades que deixem brechas que permitam a passagem do desejo. Como fazer um urbanismo em movimento? Ao invés de criar "zonas de detenção", como fazer um urbanismo que valorize as liminaridades constituintes da cidade e não crie fronteiras?

O urbanista precisa saber dançar **com** a cidade. Seu papel é articular trocas entre os mais diversos atores urbanos e reconhecer aqueles sujeitos que estão inseridos numa lógica de apagamento e segregação. O trabalho do urbanista (dançarino e cartógrafo) é feito em colaboração e deve promover uma construção coletiva da cidade. Uma cidade que dança, onde seus habitantes podem improvisar seus próprios movimentos, sua própria vida.

REFERÊNCIAS:

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs:** capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 1. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. (Original publicado em 1970)

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Dança de sentidos: na busca de alguns gestos. In: BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein. (Org.). **Corpocidade:** debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010. pp. 25-41.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental:** transformações contemporâneas do desejo. 2. ed. Porto Alegre: Sulina/ Editora da UFRGS, 2014.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

TRABALHO 05:

Pensamento cenológico na obra de Lina Bo Bardi (1976-1992)

A relação da linguagem arquitetônica, do conjunto da obra da arquiteta Lina Bo Bardi (1914-1992), com o *Teatro* ultrapassou os limites de uma especulação espacial para o cumprimento de um programa funcional estrito para revelá-lo, em face de alguns dos múltiplos sentidos que este estudo explorará, como paradigma *programático e poético* de sua arquitetura como um todo. Diferentemente de outros arquitetos do seu período de atuação, a relação com aquele campo artístico e disciplinar suplanta uma ligação mais estreita e necessária com seus edifícios, salas de teatro e "cenografias" e engendra um pensamento original, no qual o diálogo entre dimensões características das duas linguagens está colocado a serviço de um "programa" ao mesmo tempo estético e político *e do qual se deslinda a estratégia projetual arquitetônica de Lina Bo, em sentido amplo.* Neste sentido, a pesquisa recorre à análise dos projetos de obras com programas de uso diversos do teatro para comprovar a hipótese da presença do "teatral" que emerge da obra da arquiteta, notadamente na fase final de sua carreira, na qual, ademais, o processo criativo do espaço arquitetônico *apresenta emblemáticas e instigantes similaridades aos processos criativos do espaço cênico e cenográfico no teat*ro.

Deste modo, e dado ao atual estado da arte sobre os estudos que se debruçaram sobre a obra de Lina Bardi, interessa-nos cartografar detida e sistematicamente a presença mediadora do "cênico" na construção do olhar/pensamento da arquiteta nas obras da fase final de sua carreira, pontualmente a partir de quando; após importantes anos dedicada a projetos de cenografia para teatro e cinema, volta a projetar na capital paulistana, uma encomenda do Serviço Social do Comércio para um "Centro de Lazer" no antigo bairro da Pompéia. É também neste momento que a configuração dos aspectos de nossa tese fica mais visível e latente.

Vejamos.

Durante as primeiras visitas, realizadas já 1976, ao espaço da velha fábrica de tambores ocupada nos finais de semana pela vizinhança popular local daquela que viria a se tornar uma de suas obras maestras, a arquiteta narra suas percepções e intenções:

> Na segunda vez que lá estive, um sábado, o ambiente era outro: não mais a elegante e solitária estrutura hennebiqueana mas um público alegre de crianças, mães, pais, anciãos passavam de um pavilhão a outro. Crianças corriam, jovens jogavam futebol debaixo da chuva que caía dos telhados rachados, rindo com os chutes de bola na água. As mães preparavam churrasquinhos e sanduíches na entrada da rua Clélia; um teatrinho de bonecos funcionava perto da mesma, cheio de crianças. Pensei: isto tudo deve continuar assim, com toda esta alegria. (VAINER e FERRAZ, 1999, p. 27)

E termina: "Voltei muitas vezes, aos sábados e aos domingos, até fixar claramente aquelas alegres cenas populares." (Idem, ibidem)

Como rememora Ferraz, perguntada anos mais tarde por estudantes que visitavam o agora *SESC Fábrica da Pompéia* sobre o papel da arquitetura, Lina responde, referindo-se especificamente àquele projeto que

“Arquitetura, para mim, é ver um velhinho, ou uma criança, com um prato cheio de comida atravessando elegantemente o espaço do restaurante à procura de um lugar para se sentar, numa mesa coletiva.” (FERRAZ, 2008, p. 2012)

Pois bem, ao analisar os trechos citados, notamos que uma dimensão propriamente cênica não somente é mobilizada para mediar a sensibilidade da arquiteta *diante do/ no* lugar, como é ressaltada por ela, posteriormente, na definição tanto do que venha a ser o “papel da arquitetura”, explícito na pergunta feita, quanto do que venha a ser a própria arquitetura, tal como deciframos da construção gramatical de sua resposta: “Arquitetura, para mim, é (...)”, em que faz elipse da parte “o papel da”. A despeito do esperado; ou seja, ao invés de explanar seu entendimento sobre a natureza do espaço e sua construção; Lina Bo recorre, de modo cortante e direto, a um exemplo que é surpreendentemente uma determinada *ação* propiciada pelo espaço, uma cena. Cena esta espontânea e cotidiana do lugar que, à época da pergunta, já fora inaugurado e estava em pleno funcionamento, mas que, pelo que extraímos do conjunto de depoimentos, fora almejada, projetada, arquitetada.

Outrossim, o interesse naquela dimensão cênica da realidade que apontávamos não baliza apenas um olhar passivo ou puramente analítico da arquiteta, mas fundamenta um universo de referências que encontra desdobramentos propositivos, os quais podem ser lidos nas matrizes gráficas do processo de concepção de seus espaços arquitetônicos para os mais variados "programas" e apresentando, para completo interesse de nossa pesquisa, emblemáticas e instigantes similaridades com os processos criativos do espaço cênico e cenográfico no teatro.

Tais registros dos processos criativos compõem-se, na sua maioria, de desenhos feitos à mão livre, mas também por desenhos técnicos em cópias heliográficas ou sobre papel vegetal, aos quais a arquiteta colore ou intervém com mais desenhos, ou ainda de colagens e fotomontagens. Analisando estas *fontes primordiais*, que revelam a estruturação da linguagem arquitetônica em questão e que poderíamos chamar generalizadamente de *croquis*, veremos em todos quase indistintamente a presença emaranhada de *notações verbais.*

Desenho e verbo grafados e funcionando de modo articulado figuram as marcas significativas de um sistema de pensamento que ali se apresenta em sua dimensão processual e, embora possamos reconhecer seus valores estéticos próprios, não buscam ser mais que um *meio* para a arquitetura. De qualquer forma, por figurar a parte tangível, possível e, naturalmente, serem a *memória material* daquele processo, constituem-se em pistas relevantes para hipótese que anunciamos.

Analisando as notações verbais, uma série de palavras soltas, pequenas frases ou parágrafos, notamos que elas não se reduzem a informar estritamente sobre dimensionamento, materiais, cores ou técnicas construtivas, mas, tergiversando o papel de dar um sentido direto ou preciso para aquelas orientações projetuais, constituem-se, de forma muito especial, “ideias fortes”, como cunhou Ferraz (1996, p. 1), conceitos seminais, que demarcam uma fundamentação poética dos projetos, tais como rubricas ou motes dramatúrgicos que, para nós como para Mirandulina Azevedo (1995, p. 54) e Renato Anelli (1990, p. 12 e 2008, s/p), são concretizadas de alguma forma na obra final e recuperam à arquitetura sua “capacidade de fabular”.

REFERÊNCIAS:

ANELLI, Renato Luiz Sobral. **Uma leitura do Sesc Pompéia.** Monografia apresentada à disciplina Tempo e Espaço na Arquitetura Moderna – Estética do Projeto da FAU-USP. São Paulo, 1990.

ANELLI, Renato Luiz Sobral. "Fábulas edificadas". **Revista Noz.** Rio de Janeiro: PUC-RJ., n. 2, 2008.

AZEVEDO, Mirandulina Maria Moreira. **A experiência de Lina Bo Bardi no Brasil.** (1947-1992). Dissertação (mestrado) FAU-USP. São Paulo, 1995.

FERRAZ, Marcelo Carvalho. "A Poesia Vital de Lina Bo Bardi". **Caderno Mais!** São Paulo: Ed. da Folha de São Paulo, 08/dez./1996.

FERRAZ, Marcelo Carvalho. "Numa velha fábrica de tambores. Sesc Pompéia comemora 25 anos" **Minha Cidade.** São Paulo: Portal Vitruvius, n. 093.01, abr. 2008.

VAINER, André; FERRAZ, Marcelo (Org.). **Cidadela da liberdade.** Catálogo da exposição. São Paulo: SESC/Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 1999.

Salvador - 2018

EXPERIÊNCIAS DE RESIDÊNCIA PROFISSIONAL NA PÓS-GRADUAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ARQUITETURA E URBANISMO (I): UFBA/UFPB/UFPEL

POST-GRADUATE EXPERIENCES OF PROFESSIONAL RESIDENCY FOR TECHNICAL ASSISTANCE IN ARCHITECTURE AND URBANISM(I): UFBA/UFPB/UFPEL

EXPERIENCIAS DE RESIDENCIA PROFESIONAL EN LA POST-GRADUACIÓN PARA ASISTENCIA TÉCNICA EN ARQUITECTURA Y URBANISMO(I): UFBA/UFPB/UFPEL

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

COORDENADOR:
GORDILHO-SOUZA, Angela
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora do PPGAU/UFBA e Coordenadora da Residência AU+E/UFBA; amgs@ufba.br

TRABALHO 01:
A Implantação da Residência AU+E/UFBA e Nucleações em outras Universidades
GORDILHO-SOUZA, Angela
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora do PPGAU/UFBA e Coordenadora da Residência AU+E/UFBA; amgs@ufba.br
EMILIANO, Elisamara
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora e Vice-Coordenadora da Residência AU+E/UFBA; elisamara.emiliano@gmail.com
ROCHA, Heliana Faria Mettig
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAUFBA e da Residência AU+E/UFBA, helianamettig@ufba.br

TRABALHO 02:
A experiência de nucleação na UFPB do curso de Especialização em Assistência Técnica em Habitação e Direto à Cidade da UFBA
ROMANO, Elisabetta
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora do PPGAU/UFPB, da Residência AU+E/UFBA – Nucleação Paraíbae Proponente do ATAU+E / UFPBelisabetta.romano@gmail.com
BOAVENTURA, Flávio Brandão
Mestrando do Programa do PPGAU/UFPB eEspecialista pela Residencia AU+E/UFBA;flavioarquitetura@gmail.com

TRABALHO 03:
Implantação da Nucleação de Residência AU+E/UFBA na FAU/UFPel/RS
MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora do PROGRAU/UFPEL e da Residência AU+E/UFBA – NucleaçãoPelotas; nirce.sul@gmail.com
CARRASCO, André de Oliveira Torres
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor do PROGRAU/UFPEL e da Residência AU+E/UFBA – Nucleação Pelotas; andre.o.t.carrasco@gmail.com
ROCHA, Eduardo

Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor do PROGRAU/UFPEL e da Residência AU+E/UFBA – Nucleação Pelotas: amigodudu@yahoo.com.br

DITTGEN, Raíza

Arquiteta e Urbanista, Residente em AU+E/UFBA – Nucleação Pelotas; raizadittgen@hotmail.com

DOS SANTOS, Luisa de A.

Arquiteta e Urbanista, Pós-graduanda da Residência AU+E/UFBA – Nucleação Pelotas;luisaxavante@gmail.com

TAVARES, Bruna Bergamaschi

Arquiteta e Urbanista; Pós-graduanda da Residência AU+E/UFBA – Nucleação Pelotas;bruna.bt09@gmail.com

EXPERIÊNCIAS DE RESIDÊNCIA PROFISSIONAL NA PÓS-GRADUAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ARQUITETURA E URBANISMO(I): UFBA/UFPB/UFPEL

POST-GRADUATE EXPERIENCES OF PROFESSIONAL RESIDENCY FOR TECHNICAL ASSISTANCE IN ARCHITECTURE AND URBANISM(I): UFBA/UFPB/UFPEL

EXPERIENCIAS DE RESIDENCIA PROFESIONAL EN LA POST-GRADUACIÓN PARA ASISTENCIA TÉCNICA EN ARQUITECTURA Y URBANISMO(I): UFBA/UFPB/UFPEL

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

TRABALHO 01:
A Implantação da Residência AU+E/UFBA e Nucleações em outras Universidades

TRABALHO 02:
A experiência de nucleação na UFPB do curso de Especialização em Assistência Técnica em Habitação e Direto à Cidade da UFBA

TRABALHO 03:
Implantação da Nucleação de Residência AU+E/UFBA na FAU/UFPel/RS

EXPERIÊNCIAS DE RESIDÊNCIA PROFISSIONAL NA PÓS-GRADUAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ARQUITETURA E URBANISMO(I): UFBA/UFPB/UFPEL

No atual momento, em que se agrava a crise econômica, política e social no país, as cidades revelam, de forma aguda, a inflexão de políticas públicas de interesse social. Essa situação se evidencia na ausência de investimentos públicos nas periferias, na ampliação de contingentes de sem-tetos nas áreas centrais, na intensificação de situações de risco, na degradação ambiental, na violência urbana e no abandono do planejamento para melhorias dos serviços urbanos, dos espaços públicos e da provisão habitacional, dentre outros sintomas menos visíveis. São questões que aprofundam a exclusão social e deterioram a qualidade de vida da maior parte da população brasileira. Por outro lado, na última década, na contramão desse processo, evidencia-se o avanço de um padrão de urbanização privatista, seletivo e de gestão coorporativa de recursos públicos, que produz espaços enclausurados, de acesso exclusivo pelo consumo de mercado (GORDILHO-SOUZA, 2018). Diante desse contexto, urge a necessária discussão sobre: que cidades estão sendo produzidas para as futuras gerações? Como é possível interferir nesse processo? Quais iniciativas e quais segmentos envolvidos estão em curso para a retomada de recursos públicos e políticas adequadas? Nesse sentido, o papel da universidade é crucial na reflexão e proposição de caminhos paraavanços possíveis e, para além das atividades de pesquisa e ensino, as iniciativas extensionistas adquirem um papel crucial. No campo da Arquitetura e do Urbanismo essas questões são fundamentais e particular atenção deve ser dada às possibilidades da assistência técnica participativa, aprendendo com a prática na formação profissional continuada, de forma associada a serviços de interesse coletivo.

Na sua história recente, a universidade no Brasil avançou bastante em termos de ampliação da formação técnica, artística, científica e profissional, tanto na graduação, quanto na pós-graduação, consolidando uma ampla atuação em pesquisa, formação, tecnologia, qualificação avançada de discentes e docentes em intercâmbios nacionais e internacionais, enfim, posicionando-se crescentemente na comunidade científica internacional. Mais recentemente, na sua inserção extensionista – uma vertente da atividade acadêmica historicamente menos valorizada –, a universidade vem também ampliando sua atuação, como demonstram as novas possibilidades expressas no Plano Nacional de Extensão Universitária, de 1997. No passado, a extensão esteve mais frequentemente voltada para a difusão da produção de estudos e pesquisas, em eventos públicos, e, em menor escala, para experimentações em campo. A oferta de serviços sociais e ambulatoriais com treinamento profissional, entre outras práticas voltadas para as necessidades coletivas, já é tradicional na área de saúde, nos espaços da própria universidade.[1] Em menor escala, são identificados os trabalhos de extensão desenvolvidos nas comunidades e grupos sociais, voltados para aprendizagem prática em serviços diversos de interesse social, comparáveis à trabalhos mais frequentes de pesquisa de campo, esses, entretanto, mais limitados nas retribuições finais para as populações envolvidas. (GORDILHO-SOUZA, 2016).

[1] A Residência Médica no Brasil existe desde a década de 1940, para capacitação prática do médico recém-formado dentro de instituições de saúde, sob a orientação de profissionais médicos qualificados. Instituída pelo Decreto no 80.281, de 5/9/1977, que criou a Comissão Nacional de Residência Médica. Funciona como uma modalidade de pós-graduação, curso de especialização, com bolsas para os residentes. São oferecidas cerca de 27 mil vagas em 53 especialidades, para todo o país. Mais recentemente se ampliou para outras áreas de saúde, como Residência Multiprofissional (Residência Médica, 2013).

No vasto ambiente construído das cidades brasileiras, em que muitas comunidades autogeridas são excluídas de atributos urbanísticos de conforto e segurança, seja nas habitações, ruas, serviços, infraestrutura e equipamentos, os benefícios coletivos são praticamente empreendidos ou mantidos diretamente pelos moradores. Tais iniciativas ocorrem sem nenhuma assistência técnica, serviço que poderia contribuir para um melhor equacionamento de soluções adequadas. Por outro lado, as intervenções públicas são quase sempre fragmentadas e setoriais, sem uma visão de conjunto das demandas coletivas. Diante dessa alta complexidade na urbanização crescente do país, em larga escala, é crucial levar a universidade às comunidades, viabilizando uma relação mais real e aplicada entre teoria e prática, deixando, entretanto, na sua passagem, contribuições de serviços que se multipliquem em novos processos, projetos e materializações portadoras de inclusão social, cidadania e melhorias dos lugares na cidade.

Nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia, mais diretamente vinculadas ao ambiente construído, as práticas universitárias de assistência técnica no Brasil têm ocorrido com mais frequência no nível da graduação, com experiências cíclicas de projetos para comunidades demandantes e na experimentação de tecnologias de baixo custo. Essas atividades têm ocorrido no âmbito de determinadas disciplinas ou em grupos de pesquisas ou laboratórios e, mais esporadicamente, na pós-graduação. Com a ampliação de cursos de mestrado e doutorado, voltados para formação acadêmica *stricto sensu* de pesquisadores e docentes, os cursos *latos sensu* nas universidades públicas escassearam e passaram a ser absorvidos pela extensão, prevendo-se especializações dirigidas para tecnologias específicas ou capacitações dirigidas a empresas demandantes, seja por meio de parcerias institucionais, seja por remuneração dos inscritos.

Para as demandas urbanas em tela, a Lei Federal No. 11.888/2008 - Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social[2] -, traz o respaldo legal para o desenvolvimento de atividades de assistência técnica gratuita, com várias possibilidades de atuação, dentre elas a da Residência Profissional, vinculada às universidades. Traz também, em perspectiva, a necessária articulação entre universidades e gestão urbana e entre os cursos de graduação e pós-graduação, visando o fortalecimento da capacitação profissional nessa área de atuação e os desdobramentos mais efetivos na promoção do direito à arquitetura, como um dos substratos do direito à cidade. Devido ao fato dessa Lei ainda não ter sido regulamentada, essas possíveis articulações ficam restringidas, por falta de fundos específicos de custeio, impedindo novos avanços na sua consolidação como política pública.

Tomando como base a referida Lei Federal No.11.888/2008 e inspirando-se na Residência Médica, em 2011 foi proposta, por meio do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, de forma pioneira, a Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, por meio do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Esta especialização tem como objetivo atuar na capacitação profissional e cidadã, de forma a promover novas perspectivas, nessa área de atuação e afins (GORDILHO-SOUZA, 2011). Com uma metodologia inovadora, que vem sendo desenvolvida e consolidada ao longo das suas três edições - 2013/14; 2015/16 e 2018/19, esse curso inclui como atividade extensionista de serviço-aprendizagem, integrando projetos participativos engajados a

[2]Lei Federal N°. 11.888, de 24 de dezembro, 2008, que assegura às famílias de baixa renda, de até 3 (três) salários mínimos, em áreas urbanas ou rurais, assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia (BRASIL, 2008).

demandas de comunidades desassistidas por políticas públicas, por meio de uma abordagem propositiva. De forma sistemática, esta iniciativa implementa capacitação gratuita, integrando atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito da pós-graduação. Volta-se para recém-graduados e gestores públicos, incorporando também estudantes de graduação, contando créditos como estágio profissional. Ao final, o projeto desenvolvido é doado à comunidade demandante, prevendo-se a sua continuidade de implantação na forma de assessoria profissional do egresso, de forma independente, funcionando assim a universidade como incubadora de novas possibilidades propositivas[3] (RESIDÊNCIA..., 2013).

O objetivo da proposta, ora apresentada, é discutir a implantação de residências profissionais para assistência técnica em Arquitetura e Urbanismo no contexto atual das universidades públicas do Brasil, com foco nas nucleações trazidas pela Residência AU+E/UFBA para outras universidades brasileiras, a partir da sua 2ª. edição, a saber: 2015/Universidade Federal da Paraíba (UFPB); 2017/Universidade de Brasília (UNB); 2017/Universidade Federal de Pelotas; (UFPel) 2018/Universidade Federal do Ceará (UFC). Busca-se trazer uma avaliação dessas experiências nas diferentes abordagens de implantação, sendo abordados os antecedentes específicos em cada uma das cinco instituições envolvidas, os processos desenvolvidos nas respectivas nucleações, aderências, inovações, dificuldades, desdobramentos e perspectivas de continuidade. Entende-se que as experiências que serão apresentadas, para além da capacitação profissional, potencializarão o fortalecimento de políticas universitárias extensionistas, com ações propositivas de emancipação social, em prol das mudanças necessárias para o alcance de cidades mais democráticas, acolhedoras e sustentáveis, na conquista pelo direito à cidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Governo Federal. LEI Nº 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008. [Assistência Técnica].

GORDILHO-SOUZA, A. M. Moradia Digna e Assistência Técnica: como os estudos, pesquisas e projetos de arquitetura e urbanismo estão avançando? In: **Anais IV ENANPARQ - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Porto Alegre, 25 a 29 de julho de 2016.

GORDILHO-SOUZA, A. M. **Proposta de Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia;** apresentada ao PPGAU-FAUFBA, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Residência Médica. Residência de Saúde.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=506&id=12263&option=com_content&view=article>Acesso em agosto/2013.

RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA. **Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade.** UFBA. 2013. Disponível em <http://www.residencia-aue.ufba.br/>. Acesso em março de 2018.

[3] Além da capacidade educativa, fortalecida ao longo de todo o processo, são registrados ganhos específicos para todos os envolvidos – estudantes, profissionais, professores e comunidade –. O projeto final, repassado para a comunidade, contém as dimensões e especificações preliminares necessárias para atender a editais e Termo de Referência, sob a responsabilidade técnica do profissional-especialista.

TRABALHO 01:

A Implantação da Residência AU+E/UFBA e Nucleações em outras Universidades

INTRODUÇÃO

A Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), por meio do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFBA) e do Laboratório de Habitação e Cidade (LabHabitar), em parceria com a Escola Politécnica (EP/UFBA), implantou, de forma pioneira nessa área de atuação, a Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (Residência AU+E/UFBA), à semelhança da Residência Médica. Sua atuação se dá por meio do curso de Pós-Graduação *lato sensu* para Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade, de caráter pluridisciplinar, oferta bianual, gratuito e voltado para capacitação profissional e cidadã. Almeja-se sua integração às instituições de interesse público, ampliando assim a inserção social da universidade pública. (RESIDÊNCIA, 2013).

Pautada naLei Federal N°. 11.888 (BRASIL, 2008), a Residência AU+E/UFBA tem como objetivo principal viabilizar, de forma sistemática e institucional, assistência técnica pública e gratuita em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, voltada para comunidades desassistidas e municípios demandantes, por meio de atividades integradas de ensino-pesquisa-extensão na pós-graduação, para elaboração, implementação e inovação de projetos nessas áreas de atuação.

Propõe-se assim, ao capacitar profissionais na elaboração participativa de projetos de interesse social, apoiar comunidades e municípios na ampliação do acesso a recursos públicos para promoção de melhor qualidade de moradia, inserção social e direito à cidade, alargando, também, o campo profissional e o fomento à construção. Para isso, além do curso, a Residência AU+E/UFBA abrange trabalho de campo para assistência técnica e elaboração de projetos, por meio de oficinas participativas, pesquisa, planejamento, e outras atividades correlatas.

ANTECEDENTES, ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA E ESTRUTURA

A proposta dessa Residência Profissional foi definida em 2011, com base nas atividades do LabHabitar, laboratório criado desde 1993, no âmbito do PPGAU/FAUFBA, para desenvolver atividades de pesquisa, ensino e extensão voltadas para a relação entre habitação e cidade, integrando professores, pesquisadores e estudantes, de graduação e pós-graduação.[4]

A Residência AU+E/UFBA vem ampliar essa atuação e responderaos anseios de profissionais e dos movimentos sociais, voltados para a conquista de moradia digna e direito à cidade. Esta conjugação viabiliza pesquisa e capacitação para assistência técnica, de forma sistemática e contínua, frente à ampla e complexa problemática urbana nas cidades brasileiras.Protagoniza, assim, a troca de saberes -

[4] A proposta dessa Residência Profissional foi aprovada pela UFBA em 2011 (GORDILHO-SOUZA, 2011), sendo sua 1ª. edição implantada em 2013. (RESIDÊNCIA, 2013) Conceitualmente, inspira-se no pensamento de Henri Lefebvre, na sua clássica obra "O direito à cidade" (LEFEBVRE, 1968), nas contribuições de profissionais e movimentos sociais engajados por moradia digna no Brasil e em novos papeis a serem cumpridos pela Universidade em prol do processo emancipatório da sociedade (SANTOS, 2011).

conhecimento local e técnico - para novas alternativas de atuação em diferentes escalas e abrangência, numa perspectiva crítica, inventiva e propositiva, em prol do direito a cidadesmelhores e mais justas.

À semelhança da Residência Médica, essa capacitação profissional agrega teoria e prática. Para isso, envolve atividades de ensino, pesquisa aplicada, diagnósticos propositivos, seminários, oficinas junto às comunidades, com a devida tutoria a cargo dos professores credenciados. Culmina na elaboração de projetos que potencializam financiamentos para sua futura execução, com a devida anotação de responsabilidade técnica, para sua continuidade. Criam-se, assim, novas alternativas para a conquista de moradia digna, podendo atuar na abrangência da casa, do bairro e da cidade, ou seja, nas escalas da edificação, da infraestrutura e dos espaços públicos, numa perspectiva educativa apoiada em diferentes abordagens e troca de conhecimentos.

As atividades da Residência AU+E/UFBA ocorrem num prazo mínimo de 14 (catorze) meses e máximo de 16 (dezesseis) meses, com um total de 40 créditos acadêmicos, desenvolvidos em um turno diário, durante esse período. Do total de créditos, 26 – correspondem a 442 horas, sendo 340 horas-aula (disciplinas e seminários) e 102 horas para o trabalho final (projeto e pesquisa orientada); e 14 créditos, referentes ao trabalho de campo (840 horas de residência-assistência técnica).

Atualmente, o quadro docentepossui54 professores e tutores credenciados (sendo 33 professores permanentes, vinculados à UFBA; 15 professores colaboradores e 6 professores nucleados - sem vínculo com a UFBA). Essas nucleações foram implantadas em quatro universidades brasileiras: Universidade Federal da Paraíba; Universidade de Brasília; Universidade Federal de Pelotas e Universidade Federal do Ceará. Também recebe professores visitantes de outras instituições nacionais e internacionais, em convênios, seminários e oficinas.

PRINCIPAIS RESULTADOS ENUCLEAÇÕES

Na sua 3ª edição 2017/18, a Residência AU+E/UFBA já capacitou 73 profissionais. Desde a 1ª edição, em 2013/14, os profissionais repassaram seus projetos para 28 comunidades na Região Metropolitana de Salvador e cidades das universidades nucleadas (UFPB, UNB, UFPel e UFC). Este processo, envolve diretamente centenas de participantes a cada edição bianual, com potencial de posterior implantação dos projetos elaborados, criando também demanda profissional nessa área de atuação.

A implantação de Residência Profissional em outras universidades brasileiras traz o potencial de replicação em programas de pós-graduação, com experimentaçãoem outros contextos, para configurar uma rede de assistência técnica em escala nacional, fortalecendo sua atuação e perspectivas de cooperação interinstitucional.

Seus desdobramentos qualitativos e quantitativos subsidiam um acervo de referências projetuais, potencializando uma política universitária extensionista no âmbito da pós-graduação, de forma continuada, na perspectiva de implantação de um programa de residências profissionais multidisciplinares em rede nacional, com grande impacto social, diante da ampla demanda por esses serviços nas cidades brasileiras.Ampliam-se, assim, para além da inovação propositiva e projetual, novas possibilidades acadêmicas de política de pós-graduação em prol da formação continuada, multidisciplinar e inserção social da universidade, portanto, com potencial de maior escala de atuação, contribuindo, assim, para a conquista de cidades melhores e mais justas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Governo Federal. LEI Nº 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008. [Assistência Técnica].

GORDILHO-SOUZA, A. M. **Proposta de Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia**; apresentada ao PPGAU-FAUFBA, 2011.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**.São Paulo: Editora Moraes, 1991 [original,1968].

RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA**. Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade.** UFBA. 2013. Disponível em <http://www.residencia-aue.ufba.br/>. Acesso em março de 2018.

SANTOS, Boaventura de S. **A Universidade do Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 3ª ed., 2011.

TRABALHO 02:

A experiência de nucleação na UFPB do curso de Especialização em Assistência Técnica em Habitação e Direto à Cidade da UFBA

INTRODUÇÃO

Ao relatar a experiência de nucleação, na UFPB, do curso de especialização no formato Residência Profissional em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, experiência esta que abarcou a primeira e a segunda edições do mesmo (2013/14 e 2015/16, respectivamente), este trabalho objetiva analisar as transformações que a implantação da referida especialização provocou, induzindo uma renovação da metodologia didática de algumas disciplinas do curso de graduação. Isto se concretizou, na prática, por meio da realização de ações integradas de **pesquisa/ensino/extensão**, inteiramente voltadas à aplicabilidade da Lei 11.888/2008, da Assistência Pública e Gratuita, em que os estudantes puderam se confrontar diretamente com problemas reais vividos pela população mais desfavorecida, acompanhando e participando da sua luta pelos próprios direitos e de sua busca por uma cidade mais digna e justa.

OBJETO DE ESTUDO

O foco dessa experiência se voltou para a comunidade Porto do Capim, situada no centro histórico de João Pessoa, cujos habitantes ocuparam, há mais de 70 anos, as estruturas abandonadas do antigo porto fluvial, após sua transferência para a cidade de Cabedelo. Devido à pressão exercida por interesses econômicos, imbuídos de uma visão higienista, desde os idos anos 80, esta comunidade vem sendo ameaçada de remoção, para dar espaço a empreendimentos públicos voltados para o turismo de massa. O conflito mobilizou os moradores a se organizar e buscar apoio para a defesa do seu direito de permanência, visando a preservação de sua cultura e das profissões tradicionais ligadas à pesca e ao rio, ali presentes. Vários professores da UFPB, então, provenientes das áreas de história, arquitetura, geografia, sociologia, assistência social e direito (entre outras) se juntaram à comunidade, e conseguiram aprovar, no edital PROEXT 2015/16, um programa de Requalificação Urbana, Ambiental e Patrimonial para a área.

O relatório de violação dos Direitos Humanos produzido pelo projeto de extensão no curso de Direito da UFPB é a porta de abertura para a entrada do Ministério Público Federal. As primeiras conquistas alcançadas foram o reconhecimento da comunidade, em 2015, como Tradicional e Ribeirinha, o que conferia aos seus moradores o direito de opinarem sobre as intervenções propostas, e a suspensão da execução do projeto apresentado pelo município. Foi a partir desse marco que o MPF elegeu a UFPB como representante técnica da comunidade, com o objetivo de construir um projeto alternativo ao da PMJP, que viesse de encontro aos anseios dos habitantes do Porto do Capim e que pudesse ser confrontado e conciliado com o projeto oficial, elaborado à revelia da população local. Foi com essa imensa responsabilidade que professores e extensionistas juntaram as forças e desceram a campo.

A pesquisa iniciou com a análise das problemáticas existentes, a identificação das necessidades e das potencialidades presentes na área, utilizando procedimentos metodológicos que priorizaram a participação dos moradores na construção do processo, por meio da realização de oficinas temáticas e metodologias não convencionais, aliadas a procedimentos de pesquisa externa sobre boas práticas em assistência técnica que se desenvolveram no país, ou até mesmo casos de não sucesso. A partir dessa experiência foi possível

coletar o arcabouço teórico necessário para subsidiar informações que nortearam a aplicação da lei e seus princípios, tendo como meta demonstrar ser, o caso do Porto do Capim, uma proposta replicável.

O TRIPÉ PESQUISA/ENSINO/EXTENSÃO

A ideia de associar os alunos da disciplina de Projeto V (graduação) às atividades do projeto de requalificação do Porto do Capim (extensão), contando também com a colaboração dos alunos do curso de especialização da Residência em AU+E (pós graduação), foi decorrente da necessidade de dar resposta, em curto espaço de tempo, à demanda formulada pelo MPF para a formulação de soluções técnicas para os problemas mais emergentes da área. Durante os quatro períodos letivos em que durou, esta ação conjunta acabou se transformando numa experiência didática inédita, fonte de inspiração para futuras ações análogas.

Do ponto de vista da graduação, ao se deparar com os problemas reais vividos pelos moradores da comunidade, os alunos tiveram que focar seus trabalhos em soluções práticas, de fácil execução e de baixo custo, decorrendo disso um grande aprendizado. Por outro lado, para os estudantes de pós-graduação (residentes), a experiência de coordenar equipes formadas em média por quatro alunos da graduação, foi uma grande oportunidade de confrontar suas ideias e de colocar em prática as técnicas alternativas de atuação em comunidades, apreendidas no curso de especialização. Finalmente, para o projeto de Requalificação do Porto do Capim, além dos extensionistas financiados pelo programa, a participação dos alunos de graduação e de pós graduação nas atividades de extensão, foi uma condição *si nequa non* para o cumprimento dos objetivos do projeto, possibilitando que a equipe assim formada produzisse, no breve arco temporal de quatro períodos letivos, um material tecnicamente consistente e passível de ser posto em prática. É possível, portanto, afirmar que a conjunção das atividades de graduação, pós-graduação e de extensão num único objeto de estudo, no caso do Porto do Capim, acabou resultando na formulação de respostas rápidas e viáveis para a solução dos problemas da comunidade.

Como corolário, é importante apontar o relevante papel que a Universidade cumpriu, de representante técnico da comunidade, nas ações mediadas pelo MPF entre a comunidade e os órgãos públicos (PMJP, IPHAN, SPU, entre outros), demonstrando que essa experiência, além de atender às expectativas iniciais, revelou o grande potencial de inserção social da Universidade, dando suporte a ações futuras, de mais ampla envergadura.

CONCLUSÃO

Em novembro de 2016, numa emocionante cerimônia pública realizada na Praça São Frei Pedro Gonçalves, no centro histórico de João Pessoa, bem próximo à comunidade Porto do Capim, os projetos elaborados pelos residentes da nucleação, na UFPB, da especialização em **Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade**, idealizado pela professora e sonhadora Ângela Gordilho de Souza da UFBA, foram entregues aos representantes da comunidade Porto do Capim, pelas mãos da arquiteta Raquel Rolnik, especificamente convidada para a palestra de encerramento do **Seminário Internacional Urbicentros V,** evento esse que também marcou a conclusão do Programa de Extensão **Requalificação Urbana, Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim**.[5]

[5] Foram estes os projetos doados para a comunidade: **Diretrizes e alternativas para projeto de urbanização em Frei Vital** - Adequações e integração com o Porto do Capim, João Pessoa/PB de Flávio Brandão Boaventura; **Projeto habitacional no terreno da Proserv** - Relocação de famílias em áreas de risco do Porto do Capim, João Pessoa/PB de Ezio Luiz Martins Simões; **Alternativas para**

Desse momento em diante, a comunidade passou a ser empoderada, pelo próprio MPF, como única responsável pelas tramitações junto aos órgãos públicos, que viriam a seguir. O papel que a Universidade cumpriu na defesa da permanência dos moradores em seu local de origem, na preservação de sua cultura e tradições, assim como na elaboração de propostas projetuais mais condizentes com os anseios dos moradores da comunidade Porto do Capim, abriu espaço para que se fortalecesse na UFPB o desejo e a vontade de implantar o próprio curso de especialização em **Assistência Técnica nas áreas de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia**, hoje uma realidade!

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vera Lúcia. **As Transformações na Paisagem do Porto Do Capim: leituras de uma paisagem urbana**. Dissertação (Mestrado em Geografia). João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba/CCEN, 2006.

GONÇALVES, Helena Tavares. **O Porto e a Casa**: Dinâmicas detransformação no uso dos espaços do centro histórico de João Pessoa (PB). Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). Rio de Janeiro, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

IPHAN-PB. **Memórias Ribeirinhas**: Porto do Capim. João Pessoa, IPHAN/Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2011.

IPHAN-PB. GT Porto do Capim e Vila Nassau. **Dossiê Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau.** João Pessoa, IPHAN, 2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Processo de Tombamento nº 1.501-T-02, “Centro Histórico de João Pessoa, Estado da Paraíba”. João Pessoa, IPHAN, 2002.

SILVA, Akene Shionara Cardoso da. **Análise visual das transformações na paisagem do Portodo Capim ao longo do século XX e início do século XXI:** uma proposta metodológica para o uso de imagens. Monografia (Bacharelado em Geografia). João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba/CCEN, 2014.

saneamento e contenção na urbanização do Porto do Capim, João Pessoa/PB - Integração cidade, comunidade, manguezal. de Marina Queiroz Fontenele; **Centro Comunitário e Urbanização da Rua Porto do Capim, João Pessoa/PB** - Integração cidade, comunidade, manguezal de Camila Furtado de Figueiredo.

TRABALHO 03:

Implantação da Nucleação de Residência AU+E/UFBA na FAU/UFPel/RS

ANTECEDENTES, ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA E ESTRUTURA

A UFPEL como primeira e, por muito tempo, única universidade na região sul do Rio Grande do Sul sempre teve uma forte inserção no contexto sócio econômico local e larga experiência em extensão. Sua maior expertise foi o campo das ciências agrarias, do latifúndio ao minifúndio. Acompanhando este movimento, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, desde seus primeiros anos na década de 70, sempre esteve em contato com as comunidades locais, desenvolvendo trabalhos integrados com as prefeituras da sua microrregião nos campos do patrimônio histórico, planejamento urbano e regional e habitação de interesse social.Tem sido prática desta escola, em algumas de suas disciplinas, uma real integração entre o ensino, pesquisa e extensão.

Neste relato é importante destacar esse histórico e algumas ações em curso para entendermos a opção de filiar-se a Residência AU+E promovida de forma pioneira pela UFBA.Destacamos aqui algumas práticas que trazem novos processos e técnicas de ensino-aprendizagem: nas disciplinas de Planejamento Urbano utiliza-se de abordagens das questões urbanos desde o olhar da Cartografia Social, uso de modelos de simulação com apoio de Sistemas de Informação Geográfica e desenvolvimento de aplicativos para a gestão dos serviços públicos urbanos (e rurais). Nas disciplinas de Desenho Urbano tem sido tema o projeto de novas áreas habitacionais no regime de AEIS, também se oferece a oportunidade de uso de métodos e técnicas participativos para as definições das diretrizes projetuais, como Diagnóstico Rápido Urbano Participativo -DRUP, bem como de aplicativos que auxiliam a elaboração de mapas de legibilidade das coletividades sobre seu território. Também a experiência de contato direto com necessidades e desejos da população tem sido viabilizada através das atividades do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo – EMAU – que desde sua recente reestruturação, vem atendendo uma série de demandas coletivas de comunidades moradoras em urbanizações precárias, algumas delas sob o risco de remoção. Estas ações têm como parceiros as comunidades locais, suas associações e na maior parte dos casos, as secretarias municipais.

No ano de 2017 o PROGRAU, seu programa de pós-graduação, escolheu como eixo temático a realização de palestras e seminários sobre o estado da arte da implementação da Lei de Assistência Técnica N°. 11.888(BRASIL, 2008). Buscando subsídios para ampliar sua prática einfluenciar nas políticas públicas municipais, foramrealizados dentro do CAAT - Ciclo de Capacitação em Assistência Técnica, seminários com foco em experiencias brasileiras de assistência técnica, dentre elas a da Residência em AU+E da Universidade Federal da Bahia.

PRINCIPAIS RESULTADOS E NUCLEAÇÕES

Dentro deste contexto que surgem as condições e interesse na adesão da FAURB/UFPEL ao programa de Residência em AU+E, a convite da UFBA, como nucleação. São professores orientadores pelo núcleo André Carrasco, Eduardo Rocha e Nirce Saffer Medvedovski.Esta primeira experiência de nucleação conta com uma turma de três integrantes, arquitetas e urbanistas, oriundas da UCPEL, UFPEL e UFRGS. Seguindo a proposta do curso a turma nucleada esteve presente na 1ª Etapa de aulas teóricas ocorridas na cidade de Salvador, na FAUFBA no período de setembro a dezembro de 2017. No depoimento das residentes, a

estrutura da residência na FAUFBA, ao estar em sua terceira edição, possui uma boa relação com diversos movimentos sociais e lideranças, os quais apresentam as demandas dos movimentos e comunidades, motivando um olhar diferenciado para a análise e escolha das áreas de trabalho, juntamente às visitas técnicas a essas comunidades, que são experiências únicas de conhecimento e vivência. Seguindo a 2ª etapa, dois trabalhos de assessoria estão em andamento.

O primeiro vem sendo desenvolvido pela arquiteta e urbanista Raíza Canto Dittgen na Comunidade Indígena Kayngang – Aldeia Gyró. É uma população de 17 famílias, assentada na zona rural numa área cedida pelo município de Pelotas, de 7 ha e implantada há 2,5 anos num terreno acidentado e sem infraestrutura de saneamento e com habitações precárias. A Residência vem desenvolvendo projeto em conjunto com grupo de extensão da Universidade Católica de Pelotas, com ênfase no saneamento e gestão de resíduos, com auxílio financeiro já captado oriundo do Ministério Público Federal, contando com a mão de obra dos indígenas. O projeto está dividido em três etapas: 1- fossa de bananeira: 2- área cultural e 3- compostagem.

O segundo caso, conduzido pelas arquitetas e urbanistas Bruna Bergamaschi Tavares e Luísa de Azevedo dos Santos está ocorrendo no Loteamento Pestano, que tem o início de sua ocupação no ano de 1978, quando a Prefeitura efetuou o parcelamento do solo de um terreno público para abrigar moradores de áreas ocupadas e afetadas por uma enchente no ano de 1977, bem como migrantes rurais do entorno. A proposta, que corre paralela a um projeto municipal de regularização plena com recursos do FONPLATA, possui três eixos: Identidade, Leitura de Projeto, Obra e Pós Obra e Projeto Socioambiental, todos definidos em conjunto com a comunidade. A intenção da Residência é atuar de forma mais ampla, desenvolvendo um diálogo de fácil compreensão com os moradores, onde o conhecimento das arquitetas e urbanistas possam assessorá-los, auxiliando no protagonismo, conhecimento e valorização do espaço e meio ambiente onde vivem.

DESAFIO DE IMPLANTAR A RESIDÊNCIA EM PELOTAS

Considerando esta primeira experiência de participação do PROGRAU/FAURB/UFPel no Programa de Residência em AU+E enquanto instituição nucleada, é possível apontar alguns desafios para o futuro de reflexões e práticas de Assistência Técnica em Pelotas.

Inicialmente, é preciso aprofundar a compreensão das particularidades do contexto local e suas diferenças em relação ao cenário observado nas metrópoles brasileiras. Sua situação e caracterização geográfica, o processo de formação e desenvolvimento urbano, as formas de constituição e realização das relações de desigualdade e precariedade urbana, o perfil sócio econômico de sua comunidade e o posicionamento frágil do poder público diante dos conflitos urbanos são alguns dos aspectos a serem explorados visando uma melhor formatação do Programa de Residência em nível local.

Outro aspecto a ser levado em conta é a diferença no nível de mobilização das comunidades residentes em áreas precariamente urbanizadas. Ainda que no contexto pelotense seja possível encontrar algumas associações de moradores e associações de bairro, também se fazem presentes, e de forma bastante significativa, comunidades nas quais a organização de base e a mobilização em torno da luta por direitos urbanos é frágil ou inexistente. Vale destacar a alta demanda por regularização técnica e fundiária nos setores de baixa renda (ALVES et all, 2010). O desenvolvimento de estratégias de aproximação e

mobilização, sem com isso restringir a autonomia ou debilitar o protagonismo dos moradores, também deve ser um aspecto norteador das experiências em Assistência Técnica na cidade de Pelotas.

Finalmente, é preciso compreender como o processo de projeto, e seus resultados, devem incorporar as variáveis apontadas anteriormente de modo a adaptar-se à realidade local. É possível considerar que as experiências mais qualificadas, melhor estruturadas e que apresentaram melhores resultados, em Assistência Técnica, em projetos/programas habitacionais qualificados e em projetos de urbanização de áreas precárias foram desenvolvidas principalmente nos grandes centros do Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste brasileiro. Trata-se, portanto, de incorporar elementos essenciais destas práticas para repensar e reconstruir uma ideia de projeto própria para um Programa de Residência em AU+E na cidade de Pelotas. Uma alternativa a explorar é o de uma residência multiprofissional, no contexto da recente inauguração do Centro das Ciências Sociais e Sociais Aplicadas, onde treze programas de pós-graduação compartilharão o espaço e sua gestão. Está aí o novo desafio.

REFERÊNCIAS

ALVES, B., LIMA NETO, V.C., KRAUSE,C. **Nota Técnica Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010)**, Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, 2013.

BRASIL, Governo Federal. LEI No 11.888, DE 24 DE DEZ EMBRO DE 2008. [Assistência Técnica].

V enanparq
Salvador - 2018

EXPERIÊNCIAS DE RESIDÊNCIA PROFISSIONAL NA PÓS-GRADUAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ARQUITETURA E URBANISMO (II): UFBA/UNB/UFC

POST-GRADUATE EXPERIENCES OF PROFESSIONAL RESIDENCY FOR TECHNICAL ASSISTANCE IN ARCHITECTURE AND URBANISM(II): UFBA/UNB/UFC

EXPERIENCIAS DE RESIDENCIA PROFESIONAL EN LA POST-GRADUACIÓN PARA ASISTENCIA TÉCNICA EN ARQUITECTURA Y URBANISMO(II): UFBA/UNB/UFC

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

COORDENADOR:
GORDILHO-SOUZA, Angela
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora do PPGAU/UFBA e Coordenadora da Residência AU+E/UFBA; amgs@ufba.br

TRABALHO 01:
A Implantação da Residência AU+E/UFBA e Nucleações em outras Universidades

GORDILHO-SOUZA, Angela
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora do PPGAU/UFBA e Coordenadora da Residência AU+E/UFBA; amgs@ufba.br
EMILIANO, Elisamara
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora e Vice-Coordenadora da Residência AU+E/UFBA; elisamara.emiliano@gmail.com
ROCHA, Heliana Faria Mettig
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAUFBA e da Residência AU+E/UFBA, helianamettig@ufba.br

TRABALHO 02:
O grupoPeriférico da FAU/UNB e a nucleação da Residência AU+E UNB/UFBA: uma contribuição para a criação de Residência Multiprofissional na UNB em CTS

ANDRADE, Liza Maria Souza de Andrade
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da UNB, do PPG-FAU/UNB e da Residência AU+E/UFBA – Nucleação Brasília; lizamsa@gmail.com
LOPES, Amanda Alves Sicca
Arquiteta e Urbanista; Pós-graduanda da Residência AU+E/UFBA – Nucleação Brasília; amandasicca@gmail.com
SILVA, Cyntia Temoteo da Costa
Arquiteta e Urbanista; Pós-graduanda da Residência AU+E/UFBA – Nucleação Brasília; cyntia.silva.arq@gmail.com

TRABALHO 03:
Desafios para Implantação da Residência AU+E na UFC

PEQUENO, Renato
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da UFC,do PPGAU+D/UFC e da Residência AU+E/UFBA Nucleação Ceará; renatopequeno@gmail.com
LESSA, Lucas Golignac
Arquiteto e Urbanista; Pós-graduando da Residência AU+E/UFBA – Nucleação Ceará;lucaslessa92@gmail.com

EXPERIÊNCIAS DE RESIDÊNCIA PROFISSIONAL NA PÓS-GRADUAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ARQUITETURA E URBANISMO (II): UFBA/UNB/UFC

POST-GRADUATE EXPERIENCES OF PROFESSIONAL RESIDENCY FOR TECHNICAL ASSISTANCE IN ARCHITECTURE AND URBANISM

EXPERIENCIAS DE RESIDENCIA PROFESIONAL EN LA POST-GRADUACIÓN PARA ASISTENCIA TÉCNICA EN ARQUITECTURA Y URBANISMO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

TRABALHO 01:
A Implantação da Residência AU+E/UFBA e Nucleações em outras Universidades

TRABALHO 02:
O grupo Periférico da FAU/UNB e a nucleação da Residência AU+E UNB/UFBA: uma contribuição para a criação de Residência Multiprofissional na UNB em CTS

TRABALHO 03:
Desafios para Implantação da Residência AU+E na UFC

EXPERIÊNCIAS DE RESIDÊNCIA PROFISSIONAL NA PÓS-GRADUAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ARQUITETURA E URBANISMO(II): UFBA/UNB/UFC

No atual momento, em que se agrava a crise econômica, política e social no país, as cidades revelam, de forma aguda, a inflexão de políticas públicas de interesse social. Essa situação se evidencia na ausência de investimentos públicos nas periferias, na ampliação de contingentes de sem-tetos nas áreas centrais, na intensificação de situações de risco, na degradação ambiental, na violência urbana e no abandono do planejamento para melhorias dos serviços urbanos, dos espaços públicos e da provisão habitacional, dentre outros sintomas menos visíveis. São questões que aprofundam a exclusão social e deterioram a qualidade de vida da maior parte da população brasileira. Por outro lado, na última década, na contramão desse processo, evidencia-se o avanço de um padrão de urbanização privatista, seletivo e de gestão coorporativa de recursos públicos, que produz espaços enclausurados, de acesso exclusivo pelo consumo de mercado (GORDILHO-SOUZA, 2018). Diante desse contexto, urge a necessária discussão sobre: que cidades estão sendo produzidas para as futuras gerações? Como é possível interferir nesse processo? Quais iniciativas e quais segmentos envolvidos estão em curso para a retomada de recursos públicos e políticas adequadas? Nesse sentido, o papel da universidade é crucial na reflexão e proposição de caminhos paraavanços possíveis e, para além das atividades de pesquisa e ensino, as iniciativas extensionistas adquirem um papel crucial. No campo da Arquitetura e do Urbanismo essas questões são fundamentais e particular atenção deve ser dada às possibilidades da assistência técnica participativa, aprendendo com a prática na formação profissional continuada, de forma associada a serviços de interesse coletivo.

Na sua história recente, a universidade no Brasil avançou bastante em termos de ampliação da formação técnica, artística, científica e profissional, tanto na graduação, quanto na pós-graduação, consolidando uma ampla atuação em pesquisa, formação, tecnologia, qualificação avançada de discentes e docentes em intercâmbios nacionais e internacionais, enfim, posicionando-se crescentemente na comunidade científica internacional. Mais recentemente, na sua inserção extensionista – uma vertente da atividade acadêmica historicamente menos valorizada –, a universidade vem também ampliando sua atuação, como demonstram as novas possibilidades expressas no Plano Nacional de Extensão Universitária, de 1997. No passado, a extensão esteve mais frequentemente voltada para a difusão da produção de estudos e pesquisas, em eventos públicos, e, em menor escala, para experimentações em campo. A oferta de serviços sociais e ambulatoriais com treinamento profissional, entre outras práticas voltadas para as necessidades coletivas, já é tradicional na área de saúde, nos espaços da própria universidade.[1] Em menor escala, são identificados os trabalhos de extensão desenvolvidos nas comunidades e grupos sociais, voltados para aprendizagem prática em serviços diversos de interesse social, comparáveis à trabalhos mais frequentes de pesquisa de campo, esses, entretanto, mais limitados nas retribuições finais para as populações envolvidas. (GORDILHO-SOUZA, 2016).

[1] A Residência Médica no Brasil existe desde a década de 1940, para capacitação prática do médico recém-formado dentro de instituições de saúde, sob a orientação de profissionais médicos qualificados. Instituída pelo Decreto no 80.281, de 5/9/1977, que criou a Comissão Nacional de Residência Médica. Funciona como uma modalidade de pós-graduação, curso de especialização, com bolsas para os residentes. São oferecidas cerca de 27 mil vagas em 53 especialidades, para todo o país. Mais recentemente se ampliou para outras áreas de saúde, como Residência Multiprofissional (Residência Médica, 2013).

No vasto ambiente construído das cidades brasileiras, em que muitas comunidades autogeridas são excluídas de atributos urbanísticos de conforto e segurança, seja nas habitações, ruas, serviços, infraestrutura e equipamentos, os benefícios coletivos são praticamente empreendidos ou mantidos diretamente pelos moradores. Tais iniciativas ocorrem sem nenhuma assistência técnica, serviço que poderia contribuir para um melhor equacionamento de soluções adequadas. Por outro lado, as intervenções públicas são quase sempre fragmentadas e setoriais, sem uma visão de conjunto das demandas coletivas. Diante dessa alta complexidade na urbanização crescente do país, em larga escala, é crucial levar a universidade às comunidades, viabilizando uma relação mais real e aplicada entre teoria e prática, deixando, entretanto, na sua passagem, contribuições de serviços que se multipliquem em novos processos, projetos e materializações portadoras de inclusão social, cidadania e melhorias dos lugares na cidade.

Nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia, mais diretamente vinculadas ao ambiente construído, as práticas universitárias de assistência técnica no Brasil têm ocorrido com mais frequência no nível da graduação, com experiências cíclicas de projetos para comunidades demandantes e na experimentação de tecnologias de baixo custo. Essas atividades têm ocorrido no âmbito de determinadas disciplinas ou em grupos de pesquisas ou laboratórios e, mais esporadicamente, na pós-graduação. Com a ampliação de cursos de mestrado e doutorado, voltados para formação acadêmica *stricto sensu* de pesquisadores e docentes, os cursos *latos sensu* nas universidades públicas escassearam e passaram a ser absorvidos pela extensão, prevendo-se especializações dirigidas para tecnologias específicas ou capacitações dirigidas a empresas demandantes, seja por meio de parcerias institucionais, seja por remuneração dos inscritos.

Para as demandas urbanas em tela, a Lei Federal No. 11.888/2008 - Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social[2] -, traz o respaldo legal para o desenvolvimento de atividades de assistência técnica gratuita, com várias possibilidades de atuação, dentre elas a da Residência Profissional, vinculada às universidades. Traz também, em perspectiva, a necessária articulação entre universidades e gestão urbana e entre os cursos de graduação e pós-graduação, visando o fortalecimento da capacitação profissional nessa área de atuação e os desdobramentos mais efetivos na promoção do direito à arquitetura, como um dos substratos do direito à cidade. Devido ao fato dessa Lei ainda não ter sido regulamentada, essas possíveis articulações ficam restringidas, por falta de fundos específicos de custeio, impedindo novos avanços na sua consolidação como política pública.

Tomando como base a referida Lei Federal No.11.888/2008 e inspirando-se na Residência Médica, em 2011 foi proposta, por meio do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, de forma pioneira, a Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, por meio do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Esta especialização tem como objetivo atuar na capacitação profissional e cidadã, de forma a promover novas perspectivas, nessa área de atuação e afins (GORDILHO-SOUZA, 2011). Com uma metodologia inovadora, que vem sendo desenvolvida e consolidada ao longo das suas três edições - 2013/14; 2015/16 e 2018/19, esse curso inclui como atividade extensionista de serviço-aprendizagem, integrando projetos participativos engajados a

[2]Lei Federal N°. 11.888, de 24 de dezembro, 2008, que assegura às famílias de baixa renda, de até 3 (três) salários mínimos, em áreas urbanas ou rurais, assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia (BRASIL, 2008).

demandas de comunidades desassistidas por políticas públicas, por meio de uma abordagem propositiva. De forma sistemática, esta iniciativa implementa capacitação gratuita, integrando atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito da pós-graduação. Volta-se para recém-graduados e gestores públicos, incorporando também estudantes de graduação, contando créditos como estágio profissional. Ao final, o projeto desenvolvido é doado à comunidade demandante, prevendo-se a sua continuidade de implantação na forma de assessoria profissional do egresso, de forma independente, funcionando assim a universidade como incubadora de novas possibilidades propositivas[3] (RESIDÊNCIA..., 2013).

O objetivo da proposta, ora apresentada, é discutir a implantação de residências profissionais para assistência técnica em Arquitetura e Urbanismo no contexto atual das universidades públicas do Brasil, com foco nas nucleações trazidas pela Residência AU+E/UFBA para outras universidades brasileiras, a partir da sua 2ª. edição, a saber: 2015/Universidade Federal da Paraíba (UFPB); 2017/Universidade de Brasília (UNB); 2017/Universidade Federal de Pelotas; (UFPel) 2018/Universidade Federal do Ceará (UFC). Busca-se trazer uma avaliação dessas experiências nas diferentes abordagens de implantação, sendo abordados os antecedentes específicos em cada uma das cinco instituições envolvidas, os processos desenvolvidos nas respectivas nucleações, aderências, inovações, dificuldades, desdobramentos e perspectivas de continuidade. Entende-se que as experiências que serão apresentadas, para além da capacitação profissional, potencializarão o fortalecimento de políticas universitárias extensionistas, com ações propositivas de emancipação social, em prol das mudanças necessárias para o alcance de cidades mais democráticas, acolhedoras e sustentáveis, na conquista pelo direito à cidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Governo Federal. LEI Nº 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008. [Assistência Técnica].

GORDILHO-SOUZA, A. M. Moradia Digna e Assistência Técnica: como os estudos, pesquisas e projetos de arquitetura e urbanismo estão avançando? In: **Anais IV ENANPARQ - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Porto Alegre, 25 a 29 de julho de 2016.

GORDILHO-SOUZA, A. M. **Proposta de Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia;** apresentada ao PPGAU-FAUFBA, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Residência Médica. Residência de Saúde.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=506&id=12263&option=com_content&view=article>Acesso em agosto/2013.

RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA. **Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade.** UFBA. 2013. Disponível em <http://www.residencia-aue.ufba.br/>. Acesso em março de 2018.

[3] Além da capacidade educativa, fortalecida ao longo de todo o processo, são registrados ganhos específicos para todos os envolvidos – estudantes, profissionais, professores e comunidade –. O projeto final, repassado para a comunidade, contém as dimensões e especificações preliminares necessárias para atender a editais e Termo de Referência, sob a responsabilidade técnica do profissional-especialista.

TRABALHO 01:

A Implantação da Residência AU+E/UFBA e Nucleações em outras Universidades

INTRODUÇÃO

A Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), por meio do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFBA) e do Laboratório de Habitação e Cidade (LabHabitar), em parceria com a Escola Politécnica (EP/UFBA), implantou, de forma pioneira nessa área de atuação, a Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (Residência AU+E/UFBA), à semelhança da Residência Médica. Sua atuação se dá por meio do curso de Pós-Graduação *lato sensu* para Assistência Técnica em Habitação e Direito à Cidade, de caráter pluridisciplinar, oferta bianual, gratuito e voltado para capacitação profissional e cidadã. Almeja-se sua integração às instituições de interesse público, ampliando assim a inserção social da universidade pública. (RESIDÊNCIA, 2013).

Pautada naLei Federal N°. 11.888 (BRASIL, 2008), a Residência AU+E/UFBA tem como objetivo principal viabilizar, de forma sistemática e institucional, assistência técnica pública e gratuita em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, voltada para comunidades desassistidas e municípios demandantes, por meio de atividades integradas de ensino-pesquisa-extensão na pós-graduação, para elaboração, implementação e inovação de projetos nessas áreas de atuação.

Propõe-se assim, ao capacitar profissionais na elaboração participativa de projetos de interesse social, apoiar comunidades e municípios na ampliação do acesso a recursos públicos para promoção de melhor qualidade de moradia, inserção social e direito à cidade, alargando, também, o campo profissional e o fomento à construção. Para isso, além do curso, a Residência AU+E/UFBA abrange trabalho de campo para assistência técnica e elaboração de projetos, por meio de oficinas participativas, pesquisa, planejamento, e outras atividades correlatas.

ANTECEDENTES, ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA E ESTRUTURA

A proposta dessa Residência Profissional foi definida em 2011, com base nas atividades do LabHabitar, laboratório criado desde 1993, no âmbito do PPGAU/FAUFBA, para desenvolver atividades de pesquisa, ensino e extensão voltadas para a relação entre habitação e cidade, integrando professores, pesquisadores e estudantes, de graduação e pós-graduação.[4]

A Residência AU+E/UFBA vem ampliar essa atuação e responderaos anseios de profissionais e dos movimentos sociais, voltados para a conquista de moradia digna e direito à cidade. Esta conjugação viabiliza pesquisa e capacitação para assistência técnica, de forma sistemática e contínua, frente à ampla e complexa problemática urbana nas cidades brasileiras.Protagoniza, assim, a troca de saberes -

[4] A proposta dessa Residência Profissional foi aprovada pela UFBA em 2011 (GORDILHO-SOUZA, 2011), sendo sua 1ª. edição implantada em 2013. (RESIDÊNCIA, 2013) Conceitualmente, inspira-se no pensamento de Henri Lefebvre, na sua clássica obra "O direito à cidade" (LEFEBVRE, 1968), nas contribuições de profissionais e movimentos sociais engajados por moradia digna no Brasil e em novos papeis a serem cumpridos pela Universidade em prol do processo emancipatório da sociedade (SANTOS, 2011).

conhecimento local e técnico - para novas alternativas de atuação em diferentes escalas e abrangência, numa perspectiva crítica, inventiva e propositiva, em prol do direito a cidadesmelhores e mais justas.

À semelhança da Residência Médica, essa capacitação profissional agrega teoria e prática. Para isso, envolve atividades de ensino, pesquisa aplicada, diagnósticos propositivos, seminários, oficinas junto às comunidades, com a devida tutoria a cargo dos professores credenciados. Culmina na elaboração de projetos que potencializam financiamentos para sua futura execução, com a devida anotação de responsabilidade técnica, para sua continuidade. Criam-se, assim, novas alternativas para a conquista de moradia digna, podendo atuar na abrangência da casa, do bairro e da cidade, ou seja, nas escalas da edificação, da infraestrutura e dos espaços públicos, numa perspectiva educativa apoiada em diferentes abordagens e troca de conhecimentos.

As atividades da Residência AU+E/UFBA ocorrem num prazo mínimo de 14 (catorze) meses e máximo de 16 (dezesseis) meses, com um total de 40 créditos acadêmicos, desenvolvidos em um turno diário, durante esse período. Do total de créditos, 26 – correspondem a 442 horas, sendo 340 horas-aula (disciplinas e seminários) e 102 horas para o trabalho final (projeto e pesquisa orientada); e 14 créditos, referentes ao trabalho de campo (840 horas de residência-assistência técnica).

Atualmente, o quadro docentepossui54 professores e tutores credenciados (sendo 33 professores permanentes, vinculados à UFBA; 15 professores colaboradores e 6 professores nucleados - sem vínculo com a UFBA). Essas nucleações foram implantadas em quatro universidades brasileiras: Universidade Federal da Paraíba; Universidade de Brasília; Universidade Federal de Pelotas e Universidade Federal do Ceará. Também recebe professores visitantes de outras instituições nacionais e internacionais, em convênios, seminários e oficinas.

PRINCIPAIS RESULTADOS ENUCLEAÇÕES

Na sua 3ª edição 2017/18, a Residência AU+E/UFBA já capacitou 73 profissionais. Desde a 1ª edição, em 2013/14, os profissionais repassaram seus projetos para 28 comunidades na Região Metropolitana de Salvador e cidades das universidades nucleadas (UFPB, UNB, UFPel e UFC). Este processo, envolve diretamente centenas de participantes a cada edição bianual, com potencial de posterior implantação dos projetos elaborados, criando também demanda profissional nessa área de atuação.

A implantação de Residência Profissional em outras universidades brasileiras traz o potencial de replicação em programas de pós-graduação, com experimentaçãoem outros contextos, para configurar uma rede de assistência técnica em escala nacional, fortalecendo sua atuação e perspectivas de cooperação interinstitucional.

Seus desdobramentos qualitativos e quantitativos subsidiam um acervo de referências projetuais, potencializando uma política universitária extensionista no âmbito da pós-graduação, de forma continuada, na perspectiva de implantação de um programa de residências profissionais multidisciplinares em rede nacional, com grande impacto social, diante da ampla demanda por esses serviços nas cidades brasileiras.Ampliam-se, assim, para além da inovação propositiva e projetual, novas possibilidades acadêmicas de política de pós-graduação em prol da formação continuada, multidisciplinar e inserção social da universidade, portanto, com potencial de maior escala de atuação, contribuindo, assim, para a conquista de cidades melhores e mais justas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Governo Federal. LEI Nº 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008. [Assistência Técnica].

GORDILHO-SOUZA, A. M. **Proposta de Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – Implantação de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia**; apresentada ao PPGAU-FAUFBA, 2011.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**.São Paulo: Editora Moraes, 1991 [original,1968].

RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA**. Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade.** UFBA. 2013. Disponível em <http://www.residencia-aue.ufba.br/>. Acesso em março de 2018.

SANTOS, Boaventura de S. **A Universidade do Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 3ª ed., 2011.

TRABALHO 02:

O grupo Periférico da FAU/UNB e a nucleação da Residência AU+E UNB/UFBA: uma contribuição para a criação de Residência Multiprofissional na UNB EM CTS

INTRODUÇÃO

A Nucleação da UnB-FAU da 3ª. edição da Residência AU+E/UFBA se desenvolve em parceria com o Grupo de Pesquisa e Extensão "Periférico, trabalhos emergentes" da FAU/UnB com potencialidade de contribuição para a criação de uma Residência Multiprofissional na Universidade de Brasília em Ciência Tecnologia e Sociedade & Habitat e Saúde Primária. O Grupo Periférico, registrado em 2017 no CNPq, desenvolve pesquisas sobre temas periféricos e marginalizados no âmbito do sistema acadêmico relacionados à produção do espaço no campo e na cidade (Reforma Urbana e a Reforma Agrária), integrados no formato de "pesquisa-ação" por meio de metodologias ativas e mobilização social com uma visão "transdisciplinar" e "transescalar", abrangendo movimentos populares, comunidades da periferia, entidades ambientalistas bem como comunidades camponesas e tradicionais.

No contexto da Política Nacional de Extensão e do Decanato de Extensão e do Decanato de Pesquisa e Inovação da Universidade de Brasília são desenvolvidos trabalhos no Projeto de Extensão de Ação Contínua – PEAC/DEX "Periférico, trabalhos emergentes" da FAU/UnB desde 2016. Busca-se a participação de comunidades na elaboração de projetos de arquitetura e urbanismo nos Trabalhos Finais de Graduação, visando melhorar a atuação dos arquitetos na produção do ambiente construído. O Periférico também atua em parceria com o Escritório-Modelo CASAS/FAU/UnB, o EMAU que atua desde 2002 (PEACs 2009, PATUA e ASAS). O CASAS vem desenvolvendo um papel político importante para a formação dos estudantes e seu objetivo é garantir que, cada vez mais, alunos tenham contato com demandas reais de projetos de arquitetura com cunho social.

O Grupo Periférico atua com assessoria técnicaenvolvendo as comunidades, articulando ou agenciando coletivos existentes, no processo de elaboração de projetos de arquitetura e urbanismo de: habitação social no campo e na cidade, urbanismo participativo (planos: territorial, de bairro, de vila), pedagogia urbana em escolas públicas, espaços socioprodutivos no campo, equipamentos comunitários e culturais, espaços públicos e parques urbanos, circuitos culturais, praças abandonas, vias e becos. O grupo atuou em diversas comunidades periféricas do Distrito Federal como Itapoã, Cidade Estrutural, Planaltina, Ceilândia, Vila Telebrasília, Vila Planalto, Vila Cauhy, Varjão e na região do entorno do DF em Goiás como Luziânia e Valparaíso,na Chapada dos Veadeiros em Cavalcante, bem como assentamentos da Reforma Agrária do MST na região de Planaltina (Pequeno William, Oziel Alves), Territóriosem Goiás (Quilombo Mesquita e Engenho II) além de Ocupações em edifícios abandonados e culturais emergentes no Plano Piloto, a Vila Culturale o CONIC. Atualmente, junto com o CASAS, está trabalhando no processo de regularização fundiária com a Ocupação Urbana Irmã Dorothy Stang na região de Sobradinho - DF.

Os trabalhos da Nucleação da Residência AU+E UNB-FAU/UFBA estão sendo conduzidos pelas discentes Amanda Sicca e Cyntia Silva no Quilombo Mesquita para atender as demandas de projetos apontadas pela comunidade para espaços públicos e lugares de memória, levantadas a partir de trabalho "Planejamento Afrorrural Quilombo Mesquita", realizado pela arquiteta/pesquisadora do Grupo Periférico Mariane Paulino. É uma oportunidade de trocas de saberes e experiências com os moradores da região

ANTECEDENTES, ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA E ESTRUTURA

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX, na Carta de Florianópolis, preconiza estratégias de mobilização social, a partir do aprofundamento da interlocução com as comunidades e do desenvolvimento de metodologias participativas desencadeadoras de maior protagonismo dos movimentos sociais organizados e segmentos sociais na construção das políticas de extensão e defesa das Instituições de Pesquisa e Ensino Superior, estimulando a realização de Fóruns Sociais simultâneos em todos os territórios.

A pesquisa-ação, considerada uma modalidade de intervenção coletiva, inspirada nas técnicas de tomada de decisão, que associa atores e pesquisadores em procedimento conjunto de ação com vistas a melhorar uma situação precisa, que é avaliada de forma sistemática, apreciada e fundamentada em uma concepção compartilhada para promover a transformação. No Periférico, parte-se de demandas e vocações levantadas por meio de mapas afetivos, análise do problema sob a óticadas dimensões da sustentabilidade, social, cultural e emocional, econômica e ambiental bem como identificação e sistematização de padrões espaciais e de acontecimentos para estabelecer uma linguagem com a comunidade, aumentando a sua participação no processo, na forma de códigos geradores até elaboração do projeto.

O desafio do “Grupo de Pesquisa Periférico, trabalhos emergentes” é não transformar esta atividade de extensão em uma “invasão cultural”, lembrando Paulo Freire, apenas levando-se conteúdo, que reflete a visão de mundo daqueles que superpõe a daqueles que passivamente recebem. É necessário, também, avançar para alcançar a capacidade de transformação e resiliência econômica e ecológica dessas comunidades nos lugares estudados, além do planejamento e projetos para o ambiente construído, promovendo a autonomia e autogestão dessas populações em relação à produção do *habitat* em termos de produção agroecológica, tecnologia social, economia solidária e ecoturismo.

CAMINHOS PARA CRIAÇÃO DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL NA UnB

A nova política de Extensão da Universidade de Brasília tem como um dos objetivos integrar projetos de extensão por meio de editais de fomentos para Programas interdisciplinares e intersetoriais. O grupo Periférico está em dois “Inovação, Tecnologia e Integração Social DEX/DPI”, Atividades de Extensão na Cidade Estrutural/DEX “, em parceria com Núcleo de Política, Ciência, Tecnologia e Sociedade NP+CTS/CEAM/UnB do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, liderado pelo professor Ricardo Toledo Neder. O núcleo tem em sua carta de princípios como marco sinalizador a noção de cidadania sociotécnica, assumindo que existe uma questão político cognitiva, e ideológico existencial vivida pelos mais diversos grupos sociais, movimentos sociais, movimentos operários e sindicais, entre outros, diante da questão da democratização dos processos de mudança tecnológica para que os sujeitos possam incidir sobre a política científica e tecnológica. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares ITCP da FUP/UnB, vinculada ao NP+CTS, tem construído relações em redes de assentados, com interação e comercialização entre economia solidária, pequenos comerciantes, produtores rurais e consumidores, com melhoria da logística de produção e da qualidade vida no trabalho.

O NP+CTS está funcionando em regime de colaboratório de Pesquisa, Ensino, Extensão e Residência com pesquisadores/as cujos trabalhos já estão em execução nas Unidades da UnB (Institutos, Faculdades, Cursos, Centros e Núcleos de Pesquisa) para potencializar a formação científica CTS, em associação com a freiriana, a integrar o ensino da ciência aos trabalhos no dia a dia das comunidades. Em 2018, o Núcleo

organizou o III Simpósio Internacional de Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade na UnB. No III Ciclo a Escola de Governo da Fiocruz promoveu a discussão sobre "Residência Multiprofissional", à semelhança da Residência Médica, considerando também os princípios da Residência Social. A experiência da Nucleação da Residência AU+E UNB-FAU/UFBA, vinculada ao Grupo Periférico, com o aprendizado adquirido na UFBA, foi apresentada como uma contribuição e potencialidade à criação da Residência Multiprofissional da UnB.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Liza Maria Souza de Andrade.**Periférico, trabalhos emergentes: participação social na elaboração de projetos de arquitetura e urbanismo nos TFGs da FAU/UnB.**In: XVII Enapur, São Paulo, maio de 2017, São Paulo, São Paulo.

DAGNINO, Renato. **Tecnologia Social. Contribuições conceituais e metodológicas.** Florianópolis/Insular, EDUEPB/Campina Grande, 2014.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras – **Plano Nacional de Extensão Universitária.** maio, 2012.Disponível na RENEX https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf Acesso em setembro de 2016.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras – **Carta de São Bernardo do Campo.** São Bernardo do Campo, maio, 2016.Disponível na RENEX. https://www.ufmg.br/proex/renex/. Acesso em setembro de 2016.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras. **Carta de Florianópolis.** In: XLII Encontro Nacional do FORPROEX, Floriannovembro de 2017.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira8ª edição, 1985 (1ª edição, 1969).

SANTOS, Boaventura de S. **A Universidade do Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 3ª ed., 2011.

NEDER, Ricardo Toledo; MORAES, Raquel de Almeida. **Para onde vai a universidade diante da política de Ciência & Tecnologia no Brasil?** Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América. HISTEDBR Grupo de Estudos e Pesquisas "Historia, Sociedade e Educação no Brasil/UnB/ Capes-Escola de Altos Estudos. Volume 7. Serie 1.R. p.: Il. 26 cm – Cadernos Primeira Versão, Brasília, 2017.

THOMAS, H. **Tecnologias para inclusão social e Políticas Públicas na América Latina**. In Tecnologias Sociais: Caminhos para a sustentabilidade. Anais do Fórum Nacional RTS e 2ª Conferência Internacional TS Brasília, 2009.

TRABALHO 03:

Desafios paraImplantação da Residência AU+E na UFC

INTRODUÇÃO

Fortaleza se destaca pela gravidade dos seus problemas habitacionais, os quais também se apresentam na região metropolitana, nos centros regionais e nos pequenos municípios do Ceará. Ainda que se perceba diferentes gravidades e intensidades, chama atenção a disseminação da favelização, a produção de periferias desordenadas, a implantação de projetos habitacionais em setores inadequados, as carências de infraestrutura, dentre outros.

Tudo isso se agrava com a constatação de que as políticas urbanas e habitacional mostram-se dissociadas e de que os arranjos institucionais se revelam fragilizados. Para além da demanda por recursos financeiros, verifica-se a necessidade de recursos humanos capazes de desenvolver e implantar instrumentos técnicos adequados à realidade destas cidades. Neste trabalho pretende-se apresentar algumas ideias preliminares considerando a realidade do Estado do Ceará frente à criação de Residência em Arquitetura e Urbanismo + Engenharia em seu processo de nucleação.

ANTECEDENTES, ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA E ESTRUTURA

Passados mais de 20 anos, constata-se grandes mudanças na condução das políticas urbana e habitacional nas diferentes esferas de governo. Todavia, estas alterações ocorrem num período em que o neoliberalismo se expande, reduzindo atribuições do Estado, as quais são transferidas para outros agentes da produção do espaço. De um estado provedor e interventor, passa-se para progressivamente para uma nova realidade, requerendo com isso uma análise crítica que venha inclusive a incidir na formação de profissionais que atuem nas questões da cidade.

Ao longo destas duas últimas décadas, o acompanhamento crítico destes processos revela avanços e retrocessos. Emergência de ONGs como articuladores de movimentos sociais, apoio de escritórios de direitos humanos, práticas de extensão socialmente inclusivas, terceirização de serviços, descontinuidade das políticas, interferência de interesses privados nos processos decisórios, congelamento de processos de planejamento, dentre outros evidenciam a necessidade de repensar os arranjos institucionais. Todavia, compete à universidade e aos conselhos profissionais refletir sobre o perfil do profissional que vem sendo formado, analisando a capacidade de resposta aos problemas contemporâneos, compreendendo os novos desafios trazidos para os mesmos.

No nosso caso, desde 2013, o Laboratório de Estudos da Habitação da Universidade Federal do Ceará (LEHAB) tem atuado em pesquisas que avaliam as políticas urbana e habitacional, buscando incidir junto aos espaços de debate, aprofundando questões e sugerindo recomendações a serem discutidas junto aos diferentes agentes envolvidos. Via de regra, os projetos de pesquisa-ação almejam trazer para o atelier de projeto e para as pesquisas individuais questões a serem aprofundadas, estabelecendo maior aproximação da academia com outros agentes, notadamente aqueles que compõem as forças que resistem às pressões do Estado-capital.Esta prática nos leva à compreensão da necessidade de envolvimento cada vez maior da universidade nas questões da cidade, porém reconhecendo o seu papel fundamental na formação, adequando-se às novas situações e formulando práticas alternativas.

PRINCIPAIS RESULTADOS ENUCLEAÇÕES

Com a participação de novos arquitetos na terceira turma da Residência em Arquitetura e Urbanismo + Engenharia na Universidade Federal da Bahia (Residência AU+E/UFBA), estreitaram-se os laços com a Universidade Federal do Ceará, graças à articulação promovida por um dos residentes da UFBA, oriundo de iniciação científica e de TFG no LEHAB - UFC.

Ao analisar os problemas de inserção urbana dos grandes conjuntos habitacionais da 2ª. fase do PMCMV, entrou-se em contato com movimentos sociais atendidos pelo programa, que demandaram assessoria técnica para ocupação realizada em terreno de outro conjunto do BNH/Cohab-CE, em melhores condições de localização. Tal solicitação decorreu na sua adoção como tema de Trabalho Final de Graduação com a realização de oficinas com lideranças da Unidade Classista e moradores da ocupação Gregório Bezerra. Tal exercício propiciou o melhor conhecimento da realidade, a compreensão do quadro de agentes envolvidos, culminando com a formulação de projeto participativo para realização das unidades habitacionais e de equipamentos sociais em regime de mutirão em terreno melhor adequado.

A experiência foi ainda motivadora para o ingresso do graduando na Residência AU+E/ UFBA. Ao retornar para Fortaleza para realizar as atividades de assessoria, constatou-se como nova demanda, a ocupação de um edifício histórico na área central pelo mesmo movimento e com os mesmos ocupantes, tendo em vista a ausência de respostas pelo Estado e mesmo às pressões para que as famílias desocupassem a escola onde estavam residindo e resistindo. Sem dúvida, trata-se de uma ocupação com maior visibilidade, frente a qual o diálogo com os governos municipal e estadual se amplia, abrindo assim novas perspectivas. Resistindo de forma extremamente precária, as 87 famílias ganham apoios e recebem do governo estadual a proposta de deslocamento para um grande conjunto periférico do PMCMV no município vizinho.

Contudo, a atuação do residente se deu de maneira ampliada. Para além do atendimento a esta demanda específica, buscou articular junto a outros jovens profissionais a criação de assessoria técnica (Taramela) para atender a outras demandas, trazendo para o seu lado parceiros imbuídos dos mesmos ideais. Além disso, apresentaram-se nos espaços de debate como profissionais dispostos a contribuir em outras questões, como a implementação das zonas especiais de interesse social.

Uma terceira frente tem sido sua participação nas discussões preliminares para implementar a Residência em Arquitetura e Urbanismo + Engenharia da UFC evidenciando a importância dos ensinamentos obtidos em Salvador, e demonstrando a necessidade de processo semelhante de formação. A receptividade da Secretaria das Cidades e as boas intenções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará sugerem um ambiente favorável para que a residência se concretize. Entretanto, faz-se necessário uma discussão interna ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, assim como junto aos possíveis parceiros de modo a definir papéis, responsabilidades, procedimentos e a estratégias de realização de modo a que a mesma venha a ser adotada como política pública.

Os avanços podem ter sido limitados, mas considera-se que os primeiros passos contribuíram para que alguns desafios tenham sido apontados. Reconhece-se a importância da interdisciplinaridade para melhor compreender as problemáticas da cidade, bem como a necessidade de abordagem multiprofissional e a exigência do aprendizado das práticas participativas por parte dos profissionais, como fundamentais para que esta formação complementar venha a se concretizar.

Salvador - 2018

INTERFACES ENTRE MORFOLOGIA URBANA, PLANEJAMENTO E PRÁTICA: CAUSAS E EFEITOS

THE INTERFACE BETWEEN MORPHOLOGY, PLANNING AND PRACTICE IN PUBLIC POLICIES*: CAUSES AND EFFECTS*

INTERFACES ENTRE MORFOLOGIA, PLANEAMIENTO Y PRATICA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

COORDENADOR:
CARVALHO, Thereza Christina Couto
PhD em Desenho Urbano, Professora da EAU/UFF e do PPGAU/UFF, Coordenadora do grupo de pesquisa RCORTE:
thereza.urbanismouff@gmail.com

TRABALHO 01:
Interfaces entre Projeto Urbano e Cidade Consolidada
ALMEIDA Jr, Wandilson Guimarães,
Metre em Arquitetura e Urbanismo; Pesquisador do grupo RCORTE; wandilsonjunior@yahoo.com.br

TRABALHO 02:
ESTRADAS, LARGOS E ATMOSFERAS DE PREFERÊNCIA – A REDE DE ESPAÇOS LIVRES NO CATETE, RIO DE JANEIRO-RJ
LAMOUNIER, Alex Assunção
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da FAU/UFRJ; Pesquisador do grupo de pesquisa RCORTE;
CARVALHO, Thereza
PhD em Urban Design, Professora da EAU/UFF e do PPGAU/UFF, Coordenadora do grupo de pesquisa RCORTE:

TRABALHO 03:
Interface entre Mobilidade e Morfologia Urbana: Desigualdades sobre trilhos e rodas
FERNANDES, Janaína
janaina.fernandes@outlook.com
Doutora em Planejamento Urbano

TRABALHO 04:
Rede de estradas e a Evolução Territorial da Baixada Fluminense
BRASIL, Marcelo
Doutor em Planejamento Urbano; Professor da EBA/UFRJ
LAMOUNIER, Alex
Doutor em Arquitetura; Professor da FAU/UFRJ; alex.a.lamounier@gmail.com

TRABALHO 05:
Interfaces entre Morfologia Urbana, Planejamento e Prática - o caso de Niterói
CARVALHO, Thereza
PhD em Urban Design, Professora da EAU/UFF e do PPGAU/UFF

INTERFACES ENTRE MORFOLOGIA URBANA, PLANEJAMENTO E PRÁTICA: CAUSAS E EFEITOS

INTERFACES BETWEEN MORPHOLOGY, PLANNING AND PRACTICE AND PUBLIC POLICIES*: CAUSES AND EFFECTS*

TÍTULO DEL SIMPOSIO TEMÁTICO EN ESPAÑOL

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

TRABALHO 01:

INTERFACEs ENTRE PROJETO URBANO E CIDADE CONSOLIDADA

TRABALHO 02:
Estradas, Largos e Atmosferas de Preferência – a rede de espaços livres no Catete, Rio de Janeiro-RJ

TRABALHO 03:
INTERFACE ENTRE MOBILIDADE E MORFOLOGIA: **DESIGUALDADES** SOBRE TRILHOS E RODAS

TRABALHO 04:
A Rede de Estradas e a Evolução Territorial da Baixada Fluminense

TRABALHO 05:
A interface entre morfologia urbana e a prática - o caso de Niterói

INTERFACES ENTRE MORFOLOGIA URBANA, PLANEJAMENTO E PRÁTICA: CAUSAS E EFEITOS

Tema e Objetivo

Esta proposta de Simpósio Temático trata da interface entre morfologia urbana e a prática aqui examinada à luz da dimensão imagética e tipológica do planejamento territorial, seja este formulado como política setorial ou plano diretor. Entende-se por dimensão morfológica de uma política pública as relações de repercussão entre a tomada de decisão e a forma urbana. Trata da maneira com que numerosas decisões em separado combinam-se para criar regularidades ou padrões espaciais emergentes no tecido urbano, nem sempre previstos pelos instrumentos de planejamento da cidade.
Para efeito deste trabalho entende-se que o plano diretor e as etapas de configuração da forma urbana - analisadas à luz da morfologia - estabelecem relações interativas de causa e efeito para além do planejado. Os tecidos urbanos consolidados, nas diferentes 'roupagens' ou regiões morfológicas pré-existentes têm, em muitos casos, usos e formas de ocupação atrativas que 'pulsam' reações às intervenções que não lhes contemplam. Entende-se que a produção da cidade se faz por decisões de diferentes agentes ou atores estratégicos, com diferentes projetos e propósitos, em igualmente distintas escalas de espaço e de tempo onde, e quando, aqueles investimentos individuais ou empresariais materializem suas repercussões territoriais. Atenção espacial é dada às bordas dos projetos urbanos cujos usos escapam aos interesses dos agentes autores daquelas intervenções e onde, portanto, novas formas de ocupação, com frequência, se materializarão geralmente consideradas clandestinas e ilegítimas. Procura-se realçar as relações de complementaridade, funcional e espacial, entre as distintas dimensões qualitativas dos vários usos e formas de ocupação do solo identificados, em diferentes estudos de caso.
Pretende-se com esta proposta contribuir para o aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento territorial enquanto norteadores de um processo **contínuo** de planejamento, de produção da cidade e de configuração da sua forma urbana e do seu conteúdo identitário. Esta é aqui entendida como resultado de um processo gradativo de sedimentação dinâmica de novas e pré-existentes morfologias, onde diferentes autores/produtores da forma urbana são reconhecidos e acolhidos.

Contexto: sobre processos de configuração, forma urbana e representações

A retomada da atenção à paisagem urbana, nos anos '60, com Aldo Rossi e a Nova Tendencia, na Itália, e com a abordagem multidisciplinar de Michael Conzen, fundamentando a escola inglesa de morfologia urbana, coincidem, e não por acaso, como caminhos de resistencia cultural ao crescimento da produção imobiliária e do rodoviarismo, ambos associados ao marco de referencia "cidade modernista". Essa aceleração crescente da expansão urbana, definiu a dispersão como padrão espacial e, ao mesmo tempo, como modalidade de criação, crescimento e configuração.

A idéia de cidade, como até então entendida, herança de 8.000 anos, foi, a partir da referida década, progressivamente, questionada, considerada por alguns autores como obsoleta (F.Choay, F.Ascher, Peter Hall, Manuel Castells). Emergem os conceitos de "nós" e "fluxos" como atributos urbanos que definem uma

nova estrutura urbana descontínua e fragmentada. Para Rémy Allain (2004), a chave para o entendimento da paisagem urbana ainda é a morfologia. A análise morfológica instrumenta a escolha para qualquer intervenção urbana, ou deveria faze-lo. O autor não oferece receita para a "boa forma da cidade", como Lynch, B. Freitag, entre outros, pois, afirma, não existir teoria que apoie uma tal generalização.

Nesta proposta, a relação entre a tomada de decisão e a forma urbana é entendida como a maneira com que numerosas decisões em separado combinam-se para criar regularidades ou padrões espaciais emergentes no tecido urbano. Apoia-se na Escola Inglesa de Morfologia Urbana, a partir de Conzen e Whietehead, e em Bacon.

A tomada de decisão sobre o uso do solo urbano, em alguns contextos, é entendida como atribuição de especialistas, afeta ao planejamento territorial, responsabilidade institucional e política do poder público. Bordas não são planejadas. Definem o limite do foco objeto de interesse do ocupante ou do seu projetista. A sua incorporação progressiva ao tecido urbano consolidado, quando acontece, tem ritmos diferenciados dependendo do contexto onde foram geradas. Enquanto processo é alimentado por um grande número de decisões separadas sobre sítios (locais) individuais que ao longo de um período de tempo, apresenta consequências coletivas. Frequentemente os decisores não têm conhecimento da existência do outro e, quase invariavelmente, ignoram as consequências espaciais formadoras das bordas que as respectivas decisões individuais geravam no tecido urbano.

Para Conzen, o fator comum entre essas decisões tomadas em separado na ocupação das bordas, pode ser um obstáculo ao crescimento da área habitacional, uma queda na produção imobiliária, a atração mútua entre diferentes usos do solo, ou o fato de que um número de usuários se localizaram juntos uns aos outros simplesmente por falta de terrenos alternativos. Seguindo essa linha de raciocínio, bordas seriam, por natureza, espaços de transição entre distintas regiões morfológicas, passíveis de serem gradativamente ocupadas , como de fato com frequência o são em nosso contexto histórico político regional, seja por uma ou duas das duas formas de ocupação predominante cujos limites a borda reflete, ou por um terceiro uso ou conjunto de usos não previstos mas que se mostraram úteis à vizinhança. O conceito de borda assim formulado potencializa as premissas subentendidas de transitoriedade e sedimentação dinâmica e permitiu a sua aplicação contemporânea com resultados positivos.

Nesta proposta de Simpósio Temático, serão apresentadas cinco análises de aspectos distintos da forma urbana, em diferentes escalas territoriais, todos objeto de instrumentos de planejamento seja este de projeto urbano, políticas setoriais ou de plano diretor. Esses cinco trabalhos têm em comum o foco nas reações, sob a forma de usos e ocupações não previstas, às citadas intervenções normativas.

A primeira análise trata das interfaces entre projeto urbano e a cidade pré-existente. O caso específico estudadofocaliza as várias intervenções urbanas feitas, com introdução de edificações com escala e tipologias muito distintas da morfologia que caracteriza o trecho urbano pré-existente na área portuária da cidade do Rio de Janeiro. Em sua pesquisa, se propõe estudar as possíveis repercussões existentes na interação de projetos urbanos contemporâneos inseridos em contextos urbanos preexistentes e consolidados. O entendimento da interação entre os distintos modelos de urbanização, têm como recorte de investigação conceitos urbanísticos de forma, gênese e vitalidade. A tríade de investigação é complementada pelo estudo das forças e ritmos de conformação, aplicados como método de leitura espacial em diferentes escalas nas áreas de interação geradas pelo encontro físico entre modelos distintos de urbanização. O estudo de caso é realizado na região portuária da Cidade do Rio de Janeiro, constituída urbanisticamente ao longo de quatro séculos de consolidação, e objeto de um projeto urbano recente com grande escala de intervenção.

O segundo trabalho trata de aspectos intangíveis, componentes que, embora importantes ao entendimento das dinâmicas urbanas, permanecem por vezes ocultos, ou em segundo plano, frente a focos predominantemente legalistas ou voltados a questões sobre a configuração concreta. Essa crescente preocupação com o intangível emerge da atenção sobre o simbolismo de paisagens comuns e seu papel na definição do caráter da cidade, em detrimento da valorização voltada apenas a configurações consideradas de destaque, frequentemente tomadas como representativas de imagens de cidades ou de algumas de suas diferentes áreas. Assim, o presente trabalho busca fundamentação nas contribuições que diversos autores, de diferentes campos do conhecimento e da arte, oferecem ao tema. As análises específicas sobre o Rio de Janeiro, à luz do tema central desta tese, envolvem visões da cidade em diferentes gêneros literários, como contos, crônicas, romances e quadrinhos, e observação de campo continuada no Largo do Machado, praça escolhida como representativa de Atmosferas de Preferência cotidianas no Rio.

A terceira contribuição focaliza a relação entre a morfologia urbana das áreas onde foram instaladas as estações do BRT. Procura responder às seguintes perguntas: a) morar perto de um transporte de alta capacidade é garantia de acesso à circulação na cidade? b) inauguraram uma estação de transporte de alta capacidade em frente a minha casa… c) eu tenho condições financeiras de usar este transporte? d) será que meu acesso à cidade ficou facilitado por esta estação?

Essas foram as questões iniciais que impulsionaram o presente estudo. É importante destacar que os resultados aqui apresentados são frutos de uma pesquisa inicial que seria feita apenas para o metrô do Rio de Janeiro e que ao ganhar aprovação para ser desenvolvida dentro do local do trabalho do pesquisador responsável, pode ser desdobrada para o BRT e a integração do BRT com o metrô.

O quarto trabalho que participa desta proposta de Simpósio Temático analisa estradas federais selecionadas que atravessam o território metropolitano do Rio de Janeiro, à luz das “dimensões qualitativas” (CARVALHO, 2009) que as distinguem nas relações que cada uma estabelece com os espaços urbanos que atravessam. A partir dessa perspectiva morfológica identifica conflitos de gestão entre os interesses federais e as articulações cotidianas municipais. O predomínio da dimensão institucional na escala maior – governo federal – busca acessibilidade em grande escala, integração espacial e econômica nacional e conflita com a escala municipal, enfraquecendo atributos morfológicos, fragmentando territórios, anulando conexões sociais, ignorando dinâmicas de proximidade associadas a vínculos de vizinhança, enfraquece a diversidade econômica urbana e as integrações entre bairros ou municípios vizinhos.

O último trabalho que participa desta proposta de simpósio focaliza a cidade de Niterói , no esforço de fazer a revisão do seu plano diretor. Analisa o território a partir da perspectiva da sua gênese morfológica identificando heranças de rupturas e fragmentações provocadas por diferentes intervenções e motivações. Em algumas dessas áreas constituíram-se novas centralidades, de diferentes hierarquias, que dão apoio aos seus habitantes, tão mais necessárias quanto menos valorizado a sua localização, ou seja o “fragmento urbano’ onde surgiram. O modelo espacial de referencia adotado – policentrismo espacial integrado – teve, portanto, como princípios, valorizar a cidade herdada e em produção, na sua diversidade, investindo na conectividade com esses tecidos urbanos periféricos, fortalecendo as centralidades emergentes, qualificando seus patrimônios natural e cultural sobretudo onde este é mais precário, valorizando a identidade local e buscando promover a equidade espacial policêntrica como resultante.

TRABALHO 01:

INTERFACEs ENTRE PROJETO URBANO E CIDADE CONSOLIDADA

O espaço público é conceituado por Arendt (1955), como filosófico e político, capaz de promover o encontro, a troca e a interação humana. É o espaço que faz sentido e só existe se houver interação entre as pessoas, o espaço encontra sentido na existência humana.

Massey (2008), associa a relação entre política e espaço, onde a política é o fazer constante do mundo, fruto das interações, e por tanto, se o espaço só se consolida pela interação humana, os discursos são significativos na modelagem do espaço.

Em Jacobs (1961) é possível encontrar os conceitos sobre a caracterização e a defesa dos valores do espaço público descritos por Arendt (1955) e Massey (2008), relacionados ao cotidiano do espaço público perceptível e vivenciado. É a defesa da vida pública, da diversidade, da flexibilidade, da liberdade, das relações e do compartilhamento do espaço.

É justamente na dimensão relativa à experimentação cotidiana do espaço público, que reside a pretensão do desenvolvimento deste estudo. Segundo Jacobs (1961), o espaço público deve ser estudado metodologicamente a partir da observação real, concreta e palpável.

A tentativa de costurar um sentido de convergência e complementariedade dos conceitos extraídos em Arendt (1955), Massey (2008) e Jacobs (1961), vão orientar a observação direta, proposta em uma das representações do espaço público na constituição urbana contemporânea.

Esta pesquisa tem como propósito estudar as possíveis repercussões oriundas da interação de projetos urbanos contemporâneos, que introduzem intensa dinâmica de transformação espacial, inseridos em contextos urbanos preexistentes, conformados com ritmos mais lentos em um processo evolutivo de consolidação.

O estudo é construído a partir da ideia síntese do entendimento das relações urbanas produzidas pela implantação de um projeto urbano em uma área urbana preexistente e consolidada. A distinção inicial, quase uma lógica binária, ocorre pelo estabelecimento duas matrizes espaciais que permitam a comparação, e que apresentem identidades distintas. Apesar do princípio comparativo na identificação das matrizes espaciais urbanas referenciais, a pretensão é ir além da comparação simples, dialética e de rótulos fáceis como o novo x velho, limpo x sujo, o rico x pobre, ou outras possíveis adjetivações.

O modelo característico de uma área urbana preexistente pressupõe, para este estudo, um assentamento urbano consolidado fisicamente no território em ritmos de evolução compatíveis com a história urbana da qual faz parte.

Por sua vez, o modelo associado ao projeto urbano, tem entre as suas características a força dinâmica de transformação e amplitude de unidade formal, concentrados temporalmente e financeiramente.

A tarefa de entendimento do fenômeno é complexa e permite diversas possibilidades de abordagem das relações urbanas geradas, porém esta pesquisa será conduzida a partir de um recorte de investigação construído nos conceitos urbanísticos de forma, gênese e vitalidade.

O conceito de forma urbana terá como ponto de partida, o estudo da Morfologia Urbana como disciplina consolidada, e com a capacidade de produzir bases comparativas de análise a partir de diversas linhas de entendimento do estudo da forma, como por exemplo a escola inglesa e italiana na contribuição dos seus respectivos pioneiros Conzen e Muratori (MOUDON, 1997), as linhas focadas na percepção do ambiente construído (LYNCH 1972, 1981 e 2006; CULLEN, 1996), e por outras contribuições complementares (ABREU 2008).

A Gênese ou Morfogênese, por sua vez, será entendida como o processo evolutivo, incorporando a passagem do tempo na formação da cidade, e capaz de explicar pela distinção das origens e processos evolutivos, a base comparativa entre as matrizes espaciais objeto de estudo, especialmente no entendimento dos processos associados aos ritmos mais lentos de formação urbana. Serão objeto de estudo conceitos como o DNA da paisagem e suas distintas matrizes espaciais[1] (CARVALHO SANTOS E DIAS COELHO, 2009), das etapas de configuração (BACON, 1967) e a interpretação das permanências (CANIGGIA, 1997).

Para o conceito de Vitalidade, o ponto de partida será a expressão da presença humana, e as consequentes relações sociais produzidas, como atributo desejável ao espaço urbano. Serão ainda abordadas questões como a defesa da diversidade e a valorização das relações humanas (JACOBS, 1961), e o reconhecimento de métodos de planejamento de intervenção pautados na dimensão humana dos espaços públicos (GEHL, 2010; 2013).

Para complementar as bases do raciocínio proposto pela pesquisa para o entendimento do fenômeno, serão necessários a inclusão de mais dois itens, o entendimento conceitual das forças e ritmos de conformação da cidade e das bordas urbanas geradas pelo encontro físico dos modelos, entendida como área de interação, e não apenas como uma zona limítrofe (KOSTOFF, 2004), aplicados dentro de uma mesma rede urbana e não apenas de forma periférica (CARVALHO SANTOS E DIAS COELHO, 2009).

A expectativa é produzir uma revisão dos campos de estudo da disciplina urbana, ligados à gênese e à vitalidade urbana, com a intenção de testar procedimentos de análise existentes, com o propósito de na identificação, mapeamento e descrição das repercussões urbanísticas da interação de modelos matrizes espaciais distintas, no que diz respeito à forma, a diversidade e a vitalidade, e que tenham como objeto a cidade e intervenções urbanísticas contemporâneas.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Maurício de. “Sobre a Memória das Cidades”. In**: Anais Do V Seminário de História da Cidade E do Urbanismo**. Campinas: 2008.

ARENDT, Hannah. (1955). **Homens em tempos sombrios**. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.

[1] A partir dos resultados da pesquisa de pós doc de Carvalho Santos,T., parcialmente publicados em artigo conjunto com Dias Coelho em 2009.

BACON, Edmund (1967). **Design of Cities** - A superbly ilustrated account of the development of urban form, from ancient Athes to Modern Brasilia. Londres: Penguin Books, 1995.

CANIGGIA, Gianfranco. "Lectura de las preexistencias antiguas em los tejidos urbanos medievales". In POZO, Afonso del. **ANÁLISES URBANO**. Sevilha: IUACC, 1997. P.27-60.

CARVALHO SANTOS, Thereza. **O DNA da paisagem**. Uma contribuição ao estudo dos espaços públicos. Pós-Doutoramento - Universidade Técnica de Lisboa, UTL - Lisboa, 2009.

CARVALHO SANTOS, Thereza; e DIAS COELHO, Carlos. **O capital genético das redes de espaços públicos** - mutações e persistências. 2009.

CULLEN, Gordon; **Paisagem urbana.** Lisboa: Edições 70, 1996.

GEHL, Jean e SVARRE, Birgittte. **How to study public life**. Washington: Island Press, 2013.

GEHL, Jean. **Cidade para pessoas**. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2013.

JACOBS, Jane (1961). **Morte e vida de Grandes Cidades**. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____ (1969). **The Economy of Cities**. New York: Vintage Books, 1970.

LYNCH, Kevin (1981); **A Boa forma da cidade**. Lisboa: Edições 70, 2007.

_____(1960); **A imagem da cidade**. 1º Edição 3ª Tiragem, São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____ (1972); **De qué tempo es este lugar?** 1º Edição, Barcelona: Gustavo Gili, 1975.

KOSTOF, Spiro (1991); **The city Shaped**. Urban Patterns and Meanings Through History. Nova York: Bulfinch press, 2004.

MASSEY, Doreen (2005). **Pelo Espaço**. Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MOUDON, Anne V. (1997). Morfologia Urbana como campo interdisciplinar emergente. In **Revista de Morfologia Urbana. Número 1, Volume 3**. UMRG, 2015. P. 41 – 49.

TRABALHO 02:

Estradas, Largos e Atmosferas de Preferência – a rede de espaços livres no Catete, Rio de Janeiro-RJ

O Catete foi área nobre de destaque no início da valorização da zona sul do Rio de Janeiro. Bairro tradicional, sediou o Governo Federal e teve importância ampliada por sucessivas obras de infraestrutura, graças à localização estratégica no acesso centro-zona sul. Em sua formação, o Caminho da Praia Vermelha, atual Rua do Catete, é estruturante fundamental, reforçado por uma rede de espaços livres significativa na integração do que chamamos Atmosfera de Preferência.

Através das "etapas de sedimentação da paisagem", conforme metodologia de Thereza Carvalho (2009), este trabalho aborda a região do Catete a partir da estrada que lhe deu origem, analisando a referida rede como determinante de uma Atmosfera de Preferência no Rio.

GÊNESE E EVOLUÇÃO

Carvalho (2009) identifica três etapas na consolidação de centralidades – "singularidade atrativa", "fruição agregadora", "tradição valorizadora". Conferem "aos espaços atributos que os distinguem e caracterizam", contribuindo "para que resistam a situações desqualificadoras".

O mapa de 1808-1812 (figura 1a) mostra o "descampado" onde surgiu o Largo do Machado, nas "margens alagadiças" do Rio Catete, junto ao "Caminho da Praia Vermelha". Transpondo-se o rio, limite natural, a ocupação escasseava notavelmente. O Largo foi "demarcado como logradouro público em 1810" (COARACY, 1965, p.446). Em 1850 (figura 1b), o traçado viário já delimitava o vazio. Edificações definiam quadras contíguas à estrada. O rio aparece desviado. Em 1858 (figura 1c), observa-se considerável densificação, a divisão interna da praça e nova retificação do rio. Atualmente, a Rua do Catete configura eixo estruturante da rede integrada pelas Praças José de Alencar, São Salvador, Palácio do Catete, Parques Guinle e do Flamengo, tendo, como espaço central, o Largo do Machado (figura 1d).

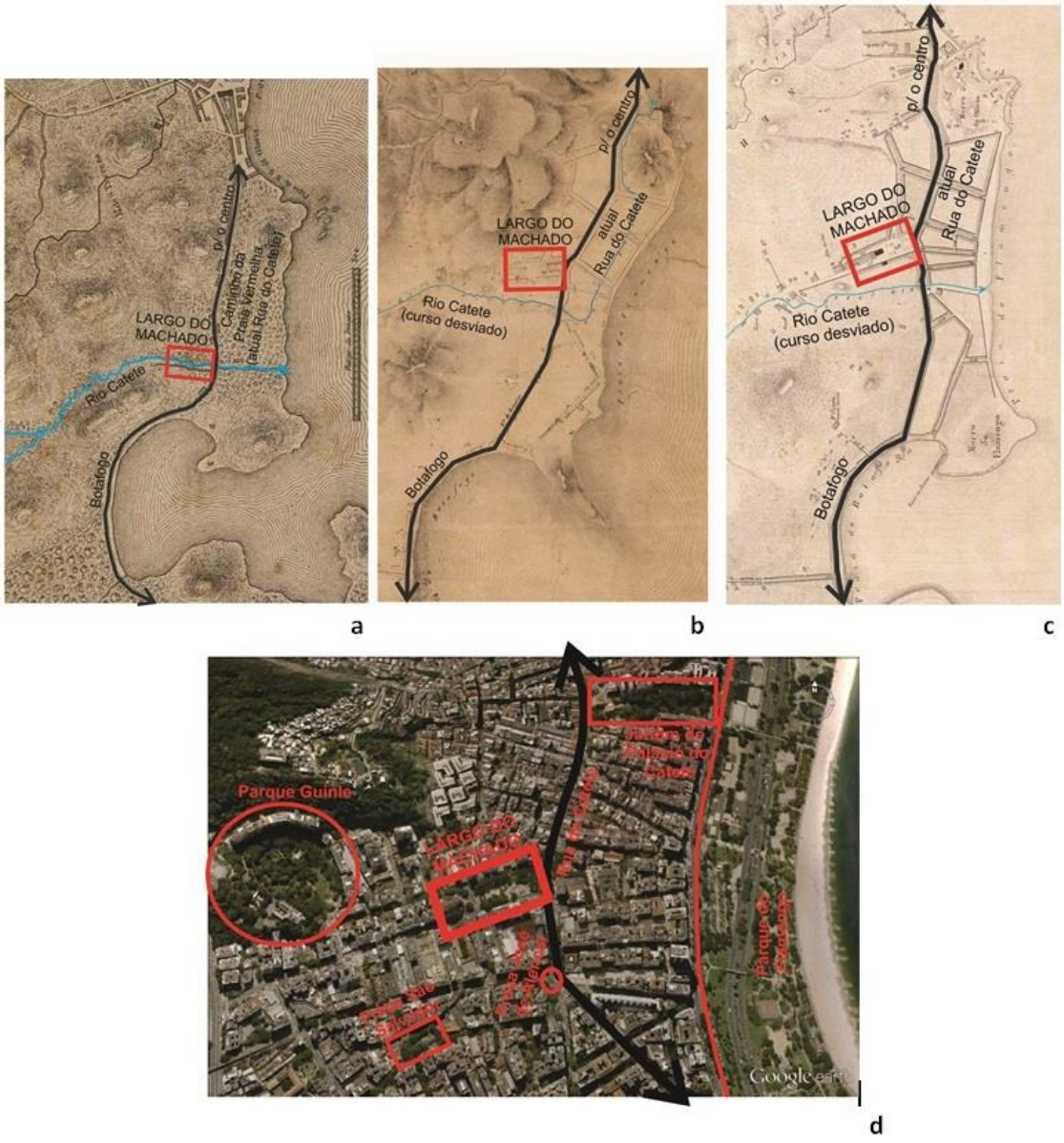


Figura 1. Catete: início – 1808 (a), 1850 (b), 1858 (c); 2015 – rede de espaços livres (d).
Fonte: LAMOUNIER, 2017, p.231; p.279.

Necessário na "mudança da cidade [...] para o Morro do Castelo", o Caminho da Praia Vermelha "deve ter sido o mais antigo" na ligação com as chácaras da zona sul (CRULS, 1965, p.91). Ações do Poder Público reforçaram essa estrada como eixo de expansão, favorecendo o distanciamento das classes abastadas, do congestionado centro (ABREU, 1987).

Relevo, Rio Catete e a estrada foram "singularidades atrativas" iniciais na conformação da rede de espaços livres. O adensamento ocupacional reflete o início da "tradição valorizadora" que resulta e alimenta, concomitantemente, "fruições agregadoras". Usos mistos desde o desenvolvimento inicial daquele eixo e a

proximidade entre praças refletem a valorização pela fruição que agrega significados, propiciando a identificação com o espaço.

Valorização como singularidade envolve reconhecimento pela população e ações do Poder Público. Implantada em 1868, a primeira linha de bondes do Rio ligava o centro ao Largo do Machado, passando pela Rua do Catete (PM RIO, [2005]). Atualmente, as diversas linhas de ônibus e a proximidade entre estações do metrô da Glória ao Flamengo atestam a importância da rua no contexto viário do Rio. Usos e apropriações geraram novas singularidades e possibilidades de fruição, (re)valorizando tradições espaço-temporalmente localizadas. Somados à vivência cotidiana, potencializam o estabelecimento de vínculos afetivos. Tal aspecto destaca relações entre atratividade urbana e Atmosferas de Preferência.

FUNCIONALIDADE E SIMBOLISMO, ATRATIVIDADE E AFETIVIDADE

Atmosferas de Preferência integram componentes tangíveis e intangíveis, e relacionam-se intimamente à percepção individual. Seu reconhecimento, entretanto, pode abranger o imaginário coletivo. Griffero (2013, p.03) entende atmosfera como a "pele sensorial da cidade" – resulta da combinação entre configuração urbana, estímulos sensoriais e aspectos sócio-culturais, envolvendo "apropriação topográfica, realização espacial do lugar e da negociação pragmática". Segundo Thibaud (2015, p.284), envolve "criação continuada" e sua percepção depende da experiência proporcionada por determinada situação – atmosferas cotidianas podem se tornar memoráveis conforme nos tocam. Ambos possibilitam associações com as etapas cíclicas de Carvalho (2009). À luz do entendimento de espaço relacionado à multiplicidade (MASSEY, 2009), fundamentam a ideia de que Atmosferas de Preferência integram diferentes concepções de mundo sobre um mesmo tempo e espaço.

O Largo do Machado permanece como ponto nodal importante na cidade. A rede de espaços públicos é significativa à irradiação de sua atmosfera – tendo a Rua do Catete como eixo principal, essa atmosfera abrange, sofrendo variações, da Glória ao Flamengo, pelo menos.

A Rua do Catete guarda, ainda, o simbolismo de ter sediado o Governo Federal, do início da República até os anos 1960. Atualmente, destaca-se pela vitalidade em suas margens e entorno.

A arborização destaca as praças como espaços de 'alívio' na densidade de edificações. Tipologias arquitetônicas, variações na implantação, fachadas e escala atestam épocas diversas. Uso comercial e misto, com aberturas voltadas para ruas e praças, galerias que relativizam a divisão público/privado, são fatores-chave da vitalidade no Catete. No dia-a-dia, são percebidos mais pelo caráter de "fruição agregadora" que, entretanto, acaba direcionando ao reconhecimento como "tradição valorizadora" e, consequentemente, "singularidade atrativa" (CARVALHO, 2009).

Na rede de praças, observa-se "escalas intermediárias que alimentam elos de ligação". Cada componente tem "papel complementar aos outros, eventualmente com conotações mais ou menos prestigiadas, mas não menos úteis e necessárias no equilíbrio do tecido urbano" (ibidem, p.287-288). A manutenção da Rua do Catete e entorno como centralidade urbana relaciona-se à durabilidade, atributo de espaços onde coexistem antigas e novas morfologias, que mantêm e propiciam antigos e novos usos e apropriações – corresponde à abertura espacial ao futuro (MASSEY, 2009).

CONCLUSÃO

A diversidade de atributos “morfológicos”, “institucionais”, “sociais”, “econômicos”, “ambientais” e de “acessibilidade” (CARVALHO, 2009), propiciando múltiplas apropriações, favorece o reconhecimento do Catete como “espaço referencial”. Tal reconhecimento, pautado na atratividade, é significativo à difusão de sua atmosfera. À configuração dessa atmosfera, entretanto, é essencial como aqueles atributos propiciam diferentes “tonalidades afetivas” (THIBAUD, 2015).

No Catete, estrada e rede de praças/parques conferem resiliência à atmosfera frente às recorrentes transformações. Em termos de Atmosfera de Preferência, a força reside em como morfologia e outros atributos propiciam múltiplas visões e apropriações que levam a identificações afetivas com o espaço.

Como Atmosfera de Preferência o Catete não depende, conclui-se, apenas de sua atratividade. Envolve diversas concepções de preferência, espacializadas nas múltiplas apropriações que sua configuração, tangível e intangível, propicia. O significativo reconhecimento possibilita destacar esta região como Atmosfera de Preferência cotidiana, porém, memorável.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Maurício. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

LAMOUNIER, Alex. **Atmosferas de Preferência na ‘Cidade Maravilhosa’**. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Thereza Christina Couto Carvalho. Niterói, 2017.

CARVALHO SANTOS, Thereza; COELHO, Carlos. O capital genético das redes de espaços públicos. In: GAZZANEO, Luiz; AMORA, Ana (orgs.). **Ordem, desordem, ordenamento: urbanismo e paisagem**. Rio de Janeiro: PROARQ/UFRJ-FAU, 2009. pp. 284-303.

COARACY, Vivaldo. **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**. Coleção Rio 4 Séculos, vol. 3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

CRULS, Gastão. **Aparência do Rio de Janeiro – notícia histórica e descritiva da cidade**. Coleção Rio 4 Séculos, vol. 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

GRIFFERO, Tonino. The atmospheric “skin” of the city. In: **Ambiances – international journal of sensory environment, architecture and urban space: enjeux – arguments – positions**. Grenoble: UMR 1563 – Ambiances Architecturales et Urbaines / Direction Générale des Patrimoines – DAPA – MCC, 2013. p. 01-14.

LAMOUNIER, Alex. **Atmosferas de Preferência na ‘Cidade Maravilhosa’**. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Thereza Christina Couto Carvalho. Niterói, 2017.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

PM RIO – PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Área de Proteção do Ambiente Cultural – APAC – Catete**. Rio de Janeiro: PM Rio, [2005].

THIBAUD, Jean-Paul. **En quête d'Ambiances: éprouver la ville en passant**. Genève: MétisPresses, 2015.

TRABALHO 03:

Entre Mobilidade e Morfologia Urbana: Desigualdades sobre Trilhos e Rodas

Este é um estudo de acesso à cidade. O foco é o acesso igualitário aos espaços públicos, aos bens culturais, de uso coletivo e sociais da cidade, assim como às oportunidades de emprego e renda. Não se trata de um estudo tarifário, tampouco de engenharia de transporte, e sim de um estudo de possibilidade de acesso. Para tal, foram utilizados pressupostos teóricos de diferentes áreas do conhecimento e desenvolvendo uma metodologia própria que nos permitiu realizar algumas análises. Portanto, é uma discussão sobre a justiça socioespacial, que configuraria uma 'cidade justa'.

Susan Fainstein (2011) descreve como os princípios de uma cidade justa a democracia, a igualdade e a diversidade. A autora conclui, a partir de análises realizadas, que a igualdade absoluta em termos socioespaciais não é observável, pois o fortalecimento de alguns desses princípios, muitas vezes, se coloca em tensão com os outros. A igualdade diz respeito, antes, à distribuição equitativa dos "benefícios" e das "desvantagens" das políticas urbanas. A igualdade não implica, de modo algum, na supressão das fronteiras e das diferenças entre os grupos e localidades. A igualdade, portanto, considera as fronteiras porosas, deixando os indivíduos livres para escolherem onde querem circular e se reunir, possibilitando trocas e convívios das diferentes classes sociais, promovendo diálogos que naturalmente convergem.

O acesso ao transporte de alta capacidade, neste sentido, se torna um facilitador desta circulação o que é reforçado pelo tempo de deslocamento das grandes metrópoles brasileiras. Um estudo publicado em 2015 pelo Sistema FIRJAN demonstra que mais de 17 milhões de brasileiros demoram mais de 114 minutos no deslocamento de casa-trabalho-casa nas regiões metropolitanas. O Rio de Janeiro foi a região que apresentou o maior tempo de deslocamento, 141 minutos. De acordo com o Sistema FIRJAN:

> "Na área metropolitana do Rio de Janeiro, 2,8 milhões de trabalhadores levaram, em média, 141 minutos nos deslocamentos casa-trabalho-casa, considerando apenas os deslocamentos acima de 30 minutos. " (Sistema FIRJAN, 2015)

Para os críticos desse modelo, o conceito de justiça é ambíguo para consolidar um quadro sustentável, sendo a cidade a representação das formas de dominação de uma determinada época no tempo e no espaço. Peter Marcuse (2009) aponta que as soluções para dar conta das injustiças espaciais são ações necessárias, mas incapazes e insuficientes em si mesmas.

Neste contexto, a forma com que a cidade é planejada pode causar ou induzir a circulação e reunião. O papel do planejamento urbano e do Estado tornam-se essenciais para garantir espaços onde seja possível a mistura social, mesmo sem a garantia do convívio ou tampouco a troca, mas sempre possibilitando o potencial transformador deste encontro para que os indivíduos, os grupos e movimentos sociais tenham a possibilidade de se mover e transformar os espaços urbanos da cidade.

Apesar de reconhecer a complexidade dessa questão, este estudo entende que o poder público não pode se furtar a implementar políticas, mesmo que pontuais, para minimizar tais desigualdades. Dentre essas ações, a questão tarifária se torna relevante. As Jornadas de Junho de 2013 revelaram a importância dessa agenda para os movimentos sociais urbanos e não pode ser negligenciada em uma discussão de planejamento urbano.

O objetivo deste estudo é verificar se os moradores, do que aqui é definido e denominado zonas primárias das estações de alta capacidade, teriam possibilidade de acesso e circulação facilitados pela proximidade do transporte público. O primeiro estudo, aqui apresentado, é sobre o metrô e o BRT do Rio de Janeiro. Verifica-se que há grande variação de possibilidade de acesso à circulação via estes modais pela população residente nas zonas primárias do metrô e do BRT.

Por exemplo, mesmo que um indivíduo resida na zona primária do metrô e do BRT e receba vale transporte durante a semana para acessar seu local de trabalho, parte das opções de lazer podem concentrar-se longe da sua moradia. O uso dos modais somente nos finais de semana, com fins de lazer, pode ser dificultado pelo preço da tarifa e sua possibilidade de acesso à cidade via BRT e metrô ficar comprometida. De acordo com o IPEA (2012):

> "Os moradores das áreas urbanas brasileiras comprometem aproximadamente 15% da sua renda com o transporte urbano, gastando em média cerca de cinco vezes mais em transporte privado do que com transporte público nos seus deslocamentos diários" (IPEA, 2012).

Tais pontos reforçam que quem têm menos renda, mesmo morando próximo à estação de um transporte de alta capacidade, pode ter dificuldade para se mover na cidade, dependendo do percentual de comprometimento da renda per capita para usar os modais, é o que verificou-se no estudo que segue.

É importante destacar que é a forma com que a cidade é planejada que causa ou induz a circulação e reunião. Neste contexto, o papel do planejamento urbano e da mobilidade, tornam-se essenciais para garantir o acesso a espaços onde seja possível a mistura social e funcional que permita a igualdade e a troca de experiências. Cabe apontar que a simples proximidade física destas classes e destes grupos diversos não garante o convívio tampouco a troca.

Os processos de planejamento não se dão de forma linear, tampouco excludente. Eles são cumulativos, evolutivos, em uma crescente espiral de idas e vindas e acompanham a evolução da sociedade, tanto em termos populacionais bem como em seus contornos socioeconômicos. A cidade é, portanto, o reflexo da interação dos cidadãos com seu espaço, que por sua vez, também é resultado da organização dos processos econômicos mas, para tal é necessário dar acesso a cidade a estes cidadãos, de forma inclusiva e não excludente e a mobilidade deve ser um reflexo disto e deve ser planejada de forma a integrar, ou propiciar a integração e interação, de seus cidadãos e isso começa pelo acesso ao uso dos modais.

REFERÊNCIAS:

BORJA, J. e CASTELLS, M. As cidades como atores políticos. Revista Novos Estudos. São Paulo: Cebrap, n.45, jul. 1996, pp.152-166.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información. Jordi Borja y Manuel Castells; con la colaboración de Mireia Belil y Chris Benner. 4ª ed. Madrid: United Nations for Human Settlements (Habitat); Taurus, 1999.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Reforma Urbana e Planos Diretores: avaliação da experiência recente. Rio de Janeiro: Cadernos IPPUR/UFRJ, v.11, n.1/2, p.79-111, 1997.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura; Volume 1, São Paulo: Editora Paz e Terra,. 2a. ed., 1999.

DANIELS, R. D.; MULLEY, C. Explaining walking distance to public transport: the dominance of public transport supply. In: WORLD SYMPOSIUM ON TRANSPORT AND LAND USE RESEARCH, 2011, Whistler. Proceedings... Whistler: Center for Transportation Studies, 2011. Disponível:<http://sydney.edu.au/business/__data/assets/pdf_file/0013/106501/Daniels-Mulley-Explaining.pdf>. Acesso em: abril de 2015

FERNANDES, Janaina de Mendonça. O Planejamento Estratégico como Instrumento de Gestão em Cenários Complexos: Um Estudo sobre os Planos Estratégicos do Rio de Janeiro e de Barcelona. Rio de Janeiro: EBAPE/FGV, 2008. (Tese de Doutorado).

FAINSTEIN, Susan (2011). The Just City. Ithaca, NY: Cornell University Press

Guerra, E., Cervero, R., e Tischler, D. (2012) Half-Mile Circle Does It Best Represent Transit Station Catchments? Transportation Research Record, 2276, 101–109. doi:10.3141/2276-12

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Plano Diretor de Transporte Urbano - PDTU; http://download.rj.gov.br/documentos/10112/2860844/DLFE-88183.pdf/Relatorio6CalibracaodoModelodaRededeReferencia.pdf, acesso em outubro de 2016.

IPEA (2012). Gastos das famílias das regiões metropolitanas brasileiras com transporte urbano. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120920_comunicadoipea0154.pdf, Acesso em setembro de 2016.

ITDP (2013). Padrão de qualidade TOD V2.0. Disponível em: http://2rps5v3y8o843iokettbxnya.wpengine.netdna-cdn.com/wp-content/uploads/2014/11/ITDP-Brasil_Padr%C3%A3o-de-Qualidade-TOD_1a-vers%C3%A3o.pdf
Acesso em Abril de 2015

HUSTER Ernst-Ulrich, BOECKH Jürgen, BOURCARDE Kay, SCHÜTT Johannes Daniel, “E Analysis of the situation in relation to minimum income schemes in Germany: A Study of National Policies” Disponível em: http://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=9029&langId=en Acesso em 04 de Maio de 2015

KING COUNTY LOW-INCOME FARE OPTIONS ADVISORY COMMITTEE , Final Report and Recommendations, Julho 2013. Disponível em: http://www.kingcounty.gov/~/media/transportation/LowIncomeOptions/king-county-low-income-fares-advisory-committee-report-061613.ashx?la=en Acesso em 04 de maio de 2015

Kuby, M., Barranda, A., e Upchurch, C. (2004) Factors influencing light-rail station boardings in the United States. In Transportation Research Part A: Policy and Practice, 38(3), 223–247

LITMAN, Todd "Evaluating Transportation Equity," World Transport Policy & Practice (http://ecoplan.org/wtpp/wt_index.htm), Volume 8, No 2, 2002

MARANHÃO, Ígor Godeiro de Oliveira, e SANTOS, Enilson Medeiros dos (2014). Uma aproximação à real participação de serviços ferroviários na repartição modal de viagens urbanas, com aplicação ao caso de Natal (RN). XXVIII ANPET (Congresso Nacional de Pesquisa e Ensino em Transporte), Curitiba 2014. p. 1-13.

MARCUSE, P. (2009). Spatial Justice: Derivative but Causal of Social Injustice. Justice Spatiale/Spatial Justice, 01. Disponível em: http://www.jssj.org/wp-content/uploads/2012/12/JSSJ1-4en2.pdf, acesso em abril de 2016

Sistema FIRJAN (2015). O custo dos deslocamentos nas principais áreas urbanas do Brasil. Disponível em: http://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/o-custo-dos-deslocamentos-nas-principais-areas-urbanas-do-brasil.htm#pubAlign, acesso em abril de 2016.

TRABALHO 04:
A Rede de Estradas e a Evolução Territorial da Baixada Fluminense

A Baixada Fluminense, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, constitui território densamente ocupado. A Ferrovia foi o grande indutor do desenvolvimento, trazendo estações que configuraram centralidades. As primeiras rodovias reforçaram centralidades e conexões. Entretanto, modelos recentes de implantação das Rodovias Federais vêm fragmentando municípios e enfraquecendo dinâmicas significativas.

Relacionando referenciais (SANTOS, 2014; SOJA, 2015; LEFÈBVRE, 2006; MASSEY, 2013), entende-se que território permanece em transformação, envolvendo a coexistência de diferentes interesses e ações, nas esferas governamentais, do mercado e da participação popular. Essa multiplicidade, contudo, é frequentemente desconsiderada em virtude de interesses específicos, ignorando-se aspectos territoriais importantes.

Este trabalho analisa o papel das rodovias no desenvolvimento de oito municípios da Baixada Fluminense: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, Mesquita, Queimados, Japeri, Seropédica e, estudado especificamente, São João de Meriti. Busca compreender sua gênese territorial, evolução e perspectivas de desenvolvimento, adotando, como metodologia, a identificação do "capital genético das redes de espaços", suas "mutações e persistências", desenvolvida por Thereza Carvalho (2009).

REFERENCIAL METODOLÓGICO

Os segmentos viários foram analisados conforme "atributos genéticos" relacionados às "dimensões qualitativas": "Institucional", "Econômica", "Social", "Ambiental", "Morfológica" e "Acessibilidade" (ibidem). Aqui, as dimensões "Morfológica" e "Acessibilidade" foram integradas como Acesso-Morfológica.

Dimensão Institucional: representada pelo Poder Público, possibilitou entender relações entre distribuição dos investimentos em meios de locomoção e ocupação e expansão territorial.

Dimensão Econômica: relacionada à influência da rede viária no desenvolvimento local, possibilitou observar a configuração de uma classe econômica homogênea, fora do centro econômico principal – a capital fluminense.

Dimensão Social: possibilitou observar que distribuição viária ortogonal e conexões com o centro municipal propiciaram rápida ocupação territorial. As populações com menor renda ocupam áreas alagadiças ou muito elevadas, denotando relações entre renda e espaço.

Dimensão Ambiental: associada ao potencial atrativo da paisagem ou ecossistema na formação territorial. A Baixada Fluminense traz contradições: terreno predominantemente alagadiço e plano, perigosamente baixo com relação ao mar e distante da capital, transformado em território de extrema densidade populacional.

Dimensão Acesso-Morfológica: apresenta-se em espaços estruturantes da paisagem, cuja forma relaciona-se às possibilidades e soluções de determinadas épocas, e a transformações ensejadas por novas tecnologias.

O “capital genético” da rede da Baixada Fluminense possibilita confirmar que “o DNA da paisagem é a matriz geradora dos fatos e dos padrões espaciais, caracterizando distintas hierarquias e relações de complementaridade” (CARVALHO, 2009). As análises apontaram que os traçados Ferroviário e das Estradas Estaduais valorizaram persistências, integrando-se a espaços marcantes, agregando atratividades. A Rodovia Federal, porém, tem caráter repelente, desconsiderando tais qualidades.

SÃO JOÃO DE MERITI

O estudo específico destacou o papel da Ferrovia na gênese de São João de Meriti, originado no encontro da estação ferroviária com o Rio Pavuna, anteriormente importante no escoamento fluvial da produção agrícola. A Rodovia Federal, Presidente Dutra, cortou esse município, fragmentando-o. Já a Estadual, RJ-085, seguiu o sistema ferroviário – manteve a proximidade com o Rio Pavuna, reforçando atributos consolidados. Originou-se próxima à estação, no centro administrativo-comercial da cidade, conectando o município ao vizinho Belford Roxo.

Sobre São João do Meriti também convergem diferentes esferas de gestão, ocasionando conflitos entre planos federais, estaduais, metropolitanos e o ordenamento municipal. Seu Plano Diretor (2006, Art.14) assume o município como “local de passagem de fluxos nacionais e metropolitanos” e reconhece a fragmentação.

Observa-se padrões nos conflitos de gestão e na ocupação dos municípios estudados, apesar das especificidades locais. Geralmente, a estação ferroviária definia uma centralidade inicial, com localização determinada por atrativos ambientais como relevo, hidrografia e potencial estratégico à integração regional e/ou nacional. O desenvolvimento da malha ferroviária/rodoviária conecta diferentes centralidades, reforçando-as.

Entretanto, modelos recentes de Rodovias Federais, configurando transposições distantes, em passagens subterrâneas ou elevadas, impactam negativamente, dissolvendo as contribuições das primeiras rodovias. A lógica de rápida integração em grande escala acaba anulando atributos significativos ao desenvolvimento local.

Já as Rodovias Estaduais geralmente acompanham margens de rios e traçados ferroviários. Integram-se mais efetivamente ao processo evolutivo territorial, contribuindo à intensificação de fatores de atração.

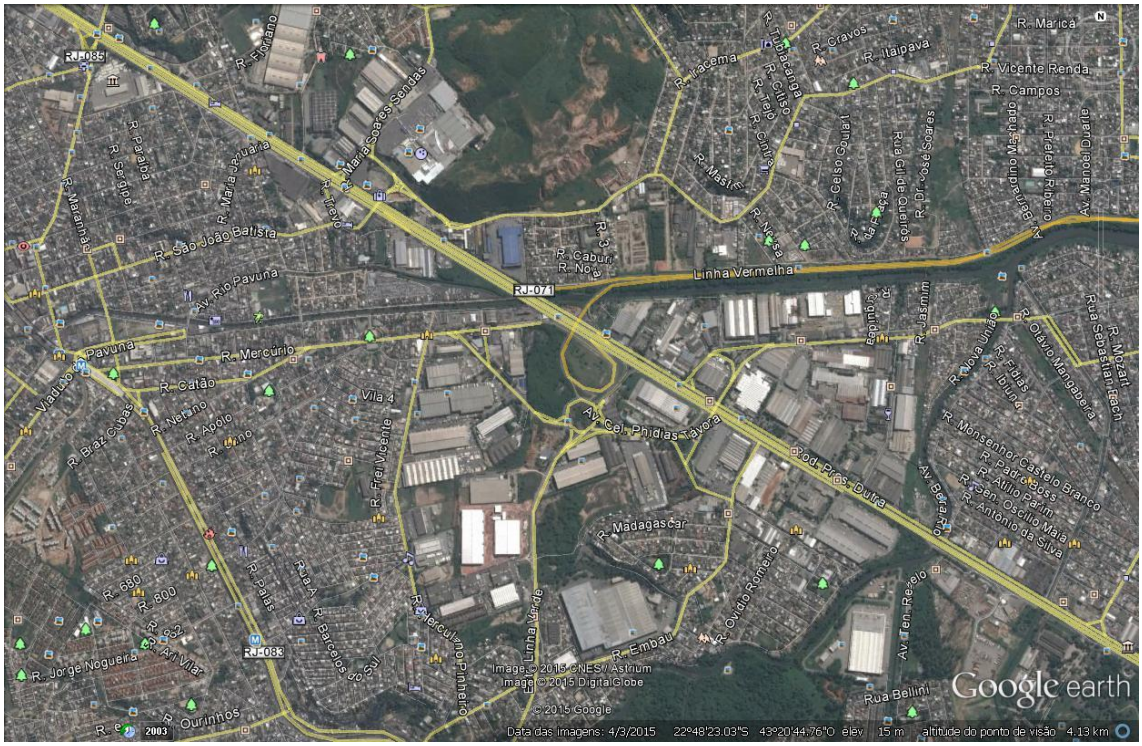


Figura 01: São João de Meriti – fragmentação territorial pela BR-116 (diagonal); RJ-083 e RJ-085 (vertical à esquerda) integram-se à estrutura pré-existente.
Fonte: Google Earth, 2017

Enquanto a BR-116 atrai serviços de logística e impõe limites, fragmentando e anulando conexões; a RJ-085 favorece a diversidade, agregando atividades comerciais e serviços (Figura 01). Conectando, por exemplo, São João de Meriti à Vilar dos Teles, reforça ambas as centralidades.

CONCLUSÃO

Analisar o território apresentado sob as "dimensões qualitativas" (CARVALHO, 2009) possibilitou entender que os conflitos de gestão levam a conflitos entre essas dimensões. Embora tais dimensões se reforcem, potencializando atratividades, a predominância de uma dimensão pode prejudicar atributos relacionados às demais.

O predomínio da dimensão institucional na escala maior – governo federal – busca acessibilidade em grande escala, integração espacial e econômica nacional. Conflitua com a escala municipal, enfraquecendo atributos: morfológicos, fragmentando territórios, anulando conexões; sociais, ignorando dinâmicas de proximidade associadas a vínculos de vizinhança; econômicos, enfraquecendo a diversidade urbana e integrações entre bairros ou municípios vizinhos; ambientais, desconsiderando atributos naturais determinantes à implantação de eixos anteriores – ferrovias e primeiras rodovias.

A interdependência entre essas dimensões tende à ruptura, caso visões hegemônicas sejam privilegiadas em detrimento da multiplicidade de interesses. Entretanto, o respeito à escala local na implantação das Rodovias Estaduais revela soluções positivas frente aos conflitos entre diferentes hierarquias governamentais.

Compreender os atributos que definem as Rodovias Estaduais como referenciais atrativos, à luz de sua gênese territorial, contribui para discutir integração municipal no contexto regional e nacional. Abre caminhos para se pensar o ordenamento, em diferentes escalas, integrado à evolução territorial.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, Marcelo. **Estradas federais em territórios municipais**. Tese de em Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal Fluminense. Orientadoar: Thereza Christina Couto Carvalho. Niterói, 2017.

CARVALHO SANTOS, Thereza; COELHO, Carlos. O capital genético das redes de espaços públicos. In: GAZZANEO, Luiz; AMORA, Ana (orgs.). **Ordem, desordem, ordenamento**: urbanismo e paisagem. Rio de Janeiro: PROARQ/UFRJ-FAU, 2009. pp. 284-303.

LEFÈBVRE, Henry. **O direito àcCidade**. São Paulo: Centauro, 2006.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL SÃO JOÃO DE MERITI. **Lei complementar 89, 21/11/2006 – plano diretor**. São João de Meriti: PMSJM, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: EdUSP, 2014.

SOJA, Edward. The city and spatial justice. In: **Revue Électronique: Justice Spatiale, Spatial Justice**. Paris: JSSJ, 2008.

TRABALHO 05:

Interfaces entre morfologia urbana, planejamento e prática - o caso do PD de Niterói

Este artigo foi extraído do trabalho de supervisão metodológica realizado junto à prefeitura de Niterói e sua parceira FGV na revisão do seu Plano Diretor Municipal, 2017. Vários profissionais e pesquisadores colaboraram na aplicação do método de análise morfológica, dentre os quais quero destacar o Arquiteto Fabrício Arriaga Tavares, o então Mestre e agora Doutor Alex Assunção Lamounier, os Arquitetos Vinícius Philot e Fabiano Ravaglia, e o aluno de graduação Fábio Carneiro Velasco. Todos participam do grupo de pesquisa RCORTE do PPGAU/UFF.
A opção pelo modelo espacial policêntrico integrado e sustentável como premissa para elaboração do Plano Diretor Municipal de Niterói emerge da perspectiva morfológica adotada como procedimento de análise nas etapas iniciais do processo de planejamento. Procurou-se identficar, resgatar e integrar os tecidos urbanos produzidos em décadas anteriores, por diferentes agentes, muitas vezes com propósitos exclusivamente mono-funcionais, sem núcleos locais de serviços no projeto original, posteriormente produzidos a partir de intervenções individuais cumulativas, precariamente conectados às áreas de urbanização consolidada.

Décadas vividas nesse relativo isolamento, realçado pela ausência ou precariedade de infraestrutura de transporte, e de outros serviços urbanos, produziram variadas consequências na cidade dependendo da localização e da sua relação com a beleza da paisagem natural. Onde a beleza cênica esteve presente consubstanciou-se a valorização dos imóveis e o relativo isolamento ganhou conotação de 'exclusivo'. Onde a beleza cênica esteve ausente, a precariedade dos serviços e das conexões penalizou os moradores com custos elevados de deslocamento e redução do valor do seu patrimônio. A valorização desses empreendimentos, bem como o interesse do mercado imobiliário na sua expansão, foram e ainda são, até os dias atuais, assim definidos.

Niterói apresenta, assim, heranças de rupturas e fragmentações provocadas por diferentes ações e motivações. Em algumas dessas áreas constituíram-se novas centralidades, de diferentes hierarquias, que dão apoio aos seus habitantes, tão mais necessárias quanto menos valorizado a sua localização, ou seja o "fragmento urbano' onde surgiram.

O modelo espacial de referencia – policentrismo espacial integrado – tem, portanto, como princípios, valorizar a cidade herdada e em produção, na sua diversidade, investindo na conectividade com esses tecidos urbanos periféricos, fortalecendo as centralidades emergentes, qualificando seus patrimônios natural e cultural sobretudo onde este é mais precário, valorizando a identidade local e promovendo a equidade espacial policêntrica como resultante.

Em um município metropolitano totalmente urbano, sujeito a influências de borda, com vizinhos e forças propulsoras de outras naturezas e grandezas, como é o caso de Niterói, necessário se faz esboçar o futuro desejado para os moradores da cidade considerando as forças tanto atrativas quanto refratárias de seus vizinhos.

A autonomia do município, valorizada na Constituição Federal de 1988, é, por outro lado, também, abalada pelos ritmos e relações diferenciados de crescimento de alguns setores da economia, em alguns períodos e territórios. A aceleração que imprimem à sua própria dinâmica, ora expandindo

ora encolhendo, marcam diferentemente o território e impactam os demais usos do solo assim como alteram as tendências de formação da mancha urbana.

Por essas razões, entre outras possíveis, a formulação de cenários foi aqui praticada com o propósito de identificar as tendências, ou cenários inerciais, que hoje se apresentam e usá-los como suporte para a proposição de diretrizes para o futuro.

Diferentes metodologias de projeção temporal foram adotadas pelas várias dimensões de análise que integram este trabalho de revisão do plano diretor de Niterói, mas todas tiveram um aspecto em comum - a sua espacialização. Essa espacialização permitiu estimar as forças de configuração em andamento a cada marco temporal selecionado e, assim, identificar as tipologias, usos e formas de apropriação dos espaços correspondentes.

A dimensão morfológica, abrangendo áreas não ocupadas e as formas de ocupação e usos do solo emergentes, configuradas por apropriações individuais cumulativas, ou planejadas, destacou habitação, usos de borda e dinâmica imobiliária. As áreas não ocupadas foram mapeadas para chamar a atenção dos tomadores de decisão sobre a importância de definir a sua preservação, na revisão deste PDDU, antes que seja percebida como potencial de expansão e de dispersão urbana.

Nos tópicos citados, a imprescindível espacialização foi construída com base em plantas obtidas com as manchas urbanas, para três anos (em décadas diferentes): 1975, 2002 e 2014. As manchas mostram formas de ocupação distintas para os usos do solo, sob influência de diferentes forças motoras, revelando ora dispersão, para alguns bairros, ora adensamento, para outros, e algum nível de fragmentação como consequência. A consolidação da forma urbana se dá, portanto, ora integrando ora não, ora expandindo ora encolhendo aqueles padrões espaciais configurados.

Os cenários inerciais identificados para os usos e as formas de ocupação do solo, para cada região de planejamento do município de Niterói, seguem distintas tendências. Complementarmente, foi selecionado um conjunto de recortes territoriais em áreas específicas onde as formas de ocupação estão em transição, entendida como processo ou iminência de aceleração do ritmo de transformação urbana, por diferentes razões.

Diferentes padrões espaciais emergem dessas projeções elaboradas e apresentadas nos recortes territoriais selecionados, em distintos períodos de tempos no passado, com significativas consequências que ainda repercutem no presente. O padrão de dispersão associado à conclusão da Ponte Presidente Costa e Silva e à predominância rodoviarista nas políticas públicas marcaram diferentemente Niterói. Algumas regiões até hoje ainda não se consolidaram em tecido urbano contínuo embora a mancha urbana atual mostre significativa agregação de novas ocupações. Da mesma forma, além da fragmentação, repercutiu, também, sobre a morfologia de alguns bairros, a verticalização que se seguiu. Os desafios da conectividade e da acessibilidade emergem dessas pré-existências constatadas.

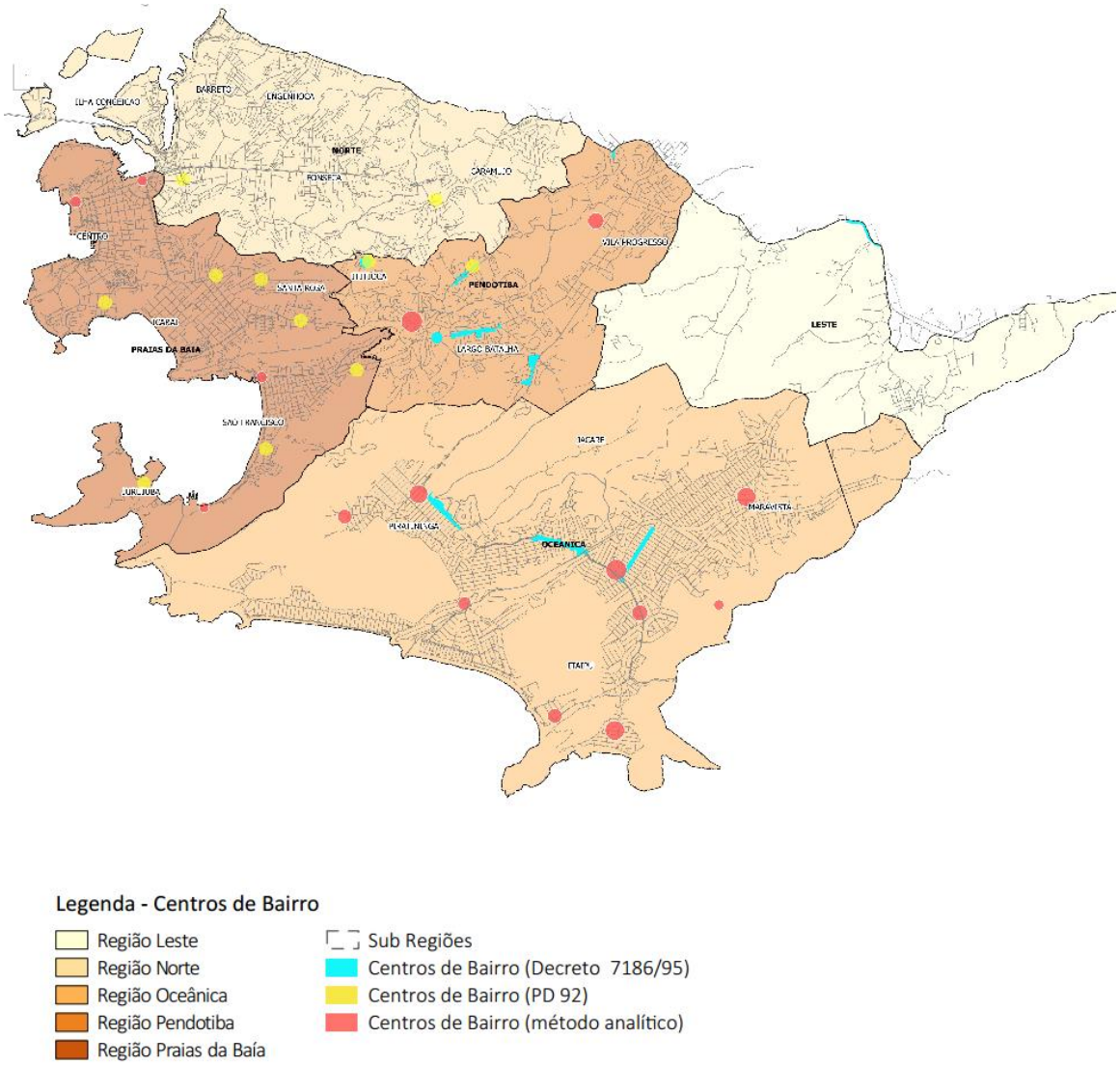


Fig.1 Os centros de bairro apontados em amarelo e vermelho no mapa foram identificados por análise morfológica.

O uso residencial, em Niterói, juntamente com a qualidade da produção habitacional e a dinâmica imobiliária contribuem para iluminar a importância da morfologia como procedimento de análise e como propósito tendo em vista preservar as relações de vizinhança na formação do território. O elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade constitui fator de atração de novos investimentos, com novos moradores, enquanto os elevados custos de vida do município vizinho, Rio de Janeiro, constituem fator de expulsão para Niterói e de pressão.

REFERÊNCIAS:

Bussiere, Simon. Book review, `Cities by design: the social life of urban form`, *Urban Morphology*, 19, 2015, 107-108.

Conzen, M R. *Alnwick, Northumberland: a study in town plan analysis*. London: George Philip, 1960.

Conzen, M. R. G. 'The use of town plans in the study of urban history', in Dyos, H. J. (ed.) *The study of urban history* (Edward Arnold, London) 113-30, 1968.

Carvalho (Santos), T.C. e Coelho, C.D. (*O capital genético das redes de espaços públicos*, in Ordem, Desordem e Ordenamento**,** Luiz Manoel Gazzaneo e Ana Albano Amora (org.). Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 284-303, 2009

Cruls, G. Aparência do Rio de Janeiro – notícia histórica e descritiva da cidade. Coleção Rio 4 Séculos, Vol. 1 (3ª ed.). Rio de Janeiro: José Olympio ed., 1965

Haddad, A. Valores do Sonho e da Memória. In: Teixeira, C. A. (org.) e Teobaldo, D. (ed.). Roda dos Saberes do Cais do Valongo. Niterói: Kabula Artes e Projetos,101-107, 2015

Kostof, Spiro. *The city shaped- urban patterns and meanings through history.* London: Thames and Hudson, 1991.

Löw, Martina. *The Sociology of Space, Materiality, Social Structures and Action.* New York: Palgrave MacMillan, 2016.

PM RIO – Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Área de Proteção do Ambiente Cultural – APAC – Catete. Rio de Janeiro: PM RIO, [2005]. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/apac/anexos/catete_textos.pdf>. Acesso em maio de 2015.

Lei n. º 1157, de 29 de dezembro de 1992 modificada pela Lei 2123 de 04 de fevereiro de 2004 Incisos V e VI do art. 221 alterados pela Lei 1594/97 Capítulos III, IV e VI do Título V revogados com a promulgação dos Planos Urbanísticos das regiões Praias da Baía (Lei 1967 de 04 de abril de 2002) , Norte (Lei 2233 de 19 de outubro de 2005) e Oceânica (1968 de 04 de abril de 2002)

Lei nº 140, de 19 de janeiro de 1978. – Código de Posturas do Município de Niterói

Ünlü, Tolga. `Thinking about urban fringe belts: a Mediterranean perspective`, *Urban Morphology*, 2009,17, 5-20.

Tonkiss, Fran. *Cities by design: the social life of urban form*. Cambridge, UK: Polity Press, 2013.

Whitehand, Jeremy. British urban morphology: the Conzenian tradition. *Urban Morphology*, 2001, 5(2): 103-109.

PRÁTICAS, REFLEXÕES E DESAFIOS DA ABORDAGEM DE GÊNERO NO CAMPO DA ARQUITETURA E URBANISMO

PRACTICES, REFLECTIONS AND CHALLENGES OF THE GENDER APPROACH IN THE FIELD OF ARCHITECTURE AND URBANISM

PRÁCTICAS, REFLEXIONES Y DESAFÍOS DEL ENFOQUE DE GÉNERO EN EL CAMPO DE ARQUITECTURA Y URBANISMO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

COORDENADORAS:

TAVARES, Rossana

Doutora em Urbanismo; Professora da EAU UFF e da Unigranrio; rossanabtavares@gmail.com

HELENE, Diana

Doutora em Planejamento Urbano e Regional; Professora da Unigranrio; crocomila@gmail.com

TRABALHO 01:

Por uma agenda de pesquisa sobre as mulheres e a cidade

SANTORO, Paula

Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAU USP e PPGAU USP; paulafsantoro@gmail.com

TRABALHO 02:

Mulheres e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia

HELENE, Diana

Doutora em Planejamento Urbano e Regional; Professora da Unigranrio; crocomila@gmail.com

TRABALHO 03:

Espaços generificados de resistências: possibilidades contra a indiferença no urbanismo

TAVARES, Rossana

Doutora em Urbanismo; Professora da EAU UFF e da Unigranrio; rossanabtavares@gmail.com

TRABALHO 04:

Afetos e desenho: um método de projeto feminino

GUIZZO, Iazana

Doutora em Urbanismo; Professora da USU; iazanaguizzo@gmail.com

TRABALHO 05:

A mobilidade das mulheres em São Paulo: por que as mulheres usam pouco a bicicleta?

HARKOT, Marina

Mestre em Arquitetura e Urbanismo; marina.harkot@gmail.com

PRÁTICAS, REFLEXÕES E DESAFIOS DA ABORDAGEM DE GÊNERO NO CAMPO DA ARQUITETURA E URBANISMO

PRACTICES, REFLECTIONS AND CHALLENGES OF THE GENDER APPROACH IN THE FIELD OF ARCHITECTURE AND URBANISM

PRÁCTICAS, REFLEXIONES Y DESAFÍOS DEL ENFOQUE DE GÉNERO EN EL CAMPO DE ARQUITECTURA Y URBANISMO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

TRABALHO 01:
Por uma agenda de pesquisa sobre as mulheres e a cidade

TRABALHO 02:
Mulheres e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia

TRABALHO 03:
Espaços generificados de resistências: possibilidades contra a indiferença no urbanismo

TRABALHO 04:
Afetos e desenho: um método de projeto feminino

TRABALHO 05:
A mobilidade das mulheres em São Paulo: por que as mulheres usam pouco a bicicleta?

PRÁTICAS, REFLEXÕES E DESAFIOS DA ABORDAGEM DE GÊNERO NO CAMPO DA ARQUITETURA E URBANISMO

Esta proposta se inscreve no eixo temático Ideários, Projeto e Prática, com foco nas concepções teóricas e metodológicas inspiradas pela abordagem de gênero, levando em consideração classe e raça na arquitetura e urbanismo numa perspectiva interseccional das relações e coexistensiva das práticas espaciais. O objetivo do simpósio temático é apresentar um conjunto de pesquisas e práticas, assim como reflexões teórico-metodológicas, que apontam para propostas de abordagem da teoria crítica feminista no campo da arquitetura e urbanismo.

O contexto atual nos desafia a um reposicionamento diante das resistências e insurgências das mulheres na sociedade brasileira. Fruto das próprias contradições históricas da arquitetura e urbanismo, as questões relacionadas tanto à atuação das mulheres, como ao debate sobre o feminino, foram negligenciadas no Brasil. Por outro lado, há mais de uma década, pesquisas e práticas de projeto voltadas às abordagens de gênero vem ganhando relevância em países da Europa como Espanha, com destaque para o grupo Col.lectiu Punt 6 que concentra seu trabalho no urbanismo e planejamento urbano; e Áustria que surge como expoente importante em referências de projetos de habitação social em Vienna, produzido por mulheres, nos anos de 1990. Apesar das discussões em torno das demandas e interesses das mulheres, a partir dos anos 2000, se iniciar no movimento de reforma urbana (com a participação de arquitetas e urbanistas), pouco se avança para além da questão da representatividade e da titularidade preferencial para mulheres em projetos de moradia popular. Recentemente, diante da nova onda feminista global, iniciou-se questionamentos sobre a invisibilidade das mulheres em premiações importantes e, ao mesmo tempo, a expandir o interesse na temática de gênero. Foi o inicio do surgimento de pesquisas sobre arquitetas mulheres no ultimo século, e de pesquisas focadas na abordagem de gênero, sobretudo, em debates sobre assédio e violência contra as mulheres nos espaços e transportes públicos.

Nesse sentido, a proposição visa expor reflexões, pesquisas, práticas e os próprios desafios que tencionam a abordagem de gênero e que nos direcionam a possibilidades conceituais e teóricas na arquitetura e urbanismo. Assim, o primeiro trabalho a ser apresentado, com título “Por uma agenda de pesquisa sobre as mulheres e a cidade”, busca trazer para a mesa a importância de se levar em consideração a diversidade das mulheres, e como isso provoca novos significados para campo diante das invisibilidades e a insistência do enquadramento das mulheres no espaço domestico e seu papel no reprodução social. Deste modo, o trabalho aponta para importância de novas perspectivas sobre a urbanização das nossas cidades considerando novos arranjos familiares, além da própria mobilização e resistências por parte das mulheres na luta pelo direito à cidade.

Essa luta pode ser observada no trabalho seguinte, “Mulheres e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia“, no qual é possível analisar, a partir da prática dos movimentos de luta por moradia, como as relações entre cidade, classe, gênero e raça são transversais e indissociáveis na formação das desigualdades urbanas. Com isso, será discutida como a conquista da moradia abarca condições específicas do empoderamento até a autonomia econômica em relação a manutenção de um teto. No caso dos movimentos de moradia que lutam nas áreas centrais, o empoderamento e a autonomia vão de

encontro a uma forma de apropriação diversa que as mulheres encontram quando se mantinham isoladas nas atividades domésticas da periferia. A facilidade, tanto de transporte como de acesso aos equipamentos relacionados ao uso cotidiano feminino da cidade (relacionado às atividades reprodutivas) modifica substancialmente a vida dessas mulheres.

O trabalho seguinte, "Espaços generificados de resistências: possibilidades contra a indiferença no urbanismo", tem como objetivo discutir possibilidades de reflexões conceituais que contribuam para construção de ferramentas metodológicas em pesquisa e extensão. Discutindo a importância do debate articulado e engajado que envolva ensino, pesquisa e extensão, pretende-se expor o conceito de *espaço generificado de resistência,* inspirado nas reflexões de Gillian Rose e Henri Lefebvre, como um caminho que considere a própria experiência das mulheres, fruto de um processo de resistência ao modo de produção do espaço urbano capitalista, patriarcal e heteronormativo. Desta forma, se estabeleceria consequentemente também um processo de resistência sobre a suposta neutralidade científica, que tem justificado historicamente a indiferença à problemática de gênero na arquitetura e urbanismo.

Em "Afetos e desenho: um método de projeto feminino" é feita uma pergunta central: o que defendemos quando colocamos a questão de opressão de gênero nas cidades e nas práticas propsitivas? Após a apresentação de pesquisas que refletem aspectos mais conjunturais e conceituais, este trabalho busca dividir experiências de aplicação de um método de concepção de projeto participativo e feminino, que repensa as ferramentas e habilidades de arquitetas e discute a centralidade dos habitantes no processo de concepção de seus territórios. Esse grupo chama de feminino a necessidade de transformar sentidos, valores e modos de projetar frente às desigualdades sociais, às injustiças ambientais e contradições políticas contemporâneas. Aqui o debate sobre corpo, afeto e política estrutura a experiência prática do grupo.

A pesquisa de mestrado já concluída é o objeto da apresentação do trabalho "A mobilidade das mulheres em São Paulo: por que as mulheres usam pouco a bicicleta?" que traz um tema importante para ressignificação das mulheres no espaço urbano: a mobilidade. O trabalho busca discorrer sobre o modo como as desigualdades de gênero no espaço urbano se expressam através de padrões de mobilidade e dos modos de deslocamento com foco no uso da bicicleta como modo de transporte. O resultado pretendido da pesquisa refere-se a construção de uma espécie de perfil dos porquês das mulheres usarem ou não bicicletas em contextos urbanos, em especial o caso de São Paulo. Esse objetivo aponta para o desenvolvimento de métodos e abordagens qualitativas sobre mobilidade a partir das experiências de mulheres, em contraponto com as abordagens quantitativas, mais comuns em pesquisas na temática.

Desta forma, tentamos abranger um conjunto de reflexões que possam provocar um amplo debate sobre possibilidades e desafios da abordagem de gênero que considere teoria e práticas, como um caminho que suscite aspectos críticos e propositivos para o nosso campo.

TRABALHO 01:

Por uma agenda de pesquisa sobre as mulheres e a cidade

Diversas pesquisas norte-americanas e europeias, desde os anos 1970, apontam para a invisibilidade das mulheres na cidade e no planejamento urbano, mostrando as diferentes vivências das cidades, resultado direto da construção social e cultural sobre cada papel de gênero, da divisão sexual do trabalho e dos históricos processos de construção do urbano. Poucas são as que têm o Sul Global, ou ainda, a América Latina, como perspectiva. Estudos para a América Latina exigiriam uma revisão da literatura urbana estruturada sob chaves de investigação relativas às desigualdades de classes sociais, aos temas pobreza, desenvolvimento, globalização, em prol das que consideram os marcadores sociais da diferença – raça, nação, sexualidade, etc. –, as interseccionalidades, resignificando as formas anteriores de conceituação da exclusão socioterritorial.

Os artigos que tratam das mulheres e a cidade, observam seu papel na família, a domesticidade, e associam à cidade a ideia de "lar expandido", levando consigo o espaço doméstico para o espaço público, reforçando dicotomias ao mesmo tempo que revisando suas divisões. Diversos trabalham o papel da mulher na luta por educação, especialmente por creches; pela moradia, centrada na ideia de que a mulher dá valor de uso para a habitação; são menos proprietárias, herdam propriedades mais do que compra, vende menos que homens, deve ser prioridade na titulação em políticas de urbanização e regularização fundiária.

No entanto, ao observar o Brasil das últimas duas décadas, dinâmicas recentes reposicionam temas no debate. As alterações na família brasileira mostram que menos da metade da população brasileira não é mais a família heteronormativa – mulher, homem e filhos –, tida como tradicional. As famílias monoparentais com filhos vêm crescendo e, dentro delas, as que mais crescem são mulheres com filhos (OLIVEIRA et al., 2015). Ainda, as famílias estão diminuindo, especialmente as sem filhos, e as mulheres morrem mais tardiamente que os homens. Esta nova demografia transfere a luta pela divisão do trabalho doméstico entre mulher e homem de famílias para uma luta pela maior presença do Estado no suporte à estas mulheres, para que possam ter autonomia. Ou ainda, políticas de auxílio às mulheres idosas, emergem como necessárias.

As alterações nas condições do trabalho e na evolução do grau de desigualdade da renda do trabalho, ao menos até 2010, trouxeram crescimento na renda per capita dos brasileiros e a participação do rendimento do trabalho na renda nacional aumentou, e reduziu o grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho em 10,7% (POCHMAN, 2012, p. 16). Este crescimento se deu principalmente em função do setor terciário que gerou 2,3 vezes mais empregos que o secundário (idem, p. 17). Na primeira década de 2000 a parcela dos ocupados com até 1,5 salário mínimo cresceu, chamados de "trabalhadores de salário de base", chegando a cerca de 59% do total dos postos de trabalhos. Estes trabalhadores, com remuneração até 1,5 salários são na sua maioria mulheres (cerca de 60% das ocupações geradas), jovens (na faixa dos 25 aos 34 anos), não branca (4/5 foi absorvida por trabalhadores não brancos), com escolaridade até o ensino médio (68,3% do total) (idem, p. 32-36). Grande parte dos trabalhadores formais inseridos neste período foram mulheres, pobres, não brancas, com escolaridade baixa. Possivelmente o mesmo crescimento se deu em relação ao trabalho informal. Qual significado desta alteração na vida das mulheres e na vivência das cidades ainda está para ser compreendida. Estes dados exigem perspectivas interseccionais para sua análise, não mais explicada a partir da chave da classe social.

Ainda, há um crescente revisitar de teorias a partir da perspectiva feminista, como por exemplo, teorias ligadas ao direito à cidade (TAVARES, 2015) e aos bens comuns (FEDERICI, 2014). Se os comuns correspondem a uma ideia que ganha relevância para a luta anticapitalista a partir das resistências de mulheres e homens à expansão das fronteiras do capital sobre os territórios (HARVEY, 2014), como um projeto político coerente, as mulheres e suas históricas e novas formas de cooperação social revisitam o termo e se apropriam desta luta.

E a luta ganha corpo e corpos, mais recentemente, pautando a luta feminista e problematizando-a. As mulheres historicamente estiveram na base do movimento social, seguem na luta por liderança, exigindo a definição de pautas femininas. Na mobilidade, é crescente a pauta feminina, enfrentando os desafios na segurança na mobilidade. Ao mesmo tempo, a agenda de luta por mulheres como representantes políticas ganhou força, trouxe pautas das mulheres para a cidade, e também foi apropriada pelos partidos, por vezes desassociando a representação de pautas que lutam pela autonomia feminina. Por isso, Marielle vive!

O espaço urbano é o espaço por excelência para a reconstrução ou remodelagem das relações entre os sexos. O processo de urbanização é afetado pelas relações de gênero – que incidem sobre a decisão por migrar, sobre como se estrutura a moradia que se dá partir dos papeis familiares e organizações comunitárias – seu planejamento pode ajudar na reorganização destas relações (MORA apud RISÉRIO, 2015, p. 265).

Referências bibliográficas

COMEGNO, M. C. “SP Mulheres em Dados”. **São Paulo em Perspectiva**, 17(3): 91-103, 2003.

FEDERICI, S. “O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva”. MORENO, R. (org.). **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014, pp.145-158.

OLIVEIRA, M. C.; VIEIRA, J. M.; MARCONDES, G. dos S. “Cinquenta anos de relações de gênero e geração no Brasil: mudanças e permanências”. In: ARRETCHE, M. (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: CEM/Unesp, 2015, pp. 309-334.

Pochmann, M. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

RISÉRIO, Antonio. **Mulher, casa e cidade**. São Paulo: Editora 34, 2015.

TAVARES, R. B. “Uma cidade diferente: Espaço Generificado de Resistência à Cidade-Mercadoria”. **XVI ENANPUR**, Belo Horizonte, 2015.

TRABALHO 02:

Mulheres e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia

Os movimentos de moradia ganharam força durante o fim da ditadura militar no Brasil, quando acontecem as primeiras ocupações organizadas de terra, os primeiros movimentos de luta pela urbanização e regularização fundiária nas favelas e o nascimento do movimento dos "sem-teto" (Gohn, 1991). Com a redemocratização e o esgotamento do modelo do BNH, os movimentos de luta por moradia trouxeram à tona os graves problemas habitacionais brasileiros. Com o tempo, essas organizações passam a pautar a questão da moradia para além da casa em si, mas sua localização na cidade, demonstrando que a luta por moradia é também uma luta por direito à cidade. Como, por exemplo, a ocupação de prédios vazios em áreas centrais, próximo a áreas com infraestrutura e aos locais de trabalho, engendrando sua reconquista do direito de morar no centro (Helene, 2009).

As mulheres, sobretudo mães monoparentais, são uma grande maioria nessas organizações. Faltam dados efetivos, mas, em geral, elas ocupam cerca de 80% dos grupos. Além da associação direta do gênero feminino ao espaço doméstico, outros fatores mobilizam as mulheres como principais defensoras do direito à moradia. Entre eles, se destaca a "feminilização da pobreza". De acordo com a PNAD/IBGE 2015, o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos dos homens com mais 15 anos de idade foi de R$2058 (e de R$2509, no caso dos homens brancos) e o das mulheres, de R$1567 (e de R$ 1027, no caso de mulheres negras). Isso sem contar a quantidade de mulheres trabalhando sem remuneração ou desempregadas, em número consideravelmente maior que os homens. No caso das mulheres negras esse fato é ainda mais dramático. Elas recebem menos da metade do valor do salário dos homens brancos, são as mais suscetíveis ao desemprego e são o maior contingente de empregadas sem carteira assinada.

Em relação às atividades não remuneradas, mais de 90% das mulheres declararam realizar atividades domésticas. Os Termos "dupla jornada", "acumulação" ou "conciliação de tarefas" mantém a ideia do trabalho da esfera reprodutiva, regenerativa e de cuidado como se fosse somente um apêndice do trabalho assalariado (Hirata, 2014). Sobrecarregadas de trabalho não pago e situadas marginalmente no mundo do trabalho (Federici, 2017; Perrot, 1988), o acesso ao mercado de moradia no Brasil, já inalcançável para muitas famílias, é ainda mais difícil quando se é mulher (Helene; Lazarini, 2018).

As dificuldades de morar na rua, se "virar" ou "morar de favor" também são mais complicadas para o gênero feminino. Não é apenas o perigo da violência sexual. Designadas ao posto daquelas que cuidam cotidianamente das crianças, idosos e outros, o espaço da casa alça uma importância muito maior que para o gênero masculino, que muitas vezes permanece fora desse espaço a maior parte do cotidiano familiar, trabalha em outra cidade/local, ou mesmo abandona completamente a família.

Isto é, para elas, a moradia significa muito mais que um abrigo. Mesmo quando se têm onde morar, a importância do espaço da cidade que se localiza a casa é sofrido de forma diferente entre os gêneros. A dinâmica de mobilidade do homem costuma ser mais pendular e linear, ele vai e volta da casa para o trabalho. A principal atividade dele diária é o trabalho produtivo, formal ou informal. Já a mulher, em geral, faz não só o trabalho produtivo como também é majoritariamente responsável pelo trabalho reprodutivo. Então tende a fazer viagens mais curtas e diversas, espalhadas durante o dia em horários diferentes. Por esses motivos, as desigualdades urbanas, a falta de infraestrutura e de iluminação nas ruas, entre outros

exemplos são sofridos de forma mais dramática quando se é mulher (Gonzaga, 2011; Itikawa, 2015; Helene, Lazarini, 2018; Helene, Tavares, 2017; Tavares, 2012 e 2015; Tavares, Helene, 2018; Santoro, 2008).

Além disso, na urbanização desenvolvida pela sociedade capitalista os espaços e atividades relacionados à produção foram privilegiados sobre os espaços relacionados as tarefas reprodutivas e de cuidados (tarefas historicamente realizadas por mulheres, sobretudo mulheres negras). O advento do planejamento urbano funcionalista vai acentuar o rebatimento da divisão sexual do trabalho no espaço da cidade, aprisionando as mulheres em determinados lugares, principalmente ao separar e hierarquizar as áreas comerciais, industriais e residenciais (Silva, 2003). Subúrbios, cidades-dormitório, periferias e cidades-satélite são, ao mesmo tempo, espaços de habitação das classes mais pobres e territórios negligenciados pelas políticas urbanas: onde a infraestrutura é precária ou ausente, distantes dos centro e monofuncionais, não apenas marcados por classe, mas também por raça e gênero.

Nesse sentido, o empoderamento como sujeito político a partir da participação feminina nos movimentos de moradia abarca condições específicas. Primeiramente se dá a conquista do espaço público/político como participantes de um movimento político reivindicatório de direitos. As mulheres relatam como sua relação com o Estado, com as instituições e mesmo com seus maridos/companheiros/filhos/parentes mudou completamente após a participação no movimento. Mas é importante também destacar os ganhos relacionados a autonomia econômica. Em 2011, a relatora especial da ONU, Raquel Rolnik, lança a cartilha "Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?". A publicação destaca a importância da segurança de posse como um direito a ser garantido para as mulheres. A dependência econômica para pagar sua moradia costuma ser um dos principais fatores de manutenção de situações de violência doméstica. Isto é, para além das dimensões culturais, psíquicas e políticas, a "casa" não é apenas o cenário, mas, muitas vezes o protagonista de um "enredo trágico: muitas mulheres não conseguem pôr um fim na relação com o agressor simplesmente por não ter pra onde ir com seus filhos" (Rolnik et al, 2011, p. 11).

No caso dos movimentos de moradia que ocupam prédios em áreas centrais, podemos dizer ainda que acontece uma luta pelo direito à cidade contra a segregação socioespacial generificada. Nesse caso, os relatos colhidos demonstram como a qualidade de vida das mulheres mudou substancialmente ao não estarem mais isoladas na periferia. As facilidades de manutenção da vida cotidiana pela proximidade de serviços públicos e de postos de trabalho, face ao que descrevemos antes, modificaram profundamente a vida dessas mulheres.

Referências bibliográficas

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Editora Elefante, 2017

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e luta pela moradia.** São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. **A cidade e a Arquitetura também mulher: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero**. São Paulo. Editora Annablume, 2011

HELENE, Diana. **A guerra dos lugares na ocupações de edifícios abandonados do centro São Paulo**. Mestrado. São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2009

HELENE, Diana; TAVARES, Rossana. "Gênero e estudos urbanos, uma conciliação necessária" 11 Out 2017. **ArchDaily Brasil**. Acessado 27 Nov 2017. <https://www.archdaily.com.br/br/881263/genero-e-estudos-urbanos-uma-conciliacao-necessaria>

HELENE, Diana; LAZARINI, Kaya. "Autonomie et émancipation: les femmes dans les mobilisations pour le droit au logement" In: **Colloque Perspectives féministes sur le logement des femmes**. UQAM, Montreal,2018.

HIRATA, Helena. "Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais". **Tempo soc.** [online]. 2014, vol.26, n.1, pp.61-73.

ITIKAWA, Luciana. **Mulheres na periferia do urbanismo - Informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban.** CLACSO. IDEAs. CODESRIA. Buenos Aires, 2015,

LAZARINI, Kaya. **Luta por moradia e autogestão em Buenos Aires: da crise à construção popular do hábitat.** Mestrado. FAU-USP. São Paulo, 2014.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários. mulheres. prisioneiros**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988

SANTORO, Paula F. "Gênero e planejamento territorial: uma aproximação". In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu-MG: ABEP, 2008.

SILVA, Joseli Maria. "Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica". **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, 2003

TAVARES, Rossana e HELENE, Diana. "Como os problemas socioambientais nas cidades impactam a vida das mulheres?. In: **Tribuna Rio por inteiro - Casa Fluminense**, 2018.

TAVARES, Rossana Brandão. "Uma Análise das Desigualdades de Gênero em Favelas do Rio de Janeiro: Perspectiva do Reconhecimento para o Urbanismo". In: **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, v. 13, n.2, p.42 – 57, 2012.

TAVARES, Rossana Brandão. **Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero**. Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ / FAU, 2015.

TRABALHO 03:

Espaços generificados de resistências: possibilidades contra a indiferença no urbanismo

Esta proposta visa discutir as possibilidades, assim como rupturas possíveis na arquitetura e urbanismo a partir da teoria feminista. Partimos da constatação que para romper com o viés predominantemente heteronormativo e patriarcal no campo do urbanismo, é preciso investir em construção de ferramentas metodológicas em pesquisa e extensão de forma articulada e engajada, estabelecendo também um processo de resistência sobre a suposta neutralidade científica, que tem justificado historicamente a indiferença à problemática de gênero.

Atualmente, se projeta um campo cada vez mais favorável de formulação de metodologias atentas às resistências urbanas que se apresentam através de diversas formas de praticas espaciais (LEFEBVRE, 2000). Entre as temáticas mais pulsantes, não é mais possível ignorar a problemática de gênero no espaço urbano que leve em consideração a teoria feminista, já reconhecido como fundamental no campo da teoria crítica. É evidente que se amplia o interesse em pesquisa, como também urge a necessidade de desenvolver possibilidades de experimentação extensionista para que as questões de gênero penetrem no ensino da arquitetura e urbanismo. Nesse sentido, o conceito de espaços generificados de resistência proposto pelo trabalho de tese de Rossana Tavares (2015) se constitui como uma possibilidade de construção de ferramentas metodológicas, a partir da articulação do debate de movimentos feministas, a universidade e as práticas sociais das mulheres nas ruas. Até porque estamos num momento histórico favorável ao desenvolvimento dessa abordagem.

A proposta conceitual leva em consideração que a própria experiência das mulheres na cidade é um ato de resistência. Inclusive, alguns lugares se constituem mais como espaços generificados de resistência que outros, em função dos diferentes graus de vulnerabilidade impostos aos corpos das mulheres, de forma paradoxal. Ou seja, não é uma simples tensão pela segregação espacial dos nossos corpos no espaço privado, ou em bairros periféricos, em especial, de mulheres negras e pobres, mas um processo constante no espaço urbano, onde se articula espaço publico e privado, onde as mulheres buscam brechas para existir, seja como for. As diversas formas de violência sobre as mulheres: estupro, assédio, feminicídio, somadas às resistências frente à heteronormatividade, transparece o não reconhecimento (FRASER, 2006) das possibilidades e a diversidade do que é ser mulher, em corpos também diversos, e o urbanismo como prática sob a égide neoliberal ainda se mostra indiferente. Jovens, velhas, trans, lésbicas, bissexuais, *queers*, não importa, estes corpos no espaço urbano carregam em si processos, experiências e práticas sociais, culturais e políticas que se interpenetram no cotidiano. A epistemologia feminista tem contribuído para novos aportes teóricos, colocando em xeque a perspectiva androcêntrica e heteronormativa, travestida de universal, em todos os campos do conhecimento, e mais recentemente na arquitetura urbanismo no Brasil.

Uma dos aspectos centrais na teoria feminista é a imposição de um modelo de existência reinventado historicamente pelos processos de dominação, e questionado por feministas, não só através de narrativas políticas mas também através da busca de práticas transformadoras que colocam em xeque o ideal feminino. O processo de opressão e dominação sobre o corpo das mulheres nos coloca em um lugar marginal e dito feminino, seja no espaço privado (encarnado pelo espaço domestico), seja no espaço público (encarnado pela rua). A própria ideia socialmente construída de espaço urbano, de forma geral,

coloca as mulheres no espaço doméstico enquanto os homens estão num lugar considerado central, o espaço público (MCDOWELL, 1999). O processo de resistência alcançado pela variedade de práticas sociais nos tornam "estranhas" e passíveis de serem violados ou mesmo menosprezado no espaço. Um menosprezo que não o do esquecimento, mas de nos silenciar, nos banalizar, para garantia da logica de produção do espaço vigente que nos impõe uma determinada marginalidade em paradoxo (ROSE, 1993).

Assim, a articulação da pesquisa e da extensão atentas aos espaços generificados de resistência pode se constituir como uma ferramenta metodológica significativa. Além disso, em grande medida, pesquisadoras sobre a problemática de gênero no urbanismo também se revelam militantes e articulam suas reflexões e experiências políticas no âmbito da pesquisa. Cada vez mais se mostra relevante desenvolver um debate comprometido e reflexões que apontem para contribuições criativas e associadas aos interesses das mulheres na contemporaneidade, haja vista que percebemos, em grande medida, que a segurança tem sido o principal tema quando se discute espaço urbano e mulheres. Somado a isso, uma insistente resistência, banalização e consequentemente, indiferença dos estudos sobre a perspectiva da mulheres presente em relatos de graduandas, mestrandas e doutorandas que têm pesquisado as particularidades temáticas de gênero na arquitetura e urbanismo

Desta forma, pretendemos apresentar considerações a respeito da pesquisa centrada na debate teórico sobre importância da articulação da teoria feminista e do espaço, levando em consideração aspectos e desafios contemporâneos para a superação das desigualdades de gênero. Assim, numa perspectiva de construção do conhecimento solidária, é possível construir possibilidades analíticas e propositivas que incorporem a dimensão social de gênero em nosso campo.

Referências bibliográficas

FRASER, N. "Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça numa Era 'Pós-Socialista'". **Revista dos Alunos de Pós-graduação em Antropologia Social da USP** . São Paulo: Cadernos de Campo, n.14/15, 231-239.

LEFEBVRE, Henri. **Le manifeste différentialiste**. Paris: Ed. Gallimard, 1970.

_____. **La production de l'espace**. 4ª Edição. Paris: Anthropos, 2000.

MCDOWELL, Linda. **Gender, identity and place: understanding feminist geography**. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 1999.

MOLYNEUX, Maxime. Mobilization without emancipation? women's interests, the state, and revolution in nicaragua. In: KROOK, Mona Lena; CHILDS, Sarah (org). **Women, gender, and politics: a reader**. Oxford: Oxford University Press, p. 21-28, 2010.

ROSE, Gillian. **Feminist & Geography: The limits of geographical knowledge**. Cambridge, Oxford: Polity Press, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth**. A mulher na sociedade de classes - mito e realidade**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SANDERCOCK, Leonie. Towards **cosmopolis: planning for multicultural cities**. Wiley, Chichester: John Wiles & Sons, 1998a.

_____. Space of insurgent citizenship. In: SANDERCOCK, Leonie (org.). **Making invisible visible: a multicultural planning history**. Berkely, Los Angeles, London: University of California Press, p. 1- 33, 1998b.

TAVARES, Rossana Brandão. **Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero**. Rio de Janeiro: UFRJ / FAU, 2015.

TRABALHO 04:

Afetos e desenho: um método de projeto feminino

É cada vez mais crescente o debate de gênero no campo da arquitetura e do urbanismo no Brasil. As mulheres têm colocado questões, denunciado práticas, levantado números e ocupado espaços que se apresentam ainda hoje na sua maioria "naturalmente" masculinos. Entretanto o que defendemos quando colocamos a questão de uma opressão de gênero nas nossas cidades e nas práticas de concepção dos ambientes construídos? Como a perspectiva feminina não se encerraria em uma luta identitária capaz até mesmo de contrapor outras lutas como as que questionam a sexualidade?

Ocupar espaços antes masculinos é um importante passo, mas talvez ainda seja necessário recriá-los. Para Deleuze (1992) uma *minoria* não é uma questão quantitativa, mas de contraposição aos modelos hegemônicos. O que há de diferente em uma concepção de projeto feminina das que tradicionalmente são feitas? Como ela escaparia aos modelos do campo da arquitetura e do urbanismo que de fato foram idealizados por uma lógica masculina e eurocêntrica?

A experiência de um coletivo no Rio de Janeiro chama de feminino a necessidade de transformar sentidos, valores e modos de projetar do nosso campo disciplinar diante do abismo social, ecológico, ético e político que nos encontramos. Criar caminhos mais processuais, autônomos, articulados, criativos e atentos aos seres vivos (humanos ou não) e a Terra (o coletivo desses seres) - ou escapar de modelos centrais nos quais a arquitetura é entendida como um objeto isolado e o território como algo apenas físico e funcional - é o que defendemos como feminino. Não trata-se, portanto, de uma luta identitária contra os homens, ou ainda, contra os homens brancos visto que no nosso caso as perspectivas ameríndias e afro-brasileiras também escapam aos modelos centrais e possuem forte respeito às vidas que habitam os territórios.

Entretanto trata-se de uma luta contra os modos de ser arquiteto que sustentam os inúmeros extermínios de vidas - sejam físicas, étnicas ou ecológicas - que se dão todos os dias. E esses modos violentos de criação de espaço não estão apartados de uma certa cosmovisão branca e masculina ou de certas apostas, ações, visões de mundo e efeitos que determinados modos de viver e desenhar provocam. O feminino nesse caso seria antes um contraste de cosmovisões tal qual entre os Yanomamis e o homem branco como explicitou o antropólogo Eduardo Viveiro de Castro em *O Recado da Mata*: "(...) hutukara e uruhi a: o mundo como floresta fecunda, transbordante de vida, a terra como um ser que 'tem coração e respira' (...), não como *depósito* de 'recursos escassos' ocultos nas profundezas de um sobsolo tóxico (...)" (CASTRO, 2015, p.16). É importante dizer que passamos pelo gênero e pela etnia para revelar a opressão feita por aqueles que se acreditam superiores por essas distinções e não para fazer delas as nossas. Somos afeitas as forças e não as formas.

É nessa perspectiva que o grupo desenvolveu um método de concepção de projeto participativo e feminino, que repensa as ferramentas e habilidades de arquitetas e faz dos habitantes (humanos ou não) ponto central do processo de concepção de seus territórios. Acompanhamos a mudança de paradigma de parte do campo da arquitetura e do urbanismo que já a mais de meio século busca não mais projetar *para* mas *com* o outro. Entretanto, o que seria exatamente projetar *com* o outro nessa radical alteridade encontrada no Brasil ou nesse contraste ativo de cosmovisões?

Essa não é uma questão simples, estar em uma roda de conversa com os habitantes não garante necessariamente um encontro entre os participantes da roda. Isso quando os habitantes falam, visto que os animais, as plantas, os rios, entre outros se comunicam de outras maneiras. Um encontro é um agenciamento entre corpos, é uma composição afetiva ou a criação de "noções comuns" como explicitou Spinoza (2008) e Deleuze (2002). E para conceber um projeto de fato *com* o outro, esse encontro não seria apenas entre o especialista e o habitante mas entre o território do especialista e o território do habitante, ou seja, tudo o que engendram suas cosmovisões e, também, o grau de disponibilidade para a transformação com o choque entre elas. Seria um "honrar a experiência (...) que nos anima, que nos faz testemunhar o que não somos nós" (STENGER, 2017, p.11).

A fim, então, de honrar a experiência ao conceber projetos a metodologia desse escritório/coletivo de moças afirma: o território não apenas como uma porção de terra mensurável mas como um modo de estar no mundo ou como existencial; a concepção do ambiente construído como um agenciamento entre corpos; um certo estado de presença corporal do especialista e do habitante como habilidades necessárias para esse agenciamento; o espaço ativo e jamais neutro ao sempre afirmar uma tendência, uma política, ao ter seus efeitos como produtores parciais de subjetividades; a necessária passagem do pedido para a demanda ou uma *construção de demanda* a partir dos afetos (antes do desenho e da obra) como uma importante etapa participativa da concepção de projeto; as oficinais sensoriais como ferramentas dessa construção de demanda que apostam no *corpo vibrátil*, aquele da experiência das sensações como conceituou Suely Rolnik; e o desenho de projeto assumido pelo especialista, autoral mas *comum* (no sentido de comunitário) aos habitantes.

Elas partem da questão: que mundo queremos habitar? Para trabalhar ela e construir uma demanda real de projeto são propostas oficinas sensoriais junto aos habitantes. Usamos dispositivos de diversas áreas do conhecimento como dança, práticas somáticas, cinema, teatro, artes plásticas, filosofia e literatura a fim de convidar habitante e especialista para ativar uma certa atenção, afetos, memórias e desejos que indicam percursos a questão colocada. E de uma reforma de um apartamento padrão passou-se para a criação da Casa Mistério; de uma reforma de um templo religioso para uma luta contra a intolerância a exemplo do Ilê Omiojuarô; e de um pedido de placa passou-se para a demanda de uma praça como foi o caso da comunidade da Vila Autódromo. O Feminino seria a defesa de um território político-afetivo.

Figura 1: Oficina Vila Virtual, Comunidade Vila Autódromo, 2017.
Fonte: Foto Vitor Vidor

Figura 2: Oficina Vila Virtual, Comunidade Vila Autódromo, 2017.
Fonte: Foto Vitor Vidor

Figura 3: Oficina Vila Virtual, Comunidade Vila Autódromo, 2017.
Fonte: Foto Vitor Vidor

Figura 4: Oficina Vila Virtual, Comunidade Vila Autódromo, 2017.
Fonte: Foto Vitor Vidor

Referências bibliográficas

DELEUZE, Gilles. **Conversações**, 1972-1990. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa**: filosofia prática. São Paula: Escuta, 2002.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 1992.

KOPENAWA, Davis; BRUCE, Albert. **A Queda do Céu**: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ROLNIK, Suely. **Subjetividade em obra**: Lygia Clark, artista contemporânea. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. São Paulo, v.25, 2002.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

STENGERS, Isabelle. **Reativar o Animismo**. Chão de Feira, 2017.

TRABALHO 05:

A mobilidade das mulheres em São Paulo: por que as mulheres usam pouco a bicicleta?

Estudos mais recentes sobre os padrões de mobilidade da metrópole de São Paulo analisam séries históricas de pesquisas de mobilidade urbana, ou desenvolveram pesquisas específicas sobre modos ativos, diferenciando gênero, produzindo uma base robusta que permite afirmar que as mulheres têm menor índice de mobilidade, são maioria no transporte à pé e coletivo sobre pneus frequentemente passageiras e menos motoristas de carros. (SVAB, 2016)

Variáveis como grau de escolaridade, renda familiar, local de moradia, situação familiar (família sem/com filhos, monoparentais, etc.), complexificam as análises quantitativas e indicam que há poucos estudos qualitativos sobre aspectos sociais, culturais e de comportamentos que expliquem a mobilidade encontrada e que aprofundem as motivações das mulheres por estes modos de transporte.

Desde 2010, políticas urbanas tentam alterar o paradigma do carro que construiu historicamente as mentes e as cidades brasileiras. Uma gama que envolve legislação federal e municipal atual no tema da mobilidade e mudança do clima pressiona para o incentivo aos modos ativos – bicicleta e à pé. A bicicleta tem um alto potencial de inclusão social – tem baixo custo, permite maior mobilidade, etc. –, é interessante para as viagens ditas "tipicamente femininas" (mais viagens, menores e em cadeia) e é menos poluente que os outros modos. Pode produzir efeitos positivos no clima, e evitar os efeitos perversos da mobilidade por carros na ocupação do espaço urbano.

O planejamento cicloviário da cidade de São Paulo, pressionado por movimentos cicloativistas, chegou a implantar mais de 400 km de ciclovias e ciclofaixas, além de políticas de diminuição de vagas de garagem, de vagas-vivas, de ruas abertas de lazer, disputando o espaço dos carros para a mobilidade ativa e para o uso público. No entanto, as pesquisas não apontam para uma correlação direta – onde se ofertou infraestrutura, mais mulheres a migraram para o modo bicicleta, mas ainda são poucas (Ciclocidade) –, o que levanta a questão: quais são as resistências das mulheres, o que explica estas resistências, e como devem ser enfrentadas, para que elas migrem para o modo bicicleta para fazerem suas viagens em São Paulo?

Este trabalho busca olhar para como a desigualdade de gênero no espaço urbano se expressa através de padrões de mobilidade e dos modos de deslocamento – em especial através do uso da bicicleta como modo de transporte. Ele se baseia na literatura recente nos campos de sociologia urbana e estudos de gênero para desenvolver um modelo de porque mulheres usam ou não usam bicicletas em contextos urbanos e, mais especificamente, em metrópoles latino-americanas de dimensões e com características como as de São Paulo. Ele também utiliza uma metodologia para estudar a mobilidade e analisar a infraestrutura urbana que leva em consideração os fatores culturais e subjetivos que subjazem as escolhas das pessoas de como se locomover na cidade, e que estão na base de como relações de gênero impactam os usos diferentes que mulheres e homens fazem da cidade. Assim, se busca olhar para além das variáveis quantitativas e das características de infraestrutura urbana, considerando também a lógica das percepções, emoções e afetos que moldam nosso relacionamento com a cidade e considerando como cada indivíduo

está inserido dentro de estruturas/lógicas de família que devem ser levadas em consideração por planejadores urbanos se buscamos construir cidades mais justas e democráticas, bem como quais são as questões que dificultam ou impedem uma aderência mais ampla aos modos de transporte mais sustentáveis, tal qual a bicicleta.

Referências bibliográficas

ALDRED, Rachel et. al. "Cycling provision separated from motor traffic: a systematic review exploring whether stated preferences vary by gender and age". In: **Transport Reviews**, 37:1, 29-55, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01441647.2016.1200156>. Acesso em: 25 fev. 2018.

HANSON, Susan. "Gender and mobility: new approaches for informing sustainability". In: **Gender, Place & Culture: A Journal of Feminist Geography**, 17:1, 5-23, 2010.

LAW, Robin. "Beyond 'women and transport': towards new geographies of gender and daily mobility". In: **Progress in Human Geography.** 23,4, p. 567–588, 1999.

SANTORO, Paula Freire. "Gênero e planejamento territorial: uma aproximação". In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu,2008

SIQUEIRA, Lucia de Andrade. **Por onde andam as mulheres: percursos e medos que limitam a experiência de mulheres no centro do Recife**. Dissertação de mestrado, UFPE, Recife, 2015.

SOUZA, Yuri Vasquez. **Quando as Rodas Conquistam a Cidade: Cultura, Tensões, Conflitos e Ações na Prática do Ciclismo em São Paulo**. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2016.

SVAB, Haydée. **Evolução dos padrões de deslocamento na Região Metropolitana de São Paulo: a necessidade de uma análise de gênero**. Dissertação de mestrado, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

TAVARES, Rossana Brandão. "Práticas sociais de resistência na perspectiva de gênero contra indiferença à diferença: por um planejamento de possibilidades". **XVII ENANPUR**, São Paulo, 2017.

VASCONCELLOS, Eduardo A. **Transporte urbano, espaço e eqüidade: análise das políticas públicas**. São Paulo : Annablume, 2001.

V enanparq
Salvador - 2018

TEORIA E PRÁTICA NO ENSINO DE TECNOLOGIA DA ARQUITETURA E DO URBANISMO

THEORY AND PRACTICE IN THE TEACHING OF ARCHITECTURE AND URBANISM

TEORÍA Y PRÁCTICA EN LA ENSEÑANZA DE ARQUITECTURA Y URBANISMO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

COORDENADORES:

LOPES, João Marcos de Almeida

Doutor em Filosofia e Metodologia das Ciências; Professor Livre Docente do IAU USP e do PPGAU IAUUSP; jmalopes@sc.usp.br

CARNEIRO, Daniel Marostegan e

Mestre em Metodologia de Ensino; Professor da Faculdade de Arquitetura da UFBA; dcarneiro@ufba.br

TRABALHO 01:

ARQUITETOS: DESENHADORES DO ESPAÇO OU OPERÁRIOS DO DESENHO?

LOPES, João Marcos de Almeida

Doutor em Filosofia e Metodologia das Ciências; Professor Livre Docente do IAU USP e do PPGAU IAUUSP; jmalopes@sc.usp.br

TRABALHO 02:

A ABORDAGEM PRÁTICA E EXPERIMENTAL NO ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO NA FAUFBA

CARNEIRO, Daniel Marostegan e

Mestre em Metodologia de Ensino; Professor da Faculdade de Arquitetura da UFBA;
dcarneiro@ufba.br

SANTOS NETO, Edson Fernandes D'Oliveira

Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Professor da Faculdade de Arquitetura da UFBA fernandes.edson@gmail.com

TRABALHO 03:

As experiências do Grupo Tectônica:
uma aproximação aos detalhes e construção da arquitetura

TAHARA, Akemi

Mestre em Ciências da Engenharia; Professora da Faculdade de Arquitetura da UFBA akemi.tahara@ufba.br

VIANA, Lídia Quièto

Doutora em Arquitetura; Professora da da Faculdade de Arquitetura da UFBA, MP-CECRE E PPGAU/UFBA; lidia.quieto@ufba.br

TRABALHO 04:

Tectônica da Arquitetura: os desafios de ensinar a prática no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE

FREITAS, Maria Luiza Macedo Xavier de

Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano – MDU;
arquitetamalufreitas@gmail.com

V enanparq
Salvador - 2018

TRABALHO 05:

Pensando a pluralidade no ensino tecnológico em cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil

MINTO, Fernando Cesar Negrini
Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Professor no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Santa Úrsula – RJ
fminto@gmail.com

A RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NO ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO

OBJETIVO

Este Simpósio Temático tem como objetivo fortalecer a troca e a interlocução entre diferentes experiências e reflexões de ensino tecnológico que vem sendo desenvolvidas em escolas de arquitetura e urbanismo no país e que tem em comum a proposição de *abordagens práticas* como estratégia didática. Tais experiências pretendem maior conexão entre conteúdos teóricos e procedimentos práticos, buscando consolidar na formação dos arquitetos estratégias que ofereçam maior contato com as questões que se referem aos saberes e fazeres próprios da tectônica.

Esse objetivo parte do entendimento de que os arquitetos e urbanistas recém-formados agregam pouco conhecimento e experiência em construção de uma forma geral. Essa ausência de contato com a construção, os materiais e as tecnologias, são identificadas como lacunas na formação destes profissionais, que carecem de maior interação com as práticas próprias da construção. E é nessa perspectiva, da consolidação de um ensino mais complexo e crítico, no qual façam parte experimentações construtivas práticas, que esta proposta de simpósio temático pretende contribuir.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA

A disseminação de saberes e técnicas relacionadas às tecnologias e materiais de construção nas escolas de arquitetura se insere em uma reflexão mais ampla, que envolve o ensino na área, no qual se percebe de maneira geral uma abordagem predominantemente teórica, em detrimento de abordagens mais práticas (Neto, 2007). Essa característica da formação de arquitetos e urbanistas parece favorecer determinados perfis de atuação profissional que se ocupam mais diretamente no desenvolvimento de projetos em escritórios do que no acompanhamento das construções em si, no desenvolvimento dos aspectos construtivos, dos materiais e das técnicas envolvidas.

Dentro do campo profissional essa é também uma questão histórica, que vem se desenvolvendo desde o surgimento dos primeiros cursos de arquitetura no país, e que se relaciona com a cisão do ensino de arquitetura e de engenharia, estando no bojo do distanciamento entre áreas que deveriam ser mais articuladas, visto que se complementam. Tal questão tem como pano de fundo, a relação entre o canteiro (construção) e o desenho (projeto), que academicamente são muitas vezes consideradas como etapas estanques, em que o início de uma depende do término da outra, o que se afasta muitas vezes da relação real entre ambas, que deveriam ser entendidas como duas partes, entre outras, de um mesmo processo, que envolve idas e vindas e não corresponde necessariamente a um cronograma linear.

No que se refere ao ensino tecnológico na área de arquitetura, a metodologia almejada deveria partir da relação intrínseca entre teoria e prática, proporcionando espaços em que a interação direta com materiais e tecnologias se colocassem como parte fundamental do aprendizado, que também passa pela abordagem de conhecimentos teóricos sobre os mesmos. Nesse sentido, é possível identificar algumas experiências minoritárias, que vêm se desenvolvendo há alguns anos em escolas de arquitetura, e têm sido denominadas

como canteiros experimentais, canteiros pedagógicos ou canteiros didáticos.

BREVE SÍNTESE DOS TRABALHOS

Trabalho 1: O trabalho abordará a consolidação histórica do ensino de tecnologia e construção nos cursos de arquitetura e urbanismo, o distanciamento que se consolidou no tempo entre o ensino de AU e os conhecimentos construtivos por um lado e a relação entre arquitetura e urbanismo e as engenharias por outro, tendo como linha mestra desse processo a supervalorização do projeto em detrimento da construção.

Trabalho 2: Os resultados das experimentações que envolvem abordagens práticas em disciplinas optativas e obrigatórias na FAUFBA apontam para o entendimento de que a abordagem prática não prescinde da abordagem teórica, o que se coloca é a complementariedade entre ambas as abordagens. Dessa forma o ensino dos conteúdos relacionados aos conhecimentos de tecnologias e materiais de construção tem obtido ganhos pedagógicos quando relacionam atividades teóricas e práticas.

Trabalho 3: A experiência apresentada parte da consolidação de um grupo de extensão dentro da faculdade de arquitetura da UFBA e se relaciona aos conhecimentos técnicos ligados ao uso da madeira na construção, as atividades ocorreram dentro de uma disicplina optativa que abrange aulas teóricas sobre o tema e abordagem prática, através do desenvolvimento de detalhes de encaixes de madeira e posteriormente sua execução.

Trabalho 4: O trabalho procura discutir os desafios do ensino e da aprendizagem da tectônica tendo como linha condutora o debate do ensino de estruturas em escolas de arquitetura a partir da relação entre a teoria e a prática, para tanto, apresenta uma reflexão baseada nos resultados obtidos no desenvolvimento de diferentes disciplinas dentro do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE.

Trabalho 5: O trabalho aborda a inserção dos estudantes de arquitetura em interações projetivas e construtivas a partir de demandas reais, que provocam um encontro produtivo entre os futuros técnicos e os problemas reais. O enfrentamento destas demandas envolve questões técnicas, sociais e políticas locais, que desafiam os estudantes a encontrar soluções e ideias que estejam de acordo com as capacidades e necessidades de seus interlocutores.

TRABALHO 01:

ARQUITETOS: DESENHADORES DO ESPAÇO OU OPERÁRIOS DO DESENHO?

Propomos, mais uma vez, tratar da formação tecnológica do arquiteto urbanista e das deformações promovidas pelo distanciamento cada vez maior dos estudantes (e, consequentemente, dos profissionais arquitetos) dos conteúdos teóricos, práticos e materiais próprios das ciências da construção. Tomamos como premissa a constatação de que os conteúdos disciplinares de quase a totalidade dos cursos hoje em funcionamento no país não romperam com a tradicional divisão tripartida das áreas de conhecimento que alicerçaram o ensino da Arquitetura e Urbanismo no Brasil – pelo menos desde a reforma de 1962: três grandes áreas, articuladas em três departamentos segmentados, "de História, de Projetos e de Técnicas" (ABEA, 1977). Esse poderoso Cérbero que nos confina no mundo inferior e de lá não nos deixa sair não recua nem mesmo com o estabelecimento de conteúdos disciplinares mínimos definidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais que integraram a Portaria nº1770 de 21 de dezembro de 1994. Nem mesmo a Resolução nº6 do Conselho Nacional de Educação, que consolidou tais diretrizes e passou a vigorar em 2 de fevereiro de 2006 – só aí já se foram 12 anos – propuseram rever a segmentação disciplinar já cristalizada. De todo modo, a atrofia das habilidades não é uma novidade exclusiva de período recente: apesar das inúmeras reformas a que foi submetida sua estrutura curricular, as mazelas do ensino tecnológico do arquiteto já remontam a maior parte da história do ensino de Arquitetura. Durante todo o período de instalação do ensino acadêmico e militar, desde a Missão Francesa em 1816, as estruturas curriculares dos cursos de arquitetura jamais apareceriam associadas ao campo das artes mecânicas ou das artes e ofícios. Mesmo com a reforma empreendida por Manuel Araújo Porto Alegre em 1855 – que demonstrava preocupações com os "aspectos fabris" da produção da arquitetura – o ensino da profissão nunca deixou de privilegiar a composição, a estereotomia e a ornamentação, sempre acompanhados de perto de aspectos da história da arquitetura e de seus princípios teóricos (Lopes; Lira, 2013). De qualquer forma, de lá até aqui, é notória e recorrente a fragilidade dos recém-formados no trato das questões tecnológicas, insuficiência no domínio das práticas construtivas ou até mesmo relativas à interlocução entre projeto e construção. Como já afirmamos em outro momento, parece-nos que há uma irredutível dicotomia entre o que *se fala* sobre a arquitetura e o *como ela efetivamente é produzida*. Acreditamos que essa dicotomia implica numa crescente irrelevância da profissão: dedicando-se exclusivamente ao desenho ou ao "trabalho imaterial" (Deamer, 2015), o arquiteto desenhador acaba, em regime de restrição ou de esgotamento da demanda de elite ou de crise econômica, relegado à condição de item caro e supérfluo, descartado de um mercado de consumo restrito, para o qual fora chamado quase que exclusivamente para contribuir para o entesouramento e acumulação patrimonial. Por outro lado, a demanda real, concreta e desdentada, só faz crescer à nossa volta: cidades cada vez mais entregues à sanha de um ávido mercado imobiliário que, inclusive, destrói o que constrói para construir o de sempre novamente; bunkers urbanos – condomínios – cada vez mais afetados pelas modas e salamaleques da vez, concorrem entre si exibindo uma profusão de telhadinhos espertos (a custo construídos por carpinteiros que apanham pra resolver, na tampa, o que não foi resolvido na planta); moradias cada vez mais precárias, favelas em desalinho, cortiços e edifícios precariamente ocupados e entregues ao colapso – e os novos enclaves periféricos alucinadamente derramados pelo PMCMV; etc. Nesse contexto, os cursos de arquitetura e urbanismo brasileiros cada vez menos se ocupam com a alta cultura arquitetônica e, numa virada pragmática e bastante objetiva, vêm formando sistematicamente profissionais 'para o mercado', alimentando a demanda por mão-de-obra barata e pouco erudita nos assuntos imateriais: operários do desenho e da gestão. Em pesquisa realizada em 2015 pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR) em parceria com o Instituto

Datafolha, os resultados indicam que 70% da População Econômica Ativa (PEA) dizem que contratariam arquitetos, mas os que realmente conseguem faze-lo somam apenas 7%. Os 24% restantes dizem que não contratariam arquitetos. Dos 7% contratados, 73% foram por indicação familiar ou de amigos – pouquíssima referência dada por agentes públicos (CAU/BR – Datafolha, 2015). Do total de arquitetos atuantes no país naquele momento, 38% eram compostos por assalariados, 34% constituíam-se de profissionais autônomos e apenas 20% eram donos de escritórios ou de empresas de prestação de serviços de arquitetura e urbanismo. Os restantes 8% declararam outras fontes de renda. A mesma pesquisa indica que 33,81% dos profissionais recebem *até* 5SM mensais (algo hoje em torno de R$4.800,00). Isso significa que 1/3 do contingente de arquitetos do país receberia hoje algo em torno de R$220,00 por dia, se considerarmos uma jornada de 8h/dia – certamente bem mais que um operário comum da construção civil, mas bastante próximo da remuneração de operários mais qualificados, como mestres de obra, por exemplo. Trata-se de reconhecer que o trabalho do arquiteto certamente passou por um processo de proletarização, no sentido proposto por Peggy Deamer: para a americana, o arquiteto não se vê como produtor de mercadorias mas, sancionado pela profissão, acredita que o resultado de seu trabalho é "*too criative and culturally significant to be filed under 'service sector'*". Daí, conceitualmente, o arquiteto não consegue ver seu "*trabalho como trabalho*" – "*work as a work*". Mais adiante, a autora propõe uma segunda premissa para as análises que articulará a seguir: nós, os arquitetos temos uma "*pathetic notion*" de *projeto* que o isola em relação à *obra*. Segundo Deamer, "*architects design, constructors build; we do art, they do work*" (Deamer, 2015). Nestes termos, o que propomos aqui é pensarmos no quanto o distanciamento da profissão em relação às ciências da construção não contribuem para o seu próprio desaparecimento. Mais que isso, o quanto a formação de profissionais supérfluos e descartáveis contribui para a reprodução das precariedades urbanas e habitacionais que hoje vivemos. Por outro lado, caberia também refletirmos quanto ao nosso estatuto profissional: reconhecermo-nos *trabalhadores*, *operários do ofício*, talvez nos posicione numa outra correlação profissional, mais saudável e produtiva que o encastelamento do artista.

REFERÊNCIAS

ABEA (Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura). **Sobre a história do ensino de arquitetura no Brasil**. São Paulo: Abea, 1977.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO/BR; INSTITUTO DATAFOLHA (Pesquisa 2015). Disponível em http://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/contratacao-de-arquitetos-e-urbanistas/. Acessado em 25/06/2018.

LOPES, João Marcos de A.; LIRA, José T. C. *"Memória, silêncio, duração"*. In LOPES, João Marcos de A.; LIRA, José T. C. (orgs.). **Memória, trabalho e arquitetura** (Estudos CPC, nº3). São Paulo: EDUSP, 2013.

DEAMER, Peggy. *"Work"*. In DEAMER, Peggy (org). **The architect as a worker**. London/New York: Bloomsbury Academic, 2015.

TRABALHO 02:

A ABORDAGEM PRÁTICA E EXPERIMENTAL NO ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO NA FAUFBA

A segmentação entre teoria e prática não deve ser entendida como um mal necessário para a produção científica do conhecimento, isso porque embora se possa considerar a existência de conhecimentos eminentemente teóricos e outros eminentemente práticos, é inegável que em muitos casos os conhecimentos tem seu grande potencial exatamente na conexão entre a teoria e a prática.

EXPERIÊNCIAS DE ABORDAGEM PRÁTICAS

Duas diferentes experiências que conectam atividades teóricas e práticas no ensino de arquitetura e que confluem na intenção de consolidar um canteiro experimental na Faculdade de Arquitetura da UFBA, dão base para as discussões aqui apresentadas. São elas: Materiais de Construção II - disciplina obrigatória de 68 horas do curso noturno; e Tópicos Especiais em Práticas Construtivas – disciplina optativa de 34 horas direcionada para estudantes do noturno e do diurno.

A disciplina Materiais de Construção II trata, especificamente, do estudo do solo como material de construção e seu emprego na arquitetura, sendo, provavelmente, a primeira disciplina do currículo regular dos cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil a tratar exclusivamente sobre este tema. O conteúdo programático inclui o estudo da formação dos solos e de suas propriedades e características com a finalidade de utilização em Arquitetura e Construção com Terra e as técnicas tradicionais de construção com terra, seu desenvolvimento e seu emprego na atualidade. A disciplina baseia-se em aulas teóricas e práticas e é apoiada por pesquisas realizadas pelos alunos sobre as técnicas e o uso atual da construção com terra no Brasil e em outros países.

No tempo prático da disciplina são realizadas atividades de reconhecimento e caracterização do solo através de ensaios de campo a partir de amostras de terra coletadas pelos estudantes com a finalidade de avaliar a adequação do emprego do material na construção com terra e realizar atividades de produção de componentes e elementos construtivos relacionados às técnicas de construção em adobe, taipa de mão (técnica mista), taipa de pilão e BTC. Estas atividades são complementadas por aulas teóricas nos laboratórios de Geotecnia e de Estudos das Argamassas na Escola Politécnica da UFBA. Alternadamente, se realiza também atividades de projetos de arquiteturas de baixa complexidade com as técnicas estudadas, buscando o conhecimento sobre os limites e adequações da construção com terra.

Já na disciplina de Tópicos Especiais em Práticas Construtivas a abordagem prática passa pela idealização e execução de pequenos elementos construtivos de alvenarias: bancos, bancadas, paredes, elementos de alvenaria vazada, arcos, cúpulas entre outras possibilidades. Nesta disciplina o entendimento que se expressa é do canteiro como um espaço de troca entre diferentes saberes que interagem na produção do objeto arquitetônico.

Ao longo das atividades são idealizados e executados pequenos elementos construtivos, após essa execução são realizadas discussões e avaliações sobre a relação entre o que foi idealizado e o que foi executado, abrindo espaço para o afloramento de novos entendimentos sobre a relação entre o arquiteto e o canteiro de obras, entre as definições de projeto e as escolhas tecnológicas, que envolvem materiais, fluxos e operações humanas no canteiro.

Os diversos processos e as dificuldades de execução de um determinado desenho trazem para a reflexão dos estudantes complexidades que são dificilmente abordadas em aulas expositivas sobre o tema. Isso envolve não só as características físicas, químicas e mecânicas dos materiais empregados, mas a conformação do seu uso no canteiro, que passa pelas condições climáticas, pelo entendimento dos fazeres e saberes dos trabalhadores da construção, da sequência de procedimentos, da implicação entre eles, dos fluxos de transformação dos materiais, dos aspectos táteis, ergonômicos, de esforço físico e de salubridade que estão imbricados nas definições de projeto e nas escolhas das técnicas e dos materiais.

CONEXÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

É importante abordar a relação intrínseca entre teoria e prática, ou entre prática e teoria, de forma a explicitar que a abordagem prática não prescinde da abordagem teórica, muito pelo contrário, ambas as abordagens são complementares de forma que, analisadas ou realizadas em separado, se configuram como análises ou realizações parciais, e portanto, incompletas (FREIRE, 1982). A partir desse entendimento é que a afirmação da abordagem prática nas escolas de arquitetura se coloca como uma necessidade premente, frente a uma realidade educacional eminentemente teórica, e que tem nessa condição parcial uma grande lacuna a ser trabalhada no sentido de qualificar o ensino de arquitetura no país.

Esta reflexão se dá a partir das experiências de ensino tecnológico que interagem atividades e conhecimentos práticos com os conhecimentos teóricos nas escolas de arquitetura e urbanismo (Ronconi, 2016), reunindo experiências distintas de práticas construtivas promovidas pelas universidades que corroboram com um histórico de reconexão entre o projeto e a obra como um conjunto de potenciais e conhecimentos, que, a um só tempo, aproximam o saber científico do saber fazer prático, proporcionando a interação entre conhecimentos científicos e práticos, complementando a formação de estudantes e docentes sobre a prática profissional de arquitetura e urbanismo. Nesse sentido, pretendem, sobretudo, contribuir para a construção de um processo formativo que tenha como princípio a interação entre teoria e prática, visto que ambas as abordagens são aqui entendidas como importantes partes de um mesmo processo.

As experiências de ensino tecnológico no campo da arquitetura que envolvem abordagens práticas vêm apresentando avanços no que se refere à relação ensino-aprendizagem (Ronconi 2005), ao mesmo tempo que interagem com o aumento do interesse dos estudantes pelo tema das tecnologias e materiais de construção. Esses resultados não significam que os conteúdos abordados praticamente prescindem de abordagens teóricas, mas sim que ambas as abordagens se complementam e, por isso, deveriam participar dos conteúdos obrigatórios da referida formação.

O que se percebe é que determinados processos de aprendizagem e apreensão se dão de forma facilitada a partir do contato prático e da experimentação das técnicas e dos materiais, e nesse sentido, parece necessária a busca por uma proporção mais adequada entre atividades teóricas e práticas. Essa característica complementar das abordagens se aplica de forma bastante significativa no caso do ensino de arquitetura, muito em função do afastamento histórico dos arquitetos com relação às práticas e técnicas envolvidas na construção.

REFERÊNCIAS:

DAM/ Fundação Centro de Desenvolvimento das Aplicações de Madeira no Brasil; **Taipa em painéis modulados**. Brasília: CEDATE, 1985.

FATHY, Hassan. **Construindo com o Povo: arquitetura para os pobres**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. EN PROCESO.

FERRO, Ségio. **Arquitetura E Trabalho Livre**. 2ª Edição. São Paulo, Cosacnaify, 2006.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 6. Ed., São Paulo: Paz E Terra, 1982

FREINET, Célestin. **A educação pelo trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOPES, João Marcos De Almeida. **Quando menos não é mais: tectônica e o ensino tecnológico da arquitetura e do urbanismo**. Enanparq 2014

MINTO, Fernando Cesar Negrini. **A experimentação prática construtiva na formação do arquiteto**. São Paulo, 2009. Dissertação de Mestrado FAUUSP P.O. Ronconi, Reginaldo Luiz Nunes.

NETO, João De Paula (2007) **O ensino de arquitetura como agente transformador da prática profissional**. Dissertação de Mestrado, P.O. Malard, Maria Lúcia.

NEVES, Célia Maria M.; FARIA, Obede B.(Orgs.). **Técnicas de Construção com Terra.** Bauru: FEB/UNESP/PROTERRA. 2011.

MINKE, Gernot. **Manual de construcción em tierra.** La tierra como material de construcción y su aplicación en la arquitectura actual. Teruel, Espanha: EcoHabitar, 2010.

Ronconi, Reginaldo Luiz Nunes (2002) **Inserção do canteiro experimental nas faculdades de arquitetura e urbanismo.** Tese de Doutorado, P.O. Ghoubar, Khaled.

_____; **Canteiro Experimental – uma proposta pedagógica para a formação do arquiteto e urbanista**. Revista do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - FAUUSP, 2005.

SANTIAGO, Cybèle C. **O Solo Como Material de Construção**. Salvador: EDUFBA, 2001.

TRABALHO 03:

As experiências do Grupo Tectônica: uma aproximação aos detalhes, à construção e à materialidade na arquitetura

Esta apresentação tem como objetivo a reflexão acerca de aspectos propositivos e tectônicos envolvidos na produção da materialização da arquitetura através do ensino, pesquisa e extensão, trazendo algumas das experiencias vivenciadas no grupo permanente de extensão "TECTÔNICA", associado ao grupo de pesquisa "Projeto, Cidade e Memória", desenvolvidos na Faculdade de Arquitetura da UFBA (FAUFBA). O projeto teve início em janeiro de 2015 com o intuito de resgatar e ativar a marcenaria existente na FAUFBA, desativada há duas décadas. Atualmente conta com a participação de 6 docentes da FAUFBA, 1 técnico administrativo, 1 monitor, 11 alunos da FAUFBA, 1 aluno da Escola de Belas Artes e 1 aluno Engenharia Mecânica UFBA. Tem parcerias com outras unidades da UFBA: Escola Politécnica, Escola de Belas Artes e Escola de Enfermagem além de, eventualmente, contar com o apoio de mestres da carpintaria, marcenaria e serralheria. Nesse contexto, se desenvolve a disciplina optativa de "Tópicos Especiais em Arquitetura e Urbanismo" e o projeto eventual de extensão "Canteiro Experimental UFBA: diretrizes de projeto", além de eventos esporádicos e oficinas práticas.

Segundo Amaral (2009), a conceituação de "tectônica" atravessa mais de 2000 anos de história e tem sido abordados por diversos teóricos, se mostrando particularmente significativa a abordagem de Kenneth Frampton (1990, 1995) que define o termo como "potencial de expressão construtiva" da arquitetura, capaz de reunir aspectos materiais e construtivos aos aspectos culturais e estéticos. Este projeto apropria-se destes significados buscando a interlocução de diversos saberes para atender as demandas da sociedade dentro de suas possibilidades e limitações, acerca das questões ambientais, disponibilidade de materiais, pessoais e recursos financeiros (parcerias privadas e públicas). Nesse sentido, a materialidade é abordada como uma questão tectônica, onde se relacionam as abordagens técnicas e construtivas – o aspecto físico do objeto – às questões formais e compositivas – o aspecto associado à intenção plástico-compositiva, a ideia de sua proposição, constituindo assim a ideia de objeto arquitetônico a fim de disseminar o saber, ressignificar, aprimorar e criar novas ideias e tecnologias.

Os trabalhos desenvolvidos colocam em discussão o aprendizado coletivo através da prática do fazer, da materialização de um pensamento dentro de cada contexto e desafio apresentado. O aprendizado coletivo se estende para fora de seu grupo, de sua área específica e da universidade, visando uma abordagem transdisciplinar de cada problemática, o diálogo e uma maior profundidade nas soluções. Dessa forma, o aprendizado congrega experiências práticas e teórico-projetivas a um só tempo, promove uma reflexão projetual e experimental que aproxima o ensino e a prática projetual da realidade e suas possibilidades de técnicas inventivas, possibilitando uma formação crítica, investigativa e propositiva para os estudantes. Isso reforça a "reflexão-na-ação", conceito abordado por Schön (2000), o qual propõe o aprendizado a partir da ação do fazer, a partir da consciência, análise e crítica do processo e seus resultados. A construção do processo e o aprendizado contam também com oficinas ministradas por "mestres" que atuam cotidianamente na prática do fazer promovendo uma troca de saberes que auxilia a valorização da "arte do ofício" (Fig. 1).

Figura 1: Aula com o mestre carpinteiro Antônio.
Fonte: Autora (2017).

As experiências têm início através de pesquisas de referencial teórico, visitas de campo, elaboração de desenhos e construção de protótipos em escalas reduzidas para planejar a construção de protótipos em escala 1:1, promover ajustes no protótipo e prever possíveis problemas na execução. Esse processo, no entanto, não segue uma sequência linear ou absolutamente previsível e controlada. A metodologia de projeto e construtiva se altera com fins de simplificar detalhes construtivos, compreender e organizar as diferentes fases de execução, adaptar o projeto ao material disponível (características físicas, químicas, mecânicas, estéticas e quantidade disponível). A escala e a natureza dos objetos construídos varia desde pequenos objetos (brinquedos, luminárias, tipos de encaixe de madeira, utensílios) a elementos de construção 1x1 (fechamentos, brises, elementos estruturais, formas pra elementos pré-fabricados), passando por mobiliários (mesas, cadeiras, estantes, etc). A escolha do objeto pode partir de demandas espontâneas internas ou externas, projetos desenvolvidos pelos alunos, desenvolvimento de atividades de extensão, pesquisa e ACCSs.

Ao longo desses 3 anos e meio aproximadamente, a maioria das atividades de aprendizado com os mestres são abertas ao público externo, através de oficinas e workshops. As experiências são registradas de modo a resguardar o processo, erros e acertos e, dentro do possível, são montadas exposições (Fig. 3), seminários, além da alimentação do site para divulgar e compartilhar as experiências ao público. O espaço da marcenaria tem se tornado cada vez mais utilizado como laboratório de apoio acadêmico para diversas atividades vinculadas à graduação, pós-graduação, outros grupos de pesquisa, conseguindo assim, alcançar seus objetivos. Durante todo o processo, observou-se e confirma que existe uma demanda real de pessoas interessadas no aprendizado através da prática. Isso tem contribuído de forma inesperada cada vez mais para a consolidação da marcenaria da FAUFBA, conseguindo-se assim, pouco a pouco, o apoio por todas as partes (parcerias externas e internas). Espera-se dar continuidade a esta atividade para o aprendizado mútuo sobre a prática da construção em madeira e outros elementos e levá-los para fora da academia.

Figura 3: Exposição da Tectônica na Galeria Canizares, exposição de trabalhos de alunos da FAUFBA e EBA. Fonte: Autora (2017).

REFERÊNCIAS:

AMARAL, Izabel. Quase tudo que você queria saber sobre tectônica, mas tinha vergonha de perguntar. In **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, n. 26, p. 148-167, 2009.

CARVALHO, Ramon.; VIANA, Lídia Quièto; RHEINGANTZ, Paulo Afonso. O processo de projeto como construção coletiva. In: **Anais do V Projetar - processos de projeto teorias e práticas**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura UFMG, 2011.

FRAMPTON, Kenneth. **Rappel à l'Ordre: The Case for the Tectonic**. Architectural Design, Londres, v. 60, n. 3-4, p. 19- 25, 1990.

FRAMPTON, Kenneth. **Studies in tectonic culture: The poetics of construction in nineteenth and twentieth century architecture.** John Cava (E.). Cambridge: MIT Press, 1995.

SCHÖN, Donald A. **Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SENNETT, Richard. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

TRABALHO 04:

Tectônica da Arquitetura: os desafios de ensinar a prática no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE

Tectônica é um termo contemporaneamente empregado para se referir à materialização dos espaços construídos idealizados no projeto arquitetônico. Para tanto, é necessário a compreensão da concepção dos sistemas estruturais, dos conhecimentos do comportamento dos materiais, das técnicas e tecnologias de construção e da aplicação da intuição estética. Sendo assim, estrutura e arquitetura são duas coisas inseparáveis, já que não existe construção sem arquitetura e a recíproca, é também, verdadeira. O ensino de tectônica da arquitetura com uma linguagem adequada aos estudantes de arquitetura foi uma proposta didática inovadora implementada no Curso de Arquitetura e Urbanismo do Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes e Comunicações da Universidade Federal de Pernambuco desde 2012.

A ideia principal da implantação desse conjunto de disciplinas é romper com uma prática de ensino de estruturas em escolas de arquitetura, que classicamente é dada por engenheiros civis ligados aos departamentos, escolas e/ou centros de engenharia das universidades. O método de ensino é baseado no modo em que esse engenheiro aprendeu e apreendeu a projetar uma estrutura, sendo a partir do estudo analítico da obra pela matemática. O que vai contra a metodologia adotada pela prática arquitetônica, sobretudo a do projeto, no qual é mais importante entender como se concebe o espaço construído até a materialização da sua forma e estrutura. O resultado desse impasse é o hiato na formação da maioria dos arquitetos. Aqueles que “gostam” de matemática conseguem aprender, minimamente, as regras aplicadas ao dimensionamento de elementos estruturais de concreto armado, principalmente. Um perigo, já que esse estado da arte possibilita que o arquiteto corrompa o seu projeto para poder concretizar a sua construção, isto é, ele se torna refém daqueles que dominam a prática construtiva e de outros que sabem “calcular”, como o mestre de obra e o engenheiro, respectivamente.

É buscando não criar esse hiato na formação dos jovens arquitetos, que o currículo novo do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, implantado em 2010, nomearam uma sequencia de disciplinas por Tectônica da Arquitetura. Busca-se a autonomia do ensino de estrutura e materiais de construção da engenharia, através do ensino já não do cálculo, mas do que Yopanan Rebello chamou de concepção estrutural. Forma e estrutura são ensinadas para serem pensadas juntas durante o processo de concepção projetual da arquitetura. Esse artigo trata desta discussão, do desafio que é se ensinar a prática, já que construir é em si um ato pragmático.

Construção é a materialização das intenções espaciais, tornando realidade tensões previstas em projeto. Com esse objetivo, o conteúdo foi revisto em 2016, enfocando a materialização. Desse modo, apenas os dois primeiros semestre tem como ementa o ensino teórico dos princípios mecânicos dos sistemas estruturais. Tema abstrato no sentido que nesse momento não se abordam os materiais, as técnicas e tecnologias que dão forma aos sistemas estruturais, mas as tensões que influenciam a forma e o comportamento dos sistemas estruturais: cabo, arco, treliça, viga, pilar, casca e placa estrutural. A pergunta a se responder é “como os edifícios ficam em pé?”. A partir do terceiro semestre, se aproxima o conteúdo de temas mais práticos. Começa se pelo ensino das tipologias básicas das estruturas: alvenaria (bloco), concreto armado (barras e lâminas), aço e madeira (barras).

No presente trabalho analisaremos o ensino de concreto armado e de madeira. No caso do primeiro, trata-

se da disciplina de tectônica 5 em que se ensina a tectônica do concreto e da argamassa armada e concreto pré-fabricado. E no segundo, a disciplina é tectônica 7, no qual são trabalhados os princípios tectônicos das técnicas e tecnologias de madeira.

Na disciplina de tectônica 5: a tectônica do concreto armado (concreto armado e pré-fabricado e argamassa armada), umas das primeiras dificuldades é o tempo de duração dela, apenas 30 horas. No total são 10 encontros de 3 horas. Na introdução da disciplina é dada uma aula sobre a história do concreto armado e afins; e o que seria a tectônica do concreto armado. Para trazer o tema mais próximo do projeto, se realiza quatro visitas guiadas por arquitetos e engenheiros: uma por obras de argamassa armada construídas em Recife, outra em uma obra de concreto pré-fabricado, ao laboratório de estruturas do departamento de estruturas do Centro de Tecnologias Gerais (CTG) e por fim, a uma fábrica de pré-fabricados. São trabalhados métodos de pré-dimensionamento além dos princípios de projeto. Pela complexidade das técnicas e do sistema construtivo, o concreto armado e pré-fabricado e argamassa armada fica mais difícil o aluno apreender a tectônica deles. Por exemplo, uma viga de concreto armado é, em uma análise simples e ordinária, formada por um conjunto de vergalhões de aço que tem funções distintas conforme a sua localização na vertical e na horizontal, e por um traço de concreto.

Já na disciplina de madeira, dada no sétimo período, a avaliação é a realização de um pavilhão 4x4x4 com o uso de uma das técnicas e tecnologias de madeira: tora, madeira serrada, painéis, madeira lamelada colada (MLC) e madeira cruzada colada (CLT). São dadas aulas teóricas sobre os princípios tectônicos da madeira e mostrado vídeos com especialistas. São analisados diversos projetos contemporâneos. Para o projeto, é exigido dos alunos o desenho dos detalhes construtivos e de simples plantas, além de uma maquete. Os resultados demonstram o uso cada vez maior de tecnologias de prototipagem como o corte a laser. Desse modo, é interessante perceber como no ensino da madeira – técnicas e tecnologias – é mais fácil de visualizar o produto real.

Em ambas as disciplinas, a carga horária é de 30 horas sendo 10 encontros de 3 horas, o desafio de ensinar temas tão pragmáticos quanto a tectônica dos materiais, técnicas e tecnologias é enorme. No caso da madeira é mais fácil, ao se considerar todas as espécies de madeira relativamente iguais, se busca entender os modos de se projetar com madeira. De fato, não há tempo para se entrar em temas mais complexos como esse. Assim, a forma é o sentido buscado. Já na disciplina de concreto e afins, os resultados são diversos pois a forma prescinde do entendimento dos fundamentos do concreto armado.

O presente trabalho procura discutir estes desafios do ensino e da aprendizagem da tectônica em quatro momentos: aproximações dos princípios de tectônica, a disciplina de tectônica 5, a disciplina de tectônica 7 e o paralelo entre ambos. Por fim, se espera trazer a tona o debate do ensino de estruturas em escolas de arquitetura a partir da relação entre a teoria e a prática, para se entender como se pode resolver o desafio pelo emprego de novas ferramentas como a prototipagem.

REFERÊNCIAS

DESPLAZES, Andrea. **Constructing Architecture:** Materials, Processes, Structures**.** Basel: Birkhauser, 2008.

HANAI, J. **Construções em argamassa armada.** São Paulo: editora Pini, 1992.

LEITE, M. A. D. F. A. **A aprendizagem tecnológica do arquiteto**. 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

TRABALHO 05:

PENSANDO A PLURALIDADE NO ENSINO TECNOLÓGICO EM CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL.

Num texto que trata da retrospectiva profissional do arquiteto Renzo Piano, há um trecho em que ele deixa clara a importância de se conhecer as *qualidades emocionais dos materiais e dos canteiros de obras*[1]. Ele afirma que quando não se conhece a fundo estas qualidades, o domínio das técnicas fica limitado e o arquiteto passa a – ao invés de criar livremente – reproduzir soluções consagradas. Segundo o arquiteto há um risco grave na formação do arquiteto, o risco de se tornar arquiteto antes de ser autônomo. É nesta autonomia que se deve focar. Autonomia criativa. Porém, este processo transformador de sujeito leigo a autônomo somente se dá em ambientes privilegiados que alimentem a pré-disposição ao risco, ao novo. Na faculdade de arquitetura e urbanismo, uma boa oportunidade para estas práticas é a imersão em situações de demandas reais que resultem em experimentações práticas construtivas.

A reflexão a respeito do ensino de tecnologia em escolas de arquitetura e urbanismo é longa e não se esgotaria apenas em um enfoque que, embora legítimo, privilegia as questões da prática profissional e da experimentação. Todavia, há que se permitir a abertura de caminhos para a sensibilização do profissional da arquitetura e do urbanismo através destes métodos e da materialização física de suas ideias no momento de sua formação, uma espécie de aproximação para a síntese da pluralidade existente no campo da tecnologia.

O projeto de arquitetura é uma operação organizativa de ações e de materiais que transformam uma dada situação em outra que – conforme a sua ordem e de acordo com os materiais escolhidos – gera algo que é e que representa algo novo. Se o projeto de arquitetura é uma mediação entre um intento e uma concreção, deve-se entender o sujeito arquiteto como um agente da transformação da matéria em função de necessidades. Esta operação, a transformação, contém métodos que se constituem através do acúmulo de saberes que se constroem coletivamente.

Tradicionalmente, os cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil mantém currículos que inserem os conhecimentos tecnológicos em disciplinas apartadas daquelas de caráter construtivo, como por exemplo disciplinas que se dão nos canteiros de obras. São disciplinas estanques, intransitivas e que em muitos casos não criam pontes de interesse ou convergência com o restante do curso. Esta prática incorre na cristalização de uma relação de separação entre a tecnologia e aqueles saberes ligados a prática criativa. Quando esta cisão acontece, o *projeto de construção* de algo passa a ser simplesmente o *projeto da coisa pronta*. Neste contexto, as plantas e cortes se referem a uma obra que está pronta, mesmo que em ampliações. O detalhe, é um detalhe pronto. Não há referências de como e por quem as operações que estão implícitas naquelas representações se dará. Na contramão desta postura há o ensino plural da tecnologia na qual se contextualiza a tecnologia em seus aspectos sociais, práticos, sistemáticos, processuais, econômicos e – sobretudo – políticos. A estratégia para o alcance desta síntese é explorar o conhecimento crítico da tecnologia aliado à experimentação prática construtiva. E, para além de exercícios que se inscrevem em limites estéreis dos domínios territoriais da universidade, experimentar em situações cujas demandas são reais e a construção se dará “de fato”, aproxima o estudante da responsabilidade e das consequências de seus gestos. Claro que de nada adianta construir esta possibilidade sem a devida instrumentação deste aluno. O conhecimento teórico que abrange desde o conhecimento das características e propriedades dos materiais, seu comportamento, as

ferramentas para cálculos e dimensionamentos é a base que permitirá a ação criativa segura e a fruição nos desenhos e tomadas de decisão. Em outras palavras, a experiência construtiva deve estar amparada pelos domínios da teoria. Mas é no enfrentamento do problema que estes conhecimentos ganham sentido e auxiliam este aluno a construir a tal autonomia citada por Piano.

A inserção dos estudantes em experiências com tais demandas provoca um encontro feliz entre os futuros técnicos e o problema real. O enfrentamento destas questões, acompanhados da construção de uma etnografia local, desafia este estudante a encontrar soluções e ideias que estejam de acordo com as capacidades e necessidades de seus interlocutores. O fato é que para que esta resposta seja coerente, cada detalhe produtivo deve ser mapeado, cada ação deve ser prevista. É neste contexto que se retoma o *projeto de construção da coisa*. Permitir a experiência de se projetar e construir para uma demanda real, dá ao aluno a chance de perceber a necessidade de se compreender as forças produtivas que estarão mobilizadas num determinado contexto e como os processos de construção, resultado da mobilização desta força produtiva, pode – e deve – influenciar no desenho de arquitetura, na forma de se construir. Permite compreender a importância do protagonismo de quem constrói e de quem gerencia as relações operativas nos canteiros de obras.

REFERÊNCIAS

[1] Termo extraído de uma tradução livre feita pela prof. Maria Amélia Devitte Ferrara d'Azevedo Leite de texto introdutório da publicação: "Renzo Piano Building Workshop: In search of a ballance", Process: Architecture n. 100, pg. 8 a 14.

V enanparq
Salvador - 2018

TERRA COMUM: AMPLIANDO O IMAGINÁRIO DO VALOR DE USO

COMMON LAND: ENHANCING THE IMAGINARY OF USE VALUE

TIERRA COMÚN: AMPLIANDO EL IMAGINARIO DEL VALOR DE USO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

COORDENADORAS:

BALTAZAR, Ana Paula

Arquiteta, Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da EA e do NPGAU da UFMG; baltazar.ana@gmail.com

GANZ, Louise

Arquiteta, Artista, Mestre e Doutora em Artes Visuais; Professora da Escola Guignard e da Pós graduação em Artes Plásticas da UEMG; louiseganz@gmail.com

TRABALHO 01:

Uma possível lente teórica para a terra comum

BALTAZAR, Ana Paula

Arquiteta, Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da EA e do NPGAU da UFMG; baltazar.ana@gmail.com

TRABALHO 02:

Projeções: 100km2 de terra na Caatinga

GANZ, Louise

Arquiteta, Artista, Mestre e Doutora em Artes Visuais; Professora da Escola Guignard e da Pós graduação em Artes Plásticas da UEMG; louiseganz@gmail.com

LINKE, Ines

Artista, Cenógrafa, Mestre e Doutora em Artes Visuais; Professora da EBA e do Programa de Pós-graduação da UFBA; ineslinke@yahoo.com

TRABALHO 03:

Terras utópicas, terras comuns

KAPP, Silke

Arquiteta, Mestre e Doutora em Filosofia; Professora da Escola de Arquitetura e do NPGAU da UFMG; kapp.silke@gmail.com

TRABALHO 04:

Astronauta, Cosmonauta, Utopia e Catástrofe

REDIN, Mayana

Artista, Mestre e Doutoranda em Linguagens Visuais; Professora substituta da EBA UFRJ; mayanaredin@gmal.com

TERRA COMUM: AMPLIANDO O IMAGINÁRIO DO VALOR DE USO

COMMON LAND: ENHANCING THE IMAGINARY OF USE VALUE

TIERRA COMÚN: AMPLIANDO EL IMAGINARIO DEL VALOR DE USO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

TRABALHO 01:
Uma possível lente teórica para a terra comum

TRABALHO 02:
Projeções: 100km2 de terra na Caatinga

TRABALHO 03:
Terras utópicas, terras comuns

TRABALHO 04:
Astronauta, Cosmonauta, Utopia e Catástrofe

TERRA COMUM: AMPLIANDO O IMAGINÁRIO DO VALOR DE USO

A proposta Terra Comum parte da investigação sobre alternativas à propriedade (privada e pública) e a possibilidade de coletivização dos espaços, iniciada no contexto do pós-doutorado de uma das proponentes desse simpósio temático, supervisionado pela outra.

Historicamente os direitos de todos os cidadãos são pautados pela propriedade. Segundo Andityas Costa Matos (2018) o direito romano há dois mil anos já ditava o rumo da nossa tradição separando sujeitos e coisas e se ocupando de regular as coisas, sejam elas públicas (pertencentes ao Estado) ou privadas (pertencentes a indivíduos). O uso aparece como uma consequência e não como um fundamento do direito. Ou seja, nosso direito é fundamentado na propriedade (privada ou pública) e o uso aparece como uma consequência da propriedade e não como um direito prioritário. Não é atoa que ainda que atualmente no Brasil exista legalmente o instituto da posse, esse é raramente interpretado em detrimento da propriedade. Segundo Daniel Gaio (2018), nossos juízes são em sua maioria homens, brancos, de classe média ou média-alta, educados na lógica do capital, tendo a propriedade como inquestionável. Nas remoções de favelas, por exemplo, o poder público indeniza os moradores que não são proprietários por reconhecer que têm a posse dos imóveis onde moram, mas o cálculo das indenizações leva em conta apenas as ditas “benfeitorias" e não o valor da terra, que seria direito de um suposto “proprietário”. Ou, pior ainda, propriedades que não cumprem sua função social e são ocupadas por população de baixa renda, são usualmente alvo de decisões de reintegração de posse, prevalecendo o direito do proprietário sobre a função social da propriedade, no caso o uso para moradia.

Por outro lado, o comum — o que não é de propriedade pública nem privada — é historicamente ainda mais antigo que o direito romano. Os recursos naturais como terra (inclusive subsolo), água e ar, eram bens comuns e seu uso feito com bom senso. Já na história mais recente, o sistema feudal, por exemplo, apesar de extremamente injusto do ponto de vista de uma discussão de igualdade social, ainda garantia a todos o acesso à terra e a outros bens comuns, regulando o uso e não a propriedade. Aos servos era garantido o uso individual de uma porção da terra, mas nunca se tornavam proprietários, nunca teriam garantido direito exclusivo de posse da terra e jamais teriam liberdade irrestrita de uso. Prevalecia uma espécie de acordo produtivo que garantia a estabilidade e subsistência de todos no feudo, por meio do que veio a ser chamado de "*Commons*", uma espécie de direito de uso, sem propriedade ou posse, resguardado para o coletivo. Os *commons*, por sua vez, muito populares principalmente no Reino Unido, começaram a ser cercados a partir da crise do sistema feudal, apontando a prioridade da propriedade sobre o uso e inaugurando o sistema moderno de direitos da propriedade da terra. Nesse contexto, inevitavelmente a produção do espaço (LEFEBVRE, 1991) adere ao que vem a ser chamado de modo de produção capitalista, em que o valor de troca passa a ter prioridade sobre o valor de uso.

Na Índia, as terras comuns (sem propriedade pública ou privada) ainda somam hoje aproximadamente 35% do total das terras do território. Contudo, vêm sendo rapidamente tomadas pelo Estado, que adere a três tipos de argumentos bastante perversos para instaurar a propriedade pública (e posteriormente a propriedade privada). O primeiro argumento deriva do que vem sendo chamado desde os anos 60 de “tragédia do comum” (HARDIN, 1968), defendendo que o comum será inevitavelmente super explorado, já que qualquer indivíduo poderia usurpar benefícios individuais do coletivo, sem se preocupar com a capacidade do bem comum. A solução para esse mal, advindo de uma suposta natureza humana, seria a atribuição de direitos privados à terra, pois só um proprietário cuidaria de seu recurso. Apesar de ingênuo,

se pensarmos que poderia haver autogestão ou mesmo gestão de uso dos bens comuns pelo Estado, tal argumento encontra inúmeros adeptos e vem reforçando outros dois argumentos igualmente perversos. O argumento econômico defende que o progresso jamais acontecerá sem uma gestão voltada para o crescimento econômico e a exploração dos recursos concentrada nas mãos de um gestor (inicialmente o Estado). O que se esquece com esse argumento é que a exploração dos recursos acaba sendo privatizada e a legislação da maioria dos países capitalistas obriga as corporações (pessoas jurídicas) a colocarem o lucro (que será dividido pelos acionistas) acima de qualquer boa intenção ou filantropia, ou seja, as ações tem que enriquecer os acionistas, que geralmente são indivíduos de bem que não se envolvem com o que está sendo feito para seu capital crescer. Ou seja, a tragédia da propriedade acaba sendo mais grave do que a tragédia do comum. O argumento ambiental, por sua vez, quase inquestionável em princípio, pretende proteger os recursos naturais tornando-os propriedade pública. Contudo, o caso da Índia explicita como a terra comum vem sendo privatizada por meio desse mecanismo. Primeiro o comum passa a ser propriedade pública para fins de preservação, logo em seguida passa a ser concedida autorização para empresa privada explorar (voltando ao argumento econômico) e segue-se a privatização, principalmente pelas mineradoras, sem nenhum cuidado com o que se levantava como problema na tragédia do comum.

Se na Índia o comum ainda hoje é um dado, no Brasil é uma estratégia de resistência ao modo de produção capitalista (FELYPE, 2018). Vale ressaltar que no Brasil temos um histórico de guerra pela terra desde a invasão no século 16, primeiro cerceando uso e posteriormente incorporando propriedade (WHITAKER, 2005), sempre alijando nativos ou cidadãos comuns de seus direitos. A produção do espaço, por meio de políticas públicas e da arquitetura, vem contribuindo com esse cenário.

Esse simpósio temático pretende começar a pensar a arquitetura como possibilidade de alterar infraestruturalmente o modo de produção na direção do comum (o que não é de propriedade pública ou privada), ampliando o acesso à terra e aos demais bens, na direção de enfatizar o valor de uso, escapando da armadilha da propriedade e da produção do espaço voltada primordialmente para o valor de troca. Pretendemos construir uma lente teórica para entendermos os entraves para a terra comum, trazer provocações a partir de um trabalho artístico que convida diversas pessoas a imaginarem a ocupação de 100 km2 de caatinga, discutir o pressuposto da terra comum em algumas utopias espaciais dos séculos 16 a 19, e apresentar a proposta dos Cosmistas Russos no início do século 20 para conquistar o espaço sideral e mantê-lo comum.

REFERÊNCIAS

FELYPE, Luiz. 'O que é terra comum na Índia'. Entrevista concedida ao grupo Terra Comum em abril de 2018. Disponível em <http://www.mom.arq.ufmg.br/terracomum/terra-comum---entrevistas.html>

GAIO, Daniel. 'História da propriedade privada no Brasil: conflitos entre posse e propriedade'. Entrevista concedida ao grupo Terra Comum em março de 2018. Disponível em <http://www.mom.arq.ufmg.br/terracomum/terra-comum---entrevistas.html>

HARDIN, Garrett. 'The Tragedy of the Commons'. **Science**, vol. 162, nº 3859. Dec. 13 1968, pp. 1243-1248.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. London: Blackwell, 1991.

MATOS, Adityas Costa. 'O Comum sob a perspectiva da Filosofia do Direito'. Entrevista concedida ao grupo Terra Comum em abril de 2018. Disponível em <http://www.mom.arq.ufmg.br/terracomum/terra-comum---

entrevistas.html>

WHITAKER, João Sette. 'A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil'. **Anais do Simpósio Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização**. UNESP Bauru e SESC Bauru, 21 a 26 de agosto de 2005.

TRABALHO 01:

Uma possível lente teórica para a terra comum

É importante reconhecer a atualidade do pensamento de Marx para a discussão da terra comum. Embora não tenha chegado a escrever sua crítica da política, como fez com a economia, Marx deixou indícios da discussão em diversos textos publicados e manuscritos com fragmentos de textos, além de um sumário, datado de janeiro de 1845, do que seria o primeiro de dois volumes da obra que se intitularia "Crítica da Política e Economia Política". O sumário inicia com "*A história da gênese do Estado moderno ou a Revolução Francesa*" acompanhado da explicação: "Presunção da essência política (*politischen Wesen*) — confusão com o Estado antigo. Os revolucionários em face da sociedade civil. Bifurcação de todos os elementos em essências civis e essências políticas." (POGREBINSCHI, 2009, p. 37). O último item do sumário é "O direito de voto (*Wahltrecht*), a luta pelo desvanecimento (*Aufhebung*) do Estado e da sociedade civil." (POGREBINSCHI, 2009, p. 38). Ou seja, a crítica da política de Marx começa por explicitar a raiz do Estado moderno na Revolução Francesa e na separação entre Estado e sociedade civil (ainda que em nome da liberdade individual) e termina propondo o desvanecimento do Estado e da sociedade civil como possibilidade de superação do Estado moderno, colocando no lugar disso o que Marx chamou de comunidade real. Importante notar que não é preciso acabar com o Estado (ou com a separação entre Estado e sociedade civil) para que a comunidade real apareça. É precisamente a comunidade real que vai levar ao desvanecimento do Estado e da sociedade civil, tomando o político como o conjunto de normas decidido e praticado coletivamente.

Aqui interessa construir uma lente teórica a partir da crítica da política de Marx, para olharmos para os principais entraves para a terra comum na contemporaneidade.

> O que separa a política do político … é a figura do Estado. Enquanto a política descreve como as coisas são no âmbito do Estado moderno, o político prescreve como devem ser após seu desvanecimento. O político existe, portanto, como uma concepção normativa e na medida exata em que a política apresenta-se como objeto de crítica (POGREBINSCHI, 2009, p. 25)

Os principais objetos da crítica do Estado moderno são a propriedade e a divisão do trabalho, ambos contribuindo fortemente para obliterar qualquer possibilidade da coletividade cidadã, uma vez que privilegiam o indivíduo apolítico (ou seja, o indivíduo na esfera social, separada da esfera pública cidadã).

Assim como Marx, Arendt (1998) argumenta sobre a perda da esfera pública com a esfera do social. Para Arendt, a esfera pública seria a ágora grega, o lugar cidadão por excelência, onde o político se manifestaria (e não a política). Na Grécia antiga (uma das manifestações de Estado antigo), o Estado e a sociedade civil não eram separados, indivíduo e cidadão eram um só, e a vida plena do indivíduo era política. Com a esfera do social, em que assuntos de interesse individual passam a dominar o espaço público, acaba a esfera pública. O Estado moderno, para Marx, é o grande responsável pelo apagamento da esfera pública, uma vez que toma para si a função de proteger os interesses individuais de uma elite hegemônica capitalista usando o mecanismo da propriedade. Para isso há a separação entre Estado moderno e sociedade civil, cujos indivíduos passam a não ter mais o papel de cidadãos.

Marx defende também que mesmo no feudalismo, que integrava o que ele chama de Estado antigo, não havia separação entre Estado e sociedade civil, sendo garantido a todos papel político (todos os indivíduos participam da vida política do feudo). Desde a pré-história até o medievo com Inglaterra e Europa feudais, o modo prevalecente de lida com a terra era coletivo, ainda que com regras hierárquicas e muitas vezes abusivas.

Com a decadência dos feudos, a estabilidade organizacional da comunidade feudal dá lugar a uma incerteza sócio-espacial pautada por um mercado também incerto e desconhecido, para o qual os trabalhadores (originalmente servos e escravos) não estavam preparados. Nesse momento passam a integrar a massa dos pobres da sociedade civil, que são quando muito ajudados por caridade do Estado, mas sem nenhum direito de fato de participar desse. Mais uma vez aparece o Estado moderno de que fala Marx, separado da sociedade civil, e responsável por garantir os privilégios da elite hegemônica.

Tal garantia dos privilégios pelo Estado não deve ser confundida com politização das elites. A política que separa Estado e sociedade civil é soberana e ainda que os capitais estejam protegidos, não há papel politico de fato nem mesmo das elites (MACLEAN, 2017). Os interesses individuais (principalmente a garantia da propriedade privada e da divisão do trabalho) prevalecem até nossos dias. O cercamento das terras comuns, levando à sua privatização, já mencionado na introdução desse simpósio, é uma das consequências do Estado moderno. A prevalência da propriedade (tanto pública quanto privada) e da divisão do trabalho são os principais reflexos na produção do espaço.

Isso nos faz questionar os caminhos que vem sendo tomados como solução no campo da arquitetura e urbanismo. Temos olhado para as iniciativas das cooperativas habitacionais uruguaias de ajuda mútua que lidam tanto com trabalho quanto com a coletivização da propriedade. Contudo, por um lado o trabalho é contingencial para a maioria dos cooperados, acontecendo apenas durante a produção das unidades habitacionais. Poucos cooperados se mantém à frente da gestão da cooperativa para gerir o empreendimento após finalizadas as obras. Por outro lado, a coletivização da propriedade implica manutenção da própria lógica de propriedade e uma espécie de cercamento do espaço coletivo, tirando-o do espaço público da cidade. Usando a lente que começamos a construir, vemos que se levamos em conta o objetivo de criar uma comunidade, para que esta seja capaz de contribuir para o desvanecimento do Estado, com os cidadãos retomando a esfera pública, talvez a propriedade coletiva não seja uma solução. Talvez possamos olhar para um exemplo ainda incipiente de autogestão do Movimento Nacional de Luta por Moradia em Duque de Caxias, em que a coletivização do trabalho atrelado à terra tem garantido a permanência dos moradores e evitado a especulação sobre a terra (LAGO, 2018). Uma proposta de retomada do político, evitando a propriedade e a divisão do trabalho de dentro do Estado moderno.

REFERÊNCIAS:

ARENDT, Hannah. **The human condition**. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

LAGO, Luciana. Os impasses da propriedade coletiva, o trabalho coletivo, cooperativismo e autogestão no rio de Janeiro. Entrevista concedida ao grupo Terra Comum em abril de 2018. Disponível em <http://www.mom.arq.ufmg.br/terracomum/terra-comum---entrevistas.html>

MACLEAN, Nancy. **Democracy in Chains: The Deep History of the Radical Right's Stealth Plan for America**. Viking, 2017

POGREBINSCHI, Thamy. **O enigma do político: Marx contra a política moderna.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

TRABALHO 02:

Projeções: 100km2 de terra na Caatinga

Esta comunicação abordará a pesquisa transdisciplinar que o grupo Thislandyourland desenvolve, com a temática da discussão da terra comum, das possibilidades da propriedade coletiva, do espaço e do trabalho comunal. O grupo, formado pela artista e arquiteta Louise Ganz e pela artista Ines Linke, desenvolve projetos com o tema em torno do acesso e do uso da terra. Projeções: 100 km2 de Caatinga investiga diversas imagens relacionadas à Caatinga, a partir de uma série de entrevistas realizadas com ativistas, arquitetos, artistas, advogados, moradores de comunidades tradicionais, pesquisadores, propondo a eles, como ponto de partida, a seguinte ficção: "considerando que alguns hectares de terra estão disponíveis para o desenvolvimento de propostas de uso, o que você imagina fazer com essa área?" Essa provocação busca, através do imaginário, conhecer e debater formas de organização social do espaço e do trabalho, a fim de constituir uma coleção de ideias e pontos de vista. Várias pessoas ou grupos são convidados a receber esta doação fictícia de terras e durante as entrevistas, idealizar e expor seus projetos para esta extensão de terra.

Estas entrevistas e projetos serão o tema desta comunicação, quando pretendemos expor, analisar e argumentar a partir deste material. Quais práticas de compartilhamento de terra e de trabalho foram imaginadas? Ou quais práticas de privatização, de manutenção de um estado conservador, ou de criação de áreas de reservas impenetráveis? Quais instrumentos legais foram pensados para essa área, qual seu argumento? O que podemos apreender a partir das diferentes vozes que pensam a organização do território nacional? E será que podemos aprender com este imaginário e a partir daí ampliar o repertório dos modos de ocupação do território? Estes são os principais problemas levantados a partir das entrevistas já realizadas.

Porque Projeções: 100km2 de caatinga?

O bioma da caatinga e a região do semi-árido brasileiro foram, durante séculos, considerados e imaginados por pessoas externas à região e inclusive por seus habitantes, como um ambiente inóspito, desértico e miserável, recebendo títulos como terra-nua, terra-seca, terra-ruim, terra-inútil, dentre outros. Em comparação com os biomas brasileiros da Mata Atlântica e da Amazônia, conhecidos mundialmente, a Caatinga foi cultural e politicamente desvalorizada. Caatinga, na língua dos índios Tupi-Guarani, significa "floresta nua" ou "floresta branca", devido à perda de folhas nas longas estações da seca, vegetação espinhosa e numerosas espécies xerófilas e decíduas com ramos calcinados pela luz solar. No entanto, é um ambiente de grande biodiversidade e um ecossistema brasileiro exclusivo. Desta forma, deve-se atentar para as diversas camadas do ambiente da Caatinga, seus contextos locais, suas especificidades, os modos de vida e os modos de ocupação e produção, as paisagens ricas e diversificadas, bem como os saberes, conhecimentos e tecnologias locais.

Diversos projetos de caráter desenvolvimentista ocorrem sobretudo nas décadas de 1970 como foi o caso da introdução de espécies de plantas e animais exógenos, como a algaroba. A implantação desta árvore foi vista no período como tábua de salvação e responsável por transformações no espaço rural do semi-árido nordestino, entretanto, a planta se tornou uma praga. A ecologia política da algaroba é emblemático de como, no passado, alianças entre capital e propriedade da terra e, no presente, entre capital e propriedade de capitais (simbólico, social, econômico e cultural), têm legitimado tomadas de decisões e assegurado práticas que mantêm uma ordem social oligárquica.

Projetos como este ainda estão na mente de politicos, grandes proprietários de terra e pesquisadores. Precisamos ter consciência disso, criar formas de resistência e produzir outro imaginário, mais próximo da história e do espaço habitado, e entender outros significados de riqueza. A proposição de novas formas de uso da terra é necessária, assim como identificar os modelos de pensamento e de produção do espaço vigentes, enraizados e contraditórios.

O contexto político da terra no Brasil

Dados do Incra, levantados a partir da auto-declaração dos proprietários, apontam que a concentração fundiária e a improdutividade aumentaram neste século no Brasil. Dados de 2010 indicam que 130 mil proprietários de terras concentram 318 milhões de hectares. Mais de 100 milhões de hectares passaram, em menos de uma década, para o controle dos proprietários de terras. Os dados também mostram que o registro de áreas improdutivas cresceu mais que as áreas produtivas, o que aponta para a expansão de áreas que desconsideram a função social. Grandes proprietários especulam com a terra, usam "proteção" política, são fora-da-lei e evitam o cumprimento da Constituição, que determina que as áreas que não cumprem sua função social sejam destinadas à reforma agrária.

O geógrafo Rogério Haesbaert aponta que o paradigma hegemônico territorial "vê o espaço como mera extensão ou superfície a ser transposta e substrato a ser explorado". Adotando uma visão absoluta, a empresa e o Estado homogeneizam e unificam o espaço, descontextualizando-o. O território da terra é um "instrumento de dominação, um recurso meramente funcional, dentro de uma economia baseada no modelo agroextrativista-exportador", e na especulação do capital. Haesbaert nos aponta para outro paradigma – o contra-hegemônico – em que o que importa é o espaço habitado, vivido e diversificado das relações sociais. Ao contrário da visão homogeneizante, o espaço habitado é intensificado pelas múltiplas relações sociais e culturais, pelos variados meios de subsistência, pelo trabalho, pela ocupação da terra e pela emancipação social.

Acreditamos no paradigma contra-hegemônico, entretanto, convidamos para as entrevistas pessoas que nem sempre representam o mesmo ponto de partida. Quais revelações teremos com essas entrevistas? Quais são as projeções feitas pelos setores econômicos e políticos mais representativos do país? Quais perspectivas apontam para o futuro? Como as pessoas pensam que a terra é política? Foram entrevistados até o momento o ambientalista e ex-Deputado Federal Fábio Feldmann, o presidente da Associação Brasileira de Agroecologia, Paulo Petersen, o agrônomo e agroecologista Clovis de Oliveira, o geógrafo e pedagogo Laércio Furquim, o artista Milton Machado, a proprietária de terras rurais na Paraíba Roberta Oliveira, o advogado popular Joviano Mayer, a artista Amy Balkin, o vereador Arnaldo Godoy, dentre outros.

REFERÊNCIAS:

ACSELRAD, HENRY. Políticas Ambientais e Construção Democrática. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Orgs.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DIEGUES, O mito do paraíso desabitado: as áreas naturais protegidas. In: FERREIRA; VIOLA, 1996. p. 281.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MACIEL, Caio; PONTES, Emilio. **Seca e convivência com o semiárido: adaptação ao meio e patrimonialização da Caatinga no nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

MONTE-MÓR, Roberto. Urbanização Extensiva e Lógicas de Povoamento: um olhar Ambiental. In: SANTOS, Milton et al. (orgs) **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994 (pp. 196-181).

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

http://www.ecodebate.com.br/2009/08/24/the-new-york-times-no-brasil-ambientalistas-tentam-pagar-fazendeiros-para-manter-as-arvores-em-pe/, acesso em 8/2/2011.

TRABALHO 03:

Terras utópicas, terras comuns

A comunicação sintetiza parte de uma pesquisa acerca das utopias literárias desde o início do século XVI até o final do século XIX, isto é, desde o período em que o capital começa a orquestrar a produção a seu modo, até a época de maior acirramento das lutas comunistas e anarquistas por uma revolução social emancipatória. O foco da minha abordagem das utopias não está no seu ponto de chegada – as utopias implantadas –, mas nos processos de transformação ou instauração que elas pressupõem, sugerem e, em alguns casos, até explicitam. Para discutir a questão da terra, selecionei quatro dessas utopias: a inaugural de Thomas More (*Utopia*, 1516), a utopia anarquista de Gabriel de Foigny (*La terre australe connue*, 1676), o conjunto dos trabalhos de Charles Fourier (sobretudo a *Théorie des quatre mouvements*, de 1808), e a utopia anarco-comunista de William Morris (*News from Nowhere*, 1890).

A motivação para que More escrevesse a *Utopia* foram as dramáticas transformações na sociedade britânica no processo de cercamento das terras comuns. More imagina um lugar em que o espaço privado se restringe às moradias, e mesmo estas não constituem propriedade privada, mas são re-sorteadas entre os cidadão a cada sete anos. Porém, antes que isso pudesse acontecer, houve uma história de conquista e isolamento, que disciplinou os cidadãos para o novo coletivismo: o rei Utopos obrigara os habitantes originários da península de Utopia a cortar-lhe o istmo, o cordão de ligação com o resto do mundo, e então proceder a imensas obras de infraestrutura. A produção (material) do espaço utópico é aí, ao mesmo tempo, a produção dos sujeitos e das regras de sua forma de convívio.

A *Terra austral conhecida* de Foigny também é uma sociedade radicalmente coletivista e também é precedida por uma transformação do espaço, mas seus sujeitos estão dados de antemão; são como que mutações genéticas de seres humanos que extinguem qualquer hierarquia, individualismo ou diferença, inclusive a diferença de gênero. Entre esses humanos que Foigny denomina 'hermafroditas' prevalece uma razão cartesiana absoluta, que faz todos pensarem da mesma maneira. O território que criam reflete essa ordem racional: é aplainado, geometrizado, absolutamente homogêneo, sem sombras, florestas, brejos ou desertos. A negatividade reaparece apenas para além das montanhas Juad, limite da terra austral e moradia de povos que lhes disputam a terra comum.

Os escritos de Fourier – que o próprio jamais denominaria utópicos – pertencem ao contexto ao que Eric Hobsbawm chamou de Era das Revoluções. Seu fundamento é uma concepção da história humana em duas grandes fases: Caos ascendente e Harmonia ascendente. Ao Caos pertencem sete períodos: o Éden Primitivo (com um pouco de felicidade ingênua) e outros seis, todos infelizes, fundados na família e na dominação masculina. O pior deles é a Civilização (o tempo de Fourier), depois viriam o Garantismo (uma espécie de Estado de bem estar social) e o Serialismo. Só então chegaríamos à felicidade autêntica na Harmonia Ascendente, da qual Fourier descreve apenas o primeiro período, já que as delícias dos demais seriam incompreensíveis para nós. O que me importa mostrar, particularmente, é que a ideia do Falanstério, pela qual Fourier se tornou mais conhecido entre arquitetos, pertence ao período do Garantismo e está longe de sua verdadeira utopia. Na Harmonia Ascendente, falanges (grupos sociais) ocupam cantões autogeridos, sem heteronomia e prescrições, ao mesmo tempo que os indivíduos são livres para passearem pelo mundo em sempre novos agrupamentos, rurais, urbanos, cósmicos.

Por fim, a utopia de Morris, escrita em meio a lutas operárias acirradas e num tempo em que uma nova revolução parecia eminente e todos – inclusive os abastados – discutiam como seria o mundo depois dela, contrapõe-se a um livro de muito sucesso, mas preso a uma tacanha concepção de socialismo de Estado: *Looking Backward*, de Edward Bellamy (1888). *Nowhere*, em vez disso, é lugar de um comunismo puro, autogestionário. Não há dinheiro, nem capital, propriedade (seja particular ou coletiva), Estados ou fronteiras. Cada um trabalha no que gosta, se e quando quiser, por prazer no processo e no produto. Não há nem mesmo tecnologias espetaculares, porque a sociedade de Nowhere ultrapassou esse ideal e tornou suas máquinas discretas, silenciosas e não muito importantes, reservadas apenas a trabalhos que não se pode fazer com prazer. Mas, sobretudo, *News from Nowhere* mostra a trajetória objetiva e subjetiva dessa transformação. Ela passa primeiro por um longo e violento processo revolucionário, para, depois de vencida a guerra civil, enfrentar as limitações dos indivíduos acostumados a uma vida de coerções e condicionados a agarrar para si tudo o que podem; pessoas, enfim, que "tinham uma concepção miserável do real prazer da vida", como diz o velho Hammond de *Nowhere*. A reestruturação de posse, uso e ocupação das terras urbanas e rurais ocupa, nesse contexto, um papel central. Ela evidencia, por um lado, que a propriedade da terra, seja individual, coletiva, pública ou nacional, não faz sentido senão numa economia capitalista, mas como, por outro lado, o habitus de pessoas socializadas numa tal economia perpetua a ideia da propriedade.

REFERÊNCIAS:

BELLAMY, Edward. **Looking Backward***: 2000-1887*. Boston: Hougthon Mifflin, 1888.

FOIGNY, Gabriel de. **The Southern Land, Known**. Trad. David Faussett. New York: Syracuse University Press, [1676] 1993.

FOIGNY, Gabriel de. **A terra austral conhecida**. Trad. Ana Cláudia Romano Ribeiro. Campinas: Unicamp, [1676] 2011.

FOURIER, Charles. **Théorie des quatre mouvements et des destinées générales: prospectus et annonce de la découverte**. Leipzig [Lyon]: Pelzin, 1808.

HOBSBAWM, Eric. **The Age of Revolution: 1789-1848**. New York: Vintage Books, [1962] 1996.

MORE, Thomas. ***Utopia***. Trad. Ralph Robynson (1551). Ed. J. H. Lupton, B. D. Oxford: Clarendon Press. [1516] 1895.

MORE, Thomas. **Utopia**. Trad. Anah de Melo Franco. Brasília: Editora UNB; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. [1518] 2004.

MORRIS, William. **News from Nowhere or an Epoch of Rest, Being some chapters of an Utopian Romance**. Kelmscott: Kelmscott Press, [1890] 1892.

TRABALHO 04:

ASTRONAUTA, COSMONAUTA, UTOPIA E CATÁSTROFE

> O astronauta, arremessado ao espaço sideral e aprisionado em sua cabine atulhada de instrumentos, na qual qualquer contato físico com o meio ambiente significaria morte imediata, poderia muito bem ser tomado como a encarnação simbólica de Heisenberg - o homem que terá tanto menos possibilidade de deparar algo que não ele mesmo e objetos artificiais quanto mais ardentemente desejar eliminar toda e qualquer consideração antropocêntrica de seu encontro com o mundo não-humano que o rodeia. (ARENDT, 1972, p.341)

A descoberta de que não existe um "lugar fora" para o recomeço da humanidade acontece simultaneamente com a ida a este lugar desconhecido, com a exploração dos limites do território terrestre. Quanto mais "fora" das condições terrestres desejamos ir, mais necessitamos criar aparatos tecnológicos que permitam que nosso corpo sobreviva artificialmente no espaço, isto significa que quanto maior é o domínio técnico, que justamente nos capacita a construir as máquinas que nos levam para este provável fora, maior e cada vez mais desproporcional também é a catástrofe que esta humanidade terá de lidar. E dado que a catástrofe é produzida pelo homem ao tentar criar mecanismos de dominação da natureza para fugir da catástrofe (DUPUY, 2011), a utopia de um universo imaculado é desde o início uma ideia paradoxal, porque impossível.

Em 1963 a ex-operária soviética Valentina Tereshkova deu três volta ao redor da Terra, como a primeira mulher a viajar ao espaço sideral, a bordo da nave Vostok 6. Em 1986 a estadunidense Christa McCauliffe morreu a bordo do ônibus espacial Challenger, que explodiu 73 segundos após seu lançamento, sendo a primeira civil, professora, a participar de uma missão espacial. O que está reunido nesta apresentação são imagens referentes ao processo de transformação de Valentina e Christa em respectivamente, Cosmonauta e Astrontauta, organizadas em pares e correlacionadas a partir de certas coincidências formais na construção de seus perfis[1]. Suas biografias foram amplamente retratadas e divulgadas pela propaganda dos programas espaciais de seus países, através de uma meticulosa construção discursiva, imagética e simbólica, como era de praxe nos discursos políticos da Guerra Fria.

Somente uma dessas protagonistas retornou da viagem viva, mas ambas foram retratadas através de imagens da confiança, do sucesso, do esforço e do sacrifício por um país. Porém, ambas também carregam, junto à ode ao sucesso, os ares da decadência e da falência dos discursos simbólicos que construíram o arsenal ideológico dessas potências. O que quer dizer que não importa se os resultados serão favoráveis ou trágicos; todo discurso ideológico se apropria dos fatos como glória ou martírio, como sucesso ou sacrifício, e qualquer fato, seja ele uma tragédia ou uma vitória, tem o potencial de ser lapidado simbolicamente em prol da construção da linguagem da ideologia.

Os corpos destas mulheres, portanto, de certa forma não dizem respeito a elas próprias mas sim ao ato que as transformaram: primeiro, um corpo íntegro, total, um corpo são, treinado, capaz de elevar-se e manter-se, através da capacidade racional e técnica do homem, em um espaço hostil e universal, e capaz também de retornar íntegro e completo, inteiro. Depois, um corpo que explode junto com a máquina, cai em queda livre e incandescente, e se arrebenta no solo, junto com os planos de uma nação. A disputa simbólica

[1] Estas imagens são parte de um trabalho artístico da autora que foi apresentado pela primeira vez em forma de uma instalação com projetores de slides e em formato de publicação como ensaio visual, na revista digital do Programa de Pós Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes - UFRJ, disponível no seguinte endereço: https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/issue/view/924/showToc

transforma o corpo do astronauta em um corpo capaz de se confrontar fisiologicamente com o infinito, se tornando instrumento de mensuração, análise e comprovação do universo, mas enclausurado na sua própria tecnologia e na sua imagem construída.

Para dialogar com estas imagens, tratarei da relação entre a conquista do espaço sideral e o papel da imaginação na construção de projetos políticos da humanidade. A possibilidade de imaginar mundos e criar modos de existências as mais variadas possíveis não está no plano de uma ficção científica descolada de uma especulação antropológica, e como bem diz Susan Buck-Morrs, "[...]a viagem interplanetária foi a forma preferida da expressão utópica social." (BUCK-MORSS, 2002, p.45) criada pelo projeto político das utopias de massas do século XX, que retornam agora em forma de catástrofe, tanto pelo que resultou do capitalismo quando pelo que ruiu do comunismo.

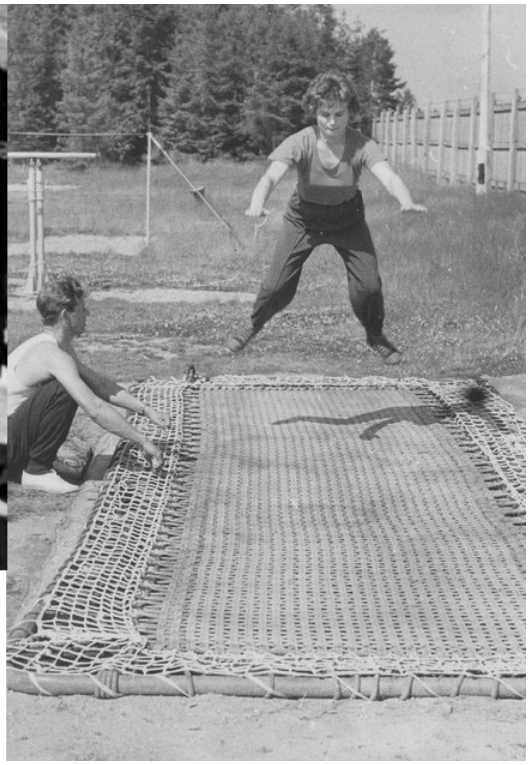
Num pequeno texto que partiu de uma conferência chamado "Corpo utópico, as heterotopias" Michel Foucault se dispõe a especular sobre o corpo como um território de onde não se pode fugir, ou seja, o derradeiro opositor de todas as utopias: um lugar sem recurso ao qual estamos condenados a permanecer, pois o corpo jamais estaria em outro lugar que não nele mesmo. Mas, por contradição, essa condenação seria, no final das contas, o lugar real e originário todas as utopias, de onde todo sonho e imaginação nascem. É para lidar com a impossibilidade do corpo de descolar-se de si que ele extrapola a si mesmo através de suas diversas ações: "[...] *afinal, uma das mais velhas utopias que os homens contaram para si mesmos não é o sonho de corpos imensos, desmesurados, que devorariam o espaço e dominariam o mundo?"* (FOUCAULT, 2013, p.12). Lançar-se ao espaço seria uma tentativa de elaborar um desejo irrealizável de sair do próprio corpo?

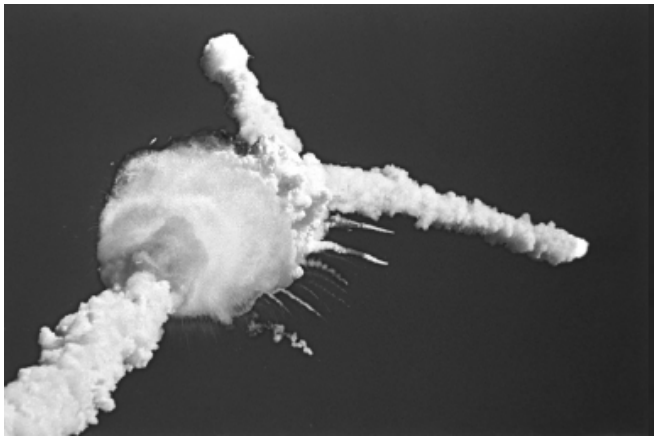
Em uma outra dimensão da utopia, interessante por sua radicalidade imaginativa advinda da euforia do desenvolvimento técnico, resgatamos algumas das ideias e fantasias sociais dos Cosmistas Russos, um grupo de artistas, cientistas, escritores, teóricos, filósofos influenciados por Nikolai Fedorov, um bibliotecário que prognosticou e especulou sobre um gênero humano imortal como projeto político, "visualizando um universo moral transformado através das aplicações utópicos-sociais da ciência"(BUCK-MORSS, 2002, p.45). Estes projetos eram tão especulativos e utópicos quanto a novidade que a revolução prometia: um projeto de humanidade, recomeçando do zero, deveria dar oportunidade para os homens que lutaram pelo comunismo desfrutarem esta sociedade conquistada, portanto somente alcançando a imortalidade o comunismo teria alcançado sua meta. Para isto os biocosmologistas russos trabalham em ideias como da ressurreição dos mortos e o rejuvenescimento dos vivos, pensado a humanidade como um grande corpo que nao se encerra na Terra mas que se expande pelo cosmos como uma matéria intercambiante e comunitária

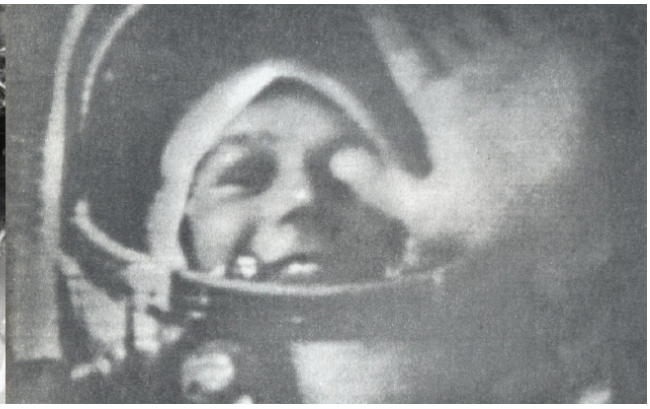
Utopia e catástrofe, andam aqui lado a lado como Cosmonauta e Astronauta.

NASA
CHRISTA

CCCP







Algumas páginas selecionadas do trabalho Astronauta e Cosmonauta, de Mayana Redin, que conta com 23 duplas de imagens. Fonte: Revista Arte & Ensaios, n 34, 2017. https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/issue/view/924/showToc.

REFERÊNCIAS:

ARENDT, Hannah**. Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BUCK-MORRS, Susan. **Dreamworld and catástrofe: the passing of mass utopia in east and West**. Massachusetts: MIT Press, 2002.

DUPUY, Jean-Pierre. **O tempo das catástrofes: quando o impossível é uma certeza.** São Paulo: É Realizações, 2011.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

4 – ARTIGOS COMPLETOS DE SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

A PRODUÇÃO DO RECÉM-INAUGURADO LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE RAÇA E ESPAÇO URBANO (LABRAÇA) DA FAUUSP

V enanparq
Salvador - 2018

A FORMAÇÃO DO PARQUE PERUCHE COMO TERRITÓRIO NEGRO

THE FORMATION OF PARQUE PERUCHE AS A BLACK TERRITORY

LA FORMACIÓN DEL PARQUE PERUCHE COMO TERRITÓRIO NEGRO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

SANTOS, Maria Gabriela Feitosa dos
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP
mariagabriela.theodora@gmail.com

A FORMAÇÃO DO PARQUE PERUCHE COMO TERRITÓRIO NEGRO

THE FORMATION OF PARQUE PERUCHE AS A BLACK TERRITORY

LA FORMACIÓN DEL PARQUE PERUCHE COMO TERRITÓRIO NEGRO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Este artigo pretende contribuir para a compreensão da distribuição e dos deslocamentos dos negros na cidade de São Paulo, tomando como recorte espacial o Parque Peruche, procurado pela população negra expulsa dos bairros centrais da cidade. Desde a abolição da escravatura, as relações raciais na sociedade brasileira foram marcadas pela omissão do Estado em fomentar a igualdade entre negros e brancos. Entre a virada do século XIX e os primeiros anos do século XX, a população pobre e negra aglutinou-se em habitações precárias e cortiços nos bairros próximos ao centro, onde a atividade comercial e a elite ofereciam oportunidades de emprego. O rápido crescimento de São Paulo, os planos urbanísticos implementados e a consequente reorganização territorial levaram ao desalojamento dessa população. No recém-aberto loteamento do Parque Peruche, distante do centro e além do Rio Tietê, esse grupo viu uma oportunidade de se assentar a um custo menor, e acabou por se tornar o primeiro grupo a ocupar o bairro.
PALAVRAS-CHAVE: negros em São Paulo; território negro; expulsão dos pobres das áreas centrais; Parque Peruche.

ABSTRACT:
This article aims to contribute to understand the distribution and displacement of the black population in the city of São Paulo, taking as a cutout the neighborhood of Parque Peruche, formed in the process of exclusion of the blacks from downtown. Since the abolition of slavery in Brazil, race relations were marked by the failure of the State to promote equal conditions among whites and blacks. Between the turn of the XIX century and the first years of the XX century, the poor and black population was settled in precarious housing conditions, in tenements close to downtown, where the commercial activity and the elite offered working opportunities. The expansion of São Paulo, planning regulations and consequent territorial reorganization lead to the displacement of these population. Thus, in the new suburbs of Parque Peruche, away from downtown and beyond Tietê River, the black population saw an opportunity to house themselves at a lower cost. So they became the first significant group to occupy the neighborhood.
KEYWORDS: *blacks in São Paulo; black territory; displacement of poors from downtown areas; Parque Peruche.*

RESUMEN:
Este artículo pretende contribuir a la comprensión de la distribución y desplazamientos de los negros en la ciudad de São Paulo, tomando como recorte espacial el Parque Peruche, buscado por la población negra expulsada de los barrios centrales de la ciudad. Desde la abolición de la esclavitud en Brasil, las relaciones raciales fueron marcadas por la omisión del Estado en fomentar la igualdad entre negros y blancos. Entre el cambio del silgo XIX y los primeiros años del siglo XX, la población pobre y negra se aglutinó en viviendas precarias y cortijos en los barrios cercanos al centro, donde la actividad comercial y la elite ofrecían oportunidades de empleo. El rápido crecimiento de São Paulo, los planes urbanísticos y la consiguiente reorganización territorial llevaron a su desalojamiento. Así, en el recién abierto barrio de Parque Peruche, un área distante del centro y más allá del Río Tietê, la población negra vio una oportunidad de asentarse a un costo menor, y acabó por convertirse enel primer grupo significativo en ocupar el barrio.
PALABRAS-CLAVE*: negros en São Paulo; territorio negro; expulsión de los pobres de las zonas centrales; Parque Peruche.*

INTRODUÇÃO

Este texto tem a finalidade de apresentar uma comunicação de pesquisa que se encontra ainda em sua fase inicial. A partir dos anos de 1870, São Paulo passou por um rápido crescimento demográfico em função da sua posição como polo econômico e industrial. Nos anos 1920, a capital paulistana contava entre sua população 580.000 habitantes e, em 1930 esse número já havia dobrado[1]. Tamanho aumento demográfico significou uma intensa redefinição territorial, que seguiu uma lógica ditada por aspectos socioeconômicos e étnico-raciais[2]. Essa reestruturação buscava a adaptação da cidade à nova ordem econômica industrial. No espaço, esse processo traduziu-se pela adoção de um modelo urbanístico marcado por um certo zoneamento social, no qual o grupo mais rico abandona a área central e adjacências, mudando-se para bairros burgueses e excludentes[3].

Na virada do século XIX e entre as primeiras décadas do século XX, a população pobre se concentrava em habitações coletivas, cortiços e porões localizados no Centro Velho, que as classes mais altas haviam desocupado, e nas proximidades de bairros como Campos Elíseos, Paulista e Higienópolis[4]. Os negros pertenciam, majoritariamente, à classe mais baixa, pois perderam posição no mercado de trabalho por força de sua substituição pelo imigrante europeu. Para o homem de cor, a proximidade aos bairros de elite representava a oportunidade de se empregarem nas residências dessas famílias, em serviços domésticos[5]. Porém, a marginalização cristalizada nas suas formas de moradia não condizia com a cidade civilizada e europeizada almejada pelas classes dirigentes paulistanas.

Os planos de renovação e expansão urbana, "materialização" das propostas urbanísticas de engenheiros como Anhaia Mello e Prestes Maia, levam ao desalojamento da população negra do Centro Velho e áreas contíguas aos bairros de elite[6]. Frente a isso, os loteamentos recém-abertos por grupos privados passaram a ser uma alternativa para o problema habitacional negro. Esses loteamentos eram resultado, em grande parte, do parcelamento irregular de antigas chácaras que, a partir do governo de Fábio Prado (1934-1938), ganham respaldo da Legislação Urbana por meio da lei de anistia dos loteamentos periféricos[7]. Nos arrabaldes da cidade, eram caracterizados por localizarem-se nos pontos terminais dos ônibus e disporem

---

[1] SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de; BITRAN, Cláudia; CSILLAG, Diana. **São Paulo 1934-1938**: os anos da administração Fabio Prado. São Paulo: FAUUSP, 1999.

[2] ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras. In: SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**: o Negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. pp. 75-90.
SILVA, Maria Neves. **Histórias de vidas de mulheres negras**: estudo elaborado a partir das escolas de samba paulistas. Mestrado – FFLCH-USP. São Paulo, 2002.

[3] ROLINK, op., cit., p.80.

[4] Ibid., p.80.

[5] BASTIDE, Roger. **O negro na imprensa e na literatura**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes [Departamento de Jornalismo e de Editoração], 1972.

[6] Anhaia Mello defendia a contenção e o controle do crescimento da cidade de São Paulo através do zoneamento. Dessa forma, se controlaria a especulação imobiliária e se definiria a ocupação da cidade conforme a infraestrutura ofertada. Já Prestes Maia, pregava a expansão da mancha urbana da cidade através de um sistema viário que permitisse a circulação adequada de pessoas e mercadorias na cidade, ideia concretizada no *Plano de Avenidas*, de 1930. SAMPAIO; BITRAN; CSILLAG, op., cit., 1999. SOMEKH, Nadia. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador**: São Paulo 1920-1937. São Paulo: Edusp: FAPESP: Studio Nobel, 1997.

[7] OLIVEIRA, op., cit., p.40.

de uma infraestrutura mínima, apenas um arruamento precário. Além disso, não havia uma diversidade de oferta de comércio, serviços e equipamentos que enriquecesse a vida urbana desses bairros[8].

Nessa altura, a população negra já se encontrava organizada socialmente em torno de uma imprensa negra, que se colocava como órgão de protesto[9], e de um órgão político, a *Frente Negra Brasileira* (FNB). Esses órgãos do movimento negro buscavam ser um meio para a integração do negro, defendendo a sua desmarginalização através do combate ao preconceito racial[10]. Como órgão político de combate, a FNB, assim como os periódicos da imprensa negra, defendia a saída dos cortiços e porões, que desmoralizavam o negro e prejudicavam sua capacidade competitiva. Assim, além de uma alternativa à exclusão do homem de cor dos espaços centrais da cidade, a ocupação de bairros como Casa Verde, Parque Peruche, Cruz das Almas e Bosque da Saúde passou a ser incentivada pelas organizações políticas negras como forma de resistência e de integração social[11]. As campanhas apontavam vantagens econômicas, higiênicas, materiais e morais na aquisição de terrenos a prestação na periferia para a construção da "casa própria". Colocava-se, então, a questão territorial como elemento importante para que o negro ficasse em pé de igualdade com o branco, introduzindo o trinômio loteamento clandestino, autoconstrução e casa própria no modo de produção do espaço urbano[12]. "A aquisição da casa própria constituía-se em uma possibilidade de autonomia em relação à vida nos cortiços" (SILVA, 2002, p.328).

Esses bairros na periferia da cidade, então ocupados pela população de cor, tornam-se local de morada e também núcleos de resistência e lazer, traduzidos no candomblé, no samba, nas irmandades e nas associações recreativas e culturais. Ou seja, tornam-se territórios negros. O Parque Peruche é exemplo dessa forma de territorialização.

Pertencente ao Sítio Mandaqui, onde, em 1616, havia sido construído um moinho de trigo, a mando do Amador Bueno Veiga[13], o Parque Peruche – loteamento destinado às camadas mais pobres da população paulistana, servia bem a essa população negra que fora expulsa. Não estranhamente, o Peruche era vizinho de bairros que já serviam como morada para a população negra, como Barra Funda e Casa Verde[14].

[8] SAMPAIO; BITRAN; CSILLAG, op., cit., 1999. OLIVEIRA, Reinaldo José de. **A Presença do Negro na Cidade**: memória e território da Casa Verde em São Paulo. Mestrado – PUC-SP. São Paulo, 2002. p.35.

[9] FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915/1963)**. Mestrado – FFLCH-USP, 1982.
BASTIDE, op., cit., 1972.

[10] BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Brancos e Negros em São Paulo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

[11] ROLINK, op., cit., p.86.
FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus Editora, 1965, Vol.02, p.35.

[12] OLIVEIRA, op., cit., p.40.

[13] MARCELINO, Márcio Michalczuk. **A evolução urbana do Parque Peruche e sua gente**. São Paulo: Carthago Editorial, 2003, p.33.

[14] BRITTO, Iêda Marques. **Samba na cidade de São Paulo (1900 1930)**: um exercício de resistência cultural. Mestrado – FFLCH-USP. São Paulo, 1981.

O Bexiga e a Avenida Nove de Julho

Barra Funda, Bela Vista e Baixada do Glicério foram espaços ocupados por imigrantes estrangeiros que, fugindo à lógica dos demais bairros operários, abrigaram também núcleos negros. Isso em função da proximidade com o centro urbano comercial e da contiguidade com bairros nobres, onde haviam oportunidades de trabalho doméstico e braçal.

Já no século XIX, a região do córrego do Saracura era ocupada por negros livres, libertos ou em fuga. A repercussão do 13 de Maio[15] e a expulsão da população pobre e negra do Centro Velho, somada ao preconceito de cor, levaram à consolidação desse território negro no Bexiga. Foi justamente essa população remanescente do quilombo a mais atingida pelo processo de renovação do bairro nos anos 1930. A construção da Avenida Nove de Julho, no contexto do *Plano de Avenidas*, precisamente na várzea do córrego Saracura, implicaria então o desalojamento de inúmeras famílias que se concentravam entre as ruas Rocha e Marques Leão[16].

> No Bexiga, as famílias negras ocupavam áreas urbano-rurais, nas escarpas mais íngremes do vale que bordejava as margens do riacho Saracura, que posteriormente seria canalizado para permitir a construção da Avenida Nove de Julho (SIMSON, 1984, p.100).

A Avenida Nove de Julho, inicialmente Avenida Anhangabaú, integrava o *Plano de Avenidas* de Prestes Maia. O plano propunha a conexão da cidade com a periferia por meio de grandes avenidas, priorizando o transporte sobre rodas – através do ônibus, que estruturaria "as relações entre os subúrbios-estações e bairros que estavam fora do domínio ferroviário ou longe dos trilhos" (SAMPAIO, 1999, p.23). Esse novo sistema viário só se tornou possível em função do favorecimento dado pelo Estado ao automóvel, apoiado no desmantelamento da rede de bondes, operada pela Light.

Em 1926, o presidente Washington Luís extinguiu os privilégios de isenção de taxas e impostos sobre a importação do material para a manutenção, instalação e ampliação dos serviços das empresas de transporte público sobre trilhos. Paralelamente, o então ministro da fazenda, Getúlio Vargas, promoveu a isenção de direitos alfandegários às empresas que importassem automóveis, caminhões, etc[17]. A esse cenário somou-se a implantação do sistema viário perimetral previsto no *Plano de Avenidas* defendido por Prestes Maia. Assim, novos loteamentos privados foram viabilizados nas periferias, permitindo a configuração da metrópole sob uma forma espraiada no território.

Entre as vias previstas no *Plano de Avenidas* estava a Avenida Nove de Julho, que faria a ligação entre o centro da cidade e a Avenida Paulista. O plano de expansão viária da cidade previa novas vias em fundos de vale ou sobre o curso de córregos da cidade, áreas que abrigavam a população pobre e negra. A Avenida

[15] Cita-se o 13 de Maio – Lei Áurea – como ato que extinguiu a escravidão no Brasil, mas a lei não foi acompanhada de nenhum posicionamento do Estado em relação à integração do negro no mercado de trabalho. "Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideias de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo". (FERNANDES, 1965, p.35-36).

[16] SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. **Carnaval em branco e negro**: carnaval popular paulistano (1914-1988). Campinas: Editora da Unicamp, 1984, p.100.

[17] SAMPAIO; BITRAN; CSILLAG, op., cit., 1999.

Nove de Julho não fugia a essa configuração, sendo assentada sobre o talvegue do córrego Saracura (Figura 1).

Figura 1: Reprodução. "Vista aérea do Vale do Saracura, entre o Belvedere do Trianon e imediações da Rua São Manuel, com parte das áreas desapropriadas para a abertura da Avenida Anhangabaú"
Fonte: RODRIGUES (2008, p.204). Imagem original: TOLEDO, Benedito Lima de. Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo. São Paulo: Empresa das Artes, 1996, p.197. Data: 1930).

As desapropriações para a abertura da Avenida Nove de Julho tiveram início em 1922. "As mudanças dos objetivos de abertura da via acarretaram na correção de algumas desapropriações que vinham sendo realizadas desde 1922" (RODRIGUES, 2008, p.38). A Comissão da Avenida Anhangabaú acelerava os trabalhos de projeto, desapropriação e abertura da avenida, atuando entre 1923 e 1924 e reativada no governo de José Pires do Rio (1926-1930). Os esforços para a construção da avenida foram retomados, iniciando-se as desapropriações mais efetivamente[18]. Os trabalhos de Pires do Rio para as desapropriações foram seguidos pelos de Fabio Prado (1934-1938), que iniciou as obras da avenida em 1935, e Prestes Maia

[18]ALBA, Lilian Bueno. **1935-1965: Trinta anos de edifícios modernos em São Paulo**. Mestrado – FAUUSP. São Paulo, 2004, p.22. RODRIGUES, Gustavo Partezani. **Vias públicas**: tipo e construção em São Paulo (1898-1945). Mestrado – FAUUSP. São Paulo, 2008, p.231.

(1938-1945) que a concluiu. Como se observa nos atos do período da gestão de Prestes Maia, as desapropriações são respaldadas pelo Estado.

> (...) Ato n° 1506, de 17 de novembro de 1938 – Declaram de utilidade pública os imóveis necessários a execução de obras de ligação, regularização, *embelezamento* e reconstrução arquitetônica do trecho da Avenida Nove de Julho e adjacências; Ato n°1575, de 09 de junho de 1939 – Declaram urgência da desapropriação de diversos imóveis para a obra da Avenida Nove de Julho; (...) Decreto n°263 de 20 de novembro de 1941 – Dispõe sobre o melhoramentos urbanísticos da Avenida Nove de Julho, junto ao Largo da Memória e declara de utilidade pública os imóveis atingidos (RODRIGUES, 2008, p. 228).

A construção da Avenida Nove de Julho acaba, então, por representar, além da ampliação da acessibilidade, a renovação dos padrões de ocupação dos lotes adjacentes a ela, que não correspondiam ao ideal de cidade civilizada almejado pelas classes dirigentes de São Paulo.

É nesse cenário, então, que a população negra expulsa do Bexiga se torna o primeiro grupo significativo a ocupar o loteamento do Parque Peruche, recém-aberto[19].

Territórios negros

Os estudos sobre a territorialidade negra na cidade de São Paulo são incipientes, sendo mais corriqueiros os trabalhos sobre as instituições religiosas e culturais negras. A teoria clássica sobre segregação espacial nas cidades brasileiras vem pautando seus estudos sob o ponto de vista do antagonismo entre o centro rico e a periferia pobre, deixando de entender que também há um fator racial determinando esse processo. Nesses estudos, em que a categoria analítica fundamental é a pobreza, a falta de intersecção entre espaço urbano e raça é flagrante. No entanto, uma análise da segregação pautada apenas pela questão da pobreza é insuficiente para compreender e interpretar a cartografia negra nas cidades brasileiras[20]. Assim, faz-se necessário o esforço de recompor a história urbana de São Paulo tendo como referência central a presença do negro, buscando entender a construção das cidades sob um ponto de vista racial.

A escassa literatura que traz o binômio raça e espaço urbano pode ser dividida em dois grupos: parte dela entende a segregação espacial a partir de uma construção identitária e simbólica, definindo os chamados territórios negros; outra parte defende que a segregação com base na cor da pele está relacionada à estratificação social[21]. No que diz respeito à cidade de São Paulo, o processo de periferização, a partir da década de 1940, também pode ser compreendido no contexto da racialização do processo de ocupação e apropriação dos espaços urbanos[22].

---

[19] MARCELINO, op., cit., p.77.

[20] OLIVEIRA, Reinaldo José de. **A cidade e o negro no Brasil**: cidadania e território. São Paulo: Alameda, 2013, p.45.

[21] FRANÇA, D. S. N. Desigualdades e segregação residencial por raça e classe. In: MARQUES, Eduardo. **A Metrópole de São Paulo no século XXI**: espaços, heterogeneidades e desigualdades. São Paulo: Editora Unesp, 2015. pp. 223-251.

[22] Sobre o processo de racialização, ver SILVÉRIO, Valter. Multiculturalismo e metamorfoses na racialização: notas preliminares sobre a experiência contemporânea brasileira. In: BONELLI, Maria da Gloria; LANDA, Martha Diaz Villegas de (orgs.). **Sociologia e mudança social no Brasil e na Argentina**. São Carlos: Compacta, 2013.

Os “redutos negros” existentes na cidade de São Paulo desde o final do século XIX se configuravam como territórios negros, definidos não só como espaço geográfico, mas também como espaço vivido, construído pelas relações sociais e culturais desse grupo racial[23]. A exclusão social a que a população negra foi submetida em função do preconceito racial levou à sua organização em espaços urbanos afrocêntricos, onde o grupo poderia ter maior liberdade para a sua vivência e fruição[24].

O crescimento urbano e os planos de melhoramentos da cidade de São Paulo culminaram na expulsão da população negra de regiões como Barra Funda, Bela Vista e Baixada do Glicério. Espaços como fundos de vale e áreas adjacentes à ferrovia, que antes eram desvalorizados, passaram por um processo de valorização frente aos melhoramentos empregados. A região do Bexiga, suscetível aos transbordamentos do córrego Saracura, é exemplo da valorização imobiliária gerada pela abertura da Avenida Nove de Julho sobre o talvegue do córrego, e a consequente renovação dos seus padrões de ocupação (Figura 2, 3 e 4).

Figura 2: Reprodução. "Demarcação da futura Avenida Nove de Julho sobre a várzea do ribeirão Saracura. A marcação da foto indica o alimento da nova via.”
Fonte: RODRIGUES (2008, p.228). Imagem original: TOLEDO, Benedito Lima de. Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo. São Paulo: Empresa das Artes, 1996, figura 251.

[23] ROLNIK, Raquel. **A cidade e a Lei**: legislação, política e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1999, p.137.

[24] SIMSON, op., cit., 1984.
BRITTO, op., cit., 1986.
SILVA, Maria Neves. **Histórias de vidas de mulheres negras**: estudo elaborado a partir das escolas de samba paulistas. Mestrado – FFLCH-USP. São Paulo, 2002.

Figura 3: Reprodução. "O casario do Bairro da Bela Vista. Muitas dessas casas notabilizaram-se como habitações coletivas, os maiores cortiços da cidade conhecidos com nomes pitorescos como Navio Parado, ou Vaticano, onde uma varanda lateral era designada por "passegiata dei cardinali."
Fonte: TOLEDO, Benedito Lima de. Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo. São Paulo: Empresa das Artes, 1996, figura 252.

Figura 4: Reprodução. "Indicação do traçado da Avenida 9 de Julho, no rumo do centro. À esquerda, ao alto, o Palacete Prates no Anhangabaú e à direita, o Convento de São Francisco."
Fonte: TOLEDO, Benedito Lima de. Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo. São Paulo: Empresa das Artes, 1996, figura 253.

Tal como ocorria na Barra Funda, na Bela Vista, e Lavapés, o Parque Peruche se apresentava para o negro não só como espaço de moradia, mas também como território livre para o desenvolvimento de estratégias de valorização da cultura negra e da recusa dos valores culturais dominantes impostos pelos "aparelhos ideológicos" da sociedade paulista – Igreja, Estado, etc. Exemplos dessas estratégias no bairro são: as escolas de samba (Unidos do Peruche, Morro da Casa Verde e Império da Casa Verde), os salões de raça, e o futebol (Clube da Ponte Preta do Peruche, Campo do Monte Azul e Fluminense, Botafogo do Peruche). O samba, o futebol, os salões de raça, são formas de organização social e de lazer que se consolidaram nos territórios negros. Nas áreas de arrabalde da cidade, esses territórios se conformaram à uma distância da cidade formal de forma a se constituírem como núcleo de resistência. Essas manifestações culturais e sociais serviram como forma de vivência a um grupo social mais amplo que o núcleo familiar imediato, transformando-se em "associações políticas informais"[25]. Nosso objetivo com essa pesquisa, portanto, será reconstituir a presença do negro no bairro Parque Peruche, identificando a relação com sua expulsão do Centro e outras áreas que passavam por renovações urbanas. Para compreender esse processo de espoliação dos negros dos espaços centrais, parte-se da hipótese de que o desalojamento da população negra do Bexiga, para a construção da Avenida Nove de Julho, engendrou o primeiro contingente populacional significativo a ocupar o Peruche, ao qual se juntariam outros grupos negros posteriormente.

O Parque Peruche não é um caso isolado de território negro de São Paulo, porém retê-lo como objeto de estudo permite compreender a trajetória urbana da população negra na cidade de São Paulo na primeira metade do século XX, associada à campanha entravada pela imprensa negra e pela *Frente Negra Brasileira* para a integração do negro na vida brasileira.

O principal recurso metodológico para o levantamento das informações sobre o deslocamento das famílias negras habitantes do bairro na cidade será a entrevista. O uso da história oral é uma rica fonte de informação, de forma a trazer dados que ajudarão a reconstituição da territorialidade negra no bairro. O resgate da memória realizado através de entrevistas com moradores e ex-moradores negros do Parque Peruche, apoiado à literatura pertinente e leitura dos periódicos da imprensa negra, permitirá a reconstrução da trajetória urbana desse grupo. A leitura dos periódicos da imprensa negra servirá para compreender a assimilação e o êxito que as reivindicações e protestos vinculados nesse meio tiveram para a constituição de territórios negros, em especial o bairro do Parque Peruche.

[25] SILVA, op., cit., 2002.

REFERÊNCIAS:

ALBA, Lilian Bueno. **1935-1965: Trinta anos de edifícios modernos em São Paulo**. Mestrado – FAUUSP. São Paulo, 2004.

ALBERTO, Paulina. **Therms of Inclusion**: Black intellectuals in Twentieth-Century Brazil. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

BARONE, Ana Cláudia Castilho; RATTS, A.; FRANCA, D.. Raça e espaço urbano no Brasil. In: Encontro ANPUR, 16, Belo Horizonte, 2015. **Anais do XVI ENANPUR**, 2015.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Brancos e Negros em São Paulo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

BASTIDE, Roger. **O negro na imprensa e na literatura**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes [Departamento de Jornalismo e de Editoração], 1972.

CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

CARRIL, Lourdes. **Quilombo, Favela e Periferia**: a longa busca da cidadania. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2006.

DOMINGUES, Petrônio. **A insurgência do ébano**: A história da Frente Negra Brasileira (1931 – 1937). Doutorado - FFLCH-USP. São Paulo, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915/1963)**. Mestrado – FFLCH-USP, 1982.

FISCHER, Brodwyn. **A poverty of rights**: citizenship and inequality in twentieth-century Rio de Janeiro. California: Stanford University Press, 2008.

FRANÇA, D. S. N. Desigualdades e segregação residencial por raça e classe. In: MARQUES, Eduardo. **A Metrópole de São Paulo no século XXI**: espaços, heterogeneidades e desigualdades. São Paulo: Editora Unesp, 2015. pp. 223-251.

_____. **Raça, Classe e Segregação Residencial no Município de São Paulo**. Mestrado – FFLCH-USP. São Paulo, 2010.

MARCELINO, Márcio Michalczuk. **A evolução urbana do Parque Peruche e sua gente**. São Paulo: Carthago Editorial, 2003.

NASCIMENTO, Larissa. "Lembranças eu tenho da Saracura: notas sobre a população negra e as reconfigurações urbanas do bairro do Bexiga". **Revista Intratextos**. Rio de Janeiro: PPCIS – UERJ, Vol.6, N.1, pp. 25-50.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. **A Presença do Negro na Cidade**: memória e território da Casa Verde em São Paulo. Mestrado – PUC-SP. São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. **A cidade e o negro no Brasil**: cidadania e território. São Paulo: Alameda, 2013.

RODRIGUES, Gustavo Partezani. **Vias públicas**: tipo e construção em São Paulo (1898-1945). Mestrado – FAUUSP. São Paulo, 2008.

ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras. In: SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**: o Negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. pp. 75-90.

_____. **A cidade e a Lei**: legislação, política e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

_____. Lei e Política: a construção dos territórios urbanos. **Projeto História.** São Paulo: PIPEq/PubPer-PUC/SP, Vol.18, pp. 135-154.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de; BITRAN, Cláudia; CSILLAG, Diana. **São Paulo 1934-1938**: os anos da administração Fabio Prado. São Paulo: FAUUSP, 1999.

SILVA, José Carlos Gomes da. **Os sub urbanos e a outra face da cidade. Negros em São Paulo 1900-1930**. Mestrado – UNICAMP. Campinas, 1990.

SILVA, Maria Neves. **Histórias de vidas de mulheres negras**: estudo elaborado a partir das escolas de samba paulistas. Mestrado – FFLCH-USP. São Paulo, 2002.

SILVA, Maria Nilza da. **Território e Raça**: fronteiras urbanas numa metrópole brasileira. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 15, Caxambu, 2006. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu:, ABEP. Caxambu, 2006.

SILVÉRIO, Valter. Multiculturalismo e metamorfoses na racialização: notas preliminares sobre a experiência contemporânea brasileira. In: BONELLI, Maria da Gloria; LANDA, Martha Diaz Villegas de (orgs.). **Sociologia e mudança social no Brasil e na Argentina**. São Carlos: Compacta, 2013.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. **Carnaval em branco e negro**: carnaval popular paulistano (1914-1988). Campinas: Editora da Unicamp, 1984.

SCHNECK, Sheila. **Formação do bairro do Bexiga em São Paulo**: loteadores, proprietários, construtores, tipologias edilícias e usuários (1881-1913). Mestrado – FAUUSP. São Paulo, 2010.

SOMEKH, Nadia. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador**: São Paulo 1920-1937. São Paulo: Edusp: FAPESP: Studio Nobel, 1997.

TOLEDO, Benedito Lima. **Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo**. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

WEINSTEN, Barbara. **The color of modernity**: São Paulo and the making of race and nation in Brazil. Carolina do Norte: Duke University Press, 2015.

Venanparq
Salvador - 2018

LARGO DA BANANA: A QUESTÃO RACIAL NO URBANISMO PAULISTANO

LARGO DA BANANA*: THE RACIAL ISSUE IN SÃO PAULO´S URBANISM*

LARGO DA BANANA*: LA QUESTIÓN RACIAL EN EL URBANISMO DE SÃO PAULO*

IDEÁRIO, PROJETO E PRÁTICA

SIQUEIRA, Renata Monteiro
Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Doutoranda da FAUUSP
renata.siqueira@usp.br

LARGO DA BANANA: A QUESTÃO RACIAL NO URBANISMO PAULISTANO

LARGO DA BANANA*: THE RACIAL ISSUE IN SÃO PAULO´S URBANISM*

LARGO DA BANANA*: LA QUESTIÓN RACIAL EN EL URBANISMO DE SÃO PAULO*

IDEÁRIO, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
No presente trabalho, são discutidas possibilidades metodológicas em estudos urbanos orientados pela questão racial, a partir do nosso processo de investigação. O objeto de pesquisa é o Largo da Banana, que se localizava nos arredores da estação ferroviária da Barra Funda, em São Paulo, onde foi, em 1958, inaugurado o Viaduto Pacaembú. Busca-se compreender as relações entre o projeto urbanístico empreendido naquela área e a expulsão da população negra que o ocupava anteriormente, bem como o apagamento de sua memória urbana. Apresentando os procedimentos de pesquisa empregados, procuramos explicitar os desafios colocados pela adoção de um recorte pautado nas relações raciais para o campo do urbanismo.
PALAVRAS-CHAVE: Urbanismo e relações raciais; Negros em São Paulo; Largo da Banana.

ABSTRACT:
The aim of this paper is to discuss methodological possibilities in urban studies concerned with racial issues, by presenting our own investigation process. The study case is the Largo da Banana*, which used to be located nearby the* Barra Funda *train station, in São Paulo, until the* Pacaembú *Viaduct was built, in 1958. The research´s interest is to understand the connections between the urban project that took place in that area and the process of eviction of the black people that used to be there previously to the intervention, as well as the erasing of its urban memory. By presenting the research procedures that are being adopted, we seek to explicit some of the challenges involved in race-oriented analysis in the field of urban studies.*
KEYWORDS: *Urbanism and race relations; Black people in São Paulo;* Largo da Banana.

RESUMEN:
En ese trabajo se discuten posibilidades metodológicas en estudios urbanos orientados por la questión racial, presentando nuestro proprio proceso de investigación. El caso de estúdio es el Largo da Banana*, que solía estar ubicado cerca de la estación de tren de la* Barra Funda*, en* São Paulo*, hasta que se construyó el Viaducto* Pacaembú *en 1958. El interés de la investigación es comprender las relaciones entre el proyecto urbano que se llevó a cabo em esa area y el proceso de desalojo de las personas negras que solían estar allí antes de la intervención, así como la borradura de su memória urbana. Al presentar los procedimientos de investigación que se están adoptando, buscamos explicitar algunos de los desafíos involucrados en el análisis orientado a las relaciones raciales en el campo de los estudios urbanos.*
PALABRAS-CLAVE*: Urbanismo y relaciones raciales; Negros en São Paulo; Largo da Banana.*

INTRODUÇÃO

Com esta comunicação, pretende-se contribuir para o debate acerca das possibilidades de desenvolvimento de pesquisas em História do Urbanismo pautadas por um recorte nas relações raciais. Para isso, apresentamos nosso projeto de doutorado, assinalando alguns dos principais desafios que vêm sendo enfrentados ao longo do processo de pesquisa, bem como algumas questões metodológicas empregadas com essa finalidade. Tem-se como objeto de estudo um antigo território negro paulistano, o Largo da Banana, na Barra Funda, que foi eliminado com a construção do Viaduto Pacaembú, na década de 1950. Parte-se do entendimento de que além de uma desigualdade entre classes sociais que se manifesta na forma como a política urbana é conduzida, existe um fator eminentemente racial nas diputas em torno do espaço urbano, que buscamos iluminar através da pesquisa. O recorte contribui para dar visibilidade à maneira como o urbanismo em São Paulo refletiu uma determinada visão acerca do negro e seu lugar (físico) na cidade e (hierárquico) na sociedade. Procurando compreender como aquele lugar se consolidou enquanto espaço de convívio cotidiano da população negra e as condições em que se deu o seu desaparecimento, analisamos a manifestação das desigualdades raciais no campo urbanístico, especialmente sob dois pontos de vista: o processo de expulsão da população negra e o apagamento de sua memória urbana.

A pesquisa assenta-se na hipótese de que alguns territórios de sociabilidade negra se constituíram em espaços pouco ou nada urbanizados de São Paulo, entre os séculos XIX e XX. A partir do momento em que essas áreas passaram a integrar os planos de desenvolvimento urbano da cidade, a permanência da população negra não foi levada em consideração. Os usos que aconteciam previamente nesses espaços informais foram desprezados, engendrando-se a expulsão de seus ocupantes, a transformação e o deslocamento das práticas lá realizadas. Observando esses conflitos a partir de um lugar específico – o Largo da Banana – é possível analisar o processo de expulsão da população negra e as formas de resistência que essa adotou em seu cotidiano. O período pesquisado tem como marco inicial a inauguração da estação Barra Funda da Estrada de Ferro Sorocabana, em 1875, encerrando-se com a inauguração do Viaduto Pacaembú, em 1958. A partir de fontes diversas, confrontamos as formas de apropriação do espaço público pela população negra e o projeto urbanístico implementado sobre o Largo da Banana, além dos conflitos, disputas e reações engendrados nesse processo.

No início do século XX, era possível constatar a existência de um território negro na Barra Funda, de que o Largo da Banana foi parte. Procura-se apreender essa territorialidade negra sem abrir mão da compreensão da diversidade étnica e social que caracterizava aquela região. O bairro foi originado da antiga Chácara do Carvalho, propriedade da família do Conselheiro Antônio Prado, loteada na década de 1870. Aquele "arrabalde" da capital abrigou palacetes de famílias abastadas como a do próprio Conselheiro. Ao mesmo tempo, com a inauguração da estação ferroviária, em 1875, a concentração de pequenas e médias indústrias, de armazéns e depósitos atraiu um contingente de operários e outros trabalhadores, que ali passaram a residir. Dessa forma, a Barra Funda constituiu-se como um bairro misto, tanto em termos de classe como de raça (BORIN, 2015, p.18). Parte significativa da população local compunha-se de imigrantes brancos pobres e de negros, também pobres, refletindo-se na forte presença de elementos da cultura afro-brasileira que lá se desenvolveram.

Na esfera dos espaços privados, havia uma sociabilidade negra pautada pela presença das "Tias", matriarcas em cujas casas eram revividas práticas culturais de origem africana, tanto religiosas quanto profanas (CARDOSO, 1993, p.26). Entre elas, a mais conhecida foi Tia Olympia, residente à rua Anhanguera, na várzea, próximo à porteira da Companhia Sorocabana onde mais tarde seria construído o Viaduto Rio Branco. Quanto aos espaços públicos, as ruas do bairro também recebiam os cortejos dos cordões carnavalescos (VON SIMSON, 2007, p.104). O Grupo da Barra Funda foi fundado por Dionísio Barbosa em 1914, posteriormente convertido na Escola de Samba Camisa Verde e Branco. Esse cordão, assim como outros que existiram no bairro, também foram espaços importantes para a construção de uma sociabilidade negra. Os arredores da estação ferroviária também conformavam aquela territorialidade negra. Embora o Largo da Banana não fosse um logradouro oficial, sabe-se que ele se localizava próximo aos portões de acesso à estação de carga da Companhia Sorocabana (Figura 01). A ocupação daquele espaço esteve associada às oportunidades de trabalho decorrentes da dinâmica da estação e dos depósitos e armazéns que se instalaram ao seu redor. Muitos dos carregadores, ensacadores de mercadorias ou vendedores ambulantes eram negros e ali se reuniam para revender produtos que lhes eram oferecidos como pagamento (SOUZA, 1992, documento audiovisual). Nas horas vagas, realizavam rodas de samba e de tiririca, entre outras práticas culturais de origem afro-brasileira. Esses homens, conhecidos como "bambas da Barra Funda", como "negros da [rua] Glette" ou, de forma mais genérica, como "valentões", foram retratados como provenientes do interior do estado, analfabetos e sem qualificação profissional, desempenhando serviços pesados na ferrovia (BRITTO, 1986, p.40). O escambo como forma de pagamento indica o nível de precariedade em que vivia esse grupo social, sob uma condição de trabalho que não se diferenciava completamente da escravidão. Essa relação de trabalho tão inapropriada em ordem social dita competitiva, estabelecida a partir de 1888, tinha sérias consequências para a inserção social daquelas pessoas, sob inúmeros aspectos. Entre eles, podemos citar que aquela forma de remuneração não podia ser revertida no pagamento do aluguel, tornando-os mais vulneráveis no tocante às condições de moradia.

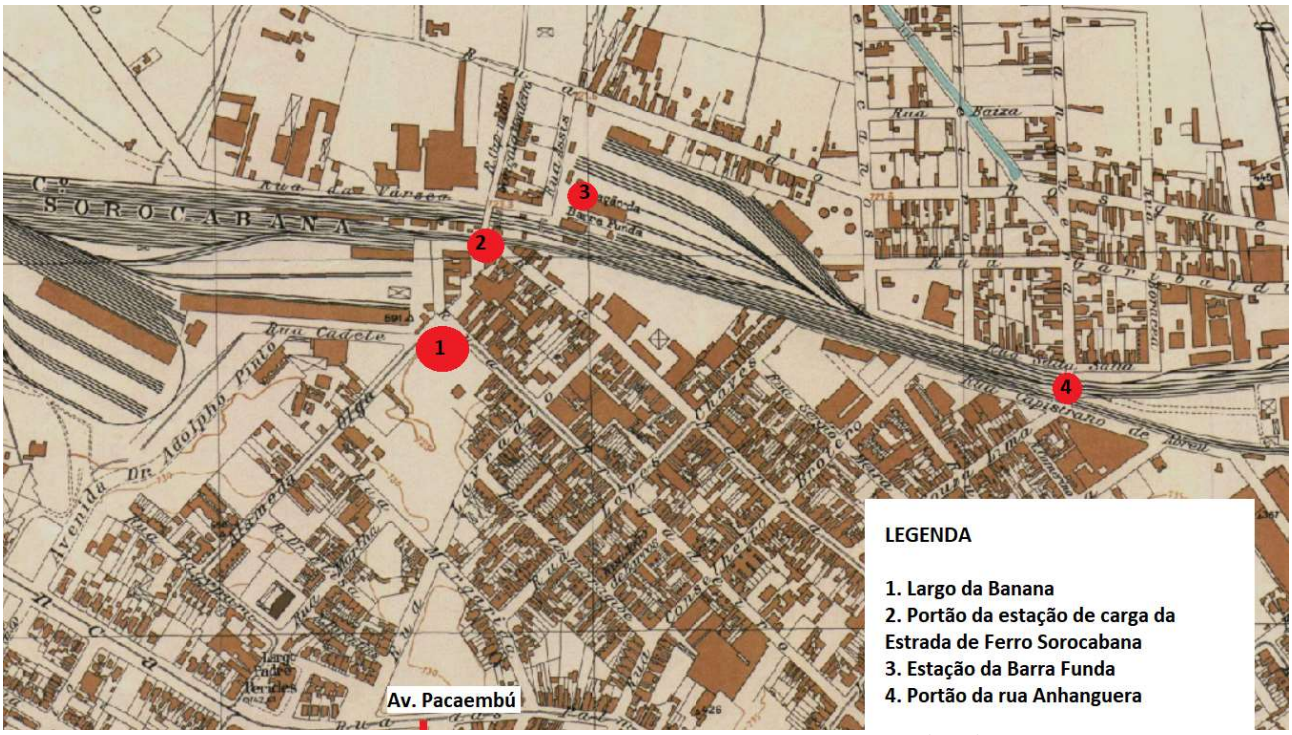


Figura 1 - Localização do Largo da Banana no Levantamento Sara Brasil (1930).
Fonte: SIQUEIRA, 2018

Aquela várzea pouco urbanizada foi escolhida como lugar de implantação do Viaduto Pacaembú, inaugurado em 1958, para prolongar a avenida homônima para além dos trilhos, até a Ponte da Casa Verde, sobre o Rio Tietê. Atualmente, o Largo da Banana é pouco lembrado pela população que circula pela cidade. Em 1989, uma área remanescente da antiga praça, ao lado do viaduto, passou a integrar o Memorial da América Latina. É notável a escolha de ali estabelecer um monumento em celebração a uma construção social exógena ao lugar, fazendo desaparecer a memória do que de fato era vivido. A obra implantada no Largo da Banana resultou na eliminação de um território negro, sem que essa questão fosse jamais colocada em pauta. Justificado pela necessidade de melhorar a fluidez do tráfego na cidade em expansão, o Viaduto Pacaembú foi construído em uma área que, para todos os efeitos, era um remanescente não-urbanizado. Não se reconhecendo aquele espaço de sociabilidade negra, a questão sobre o lugar do negro na cidade não pode sequer começar a ser debatida. Essa ideia é reforçada pela ausência de referências ao Largo da Banana em documentos oficiais e artigos de periódicos até a década de 1950. De fato, apenas em 1955 esse nome apareceu pela primeira vez no acevo de periódicos consultado, quando a destinação da área para a construção da obra viária já se concretizara (FOLHA DA MANHÃ, 11/10/1955, p.08). Apenas após seu desaparecimento, referências àquele espaço passaram a ser mobilizadas no âmbito da cultura, quando artistas engajados com a construção de uma memória para o samba paulista passaram a denunciar em sua obra a perda de espaços tradicionais daquela manifestação. Assim, o reconhecimento da existência pretérita do Largo da Banana, atualmente, só pode ser acessado no âmbito daquele universo cultural. Fora desse contexto, sua memória parece não existir.

Tendo em vista as especificidades do objeto de estudo com o qual lidamos, assim como do recorte escolhido, é importante discutir questões atinentes ao processo de pesquisa. Em especial, há reflexões

acerca das fontes passíveis de serem acessadas e seu tratamento, o diálogo com a bibliografia existente e sobre procedimentos de pesquisa que permitem dar visibilidade à problematica racial que atravessa o campo urbanístico.

DIÁLOGO COM A BIBLIOGRAFIA

Diante da pequena tradição de estudos urbanísticos com enfoque na questão racial, um caminho possível é recorrer a outros campos disciplinares em que existe uma produção teórica e empírica que discute questões relativas ao problema racial no espaço da cidade. São obras que constituem um referencial importante para situar os múltiplos debates em torno da problemática racial que, quando muito, têm tangenciado as discussões internas ao urbanismo. Contudo, esses estudos não são dedicados à compreensão das relações raciais implicadas nos processos especificamente urbanos, ou seja, aqueles relativos à própria produção, ocupação e apropriação da cidade. Assim, parte-se deles para construir uma fundamentação que contribua para consolidar uma bibliografia interna ao campo acadêmico de arquitetura e urbanismo na perspectiva das relações raciais. A seguir, apresentamos um corpo bibliográfico que vem orientando nosso estudo, sem pretensão de esgotar a vasta produção sobre o tema, produzida no âmbito de disciplinas como a Sociologia, a Antropologia e a História.

Alguns estudos de Sociologia permitem observar mudanças nos debates sobre relações raciais ao longo do tempo e como elas se expressam em um determinado território. Florestan Fernandes (1964) pode ser considerado um pioneiro na análise da questão racial e de seus rebatimentos sobre a questão urbana (BARONE, 2010). Para demonstrar a existência do preconceito racial no Brasil e explicar suas origens, o autor se volta para as condições sociais da formação urbana de São Paulo e aos efeitos dos processos relativos à passagem para a ordem social competitiva no espaço urbano. Suas pesquisas em torno desse tema inscrevem-se em um importante marco no debate nacional sobre relações raciais, contemporâneo ao projeto urbanístico de que a construção do Viaduto Pacaembú foi parte. Como resposta ao trauma do Holocausto no segundo pós-guerra, em 1949, o sociólogo brasileiro Artur Ramos, diretor do recém-criado Departamento de Relações Raciais da UNESCO, encabeçou uma campanha para a fomentar um amplo estudo envolvendo pesquisadores brasileiros e estrangeiros para investigar, em diversas cidades brasileiras, as especificidades que faziam do Brasil uma “democracia racial”. Essa expressão vinha sendo mobilizada desde a década de 1940 tanto para defender os propósitos antirracistas dos militantes negros quanto para dar sustentação a um discurso conservador de cunho racista (GUIMARÃES, 2011, p.33). Florestan Fernandes e o francês Roger Bastide conduziram o estudo sobre São Paulo. No entanto, ao invés de essas pesquisas desvendarem as razões para a suposta democracia racial brasileira, os resultados polarizaram o debate, em que uma parte significativa dos trabalhos colocou em evidência as desvantagens sociais a que estava sujeita a população negra das cidades brasileiras (MAIO, 1999, p.153). Apesar dos avanços representados pelas pesquisas para a UNESCO, é necessário observar que nenhum dos estudos foi conduzido por intelectuais negros, em um momento em que havia, no Brasil, profissionais que articulavam estudos acadêmicos e miltância[1]. Entre esses, podemos mencionar Clóvis Moura (1982), que dentre outras

[1] Nesse sentido, o caso carioca é digno de nota, pois houve uma mobilização de intelectuais negros como o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos e Abdias Nascimento para participarem do estudo, o que foi rejeitado em favor do branco Luiz de Aguiar Costa Pinto. O epiódio foi comentado por Paulina Alberto (2011, p.219).

contribuições, fez um importante mapeamento das formas de organização da população negra ao longo do século XX.

Em Antropologia, encontramos estudos que tratam das políticas de miscigenação e branqueamento que fundaram um determinado projeto nacional e que também se refletem nos projetos de urbanização. Schwarcz (1993) contribui para a compreensão das construções intelectuais em torno da questão racial no Brasil, de 1870 a 1930. A autora analisou como as formulações estrangeiras do racismo científico foram reinterpretadas por pensadores ligados a instituições de produção intelectual nacionais. Assim, foram originadas leituras divergentes daquelas feitas nos países centrais, defendendo, até certo ponto, a miscigenação como caminho para a formação de um povo brasileiro "civilizado".

Em História, há uma diversidade de estudos que abordam questões relativas aos negros em São Paulo. Skidmore (1974) e Andrews (1993) investigaram as ideias que embasaram a política de branqueamento entre o período abolicionista e a década de 1930. Chalhoub (2011) e Machado (2010), ao pesquisarem a transição da escravidão para o trabalho livre sob o ponto de vista da população negra, evidenciaram sua capacidade de compreender o momento histórico e agenciar sua condição. Para analisar esse fenômeno, Chalhoub cunhou o conceito de "cidade negra", referente à transformação de eventos aparentemente corriqueiros percebidos pelos negros como potencialmente transformadores de suas vidas e da sociedade de que participavam. Essa é uma das formas pelas quais se revela o papel ativo da população negra para o desmantelamento do regime escravista (CHALHOUB, 2011, p.232). Reações contra a cidade negra, como perseguição a capoeiras, demolição de cortiços, mudanças no traçado urbano eram tentativas de "desmontar cenários, esvaziar significados, penosamente construídos na longa luta da cidade negra contra a escravidão" (*ibidem*). Essa leitura contribui para refletir sobre as tensões implicadas na ocupação do Largo da Banana, entre intervenções que apagavam um território negro e resistências contra essas investidas. Machado (2010) estudou a atuação dos negros – escravizados e livres – às vésperas da Abolição, revelando formas de organização em prol da conquista de autonomia no sistema escravocrata. Ao reagirem contra a monocultura agroexportadora e o trabalho vigiado, disputarem por terras para realizar cultura de subsistência, revoltarem-se contra os castigos impostos pelos senhores e capatazes, apelarem a práticas messiânicas e, mesmo, articularem insurreições sem a participação da elite abolicionista, esses negros revelam uma história que destoa da ideia unívoca do fim da escravidão como um projeto conduzido por uma elite branca no âmbito da construção da identidade nacional.

As poucas obras aqui enunciadas dão a medida da diversidade da produção bibliográfica existente, que abarca uma multiplicidade de períodos, problemas, recortes. Entretanto, tais estudos permitem observar como a questão racial foi construída em seus respectivos campos disciplinares, a partir de seus próprios métodos. Com isso, além de oferecerem interpretações sobre a formação da sociedade brasileira sob a perspectiva das relações raciais, esses trabalhos contribuem para refletir sobre as formas de construir a problemática em torno do urbanismo e da cidade que reconheçam a centralidade do problema das desigualdades raciais.

O TRATAMENTO DAS FONTES

Outra especificidade de uma pesquisa comprometida com a memória dos lugares ocupados pela população negra em São Paulo refere-se às fontes documentais disponíveis. À exiguidade da memória do Largo da Banana corresponde a escassez de documentos que permitem tecer sua história. Em função de sua

informalidade, são raros os registros em documentos oficiais. Nos periódicos, a referência ao Largo da Banana apareceu por primeira vez quando o espaço público já estava em vias de desaparecer (FOLHA DA MANHÃ, 11/10/1955, p.08; 20/10/1955, p.06; O ESTADO DE SÃO PAULO, 03/10/1958, p.65). As práticas culturais que lá aconteciam também contam com poucos registros, em função da oralidade que as caracterizam e do grupo social ao qual elas diziam respeito.

Para o enfrentamento desse problema, propõe-se confrontar uma multiplicidade de fontes, que permita a aproximação do objeto de pesquisa em uma perspectiva plural, de modo a iluminar os significados sociais e urbanos de um lugar cuja história é marcada pelo apagamento. O recurso aos estudos culturais vem se mostrando um caminho bastante promissor. Dessa forma, além da consulta ao projeto do Viaduto Pacaembú, às atas e anais da Câmara Municipal, à cartografia histórica de São Paulo, a artigos de imprensa e a registros policiais, procede-se à análise de produções culturais que remetem ao Largo da Banana ou a espaços marcados pela sociabilidade negra. Destaca-se, nesse universo de documentos, letras de samba e depoimentos de sambistas paulistas, que são as principais fontes a atestarem a existência do Largo da Banana, e obras literárias, a exemplo dos contos de João Antônio, que recriou com riqueza personagens tidas como marginalizadas e os espaços da cidade pelos quais transitam, no período abarcado por nosso estudo.

Cruzando-se diversas fontes, procede-se à análise da sociabilidade negra naquele espaço e de suas transformações com a inauguração do viaduto. Isso demanda que, para cada tipo de documento, seja empregada uma metodologia de análise adequada à sua especificidade. Ao mesmo tempo, para enfrentar o silêncio sobre o Largo da Banana, uma estratégia é ampliar o campo de pesquisa, buscando indícios sobre a região em que aquele espaço estava inserido, através referências às ruas adjacentes, à várzea da Barra Funda ou à própria ferrovia e estação de trem.

Ao contrapor fontes em que estão representadas perspectivas das populações negras, como letras de samba, e outras que tendem a expressar interesses das classes dominantes, como periódicos, é possível identificar tensões entre as múltiplas significações assumidas por aquele espaço. Ao mesmo tempo, podemos observar, nos debates realizados no âmbito do poder público, os momentos em que aquela área foi objeto de planos e projetos, assim como as disputas envolvidas nesses processos. Levantando as ocorrências policiais envolvendo pessoas negras, é possível qualificar as formas de repressão contra essa população, que podem ser confrontadas com artigos da imprensa relativos aos lugares frequentados pelos negros, de modo a observar a construção da ideia de que a presença do negro contribuía para tornar o lugar precário ou perigoso.

De modo a aprofundar a análise, é importante situar em que consistiram tais formas de sociabilidade, com especial atenção para o samba, os cordões carnavalescos e os ditos “valentões”. O primeiro é fundamental para compreender as relações para além do âmbito do trabalho que caracterizaram a sociabilidade negra naquele lugar, cuja origem da ocupação era o próprio trabalho. Os valentões, por sua vez, constituíram um grupo social regido por determinadas normas de conduta divergentes da ordem estabelecida no âmbito do Estado. Os trabalhadores do Largo da Banana tiveram sua imagem associada a um grupo de valentões conhecido como “negros da Glette” (BRITTO, 1986). Formados nas rodas de capoeira e de tiririca, eram habilidosos lutadores e conhecidos pelo envolvimento cotidiano em brigas. O estudo desse grupo social, através de periódicos, dos autos crimes do Estado de São Paulo e dos registros policiais contribui para aprofundar a compreensão sobre a dinâmica daquela territorialidade negra.

O projeto do Viaduto Pacaembú, seu processo de execução e a conformação do espaço urbano que dele resultou devem ser estudados a partir das questões intrínsecas ao campo de arquitetura e urbanismo. Assim, são estabelecidas relações com o processo de urbanização de São Paulo naquele período, contextualizadas nas noções de progresso e modernidade a partir das quais se pretendia equacionar o crescimento urbano. Articulando essa análise com a da sociabilidade negra e dos conflitos identificados a partir de outras fontes, é possível propor uma interpretação histórica para o urbanismo paulistano em que emerge a questão racial, aspecto quase sempre silenciado, considerado marginal ou mesmo descolado do campo disciplinar.

PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A fim de fazer emergir a questão racial em uma pesquisa desenvolvida no âmbito da História do Urbanismo, propomos a articulação de dois procedimentos. O primeiro visa o reconhecimento da presença e da sociabilidade negras no Largo da Banana e o segundo, a incorporação das demandas da população negra às pautas da política urbana. No primeiro caso, recorre-se ao estudo de instituições culturais de matriz negra, como o samba, a tiririca e o carnaval, e políticas, como a imprensa negra e os movimentos sociais organizados. Ao mesmo tempo, analisamos a inserção social dos chamados "valentões" enquanto grupo representativo dos ocupantes do Largo da Banana. Através do estudo dessa categoria, podemos problematizar alguns aspectos atinentes ao lugar do negro na sociedade e na cidade, tais como a questão do medo como mediador de relações sócio-raciais, o reconhecimento daquelas pessoas como detentoras de saberes específicos, que passaram a conformar vertentes do que se denominou de cultura popular, as relações de trabalho precariamente estabelecidas e as repercussões de todos esses elementos nas condições de vida daquela população e em suas formas de conduta. Além disso, um estudo centrado nos "valentões" permite analisar formas de articulação entre práticas culturais e de resistência, tendo em vista a dupla acepção da palavra "cultura", ao mesmo tempo enquanto produção artística e como modo de vida (WILLIAMS, 2007, p.117). Assim, as manifestações culturais realizadas no Largo da Banana, como o samba, a tiririca, a capoeira, mas também o trabalho e as brigas, podem ser consideradas como formas de resistência. São práticas contra-hegemônicas que tensionam as formas de conduta visadas pelas instâncias oficiais, entre as quais se inclui o Urbanismo, configurando táticas contra imposições vindas de cima (CERTEAU, 1998, p.101). Pretende-se, com isso, realizar uma leitura do processo de urbanização paulistano considerando, sempre que possível, as expressões do grupo negro que permaneceram silenciadas.

Quanto ao segundo procedimento de pesquisa, cabe dizer que apesar do discurso no campo do urbanismo, de modo geral, pautar-se por princípios abrangentes orientados para a estruturação da cidade como um todo, de maneira compreensiva, visando a resolução de problemas de fluidez de tráfego e o alcance do "bem comum", na prática, determinados grupos não são reconhecidos como agentes sociais, ficando assim destituídos de voz. Esse é o caso da população negra em São Paulo. Sendo assim, o urbanismo não é capaz de atender à totalidade das demandas, a exemplo daquelas que emergem desse grupo específico. Mais do que isso, o próprio lugar de onde provém essa demanda é obliterado, de modo que ela não chega sequer a aparecer no rol de questões a serem equacionadas pela disciplina. Por essa razão, além de evidenciar a presença e a sociabilidade negra através do estudo do grupo social e de suas instituições culturais e políticas, é importante fazer a passagem necessária para reconhecer que esse grupo constitui uma demanda específica para o campo do urbanismo, sendo ele parte do "todo" que se pretende abranger com a urbanização. Logo, outro procedimento necessário à pesquisa diz respeito à compreensão de que esse

grupo apresenta demandas específicas que devem ser incorporadas como legítimas dentro de um plano que se pretende compreensivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos, através da exposição do nosso próprio processo de pesquisa, discutir questões atinentes à produção de uma história do urbanismo que tenha nas relações raciais um de seus cernes. Trata-se de um recorte que ainda merece ser mais explorado em trabalhos acadêmicos, o que possibilitará aprofundar e sistematizar questões teórico-metodológicas. Todavia, desde já podemos assinalar algumas especificidades desse tipo de estudo, bem como algumas possibilidades de enfrentamento desse tema.

Em primeiro lugar, assinalamos a potencialidade de se recorrer à produção teórica e empírica de outros campos disciplinares em que a discussão sobre as relações raciais e suas manifestações no espaço urbano se encontra mais consolidada. Observar a forma como essa questão é construída a partir dos próprios métodos de cada disciplina também pode contribuir para o desenvolvimento de uma reflexão teórica interna ao campo de Arquitetura e Urbanismo.

Além disso, o objeto de estudo escolhido implica uma dificuldade relativa às fontes de pesquisa. Em boa parte das fontes tradicionalmente empregadas em estudos sobre a história do urbanismo, como projetos, cartografias, documentos oficiais ou mesmo periódicos, a memória da população negra tendeu a ser obliterada. Nesse sentido, a questão racial pode mais facilmente emergir ao se proceder ao cruzamento dessa multiplicidade de fontes, ao mesmo tempo em que incorporamos métodos alinhados com os Estudos Culturais. Assim, produções culturais associadas às manifestações afro-brasileiras que tiveram lugar no Largo da Banana, como letras de samba, e obras literárias voltadas para esse universo temático foram incorporadas como fontes de nossa pesquisa. Tendo em vista a diversidade documental, recorre-se também a uma multiplicidade de metodologias. A articulação entre elas é produzida através

Finalmente, ao buscar evidenciar um componente racial subjacente às disputas em torno do espaço urbano, aborda-se uma questão não foi suficientemente problematizada pelo campo disciplinar. Portanto, métodos convencionalmente empregados não fazem emergir aquilo que se pretende iluminar. Diante disso, propomos a adoção de dois procedimentos de pesquisa. O primeiro deles consiste no reconhecimento da presença e da sociabilidade negras no espaço urbano, a partir do estudo de instituições culturais e políticas relativas a esse grupo social. Isso pode contribuir para o reconhecimento de vozes obliteradas no processo de construção da história da cidade e do urbanismo. O segundo procedimento diz respeito ao reconhecimento de que aquele grupo apresenta demandas específicas a serem incorporadas no âmbito do urbanismo e da política urbana.

REFERÊNCIAS:

ALBERTO, Paulina. **Terms of Inclusion:** Black Intellectuals in Twentieth-Century Brazil. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru: EDUSC, 1998.

ANTONIO, João. **Malagueta, Perus e Bacanaço**. São Paulo, Cosac Naify, 2004.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo.** São Paulo: Anhembi, 1955.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. "Florestan Fernandes e a gênese da questão urbana em São Paulo". **ENANPARQ**, Natal, II ENANPARQ, 2012.

BORIN, Monique Félix. **A Barra Funda e o fazer da cidade:** experiências da urbanização em São Paulo (1890-1920). Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 2015.

BRITTO, Iêda Marques. **Samba na cidade de São Paulo (1900-1930):** um exercício de resistência cultural. São Paulo: FFLCH-USP, 1986.

CARDOSO, Paulino de Jesus. **A luta contra a apatia:** estudo sobre a instituição do movimento negro anti-racista na cidade de São Paulo (1915-1931). Dissertação (Mestrado) – PUC-SP, São Paulo, 1993.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** Artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CUNHA, Pedro Figueiredo Alves. **Capoeiras e Valentões na história de São Paulo (1890-1930)**. Dissertação (Mestrado) – FFLCH-USP, São Paulo, 2011.

"Dois Feridos no Desastre". **Folha da Manhã**, São Paulo, 11/10/1955, p.08.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro à sociedade de classes.** Rio de Janeiro: M.E.C., 1964.

_____. **Mudanças sociais no Brasil:** aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Racismo e antirracismo no Brasil.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. "A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça)". **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos: Departamento e Programa de Pos□Graduacao em Sociologia, 2011, n. 2, p. 17-36.

MACHADO, Maria Helena P. T. **O plano e o pânico:** Movimentos sociais na década da Abolição. São Paulo: Edusp, 2010.

_____. Sendo Cativo nas Ruas: a Escravidão Urbana na Cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula (org.) **História da Cidade de São Paulo.** São Paulo: Paz e Terra, 2004, pp. 59-99.

MAIO, Marcos Chor. "O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 1940 e 1950". Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.14, n.41, outubro de 1999, p.141-158.

"Morreu em consequencia da agressão". **Folha da Manhã**, São Paulo, 20/10/1955, p.06.

MOURA, Clóvis. Organizações NegrasIn: SINGER, Paul; BRANT, Vinícius C. **São Paulo:** o povo em movimento. Petrópolis: Vozes; Cebrap, 1982.

OLIVEIRA SANTOS, Augusto. **Vai graxa ou samba, senhor?** A música dos engraxates paulistanos. Dissertação (Mestrado) – FFLCH-USP, São Paulo, 2015.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SIMSON, Olga von. **Carnaval em branco e negro:** carnaval popular paulistano (1914-1988). São Paulo: Edusp, 2007.

SOUZA, Geraldo Filme de. **Ensaio:** Geraldo Filme. Direção: Fernando Faro. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 1992 (documento audiovisual).

"Viaduto inaugurado pelo prefeito". **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03/10/1958, p.17.

Salvador - 2018

NEGROS EM SÃO PAULO – UM MAPEAMENTO CRÍTICO

BLACKS IN SÃO PAULO – A CRITICAL MAPPING

NEGROS EN SÃO PAULO – UNA CARTOGRAFÍA CRITICA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

BARONE, Ana Cláudia Castilho
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAU USP e do PPGAU USP
anabarone@usp.br

NEGROS EM SÃO PAULO – UM MAPEAMENTO CRÍTICO

BLACKS IN SÃO PAULO – A CRITICAL MAPPING

NEGROS EN SÃO PAULO – UNA CARTOGRAFÍA CRITICA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
O campo de estudos da história urbana no Brasil tem apresentado resultados profícuos, não apenas em termos quantitativos, mas também em relação aos conceitos e pressupostos metodológicos empregados, incluindo a história da cidade, da habitação, da urbanização e do urbanismo. São Paulo tem contribuído abundantemente para o enriquecimento desse campo. No entanto, no que se refere ao modo como a parcela negra componente da população participa da história da cidade, ainda é relativamente parco o conhecimento gerado por essa produção. Contrapondo-se a uma perspectiva que apresenta a história da cidade no período republicano a partir do ponto de vista da elite branca, este projeto visa a reconstruir essa história por meio da inclusão do ponto de vista do negro como sujeito ativo. O foco do trabalho volta-se, portanto, para a localização do grupo negro na cidade, os modos de apropriação dos bairros onde se fixou e concentrou e a produção da memória coletiva desses locais, entendida aqui como uma forma de resistência ante o projeto de expulsão e de apagamento da visibilidade desse grupo na cidade.
PALAVRAS-CHAVE: Negros em São Paulo; Bairros Negros; Espaço Urbano e Relações Raciais.

ABSTRACT:
The field of studies of urban history in Brazil has presented fruitful results, not only in quantitative terms, but also in terms of concepts and methodological procedures employed, including the history of the city, housing, urbanization and urbanism. São Paulo has contributed abundantly to the enrichment of this field. However, with regard to the way in which blacks participate in the history of the city, the knowledge generated by this production is still relatively sparse. Opposing a perspective that presents the history of the city in the republican period from the point of view of the white elite, this project aims to reconstruct this history through the inclusion of the black's point of view as an active subject. The work focus therefore on the location of the blacks in the city, the modes of appropriation of the neighborhoods where they were established, and the production of the collective memory of these places, understood as a form of resistance to the expulsion and erasure of the visibility of this group in the city.
KEYWORDS: *Blacks in São Paulo; Black Neighborhoods; Urban Space and Racial Relations.*

RESUMEN:
El campo de estudios de la historia urbana en Brasil ha presentado resultados provechosos, no sólo en términos cuantitativos, sino también en relación a los conceptos y presupuestos metodológicos empleados, incluyendo la historia de la ciudad, la vivienda, la urbanización y el urbanismo. São Paulo ha contribuido abundantemente al enriquecimiento de ese campo. Sin embargo, en lo que se refiere al modo como el negro participa de la historia de la ciudad, sigue siendo relativamente pequeño el conocimiento generado por esa producción. En contraposición a una perspectiva que presenta la historia de la ciudad en el período republicano desde el punto de vista de la elite blanca, este proyecto pretende reconstruir esa historia por medio de la inclusión del punto de vista del negro como sujeto activo. El foco del trabajo se vuelve, por lo tanto, hacia la localización del grupo negro en la ciudad, los modos de apropiación de los barrios donde se fijó y la producción de la memoria colectiva de esos locales, entendida aquí como una forma de resistencia ante el proyecto de expulsión y de supresión de la visibilidad de ese grupo en la ciudad.
PALABRAS-CLAVE*: Negros en São Paulo; Barrios Negros; Espacio Urbano e Relaciones Raciales.*

A história da cidade de São Paulo tem sido apresentada predominantemente a partir da perspectiva de uma elite "branca" que se firmou como principal agente da tomada de decisões e da orientação política no período republicano, endossada e engrossada pela ascensão de uma classe média também "branca", formada sobretudo por grupos imigrantes de etnias não-negras. Contrapondo-se a essa perspectiva, este projeto visa a reconstruir a história da cidade de São Paulo no período republicano (aqui denominado também como o "longo século XX"), a partir da inclusão do ponto de vista do grupo negro como sujeito ativo, com especial preocupação com sua localização na cidade, os modos de apropriação dos bairros onde de fixou e concentrou e a produção da memória coletiva desses locais, entendida como uma forma de resistência ante o projeto de apagamento da visibilidade desse grupo na cidade.

Com a intenção de contribuir para construir esse ponto de vista, o projeto que ora se apresenta nesta comunicação tem como principal objetivo realizar um mapeamento crítico da presença da população negra na cidade a partir dos dados sobre ela encontrados em fontes alternativas de pesquisa. A partir desse mapeamento, será possível tecer uma história da ocupação dos bairros que registraram a presença negra, recuperando sua memória, mas também indicando os caminhos pelos quais se processou a resistência do grupo negro às inúmeras formas de expulsão que a cidade de São Paulo vem sistematicamente lhes impingindo. Dessa forma, esperamos também contribuir para a consolidação de novos parâmetros analítico-interpretativos sobre a história dos processos urbanísticos e de produção do espaço na cidade de São Paulo que considerem as relações étnico-raciais como critério fundamental. Trata-se, portanto, de uma comunicação de pesquisa em andamento, onde serão apresentadas as justificativas e procedimentos metodológicos a serem adotados para a realização dos objetivos expostos.

A escassez de informações sobre o grupo negro em São Paulo começa pelas próprias fontes oficiais. Em termos de dados censitários, as fontes de informações sobre a população negra ao longo do século XX são esparsas e intermitentes, e não permitem uma cobertura homogênea do período nem tampouco da abrangência territorial da cidade em relação à composição racial dos seus habitantes (Piza, 1988-89: 122-137). Essa lacuna deve-se a fatores complexos, como a crença no processo de branqueamento da população por meio de sua indução com o fomento à imigração de trabalhadores europeus entre as décadas de 1870 e 1920 (Love, 1982; Andrews, 2007), a crença, durante muito tempo, de que no Brasil vigia uma democracia racial (Freyre, [1933] 2006; Fernandes, 1964) e a adoção, desde muito cedo, de uma teoria social baseada na estrutura de classes como arcabouço explicativo prevalente para a interpretação do processo social (Prado Jr., [1942] 2011; Sodré, 1962), razões que conduziram à noção de que o fator racial seria "irrelevante" para as estatísticas demográficas de São Paulo e nacionais.

Em meio a essa dificuldade, será importante e necessário localizar fontes alternativas de pesquisa, que incluam o olhar racialmente informado em sua configuração, seja porque tratam justamente de manifestações socioculturais específicas do grupo negro, seja porque permitem perceber a estigmatização desse grupo e seus resultados. Um dos objetivos dessa pesquisa, portanto, é justamente apresentar um conjunto de fontes primárias alternativas que documentem a participação da população negra e seus descendentes na constituição da cidade de São Paulo, seja fisicamente, seja a partir dos registros da memória de sua história nas diversas partes da cidade, seja nas marcas impressas por sua cultura no território. Por outro lado, pretende-se também reunir fontes que ajudem a compreender os processos que levam a expulsões, a reconfigurações territoriais e ao apagamento da memória negra dos lugares urbanos de São Paulo, por meio da estigmatização ou da invisibilidade da presença negra na cidade. Assim, o grupo documental que integra a pesquisa é amplo e diversificado, incluindo periódicos da imprensa negra paulista

e da imprensa tradicional, obras da literatura negra paulistana, arquivos de associações culturais negras, registros de ocorrência policial, entrevistas com membros das famílias negras, complementando o quadro de fontes primárias mobilizadas.

A manipulação de fontes das concentrações de negros na cidade de São Paulo no período republicano é relevante em diversos sentidos. Primeiramente, conforme já foi dito, ela ajuda a reconfigurar o panorama da presença negra na cidade, apresentando dados da localização de concentrações de habitantes negros nos bairros, superando uma lacuna histórica fundamental.

Além disso, é importante também esclarecer que o período em questão marca uma importante passagem na história da população negra em São Paulo. Segundo Fernandes (1964), em meados do século XX, o contingente negro ainda estaria mal integrado à sociedade capitalista-competitiva baseada no trabalho livre. Conforme o autor, após a abolição, o negro desenvolveu, um padrão de isolamento, alheamento e reclusão para defender-se da desaprovação sofrida pela herança cultural afro-brasileira. Deriva daí um comportamento irracional, onde o negro passa a valorizar a representação da liberdade, como plena disposição da pessoa sobre si mesma, cujo corolário dava a cada indivíduo o arbítrio de decidir quando, onde e como trabalhar, da dignidade, levando-o a não aceitar trabalhos considerados “degradantes” e o princípio pré-capitalista de que a dedicação ao trabalho deve ser regulada de acordo com as necessidades de consumo do indivíduo e seus dependentes. Sendo assim, um valor alimentado pela população negra nessa fase passou a ser justamente a não-inserção no mercado de trabalho livre. A constatação de Fernandes sobre a condição do negro na realidade urbana paulistana dopós-abolição é estarrecedora: “desse ângulo, o momento histórico-social focalizado não representa apenas o começo de uma aniquilação do negro; ele é, antes e acima de tudo, a primeira experiência crucial do negro com o significado, o uso e as funções da liberdade como uma dimensão do horizonte cultural e da organização do comportamento social do homem livre. Ninguém pode negar ou mesmo atenuar o caráter impiedoso e brutal dessa experiência” (idem, p. 65).

A partir do final da década de 1920, um novo quadro estrutural demográfico começa a se esboçar na cidade: decai significativamente a vinda de imigrantes estrangeiros para São Paulo e passa a aumentar a migração interna no país (Andrews, 2007). No período em análise, registra-se uma mudança significativa no padrão de ocupação do território da metrópole, ligada a uma transformação do processo migratório que contribuiu para a composição demográfica urbana. Durante a década de 1950 a metrópole chegou a crescer a um ritmo de 5,6% ao ano, devido sobretudo a migrações internas (IBGE, 1956).

Essa nova configuração demográfica e espacial metropolitana também engendrou alterações no padrão de racialização na forma de ocupação urbana. A parcela negra da população, que até então era constituída majoritariamente por descendentes de escravizados paulistas e mineiros, aos poucos passa a adquirir um novo perfil, devido a um incremento cada vez maior da migração interna de populações provenientes sobretudo dos estados do nordeste brasileiro, mas também do norte e dos demais estados do sudeste. Se o primeiro boom demográfico em São Paulo, de 1870 a 1900, havia sido incentivado por uma política de fomento à imigração europeia branca, levando à diminuição relativa da participação dos negros na composição da sua população, a nova onda migratória compunha-se por uma população majoritariamente negra e mestiça.

Ao mesmo tempo, durante as décadas de 1940 e 1950, a atração de população para São Paulo, decorrente de diversos fatores, intensificou e transformou a própria organização espacial da metrópole. O processo acelerado de urbanização acirrou a disputa pela apropriação das áreas centrais, também em termos raciais, com a expulsão dos mais pobres e dos negros, dando início a uma nova configuração, com a formação de uma periferia distante, cujo padrão de urbanização marcou-se pela ausência ou precariedade de infraestrutura urbana. A própria iniciativa pública de realização de obras de urbanização nesse período foi a maior responsável por essa expulsão.

Dessa forma, se na configuração urbana resultante da imigração do final do século XIX houve uma relevante permanência dos negros em bairros tradicionais da cidade, como a Bela Vista, Santa Ifigênia, Consolação e Santana, a nova onda migratória dos anos 1940 e 50 vai engendrar uma outra concentração negra, em bairros periféricos como Casa Verde, Vila Formosa, Freguesia do Ó, Parque Peruche e Bosque da Saúde (Rolnik, 1989: 84; Oliveira, 2002). Sendo assim, ao longo do período, os negros foram sendo paulatinamente expulsos dos espaços que ocupavam originalmente na cidade. A década de 1950, na metade do século XX, é um período importante, sobrepondo três processos urbanos fundamentais: a mudança da composição demográfica da cidade, a reformulação do centro infra-estruturado e a expansão da periferia. O aumento considerável do nível de migrações de grupos nordestinos para a capital paulista, articulado aos fatores de competição e expulsão dos mais pobres das áreas centrais, alterou assim o perfil do negro residente em São Paulo, sua origem, suas características, suas concentrações e seus lugares de habitação.

Nesse período, também observou-se uma significativa intervenção do poder público em obras de melhoramentos urbanos, como a implantação do perímetro de irradiação e a retificação do rio Tietê, que fomentaram a expulsão de população das áreas urbanas marcadas pela presença negra. Finalmente, também emergiu nesse período um debate no campo do urbanismo que modificaria as formas de intervenção na cidade em relação à orientação voltada para o "embelezamento" e o higienismo do período da Belle Époque. Esse debate foi pautado por uma racionalidade técnica que visava a regulamentação do solo urbano e a solução para o problema da habitação. Tal racionalidade definiu modos de intervenção na cidade que perduraram no tempo e permanecem até hoje, porém resultou em um afastamento do campo em relação à temática racial.

O moderno urbanismo que se impunha na cidade a partir de então apoiava-se, por um lado, nas prerrogativas de projeto estabelecidas no Plano de Avenidas, de 1930, de autoria do engenheiro Francisco Prestes Maia, tido pela literatura como primeiro plano compreensivo elaborado para a cidade (Maia, 1930). Esse entendimento apoia-se sobretudo no fato de que o plano cobria a totalidade da área urbanizada de São Paulo naquele momento, no sentido do projeto de um sistema viário de amplo alcance, mas desconsidera aspectos importantes como a normatização do uso do solo e das edificações nas diferentes porções do território, remetendo essa regulamentação às Posturas Municipais. A viabilização do plano – ou seja, a realização das avenidas previstas – assentava-se na hipótese da expulsão e destruição das ocupações urbanas assentadas nas áreas de fundo de vale que se irradiavam a partir do núcleo urbano central. Por serem terras baratas e muitas vezes inundáveis, porém, essas áreas concentravam justamente boa parte dos cortiços da cidade, onde se alojava uma parcela importante da população negra. Assim, no horizonte das obras previstas por Prestes Maia no seu plano, parcial e paulatinamente implementadas ao longo dos seus dois mandatos como prefeito da cidade (de 1938 a 1945 e de 1961 a 1965) e posteriormente por outros prefeitos, cumpriam-se diversos objetivos: fomentar as conexões viárias entre bairros e centro; permitir o espraiamento da mancha urbana para bairros mais longínquos; urbanizar as várzeas; contribuir

para a eliminação de cortiços. Nesse sentido, essas obras representaram um forte vetor de expulsão da população negra das áreas mais centrais da cidade.

Por outro lado, o moderno urbanismo paulistano que se consolidava a partir de então também se fundamentava amplamente a partir de um novo sistema de ordenamento legal: o zoneamento. A concepção do zoneamento em São Paulo ancorava-se na ideia da regulamentação do crescimento urbano a partir do planejamento dos potenciais construtivos a serem permitidos em cada segmento da cidade, de acordo com a capacidade das redes servidas de infraestrutura e equipamentos públicos oferecidos. A lógica de implementação do instrumento, porém, foi fragmentada, privilegiando justamente a proteção dos bairros ocupados pela camada mais rica da população, majoritariamente branca. A normatização dos potenciais construtivos em alguns bairros da cidade acabou por criar um mecanismo de valorização da terra urbana que afetou diretamente a população mais pobre, redundando em uma dificuldade cada vez maior de acesso à moradia na cidade. Anhaia Mello foi um dos agentes precursores desse processo, promovendo a implementação de legislações parciais de zoneamento com a finalidade de proteger bairros ocupados pela elite (Feldman, 2005).

A partir do final da década de 1940, um terceiro conjunto de valores, ideias e técnicas veio a contribuir para a consolidação do moderno urbanismo paulistano. Trata-se da observação das condições de habitação da população nos bairros da cidade, fomentada sobretudo a partir da influência exercida no meio técnico institucional pelo padre francês Louis-Joseph Lebret, padre dominicano que exerceu uma forte influência no urbanismo paulistano a partir da década de 1940. A primeira vez que estevem em São Paulo, realizou um estudo sobre as condições de habitação na cidade, fazendo um importante levantamento da precariedade urbana, por amostragem (Lebret, 1951). Alguns anos depois, em 1956, retornou à cidade para coordenar um novo estudo, mais completo e abrangente, onde diagnosticou a condição dos serviços e equipamentos urbanos disponíveis nos bairros da metrópole, apresentando um mapeamento nunca antes realizado da realidade urbana em São Paulo naquele momento (SAGMACS, 1958). Fundador do movimento Economia e Humanismo na França, o Pe. Lebret associava o pensamento marxista a uma ética liberal cristã. Sua interpretação estava orientada para a superação da etapa de subdesenvolvimento em que entendia estar situado o país. Em seus levantamentos sobre as condições de habitação em São Paulo, revelou-se uma cidade fracionada em regiões mais ou menos homogêneas, distribuídas no território por faixas concêntricas, definidas genericamente como área central, bairros e arrabaldes. Tal subdivisão territorial reforçou uma interpretação da ocupação urbana como resultado das disputas entre as classes sociais, obliterando os aspectos propriamente raciais dessas disputas. A despeito de, nesse período, as principais formas da organização da população negra em São Paulo já terem apresentado resultados, tanto em termos da circulação de ideias, sobretudo por meio dos periódicos da imprensa negra, quanto na organização do movimento político em torno da Frente Negra Brasileira, aparentemente a repercussão sobre a condição de ocupação urbana por parte da população negra foi bastante reduzida.

Além disso, esse é também um período de intensos debates no campo de estudos das relações raciais no Brasil, envolvendo a transformação da sua diretriz interpretativa hegemônica. Após a Segunda Guerra Mundial, o tema das relações raciais torna-se central em todo o globo, orientado no sentido do combate do racismo. Nessa conjuntura, a UNESCO financia a realização de pesquisas envolvendo diversos sociólogos como Roger Bastide, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Costa Pinto, Thales de Azevedo, dentre outros, com vistas a estudar as particularidades do Brasil, entendido desde a década de 1930 como uma "democracia racial". O trabalho desses sociólogos, particularmente o de Bastide e Fernandes (1951),

revelou que o país apresentava preconceito e racismo em sua sociedade, definindo um novo marco teórico-analítico a partir do qual passam a ser interpretadas as relações raciais no Brasil.

A partir de 1978, a configuração do campo das relações raciais sofre uma inflexão com a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), que consolidaria conquistas fundamentais na esfera política e institucional. O papel proeminente de Abdias do Nascimento, Lélia Gonzales, Hélio Santos Celso e Wilson Prudente, no sentido do protesto negro contra a ação policial, o racismo estrutural na sociedade brasileira e a discriminação racial foram preponderantes para que, uma década depois, em 1988, a Constituição Federal inserisse artigos definidores de um marco regulatório inovador na luta anti-racista no Brasil. Incluem-se nesse marco a penalização legal da prática de racismo como crime, o reconhecimento dos quilombos e das populações quilombolas e a institucionalização de políticas de ação afirmativa para negros. O novo marco constitucional trouxe mudanças significativas para o campo de relações raciais no Brasil, trazendo ao debate público os temas centrais relacionados ao racismo e às questões étnico-raciais.

Mais recentemente, no campo dos estudos sócio-territoriais, França (2015) constata que, para além da segregação definida por critérios de classe social e renda, que define e desenha territórios urbanos e sociais muito distintos no centro e na periferia, a segregação por raça na cidade de São Paulo também é uma realidade marcante, sobretudo em se tratando da dificuldade de acesso de negros às áreas urbanas melhor localizadas, embora seja negligenciada pela literatura consolidada sobre o tema. A partir de pesquisa quantitativa de concentração de grupos por raça, com base nos dados censitários de 2000 e 2010, o autor indica que o grupo mais segregado em função da cor da pele na metrópole é o de classe média alta.

O mapeamento de matrizes de dados que informem sobre a localização e os processos de ocupação de bairros com importante concentração negra na cidade não significa meramente a possibilidade de rastrear concentrações de grupos negros na cidade nesse período, mas abre caminhos para identificar de maneira crítica os processos históricos, urbanos e sociais que levaram a essas formações. Resgatar a história dos bairros negros de São Paulo ao longo do "longo século XX" é tratar, a partir do ponto de vista negro, do período em que a cidade torna-se uma metrópole e que os negros passam a ter espaço e voz, embora bastante reduzidos, no contexto social paulistano.

Este mapeamento crítico, atrelado a uma investigação sobre o processo de formação das concentrações de população negra em determinados bairros da cidade no período em questão, permitirá verificar as informações indicadas na bibliografia de referência sobre a presença negra em São Paulo, complementando esses registros. Também permitirá avaliar a pertinência e a abrangência das fontes utilizadas para compor um quadro mais amplo da localização e das condições de vida do negro na cidade. Finalmente, a partir da complementação das fontes, permitirá avaliar o tipo de sociabilidade, as possibilidades de mobilidade social e suas possíveis relações com as redes e os dispositivos urbanos existentes nesses bairros. O confronto das informações levantadas com os dados recentes de concentração de população negra na cidade também tornará possível avaliar as condições de sua permanência nos bairros, dando insumos para uma análise das estratégias de resistência, fixação e apropriação da cidade utilizadas por essa população.

As informações levantadas serão cotejadas com dados censitários recentes, que incluem registros por cor e raça, de modo a possibilitar comparações no tempo, averiguando a permanência ou não das concentrações negras identificadas na cidade, permitindo formular hipóteses investigativas sobre a estabilidade desses assentamentos.

Esse material será interpretado à luz da bibliografia produzida sobre a cidade nesse período (Sodré, 1988; Rolnik, 1999; Domingues, 2004; França, 2015), de forma a conduzir a recomposição histórica e a caracterização dos bairros que registraram concentrações de população negra, as origens e trajetória dos membros das famílias residentes, dando insumos para compreender a forma específica de integração do negro à cidade.

A realização do mapeamento crítico proposto tornará possível avaliar as condições de permanência dos negros nos bairros, permitindo uma análise das suas estratégias de resistência, fixação e apropriação da cidade. Dessa forma, esperamos também contribuir para a consolidação de novos parâmetros analítico-interpretativos sobre a história dos processos urbanísticos e de produção do espaço na cidade de São Paulo que considerem as relações étnico-raciais como critério fundamental.

REFERÊNCIAS:

ALBERTO, Paulina. **Terms of Inclusion**: Black Intellectuals in Twentieth-Century Brazil. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. "A vala comum da 'raça emancipada': abolição e racialização no Brasil, breve comentário". In: **História Social**, n. 19, 2010.

ANDREWS, George Reid. **Negros e Brancos em São Paulo**. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

BASTIDE, Roger; Fernandes, Florestan, 1951. **O preconceito racial em São Paulo**. São Paulo: Publicações do Instituto de Administração.

BERNARDO, Terezinha. **Memória em branco e negro**: olhares sobre São Paulo. 2. Ed. São Paulo: Educ, Editora UNESP, 2007, v.1. 207p.

CABRAL, Muniz Sodré. **O terreiro e a cidade:** a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Cidade febril.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, [1984] 1995.

DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada:** negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Senac, 2004.

FARIAS, Juliana Barreto et al. (org), **Cidades Negras.** Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XX. São Paulo, Alameda, 2006.

FELDMAN, Sarah. **Planejamento e Zoneamento. São Paulo (1947-1972).** São Paulo: Edusp/FAPESP, 2005.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio F. A. Pesquisa recente em história urbana no Brasil. In: PADILHA, Nino (org). **Cidade e Urbanismo:** história, teorias e práticas. Salvador: UFBA, 1998.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro à sociedade de classes.** Rio de Janeiro: M.E.C., 1964.

FRANÇA, Danilo S. Nascimento. "Desigualdades e segregação residencial por raça e classe". In: Marques, Eduardo. (Org). **A Metrópole de São Paulo no século XXI:** espaços, heterogeneidades e desigualdades. 1a. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015, pp. 223-251; entre outros.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala.** São Paulo: Edusp, 2006.

HASENBALG Carlos, **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

GOMES, Flávio dos Santos e Domingues, Petrônio (org). **Políticas da Raça.** Experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2014.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos**. Contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). São Paulo: Edusp/Edunicamp, 2008.

LEBRET, Louis-Joseph. "Sondagem preliminar a um estudo sobre a habitação em São Paulo". In: **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1951.

LOVE, Joseph. **A Locomotiva: São Paulo na Federação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MAIA, Francisco Prestes. **Estudo para um Plano de Avenidas para São Paulo**. São Paulo: PMSP, 1930.

PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. "A cor nos censos brasileiros". In: **Revista USP**, São Paulo, n.40, pp. 122-137, dezembro/fevereiro 1998-99, pp 122-137.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ROLNIK, Raquel. "Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro". In: **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais:** o negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 1989.

SAGMACS. 1958. **Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana**. São Paulo: PMSP.

SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **Questões Urbanas e Racismo**. Petrópolis: DP et Alli, 2012.

SILVA, Maria Nilza da. *Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. **Carnaval em branco e negro**: carnaval popular paulistano (1914-1988). Campinas: Editora da Unicamp, 1984.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Retrato em Branco e Negro**. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco**. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SODRÉ, Nelson Wernek. **Formação histórica do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

WEINSTEIN, Barbara. **The color of modernity:** São Paulo and the making of Race and Nation in Brazil (radical perspectives). Durham: Duke University Press, 2015.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Chácaras e casebres**: o espaço da viveria negra nos arredores de São Paulo. In: Sonhos africanos, vivências ladinas. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

Salvador - 2018

O PREFEITO ANTÔNIO PRADO E A POPULAÇÃO NEGRA DA CIDADE DE SÃO PAULO (1899-1911)

THE MAYOR ANTÔNIO PRADO AND THE BLACK POPULATION OF THE CITY OF SÃO PAULO (1899-1911)

EL PREFECTO ANTÔNIO PRADO Y LA POBLACIÓN NEGRA DE LA CIUDAD DE SÃO PAULO (1899-1911)

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA.

BARONE, Ana Cláudia Castilho
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAU USP.
anabarone@usp.br

NASCIMENTO, Débora Fernandes
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela FAU USP.
debora.nascimento@usp.br

O PREFEITO ANTÔNIO PRADO E A POPULAÇÃO NEGRA DA CIDADE DE SÃO PAULO (1899-1911)

THE MAYOR ANTÔNIO PRADO AND THE BLACK POPULATION OF THE CITY OF SÃO PAULO (1899-1911)

EL PREFECTO ANTÔNIO PRADO Y LA POBLACIÓN NEGRA DE LA CIUDAD DE SÃO PAULO (1899-1911)

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA.

RESUMO:
Conforme Rui Barbosa, a abolição da escravidão no Brasil foi de uma ironia atroz: se, por um lado, libertava o negro de uma relação de exploração, por outro o colocava à margem da sociedade, sem a proteção de qualquer instituição. Esse desfecho torna claro que, para a sociedade brasileira, o destino do negro importou até o momento em que a economia do país dependeu de sua mão-de-obra. Assim que ela foi substituída pelo imigrante branco, o manumitido tornou-se símbolo de vergonha, uma população a ser apagada do cenário nacional.
Nada foi garantido ao negro liberto: colocado em uma nova relação de trabalho baseada na competição, não obteve auxilio ou orientação por parte das instituições que compõem o Estado. Muito pelo contrário, o próprio Estado favoreceu a chegada de imigrantes brancos para substituírem a mão-de-obra negra liberada pela manumissão. Dessa forma, a relação de submissão se manteve, se não pela exploração direta do trabalho, pela sujeição do ex-escravizado a um quadro de obstrução a sua ascensão na sociedade. Assim, a nova ordem econômica e social lançou o negro em uma situação de risco para a sua própria sobrevivência.
Durante o pré e o pós abolição São Paulo cresceu tanto demográfica quanto economicamente, mas o seu desenvolvimento não atingiu as camadas mais pobres. Figura preponderante ao longo desse processo, o Conselheiro Antônio Prado é um dos atores sociais que melhor representam as contradições desse período. Senador que defendeu a abolição apenas por interesses políticos, tornou-se também prefeito da cidade de São Paulo durante o longo período entre 1899 e 1911. Em sua gestão como prefeito, percebe-se um processo de segregação mascarado por meio de medidas que visavam a "europeização" da cidade, calcadas na expulsão do negro e na destruição de seus espaços de moradia, encontro, cultura e religião.
A presente pesquisa visa estudar como a política urbana adotada por Antônio Prado, como prefeito, influenciou a segregação do negro na cidade, revelando as contradições das suas posições ao longo do processo de abolição no Brasil. A combinação entre o tratamento dado à questão negra, a difícil inserção dos manumitidos na sociedade de classes e a dinâmica espacial da cidade nesse período resultou em uma formação sócio-racial-territorial que pode ser observada até hoje em São Paulo. Em sua maioria, os negros ainda se concentram nas camadas mais baixas da população, residem nas periferias da cidade ou em áreas precárias e seus espaços de convivência localizam-se longe dos centros e dos bairros mais nobres. Dessa forma, o aspecto racial presente nos procedimentos adotados pelo primeiro prefeito de São Paulo assume grande relevância, à medida que essa característica permaneceu e tornou-se recorrente no urbanismo que se praticou na cidade desde então.
PALAVRAS-CHAVE: Negros em São Paulo, Prefeito Antônio Prado, Urbanismo na Primeira República.

ABSTRACT:
As Officer Rui Barbosa said, abolition in Brazil was an atrocious irony: on the one hand, it released black people from exploitation, on the other it placed them on the margins of society, exempted from protection of any institution. This conclusion reveals that, for Brazilian society, the destiny of black people mattered as long as the country's economy

depended on their labor. Once replaced by white immigrants, the ex-slaved man became a symbol of shame, someone to be erased from the national scene.
Nothing was guaranteed for the ex-slaved black population: subjected to a new competitive working relationship for which they were not prepared, they did not have any support or guidance from the institutions that set up the State. Thus, their subjection was maintained, both by the direct exploitation of their labor and by the obstruction of their social ascension. Therefore, the new economic and social order released the black man as responsible for his own survival.
During the pre- and post-abolition São Paulo grew both demographically and economically, but this development did not reach the poorest strata. Predominant figure throughout this process, the Counsellor Antônio Prado is one of the social actors that best represent this period's contradictions. Senator, who defended abolition for political interests, also became city mayor of São Paulo, during the long period between 1899 and 1911. In his mandate as mayor, a process of urban segregation was put into practice, disguised by measures aimed for the city "Europeanization". This process was based on the expulsion of black population from the central areas and the destruction of their spaces of living, meeting, culture and religion.
The present research aims to study how the urban policy adopted in the mandate of Antônio Prado influenced the segregation of black people in the city. This policy also reveals contradictions of his positions assumed throughout the abolition process in Brazil. A conjunction of how the racial question was treated, the insertion of freed black people into an economy based on class relations and the spatial city dynamics resulted in a socio-racial-territorial formation that can be perceived until today in São Paulo. The majority of black population is still concentrated in the lowest strata of society, living in the city outskirts or in precarious areas, and their dwelling spaces are located far from the high-class neighborhoods and districts. Thus, the racial aspect identified in the procedures adopted by the first city mayor assumes great relevance, as this characteristic remained and became recurrent in the urbanism practiced in São Paulo ever since.
KEYWORDS: *Black people in São Paulo, Mayor Antônio Prado, Urbanism in the First Brazilian Republic.*

RESUMEN:
La abolición de la esclavitud en Brasil fue de una ironía atroz: por un lado, liberaba al negro de una relación de explotación, por otro, lo colocaba al margen de la sociedad, sin la protección de cualquier institución. Este resultado dejó en claro que, para la sociedad brasileña, el destino del negro importaba siempre y cuando la economía del país dependiera de su mano de obra. Una vez que fue sustituida por el inmigrante blanco, el manumitido se convirtió en símbolo de vergüenza, una población a ser eliminada del escenario nacional.
Nada le fue garantizado al negro liberado: colocado en una nueva relación de trabajo basada en la competición, no obtuvo auxilio o orientación por parte de las instituciones que componen el Estado. Por el contrario, el propio Estado favoreció la llegada de inmigrantes blancos para sustituir a la mano de obra negra liberada por la manumisión. De esa forma, la relación de sumisión se mantuvo, ya no por la explotación directa del trabajo, pero en cambio, por la sujeción a un cuadro de obstrucción de su ascenso social. Así, el nuevo orden económico y social arrojó al negro en una situación de riesgo para su propia supervivencia.
Durante la pre y post abolición, São Paulo creció demográfica y económicamente, pero su desarrollo no alcanzó los estratos más pobres. Figura preponderante a lo largo de este proceso, el Consejero Antônio Prado es uno de los actores sociales que mejor representan las contradicciones de ese período. El senador, que defendió la abolición sólo por intereses políticos, se convirtió también en alcalde de la ciudad de São Paulo, durante el largo período entre 1899 y 1911. En su gestión como alcalde, se percibe un proceso de segregación enmascarada a través de medidas que apuntaban a la "europeización" de la ciudad, basadas en la expulsión del negro y en la destrucción de sus espacios de vivienda, encuentro, cultura y religión.
La presente investigación pretende estudiar cómo la política urbana adoptada en el mandato de Antônio Prado influenció la segregación del negro en la ciudad, revelando la contradicción de las posiciones asumidas por él a lo largo del proceso de abolición en Brasil. La combinación entre el trato dado a la cuestión negra, la difícil inclusión de los manumitidos en una economía de clases y la dinámica espacial de la ciudad en ese período resultó en una formación socio-racial-territorial que puede ser observada hasta hoy en São Paulo. En su mayoría, los negros se concentran en los estratos más bajas de la sociedad, residen en las periferias de la ciudad o en áreas precarias y sus espacios de convivencia

se localizan lejos de los centros y barrios más nobles. De esta forma, el aspecto racial presente en los procedimientos adoptados por el primer prefecto de la ciudad asume gran relevancia, a medida que esa característica permanece y se vuelve recurrente en el urbanismo que se practica en la ciudad desde entonces.
PALABRAS CLAVE: *Negros en São Paulo, Alcalde Antônio Prado, Urbanismo en la Primera República brasileña.*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo estudar como as obras realizadas por Antônio Prado durante seu mandato na prefeitura de São Paulo (período de 1899 a 1911), afetaram a população negra da cidade. Em outras palavras, como os melhoramentos urbanos instaurados pelo prefeito contribuíram para a espacialização do negro, considerando seus lugares de cultura, encontro e moradia, bem como o acesso aos bens públicos e aos benefícios da cidade.

A escolha por estudar as intervenções urbanas para compreender a segregação da população negra e o racismo presente na construção da cidade se dá porque se considera que as áreas do urbanismo e do planejamento urbano são de grande relevância, pois as construções urbanas e o desenvolvimento das cidades contêm marcas históricas dos processos de definição de disputas sócio-territoriais entre grupos, inclusive aquelas de conteúdo racial. Portanto, analisar a história de São Paulo levando-se em consideração os aspectos raciais que marcaram os projetos idealizados e/ou instaurados na cidade é importante para entender as transformações e as desigualdades urbanas.

São Paulo é uma das cidades mais importantes do país, mas tem uma história profundamente marcada pela segregação do negro. Após a abolição, a cidade passou por grandes surtos econômicos que refletiram no seu urbanismo, ao mesmo tempo sua população cresceu, dentre outros fatores, também devido à grande parcela de alforriados, que constituíram as classes mais baixas da sua sociedade. Assim, em seu território, São Paulo revela muitos dos embates que relegaram ao negro as porções mais precárias do território urbanizado, desde os primeiros tempos do seu desenvolvimento.

Figura importante na construção do espaço urbano de São Paulo, Antônio Prado foi um dos grandes responsáveis por empregar as características raciais presentes ainda hoje, tornando-se, portanto, essencial para a análise. O prefeito foi considerado responsável por um dos maiores surtos urbanísticos da cidade, mas, se por um lado suas ações visavam o desenvolvimento urbano, por outro segregavam o negro no território.

Antes de tornar-se prefeito, Prado construiu uma carreira política e tornou-se uma personalidade influente em diversas áreas, inclusive editando o jornal O Correio Paulistano. É analisando suas ações durante essa trajetória, inclusive utilizando o periódico para ter o contexto no qual se dava a implementação de suas políticas, que se percebe que Prado era um abolicionista de fachada, suas ações, longe de serem efetivamente focadas em inserir os manumitidos à sociedade, se voltam para manter uma organização social, na qual o negro é marginalizado.

~~~~~~~~~~~~*~~~~~~~~~~~~

Século de transformações, o final do XIX foi marcado pela abolição da escravidão. Esta, como coloca Angela Alonso, "é desses eventos raros na história do país; divide águas, seja como fato, seja como símbolo" (ALONSO, 2014, p. 115). No entanto, a libertação apenas por si não foi suficiente para inserir os manumitidos na sociedade.

> A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos de responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros da economia competitiva. (FERNANDES, 1978, p. 15)

Conhecem-se as contradições entre a questão da libertação dos escravos, o movimento abolicionista, o governo e a sociedade. No entanto, cresce o debate sobre o real significado da abolição para o povo negro, já que o Estado, mesmo eliminando a escravidão de todo o país, não implementou nenhuma política para garantir a cidadania e a condição de igualdade aos emancipados.

O manumitido perde o espaço que tinha na sociedade como elemento fundamental para a produção, sem que nada lhe tenha sido oferecido como garantia. Foi substituído pelo imigrante em seus postos de trabalho, de modo que os ex-senhores não tiveram interesse em empregar a população liberta. Locais de cultura, encontro e moradia foram sendo apagados ou destruídos, muitas vezes pelo próprio Estado. O negro teve finalmente a sua liberdade, mas na prática isso não representou uma mudança significativa na sua efetiva autonomia.

No contexto da abolição, no lugar de políticas para promover a inserção dos ex-escravizados, emerge a "ideologia do branqueamento", ou seja, a crença segundo a qual a substituição do manumitido por imigrantes brancos levaria paulatinamente à eliminação do elemento negro da sociedade (SKIDMORE, 2012, p.111; SCHWARCZ, 1993, p. 85). Essa ideologia foi tão forte que até hoje exerce influência sobre a posição social dos negros no Brasil.

> Como não houve integração imediata do negro liberto e de seus descendentes ao mercado de trabalho, eles se mantiveram em posições sociais de franca inferioridade, semelhantes às ocupadas anteriormente. Assim, as diferenças raciais continuaram a expressar inferioridade social, mantendo-se os preconceitos e as discriminações, embora com as novas funções sociais de afastá-los e prejudicar na concorrência econômica, social e cultural. (CARDOSO, 2008, p. 13)

Para estudar o fim da escravidão e o que ela significou para os ex-escravizados, tanto no que se refere à sociedade, quanto às ações do Estado, esta pesquisa enfoca as transformações urbanísticas da cidade de São Paulo, lugar de economia crescente e de referência no movimento abolicionista.
~~~~~~~~~~~~

Uma das figuras proeminentes no processo de abolição foi o Conselheiro Antônio Prado (Figura 1), que fez parte do movimento contra a escravidão e posteriormente tornou-se o primeiro prefeito de São Paulo. Neste posto, executou grandes planos de ordenamento urbano, tornando-se, segundo Prestes Maia, responsável pelo "segundo surto urbanístico" da cidade (TOLEDO, 2004, p.59). No entanto Antônio Prado não era exatamente um abolicionista convicto[1]: sua verdadeira posição pode ser observada pelo tratamento dado à questão negra na sua gestão como prefeito, após a abolição. Ocupando um cargo político de grande importância, Prado pouco fez pelos ex-escravizados, e as grandes transformações que fez na cidade pouco se direcionaram aos mais pobres.

Figura 1: Retrato de Antônio Prado.
Fonte: Autor desconhecido. Acervo Icnográfico USP.

Vindo de uma família tradicional de fazendeiros, Antônio da Silva Prado (1840-1929) foi político de longa carreira, empresário e banqueiro. Foi fundador e Presidente da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais e da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Durante a monarquia, em seus vários mandatos políticos, esteve presente nas discussões sobre a abolição, defendendo o fim da escravidão, desde que esta não afetasse os interesses dos grandes fazendeiros. Nessa posição, foi escolhido para auxiliar na redação de leis como a

[1] Antônio Prado era considerado um conservador moderado e escravista. Em meio aos atritos entre abolicionistas e senhores de escravos, Prado tornou-se defensor da abolição buscando equilibrar as demandas de ambos os lados e garantir os interesses dos grandes fazendeiros. Assim, o Conselheiro pode ser considerado um "abolicionista de última hora", cujo objetivo era garantir a estabilidade política e econômica do grupo social dominante. Como coloca Thomas E. Skidmore: "Antônio Prado, um dos mais ricos fazendeiros de São Paulo, (...) apoiou a emancipação incondicional em maio de 1888, ainda que no ano anterior se opusesse com ardor ao fim da escravidão" (SKIDMORE, 2012, p. 80)

Saraiva Cotegipe e a Lei Áurea, estimulando as melhores ações para manter a estabilidade econômica e política de acordo com os desejos das grandes elites[2].

Ao mesmo tempo em que trabalhava a questão do fim da escravidão, Prado não poupou esforços para implantar no país uma política de atração de imigrantes, por meio de subsídios do governo brasileiro e acordos com governos europeus. Contraditoriamente, apesar de suas atitudes pela libertação dos escravos, ele não procurou estimular a conversão dos negros em trabalhadores. Em vez disso, buscou estimular a imigração de europeus, propulsionando a ideia de "branquear o país" por meio da substituição da sua mão de obra.

Desejava-se o branco, já que o negro era visto como uma raça inferior, uma população preguiçosa que não servia para o trabalho. A superioridade da raça branca marcava o debate na escala internacional, com estudos como o "Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças Humanas" de 1855, do conde francês Joseph Arthur de Gobineau, que visava ratificar estas noções (cf. GAHYVA, 2011). Gobineau colocou em comparação as raças branca, amarela e negra, pontuando suas supostas diferenças, com o intuito de comprovar a superioridade da primeira em relação às outras, principalmente em relação à última. O autor defendia também que, apesar de inevitável, a miscigenação era uma forma de degeneração da raça superior. Assim, seu ensaio se tornou uma ferramenta para corroborar o preconceito de cor, colocando o negro e o mestiço como raças inferiores. Publicações como a de Gobineau ajudaram a difundir a ideologia da superioridade racial no mundo ocidental, disseminando no senso comum o racismo.

Com o tempo, ainda que teoricamente tenha perdido força, o racismo penetrou na sociedade por meio de suas instituições, relegando ao negro as posições mais baixas na sociedade e na cidade (SCHWARCZ, 1993, p. 75; SKIDMORE, 2012). A raça, portanto, é fator essencial para a inserção urbana, oportunidades de ascensão social e o reconhecimento como cidadão, moldando inclusive as atitudes do Estado para com os manumitidos.

Como prefeito de São Paulo, Antônio Prado deparou-se com um território em intensa transformação. Sua atuação visou à modernização da cidade, o que significava, naquele momento, imprimir-lhe uma feição europeizada. Assim, Prado, além de implementar redes de eletricidade, saneamento e meios de transporte mais eficientes (Figura 2), também estimulou a abertura de espaços públicos e ajardinados que permitiam a entrada de sol e auxiliavam a combater surtos epidêmicos (cf. SEGAWA, 2000; SIMÕES, 1995). A prefeitura cercou-se também de especialistas como o engenheiro e urbanista Victor Freire e o médico sanitarista Emílio Ribas.

Entre as obras de reformulação urbana que promoveu durante esse longo período, destacam-se a reforma do Vale do Anhangabaú com a criação do jardim e a construção do Teatro Municipal; a edificação de um novo Viaduto do Chá (Figura 3) para acomodação de novos bairros de elite nos Campos Elíseos e na Luz e a reurbanização do Parque D. Pedro II. Prado reformou a cidade, de modo que cada vez menos se reconhecesse a cidade de Taipa; agora ela era a cidade de Tijolo, a nova Paris, a "cidade dos italianos" (cf. PORTA, 1954; PETRONE, 1955; TOLEDO, 2004; PEREIRA, 2004).

[2]Antônio Prado foi o maior cafeicultor de São Paulo e grande proprietário de escravos. Como conservador, assegurou sua simpatia pela abolição desde que de acordo com os seus interesses e os da elite cafeicultora. Foi assim, por exemplo, com a Lei Saraiva Cotegipe, a qual Prado só apoiou quando foram garantidas algumas modificações no projeto. (ALONSO, 2015, p. 286).

Figura 2: Cartão Postal n°8 – Praça Antônio Prado.
Fonte: Guilherme Gaensly (1905/1910). Sampa Histórica.
(https://sampahistorica.wordpress.com/2015/07/08/a-serie-b-de-guilherme-gaensly)

Figura 3: Viaduto do Chá, uma das obras de Antônio Prado.
Fonte: Autor desconhecido. Acervo do Instituto Martius-Staden.

Figura 4: Inauguração do bonde elétrico na cidade de São Paulo. 21 de fevereiro de 1900.
Fonte: Autor desconhecido. Acervo FPHESP.

O principal instrumento utilizado pelo poder público municipal para dar ensejo às reformas urbanas do período foi a desapropriação, que segundo Naclério Homem (1998) foi, na época, um dos maiores gastos do município.

Um grande exemplo disso está nas ações da prefeitura em relação à Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (Figuras 5 e 6), hoje localizada no Largo do Paissandu, mas originalmente construída no Largo do Rosário, no século XVIII. Em sua localização original, a igreja estava inserida no circuito da comunidade negra, representando não só um lugar de religião, mas também um centro de moradia, convivência e cultura dos manumitidos[3]. Segundo Clovis Moura, a comunidade ao redor e a Igreja foi desapropriada no fim do século XIX, sob o pretexto de abrir espaço para o desenvolvimento da cidade.

> Tanto as casas como o cemitério foram desapropriados. Ainda segundo Raul Joviano do Amaral, a "utilidade municipal" (razão alegada para a desapropriação) era um eufemismo que escondia as verdadeiras intenções das autoridades: tirar a igreja dos negros do privilegiado local em que se encontrava, na área mais valorizada da cidade. A iniciativa da edilidade criou uma crise na Irmandade e houve necessidade de medidas conciliatórias para não desunir os irmãos. Depois dos casebres africanos evidentemente seria a vez da velha igreja. (MOURA, 1983, p. 148)

[3] De acordo com Moura (1983), a Irmandade da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, de São Paulo, nasceu das dificuldades dos manumitidos de conseguirem manifestar suas crenças africanas, organizando-se então sob as crenças da religião dominante. A irmandade teve papel fundamental na "vida social dos negros em São Paulo", mantendo, além da prática religiosa, um cemitério e toda uma comunidade que foi construída ao redor da Igreja N.S. do Rosário.

Atualmente, o antigo Largo do Rosário tem o nome de Praça Antônio Prado, em homenagem ao ex-prefeito. O passado de melhorias foi reconhecido a partir dessa mudança de nome, que privilegiou as conquistas da elite branca no local[4].

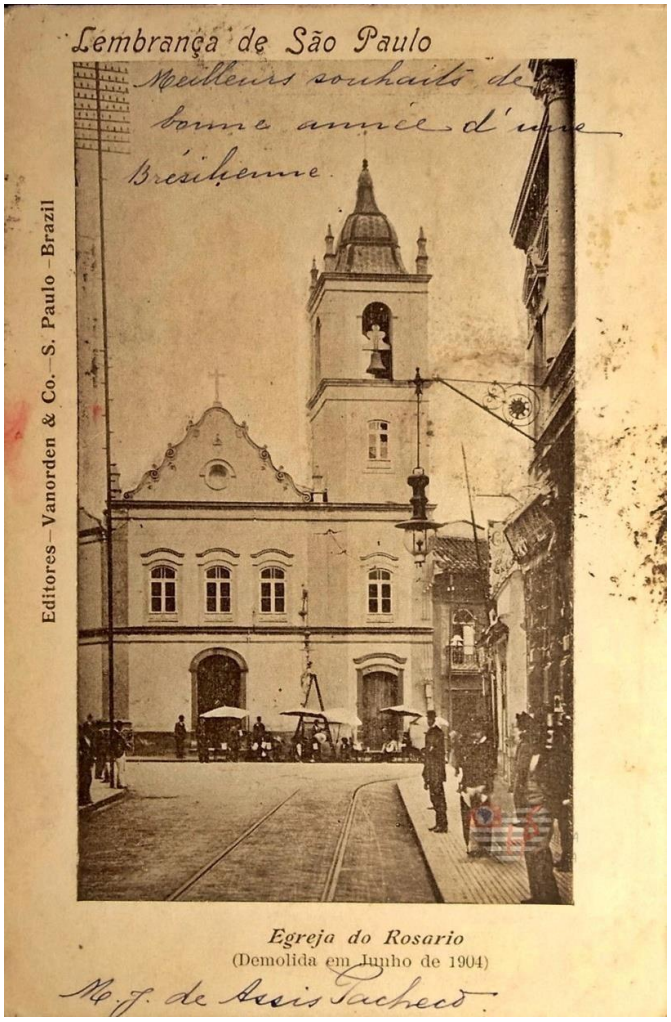


Figura 5: Postal da Igreja Nossa Senhora do Rosário em seu local original.
Fonte: Vanorden & Co. Sampa Histórica.
(https://sampahistorica.wordpress.com/2014/03/07/igreja-do-rosario-2/)

[4] Em contraponto ao predomínio branco e fruto das lutas do movimento negro, em 2016 foi inserido na Praça Antônio Prado o monumento em homenagem a Zumbi dos Palmares, pela Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SMPIR) por ocasião do Dia da Consciência Negra. O monumento é uma obra do artista José Maria dos Santos, com dois metros de altura e produzido em bronze.
A escolha da Praça é emblemática, pois era o local onde havia originalmente a Irmandade da Igreja do Rosário dos Homens Pretos, assim, quase um século após a retirada, a população negra volta a ser lembrada como parte da construção da cidade e o processo de apagamento e segregação é parcialmente reconhecido.

Figura 6: Igreja Nossa Senhora do Rosário atualmente, no Largo do Paissandu (SP).
Fonte: Autor desconhecido. Sampa Histórica.
(https://sampahistorica.wordpress.com/2014/12/16/a-igreja-do-rosario-hoje/)

Além das desapropriações, as intervenções de Prado voltadas para a população de baixa renda orientavam-se pela questão sanitária[5], com o sentido de evitar a proliferação de doenças. Sem preocupar-se com os meios para a população liberta inserir-se na cidade e na sociedade, seja pelo trabalho ou pela educação (Figura 7), seu mandato também foi marcado pela valorização fundiária e pelo fomento do mercado imobiliário. Assim, as "terras altas" foram tomadas pela população rica e pelos serviços e comércios voltados a abastecer essa parcela da sociedade. A população mais pobre foi jogada para as chamadas "terras baixas", perto de várzeas, longe dos meios de transporte, do abastecimento de água e do saneamento. Suas casas foram desapropriadas, seus espaços de culto e reunião foram perseguidos e demolidos para abrir espaço para usos elitizados.

[5] Cândido Malta coloca que "sob a égide do sanitarismo, expulsaram-se usos e moradores indesejáveis para a requalificação do centro urbano" (CAMPOS, 2004, p. 73). Ou seja, o sanitarismo de Antônio Prado contribuiu para organizar a cidade conforme os interesses da elite paulistana.

Figura 7: Retrato de homem idoso recostado em grade metálica da Rua São João.
Fonte: Vicenzo Patore (1910). Acervo Instituto Moreira Salles.

Antônio Prado é símbolo da ambiguidade presente no contexto do pós-abolição. Como "conservador de veludo" (ALONSO, 2015, p. 285), fez parte do movimento abolicionista, não pela liberdade dos escravos, mas pela proteção dos interesses econômicos e políticos da elite. Assim, se na monarquia Prado demonstrava interesse pela liberdade dos escravos, mesmo que não genuína, como político republicano nada fez pela população liberta. Ao contrário, o ex-prefeito agiu em detrimento do fortalecimento dos manumitidos como cidadãos. O período de sua administração como prefeito torna-se, portanto, emblemático para a análise do significado do pós-abolição na Primeira República para os negros, do ponto de vista do urbanismo em São Paulo.

O Jornal O Correio Paulistano, que foi durante a década de 1880 editado pelo próprio Antônio Prado, é uma fonte preciosa para se compreender o modo como a população negra era vista pela elite paulistana do período. Publicado entre 1854 e 1963, teve a direção editorial assumida por Antônio Prado em 1882, o qual deu ao jornal uma orientação abolicionista e republicana, mas o levou, depois de algum tempo, às vias conservadoras.

> Nascido [...] como um órgão de imprensa liberal e independente, logo a seguir conservador e dependente do poder político oficial da província de São Paulo, novamente adepto da trilha liberal, abolicionista e republicana, o Correio Paulistano tornou-se mais uma vez oligárquico e conservador depois do advento da República, atingindo nesse período sua maioridade e prestígio juntamente com o PRP, então dirigido pelos oligarcas paulistas Manuel Ferraz de Campos Sales, Prudente de Morais, Antônio Prado e Francisco de Paula Rodrigues Alves, entre outros. (COHN, Amelia, 1981, p.1)

Lendo suas páginas, é possível perceber que, conforme se aproxima a abolição, aumenta a tensão entre o governo e os fazendeiros em relação aos escravos. No entanto, é curioso observar que, no início do século XX, o negro quase desaparece das notícias. A grande ênfase passa a ser o trabalhador livre imigrante, bem como às ações de Antônio Prado para estimular a imigração e as formas de estabelecer a nova mão de obra. O negro, quando aparece, é tratado com um tom pejorativo, é "malandro", "bruxo", "ladrão", "assassino". A mulher negra é sexualizada, "feiticeira" que seduz o homem branco "de bem" e que, como prole, tem descendentes deficientes e de moral duvidosa (cf. CP, 24/05/1891).

Não são incomuns, no jornal, textos que apresentam "provas" da inferioridade do negro. Os artigos o descrevem como alguém que foge ao trabalho e não acrescenta em nada à nação. Ao mesmo tempo, o jornal exalta a vinda de imigrantes europeus, vistos como homens que tem o sangue nobre do trabalho. O negro, então, torna-se um elemento a ser apagado. Em outras palavras, se durante a escravidão o negro era produto, na emancipação passa a ser motivo de vergonha: "[...] O espantoso movimento que tem tido lá a imigração, há de forçosamente expulsar do trabalho o negro cansado, retardatário e odioso como agente da produção nacional" (cf. CP. 6/11/1887).

As propostas de Antônio Prado, longe de preocuparem-se com a população negra, vão marginalizar os alforriados na cidade. Percebe-se, então, que o planejamento urbano na gestão de Prado perseguiu um padrão, no qual o negro foi segregado de uma forma que repercute até hoje na organização da cidade: seus espaços de moradia, cultura e convivência são destruídos, restando apenas a periferia e as áreas precárias como alternativa de sobrevivência, longe dos benefícios da urbanização da cidade. Assim, se por um lado Antônio Prado é responsável por um dos maiores surtos urbanísticos de São Paulo, por outro também possui grande influência na segregação sócio-espacial dos manumitidos.

Dessa forma, a conquista da liberdade para os ex-escravos não representou mudanças na sua situação na sociedade. Se na escravidão negros e brancos ficavam divididos em Casa Grande e Senzala, na cidade essa situação se reestabelece pela oposição entre Centro e Periferia. O governo e suas instituições não se preocuparam em inserir a população liberta e dar-lhe condições de sobrevivência; ao contrário, utilizaram de seus meios para discriminá-la e essa atuação, mais do que isolar o negro, o colocou à margem como cidadão.

A pobreza dos manumitidos, portanto, não se concentra apenas na questão financeira ou espacial, mas também afeta sua posição como parte de uma nação, como indivíduo com direitos. Como coloca Fischer, "o acesso a direitos legais e garantias fundamentais moldaram as experiências da escravidão, abolição e urbanização." (FISCHER, 2008, p. 05).

Nesse sentido, a lógica de exploração se perpetua pautada na racialização que, se antes legitimava a exploração direta do trabalho, agora passa a "naturalizar" uma sociedade de classes. O negro mesmo com a liberdade, não tem direitos, não tem espaço na cidade, é marginalizado e explorado. Sendo assim, o urbanismo praticado por Antônio Prado refletiu um modelo social de inserção do manumitido pautado na segregação racial que ecoa até hoje e que pouco é discutido.

REFERÊNCIAS:

ALONSO, Angela. **O Movimento abolicionista como movimento social**. Novos Estudos, CEBRAP São Paulo, novembro de 2014

_____. **Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868 – 88)**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

ANDREWS, George Reid. **Negros e Brancos em São Paulo (1888 - 1988)**. Bauru: EDUSC, 1998

BARROS, Rafael de**. O Correio Paulistano**. São Paulo. 20 de dezembro de 1887.

BASTIDE, Roger. FERNANDES, Florestan. **Brancos e Negros em São Paulo**. 4ª ed. São Paulo: Global Editora, 2008

BRODWYN, Fischer. **A Poverty of Rights**. 1ª ed. Caifornia: Stanford University, 2008.

CAMPOS, Cândido Malta et al. **São Paulo: Metrópole em trânsito – percursos urbanos e culturais**. São Paulo. Editora

Senac, 2004

COHN, Amélia. **Correio Paulistano**. São Paulo, Faculdade Getúlio Vargas. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIO%20PAULISTANO.pdf. Acesso em:

27/08/2017

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da Liberdade: a escola de Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

COSTA, Luiz Augusto Maia. **O ideário urbano paulista na virada do século. O engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903).** São Paulo: Rima/Fapesp, 2003.

_____. **Victor da Silva Freire: a vida, as ideias e as ações de um urbanista paulistano de primeira hora – 1869/1951**. São Paulo; Cadernos de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Mackenzie, 2015

DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Senac, 2004.

FARIAS, Juliana Barreto et al. **Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. 2 ed. São Paulo. Alameda, 2006

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes – volume 1: ensaio da interpretação sociológica**. 5ª edição. São Paulo. Editora Globo, 2008

GAHYVA, Helga da Cunha. **A epopeia da decadência: um estudo sobre o ESSAI sur l'inegalité des races humaines (1853 – 1855), de Arthur de Gobineau**. Rio de Janeiro. Mana vol. 17 no. 3, 2011

GARCIA, Antônia dos Santos. **Desigualdades raciais e segregação urbana em capitais antigas: Salvador, cidade D´Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **Antônio da Silva Prado, prefeito da cidade de São Paulo: 1899-1910**. V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Anais, Campinas : FAU-PUCCampinas, 1998.

_____. **O Palacete Paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira**. São Paulo: Martins Fontes, 1996

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo**. O Plano e o Pânico – Os movimentos sociais na década da abolição**. São Paulo: Edusp, 1994.

MOURA, Clovis. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983

O Correio Paulistano. Editorial do Rio de Janeiro. São Paulo. 7 de novembro de 1886.

_____. Editorial do Rio de Janeiro. São Paulo. 6 de novembro de 1887.

_____. São Paulo. 10 de outubro de 1888.

_____. São Paulo. 30 de abril de 1890.

_____. São Paulo. 11 de abril de 1891.

_____. São Paulo. 17 de fevereiro de 1900.

_____. São Paulo. 31 de julho de 1900.

_____. São Paulo. 8 de janeiro de 1902.

_____. São Paulo. 8 de janeiro de 1903.

_____. São Paulo. 28 de janeiro de 1906.

_____. São Paulo. 13 de maio de 1906.

_____. São Paulo. 13 de janeiro de 1910.

PETRONE, Pasquale. **A Cidade de São Paulo no século XX: São Paulo transforma-se em metrópole industrial**. Revista de História, São Paulo, v.6, n.21/22, p.127-170, jan./jun 1955

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. **A construção da cidade de São Paulo, 1872-1914**. São Carlos: Rima/Fapesp, 2004.

PORTA, Paula (org). **História da cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX 1890-1954**. São Paulo: Paz e Terra, 2004 – 3 volumes.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. **Antônio Prado**. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014

ROLNIK, Raquel**. A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2003.

_____. **Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro).** São Paulo: Revista de Estudos Afro-Asiáticos, 1989

SANTOS, Renato Emerson (org). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil**. São Paulo. Editora Autêntica, 2007.

_____. **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis: De Petrus, 2012.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEGAWA, Hugo. **Preludio da Metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX só XX**. 2 ed. São Paulo. Ateliê Editorial, 2004.

SILVA, Marcos Virgílio da, 2005. **Naturalismo e biologização das cidades na constituição da ideia de meio ambiente urbano**. São Paulo: FAUUSP (mestrado)

SIMÕES, José Geraldo. **Anhangabaú: História e Urbanismo**. São Paulo. Editora Senac São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2004

SKIDMORE, Thomas. 1976. **Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

TOLEDO, Benedito Lima de. **Três cidades em um Século**. 3 ed. São Paulo. Cosac & Naify, 2004.

WISSEMBACH, M. C. **Sonhos africanos, vivências ladinas – escravos e forros em São Paulo (1850-1880).** Mestrado, USP, 1998.

Venanparq
Salvador - 2018

SOBRE A HISTÓRIA DA ARQUITETURA EM DIÁSPORA: QUILOMBOS NA SOCIEDADE ESCRAVISTA

ABOUT THE HISTORY OF ARCHITECTURE IN DIASPORA: QUILOMBOS IN THE SLAVE SOCIETY

SOBRE LA HISTORIA DE LA ARQUITECTURA EM DIÁSPORA: QUILOMBOS EM LA SOCIEDAD ESCLAVISTA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIO, PROJETO E PRÁTICA

FREIRE, Karen Pessoa
Historiadora, Arquiteta e Urbanista; Mestranda da FAU USP
karen.freire@usp.br

SOBRE A HISTÓRIA DA ARQUITETURA EM DIÁSPORA: QUILOMBOS NA SOCIEDADE ESCRAVISTA

ABOUT THE HISTORY OF ARCHITECTURE IN DIASPORA: QUILOMBOS IN THE SLAVE SOCIETY

SOBRE LA HISTORIA DE LA ARQUITECTURA EM DIÁSPORA: QUILOMBOS EM LA SOCIEDAD ESCLAVISTA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIO, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
O texto integra pesquisa de mestrado que procura reconstituir aspectos arquitetônicos e territoriais de comunidades negras exiladas nas bordas da sociedade escravista mineradora no século XVIII. Os quilombos dos tempos de escravidão e seus remanescentes são matéria de debate nos estudos contemporâneos relacionados à negritude. Dessa maneira, apresentamos uma síntese bibliográfica a respeito da geografia e interações sociais quilombolas, procurando, a partir dessa leitura, levantar questões a serem observadas na pesquisa.
PALAVRAS-CHAVE: Geografia dos quilombos; Organização social quilombola; Relações com sociedade escravista

ABSTRACT:
The text integrates master's research that seeks to reconstitute architectural and territorial aspects of black communities exiled on the edges of the slave mining society in the eighteenth century. The quilombos of times of slavery and their remnants are matters of debate in contemporary studies related to blackness. In this way, we present a bibliographical synthesis about the quilombola´s geography and social interactions, searching, from this reading, to raise questions to be observed in the research.
***KEYWORDS**: Quilombos geography; Quilombola social organization; Relations with slave society*

RESUMEN:
El texto integra investigación de maestría que busca reconstituir aspectos arquitectónicos y territoriales de comunidades negras exiliadas en los bordes de la sociedad esclavista minera en el siglo XVIII. Los quilombos de los tiempos de esclavitud y sus remanentes son materia de debate en los estudios contemporáneos relacionados con la negritud. De esta manera, presentamos una síntesis bibliográfica acerca de la geografía e interacciones sociales quilombolas, buscando, a partir de esa lectura, plantear cuestiones a ser observadas en la investigación.
***PALABRAS-CLAVE:** Geografía de los quilombos; Organización social quilombola; Relaciones con la sociedad esclavista*

INTRODUÇÃO

Base fundamental da população e da mão-de-obra brasileira, a contribuição das culturas negras na formação nacional foi depreciada nos estudos acadêmicos até as últimas décadas do século XX[1], momento quando o tema começa sua ascendência nos estudos históricos, geográficos e afins. A participação ativa do negro na produção material ainda é assunto pouco estudado na historiografia arquitetônica (MELLO, 2012), porém, seria possível que um grupo tão significativo de pessoas não tenha contribuído com a produção material do período senão como ferramentas vazias em conhecimentos, poder de decisão e influência?

Extraídos de sociedades africanas múltiplas[2] (com diferentes ecologias, organizações políticas, econômicas e religiosas) os negros trouxeram consigo heranças culturais que influenciaram a sociedade escravista luso-americana. As condições materiais e sociais adversas não parecem terem impedido que algumas características oriundas de suas culturas de origem tenham interferido na execução das edificações para seu próprio uso[3], como na utilização de seus conhecimentos práticos sobre materiais e técnicas construtivas, costumes de uso das construções e entorno.

Na expectativa de dar passos em direção ao esclarecimento da questão sobre as manifestações materiais da cultura negra em território brasileiro, a pesquisa em andamento investiga os quilombos na região sul e sudoeste do atual Estado de Minas Gerais, descobertos entre as décadas de 1740 e 1770 por expedições que os registraram e destruíram. A partir de vestígios documentais e arqueológicos, procuramos compreender os aspectos territoriais e arquitetônicos desses quilombos, reconhecendo como se processou a escolha de sítios dos quilombos, conformação espacial, sistemas construtivos adotados, formas de uso das edificações, traçando também os modos de relações socioeconômicas entre esses grupos e a sociedade escravista colonial. Nesse momento, sem fazer afirmações sobre esses quilombos em específico, revemos aqui algo do que já foi dito sobre o tema.

ESTUDOS SOBRE QUILOMBOS NO BRASIL

Um dos primeiros autores no Brasil a tratar dos quilombos foi o etnólogo Edison Carneiro. Durante conferência em Dakar em 1953 o autor apresentou sua análise geral sobre o tema, considerando a fuga e ajuntamento dos escravizados negros nos matos o principal método utilizado para escapar das agruras do

[1] A influência do pensamento hierárquico racial, dominante no início do século XX, sobre a criação das primeiras instituições científicas brasileiras e sobre a constituição do patrimônio arquitetônico e artístico nacional pode ser compreendida a partir dos textos Lilia Schwarcz (1993) e Márcia Chuva (2003). Sobre a adoção dos termos das ciências naturais e humanas sob critérios europeus pelos povos subjugados ver Mary Pratt (1999).

[2] A maioria dos africanos enviados como cativos para a território brasileiro entre o séculos XVI e XIX foram embarcados em portos da África Ocidental (região sudoeste abaixo do Saara) e da África Central (próxima à linha do equador, dominada por diferentes povos falantes de línguas com raízes comuns, que nomeamos generalizadamente como povos Bantu). Os textos de Ki-Zerbo (1972), Leila Hernandez (2005) e M'Bokolo (2009) oferecem um panorama sobre as sociedades africanas, enquanto Marina de Mello e Souza (2006) nos permite um entendimento das características dos povos negros que foram trazidos para a colônia luso-americana e de suas relações construídas nessa nova sociedade.

[3] Os estudos de Robert Slenes (1999) e Rafael Marquese (2005) apontam que mesmo nas senzalas houve algumas autonomias na execução das próprias moradias pelos cativos, de acordo com seus padrões culturais e organizações familiares. Autonomias quebradas no processo de normatização da arquitetura das senzalas em quadras no Vale do Paraíba cafeeiro a partir da década de 1840.

cativeiro e forma de rejeitarem a sociedade oficial (que oprimia sua língua, religião e cultura), podendo no isolamento dos quilombos restaurarem antigos estilos de vida e organizações sociais de acordo seus valores africanos (CARNEIRO, 2001).

Já para o sociólogo Clóvis Moura, os quilombos formariam uma sociedade paralela ao sistema escravista baseada no trabalho livre, com ausência de hierarquias que não fossem as necessárias para defesa de suas liberdades. Local de concentração de diferentes grupos em oposição ao sistema dominante (como negros fugidos da escravidão, índios destribalizados, foragidos da justiça), os quilombos constituiriam uma democracia racial em meio à sociedade escravista, da qual não estavam isolados, mas manteriam interações, fossem pacíficas ou conflitantes. Segundo a leitura de Moura, nos quilombos foram reelaborados valores sociais e culturais africanos, acrescido pela experiência empírica adquirida em cativeiro na América. Apesar dos núcleos quilombolas serem individualmente destruídos, eles permaneceram ressurgindo durante todo o período em que houve escravidão, instituindo um contínuo desgaste ao sistema de produção escravista (MOURA, 2001).

As obras de Edison Carneiro e de Clóvis Moura são fundamentais para o entendimento das questões sobre as quais foram construídos os pensamentos sobre os quilombos, sendo referência para estudos posteriores. No entanto, essas visões abrangentes e vinculadas a esquemas interpretativos pré-estabelecidos, quando confrontadas com análises individualizadas dos movimentos populares, não dão conta da complexidade dos eventos históricos. Estudos de caso sobre quilombos específicos[4] têm mostrado situações geográficas, alianças econômicas e organizações sociais heterogêneas, que contradizem imaginários pré-estabelecidos sobre como deveriam ter sido os mocambos. O ideal de quilombo onde imperava a fraternidade entre grupos oprimidos, a difusão da liberdade e extinção local da escravidão ou, de isolamento com sociedade e reedificação de comunidade autenticamente africana, não se confirma frente aos indícios documentais.

As características físicas (relevo, clima, solos, hidrografia e vegetação) e humanas (população, tipo de povoamento, integração entre grupos, distribuição da população no espaço) do território de implantação dos quilombos são essenciais para entendimento de cada um deles. Presentes em todo território onde houve escravidão – fossem pequenas aglomerações ou comunidades com centenas de fugitivos – os quilombos do século XVI e início do XVII (quando a dominação colonial era territorialmente restrita), eram muito diferentes daqueles dos séculos XVIII e XIX, momento quando houve a apropriação do interior do território através da penetração de criadores de gado, preadores de indígenas e mineração (ANDRADE, 2001).

Segundo Manuel de Andrade, as regiões montanhosas com florestas exerciam especial atração à fundação de núcleos quilombolas, devido à facilitação da defesa, oferta de alimentos como frutos e animais para caça, espaço para cultivo, fornecimento de madeira para construções e armas. As construções seriam feitas com folhas e galhos de árvores, executadas com rapidez. A proximidade de cursos d'água era necessária para abastecimento doméstico, que também facilitava a caça quando os animais vinham beber, sendo os riachos e rios não navegáveis preferidos por dificultar acesso do inimigo através de embarcações. Os pontos altos do relevo funcionavam como mirantes para observação de invasores à distância, podendo assim afastar mulheres, crianças e gado do local antes da chegada de tropas repressoras. Favorecidos pelo

[4] Os casos do quilombo do Oitizeiro dentro de fazendas na Bahia em 1806 (REIS, 1996) e do quilombo do Piolho em 1770 e 1795 no Mato Grosso (GOMES, 2005. pp.358-364) mostram a complexidade das associações e disputas entre diferentes grupos sociais nas comunidades quilombolas e sociedade escravista.

conhecimento do terreno, para combate contra os adversários usavam sistema de guerrilha, evitando confrontos diretos, atacando em pequenos grupos e empregando de emboscadas no caminho para que não chegassem às cercas do quilombo (ANDRADE, 2001).

Sobre as relações entre mocambos e sociedade dominante, Manuel de Andrade ressalta as trocas comerciais ou furtos para obtenção de sal, pólvora e armas. Os quilombolas teriam acesso regular às cidades, preferindo o período da noite para fazê-lo, quando a parca iluminação dificultaria seu reconhecimento por inimigos. Segundo o autor, os quilombos seriam internamente hierarquizados, com organização possivelmente tributaria de estruturas africanas. Por vezes se aliavam a índios contra inimigos comuns[5]. Os africanos eram batizados antes da travessia do atlântico e recebiam catequização (que o senhor era obrigado a oferecer no cativeiro), o que podia resultar no sincretismo religioso e uso corrente da língua portuguesa dentro dos mocambos (ANDRADE, 2001). Dessa forma, os quilombos seriam um ponto de encontro entre culturas.

O historiador Carlos Magno Guimarães identifica 160 mocambos na região mineradora nos relatos oficiais entre anos 1710 e 1798. Contradição básica do escravismo moderno, os quilombos seriam uma das formas de manifestação do conflito geral entre classes. As principais atividades de subsistência dessas comunidades seriam a caça, coleta, agricultura, criação de animais, mineração clandestina, assalto a viajantes e fazendas. Constituídos majoritariamente por escravizados fugidos, cada mocambo teve sua época de existência, região e mecanismo de sobrevivência próprio, ou seja, uma configuração histórico-cultural específica. Nas áreas com ouro e diamantes se dedicavam a mineração clandestina e venda do material extraído para obtenção de armas, pólvora, alimentos. Já no sertão da capitania, onde não havia esses minerais, sobreviviam da agricultura, pesca e afins (GUIMARÃES, 1996).

Guimarães nos fala que as relações com sociedade escravista mineira podiam consistir no comércio clandestino com contrabandistas, taverneiros, negras de tabuleiro e fazendeiros; ataques contra viajantes, tropeiros, fazendas, e periferias urbanas; em relações afetivas entre escravizados, livres, libertos e quilombolas, que frequentavam periferias e senzalas, onde trocavam informações. Outro tipo de ligação com sociedade era a repressão por meio de legislação e tropas de ataque.

A descoberta de ouro no interior da colônia coincidiu com a destruição dos Palmares – maior e mais duradouro dos quilombos, permanecendo nas matas de Pernambuco por quase todo o século XVII – causando medo nas autoridades coloniais de repetição do fenômeno (GUIMARÃES, 1996). Para evitá-lo, criaram aparelho repressor que teve um de seus braços na institucionalização de tropas especializadas no combate a quilombos, que tinham entre seus integrantes brancos pobres, ex-escravos e indígenas (LARA, 1996; SOUZA, 2004).

Flávio Gomes faz importantes apontamentos sobre possíveis formas de entender as hierarquias políticas e religiosas nos quilombos da região mineradora a partir das construções identificadas nas implantações documentadas pela expedição destruidora de 1769 (casas “do rei”, “do conselho”, “de audiência com assentos”, “de ferreiro”). O historiador destaca o poder espiritual atribuído aos ferreiros na região do rio

[5] Segundo texto de Mary Karasch (1996) para a capitania de Goiás no século XVIII, a relação entre quilombolas e indígenas era ambígua. Ainda que por vezes ambos se associassem, na maior parte dos eventos eles se encontravam de lados opostos. Os indígenas guerreavam contra quilombolas por agenciamento próprio, devido à disputa por terras ou para preservar mulheres do sequestro pelos calhambolas. Outras vezes eram recrutados pelo governo para servirem como homens-do-mato na repressão dos quilombos.

Congo na África Central naquele período, cujas tradições contam sobre reinos fundados por ferreiros, vistos como governantes generosos, habilidosos e conciliadores. Essa figura era o provedor de armas de guerra e ferramentas para agricultura (GOMES, 2005. pp.368-395).

Outro ponto enfatizado por Flávio Gomes é o sistema de defesa para contenção de ataques, como saídas com estrepes (pontaletes de madeira fincados ao chão), entradas com buracos disfarçados, trincheiras e fossos. Um dos principais meios de proteção dos quilombos contra a sociedade escravista era o uso das matas não colonizadas como local de ocultamento e batalha. A constituição dos núcleos de habitação nas matas permitia a invisibilidade de seus moradores em locais por vezes próximos de estradas ou vilas, com as quais se relacionavam através de trocas comerciais, vínculos sociais com livres e escravos, saques e sequestros (GOMES, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O risco de fuga dos cativos para os mocambos, o medo de associação dos escravizados com os calhambolas em uma revolta de grandes proporções e, a disputa territorial entre negros, colonos luso-brasileiros e indígenas, fazia com que os quilombos fossem frequentemente combatidos por autoridades coloniais e outros grupos rivais.

Dessa maneira, quaisquer características encontradas nos quilombos (seja na escolha dos sítios, sistema de defesa, organização social, formas de alimentação ou uso de materiais e técnicas construtivas), sempre devem ser analisadas tendo em vista o caráter de exílio dessas povoações. Ou seja, para compreender as condições materiais das comunidades, é preciso ter em vista as restrições impostas pela obrigação de ocultamento dos povoados, a conveniência da economia de tempo dedicado às construções, a necessidade de organização para combate e de abandono dos povoados a qualquer momento.

Sob essa ótica que serão trabalhados os vestígios destas povoações das bordas da Sociedade do Ouro para a construção desse capítulo da História da Arquitetura negra em diáspora. Parte essencial na construção e manutenção dessa sociedade, o negro no Novo Mundo construiu comunidades muito ricas aos estudos históricos das manifestações materiais da cultura, que já não podem ser ignoradas.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia do quilombo. In: [MOURA]. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil.** Maceió: EDUFAL, 2001. pp.75-86.

CARNEIRO, Edison. Singularidades dos Quilombos. In: [MOURA]. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil.** Maceió: EDUFAL, 2001. pp.11-18.

CHUVA, Márcia. “Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado”. **Topoi**. Rio de Janeiro: v.4, n.7, pp.313-333, jul-dez. 2003.

GOMES, Flávio dos Santos**. A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (Séculos XVII-XIX)**. São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005. pp.358-395.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Mineração, quilombos e Palmares: Minas Gerais do século XVIII. In: [REIS; GOMES]. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pp.139-163.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea.** São Paulo: Selo Negro, 2005. pp.17-44.

KARASCH, Mary. Os quilombos do ouro na capitania de Goiás. In: [REIS; GOMES]. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pp.240-262.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra vol.1**. Sintra: Publicações Europa-América, 1972.

LARA, Silvia Hunold. Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos In: [REIS; GOMES]. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pp.81-109.

MARQUESE, Rafael de Bivar. "Moradia escrava na era do trafico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860". **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. São Paulo: v. 13, n. 2, pp. 165-188, 1 dez. 2005.

M´BOKOLO, Elikia. **África Negra: história e civilizações v.1.** Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009. pp. 11-14/ 49-53/ 168-180.

MELLO, Bruno César Euphrasio de. "E o negro na arquitetura brasileira?". **Revista Arquitextos.** São Paulo: ano 13, n. 145.01, Vitruvius, jun. 2012. < http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.145/4372>

MOURA, Clóvis. A quilombagem com expressão de protesto radical. In: **Os quilombos na dinâmica social do Brasil.** Maceió: EDUFAL, 2001. pp.103-115.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. pp.23-75.

REIS, João José. Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro: Bahia, 1806. In: [REIS; GOMES]. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pp.332-372.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 1993. pp.11-22/ 43-66.

SLENES, Robert. Na **senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil (Sudeste, século XIX)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Marina de Mello. **África e Brasil Africano**. São Paulo: África, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Ed. Graal. 4° edição, 2004. pp.77-130.

4 – ARTIGOS COMPLETOS DE SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

ARQUITETOS NO TEATRO: A ARQUITETURA TEATRAL E A CENOGRAFIA COMO MOMENTOS DE REFLEXÃO SOBRE ESPAÇO E COMUNIDADE

Venanparq
Salvador - 2018

A CENOGRAFIA COMO CAMPO DE EXPERIMENTAÇÃO ARQUITETÔNICO: AS OBRAS DE HERZOG&DEMEURON E JEAN NOUVEL

SECENOGRAPHY AS A FIELD FOR ARCHITECTONIC EXPERIMENTATION: THE WORKS OF HERZOG&DEMEURON AND JEAN NOUVEL

ESCENOGRAFÍA COMO CAMPO DE EXPERIMENTACIÓN ARQUITECTÓNICO: LAS OBRAS DE HERZOG&DEMEURON Y JEAN NOUVEL

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

DRAGO, Niuxa Dias
Doutora em Artes Cênicas; Professora do DHT – FAU/UFRJ
niuxadrago@gmail.com

A CENOGRAFIA COMO CAMPO DE EXPERIMENTAÇÃO ARQUITETÔNICO: AS OBRAS DE HERZOG&DEMEURON E JEAN NOUVEL

SECENOGRAPHY AS A FIELD FOR ARCHITECTONIC EXPERIMENTATION: THE WORKS OF HERZOG&DEMEURON AND JEAN NOUVEL

ESCENOGRAFÍA COMO CAMPO DE EXPERIMENTACIÓN ARQUITECTÓNICO: LAS OBRAS DE HERZOG&DEMEURON Y JEAN NOUVEL

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Este artigo analisa projetos cenográficos de arquitetos reconhecidos pela coerência de sua investigação conceitual, a fim de averiguar como a experiência do teatro contribui experimentalmente com seus projetos arquitetônicos. Apresentamos e analisamos a produção cenográfica da dupla suíça Jacques Herzog & Pierre De Meuron e do arquiteto francês Jean Nouvel, traçando paralelos com seus projetos arquitetônicos. Cabe destacar, nestes casos, a colaboração com grandes diretores, coreógrafos e companhias, e o fato de tais arquitetos terem sido por eles escolhidos em reconhecimento a sua obra arquitetônica e pelo desejo de compartilhar conceitualmente de suas pesquisas.
PALAVRAS-CHAVE: cenografia; arquitetura; Herzog&De Meuron; Jean Nouvel.

ABSTRACT:
This paper analyses scenographic projects of architects recognized for the coherence of their conceptual research in order to ascertain how the theater experience contributes experimentally with their architectural designs. We present and analyse the scenographic production of the Swiss duo Jacques Herzog & Pierre De Meuron and the French architect Jean Nouvel, drawing parallels with their architectural projects. It is worth noting in these cases the collaboration with great directors, choreographers and companies, and the fact that these architects were chosen by them in recognition of their architectural work and the desire to share their research conceptually.
KEYWORDS: s*cenography; architecture; Herzog&De Meuron; Jean Nouvel.*

RESUMEN:
Este artículo analiza proyectos escenográficos de arquitectos reconocidos por la coherencia de su investigación conceptual, a fin de averiguar cómo la experiencia del teatro contribuye experimentalmente con sus proyectos arquitectónicos. Presentamos y analizamos la producción escenográfica de la dupla suiza Jacques Herzog y Pierre De Meuron y del arquitecto francés Jean Nouvel, trazando paralelos con sus proyectos arquitectónicos. Cabe destacar, en estos casos, la colaboración con grandes directores, coreógrafos y compañías, y el hecho de que tales arquitectos hayan sido elegidos por ellos en reconocimiento a su obra arquitectónica y por el deseo de compartir conceptualmente de sus investigaciones.
PALABRAS-CLAVE*: escenografia; arquitectura; Herzog&De Meuron; Jean Nouvel.*

INTRODUÇÃO

Ao traçar um essencial panorama da evolução do edifício teatral no século XX, Christopher Baugh (2005) não hesita em balizar-se pela distinção entre "*place of performance*" (a arquitetura do teatro) e "*space of performance*" (o palco ou área cênica). Na verdade, quando Baugh, cenógrafo e pesquisador em artes cênicas, estabelecia esta distinção, uma série de arquitetos, formados na efervescência cultural dos anos 1960/70, estava interessada em borrar as fronteiras entre vida e performance, confundindo a distinção de Baugh. Inconformados com as limitações da parte que à arquitetura cabia nesse diálogo, muitos arquitetos se envolveram com instalações cênicas, explorando o tema do espaço, multiplicando-o, subvertendo-o, fragmentando-o, enfim, ressignificando-o. Dentre esses arquitetos, estão alguns que formam o objeto da pesquisa que desenvolvemos junto ao Departamento de História e Teoria da FAU/UFRJ desde 2016.[1]

Um marcante exemplo de objeto concebido para desafiar tais fronteiras é *Blur*, o pavilhão projetado pelos arquitetos Elizabeth Diller e Ricardo Scofidio para a Expo 2002, na Suíça. Uma plataforma de aço branca sobre o lago Neuchâtel que borrifa vapor d'água, transformando-se numa nuvem inconstante, cuja densidade e forma depende das condições climáticas e da ação dos visitantes, que podem acionar os vaporizadores. O nome do pavilhão não diz respeito apenas a seu aspecto físico impreciso, mas ao objetivo de borrar qualquer distintiva definição de arquitetura. "*Blur* desafia a dialética entre arquitetura e permanência e, em troca, questiona a distinção entre arquitetura e performance (...) sua estrutura responde ao entorno imediato, dos corpos ao clima." (HANN, 2012, p.9, tradução nossa)

Para uma série de arquitetos contemporâneos, o interesse pela performance dos corpos e, por conseguinte, pelo espaço da performance ("*stage*") é crescente, o que tem propiciado também ao espectador de teatro deparar-se com dispositivos cênicos experimentais que abordam questões que extrapolam a convenção do palco. Os espetáculos aqui analisados foram produzidos por coletivos diversos, alguns por coletivos institucionais, outros por produções particulares, ou ainda no contexto específico de uma exposição internacional. O que eles guardam em comum, além de terem sido realizados na primeira década do século XXI, é o fato de os responsáveis por sua produção terem buscado os arquitetos, por reconhecerem em suas obras uma pesquisa conceitual que poderia colaborar com a montagem cênica. Tais montagens têm como concepção principal a música (ópera) ou a dança (coreografias). Fato recorrente na história do teatro é que a ausência do texto dramático inicial induz a uma cenografia menos ilustrativa e mais propositiva, como provam as evoluções espaciais advindas das parcerias entre Gordon Craig e Isadora Duncan e Adolphe Appia e Jacques-Dalcroze (GOLDBERG, 2015). Por sua característica de "ensaio espacial", a cenografia permite algumas experimentações fenomenológicas de certa maneira "isoladas". O palco italiano – ou caixa cênica - , com qualidades controláveis de luz, som e visibilidade, funciona como uma espécie de "tubo de ensaio" para os arquitetos interessados no fenômeno essencial do espaço, do corpo e do movimento. Nos casos que analisaremos aqui, as sugestões visuais do palco extrapolam o código cênico para referir-se a aspectos como textura, topologia e geometria espacial. Ou seja, no trabalho desses arquitetos para o teatro, a atenção se concentra em um único dispositivo, de forma a nos obrigar a mergulhar na reflexão implícita em seu efeito.

[1] A pesquisa "Cenografia Como Campo de Experimentação Arquitetônico" tem o apoio da UFRJ através das bolsas de Iniciação Artística e Cultural (PIBIAC) e de Iniciação Científica (PIBIC) e contou com a participação dos estudantes Bárbara Boy Oliveira (FAU/UFRJ – PIBIAC), Anna Rita Alves de Lima Carvalho (FAU/UFRJ – PIBIAC), Thaíz Batista (FAU/UFRJ / PIBIC) e Daniel Serebrenick (FAU/UFRJ – PIBIAC). Foi imprescindível também a contribuição da Profa.Dra. Cássia Maria Monteiro (EBA-UFRJ) como co-coordenadora.

HERZOG & DE MEURON

A dupla de arquitetos suíços Jacques Herzog e Pierre De Meuron formou-se pela politécnica de Zurique e iniciou-se no campo profissional nos anos 1980. Desinteressados da arquitetura que se fazia então, focada nos signos da pós-modernidade, pensaram encontrar na arte, principalmente na corrente do minimalismo, a inspiração para desenvolver seus projetos. Os arquitetos estiveram envolvidos com Joseph Beuys e os artistas do movimento minimalista de onde provém parte importante de seu comportamento conceitual.

O minimalismo busca nas qualidades físicas da obra (escala, material, espacialidade) o impacto estético, ao invés de investir nas metáforas ou na leitura racional. Com esse objetivo, os artistas partiam de um "redutivismo formal", para que o objeto não pudesse ser lido como uma composição, mas sim como uma totalidade (ou uma série). Seu interesse maior está na tensão entre a literalidade da forma geométrica e os efeitos fenomênicos (FOSTER, 2015, p.7). Herzog & De Meuron propunham uma arquitetura com "a capacidade de afetar as pessoas primeiro física e emocionalmente antes de elas estarem intelectualmente conscientes do que está acontecendo". Para tanto, procuraram explorar o material "antes da imagem". Daí sua "volumetria" ser, quase sempre, um prisma único, um gesto que pode ser chamado de "megatectônico": "Oscilando dialogicamente entre a tectônica factual e a megatectônica, entre a realidade material e o grande gesto estrutural, (...) perseguem o efeito paradoxal que produzem as formas estritas e os materiais articulados" (WANG, 2000, p.12). Seu primeiro projeto de destaque, o armazém do complexo industrial da Ricola, em Laufen (1986), é o manifesto claro deste método de trabalho:

> Qualquer que seja o material que usamos para fazer um edifício, o que buscamos é, sobretudo, um encontro específico entre a construção e o material. O material está lá para definir o edifício, mas o edifício, em igual medida, está lá para mostrar do que é feito, para tornar o material "visível". Visto deste modo, não existe absolutamente nenhuma diferença entre as paredes de pedra de nossa casa em Tavola e as fachadas de texto do Centro de Artes de Blois. Em ambos os casos, *forçamos o material que usamos a um extremo, para mostrar que ele está despojado de qualquer outra função que não o "ser*". (In ZAERA-POLO, 2016, p.104, grifo nosso).

O sentido da tectônica "indica não só a probidade material e estrutural de uma obra, mas também uma poética de construir subjacente à prática da arquitetura e das artes afins" (FRAMPTON, 2008, p.560). Em geral, nas obras de Herzog & De Meuron, "são os materiais que possibilitam o surgimento da forma e ajudam a definir a estrutura", ou seja, a dupla se coloca diante da matéria como o artista plástico, indagando-a para que sugira a forma. Claro que a escolha do material não é alheatória, mas sugerida pelo problema arquitetônico. Os arquitetos destacam que o material, seja ele *in natura* ou industrializado, possui, além de uma forma externa, visível, uma estrutura interna, invisível, porém determinante. Desde o início da carreira, estiveram interessados nas relações que podem ser estabelecidas entre essas estruturas invisíveis e a imagem, bem como entre estas estruturas e o comportamento social e a psicologia humana. Um método que eles descrevem como "uma busca por códigos que adaptem tanto informações naturais como culturais" (in ZAERA-POLO, 2016, p.83). Tal preocupação resultou no texto-manifesto "A Geometria Oculta da Natureza" (1989).

Pallasmaa destaca o impacto dos materiais modernos, industriais, para a perda da condição tátil e da escala humana da construção. "[As superfícies arquitetônicas] se tornaram repulsivamente planas, agressivas, imateriais e irreais." Isso teria paulatinamente aproximado a arquitetura da cenografia, não mais no sentido do artifício – como nas ordens colossais ou o *trompe l'oeil* do Barroco - mas em sua própria natureza,

transformada numa pura imagem visual, ocultando sua artesania e sua realidade estrutural (PALLASMAA, 2011, p.30). Sem negar essa nova realidade, Herzog & De Meuron trabalham para recolocar em foco a tectônica, explorando novos e antigos materiais diante das mudanças da percepção humana. Inventam materiais recombinando técnicas e deslocando usos e, por este caminho, se interessam por questões implícitas na teatralidade: bidimensionalidade e tridimensionalidade, verdade e ilusão.

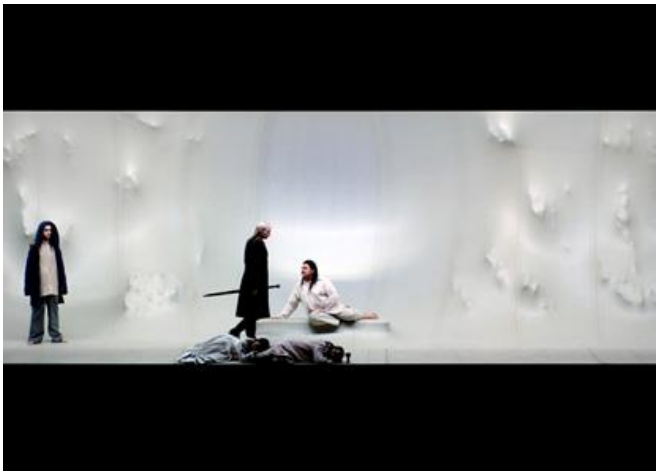


Figura 1: Tristan und Isolde. Direção Stephan Bachmann, 2006
Fonte: Herzog&De Meuron (divulgação) www.herzogdemeuron.com

A "invenção" do material resolve uma arquitetura concreta: não será fácil, portanto, extrapolar a invenção para outros lugares." Esta sentença de Rafael Moneo (2008, p.328) sobre a obra dos arquitetos vale para a cenografia realizada em 2006 para *Tristan und Isolde* (Fig. 1), pela Ópera de Berlim, dirigida por Stefan Bachmann. Depois de meses de tentativas, finalmente chegou-se ao mecanismo de uma câmara de pressão negativa que permitia moldar uma membrana de borracha sobre fundos diversos, realizando a concepção de Herzog & De Meuron:

> Os cenários e a encenação não deveriam representar as coisas mesmas, mas suas aparências (...) em constante mutação, respiração, sobreposição, imperceptivelmente aparecendo e desaparecendo. Com a adição de uma iluminação precisa, essas aparências adquiriam um efeito quase alucinatório[2]

A técnica tem um forte efeito, pois realiza a abstração material em que a música se concebe, e a continuidade em que as imagens se formam e desinformam constroem o paralelo visível da estrutura invisível das notas, que correm para um "atrator" harmônico e, quando convergem, se materializam numa realização plena. Ao mesmo tempo, nos lembra do interesse dos arquitetos pela invisibilidade microscópica dos materiais e a substituição do determinismo pela previsibilidade probabilística que descreve a natureza essencial das partículas, entre a energia e a matéria (SCHENBERG, 2010, p.148). O dispositivo nos faz intuir o material sem adivinhá-lo, mas a sensação textura-luz vem primeiro, antes da imagem-aparência que se forma como cenário ("a aparência do casco de um navio, uma escada, caverna ou parte de um corpo, uma forma concreta e identificável, e a aparência do vazio, do nada (...)"). A intuição material "informa" algo, e logo desinforma. A condição sólida desaparece, ainda que a responsabilidade por esse feito seja da textura que remete ao material ou, melhor dizendo, do nosso desejo pelo material que se insinua, mas não se concretiza. Rafael

[2] Memorial do projeto disponível no site oficial www.herzogdemeuron.com (tradução nossa).

Moneo descreve essa mesma sensação ao analisar o edifício de escritórios feito também para a Ricola em 1999, onde o efeito é alcançado pelo uso do vidro:

> (...) a natureza refletora do vidro é responsável por esconder de nossa percepção a condição sólida do edifício. (...) o volume se dissolve ao sobrepor as imagens nesse jogo infinito de reflexos, impossibilitando qualquer leitura que permita entender o edifício como realidade estática. A imagem se multiplica e se liquefaz, parecendo interessar aos arquitetos não tanto os valores associados a um mundo de sólidos supostamente impenetráveis, mas aqueles presentes nos *espaços virtuais e atmosféricos usados nos sistemas de vácuo*. (MONEO, 2008, p.356, grifos nossos)

A membrana criada para *Tristan und Isolde*, um pouco como as obras de Christo e Jeanne-Claude, aguça nossa curiosidade pela imagem ao ocultá-la, e reanima a percepção da matéria, quando nos revela suas qualidades de volume, textura e sombra ainda perceptíveis sob a pele. A membrana, quando aplicada à arquitetura, propõe a retomada de alguma coisa perdida na passagem da fachada tradicional para a tela contemporânea (SCOFFIER, 2009). Retoma o sentido de interioridade e exterioridade que o modernismo pretendeu arrebatar num espaço isotrópico universal, revelando, e ao mesmo tempo escondendo, o interior, num jogo de sedução que convoca nossa imaginação.

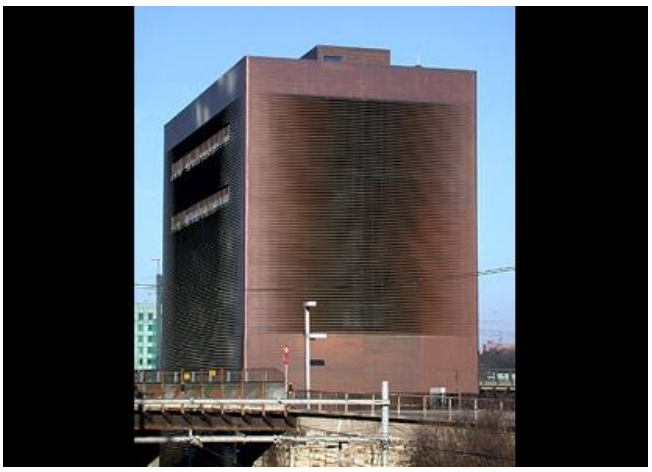


Figura 2: Torre de Sinalização na Basilea. Herzog & De Meuron, 1989.
Fonte: wikimedia commons (Roland Zumbühl)

Em diversos dos trabalhos da dupla, o envoltório, ou pele, é responsável pela impressão mais duradoura. Algumas vezes é tratado como tela, outras como superfície material da qual a luz destaca a espessura, e, muitas vezes, tensionada entre essas duas percepções, como no projeto para a Torre de Sinalização da linha férrea em Basilea (1989) (Fig. 2). Trata-se de uma caixa cuja pele é formada por lâminas horizontais de cobre que, rotadas em alguns pontos, deixam que a luz as atravesse, "fazendo o conjunto vibrar como uma obra de Op Art. (...) o edifício se parece com uma espécie de "cofre do outro mundo" (...) ao mesmo tempo diáfano e intensamente matérico". (WISNIK, 2012, p.186)

A dupla chega, nos anos 1990, a técnicas que tensionam tela e profundidade, serigrafando imagens sobre vidro, bem como imprimindo imagens em relevo sobre blocos de concreto. Essas técnicas, inventadas pelos arquitetos na pesquisa sobre tela e textura, textilidade e tridimensionalidade, transparência e reflexo, originaram-se possivelmente de sua observação de *patterns* ornamentais. Os arquitetos anotam sua percepção sobre o

Palácio do Alhambra: “ilusão de um plano ao invés de espaço, ou de treliça em frente ao espaço infinito. Superfície-pedra (mundano, pesado) torna-se vestimenta (têxtil, imaterial)”. (*apud* MELO, 2002, p.55)

No cenário de *Attila* pela Metropolitan Opera House de Nova Iorque, com direção de Pierre Audi, em 2010, os arquitetos projetam dois dispositivos que funcionam em contraste. No prólogo, as montanhas são representadas por escombros de concreto, com pedaços menores abaixo e grandes lajes acima (Fig. 3). Nos outros atos, a floresta dos arredores de Roma é um “pano” de folhas que cobre toda a cena, do piso ao teto, numa textura densa onde se abrem buracos para aparição dos personagens (Fig. 4). Aqui, os arquitetos abolem a “forma” para que o foco recaia nas qualidades dos materiais que, em contraste, acompanham o tema principal de destruição e renascimento. A qualidade têxtil que emana da textura do material pretende acompanhar a tessitura da música e, como dizem os arquitetos, reforçar a sua percepção. Ao abrir mão de formas determinantes, os arquitetos submetem o espaço visual ao espaço sonoro.

Figura 3: Prólogo de Attila. Direção de Pierre Audi, 2010.
Fonte: Herzog&De Meuron (divulgação) www.herzogdemeuron.com

Figura 4: Attila. Direção de Pierre Audi, 2010.
Fonte: Herzog&De Meuron (divulgação) www.herzogdemeuron.com

Se a montanha de escombros teatrais de isopor nos transmite peso e indica que a imagem e a matéria estão cada vez mais próximas, o fazem no sentido inverso das paredes de gabião da Adega Dominus, onde os espaços entre as pedras “reais” as fazem “flutuar”, traindo o sentido ontológico do material. A cortina de folhas, por sua vez, nos leva a um paralelo direto com o Jardim vertical da Caixa de Madrid (2008) (Fig. 5) e, menos diretamente, com o pavilhão da Ricola (1993) e sua fachada de policarbonato decalcado com a imagem de uma folha (Fig. 6). Repetida centenas de vezes, a folha torna-se um signo como os da Pop Arte, passando de imagem a textura.

Figura 5: Centro Cultural da Caixa de Madrid, Herzog & De Meuron, 2008.
Fonte: wikimedia commons (Javier Martín)

Figura 6: Pavilhão da Ricola, Herzog&De Meuron, 1993.
Fonte: Herzog&De Meuron (divulgação) www.herzogdemeuron.com (recortada)

Scoffier retoma a "tatuagem" condenada por Adolf Loos em "Ornamento e Delito" para analisar a fachada-tela tão utilizada na arquitetura contemporânea. Ao contrário do "corpo atlético e funcional" ao qual os modernos comparavam sua arquitetura, o objeto arquitetônico contemporâneo é "uma unidade gloriosa fechada em seu mistério e regida pela Lei do Desejo". A tela de vidro silkado criada por Herzog & De Meuron não se deixa aprisionar. É quase impossível compreender a matéria de suas superfícies mutantes. O material engana os olhos e brinca com nossa percepção, que viaja entre a superfície e a profundidade, entre o desenho da folha e a transparência do vidro. "Eles aplicam seus idiomas com astúcia: em geral, utilizam unidades seriais de maneira que o material e a imagem quase se confundem, às vezes com materiais dispostos como imagens e às vezes o inverso." (FOSTER, 2015, p.149-150)

Para Herzog & De Meuron, "[o vidro] é tão sólido ou estável como pedra ou concreto. Em contrapartida, ao imprimir no concreto, este se torna subitamente poroso ou brilhante como o vidro" (*apud* FOSTER, *idem*, p.151). Os arquitetos denunciam aqui uma postura teatral diante dos materiais, uma postura algo barroca. Não mais o mecanismo racional de ilusão que confrontava a superfície bidimensional onde se instalava uma ilusão de tridimensionalidade, mas um mecanismo fenomênico pelo qual uma superfície material tátil se confronta com uma imagem que lhe destrói a realidade. Uma experiência arquitetônica que simboliza de forma perfeita a contemporânea precedência do olhar e a criação de um mundo puramente visual.

JEAN NOUVEL

O arquiteto francês Jean Nouvel, formado em 1972, inicia sua carreira no ateliê de Claude Parrent e Paul Virilio, arquitetos de grande interesse teórico, envolvidos também com os movimentos de maio de 1968. Em sua primeira obra de projeção internacional, o Instituto do Mundo Árabe (1987) Nouvel já revela um enorme domínio tecnológico para atingir, com um mínimo de elementos, um máximo de efeitos estéticos e conceituais. Transparência, reflexo e repetição são abordados com o uso da malha ortogonal e do vidro. A membrana fotossensível que se repete em módulos, não apenas remete ao muxarabi e às padronagens decorativas islâmicas, como promovem a maior ou menor transparência da camada de vidro. A forma criativa e instigante de utilizar materiais *a priori* tão simples tornaram-se a marca pessoal de Nouvel, assim como o discurso lacônico que costuma dedicar a suas obras. De certa forma, Nouvel atua no "domínio do risco", jogando a inteira determinação do objeto na percepção imprecisa que teremos dele imerso no ambiente. Para o arquiteto, "O problema é poder articular cada projeto com um conceito ou ideia prévia, com uma estratégia muito particular que colocará em sinergia – ou também as vezes em contradição – percepções que vão estabelecer entre elas uma relação e vão definir *um lugar que não conhecemos*". (BAUDRILLARD e NOUVEL, 2001, p.13)

O interesse de Nouvel pela percepção do objeto arquitetônico aproximou-o, ainda que apenas conceitualmente, do teatro. O arquiteto afirma, reiteradamente, seu interesse pela "ilusão, enquanto dimensão estética" e pelas "composições relacionadas à dimensão temporal, como o cinema". "Se você analisar um edifício", diz ele, "tem que fazê-lo em relação a certa *cenografia* que é criada pela circulação de quem o vivencia". (in ZAERA-POLO, 2016, p.137)

Esse interesse explícito fez com que, convidado a projetar uma mostra para a Exposição Universal de Hannover no ano 2000, cujo tema foi "o futuro do trabalho", Nouvel convidasse o coreógrafo belga Frédéric Flamand para criar com ele uma obra em movimento. Decidiu transformar a "mostra" numa "performance" de corpos que representassem o movimento do trabalho, mas também demonstrassem sua relação "com esse mundo

perfeitamente tecnológico". Segundo Flamand, "um mundo de transparência que consegue fazer o corpo desaparecer ou substitui o corpo por sua imagem" (*apud* WEINSTEIN, 2008, p.28, tradução nossa).

Para o espetáculo *The Future of Work*, Jean Nouvel concebeu um espaço elíptico (Fig. 7), no qual a plateia, concentrada no centro, assistia a cenas simultâneas numa estrutura de andaimes que a envolvia em 360 graus. Eram 40 nichos, duplicados em profundidade, onde se acoplavam rampas, escorregas, telas e escadas. Para compor as cenas, 33 atores-dançarinos atuavam simultaneamente e eram substituídos periodicamente. Cerca de 120 atores atuavam diariamente no espetáculo, que podia receber até 600 espectadores no centro da arena. Segundo Weinstein (2008, p. 28), tanto por sua produção quanto pelos recursos da repetição e multiplicidade de cenas, o espetáculo "expressava nossa cultura contemporânea do excesso".

Cada ator permanecia isolado em seu pequeno nicho de andaime, repetindo sequencias de movimentos que nos levam a refletir sobre o mundo do trabalho pós-industrial e o represamento de energia física que este confinamento representa. Ao mesmo tempo, a divisão modular do "panorama" da cena permite ao espectador efetuar uma espécie de montagem de quadros ou sequencias de ações que, ao serem repetidos, conformavam um movimento que se deslocava pelo perímetro da elipse.

No ano seguinte, o dispositivo de Nouvel sofre uma primeira transformação, no espetáculo agora chamado *Body/Work*. Ainda mantendo a plateia no centro, Nouvel troca a elipse pela bifrontalidade, retificando a retícula formada pela malha ortogonal do andaime, e ocupando com ela duas paredes opostas. Segundo Weinstein, a estrutura da malha tem o poder de prolongar-se virtualmente, organizando todo o espaço da sala e estendendo para o vazio o movimento dos atores. Os movimentos repetidos, num e noutro lado da sala, conformam um reflexo que obriga a plateia, "atravessada" pelo espetáculo, a recompor a cada momento sua percepção.

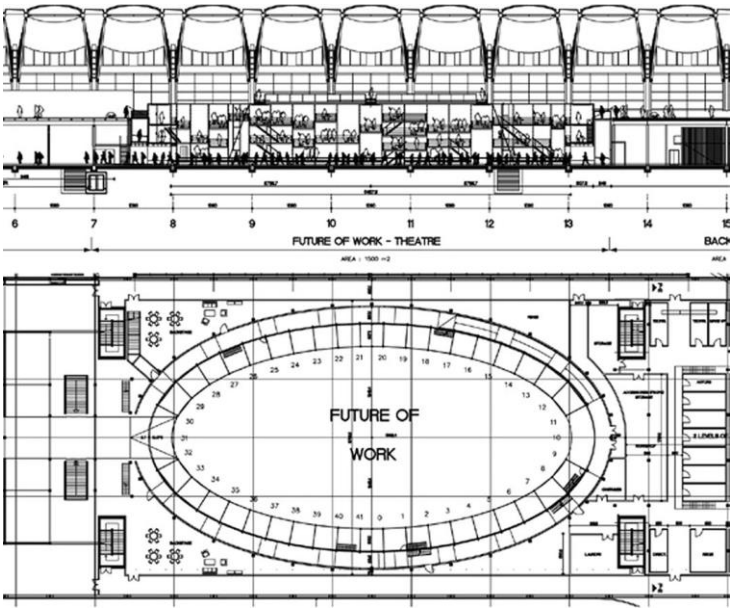


Figura 7: projeto de Jean Nouvel para "The Future of Work", Expo Hannover, 2000.
Fonte: WEINSTEIN, 2006.

A conformação do espaço em bifrontalidade reduz a tridimensionalidade da percepção do espectador antes em movimento ao longo do perímetro da arena elíptica e cria uma relação mais próxima a do quadro frontal em perspectiva. Emerge assim um problema que Nouvel busca enfrentar ao longo da sua carreira: a bidimensionalidade em que fomos jogados por telas de TV, cinema, publicidade. Diante dessa realidade inegável, o arquiteto busca formas de intensificar a expressividade desses planos. Nesse sentido, o vidro é, para ele "um campo de pesquisa sobre o espaço contemporâneo". "O vidro me permite aumentar a complexidade de um edifício sem complicar a forma" (in ZAERA-POLO, *idem*, p.128). Dentro deste mesmo campo exploratório, Nouvel encontra na bifrontalidade de seu dispositivo reticulado, algumas qualidades que remetem ao vidro: o reflexo (dos planos e da ação) e, em certa medida, a transparência (também abordada pela duplicação do módulo do andaime em profundidade). Ao ver-se entre duas cenas, muitas vezes "refletidas" no movimento repetido dos atores-dançarinos, o espectador experimenta a mesma sensação que se tem diante da Fundação Cartier (Fig. 8), obra paradigmática de Nouvel, realizada em 1994, na qual o arquiteto explora as qualidades de transparência, reflexo e desmaterialização do vidro. "[o espectador] percebe simultaneamente o que se coloca na frente e atrás dele, e essa percepção implica que não é mais o edifício que é transparente, mas ele mesmo. (...) Mais que o esmaecimento do objeto, é o eclipsar do sujeito que o edifício põe em cena". (SCOFFIER, 2009, p.199) Para Scoffier, a emoção estética emana da consciência da percepção simultânea do plano, do reflexo e da transparência.

Colin Rowe nos explica que, quando duas figuras se superpõem sem que uma destrua a integridade da outra, elas são dotadas de um tipo de transparência, definida como "fenomenal":

> Transparência implica mais do que uma característica ótica (...). Transparencia significa uma *percepção simultânea de diferentes localizações espaciais*. O espaço não só recua, mas flutua numa contínua atividade (...) por essa definição, a transparência cessa de ser algo que é perfeitamente claro e, ao invés disso, torna-se algo que é claramente ambíguo (ROWE e SLUTZKI, 1985, p.34)

Ambas as transparências sem dúvida interessam a Nouvel, cuja pesquisa em torno da superposição de camadas transparentes continua em obras posteriores à Fundação Cartier, perscrutando como se potencializa ou enfraquece a transparência fenomenal sob a literal. Nouvel se interessa pelo "vidro como material em que você pode projetar imagens, operar com diferentes graus de reflexão, opacidade e transparência..." (in ZAERA-POLO, *idem*, p.128).

> [na] Fundação Cartier (...) mesclo voluntariamente imagem real e virtual (...). Se observo a fachada, como ela é maior que o edifício, não sei se vejo o reflexo do céu ou o céu em transparência... Se observo a árvore, através dos três planos vidriados, nunca sei se observo a árvore em transparência, adiante, atrás, ou o reflexo da árvore. E quando planto duas árvores de forma paralela, como sem querer, em relação com o plano de vidro, não posso saber se há uma segunda árvore, ou se é uma árvore real. São jogos. (BAUDRILLARD e NOUVEL, *idem*, p.16)

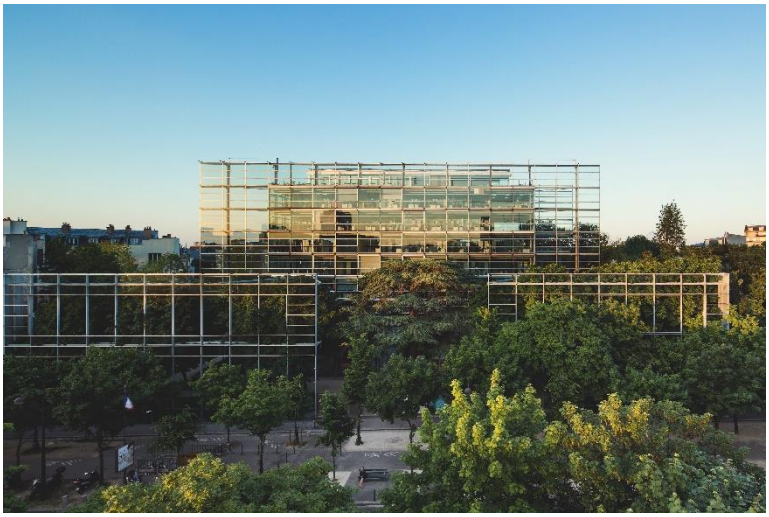
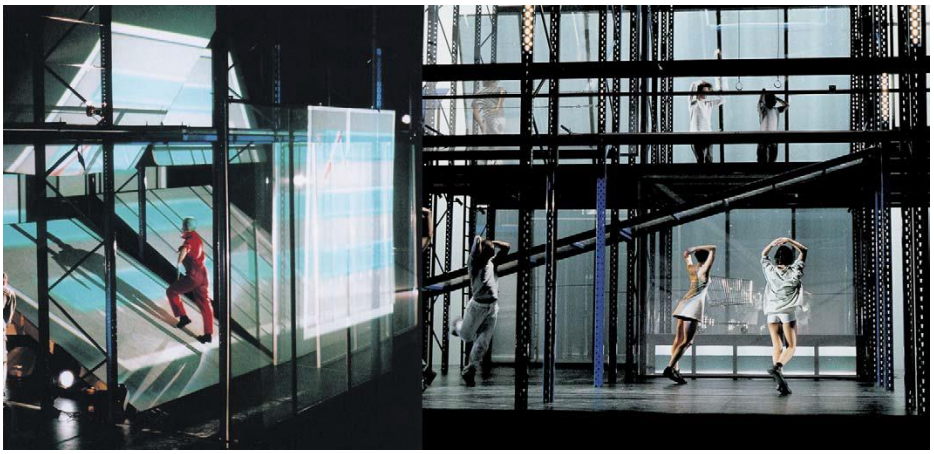


Figura 8: Fundação Cartier, Paris. Jean Nouvel, 1994
Fonte: www.fondationcartier.com (copyright The Fondation Cartier)

No palco, recursos como o uso de espelhos, a projeção de imagens e a duplicação da imagem do ator através da reprodução simultânea (que algumas vezes está visível enquanto o ator se coloca atrás da tela) complexificam ainda mais estas categorias desenvolvidas por Rowe.

A exploração desses recursos no dispositivo de malha ortogonal de Nouvel atinge seu ápice quando o espetáculo ganha, ainda em 2001, sua versão para o palco italiano: *Body/Work/Leisure*. A retícula ganha uma terceira camada em profundidade, e o cenário de Nouvel aborda todos os espectros da transparência à opacidade, sobrepondo películas de tecido, vidro e telas de projeção, com luzes diretas ou contraluzes. Para o arquiteto, "ver que uma peça de vidro é transparente, mas pode se tornar opaca ou translúcida quando se aperta um botão é *a cenografia do mundo contemporâneo*". (in ZAERA-POLO, *idem*, p.131) Tais telas aparecem por vezes perpendiculares ao plano do palco, mas por vezes tornam-se oblíquas, refletindo a si mesmas num jogo infinito, como na figura 9. Nouvel se utiliza da retícula para subverter o espaço cúbico, projetando a imagem de uma face em outra, como podemos ver na figura 11, onde um dançarino atua

deitado na plataforma superior, enquanto sua imagem é projetada numa tela translúcida no plano vertical, atrás da qual atua uma outra atriz.



Figuras 9 e 10: Body/Work/Leisure, 2001. Direção Frédéric Flamand
Fonte: WEINSTEIN, 2016

Figuras 11 e 12: Body/Work/Leisure, 2001. Direção Frédéric Flamand
Fonte: fotogramas do documentário *Le chorégraphe et l'architect*. Direção Ludovica Riccardi e produção Watch TV. Disponível no youtube.

A repetição do módulo do movimento por dois ou mais atores, simultaneamente ou em sequência, contribui para a sensação de um outro tipo de transparência. A figura 10 permite ver o mesmo movimento, por diferentes ângulos e em diversos pontos do espaço, homogeneizado pela retícula espacial de Nouvel. A repetição da sequência de movimentos em cada um dos nichos do dispositivo (ou seja, a repetição de um módulo espaço-temporal) dota o espaço de uma espécie de "transparência absoluta". Tal transparência é atingida não apenas pela percepção simultânea e ambígua da matéria, reflexo e projeção dos corpos, mas pelo domínio conceitual infinito que a retícula, como a mais simples organização geométrica, permite ao espectador alcançar sobre o espaço. Em outro momento, visto na figura 12, a repetição é utilizada no plano, recolocando as noções de escala e tridimensionalidade do movimento.

Se na montagem de *The Future of Work* Nouvel pôde explorar um deslocamento do espectador em relação à cena, enquanto os atores permaneciam restritos a um pequeno módulo de andaime, trazendo maior velocidade e energia aos movimentos; com a transposição ao palco italiano, Nouvel pôde investigar, dentro do mesmo princípio cartesiano do espaço, outros efeitos, como a perspectiva e os efeitos de transparência

e opacidade dos materiais utilizados em suas telas. O princípio do palco italiano relaciona-se diretamente à perspectiva albertiana. Durante o barroco, a cenografia desenvolveu técnicas para ampliar virtualmente a profundidade do palco, como a inclinação do plano do piso, o uso de bastidores e bambolinas, vultos perspectivados e pinturas em *tromp l'oiel*. Mas foi com a introdução da iluminação elétrica que se tornou possível induzir a uma quase perfeita sensação de infinitude, com o uso de cicloramas que fazem desaparecer os planos e sombras do fundo da caixa cênica. No projeto não construído da Téte Défense (Fig. 13), Nouvel devia conceber um objeto a ser colocado sobre o grande eixo histórico de Paris. Correndo do antigo Louvre ao novo bairro de la Défense, o eixo que prolonga o Champs Elissée "até o século XXI", propõe um diálogo desafiador com o ponto de fuga da perspectiva albertiana. O grande eixo parisiense acompanha não a diminuição dos arcos que lhe enquadram (ou materializam), mas sua ampliação, e nos leva em direção não a um ponto que rebate o nosso ponto de vista, como no espelho, mas ao infinito destino da cidade.

> É o oposto da perspectiva clássica, em que tudo é subordinado a certas linhas de fuga. O que acho fascinante em trabalhar com a perspectiva é a ideia de tocar o infinito, essa linha de fuga absoluta. Como na pista de um aeroporto, em que as marcas se relacionam serialmente a um ponto abstrato de fora. Para mim, isso é muito representativo da sensibilidade contemporânea. (in ZAERA-POLO, *idem*, p.129)

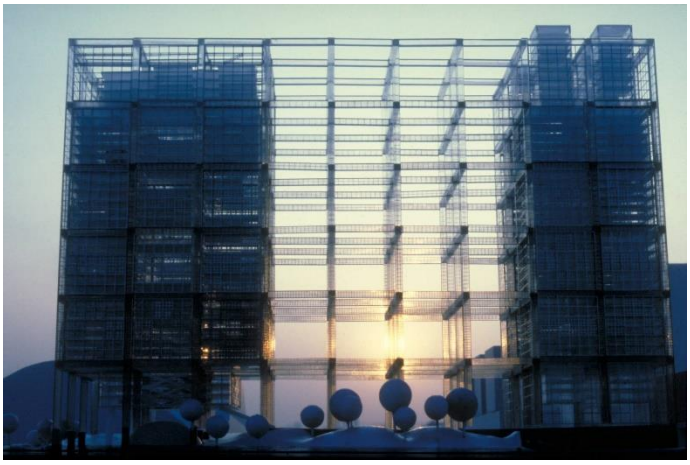


Figura 13: Téte Defénse (maquete). Jean Nouvel, 1982.
Fonte: Jean Nouvel (divulgação). http://www.jeannouvel.com

O projeto de Nouvel para a Tête Défense materializa seu pensamento sobre a perspectiva ou, dizendo de outro modo, sobre a geometrização do espaço e a relação entre matéria e infinito. Para o arquiteto, "esse desvio que provoca a percepção do sensível, ao fazê-lo passar não pela matéria, mas pelo imaterial, é uma noção da qual a arquitetura deve se apropriar". Para isso, Nouvel, assim como outros arquitetos sobre os quais recai a responsabilidade de interpretar a nova sensibilidade e oferecer a ela espaços de vivência, encontraram na cenografia da performance um campo de experimentação. É Nouvel mesmo quem melhor explica onde arquitetura e movimento se encontram:

> Quando os corpos estão lá, juntos, acontece alguma coisa que você gostaria de agarrar. Alguma coisa é criada, e tem a mesma natureza do ordenamento espacial. É similar à composição espacial e volumétrica (...). Para um arquiteto, existe sempre um momento na dança que o faz sonhar com a arquitetura em seu sentido mais básico. (*apud* WEINSTEIN, *idem*, p.30, tradução nossa)

REFERÊNCIAS:

BAUDRILLAND, Jean; NOUVEL, Jean. **Los Objetos Singulares**. Arquitectura y filosofía. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

BAUGH, Christopher. **Theatre, Performance and Technology**: the development of scenography in the twentieth century. NY: Palgrave Macmillan, 2005.

FOSTER, Hal. **O Complexo Arte-Arquitetura**. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Cosac&Naify, 2015.

FOUCAULT, Michel. Outros Espaços. In: MOTTA, Manoel B. da (org). **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Coleção Ditos & Escritos III, Tradução de Inês A. D. Barbosa, Rio de Janeiro/São Paulo, Forense Editora, 2001, pp. 411-422.

FRAMPTON, Keneth. *Rappel à l'ordre*: argumentos em favor da tectônica In: NESBITT, Kate (org.) **Uma Nova Agenda para a Arquitetura**. Antologia teórica 1965-1995. Trad. Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2ª. ed., 2008, pp.557-569.

GOLDBERG, RoseLee. **A Arte da Performance**, do Futurismo ao Presente. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 3a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

HANN, Rachel. "Blurred Architecture: Duration and Performance in the work of Diller Scofidio + Renfro". **Performance Research** – A Journal of the Performing Arts. Vol. 17, On Duration. 2012. pp 9-18. Disponível em: http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13528165.2012.728434

MELO, Magda M. "Herzog & De Meuron, diálogo sobre arte e arquitetura". **Akrópolis** – Revista de Ciências Humanas da UNIPAR. V.10, n.1 e 2, 2002. pp. 53-57.

MONEO, Rafael. **Inquietação Teórica e Estratégia Projetual** na obra de oito arquitetos contemporâneos. Trad. Flávio Coddou. São Paulo, Cosac Naify, 2008.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da Pele**: a arquitetura e os sentidos. Trad. Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011.

ROWE, Colin e SLUTZKY, Robert. "Transparência: literal e fenomenal". Gávea. N.2, 1985. pp.33-50.

SCHENBERG, Mário. Arte e Tecnologia. In: COHN, Sergio (org.) **Ensaios Fundamentais em Artes Plásticas**. Azougue Editorial, 2010.

SCOFFIER, Richard. Os Quatro Elementos da Arquitetura Contemporânea. Trad. Guilherme Lassance. In: **Leituras em Teoria da Arquitetura**. Vol. 1 – conceitos. Coleção PROARQ. Beatriz Santos de Oliveira ... [et alli] (orgs) Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2009. pp.162-232.

TSCHUMI, Bernard. Arquitetura e Limites II. In: NESBITT, Kate (org.) **Uma Nova Agenda para a Arquitetura**. Antologia teórica 1965-1995. Trad. Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2ª. ed., 2008, pp.179-182.

ZAERA-POLO, Alejandro. **Arquitetura em Diálogo**. Trad. Cristina Fino e Cid Knipel. Org. Martin Corullon. São Paulo: Ubu ed., 2016.

WANG, Wilfried. **Herzog & De Meuron**. Tradução ao espanhol Gloria Bohigas e Alejandro Pinós. Barcelona: Gustavo Gili, 2000.

WEINSTEIN, Beth. "Flamand and His Architectural Entourage". **Journal of Architectural Education.** V. 21, n.4, 2008. pp.25-33.

WISNIK, Guilherme. **Por Dentro do Nevoeiro**. Diálogos cruzados entre arte e arquitetura contemporânea. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo, 2012.

Salvador - 2018

ALGUNS DESENHOS DE CENA DE LINA BO BARDI - ENTRE A VANGUARDA E A ARTE POPULAR

SOME OF LINA BO BARDI´s PERFORMANCE DESIGNS - BETWEEN THE AVANT-GARDE AND POPULAR ART

ALGUNOS DIBUJOS DE ESCENA DE LINA BO BARDI - ENTRE LA VANGUARDIA Y EL ARTE POPULAR

EIXO TEMÁTICO: EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

LIMA, Evelyn Furquim Werneck
Doutor em História Social; Professor titular do CLA/Unirio e do PPGAC/Unirio
evelyn.lima@unirio.br

ALGUNS DESENHOS DE CENA DE LINA BO BARDI - ENTRE A VANGUARDA E A ARTE POPULAR

SOME OF LINA BO BARDI´s PERFORMANCE DESIGNS - BETWEEN THE AVANT-GARDE AND POPULAR ART

ALGUNOS DIBUJOS DE ESCENA DE LINA BO BARDI - ENTRE LA VANGUARDIA Y EL ARTE POPULAR

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:

Este artigo analisa três projetos para cenografia teatral realizados por Lina Bo Bardi, dois em um teatro improvisado no palco do Teatro Castro Alves em Salvador, em escombros, após incêndio, e o terceiro no Teatro Oficina, em São Paulo. Busca traçar um paralelo com os escritos e projetos arquitetônicos de Bo Bardi, demonstrando o profundo conhecimento da arquiteta tanto sobre as propostas de Brecht para a cena teatral quanto sobre a apropriação da cultura popular nordestina, que encontraram terreno fértil em sua obra de arquitetura cênica. Com base nas teorias de produção do espaço de Henri Lefebvre (1974) e nas recentes formulações teóricas de Dorita Hannah (2018), as três propostas investigadas revelam concepções espaciais pouco ortodoxas nos desenhos de cena da arquiteta ítalo-brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura cênica; desenho de cena; vanguarda; espaço abjeto; Lina Bo Bardi.

ABSTRACT:
This article examines three projects for scenic architecture by Lina Bo Bardi, two in an improvised space on the stage of the Castro Alves Theater in Salvador, in ruins after a fire, and the third in the Oficina Theater, in São Paulo. The argument draws a parallel with Bo Bardi´s writings and her architectural design, confirming the architect's deep knowledge of Brecht's suggestions for the theatrical scene but also of the North-eastern popular culture, which found fertile ground in her work for scenic architecture. Based on Henri Lefebvre´s (1974) theories on the production of space and Dorita Hannah´s (2018) recent theoretical concepts, the three study cases reveal unorthodox spatial conceptions in the Italian-Brazilian architect´s performance design.

KEYWORDS: *scenic architecture; performance design; avant-garde; abject space; Lina Bo Bardi*

RESUMEN:
Este artículo analiza tres proyectos para escenografía teatral realizados por Lina Bo Bardi, dos en un teatro improvisado en el escenario del Teatro Castro Alves en Salvador, en escombros, tras incendio, y el tercero en el Teatro Oficina, en São Paulo. El argumento busca trazar un paralelo con los escritos y proyectos arquitectónicos de Bo Bardi, demostrando el profundo conocimiento de la arquitecta tanto sobre las propuestas de Brecht para la escena teatral y sobre la apropiación de la cultura popular nordestina, que encontraron terreno fértil en su obra de arquitectura escénica. Basadas en las teorías de producción del espacio de Henri Lefebvre (1974) y en las recientes formulaciones teóricas de Dorita Hannah (2018), las tres propuestas investigadas revelan concepciones espaciales poco ortodoxas en los dibujos de escena de la arquitecta ítalo-brasileña.

PALABRAS-CLAVE*:* arquitectura escénica; diseño de escena; vanguardia; espacio abyecto; *Lina Bo Bardi*

ALGUNS DESENHOS DE CENA DE LINA BO BARDI – ENTRE A VANGUARDA E A ARTE POPULAR[1]

INTRODUÇÃO

Desde sua chegada da Itália em 1946 até 1992, a trajetória da arquiteta Lina Bo Bardi revela sua complexidade como artista que transitava por todas as artes, da arquitetura ao *design*, da museologia à cenografia, da cultura popular aos projetos da vanguarda. Sua obra inusitada tem sido muito investigada na academia em todas as suas vertentes, por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, em especial após sua morte. A criação do Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi, ainda em 1990, reunindo seu precioso acervo de desenhos, documentos, notas e a notável produção escrita, incentivou ainda mais as pesquisas e teses sobre a arquiteta.

Não apenas a Casa de Vidro (1951), construída no bairro do Morumbi, em São Paulo para ser sua própria residência e atualmente a sede do Instituto Lina Bardi e Pietro Maria Bardi[2], mas também o arrojado projeto do Museu de Arte de São Paulo-MASP (1968) na avenida Paulista denotam características da arquitetura racionalista europeia, corrente na qual a arquiteta havia sido formada na Itália. No entanto, após o concurso que prestou para dar aula na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo, que foi anulado, Bo Bardi foi convidada a dar aulas em Salvador, período de apropriação ímpar da cultura popular nordestina, que em muito transformaria sua abordagem nas obras que projetaria mais tarde[3].

Tais transformações seriam refletidas posteriormente nos projetos do SESC da Pompeia e do Teatro Oficina, entre inúmeros outros, incluindo-se as também as práticas inusitadas do espaço empregadas a partir do final dos anos 1960 em projetos cênicos. Tais práticas subvertem o tratamento do espaço e denotam um viés antropológico e surrealista, impregnadas que estavam das poéticas apreendidas durante sua permanência na Bahia[4], período em que investigou principalmente sobre a cultura produzida pela população iletrada[5]. A arquiteta soube perceber no Nordeste um potencial muito grande para o conhecimento do homem brasileiro e aprofundou suas pesquisas sobre a produção artesanal e a cultura popular. Em que pese sua formação clássica e o intenso contato com o racionalismo italiano, ao fixar-se no Brasil ficou arrebatada pelos costumes locais, e em certa ocasião declarou que nunca esqueceria "o surrealismo do povo brasileiro, suas invenções, seu prazer em ficar todos juntos, de dançar, cantar”[6] – a ponto de escolher o Brasil como pátria, naturalizando-se em 1951.

---

[1] Este artigo é um dos resultados da pesquisa apoiada pela bolsa PQ 1-B do CNPq.

[2] Projetada em 1950 para ser a residência do casal, a Casa de Vidro, concluída em 1951 foi a primeira a ser construída no bairro do Morumbi e abriga hoje parte da coleção de arte particular adquirida ao longo dos anos por Lina Bo e Pietro Maria Bardi

[3] Olivia Oliveira, em seu livro *Sutis substâncias da arquitetura* (São Paulo: Romano Guerra, 2014) investiga obras e projetos da arquiteta que demonstram este argumento.

[4] O período em que lecionou na Universidade Federal da Bahia (1958-1964) com seus cursos inovadores de Teatro e Música, foi embalado por um projeto erudito do Reitor Edgard Santos que reuniu um grupo de intelectuais de vanguarda para lecionar naquela instituição. As muitas produções daquele momento desaguaram nas águas da indústria cultural, de modo ambíguo em Glauber Rocha, de forma plenamente assumida em Caetano Veloso e Gilberto Gil.

[5] Para melhor compreender este período consultar Antonio Risério. *Avantgarde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina e P. M. Bardi, 1995.

[6] BARDI, Lina Bo. *Na Pompéia*: o bloco esportivo, *apud* OLIVEIRA, Olívia de. Repasses: a depredação material e espiritual da obra de Lina Bo Bardi. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq068/arq068_01.asp >. Acesso em 26 jul. 2007.

Bo Bardi utilizava diversos territórios da cultura como laboratórios, no sentido de desenvolver seus conceitos artísticos. No que se refere aos estudos do espaço, foi arquiteta, cenógrafa, artista plástica, *designer* de móveis, editora de revistas e suplementos literários de jornais, curadora e organizadora de inúmeras exposições. Ao ampliar sua prática profissional, direcionou o olhar às expressões cênicas capazes de instigar o indivíduo, tornando possível vincular os diversos recursos de organização espacial de uma maneira que incitasse o espectador a sair do lugar comum e a atribuir outros enquadramentos às diversas representações espaciais. O pré-artesanato – "artes de fazer" mais próximas do público nordestino –, tornou-se uma referência em sua obra, sempre valorizando a arte do cotidiano e da cultura local, levando-a questionar o racionalismo, enfatizando a necessidade de conhecer as diferentes realidades de cada país. Em 1958, afirmou que:

> Depois do racionalismo a arquitetura moderna retoma contato com o que de vital, primário, anticristalizado existe no homem, e estes fatores são ligados aos diferentes países, e o verdadeiro arquiteto moderno pode resolver, quando chamado, as realidades de qualquer país, [...] chegar àquela compreensão e formulação dessas realidades que às vezes os próprios arquitetos que ali nasceram não alcançaram." (BO BARDI, 2002 [1958], p.213)

Em recente depoimento, Renato Anelli sintetiza três aspectos relevantes na obra de Bo Bardi: "sua disposição em aprender com a cultura da sobrevivência que descobre nos sertões do Brasil; a figuratividade popular interpretada em formas icônicas fortes, que parecem garantir enorme ressonância entre os usuários (como se vê no Sesc Pompeia e no Masp), e a sua posição frente à natureza, incorporada na arquitetura sem mediações, que parece consensual hoje graças ao ambientalismo" (ANELLI, Dez.2014)

Essa disposição para aprender com a cultura da sobrevivência se reflete nos desenhos para a cena teatral concebidos, em que a arquiteta articula a cenografia de modo a produzir o "efeito do distanciamento", ou seja, de "estranhamento", pois os acontecimentos representados deixam de ser evidentes ou ilusórios, como pregava o teatro realista[7]. E porque entendeu que este cenário poderia atingir maior e melhor grau de recepção por parte do público, foi assim que Bo Bardi elaborou as propostas cenográficas aqui em estudo.

A cenografia não é uma arte recente. Ao escrever a *Poética* em *circa* 323 a.C, Aristóteles refere-se à cenografia relacionada a uma *escritura cênica* vinculada à pintura, conferindo à encenação um valor tão fundamental quanto ao da literatura dramática. Mais tarde, no século I a.C, Vitruvius descreveu cenografia como uma arte representacional da perspectiva e no Renascimento, Sebastiano Serlio utilizou o vocábulo cenografia como um meio de integrar a ciência à execução (*craft*) da arquitetura, da cena e da pintura, que por sua vez influenciam o desenho dos edifícios, cidades e paisagens (1544). Estes escritos, somados a vários outros, acabaram por dar origem aos telões pintados e ao *trompe-oeil* do período barroco. No final do século XIX, o simbolismo e os novos paradigmas introduzidos por Edward Gordon Craig e por Adolphe Appia abriram o caminho para a moderna cenografia. Os simbolistas almejaram transformar o palco num local suspenso no qual surgiriam mundos simbólicos que Dorita Hannah classificou como "Espaço Absoluto", que ela compara à utopia de Tomas Morus, lembrando que Henri Levebvre (1974, p. 36) considerou o espaço absoluto como um espaço que envolve todos os outros e tem uma existência simbólica (HANNAH, 2018, p. 120).

Existe hoje um entendimento mais amplo da cenografia como "desenho da cena", ou seja, incluindo não só o cenário, mas também o figurino, iluminação cênica, som, entre outros, e a cenografia teve ampliado seu

[7] BRECHT, Bertold. *Estudos sobre teatro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, p. 97 (1. ed. 1970).

significado no "campo expandido". Neste novo conceito de cenografia, o espetáculo assume um dinamismo muito maior com a introdução da questão do tempo e da intensa participação do público, que não mais deve permanecer estático, possibilitando mudar constantemente os pontos de vista. Com base nas teorias de produção do espaço de Lefebvre (1974) e nas recentes formulações teóricas de Hannah (2018), este artigo reinterpreta as propostas pouco ortodoxas nos desenhos de cena da arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi em três montagens realizadas entre 1960 e 1969, que em muito anteciparam os conceitos contemporâneos para a cena teatral.

Hannah (2018) identifica três possibilidades de espaços destinados às artes performáticas correspondendo a três movimentos das vanguardas históricas, que ela denomina "Espaço Absoluto", "Espaço Abstrato" e "Espaço Abjeto", correspondendo respectivamente ao Simbolismo, Construtivismo e Surrealismo, que acabam resultando num novo espaço contemporâneo para a performance que ela denomina de Espaço-Evento". Uma análise acurada revela que esses espaços já podiam ser identificados nas arquiteturas cênicas concebidas por Lina Bo Bardi nos anos 1960.

Nas duas arquiteturas cênicas que realizou em Salvador, quando trabalhou em uma dimensão conceitual antropológica, elaborando para o diretor Martim Gonçalves – professor da Universidade Federal da Bahia -, os projetos cenográficos das duas peças, uma de Bertolt Brecht, *A ópera dos três tostões*(1960), e outra, *Calígula* (1961), de Albert Camus. Ambos os espetáculos foram apresentados no que restou do Teatro Castro Alves, que havia sofrido um incêndio cinco dias antes de sua inauguração em 1958. O teatro tradicional de palco italiano seguia a estética do Movimento Moderno, projetado por José Bina Foniat, um verdadeiro teatro-monumento, profundamente atingido pelo sinistro, como comprovam as fotografias de época. O foyer do teatro ficara intacto, porém, a sala de espetáculo ficou arrasada pelo incêndio. Mas Bo Bardi utilizou sua maestria e domínio do tratamento de espaço e os espetáculos foram transgressores e admirados. Nesta primeira montagem Bo Bardi já subverte o "espaço da modernidade – simultaneamente homogêneo e dividido, ao mesmo tempo unificado e fragmentado" definido por Lefebvre (1974, p. 306), visto que reorganiza um espaço inusitado reunindo atores e espectadores sobre o mesmo palco.

A terceira peça, *Na Selva das Cidades* (1969), com texto de Brecht mas já se apoiando em alguns pressupostos escritos pelo escritor e homem de teatro Antonin Artaud[8], cujas recomendações Bo Bardi citou em inúmeras ocasiões, insere-se com firmeza no conceito formulado recentemente por Hannah sobre o "Espaço Abjeto", que será discutido adiante.

A *ÓPERA DOS TRÊS TOSTÕES* (1960): UMA CENA BRECHTIANA EM MEIO AOS ESCOMBROS DO TEATRO CASTRO ALVES

A estrutura do projeto concebido por Bo Bardi para abrigar a montagem da *Ópera dos Três Tostões* de Brecht nos escombros do palco do teatro semidestruído consistia inicialmente em um conjunto de cubos e prismas triangulares interligados por escadas, bastante inspirados em Adolphe Appia, como denotam os primeiros croquis que desenhou. Não foi esta a proposta implementada, que, traduziu-se em ambientes especializados

[8] Além de se opor às características do teatro tradicional, o Teatro da Crueldade criado por Artaud critica a racionalidade do mundo ocidental. Entre as suas ideias, estava a concepção de um novo teatro e uma nova apreensão do universo, ligada ao nível pré-verbal da psique humana. Para Artaud, o teatro deveria abalar as certezas adotadas pela sociedade. O mais fiel seguidor de Artaud no Brasil é José Celso Martinez Correa, diretor do Teatro Oficina, com que Bo Bardi trabalharia a partir de 1969.

em diferentes níveis interligados por escadas, elemento arquitetural sempre muito privilegiado nos projetos da arquiteta. Para possibilitar a encenação no amplo espaço desta casa de espetáculos, a arquiteta projetou uma arquibancada de tábuas brutas com quatrocentos lugares sobre o palco de 16m x 20 m x 9m para acomodar a plateia[9]. A análise das fotografias desta montagem, dos croquis elaborados por Bo Bardi e dos depoimentos coletados comprovam o estreito relacionamento que a arquiteta estabeleceu com as ideias de Brecht, para quem o teatro deveria desmontar a ideologia da burguesia (LIMA, 2008).

Ao introduzir a proposta de "distanciamento /estranhamento" em sua teoria, Brecht defende que este efeito "possibilita ao espectador elaborar uma crítica produtiva do ponto de vista social" (BRECHT, 2005, p. 153), distanciando-o de qualquer espécie de transe, combatendo portanto o ilusionismo do drama e seus subprodutos da indústria cultural. Segundo Iná Camargo Costa, o teatro épico deve "partir de um problema e não de um tema"; portanto, deve fazer uma análise crítica da sociedade, levando o espectador a "reagir e a tomar posição". Esta autora esclarece que, [...] enquanto o drama se interessa por acontecimentos "naturais", de preferência situados na esfera da vida privada, o teatro épico destaca acontecimentos de interesse público (mesmo os da vida privada) que exigem explicação por não serem evidentes nem naturais [...] (COSTA, 2000, p. 43)

Nesse sentido, Bo Bardi idealizou um espetáculo cujo cenário permanece o mesmo do início ao fim da peça, permitindo expor frontalmente toda a arquitetura da cena, na qual diferentes ambientes apresentam-se lado a lado, tal como uma colagem sintética desses mesmos ambientes, que tanto se referem a uma prisão, quanto a um bordel no primeiro nível, quanto a uma estrebaria no segundo nível. No terceiro nível ficava a forca (Fig. 1). Foi nesta organização espacial que Martim Gonçalves contou a história do elegante e cínico anti-herói Mac Navalha, cercado de mendigos, ladrões, prostitutas e vigaristas a partir da apropriação da ópera de Brecht.

Figura 1 – *A ópera dos três tostões* Teatro Castro Alves de Salvador. Cenário de Lina Bo Bardi. Foto Armin Guthmann, 1960. *In*: BARDI, Pietro Maria. *Profile of the new Brazilian Art*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1970, p. 143.

Em sua tese de doutoramento, Mateus Bertone da Silva (2004) investigou este espetáculo e descreveu a arquitetura cênica explicando que além da arquibancada de tábuas, havia uma área específica para a

[9] A conformação do desenho de cena foi examinada sobre os croquis da arquiteta, disponíveis no ILBPMB assim como nos depoimentos de Bo Bardi a Helio Eichbauer e Dédé Veloso que publicaram textos e fotografias sobre a montagem no livro *Arte na Bahia* em 1991.

movimentação dos atores, “mas ela não se configurava como uma base construída em altura relevante (um tablado de 20cm de altura) e separada do espaço reservado para o público e por este "enquadrada" pela presença de um pórtico de boca de cena (SILVA, 2004).

Outro pesquisador que também analisou essa montagem, Raimundo Mattos de Leão (2003) esclarece que “os espaços simultâneos, a exposição dos refletores e do avesso do palco reforçam a teatralidade anti-ilusionista” e ainda revela que “os recursos visuais e a exposição de cordas, fios e faixas com letreiros enfatizam o conteúdo da ópera, mantendo o espectador ciente de estar diante de uma representação”[10]. O crítico Sábato Magaldi ratifica que Bo Bardi soube comunicar com destreza o universo brechtiano através do “emprego do cenário simultâneo, de inspiração medieval” (MAGALDI*,* 10 dez. 1960).

O conceito de cenografia e de um teatro simples foi bem explicitado quando, ao montar a peça *A mãe*, Brecht revela na carta ao *Theater Union* de Nova York que eram suficientes apenas algumas alusões para ambientar o local da ação. Nesta mesma carta, Brecht declara que a dramática não aristotélica dos espetáculos que concebeu não está interessada em produzir um “todo universal” na audiência, mas, pelo contrário, deve dividir a opinião do público (BRECHT, 2005, p. 60-62). Para Brecht, o arquiteto cênico deveria ocupar-se de todo o espaço e não apenas do palco e a construção cênica deveria deixar à vista a aparelhagem elétrica e a aparelhagem musical. Sem a quarta parede, desde que o próprio palco cênico começou a narrar, os telões com projeções revelavam ao público outros acontecimentos simultâneos, ocorridos em algum lugar, justificando ou refutando, através de documentos projetados, as falas das personagens (BRECHT, 2005, p. 66). Em *A Opera dos Três Tostões* (1960), esse código se traduz pela faixa de grandes dimensões suspensa sobre o palco com o nome da peça que está sendo representada e pela total visibilidade do aparato cênico.

Valorizando o “distanciamento brechtiano”, as práticas da arquitetura cênica de Bo Bardi deixavam à mostra as paredes em ruínas do Teatro Castro Alves e ampliavam o escopo de uma cenografia tradicional visto que a intervenção recria um novo espaço cênico sobre o palco semidestruído de um ícone arquitetônico do modernismo racionalista. Respeitando a proposta de Brecht, Bo Bardi idealizou nesta arquitetura cênica o que Hannah recentemente intitulou de “Espaço Abstrato”, formulado a partir do construtivismo russo e do modernismo germânico, inspirada na definição de Lefebvre para quem « *l’espace abstrait, support de la production et de la reproduction, crée en même temps les illusions d’une fausse conscience* » (LEFEBVRE, 1974, p. 330).

CALÍGULA (1961): ENCENANDO A PARÁBOLA DA CRUELDADE

Utilizando relações de amor e ódio, Albert Camus visa a discutir a loucura, o absurdo e o destino. Bo Bardi repassou plasticamente para o palco a parábola contida em *Calígula,* na qual os ideais de crueldade e selvageria e os desvios de um poder desmedido refletem as atrocidades vivenciadas pelo escritor existencialista durante a Segunda Guerra Mundial. Segundo Glauber Rocha, a cenografia de *Calígula* foi construída como “palco de catacumbas”, - provavelmente romanas, “com a liberdade neo-realista” (*apud* GUIMARAENS, 1993, 97). Essa liberdade indica um viés surrealista, calcado também na cultura autóctone, negando o consumismo desenfreado do desenvolvimentismo. Bo Bardi ansiava por “uma modernidade que

[10] LEÃO, Raimundo Matos de. Da cena amadora ao novo projeto da Escola de Teatro. *Revista da Bahia,* n. 37. Funceb, 2003. Este estudioso defendeu a dissertação de mestrado Abertura Para Outra Cena – Uma História do Teatro na Bahia a Partir da Criação da Escola de Teatro (1946-1966), PPGAC/UFBA.

pudesse se constituir como uma emancipação da cultura popular e não como o seu massacre pela industrialização".[11] Sobre a influência italiana nas obras de Lina, já percebida por Glauber Rocha, assim se expressou o estudioso baiano Antonio Risério:

> Seu olhar, dirigido a artefatos e mantefatos populares, era denso. Sob esse aspecto, aliás, ela viveu num contexto italiano altamente propício. A busca ou o gosto da concretude, da espessura cotidiana, das formas populares, dos "dialetos subculturais", talvez possamos dizer, parece um dos traços mais marcantes da cultura italiana do imediato pré-e-pós-guerra. É o que se pode ver na região da arquitetura e do design, com Gió Ponti (e Lina ao seu lado, como assistente, nas trienais de Milão) liderando o movimento pela valorização do artesanato italiano. (RISERIO, 1995, p. 112)

A cada momento da peça, estabelecendo o diálogo e a interação entre público e atores, a arquiteta concebeu uma ambientação inusitada para o drama, usando, como matéria principal, módulos de madeira de fácil mobilidade, que se transformavam em diferentes ambientes de acordo com as necessidades da movimentação cênica. Vários cubos de madeira com tratamento artesanal, ao redor da extensa mesa de iguarias improvisada com uma toalha de tecido artesanal em fibra nordestina, mostram artefatos executados com artesanato da Bahia (Fig. 2), transportando o espectador para um ambiente simultaneamente onírico e cruel, que denota táticas surrealistas da autora, grande conhecedora das propostas de Antonin Artaud, em *O teatro e seu duplo* (1937).

Figura 2– *Calígula*, de Camus. Cenários e figurinos de Lina Bo Bardi. Teatro Castro Alves, 1961. *In*: BARDI, Pietro Maria. *Profile of the new Brazilian Art*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1970, p. 143.

Pela fortuna crítica e pelo material iconográfico analisado, verifiquei que Bo Bardi atuava num espírito de síntese entre palco e plateia, em que ela destrói o espaço liminar tal como conceituado por Patrice Pavis. Há indícios de que foi esta síntese entre ambiente e trama, entre consciente e inconsciente que daria continuidade aos projetos cenográficos de Lina. Assim, a investigação e o fazer artístico da arquiteta denotam a busca pela liberdade do indivíduo na utilização de elementos do inconsciente, na qual ela explora conceitos da *arte povera*[12] e emprega em seus trabalhos, elementos de fácil reconhecimento pelo público, trazendo a atenção deste para a realidade em que vive.

[11] Ver o texto de ANELLI, Renato Luiz Sobral. *Lina Bo Arquiteto*. Catálogo de exposição realizada no Masp pelo Instituto Lina Bo Bardi, São Paulo, 2006, p. 31.

[12] Significando *Arte pobre*, surgiu na Itália nos anos 1960, e tinha como objetivo desafiar os padrões da arte vigente. Criada pelo crítico Germano Celant para se referir ao movimento artístico, implicava a utilização de materiais de pintura (ou outras expressões plásticas não convencionais, como por exemplo areia, madeira, sacos, jornais, cordas, feltro, terra e trapos) com o intuito de "empobrecer" a obra de arte, reduzindo os seus artifícios e eliminando barreiras entre a arte e a vida quotidiana. Apresentando um

Em consonância com suas crenças marxistas, Lina era contrária à massificação trazida pela sociedade de consumo e valorizava aquilo que emanava das raízes culturais de um povo. Os estudos antropológicos que realizou no Nordeste possibilitaram a ela explorar uma nova poética do espaço, na qual o surreal se obtinha por meio de uma fácil identificação do público, a partir da exploração do inconsciente e do uso concomitante de elementos do artesanato local. Por meio da imaginação e dos elementos de que dispunha, buscados na arte popular, ou às vezes usando materiais como o lixo e os detritos encontrados na rua, a cenógrafa critica a sociedade cada vez mais impregnada pelo vício do consumismo.

Mas o conservadorismo das tradições provocou pressões na ala das vanguardas universitárias, levando Risério a afirmar que "a mediocridade suburbana e a velhacaria paroquial triunfavam provisoriamente, exorcizando e expelindo da Bahia o refinamento estético-intelectual" (RISERIO, 1995, p. 24). Os periódicos baianos mais conservadores criaram polêmicas acirradas contra os intelectuais. Com a saída do reitor Edgard Santos, Martim Gonçalves retornou para o Rio de Janeiro e Lina Bo Bardi, colaboradora e construtora desse processo modernizador das artes na Bahia, deixou a direção do Museu de Arte Moderna de Salvador e retornou à cidade de São Paulo.

No palco adaptado, a peça de Camus estreou com figurino e arquitetura cênica de Lina Bo Bardi e adereços de Mario Cravo Jr, reunindo na plateia o governador Juracy Magalhães, o prefeito Heitor Dias e a parte da elite intelectual baiana. O crítico Sábato Magaldi alega que os 400 lugares do teatro estiveram sempre ocupados durante toda a temporada, tamanho o sucesso da peça.

> Vimos Calígula numa sexta-feira, e se acotovelavam na arquibancada estudantes (que tem ingressos gratuitos) e pessoas das mais diferentes classes sociais (cujo bilhete custa apenas 30 cruzeiros). Era visível a comunhão – ideal de tantos teóricos – estabelecida pelo espetáculo. As diversas passagens da peça encontravam receptividade específica e o final foi saudado com entusiasmo. Não há mais dúvida: existe um teatro em Salvador (MAGALDI, 22 de jul.1961).

Em depoimento a Hélio Eichbauer, Lina Bo Bardi chamou a atenção para o fenômeno teatral que também se expandia não tendo sido um processo exclusivo ocorrido na Bahia, "mas no Nordeste como um todo, e que não pode ser abolido. Em Pernambuco, no Triângulo Mineiro, no Ceará, no Polígono da Seca, se encontrava um fermento, uma violência, uma coisa cultural no sentido histórico verdadeiro de um país, que era o conhecer de sua própria personalidade" (BO BARDI *apud* EICHBAUER, 1991, p. 12).

Após o êxito das criações cênicas e das exposições museológicas na Bahia (cf. LIMA, 2007, p. 23), por motivos políticos, Lina retornou a São Paulo, e, em 1969, fez os cenários para *Na Selva das Cidades*, que estreou no Teatro Oficina, sob a direção de José Celso Martinez Corrêa. O texto de Bertold Brecht aborda o conflito entre um comerciante de madeira e um funcionário de biblioteca com final trágico. A trama original desenvolve-se na Chicago de 1912 e traduz-se na luta entre dois homens presenciando a decadência de uma família que veio do interior para a "selva" da cidade grande. Bo Bardi utilizou lixo reciclado, destruindo o cenário a cada espetáculo.

Oscilando entre a estética popular e a erudita, a arquiteta acreditava que a arte de vanguarda deveria interagir com a arte popular, pois dizia que esta divisão é apenas cômoda para os críticos de arte. Referindo-

acentuado cunho político, é uma arte com a intenção de interagir com o público através de instalações, esculturas e montagens com fotos, pintura e outros materiais não convencionais.

se a Picasso, o gênio maior do Movimento Moderno, considerava que sua arte, apesar de ser de vanguarda, continha inúmeros elementos populares (BARDI, 1970).

NA SELVA DAS CIDADES: UM ESPAÇO ABJETO

Tal como Brecht, Bo Bardi entendia que o teatro épico questiona o caráter de entretenimento do teatro realista pois abala sua validade social na medida em que retira sua função na ordem capitalista e que o cenário poderia atingir maior e melhor grau de recepção do público. Referindo-se à proposta de Brecht, Walter Benjamin enfatizou também que uma vez que o palco não apresentava mais "as tábuas que representam o mundo" (ou seja, um espaço "encantado"), mas um espaço de exibição, não haveria mais quaisquer ilusionismos (Cf. BENJAMIN, 2017, 11). O que importava era criticar o capitalismo selvagem que atingia São Paulo. Já em crônica publicada em 1958, a arquiteta comparava a grande cidade à "dura negação da vida, retórica dos especuladores (...) que aviltam os homens, na negação de tudo o que é necessário ao homem para viver" (BO BARDI, 28 set 1958).

A construção cênica deixava à vista as aparelhagens elétricas e musicais, segundo sugestão de Brecht. Sem a quarta parede, desde que o próprio palco cênico começou a narrar, os telões com projeções revelavam ao público outros acontecimentos simultâneos, ocorridos em algum lugar, justificando ou refutando, através de documentos projetados, as falas das personagens. No espetáculo do Teatro Oficina, na época ainda conforme readaptado por Flavio Império e Rodrigo Lefebvre, a própria disposição espacial foi modificada por Bo Bardi que ali construiu um ringue de box. A ação se deslocava de Chicago em 1912 para a grande São Paulo, refletindo as semelhanças entre a "selva" de Brecht escrita em 1923 e a selva devastadora vivida nas grandes cidades brasileiras em 1969 (LIMA, 2018, p.44).

Como aponta David Harvey, "Quase todas as cidades do mundo testemunharam a explosão imobiliária que favorecia os ricos – quase todas deploravelmente parecidas – em meio a um turbilhão de migrantes miseráveis, à medida que o campesinato rural era desapropriado pela industrialização e comercialização da agricultura." (HARVEY, 2014, p.43-44).

Tendo despido o teatro de todo o revestimento, Bo Bardi deixou os tijolos aparentes e recobriu-os com tábuas retiradas da construção do elevado Costa e Silva – mais conhecido como "Minhocão" Já introduzindo o conceito de *arte povera*[13], acrescentou slogans escritos à tinta nas tábuas usadas de madeira bruta, forjando uma inusitada arquitetura cênica para a montagem O projeto incorporou tudo isso: o interior do teatro foi inteiramente remodelado, permitindo a instalação de espectadores em vários pontos do espaço, sobretudo em duas plateias opostas – que os anglo-saxões denominam *tranverse stage* – de cada lado do ringue de boxe, incluindo no ambiente até mesmo uma betoneira jorrando concreto, como descreveu Silva (2005: 39). Dialogando com a dilacerada realidade externa ao teatro da cidade semidestruída pelas obras viárias, a cada dia, entulho, lixo, peixe podre, tábuas e concreto fresco eram recolocados no palco que era devastado à vista do público fragilizado pela violência.

Bo Bardi como cenógrafa e Zé Celso como diretor do Teatro Oficina buscaram advertir na peça que as estruturas de exploração de classe e do Estado autoritário deveriam ser derrubadas, tal como ainda hoje enfatiza Harvey (2014, p. 24). Os elementos cenográficos diziam respeito ao contexto brechtiano, porém, sobretudo, representavam uma crítica instigadora à situação em que São Paulo se encontrava, em seu

[13] Ver nota n. 12.

processo de desumana metropolização, no qual se acentuava a migração de campesinos pobres para a periferia da cidade, em busca de trabalho. O crítico Sábato Magaldi assim escreveu na *Folha de São Paulo*

> Percebe-se a sintonia entre a cenógrafa e as recomendações de Brecht para o teatro épico, pois Bo Bardi acata a divisão cênica em rounds e projeta um espaço teatral, no qual as cadeiras foram retiradas e o palco giratório desmontado, abrindo um amplo espaço cujo centro foi ocupado por um ringue de boxe. A plataforma elevada foi o palco predominante na maior parte das cenas. Como a violência permeia toda a encenação, Lina intensificou uma estética do feio. Acumulou no palco uma quantidade de elementos aleatórios, muitos retirados do lixo, além de móveis e adereços que, ao final de cada round, são estraçalhados pelos atores em cima do ringue, numa imagem de impressionante eloquência. (MAGALDI, 17 set. 1969).

Ainda Interpretando corretamente os conceitos de Brecht, a arquiteta utilizou um desenho de cena sintético, com diferentes planos e uma simplificação da forma que só se tornava mais agressiva quando se exibiam faixas, conclamando o público à reflexão. O uso do telão, no qual se projetam imagens e palavras e de faixas com slogans, segundo Brecht, incita o questionamento do espectador, uma das propostas do efeito de estranhamento. (Cf. BRECHT, 2005).

As faixas, os letreiros e os telões como elemento brechtiano foram representadas pela faixa exibida no alto do palco, na qual se lia: “São Paulo, a cidade que se humaniza”, por meio da qual a arquiteta identificava o deslocamento de espaço e tempo e ironizava a realidade da cidade submetida ao desenvolvimento capitalista descontrolado, na peça dirigida por José Celso Martinez Corrêa. O cenário de *Na selva das cidades,* Bo Bardi transpôs para o espaço teatral signos visuais pertencentes ao cotidiano paulista da época. A ditadura mostrava-se cada vez mais repressiva, lançando o Ato Institucional nº 5, a luta armada acirrava a violência nas principais capitais e São Paulo estava sendo destruída numa extensa área urbana com obras para construção de viadutos.

Figura 3 - *Na selva das cidades,* de Brecht – Cenário de Lina Bo Bardi - Teatro Oficina (1969). (Acervo ILBPMB).

Quando Hannah define o ‘Espaço Abjeto’ a partir de teorias das linguagens espaciais propostas por Antonin Artaud em *O teatro e seu duplo (*1937) e de George Bataille, em *Architecture* (1929), pretende demonstrar uma revolta física contra a arquitetura racionalista devido principalmente à ausência de uma relação harmônica com o corpo visceral e incontido tanto dos atores, quanto os dos espectadores, que deveriam sempre interagir. “Oscilando entre a indeterminação sagrada do ‘Espaço Absoluto’ e as forças materiais do ‘Espaço Abstrato’, o ‘Espaço Abjeto’ dá origem a um lugar subversivo onde as coisas são feitas e desfeitas”

(HANNAH, 2018, p. 236), exatamente como identifico no cenário destruído e reconstruído a cada noite do espetáculo idealizado por Bo Bardi[14].

O odor de peixe podre e o cenário de lixo reciclado – recolhido nos escombros da cidade em transformação – vai aos poucos sendo consumido e atirado para fora do ringue num ritual dionisíaco que em muito se aproxima da estética surrealista artaudiana. Tal transgressão aproxima a obra da arquiteta das vanguardas europeias, em especial do surrealismo e do Teatro da Crueldade criado por Artaud, com suas contestações e espelha o "espaço abjeto" criado pela arquiteta.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Se no campo da arquitetura e da montagem de exposições, a arquiteta exerceu o domínio das "técnicas modernas, concomitante ao seu interesse por materiais não industriais e gerou resultados plásticos singulares e autênticos", como afirma Eduardo Rossini (Dez. 2014), suas pesquisas no campo da arquitetura cênica permitem concluir que apesar de dominar o uso das técnicas construtivas mais avançadas, utilizou em suas cenografias materiais despojados do cotidiano e da cultura popular, valorizando o artesanato e sempre alcançando inusitados e autênticos resultados, como comprovei a partir das três montagens analisadas. Sua formação marxista - que sempre pautou sua ética e o profundo respeito pelo cidadão comum-, não impediram que ela abraçasse as propostas de Antonin Artaud, identificando-a, portanto, como uma adepta do espaço surrealista e visceral que Hannah denominou "Espaço Abjeto" (HANNAH, 2018, p. 236).

Paralelamente, numa atitude muito contemporânea, há mais de cinquenta anos, em seus desenhos de cena, Bo Bardi já estabelece um diálogo estreito com o espectador, tornando-o participante, e até mesmo um coautor da obra. Em especial na cenografia de *Na Selva das Cidades* (1969), a proposta cênica envolveu o público desconfortavelmente sentado em suas duas arquibancadas em lados opostos ao palco do Teatro Oficina, ainda na época de acordo com o projeto de Flávio Império e Rodrigo Levebvre, forçando os espetadores a experimentar a obra física e mentalmente, expandindo o campo da ação cenográfica para além do teatro, para toda a cidade de São Paulo, violentamente atingida pela fúria capitalista dos tempos da ditadura militar.

Tanto nas arquiteturas que concebeu nos anos 1980 para o Sesc da Pompeia (com Vainer e Ferraz), quanto do Teatro Oficina (com Elito), entre outras obras edificadas, quanto nos desenhos de cena, verifica-se que Bo Bardi estava sempre muito mais preocupada com o espaço vivenciado, ou « *espaces des habitants, des usagers mais aussi de certains artistes* » tal como conceituado por Henri Lefebvre (1974, p. 49). Defendia que a execução das obras fosse feita no próprio canteiro, ouvindo a opinião dos operários e idealizou espaços transgressores mas muito humanos e viscerais para as peças dirigidas por Martim Gonçalves e Zé Celso. Apesar de ter sido formada para exercer uma arquitetura de vanguarda, e, portanto, na época, em sintonia com o racionalismo e o construtivismo do Movimento Moderno, Bo Bardi utilizou muito pouco o espaço definido por Lefebvre como "espaço de representação", ou seja, o espaço dos « *savants, des planificateurs, des urbanistes, des technocrates* … » (LEFEBVRE, 1974, p.48).

Mais tarde, Bo Bardi ajudaria a construir o ideário tropicalista, tendo formado uma geração de arquitetos e artistas e lutado contra as desigualdades sociais. Sua visão humanista, sua opção política pelos mais fracos,

[14] Oscillating between the sacral indeterminacy of the absolute [space] and the material forces of the abstract [space], abject space provides a subversive site where things are done and undone (HANNAH, 2018, p. 236).

seu amor ao próximo e ao povo, seu respeito pela cultura popular e pelos hábitos dos usuários de suas obras permitem-me afirmar que esteve sempre na vanguarda, mas jamais se esqueceu de que esta mesma vanguarda poderia estar bem próxima da tradição e da arte produzida no cotidiano pelas classes menos favorecidas.

REFERÊNCIAS

ANELLI, Renato. O que faz a obra de Lina Bo Bardi ser atual? **AU – arquitetura e urbanismo**. Edição 249 - Dezembro/2014 http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/249/artigo333938-1.aspx

ANELLI, Renato. **Lina Bo Arquiteto**. Catálogo de exposição realizada no Masp pelo Instituto Lina Bo Bardi, São Paulo, 2006.

ARTAUD, Antonin. **Le théâtre et son double**. Paris, Gallimard, 1938.

BATAILLE, Georges. Architecture. In: LEACH, Neil (org.). **Re-thinking Architecture,** London/New York: Routledge, 1997, p.19-21

BENJAMIN, Walter. **Ensaios sobre Brecht**. São Paulo: Bomtempo, 2017.

BO BARDI, Lina. Crônicas de arte, de costume, de cultura da vida. Arquitetura. Pintura. Escultura. Música. Artes Visuais, **Diário de Notícias** – Caderno Olho sobre a Bahia n. 9, Salvador, 28 set. 1958.

BO BARDI, Lina. Entrevista ao crítico literário Leo Gilson Ribeiro. **Jornal do Brasil** – Suplemento Literário, 17 dez. 1970.

BO BARDI, Lina. Teoria e filosofia da arquitetura. In: OLIVEIRA, Olivia (org.) Lina Bo Bardi. Obra construída. Barcelona: 2G/Gustavo Gili, n.23/24, 2002, p.210-214.

BO BARDI, Lina. Na Pompéia: o bloco esportivo. In: OLIVEIRA, Olívia de. Repasses: a depredação material e espiritual da obra de Lina Bo Bardi. Disponível em http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq068/arq068_01.asp. Acesso em 26 jul. 2018.

BRECHT, Bertolt. **Estudos sobre teatro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. (1. ed. 1970).

COSTA, Iná de Camargo. O teatro épico de Brecht. **Pandaemonium Germanicus**. n. 4, 2000,p. 27-46.

GUIMARAENS, Maria da Conceição. **Dois olhares sobre o patrimônio cultural brasileiro**: Lina e Lygia, Diss. Mestrado, ECO/UFRJ, 1993.

HANNAH, Dorita. **Event-Space.** Theatre architecture and the Historical Avant-Garde. London/New York: Routledge, 2018.

HANNAH, Dorita. Absolute, Abstract & Abject: Learning from the event-space of the historical avant-garde *Conference Paper,* **II Jornada Nacional Arquitetura, Teatro e Cultura,** Rio de Janeiro, Julho 2014.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEÃO, Raimundo Mattos de (2003). Da cena amadora ao novo projeto da Escola de Teatro. **Revista da Bahia**, n. 37. Funceb, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l´espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. Factory, Street and Theatre in Brazil: Two Theatres by Lina Bo Bardi. In: Andrew Filmer; Juliet Rufford (ed.) **Performing Architectures**. London: Bloomsbury, 2018, p. 35-48.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. O espaço cênico de Lina Bo Bardi: uma poética antropológica e surrealista. **ArtCultura** (UFU), v. 9, 2008, p. 31-42.

MAGALDI, Sábato. "A ópera dos três vinténs". **Estado de S. Paulo.** 10 dez. 1960.

MAGALDI, Sabato. *"Calígula".* **Estado de São Paulo***.* 22 jul. 1961.

MAGALDI, Sabato. "*Na Selva das Cidades"*. ***Folha de São Paulo***. 17 set. 1969.

OLIVEIRA, Olivia. **Sutis substâncias da arquitetura***.* São Paulo: Romano Guerra, 2014.

ROSSINI, Eduardo Pierroti, O que faz a obra de Lina Bo Bardi ser atual? **AU – arquitetura e urbanismo**. Edição 249 - Dezembro/2014 http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/249/artigo333938-1.aspx

RISERIO, Antonio. **Avantgarde na Bahia**. São Paulo: Instituto Lina e P. M. Bardi, 1995.

SILVA, Mateus Bertone da. A arquitetura cênica de Lina Bo Bardi para A Ópera de Três Tostões e as interlocuções com a teoria do palco épico brechtiano. **Anais do VII Congresso da Abrace**, Porto Alegre, 2012.

4 – ARTIGOS COMPLETOS DE SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

ARTE E ARQUITETURA: PROVOCAÇÕES

V enanparq
Salvador - 2018

ARTE E ARQUITETURA: UMA HISTÓRIA COMPLICADA

ART AND ARCHITECTURE: A PROBLEMATICAL HISTORY

ARTE Y ARQUITECTURA: UMA HISTORIA COMPLICADA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIO, PROJETO E PRÁTICA

VÁZQUEZ RAMOS, Fernando Guillermo
Doutor em Arquitetura; Professor da USJT e do PGAUR USJT
prof.vazquez@usjt.br

MATTOS, Paula De Vincenzo Fidelis Belfort
Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da USJT e do PGAUR USJT
prof.darte@gmail.br

ARTE E ARQUITETURA: UMA HISTÓRIA COMPLICADA

ART AND ARCHITECTURE: A COMPLICATED HISTORY

ARTE Y ARQUITECTURA: UNA HISTORIA COMPLICADA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIO, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
As relações entre arte e arquitetura apresentam um desenvolvimento complicado, por vezes difícil, ou emaranhado, outras, ligeiro e harmonioso, por vezes intrincado, e outras complexo. Agressivo e beligerante, também. Indiferente, muitas outras, quando não apático ou indolente. Como traçar semelhantes relações que acompanham esse binômio instável desde o século XV é a preocupação desta comunicação, que pelas suas caraterísticas intrínsecas não pode fazê-lo de forma aprofundada, assim, a finalidade é mais reflexiva, no sentido de expor ideias gerais que levam de um início afetuoso entre esses *métiers*, passando pelas perdas da amálgama que mantinha a relação estável, isto é, pela perda do desenho, para enfrentar o processo de ruptura, às vezes indiferente, outras, muito combativo. Mas que, como toda relação que se sustenta pelas semelhanças, termina numa reação ao afastamento que reata os laços mais profundos, e, no caso em tela, termina multiplicando as relações que tinham se debilitado ou perdido. A reflexão termina procurando uma conclusão, que por vezes, escapa de nossas mãos, mas que talvez seja, justamente essa o tipo de conclusão possível numa relação complicada.
PALAVRAS-CHAVE: arte, arquitetura, desenho, pintura, modelo.

ABSTRACT:
The relationships between art and architecture have developed in a complicated, sometimes difficult, or entangled way, others, light and harmonious, sometimes intricate, and others complex. Aggressive and belligerent, too. Indifferent, many others, when not apathetic or indolent. the concern of this paper is tracing this kind of relations that accompany this unstable binomial since the fifteenth century. But, by its intrinsic characteristics cannot do so in depth, so the purpose is more reflective, in the sense of exposing general ideas that lead from an affectionate beginning between these metiers*, passing through the losses of the amalgam we suppose maintained the relation stable, that is to say, by the loss of drawing, to face the process of rupture, sometimes indifferent, sometimes very combative. But, like any relation that is sustained by similarities, it ends in a reaction to the estrangement that re-establishes the deepest ties, and in the present case, it ends up multiplying the relations that had been weakened or lost. The consideration ends up looking for a conclusion, which sometimes escapes our hands, but perhaps this is the only possible conclusion in a complicated relationship.*
KEYWORDS: *art, architecture, drawing, painting, model.*

RESUMEN:
Las relaciones entre el arte y la arquitectura se han desarrollado de una manera complicada, a veces difícil o enredada, otras, livianas y armoniosas, algunas veces intrincadas y otras complejas. Agresiva y beligerante, también. Indiferente, muchas otras, cuando no apática o indolente. La preocupación de este trabajo es rastrear este tipo de relaciones que acompañan este binomio inestable desde el siglo XV. Pero, por sus características intrínsecas no puede hacerlo en profundidad, por lo que el propósito es más reflexivo, en el sentido de exponer ideas generales que conducen desde un comienzo afectuoso entre estos métiers*, pasando por la pérdida de la amalgama que suponemos mantenía la relación estable, es decir, por la pérdida del dibujo, para enfrentar el proceso de ruptura, a veces indiferente, otras veces muy combativo. Pero, como cualquier relación sostenida por similitudes, termina en una reacción al distanciamiento que*

restablece los lazos más profundos, y en el presente caso, termina por multiplicar las relaciones que se habían debilitado o perdido. La conclusión termina buscando una conclusión, que a veces escapa a nuestras manos, pero quizás esta es la única conclusión posible en una relación complicada
***PALABRAS-CLAVE**: arte, arquitectura, dibujo, pintura, modelo.*

INTRODUÇÃO

As relações entre arte e arquitetura parecem naturais. É um binômio, no seu sentido etimológico, isto é, a relação de duas vezes (*bi*) um nome (*nominis*) sem que isso signifique uma tautologia, que, em princípio, se apresenta e se resolve de forma quase que evidente. A tradição clássica, mas também a moderna[1] são afirmativas neste sentido. Parece assim absolutamente natural assumir que a arquitetura tem acompanhado à arte desde sempre, a afirmação inversa parece ser igualmente aceitável. A arquitetura mistura-se com a arte em muitos períodos históricos e costuma ser estudada,[2] pelo menos nos estudos historiográficos, de forma conjunta ou relacionada. Mas, o tema é conflitivo e inconstante.

Conflitivo, porque nem sempre fica claro o que significam os dois termos do binômio. Até porque, a arquitetura já foi considerada "arte", e assim, nessa dimensão, o binômio seria tautológico. Mas, também porque as diferentes definições de arte (e de arquitetura, ainda que em menor número e peso) também complicam a explicação dos termos e sua relação. Conflitivo ainda, porque em alguns períodos arte e arquitetura foram antagônicas, ou pelo menos, não mantiveram boas relações, nem as disciplinas nem seus praticantes. Conflitiva também, porque ainda que desde um ponto de vista teórico a relação poderia parecer evidente do ponto de vista empírico tal relação não se confirmava.

Inconstante, porque não há uma sequência ininterrupta que comprove a relação como estável. Os diferentes pensadores da arquitetura, não assim os da arte (e aqui nos referimos aos da história da arte), não mantiveram sempre presente, ou pelo menos não se preocuparam sempre com a mesma intensidade, pelas possíveis relações que se estabelecem entre arte e arquitetura. Obviamente, tem a ver com está situação o problema das relações conflitivas às quais nos referimos acima, mas também, por um desinteresse operativo, especialmente no início do século XX, pois o foco utilitário da disciplina terminou opacando as outras relações. Ainda assim, no decorrer desse mesmo século, temos variados exemplos de como essa relação também foi intensa.

Assim, esta comunicação pretende refletir sobre esse percurso histórico enfatizando alguns momentos de mudança de rumos (*Wende der Zeit*), que identificam posicionamentos mais ou menos precisos nos quais, ou através dos quais, a relação pode ser explicada ou comentada.

UM INÍCIO AFETUOSO

Nos últimos 600 anos muitos foram os que acompanharam as ideias de Leon Battista Alberti (2011, p. 377), que afirmou que "nenhuma obra [de arquitetura] estará tão segura e ilesa da injúria dos homens como pela dignidade e beleza de suas formas", rebaixando a questões secundárias as outras caraterísticas da arquitetura, como a funcionalidade, a utilidade ou ainda a boa construção. Assim, Alberti, em seu tratado, admite que:

[1] Como ilustração deste tema, ver Pizza e Estévez (2015).

[2] Na prestigiosa Universidade de Harvard, o departamento de história da arte chama-se, pelo menos desde 1874, *Department of History of Art and Architecture*. O mesmo acontece em outras prestigiosas universidades dos Estados Unidos, como a de Boston, e em muitas outras europeias.

> Das três partes, concluídas as duas primeiras [a materialidade e a comodidade], que diziam respeito à construção em geral, com o objetivo de que as nossas construções fossem de facto adequadas às suas funções, tivessem a maior solidez e duração, fossem as mais aptas a proporcionar graciosidade e uma sensação aprazível, resta a terceira [a da beleza], de todas a mais nobre e a mais necessária. (ALBERTI, 2011, p. 375)

A tríade vitruviana (*utilitas*, *firmitas* e *venustas*), que em Alberti se identifica dentro do mesmo campo semântico, como adverte Krüger (2011, p. 23), com *necessitas*, *commoditas* e *voluptas*,[3] subordinavam sempre as duas primeiras à segunda, e muitos autores depois dele fizeram o mesmo, consolidando uma forma de relacionamento entre arte e arquitetura na qual a arte se apresentava como cerne, quase essência, da mesma arquitetura. A arquitetura não é entendida neste aspecto só como uma das artes (*ars liberalis*),[4] mas é a *arte* quem define o que a arquitetura é, ainda que fundadas ambas, pelo menos desde o Renascimento, na matemática, na geometria e na consciência histórica.

A relação entre arte e arquitetura, no início da era moderna, isto é, no Renascimento, fazia parte da formação profissional dos arquitetos que procediam geralmente do campo das artes, hoje chamadas plásticas. Eram pintores, como Rafael de Sanzio, ou escultores, como Tullio Lombardo, ou ambos, como Michelangelo Buonarroti. Arquitetos consagrados, como Bramante, tiveram formação em ateliês de pintura,[5] e outros, com Brunelleschi, nos de escultura.[6] Ainda tínhamos os que Giorgio Vasari, pensador, teórico e historiador da arte, chamou de "*uomo universale*", como Alberti, que sendo tudo (pintor, escultor, arquiteto, músico, escritor e teórico) era, sobretudo, um homem culto.

É nessa tradição de *homens cultos* e versados nas *artes mecânicas* transformadas em *liberais* que devemos situar a origem da relação entre arte e arquitetura. As relações anteriores, às dos mestres construtores da Idade Média, ou ainda, às práticas bastante genéricas dos *architecti* antigos, não espremiam essa relação pelo simples fato de que não temos uma precisa definição da "arquitetura", nem do "arquiteto", antes de 1452. Só com as definições de Alberti no *Re-aedificatoria* podemos julgar que há uma diferença de formação, de entendimento, de finalidade e, sobretudo de meios, que podem separar os arquitetos dos outros artistas. Alberti afirma, com absoluta precisão, quais deveriam ser as atribuições do arquiteto, ao mesmo tempo em que define também o escopo da arquitetura:

> Mas antes de avançar, penso que tenho o dever de esclarecer quem na minha perspectiva, deve ser considerado arquiteto. Não apresentarei um carpinteiro, para o compararmos aos mais elevados especialistas das outras disciplinas. A mão do artífice, na verdade, não passa de um instrumento para o arquiteto. Quanto a mim, proclamarei que é arquiteto aquele que, com um método seguro e perfeito, saiba não apenas projetar em teoria, mas também realizar na prática todas as obras que, mediante a deslocação dos

[3] Fundamentada, no entanto, no pensamento de Cícero, Horácio, São Tomás, Vicente Beauvais e Isidoro de Sevilha. (BRANDÃO, 2000, p. 85).

[4] Alberti já tinha defendido a passagem da pintura do campo da *ars mechanica* para a *ars liberalis* no seu tratado De Pictura (BRANDÃO, 2000, p. 84), de 1435, que, sendo anterior ao *De Re-aedificatoria* (escrito entre 1943 e 1452, ainda que publicado só em 1485), lhe serve de base conceitual.

[5] No caso de Bramante, no ateliê de Piero della Francesca, em Urbino.

[6] Cuja formação começou realmente como ourives, no ateliê de Benincasa Lotti, e prosseguiu como escultor, inscrito na *Arte della Seta*.

> pesos e a reunião e conjunção dos corpos, se adaptam da forma mais bela às mais importantes necessidades do homem. (ALBERTI, 2011, p. 137-138)

A intenção de Alberti foi a de proclamar e demonstrar que se tratava de um *uomo singulare* dedicado também a uma atividade singular, isto é, de um dirigente (*Signor*) e não de um executante (*artigiano*), alguém que usa "como instrumento" o homem que trabalha com as mãos (*manovàle*). Ainda assim, conhecedor da realidade da época, na qual, como dedicamos, arquitetos eram também pintores ou escultores, quando não os dois, estabelece uma diferença entre a forma como esses artistas trabalham quando desenvolvem cada uma dessas funções. Dá ao arquiteto uma responsabilidade que não solicita do pintor: a da exatidão.

> Entre o desenho de um pintor e o de um arquiteto há esta diferença: aquele se esforça por mostrar relevo com sobras e ângulos reduzidos; o arquiteto, rejeitando os sombreados, num lado coloca o relevo obtido a partir do desenho da planta, e noutro lado apresenta a extensão e a forma de qualquer fachada e dos flancos, mediante linhas invariáveis e ângulos reais, como quem pretende que a sua obra não seja apreciada em perspectivas aparentes, mas sim observada em dimensões exatas e controladas. (ALBERTI, 2011, p. 189)

Alberti descarta a forma da pintura, o fazer perspectivo, não só como forma expressiva do arquiteto, mas, sobretudo como meio de entendimento e comunicação. Não há como estabelecer a arquitetura, sem separá-la da pintura, e Alberti o faz indicando justamente as diferenças que existem entre suas maneiras de representação: perspectiva versus desenho da planta e da elevação. Os artistas, que sendo pintores ou escultores, desenvolviam trabalhos de arquitetura respeitaram a indicação de Alberti e desenharam a perspectiva, usando primordialmente desenhos planos. Ainda assim, note-se que o instrumento de trabalho de ambos continua sendo o desenho, mas a finalidade deste (*apreciar* versus *observar*) delimita os campos de ação. Os artistas eram perfeitamente cientes desta diferença. O *apreciar* se vincula com a sensação, e assim desliza no campo da plástica, entanto que o *observar* se vincula à técnica e, portanto, à precisão. Abre aqui Alberti, entre tantas portas que seu tratado abriu, outro caminho de entendimento da arquitetura que só será encampado alguns séculos depois.

Mas, a estaca que Alberti finca, desde um ponto de vista conceitual, é a do desenho. Ponto central de contato entre as artes será reforçado por Vasari, que levará ainda mais longe a afirmação do desenho como cerne da arquitetura, pois a separará da escultura, ou de seu símil, o modelo, transformado em maquete.

> Aqueles [desenhos] que têm as primeiras linhas em torno [do objeto] são chamados de perfis, contornos ou lineamentos. E todos estes perfis ou lineamentos, como queiram chamá-los, servem tanto à arquitetura e à escultura como à pintura. Mas especialmente à arquitetura; pois os desenhos daquela não são compostos senão de linhas, que é exatamente o que o arquiteto [faz], que [é] o princípio é o fim de aquela arte, porque o restante, utilizando modelos de madeira provenientes daqueles desenhos, nada mais é que o trabalho de marmoristas e de pedreiros.[7] (VASARI, 1807, p. 300, tradução nossa)

[7] "*Quelli poi che hanno le prime linee intorno, sono chiamati profili, dintorni, o lineamenti. E tutti questi o profili o altrimenti che vogliam chamarli, servono così all'architettura e escultura, come ala pittura, ma all'architettura massimamente; percicocchè i disegni di quella non sono composti senon di linee, il che non è altro quanto all'architettore, che il principio e la fine di quell'arte, perchè il restante, mediante i modelli dilegname tratti delle dette linee, no è altro che opera di scarpellini e muratori*."

De Alberti, 1404-1472, a Vasari, 1511-1574, transcorreram 100 anos, em esse século se afirma o predomínio do desenho como elemento central no, e do, trabalho do arquiteto. Mas, o desenho não deixou por isso de ser também o ponto de conexão entre as artes. Pensemos que a academia de Vasari chamava-se *Accademia e Compagnia delle Arti del Disegno*, que nucleava todos os artistas (pintores, escultores e arquitetos) que atuavam na Toscana de Cosimo I de'Medici.

A PERDA DA AMÁLGAMA

Contudo, nos seguintes 100 anos, o assunto mudaria literalmente de cor. Numa palestra de Philippe de Champaigne, proferida em 1671, surgiu um acalorado debate sobre um quadro de Tiziano, *Vierge à l'Enfant avec sainte Agnès*, cujo resultado foi a instalação na *Académie Royale de Peinture et de Sculpture* de uma barulhenta *querelle* entre os paladinos do desenho, ou *poussinistes*, e os arautos da cor, ou *rubénistes*. Nessa luta de ofícios, mas cujo fundo era verdadeiramente conceitual, podemos entrever o início da real separação entre arte e arquitetura, que virá a acontecer a partir do século XVIII, pois o ponto de conexão entre as artes, o desenho, começaria a perder ali seu status centenário.

Podemos perceber, no ataque de Champaigne, reflexos das percepções mais moralistas de Alberti, pois o francês reclama da *bel éclat extérieur* (a cor) que deslumbram os pintores, fazendo-os perder a verdadeira essência moral que está por trás da pintura, certamente emaranhada no *géneros*,[8] mas sempre possibilitada pela apurada técnica do desenho, que, em definitiva, deveria ser entendido como a base da expressão. A união das artes, simbolizada pela *Accademia delle Arti del Disegno,* se rompe com a consolidação das diferentes *Académie Royale de …*, da estrutura francesa. Essa transformação é o que Heirich Wölfflin chamou da "evolução do lineal para o pictórico":

> Por um lado, a apreensão dos corpos de acordo com o caráter tátil - no contorno e na superfície -, e por outro, uma interpretação capaz de se render à mera aparência ótica e de renunciar ao desenho "palpável". No primeiro, a ênfase é carregada no limite do objeto; no segundo, o fenômeno transborda para o campo do ilimitado. A visão plástica, *perfilaista*, isola as coisas; em vez disso, a retina pictórica manobra sua conjunção.[9] (WÖLFFLIN, 1989, p. 40-41, grifado no original, tradução nossa)

A passagem, evidentemente, na arquitetura se deu entre o classicismo (e incluso o maneirismo) e o barroco (para continuarmos com Wölfflin, poderíamos dizer até o rococó). A perda da linha, e do desenho, se da também na forma plástica volumosa (fora da superfície, isto é, da pintura), na escultura, mas também na arquitetura. Há um dinamismo ótico que contagia até o próprio desenho. Pensamos nas formas do barroco germânico, mas também no ilusionismo de Andrea Pozzo e do árduo trabalho pictórico que levou da *perspectiva artificialis* à *quadratura* de Pietro da Cortona.

O vínculo entre as artes, todas elas, foi sempre o desenho, perdida essa amálgama de sustentação, quando o desenho deixa de ser a base da pintura e se instrumentaliza na escultura, a teoria da arquitetura foi

[8] Aqueles codificados por Charles Le Brun nos seus estudos fisionômicos, de 1668.

[9] "*La aprehensión de los cuerpos según del carácter táctil – en contorno y superficie – por un lado, y del otro una interpretación capaz de entregarse a la mera apariencia óptica y de renunciar al dibujo "palpable". En la primeria, el acento carga sobre el límite del objeto; en la segunda, el fenómeno se desborda en el campo de lo ilimitado. La visión plástica,* perfilista*, aísla las cosas; en cambio, la retina pictórica maniobra su conjunción*."

obrigada a trilhar outros caminhos com a finalidade de que a disciplina não retornasse a um status meramente operativo, perigosamente perto da *ars mechanica*, da qual tinha conseguido escapar 200 anos antes.

Etienne-Louis Boullée, se perguntava no seu famoso *Architecture, essai sur l'art* (1780), cujo título já é sintomático para o que aqui nos convoca (o que é a arquitetura) e defendia que:

> Deveríamos talvez defini-la, como Vitrúvio, como a arte da construção? Não. Esta definição leva a um terrível erro. Vitrúvio confunde o efeito com a causa. A concepção do trabalho precede a sua aplicação. Nossos primeiros pais construíram suas cabanas só depois de ter concebido a sua imagem. *A criação é a arquitetura, é uma produção do Espírito por meio do qual podemos definir a arte de produzir e levar à perfeição qualquer edifício*. A arte de construir não é mais do que uma arte secundária que eu acho que é apropriado definir como a parte científica da arquitetura.[10] (BOULLÉE, 1976, p. 83, grifado nosso, tradução nossa)

Não se nega aqui que exista uma arte de construir, mas que essa não é a arte da arquitetura que é uma arte do espírito, isto é, uma arte criativa e não uma arte empírica, fundada na matemática, na geometria e na consciência histórica como lhe parecia a Alberti. Mas, o texto de Boullée joga luz sobre um assunto que, apontado por Alberti, não tinha surgido como um problema: *apreciar* versus *observar*. A "produção do Espírito" está relacionada com o *apreciar* e não com o *observar*. O *observar* corresponde à "parte científica da arquitetura". O que não impediu, contudo que muitas vezes no decorrer dos séculos, desde o XVII, a arquitetura fosse entendida como a "arte de edificar", ou ainda a "arte de construir", origem, por certo, da palavra arquitetura em alemão, *Baukunst*, literalmente, arte [da] construção.

Mas, em geral o *Espírito,* mencionado por Boullée, se impõe sobre esse viés empírico (ainda que artístico também) que acompanhou o debate entre arquitetura e construção desenvolvido a partir do século XVIII/XIX, com Jean-Nicolas-Louis Durand, por exemplo. Mas, essa tradição perdura até o século XX, como testemunham as palavras de Nikolaus Pevsner que, quando comparava a Catedral de Lincoln com um abrigo de bicicletas, sentenciava que:

> Quase todo o que pode fechar um espaço suficiente para permitir que um homem se mova é uma construção; o termo 'arquitetura' aplica-se exclusivamente a edifícios projetados para suscitar uma emoção estética.[11] (PEVSNER, 1957, p. 11, grifado nosso, tradução nossa)

---

[10] "*What is architecture? Shall I join Vitruvius in defining it as the art of building? Indeed, no, for there is a flagrant error in this definition. Vitruvius mistakes the effect for the cause. In order to execute, it is first necessary to conceive. Our earliest ancestors built their huts only when they had a Picture of them in their minds. It is this product of the mind, this process of creation, that constitutes architecture, and which can be defined as the art of designing and bringing to perfection any building whatsoever. Thus, the art of construction is merely an auxiliary art which, I our opinion, could appropriately be called the scientific side of architecture*." Há certo pedantismo nesta afirmação, mas a intensão de Pevsner era didática, precisava apontar através de um par de imagens mentais fortes uma evidente discrepância de finalidade, mas também uma evidente discrepância de meios e de conhecimentos. A arquitetura pode ser utilitária, mas nunca poderá deixar de ser esteticamente determinada, essa é o sentido da afirmação de Pevsner.

[11] "*Casi todo lo que encierra espacio en una escala suficiente como para permitir que un hombre se mueva en él, es una construcción: el término 'arquitectura' se aplica exclusivamente a edificios proyectados con el propósito de suscitar una emoción estética*."

A RUPTURA DA RELAÇÃO

No entanto, outros pensadores, sobretudo desde finais do século XIX, iniciaram uma campanha para desvincular a arquitetura da arte. Primeiro, afirmando seu caráter técnico e construtivo, isto é, retomando o sentido dado ao termo arte da construção, mas retirando-lhe totalmente o sentido artístico. Retomavam, contudo, ainda que sem evidenciar a fonte, ou sem dar-se conta dela, as afirmações de Alberti sobre o *observar*, vinculado, como dizíamos, à técnica e, portanto, à precisão que se revela na construção. E é na construção que se revela, porque se vivia nessa época no auge do empirismo, e as questões utilitárias, a resolução dos problemas de forma prática, dominava a visão de mundo que os homens tinham, entre eles, os arquitetos. Há aqui também uma questão de temporalidade histórica. Da mesma forma que no Renascimento, artistas e arquitetos eram a mesma pessoa e defendiam os mesmos interesses, lutando pela separação disciplinar, e, sobretudo social, das camadas da *ars mechanica*, impondo-se o papel de *Signor*, frente ao operário manual, desse mesmo modo, no século XIX, os arquitetos pretendia associar-se aos *cientistas*, que dirigiam o avanço do progresso técnico e produtivo, abandonando seus camaradas de longa data, os artistas, que ficaram com o papel de *diletantes*[12] (e aí podemos juntar todos os artistas, não só pintores e escultores, mas também, músicos, atores, dançarinos e coreógrafos, poetas e escritores em geral).

A partir da afirmação de Julien Guadet (1902, p. 3, tradução nossa), em seus *Éléments et théorie de l'architecture*, de que "fora dos meios de construção [...] não há arquitetura", se abre o caminho para uma interpretação da arquitetura que a afasta do campo artístico situando-a mais perto, por não dizer dentro, do campo técnico. Inverte-se assim, no século XX, a proposta de Alberti, que tinha retirado o arquiteto do campo dos artesãos (um especialista em construir) para situá-lo no campo dos pensadores liberais (um especialista em conceber).

As tendências cientificistas do século XX afetaram em muito o pensamento sobre a arquitetura. A ciência se impunha sobre a arte, que se refugiava nas vanguardas, um termo adequado aos pequenos grupos que lutavam no front com a finalidade de abrir caminho para o corpo do exército que ainda não tinha chegado lá. Mas, a luta não era contra a ciência, era contra a própria arte. A ciência terminou sendo um ponto de referência, prova disso é a quantidade de artistas que citaram (ainda que sem compreender realmente do que estavam falando) os prodígios do desenvolvimento científico a partir das descobertas de Einstein. A "quarta dimensão", ou o conceito de "tempo-espaço", proliferam em texto e obras dos anos XX.[13]

A arquitetura não ficou atrás e novos entendimentos do que ela poderia ser vieram à tona. Hannes Meyer (*apud* WINKLER, 1990, p.24, grifado nosso, tradução nossa) chegou a afirmar que "A arquitetura já não é mais a arte de construir [*Die architektur ist keine baukunst mehr*]. Construir é hoje uma ciência. *A arquitetura é a ciência da construção* [*bauwissenschaft*]",[14] uma expressão (inventos que o alemão

[12] Referimo-nos, por extensão ao *diletantisme*, que Oriol Casassas (1999, p. 215, tradução nossa) define como "dedicação a uma arte ou ao estudo de uma matéria, não por profissão, mas por uma viva afeição, uma agradável inclinação". Note-se que os termos "afeição" e "agradável", denotam a ideia albertiana do apreciar.

[13] Um bom exemplo pode ser Theo Van Doesburg, que além de pinturas com esse nome (*Construction de L'Espace - Temps II e III*, ou ainda, *Construction des couleurs dans la 4e dimension de l'espace-temps*, os três de 1924), publicou artigos com esse título na revista *De Stijl*. (AZAR, 2008, p. 53)

[14] MEYER, H.: Über marxistische Architektur. In : MEYER-BERGNER, Lena (org.). **Hannes Meyer Bauen und Gesellschaft**: Schriften, Briefe, Projekte. Dresden: VEB Verlag der Kunst, 1980.

permite) que resume muito bem o afastamento total da arquitetura do campo da arte. Até porque, a arte estava querendo também escapar do seu campo transformando-se em "construtiva". Manfredo Tafuri (1979, p. 279, grifado no original) percebeu muito bem estas mudanças de atitude nos trabalhos de Lissitski e Van Doesburg, que:

> Estabeleciam como tarefa específica das artes visuais a sua utilização *construtiva* na produção industrial, tinham bem presente a íntima ligação entre comunicações artísticas, novos métodos produtivos e novos sistemas de recepção daquelas mesmas comunicações.

REATANDO LAÇOS

O século XX, contudo, é prodigioso em idas e voltas na relação entre arte e arquitetura. A preocupação dos historiadores da arte e os arquitetos mais cultos na Alemanha de finais do século XIX até, pelo menos, o início da Primeira Guerra Mundial, isto é, de August Schmarsow até Peter Behrens, já poderia ser entendida como um preâmbulo do retorno nas relações entre Arte e Arquitetura, ainda que centradas sobre o tema do espaço e das diferenciações entre o "espaço interior" e o "espaço exterior". Mas, nunca chegaram a afiançar a relação e não conseguiram incluir o problema da ciência, tema fundamental dos anos 1920-1930, na equação. Razão pela qual, apesar do prestígio de Behrens, o debate entre arte e arquitetura foi desgastando-se na Alemanha após a guerra.

O primeiro resplendor da volta das relações entre Arte e Arquitetura, provavelmente tenha sido o *Congrès d'Esthetique*, de 1937, da *Association pour l'Étude des Arts et les Recherches Relatives à la Science des Arts*, onde pela primeira vez foram convidados a participar arquitetos.[15] Pelo próprio nome da Associação podemos perceber que se trata de um momento de transição, onde ainda a ciência continua tendo o papel central. Porém, a inclusão de uma relação com a arte (através da estética) que inclua o pensamento dos arquitetos é uma novidade importante. As palavras do presidente da Associação, Victor Basch são elucidativas desse processo de transição:

> Eu sempre pensei que a última palavra, em questões estéticas, deveria pertencer não aos teóricos, mas aos criadores da arte, sendo toda arte não apenas, mas essencialmente uma técnica e esta técnica, só pode ser julgada, pertinentemente, pelos técnicos.[16] (BASCH *apud* THIBAULT, 2016, p. 359)

A pesar de que o palestrante principal da abertura do congresso fosse Auguste Perret, o resultado final pode estar, como afirma Estelle Thibault (2016), dividido entre o debate dos historiadores da arte, preocupados com as leis da estética aplicadas à arquitetura, ou à leitura e análise dos edifícios, por um lado, e os arquitetos, cuja preocupação maior ainda era a aplicação de novas técnicas construtivas, pelo outro. Deveremos esperar, assim, até que o próprio Movimento Moderno, dentro de um de seus mais prestigiados eventos, o *Congrès International d'Architecture Moderne* (CIAM), promovesse o retorno, ainda que retórico como veremos, da arte ao seno da arquitetura em seu VII congresso (*Palazzo della Regione* de

[15] O de 1937 foi o 3º encontro, nos de 1927 e de 1930, não tinham sido convidados arquitetos.

[16] "*J'ai toujours pensé que le dernier mot, en matière esthétique, devait appartenir, non aux théoriciens, mais aux créateurs de l'art, tout art étant, non pas uniquement, mais essentiellement une technique et cette technique ne pouvant être jugée pertinemment que par des techniciens*".

Bérgamo, Itália, 1949), organizado, em 1949, pela *Assemblée de Constructeurs pour une Renovatión Architecturale* (ASCORAL), comandada por Le Corbusier, que se desenvolveu sob o lema: "Arte e Arquitetura". Mas, apesar do auspicioso título, o fato preponderante foi a "Aplicação da Carta de Atenas através da *CIAM-Grille*", ainda que os outros dois tópicos foram "A Síntese das artes Maiores [plásticas]" e a "Reforma do ensino de arquitetura e urbanismo".

O propósito não verbalizado desse CIAM foi o de questionar a primazia de Le Corbusier, através da visão mais culturalista de Ernesto Nathan Rogers que representava o CIAM italiano e que era o anfitrião. A figura de Rogers já era muito importante na Itália de antes da Segunda Guerra Mundial, e continuava sendo prestigiada no pós-guerra, tanto que pouco tempo depois, em 1953, seria o editor da influente revista *Casabella*. Contudo, o VII CIAM teve um momento interessante, pelo atrito que causou. Foi quando os representantes poloneses incluíram no debate o tema do realismo soviético como uma proposta inovadora, levando a uma discussão mais barulhenta que profunda, devido às questões ideológicas embutidas no assunto. E, finalmente, a proposta da "Carta do Habitat", que tinha sido encomendada a Sigfried Giedion, não se concretizou tampouco.

Pese à frustração dos resultados do CIAM VII, o tema da arte voltou tanto no CIAM VIII, de 1951, cujo tema foi "O coração da cidade", impulsionado por Giedion, como no CIAM IX, de 1953, cujo tema foi "A Carta do Habitat", assim neste congresso, não só voltou o debate sobre o *Habitat*, mas Giedion, assistido por Aldo van Eyck, sugeriu a retomada das questões ligadas à arte, ficando a cargo da *2ª Comissão*, cujo tema foi o das "Artes Visuais".

Em geral, os anos 1950 foram bastante propícios às relações entre arte e arquitetura, talvez pelo apelo às questões antropológicas e às relações com a natureza que deram lugar à percepção do habitar e do ambiente. Questões culturalistas que ficam evidentes, por exemplo, na missão da revista *Le Carré Bleu*, uma revista inicialmente promovida pela sessão do CIAM em Helsinki, ainda que editada em francês: uma revista criada para "explorar a relação entre arte e arquitetura".

MULTIPLICANDO RELAÇÕES

O século XX ainda nos deu mais exemplos de reinterpretação do campo expandido (incluindo este mesmo termo) da arquitetura e suas relações mais ou menos promíscuas com a arte, ou com as artes, nos trabalhos de artistas arquitetos, como Gordon Matta-Clark, que também inventou um termo (e um grupo) para enfrentar a problemática relação que aqui comentamos, nos referimos à *Anarchitecture* (1974), um termo que "expressando, como o faz, uma tensão criativa entre os opostos apolíneo e dionisíaco" (ATTLEE, 2007), remete também a uma luta entre as visões afirmativas, à Le Corbusier de *Vers une Architecture* (1923), da primeira metade de século e as tensões sociais, culturais e políticas, à Guy Debord da Internacional Situacionista (1968-72), da segunda metade.

No final do século XX, os arquitetos voltaram a ter relações muito próximas com as artes. Não só desde o ponto de vista das influências, ou das "contaminações figurativas", comentadas por Simón Marchán Fiz (1986), que nos lembram como as pinturas de Giorgio de Chirico são fundamentais para entender, por exemplo, a arquitetura de Aldo Rossi, mas também desde o ponto de vista de sua formação, ou, todavia da prática profissional.

Frank Gehry, por exemplo, manifestou que chegou à arquitetura "através das belas artes". Afirmou:

> Eu cheguei à arquitetura pelas belas artes, e a pintura é ainda uma fascinação para mim. Pinturas são a forma pela qual se treina o olho. A forma pela qual Bruegel compôs uma tela, ou Jasper Johns. Eu aprendi sobre composição de suas telas. (GEHRY *apud* RAPPOLT; VIOLETTE, 2004, p. 7, tradução nossa)[17]

Em alguns de seus trabalhos mais emblemáticos Gehry admitiu a influência direta de obras concretas, de pinturas, como no caso da Casa de Hóspedes da família Winton (1982-1985), "*the Morandi thing*" ("o assunto Morandi"), em referência ao pintor italiano Giorgio Morandi, famoso pelas suas naturezas mortas usando garrafas de diferentes tamanhos. Outra *contaminação figurativa*, "se aceitamos que a decorrência forma (o projeto da casa) se deve aos quadros de Morandi". (VÁZQUEZ RAMOS, 2016, p. 159)

Voltaram também os pintores-arquitetos, como Zaha Hadid, transformando a pintura em fonte de inspiração para representar (fazer, construir) a arquitetura. A explicação da iraniana era muito simples:

> Sabia o que queria fazer e o que tinha que desenhar, mas não podia fazê-lo da forma convencional, pois, com os meios convencionais, não conseguia representá-lo. As ferramentas tradicionais de representação da arquitetura não me eram úteis. E assim, foi como comecei a pesquisar e a procurar uma nova forma de projetar, para tentar ver as coisas desde outro ponto de vista.[18] (HADID, 1991, p. 10, tradução nossa)

Voltava-se, depois de 550 anos, à íntima relação que pintores e arquitetos compartilharam (incluso na mesma pessoa) nas origens toscanas da arquitetura moderna. A arte também voltou pelo gosto de uma geração (a que nasceu por volta dos anos 1950) pelas questões artísticas e seu potencial renovador das experiências visuais. Voltou da mão de arquitetos que se debruçaram sobre a reinterpretação das vanguardas, especialmente a russa (trucidada pelo stalinismo), e amparados por novas tecnologias que permitiram uma verdadeira revolução formal (e construtiva) no final dos anos 1990. Ainda que com um frescor quase barroco na conformação da matéria levada a liquidificar-se:

> Na arquitetura estrita, cada linha opera como arestas ou limite, e cada volume, como um corpo firme; na arquitetura pictórica [a barroca ou a digital], segue-se a impressão de corporeidade, mas a ilusão de movimento, causada pelos fatores não tangíveis da impressão, une-se à representação do tangível.[19] (WÖLFFLIN, 1989, p. 117)

Mas também desde o outro campo, o das artes, os artistas contribuem com a conceptualização da arquitetura. Performances, happenings, e, sobretudo instalações, desde as experimentações Allan Kaprow e Claes Oldenburg no início dos anos 1960, terminaram levando os artistas pelo caminho da projetação e

---

[17] "*I came at architecture through fine arts, and painting is still a fascination to me. Paintings are a way of training the eye. You see how people compose a canvas. The way Bruegel composes a canvas, or Jasper Johns. I learned about composition from their canvases*."

[18] "*Sabía lo que quería hacer y lo que tenía que dibujar, pero no podía hacerlo de forma convencional, porque con los métodos tradicionales no conseguía representarlo. Las herramientas tradicionales de representación de la arquitectura no me eran útiles. Y así comencé a investigar y a buscar una nueva forma de proyectar, para intentar ve las cosas desde otro punto de vista*."

[19] *"En la arquitectura estricta cada línea opera como aristas o límite, y cada volumen, como cuerpo firme; en la arquitectura pictórica sigue la impresión de corporeidad, pero se une a la representación de lo tangible la ilusión de movimiento provocada precisamente por los factores, no tangibles, de la impresión".* É importante salientar que nesta frase, o grande historiador da arte, se propõe definir uma das caraterísticas do Barroco, ainda que curiosamente explique muito bem a dimensão líquida da arquitetura digital desenvolvida por arquitetos como Gehry (pós Bilbao) e Zaha Hadid (desde sempre).

assim aproximaram-se à arquitetura. Herdeiros de Marcel Duchamp e Kurt Schwitters, os artistas que trabalham com instalações não têm como não entender os problemas do espaço e da construtibilidade, os problemas técnicos e estruturais dos elementos construtivos que usam para formatar a obra.

PROCURANDO UMA CONCLUSÃO

Hoje talvez seja um bom momento para repensarmos a relação entre arte e arquitetura, uma vez que nossa percepção do que aconteceu nos últimos 100 anos nos pode dar um distanciamento que favoreça a reflexão. A ciência certa, e apesar das inconstâncias e complicações que o binômio arquitetura e arte apresenta, podemos perceber que ainda nos momentos de menor afinidade, quando a (pseudo)ciência dominou nossa disciplina, a necessidade de verificar a arquitetura frente à arte nunca desapareceu. No início dos tempos modernos, não era possível diferenciar uma da outra, salvo pela particular forma de usar o desenho, mas conceitualmente participava junto aos outras artes das mesmas premissas de formação e de objetivos. Debilitado o desenho, no entanto a arquitetura precisou da arte para explicar seu sentimento pelo mundo, não seria só construção, ou talvez não devesse ser só construção. Matemática, geometria e sentido histórico, aunados à sensibilidade pelo plástico e pela composição mantiveram à arquitetura perto da arte, separada é certo, mas sempre perto.

O progresso talvez tenha sido o pior inimigo mais perigoso desta parceria tão antiga. A fugacidade do momento que cegou Fausto, também cegou à arquitetura, que numa percepção *Sachlichkeit* do mundo imaginou poder sobreviver sem arte. Foi quando Mies van der Rohe (*apud* NEUMEYER, 1995, p. 336, tradução nossa) proclamou que a tarefa urgente é a de "libertar a prática da construção do controle de especuladores estéticos e restaurá-la ao que realmente deveria ser: construção".

O paradoxo desse momento foi, justamente, que só conseguimos entender suas propostas por meio das aspirações da vanguarda. Não só da vanguarda arquitetônica, mas da vanguarda artística como um todo. Foi nesse, seu momento mais duro, que a arquitetura e a pintura se unificaram para *re-significar-se* mutuamente, assim compartilhamos com a definição de Van Doesburg, de que:

> A arquitetura incorpora e une. A pintura solta e liberta. Porque elas têm essencialmente funções diferentes para executar, é possível uma conexão harmoniosa. A conexão harmônica não surge através da igualdade de característica, mas através da oposição das características. Nessa contradição, nessa complementaridade entre arquitetura e pintura de formas plásticas e cor plana, a arte monumental pura encontra sua base.[20] (DOESBURG, 1918, p. 11, grifado no original, tradução nossa)

O momento de síntese de Van Doesburg voltou ter sentido com Hadid, mas a proliferação de meios digitais talvez tenha truncado esse processo que parecia muito animador. Podemos pensar também no mundo digital como um mundo artístico, e dentro desse mundo tem cabida a arquitetura, mas o peso da mídia pode ser que seja tanto que termine absorvendo todas as outras diferenças. O valor da proposta de Van Doesburg estava, justamente, na defesa das diferenças e na procura pelas complementaridades. Isso parece muito difícil de achar num mundo achatado que nos rodeia.

[20] "*De bouwkunst voegt aaneen, bindt. De schilderkunst maakt los, ontbindt. Doordat zij in wezen een verschillende functie hebben te verrichten is juist een harmonische verbinding mogelijk. Harmonische verbinding ontstaat niet door karakteristieke gelijkheid, maar juist door karakteristieke tegendeeligheid. In deze tegendeeligheid, in deze complementaire verhouding van bouwkunst en schilderkunst van plastischen vorm en vlakke kleur, vindt de zuivere monumentale kunst haar basis*".

REFERÊNCIAS:

ATTLEE, James. “Towards Anarchitecture: Gordon Matta-Clark and Le Corbusier”. **Tate Papers**. London, N. 7, Spring 2007. Disponível em: <http://www.tate.org.uk/research/publications/tate-papers/07/towards-anarchitecture-gordon-matta-clark-and-le-corbusier>. Acesso em: 17 mar. 2018.

AZAR, Grégory. “La fiction de l’espace-temps: Theo Van Doesburg et la ‘french connection’”. **Matières**. Lausanne (CH), N. 9, pp. 52-72, 2008.

BOULLÉE, Etienne-Louis. Architecture, Essay on Art. In: ROSENAU, Helen. **Boullée & visionary architecture**. Tradução de Sheila de Vallée. London/New York: Academy Editions/Harmony Books, 1976, pp. 82-116. Disponível em: <https://monoskop.org/images/b/ba/Boullee_Etienne-Louis_Architecture_Essay_on_Art.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2018.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. **Quid tum?** O combate da arte em Leon Battista Alberti. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

CASASSAS, Oriol. **Una faula i setze històries**: excursió pel camp de les ciències humanes sortint del despatx d’un metge. Barcelona: Fundació Alsina i Bofill, 1999.

DOESBURG, Theo. “Aanteekeningen over Monumentale Kunst”. **De Stijl**. Leiden (NL), Ano 2, N. 1, pp. 10-12, 2018. Disponível em: <http://sdrc.lib.uiowa.edu/dada/De_Stijl/2/1/pages/10.htm>. Acesso em: 17 mar. 2018.

FIZ, Simón Marchán. **Contaminaciones Figurativas**: imágenes de la arquitectura y la ciudad como figuras de lo moderno. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

GUADET, Julien. **Éléments et théorie de l'architecture**. Vol. II. Paris: Librairie de la construction moderne, 1902. Disponível em: <http://data.decalog.net/enap1/liens/gallica/gallica_0021.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2018.

HADID, Zaha. “Zaha Hadid, 1983/1991”. **El Croquis**, Madrid, N. 52, monográfico, 1991.

PEVSNER, Nikolaus. **Esquema de la Arquitectura Europea**. Buenos Aires: Infinito, 1957.

RAPPOLT, Mark; VIOLETTE, Robert (Eds.). **Gehry draws**. Cambridge, Mass./London: The MIT Press, 2004.

TAFURI, Manfredo. **Teorias e história da arquitetura**. Lisboa/São Paulo: Presença/Martins Fontes, 1979.

PIZZA, Nio; ESTÉVEZ, Carolina García. **Historia del arte y de la arquitectura moderna** (1851-1933). Barcelona: Universitat Politecnica de Catalunya, 2015.

THIBAULT, Estelle. **L’architecture au congrès d’esthétique de 1937**. 2016. ZEITSCHRIFT FÜR ÄSTHETIK UND ALLGEMEINE KUNSTWISSENSCHAFT, Anais: Ästhetik und Kunstwissenschaft im Zeitalter der Kongresse / L’esthétique et la science de l’art à l’âge des congrès, Vol. 62, N. 2, pp. 359-371, 2016. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01476904/document>. Acesso em: 17 mar. 2018.

VASARI, Giorgio. **Vite de piu eccellenti Pittori Scultori e Architetti**. Milão: Società Tipografica de’Classici Italiani, 1807.

VÁZQUEZ RAMOS, Fernando Guillermo. “The house of the ’80: escultura e arquitetura na casa de hóspedes Winton, de Frank Gehry”. **Arquiteturarevista**. Porto Alegre, Vol. 12, N. 2, pp. 154-164, jul./dez. 2016.

WÖLFFLIN, Heinrich. **Conceptos fundamentales en la Historia del Arte**. Madrid: Espasa-Calpe, 1989.

Venanparq
Salvador - 2018

LIMITES DO *MONUMENTO* EM CAMPO AMPLIADO: A PRODUÇÃO DE LUGARES *OUTROS* DE MEMÓRIA NA CONTEMPORANEIDADE

MONUMENT AND LIMITS IN EXPANDED FIELD: THE PRODUCTION OF OTHER PLACES OF MEMORY IN CONTEMPORANEITY

LÍMITES DEL MONUMENTO EN CAMPO AMPLIADO: LA PRODUCCIÓN DE LUGARES OTROS DE MEMORIA EN LA CON*TEMPORANEIDAD*

ZONNO, Fabiola do Valle
Doutora em História Social da Cultura; Professor da FAU UFRJ e do PROARQ UFRJ
fabiolazonno@fau.ufrj.br

LIMITES DO MONUMENTO EM CAMPO AMPLIADO: A PRODUÇÃO DE LUGARES *OUTROS* DE MEMÓRIA NA CONTEMPORANEIDADE

MONUMENT AND LIMITS IN EXPANDED FIELD:
THE PRODUCTION OF OTHER PLACES OF MEMORY IN CONTEMPORANEITY

LÍMITES DEL MONUMENTO EN CAMPO AMPLIADO:
LA PRODUCCIÓN DE LUGARES OTROS DE MEMORIA EN LA CONTEMPORANEIDAD

RESUMO:
O artigo apresenta uma reflexão sobre a condição contemporânea do "monumento", partindo de seu conceito primeiro como "monere" – advertir, lembrar - apresentando trabalhos entre arte, arquitetura e paisagem aproximáveis às abordagens das artes conceitual, minimal e pós-minimal e à condição "site specific". Reconhece os memoriais contemporâneos como obras artísticas que tratam do tema do significado da memória da dor, mas também como intervenções em "lugares de memória" – sítios que possuem "valores" e significados, a serem interpretados pelo artista, que o reinventa. Dentre outras obras que tratam da memória da dor no segundo pós-guerra, apresenta a análise comparativa de *Nameles Library* (2000) de Rachel Whiteread, *Field of Stelae* em Berlim (2010) de Peter Eisenman e de *Topografia do Terror* em Berlim, tanto o projeto concebido em 1993 por Peter Zumthor como o projeto realizado de Ursula Wilms (2010), interpretando-os a partir dos sentidos de "uncanny", silêncio e heterotopia.
PALAVRAS-CHAVE: monumento, lugar de memória, heterotopia.

ABSTRACT:
The article presents a reflection on the contemporary condition of the "monument", starting from its first concept "monere" - to warn, to remember - presenting works between art, architecture and landscape approaching conceptual, minimal and post-minimal approaches and site specific. It recognizes contemporary memorials as artistic works that deal with the theme of the meaning of the memory of pain, but also as interventions in "places of memory" - places that have "values" and meanings, to be interpreted by the artist, who reinvents it. Among other works, it presents a comparative analysis of Nameles Library (2000) by Rachel Whiteread *, Field of Stelae in Berlin (2010) by Peter Eisenman and Topography of Terror in Berlin - both the project conceived in 1993 by Peter Zumthor and the project carried out by Ursula Wilms (2010), interpreting them from the meanings of "uncanny", silence and other spaces.*
KEYWORDS: *monument, place of memory, other spaces.*

RESUMEN:
El artículo presenta una reflexión sobre la condición contemporánea del "monumento", partiendo de su concepto primero "monere" - advertir, recordar - presentando trabajos entre arte, arquitectura y paisaje aproximados a los enfoques de las artes conceptuales, minimal y post-minimal, ya la condición específica del sitio. Reconoce los memorias contemporáneos como obras artísticas que tratan del tema del significado de la memoria del dolor, pero también como intervenciones en "lugares de memoria" - sitios que poseen "valores" y significados, a ser interpretados por el artista, que lo reinventa. Entre otras obras, presenta el análisis comparativo de Nameles Library (2000) de Rachel Whiteread, Field of Stelae en Berlín (2010) de Peter Eisenman y Topografia del Terror en Berlín, tanto *el proyecto concebido en 1993 por Peter Zumthor como el proyecto realizado de Ursula Wilms (2010), interpretándolos a partir de los sentidos de uncanny, silencio y heterotopía.*
PALABRAS-CLAVE*: monumento, lugar de memória, heterotopia.*

TRABALHO 05:

Limites do *monumento* em campo ampliado: a produção de lugares *outros* de memória na contemporaneidade

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa "Entre Arte, Arquitetura e Paisagem – teoria e crítica da complexidade contemporânea", realizada no âmbito do PROARQ- FAU/UFRJ, trata da relação entre a arquitetura e as demais artes: experimentalismos nos processos de trabalho, transversalidades críticas, além da produção de obras em "campo ampliado" (Krauss/Vidler). Desde nosso trabalho "Lugares complexos, poéticas da complexidade" valorizamos trabalhos "de limite" e obras "entre" como modo de reconhecer e potencializar diferentes possibilidades poéticas para a arquitetura. É por esta razão que trabalhos entre arquitetura, arte e paisagem serão abordados lado a lado, possibilitando-nos refletir sobre determinados conceitos, noções e categorias, que nos servem então para análise e crítica das obras. Temos estudado o tema do "lugar", partindo da noção *site specific* da arte que trata de aspectos tanto fenomenológicos como discursivos, conforme Miwon Kwon. O que nos levou a cruzar diferentes obras a partir dos "platôs": imagem, quiasma, ficção e acontecimento (ZONNO, 2014).

Em nosso trabalho atual, um de nossos recortes é o tema da memória, trabalhado a partir de intervenções em "lugares de memória", intervenções e inserções de arquitetura contemporânea em sítios de valor patrimonial ("antigo-novo"), além da criação de memoriais, ampla maioria relacionados à experiência da dor do segundo pós-guerra.

Neste artigo, apresentamos algo de nossa reflexão sobre a condição contemporânea do "monumento", partindo de seu conceito primeiro "monere" – advertir, lembrar - apresentando trabalhos entre arte, arquitetura e paisagem aproximáveis às abordagens das artes conceitual, minimal e pós-minimal, e a um sentido "site specific". Desejamos construir a possibilidade de reconhecer não só os memoriais como "produção de lugares", obras artísticas que tratam do tema do significado da memória da dor, mas também investigar seu caráter *site specific,* como intervenções em "lugares de memória" – sítios onde se encontram vestígios do passado ou sítios que possuem "valores" e significados, a serem interpretados pelo artista, que o reinventa, o ressignifica.

Nossa hipótese de aproximação da noção de "campo ampliado" ao tema dos memoriais pode ser reconhecida como paralela à de Andreas Huyssen que diagnostica não só um "retorno triunfal da noção de monumento como memorial ou evento público comemorativo", mas a existência de "memoriais em campo expandido".

Analisar obras de arte que tratam do tema da memória são um caminho para pensar possíveis transversalidades críticas sobre a arquitetura, especialmente se tratando de espaços de museus e memoriais cujo "programa", como conteúdo, é relacionado ao conceito ou à imagem poética – e como se relaciona ao campo dos significados, problematizando o sentido de "representação" da dor a partir no segundo pós-guerra.

Peter Carrier, estudioso do tema da "monumentalidade" após 1945 reconhece diferentes manifestações da na Alemanha Ocidental: no final dos anos 1940, o erguer de monumentos provisórios em sítios de valor histórico; durante os anos 1950, após a criação dos dois estados alemães, monumentos anti-socialistas em memória da resistência anti-nazista; a opção pelo debate em detrimento da edificação de memoriais durante os anos 1960; o crescente comprometimento de artistas de questionar a própria função pública do monumento durante o final dos anos 1960 e 1970 e o aumento da exploração dos monumentos públicos como locais de controvérsia política nos anos 1980. A partir dos anos 1990, o fenômeno de construir memoriais, museus e valorizar sítios como "lugares de memória", segundo Huyssen (2003, p.143) se deu com o objetivo de um reconhecimento da sua história perante o mundo, aliado a um compromisso nacional com a memória popular.

Em se tratando da memória da dor e da violência, a questão é como trabalhar este campo de significação, que não é "celebrativo" e "reconfortante", mas uma rememoração a enfrentar o passado como lacuna, como vazio e ausência, que assim deve permanecer para se fazer continuamente provocativo, evocativo do contínuo "debate" na esfera pública.

Destacamos para análise neste artigo algumas obras que nos levarão a reflexões sobre a condição do monumento na contemporaneidade a partir de aspectos ligados à produção artística conceitual, minimal e pós-minimal, reconhecendo a produção de lugar como uma relação entre a obra e o sítio onde se insere. Em especial, destacamos *Memorial aos Judeus Mortos em Viena/ Nameles Library* (2000) de Rachel Whiteread, *Lost Voices* (2005) de Sol Lewitt, *Memorial do Holocausto/ Field of Stelae* em Berlim (2010) de Peter Eisenman (em parceria inicialmente com Richard Serra) e *Topografia do Terror* em Berlim, concebido em 1993 e não construído de Peter Zumthor e o projeto realizado de Ursula Wilms (2006/2010).

Se monumento tradicional pode ser apontado como um objeto-discurso ou objeto-narrativo e representativo vale questionar o caráter das manifestações contemporâneas do monumento (anti-monumento?): como mobilizam a percepção e a reflexão, a relação com os sítios onde se inserem, muitos deles "lugares de memória", se e como possuem sentido público (como debate?), a natureza de sua presença na paisagem (como marco? De que tipo?), os sentidos evocados a partir de signos, imagens, indicialidades ou silêncios. Seriam estes lugares *outros* de memória (heterotópicos?).

ADVERTIR, LEMBRAR, TOCAR – OS LIMITES DO MONUMENTO

O termo "memorial" tem sido amplamente usado como forma de "evitar" o termo "monumento", talvez por este ser "carregado" de significados históricos[1]; mas não há como negar os elos entre os memoriais contemporâneos o sentido original do termo monumento - ainda que devamos discutir a condição contemporânea da arte, incluindo a arquitetura, e esta monumentalidade.

O monumento é uma categoria partilhada pela escultura e pela arquitetura. Em "A alegoria do patrimônio" de 1992, Françoise Choay (2001, p.18) apresenta a origem do termo do latim *monumentum* como derivado de *monere* - advertir, lembrar - sendo o seu propósito "tocar, pela emoção, uma memória viva", mobilizar a

[1] No curso da história, Choay (2001, p.18-23) observa a progressiva extinção do valor memorial do monumento; mesmo Alberti preservando seu sentido original já abre caminho a seu reconhecimento como obra da beleza, no século XVII, já estaria presente no dicionário como o que denota poder, grandeza e beleza, também para a cidade, seguida de uma versão moderna do colossal via "proeza técnica".

memória pela mediação da afetividade. O monumento possui uma "função antropológica", possui relação com o tempo vivido e com a memória, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente, contribuindo para preservar a identidade de uma comunidade, constitui um desafio à ação dissolvente do tempo, um "dispositivo de segurança", na tentativa de combater os traumas da existência, a angústia da morte e da destruição.

Andreas Huyssen, em "Present Pasts – urban palimpsest and the politics of memory", coleção de artigos do final dos anos 1990 e início dos 2000, se propõe a refletir sobre a categoria do monumental como recodificada no contexto contemporâneo, quando reconhecemos uma "cultura da memória" cada vez mais voraz e sempre em expansão.

> Estamos enfrentando um paradoxo: o monumentalismo do espaço construído ou tendências monumentais de qualquer outro meio continuam a ser muito malignizadas[2], mas testemunha-se o retorno triunfal da noção de **monumento como memorial ou evento público comemorativo**. (HUYSSEN,2003, p.31, tradução e grifo nossos)

Huyssen (2003, p.47) afirma que hoje esperamos "em vão pela ressurreição de uma monumentalidade pública" (mesmo com exemplos bem-sucedidos como o Memorial do Vietnam em Washington) e reconhece que em nossos tempos "pós-modernos" o destino do monumental talvez seja sintomático das mídias imagéticas e internet - migrando do real para a imagem, sem necessidade mesmo de construir "a coisa real", quando a "sedução monumental" poderia não estaria ligada somente ao espaço construído. Mesmo sob a "ameaça de uma amnésia socialmente produzida" na relação obsessiva com a memória, deve-se reconhecer a validade das práticas da memória como necessária ancoragem temporal diante da revolução informacional e da compressão espaço-tempo presente em nossos dias. O autor defende que os projetos de memória são essenciais para imaginar o futuro e retomar fortes bases temporais e espaciais capazes de, na condição contemporânea, nos fazer "desacelerar" e "abrir o debate", permitindo aos indivíduos romper com as repetições traumáticas, através de obras de arte e locais de rememoração que evoquem um envolvimento e um sentido mais "público" em defesa dos direitos humanos.

Choay também se pergunta se os monumentos em seu sentido primeiro teriam papel nas sociedades ditas avançadas, após toda uma revolução com a fotografia, que não só seria - como tratou Roland Barthes - uma forma de monumento adaptado ao individualismo de nossa época, mas também pela atribuição de um valor simbólico via difusão da imagem dos objetos construídos. Escrevendo em 1992, afirma que o monumento simbólico erigido, *ex-nihilo*, para fins de rememoração estaria praticamente fora de uso. Diagnostica que, nos casos das lembrança do judeocídio na Segunda-Guerra Mundial, os campos de concentração, seus barracões e câmaras de gás foram vistos como relíquias e transformados em "monumentos", dispensando a intervenção de artistas, pois o peso do real seria mais poderoso que o de qualquer símbolo – fato que,

[2] Segundo o autor, a suspeita à monumentalidade viria a recair sobre todas as imagens do totalitarismo do século XX que representaria para uma sensibilidade pós-1945, com base em Foucault, o fascismo em todos nós, nosso amor pelo poder, desejo por aquilo que nos domina e explora (HUYSSEN,2003, p.39). Exemplar também é o pensamento de Lewis Mumford em 1949 (apud VIDLER, p.135), a propósito da discussão sobre simbolismo, afirmando a impossibilidade de produzir naquele momento "monumentos convincentes", por ter aquela época "esvaziado seus valores e perdido de vista seus propósitos".

segundo Choay (2001, p.24), testemunha a "progressiva dissociação que se opera entre a memória viva e o saber edificar".

Cabe refletir sobre a transformação destes sítios da dor em "lugares de memória". Conforme a célebre definição de Pierre Nora (1997, v.2: 22-26): "Lugar de memória, então: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer."

Para nós, importa frisar esta distinção, pois é uma questão o modo como a arte, incluindo a arquitetura, produz monumentos, na maior parte das vezes, inserindo-se em "lugares de memória", e assim participam do processo de construção de memória, ressignificando o passado no presente.

Vale também colocar que tratamos aqui da criação de monumentos intencionais - conforme distinção de Riegl entre monumento e monumento histórico. E que, pensamos haver na condição contemporânea abordagens distintas tanto da escultura tradicional como da autorreferente moderna, quando a arte, questionando seus próprios meios, ampliando seu campo, cria relações com o sítio onde se insere.

Temos de retomar o célebre texto de Rosalind Krauss "A escultura em campo ampliado" de 1979 para fazer referência à definição de escultura tradicional como fruto da "lógica do monumento", representação comemorativa, afirmação de um significado simbólico de importância pública referido ao local de sua instalação como marco – obra que fala sobre o significado e o uso deste local. Rompendo com esta lógica, a escultura moderna seria uma "condição negativa do monumento" que opera em relação à perda de local, produzindo uma abstração, sem lugar e auto referencial. Já a partir dos anos 1960, os artistas não só operam "em campo", entre escultura, arquitetura e paisagem, deslocando-se em diversas posições como têm como recursos vários meios (*mediums*), os quais a própria Krauss viria posteriormente colocar nos termos de uma arte pós-*medium*, incluindo questões relativas ao ficcional e ao conceitual, o que podemos reconhecer como uma atuação no campo ampliado da cultura.

Questionada sobre a "centralidade" da categoria do monumento no referido texto, Krauss justifica a influência em seu pensamento de trabalhos de Robert Smithson como *Monumentos de Passaic* e *Spiral Jetty.* Problematiza que há monumentos sobre a falência do diálogo [no sentido de comunicação com o local e o sentido de público] mas que, por esta própria razão, ainda se deve reter criticamente a noção de monumento. "Podem ser monumentos à falência, mas são também tentativas de manter viva a noção de monumento" (KRAUSS apud PAPAPETROS et ROSE, 2014, p.21).

Soma-se ao debate o pensamento de Nicolas Bourriaud que, em texto de 1998, refletindo sobre as "formas contemporâneas do monumento", reconhece sua essência como "conjunção de um indivíduo e sua época no interior de uma única forma". Mas afirma que hoje o "sentido" não é preexistente à ação humana, a arte não espelha um sentido pronto e uma origem capaz de garantir este sentido. Em suas palavras (2009, p.75-77), "não devemos ceder neste ponto: a arte atual não tem nada a invejar no "monumento" clássico, no tocante aos efeitos de longa duração" e, citando Castoriadis, é a "demonstração para todos os homens futuros, da possibilidade de criar significação à beira do abismo (...) uma resolução formal que roça a eternidade justamente por ser pontual e temporária".

Entendemos que a arte contemporânea compartilha com o sentido original do monumento a ideia de que o significado se relaciona com o lugar, mas não pressupõe, como a escultura tradicional, um local dignificado, dado pelo pedestal, a obra se tece-junto, de modo complexo. A obra expõe o sítio, não necessariamente o celebra ou representa, ela é uma estratégia relacional e inventiva, que produz *afectos* e é, possivelmente, crítica. A condição monumental contemporânea é mais aberta, no campo ampliado da cultura, quando escultura e arquitetura podem ser pensadas como especificidades diferenciais ou no campo do "entre", em seus limites com outros meios.

Acompanhemos esta transformação. De fato, uma mudança radical é observável nas práticas de memória, após os traumas da Segunda Guerra Mundial, quando a linguagem simbólica e figurativa se mostrou inadequada para tratar de questões que necessitavam debate público. Huyssen (2003, p.109) afirma que a "invisibilidade"[3] do monumento como denunciada por Robert Musil se referia à prática figurativa da escultura sobre um pedestal e que esta foi substituída pela construção de "sítios de memória em campo expandido" que combinam escultura, paisagem, arquitetura e design, além de sua incorporação no tecido urbano.

O papel dos artistas merece destaque nos anos 1960. Segundo Peter Carrier (2005), práticas anti-monumentais nomeadas de "*counter-monuments*" pretendiam encorajar e provocar os espectadores a refletir sobre a própria tradição comemorativa como processo, como compromisso político nos anos 1960 que consideraram inadequada a linguagem simbólica e retórica tradicional para traduzir seja o horror dos eventos ou a complexidade de lidar com eles.

Na esteira de ações desta natureza podemos citar como exemplo *Stumbling Blocks* de Gunter Demming, 1990, que cria pequenos marcos, "lápides" discretamente dispostas entre os blocos de pavimentação nomeando residências onde viviam judeus. Quase não percebidas para quem identifica apenas uma casa, ao nos familiarizarmos com o conceito, torna-se impactante ao ser identificada em muitos locais, uma vez que se passa a reconhecer a dimensão da ausência dos judeus, ou da presença de sua ausência.

Ampliando esta crítica do onde viviam ao como viviam os judeus destacamos *Places of Rememberance*. Em 1993, participando de um concurso em que se desejava construir um monumento no centro de uma praça, Renata Stih e Frieder Schnok apresentaram uma proposta completamente diversa, conceitual: um monumento permanente, mas disperso. Segundos os artistas, o sítio era um distrito em Berlim Ocidental de classe média, centro da vida intelectual onde habitavam Hannah Arendt, Carl Einstein, Gertrud Kolmar entre outros. Os nazistas quiseram transformá-lo em um gueto, convertendo vários edifícios em "casas de judeus", a serem enviados para deportação. Partindo da ideia que tudo era feito para excluir os judeus - sem qualquer ilusão a nomes - os artistas criaram placas – com imagem e texto dispostos lado a lado – que foram situadas em locais estratégicos. A linguagem gráfica das imagens é direta, colorida, leve - podemos dizer, mas o conteúdo dos dizeres como: "Judeus em Berlim só podem comprar comida entre quatro e cinco da tarde" é extremamente crítico, expondo a condição heterotópica e heterocrônica a que os judeus eram submetidos.

Revisitando estas práticas e alçando-as a um campo de debate público e político muito mais amplo no contexto pós-unificação alemã, um dos exemplos mais emblemáticos de ação em direção crítica foi o

[3] Neste sentido, lembramos de ações de "Ensacamento", realizadas em 1979, pelo Grupo Três nós Três, em São Paulo, questionando o significado de estátuas representativas.

Empacotamento do Reichstag por Christo, realizado no verão de 1995. Intervenção temporária, "entre" arquitetura (o edifício danificado e parcialmente destruído no pós-guerra) e não-arquitetura, foi ainda um processo "performático" que gerou amplo engajamento para a sua realização: cobriu completamente com tecido o grande edifício, fazendo-o emergir como uma presença a ser reconhecida, valorizada em sentido público e coletivo. Andreas Huyssen a reconhece como "ação monumental", o fato de ter sido temporária não lhe retira o status de "sensibilização" e "advertência" em sentido coletivo, de relação com seu sentido democrático.

Este sentido de ação monumental efêmera, trabalhando em campo ampliado, pode ser reconhecido no trabalho de Krzysztof Wodiczko, *Projection in Hiroshima* (1999). A projeção de imagens das mãos dos sobreviventes das bombas, acompanhada de áudio com seus depoimentos sobre o evento trágico foi realizada à frente do edifício em ruínas – corpo fragmentado - cujo domo, por ter "resistido", se tornou "lugar de memória" das vítimas da bomba atômica. O artista demonstra clara vontade de estabelecer uma relação entre o edifício e a projeção – personificando-o como um corpo que fala – criando um acontecimento, um "estranhamento" como tratou Vidler (1992, p.69). As narrativas expõem memórias íntimas da dor que se conectam como memória coletiva, convidando à sensibilização.

Não há como negar, dos anos 1990 até o presente, a ampla construção de museus e memoriais, que trazem à tona a questão sobre como poderão garantir sua participação no campo de significação da própria paisagem em sua complexidade. Há que se que lembrar do emblemático *Museu Judaico*[4] de Daniel Libeskind de 1999 que deu grande visibilidade à construção de museus da dor, materializando o conceito de pensar a história dos judeus a partir de uma estratégia conceitual, forjando uma narrativa fragmentária (e fragmentando o símbolo da estrela de David), criando imagens poéticas dos caminhos judeus - liberdade, do exílio e do holocausto – a serem experimentados como tensão, expectativa, em suspenso. Tal foi o seu impacto que muitos chegaram a afirmar que bastava somente vivenciar o museu, dispensando qualquer montagem expositiva.

Muito embora se possa reconhecer nestas diferentes propostas um caráter efêmero ou permanente, um sentido de relação micro ou macro com o sítio onde se inserem, se tratam de trabalhos "monumentais" que buscam manter viva a memória do passado, evocando-a em um sentido coletivo, pelo viés da sensibilidade e da reflexão. Huyssen afirma que a monumentalidade como categoria estética é tão historicamente contingente e instável como qualquer outra. Isto nos leva a discutir a condição do monumento na contemporaneidade e as possíveis interfaces entre a arquitetura e as demais artes na proposição da relação com o passado e com a memória da dor.

Ignasi Solà-Morales apresenta a "monumentalidade" como uma característica da "arquitetura débil". No texto de 1987 discute a necessidade de arquitetura contemporânea se pensar não a partir de uma referência fixa e normativa, mas fragmentária e periférica partindo da ontologia "débil" de Gianni Vattimo. Criticando o destino do artístico em uma sociedade de massas, onde inclui a "explosão de museus" e o consumo de imagens artísticas, a arte é apresentada como uma "reserva de realidade", como experiências pontuais, heterogêneas, quando nossa aproximação ao estético se dá de modo débil, fragmentário e periférico, mas o que não a exime de ser uma "experiência intensa". Reconhecendo com Foucault a crise de todo pensamento representativo, o autor trata do tempo como diversidade, arqueologia entrecruzada de linguagens, arte e arquitetura deveriam ser mais uma "frágil presença", que ocupa um lugar secundário como um "acidente",

[4] Para uma leitura mais aprofundada da autora sobre esta obra ver: ZONNO, 2014.

próximo do sentido de "acontecimento", de imprevisível. Com Eugenio Trias, Solà-Morales fala do "intempestivo" na arte contemporânea, como "coágulos da realidade", acontecimentos que se produzem não a partir de uma organização previsível e linear, mas através de dobras, rachaduras, "pequeno momento de intensidade poética e criativa".

Tal monumentalidade não guarda relação com o monumento como representação do absoluto e da própria consistência do tempo, ou mesmo da representação de um valor ideológico, mas na condição da lembrança – *monitu*. A obra de arte seria como uma "abertura a uma realidade mais intensa", que sugere após a experiência um "acorde", um "vestígio", uma "lembrança" – monumental: "a noção de monumento que proponho aqui está ligada ao gosto da poesia depois de tê-la lido, o sabor da música depois de tê-la ouvido, a lembrança da arquitetura depois de tê-la visto" (SOLÀ-MORALES, 2003, p.76).

As palavras de Solà-Morales, que partem de Heidegger, nos fazem lembrar da fala do filósofo sobre os sapatos pintados por Van Gogh que "abrem um mundo". Relacionamentos essa visão de representação com a obra "Sapatos às margens do Danúbio", 2005, concebida pelo diretor de filmes Can Togay e realizada pelo escultor Gyula Pauer. Sessenta pares de sapatos de ferro foram fincados ao chão, em memória dos mortos pelo fascismo obrigados a tirar os sapatos antes de serem executados e lançados ao Rio Danúbio em Budapeste. Trata-se de uma obra "*site specific*", um monumento rememorando os eventos da dor ocorridos naquele mesmo local; débil e por esta razão, impactante, cujo significado se amplia a partir da experiência de o corpo estar diante da mesma margem, posto assim numa condição "terrível" de proximidade do *outro*.

A partir das bases da fenomenologia, podemos pensar arte e arquitetura em sua "debilidade" como poéticas capazes de levar ao sentido a partir da experiência; com Heidegger, esta seria "abertura" como um "acorde da verdade", ocultar-desocultar do ser que sempre se esconde, com Merleau-Ponty, a dobra do invisível no visível que a experiência do "corpo" nos leva a acessar; com Bachelard uma "ressonância" da "imagem poética" em nós.

Independente de se tratar de uma "ação monumental", efêmera, ou da proposição de "monumentos", permanentes, assumindo as mais diversas manifestações desde o escultórico e o arquitetônico a toda sorte de trabalhos no campo ampliado da cultura como condição contemporânea do monumento, entendemos que o sentido de "*monere*" - advertir, lembrar - sendo o seu propósito "tocar" segue válido, não mais preservando o que seria a condição "escultórica" tradicional, cujo significado é positivado, fechado imposto – mas uma condição mais aberta tanto em relação aos *mediums* como às possibilidades de significação, onde potencialmente se instauram tanto dimensões fenomenológicas – produzindo *afectos* - como críticas.

Propomos aqui, partindo da crítica realizada pelos "conter-monuments", repensar a condição do monumento na contemporaneidade, reconhecendo seus limites entre uma visão de monumento de caráter mais positivo e afirmativo, como marco e presença do significado, vislumbrando-o como monumento débil, "intempestivo", que toca a questão do significado de modo problematizado. Como coloca Peter Eisenman (2005, s.p), o trabalho – *mahnmal* - é uma advertência; não se pressupõe que seja julgado em seu significado ou estética, mas que evidencie a "impossibilidade de seu próprio sucesso". Como entendemos, a impossibilidade de combater a angústia da morte, de preencher lacunas, de "curar" – os trabalhos expõem a própria condição de significação como algo que se cria, e deve continuamente criar, de modo mais "relacional", como tratou Bourriaud, para manter a memória viva. Assim, oscila-se entre a evocação da presença e da ausência, entre o lembrar e o esquecer - condições da própria memória.

ENTRE ARTE, ARQUITETURA E PAISAGEM - A MEMÓRIA EM CAMPO AMPLIADO

Ao tratarmos dos memoriais como inserções é possível questionarmo-nos sobre como estes criam relações "contextuais", *site specific*. Vale destacarmos que o próprio conceito de arte site specific é reconhecido como uma abordagem multidimensional. Miwon Kwon (2008) nos dá pistas sobre como a compreensão das intervenções nos sítios podem se dar como evocativas de diferentes dimensões da paisagem. A autora define como possibilidades as noções de "site specific fenomenológico" – que tomam o sítio como realidade tangível em seus elementos físicos e espaciais; "site-specific social/institucional" – que interpreta o sítio como estrutura cultural, especialmente no que se refere ao sistema de arte e à história da arte; "site-specific discursivo" ou "site oriented" – que busca um engajamento expandido com a cultura ao tratar de questões como problemas sociais.

A partir desta uma visão ampla de arte *site specific*, os memoriais podem ser pensados como lugares deflagradores de sensibilização e de uma perspectiva crítica e de mobilização, a um só tempo, individual e coletiva. Na verdade, reconhecemos que estas dimensões se entrelaçam em muitas práticas, lançando-nos ao desafio de pensar a proposição de memoriais entre o conceitual e o fenomenológico, como já dissemos, como arte em campo expandido da cultura.

Muitos dos trabalhos analisados em nossa pesquisa sobre arte e memória em campo ampliado sintonizam-se ao entendimento da experiência a partir das bases da fenomenologia, a partir da relação com a arte minimal, e da relação entre arte e paisagem, como desdobraram trabalhos de land art e arte pública, somando-se à valorização também de aspectos conceituais, indiciais, a partir de diversos meios. Vemos recolocada a questão do diálogo da obra com o local em que se insere, quando emerge o tema do significado, especialmente em relação ao tema da dor, mas também com a paisagem de modo amplo – como a obra se insere em um contexto urbano, como estabelece um sentido público.

No que se refere à relação com a arte minimal, têm-se obras que buscam através de estruturas simples, literais, trazer à tona a emergência do significado a partir da experiência do corpo no espaço em sentido "atual". Como afirma Robert Morris, a simplicidade da forma não significa simplicidade da experiência.

Partindo de Krauss em seu "campo ampliado da escultura", algumas obras podem ser descritas como "entre" arquitetura e não arquitetura, como estruturas axiomáticas. Nestes casos a questão do significado pode ser referida à ideia de "pura externalidade", imaginando a estrutura espacial da galeria como um espaço neutro. Ocorre que determinadas obras, de caráter minimalista por sua literalidade, podem problematizar o campo do significado, ao serem pensadas na relação com um "lugar de memória".

Pensando da experiência da arte Minimal, numa relação "entre" arquitetura e não arquitetura, destacamos a obra temporária *Lost Voices* de Sol Lewitt (2005), realizada na Sinagoga Stommeln, em Pulheim na Alemanha. O local foi um dos não danificados nos massacres de 1938, pois antes fora transformado em um celeiro, sendo considerado um "lugar de memória" no sentido de resistência dos judeus, acolhendo desde 1990 um projeto de abertura para instalações de arte[5]. O trabalho de Sol Lewitt é uma parede de tijolos de quatro metros e meio de altura que, cruzando toda a largura da sala, obstrui o espaço não só visualmente, mas também torna sua maior parte inacessível. Para o corpo é um limite áspero. Mais do que uma estrutura

[5] A obra de Richard Serra *The Drowned and the Saved*, hoje no Museu Kolumba em Colônia, fez parte deste projeto em 1992.

axiomática que se define a partir dos limites do espaço arquitetônico onde se insere, a obra é evocativa da memória da dor, do sentido de enclausuramento e opressão – a impossibilidade de acessar o que era o espaço do Torá, mais sagrado do santuário. A obra evoca uma "presença do sagrado" além do muro, pois do espaço estreito era possível ouvir o som de música religiosa e o do "shofar", trompete de chifre de carneiro usado por antigos judeus em cerimônias religiosas e como um sinal de batalha – distinguível porém como uma gravação atual. Uma presença, de fato, ausente – "vozes perdidas". O artista parece expor que a memória do que dá sentido ao "lugar" não se perpetua a partir do vivido, da prática religiosa de um grupo – expõe a condição do apagamento desta memória quando o uso do edifício é alterado, no passado e também no presente. Para o artista, este não é um local qualquer, o "cubo branco" da galeria; é um lugar, que possui significados, e o papel da arte é de algum modo ressignificá-lo, trazendo à tona sua memória, porém, como perda. Trata-se, portanto, de uma obra *site specific*, *site oriented* e fenomenológico, que como "monere" produz *afectos* e também questiona, de modo crítico, a própria condição da sinagoga como "lugar de memória", de uma memória não mais vivida.

Figura 1 – Sol Lewitt, *Lost Voices*, 2005, Pulheim.
Fonte: http://www.synagoge-stommeln.de

No que se refere à Land Art, Krauss nomeou de "locais demarcados" obras em que se explora a relação com sítios fora dos espaços urbanos, como modo de crítica ao espaço institucional da galeria. Em campo ampliado, também podemos nos referir a obras inseridas em meio à cidade, onde há diferentemente uma problematização do sentido do próprio lugar.

Aproximamos como exemplar desta relação com aspectos da Land Art a obra de Joanna Rajkowska, *Oxygenator*, 2007, realizada em Varsóvia (Figura 2). "Entre" paisagem e não-paisagem, a artista demarca um possível "lugar" público em meio a um lugar arrasado, lugar de memória da dor. Tratava-se de um espelho d´água, de onde emergiam jatos com vapor e rodeado de verde (140m2), instalado na praça Grybowski, parte da praça central de Varsóvia, local que fôra parte do gueto da cidade durante a Segunda Guerra Mundial. O

trabalho temporário foi instalado ainda quando o local estava em processo de escavações e, portanto, num momento em que a área ainda não era apropriada pelas pessoas, um terreno sem atividades. A artista demarca o sítio como um local que atrai, atrai o corpo, como um espaço "reservado" para a reunião das pessoas. O vapor d´água torna-o poético, no sentido de trazer a lembrança, ao mesmo tempo, da dor e da renovação. Aberto às vivências cotidianas em sentido público, tornou-se um lugar de reconhecimento mútuo daqueles que ali vivem, compartilhando suas histórias e atividades, de algum modo "restaurando", entre pessoas das mais diversas origens que passaram a ali viver, um sentido de comunidade. É tanto um lugar de sensibilização sobre um passado de exclusão como guarda algo de positividade; se o gueto era o espaço heterotópico dos marginalizados, o pequeno e "débil" jardim retoma, neste contexto, um sentido de "comunidade" de modo aberto e relacional, um lugar de partilha de memórias, experiências e de expectativas.

Figura 2 – Joanna Rajkowska, *Oxygenator*, 2007, Varsóvia.
Fonte: http://www.rajkowska.com/en/projektyp/63

Reconhecemos como a arte tem explorado sua relação com a memória, valorizando vivências e do sentido como aberto, da exploração de aspectos fenomenológicos e de temporalização do espaço, como encontrada na *arte minimal* e *land art*, somada a abordagens críticas, também políticas no sentido de abrir o debate público. Há um questionamento da arte da distância entre sujeito e objeto que a experiência monumental tradicionalmente explorou. Além disso, há a relação entre as obras e o próprio sítio, do pondo de vista fenomenológico e discursivo ao tratarem de questões relativas ao campo da cultura e a questões sociais envolvidas no sentido dos "lugares de memória" onde se inserem.

LUGARES *OUTROS* DA DOR – HETEROTOPIA, *UNCANNY* E SILÊNCIO

Blocos silenciosos e seus solos da memória. Reconhecemos nas três obras que escolhemos confrontar um caráter tanto minimalista, pelo recurso a formas simples, como também uma relação com a ideia de "solo", problematizando a relação com a paisagem. Ocorre que nestes casos, as formas simples podem ser questionadas como literais, uma vez que questões conceituais, que se relacionam ao campo do significado, podem estar implicadas. Bem como a relação com o solo pode ser reconhecida como uma interpretação do contexto, um posicionamento sobre o "lugar" / "lugar de memória" onde as obras se inserem, ressignificando e problematizando a questão da rememoração da dor.

Figura 3 – Rachel Whiteread*, Nameless Libray,* 2000, Viena.
Fonte: Fotos da autora - Zonno, 2013.

A obra da artista Rachel Whiteread[6]**,** *Nameless Library* (Figura 3), 2000, compõe um conjunto memorial na Judenplatz em Viena, local escolhido por ser tratar de um bairro que foi centro da vida dos judeus em Viena durante a era medieval, quando já eram mortos e perseguidos, levantando a questão sobre sua "ausência" ao longo da história e no segundo pós-guerra. Discreta, em uma praça modesta e menos movimentada, a obra foi construída como um marco sobre as ruínas arqueológicas descobertas de uma sinagoga destruída em 1420 - um "lugar de memória". Vista à distância, a escultura, um bloco único e maciço, possui o silêncio da forma simples. Ao aproximarmo-nos reconhecemos o silêncio dos túmulos - é uma representação de um jazigo onde estariam familiares de diferentes tempos. Causa "estranhamento" aquela "arquitetura" (e lembramo-nos de Adolf Loos ao falar da arquitetura como arte somente no túmulo e no monumento) porque percebemos que é constituída de livros, cujas lombadas estão voltadas para seu interior, as portas não têm maçaneta. O sentido parece invertido. Questionamo-nos se seria este não um túmulo, mas uma "biblioteca", a imagem da contribuição da cultura do povo judeu. Amplia-se o significado do local de memorial às vítimas da violência para um questionamento sobre se nós os conhecemos – expõe-se a nossa própria distância, o nosso esquecimento. A obra faz vibrar o corpo e o pensamento, ao impenetrável se soma a uma necessidade de penetrar. O "espaço" dos judeus que nos é interditado a partir do exterior, será por nós violado, profanado

[6] O trabalho da artista lida com moldes de objetos como camas, armários e cadeiras, usando diversos materiais como gesso, concreto, borracha e poliéster. Sua produção artística foi expandida a espaços arquitetônicos, como em seu célebre trabalho *House, 1993,* em Londres, que também trata do tema da memória e materializa como massa o espaço da última de uma série de moradias recém-demolidas.

no contato com as ruínas no subsolo – solo enterrado que é um "corpo arquitetônico" fraturado. Reenvia-se a escultura ao sentido do "túmulo", "*uncanny*" que reúne o arqueológico à ideia de casa vazia dos "mortos" ("*unhomely house*") ou mais terrivelmente seu próprio corpo. Um misto de melancolia e terror. Entre a presença e a ausência, o sentido advém pela relação entre a escultura e o sítio, lugar de memória que é ressignificado pela obra de arte - um modo de construção de memória no presente, de modo crítico, expondo-o como lugar *outro* e nos questionando sobre nossa própria identificação com ele.

Anthony Vidler ao tratar do tema do "uncanny", "estranhamento familiar" apresenta-o como um desdobramento da estética do "sublime" e da "nostalgia" – especialmente no que se refere ao tema da morte.

> Posso traçar a história do estranhamento (uncanny) espacial como um desenvolvimento da estética do sublime e sua exploração nas inúmeras "casas assombradas" do período romântico imaginado por Victor Hugo, Thomas De Quincey, Charles Nodier e Herman Melville. O pensamento de Melville sobre os recessos secretos da domesticidade leva à discussão sobre o papel do estranhamento nas fantasias sobre o enterro e retorno dos mortos, inseparáveis da consciência histórica e arqueológica do século XIX. O estranhamento (uncanny) da arqueologia nas escavações de sítios como Pompéia e Tróia, deram subsídios como metáfora para Freud no desenvolvimento da psicanálise, incentivando sua investigação sobre o medo de ser enterrado vivo, caso peculiar de um tipo de medo, entre o terror e a ansiedade. Tingido da nostalgia do século XIX, como evocado pelos devaneios de Walker Parker, o estranhamento (uncanny) tornou-se um poderoso tropo para o imaginário da "perda" do local natal, contra a desenraizada noção de lar da sociedade pós-industrial entre os críticos da modernidade de Gaston Bachelard a Martin Heidegger. (VIDLER, 1999, p.xi)

Lembramos Foucault ao tratar do tema do espaço reconhecendo-o tanto como um "espaço de dentro" como um "espaço de fora". De dentro seria toda a experiência em sentido fenomenológico, lembrando a obra de Bachelard, para quem o espaço é "carregado de qualidades", "um espaço que talvez seja também povoado de fantasmas", que pode ser "leve, etéreo, transparente" ou "obscuro, pedregoso, embaraçado". Diríamos, um espaço capaz de produzir *afectos*. Em seu pensamento, foca a atenção no "espaço de fora", conceituando as "heterotopias" como lugares *outros*, reais, efetivos, delineados pela própria instituição da sociedade, "contraposicionamentos" que estão no interior da cultura e, ao mesmo tempo, "representados, contestados e invertidos". Para Foucault, a relação entre os espaços instituídos e as heterotopias evidencia um sistema de controle que afirma o que tem lugar (por estar dentro das normas) e o que não tem lugar (por estar fora das normas, ser diferente). Deste modo, as heterotopias são realidades geradas pela instância sócio-cultural a que pertencem, mas possuem dinâmicas, regras e práticas próprias.

A relação entre o sentido de heterotopia e a marginalização dos judeus e de seus espaços pode ser claramente identificada. Permeando ainda o tema da dor e da morte, o próprio Foucault menciona cemitérios e prisões como "heterotopias do desvio"; em especial, no século XIX, surge a ideia dos cemitérios na periferia da cidade, onde cada família, diz ele, possui sua "morada sombria".

Esta imagem, como vimos, pode ser aproximada do memorial em Viena, em sentido representativo, problematizado pelo aspecto conceitual ao reconhecermos a referência aos livros. Já em relação à obra *Field*

of Stelae de Eisenman (com participação inicial de Richard Serra), de 2005, em Berlim (Figura 4), tem-se uma relação mais complexa[7]. "Campo de estelas" pode ser reconhecido, à distância, como imagem do cemitério, mas é, de fato, um lugar onde outros sentidos emergem a partir da experiência. É significativo que o memorial seja uma "heterotopia" em um sítio que reúne tantos "monumentos", monumentos e monumentos históricos; é significativo que tenha se "reservado" neste contexto um lugar para que esta memória não seja esquecida, mais ainda que o museu proposto tenha sido interpretado como um subsolo, enterrado, e que se tenha demarcado um espaço desta memória, não como "objeto", mas como um "campo". Vale destacar que este terreno extenso fora local de jardins das propriedades residenciais no século XIX, depois jardim privado dos ministérios até 1945 e, de fato, um terreno "baldio" após a construção do Muro de Berlim que lhe era limítrofe. É criado um "solo", topografia artificial, contraponto ao jardim verde do Tiergarten. As estelas também se "enraízam", foram fincadas, literalmente como evocação ao sentido de enterro, e os indícios de sua localização se veem no subsolo, "espaço sombrio" de exposições, em tamanho menor, onde a memória é "narrada" de modo fragmentário a partir das falas de quem vivenciou o horror. O sítio é reinventado, evocando ao mesmo tempo estes significados de modo paradoxal e a possibilidade de uma experiência temporal, do próprio deslocamento, do vazio e da perda. É, portando um lugar *outro* da memória, aludindo ao conceito do solo alemão como um instável, assim como a identidade alemã. Isto vivencia-se, reconhecemos via "corpo". As estelas erguem-se, literalmente entre o racional e o não-racional, configurando um espaço intermediário capaz de evocar o sentido de aprisionamento e desejo de fuga, de falta de localização e de deriva. Tudo se dá como uma captura. Entra-se na trama proposta inadvertidamente envolvendo-se em uma caminhada como que em um passeio com muitos caminhos possíveis. De repente, tudo se transforma: se está perdido em um grande labirinto. O campo de estelas aprofunda-se, eleva-se, envolve o corpo. Também como heterotopia é um lugar sem centro onde só há margem, onde todos se sentem à margem. Leva ao limite a noção de monumento como obra em campo ampliado. É um "marco" na paisagem pela sua grande extensão horizontal, mas é também "débil", "vague". É a proposição de uma experiência relacional, o corpo em deslocamento, experimenta na "duração", quando atual e memória são mobilizados, o que Eisenman nomeou "silêncio do excesso" – comparável, segundo ele, ao silêncio do psiquiatra, quando se teria acesso aos sentimentos reprimidos: "a memória viva da experiência individual" quando "se pode conhecer o passado através de sua manifestação no presente" (Eisenman, 2003, p:314). Um calar diante do absurdo que nos envolve, nos captura.

Com esta obra emblemática, como também podemos dizer no Memorial de Whiteread (no Memorial do Onze de Setembro entre outros), reconhece-se uma espécie de "tipologia" de construção de complexos monumentais: a obra artística no solo e o museu no subsolo; como metáfora da morte – a arquitetura é túmulo, lembrando Adolf Loos, e a "escultura", ainda que em campo ampliado, é um monumento.

[7] Para outras leituras desta obra pela autora ver: ZONNO, 2014.

Figura 4 – Peter Eisenman, *Field of Stelae*, 2005, Berlim.
Fonte: Fotos da autora – Zonno, 2013.

Retomando a questão do "*uncanny*", Vidler apresenta a ideia de "*dark space*", reconhecida na obra *Templo da Morte* de Boullée que cria uma arquitetura capaz de falar da morte – uma "arquitetura enterrada", "arquitetura da negatividade" – que evoca a melancolia através de paredes nuas e efeitos da sombra. Segundo o autor (1999, p.170-171), Boullée criou um verdadeiro "simulacro" do corpo enterrado em arquitetura: o edifício semiafundado, comprimido em suas proporções como se houvesse um grande peso sobre ele.

Esta imagem do corpo parcialmente enterrado e, ao mesmo tempo, silencioso por sua extrema simplicidade nos parece próxima do projeto *Topografia do Terror*, 2010, de Ursula Wilms, proposta que de certo modo retoma a ideia inicial de Peter Zumthor, ganhador do concurso em 1993 que, por questões financeiras, não foi concluído (na verdade, a parte então construída foi demolida). O projeto se situa dos edifícios da Polícia Secreta do Estado e do Escritório Central de Segurança do Reich, destruídos. Foi por ocasião de um concurso no contexto do IBA[8] que o local primeiro foi valorizado por sua história relacionada à segunda guerra e à violência dos crimes cometidos pelo nazismo. Hoje, é reconhecido como "lugar de memória" pela presença de um extenso trecho do Muro de Berlim, bem como de celas das antigas prisões da Gestapo, descobertas por ocasião de escavações em 1986. A área foi nomeada "Topografia do Terror" quando se construiu um abrigo temporário também para exposição do material encontrado, o que suscitou grande debate público. Zumthor, quando de sua concepção, afirmava "não poder fazer nada" no local, colocando que diante de sua "impossibilidade para encontrar uma forma" teria optado por torna-lo "pura construção", de algum modo retomando a ideia da estrutura provisória, criada apenas para "trazer à luz os testemunhos históricos", e não aludir a nada. Ocorre que a Fundação não aceitara completamente a proposta de Zumthor, afirmando não desejar um memorial, mas um centro de documentação. Esta polêmica é elucidativa, pois por mais que o arquiteto defendesse a visão do edifício como desvinculada de um sentido relacionado ao "lugar de memória", o silêncio do projeto - repetição minimalista de barras verticais - "fala" da impossibilidade da fala.

[8] Após anos servindo ao uso de uma empresa de reciclagem de materiais de construção e de treino de direção de veículos, em 1983 houve uma competição no contexto no IBA, no sentido de valorizar a história do lugar, tendo vencido o projeto de Jürgen Wenzel e Nikolaus Lang, que previa um centro de documentação em área coberta com placas de ferro demarcando o local dos edifícios, de onde emergiriam árvores conformando no nível da rua um espaço público. Este projeto não foi realizado.

Monumento “débil”, irromperia de modo “intempestivo” um “*terrain vague*”. A implantação valorizava o “solo” de terra e escombros onde outrora estava grande parte do edifício da Gestapo, que então aparece como “vazio” – entre dois limites lineares claros a construção de Zumthor de um lado e o Muro de Berlim de outro, junto às celas da prisão (Figura 5). Já a caixa silenciosa e rígida de Wilms (Figura 6) impressiona pelo modo como a descobrimos, semi-enterrada, em meio a um grande “terrain vague”, feito vazio de modo proposital, como um campo de pedras que se estende até os limites da cobertura da área das celas, no limite com o fragmentado Muro de Berlim e onde se “demarca” o local do edifício da Gestapo. Ambas as propostas são monumentais, evocam através do silêncio e, no caso de Wilms (que pudemos experienciar) da “frieza” dos materiais, um sentido aterrador.

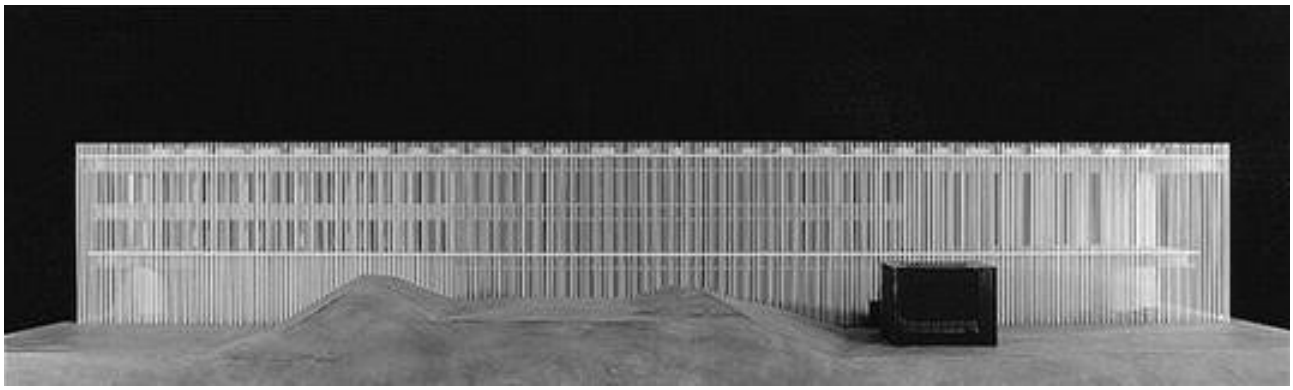


Figura 5 – Peter Zumthor, Topografia do Terror (projeto não construído), 1993, Berlim.

Figura 6 – Ursula Wilms, Topografia do Terror, 1993, Berlim.
Fonte: Fotos da autora – Zonno, 2013.

Estes blocos silenciosos e seus solos da memória nos fazem pensar que, retomando “monere” (advertir, lembrar), “tocar” é então nos transformar, produzir ressonâncias e *afectos*, e “combater a angústia da morte”, é na verdade, promover uma “catarse” a modo do *uncanny* ou do silêncio que revela o próprio trauma.

LUGARES *OUTROS* DE MEMÓRIA

Discutimos aqui a condição do monumento na contemporaneidade - ações e construções memoriais, "monumentais", em sentido "débil" e "relacional", efêmeras ou permanentes. A mudança perceptível nas ações artísticas em campo ampliado está na questão do sentido, pois em seu cerne está a própria ideia de lacuna; o "monumento" não é representativo de um significado fechado, mas a proposição de experiências a partir de imagens poéticas relacionadas ao local ou sítio onde se insere, quando os sentidos são evocados de modo mais aberto.

A memória é uma construção, ou seja, o presente continuamente cria significados sobre o passado, "moldando" a memória e criando novas relações em sentido "público" ou seja, de debate, problematização sobre os eventos do passado. Em especial, em relação à memória da dor, a questão deve ser trabalhada de modo subliminar, como imagem poética capaz de produzir ressonâncias, *afectos*, não espetacularizações do trauma. É neste sentido que, como arte a arquitetura deve se pensar - de modo "débil.

Partindo do minimalismo e da condição *site specific*, pensando a relação com "lugares de memória", reconhecemos também questões conceituais e a criação de imagens poéticas, ao tratar do tema da "dor", relacionáveis ao "uncanny" como estranhamento e/ou ao vazio, ao silêncio e à melancolia. Por um lado, este *uncanny* se aproxima do que um sentido temporal, arqueológico, entrópico; por outro, este silêncio nos remete a um tempo suspenso, cristalino.

Por serem lugares produzidos para lembrar a presença dos ausentes, especialmente daqueles à margem de um sistema de poder, podemos entendê-los como lugares *outros* de memória, lugares heterotópicos. Muitos deles, "*site specific*", retomando o sentido de "monumento" como marco de um lugar onde um evento, de fato, ocorreu. Em um sentido, podem ser reconhecidos como "site oriented", ao evento, a uma ausência, a uma dimensão imaterial da memória. Por outro, podem lidar diretamente com um fragmento, um indício material do passado, "lugares de memória" que constituem, portanto, pré-existências. Podemos vislumbrar que este lugar de memória pode ser poetizado, ressignificado, explorando toda a complexidade inerente à problematização dos significados da memória (da dor) hoje. Seriam estes lugares *outros* de memória.

Estes "monumentos" podem ser reconhecidos como "lugares complexos" (Zonno, 2014) – não só por "tecerem-se junto" a sítios que podem ser entendidos como campo de tensões e múltiplas questões identitárias e políticas, mas pelo reconhecimento da "complexidade" na evocação da memória da dor como uma experiência mesma do deslocamento, entre a presença *e* a ausência, o lembrar *e* o esquecer, a permanência *e* a impermanência. Importa pensar como este deslocamento seria capaz de nos fazer "espelhar" nestes lugares *outros* e produzir contínuos debates.

REFERÊNCIAS:

BOURRIAUD, N. **Estética relacional**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Martins, 2009.

CARRIER, P. "Innovations in Monumental Techniques since 1945". In: ____. **Holocaust Monuments and National Memory Cultures in France and Germany since 1989**. New York: Berghahn Books, 2005.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2001.

EISENMAN, P. “The silence of the excess”. In: **Holocaust Memorial Berlin**, Eisenman Architects. Lars Müller Publishers, 2005.

FOUCAULT, M. “Of Other Spaces (Heterotopias)”. Disponível em: <http://foucault.info/ documents/ heteroTopia/ foucault.heteroTopia.en.html> Acesso em: 7 mar. 2006.

HUYSSEN, A. **Culturas do passado-presente** – modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: MAR, 2014.

____. **Present pasts** – urban palimpsests and the politics of memory. Standford: Standford University Press, 2003.

___ . **Seduzidos pela memória** – Arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KRAUSS, R. E. “A escultura no campo ampliado” (1979) Trad. Elizabeth Carbone Baez. Gávea: **Revista semestral do Curso de Especialização em História da Arte e Arquitetura no Brasil**, Rio de Janeiro: PUC-RJ, n. 1, 1984, p. 87-93.

____. **A Voyage on the North Sea**: Art in the Age of the Post-Medium Condition London: Thames & Hudson, 1999.

NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux” In: **Les lieux de mémoire.** Paris: Gallimard, 1984. Vol 1.pp.7-15. Trad. Revista Projeto História.n.10. História & Cultura. São Paulo, PUC-SP – Programa de Pós Graduação em História, dez.1993.

SOLÀ-MORALES, I. “Arquitectura débil” (1987). In: ____. **Diferencias** – topografia de la architectura contemporânea. Barcelona: Gustavo Gili, 2003, p.61-77.

PAPAPETROS, S. et ROSE, J. **Retracing the expanded field** – encounters between Art and Architecture. MIT Press, 2014.

VIDLER, A. **The architectural uncanny** – essays in the modern unhomely. London: MIT Press, 1992.

ZONNO, F.V. **Lugares complexos, poéticas da complexidade** – entre arquitetura, arte e paisagem. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

TOPOGRAFIA DO TERROR - sítio oficial. Disponível em: <https://www.topographie.de/en> Acesso em: maio 2018.

Salvador - 2018

O PÚBLICO E O PRIVADO EM CURTO-CIRCUITO: ATRAVESSAMENTOS ENTRE ARTE E ARQUITETURA NO BRASIL NO FINAL DOS ANOS 1960

THE PUBLIC AND THE PRIVATE IN SHORT-CIRCUIT: THE CROSSING BORDERS BETWEEN ART AND ARCHITECTURE IN BRAZIL IN THE LATE 1960'S

EL PÚBLICO Y EL PRIVADO EN CORTO-CIRCUITO: ATRAVESAMIENTOS ENTRE ARTE Y ARQUITECTURA EN BRASIL EN EL FINAL DE LOS AÑOS 1960

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

WISNIK, Guilherme
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da FAU USP
gwisnik@usp.br

O PÚBLICO E O PRIVADO EM CURTO-CIRCUITO: ATRAVESSAMENTOS ENTRE ARTE E ARQUITETURA NO BRASIL NO FINAL DOS ANOS 1960

THE PUBLIC AND THE PRIVATE IN SHORT-CIRCUIT: THE CROSSING BORDERS BETWEEN ART AND ARCHITECTURE IN BRAZIL IN THE LATE 1960'S

EL PÚBLICO Y EL PRIVADO EN CORTO-CIRCUITO: ATRAVESAMIENTOS ENTRE ARTE Y ARQUITECTURA EN BRASIL EN EL FINAL DE LOS AÑOS 1960

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
No final dos anos 1960, auge da repressão no período da ditadura militar, as produções artísticas e arquitetônicas no Brasil atingem uma radicalidade ímpar. A arquitetura brutalista da chamada "Escola Paulista", liderada por Vilanova Artigas, passa a realizar obras residenciais austeras e obscuras, com pouca intimidade e privacidade, concebidas como se fossem equipamentos públicos. Ao mesmo tempo, o artista carioca Hélio Oiticica começa a construir seus trabalhos ambientais, nos quais a inclusão do corpo do espectador-participante promove uma grande subjetivação dos espaços públicos (museus e galerias) nos quais se instala. Tomando-se essas duas trajetórias comparativamente, percebemos que as linhas mestras das produções artística e arquitetônica no Brasil seguem caminhos opostos. Por outro lado, se equivalem no sentido de tensionar a linha de separação entre as esferas pública e privada.
PALAVRAS-CHAVE: público; privado; arte; arquitetura.

ABSTRACT:
In the late 1960s, the peak of repression in the period of the military dictatorship, artistic and architectural productions in Brazil reached a unique radicality. The Brutalist architecture of the so-called "Escola Paulista", led by Vilanova Artigas, started to carry out austere and obscure residential works, with little intimacy and privacy, conceived as if they were public facilities. At the same time, the 'carioca' visual artist Hélio Oiticica begins to build his environmental works, in which the inclusion of the participant-spectator body promotes a great subjectivation of the public spaces (museums and galleries) in which it is installed. Taking these two trajectories comparatively, we realize that the main lines of artistic and architectural productions in Brazil follow opposite paths. On the other hand, they are equivalent in the sense of tensing the line of separation between the public and private spheres.
KEYWORDS: *public; private; art; architecture.*

RESUMEN:
A finales de los años 1960, auge de la represión en el período de la dictadura militar, las producciones artísticas y arquitectónicas en Brasil alcanzan una radicalidad impar. La arquitectura brutalista de la llamada "Escuela Paulista", liderada por Vilanova Artigas, se realiza en casas residenciales austeras y oscuras, con poca intimidad y privacidad, concebidas como si fueran equipamientos públicos. Al mismo tiempo, el artista carioca Hélio Oiticica comienza a construir sus trabajos ambientales, en los que la inclusión del cuerpo del espectador-participante promueve una gran subjetivación de los espacios públicos (museos y galerías) en los que se instala. Tomando esas dos trayectorias comparativamente, percibimos que las líneas maestras de las producciones artística y arquitectónica en Brasil siguen caminos opuestos. Por otro lado, se equivalen en el sentido de tensar la línea de separación entre las esferas pública y privada.
PALABRAS-CLAVE*: público; privado, arte; arquitectura.*

HÉLIO OITICICA

Quando realiza sua importante exposição na Whitechapel Gallery em Londres, em 1969 (Figura 1), Hélio Oiticica já se encontra em um ponto bastante avançado da sua procura em romper com a arte objetual da representação e da contemplação, transformando o espectador de arte em participante, e incluindo o corpo de uma forma cada vez mais ativa na experiência da obra, o que chama de antiarte ambiental. Trata-se, afinal, da ideia de embaçar – e, no limite, eliminar – a fronteira entre arte e vida, desdobrando um projeto vanguardista que remonta a artistas construtivos como Piet Mondrian e Kazimir Malevitch. Projeto que levará o artista brasileiro a "duplicar a vida em interiores cada vez mais poderosos", mas, por isso mesmo, "cada vez mais preservados do contágio do mundo", como bem observou o também artista plástico Nuno Ramos. Esse "pequeno paradoxo", que é o "caroço poético" da obra de Hélio, segundo Nuno, dá o tom de boa parte da arte contemporânea brasileira. A saber: o ato de "materializar a obra no mundo acaba por criar um refúgio dentro dele" (RAMOS, 2007, p. 123).

Figura 1: Hélio Oiticica, Whitechapel Experience, Londres, 1969

Fonte: Foto de John Goldblatt, Acervo do Centro de Arte Hélio Oiticica

Mais até do que uma grande retrospectiva de sua carreira, a *Whitechapel Experience* realizou pela primeira vez o projeto *Éden* – a reunião de tendas, camas, ninhos e penetráveis entremeados por caminhos sinuosos com piso de areia e pedra –, uma estruturação ambiental que procurou refundar o espaço da galeria como "recinto-participação", promovendo, nas palavras do artista, a "criação de liberdade no espaço dentro-determinado" (SPERLING, 2008, p. 122). Essas instalações vivenciais, assemelhadas a tabas indígenas, deveriam ser usadas e até "habitadas" pelos visitantes-participantes da mostra, logrando subjetivar o espaço público – no caso, a galeria de arte. Ali, as camas-bólide e os penetráveis com chão de espuma, cobertas-saco e telas de náilon, criavam o espaço onde se podia deitar após pisar descalço campos de areia, feno e água, e assim posicionar-se relaxadamente "à espera do sol interno, do lazer não-repressivo" (OITICICA, 1996, p. 136). Tais ambientes serviam como módulos experimentais para a construção de "espaços-casa", como afirma Hélio, figurando a ideia de um "novo mundo-lazer", isto é, do "Crelazer": a promessa de um mundo onde "eu, você, nós", prossegue Oiticica, "cada qual é a célula-mater" (OITICICA, 1986, pp. 115-116). Em resumo, Hélio Oiticica procurou criar, na sua *Whitechapel Experience*, um espaço "útero", onde a alegria de se deixar absorver no seu "calor infantil" proporcionasse um novo comportamento para as pessoas que chegassem do "frio das ruas londrinas, repetidas, fechadas e monumentais" (Idem, p. 130). Isto é: o aconchego do útero se coloca como a antítese do espaço frio e impessoal da cidade, e define o próprio *locus* da ação criativa do artista, daquilo que chamou de *Crelazer*.

No filme *Héliophonia* (2002), de Marcos Bonisson, o artista plástico norte-americano Vito Acconci registra a enorme importância que o trabalho de Oiticica teve no meio de arte *underground* norte-americana na virada dos anos 60 para os 70, depois que os seus "Ninhos" instalados no Museu de Arte Moderna de Nova York, na exposição coletiva *Information*, permitiram o desenvolvimento de prolongadas vivências íntimas em espaço público. Acconci se refere sobretudo ao curto-circuito criado por Hélio entre as esferas pública e privada naquela ocasião, ao estimular o público, em sua célula *Barracão nº 2*, formada por uma série de *Ninhos*, a "habitar" as suas obras – e portanto o espaço do museu – de maneira lúdica, transformando o lugar de passagem em espaço de permanência (conta-se, inclusive, que na visita guiada da família Rockefeller à exposição um casal foi surpreendido fazendo sexo no interior de uma das celas, o que Oiticica veio a classificar como o máximo em termos de participação do público na obra de arte). Para Acconci, essas cápsulas de estar postas no meio do museu revelaram uma concepção nova de espaço público, onde se podia, ao mesmo tempo, "estar em privacidade e ter uma relação com outras pessoas" (BRAGA, 2008, p. 268). Não se trata, portanto, de um espaço público genericamente aberto a todos, como um parque ou uma praça, mas de um composto heterogêneo formado por unidades privadas.

Em seu "programa ambiental" de 1966, Hélio Oiticica conceitua a sua arte – ou antiarte – como aquela que, ao invés de se voltar para a representação e a contemplação, só pode existir com a participação dinâmica do "espectador", considerado então um "participador". Assim, apropriando-se de elementos da realidade, ele não apenas recolhe objetos da vida comum para declará-los obras de arte – como já haviam feito os dadaístas e os surrealistas no início do século XX –, mas também estende o sentido de apropriação a tudo aquilo que não fosse transportável, como "terrenos baldios, campos, o mundo ambiente", numa operação que dependeria essencialmente da

participação do público. O que viria a significar, então, segundo suas palavras, "um golpe fatal ao conceito de museu, galeria de arte etc., e ao próprio conceito de 'exposição'", completando o raciocínio com uma frase que ficou famosa: "*Museu é o mundo*; é a experiência cotidiana" (OITICICA, 1996, p. 103).

Escrevendo esse texto-programa três anos antes da referida exposição em Londres, Oiticica propõe que os trabalhos de arte realmente vitais sejam colocados em terrenos baldios da cidade, como "uma obra perdida, solta displicentemente, para ser 'achada' pelos passantes, ficantes e descuidistas" (Idem, p. 104). Concretamente, a materialização dessa proposta é o *Bólide Lata-fogo*, que Hélio descreve da seguinte maneira:

> "É a obra que eu isolei na anonimidade da sua origem – existe aí como que uma 'apropriação geral': quem viu a lata-fogo isolada como uma obra não poderá deixar de lembrar que é uma 'obra' ao ver, na calada da noite, as outras espalhadas como que sinais cósmicos, simbólicos, pela cidade: juro de mãos postas que nada existe de mais emocionante do que essas latas sós, iluminando a noite (o fogo que nunca apaga) – são uma ilustração da vida: o fogo dura e de repente se apaga um dia, mas enquanto dura é eterno." (Ibidem, p. 104)

Como fica evidente, portanto, é notável a grande resistência de Hélio em aderir a uma dimensão mais edificante de espaço público naquele momento. O que se explica, a meu ver, tanto por questões conjunturais, relativas à associação, inevitável naquela situação, entre a instância pública e a oficialidade repressora encarnada pelo regime militar, quanto pela marca estrutural de uma carga histórica: o passado colonial e escravocrata do país, não inteiramente rompido com a declaração da Independência e a criação da República, e por isso desdobrado modernamente na debilidade das suas instituições civis, tratadas via de regra segundo interesses pessoais. Essa prática "patrimonialista" marca fortemente a experiência de modernização brasileira, como mostram pensadores da nossa formação histórica e cultural, tais como Sérgio Buarque de Hollanda e Caio Prado Jr.

Ao analisar o significado da obsessão de Oiticica pela metáfora do labirinto como mergulho em uma interioridade infinita, Nuno Ramos lembra de um conto de Jorge Luis Borges que descreve o deserto como o maior dos labirintos: o "labirinto da pura exterioridade". Dessa imagem, retira um importante termo de comparação entre as artes brasileira e norte-americana dos anos 1960. Afirma ele:

> "É curioso que a arte norte-americana contemporânea a HO tenha elegido o deserto, o labirinto extremo da narrativa de Borges, como espaço operativo, traçando uma linha no seu solo seco, cavando um duplo negativo no *canyon* ou construindo uma espiral na superfície de um lago salgado." (RAMOS, 2007, p. 126)

Além disso, a própria relação que os trabalhos lá e cá estabelecem com o corpo é muito indicativa de suas diferenças culturais, pois como mostra também Nuno Ramos, as instalações de Bruce Nauman podem muito bem ser vistas como "penetráveis" que têm por horizonte o corpo como

centro de estímulos e respostas. Porém, ao contrário de Oiticica, "Nauman trata o eu como um autômato, um rato de Pavlov paralisado por estímulos contraditórios." (Idem, p. 126)

Se fôssemos comparar os trabalhos americanos de Land Art com referências brasileiras em termos de escala e de poética intrínseca, teríamos que evocar necessariamente a experiência da construção de Brasília (1956-60), no interior despovoado do Planalto Central do país. Contudo, é muito significativo, a respeito disso, o fato de que se a fuga para o deserto, nos Estados Unidos, representou um movimento radical de desinstitucionalização e desmercantilização da arte, seguindo o mito americano da estrada aberta, aqui, ao contrário, ela significou o exílio do próprio Estado, como que explicitando e consagrando a eterna ausência de lugar da dimensão pública no Brasil.

Não por acaso, a arte pública é um tema de intensa discussão nos Estados Unidos desde os anos 1960. Lá, esculturas como o *Picasso de Chicago* (1967), ou as peça de Alexander Calder em Grand Rapids e também em Chicago (*La grande vitesse*, 1969, e *Flamingo*, 1973), se tornaram referências de sucesso no sentido de serem imediatamente reconhecidas como valores públicos nos lugares em que se implantaram. Não importa aqui discutir a diferença entre o "nomadismo" autorreferente da escultura moderna e a unicidade crítica dos trabalhos do tipo *site-specific*, mas sim o quanto as peças de Picasso, Calder, Moore e Noguchi, assim como as de Richard Serra, implantadas em importantes *plazas* de centros urbanos americanos, estão distantes das *Latas-fogo* de Oiticica, colocadas anonimamente em terrenos baldios à noite, e consumidas por si próprias. Positivos ou negativos em sua inserção física, os trabalhos de arte americanos lidam com um sentido de valor público muito concreto, porque assumido de forma geral pela sociedade, o que se rebate inclusive na regulamentação de incentivos estatais, como os programas *Percent for Art*, *Art in Architecture* e *Art in Public Places*, existente em muitas cidades do país – assim como, também, nas intensas batalhas judiciais que envolveram alguns desses trabalhos, como o *Tilted arc* (1981-89), de Richard Serra, o mais famoso deles.

Tendo em mente essa diferença abissal entre o Brasil e os Estados Unidos, o escultor José Resende contesta a ideia de que uma peça colocada em espaço urbano possa ser diretamente considerada como obra de arte pública. Observa ele: "Acho que o conceito de coisa pública não pode se definir através da simples presença do trabalho em um lugar público. Para a arte ser pública é preciso que culturalmente também assim ela se efetive." E completa:

> "É difícil definir o que seria realmente um trabalho de arte pública no Brasil. A música, por exemplo, sim, tem aqui esse caráter de domínio público. Para que a arte ganhe essa condição mais concreta de existência no Brasil, as instituições terão que se estruturar melhor." (CARNEIRO e PRADILLA, 1999, pp. 11-12)

Quer dizer, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil o caráter público de um trabalho de arte depende menos de sua condição espacial – o fato de instalar-se em um espaço externo ou interno –, e mais de um valor social a ele atribuído. Pois quem negaria o atributo de "público" a trabalhos como *The New York earth room* e *Broken kilometer* (1979), de Walter De Maria, instalados no interior de galerias?

No catálogo do evento *Fronteiras*, projeto de arte pública realizado pelo Itaú Cultural entre 1998 e 2001 em lugares diversos do sul do país, Sônia Salzstein faz um breve balanço do significado da "escala pública" na arte brasileira, à luz dos resultados artísticos obtidos ali. Sua avaliação, que subscrevo aqui, me permite estender até os dias de hoje, ainda que com certo grau de generalização, as questões identificadas no ponto fulcral da passagem dos anos 1960 para os 70. Assim, afirma Salzstein, se há uma peculiaridade brasileira no campo da arte pública, é "o fato de que a abordagem do território em escala geográfica não carreou o lastro de racionalidade de uma cultura urbana e tecnológica, e tampouco a adesão à moral de um espaço público nela pressuposta" (SALZSTEIN, 2005, p. 13).

Seria preciso lembrar, em apoio a essa constatação, que a própria formação histórica das cidades brasileiras, através da colonização portuguesa, não seguiu planos abstratos que impusessem uma ordem pública como desenho regulador do conjunto. Ao contrário da grelha cartesiana que organiza as cidades de colonização espanhola em torno de uma *plaza mayor*, no Brasil as cidades se organizaram mais a partir do protagonismo de certos edifícios, e de adaptações particulares de seus traçados a terrenos acidentados, do que de um princípio regulador geral. Igualmente, suas praças raramente foram elementos geradores do conjunto, e sim, ao contrário, espaços sobrantes na configuração irregular dos lotes – como os "largos", por exemplo –, ou então evoluções posteriores dos adros, pátios e terreiros das igrejas. São, portanto, espaços que não nasceram públicos, e que uma vez tornados públicos, apenas precariamente conseguem se manter como tal. Ao lado disso, e não por acaso, podemos identificar um histórico alheamento das cidades brasileiras em relação à presença da arte, que se espelha também em uma tímida cultura pública do meio artístico em questão.

Assim, é interessante notar que mesmo na produção de artistas pertencentes a uma vanguarda construtiva brasileira, como o neoconcretismo, e que se propuseram a realizar o próprio espaço como obra de arte, essa mesma questão se mantém. Pois, como observa novamente Sônia Salzstein:

> "Não deixava de ser uma peculiaridade cultural o fato de que a arte construtiva brasileira, uma vez emancipada da moldura e da base, e confrontada à experiência imediata do espaço, aludisse de modo esquivo ou no mínimo reticente à questão da cidade; esta, em todo caso, quase sempre era percebida como espaço 'externo'." (Idem, p. 23)

VILANOVA ARTIGAS

O arquiteto Vilanova Artigas dá uma importante guinada em sua carreira entre 1956 e 60, através sobretudo de obras residenciais e escolares feitas em parceria com Carlos Cascaldi. Com efeito, é preciso entender esse processo à luz da sempre importante relação entre arquitetura e política para Artigas. Naquele momento, o projeto de reeducação moral da burguesia brasileira veio a se tornar um elemento importante do plano político do Partido Comunista Brasileiro, do qual Artigas era um destacado membro. Pois na interpretação do partido, o sujeito da transformação social do

país não era ainda o proletariado ou o campesinato, mas a burguesia nacional, tida então como progressista. Seria preciso realizar primeiro a revolução democrático-burguesa no país, afirmava o partido, e para tanto era vital a reeducação moral dessa classe com vistas à consolidação de ideais mais coletivistas do que privativos, desdobrando-se em costumes mais ascéticos e despojados do que superficiais e decorativos. O projeto da casa burguesa assumia portanto, nesse contexto, contornos revolucionários.

É importante notar que as grandes mudanças introduzidas por Artigas em projetos como os das casas Baeta (1956), Rubens de Mendonça (1958), Taques Bittencourt (1959) e Ivo Viterito (1962), não se restringem ao plano formal. Antes de tudo, elas partem de uma revisão da relação tradicional entre programa doméstico e lote urbano em São Paulo, herdeira tanto do modelo dos palacetes ecléticos da elite, quanto da acanhada tipologia rural importada sem mediações para a cidade. Desse modo, o arquiteto se propõe a constituir um novo modelo residencial para a classe média com um sentido verdadeiramente citadino, contestando a hierarquia entre a frente e o fundo da construção, e abolindo o longo corredor lateral que costumava levar o automóvel para uma garagem situada na parte de trás das casas, junto aos aposentos de serviço. Ao mesmo tempo, à medida que unifica toda a construção sob uma cobertura única, Artigas avança ao máximo possível a construção sobre os limites do lote, absorvendo-o no interior da casa, que ganha assim atributos de paisagem construída.

Nessas novas residências projetadas por Artigas, muitas vezes as áreas de convívio social se deslocam para os fundos dos terrenos, ou então para pátios ao ar livre vazados em sua parte intermédia, enquanto programas considerados de serviço acabam voltando-se para a frente, isto é, para a antiga fachada principal. Ao negar de certa forma a realidade contingente da cidade com suas empenas cegas voltadas para a rua, os projetos de Artigas passam a construir casas e escolas como se fossem cidades em si mesmas. Para tanto, o arquiteto lança mão de materiais dotados de um caráter marcadamente urbano, ao mesmo tempo que constrói espaços de circulação tão generosos que se configuram também como lugares de estar, ou passagens públicas.

Como é óbvio, essa reorientação de rumos na obra de Artigas significou uma negação tácita do otimismo implícito na sua fase "carioca" anterior, correspondente às obras que construiu em Londrina. Pode-se dizer que o que se arma, nesse momento, é praticamente uma inversão daquele ideal passado, caracterizado pelo desenho dinâmico da cobertura, e por formas francamente exteriorizadas. Nessa superação do idealismo utópico moderno, há, segundo João Masao Kamita, uma percepção da "premência do presente" como fator determinante. (KAMITA, 2000, p. 23) Isto é, uma compreensão nova da forma, vista agora como um campo de tensões, um arcabouço de relações materiais em permanente conflito. Vem daí a incorporação contundente da opacidade em suas obras, numa problematização explícita, e até didática, da relação entre o interior e o exterior do edifício. Ou, em outros termos, entre indivíduo e sociedade. Comparando, certa vez, a sua atitude projetual à de Oscar Niemeyer, Artigas declarou o seguinte: "Oscar e eu temos as mesmas preocupações e encontramos os mesmos problemas", mas

> "enquanto ele sempre se esforça para resolver as contradições numa síntese harmoniosa, eu as exponho claramente. Em minha opinião, o papel do arquiteto não consiste numa acomodação; não se deve cobrir com uma máscara elegante as lutas existentes, é preciso revelá-las sem temor." (BRUAND, 1981, p. 302)

É possível identificar nessa incorporação tensa do materialismo histórico, por Artigas, tanto o esforço interno de fundação de um ponto de vista autônomo em relação aos grandes centros mundiais, tendente à afirmação de uma soberania nacional, quanto o espelhamento inevitável de um novo contexto internacional surgido no pós-guerra europeu, em que a ideologia moderna fazia sua autocrítica. O que se mostra tanto na fantasia tecnológica das megaestruturas, que abandonavam as soluções pontuais para pensar as construções como invólucros de múltiplos programas, incluindo-se as obras de infraestrutura urbana, quanto na angústia grave do brutalismo, que colocava a nu a ingenuidade precedente de uma visão neutra da técnica.

Há nesse momento, portanto, na obras de Artigas, uma forte entronização da crítica dialética na forma construída, fazendo com que esta deixe de ser entendida como volume geométrico abstrato para ser pensada como estrutura. Vem daí a necessidade de tornar visíveis as entranhas da construção, e de deixar à vista tanto a sua mecânica, "expressa na forma dos fluxos vetoriais que a atravessam (cargas, empuxos, pesos, ventilação, iluminação, movimento das águas)", quanto as "marcas do seu ciclo produtivo pela utilização franca dos materiais e pelos sinais dos processos de execução" (KAMITA, 2000, p. 34).

Percebe-se, assim, que o seu raciocínio vai na direção de se estabelecer uma identidade fundamental entre a estrutura espacial e a estrutura portante, caminho que se mostra claro pela primeira vez na casa Taques Bittencourt (1959), cuja configuração se torna o princípio do partido que Artigas adotará em seguida nas soluções de grande porte, como as escolas e clubes, e que pode ser resumido da seguinte maneira: o uso de pórticos estruturais, rampas, jogos de pisos defasados em meios níveis e pés-direitos variáveis, e a criação de um vazio central iluminante que incorpora uma natureza controlada. Assim, na casa Taques Bittencourt, enquanto o terreno se movimenta, replicando-se no movimento diagonal dos apoios, a continuidade espacial é garantida pela extensão abarcadora da grande cobertura uniforme, bem como pela repetição serial do sistema estrutural. Desse modo, enquanto o exterior do edifício se reduz a uma volumetria simples, a um invólucro rígido, o espaço interno se torna complexo e fluido, criando uma relação de certa indeterminação ativa entre os ambientes. Ambiguidade fundamental para a riqueza espacial desse modelo, e que é uma característica essencial do prédio da FAUUSP.

O golpe militar de 1964 impõe grandes dificuldades pessoais a Artigas. Depois de ficar preso por 12 dias, Artigas foge para o Uruguai, onde permanece exilado em torno de um ano. Na volta, sob inquérito, vive por algum tempo na clandestinidade. Como é fácil imaginar, produz muito pouco nesse período. Contudo, mesmo nessa incômoda condição de "arquiteto-presidiário", realiza uma obra de forte expressividade, cujas características distoam do conjunto, e, por isso, marcam a sua carreira. Refiro-me à casa Elza Berquó (1967), na qual Artigas organiza a planta em torno a um pátio interno de desenho irregular, e decide apoiar a laje de cobertura sobre quatro troncos de árvore. Surpreendemente iconoclasta, essa solução é qualificada por ele como "sarcástica",

"irônica" e "meio pop", porque feita com a intenção deliberada de mostrar que, naquela ocasião, "essa técnica toda, de concreto armado, que fez essa magnífica arquitetura", não passava "de uma tolice irremediável em face de todas as condições políticas que se vivia" (ARTIGAS, 2004, p. 211).

Como mostra Pedro Fiori Arantes, a dúvida de Artigas espelha a perplexidade do Partido Comunista Brasileiro diante do golpe, que fora afinal apoiado pela burguesia nacional. Fato que deixava sem sentido o projeto ideológico da "casa burguesa", tal como formulado antes pelo arquiteto, apoiado nas diretrizes do PCB. (ARANTES, 2002, p. 40) Sua dúvida, no entanto, é momentânea. Em concordância com a visão do partido, os textos e projetos que Artigas realiza em seguida, durante os chamados "anos de chumbo" da ditadura militar brasileira, revelam uma aposta renovada no avanço das forças produtivas nacionais como motor do crescimento econômico e, consequentemente, de democratização social, mesmo que a longo prazo. Tal crença é que está na base do projeto para o grande conjunto habitacional de baixa renda CECAP Zezinho Magalhães Prado (1967), em Guarulhos, cuja escala tornava possível imaginar que a demanda gerada pelo projeto seria capaz de impulsionar a indústria de pré-fabricados de concreto em São Paulo, o que na prática não ocorreu.

Suas obras residenciais, nesse momento, investem-se de profunda negatividade. É o caso, sobretudo, das residências Telmo Porto (1968, Figura 2) e Martirani (1969), em que a áspera clausura se torna sombria, denunciando um ponto-limite do seu projeto de urbanizar a vida doméstica. Para esses exemplos, encaixa-se muito bem a caracterização dúbia feita muito antes por Lina Bo Bardi sobre as casas de Artigas. "Uma casa construída por Artigas não segue as leis ditadas pela vida de rotina do homem", afirma ela, "mas lhe impõe uma lei vital, *uma moral que é sempre severa*, quase puritana." (BO BARDI, 1950, p. 7)

E interessante relacionar esse projeto revolucionário da casa paulista – ao qual podemos acrescentar outras referências marcantes, como as residências que Paulo Mendes da Rocha fez para si mesmo (1964) e para Fernando Millan (1970) –, com as ações transgressivas e contemporâneas de artistas plásticos que fizeram trabalhos ambientais, como Hélio Oiticica, que, como vimos, logrou domesticizar o espaço público, trazendo a público de forma ostensiva experiências radicais de subjetividade.

Do ponto de vista cronológico, esses trabalhos de Hélio coincidem com as casas mais radicais de Artigas e de Paulo Mendes da Rocha, realizados não por acaso no momento de maior tensão social e política do país, ao redor do AI-5. Momento em que nossa melhor produção artística e arquitetônica radicaliza a sua negatividade experimental, combinando a guerrilha política a uma espécie de guerrilha estética. À primeira vista, essa comparação direta entre os grandes paradigmas artísticos e arquitetônicos do Brasil na época revela um claro antagonismo de princípios, baseado na oposição binária entre categorias tais como coletividade e intimidade, aspereza e acolhimento, indústria e artesanato, trabalho e lazer, puritanismo e hedonismo etc. Oposição que espelha um grande afastamento intelectual entre arte e arquitetura no Brasil, numa etapa seguinte à inauguração de Brasília, que tinha se apresentado ao mundo sob o signo ecumênico de uma "síntese das artes". Pois ao longo dos anos 1960, enquanto a corrente

dominante da arquitetura se manteve atrelada ao projeto nacional-desenvolvimentista do período anterior, as demais artes adotaram em geral as linhas da contracultura, formulando imagens mais sincréticas do país.

Figura 2: Vilanova Artigas, Residência Temo Porto, São Paulo, 1968

Fonte: Arquivo da Fundação Vilanova Artigas

O forte recalque da intimidade nas casas paulistas é fruto de uma combinação ímpar entre a militância comunista de Artigas e o positivismo que regeu uma corrente expressiva da arquitetura moderna, deixando também sementes duradouras na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Hoje, do ponto de vista do discurso, pode-se dizer que o seu conteúdo moral constituiu um difícil obstáculo para a atualização crítica das gerações seguintes, formadas por essa tradição. Por outro lado, do ponto de vista espacial, esse modelo atingiu uma radicalidade tal que fez com que ele persistisse no tempo, e pudesse ainda alimentar a produção dos jovens arquitetos que hoje se formam em São Paulo, e no Brasil como um todo.

Com efeito, voltando aos exemplos do final dos anos 1960 e início dos 70, se de um lado os arquitetos buscavam transformar casas em espaços públicos, reduzindo ao limite sua condição doméstica, de outro os artistas plásticos construiam células vivenciais que subjetivariam o espaço público. Eis aí uma curiosa inversão, e, ao mesmo tempo, penso eu, uma significativa contribuição da arte brasileira (arquitetura incluída, evidentemente) ao mundo. Ações transgressivas que forçaram os limites clássicos da fronteira entre público e privado, vindas justamente de um país

em que, muito a propósito, a esfera pública parece nunca ter se constituído plenamente como um valor social afirmado.

Pode parecer curioso, mas se olharmos para os amplos espaços internos da FAUUSP (Figura 3), com seu jogo ativo de planos soltos e defasados, opacos e transparentes, e estruturadores de um sistema de circulação contínua, podemos pensar também nos *Núcleos* (1960-63, Figura 4) de Hélio Oiticica: ambientes formados pela explosão do suporte bidimensional, e consequentemente pela autonomia dos planos cromáticos, suspensos no ar. Com grande intuição artística, apesar de discursos distintos, ambos formularam um espaço novo, mais generoso e democrático. Um *ambiente* que recusa o caráter fortemente determinado por limites e convenções a priori, e se abre ao condicionamento intersubjetivo dos múltiplos usuários. Onde, como dizia Artigas a respeito da FAU, "todas as atividades são lícitas". (PUNTONI et alii, 1997, p. 101)

Figura 3: Vilanova Artigas, FAUUSP, São Paulo, 1961-1969

Fonte: Foto do Autor, Acevo Pessoal, 2017

Figura 4: Hélio Oiticica, Núcleos, 1960, Rio de Janeiro

Fonte: Foto de John Goldblatt, Whitechapel Galley, 1969, Acervo do Centro de Arte Hélio Oiticica

REFERÊNCIAS:

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura nova:** Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.

ARTIGAS, Vilanova. **Caminhos da arquitetura**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

BO BARDI, Lina. "Casas de Vilanova Artigas". **Habitat**. São Paulo: Masp, outubro-dezembro de 1950, pp. 02-16.

BRAGA, Paula. **A trama da terra que treme:** multiplicidade em Hélio Oiticica. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada à FFLCH-USP, 2007.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

CARNEIRO, Lúcia e PRADILLA, Ileana. **José Resende**. Rio de Janeiro: Larceda Editores, 1999.

KAMITA, João Masao Kamita. **Vilanova Artigas**. São Paulo: Cosac Naify, 2000.

OITICICA, Hélio. **Aspiro ao grande labirinto**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

OITICICA, Hélio. **Hélio Oiticica**. Rio de Janeiro: Centro de Arte Hélio Oiticica, 1996.

PUNTONI, Álvaro et alii (org.). **Vilanova Artigas**. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1997.

RAMOS, Nuno. **Ensaio geral:** projetos, roteiros, ensaios, memórias. São Paulo: Editora Globo, 2007.

SALZSTEIN, Sônia (org.). **Fronteiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2005.

SPERLING, David. "Corpo + arte = arquitetura: proposições de Hélio Oiticica e Lygia Clark". In: BRAGA, Paula (org.). **Fios soltos:** a arte de Hélio Oiticica. São Paulo: Perspectiva, 2008.

TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida. **O urbanismo português:** séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

V enanparq
Salvador - 2018

POR UMA EXPERIÊNCIA DA PAISAGEM: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO MODERNO NA OBRA DE ROBERTO BURLE MARX

FOR A LANDSCAPE EXPERIENCE: THE PRODUCTION OF MODERN SPACE IN THE WORK OF ROBERTO BURLE MARX

POR UNA EXPERIENCIA DEL PAISAJE: LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO MODERNO EN LA OBRA DE ROBERTO BURLE MARX

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

POLIZZO, Ana Paula
Doutora em História; Professora da FAU UFRJ
polizzo@fau.ufrj.br

POR UMA EXPERIÊNCIA DA PAISAGEM: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO MODERNO NA OBRA DE ROBERTO BURLE MARX

FOR A LANDSCAPE EXPERIENCE: THE PRODUCTION OF MODERN SPACE IN THE WORK OF ROBERTO BURLE MARX

POR UNA EXPERIENCIA DEL PAISAJE: LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO MODERNO EN LA OBRA DE ROBERTO BURLE MARX

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
A partir de uma complexa trama de influências e problemáticas relações, a experiência acerca da espacialidade moderna no Brasil teve nas constantes tensões que se estabeleceram entre arquitetura e paisagem (construída ou natural) seus mais potentes resultados. Sendo assim, este trabalho busca trazer alguns questionamentos sobre a obra do paisagista Roberto Burle Marx e seu caminho na definição de uma estética moderna da paisagem, ao colocar o paisagismo como forma de manifestação artística não mais subsidiária à arquitetura, mas, ao contrário, enquanto um campo disciplinar expandido, focado no gesto moderno de intervir e de desenhar o próprio território.
PALAVRAS-CHAVE: Burle Marx; paisagismo; arte; arquitetura; paisagem.

ABSTRACT:
From a complex set of influences and problematic relationships, the experience of modern spatiality in Brazil had its most powerful results in the constant tensions between architecture and landscape (built or natural). Thus, this work seeks to bring some questions about the work of the landscape architect Roberto Burle Marx and his way in the definition of a modern esthetics of the landscape, by placing landscaping as a form of artistic manifestation no more subsidiary to architecture, but, on the contrary, while an expanded disciplinary field, focused on the modern gesture of intervening and drawing the territory itself.
KEYWORDS: *Burle Marx; landscape design; art; architecture; landcape.*

RESUMEN:
A partir de una compleja trama de influencias y problemáticas relaciones, la experiencia acerca de la espacialidad moderna en Brasil tuvo en las constantes tensiones que se establecieron entre arquitectura y paisaje (construida o natural) sus más potentes resultados. Siendo así, este trabajo busca traer algunos cuestionamientos sobre la obra del paisajista Roberto Burle Marx y su camino en la definición de una estética moderna del paisaje, al colocar el paisajismo como forma de manifestación artística no más subsidiaria a la arquitectura, sino, al contrario, mientras un campo disciplinario ampliado, enfocado en el gesto moderno de intervenir y de dibujar el propio territorio.
PALABRAS-CLAVE*: Burle Marx; paisajismo; arte; arquitectura; paisaje*

A PECULIARIDADE DO JARDIM

> Uma paisagem não é jamais uma realidade natural, mas sempre uma criação cultural, e que nasce da arte antes de fecundar nossos olhos. (ROGER In: SALGUEIRO, H., 2000, p.37).

A relação que o sujeito estabelece com a natureza através da ocupação e da transformação do território ao longo da história reflete seus valores religiosos, políticos, sociais e estéticos. Assim, nos diferentes períodos históricos, o equilíbrio da ordem social projeta-se na arte de configurar a paisagem, com o objetivo final de expressar uma correspondência entre o sujeito e o universo. A transformação consciente da natureza em paisagem construída através da criação lugares simbólicos (chamada neste trabalho pelo termo *paisagismo*[1]), é, assim como a pintura, a escultura e a arquitetura um importante modo de expressão do espírito, traduzindo valores culturais através de materiais naturais.

A arte do paisagismo, no entanto, comparada às outras artes, é extremamente contraditória: ela se constrói com a própria natureza, e, no entanto, desta deve se afastar por intermédio de um gesto que a torna artefato - jardim - e que a isola da extensão que a cerca. O jardim é assim uma realidade frágil uma vez que lida com o mundo transitório e efêmero das plantas, lida com o ciclo de vida e é extremamente sensível à ação do tempo, diferente da obra de arte estática. Está constantemente submetido às contingências: a fertilidade do solo, o ciclo das estações, o regime das chuvas, as datas das semeaduras, os ritmos de crescimento e floração; enfim, trata-se de uma arte que coloca em confronto o durável e o mutável, uma vez que conta com a natureza como um parceiro ativo, em evolução. Dessa maneira, o trabalho do paisagismo nos sensibiliza à ação do tempo (confrontando o durável e o efêmero), às dimensões da extensão (horizontal e vertical) e às formas vivas (animal ou vegetal).

Da mesma maneira que a paisagem é um produto do intelecto, podemos dizer que o jardim é fruto da atividade do "espírito enformante" (SIMMEL, 1998, p.137), um resultado da ação da força humana sobre os elementos naturais com o objetivo de modelá-los e reordená-los, mantendo-os sob controle. A natureza passa então do incognoscível para o consciente: passa-se da experiência da natureza em seu estado bruto, "no seu ímpeto monstruoso" (SIMMEL, 1998, p.147) para uma experiência estética inteligível e ao alcance do manejo dos seres humanos.

Nesse sentido, a obra paisagística é um espaço com limites bem definidos inserida na generalidade absoluta que é a natureza. Logo, uma moldura imaginária isola e recorta um pedaço de natureza do fluxo contínuo das relações que se dão ao seu redor - "relações espaciais, históricas, conceituais, psíquicas, com tudo aquilo que o cerca em proximidade mais imediata ou mais remota, psíquica ou física" (SIMMEL, 1998, p.125). O jardim se dá através de um processo de enquadramento que define e limita um fragmento de natureza com valência de totalidade, que possibilita uma separação entre o infinito de um exterior indomável e a segurança de um interior controlado, sendo capaz ainda de realizar esta interface entre esse mesmo mundo e nós. Assim, todo trabalho de paisagismo opera construtivamente, pois recria o ambiente segundo determinados princípios.

Levando em consideração estes aspectos, este artigo busca levantar algumas questões sobre a obra do paisagista Roberto Burle Marx e seu caminho na definição de uma estética moderna da paisagem[2], ao

[1] Na ausência de uma tradução mais específica para o termo em inglês *Landscape Design.*

[2] Em 1991 sua obra paisagística teve um destaque internacional, recebendo uma exposição de seus trabalhos no MoMA (Museum of Modern Art) de Nova York, organizada por Willian Howard Adams - curador convidado e membro do Instituto Myrin - intitulada

incorporar o espírito da pesquisa plástica e espacial nesse campo, fazendo com que suas produções superassem a tendência funcionalista e a paisagem surgisse como projeto renovador da vivência moderna. Através de muitas obras, inclusive, institui uma ação que extrapola o tratamento estético e atinge o nível de intervenção social, visando as transformações do espaço público como instaurador e marco simbólico de um novo tempo. Além disso, ao desenvolver vários projetos pelo Brasil e em outros países[3], colaborou com vários arquitetos firmando algumas parcerias frequentes e outras esporádicas demonstrando um entendimento do projeto com atividade ampliada e multidisciplinar para o qual converge o espírito de colaboração, gerando respostas não sistemáticas às numerosas situações com as quais se integrou – ora através de uma dialética de mútua influência entre arquitetura e paisagem, ora se impondo como gesto de maior autonomia - , e assim, atenuando ou reforçando o confronto entre natureza e cultura.

A NECESSIDADE DE FORMA

É inevitável se constatar que, na historiografia da arquitetura moderna brasileira, a produção do paisagismo moderno – principalmente no Brasil - é sempre colocada como complementação à arquitetura e ao urbanismo, um elemento secundário[4], demonstrando que esse assunto parece não ocupar o seu devido lugar de destaque. Talvez como resquício ainda de um olhar crítico à cidade moderna, se mantém uma visão hegemônica de que o movimento moderno não deu a devida importância ao espaço livre na cidade, ou ainda que, a partir daquele momento, o jardim teria encontrado dificuldade de encontrar e definir sua correspondência com a arquitetura. Um exemplo sintomático dessa situação é, ainda, a tendência reducionista – e bastante recorrente na crítica - que identifica no trabalho de Burle Marx uma capacidade de "pintar com a natureza" (ADAMS In: VACARINO, 2000, p.5, tradução nossa). Giedion, por exemplo, parece pactuar com essa caracterização:

> É um pintor abstrato. É um artista sensível que compreende a linguagem das plantas. (...). As flores são plantadas em cores e massas uniformes. Essas moitas de cor forte, de formas livres, são como que extraídas de um pano de padrão moderno e colocadas sobre a grama. Essa afinidade com a arte contemporânea constitui o segredo dos jardins de Burle Marx. (GIEDION, 1952 In: QUEIROZ, P. et al., 1979, p.39)

Seus planos de jardins geralmente eram apresentados através de expressivas telas em guache (Figuras 1-5), verdadeiras pinturas abstratas caracterizadas pela forma orgânica adotada, onde seu antinaturalismo era evidenciado também pelo uso das cores priorizando o vermelho, o laranja e o amarelo, em detrimento das tonalidades de verde; fato que provavelmente ocasionou essa recorrente leitura simplista sobre o trabalho do paisagista. Logicamente, considerar sua obra paisagística como uma simples transposição bidimensional das suas representações projetuais, significaria excluir algumas características fundamentais das suas composições como a volumetria atingida através da exploração da tridimensionalidade espacial das espécies e seus arranjos sobre uma determinação topográfica. Para possibilitar a aplicabilidade dos conceitos

Roberto Burle Marx: the Unnatural Art of the Garden, e foi a primeira exposição do museu dedicada a um arquiteto da paisagem.

[3] Venezuela, Chile, Argentina, Uruguai, Equador, Paraguai, Porto Rico, além de Estados Unidos e França.

[4] Basta retomar outra passagem do crítico PEDROSA (1953 In: PEDROSA, 2015, p.72), onde coloca a arte do jardim como complementar: "Foi preciso que chegasse um artista jovem, um pintor, Roberto Burle Marx, (...) Ele foi o primeiro a trazer à nova arquitetura uma notável contribuição no campo de uma arte que lhe é complementar, a do jardim. Ele concedeu direito de cidadania as plantas plebeias. Utilizou-as como verdadeiro paisagista, pintor e arquiteto".

projetivos, mesmo que baseados em teorias da pintura moderna, eram necessários conhecimentos botânicos das espécies e suas associações. Além do mais, a apreensão do jardim extrapola a fruição de uma obra bidimensional, pois inclui além visão, outros sentidos - olfato, paladar, audição, tato – além de incluir a experiência do movimento, da percepção das inúmeras possibilidades de incidência de luz e consequente mudança dos volumes e sobreposições de planos.

Figura 1: Burle Marx, Projeto para a casa de Praia do Sr. e Sra. Burton Tremaine, Santa Barbara, Califórnia, 1948. Guache sobre papel, 127.7 x 70.5 cm, Acervo Museum of Modern Art (MoMA), Nova York.
Fonte: ADAMS, 1991.

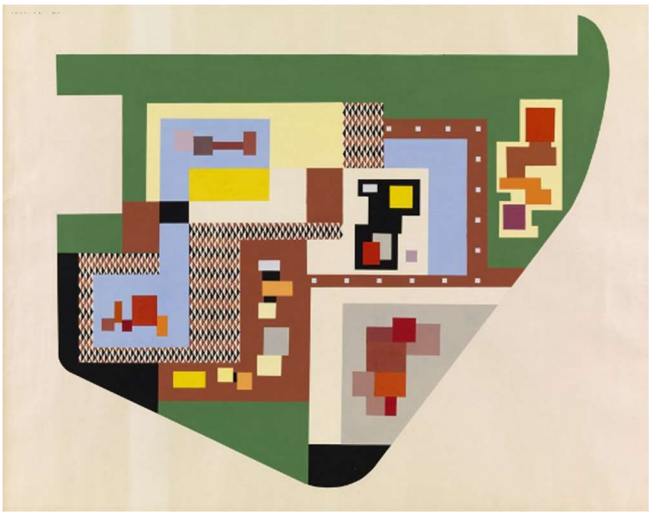


Figura 2: Burle Marx, Projeto para o Parque do Ibirapuera, São Paulo, 1953. Guache sobre papel, 93 x 109.5 cm, Acervo Museum of Modern Art (MoMA), Nova York.
Fonte: ADAMS, 1991.

Figura 3: Burle Marx, Projeto para a Praça Salgado Filho, Aeroporto Santos Dumont, 1938. Pintura automotiva sobre eucatex 122 x 150 cm, Acervo Burle Marx & Cia. Ltda.
Fonte: SIQUEIRA, 2001.

Figura 4: Burle Marx, Projeto para os jardins da residência Odette Monteiro em Correias, 1948. Guache 90 x 120 cm, Acervo Burle Marx & Cia. Ltda. Fonte: SIQUEIRA, 2001.

Figura 5: Burle Marx, Projeto para os jardins da residência Walter Moreira Salles, 1951. Guache 95 x 123 cm, Acervo Burle Marx & Cia. Ltda. Fonte: CAVALCANTI & EL DAHDAH, 2009.

Sob esse aspecto, o plano para o terraço-jardim realizado por Burle Marx para o Ministério de Educação e Saúde (Figura 6) inaugura esse processo. Esse jardim, voltado para a sala do Ministro Gustavo Capanema, foi representado através de uma pintura em guache com formas orgânicas que sem dúvida se tornou uma das imagens mais veiculadas internacionalmente, quando se fala do trabalho do paisagista, e de fato, demarca seus primeiros experimentos desse tipo em paisagismo.

Figura 6: Burle Marx, Projeto para o terraço-jardim do Ministério de Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1938. Guache sobre papel 52 x 105.5 cm. Acervo Burle Marx & Cia Ltda. Fonte: ADAMS, 1991.

Se esse projeto tem de início um caráter extremamente visual – para ser apreciado, como uma pintura, por aqueles que ocupam os andares superiores – deve-se ressaltar que ele serve como ponto de partida para a articulação do restante do projeto, sendo essencial para a composição como um todo. Essas formas, delimitadas, definidas e emolduradas em um espaço dentro da arquitetura - o *terraço-jardim* (Figura 7) – ganham potência ao transbordar os limites físicos do terraço e atingir uma área infinitamente maior, ou seja, todo o terreno (Figura 8), gerando uma nova relação entre o edifício e a cidade. Assim, esse edifício inaugura

não só a aplicação de preceitos da arquitetura moderna no Brasil, mas instaura uma condição de interlocução constante entre arquitetura, paisagismo e cidade.

Figura 7: Lúcio Costa e equipe, Ministério de Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1936. Foto de Marcel Gautherot, c.1946.
Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles, IMS.

Figura 8: Lúcio Costa e equipe, Ministério de Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1936.
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Pode-se dizer assim, que Burle Marx inaugura aqui o processo de definição intelectual da forma através da geometria em luta contra a instabilidade da matéria viva. Ainda que apresentasse, inclusive, linhas mais livres, orgânicas, amorfas e irregulares[5] - o que poderia se aproximar a uma "suposta" sinuosidade da natureza -, não buscava de forma alguma simular romanticamente o ambiente natural; ao contrário, se estabelecia como puro artifício, composto por curvas geometrizadas, construídas e estruturadas, fruto de um exercício plástico abstrato próprio da ação do sujeito moderno no mundo. Nessa determinação geométrica biomorfa se expressa, inclusive, um resquício gestual do *parterre* do jardim francês, que se propõe a *forcer la nature,* resultando em uma espécie de *broderie* de inspiração orgânica ou abstrata. Se por um lado, a organicidade da forma reflete a liberação da gestualidade, por outro demonstra o completo controle racional de uma estrutura aberta, capaz de direcionar a forma livre. Nesse sentido, a aparente anti-geometria de sua obra acaba passando pela geometria (Figura 9); cada linha tem um ponto de início e um ponto final completamente relevante e não arbitrário. Nada tem de espontâneo ou natural; a atividade do desenho constrói uma nova realidade: é o marco da presença consciente do pensamento sobre a natureza.

Isto não significa, no entanto, um aprisionamento rígido da gestualidade. Apesar do princípio morfológico geométrico, o espaço não é estático; ele está sempre em movimento e se constrói de maneira elástica, apresentando um modo de funcionamento interno que é orgânico, livre, expressivo da vida, de tudo o que nasce, cresce, evolui e invade o espaço. Nesse sentido, o gesto de Burle Marx busca harmonia no conhecimento da realidade natural, na relação de ciclo entre as coisas e o espaço sem abandonar, no entanto, a precisão do projeto e o rigor da construção. Desta forma, o desenho livre contínuo e aparentemente intuitivo é vinculado ao desenho geométrico construído, mental e racional.

[5] Jardins de Burle Marx das décadas de 30 a 60.

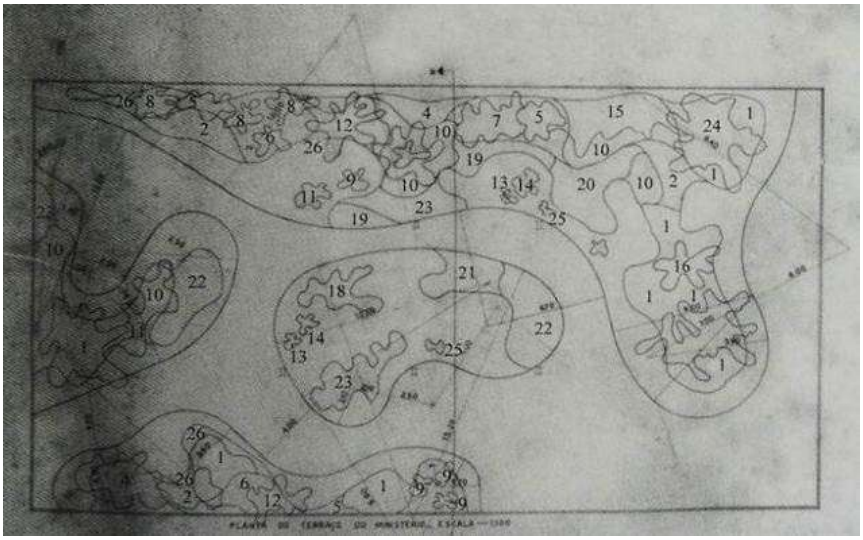


Figura 9: Burle Marx, Projeto para o terraço-jardim sobre o bloco de exposições do Ministério de Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1942-44. Construção do traçado.
Fonte: DOURADO, 2009.

Esta atitude inaugura também uma posição ativa frente à natureza, uma atuação construtiva e reguladora, que não propõe a *mímesis*, mas a construção de uma natureza humanizada, interpretada, reelaborada. Trata-se então de utilizar o meio determinante da arte como um instrumento para conter a movimentação perpétua da natureza. Através do pensamento construtivo tem-se a determinação do ambiente.

É interessante pensar este gesto de caráter construtivo se aliaria agora a uma nova demanda: a necessidade de solucionar a superfície do solo, não somente como base ou apoio ao edifício moderno, mas como componente integrante de um projeto mais amplo, que extravasasse os limites impostos pela arquitetura, e agregasse topografia, pavimentação, ajardinamento, urbanismo, paisagem como um todo. Um desenho para a própria superfície do território, que englobasse o próprio sujeito moderno. Logo, as formas livres, mais do que simplesmente "abrandar a geometria dos traçados reguladores e a dureza dos perfis arquitetônicos" conforme apontado por Bruno Zevi (ZEVI, 1957 In: QUEIROZ, P. et al., 1979) afirmavam uma síntese formal poderosa entre a estrutura cartesiana da arquitetura e a sinuosidade expressiva da vegetação.

É importante ressaltar ainda que no Brasil, a mentalidade construtiva moderna (VENANCIO FILHO, 2013, p.51), dominou a maneira ambígua de conformar o território nas cidades brasileiras a partir do estabelecimento da ordem, da coerência e da racionalidade tendo seu ápice após os anos 1950. Uma "necessidade de forma"[6] ou ainda uma "vontade de ordem" (VENANCIO FILHO, 2013, p.22) se instaura com o objetivo de dar conta de um processo social: a racionalidade da ação e a imposição do gesto poderiam ser traduzidas como uma vontade intrínseca de superar a caótica realidade. A incorporação da certeza e a decisão do desenho seriam formas possíveis de resposta a um país amorfo, onde a ordem deveria se implantar pela desordem, afinal é dominado pela contingência. Esta investigação acerca da construção moderna do espaço, se inaugura no século XIX e se desdobrará inevitavelmente durante o século XX,

[6] Este conceito dialoga com conceito de "forma difícil" ou mesmo "visualidade difusa" desenvolvido por NAVES (1986, p.60-68) através da percepção pelo autor, na arte brasileira, de um olhar vago e envergonhado, que teria origem na cultura portuguesa e impediria o desenvolvimento de uma cultura propriamente visual, plena, e pouco afeito as abstrações conceituais. Esta relação foi desenvolvida no capítulo "A Necessidade de Forma" em POLIZZO, 2016.

principalmente no campo da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, e após a década de 1950 também nas artes.

RUMO A UMA SÍNTESE ESPACIAL

O teórico alemão August Schmarsow, já no século XIX, ressalta a importância da articulação do plano de base, o plano horizontal. Não só entendido como a base funcional para as atividades humanas, mas principalmente como referência absolutamente necessária para a vista dos seres humanos, onde se estabelecem relações proporcionais com o próprio corpo e o seu deslocamento no espaço:

> O chão abaixo de nossos pés (...) é tido como essencial, precondição para a sensação do nosso corpo e para nossa orientação para a arena geral do mundo. Ele é, contudo, também uma pré-condição para nosso natural desenvolvimento de senso de espaço, o qual é cultivado em seres que ficam de pé e que caminham em posturas eretas. (SCHMARSOW Apud MALLGRAVE & IKONOMOU, 1994, p.65)

Partindo desses princípios, pode-se afirmar que a experiência estética induzida pelo deslocamento horizontal sobre a base, possibilitaria a soma das percepções visuais (pelo movimento dos olhos) e cinestética (pelo movimento do corpo), sugerindo ainda que o observador em movimento dividisse a aparência total em muitas impressões. Formas visuais que são percebidas de maneira relacional, uma vez que são dependentes do seu próprio contexto (MALLGRAVE, & IKONOMOU, 1994, p.37) como luz, sombra, cor e outros elementos passam a ser conectadas, transformando a percepção em uma sequência temporal de imagens ou de *frames*. Esse processo pressupõe a abdicação de uma relação frontal imposta pela contemplação do todo a partir de um ponto fixo (estabelecida desde a Renascença pelo sistema de representação da perspectiva) ou mesmo uma sequência lógica de eventos através da articulação de artifícios (como o enquadramento e a composição), induzindo, ao contrário, a uma experiência fenomenológica do espaço, abrindo possibilidades para a vivência através da investigação do movimento, da variedade dos pontos de vista e da inserção da escala humana. Se instaura então uma articulação espacial de domínio topológico e uma composição aberta, ativa e constantemente disponível, dotando a relação sujeito-obra-lugar de maior complexidade.

Como forma de potencializar ainda mais o desencadeamento dessas experiências sensoriais, pode-se aliar a própria manipulação artificiosa do terreno natural – o plano de base do território – onde o solo, além de suporte à obra e destituído de caráter afetivo, passa a ser matéria-prima, o que geraria uma ativação do espaço para além do tratamento de superfícies, assimilando a mobilidade e incorporando a noção de participação fenomenológica a partir da construção de um espaço auto-envolvente que se estrutura pelo entorno. Assim, nessa espacialidade unitária, que inclui arquitetura, paisagismo e meio, o valor do todo vai se tornando mais aparente e também mais problemático: consiste nas relações existentes entre os componentes do sistema, e não se baseia na individualidade dos elementos; considera conceitos de equivalência e oposição, mantendo sempre as partes em tensão. Uma espacialidade que, ao irradiar para além da arquitetura, pudesse ser externalizada e efetivamente possibilitasse uma vida exterior, e não somente um “espetáculo” intelectualizado e restrito a uma experiência visual. Logo, entre o mundo e o espectador poderiam ser construídas múltiplas possibilidades de apreensão através da intercambialidade de componentes, ativadas através da mobilização da sensibilidade. Tratava-se assim de um processo operativo de construção e apreensão espacial, onde o observador em movimento era essencial para adequar e ordenar

os espaços para a realização das suas atividades, definindo assim seu próprio entendimento do espaço, não mais pressupondo-o como entidade absoluta.

Segundo Mário Pedrosa em conferência proferida em Paris em 1953[7], mais do que em qualquer outra forma artística em relação à arquitetura, é com os jardins que a síntese das artes se manifesta. Assim, para o crítico, a figura de Burle Marx era essencial, pois realizava a completa relação entre edifício e meio, através da presença do jardim, ultrapassando o limite da mera ornamentação – como as outras artes ainda se portavam juntamente à arquitetura -, se tornando peça fundamental, estrutural, no mais amplo sentido da integração.

> Excetuando-se o jardim, nem a escultura, nem a pintura e nem mesmo a decoração das paredes pelos azulejos atingiram um nível razoável de integração com a arquitetura. Todas as alternativas feitas até agora no mesmo sentido, são ainda ao acaso, indecisas, pouco conclusivas. Pintores e escultores, com raras exceções, e em ocasiões felizes, não estão ainda preparados para a tarefa que a nova arquitetura lhes solicita. (PEDROSA, 1953 In: PEDROSA, 2015, p.72).

A reflexão sobre Síntese das Artes[8] - baseada no manifesto apresentado por Le Corbusier na Conferência Internacional de Artistas realizada em 1952 em Veneza - partia do princípio de que cada obra de arte, em seu agir local, poderia despertar as potencialidades espaciais adormecidas e gerar o a sensação de plenitude (RIVKIN In: LUCAN, 1987, p.388). Nesse sentido, o espaço seria praticamente o campo magnético responsável pelo mais alto grau de interação entre as obras - capaz inclusive de potencializá-las - e todo o poder reativo de um evento arquitetural se traduziria na intensidade da própria ação original - "ação da obra, reação do meio":

> A figura necessita do horizonte do solo ou de paredes arquiteturais. O horizonte infinito no qual as ondas radiantes irão mergulhar, as paredes da arquitetura fazem ecoar, dar vida a este fenômeno tempo-espacial evocado. (LE CORBUSIER, 1945, In: OCKMAN; EIGEN, 1993, p.67, tradução nossa)

Le Corbusier reconhecia uma espécie de vibração que emanava da paisagem e contaminava o edifício, gerando uma reação contrária também do edifício em direção ao meio; uma emoção que nascia a partir de uma espécie de acordo entre a arquitetura e o espaço envolvente. Na argumentação corbusiana, essa experiência deveria ser resultado direto da vivência espacial, praticamente um amadurecimento da experiência fenomenológica propiciada pela *promenade*.

Tratava-se de assumir a falência de uma leitura puramente sistemática do espaço em busca de uma forma objetiva de prazer estético, ou seja, partia-se da possibilidade de perceber uma potência estimulante e dinâmica que tem origem na própria paisagem que anima os objetos e cria entre eles um vínculo indissolúvel, capaz de valorizar o todo e possibilitar uma unidade, além de sugerir uma constante interação com o sujeito a partir de tessituras afetivas e existenciais. Através dessa articulação, se daria um encontro entre campos distintos - criação humana e natureza - que toma como base a organização da experiência sensível da *promenade architecturale* tornando-a mais ampla e plena e levando a uma sensação de totalidade, rumo a uma espécie de síntese.

[7] Essa conferência foi publicada na Revista L'Architecture d'Aujourd'hui, n.50-51 em dezembro de 1953. PEDROSA (1953 In: PEDROSA, 2015).
[8] Comunicação de Le Corbusier na Conferência Internacional de Artistas em Veneza, 25 de setembro de 1952, intitulada "Canteiro de Síntese das Artes" In: SANTOS, C. R. et al., 1987, p.239.

A partir da questão colocada por Pedrosa, alimentada ainda pela constatação de certa afinidade com a paisagem que a arquitetura moderna brasileira vai estabelecendo, pode-se afirmar que o jardim desempenha, através de suas complexas articulações, um papel fundamental para a estruturação do espaço moderno. Os jardins não seriam obras realizadas sobrepostas a uma paisagem pré-existente, como camadas adicionadas, mas se configurariam como uma paisagem percebida enquanto obra, como algo vivo, dotados de uma lógica interna própria, que inaugurariam a partir de si mesmos um novo raciocínio de espacialidade. Nesse sentido, extrapola o próprio sentido "corretivo"[9] que Bruno Zevi dá aos jardins de Burle Marx (ZEVI, 1957 In: QUEIROZ, P. et al., 1979), e esses passam a se constituir, ao contrário, a partir da intenção de produzir a presença de uma obra de arte moderna completa. Assim, a articulação mútua e a construção simultânea de arquitetura e jardim, objetivariam na produção brasileira, a conformação de um ambiente portador de um verdadeiro espírito moderno, possibilitando, inclusive, a geração de articulações de amplitude urbana.

A abordagem espacial de Burle Marx ao trabalhar um jardim ou um parque não parte de um sistema pré-concebido:

> Todos os jardins que a gente faz tem sempre alguma coisa que dá partida à composição. Às vezes é a grande paisagem, é você não querer conspurcar com elementos desnecessários, às vezes você quer ligar o jardim à paisagem, mas em certos casos você quer estruturar de uma maneira muito definida, fazer quase uma oposição à natureza, aparentemente desorganizada para nós. Então se procura uma ordem, se procura um ritmo, uma cor em relação a outra cor, uma associação de volumes, de volumes pequenos relacionados aos médios, aos grandes... tudo isso é uma estrutura. (CALS, 1995, p.89)

Havendo a prévia consideração das diversidades dos fatores que envolvem a obra, o gesto projetivo sobre a paisagem tem a capacidade de potencializar, integrar ou até mesmo desafiar tanto a arquitetura quanto o ambiente no qual está inserido. Segundo os termos corbusianos, a manipulação da paisagem seria capaz de gerar uma tensão constante entre esses elementos (paisagem natural, paisagem construída, arquitetura) ativando de alguma forma o "campo gravitacional" entre eles. A partir dessa ativação, se deflagraria uma atração pulsante e colaborativa, no sentido de valorizar e potencializar o conjunto, fazendo emanar dele uma espécie de "vibração" ou "emoção plástica". Assim, o trabalho como um todo caminharia no sentido de uma *unidade* ou ainda uma *síntese*.

No cerne dessa compreensão do espaço enquanto totalidade estaria o rompimento da rígida separação entre interior e exterior e o consequente incentivo à interação fenomenológica do espaço, fazendo com que reverberasse continuamente a imposição de uma espacialidade moderna para além da arquitetura, instituindo ainda um novo sentido à natureza envolvente, objetivando a construção de um território racionalizado e humanizado, um ambiente urbano efetivamente moderno, livre, amplo, desimpedido. Esse processo seria a tradução da intrínseca necessidade de dar forma à superfície mundo, dar à natureza um novo desenho da consciência tornando-a inteligível, mas gerando ainda peculiares interações, mais flexíveis, dinâmicas ou mesmo afetivas, que possibilitasse a sua ocupação através da construção cultural de uma territorialidade moderna. Nesse sentido, desenho (entenda-se *desígnio*) como elemento que efetivamente incorporasse um aspecto expressivo de definição do solo, de construção do ambiente base da sociedade moderna – dentro do qual Affonso Eduardo Reidy e Roberto Burle Marx tiveram um papel essencial – e também, por outro lado, desenho no sentido mais amplo, como um problema político (QUEIROZ, 2009), através da construção de um raciocínio sólido que buscasse estabilizar a própria formação intelectual da

arquitetura e urbanismo modernos brasileiros e seu desenvolvimento, frente a todas as inevitáveis incompatibilidades e incongruências as quais estavam submetidos. Assim, desenho enquanto um gesto humano que seria o responsável pela determinação da própria sociedade.

Através da conquista da paisagem, se daria, concomitantemente, o impulso para a própria importância da circunstância vivencial da cidade. Logo, as áreas livres coletivas e públicas, ao serem revalidadas pela modernidade, criariam o ambiente social necessário para esse novo sujeito urbano, que vai reestabelecer seus vínculos com a natureza - assumindo importância equivalente ao paisagismo pitoresco do século XVIII - ao criar uma imagem totalizadora e socialmente pertinente.

Nesse sentido, a espacialidade moderna brasileira estabeleceria um vasto registro estético: além de tornar possível a experimentação do espaço visualmente através da criação de um espaço contínuo infinito, possibilitava também a percepção do espaço sensorialmente, através da vivência local pela experiência do corpo, uma abordagem da situação relacional entre obra e espectador que será tratada pelas vanguardas neoconcretas na década de 1950. Assim, a arquitetura e o desenho da paisagem moderna no Brasil, apesar da definição espacial precisa - herdando certo rigor corbusiano para seus procedimentos formais -, possibilitariam uma experiência singular no que se refere à liberdade de mover-se no espaço, recolocando o sujeito como participante essencial. Logo, a preocupação em configurar um princípio ordenador não significa um aprisionamento do gesto, mas sim, o controle de uma estrutura aberta, onde é fundamental a tensão estabelecida entre os limites da projetividade e do imprevisto, uma vez que, para que se possa compreender verdadeiramente o espaço, deve haver uma experimentação através de um processo especulativo que envolve a variação das trajetórias e re-determinação de hierarquias, encarnando uma mentalidade topológica no sistema projetivo.

OS GRANDES PARQUES: A CONQUISTA DA ESCALA URBANA

No Museu de Arte Moderna (1954) do Rio de Janeiro, a conjugação entre o projeto paisagístico de Burle Marx, os edifícios de Affonso Eduardo Reidy e o próprio ambiente físico, possibilitam ao conjunto um caráter unitário. Este, ao pressupor um jardim público na sua origem, em um contexto urbano, assume a escala da cidade e sua natureza eminentemente coletiva. Esse gesto vai reverberar posteriormente em um projeto mais amplo para o Parque do Flamengo (1961).

Aqui, a condição do sítio foi determinante: edificação do museu[10], paralela à linha do mar, apresenta um predomínio da horizontalidade em contraposição à verticalidade da topografia, que marca a paisagem circundante. Por outro lado, essa horizontalidade - reforçada pela presença dos pilotis ao nível do térreo - possibilita a permeabilidade e a transparência, intensificando a relação imediata entre a área construída do centro do Rio de Janeiro e o mar, numa troca constante, não num isolamento.

[10] O complexo do Museu de Arte Moderna englobava edifícios independentes para o museu, para a escola de artes e restaurante e para o teatro (este bloco foi construído 50 anos depois para abrigar uma sala de espetáculos, e o projeto foi reformulado pelo arquiteto Luiz Antonio Rangel).

Figura 10: Affonso Eduardo Reidy e Burle Marx, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, Aterro do Flamengo. Foto de Marcel Gautherot, c.1960. Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles, IMS.

Assim, a paisagem envolve e perpassa a arquitetura, possibilitando a criação de espaços contínuos e flexíveis que oferecem múltiplas possibilidades na sua ordenação; princípio que se estende também para a linguagem do jardim gerando uma unidade visual (Figura 10). Trata-se de combinações ortogonais[11] - espelhos d'água, canteiros regulares e amplos gramados - em absoluta precisão, que refletem o caráter racional da arquitetura e buscam atingir um equilíbrio dinâmico na composição do todo. Segundo Vera Beatriz Siqueira, "toda aquela potência formalizadora funciona como maneira de recolocar a natureza e a arte na circulação da vida" (SIQUEIRA, 2001, p.23). Se a estruturação espacial do jardim parte da poética da arquitetura (Figura 11), por outro lado, gera uma interdependência e uma fluência entre ambos. Como consequência, impõe-se uma relação constante entre o objeto construído e racionalizado - cidade, jardins, museu - que se projeta sobre um fundo natural - a paisagem da Baía de Guanabara – constituindo uma unidade (Figuras 12-13).

[11] DOURADO (2000) ressalta que a geometrização das formas nas composições de Burle Marx se deu lentamente, com a adoção de elementos geométricos pontuais na Praça da Independência em João Pessoa (1952), no Parque do Ibirapuera (1953) e nos jardins da Residência Francisco Pignatari (1954-1956).

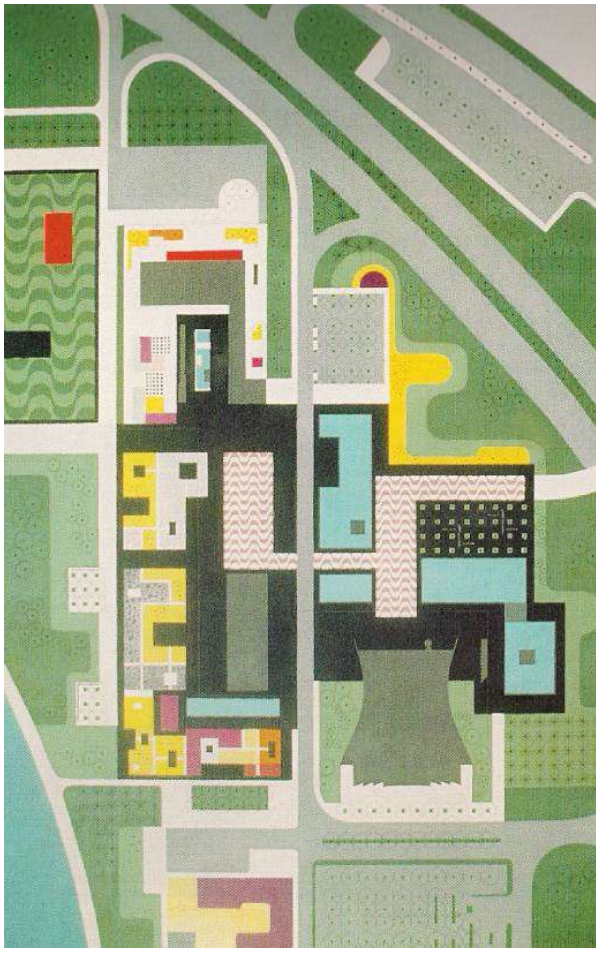


Figura 11: Burle Marx, Planta do entorno do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Tinta automotiva.
Fonte: SIQUEIRA, 2001.

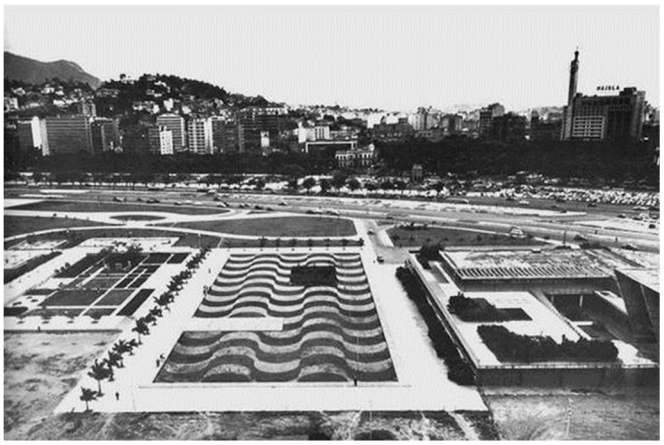


Figura 12 e 13: Vista aérea do jardim recém implantado e vista do gramado em ondas, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Fotos de Marcel Gautherot, c.1960.
Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles, IMS.

Nesse jardim urbano, a intencionalidade geometrizante se coloca como a afirmação clara da construção cultural, apresentando uma força de propagação de ordenamento do espaço circundante, como que numa tentativa de "superar a própria tendência caótica inerente ao clima tropical" (PEDROSA Apud BRITO, 2002, p.47). Assim, a potência ordenadora, se projeta para além dos limites do jardim, expandindo-se para todos os lados em busca de uma espacialidade moderna, contínua e infinita, configurando-se num amplo Parque, que reafirma a sua dimensão urbanística ao assumir, ainda, um aspecto civilizatório e estrutural.

Nesse sentido, o projeto para o Parque do Flamengo[12] (1961-65) se colocaria como a expressão máxima dessa síntese. Foi a possibilidade de retomar em grande escala o enfático embate artifício *versus* natureza na cidade do Rio de Janeiro, através de uma ação de dimensão urbana, realizada conjuntamente por um grupo

[12] Trata-se da ocupação de uma área aterrada de 120 hectares entre o Calabouço e o Morro da Viúva, desmembrados em 1988 em Parque Brigadeiro Eduardo Gomes (que abrange o trecho que vai do Aeroporto Santos Dumont até o Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial) e Parque Carlos Lacerda (que abrange o trecho compreendido entre o Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial e o final dos jardins situados ao longo da Praia de Botafogo). (PARQUE DO FLAMENGO, 2016)

multidisciplinar que incluía botânicos, arquitetos, engenheiros.[13] Partia de um desafio estrutural da cidade: resolver a necessidade de abertura de uma via rápida na área central articulando as zonas sul e norte, demolindo os acidentes topográficos existentes no caminho – o Morro de Santo Antônio -, e criando sobre as áreas de aterro resultantes, uma ampla área de espaços públicos, que propiciaria melhores condições de lazer aos habitantes (Figura 14).

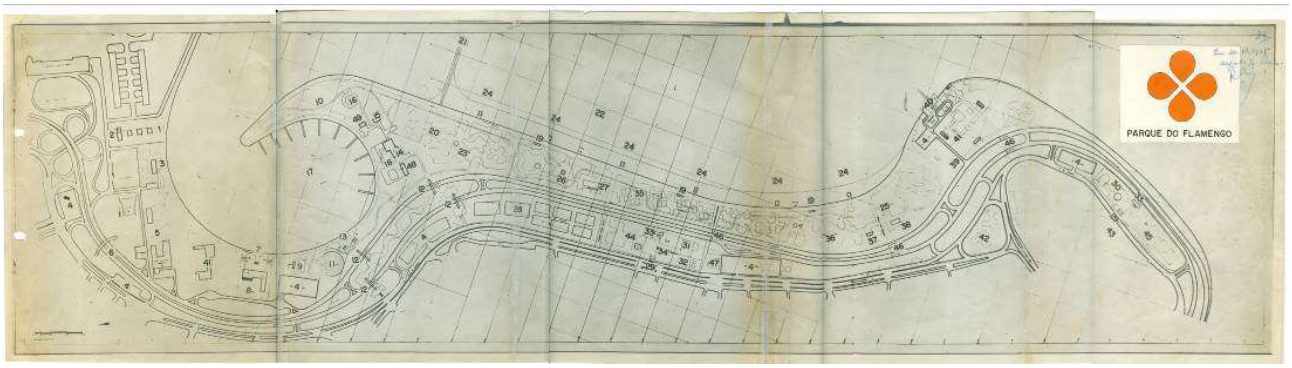


Figura 14: Grupo de Trabalho para a Urbanização do Aterrado, Projeto para o Aterro e Parque do Flamengo.
Fonte: Acervo Fundação Parque do Flamengo.

Assim, o projeto urbanístico de Affonso Eduardo Reidy articula diversas áreas e equipamentos ao logo de toda a faixa aterrada, desde áreas de uso livre e indeterminado, até outras dedicadas a usos específicos voltados às práticas sociais habituais para atender aos habitantes da cidade: restaurante, quadras esportivas, playgrounds, campo para aeromodelismo, teatro e outras áreas culturais, aquário, ciclovia, passeios pavimentados, praias para banho, marina, áreas de estar, áreas de estacionamento, campos de futebol, pista de kart, área de piquenique, etc. Esses espaços, setorizados por necessidades de ordem funcional, são interconectados num todo maior, o traçado geral do parque, que convive diretamente com o grande eixo viário de ligação centro-sul da cidade. Assim, esse sistema, calcado conceitualmente na *parkway* corbusiana ao nível do solo, reafirma o diálogo entre cidade e natureza obtido por intermédio da técnica, assegurando aos habitantes ao mesmo tempo áreas de lazer e de fluxo agradáveis.

[13] A equipe foi definida por Lota Macedo Soares, composta por Affonso Eduardo Reidy, Jorge Machado Moreira Sérgio Bernardes, Hélio Mamede, Maria Hanna Siedlikowski, Juan Derlis Scarpellini Ortega e Carlos Werneck de Carvalho (arquitetos); Berta Leitchic (engenheira), Luiz Emygdio de Mello Filho (botânico), Magú Costa Ribeiro e Flávio de Britto Pereira (assessoria em botânica); Ethel Bauzer Medeiros (especialista em recreação), Alexandre Wollner (programação visual), Roberto Burle Marx e Arquitetos Associados: Fernando Tábora, John Stoddart, Julio César Pessolani e Mauricio Monte (paisagistas), Sérgio Rodrigues e Silva e Mário Ferreira Sophia (desenhistas), Fernanda Abrantes Pinheiro (secretária), Ressalta-se também a importância dos trabalhos do Laboratório de Hidráulica de Lisboa (estudos hidráulicos), de Richard Kelly (iluminação) e do urbanista Helio Modesto. (OLIVEIRA, A. R., 2006).

Figura 15: Burle Marx, Vista do Projeto para o Aterro e Parque do Flamengo.
Fonte: BONDUKI, 2000.

Figura 16: Vista aérea do Parque a partir da Estação do Trenzinho, 1965.
Fonte: Acervo Instituto Lotta de Cultura e Arte-Educação.

Conceitualmente, a passagem pela via rápida evoca um senso de liberdade e estabelece novas possibilidades de interação com a própria cidade. Extrapola sua natureza meramente objetiva de deslocamento funcional ao possibilitar a construção da própria cena do encaminhamento ao trabalho, cena do lazer, do convívio social e do entusiasmo; avenidas que não só levam a lugares, mas se tornam lugares (BRINCKERHOFF-JACKSON, 1994, p.190). Assim, através dessa manobra, parque e vias expressas fundem-se completamente à paisagem (Figuras 15-16), e também ao próprio terreno natural - pressupondo cruzamentos por meio passarelas através do rebaixamento das pistas de rolamento e elevação das áreas paisagísticas - mostrando a liberdade de movimento e o fluxo dinâmico, tanto do automóvel - sobre um eixo linear perimetral - quanto do pedestre – no sentido oposto.

Possibilitar a ressignificação da praia como o espaço público por excelência parece ser o grande objetivo: o parque contínuo se configura como a passagem, o catalisador da própria *promenade* em direção ao mar, porém não perde a importância por si mesmo através da conformação de espaços (jardins, esplanadas, grupos arbóreos, ondulações do terreno, superfícies de água) resultando numa paisagem contínua, sem hierarquia, multifocal, híbrida, apresentando a alternância de recintos estáticos e dinâmicos, e possibilitando múltiplas velocidades. A paisagem estabelece sistemas e percursos que permitem uma diversificada experiência do conjunto, possibilitando a redescoberta ou a reinvenção de novos fenômenos ao conectar as diversas visadas do território, ao integrar os usos e ao explorá-los como espaços exteriores envolvidos com a dinâmica da cidade.

Figura 17: Parque do Flamengo.
Foto: Autor, 2009.

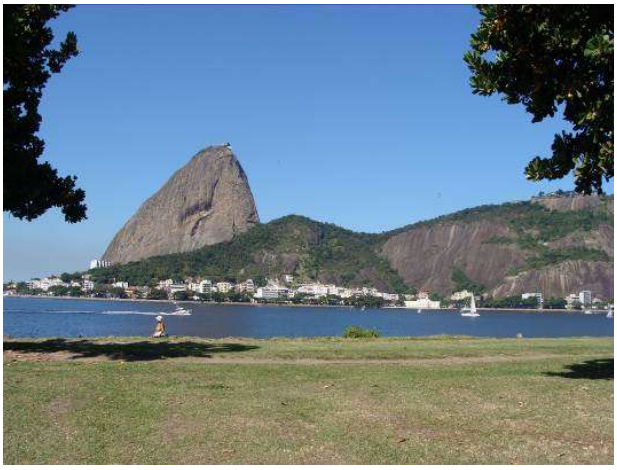


Figura 18: Parque do Flamengo.
Foto: Autor, 2009.

Ocorre assim, a partir da completa imersão na experiência urbana, uma bifurcação da percepção da obra acompanhada de uma constante alternância de escalas: em alta velocidade, passando pelas pistas de rolamento, o transeunte pode compreender a expressão do aspecto geral da composição do parque que se mostra ilimitado uma vez que sua estrutura contém a possibilidade de expansão; em um passeio mais atento (Figuras 17-18), tem-se a percepção do aspecto específico dos elementos constituintes: cada forma, cada cor, cada textura, cada floração, cada atividade tem um sentido próprio e é sempre mantido na sua singularidade em relação ao todo.[14] Diversas espécies são manipuladas nas composições com o objetivo de tornar as massas ora mais densas, ora mais diluídas, ora mais coloridas, construindo uma paisagem variada. O espaço livre vai se transformando em lugar, sendo dotado de sentido a partir da incorporação da própria existência humana.

A partir desse ponto fica claro que apreensão de seus espaços não pede uma visão estática e formalista da natureza. O parque não pode ser visto como uma coisa em si, uma entidade permanente, mas como um conjunto de relações que estabelecem um processo complexo. Parte-se do princípio que as condições da natureza são inesperadas, assim como os processos naturais do desenvolvimento das plantas. Há uma rede de interconexões composta por variantes como especificidade do sítio, as intervenções e ações humanas sobre aquele espaço, a multiplicidade de experiências, que se modificam de acordo com o dia, com a luz, com as estações do ano, com o momento específico. Dessa forma, os processos naturais não podem ser vistos isoladamente, destacados das conexões que lhe são intrínsecas. Há um processo contínuo de transformação nas relações entre sujeito e paisagem, onde o tempo tem um valor primordial. Trata-se de uma construção espacial que envolve a ininterrupta definição de novas relações entre jardim, pessoas, entorno e malha urbana.

O projeto para o Aterro do Flamengo, concebido como uma totalidade de elementos agregados na construção de um ambiente maior, pressupõe uma espacialidade própria, um entendimento da relação com a cidade (como a mobilidade e o percurso dos cidadãos) e a percepção das diversas escalas. Enfim, é uma

[14] Para ADAMS (1991, p.6) ocorre uma "bifurcação de percepção da pessoa, movendo-se constantemente entre o específico e o geral, entre um ramalhete de delicadas orquídeas de caule longo e um súbito aroma do vale lá em baixo".

enorme paisagem cultural articulada capaz de manter um diálogo com o cenário natural no qual está inserido. Possibilita, através de suas estratégias, uma reflexão sobre a escala humana na cidade: há uma aproximação entre o homem urbano e natureza, cada vez mais afastados, produzindo assim, através dessa obra monumental, uma vontade de humanizar a vida. Essa humanização, no entanto, não é romântica nem nostálgica: não tem a intenção de recriar um elo entre cidade e campo, nem de trazer um ar rural à cidade através de uma ligação com o bucólico ou pitoresco. Ao contrário, essa humanização é moderna, enfática, incisiva, e principalmente, decididamente urbana. Esse esforço transcende a escala do jardim doméstico ou relacionado a um elemento arquitetônico, se aproximando do gesto de definição de um território.

Trata-se de uma intermediação entre a cidade e a natureza: a possibilidade de qualificar a paisagem urbana criando um ambiente democrático construído através da marca do desenho do homem que se impõe sobre o solo como um grande tapete organizado - que num sentido mais amplo pode ser expandido para o grande mosaico realizado por Burle Marx nos quatro quilômetros do calçadão de Copacabana nos anos 1970[15] e o próprio paisagismo para a orla da Lagoa Rodrigo de Freitas de 1975[16] -, refletindo a cor, as formas e as dinâmicas implícitas na vida humana e na natureza. Estabelece-se através dessa articulação, um gesto mais abrangente: a configuração de um espaço livre, aberto, contínuo de caráter público, inserido na escala da cidade. Além disso, trata-se de uma reinterpretação da frente marítima como um todo: o lugar da alta densidade urbana passa a acolher também seus melhores espaços públicos - com a exacerbação da praia como lugar público por excelência -, uma articulação que realiza a celebração de traços afetivos entre sujeito, natureza e artificio.

REFERÊNCIAS:

ADAMS, William Howard. **Roberto Burle Marx the Unnatural Art of the Garden.** Museum of Modern Art New York, 1991.

_____. Preface. In: VACCARINO, Rossana. **Roberto Burle Marx.** Landscapes reflected. New York: Princeton Architectural Press, 2000.

BATLLE, Enric. **El Jardín de La metrópole:** del Paisaje romántico al espacio libre para una ciudad sostenible. Barcelona: Gustavo Gili, 2011.

BONDUKI, Nabil. **Affonso Eduardo Reidy**. São Paulo: Editorial Blau / Instituto Bardi, 2000.

BRINCKERHOFF-JACKSON, John. **A sense of place, a sense of time.** New Haven: Yale University Press, 1994.

[15] Realiza um grande mosaico ritmado em pedra portuguesa nas cores branco, preto e vermelho, marcado por grupos isolados de plantações repetitivas. Com forte impacto cenográfico, foi concebido para ser visto do alto, ou de forma fragmentária pelo pedestre (em cada fragmento encontramos uma estrutura complexa e autossuficiente, mas que se conecta com o todo maior). Busca, através do desenho, gerar uma coesão, e assim, acaba por gerar uma identidade. (BATLLE, 2011, p.107).

[16] Hoje, Parque Tom Jobim incorporando Parque Brigadeiro Faria Lima ou Parque dos Patins, Parque do Cantagalo e Parque das Taboas, além do Parque da Catacumba ou Parque Marcos Tamoyo, localizado na Avenida Epitácio Pessoa, Lagoa e Avenida Borges de Medeiros, Jardim Botânico.

BRITO, Ronaldo. **Neoconcretismo:** Vértice e Ruptura do projeto construtivo brasileiro. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

CAVALCANTI, Lauro & EL DAHDAH, Fares. **Roberto Burle Marx: a permanência do instável, 100 anos.** Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

CALS, Soraia. **Roberto Burle Marx.** Uma Fotobiografia. Rio de Janeiro: S. Cals, 1995.

DOURADO, Guilherme Mazza. **Modernidade Verde**: Jardins de Burle Marx. São Paulo: Senac, 2009.

GIEDION, Sigfried. Burle Marx e o Jardim Contemporâneo. [Do original Burle Marx et le jardin contemporain, L' Architecture d'Aujourd'Hui, v.23, Aug. 1952]. In: QUEIROZ, Paulo e Lucia Victoria Peltier de; BOFF, Leonardo (coords.) **Burle Marx: Homenagem à Natureza.** Vozes, Petrópolis, 1979, p. 39-40.

KAMITA, João Masao. **Arquitetura Moderna e Neoconcretismo: uma experiência da geometria**. 8° Seminário Docomomo Brasil. Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes. Rio de Janeiro, 2009.

LE CORBUSIER. Ineffable Espace [L'espace indicible, 1945]. In: OCKMAN, Joan. EIGEN, Edward. **Architecture Culture 1943-1968**: a Documentary Anthology. New York: Columbia Books of Architecture, 1993. p. 64-66.

MALLGRAVE, Harry Francis & IKONOMOU, Eleftherios. **Empathy, Form, and Space**: Problems in German Aesthetics, 1873-1893. Santa Monica, CA: Getty Center for the History of Art and the Humanities, 1994.

NAVES, Rodrigo. O olhar difuso: notas sobre a visualidade brasileira. **Gávea:** Revista de História da Arte e Arquitetura, nº 3, p. 60-68. Rio de Janeiro: Departamento de História / PUC-Rio, julho de 1986.

_____. **A forma difícil**: ensaios sobre arte brasileira. 2º ed. São Paulo: Ática, 1997.

OLIVEIRA, Ana Rosa. **Parque do Flamengo:** Instrumento de planificação e resistência. Arquitextos, São Paulo, ano 07, n. 079.05, Vitruvius, dez. 2006. Disponível em:<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.079/288>. Acesso em: 10 jan. 2016.

PARQUE DO FLAMENGO. **Movimento #OCUPAPARQUE**, 2016. Disponível em: <http://www.parquedoflamengo.com.br /sobre-o-parque/>. Acesso em: 10 jan. 2016.

PEDROSA, Mario. A arquitetura moderna no Brasil (1953). In: **Arquitetura**: Ensaios Críticos. WISNIK, Guilherme (org.). São Paulo: Cosac Naify, 2015. p.61-73.

POLIZZO, Ana Paula. **Roberto Burle Marx e a estética moderna da paisagem.** (Dissertação Mestrado em História Social da Cultura). Rio de Janeiro: Departamento de História – PUC, 2010.

_____. **Paisagem, Arquitetura, Cidade.** Uma discussão acerca da produção do espaço moderno. (Tese Doutorado em História Social da Cultura). Rio de Janeiro: Departamento de História – PUC, 2016.

QUEIROZ, Rodrigo Cristiano. "Projeto moderno e território americano: a arquitetura de uma nova paisagem" 8° Seminário Docomomo Brasil. Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes. Rio de Janeiro, 2009.

RIVKIN, Arnoldo. Synthèse des Arts: un double paradoxe. In: LUCAN, Jacques. **Le Corbusier une encyclopédie.** Paris: Centre Georges Pompidou, collection Monographie, 1987. p. 386-391.

ROGER, Alain. La naissance du paysage en Occident. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (coord.). **Paisagem e arte**: a invenção da natureza, a evolução do olhar. São Paulo: Comitê Brasileiro de História da Arte, 2000. p. 33-39.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos; SILVA PEREIRA, Margareth Campos da; SILVA PEREIRA, Romeu Veriano; CALDEIRA DA SILVA, Vasco. **Le Corbusier e o Brasil**. São Paulo: Tessela/Projeto, 1987.

SIMMEL, Georg. Filosofia del Paisaje [Philosophie der Landschaft, 1913]. In: **El Individuo y la Liberdad.** Ensaios de Critica de la Cultura. Barcelona: Península, 1986. p. 175-186.

_____. A Ruína. In: SOUZA, Jessé; OELZE, BERTHOLD, (orgs.) **Simmel e a modernidade.** Brasília: Editora da UNB, 1998. p. 137-144.

_____. Os Alpes. In: SOUZA, Jessé; OELZE, BERTHOLD, (orgs.) **Simmel e a modernidade.** Brasília: Editora da UNB, 1998. p. 141-149.

_____. A Moldura. Um ensaio estético (1902 In: SOUZA, Jessé; OELZE, BERTHOLD, (orgs.) **Simmel e a modernidade.** Brasília: Editora da UNB, 1998. p. 121-128.

SIQUEIRA, Vera Beatriz. **Burle Marx.** Paisagens Transversas. Coleção Espaços de Arte Brasileira. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

VENANCIO FILHO, Paulo. **A presença da arte**: Paulo Venâncio Filho. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

_____. Paisagismo, Pintura e Natureza. In: CAVALCANTI, Lauro & EL DAHDAH, Fares. **Roberto Burle Marx**: a permanência do instável, 100 anos. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p.152-159.

ZEVI, Bruno. O Arquiteto no Jardim. [Originalmente publicado em L'Espresso 16/06/1957]. In: QUEIROZ, Paulo e Lucia Victoria Peltier de; BOFF, Leonardo (coords.) **Burle Marx: Homenagem à Natureza**. Petrópolis: Vozes, 1979. p.41-43.

4 – ARTIGOS COMPLETOS DE SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

AUTONOMIA, PROJETO E HABITAÇÃO POPULAR: PERSPECTIVAS CRÍTICAS E OPÇÕES DECOLONIAIS

Salvador - 2018

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: ESTADO, MERCADO, PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO

THE MINHA CASA MINHA VIDA HOUSING PROGRAM: STATE, MARKET, URBAN PLANNING AND HOUSING

EL PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: ESTADO, MERCADO, PLANIFICACIÓN URBANA Y VIVIENDA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

CUNHA, Gabriel Rodrigues da
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA
gabriel.cunha@unila.edu.br

V enanparq
Salvador - 2018

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: ESTADO, MERCADO, PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO

THE MINHA CASA MINHA VIDA HOUSING PROGRAM: STATE, MARKET, URBAN PLANNING AND HOUSING

EL PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: ESTADO, MERCADO, PLANIFICACIÓN URBANA Y VIVIENDA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
O objetivo deste trabalho é descrever e analisar o desenvolvimento do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) tendo como eixo a relação entre Estado, Mercado, planejamento urbano e habitação. O foco desta análise foi compreender o significado do PMCMV do ponto de vista dos arranjos institucionais e privados (ou o binômio Estado-Mercado) estabelecidos por Ele e que visaram fundamentalmente recompor a rentabilidade do mercado e a criação de novos negócios para a iniciativa privada, por meio da valorização imobiliária como uma política planejada de governo. Ou seja, a valorização imobiliária foi planejada e administrada pelo PMCMV como um dos principais mecanismos de ativação e manutenção do mercado imobiliário residencial para baixa renda, pelo menos entre o início e o auge do Programa, aqui considerado entre 2009 e 2012, respectivamente. Se, por um lado este mecanismo trouxe vitalidade à produção de mercado de moradias, por outro acabou desempenhando papel determinante na configuração socioespacial da cidade, na contramão dos objetivos da Reforma Urbana e da democratização das cidades. Este trabalho espera contribuir para problematizar a forma como os arranjos institucionais e a aplicação do fundo público destinado à habitação no âmbito do PMCMV vinham ocorrendo, distanciados do desenvolvimento social e, especialmente, da produção do espaço urbano sócio-espacialmente mais justo.
PALAVRAS-CHAVE: Política Habitacional; Programa Minha Casa, Minha Vida; Planejamento Urbano; Habitação Social no Brasil.

ABSTRACT:
This work analyse the development of the Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), based on the arrangements between State, Market, urban planning and housing. This analysis focuses on the meaning of the PMCMV from the point of view of the institutional and private arrangements established by the Program and that aimed fundamentally to recompose the profitability of the market and the creation of new businesses for the private initiative, through real estate valuation as a planned government policy. That is, real estate appreciation was planned and managed by the PMCMV as one of the main mechanisms for the activation and maintenance of the low income residential real estate market between 2009 and 2012. This mechanism brought at the same time vitality to the production of the housing market and it played a determining role in the socio-spatial configuration of the city, contrary to the objectives of Urban Reform and the democratization of cities and the housing. This paper hopes to contribute to problematize the institutional arrangements and the application of the public fund for housing under the PMCMV, questioning its distancing from social development and, especially, from the production of the socio-spatially fairer urban space.
KEYWORDS: *Housing Policy, Housing Program Minha Casa, Minha Vida, Urban Planning, Social Housing in Brazil.*

RESUMEN:
Este trabajo analiza el desarrollo del Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), basado en los arreglos entre Estado, Mercado, urbanismo y vivienda. Este análisis se centra en el significado del PMCMV desde el punto de vista de los arreglos institucionales y privados establecidos por el Programa y que apunta fundamentalmente a recomponer la rentabilidad del mercado y la creación de nuevos negocios para la iniciativa privada, a través de la valoración inmobiliaria como una política gubernamental planificada. Es decir, la valoración inmobiliaria fue planificada y administrada por el PMCMV como uno de los principales mecanismos para la activación y mantenimiento del mercado inmobiliario residencial económico y popular entre 2009 y 2012. Este mecanismo aportó al mismo tiempo vitalidad a la producción del mercado de la vivienda y jugó un papel determinante en la configuración socioespacial de la ciudad, contrariamente a los objetivos de la Reforma Urbana y la democratización de las ciudades y la vivienda. Este artículo espera contribuir para problematizar los arreglos institucionales y la aplicación del fondo público para la vivienda bajo el PMCMV, cuestionando su distanciamiento del desarrollo social y, especialmente, de la producción del espacio urbano socioespacialmente más justo.
PALABRAS-CLAVE*: Política Habitacional; Programa Minha Casa, Minha Vida; Planificación Urbana; Vivienda Social en Brasil.*

INTRODUÇÃO

Tem se tornado bastante evidente que a política habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) direcionou suas atenções muito mais para a solução econômica anticíclica que enfrentasse a última grande crise capitalista da década passada do que propriamente para a questão urbana e o direito à moradia. A solução econômica do PMCMV com vistas a geração e circulação de capitais privados, a partir de investimentos públicos, se sobrepôs à resposta adequada esperada de um programa habitacional em relação aos desafios urbanos brasileiros e à qualidade das moradias de baixa renda. Os projetos de moradia encampados pelo PMCMV não enfrentaram, por exemplo, a questão fundiária que é central em termos urbanos e habitacionais em nosso país, perpetuando um modelo de ocupação das regiões periféricas das cidades e não contendo – nem se propondo a conter – a especulação imobiliária dos vazios urbanos. Ao mesmo tempo, investiu quase que exclusivamente na solução privada de provisão habitacional, com foco nas empresas construtoras – muitas delas grandes empresas com capital aberto –, em detrimento de formas alternativas baseadas na autoprodução e autoconstrução de moradias, ou de aproveitamento ou incentivo de ocupação de imóveis vazios – que, sabe-se, são mais numerosos do que o deficit habitacional. Consequentemente, também não alavancaram, como poderiam, a assistência técnica habitacional, regida pela Lei federal 12.888/2010.

Tais afirmações iniciais têm respaldo na linha de outros trabalhos acadêmicos recentes (CUNHA, 2014; FIX, 2011; SHIMBO, 2010; ROYER, 2008) que analisam em seu conjunto as relações entre estado, mercado, planejamento urbano e habitação nos momentos que antecedem o PMCMV e durante sua vigência. É minha intenção, neste artigo, demonstrar o desenho deste Programa a partir da sua relação com os processos de valorização imobiliária que interessam ao mercado imobiliário, em especial as empresas construtoras e proprietários de terras, entendendo como o Programa definiu uma estratégia institucional para viabilizar os empreendimentos habitacionais colocando no centro das operações a valorização imobiliária.

Em outras palavras, viso a demonstrar que os arranjos institucionais e privados – ou o binômio estado-mercado – estabelecidos no PMCMV, que objetivaram fundamentalmente recompor a rentabilidade do mercado e a criação de novos negócios para a iniciativa privada, foram determinantes na configuração socioespacial da cidade, na contramão dos objetivos da Reforma Urbana e sua proposta de democratização. Como um dos seus efeitos, o PMCMV gerou um quadro paradoxal no qual houve elevação do custo da moradia alimentado pelo próprio Programa, isto é, não apenas não ofereceu resistência à atividade especulativa imobiliária como acabou dando a ela vazão e estímulo. Se por um lado é indiscutível que os governos de Lula e Dilma promoveram elevação da renda do trabalhador – por meio do estímulo ao salário mínimo acima dos índices inflacionários e ao crédito, ampliando o consumo das famílias de baixa renda que acessaram bens e serviços –, por outro lado, o custo da moradia sofreu um acréscimo superior, em muitos casos, aos ganhos econômicos dos trabalhadores destas mesmas políticas econômicas, como será demonstrado neste trabalho.

A CRIAÇÃO DA MÁQUINA DE PRODUZIR MORADIAS: O PMCMV

Já a partir do 1º governo Lula, em especial a partir de 2004, ocorreu uma forte retomada do sistema de financiamento habitacional. No entanto, é um erro interpretar a criação do PMCMV como um projeto do governo Lula estabelecido desde antes da sua chegada ao poder: o Programa teve um caráter conjuntural e um de seus principais objetivos foi dar uma resposta à crise internacional de 2007-8.

Criado pela Medida Provisória nº 459/2009 e instituído pela Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009, o PMCMV operacionaliza e setoriza investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ao qual está atrelado. A principal estratégia anticrise implícita no PMCMV é a de mobilizar o setor da construção civil por meio de incentivos à produção de uma grande quantidade de moradias (inicialmente na ordem de um milhão) distribuídas em 3 faixas de renda: a de até 3 salários-mínimos (faixa 1) e a acima de 3 até 6 salários (faixa 2), totalizando ambas 400 mil moradias cada, e a acima de 6 até 10 salários-mínimos (faixa 3), fechando a conta com 200 mil unidades. Entre 2011 e 2014 o PMCMV entrou em sua segunda fase, conhecida como PMCMV-2, dando continuidade a esta estratégia incrementando a proposta de criar mais dois milhões de UH.

O PMCMV não foi a única resposta anticíclica planejada pelo Governo Federal, mas a que acabou prevalecendo diante do conjunto de forças políticas que o pressionaram. Conforme Fix (2011), o Governo chegou a propor antes a Medida Provisória 443, de 2008, que autorizou a Caixa Econômica Federal, a comprar ações de empresas da construção civil. Porém, o setor imobiliário, com grande poder de influência no governo, fez forte oposição à medida e a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) chegou a acusar o governo de tentar estatizar o setor (FIX, 2011; p. 164). O setor não defendia, portanto, uma intervenção direta deste porte por parte do Estado. Apenas desejava o seu apoio para a produção de habitação de baixo custo, em especial, os recursos orçamentários que alimentariam os sistemas de financiamento à produção. Ainda conforme esta autora, a elaboração do PMCMV não levou em consideração as instâncias de participação direta e indireta: foi excluída a participação popular, a estrutura operacional do Ministério das Cidades e mesmo o Conselho das Cidades, órgão deliberativo do Mistério. O PMCMV foi, portanto, resultado de uma articulação mais restrita, entre a Casa Civil, que liderou o processo, o Ministério da Fazenda e representantes do setor da construção civil. Tais aspectos revelam que o PMCMV aponta, desde sua origem, para direções opostas as sugeridas pelo PlanHab, que atribui importância à participação de amplos setores da população na condução da política habitacional.

Portanto, o PMCMV selecionou, no conjunto de experiências de políticas habitacionais formuladas desde o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), aquelas características ou princípios gerais que favorecessem os negócios da iniciativa privada: além da maleabilidade e menor controle social contidos no "modelo de negócio" do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), adotou o crédito direto ao consumidor ou a entidades, pertencentes às modalidades anteriormente existentes, do Programa Carta de Crédito Individual e Carta de Crédito Associativo, respectivamente. Persiste também, em menor escala, a possibilidade de opção pela compra de imóveis prontos ou usados, até terrenos e materiais de construção. Por outro lado, foi excluída a promoção estatal, baseada em projetos e licitações comandados por órgãos públicos, com fundos menores e muito concorridos.

Este foco na produção privada de moradias advém, portanto de uma série de fatores. Primeiramente, sendo parte integrante do PAC, um programa econômico limitado à estrutura macroeconômica definida em linhas neoliberais, o PMCMV já não poderia ter, em sua criação, grandes margens de manobra. Além disso, desde a criação do SFH no governo FHC, houve uma pressão constante para a financeirização do setor imobiliário e para a ampliação da participação do mercado, incluindo a produção de habitação social. Entretanto, no momento de discussão e preparação do PMCMV, foi a pressão por parte dos grandes grupos de especuladores, do mercado imobiliário e das construtoras que marcou a forma final do Programa. A exclusão de instâncias de participação nas decisões que definiram o desenho institucional do PMCMV acabou por configurar um verdadeiro lobby, no qual os agentes privados saíram-se bem sucedidos e trataram de estabelecer produtos que se enquadram no perfil econômico do PMCMV. A título de exemplo, conforme Arantes (2010), o ato "fundador" do PMCMV que contribuiu para amarrar de vez a solução privada como uma de suas prioridades de investimentos foi a conquista de um aumento de 30% na tabela de valores pagos por unidade habitacional em relação ao que obtinham no PAR, solucionando a baixa rentabilidade das operações deste programa.

Houve também interesse do governo em favorecer a iniciativa privada porque se queria evitar a lentidão na execução do PAC que se observava desde 2007, sobretudo diante da rapidez operacional exigida pela situação de reversão da crise internacional. Além deste fato, Arantes e Fix acrescentam outro motivo: a dificuldade e morosidade do poder público, sobretudo municipal, na aplicação de recursos habitacionais, o que acabou induzindo o Governo Federal e a Casa Civil a optarem por uma produção diretamente de mercado, que dispensa em grande medida a gestão pública (ARANTES & FIX, 2008; p.02). Outro aspecto interessante observado por estes autores é que o governo federal, em vez de atuar para reverter os entraves existentes na gestão pública, reconhece que a eficiência necessária está do lado das empresas privadas.

O perfil de atendimento previsto pelo programa em relação às faixas de renda revela o quanto o PMCMV foi moldado para atender ao interesse do setor imobiliário, pois favorece claramente uma faixa estreita da demanda que mais lhe interessa, isto é, as faixas 2 e 3. Conforme Arantes e Fix, baseados na Fundação João Pinheiro, estas 2 faixas são consideradas pelo mercado como mais lucrativa e possuem um déficit habitacional urbano de apenas 15,2% do total, mas estava previsto receber 60% das unidades e 53% do subsídio público. Em compensação, para a faixa 1, responsável por 82,5% do déficit habitacional urbano, foi previsto apenas 35% das unidades do PMCMV, o que corresponde a 8% do total do déficit para esta faixa. A entrada na faixa inferior de forma maciça, processo que tem acontecido mais recentemente, só ocorreu porque as empresas pressionaram para torná-la igualmente lucrativa, solicitando ao governo a ampliação dos valores que serão pagos nos financiamentos da produção, melhorando a viabilidade do negócio.

Quadro 1: PMCMV: Sub-programas, linhas, fontes de recursos e metas físicas. Fonte: Produção própria do autor			
PMCMV-1 – Maio de 2009 a maio de 2011			
Sub-Programa	**Linha**	**Fonte**	**Meta (unidades)**
PNHR	Grupo 1 (G-I): Renda até R$ 15 mil/ano	OGU	400.000 – Faixa 1 (40%)
PNHUR	Empresas	FAR	
	Entidades	FDS	
	Financiamento Habitacional	FGTS	400.000 – Faixa 2 (40%) 200.000 – Faixa 3 (20%)
PNHR	Grupo 2 (G-II) – Renda entre R$ 15 e R$ 30 mil/ano	FGTS	
	Grupo 3 (G-III) – Renda entre R$30 mil e R$ 60 mil/ano	FGTS	
		Total	**1.000.000 (100%)**
PMCMV-2 – Junho de 2011 a dezembro de 2014			
Sub-Programa	**Linha**	**Fonte**	**Meta (unidades)**
PNHUR	Empresas	FAR	860.000 – Faixa 1 (43%)
	Entidades	FDS	60.000 – Faixa 1 (3%)
	Oferta pública	Instituições ou agentes financeiros autorizados	220.000 – Faixa 1 (11%)
	Financiamento Habitacional	FGTS	600.000 – Faixa 2 (30%) 200.000 – Faixa 3 (10%)
PNHR	Grupo 1 (G-I) – Renda até R$ 15 mil/ano	OGU	60.000 (3%)
	Grupo 2 (G-II) – Renda entre R$ 15 e R$ 30 mil/ano	FGTS	
	Grupo 3 (G-III) – Renda entre R$30 mil e R$ 60 mil/ano	FGTS	
		Total	**2.000.000 (100%)**

A VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA DA MORADIA COMO POLÍTICA DE GOVERNO

Nas páginas a seguir será demonstrado como a valorização imobiliária da moradia econômica e popular se tornou, na vigência do PMCMV, uma política de governo. Defenderei esta hipótese a partir da análise de uma das questões cruciais para o funcionamento econômico do PMCMV: os valores máximos de aquisição e subsídio permitidos para os financiamentos, estabelecidos pelos diversos dispositivos legais que regem o Programa. É por meio da manipulação destes valores que se operacionalizou a distribuição dos subsídios e, principalmente, atendeu-se aos interesses dos agentes, especialmente os do setor privado, garantindo a rentabilidade dos investimentos. O período analisado corresponde aos PMCMV-1 e PMCMV-2, momento de apogeu do Programa e também porque receberam maior tratamento em minha tese de doutorado.

Desde o início do PMCMV, em 2009, os valores máximos de aquisição dos imóveis foram estabelecidos de forma diferenciada por estados e regiões brasileiras. No caso dos financiamentos para a faixa 1, com recursos do FAR, os valores variavam entre 44 mil Reais e 52 mil Reais, enquanto com recursos do FDS entre R$ 20 mil a R$ 52 mil, dependendo do local e tipologia arquitetônica, e foram reajustados várias vezes, a

primeira em 2011 e a segunda em 2012. Já os financiamentos com Recursos do FGTS, para as faixas 2 e 3, variaram entre R$ 80 mil e R$ 130 mil, sofrendo três reajustes, uma vez por ano, entre o PMCMV-1 e PMAMCV-2.

A tabela 1 apresenta evolução percentual dos valores máximos de aquisição para as diferentes localidades indicadas **para o FAR** a que se referiam nos momentos em que foram alterados:

Tabela 1: Percentual de evolução valores máximos de aquisição de UH - FAR
Fonte: produção própria do autor

UF	Local	Referência - Abril/2009		Acumulado - Jul/2011		Acumulado - ago/2012	
		Apto.	Casa	Apto.	Casa	Apto	Casa
SP e DF	1.	100%	100%	125,00%	131,25%	146,15%	158,33%
	2.	100%	100%	123,91%	135,71%	165,22%	180,95%
	3.	-	-	-	100,00%	-	132,08%
RJ	1.	100% (cap.) 100% (RM)	100% 100%	123,53% 128,57%	127,66% 133,33%	147,06% 153,06%	159,57% 166,67%
	2.	100%	100%	130,95%	144,74%	178,57%	197,37%
	3.	-	-	-	100,00%	-	135,29%
MG	1.	100%	100%	123,91%	133,33%	141,30%	154,76%
	2.	100%	100%	123,81%	136,84%	154,76%	171,05%
	3.	-	-	-	100,00%	-	125,00%
ES	1.	100%	100%	128,57%	135,90%	142,86%	153,85%
	2.	100%	100%	119,05%	133,33%	138,10%	148,72%
	3.	-	-	-	100,00%	-	120,83%
TO	1.	100%	100%	128,57%	139,47%	147,62%	163,16%
	2.	100%	100%	119,05%	136,84%	142,86%	157,89%
	3.	-	-	-	100,00%	-	125,00%
GO, MS e MT	1.	100%	100%	128,57%	135,90%	142,86%	153,85%
	2.	100%	100%	116,67%	133,33%	135,71%	146,15%
	3.	-	-	-	100,00%	-	118,75%
AC, AM, AP, PA, RO e RR	1.	100%	100%	127,91%	135,90%	144,19%	158,97%
	2.	100%	100%	120,93%	133,33%	139,53%	153,85%
	3.	-	-	-	100,00%	-	125,00%
BA	1.	100%	100%	123,91%	133,33%	139,13%	152,38%
	2.	100%	100%	121,95%	135,14%	156,10%	172,97%

	3.	-	-	-	100,00%	-	130,43%
CE e PE	1.	100%	100%	124,44%	131,71%	140,00%	153,66%
	2.	100%	100%	119,51%	132,43%	153,66%	170,27%
	3.	-	-	-	100,00%	-	131,11%
AL, MA, PB, PI, RN e SE	1.	100%	100%	129,27%	140,54%	148,78%	164,86%
	2.	100%	100%	117,07%	129,73%	139,02%	154,05%
	3.	-	-	-	100,00%	-	129,55%
RS, PR e SC	1.	100%	100%	124,44%	134,15%	142,22%	156,10%
	2.	100%	100%	115,56%	126,83%	133,33%	146,34%
	3.	-	-	-	100,00%	-	125,00%
Médias		-	-	**123,70%**	**134,38%**	**146,61%**	**149,82%**

***1.** Capital e Municípios das RMs. **2.** Demais Municípios (igual ou acima de 50 mil habitantes). **3.** Municípios entre 20 e 50 mil habitantes.

A análise percentual de tais valores, contida na tabela 1, revela que neste período de três anos a variação foi bastante expressiva, tendo como reajuste mínimo um percentual de 46,15%, como no caso dos estados de GO, MS e MT, por exemplo, e chegando a 97,37%, no Rio de Janeiro.

A tabela 2 apresenta evolução percentual dos valores máximos de aquisição para as diferentes localidades indicadas **para o FDS** a que se referiam nos momentos em que foram alterados:

Tabela 2: Evolução percentual dos valores máximos de operação – Recursos FDS (Faixa 1)
Fonte: Produção própria

UF	Localidade	2009		2011		2012	
		Apto	Casa	Apto*	Casa	Apto	Casa
DF	Distrito Federal	100,00%	100,00%	125,00%	131,25%	146,15%	158,33%
	Munic. RIDE/DF > 50 mil hab.	-	-	-	-	-	-
SP	São Paulo (Capital)	100,00%	100,00%	125,00%	131,25%	146,15%	158,33%
	RMs SP, Campinas, B. Santista						
	Jundiaí, S. J. Campos e Jacareí					134,62%	145,83%
	SP – Municípios > 50 mil hab.	100,00%	100,00%	123,91%	135,71%	152,17%	166,67%
	SP – Munic. 20 e 50 mil hab.	100,00%	100,00%	-	152,00%	240,00%	240,00%
	SP – Municípios até 20 mil	100,00%	100,00%	-	180,00%	245,00%	245,00%
RJ	Rio de Janeiro (Capital)	100,00%	100,00%	123,53%	127,66%	147,06%	159,57%
	Rio de Janeiro (RM)	100,00%	100,00%	128,57%	133,33%	153,06%	166,67%
	RJ – Municípios > 50 mil hab.	100,00%	100,00%	130,95%	144,74%	164,29%	181,58%
	RJ – Munic. 20 e 50 mil hab.	100,00%	100,00%	-	152,00%	240,00%	240,00%

	RJ – Municípios até 20 mil	100,00%	100,00%	-	180,00%	245,00%	245,00%
MG	Capital e RM	100,00%	100,00%	123,91%	133,33%	141,30%	154,76%
	MG- Municípios > 50 mil hab.	100,00%	100,00%	135,71%	147,37%	142,86%	157,89%
	Municípios 20 e 50 mil hab.	100,00%	100,00%	-	152,00%	232,00%	232,00%
	Municípios até 20 mil hab.	100,00%	100,00%	-	180,00%	245,00%	245,00%
BA	Capital e RM	100,00%	100,00%	113,04%	123,81%	139,13%	142,86%
	BA - Municípios > 50 mil hab.	100,00%	100,00%	121,95%	135,14%	146,34%	162,16%
	Municípios 20 e 50 mil hab.	100,00%	100,00%	-	148,00%	228,00%	228,00%
	Municípios até 20 mil hab.	100,00%	100,00%	-	175,00%	245,00%	245,00%
CE e PE	Capitais e respectivas RM	100,00%	100,00%	124,44%	131,71%	140,00%	153,66%
	Municípios > 50 mil hab.			108,89%	119,51%	131,11%	143,90%
	Municípios 20 e 50 mil hab.	100,00%	100,00%	-	148,00%	224,00%	224,00%
	Municípios até 20 mil hab.	100,00%	100,00%	-	175,00%	245,00%	245,00%
AC, AP, AM, PA, RO, RR	Capitais e respectivas RMs	100,00%	100,00%	127,91%	135,90%	144,19%	158,97%
	Municípios > 50 mil hab.			120,93%	133,33%	139,53%	153,85%
	Municípios 20 e 50 mil hab.	100,00%	100,00%	-	152,00%	232,00%	232,00%
	Municípios até 20 mil hab.	100,00%	100,00%	-	180,00%	245,00%	245,00%
ES, GO, MT e MS	Capitais e respectivas RM	100,00%	100,00%	128,57%	135,90%	142,86%	153,85%
	ES - Municípios > 50 mil hab.			119,05%	128,21%	138,10%	148,72%
	Demais > 50 mil hab.			116,67%	125,64%	135,71%	146,15%
	Municípios 20 e 50 mil hab.	100,00%	100,00%	-	144,00%	224,00%	224,00%
	Municípios até 20 mil hab.	100,00%	100,00%	-	170,00%	245,00%	245,00%
TO	Capital e respectiva RM	100,00%	100,00%	128,57%	139,47%	147,62%	163,16%
	Municípios > 50 mil hab.			116,67%	128,95%	142,86%	157,89%
	Municípios 20 e 50 mil hab.	100,00%	100,00%	-	144,00%	232,00%	232,00%
	Municípios até 20 mil hab.	100,00%	100,00%	-	170,00%	245,00%	245,00%
AL, MA, PB, PI, RN e SE	Capitais e respectivas RMs	100,00%	100,00%	129,27%	140,54%	148,78%	164,86%
	Municípios > 50 mil hab.			117,07%	129,73%	139,02%	154,05%
	Municípios 20 e 50 mil hab.	100,00%	100,00%	-	148,00%	216,00%	216,00%
	Municípios até 20 mil hab.	100,00%	100,00%	-	175,00%	245,00%	245,00%
PR, RS e SC	Capitais e respectivas RMs	100,00%	100,00%	124,44%	134,15%	142,22%	156,10%
	Municípios > 50 mil hab.			115,56%	126,83%	133,33%	146,34%
	Municípios - 20 e 50 mil hab.	100,00%	100,00%	-	152,00%	236,00%	236,00%
	Municípios até 20 mil hab.	100,00%	100,00%	-	180,00%	245,00%	245,00%
	Médias	**-**	**-**	**123,03%**	**146,75%**	**186,19%**	**193,41%**

Dispositivo Legal	IN 36 MCidades 15/07/2009	IN 34 MCidades 28/09/2011	IN 45 MCidades 09/11/2012

* A IN 34 não estabeleceu valor para Apto, não deixando claro se deverão ser iguais aos da Casa

A análise percentual de tais valores, contida na tabela 2, revela que neste período de três anos a variação foi bastante expressiva, muito similar a ocorrida com o FAR, tendo como reajuste mínimo um percentual de 46,15%, como no caso das Regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, e chegando 145,00%, em municípios de até 20 mil habitantes.

Com relação aos valores máximos de aquisição do FDS, observa-se também uma evolução ascendente, atingindo pelo menos cerca de 50% de reajuste nas regiões metropolitanas. O alto valor verificado nos municípios menores, até 20 mil e entre 20 e 50 mil habitantes, em parte se deve provavelmente a uma defasagem verificada nos valores estabelecidos em 2009, mas não se resume apenas a isso. Os valores nominais de reajuste foram equiparáveis aos do FAR, mostrados na Tabela 1, com picos menores que este, a exceção dos municípios menores que no FDS sofreram alto reajuste, conforme já mencionado.

A Tabela 3, por sua vez, mostra a evolução dos valores máximos de aquisição nominais e percentuais para as faixas 2 e 3, financiados com recursos do FGTS:

Tabela 3: Evolução dos valores máximos de aquisição de UH FGTS (Faixas 2 e 3)
Fonte: Legislação Federal (organizado pelo autor)

Perfil da cidade/ habitantes	**03/2009**	**10/2009**	**02/2011**	**10/2012**
1. RMS SP, RJ e DF (R$)	130.000,00	130.000,00	170.000,00	190.000,00
(%)	100,00	100,00	130,77	146,15
2. Mais de 1 milhão (R$)	100.000,00	*130.000,00	150.000,00	170.000,00
(%)	100,00	130,00	150,00	170,00
3. 250 mil a 1 milhão (R$)	80.000,00	100.000,00	130.000,00	145.000,00
(%)	100,00	125,00	162,50	181,25
4. 50 mil e 250 mil (R$)	80.000,00	80.000,00	100.000,00	115.000,00
(%)	100,00	100,00	125,00	143,75
5. Demais cidades (R$)	Não se aplica	Não se aplica	80.000,00	90.000,00
(%)	-	-	100,00	112,50
Média (%)	**-**	**113,75**	**133,65**	**150,73**
Dispositivo legal	M. P. nº 459 25/03/2009	Resol. Nº 604 CCFGTS 01/10/2009	Resol. Nº 653 CCFGTS 01/02/2011	Decreto 7.825 11/10/2012

A análise percentual de tais valores, contida na tabela 3, revela que neste período de três anos a variação do valor com recursos do FGTS foi bastante expressiva, muito similar a ocorrida com o FAR, tendo como

reajuste mínimo um percentual de 46,15%, como no caso das Regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, e chegando 81,25%, em municípios entre 250 mil e 1 milhão de habitantes.

No primeiro reajuste dos valores máximos do FGTS (2010), observa-se um acréscimo que representou a equiparação dos perfis 1 e 2, com R$ 130 mil e um reajuste do perfil 3, para R$ 100 mil. Depois, progressivamente todas as categorias foram reajustadas, com maiores percentuais nas cidades com mais de 1 milhão de habitantes e de 250 mil a um milhão. O maior reajuste foi dado às cidades entre 250 mil e um milhão de habitantes, novamente superando as regiões metropolitanas de São Paulo e Distrito Federal.

Analisados no conjunto, todas as tabelas evidenciam que houve um alto índice de reajuste independente da modalidade, da faixa de renda ou da fonte de recursos do PMCMV. Este reajuste certamente é multideterminado e podem-se elencar alguns dos principais fatores: a valorização dos terrenos, melhoria da rentabilidade na produção das moradias, perdas inflacionárias, aumento dos custos de produção e defasagem entre eles e os valores permitidos e a realidade cotidiana do mercado imobiliário. Todos eles de alguma maneira estão relacionados aos processos envolvidos na acumulação de capital e, por esta razão, os reajustes tem sido tão importantes para o programa, tendo um efeito direto em seu sucesso ou fracasso.

Em relação às perdas inflacionarias (vide tabelas 4 e 5, e gráfico 1), é possível perceber que, em apenas três anos, o reajuste do valor máximo das unidades no FAR (faixa 1), no FDS (faixa 1) e FGTS (faixas 2 e 3) foi superior, por uma boa margem. Por esta razão, fica evidente que os reajustes contemplam muito mais fatores do que a simples perda inflacionária, abrangendo os interesses do mercado imobiliário como um todo, atrelando-se as possibilidades de ampliação da margem de lucro das empresas de construção e absorvendo os ganhos rentistas com a terra. Os reajustes permitiram também ampliar o horizonte do mercado para a faixa de renda 1, aumentando as possibilidades de lucros, até então mais restritas.

Tabela 4: Reajuste Salario Mínimo Federal – Brasil (2009-2012)
Fonte: Legislação Federal

Período	Fev/2009	Jan/2010	Jan/2011	Mar/2011	Jan/2012
Valor R$	465,00	510,00	540,00	545,00	622,00
Reajuste %	100,00	109,67	116,13	117,20	133,76
Dispositivo Legal	Lei 11.944 28/05/2009	Lei 12.255 15/06/2010	MP 516/2010 30/12/2010	Lei 12.382 25/02/2011	Decreto 7.655 23/12/2011

Tabela 5: Inflação anual – Brasil (2009-2012)
Fonte: IBGE – Produção própria do autor

Período	2009	2010	2011	2012
Reajuste %	100,00	105,91	112,79	119,38

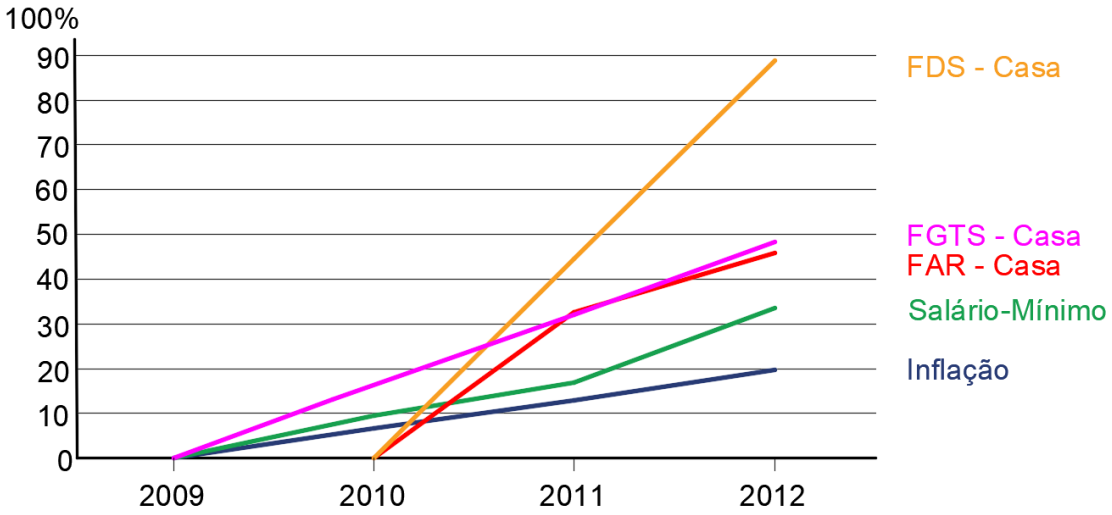


Gráfico 1: Comparativo da Evolução da Inflação, SM e Valores Aquisição médios
Fonte: Produção própria do autor a partir das tabelas 1 a 5

Em relação ao aumento do Salário Mínimo, os reajustes também foram muito superiores. Para o trabalhador isto tem uma séria implicação: o ganho real de renda representado pela política federal do Salário Mínimo em relação à inflação oficial não se verifica com relação ao custo de moradia. Isto é, a renda do trabalhador subiu em relação à inflação, mas o preço do reajuste da moradia subiu mais. Ou seja, a julgar por estes dados, os custos de moradia em relação ao salário, histórico problema do capitalismo brasileiro, não foram revistos em favor do trabalhador. **A dinâmica imobiliária tem forçado o PMCMV a subir os valores limites de preço da moradia,** contribuindo para um **agravamento do acesso a ela e aumentando a dependência do trabalhador em relação ao subsídio habitacional,** já que o salário não tem acompanhado a tendência de subida imobiliária.

Se a elevação dos preços dos imóveis tende a aumentar a dependência do trabalhador em relação aos subsídios, é necessário verificar como o governo trabalhou o seu reajuste, no mesmo período. No caso da Faixa 1, o subsídio acaba cobrindo a maior parte do custo de moradia. Desta forma, os reajustes do valor do imóvel acabam recaindo sobre o subsídio do que sobre o bolso do beneficiário. Desta forma, o PMCMV define que o beneficiário deve arcar com 120 parcelas com valores referentes a 10% da renda familiar, com valor mínimo de R$ 50,00, na fase 1 do programa e R$ 25,00, na fase 2, conforme mostra a tabela 6:

Tabela 6: Estrutura dos Financiamentos FAR (Faixa 1)
Fonte: Produção própria do autor

Fração a ser paga pelo morador	Quantidade de Parcelas	Valor mínimo da parcela (Renda até 1 SM)		Valor máximo das parcelas (Renda de 3 SMs)	
		Parcela	Total	Parcela	Total
Portaria 139 - 13/04/009	120	R$ 50,00	R$ 6.000,00	R$ 139,00	R$ 16.680,00
Portaria 435 - 28/08/2012	120	R$ 25,00	R$ 3.000,00	R$ 160,00	R$ 19.200,00

Já para o caso das faixas 2 e 3 ocorre diferente. Entre 2009 e 2012, o FGTS destinou R$22,2 bilhões aos subsídios, correspondente a 31,3% dos cerca de R$ 71,0 bilhões desembolsados por todo o Fundo no período. A tabela 7 organiza os três reajustes dos valores máximos de subsídios do FGTS por Unidade Habitacional e o gráfico 2 mostra a evolução destes em relação à evolução dos valores máximos de aquisição, mostrados na Tabela 3:

Tabela 7: Evolução dos subsídios máximos UH – FGTS (Faixas 2 e 3)
Fonte: Produção própria do autor

Período	2009	2011	2012
Subsídios máximos (R$)	17.000,00	23.000,00	25.000,00
Evolução (%)	100,00	135,29	147,06
Dispositivo Legal	M. P. nº 459 25/03/2009	Resol. Nº 653 CCFGTS 01/02/2011	Decreto 7.825 11/10/2012

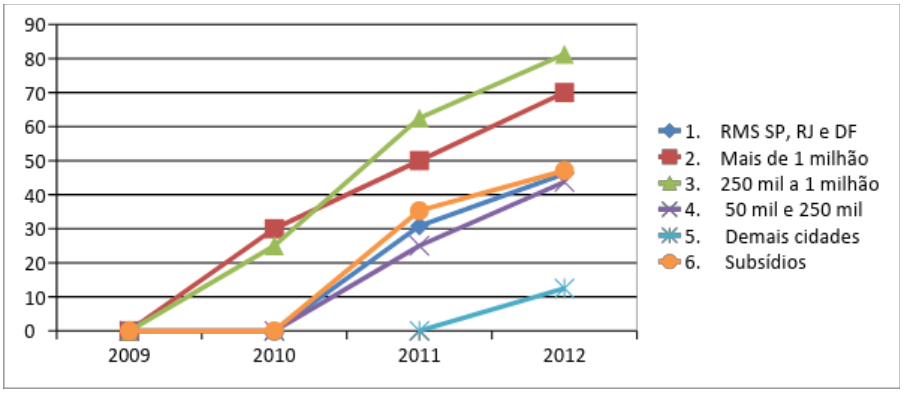


Gráfico 2: Comparativo entre a Evolução percentual dos Valores Aquisição e o Subsídio - FGTS
Fonte: Produção própria do autor – Dados tabelas 3 e 7

A tabela 7 e o gráfico 2 mostram que os reajustes do subsídio, de cerca de 50% em três anos, não acompanharam totalmente a dinâmica de elevação percentual dos valores máximos financiáveis das UH em todos os perfis de municípios, ficando atrás dos perfis 3 e 2, com 81,25% e 70,00%, respectivamente. Isto se deve ao fato de os subsídios não terem sido diferenciados conforme os perfis, ou seja, ele foi único para o Brasil todo. Isto acaba gerando uma situação na qual, em termos percentuais, ficaram prejudicados os compradores residentes em tais municípios, que precisaram recorrer a uma fração maior de seu salário para

compensar o acréscimo de valor do imóvel. O subsídio, portanto, não evoluiu de forma a compensar esta perda salarial. Aparentemente, levou vantagem quem adquiriu imóvel nos municípios pequenos (perfil 5).

Analisando agora a evolução nominal dos imóveis em relação ao Salário Mínimo, apresentada na tabela 8 a seguir, a situação revela-se ainda mais problemática:

Tabela 8: Evolução do custo da UH em relação ao SM - FGTS (Faixas 2 e 3)
Fonte: Produção própria do autor

Perfil do município	2009	2010	2011	2012	Variação
1. RMS SP, RJ e DF (R$)	130.000,00	130.000,00	170.000,00	190.000,00	+ 60.000,00
Custo da UH em SM	279,57	254,90	311,93	305,47	+25,90
Subsídio da UH em SM	36,56	33,33	42,20	40,19	+3,63
Custo Final da UH em SM	243,01	221,57	269,72	265,27	+22,26
2. Mais de 1 milhão (R$)	100.000,00	130.000,00	150.000,00	170.000,00	+ 70.000,00
Custo da UH em SM	215,05	254,90196	275,23	273,31	+58,26
Subsídio da UH em SM	36,56	33,33	42,20	40,19	+3,63
Custo Final da UH em SM	178,49	221,57	233,03	233,12	+54,63
3. 250 mil a 1 milhão (R$)	80.000,00	100.000,00	130.000,00	145.000,00	+ 65.000,00
Custo da UH em SM	172,04	196,08	238,53	233,12	+61,08
Subsídio da UH em SM	36,56	33,33	42,20	40,19	+3,63
Custo Final da UH em SM	135,48	162,75	196,33	192,93	+57,45
4. 50 mil e 250 mil (R$)	80.000,00	80.000,00	100.000,00	115.000,00	+35.000,00
Custo da UH em SM	172,04	156,86	183,49	184,89	+12,85
Subsídio da UH em SM	36,56	33,33	42,20	40,19	+3,63
Custo Final da UH em SM	135,48	123,53	141,28	144,69	+9,21
5. Demais cidades (R$)	Não se aplica	Não se aplica	80.000,00	90.000,00	+10.000,00
Custo da UH em SM	-	-	146,79	144,69	-2,10
Subsídio da UH em SM	36,56	33,33	42,20	40,19	+3,63
Custo Final da UH em SM	-	-	104,59	104,50	-0,09

Obs.: Os percentuais do reajuste salarial correspondem respectivamente: R$465,00 (2009), R$ 510,00 (2010), R$ 545,00 (2011) e R$ 622,00 (2012). A diferença nos totais da última coluna “variação” ocorre em função dos arredondamentos.

Em todos os perfis municipais, com exceção do perfil 5 que não contempla todo o período, o que se observa é uma **elevação do custo da moradia**, com destaque especial para os perfis 2 e 3, que representaram um aumento maior que 50 salários-mínimos. Esta elevação, cabe frisar, não foi contemplada pelo reajuste do subsídio, **incidindo diretamente no bolso do trabalhador.** Aqui está mais um indício do caráter social e economicamente regressivo também presente no PMCMV.

Para fechar esta conta, deve-se separar a perda inflacionária do acréscimo de valor da UH, para obter finalmente um valor mais próximo ao da valorização imobiliária, o que é apresentado na tabela 9 a seguir:

Tabela 9: Comparativo entre inflação e o valor máximo de aquisição da UH - FGTS (Faixas 2 e 3)
Fonte: Produção própria do autor

Perfil do município	2009	2010	2011	2012	Variação
1. RMS SP, RJ e DF (R$)	130.000,00	130.000,00	170.000,00	190.000,00	+ 60.000,00
Reajuste UH - Inflação	-	137.683,00	146.632,40	155.195,73	+25.195,73
Valorização (diferença)	-	-7.683,00	+23.365,60	+34.804,27	+34.804,27
2. Mais de 1 milhão (R$)	100.000,00	130.000,00	150.000,00	170.000,00	+ 70.000,00
Reajuste UH - Inflação	-	105.910,00	112.794,15	119.381,33	+19.381,33
Valorização (diferença)	-	+24.090,00	+37.205,85	+50.618,67	+50.618,67
3. 250 mil a 1 milhão (R$)	80.000,00	100.000,00	130.000,00	145.000,00	+ 65.000,00
Reajuste UH - Inflação	-	84.728,00	90.235,32	95.505,06	+15.505,06
Valorização (diferença)	-	+15.272,00	+39.764,68	+49.494,94	+49.494,94
4. 50 mil e 250 mil (R$)	80.000,00	80.000,00	100.000,00	115.000,00	+35.000,00
Reajuste UH - Inflação	-	84.728,00	90.235,32	95.505,06	+15.505,06
Valorização (diferença)	-	-4.728,00	+9.764,68	+19.494,94	+19.494,94
5. Demais cidades (R$)	Não se aplica	Não se aplica	80.000,00	90.000,00	+10.000,00
Reajuste UH - Inflação	-	-	-	85.269,74	+5.269,74
Valorização (diferença)	-	-	-	+4.730,26	+4.730,26

Obs.: Os valores percentuais de inflação correspondem respectivamente: 5,91% (2010), 12,79% (2011), 19,38% (2012).

A tabela 9 revela que descontada a inflação do período houve, em todos os perfis, acréscimos nos valores. Ainda que não sejam levados em conta, separadamente, os dados relativos à elevação de outros custos como o de construção (valor da mão-de-obra e dos materiais, por exemplo), não é plausível supor que estes assimilaram toda esta diferença. Veja-se o caso dos perfis 2 e 3, nos quais a diferença chega à casa dos R$ 50 mil, uma elevação de cerca de 50% do valor do imóvel em 2009. Como atribuir à elevação do custo da mão de obra e dos materiais todo este valor adicional do imóvel, em apenas 3 anos? É mais crível supor que parte significativa deste excedente tenha sido assimilada na forma de valorização de capital pelo setor imobiliário, proprietários de terras e empresas de construção.

É certo que as faixas 2 e 3, por serem comercializáveis, estão submetidas mais visceralmente às regras de mercado, nada impedindo que o proprietário do imóvel faça dele um negócio e procure recuperar o custo maior que arcou numa revenda ou no aluguel, por exemplo. No entanto, isto não muda o fato de que, **na vigência do PMCMV aqui estudada o que se verificou é ampliação do custo da moradia**, o que certamente torna o acesso a ela mais difícil e dispendioso, sobretudo num país no qual este tem sido, faz tempo, o principal gargalo para as parcelas de menor renda. A dinâmica imobiliária analisada revela, portanto, um tratamento especulativo do imóvel, que serve tanto ao capital mercantil imobiliário, velho conhecido no

Brasil, quanto o capital financeiro, que busca incessantemente formas crescentes de valorização e impulsiona ainda mais a especulação dos preços e a formação das bolhas imobiliárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo procurei demonstrar que os arranjos institucionais e privados estabelecidos pelo PMCMV encontraram uma solução para viabilizar a rentabilidade do mercado imobiliário de moradia dando segurança aos negócios empreendidos pela iniciativa privada, sobretudo para as empresas construtoras. Esta solução ocorreu, como vimos, por meio do controle e reajuste dos valores máximos de aquisição da moradia, em todo o território nacional. Justamente por esta abrangência territorial e pelo fato de os valores serem pré-fixados por meio de dispositivos legais (Portarias, Instruções Normativas, Resoluções e mesmo Decretos), é que considerei que a valorização imobiliária foi incorporada como política de governo. Ou seja, a valorização não foi uma decorrência da política habitacional, mas um pressuposto. Se, por um lado este mecanismo trouxe vitalidade à produção de mercado de moradias (saudosa vitalidade face à realidade do governo atual de Michel Temer), por outro acabou desempenhando papel determinante na configuração socioespacial da cidade, na contramão dos objetivos da Reforma Urbana e da democratização das cidades.

O caráter contraditório desta solução institucional é um ponto chave para compreender o funcionamento da dinâmica territorial, habitacional, institucional e também dos fluxos de capital público e privados atualmente. Esta estratégia governamental foi digna de nota porque conseguiu perceber um dos nós da questão para o desenvolvimento de uma política habitacional que opere como política anticíclica: em vez de negar os processos de valorização imobiliária (provavelmente tornando a política habitacional de mercado inerte ou desinteressante para o mercado) ou deixá-los ao sabor do mercado (relegando para a "mão invisível" um controle que sabemos ser ilusório), trouxe para dentro do Estado a decisão sobre os patamares de preço e os reajustes dos imóveis. Ao fazê-lo, acabou assimilando para si a contradição de transformar a valorização imobiliária em "política pública" de uma nova maneira. A novidade está menos na assimilação e mais na eficiência de atingir faixas de renda de menor poder aquisitivo: de fato esta é a maior diferença do PMCMV em relação aos programas e mesmo às políticas habitacionais antecessoras, incluso BNH.

O lado negativo, sob o ponto de vista econômico, foi seu caráter regressivo para fração expressiva das classes trabalhadoras (aquelas representadas pelo que o mercado denominou setor econômico, entre 3 e 10 salários mínimos, que possuem capacidade de comprar um imóvel), porque representou elevação do valor da moradia. Esta elevação foi aqui demonstrada pela comparação entre a evolução do valor da moradia e a evolução da inflação e do salário mínimo. Talvez, este caráter regressivo pudesse ter sido revisto ou combatido pelo governo por meio de um maior controle das duas variáveis (salário e valor da moradia), permitindo que evoluíssem pari passo (algo com alto custo político, para dizer o mínimo). No caso do setor popular (abaixo de 3 salários-mínimos) o alto subsídio balanceou a pressão que a elevação do valor da moradia poderia representar sobre o bolso destas famílias. No entanto, o Estado acabou pagando esta conta da valorização, por meio da transferência de fundos públicos.

Estas são questões que merecem ser pensadas, sobretudo, num momento de decisões como o das próximas eleições de 2018. As propostas de reativação da economia certamente passarão pela injeção de

recursos públicos no setor da construção civil, como inclusive já anunciam alguns candidatos presidenciáveis.

Este trabalho espera contribuir para problematizar a forma como os arranjos institucionais e a aplicação do fundo público destinado à habitação tem ocorrido recentemente, sobretudo porque ao que tudo indica a opção da produção de moradias por meio do mercado permanece no horizonte, especialmente em momentos de crise. Espera-se que estes arranjos institucionais não desconsiderem seu impacto negativo no desenvolvimento social e no valor da moradia, como também na produção do espaço urbano sócio-espacialmente mais justo.

REFERÊNCIAS:

ARANTES, Pedro Fiori. **Pesquisa sobre o PAR apresenta antecedentes do "minha casa, minha vida".** São Paulo: Revista Pós v.17 n.28, dezembro, 2010.

ARANTES, Pedro Fiori.; FIX, Mariana. Eleições municipais: a velha República das empreiteiras e o novo capital imobiliário. **Brasil de Fato.** Brasil, 17 de setembro de 2008.

BRASIL. DECRETO Nº 7.655, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011. **Regulamenta a Lei no 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo**, Brasília, DF, dez 2011. Disponivel em: <http://www.imprensanacional.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp?ld=LEI%209887>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. DECRETO Nº 7.825, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012. **Altera o Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, que regulamenta dispositivos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.**, Brasília, DF, Out 2012. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7825.htm>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. LEI Nº 11.994, DE 28 DE MAIO DE 2009. **Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1o de fevereiro de 2009**, Brasília, DF, mai 2009. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11944.htm>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. LEI Nº 12.255, DE 15 DE JUNHO DE 2010. **Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010**, Brasília, DF, jun 2010. Disponivel em: <http://www.imprensanacional.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp?ld=LEI%209887>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. LEI Nº 12.382, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011. **Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo**, Brasília,DF, fev 2011. Disponivel em: <http://www.imprensanacional.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp?ld=LEI%209887>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 459, DE 25 DE MARÇO DE 2009. **Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências**, Brasília, DF, Mar 2009. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Mpv/459.htm>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 516, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010. **Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2011.**, Brasília, DF, Dez 2010. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Mpv/516.htm>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 34, DE 28 DE SETEMBRO DE 2011. **Regulamenta a Resolução nº 182, de 18/08/2011, do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social - CCFDS, que cria o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades - MCMV-E, com a utilização dos recursos da União previstos no inciso II do art. 2° da Lei n° 11.977, de 07 de julho de 2009**, Brasília, DF, Set 2011. Disponivel em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=29/09/2011&jornal=1&pagina=82&totalArquivos=176>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36, DE 15 DE JULHO DE 2009. **Regulamenta a Resolução nº 141, de 10 de junho de 2009, do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social - CCFDS , que criou o Programa Habitacional Popular - Entidades - Minha Casa, Minha Vida, com a utilização dos recursos da União, previstos no art. 18 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 .**, Brasília, DF, Jul 2009. Disponivel em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/07/2009&jornal=1&pagina=48&totalArquivos=76>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 45, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012. **Regulamenta a Resolução nº 183/2011 do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social CCFDS, que cria o Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades MCMV-E, com a utilização dos recursos da União previstos no inciso II do art. 2° da Lei n° 11.977, de 07 de julho de 2009,** Brasília, DF, Nov 2012. Disponivel em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=09/11/2012&jornal=1&pagina=64&totalArquivos=176>. Acesso em: 15 ago. 2018.

CCFGTS. RESOLUÇÃO Nº 604, DE 01 DE OUTUBRO DE 2009. **Dá nova redação ao subitem 5.1 do Anexo II da Resolução nº 460, de 14 de dezembro de 2004.** Brasília, DF, Out 2009. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=212569>. Acesso em: 15 ago. 2018.

CCFGTS. RESOLUÇÃO Nº 653, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2011. **Operações de financiamento na área de Habitação Popular. Dá nova redação aos subitens 3.1 e 5.1 do Anexo II da Resolução nº 460, de 14 de dezembro de 2004, e outras providências.** Brasília, DF, Fev 2011. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=216307>. Acesso em: 15 ago. 2018.

CUNHA, G.R. **O Programa Minha Casa Minha Vida em São José do Rio Preto:** Estado, Mercado, planejamento urbano e habitação. Tese (Doutorado em Teoria e História de Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo. São Carlos, 2014.

FIX, M. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil.** Tese (Doutorado em Economia – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, 2011.

ROYER, L.O. **Financeirização da política habitacional.** Tese (Doutorado em Teoria e História de Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo. São Carlos, 2009.

SHIMBO, L.Z. **Habitação social, Habitação de mercado -** a confluência entre Estado, Empresas construtoras e capital. Tese (Doutorado em Teoria e História de Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo. São Carlos, 2010.

4 – ARTIGOS COMPLETOS DE SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

CONCEBER E CONSTRUIR - ESTRUTURAS LEVES
E PRÉ-FABRICAÇÃO

V enanparq
Salvador - 2018

ESTRATÉGIAS DE *FORM-FINDING* DE SUPERFÍCIES ESTRUTURAIS RÍGIDAS DE DUPLA CURVATURA

FORM-FINDING STRATEGIES FOR DOUBLE-CURVATURE RIGID STRUCTURAL SURFACES

ESTRATÉGIAS DE FORM-FINDING PARA SUPERFICIES ESTRUCTURALES RÍGIDAS DE DOBLE CURVATURA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

MELACHOS, Felipe Corres
Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Professor da Escola da Cidade
fmelachos@melachos.com

ESTRATÉGIAS DE *FORM-FINDING* DE SUPERFÍCIES ESTRUTURAIS RÍGIDAS DE DUPLA CURVATURA

FORM-FINDING STRATEGIES FOR DOUBLE-CURVATURE RIGID STRUCTURAL SURFACES

ESTRATÉGIAS DE FORM-FINDING PARA SUPERFICIES ESTRUCTURALES RÍGIDAS DE DOBLE CURVATURA

EIXO TEMÁTICO: INOVAÇÃO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE

RESUMO:
O objeto de estudo desta proposta de estudo são as superfícies estruturais rígidas de dupla curvatura. O objetivo principal deste estudo reside em compreender algumas das presentes alternativas de concepção estrutural para superfícies rígidas tendo em vista sua retomada em um âmbito global. Como objetivos complementares, verifica-se a possibilidade de aprimorar estratégias de concepção estrutural de superfícies estruturais rígidas de dupla curvatura no ensino mediante o contato com expertise tecnológica de baixa disseminação em território nacional. Também espera-se fomentar a concepção estrutural intuitiva, tanto em prancheta quanto em salas de aula, ao invés de suas matizes verificativas, por meio da exploração das relações geométricas e construtivas em edificações pertencentes a tipologia estrutural em análise. Como método de pesquisa se propõem a análise e esgotamento de estudos de caso pré-selecionados em função de seu enquadramento na tipologia estrutural, oferta de material iconográfico acerca da obra, material utilizado no sistema construtivo e processo projetual e construtivo. Com base nos critérios elencados acima, ficou elencado a análise da cobertura em casca de concreto armado UHPFRC na estação ferroviária de Shawnessy, em Calgary no Canada, projeto de Stantec Architecture e Lafarge Engineering em 2004. Esta pesquisa apresenta impacto tecnológico e pedagógico justamente por promover a aproximação com ferramental de processo de projeto e construtivo constituindo o estado da arte do *form-finding* no planeta.
PALAVRAS-CHAVE: superfícies estruturais; dupla-curvatura; concepção estrutural; UHPFRC; estação ferroviária de Shawnessy.

ABSTRACT:
This research focuses on the rigid double-curvature structural surfaces and its main goal is to comprehend some of the present alternatives in the structural conception of rigid surfaces, especially considering their worldwide resurge. As complementary research objectives, it is important to mention the possibility to improve strategies for the conception of rigid double-curvature structural surfaces in architectural and engineering undergraduate education, by means of attaining contact with technological expertise of low dissemination in the nation. Also, it is expected to foster intuitive structural conception strategies in both classroom benches and studio drawing boards, instead of focusing on the traditional verifying methods, by means of the exploration of geometrical and constructive relationships in buildings belonging to the structural typology being analyzed. The chosen research methodology consists on the analysis of pre-selected case studies based on their similarity with the structural typology being analyzed, availability of graphic material and technical drawings related to the design, material utilized in its design and constructive process. Taking into consideration the criteria above, the selected case study was the UHPRFC roof of the Shawnessy Railway Station, located in Calgary, Canada, and designed and built by Stantec Architecture and Lafarge Engineering in 2004. This research has technological and pedagogical impact, in the way that it promotes an approximation with state-of-art design and form-finding tools in the globe.
KEYWORDS: *structural surfaces; double-curvature; structural conception; UHPRFC; Shawnessy Railway Station.*

RESUMEN:
El objeto de estudio de esta propuesta de investigación son las superficies estructurales rijas de doble curvatura, y su principal objetivo es la comprensión de algunas de las presentes alternativa para su concepción estructural, considerando su retomada en un ámbito global. Como objetivos complementares, reside la posibilidad de mejorar estrategias de concepción estructural de superficies estructurales rijas de doble-curvatura en el enseño por causa del contacto con expertise tecnológica de baja diseminación en el territorio nacional. También se espera estimular la concepción estructural intuitiva, tanto en las mesas de dibujo cuanto en las salas de aula, al contrario de las estrategias tradicionales de concepción verificativas, por la exploración de relaciones geométricas y constructivas en las edificaciones pertenecientes a la tipología en análisis. Como método de investigación se propone la análisis y agotamiento de estudios de caso preseleccionados de acuerdo con su encuadramiento de tipología estructural, oferta de material iconográfico sobre la obra, material utilizado en el sistema constructivo y processo proyectual y constructivo. Con base en esos criterios, quedó escogida la cobertura estructurada en UHPFRC de la estación ferroviaria de Shawnessy, en Calgary – Canadá, diseñada e construida en 2004 por Stantec Architecture e Lafarge Engineering. Esta investigación presenta impacto tecnológico y pedagógico justamente por promover la aproximación con herramientas de proceso de proyecto y constructivo que figuran en el estado-de-la-arte acerca de form-finding en el planeta.
PALABRAS-CLAVE*: superficies estructurales; doble-curvatura; concepción estructural; UHPRFC; Shawnessy Railway Station.*

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta proposta de estudo são as superfícies estruturais rígidas de dupla curvatura. Existem muitas taxonomias para sistemas estruturais vigentes no momento, seja por material construtivo constituinte, geometria geradora ou resultante da tipologia estrutural, ou até mesmo como elemento ativo no caminhamento de forças. Para este trabalho foi instituído o sistema de taxonomia de Daniel Schodek e Martin Bechthold (2014), onde existe a separação de elementos estruturais quanto a sua rigidez e natureza geométrica do elemento construtivo resultante, de tal sorte a fomentar o entendimento das estruturas pela forma e fomentar a concepção estrutural intuitiva.

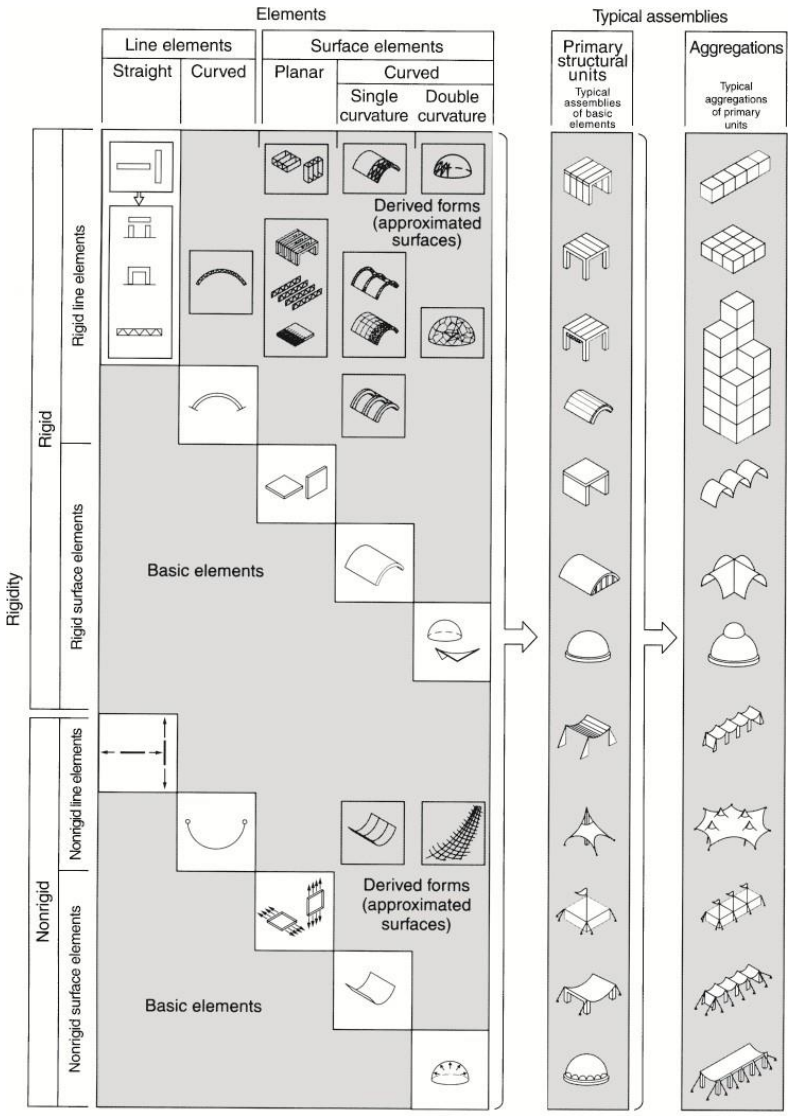


Figura 1: Classificação de Sistemas Estruturais de Daniel Schodek e Martin Bechthold (2014).

Fonte: SCHODEK, D., et. al., 2014, p. 5, adaptado por Felipe Corres Melachos.

De modo a delimitar o objeto de estudo desta proposta de pesquisa, é importante ressaltar que Bechthold (2004) lembra que superfícies estruturais são tipologias que derivam sua rigidez de curvaturas, dobras e protensão, encaminhando seus esforços por sua superfície. Schodek e Bechthold (2014) ainda classificam explicitamente suas estruturas entre rígidas (as cascas) e as não rígidas (membranas), assim como pela curvatura da geometria resultante (dupla ou simples):

> [...] as superfícies estruturais incluem membranas tensionadas, cascas e placas dobradas, isto é, sistemas que podem ser altamente eficientes se projetado com base em seus princípios estruturais implícitos, e igualmente problemáticos se compreendidos de maneira superficial. Estes sistemas derivam sua resistência de dobra ou curvatura, ou, no caso de membranas tensionadas, protensão [...] Novos materiais como as fibras de fluoropolímeros, por exemplo agora são introduzidos na construção civil e expandem consideravelmente nossas possibilidades projetuais em maneiras sem precedentes. (BECHTHOLD, 2004, p. 2, tradução nossa).

O objetivo principal deste estudo reside em compreender algumas das presentes alternativas de concepção estrutural para superfícies rígidas tendo em vista sua retomada em um âmbito global em função dos presentes avanços da engenharia dos materiais e não processo de análise digital na arquitetura (BELLES, P.; ORTEGA, N.; ROSALES, M.; ANDRES, 0, 2008). Dentre estas alternativas, esta proposta de pesquisa visa se aprofundar justamente nas vertentes de *form-finding* associadas a questão da modelagem e fabricação digital na concepção estrutural propriamente dita.

O termo *form-finding* diz respeito a concepção estrutural na arquitetura, mais especificamente na “busca pela forma ideal de uma construção em um âmbito arquitetônico e estrutural” (COENDERS, BOSIA, 2006). Entretanto, parte do referencial teórico consultado também se refere ao termo complementando a definição acima como “um processo de otimização estrutural que usa as coordenadas nodais como variáveis” (BASSO, DEL GROSSO, 2011),

Como objetivos complementares, verifica-se a possibilidade de aprimorar estratégias de concepção estrutural de superfícies estruturais rígidas de dupla curvatura no ensino mediante o contato com expertise tecnológica de baixa disseminação em território nacional. Também espera-se fomentar a concepção estrutural intuitiva, tanto em prancheta quanto em salas de aula, ao invés de suas matizes verificativas, por meio da exploração das relações construtivas e geométricas em edificações pertencentes a tipologia estrutural em análise.

Como método de pesquisa se propõem a análise e esgotamento de estudos de caso (SERRA, 2006) pré-selecionados em função de seu enquadramento na tipologia estrutural, oferta de material iconográfico acerca da obra, material utilizado no sistema construtivo e processo projetual e construtivo. Com base nos critérios elencados acima, ficou elencado a análise da cobertura em casca de concreto armado UHPFRC na estação ferroviária de Shawnessy, em Calgary no Canada, projeto de Stantec Architecture e Lafarge Engineering em 2004 (Fig 1.2). Este projeto se enquadra no escopo de trabalho proposto justamente por constituir de abóbodas autoportantes de matriz geométrica conóide (ENGEL, 2000), pré-fabricadas em

UHPFRC, *ultra-high performance fiber Reinforced concrete,* vãos de 6 metros negociados a 20 mm de espessura, e processo projetual fortemente calcado pela fabricação digital.

Figura 2: Estação ferroviária de Shawnessy, em Calgary no Canada, projeto de Stantec Architecture e Lafarge Engineering em 2004. Esta edificação foi elencada como estudo de caso para esta pesquisa sobretudo em função de sua utilização de UHPFRC associada a pré-fabricação de cascas extremamente esbeltas.

Fonte: VICENZINO, et. al., 2008, p. 51.

Esta pesquisa apresenta impacto tecnológico e pedagógico (GODIN, DORE; 2007) justamente por promover a aproximação com ferramental de processo de projeto constituindo o estado da arte do *form-finding* no planeta. O contato de arquitetos, engenheiros e acadêmicos para com este ferramental de concepção estrutural corrobora com o estimulo para a melhor equipagem de nossas instituições de ensino superior de engenharia civil e arquitetura, assim como um estimulo para o ensino de sistemas estruturais em um viés intuitivo (REBELLO, 2004) em relação ao verificativo.

DESENVOLVIMENTO

Conforme já adiantado na seção acima, o método de pesquisa proposto é constituído dá a análise e esgotamento de estudos de caso (SERRA, 2006) pré-selecionados em função de seu enquadramento na tipologia estrutural, oferta de material iconográfico acerca da obra, material utilizado no sistema construtivo e processo projetual e construtivo. Com base nos critérios elencados acima, ficou elencado a análise da cobertura em casca de concreto armado UHPFRC na estação ferroviária de Shawnessy, em Calgary no Canada, projeto de Stantec Architecture e Lafarge Engineering em 2004 (Fig 1.2).

Este projeto se enquadra dentro dos critérios de escolha de estudo de caso pois sua cobertura é formada por abóbodas autoportantes de matriz geométrica conóide (ENGEL, 2000), pré-fabricadas em UHPFRC, *ultra-high performance fiber Reinforced concrete,* vãos de 6 metros negociados a 20 mm de espessura, e processo projetual fortemente calcado pela fabricação digital.

É sabido que o concreto pré-moldado acaba por promover acabamentos superiores, tolerâncias construtivas mais rígidas, maior velocidade da construção, menos manutenção (CHING, 2014). A questão do custo do concreto pré-moldado varia consideravelmente de país para país, e até mesmo de região para região como no caso do Brasil (TCPOWEB, 2018), mas sua adoção em módulos repetidos costuma ser menos onerosa que o concreto armado convencional.

Vicenzino et. al. (2005) apontam que a proposta inicial para a cobertura da estação ferroviária Shawnessy foi concebida em aço, mas sua mudança para o concreto armado se deu justamente por razoes econômicas, de durabilidade e estéticas. A composição resultante de UHPRFC é amigável ao degelo, um parâmetro projetual a ser considerado no Canadá, e conseguiu negociar seus vãos com apenas 20 mm de espessura. Com relação ao preço, o valor de construção total ficou em U$ 2.600.000,00, mas o pioneirismo da adoção deste material no Canadá neste projeto, fez com que os projetos posteriores no mesmo material se tornassem relativamente mais baratos (ACKER, 2004).

De acordo com Nowodworski (2002) existem muitas patentes de concreto de alto desempenho, e estas incluem a adição de cimento Portland, micro sílica, quartzo, areia fina de sílica, redutores de água de alta absorção, e fibras orgânicas ou de aço. De acordo com Vicenzino et. al. (2005), a formula utilizada para o estudo de caso desta pesquisa possui estes materiais e chega a resistência de compressão mínima de 130 MPa. A resistência a flexão do material ficou em 18 MPa, sendo que estes valores foram obtidos pela omissão de armação com aço convencional, o que possibilitou maior resistência a flexão e maior capacidade de deformação. De fato, Vicenzino et. al. (2005) reforçam que a armação dos domos de cobertura se deu justamente por fibras de álcool polivinílico.

Tendo em vista que esta foi a primeira utilização deste tipo de armação para coberturas em casca, a Prefeitura de Calgari solicitou a elaboração de um protótipo em 1:1 para testes de resistência mecânica (Figura 1.3) em função da ausência de normativas para este material. Esta ausência de normativas, inclusive, paradoxalmente opera como principal obstáculo para a sua adoção no Brasil, pois o preço dos insumos poliméricos de armação estão sujeitos a oscilação do Dólar, de modo que a contrapartida financeira citada por Acker (2004) perderia força se transladada a realidade nacional.

No caso do Canadá, a própria prefeitura de Calgari auxiliou nos custos do protótipo por se tratar de uma obra pública, mas Vincenzino et. al. (2005) ressaltam que este não foi o caso em outros países na qual houve a tentativa de implementação deste tipo de sistema estrutural. De acordo com Vincenzino et. al. (2005), somente França, Austrália, Japão e EUA dispõem de normativas técnicas que dispensam a execução de protótipos preventivos.

A figura 4 ilustra a concepção estrutural do projeto por meio do corte transversal da estação Shawnessy. Nesta figura é possível observar como a cobertura em casca de cada um dos módulos é conectada por ligações junto aos apoios. De acordo com Vincenzino et. al. (2005), a concepção dos apoios partiu de ensaios com elementos de viga, fazendo as vezes de ligações. Nesta figura também fica evidenciada a maneira na qual a seção transversal foi composta de três cascas ligadas para se portar como uma unidade estrutural, ao passo que na Figura 5 fica evidenciada a necessidade de uma viga de borda para encaminhar os esforços das superfícies curvas para os elementos lineares da estrutura.

De acordo com Vincenzino et. al. (2005), esta viga necessitou de armação em aço convencional, o que nos permite verificar como a cobertura proposta em UHPRFC necessita de reforço em termos de empuxo em

peças de armação e robustez características do concreto armado convencional. Isto é, a cobertura esbelta dos módulos de casca foi viabilizada, portanto, por uma viga de transição. Nowodworski (2002) assume que as tensões oriundas do acumulo de neve na cobertura são potencializadas pelo aumento de carga acidental na estrutura, de modo que esta viga de transição na borda da cobertura poderia muito bem ser interpretada como um fator de segurança para com o clima severo da região do projeto.

Figura 3: Protótipo 1:1 da estação ferroviária de Shawnessy, conforme solicitado pela Prefeitura de Calgary em função do ineditismo do sistema estrutural.

Fonte: VICENZINO, et. al., 2008, p. 61.

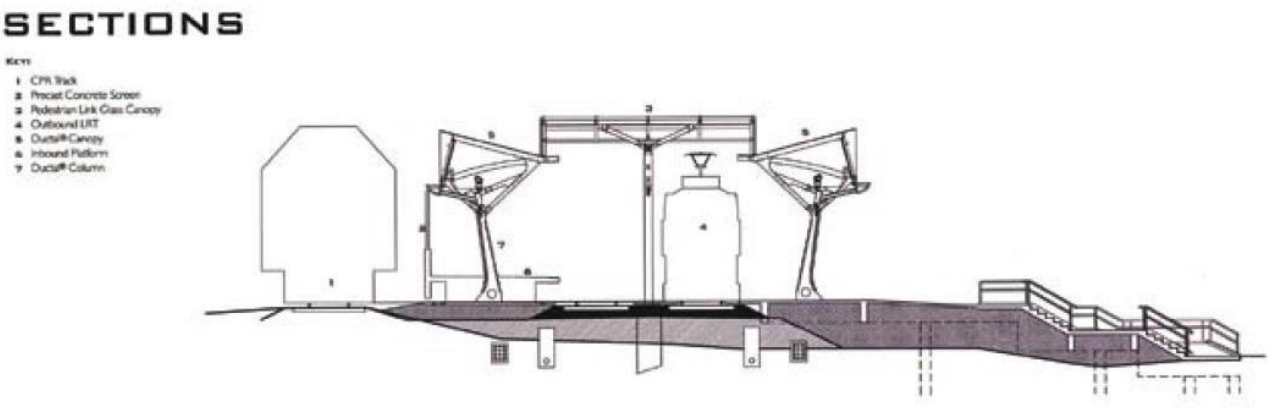


Figura 4: Protótipo 1:1 da estação ferroviária de Shawnessy, conforme solicitado pela Prefeitura de Calgary em função do ineditismo do sistema estrutural.

Fonte: VICENZINO, et. al., 2008, p. 61.

Figura 5: Viga de borda na base da região curva das abóbodas: mecanismo para conter o empuxo e transmitir as cargas para elementos lineares.

Fonte: TRUCKER PHOTO. 1 fotografia. 2004.

A equipe de projetistas da Stantec Architecture optou pela cor branca na cobertura, especialmente em sua porção inferior, de modo a refletir a claridade no interior da estação (VINCENZINO, 2005). Estes arquitetos também justificam a escolha sugerindo que este acabamento faria a estação brilhar ao amanhecer e entardecer, facilitando sua visualização a distância.

Esta premissa está justificada pela redução de horas de sol no inverno da cidade, e influenciou a concepção do projeto a medida que os insumos da mistura tiveram que gerar uma aparência esbranquiçada. Acker (2004) sugere que é possível que fazer com que os elementos de ordem mecânica que trabalham na mistura desta variação de concreto fibroso também possam ser aproveitados e manipulados no que diz respeito ao apelo estético das pecas resultantes, tal qual se faz em painéis de concreto pré-moldado convencionais, como os da *Stamp,* aqui no Brasil.

Este tipo de decisão, assim como a leveza resultante da concepção estrutural deste projeto são em parte resultantes da ação conjunta de arquitetos e engenheiros na resolução do problema projetual. Martin Bechthold (2008) é um dos maiores defensores desta dualidade e seus benefícios implícitos, em uma alusão intrínseca aos escritos de David Billington (1983), onde fica estabelecido que o engenheiro civil competente é aquele que opera como um *artista estrutural:* unindo eficiência técnica e qualidade estética. Esta é uma constatação importante a ser objeto de reflexão nos bancos escolares de formação de engenheiros e

arquitetos no que diz respeito a concepção estrutural: a dupla-docência de engenheiros e arquitetos nestas disciplinas.

A execução dos módulos deste projeto foram viabilizados pela repetição das fôrmas para as cascas e colunas. Entretanto, o resultado da mistura para esta aplicação de UHPFRC foi resultado de experimentação conduzida pela equipe da Lafarge Engineering, de modo que estes ensaios resultaram nas 6 constatações abaixo (VINCENZINO et. al., 2005):

1. Quais mudanças no processo de produção e mistura do concreto armado convencionais seriam necessárias para produzir o UHPRFC adequadamente?
2. Quais métodos de manufatura seriam necessários para produzir concreto armado pré-moldado com superfície consistentemente lisa?
3. Quais métodos de pré-moldagem irão maximizar a eficiência da orientação das fibras durante seu assentamento?
4. Tendo em vista que o concreto UHPRFC tende a encolher duas vezes mais que o concreto convencional, quais processos irão fazer com que este encolhimento ocorra no inicio do processo de cura, mantendo assim a integridade estrutural da mistura?
5. Quais métodos de controle de qualidade seriam necessários para assegurar a espessura de 20 mm em uma superfície de dupla-curvatura.
6. É sabido que o UHPRFC necessita ser formado 20 minutos após a mistura, de modo que as técnicas de bombeamento se tornam as opções mais atrativas para seu assentamento. Quais métodos de bombeamento poderiam eficientemente ?

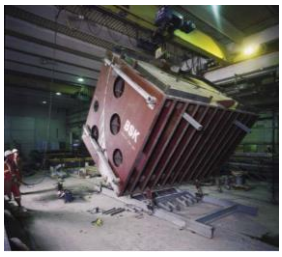
Mesmo após tanto mais de uma década da execução deste projeto, nem todas estas perguntas tem respostas precisas. Entretanto, é valido ressaltar a maneira na qual a solução final da estação Shawnessy é oriunda da experimentação no processo de projeto. Esta experimentação se deu inclusive em um âmbito computacional (VINCENZINO, et. al., 2005), e possibilitou a manipulação de parâmetros projetuais até por meio de tentativa e erro em busca da solução na qual o projetista depositasse maior confiança (FLORIO, 2009). Estas manipulações foram conduzidas por meio do *software* SAP2000 associada a um modelo FEM (*Finite Element Model* – Modelo de Elementos Finitos), de modo que o *output* a serem mensurados eram a resistência as cargas acidentais e permanentes associadas ao projeto propriamente dito, assim como o comportamento estrutural e caminhamento de forças na superfície projetada em função da natureza dúctil do UHPRFC.

Estas experimentações permitiram com que a equipe de Flange Engineering pudessem constatar que as questões de elencadas sobre a mistura do UHPRFC podem ser parcialmente combatidas com o controle da temperatura no processo, ao passo que a execução detalhada das fôrmas por meio de fabricação digital na CNC permitiram tanto o controle de sua diminuta espessura, quanto controle de seu encurtamento e curvatura. Para tanto, foi necessário o corte a laser de fôrmas que possam cobrir todas as faces das peças (Figura 6). (VINCENZINO, et. al., 2005). A recomendação utilização da fabricação digital para a confecção de pecas de geometria complexa é atestada nos escritos de Florio (2009) e Bechthold (2008).

A produção seriada destes módulos de cobertura só foi viabilizada em função da precisão atingida pela fôrma fabricada pela CNC, que absorveu os arquivos *.dxf* oriundos dos modelos experimentais de FEM. Esta experimentação computacional e laboratorial conduzida no processo projetual deste projeto, de modo que ficam abertas lacunas para aprimoramento na customização seriada de fôrmas para cascas de dupla-curvatura.

Da mesma maneira que os grandes artistas estruturais do século XX (BILLINGTON, 1985), a equipe da Flange Engineering desenvolveu equipamentos para a execução do projeto. Foram projetados equipamento de bombeamento próprios para a mistura da UHPRFC da Estação Shawnessy, justamente para controlar a entrada e saída de oxigênio da mistura, assim como a orientação das fibras (VINCENZINO, 2005). Também foram projetados carrocerias de caminhão com 3 pontos de contato de modo a estabilizar melhor a base de cada modulo de cobertura, assim como as formas móveis junto aos apoios para o assentamento das coberturas nos pilares. O desenvolvimento deste ferramental de bombeamento também foi objeto de experimentação por meio de modelagem computacional, pois os diferentes efeitos dos sistemas de bombeamento foram testados nos modelos computacionais antes dos ensaios realizados no Centro de Inovação Tecnológica da Universidade de Calgary.

As coberturas foram assentadas de 3 em 3 módulos se utilizando das fôrmas na Figura 6.d. Assim que o conjunto de três módulos subsequente ao primeiro conjunto fosse assentado, Vincenzino et. al. (2005) explicam que as duas sequencias de 3 módulos eram unidos por juntas e assim as formas do primeiro conjunto seriam retiradas e aproveitadas na sequencia seguinte. O mesmo procedimento seria realizado para os módulos subsequentes, ilustrando que não obstante o caráter inovador deste sistema construtivo, sua execução ainda está calcada na reutilização e racionalização do processo construtivo das cascas. Artistas estruturais do passado (BILLINGTON, 1985), como Eladio Dieste e Heinz Isler se nutriram a mesma preocupação ao projetar cascas em sistemas construtivos até então experimentais.



(a)

(b)

(c)

(d)

Figura 6: (a) forma metálica executada na CNC sendo rotacionada de modo a viabiliza a uniformização das fibras nas misturas; (b) desfôrma de modulo de casca para cobertura; (c) transporte da fabricação até o canteiro necessitou de carroceria adaptada pelos engenheiros para que a base do baú tivesse 3 pontos de contato conforme moldagem dos módulos de cobertura; (d) escoras para o posicionamento das coberturas junto aos apoios centrais.

Fonte: TRUCKER PHOTO. 2 fotografias. 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto da Estação ferroviária Shawnessy demonstra o potencial da concepção estrutural de cascas em UHPFRC em sua primeira manifestação construtiva já registrada. A complexidade geométrica da solução projetual adotada no projeto, assim como sua espessura, acabam por induzir a experimentação computacional e laboratorial. Este caráter de experimentação acaba por prover ao projeto com uma solução na qual os projetistas se sintam mais confiantes, tal qual fomentar a operação conjunta de arquitetos e engenheiros em busca de eficiência estrutural, qualidade estética, e racionalidade no processo de construção e fabricação das peças executadas.

Esta experimentação foi potencializada pela operação conjunta de arquitetos e engenheiros no processo de concepção e execução da obra em questão. A presença de ambos os profissionais permitem a determinação de soluções tecnicamente eficientes e dotadas de qualidade estética, uma vez que as escolhas feitas através da manipulação dos parâmetros projetuais nos modelos FEM foram tomadas com base em um espectro transdisciplinar de expertise. Tal condição suscita a necessidade de reflexão acerca da implementação de equipes conjuntas de arquitetos e engenheiros na instrução destes profissionais a nível de graduação.

A utilização do UHPFRC provou que existe ainda mais potencial para aprimorar suas atestadas qualidades construtivas em termos de resistência mecânica, durabilidade da estrutura, conservação dos materiais, redução do custo de construção e melhor aproveitamento do ciclo de vida dos insumos construtivos. Tendo em vista que a premissa construtiva original era realizar a cobertura da Estação Shawnessy em metal, fica comprovado de que existe a possibilidade de realizar coberturas em concreto armado com a mesma espessura do metal, e com vantagens no processo construtivo e vida útil da obra como um todo.

Todavia foram constatados obstáculos na execução destas coberturas em função de suas fôrmas. Entretanto, estes obstáculos foram satisfatoriamente combatidos por meio da experimentação computacional e laboratorial conduzida no processo projetual deste projeto, de modo que ficam abertas lacunas para aprimoramento na customização seriada de fôrmas para cascas de dupla-curvatura. Estes aprimoramentos são especialmente marcados pelo ferramental de bombeamento e pressurização da mistura de UHPFRC nas fôrmas, assim como os ensaios realizados por meio de modelagem computacional e ensaios laboratoriais para prever variações na conformação das peças finalizadas.

REFERÊNCIAS:

ACKER, Phillip; et. al. “Ductal Technology: A Large Spectrum of Properties, A Wide Range of Applications”. ***Fib* Symposium**. Avignon, France: April 2004, pp. 45-56.

ADDIS, Bill. **Building: 3000 Years of Design Engineering and Construction**. New York: Phaidon Press Limited, 2007.

BASSO, Paolo, DEL GROSSO, Andrea. “Form-finding methods for structural frameworks: a review.” **Proceedings of the International Association of Shells and Spatial Structures**. Londres: 2011, pp. 170-1983.

BECHTHOLD, Martin. **Innovative Surface Structures – Technologies and Applications**. Nova Iorque: Taylor & Francis, 2008.

BELLES, P.; ORTEGA, N.; ROSALES, M.; ANDRES, O. “Shell form-finding: Physical and design tools”. **Engineering Structures.** 2009. P. 2656-2666.

BILLINGTON, D. **The Tower and the Bridge**. Princeton: Princeton University Press, 1985.

CHILTON, John. **Heinz Isler.** Londres: Thomas Telford, 2000.

CHING, Francis. **Sistemas Estruturais Ilustrados**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

COENDERS, Jiri., BOSIA, D. Computational tools for design and engineering of complex geometrical structures: From a theoretical and a practical point of view. In: [Oosterhuis, Kas., Feireiss, Luka. (Eds.)]. **Game Set And Match II. On Computer Games, Advanced Geometries, and Digital Technologies**. Rotterdam: Episode Publishers, 2006.

DESIDERI, Paolo; NERVI JR., Pier Luigi. POSITANO, Giuseppe. **Pier Luigi Nervi.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili S. A., 1982.

ENGEL, Heino. **Sistemas de Estruturas.** Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 2001.

FLORIO, Wilson. “Modelagem Paramétrica, criatividade e projeto: Duas experiências com estudantes de arquitetura”. **Gestão e Tecnologia de Projetos.** 2011. São Carlos: v.6, n.2, p. 43-66.

FLORIO, Wilson. “Modelagem Paramétrica em Arquitetura: Estratégias para materializar Formas Complexas”. **SIGraDi 2009**. 2009. Sao Paulo: Proceedings of the 13th Congress Congress of the Iberoamerican Iberoamerican Society Society of Digital Digital Graphics, pp. 59-61.

FLORIO, W. “Modelagem paramétrica na concepção de elementos construtivos de edifícios complexos”. **XV Encontro Nacional de Tecnologia no Ambiente Construído**. 2014. Maceió: Anais..., pp. 2943-2953.

FLORIO, Wilson. “Knowledge, Repertoire and Ruled Surfaces in Oscar Niemeyer`s Architecture”. **Journal for Geometry and Graphics.** 2007. v. 11, n. 2, p. 209-222.

FREYSSINET, Eugene. Freyssinet by Himself. In: [BILLINGTON, David]. **Half-Century of French Presstressing Techonlogy**. Princeton: Princeton University Press: 1983.

KOLAREVIC, Branko. **Architecture in the digital age: Design and Manufacturing**. Londres: Taylor & Francis, 2003.

NOWODWORSKI, Henry. “Ultra-High-Performance Concrete with Ductility: The World’s First Long-Span Roof in Ductal – The Joppa Clinker Dome Roof. **CSCE (Canadian Society of Civil Engineering) Annual Conference**. Montreal, Quebec, 2002.

OTTO, Frei. **Das hanged Dach.** Berlin: Bauwelt Verlag, 1954.

OTTO, Frei. **Forming Bubbles.** Stuttgart: Universidade de Stutgart, 1988.

PEDRESCHI, Remo. **The Engineer’s Contribution to Contemporary Architecture**. London: Telford, 2000.

PICON, Antoine. **French Architects and Engineers in the Age of Enlightenment.** New York: Cambridge University Press, 1992.

POTTMANN, Helmut. **Architectural geometry**. Exton: Bentley Institute Press, 2007.

REBELLO, Yopanan. **A concepção estrutural e a arquitetura**. São Paulo: Zigurate, 2001.

REBELLO, Yopanan. **Bases para projeto estrutural na arquitetura**. São Paulo: Zigurate, 2011.

ROLAND, Conrad. **Frei Otto: estructuras : estudios y trabajos sobre la construcción ligera.** Barcelona: G. Gili, 1973.

SASS, Lawrence. **Reconstructing Palladio’s Villa:** An Analysis of Palladio’s Villa Design and Construction Process**.** Tese de Doutorado em Arquitetura – Massachussets Institute of Technology. Cambridge, 2000.

SASS, Lawrence; OXMAN. Rivka. “Materializing design: the implications of rapid prototyping in digital design”. **Design Studies**. 2006. Londres: V. 27, n. 3, pp. 325-355.

SCHODEK, Daniel; et. al. **Digital Design and Manufacturing: CAD/CAM Applications in Architecture and Design.** Hoboken: John Willey & Sons, 2005.

SCHODEK, Daniel; BECHTHOLD, Martin. **Structures**. Harlow: Pearson Education Limited, 2014.

TAGLIARI, Ana; PERRONE, Rafael; FLORIO, Wilson. **Vilanova Artigas: Projetos Residenciais Não Construídos**. São Paulo: Ed. Annablume, 2017.

TCPOWEB. Disponível em: <http://tcpoweb.pini.com.br/home/home.aspx>. Acesso em: 15 ago. 2018.

TERZIDIS, Kostas. **Algorithmic Architecture.** Oxford: Elsevier, 2006.

TIMOSHENKO, Stephen.; et. al. **Theory of Shell and Plates**. Nova Iorque: McGrall-Hill, 1940.

TORROJA MIRET, Eduardo. **Razon y ser de los tipos estructurales**. Madrid: Colegio de Ingenieros Caminos Madrid, 2008.

VICENZINO, Enzo; et. al. “First use of UHPFRC in thin precast concrete roof shell for Canadian LRT Station”. **PCI Journal.** 2005. September-October 2005, pp. 50-67.

WHESTON, Richard. **Materials, Form and Architecture**. New Haven: Yale University Press, 2003.

V enanparq
Salvador - 2018

O DESENHO E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DA ARQUITETURA - A SEDE DO TCU EM SALVADOR, PROJETO DE JOÃO FILGUEIRA LIMA (LELÉ)

THE DESIGN AND PRODUCTION PROCESS OF THE TCU HEADQUARTERS ARCHITECTURE IN SALVADOR, JOÃO FILGUEIRAS LIMA'S PROJECT (LELÉ)

EL DISEÑO Y EL PROCESO DE PRODUCCIÓN DE LA ARQUITECTURA - LA SEDE DEL TCU EN SALVADOR, PROYECTO DE JOÃO FILGUEIRA LIMA(LELÉ)

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

MOSANER, Fábio Ferreira Lins
Doutorando em Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP); Professor do DAU-UFSC
fabio.mosaner@ufsc.br

AMORIM, Anália Maria Marinho de Carvalho,
Doutora em Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP); Professora Livre Docente da FAU-USP e Escola da Cidade
aamorim@usp.br

O DESENHO E O PROCESSO DE PRODUÇÃO DA ARQUITETURA - A SEDE DO TCU EM SALVADOR, PROJETO DE JOÃO FILGUEIRA LIMA (LELÉ)

THE DESIGN AND PRODUCTION PROCESS OF THE TCU HEADQUARTERS ARCHITECTURE IN SALVADOR, JOÃO FILGUEIRAS LIMA'S PROJECT (LELÉ)

EL DISEÑO Y EL PROCESO DE PRODUCCIÓN DE LA ARQUITECTURA - LA SEDE DEL TCU EN SALVADOR, PROYECTO DE JOÃO FILGUEIRA LIMA(LELÉ)

EIXO TEMÁTICO: INOVAÇÃO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE

RESUMO:
Este artigo investiga as relações entre projeto e execução de obra da sede do Tribunal de Contas da União (TCU) em Salvador, edifício projetado pelo arquiteto João Filgueiras Lima (1932-2014) e produzido pelo Centro de Tecnologia da Rede Sarah (CTRS) em 1997. Analisamos os usos e significados do desenho no processo de produção deste edifício em comparação com as etapas de obra. Examinamos quais procedimentos permitiram a execução do projeto e obra em curto prazo, com qualidade arquitetônica e precisão construtiva. Os desenhos foram produzidos por diversos profissionais no setor de projetos do CTRS, sob coordenação de Filgueiras Lima. Diferentes de um conjunto homogêneo, estes desenhos compõem um conjunto heterogêneo quanto a tamanhos, suportes e ferramentas. Dividimos tais desenhos em três grandes grupos: anteprojeto, projeto executivo (croquis, mapas e detalhes) e planificação. Como resultados, observamos que a produção dos desenhos seguiu o cronograma de produção e montagem no canteiro de obras, por isso, os primeiros desenhos corresponderam aos primeiros serviços que foram executados na obra. Estes incorporaram nas pranchas informações de diversas áreas técnicas. Por fim, os desenhos refletem o trabalho em equipe multidisciplinar empreendido no CTRS, que caracterizou a prática de Filgueiras Lima ao longo de sua trajetória profissional.
PALAVRAS-CHAVE: projeto de arquitetura; processos de produção; industrialização da construção; Centro de Tecnologia da Rede Sarah; João Filgueira Lima.

ABSTRACT:
This article investigates the relationship between project and execution of the work of the Tribunal de Contas da União (TCU) headquarter in Salvador. The architect João Filgueiras Lima (1932-2014) designed this building, and the Centro de Tecnologia da Rede Sarah (CTRS) [*Sarah Network Technology Center] built it, in 1997. At first, we analyze the uses and meanings of the design in the production process of this building in comparison with the construction stages. Next, we investigate which procedures allowed for the project and construction in the short term, with architectural quality and precision. The drawings were produced by several professionals in the Sarah Network Technology Center project sector, under Filgueiras Lima's coordination. Different from a homogeneous set, these drawings comprise a heterogeneous set regarding sizes, supports, and tools. We divided these drawings into three main groups: draft, executive project (sketches, maps, and details) and planning. As a result, we observed that the production of the drawings followed by the schedule of manufacturing and assembly in the construction site, so the first drawings corresponded to the primary services executed in work. These drawings included information on various technical areas. Finally, the drawings reflect the multidisciplinary teamwork undertaken in the CTRS, which characterized the Filgueiras Lima's practice throughout his professional career.*
KEYWORDS: *architecture design; production process; construction industrialization; Centro de Tecnologia da Rede Sarah; João Filgueira Lima.*

RESUMEN:
Este artículo investiga las relaciones entre proyecto y ejecución de obra de la sede del Tribunal de Cuentas de la Unión (TCU) en Salvador, edificio proyectado por el arquitecto João Filgueiras Lima (1932-2014) y producido por el Centro de Tecnología de la Red Sarah (CTRS) en 1997. Analizamos los usos y significados del diseño en el proceso de producción de este edificio en comparación con las etapas de obra. Examinamos qué procedimientos permitieron la ejecución del proyecto y obra a corto plazo, con calidad arquitectónica y precisión constructiva. Los diseños fueron producidos por diversos profesionales en el sector de proyectos del CTRS, bajo coordinación de Filgueiras Lima. Diferentes de un conjunto homogéneo, estos diseños componen un conjunto heterogéneo en cuanto a tamaños, soportes y herramientas. Dividimos estos dibujos en tres grandes grupos: anteproyecto, proyecto ejecutivo (croquis, mapas y detalles) y planificación. Como resultados, observamos que la producción de los dibujos siguió el cronograma de producción y montaje en el sitio de obras, por lo que los primeros dibujos correspondieron a los primeros servicios que se realizaron en la obra. Estos incorporaron en las tablas informaciones de diversas áreas técnicas. Por último, los dibujos reflejan el trabajo en equipo multidisciplinario emprendido en el CTRS, que caracterizó la práctica de Filgueiras Lima a lo largo de su trayectoria profesional.
PALABRAS-CLAVE*: diseño de arquitectura, procesos de producción; industrialización de la construcción, Centro de Tecnología de la Red Sara, João Filgueira Lima.*

INTRODUÇÃO

O trabalho do arquiteto João Filgueiras Lima (1932-2014), o Lelé, tem chamado a atenção de pesquisadores nacionais e internacionais nos últimos vinte anos, tendo em vista a grande quantidade de publicações de livros, artigos, teses, dissertações dedicadas à obra deste arquiteto[1]. Há trabalhos que se dedicam à biografia do arquiteto e apresentam uma visão panorâmica de sua obra (LATORRACA, 2000) ou relacionam a obra de Lelé com a produção contemporânea da arquitetura no plano internacional (GUIMARÃES, 2010; MARQUES, 2012; GRINOVER, 2015). Há também diversos trabalhos acadêmicos que analisam aspectos específicos da arquitetura de Lelé, tais como conforto térmico (MONTEIRO, 2006), aspectos da pré-fabricação de elementos (TRIGO, 2009), específicos sobre arquitetura hospitalar (WESTPHAL, 2007; FERRARI, 2009), dentre outros.

Além das pesquisas cujos enfoques são análise dos edifícios construídos ou panoramas da obra do arquiteto, existem poucos artigos que abordam os processos de projeto e produção da arquitetura. Os que existem apresentam uma visão geral sobre o CTRS, sem se aprofundar na produção de cada edifício (RISSELADA, 2011; LUKIANTCHUKI, CARAM, LABAKI, 2011; LUKIANTCHUKI et al, 2011; LUKIANTCHUKI, CAIXETA, FABRICIO, 2015). Estes trabalhos são importantes pontos de partida para este artigo, que pretende aprofundar o tema analisando especificamente um edifício.

O presente artigo aborda o processo de produção da arquitetura investigando as relações entre desenhos de projeto e a execução de obras do edifício sede do Tribunal de Contas da União (TCU) em Salvador, que foi projetado e produzido pelo Centro de Tecnologia da Rede Sarah (CTRS) em 1997. Para tanto, utilizamos os desenhos de produção que estão no acervo de projetos do Centro de Tecnologia em comparação com o cronograma de execução de obras. Os resultados apresentados são parte de nossa pesquisa de doutorado, ora em andamento, cujo objetivo mais amplo é investigar as práticas de projeto empreendidas no CTRS entre 1992 e 2009, estabelecendo relações entre a concepção dos edifícios, a produção dos desenhos e seu processo de construção.

Inicialmente apresentaremos de forma resumida o histórico e funcionamento do Centro de Tecnologia, bem como as principais características do edifício sede do Tribunal de Contas da União em Salvador, nosso objeto de estudo. Em seguida apresentaremos a metodologia de pesquisa adotada, que consiste na pesquisa e dos diversos desenhos e outros documentos relacionados ao projeto e fabricação do edifício, bem como os parâmetros de análise desses documentos. Descreveremos os resultados encontrados, e finalizaremos com a discussão sobre estes resultados.

O Centro de Tecnologia da Rede Sarah (CTRS)

Argumentamos que o CTRS (Figura 1), foi uma experiência singular de produção de arquitetura no Brasil, em virtude da estreita relação que firmou entre a construção e o desenho, assumindo papeis simultâneos de fábrica e centro de pesquisas, como também sendo responsável por todas as etapas do processo de produção dos edifícios, do projeto à montagem em canteiro.

[1]Em nossa pesquisa bibliográfica identificamos 15 teses e dissertações cujo tema central é obra de Filgueiras Lima, e mais 17 que sua obra não é o tema central, mas é estudada em comparação com a de outros arquitetos, somando 32 teses e dissertações que tratam da produção do arquiteto. Encontramos cerca de 50 artigos e depoimentos do arquiteto em revistas especializadas (após o ano 2000), excluindo a publicação de projetos, além de cerca de 10 livros dedicados à obra do arquiteto. Estes resultados são preliminares, pois a pesquisa está em andamento, mas dão uma ordem de grandeza dos trabalhos acerca da obra do arquiteto.

Figura 1: Edifício do CTRS em Salvador
Fonte: acervo CTRS

O CTRS foi criado para a ampliação da Rede de Hospitais Sarah Kubitschek[2]. O centro foi concebido, implantado e dirigido por Lelé no período de 1992 a 2009 em Salvador, Brasil e iniciou suas atividades no canteiro de obras do hospital da rede Sarah, segundo hospital da rede. Após a conclusão da obra do hospital em 1993, o CTRS foi gradualmente implantado em suas instalações definitivas na parte mais baixa do terreno destinado ao hospital. Este Centro foi organizado em cinco oficinas - metalurgia leve, metalurgia pesada, argamassa armada, marcenaria e plásticos – integradas com o setor de projetos. A fábrica ocupa uma área construída de aproximadamente 20.000 m².Segundo o próprio Lelé, a construção do hospital de Salvador tornou-se o embrião do CTRS, cujos objetivos principais eram: projetar e executar as obras destinadas à implantação da rede de hospitais com base em princípios de industrialização, visando economia e rapidez de execução; interagir com as equipes médicas dos hospitais para aprimorar os espaços hospitalares e equipamentos existentes; projetar e produzir equipamentos hospitalares quando for constatada vantagem econômica ou de qualidade em relação aos oferecidos pelo mercado; executar a manutenção dos prédios, equipamentos e instalações de todas as unidades da rede (Cf. LIMA, 2012, p.136).

Este centro foi responsável pela concepção, produção, fabricação de componentes, planejamento e execução de obras das diversas unidades da Rede Sarah: Salvador, Rio de janeiro, Fortaleza, Brasília (Lago Norte), Macapá e Belém. Além dos hospitais, o CTRS firmou convênio com outras instituições públicas para o desenvolvimento dos projetos e construção de seus edifícios, tais como o Tribunal de Contas da União e o Tribunal Regional Eleitoral, somando mais de vinte edifícios construídos. Em suas oficinas, foram produzidos quase todos os elementos construtivos destes edifícios, desde a superestrutura aos elementos de acabamento, como portas, *sheds* de cobertura e muros de divisa.

[2]O Primeiro hospital do aparelho locomotor Sarah Kubitschek localiza-se em Brasília – DF e seu edifício principal também foi projetado pelo arquiteto João Filgueiras Lima em 1976 que teve a obra concluída em 1980. O hospital tornou-se referência nesta especialidade criando condições o desenvolvimento de uma rede de hospitais de abrangência nacional.

Estes edifícios públicos foram construídos fora do regime de contratação de projeto e obras, que se baseia na concorrência de licitações e que separa a concepção do projeto da execução da obra. Em vez disso, o CTRS funcionou por meio de relações e estruturas de trabalho baseadas na integração das equipes de arquitetos, engenheiros, técnicos da fábrica e executores das obras. Nas palavras do pesquisador holandês Max Risselada:

> Neste caso, o subsídio era destinado a uma fábrica na qual todas as fases do processo de construção eram reunidas e aplicadas em um projeto, sem a intervenção de terceiros - tratava-se, portanto mais de uma relação de cooperação do que operação comercial, uma questão sempre presente durante os anos em que Lelé esteve envolvido em tais iniciativas, desde a Renurb até o CTRS. (RISSELADA, 2010, p. 105).

É importante ressaltar o caráter de pesquisa e experimentação que marcou a produção do CTRS no período dirigido de Lelé, que sempre avaliou e aprimorou, em cada novo projeto, o desenho e soluções construtivas de diversos componentes junto à equipe de profissionais da fábrica. Além disso, o CTRS deve ser compreendido a partir da vasta experiência que o arquiteto adquiriu em canteiro de obras e na pré-fabricação da construção. Lelé iniciou sua atuação profissional no canteiro de obras de Brasília na década de 1950, e ao longo de sua trajetória desenvolveu e aplicou sistemas construtivos pré-fabricados para diversos projetos. Implantou ou orientou a implantação de fábricas públicas de elementos pré-fabricados, tanto para edifícios como para equipamentos e infraestrutura urbana em diversas cidades, tornando-se uma autoridade em pré-fabricação da construção civil no Brasil[3].

O Edifício- sede do TCU em Salvador

O edifício sede do TCU em Salvador (Figura 2) é relevante para o entendimento do funcionamento do CTRS por diversos motivos. Primeiro, foi o primeiro edifício projetado e produzido pelo CTRS em pleno funcionamento, logo após o término das obras de suas próprias oficinas. A transição do canteiro de obras do hospital para as instalações definitivas do CTRS tinha sido iniciada com o término da obra hospitalar em 1994, e concluída em meados de 1995. Segundo, foi o primeiro edifício produzido para outra instituição pública além da Rede Sarah, por meio de convênios. A infraestrutura instalada da fábrica tinha capacidade de produzir edifícios além das necessidades da Rede Sarah, abrindo uma brecha legal para que outras instituições públicas pudessem usufruir dos serviços do CTRS. Os edifícios tinham a característica de uma alta qualidade de projeto, com rapidez de produção e custos compatíveis com a construção tradicional, o que trazia uma relação custo-benefício muito vantajosa. Assim, o convênio entre a Associação das Pioneiras Sociais (APS), mantenedora da Rede Sarah, e o TCU foi firmado em dezembro de 1995. Por fim, a construção da sede do TCU de Salvador provou que o processo de projeto, modulação adotada, sistema construtivo e gerenciamento de obras empreendidas no CTRS – conhecido pela alta capacidade de produzir hospitais – poderia ser adaptado a outros programas arquitetônicos. Este edifício foi o primeiro de uma sequência de mais sete sedes de TCU em vários estados brasileiros, além da sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) em Salvador, num período de três anos (1996-1998).

[3]Estas são as principais fábricas implantadas por Filgueiras Lima que antecederam o CTRS: Centro de Planejamento da UnB - Ceplan, (Brasília, 1962-1964), a Companhia de Renovação Urbana - Renurb (Salvador, 1978-1982), as escolas transitórias de Abadiânia (Goiás, 1982), os Centros Integrados de Educação Pública – CIEPS (Rio de Janeiro, 1984-1986), a Fábrica de Equipamentos Comunitários - FAEC (Salvador, 1985-1989) e os Centros Integrados de Apoio à Criança – CIACS (Governo Federal -1990).

O edifício caracteriza-se pelo uso de elementos estruturais em aço – sobretudo pela usinagem de chapas dobradas – complementados pela utilização de elementos pré-fabricados em argamassa armada nas lajes de piso, estrutura do auditório e paredes divisórias. As principais características do partido adotado são: liberação do nível do solo para estacionamento e acesso do edifício, possibilitada pela adoção de duas vigas treliças de quarenta e cinco metros de comprimento dispostas ao longo das fachadas e apoiadas sobre dois pilares cada; iluminação e ventilação naturais realizadas através de *sheds* de cobertura; auditório circular no piso térreo, circundado por espelho d'água que permite resfriamento natural do ambiente. Este edifício foi projetado e construído em seis meses (janeiro a julho de 1996).

Figura 2: Edifício do TCU em Salvador
Fonte: acervo CTRS

MATERIAIS E MÉTODOS

No caso estudado há uma estreita relação entre a construção e o desenho dos edifícios, no duplo sentido de desígnio e registros gráficos que o desenho assume. Durante o processo de projeto (formulação, elaboração e síntese propositiva de um problema), o desenho é fundamental porque corresponde à principal linguagem utilizada nas diversas fases de concepção dos edifícios e obras. Em sua extensão e diversidade de usos, os desenhos são documentos centrais para o estudo do campo da arquitetura. Por este motivo, investigar os usos e significados dos desenhos no processo de produção é a principal metodologia adotada para esta pesquisa.

O arquiteto e professor Rafael Perrone realizou pormenorizado estudo do desenho como representação da arquitetura. O autor categorizou os tipos de desenho de arquitetura segundo sua finalidade, ou tarefa comunicativa. São eles:

> A) Grupo dos Desenhos Sugestivos / Representativos, divididos em: A.1) Desenhos de Estudo Gnosiológico / Metodológico (croquis, esquemas e diagramas); A.2) Desenhos de

> Finalidade Comunicativa (desenhos de apresentação, de memoriais e explicativos, desenhos para vendas); A.3) Desenhos de Finalidade Cognitiva (desenhos de documentação, reconstituição e de tratados); A.4) Desenhos de Finalidade Prospectiva (desenhos fantásticos ou visionários).B) Grupo de desenhos Descritivos / Operativos, divididos em: B.1) Desenhos para obras (desenhos de execução e detalhes); B.2) Desenhos de Instrumentação (desenhos de componentes e para manuais). (PERRONE,1993, p.28).

Por este motivo, a metodologia adotada para esta pesquisa foi analisar os usos e os significados do desenho no processo de produção deste edifício. Inicialmente realizamos o levantamento e a documentação dos desenhos de projeto desde a fase de anteprojeto até os desenhos de fabricação de peças, no arquivo do CTRS. Em seguida realizamos a comparação destes com as etapas de obra, de modo a examinar quais os procedimentos permitiram a realização de um projeto e obra em curto espaço de tempo, com qualidade arquitetônica e precisão construtiva.

Para tanto, selecionamos diferentes tipos de desenhos desenvolvidos para o edifício sede do TCU - Salvador, com base na classificação de Perrone. Dentre eles, incluiremos croquis, esquemas, diagramas, desenhos de apresentação, explicativos, desenhos de execução e detalhes. Observamos também o tipo de desenho (implantação planta, corte, elevação, detalhe construtivo, perspectiva, etc.), o assunto tratado (estrutura; fundação, cobertura, caixilhos, etc.) e sua finalidade (desenhos de estudo, de comunicação com o cliente, de informação para construção, de divulgação).

OS DESENHOS–RESULTADOS

Consultamos o acervo do CTRS, em Salvador, no período de 9 a 13 de abril de 2018. O arquivo está organizado por projetos e por acondicionamento de desenhos. Há desenhos em caixas-arquivo (desenhos em A4 ou A3 dobrados), tubos (desenhos grandes enrolados) e mapotecas (desenhos grandes e cadernos A3). Fizemos a busca pelos desenhos da sede do TCU – Salvador e encontramos desenhos nesses três lugares. Observamos todos os desenhos e fotografamos parte deles, com intuito de documentar e exemplificar o material consultado. Dividimos os desenhos em três grandes grupos:

- Desenhos de Anteprojeto: caderno. Trata-se de um caderno A3 que apresenta o anteprojeto, que inclui desenhos à mão feitos por Lelé, textos e fotos de maquete. Este caderno foi realizado para comunicação com o cliente (TCU).
- Desenhos de projeto executivo: croquis, “mapas” e detalhes. São desenhos de desenvolvimento do projeto, que incluem desenhos de diversos tamanhos e datas, e se sobrepõem ao cronograma da obra. Identificamos uma divisão por função dos desenhos, que agrupamos em croquis, “mapas” e detalhes.
- Desenhos de planificação: são os desenhos desenvolvidos no setor da metalurgia. São instruções de montagem que são encaminhadas para as linhas de produção.

A seguir, descreveremos com mais detalhes os resultados observados para cada grupo de desenhos.

Desenhos de Anteprojeto: caderno.

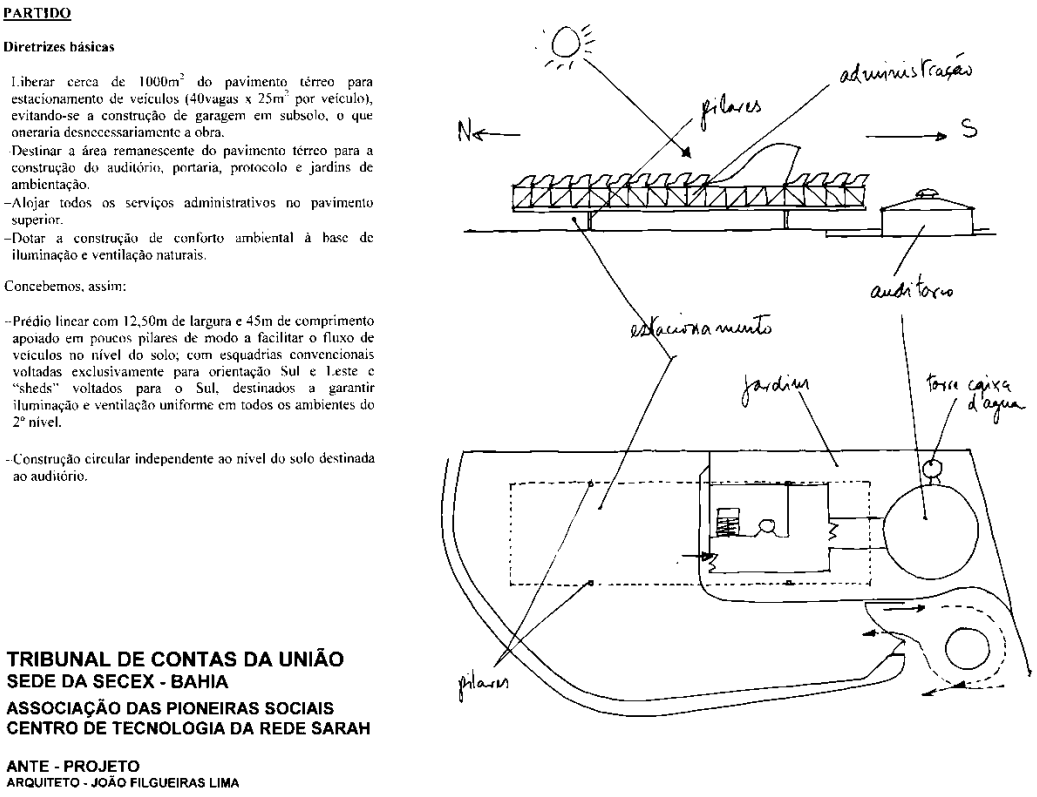
O primeiro registro que encontramos foi o caderno de apresentação do anteprojeto. Trata-se de um documento que contém desenhos, textos, previsão orçamentária e fotos de maquete. É composto por páginas de papel fotográfico tamanho A3 e contém desenhos feitos à mão, acompanhados por memorial descritivo. Este caderno tem como finalidade comunicação com o cliente (TCU), e condensa todo o trabalho da equipe de projeto (arquitetos e engenheiros de todas as especialidades).

Todos os desenhos apresentados foram feitos à mão por Lelé, com caneta preta sobre papel manteiga, depois foram fotocopiados e reduzidos, conferindo maior precisão ao desenho. Estes sintetizam e explicam de forma didática as principais condicionantes de projeto bem como as decisões adotadas, para cada área técnica. Neste conjunto de desenhos (plantas, cortes, croquis) são explicitados os partidos de projeto adotados, dividido por tópicos. O caderno é complementado por fotografias das oficinas metalurgia e argamassa armada - que ilustram o sistema de produção - e fotos de uma maquete física, confeccionada na oficina de marcenaria e moldes/fibra de vidro do CTRS.

Os tópicos apresentados são (em ordem de páginas):

- Programa e Implantação: contém uma lista de ambientes solicitada pelo cliente e um texto descrevendo o terreno. O desenho apresentado é uma planta com o terreno e seu entorno, com orientação solar e área disponível para construção (descontando afastamentos definidos na legislação local). Este tópico é complementado por uma página com foto do terreno.
- Acesso: O desenho apresentado é uma planta com o terreno e seu entorno, com a primeira definição de projeto, que é uma pista de desaceleração e rótula de entrada, pois o terreno tem acesso por uma via rápida. Este tópico é complementado por uma página com foto da maquete, vista de cima.
- Partido: São apresentadas uma planta do lote com ocupação esquemática do térreo e elevação onde mostra o partido geral, tanto estrutural como de iluminação e ventilação naturais, ressaltando a orientação ao sul dos *sheds* de cobertura (Figura 3). Este tópico é complementado por uma página com foto da maquete, com vista da elevação frontal, compatível com o desenho apresentado na página anterior.
- Conforto Ambiental: São apresentadas trecho da planta do pavimento superior, corte do edifício principal e corte do auditório, ressaltando os ventos dominantes e as soluções para circulação de ar no edifício. Este tópico é complementado por uma página com foto da maquete.
- Sistema Construtivo: São apresentadas perspectiva com o partido estrutural, e detalhes em corte das vigas duplas de aço, tanto de piso como de cobertura (Figura 4). Para o bloco do auditório, também é apresentada uma perspectiva de seu partido estrutural, com detalhe em corte. Nasduas perspectivas, nota-se que o desenho representa a estratégia de montagem no canteiro, como se o edifício estivesse em obras, mostrando o andaime, por exemplo. Este tópico é complementado por duas páginas com foto das oficinas de metalurgia e argamassa armada, mais duas páginas de foto da maquete.
- Instalações Elétricas, lógica e telefonia: são apresentados dois cortes detalhados com os principais encaminhamentos destas instalações pelas vigas duplas de chapa dobrada e entre os painéis de divisórios.
- Instalações de esgoto e drenagem: são apresentados quatro cortes detalhados com os principais encaminhamentos destas instalações, tanto as calhas como as tubulações de esgoto.

- Instalações de som e música ambiente; detecção de incêndio; água; aterramento: São apresentados pequenos textos que tratam destes tópicos, sem desenhos.
- Previsão orçamentária: é apresentada uma previsão orçamentária, em forma de tabela.
- Conjunto de Plantas, Corte e Perspectivas: Em sequência, são apresentados os desenhos comumente apresentados em um estudo preliminar, com uma planta para cada pavimento, um corte longitudinal e duas perspectivas internas - um do hall central de acesso (Figura 5) e interna do auditório. Todos estes desenhos também feitos à mão, de autoria de Lelé. Este conjunto de desenhos finais também é intercalado com fotos da maquete.



PARTIDO

Diretrizes básicas

Liberar cerca de 1000m² do pavimento térreo para estacionamento de veículos (40vagas x 25m² por veículo), evitando-se a construção de garagem em subsolo, o que oneraria desnecessariamente a obra.
Destinar a área remanescente do pavimento térreo para a construção do auditório, portaria, protocolo e jardins de ambientação.
–Alojar todos os serviços administrativos no pavimento superior.
–Dotar a construção de conforto ambiental à base de iluminação e ventilação naturais.

Concebemos, assim:

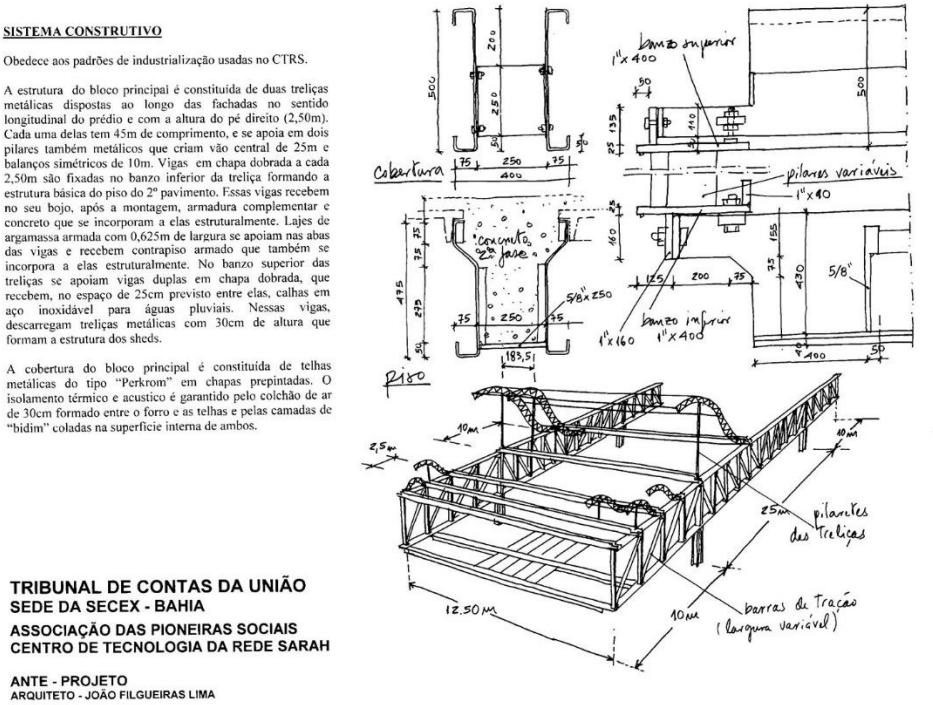
–Prédio linear com 12,50m de largura e 45m de comprimento apoiado em poucos pilares de modo a facilitar o fluxo de veículos no nível do solo; com esquadrias convencionais voltadas exclusivamente para orientação Sul e Leste e "sheds" voltados para o Sul, destinados a garantir iluminação e ventilação uniforme em todos os ambientes do 2° nível.

–Construção circular independente ao nível do solo destinada ao auditório.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
SEDE DA SECEX - BAHIA
ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS
CENTRO DE TECNOLOGIA DA REDE SARAH

ANTE - PROJETO
ARQUITETO - JOÃO FILGUEIRAS LIMA

Figura 3: Edifício do TCU em Salvador - Desenho de anteprojeto: Partido
Fonte: acervo CTRS



SISTEMA CONSTRUTIVO

Obedece aos padrões de industrialização usadas no CTRS.

A estrutura do bloco principal é constituída de duas treliças metálicas dispostas ao longo das fachadas no sentido longitudinal do prédio e com a altura do pé direito (2,50m). Cada uma delas tem 45m de comprimento, e se apoia em dois pilares também metálicos que criam vão central de 25m e balanços simétricos de 10m. Vigas em chapa dobrada a cada 2,50m são fixadas no banzo inferior da treliça formando a estrutura básica do piso do 2º pavimento. Essas vigas recebem no seu bojo, após a montagem, armadura complementar e concreto que se incorporam a elas estruturalmente. Lajes de argamassa armada com 0,625m de largura se apoiam nas abas das vigas e recebem contrapiso armado que também se incorpora a elas estruturalmente. No banzo superior das treliças se apoiam vigas duplas em chapa dobrada, que recebem, no espaço de 25cm previsto entre elas, calhas em aço inoxidável para águas pluviais. Nessas vigas, descarregam treliças metálicas com 30cm de altura que formam a estrutura dos sheds.

A cobertura do bloco principal é constituída de telhas metálicas do tipo "Perkrom" em chapas prepintadas. O isolamento térmico e acustico é garantido pelo colchão de ar de 30cm formado entre o forro e as telhas e pelas camadas de "bidim" coladas na superficie interna de ambos.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
SEDE DA SECEX - BAHIA
ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS
CENTRO DE TECNOLOGIA DA REDE SARAH

ANTE - PROJETO
ARQUITETO - JOÃO FILGUEIRAS LIMA

Figura 4: Edifício do TCU em Salvador –Desenho de anteprojeto: Sistema Construtivo
Fonte: acervo CTRS

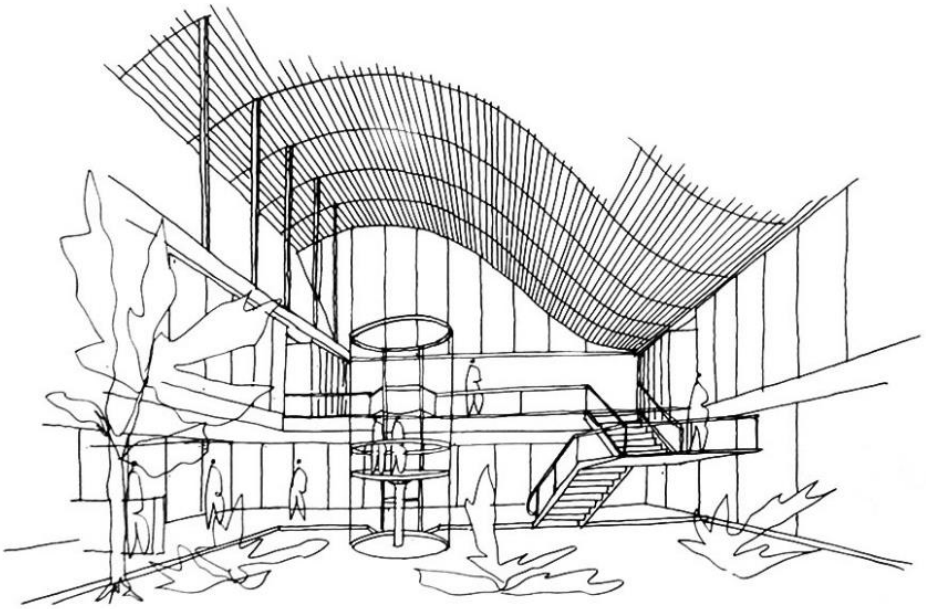
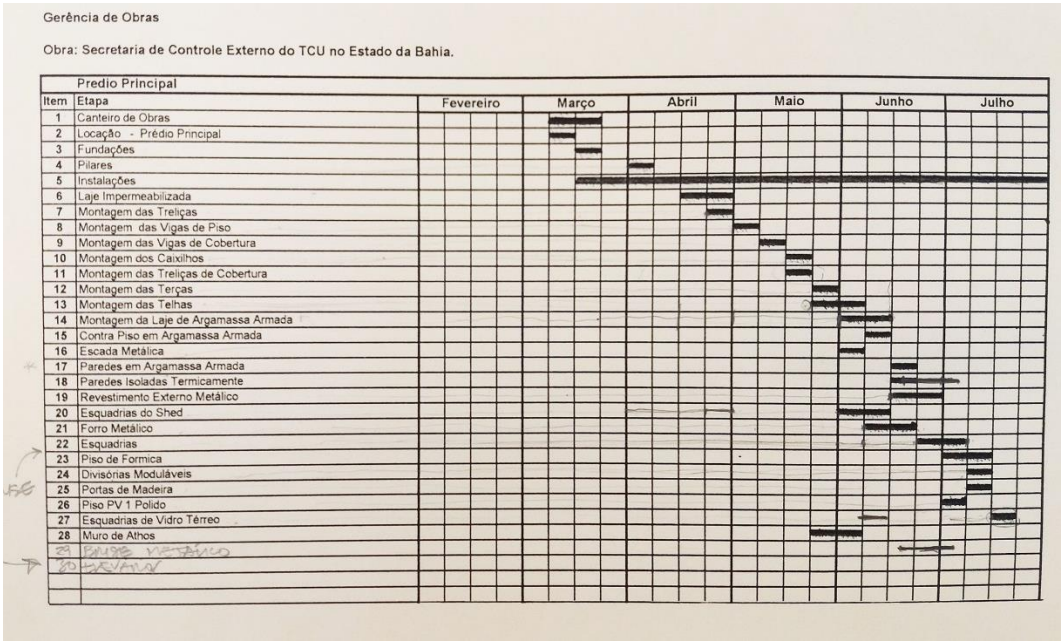


Figura 5: Edifício do TCU em Salvador - Desenho de anteprojeto: Perspectiva
Fonte: acervo CTRS

Desenhos de projeto executivo: croquis, mapas, detalhes.

Este conjunto de desenhos são o desenvolvimento do projeto executivo, e foram produzidos pelos diversos profissionais (arquitetos e engenheiros) no setor de projetos do CTRS, sob coordenação de Lelé. Diferentes de um conjunto homogêneo, estes desenhos compõem um conjunto heterogêneo quanto a tamanhos (A0, A1, A2), suportes (vegetal e manteiga, desenhos à lápis e à caneta nanquim, plotagens), e ferramentas (à mão, em computador). Neste projeto os desenhos à mão são preponderantes em relação aos desenhos feitos em computador. Esta era uma tecnologia relativamente nova no período e em fase de implantação no CTRS. Os profissionais que trabalhavam lá já estavam acostumados a anos com os procedimentos de desenho manual, e o realizavam mais rápido do que os digitais.

Notamos também que estes desenhos são concomitantes ao cronograma da obra (Figura 6). Após a aprovação do anteprojeto e consequente celebração do acordo entre a APS/CTRS e o TCU (em dezembro de 1995), foi autorizada a obra (e consequente desenvolvimento do projeto executivo e de fabricação). O contrato era para a obtenção do edifício construído, não separando o serviço de projeto do serviço de obras. A obra foi iniciada no princípio de março de 1996 e concluída em 2 de agosto de 1996, perfazendo um total de 5 meses de obra. Dos desenhos consultados que possuem data (muitos não possuem), constamos que há uma variação de fevereiro a julho de 1996, ou seja, se sobrepõem à execução da obra.


Gerência de Obras

Obra: Secretaria de Controle Externo do TCU no Estado da Bahia.

Predio Principal

Item	Etapa	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
1	Canteiro de Obras						
2	Locação - Prédio Principal						
3	Fundações						
4	Pilares						
5	Instalações						
6	Laje Impermeabilizada						
7	Montagem das Treliças						
8	Montagem das Vigas de Piso						
9	Montagem das Vigas de Cobertura						
10	Montagem dos Caixilhos						
11	Montagem das Treliças de Cobertura						
12	Montagem das Terças						
13	Montagem das Telhas						
14	Montagem da Laje de Argamassa Armada						
15	Contra Piso em Argamassa Armada						
16	Escada Metálica						
17	Paredes em Argamassa Armada						
18	Paredes Isoladas Termicamente						
19	Revestimento Externo Metálico						
20	Esquadrias do Shed						
21	Forro Metálico						
22	Esquadrias						
23	Piso de Formica						
24	Divisórias Moduláveis						
25	Portas de Madeira						
26	Piso PV 1 Polido						
27	Esquadrias de Vidro Térreo						
28	Muro de Athos						

Figura 6: Cronograma de obras TCU em Salvador
Fonte: acervo CTRS

Como o sistema construtivo já estava definido no anteprojeto, é importante salientar que o cronograma de execução da obra é que orientava a ordem de execução dos desenhos. Por exemplo, os primeiros desenhos a serem produzidos são relativos à estrutura geral do edifício: os quatro pilares, as duas treliças principais e as vigas de apoio do piso e da cobertura, bem como o desenho das quatro sapatas de apoio dos pilares. Logo após foram feitas as treliças dos *sheds* da cobertura, os fechamentos, e assim sucessivamente. Realizamos,

para fim de entendimento, uma divisão por função dos desenhos, que agrupamos em croquis, mapas e detalhes, que detalharemos a seguir.

Os **croquis** são desenhos realizados ao longo das várias fases de obra, executados diversos suportes e com diferentes finalidades. Eles antecedem a confecção de mapas e detalhes e são feitos seguindo a sequência do cronograma de obras. Sobre um desenho impresso em papel sulfite realizado em AutoCAD, uma nova disposição de ambientes foi desenhada em caneta vermelha, para que fosse possível modificar a posição das paredes divisórias, e a consequente mudança de número de peças produzidas, pois estas divisórias são peças pré-fabricadas em argamassa armada. Ressaltamos que o carimbo do desenho data de março de 1996 (início das obras), com modificação em abril de 1996, ou seja, com a obra em andamento na fase de montagem das treliças principais e vigas de piso. As paredes em argamassa armada (item 17 do cronograma) só entrariam no mês de junho, portanto ainda havia tempo para mudanças.

Outro exemplo de croqui são os estudos feitos à mão realizados por arquitetos da equipe ou pelo próprio Lelé. Também realizados em função do cronograma, os detalhes eram resolvidos conforme a demanda de cronograma. O exemplo abaixo (Figura 7). é uma folha com uma série de croquis de autoria de Lelé, projetando o balcão do hall de recepção.

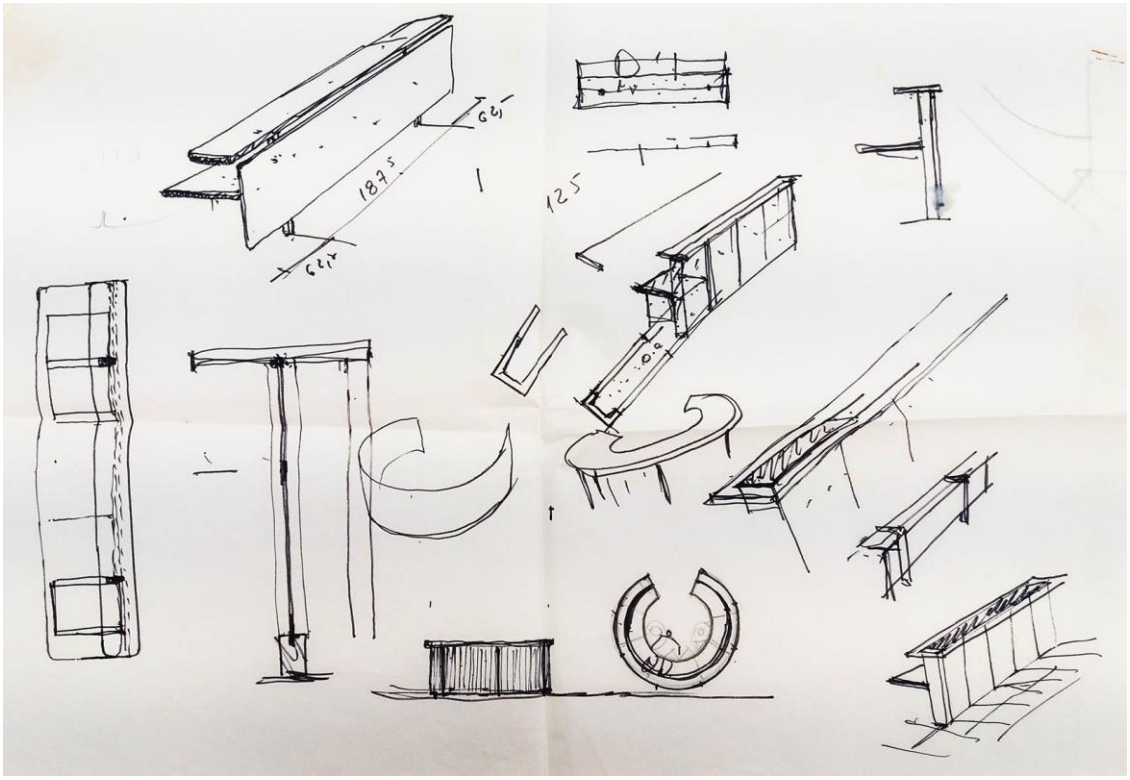


Figura 7: Estudo para balcão do hall de entrada TCU Salvador. Desenho: Arq. João Filgueiras Lima
Fonte: acervo CTRS

Os **mapas** são desenhos que apresentam uma camada construtiva, cujo objetivo é identificar e quantificar os tipos de peça, e serve tanto para a quantificação para fabricação quanto para a instrução de montagem para a obra. Não existe uma planta baixa de um pavimento, mas sim diversas camadas de um mesmo nível, seguindo a lógica do sistema construtivo adotado e da montagem em canteiro; em geral são normalmente plantas, mas podem ser por cortes, complementados por detalhes. Por exemplo, na planta do piso superior em escala 1:50, o primeiro mapa é relativo às vigas de apoio deste piso. São indicados e quantificados os tipos de viga, como a V.P. Tipo (Viga Principal Tipo): V.P Curta e V.P. reforçada(Figura 8 - esquerda).Nota-se também, em projeção, a modulação das lajes de argamassa armada (a próxima camada a ser executada neste piso), que também teve um mapa específico, com os diferentes tipos de peças de lajes, com os respectivos detalhes. Em complementação aos mapas são apresentados os **detalhes.** Neste caso é apresentado detalhe de cada viga principal (V.P.), em escala ampliada na escala 1:5 (Figura 8 - direita), permitindo assim que o desenho da peça seja planificado para produção.

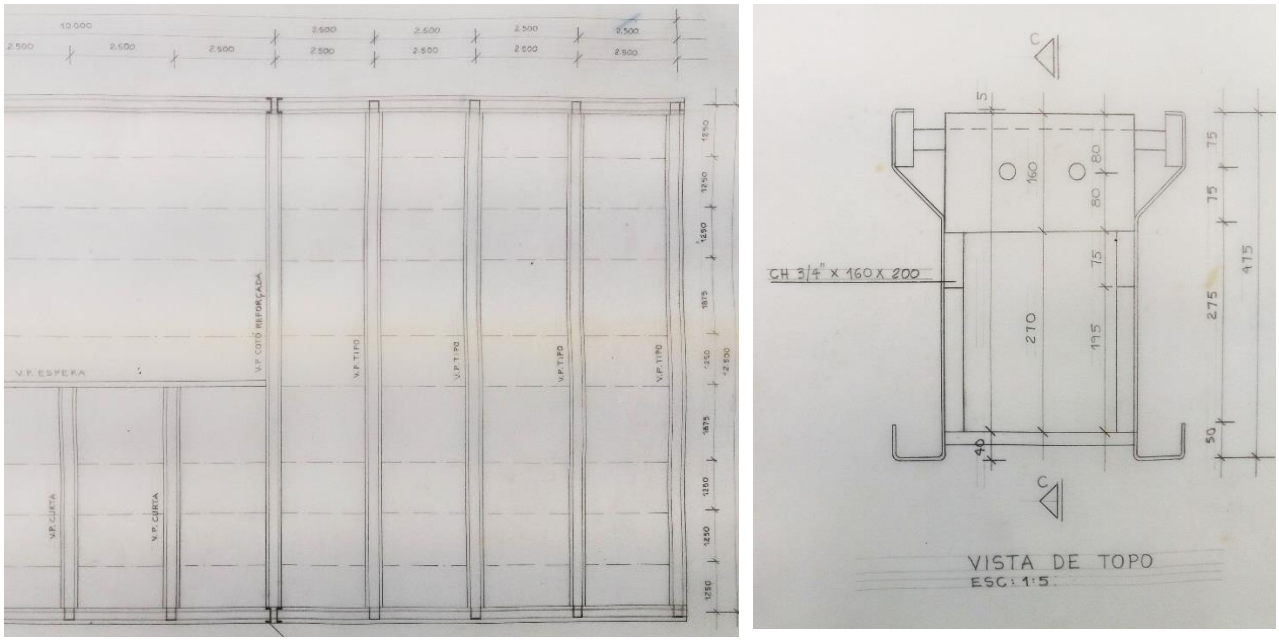


Figura 8: TCU em Salvador – prancha de projeto executivo: mapa e detalhe
Fonte: acervo CTRS

Desenhos de planificação

Os desenhos de planificação são instruções de montagem para ser encaminhadas para as linhas de produção. O projeto executivo desenvolvido no setor de projetos, incluindo os mapa e detalhes, é encaminhado para a produção nas diversas oficinas. Como a maioria do edifício é composto de peças metálicas (superestrutura, estruturas auxiliares, cobertura, forros, fechamentos, escadas, caixilhos, etc.), eles são encaminhados para a planificação no setor de metalurgia. A planificação é a decomposição de um elemento construtivo metálico em todas as suas partes, com as instruções necessárias para beneficiar a matéria prima (chapas e barras de aço) através de cortes, dobras e soldas. Estes desenhos são produzidos em uma folha padrão tamanho A4 ou A3, e acompanham um resumo com o peso e quantidade de toda a matéria prima a utilizar. O conjunto de folhas que compõem o desdobramento de uma peça é grampeada e vai para a linha de produção.

Acompanha a peça em toda sua linha de montagem até o setor de expedição, que a encaminha para o canteiro de obras.

Os desenhos de planificação possuem as datas de encaminhamento para produção anotadas em todas as folhas, por este motivo são ótimos documentos para saber a ordem de produção das peças. A construção em aço é extremamente precisa (a margem de erro é de2mm), havendo pouca modificação de projeto na sua execução. Portanto, a versão das peças no desenho de planificação é muito próxima do executado no edifício, diferente da construção usual em concreto e alvenarias.

A título de exemplo apresentamos a planificação do pilar do edifício principal: na primeira página encontramos o resumo do material a utilizar para sua produção. Na segunda página tem uma perspectiva isométrica que representa sua configuração final com as principais medidas, a quantidade (4 unidades) e o peso total dos pilares (5 toneladas). Em folha posterior há a sequência de montagem do pilar, soldando as diferentes peças, devidamente numeradas (Figuras 9 e 10).

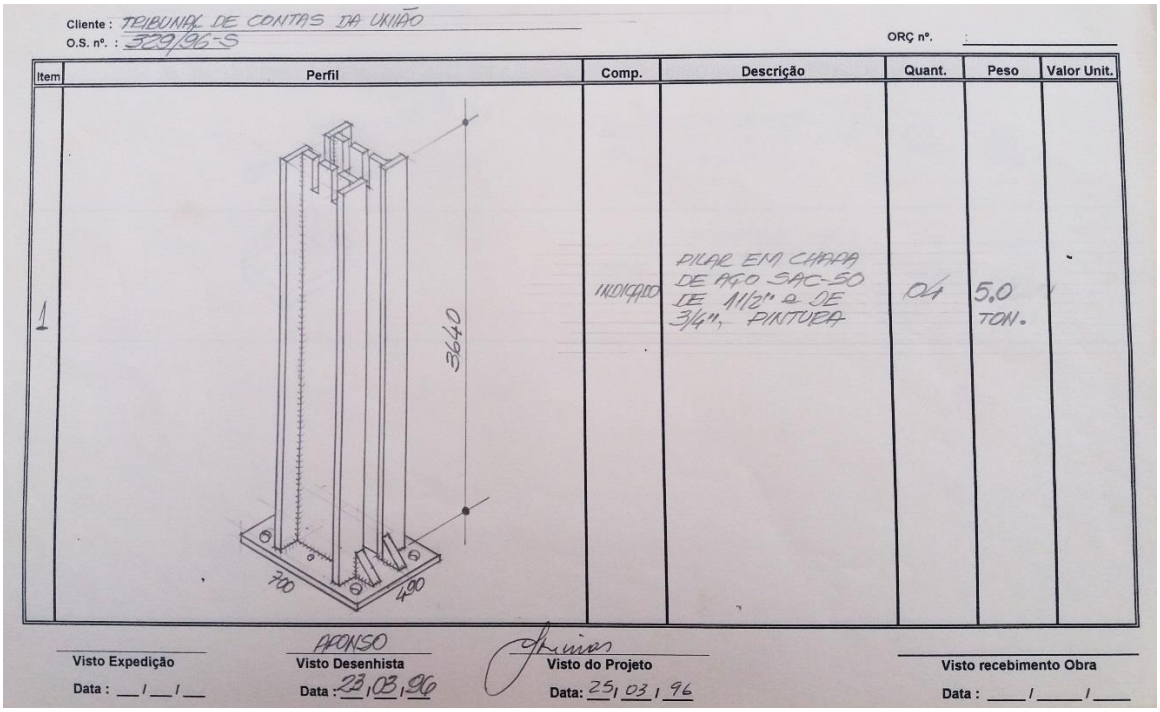


Figura 9: TCU em Salvador – folha de desdobramento do pilar
Fonte: acervo CTRS

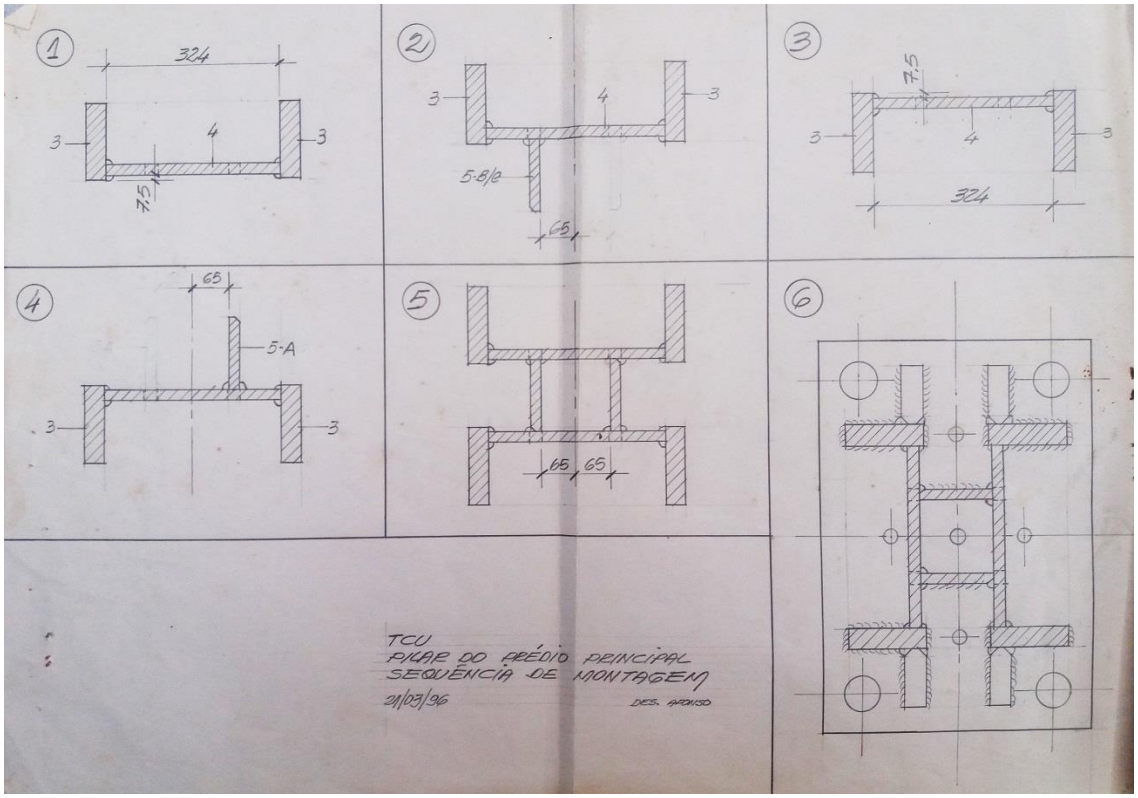


Figura 10: TCU em Salvador – folha de desdobramento do pilar
Fonte: acervo CTRS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apreciarmos a documentação disponível do projeto da sede do TCU—Salvador, pudemos perceber que os desenhos eram primeiramente concebidos no setor de projetos. Em seguida, estas modificações eram traduzidas nos desenhos de planificação para a produção das peças. Identificamos dois momentos de projeto: anteprojeto e detalhamento para execução.

O primeiro momento - o anteprojeto -foi desenvolvido independente da execução da obra. É a síntese de uma série de reuniões e ponderações com os diversos especialistas da equipe. Nesta fase a configuração geral do edifício é definida em todas sua complexidade, ainda sem o detalhamento, mas com desenhos que comunicam com clareza as decisões de projeto. Este nível de definição nesta fase só é possível com o conhecimento acumulado pela equipe nas obras do Hospital de Salvador, da sede do CTRS e dos demais hospitais que estavam em execução naquele período. No caderno de anteprojeto é evidenciado o trabalho da equipe multidisciplinar do CTRS, tanto nas orientações de cada especialidade técnica (estrutura, instalações, conforto) quanto na sua apresentação. A equipe do Centro de Tecnologia contava ainda com um fotógrafo e maquetista em seu quadro fixo de funcionários, o que possibilitou a rápida produção do caderno. É preciso salientar que trabalho da equipe de superintendência de obras foi de suma importância no CTRS, pois tinha capacidade de elaborar cronogramas físico-financeiros com precisão, já na fase de anteprojeto, além de planejar a logística de produção, transporte e montagem no canteiro de obras.

O segundo momento - o detalhamento para execução - foi desenvolvido atrelado à execução da obra. Estes desenhos compõem um conjunto heterogêneo de documentos que foram desenvolvidos no setor de projetos e nas oficinas. No setor de projetos, a produção de desenhos segue uma sequência de croquis, mapas e detalhes até chegar em uma solução definitiva, quando são distribuídos para a produção. Na oficina de metalurgia, estes desenhos executivos eram planificados para a produção nas linhas de montagem. Este fluxo de produção de desenhos do setor de projetos para a execução das oficinas era contínuo durante a obra, pois o detalhamento foi desenvolvido por partes, seguindo as fases da obra.

Como resultados, observamos que a produção dos desenhos seguiu o cronograma de produção e montagem no canteiro de obras, por isso, os primeiros desenhos corresponderam aos primeiros serviços executados em obra. Estes incorporaram nas pranchas informações de diversas áreas técnicas (formas, ferragens, hidráulica, etc.). Esta prática revelou uma relação diferente das práticas usuais na construção civil, nas quais os desenhos de projeto geralmente são finalizados antes do início das obras[4] (Figura 11). Por fim, os desenhos refletem o trabalho em equipe multidisciplinar empreendido no CTRS, que caracterizou a prática de Lelé ao longo de sua trajetória profissional.

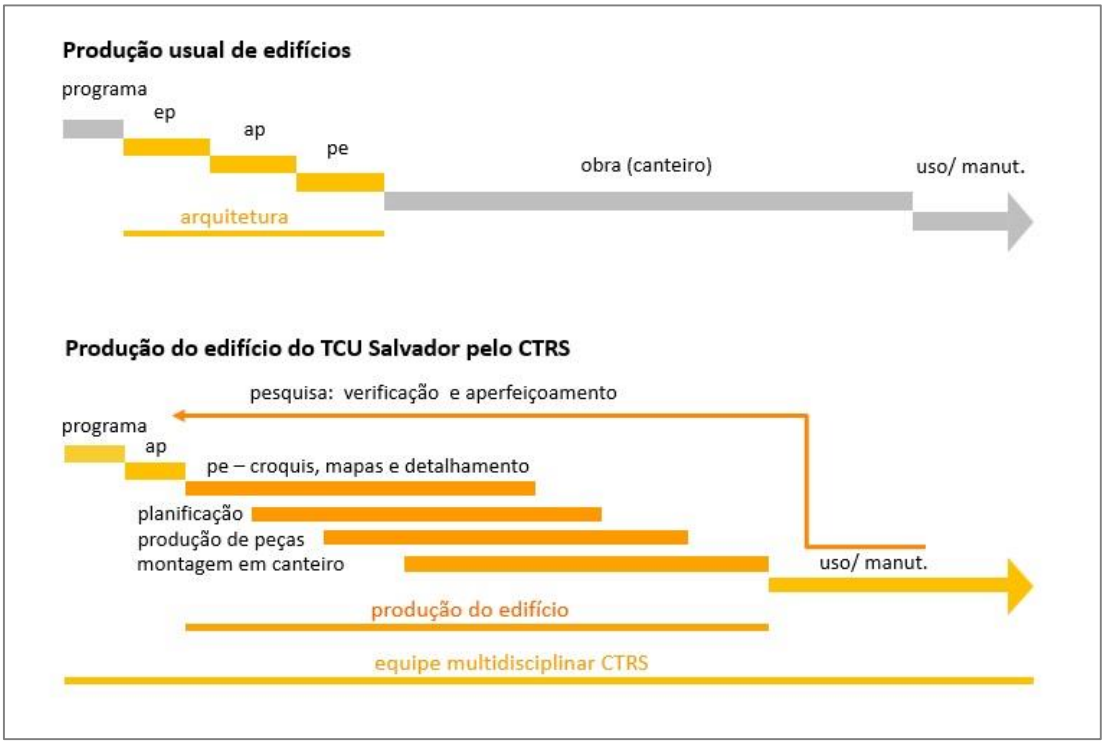


Figura 11: Gráfico de fluxo de projeto e obra. Comparação entre a produção usual de edifícios e da produção de edifícios do CTRS. Fonte: os autores

[4] Estas práticas usuais são reforçadas pelo modelo licitações de projetos separada da licitação de obras (Lei federal 8.666) e pelos manuais de projeto disponibilizados pelo CAU.

REFERÊNCIAS:

FERRARI, Thais Cavalcanti. **Utilização da Luz Natural na Arquitetura Hospitalar de João Filgueiras Lima**. Niterói: UFF, 2009. Dissertação de Mestrado.

GRINOVER, Marina Mange. **Laboratório de projeto e construção**: prática da arquitetura na obra de Renzo Piano e João Filgueiras Lima. São Paulo: FAU-USP, 2015. Tese de Doutorado.

GUIMARÃES, Ana Gabriella Lima. **A obra de João Filgueiras Lima no contexto da cultura arquitetônica contemporânea**. São Paulo: FAU-USP, 2010. Tese de Doutorado.

LATORRACA, Giancarlo (org.) **João Filgueiras Lima: Lelé**. Lisboa: editora Blau; São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 2000.

LIMA, João Filgueiras. **Arquitetura:** uma experiência na área da saúde. São Paulo: Romano Guerra, 2012.

LUKIANTCHUKI, Marieli A.; CARAM, Rosana: LABAKI, Lucila. A arquitetura bioclimática e a obra de João Filgueiras Lima (Lelé). In: KOWALTOWSKI, Doris; et al (Org.). **O processo de projeto em arquitetura:** da teoria à tecnologia. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.pp 323-348.

_____ et al. "Industrialização da construção no Centro de Tecnologia da Rede Sarah (CTRS). A construção dos hospitais da Rede Sarah: uma tecnologia diferenciada através do Centro de Tecnologia da Rede Sarah – CTRS". **Arquitextos**, São Paulo, ano 12, n. 134.04, Vitruvius, jul. 2011. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.134/3975>. Acessado em 01/08/2018.

_____; CAIXETA, M. C. B. F.; FABRICIO, M. M. "Integrated design of industrialized building systems: The Technology Center of the Sarah Network - CTRS, Brazil". **Gestão e Tecnologia de Projetos**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 103-118, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/gtp.v10i1.9591>. Acessado em 01/08/2018.

MARQUES, André Felipe Rocha. **A obra de João Filgueiras Lima, Lelé**: projeto, técnica e racionalização. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012. Dissertação de Mestrado.

MONTERO, Jorge Isaac Perén. **Iluminação e Ventilação Naturais na obra de João Filgueiras Lima "Lelé"**: Estudo dos Hospitais da Rede Sarah Kubitschek Fortaleza e Rio de Janeiro. São Carlos: EESC-USP, 2006. Dissertação de Mestrado.

PERRONE, Rafael Antônio Cunha. **Desenho como signo da arquitetura**. São Paulo: FAU-USP, 1993. Tese de Doutorado.

RISSELADA, M. A pesquisa paciente: o CTRS como laboratório. In: M. Risselada; G. Latorraca (Eds.). **A arquitetura de Lelé**: fábrica e invenção. São Paulo: Imprensa Oficial: Museu da Casa Brasileira, 2010, pp. 105-110.

TRIGO, Cristina Câncio. **Pré-fabricados em argamassa armada**: material, técnica e desenho de componentes desenvolvidos por Lelé. São Paulo: FAU-USP, 2009. Dissertação de Mestrado.

WESTPHAL, Eduardo. **A Linguagem da Arquitetura Hospitalar de João Filgueiras Lima**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. Dissertação de Mestrado.

4 – ARTIGOS COMPLETOS DE SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

INTERFACES ENTRE MORFOLOGIA URBANA, PLANEJAMENTO E PRÁTICA: CAUSAS E EFEITOS

Venanparq
Salvador - 2018

ESTRADAS, LARGOS E ATMOSFERAS DE PREFERÊNCIA – A REDE DE ESPAÇOS LIVRES NO CATETE, RIO DE JANEIRO-RJ

ROADS, SQUARES AND PREFERENCE ATMOSPHERES – THE FREE SPACES NETWORK IN THE CATETE, RIO DE JANEIRO-RJ

ESTRADAS, PLAZAS Y ATMOSFERAS DE PREFERENCIA – LA RED DE ESPACIOS LIBRES EN EL CATETE, RIO DE JANEIRO-RJ

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

LAMOUNIER, Alex Assunção
Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor da FAU-UFRJ
alex.a.lamounier@gmail.com

CARVALHO, Thereza Christina Couto
Doutora em Desenho Urbano; Professora da FAU-UFF e do PPGAU-UFF
thereza.urbanismouff@gmail.com

ESTRADAS, LARGOS E ATMOSFERAS DE PREFERÊNCIA – A REDE DE ESPAÇOS LIVRES NO CATETE, RIO DE JANEIRO-RJ

ROADS, SQUARES AND PREFERENCE ATMOSPHERES – THE OPEN SPACES NETWORK IN CATETE, RIO DE JANEIRO-RJ

ESTRADAS, PLAZAS Y ATMOSFERAS DE PREFERENCIA – LA RED DE ESPACIOS LIBRES EN CATETE, RIO DE JANEIRO-RJ

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
O Catete foi bairro nobre de destaque no início da valorização da zona sul do Rio de Janeiro. Teve importância ampliada por sucessivas obras de infraestrutura, graças à localização estratégica no acesso centro-zona sul. Em sua formação, o "Caminho da Praia Vermelha", atual Rua do Catete, é estruturante fundamental, reforçado por uma rede de espaços livres atrativos. Este trabalho explora as relações entre atratividade urbana e Atmosferas de Preferência, analisando a rede de espaços livres em torno da Rua do Catete. Tendo o Largo do Machado como espaço central, essa rede é conformada pelos jardins do Palácio do Catete, Praças José de Alencar e São Salvador, e Parques Guinle e do Flamengo. A perspectiva adotada fundamenta-se em estudos sobre atmosferas urbanas e na metodologia de identificação das "etapas de sedimentação da paisagem" de espaços atrativos (CARVALHO, 2009).
PALAVRAS-CHAVE: atratividade urbana; DNA da paisagem; atmosfera urbana; atmosfera de preferência; Catete.

ABSTRACT:
Catete was a prominent neighborhood at the beginning of the valorization of Rio de Janeiro southern zone. Its importance has been expanded by successive infrastructure works, thanks to the strategic location in the center-southern zone access. In its formation, the "Caminho da Praia Vermelha", currently Rua do Catete street, is a fundamental structurant, reinforced by an attractive open spaces network. This work explores the relationships between urban attractiveness and Preference Atmospheres, analyzing the open spaces network around Rua do Catete street. Having Largo do Machado square as a central space, this network is conformed by the Palácio do Catete gardens, José de Alencar and São Salvador Squares, and Guinle and Flamengo's Parks. The perspective adopted is based on urban atmospheres studies and on the methodology for identifying the "stages of landscape sedimentation" of attractive spaces (CARVALHO, 2009).
KEYWORDS: *urban attractiveness; landscape DNA; urban atmosphere; preference atmosphere; Catete.*

RESUMEN:
Catete fue un barrio noble de destaque al inicio de la valorización de la zona sur de Rio de Janeiro. Su importancia fue ampliada por sucesivas obras de infraestructura, gracias a la ubicación estratégica en el acceso centro-zona sur. En su formación, el "Caminho da Praia Vermelha", actual calle Rua do Catete, es estructurante fundamental, reforzado por una red de espacios libres atractivos. Este trabajo explora las relaciones entre atractividad urbana y Atmósferas de Preferencia, analizando la red de espacios libres en torno a la calle Rua do Catete. Con el Largo do Machado como espacio central, esa red es conformada por los jardines del Palacio del Catete, Plazas José de Alencar y São Salvador, y Parques Guinle y del Flamengo. La perspectiva adoptada se fundamenta en estudios sobre atmósferas urbanas y en la metodología de identificación de las "etapas de sedimentación del paisaje" de espacios atractivos (CARVALHO, 2009).
PALABRAS-CLAVE*: atractividad urbana; ADN del paisaje; atmósfera urbana; atmósfera de preferencia; Catete.*

INTRODUÇÃO

O Catete foi área nobre de destaque no início da valorização da zona sul do Rio de Janeiro. Bairro considerado tradicional no imaginário urbano do Rio, sediou o Governo Federal e teve importância ampliada por sucessivas obras de infraestrutura, graças à localização estratégica no acesso entre o centro e a zona sul da capital carioca. No processo de formação do bairro, o "Caminho da Praia Vermelha", atual Rua do Catete, é estruturante fundamental na configuração de uma rede de espaços livres significativa na integração do que chamamos Atmosfera de Preferência.

Tendo o Largo do Machado como espaço central, primeira praça configurada nas margens da antiga Estrada do Catete – também chamada de "Caminho da Praia da Vermelha" –, essa rede é formada também pelas Praças José de Alencar e São Salvador, pelos jardins do Palácio do Catete – atual Museu da República – e pelos Parques Guinle e do Flamengo. É integrada, portanto, por espaços livres de diferentes escalas cujos atrativos se complementam e se reforçam na configuração da atmosfera do bairro.

Com o objetivo de explorar as relações entre atratividade urbana e o que chamamos de Atmosferas de Preferência, o presente trabalho analisa a referida rede de espaços livres, sob a ótica das "etapas de sedimentação da paisagem", conforme metodologia que vem sendo desenvolvida por Thereza Carvalho (2009). Nesse sentido, a região do Catete é abordada a partir da estrada que lhe deu origem, entendendo-se a rede de praças e parques que se desenvolve em torno daquela estrada – a atual Rua do Catete – como determinante de uma Atmosfera de Preferência no Rio de Janeiro. O Largo do Machado, considerado espaço central na rede mencionada, possibilita sintetizar aspectos significativos da atratividade e da atmosfera do bairro do Catete. Tem papel de destaque, portanto, nas análises aqui apresentadas.

ATMOSFERAS DE PREFERÊNCIA E ATRATIVIDADE URBANA

A discussão sobre o que define Atmosferas de Preferência envolve reflexões sobre atratividade e vitalidade urbana em diferentes escalas. Thereza Carvalho (2009) vem desenvolvendo um método que trata do "capital genético de espaços públicos, focalizando o papel desses espaços na articulação de centralidades". Identifica três etapas na consolidação de espaços atrativos – "singularidade atrativa", "fruição agregadora" e "tradição valorizadora" – que conferem "aos espaços atributos que os distinguem e caracterizam", contribuindo "para que resistam a situações desqualificadoras".

"Singularidade atrativa" refere-se à etapa em que um determinado espaço é percebido "como espaço de exceção". Pode se dar em virtude de "atributos morfológicos [...] e ou também pela sua feição geomorfológica, e pela localização em relação à rede de espaços e caminhos que integram". Também pode ser intencionalmente definida, através da concepção e concretização de projetos urbanos, ou, ainda, resultar da permanência de determinadas arquiteturas, funções ou *status* que tiveram destaque no passado (CARVALHO e COELHO, 2009, p. 296).

"Fruição agregadora" se dá quando determinados espaços "conquistam cumulativamente significados reconhecidos e prestigiados com potencial para se constituírem em imagens com identidades de referência" (*ibidem*, p. 299). Integrando novos usos, potencializa "singularidades atrativas" e pode conduzir ao reconhecimento como "espaços valorizados de exceção", sob certas condições. Manifesta-se "através de diferentes e sucessivas práticas de apropriação, de usuários, usos e atividades que se somam à sua volta". A

"excepcionalidade" pode ser resultante de diferentes dimensões, mas sempre se relaciona à "fruição da paisagem".

"Tradição valorizadora" envolve a consolidação das fases anteriores, incluindo-se a "intensificação dos conteúdos funcionais e simbólicos no tempo e no espaço, cujos significados socialmente reconhecidos foram coletivamente construídos e já se mostram como identidade de referência prestigiosa". Nesta etapa ocorre significativa ampliação do "patamar de atração" que pode alcançar, inclusive, uma escala internacional, "com efeito correspondente sobre o patamar de agregação", disparando novo ciclo com a mesma sequência de etapas (*ibidem*, p. 300).

A metodologia elaborada por Carvalho (2009) abre possibilidades que contribuem à exploração da relação entre atratividade urbana e a configuração de Atmosferas de Preferência. Relacionando tal metodologia à ideia de atmosfera urbana, pode-se complementar que, associadas à vivência cotidiana, singularidades, fruição e o reconhecimento como tradição podem levar à definição e intensificação de vínculos afetivos com o espaço. Afetividade, ou "tonalidade afetiva" (THIBAUD, 2015), por sua vez, consiste num dos aspectos essenciais à configuração de atmosferas, conforme defendido pelos diversos estudos voltados ao entendimento deste conceito.

Kurokawa (2002, cap. 14) entende atmosfera como o sentimento de envolvimento, de "amor à cidade" – relaciona-se até mesmo ao humor do observador e "pode ser descrita como uma ordem simbólica sem uma estrutura estabelecida", resultante da variedade de relações entre significados e elementos, possibilidades de modificação de conteúdos simbólicos, espaços intermediários entre elementos diferentes, conotações de signos, e relações das partes com o todo.

Segundo Griffero (2013, p. 03), atmosfera urbana pode ser definida como a "pele sensorial da cidade", resultante da combinação entre "situação geográfico-climática, condição histórica e socioeconômica, qualidade arquitetônica e de infraestrutura, expressividade de valor, língua, nutrição e assim por diante", envolvendo, portanto, "apropriação topográfica, realização espacial do lugar e da negociação pragmática". Considera, ainda, que a percepção de atmosferas envolve, frequentemente, um senso de "familiaridade", e complementa que a atmosfera de uma cidade, em modos gerais, "parece familiar quando a cidade permite que mesmo os recém-chegados possam se sentir em casa, estar no controle de sua existência" (*ibidem*, p. 04). Esta noção de familiaridade, portanto, não se restringe a um único padrão de reconhecimento – trata-se de uma "noção [...] polivocal". Condiz, assim, com a ideia de espaço aberto à contemplação de diferentes possibilidades de reconhecimento, diferentes visões, num sentido múltiplo, proposta por Massey (2009), e com a argumentação de que uma atmosfera, inicialmente desconhecida, pode ser reconhecível nas primeiras impressões que oferece por remeter a aspectos familiares presentes na memória de quem a observa.

Para Thibaud (2015, p. 284), atmosfera envolve "criação continuada" e sua percepção depende da experiência proporcionada por determinada situação. Assim, atmosferas consideradas comuns, cotidianas, podem se tornar memoráveis conforme nos tocam, conforme a experiência que propiciam consegue despertar nosso interesse. O referido autor conceitua atmosfera em termos de "qualidade difusa", relacionando "três elementos de definição" interdependentes – "unidade", "afeição" e "dinâmica" (*ibidem*, p. 244).

"Unidade" consiste na propriedade que torna única e "induplicável" uma situação, imbuindo de significados

"todos os objetos e eventos [...] envolvidos numa experiência". Atmosfera é, portanto, entendida como o que confere um senso de unidade ao todo que integra uma situação e, ao mesmo tempo, singulariza esta situação, tornando-a específica, "colorindo a totalidade do campo circundante" (*ibidem*, p. 245).

"Afeição" é intrínseca à ideia de atmosfera, cuja apreensão "sempre envolve emoção e sensibilidade, [...] colocando-nos numa certa disposição corporal e afetiva" – uma atmosfera "confere um valor ao que aparece e exprime a tonalidade afetiva do momento", num "modo de apreensão da realidade baseado na intuição" que não pode se restringir "a um puro ato de entendimento" (*ibidem*, p. 246).

"Dinâmica" implica no reconhecimento da situação como "um processo de transformação". É tanto "o que motiva a investigação" como o que "dá uma coerência interna à situação, conferindo-lhe um significado e uma orientação determinados". Revela tanto o "caráter temporal" do conceito de atmosfera como a ideia de evolução orientada – "o fato de que ela surge e se desenvolve num certo sentido e de acordo com uma orientação determinada". (*ibidem*, p. 247).

Associadas às etapas de sedimentação de espaços atrativos definidas por Carvalho (2009) e ao entendimento de espaço relacionado à multiplicidade (MASSEY, 2009), tais reflexões fundamentam a ideia de que Atmosferas de Preferência integram diferentes concepções de mundo sobre um mesmo tempo e espaço. De acordo com tal entendimento, Atmosferas de Preferência integram componentes tangíveis e intangíveis, e relacionam-se intimamente à percepção individual. Seu reconhecimento, entretanto, pode abranger o imaginário coletivo – por conta do compartilhamento de valores culturais comuns, diferentes indivíduos podem perceber determinadas configurações como preferíveis, mesmo que por motivos diferentes (LAMOUNIER, 2017).

Entre os estudos sobre atmosferas urbanas, o acúmulo de tempo é fator comum como algo importante à configuração de atmosferas. Assumir que a configuração de atmosferas é algo relacionado à construção continuada, ou seja, demanda tempo, implica reconhecer que atmosferas não podem ser construídas de imediato ou pré-determinadas. As análises a seguir mostram a gênese e a evolução da área do Catete aqui estudada, com o intuito de entender seu processo de consolidação como centralidade que apresenta significativa atratividade no contexto da cidade do Rio de Janeiro, e como isso se relaciona à sua configuração como uma Atmosfera de Preferência no imaginário carioca.

GÊNESE E EVOLUÇÃO

O desenvolvimento do antigo "Caminho da Praia Vermelha", atual Rua do Catete, agregando usos e ocupações diversificados em suas margens, foi indutor do surgimento e da consolidação de uma rede de espaços livres atrativos no Catete. Tendo o Largo do Machado como espaço central – temporal e espacialmente – a integração entre estes diferentes espaços livres, praças, parques, largos e a própria estrada, é fator essencial à configuração de uma atmosfera atrativa, já consolidada no imaginário carioca e no contexto de desenvolvimento urbano do Rio.

O mapa de 1808-1812 (Figura 1a) mostra o "descampado" onde surgiu o Largo do Machado, nas "margens alagadiças" do Rio Catete, junto ao "Caminho da Praia Vermelha". Transpondo-se o rio, limite natural, a ocupação escasseava notavelmente. O Largo foi "demarcado como logradouro público em 1810" (COARACY, 1965, p. 446). Em 1850 (Figura 1b), o traçado viário já delimitava o vazio da praça. O rio aparece desviado e a intensificação da ocupação ao longo da estrada pode ser notada pelas edificações que iam definindo as

quadras contíguas a esse eixo viário. No final da mesma década, em 1858 (Figura 1c), observa-se considerável densificação, um traçado interno da praça e nova retificação do rio. Atualmente, a Rua do Catete configura eixo estruturante da rede integrada pelas Praças José de Alencar, São Salvador, Palácio do Catete, Parques Guinle e do Flamengo, tendo, como espaço central, o Largo do Machado (Figura 1d).

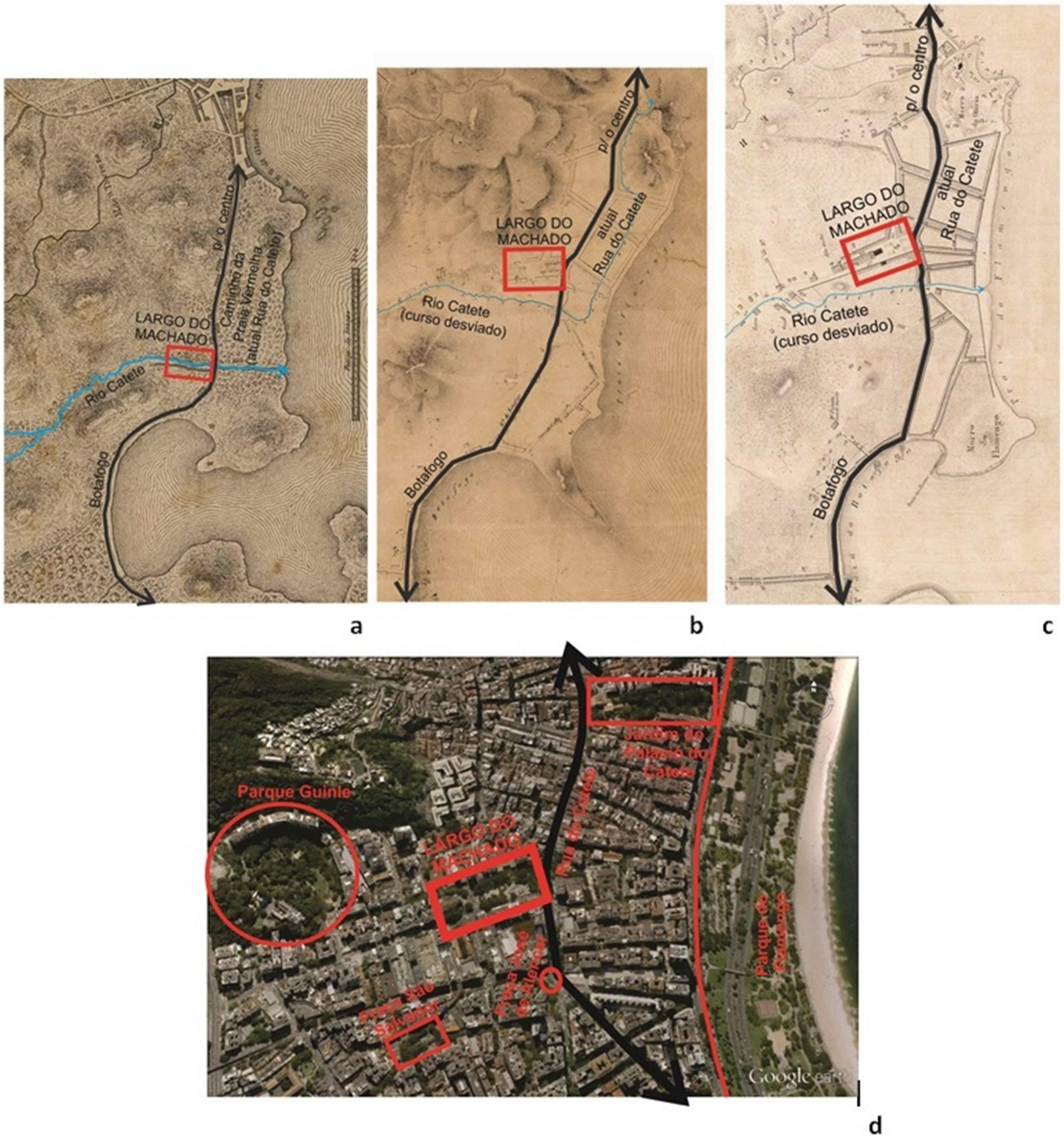


Figura 1. Catete: início – 1808 (a), 1850 (b), 1858 (c); 2015 – rede de espaços livres (d).
Fonte: LAMOUNIER, 2017, p. 231; p. 279.

Necessário na "mudança da cidade [...] para o Morro do Castelo", o "Caminho da Praia Vermelha" "deve ter sido o mais antigo" na ligação com as chácaras da zona sul (CRULS, 1965, p. 91). Ações do Poder Público reforçaram essa estrada como eixo de expansão, favorecendo o distanciamento das classes abastadas, do congestionado centro da capital carioca (ABREU, 1987).

O relevo, o Rio Catete e a estrada foram “singularidades atrativas” iniciais na conformação da rede de espaços livres. O adensamento ocupacional reflete o início da “tradição valorizadora” que resulta e alimenta, concomitantemente, “fruições agregadoras”. Usos mistos desde o desenvolvimento inicial daquele eixo e a proximidade entre praças refletem a valorização pela fruição que agrega significados, propiciando a identificação com o espaço.

Valorização como singularidade envolve reconhecimento pela população e ações do Poder Público. Implantada em 1868, a primeira linha de bondes do Rio ligava o centro ao Largo do Machado, passando pela Rua do Catete (PM RIO, [2005]). Atualmente, as diversas linhas de ônibus e a proximidade entre estações do metrô da Glória ao Flamengo atestam a importância da rua no contexto viário do Rio de Janeiro. Usos e apropriações geraram novas singularidades e possibilidades de fruição, (re)valorizando tradições espaço-temporalmente localizadas. Somados à vivência cotidiana, potencializam o estabelecimento de vínculos afetivos, aspecto que destaca relações entre atratividade urbana e Atmosferas de Preferência.

FUNCIONALIDADE E SIMBOLISMO, ATRATIVIDADE E AFETIVIDADE

De acordo com a visão do presente trabalho, Atmosferas de Preferência se relacionam a espaços singulares, reconhecidos como tal num dado contexto e escala, com diferentes níveis de atratividade. Funcionalidade e simbolismo, atratividade e afetividade são tratados, conforme tal visão, como aspectos que podem estar integrados. Atrativos ‘funcionais’ podem levar à fruição que, através da vivência continuada, conduz à atribuição de significados, processo que carrega o espaço de diferentes conteúdos simbólicos, em caráter e intensidade.

Além da importância como principal eixo de desenvolvimento da cidade no sentido centro-zona sul, a Rua do Catete guarda, ainda, o simbolismo de ter sediado o Governo Federal, do início da República até os anos 1960. Atualmente, destaca-se pela vitalidade em suas margens e entorno. O Largo do Machado permanece como ponto nodal importante na cidade. A rede de espaços públicos é significativa à irradiação de sua atmosfera – tendo a Rua do Catete como eixo principal, essa atmosfera abrange, sofrendo variações, da Glória ao Flamengo, pelo menos.

O Largo do Machado – elemento central da rede de espaços livres em torno do “Caminho da Praia da Vermelha”

A configuração e a consolidação da rede de espaços atrativos no Catete conduz a reflexões sobre a permanência de um determinado caráter ao longo do tempo, resultante de uma série de “mutações e resistências”, conforme os termos de Carvalho e Coelho (2009, p. 285). Como “centralidade urbana” de ampla atratividade, esta rede apresenta atributos que correspondem às dimensões – “morfológica”, “institucional”, “social”, “econômica”, “ambiental” e de “acessibilidade” – que integram os “conteúdos genéticos das redes de espaços públicos” (*ibidem*).

A importância do “Caminho da Praia Vermelha” no contexto de expansão urbana do Rio de Janeiro foi certamente fator indutor ao desenvolvimento do bairro do Catete, atraindo diversas ações do poder público e da esfera privada, que foram agregando novos atrativos. Além dos diversos atributos que foram se estabelecendo na atual Rua do Catete, o surgimento da rede de largos, praças e parques, conectados direta ou indiretamente a essa via, também intensificaram – e intensificam – ainda mais a atratividade do

entorno. Como principal espaço livre surgido nas margens da antiga estrada, o Largo do Machado tem papel central nessa rede de espaços livres.

Enquanto a localização e as características geomorfológicas podem ter definido as "singularidades atrativas" iniciais do Largo, ainda em sua época de descampado, seu aterro, para vencer os períodos de alagamento, configurou uma área plana que, junto ao traçado livre, posteriormente resultante dos sucessivos projetos de 'ajardinamento', levou à configuração de certa flexibilidade – uma praça que permite múltiplas apropriações, incluindo a instalação temporária de eventos sazonais (Figura 2a). A agregação dos usos comercial e misto ao longo do tempo acabou definindo tipologias de edificações que, a despeito das diferenças entre si, principalmente relacionadas às distintas épocas de construção, apresentam um padrão determinado: a localização de comércios e/ou serviços no piso térreo. Este padrão é identificado em todas as margens da praça, à exceção da área da igreja de Nossa Senhora da Glória. A localização é, ainda, um dos principais atributos do Largo do Machado em termos de "dimensão morfológica" (CARVALHO e COELHO, 2009). Localizado num ponto de confluência entre os bairros do Catete, do Flamengo e de Laranjeiras, o Largo do Machado acabou se definindo como o espaço central de uma rede integrada de espaços públicos hierarquizados e de diferentes escalas – jardim do Palácio do Catete, Praça José de Alencar, Praça São Salvador, Parque Guinle e Parque do Flamengo (como mostrado anteriormente, na Figura 1d). Nessa rede, pode-se identificar "escalas intermediárias que alimentam os elos de ligação" (CARVALHO e COELHO, 2009, p. 288). As vias que conectam esses espaços acabam atraindo usos que reforçam essa rede. Assim, cada um dos elementos que integram a rede "assume um papel complementar aos outros, eventualmente com conotações mais ou menos prestigiadas mas não menos úteis e necessárias no equilíbrio do tecido urbano" (*ibidem*, p. 287). Considerando-se as transformações e permanências de morfologia, usos e apropriações, e a forma como conduziram à consolidação do reconhecimento do Largo do Machado como um espaço atrativo, pode-se considerar que a manutenção de seu caráter como centralidade urbana relaciona-se à durabilidade, entendida aqui como atributo de espaços onde coexistem antigas e novas morfologias, que mantêm e propiciam, respectivamente, antigos e novos usos e apropriações – corresponde à abertura espacial ao futuro, definida por Massey (2009) como qualidade significativa ao conceito de multiplicidade.

O Palácio do Catete, antiga sede da República, guarda a memória da representação maior do Estado – a sede do Governo Federal se localizou na Rua do Catete desde a Proclamação da República até a transferência da capital federal para Brasília, nos anos 1960. No entorno imediato do Largo do Machado, outras intervenções também caracterizam a praça como um "lugar de representação do poder público" (CARVALHO e COELHO, 2009, p. 288). O Colégio Estadual Amaro Cavalcanti (Figura 2c) é a edificação mais representativa em termos de "dimensão institucional" (*ibidem*), uma vez que foi construído para homenagear a vitória do Império brasileiro na Guerra do Paraguai e, posteriormente, sediou diversos usos institucionais relacionados à educação. A igreja e o monumento a Nossa Senhora da Glória (Figura 2b) refletem o reconhecimento da valorização da praça pela instituição religiosa. A estação do metrô e os pontos de integração das linhas de ônibus refletem a valorização, pelo poder público, da praça na malha viária do Rio. Podem ser entendidos como estruturas que consolidam essa importância, intensificada já com a instalação das primeiras linhas de bonde do Rio de Janeiro. Mas também são elementos que agregam novas estruturas – a facilidade de integração foi, certamente, um dos fatores que atraiu o ponto de venda dos ingressos para o Cristo Redentor e, ainda, a presença constante de vendedores de pacotes privados para o referido atrativo. Outras intervenções, como os projetos de remodelação da praça – alguns sob autoria dos grandes nomes de Glaziou e de Burle Marx, respectivamente – e os equipamentos que foram sendo ali instalados também se referem a ações do poder público. No entanto, são as intervenções

destacadas anteriormente que distinguem o Largo do Machado como um dos espaços de representação institucional entre outras praças do Rio – constituem elementos que, como conjunto, só existem ali.

A "dimensão social", conforme Carvalho e Coelho (2009, p. 289), é influenciada pelas dimensões "morfológica" e "institucional" e pelas "relações das redes com os habitantes e visitantes, assim como com a cidade". Tal conceituação aproxima-se da definição de "experiência partilhável" de Thibaud (2015) e traz um foco, por analogia, aos componentes da morfologia urbana que propiciam sociabilidade, atributo importante na configuração de atmosferas. Os extensos bancos do mobiliário do Largo do Machado, os equipamentos dos parquinhos e da 'academia da terceira idade' favorecem a socialização, mesmo entre pessoas que não se conhecem. A estação de metrô (Figura 2d) e os pontos de ônibus intensificam a frequência de pessoas por ali, o que atrai apresentações de artistas de rua e vendedores ambulantes e, ainda, amplia as potencialidades de permanência do público na praça. A escala – ampla, mas sem transcender as possibilidades de domínio visual do todo – e o vazio central da praça possibilitam a instalação de estruturas temporárias para feiras e eventos artísticos que consistem em atrativos sazonais que, no entanto, contribuem para a distinção – e difusão desta distinção – da praça como um espaço de fruição. No entorno do Largo do Machado, a grande oferta de atrativos comerciais e de serviço, incluindo bares, restaurantes, cinemas, mercados, farmácias e, ainda, as barraquinhas de ambulantes nas calçadas, intensificam, em diversas escalas, o papel da praça como um espaço catalisador do "encontro espontâneo" (CARVALHO e COELHO, 2009, p. 289). Os bares com suas mesas e cadeiras nas calçadas (Figura 2e) e as galerias comerciais de livre acesso no térreo de edifícios de uso misto amenizam a separação entre os domínios público e privado. Atrativos morfológicos e institucionais se misturam tanto na caracterização como tal, de maneira indissociável, quanto em propiciar "múltiplas funções em múltiplos horários, por diferentes grupos de usuários" (*ibidem*). O Colégio se define como uma "singularidade" que, associada aos bancos e mesas com tabuleiros e ao sombreamento das árvores, configura a área da praça onde há maior concentração de pessoas exercendo a fruição descompromissada, despreocupada em relação à movimentação cotidiana da cidade. O caráter de pausa desta área é ainda acentuado pela mudança de piso na Rua Gago Coutinho, que levou a uma diminuição na quantidade e na velocidade dos automóveis que passam por esta margem do Largo do Machado – no lado oposto da praça, a movimentação intensa da Rua das Laranjeiras não favorece a 'extensão' do espaço dos estabelecimentos comerciais para a calçada. Tendo como base o mobiliário, a arborização e a proximidade do Colégio, a concentração de pessoas, por sua vez, atrai mais pessoas, seja para acompanhar os jogos de carta, participando ou apenas observando o desenrolar das partidas, ou simplesmente para se sentar ali e 'puxar assunto' com alguém com quem eventualmente se divide a mesa ou o banco. Pela socialização intensa, esta área acabou se tornando uma das partes da praça onde mais se nota demarcações de territórios afetivos, uns mais, outros menos duradouros (Figura 2f). A outra área refere-se às proximidades do módulo policial e do respiro do metrô, onde moradores de rua se encontram e, por vezes, pernoitam, no conforto do apoio mútuo entre pessoas na mesma condição. Esses fatores remetem aos atributos que integram a definição de "dimensão social" proposta por Carvalho e Coelho (*ibidem*): "escala", relação "com o entorno imediato, relação entre espaços internos e externos, privado e público, histórico de ocupação e tradição de usos, áreas expostas ao sol e sombreadas", bem como "sinais de usos mistos" nas edificações que margeiam a praça, com o comércio sempre no piso térreo e, no caso dos edifícios de diversos andares, uso residencial ou de serviços mais específicos nos pavimentos superiores.

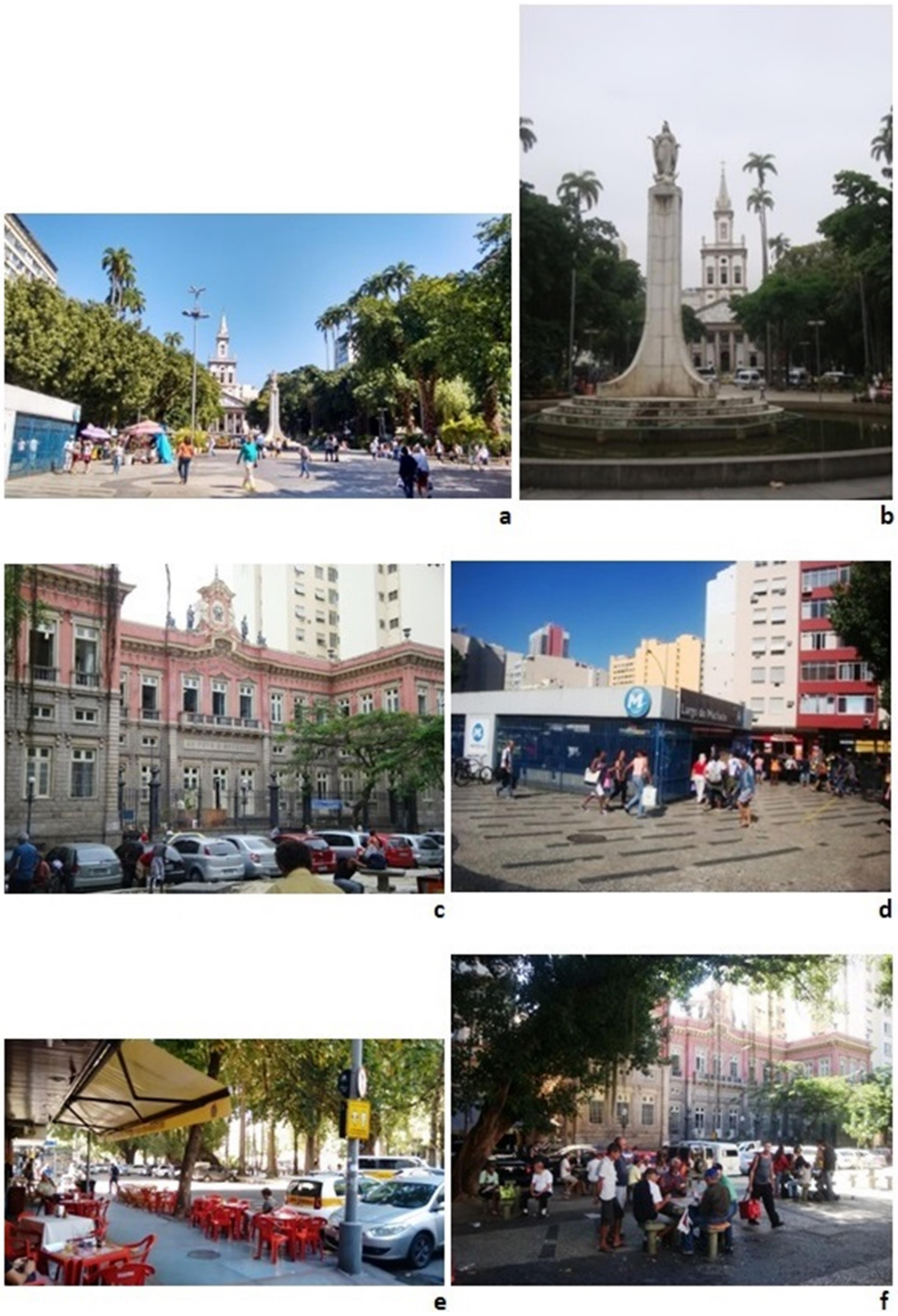


Figura 2. Largo do Machado e entorno.
Fonte: o autor, 10/2013 (fotos 2b, 2c); 05/2015 (fotos 2d, 2f); 08/2017 (fotos 2a, 2e).

Os referidos autores destacam que, assim como as três etapas/forças de configuração e consolidação de espaços atrativos, as dimensões que as envolvem são interdependentes entre si. De tal maneira, atributos

morfológicos, institucionais e sociais podem não ser claramente separáveis e, ainda, influenciam, de maneira também relacionada, as demais dimensões. A "dimensão econômica", portanto, é alimentada e alimenta de diversas maneiras e níveis as demais dimensões já referidas, incluindo as "atividades e usos" em seus mais "diferentes graus" (CARVALHO e COELHO, 2009). Assim, os "usos comerciais e outras atividades econômicas" do entorno reforçam e são reforçados pela proximidade com o Largo do Machado – a fruição da praça leva à fruição econômica dos comércios e serviços e vice-versa, agregando cada vez mais "práticas sociais e culturais [...] ali" (*ibidem*).

Quanto aos aspectos da "dimensão ambiental" (*ibidem*), a ampla escala que, no entanto, permite o domínio visual do Largo do Machado como um todo – qualidade relacionada à sensação de segurança – e a arborização com copas frondosas em suas margens configuram a praça como um espaço de 'respiro' em meio à densidade de edificações e intensa movimentação das ruas do entorno.

Estas cinco dimensões são reforçadas pela "acessibilidade" (*ibidem*) que, no caso do Largo do Machado, envolve tanto a facilidade de se chegar à praça, ou de se partir dali para outros pontos da cidade, como a abertura, promovida pela combinação de seus diversos atributos morfológicos, a múltiplas e diferentes apropriações.

A conexão do Largo do Machado com outros espaços livres conduz à ideia de "campo difuso", categoria importante à definição de atmosferas, conforme Thibaud (2015). Tal aspecto é analisado a seguir.

A Rede de Praças e Parques do Catete – integração e difusão de uma atmosfera atrativa de bairro

Thibaud (2015) considera que atmosfera, embora envolva também aspectos tangíveis, como a configuração físico-espacial, por exemplo, pertence mais ao campo do vago que da objetividade. Assim, atmosferas não possuem limites claramente identificáveis, nem tampouco fixos, podendo variar ao longo do tempo e, ainda, conforme a percepção de cada observador. De acordo com o mesmo autor, é importante, portanto, entender até que ponto a abrangência de uma atmosfera pode ser sentida, buscando-se identificar quais são as estruturas do entorno que ampliam o alcance do simbolismo associado à mesma, e de que maneira se dá a transição entre o reconhecimento individual e o reconhecimento no âmbito coletivo dessa atmosfera. Nesse aspecto reside seu entendimento de atmosfera em termos de "campo difuso". No entendimento aqui assumido, a rede de espaços livres atrativos do Catete atua como definidora desse "campo difuso", uma vez que é composta por estruturas que, em conjunto, compõem a atmosfera geral do bairro. Se anteriormente analisamos a centralidade do Largo do Machado como exemplo de uma Atmosfera de Preferência no Catete, pautada na atratividade, em múltiplos sentidos, a partir daqui buscamos identificar a rede de espaços livres no Catete como fator de difusão da atmosfera geral do bairro.

Atrativos como a igreja de Nossa Senhora da Glória, o "Colégio do Imperador", as estações de transporte público – ônibus e metrô – e, principalmente, a significativa quantidade de estabelecimentos comerciais considerados tradicionais, como os bares, restaurantes, cafés e cinemas próximos definem motivos que tornam o Largo do Machado um local de destino ou, ao menos, de passagem frequente, o que contribui para sua "difusão" (THIBAUD, 2015) no imaginário da cidade.

Qualidades morfológicas como localização e implantação, a rede de caminhos e conexões podem ser consideradas as características mais significativas à configuração, à evolução e à "difusão" da atmosfera do Largo do Machado. Propiciaram o surgimento de outros componentes, como edificações significativas que,

embora possam não estar no entorno imediato, são integradas a essa atmosfera por conta da estrutura morfológica urbana na qual se encontram inscritas.

Nas comemorações de 400 anos do Rio de Janeiro, Coaracy (1965, p. 447) caracterizava o Largo do Machado como "o ponto de encontro ou confluência de quatro zonas ou bairros distintos da cidade, cada um com as suas características próprias: o Catete, o Flamengo, Laranjeiras e Botafogo" – "situação especial [que] dá à praça, não só intenso movimento, como um aspecto peculiar e uma individualidade própria". Reconhecia que "direta ou indiretamente, o Largo do Machado está incluído entre as tradições cariocas e ligado a costumes e hábitos que se transmitem de geração a geração".

Os sucessivos parcelamentos da região acabaram definindo uma rede de espaços públicos interligados – o jardim do Palácio do Catete, as Praças José de Alencar e São Salvador, o Parque Guinle e o Parque do Flamengo – na qual o Largo do Machado tem localização central (como já mencionado, mostrado anteriormente na Figura 1d). Sua atratividade/centralidade é reforçada pela integração com esses espaços, surgidos posteriormente, ao longo da evolução da cidade. Como rede, esses espaços públicos participam da história de configuração e consolidação do bairro do Catete e reforçam, entre si, a atratividade de cada um.

A Rua do Catete liga o Largo do Machado ao Palácio do Catete, antiga sede da República. O percurso é ladeado por conjuntos de edificações que testemunham as diferentes etapas do desenvolvimento da região. São edificações de uso comercial ou misto, com serviços e comércios nos térreos, com grandes aberturas voltadas diretamente para a calçada. Na calçada leste da rua, as barraquinhas de comércio ambulante complementam a vitalidade desse eixo. Além disso, amenizam o extenso vazio das áreas desapropriadas nas obras do metrô (Figura 3a). Próximo ao Palácio, atual Museu da República, do outro lado da rua, chama a atenção o conjunto das edificações remanescentes dos grandes e antigos hotéis – algumas mantiveram a atividade –, cujo ritmo, definido pela escala e volume dos sobrados, é acentuado pela tipologia das fachadas, com uma sequência de largos portões, janelas e portas principais, encimada por grandes janelas também de espaçamento regular, no andar superior (Figura 3b).

A edificação imponente do Palácio se destaca na Rua do Catete pela escala e implantação solitária, bem como pelos detalhes marcantes da fachada (Figura 3c). Uma vez nas dependências da edificação, os atrativos são as exposições do Museu, apresentações de peças de teatro, as salas de cinema e o extenso jardim (Figura 3d), cujo projeto original foi de autoria de Glaziou. Aos domingos, serestas no jardim convidam os frequentadores a permanecer por ali até o cair da noite.

Figura 3. Rua do Catete (fotos 3a, 3b) e o Palácio do Catete e seus jardins (fotos 3c, 3d).
Fonte: o autor, 05/2013 (foto 3c); 10/2013 (foto 3b); 08/2017 (fotos 3a, 3d).

Vindo pelo Flamengo, também pela Rua do Catete, a Praça José de Alencar é um dos elementos que marcam a proximidade do Largo do Machado. A praça, cuja área foi bastante reduzida por sucessivas intervenções, é um importante entroncamento viário da região. Foi construída no ponto do antigo cruzamento do Rio Catete com o "Caminho da Praia Vermelha". Como marco significativo, destaca-se a estátua do principal escritor da literatura romântica brasileira, que dá nome à praça. No pedestal há painéis com cenas de algumas de suas obras mais conhecidas. Consiste num ponto estratégico de parada dos pedestres que aguardam o momento propício para a travessia do cruzamento movimentado (Figura 4a). É comum ver pedestres que estendem essa pausa, aproveitando o pedestal e a sombra do monumento (Figura 4b). Tal fato revela que algo da praça, reduzida à rotatória, permanece como espaço de permanência, mesmo que com uma duração menor.

Bem próximo dali fica a Praça São Salvador, que conduz à ideia de uma micro-atmosfera, quando comparada à escala do Largo do Machado. O parquinho, a fonte, o coreto e os bancos posicionados em torno desses espaços propiciam a permanência de uma diversidade considerável de pessoas (Figura 4c). O caráter festivo da praça tem sido cada vez mais reconhecido, por conta dos sambas e chorinhos que ocorrem frequentemente ali. A atratividade da Praça São Salvador é ainda intensificada pelos bares e restaurantes em seu entorno. Conjuntos de edificações antigas de períodos diversos delimitam essa pequena praça (Figura 4d). Vindo da José de Alencar, a São Salvador é marcada pelas copas de suas árvores e, ao fundo, a visão distante do Corcovado com o Cristo Redentor. Quando o coreto da praça não está

sendo ocupado pelos grupos de samba e chorinho que se reúnem ali, é comum a permanência de moradores de rua, aproveitando os bancos à sua volta e o sombreamento para o descanso.

Figura 4. Praças José de Alencar (fotos 4a, 4b) e São Salvador (fotos 4c, 4d).
Fonte: o autor, 10/2013 (fotos 4a, 4d); 08/2017 (fotos 4b, 4c).

Partindo do Largo do Machado pela Rua Gago Coutinho ou pela Rua das Laranjeiras, chega-se rapidamente ao Parque Guinle, marcado pelos antigos portões – definição de acesso apenas simbólica – remanescentes do Palácio das Laranjeiras, no alto da encosta, e pelos edifícios residenciais modernistas projetados por Lúcio Costa, elevados sobre *pilotis* e com fachadas caracterizadas pela utilização de diferentes tipos de *brise soleil* (Figura 5a). A área de preservação em torno da qual foram implantados os edifícios possui uma pequena lagoa, parquinho, bancos e trilhas distribuídas por sua extensão (Figura 5b). Define uma micro-atmosfera de caráter bem familiar, no sentido mais restrito da expressão, bastante frequentada por crianças e seus pais que os trazem para brincar ali. A exuberância do verde promove um senso de tranquilidade que contrasta com a densidade de prédios e a movimentação nas ruas próximas.

O Parque do Flamengo é o espaço que fica mais distante dos demais espaços livres que integram a rede do Catete, tanto no que se refere à escala quanto à localização. No entanto, as três passarelas de ligação – duas rampas elevadas e uma passagem subterrânea – próximas da altura do Museu da República garantem fácil acesso à Rua do Catete e ao Largo do Machado. Por conta de tal aspecto, a importância do Parque como espaço de fruição na cidade acaba ampliando as possibilidades de percursos pelo Catete. A transposição das rampas descortina um panorama onde se destaca o paredão de edifícios de diversas

épocas, em meio aos quais se distingue a sequência das altas palmeiras imperiais dos jardins do Palácio do Catete (Figura 5c). Olhando-se para a Praia do Flamengo, pode-se ver parte da cidade de Niterói, do outro lado da Baía de Guanabara, e, ao sul, o imponente Pão de Açúcar encerrando a visão da Enseada de Botafogo (Figura 5d). Uma vez no Parque, as árvores da espécie abricó-de-macaco, implantadas ali por conta do projeto paisagístico de Burle Marx, são elementos que remetem ao Largo do Machado.

Figura 5. Parques Guinle (fotos 5a, 5b) e do Flamengo (fotos 5c, 5d).
Fonte: o autor, 10/2013 (foto 5b); 08/2017 (fotos 5a, 5c, 5d).

As conexões resultantes da estrutura morfológica da região do Largo Machado contribuem para a "difusão" (THIBAUD, 2015) de sua atmosfera, que acaba integrando-se a outras atmosferas, definidas em espaços de maior e de menor escala. O resultado configura um senso de unidade – uma ideia de uma atmosfera maior, de bairro, integrada por diversas atmosferas que apresentam menores ou maiores similaridades e diferenças entre si – que transcende a escala do entorno imediato do Largo. Tal aspecto permite se pensar na existência de uma Atmosfera de Preferência maior, relacionada ao bairro do Catete e adjacências, que, apesar de algumas variações, conforme cada um dos micro ou macro espaços que a compõem, reflete uma ideia de unidade. Nesse contexto, a centralidade do Largo do Machado se destaca como definidora de uma Atmosfera de Preferência que envolve o entorno mais próximo da praça, mas que também se irradia por outras atmosferas relacionadas aos espaços conectados ao Largo. Enquanto a Rua do Catete pode ser entendida como eixo estruturador da atmosfera do bairro que tem, como praça central, o Largo do Machado, a localização das demais praças e parques aqui contemplados – uns mais distantes, outros contíguos à via mencionada – define, aproximadamente, a escala de abrangência de tal atmosfera.

Em meio à densidade de edificações, a arborização destaca as praças e parques como espaços de 'alívio'. Tipologias arquitetônicas, variações na implantação, fachadas e escala atestam épocas diversas. Uso

comercial e misto, com aberturas voltadas para ruas e praças, galerias que relativizam a divisão público/privado, são fatores-chave da vitalidade no Catete. No dia-a-dia, são percebidos mais pelo caráter de "fruição agregadora" que, entretanto, acaba direcionando ao reconhecimento como "tradição valorizadora" e, consequentemente, "singularidade atrativa" (CARVALHO, 2009).

CONCLUSÃO

A diversidade de atributos "morfológicos", "institucionais", "sociais", "econômicos", "ambientais" e de "acessibilidade" (CARVALHO, 2009), propiciando múltiplas apropriações, favorece o reconhecimento do Catete como "espaço referencial". Tal reconhecimento, pautado na atratividade, é significativo à difusão de sua atmosfera. À configuração dessa atmosfera, entretanto, é essencial como aqueles atributos propiciam diferentes "tonalidades afetivas" (THIBAUD, 2015).

Analisar o processo de evolução do bairro foi essencial para o entendimento da importância que a Rua do Catete, antiga estrada de expansão do núcleo urbano do Rio de Janeiro sentido zona sul, teve – e continua tendo – na definição de uma rede de espaços significativos e na consolidação do bairro do Catete como núcleo atrativo no contexto da capital carioca. O Largo do Machado, primeiro espaço livre resultante da ocupação contígua à referida estrada, tem importância central nessa rede espacial.

De acordo com a metodologia de análise de Carvalho e Coelho (2009), constata-se que a distinção do Largo do Machado como centralidade urbana significativa do Rio de Janeiro relaciona-se às funcionalidades – entendidas num sentido mais abrangente, que inclui também a fruição do lazer – que esta praça oferece ao entorno e, também, no contexto maior da cidade. Esta atratividade 'funcional', por assim dizer, é um dos componentes que configuram a atmosfera do Largo. Um dos aspectos que configuram o Largo do Machado como uma Atmosfera de Preferência no reconhecimento mais amplo é, certamente, a atratividade que a praça exerce na escala maior da cidade. Reconhecer o Largo como uma Atmosfera de Preferência, no entanto, envolve atentar-se também a uma dimensão afetiva que, embora, em alguns casos, possa ter como uma de suas bases a atratividade funcional, não se restringe a esse atributo.

Refletindo sobre as dimensões definidas por Carvalho e Coelho (2009), à luz do entendimento de atmosfera urbana assumido no presente trabalho, pode-se considerar que a morfologia e a sociabilidade, incluindo as diferentes maneiras como se relacionam, cada uma fortalecendo a outra, resultando e, ao mesmo tempo, influenciando sua evolução, são as mais significativas na manutenção de atmosferas.

A importância da morfologia e da sociabilidade é respaldada pelos estudos sobre atmosferas urbanas já mencionados e, também, por estudos nos quais se basearam pesquisas anteriores do autor. Uma determinada atmosfera pode se distinguir de outras, como uma Atmosfera de Preferência, pelas maneiras como sua configuração morfológica expressa determinados significados e estimula os sentidos, sempre levando-se em conta que a percepção de tais aspectos depende dos valores culturais do observador. As maneiras como essa configuração morfológica favorece a sociabilidade têm papel essencial nessa questão. As relações entre morfologia e sociabilidade consistem em fatores importantes à distinção de uma atmosfera pelas experiências memoráveis que propicia, conduzindo ao entendimento da mesma em termos de "situação", conforme as reflexões de Thibaud (2015).

A "dimensão ambiental" (CARVALHO e COELHO, 2009) também tem grande importância na rede de espaços livres do Catete, com exceção apenas da Praça José de Alencar. No entanto, pode não possuir a

mesma importância como atributo de outras atmosferas. Em casos de algumas atmosferas de ruas cuja urbanização intensa acabou por suprimir as características naturais do terreno, e o calçamento não deixa espaço para a arborização, a "dimensão ambiental" (*ibidem*), em termos de elementos naturais ou que remetam à ideia de natureza, pode acabar tendo força como determinante apenas no que se refere ao clima do dia. Num sentido mais amplo, no entanto, não restrito à ideia de natureza, o ambiente acaba sendo configurado pelos atributos das demais dimensões. Cabe ressaltar, contudo, que, embora possa haver casos de Atmosferas de Preferência que não possuam componentes naturais ou aparentemente naturais, esses elementos são largamente percebidos como fatores de preferência, conforme defendido pelos autores que se dedicam ao estudo de paisagens simbólicas e de atmosferas.

Nos casos da Rua do Catete, do Largo do Machado e do Parque do Flamengo, a "dimensão institucional" (*ibidem*) também possui grande força. A Rua do Catete guarda o simbolismo de ter sido a rua sede do Governo Federal do país, desde o início da República até o início da década de 1960 – o Palácio do Catete, atual Museu da República, permanece como símbolo concreto desse passado solene. O Parque do Flamengo foi inaugurado pelo então governo do Estado da Guanabara, como o grande projeto urbano marco institucional das comemorações dos 400 anos da cidade do Rio de Janeiro. Reforçando a conexão entre o centro da cidade e a zona sul, agora pela orla marítima, num traçado mais ou menos paralelo ao da Rua do Catete, no interior do bairro, a "inauguração do Aterro do Flamengo [foi] tratada como o principal evento comemorativo do IV Centenário" da capital carioca, naquele ano de 1965, conforme apontam Turazzi, Mesquita e Leite (2014, p. 81). No Largo do Machado, sucessivas intervenções do poder público marcam o reconhecimento 'oficial' da praça como um espaço representativo na capital carioca e ampliam a escala desse tipo de reconhecimento. O Colégio, inaugurado como uma das Escolas do Imperador, e a Igreja trouxeram novos simbolismos que, por sua vez, foram agregando outros simbolismos, pela forma como atraem ao uso e apropriação de suas imediações. Os equipamentos de integração do transporte público – estação de metrô e pontos de ônibus – reforçam a importância histórica do Largo como ponto nodal na malha viária do Rio de Janeiro. Todos esses elementos são integrados também como atributos morfológicos que intensificam a sociabilidade na praça.

Por outro lado, como mostra o caso da implantação da linha de metrô, intervenções institucionais podem levar à desqualificação espacial. No Largo do Machado, a "dimensão econômica" (CARVALHO e COELHO, 2009) foi negativamente impactada durante o período das obras do metrô. No entanto, o apoio dos atributos das demais dimensões parece ter sido fator significativo à resistência da praça como espaço atrativo. Uma vez concluídas as obras e tendo-se iniciado o funcionamento do metrô, a diversidade do Largo do Machado, em termos econômicos, volta a ser ampliada e a apoiar as estruturas que resistiram à desqualificação. Com isso, foram surgindo novas estruturas que apoiam e são apoiadas pela "dimensão econômica". Assim como as intervenções institucionais, contudo, o foco sobre o aproveitamento econômico dos espaços pode levar a transformações que desafiam a capacidade de resiliência tanto da atratividade como da própria atmosfera local, por meio de modificações intensas em sua configuração morfológica que impactam, também, sobre a "dimensão social" (*ibidem*). Essa tendência de ruptura, no Largo do Machado, pode ser identificada no grande edifício resultante da reforma do antigo Cinema São Luiz. A nova construção, nas margens da Rua do Catete, rompe com a amplitude visual do Largo do Machado e, além disso, promove uma 'internalização' de atrativos cuja fruição só é possível dentro da edificação. Disputa, de tal maneira, com os usos na calçada – bancas, barraquinhas e ambulantes – e às margens da mesma – os bares e restaurantes, por exemplo, com grandes aberturas para a rua e mesas nas calçadas. O mesmo tipo de transformação se vê no grande edifício espelhado recentemente construído nas imediações da Praça José de Alencar. Concentrando lojas de departamento e outros estabelecimentos

comerciais no estilo *shopping center*, traz rupturas, ao mesmo tempo, à escala e aos usos do entorno que propiciam a vitalidade da rua.

Frente a esses desafios de ruptura, a atratividade do Largo do Machado pode ser considerada o grande fator de resistência da praça como uma Atmosfera de Preferência. A morfologia e a sociabilidade têm, mais uma vez, papel destacado na permanência dessa atmosfera. Nesse sentido, a rede integrada de espaços públicos, na qual o Largo tem localização central, promove tanto a maior diversidade de atrativos como a integração de diversas atmosferas que se sobrepõem – mas não se anulam – e se complementam. Apesar de diferenças na configuração e hierarquização de seus componentes e relações entre os mesmos, conforme as especificidades de cada um desses espaços e do entorno que os conectam, essas diversas atmosferas se reforçam entre si e integram, num sentido de unidade, uma Atmosfera de Preferência maior, na escala do bairro. Dessa maneira, a "acessibilidade" (CARVALHO e COELHO, 2009) se mostra como um atributo de grande importância.

A combinação das referidas dimensões, agregando usos e funcionalidades, conduz, consolida e reforça o reconhecimento do Largo do Machado como um espaço de grande funcionalidade e amplamente atrativo no Rio de Janeiro. Este tipo de reconhecimento acaba, por sua vez, agregando mais atratividade. Atmosferas de Preferência podem estar relacionadas a aspectos presentes apenas na memória do observador. Por outro lado, a diversidade de atrativos também pode ter papel significativo. Com a frequência da fruição, a vivência continuada pode levar à atribuição de significados afetivos.

Na escala do bairro, pode-se concluir que a estrada e a rede de praças e parques conferem resiliência à atmosfera do Catete frente às recorrentes transformações. Em termos de Atmosfera de Preferência, a força reside em como a morfologia e outros atributos propiciam múltiplas visões e apropriações que levam a identificações afetivas com o espaço. Como Atmosfera de Preferência o Catete não depende, constata-se, apenas de sua atratividade. Envolve diversas concepções de preferência, espacializadas nas múltiplas apropriações que sua configuração, tangível e intangível, propicia. O significativo reconhecimento possibilita destacar essa região como Atmosfera de Preferência cotidiana, porém, memorável no imaginário carioca.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Maurício. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

CARVALHO SANTOS, Thereza; COELHO, Carlos. O capital genético das redes de espaços públicos. In: GAZZANEO, Luiz; AMORA, Ana (orgs.). **Ordem, desordem, ordenamento: urbanismo e paisagem**. Rio de Janeiro: PROARQ/UFRJ-FAU, 2009. pp. 284-303.

COARACY, Vivaldo. **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**. Coleção Rio 4 Séculos, vol. 3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

CRULS, Gastão. **Aparência do Rio de Janeiro – notícia histórica e descritiva da cidade**. Coleção Rio 4 Séculos, vol. 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

GRIFFERO, Tonino. *The atmospheric "skin" of the city*. *In*: ***Ambiances – international journal of sensory environment, architecture and urban space: enjeux – arguments – positions***. *Grenoble*: UMR 1563 – *Ambiances Architecturales et Urbaines / Direction Générale des Patrimoines* – DAPA – MCC, 2013. p. 01-14.

KUROKAWA, Kisho. ***Philosophy of Symbiosis***. 2002. Disponível em: <http://www.kisho.co.jp/books/index.html>. Acesso em 11/06/2006.

LAMOUNIER, Alex. **Atmosferas de Preferência na 'Cidade Maravilhosa'**. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Thereza Christina Couto Carvalho. Niterói, 2017.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

PM RIO – PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Área de Proteção do Ambiente Cultural – APAC – Catete**. Rio de Janeiro: PM Rio, [2005].

THIBAUD, Jean-Paul. ***En quête d'Ambiances: éprouver la ville en passant***. *Genève*: MétisPresses, 2015.

TURAZZI, Maria Inez (org.); MESQUITA, Cláudia; LEITE, João. **Rio 400+50 – comemorações e percursos de uma cidade**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.

4 – ARTIGOS COMPLETOS DE SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

PRÁTICAS, REFLEXÕES E DESAFIOS DA ABORDAGEM DE GÊNERO NO CAMPO DA ARQUITETURA E URBANISMO

Salvador - 2018

MULHERES E DIREITO À CIDADE A PARTIR DA LUTA DOS MOVIMENTOS DE MORADIA

Women and Right to the City from Housing Movements struggle

Las mujeres y el Derecho a la Ciudad mediante la lucha de los Movimientos por la Vivienda

Simpósio Temático: Práticas, reflexões e desafios da abordagem de gênero no campo da arquitetura e urbanismo

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

HELENE, Diana
Doutora em Planejamento Urbano e Regional; Professora da Unigranrio; crocomila@gmail.com

Venanparq
Salvador - 2018

MULHERES E DIREITO À CIDADE A PARTIR DA LUTA DOS MOVIMENTOS DE MORADIA

Women and Right to the City from Housing Movements struggle

Las mujeres y el Derecho a la Ciudad mediante la lucha de los Movimientos por la Vivienda

Simpósio Temático: Práticas, reflexões e desafios da abordagem de gênero no campo da arquitetura e urbanismo

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Às dificuldades de acesso à moradia no Brasil, marcadas pela histórica exclusão da terra e pelas dificuldades de acesso ao mercado de trabalho das camadas mais pobres, abarcam condições ainda mais dramáticas quando se é mulher, e piores ainda quando se é mulher e negra. A partir de uma série de teóricas feministas, o artigo faz um percurso histórico desde os primórdios da formação do capitalismo para compreender como se estruturam as desigualdades de gênero e sua relação com os problemas habitacionais e as questões urbanas brasileiras. Nesse cenário, os movimentos de luta por moradia, compostos em sua grande maioria por mulheres, se estabelece como um espaço potencializador para seu empoderamento e a autonomia. Da reestruturação das hierarquias de poder dentro do espaço privado e a segurança contra a violência doméstica, a re-apropriação do espaço público/político, o artigo abordará ganhos significativos na vida das mulheres ao participarem destes movimentos sociais. Destacando os movimentos de moradia que atuam ocupando prédios nas áreas centrais, nos quais se pode observar de forma mais evidente de que forma se engendra uma luta pelo direito à cidade contra uma segregação socioespacial generificada.
PALAVRAS-CHAVE: Habitação; Gênero; Moradia; Movimentos Sociais; Direito à cidade.

ABSTRACT:
The difficulties of access to housing in Brazil, marked by the historical exclusion of the land and by the difficulties of access to the labor market of the poorest, cover even more dramatic conditions when one is a woman, and even worse when one is woman and black Based on a series of feminist theorists, this paper takes a historical journey from the beginnings of the formation of capitalism to understand how gender inequalities are structured and their relation to housing problems and Brazilian urban issues. In this scenario, the housing struggle movements, composed mostly of women, establish themselves as a potentializing space for their empowerment and autonomy. From the restructuring of power hierarchies within the private space and security against domestic violence, to the re-appropriation of public/political space, this paper will address significant benefits in the lives of women by participating in these social movements. Highlighting the housing movements that act occupying buildings in the central areas, where it can be observed more clearly how a struggle for the right to the city against socio-spatial segregation with a gender perspective is engendered.
KEYWORDS: *Housing; Genre; Home; Social movements; Right to the city.*

RESUMEN:
A las dificultades de acceso a la vivienda en Brasil, marcadas por la histórica exclusión de la tierra y por las dificultades de acceso al mercado de trabajo de los más pobres, abarcan condiciones aún más dramáticas cuando se es mujer, y todavía peores cuando se es mujer y negra. A partir de una serie de teóricas feministas, el artículo hace un recorrido

histórico desde los primordios de la formación del capitalismo para comprender cómo se estructuran las desigualdades de género y su relación con los problemas habitacionales y las cuestiones urbanas brasileñas. En ese escenario, los movimientos de lucha por vivienda, compuestos en su gran mayoría por mujeres, se establece como un espacio potencializador para su empoderamiento y autonomía. De la reestructuración de las jerarquías de poder dentro del espacio privado y la seguridad contra la violencia doméstica, a la re-apropiación del espacio público/político, el artículo abordará beneficios significativos en la vida de las mujeres al participar de estos movimientos sociales. Destacando los movimientos de vivienda que actúan ocupando edificios en las áreas centrales, en los que se puede observar de forma más evidente de qué forma se engendra una lucha por el derecho a la ciudad contra una segregación socioespacial con perspectiva de género.
***PALABRAS-CLAVE**: Vivienda; Género; Movimientos Sociales; El Derecho a la ciudad.*

INTRODUÇÃO[1]

As mulheres são maioria. A luta pela moradia é muito mais do que propriedade para a gente. É uma questão de sobrevivência própria e dos nossos filhos (Natalia Szermeta, coordenadora do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST, entrevista de 2018).

Dentro do nosso grupo, do nosso movimento, a maioria é mulher.[...] Antigamente [fundação do grupo em 2001] era só mulher. Só mulher. Eram quinze mulheres na coordenação. [...] E hoje tem alguns homens envolvidos (Ivanete de Araújo, coordenadora-geral do Movimento Sem-Teto do Centro - MSTC, entrevista de 2011)

Que às vezes um pai de família, quando vê a sua família naquela necessidade da moradia, ele tem vergonha de ir para um grupo de base, ficar lá sentado uma hora assistindo a reunião, e sempre quem vai são as mulheres. Aí vão, porque geralmente as mulheres vai uma, duas ,três, na terceira reunião que ela consegue levar o marido para a reunião. Por isso que acontece, sempre as mulheres na frente (Jomarina Abreu Pires da Fonseca, coordenadora do MSTC, entrevista de 2009).

Os movimentos de moradia ganharam força durante o fim da ditadura militar no Brasil, quando acontecem as primeiras ocupações organizadas de terra, os primeiros movimentos de luta pela urbanização e regularização fundiária nas favelas e o nascimento do movimento dos sem-terras urbanos (GOHN, 1991). A crise habitacional, as desigualdades urbanas estruturais e a falta de políticas públicas que garantissem o acesso ao solo urbano e à moradia motivou, então, a população a se organizar em movimentos para lutar por melhores condições. Com a redemocratização e o esgotamento do modelo do BNH, os movimentos de luta por moradia trouxeram à tona os graves problemas habitacionais brasileiros (ARANTES, 2002, p. 168). Com o tempo, essas organizações passam a pautar a questão da moradia para além da casa em si, mas sua localização na cidade, demonstrando que a luta por moradia é também uma luta por direito à cidade. Assim, passam a realizar a ocupação de prédios vazios em áreas centrais, próximo a áreas com infraestrutura urbana, equipamentos público e aos locais de trabalho, engendrando uma reconquista do seu direito de morar no centro (HELENE, 2009; ANDRADE, 2013, p. 46).

É no cotidiano das ocupações - de terrenos ou imóveis vazios - que são construídas as propostas dos grupos que lutam pela moradia. O caráter coletivo, a capacidade de articulação e a resistência desta população

[1] Esse artigo é fruto da minha participação junto a diferentes movimentos de moradia em São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro, por meio de diferentes coletivos de arquitetos como o Grupo Risco (SP) e o Catálise (RJ), desde 2004. Foi este trabalho, na prática, que me deu subsídios tanto para realização da minha monografia de graduação, quanto da minha dissertação de mestrado (HELENE,2009), sobre ocupações de prédios abandonados por movimentos de moradia em São Paulo. Destaco ainda minha atuação nas atividades de ensino na Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), desde 2014, nas disciplinas de Teoria da Habitação e Projeto de Habitação Social, nas quais me dediquei a tentar organizar em conjunto com a bibliografia, minha experiência com os movimentos de moradia. A parte teórica e conceitual sobre gênero foi aprofundada durante meu pós-doutorado na UQAM (Canadá) em 2016/2017 e no meu pós-doutorado no IPPUR/UFRJ em 2017/2018. Nesta última, desenvolvi e lecionei duas disciplinas com o objetivo de debater as relações entre gênero e território, na graduação o curso "'Nem nossos corpos nem nossos territórios': gênero, território e movimentos sociais"; e na pós-graduação, a disciplina "Gênero, colonialidade, corpo e território: da caça às bruxas à modernidade neoliberal". Ambas foram fundamentais para meu aprofundamento nos debates interseccionais de classe/raça/gênero e território que culminaram nas conclusões deste artigo.

estruturam novas alternativas às soluções ineficientes do Estado. A autogestão como base de organização das ocupações possibilita ainda uma experimentação de rompimento com lógicas capitalistas de produção e organização do espaço habitacional. Os valores debatidos e construídos coletivamente visam o bem estar coletivo, em especial daqueles mais vulneráveis, dos quais destacamos aqui aqueles do gênero feminino. As mulheres, sobretudo mães monoparentais ("mães solteiras"), são uma grande maioria nessas organizações. Faltam dados efetivos, mas, em geral, elas ocupam cerca de 80% dos grupos (HELENE; LAZARINI, 2018). Além da associação direta do gênero feminino ao espaço doméstico, diversos outros fatores mobilizam as mulheres como principais defensoras do direito à moradia, fatores estes relacionados a formação do capitalismo e das cidades no tocante às desigualdades de gênero, como veremos adiante.

REPENSANDO A FORMAÇÃO DO CAPITALISMO A PARTIR DAS DESIGUALDADES GÊNERO

As preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise só apareceram no final do século XX. A categoria "gênero" surge como um ato político: reivindicar certo campo de definição e insistir no "caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo" (SCOTT, 1988). Isto é, colocar a tona que as relações desiguais entre homens e mulheres não são "naturais" mas sim estabelecidas por meio das relações sociais. A partir do momento que as militantes, teóricas e cientistas feministas colocam em pauta que a subordinação da mulher não é "biológica" nem justa e sim construída socialmente por meio de relações de poder, surgem novas teorias para explicar de que forma chegou-se a essa condição e como ela se mantém (PISCITELLI, 2002).

O livro "Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva", de Silvia Federici, trata do surgimento do capitalismo e sua relação indissociável com a maior guerra contra mulheres da história: a caça às bruxas dos séculos XVI e XVII. A obra descreve as relações entre a formação do proletariado incluindo a degeneração das mulheres e a colonização como partes estruturantes da dominação capitalista, instituindo, para além da divisão de trabalho a partir das relações sociais de sexo, a divisão internacional do trabalho: "a definição da negritude e da feminilidade como marcas da bestialidade e da irracionalidade correspondia à exclusão das mulheres na Europa — assim como das mulheres e dos homens nas colônias — do contrato social implícito no salário, com a consequente naturalização de sua exploração" (Federici, 2017, p. 36). O livro parte de uma pergunta: como explicar a execução de centenas de milhares de "bruxas" e por que o surgimento do capitalismo coincide com essa guerra contra as mulheres?

Segundo Federici, era considerada bruxa a mulher "libertina" e "promíscua" — a prostituta ou a adúltera, aquela que praticava sua sexualidade fora dos vínculos do casamento e da procriação[2]. Nos julgamentos a "má reputação" era prova de culpa. A bruxa era também a mulher rebelde que "respondia, discutia,

[2] Foi nesse momento que foi forjada uma ideia de sexualidade que visava o estabelecimento da família nuclear e do matrimônio como espaços sagrados para reprodução e manutenção do capitalismo: "A caça às bruxas foi o primeiro passo de um longo caminho ao "sexo entre lençóis limpos" e à transformação da atividade sexual feminina em um trabalho a serviço dos homens e da procriação. Neste processo, foi fundamental a proibição, por serem antissociais e demoníacas, de todas as formas não produtivas, não procriativas da sexualidade feminina. [...] Os julgamentos por bruxaria fornecem uma lista informativa das formas de sexualidade que estavam proibidas, uma vez que eram 'não produtivas': a homossexualidade, o sexo entre jovens e velhos, o sexo entre pessoas de classes diferentes, o coito anal, o coito por trás (acreditava-se que levava a relações estéreis), a nudez e as danças. Também estava proscrita a sexualidade pública e coletiva que prevaleceu durante a Idade Média (Federici, 2017, p. 346 e 350 e 351)".

insultava e não chorava sob tortura". Uma ideia da personalidade feminina que havia desenvolvido no contexto de luta contra o poder feudal, quando as mulheres atuaram à frente dos movimentos, muitas vezes organizadas em associações femininas, apresentando um desafio crescente à autoridade masculina e à Igreja. Dentre essas se destaca ainda as camponesas, pobres e as anciãs, que eram símbolos da cultura e do saber popular (*Ibidem*, p. 332-333):

> Embora a caça às bruxas estivesse dirigida a uma ampla variedade de práticas femininas, foi principalmente devido a essas capacidades — como feiticeiras, curandeiras, encantadoras ou adivinhas — que as mulheres foram perseguidas, pois, ao recorrerem ao poder da magia, debilitavam o poder das autoridades e do Estado, dando confiança aos pobres em sua capacidade para manipular o ambiente natural e social e, possivelmente, para subverter a ordem constituída (*Ibidem*, p. 314 e 348).

A caça às bruxas foi uma tentativa coordenada de degradar, de demonizar e de destruir o poder social das mulheres: foi destruído todo um universo de práticas femininas, de relações coletivas e de sistemas de conhecimento que haviam sido a base do poder das mulheres na Europa pré-capitalista (*Ibidem*, p. 291-292). Para isso, se estabeleceu uma luta contra a solidariedade e relações comunais estabelecidas entre mulheres. As amizades femininas tornaram-se objeto de suspeita - "uma subversão da aliança entre marido e mulher" - e as relações de amizade e amor femininas foram demonizadas. Federici destaca ainda que é justamente nesse período que a palavra "*gossip*" (fofoca), que antes significava "amiga", se transforma em um termo pejorativo (*Ibidem*, p.334 – 335).

A caça às bruxas usou a imprensa, as artes e outros meios de comunicação para gerar uma psicose em massa na população sobre os perigos que as bruxas representavam, detalhando seus feitos mais atrozes. Os dramaturgos, literatos, pintores e outros intelectuais dos séculos XVI e XVII pintaram a imagem dessa mulher diabólica, que atormentava vizinhos e oferecia pequenos bebês ao demônio. Foi criada ainda a imagem de uma série de vilãs: a esposa desobediente, a fofoqueira, a bruxa e a puta. Uma depreciação simbólica, literária e cultural que estava a serviço de um projeto de expropriação (*Ibidem*, p. 299).

Os juristas, os magistrados e os demonólogos foram os que mais contribuíram nesse sentido, por meio dos julgamentos e punições. Jean Bodin, famoso jurista francês do século XVI, afirmava: "devemos disseminar o terror entre algumas, castigando muitas" (Jean Bodin apud *Ibidem*, p. 333). A punição pública era uma das formas de estabelecer o controle a partir do horror e do medo. A forma mais conhecida era a queima de mulheres vivas até sua morte no espaço público. Mas haviam outras formas de punição dirigidas especialmente ao público feminino. Uma forma emblemática foi a criação de uma máscara, conhecida como "rédea de bruxa" ou "freio da fofoca": um instrumento de punição, tortura e humilhação pública. O dispositivo era um focinho em uma estrutura de ferro, que encerrava a cabeça com uma mordaça para caber na boca e comprimir a língua com uma ponta afiada que impedia a fala, pois movimentá-la causava laceração. Esta "engenhoca de ferro empregada para punir mulheres de língua afiada" foi concebida no século XVI como uma punição para suspeitas de feitiçaria, "megeras" ou "reclamonas". Além da máscara a mulher carregava uma placa que informava o crime que havia cometido. A criminosa era colocada em um lugar público e muitas vezes espancada (*Ibidem*, p. 201).

Foi essa demonização, as punições públicas e as fogueiras que forjaram os ideais capitalistas de feminilidade e de domesticidade. A partir da negatividade em torno da imagem da bruxa foi constituída seu oposto: a mulher e esposa ideal – passiva, de poucas palavras, ocupada em suas tarefas domésticas, seres inferiores, assexuados e obedientes (*Ibidem*, p. 334). Essa subjugação e extermínio de mulheres estabeleceu também a divisão sexual do trabalho capitalista como conhecemos atualmente, na qual as funções destinadas às mulheres foram estruturadas como "não trabalho" e sem valor econômico.

De acordo com Danièle Kergoat, essa re-organização do trabalho foi estruturada a partir de dois princípios: a separação radical entre atividades ditas "femininas" e "masculinas" e a sua hierarquização, estabelecendo uma relação de poder entre elas a partir de uma opressão específica: uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres, um trabalho invisibilizado (não visto como trabalho), realizado em "nome da natureza, do amor e do dever maternal" (KERGOAT, 2003, p. 57). Como descreve a historiadora Michelle Perrot:

> O século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes. Paralelamente, existe um discursos dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. 'Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos'. [...] O século XIX levou a divisão das tarefas e a segregação sexual dos espaços ao seu ponto mais alto. Seu racionalismo procurou definir estritamente o lugar de cada um (PERROT, 1988, p. 178 e 187).

Federici demonstra ainda, como a base da chamada "acumulação primitiva" se sustenta neste trabalho não pago realizado pelas mulheres: a hierarquia de poder e o ocultamento do trabalho não pago das mulheres "por trás do disfarce da inferioridade natural permitiram ao capitalismo ampliar imensamente 'a parte não remunerada do dia de trabalho' e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino"(FEDERICI, 2017, p. 232). Para Perrot, essa sociedade não poderia crescer e se reproduzir sem o "trabalho não-contabilizado, não-remunerado da dona-de-casa" (PERROT, 1988, p. 214). Isto é, a divisão sexual do trabalho e a opressão de gênero são partes indissociáveis da formação do capitalismo e não é possível pensar uma superação desse sistema sem levar isso em conta:

> Foi a partir desta aliança entre os artesãos e as autoridades das cidades, junto com a contínua privatização da terra, que se forjou uma nova divisão sexual do trabalho [...] que definia as mulheres em termos - mães, esposas, filhas, viúvas - que ocultavam sua condição de trabalhadoras e davam aos homens livre acesso a seus corpos, a seu trabalho e aos corpos e ao trabalho de seus filhos. De acordo com este novo contrato social-sexual, as mulheres proletárias se tornaram para os trabalhadores homens substitutas das terras que eles haviam perdido com os cercamentos, seu meio de reprodução mais básico e um bem comum de que qualquer um podia se apropriar e usar segundo sua vontade (Federici, 2017, p. 191).

Vale ressaltar que, mesmo quando trabalhadora em atividades remuneradas, seu trabalho era desvalorizado: as remunerações femininas são consideravelmente menores e suas condições de permanência e/ou desenvolvimento de uma carreira são obliteradas pelas tarefas domésticas e de cuidado,

dificultando suas possibilidades de ganhos reais em atividades pagas. Segundo Perrot, "a participação feminina no trabalho assalariado é temporária, cadenciada pelas necessidades da família, a qual comanda, remunerada com um salário de trocados, confinadas às tarefas ditas não-qualificadas, subordinadas e tecnologicamente específicas" (PERROT, 1988, p. 187). Para Heleieth Safiotti, a mulher é "progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, perifericamente situada no sistema de produção" (SAFIOTTI, 1979, p. 35).

Sem a possibilidade de ter seu próprio dinheiro em um sistema onde o capital e o consumo são as bases da sobrevivência, se criaram as condições materiais para a sujeição das mulheres e para a apropriação de seu trabalho por parte dos trabalhadores homens. A partir de então, o casamento se torna uma "verdadeira carreira" para a mulher: "as mulheres teriam que suplicar aos homens 'que não lhes tirassem a honra', a única propriedade que lhes restava (FEDERICI, 2017, p. 195 e 198)".

FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E O PROBLEMA DA MORADIA NO BRASIL

Voltando para o contexto brasileiro, entre os fatores que podemos associar a participação massiva de mulheres em movimentos de moradia, se destaca, portanto, a chamada "feminização da pobreza". De acordo com a PNAD/IBGE 2015, o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos dos homens com mais 15 anos de idade foi de R$2058 (e de R$2509, no caso dos homens brancos) e o das mulheres, de R$1567 (e de R$ 1027, no caso de mulheres negras). Outra pesquisa, do Inter-American Development Bank (IDB) 2009 no Brasil, indica que mulheres de mesmo grau de instrução e faixa etária que ocupam os mesmos cargos que homens ganham em média 30% menos que eles.

Isso sem contar a quantidade de mulheres trabalhando sem remuneração ou desempregadas, em número consideravelmente maior que os homens. No caso das mulheres negras esse fato é ainda mais grave. Elas recebem menos da metade do valor do salário dos homens brancos, são as mais suscetíveis ao desemprego e são o maior contingente de empregadas sem carteira assinada. Tanto mulheres brancas como negras têm trajetórias em ocupações de menor prestígio e/ou com más condições de trabalho, marcadas pela instabilidade e a vulnerabilidade (HIRATA, 2014, p.63-64), além disso quase a metade (46,3%) estão concentradas nos estereótipos femininos: serviços domésticos, de educação, de saúde, sociais e comunitários (ITIKAWA, 2015, p.40). Nesse grupo, a trabalhadora doméstica vai constituir a categoria mais vulnerável, devido à baixa remuneração e ao grau de precariedade. Além disso, a quantidade de trabalhadoras domésticas negras é o dobro das não-negras (COUTINHO, 2006, p. 81).

Em relação às atividades não remuneradas, mais de 90% das mulheres declararam realizar atividades domésticas. Os Termos "dupla jornada", "acumulação" ou "conciliação de tarefas" mantém a ideia do trabalho da esfera reprodutiva, regenerativa e de cuidado como se fosse somente um apêndice do trabalho assalariado (HIRATA, 2014). Sobrecarregadas de trabalho não pago e situadas marginalmente no mundo do trabalho, o acesso ao mercado de moradia no Brasil, já inalcançável para muitas famílias, é ainda mais difícil quando se é mulher (HELENE; LAZARINI, 2018). Segundo Jéssica Raul:

> A vida nas cidades depende fundamentalmente do acesso à moradia adequada. As desigualdades refletem-se na forma de apropriação do espaço urbano por se tratar do resultado da produção capitalista sendo, portanto, objeto de disputas econômicas. Nessa

> disputa, travada pelos diversos segmentos, as camadas populares acabam em grande desvantagem, sendo as mulheres negras historicamente o grupo mais prejudicado (RAUL, 2015, p. 48).

Isto é, soma-se às desigualdades estruturais de gênero as características específicas de constituição da sociedade brasileira: as dificuldades de acesso à terra e a inserção no mercado de trabalho das populações mais pobres, sobretudo aquelas descendentes dos negros escravizados. Devido às condições estabelecidas sobre a herança da escravidão no Brasil e ao processo de transição para o trabalho assalariado capitalista - marcadas por medidas tomadas simultaneamente em 1850, três leis que organizaram o aparelho de Estado: a Lei de Extinção do Tráfico de Escravos, a Lei de Terras e a Lei da Guarda Nacional - se estruturaram "caminhos que seriam determinantes na exclusão histórica de brasileiros na terra, no direito ao trabalho e nos demais direitos sociais" (ITIKAWA, 2015, p. 37).

Nesse contexto, a informalidade foi uma tática popular para auto resolução desses problemas. Uma imagem expressiva do quadro de exclusão social e segregação das cidades brasileiras e latino-americanas, e situação comum a praticamente todos os relatos obtidos: antes de entrarem no movimento de luta por moradia, praticamente todas militantes foram moradoras de favelas e outras forma de habitação informal. Segundo Luciana Itikawa, essas mulheres "são obrigadas a viver em constante êxodo urbano, na moradia e no local do trabalho" e "confirmam uma vida inteira nas periferias: são sistemáticas e sucessivas mudanças no tipo de ocupações informais, bem como êxodos intraurbanos na moradia e no trabalho" (*Ibidem*, p. 95 e 96).

FORMAÇÃO DAS CIDADES E A DIVISÃO ENTRE ATIVIDADES PRODUTIVAS E REPRODUTIVAS

Somada às dificuldades de acesso à moradia, a precariedade das habitações informais e as constantes remoções sofridas; as dificuldades de morar na rua, se "virar" ou "morar de favor" também são mais complicadas para o gênero feminino. Não é apenas o perigo da violência sexual, ameaça constante na vida de uma mulher, que oblitera de forma predadora suas condições de vida urbana. Designadas ao posto daquelas que cuidam cotidianamente das crianças, idosos e outros, o espaço da casa alça uma importância muito maior que para o gênero masculino, que muitas vezes permanece fora desse espaço a maior parte do cotidiano familiar, trabalha em outra cidade/local, ou mesmo abandona completamente a família. Isto é, para elas, a moradia significa muito mais que um abrigo, é um espaço essencial de proteção de si e de manutenção daqueles dependentes de seus cuidados.

Por esse mesmo motivo, mesmo quando se têm onde morar, a importância do espaço da cidade que se localiza a casa é sofrido de forma diferente entre homens e mulheres. A questão de gênero se destaca na relação entre moradia e o contexto urbano devido aos locais predominantemente voltados para habitação, marcados pelas atividades domésticas, se constituírem como espaços nos quais as mulheres estão marcadamente presentes. Baseado no que vimos anteriormente sobre a chegada do modelo de produção capitalista e sua relação com as desigualdades de gênero, podemos pensar que a formação das cidades, iniciada neste mesmo período, deu origem a uma espacialização dessa nova divisão sexual do trabalho, principalmente no que diz respeito à separação do espaço de produção do espaço do lar. Isto é, que organização urbana generificada também nasceu durante a transição entre feudalismo e capitalismo. O êxodo rural e a separação entre trabalho e moradia trazidos pela industrialização são vetores indissociáveis

das dicotomias de gênero, nos quais foi estruturado a relação entre público e privado, cidade e campo, e as separações e hierarquias entre trabalho doméstico e trabalho produtivo.

Para essa compreensão é preciso lembrar que nas sociedades pré-capitalistas e no início do processo de industrialização o que caracterizava a vida das famílias era a integração entre as funções domésticas e o trabalho produtivo, realizados em um único ambiente (fato que ainda permanece em algumas regiões do Brasil; ALVES, 2013). A industrialização estrutura no espaço urbano uma gradativa separação entre moradia e trabalho, surgindo, para isso, arquiteturas específicas para cada função. O artesão, por exemplo, não mais realiza seu trabalho em uma oficina no primeiro piso ou aos fundos da casa. Ele também não mais produz alimentos e outros insumos para sua subsistência no entorno de sua residência (agricultura e criação de animais). Ao se tornar operário, ele passa a consumir produtos produzidos fora de seu espaço de morada (prontos ou industrializados); e a circular por ambientes separados: a fábrica (local de trabalho); mercados/lojas/vendas (local de consumo); e um outro local onde estabelece sua residência, alojamento, casa (local de moradia); separados funcionalmente e espacialmente no contexto urbano. Isto é, acontece um duplo movimento de separação e especialização dos espaços: os locais de trabalho/produção já não são mais os da vida doméstica: "o universo doméstico se liberta de regras anteriormente ligadas ao trabalho que ali se realizava, ao passo que o mundo do trabalho passa a ser regido não mais por normas de ordem privada, e sim por contratos coletivos (PROST, 1992, p. 21 *apud* ALVES, 2013)."

Nesse momento de separação entre espaços de produção, consumo e moradia, também se estrutura espacialmente o que é considerado público e o que é privado, ao mesmo tempo que se organiza esses espaços de acordo com a divisão sexual do trabalho: o público/produtivo como um espaço masculino e o privado/doméstico como feminino. Segundo Perrot, "a novidade de sua posição [da dona-de-casa] no século XIX reside na acentuação da divisão do trabalho e na separação dos locais de produção e consumo. O homem na fábrica, a mulher em casa, ocupando-se do doméstico" (PERROT, 1988, p. 190).

A produção se move quase inteiramente da esfera doméstica para a pública nos últimos 300 anos, e a intimidade passa a ser vista como caracteristicamente doméstica. Segundo Susan Okin "'o privado' sendo usado para referir-se a uma esfera ou esferas da vida social nas quais a intrusão ou interferência em relação à liberdade requer justificativa especial, e 'o público' para referir-se a uma esfera ou esferas vistas como geralmente ou justificadamente mais acessíveis" (Okin, 2008, p. 306).

É importante sublinhar que, apesar do espaço doméstico ser relacionado às atividades realizadas por mulheres, isso não quer dizer que este é um espaço de poder feminino. No capitalismo a noção de espaço privado é constituída como um pré-requisito da intimidade da família. A família como uma entidade singular que tem direitos contra o Estado, de não sofrer interferência no que se refere à regulação e ao controle dos membros sua esfera privada, o que reforça a autoridade dos maridos sobre as esposas e dos pais sobre os filhos, como sua propriedade. A privacidade no espaço privado têm sido defendida como o direito dos indivíduos [adultos, chefes de família masculinos] de ter poder sobre aqueles que, seja pela idade, gênero ou condição de servidão são vistos como legitimamente controlados por eles, tendo sua existência limitada à esfera de privacidade do patriarca. Isto é, não há uma noção de que esses membros subordinados tenham seus próprios direitos à privacidade, para os quais o lar "pode ser o mais perigoso dos lugares (*Ibidem*, p. 306, 322 e 323)". Tais condições podem explicar o fato do espaço doméstico se

constituir como um dos espaços onde se prevalece os maiores números de violência contra a mulher, na maior parte das vezes realizada por pessoas próximas da família, parceiros sexuais e companheiros. Segundo o Mapa da Violência 2015, 55% dos assassinatos de mulheres no Brasil foram cometidos no ambiente doméstico e 33,2% dos responsáveis eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas.

Essa questão é fundamental para qualificar a divisão de gênero entre público e privado para além da ideia do espaço privado como feminino e o público como masculino. Se o espaço privado fosse um local de refúgio seguro para as mulheres, que são constantemente excluídas do espaço público, esse não seria o local de maior violência e morte feminina. Ou seja, entender que tanto o espaço público como o privado são marcados por hierarquias de gênero que dão poder aqueles reconhecidos como homens. Podemos afirmar ainda que o grau de sujeição (poder legitimado culturalmente) das mulheres aos homens é correlato ao grau em que a dicotomias público/doméstico, masculino/feminino, cultura/natureza, e público/privado são destacadas. Estas dicotomias recebem tanto conotações como são usadas para organizar a vida social de maneiras distintas em diferentes períodos/territórios (*Ibidem*, p. 318).

Isto é, a criação das noções capitalistas de público e privado em consonância com a divisão sexual do trabalho incidiu diretamente na constituição de uma organização urbana generificada, que instituiu os espaços públicos e privados a partir da separação entre, que o urbanismo feminista chama de, espaços produtivos e espaços reprodutivos:

- Esfera produtiva: o que é conhecido como trabalho; atividades relacionadas à produção de mercadorias, bens e serviços; normalmente envolve remuneração sob a forma de salários; geralmente realizadas por homens;
- Esfera reprodutiva: atividades normalmente não consideradas como trabalho; não remuneradas (ou mal pagas); realizadas por pessoas de uma unidade de convivência para o cuidado de si, para os membros da sua família ou para de uma outra família; também chamada de atividades domésticas, aquelas ligadas à reprodução da vida, alimentação/nutrição, cuidado, provisão de habitação, limpeza e cuidados; majoritariamente realizadas por mulheres.

No contexto urbano, de forma geral, as mulheres estão encarregadas do trajeto dos filhos à escola, na compra de insumos alimentícios, na limpeza e no cuidado do entorno da moradia, entre outras tarefas relacionadas ao ambiente doméstico. Nesse sentido, as desigualdades urbanas e os problemas relacionados à infraestrutura e aos equipamentos públicos afetam muito mais as mulheres do que os homens (GONZAGA, 2011; ITIKAWA, 2015; LATENDRESSE, 2005; HELENE, TAVARES, 2017; TAVARES, 2015; TAVARES, HELENE, 2018; SANTORO, 2008; SILVA, 2003).

Por exemplo, se tomarmos como ponto de observação a mobilidade, a dinâmica masculina costuma ser mais pendular e linear, ele vai e volta da casa para o trabalho. A principal atividade dele diária é o trabalho produtivo, formal ou informal. O número de viagens dele, via de regra, é muito mais limitado. Já a mulher, em geral, faz não só o trabalho produtivo como também é majoritariamente responsável pelo trabalho reprodutivo, como o cuidado de idosos ou crianças. Por essa razão, o número de deslocamentos realizados pelas mulheres é mais intenso que o dos homens. Elas tendem a fazer viagens mais curtas e diversas, espalhadas durante o dia em horários diferentes. Quantos maiores as dificuldades e as distâncias entre esses diferentes destinos, piores condições que estas enfrentam:

> Em muitas comunidades onde falta água, por exemplo, são as mulheres que caminham vários quilômetros diariamente carregando baldes ou latas. São elas também que dedicam várias horas de seus dias para levar filhos à escola ou idosos a postos de saúde. A ausência destes e de outros itens, portanto, reduz o tempo disponível das mulheres para se dedicarem a outras atividades que garantam sua independência, além de impor maior desgaste físico, afetando sua saúde (ROLNIK et al, 2011, p. 15).
>
> Por essa razão, tanto a mulher trabalhadora domiciliar quanto a do espaço público sentem o peso da mobilidade urbana na medida em que recaem sobre elas a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo e, dessa forma, precisam interromper seu trabalho para se "dividir" com a tarefa de cuidar dos familiares e da casa, bem como de prover insumos para viabilizar sua atividade. A soma de todos os deslocamentos urbanos subtrai o tempo e, consequentemente, os rendimentos das trabalhadoras informais, subordinando-as a um regime desfavorável em comparação aos empregados formais e homens (ITIKAWA, 2015, p.14).

Ademais, o urbanismo capitalista, ao contrário de propor soluções para realização dessas atividades de forma mais adequada, usualmente não considera a problemática que as envolvem. A mobilidade não é pensada para trajetos pequenos e polarizados no entorno dos bairros habitacionais, mas sobretudo para os trajetos longos/pendulares entre residência e trabalho. Podemos observar tal fato de forma clara na estrutura viária típica de nossas cidades, que liga centro e periferia mas que não conecta entre si os bairros não-centrais, sendo necessário muitas vezes tomar uma condução até a área central para ir a um bairro vizinho, onde se localizaria a escola das crianças, o mercado ou o posto de saúde mais próximo. O próprio bilhete de transporte poderia ser pensando de outra forma, para que reduzisse o custo da realização de diversas viagens no mesmo dia.

Isso acontece porque a urbanização desenvolvida pela sociedade capitalista privilegia consideravelmente as tarefas relacionados à produção no lugar das necessidades, espaços e atividades relacionadas às a realização das tarefas reprodutivas, historicamente realizadas por mulheres, sobretudo, no caso brasileiro, por mulheres negras. As intervenções urbanas, o urbanismo e o planejamento urbano e territorial são constituídos de modo a auxiliar a produção capitalista (o fluxo de mercadorias, a circulação de trabalhadores e o lucro); e não o bem-estar de seus habitantes. Outro motivo se deve ao fato dos urbanistas, em geral homens, desconhecerem as necessidades cotidianas ligadas às atividades reprodutivas, em função da separação radical do trabalho entre homens e mulheres, e o consequente alijamento masculino destas. Fato este, brilhantemente denunciado pela célebre urbanista Jane Jacobs. Mãe de 3 filhos, Jacobs vivia a cidade a partir da realização das atividades de seu dia-a-dia, conectadas com as tarefas destinadas ao gênero feminino na reprodução da vida cotidiana. E pode trazer à tona uma crítica ao que se produzia pelo urbanismo até então, feito sobretudo por homens brancos de países do norte, que não estavam presentes nos espaços da reprodução cotidiana da vida na cidade, e sim em seus escritórios, vendo e desenhando a cidade "de cima": "planejadores e projetistas são, em sua maioria, homens. Estranhamente, eles criam projetos e planos que desconsideram os homens como integrantes da vida diária e normal de onde quer que haja moradias" (JACOBS, 2000, p. 91). Sua contribuição principal foi a crítica aos espaços monofuncionais, a falta de diversidade e de gente nas ruas, e sua implicação para vitalidade, segurança e manutenção coletiva das crianças e outros habitantes "esquecidos" no

planejamento oficial. Sua crítica ecoa com os debates feministas atuais em torno do planejamento urbano, que afirmam que o zoneamento modernista separou e distanciou os locais de "trabalho" das zonas residenciais, isolando as mulheres nos espaços destinados à esfera doméstica e afastando ainda mais os homens das tarefas cotidianas de reprodução da vida[3]:

> Os locais de trabalho e o comércio devem mesclar-se às residências se se tiver a intenção de que os homens, como, por exemplo, os que trabalham na Rua Hudson ou próximo dela, estejam perto das crianças na vida diária – homens que participem da vida cotidiana normal [...] A oportunidade (que na vida moderna se tornou um privilégio) de brincar e crescer num mundo cotidiano composto tanto de homens como de mulheres é possível e comum para crianças que brincam em calçadas diversificadas cheias de vida [...] Os urbanistas parecem não perceber quão grande é a quantidade de adultos necessária para cuidar de crianças brincando. Parecem também não entender que espaço e equipamentos não cuidam de crianças. Estes podem ser complementos úteis, mas só pessoas cuidam de crianças e as incorporam à sociedade civilizada (*Ibidem*, passim).

Para a arquiteta Diana Agrest (1988), o espaço urbano e a arquitetura são estruturados a partir de princípios masculinos desde suas primeiras manifestações:

> O logocentrismo e o antropomorfismo, principalmente o antropomorfismo masculino, fixaram as bases do sistema da arquitetura desde Vitrúvio; foram lidos e reescritos durante o Renascimento e desde então se prolongaram até o movimento moderno. Esse sistema se define tanto pelo que inclui como pelo que exclui, sendo a inclusão e a exclusão partes integrantes do mesmo constructo. Entretanto, o que é excluído, o fica de fora, não é propriamente excluído, mas reprimido. A repressão nem exclui nem repele uma força exterior, pois contém dentro dela uma representação interior, um espaço de repressão. O reprimido, a representação interior no sistema da arquitetura que determina um exterior (de repressão) é a mulher e o corpo da mulher (AGREST, 1988, p. 585).

O advento do planejamento urbano funcionalista vai acentuar ainda mais esse rebatimento da divisão sexual do trabalho no espaço da cidade, aprisionando as mulheres em determinados lugares, principalmente ao separar e hierarquizar substancialmente as áreas comerciais, industriais e residenciais (SILVA, 2003). Nestas condições, o que Henri Lefebvre chamou de "ideologia do Habitat" (a propriedade da casa proletária no subúrbio/periferia como forma de suburbanização dos operários), exerce uma opressão adicional quando se é mulher. Segundo o autor, tal ideologia implicou na prática do habitar dos mais pobres como meramente residencial, separando-o da vida e do habitar urbano, criando uma hierarquia espacial entre as classes, as propriedades e os proprietários, a partir do processo de descentralização/espraiamento. Em resultado, aconteceu o afastamento do proletariado da cidade e a sua consequente perda do sentido de vida urbana, fazendo a sua "consciência urbana" se dissipar (LEFEBVRE, 1991, p. 17). Tal situação vai ser ainda mais extrema no caso das mulheres, que tampouco usufruem minimamente das áreas de centralidade por estarem alijadas das atividades produtivas e do espaço público, ainda sofrem cotidianamente com a precariedade destes locais distantes, monofuncionais, com

[3] Texto originalmente publicado pela autora no blog FeminisUrbana: "Jane Jacobs: uma mãe urbanista". Disponível em: https://feminismurbana.wordpress.com/2018/05/13/jane-jacobs-uma-mae-urbanista/ (último acesso 06/08/218).

infraestrutura urbana e equipamentos públicos ausentes ou precários. No Brasil, os subúrbios, cidades-dormitório, periferias e cidades-satélite são, ao mesmo tempo, territórios negligenciados pelas políticas urbanas e espaços de habitação das classes mais pobres, demarcadamente caracterizados por gênero e raça.

Nesse sentido, podemos afirmar que a precariedade urbana que circunda o universo da moradia vai impactar substancialmente o gênero feminino. A qualidade dessa moradia, sua localização e distância de serviços públicos de transporte, escolas, postos de saúde e parques, bem como suas condições em relação ao saneamento básico, água encanada/potável vão afetar a vida cotidiana das mulheres e a realização das tarefas relacionadas ao seu gênero (ALFONSIN, 2006).

AUTONOMIA E EMPODERAMENTO A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO NOS MOVIMENTOS DE MORADIA

Em 2011, a relatora especial da ONU, Raquel Rolnik, lança a cartilha "Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?" (ROLNIK *et al*, 2011). O documento, fruto de uma pesquisa sobre políticas públicas relacionadas a habitação e gênero em diferentes países do globo destaca sete pontos fundamentais para garantia do direito à moradia para as mulheres: Habitabilidade (condições de habitação adequadas); Disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; Localização adequada; Adequação cultural ("a forma de construir a moradia e os materiais utilizados na construção devem expressar tanto a identidade quanto a diversidade cultural dos moradores e moradoras" (*Ibidem*, p. 18)); Não discriminação e priorização de grupos vulneráveis (moradia acessível a grupos vulneráveis "como idosos/as, crianças, pessoas com deficiência, pessoas com HIV, vítimas de desastres naturais e, também, mulheres" (*Ibidem*, p. 20); Custo acessível; e, por fim, Segurança da posse. Este último elemento se articula com o direito a morar sem ameaças de remoção, de forma estável e segura. Mas também em assegurar o acesso das mulheres à habitação, como por exemplo preferenciar a titularidade feminina. Isso porque, em todo o mundo, a propriedade da terra e da moradia está, majoritariamente, nas mãos dos homens (*Ibidem*, p. 8 e 9).

É importante destacar a importância da segurança de posse como um direito a ser garantido para as mulheres. A feminização da pobreza e dependência econômica para pagar sua moradia costuma ser um dos principais fatores de manutenção de situações de violência doméstica. Isto é, para além das dimensões culturais, psíquicas e políticas, a "casa" não é apenas o cenário, mas, muitas vezes o protagonista de um "enredo trágico: muitas mulheres não conseguem pôr um fim na relação com o agressor simplesmente por não ter pra onde ir com seus filhos" *Ibidem*, p. 11). Segundo Raquel Rolnik, "para as mulheres, a não realização desse direito ou a sua violação têm consequências específicas, que não se verificam da mesma forma para os homens" (*Ibidem*, p. 5). O relato abaixo, realizado por uma integrante do movimento social União Nacional por Moradia Popular (UNMP) demonstra essa importância:

> Tinha uma mulher. Ela não era coordenadora, nada disso, só participava e trabalhava. Era uma pessoa assertiva, forte; não era quieta ou amuada. Só que alguns momentos, percebíamos que ela tinha sofrido violência em casa. Nessa época não tinha nem trabalho social, então a gente tentou ver com alguém que fosse mais próximo dela pra tentar conversar e tal, só que ela não aceitava. Não conversava sobre isso com ninguém, mas era nítido que de vez em quando algo acontecia. Às vezes ela ficava sem aparecer, então sabíamos que havia uma situação ali, mas não tinha nada que a gente pudesse fazer.

> Durante a obra inteira ela não falou nada, não abriu a boca. Aí acabou o mutirão e foram fazer as entregas lá. Na hora de pegar a chave e ela perguntou pra coordenação: "Escuta, a festa vai ser sábado. Domingo eu posso mudar?". A maioria das pessoas ainda ia dar uma arrumada no piso, colocar cortina e tal. Mas pode né? A casa era dela. Aí ela chegou com a mudança e os filhos, passou uns dois dias e chega o marido lá, emputecido. Acho que foi umas 6h da manhã e começou a bater na porta e a xingar no meio da rua. Ainda morava pouca gente no mutirão, aí o pessoal foi ver o que tava acontecendo. Juntou todo mundo na rua. E ela não abria a porta, não saiu pra rua. Aí uma das vizinhas foi lá falar com ela e ela falou: "Pode mandar embora, você viu ele carregando um tijolo por aqui?". Aí os homens foram lá e colocaram ele pra fora. Aí foi aquela choradeira né? a mulherada toda foi acudir ela. Ela disse **"Enquanto eu não tinha um teto pra colocar meus filhos embaixo, eu nunca levantei a voz pra ele. Eu entrei no movimento esperando esse dia. O dia que eu pudesse não depender mais dele e ter um lugar pra colocar meus filhos. Agora ele não encosta mais a mão em mim** (Relato de Evaniza Rodriguez - UNMP, 2017).[4]

O relato demonstra a importância dos movimentos de luta por moradia e a garantia da segurança de posse para o empoderamento e autonomia econômica das mulheres. Vale ressaltar ainda que, em conjunto a uma maior autonomia econômica em relação a casa, acontece também seu empoderamento como sujeito político a partir da participação nos movimentos sociais de moradia, fato este comum entre homens e mulheres que iniciam um processo de militância. A ocupação torna-se um espaço privilegiado de organização política da classe trabalhadora pobre, um local de experimentação de laços de solidariedade e autogestão, mas sobretudo de formação intelectual e política. Por isso a importância que os ocupantes dão a formação contínua dos moradores, que acontece de maneira teórica e prática, na autogestão coletiva do espaço. A carência de moradia funciona em primeira instância como um núcleo aglutinador para, nas outras atividades cotidianas, resultar numa indagação sobre sua condição dentro do sistema capitalista (HELENE, 2009, p. 82 - 84).

No caso das mulheres, esse empoderamento político abarca condições específicas. É importante ressaltar que a conquista do espaço público/político a partir de sua participação em um movimento reivindicatório de direitos transforma substancialmente a autonomia dessas mulheres, já que este foi um espaço historicamente expropriado ao gênero feminino. As mulheres relatam como sua relação com o Estado, com as instituições e mesmo com seus maridos/companheiros/filhos/parentes mudou completamente após a participação nos movimentos. Isto é, como mudaram totalmente a forma de ver a si mesmo e a sociedade em que estão inseridas, suas condições de subalternidade como mulher e suas possibilidades de reivindicação perante o Estado e o espaço público, mas também perante suas relações pessoais, lutando contra as desigualdades de gênero na esfera privada. O relato abaixo, da coordenadora geral de um movimento de moradia que atua ocupando edifícios na área central de São Paulo demonstra de forma incisiva esse fato:

> As vezes meu marido está na cama e fala "Vida, pega um pouco de comida pra mim?" e eu "Não, vai lá. Aproveita e traz pra mim também. Estou com fome". [...] Ah e lembrando,

[4] A entrevista foi parte do trabalho final de graduação de Maria Pia Fahham: O mutirão de autogestão pela perspectiva da mulher. Apresentado à Escola da Cidade/SP em São Paulo, 2017 (FAHHAM, 2017).

> antes de eu vir para o movimento eu tomava o maior chicote do meu marido. Apanhava muito. Muito. Eu me sentava e dizia “Bate, porque você é meu marido e você tem direito” [...]. “[marido falando] Hoje fulano foi brincar comigo na firma e eu disse: ‘não brinque comigo, eu bati na mulher essa noite’" [...] Quando eu passei a entender o movimento, participei de algumas formações e tal... quando ele veio para me dar [bater], ele deu a primeira mas o restante ele levou tudinho. Eu me lembro que ele falou assim, com a cara toda arranhada (eu cortei toda a cara dele na unha, e soquei bastante). [...] Aí ele falou: "Ai... como é que eu vou trabalhar com essa cara?”. Eu falei "Você vai chegar na firma e você vai dizer: 'não brinca comigo hoje não porque eu estou azedo, estou nervoso, porque eu apanhei da mulher esta noite'. Você entendeu? Porque chega, eu não vou mais baixar a cabeça para você”. E é assim, eu não abaixo a cabeça para homem nenhum (Ivanete de Araújo, coordenadora-geral do MSTC, 2011).

O relato demonstra como a sua maneira de se ver dentro do casal/família mudou, e como passou a exigir tanto uma mais igualitária divisão das tarefas domésticas como o fim do poder violento do marido sobre seu corpo. A sua formação política foi fundamental para compreender que marido não tem “direito” a ser violento, e que ela não precisa “baixar a cabeça” para nenhum homem, mas também é importante lembrar como essa reestruturação da hierarquia de poder entre marido e esposa é facilitada também em não mais depender economicamente do marido para manter sua casa.

Segue outro exemplo, de outra moradora de um prédio ocupado no centro de São Paulo:

> A partir do momento que eu vim para o movimento, eu aprendi muita coisa. Nossa, porque quando eu morava lá na periferia né eu trabalhava em casa de família, chegava o final de semana, ai eu vou lavar roupa, fazer isso, cuidar de casa né, a partir do momento que eu entrei e vim pra dentro do MTSC, eu aprendi muita coisa, coisas que eu nem sabia que existia. Por exemplo, hoje em dia eu vou numa mesa de negociação, vou no gabinete de vereador, deputado, qualquer coisa né, vou sem medo né. Antigamente, meu Deus, pra chegar perto de um vereador, ou de um deputado era ‘a meu deus, é coisa de outro mundo!’ hoje não, hoje eu já vou sem medo, as vezes acontece de ter alguma briga aqui e chama a polícia, que é a coordenadora? Você vai na polícia? Vou, sem medo. No tempo que eu morava na periferia, eu via uma viatura eu já me apavorava, já me apavorava, é que aqui eu aprendi muita coisa, agradeço muito ao movimento, eu aprendi muito, eu acho que eu aprendo hoje, que eu tenho, que eu falo, tudo eu dou graças a deus de ter conhecido o movimento de ter vindo fazer parte desse movimento. E não só eu, toda a minha família. Eu agradeço muito (Jomarina Pires da Fonseca, 2009, *op. cit.*).

Aqui, podemos observar como a participação de Jomarina no movimento e o cotidiano do espaço coletivo da ocupação transformaram sua relação com Estado e com o espaço público da política (“mesa de negociação”, “gabinete do vereador”, deputado, polícia, “qualquer coisa”), acarretando em seu apoderamento enquanto sujeito ativo no processo social. É interessante também as dicotomias de oposição que ela utiliza para demarcar como era sua situação antes de entrar no movimento: “quando eu morava lá na periferia”, “trabalhava em casa de família”, “vou lavar roupa, fazer isso, cuidar de casa né”, “no tempo que eu morava na periferia, eu via uma viatura, eu já me apavorava” demarcando que a mudança em relação a sua participação na vida pública tem a ver com o fim de uma certa “alienação” ou isolamento ao qual estava submetida na periferia e nas tarefas domésticas. Isto é, reafirma uma ideia

acerca das especificidades de empoderamento feminino no caso dos movimentos de moradia que atuam nas áreas centrais: demonstra como ela estrutura na sua estória de vida e o momento da transformação na sua relação com o Estado e suas forças de repressão do (a imagem da "viatura" associada à violência policial) a partir da participação no movimento, mas também no momento em que ela muda da periferia para área central da cidade. O mesmo tipo de relato em oposição a um passado no qual as mulheres se sentiam isoladas no âmbito privado da casa e a um certo espaço da cidade podemos ver no relato abaixo, de uma moradora da Ocupação Mauá, no centro de São Paulo:

> Com o apoio aqui que eu tenho [na ocupação], eu estou conquistando as coisas que eu quero. Que eu sonhei [ela conta de sua experiẽncia em ter um negócio próprio, uma venda na ocupação]. [...] ... agora EU SONHO. **Antes, lá [na periferia] eu nem sonhava, vivia aquela vidinha ali, de dona de casa, de cuidar de filho**... (Raquel Guimarães Dutra, Ocupação Mauá - MTSC coordenadora ASTC-SP, entrevista de 2011)

Vale dizer que isso não significa que estas mulheres deixaram de realizar as atividades domésticas, mas que não estão mais realizando-as sozinhas e/ou que estão realizando outras atividades, sobretudo aquelas fora do solitário âmbito privado. Além disso, é comum o relato de como, o espaço coletivo da ocupação auxilia nas tarefas domésticas, como por exemplo o revezamento dos moradores nas tarefas de limpeza e de cuidado de crianças, sobretudo facilitando a situação de vida de mães monoparentais e idosos sem família. Como por exemplo no relato a seguir:

> E as próprias crianças, tem uma história assim, que eu sempre arrumo um grupo e levo na pinacoteca com as crianças. Mas quando a gente passa assim, uns dois três meses sem ir, eles já ficam me perguntando 'o tia, quando a gente vai na pinacoteca?', 'o tia quando a gente faz isso?'. È incrível, 'o tia quando que tem uma festa assim?' Então eu imagino essas crianças saindo né, e ir pra outro local, mesmo se cada um conseguir ir pra um prédio, uma casa individual, as próprias crianças vão sentir falta, que a tarde quando vindo da escola, eu fico ali na portaria eu vejo assim, por exemplo, um, uma pessoa aqui, um pai ou uma mãe, eles vão na escola eles trazem assim, umas cinco crianças né, do andar, eles trazem do andar. Ou então, de manhã leva e as próprias crianças já estão acostumadas a isso, ir junto pra escola vim junto, ir pra pinacoteca... [...] **Então isso eu sei que é todo mundo que vai sentir falta de disso, de viver na comunidade** (Jomarina Pires da Fonseca, 2009, op. cit.).

Podemos adicionar a esse relato como o espaço do centro possibilitou uma outra opção de espaços de lazer/culturais para levar crianças, ou mesmo para os outros moradores poderem usufruir. É importante ressaltar a ausência deste tipo de equipamento público nas periferias, espaços importantes tanto para a formação cultural como para usufruto de diversão/lazer. Um relato comum das moradoras é a dificuldade de espaços para levar as crianças na periferia, fato este diferente nas áreas centrais, onde se encontram muitas opções.

LUTA PELO DIREITO À CIDADE E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL GENERIFICADA

Os movimentos de moradia deram um passo fundamental quando passaram a reivindicar programas habitacionais nas áreas centrais das cidades, ocupando os prédios vazios. A luta por moradia se expandiu para a luta pela reforma urbana e pelo direito à cidade, levantando a necessidade de viver em locais

dotados de infra-estrutura, equipamentos sociais e empregos. Enquanto outros movimentos por moradia das regiões periféricas da cidade - como o MTST, por exemplo - atuam ocupando glebas vazias nas margens urbanas, afirmando que a ocupação organizada pode reivindicar a correta distribuição de infra-estrutura urbana; os movimentos das áreas centrais disputam uma área consolidada, com grande potencial de lucros para a especulação imobiliária e de grande poder simbólico. Essas ocupações também se destacam por trabalhar em uma incongruência do urbanismo, pois se apoderam de construções abandonadas e subutilizadas, localizadas em áreas extremamente privilegiadas se comparadas às periferias urbanas. Nesse caso, explicitam os problemas de atuação do capitalismo, ressaltando ao mesmo tempo o desperdício de infra-estrutura e a precarização da vida das classes pobres (HELENE, 2009), sobretudo da vida das mulheres. As conquistas em relação a mobilidade e o acesso a cidade infraestruturada são as mais evidentes. É comum o relato de como os moradores gastavam de três a quatro horas para chegar de seu local de moradia na periferia aos locais de trabalho no centro, e como agora fazem "tudo a pé" ou de bicicleta:

> Eu cheguei aqui eu me lembro [...] comecei a trabalhar no shopping ibirapuera, depois saí, trabalhei no grupo pão de açúcar, **daí construí família e depois ficou difícil eu trabalhar em firma que tinha horário para sair, horário para entrar, aí eu comecei a sair e comecei a trabalhar em casa de família né, porque antigamente não existia creche nas periferias, como hoje mesmo é muito complicado você encontrar uma creche na periferia.** Aí quando surgiu a oportunidade de vim morar aqui, aqui no centro, **nossa eu achei incrível né, vir morar aqui no centro, e aqui no centro é tudo mais fácil** né, até o emprego, escola, médico, tudo aqui é fácil aqui no centro. Por exemplo, a maior parte das pessoas que moram aqui, no prédio eles trabalham na economia informal. Por exemplo eles saem de manhã vão aventurar na [Rua] 25 [de março], na [Rua] José Paulino, ali no Viaduto Santa Ifigênia... mesmo correndo do Rapa, da GCM [Guarda Civil Municipal], da polícia militar, mas eles tão aventurando. Agora você morando lá na periferia, não tem como você pegar uma sacola, vir aqui pra cá pro centro, porque aí você vai depender de uma condução, vai depender do almoço né, pois quem mora aqui no prédio, vai trabalhar na [Rua] 25 [de março] e vem almoçar aqui. Então tudo que consegue, qualquer dinheirinho dá para sobreviver. Toda a minha família que mora aqui eles trabalham aqui no entorno né. E quando depende da condução eles vão de bicicleta. Então é muito prático mesmo, é muito bom morar aqui no centro por causa dessas facilidades que tem. (Jomarina Pires da Fonseca, 2009, *op. cit.*)

Ademais, neste relato, observa-se as dificuldades de inserção no mercado quando se é mulher e mãe (" daí construí família e depois ficou difícil eu trabalhar em firma") e pior ainda quando as condições urbanas no entorno habitação são precárias ("antigamente não existia creche nas periferias, como hoje mesmo é muito complicado você encontrar uma creche na periferia"). E como morar em uma área multifuncional e não apenas residencial e destinada às atividades reprodutivas pode trazer uma outra maneira dela, como mulher, se apropriar da cidade.

Por meio dos relatos apresentados e da observação do cotidiano dessas ocupações, percebe-se como a qualidade de vida das mulheres mudou substancialmente ao não estarem mais isoladas nas tarefas domésticas nos subúrbios e na periferia. Isso envolve, sobretudo, as facilidades de manutenção das atividades reprodutivas por meio da proximidade de serviços públicos e dos postos de trabalho, face ao que descrevemos antes sobre a constituição das cidades. Ter a oportunidade de morar no centro da cidade,

este local onde foram privilegiadas as infraestruturas e a instalação de equipamentos urbanos, ao contrário do que é realizado pelo poder público nas periferias. As conquistas vão da reestruturação das hierarquias de poder dentro do espaço privado e a segurança contra a violência doméstica; a re-apropriação do espaço público/político e a conquista de um espaço urbano mais adequado às tarefas de reprodução da vida cotidiana.

Podemos dizer que que as mulheres participantes desses movimentos sociais engendram uma luta por direito à cidade contra uma segregação socioespacial generificada, isto é, suas histórias de vida na luta por moradia explicitam que as diferenças de gênero se articulam de forma indissociável às outras formas de opressão capitalista que estruturam as desigualdades urbanas.

REFERÊNCIAS:

ALFONSIN, Betânia de Moraes. "Cidade para todos/cidade para todas – vendo a cidade através do olhar das mulheres". In: **Direito urbanístico – estudos brasileiros e internacionais"**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2006

ALVES, Ana Elizabeth Santos. "Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família". **Trab. educ. saúde** [online]. 2013, vol.11, n.2 [cited 2017-11-28], pp.271-289.

AGREST, Diana. "À margem da arquitetura: corpo, lógica e sexo". In NESBITT, Kate. (org). **Uma nova agenda para a arquitetura.** Antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006.

ANDRADE, Luciana. **Reverso de um espetáculo urbano: desafios e perspectivas para uma arquitetura habitacional popular**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2013.

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre – de Artigas aos mutirões**. São Paulo: Editora 34, 2002.

FAHHAM, Maria Pia. **O mutirão de autogestão pela perspectiva da mulher**. Trabalho Final de Graduação apresentado à Escola da Cidade/SP. São Paulo: 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Editora Elefante, 2017

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e luta pela moradia.** São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. **A cidade e a Arquitetura também mulher: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero**. São Paulo. Editora Annablume, 2011

HELENE, Diana. **A guerra dos lugares na ocupações de edifícios abandonados do centro São Paulo**. Mestrado. São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2009

HELENE, Diana; TAVARES, Rossana. "Gênero e estudos urbanos, uma conciliação necessária" 11 Out 2017. **ArchDaily Brasil**. Acessado 27 Nov 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/881263/genero-e-estudos-urbanos-uma-conciliacao-necessaria>

HELENE, Diana; LAZARINI, Kaya. "Autonomie et émancipation: les femmes dans les mobilisations pour le droit au logement" In: **Colloque Perspectives féministes sur le logement des femmes**. UQAM, Montreal,2018.

HIRATA, Helena. "Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais". **Tempo soc.** [online]. 2014, vol.26, n.1, pp.61-73.

ITIKAWA, Luciana. **Mulheres na periferia do urbanismo - Informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban.** CLACSO. IDEAs. CODESRIA. Buenos Aires, 2015

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Zahar, 2000

KERGOAT, Danièle. "Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo". In: EMÍLIO, Marli; et al (orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p.55-63.

LATENDRESSE, Anne. "La ville: un espace investi par les femmes et le groupes de femmes?" In: **Actes du 4 Congrès International des recherches féeministes dans la francophonie plurielle**. Ottwa, Les éditions du remeu-ménage: 2005.

LAZARINI, Kaya. **Luta por moradia e autogestão em Buenos Aires: da crise à construção popular do hábitat.** Mestrado. FAU-USP. São Paulo, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Morais, 1991.

OKIN, Susan Moller. "Gênero, o público e o privado". **Estudos Feministas,** Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários. mulheres. prisioneiros**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988

PISCITELLI, Adriana. "Re-criando a (categoria) mulher". **Textos didáticos**, v. 48, p. 7-42, 2002.

RAUL, Jéssica. "Mulheres negras, movimentos sociais e direito à cidade: uma perspectiva para as políticas públicas". **e-metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 1, p. 46-53, 2015.

SAFFIOTTI, Eleieth. A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

SANTORO, Paula F. "Gênero e planejamento territorial: uma aproximação". In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu-MG: ABEP, 2008.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: **Educação e Realidade**, v.16, 2, p.5-22, jul./dez, 1988.

SILVA, Joseli Maria. “Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica”. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, 2003

TAVARES, Rossana e HELENE, Diana. “Como os problemas socioambientais nas cidades impactam a vida das mulheres?. In: **Tribuna Rio por inteiro - Casa Fluminense**, 2018.

TAVARES, Rossana Brandão. **Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero**. Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ / FAU, 2015.

4 – ARTIGOS COMPLETOS DE SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

TERRA COMUM: AMPLIANDO O IMAGINÁRIO DO VALOR DE USO

V enanparq
Salvador - 2018

PROJEÇÕES: 100KM2 DE TERRA NA CAATINGA

PROJECTIONS: 100KM2 OF LAND IN THE CAATINGA

PROYECCIONES: 100KM2 DE TIERRA EN CAATING

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

GANZ, Louise
Arquiteta e Doutora em Artes Visuais; Professora da Escola Guignard e da Pós-graduação em Artes Plásticas da UEMG
louiseganz@gmail.com

LINKE, Ines
Doutora em Artes Visuais; Professora da EBA e do PPGAV da UFBA
ineslinke@yahoo.com

PROJEÇÕES: 100KM2 DE TERRA NA CAATINGA

PROJECTIONS: 100KM2 OF LAND IN THE CAATINGA

PROYECCIONES: 100KM2 DE TIERRA EN CAATINGA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO:
Nesta comunicação são abordados imaginários de uma "terra comum" a partir do trabalho artístico "Projeções: 100km2 de caatinga" realizado pelo grupo Thislandyourland, formado pela artista e arquiteta Louise Ganz e pela artista Ines Linke. Nesse projeto, o grupo investiga diversos imaginários relacionados à caatinga, a partir de uma série de entrevistas realizadas com ativistas, arquitetos, artistas, advogados, ambientalistas, políticos, pesquisadores, pedindo o desenvolvimento de uma proposta para o futuro de uma área de terra na caatinga. O trabalho partiu da seguinte ficção: "Considerando que alguns hectares de terra estão disponíveis para o desenvolvimento de propostas de uso, o que você imagina fazer com essa área?" Essa provocação buscou gerar um acervo, uma coleção de ideias e pontos de vista, que permite visualizar o que as pessoas imaginam sobre a terra e debater formas de organização social e de trabalho. Nesta comunicação analisa-se respostas e projetos idealizados por alguns dos entrevistados para estabelecer uma discussão sobre as formas de acesso e uso da terra, assim como sobre outras possibilidades de se pensar propriedade no intuito de contribuir com a reflexão sobre propriedade coletiva e a terra como bem comum.
PALAVRAS-CHAVE: terra comum; caatinga; organização sócio-espacial.

ABSTRACT:
This communication discusses the imaginaries of a "common land" based on the artistic work "Projections: 100km2 of caatinga" by the group Thislandyourland, formed by the artist and architect Louise Ganz and the artist Ines Linke. In this project, the group investigates several imageries related to the caatinga, colected through a series of interviews with activists, architects, artists, lawyers, environmentalists, politicians, researchers, that were asked to develop a future proposal of a land area in caatinga. The work was based on the following fiction: "Considering that some hectares of land are available for the development of proposals, what would you do with this area?" This provocation sought to generate an arquive, a collection of ideas and points of view, which permits one to visualize imaginaries of the land and discuss ways of social and labor organization. This paper analyzes the responses and projects conceived by some of the interviewees to establish a discussion about the forms of access and usage of land, as well as about other possibilities of conceiving property in order to contribute to the reflection on collective property and land as a common good.
KEYWORDS: *common ground; caatinga biome; socio-spatial organization.*

RESUMEN:

En esta comunicación se abordan imaginarios de una "tierra común" a partir del trabajo artístico "Proyecciones: 100km2 de caatinga" realizado por el grupo Thislandyourland, formado por la artista y arquitecto Louise Ganz y la artista Ines Linke. En este proyecto, el grupo investiga diversos imaginarios relacionados a la caatinga, a partir de una serie de entrevistas realizadas con activistas, arquitectos, artistas, abogados, ambientalistas, políticos, investigadores, pidiendo el desarrollo de una propuesta para el futuro de un área de tierra en la caatinga. El trabajo partió de la siguiente ficción: "¿Considerando que algunas hectáreas de tierra están disponibles para el desarrollo de propuestas de uso, qué te imaginas hacer con esa área?" Esa provocación buscó generar un acervo, una colección de ideas y puntos de vista, que permite visualizar lo que las personas se imaginan sobre la tierra y debatir formas de organización social y de trabajo. En esta comunicación se analizan respuestas y proyectos ideados por algunos de los entrevistados para establecer una discusión sobre las formas de acceso y uso de la tierra, así como sobre otras posibilidades de pensar la propiedad con el fin de contribuir con la reflexión sobre propiedad colectiva y la tierra como bien común.
***PALABRAS-CLAVE**: tierra común; caatinga bioma; organización socio-espacial.*

A CAATINGA

A Caatinga, um bioma exclusivamente brasileiro, tem ampla distribuição no semiárido nordestino. Entretanto, acredita-se que somente uma pequena porcentagem de seu território se encontra protegido por unidades de conservação que visam garantir a sobrevivência de espécies da fauna e da flora nativas. Silva destaca a falta de interesse e a negligência histórica da preservação da caatinga:

> [...] Encontra-se na caatinga um percentual ínfimo de unidades de conservação e proteção de seus sistemas naturais (...), além de um incipiente conhecimento científico de sua diversidade biológica. Além de ser um dos mais devastados biomas brasileiros, a caatinga foi durante muito tempo o mais negligenciado. Somente em 1965, com o Novo Código Florestal (Lei 4.771), é que a caatinga foi considerada como passível de proteção. (SILVA, 2008, p.20)

Apesar do Novo Código Florestal possuir mais de cinquenta anos, os esforços para a conservação e manutenção de territórios identitários se mantêm ainda hoje. O Ministério do Meio Ambiente, destaca os problemas atuais da implementação e administração das unidades de conservação:

> Cerca de 7% da caatinga se encontra em unidades de conservação, menos de 1% em unidades de proteção integral (como Parques, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas), que são as mais restritivas à intervenção humana. Estas unidades, no entanto, têm sérios problemas de implementação. De fato, têm que lidar com diversos problemas relacionados com a proteção da sua biodiversidade, como caça, fogo, desmatamento e tráfico de animais silvestres. (...) Grande parte das unidades federais apresenta problemas básicos, como ausência de regularização fundiária, falta de plano de manejo e carência de pessoal.[1]

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão ambiental do governo brasileiro, criado em 2007, trabalha na seleção e criação de novas unidades, por meio da atualização das áreas prioritárias para a conservação no bioma. Um dos últimos remanescentes contínuos de caatinga, a região conhecida como Boqueirão da Onça[2], localizado nos Municípios de Sento Sé, Juazeiro, Sobradinho e Campo Formoso no Estado da Bahia, foi transformada em Parque Nacional do Boqueirão da Onça, com os objetivos de proteger a diversidade biológica e os ambientes naturais, a flora e a fauna da caatinga, incluídas as transições altitudinais; garantir manutenção de populações viáveis de espécies ameaçadas de extinção, raras ou endêmicas que ocorrem na região; proteger formações geológicas, sítios paleontológicos e arqueológicos associados; proteger e promover recuperação das formações vegetacionais da área e proporcionar desenvolvimento de atividades de recreação. Embora a criação do parque constitua uma importante conquista do Instituto Mendes, o decreto que oficializa a criação do parque também inclui artigos sobre as desapropriações de imóveis rurais privados existentes nos limites do parque e a exclusão do subsolo da área, que atestam os interesses conflitantes projetados em cima da mesma porção de terra de 349 mil hectares e a dificuldade de pensar estratégias de conservação que não impeçam a coexistência com o ser humano ou permitam atividades econômicas.

---

[1] http://www.mma.gov.br/biomas/caatinga/iniciativas-de-conserva%C3%A7%C3%A3o

[2] DECRETO NÂº 9.336, DE 5 DE ABRIL DE 2018. Disponivel em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9336-5-abril-2018-786419-publicacaooriginal-155183-pe.html

Em nossa investigação partimos de uma série de inquietações que apareceram ao longo de viagens na Bahia em 2012. Surgiram perguntas sobre as formas de ocupação do território tradicionais e atuais, sobre modelos econômicos e sobre o futuro dessa região. Nos interrogamos: Como podemos gerir um território na caatinga? Como se cria parâmetros para regulamentar os acessos e usos? Quais futuros podemos imaginar para a caatinga? Porque falar em caatinga?

O interior da região Nordeste foi, durante séculos, considerado e imaginado por pessoas externas à região e inclusive por seus habitantes, como um ambiente inóspito, desértico e miserável, recebendo títulos como terra-nua, terra-seca, terra-ruim, terra-inútil, dentre outros. Em comparação com os biomas brasileiros da Mata Atlântica e da Amazônia, conhecidos mundialmente, a Caatinga foi cultural e politicamente desvalorizada. Caatinga, na língua dos índios Tupi-Guarani, significa "floresta nua" ou "floresta branca", devido à perda de folhas nas longas estações da seca, vegetação espinhosa e numerosas espécies xerófilas e decíduas com ramos calcinados pela luz solar. No entanto, é um ambiente de grande biodiversidade e um ecossistema brasileiro complexo. Desta forma, deve-se atentar para a diversidade do ambiente da caatinga, seus contextos locais, suas especificidades, os modos de vida e os modos de ocupação e produção, as distintas paisagens ricas, bem como os saberes, conhecimentos e tecnologias locais. Ab'Saber (1977), utiliza o termo "caatingas", para enfatizar as diferenciações fisionômicas e fitogeográficas existentes, em razão das diferentes condições paleoclimáticas que formam e caracterizam os diversos territórios.

Se por um lado, a região foi conhecida como ambiente inóspito, também foi marcada pela seca e o deslocamento de pessoas que fugiram da fome e da sede. Em busca de solução para os problemas do interior nordestino, o sertão foi foco de diversas tentativas de desenvolvimento durante a segunda metade do século XX. Órgãos como o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste CODENO, e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, que substituiu os órgãos precedentes em 1959, adotaram medidas e implementaram programas com o objetivo de garantir a sobrevivência da população e criar possibilidades de mobilização social nas caatingas. Muitos projetos de caráter desenvolvimentista ocorrem sobretudo nas décadas de 1960/1970, como foi o caso de um projeto que introduziu a algaroba, uma espécie de planta exógena, considerada apropriada para servir de alimento nos períodos de seca. Por causa de suas propriedades, a implantação desta árvore foi vista no período como uma tábua de salvação que seria responsável por transformações no espaço rural do semi-árido nordestino. Entretanto, a planta se tornou uma praga, prejudicial à vegetação endógena.

A algaroba é, de certa forma, emblemática de um modelo, uma ecologia política de cima para baixo, que se apoiou, no passado, em alianças entre capital e propriedade da terra e afirma, no presente, o pacto entre capital e propriedade de capitais (simbólico, social, econômico e cultural). Projetos governamentais, em muitos casos, têm legitimado tomadas de decisões e assegurado práticas que mantêm uma esperança em um futuro melhor que se instaura de forma milagrosa, e que, no entanto, mantêm o sistema oligárquico enraizado historicamente no Brasil. Projetos continuam alimentando um imaginário que vem associado à promessa de um progresso e à esperança de uma mudança repentina que transformará a vida das pessoas. O milagre econômico continua na mente de políticos, investidores, empresários, proprietários de terra e pesquisadores, e orienta imaginários de um futuro melhor, sem romper com as bases fundantes da concentração fundiária, do conservadorismo, da propriedade privada de grande escala e do sistema de trabalho opressor de origem escravista.

A TERRA

Dados do Incra, levantados a partir da autodeclaração dos proprietários, apontam que a concentração fundiária e a improdutividade aumentaram neste século no Brasil. Dados de 2010 indicam que 130 mil proprietários de terras concentram 318 milhões de hectares. Mais de 100 milhões de hectares passaram, em menos de uma década, para o controle dos proprietários de terras. Os dados também mostram que o registro de áreas improdutivas cresceu mais que as áreas produtivas, o que aponta para a expansão de áreas que desconsideram a função social. Grandes proprietários especulam com a terra, usam "proteção" política, são fora-da-lei e evitam o cumprimento da Constituição, que determina que as áreas que não cumprem sua função social sejam destinadas à reforma agrária.

O geógrafo Rogério Haesbaert aponta que o paradigma hegemônico territorial "vê o espaço como mera extensão ou superfície a ser transposta e substrato a ser explorado". Adotando uma visão absoluta, a empresa e o Estado homogenizam e unificam o espaço, descontextualizando-o. O território da terra é um "instrumento de dominação, um recurso meramente funcional, dentro de uma economia baseada no modelo agro extrativista-exportador", e na especulação do capital. Haesbaert nos aponta para outro paradigma – o contra-hegemônico – em que o que importa é o espaço habitado, vivido e diversificado das relações sociais. Ao contrário da visão homogeneizante, o espaço habitado é intensificado pelas múltiplas relações sociais e culturais, pelos variados meios de subsistência, pelo trabalho, pela ocupação da terra e pela emancipação social.

Os valores numéricos que indicam o que é um latifúndio, o que é uma propriedade de pequena, média ou grande escala, variam no Brasil de acordo com a região, pois são levados em conta alguns fatores, para a constituição do módulo de referência, como acessibilidade, qualidade da terra, acesso à água e infraestruturas, sistemas de transporte, distâncias de portos para escoamento, dentre outros. Em relação ao tamanho da área, os imóveis rurais são classificados em minifúndio, um imóvel rural com área inferior a um módulo fiscal; pequena propriedade, um imóvel de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais; média propriedade, um imóvel rural de área superior a quatro e até quinze módulos fiscais; e a grande propriedade, o imóvel rural de área superior a quinze módulos fiscais.[3] De acordo como a Embrapa:

> [O] Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares.[4]

Levando em conta que o módulo fiscal varia de acordo com cada município, para a proposta artística, optou-se por trabalhar com uma área que corresponde a uma grande propriedade no semiárido, aquilo que indica a concentração de terras, portanto, 100 km2, ou 10 mil hectares.

[3] http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais

[4] https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal

AS PROJEÇÕES

Quais imaginários do futuro são projetados nos 100km2 de terra na caatinga? Os projetos contemplam práticas de compartilhamento de terra e de trabalho? Quais imaginários prevalecem: os que favorecem as práticas de privatização, de manutenção de um estado conservador, ou de criação de áreas de reservas impenetráveis? Quais instrumentos legais foram pensados para essa área, qual seu argumento? O que podemos apreender a partir das diferentes vozes que pensam a organização do território nacional? Podemos inventar outros modos de ocupação do território?

Enviamos cartas e convites para marcar entrevistas presenciais ou via Skype com mais de 50 pessoas com atuações diferentes, que representam a visão contra-hegemônica como também empresários, políticos, ministros e jornalistas que possuem uma influência direta sobre as políticas públicas e/ou são considerados formadores da opinião pública. Muitos não responderam ao convite outros ficaram interessados em participar do projeto. Foram entrevistados até o momento o ambientalista e ex-deputado federal Fábio Feldmann, o presidente da Associação Brasileira de Agroecologia, Paulo Petersen, o agrônomo e agroecologista Clóvis de Oliveira, o geógrafo e pedagogo Laércio Furquim, o artista plástico Milton Machado, as proprietárias de terras rurais na Paraíba Roberta Oliveira e Berta Oliveira, o advogado popular Joviano Mayer, a artista Amy Balkin e o vereador Arnaldo Godoy.

Em entrevista[5] o ambientalista e ex-deputado federal Fábio Feldmann fala da Caatinga como "uma espécie de primo mal compreendido diante dos outros biomas" que sofre as consequências de uma desvalorização cultural. Seu projeto se inicia com um tipo de campanha publicitária que visa modificar a imagem da caatinga no país, como um todo:

> Eu acho que nós precisamos compreender a importância da Caatinga e os riscos que esse bioma está correndo, e com uma particularidade em relação à mudança do clima. Vocês sabem que a mudança do clima está em curso e ela terá um impacto muito grande no agronegócio brasileiro. Com exceção da cana-de-açúcar e da mandioca, praticamente todas as grandes culturas estão ameaçadas. E conhecer a Caatinga é muito importante, porque, conhecendo as plantas, sua resiliência, o gradiente de temperatura, isso pode ser estratégico para a agricultura brasileira. Além disso, os aspectos éticos têm que ser valorizados e, assim, a Caatinga deve ser elevada a nível de patrimônio nacional, como a Amazônia, a Mata Atlântica, o Pantanal. (...) Portanto, o que eu faria? Primeiro um projeto para mostrar porque a Caatinga é importante. Acho que existe um certo problema cultural com relação à ela, e mesmo em relação ao Cerrado - o que com relação à Amazônia, ao contrário, já não existe, pois esta tem um peso simbólico no planeta. A Mata Atlântica também, porque é uma mata muito frondosa, fechada, com espécies de árvores muito altas. E o Cerrado e a Caatinga têm uma outra fisionomia, e isso dificulta as pessoas a compreenderem. O Cerrado acho que melhorou um pouco, mas as pessoas olham a Caatinga e não a valorizam. Acho que vocês têm que fazer um grande esforço de mostrar a importância dessa vegetação que é muito desvalorizada culturalmente. (GANZ; LINKE, 2016)

[5] Todas as citações a seguir compõem trechos de entrevistas concedidas para a obra Projeções: 100km2 de Caatinga, do grupo Thislandyourland, iniciada em 2016, e pertencem ao acervo das artistas.

Para dar continuidade à mobilização do Brasil pela Caatinga, o ambientalista desenvolve seu projeto em torno da patrimonialização e da proteção do bioma, inicialmente uma reserva fechada. A medida em que se transforma a imagem do bioma, ele projeta um caminho que vai de uma unidade de conservação muito restritiva a uma reserva de desenvolvimento sustentável, que admite atividades econômicas. Para Feldmann, a combinação entre preservação e produção permite a elaboração de um valor econômico que ele considera importante especialmente para a região nordeste: "Se eu recebesse essa terra, eu procuraria fazer um projeto que pudesse ser referência de desenvolvimento sustentável para o Brasil e para o mundo." Segundo ele, o grande problema da discussão sobre desenvolvimento sustentável é a complexidade dos projetos que necessitam articular os mais diversos aspectos.

Mas como podemos gerir um determinado território? Como podemos criar parâmetros para regulamentar os acessos e usos? Quais futuros podemos imaginar para a caatinga? E mais especificamente para as propostas dos convidados: Os projetos contemplam práticas de compartilhamento de terra e de trabalho? As áreas de proteção ambiental stricto sensu, de acordo com Feldmann, são um estágio inicial necessário para contrapor-se à destruição desenfreada do bioma e colaborar com a conscientização sobre sua importância. Ele entende a criação de unidades de conservação, não como ação auto-suficiente, mas como uma etapa necessária ou uma estratégia para mudar o imaginário popular associado ao bioma e contribuir com sua valorização. Somente depois da valorização em nível nacional, pode-se ter uma consciência do que não deve ser feito na caatinga ou pensar o que pode contribuir com o desenvolvimento sustentável da terra. Feldmann aponta a necessidade de pensar as atividades econômicas na área em uma perspectiva sustentável.

O presidente da Associação Brasileira de Agroecologia, Paulo Petersen, na sua resposta ao convite, também procura conciliar o desenvolvimento econômico e a conservação da natureza:

> Esse caminho de conciliação é um caminho que tem sido muito difícil por que normalmente as políticas vêem as coisas muito separadas. As políticas para o desenvolvimento econômico são muito degradadoras do meio ambiente e as políticas de preservação são muito excludentes do ponto de vista social por que elas terminam penalizando exatamente aqueles que conservaram. Se está conservado é porque teve alguém ali que soube conservar, se desenvolver e ter um modo de vida. E justamente nesses remanescentes de territórios onde ainda existe uma floresta e onde tem extrativismo e esse tipo de economia, que as políticas ambientais têm interesse de conservar. Mas com uma perspectiva de preservação que não vê o ser humano interagindo com aquele ecossistema. Essa população, que por gerações, esteve ali e tem uma responsabilidade grande, tem um conhecimento sobre a biodiversidade, sobre os recursos daquele lugar, ela é penalizada. Então, essa conciliação não é só necessária, mas já está mais do que demonstrado que ela é possível. (GANZ; LINKE, 2016)

O projeto de Petersen prevê a interação entre pessoas e natureza em um sistema que se opõe à lógica extrativista com suas práticas unilaterais, que partem da premissa de que a natureza é uma mina inesgotável de recursos e que continuamente abrem novas frentes de exploração sem considerar os impactos da apropriação dos recursos, a médio e longo prazo. A partir da identificação da economia local, Petersen parte do conhecimento popular sobre a natureza e os bens naturais e coloca a população local como protagonista do projeto devido à sua sabedoria com relação às plantas, ao solo, ao clima, adquirida ao longo de gerações. Ao pensar a terra a

partir das práticas ancestrais e da tradição, ao contrário da visão imediatista que rege a ideia do desenvolvimento econômico, realça a perspectiva comunitária de sua proposta:

> Eu não pretendo que [a terra] seja de propriedade privada minha. Na propriedade privada é muito difícil esse tipo de conciliação. Se você quiser viabilizar um latifúndio economicamente, será levado a uma lógica de economia de produção em escala, com equipamentos…e com isto você termina fugindo da própria dinâmica da natureza. Acho que o grande desafio é como sintonizar os ciclos econômicos com os ciclos ecológicos, respeitar os ritmos da natureza mas ao mesmo tempo gerar riqueza. (GANZ; LINKE, 2016)

No seu projeto, Petersen concebe a terra como um bem comum e não como propriedade privada e enfatiza que os bens ecológicos e as culturas locais precisam ser cultivados, renovados e atualizados em escalas sociais atendendo a um conjunto de objetivos como a produção de alimentos, produção de trabalho digno, de conservação da natureza, de produção cultural, etc. A integração desses diversos objetivos é para ele uma maneira de pensar um modo de produção e reprodução sustentável. Inicialmente, Petersen aponta a necessidade de políticas públicas e sociais para enfrentar a situação de pobreza extrema, assim como investimentos em infraestrutura e criação de cadeias produtivas que respeitem os recursos da sócio biodiversidade:

> Explorar, de forma sustentável, o potencial que a própria biodiversidade tem em plantas medicinais, em frutos e fazendo agricultura, artesanato, ecoturismo. Você tem um conjunto de possibilidades de valorização das amenidades da natureza, do que ela gera, e que ao mesmo tempo aquece a economia, com base nisso, conservando a natureza. (GANZ; LINKE, 2016)

Petersen acredita em parcerias que formam redes curtas e largas; conexões entre o Estado, a sociedade, o mercado, empresários, escolas, agricultores, mulheres, prefeituras, etc. Ao envolver esses múltiplos atores, ele pensa o desenvolvimento dessa terra em conjunto com o desenvolvimento da região em que ela está inserida. As redes formadas pelo projeto, nas diversas escalas e dimensões, se relacionam com o entorno, a região, os mercados, não somente na escala local mas também permitem fluxos nacionais e internacionais, tanto de entrada quanto de saída. As redes se constituem como relações de troca, não somente entre produtos, mas também de pessoas, culturas e conhecimento, fluxos equilibrados que fortalecem as relações, insumos, produtos e serviços e consumos locais e regionais. Petersen não considera sua ideia utópica; a questão, para ele é o debate sobre os imaginários da economia, da agricultura e do desenvolvimento que não devem visar unicamente a produção econômica, mas cumprir múltiplas funções:

> (…) é preciso compreender a natureza humana e ecológica das regiões para tirar partido desses potenciais num desenvolvimento que seja endógeno, baseado principalmente nessas potencialidades e não na lógica de produzir pra fora e importar tudo que vem de fora. Muitas políticas já apontam nessa direção, mas é muito mais uma iniciativa que vem da sociedade civil no mundo inteiro. No Brasil há várias experiências interessantes, e em todo o planeta ocorre esse tipo de reação aos danos da modernização. São danos em vários sentidos: pessoas que estão quebrando economicamente, poluição, degradação da saúde coletiva e por aí vai. É um encadeamento de problemas. Aí as pessoas começam a criar alternativas. A questão é em que medida as políticas públicas compreendem e fortalecem essas reações. (GANZ; LINKE, 2016)

Petersen, diferente de Feldmann, enfatiza o debate político que cria fluxos de baixo pra cima. Que parte da agricultura familiar/camponesa para relocalizar a economia na direção de práticas que não visam o lucro, mas a produção de alimentos em conexão com a cultura e a conservação da natureza enraizada nos territórios e o fortalecimento de uma rede com sólida base local.

Com o mesmo pensamento trabalha e projeta o agroecologista Clóvis de Oliveira, que parte do local para fazer um projeto coletivo, com os atores que ali estão. Para ele produção e preservação não podem estar separadas, pois as pessoas precisam produzir de várias formas, tanto o espaço quanto a cultura, ao mesmo tempo que é necessário preservar. Então como se faz o manejo? Para Oliveira esse é o ponto de partida. No primeiro momento propõe um diagnóstico: quem são as pessoas que estão no local, como são seus modos de vida, de que forma vivem, como são suas interações com a vegetação e com o solo. Geograficamente, como é o local, onde estão os rios e as nascentes, quais áreas estão preservadas, qual o estado do solo. É preciso conhecer o local para se fazer um projeto – mapear e detalhar, afirma.

Balizando com trabalhos da permacultura e da agroecologia, propõe que seja criada inicialmente uma zona de preservação da água. "Se o ambiente é semiárido, é fundamental que se tenha um bom manejo da água, fazê-la circular e fluir." Assim, identificados os pontos de nascente utilizam-se técnicas de revegetação. Com essa técnica é possível fazer renascer nascentes e isto é manejo da água.

Não é do interesse de Oliveira possuir essa área como uma propriedade privada, e sim pensar em meios de torná-la coletiva. Cita o campesinato e Chayanov, agrônomo e economista, que investigou como funciona uma unidade econômica camponesa e o trabalho familiar, na situação particular do campesinato russo, no período que vai do final do século XIX até após a Revolução Russa de 1917. Também, para pensar a distribuição da terra na situação específica brasileira, busca na legislação a ferramenta legal que institui a função social da terra. Por exemplo, se nesta terra ficcional o objetivo é produzir alimentos, então, é preciso estar engajado para fazer acontecer. A distribuição da terra para as pessoas estaria condicionada à ideia da produção de alimentos, para cumprir sua função social, e só permanece na terra aquele que se engaja com o propósito de cumprir este objetivo.

Mas como conjugar o bioma caatinga e essa nova vegetação que será introduzida? Como isso acontece na prática?

Fala-se muito da biodiversidade, que é muito rica, mas que não é utilizada. Então o que adianta ter uma biodiversidade rica com o povo empobrecido econômica e culturalmente? A biodiversidade tem que ser utilizada, diz Oliveira, pode-se ter uma zona de preservação e uma zona de produção mesclando e potencializando as espécies da Caatinga, porque com o uso das espécies locais certamente haverá menos problemas com insetos, com doenças e coisas dessa ordem. Espécies exóticas também podem ser utilizadas.

> Ouvi um relato de um agricultor uma vez, inclusive do pessoal do semiárido, que dizia o seguinte: quando é época de jaca a gente compra menos feijão. Para evitar de gastar, ele consumia a jaca e deixava de gastar menos no mercado. Utiliza-se a jaca verde, o seu caroço torrado e de várias formas. Então, isso é algo que acontece no Brasil. Mas para o cálculo da renda no país considera-se apenas aquilo que é comercializado, vendido, e que ninguém tem dinheiro. Não é somado aquilo que alguém produz no quintal de forma que deixe de gastar no

> mercado. Então se alguém produz seu milho, ou mandioca, e não gasta dinheiro, trata-se de uma renda que também deveria ser computada pelas famílias. (GANZ; LINKE, 2016)

Daqui a 20 anos ele imagina um campo produtivo e preservado:

> Talvez não muito objetivo, mas vejo uma comunidade feliz, uma comunidade trabalhando, produzindo alimentos, com espaços de mais natureza, com espaço de produção. Lembrei-me do sistema faxinal existente no sul do Paraná. É um sistema no qual as famílias possuem os lotes e compartilham uma área central, que é a área de produção em conjunto. Cada um tem seu lote e o quintal é comum a todos. Isso é muito interessante, pois associa o coletivo ao espaço individual. O coletivo também nos empodera, alimenta nosso espírito, nosso corpo, nossa anima. O coletivo é bastante importante para energizar o trabalho e esse processo. (GANZ; LINKE, 2016)

A vida comunitária destacada por Oliveira é um fator contabilizado para medir a Felicidade Interna Bruta (FIB), um indicador sistêmico que propõe uma fórmula que busca avaliar o progresso de uma comunidade ou nação não por fatores econômicos, mas considerando aspectos como bem-estar psicológico, saúde, uso do tempo, vitalidade comunitária, educação, cultura, meio ambiente, governança e padrão de vida. Assim, a FIB considera a "riqueza" de um lugar a partir de fatores que vão além do desenvolvimento econômico, como faz o PIB (Produto Interno Bruto), que representa a soma em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região durante um período determinado. Ao propor medir a conservação do meio ambiente, a qualidade da vida das pessoas e a vitalidade da comunidade a FIB prioriza a relação das pessoas com o lugar, com a terra, as plantas, o espaço. A comunidade tem governança sobre si própria ou ela está a mercê de poderes externos?

A proprietária de terras na Paraíba, Roberta Oliveira e sua filha Berta vivem um impasse. Herdeiras de hum mil hectare de terra, não possuem recursos para desenvolver um projeto para a terra. Narra a história de sua família que, com a morte do avô, a grande extensão de terra foi dividida entre os filhos, e seu pai, idealista, desejou, nos anos de 1970, trazer para a região um modo de vida que conseguisse melhorar a vida das pessoas e se enriquecer. Aderiu aos projetos governamentais de reflorestamento e implantação da Algaroba, propagandeada como uma redenção que resultou no fato que muitos fazendeiros, com o incentivo do governo, investiram (se individaram), visando a modernização.

Hoje, para retomar a vida na fazenda, Roberta necessita de dinheiro e investimento, para implementar e conduzir um projeto nessa propriedade privada.

> Eu penso muito em cooperativa. Eu acredito nesse trabalho com as pessoas, cada um dando de si e fazendo … Tem que ter todo um manejo. Uma possibilidade seria investir na produção do sisal e do algodão nordestino. Mas eu precisaria estudar, pois do jeito que era feito não dá mais. (GANZ; LINKE, 2016)

Ela lembra das diversas ideias do pai, um agrônomo paraibano, na busca de desenvolver a terra e torná-la uma fazenda rentável. Diferente do projeto fundamentado na agricultura, o geógrafo e pedagogo Laércio Furquim declarou, inicialmente, que não pretendia intervir na área:

> A princípio a minha vontade era de não fazer nada. O projeto seria não desenvolver nenhuma ação humana. Mas aí eu fui ver onde era aquele pontinho e

> o encontrei de acordo com aquelas coordenadas geográficas que vocês colocaram. Eu identifiquei exatamente onde era: localiza-se na depressão sertaneja, entre as chapadas, indo em direção ao São Francisco, perto da represa do Sobradinho. Tem vários rios intermitentes. Fui ver o tipo de solo mais tecnicamente e parece que ser um neossolo, que é um solo que não tem muita camada orgânica, tem muita rocha e fica ensopado de tempos em tempos. (GANZ; LINKE, 2016)

Pela análise de Furquim, essa área está circundada por grandes projetos de exploração mineral e ao sul da transposição do rio São Francisco. Com toda a água sendo direcionada para o outro lado do sertão, ao norte, ele se pergunta o que acontecerá com essa área ao sul do rio São Francisco. A desertificação vai chegando pelas bordas da Caatinga.

Assim, imaginando que a Caatinga deva ter muita memória em termos de vegetação, Furquim propõe uma espécie de ficção: "colocar bastante água nessa região", são essas as suas palavras. Com esse aumento da água muitas espécies de existiam anteriormente irão brotar recuperando uma parte da memória nativa da vegetação do bioma e estabelecendo um tipo de ponte entre passado e futuro.

> Eu acho que o futuro seria transformador. Essa área não seria o que ela é hoje e as pessoas serão transformadas também. O resultado vai vir dessa transformação conjunta, dos tempos dessa natureza, dessa herança, desses códigos que seriam reavivados. Eu acho que seria uma espécie diferente de comunidade, que seria engendrada pelas relações que vão se construindo dessas recuperações. Apareceriam espécies novas ou espécies novas serão descobertas. A presença da água iria mudar a dinâmica de tudo, inclusive o intemperismo nas rochas. Tem pouca matéria orgânica por que tem pouco intemperismo. Se aumenta o intemperismo, que tipo de solo e de plantas surgirão? Que tipo de relações sociais surgirão? (GANZ; LINKE, 2016)

Ao ser perguntado se essa comunidade poderia viver completamente independente de um sistema externo Furquim responde:

> Não. Isso vai contra a ideia de rede. Uma comunidade totalmente autônoma sai da rede. Trocar é essencial, ter relação aberta com as comunidades externas vizinhas e com comunidades de outras regiões do Brasil e do mundo. Fortalecer o local para ter fluidez global. "Aliás, eu acredito que hoje para sobreviver tem que pensar em escala global e só sobrevive em escala global se você tiver uma força local, uma identidade local. (GANZ; LINKE, 2016)

CONCLUINDO

As respostas revelam preocupações comuns para o futuro da terra, apontando perspectivas que desdobram as memórias do passado para reinventar as imagens da terra. O projeto Projeções: 100km2 de terra na Caatinga cria um espaço de exercício para a construção e discussão desses imaginários, lembrando ocupações e usos coletivos como é o caso dos Faxinais no sul do Brasil, as comunidades de Fundo de Pasto na Bahia, as comunidades ribeirinhas de pescadores artesanais, as comunidades de catadores de babaçu, os seringueiros, os povos de comunidades tradicionais, povos indígenas ou os povos quilombolas, como exemplos de uma gestão do “comum” do território, que se opõem ao regime fundiário e à bancada ruralista que representa os interesses da agroindústria. Os entrevistados relacionam suas práticas e seu referencial com a

terra fictícia, propondo museus, reservas ambientais, experiências sociais, na maioria dos casos desenvolvendo metodologias próprias para implementação de seus projetos.

Em face da diversidade de propostas e respostas ao nosso convite, fica claro que, embora exista um consenso sobre as necessidades e problemas da região com menor ou maior aprofundamento, as experiências citadas e respostas ficcionais podem servir, cada um a seu modo, como inspiração para se pensar os parâmetros para situações e projetos. Acreditamos que não existam modelos prontos ou fórmulas mágicas para construir um futuro melhor, mas, a partir desta experiência, podemos identificar diversos imaginários que revertem a imagem do semiárido nordestino e possibilitam entender sua riqueza.

As referências de outros tempos e outros lugares podem servir como inspiração para pensar soluções concretas; colecionamos ideias e experiências. Alguns, como a importação da algaroba, servem como alerta para não acreditar em receitas fáceis que prometem instaurar o futuro melhor sem articular o conhecimento tradicional e a experiência social. Não existem modelos prontos ou fórmulas mágicas para construir um futuro melhor. Mas existe uma urgência em analisar as experiências inovadoras com bases sócio-ambientais, com estratégias que visam o desenvolvimento de projetos de baixo para cima. As múltiplas racionalidades que surgem a partir desse procedimento, também deixam claro que não existe uma única ideia de desenvolvimento. Os territórios são perpassados por diversas formas de pensamento que precisam coexistir e/ou interagir para refletir sobre os passados, presentes e futuros de um lugar.

REFERÊNCIAS:

AB'SABER, Aziz. **Domínios de Natureza no Brasil** - Potencialidades Paisagísticas. São Paulo: Ateliê, 2003.

_____. **Os Sertões**: a originalidade da Terra. Ciências Hoje. Vol. 3, n. 18, p.44 – 47, Mai/jun, 1985.

_____. **Paleoclimas**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Instituto de Geografia, 1977.

ACSELRAD, HENRY. "Políticas Ambientais e Construção Democrática". In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Orgs.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**: A era da informação, economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Vol. 2.

CASTRO, Iná Elias. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CAVALCANTI, Eneida Rabelo e ARAÚJO, Natália Cristina de. Uso de energia de biomassa no Bioma Caatinga. In: **V Semana de Meio ambiente** 03 a 05 de junho 2008 – Recife/Pernambuco. Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/geral/VSMA/VSMA2008_2302.pdf.

DIEGUES. **O mito do paraíso desabitado**: as áreas naturais protegidas. In: FERREIRA; VIOLA, 1996. p. 281.

EVANGELISTA, Antonia dos Reis Salustiano. **O processo de ocupação do bioma Caatinga e suas repercussões socioambientais na Sisalândia**, Bahia. Programa de Pós-Graduação em Geografia, POSGEO - UFBA. 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MACIEL, Caio; PONTES, Emilio. **Seca e convivência com o semiárido**: adaptação ao meio e patrimonialização da Caatinga no nordeste brasileiro. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido**: Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

Sites:

http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais

https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal

DECRETO Nº 9.336, DE 5 DE ABRIL DE 2018. Disponivel em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9336-5-abril-2018-786419-publicacaooriginal-155183-pe.html

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

http://www.ecodebate.com.br/2009/08/24/the-new-york-times-no-brasil-ambientalistas-tentam-pagar-fazendeiros-para-manter-as-arvores-em-pe/

Outros:

GANZ, Louise; LINKE, Ines. Projeções: 100 km2 de terra na Caatinga. Obra artística. Entrevistas. Acervo das artistas. 2016.

5 – OFICINAS

Salvador - 2018

CARTOGRAFIA DA HOSPITALIDADE

CARTOGRAPHY OF HOSPITALITY

CARTOGRAFÍA DE LA HOSPITALIDAD

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

PAESE, Celma
Pós-Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo do PNPD CAPES no PPGAU Mestrado associado Uniritter/Mackenzie
celmapaese@gmail.com

COPETTI, Dandara
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo do PPGAU UniRitter/Mackenzie
dcopetti@hotmail.com

MARIANO, Gabriela
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo do PPGAU UniRitter/Mackenzie
gbmariano@gmail.com

MOREIRA, Lizandra
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo do PPGAU UniRitter/Mackenzie
lizandrammoreira@gmail.com

VOLPATTO, Carlla
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo do PPGAU UniRitter/Mackenzie
carllavolpatto@gmail.com

VARGAS, Cassya
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo do PPGAU UniRitter/Mackenzie
cassyanvargas@gmail.com

CARTOGRAFIA DA HOSPITALIDADE

CARTOGRAPHY OF HOSPITALITY

CARTOGRAFÍA DE LA HOSPITALIDAD

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

INTRODUÇÃO

A ação Cartografia da Hospitalidade é uma proposição que vê os espaços da cidade serem significados pelas experiências de encontros, acolhimentos e coexistência entre diferentes pessoas e grupos humanos que ali habitam e coexistem. A ação faz parte da metodologia do projeto de pesquisa homônimo. A sua metodologia é um processo participativo que objetiva trazer a crítica social para o campo da representação. O seu propósito é perceber, reconhecer e registrar diferentes maneiras e formas de apropriação dos espaços públicos urbanos – praças, parques, largos e ruas – que criam espacialidades frequentemente diferentes das propostas em projeto pelos arquitetos.

Esta ação cartográfica é a evolução da metodologia da oficina criada durante o doutorado em arquitetura da proponente, desenvolvida para ser um dispositivo de apoio aos estudos preliminares e de instrumentação dos alunos nos ateliês de projeto, em nível de graduação. Hoje, esta atividade atende as diferentes necessidades do atual projeto de pesquisa de Pós-doutorado servindo de dispositivo de auxilio as coletas de dados espaciais subjetivos de pesquisadores, em nível de mestrado e doutorado.

As Cartografias da Hospitalidade são, portanto, propostas de revisão e qualificação espacial e de uso das arquiteturas da cidade: são dispositivos de atravessamento de políticas de abertura de possibilidades de percepção, reconhecimento, manifestação e representação dos sujeitos e eventos envolvidos nas manifestações sociais, artísticas e culturais inseridas nas diferentes espacialidades dos espaços estudados e os modos que essas se permeiam e se relacionam entre si e com sua arquitetura.

O resultado esperado é o reconhecimento pelos arquitetos e futuros profissionais, da importância da conscientização de sua responsabilidade social na urgência do resgate do sentido de coexistência nos espaços da cidade contemporânea em nível de projeto de qualificação das suas arquiteturas.

METODOLOGIA

As ações cartográficas subjetivo-afetivas são de natureza rizomática[1] e de política inclusiva. Os cartógrafos-participantes caminham explorando, percebendo e registrando as espacialidades que permeiam, criando suas cartografias individuais. A cartografia coletiva nasce da junção das experiências e materiais coletados no trabalho de campo.

1 DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia (volume 1). São Paulo: Editora 34, 1997, p. 30 e 31.

Assumindo que os estudos da Arquitetura e do Urbanismo Contemporâneo são contaminados pela Sociologia, a Filosofia e as Artes, as cartografias são de natureza multidisciplinar. A ação convida os cartógrafos-participantes a utilizarem todas as formas de manifestação e registro que considerarem pertinente para realização de suas cartografias, como: coleta de material *in loco*, registro de imagens, eventos e performances em vídeo, desenho e fotografia, gravação de sons, textos, frases e poemas.

Local da ação cartográfica: Largo do Campo Grande e entorno.

Início e fechamento dos trabalhos: na UFBA.

Deslocamento: a pé e transporte público.

Número de participantes: 3 a 20 pessoas.

Tempo da Oficina:

A oficina acontece em 3 ações que se distribuem em um dia e meio, sendo um turno por atividade: uma manhã e tarde (primeiro dia) e a manhã ou tarde do dia seguinte (conclusão da oficina).

Atividade 1 – Caminhando - manhã

Local: sala com cadeiras na UFBA

Tempo: uma manhã, em torno de 3 a 4 horas

Ação de cartografia pessoal baseada na proposição de Lygia Clark[2]: age como dispositivo de sensibilização e facilitação de apropriação do espaço a ser cartografado. Esta cartografia pessoal cria referências de identidade com o mundo do entorno, enriquecendo sua percepção em relação ao universo da cidade a ser explorada na próxima ação do workshop (Figura 1).

Materiais:

Individual: 1 tesoura, 1 folha de papel sulfite A1

Coletivo: Fita durex invisível, fita crepe,

Papéis coloridos, revistas velhas, linhas coloridas, tintas, lápis, hidrocôr, pedaços de tecidos, grampeadores.

Intervalo para almoço

2 FABBRINI, Ricardo Nascimento. O espaço de Lygia Clark. São Paulo: Atlas, 1994, p. 95

Figura 1 - Imagem da atividade Caminhando.
Fonte: autoras, 2017.

Atividade 2 – Ação cartográfica: Reconhecendo/Reconhecimento/Registrando/Representando

- tarde

Local: Encontro na UFBA e partida para o Campo Grande

Tempo: 3 a 4 horas, dependendo do grupo

Materiais:

Mapa cartesiano do Campo Grande (essencial).

Câmeras fotográficas, celulares com câmera e gravador, bloco de desenho, sacola para coleta de objetos e resíduos.

Para Virginia Kastrup, o tipo de atenção que acompanha o reconhecimento do espaço no processo cartográfico subjetivo é uma atenção à espreita, que acontece flutuante, concentrada e aberta. Durante a

caminhada (Figura 2), passamos a buscar e cultivar virtualidades que já se encontravam dentro de nós identificando-as no espaço. O uso da atenção à espreita durante o movimento da cartografia busca evitar dois extremos: o relaxamento passivo e a rigidez controlada. Assim, a cartografia passa de uma competência para uma performance. Ela precisa ser desenvolvida como uma política cognitiva do cartógrafo[3]. Portanto, uma cartografia subjetiva como a proposta não tem possibilidade de produzir cartografias iguais em nenhum nível.

O conjunto dos registros e as anotações no mapa cartesiano são a matriz da cartografia das influências do espaço explorado, portanto, é o resumo das conclusões sobre as percepções das qualidades das espacialidades envolvidas no processo cartográfico. Estes dados somados aos registros em outras mídias formarão a cartografia.

Figura 2 - Imagem da atividade de reconhecimento.
Fonte: autoras, 2018.

3 KASTRUP, Virginia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs). Pistas do método da cartografia – pesquisa-intervenção e produção da subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2014, p.48.

Atividade 3 – Finalização das cartografias - manhã ou tarde do dia seguinte:

Local: UFBA

Tempo da atividade: 3 a 4 horas, dependendo do andamento dos trabalhos do grupo.

Do material cartográfico coletado e da criação coletiva (Figura 3) nascerá a Cartografia da Hospitalidade do Campo Grande. Depois de finalizada, a cartografia será debatida pelo coletivo e apresentada ao público interessado presente.

Encerramento da oficina.

Figura 3- Imagem do resultado final da cartografia coletiva.
Fonte: autoras,2017

REFERÊNCIAS:

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e** esquizofrenia (volume 1). São Paulo: Editora 34, 1997.

DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo: Ed. Escuta, 2003.

FABBRINI, Ricardo Nascimento. **O espaço de Lygia Clark.** São Paulo: Atlas, 1994.

KASTRUP, Virginia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2014.

OLALQUIAGA, Celeste. **Megalópolis: sensibilidades culturais contemporâneas**. São Paulo: Ed. Studio Nobel, 1998.

PAESE, Celma. **Contramapas de Acolhimento**. Tese (Doutorado em Arquitetura) – PROPAR - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/151123>. Acesso em: 07 jun. 2018.

V enanparq
Salvador - 2018

HABITAR FOGO:
O CORPO E OS AFETOS COMO DISPOSITIVO DE PROJETO

ENABLING FIRE: THE BODY AND AFFECTS AS A PROJECT DEVICE

HABITAR FUEGO: EL CUERPO Y LOS AFECTOS COMO DISPOSITIVOS DE PROYECTO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

AUTOR PRINCIPAL:
GUIZZO, Iazana
Doutora em Urbanismo; Professora do CAU USU - RJ; iazanaguizzo@gmail.com

CO-AUTOR 01:
POZZANA, Laura
Pós-doutoranda do PPG de Psicologia UFRJ; Instrutora do *Rio Abierto* e psicóloga clínica; laura.pozzana@gmail.com

HABITAR FOGO:O CORPO E OS AFETOS COMO DISPOSITIVO DE PROJETO

ENABLING FIRE: THE BODY AND AFFECTS AS A PROJECT DEVICE

HABITAR FURGO: EL CUERPO Y LOS AFECTOS COMO DISPOSITIVOS DE PROYECTO

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

A oficina, aqui proposta, trata-se de uma vivência a partir de um método participativo e feminino de concepção do ambiente. A ferramenta principal dessa metodologia é o próprio corpo se entendido na perspectiva de Spinoza (2008) e Deleuze (2002). Isto é, refere-se ao corpo de quem participa ao ativar a sua capacidade de ser afetado por outro corpo, humano ou não, ou por um território que não é *a priori* o seu, promovendo assim um certo agenciamento *com* o outro. O método aqui proposto vem sendo desenvolvido a mais de dez anos tendo como base as pesquisas de mestrado e doutorado da autora principal, seus grupos de pesquisa e redes, e a prática do escritório e coletivo no qual é fundadora.

Que mundo queremos habitar? Habita-se essa questão antes de desenhar ou agir para desnaturalizar os propósitos e procedimentos hegemônicos ao criar uma desestabilização, ou um desvio do instituído, tal qual a ideia de transdisciplinaridade de Guattari (1992). Com essa abertura, objetiva-se ativar nos participantes a possibilidade de habitar um corpo mais disponível para o encontro *com* o outro ou mais atento às sensações (e não apenas às percepções ou aos sentimentos). Busca-se provocar a dimensão invisível, afetiva, criativa, "vibrátil" do corpo, como nomeou Suely Rolnik junto ao trabalho de Lygia Clark, a fim de que os participantes empreendam, de diferentes modos, uma concepção colaborativa. Nesses termos, o nosso interesse recai mais em estabelecer um outro estado de presença em relação ao habitual do que de propor ações, tarefas, percursos, textos, desenhos. Estas últimas ferramentas nos interessam na medida em que podem ser utilizadas a partir das sensações ou das experiências e não como tarefa funcional a fim de realizar um produto final de acordo com preceitos do campo da arquitetura e do urbanismo.

A necessidade de sairmos das percepções visíveis e dos sentimentos conhecidos se dão na medida em que, por um lado, há uma demanda contemporânea pela agenda da participação ou da colaboração (o projetar não mais *para* mas *com* o outro) e, por outro, pelo fato de que habitamos um país plural onde não raramente nos deparamos com alteridades radicais. Quais questões um território como o Brasil produz para a prática de concepção dos ambientes? Certamente o lidar com a diferença geográfica, étnica, cultural, climática, existencial, econômica e social é uma delas. Como ter um corpo capaz de ser tocado pelo outro (humano ou não) ao conceber ambientes construídos? Como conceber territórios (existenciais) e não apenas espaços métricos, funcionais ou mesmo estéticos se estes foram padronizados?

Consideramos esta capacidade do corpo de ser afetado pela alteridade uma habilidade necessária diante da crise social, ambiental, étnica e cultural em que vivemos. A reprodução hegemônica do construir - branca, masculina e eurocêntrica - não produz apenas algumas partes específicas da cidade nas quais alguns se identificam. Ela garante boa parte da destruição da Terra e de modos de vida *menores,* segundo Deleuze (1992), ou que fogem aos modelos centrais. Ao difundir o modelo da concentração de renda, da exploração de bens naturais não renováveis e da perspectiva funcionalista como sentido primordial, ela produz parte da destruição física e existencial das culturas ameríndias (hoje com mais de 200 etnias em território brasileiro), da população afro-brasileira, de um número enorme de seres vivos não humanos e de uma perspectiva feminina ao construir: que defendemos como uma visão mais holística, existencial e criadora de relações e respeito com diversos seres vivos.

Os dispositivos usados nesse método são exercícios corporais, frequentemente usados pela dança e pelo teatro, trechos de filmes, trabalhos de artes plásticas ou fotografias, percursos na cidade e repertório de arquitetura. As oficinas propostas fazem emergir sensações soterradas por essa vida corrida e muitas vezes automática que temos. Elas buscam promover espaços antes em nós mesmos, trabalhar com as nossas próprias sensações e disparar memórias e desejos. E essas provocação são vividas por todos os participantes, desde os habitantes até os projetistas, a fim de incitar uma passagem do pedido à demanda de projeto. Tal qual na Análise Institucional, o ambiente construído ou ação (intervenção) urbana passa a ser uma passagem para a construção desse mundo que se quer habitar e não o propósito final do processo.

Para a oficina proposta nesse evento destaca-se o tema do elemento fogo e a cidade. Problematizar o habitar desde os conceitos de lar e lareira; da ideia Kayapó de Kikre – casa, buraco do fogo ou lugar de fazer pessoas bonitas; da queima das mulheres na fogueira na idade média europeia e sua suposta purificação da alma; da necessidade de baixar a febre; das intervenções na cidade e dos protestos como a queima de ônibus, de bancos e o disparar de bombas, não raras desde 2013. Propomos pensar a disputa pelo fogo na cidade e como ela afeta o nosso modo de morar a partir do corpo que se deixa afetar ou que vibra. O que queremos queimar na fogueira? Ou como ela pode transformar a cidade?

A oficina se dará em 9h, sendo 6h no dia 13 e 3h no dia 14. No dia 13 utilizaremos uma sala que precisa estar livre de mobiliário e com o chão limpo (a ponto de podermos deitar no chão), com um piso de madeira, linóleo ou similar. No dia 14, faremos um exercício na cidade, no local acordado por nós no dia 13. Nesse local utilizaremos recipientes de barro (como panelas grandes), carvão, álcool e fósforo. O número de participantes varia conforme o tamanho da sala podendo ser: 70m2 para 30 pessoas e seis recipientes de barro ou 50m2 para 20 pessoas e 4 recipientes de barro.

Figura 1: Habitar Fogo
Fonte: Autor

Figura 2: Manifestações abril 2017 Rio de Janeiro
Fonte: Autor

REFERÊNCIAS:

DELEUZE, Gilles. **Conversações**, 1972-1990. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa**: filosofia prática. São Paula: Escuta, 2002.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2006.

LOURAU, René. **Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

ROLNIK, Suely. **Subjetividade em obra**: Lygia Clark, artista contemporânea. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. São Paulo, v.25, 2002.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

V enanparq
Salvador - 2018

IMAGINÁRIOS PARA A TERRA COMUM

IMAGINARIES FOR THE COMMONS

IMAGINARIOS PARA LA TIERRA COMUM

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

AUTOR PRINCIPAL:
GANZ, Louise
Arquiteta, Artista, Mestre e Doutora em Artes Visuais; Professora da Escola Guignard e da Pós graduação em Artes Plásticas da UEMG; louiseganz@gmail.com

CO-AUTOR 01:
BALTAZAR, Ana Paula
Arquiteta, Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da Escola de Arquitetura e do NPGAU da UFMG; baltazar.ana@gmail.com

CO-AUTOR 02:
LINKE, Ines
Artista, Cenógrafa, Mestre e Doutora em Artes Visuais; Professora da Escola de Belas Artes da UFBA; ineslinke@yahoo.com

IMAGINÁRIOS PARA A TERRA COMUM

IMAGINARIES FOR THE COMMONS

IMAGINARIOS PARA LA TIERRA COMUM

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

A Oficina Imaginários para a Terra Comum é uma proposta vinculada à pesquisa desenvolvida durante a residência de pós-doutorado da autora principal, tendo a co-autora como tutora. A proposta também se articula ao trabalho artístico do grupo thislandyourland, formado pela autora principal e uma das co-autoras, que têm por base a temática da terra e do acesso aos bens naturais.

Esta oficina vem como desdobramento de disciplina oferecida como formação transversal, em março / abril de 2018, como uma ação de ensino e integração da graduação/ pós-graduação e aberta para toda a comunidade acadêmica, com carga/horária de 16h/a. Enfocamos as noções fundantes de propriedade, o modos de gestão comunal, o direito à terra, a posse, propriedade coletiva e projetos utópicos. Participaram 40 alunos e foi produzido ao final videos curtos, elaborados pelos alunos e exibidos em fachada digital de grande dimensão, com visibilidade e acesso público. Outra experiência com a temática foi a proposta de um laboratório de criação aplicada à terra, como atividade paralela ao seminário "Terra Comum, Propriedades Coletivas e outras Espacialidades: práticas e ideias", organizado como atividade da pesquisa de pós-doutorado. O laboratório constou de três encontros que reuniu 40 participantes, de áreas diversas como arquitetura, geografia, direito, artes visuais, representantes de comunidades indígenas e militantes da luta pela moradia, com objetivo semelhante ao da disciplina.

Para o Enanparq propomos uma versão inédita, dentro do contexto de Salvador e do nordeste brasileiro, quando queremos discutir e imaginar propostas de uso e gestão para uma área / terra comum, um manual de práticas e ações para se efetivar esta terra comum, e um produto final como resultado que leve a ampliar o imaginário sobre a terra comum.

A oficina quer contribuir para a produção de outros imaginários sobre os modos de ocupação e uso do território e o direito aos bens comuns. Discutiremos temas como formas de resistência, direitos e tradições, que visam outro ponto de partida que não o da propriedade, privada ou pública. Temas como o uso comum da terra, o acesso à água urbana e rural, a formação de redes, a violência, as resistências e as lutas pelos direitos à terra e aos bens comuns, as culturas

tradicionais, as novas formas de compartilhamento da terra e do trabalho serão norteadores para o início da oficina.

O crescente número de conflitos relacionados ao acesso à terra e aos bens naturais, e a transformação do espaço e dos modos de vida em modelos cada vez mais restritivos, individualistas e destrutivos dos modos de vida coletivos, seja em áreas urbanas ou rurais, nos motiva a pensar e agir. Os espaços produzidos e assegurados pela regulação da terra, com argumentos econômicos e ambientais, contraditoriamente levam à contínua destruição do ambiente e dos modos de vida a eles associados. Hoje, em diversos pontos do planeta, a guerra é permanente. O mesmo ocorre no contexto brasileiro, onde historicamente, desde a invasão e exploração portuguesa no século XVI, desdobram-se levantes, confrontos, rebeliões, lutas, guerras, tendo por motivação o acesso à terra e ao território.

As comunidades tradicionais são suplantadas pelo agronegócio, os parques e reservas de água são explorados pelas mineradoras ou pela indústria extrativista, o litoral é explorado pela indústria do turismo e as cidades são metropolizadas pelo capital financeiro. Torna-se necessário discutir não apenas tais conflitos e resistências, mas investigar o que permanece até hoje e é reinventado à luz de tais embates. É preciso apontar novos imaginários, ampliar nossas perspectivas, rever experiências e tradições, buscar movimentos sociais que lidam com a construção de novos modos de ocupação do território, abrindo caminhos para outros paradigmas e imaginários para o presente e o futuro. O objetivo final é produzir repertório para outros tipos de coletividade, baseados no uso, que questionem a hegemonia do modo de produção capitalista.

A oficina propõe atividades práticas de construção de propostas, mescladas com discussões dentro dos grupos de trabalho. A metodologia envolve o trabalho em grupos de 4 pessoas e com momentos de compartilhamento de ideias em todo o grupo.

O produto final serão sínteses das discussões dos grupos em formatos digitais (audio, video, imagens, textos, cartilhas ou combinação destes) possíveis de divulgação no site Terra Comum. (www.mom.arq.ufmg.br/terracomum/) . Estes formatos deverão traduzir uma ideia de maneira sintética utilizando de recursos gráficos, audio visuais, e a linguagem que possibilite conhecimento crítico, histórico, e que seja propositivo, para disseminação de conhecimentos em diversos locais públicos.

Duração: as atividades serão desenvolvidas em dois encontros, cada qual com 6 horas de duração, totalizando 12h/a.

Local: a oficina pode ser realizada em local a escolher; são necessárias mesas grandes e cadeiras.

Número de vagas: 40 participantes. É desejável que os participantes da oficina venham de áreas diversas, para que possamos construir grupos multidisciplinares, o que enriquece os debates e as propostas.

V enanparq
Salvador - 2018

JOGO “AGENTES URBANOS E A CIDADE PARTICIPATIVA”

GAME "URBAN AGENTS AND THE PARTICIPATIVE CITY”

JUEGO “AGENTES URBANOS Y LA CIUDAD PARTICIPATIVA”

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

AUTOR PRINCIPAL:
BUZZAR, Miguel Antonio
Diretor e professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos da Universidade de São Paulo (IAU-USP); mbuzzar@sc.usp.br

CO-AUTOR 01:
NEDEL, Miranda Zamberlan
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo; IAU-USP; miranda.nedel@usp.br

CO-AUTOR 02:
BRAGA, Juliana Martes Martins
Pós-Graduanda em Arquitetura e Urbanismo; Escola da Cidade; julianammbraga@gmail.com

CO-AUTOR 03:
TROMBETA, Gabriele de Campos
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo; IAU-USP; gabriele.trombeta@usp.br

CO-AUTOR 04:
VAZ, Matheus Motta
Graduando em Arquitetura e Urbanismo; IAU-USP; matheus.motta.vaz@gmail.com

CO-AUTOR 05:
BERGANTIN, Rachel
Mestranda em Arquitetura e Urbanismo; IAU-USP; bergantin.rachel@gmail.com

JOGO “AGENTES URBANOS E A CIDADE PARTICIPATIVA”

GAME "URBAN AGENTS AND THE PARTICIPATIVE CITY

JUEGO AGENTES URBANOS Y LA CIUDAD PARTICIPATIVA

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO EXPANDIDO

A oficina é fruto de um projeto de extensão universitária (Cartilha da Cidade) envolvendo alunos da graduação, pós-graduação e estudantes de ensino fundamental e médio de escolas públicas. A partir de atividades lúdicas, promove o debate acerca da cidade, seus agentes e dinâmicas. O jogo, enquanto metodologia, permite aproximar temas urbanos com o cotidiano dos estudantes, tendo como suporte uma maquete, que elucida a territorialização de situações-problemas de uma cidade imaginária. Espera-se desenvolver o senso crítico sobre a cidade, contribuindo à formação cidadã. A cidade, resultante, torna-se a desejada a partir dos imaginários e disputas dos diversos agentes.

JUSTIFICATIVA

De forma lúdica e colaborativa, o jogo aborda limites e possibilidades da efetivação do direito à cidade, compreendido segundo definição lefebvriana de direito de criação e fruição plena do espaço urbano e social (LEFEBVRE, 2011), debatido em sua expressão de desigualdade territorial (MARICATO, 2013) e a partir da identificação de um “déficit de cidade” (ROLNIK, 2016).

Frente à acentuação da crise urbana, aborda-se a cidade como um território em disputa entre variados agentes, visando fomentar a discussão sobre o papel de cada cidadão e grupo social que, a partir do conhecimento dos seus direitos, podem vir a integrar a luta em contraposição aos sucessivos desmontes de direitos e políticas de interesse social que marcam a atual realidade urbana.

METODOLOGIA E EXECUÇÃO

A oficina é proposta por meio de um jogo em que os problemas de uma cidade imaginária serão trabalhados em uma maquete que retrata o território e os componentes físicos deste. A realização da oficina foi inspirada no jogo “*World Peace Game”,* desenvolvido pelo professor John Hunter*,* no qual introduz diversos problemas mundiais aos seus alunos (de 9 anos), de modo a desenvolver uma aprendizagem participativa. No caso do projeto em pauta, adaptou-se o jogo à escala de uma cidade imaginária, de suas questões e situações-problemas.

Aborda-se a cidade enquanto território de disputa de interesses por meio de 8 agentes (Figura 1), dentre os quais os grupos de participantes serão divididos: Prefeitura, Câmara Municipal, Secretarias, Ministério Público, Associação de Moradores, Movimentos Sociais, ONG, Empreendedor Imobiliário. Os grupos discutirão três situações-problemas (Figura 2), propostas uma por vez, de acordo com seus interesses e posicionamentos. Objetiva-se uma proposta comum a todos os agentes, tentando conciliá-los em prol do bem coletivo da cidade.

Local: Propõe-se a realização da oficina na histórica Praça da Piedade, palco de frequentes manifestações sócio-políticas (além de relativamente próxima da Faculdade onde o evento será realizado, o que permitiria o deslocamento a pé ou por transporte público), a fim de que os participantes possam receber intervenções dos cidadãos presentes no local que se interessem pela atividade. Porém, caso não seja possível, propõe-se a realização no pátio de acesso ao edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA.

Materiais: Os proponentes da oficina levarão a maquete (Figura 3), as fichas e os demais materiais do jogo. Solicitam-se 2 mesas de desenho para apoio da maquete e cadeiras para os participantes (caso a oficina ocorra na praça, espera-se que os participantes utilizem o mobiliário urbano do local).

Número de horas previsto para a oficina: 3 horas.

Número de participantes: Até 40 participantes.

Dinâmica da oficina e organização prevista do tempo:
1) Considerações a respeito das reflexões teórico-metodológicas do grupo de extensão. Introdução acerca do jogo, de seu funcionamento e objetivos. (15min)
2) Explicação dos agentes e divisão dos participantes em grupos. (10min)
3) Apresentação da situação-problema. (5min)
4) Debate de cada grupo a respeito da situação-problema, fomentado por cartas “pistas”. (15min)
5) Pronunciamento dos grupos. (10min)
6) Debate e negociações entre grupos. (15min)
7) Posicionamento e pronunciamento da decisão coletiva. (10min)
OBS: as etapas 3,4,5,6 e 7 se repetem para os três casos abordados.
8) Discussão e avaliação das temáticas abordadas e dos limites e potencialidades do jogo enquanto metodologia de ensino pedagógico, de processos participativos e de ações junto às comunidades (20min).

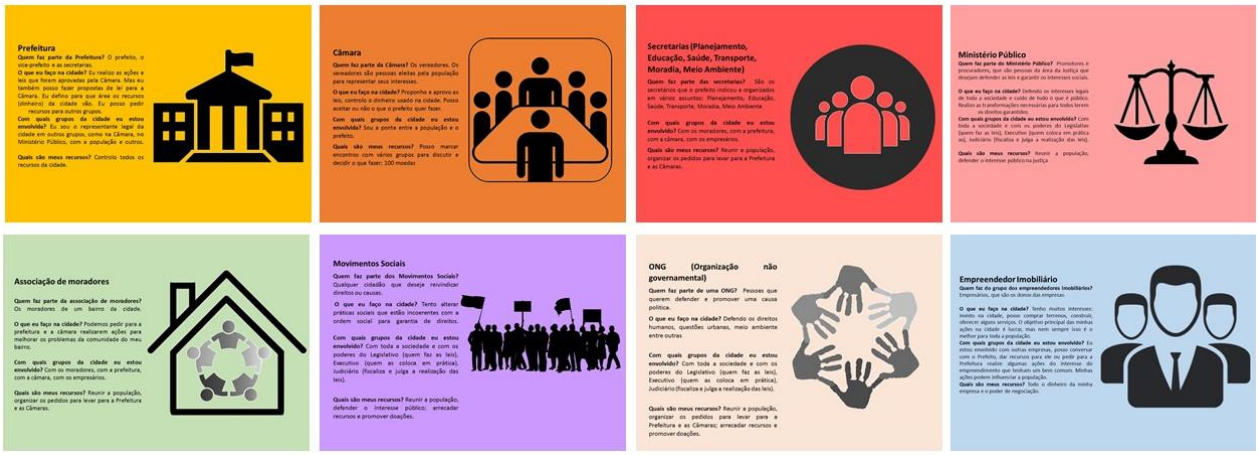


Figura 1: Fichas dos “agentes” do jogo.
Fonte: Acervo do Grupo Cartilha da Cidade/IAU-USP, 2018

Figura 2: Fichas das "Situações-problemas".
Fonte: Acervo do Grupo Cartilha da Cidade/IAU-USP, 2018

Figura 3: Maquete interativa de uma cidade imaginária, com peças móveis.
Fonte: Acervo do Grupo Cartilha da Cidade/IAU-USP, 2018

RESULTADOS ESPERADOS

- Fomentar o debate e reflexão sobre os problemas urbanos da cidade sede do evento, por meio do diálogo entre participantes, com a desejada e possível participação dos seus próprios habitantes (devido à proposta de realização no espaço público).

- Debater e exemplificar a oficina proposta enquanto instrumento de estudo urbano participativo (como experenciado por meio de oficinas já realizadas, ver Figuras 4 e 5) e exemplo de metodologia ativa de

ensino-aprendizagem (em especial a Aprendizagem Baseada em Problemas), passível de desenvolvimento por outros grupos/instituições enquanto atividade pedagógica e/ou de extensão.

Figura 4: Realização da oficina com turma de alunos do Ensino Fundamental.
Fonte: Acervo do Grupo Cartilha da Cidade/IAU-USP, 2018

Figura 5: Realização da oficina com turma de alunos do Ensino Médio.
Fonte: Acervo do Grupo Cartilha da Cidade/IAU-USP, 2018

REFERÊNCIAS:

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2011.

MARICATO, Ermínia. *O direito à cidade depende da democratização do uso e a ocupação do solo.* Entrevista à Rede Mobilizadores COEP, em 16/12/2013. Disponível: <https://erminiamaricato.net/2014/04/ 08/o-direito-a-cidade-depende-da-democratizacao-do-uso-e-a-ocupacao-do-solo/>. Acesso: outubro/2017.

ROLNIK, Raquel. et al. **Nosso grande problema não é o déficit de moradia, mas sim o déficit de cidade.** Entrevista concedida a Marco Weissheimer, 8/06/2016. Porto Alegre, Sul 21, 20/06/2016. Disponível: <http://www.sul21.com.br/jornal/nosso-grande-problema-nao-e-o-deficit-de-moradiamas-sim-o-deficit-de-cidade/>. Acesso: setembro/2016.

ROSALIA FILMS. **A paz mundial na sala de aula**. Vídeo. 2010. Disponível em Página web do TV Escola: <https://tvescola.org.br/tve/video/especiais-diversos-a-paz-mundial-na-sala-de-aula>. Acesso: maio/2018.

Venanparq
Salvador - 2018

PEDAGOGIAS URBANAS COMO PRÁTICA DO DIREITO À CIDADE

URBAN PEDAGOGIES AS PRACTICE OF THE RIGHT TO THE CITY

PEDAGOGÍAS URBANAS COMO PRÁCTICA DEL DERECHO A LA CIUDAD

IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

BOMTEMPO, Mariana
Arquiteta e Urbanista; Mestre em *Design and Urban Ecologies*;
maribomtempo@gmail.com

PEDAGOGIAS URBANAS COMO PRÁTICA DO DIREITO À CIDADE

URBAN PEDAGOGIES AS PRACTICE OF THE RIGHT TO THE CITY

PEDAGOGÍAS URBANAS COMO PRÁCTICA DEL DERECHO A LA CIUDAD

IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

RESUMO EXPANDIDO

A concepção e a prática do direito à cidade tem origem no espaço urbano, das ruas e das pessoas oprimidas que estão lutando por justiça social (HARVEY, 2012). Entretanto, essa conscientização que move essas pessoas alcança uma pequena parte da massa oprimida, e a grande maioria não tem a percepção do quão anormal são as condições em que vivem e como esta realidade poderia ser diferente. Como forma de manter o status quo vigente, os opressores tendem a censurar e negligenciar as visões de futuros alternativos, assim os oprimidos permanecem alheios às causas de sua realidade e fatalisticamente "aceitam" sua condição (FREIRE, 2000, p. 64).

Pedagogias urbanas são quaisquer metodologias que possam ser utilizadas para incentivar pessoas a compreender como as cidades funcionam. São maneiras de construir coletivamente a conscientização sobre os sistemas e processos que se desenvolvem no cotidiano do espaço urbano, são maneiras de fazer com que os cidadãos não se vejam apenas como elementos passivos desta dinâmica, mas também como partes fundamentais desse processo e principalmente, essas pedagogias almejam instigar nas pessoas seu interesse e capacidade em transformar essa realidade para um que desejam.

Essas estratégias metodológicas variam de acordo com a idade daqueles que participam da oficina, audiência pública, aula, projeto educativo, ou qualquer outra atividade na qual se deseja debater a cidade. Além disso, deve estar claro para a pessoa que desenvolver a atividade quais são os objetivos daquela oficina: se para reunir informações sobre o local, se para identificar quais são os principais problemas do local, se para co-construir estratégias de transformação, se para explicar um projeto ou uma política pública, entre diversos outros objetivos. O facilitador ou facilitadora deve ter muito claro qual é o objetivo, e ter a maturidade de entender que a depender do contexto da atividade serão necessários diversos encontros e atividades para se conseguir o que almeja.

Sinteticamente: esta é um oficina sobre oficinas.

Nesta oficina inicialmente haverá uma apresentação sobre meu projeto de pedagogias urbanas para jovens adolescentes de ensino médio, onde serão abordados alguns conceitos que serão necessários para o desenvolvimento das atividades da oficina. Em seguida serão propostas duas atividades com desconstrução do processo e apresentação dos resultados dos grupos:

- A primeira é uma oficina de co-construção do estado atual de algum macro-tema que compõe a dinâmica urbana de sua cidade, pode ser educação, saúde, saneamento básico, transporte urbano, habitação, etc. A ideia é que os participantes consigam transpor para um diagrama as principais partes interessadas dentro destes sistemas estabelecendo atribuições, relações e fluxos entre essas partes. Desta maneira é possível visualizar de que ponto o grupo parte a respeito do conhecimento sobre aquele tema para uma pesquisa mais ampla que pode ser desenvolvida no futuro.
- A segunda é uma oficina de metodologias de pedagogias urbanas em que cada grupo vai sortear um tipo de participante, o tema que deverá ser discutido por aqueles participantes e qual o ambiente em que será feita aquela discussão. E com a orientação da facilitadora os grupos deverão propor uma metodologia para alcançar aquele objetivo com aquele grupo.

DETALHAMENTO E PROCEDIMENTOS

Momento 1 - Palestra introdutória

Materiais: projetor, computador e equipamento de som. Cadeiras para os participantes.

30-45 minutos, apresentação da facilitadora e apresentação do projeto Nossa Casa Comum de pedagogias urbanas para jovens de Ensino Médio para que os oficiantes conheçam um pouco do potencial da ferramenta.

Momento 2 - Oficina *Stakeholder Value Web* (Rede de valores e fluxos entre partes interessadas)

Materiais: papel grande tamanho A0 ou maior (um por grupo), post-its tamanho 76mmx76mm (quantidade considerável por grupo), post-its tamanho 38mmx50mm (quantidade considerável por grupo), canetas hidrocor nas cores preta, azul, verde e vermelha (pelo menos 4 canetas de cada cor por grupo), mesas para trabalho em grupo e cadeiras.

Participantes: 5 grupos entre 4 a 5 pessoas.

Tempo: entre 1h20 e 1h40.

1. É solicitado aos participantes que se dividam em grupos entre 4 e 5 pessoas, de preferência que sejam grupos da mesma cidade ou de cidades próximas/do mesmo estado.

2. Cada grupo recebe um tema para construir seu diagrama, os temas serão: habitação, zoneamento, transporte coletivo/mobilidade ativa, saneamento básico e educação.

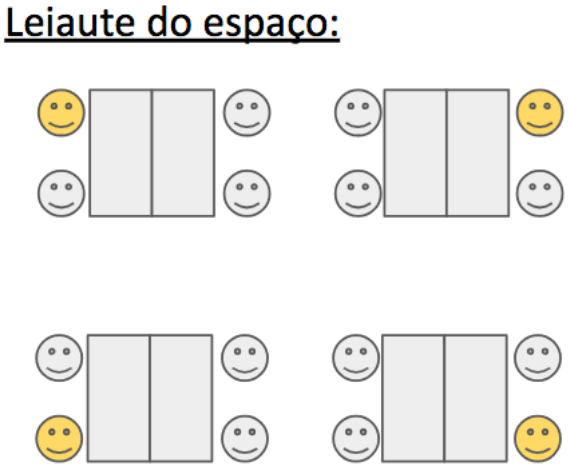


Figura 1: Disposição do ambiente
Fonte: Própria, 2018

3. É solicitado aos participantes que utilizem o post-it tamanho 76x76 da MESMA cor e caneta hidrocor preta para escrever quais são as partes interessadas (entidades, órgãos públicos, pessoas chave, etc) que compõem o tema pelo qual o grupo está responsável. Os post-its devem ser colados sobre o papel do grupo tentando manter partes interessadas que são semelhantes mais próximas. Entre 5 a 10 minutos.

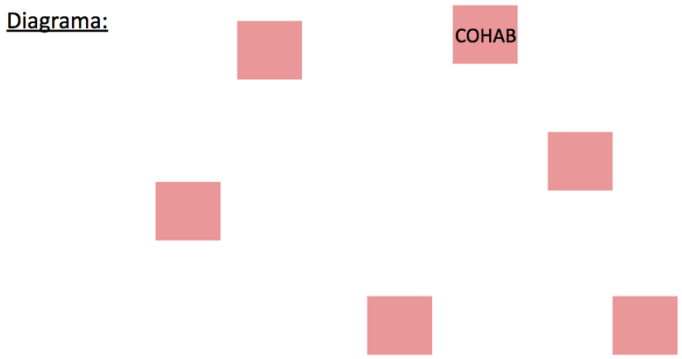


Figura 2: Exemplo de como pode ficar o diagrama.
Fonte: Própria, 2018

4. Os participantes devem agora utilizar o post-it tamanho 38x50 da MESMA cor e caneta hídrico preta para escrever atribuições e características sobre essas partes interessadas. São atribuições: público/privado, tipos, escala nacional/estadual/local, coletivo/individual, efêmero/permanente, etc. Estes post-its devem ser colados próximo à parte interessada que está sendo caracterizada. 8 minutos.

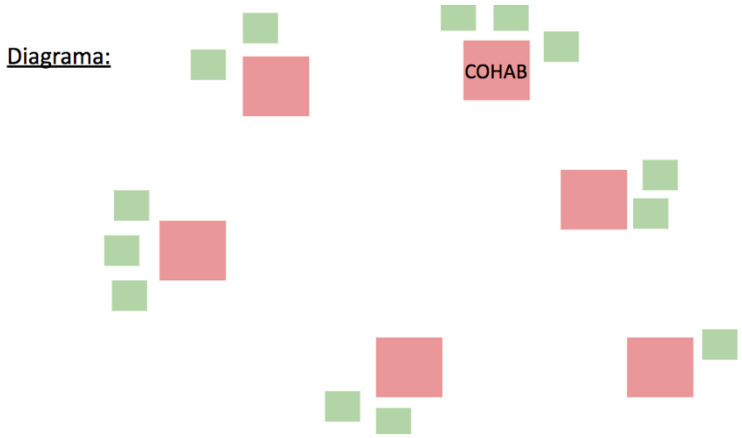


Figura 3: Exemplo de como pode ficar o diagrama.
Fonte: Própria, 2018

5. Os participantes devem utilizar a caneta hidrocor AZUL para fazer linhas que liguem as partes interessadas estabelecendo relações entre eles, sendo linha cheia e forte para uma relação forte, linha cheia simples para uma relação existente e uma linha tracejada para relações que deveriam acontecer. 8 minutos.

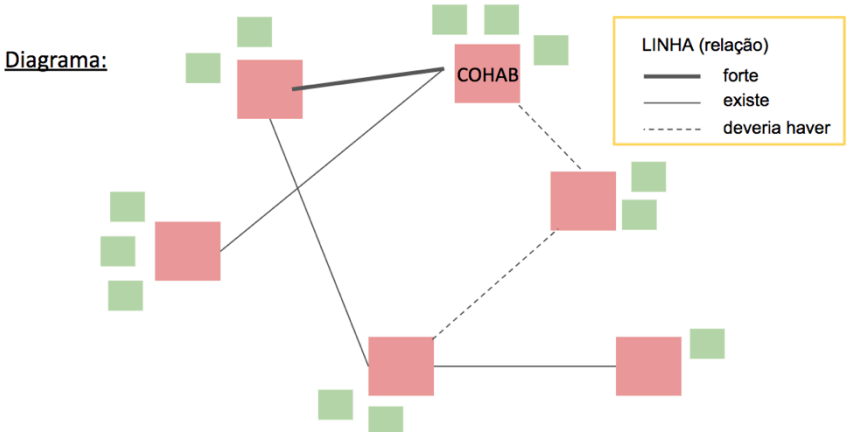


Figura 4: Exemplo de como pode ficar o diagrama.
Fonte: Própria, 2018

6. Os participantes devem utilizar a caneta hidrocor VERDE para fazer setas que indiquem o fluxo entre uma parte interessada e outra, o fluxo pode ser de dinheiro, conhecimento, recursos, pessoas, etc. Atentar para colocar ao lado desse fluxo um indicativo de que tipo de fluxo é, por exemplo, se for um fluxo de dinheiro pode ser colocado o símbolo $. Para fluxos intensos as linhas devem ser grossas e fluxos normais a linha é simples. Se deveria haver um fluxo que não existe, este deve ser representado tracejado. 8 minutos.

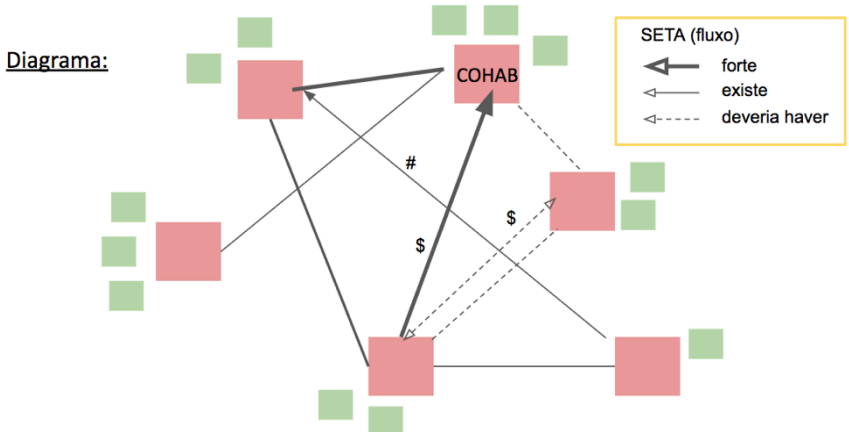


Figura 5: Exemplo de como pode ficar o diagrama.
Fonte: Própria, 2018

7. Os grupos devem agora olhar para seu diagrama e anotar observações com a caneta VERMELHA sobre insights que são visualizados a partir da reunião do conhecimento dos seus membros. 5 minutos.

Ao final cada grupo terá 5 minutos para explicar para todos seu diagrama para todos, informando principalmente quais foram os novos conhecimentos adquiridos a partir do compartilhamento de informações com os colegas e quais foram os insights que o grupo teve.

Durante e ao final do processo a facilitadora irá destrinchar os objetivos de cada etapa da atividade e como isso pode ser feito dependendo do público ou de outro tema a ser abordado. Além disso, espera-se que

dúvidas surjam com a oficina para que os participantes esclareçam como novas metodologias podem ser extraídas a partir daquele.

Momento 3 - Oficina de pedagogia urbana

Materiais: papel grande tamanho A0 ou maior (um por grupo), post-its tamanho 76mmx76mm (quantidade considerável por grupo), post-its tamanho 38mmx50mm (quantidade considerável por grupo), papéis de rascunho, uma ficha A3 a ser preenchida com os dados do grupo.

Participantes: 5 grupos entre 4 a 5 pessoas, não deverão ser os mesmo da primeira oficina.

Tempo: entre 1h50 e 2h10.

Nesta segunda oficina os participantes deverão desenvolver uma oficina de pedagogia urbana de acordo com os *prompts* que receberem. Os *prompts* serão os seguintes:

Público participante da oficina de pedagogia urbana:

- Líderes comunitários de um assentamento informal
- Jovens adolescentes
- Técnicos do governo local
- Adultos com baixa escolaridade
- Crianças entre 5 a 8 anos

Espaço onde irá acontecer a oficina:

- Igreja
- Centro comunitário
- Sala de aula
- Quadra poliesportiva coberta
- Parque da cidade ou praça

Tema a ser discutido:

- Produção cultural do nosso bairro
- Novo plano diretor territorial da cidade
- Para onde vai a água quando dou descarga?
- Por que meu ônibus demora tanto?
- Como melhorar a praça do nosso bairro

Etapas da oficina:

1. Cada grupo irá receber por sorteio um público participante, um espaço onde ocorrerá a oficina e um tema a ser discutido. Também irão receber um ficha que irão preencher com os dados resultantes da discussão e a construção da sua oficina.

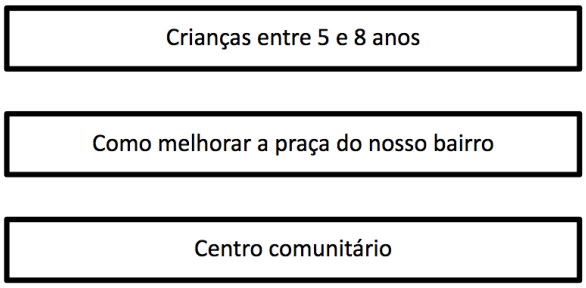


Figura 6: Exemplo de *prompt* recebido pelo grupo.
Fonte: Própria, 2018

2. Cada grupo deverá discutir, refletir e responder as seguintes perguntas: O que se espera que os participantes acrescentem à discussão? / O que se espera esclarecer aos participantes? / Quais são os *outcomes* dessa oficina? 10-15 minutos.

3. Cada grupo deverá fazer um *brainstorm* de atividades que podem ser feitas durante a oficina com seu grupo participante e anotá-las nos post-its 76x76 na mesma cor. 10 minutos.

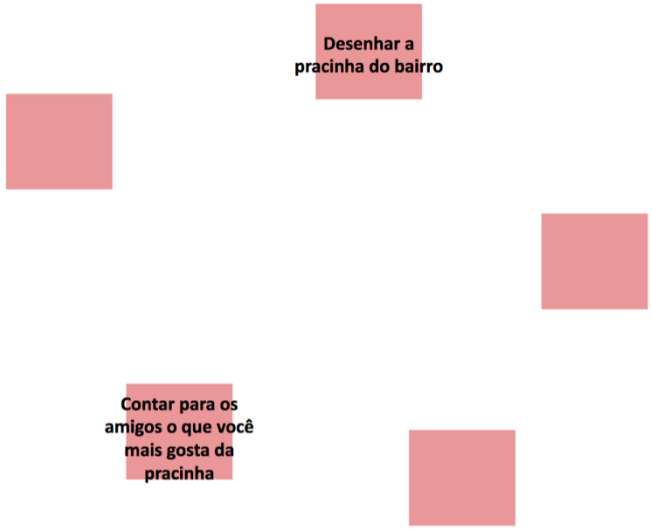


Figura 7: Exemplo de atividades que podem ser realizadas de acordo com os *prompts* acima.
Fonte: Própria, 2018

4. Cada grupo deverá analisar as atividades propostas, aperfeiçoando aquelas em que há potencial e descartando as que não for de interesse. Outras ideias podem aparecer nesse processo. Estas ideias deverão ser dispostas 10 minutos.

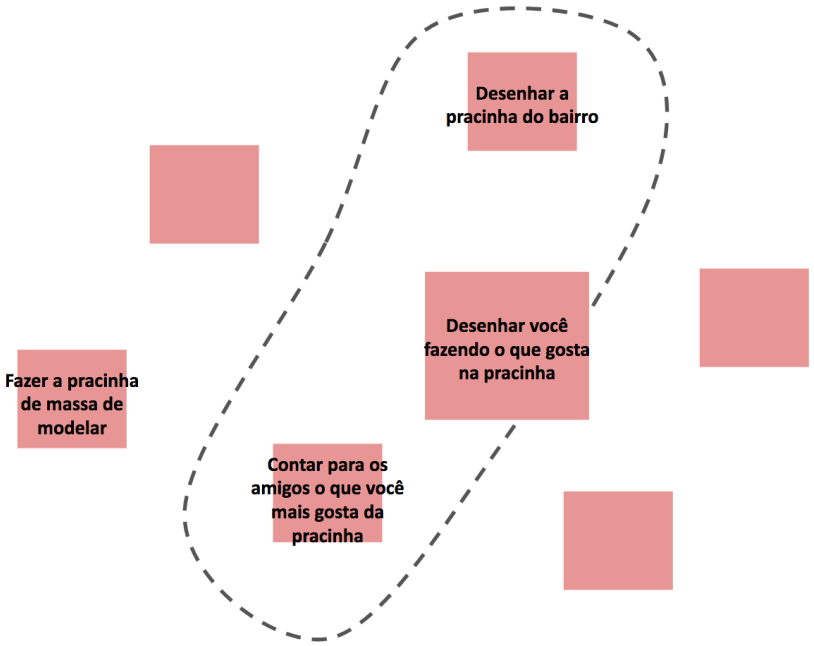


Figura 8: Exemplo como as atividades propostas acima podem ser modificadas.
Fonte: Própria, 2018

5. A partir das atividades propostas os grupos poderão estabelecer uma sequência delas de forma que conhecimento possa ser construído coletivamente pelos participantes. Os *outcomes* deverão ser escritos próximos às atividades. 15 minutos.

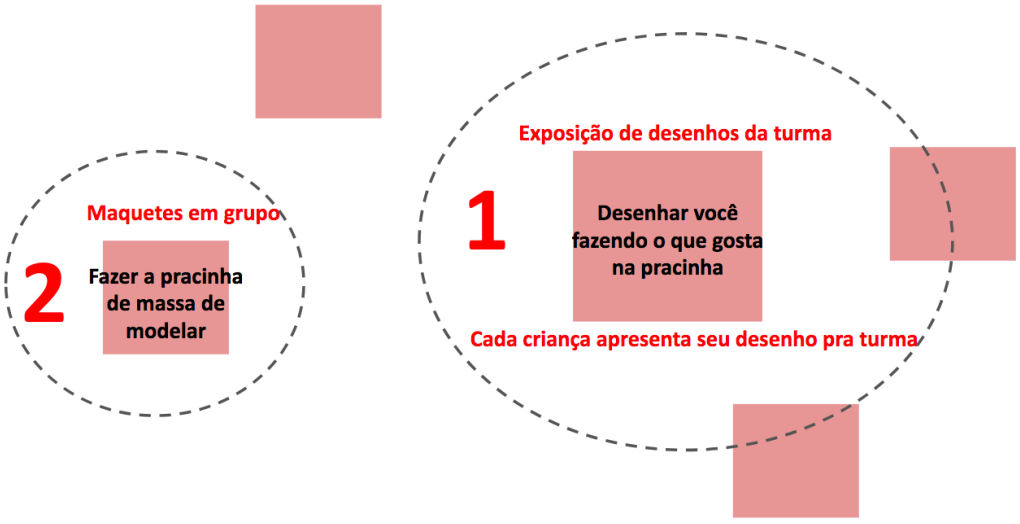


Figura 9: Exemplo como as atividades propostas acima podem ordenadas e evoluídas.
Fonte: Própria, 2018

6. Deverá ser estabelecido os materiais para realização da atividade. O material será colocado em post-its de 38x50. 5 minutos.

7. Deverá ser estabelecido tempo para cada uma das atividades para ser calculado o tempo total para a oficina. O tempo será colocado em post-its de 38x50. 5 minutos.

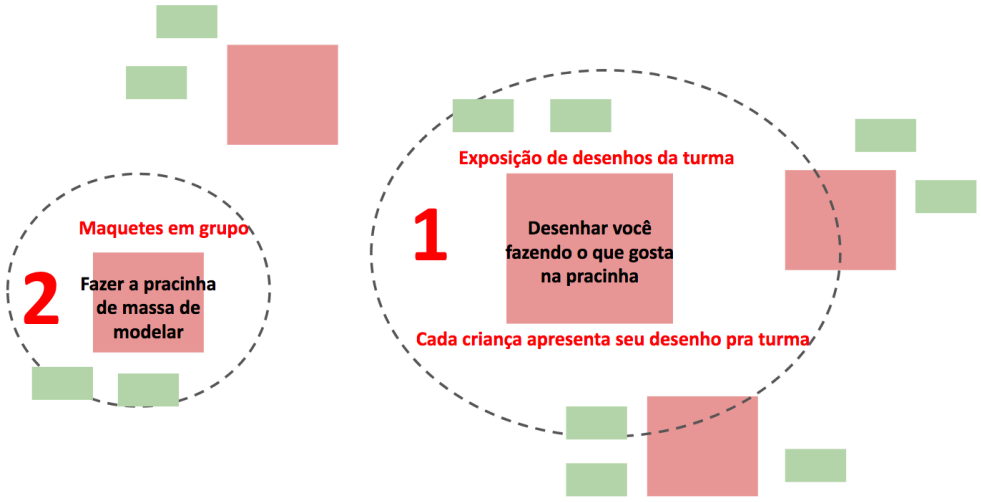


Figura 10: Exemplo com as atividades propostas e suas indicações de materiais e tempo.
Fonte: Própria, 2018

8. Os grupos deverão preencher sua ficha sobre sua oficina informando: público, tema e espaço sorteados, objetivo que deseja alcançar com a oficina, tempo total para sua prática e todos os materiais necessários que sejam adquiridos previamente. Além disso, há um espaço na ficha para colocarem cada atividade de cada etapa em sequência de acordo com o que foi acordado pelo grupo. 10 - 15 minutos.

9. Os grupos deverão apresentar suas oficinas para os demais em 8 minutos.

Todas as etapas deste processo serão feitas com o suporte da facilitadora para que sejam sanadas as dúvidas e instigada a criatividade dos participantes.

REFERÊNCIAS:

FREIRE, Paulo. **Pedagogy of the Oppressed**. New York: Continuum, 2000.

HARVEY, David. **Rebel Cities**: From the Right to the City to the Urban Revolution. New York: Verso, 2012.

KUMAR, Vijay. **101 Design Methods**: A Structured Approach for Driving Innovation in Your Organization. Hoboken: John Wiley & Sons, 2012.

Proponente

ANPARQ

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Realização

Apoio

Patrocínio